



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 147

QUINTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 162º SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 4 DE NOVEMBRO DE 1987

I - Abertura da sessão
II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

III - Leitura do Expediente

OFÍCIO

Nº 281/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, indicando o Senhor Constituinte Jesualdo Cavalcanti para membro suplente da Comissão de Sistematização em substituição ao Senhor Constituinte Hugo Napoleão.

REQUERIMENTOS

Do Senhor Constituinte Siqueira Campos, Vice-Líder do Partido Democrático Cristão - PDC, requerendo a substituição do Senhor Constituinte Roberto Balestra pelo Senhor Constituinte José Maria Eymael na Comissão de Sistematização, nos dias 29 e 30 de outubro do corrente.

Do Senhor Constituinte Siqueira Campos, Vice-Líder do Partido Democrático Cristão - PDC, requerendo a substituição do Senhor Constituinte Roberto Balestra pelo Senhor Constituinte José Maria Eymael na Comissão de Sistematização, nos dias 4, 5 e 6 de novembro do ano em curso.

IV - Pequeno Expediente

OLÍVIO DUTRA - Repúdio do PT a probabilidade de alteração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, visando à

interrupção do processo normal de deliberação da Assembléia.

DEL BOSCO AMARAL - Reparos ao pronunciamento do Constituinte Olívio Dutra.

PRESIDENTE - Satisfação da Presidência pelo restabelecimento do Constituinte Mário Covas e seu retorno aos trabalhos de elaboração constitucional.

FLORESTAN FERNANDES - Homenagem à memória do ex-Deputado Constituinte Carlos Marighella.

COSTA FERREIRA - A violência urbana, fator de desestabilização das comunidades, e sugestões que visam a combatê-la.

JOSÉ GENÓIMO - Solidariedade à homenagem prestada pelo Constituinte Florestan Fernandes à memória do ex-Deputado Constituinte Carlos Marighella. Inconveniência de alteração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte com fins de atropelo dos trabalhos de elaboração constitucional.

RUY NEDEL - Desacertos nas atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

OSVALDO BENDER - Apelo aos Constituintes no sentido de manutenção, pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, de medidas aprovadas pela Comissão de Sistematização em benefício dos notários e de incentivos à iniciativa privada no que concerne aos Cartórios.

ADHEMAR DE BARROS FILHO - Plano da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário - ADEMI, enviado ao

Banco Central e ao Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, visando ao soerguimento do Sistema Financeiro de Habitação.

EDUARDO JORGE - Décimo oitavo aniversário do falecimento do líder comunista Carlos Marighella.

ADYLSON MOTTA - Necessidade de alteração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte visando à apresentação de emendas ao Plenário. Protesto contra a adoção, pela Assembléia Nacional Constituinte, de regras fixadas sem a participação de todos os Constituintes.

PRESIDENTE - Esclarecimentos a propósito de protesto do Constituinte Adylson Motta contra decisão adotada pelas lideranças partidárias e as Mesas da Assembléia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização.

FRANCISCO KÜSTER - Necessidade de definição por parte dos membros da Assembléia Nacional Constituinte quanto a posição favorável ou contrária às mudanças requeridas pelo povo e pelo País.

DARCY DEITOS - Inconformidade do orador com propósito de modificação das regras regimentais da Assembléia Nacional Constituinte com fins de desestabilizá-la. Apoio ao Presidente Ulysses Guimarães na forma de condução dos trabalhos de elaboração constitucional.

PAULO RAMOS - Satisfação do orador pela reação do Presidente Ulysses Guimarães

ao intuito de reformulação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte e pelo retorno do Líder Mário Covas às atividades constituintes. Crítica à capitulação do Governo brasileiro ante os credores internacionais. Descumprimento, pelos Constituintes, de compromissos assumidos com o povo nos palanques da campanha eleitoral.

PAULO DELGADO – Crise de autoridade presidencial no País. Esperança popular na nova Constituição. Caráter avançado da Lei de Greve elaborada pela Assembléia Nacional Constituinte.

JESUS TAJRA – Congratulações ao Constituinte Mário Covas por seu restabelecimento e seu retorno à Assembléia Nacional Constituinte. Concordância do orador com pronunciamento do Constituinte Adylson Motta sobre modificações no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Inserção nos Anais de matéria publicada na imprensa: "Constituinte é o nome da transição".

ALDO ARANTES – Protesto contra editoriais dos jornais **O Globo** e **O Estado de S. Paulo** contendo críticas à Assembléia Nacional Constituinte. Artigo publicado pelo **Correio Braziliense**: "Exército abre baterias contra o parlamentarismo". Tentativa de modificações no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte como característica de golpe branco.

NILSON GIBSON – Comemoração do cinqüentenário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

STÉLIO DIAS – Tentativa de submissão do Poder Judiciário ao Conselho Nacional de Justiça, consubstanciada em dispositivo inserido no 2º Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, da Comissão de Sistematização.

JUTAHY MAGALHÃES – Devolução ao Poder Legislativo de suas prerrogativas, em particular no que concerne ao processo de fiscalização orçamentária e de planejamento.

MAURO SAMPAIO – Acidente com o Césio 137 em Goiânia, Estado de Goiás, e necessidade do estabelecimento, no País, de política de deposição de rejeitos nucleares.

EVALDO GONÇALVES – Depoimentos prestados em sessão extraordinária da Assembléia Legislativa da Paraíba, em homenagem ao ex-Deputado José Pereira Lima: "Epitápio contra o epitacismo", de autoria do orador, e "A chama acesa", do Deputado Aloisio Pereira Lima.

MENDES RIBEIRO – Crise política vivida pelo PMDB. Necessidade de eleições diretas gerais.

PAULO MACARINI – Emendas apresentadas pelo orador ao Projeto de Constituição visando ao desenvolvimento científico e tecnológico nos campos da alimentação, da saúde e da bacteriologia. Reunião de engenheiros agrícolas patrocinada pela Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novais Ltda. –

Cooperados, visando à realização de pesquisas nacionais que levem ao desenvolvimento agrícola. Matéria publicada na **Gazeta Mercantil** sobre o assunto. Artigo publicado no **Jornal do Brasil**: "Biotecnologia tem plano ambicioso".

INOCÉNCIO OLIVEIRA – Pesquisa do Centro Tecnológico Aeroespacial – CTA, de São José dos Campos, Estado de São Paulo, com previsão de baixas precipitações pluviométricas que levariam a nova seca no Nordeste.

JOSÉ LUIZ MAIA – Agravamento das dificuldades sofridas pelo Nordeste e necessidade de revisão, pelo Ministério da Fazenda, de medidas relativas ao corte de recursos para a região.

JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS – Transcurso do 15º aniversário da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e editorial publicado no jornal **Estado de Minas** sobre o assunto: "PM e a Constituição".

GONZAGA PATRIOTA – Defesa da atuação da Assembléia Nacional Constituinte ante críticas recebidas. Protesto contra articulações tendentes a ferir-lhe a soberania.

JORGE ARBAGE – Apelo ao Presidente José Sarney e ao Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, no sentido da solução do impasse criado no que concerne à recuperação, pela Autolatina, dos custos do processo de comercialização de veículos novos. Telex do Diretor-Presidente da Belauto – Pará ao orador, a propósito do assunto.

CARLOS ALBERTO CAÓ – Documento elaborado pela Confederação Nacional dos Servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a propósito de decreto-lei que declara extinto o órgão.

FERES NADER – Necessidade da adoção de medidas governamentais de saneamento e racionalização da indústria automobilística nacional.

JOSÉ MOURA – Correção, na nova Carta constitucional, de tratamento injusto a aposentados e pensionistas.

DORETO CAMPANARI – Mandato de cinco anos para o Presidente da República e manutenção do presidencialismo como sistema de governo – pontos fundamentais do plano Democracia e Desenvolvimento, do Presidente José Sarney.

FRANCISCO AMARAL – Desempenho da Sociedade Pestalozzi de Campinas, Estado de São Paulo.

BOCAYUVA CUNHA – Artigo do jornalista Aloisio Biondi em **O Globo**: "A classe média enganada".

LYSÂNEAS MACIEL – Protesto contra prática de **lock out** pelo cartel da Autolatina.

ADEMIR ANDRADE – Reivindicações de famílias carentes da Fazenda Val de Cans, em Ananindê, Estado do Pará.

VICENTE BOGO – Pedido de demissão do Delegado Regional do Miradouro Rio Grande do Sul, Celso Luiz Franco Gaiger. Documento da CNASI e da ASSINCRAS e exposição de motivos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, a propósito da extinção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

ANNA MARIA RATTES – Estabelecimento, na nova Carta constitucional, de medidas relativas à exploração de riquezas em terras indígenas.

JOSÉ LUIZ DE SÁ – Protesto dos profissionais dá área da engenharia contra o Decreto-lei nº 2.348/87, que dispõe sobre a contratação de serviços de engenharia e consultoria de empresas estrangeiras.

PEDRO CANEDO – Convocação de eleições gerais em 1988.

AUGUSTO CARVALHO – Pressão de governos estrangeiros no âmbito da Comissão de Sistematização no que concerne à ordem econômica nacional.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Veto presidencial a projeto aprovado pelo Congresso Nacional que estabelece o pagamento mínimo da Previdência Social em nível não inferior ao piso nacional de salários.

EDMILSON VALENTIM – Oposição de setores conservadores do Governo a reivindicações dos trabalhadores. Defesa de interesses dos funcionários do Banco do Estado do Rio de Janeiro – Banerj.

ANTÔNIO DE JESUS – Satisfação do orador ante propaganda de lançamento, pela Editora Abril, do "Guia Rural Abril", marcada pela estampa da Bíblia.

PRESIDENTE – Esclarecimentos ao Plenário sobre alteração na sistemática de trabalho e nos prazos da Comissão de Sistematização.

SÓLON BORGES DOS REIS (Pela ordem) – Estranheza do orador ante declarações em que o Desembargador Dínio de Santos Garcia, 4º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, emite conceitos desabonadores sobre a Assembléia Nacional Constituinte.

OLÍVIO DUTRA (Pela ordem) – Ausência de resposta a requerimento de informações dirigido pelo orador ao Ministério da Justiça a propósito de controle sobre veiculação de notícias contrárias a posições governamentais. Não-encaminhamento ao Poder Executivo, pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, de requerimento de informações de autoria do orador, relativo a investimentos realizados com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento e à participação de firmas estrangeiras na produção do avião militar AMX.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Olívio Dutra. Comunicação ao Plenário sobre desconvocação de sessão da Assembléia Nacional Constituinte e convocação de reunião da Comissão de Sistematização.

V – Comunicações das Lideranças

AMARAL NETTO – Posição do orador no "Grupão" enquanto grupo de coordenadoria, sem lideranças, e retrospecto de sua posição no Grupo Participação, na Convenção Nacional do PDS.

ROBERTO JEFFERSON – Apelo ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Constituinte Ulysses Guimarães, no sentido da adoção de decisões em acordo com a maioria, evitando a violação do Regimento Interno.

NELSON CARNEIRO – Esclarecimento do orador quanto à emenda de sua autoria ao 2º Substitutivo, do Constituinte Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização, a propósito da fixação de prazo pelas Assembléias Legislativas para adaptação das Constituições dos Estados ao sistema de governo instituído pela nova Constituição.

FERNANDO GASPARIAN – Equívoco de noticiário da imprensa sobre adesão do orador ao "Grupão" e sua intenção de votar favoravelmente à emenda presidencialista do Constituinte Manoel Moreira, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

MICHEL TEMER (Questão de ordem) – Aposição da assinatura do orador na lista que visa à alteração do Regimento Interno sem comprometimento quanto ao conteúdo de emendas que eventualmente venham a ser apresentadas.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Michel Temer.

CARLOS SANT' ANNA (Questão de ordem) – Encaminhamento ao Plenário da Comissão de Sistematização de destaques não-incluídos na planilha das lideranças e não-votados.

JOSÉ GENÓILO – Contradita à questão de ordem do Constituinte Carlos Sant'Anna.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Carlos Sant'Anna e à contradita do Constituinte José Genólio.

ALUÍZIO CAMPOS – Sugestão de rumos a serem fixados visando a garantir o exercício democrático e o processo de desenvolvimento no País.

BRANDÃO MONTEIRO – Refutação à questão de ordem do Constituinte Carlos Sant'Anna quanto à sistemática de tratamento

a destaque na Comissão de Sistematização. Documento assinado por Constituintes que requerem à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte a retirada de seus nomes da lista que propõe alteração no Regimento Interno. Acatamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de processo movido contra o orador, em virtude de denúncia de corrupção no Departamento de Trânsito – Detran, do Rio de Janeiro.

HAROLDO LIMA – Matéria inserida na revista **Veja**: "OLP distribui manuais de sabotagem". Ausência de responsabilidade de Constituintes signatários da lista que visa à alteração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte pela articulação de que resultou a referida lista.

JOSÉ LOURENÇO – Crítica ao pronunciamento do Constituinte Haroldo Lima. Posição do PFL em favor do diálogo, visando à construção de um Estado democrático.

FERNANDO SANTANA – Avanços inseridos no texto constitucional em favor dos trabalhadores como causa da presente inquietação na Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Ratificação solicitada pelo orador ao **Correio Braziliense** em virtude de inclusão equivocada de seu nome em notícia publicada sobre os signatários ao documento que visa à alteração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Proposta relativa à abertura de prazo para apresentação de novas emendas ao Projeto de Constituição.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Descrédito de grande parte da população na Assembléia Nacional Constituinte, em virtude de política premeditada da imprensa no sentido da divulgação de imagem negativa.

Respostas insatisfatórias a requerimentos de informações do orador sobre critérios de concessão de canais de rádio e televisão e de indicação do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, para participar do Conselho Monetário Nacional, ao arrepio da escolha feita pela Central Única de Trabalhadores – CUT, e a Central Geral dos Trabalhadores – CGT. Reabertura de processo contra o Deputado Brandão Monteiro entendida como advertência aos Constituintes por ocasião da votação do capítulo relativo ao Poder Judiciário. Reabertura de processo contra o ex-Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

BETH AZIZE – Preocupação quanto a atitude de Constituintes que, a pretexto de participar dos trabalhos constituintes, causam tumulto.

HAROLDO LIMA (Questão de ordem) – Protesto contra pronunciamento do Constituinte José Lourenço.

RICARDO FIUZA (Questão de ordem) – Uso da palavra nos termos do art. 93, item VIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

CELSO DOURADO (Questão de ordem) – Responsabilidade da Maioria na Assembléia Nacional Constituinte. Apoio ao Constituinte Haroldo Lima ante expressões do pronunciamento do Constituinte José Lourenço.

VI – Apresentação de proposições

ARNALDO FARIA DE SÁ
AMARAL NETTO.

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

JORGE HAGE – Causas das alterações no cronograma de trabalho da Comissão de Sistematização e do clima de inquietação reinante na Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ GENÓILO – Solidariedade ao Prefeito de Diadema, Estado de São Paulo, Gilson Menezes, em seus esforços para obter a instalação de uma usina de lixo na cidade. Conservadorismo ou truculência no trato de determinadas matérias do texto constitucional, em especial dos direitos sociais prejudicados pelo empresariado brasileiro.

JOSÉ DUTRA – Responsabilidade histórica dos Constituintes para com a sociedade brasileira. Situação de dissidência entre os membros da Assembléia Nacional Constituinte. A necessidade de consenso democrático.

ROBERTO ROLLEMBERG – Impasse criado com referência à reformulação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Conveniência de evitar-se desgaste da instituição.

FLÁVIO PALMIER DA VEIGA – Colaboração do orador para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Rio de Janeiro: Plano Rodoviário de Integração das regiões Serrana e da Baixada Litorânea, acolhido pelo Governo Moreira Franco.

VIII – Encerramento

IX – Erratas

2 – MESA – Relação dos membros
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES
DE PARTIDOS – Relação dos membros
4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros.

Ata da 162ª, Sessão, em 4 de novembro de 1987

*Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides Primeiro-Vice-Presidente;
Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário;
Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário e Sotero Cunha, Suplente de Secretário*

ÀS 14h 30min COMPARECEM OS
SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Aíauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysis Chaves – PFL; Aloysis Teixeira – PMDB; Aluízio Bezerra – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Amaral Neto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcelos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; a Távola – PMDB; Asdrubal Bentos – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christovam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délia Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB;

Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edmílson Tavares – PFL; Edmílson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Harian Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irmã Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalies Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – FPL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis

– PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabiá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelson Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Neuto de Conto – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Osvaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Minicarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sónion Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 307 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. MÁRIO MAIA, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, 3º-Secretário, servindo como 1º-Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Sr. Constituinte José Lourenço, Líder do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 281/87-PFL

Brasília, 30 de outubro de 1987

Senhor Presidente,

Tendo assumido o cargo de Ministro da Educação, comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Senador Hugo Napoleão deixa de integrar, a partir desta data, a Comissão de Sistematização.

Em substituição ao seu nome, indico para Membro Suplente da referida Comissão, o Deputado Jesualdo Cavalcanti.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos do meu distinto apreço e elevada consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

REQUERIMENTOS

Do Sr. Constituinte Siqueira Campos, Vice-Líder do PDC, nos seguintes termos:

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a substituição do Constituinte Roberto Balestra, como Suplente do PDC nesta Comissão, pelo Constituinte José Maria Eymael, nos dias 29 e 30 de outubro corrente.

Sala das Reuniões, de 1987. – Constituinte **Siqueira Campos**, Vice-Líder do PDC.

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a substituição do Constituinte Roberto Balestra, como Suplente do PDC nesta Comissão, pelo Constituinte José Maria Eymael, durante os dias 4, 5 e 6 de novembro corrente.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 1987. – Constituinte **Siqueira Campos**, Vice-Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao:

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS).

Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste final de semana prolongado e em dias anteriores da semana passada, a imprensa divulgou fartamente um esquema que estaria sendo montado, com a participação, inclusive, de nobres Constituintes, para interromper o processo normal de deliberação desta Assembléia, buscando alterar o seu Regimento Interno, para facilitar que a Plenária Constituinte viesse a deliberar não sobre o que a Comissão de Sistematização já tenha votado, mas sobre um pretenso projeto acabado de Constituição, elaborado nos escaninhos do Poder Executivo.

Isto é grave, Sr. Presidente. O nosso Partido dos Trabalhadores realizou, neste final de semana, uma reunião do seu Diretório Nacional, em que a questão da Constituinte e da conjuntura naturalmente foram o tema da mais alta importância nos debates.

Entendemos que a opinião pública está sendo trabalhada contra a Assembléia Nacional Constituinte por aqueles que até agora têm sido contrariados pelas deliberações da Comissão de Sistematização. Quais são esses grupos, essas forças, esses segmentos?

Comecemos pelo Presidente da República, pelos seus apoiadores dos Partidos que lhe dão sustentação política nesta Casa, pelos seus auxiliares do Poder Executivo. São também contrariados pelas deliberações progressistas no plano social da Comissão de Sistematização, os grandes grupos econômicos, o capital financeiro, o latifúndio, o empresariado monopolista do nosso País, os setores passadistas, as "viúvas" ainda do regime militar. Esses setores é que trabalham intensamente para tentar "virar a mesa" da Assembléia Constituinte, transformando o trabalho normal aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, queremos consignar aqui o repúdio do nosso Partido; entendemos do próprio movimento popular, comunitário e sindical com essas pretensões golpistas. Não queríamos uma Constituinte congressual como a que temos. Nós nos batemos por uma Constituinte livre e soberana. Não queríamos uma Constituinte com tantas subcomissões e uma Comissão de Sistematização para depois tudo isso ser levado para Plenário. Queríamos uma Constituinte que trabalhasse através de quatro grandes comissões cujos trabalhos desaguariam depois no Plenário Constituinte. Defendemos esta posição. Fomos minoria e estamos aqui para respeitar as decisões e deliberações da maioria, no que diz ao seu Regimento e no que diz respeito às questões de méritos até agora discutidas no Plenário da Comissão de Sistematização.

Somos contra aqueles que, com o jogo em andamento, querem modificar essas regras para a satisfação de interesses grupais e de minorias, de interesses contrariados com os avanços no

terreno social, alguns significativos, obtidos na Comissão de Sistematização. Encaramos isso como um desejo dos que na verdade têm, há muito, no bolso, na manga do colete, uma proposta de Constituição que preserve a tal de transição conservadora, congelando-a no espaço e no ar, contrariando a vontade do povo. Queremos que a Constituinte trabalhe celeremente, sim, mas sem ir às carreiras, sem que contra ela se jogue ou se queira colocar goela abaixo do povo um projeto de Constituição que preserve apenas os interesses de setores há séculos privilegiados do nosso País.

Deixo aqui o protesto do nosso Partido e o chamamento às forças progressistas aqui dentro, que entendemos não se concentram apenas nos 16 companheiros da bancada petista, mas se estendem e se enraizem em bancadas até mesmo dos partidos majoritários. Chamamos essas forças para se unirem na ação conjunta aqui dentro e fora do Congresso Constituinte contra essas manobras golpistas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Olívio Dutra, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Está aí, nas palavras do Constituinte Olívio Dutra, simplesmente, a seqüência de injúrias, a seqüência de colocações distorcidas que lemos, hoje, até de um jornalista da *Folha de S. Paulo*, Gilberto Dimenstein, falando a respeito de contracheques. O Líder Mário Covas está aqui, presente no plenário. Quando o Líder Mário Covas escolheu, ao seu talante, os que deveriam constituir as Comissões e, futuramente, então, a Comissão de Sistematização, ninguém ousou – e se ousasse, eu também contraria quem levantasse qualquer suspeita a respeito de intenções menores do Líder. O Líder não estava servindo a interesses de ninguém. S. Ex.^a estava servindo aos seus interesses de Líder e ao seu ideário político Se 300 ou 320 Constituintes assinarem, aqui, um documento contra as violações regimentais, contra a verdadeira balbúrdia que virou esta Constituinte, contra este verdadeiro achincalhe ao Regimento que os próprios Constituintes votaram – aí, neste momento, são os Constituintes pagos pelas forças conservadoras. Isto é um desrespeito, isto, realmente, é uma vergonha. Constituinte que se presta a fazer um jogo desta natureza deveria se envergonhar porque, amanhã, nós poderíamos, também, dizer que os nossos companheiros do PT, quando votaram em branco na eleição de Maluf, poderiam estar, também, subordinados por Paulo Salim Maluf. Se todos seguissem o PT, hoje o Presidente da República seria Paulo Salim Maluf e nós não fizemos isto porque somos homens responsáveis. Nós não fizemos isto e não fizemos

o que alguns jornalistas irresponsáveis – não todos – estão fazendo, pegando as assinaturas de homens que lutaram contra o arbírio, contra a tortura e contra a corrupção e colocando-os, desta forma, perante a opinião pública.

Assinei e assinarei quantas vezes for necessário para evitar que o "Imperador" Ulysses Guimarães e alguns líderes, também, que são "subimperadores", possam querer transformar isto numa Constituinte de meia dúzia.

Falo com o respeito que tenho pelo Líder Mário Covas, que voltou em boa hora porque, ao menos, S. Ex.^a não vai permitir que se macule a honra dos companheiros que têm posições políticas diferentes algo de subserviência, de servil e principalmente como vendilhões da Pátria.

No momento de votar, neste plenário, V. Ex.^{as} vão ver como eu voto, mas não voto na hora e como o Dr. Ulysses Guimarães quer, não, nem como alguns líderes querem e fabricam os resultados na Comissão de Sistematização. Fabricaram a montagem da Sistematização.

Desta forma, o Constituinte Olívio Dutra, que é um respeitável companheiro, deve medir as suas palavras quando fala em um golpe, porque o único golpe que se conhece até agora é o golpe contra o Regimento, é o golpe do Dr. Ulysses Guimarães querendo desestabilizar o Governo para chegar mais depressa ao Poder. Este é o único golpe que está em andamento.

Não adianta tentar me inquinar de direita, superdireita, centro, porque a única coisa que sou é um homem de caráter, que pode ser examinado na sua vida pregressa, atual e futura a qualquer instante. Desta forma os Olívios Dutras da vida ou outros quaisquer que usam a imprensa que para eles está alugada por ideais que comungam não vão dizer que estamos vendendo o nosso voto. O meu voto, Srs. jornalistas, os senhores, verão no momento de votar as matérias polêmicas. E muitos dos que hoje estão criando dificuldades possivelmente sejam aqueles que depois retirem as facilidades.

Quero deixar bem claro que não voltarei mais a este tema pequeno. E o Presidente da Constituinte, que está-se descuidando como um inimigo do Brasil, tem a obrigação de cobrar daqueles que falam em contracheque da história, para saber se nós, num certo momento, não começaremos também a investigar todos os cheques e contracheques de sua vida pregressa.

Fica aqui a advertência de que não vamos tolerar insultos nem injúrias. Vamos agir como democratas, vamos resolver no voto. Não vamos agir à base de denegrir companheiros, seja na tribuna, seja pelos jornais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Antes de conceder a palavra ao orador imediatamente inscrito, a Presidência deseja, em nome da Mesa, saudar o retorno a este plenário, inteiramente recuperado da cirurgia a que se submeteu, do nobre Constituinte Mário Covas, Líder da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. (Palmas.)

Tem a palavra o Sr. Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Pedi a palavra para prestar uma homenagem a um ex-Deputado Constituinte, Carlos Marighella, que foi brutalmente assassinado, em São Paulo, pelo Delegado Fleury. É importante que nesta Assembléia Nacional Constituinte se lembre à memória de um Deputado que honrou esta Casa com muita dignidade e de um ativista político que sacrificou a sua vida por seus ideais. Tenho liberdade para afirmar o que vou dizer, porque naquela ocasião eu pertencia a uma corrente da esquerda, contrária àquela a que se filiava Carlos Marighella. Posteriormente, por minha formação marxista não endossei as atividades guerrilheiras que foram desencadeadas sem condições objetivas para transformar a sociedade brasileira. Por isso, acho que tenho o direito e o dever de vir aqui, lembrar a memória desse homem que trabalhou, denodadamente, para que a Constituição de 1946 tivesse a qualidade que alcançou. É preciso não esquecer que Carlos Marighella teve um trabalho intelectual de grande porte. Ele foi um dos primeiros a fazer uma análise profunda dos problemas agrários no Brasil a apontar a necessidade de uma reforma agrária radical como condição para que os problemas que nós enfrentamos, de miséria e desemprego, fossem solucionados. Ele foi, também, o primeiro a fazer um diagnóstico global, de uma perspectiva que traduzia as posições do Partido Comunista de então, da crise brasileira e apontou os contornos dessa crise. A ele devemos também, uma análise rigorosa do regime ditatorial, clara em seu teor explicativo e consequente no seu sentido prático, porque ele viu que a ditadura precisava ser derrubada, que não se deveria fazer transação com a ditadura, que a transação com a ditadura nos levaria possivelmente a situações muito difíceis, situações esta que nós vivemos hoje.

Portanto, ele foi um militante de porte teórico, que foi levado, em seguida, a radicalizar, porque suas análises mostraram que o Brasil, para essa imensa maioria que alcança quase 80 milhões de malditos da terra, que dentro do capitalismo essa grande maioria não encontraria condições propícias para se converter em gente, em um segmento respeitado, com peso e voz na sociedade civil.

Em suas atividades, ele foi tão consequente que acabou sendo submetido a uma perseguição sistemática, como se fosse um criminoso, e acabou em uma armadilha policial sendo morto – melhor seria dizer, assassinado – pelo Delegado Fleury. Por isso, nesta data, 18 anos depois de sua morte, devemos resgatar a sua memória e nos orgulharmos de sua atividade dentro desta Terra como ativista político e como homem.

Era o que tinha a dizer. Obrigado ao Sr. Presidente e aos meus Colegas que ouviram a minha exposição.

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

A violência, hoje, faz parte do dia-a-dia de todos os brasileiros, especialmente dos que vivem nos grandes centros urbanos, onde sofrem a agressão contínua da pornografia, dos problemas gerados

pelo analfabetismo, pelo tráfico de drogas e de todo o tipo de crimes, que põem em risco não apenas o próprio corpo do homem, mas também seu lar, seus bens e sua família.

Ricos e pobres estão expostos às diversas formas de criminalidade, que abala igualmente a todos, transformando-os em sujeitos passivos daquilo que poderíamos chamar de violência democratizada.

É deplorável, mas agir violentamente parece ser uma característica atávica do homem e o mundo atual faz recrudescer esse tipo de comportamento indesejável.

Cabe aos membros mais esclarecidos da sociedade e aos responsáveis pela manutenção de sua estrutura básica lutar contra as injustiças e violências que desestabilizam a comunidade, a fim de impedir que elas passem a constituir uma evidência social com a qual sejamos obrigados a conviver.

Nilo Odalia, em trabalho publicado pela Coleção Primeiros Passos, afirma:

"Todo ato de violência nos despoja de alguma coisa, de nossa vida, de nossos direitos como pessoas e como cidadãos. A violência nos impede não apenas de ser o que gostaríamos de ser, mas fundamentalmente de nos realizar como homens. O caráter genérico, indiscriminado e, aparentemente, gratuito de que se reveste a violência no mundo de hoje é que permite pensar que o nosso futuro não está em encontrar formas de acomodação e convivência com ela."

Nos diversos campos em que o combate à violência deve ser intensificado, está o combate ao tráfico e uso indiscriminado de drogas. Além da natureza das drogas e dos efeitos correlatos, fatores como idade, comportamento, características do meio familiar e sócio-cultural do usuário de drogas devem ser considerados, nessa luta.

O tratamento da delinqüência e outros desvios do comportamento, até mesmo de natureza psíquica, são importantes para debelar o uso abusivo de drogas e é mais do que evidente que, para tanto, são necessários conhecimentos e técnicas especializados.

O planejamento e execução de programas de tratamento eficientes exigem a participação de especialistas, como psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, médicos e, paralelamente, autoridades policiais, judiciais e penitenciárias. E, sobretudo, a participação da comunidade.

Sabemos que cada sociedade dispõe de seu próprio sistema de controle, constituído pelos costumes, hábitos de vida, religião, tradições, programas educativos, leis etc.

No caso específico das leis, tem-se evidenciado, entre nós, certa falta de efetividade e funcionalidade, observáveis pelo aumento de incidência da delinqüência e outros problemas sociais.

Com relação às drogas, os controles precisam desenvolver-se em três planos: o tratamento, a prevenção e a repressão. A pena aplicada aos usuários e traficantes, bem como as diversas formas de terapia constituem o tratamento. A prevenção é representada pelos programas educativos, destinados a criar hábitos de higiene e modificar atitudes relativas ao abuso do álcool e demais medicamentos e drogas. A repressão consiste em impedir ou reduzir a disponibilidade de drogas,

através da fiscalização de cultivo, produção, fabricação e distribuição de drogas de uso lícito ou ilícito. Neste último campo é que se inserem as ações policiais e judiciárias.

Essas três forças devem agir no sentido de contrair a disponibilidade e oferta dos produtos indesejáveis, de tratar e recuperar os que deles fazem uso e dissuadir os demais do consumo ou tráfico desses produtos.

Achamos necessário o maior rigor possível no combate ao tráfico de drogas, assim como defendemos a aplicação de pesadas penas aos traficantes, como única forma de impedir a corrupção e destruição da juventude, alvo prioritário desse comércio ilegal.

As bases morais da sociedade vêm sendo solapadas, também, pela corrupção de costumes que atinge diretamente a família e os jovens, através da divulgação indiscriminada da pornografia, pelo cinema, televisão, literatura e demais meios de comunicação, que, pela força de persuasão que contém, estão induzindo nossa mocidade à depravação.

A sociedade brasileira atual está sendo subvertida por um movimento compacto de destruição dos bons costumes, movimento esse para o qual só vemos uma única maneira de combater a censura aplicada aos meios de divulgação.

Se os responsáveis pelos órgãos de divulgação e os que fazem da arte instrumento de disseminação de idéias imorais não são dotados de bom senso suficiente para saber como usar os instrumentos de que dispõe de forma sadia e positiva, necessário se faz que o governo, através de medidas saneadoras, faça uso da autoridade que lhe cabe e se incumba de defender a integridade moral da sociedade.

Os fenômenos de marginalização social que atingem a comunidade brasileira, nos dias de hoje, estão alcançando proporções alarmantes e se vêm agravando sob a ação de múltiplos fatores. Os efeitos gerados, corrosivos e desintegradores, atingem mais contundentemente as camadas de baixa renda e os menores carentes.

Assim, o analfabetismo, as diversas formas de criminalidade e demais mazelas sociais constituem um enorme desafio a ser enfrentado por nossos governantes. Acreditamos, contudo, que não só ao Poder Público cabe a responsabilidade de procurar a solução para esses problemas, mas também à classe empresarial e à própria comunidade.

Isso porque é principalmente nas áreas periféricas das regiões metropolitanas e nas demais zonas urbanas congestionadas que o processo marginalizante é mais grave, expondo de forma mais contundente a chaga social da problemática das famílias, das crianças e dos jovens desajustados.

Os mais realistas vêem na situação atual verdadeira calamidade pública, resultado de efeitos acumulados e convergentes de distorções e carências diversas, como aumento populacional e migração desordenada, precariedade financeira, paternidade irresponsável, desagregação familiar, péssimas condições de habitação, alimentação e escolaridade, doenças, subemprego e desemprego. Essas forças de marginalização social, infelizmente, têm efeitos multiplicadores, que dificultam ou impedem os esforços despendidos com vistas ao desenvolvimento.

Temos assistido, perplexos, ao recrudescimento da criminalidade indiscriminada, que tem levado enorme quantidade de jovens aos cárceres ou, pior ainda, para os cemitérios, ao mesmo tempo em que as ações governamentais ou particulares voltadas para a eliminação das causas de marginalização parecem cada vez menos eficazes.

Diante de tão dura realidade, acreditamos ser mais do que tempo de se partir para outro tipo de atuação. Uma vez demonstrada a ineficiência dos métodos adotados, não nos parece muito inteligente persistir neles. Portanto, desejamos alertar os Poderes da República para a urgência de se implantarem programas que priorizem a educação, principalmente aquela ministrada nas escolas, sem minimizar a importância da participação comunitária e quaisquer locais de encontros, únicos canais capazes de atingir níveis populares.

As técnicas informativas e educativas se desenvolvem paralelamente, completando-se, de forma mais ou menos eficaz, conforme a intensidade e seriedade com que são empregadas.

Atividades esporádicas têm dado resultado bastante discutível, motivo pelo qual necessitamos, urgentemente, de programas sistemáticos de educação, voltados, sobretudo, para a prevenção de atividades marginais e para a reconstrução de uma sociedade mais harmônica.

O objetivo principal dessas atividades deve consistir na disseminação de conhecimentos que permitam uma avaliação mais objetiva dos problemas relacionados com a marginalidade e a modificação das atitudes da comunidade, a fim de tornar mais acessíveis as medidas preventivas, educativas e assistenciais.

Os educadores precisam estar conscientes de sua tarefa de ajudar o educando a integrar-se positivamente em seu grupo, desenvolvendo normas de convivência satisfatórias, através do aprendizado de valores morais e de respeito ao próximo.

O conceito operacional de educação deverá ser suficiente e especialmente dinâmico, a ponto de incluir toda a amplitude das diferentes realidades existentes numa sociedade do tipo da nossa. Mais do que conteúdos informativos, repetimos, a educação deve procurar modificar os valores e atitudes, em função do desenvolvimento e progresso da vida em sociedade.

Só assim, conseguiremos conscientizar a juventude a respeito de seu verdadeiro papel na comunidade e no País, sem os traumas da marginalização, grande fator de criminalidade e de outros comportamentos reprováveis, que precisamos combater a qualquer custo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOSÉ GENOINO (PT - SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, associo-me inteiramente às homenagens prestadas da tribuna pelo Companheiro Florestan Fernandes ao ex-Deputado Federal e grande lutador em prol do povo brasileiro Carlos Marighella, que foi assassinado em 1969, exatamente no dia 4 de novembro.

Outro assunto que focalizarei, Sr. Presidente – e o mesmo merece uma discussão –, é exatamente a expectativa que existia ou que existe,

hoje, no Plenário, sobre a polêmica posta na imprensa, a partir de algumas iniciativas em relação ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Na verdade, a discussão se muda ou não o Regimento Interno é uma discussão menor. A questão política principal é se, diante das regras já estabelecidas e diante dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, se se muda esse Regimento Interno a esta altura do campeonato.

Os ilustres Constituintes que estão reivindicando a mudança do Regimento Interno, para ter a possibilidade de apresentar emendas, usam esse argumento de que há alguns problemas, daí tomar a liberdade para falar sobre eles.

Qualquer Constituinte pode e tem inteira liberdade para fazer emendas, com destaque de 35 assinaturas, em uma vasta matéria para votação em plenário. Podemos destacar do projeto da Constituição, dos Substitutivos I e II para votação em plenário; podemos fazer destaque supressivo do Substitutivo III e podemos destacar as 30 mil emendas apresentadas em plenário.

Na verdade, existe uma matéria ilimitada, digamos assim, para se destacar e submeter ao Plenário para derrotar, aprovar, modificar e suprimir o projeto que está sendo votado na Sistematização.

Então, este não é o argumento principal, porque, com 35 assinaturas, qualquer grupo de Constituintes pode e tem a inteira liberdade para fazer esse destaque do que quiser, inclusive destaque supressivo do Substitutivo III, vamos chamar assim.

A questão política – e é necessário esclarecer a esta Casa – é que muitos Constituintes que agora estão advogando a necessidade de mudar o Regimento Interno para o Plenário, em detrimento da Sistematização, eram, no início dos trabalhos da Constituinte, que defendiam a grande Comissão, para que esta preparasse um projeto e, a partir daí, os Constituintes trabalhavam nessa matriz, nesse projeto.

O processo de elaboração da Constituição se democratizou com as Subcomissões, com as Comissões Temáticas e na Comissão de Sistematização; não está nas mãos do Plenário, mas apenas sistematizando esse trabalho que foi feito a partir das Comissões Temáticas, e não está nas mãos do Plenário, porque tudo que está sendo aprovado na Sistematização pode ser alterado no Plenário. Nada poderá ficar contra a vontade majoritária do Plenário, e este é o problema essencial.

A questão política, Sr. Presidente – e é necessário que isso fique explicitado, e pretendo no discurso no Grande Expediente, ainda no dia de hoje, aprofundar-me nessa matéria – que algumas conquistas democráticas, sociais, que não ameaçam o sistema, que não ameaçam o estatuto da classe dominante brasileira, que não ameaçam o sistema capitalista, alguns setores da burguesia brasileira, alguns setores do grande empresariado temem que se modernizem minimamente as relações entre capital e trabalho, porque o grande empresariado deste País acostumou-se com a lei de ferro, com truculência, porque trabalhador é para trabalhar e o povo é para sofrer.

Quando se discutem direitos, quando se discutem conquistas sociais, vem o alarido e isso coloca em xeque o sistema, quando, na verdade, não é isto que está em discussão, não é isto que está sendo votado. E é necessário que isto fique expli-

citado, porque o direito de greve, hora extra paga em dobro, a estabilidade, nos termos em que for aprovada na Sistematização, que não foi a proposta que nós, do PT, defendemos, não colocam em risco o sistema que os líderes do capitalismo brasileiro, aqui representado, defendem.

Não colocam em risco, Sr. Presidente, mas colocam em risco alguns privilégios, algumas truculências, algumas arrogâncias, por que passam a estabelecer, no princípio constitucional, alguns direitos mínimos para os trabalhadores e para o povo brasileiro. E é contra esses direitos, essas conquistas, Sr. Presidente, que se busca criar um falso lema "democrático", de todo poder ao Plenário, para se aniquilar os trabalhos normais e os espaços de elaboração da Constituição feitos na Sistematização. Este é o problema, porque, na verdade, em nome da democracia do Plenário, na hora em que formos a democracia da sociedade, a democracia política, os que hoje colhem assinaturas em nome da democracia do Plenário vão exatamente votar por algumas posições exatamente naquilo que vai ferir a democracia política para todos, na sociedade brasileira. Então, é necessário que essa polêmica vá ao miolo, vá ao conteúdo e não fique nas preliminares, nos termos em que está sendo apresentada.

E ainda, Sr. Presidente, se os Constituintes querem mudar o Regimento Interno, considero que mudá-lo, à esta altura do campeonato, é o mesmo que, em um campeonato, mudar-se o seu regimento e suas regras. Cheira a ganhar no "tapetão". Imaginem que queiram mudar o Regimento Interno. Entram com a proposição, a qual será tramitada de acordo com o Regimento Interno. E aí essa maioria vai conseguir mudar o Regimento Interno.

O que não se pode, Sr. Presidente, é se atracar outro poder. O que não se pode é pedir parecer a jurista que sempre fez parecer para ato de ditadura militar, como Miguel Reale, como Ives Gandra, como Celso Bastos, que sempre se prestaram ao papel de dar parecer para atos de violência contra as liberdades políticas, e se recorrem novamente a essa sabedoria jurídica do País para justificar medidas de atropelos aos trabalhos normais de feitura da Carta Magna da Constituição do Brasil. (Muito bem!)

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O trabalho desta Assembléia Nacional Constituinte, a partir das Subcomissões e Comissões foi efetivamente um trabalho gigantesco, onde, nas Subcomissões e Comissões, por maior que fosse a passionabilidade em determinados momentos, ou em determinadas reuniões, ou por determinados Constituintes, por maior que fosse a animosidade da galeria que vinha num fluxo gigantesco para pressionar ou sensibilizar Constituintes, procurei, em suma, desde o início, cumprir os prazos predeterminados. E assim chegamos até o momento em que o Relator Bernardo Cabral começou a agir. E já no "Cabral Zero", no Ante-projeto "zero", e que lhe cabe bem a nota porque foi efetivamente zero a atividade e a ação do Relator, porque somente foram acoplados os oito relatórios das Comissões Temáticas, e já houve prorrogação. Dali para diante, de acordo com contatos de grupos na Ermida, a prorrogação se alastrava, a ponto de termos que entre o Cabral-1 e o

Cabral-2 passar-se-ia ao tempo do Cabral navegador ao Cabral Relator para que este, afinal, chegasse a Porto Seguro.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no entanto, quando chegou o momento do Plenário, quando fica determinado o prazo para apresentar destaques, não nos é concedido, sequer, o tempo para uma avaliação do trabalho realizado pela Comissão de Sistematização, senão vejamos.

Constava para hoje o início de votação do preâmbulo dos Títulos I e II. Na tarde, e em plena meditação de Finados, me parece que no silêncio dos mausoléus ou das catacumbas, surgiu a decisão de agregar mais um Título, o de número três, e fomos saber do fato quando se estava encerrando o prazo para apresentação de destaques.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Membros da Sistematização, quero deixar claro que sou dos Membros que fazem questão que esta Assembléia Nacional Constituinte transcorra com a maior agilidade possível, para que esse trabalho seja concluído tão logo possa ser efetivado. Mas não podemos deixar o Plenário sem o direito a um estudo do trabalho feito pela Sistematização, para que, a partir desse estudo feito, possamos, efetivamente, com prazo razoável, apresentar os nossos destaques.

Sr. Presidente, não se iniciou hoje a votação e não pudemos ficar sabendo que entrou um novo título ou um novo capítulo, uma nova matéria, e quando sabemos que entrou essa nova matéria já estava se esgotando o prazo para apresentar destaques a essa matéria. Não vai ser votado de um dia para o outro no plenário, até porque a Sistematização já sentiu a morosidade quando o grupo tinha menos de 100. Quero dizer que sou um dos que não assinaram o documento querendo o direito de apresentar, inclusive o novo anteprojeto, quero, isto sim, o direito de avaliar o trabalho efetuado, de procurar e pesquisar eventuais emendas para que possa pô-las em destaque, para que esses destaques sejam votados no momento oportuno, que é no plenário.

Sr. Presidente, encarecemos que seja levado a toda a Mesa, que seja levado ao Presidente Ulysses Guimarães, porque, no silêncio das catacumbas pode haver um princípio de agilização pelo demérito, deixando bem claro um conceito: o de que os 559 Constituintes não são nada mais nada menos do que instrumento dos 89 Constituintes que redigiram o anteprojeto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Palmas.)

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Quero desta tribuna fazer um comentário sobre as votações da Comissão de Sistematização. Evidente, que nem tudo que foi votado corresponde às aspirações populares, ou que pudéssemos dizer que foi o melhor para o País. Mas, quero referir-me aqui a uma votação que, tenho a certeza, corresponde aos interesses comunitários e também aos mais diretamente envolvidos, que são os notários, mais conhecidos nas suas comunidades como escrivães.

Dois artigos dizem diretamente respeito às suas atividades: o primeiro é o art. 5º, § 53 e, o segundo, o art. 119. A Comissão houve por bem consertar ajustando o primeiro através de emenda e, o segundo pela manutenção do substitutivo. Na verdade, os dois artigos eram contraditórios: um pela

gratuidade da prestação de serviços, que nada mais seria do que a estatização e, o outro, pela manutenção dos cartórios privados.

Quero cumprimentar a Comissão que foi muito feliz em coordenar os dois artigos com resultado final aplaudível, tanto pela categoria, como pela população. Acompanhei a votação de ontem, com muita atenção, foi muito esprimida, até quase tímida, para a iniciativa privada, que deveria prevalecer com larga maioria, o que não aconteceu. Isto me assusta, pois sabemos que as coisas estatizadas, na grande maioria, não funcionam. Seria o caos total se os cartórios fossem estatizados como é o desejo de 43 Constituintes da Comissão de Sistematização. Quase obtiveram a vitória, fizeram 43 votos com as ausências de alguns Constituintes; faltaram tão-somente 4 votos para a concretização desta estatização pela Comissão de Sistematização. Quero aqui fazer justiça aos abnegados e dedicados escrivães pelos relevantes serviços prestados em suas comunidades e, de uma maneira geral, a toda a Nação brasileira.

Não merecem, de maneira alguma, o tratamento que aqui recebem por parte de alguns Constituintes, que os chamaram de "classe privilegiada," de "detentores de negócios rendosos", que os acusaram de praticar "maniatis de pai para filho". É lamentável que se possa pensar, por um instante sequer, absurdos como estes, e muito mais lamentável é falar pela televisão contra pessoas que tanto têm contribuído pelo bom andamento da legalização dos documentos, quer para assegurar o direito à propriedade, quer para a firmação de atos que vêm desde o nascimento, casamento, até o documento final que é a certidão de óbito.

Não foi em vão as tantas vezes que ocupei esta tribuna em defesa da livre iniciativa, está aí uma prova evidente daqueles que querem a transformação do sistema neste País. Uns conscientes, outros acompanham, na inocência, na boa-fé. Entendi, já há muito tempo que o que está em jogo é a ideologia. Aquelas que pretendem a transformação ideológica não se interessam pelo bom atendimento ao público, não desejam que as coisas funcionem. Parece-me que, para eles, vale "quanto pior, melhor". Nós outros que pensamos em democracia, em trabalho, em livre iniciativa, em liberdade, em preservar as coisas boas que os nossos antepassados nos transferiram, não concordamos com isto.

Por esta razão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, faço um veemente apelo a todos os Constituintes para que, na votação final em plenário, seja mantido o que foi aprovado pela Comissão de Sistematização que, nada mais é, do que a justiça para os notários, continuação dos bons serviços prestados até aqui às populações. Por fim, representa o incentivo à livre iniciativa, à iniciativa privada, única fórmula de manter o homem atuante, livre, que sempre tem presente o espírito criativo e sonhador para, com alegria, ajudar a construir uma grande Pátria e a felicidade de todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT - SP - Pronuncia o seguinte discurso.): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Entre os numerosos fracassos que no seu todo caracterizam de ineficaz a ação governamental, deve-se incluir também os dos programas a cargo do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, lançado a um estado de progressiva e Acelerada falência.

Efetivamente, criado há mais de duas décadas, com a finalidade precípua de fornecer os recursos demandados pelas obras de saneamento básico e pelas construções de novas habitações, recolhidos das aplicações em cadernetas de poupança, no FGTS e da própria União, o sistema apresenta-se hoje com a sua capacidade de financiamento totalmente esgotada.

Esse quadro, consequente aos erros acumulados do Governo, entre os quais se incluem os subsídios compensatórios da inadimplência verificada durante a recessão e o desequilíbrio entre o ativo e o passivo das contas do sistema, que culminaram no rombo do Fundo de Compensação de Variações Salariais, terminou repercutindo negativamente no setor imobiliário e na própria economia nacional.

Estudos realizados na Capital do meu Estado demonstram que o Governo, ao não conseguir rearticular o Sistema Financeiro de Habitação, é na realidade, o grande responsável pela estagnação do mercado imobiliário, configurada no declínio das vendas, das construções e, o que é pior, na geração de empregos.

De janeiro a julho do corrente ano, o total de lançamentos na cidade de São Paulo ficou 54,7% abaixo do registrado no mesmo período de 1986, e empatou com o resultado dos sete meses correspondentes de 1985. Os indicadores de vendas seguem a mesma trajetória: no segundo trimestre deste ano, somente 12% dos imóveis disponíveis em São Paulo foram comercializados, contra 22% no primeiro trimestre e 32,5% nos últimos três meses de 1986.

Entre fortalecer, em bases mais realistas, o Sistema Financeiro da Habitação, e tentar manter o diluído apoio político da população, preferiu o Governo uma terceira alternativa: nos financiamentos de cerca de 1 milhão de cruzados, e o mutuário paga juros de 11% ao ano e tem direito à cobertura do resíduo do saldo devedor, acima desse limite, paga juros de 12% ao ano e é obrigado a arcar com a quitação plena do financiamento.

Esses padrões, como é evidente, não são compatíveis com a realidade do mercado. Para se obter o financiamento de 1 milhão de cruzados, que não é suficiente para a compra de um imóvel de 2 quartos, o mutuário deverá ter renda mínima de 45 mil cruzados mensais e comprometer, com o pagamento da prestação, 30% do seu salário.

Deve-se reconhecer que essas condições, notoriamente difíceis para a classe média em geral, não contribuem para a solução da crise do setor, sobretudo numa conjuntura agravada pelo arrocho salarial e pela inflação ascendente.

Como uma tentativa de solução para esses problemas, o empresariado do setor imobiliário está sugerindo ao Banco Central, ao Ministério de Desenvolvimento Urbano e à Caixa Econômica Federal uma série de medidas tendentes a reerguer o Sistema Financeiro de Habitação e o próprio setor.

A principal delas é a eliminação do rombo, estimado entre 100 e 300 milhões de cruzados, pela aplicação na construção de moradias, já no próximo ano, dos 210 bilhões das cadernetas recolhidos no Banco Central, pelo reinvestimento de 52 bilhões de retorno anual dos empréstimos concedidos e pela reaplicação do IPI e do Imposto de Renda arrecadados do setor.

Entendo que esse plano da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário – ADEMI, a par de contribuir para solucionar o problema da insolvência do sistema, traria, como vantagens adicionais significativas, o reaquecimento da construção civil e o mais rápido atendimento da demanda popular pela casa própria. Três problemas para os quais o Governo há muito tenta e não consegue encontrar solução satisfatória.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO JORGE (PT - SP. Sem revisão do orador.): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, faz hoje, dia 4 de novembro de 1987, dezoito anos da morte do Líder comunista brasileiro Carlos Marighella.

Aqui associo-me aos Constituintes Florestan Fernandes e José Genoino, registrando a minha homenagem a esse grande político brasileiro.

Carlos Marighella já era conhecido há muito tempo no Brasil pela sua combatividade na luta política e suas contribuições ao pensamento político brasileiro. É preciso ressaltar que ele, Constituinte do Partido Comunista Brasileiro, eleito pelo Estado da Bahia, foi considerado, na época, um dos parlamentares mais ativos, talvez o que mais contribuiu com propostas, debates e polêmicas na Constituinte de 1946.

Em 1965, quando a esquerda brasileira atravessava um período de perplexidade e desorientação diante do êxito nefasto do golpe militar de 1964, a personalidade política de Carlos Marighella apresentou-se de forma viva ao povo brasileiro. No Rio de Janeiro, diante da tentativa da polícia política de prendê-lo, ele resistiu, lutando contra ela. Só depois de baleado é que os militares conseguiram levá-lo à prisão.

Esse ato, importante e simbólico, teve um peso grande diante da passividade e perplexidade por que passava o povo brasileiro e suas forças políticas naquele momento.

Carlos Marighella escreveu, logo em seguida, um pequeno livro intitulado "Por que Resisti à Prisão", onde defendia e explicava o seu posicionamento de resistência e dava o tom a uma oposição à ditadura militar, com um conteúdo combativo de resistência ativa à opressão no Brasil.

Além da ação e da combatividade que sempre marcaram a atuação política de Carlos Marighella, é importante frisar também o seu posicionamento e produção teórica. Neste ponto, foi um dos principais líderes da esquerda brasileira, que criticou, de forma radical e profunda, a posição que, por décadas, trouxe a reboque as representações políticas dos trabalhadores brasileiros de uma esperança de que a burguesia nacional poderia cumprir tarefas antilatifundiárias e antiimperialista em nosso País.

Carlos Marighella, já em 65,66,67, desenvolveu uma crítica profunda a esse posicionamento, defendendo a necessidade de uma intervenção radi-

cal, independente da classe trabalhadora brasileira, como a única saída estratégica para livrá-la dessa opressão que hoje, neste momento, mais do que nunca se faz presente.

Desta forma a contribuição do Deputado Federal do PCB, pela Bahia, Carlos Marighella, é realmente presente e ele tem uma presença assegurada nas lutas e na lembrança do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando cheguei aqui, a Brasília, costumava fazer uma pergunta para as pessoas e recebia a resposta. E, a seguir, fazia uma segunda pergunta: Por quê? Depois de duas ou três vezes, um amigo aconselhou-me, dizendo: "Aqui, em Brasília, nunca procure saber o porquê das coisas, pois aqui tudo é diferente". Hoje começo a dar razão àquele amigo e conselheiro. Realmente, não consigo entender mais nada.

Não consigo compreender, ao chegar ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte, o verdadeiro calafrio que provocou a notícia de que a maioria dos parlamentares pretendia mudar as regras do Regimento Interno, numa Casa que deveria se caracterizar por decisões pela maioria.

Então, realmente, não consigo entender. Não consigo entender que seja repudiada aqui uma tentativa de fazer, por meios legais, lisos, transparentes, corretos, aquilo que se fez escondido, de maneira ilegal e arbitrária, no Gabinete do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. O Regimento Interno foi pisado, rasgado, desprezado; fomos cerceados nos nossos direitos por atos arbitrados da Mesa e de meia dúzia de pessoas que se arvoraram no direito de nos cercear a participação aqui, na Assembléia Nacional Constituinte.

Não queremos fazer a mesma coisa, queremos apenas através de uma manifestação, clara maioria, exigir algumas alterações na nossa lei interna.

Sr. Presidente, fui um dos signatários desse documento que está circulando. Assinei e assumo a responsabilidade. Mas o fiz unicamente com um propósito, e se fugir a esse propósito estou sendo traído na minha boa-fé. Assinei um documento que visa, única e precipuamente, a mudar o Regimento Interno, para que nós, os constituintes, tenhamos a possibilidade de participar. Queremos ter oportunidade de apresentar emendas ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Eu não aceito mais, Sr. Presidente, esta ditadura que se impôs aqui dentro e vou dar um exemplo: há pouco dias, votamos aqui todo o texto constitucional a nível de Comissão de Sistematização, título por título, e sempre, como é tradição, o Presidente colocava em votação, dizendo: "Submeto em votação o título tal, ressalvados os destaques". "Pois bem, Sr. Presidente. Imediatamente após aquela reunião, meia dúzia de Líderes se muniram e foram decidir quais os destaques que seriam votados. Confesso que, naquele momento, me senti traído, burlado na minha boa fé, esbulhado nos meus direitos, porque eu dei um 'cheque em branco' e ele foi mal preenchido". Não votei aqui para resguardar os destaques escolhidos pelos Líderes, votei o texto para serem resguardados todos os destaques que foram apresentados ao Substitutivo do nobre Relator Bernardo Cabral.

É por estas coisas, Sr. Presidente, que eu não posso receber aqui, silente, de braços cruzados, numa atitude tácita, complacente, esse tipo de arbitrariedade que se tornou regra dentro da Assembléia Nacional Constituinte. Eu não aceito mais! E tinha razão, quando, no início, dizia que não se deveria pôr Líder na Assembléia Nacional Constituinte. Eu não aceito mais essas regras adotadas em gabinetes fechados, nas caladas da noite, e que nos têm tirado o direito legítimo de todos nós, que vimos aqui pelo voto, de ter a participação em igualdade de condições. Então, Sr. Presidente, assinei o documento. Não quero que se mude o Sr. Relator, porque acho que estamos muito bem de Relator. Não desejo que se apresente Substitutivo, porque não foi esta a minha intenção ao assinar o documento. Quero apenas, como todos os meus colegas com quem tenho falado, o direito de ver respeitado o meu direito, que é o de participar do trabalho de elaboração da Carta Constitucional.

Não aceito, Sr. Presidente, que se dê como prioridade, nesta Casa, o tempo, quando, na verdade, a prioridade é a qualidade do trabalho que vamos fazer. Não estamos aqui redigindo um almanaque, um panfleto ou um folheto qualquer. Estamos aqui redigindo o documento mais importante, que vai regar a vida de toda a Nação brasileira.

É consciente disto e das minhas responsabilidades que haverei de clamar pelos meus direitos, e desta vez o fiz assinado este documento, que espero seja utilizado apenas para as suas reais finalidades: mudar o Regimento, para possibilitar o direito de emenda (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Diante do pronunciamento do nobre Constituinte Adylson Motta, a Mesa se sente no dever de prestar esclarecimentos não apenas a S. Ex.^a, como sobretudo, ao Plenário, no que tange à decisão adotada com a presença de todas as Lideranças e as Mesas da Assembléia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização.

A Presidência esclarece ao nobre Líder Adylson Motta que o seu Partido, presente na ocasião, ali representado pela sua expressão maior que é Presidente do Partido e Líder no Senado, Jarbas Passarinho, com o Líder Amaral Netto, com o Líder Virgílio Távora, figuras as mais preeminentes do Partido a que pertence o Constituinte Adylson Motta, todos os nobres representantes expressaram o seu assentimento à decisão que foi adotada naquela ocasião.

Não poderia a Mesa deixar passar, sem este registro esclarecedor, a incisiva e contundente manifestação da tribuna feita pelo nobre Constituinte Adylson Motta (Pausa.)

Concedo a palavra ao Constituinte Francisco Küster.

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente Sr.^as e Srs. Constituintes:

Está chegando a hora de definições, hora de sabermos quem é quem neste mundo de questionamentos, de discussões, de debates.

Na Assembléia Nacional Constituinte muita posições muitos Constituintes já as adotaram, mas a última nos causa espécie, e não quero agredir pessoalmente sequer um Companheiro Constituinte, Deputado ou Senador, mas sou obri-

gado, por um dever de consciência e compromisso que assumi com o povo, dizer que as coisas têm que tomar dois nortes distintos: aqueles, meu caro Presidente e Srs. Constituintes, que estão aqui para defender o **status quo** vigente, para proteger os privilégios que desgraçam a vida da esmagadora maioria dos brasileiros; e os que aqui também estão para defender mudanças, para ajudarem a construir o ordenamento jurídico que conte com a vontade soberana da nossa gente de mudanças e transformação da sociedade.

Então, é hora de saber quem é quem. Quem está com os interesses das multinacionais, dos grandes latifundiários, dos grandes grupos econômicos nacionais e quem quer uma mudança verdadeira, quem quer o encontro da sociedade consigo mesma, fazendo justiça, restabelecendo a dignidade enxovalhada desse povo é hora de se saber quem quer construir uma Constituição que conte com mudanças verdadeiras.

Não estamos num quartel nem estamos sob a égide da ordem unida, nem queremos esquerda ou direita, este ordenamento da caserna, mas queremos saber quem é quem. Quem está a favor do Brasil, do País e do povo e quem está a favor de interesses outros que saqueiam a honra e a dignidade do nosso povo.

Por isto, Companheiros, não quero agredir, personalizar as minhas palavras, mas quero dizer, meu caro Presidente, Srs. Líderes, meu Líder que retoma as atividades de comandante timoneiro da maior Bancada do Congresso Nacional, que já é uma colcha de retalho, não é mais uma bancada uníssona, que terá responsabilidade de ajudar, tirar o melhor na hora das votações, é hora de saber, de se questionar quem é quem, quem está com quem, quem está com este esnobe **playboy**, com formação conservadora na Europa e que hoje está por aí, liderando a aristocracia rural, que já fez abortar a reforma agrária e que está agredindo a Assembléia Nacional Constituinte; que diz que o Congresso Nacional é um mercado de má qualidade, de péssima categoria. Não vejo nenhuma reação. Por quê? porque ele tem aqui seus aliados.

O Consultor-Geral da República, sem autoridade alguma, assaca também contra a Assembléia Nacional Constituinte impropriedades que mereciam de todos nós uma reação contundente.

Por isto, proponho aos que estão com o povo, que estão com o Brasil e com os brasileiros, uma reação popular a esta vontade tirana de não deixar mudar nada neste País; de preservar o **status quo** vigente e de manter os privilégios de uma elite, de uma elite que não quer ver o povo bem e que não quer ver este País libertar-se do jugo da exploração dos grandes grupos nacionais e também das multinacionais. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Francisco Küster, o Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada, pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Constituinte Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Com um desempenho eficiente, às custas de estafante trabalho diurno, a Comissão de Sistematização já está discutindo e votando o art. 137 do Substitutivo do Relator. Isto vem demonstrar que as atividades desse importante organismo da Constituinte ingressaram em ritmo de maior celeridade, assim consultando os interesses da própria sociedade brasileira que anseia por uma Carta renovadora e adequada aos novos tempos.

Lamentavelmente, tais progressos não são saudados com otimismo por determinada corrente que pretende, a todo transe, modificar as regras regimentais estabelecidas e, através desse condenável expediente, reformular praticamente todo o anteprojeto ora em debate.

Se consumados esses propósitos, teremos a formação de um quadro indesejável de verdadeiro tumulto nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Todo os esforços até agora envidados restarão inúteis com o desperdício de precioso tempo e o aproveitamento de generosas energias oferecidas tanto pelos próprios membros desta instituição como pelo povo que para aqui encaminhou suas emendas, subscritas até com milhões de assinaturas.

Certamente a maioria dos senhores constituintes não se deixará envolver pelas manobras desenvolvidas, as quais, inevitavelmente, arrastarão a Assembléia Nacional Constituinte a um total descrédito perante a Nação.

Infelizmente, a tendência invariável dos maus perdedores sempre é a de procurar anular os resultados estabelecidos e consagrados. É a saga dos inconformados e submissos aos sentimentos menores da frustração de suas ambições.

O jogo político, Sr. Presidente, deve ser disputado no campo aberto da franqueza, da sinceridade e do respeito aos princípios mais elementares da ética.

Se os membros dessa faixa de opinião discordam dos preceitos até agora aprovados na Comissão de Sistematização, cabe-lhes o recurso democrático e regimental de terçar suas armas em plenário e assim também oferecendo a parcela de sua contribuição na feitura e promulgação da futura Constituição.

Desejo congratular-me com o Deputado Ulysses Guimarães pela forma categórica com que reagiu ao movimento desestabilizador da Constituinte. S. Ex.^a deu, nesse episódio, mais uma demonstração da firmeza com que conduz os trabalhos, tendo por ideal maior oferecer ao Brasil uma Constituição moderna e justa que traduza os mais sentidos anseios da população. Porque este é, em derradeira análise, o único compromisso por todos nós assumido perante as urnas e que não pode ser esquecido e nem traído.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ.)
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, saúdo o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, por sua reação veemente contra um golpe que se pretendia perpetrar contra a Assembléia Nacional Constituinte e contra a sua soberania. E, em segundo lugar, saúdo a figura do grande Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, o Senador

Mário Covas. Tenho certeza absoluta de que o retorno de S. Ex.^a significa um elo, o ressurgimento da própria esperança do povo brasileiro dentro desta Assembléia Nacional Constituinte. Faço questão de frisá-lo, porque esta é a verdade, é a verdade que vem das ruas.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, todas as vezes que algum sério problema econômico está sendo resolvido, todas às vezes algumas correntes dentro do Congresso Nacional e dentro da Assembléia Nacional Constituinte criam problemas, como uma espécie de manobra diversionista, como um esforço para desviar a atenção de alguma coisa que também é fundamental. Refiro-me, neste momento, ao início da capitulação do Governo brasileiro em relação aos credores internacionais. Hoje, a imprensa comunica que o Governo brasileiro começa a ceder às pressões daqueles que, ao longo da nossa História, se constituem nos grandes exploradores das nossas riquezas, nos grandes exploradores que aniquilam, ainda, todos os esforços da classe trabalhadora brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é preciso que compreendamos que, hoje, o Brasil começa a entregar ainda mais a sua soberania, capitulando diante dos credores internacionais. Hoje, na Assembléia Nacional Constituinte, um grupo, talvez não compreendendo a gravidade do momento, procura criar problemas para o único instrumento legítimo de que o povo brasileiro dispõe, a Assembléia Nacional Constituinte.

Hoje, os grandes credores internacionais, com seus eternos aliados internos, não compreendem, ou melhor, compreendem, mas não aceitam os pequenos avanços que estão sendo conquistados, a duras penas, nas votações da Comissão de Sistematização.

Sabemos todos nós que a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte tem-se comportado com grande sacrifício para dotar o Plenário de um instrumento que corresponda às aspirações da sociedade brasileira. Sabemos, também, que os grandes empresários, aliados das grandes multinacionais, não aceitam, por exemplo, a pequena estabilidade no emprego que foi concedida à classe trabalhadora, as férias em dobro, as horas extras em dobro e o mínimo de soberania que vem sendo implantado nesta Constituinte. Não aceitam e procuram articular-se com o objetivo, primeiro, de desviar a atenção da sociedade e, segundo, de criar condições no Plenário para que as pequenas conquistas sejam derrubadas.

Hoje, sabemos todos nós que o povo brasileiro começa a compreender o significado e a importância da Assembléia Nacional Constituinte, e o povo brasileiro, especialmente a classe trabalhadora, estará nas ruas cobrando de cada um a responsabilidade pelo voto que foi concedido.

Sabemos que a maioria esmagadora do povo brasileiro é constituída de trabalhadores, e todos aqueles que aqui estão com um mandato foi porque receberam o voto da classe trabalhadora, e ela estará nas ruas responsabilizando e cobrando aqueles que terão traído o voto.

Já disseram aqui que quem defendeu o parlamentarismo não discutiu em praça pública o parlamentarismo. Mas sabemos, também, que há muitos aqui que prometeram "mundos e fundos" à classe trabalhadora e aqui estão, não tratando

de algo que não foi discutido com a classe trabalhadora, mas estão aqui traíndo a classe trabalhadora, votando contra seus interesses. Não são seus representantes, são representantes da traição. Traem, porque traem o País; traem, porque traem a classe trabalhadora; traem o Brasil num momento importante. Precisamos compreender que o povo só acatará uma Constituição que corresponda às suas aspirações.

Precisamos nós, democratas, estar unidos contra todos os golpes, contra todas as manipulações, em defesa do interesse nacional, em defesa do povo brasileiro e, acima de tudo, em defesa da maioria esmagadora do povo brasileiro, que é classe trabalhadora.

(Muito bem!)

O SR. SOLON BORGES DOS REIS:

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não posso dar a palavra a V. Ex.^a, porque há oradores inscritos. Farei isto posteriormente às Comunicações de Liderança.

Tem a palavra o Constituinte Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sr.^{as}, Srs. constituintes, neste momento que antecede a votação, pelo Plenário, daquilo que pode vir a ser a nova Constituição brasileira, é preciso que os Constituintes estejam atentos para o processo rápido e praticamente incontrolável de degradação dos Poderes da República no Brasil deste momento. Ao mesmo tempo em que temos, de forma inofismável, de certa maneira e, até certo ponto, inédita na História brasileira, a degeneração da autoridade presidencial no nosso País, que nos pode levar ou a decisões de cunho meramente pessoal, personalistas, que caracterizam hoje o comportamento da autoridades do presidente da República, como pode também nos levar, a este Plenário, Deputados e Senadores constituintes, a nos surpreendermos com o processo crescente de anomia que impera na sociedade brasileira.

Existem claramente, hoje, na sociedade brasileira – isto pode surpreender, talvez, a grande parte dos constituintes – condições claramente objetivas para que tenhamos a insurreição localizada, não em forma revolucionária de setores sociais contra qualquer forma de autoridade ou de poder que não se define, claramente, na nossa sociedade. Essas condições objetivas se identificam em algumas instituições, onde os de cima não têm total capacidade de mando e os de baixo não têm claramente por que obedecer. Mas também se identificam em áreas das periferias das grandes cidades, se agravando claramente o quadro de ruptura da norma legal, mas ilegítima que temos na sociedade brasileira. E quando temos episódio onde determinados segmentos ligados às autoridades públicas não têm por parte do conjunto da população a aceitação do seu papel de autoridade, como ocorre constantemente nas áreas das grandes cidades, onde as forças policiais não conseguem deter, disciplinar, atuar de forma preventiva no mínimo delito e muito menos em crimes mais violentos, ou em crimes de maior dimensão, em relação a interesses mais gerais de estabilidade da sociedade democrática, o que achamos que está ocorrendo é que, apesar desse quadro, ainda existe um pouco de legitimidade no Congresso Constituinte. O Congresso Consti-

tuinte, no entanto, só pode ser desmoralizado depois que tivermos atingido um grau de instabilidade, um grau de desrespeito a normas que não possam mais gerar ou que não possam passar para a opinião pública qualquer credibilidade por aquilo que estamos fazendo. É nesse quadro, e é exclusivamente nesse quadro, não por causa do acordo de cavalheiros que aqui dentro deve imperar, mas pelo que possa provocar de insurreição contra o Plenário da Constituinte e contra o Congresso Constituinte, que nos devemos preocupar com acordos e com formas de funcionamento democrático, num plenário como este da Constituinte.

Não se deve pensar em normas que possam ser coletivamente cumpridas dentro deste Plenário da Constituinte, não se deve pensar exclusivamente em se manter acordos de cavalheiros ou em se manter determinadas lealdades que têm fundo exclusivamente pessoal, e que não devem sustentar autoridade numa república democrática. O que devemos levar em conta, única e exclusivamente, é como a sociedade brasileira hoje aguarda um novo estatuto e uma nova forma de organização democrática.

Para terminar. Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, não temos ilusão. A única coisa nova que saiu até agora deste Congresso Constituinte é a Lei de Greve, que é mais avançada do que a legislação espanhola, a italiana, a norte-americana ou a francesa; e semelhante à portuguesa. O resto é de uma sociedade contemporânea à sociedade do passado da Europa, mas não é de uma sociedade contemporânea do final do século XX e início do século XI.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. JESUS TAJRA (PFL – PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} Srs. Constituintes:

Antes de abordar o assunto que me traz a esta tribuna, saúdo em breves palavras, o retorno do nobre Líder do PMDB a esta Constituinte, o Deputado Mário Covas, que, após passar por momentos delicados na sua vida, e de convalescência, retorna para esta liga, onde, por certo, estará desenvolvendo a luta com a mestria com que sempre se portou na sua vida de homem público. Sei, nobre Constituinte, que V. Ex.^a, embora sendo de outro Partido, e eu nem sempre comungando com pontos de vista e idéias de V. Ex.^a, haverá por certo de valorizar os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, que precisa ser mais e mais valorizada nos seus trabalhos e nos seus objetivos.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, surpreenderam-me notícias veiculadas pela imprensa de que um grupo acentuado de Constituintes está a promover coleta de assinaturas, objetivando modificações no Regimento Interno desta Casa, permitindo que nós, Constituintes, possamos apresentar emendas ao projeto que haverá de sair – como está saindo em parte – da Comissão de Sistematização, e colegas nossos reagiram com acusação de que se processava um conluio visando a um golpe contra a Assembléia Nacional Constituinte. Surpreendeu-me tamanha aberração partindo de companheiros nossos nesta Casa, porque somos um Poder desarmado e a nossa revolução não é feita senão pelos embates das

idéias, das palavras neste plenário e nas comissões.

Não poderia eu concordar que pudesse ter alguém a pretensão de comandar um processo de golpe pelo simples fato de se pretender restabelecer, com a modificação do Regimento Interno desta Casa, o direito de termos a plenitude do exercício de representação popular como constituintes.

Eu, de minha parte, também me associo àqueles que não abrem mão de seus direitos, prerrogativas e deveres de constituintes no exercício pleno, na hora de manifestar as suas idéias, de manifestar com as suas palavras aquilo que esposa e defende.

Quero, por isso mesmo, endossar as palavras aqui ditas do companheiro Adylson Motta que, como eu, assinou esta pretensão para restabelecer um direito legítimo de todos os constituintes.

Louvo o trabalho da Comissão de Sistematização, um trabalho cansativo, um trabalho que merece respeito e consideração, mas isso não nos retira o direito de modificar o resultado desse trabalho, e é isso o que estamos pretendendo. Por isso, assinei esse processo de procurar, pela maioria, restabelecer a plenitude desse direito.

A propósito disso, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, gostaria de ler o trecho de um comentário de um dos jornalistas mais cáusticos, críticos do Governo, que, por isso mesmo, quando faz a colocação aqui, só pode merecer a nossa consideração, o nosso respeito; vou ler e deixar aqui nesta Casa registrado nos Anais.

Diz o seguinte: "Constituinte é o nome da transição".

"Em si não há nada mais na intenção de um grupo de parlamentares da direita e do centro – aliás, não gosto desses epítetos – de apresentar um projeto de constituição que possa substituir o projeto elaborado pelo Deputado Bernardo Cabral. O regimento interno da Constituinte não permite tal coisa. Mas se o grupo detém a maioria dos votos da Assembléia pode alterar o regimento e aprovar o projeto que bem entenda. Caberá à esquerda e às demais facções o legítimo direito de espernear – somente. O exercício da democracia, afinal, pressupõe o respeito à vontade soberana e limpamente exercida pela maioria.

A Constituinte foi eleita em episódio de rara liberdade de expressão de pensamento. Foram, seguramente, as eleições mais livres já ocorridas no País. Bem ou mal, a assembléia que agora está reunida em Brasília é a síntese mais próxima possível da sociedade que a elegeu. Respeite-se, pois, o que ela decidir – respeite-se, a essa altura do processo constituinte, o direito de qualquer grupo de se organizar e de tentar impor, pelo voto, seu ponto de vista. Taxar a iniciativa de golpe contra a Constituinte é, simplesmente, concessão à retórica – nada mais.

A idéia do projeto de constituição alternativo só deve preocupar se ele fizer parte, como algumas lideranças responsáveis do PMDB e do PFL entendem que faz, de um projeto mais ambicioso, ora em curso, que pretende culminar com a dissolução da Constituinte – ou, pelo menos, com sua desmoralização completa."

Sr. Presidente, com relação a esta última parte, se isso viesse a ocorrer, estaria na linha de frente me opondo a todo movimento que viesse tentar contra a soberania da Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vai-se formando, progressivamente, uma campanha hostil e insidiosa contra a Constituinte, em particular contra a Comissão de Sistematização.

Há poucos dias o jornal **O Estado de São Paulo**, em editorial, veio a público propor a realização de eleições diretas em todos os níveis imediatamente.

Esse editorial do jornal **O Estado de São Paulo** não reflete outra coisa a não ser induzir a idéia de um golpe, do fechamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Mais recentemente o jornal **O Globo** estampou um editorial em que falava em usurpação de poderes e levantou tese já defendida por Saulo Ramos, de que esta Constituinte tem poderes derivados, e que, portanto, não tem competência para elaborar uma nova Constituição, que tem poderes somente para reformar a Constituição da ditadura.

Ora, Sr. Presidente, e Srs. Constituintes, isso é brincar com o povo brasileiro, isso é brincar com 559 Constituintes, que estão aqui fazendo um trabalho sério, no sentido de dar ao povo uma Carta Constitucional que corresponda, pelo menos em certa medida, às aspirações do povo brasileiro. Também participa desta campanha, e a comanda, contra a Assembléia Nacional Constituinte, o Presidente da República José Sarney que, diante da decisão desta Comissão de Sistematização sobre o sistema de governo, veio a público dizer que isto seria inviável, que seria um verdadeiro desastre para o País a implantação do sistema parlamentar. Desastre para o País é o Governo do Senhor José Sarney! Desastre para o País é a política econômica do Senhor José Sarney! Mas não são só esses os elementos que participam nesta campanha; são os grupos econômicos, é a Confederação Nacional da Agricultura, é a FIESP, são os grupos ligados à UDR, enfim, são as classes dominantes brasileiras que não querem a menor transformação.

É necessário, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, nos perguntarmos quais as razões que determinam tão violenta reação. Por acaso elaboraram-se aqui, aprovaram aqui proposta de caráter revolucionário? Não, Srs. Constituintes, são propostas liberais. Aqui não se aprovou sequer a estabilidade no emprego, que era a proposta dos setores que defendem os interesses da classe operária. O que se aprovou foi à demissão imotivada, com uma série de restrições, inclusive aquelas relativas a empresas de até dez empregados. O que se aprovou aqui não foram às quarenta horas semanais – quarenta horas implantadas na Argentina, no Paraguai, na Colômbia e no Peru – o que se implantou aqui foram as 44 horas semanais.

Srs. Constituintes, há algumas outras questões importantes com a licença aprovada de 120 dias para a mulher gestante. Mas o pano de tudo isso, além dessas questões de caráter social, é a questão política, é a aprovação do sistema parlamentarista de governo que fere mortalmente os interesses dos grupos dominantes. Porque sabemos,

Sr. Presidente, que o sistema parlamentarista é o sistema mais permeável à pressão de grupos econômicos, é o sistema mais permeável à pressão dos militares, tanto assim que, no dia seguinte à aprovação pela Comissão de Sistematização do sistema parlamentarista, o **Correio Braziliense** trazia em letras garrafais o título: "Exército abre baterias contra o parlamentarismo".

Como se não bastasse tudo isso, Srs. Constituintes, um grupo de Constituintes procura de várias formas tumultuar os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte. As medidas que foram tomadas até agora, o foram por acordo de Lideranças com a participação da Mesa da Constituinte e da Mesa da Comissão de Sistematização, com a participação de todas as Lideranças com assento nesta Casa e com a aprovação do Plenário da Assembléa Nacional Constituinte.

Querer falar agora na tentativa de impor modificações no Regimento Interno é, na verdade, um golpe branco com que se pretende jogar na lata de lixo um trabalho de vários meses, de inúmeros Constituintes, das Comissões Temáticas, das Subcomissões, os inúmeros depoimentos de entidades populares; o que se quer é jogar na lata do lixo todo um trabalho que foi feito. Temos a convicção de que o Plenário da Assembléa Nacional Constituinte não irá admitir golpes dessa natureza, pois sabemos que as consequências seriam extremamente graves. Se o povo brasileiro, diante da expectativa de algumas mudanças, tivesse uma Carta reacionária, conservadora, contrária aos interesses do povo, não tenho dúvidas de que a reação popular seria muito grande. É necessário que os integrantes desta Casa pensem seriamente nas consequências que isso teria para a opinião pública brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, cujo cincuentenário hoje comemoramos, tem se caracterizado, durante toda sua existência, pela preocupação maior voltada para projetos marcadamente distributivos de benefícios e carreadores de renda para as populações mais carentes, dando, assim, mais ênfase aos resultados sociais dos investimentos públicos pelos quais tem sido responsável.

Dentro desse quadro, estão as melhorias e a expansão da rede rodoviária nacional, que vem, aos poucos, atingindo os locais mais distantes do território brasileiro, com vistas à facilitação do deslocamento de nossa grande massa de trabalhadores, bem como o escoamento de produtos, quer do parque industrial sempre crescente, quer do setor agropecuário, de grande significado para a economia pátria.

Dentre as obras executadas no decorrer dessas cinco décadas, algumas merecem especial destaque, pela importância que representam em suas áreas de influência e pela melhoria que proporcionaram ao tráfego de passageiros e carga.

Assim, entre as inúmeras realizações do DNER, queremos nos referir à Transamazônica, estrada pioneira que liga o Nordeste à Amazônia, com conexões com a Rede Rodoviária do Nordeste e a Belém-Brasília e que, cruzando as bacias do

Xingu e do Tapajós, faz entroncamento com a Rodovia Porto Velho-Manaus, interligando, dessa forma, extensas regiões até então isoladas e, por isso mesmo, impedidas de ter acesso ao progresso que já se espalhava por outras regiões do País mais bem dotadas de infra-estrutura no setor de transportes.

Da mesma forma, outras estradas têm sido construídas, com vistas à integração de diversas áreas ao patrimônio econômico, social e cultural do resto do País e objetivando a ocupação e exploração racional das diferentes regiões brasileiras, permitindo a expansão da fronteira agrícola, oferecendo melhores condições de assentamento ao trabalhador rural e ensejando o desenvolvimento progressivo de locais até então praticamente esquecidos, mas detentores de enorme potencial produtivo.

Os planos do DNER têm incluído o aproveitamento de nossa enorme rede hidrográfica navegável, complementando-a com estradas vicinais e criando melhores condições de uso para esses rios.

Dentro da diretriz de maximizar a utilização dos recursos disponíveis, boa parte deles proveniente do Fundo Rodoviário Nacional, encarregado de recolher impostos sobre os combustíveis líquidos, e fiel ao estabelecido no diploma legal de sua criação, que fixou como finalidades prioritárias a administração e conservação das estradas de rodagem, obras de recapeamento, de sinalização e melhorias gerais nas estradas já existentes, sem se descuidar do planejamento de novas vias, duplicação de outras etc.

Prever e organizar todos os setores do transporte rodoviário brasileiro é uma de suas atribuições. Para cumprí-la, os responsáveis pela administração do órgão têm emprestado ao estudo de aspectos relevantes toda a atenção. Segurança, técnicas de construção, escoamento da produção são alguns dos pontos especialmente considerados como prioritários.

Por esses motivos, o Brasil dispõe, hoje, de uma rede rodoviária de dimensões consideráveis, sendo que algumas das rodovias que a compõe figuram entre as mais modernas do mundo, construídas de acordo com técnicas avançadas e eficientes, que nos proporcionam substancial diminuição de distâncias, grande economia de combustível e integração mais intensa entre zonas produtivas ou recém-abertas à expansão econômica.

Conservação, melhoramentos, abertura e pavimentação constante e intensiva de rodovias são essenciais para o crescimento econômico e social do País e tudo o que já conquistamos, nesse sentido, se deve aos que, nos cinqüenta anos decorridos desde sua criação, dirigiram o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a seus técnicos e, sobretudo, àquela multidão de trabalhadores anônimos que, diuturnamente, vêm emprestando ao órgão o melhor de seus esforços.

Desejamos, portanto, em nome da Liderança do PMDB e em meu próprio, prestar nossas melhores homenagens ao Sr. Ministro dos Transportes, ao Superintendente do DNER e a todos os seus funcionários e colaboradores, com os cumprimentos pelo que até aqui tem sido realizado e os melhores votos de profícias realizações futuras, pois o Brasil e os brasileiros bem as merecem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não se pode mais disfarçar a existência de um dissídio, astutamente encoberto por "lobbies" embuçados, entre a magistratura judicante, atingida em sua mais alta Corte, e a magistratura postulante, representada pelas tendências fiscalizadoras da Ordem dos Advogados do Brasil.

Quando era Consultor-Geral da República o atual Presidente do Supremo Tribunal Federal – que antes saudara a Suprema Corte em nome de todos os advogados do Brasil, por indicação da OAB – Sua Excelência, em irresponsável parecer, evitou urna pretensão do Ministério do Trabalho, no sentido de jungir aquele colegiado ao sindicalismo oficial.

Hoje se surpreende uma manobra de alguns postulantes, em bom entendimento com a Presidência da Constituinte, para submeter o Poder Judiciário a um Conselho Nacional de Justiça, em cuja composição haveria membros indicados pelo Congresso Nacional, pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Pior do que isso somente o tratamento dado ao Poder Judiciário como um todo.

Teríamos, então, os postulantes julgando os supremos juízes, numa subversão de que não há qualquer precedente no contexto da organização jurisdicional brasileira.

Essa manobra demonstra, claramente, que o preclaro colegiado dos advogados não está muito interessado em manter a independência da magistratura, procurando prevenir-se contra o fantasma, que seria a ditadura do Poder Judiciário no País, o único órgão realmente desarmado no contexto orgânico do Estado, sem qualquer instrumento, que não a lei e a força dos julgados inapeláveis, para velar pela ordem institucional e pela garantia dos direitos e liberdades individuais, como supremo intérprete da Constituição e das leis.

Esse controle externo do Judiciário, que se inseriu no último Substitutivo do relator na Comissão de Sistematização, mereceu a unânime repulsa dos presidentes de todos os Tribunais de Justiça do País, em documento encaminhado ao Presidente Ulysses Guimarães, verberando a instituição espúria inaceitável, absurda e insustentável, em que os advogados podem colocar os juízes no banco dos réus.

Não é isso o que deseja a sociedade civil brasileira, que estima suficiente os seus advogados para não acreditar que insistam nessa desonrosa emulação, em detrimento da magistratura.

Sem condições de trabalho, mal remunerados na maioria dos Estados, sem os meios cabais para o próprio funcionamento, só faltaria a "capitis diminutio" desse Conselho indesejável para aviltar, definitivamente, a magistratura brasileira.

É tempo de expungir, ainda na Comissão de Sistematização, essa teratologia jurídica, que insulta a Justiça brasileira.

Não podemos ficar assistindo, impassíveis, a agressão que diariamente sofre um poder que é um dos pilares mestres do estado democrático. O poder é tratado na Constituinte como poder um auxiliar, categoria inferior, e não como indispensável ao Estado democrático, como o Executivo e o Legislativo. O controle externo do Judiciá-

rio, previsto no Projeto de Constituição, não lhe dá autonomia de funcionamento.

É tempo de expungir, ainda na Comissão de Sistematização, essa teratologia jurídica, que insulta a Justiça brasileira.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB)

– BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desde os mais remotos tempos da nossa civilização os cidadãos têm se preocupado com o uso do dinheiro público, lutando pelo estabelecimento de critérios eficientes para o seu controle e fiscalização.

Já na Grécia antiga, há mais de dois mil anos, elegiam-se anualmente, dez tesoureiros da deusa Atenas perante os quais todos quantos exerciam parcela da administração deveriam não só justificar os atos da sua gestão, mas também prestar contas do dinheiro recebido.

A decisão de se estabelecer uma fiscalização financeira e orçamentária no Brasil foi marcada pela luta para a criação de um Tribunal de Contas, luta essa que começou no Império, mas que só gerou os primeiros frutos em 1850, quando foi criado o Tribunal do Tesouro, composto pelo Ministro e quatro Conselheiros escolhidos entre os Diretores Gerais daquele Ministério. Só em 1890 foi, finalmente, criado o Tribunal de Contas.

As dificuldades iniciais foram imensas devido às hostilidades praticadas por Floriano Peixoto que não aceitava a fiscalização prévia exercida pelo Tribunal de Contas, e só na Constituição de 1934 foi garantido espaço mais amplo à sua atuação, arrolando-o entre os órgãos de cooperação nas atividades governamentais.

Na Constituição de 1891, estava previsto que competia privativamente ao Congresso Nacional orçar anualmente a receita, fixar a despesa e tomar as contas do exercício financeiro.

A iniciativa das leis orçamentárias era da Câmara dos Deputados enquanto hoje, no nosso processo, a iniciativa é apenas do Executivo.

Continuaram na Constituição de 34 as mesmas idéias, de que competia ao Legislativo aprovar o orçamento e analisá-lo, tratar dos assuntos monetários e dos aspectos da dívida.

Na Constituição de 37, havia alguns dispositivos que vedavam ao Executivo, mesmo em caso de recesso ou de dissolução da Câmara dos Deputados, de expedir decretos-leis sobre orçamento, imposto, moedas e empréstimos. Uma Constituição que, teoricamente, deveria dar mais poder ao Executivo proibia textualmente a expedição de decretos-leis que apareceram pela primeira vez, em nossa legislação, naquela Carta Magna.

A Constituição de 1946 estabelecia que “compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, votar o orçamento, votar os tributos próprios da União e regular a arrecadação e distribuição de suas rendas, dispor sobre a dívida pública federal e os meios de solvê-las, autorizar a abertura, operação de crédito e a emissão de recursos fechados”.

Estabelecia, ainda, que o Tribunal de Contas passaria a ter, como uma de suas atribuições, auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização orçamentária.

O cerceamento do Congresso Nacional iniciou-se nesse período, estabe-

leceu que qualquer projeto de aumento de despesa pública não poderia ser emendado pelo Poder Legislativo.

Esse dispositivo foi ampliado então com a outorga da Constituição de 1967 e confirmado na atual Constituição em seu artº 65, cujo § 1º estabelece:

“§ 1º Não serão objeto de deliberação emendas em que ocorram aumento de despesa global ou de cada órgão, projeto ou programa ou os que visem a modificar o seu montante, natureza ou objetivo.”

Isso significa, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tolher a participação do Legislativo no processo orçamentário, diminuindo ou até mesmo aniquilando o papel do Congresso Nacional no processo de fiscalização.

Era o começo de um progressivo processo de centralização que usurparia as nossas prerrogativas, esvaziando o Congresso Nacional de atribuições que lhe são essenciais.

Esse dispositivo constitucional, que alijou da apreciação orçamentária o Poder Legislativo, fez-nos chegar ao ponto de desequilíbrio em que hoje estamos, com o superdimensionamento do Poder Executivo, em um sistema de governo em que os demais poderes são esmagados pelo Poder Central.

No momento em que estamos elaborando uma nova Constituição, precisamos trazer essas idéias ao debate.

A nova Constituição precisa nos devolver prerrogativas que nos foram arrancadas, arbitrariamente, e restaurar a dignidade do Congresso Nacional, que não pode continuar apenas com a função de homologar ou contestar os atos do Poder Executivo.

Não podemos mais conviver com esse Presidencialismo imperial, sendo agredidos em nossa independência pelos inúmeros decretos-leis que usurparam poderes que nos pertencem e nos colocam no papel de meros caudatários do Poder Executivo.

Não haverá democracia plena sem um Poder Legislativo forte e independente.

Não podemos exercer a nossa função fiscalizadora, se não nos forem garantidos, na Constituição, instrumentos eficazes para desempenharmos o papel que a história nos reserva e que o povo brasileiro espera do Congresso Nacional.

O Congresso Nacional deve ser não apenas o **forum** de debates dos grandes assuntos nacionais, mas deve ter o poder de influir nas decisões e no estabelecimento das nossas prioridades.

As comissões permanentes e as CPI devem ser fortalecidas e revigoradas, atribuindo-lhes funções efetivas de controle e fiscalização para que elas tenham condições de desempenhar seu papel, trazendo ao plenário desta Casa as informações necessárias para que possamos decidir, com independência, sobre os grandes problemas deste País.

Não podemos e não queremos trabalhar sob pressão. Impõe-se uma dilatação nos prazos de apreciação das matérias orçamentárias no Congresso Nacional, considerando-se que deve caber ao Legislativo a apreciação não só do orçamento, como de planejamento.

Precisamos fazer uma análise consciente das políticas públicas a serem operacionalizadas por

esse Orçamento, mediante análise dos orçamentos das Estatais, dos orçamentos e instrumentos monetários, e dos instrumentos de endividamento.

Estaríamos assim propiciando uma maior participação do Legislativo na sistematização orçamentária.

O orçamento deve ser aprovado antes do início do exercício, mas depois de ter sido exaustivamente analisado pelo Congresso, que tem o dever e o direito de participar da sua elaboração.

A Comissão Mista de Orçamento foi criada não para apressar o contato do Congresso Nacional com o orçamento, já que não podemos propor efetivamente qualquer alteração na Lei Orçamentária.

Entendemos que ela deveria ser eleita pelo prazo mínimo de dois anos, dentro do contexto de nossa economia.

Dessa forma ela poderia apreciar as contas anteriores e acompanhar a execução do orçamento vigente, apreciando também os critérios adicionais, as alterações das leis orçamentárias e analisando a próxima proposta orçamentária.

Não queremos continuar sendo apenas vítimas das decisões do Governo, mas fadios, desde que possamos desempenhar as funções que nos têm sido negadas ao longo dos últimos anos.

Algum avanço tem sido feito nos últimos anos, especialmente na atual legislatura, mas faltam-nos ainda os instrumentos institucionais para que a nossa participação se torne mais efetiva e possamos retomar o nosso caminho e contribuir decisivamente para o aperfeiçoamento das nossas instituições.

Não pretendemos esvaziar o Poder Executivo, mas fortalecer o Legislativo, devolvendo-lhes as prerrogativas que lhe foram tiradas pelos governos nos últimos 40 anos.

Precisamos lutar sem esmorecimento para que não sejamos apenas figurantes no processo de transição que estamos vivendo, mas que nos seja permitido participar efetivamente, desempenhando o papel que nos está reservado e que caracteriza a atuação do Poder Legislativo nas democracias ocidentais.

Não temos a pretensão de atingir o grau de aperfeiçoamento alcançado pelos Estados Unidos, que veda ao Executivo a iniciativa de qualquer lei, mas pretendemos, sim, reduzir a sua presença no processo legislativo, pois só assim teremos condições de ver cumprido o dispositivo constitucional que estabelece que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário são poderes independentes e harmônicos.

Abrimos mão dos possíveis privilégios, mas exigimos os nossos direitos, principalmente aqueles inalienáveis, pois cabe ao Legislativo o dever e o direito de legislar, e disso não podemos abdicar.

A Constituinte deve gerar um Legislativo forte, pois só assim evitaremos as crises ou sairemos delas sem as seqüelas que o atual desequilíbrio entre os Poderes vem provocando.

O momento é de reflexão, mas é também de muita ação, pois se nos omitirmos, poderemos aprofundar a crise política que estamos vivendo e perderemos a oportunidade que a história nos está dando de corrigirmos os desvios da nossa democracia e os vícios herdados do autoritarismo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, precisamos resgatar o Poder Legislativo para torná-lo mais

ágil e mais respeitado. Só assim assumiremos definitivamente as nossas funções históricas e redimiremos a imagem desta Casa.

O Legislativo deve fiscalizar os atos do Executivo com isenção e altivez, mas para isso deve ser investido com poderes próprios e merecer do Governo federal o tratamento prescrito na nossa Carta Magna.

Vamos unir os nossos esforços e nos conscientizar de que juntos, com um só pensamento, poderemos vencer essa batalha e restaurar as tão reclamadas prerrogativas do Poder Legislativo, devolvendo a esta Casa a autonomia subtraída através de medidas arbitrárias dos governos revolucionários.

Não podemos continuar convivendo com os decretos-leis e não podemos aceitar o alijamento do Poder Legislativo das discussões e das decisões sobre o problema de nossa dívida externa.

O Congresso Nacional tem uma valiosa contribuição a dar no equacionamento dos grandes problemas nacionais e não pode continuar à margem das decisões, vilipendiado e humilhado, sem poder exercer o seu papel fiscalizador, por lhe faltar os instrumentos que lhe são negados no próprio texto constitucional.

Só alcançaremos a plena redemocratização deste País se libertarmos o Poder Legislativo das limitações impostas pela atual legislação e possibiltermos o seu aperfeiçoamento pela prática das normas democráticas, através de uma convivência pacífica e independente em relação ao Poder Executivo.

Este é o grande desafio que temos de enfrentar, e tenho certeza de que o venceremos, para o bem da democracia e para o bem do Brasil.

**O SR. MAURO SAMPAIO
(PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A trágica ocorrência de Goiânia, onde mais de uma dezena de pessoas sofreu a irradiação do cério utilizado por uma clínica desativada, já produziu, algumas vítimas letais, servindo ao mesmo tempo, para despertar, na opinião pública e no Governo, uma consciência mais aberta para o problema da deposição do lixo atômico em locais previamente estudados, que ofereçam o mínimo de risco à população.

Antes mesmo do desastre de Chernobyl, na União Soviética, o problema vinha sendo estudado nos Estados Unidos, fixando-se até março deste ano a última data para o jazimento desses resíduos nucleares, estudados, previamente, nove locais, principalmente nas paredes de formações salinas subterrâneas, mais propícias a essa localização.

O Presidente Reagan assinou uma "Política de Resíduos Nucleares", estabelecendo um cronograma para a busca desses sítios, a partir de 1984, ouvidos especialistas em segurança nuclear, legisladores e cientistas, bem como os portavozes das "reservas indígenas", temerosos de que se indicassem nelas a localização desses rejeitos mortais.

O termo da operação foi adiado para dezembro de 1990, mas o Departamento de Energia prevê que a operação do primeiro depósito somente ocorrerá em 1998.

Os técnicos acham que não há muita pressa porque o material a ser depositado permanecerá

radiativo por espaço de cem a trezentos anos e perigoso por um milênio, utilizando-se, por enquanto, o depósito de rejeitos em tonéis e em "containeres" de navios, com um sistema provisório de advertência, em depósito recuperável, abaixo do chão.

De qualquer modo, a eleição do sítio para jazimento do rejeito nuclear implicará em reações locais, terminado-se por utilizar aqueles onde haja menor resistência e força política das populações vizinhas.

Isso nos leva a pensar no problema brasileiro da deposição do lixo atômico, esperando-se que não haja sugestão no sentido de localizá-los nas reservas indígenas, como se propôs, inicialmente, nos Estados Unidos.

Se a solução pode ficar distanciada no tempo, como acontece naquele grande país, é preciso que se tomem previdências no sentido de estabelecer, no Brasil, uma "Política de Deposição de Rejeitos Nucleares", amplamente estudadas as soluções possíveis, até mesmo a hipótese de lançamento desse rejeito nas covas pelágicas do Atlântico, há mais de quatro mil metros de profundidade, ao longo do litoral brasileiro e a distâncias superiores a cem milhas da costa.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há cerca de três anos, a Assembléia Legislativa da Paraíba prestou significativa homenagem ao ex-Deputado José Pereira Lima, grande responsável pelo movimento cívico que resultou na implantação da chamada República de Princesa Isabel, no alto sertão do meu Estado, em 1930. Foram seis meses de luta intensa, em nome dos princípios de autonomia e independência político-partidários que deveriam inspirar a atividade pública, infelizmente desprezados pelos detentores do poder, na época. Contra tal estado de coisas, rebelaram-se as maiores Lideranças da Paraíba, sob o comando do Deputado José Pereira Lima, e, dessa luta, resultou o esfacelamento das forças epitacistas paraibanas, culminando com o assassinato do então Presidente João Pessoa Cavalcanti da Albuquerque, então candidato a Vice-Presidente da República, ao lado do candidato Getúlio Vargas, o que apressou a revolução de outubro de 1930.

É natural que os fatos foram deturpados, ar ao sabor das conveniências políticas e eleitorais, sobretudo porque depois de vitoriosa a Revolução de 1930, seguiu-se um período de inevitável exacerbão de ânimos, com perseguições às mais clamorosas, tendo como vítimas os seguidores da República de Princesa e do seu grande comandante, o Deputado José Pereira Lima.

Passado mais meio século da deflagração dos episódios históricos, começo-se a se fazer uma revisão daqueles acontecimentos, através de uma análise mais desapaixonada e condizente com a realidade de então, em busca da verdade histórica.

Dentro dessa preocupação, Sr. Presidente, é que foi realizada a Sessão Extraordinária, no Poder Legislativo da Paraíba, com a produção de dois depoimentos: o primeiro, de minha responsabilidade, intitulado: "Epitácio Contra o Epitacismo?" e o segundo "A Chama Acesa", de autoria do atual Deputado Aloisio Pereira Lima, filho do homenageado.

Para que constem dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.^a sejam os mesmos transcritos, na íntegra, para conhecimento e julgamento de quantos se interessarem pela História da Paraíba e pelos momentos episódios da "República de Princesa". Seguem os documentos referidos.

2.7 – EPITÁCIO CONTRA O EPITACISMO?

Discurso pronunciado pelo deputado Evaldo Gonçalves de Queiroz, no dia 27 de novembro de 1984, no Plenário da Assembléia Legislativa da Paraíba, quando das comemorações do centenário de nascimento do ex-deputado José Pereira Lima.

1 – Liderança Política

O exercício da atividade política é mister dos mais nobres, quando inspirado nos ideais do bem comum. Compara-se, necessariamente, a qualquer outra que prime pela sustentação e defesa dos interesses superiores da comunidade. A ninguém deve envergonhar a condição de político, quando do seu desempenho resultem sempre vitoriosos os valores maiores da coletividade. Tem sido uma atividade muito injustiçada. Não raro, a ela se fazem referências nem sempre lisonjeiras, extensivas, inclusive, aos que nela militam. São freqüentes as farpas lançadas sobre o político e a política. Esquecem-se tais críticos deste conceito de Aristóteles: "em Política, o bem comum é superior ao bem particular". Ante a ação política preferem geralmente ater-se às exceções para menoscá-la e trazê-la, invariavelmente, sob a suspeita de atividade marginal e interesseira.

E certo também, por outra lado, que de uma análise desapaixonada e isenta que se faça da atividade política, resta provado e comprovado um resultado dos mais alvissareiros, em termos de benefícios públicos destinados a um maior número de pessoas e regiões. Não há como se possa negar essa palpável realidade. E se débitos há, incomparavelmente muito maior é o saldo positivo registrado na contabilidade das ações políticas. O entendimento é que contra esse fato não há de prevalecer nenhum argumento por mais convincente que pareça.

Outra verdade incontestável é que ninguém exercita a atividade política sem a necessária vocação de servir. Alguns, por algum tempo, parafraseando o admirável Presidente Lincoln, poderão fazê-lo sem o competente vocacionamento. Jamais o farão por muito tempo. Cedo estarão marginalizados e nenhum artifício será capaz de conferir-lhes longevidade política. Fatores outros influem quanto ao menor ou maior êxito. Isto é inegável. Todavia, a predisposição natural para o altruísmo, no sentido de que tudo deve ser feito em favor dos outros é condição mais que necessária para um bom desempenho da atividade política.

Não estamos dizendo nenhuma novidade. O que foi dito é puro truismo. Só igual ao que pode ser assim resumido: sem que se defendá o bem comum impulsionado por forças interiores bem disciplinadas, jamais o desempenho da atividade pública se transformará no exercício pleno de uma verdadeira liderança política.

Essas considerações iniciais vêm à tona na oportunidade em que esta Casa de Epitácio Pes-

soa presta merecida homenagem ao Deputado e chefe político José Pereira Lima, quando das comemorações do centenário de seu nascimento.

A ele podem ser negados muitos atributos, menos o de que foi um líder do seu tempo. Liderança essa exercida dentro daqueles melhores parâmetros a que nos referimos: vocação de servir e compromisso com o bem comum.

1.1 – Coronelismo construtivo

Não precedem mais aquelas insinuações, muito difundidas, de que José Pereira Lima representou uma época obscurantista, em que o coronelismo respondia pelo atraso dos nossos costumes políticos. E não só por isso. Por muitos outros males de que padecia, sobretudo, nossa hinterlândia. Nem a José Pereira Lima, nem à grande maioria dos chefes políticos de nossa Primeira República, se pode fazer tal imputação.

As lideranças políticas eram exercidas, como ocorre hoje, em função do interesse público. Existia uma concentração maior de poderes nas mãos dos chamados coronéis, exatamente em razão da ausência do Estado, quanto ao provimento de meios e recursos necessários à manutenção da ordem pública, tarefa que era naturalmente delegada aos chefes políticos do interior, sobre cujos ombros repousavam as responsabilidades de não deixarem faltar nada aos seus amigos. Um outro detalhe importante: é que as comunicações eram difíceis e as estradas não existiam. Os governadores de então, com raríssimas exceções, se limitavam a construir e realizar na Capital do Estado. Muitos ou quase todos da nossa Primeira República foram excelentes Prefeitos de João Pessoa. Isto ocorria até mesmo por dificuldades de acesso ao interior.

Vejamos, a propósito, o que diz o Ministro Osvaldo Trigueiro, no seu livro "A Paraíba na Primeira República".

"Até a construção das grandes rodovias havia como que duas Paraíbas: a do litoral, cortada pela estrada de ferro e suscetível de policiamento, ao menos virtual, a do sertão que começava em Campina Grande, onde, por falta de meios de transporte, o policiamento era impraticável. Em linhas gerais, pode-se dizer que, no Brejo, o Estado garantia a todos, inclusive os proprietários da zona rural, mas, no sertão, os proprietários tinham que se garantir por si mesmos."

Ora, na impossibilidade de o Estado dar aquelas garantias individuais indeclináveis ao que trabalhavam e residiam no interior do Nordeste, cabia tal missão às chefias locais, que, naturalmente, se confundiam com as lideranças políticas de então. E essa atribuição supletiva não se limitava à manutenção da ordem pública e da tranquilidade pessoal. Estendia-se a outras áreas não menos importantes, quais sejam a da assistência médico-hospitalar e a da prestação do serviço escolar, dentre tantas outras. Esse coronelismo era salutar e nada tem a dever a outros tipos de ação, ainda hoje em vigor, tudo em nome da solidariedade humana e do desejo de atenuar os efeitos constrangedores de seculares necessidades.

Não se venha arguir que houve distorções comprometedoras nesse sistema, a que se chamou de coronelismo político. E que, por via de consequência, todos os vícios e males estruturais e con-

junturais da sociedade de então devam a ele ser atribuídos. Aí teríamos, mais uma vez, a utilização da exceção como regra geral. Em uma palavra: o conhecido erro das generalizações irrefreáveis.

No caso em análise, não há como se possa imputar ao Coronel José Pereira Lima, Deputado desta Assembléia em várias Legislaturas, de 1916 a 1930, a pecha de sanguinário ou desordeiro contumaz. É voz corrente que sempre se conduzia com equilíbrio e reconhecido espírito público no desempenho de uma natural liderança política, herdada de seu pai, Coronel Marcolino Pereira, que, ao falecer em 1905, transferiu-lhe assim a chefia do Município de Princesa, no sertão paraibano. Para isso, teve até que interromper seus estudos superiores em Recife, onde cursava já, nessa época o 3º ano do curso de Direito. A tal sacrifício, levou-lhe o bem que queria à sua terra natal.

Sua formação política foi estruturada toda ela nos deveres da lealdade, não admitindo fugas aos compromissos assumidos, quaisquer que fossem as consequências e as motivações. Mereceu, por essa sua intransigência partidária, o título que lhe conferiu o Presidente Epitácio Pessoa, a cuja chefia se integrou, em 1915, de "Protótipo da Lealdade".

Sobre o relacionamento de José Pereira Lima com o Presidente Epitácio Pessoa e a natureza do desempenho de sua chefia política em Princesa, a partir de 1905, diz o escritor Joaquim Inojosa, no seu Livro "República de Princesa":

"...Primeiro, o Coronel Marcolino Pereira, que morrendo em 1905, legou ao filho José Pereira os bens e o centro do comando, por este consolidado em 1915, quando garantiu a Epitácio Pessoa, não apenas no município, mas no adjacente sertão paraibano, a vitória nas renhidas eleições daquele ano; segundo, lutando por transformar o município no mais próspero da região, tornando-se, por todo o vasto sertão paraibano, autorizado porta-voz do epitacismo dominante, o amigo número um de Epitácio Pessoa na Paraíba por 15 anos seguidos."

Como se vê, ao mesmo tempo que José Pereira Lima consolidava suas lideranças políticas em Princesa e no sertão paraibano, através de atos leais, sobretudo ao epitacismo que ajudara a implantar, não se esquecia de seus compromissos de transformar a região numa das mais desenvolvidas do Estado. A isso se pode chamar coronelismo construtivo e voltado para os superiores interesses do povo.

1.2 – Combate ao cangaceirismo

Freqüente é a deliberada confusão que se faz entre coronelismo e cangaceirismo, fenômenos distintos ocorridos no sertão da Paraíba e por que não dizê-lo, em todo o Nordeste, do final do século passado até as primeiras décadas do atual. Nesse período, tornaram-se temidos Antônio Silvino e Lampião, chefes de bandos que intranquilizaram o interior do nosso Estado, durante um longo período. Há até a notícia de que o monsenhor Walfrido, quando Governador, ao mesmo tempo que determinava energético combate a Antônio Silvino, a ele pagava uma contribuição anual, através de parentes de Areia, a fim de que sua fazenda Jandaíra, em Barra de Santa Rosa, não fosse molestada pelo temido cangaceiro. Sig-

nificava tal condescendência oficial a confissão da sua própria impotência em erradicar tal flagelo social.

Convém, porém, não confundir coronelismo com cangaceirismo. O Ministro Osvaldo Trigueiro, na obra já citada, faz, com a sua reconhecida competência, a distinção. Diz ele:

"É corrente a observação de que a vida do Nordeste, até recentemente, foi fortemente condicionada pelo cangaceirismo e pela política dos coronéis. Esta é uma impressão persistente, graças à publicidade decorrente da criminalidade política, que perdura em alguns pontos da região. Nessa generalização há evidente exagero ou distorção, que não corresponde à realidade. O interior do Nordeste é tão pacato quanto o resto do Brasil."

Depois de falar sobre a precariedade do policiamento no interior do Nordeste, complementa seu raciocínio o nosso ex-Governador Osvaldo Trigueiro:

"Isso explica que muitos chefes e fazendeiros, ali, recorreram à proteção de capangas, que eram uma espécie de polícia supletiva. Nisso nada havia de peculiar ao Nordeste, cujos jagunços não eram diferentes dos da Bahia, de Minas ou do Mato Grosso."

Conclui o Ministro do Supremo Tribunal Federal:

"Fenômeno diverso era o cangaceirismo, caracterizado pela formação de grupos armados permanentes, de homens fora da lei, que campeavam pelo Sertão, desafiando a ordem legal e praticando atentados à vida e à propriedade. Desse flagelo a Paraíba sofreu longos anos, e o Governo não o extingui, senão depois que as estradas e os transportes motorizados deram à Força Pública a indispensável mobilidade".

Nessas condições, qualquer tentativa de confusão quanto aos objetivos dos dois fenômenos – coronelismo e cangaceirismo – é distorção que não resiste a mais superficial análise. Só comparável a de que teria sido o Deputado José Pereira Lima um protetor de cangaceiros ou, na opinião dos mais radicais, um deles. Talvez a fantástica versão tenha resultado de um diálogo, um tanto quanto áspero, mantido entre ele e o Presidente João Pessoa, em Palácio, quando ainda mantinham relacionamento político. Tal conversa está narrada assim, no livro já referido do Escritor Joaquim Inojosa: citando José Américo;

"...João Pessoa, num de seus rompantes incontroláveis, chamou José Pereira de cangaceiro."

É atribuída a José Pereira Lima a seguinte resposta:

"Os cangaceiros que tenho no município são os eleitores do seu tio Epitácio..."

A verdade histórica, muito ao contrário, considera o Coronel José Pereira Lima como um dos esteios valiosos, de que lançou mão o governador João Suassuna, para fugir, do território paraibano, o cangaceiro lampião, que, varejando os sertões pernambucanos, respeitou sempre as nossas fronteiras, sobretudo aquelas guardadas pelo Coronel de Princesa.

Uma outra prova de sua incompatibilidade com o cangaceirismo é sua denúncia ao Presidente

Washington Luís, feita logo após a invasão de Teixeira, em fevereiro de 1930, pelas forças policiais do Estado, dizendo textualmente:

“...Tive conhecimento de que Manoel Cândido, delegado de Piancó mandou convidar o facínora Lampião, meu inimigo rancoroso para fazer parte do batalhão provisório, no posto de Capitão, com o fim de combater-me”.

É de se ressaltar que, pela inestimável colaboração que prestara à Polícia de Pernambuco, no combate ao cangaceirismo, inclusive a Lampião, o Deputado José Pereira Lima recebeu telegrama de agradecimento do Chefe de Polícia daquele Estado, na época, Eurico de Souza Leão. São fatos irretorquíveis que resistem a qualquer contestação.

Dai a conclusão que se impõe: quem, como o Deputado José Pereira Lima, defendeu a propriedade privada, sua e dos seus amigos, contra a ação do banditismo; quem, como ele, ajudou à Polícia da Paraíba e de Pernambuco no combate ao crime organizado por parte dos cangaceiros, jamais poderá receber acusação de um fora da lei.

É importante o depoimento que presta o Escritor Barbosa Lima Sobrinho, às fls. 179, do seu livro “A Verdade sobre a Revolução de Outubro”:

“Quanto a José Pereira, estava longe de ser o bandido que a campanha aliancista descrevia. Era apenas um chefe igual aos outros, com os defeitos e as virtudes do sertanejo, decidido e valente, dissimulado, sagaz e convencido, como todos os habitantes daquelas paragens”.

1.3 – Solidariedade Epitacista

Por todas essas circunstâncias, não foi difícil ao Líder de Princesa constituir, ao seu lado, uma legião de bons amigos, não só no município, onde exercia mais de perto sua chefia, mas, inclusive, em inúmeros outros da região do Sertão, do Cariri e até do litoral paraibano.

Ao se sentir obrigado a romper com o Presidente João Pessoa, não o fez sozinho. Levou consigo uma pléiade de líderes, igualmente prestigiosos, o que lhe autorizou a comunicar ao Presidente da República:

“Minha adesão arrebanhou contingentes de vários municípios.”

Isto em função da solidariedade que recebeu de Pedro Firmino, de Patos; Nilo Feitosa, de Monteiro; dos Cunha Lima, de Areia; de Manoel Borges, de Mogeiro; de Duarte Lima, de Serraria; de Antônio Pereira e José Brunet, de Misericórdia; de José Duarte Dantas, de Imaculada, e de toda a família Dantas, bem como de João Suassuna, além do Padre Manuel Octaviano, vigário de Piancó e chefe político de Conceição. A estes se incorporaram, depois, o Senador José Gaudêncio de Queiroz, Artur dos Anjos, Oscar Soares, Flávio Ribeiro Coutinho e Acácio Figueiredo, numa integração de interesses contorrâneos que não exclui sequer o tradicional chefe das oposições paraibanas, o desembargador Heráclito Cavalcanti.

Todos foram unânimes em proclamar a liderança do Chefe da República de Princesa, em face dos resultados favoráveis das eleições de março de 1930. É bem significativo o texto do

telegrama seguinte, endereçado ao Deputado José Pereira Lima.

“No momento em que acabamos de ser reconhecidos deputados federais pelo nosso Estado, enviamos ao querido amigo afetuoso abraço de congratulações, que significa, ao mesmo tempo, a demonstração de que não esquecemos, um só instante, o mais genuíno tipo de nossa bravura, aceitando a luta armada contra a opressão, em nome dos brios ofendidos, ainda que sem sacrifício dos nobres sentimentos de bondade e humanidade de que tem dado sobejá prova em toda a sua vida pública e particular. Temos a convicção de que, como nós, lhe fazem justiça quantos o conhecem de perto e sabem de que dedicação é capaz a causa que mereça a sua adesão e apoio.”

Essa unidade de pensamento, que resultou uma solidariedade quase unânime das velhas forças epitacistas à chefia de José Pereira Lima, tinha suas origens no prestígio que lhes deferira o ex-Governador João Suassuna, no quadriénio anterior à Presidência de João Pessoa. Naquela gestão, as bases políticas do interior foram sempre ouvidas pelo Presidente do Estado, que nada fazia sem sua audiência e concordância plena. Ademais, diferentemente de seus antecessores, não se procurou fazer apenas na Capital do Estado, reduzindo-se a ação do Presidente a uma autêntica gestão municipal.

O Presidente João Suassuna voltou-se, também, para o interior e sua grande preocupação foi com o abastecimento d'água da cidade de Campina Grande, tentando uma solução através de reservatórios construídos em Puxinanã, logo depois considerados insuficientes. Todavia, lá ainda estão os mananciais, servindo agora ao sistema de abastecimento daquela cidade.

Sobre o Presidente João Suassuna, depõe o Ministro Osvaldo Trigueiro, no seu livro já citado:

“...Para ele, o sertão estava em primeiro lugar.”

Em seguida, complementa magistralmente:

“...Com Suassuna, porém, o coronelismo epitacista teve a sua fase áurea. Suassuna sempre viveu no sertão, conhecia de perto todos os coronéis, era amigo e compadre de vários deles e sempre soube manter com eles íntimo e afetuoso relacionamento. Em seu governo, os coronéis do partido eram acolhidos com brado de armas e, de certo modo, tinham precedência sobre os doutores.”

Ainda adiante o ex-Governador Osvaldo Trigueiro:

“Essa preeminência tinha como símbolo mais expressivo o coronel José Pereira Lima, Chefe de Princesa. Ele era, sem dúvida, o líder municipal de maior prestígio, com atuação que se estendia a todo o mundo sertanejo. Responsável pela direção política de seu município, ele era também deputado estadual e membro da Comissão Executiva do partido. Além disso, atuava na imprensa como diretor político do Correio da Manhã, jornal de propriedade da família Vieira Carneiro, do qual foram diretores, àquele tempo, Rafael Correia de Oliveira e o futuro Interventor Rui

Carneiro. Parece até que, se a fórmula sucessória de Suassuna não houvesse sido vetada por Epitácio, o coronel José Pereira teria sido Primeiro-Vice-Presidente do Estado.”

Estariam aí explicadas as razões que determinaram essa quase unânime solidariedade dos que representavam o coronelismo paraibano ao Deputado José Pereira Lima. Seu gesto de rebeldia representava, acima de tudo, uma tentativa de reparação à injustiça cometida pelo Presidente João Pessoa com a exclusão do nome do ex-Presidente João Suassuna da chapa de deputados federais do partido, sob a alegação de rodízio que, na prática, não aconteceu. O rompimento do Chefe da República de Princesa era a ruptura do epitacismo, das bases políticas, com o Presidente João Pessoa, que, hospitalizando João Suassuna, feria a todos quantos nesse governo foram prestigiados como os autênticos responsáveis pelas vitórias do partido, desde 1915. A José Pereira Lima não faltou a solidariedade das bases políticas do Epitacismo. Ela foi espontânea e gratuita. E, nas circunstâncias mais difíceis, expressivamente comovedora! A liderança, que se havia firmado nos bons tempos, se consolidava, em definitivo, ante as dificuldades e os desafios. Sinal de que tinha raízes e sido cultivada através dos melhores sentimentos humanos.

E comprovado ficou: à medida que o Presidente Epitácio Pessoa prestigiou os atos desagregadores do seu sobrinho, ficou mais distante de seus verdadeiros amigos, o que significa dizer que se afastava gradativamente das bases partidárias; sem as quais nenhum chefe, por mais forte que seja, sobrevive politicamente.

2 – Afastamento de Epitácio

Ao que todos sabemos, Epitácio Pessoa, que havia conquistado, a duras penas, uma invejável liderança na Paraíba, além de justa nomeada, em termos nacionais e internacionais, como jurista e político, nunca desejou uma desagregação dentro de suas próprias forças partidárias, no seu Estado natal. Sobretudo, depois de uma chefia tranquila e incondicional, ao longo de quinze anos em que ocupara os mais importantes postos, inclusive o de Presidente da República. Dentro de seus planos, certamente, essa hegemonia partidária e política deveria se prolongar por muito tempo, desde que não lhe faltava respaldo na política, nem tampouco a nível de suas bases estaduais. Era o chefe incontestado, a quem todos deviam obediência e admiração. Tratava-se do maior vulto paraibano, com sobradas qualificações intelectuais que o projetavam, até mesmo no exterior. A Paraíba jamais tinha tido tanto destaque.

Inconcebível é admitir-se que, contra toda lógica e expectativa, com a escolha de seu sobrinho para Presidente do Estado, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, se estaria instaurando a degringolada do epitacismo como força política. É certo que os motivos que presidiram a escolha foram outros, diametralmente opostos. O que desejava o grande paraibano era o fortalecimento de suas hostes político-partidárias e, por outro lado; o desenvolvimento administrativo do Estado. No seu entendimento, ninguém mais bem preparado para essa missão do que o Presidente escolhido para governar a Paraíba, de 1928 a 1932.

Como os fatos são mais fortes do que as intenções, processou-se uma reversão de expectativa, quanto ao projeto político do Presidente Epitácio Pessoa, embora ninguém possa obscurecer que o Presidente João Pessoa sempre esteve superiormente inspirado para realizar uma grande administração em favor do nosso Estado. Esqueceu-se, porém, dos compromissos políticos do Epitacismo e, de desgaste em desgaste, em ritmo cada vez mais acelerado, distanciou-se das bases do partido, ocorrendo o que ninguém desejava. Nem Epitácio Pessoa, nem seus amigos leais, de tantas lutas, e não menos vitórias. Criou-sé um fosso intransponível a dividir irremediavelmente famílias e amigos, correligionários e partidários de uma causa que só tinha engrandecido a Paraíba.

Tentemos, embora consideremos tarefa difícil, explicitar, sumariamente, as possíveis causas desse indesejado afastamento do epitacismo de Epitácio Pessoa.

2.1 – Discriminação tributária

Uma das questões, que mais abalou o relacionamento do Presidente João Pessoa com seus correligionários do interior e, consequentemente, com as forças vivas do epitacismo, foi a chamada "guerra tributária", originária da criação de impostos por parte do Estado, e que visavam a socorrer as suas combalidas finanças. É sabido que os primeiros meses da nova administração foram marcadas por grandes dificuldades financeiras. O funcionalismo estava atrasado e havia débito elevado, o que se constituiu uma situação generalizada em todos os Estados nordestinos. Quis o novo Presidente equilibrar o quadro financeiro do Estado e nenhuma providência mais adequada no seu entender, do que a instituição de novos tributos. Criou-se, dessa forma, o chamado imposto de trânsito que incidiu sobre os veículos que trafegavam pelas estradas de rodagem, ao mesmo tempo em que era cobrado o imposto de estatística ou incorporação que se apresentava com características eminentemente discriminatórias. Exigia determinado percentual sobre as mercadorias desembarcadas na Paraíba, através do Porto de Cabedelo, e outro maior e mais elevado sobre aquelas que entravam no território estadual pelas fronteiras terrestres. Visava essa discriminação impedir que a Paraíba comprasse diretamente nas grandes firmas comerciais dos Estados vizinhos, obrigando-se a instalar na Capital suas filiais. Além disso, obrigava aos agentes vendedores o pagamento de uma taxa de indústria e profissão, nunca cobrada até então.

Inegável é que essas providências provocaram dois tipos de descontentamentos: um, interno, da parte dos comerciantes do interior do Estado, que se viam privados de adquirir diretamente em Pernambuco e Ceará suas mercadorias, a não ser que aceitassem os novos gravames; outro, externo, da parte das firmas fornecedoras de outros Estados, que, a partir de então, se sentiram alvo de uma política fiscal discriminatória, sem similar nos seus próprios territórios e em outros quaisquer.

A reação não se faz tardar. Primeiro, por parte do Estado do Ceará, e, em seguida, do Estado de Pernambuco, tendo aí como porta-vozes os Pessoa de Queiroz, primos do Presidente da Paraíba. Essa divergência atingiu proporções as mais graves, culminando no rompimento definitivo dos

dois ramos da família Pessoa, não obstante a interferência, para evitá-lo, do Presidente Epitácio Pessoa. E que a coisa desandou para o terreno pessoal, e não houve mais possibilidade de reconciliação. Os jornais, o do Comércio, de Recife, dos Pessoa de Queiroz e a "A União", órgão oficial do Estado da Paraíba, foram os dois maiores responsáveis pela polêmica amarga desenvolvida em torno da chamada "Guerra Tributária". Estariam sendo lançadas, nesse episódio, as sementes que, mais tarde, germinariam uma outra guerra, de consequências mais graves: a da República de Princesa, cujo Chefe, o Deputado José Pereira Lima, de há muito cultivava a amizade dos Pessoa de Queiroz, dos quais recebera, sempre as melhores atenções.

Há quem afirme que, nos seus primeiros meses de Administração, o Presidente João Pessoa, seguindo a tradição de seus antecessores, com a exceção já conhecida do Presidente João Suassuna, procurou trabalhar muito na Capital do Estado, reformando o Palácio, a Rua Duque de Caxias, o Pavilhão do Chá, o Palácio das Secretarias, os edifícios do Tesouro e da Imprensa Oficial. De forma que, quando o rigor fiscal atingiu o interior, como sempre marginalizado da ação governamental, o descontentamento aumentara, inclusive, atingindo a totalidade da população interiorana.

Vejamos o que afirma o Ministro Osvaldo Trigueiro, insuspeito autor de "A Paraíba na Primeira República":

"No interior, porém, o quadro era diverso, porque lá chegavam primeiro os efeitos do arrocho fiscal e da inflexibilidade das medidas policiais. Não chegavam melhoramentos tangíveis. Além disso, certas providências administrativas estavam fadadas a desgastar a popularidade inicial do governo. É o que ocorria, para exemplificar, com o pedágio instituído, sob o nome de contribuição de trânsito. Precisando de recursos para restaurar as estradas, João Pessoa instituiu esse tributo que era cobrado com rigor militar."

"Dessa taxação não escapavam nem carro de boi, nem cavalo. Para ir à feira, dentro do município, os matutos tinham que cumprir essa rigorosa obrigação fiscal: cada cavalo, de carga ou montaria, pagava trezentos réis..."

Conclui o nosso eminente conterrâneo:

"Assim não se podia andar de graça nos caminhos que vinham sendo livremente utilizados, desde os primeiros tempos de Capitania."

Não é diferente o depoimento do escritor e ex-governador de Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho, no seu livro já citado:

"...Enquanto o Sr. João Suassuna procurava servir o sertão, prestigiando-lhes as famílias dominantes e favorecendo as cidades do interior, o Sr. João Pessoa desejava deslocar para o litoral a hegemonia do comércio do Estado, indiferente aos chefetes sertanejos e à expressão de suas famílias."

"As cidades sertanejas da Paraíba prosperavam como centros de ligação entre Recife e os consumidores locais, uma que a capital

pernambucana, pela influência do porto e dos recursos acumulados, continuava uma espécie de empório do Nordeste, desde Alagoas ao Rio Grande do Norte. Ora, o Sr. João Pessoa não quis subordinar-se a essa situação, não obstante a antiquidade e os motivos que as explicavam."

"Procurou o Sr. João Pessoa criar a autonomia comercial da zona litorânea, arrancando para a capital o centro que se conservava nas cidades sertanejas, especialmente, Campina Grande."

Referindo-se ao processo utilizado pelo Presidente João Pessoa para implementar o seu projeto político em favor do desenvolvimento do litoral, em detrimento do interior, explicitou o escritor Barbosa Lima Sobrinho:

"Preferiu ação mais deliberada, por meio de um sistema tributário exagerado e ríspido, que distinguia entre as mercadorias importadas pelo litoral e as que vinham através do território dos Estados vizinhos. Aquelas pagariam imposto mínimo; as outras teriam que enfrentar tarifas verdadeiramente proibitivas."

Conclui assim seu depoimento, igualmente insuspeito, o ex-Governador Barbosa Sobrinho:

"Uma folha de Campina Grande, o Século, apontava a desigualdade das medidas referindo-se às elevadas tribulações para os gêneros que se destinam ao interior, enquanto os que se incorporam na capital pagam a quarta parte, recebendo ainda outras concessões, como sejam taxas e relatividade de peso, ao passo que o interior paga qualquer volume como se fosse de 75 quilos."

As nossas cidades mais prejudicadas com as novas medidas fiscais implantadas foram Itabaiana, Campina Grande, Cajazeiras e Guarabira. Um exemplo citado pelo Escritor Barbosa Lima Sobrinho nos dá conta de que "se o queroseme era chegado pelo Porto de Cabedelo, pagava sobre o imposto antigo uma majoração de 3%, mas se vinha pelo interior, a majoração era de 40%".

Isto era o que poderia chamar de discriminação odiosa e suscetível de provocar as mais diversas reações de descontentamentos. O esquecido interior, além de ser quase sempre excluído do programa de realizações do Governo, ainda tinha que pagar impostos mais elevados do que a capital, numa demonstração inequívoca do que já afirmara o Ministro Osvaldo Trigueiro: "A Paraíba estava dividida em duas: a do litoral, que ia até a ponte sobre o rio Paraíba, na estrada que ligava a capital a Campina Grande; e a do sertão, a partir daí, onde não chegavam os benefícios do Governo. Somente os impostos, estes mesmos injustamente majorados em relação aos pagos na capital".

E porventura onde estavam as forças políticas do epitacismo? Sua presença era mais marcentemente interiorana, onde o coronelismo lhe denotava incondicional solidariedade.

2.2 – Discriminação política

Todavia, a discriminação não foi só econômica, através de tributação aleatória e injusta. Processou-se também na área político-partidária. Desde 1915 que o epitacismo havia se consolidado na

Paraíba como força política monólica e imbatível. Seus sustentáculos maiores eram os coronéis que poderiam ser comparados às chefias políticas locais de hoje com maior soma de prestígio e poder, dadas as dificuldades de comunicação e meios de transportes.

O Presidente João Pessoa, eleito e escolhido por essas forças, não atentou bem para as suas responsabilidades de preservar, a todo custo, o epitacismo, prestigiando, segundo os próprios merecimentos, todos quantos contribuíram de forma decisiva e leal para que a chama permanecesse acesa. De temperamento energético e franco, não demonstrava muita vocação para o trato como os políticos e as coisas da política. Entendia que tinha vindo cumprir urna missão e não deveria perder tempo com o que, talvez, considerasse atividade de somenos importância. Hoje, dir-se-ia que não era do "ramo", embora sempre estivesse preocupado com a sua imagem de homem probo e eficiente administrador, o que lhe valeu, sem dúvida, reconhecimento nacional e, por via de consequência, a candidatura à Vice-Presidência da República pela Aliança Liberal. Aquilo que nós todos consideramos o varejo da política, como seja a nomeação e remoção, a demonstração de prestígio, através da presença de amigos em cargos da administração, enfim, tudo que represente para o prefeito, o vereador e o deputado aproximação e participação do poder, sim nada disso tinha importância para o Presidente de então. Por outro lado, isso naquela época, como ainda hoje, é também o que importava a quantos tinham, nos mais distantes municípios do Estado, a responsabilidade pela vitória do partido nas eleições, nem sempre pacíficas e tranquílias.

A discriminação também foi implantada nessa área política. Muitos dos que arriscaram a própria vida pela causa epitacista estavam agora sendo preferidos e relegados a um segundo plano, com a ascensão de muitos outros que estiveram em trincheiras opostas de luta. Era o prêmio e o castigo. O primeiro para os que nunca esperavam. E o segundo, para os que esperavam pelo menos a manutenção do "status quo".

Recorramos mais uma vez, para que não haja julgamentos apressados, ao depoimento do Ministro Osvaldo Trigueiro:

"Não havia dia em que um velho correligionário não se julgasse vítima de uma injustiça administrativa ou de uma ingratidão partidária. O Presidente procedia como se houvesse recebido uma missão de natureza providencial. Entendia que era necessário agir com severidade e afirmar sua autoridade de maneira implacável. Sem contemplações, sem consideração pessoal, sem aviso prévio, destituía de entrada vários chefes municipais, entregando a política a adversários históricos. Substituiu prefeitos, fazendo-o em muitos casos, com notório desprestígio para as chefias locais. Demitiu e removeu, sumariamente, numerosos administradores de Mesas de Renda, alguns tão importantes como o Coronel Miguel Sátiro, Chefe de Patos, como o administrador de Princesa, que era irmão de José Pereira: como o de São João do Rio do Peixe, que era irmão do padre Cirilo d e Sá. Em relação à política, o rigor foi ainda maior: todos os delegados foram nomeados com carta branca e com recomendações ter-

minantes para agirem contra os criminosos e seus protetores á inteira revelia da política municipal."

Não há caso mais expressivo do que o de São João do Cariri. Em 1915, José Gaudêncio de Queiroz se afasta do Desembargador Inácio Brito para apoiar Epitácio Pessoa. Tratava-se de um dos maiores redutos políticos do Estado. Ora, José Gaudêncio era membro da Comissão Executiva do Partido e tinha presidido à Convenção que escolhera João Pessoa Presidente do Estado.

Ao assumir a Presidência, um de seus primeiros atos foi destituir José Gaudêncio da liderança do partido, entregando-a aos adversários de 1915, removendo, ainda por cima, o antigo correligionário, que era Juiz de Direito, para a Comarca de Piancó, no sertão paraibano, uma das mais distantes do Estado.

Gestos assim jamais haviam sido assumidos por seus antecessores que, preocupados com a preservação das bases partidárias, nunca tinham preferido companheiros em favor de adversários históricos. Nem João Suassuna, nem Solon de Lucena, nem Camilo de Holanda. Nenhum ousou interromper uma tradição que vinha de 1915. O Presidente João Pessoa fê-lo não só em São João do Cariri, como também em Areia, preferindo epitacistas em favor de valfredistas.

Contra essa discriminação política, insurgiu-se o próprio Epitácio Pessoa que, em março de 1929, preocupado com as frequentes queixas recebidas de seus amigos da Paraíba, pedia ao sobrinho, dentre outras coisas, o seguinte: a) não prestigiar os amigos, de 1915, que não se tenham mostrado dignos da confiança; b) nesses casos, as chefias deviam ser entregues aos amigos dissidentes.

Vê-se que o próprio Presidente Epitácio Pessoa procurou interferir na questão política da Paraíba, ao tempo da administração de seu sobrinho, com cautela, como, inclusive, procedeu no caso da questão tributária. Naturalmente, pensava que a tempestade se amainasse, pouco a pouco, sem necessidade de uma intervenção mais energica que poderia, até redundar numa renúncia do Presidente, como ele próprio chegou a anunciar, quando do episódio da polêmica mantida com os primos do Recife, logo no início do Governo.

O fato é que a temperatura nunca baixou. O desrespeito inicial e extensivo aos antigos correligionários do epitacismo, aos poucos transformado em discriminação política, terminou sendo responsável por um processo de expulsões e preferências de velhos companheiros, causa mais que eficiente para o afastamento definitivo de muitos das hostes vitoriosas de 1915.

O momento da organização da chapa dos candidatos às eleições federais, que se realizariam em 1930, iria proporcionar a grande crise, de consequências imprevisíveis.

2.3 – Discriminação partidária

É evidente que as condições, para um rompimento das forças epitacistas com o Presidente João Pessoa, eram por demais propícias, dado o distanciamento das chefias locais, sobretudo do interior do Estado, do Palácio do Governo, em face de seu ocupante ter preferido uma linha de administração independente, sem consulta às bases partidárias.

O móvel, porém, do rompimento, foi a maneira pouco hábil do Presidente por ocasião da escolha da chapa de deputados federais e senador que deveriam ser eleitos a 1º de março de 1930.

Desde 1915 que essa escolha da chapa se processava de comum acordo com as chefias políticas e sobretudo resultava de um consenso da Comissão Executiva do Partido. A norma era quase sempre a recondução. Quando muito, às vezes, havia um remanejamento de posições, terminando, invariavelmente, com o prestígio dos grandes líderes partidários.

Em 1930, houve alteração nas regras do jogo. O Presidente João Pessoa reuniu a Comissão Executiva, composta dele próprio, do Coronel Inácio Evaristo, do Dr. Júlio Lira, do Dr. João Espínola e do Dr. Demócrito de Almeida. Faltara o Dr. João Espínola. Colocada em discussão a tese da reeleição dos que ocupavam a nossa representação federal, dois votaram a favor e dois contra. O Presidente desempatou em favor da não recondução dos nossos deputados federais e senador, abrindo, porém, duas exceções: a do Deputado Carlos Pessoa e a do Sr. Tavares Cavalcanti, que deixaria de ser Deputado Federal para ocupar o lugar de Senador.

O fato motivou uma grande insatisfação no seio do partido e terminou sendo a chapa pretendida pelo Presidente, apresentada, somente por ele, em manifesto publicado apenas a doze dias do pleito, com uma exclusão que significava o rompimento do situacionismo com as tradicionais chefias sertanejas a do ex-presidente João Suassuna.

Essa exclusão recebera, de pronto, a repulsa de famílias poderosas, como os Cunha Lima, os Dantas e José Pereira de Lima dentre muitas outras que se tinham notabilizado pelo epitacismo fervoroso e incondicional. Também tinham sido excluídos: o Senador Antônio Massa e os Deputados Oscar Soares e Daniel Carneiro, todos expoentes do epitacismo na Paraíba.

Vejamos o que diz sobre o episódio o Ministro Osvaldo Trigueiro:

"A escolha da chapa de candidatos ao Congresso Nacional veio dar a José Pereira o motivo para esse rompimento ou, pelo menos, o pretexto para a atitude que desejava tomar. Nesse episódio, parece certo que João Pessoa, deixando-se traer pelo temperamento, não procedeu de forma hábil, nem prudente. No contexto da política paraibana, não se comprehendia o alijamento dos que terminavam o mandato, particularmente João Suassuna, que até há pouco governara o Estado e exercera a chefia do partido. Acresce que, avocando atribuições que formalmente pertencia, à Comissão Executiva e à Convenção do partido, João Pessoa teve um gesto que dificilmente se harmonizava com a pregação democrática e regeneradora da Aliança Liberal."

Dentro desse mesmo raciocínio é o ponto de vista do ex-Governador Barbosa Lima Sobrinho, às páginas 172, da sua obra citada:

"Quando se preparava a Chapa de candidatos do situacionismo à representação federal, o Sr. João Pessoa sustentou o princípio de não reeleição, fórmula cômoda para exclusões que no íntimo provavelmente dese-

java. Era o meio de afastar o Sr. João Suassuna, cujo prestígio não se conciliaria com a política de guerra aos Chefes Sertanejos".

Uma tentativa, que se frustrou, para evitar o rompimento, fora feita, quase às vésperas do pleito, consubstanciada numa visita do Presidente João Pessoa, quase de surpresa, a Princesa, onde fora distintamente recebido pelo Coronel José Pereira Lima. Todavia não conversaram sobre política, nem tampouco sobre as eleições de 1º de março. Depois da saída do Presidente de Princesa, é que sua assessoria dava conta ao Deputado José Pereira Lima da chapa oficial do Partido às eleições para o Congresso Nacional.

Seguiu-se o rompimento de José Pereira Lima, através de telegrama endereçado ao Presidente João Pessoa, dando como justificativa a exclusão do ex-Presidente João Suassuna e de outros eminentes correligionários da chapa oficial do situacionismo às eleições de 1º de março. De imediato, houve recomposição das forças políticas da Paraíba, com a integração dos dissidentes aliados com a oposição comandada pelo Desembargador Heráclito Cavalcanti. João Suassuna e Oscar Soares entravam para a chapa perpétua em lugar de Camilo de Holanda e João Machado. Isto tudo feito há apenas três dias antes das eleições.

Ao telegrama de rompimento do Deputado José Pereira Lima, o Presidente respondeu com a invasão de Teixeira, pela Polícia às vésperas da eleição, fato que deflagrou a luta armada, que iria durar mais de cinco meses, e que foi responsável pela chamada República de Princesa. O que ali se passou tem sido objeto de muita análise e estudo. Não é nossa intenção sequer repetir o que se disse sobre tão importante momento da história paraibana. Limitar-nos-emos apenas a algumas referências apressadas, dada a natureza deste pronunciamento. E se não o omitimos é para não faltarmos com o dever para com os nossos Anais.

Ademais, a República de Princesa representou o ponto alto da rebeldia das chefias epitacistas preteridas ao longo de todo o Governo João Pessoa. Tal sublevação jamais seria previsível nas cogitações dos situacionistas. A expectativa oficial era toda no sentido de uma acomodação de interesses, ou mais cedo ou mais tarde. Daí por que o Presidente João Pessoa, ao receber a comunicação do rompimento, pediu a José Pereira Lima que confirmasse novamente os seus termos, tal o espanto e perplexidade que o dominaram inicialmente.

Afinal, a República de Princesa representava os estertores do epitacismo, fadado, sem que ninguém o desejasse, a um iremediável desmoronamento.

Vejamos como será possível resumir tal fato histórico, reconhecidamente rico em aspectos humanos, sociais e políticos.

3 – República de Princesa

Anunciado o rompimento com o Presidente João Pessoa e realizada a invasão de Teixeira, tiveram início as hostilidades, de parte a parte. José Pereira Lima organizava seus amigos para defesa da sua cidade, ao mesmo tempo que tomava conhecimento de que adeptos de sua causa sofriam perseguições em Piancó, Misericórdia e Conceição, mais precisamente, José Brunet, Jaime Ramalho e Padre Octaviano.

Em 14 de março de 1930, José Pereira Lima lançava à Nação o seu Manifesto, dando conhecimento de suas intenções de defender Princesa e seus amigos, a qualquer custo, desafiando assim a autoridade do Presidente João Pessoa. Dizia-se "defensor da Paraíba contra os desmandos a que uma hora de insânia do próprio poder constituído a está conduzindo". Proclamava-se intérprete do sentimento sertanejo contra a prepotência de um Governador de Estado e o fazia em nome de toda uma região que jamais se renderia.

Era assim que terminava o seu Manifesto. "Princesa poderá ser massacrada, mas não se há de render".

No decorrer de cinco meses, houve luta armada entre as tropas policiais e os libertadores de Princesa, em várias cidades e sítios próximos da capital do novo território livre do Estado: em Teixeira, Imaculada, Tavares, Alagoa Nova, Patos, Canoa, Nova Olinda, São Boaventura, Água Branca e a localidade denominada de Sítio, a dezesseis quilômetros de Princesa. Em toda essa área, os ataques e contra-ataques se sucediam, com resistência, nunca quebrantada, por parte dos comandados do Coronel José Pereira Lima.

Ainda não satisfeito em deter o avanço das tropas estaduais, sob o comando pessoal do Chefe de Polícia do Presidente João Pessoa, José Américo de Almeida, que instalou o seu Quartel General na cidade de Piancó, o Deputado José Pereira Lima decidiu enviar colunas para o interior do Estado. Foram visitadas por seus comandados as seguintes regiões: Brejo do Cruz, Catolé do Rocha e Pombal; Piancó, incluindo Boqueirão, Olho D'água e Aroeiras, Alagoa do Monteiro; São José de Piranhas. Há notícias fundadas de que se preparava para mandar uma coluna a Campina Grande.

Não se tendo descurado da parte militar uma vez que sua resistência se mostrava inquebrantável na luta pela defesa de Princesa e dos seus amigos, o Deputado José Pereira, em meio às escaramuças, criava a República independente de Princesa, em 9 de junho de 1930, através do Decreto nº 1, que era dado à divulgação no dia seguinte. Dizia a sua ementa: "Decreta e proclama provisoriamente a independência do município de Princesa, separado do Estado da Paraíba, e se estabelece na forma pela qual a rege".

Seus artigos em número de quatro podem ser assim resumidos: a) a separação provisória de Princesa do Estado da Paraíba; b) a autoconstituição de um território livre com os limites do antigo município; c) subordinação política ao poder público federal; d) enquanto não era organizado pelos meios populares, seria regido pela administração provisória. Estava assinado por José Pereira Lima, José Frazão Medeiros Lima e Manuel Rodrigues Sinhô.

Nesse ato de inusitada rebeldia, José Pereira Lima contou com a influência de João Pessoa de Queiroz que, por sua vez, contou com a orientação jurídica do Professor Odilon Nestor, Professor da Faculdade de Direito do Recife.

Ao decreto de criação da República independente de Princesa, seguiu-se o hino, cujos versos são de autoria do poeta Austro Costa, música, do compositor Nelson Ferreira e tem o título: Marcha-Canção dos Legionários de Princesa.

Estava proclamada a República de Princesa, o primeiro grande gesto de rebeldia do sertão contra uma política considerada discriminatória, que teria abandonado as bases partidárias e desprestigiado as lideranças do interior do Estado.

3.1 – Objetivos políticos

Convenhamos, porém, que a sublevação de José Pereira Lima e de seus companheiros não foi um movimento romântico e sem objetivos políticos. Não se constituiu uma rebeldia simplesmente ditada por razões de ordem emocional. Não constituiu, é verdade, numa luta fria e sem o ingrediente da paixão. Todavia, tiveram motivações políticas fortes: a derrubada do Presidente João Pessoa, através da intervenção do poder central. Sobretudo, diante da ruptura do situacionismo paraibano com o Presidente Washington Luís, que defendia a candidatura Júlio Prestes para seu sucessor, diferentemente dos aliados que ficaram com a candidatura Getúlio Vargas.

Afinal, uma cidade lutava contra todas as forças policiais disponíveis do Estado, sem se render. Isto, durante cinco meses. Depois, a manifesta impotência dessas mesmas forças policiais se assemelhava, irremediavelmente, com a proclamação do Território Independente, separando-se, assim, do Estado a que pertencia. Por outro lado, o expediente usado pelo Deputado José Pereira Lima de enviar colunas de seus comandados a várias partes do Estado tinha como finalidade demonstrar o seu inteiro e tranquilo domínio sobre mais da metade do território estadual.

Ademais, é certo que, ao mesmo tempo que perdurava essa situação de total controle da luta armada por parte do Coronel de Princesa, prepara-se uma outra invasão ao Estado pelo desafeto pessoal do Presidente João Pessoa, Dr. João Duarte Dantas, a qual teria como ponto de apoio o Estado vizinho do Rio Grande do Norte. A tragédia da Confeitaria Glória impedira essa nova frente de luta, que traria, inevitavelmente, grandes preocupações ao Governo do Estado e, quem sabe, serviria para configurar urna guerra civil intestina, justificando, dessa forma, a intervenção federal e a deposição do Presidente João Pessoa.

Esse projeto político da República de Princesa falhou. Primeiro, porque o Presidente Washington Luís recusara-se terminantemente a intervir, alegando a constitucionalidade de seu ato, desde que entendia como legítima a intervenção, em qualquer Estado da Federação, se a mesma fosse solicitada pelo respectivo Presidente (Governador), reconhecida a sua incapacidade de garantir a paz interna. Por razões óbvias, o Presidente João Pessoa, mesmo sem debelar a insurreição sertaneja, não daria pretexto para a sua própria substituição.

Há quem considere um erro irreparável essa resistência do Presidente da República em decretar intervenção em nosso Estado. Teria evitado o pior, segundo opinião quase unânime: a perda, nunca desejada, da vida do Presidente João Pessoa e a vitória da Aliança Liberal, com a deflagração da Revolução de Outubro de 1930.

O ex-Governador Osvaldo Trigueiro, em sua obra já citada, é dessa opinião, quando ressalta:

"Os dois erros cometidos pela política federal, no caso da Paraíba, foram, a meu ver, a depuração total da bancada eleita pela situação estadual e o fato de não haver desde

logo pacificado o Estado, através do remédio adequado, que era a intervenção."

Comunga do mesmo pensamento o Escritor Joaquim Inojosa que, no seu livro "A República de Princesa", às páginas 233, referindo-se à atuação do Presidente Washington Luís, diz textualmente:

"Pena que somente depois da morte do Presidente João Pessoa, haja o Presidente Washington Luís reconhecido aquilo que já existia antes, e bem caracterizada – a guerrilha civil. E para os destinos da sua República Velha, pena maior que houvesse realizada a intervenção somente na zona sertaneja deixando intacta a capital, quartel-general dos conspiradores, que fica à solta, até chegarem ao 3 de outubro da arrancada revolucionária."

Isto mesmo, os objetivos políticos da República de Princesa tinham sido alcançados tardiamente e à custa de perdas irreparáveis.

3.2 – Intervenção militar

Com a morte do Presidente João Pessoa, a Paraíba viveu momentos de grande agitação, o que era natural, em face da maneira trágica de seu desaparecimento. Sucedeu-o o 1º-Vice-Presidente, Alvaro de Carvalho, um epitacista histórico de 1915, que tinha um temperamento moderado e um feito próprio de administrar. Cuidou, como era natural, de pacificar o Estado, após os primeiros dias de clamor popular pela morte do Presidente João Pessoa. Certo que não pedira a intervenção federal para conter os ânimos exaltados e desarmar os insurretos da República de Princesa.

Contudo, desta feita, o Presidente Washington Luís considerou como seu dever a intervenção na Paraíba, determinando ao General Lavanére Wanderley, Comandante da Região Militar, que ocupasse a área conflagrada do sertão e depusesse as armas dos libertadores de Princesa.

Tudo fora feito sem qualquer reação da parte do Deputado José Pereira Lima, nem de seus comandados. Dissolvida a insurreição, todos voltaram às suas casas, pacificamente, como se sentissem com a consciência tranquila do dever cumprido. Nenhuma recriminação. Tudo voltava ao **status quo**.

Da parte das tropas federais, não se registrou uma só interferência, por menor que fosse, nos negócios privativos do Governo do Estado. Sua missão fora a de pacificar os paraibanos, o que foi executado sem quaisquer distorções.

Claro que o Governador em exercido, Alvaro de Carvalho, se, por um lado, não solicitara a intervenção das forças federais, entendeu que essa, inclusive, se processava contra os seus adversários e, paradoxalmente, amigos do Presidente Washington Luís. A isenção do Presidente da República é fato histórico inofensável e fora proclamada por seus adversários mais radicais.

Essa sua intenção superior ficou expressa em telegrama passado ao Presidente da Paraíba, em 17 de agosto de 1930, nos seguintes termos: "Pode estar certo de que poderá contar com a colaboração imparcial do Governo Federal, cujas medidas, postas em execução, só visam à completa pacificação desse Estado, com todas as garantias

para a manutenção e exercício dos poderes estaduais."

Confirmado tudo, o Presidente Álvaro de Carvalho deixou este depoimento definitivo sobre os episódios da intervenção federal na Paraíba. Disse ele: "O Sr. Washington Luís, com todos os erros que funestaram sua administração, sob muitos aspectos notáveis, mantivera-se fiel aos compromissos assumidos. Não me criou dificuldades, não diminuiu minha autoridade, não me fez ameaças, nem propostas de acordos de qualquer espécie. Diante disso, não havia interesse político que me fizesse calar".

Terminava, dessa forma, a República de Princesa, que contou, desde a primeira hora, com a bravura do sertanejo e a reconhecida capacidade de luta e comando do Deputado José Pereira Lima. Muitas lições podem ser extraídas desse episódio histórico. Uma delas: os fatos são, muitas vezes, mais fortes que as intensões. Outra: em política, sobretudo, os propósitos nada valem sem ação.

Teriam as circunstâncias que marcaram a administração do Presidente João Pessoa, levado o respeitado Líder dos paraibanos, Epitácio Pessoa, a ficar contra os seus próprios amigos? Teria Epitácio Pessoa ficado contra o próprio epitacismo? São indagações que ficam no ar e merecem, certamente, estudo mais profundo, em trabalho de outra natureza.

4 – Conclusão

Por tudo que foi dito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, está mais do que justificado o ato desta Assembléia Legislativa, realizando esta Sessão Solene, destinada a homenagear um dos mais destacados integrantes deste Poder, por ocasião do centenário do seu nascimento: o Deputado José Pereira Lima. Dele, muitos podem discordar. É humano e natural que o façam. Seus posicionamentos claros e definitivos tinham o condão de ensejar amizades duradouras, o que, por outro lado, podiam resultar em desafeições, igualmente, irreconciliáveis.

Todavia, ninguém de bom senso poderá negar suas qualidades de homem público, voltado para o cultivo de valores espirituais, que dão sentido transcendental ao desempenho das tarefas políticas. Foi um bravo e deixou uma legenda de lealdade. Pode ter cometido erros. E quem não os cometeu? É sabido que só não erram os que nada fazem em favor dos ideais coletivos.

Há, contudo, em seu favor, um grande saldo positivo nos seus quase seis lustros de atividade pública, à frente da política de Princesa.

Nesta Casar, passou 15 anos de excelente convivência parlamentar, integrando várias Comissões Técnicas e sempre atento na defesa das aspirações da sua estimada gente sertaneja.

Nas situações difíceis em que se viu envolvido, à frente de sua República de Princesa, sustentada vitoriosamente, à custa de muito sacrifício e abnegação, nunca perdeu a serenidade, nem cometeu desatinos. Portou-se condignamente e soube sofrer as consequências dos reveses, sem se queixar, nem atribuir aos outros as responsabilidades por seus atos.

Foi muito injustiçado. Em vida e depois da morte. Sua memória, porém, está sendo, pouco a pouco, reabilitada, e reconhecida a grandeza de seus gestos. Isto não significa dizer que seus ad-

versários tenham porventura perdido os seus méritos. Não. É que nem sempre entendemos que para se reconhecerem as qualidades de uma pessoa, não há necessidade de obscurecer as virtudes de outras, somente porque divergiram.

Seu patrimônio moral e político está preservado por si mesmo. Certo que nosso estimado companheiro, Deputado Aloisio Pereira Lima, em seguidas legislaturas, tudo vem fazendo, com inigualável êxito, para aumentar seu legado de espírito público e ação construtiva.

A nós outros, seus continuadores nesta Casa, resta honrar-lhe, igualmente, os exemplos de coragem e destemor na defesa daquelas causas que entendemos ser as que mais consultam os superiores interesses dos paraibanos.

Esta saudação, pois, é de quantos hoje integram este Poder, sabiamente denominado de Casa de Epitácio Pessoa, o grande inspirador da ação política de José Pereira Lima, que, infelizmente, temos certeza, dele foi obrigado a divergir para que não postergasse os ideais de 1915, a que jurou fidelidade, até a morte.

A História saberá julgar a ambos. Sem nada tirar, nem acrescentar. Perante suas próprias consciências, certos sempre estiveram de que fizeram tudo que deviam fazer. Nada têm, pois, de que se arrependem. Esta a certeza que também nos consola a todos! A amigos e adversários."

**JOSÉ PEREIRA
A CHAMA ACESA**

Aloisio Pereira Lima

Deputado

**Discurso de agradecimento
proferido pelo deputado Aloisio
Pereira, na sessão especial,
realizada pela Assembléia
Legislativa do Estado da
Paraíba, no dia 27-11-84, em
homenagem ao Centenário de
nascimento do ex-Deputado José
Pereira Lima.**

A União – Cia. Editora

Não tenho como negar que sempre sonhei com esta solenidade. E por isso mais que a quisesse e para ela me preparasse, jamais poderia avaliar a emoção de que agora estou possuído. É que este acontecimento, tornado realidade, avulta na minha imaginação como o amanhecer de um novo tempo. Tempo em que as consciências livres e sedentas de Justiça têm uma nova visão e possibilitam resgatar com isenção e coragem, a imagem daquele que em vida honrou esta Casa e suas melhores tradições. Mas cresce de significação esta homenagem porque evoca aquele que, tão elogiado e festejado, também contrariamente combatido apaixonada e violentamente, se chamou José Pereira Lima, o autor dos meus dias.

Cem anos são decorridos do seu nascimento a 4 de dezembro de 1984. E trinta e cinco anos faz que ele morreu. E esse registro, que para muitos pode parecer distante, é para mim tão próximo. Guardo comigo, no dia-a-dia de minhas atividades, o convívio amigo e afetuoso que mantínhamos, e que salutarmente me tem dado ânimo

e coragem para superar todas a dificuldades. Ele está em mim, nos passos, como grande lição.

O meu aprendizado neste convívio furtou-me talvez o sabor da infância. Menino de sete anos, e forçado pelas circunstâncias, fui obrigado a compreender a sua ausência. Desde cedo o destino levou-me a sentir que a minha vida estaria sempre arraigada a certos acontecimentos e àqueles sábios ensinamentos que me fazem glorificar a vida e a memória de meu país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se infância não tive, José Pereira não teve mocidade. Aos 21 anos, teve de abandonar o curso de Direito no Recife para assumir o comando da família e a chefia política de Princesa, em face da morte de Marcolino Pereira Lima, seu pai e meu avô, precisamente a 11 de setembro de 1905.

A admiração que ele tinha pelo pai era de tal ordem que plasmou em mim idêntico sentimento. É que Marcolino, um homem simples e modesto, mas de apreciável inteligência e visão do mundo, conseguiu superar as dificuldades do meio, realizando um invejável patrimônio e deixando indestrutivelmente marcada a sua postura de cidadão e homem público. Foi chefe político de Princesa, Prefeito e Deputado Estadual e tudo fez para que a família tivesse merecida projeção social.

Era este homem o exemplo que José Pereira Lima tinha de substituir. Moravam ainda vivos na sua mente os ensinamentos que dele recebera. Estudante de Direito, viajava a cavalo, durante cinco dias, para alcançar a Vila de Antônio Olinto, em Pernambuco. E dali prosseguia de trem até Recife. Segurando as rédeas do cavalo montado por José Pereira, ao se despedir, o velho Marcolino aconselhava: "Vocês não dêem notícias ruins. Isto aflige e é constrangedor. Percorram mais léguas que as necessárias, para transmitir boa notícia. Assim farão novos amigos e assegurarão mais uma pousada. Não demorem nem pernoitem em casas onde tiver danças, pois o mínimo que pode acontecer é vocês serem arrolados como testemunha de barulho. Não se hospedem em casa de velho casado com mulher moça. Vocês são jovens, dão cuidado, incomodam".

Antes de assumir a chefia de Princesa, meu pai veio a esta capital para comunicar ao Presidente do Estado, Monsenhor Walfredo Leal, a sua deliberação. Ao transmiti-la, o governante procurou dissuadi-lo, lembrando-lhe, entre outros argumentos, que ele era muito jovem e a tarefa a que se propunha não era nada fácil. Impulsivo e cheio de confiança em si mesmo, o jovem acadêmico sentenciou "Vim até aqui, única e exclusivamente, dar conhecimento a V. Ex.^a da minha decisão. Nada, absolutamente nada, me demoverá".

Amadureceu o tirocínio e as suas idéias, pouco a pouco, ocupando os espaços indispensáveis à liderança do seu adorável berço. Estimulado pelo amor telúrico jamais superado pelo sucesso com que preservou os direitos humanos de quantos dele se acercavam ou se valiam.

Permanentemente alegre, otimista e resoluto, infundia confiança, amizade e respeito aos seus liderados, consolidando ao passar dos anos o prestígio que veio a desfrutar na sua região e mais tarde em todo o Estado. Condutor polidez Prefeito de Princesa e Deputado Estadual, com uma mentalidade de desenvolvimentista, desde

cedo José Pereira despertou a atenção das forças políticas que lhe disputaram apoio. Foram estes atributos, entre outros, que lhe proporcionaram o êxito de uma carreira política, somente interrompida pelos vendavais de 1930.

Tendo como norma a lealdade e coerência, várias vezes ressaltada por seus mais destacados amigos e eminentes paraibanos, José Pereira permaneceu fiel ao Alvarismo, somente dele se afastando quando do rompimento de Epitácio com o Monsenhor Walfredo Leal. Integrou-se, então, na primeira linha, ao esquema da campanha política de 1915, cujos resultados direcionaram o Epitacismo vitorioso e dominante por uma década e meia na Paraíba.

A partir daí, tornou-se Deputado Estadual e nesta mesma Assembléia permaneceu no exercício de quatro mandatos sucessivos. Na atividade parlamentar, soube atuar com correção e dignidade, que lhe valeram respeito e admiração dos seus pares e dos governantes paraibanos. Marcou sua presença neste Poder como membro de várias comissões técnicas, onde teve sua participação. O mesmo se diga em relação ao plenário desta Casa, onde, se não teve uma passagem brilhante, caracterizou-se pela firmeza, equilíbrio e desassombro dos seus pronunciamentos e posições, na defesa dos interesses do Estado e do seu partido.

Planejou sua cidade. Nela fez erigir estátuas de corpo inteiro e em bronze, como é o caso da erguida ao Presidente Epitácio Pessoa, na praça do mesmo nome. Fez construir ruas e avenidas; grupos escolares do porte do "Gama e Melo", concluído em 1926; açudes públicos, além de estradas de rodagem, ligando Princesa a outras cidades da Paraíba e do Estado de Pernambuco, possibilitando assim o intercâmbio sócio-cultural e comercial.

Em 1923, pioneiramente, José Pereira fez construir um silo de concreto armado e desenvolveu campanha de construção de silos metálicos, de cuja fabricação, o artífice Joaquim Gomes, ainda hoje vivo, tornou-se exímio fabricante. Isto era a antevisão de uma época futura em que o armazenamento dos alimentos assegurava a sua conservação, tranquilizando os produtores e a comunidade, tanto em relação ao consumo como na eventualidade da seca.

Instalou, com recursos próprios, energia elétrica em Princesa Estimulou e promoveu os meios para que se implantasse indústria e se instituíssem sociedades culturais e esportivas. Adquiriu, por sua conta, uma banda de música que, à época, era a melhor de todo o interior do Estado.

Ainda nos primeiros anos da década de 20, o Presidente Epitácio Pessoa confiou a José Pereira superintender os trabalhos da construção da estrada de rodagem Patos-Malta-Pombal. Foram serviços executados sob a responsabilidade técnica dos engenheiros Antônio Menezes e Rômulo Campos.

A dinâmica desenvolvida no cronograma das obras foi satisfatória e, por isso mesmo, o Sr. Presidente da República recomendou confiar-lhe também os serviços de implantação dos postes e fios da futura intercomunicação, entre Patos e Conceição, através do telegrafo. Figuravam entre outros, como fiscais daquele serviço, Nô Dantas e Brasiliano Lopes Loureiro.

Em Patos, sede dos escritórios daquele empreendimento, José Pereira residiu por dois anos, sem perder os contatos com a sua terra e a oportunidade de ampliar o círculo de amigos.

Fazendo valer o conceito e o prestígio que lhe cumulavam, a par de seu ascendido espírito de justiça, o Deputado José Pereira colaborou com a manutenção da ordem pública nas administrações estaduais, especialmente nos Governos de Solon de Lucena e de seu compadre e amigo fraterno João Suassuna. Deste conseguiu a criação do II Batalhão da Polícia Militar, em 1925, provisoriamente sediado em Princesa, para dar combate a Lampião e seus protetores, expulsando-os do território paraibano.

Este combate se estendeu, tenazmente, por algum tempo, em municípios de Pernambuco e Alagoas lembrando que, para ilustrar o combate de Serrote Preto, onde veio a tomar o valente oficial paraibano Francisco de Oliveira.

Nessa época, dada a deficiência numérica do efetivo militar, José Pereira teve que incorporar à ação policial o contingente civil representado por agricultores e pessoas que viam no cangaço uma ameaça à família e à segurança. Foram esses voluntários da ordem, pais de família, que vieram a se fazer solidários, na hora precisa, na luta que José Pereira teve de enfrentar em 1930.

O mérito indiscutível e o reconhecimento proclamado dessa atuação encontram-se no bojo das mensagens do presidente João Suassuna, enviadas a esta Assembléia Legislativa e ainda custodiadas nos seus arquivos.

O período governamental de João Suassuna propiciou a José Pereira a sua maior projeção política. Torna-se um confidente e não raro era consultado pelo presidente para opinar nessa ou naquela decisão a ser tomada. Eram íntimos e na definição de Osíias Gomes a camaradagem entre os dois era cordial e comovedora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados

A orientação político-partidária do presidente João Pessoa tudo mudou. Surgia na terra Tabajara uma nova política, cujos métodos, sem nenhum estágio preliminar, pretendiam modificar toda uma estrutura, que até então servia de esteio ao Epitacismo. Esta nova política contrariou surpreendentemente todas as expectativas. Sobretudo àqueles que desde 1915 se constituiram nos sustentáculos da política até então dominante e que, não havia muito, levaram ao Palácio da Redenção o recém-eleito presidente João Pessoa. E não é demais lembrar que, em Princesa, sob o comando de José Pereira, teve ele a unanimidade dos sufragários, repedito-se dessa maneira o que já ocorreu com o seu tio Epitácio, também sufragado unanimemente na campanha para senador.

Nesta oportunidade, não posso me furtar ao dever de deixar bem claro que o rompimento entre meu pai e o Presidente João Pessoa em nenhum momento foi planejado por José Pereira. E se foi levado ao conflito, aceitou-o constrangidamente. Aceitou pelo desafio, como quem não foge ao seu destino. E tanto isso é verdade que os ressentimentos e mágoas, sobretudo do último encontro, não impediram que o chefe princesense abrisse festivamente as portas de sua cidade para receber o presidente João Pessoa, dois dias antes de com ele romper.

Devo dizer ainda, para ser correto, que naquele último encontro no Palácio da Redenção, o Presidente não chamou José Pereira de cangaceiro, como se proclama. Perguntou-lhe, isto sim, em tom áspero ao final de um diálogo desagradável:

– É verdade que o sr. tem cangaceiro na propriedade Baixio?

Ao que meu pai respondeu, no mesmo diapasão: "Lá estão os eleitores do seu tio Epitácio".

Esse diálogo é tratado mais longamente em entrevista inserida num tablóide que estamos fazendo distribuir entre os amigos e os que participam de forma prestigiosa desta solenidade.

Mas há uma passagem da maior significação que vem de Nelson Lustosa Cabral na sua introdução biobibliográfica ao romance "Coiteiros", de José Américo. O registro é curto, mas é revelador da figura humana que caracterizou José Pereira nas suas relações e nas suas amizades.

Diz Nelson Lustosa, depois de traçar o perfil de José Pereira, relembrando o seu último jantar na residência dos seus pais, recém-chegado do encontro com o Presidente. São palavras de Nelson:

"Comadre Dolores! Vou mandar um rapaz apanhar aqui, amanhã, as fatiotas das solenidades!..."

— Por que isso assim, correndo? Indaga minha Mãe, com um mundo de tranqüilidade e ternura no sorriso dos olhos.

— ...Vão se juntar às outras do guarda-roupa, lá de casa.

— Que idéia, Coronel! — Exclama meu Pai, um tanto preocupado com a repercussão do "encontro de Palácio".

— Vim para me despedir e agradecer de modo especial à minha comadre pelo trabalho de garoto de colégio que lhe tenho dado.

— Tem sido nenhum, o senhor sabe disso.

...e dizer também aos bons amigos que levo a impressão de que esta é a última vez que venho à Capital."

A paixão política e o tempo, ontém como hoje, sempre foram pródigos em fazer dos fatos as suas próprias versões. E muitas vezes a versão tem mais força do que os fatos.

É o caso da história segundo a qual José Pereira, teria trancado o Presidente João Pessoa, no quarto em que fora hospedado em nossa casa de Princesa, para fazê-lo prisioneiro.

Nada mais falso e inconsequente, não só pelos títulos de cavalheirismo e formação de José Pereira, como pelas circunstâncias em que o Presidente fora recebido. Repcionado festivamente pelo anfitrião e seus amigos, com os quais percorreu a pé o centro da cidade e participou de todas as festividades. Seria um atrevimento sem precedentes admitir-se qualquer hostilidade, não só ao Presidente, mas a qualquer hóspede de José Pereira.

Dizer além disso seria pretender fazer história ou ser dono da verdade. Não me aventuro a uma coisa nem outra, pois estaria contrariando os ensinamentos de meu pai, para quem a morte era o cessar-fogo de todas as dissensões. Era o ponto final de todos os desentendimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Onde José Pereira se encontrasse, visitava com freqüência os amigos de todos os níveis e não lhe faltava com a solidariedade e a prodigalidade, a sua grande característica. Sem vícios, José Pereira primava pelos bons hábitos e mantinha, na medida do possível o ritmo de uma vida alegre e descontraída.

Motivava as reuniões familiares, onde não raro pontificavam histórias de cunho jocoso e anedótico, todas com espírito, que sabia inúmeras, as declamações poéticas, as emboladas sertanejas,

a poesia do povo e as serestas. De tudo participava, sem prejuízo da moral e da respeitabilidade.

Nesta Capital assistia com assiduidade as festas de N. S. das Neves e os eventos mais significativos.

Convivendo como sempre conviveu com o seu povo e as mais destacadas figuras da sociedade paraibana, José Pereira credenciou-se à atenção que habitualmente lhe dispensavam, graças à sua envolvente simpatia e nobreza espontâneas, pois não lhe faltavam as boas maneiras do homem educado que era, sabendo vestir-se, da roupa formal ao fraque e à casaca. Foi um dos convidados do Presidente Epitácio Pessoa para se fazer presente a recepções do Rei Alberto, da Bélgica, por ocasião de sua vinda ao Brasil quando das comemorações do Centenário da Independência do nosso País. Esteve no Rio e participou de todas as solenidades.

Frequêntador assíduo das redações dos jornais da Paraíba e de Pernambuco, hábito a que atribuía muito de sua visão política e da própria visão do mundo, aconselhava-nos não perder esse contato, pois segundo ele, aqueles que, freqüentando ambientes jornalísticos ou viajando, nada assimilassem nem aprendessem, não insistissem com eles: eram mediocres.

Foi diretor político do "Correio da Manhã", matutino que se editou nesta Capital e em cuja sede fez-se a aposição do seu retrato, um óleo de corpo inteiro, em comemoração a seu aniversário, evento que contou com as presenças mais ilustres da política e da sociedade paraibana.

O tratamento que José Pereira dispensava aos humildes e desprotegidos da sorte era comovente. Solicitado, atendia atenciosamente, fosse qual fosse a ocasião e as circunstâncias. Magnânimo e compreensivo, perdoava facilmente as ofensas e injustiças, embora não as esquecesse. Em seu coração e espírito o ódio não circulou.

Pai e chefe de família amantíssimo e amado, criou-me, juntamente com a irmã Luizinha, com afeto, carinho amizade e respeito.

Deputado e líder Evaldo Gonçalves, mais do que um discurso protocolar, V. Ex.^a trouxe a esta Casa um depoimento histórico. Não apenas o elogio de um chefe político, do líder de uma região, mas o estudo e a circunstância de um momento decisivo da vida brasileira. Nesse estudo José Pereira está inserido, hoje como personagem principal, mas compondo uma história que é a própria história do Nordeste rebelde e livre, sempre pobre mas sem perder as grandes aspirações de autonomia.

O discurso de V. Ex.^a não me surpreendeu. Diz muito dos seus méritos e revela cultura, inteligência, autenticidade e desejo permanente de acertar em função da sua vocação de homem público.

Sou-lhe muito grato, como sou grato aos nobres colegas, solidários com o seu requerimento e com a sua palavra, e a todos que compõem esta Assembléia, ao distinto auditório onde destaco a presença de D. Rita Suassuna — esposa do saudoso Presidente João Suassuna, aos que guardam com carinho um nome de tantos anos, por esta oportunidade que acaba de nos ser propiciada. Sensibilizamos a presença de tantas autoridades e amigos, de modo especial a do Governador Wilson Braga. E associado a esse agradecimento quero deixar minhas desculpas. As desculpas de um filho que deve ter se excedido, em

algum ponto, ao falar e até repetir os atributos e virtudes do pai. Não queiram relevar esses defeitos de emoção. Afinal não sou eu apenas que tenho parte com José Pereira. Ele pertence à Paraíba, integra uma saga e uma história, que mais do Nordeste do que dos laços familiares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não fui consultado para nascer. Mas se me fosse dado esse privilégio incomum, eu teria pedido ao Criador que me fizesse nascer em Princesa da união de José Pereira Lima, morto mas não; ausente, com Alexandrina Pereira Lima, modesta e simples, mas fiel às suas origens."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Brasília tem um ar diferente. É de preocupação inegável constatar o Brasil o tem também. Igual ou pior.

Fiador da transição, o PMDB parece vergar sob o peso da responsabilidade. Dividido ao máximo, sem lideranças capazes de unir, pelo contrário vê chegada a hora da decisão, se abismando em perplexidade perigosa.

Os demais partidos políticos têm problema. No entanto, nenhum deles, enfrenta a crise de ser Governo sem governar, fazer oposição ser largar as tetas do poder. Conhecer a maior retaliação interna já registrada pela história, de tal sorte e peso que, a Arena ou o PDS ficam insignificante em suas convulsões passadas.

Quem sabe feito e preparado para buscar o poder, não mediu consequências para alcançar o objetivo? O primeiro passo, antes de assumir e mandar, foi discutir quem seria quem. Cova x Quécia. Sarney x Ulysses e por aí em diante. Lista interminável de um contra o outro.

Minguou a autoridade. A falta de respeito passou a ser lugar comum.

Impossível exigir disciplina, quando a esmagadora maioria dos companheiros foram atirados deliberadamente para o segundo plano. A trama urdida, de há muito, por uma só facção, transformou o partido majoritário em grupos. Destriu a penosa conquista. Mandou às favas a pregação de Tancredo.

Assim vamos para o plenário.

Se o sistema parlamentarista de governo se cristalizar, como desejo, há que refletir, seriamente, sobre a verdade constrangedora.

A Assembléia Nacional não resistiria a um voto de desconfiança. Quantos voltariam?

Creio, ainda menos, na confirmação de qualquer dos "gabinetes" saídos de conchavos. Não importa se das rodas do "poire" ou das conversas ao pé do rádio, na emissora ouvida entre amigos, em circuito fechado. É a tristíssima forma de comandar da nova e já decrépita República.

O final só pode ser um. Eleições diretas. Em todos os níveis.

Do Presidente ao Vereador. E se acharem muito, no mínimo para Presidente, Senadores e Deputados federais.

A Assembléia Nacional Constituinte faz a Constituição e se autodissolve, restabelece sua dignidade. Entrega ao povo, fonte legítima e única do poder, o direito de apontar quem legislará e

quem se encarregará dos postos executivos no amanhã.

Eleições diretas. Gerais.

Sem essa de que o Brasil não aguenta ou não estamos preparados.

O Brasil consegue sobreviver. Por que iria se curvar quando o futuro depende do voto?

Sinto, perigosamente próxima, a ruptura do sistema.

Presencio a paulatina desagregação do partido majoritário. Não foi sempre assim. Antigamente havia respeito. Agora parece não existir.

O mesmo, sem tirar nem pôr, vale para o PFL. O Brasil pode se salvar do naufrágio, votando. E o PMDB, majoritário, deixando votar. Será o voto.

Sem ele, aberta e lisamente, tenho sobradas dúvidas para acreditar no pior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Em Plenário apresentei emendas:

"Art. Constituirão disciplina obrigatória, em todas as escolas instituições de ensino de todos os graus, ensinamentos básicos de segurança social, direitos individuais, cooperativismo, ecologia, informática e biotecnologia."

Justificando que:

A emenda objetiva tornar obrigatório o ensino, em todos os graus, de ensinamentos básicos de segurança social, direitos individuais, cooperativismo, ecologia, informática e biotecnologia.

Precisamos preparar a nova geração para o devenir. E o faremos na medida em que receberem, desde o ensino primário, o conhecimento necessário a tais disciplinas;

Assim como.

h – O Brasil não reconhece o direito de uso exclusivo quando o objeto da criação se referir à vida, à alimentação, à saúde e à biotecnologia.

Pois, o futuro da humanidade está correlacionado ao desenvolvimento da biotecnologia. Precisamos, pois, assegurar o uso do progresso tecnológico do devenir não só quando o objeto da criação se referir à vida, à alimentação e à saúde, como também da biotecnologia.

Em suma, as duas emendas dão ênfase ao desenvolvimento científico e tecnológico, no campo da alimentação, da saúde e da biotecnologia.

Ademais, em recente reunião com engenheiros agrônominos e técnicos agrícolas, patrocinada pela Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos Ltda. – Coopercampos – recebi veemente apelo para que o País avance nesta seara, com o propósito de construir suas próprias bases para o desenvolvimento agrícola, com pesquisa genuinamente nacional.

Esta preocupação toma conta também do empresariado nacional e de setores do Governo Federal, pois:

"Não há mais lugar para a improvisação e o amadorismo na área de biotecnologia. O Brasil tem de acompanhar o avanço internacional do setor, se não quiser ficar outra vez a reboque dos países desenvolvidos."

A afirmação de Luiz Antonio Barreto de Castro, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(Embrapa), foi feita durante a conferência "Biotecnologia – Formação de Recursos Humanos, promovida ontem em São Paulo pelas Faculdades Objetivo.

É necessário que o governo adote, segundo Castro, uma política clara, que defina as metas e prioridades (como saúde e agropecuária) para o setor, cuja evolução se caracteriza pelo dinamismo. Um dos requisitos básicos para a alavancagem do processo reside na formação de cientistas competentes, capazes de aliar uma sólida formação teórica a uma competência para lidar com os aspectos tecnológicos, como os inerentes, à "tradução" de um processo de bancada em um desenvolvimento industrial. Exatamente como ocorre no caso japonês, compara ele.

Outro aspecto fundamental, segundo Castro, refere-se à utilização "sábia" dos recursos financeiros e humanos, para que não haja a duplicação de esforços, além de maior integração entre os centros de pesquisa e indústria.

Este mesmo ponto foi retomado na intervenção realizada por Ney Bittencourt Araújo, diretor superintendente da Agroceres, para quem tal integração tem de ser feita de modo "transparente". Ele defendeu também a idéia de que os órgãos governamentais precisam participar – à semelhança do que ocorre em países como o Canadá com capital de risco nos projetos da área biotecnológica considerados de alta relevância nacional.

Araújo enfatizou que, embora o *Know-how* interno deva ser protegido, é importante considerar a idéia de aquisição de tecnologias estrangeiras. "E este é um momento propício para tal, uma vez que a biotecnologia é ainda um setor novo e há um grande número de pequenas e médias empresas dispostas a celebrar acordos. Mais tarde, com a oligopolização, torna-se quase impossível qualquer tipo de negociação", opina ele.

Quanto à reserva de mercado, ela não é conveniente para o setor. É esta a posição formal da Associação Brasileira de Biotecnologia (Abrabi), informou Marcos Luiz dos Mares Guia, diretor de pesquisa e desenvolvimento da Biobrás, uma das empresas integrantes da entidade. O que se propõe, segundo ele, é que haja um incentivo "efetivo" do governo pela via fiscal e também sob a forma de tarifação sobre produtos estrangeiros, desde que exista similar nacional com custo competitivo e boa qualidade.

A conferência sobre recursos humanos em biotecnologia foi precedida de um debate sobre o tema, transmitido bidirecionalmente, via Intelsat, entre professores do Massachusetts Institute Technology (MIT) e representantes de órgãos governamentais brasileiros, empresários e pesquisadores.

(Gazeta Mercantil)

Por igual, o Jornal do Brasil, 9-9-87, sob o título: "Biotecnologia tem Plano Ambicioso", revela que:

"Campinas (SP) – A Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), situada a 98 quilômetros de São Paulo, quer se transformar no maior centro de Biotecnologia do País. Para isso, contará com recursos de 400 milhões de cruzados da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), para desenvolver o Probio (Programa Integrado de Pesquisas em biotecnologia) – o mais ousado programa

do setor a ser desenvolvido por uma universidade brasileira.

Elaborado por uma comissão multidisciplinar, com representantes de todas áreas técnicas envolvidas, o Probio desenvolverá projetos nos setores de biologia molecular, produtos naturais, ensaios e padrões biológicos e biotecnologia de alimentos. Os 30 primeiros projetos serão definidos até o final deste mês.

O reitor Paulo Renato Costa Souza reconhece, porém, que o Probio enfrentará sérios problemas, decorrentes do desaparecimento da universidade nos últimos anos. A criação do Centro de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA), nas instalações compradas durante o ano passado das Indústrias Monsanto, hoje avaliadas, segundo o reitor em 10 milhões de dólares), minorou o problema, assim como a construção do Centro de Biologia Molecular, atualmente funcionando em condições precárias, mas com prazo final de construção previsto para o final deste ano. Mesmo assim, a universidade precisará de apoio oficial, que inclua mecanismos ágeis de importação, para a aquisição de novos equipamentos.

Eles são considerados necessários para desenvolver, por exemplo, o subprograma de biotecnologia de alimentos e seus principais projetos: os relacionados com microbiologia aplicada à saúde pública, os de produção de enzimas microbianas de interesse industrial e o de controle de microorganismos que provocam a deterioração de alimentos.

As pesquisas para o subprograma de ensaios e padrões biológicos – que identificarão as atividades bioquímicas e farmacológicas de novos produtos e investigarão seus efeitos adversos – serão conduzidos em diferentes laboratórios da Unicamp, por pesquisadores das áreas de química, bioquímica, genética e farmacologia.

Para Helio Wodman, Pró-Reitor de Pesquisas da Unicamp, essa integração entre pesquisadores de diferentes áreas, é o que caracteriza e diferencia o Probio de outros projetos de pesquisa de outras universidades. "É preciso articular o esforço coletivo de pesquisa para que cada pesquisador possa se apoiar no avanço de seus colegas para também avançar", diz ele, garantindo que, embora a ação isolada de indivíduos seja importante, não se expandem fronteiras sem um trabalho conjunta (N. B.)"

Em tese, o Brasil precisa avançar também neste setor, para eliminar os bolsões de fome e de miséria que assolam mais de quarenta milhões de brasileiros, assim como preparar-se para produzir, em breve espaço de tempo, pelo menos mil quilos de grãos por habitante, como fator para erradicar a miséria e aumentar sensivelmente o poder aquisitivo da massa rural.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Nordeste atravessa mais um ano de grandes dificuldades em face da seca verde (concentração de chuvas num período curto e pouca produção agrícola), que acometeu a região. Ora, segundo os dados da pesquisa do CTA – Centro Tecnológico Aeroespacial de São José dos Campos – São Paulo, teríamos um novo período de 2 a 3 anos de baixas precipitações pluviométricas em 1992 e do mesmo modo um período de 5 a 7 anos de pouca chuva a partir do ano 2005.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a seca do corrente ano foi inesperada, sem qualquer previsão dos técnicos, em face de um fenômeno chamado "el niño", que aquece as águas do oceano, de 2 a 4° centígrados, dissolvendo as nuvens no mar e àquelas que chegam no continente precipitam-se de forma intensa, provocando as grandes enchentes do Sul, poucas chegando no interior do nosso País.

Fazemos estas considerações, para demonstrar a grande preocupação que temos em relação ao inverno do próximo ano na região nordestina, pois o CTA, através do técnico Dr. Carlos Nobre, está comunicando que o fenômeno "el niño", continua estacionado no oceano e caso não se dissolva, teremos mais um ano de seca no Nordeste, o que seria desastroso, pois no corrente ano, se não bastasse a calamidade da seca, a assistência proporcionada aos nordestinos carentes tem sido precária.

Fazemos estas considerações para alertar os órgãos do Governo, sobretudo o Ministério do Interior, SUDENE, DNOCS, etc., sobre a previsão feita pelo Centro Técnico Aeroespacial, para que possamos nos preparar, visando minimizar o sofrimento do povo nordestino.

Também, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, fazemos esta denúncia através da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, para mostrar a fragilidade da nossa região que ainda não venceu o problema da seca e continua sem um programa definitivo contra o flagelo, demonstrando a necessidade de inserirmos dispositivos no texto constitucional que beneficiem o Nordeste e as regiões menos desenvolvidas do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ LUZ MAIA (PDS PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para ninguém constitui novidade o estado de extrema gravidade vivido pela economia do País. O galope inflacionário recrudesce com ímpeto cada vez maior e todos os esforços para contê-lo devem merecer nosso acatamento, mas devem, também, ser pesados e medidos para que suas consequências não atropelam os segmentos mais defasados da sociedade brasileira.

Reducir o déficit público é remédio que todos apregoam como infalível para contornar a crise. E fala-se apenas em contornar, porque é evidente que o simples corte dos gastos públicos não irá operar a cura do mal que nos desajusta, enquanto sociedade, e nos avulta, como Nação, sob a condição humilhante de campeões de salários baixos o menor salário mínimo do mundo.

As diretrizes para redução do déficit, a curto prazo, têm em mira o corte de trinta bilhões de cruzados nos investimentos do Governo. Desse total, dez bilhões o equivalente a uma terça parte dizem respeito diretamente aos programas de incremento à agricultura, o que vale dizer, na linguagem popular, vestir um santo para deixar o outro completamente nu.

Convenhamos que, para uma região que tem sua economia fundamentalmente embasada na atividade agropecuária, como é o caso do Nordeste, a fórmula alvitrada pelos tecnocratas como salvadora não passa de um golpe mortal contra quem já sofre a mais lenta das agonias, vítima, injustamente, da sucessão de erros e até do desapreço dos donos da República. A medida, assim, fulmina, de uma só vez, a expectativa do cresci-

mento da safra de produtos agrícolas e as esperanças de sobrevivência da economia primária do homem nordestino.

Não é de hoje, Sr. Presidente, que o Nordeste serve de bode expiatório para os passes de mágica das autoridades da área econômica. São incontáveis os pronunciamentos que, na Assembléia Nacional Constituinte e nas duas Casas do Congresso, são proferidos, reclamando contra essa discriminação, sobretudo quando se sabe que nenhuma outra área do Território nacional padece de tantas carencias como essa em que se incluem nada menos de nove Unidades da federação brasileira.

Mas não são apenas discursos, protestos, advertências. Temos peregrinado sistematicamente pelos gabinetes ministeriais, sobretudo do Ministério da Fazenda, mostrando a realidade insustentável enfrentada pelo homem nordestino, procurando, sob todos os meios, sensibilizar o Governo para a gravidade da situação e a urgência de medidas concretas que, pelo menos, alimentem as esperanças daquela sofrida gente.

Não temos logrado êxito, infelizmente. Promessas e mais promessas, expectativa de compromissos que respondam aos apelos do Nordeste, e tudo, mas tudo mesmo; deixado na estaca zero, à espera de melhores dias hipótese que se torna cada vez mais remota diante dos desacertos de planos e mais planos que, por superficiais, jamais atingirão o âmago do problema, a inteira reformulação do modelo econômico privilegiador e injusto que nos tem sido imposto.

A iniciativa privada, a agricultura do Nordeste estacionaram no tempo. A recente seca penalizou profundamente o sistema produtivo da Região e inviabilizou a implementação de qualquer programa que não conte com o respaldo do poder público. Mercê da falta de crédito, agravada por uma prática de juros que já se faz lesiva mesmo nos centros mais adiantados, o Nordeste sofre o esvaziamento do meio rural e a consequente invasão das cidades maiores, principalmente das capitais, onde o quadro de miséria é desolador, é deprimente, e mancha de opróbrio a consciência dos homens públicos responsáveis, que a tudo assistem, sem nada poder fazer.

O homem nordestino não entende como o Governo anuncia a redução do déficit público, subtraindo dez bilhões de cruzados que poderiam ser empregados frutiferamente em programas regionais já delineados e, ao mesmo tempo, abre os cofres do Tesouro para socorrer, com 50 bilhões de cruzados, uma empresa aérea de grande porte a Transbrasil, cujo caos financeiro bem poderia ser saneado por outros caminhos que não o sacrifício os programas do Nordeste. Chega a ser revoltante, para não dizer criminoso, o artifício de redução do déficit público adotado pelo Governo.

De planos inexequíveis o País já está farto. Não mais possível convivermos com essa política de privilégios que sempre traz como resultado sofrimento maiores às regiões mais necessitadas. Não podemos aceitar impassíveis a decretação de nossa falência total, quando já estamos à beira do abismo, na iminência de sermos precipitados para o irremediável.

É imperativo, pois, que o Ministério da Fazenda reveja sua decisão em relação ao corte de recursos para a região nordestina, a fim de que supere-

mos a gravidade da hora presente e nos preparemos, revigoradas nossas esperanças, para conhecer o novo horizonte que haverá de nascer no bojo da Constituição que estamos elaborando.

O Ministro Bresser Pereira conhece pessoalmente o flagelo que se abate sobre o Nordeste. Não tem o direito de permitir que tripudiem sobre o drama de milhões de brasileiros que ali heroicamente mourem. Dirijo-lhe, portanto, mais um apelo: reexamine a redução do déficit público sem permitir que o Nordeste, mais uma vez, seja o grande sacrificado.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB MG. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Trava-se na Assembléia Nacional Constituinte verdadeira luta para saber quem ocupará lugar de quem na sociedade brasileira, a partir da promulgação da nova Carta Constitucional.

Trava-se também guerra de nervos entre alguns componentes de entidades classistas para saber quem será mais competente na conquista dos votos dos representantes do povo, no momento de votar as matérias que vão regular suas competências institucionais.

Há, no entanto, entidades que se sobrepõem às questiúnculas classistas e que devem ser, coerentemente, respeitadas no espaço que construíram e que conquistaram, aos olhos do nosso povo, como são as PM (Polícias Militares) dos nossos Estados.

A PM de Minas Gerais tem uma história invejável, nos seus 156 (cento e cinquenta e seis) anos de existência, cheia de glórias pelos grandiosos serviços prestados a Minas Gerais, ao Brasil e a todos nós.

Tenho sido amigo claro da nossa gloriosa PM (Polícia Militar) em Minas Gerais. Sou defensor das teses que ela defende, agora, dentro da nossa história constitucionalista. A PM brasileira precisa continuar ocupando o mesmo espaço que lhe foi reservado, por conquista e por direito.

O jornal *Estado de Minas* do dia 20-10-87, em editorial, ressalta, exatamente o que defendo: a dignidade da PM-MG, conquistada por seus membros, no aperfeiçoamento cultural e profissional de cada um.

Como homenagem à PM de Minas Gerais, desejo ver transcrita nos anais desta Assembléia Nacional Constituinte o referido editorial, que traduz o que fez a PM-MG ao longo de sua existência.

Assim, Sr. Presidente, estaremos fazendo Justiça à PM de Minas Gerais e a todas as congêneres do Brasil. É o que tinha a dizer e a registrar.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:

Estado de Minas terça-feira, 20 de outubro de 1987

PM E A CONSTITUIÇÃO

Os 156 anos de história da Policia Militar do Estado, há pouco comemorados, não somente incorporam todo um percurso coerente de disciplina e identificação com as coisas de Minas como, sobretudo, merecem nova reflexão a respeito do futuro. O passado aí está para provar que a Corporação não faltou à confiança dos mineiros. A integração do Estado e a defesa da ordem, em rigorosa consonância com as diretrizes supe-

dores da República, proporcionam à Polícia Militar patrimônio raro e de evidente importância política.

O Brasil mudou muito e, no contexto, Minas não ficou atrás, mas a PMs sempre soube tomar como diretriz e como compromisso a transformação na continuidade. Mudar conforme a dinâmica social, cultural, econômica e, sobretudo, tecnológica, mas preservar, na continuidade, a decência, a lealdade, a disciplina e o culto dos valores morais.

Dentro do contexto transformação-continuidade, é de muita importância estratégica a Assembléia Nacional Constituinte não aprovar qualquer modificação substancial nos princípios que definem a competência e o acerto institucional das corporações, sem prévios e meticulosos entendimentos com os comandos ou delegações oficialmente designados. Algumas versões pretendem inserir alterações notoriamente inconvenientes, uma delas a criação de polícias municipais uniformizadas, não se falando na própria delimitação da competência e inaceitável rigorização dos controles sobre as Polícias Militares pelas Forças Armadas.

Minas Gerais, a segunda maior bancada na Constituinte, sabe que tem na PM uma corporação a que muito deve. Os constituintes, todos eles, precisam ficar alertas e mobilizados para preservar a Polícia Militar como ela é e sempre foi. Afinal, não se muda impunemente o que está certo.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaria de firmar, nesta oportunidade, um ponto de vista que venho defendendo desde a instalação desta Assembléia Nacional Constituinte: Esta não será uma Constituição de grupos, mas a Carta Magna da democracia e, até este momento, o comportamento dos Parlamentares que compõem esta Casa tem sido irrepreensível no cumprimento da outorga que lhes foi confiada pelo povo nas eleições de 1986.

Analizando as Constituições brasileiras e a forma como foram elaboradas chega-se à conclusão de que todas ficaram muito a dever ao trabalho que hoje se desenvolve em Brasília para a montagem do texto que os tempos atuais exigem. Umas foram fabricadas ao sabor dos interesses das forças dominantes, outras para encobrir regimes anti povo, mas nenhuma teve a verdadeira participação popular em sua formulação.

Pela primeira vez na história, uma Constituição é debatida em todos os foros deste País, sendo este um exemplo que o povo brasileiro está oferecendo às outras nações.

Os desentendimentos, as controvérsias e os pontos de vista conflitantes, são próprios da discussão democrática e é da essência do regime e participação pluralista de que é parte expressiva do Poder Legislativo Nacional. Poder que, oriundo das decisões soberanas do povo, dele não pode fugir e nem abrir mão das prerrogativas que lhes são inerentes pela própria natureza da representatividade popular.

A partir da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, com a criação das subcomissões, das comissões temáticas e da Comissão de Sistematização, sobretudo com a adoção de um Regimento que assegurou a possibilidade da participação da Nação e que permitiu a aceitação de

emendas populares, o País sentiu que uma Constituição seria escrita com as letras de todos os brasileiros.

A letra e a cara do povo brasileiro não seriam a moldura da Carta Magna, mas o próprio espírito do documento maior.

A propalada lentidão dos trabalhos no final das discussões do Relatório da Comissão de Sistematização, vencendo e esgotando prazos já prorrogados, não significa outra coisa que não seja o esmero no trato das questões mais importantes que envolvem a Constituição. O açoitamento de muitos que querem fazer com que tudo saia às carreiras, tem um sentido muito claro: é a esperteza de grupos que se sentem prejudicados com os avanços obtidos em favor do povo e que querem manter privilégios considerados como direitos adquiridos. O direito de abuso não pode constar em uma carta que é a esperança de um povo que já está perdendo essa sua maior virtude.

Sente-se no ar o murmúrio lúgubre das aves agourentas de todos os tempos. Querem a todo custo torpedear um trabalho que está sendo feito com muita seriedade e que, na maioria dos casos, só é contestado por quem não quer ter o trabalho de ler e analisar o que foi produzido.

São apreciações daqueles que não leram e não gostaram.

Por outro lado, grupos encastelados em suas clausuras mentais e maquinando idéias que o tempo largou para trás na poeira do caminho do povo, articulam ações de desestabilização da Assembléia Nacional Constituinte, procurando ferir sua soberania através do desprestígio do colegiado, muitas delas integrando a própria Casa para a qual foram eleitos.

Querem alterar um Regimento que ajudaram a fazer, de modo a permitir que forças estranhas à Constituinte venham com seus casuismos apresentar substitutivos que firam a dignidade dos membros desta Casa.

Já disse que esta não será uma Constituição de grupos, mas aquela que reflete o pensamento de todos e o consenso da Nação.

Para fazer uma Constituição de grupo, bastarda ao meu Partido, PMDB, negociar dentro de suas diversas correntes e segmentos um documento a ser imposto à Constituinte, mas é pensando em termos da participação de todo o povo, pela representatividade dos parlamentares que aqui têm assento, que o trabalho vem sendo executado da forma mais democrática possível.

Não é admissível, Sr. Presidente, que sejam praticados arranhões que exponham feridas e deixem cicatrizes abertas no corpo do Regimento desta Casa, somente para atender caprichos de grupos de pressão de cores e pensamentos já muito conhecidos do povo sofrido deste País. Quero concluir, Sr^{as} e Srs. Constituintes, afirmando e alertando que não estamos sós e em nenhuma ilha. Se Brasília é uma ilha de fantasias e enganosas ilusões, estamos cercados de povo por todos os lados, povo que aperta o cerco: sobre os eixos, rampas, asas e palácios desta capital que foi edificada sob o signo da esperança e não pode ser transformada no campo das frustrações populares.

Vamos todos respeitar as regras do jogo democrático para não sermos expulsos do campo das lutas populares.

Vamos respeitar pelo menos o que ficou estabe-

leido por nós próprios como princípio básico de uma própria soberania

O SR. JORGE ARBAGE (PDS-PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nenhuma solução para contornar as dificuldades que o País atravessa poderá obter sucesso à margem do entendimento ou da negociação. O Governo federal tem consciência disto, mas insiste em relutar aceitar essa realidade, optando por fórmulas impossíveis de serem assimiladas dentro do espírito do bom senso e da razão.

Exemplo típico do procedimento governamental é o caso que envolve a empresa Autolatina, em que esta pondera a necessidade de recuperar os custos no processo de comercialização de veículos novos, de modo a não comprometer interesses do mercado consumidor, e o Ministério da Fazenda opõe forte resistência, a despeito de não possuir um programa definido a respeito de tão magno problema.

Por falta de sensibilidade, e quiçá de uma estratégia diplomática para dirigir pontos básicos entre a empresa e o Governo federal, criou-se um impasse gravíssimo que poderá resultar na desativação definitiva das operações da Autolatina na América Latina, provocando o desemprego direto de mais de 110.000 trabalhadores das redes de distribuição, além dos 65.000 empregados que exercem atividades nas fábricas.

Diante de tão grave risco de recessão na indústria automobilística nacional, não podemos permanecer de braços cruzados à espera de que tal desastre aconteça para depois levantarmos nossos protestos em defesa do nada. Urge que apelemos, com energia e firmeza, ao Presidente José Sarney e ao Ministro Bresser Pereira, mostrando-lhes que o impasse criado, sob inspiração de um radicalismo puramente político e não de natureza técnica, coloca o País de sobreaviso no que concerne ao destino de milhares de trabalhadores, que podem ser despedidos e jogados na rua da amargura, sabido que o modelo econômico em projeção não absorve sequer o mercado de mão-de-obra que cresce demasiadamente em cada ano.

Desça o Governo do seu pedestal, onde pouco ou nada lhe é possível observar a respeito da realidade que enfrentamos nesta difícil fase de transição, e opte pela negociação adequada para não privar o País de uma indústria que a rigor vem contribuindo para a sustentação do nosso desenvolvimento socio-econômico, com grande parcela de participação e patriotismo.

Em seguimento a este pronunciamento, registro para efeito de transcrição nos anais dos nossos trabalhos, o telex subscrito pelo dr. Jair Bernardino de Souza, Diretor-Presidente da Belauto - Pará, cujo apelo endosso, por reconhecê-lo da maior relevância na defesa do assunto que aborda.

Era o tinhamos a dizer Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:

TBB.Nº 8056/87 –

De: Empresas Belauto

Para: Câmara dos Deputados – Brasília – DF

ATT.: Sr. Deputado Jorge Arbage

Prezado Companheiro,

Por absoluta falta de compreensão e ausência

total de um programa definido, por parte do Governo federal, no sentido de permitir a recuperação dos custos na comercialização de veículos novos, de forma a não comprometer o mercado consumidor, as negociações entre a Autolatina e o Governo Federal chegaram a um impasse.

A situação é gravíssima e corremos o risco de a empresa abandonar definitivamente as suas operações na América Latina, provocando o desemprego direto de 110.000 trabalhadores das redes de distribuição, além de 65.000 trabalhadores empregados nas fábricas.

Em face da gravidade do problema, solicito ao amigo e ilustre Deputado Jorge Arbage sua intermediação junto ao Governo Federal no sentido de encontrar uma solução de entendimento a esta situação de impasse criado nessa negociação.

Atenciosamente, – Jair Bernardino de Souza Diretor-Presidente.

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Nação brasileira assiste com apreensão a um fato gravíssimo que nos leva a crer que apaga-se a última luz de esperança de promoção da reforma agrária no Brasil, durante o atual Governo.

O Presidente José Sarney, através de Decreto nº 2.363, do dia 21 de outubro de 1987, declara extinto o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão originário da fusão do IBRA e INDA, institutos criados pelo Estatuto da Terra.

Acontece, Sr. Presidente, que a extinção do Incra, realizada por decreto-lei, requer esclarecimento por parte do Governo federal, pois o mesmo contém dispositivos que alteram substancialmente a legislação fundiária vigente e impede na prática a realização de qualquer projeto ou programa de reforma agrária.

A proposta constante do art. 5º do decreto-lei cria uma nova figura de desapropriação para interesse social, fixando normas para enquadramento da propriedade, cujas dimensões e características evidentemente não levarão a qualquer desapropriação.

Este Decreto-lei atende na prática aos interesses dos grandes latifundiários. Não é sem razão que o Presidente da União Democrática Rural – UDR, Sr. Ronaldo Caiado, em entrevista à **Folha de S. Paulo** (dia 26-10-87), declara que a "extinção do Incra é uma vitória da UDR".

Neste sentido, quero chamar a atenção para o fato de que cartórios do Norte e Nordeste do País estão trabalhando diuturnamente para desmembrar grandes propriedades entre pessoas da família e assim torná-las inacessíveis à desapropriação normalizada pelo Governo federal.

A segunda questão: trata-se do questionamento da constitucionalidade do decreto-lei baixado pelo Presidente José Sarney.

Surpreendentemente, invoca o Sr. Presidente da República o art 53, itens, I e III da Constituição, para extinguir o Incra e alterar o Estatuto da Terra.

Pasmem Srs. Constituintes. Este artigo constitucional apenas atribui poderes para o Presidente baixar decretos-leis em casos de urgência ou de interesse público relevantes exclusivamente nas seguintes matérias: segurança nacional, finanças públicas e criação de cargos públicos e fixação de vencimentos.

Ora, o decreto-lei jamais poderia invocar a "segurança nacional" para extinguir o Incra e fixar nova política de desapropriação e reforma agrária. Mas assim foi feito. Extinguir-se o Incra e a perspectiva da reforma agrária em nome da segurança nacional.

No mínimo, Srs. Constituintes existe, um erro material no diploma legal em questão. Ou então, repetiu-se a postura avocada no Governo Médici, que, sob a égide do AI-5, entendia que a reforma agrária era uma questão de segurança nacional. No contexto de um processo de transição para construção de democracia a reforma agrária necessariamente tem que ser vista como uma questão político-estrutural de interesse maior e direto da Nação, jamais uma simples questão de segurança nacional.

Há assim que se questionar o decreto-lei, declarando-o anticonstitucional, com vício jurídico da fonte que originou a sua expedição.

Outro aspecto sério da questão é que os servidores da autarquia extinta foram lotados na administração direta, sem qualquer direito de opção de permanência na nova autarquia criada com o nome de Instituto Jurídico das Terras – INTER.

Há, por parte dos servidores do extinto Incra uma justificável inquietação que, em certos casos, atinge às raízes do desespero. Provocado pela incerteza e frustração. Incerteza com a sua situação funcional ainda indefinida e frustração com a certeza de que não haverá qualquer reforma agrária no Brasil, se mantidas as normas fixadas pelo decreto-lei que extinguiu o Incra.

Seria por tudo isso desejável que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República revisse a sua decisão, revogando o decreto-lei que extinguiu o Incra e adotasse medidas para reestruturá-lo, jamais extingui-lo; do ponto de vista de administração pública fazer reforma agrária com uma autarquia, já era uma tarefa difícil – muito mais agora com o Mirad controlado pela rígida administração direta, será impossível.

Permitam-me Srs. Constituintes, convocar os ilustres Parlamentares para debater com profundidade a questão de reforma agrária, levando o Sr. Presidente a revogar o inexplicável decreto-lei.

A Assembléia Nacional Constituinte é chamada a desempenhar um papel decisivo nessa difícil e agudamente cética conjuntura política. Mais uma vez, o Governo Sarney procurar fatos consumados, predeterminar limites ao processo constituinte, a fim de impedir que a Constituinte estabeleça uma nova Carta Magna capaz de criar mecanismos em favor das reformas sociais de modo particular, a reforma agrária. Temos esperanças em que a Constituinte romperá as barreiras criadas pelo decreto-lei do Presidente Sarney. Que instituirá mecanismos de apoio à reforma agrária.

Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a a transcrição nos anais desta Casa de documento elaborado pela Conferência Nacional de Servidores do Incra, de extrema importância para a compreensão global dos efeitos nefastos do ato presidencial sobre o processo de reforma agrária. Nobres Constituintes, humildemente obrigado a todos.

Documento a que se refere o orador em seu discurso:

"Os servidores do Incra, consternados com o anúncio pela imprensa da extinção do órgão através de decreto-lei assinado pelo Presidente da República, decidiram, em reunião da CNASI e As-

sincras, apresentar sua posição em face da situação criada, por entenderem que esta medida significa em grave retrocesso na caminhada da reforma agrária. Esta caminhada vem sendo duramente trilhada à custa de tensões e contradições, tendo à frente o movimento dos trabalhadores rurais e outros importantes segmentos democráticos da sociedade brasileira.

1. O fim do regime militar e a implantação da chamada "Nova República" trouxeram um novo alento à luta pela reforma agrária. Os compromissos publicamente assumidos pelos novos dirigentes de conferir prioridade absoluta à implantação da reforma agrária, reforçavam ainda mais a esperança daqueles que vêem nessa mudança social uma das condições fundamentais para a democracia da sociedade brasileira.

O Governo da Nova República instituiu o 1º Plano Nacional de reforma agrária – PNRA, estabelecendo metas que se não atendiam à exigência do movimento popular, representavam de qualquer forma, um esforço significativo para a mudança da estrutura agrária.

A ampla discussão travada na sociedade sobre o plano e a questão agrária, serviu de instrumento para a organização da sociedade brasileira, aglutinando-se às forças populares em torno da Contag e do movimento dos agricultores sem terra, enquanto que as forças conservadoras uniam-se e expressavam-se através da CNA e UDR.

Os resultados do PNRA foram pouco expressivos, alcançando até o momento cerca de 10% das metas de assentamento previstas.

2. Várias causas contribuíram para a lentidão do processo de reforma agrária. Entre elas destacam-se:

"1º A falta de uma efetiva decisão política por parte do Governo Federal, que não aportou ao órgão executor da reforma agrária, os recursos humanos, técnicos e financeiros tão reclamados pelos seus servidores para atender à demandas por terras e por melhores condições para os assentamentos, expressas pelos trabalhadores rurais.

2º. Uma legislação ultrapassada que permitia a perpetuação das ações judiciais, não liberando imediatamente as terras com decreto de interesse social para os assentamentos. A demora da imissão de posse em nome do Incra possibilitou, aos proprietários rurais, a ampla utilização da chamada maquilagem em seus imóveis, que passaram a ser apresentados para a opinião pública como verdadeiros modelos de empresas rurais altamente produtivas.

3º A dificuldade de atualizar indicadores de avaliação da produtividade da terra, o que reduzia significativamente o universo de áreas passíveis de desapropriação.

4º O avanço das forças conservadoras, aglutinadas em torno da UDR, que conseguiu espaços e porta-vozes junto ao Governo para a defesa de suas idéias contra a reforma agrária, entre as quais se encontrava a extinção do Incra, ora efetuada."

3. O pretexto utilizado para a extinção do Incra não procede, bem como não se justificam as novas propostas contidas no decreto-lei:

"1º Se problemas houve na execução da reforma agrária cabia o aparelhamento ade-

quado do Incra e não sua extinção que vem trazer, entre outros malefícios o truncamento de um processo em andamento. Vê-se agora que o Governo, na contingência de criar uma nova autarquia, o Inter, para encaminhar os processos de desapropriação, que vinham sendo normalmente executados pelo Incra.

2º Questiona-se, sobremodo, o uso de um instrumento de exceção – O decreto-lei para tomar decisão tão importante. Uma questão candente, polêmica, como a da reforma agrária, exige que qualquer decisão que lhe diga respeito seja amplamente discutida pela sociedade, num procedimento democrático, que parece ter sido esquecido pelo Governo da Nova República.

3º Argui-se, ainda, a constitucionalidade deste ato, uma vez que foram invocados os ítems I a II do art. 55 da Constituição Federal para a assinatura do decreto-lei, que absolutamente não justificam a utilização de tal tipo de instrumento:

"Art. 55. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não haja aumento de despesa, poderá expedir decretos-leis sobre as seguintes matérias:

- I – segurança nacional;
- II – finanças públicas, inclusive normas tributárias; e
- III – criação de cargos públicos e fixação de vencimentos.

§ 1º Publicado o texto, que terá vigência imediata, o decreto-lei será submetido pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, que o aprovará ou rejeitará dentro de sessenta dias a contar do seu recebimento, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, aplicar-se-á o disposto no § 3º do art. 51.

§ 2º A rejeição do decreto-lei não implicará a nulidade dos atos praticados durante a sua vigência."

4º A nova proposta contida no decreto-lei representa um retrocesso na execução da reforma agrária. Praticamente elimina-se a aplicação do instituto da desapropriação por interesse social, a principal forma de obtenção de terras estabelecida no PNRA e defendida pelos movimentos sociais pela reforma agrária. Isto porque não serão motivos de desapropriação, as "áreas em produção", o que pressupõe desconsiderar os níveis de exploração do imóvel em seu conjunto, conforme preceitua o Estatuto da Terra. Para fins de assentamento, seguramente, restarão as áreas de menor capacidade produtiva.

5º Retrocede-se, também em relação ao caráter distributivista que deve ter a reforma agrária: pelo decreto-lei não existe mais latifúndio por dimensão. Cabe referir que as propostas populares para a Assembléia Nacional Constituinte e as posições do Mirad/Incra em seu depoimento naquela Assembléia, apontavam no sentido do estabelecimento de um módulo máximo para a propriedade da terra. Foram ouvidos somente os reclamos dos setores conservadores e da UDR.

4. O nosso compromisso como cidadãos impõe a tomada de uma clara posição no momento em que o processo da reforma agrária sofreu

uma profunda derrota. Os servidores do Incra, organizados na sua confederação e Assincras, propõem:

"1º Que o Governo encaminhe imediatamente o decreto-lei ao Congresso Nacional, para ser devidamente apreciado.

2º Que se procure sensibilizar os Congressistas para a rejeição do decreto-lei, dada sua flagrante constitucionalidade e seu conteúdo político contrário à reforma agrária.

3º Que se promovam amplas discussões sobre o conteúdo do decreto-lei, abertas à participação de entidades que apóiam a reforma agrária.

4º Que se intensifique a luta para que o Incra retome a sua condição, fazendo avançar a reforma agrária e assegurando os direitos e deveres de seus servidores."

Brasília, 28 de outubro de 1987."

O SR. FÉRES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A indústria automobilística brasileira é assunto presente, com freqüência, no noticiário da imprensa.

Dois fatos constituem, entre outros, as justificativas principais dessa presença. Em primeiro lugar, a insatisfação crônica em que vivem seus trabalhadores, no que diz respeito aos salários recebidos.

Essa insatisfação gera greves, greves motivam dispensa de mão-de-obra pelas fábricas – e tal círculo vicioso dá a esse setor industrial, do ponto de vista dos que nele trabalham e dele vivem, uma indesejável situação de instabilidade.

O segundo fato que coloca a dita indústria nas páginas das folhas são as contínuas e violentas majorações obtidas pelos fabricantes, no preço que cobram aos revendedores pelos veículos produzidos.

O carro de passageiros e o utilitário produzidos no Brasil serão hoje, possivelmente, os veículos automotivos mais caros do mundo.

Está havendo um visível desencontro progressivo entre as condições sob as quais operam as fábricas de automóveis, melhor dizendo, as montadoras de automóveis instaladas no País, e o interesse e o poder aquisitivo das diversas categorias da sociedade destinatária de sua produção.

O motivo sempre alegado para o aumento de preços do produto acabado é a elevação dos custos de produção. E o governo não mais tem meios de aferir esses custos, pois, a única indústria automobilística que chegou a possuir – a Fábrica Nacional de Motores – não obstante o indiscutível êxito alcançado pelos produtos que lançou no mercado foi, em tempo, afastada de sua órbita, através de uma venda de disputável conveniência para o interesse público, a uma empresa multinacional.

As montadoras estão exercendo, portanto, com liberdade, a ditadura de preços que atende a seu interesse e agride o consumidor.

Ante esse estado de coisas, diremos já ser tempo do assunto vir a ser encarado objetivamente, a partir de uma intenção real de sanear o campo, assentando a indústria automobilística brasileira em bases que lhe assegurem a funcionalidade empresarial, sem colisão com o interesse hoje esquecido dos consumidores seus clientes.

Não pretendemos sugerir a fórmula adequada para corrigir o desajuste em questão. Nossa modesta intenção é, apenas, oferecer o subsídio de algumas idéias para o encontro dessa fórmula.

O desequilíbrio vigente no quadro da indústria de veículos automotores instalada no País precisa ser visto e analisado em função de seus antecedentes históricos e das distorções por ela acumuladas nesses 40 anos de existência.

As primeiras medidas para a implantação de fábricas de automóveis no Brasil foram tomadas logo depois do fim da guerra, dentro de uma conjuntura então propícia para a migração de indústrias e de capitais, do primeiro para o Terceiro Mundo, com o objetivo de criar ou de ampliar mercados.

O estudo das propostas e a viabilização dos projetos relacionados com a instalação das linhas de montagem de veículos no País ficou a cargo de uma então criada **Comissão da Indústria Automobilística**.

Os homens colocados à frente desse órgão eram, honestos e capazes, mas não tinham eles e, acredito, ninguém mais no Brasil de então igualmente possuía completo domínio da informação e da experiência, indispensável para a fixação de uma linha de política industrial que, sem comprometimento dos fins a serem atingidos pela comissão, resguardasse os interesses nacionais.

O resultado desse despreparo mental foi a aprovação um tanto apressada de projetos industriais que, de diversos modos, colidiram com o que conviria ao País. Mencionaremos, entre esses erros então cometidos, o sinal verde que veio permitir a instalação simultânea de muitas fábricas, cada uma delas voltada para a produção de variados modelos – com ênfase para os carros de luxo – e tudo, ainda, com a agravante de permitir a produção local e a utilização de motores obsoletos, de baixo rendimento e alto consumo de combustível.

Acrescente-se, ainda, as concessões de flagrante nocividade ao interesse patrio, incluídas nas cláusulas contratuais dos projetos aprovados.

Essas cláusulas vieram a ser, mais tarde, denunciadas neste Congresso, fosse através da ação pessoal do Senador Vasconcelos Torres, em discursos, projetos de lei e requerimentos de informação depois reunidos no livro "Automóveis de ouro para um povo descalço" fosse pelo trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída nesta Câmara, para investigar o assunto e que chegou a divulgar impressionante relatório final.

Nada disso, porém, sensibilizou os setores do Executivo com atribuições na área dos ditos escândalos.

As montadoras de veículos fixadas no Brasil produzem hoje um número excessivo de modelos diversificados – que onera sobremaneira a produção – a maioria deles distante do cargo simples e econômico que conviria ao consumidor nacional.

Vale a pena lembrar o episódio recente do Fusca – o carro que se mantinha absoluta, há anos, na preferência dos brasileiros de baixa renda – silenciosamente retirado da linha de fabricação, por simples decisão unilateral dos que detinham o privilégio de sua fabricação.

Não houve explicações plausíveis para esse desaparecimento industrial do Fusca, que surpreen-

deu e lesou a parte da sociedade brasileira que adquire e usa automóveis.

Está faltando, pois, na área governamental, com atribuições na área da produção automobilística, a implementação de uma série de medidas, de uma política, enfim, que coloque a chamada indústria automobilística que aí temos a serviço do Brasil e dos brasileiros.

O uso do álcool como combustível é uma parte do problema que, também, está a merecer atenção especial. Ele está sendo consumido em motores ainda precários, tecnologicamente, para esse consumo. Deve-se o fato à conta do desinteresse das fábricas de investir em projetos de pesquisa industrial que levem a um motor movido a álcool, econômico e durável.

A consequência de não havermos ainda chegado a esse motor é que os carros a álcool têm duração exígua e dão permanente preocupação e despesa aos usuários, pela assistência mecânica que exigem. As vantagens, pois, de um combustível de origem local, estão anuladas.

A indústria automobilística, não obstante suas deformidades, tem hoje grande e significativa expressão no parque industrial brasileiro.

Muitos milhares de patrícios dela vivem, seja percebendo salários das montadoras, seja exercendo atividade – como empresários ou empregados – nas múltiplas fábricas de autopêças que viabilizam a confecção do produto final.

Um súbito colapso nesse amplo sistema poderá acarretar imprevisíveis consequências econômicas e sociais ao País e tudo deve ser tentado antes que isso venha a acontecer.

Não esqueçamos, inclusive, a altíssima incidência de impostos sobre os carros produzidos, assunto que precisa ser examinado com urgência, ao lado de muitos outros, para que o Brasil não continue sendo o país que vende os carros mais caros do mundo.

Que as autoridades responsáveis entendam a advertência que tentamos inserir neste comentário. É preciso sanear e racionalizar, sem demora, a indústria automobilística nacional.

O SR. JOSÉ MOURA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como já foi dito, nenhum grupo populacional brasileiro pode ter sido mais injustamente punido, nas duas últimas décadas, do que o dos aposentados e pensionistas.

Enfrentando problemas terríveis para prover o próprio sustento, os trabalhadores inativos sentem na pele que o direito social da aposentadoria não passa, no País, de uma pura e simples abstração semântica, circunstância que, além de contrariar os objetivos de uma ordem econômica mais justa, desatende às exigências inalienáveis do bem comum e desconhece o princípio fundamental da política previdenciária, segundo o qual o homem deve ser a medida de todas as coisas.

Uma análise, mesmo superficial, das questões que afligem os aposentados demonstra, de maneira inequívoca, os desajustes e injustiças que permeiam o assunto.

No que se refere, por exemplo, aos aposentados do serviço público, vemos que, contra eles, a "Constituição de 1967 introduziu um preceito de perversidade revoltante", mantido pela Emenda nº 1, de 1969 e, portanto, ainda vigente – ao

estabelecer, em seu artigo 102, que os proventos da aposentadoria não poderiam ser superiores aos vencimentos da atividade.

O preceito em tela desconheceu até mesmo o direito dos servidores que já tinham, na época, a prerrogativa de se aposentar, por tempo de serviço, com os proventos da classe imediatamente superior, e assim, sujeito à interpretação "dos administrativistas de que tanto se valeu o arbítrio", foi utilizado apenas em prejuízo do funcionalismo.

Vale destacar que tanto as autoridades reconheceram ser esse um dispositivo arbitrário e inconstitucional que a Emenda nº 1, de 1969, houve por bem devolver aos militares o direito de irem para a reserva com uma promoção. Usando; porém, de dois pesos e duas medidas, as autoridades não procederam da mesma forma "com relação aos funcionários civis, que continuaram amargando a perda desse direito".

Além disso, o dispositivo a que me referi foi cruelmente "interpretado" também durante a aplicação do Plano de Classificação de Cargos, de 1970 – que implicava a revisão global da política salarial do Poder Executivo, completamente defasado do setor privado – com o objetivo, meridianamente claro, de excluir os aposentados dos benefícios desse Plano.

Com base nessa esdrúxula interpretação, e tendo em vista que os níveis salariais introduzidos no Plano eram superiores aos que os aposentados receberiam em atividade, os seus proventos foram calculados apenas sobre os vencimentos do cargo, e não sobre a remuneração devida individualmente.

Recorde-se, ademais, que "além das intercorrências das mudanças de interpretação do texto constitucional, também o enquadramento resultante do Plano deixou os aposentados em posição inferior", seja pela extinção de antigas funções, seja pela eliminação de chefias e cargos em comissão, sem correspondência do novo quadro de pessoal.

Ressalto, nesse contexto, que a Constituição de 1967, em seu artigo 102, impedi a concessão dos benefícios previstos nos artigos 180 e 184 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, documento consolidado e em vigor desde 1952.

E, como se sabe, Sr. Presidente, as conquistas sociais representam uma via de mão única, não admitindo quaisquer retrocessos.

No que se refere aos demais trabalhadores, é profundamente chocante o tratamento dispensado pela Previdência Social ao aposentado.

Obedecendo a critérios diferentes daqueles estabelecidos para a política salarial em geral, e atuando sempre em detrimento dos inativos, vemos que, no sistema previdenciário, os proventos não são fixados sobre o salário integral do trabalhador, mas com base em um percentual arbitrado sobre salário-contribuição, o que representa, na prática, vencimentos muito inferiores à remuneração da atividade.

Como já foi dito, a fórmula empregada pela Previdência para calcular os proventos da aposentadoria não é somente infíqua, senão imoral, "posto que o salário-contribuição é atrelado ao salário mínimo, com módulos definidos pela Presidência da República e pelo Ministério do Trabalho, enquanto sua contrapartida, o salário benefício, degradado e defasado, embute uma taxa arbitrada

pela autoridade previdenciária, distorcendo a relação inicial com o salário mínimo e reduzindo seu valor, quando benefício".

Para aumentar ainda mais esse preocupante quadro, os reajustes dos proventos costumam ser pagos com grande atraso, fato simplesmente inadmissível em um país, como o nosso, "onde a inflação é um mal crônico e, na prática, incontrolável".

Não é demais recordar que a situação indicada está a propiciar o surgimento da chamada segurança privada, que tem a finalidade de complementar a aposentadoria dos segurados da Previdência oficial. Note-se que tais organizações funcionam sobretudo junto a empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Governo, o que significa que ao trabalhador do setor privado nem mesmo essa alternativa é facultada.

À vista de tantas distorções e tão profundos desequilíbrios, julgo imprescindível que a nova Carta, escoimada dessas imperfeições e em plena sintonia com as legítimas aspirações populares, venha a propiciar a eliminação dos ultrapassados e injustos conceitos sobre a matéria, promovendo o pleno reconhecimento dos direitos básicos inerentes a essa relevante conquista social.

Não vale, para a plena aplicação do instituto da aposentadoria, o reconhecimento apenas de sua validade moral e conceitual. É preciso fazer com que o mesmo se integre, de forma íntima, na ampla moldura das normas jurídicas e no processo de desenvolvimento do País, em suas dimensões social, política e econômica.

Nesta ordem de idéias, desejo manifestar minha total discordância com o art. 47 do segundo substitutivo apresentado pelo Relator da Comissão de Sistematização, que suprime parte importante do art. 67 do primeiro substitutivo, em prejuízo do servidor público aposentado. Dizia o primeiro projeto:

"Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como sempre que for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou reforma." (O grifo é nosso.)

O texto atualmente em discussão, embora inclua os pensionistas nos benefícios previstos, omite a segunda parte do artigo anteriormente citado, estabelecendo:

"Os proventos da inatividade e as pensões serão reajustados, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade."

Como se vê, o primeiro texto parece inquestionavelmente mais ajustado à realidade e condizente com o propósito de que estamos imbuídos de aprimorar o sistema previdenciário, como resposta às necessidades e exigências do povo brasileiro e de acordo com a nossa posição de país civilizado.

Desejaria referir-me, outrossim, o fundamental dispositivo que o segundo substitutivo da Comissão de Sistematização houve por bem eliminar. A matéria diz respeito à não incidência de imposto de renda sobre os proventos da aposentadoria e, segundo consta, aquela comissão decidiu su-

primi-la, sob a alegação de que o assunto deve ser tratado por lei ordinária.

Parece-me indiscutível, contudo, que a isenção fiscal pretendida e preterida somente sob o resguardo constitucional ficaria realmente a salvo, já que a lei ordinária apresentando maiores facilidades para sua modificação, deixa o aposentado à mercê do momento político.

Com esse entendimento, julgo de meu dever encarecer aos meus nobres Pares o reexame atento da matéria, à luz dos modernos princípios jurídicos e de justiça social.

Quer-me parecer de inteira justiça que este Plenário, procedendo à avaliação correta das perspectivas e possibilidades de atendimento das legítimas pretensões dos trabalhadores inativos, os quais, "ao final de uma longa trajetória de trabalhos e esforços sem conta, têm o direito de esperar, com otimismo e sem limitações injustas, que lhes seja facultado o pleno acesso aos bens e serviços essenciais à vida civilizada.

Não é demais recordar que a previdência não é favor, mas obrigação contraída pelo Estado para a prestação de serviços para os quais o trabalhador contribuiu – e o fez compulsoriamente – durante toda a sua vida ativa.

Por entender de elementar justiça e suma relevância a solução definitiva para questões que estão a comprometer os fundamentos de tão importante conquista social, e convencido de que uma coerente legislação previdenciária, considerada em seus múltiplos aspectos, representa a moldura perfeita de uma arrancada segura para a estabilidade social e o bem comum, encareço a esta Assembléia, que tem deveres indeclináveis para com os princípios do Direito e da Justiça a reavaliação dos dispositivos indicados, reconhecendo, por assim dizer, os valores maiores que se contêm nos direitos dos trabalhadores aposentados.

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Se o Presidente da República levou pelo menos um mês para elucubrar seu novo plano de Governo, intitulado "Democracia e Desenvolvimento", colocando-o ao exame dos partidos, não se pretende a decisão imediata, principalmente quando a análise se processará por um plenário muito maior do que o *petit comité* constituído de meia dúzia de Ministros da Casa.

Mas não se estranhe que o Chefe do Governo espere uma decisão urgente, habituado que está, dentro do quadro constitucional em que assumiu o Poder, a enviar projetos com prazos fatais ao Legislativo e emitir decretos-leis com vigência imediata, todos eles aprovados pela maioria legislativa que o noticiário nega ao Presidente da República.

Não nos parece possa o problema ser tratado em termos de uma "carta branca" ao Executivo, conferida pelos partidos que vêm apoiando o Governo.

Mesmo porque o plano contido no documento presidencial só se efetiva mediante providências legislativas, do contrário não precisaria consultar suas bases no Congresso Constituinte.

Acontece que os parlamentares só podem admitir questões fechadas quando se trata de regras programáticas da sua agremiação.

Assim, cada nova proposta presidencial ao Legislativo, mesmo aprovado na íntegra aquele documento, terá que ser discutida, *in casu*.

Ora, na oportunidade da discussão e votação das propostas adjetivas do documento "Democracia e Desenvolvimento", cada parlamentar, fiel aos princípios partidários, votará de acordo com a sua consciência ou mesmo segundo as exigências das suas bases eleitorais.

Afinal de contas, somos uma Federação.

Pode uma proposta do Executivo ser mais satisfatória para alguns Estados do que para outros.

Em tal caso, o Deputado votará segundo o interesse da sua base eleitoral, apesar do compromisso de ordem genérica que assumiu, sob o constrangedor laço da urgência.

Ao que parece, o documento tem apenas dois pontos fundamentais, que consignam as únicas divergências entre uma parte do Plenário da Constituinte e o Presidente da República: o mandato de cinco anos e a manutenção do presidencialismo.

Mas é preciso recordar que, na memória da totalidade da representação constituinte, se ouvem as vozes do povo clamando por eleições diretas, quanto antes.

Também não é por acaso que neste Plenário o parlamentarismo se afirma, talvez mesmo como uma revanche da classe política, com assento no Congresso, depois de vinte anos de presidencialismo ditatorial.

Se o resto é fácil de assinar, esses dois pontos são cruciais e serão decididos pelo voto independente do Plenário.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Artigos e mais artigos de jornais denunciam, quase todos os dias, o problema do menor abandonado no Brasil.

O Brasil tem hoje entre 65 a 70 milhões de habitantes com idade até 18 anos; destes, 36 milhões, isto é, mais da metade estão no abandono. E, alguns, além de carentes e sem teto, são ainda deficientes físicos ou mentais.

Se educar crianças comuns já é tarefa difícil, imagine-se a soma de esforços necessários para educar e procurar desenvolver potencialidades em crianças portadoras de deficiências mentais e físicas, e ainda carentes de recursos. É assim a clientela atendida pela Sociedade Pestalozzi de Campinas, que mantém escola especializada. O atendimento é gratuito, e além de professores com formação especial na área, possui médico, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, pedagogo e assistente social, toda uma equipe de profissionais de alto gabarito. Esta equipe é necessária, pois os alunos, além da deficiência mental, apresentam outras deficiências associadas, como a da fala e a motoria.

Considerada de utilidade pública federal, a Escola Pestalozzi funciona, atualmente, em prédio próprio e a história do levantamento deste prédio revela quanto de sacrifício representou para sua diretoria e colaboradores. Cada tijolo, cada pedra, cada palmo erguido atestam um esforço muito grande de generosidade e invulgar dedicação. A sua realidade atual, representa uma vitória tanto para os que colaboraram em sua construção,

quanto para as crianças que lá brincam e estudam.

O nome Pestalozzi foi escolhido em homenagem ao educador suíço Jonhan Henrich Pestalozzi, que trabalhou a vida inteira com crianças difíceis e carentes, dando-lhes atenção, carinho e amor.

A filosofia das Sociedades Pestalozzi existentes em todo território nacional é educar para integrar. Hoje, numerosas delas se estendem de Norte a Sul, formando uma Federação Nacional, Fenasp.

Obra de tanto alcance, exigindo tanto, não seria possível sem verbas e, principalmente, sem a ajuda incondicional de grupos de voluntários. Além das verbas oficiais, sempre modestas, há a notável dedicação particular de inúmeros colaboradores.

A eles o nosso agradecimento pois, desta forma, estão procurando cooperar na solução desse quadro social caótico, para que esta situação inaceitável do menor, não permaneça no plano das lamentações estéreis.

Queremos congratular com a Federação Pestalozzi, pelo seu desempenho, desejando que o exemplo de assistência ao menor carente, dado pela entidade, frutifique em todo o País.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Jornal *O Jornal*, na sua edição de 1º-11-87, publicou coluna do Jornalista Aloysio Biondi, cuja importância e prestígio, justifica transcrição nos Anais desta Casa.

Segundo informações contidas na coluna acima citada, bancos oficiais socorreram, em operações de bilhões de cruzados, seis grandes empresas em dificuldade:

FALTOU DIZER

Aloysio Biondi

A CLASSE MÉDIA ENGANADA

Há deputados, líderes empresariais e mesmo jornais que fazem imenso alarde contra a carga de impostos cobrados no Brasil, ao mesmo tempo em que repisam os ataques ao "rombo" do tesouro, apontando como a verdadeira causa da inflação no Brasil. Com essas posições, esses deputados, líderes empresariais e mesmo jornais procuram surgir como "defensores" dos interesses da classe média a mais sacrificada pelo Imposto de Renda, ou mesmo da classe empresarial, que, na sua versão, se mata de trabalhar "para sustentar os parasitas e as mordomias do governo, dos burocratas" e assim por diante. Há uma grande dose de hipocrisia, e de manipulação da classe média e da classe empresarial, nesse tipo de campanha contra o governo (em alguns momentos, como têm ocorrido nos últimos meses, a campanha pode ter, até, objetivos golpistas, isto é, representar uma tentativa de jogar a opinião pública contra Brasília, abrindo caminho para desdobramentos já conhecidos).

E, infelizmente, quase sempre a classe média e a classe empresarial não se apercebem da desonestade intelectual, ou dos objetivos políticos, com que os autores da campanha estão agindo. Como assim? A verdade é que esses pretensos críticos sempre jogam pedras contra o governo, mas sempre silenciam, nunca dizem quem é que tem sido beneficiado pelos gastos do governo, que provocam o "rom-

bo" e emissões, como não dizem, ou silenciam, sobre as operações que beneficiam determinados grupos ou segmentos econômicos, e que custam dinheiro ao tesouro, isto é, ao contribuinte isto é, à classe média e à classe empresarial como um todo. Esses deputados, líderes empresariais e mesmo Jornais jogam a opinião pública, quem são os verdadeiros "sugadores" do dinheiro dos impostos pagos por todos os contribuintes, e quem são os verdadeiros responsáveis por emissões de dinheiro, por "rombos" do tesouro capazes de dificultar a queda da inflação no País. Não se preocupam, esses deputados e líderes empresariais, em ajudar a amadurecer uma nova consciência na sociedade brasileira, de que a classe média e os empresários não deveriam limitar seus protestos contra eventuais avanços do leão, eles deveriam, tem o direito e o dever, de protestar, mobilizar-se contra todo o tipo de operação que represente vantagens indevidas a quem quer que seja, sustentada com o dinheiro resultante dos impostos pagos por todos os contribuintes. Ainda na semana passada, ocorreram novos episódios capazes de mostrar como a sociedade brasileira continua incapaz de defender seus interesses, e incapaz de entender que o que existe no Brasil não é um regime capitalista de fato, mas sim um sistema em que a sociedade, o governo esta sempre garantindo os lucros de determinados grupos (nos países verdadeiramente capitalistas, os empresários tem obviamente direito ao lucro, mas quando surgem prejuízos os problemas são deles próprios, que podem até chegar à falência ou simplesmente vender seus negócios a terceiros). No primeiro episódio da semana passada, agricultores da Bahia (cacau e café), que teriam sofrido prejuízos com o período de seca, foram ao Ministério da Fazenda exigir apoio: O Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, lhes ofereceu refidias, com quatro anos para pagar, sem nenhuma cobrança (carência) no primeiro ano. Os produtores recusaram esse apoio, e quiseram mais: perdão da correção monetária sobre os empréstimos, vale dizer, a sociedade como um todo, o tesouro, subsidiariam, dariam esses empréstimos quase de presente para os produtores. Por que a pretensão? Porque é assim o "capitalismo" brasileiro. Porque no primeiro semestre o governo já fez isso, perdoando a correção monetária (ou a metade dela, em alguns casos), sobre os empréstimos a agricultores do Sul do País, e também a empresas comerciais e industriais que ampliaram seus negócios, na época do cruzado, com empréstimos bancários. No caso dos produtores baianos, o Ministro Bresser Pereira reagiu contra as pretensões, aproveitando para reafirmar suas posições contra as distorções do capitalismo brasileiro – ficando difícil acreditar, porém, que as pressões dos produtores não continuem (através inclusive de "padrinhos políticos") até que suas exigências sejam acolhidas. Também na última semana, confirmou-se que pelo menos seis grandes empresas, em dificuldades, foram socorridas, em operações de bilhões de cruzados, por bancos oficiais. E mais: a situação de outras doze grandes empresas estaria sendo estudada, para um socorro equivalente. É trágico que a sociedade brasileira continue a assistir esse tipo de operações de forma absolutamente passiva, como se elas fossem uma coisa normal no capitalismo, como se não fosse absolutamente descabido que a so-

ciade, as empresas que pagam impostos, a classe média que paga impostos, fizessem verdadeiras "doações" de patrimônio, de fortunas, a privilegiados. E é estranho que o Congresso não exija, de uma vez por todas, (até na nova Constituição) que esse tipo de operação somente seja feita com autorização do legislativo. Em casos especialíssimos e dentro de uma série de exigências, como, por exemplo: parte das ações dessas empresas teria que ser vendida ao público. Tão logo as empresas voltem a dar lucros, um parte (percentual) de seus lucros terá que ser obrigatoriamente utilizada para amortizar a dívida – evitando-se, como ocorre hoje, que empresas continuem "dependuradas" em bancos do governo, pagando juros de pai para filho, presenteadas, portanto, pela sociedade, enquanto investem os lucros em novos negócios. As distorções que as empresas têm conseguido arrancar do governo são, mesmo na Nova República, uma vergonha nacional."

Não é possível, Sr. Presidente, que num momento de graves dificuldades como se encontra o País, fatos como este aconteçam sem conhecimento do Poder Legislativo.

A defesa da chamada livre empresa não pode envolver aquele antigo conceito a que se referia o saudoso Santiago Dantas, que era a aspiração de grande parte do empresariado brasileiro: socialização dos prejuízos e privatização dos lucros.

Sr. Presidente, requeiro, oficialmente, que seja exigido do Ministério da Fazenda, do Banco do Brasil e do BNDES o nome das empresas beneficiadas com estes empréstimos, bem como suas condições, taxas de juros, prazos de carências, enfim todos os detalhes.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a cada noventa dias constatamos a estranha força do Cartel da Autolatina.

Há cerca de oitenta e cinco dias, aqui desta Tribuna, denunciávamos, a formação do Cartel (Volkswagen + Ford = Autolatina = 80% do mercado de produtos automotivos).

Naquela data, 15 de julho de 1987, acontecia a maior dispensa em massa na indústria automobilística brasileira. Oito mil trabalhadores dispensados, na Ford e na Volkswagen do Brasil.

Que providências foram tomadas?

A inércia, mais que a impotência deste governo, patenteou-se na declaração do Ministro do Trabalho ao afirmar aos sindicalistas "...estar desconfiado de que a Ford planeja se retirar do país, por duas evidências: não está investindo em modelos novos e se associou à Volkswagen na Autolatina."

Mas o desemprego e a dispensa em massa continuam.

A Autolatina, porém, obteve o aumento que desejava para seus produtos, bem como a redução do IPI sobre os mesmos.

Exportar, obtendo lucros fantásticos e subfaturamento pode sustar o desemprego ou pagar decentemente seus empregados? não pode; aliás, a Volkswagen (ou Autolatina) só tem preço competitivo no exterior em virtude do aviltramento do salário dos trabalhadores e dos favores fiscais.

Hoje, a perplexidade é de toda a Nação, diante da inércia em que se coloca o Governo Federal frente ao locaute praticado durante uma semana

pela Autolatina. Somente a Autolatina (Volks, Ford) praticou esse crime.

E o que quer a Autolatina? Obter como locaute, pleiteando novos preços para seus produtos e maior redução ao imposto sobre produtos industrializados, somados, evidentemente, à compressão salarial, continua desumana.

O Senador Itamar Franco PL – MG, protestou contra a desobediência civil da Autolatina, e pediu a intervenção do Governo Federal naquele grupo, em pronunciamento de 5 de outubro de 1987.

Este protesto recebeu apoio do líder da maioria, Senador Fernando Henrique Cardoso PMDB – SP, informando ter certeza de que o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, já deve estar tomando providências para impedir o locaute.

E mais, o Senador Fernando Henrique Cardoso informou, ainda, que a futura Constituição Federal deve criar mecanismos eficazes para evitar que o Governo possa ser dominado pela força dos oligopólios econômicos.

Sabemos que, no regime presidencialista, o Presidente da República dispõe de autoridade máxima para agir contra as ameaças e práticas como a da Autolatina e voltar suas preocupações para os interesses do povo brasileiro.

Na última quarta-feira, 7 de outubro de 1987, o Presidente da Autolatina é recebido pelo Presidente da República. O Presidente da Autolatina, Sr. Wolfgang Sauer, é a mesma pessoa envolvida com os problemas do Brasilinvesti (caso Mario Gamaro) cujos fatos são bastante conhecidos de todos os Srs. Constituintes. Enquanto os trabalhadores ligados ao setor de produção de automóveis são despojados de seus empregos sem qualquer atenção do Governo Federal, a Autolatina consegue, sempre, tudo o que quer – maiores preços e menores tributos, maior arrocho salarial, mais demissões.

O Ministro da Fazenda, ao chegar de sua viagem ao exterior, sabendo da atitude da Autolatina, chamou-a de ilegal. Fez apelos para que a empresa voltasse atrás em sua decisão de praticar o locaute.

Ignorando o apelo, a Autolatina mantém o locaute por 8 (oito) dias consecutivos e consegue, por seu diretor-presidente ser recebida pelo Presidente da República e este determina ao Ministro da Fazenda que também o receba.

É este o nosso regime. Invasão de prefeituras fábricas, monopólios dirigidos por estrangeiros dando ordens até a ministros. E até os empregados cegos, considerados operários-padrão, sumariamente despedidos.

Este é o Governo Sarney que todos conhecíamos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A situação de angústia por que passam cerca de 5.000 famílias carentes, que habitam uma área conhecida por Fazenda Val de Cans, em Ananindeua – PA, nos traz a esta tribuna para denunciar a insensibilidade das autoridades diante da ameaça de despejo destas pessoas.

O local está dentro da Região Metropolitana da Grande Belém e apesar de ser ocupado na maior parte dos casos há mais de ano, vem sendo alvo da ganância de grandes empresários e de umas poucas famílias endinheiradas, que abusi-

vamente estão pressionando estas pobres famílias a deixarem suas residências, a fim de que lá seja construído um clube de jogos e lazer, como é o caso da parte denominada Levilândia, na mesma área. Aí, a PM foi enviada para expulsar centenas de moradores, tendo permanecido no local por vários dias, em companhia de pistoleiros.

Estas informações nos foram trazidas pelo Sr. Jorge Costa Fyer, representando milhares de companheiros, e estão contidos num documento de denúncia e reivindicações encaminhado ao Governador Hélio Gueiros fio final de agosto.

Neste ofício, a comunidade envolvida na questão pede a retirada da PM e dos pistoleiros, pondo fim à violência, ao mesmo tempo também solicitando a desapropriação daquelas terras, em benefício dos posseiros.

Aquela gente já sofreu demais e está disposta a lutar até a conquista de seu direito de morar, no que conta com nosso integral apoio.

Solidarizo-me às lideranças comunitárias, em especial ao Deputado Estadual João Carlos Batista, pelo encaminhamento da luta, e dirijo veemente apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que atenda estas famílias, na forma de suas solicitações expressas no documento que faço inserir neste pronunciamento, para que seja registrado nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte.

Esta é a nossa manifestação, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO

Exmº Sr.
Governador do Estado do Pará
Dr. Hélio da Mota Cueiros

Nós, abaixo assinado, representantes eleitos democraticamente nos locais onde moramos, localizados no Município de Ananindeua, na região Metropolitana de Belém, denominada Mocajotuba, com mais de (trezentas) 300 famílias, em conflito com a CDI, Parque João Batista, localizado entre a cidade Nova I e o Conjunto Abelardo Conduru, com 87 famílias, Parque ANI – Associação Nova Integração, com aproximadamente 500 famílias, localizado no fundo do conjunto Júlia Seffer, Colônia do Aurá, na mesma localidade, com 41 famílias, Bairro da Esperança, entre o Una e a Rodovia do Coqueiro, mais de mil famílias na área denominada Levilândia, localizado entre a Cidade Nova V e o km 6 da BR 316, viemos enumerar as nossas reivindicações, através do Deputado João Carlos Batista que será nosso interlocutor para que V. Ex.^a, possa dar soluções para as mais de 3.000 famílias já residindo e mais 2.000 construindo suas casas. – Problemas que passamos a relacionar:

1 – Mocajotuba – encontra-se em negociação, com a FBESP, realizando o cadastramento dos moradores, pois o nosso interesse é permanecer nesta área, onde já produzimos hortigranjeiros, carvão, criações etc. sendo urgente uma definição de nossa permanência na área bem como transporte coletivo, luz, escola, posto médico e a regularização dos terrenos.

2 – Parque João Batista – foram realizadas duas audiências na 9.^a Vara, com o Sr. Luiz indefi-

rindo o pedido de Liminar contra os moradores, que encontram-se residindo na área há quase dois anos. Primeiro, a regularização dos lotes; segundo, a infra estrutura necessária como água encanada, luz elétrica e ...

3 – Parque ANI – a regularização dos lotes, já que não houve nenhuma questão por causa da terra, máquinas para aberturas de ruas, postes para iluminação elétrica com os fios, água encanada, escola e posto médico.

4 – Colônia Aurá – com moradores抗igos, sendo que a principal reivindicação é a regularização dos terrenos, bem como a colocação de postes para a iluminação elétrica, que encontra-se a mil metros de distância e o consentro da estrada, já que é muito utilizada para a retirada de produtos hortigranjeiros.

5 – Bairro da Esperança – com moradores há meses, sendo que até agora os terrenos estão sem nenhuma questão na justiça, com milhares de famílias de operários, pois nesta área já estão residindo milhares de famílias e outras milhares encontram-se construindo suas casas. Em primeiro lugar, é urgente a regularização dos lotes, bem como máquinas para feituras de ruas, a colocação de iluminação pública, água encanada, posto médico e escola neste futuro Bairro.

6 – Condomínio Levilândia – onde a Juíza de Ananindeua concedeu uma liminar para o despejo de centenas de famílias, que encontravam-se residindo na área, pois cerca de 15 famílias a estão querendo para fazer clube de jogos e lazer, sendo que encontra-se a PM ainda no local, para impedir o retorno dos moradores, que estão passando várias dificuldades, sendo que até pistoleiros encontram-se neste lugar. Nesse sentido, o advogado dos posseiros entrou com um recurso, já que a liminar concedida é contra o Vereador Sebastião Souza, de Ananindeua, que não reside e nunca residiu no local e quem sofreu, os danos da decisão da Justiça, foram estas centenas de famílias, que precisam e tem o direito a um lote de terra para construir suas casas. Primeiro é necessário que V. Ex.^a autorize que a PM saia imediatamente do local, além de estudar a possibilidade da desapropriação desta área, que está localizada na zona urbana e que servirá para minimizar os problemas destas famílias de trabalhadores.

Senhor Governador, a situação do Município de Ananindeua é grave, como no resto do Estado e do Brasil, porém contamos com sua interferência nestas áreas, próximo da Capital e que poderá ficar mais tensa, com o sofrimento e a perseguição que enfrentamos. Esperamos que V. Ex.^a o quanto antes atenda estes pedidos já que representamos milhares de famílias que estão dispostas a lutar até à vitória

Nesta oportunidade, queremos informar que nós moradores destas áreas já realizamos reuniões com vistas a manifestar nosso veemente repúdio ao assassinato do advogado Paulo Fontes e pedimos a V. Ex.^a sua ajuda no sentido de prender os responsáveis e os mandantes que também estão ameaçando o nosso representante no Poder Legislativo Estadual, Deputado Estadual João Carlos Batista, ao qual prestamos nosso apoio.

Para encerrar aproveitamos a oportunidade para agradecer a atenção dispensada e firmar votos de estima e consideração.

Saudações Comunitárias. – **Oslas Pompeu de Sales**, Mocajotuba – **Manuel Almeida Reis**, Parque João Batista – **Antonio Rubens Vieira Lima**, Parque ANI – **Pedro Cesar Batista**, Colônia do Aurá – **Jorge Costa**, Bairro da Esperança – **Maria de Fátima Alves Lopes**, Condomínio Levilândia – **João Carlos Batista**, Dep. Estadual.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Belém, Estado do Pará 26-8-87

Sr. Presidente,
Srs. Deputados,
Srs. Trabalhadores,

Mais uma vez venho à presença deste Augusto Plenário, denunciar as perseguições sofridas por humildes trabalhadores, que lutam para terem o direito de morar, um direito elementar de todos os cidadãos, entretanto a ganância de empresários proprietários de imensas áreas nas regiões metropolitana de Belém, envolvendo milhares de famílias, sendo que, infelizmente a estes trabalhadores não encontram amparo em ninguém, seja do Governo do Estado, Federal ou do Município de Ananindeua assim como a Sr.^a Juíza de Direito da 1^o vara da Câmara de Ananindeua, Dr.^a Marlene Marneide Marabet, está se acostumando a conceder liminares para que seja realizado despejos em áreas onde antes de existirem moradores serviam apenas para esconderijos de marginais e especulação das terras, que hoje servem para sustentar centenas de famílias viverem, esperando terem conseguido um pouco de paz.

Hoje na Comarca do Fórum de Ananindeua realizou-se uma audiência solicitada pela Elma ECCIR, sendo que desta vez são aproximadamente trezentas (300) famílias, que residem desde maio de 1985 em uma área localizada no UNA; na rodovia Transcoqueira, no bairro denominado Boa Esperança, que já tem mais de cinco mil (5.000) moradores, sendo que estes que encontram-se na área que esta firma tem documento, estão ameaçados de expulsão, sendo que, esta área faz parte de um loteamento denominado Fazenda Val de Cães. Estas famílias de trabalhadores hoje participarão em peso da audiência na esperança que a Sr.^a Dr.^a Juíza de Direito, Marlene Marabet, não dará mais uma liminar autorizando o despejo e sendo que, os posseiros estão dispostos a lutarem até a vitória e não arredarão o pé deste terreno que já tem centenas de famílias residindo.

Plenário, 2 de agosto de 1987. – Operário **José Carlos Costa**.

ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Remetente: Deputado João Carlos Batista
Destinatário: Deputado Ademir Andrade – Assembléia Nacional Constituinte

Venho à presença de V. Ex.^a no sentido de solicitar o apoio para denunciar no Congresso Constituinte a ameaça que paira sobre 5.000 famílias de posseiros urbanos, que encontram-se ameaçadas de expulsão de uma área, denominada Fazenda Val-de-Cães, localizada no Bairro do UNA, Município de Ananindeua. Esta área é um loteamento, sendo que um dos lotes pretendido pela

Firma ECCIR já deu entrada na Comarca de Ananindeua, solicitando a reintegração da posse e neste lote existem 300 famílias, que como as restantes estão dispostas a resistir qualquer ameaça de despejo e encontram-se na área há mais de um ano. Já dei entrada em um requerimento na Assembléia Legislativa solicitando apoio dos meus pares a estas famílias e solicitamos que seja feito o mesmo na Constituinte, já que este é um problema muito sério devido ao grande número de famílias que estão envolvidas na luta pelo direito de morar e contamos com vosso apoio.

Ref. Ofício nº 144/87

Brasília-DF, 3 de novembro de 1987

Exmº Sr.
Hélio da Mota Gueiros
M.D. Governador do Estado do Pará
Belém – PA

Senhor Governador,
Venho à sua presença para registrar nossa solidariedade às 5.000 famílias residentes na área denominada Fazenda Val de Cans, em Ananindeua, na sua luta pela conquista do direito de morar.

Solicito a V. Exª sua especial e atenta análise aos pleitos que eles os encaminharam em ofício no final de agosto, verificando por conseguinte a possibilidade de um breve e positivo atendimento.

Aguardo de sua parte informações sobre o tratamento que vem sendo dado ao caso e antecipo agradecimentos pelo que for feito em favor daquela comunidade.

Atenciosamente, **Ademir Andrade**,
Deputado Federal Constituinte PMDB/PA.

O SR. VICENTE BOGO (PMDB – RS.)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr.
Presidente, Srs. Constituintes:

Trago ao conhecimento da Casa o Ofício do Delegado Regional do MIRAD, no Rio Grande do Sul, ao Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, em que S. Sª solicita demissão do cargo, bem como a posição do CNASI e ASSINCRAIS frente à extinção do INCRA; e a Exposição da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, dirigida ao Senhor Presidente da República, pela qual manifesta sua irresignação pela edição do Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro do corrente ano.

Of. DR/MIRAD/RS nº 866/87

Em 27/10/87

Do: Delegado Regional do MIRAD/RS
Ao: Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário MIRAD
Assunto: Solicita demissão

Convidado pelo então Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Dr. Rubem Ilgenfritz da Silva, e recebendo o apoio do Governador Pedro Simon e da Executiva Estadual do PMDB, assumi, no início de março deste ano, a Superintendência Estadual do INCRA/RS.

Na oportunidade, com a instalação recente da Assembléia Nacional Constituinte, MIRAD/INCRA desenvolviam trabalhos e promoviam contatos com os Constituintes, objetivando mudanças constitucionais significativas e mesmo indispensáveis para o avanço da reforma agrária no País.

De outra parte o INCRA buscava se estruturar melhor para cumprir sua importante tarefa como órgão executor da reforma agrária.

Entretanto, os resultados das votações na Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária e na Comissão da Ordem Econômica foram frustrantes, prevendo-se, inclusive, um retrocesso constitucional quanto à viabilização das transformações das nossas estruturas fundiárias.

No decorrer do debate constitucional se constata dupla omissão: do Governo que se preocupa, apenas, com a garantia de sua manutenção no Poder e da cúpula do PMDB que renega as diretrizes do programa partidário e as decisões de seu I Congresso Nacional, realizado em agosto de 1986, tanto que pertencem ao PMDB os mais fortes opositores à reforma agrária.

Internamente, as contínuas mudanças de direção do MIRAD/INCRA vêm prejudicando uma ação mais decidida, principalmente na busca de recursos e na melhor adequação dos quadros administrativos ao cumprimento das tarefas que lhe são impostas.

O Governo da Nova República iniciou com a apresentação de uma proposta que despertou esperanças em milhões de trabalhadores rurais sem-terra e em todos os que reivindicavam ao lado deles a realização da reforma agrária.

A condução do debate sobre tal proposta, ampliando prazos para favorecer entidades representativas dos grandes proprietários, e a edição do I Plano de Reforma Agrária, através de decreto presidencial que restringe a aplicação do Estatuto da Terra, criaram fundados receios de retrocesso.

Nestes dois anos de I PNRA o Governo vem vacilando, não assumindo, de forma concreta, o compromisso com a realização da reforma agrária, como o estão a demonstrar o corte de verbas destinadas à reforma agrária e o assentamento de menos de 10% do número de famílias previstas nas metas para 1986/1987.

O Decreto nº 2.363, de 21 deste mês que extinguiu o INCRA, por trás de medidas de caráter administrativo, altera disposições do Estatuto da Terra, em mais um e significativo retrocesso; só o fato do decreto ter sido aplaudido pelos senhores da terra e por setores conservadores desnuda suas reais finalidades – o de inviabilizar a reforma agrária como instrumento de transformação da injusta estrutura fundiária do Brasil e de voltar-se, novamente, à colonização e a outras medidas afins de interesse das empresas rurais.

O Governo mais uma vez se coloca ao lado das forças conservadoras e contra o povo; o PMDB, convidente, abdica de seus princípios, isolando suas lideranças mais destacadas e que têm compromisso com as transformações sociais.

Senhor Ministro:

No Rio Grande do Sul e nos outros Estados do Sul, a experiência destes dois anos vem revelando, de forma clara, que os impasses ao avanço da reforma agrária residem na dificuldade da arrecadação de terras, via desapropriação; impasses que têm sua causa nos instrumentos constitucionais/legais inadequados e nas limitações estruturais do INCRA.

A alternativa proposta de compra de terras só poderá ser considerada como solução emergencial, diante de grave tensão social, e não como instrumento político/legal de encaminhar a refor-

ma agrária; ao par dessa medida transitória, cumpria que o Governo propugnasse junto à Assembléia Nacional Constituinte pela adoção das propostas que, efetivamente, permitiriam o cumprimento do I PNRA, entre elas a limitação da área máxima, a fixação do valor da indenização correspondente ao valor declarado para fins de pagamento do ITR, a imissão automática de posse, como ocorre com as desapropriações por necessidade ou utilidade pública, etc...

Assumi a Superintendência do INCRA comprometido com os trabalhadores rurais sem terra, comprometido com as entidades e companheiros esperançosos de um avanço da reforma agrária neste Estado; recebi o cargo como responsabilidade e compromisso, não como "benesse" ou meio de intermediar conflitos; desde o inicio declarei que minha posição era ao lado dos sem, terra e não como mediador de interesses.

Sinto não ter condições de cumprir os compromissos assumidos; já não acredito, também, que o Governo queira realizar verdadeira reforma agrária.

Além disso, sempre discordei da edição de decretos-leis, resquício autoritário criticado pelo PMDB, quando oposição e agora utilizado a qualquer tempo e sem fundamentação nos próprios pressupostos previstos pelo preceito arbitrário da Constituição vigente; no caso específico, cabe observar que o INCRA foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.110/70, com fundamento na segurança nacional – art. 55, inc. I e, agora, vem de ser extinto pelo mesmo fundamento, revelando que o Governo de hoje continua o de ontem, vendo na reforma agrária não uma questão social e política, mas uma questão de segurança nacional.

Ademais, o permissivo constitucional do art. 55 não prevê em suas três hipóteses – inc. I a III fundamentação para a extinção de uma autarquia através de decreto-lei e, muito menos, para alterar disposições do Estatuto da Terra, por ser matéria de ordem econômica; considero, portanto, o decreto-lei não só como inconstitucional e ilegítimo, mas como uma nova medida de arbitrio e de recuo no processo de reforma agrária.

Com tais considerações, solicito a Vossa Excelência a minha demissão, em caráter irrevogável, das funções de Delegado Regional do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

Atenciosamente, Celso Luiz Franco
Gaiger Delegado Regional do MIRAD/RS.

POSIÇÃO DA CNASI E ASSINCRAIS FRENTE À EXTINÇÃO DO INCRA

Os servidores do Incra, consternados com o anúncio pela imprensa da extinção do órgão através de Decreto-lei assinado pelo Presidente da República, decidiram, em reunião da CNASI e AssincraS, apresentar sua posição em face da à situação criada, por entenderem que esta medida significa um grave retrocesso na caminhada da reforma agrária. Esta caminhada vem sendo duramente trilhada à custa de tensões e contradições, tendo à frente o movimento dos trabalhadores rurais e outros importantes segmentos democráticos da sociedade brasileira.

1. O fim do regime militar e a implantação da chamada "Nova República" trouxeram um novo alento à luta pela reforma agrária. Os compromissos publicamente assumidos pelos novos diri-

gentes de conferir prioridade absoluta à implantação da reforma agrária, reforçavam ainda mais a esperança daqueles que vêem nessa mudança social urna das condições fundamentais para a democratização da sociedade brasileira.

O governo da Nova República instituiu o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA, estabelecendo metas que se não atendiam à exigência do movimento popular, representava de qualquer forma um esforço significativo para a mudança da estrutura agrária.

A ampla discussão, travada na sociedade sobre o plano e a questão agrária, serviu de instrumento para a organização da sociedade brasileira, aglutinando-se às forças populares em torno da Contag e do movimento dos agricultores sem terra, enquanto que as forças conservadoras uniam-se e expressavam-se através da CNA e UDR.

Os resultados do PNRA foram pouco expressivos, alcançando até o momento cerca de 10% das metas de assentamento previstas.

2. Várias causas contribuíram para a lentidão do processo de reforma agrária. Entre elas destacam-se:

1º A falta de uma efetiva decisão política por parte do Governo Federal, que não aportou ao órgão executor da reforma agrária, os recursos humanos, técnicos e financeiros tão reclamados pelos seus servidores para atender as demandas por terras e por melhores condições para os assentamentos, expressas pelos trabalhadores rurais.

2º Uma legislação ultrapassada que permitia a perpetuação das ações judiciais, não liberando imediatamente as terras com decreto de interesse social para os assentamentos. A demora da emissão de posse em nome do Incra possibilitou, aos proprietários rurais, a ampla utilização da chamada maquilagem em seus imóveis, que passaram a ser apresentados para a opinião pública como verdadeiros modelos de empresas rurais altamente produtivas.

3º A dificuldade de atualizar indicadores de avaliação da produtividade da terra, o que reduzia significativamente o universo de áreas passíveis de desapropriação.

4º O avanço das forças conservadoras, aglutinadas em torno da UDR, que conseguiu espaços e porta-vozes junto ao Governo para a defesa de suas idéias contra a reforma agrária, entre as quais se encontrava a extinção do Incra, ora efetuada.

3. O pretexto utilizado para a extinção do Incra não procede, bem como não se justificam as novas propostas contidas no Decreto-lei;

1º Se problemas houve na execução da reforma agrária cabia o aparelhamento adequado do Incra e não sua extinção que vem trazer, entre outros malefícios o truncamento de um processo em andamento. Vê-se agora que o Governo, na contingência de criar uma nova autarquia, o Inter, para encaminhar os processos de desapropriação, que vinham sendo normalmente executados pelo Incra.

2º Questiona-se sobremodo, o uso de um instrumento de exceção – o Decreto-lei – para tomar decisão tão importante. Uma questão candente, polêmica, como a da reforma agrária, exige que qualquer decisão que lhe diga respeito seja amplamente discutida pela sociedade, num procedimento democrático, que parece ter sido esquecido pelo Governo da Nova República.

3º Argui-se, ainda, a inconstitucionalidade deste ato, uma vez que foram invocados os intens I a III do Art. 55 da Constituição Federal para a assinatura do Decreto-lei, que absolutamente não justificam a utilização de tal tipo de instrumento.

agrária e assegurando os direitos e deveres de seus servidores.

Brasília, 28 de outubro de 1987.

CONTAG – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA

Exmº Sr.

Dr. José Sarney

DD. Presidente da República Federativa do Brasil

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, sua Delegacia Sindical com atuação no Estado de Rondônia e 22 Federações de Trabalhadores na Agricultura com atuação a nível estadual reunidas em assembléia extraordinária, convocada especialmente para avaliar o Decreto-Lei nº 2.363/87, de 21 de outubro do corrente ano, representando 2.831 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e cerca de 9 milhões de trabalhadores sindicalizados, vêm manifestar a V. Exª a sua irresignação pela edição do referido decreto-lei.

Esse instrumento veio golpear a reforma agrária. Trata-se, como V. Exª poderá verificar, de um ato de hostilidade à classe trabalhadora rural e de mais uma tentativa da Presidência da República de desmoralizar a Assembléia Nacional Constituinte. Não pode ser outro o sentido de um decreto-lei que, revogando o que há de mais essencial no Estatuto da Terra, resolve, nos termos da sua exposição de motivos, "alterar a noção conceitual de propriedade" às vésperas da Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte discutir e votar o tema da reforma agrária.

A alteração conceitual imposta pelo decreto-lei, longe de superar as limitações do Estatuto da Terra, representa um claro recuo em relação à legislação existente. A exposição de motivos que introduz o decreto-lei, assinada pelo Ministro Barbalho e pelo Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, substitui a desapropriação do latifúndio, isto é, daquele imóvel rural que não cumpre simultaneamente todos os requisitos da função social, pela desapropriação do imóvel rural inexplorado (EM, item 10). E para não restarem dúvidas, reitera adiante (EM, item 15): "a inexploração do imóvel rural, que lhe frustra a plena realização de sua função social, constitui o pressuposto necessário de utilização pelo poder público do mecanismo expropriatório". O decreto-lei, por sua vez, se admite a desapropriação parcial do imóvel não inexplorado, é para fazer desaparecer de vez a função social.

Mas o decreto-lei vai mais longe ainda. O que é passível de ser desapropriado, na verdade, não é o "imóvel inexplorado" mas as "áreas inexploradas" dentro do imóvel rural. Aliás, é significativo que tanto o decreto-lei como a exposição de motivos não tenham dito o que pode ser desapropriado, mas o que não pode ser desapropriado. Segundo o decreto-lei não podem ser desapropriadas: "(a) áreas em produção no imóvel rural" (art. 5º, I). Na versão da EM "a reforma agrária não atingirá a área que estiver produzindo, qualquer que seja a sua extensão dentro do imóvel rural".

Enquanto os trabalhadores lutam para se estabelecer um limite máximo de propriedade, o de-

I – Segurança nacional;
II – Finanças públicas, inclusive normas tributárias; e
III – criação de cargos públicos e fixação de vencimentos.

§ 1º – Publicado o texto, que terá vigência imediata, o decreto-lei será submetido pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, que o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias a contar do seu recebimento, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, aplicar-se-á o disposto no § 3º do art. 51.

§ 2º – "A rejeição do decreto-lei não implicará a nulidade dos atos praticados durante a sua vigência".

4º A nova proposta contida no Decreto-lei representa um retrocesso na execução da reforma agrária. Praticamente elimina-se a aplicação do instituto da desapropriação por interesse social; a principal forma de obtenção de terras estabelecida no PNRA e defendida pelos movimentos sociais pela reforma agrária. Isto porque não serão motivos de desapropriação, as "áreas em produção", o que pressupõe desconsiderar os níveis de exploração do imóvel em seu conjunto, conforme preceitua o Estatuto da Terra. Para fins de assentamento, seguramente, restarão as áreas de menor capacidade produtiva.

5º Retrocede-se, também, em relação ao caráter distributivo que deve ter a Reforma Agrária: pelo Decreto-lei não existe mais latifúndio por dimensão. Cabe referir que as propostas populares para a Assembléia Nacional Constituinte e as posições do Mirad/Incra em seu depoimento naquela Assembléia, apontavam no sentido do estabelecimento de um módulo máximo para a propriedade da terra. Foram ouvidos somente os reclamos dos setores conservadores e da UDR.

4. O nosso compromisso como cidadãos impõe a tomada de uma clara posição no momento em que o processo da reforma agrária sofreu uma profunda derrota. Os servidores do Incra, organizados na sua Confederação e Assincras, propõem:

1º Que o Governo encaminhe imediatamente o Decreto-lei ao Congresso Nacional, para ser devidamente apreciado.

2º Que se procure sensibilizar os congressistas para a rejeição do Decreto-lei 2.363/87, dada sua flagrante inconstitucionalidade e seu conteúdo político contrário à reforma agrária.

3º Que se promovam amplas discussões sobre o conteúdo do D.L. abertas à participação de entidades que apóiam a reforma agrária.

4º Que se intensifique a luta para que o Incra retome a sua condição, fazendo avançar a reforma

creto-lei governamental estabelece limites absolutos para a não desapropriação. Ora, o Estatuto da Terra já estabelecia o limite mínimo cabível à proteção das pequenas propriedades (aqueles exploradas diretamente pelo proprietário e seus familiares): três módulos rurais. Mas a providência Ramos-Barbalho considera o Estatuto da Terra suficiente para proteger os proprietários e enuncia em tom grandiloquente: "14. O projeto traz grandes inovações (...) ele estabelece a **inexpropriabilidade** do imóvel rural cuja área contínua não exceda a mil e quinhentos hectares (região de atuação da Sudam), a mil hectares (Sudeco), a quinhentos hectares (Sudene e a duzentos e cinqüenta hectares nas demais regiões do País)" (EM).

Ao que parece, esqueceram-se os responsáveis pelo decreto-lei da contra-reforma agrária de consultar os levantamentos de conflitos pelo próprio Mirad que mostram grande escalada da violência na zona rural.

De outra parte, a isenção expropriatória não levou em conta a situação pertinente à função social da terra, tais como os conflitos agrários, a ocupação e exploração do imóvel pelo seu proprietário (que não seja possuidor de outro imóvel), além da observância da legislação trabalhista.

Além disso, o decreto-lei traz outra "grande inovação" que não beneficiou propriamente o trabalhador. Com a palavra Ramos-Barbalho (EM, 18): "o projeto institui, em favor dos proprietários, cláusula de intangibilidade parcial dos imóveis rurais, com áreas não superior a dez mil hectares, que sofrerem a expropriação do poder público federal. Isso significa que a **desapropriação** por interesse social, para fim de reforma agrária, **jámais afetará o imóvel em sua globalidade**, parte que não ultrapassará a setenta e cinco por cento de sua dimensão física" (EM, 18-DL, art 5º, II). Quanto às propriedades com mais de dez mil hectares, apesar do item III do art 5º estabelecer que "poderá ser integral a desapropriação", a acreditar no que está na EM e no que foi dito pelo Ministro Jader na televisão, fica assegurado ao proprietário deter até 2 mil e quinhentos hectares, que se perpetuarão em suas mãos, imunes à desapropriação, independentemente da sua exploração.

Por incrível que possa parecer, informa-nos o item IV, art. 5º, que "o proprietário desapropriado terá o direito a escolher os vinte e cinco por cento da área contínua que permanecerá sob o seu domínio". E, como um pai truculento, o que presenteia com ar de quem está reprimindo, acrescentam os autores do decreto-lei no item seguinte: "a escolha a que se refere o item precedente deverá ser feita a partir das principais benfeitorias existentes no imóvel, obrigatoriamente incluídas na área que permanecerá sob o domínio do proprietário desapropriado". Note-se que aqui o pai truculento dá mostra de flexibilidade (em seus princípios morais), esquecendo-se de especificar se se trata de benfeitorias erigidas pelo proprietário "expropriado", ou pelos posseiros, arrendatários ou parceiros porventura existentes no imóvel.

Mas, o mais escandaloso é que a área remanescente (art. 5º, IV), torna-se "insuscetível de nova desapropriação para fim de reforma agrária", pouco importando o cumprimento da função social mesmo sem atentar para o critério introduzido pelo decreto-lei da "exploração da terra".

Caberia perguntar, Sr. Presidente, depois de tantas exclusões, o que se salva para a reforma agrária?

A utilização do critério da "inexploração" deslocará a ação fundiária do Governo para as regiões de fronteira agrícola, com perdas substanciais para os trabalhadores que vivem em outras regiões do País.

Mas não é só a quantidade de terra disponível para o assentamento de trabalhadores rurais que diminui com a limitação das desapropriações às áreas dentro dos imóveis que não estão "em produção" e com a escolha pelo proprietário dos vinte e cinco por cento remanescentes; sobrarão para os trabalhadores rurais as terras de pior qualidade. Com a obrigatoriedade de inclusão das benfeitorias nos vinte e cinco por cento, ficarão os eventuais beneficiários da reforma agrária com as terras de mais difícil acesso e sem infra-estrutura para a produção; comprometendo-se seriamente a política de assentamento de trabalhadores.

Na verdade voltamos aos tempos do General Médici, em que a colonização eraposta como alternativa à Reforma Agrária, com os resultados negativos que se conhecem. É o retorno da privatização da Reforma Agrária e da Colonização, com ação indiferente do Poder Público, institucionalizando-se a "Negociata Agrária".

Senhor Presidente, com essa alteração legislativa (não ousada pelas governos da ditadura), pretende-se na verdade considerar uma política agrária (já experimentada anteriormente) que tanto se repudia.

Essa medida governamental é mais um golpe, entre outros, sobre a Classe Trabalhadora, de traição dos compromissos públicos assumidos pelo Governo e por seu Partido, maior sustentáculo político do Governo.

Pelo exposto, os trabalhadores rurais exigem de Vossa Excelência a imediata **Revogação** do referido decreto-lei E mais: exigem de Vossa Excelência que não permita que o conteúdo desse decreto-lei (cópia de emenda apresentada à Constituinte por representantes dos latifundiários, entre outros, Roberto Cardoso Alves, Arnaldo Rosa Prata e Jorge Viana) seja adotado na nova Constituição, por ser um afronte à Sociedade e à Reforma Agrária.

Com esperanças na reafirmação dos seus compromissos democráticos, reitera os protestos de consideração.

Brasília (DF), 28 de outubro de 1987.
 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amazonas. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul. – Federa-

ção dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo. – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe. – Delegacia da Contag no Estado de Rondônia.

A SRA. ANNA MARIA RATIES (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A campanha que o jornal "O Estado de S. Paulo" moveu contra as nações indígenas, por ocasião da elaboração do Substitutivo Cabral II, foi, na verdade, um engodo para confundir a opinião pública e alguns elementos desta Assembléia Nacional Constituinte.

De proporções inéditas, tentou incriminar um conjunto de instituições nacionais e internacionais, em primeiro plano, a Igreja Católica que há anos desenvolvem atividades de apoio aos direitos permanentes dos índios no Brasil. Vale ressaltar que a campanha é similar àquela desencadeada pelos Órgãos de Informação da Venezuela, através da imprensa em 1984.

Não obstante a toda pressão feita por aquele diário, o Substitutivo Cabral II, em seu art. 361, parágrafo 2º, definiu que a exploração das riquezas minerais em terras indígenas só pode ser efetivada com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, e obriga à destinação de percentual sobre os resultados de lavra em benefício das comunidades indígenas e do meio ambiente, na forma da lei. As terras de posse imemorial dos índios serão de sua posse permanente, e estão incluídas entre os bens da União, conforme dispositivo aprovado pela Comissão de Sistematização.

A questão indígena vinha sendo tratada, no processo constituinte, de forma consensual e supra-partidária, assentada em três princípios coerentes: respeito às formas de vida dos índios; proteção de suas terras e dos recursos naturais nelas existentes e direito à assistência da União, interlocutora privilegiada. Este tratamento corresponde a longa tradição expressa em cinco Constituições brasileiras desde 1934. Querer dizer que as terras indígenas contêm jazidas minerais que, exploradas, poderiam desorganizar e colocar em risco o mercado internacional de bens minerais constitui argumento destruído de seriedade e veracidade, não passando de vulgar manobra política.

O condicionamento proposto pelo Projeto de Constituição de que a extração mineral nas terras indígenas só se dê quando inexistirem outras reservas de minério em quantidade suficiente para atender às necessidades de consumo interno, busca dar às reservas minerais existentes em terras indígenas, um caráter de reserva nacional. Com este condicionamento, o Projeto de Consti-

tuição estabelece o privilégio da União para a pesquisa e a lavra de minérios nas terras indígenas. Esse privilégio fundamenta-se nas relações entre a União e os indígenas: a ela, União, pertencem as terras por eles ocupadas; a ela, União, compete a assistência e a proteção jurídica a eles, indígenas.

Sr. Presidente, caros Constituintes, de nada adiantou a malfadada campanha orquestrada pelo "O Estado de S. Paulo" e os grandes grupos de mineradoras para acabar com um direito secular dos nossos índios. No Substitutivo do Relator, que está sendo votado na Comissão de Sistematização, vamos assegurar-lhes estes direitos, atribuindo ao Congresso Nacional, sua regulamentação.

A afirmação do índio Ailton Krenak, defendendo uma emenda popular no plenário da Comissão de Sistematização, de que a nação indígena está muito distante de poder influenciar nos destinos do Brasil, são eles, talvez, a parcela mais frágil de um grande jogo de interesse, foi, com certeza, a mais lúcida declaração sobre a situação das nações indígenas em nosso País.

Portanto, cabe a nos. Congressistas e Constituintes, representantes de todos os brasileiros, sem distinção, reverter esta situação injusta e discriminatória e assegurar tanto no texto Constitucional como na legislação ordinária, os direitos dos que aqui já estavam quando o Brasil foi descoberto.

Vamos descobrir o Brasil, pela segunda vez, através de uma Carta Constitucional justa e fraterna para todos os brasileiros, iguais em direitos, obrigações e oportunidades.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Entrou em vigor, no dia 27 de julho último, o Decreto-Lei nº 2.348, que altera o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, dispondo sobre licitações e contratos da administração federal.

Esse decreto tem suscitado enérgicos protestos por parte dos profissionais ligados à área de construções, por constituir uma "violação da soberania nacional e uma ameaça à nossa tecnologia e engenharia".

Lideradas pelo Clube de Engenharia, sediado no Rio de Janeiro, várias entidades representativas da classe estão coordenando um movimento pela defesa e valorização da Engenharia, tendo em vista as ameaças que, para ela, representam as disposições contidas no Decreto-Lei nº 2.348/87.

O citado diploma legal passou a permitir a contratação de serviços de engenharia e consultoria de empresas estrangeiras, revogando a cláusula de preferência garantida às empresas nacionais em licitações realizadas por órgãos da administração federal.

Estamos diante de evidente retrocesso no que diz respeito à conquista de nossa autonomia, uma vez que, em 1969, o mesmo Clube de Engenharia havia conseguido, após uma campanha memorável, que fosse promulgado um decreto privilegiando as firmas de engenharia nacionais quando da contratação de serviços efetuada no âmbito federal, só sendo permitida a contratação de firmas estrangeiras no caso de inexistir capacitação

nacional para sua execução, ou, excepcionalmente, quando o Presidente da República decidir que a adjudicação de determinadas obras a firmas alienígenas constitui motivo de interesses público.

Essa preferência atribuída às empresas nacionais representou, no decorrer destes anos, fator indiscutível para maior desenvolvimento da engenharia pátria, oferecendo-lhe oportunidades as mais variadas para aprimorar técnicas e recursos que lhe garantiram o lugar destacado que hoje ocupa no mundo.

Entretanto, a edição do Decreto-Lei nº 2.348, em julho de 1987, representou apenas a culminância de uma série de ações que se vinham desenrolando desde o início de 1986, quando foi autorizada a realização de concorrência internacional, por órgãos governamentais, quando se tratasse da contratação de serviços de consultoria em obras financiadas pelo BID ou BIRD, sob alegação de que essas agências internacionais de financiamento estavam impondo tais condições, embora nada exista, em seus estatutos, que se refira a esse tipo de exigência.

Acreditam os profissionais da engenharia brasileira que, em verdade, o que está levando o Governo a agir dessa forma é uma certa necessidade de apresentar à comunidade financeira internacional provas de boa vontade para com os outros países, mesmo em detrimento da expansão da tecnologia e do fortalecimento de empresas locais. É evidente que essas atitudes resultam de pressões sofridas em função da dívida externa, que o Poder Executivo não está sabendo administrar adequadamente.

Embora se tenha alegado que as empresas nacionais já teriam atingido elevado grau de qualificação, permitindo-lhes competir em concorrências internacionais, a realidade mostrou uma evidência bem diferente. Quando da realização de concorrências efetuadas pelo Ministério da Irrigação, aquelas empresas nacionais que ousaram concorrer isoladamente foram nada menos que desqualificadas e sua participação só foi possível no caso de consórcios com empresas estrangeiras.

Da mesma forma que os demais brasileiros, o setor de engenharia do País está sendo gravemente abalado pela crise econômica, quer devido à redução do número de obras, especialmente as de grande porte, quer em função da concorrência desleal que ora se institucionalizou. As empresas de construção estão com cerca de sessenta por cento de seus equipamentos pesados ociosos e a descapitalização se estende, também, a outras áreas da engenharia.

Infelizmente, temos que reconhecer que o Governo tem contribuído de forma bastante decisiva para o enfraquecimento econômico-financeiro de todo o setor, inclusive devido aos constantes atrasos no pagamento de serviços já executados. As empresas se vêem impedidas de bem remunerar seu pessoal técnico, ocasionando, assim, quase que uma debandada geral, que as deixa desfalcadas de pessoal e, sobretudo, de projetos e idéias.

Como é possível, em circunstâncias tão desfavoráveis e desanimadoras, encontrar meios para competir com empresas internacionais, especialmente quando se sabe que aquelas que participam de concorrências em outros países são as

grandes firmas, fortes e consolidadas e que além do mais quase sempre contam com apoio de seus governos?

É profundamente desestimulante, não só para os empresários, técnicos e trabalhadores dos diversos setores de engenharia, mas para toda a população brasileira, ter que assistir, impotentes, ao gradual mas inexorável processo de descapitalização e, o que é pior, de desnacionalização da nossa empresa de engenharia, com o consequente empobrecimento em termos de tecnologia e de recursos humanos de alto nível.

Tecnologia avançada e pessoal tecnicamente bem capacitado são essenciais para o desenvolvimento de qualquer nação e nós, brasileiros, que buscamos com tanta ansiedade a passagem de saída do Terceiro Mundo, debatendo-nos para galgar os íngremes degraus do desenvolvimento, não devemos, neste momento de revisão geral da nacionalidade, ignorar posições desfavoráveis como esta contida no decreto-lei que acabo de comentar e, muito menos, nos comportar inconsequente e irresponsavelmente.

Estamos em vias de, através da letra da nova Constituição, afirmar nossa autonomia e definir os caminhos do futuro. Comecemos, pois, estabelecendo claramente os fundamentos de nossa economia, consolidando as conquistas já realizadas e abrindo caminho para mais realizações e novos empreendimentos.

Esperamos, confiantes, que o Senhor Presidente da República se sensibilize com os protestos dos nossos profissionais de engenharia, esse grupo de escol que luta pela alteração do Decreto-Lei nº 2.348/87, não apenas em benefício próprio mas, sobretudo, com vistas à real grandeza do País.

O SR. PEDRO CANEDO (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Promulgada a nova Carta, findo o presidencialismo imperial e passando a Nação ao regime parlamentarista, não mais haverá razões para protelar a realização de eleições gerais.

Com efeito, impõe-se uma consulta popular em todos os níveis como forma de adequar o País aos novos tempos. Afinal, teremos completado a nossa tarefa constituinte, o Presidente estará sob o desconforto de um regime que lhe retira poderes, os Governadores e Congressistas eleitos com o auxílio do Plano Cruzado estarão, como já estão em boa parte, sofrendo de profundo desgaste, tornando-se indispensável a convocação de eleições imediatamente após o fim dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte.

A cada dia, cresce mais no sentimento dos brasileiros a impressão de que o atual regime se esgotou, marcado por contradições incontornáveis – a corrupção e a incompetência, entre elas – que levaram a administração pública ao fracasso e a uma crise sem precedentes na História do Brasil. Assim, há que buscarmos sintonia com o desejo dos brasileiros que estão pedindo eleições já, de Vereador a Presidente da República. Só com eleições poderemos trilhar novos caminhos, cumprindo fielmente com aquilo que o povo espera de seus representantes nesta Casa.

Não há como conciliar os interesses pessoais com as necessidades do momento. Não há como montar um governo baseado em resultantes do

estelionato do Plano Cruzado. Promulgada a Constituição, o povo deve ser convocado a decidir sobre as novas regras, provocando, então, diretrizes coincidentes com a realidade. Sacrificar apenas o Presidente Sarney em 88 de nada adiantará, pois não se debelará a crise somente com a eleição de um novo Presidente da República. No quebra-cabeças de todo um novo quadro determinado pelo regime emergente, as eleições gerais são o único salvo-conduto para a estabilidade e para a credibilidade futura. É evidente que os primeiros instantes refletirão as dificuldades inerentes à implantação de um desenho de governo totalmente diferente, onde a eficiência prevalecerá sobre o apadrinhamento e a competência sobre a corrupção. Mas, com pouco tempo, as distorções antigas serão corrigidas e o País, liberto das peias viciosas do passado, poderá contar com um sistema de governo realmente representativo e uma administração moderna, voltada para as exigências do ano 2000.

Entendemos que a gravidade do momento exige uma grande dose de patriotismo de toda a classe política, como meio de debelar a crise e procurar rumos que nos levem à verdadeira destinação histórica deste País, de grandeza econômica, de perfeito ordenamento jurídico e de constante aperfeiçoamento democrático.

Entendemos, também, que é nosso dever formar na legião daqueles que, ouvindo o clamor popular, defendem a realização de eleições gerais como a forma mais racional de contornar a crise que se abateu sobre o povo brasileiro e colocar o Brasil entre as grandes nações do mundo atual.

Eleito Deputado Federal Constituinte em 1986, com mandato até 1990, sem auxílio de grupos econômicos, desprovido de interesses pessoais, estimulado e alimentado por forte dose de idealismo na luta pela paz, liberdade e justiça social no nosso País, entendo ser meu dever colocar meu mandato e concluir a todos os Constituintes para o mesmo, ou seja, submetermo-nos à aprovação ou reprovação da sociedade brasileira em pleito geral – Vereador, Prefeito, Governador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador e Presidente da República – a fim de que, juntos, com desprendimento, possamos atender aos mais íntimos sentimentos populares: eleições gerais em 1988.

Isto sim, é democracia!

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como se não bastasse as pressões que se exercem sobre a Assembléia Nacional Constituinte para alterar decisões de suas comissões sobre a ordem social, o sistema de governo, a reforma tributária, nos deparamos agora com pressões partidas de governos estrangeiros, no exato momento em que iniciaremos as discussões, no âmbito da Comissão de Sistematização, a respeito da ordem econômica.

Falo, Sr. Presidente, da verdadeira chantagem praticada pelas autoridades econômicas dos Estados Unidos que, pelo noticiário da imprensa, aguardam apenas a conclusão das negociações sobre a nossa dívida para decretarem medidas punitivas pela ousadia do País em proteger sua nascente indústria de informática contra a devastadora ação das multinacionais. De fato, Sr^{as} Srs.

Constituintes, pujança da nossa indústria tem provocado a cobiça e a indignação dos círculos imperialistas: o País poupa 350 milhões de dólares (47% do que gastou em importações no setor), gerando 40 mil empregos só no ano passado. Isso não pode ser tolerado por aqueles que se pretendem senhores do Terceiro Mundo. Daí a tentativa de solapar a nossa política de informática, consolidada nesses últimos três anos de vigência, e que estará submetida a intenso debate entre as forças representadas na Assembléia Constituinte.

É neste contexto que considero as iminentes retaliações contra o Brasil, que visam garrotear a nossa indústria e a nossa própria afirmação enquanto nação soberana.

Quero aqui, Sr. Presidente, me reportar a recente pronunciamento nesta Casa, em que denunciei a abusiva e inaceitável ingerência nos nossos assuntos internos por parte do Embaixador dos Estados Unidos, que há 15 dias aliciava apoios de empresários exportadores de calçados para a derrubada da política de informática. Em troca, o embaixador prometia zelar pelos interesses dos calçadistas brasileiros junto ao governo americano.

Dante da omissão do Itamarati, que por mim foi notificado do fato e solicitado a exigir esclarecimentos da autoridade estrangeira, venho requerer a esta Presidência que tome as providências cabíveis, não permitindo que nossa autodeterminação venha a ser ultrajada por representantes de governos que pretendem, a qualquer custo, manter as estruturas injustas de dominação que sufocam os povos do Terceiro Mundo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É com imensa tristeza que comunico a esta Casa que tomei conhecimento de que o Presidente Sarney irá vetar o projeto aprovado pelo Congresso Nacional, que estabelece que o pagamento mínimo da Previdência Social não seja inferior ao Piso Nacional de Salário, que ora representaria Cz\$ 2.850,00 que, para nós, é uma pequena importância, mas para os humildes aposentados e pensionistas representa alguma coisa.

Fiquei mais irritado quando soube que a orientação para veto é do ex-Ministro da Previdência, que antes de sair do ministério deixou mais essa repugnante "lembança".

Recursos, a Previdência os tem, pois só com publicações laudatórias o ex-Ministro gastou quase Cz\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para coroar sua nefasta administração que gastou o quanto quis sem concorrência pública.

Nós tentamos fazer alguma coisa. Recorremos ao Judiciário, mas, na primeira tentativa, o "digno magistrado" disse que faltava legitimidade ao autor para agir, e na segunda tentativa, através de uma ação popular, o Juiz, depois de tergiversar, negou a liminar, alegando nas entrelinhas que o valor despendido era pouco em relação ao orçamento da Previdência.

Não existe justiça neste País!

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Nós, trabalhadores brasileiros estamos conquistando algumas reivindicações na Comissão

de Sistematização da Constituinte. Não fomos vitoriosos na plenitude de nossas proposições. Entretanto não podemos desprezar, a aprovação da proibição da demissão imotivada, a redução da jornada de trabalho, os 120 dias para gestante, o pagamento do 13º para o aposentado, entre outras questões constituem vitórias importantes para a classe operária e para os demais trabalhadores brasileiros. Considero, que entre todas as questões, uma aparece como muito significativa para todos os interessados em ampliar os espaços democráticos, garantir as liberdades e criar mecanismos que coibam as intervenções militares na vida política do nosso País que é a aprovação de uma forma de governo – o Parlamentarismo.

Todas estas questões o que, sem dúvida, tem uma razoável importância para os trabalhadores encontram nos setores conservadores, nos militares e no Governo Sarney um terrível ódio. Partem, inclusive, para tentativas de desmoralizar a Assembléia Nacional Constituinte anular o que foi feito, intromissões indevidas, entre outros absurdos indevidos, pois partem de setores sem autoridade para falar sobre á Constituinte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, paralelo ao que acontece nesta Casa, a luta dos trabalhadores prossegue a cada dia mais organizada e mais unida e atenta ao que se passa aqui.

É público e notório o arrocho salarial – sobre os trabalhadores causado pelo Plano Bresser, sendo este o único a não reconhecer. Em todo o País, eclodem greves e movimentos dos trabalhadores. São greves que lutam contra as terríveis condições a que estão expostos os trabalhadores brasileiros em função da política econômica do Governo Sarney que bem ao gosto do FMI, deixa de atender às necessidades mais elementares do povo brasileiro.

O que me traz à tribuna, no dia de hoje, é a defesa das lutas dos trabalhadores brasileiros e mais particularmente dos banerjanos, os funcionários do banco BANERJ, banco oficial do meu Estado, que, a despeito de todas as pressões mantêm-se firmes na luta em defesa de seus empregos e em defesa do BANERJ.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o BANERJ sofreu intervenção do Banco Central em 26-2-87, pois devia cerca de 76 bilhões de cruzados ao BACEN, frutos dos desmandos dos governos estaduais anteriores e a intervenção era apresentada e justificada como salvadora do banco. Entretanto, a "solução" do banco não pode significar de forma alguma, a penalização dos banerjanos. A comissão diretora do banco, deveria estar a serviço do BANERJ e do Estado do Rio de Janeiro e, não, cumprir orientações da FENABAN que, posiciona-se intransigentemente contrária às negociações em separado e com interesses na privatização do banco.

A Comissão de Sistematização aprovou a proibição da demissão imotivada. Os banerjanos lutam pela estabilidade entre outras questões. Considero que a justeza das reivindicações dos funcionários do BANERJ cristaliza-se no momento que identificamos que o BANERJ é um banco social, portanto, deve respeitar, no mínimo, aqueles que são responsáveis pelo funcionamento do banco social, que são os banerjanos.

Mas, Sr. Presidente, ao mesmo tempo que notamos a intransigência dos interventores que formam a comissão diretora do banco, com os ban-

cários, verificamos, também, a omissão do Governador Moreira Franco no processo, quando não o vimos defender os interesses dos trabalhadores do BANERJ e do Estado, da mesma maneira que com energia defende os interesses do Governo Sarney aqui na Assembléia Nacional Constituinte.

Concluindo, Sr. Presidente, saúdo os funcionários do BANERJ que estão firmes na luta e aproveito para fazer um chamamento à comissão diretora do banco, no sentido de atender às reivindicações dos bancários. Pois, salvar o banco não é penalidade do funcionário, o que seria também uma terrível injustiça. A comissão diretora do banco prestará um excelente serviço à população e os banerjanos no momento que atender às reivindicações dos bancários em todos os aspectos, inclusive no princípio da estabilidade e denunciarem ao povo os responsáveis pela crise que o banco atravessa.

Viva a luta de comunidade banerjiana!!!

Pela estabilidade e por todas as justas reivindicações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a "Editora Abril" merece, certamente, elogios por sua criatividade na elaboração da propaganda de lançamento do "Guia Rural Abril", marcada pela estampa da "Bíblia Sagrada", na primeira face, com a significativa legenda: "Para as coisas do céu".

A propaganda da "Editora Abril" para o lançamento do "Guia Rural Abril" é sadia, fugindo à apelação, à imoralidade. Isso vem provar que as possibilidades de os profissionais de comunicação usarem de alternativas sérias, sem ferir os sentimentos dos leitores e telespectadores é um fato real.

A propaganda, ilustrada, traz um resumo dos assuntos de que trata o "Guia Rural Abril", já dizendo de sua importância, nas 368 páginas que pôs à disposição dos feitores e dos interessados nas coisas rurais de nosso País que não pode desconhecê-las, tendo em vista nossas possibilidades no setor.

Não me incluo entre os que se opõem ao instituto da auto-regulamentação da propaganda, mas defendo que a democratização do uso dos meios de comunicação e a manutenção da liberdade de expressão, deve ser exercitada com dignidade, responsabilidade e respeito aos leitores, ouvintes e telespectadores.

O abuso na exploração de cenas violentas ou atentatórias ao pudor e à moral, sobretudo através da televisão, que mostra imagens e, por isso, permanece mais tempo na memória, é uma agressão ao bom-senso do expectador e um convite a sua concretização pelos menos avisados e por aqueles que adotam tal procedimento como rotina de vida, na falta de uma formação moral adequada e condizente com nossa formação religiosa.

Na verdade, ao estabelecer um julgamento das razões que levaram o produtor a explorar tais cenas, chega-se à conclusão de que, em sua concepção, o expectador não passa de um maníaco sexual ou criminal que somente se deixa influenciar por aquilo que possa estimular suas anomalias de caráter.

Tal não acontece com aquele que elaborou a propaganda do "Guia Rural Abril" que, não sei se inconscientemente, deixou transparecer a crença na existência de um código legal superior que procede do céu e para o céu deverá conduzir.

Não se pode, em absoluto, menospregar um código que estabelece princípios éticos, morais, sociais e espirituais, porque fazê-lo é induzir a sociedade a viver o inferno do caos, da amargura e da libertinagem, que tanto mal fazem à humanidade.

Mesmo tratando das coisas da terra, não se devem esquecer as coisas do céu.

A "Editora Abril", na propaganda de seu "Guia Rural Abril", deu exemplo dessa integração que só benefício traz à população, até porque "não é só de pão que vive o homem, mas de toda palavra que sai da boca de Deus".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Srs. Constituintes, a Mesa, através do seu presidente, deseja levar ao conhecimento de V. Ex.^{as} as seguintes considerações:

A Presidência manteve, ontem, entendimentos com a Mesa da Comissão de Sistematização, inclusive como seu eminentíssimo Presidente, Jurista Afonso Arinos, e o Relator Bernardo Cabral, que honra, neste momento, a Mesa da Constituinte com sua presença, formulando um apelo no sentido de que fossem acelerados os trabalhos daquela Comissão, a fim de que, dentro do menor prazo possível, o Substitutivo, na sua integralidade, fosse votado com a apreciação das emendas destacadas para o encaminhamento regimental à Mesa e, consequentemente, ao Plenário. Este apelo, felizmente – e aqui consignamos o nosso agradecimento – foi atendido, no sentido de que o substitutivo não seja encaminhado, como nos entendimentos antes com as Mesas da Assembléia Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização e com todas as lideranças, no dia 30.

Conforme comunicação formal e oficial do Presidente Afonso Arinos, em nome da Comissão de Sistematização, esta também funcionará às quartas-feiras, o que antes não acontecia, às quintas-feiras, o que também não sucedia, e aos domingos, o que também não ocorria. De consequência o Substitutivo, ao invés do dia 30, deverá, entre os dias 16 e 17 – vamos fazer o cálculo definitivo – ser encaminhado ao Plenário.

Todos sabem que surgiram questões de ordem e ponderações. A primeira delas é que a apreciação por Títulos ou Capítulos, embora ensejada pelo art. 27 do Regimento Interno, não proporcionava visão global de todo o projeto ou de todo o substitutivo para informar corretamente ou convenientemente o voto de cada Constituinte.

Essa é a primeira objeção que foi oferecida dentro daquela propósito inicial que foi de fazer um esforço para nós acelerarmos os trabalhos, possibilitando o funcionamento às quartas e quintas-feiras do Plenário da Constituinte, mas com apreciações parceladas, repetimos, do trabalho que está sendo feito pela Comissão de Sistematização.

Ao lado disso, surgiram aí notícias de que este procedimento parcial vulneraria o art. 3º da Emenda 26, convocatória da Assembléia Nacional Constituinte e que isto poderia até eventualmente ensejar um pronunciamento por parte do Supre-

mo Tribunal Federal. Em várias entrevistas que dei, repeli esta interpretação atentatória à soberania da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.) Não é absolutamente esta ameaça ou esta pseudo-ameaça, porque nem ameaça é, porque não tem qualquer fomento jurídico, qualquer juiz de roça julgará preliminarmente como inepta uma pretensão dessa ordem, mas, de qualquer forma, essa objeção, até com consequências psicológicas de quem não examina com mais profundidade o assunto, surgiu.

Sendo assim, e como dentro de breves dias, cerca de 10 dias, teremos o projeto na sua totalidade, a Mesa, através de seu Presidente, ouvindo todas as lideranças, se manifesta no seguinte sentido: a votação da proposição se fará após a sua chegada, entre 16 e 17, a este plenário, a esta Mesa.

Informa, também, que irá fazer sessões noturnas, se necessário extraordinárias terça, quarta e quinta-feira e desde já, como amanhã haverá sessão à tarde, ainda não há uma combinação do aproveitamento das quartas e quintas-feiras, que desejamos seja o mais completo possível para que venha o substitutivo o mais completo possível que facilitará a votação de plenário, convocamos, desde pronto, uma sessão da Assembléia Nacional Constituinte para amanhã, às 14 horas e 30 minutos, lembrando que haverá, também à noite, uma sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, para a votação de proposições que estejam em condições de ser decididas.

De forma que é esta a comunicação que a Mesa faz, na certeza de que contribui para o aperfeiçoamento, para a qualidade e também para a celeridade da elaboração constitucional.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Sólon Borges dos Reis, pela ordem.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, reiterando o meu maior apreço pelo Poder Judiciário, especialmente pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecendo, como todos reconhecem, o direito líquido e certo de cada um externar o seu pensamento e divulgá-lo pelos meios possíveis, venho estranhar e deplorar desta tribuna as declarações do eminente Desembargador Dínilo de Santos Garcia, Quarto-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo que, discordando de medidas adotadas pela Assembléia Nacional Constituinte; especialmente pela Comissão de Sistematização, recorreu a conceitos e expressões que, lamento, tenham sido procedentes de tão alta expressão da vida judiciária deste País. É assim que não se pode aceitar, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a afirmação de que o que a Comissão de Sistematização está fazendo é irracional. Esta é uma conceituação que não honra os foros de cultura, de dignidade, de bom senso e de equilíbrio do eminentíssimo representante do Egrégio Poder Judiciário.

Ainda o que não se pode aceitar é que se afirme que a Comissão de Sistematização, sem entrarmos no mérito de suas decisões e de seu procedimento regimental, seja incompetente e não seja séria. Partir da res-

ponsabilidade de uma das mais altas expressões do Poder Judiciário neste País a afirmação inconsequente de que a Comissão de Sistematização nem é séria, nem é competente, é realmente, Sr. Presidente, um motivo para que deploremos, desta tribuna, um procedimento assim estranho e lamentável.

Ainda há mais a registrar nas declarações do eminentíssimo Desembargador o seu conceito de que:

"...a prática do fisiologismo é freqüente e de que há muita gente legislando em causa própria e esquecendo as necessidades do País e que antes os políticos trabalhavam pensando no interesse comum, e agora só trabalham pensando no próprio interesse."

Considero um desserviço à politização do povo brasileiro, especialmente à formação política das novas gerações deste País, as infelizes declarações com que, no seu direito de discordar e criticar, o brilhante representante do Poder Judiciário foi à Imprensa e tornou público o seu pensamento, de maneira tal, que não podíamos deixar passar sem registro, rejeitando esses conceitos e deplorando profundamente essas declarações.(Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Sólon Borges dos Reis, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. OLÍVIO DUTRA: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, em junho deste ano, encaminhei requerimento à Mesa sobre questões da mais alta relevância, para que a Mesa se dirigisse ao Executivo cobrando informações no âmbito do Ministério da Justiça.

No dia 7 de julho, a Mesa comunicou a aprovação desse requerimento.

A Mesa, em 26 de agosto, reitera pedido de informações ao Ministério da Justiça.

Já se venceram todos os prazos regimentais e este modesto Constituinte ainda não recebeu nenhuma informação da autoridade executiva a respeito das questões que embasaram o requerimento.

Uma delas, Sr. Presidente, está essencialmente ligada a uma questão que hoje tem uma atualidade inquestionável.

No referido requerimento, assim dizíamos:

"Nos veículos de comunicação social, sob controle do governo, está sendo proibida a veiculação de notícias que contrariem as posições e opiniões do governo federal."

Queríamos saber, e queremos ainda:

"Quem determinou e quais os critérios adotados para a implementação dessa censura política?"

Precisamos, portanto, da resposta do Executivo, e isso está na área da Empresa Brasileira de Notícias, portanto, ligada ainda ao Ministério da Justiça. Está ligada, portanto, também à atuação da Secretaria Especial de Comunicação da

Administração Federal, dirigida pelo jornalista Getúlio Bittencourt.

Senhor Presidente, temos um outro requerimento, também ainda não atendido, encaminhado ao Presidente da Assembléa Nacional Constituinte.

Queríamos saber:

qual o montante do capital até hoje arrecadado dos contribuintes pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento;

quem definiu que o Fundo de

Desenvolvimento deve investir uma parcela dos seus recursos na produção do avião militar AMX;

qual a percentagem dos seus recursos e capital que o Fundo Nacional de Desenvolvimento está investindo na produção do AMX;

quais as porcentagens dos seus recursos e o capital que o Fundo Nacional de Desenvolvimento está investindo em outras áreas e que áreas são estas;

qual o capital investido na produção do MIX;

que empresas estrangeiras participam da produção do AMX e qual o capital investido por elas?

Até hoje, Sr. Presidente, este pedido de requerimento não foi sequer encaminhado pela Mesa ao Poder Executivo e este Constituinte não recebeu nenhuma informação.

Estamos cobrando da Mesa este encaminhamento, uma vez que os prazos regimentais para este atendimento já estão superados.

Solicitamos, portanto, que V. Ex.^a encaminhe à Presidência da Assembléa Nacional Constituinte, a quem endereçamos este requerimento, as imediatas providências.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR EM SEU DISCURSO:

Brasília, 19 de agosto de 1987

Excelentíssimo Senhor
Ulysses Guimarães
D.D. Presidente da Assembléia Nacional
Constituinte
Brasília – DF

Vem sendo publicado pela imprensa, que o Ministério do Planejamento estaria aplicando uma parcela dos Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) na produção da aeronave militar AMX que o Brasil está construindo em cooperação com a Itália.

Diante do exposto venho requerer que a Mesa da Assembléa Nacional Constituinte solicite ao Ministério do Planejamento, as seguintes informações:

qual o montante do capital arrecadado até hoje, dos contribuintes, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento;

quem definiu que o Fundo Nacional de Desenvolvimento deve investir uma parcela de seus recursos na produção do avião militar AMX;

qual a porcentagem de seus recursos e capital, que o Fundo Nacional de Desenvolvimento está investindo na produção do AMX;

quais as porcentagens de seus recursos e o capital que o Fundo Nacional de Desenvolvimento está investindo em outras áreas e que áreas são estas;

qual o capital investido na produção do AMX; que empresas estrangeiras participam da produção do AMX e qual o capital investido por elas; – Deputado Olívio Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa atenderá à solicitação de V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa deseja fazer uma comunicação ao Plenário.

De acordo com as lideranças de todos os Partidos, a Mesa, atendendo à exposição dessas lideranças, resolveu desconvocar a sessão da Assembléa Nacional Constituinte, que estava convocada para amanhã à tarde, cedendo este espaço para a realização de uma reunião da Comissão de Sistematização. (Palmas.)

A finalidade é ganharmos mais esse tempo, para o bom andamento dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, que trabalhará de manhã, de tarde e à noite.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de:

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. AMARAL NETTO (Líder do PDS): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Com relação às primeiras palavras do Sr. Presidente, Senador Mário Maia, queria dar um esclarecimento àqueles que comigo estão naquilo que se chama o "Grupão", ou que nome tenha.

O que eu declarei, Sr. Presidente, ao meu velho companheiro José Richa, a Mário Covas, a Fernando Henrique Cardoso, a Brandão Monteiro, é que eu não teria restrições, desde que os coordenadores deste grupo estivessem de acordo, porque eu não estou falando e não estou me posicionando como líder do PDS, eu estou me posicionando como membro de um grupo sem liderança, mas só com coordenadorias. E pedi que me aguardasse para me comunicar com os que dirigem o grupo, para que pudesse dar uma resposta definitiva, ou alguém do grupo fazer isto. Eu queria deixar bem claro o que estou dizendo.

Agora, quero dizer a V. Ex.^{as} o seguinte: estou muito feliz de estar na tribuna hoje, porque me sinto remoçado. Remoçado porque estive nesta tribuna, nesta, exatamente, há quatro anos e três meses, num problema um pouco parecido com este, guardadas as devidas proporções. Era a Convenção Nacional do PDS. O Presidente era o mesmo Presidente da República de hoje, que é o Sr. José Sarney; o Secretário-Geral era o Sr. Prisco Viana, Ministro, hoje. E nesta ocasião, constituímos um grupo que tomou o nome de "Participação", e que assinamos um documento em que exigímos o direito de apresentar uma chapa para disputar o Diretório Nacional do Partido.

Naquela ocasião, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o Senhor Presidente em exercício, João

Baptista Figueiredo, pediu ao seu porta-voz, Carlos Átila, hoje Ministro do Tribunal de Contas da União, que me telefonasse com os seguintes argumentos: queria que eu retirasse meu nome daquela chapa porque considerava que aquilo era um acinte a ele, era uma desestabilização do seu governo e era uma manobra para enfraquecê-lo.

Embora eu não estivesse mais muito de acordo com o Sr. Figueiredo, informei ao Sr. Carlos Átila que no dia em que eu assinasse alguma coisa e retirasse minha assinatura, ela não valeria mais nada, nem para mim nem para meus filhos, e muito menos minha assinatura representava nenhum acinte ao Presidente da República; hoje eu digo a V. Ex.^a que aquela chapa "Participação" ganhou a parada. Ganhou por quê? porque foi unida e tinha motivação. Aquela chapa derrubou 12 Governadores e oito Ministros dentro do Diretório do PDS, e só não derrubou o Presidente por uma manobra de última hora. Hoje, quando venho à tribuna, venho, acho, em nome de praticamente 280 Constituintes. E se algum deles discordar do que eu vou dizer, basta me pedir a palavra que terei a honra de concedê-la.

Senhor Presidente, estou um pouco cansado, até pela própria idade, de cada atitude que tomo, dizeram: "Vendido ao capital brasileiro!" "Vendido ao capital nacional!" "Viciado da Direita!". "Financiado pela Direita!".

Ora, Sr. Presidente, o que acontece é que não se respeita a nossa posição e querem respeito às suas posições. Pois bem, desta vez o nosso grupo tornou posições organizadas como a Esquerda costuma tomar e não quero individualizar ninguém. Respeito a Esquerda e só não gosto que ela me desrespeite, e aí diria o seguinte: eu sou hoje mais adiantado do que a Esquerda, sou mais progressista do que a Esquerda e este grupo está muito na frente da Esquerda, porque nós estamos com a China de Deng Xiaoping e com a Rússia de Gorbaciov; estamos com a China e a Rússia, contra a Albânia, contra a Nicarágua e contra Cuba. Enquanto a Esquerda está com Cuba, Nicarágua e Albânia, nós estamos com a China e a Rússia.

Progressistas somos nós; no entanto, como não aceitam isto, eu diria uma frase do líder chinês, quando a mim, que sou de Direita, assim dizem, entro em um grupo desses e dou a mão a pessoas que não são de convicções iguais às minhas, elas têm o direito de repetir a frase do líder chinês: "Que me importa a cor do gato, se ele me ajuda a comer os ratos?" Ou as palavras do líder africano Lumumba, que dizia: "Jamais procurei ver a cor da mão que se levanta para me ajudar".

Eis a posição deste grupo onde não há ideologias, onde não há doutrinas. Há posições e aquela posição que nós tomamos, a deliberação de, com a maior lealdade, levar ao gabinete do Presidente Ulysses Guimarães, ontem, e quando S. Ex.^a falou hoje em recorrer ao Supremo Tribunal Federal, já me havia dito que em absoluto falava por nós. S. Ex.^a se referia a outras pessoas, porque jamais pensamos, nem dissemos, nem pretendemos, nem faríamos isso – recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

O que estamos dispostos, mas dispostos mesmo, é a manter uma posição que nos dê o direito de ser a maioria que somos aqui dentro. Se não conseguirmos ter 280 assinaturas, nos curvare-

mos àquilo que a maioria quiser, aquela maioria que não é a nossa; mas se tivermos 280 assinaturas, Sr. Presidente, exigimos respeito ao nosso princípio.

Aqui, eu lembrava há pouco o que dizia ao Líder Mário Covas e ao Líder Fernando Henrique Cardoso: a posição deste grupo não é uma posição de governo nem de oposição, nunca! Não temos nada com o Sr. Presidente Sarney, com o Sr. Saulo Ramos, ou seja lá com quem for. A nossa posição não é nem de governo nem de oposição, e temos uma prova para dar a Comissão Temática que constituímos é composta, na sua maioria, de parlamentaristas e não de presidencialistas.

Não temos nenhum problema a decidir em relação a governo, temos a decidir em torno do nosso poder de maioria, aqui dentro. Então, vamos aplicar toda a tese da Esquerda aos insultos vamos responder com outros; se me consideram vendido vou passar também à público aquilo que me nego a dizer em muitas ocasiões, sobre dinheiro externo que vem para algum partido aqui do Brasil – coisa que me recusei a fazer até hoje. Mas o que não posso admitir, nem nós, nem ninguém dentro desta Casa, é que se continue a jogar suspeição sobre Constituintes que não concordam com as teses de Esquerda, não há condição de continuar a se praticar esse tipo de política que aqui, em alguns casos, acontece.

Este "grupão", Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vai exigir uma emenda, se ele puder, se ele tiver as 280 assinaturas, o direito de emendar o substitutivo em plenário, porque não podemos nos submeter a esta coisa que, dizem, isto é, rasgar o Regimento, eu respondo: este Regimento está sendo rasgado desde o princípio da Constituinte; este Regimento está sendo ofendido e está sendo maltratado desde que começaram as reuniões da Constituinte.

Sr. Presidente, acho que este grupo vai, dentro desta Casa, proceder como eu estou dizendo – não porque eu esteja dizendo, mas porque este é o pensamento que ouvi de todos –, numa linha de ação inarredável, nem Governo nem Oposição, mas sim o direito da maioria vencer as eleições, se tiver voto. Se nós não tivermos votos, perdemos a eleição e respeitamos quem ganhou, mas não vamos abrir mão de permitir que continuem a jogar no lixo destaques de Constituintes – e não sou de deixar de dar exemplos: S. Ex.^a não está presente. Ontem, no gabinete do Senador Gerson Camata, o Senador Roberto Campos, eu e o Senador Edison Lobão, quando colhemos a assinatura de S. Ex.^a, ele estava em seu gabinete, como também a sua esposa, a Deputada Rita Camata. O Senador Gerson Camata assinou e a Deputada Rita Camata disse: eu ainda vou pensar, apesar de ter o direito de assinar logo, porque jogaram fora dois destaques meus sem sequer me consultar. Quem decidiu isso? A Mesa. Quem permitiu? E aí vem um outro detalhe que eu vou encerrar: quando tivemos a reunião de Líderes com a Mesa – e aqui foi comunicado pelo Presidente Mauro Benevides – em que se propôs que os Líderes aceitassem reduzir as emendas dos seus liderados, eu declarei e pedi o

testemunho de Fernando Henrique Cardoso, que aqui estava ainda há pouco, para o que eu vou dizer: não posso concordar com isso porque não tenho como obrigar um liderado meu a abrir mão de destaque,

tenha ele o número que tiver, seja ele o que for, cada um acha que o seu destaque é legítimo e é importante.

Portanto, fica bem claro que este "grupão" volta a este plenário, até amanhã, com a previsão que fiz, na semana passada.

Hoje, o Presidente Ulysses Guimarães me deu razão. Vim a este microfone para dizer que não aceitava a decisão tomada pela Mesa e pelas Lideranças e que, na quarta-feira próxima – hoje – talvez este teto caísse na cabeça de alguém. E vai cair, se não prestarem atenção.

Se nós, como maioria, não pudermos comandar esta Assembléa Nacional Constituinte, quem vai comandá-la? A minoria? De jeito nenhum!

Sei de uma coisa, Sr. Presidente. Não adianta provocação e não adianta atemorizar. Sei que vêm, aí, a CNBB, o CIMI, o DIAP; a CGT, a CUT, enfim, vem tudo, mas acho que os homens que tomaram essa deliberação, tomaram-na com a consciência tranquila de que estão defendendo o País e de que estão querendo fazer uma boa Constituição, e não uma Constituição que interesse só à Esquerda. Esta é a nossa posição e dela não nos afastaremos! (Palmas.)

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB) – **RJ. Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

Estivesse vivo, ainda, o Jornalista Stanislaw Ponte Preta, ele haveria de reescrever ou de publicar o terceiro volume de seu livro "Febeapa – Festival de Besteiras que Assola o País".

Pela primeira vez, na minha vida – e vou fazer aqui um exagero retórico –, pela primeira vez na história política do País, Maioria é chamada de golpista. Sinceramente, não dá para entender, e Stanislaw, neste momento, deve estar rolando de rir no seu túmulo, que uma decisão tomada por maioria de Constituintes legitimamente eleitos possa vir a ser alcunhada, apelidada, de decisão golpista. Golpismo foi praticado neste Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, desde o início, fazendo esse gargalo na Comissão de Sistematização, impedindo que a vontade da Maioria, que decide, fosse respeitada.

Não estamos falando isso agora, mas desde o momento que aconteceu. Estão aí na Assembléia, na Comissão de Sistematização, os relatares vencidos, e vencidos democraticamente, nas Subcomissões, nas Comissões Temáticas; estão aí esses relatares indicados **manu militari** e de propósito com esse vício ideológico pelo Líder, para relatar o vencedor. O vencido, até numa violência legal, moral, relata na Sistematização e vota contra o vencedor. O Dr. Ulysses Guimarães tem que acordar e não repetir o que fez na Câmara dos Deputados: golpe de mão contra a Câmara dos Deputados. E vem fazendo o mesmo golpe de mão contra o Regimento da Assembléa Nacional Constituinte.

O Dr. Ulysses despreza tanto a lei, despreza tanto o Regimento, desprezou tanto a Constituição que fez mudanças no Regimento Interno da Câmara dos Deputados por ato da Mesa – nem

o Senado teve a coragem de fazer tamanha heresia. Reuniu, fez projeto de resolução, votou; o Dr. Ulysses baixou ato 1 da Mesa, ato 2 da Mesa.

Nós fomos até o Supremo questionar a ilegalidade disso. Mas o Supremo, também com muita habilidade, entendendo dos nossos direitos, saiu pela preliminar, alegando que o advogado, Deputado Federal Roberto Jefferson, não podia ser seu próprio advogado num mandado de segurança contra a União. Eu perguntei ao Sr. Ministro: "se eu for preso pela Polícia Federal, não posso impetrar mandado de segurança?" Não. Saíram, com muita habilidade, para não julgar o mérito da causa, saíram na preliminar.

O Dr. Ulysses já está acostumado a costurar regimentos no gabinete de S. Ex.^a, por ato da Mesa. S. Ex.^a tem que entender agora que não é golpe, como golpe S. Ex.^a praticou, várias vezes, no Regimento. Que a maioria decida, que a maioria delibere, que a maioria faça prevalecer a sua vontade!

Por isso, Sr. Presidente, nós colocamos a nossa assinatura nesse grande bloco, que vai, finalmente, escrevera Carta da Assembléa Nacional Constituinte no ano de 1986. O que é importante frisar é que o que pleiteia esse grupo agora é emendar o substitutivo que sair da Sistematização, quer dizer, nem isso querem nos permitir. Tudo já foi alterado; já saiu o 1º Bernardo, que foi a preliminar, foi um anteprojeto; saiu o Bernardo nº 1 o Bernardo nº 2. Agora, sai o substitutivo cheio de alterações e nós temos que fazer alusão a emendas que inclusive já estão fora daquele artigo, já estão fora daquele título, já mudaram a sua numeração, ou mudaram, inclusive, a sua filosofia, o seu pensamento.

Sr. Presidente, concluindo, respeitando o apelo que fez V. Ex.^a para que nós não nos estendêssemos, temos que fazer um apelo ao Dr. Ulysses para que S. Ex.^a finalmente passe a decidir de acordo com a maioria, deixe de sentir-se pressionado, constrangido, patrulado por uma minoria que quer fazer, na Sistematização, um gargalo do pensamento da maioria da Assembléa Nacional Constituinte. E volto a dizer aqui que, só no "Febeapa" – Festival de Besteiras que Assola o País", escrito pelo nosso Sérgio Porto, nosso Stanislaw Ponte Preta, é que uma bobagem dessas pode ser repetida, como nós estamos ouvindo, alto e bom som: que a vontade da Maioria, quando exercida, representa um golpe contra aqueles que dela divergem.

O SR. NELSON CARNEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB)

– **RJ. Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, poucas são as palavras que proferirei nesta oportunidade, exatamente para espantar uma dúvida que paira em muitos setores da vida política. Os parlamentares que, na Comissão de Sistematização, declararam e manifestaram o propósito...

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Há orador na tribuna. Peço a atenção dos Srs. Constituintes.

Continua com a palavra o nobre constituinte Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO: – Sr. Presidente, minha breve passagem por esta tribuna é para dissipar uma dúvida que paira em muitos setores que acompanham os trabalhos da Comissão de Sistematização.

Pelo Substitutivo Bernardo Cabral, surge uma dúvida sobre uma emenda destacada, é uma emenda de minha autoria, que conta com o apoio da maioria absoluta da Comissão de Sistematização cerca de 60 parlamentares, com ela, estão de acordo e que diz o seguinte:

"As Constituições dos Estados se adaptarão ao sistema de governo instituído pela Constituição, na forma e no prazo fixados pelas respectivas Assembléias, e sua implantação não poderá ocorrer antes do término do mandato dos atuais governadores."

O que quer dizer que, aprovado o parlamentarismo pela Comissão de Sistematização, se abre um prazo, durante a presente legislatura, para que sejam adaptadas, nos Estados, as respectivas Constituições.

Os atuais governadores não terão que se submeter ou que acertar o sistema parlamentarista, porque este só passará a vigorar, na melhor hipótese, depois de eleitos os novos governadores.

Portanto, a Comissão de Sistematização não pretende atingir o mandato dos atuais governadores. E essa confusão é que me cumpre dissipar, em nome daqueles que, na Comissão de Sistematização, são favoráveis ao Parlamento.

Era só isso, Sr. Presidente, para o esclarecimento.

O SR. FERNANDO GASPARIAN: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO GASPARIAN (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes,

Venho à tribuna, infelizmente, para tratar de um assunto que posso chamar de pessoal. Não venho defender aqui nenhuma tese que deva ser inscrita na Constituinte. Mas, pela gravidade do assunto, tomo minutos de V. Ex.^a para lhes informar sobre a minha inclusão, nos jornais de hoje, num chamado "grupão", que teria o objetivo de modificar inteiramente os trabalhos desta Constituinte.

Senhor Presidente, eu queria informar a V. Ex.^a que estou enviando uma carta, desautorizando ou retirando meu nome de uma proposição que me foi trazida por um companheiro da Constituinte, já há dez dias, e que, na verdade, propunha – e foi por essa razão que assinei o documento – propunha modificações que permitiriam que emendas que eu havia feito, por ocasião das subcomissões, das quais havia perdido prazo para discutilas em plenário, e como não havia mais possibilidade de fazê-lo, com essa proposição que o nobre Constituinte me propôs assinar, permitiria talvez, se aprovada pela Casa, trazer novamente assuntos da Subcomissão de Finanças, como impedimentos para os diretores do Banco Central e outras. Ocorre, Sr. Presidente, que depois que apus minha assinatura naquele documento, co-

mecei a ver os noticiários das reuniões, ilegível, nos quais se estaria organizando um ilegível que se reunia em hotéis, e que gerou o chamado Grupão. Hoje, vi meu nome incluído nesta Grupão, certamente pelo fato de haver assinado a que la proposição que me trouxe o Constituinte Darc Pozza.

O que eu quero colocar aqui, Srs. Constituintes é que na verdade, tendo em vista a gravidade que tomou esse apoianto, que no meu caso nem foi formal, porque nesta Casa – e sou Deputado novo – é muito comum Deputados e uma em proposição de Companheiros, a fim de da número, mesmo que as pessoas não seitas apoio aquilo que está sendo proposto. No caso específico, realmente, eu estava interessado como falei, em trazer algumas emendas à discussão do Plenário. Por ter perdido o prazo não pude fazê-lo, e com a providência proposta, naquele documento, isso poderia ser feito. Mas, realmente esse documento tornou rumo, e imagino que seja o mesmo que me incluiu, então, num grupo, eu que sou do PMDB, não sou inclusive do PMDB de grupo nenhum. Desde a fundação do PMDB do antigo MDB, sempre militei no Partido e procuro encará-lo, não como uma Frente, mas como um Partido, luto dentro dele, tomando posições que, às vezes, estão de acordo com uns companheiros, e não, com outros, mas, sempre me guiando pela ideia proposta.

Esta é a explicação que eu queria dar, Sr. Presidente, além de outra: na votação do presidencialismo ou parlamentarismo, as coisas ficam muito temáticas. Eu sou presidencialista. Queria votar pela Emenda Manoel Moreira, que é uma emenda presidencialista, mas de um presidencialismo moderno. Infelizmente, o líder do Governo, num acordo que fez, colocou a Emenda Vivaldo Barbosa para ser votada. Como julgo que ainda terei a oportunidade, espero, de mostrar isso pelo meu voto, julgo que a Emenda Manoel Moreira, que foi inclusive inspirada pelo Presidente Ulysses Guimarães, propõe o presidencialismo moderno, um presidencialismo onde realmente o Congresso tem atividade e importância maior do que 20 anos de regime autoritário.

Então eu queria colocar aqui, Sr. Presidente que inclusive cheguei a votar a Emenda Brandão Monteiro, presidencialista; e o meu voto, que foi também publicado nos jornais como se fosse um voto de um parlamentarista, não é, porque eu sou presidencialista e espero que os líderes do Governo, quando da votação do presidencialismo ou parlamentarismo, no plenário da Constituinte, me permitam e me dêem oportunidade de poder votar na Emenda Manoel Moreira que me parece ser a melhor emenda presidência lista apresentada a esta Constituinte.

O SR. MICHEL TEMER: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra, pela ordem, ao Constituinte Michel Temer.

O SR. MICHEL TEMER (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, eu queria fazer uma comunicação à casa em função do que registrou o Constituinte remendo Gasparian, que também eu, no dia de ontem, assinei a lista que propunha uma resolução, uma

alteração, portanto, do Regimento Interno. Mas eu não vejo, de minha parte, a necessidade de retirar a assinatura, porque o meu comprometimento foi com aquilo que ontem registrei; portanto o que ontem registrei e o que ontem assinei foi exatamente uma resolução que permitia a eventual modificação de títulos ou capítulos. Com esta tese, eu estou tecnicamente de acordo. Mas veja V. Ex.^a e esta comunicação quero fazer à Casa e aos companheiros de Partido, que a assinatura é de natureza eminentemente técnica nada dizendo com conteúdo de eventuais emendas que venham a ser apresentadas, supressivas, aditivas ou modificativas de Títulos ou Capítulos. Portanto, não há o comprometimento de minha parte em relação ao conteúdo, volto a insistir, de eventuais emendas que venham a ser apresentadas. Faço um esclarecimento para dizer que nestes termos foi que assinei o documento do dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa anota a declaração de V. Ex.^a e supõe que o Plenário, também, tenha ouvido com a devida atenção.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Constituinte Carlos Sant'Anna.

O SR. CARLOS SANTANNA (PMDB – BA Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes Não há nem necessidade de que V. Ex.^a responda agora à questão de ordem, até porque eu também a farei por escrito. Mas, Sr. Presidente, as Lideranças decidiram, quanto à Comissão de Sistematização, que os títulos que estão sendo voados na Comissão de Sistematização, a princípio, são aprovados, ressalvados os destaques. Mas as lideranças estão apresentando, à Mesa da Comissão de Sistematização, uma planilha com os destaques a serem votados, dentro de um prazo preestabelecido pelo próprio acordo de liderança, de acordo com o Presidente. Quando aquele prazo termina, o título é considerado esgotado e os destaques dos Constituintes, que não foram inclusos na planilha das lideranças, não são apreciados, não são votados, não são aprovados nem rejeitados, e são simplesmente encaminhados com os títulos ao Plenário da Comissão de Sistematização.

Ora, o entendimento regimental é de que o nulo só está integralmente votado, por isso ele é aprovado, ressalvados os destaques, depois da apreciação do último destaque. Se um grupo de destaques não é aprovado, e simplesmente por decisão de lideranças, que não é regimental, esses destaques são encaminhados ao plenário, isso vulnerabiliza o projeto que está sendo preparado, porque, na verdade, os títulos não estão completamente aprovados, porque até o último destaque não foi votado. Foram votados alguns destaques, e os demais foram encaminhados e receberam um título que não existe no Regimento, de destaque remanescente e, como remanescente, ele passa ao plenário.

A minha questão de ordem é colocar para a Mesa da Assembléa Nacional Constituinte como irá considerar que o projeto de constituição, depois que passar pela Comissão de Sistematização, está integralmente aprovado, sendo ele votado por títulos. A maior parte dos destaques não foi apreciado, foi considerado remanescente. Não foi

nem aprovado nem rejeitado. Simplesmente foi encaminhado ao Plenário. A rigor, no entendimento da questão de ordem que coloco, o título não está aprovado, porque, ressalvados os destaques, eles não foram nem aprovados nem rejeitados, uma parte sim, a outra parte foi empurrada para o plenário, o que vulnerabiliza, profundamente, o trabalho que está sendo feito.

A questão de ordem está sendo colocada. Não requer de V. Ex.^a uma manifestação imediata. Eu a farei, também, por escrito. Mas é muito importante que a Assembléa Nacional Constituinte se posicione sobre a questão que estão fazendo para evitar que o nosso trabalho fique fortemente prejudicado posteriormente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Constituinte José Genoíno, para contraditar.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Para contraditar. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, com base no Regimento Interno e nas decisões unânimes da Mesa da Assembléa Nacional Constituinte, da Mesa da Comissão de Sistematização e de todos os líderes partidários, e que foi aprovado por unanimidade, na Comissão de Sistematização, vota-se o título. Aliás, a Comissão de Sistematização também já votou títulos, ressalvados os destaques, e estamos agora no Título IV.

Senhor Presidente, as preferências, dentro do Regimento Interno, têm uma numeração, de acordo com os artigos dentro do título. É evidente que, se o tempo para aprovar o título cabe aquelas preferências e não só as preferências, mas os destaques, que não têm as preferências das lideranças, e não é só preferências das lideranças; as preferências que tenham dez assinaturas de membros da Comissão de Sistematização, também entram na pauta, juntamente com a preferência das lideranças. Caberá à Comissão de Sistematização, que já aprovou esse procedimento por unanimidade, ao encerrar a votação do título e das preferências, caso o ilustre Carlos Sant'Anna insista nesta questão de ordem, que S. Ex.^a comunicou que fará por escrito, apreciar em bloco os destaques, dentro do período estabelecido, de comum acordo, pelas lideranças, que o Regimento permite. E o Regimento permite exatamente esse tipo de procedimento.

O ilustre Líder Carlos Sant'Anna está levantando essa possibilidade que, aliás, a Comissão de Sistematização tem evitado, porque votam-se as preferências das lideranças e dos dez constituintes da Comissão de Sistematização, e em seguida, passa-se aos destaques. A não ser que a Comissão de Sistematização tenha que funcionar por tempo indeterminado. Se formos apreciar oito, vinte mil destaques, o tempo será indeterminado. A única saída será: aprovam-se as preferências. Se não houver tempo para aprovar os destaques, um a um, far-se-á uma votação em bloco dos mesmos, para que a matéria vá a Plenário. Aí; sim, regimentalmente, a matéria será votada globalmente para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (MÁRIO Maia): – Praticamente a Mesa não tem questão de ordem a dirimir, mas levará as ponderações aqui apresentadas pelos nobres constituintes Carlos Sant'Anna

e José Genoíno à consideração, juntamente com as lideranças.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Peço a atenção dos dois constituintes que levantaram as questões de ordem. S. Ex.^a estavam presentes à reunião da Mesa em que foram decididos o andamento e o calendário que vêm sendo observado até agora. Naquela reunião, ficou estabelecido o calendário que estamos seguindo até o momento. Realmente, ficou pendente o que se faria dos destaques que não fossem apreciados por falta de tempo, uma vez que o tempo seria fatal para cada título e cada capítulo.

Por isso, essa parte final deverá ser resolvida com as lideranças, que a Mesa há de convocar, para dar uma solução efetiva ao caso.

A presidência eventual levará ao conhecimento da Mesa e a exortará para convocar as lideranças para o estudo da matéria conjuntamente.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, estamos na hora das definições, claras, transparentes e objetivas. Por uma questão de respeito à opinião nacional e, sobretudo, aos eleitores, nossos representados, a maioria da Assembléa Nacional Constituinte deverá articular-se em torno de soluções institucionais que preservem o exercício democrático e o processo de desenvolvimento neste País. É o que se espera ou supõe.

A Nação conta com recursos naturais e humanos que lhe possibilitam vencer a crise econômica e financeira que ora dificulta o processo do seu crescimento. Mas a segurança do futuro dependerá fundamentalmente do equilíbrio institucional, ou seja, da nossa capacidade de estruturar no texto da nova Constituição um sistema de normas que contribuam para a tranquilidade e equilíbrio econômico e social do povo brasileiro. E o que sem dúvida concorrerá para situar o Brasil no contexto do liberalismo moderno, progressista, democrático e socialmente bem ordenado, será a fixação, entre outros, dos seguintes rumos:

1. livre iniciativa;
2. contenção e erradicação do estatismo, a fim de impossibilitar novos surtos de corrupção;
3. proteção aos direitos sociais, especialmente mediante efetiva participação dos trabalhadores nos lucros das empresas;
4. internacionalização das relações financeiras, comerciais e tecnológicas para investimentos de capital externo em associação com o capital nacional ou para complementá-lo;
5. limitação das funções do Estado, tanto quanto possível, ao campo social, reduzindo-se substancialmente o intervencionismo no domínio econômico;
6. controle estatal das reservas nacionais de minérios, águas e riquezas do fundo do mar que mereçam ser resguardadas e racionalmente exploradas diretamente ou mediante concessão no interesse do País;
7. sistemas financeiro e tributário que estimulem a atividade econômica, de modo a aumentar o número de contribuintes;

8. moralização da administração pública, mediante ingresso por concurso público e promoção por merecimento, tudo sob regime estatutário único;

9. reforma agrária com o objetivo primordial de reduzir proporcionalmente as diferenças de renda entre os grandes e pequenos proprietários e entre todos os proprietários rurais e os seus assalariados, que também devem participar dos lucros das grandes empresas agrícolas e pecuárias;

10. contenção das despesas governamentais, especialmente no campo da propaganda, tendo em vista que os órgãos e entidades estatais não precisam de divulgação para o exercício normal de suas funções.

Esperamos que essas e outras definições liberais caracterizem o novo regime.

As políticas atinentes à aplicação destes princípios estão sendo adotadas no atual período da história mundial, marcado pelo abandono das vinculações ideológicas, para priorizar a luta pela conquista do bem-estar, notadamente no Terceiro Mundo, onde os níveis de miséria poderão contribuir crescentemente para perturbar o relacionamento entre as Nações. Essa configuração preocupa todos os povos, desenvolvidos ou em desenvolvimento, entre os quais o brasileiro que ainda dispõe de privilegiadas condições para prosperar.

Aí estão a China e a Rússia, também cansadas da experiência autoritária, restabelecendo a liberdade como veículo mais produtivo de novo ciclo no seu progresso.

Sigamos o mesmo Caminho.

Não queremos um Brasil xenófobo, entravado por temores de uma imaginária ocupação de novos colonizadores. Somos parte de um mundo de convivência cada dia mais estreitada em todos os campos das relações econômicas e sociais.

Teremos de conviver, realisticamente, nesta nova era.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (Líder do PDT): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nestes últimos dias, a Casa tem estado sob o impacto de marchas e contramarchas. Tenho ouvido colocações que, em nome da verdade, não posso deixar de rejeitar, refutando-as, as portanto.

Ovi a questão de ordem do eminentíssimo líder do Governo Carlos Sant'Anna, sobre a questão es referente a mudanças no Regimento interno. Na de verdade, Sr. Presidente, acho que falece ao líder Carlos Sant'Anna razão em questionar, através de questão de ordem, as decisões tomadas na Assembléia Nacional Constituinte, no que diz respeito à Comissão de Sistematização.

S. Ex.^a foi um agente ativo das reuniões e com elas concordou. E preciso que se estabeleça a co verdade em relação ao famoso documento que de corre por aí. Tenho a honra de trazer à consideração da Casa o documento assinado pelos Constituintes Chico Humberto, Adroaldo Streck, João de Deus Antunes e José Fernandes que, através de judicosa petição, requerem ao Presidente a retirada dos seus nomes dessa lista.

É preciso que a Casa saiba que esse não é um documento inocente, esse não é um documento de alguns Constituintes que querem modificar o Regimento Interno. Trago a denúncia, da tribuna desta Casa, que esse documento é inspirado no Palácio do Planalto. Tenho informações de que o Ministro João Alves está telefonando para os Constituintes, solicitando que assinem o documento. Não é somente o desagrado, a inquietação dos Constituintes com referência ao tempo que estão fora dos trabalhos da Comissão de Sistematização; querem produzir um impasse na Assembléia Nacional Constituinte. A quem interessa o impasse neste momento? Interessa ao povo brasileiro? Interessa à Constituinte? O impasse interessa exatamente àqueles que querem destruir a Assembléia Nacional Constituinte, o impasse interessa àquelas vivandeiras que sempre estiveram pregando o golpe e a dissolução da Assembléia Nacional Constituinte.

É bom que se diga, com muita clareza, esta questão. O direito legítimo dos Constituintes de requerer emendas a dispositivos do Projeto de Constituição, nós o reconhecemos, em função de erros não de Ulysses Guimarães, não das lideranças, mas de todos nós que, quando elaboramos o Regimento Interno, concordamos e aqui o votamos, através da Resolução nº 2. Como se diz na gíria, depois do jogo começado, quase no final, querem "melar o jogo", de acordo com interesses que não são os melhores. Todos trabalharam nas subcomissões e nas comissões. Eu, pela indicação da minha Bancada, fui para a Comissão de Sistematização com o Constituinte José Mauricio e não tivemos o privilégio de trabalhar nas Subcomissões e nas Comissões. Mas, nem por isso procuramos desmoralizar, destruir ou, de qualquer forma, manobrar no sentido de invalidar as subcomissões e as comissões.

Por último, Sr. Presidente, digo e afirmo que Ministros do Governo, inspirados no Sr. Saulo Ramos, estão procurando parlamentares para assinare este documento. Com que propósitos? Com que objetivos? Talvez aqueles que tenham sido sempre ditos pelo Sr. Saulo Ramos, um áulico de poder – não sei – ou um beneficiário do poder.

E preciso que voltemos à CPI da COMAL para estabelecer, na verdade, o perfil do Consultor-Geral da República, que não tem feito outra coisa senão tentar desmoralizar a Constituinte.

Senhor Presidente, não gostaria de tratar deste assunto, mas penso que os jornais largamente publicaram uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que decidiu acatar uma denúncia contra este parlamentar e quero trazê-lo à consideração desta Casa, embora não por interesse pessoal. Em outra oportunidade, em 82, quando da tribuna desta Casa denunciei corrupção no Ministério da Educação, fui também acionado por aquela pessoa que se considerava calunizada. Não foi necessário projeto de resolução para que fosse excluído do processo. Fui à luta no Supremo Tribunal e comprovei as minhas denúncias. Mas, acho que devo uma consideração a esta Casa.

Muito me honraria se fosse condenado pelo processo que o Supremo Tribunal acatou contra mim porque talvez, pela primeira vez na História deste País, um homem público denunciou corrupção no órgão conhecido do Rio de Janeiro – DETRAN, enquanto Secretário de Transportes, e

aqueles que foram sujeitos passivos de inquérito se sentiram caluniados e foram ao Supremo tribunal Federal. Será a primeira vez na História deste País que alguém que denuncia a corrupção será condenado.

Quero trazer à consideração desta Casa, abstraindo a posição eventual minha como denunciado neste processo, somente uma circunstância o parecer do Consultor-Geral da República é nos seguintes termos lavrado – e ai chamo a atenção da Assembléia Nacional Constituinte não me vou alongar mas só o final do parecer – "Por isso, e pelas longas razões expendidas ao parecer anexo, – é um parecer, em relação ao Constituinte Amaral Netto, que também sofreu ou sofria uma ação penal do Ministro Dilson Funaro – também aqui somos, para que se solicite licença à Assembléia Nacional Constituinte para dar seqüência ao procedimento, declarando-se na linha de orientação da Corte, suspenso o fluxo do prazo prescricional."

O Supremo Tribunal Federal, por unanimidade entendeu que a Assembléia Nacional Constituinte, que estatui, no seu art 2º, a inviolabilidade do Parlamentar, não tem nenhum valor, isto é, decidiu que o Regimento interno da Constituinte que consagra a inviolabilidade do parlamentar no exercício do seu mandato, não podendo ser processado e não podendo ser preso em flagrante, não teria nenhum valor, rasgou o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

Estou dizendo, isso porque não estou pedindo projeto de resolução para mim; estou dizendo isso, porque amanhã vamos votar aqui uma questão que é fundamental, e hoje já derrotamos, que é o Conselho Nacional de Justiça, a única fórmula de se democratizar a Justiça neste País. Sou advogado militante. Nós, parlamentares e os funcionários do Executivo somos "marajás", os Procuradores são "marajás". A imprensa publica livremente como há pouco aqui fotografava um rato no Plenário da Assembléia – e espero que não faça ilação de mal gosto. Agora, jamais alguém fiscalizou a Justiça deste País. Existe uma ditadura no Judiciário neste País, que vem desde o tempo do Império. Jamais a imprensa ultrapassou os umbrais de qualquer Tribunal, ou do Supremo Tribunal Federal. Ninguém sabe quanto ganham os Ministros do Supremo Tribunal Federal. No Rio de Janeiro, um advogado que fizer reclamação contra um juiz de direito, entra no index destes.

Estas considerações estou fazendo, porque acho que é de fundamental importância que se nós somos fiscalizados, fiscalizados pelo povo por que nos manda de volta para cá? Fiscalizados pela imprensa, quando aqui um deputado dorme no Parlamento, quando um Deputado não vem as sessões, quando o Plenário está vazio. O Executivo é fiscalizado pelo povo porque não o reconduz, o Executivo é fiscalizado pela imprensa e pelo Congresso Nacional. E quem fiscaliza a Justiça neste País? Ninguém, absolutamente, ninguém. O mais difícil no processo de luta democrática neste País é que temos uma sociedade corporativista. Se queremos discutir o papel das forças Armadas, se queremos discutir e modificar papel do Judiciário, se queremos discutir o papel do Ministério Público ou se queremos discutir nova relação de emprego, existe uma sociedade corporativista que não permite avanço algum, ten-

tando sempre manter seus privilégios. (Muito bem! Palmas).

O SR. HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (MÁRIO MAIA): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA Como Líder. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A revista **Veja** no seu número de 4 de novembro de 1987, publica na sua coluna **Radar** uma matéria que passo a ler em uma de suas passagens. Diz a revista:

“OLP DISTRIBUI MANUAIS DE SABOTAGEM”

Não se prenuncia um futuro agradável para Farid Sawan, representante no Brasil da Organização pela Libertação da Palestina (OLP). Na semana passada, o SNI juntou numerosas provas segundo as quais o porta-voz de Arafat em Brasília, anda distribuindo manuais de sabotagem a membros da CUT e do PC do B.”

Sr. Presidente, nós desejamos, em nome do Partido Comunista do Brasil, manifestar a nossa repulsa contra essa notícia inteiramente mentirosa, publicada pela Revista **Veja**.

Queremos chamar a atenção sobre o fato de que isso se relaciona com duas questões básicas. A primeira, é a tentativa de envolver em supostos manuais de sabotagem e em atividade congênere, facções progressistas desta Assembléia Nacional Constituinte, ligadas ao Partido Comunista do Brasil, e à CUT. Em segundo lugar, também pretende envolver nesse tipo de atividade com forças brasileiras, a representação no Brasil da OLP e, com isto; tentar criar um ambiente para que o Governo brasileiro crie dificuldades para a representação da OLP no Brasil, especialmente para dar a essa representação o nível diplomático que dezenas de países do mundo inteiro já deram e que o Brasil até agora ainda não deu.

Sr. Presidente, também no dia de hoje, esta Constituinte, entre surpresa e descrença tomou conhecimento de que havia uma movimentação de Constituintes, com o objetivo de encaminhar um processo que visava alterar o Regimento Interno da Casa, para permitir que títulos e capítulos inteiros do projeto de constituição sejam mudados, aqui, quando a discussão no plenário se abrir.

Sr. Presidente, gostaríamos de tecer as seguintes considerações a respeito desse episódio, que já mereceu diferentes apreciações, neste Plenário.

Primeiro, sua motivação básica, que está alimentando essa atuação de diversos setores da Casa, setores esses que se movimentam, procurando anular determinados preceitos avançados, aprovados na Comissão de Sistematização, ligados à ordem social, ao direito dos trabalhadores, aos direitos individuais e, também, basicamente, ao sistema de Governo que deve existir em nosso País. Insubordinando-se contra essas vitórias conseguidas na Comissão de Sistematização, e, de resto, que vieram crescendo desde o início do funcionamento das primeiras Subcomissões e das Comissões Temáticas, esse grupo pretende, exatamente agora, providenciar todo mecanismo que, na prática, anule essas vitórias e consiga alterá-las, essencialmente.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de tecer comentários a respeito desse processo de articulação. O grupo aparece, pela imprensa brasileira, hoje, com o nome de “Centrão”: Dir-se-ia ser um grupo de centro. Analisando a relação dos que supostamente assinam essa lista, percebemos, sem dúvida alguma, que diversos daqueles signatários poderiam ser pessoas, Constituintes, para os quais poderíamos aceitar a denominação de centrista ou de Constituinte moderado. Centristas e moderados são Constituintes dignos, são Constituintes, muitos dos quais, também democratas.

Sr. Presidente, aquelas centenas de Constituintes moderados apresentados nos jornais não foram, entretanto, responsáveis pela articulação que resultou naquela lista, porque é preciso distinguir-se entre a amplitude relativa do signatário da lista, do papel que teve para a articulação dessa lista e desse movimento, o grupo que esteve à frente daquele núcleo. O núcleo é o núcleo de direita e não o chama de direita. Entretanto, é uma direita reconhecida em nossa Casa e no Brasil, mas que tenta se acobertar como grupo de centro. Sabemos que nesta Casa e existem alguns Constituintes da esquerda, reconhecidos e tidos como tais, entre os quais me incluo; e alguns Constituintes de direita, mas que não o assumem como tal. Mas foi a direita que articulou esse movimento e à frente desse grupo estão – não sabemos, os jornais noticiam – os Constituintes José Lourenço, Ricardo Fiúza, Carlos Sant'Anna, e outros tantos, que são de direita, mas que tentam se acobertar e se acobertam sob a capa de Constituintes de centro. Finalmente, Sr. Presidente, essa articulação de direita que tenta envolver Constituintes moderados, Constituintes de centro, nesta Casa, procuram – sim – encaminhar um mecanismo, utilizar um método que leve à mudança do Regimento Interno nesta Casa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Para encerrar Sr. Presidente, eu gostaria de protestar contra esse método, contra esse objetivo, porque nós estamos há praticamente 11 meses, quase um ano de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte e seria absolutamente espantoso se, ao cabo de quase um ano de funcionamento, quando a Constituinte já se encaminha para os seus momentos finais, se fizesse uma mudança na regra do jogo que tem balizado o funcionamento da Constituinte durante todos esses meses.

Temos, sim, Sr. Presidente. Srs. Constituintes, que levar a termo o funcionamento da Constituinte, respeitando o Regimento, que até agora foi respeitado, fazendo as eventuais mudanças de comportamento prático, de tática de funcionamento de tais ou quais Comissões, mas sem alterar a essência do pensamento básico que tem norteado esta Constituinte até o momento.

O JOSÉ LOURENÇO (LÍDER DO PFL): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de fato, alguns vão estranhar o sotaque,

outros a linguagem. Há uma notória diferença no ataque e na linguagem entre mim e o orador que me antecedeu.

Na avaliação de V. Ex.^a encontra-se aqui um fascista. E o orador que me antecedeu representa, nesta Casa, um partido cujas idéias fluem de uma das maiores nações do mundo contemporâneo.

Um País de vasto território encravado num canto do Adriático, a que dão o nome de Albânia; um pouco maior que o Estado de Sergipe, – parece-me – com uma população muito densa, teve neste últimos 50 anos mudanças na sua estrutura social, econômica, econômica e política que fazem dele, de fato, um espelho a ser olhado permanentemente por aqueles que querem a evolução dos demais países por onde se estendem os braços fraternais das idéias tiranas.

Vimos, portanto, as afirmações de um grande democrata que me antecedeu nesta tribuna, e nós outros que acabamos de constituir a maioria nesta Casa, maioria que chega para não agredir, maioria que chega para respeitar as regras democráticas, mas regras democráticas sem aspas, democracia plena, democracia pluralista, democracia não aquela praticada por um velho estadista das serras albanesas, o Sr. Enver Hodja, que Deus levou para o seu convívio há pouco tempo, porque – soube – na hora de morrer ele disse "Perdoai-me Senhor, eu não soube o que fiz durante toda a minha vida".

O SR. HAROLDO LIMA: – Isso é mentira de V. Ex.^a! V. Ex.^a é mentiroso, um provocador, além de corrupto! (Tumulto em plenário.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, foi para o céu porque nunca foi capaz de desrespeitar...

O SR. PRESIDENTE (Márcio Maia Fazendo soar a campainha.): – Atenção Srs. Constituintes! A Mesa pede a atenção dos Srs. Constituintes, porque há um orador na tribuna. Continua com a palavra o nobre Líder José Lourenço.

A Mesa solicita aos Srs. Constituintes que tenham calma e ouçam o Orador que está na tribuna, lembrando que em comunicação de liderança não pode haver apartes.

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Sr. Presidente e Srs. Constituintes peço a atenção de todos.

De fato, o que está se repetindo aqui é o que ocorreu às portas do céu, quando São Pedro viu Enver Hodja e disse: "És tu Enver? E aconteceu um reboliço como este de agora; foi surpresa geral. Não nos preocupemos com isso e vamos continuar o nosso discurso democrático. Vamos ouvi-los, vamos respeitá-los e vamos contestá-los, quando necessário se fizer.

Mas quero dizer-lhes que a nossa proposta é de diálogo, é uma proposta de maioria que procura a minoria para o diálogo e através dele encontrarmos o estuário onde se encontra a maioria da Nação. Não adianta dizer aqui que foi o Ministro que telefonou, não adianta dizer aqui que foi o Presidente que pediu. Nada disso aconteceu. É uma maioria constituída, na Constituinte, para servir à Constituinte e ao País.

Ninguém deve servir a si próprio, ninguém é dono de idéias, somos sim, portadores de uma mensagem que nos delegou a maioria do povo brasileiro, hoje, aqui, claramente identificada atra-

vés de um documento com mais de 280 assinaturas. Hoje, existe uma maioria não para esmagar, mas para dialogar. Temos respeitosamente sido, por vezes, derrotados na Comissão de Sistematização. É de jogo democrático; a Comissão assim foi constituída, ao arreio de muitos e com o protesto de outros.

Mas o que desejamos para o nosso País, no qual, queiramos ou não, teremos que conviver fraternalmente, cada um defendendo suas idéias, cada um sendo, por vezes, adversário do outro, mas cada um jamais sendo inimigo do outro, é um Brasil adulto, uma Nação altaneira. Temos que construí-lo com a nossa vontade e com a nossa determinação. E quando falo nossa, convoco a todos, para que façamos uma Constituição para este País, voltada não para ontem, para as idéias dos países que nenhuma contribuição têm a dar ao nosso processo de desenvolvimento econômico, social e político, mas que as nações desenvolvimento do mundo sejam a nossa maior fonte de inspiração, aquelas que conseguiram construir sociedades democráticas, livres, mas onde os direitos humanos são assegurados, os salários são dignos, a habitação existe, o médico está à disposição do doente, no momento certo, onde a escola, em todos os graus, é assegurada aos seus cidadãos.

Queremos, pela nossa voz, pelo nosso voto e pela nossa determinação, substituir o Estado empresário pelo Estado social; queremos mais investimentos na área social e que o Estado invista menos no campo das atividades econômicas. Entendemos que esse tem que ser o caminho da maioria que constituímos para viabilizar o nosso País. Temos que fortalecer o mercado interno, tomando o brasileiro portador altaneiro, determinado de uma vontade permanente de participação no processo de desenvolvimento econômico da Nação.

Não é possível que tenhamos uma renda **per capita** das mais mal distribuídas do mundo; não é possível que enquanto um brasileiro ganha 40 dólares por mês, o outro ganha 50 mil. Há que aproximar esse fosso que nos separa, há que fazer com que todos se sintam participantes da grande mesa da riqueza nacional.

O meu Partido defende o entendimento, o diálogo, para que, através deles, possamos construir uma sociedade justa, uma social democracia que seja ao mesmo tempo, pela livre iniciativa mas pela liberdade também; que todos participem dos benefícios e das riquezas do País. Não é possível que consigamos conviver ao mesmo tempo, não é possível que seja uma determinação histórica, encontrarmos simultaneamente, no Brasil, segmentos de milhões de brasileiros que vivem miseravelmente enquanto uns poucos vivem na opulência.

Queremos um Estado democrático em que todos se sintam participantes da riqueza nacional, esta é a nossa mensagem, esta é a contribuição que temos a dar à Assembléia Nacional Constituinte. Não vivos aqui para esmagar, chegamos aqui para contribuir e para dialogar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Toda essa inquietação que tomou conta do corpo Constituinte resultou, não há como negar, de certos avanços que foram aqui escritos mas, ainda, dependentes da decisão do Plenário.

Tudo começou quando, na Comissão de Sistematização deu-se garantia de emprego, quando nesta Assembléia Nacional Constituinte permitiu-se que a mulher gestante pudesse ter 4 meses para o parto e o aleitamento do seu filho. Foram pequenas essas conquistas, mas o empresariado nacional – selvagem em todos os tempos, e continua ainda tão selvagem e tão atrasado – deseja, realmente, não avançar no sistema democrático, porém dar mais um passo atrás, naquilo que se poderia fazer neste País.

Foi anunciado, aqui, pelo orador que nos antecedeu na tribuna, que eles constituiriam a maioria para estruturar um novo País, reduzir o fosso entre os que nada ganham e os que tudo ganham. Ou mais ainda: entre 40 milhões de famintos e os 40 milhões de carentes, para uma minoria que tudo leva, que de tudo se apropria. Se essa maioria existe, como anunciou o orador, nós queremos ver o seu comportamento nas

questões básicas, nas questões que dizem respeito ao futuro da Pátria, naquelas que estão inseridas na ordem econômica. Vamos ver se o art.66 das Disposições Transitórias, que dá apenas 1 ano às concessões e autorizações que não estejam devidamente implementadas no setor mineral, e que devem retomar ao controle da Nação; vamos ver se essa maioria que hoje se anuncia vai manter esse dispositivo que é um dispositivo, a nosso ver, que abre o caminho da libertação de nossa Pátria. Nós somos um País, Srs. Constituintes, onde 86% do setor mineral está entregue aos grandes grupos internacionais; não queremos, Sr. Presidente, acusar nenhum dos colegas, mas acreditamos que, no fundo, existe um trabalho deliberado não só para reduzir as conquistas que já temos feito, mas para garantir **ad perpetuam** a escravidão definitiva de nossa Pátria. Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Fernando Santana, o Sr. Mário Maia, Segundo Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Solicitaria ao nobre Constituinte Haroldo Lima um pouco de paciência, porque temos, apenas, dois oradores inscritos para cumprir o Horário de liderança e, em seguida, darei o tempo necessário para questão de ordem de V. Ex.^a.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, penso que alguns aconteci-

mentos de 1987: Ocupo, neste momento, a tribuna em termos pessoais para um esclarecimento.

Na semana passada, tomei conhecimento, por intermédio de vários Constituintes, de um documento em elaboração que, acredito, no afã de estabelecer um processo participativo maior, proponha uma alteração de Regimento, contemplando a possibilidade de substitutivo global, ou a apresentação de substitutivo a títulos e capítulos. Na ocasião, Sr. Presidente, tive a oportunidade, sem desmerecer nenhum desses Constituintes, de assinalar que o meu pensamento a respeito ia um passo além. Oportunamente, neste sentido, estariam apresentando uma proposta de alteração de Regimento em outros termos. Dentro deste enfoque, afirmava que, naqueles termos, não estaria assinando o documento. Hoje, todavia, verifico, através do **Correio Braziliense**, que o meu nome consta como tendo assinado esse documento.

Sem entrar no mérito do documento apresentado, quero afirmar a esta Mesa e aos Srs. Constituintes, a muitos dos quais, inclusive, eu havia dito antes que não assinaria o documento nos termos em que estava vazado, que eu não o assinei. Já solicitei ao **Correio Braziliense** que faça a retificação.

Gostaria, agora, Sr. Presidente, de apresentar então a nossa proposição com relação a este assunto. Parece-nos que é da maior relevância, que seja possível, inclusive dentro do espírito do Relator Bernardo Cabral, que se dote a Assembléia Nacional Constituinte de um instrumento que torne possível a apresentação de emendas em termos pontuais.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – (Faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Vou concluir, Sr. Presidente, dentro da devida relevância da matéria, peço a concessão da Mesa.

O que proporíamos seria o seguinte: terminado o prazo da Comissão de Sistematização, abrir-se-ia um prazo para apresentação de novas emendas, artigo por artigo. E estariam prejudicadas todas as demais emendas e destaques apresentadas anteriormente. Porque, na realidade, o Processo fica muito confuso. Há emendas ao zero, há emendas ao S-1, há emendas ao S-2, há emendas supressivas ao S-3.

É extremamente difícil termos uma ordenação de trabalho desta forma.

A nossa proposição, repetindo, Sr. Presidente, é a seguinte: terminados os trabalhos da Sistematização abrir-se-ia um prazo para apresentação de emendas. As emendas serão apresentadas artigo por artigo. E serão consideradas prejudicadas todas as demais emendas e destaques apresentados anteriormente.

Era esta a colocação, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: – Líder do PT – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, penso que alguns aconteci-

mentos, aqui, fazem a cada dia que passa, com que uma parte muito grande da sociedade – por mais que os Constituintes trabalhem – desacredite de que aqui é possível sair alguma coisa que possa favorecer o conjunto da sociedade.

De repente, os Constituintes que estão trabalhando na Comissão de Sistematização, crie têm trabalhado de segunda a sábado e que vão trabalhar de segunda a domingo, têm sido considerados privilegiados, em detrimento de outros Constituintes que se intitulam cidadãos de segunda classe. O que é importante se compreender é por que esses 280 Constituintes que querem participar ativamente da elaboração da Constituição não preparam emendas para a Comissão de Sistematização e não estão vindo aqui para defender os seus destaques, como outras dezenas e centenas de companheiros estão fazendo. Ora, ao invés de virem aqui fazer os seus destaques e defendê-los como todos estão defendendo, estes, sim, se transformam em cidadãos de primeira classe, porque não têm que trabalhar aqui, e vão fazer reunião no Hotel Nacional, para tentar criar uma imagem negativa sobre a coisa mais positiva que está acontecendo aqui, que é a Comissão de Sistematização.

Estas coisas tem que ser ditas, porque de uns tempos para ca a Imprensa tem tentado fazer com que a imagem se tome cada vez mais negativa. Em determinados momentos, há razão de a sociedade compreender a negatividade do funcionamento da Constituinte, mas é importante salientar que ha uma política premeditada. Tenho acompanhado a Imprensa de forma meticolosa, tenho acompanhado o jornal **O Estado de S. Paulo**, tenho acompanhado a entrevista de alguns advogados de renome. E é engraçado que todas as críticas que fazem à Comissão de Sistematização não são pelas coisas que ela aprovou de negativo, mas exatamente pelas coisas que aprovou de positivo. Exatamente porque na questão do direito dos trabalhadores se conseguiu um mínimo de avanço é que estamos sofrendo as maiores críticas no sentido de que isto deveria ser coisa para a legislação ordinária e não para a Constituição.

Obviamente, conheço algumas figuras que têm feito críticas; obviamente, conheço alguns constituintes desse bioco dos duzentos e oitenta salvadores da Pátria. Sei que eles gostariam que a Constituição fosse apenas uma Constituição de princípios gerais; uma Constituição que dissesse que nenhuma criança pode passar fome, mas não determinasse a obrigatoriedade de dar comida; uma Constituição que dissesse que todos são iguais perante à lei, mas só o pobre desgraçado é que está preso e o rico continua roubando. Sei que eles gostariam què a Constituição fosse de princípios gerais para tudo ficar como está.

Essa história de se querer dizer que todos são iguais perante a lei, eu queria dizer a V. Ex.^{as}. que a democracia formal, defendida pela burguesia, não é democracia, é ditadura da minoria sobre a grande maioria que não tem a menor chance de participar.

Para terminar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer aos Srs. constituintes que não importa se existem duzentas e oitenta, ou trezentas, quatrocentas ou quinhentas e cinqüenta e nove assinaturas, o que importa é que houve uma regra do

jogo; determinada no mês de março, e essa regra vinha funcionando até conquistarmos algum avanço. A meu ver, tentar tripudiar sobre a sociedade com informações mentirosas, dizendo o quem está ganhando é a esquerda, e que o Centro Democrático está perdendo, é uma falácia; primeiro, porque muitos que assinaram o tal do documento do Centro Democrático não são democráticos; segundo, porque, na votação, tem ficado demonstrado que a Constituinte não está dividida entre direita ou esquerda; é sim entre homens de caráter, comprometidos com os interesses de 140 milhões, e pessoas sem caráter, preocupadas apenas com os interesses dos segmentos sociais que representam, notadamente os ligados ao poder econômico.

Para terminar, quero dizer o motivo que leva um povo a desacreditar esta Constituinte.

No mês de março, fiz um requerimento, aqui, nesta Casa, que foi aprovado pela Mesa no dia 30 de abril, pedido de informações sobre os critérios de concessões de rádio e televisão. Por incrível que pareça, lamentavelmente, pobramente, a Mesa da Constituinte, a Constituinte; a Comissão de Sistematização não tem sequer poderes para exigir que um ministro dê informação. A resposta detida que recebi, oito meses depois, foi a citação da lei que determina a concessão, dizendo apenas que os nomes das pessoas beneficiadas é algo muito difícil, e que vou ter que aguardar muito tempo ainda para receber essa informação.

Fiz outro requerimento pedindo que me fossem explicados quais os critérios que o presidente da CNTI foi escolhido para participar do Conselho Monetário Nacional, quando o movimento sindical, CUT e CGT, tinha indicado o diretor técnico do DIEESE, o prof. Walter Barelli. A resposta também é vazia, como vazia é a cabeça oca deste Governo, que diz que o Presidente da República tem poderes para escolher de acordo com a lei tal e escolheu. E eu não queria saber a lei, porque a lei eu poderia pedir a qualquer constituinte e saber qual era; eu queria saber quais os critérios políticos que levaram o Presidente da República a mentir para a sociedade, passando a falsa idéia de que os trabalhadores estavam representados.

Mais um minuto, Sr. Presidente, para dizer duas coisas sérias; primeira, o Tribunal reabre um processo contra o Deputado Brandão Monteiro, e isso é grave, porque a notícia da reabertura do processo contra o Deputado Brandão Monteiro se dá exatamente no momento em que os constituintes estão votando o Poder Judiciário.

Ora, eu não sou advogado, eu não tenho conhecimento jurídico, mas o mínimo de conhecimento político que tenho me leva a entender que a reabertura do processo contra o Deputado Brandão Monteiro é um aviso prévio para os constituintes: "Não mexam com o Supremo Tribunal Federal, não mexam com o Poder Judiciário, por que nós ainda temos muita força neste País".

E nós, efetivamente, queremos um Poder Judiciário não com força, queremos um Poder Judiciário autônomo, independente, queremos um Poder Judiciário que não seja corrompido, queremos um Poder Judiciário que não seja de classe, que não represente apenas os segmentos ricos da sociedade, mas que represente os interesses de 141 milhões de brasileiros. E se não bastasse isso, Sr. Presidente, a **Gazeta Mercantil** traz uma matéria hoje de que também vai ser reaberto o

processo contra o ex-Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, um processo que estava arquivado, desde 1984, agora é reaberto. Possivelmente, seja mais uma vez o poder econômico que determina as regras do jogo nessa sociedade, seja no Poder Judiciário, Legislativo e Executivo, que esteja tramando mais essa reabertura de processo.

Penso que na primeira sessão da Câmara, eu convocarei os constituintes para tomarmos providências; se eles não querem respeitar o Regimento Interno da Constituinte, eles terão que respeitar a decisão da Câmara dos Deputados, de não permitir que essas pessoas continuem a ser processadas, indo a julgamento. (Muito bem! Palmas.)

A SRA. BETH AZIZE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. BETH AZIZE (PSB – AM Sem revisão da, oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

À vista dos discursos de alguns Líderes nesta tarde, e de algumas denúncias aqui formuladas, eu diria, sem medo de errar, que a Nação está suspensa, e que o acordo, o pacto entre Governo é povo está completo e absolutamente rescindido.

Mas isso não ocorre em razão do trabalho daqueles que estão aqui, diariamente, enfrentando todos os feriados, para comparecer aos trabalhos da Comissão de Sistematização, que tem por objetivo concluir o mais depressa possível a futura Carta Constitucional que esta Nação tanto espera.

E fico profundamente angustiada e preocupada quando vejo que um grupo de Constituintes, em nome de uma falsa pretensão de querer participar dos trabalhos constituintes, quer exatamente tumultuar o andamento desta Constituinte; e principalmente quando argüi, e argüi de modo falso, que essa pretensão dos Constituintes que querem imediatamente mudar o Regimento da Assembléa Nacional Constituinte, ou apresentar um substitutivo para ser discutido e votado na Assembléa Nacional Constituinte, eu diria que aí está havendo uma inversão de valores, e na realidade não é este o propósito.

Dizer que os Constituintes que não participam da Comissão de Sistematização estão angustiados porque não estão podendo trabalhar também não é verdade, porque existem constituintes que não compõem a Comissão de Sistematização mas estão aqui todos os dias, acompanhando as votações para se inteirarem, com seriedade, dos trabalhos que a Comissão está fazendo. (Palmas.) Eu mesma não sou titular da Comissão de Sistematização, sou apenas suplente, e estou aqui todos os dias, para saber o que a Comissão vota, para saber o que vou discutir e o que vou votar, contra ou a favor, no Plenário da Constituinte. E existem aqueles que nem suplentes são, mas estão aqui acompanhando os trabalhos. E os Constituintes que quisessem trabalhar de verdade, para que pudéssemos agilizar os trabalhos não só da Sistematização, mas também para dar mos ao País uma Constituição séria e digna do seu povo, deveriam estar aqui, e não urdindo nos porões do Palácio do Planalto substitutivos para serem aqui impostos, como se fôssemos vacas

de presépio, para votarmos a Constituição que o Senhor Presidente da República quer.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Constituinte Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há poucos instantes, foi dada a palavra por V. Ex.^a ao Líder do PFL, Constituinte José Lourenço. O Constituinte José Lourenço falou em seguida a mim, que havia falado em nome do PC do B, e ao invés de tecer argumentos que não os tem, a respeito de idéias que nunca passou pela sua cabeça, resolveu descer o nível da discussão e fazer os mais solertos, os mais insidiosos, os mais baixos ataques a uma República Socialista, que é a Albânia, e as referências mais insidiosas, mais provocativas, mais grosseiras, do mais baixo nível ao Partido Comunista do Brasil, que S. Ex.^a não conhece, que jamais poderia conhecer.

Começou; somando as suas provocações à Albânia e ao PC do B, imediatamente recebeu a resposta enérgica, curta, porque eu não estava em condições de apartá-lo, porque S. Ex.^a falava pela Liderança, e, falando pela liderança, não poderia receber apartes, mas recebeu uma resposta curta, enérgica, pronta e verdadeira. Mentirosa, provocador, além de corrupto, porque sou baiano e sei bem a sua história.

Pois bem, Sr. Presidente, tinha eu posto as coisas nestes termos, que são os termos dignos de homem sério, acostumado a lutas complicadas, quando, de repente, se levanta de lá, com porte de gorila, um Deputado Constituinte que, à margem de qualquer tipo de atividade ou de método parlamentar, perante os olhos de V. Ex.^a e de todos os Constituintes, traiçoeiramente tenta agredir o Constituinte que ora lhes fala; partira de onde estava, com todo o seu rompante, sem emitir nenhuma palavra, porque palavra não sabe emitir, que tenha alguma racionalidade, e tenta-me agredir para calar a minha voz, não com argumentos, porque também não os tem, mas pela força que pensa ter.

Sr. Presidente, não quero aqui pedir providências a V. Ex.^a porque eu, comunista que sou, estou acostumado a travar lutas demoradas durante 10 anos na clandestinidade contra o regime militar; 3 anos na cadeia; 11 dias e 11 noites na cela sendo torturado, eu sei de quer forma se trava este tipo de luta, sei que isto não exige apenas um mero protesto formal.

Quando eu estava aqui e pedi a palavra para repelir esta agressão solerte, o Constituinte Ricardo Fiúza se retirou; agora retoma, retorna para ouvir o que tenho a lhe dizer, e o que tenho a lhe dizer é precisamente isto que agora repito.

Gostaria de acentuar, Sr. Presidente, para S. Ex.^a e para o Constituinte José Lourenço, que é um provocador barato lá na Bahia, que nós entendemos isto politicamente, que nós não achamos que este tipo de coisa é resolvida com métodos de força; muito mais força do que eles, teve a ditadura militar, durante 21 anos, matou muita gente, torturou muita gente e foi derrotada! E hoje está aí humilhada aos olhos do povo e não consegue ter uma voz alta.

Sei, Sr. Presidente, e gostaria de acrescentar que do ponto de vista político entendemos esse incidentes, essa raiva, esse embrutecimento, essa ruptura dos métodos parlamentares, nós entendemos isto sob o ponto de vista político com momento em que estamos vivendo. Estamos encaminhando nesta Constituinte para decidir coisas da maior importância. Vimos aqui uma mostra do que esses Parlamentares, que se sentem derrotados por esta Constituinte, porque pretendem usar a Constituinte para forçar a vitória de ponta de vistas antinacionais, antipopulares e antidemocráticos. E começam a perceber que vão ser derrotados seja na Sistematização, seja no Plenário por isso começam, Sr. Presidente, a enrijecer o seus métodos, começam a ameaçar, começar a tentar virar o jogo!

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que isso não acontecerá, que esse jogo será vitorioso pelas forças populares e, diga-se de passagem, usando os métodos que eles quiserem. Nós usamos o método da democracia, que é o método da defesa aberta das posições justas e populares, para garantir lá fora a vitória que aqui dentro nós conseguiremos, custe o que custar!

Era este, Sr. Presidente, o protesto que eu queria fazer e a afirmação dos princípios que eu queria emitir a V. Ex.^a (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Constituinte Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uso da palavra por ter sido citado.

Estou no desempenho do 5º mandato parlamentar. Fundei nesta Casa o Grupo Renovador da ARENA; defendi as teses nas quais acredito continuo a defendê-las. Fui relator de uma subcomissão cujo assunto ensejava, sem nenhuma dúvida, a exaltação dos ânimos. São todos os companheiros testemunhas de que, em nenhum momento, faltei ao respeito porque não tenho o cacoete cultural de achar que discordar de teses é ofensa pessoal. Procurei durante toda a minha vida parlamentar me pautar dentro do respeito e do procedimento parlamentar regimental.

Senhor Presidente, temos ouvido – e isso é um costume que se está arraigando – ofensas pessoais, ataques pessoais e repetirei as palavras que são anti-regimentais, mas foram ditas pelo Sr. Constituinte que me antecedeu Primeiro, nos classifica sempre de fascista, de reacionários de direita, como se eles estivessem com o monopólio da verdade, quando os fatos evidenciam exatamente o oposto.

Devo dizer, Sr. Presidente que tenho 48 anos; nesta Casa convivo com todos os matizes ideológicos, sou amigo fraterno de vários dos companheiros da esquerda mais acentuada, mas vou dizer de público, Sr. Presidente, numa ênfase e, mais do que isto, numa advertência: aos 48 anos sou quase avô, pai de quatro filhos, reagirei, darei o tratamento que receber, tratarei os companheiros com respeito e deles exigirei apenas o mesmo respeito. Não estou aqui para ser desmoralizado, não estou aqui para ouvir como ouvimos as palavras corrupto, ladrão e mentiroso, e tantas vezes quanto ouvir estas palavras, que não são ditas como parlamentar, tantas vezes reagirei, já que elas não são parlamentares, reagirei como ha-

mem e a minha razão será na medida direta e proporcional à intensidade do ataque!

Não estou aqui para desmoralizar ninguém, mas acreditam os exaltadinhos, os radicais, os estéricos, que eu não admitirei e reagirei à altura!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao Constituinte Celso Dourado.

O SR CELSO DOURADO (PMDB – BA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos, neste País, vivendo o momento decisivo da história do nosso povo; acho que nunca o Brasil teve uma hora tão cheia de oportunidades, com tantas expectativas, com tantas esperanças alimentando o nosso povo, quanto neste momento.

Mas, Sr. Presidente, preocupa-me demais nesta hora um certo desânimo, um certo pessimismo, um certo emocionalismo que se abate, que cai sobre muita gente, que não pretende neste momento transferir lideranças que têm a grande responsabilidade de comunicar ao nosso povo a esperança, a certeza de que este País pode superar esta hora.

Estamos em Assembléia Nacional Constituinte, democrática, eleita pelo nosso povo, onde estão representados todos os setores da sociedade. Felizmente, nesta hora, até mesmo aqueles considerados fora da lei, os partidos comunistas, estão presentes nesta Assembléia, estão presentes na Comissão de Sistematização. E lutamos sempre por isso, porque entendemos que, se há brasileiros comunistas, eles devem ter os seus representantes no nosso Congresso e devem ter os seus Partidos reconhecidos e legalizados. Felizmente, estamos vivendo este momento.

Mas, Sr. Presidente, nesta hora, quando um grupo se apresenta como Maioria, dentro da Assembléia Nacional Constituinte, eu gostaria de chamar a atenção para a grande responsabilidade da Maioria. Acho que, se essa Maioria é conseguida dentro da Assembléia, pode ser perfeitamente legítima, mas cai, sobre ela, uma grande responsabilidade. E nosso povo está atento; nosso povo está acompanhando cada passo, para saber o que essa Maioria pretende fazer, porque a história deste País é marcada pelo comportamento dessa mesma pretensa Maioria, que empurra, sempre, uma grande maioria para a miséria.

Senhor Presidente, termino as minhas palavras, dizendo que esperamos que o trato entre colegas Constituintes seja de responsabilidade democrática, de respeito mútuo. Conheço o colega Constituinte baiano Haroldo Lima e sei que o seu discurso é veemente. Conheço mesmo, até, o ritmo de suas palavras; conheço-o no trato pessoal e sei da sua responsabilidade de cidadão brasileiro. Ainda que use palavras veementes, S. Ex.^a sabe, perfeitamente, cumprir o seu papel.

Aproveito o momento para dizer que, nesta hora, não tenho dúvida de que o Constituinte Haroldo Lima pretende continuar cumprindo o seu papel, com responsabilidade, com respeito aos colegas, mas com veemência devida para com bater aquilo que S. Ex.^a acha que precisa ser combatido, e defender as teses que pretende defender. Ainda que possamos não concordar com essas suas teses, temos que permitir esse espaço.

Essa Maioria que se apresenta nesta hora, dizendo-se Maioria, deve saber da sua grande responsabilidade perante o nosso povo, perante a História, para dizer a esse povo que é possível marchar, que é possível ir à frente. Que cada um tenha a responsabilidade de dizer ao povo que marche, para superar os seus problemas, para superar as grandes dificuldades que caem, que arrasam a vida do nosso povo. Há, nesses 70% de pobreza, milhões que vivem, realmente, na mais extrema miséria do mundo.

Esta é a nossa grande responsabilidade. E a Assembléia Nacional Constituinte foi convocada e eleita para, realmente, fazer leis justas que possam ajudar o nosso povo a superar esses grandes problemas.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresentam proposições os Srs. Constituintes:

ARNALDO FARIA DE SÁ: – Requerimento de Informações ao Ministério dos Transportes sobre matéria paga inserida na imprensa sobre Imposto único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos Gasosos.

AMARAL NETTO: – Requerimento de Informações ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República sobre inquérito da Secretaria da Receita Federal e do Departamento de Polícia Federal a propósito da importação irregular de máquinas pela Metalúrgica Rheem Empreendimentos Comerciais e Industriais S.A.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Passa-se ao horário de

VII – PRONUNCIAMENTOS SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL

Tem a palavra o Sr. Constituinte Jorge Hage.

O SR. JORGE HAGE (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente: Havíamos nós...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Solicito ao orador desculpas e peço ao Plenário atenção, porque existe um orador na tribuna. Se alguns quiserem manter conversa paralela, que o façam fora do plenário, em respeito ao Constituinte que ocupa, neste momento, a tribuna.

O SR. JORGE HAGE: – ...havíamos esboçado um roteiro de pronunciamento e havíamos feito algumas anotações, pois pretendíamos comentar e analisar, com os Srs. Constituintes, o significado real de toda a celeuma que envolveu, nos últimos dias e semanas, os nossos trabalhos e que hoje foi aberto do pronunciamento do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, promovendo novas alterações no nosso cronograma de trabalho.

Podia eu dizer-lhes que entendo que toda essa celeuma causada em torno do substitutivo que está sendo produzido pela Comissão de Sistematização e o repentina e recente empenho de certos setores em alterar as regras do jogo do trabalho de elaboração constitucional, na verdade, repre-

sentam nada mais, nada menos, uma maneira de tentar promover um retrocesso na Assembléia Nacional Constituinte. Hoje, entretanto, neste final de tarde, o que aqui assistimos, neste Plenário, só aumenta, só redobra, só aprofunda a nossa interpretação e a nossa preocupação. É evidente, é claro, é transparente que existem setores que pretendem melar o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, tumultuando, encontrando motivos e pretextos para alterações das regras do jogo, ou quem sabe, para a virada completa e total da Mesa. Tudo isso porque aqui se verificaram alguns avanços e, como já foi dito por outro orador que aqui me antecedeu, avanços absolutamente moderados, avanços relativos nas conquistas sociais dos direitos dos trabalhadores e nos direitos e garantias individuais sobretudo; mas nenhum avanço revolucionário, nem um passo mais ousado, nenhuma medida que pretendesse sequer aproximar-se dos limites do sistema econômico capitalista, no qual está fundada a sociedade em que vivemos. Não! Muito ao contrário, medidas, todas elas, capazes unicamente de ajudar a viabilizar a modernização do sistema capitalista em que vivemos.

Assim é, Sr. Presidente, que, tendo em vista os fatos mais recentes aqui ocorridos e que redobram as nossas preocupações e que me fazem, neste momento, como não poderia deixar de fazê-lo, solidarizar-me com o companheiro Haroldo Lima, do Partido Comunista do Brasil, da Bancada baiana uma vez que o companheiro se encontrava no microfone de apartes, no exercício absolutamente legítimo e normal da sua atividade parlamentar e ali, diante do microfone de apartes, foi tia de uma agressão física. Seria absolutamente desnecessário examinar mais qualquer coisa. Se deixarmos prevalecer aqui, como regra de trabalho, como norma aceita ou que conte sequer com a complacência desta Casa, que o Constituinte, diante do microfone da tribuna ou dos apartes, dizendo o que esteja dizendo, possa ser vítima de uma agressão ou ter as suas palavras contraditadas através da força física, melhor será fecharmos, imediatamente, esta Casa e irmos para as ruas, irmos para a disputa na força. E não é isso o que os setores democráticos estão propondo fazer nesta Assembléia Nacional Constituinte. Estamos, aqui, todos, há oito ou nove meses, numa luta ingente, dura, empenhada e difícil, mas na qual, em nenhum momento se quer, nenhum representante, dos setores democráticos, já nem digo progressistas, desta Casa...

O SR. FRANCISCO KÜSTER: – V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. JORGE HAGE: – ...procuraram um recurso ou a pregação de qualquer outro método de avanço das suas idéias, que não a sua pura e simples defesa dentro do Parlamento, nas praças, nos palanques e nas ruas.

De modo que, Sr Presidente, entendi e entendo que o incidente de hoje deve ser obviamente superado, mas não esquecido, como se nada tivesse ocorrido, porque vamos ter batalhas parlamentares muito mais sérias, esperamos nós, no plenário, a partir da próxima semana, e, ou estamos todos preparados para o jogo democrático, ou então esta Casa não chegará a bom termo nos seus trabalhos.

O SR. JORGE HAGE: – Concedo o aparte ao Constituinte Francisco Küster.

O SR. FRANCISCO KÜSTER: – Nobre Constituinte, o meu aparte é para cumprimentá-lo e dizer que o que ocorreu há pouco, a agressão, as vias de fato, quando um deputado progressista colocava as suas idéias, as suas posições, retrata, com muita nitidez, o desespero daqueles que tentaram usar os militares para um golpe. Não lograram êxito. Os milhares não se motivaram pelo apoio, pelo incentivo dado por essa gente. Tentaram eles outros artifícios para fazer abortar o avanço dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e, com isso, impedir que se faça uma Constituição, como bem disse V. Ex.^a, que está avançando pouco, mas está tendo algum **handicap** para o Brasil e para os brasileiros.

Eles queriam que a nova Constituição estivesse à altura da atual, ou pior, porque com isso eles preservariam o **status quo** vigente e resguardariam os seus interesses, os seus privilégios. Mas o desespero é tamanho que daqui para frente não me causará espécie e surpresa, meu caro Constituinte Jorge Hage, se outras escaramuças porventura ocorrerem aqui neste Plenário. Haveremos de fazer prevalecer a força da razão e da fidelidade aos princípios programáticos, a vontade do nosso povo e da nossa gente, contra a força da ignorância e do golpismo destes que aí estão, travestidos de centristas, que outra coisa não são senão os entreguistas, os impatrióticos vendilhões da nossa Pátria. Receba, meu caro Jorge Hage, o nosso apoio ao pronunciamento que faz mas, em contrapartida, estejamos todos nós aqui, prevenidos e, plagiando até o chavão da caserna, de prontidão, para defender o Brasil, para defender o País e o povo, desses que querem golpear através de um golpe sub-reptício, aqui, na Comissão de Sistematização e também no Plenário. Temos que colocar com absoluta clareza; quem está do lado de quem? Quem está a favor dos interesses internacionais, que nos exploram, e quem está a favor do Brasil e dos brasileiros? Eu acho que por aí, por este caminho, eu já disse, vamos deixar de lado esta história de centro, de direita, de esquerda. Vamos fazer a Constituição que o Brasil quer, vamos fazer a Constituição que os trabalhadores merecem, vamos fazer a Constituição que nós prometemos em praça pública, malgrado aqueles que assumiram um compromisso progressista em praça pública e que, hoje, tentam golpear, da forma mais vil, os avanços, minguados, é verdade, mas os avanços que estamos tendo. Meus cumprimentos, Deputado.

O SR. JORGE HAGE: – Muito obrigado, Constituinte Francisco Küster. O seu aparte enriquece o nosso pronunciamento.

Dizia eu, Sr. Presidente, – e quero refrisar – se tivesse sido aqui aprovada pela Comissão de Sistematização a emenda chamada popular do empresariado gaúcho, vamos fazer aqui um faz-de-conta, Sr. Presidente, se aqui tivessem sido aprovadas as 48 horas de jornada de trabalho vamos supor, Sr. Presidente, que aqui não tivesse sido aprovado o pagamento em dobro das horas extras do trabalhador, vamos supor, Sr. Presidente, que não tivesse sido aprovada a licença-gestante de 120 dias; vamos recuar um pouquinho mais no tempo, e supor que não foi aprovado o **habeas data**, nem o mandado de injunção,

nenhuma das conquistas dos direitos individuais ou dos direitos do trabalhador. O que seria, hoje, o cenário deste plenário ou da Comissão de Sistematização?

Absolutamente diverso do que pretende a direita hoje fazer, virando a mesa, como está tentando nos últimos dias. O Regimento seria uma beleza, uma obra-prima, uma perfeição, e nós todos estariamos sendo instados a respeitar as regras do jogo e a não ter a pretensão insana, e louca de agora, nove meses depois, imaginem, querer alterar aquilo que todos nós juntos aprovamos aqui festivamente, aplaudindo, em fevereiro ou março. Nós estariamos todos sendo instados e conclamados a nos comportarmos direitinho e bonitinho, dentro das normas regimentais, porque isso seria de absoluto bom-tom e de absoluta exigência do comportamento parlamentar. E ai da esquerda se pretendesse alterar alguma coisa, logo seria chamada de golpista, radical, adia, a querer subverter a ordem das coisas.

No entanto, foi aprovada a garantia do emprego, foi aprovada a hora-extra em dobro, foi aprovada uma tímida redução de 4 horas na jornada de trabalho. Foram conseguidos alguns avanços, então, o quadro é o que estamos aqui assistindo. Mas ao time que está ganhando não interessa o tumulto; a nós, ao povo brasileiro, que está tendo reconhecidos alguns mínimos e elementares direitos, reconhecidos hoje em democracias de grande porte, como a do Uruguai, da Colômbia, da Argentina e da Venezuela – não vou ousar falar nas europeias – para este povo interessa que o jogo chegue ao seu final. E nós vamos aqui defender nada mais, nada menos, do que a manutenção e o respeito às regras do jogo; ao Regimento da Assembléa Nacional Constituinte, aprovado aqui por todos, inclusive os que hoje se rebelam contra ele.

Agora, também é muito clara uma contingência. A momentânea convergência de interesses que se deu nos últimos dias, e já começa a se desfazer entre essa direita que quero retrocesso dos direitos conquistados, e uma outra coisa que nada tem a ver com ela, que são os defensores do presidencialismo, que representam a visão do atual governo da transição. Esta momentânea convergência de interesses, vai se desfazer e já está sendo desfeita e, hoje, já tivemos inúmeras declarações de Constituintes que assinaram ou que pretendiam assinar o famoso documento de alteração regimental, e que já recuam, como também coincidências de interesses e costura de interesses até individuais, deste ou daquele autor de uma emenda, que passa a se interessar pelo empreendimento conjunto de alterações da regra regimental, desfaz-se no momento seguinte.

O SR. MOEMA SÃO THIAGO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Eu solicitaria ao orador e ao aparteante a interrupção, pela necessidade, de acordo com o art 34, § 9º, prorrogar a sessão pelo tempo necessário.

O SR. JORGE HAGE: – Concedo o aparte, com satisfação, à nobre Constituinte Moema São Thiago e, logo em seguida, ao Companheiro Nelton Friedrich.

A SR. MOEMA SÃO MAGO: – Companheiro Jorge Hage, eu gostaria de concordar com a sua análise sobre os avanços que estão sendo dados na Comissão de Sistematização, e discordar das análises de alguns, que colocam esses avanços como os avanços demais, em demasia, avanços de esquerda ou avanços socializantes. Na verdade, essas são bandeiras liberais, são bandeiras que outros países conquistaram há 200 anos e muitos dos que aqui professam a fé do liberalismo deveriam entender que se o liberalismo hoje é hasteados em países como na Inglaterra, isso é possível, porque exatamente no começo do século essas mesmas bandeiras, que hoje nós estamos assegurando na Comissão de Sistematização, foram asseguradas na década de 20, na década de 30, na Inglaterra e em outros países. E quando se fala em democracia e quando se quer se afirmar como democrata não é simplesmente uma pregação da democracia em termos políticos. Democracia é, sobretudo, a democracia econômica e democracia social. Portanto, não acredito, realmente, que nós estejamos – e eu sou socialista tenho certeza que não sairemos desta constituinte com uma Constituição socialista, mas sim com uma Constituição democrata que vai avançar para que, no futuro, seja o povo brasileiro realmente decidir se vai querer ser socialista como eu sou e outros companheiros são. Mas essas são bandeiras que estão sendo asseguradas, e são bandeiras, justamente, nada mais do que bandeiras democratas, bandeiras de democracia, porque democracia é econômica, é política e, sobretudo, é justiça social. Obrigada.

O SR. JORGE HAGE: – Agradeço e endosso a manifestação da Constituinte Moema São Thiago e quero dizer-lhe que Imagino que o que é de melhor.

O SR. PRESENTE (Arnaldo Faria da Sá – Fazendo soar a campainha.): – V. Ex.^a tem três minutos para cumprir seu tempo.

O SR. JORGE HAGE: – Pois não... poderá sair desta Constituição, Companheira Moema São Thiago, será única e exclusivamente a modernização do sistema capitalista que está aí. Nada mais do que isso. O que nós estamos, com tanto afisco, logrando fazer é a modernização e a viabilização de um capitalismo que não seja selvagem, pré-histórico como é o nosso do Brasil.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JORGE HAGE: – Com muito prazer ouço V. Ex.^a.

O SR. NELTON FRIEDRICH: – Serei breve, ilustre Constituinte, para me inserir no raciocínio perfeito, com profundidade, que V. Ex.^a faz, nesta tarde, e no momento oportuno.

E a minha inserção é exatamente nesta situação em que nós apenas estamos tentando não mais permitir que o capitalismo selvagem permaneça entre nós. Por isso eu, que tenho uma posição clara, acho que a questão não se divide entre esquerda e direita, até porque, no Brasil, boa parte da esquerda é centro-esquerda, o centro é centro-direita e a direita está na Idade Média. O que se estabelece na Assembléia Nacional Constituinte é a divisão entre os que querem algumas mudanças e os que não querem mudanças. Esta é uma cantiga

de longos anos, de velhos tempos. Vou-me reportar, até bem rapidamente que, quanto aos direitos sociais, por exemplo, a reação foi a mesma, quando da libertação dos Escravos, em que afinal de contas se dizia: "Eles não estão preparados para a libertação". A mesma proposta se fez, quando do 13 salário, que se dizia, então, que levaria o caos ao setor produtivo deste País. Quero concluir este meu aparte, reportando-me à FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – que tem seus brilhantes representantes nesta Casa. Quando a FIESP analisava a situação dos quinze dias de férias, fez um memorial ao Governo brasileiro, em 1926, dizendo da sua preocupação, em que esbravejava e vociferava contra quinze dias de férias, nos seguintes termos:

"...que fará um trabalhador braçal durante 15 dias de ócio? Ele não tem o culto do lar, como ocorre nos países de padrão de vida elevado. Para nosso proletariado, para o geral do nosso povo, o lar é um acampamento – sem conforto e sem docura. O lar não pode prendê-lo e ele procurará matar as suas longas horas de inação nas ruas. A rua provoca com freqüência o desabrochar de vícios latentes e não vamos insistir nos perigos que ela representa para o trabalhador inativo, inculto, presa fácil dos instintos subastemos que sempre dormem na alma humana, mas que o trabalho jamais desperta."

Faço este registro "FIESP, Memorial de 1926, contra 15 dias de férias". Esse registro, há que se fazer, quem sabe, no futuro, quando se analisar os que se dizem de Centro Democrático e os direitos dos trabalhadores na Constituinte de 1987. Muito obrigado.

O SR. JORGE HAGE: – Muito obrigado ao companheiro Nelton Friedrich.

Não se esqueça V. Ex.^a de que, quando se aboliu a escravidão no País, também se disse que seria arruinada a economia desta Nação. Por isso, impunha-se e justificava-se a manutenção do trabalho escravo. Não precisamos de mais nada. Permito-me discordar do companheiro apenas num ponto: quando V. Ex.^a disse que a distinção na Constituinte é entre os que querem algumas mudanças e os que não querem mudança alguma. A meu ver, há uma terceira categoria: a dos que querem mudança para trás. Veja V. Ex.^a o que está sendo tentado por exemplo, na área da saúde pública (O Sr. Presidente faz soar a campainha) Vou concluir, Sr. Presidente. Há os que entendem que estamos, no Brasil de hoje, caminhando ou já atingindo um excessivo grau de estatização na prestação dos serviços de saúde e que é preciso uma guinada privatizante nesta área.

Veja V. Ex.^a, o que está ocorrendo, por exemplo em determinadas áreas da aposentadoria, do tempo de aposentadoria especial, quando se pretende cassar conquistas que já estavam inscritas na legislação, no Direito Positivo de hoje, como a aposentadoria especial dos professores, então, há, também, Companheiros, os que querem mudanças para trás. Infelizmente, não há apenas os que querem a manutenção do **status quo** e dos que querem mudar.

Sr. Presidente, conluso, lamentando não poder mais, V. Ex.^a não me permite pelo tempo, já o sei, conceder o aparte que gostaria de dar à Constituinte Anna Maria Rattes, dizendo que estou ab-

solutamente seguro de que a união, a unidade que se conseguiu, das chamadas 200 assinaturas, não se sustenta, e não se sustenta, porque no bojo dos Constituintes que ali assinaram, a demais dos casos dos que foram ali induzidos a erro e que aqui já foram desmascarados, além disso, há aqueles que foram atraídos por um interesse momentaneamente convergente, mas que em nenhum momento darão, aqui, respaldo e suporte às propostas retrógradas e reacionárias do núcleo iniciador desse movimento, que foi o núcleo eminentemente direitista, conservador e retrógrado que envergonha esta Assembléia, que deveria ser do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, antes de entrar no debate colocado pela discussão na elaboração do texto constitucional, eu gostaria de manifestar, aqui, a nossa total solidariedade e o nosso total apoio a um Companheiro de Partido, ao Prefeito de Diadema, Companheiro Gilson Menezes, que está usando o recurso extremo da luta para arrancar uma reivindicação básica para a população de Diadema, negada pelo Governo do Estado de São Paulo. O Prefeito de Diadema está realizando uma greve de fome para conseguir dobrar o Governo do Estado de São Paulo, no sentido de que seja construída uma usina de lixo naquela cidade. Eu quero aqui expressar o nosso total apoio e a nossa total solidariedade ao Companheiro Gilson Menezes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, nós estamos nesta tarde discutindo algumas questões que alguns Constituintes têm levantado sobre a truculência ou o conservadorismo no tratamento de alguns pontos do texto constitucional, particularmente no que diz respeito aos direitos sociais. Nós, como pessoas de um pensamento de esquerda, de um pensamento socialista, precisamos aprofundar o que está por trás desse grande alarido nacional em relação a algumas conquistas na elaboração do texto constitucional.

O grande problema que revela essa crise é exatamente uma questão de fundo que eu considero básica na ofensiva do empresariado brasileiro que, segundo a imprensa, fará uma reunião nacional amanhã e prepara uma grande ofensiva contra os direitos sociais que já foram aprovados, buscando preservar os seus interesses da ordem econômica.

É que a burguesia brasileira, a classe dominante brasileira, a elite brasileira, formou-se historicamente no passado e no presente, como uma das classes mais retrógradas, mais reacionárias. Vou dar aqui alguns exemplos que os nobres Constituintes já relataram. Vejam bem o que está por trás daquele fato histórico quando a Abolição foi proclamada, politicamente, o trabalho escravo era inviável economicamente há 50 anos. A própria metrópole imperialista da época já recomendava a abolição do trabalho escravo e, inclusive, tomou medidas legais para proibir o tráfico negreiro. E há pronunciamentos de José de Alencar, dos Senadores da época dizendo que aquilo era subversão da ordem, que aquilo era o comunismo, que aquilo era o bolchevismo porque, na época, estava muito em moda o avanço do movimento

socialista na Europa. E as metrópoles já recomendavam a abolição do trabalho escravo.

Quando a República foi proclamada em 89, o que é que nós tivemos? Duas décadas de uma República Velha, em que a burguesia brasileira, as elites brasileiras não incorporaram a República no sentido de liberdade política. Era o voto de curral, era o voto de cabresto, era o coronelismo, era exatamente o voto a bico de pena. Quando nós tivemos a modernização do Estado brasileiro com o movimento de 30, que eu não chamo revolução, o que é que nós tivemos, de 30 até hoje? Exatamente uma junção do conservadorismo político, do conservadorismo ideológico e a mistura de relações econômicas, de relações de classes extremamente arcaicas, convivendo com relações modernas. O capitalismo brasileiro foi incapaz de fazer qualquer reforma no campo. Mesmo na indústria, onde existe uma relação capital-trabalho, como é que tratam as greves? Como caso de polícia.

Esse pensamento autoritário, repressivo, truculento, está na origem, está na medula da classe dominante brasileira. E quando vamos discutir, no texto constitucional, as relações de toda a sociedade, globalmente, mesmo a classe dominante tendo maioria nesta Constituinte – e tem, não vai passar aqui um projeto de Constituição socialista – bem que eu queria; não vai passar aqui a socialização no que diz respeito ao direito de propriedade; não vai passar nada que mexa com as relações de poder – cria uma grande paranóia nacional com a ameaça do socialismo versus livre iniciativa.

E os mesmos líderes – eu chamo a atenção de V. Ex.^{as}, os grandes líderes da iniciativa privada, que fizeram grandes discursos aqui – eu nunca cito nomes de constituintes, mas nesse caso vou citar, não para atacá-los pessoalmente mas para chamá-los ao debate – como o nobre Constituinte Afif Domingos, o nobre Constituinte Delfim Neto, o nobre Constituinte Francisco Dornelles, o nobre Constituinte Roberto Campos, que defendem a livre iniciativa, não fizeram uma crítica quando o Estado investiu dinheiro na Transbrasil. O Estado jogou dinheiro na Transbrasil! Aí, nesse caso, o Estado não tem problema.

Culpa-se o Estado, critica-se o Estado para cortar as verbas para a previdência, para a saúde, para a educação. Na hora em que o Estado precisa subsidiar o capitalismo, aí o Estado é bem-vindo. Portanto, mesmo em terreno de livre iniciativa, essa burguesia cresceu e se alimentou nas tetas do Estado, porque ela não foi capaz de viabilizar um projeto próprio de capitalismo da livre iniciativa. Portanto essa burguesia não defende a livre iniciativa. E eu faço esse desafio – certamente esses constituintes estão ouvindo – para que venham fazer esse protesto, para que venham fazer essa denúncia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ GENOINO: – Concedo o aparte ao nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – O nobre Constituinte José Genoino falava de verbas agora, e eu trago uma notícia que certamente vai envergonhar esta Casa. Hoje pela manhã – e ontem – votávamos o Poder Judiciário. Quando o ex-Ministro Raphael de Almeida Magalhães gastou

aproximadamente 100 milhões de cruzados em publicidades laudatórias, eu procurei a Justiça Federal para tentar impedir o pagamento. Na primeira ação, o juiz disse que faltava legitimidade ao autor; na segunda ação, uma ação popular, depois de diversas tergiversações, o juiz negou a liminar, dizendo que o dinheiro gasto, aproximadamente 100 milhões de cruzados, era muito pouco em relação ao orçamento da Previdência Social e, por isso, ele não podia conceder a liminar. Veja, nobre companheiro José Genuíno: tentamos fazer alguma coisa e o Judiciário, em conluio com o Executivo, não nos permitiu que alguma coisa fosse feita. E o dinheiro do contribuinte foi gasto. Além da Previdência, há aqui o DNER também, já com cinco publicações da imprensa, matéria paga, pressionando a Constituinte para manter o imposto vinculado ao DNER. E nós estamos entrando com requerimento de informações para saber quanto foi gasto e quem pagou esse dinheiro, porque esse dinheiro é todo do povo brasileiro. Eu não sei se a Justiça fará alguma coisa, mas certamente não irá dar bola ao que está acontecendo e não adianta nós continuarmos aqui, gritando e esbravejando, quando não conseguimos aprovar destaques que vão permitir que possamos fiscalizar a Justiça. A Justiça está falida e a Constituinte não faz nada. É duro, companheiro mas era esse o registro com que atrapalhei o pronunciamento de V. Ex.^a.

O SR. JOSÉ GENOINO: – Em absoluto! O aparte de V. Ex.^a enriquece o meu pronunciamento; incorporo-o nele e peço todo o meu apoio a iniciativa de V. Ex.^a.

Continuando, Sr. Presidente, o debate dos temas constitucionais já produziu efeito positivo. Uma sociedade, depois de 20 anos de governo autoritário, de governo militar, uma sociedade despolitizada por força da censura, do medo e do terrorismo estatal, uma sociedade em que as elites costuraram uma transição lenta, para demorar muito, segura para não mexer no interesse de ninguém e gradual, para ir por partes, essa sociedade extremamente dominada por esse conservadorismo, de uma hora para outra a Assembléia Nacional Constituinte, pela sua função, pela sua natureza, coloca em debate todas as relações da sociedade, coloca em debate o Poder Judiciário, coloca em debate as relações de propriedade, coloca em debate os direitos individuais, os direitos coletivos, coloca em debate o papel do aparelho militar do Estado, coloca em debate o sistema de governo, coloca em debate toda a sociedade, uma sociedade adormecida pela despolitização, uma sociedade governada por uma minoria que tem um debate político, uma minoria, que é a classe dominante, que não se educou através do debate, através da luta de idéias é evidente que esse foro de politização das relações da sociedade acaba se transformando num adversário, num obstáculo.

O ideal para as elites brasileiras – e já teve gente que defendeu isso aqui e na imprensa – é uma Constituinte feita por pouca gente, de preferência outorgada, baixada de cima para baixo, na base da linha vertical do autoritarismo centralizador do Estado.

Portanto, a democracia tão alardeada pelas elites brasileiras, é uma democracia de fachada por que na hora de se democratizar as relações de

classe com o Estado – e não estamos abolindo o Estado que representa os interesses dos patrões – essa burguesia grita, porque os Srs. Constituintes viram a proposta feita: vamos fazer uma Constituinte com pouca gente, cerca de 150 pessoas fazem uma constituinte; vamos fazer uma constituinte com juristas. Houve até juristas de nome nacional que disse que uma constituinte não pode ser feita por representantes de favela. E eu aqui não estou atacando só a direita.

O ilustre Constituinte Sobral Pinto disse: como uma Constituinte pode ser séria se tem representante favelado? As elites brasileiras não querem que a Constituinte reflita o suor do povo, o cheiro do povo, a tensão da rua, a paixão das multidões. Ela quer uma constituição sem vida, sem carne, sem sangue; uma constituição que seja o ar gelado do burocratismo dos gabinetes onde não existe vida; mas apenas a burocracia e a frieza do pensamento jurídico de direita.

Na hora em que trazemos aqui movimentos populares nas Comissões Temáticas, na hora em que promovemos audiências públicas, na hora em que trazemos emendas populares, que chegaram a 13 milhões; na hora em que se traz aqui a CUT, a CGT e outras entidades, isso é considerado subversão da ordem, porque essas elites têm um pensamento, uma matriz petrificada pelo conservadorismo secular que vem desde o período colonial. E essa a crítica radical que temos que fazer.

O SR. RUY NEDEL: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ GENOINO: – Assim que concluir meu raciocínio. Porque os Srs. Constituintes estão vendo: o que a esquerda está fazendo aqui? Quisera, oxalá, que a esquerda fosse maioria nesta Constituinte. Oxalá que o pensamento de esquerda fosse maioria, quisera que o fosse, mas não é. O alarido contra a estabilidade. Vejam bem, isso está incorporado nas Constituições modernas! O alarido contra o período de licença de 120 dias para gestantes, hora extra paga em dobro, o alarido contra o direito de greve – é absurdo colocar-se as coisas nesses termos – e o alarido contra alguns direitos individuais que consagra como no caso da abolição da censura, da conceituação da tortura, da soberania dos direitos populares inclusive, da participação popular, que timidamente conseguimos aqui, com a conquista de espaço político, para continuarmos a luta, aí sim, a luta por uma transformação profunda da sociedade, o que não está ocorrendo aqui.

O nobre Constituinte Nelton Friedrich falou com muita razão, a burguesia devia estar gritando, se estivéssemos aqui aprovando a estatização dos bancos, se aqui estivéssemos aprovando uma reforma agrária que delimitasse o tamanho das terras. Mas não é isso, pelo amor de Deus, que o senso comum, que a inteligência brasileira rompa a mediocridade do obscurantismo secular que apavora tanto os representantes das nossas elites, que aquela modernidade do prédio da FIESP não seja uma modernidade da pirâmide dos tempos passados, porque parece que aquela modernidade física não chegou na cabeça do Presidente da FIESP, Mário Amato, que dirige um complexo, que dirige o maior centro industrial de São Paulo, onde as relações nas empresas já impõem 44 horas, 43 horas, mas não se pode colocar no

princípio constitucional, não se pode colocar na organização do Estado. Eles podem até conceder na empresa, é mais ou menos como no caso da escravidão, em que libertam-se os escravos, mas proclamá-lo politicamente é um risco, porque ideologicamente há esse conservadorismo. E nós socialistas precisamos fazer uma crítica a este pensamento, precisamos explicitar para o povo brasileiro, criar um movimento de opinião pública para essa crítica pontual e clara a esse pensamento obtuso na relação do mundo moderno. A modernidade coloca a necessidade de que sociedade recebam um ar diferente, que se abram alguns canais para que as veias que pulsam a sociedade, que são as veias da luta de classe não estejam entupidas pela ação violenta que a burguesia brasileira sempre aprendeu quando surge a relação entre capital e trabalho. Aí sim, o Estado vem com a baioneta, com a prisão resolver as contradições. Ela não resolve na greve, ela não resolve na negociação, ela não resolve na rua. Aí vem o Estado, o Estado que é criticado aqui como cartorial, mas na hora de resolver o conflito de classe, seja bem-vindo Estado, resolva os nossos problemas! E no dia em que é preciso um empréstimo para salvar alguma empresa, bem-vindo Estado! Mas, na hora do Estado aplicar na Educação, na Saúde e na Previdência, sai daí Estado, Estado cartorial, que não presta, que domina tudo! Este é o pensamento da burguesia brasileira.

E vou concluir esta parte para conceder o aparte ao nobre Constituinte. O inicio do crescimento do capitalismo no Brasil, deu-se no Estado Novo e a burguesia apoiou. Por quê? Porque Getúlio Vargas dava a sustentação econômica e política para viabilizar o capitalismo nacional, inclusive criando companhias nacionais para viabilizar os empreendimentos privados. A exceção foi a época de Juscelino Kubitschek.

O Segundo período de crescimento, o milagre de Delfim Netto, foi no Estado autoritário. E qual a proposta do grande economista da burguesia brasileira, Mário Henrique Simonsen? É um plano econômico que, para ser executado, tem que haver violência. O plano econômico de Simonsen, exposto na revista *Veja*, não pode ser executado com a CUT, com a CGT, com liberdade sindical. Para ser executado tem que vir, novamente, censura, prisão, algum tipo de AI-5, porque essa é a necessidade que o capitalismo tem para reproduzir a mais-valia, o que, no Brasil, não é a mais-valia relativa, mas a mais-valia absoluta, para satisfazer, na divisão internacional do trabalho, os interesses estratégicos do capitalismo internacional. Essa é a questão de fundo que está posta no debate constitucional, no terreno dos direitos sociais.

Na África do Sul, a burguesia não tem escrúpulos negro, matamos! Aqui, no Brasil, só houve um Presidente que falou a verdade: "prefiro o cheiro do cavalo do que o do povo" A burguesia brasileira pensa assim. Esse negócio de povo mal vestido! Pobre? Pobre é para morrer, é para trabalhar. Dar escola, dar saúde, é demais!

Esse é o pensamento que temos que desnudar. Temos que fazer um debate politizado dessas idéias, para ir à rua, para desmascarar essa direita que está reciclando discurso, como o Presidente da UDR, como a grande figura da direita empresarial, o empresário Affif Domingues. É uma direi-

ta que procura reciclar, mas que não vai à essência dessa formação retrógrada a da burguesia brasileira, que está se apavorando com a Assembléa Nacional Constituinte que ela convocou, em que ela tem maioria e na qual ganhou a eleição.

Pois não, nobre Constituinte Ruy Nedel.

O SR. RUY NEDEL: – Nobre Constituinte José Genoíno, gostaria de dar um rumo um pouco diferente ao raciocínio que V. Ex.^a, com tanta habilidade e conhecimento – tem apresentado. Hoje, nós passaríamos a votar na Assembléa Nacional Constituinte primeiramente o preâmbulo, Título I e Título II. Gostei do trabalho da Comissão de Sistematização, para isso tive tempo de fazer uma avaliação, não era intenção minha passar três dias discutindo se permanece ou não o nome de Deus nos preâmbulos. Agora, assim debaixo do tapete, entrou o Título III, a maioria só chegou a saber do prazo para os destaques, depois que havia se esgotado o prazo para apresentação dos mesmos. E é nesse raciocínio, que estamos – e há um certo temor porque houve uma ameaça, através de assinaturas da maioria, de que poderiam, eventualmente, mudar todo o projeto da Constituinte – que quero deixar um alerta: o que foi feito para com os Constituintes que irão ao plenário, que não são da Sistematização, foi uma afronta e uma provocação. Não se faz isso, porque V. Ex.^a falou muito bem, este anteprojeto deve ser fruto da nossa representatividade de toda a massa social do eleitorado brasileiro e essa legítima representatividade vai estar toda no Plenário.

O SR. JOSE GENOINO: – Claro! Exatamente.

O SR. RUY NEDEL: – Se não nos derem este espaço para uma avaliação correta do trabalho da Sistematização, não estranhe que, do mais conservador ao mais progressista, haja gente assinando para mudar o Regimento Interno e acabar modificando profundamente uma série de coisas, porque nós como representantes do povo não aceitamos ser parias dentro da própria Assembléa Nacional Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOINO: – Concordo com as preocupações de V. Ex.^a.

O SR. AMARAL NETTO: – V. Ex.^a permite um segundo, Constituinte José Genoíno?

O SR. JOSE GENOINO: – Que seja um segundo, porque a Mesa já me advertiu quanto ao tempo.

O SR. AMARAL NETTO: – É para dizer uma rápida palavra V. Ex.^a sabe o respeito que tenho pela sua posição de esquerda ou socialista, como quero que respeitem a minha e V. Ex.^a nunca me faltou com o respeito nem eu para com V.Ex.^a. Mas, como há pouco ouvi, não sei se de um aparteante – não agora, anteriormente – algumas palavras muito duras a respeito de um grupo que mal ou bem, é um grupo de Constituintes que envergonharia este Plenário: para não tomar seu tempo só quero comunicar à Casa e a esse Constituinte uma notícia muito ruim para ele: acabamos de inteirar 281 assinaturas no documento que nos garante a maioria que, democraticamente, não pode dar golpes, quem pode dar golpes é a minoria. Peço perdão a V. Ex.^a se usei o seu tempo. Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ GENOINO: – Sr. Constituinte Amaral Netto, somos adversários radicais de idéias que se chocam e são antagônicas, mas nos respeitamos individualmente.

Se V. Ex.^a tem 281 assinaturas para mudar o Regimento Interno, evidentemente deve-se imediatamente entrar com a mudança proposta e aí os prazos serão cumpridos de acordo com o Regimento Interno, para se mudar aquela disposição regimental, para permitir a V. Ex.^{as} a apresentação das emendas que estão pretendendo.

Penso que nenhum Constituinte está impedido de fazer, no plenário, a emenda que bem entender, até porque podemos, com 35 mil assinaturas, pedir destaque para o Projeto Zero, para o Substitutivo nº 1, para o Substitutivo nº 2, para suprimir o Substitutivo nº 3 e podemos destacar 30 mil emendas, é muita emenda para se destacar em Plenário. Na medida em que V. Ex.^{as} vão mudar o Regimento Interno tudo o que vai passar na Comissão de Sistematização é claro que vai depender de 280 votos em Plenário, isso é óbvio, e aí vamos ter, cristalinamente, as posições sendo votadas em Plenário. Quero deixar bem claro uma coisa aqui, que fique registrado perante a História desta Casa: quem na elaboração do Regimento interno lutou pelo direito de apresentar substitutivo, foi a Bancada deste Constituinte, queria e batalhou, aqui no Plenário, para que se pudesse apresentar substitutivo e fomos fragorosamente derrotados. (O Sr. Presidente faz soar a campainha.) Para concluir, Sr. Presidente. Quem queria isso? Éramos nós, da esquerda, e a direita nos massacrou numa votação majoritária aqui em plenário; tínhamos esse destaque.

Agora, é como se estivéssemos num campeonato e no final deste, os senhores democraticamente estão propondo mudar as regras do final do campeonato. Esse é um dado concreto porque nós defendímos isso antes de começar o campeonato.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Vou concluir, Sr. Presidente, neste caso não poderia deixar de responder ao nobre Constituinte que antecedeu ao aparte do nobre Constituinte Amaral Neto. Este Constituinte aqui fez a proposta de suprimir a expressão: "Sob a proteção de Deus", no texto constitucional, e vou defendê-la em plenário. O que me causa espanto é que a proposta deste Constituinte só teve um voto, o que mostra o conservadorismo porque, independente de crença, não quero que uma determinada visão ideológica, coloque no frontispício da Constituição "Sob a proteção de Deus", porque quem não se achar sob a proteção de Deus está sendo discriminado. Um debate de natureza cultural, de natureza ideológica, e é esse debate que temos que fazer, temos, com toda a sinceridade, na elaboração do texto constitucional, que colocar essa sociedade que está de cabeça para baixo de cabeça para cima, para que ela se apresente como ela é; para que as classes digam o que vieram, para que os grupos digam o que pensam; e aí, cada grupo, cada classe, cada partido vai assumir a responsabilidade histórica perante este País e perante a Nação da Constituição que estão querendo fazer.

Não venham nos imputar o desejo de querer uma Constituição socialista, porque não é isso que está passando na Comissão de Sistematização; quisera que fosse isso que estivesse se

passando lámas não é. Até porque o socialismo, Sr. Presidente, na nossa concepção, não vem como fruto de uma lei, não vem como obra natural, principalmente numa Casa dominada por uma maioria que não defende os interesses socialistas. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Constituinte José Genoino o Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Com a palavra o Constituinte José Dutra.

O SR. JOSÉ DUTRA (PMDB — AM. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Na velha Roma dos Césares, os generais romanos, quando se deparavam diante das batalhas mais difíceis, diante das lutas mais perigosas, chegavam perante a tropa e diziam a velha frase latina **alea jacta est**. E o faziam para dizer aos seus comandados que venceriam a luta ou voltariam cabisbaixos diante das populações que, outrora, sempre os haviam aplaudido.

Hoje, Sr. Presidente, gostaria, desta tribuna, de parodiar os generais romanos, repetindo a expressão latina **alea jacta est**, para, com isso, transmitir aos meus Colegas Constituintes a mesma afirmação que faziam os generais diante das suas tropas: ou vencemos esta luta, no sentido de elaborarmos uma Constituição que reflita os anseios mais legítimos da Nação brasileira, ou voltaremos cabisbaixos diante das populações que, nas praças públicas, nos ovacionaram, sufragaram os nossos nomes nas umas, para que pudéssemos nos desincumbir desta honrosa missão de fazer uma nova Constituição para o nosso País.

Faço essa referência histórica, Sr. Presidente, para tentar despertar a consciência de cada companheiro desta Assembléia Nacional Constituinte, para a responsabilidade histórica que temos, e, acima de tudo, para que possamos fazer uma reflexão mais profunda a respeito do compromisso que temos com a Nação brasileira.

Esta Nação espoliada, humilhada, desprezada no curso de toda a sua História, merece, **data venia**, uma reflexão que possa nos induzir ao trabalho que paralelamente, nos leve aos seus verdadeiros e legítimos anseios.

Hoje, Sr. Presidente, deveria estar nesta tribuna para discutir uma tese com vistas à elaboração da Constituição, mas, desde cedo, comecei a ouvir, do meu gabinete, discursos antagônicos, conflitantes que chegam a derivar para o campo do radicalismo. De um lado, um grupo de companheiros, que de mim merece todo o respeito, pugna pugna pela manutenção do texto até agora aprovado pela Comissão de Sistematização; de outro lado, eu vejo o outro grupo que procura, com força a numérica da sua expressão, seguir um outro caminho, procura encontrar uma nova saída, porque entende, este grupo, que aquilo que está aprovado pela Comissão de Sistematização não reflete o anseio da Nação.

Dante disso, meus colegas Constituintes, é indispensável que nós façamos uma parada, é imprescindível que façamos uma reflexão no mais íntimo da nossa consciência, para que possamos,

por via de consequência, acabar com esta medição de forças dentro desta Casa. É imprescindível que sentemos à mesa, encontremos a solução que possa refletir a concordância de todos aqueles que estão aqui imbuídos dos mesmos propósitos de fazer o melhor para o nosso País.

Admiro, por exemplo, a impetuosidade da esquerda, a organização, a perseverança, a determinação e a sua coragem, da mesma maneira que eu respeito e admiro a posição assumida pelo centro e pela direita, que apenas, por uma outra ótica, quer também dar a sua contribuição decisiva para que possamos marcar historicamente a nossa presença nesta Casa. Mas as idéias se chocam, as idéias não se harmonizam. E para isso é indispensável que nós, fazendo a reflexão, possamos sentar à mesa e encontrar uma solução de consenso. Por que esta minha preocupação? Por que esta minha posição? Porque eu temo, Srs. Constituintes, que o grande prejudicado de toda esta dissensão, de todo este desentendimento, seja nada mais, nada menos o povo brasileiro. Temo, por exemplo, quando se discute o problema da estabilidade – e eu falo com muita propriedade, porque venho do movimento sindical, venho dos cárceres de 64, venho das perseguições, venho das ameaças, venho das intimidações, porque eu lutava exatamente por causa da estabilidade do trabalhador na empresa – temo que esta dissensão termine por manterá situação hoje vigente, quando o trabalhador é um verdadeiro objeto nas mãos do empregador, não tem nenhuma segurança, a sua indenização é paga mensalmente pela empresa através do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; temo que continuemos nesta situação hoje existente. Daí a importância de sentarmos à mesa, se o Texto Bernardo Cabral, aprovado pela Comissão de Sistematização, não reflete a aqüescência e a concordância de toda a Assembléia Nacional Constituinte, é preciso, então, que encontremos algo que possa refletir vitória para o trabalhador brasileiro. Não podemos continuar nesta linha de tratarmos companheiros como inimigos, não podemos continuar nesta linha em que esta Casa, este Plenário, vai se transformando num verdadeiro palco de guerra. Os brasileiros, hoje, não querem guerrear, os brasileiros querem uma nova Constituição, mas uma Constituição que reflita os anseios mais legítimos de toda a Nação brasileira.

O SR. CELSO DOURADO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ DUTRA: – Concedo a aparte a V. Ex.^a, com muita honra.

O SR. CELSO DOURADO: – Nobre Deputado José Dutra, V. Ex.^a procura trazer uma análise equilibrada, buscando o consenso democrático, buscando, realmente, apontar um a caminho de agrado do nosso povo, que não gosta dos radicalismos, e que está ansioso para superar os seus grandes problemas, mas nobre Constituinte José Dutra, temos que reconhecer que a nossa história tem sido marcada pelo autoritarismo e pelo conservadorismo. É de tradição, desde a colonização, as classes dominantes sempre olharem para o Estado como um grande aliado para as horas difíceis. Há uma tendência muito acentuada de socializar os prejuízos e sempre se privatizar os lucros. Durante a República, nós ouvimos aqui a palavra

do mestre Afonso Arinos, dizendo que 50 e tantos anos do regime republicano foi dominado pelo autoritarismo. Todos os golpes, foram golpes de classes dominantes, todas as tomadas de poder foram realmente de grupos dominantes da direita. Agora, é preciso buscar este consenso que V. Ex.^a aponta e indica. Ele só será possível através do diálogo legítimo dentro da Comissão de Sistematização e no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Ele se tornará ilegítimo e a maioria poderá ser tornar ilegítima se ela for artificialmente montada de fora para dentro. É do jogo democrático esta busca da maioria. Nós não podemos aceitar, de maneira alguma, isto que está acontecendo e que V. Ex.^a descreve: lutas internas e certas artimanhas para se fabricar uma maioria. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DUTRA: – Agradeço o aparte de V. Ex.^a pela sua importância, pelo enriquecimento que faz a este modesto pronunciamento. Gostaria, eminente Constituinte, no mesmo passo em que reconheço que em toda a nossa história a força do capital predominou nas grandes decisões tomadas neste País, acredito, também, na velha afirmação que diz que "na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma." E isto é uma evidência. Quando olho na janela do passado, trinta anos atrás, encontro uma classe empresarial totalmente diferente da que hoje vigora neste País.

Já vejo, por exemplo, no meu Estado do Amazonas, na Zona Franca de Manaus, o empresário que se preocupa com o seu operário, que sabe que este operário é uma engrenagem importante na grande máquina de produção dos seus lucros. Isso me anima a pensar que, realmente, neste mundo, tudo vai mudar. Esperamos que esta seja a grande oportunidade da mudança. Mudança através do diálogo; mudança através do entendimento; mudança através da fraternidade, que deve existir entre todos nós que integramos a Assembléia Nacional Constituinte; mudança para que se mude também o quadro de miséria que domina as periferias das grandes Capitais; mudança para que se dê terra ao homem que precisa de terra para plantar, mudança para se dar crédito ao empresário do interior, que precisa implementar a sua produção para gerar lucros e para oferecer trabalho; mudança, enfim, que é indispensável, para que nós brasileiros, possamos encontrar caminho da saída para esta grande crise que domina e assola toda esta grande Nação. Mas para isso é imperioso que todos nós tenhamos consciência de patriotismo, de respeito aos cidadãos, de respeito aos nossos colegas, mas, acima de tudo, tenhamos um acendrado e desmedido amor pelo nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra o Constituinte Roberto Rollemburg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBURG (PMDB – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ouvimos, durante este dia, inúmeras discussões que chegaram até a vias de fato.

Queremos nos recordar, principalmente depois do brilhante pronunciamento do Constituinte que me antecedeu, José Dutra, e fazer algumas reflexões.

Sr. Presidente, quando a Assembléia Nacional Constituinte discutia o Regimento Interno, ouvímos na rua que o povo, não compreendendo, até certo ponto a sua importância, dizia que perdíamos enorme tempo discutindo o Regimento Interno. Foi um período de desgaste para a Constituinte. Sabíamos, aqui dentro, da importância do Regimento Interno, mas o desgaste lá fora – e falo com a ótica de um cidadão que acompanha, como todos nós, a população, examinando os nossos passos – foi de fato um grande desgaste.

Agora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, depois daquele desgaste todo, mas que foi superado, todos nós Constituintes damos ao povo a impressão de que realmente aquele tempo foi perdido. Não é verdade! Sabemos, como Constituintes. Mas a população, que não compreendeu o tempo que nos desgastou na apreciação da longa discussão do Regimento, o que estará dizendo agora, que nós, que gastamos tanto tempo com o Regimento, voltamos a um impasse, dentro da Constituinte, por causa do próprio Regimento, com tanto tempo de elaboração?

Segundo desgaste efetivamente, amanhã vamos ouvir dos homens do povo, da imprensa, que a Constituinte criou um impasse, não em relação à estatização, a problema de reforma agrária, ou do conceito de empresa nacional, e sim um grande impasse em relação ao Regimento.

Não assinei documento algum, mas não vejo nada de mal em assinar um requerimento que venha pedir a reformulação do Regimento Interno, pois que o próprio Regimento Interno tem dispositivos que regulamentam a revisão ou a modificação do Regimento da Casa ou da Constituinte. Então, é um desgaste que, efetivamente, não tem nenhuma validade social, e o comportamento da Constituinte, se não for superado, imediatamente, pela habilidade e competência do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que sempre se demonstrou um homem capaz de superar os fatos mais graves, que seja feito imediatamente, no entendimento entre os Constituintes e a Comissão de Sistematização, mas que não se continue a discutir o problema de reforma do Regimento como se fosse uma coisa fundamental que o povo já rejeitou na fase preliminar da elaboração do Regimento da Casa.

Temos, sim, que evitar esses desgastes. E disse ainda, e me refiro honrosamente ao pronunciamento anterior, quando precisamos pausa e reflexão. Mas não adianta, nobre Constituinte, com toda a sua boa intenção, com a nossa boa intenção, a esta altura, pedir pausa e reflexão, quando a Comissão de Sistematização e os Constituintes conseguiram consenso em vários aspectos, mas aprofundaram também divergências quase insuperáveis, a meu ver, e que vão provocar outros desgastes dos Constituintes em relação à população.

Proponho a pausa e a reflexão, com uma indicação que fiz ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte: só há uma pausa e uma reflexão possível, que é exatamente durante a elaboração da Constituição, dentro da Assembléia Nacional Constituinte, fazer consulta popular. Alguns companheiros disseram-me que essa proposta era esdrúxula, outros acharam-na viável.

Srs. Constituintes, a proposta encaminhada à Mesa é no sentido da continuidade do trabalho da Sistematização, mas que o Plenário da Constit-

tante seja convocado para decidir, definitivamente, a sua posição em relação ao sistema de Governo, e imediatamente esta decisão, enquanto, paulatinamente, a Sistematização continua no seu trabalho, a decisão do Plenário da Constituinte levaria a população a um plebiscito sobre o sistema de governo.

Essa pausa e reflexão nos obrigaría a ir ao povo durante a elaboração da Constituição, recebendo dele a resposta no sentido de que o sistema de governo escolhido pela Assembléia Nacional Constituinte seria consolidado, confirmado pela população ou não. Por que essa proposta? Essa proposta é porque ainda vejo um erro fundamental no trabalho nosso, e que vai ser criticado, e que no final da elaboração da Constituição, e quando da sua promulgação, não há dúvida, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, de que haverá correntes políticas que vão querer discutir, perante a população, a validade ou não da nova Constituição, e vão, inclusive, propor plebiscito para a sua apreciação integral. Isso nós já vimos aqui na Casa, Constituintes dizerem da necessidade de submeter à população a apreciação da validade ou não da Constituição a ser promulgada. Isto será o último e fatal desgaste, porque, efetivamente, um processo constituinte, uma constituição, não é o remédio fundamental para a crise, e hoje a aspiração popular é no sentido da solução dos problemas graves do País.

Por que durante o trabalho da Constituinte não fazermos, concomitantemente, a consulta popular sobre o sistema de governo? Diriam: mas é uma decisão da Assembléia Nacional Constituinte. Mas é no meio dela, com todos os desgastes, uma forma de ir ao povo, origem fundamental da democracia e da Assembléia Nacional Constituinte, convocá-lo a participar de uma forma direta no sistema de governo, que é, fundamentalmente, uma coisa que deve ser pautada pela decisão popular, porque, afinal, é o sistema que vai governar toda esta Nação.

Poder-se-ia dizer que esta interrupção seria o prolongamento do trabalho da Constituinte... Não enxergo assim. Enxergo como uma forma da revitalizar a Constituinte, revitalizar a sua validade, eliminar os desgastes já ocorridos, e outro aspecto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando se fala na apresentação de um substitutivo como uma coisa contrária ao interesse democrático, é um verdadeiro golpe.

Já propus, nesta Casa também, que não houvesse apenas um substitutivo, que pudesse haver mais de um substitutivo.

A nossa proposta era no sentido de que substitutivos fossem apresentados com 1/5 dos Constituintes assinando as propostas, desde que aos Constituintes fosse vedado assinar em mais de uma proposta de substitutivo. Isto seria uma forma, como se tentou no começo, para que cada grupo, cada partido deixasse bem clara a sua posição e isso não implicaria e não dificultaria entendimento para um substitutivo comum.

Essas coisas não ocorreram, não vão ocorrer. Mas um fato está ocorrendo: o desgaste da Constituinte o a dos Constituintes perante o povo, que vê ser elaborada uma Constituição num período de crise. Muito diferente da Constituição de 46, que nós acompanhamos: uma Constituinte e uma Constituição elaborada numa euforia democrática.

fica, depois das vitórias das forças democráticas no mundo.

A nossa, que hoje está sendo elaborada em meio a uma crise nacional, a urna crise mundial, precisa de mais espaço e tempo. Não podemos ficar aqui a dizer da necessidade da aceleração dos trabalhos da Sistematização, como se quiséssemos não só dar uma satisfação da demora havida ou, na pior das hipóteses, largar logo a batata quente na nossa mão.

Senhor Presidente, Srs. constituintes, a pausa e a reflexão necessária é uma pausa e reflexão que deve ter a participação popular, através de plebiscitos que legitimem a decisão do sistema do governo que votariam em plenário.

O SR. RUY NEDEL: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG: – Com prazer.

O SR. RUY NEDEL: – Nobre Constituinte Roberto Rollemburg, eu pretendia sair mais cedo desta Casa hoje, mas sabia que V. Ex.^a iria falar, não sabia sobre o que, qual o tema do seu pronunciamento, mas só o fato de V. Ex.^a abordar um tema me prendeu aqui, neste plenário, porque sei da sua competência, da lógica, do raciocínio honesto e de como apresenta de maneira muito convincente. Concordo em inúmeras proposições que V. Ex.^a analisou. Na Subcomissão de Garantia das Instituições discutimos esta questão do plebiscito. Na época me opunha, com todo o vigor, contra um plebiscito global até porque seria gigantescamente difícil ao eleitor simples ter condições de percepção da globalidade de uma nova Constituição antes da existência de leis complementares, antes do final do reordenamento jurídico da Nação brasileira, com as leis complementares e leis ordinárias. E dizia na época que para mim eu poderia aceitar perfeitamente o plebiscito de dados concretos para o povo: pena de morte, sistema de governo, o aborto, que são fatos bem concretos onde o povo na sua globalidade tem uma percepção e pode nos dizer: nós, como maioria, queremos assim ou assado. Daí a pensar em levar nesta fase final, durante os trabalhos da Assembléa Nacional Constituintes, ao povo para que depois venhamos a concluir o trabalho de constituintes, não me parece um e acabaria nos forçando a sair daqui para mostrar ao povo todas as nossas convicções. Tenho visto na questão do sistema de governo muitos que mudam de acordo com o debate, que também não tinham parado para pensar e mesmo parando para pensar não tinham dados sobre a História do Brasil, sobre a história de outras nações, sobre sistemas em outros povos, sobre a situação e a evolução e a sedimentação de uma democracia em outros povos, com sistemas de governos diferentes. Aí, sim, acabaríamos desestabilizando totalmente esta Assembléa Nacional Constituinte, porque não poderemos ficar aqui, teremos que jorrar lá na ponta de linha social as nossas idéias, convicções e isto seria uma obrigação de todos os Constituintes e acabaria aqui praticamente se fechando a Assembléa Nacional Constituinte. E isto seria um fator de desestabilização gigantesco e me parece que complicaria tudo. Perdoe-me o aparte prolongado, mas me senti forçado a tornar mais elásticos os meus argumentos.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG: – Em primeiro lugar, agradeço a V. Ex.^a a participação, e devo dizer que nunca o aparte de V. Ex.^a é prolongado. Desejaríamos sempre ouvi-lo, porque ainda hoje o ouvimos nesta Casa e o seu equilíbrio e a sua forma de tratar os seus colegas Constituintes deveria ser, para nós todos, uma regra, e irão teríamos chegado a pontos de conflitos tão graves.

Quando V. Ex.^a pediu o aparte imaginei, prontamente, que devesse fazer, imediatamente, uma reflexão sobre o que V. Ex.^a falasse, tal a importância e o equilíbrio das suas intervenções: Não fui claro, talvez, na forma de dizer, porque não pretendo que haja uma interrupção nos trabalhos da Constituinte. Nossa proposta seria que no período em que a Comissão de Sistematização continuasse a discutir os seus problemas, apenas seria antecipado pelo Plenário a decisão do sistema de Governo e, eventualmente, outras teses como V. Ex.^a mostrou, porque há um momento e esse momento político é que me preocupa.

Nós que estamos todos visitando as nossas cidades, ouvimos sempre dizer que não estão abrigadas na Constituinte, através da Sistematização, as emendas populares, por exemplo, de centenas de milhares de assinaturas. O povo não está compreendendo que talvez o espírito de algumas dessas emendas tenha inspirado algum capítulo ou algum artigo; ele quer ver a sua emenda popular contemplada. Não enxerga. E seria um processo de esclarecimento breve da população, pois que um plebiscito não é o grande fantasma a ser realizado; é, relativamente, simples e, nesta oportunidade, absolutamente necessário. Isso não seria a interrupção. Concordo com V. Ex.^a que teríamos que nos deslocar para atividade. Mas, nós sempre nos deslocamos para todas as atividades e todas as atividades que são ditas por grande parte da imprensa, como atividades inócuas, que nós não fazemos nada, que não cumprimos os nossos trabalhos, quando nós atendemos à base, atendemos à Constituinte, atendemos aos Ministérios, atendemos à administração, atendemos aos prefeitos, às nossas idéias e tudo. Seria um esforço gigantesco. Mas eu vejo a necessidade de em um determinado momento, agora, oxigenar-se essa Constituinte. Entendia e entendo, e vou considerar e muito as suas palavras, para o exame do problema. Mas há necessidade de, em determinado momento, a Constituinte ir imediatamente ao povo. E como seria essa revitalização, senão através da realização de plebiscito intermediários da nossa ação.

Já dissemos – e o Constituinte muito bem afirmou – que, se os plebiscitos – isso vai ocorrer, vão ser reivindicados e vão ser feitos posteriormente à Constituição promulgada – contrariarem as nossas decisões, nesses aspectos, estaremos nos reunindo, novamente, para emendar, como estamos fazendo no Regimento, tão discutido, que nos desgastou. O povo entendeu que aquele tempo foi suficiente para o Regimento e, agora, há o impacto de um impasse, em relação ao novo Regimento.

O que eu queria, com essa oxigenação, com essa fase de reflexão intermediária, durante a realização da Assembléa Nacional Constituinte, era uma participação popular direta, para a qual poderiam ser estabelecidos, pelo Plenário desta Assembléa, quais os temas, já que não seria feita

de uma forma geral, tampouco da Constituição globalmente.

Eu queria encerrar, em todo o caso, porque remeti à Presidência a sugestão. Pretendo discuti-lo mais amiúde. Uma das razões de encenar é, exatamente, em homenagem ao seu aparte e à sua forma de se dirigir, para que fique bem ressaltado neste pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Flávio Palmier da Veiga.

O SR. FLÁVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro Wellington Moreira Franco, recebeu, logo após a sua posse, uma sugestão de minha autoria para o desenvolvimento sócio-econômico das regiões serrana e dos lagos fluminenses. Trata-se de uma contribuição concreta deste parlamentar, ao novo Governo, esboçada num documento denominado "Plano Rodoviário de Integração das Regiões Serrana e da Baixada Litorânea". O documento, baseado na realidade daquelas regiões fluminenses é no conhecimento que delas tenho, construído em vinte anos de sucessivos mandatos legislativos como representante de suas populações na Assembléia do Estado, objetiva integrar dezenas de comunidades em crescimento, desenvolver efetivos e potenciais pólos da indústria turística do Estado, viabilizando-os econômica e socialmente. São 21 municípios, onde vivem 10 por cento da população fluminense, que, entre outras atividades econômicas importantes, tem no Turismo, a motivação e o motor principal de seu desenvolvimento. Mas a atividade turística, Senhor Presidente, acontece muitas vezes de forma desordenada e encontra muitos obstáculos naquelas regiões, para que os seus retornos econômicos e sociais e a sua expansão natural e necessária se realizem plenamente.

O estrangulamento da rede rodoviária, insuficiente e precária em grande parte das artérias, é um dos pontos nevrálgicos que sacrificam a integração das regiões e a otimização do Turismo, como espaço de trabalho e fonte de riqueza para o Estado do Rio de Janeiro. É certo que a região serrana e a baixada litorânea fluminenses carecem de muitos produtos e serviços públicos essenciais, como sistemas de água e esgotos, saneamento básico, muitas obras urbanas indispensáveis à saúde, segurança e bem-estar das populações. Porém, sem dúvida, na rede das comunicações viárias, nas rodovias principais e secundárias, nas estradas vicinais – está um obstáculo de amplo espectro para a vida social e econômica dessas regiões, que atinge também a agropecuária, a mineração, o comércio, e a indústria das regiões, especialmente dos dez municípios da Baixada Litorânea, com reflexos em todo o Estado.

Foi então que, refletindo sobre essa questão, analisando as dificuldades dos transportes e das comunicações naquelas regiões, e, movido pelo espírito público e pelo dever político de contribuir para solução dos graves problemas dos transportes e das comunicações naquelas regiões, resolvemos elaborar o Plano de Integração Rodoviária entre as Regiões Serrana e Baixada Litorânea. Depois de fazer considerações de ordem his-

tórica e geopolítica e apresentar um diagnóstico sócio-econômico das regiões, sugerimos ao Governo Moreira Franco o estudo de alternativas e a adoção de prioridades para obras fundamentais e inadiáveis, a fim de que se evite um colapso na comunicação rodoviária das regiões, a cada dia mais problemática e estrangulada por uma demanda de tráfego crescente, especialmente nos períodos de férias e de veraneio.

Assim como prioridade número um, sugerimos, a urgente duplicação da RJ-106, no trecho entre Tribobó e Bacaxá, estrada que recebeu, no ano de 1985, 4 mil veículos por dia, originários, principalmente de Niterói e da cidade do Rio de Janeiro, com destino às praias de Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Macaé. Em segundo lugar, sugerimos outra obra fundamental, a continuação da pavimentação da rodovia RJ-142, na Serra do Mar, que faz a ligação de Nova Friburgo e Casimira de Abreu, via Lumiar, até o litoral, integrando-se, definitivamente, os pólos turísticos da serra aos da Baixada Litorânea. A restauração e duplicação da RJ-140 e da RJ-120, ligando São Pedro da Aldeia, via Cabo Frio, é outra prioridade sugerida ao Governo do Estado. Ao todo, Senhor Presidente, sugerimos a execução de doze projetos de engenharia rodoviária, envolvendo rodovias da região, obras de duplicação de trechos, implantação, pavimentação, restauração e melhoramentos, que, diretamente, beneficiam vinte e um municípios, influem na qualidade de vida de milhões de brasileiros e, indiretamente, favorece a todo o Estado do Rio e, por que não dizer, a brasileiros de todo o País, que para aquelas belas regiões fluminenses se dirigem em busca do lazer, do esporte e da recreação, em tempo de férias.

Senhor Presidente com profundo orgulho e satisfação, sou informado que o Governo Moreira Franco, a Secretaria de Transportes, o Departamento de Estradas de Rodagens – DER, tem considerado em seus estudos e projetos, as sugestões deste parlamentar, contidas no "Plano Rodoviário de Integração das Regiões Serrana e da Baixada Litorânea". Esta atitude do Governo do Rio de Janeiro, dos competentes técnicos do DER fluminense, tendo à frente o Diretor-Geral, Dr. Fernando Macdowell, e o Diretor de Estudos e Projetos, Dr. Cláudio Pereira Dantas, recompensa o nosso esforço, dignifica essa honesta contribuição ao Governo Moreira Franco. Sem dúvida, Sr. Presidente, notícias como esta reconhecem as minhas intenções de servir àquelas comunidades, premiam o trabalho político do homem público que quer somar e construir pelo bem comum.

Com este registro, quero manifestar o meu regozijo pela conduta de respeito popular e trabalho do Governador Moreira Franco, que tem demonstrado seriedade e competência ao realizar os compromissos formalizados durante a campanha eleitoral, e registrar o meu apoio ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Finalmente, lerei a seguir todo texto do Plano Rodoviário de Integração das Regiões Serrana e da Baixada Litorânea, cujas obras realizaras darão ao Estado do Rio um novo tempo de desenvolvimento, onde o progresso atingirá mais de 20 municípios propiciando expansão do consumo; facilidade de escoamento de sua produção rural e industrial, além do incentivo que atingirá ao

comércio, áreas hoje sufocadas devido à difícil comunicação rodoviária existente.

1. Considerações Gerais

A Região da Baixada Litorânea somada à da Região Serrana engloba 21 municípios, cujo somatório de arrecadação de ICM é da ordem de 4% de toda arrecadação do Estado do Rio de Janeiro.

Esta baixa participação prende-se a diversidades e limitações do quadro fisiográfico destas regiões, o que impediou o desenvolvimento de atividades econômicas de vulto nos setores primário e secundário e, por inadequação da oferta de serviços, a uma exploração desordenada das atividades terciárias – bastante acelerada nos últimos anos – que é a vocação natural destas regiões, pela forte atração nas áreas de turismo, veraneio e lazer.

E neste ponto que reside a grande redenção econômica destas regiões que, por indução, será capaz de puxar o desenvolvimento dos demais setores da economia.

Para fundamentar esta tendência basta atentarmos aos valores de população fixa destas regiões; veremos que ela gira em torno de 10% da população do Estado. Mas, se considerarmos a móvel, principalmente no período de verão, iremos constatar que ela alcança quase 5 vezes a fixa, criando com isto uma intensa sobrecarga a toda infra-estrutura de serviços dos principais municípios.

Abordado este ponto, cabe aqui promover uma diferenciação entre as duas regiões, no que tange às suas estruturas de atendimento a estas solicitações.

A Região Serrana desenvolveu, desde os tempos da Monarquia, a sua vocação de área de lazer, de turismo, criando com isto uma infra-estrutura mais aparelhada a este fim e, paralelamente, diversas atividades relacionadas a essa função. Claro que isto não é extensivo a todos os municípios, dois deles foram mais favorecidos em face de sua situação especial de clima: Teresópolis e Nova Friburgo. Os demais sofram um processo mais lento de desenvolvimento, processo este muito ligado à implantação de uma adequada rede rodoviária.

Já a Região da Baixada Litorânea, a diversidade dos aspectos do quadro fisiográfico promove distintas formas de ocupação e atividades econômicas, que hoje experimentam um grande processo de mudança.

As atividades econômicas iniciais concentraram-se na pesca e na cana-de-açúcar. Estas atividades tradicionais porém foram aos poucos sendo substituídas pela fruticultura, pecuária e extração mineral, esta através da Fábrica Nacional de Álcalis, principalmente.

Mas, sem dúvida, a grande mudança econômica veio da expansão acelerada das atividades ligadas ao turismo, ao veraneio e ao lazer.

Esta expansão teve a sua partida na década de 70, com a implantação da ponte Rio Niterói, e com a melhoria e ampliação da infra-estrutura rodoviária.

Com isto a região passou a experimentar um crescimento de suas cidades e vilarejos em índices similares àqueles das Regiões Metropolitanas.

Esta evolução, porém, não foi acompanhada de expansão dos equipamentos de infra-estrutura,

fato que se sente com muita clareza nos meses de verão.

Os principais municípios da região não contam com uma adequada rede de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e diretrizes urbanísticas mínimas para um crescimento ordenado, apesar da intensa valorização da terra.

Dentro deste quadro não escapa ao estrangulamento a rede rodoviária, que à exceção de uma ou outra obra de restauração, recebeu muito pouco investimento do Estado na década atual. O investimento maior vem sendo do Governo Federal na duplicação da BR-101 de Niterói até Duques.

Se quanto à parte de abastecimento e saneamento as Prefeituras, com alguma ajuda do Estado, vêm procurando superar os problemas nas áreas mais críticas, no setor rodoviário – pelo vulto dos investimentos e o desleixo de administrações passadas – praticamente nada foi feito.

É neste ponto que queremos nos deter, em face da gravidade do problema de acessos e ligações entre as regiões abordadas e, internamente, dentro da Região da Baixada Litorânea.

Cumpre acentuar que em termos geográficos a área de nosso interesse engloba todos os municípios da Região das Baixadas Litorâneas (10 municípios) e sua ligação com a Região Serrana, basicamente através de Nova Friburgo.

2. O Sistema Viário Existente

A área de nosso interesse conta com um sistema viário principal constituído das seguintes rodovias:

– BR-101:

Trata-se da principal via de ligação da área com os grandes centros do País e do interior do Estado. É uma rodovia federal de primeira classe que hoje porém já mostra sinais de saturação em diversos segmentos, exigindo duplicação, assim como de melhorias em diversos outros pontos.

Atualmente esta rodovia está duplicada de Niterói a Manilha e em obras de duplicação de Manilha a Duques. Além disto o DNER – através do 7º DRF – está contratando a duplicação de Duques até a interseção com a RJ-124, o que irá sobrecarregar ainda mais esta via.

– RJ-106:

É a principal rodovia estadual da área. Faz parte das ligações da Ponte Rio-Niterói, estendendo-se desde esta obra até Cabo Frio, em diretriz aproximadamente paralela a BR-101. Esta rodovia vem recebendo algumas melhorias no seu trecho inicial dentro da área metropolitana e restauração em quase toda a sua extensão, em face do precário estado que seu pavimento apresentava.

Em razão de correr próximo a orla marítima e de atravessar as principais cidades de veraneio da área, o seu nível de solicitação é bastante elevado justificando plenamente a sua duplicação.

– RJ-116:

É uma rodovia estadual asfaltada que interliga a BR-101, próximo a Venda Das Pedras, até Nova Friburgo. É a única via pavimentada que liga a Região da Baixada Litorânea até a Região Serrana. Suas condições atuais são razoáveis mas exigem alguma atenção na adoção de melhorias.

– RJ-124:

Rodovia estadual pavimentada ligando a BR-101, em Rio Bonito, até a RJ-106 em Araru-

ma. Trata-se de uma via muito solicitada pois é opção a quem foge da RJ-106, em face do congestionamento, indo pela BR-101 e descendo em direção a Araruama, Cabo Frio é Arraial do Cabo. Seu nível de serviço hoje é bastante precário e, há muito, justifica-se a sua duplicação. Atualmente vem sendo executados reparos no seu pavimento e nos acostamentos visando dotá-la de melhores condições para suportar a elevação do fluxo de veículos na época de veraneio.

3. As Sugestões para Melhoria no Sistema

Situada, em linhas gerais, o quadro de solicitações e o sistema rodoviário de atendimento atual, vamos aqui alinhar as sugestões para a melhoria desse sistema.

As nossas proposições abrangem as seguintes rodovias por ordem de prioridade:

3.1 Prioridade (1)

– Duplicação da RJ-106 no segmento entre Tribobó – Bacaxá.

Este segmento apresentou um tráfego médio diário anual de 8.000 veículos entre Tribobó e a RJ-118 e daí a Bacaxá da ordem de 4.000 veículos no ano de 1985. Na época do veraneio, em finais de semana, este tráfego praticamente triplica levando a que o trânsito vire um completo caos, com os consequentes problemas de graves acidentes.

Os números acima, mesmo em épocas normais, justificam plenamente a duplicação.

3.2 Prioridade (2)

– Continuação da pavimentação da RJ-142 (Serra do Mar) até o Município de Casimiro de Abreu, concluindo a ligação Nova Friburgo – Lumiar – Casimiro de Abreu constituindo-se na interligação mais efetiva entre os pólos turísticos da Serra e da Baixada Litorânea.

Atualmente esta ligação é feita através da RJ-116, que já se mostra bastante sobrecarregada, além de ter o inconveniente de só interceder com a BR-101 em Venda das Pedras, aumentando em muito o percurso até a Região dos Lagos.

A RJ-142 é uma opção de ligação que torna direta a integração e inclusive se acha pavimentada da RJ-116 até Lumiar, numa extensão de 19,3 quilômetros.

3.3 Prioridade (3)

– Restauração e duplicação da RJ-140/RJ-120 ligação São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo:

Trata-se de uma ligação bastante solicitada e que conta com uma via estreita, sem acostamentos regulares e cujo pavimento carece urgente de restauração.

No segmento de São Pedro da Aldeia a Cabo Frio esta via experimentou no ano de 1985 um tráfego médio diário de 4.000 veículos, justificando plenamente a adoção de melhorias no seu traçado e na sua plataforma.

No segmento de Cabo Frio a Arraial do Cabo o tráfego médio foi da ordem de 6.000 veículos, justificando assim a sua duplicação, inclusive porque Arraial tende a crescer com polo turístico de opção a Cabo Frio, hoje já bem saturado.

3.4 Prioridade (4)

– Duplicação da BR-101 no trecho que vai de Venda das Pedras a Rio Bonito:

É uma obra do Governo federal e segundo sabemos já está sendo duplicado o segmento de Manilha a Duques logo após Venda das Pedras, e em processo de contratação o Projeto de Duplicação de Duques até o entroncamento com a RJ-124, logo após Rio Bonito.

Temos assim que a ação aqui é mais de ordem política junto ao Governo federal para apressamento das obras.

3.5 Prioridade (5)

– Duplicação da RJ-124 no trecho de Rio Bonito e Araruama:

A duplicação desta via é recomendação já antiga de técnicos do DER-RJ, mas até hoje nada foi feito.

É uma via cujo tráfego médio diário em 1985 foi da ordem de 6.000 veículos e que só tende a crescer, principalmente se efetivada a nova ligação Serra-Mar e as obras de duplicação da BR-101.

Atualmente, embora de forma lenta, o DER vem executando obras de restauração do seu pavimento.

3.6 Prioridade (6)

– Implantação e pavimentação da RJ-102 ligando a RJ-106/Praia Seca/Arraial do Cabo:

É uma via de opção à BR-106, evitando com isto a travessia das zonas urbanas de Araruama, Iguaba Grande e Pequena, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, além de abrir opção de nova área de lazer.

Atualmente esta RJ-102 encontra-se implantada em leito natural, em estado precário.

3.7 Prioridade (7)

– Restauração e melhoramentos da RJ-116 no trecho que liga a BR-101 (Venda das Pedras) até Nova Friburgo:

Constitui-se hoje na única opção de ligação entre a Região serrana e a Baixada, sendo uma via bastante solicitada, com um tráfego médio em 1985 da ordem de 4.500 veículos da BR-101 até Cachoeira do Macaco e daí até Nova Friburgo da ordem de 3.300 veículos.

Há necessidade de se promover melhorias em seu traçado e executar a restauração de seu pavimento de forma a melhorar os seus níveis de serviço.

3.8 Prioridade (8)

– Continuidade do asfaltamento da RJ-138/140, interligando os Municípios de Araruama – São Vicente e Silva Jardim:

Estas rodovias complementam a ligação Serra-Mar, diminuindo significativamente o percurso de interligação entre as duas regiões.

Parte desta ligação – entre Araruama e São Vicente de Paula – teve a sua pavimentação iniciada, encontrando-se porém hoje paralisada.

3.9 Prioridade (9)

– Continuidade do asfaltamento da RJ-128 no trecho que liga Bacaxá à BR-124:

Esta ligação aliviará a solicitação da RJ-124, promovendo uma outra opção de ligação desta rodovia cora a RJ-106, além de complementar a opção de alívio da própria RJ-106 no seu segmento mais urbanizado – aquele que atravessa

Araruama, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio – interligando-se neste processo a RJ-102, já comentada anteriormente.

Acrescente-se que esta RJ-128 teve iniciada a sua pavimentação entre a RJ-124 e a localidade de Latino de Mello, trabalho este interrompido.

3.10 Prioridade (10)

– Complementação da pavimentação RJ-114 no trecho Maricá-Venda das Pedras:

Este trecho é uma continuidade da RJ-116 que liga Friburgo a região dos Lagos. A sua pavimentação foi executada em cerca de 16 km, partindo da BR-101 em direção a Maricá, faltando cerca de 8 km para complementar a ligação totalmente pavimentada. Estes 8 km acham-se hoje implantados em revestimento primário.

3.11 Prioridade(11)

– Implantação e pavimentação da ligação entre Cabo Frio –partindo da Ponte da Ogiva, no centro da cidade – até a rodovia municipal pavimentada que liga Armação dos Búzios a RJ-106:

Armação dos Búzios constitui-se, hoje, em um potencial polo turístico de grande importância, faltando a complementação de sua infra-estrutura para atingir o pleno desenvolvimento de sua potencialidade. A ligação Cabo Frio-Búzios, hoje feita por estrada municipal precária, vem a ser um passo importante no sentido deste desenvolvimento.

3.12 Prioridade (12)

– Continuidade do asfaltamento da RJ-182, no trecho que liga Trajano de Moraes a Conceição de Macabu:

São apenas 32 km entre os dois municípios a serem asfaltados que permitirão a interligação da região calcária de Cantagalo com a BR-101 e, por conseguinte, com toda a região litorânea do norte do Estado do Rio.

Hoje, a única maneira de ligação através de pavimento entre a região de Trajano de Moraes, Cantagalo, Cordeiro e outros municípios vizinhos, com a região litorânea e norte do Estado é através das rodovias RJ-116 e RJ-158, o que leva a uma volta acentuada, que pode ser eliminada com asfaltamento do trecho acima, permitindo uma ligação bem mais direta da região com a BR-101.

Em anexo, é ilustrado através de um mapa a rede rodoviária hoje existente e as prioridades aqui descritas, como forma de permitir melhor visualização do sistema sugerido.

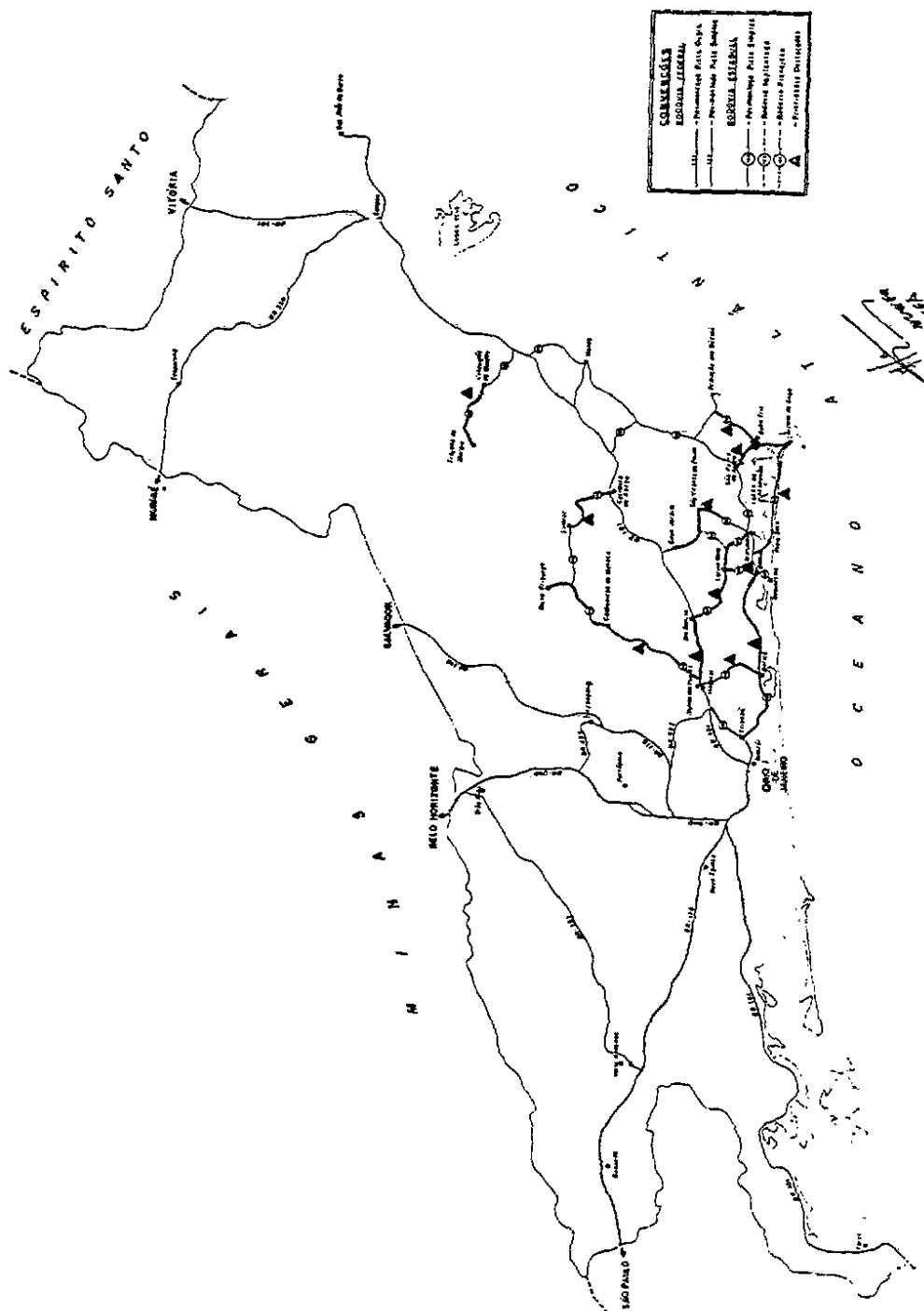
4. Concluindo

As sugestões aqui apresentadas são frutos de reivindicações das comunidades da área, da observação pessoal dos problemas ocorrentes e de dados dos Órgãos Rodoviários Federal e Estadual – DNER e DER.

Claro está que a implementação das sugestões carecerá de um estudo de viabilidade técnico-econômica que melhor defina as opções e a sua forma de implantação, assim como o volume de recursos exigidos.

Tal estudo não podia ser objeto do presente trabalho que pretendeu apenas esboçar o **lay-out** do sistema ideal ao atendimento das solicitações existentes, servindo assim de ponto de partida para a fase técnica seguinte.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
ORADOR EM SEU DISCURSO.**



VIII ENCERRAMENTO**O SR. PRESIDENTE (Sotero**

Cunha): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Affonso Camargo – PMDB; Airton Cordeiro PDT; Albérico Filho – PMDB; Alexandre Puzyna – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Antonio Ueno – PFL; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De' Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgilio – PDS; Cássio Cunha Lima – PMDB; César Mala – PDT; Davi Alves Silva – PDS; Divaldo Suruagy – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézér Moreira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; França Teixeira – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Gabriel Guerreiro – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gustavo de Faria – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Carlos Cou-

tinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Jorge – PFL; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mattos Leão – PMDB; L; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Milton Lima – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nilso Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sergio Naya – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Está encerrada a sessão.

Encerra-se a sessão ás 19 horas e 42 minutos.

IX-ERRATAS

No **DANC** de 17-9-87, página 5182, coluna 3, republica-se por ter saído com incorreções. (**DANC** nº 140.)

Onde se lê:

EDUARDO BORGES – Reivindicações dos servidores da Previdência e Assistência Social.

Leia-se:

EDUARDO JORGE – Reivindicações dos servidores da Previdência e Assistência Social.

No **DANC** de 24-9-87, republica-se por ter saído com incorreções e omissão.

Na pág. 5252, coluna 2.

Onde se lê:

NAPHTALI ALVES – Medidas de proteção do meio ambiente no rio Araguaia.

Leia-se:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA – Medidas de proteção no meio ambiente no rio Araguaia.

Na pág. 5254, coluna 3:

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE**Leia-se:**

O SR PRESIDENTE (Jorge Arbage) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte:

III-EXPEDIENTE

Na pág. 5289, coluna 1,

Onde se lê: O SR. NAPHTALI ALVES (PMDB – GO).

Leia-se:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB – GO).



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 148

QUARTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 163^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1987

I - Abertura da Sessão

II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

III - Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 282/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, indicando o Senhor Constituinte José Lins para integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária, em substituição ao Senhor Constituinte Hugo Napoleão.

Nº 288/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, participando que os Senhores Constituintes Alceni Guerra, José Thomaz Nonô, Mário Assad e Sandra Cavalcanti deixam de integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

Nº 289/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, participando que o Senhor Constituinte Francisco Dornelles o substituirá, na qualidade de membro efetivo, na Comissão de Sistematização.

Nº 293/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL participando que passa a integrar, temporariamente, na qualidade de membro efetivo, a Comissão de Sistematização, em substituição ao Senhor Constituinte Francisco Benjamim.

Nº 294/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, participando que o Senhor Constituinte Furtado Leite paga a integrar, na qualidade de membro suplente, a Comissão de Sistematização, em substituição ao Senhor Constituinte Jesualdo Cavalcanti.

Nº 295/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, participando que o Senhor Constituinte Aníbal Barcellos substituirá, temporariamente, na Comissão de Sistematização, o Senhor Constituinte José Thomaz Nonô.

Nº 296/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, participando que o Senhor Constituinte Geovani Borges substituirá, temporariamente, na Comissão de Sistematização, o Senhor Constituinte Antonio Carlos Mendes Thame.

Nº 297/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, participando que o Senhor Constituinte Gilson Machado substituirá, temporariamente, na Comissão de Sistematização, o Senhor Constituinte Osvaldo Coelho.

Nº 297-A/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, indicando o Senhor Constituinte Jales Fontoura para integrar a Comissão de Sistematização, na qualidade de membro suplente, em vaga existente.

Nº 298/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, participando que o Senhor Constituinte Enoc Vieira substituirá o Senhor Constituinte Aloisio Chaves, temporariamente, na Comissão de Sistematização.

tunte Aloisio Chaves, temporariamente, na Comissão de Sistematização.

Nº 299/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, indicando o Senhor Constituinte Benito Gama para integrar a Comissão de Sistematização, na qualidade de membro suplente, em vaga exigente.

Nº 302/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, participando que substituirá o Senhor Constituinte Arnaldo Prieto na Comissão de Sistematização, temporariamente.

Nº 306/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, participando que o Senhor Constituinte Gilson Machado substituirá o Senhor Constituinte Edme Tavares, temporariamente, na Comissão de Sistematização.

Nº 307/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, participando que o Senhor Constituinte José Thomaz Nonô volta a integrar, na qualidade de membro efetivo, a Comissão de Sistematização, passando o Senhor Constituinte Annibal Barcellos para a suplência, na vaga do Deputado Gilson Machado e excluído o Senhor Constituinte Benito Gama.

Nº 308/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, participando que o Senhor Constituinte Aloisio Chaves volta a integrar a Comissão de Sistematização, na qualidade de membro efetivo e que, consequentemente, o Senhor Constituinte Enoc Vieira permanece como suplente da referida Comissão e excluído o Senhor Constituinte Jales Fontoura.

Nº 181/67 – Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista – PDT, participando que o Senhor Constituinte Cesar Maia substituirá, temporariamente, o Senhor Constituinte Bocayuva Cunha na Comissão de Sistematização.

Nº 182/87 – Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista – PDT, participando que o Senhor Constituinte Amaury Müller substituirá o Senhor Constituinte Bocayuva Cunha, temporariamente, na Comissão de Sistematização.

Nº 183/87 – Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista – PDT, participando que o Senhor Constituinte Bocayuva Cunha reassume as suas funções na Comissão de Sistematização, a partir de 9 de novembro do corrente.

S/N/87 – Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista – PDT, participando que o Senhor Constituinte Amaury Müller substituirá o Senhor Constituinte Luis Salomão, temporariamente, na Comissão de Sistematização.

COMUNICAÇÕES

Do Senhor Constituinte Mauro Borges, Líder do Partido Democrata Cristão – PDC, participando que, em seus impedimentos, o Senhor Constituinte Siqueira Campos responderá pela Liderança do Partido.

Do Senhor Constituinte Messias Soares, participando que a partir de 5 de novembro do ano em curso, assume a Liderança do Partido Trabalhista Renovador – PTR, junto à Assembléia Nacional Constituinte.

Do Senhor Constituinte Inocêncio Oliveira, Líder em exercício do Partido da Frente Liberal – PFL, participando que o Senhor Deputado Antonio Carlos Mendes Thame reassume, a partir de 10 de novembro do corrente, as suas funções junto a Comissão de Sistematização.

Do Senhor Constituinte Adolfo Oliveira, Líder do Partido Liberal – PL, participando que o Senhor Constituinte Afif Domingos o substituirá, temporariamente, na Comissão de Sistematização.

PROJETO A IMPRIMIR

Projeto de Resolução nº 16-A, de 1987 (Do Sr. Álvaro Valle) – Introduz alterações no artigo 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; tendo parecer da Mesa pela aprovação, com Substitutivo.

PROJETO APRESENTADO

Projeto de Resolução nº 20, de 1987 (Do Sr. Cardoso Alves) – Altera o Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Esclarecimento à Casa sobre a finalidade da convocação da presente sessão extraordinária da Assembléia Nacional Constituinte.

DASO COIMBRA – Manifesto à Nação capeando projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ GENINO – (Questão de ordem) – Necessidade de informação ao Plenário sobre projetos de resolução anteriormente apresentados, relativos a modificações no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, e sobre tramitação do projeto de resolução apresentado pelo Constituinte Daso Coimbra.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genino.

BRANDÃO MONTEIRO (Questão de ordem) – Solicitação de esclarecimento sobre observação do disposto no art 81, § 2º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte no que concerne à tramitação do projeto de resolução apresentado pelo Constituinte Daso Coimbra.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Brandão Monteiro.

CID CARVALHO (Questão de ordem) – Projeto de resolução apresentado pelo Constituinte Daso Coimbra como meio de consolidação da Assembléia Nacional Constituinte.

AMARAL NETTO (Questão de ordem) – Caráter não-contestatório do movimento que originou o projeto de resolução apresentado pelo Constituinte Daso Coimbra.

JOSÉ LOURENÇO (Questão de ordem) – Projeto de resolução apresentado pelo Constituinte Daso Coimbra como contribuição no sentido de que o novo texto constitucional consubstancie a vontade da maioria da Nação.

GASTONE RIGHI (Questão de ordem) – Consignação do apoio da bancada do PTB ao projeto de resolução apresentado pelo Constituinte Daso Coimbra.

BRANDÃO MONTEIRO (Questão de ordem) – Direito das minorias a propor e votar matérias na Assembléia Nacional Constituinte.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (Questão de ordem) – Igualdade de condições dos Constituintes no que concerne à elaboração do texto constitucional.

AFIF DOMINGOS (Questão de ordem) – Intuito de colaboração, e não de confronto, manifestado no projeto de resolução apresentado pelo Constituinte Daso Coimbra.

HAROLDO LIMA (Questão de ordem) – Projeto de resolução apresentado pelo Constituinte Daso Coimbra como expressão de ruptura de compromissos assumidos para viabilização da Assembléia Nacional Constituinte.

ROBERTO FREIRE (Questão de ordem) – O voto do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, e não o projeto de resolução apresentado pelo Constituinte Daso Coimbra, como fator de decisão sobre o texto constitucional.

PRESIDENTE – Apelo ao Plenário no sentido de serem evitadas questões de ordem, que levam à preterição de oradores inscritos.

CARDOSO ALVES (Questão de ordem) – Apresentação de projeto de resolução pelo Constituinte Daso Coimbra como fruto de inconformismo com a atual sistemática dos trabalhos constituintes.

ROSE DE FREITAS (Questão de ordem) – Apoio ao projeto de resolução apresentado pelo Constituinte Daso Coimbra.

IV – Pequeno expediente

DOMINGOS LEONELLI (Questão de ordem) – Solicitação de retirada de inscrição para pronunciamento.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Domingos Leonelli.

JOÃO AGRIPINO – Carta do orador ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, a propósito do sentido de assinatura apostila ao projeto de resolução apresentado pelo Constituinte Daso Coimbra.

MÁRIO LIMA – Conveniência de que a modificação pretendida no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte não altere o esforço já realizado de elaboração do texto constitucional.

AMAURY MÜLLER – Indefinição da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte quanto a requerimento do orador visando à interpretação judicial do Presidente da União Democrática Ruralista – UDR, Ronald Caiado.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Amaury Müller.

HERMES ZANETI – Não encaminhamento ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte do Projeto de Decisão Constitucional nº 1, de autoria do orador. Interesses empresariais como motivo do projeto de resolução que visa a alterar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

FLORESTAM FERNANDES – Encaminhamento à Mesa do texto de autoria do orador a propósito de sua opção pelo parlamentarismo como sistema de governo Fecundidade das atividades da Comissão de Sistematização. Atitude discricionária da Maioria com relação à Minoria na Assembléia Nacional Constituinte.

ADEMIR ANDRADE – Alerta à casa sobre prováveis consequências do projeto de resolução apresentado pelo Constituinte Daso Coimbra.

ADYLSON MOTTA – Protesto contra violações do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Motivos do orador para assinar o projeto de resolução apresentado pelo Constituinte Daso Coimbra.

ANTÔNIO DE JESUS – Importância da implantação de fábrica de ácido fosfórico em Catalão, Goiás, como providência do Programa Nacional de Fertilizantes.

DJENAL GONÇALVES – Artigos do jornalista Lauro Rocha de Lima na *Gazeta de Ser-*

gipe: "A Questão dos Limites de Sergipe e da Bahia" – "A Emenda de Francisco Rollemburg", e do jornalista Bem-vindo Salles de Campos Neto no jornal **Correio de Propriá:** "Limites Sergipe – Sabia".

STÉLIO DIAS – Desilusão dos pretendentes aquisição da casa própria ante exigências da Caixa Econômica Federal.

JOAQUIM FRANCISCO – Solução apresentada pelo anteprojeto de Lei do Inquilinato para o problema habitacional da população de baixa renda.

PAES DE ANDRADE – Dívida externa nacional.

RUBEN FIGUEIRÓ – Realização de eleições gerais no País.

MAURO SAMPAIO – Carta endereçada, em 1980, pelo então Presidente da Fundação do Projeto Rondon, Sérgio Mário Pasqualini, ao Sr. João de Deus Oliveira, da Fundação Tobias Barreto, a propósito do trabalho intitulado "O Lixo Atômico e a Opção do Sal-gema Brasileiro".

EDUARDO JORGE – Critica à atuação da União Democrática Ruralista – UDR. Reivindicações dos servidores da Justiça do Trabalho.

ALIEL RODRIGUES – Matéria inserida no jornal **O Liberal**, de Belém, Estado do Pará:

"Privatização, ou simples extinção para a Enasa?"

PAULO MACARINI – Inconformismo dos suinocultores catarinenses com a política do Governo relativa ao setor.

PERCIVAL MUNIZ – Nota da Coordenação Nacional das Associações dos Servidores do DNPM/MME a propósito de reivindicações salariais.

JORGE ARBAGE – Outorga, pelo Clube de Diretores Lojistas de Belém, do diploma de Lojista do Ano ao empresário Hermógenes Conduru e da Comenda do Mérito Lojista Carlos Martins aos empresários Carlos Alcantarino, Hugo Maninho e Lauro Monteiro.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Documento do 10º Congresso Nacional dos Aposentados e Pensionistas, realizado em Cidreira, Estado do Rio Grande do Sul.

BENEDITA DA SILVA – Data nacional de Angola.

V – Comunicações das Lideranças

Não há comunicações de lideranças.

VI – Apresentação de Proposições

Francisco Dornelles.

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

NILSO SGUAREZI (Retirado pelo orador para revisão) – Adoção do parlamentarismo como sistema de governo para o País.

ANTÔNIO DE JESUS – Significado da família e necessidade de sua preservação. Riscos de dispositivo inserido no texto constitucional no sentido da dissolução do vínculo conjugal ilimitadas vezes.

FLORESTAN FERNANDES – Satisfação do orador pela vitória, na Comissão de Sistematização, do parlamentarismo como sistema de governo para o País.

VIII – Encerramento

Discurso do Senador João Menezes na sessão de 30-9-87, que se republica por haver saldo com omissões.

Discurso do Deputado Osvaldo Coelho na sessão de 28-10-87, que se republica por haver saído com omissões.

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros

ATA da 163ª Sessão, Extraordinária Noturna, Em 10 de novembro de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; e Mário Maia, Segundo-Secretário.

ÀS 21H 5MIN, COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Aíff Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Abano Franco – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arastes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyña – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valia – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Angelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de de je-

sus – PMDB; Antônio Farias – PMB; tovam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – Antônio Gaspar – PMDB; Antônio Mariz – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Delfim Netto PDS; Délvio Braz – PMDB; Denisar Ameiro – PMDB; Dionisio Dal Pra – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edmilson Valentini – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scálico – PMDB; Fanico Michiles – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde –

PMDB; Felipe Mendes – PDS; Feraz Nadar – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PL; Florestan Fernandes – PT; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jami – PFL; Gastone Righi – PTB; Genivaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Pares – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocélio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Nederlinde – PMDB; Jales Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Henmann Neto – PMDB; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripiro – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Sias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genólio – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Mauricio – PDT; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Picha – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourenço Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luis Eduardo – PFL; Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluhy Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Maduca Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mello Freire – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Derdes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seiras – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Neuto de Couto – PMDB; Niso Squarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macêdo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PC; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Munir – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Iira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Piloti – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nadel – PMDB; Sadia Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Wemeck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sóbón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Omelas PFL; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento de 406 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. MÁRIO MAIA Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Segundo-Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE OFÍCIOS

Do Sr. Constituinte José Lourenço, Líder do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 282/87-PL

Brasília 31 de outubro de 1987

Senhor Presidente:

Tendo o Senador Hugo Napoleão assumido o cargo de Ministro da Educação, indico a Vossa Excelência o nome do Deputado José Uns para Vice-Líder do Partido da Frente Liberal na Assembléia Nacional Constituinte.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração. – Deputado **José Lourenço** – Líder do PFL

Ofício nº 288/87 – PFL

Brasília, 3 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que os Parlamentares Alceni Guerra, José

Thomaz Nonô, Mário Assad e Sandra Cavalcanti deixem de integrar, a partir desta data, o Colégio de Vice-Líderes do Partido da Frente Liberal na Câmara dos Deputados e na Assembléia Nacional Constituinte.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de alto apreço e distinta consideração. – Deputado José Lourenço – Líder do PFL

Ofício nº 289/87

Brasília, 4 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, Para os devidos fins, que deixo de integrar, a partir desta data, a Comissão de Sistematização.

Em substituição ao meu nome, passo a integrar a referida Comissão, como membro efetivo, o Deputado Francisco Dornelles.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de apreço e distinta consideração. – Deputado José Lourenço – Líder do PFL.

Ofício nº 293/87-PFL

Brasília, 6 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Francisco Benjamim, PFL-BA, deixa de integrar, a partir desta data, a Comissão de Sistematização, em face de seu afastamento da cidade.

Em substituição ao seu nome passo a integrar a referida Comissão, como Membro Efetivo. Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de apreço e distinta consideração. – Deputado José Lourenço, Líder do PFL.

Ofício nº 294/87-PFL

Brasília, 6 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Jesualdo Cavalcanti, PFL-PI, deixa de integrar, a partir desta data, a Comissão de Sistematização, em face de seu afastamento da cidade.

Em substituição ao seu nome, passo a integrar a referida Comissão, como Membro Suplente, o Deputado Furtado Leite, PFL-CE

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os protestos do meu apreço e distinta consideração. – Deputado José Lourenço, Líder do PFL.

Ofício nº 295/87/PFL

Brasília, 6 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Achando-se o Deputado José Thomaz Nonô ausente desta Capital, comunico a Vossa Excelência que, durante o seu impedimento, passa o Deputado Aníbal Barcellos a substituí-lo, como Membro Efetivo, na Comissão de Sistematização.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. – Deputado José Lourenço, Líder do PFL.

Ofício nº 296/87/PFL

Brasília, 6 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Achando-se o Deputado Mendes Thame ausente desta Capital, comunico a Vossa Excelência que, durante o seu impedimento, passa o Depu-

tado Geovani Borges a substituí-lo, como Membro Efetivo, na Comissão de Sistematização.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. – Deputado José Lourenço, Líder do PFL.

Ofício nº 297-87-PFL

Brasília, 7 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Achando-se o Deputado Osvaldo Coelho ausente desta Capital, comunico a Vossa Excelência que, durante o seu impedimento, passa o Deputado Gilson Machado a substituí-lo, como Membro Efetivo, na Comissão de Sistematização.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. – Deputado José Lourenço, Líder do PFL.

Ofício nº 297/A/87-PFL

Brasília, 7 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Jalles Fontoura passa integrar a Comissão de Sistematização, a partir desta data, como Suplente, em vaga existente.

Na oportunidade, manifesto a Vossa Excelência os protestos do meu elevado apreço e consideração. – Deputado José Lourenço, Líder do PFL.

Ofício nº 298/87-PFL

Brasília, 7 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Achando-se o Deputado Aloysio Chaves ausente desta Capital, comunico a Vossa Excelência que, durante o seu impedimento, passa o Deputado Enoc Vieira a substituí-lo, como Membro Efetivo, na Comissão de Sistematização.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos do meu elevado apreço. – Deputado José Lourenço, Líder do PFL.

Ofício nº 299/87-PFL

Brasília, 7 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Benedito Gama passa integrar, como Suplente, a Comissão de Sistematização, a partir desta data, em vaga existente.

Apresento a Vossa Excelência, nesta oportunidade, protestos do meu elevado apreço. – Deputado José Lourenço, Líder do PFL.

Ofício nº 302/87-PFL

Brasília, 10 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o deputado Arnaldo Prieto acha-se ausente desta Capital.

Em consequência, e com o retomo do deputado Francisco Benjamim aos Trabalhos da Comissão de Sistematização, passo a substituir o primeiro, como membro efetivo, na referida comissão.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alto apreço e consideração. – Deputado José Lourenço, Líder do PFL.

Ofício nº 306187-PFL

Brasília, 9 de novembro de 1987

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Deputado Edme Tavares acha-se ausente, em viagem ao exterior.

Em consequência, passa o Deputado Gilson Machado a substituí-lo durante o seu impedimento.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos do meu elevado apreço e consideração. – Deputado José Lourenço, Líder do PFL.

Ofício nº 307/87-PFL

Brasília 9 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Deputado José Thomaz Nonô, volta a integrar a Comissão de Sistematização como membro efetivo, ficando o Deputado Annibal Barcelos como Suplente, na vaga do Deputado Gilson Machado, e excluído o Deputado Benito Gama.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alto apreço e consideração. – José Lourenço, Líder do PFL.

Ofício nº 308/87-PFL

Brasília, 9 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para as providências cabíveis, que o Deputado Aloysio Chaves volta a integrar a Comissão de Sistematização, como membro efetivo.

Em consequência, permanece o Deputado Enoc Vieira como Suplente, ficando o Deputado Jalles Fontoura excluído da referida Comissão.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e consideração. – José Lourenço, Líder do PFL.

Do Sr. Constituinte Brandão Monteiro, Líder do PDT, nos seguintes temos:

Ofício nº 181/87

Brasília, 7 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte César Maia para substituir o Constituinte Bocayuva Cunha, como membro Suplente da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de 9-11-87 o Constataste Bocayuva Cunha reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Brandão Monteiro, Líder do PDT.

Ofício nº 182/87

Brasília, 9 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Amaury Müller para substituir o Constituinte Bocayuva Cunha, como membro Suplente da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de 10-11-87 o Constituinte Bocayuva Cunha reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Brandão Monteiro, Líder do PDT.

Ofício nº 183/87

Brasília, 9 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Bocayuva Cunha, para substituir o Constituinte Amaury Müller, como membro Suplente da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de hoje o Constituinte Bocayuva Cunha reassume suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Ofício nº /87

Brasília, 9 de novembro de 1987

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Amaury Müller para substituir o Constituinte Luis Salomão, como membro Suplente da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de 11-11-87 o Constituinte Luis Salomão reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

COMUNICAÇÕES

Do Sr. Constituinte Mauro Borges, nos seguintes termos:

Brasília, 31 de outubro de 1987

Excelentíssimo Senhor Deputado Ulysses Guimarães Digníssimo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Nesta

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Siqueira Campos, Vice-Líder da Bancada do PDC na Constituinte, responderá pela Liderança do Partido nos meus impedimentos.

Atenciosas saudações – **Senador Mauro Borges Teixeira**, Líder do PDC.

Do Sr. Constituinte Messias Soares, nos seguintes termos:

Brasília, 5 de novembro de 1987.

Exmº Senhor
Deputado Ulysses Guimarães
DD. Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte
Em mãos.

Exmº Senhor.

Comunico a V. Exº, que, nesta data, assumo a liderança do Partido Trabalhista Renovador – PTR, na Câmara dos Deputados e na Assembléia Nacional Constituinte:

Solicito, respeitosamente, sejam tomadas as medidas cabíveis.

Atenciosamente, – **Messias Soares**, Deputado Federal Constituinte – PTR/RJ.

Do Sr. Constituinte Inocêncio Oliveira, Líder em exercício do PFL termos:

Brasília, 10 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Pelo presente, comunico a V. Ex.ª que o Deputado Mendes Thame, tendo retomada a esta capi-

tal, solicito a sua reintegração como titular desta Comissão de Sistematização.

Atenciosamente. – **Inocêncio Oliveira**, Líder em exercício do PFL.

Do Sr. Constituinte Adolfo Oliveira, Líder do PFL, nos seguintes termos:

Senhor Presidente:

Durante a apreciação do Título VII, hoje e amanhã, votará pelo PL, como titular, o Constituinte Afif Domingos, ficando o signatário como Suplente.

Sala das Reuniões, 10 de novembro de 1987. – **Adolfo Oliveira**, Líder do PL.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16-A, de 1987

(Do Sr. Alvaro, Valle)

Introduz alterações no art. 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; tendo parecer da Mesa pela aprovação, com Substitutivo.

(Projeto de Resolução nº 16, de 1987 (ANC), tendo Anexados os "Projetos de Resoluções nºs 19/87 (ANC) e 20/87 (ANC.)

Art. 1º Substitua-se no § 2º do art. 26 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte a expressão "48 horas" por "uma semana".

Art. 2º Acrescentem-se os seguintes parágrafos no art. 26 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte:

§ 4º Se foram apresentadas emendas que substituam integralmente o texto do projeto ou do substitutivo do relator, algum de seus títulos ou capítulos, elas terão preferência para votação, devendo ser subscritas pelo menos por 188 (cento e oitenta e oito) constituintes.

§ 5º Se for aprovada alguma emenda a que se refere o parágrafo anterior, o texto correspondente do projeto ou substitutivo apresentado pela Comissão de Sistematização será considerado prejudicado, assim como as emendas que lhe foram propostas.

§ 6º Na hipótese prevista pelo parágrafo anterior, haverá novo prazo de dez dias para apresentação de subemendas às emendas aprovadas, ou de emendas ao novo projeto de Constituição, devendo receber parecer da Comissão de Sistematização, no prazo de cinco dias."

Justificação

O regimento em vigor não aceita emendas que substituam integralmente o projeto do relator.

O evolver dos trabalhos da Assembléia constituinte tem mostrado não ser aquela uma norma que permita uma maior eficácia dos trabalhos. Por outro lado, se o projeto não merecer o apoio da maioria do plenário, os Constituintes ficarão tolhidos, fôcados a votar um texto que não reflete a seu pensamento, sob pena de não termos Constituição. Ou serão obrigados a remendos e ao uso de artifícios regimentais para a manifestação de sua vontade.

A proibição de apresentação de substitutivos é uma norma antidemocrática e inédita no procedimento legislativo democrático.

Sala das Sessões, de julho de 1987. – Alvaro Valia – José Carlos Countinho – José Costa – Arnaldo Prieto – Francisco Rollemburg – Oswaldo Almeida – Afif Domingos – Gustavo de Faria – Osvaldo Coelho – Flávio Rocha – Osvaldo Sobrinho – Fausto Rocha – Costa Ferreira – Matheus Jansem – Antônio Carlos Mendes Thame – Rubem Branquinho – Mauricio Campos – Leur Lomanto – Salatiel Carvalho – Hugo Napoleão – Rubem Figueiró – Luiz Roberto Ponte – Chagas Duarte – José Elias Murad – José Maria Eymael – Jesualdo Cavalcanti – Jesus Tajra – Jayme Santana – João Calmou – Narciso Mandes – Francisco Diógenes – José Guedes – Gastone Righi – Cardoso Alves – Mendes Botelho – Angelo Magalhães – José Egreja – Ottomar pinto – Roberto Jefferson – Farabulino Júnior – Dirce Tutu Quadros – Eunice Michiles – Henrique Eduardo Alves Homero Santos – Vingt Rosado – José Luiz de Sá – José Moura – Alceni Guerra – Orlando Pacheco – Ivan Sonata – César Cals Neto – Sotero Cunha – Jorge Arbage – Simão Sessim – São Menezes – Adylson Motta – Vietor Fontana – Furtado Leite – Luiz Marques – José Lins – Christóvam Chiaradia – Repito Gama – Ronaro Corrêa – Ricardo Izar – Gilson Machado – José Thomaz Nonô – Dionísio Lal-Prá – Aiyysson Paulinelli – Cláudio Avila – João Alves – Pedro Canedo – Atila Lira – Sadia Hauache – Jacy Scanagatta – Jonas Pinheiro – Luis Eduardo – João da Mata – Waldeck Ornellas – Ricardo Fiúza – Antônio Ferreira – Francisco Benjamim – José Lourenço – Edme Tavares – Antônio Ueno – Enio Ferreira – Paes Landim – Geovani Borges – Annibal Barcellos – Osmar Leitão – Sandra Cavalcanti – Mozarildo Cavalcanti – Amaral Netto – Felipe Mendes – Ruberval Pilotto – Telmo Kirst – Virgílio Galassi – Adauto Pereira – Cunha Bueno – Antônio Salim Curiati – Artenir Werner.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA

PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES RESOLUÇÃO N.º 2, DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

TITULO IV**Da Elaboração da Constituição****CAPITULO II****Do Projeto de Constituição**

Art. 26. Findo o prazo estabelecido no § 2º do artigo anterior, o Projeto de Constituição, com ou sem parecer, será incluído em Ordem do Dia, devendo o Relatar, quando for o caso, proferir o parecer oral em plenário.

§ 1º Havendo parecer, e uma vez encaminhado à Mesa, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional** Constituinte e em avulsas, sendo o projeto incluído em Ordem do Dia, obedecido o interstício de 24 (vinte e quatro) horas da distribuição dos avulsos, para sua votação em primeiro turno.

§ 2º Concluindo o parecer pela apresentação de substitutivo, os Constituintes terão, a contar de sua publicação, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar emendas, permitidas somente quando incidirem sobre dispositivos em que o substitutivo houver inovado em relação ao projeto e as emendas anteriores.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o projeto retornará à Comissão de Sistematização para emitir novo parecer, em prazo a ser fixado pela Mesa.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
N.º 19, DE 1987**

(Do Sr. José Luiz de Sá)

Dispõe sobre a votação do Projeto de Constituição, dando nova redação ao art. 27 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

(Anexado ao de n.º 16/87 (ANC).)

A Assembléia Nacional Constituinte resolve:

Art. 1º O art. 27 da Resolução nº 2, de 1987, que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacio-

nal Constituinte", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. A votação do Projeto de Constituição se fará artigo por artigo, ressalvados os destaques e as emendas.

§ 1º O encaminhamento da votação será por Título ou Capítulo abrangendo as respectivas emendas, podendo usar da palavra, uma só vez, por 5 (cinco) minutos, 4 (quatro) Constituintes devidamente inscritos. No encaminhamento da votação de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) constituintes a favor, tendo preferência o autor do requerimento, e 2 (dois) contra

§ 2º Poderão ainda encaminhar a votação os líderes partidários, por prazo que variará de 3 (três) a 20 (vinte) minutos, a ser concedido na proporção do número de membros de cada bancada, na forma do disposto no inciso II do § 29 do art. 34 deste Regimento.

§ 3º Votados os artigos de um Capítulo ou Título, votar-se-ão, em seguida, os respectivos destaques concedidos e as emendas. As emendas serão votadas em globo, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 4º As emendas com subemendas da Comissão serão votadas em globo, salvo deliberação em contrário, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou Líderes que representem este número, sendo as subemendas substitutivas ou supressivas votadas antes das respectivas emendas."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Vive a Nação uma saudável expectativa voltada para a Assembléia Nacional Constituinte. O povo aguarda com ansiedade a nova Constituição que irá consolidar o processo democrático no Brasil. Pesa, assim, sobre os Constituintes, uma responsabilidade, a de elaborar uma Carta que esteja à altura dos brasileiros, das suas aspirações e das suas necessidades, e da nação moderna, livre, soberana, econômica e socialmente desenvolvida em que desejam ver transformado o Brasil após a Nova Ordem.

Um aspecto delicado e da maior importância diz respeito ao método utilizado para a elaboração do texto constitucional. Ele não pode ser resultado do trabalho de um grupo, ou de dois ou três grupos de pessoas. Todos os Constituintes, independentemente da cor partidária, devem ter oportunidade de participar efetivamente do projeto constitucional, não só com emendas, mas também com opinião e voto.

Esta observação é importante e procedente, porque todos sabem que existe um grande número de Constituintes descontentes com a formação de pequenos grupos, que se dedicam a um trabalho paralelo. Esses grupos estão funcionando à margem da Assembléia Constituinte, com muita força e empenho, e pretendem impor um projeto de Constituição que não está sendo discutido com os demais Constituintes. Enquanto isso, embora veladamente, a grande maioria não reconhece como legítimo esse procedimento e nem aceita as posições e pensamentos dessa minoria organizada.

A maior parte dos Constituintes só participou, até agora, dos trabalhos das Subcomissões e das Comissões e sem vincular-se àqueles pequenos grupos, que procuraram influir na direção dos trabalhos, porque entendeu ser essa uma forma de agir antidemocrática e, por isso mesmo, inaceitável.

Diante de todo o exposto com fulcro no disposto no art. 81, II, do Regimento Interno, resolveu-se, **com o apoio de 94** Constituintes que a assinam, elaborar a presente proposição, que altera a redação do art. 27 da Resolução nº 2, de 1987, que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte" de modo que a votação do Substitutivo da Comissão de Sistematização seja feita **artigo por artigo**, e com os devidos destaques. Esta será a única maneira verdadeiramente democrática de se levar o trabalho da Constituinte até o final, de modo que prevaleça a vontade da maioria.

Com isto, deseja-se evitar a votação do que se poderia chamar "pacote" de imposições de um grupo minoritário de pessoas.

O processo de votação que se propõe pode ser demorado, mas é legítimo, sendo ainda a única forma de se garantir uma participação aberta de todos os Constituintes na feitura da nossa Lei Maior.

Sala das Sessões, de de 1987.
– Constituinte **José Luiz de Sá**

– PL/RS – Adolfo Oliveira – Nilson Gibson – Amílcar Moreira – José Elias Murud – Leopoldo Bessone – Eunice Michiles – Raquel Capiberibe – Arnaldo Martins – Hilário Braum – Felipe Mendes – Roberto Torres – Osmir Lima – Rodrigues Palma – Fernando Cunha – Fernando Velasco – Aroide de Oliveira – Victor Faccioni – Humberto Souto – Manuel Viana – Geraldo Campos – José Dutra – Moema São Thiago – Gonzaga Patriota Wagner Lago – Vivaldo Barbosa – Virgílio Guimarães – Koyu Iha – Eliel Rodrigues – Ruy Nedel – João Paulo – Oswaldo Almeida – Silvio Abreu – Dalton Canabrava – Solon Borges Reis – Sérgio Brito – João Rezek – Agassiz Almeida – Alberico Filho – Eraldo Tinoco – Gerson Peres – Acival Gomes – Wilma Maia – Aloísio Vasconcellos – Melo Reis – Jovanni Massini – Christóvam Chiarádia – Alysson Paulinelli – José Teixeira – Sérgio Spada – Agrípino de Oliveira Lima – Jesus Tajra – Victor Fontana – Lézio Sathler – Ezio Ferreira – Doreto Campanari Del Bosco Amaral – Gidel Dantas – Enoc Vieira – César Maia – Gabriel Guerreiro – Gustavo de Faria – Basílio Villani – Beth Azize – Vinígh Rosado – Jesualdo Cavalcanti – Cláudio Ávila – Maurício Pádua – Amaury Müller – Geovaní Borges – Nelson Seixas – Theodoro Mendes – Jacy Scanagatta – Ismael Wanderley – José Carlos Sabóia – Eraldo Trindade – Hermes Zaneti – Jose Queiroz – João de Deus Orlando Pacheco – Mussa Demes – Luiz Marques – Manoel Ribeiro – Dionísio Dal Prá – Fernando Bezerra Coelho – João Machado Rollemburg – Messias Góis – Noel de Carvalho – Manoel Castro – José Carlos Coutinho – Siqueira Campos – Carlos Cardinal – Vitor Buaiz – Aldo Arantes – Paulo Macarini (apoio)

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA COORDENAÇÃO DAS
COMISSÕES PERMANENTES**

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1987

**Dispõe sobre o Regimento
Internacional da Assembléia
Nacional Constituinte.**

TÍTULO IV

Da Elaboração da Constituição

CAPÍTULO II

Do Projeto de Constituição

Art. 27. A votação será feita por Títulos ou Capítulos, ressalvadas as emendas e os destaques concedidos.

§ 1º O encaminhamento da votação de cada Título ou Capítulo e das respectivas emendas será feita em conjunto, podendo usar da palavra, uma só vez, por 5 (cinco) minutos, 4 (quatro) Constituintes devidamente inscritos.

§ 2º Poderão, ainda, encaminhar a votação os Líderes partidários, por prazo que variará de 3 (três) a 20 (vinte) minutos, a ser concedido na proporção do número de membros de cada bancada, na forma do disposto no inciso II do § 2º do art. 34 deste Regimento.

§ 3º Votado o Título ou Capítulo, votar-se-ão, em seguida, os destaques dele concedidos. As emendas serão votadas em globo, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 4º As emendas com subemendas da Comissão serão votadas em globo, salvo deliberação em contrário, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou Líderes que representem este número, sendo as subemendas substitutivas ou supressivas votadas antes das respectivas emendas.

§ 5º No encaminhamento da votação da matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) Constituintes a favor, tendo preferência o autor do requerimento, e 2 (dois) contra.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 20, DE 1987**

(Do Sr. Cardoso Alves)

**Altera o Regimento Interno da
Assembléia Nacional Constituinte.**

(Anexado ao de nº 16/87 (ANC).)

A Assembléia Nacional Constituinte decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte o seguinte art. 27, renumerando-se os demais:

"Art. 27. Incluído o projeto na Ordem do Dia, para votação, com ou sem substitutivo, tanto em primeiro como em segundo turno é facultada à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de substitutivos e emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos, incisos e demais dis-

positivos, que serão relatadas oral e conclusivamente, em Plenário, pelo Relator da Comissão de Sistematização ou por outro parlamentar designado pela Presidência, vedada à apresentação de novas emendas ou destaques.

Parágrafo único. As emendas apresentadas com base neste artigo, até o inicio da tomada de votos da respectiva matéria, terão preferência, independentemente de votação, sobre todas as demais, que ficarão prejudicadas com sua aprovação, aplicando-se-lhes o rito previsto no § 4º do art. 64, excluído do requerimento ali exigido, bem como quaisquer outras exigências regimentais."

Art. 2º O § 2º do art. 63 do RIANC passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63.....

§ 2º A matéria destacada para votação em separado será submetida à deliberação após a votação do todo que compunha e somente, será incluída no texto constitucional se aprovada pelo voto da maioria absoluta nos termos do art. 33. Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que tenham sido destacadas para o mesmo texto"

Art. 3º Este projeto de resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Justifica a primeira parte da proposta a necessidade de garantir à Assembléia Nacional Constituinte meios de divulgar seus trabalhos e de oferecer à Nação um texto constitucional que atenda aos interesses do país, segundo o critério da maioria absoluta dos representantes do povo.

A forma sugerida adota a possibilidade de apresentação, pela maioria absoluta, de modificações que, apreciadas em rito sumaríssimo – eis que se lhe aplicam as regras do § 4º do art. 64 do Regimento –, poderão ser examinadas na mesma sessão em que forem apresentadas, revigorando, assim, o princípio universal da Soberania do Plenário.

O objetivo maior da segunda modificação é possibilitar o entendimento em torno de emendas que obtenham o

acolhimento da maioria da ANC e retirar a prevalência descabida oferecida ao Relator e à Comissão de Sistematização, por contrariar o disposto no art. 33 do Regimento Interno da ANC, ainda, da Soberania do Plenário.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1987. – **Cardoso Alves.**

Relação dos signatários do projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

José Elias (PTB) – Osvaldo Coelho (PFL) – Francisco Carneiro (PMDB) – Del Bosco Amaral (PMDB) – José Teixeira (PFL) – Sérgio Werneck (PMDB) – Virgílio Galassi (PDS) – Dalton Canabrava (PMDB) – Rosa Prata (PMDB) – Raimundo Rezende (PMDB) – Mello Reis (PDS) – Darci Pozza (PDS) – Enoc Vieira (PFL) – Messias Góis (PFL) – Manoel Castro (PFL) – Benito Gama (PFL) – Pedro Ceolin (PFL) – Bonifácio de Andrade (PDS) – Ricardo Izar (PFL) – Antônio Carlos Mendes Thame (PFL) – Jonas Pinheiro (PFL) – José Santana de Vasconcellos (PFL) – Rachid Saldanha Derzi (PMDB) – José Carlos Martinez (PMDB) – Gilson Machado (PFL) – Oswaldo Almeida (PL) – Cunha Bueno (PDS) – Jorge Vianna (PMDB) – Víctor Fontana (PFL) – Irapuan Costa Júnior (PMDB) – Paes Landim (PFL) – Fausto Rocha (PFL) – José Egreja (PTB) – Roberto Campos (PDS) – Waldeck Ornellas (PFL) – Ricardo Fiua (PFL) – Daso Coimbra – (PMDB) – Rita Furtado (PFL) – Eraldo Tinoco (PFL) – Arolde de Oliveira (PFL) – Alysson Paulinelli (PFL) – José Lins (PFL) – Ivo Cersósimo (PMDB) – Amaral Netto (PDS) – Henrique Córdova (PDS) – Jorge Arbage (PDS) – Telmo Kirst (PDS) – Adylson Motta (PDS) – Mozarildo Cavalcanti (PFL) – Theodoro Mendes (PMDB) – Marcondes Gadelha (PFL) – Jofran Frejat (PFL) – José Thomaz Nonô (PFL) – Saulo Queiroz (PFL) – Rodrigues Palma (PMDB) – Gastone Righi (PTB) – Francisco Rossi (PTB) – Valmir Campelo (PFL) – Furtado Leite – (PFL) – João Machado Rollemburg (PFL) – Victor Faccioni (PDS) – Antônio Farias (PMB) – Délia Braz (PMDB) – Francisco Rollemburg (PMDB) – Paulo Pimentel (PFL) – Christovam Chiaradia (PFL) – Djenal Gonçalves (PMDB) – Francisco Benjamim (PFL) – Simão Sessim (PFL) – João Agripino (PMDB) – José Tinoco (PFL) – José Luiz Maia (PDS) – Joaquim Sucena (PMDB) – Fernando Bezerra Coelho (PFL) – Orlando Pacheco (PFL) – João de Deus Antunes (PDT) – Antônio de Jesus (PMDB) – Salatiel Carvalho (PFL) – Milton Barbosa (PMDB) – Gidel Dantas (PMDB) – Jayme Paliarin (PT) – Eliel Rodrigues (PMDB) – Matheus lensen (PMDB) – Roberto Augusto (PTB) – Costa Ferreira (PFL) – Milton Reis (PMDB) – Marcos Lima (PMDB) – Osvaldo Bender (PDS) – Luis Eduardo (PFL) – João Natal (PMDB) – João Alves (PFL) – Roberto Balestra (PDC) – José Jorge (PFL) – Oscar Corrêa (PFL) – Joaquim Beviláqua (PTB) – Nilson Gibson (PMDB) – José Agripino (PFL) – Mussa Demes (PFL) – Inocêncio de Oliveira (PFL) – Vingt Rosado (PMDB) – Felipe Mendes (PDS) – Denizar Arneiro (PMDB) – Áureo Mello (PMDB) – Flávio Palmier da Veiga (PMDB) – Mattos Leão (PMDB) – Francisco Amaral (PMDB) – Rubem Branquinho (PMDB) – Eunice Michiles (PFL) – Mauro Sampaio (PMDB) – Marluce Pinto (PTB) – Assis Canuto (PFL) – Odacir Soares (PFL) – Átila Lira (PFL) – Aécio de Borba (PDS) – Ronaro Corrêa (PFL) – Roberto Torres (PTB) – Ottomar Pinto (PTB) – Aluyzio Teixeira (PMDB) – Antônio Salim Curiati (PDS) – Messias Soares (PTR) – Fausto Fernandes (PMDB) – José Luis de Sá (PL) – Álvaro Valle (PL) – Alarico Abib (PMDB) – Eduardo Moreira (PMDB) – Sadie Hauache (PFL) – Michel Temmer (PMDB) – Arnaldo Martins (PMDB) – Caio Pompeu (PMDB) – Ronaldo Carvalho (PMDB) – Paulo Zarzur (PMDB) – José Geraldo (PMDB) – Luis Roberto Ponte (PMDB) – Aloizio Vasconcelos (PMDB) – Nyder Barbosa (PMDB) – Álvaro Antônio (PMDB) – Expedito Machado (PMDB) – Osvaldo Sobrinho (PMDB) – José Dutra (PMDB) – Francisco Salles (PMDB) – Luis Soyer (PMDB) – Ibiratan Aguiar (PMDB) – Max Rosenmann (PMDB) – Hélio Costa (PMDB) – Henrique Eduardo Alves (PMDB) – Carlos Virgílio (PDS) – Ezio Ferreira (PFL) – Alécio Dias (PFL) – Manoel Ribeiro (PMDB) – Osmar Leitão (PFL) – Adauto Pereira (PDS) – Edison Lobão (PFL) – Gerson Camata (PMDB) – Alexandre Costa (PFL) – Alfredo Campos (PMDB) – Meira Filho (PMDB) – Raimundo Lira (PMDB) – Guilherme Palmeira (PFL) – João Castelo (PDS) – José Carlos Coutinho (PL) – Wagner Lago (PMDB) – Fábio Raunheiti (PTB) – Ferez Nader (PDT) – Nabor Júnior (PMDB) – Sérgio Brito (PFL) – Osmundo Rebouças (PMDB) – Geovani Borges (PMDB) – Annibal Barcellos (PFL) – Edme Tavares (PFL) – Arnaldo Prieto (PFL) – Albérico Cordeiro (PFL) – Manuel Viana (PFL) – Cleonâncio Fonseca (PFL) – Iberê Ferreira (PFL) – Narciso Mendes (PDS) – Siqueira Campos (PDC) – Ângelo Magalhães (PFL) – Jonival Lucas (PFL) – Jairo Carneiro (PFL) – Sotero Cunha (PDC) – Roberto Jefferson (PTB) – Manoel Moreira (PMDB) – Osmir Lima (PMDB) – Etevaldo Nogueira (PFL) – Bezerra de Melo (PMDB) – Basílio Villani (PMDB) – Jovanni Masini (PMDB) – Osvaldo Trevisan (PMDB) – Flávio Rocha (PL) – Renato Johnsson (PMDB) – Mauricio Nasser (PMDB) – Maria Lúcia (PMDB) – Márcia Kubitschek (PMDB) – Olavo Pires (PMDB) – Jalles Fontoura (PFL) – Lúcia Vânia (PMDB) – Geraldo Fleming (PMDB) – João da Mata (PFL) – Jorge Bornhausen (PFL) – Agripino de Oliveira Lima (PFL) – Luiz Marques (PFL) – João Lobo (PFL) – Jesualdo Cavalcanti (PFL) – Maria de Lourdes (PFL) – Stélio Dias (PFL) – Jaime Santana (PFL) – Lúcio Alcântara (PFL) – Nelson Sabrá (PFL) – Mário Assad (PFL) – José Viana (PMDB) – Chagas Duarte (PFL) – Ubiratan Spinelli (PDS) – Lael Varella (PFL) – Márcio Braga (PMDB) – Leur Lomanto (PFL) – Júlio Campos (PFL) – Evaldo Gonçalves (PFL) – Afif Domingos (PL) – Mário de Oliveira (PMDB) – Marcos Maciel (PFL) – Albérico Filho (PMDB) – José Elias Murad (PTB) – Artenir Werner (PDS) – Ruben Figueiró (PMDB) – Alexandre Puzyna (PMDB) – Cláudio Ávila (PFL) – Ivo Vanderlinde (PMDB) – Ruberval Pilotto (PDS) – Hilário Braun (PMDB) – Wilson Martins (PMDB) – Dionísio Dal-Prá (PFL) – Orlando Bezerra (PFL) – Francisco Dornelles (PFL) – Rubem Medina (PFL) – Joaquim Francisco (PFL) – Gustavo de Faria (PMDB) – Joaquim Haickel (PMDB) – José Lourenço (PFL) – Pedro Canedo (PFL) – Jesus Tajra (PFL) – Jacy Scanagatta (PFL) – Eraldo Trindade (PFL) – José Mendonça Bezerra (PFL) – Francisco Diógenes (PDS) – Vinícius Cansanção (PFL) – Dionísio Hage (PFL) – Erico Pegoraro (PFL) – Antônio Ferreira (PFL) – Louremberg Nunes Rocha (PMDB) – Mendes Ribeiro (PMDB) – Ismael Wanderley (PMDB) – Gerson Marcondes (PMDB) – Samir Achôa (PMDB) – Tito Costa (PMDB) – Naphtali Alves (PMDB) – Sólón Borges dos Reis (PTB) – Dirce Tutu Quadros (PTB) – Humberto Souto (PFL) – José Melo (PMDB) – Delfim Netto (PDS) – José Maranhão

(PMDB) – Farabulini Júnior (PTB) – ou deliberação do Plenário em outro sentido.
 (PMDB) – José Camargo (PFL) – Arnold Fioravante (PDS) – Jorge Leite – (PMDB) – Ervin Bonkoski (PMDB) – Antônio Ueno (PFL) – Luis Viana Neto (PMDB) – Carlos Sant'Anna (PMDB) – Fernando Gomes – (PMDB) – Raul Belem (PMDB) – Eliezer Moreira (PFL) – Victor Trovão (PFL) – Onofre Corrêa (PMDB) – Francisco Coelho (PFL) – José Moura (PFL) – Álvaro Pacheco (PFL) – Nestor Duarte (PMDB) – Silvio Abreu (PMDB) – Vieira da Silva (PDS) – Geraldo Melo (PMDB) – João Meneses (PFL) – Lavousier Maia (PDS) – Divaldo Surugay (PFL) – Helio Rosas (PMDB) – Albano Franco (PMDB) – Raquel Cândido (PFL) – Antônio Câmara (PMDB) – José Maria Eymael (PDC) – Gil Cesar (PMDB) – Roberto Vital (PMDB) – Homero Santos (PFL) – Luiz Leal (PMDB) – Leopoldo Bessone (PMDB) – Leopoldo Peres (PMDB) – Arnaldo Moraes (PMDB) – Asdrubal Bentes (PMDB) – Fernando Velasco (PMDB) – Amilcar Moreira (PMDB) – Carlos Vinagre (PMDB) – Domingos Juvenil (PMDB) – Cesar Cals Neto (PDS) – Felipe Cheidde (PMDB) – Melo Freire (PMDB) – José Freire (PMDB) – Paulo Mincarone (PMDB) – Genésio Bernardino (PMDB) – Jairo Azi (PFL) – Mario Bouchardet (PMDB).

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA COORDENAÇÃO DAS
COMISSÕES PERMANENTES**

RESOLUÇÃO N° 2, DE 1987

**Dispõe sobre o Regimento
Internacional da Assembléia
Nacional Constituinte.**

Faço saber que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

TITULO IV

Da Elaboração da Constituição

CAPÍTULO II

Do Projeto de Constituição

Art. 33. As deliberações sobre matéria constitucional serão, sempre, tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia. As demais serão tomadas por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico, salvo disposição regimental expressa

ou deliberação do Plenário em outro sentido.

CAPÍTULO V

Das Proposições

Art. 63. Admitir-se-á requerimento de destaque, para votação em separado, de partes de projeto ou de substitutivo e de emenda do grupo a que pertencer, devendo o requerimento ser apresentado, por escrito, até o início da sessão em que se der o processo de votação respectivo.

§ 2º A matéria destacada será submetida a votos, após a deliberação do projeto, do substitutivo ou do grupo de emendas a que ela pertencer.

Art. 64. Só serão admitidos requerimentos de urgência quando assinados, no mínimo:

I – pela maioria dos membros da Mesa ou de qualquer Comissão;
 II – por 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou por Líderes que representem este número:

§ 4º Poderá ser incluída na Ordem do Dia, para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada, proposição que versa matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento de 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou de Líderes que representem este número, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia, em votação nominal.

Exmº Sr.
 Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Chico Humberto, Adroaldo Streck e João de Deus Antunes, Deputados Federais do PDT, vêm expor a V. Ex.ª o que se segue para afinal requerer:

1 – Os petionários, dentro das normas usuais dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, assinaram apoio a diversos destaques e emendas dos seus pares.

2 – Ocorre que, entre as medidas de apoio normais, o signatário incluiu sua assinatura, inadvertidamente, no petitório do chamado "Centro Democrático" que objetiva alterar o Regimento Interno da ANC, para apresentação posterior de emenda substitutiva integral, com o fim de estabelecer um impasse nos trabalhos da Comissão de Sistematização e invalidar completamente a votação em Plenário do projeto constitucional.

para apresentação posterior de emenda substitutiva integral, com o fim de estabelecer um impasse nos trabalhos da Comissão de Sistematização e invalidar completamente a votação em Plenário do projeto constitucional.

3 – Como o objetivo dos signatários é votar a futura Constituição do País, sem criar impasses e percalços aos trabalhos da Assembléia Constituinte, é a presente para requerer a V. Ex.ª, considerar sem efeito suas assinaturas por ser esta a expressão da vontade dos requerentes.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 4 de novembro de 1987. – Dep. Chico Humberto – Dep. Adroaldo Streck – Dep. João de Deus Antunes.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais; a exclusão de meu nome dentre os signatários do requerimento que solicita reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 1987. – Constituinte Fernando Gasparian.

Exmº Sr.
 Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

José Fernandes, Deputado Federal do PDT, vem expor a V. Ex.ª o que se segue para afinal requerer:

1 – O petionário, dentro das normas normais usuais dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, assinou apoio a diversos destaques e emendas dos seus pares.

2 – Ocorre que, entre as medidas de apoio normais, o signatário incluiu sua assinatura, inadvertidamente, no petitório do chamado "Centro Democrático" que objetiva alterar o Regimento Interno da ANC, para apresentação posterior de emenda substitutiva integral, com o fim de estabelecer um impasse nos trabalhos da Comissão de Sistematização e invalidar completamente a votação em Plenário do projeto constitucional.

3 – Como o objetivo do signatário é votar a futura Constituição do País, sem criar impasses e percalços aos trabalhos da Assembléia Constituinte, é a presente para requerer a V. Ex.ª, considerar sem efeito sua assinatura por ser esta a expressão da vontade do requerente.

Termos em que pede deferimento.
Brasília, 4 de novembro de 1987.
– Dep. José Fernandes.

OF/GD/Nº 83/87

Brasília, 5 de novembro de 1987

Senhor Presidente,
Venho através do presente comunicar a Vossa Excelência que continuo dando meu apoio ao Manifesto do Centro Democrático.

Portanto, torno sem valor e insubstancial minha assinatura contida na comunicação feita pela Liderança do PDT.

Atenciosamente, – **João de Deus Antunes**, Constituinte.

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães:

Retirada de assinatura

Cid Sabóia de Carvalho, Senador da República, eleito pelo PMDB, representante do Estado do Ceará e, como tal, membro da Assembléia Nacional Constituinte, vem, diante de V. Ex.^a, para que surta todos os efeitos legais, esclarecer e requerer o que se segue:

a) assinou documento que visa obter modificações no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte;

b) o intento era restabelecer, após a Comissão de Sistematização, a possibilidade de poderem Deputados e Senadores apresentar novas emendas, capazes de lhes garantir uma participação sempre efetiva na elaboração da futura Constituição;

c) ocorre, no entanto que, por assim proceder, vem tendo o seu nome relacionado como integrante de grupos e movimentos aos quais, na verdade, nunca se aliou. A imprensa divulga os que assinaram como sendo conservadores, direitistas etc.

Ocorre, Sr. Presidente, que o requerente segue o programa do partido e só a ele, com exclusividade, pertence através de sua filiação e conduta, não concordando com qualquer atividade que possa enfraquecer o grêmio político que integra.

Pelo exposto requer a V. Ex.^a que não seja considerada sua assinatura para nenhum efeito, na lista a qual chegou com ânimo absolutamente diverso do que se divulga. Requer, igualmente, todas as providências admi-

nistrativas cabíveis a fim de que obtenha o que aqui roga.

Termos em que
P. deferimento.
Brasília, 6 de novembro de 1987.

– **Cid Sabóia de Carvalho**, Constituinte.

Brasília, 9 de novembro de 1987.
Senhor Presidente Ulysses Guimarães.

A fim de dirimir duvidas com relação à minha assinatura de apoioamento à proposição apresentada pelo grupo, denominado "Centrão", esclareço os pontos que definem a minha postura na Assembléia Nacional Constituinte:

1) A solidariedade que apresentei ao grupo de Parlamentares vincula-se, tão-somente, à defesa da soberania da Assembléia Nacional Constituinte, que foi eleita para elaborar a nova Constituição do Brasil;

2) Desse modo, fica evidente que não apóio nenhuma pretensão governista, e, embora sendo presidencialista, o sistema de Governo que defendo para o Brasil é bem diverso do vigente;

3) Acato muitos pontos positivos do Projeto de Constituição, pois entendo que o trabalho até agora desenvolvido, com as devidas exceções, deve ser respeitado.

Nestas condições, deixo claro o meu posicionamento, de vez que ele existe, em função da soberania do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte e, não, em atendimento a interesses ideológicos, grupais, partidários, ou de outra natureza.

Na oportunidade, renovo a V. Ex.^a meus protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Lavoisier Maia**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Na forma do que dispõe o § 1º do art. 34, combinado com o seu § 4º, ambos do Regimento Interno desta Assembléia Nacional Constituinte, requeremos a Vossa Excelência que se digne convocar, para a próxima terça-feira, dia 10 de novembro de 1987, sessão ordinária desta Assembléia, a fim de que possa ser apresentado e lido projeto de resolução assinado pela maioria dos Constituintes, que modifica o Regimento Interno da referida Assembléia.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 1987. – José Lourenço, PFL – Amaral Netto, PDS – Gastone Righi, PTB – Victor Fontana – Ricardo Fiuza – Carlos Santana – Gilson Machado – Virgílio Galassi – Mello Reis – Ro-

berto Campos – Luís Eduardo – Darcy Pozza – Jofran Frejat – Lael Varella – Ricardo Izar – Ottomar Pinto – Francisco Diógenes – Eraldo Tinoco – Christóvam Chiaradia – Jonas Pinheiro – Inocêncio Oliveira – José Santana – Oscar Corrêa – Álvaro Valle – Valmir Campelo – Francisco Dornelles – Luís Roberto Ponte – José Lins – José Egreja – Osvaldo Coelho – Afif Domingos.

Eximº Sr.
Presidente da Assembléia Nacional Constituinte
Deputado Ulysses Guimarães

Francisco Rollemberg, Senador Constituinte do PMDB, como representante do Estado de Sergipe, vem, respeitosamente, requerer, nos termos regimentais, a Vossa Excelência se digne determinar a exclusão de seu nome dentre os signatários do requerimento que originou o Projeto de Resolução nº 20, de 1987, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões da Assembléia Nacional Constituinte, 10 de novembro de 1987, – Senador **Francisco Rollemberg**.

Brasília, 10 de novembro de 1987

Exmº Sr.
Deputado Ulysses Guimarães
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte
Brasília – DF

Senhor Presidente,
Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que a minha assinatura no Requerimento de proposta de modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, foi apostila com o único e exclusivo sentido, de apoioamento à iniciativa. Não significa, em hipótese alguma, comprometimento de voto por ocasião da apreciação da matéria e, muito menos, vinculação ou participação de quaisquer espécie e natureza com o movimento denominado "Centrão".

Atenciosamente, – **João Agripino**.

Brasília, 11 de novembro de 1987

Exmº Sr.
Deputado Ulysses Guimarães
MD, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta
Senhor Presidente,
Requeiro a Vossa Excelência a retirada de meu nome do Projeto de Resolução entregue à mesa na sessão noturna da Assembléia Nacional Constituinte de 10 de novembro de 1987,

encaminhado pelo ilustre Deputado Roberto Cardoso Alves.

Sem mais, subscrevo-me, –
Deputado Constituinte **Márcio Braga.**

**PARECER DA MESA DA
ASSEMBLÉIA NACIONAL
CONSTITUINTE SOBRE
PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO
DO REGIMENTO INTERNO**

**I e II – Relatório e Voto
do Relator**

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte cumpre o disposto no art. 81, § 2º do Regimento Interno, exarando parecer sobre Projetos de Resolução apresentados nos Termos regimentais, com a finalidade de modificar a Lei Interna da Assembléia.

A Mesa elaborou substitutivo à matéria, inspirada no propósito de se valer de oportunas sugestões resultantes de contribuições recebidas através de contactos e vários entendimentos com Lideranças e Parlamentares.

O Regimento e a instituição da disciplina dos trabalhos legislativos, que assegura a livre manifestação das iniciativas e o direito de decidir democraticamente pelo voto.

Quanto à Constituinte, na presente etapa, impõe-se a celeridade, sem prejuízo da qualidade da elaboração. A celeridade é reclamada pela Nação, que necessita de definições na área política, econômica e social, em função de sua segurança, tranquilidade e desenvolvimento.

A matéria constitucional já teve longa tramitação, transitando com milhares de emendas e substitutivos pelas 24 Subcomissões, pelas 8 Comissões Temáticas, pela Comissão de Sistematização, com sucessivos aprimoramentos no Projeto, no Substitutivo nº 1, no Substitutivo nº 2 e, finalmente, no Substitutivo votado pela Comissão de Sistematização, em vias de ultimação. A maturação das emendas, dos destaques, dos debates e votações possibilita recomendável presteza na votação em Plenário.

A Mesa, certamente, terá testemunho do Plenário, de que o Substitutivo ora apresentado consubstancia abertura liberalizante com relação ao Regimento Interno, como, por exemplo, no que tange à apresentação de emendas, substitutivos e concessão de prazos. Foi por ela buscado o equilíbrio por dever e para a racionalidade na tramitação da difícil matéria.

A Mesa confia em que o Plenário confirme as propostas do substitutivo, mencionando as principais:

1) Cada Constituinte poderá apresentar três emendas e seis destaques.

Julgá a Mesa ser intérprete, no particular, de lideranças e amplos setores do Plenário por essa providência inovadora.

2) Permite-se o substitutivo a capítulo, secção e subsecção do substitutivo da Comissão de Sistematização, com 187 (cento e oitenta e sete) assinaturas. O substitutivo, como um todo, dispensará a apresentação de emendas para o mesmo fim, com economia do tempo destinado à votação, o que não é possível no atual Regimento.

3) As emendas e substitutivos receberão parecer do Relator, em prazo compatível.

4) Admissibilidade da preferência acolhida pelo Plenário, e a consequente aprovação do destaque, ensejando, nesse caso, a prejudicialidade das proposições conexas.

As razões aduzidas justificam a apresentação do seguinte substitutivo aos Projetos de Resolução nºs 16/87, 19/87 e 20/87:

III – Parecer da Mesa

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, na reunião de hoje, presentes os Senhores Constituintes Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente (relator); Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente; Marcelo Cordeiro, 1º-Secretário; Mário Maia, 2º-Secretário, e Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário, ao apreciar os Projetos de Resolução nºs 16, de 1987, do Constituinte Álvaro Valle, que "introduz alterações no art. 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", 19, de 1987, do Constituinte José Luiz de Sá, que "dispõe sobre a votação do Projeto de Constituição, dando nova redação ao art. 27 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", e 20, de 1987, do Constituinte Cardoso Alves, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", aprovou o parecer do relator, que concluiu pela apresentação de substitutivo.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 1987. – Constituinte Ulysses Guimarães. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

**SUBSTITUTIVO APRESENTADO
PELO RELATOR**

Art. 1º É facultado a cada Constituinte, após publicado o substitutivo da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 3 (três) emendas e 6 (seis) destaques.

§ 1º O destaque deve incidir sobre cada emenda de substitutivo, total ou parcialmente.

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer capítulo ou subseção do substitutivo, somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

§ 3º As Disposições Transitórias poderá ser oferecida emenda substitutiva.

Art. 2º Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulso, o substitutivo da Comissão de Sistematização, abrir-se-á prazo de 72 (setenta e duas) horas para recebimento de emendas ou substitutivo na forma do artigo anterior.

§ 1º O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria.

§ 2º Nas 72 (setenta e duas) horas que se seguirem à publicação do parecer, poderão ser apresentados requerimentos de destaque, desde que subscritos por 6 (seis) Constituintes.

Art. 3º Votar-se-á em primeiro lugar o Título seguido do grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 1º Aprovado o Título, nos termos do **caput** do art. 27 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, será submetido à votação do Plenário requerimento de destaque sobre matéria constante do mesmo título.

§ 2º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 56 (cinquenta e seis) Constituintes e apresentado até às 18 (dezito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título.

§ 3º Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver maior número de subscritores.

§ 4º As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas.

§ 5º Ausente o autor do requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário.

§ 6º No encaminhamento de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 3 (três) Constituintes: um a favor, tendo preferência o autor do destaque, um contra e o Relator.

§ 7º A votação será realizada na ordem crescente dos títulos e de seus

ilegível artigos, não se admitindo requerimentos de preferência de um Título, Capítulo, Seção ou Subseção sobre outro.

§ 8º No início da votação de cada Título poderão falar os Líderes ou os Constituintes por eles indicados, sendo facultado:

a) ao partido com mais de 200 membros.....	10
b) ao partido com mais de 100 e menos de 200 membros.....	05
c) ao partido com até 100 membros.....	03

Art. 4º Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, a fim de ser elaborada a redação do vencido para o segundo turno, no prazo de até 10 (dez) dias.

Art. 5º Recebido o parecer da Comissão, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo a matéria incluída em Ordem do Dia, até 5 (cinco) dias, para discussão em segundo turno, vedada a apresentação de novas emendas, salvo as supressivas e as destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, ou de redação para correção de linguagem.

§ **ilegível** cada orador poderá falar por **ilegível** minutos, uma única vez, e os **ilegível** por 20 (vinte) minutos.

§ 2º Encerrada a discussão, com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização que sobre ela emitirá parecer no prazo de até 5 (cinco) dias.

§ 3º Recebido o parecer da Comissão, publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, será o projeto incluído em Ordem do Dia para votação em segundo turno.

§ **ilegível** Concluída a votação com emendas retornará a matéria à Comissão de Sistematização que, no prazo de 3 (três) dias, oferecerá a redação final.

§ **ilegível** Apresentada à Mesa a redação final, far-se-á sua publicação no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo incluída em Ordem do Dia para votação em turno único no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. No encaminhamento da votação, poderá usar da palavra uma única vez, por 5 (cinco) minutos, um representante de cada Partido.

§ **ilegível** Será dispensada a redação final se o texto do projeto for aprova-

do, em segundo turno, sem destaques ou emendas.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 1987. — **Mauro Benevides**, 1º — Vice-Presidente, Relator.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20, de 1987

(Do Sr. Cardoso Alves)

Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

(À Mesa.)

A Assembléia Nacional Constituinte decreta:

Art 1º Acrescente-se ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte o seguinte art. 27, renumerando-se os demais:

"Art. 27. Incluído o projeto na Ordem do Dia, para votação, com ou sem substitutivo, tanto em primeiro como em segundo turno é facultada à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de substitutivos e emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, secções, artigos, parágrafos, incisos e demais dispositivos, que serão relatadas oral e conclusivamente, em Plenário, pelo Relator da Comissão de Sistematização ou por outro parlamentar designado pela Presidência, vedada a apresentação de novas emendas ou destaques.

Parágrafo único. As emendas apresentadas com base neste artigo, até o início da tomada de votos da respectiva matéria, terão preferência, independentemente de votação, sobre todas as demais, que ficarão prejudicadas com sua aprovação, aplicando-se-lhes o rito previstos no § 4º do art. 64, excluído do requerimento ali exigido, bem como quaisquer outras exigências regimentais."

Art. 2º O § 2º do art. 63 do RIANC passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63.

§ 2º A matéria destacada para votação em separado será submetida à deliberação após a votação do todo que compunha e somente será incluída no texto constitucional se aprovada pelo voto da maioria absoluta nos termos do art 33. Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que tenham sido destacadas para o mesmo texto."

Art. 3º Este projeto de resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Justifica a primeira parte da proposta a necessidade de garantir à Assembléia Nacional Constituinte meios de divulgar seus trabalhos e de oferecer à Nação um texto constitucional que atenda aos interesses do País, segundo o critério da maioria absoluta dos representantes do povo.

A forma sugerida adota a possibilidade de apresentação, pela maioria absoluta, de modificações que, apreciadas em rito sumaríssimo — eis que se lhe aplicam as regras do § 4º do art. 64 do Regimento —, poderão ser examinadas na mesma sessão em que forem apresentadas, revigorando, assim, o princípio universal da soberania do Plenário.

O objetivo maior da segunda modificação é possibilitar o entendimento em torno de emendas que obtenham o acolhimento da maioria da ANC e retirar a prevalência descabida oferecida ao Relator e à Comissão de Sistematização, por contraria o disposto no art. 33 do Regimento Interno da ANC, ainda, da soberania do Plenário.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1987. — **Cardoso Alves**.

Relação dos signatários do projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte

José Elias (PTB) — Osvaldo Coelho (PFL) — Francisco Carneiro (PMDB) — Del Bosco Amaral (PMDB) — José Teixeira (PFL) — Sérgio Werneck (PMDB) — Virgílio Galassi (PDS) — Dalton Canabrava (PMDB) — Rosa Prata (PMDB) — Raimundo Rezende (PMDB) — Mello Reis (PDS) — Darci Pozza (PDS) — Enoc Vieira (PFL) — Messias Góis (PFL) — Manoel Castro (PFL) — Benito Gama (PFL) — Pedro Ceolin (PFL) — Bonifácio de Andrade (PDS) — Ricardo Izar (PFL) — Antoniocaldos Mendes Thame (PFL) — Jonas Pinheiro (PFL) — José Santana de Vasconcellos (PFL) — Rachid Saldanha Derzi (PMDB) — José Carlos Martinez (PMDB) — Gilson Machado (PFL) — Oswaldo Almeida (PL) — Cunha Bueno (PDS) — Jorge Vianna (PMDB) — Victor Fontana (PFL) — Irapuan Costa Júnior (PMDB) — Paes Landim (PFL) — Fausto Rocha (PFL) — José Egreja (PTB) — Roberto Campos (PDS) — Waldeck Ornelas (PFL) — Ricardo Fiúza (PFL) — Daso Coimbra — (PMDB) — Rita Furtado (PFL) — Eraldo Tinoco (PFL) — Arolde de Oliveira (PFL) — Alysson Paulinelli (PFL) — José Lins (PFL) — Ivo Cersósimo (PMDB) — Amaral Netto (PDS) — Henrique Córdova (PDS) — Jorge Arbage (PDS) — Telmo Kirst (PDS) — Adylson Motta (PDS) — Mozarildo Cavalcanti (PFL) — Theodoro Mendes (PMDB) — Marcondes Gadelha (PFL) — Jofran Frejat (PFL) — José Thomaz Nonô (PFL) — Saulo Queiróz (PFL) — Rodrigues Palma (PMDB) — Gastone Righi (PTB) — Francisco Rossi (PTB) — Valmir Campelo (PFL) — Furtado Leite — (PFL) — João Machado Rollemburg (PFL) — Victor Faccioni (PDS) — Antonio Farias (PMB) — Délia Braz (PMDB) — Francisco Rollemburg (PMDB) — Paulo Pimentel (PFL) — Christovam Chiaradia (PFL) — Djenal Gonçalves (PMDB) — Francisco Benjamim (PFL) — Simão Sessim (PFL) — João Agripino (PMDB) — José Tinoco (PFL) — José Luiz Maia (PDS) — Joaquim Sucena (PMDB) — Fernando Bezerra Coelho (PMDB) — Orlando Pacheco (PFL) — João de Deus Antunes (PDT) — Antonio de Jesus (PMDB) — Salatiel Carvalho (PFL) — Milton Barbosa (PMDB) — Gidel Dantas (PMDB) — Jayme Paliarin (PT) — Eiel Rodrigues (PMDB) — Matheus Iensen (PMDB) — Roberto Augusto (PTB) — Costa Ferreira (PFL) — Milton Reis (PMDB) — Marcos Lima (PMDB) — Osvaldo Bender (PDS) — Luis Eduardo (PFL) — João Natal (PMDB) — João Alves (PFL) —

Roberto Balestra (PDC) – José Jorge (PFL) – Oscar Corrêa (PFL) – Joaquim Beviláqua (PTB) – Nilson Gibson (PMDB) – José Agripino (PFL) – Mussa Demes (PFL) – Inocêncio de Oliveira (PFL) – Vingt Rosado (PMDB) – Felipe Mendes (PDS) – Denizar Ameiro (PMDB) – Áureo Mello (PMDB) – Flávio Palmier da Veiga (PMDB) – Mattos Leão (PMDB) – Francisco Amaral (PMDB) – Rubem Branquinho (PMDB) – Eunice Michiles (PFL) – Mauro Sampaio (PMDB) – Marluce Pinto (PTB) – Assis Canuto (PFL) – Odacir Soares (PFL) – Átila Lira (PFL) – Aécio de Borba (PDS) – Ronaro Corrêa (PFL) – Roberto Torres (PTB) – Ottomar Pinto (PTB) – Aluyzio Teixeira (PMDB) – Antonio Salim Curiati (PDS) – Messias Soares (PMDB) – Fausto Fernandes (PMDB) – José Luis de Sá (PL) – Álvaro Valle (PL) – Alarico Abib (PMDB) – Eduardo Moreira (PMDB) – Sadie Hauache (PFL) – Michel Temmer (PMDB) – Arnaldo Martins (PMDB) – Caio Pompeu (PMDB) – Ronaldo Carvalho (PMDB) – Paulo Zarzur (PMDB) – José Geraldo (PMDB) – Luis Roberto Ponte (PMDB) – Aloizio Vasconcelos (PMDB) – Nyder Barbosa (PMDB) – Álvaro Antonio (PMDB) – Expedito Machado (PMDB) – Osvaldo Sobrinho (PMDB) – José Dutra (PMDB) – Francisco Salles (PMDB) – Luis Soyer (PMDB) – Ubiratan Aguiar (PMDB) – Max Rosenmann (PMDB) – Hélio Costa (PMDB) – Henrique Eduardo Alves (PMDB) – Carlos Virgílio (PDS) – Ezio Ferreira (PFL) – Alécio Dias (PFL) – Manoel Ribeiro (PMDB) – Osmar Leitão (PFL) – Adauto Pereira (PDS) – Edison Lobão (PLF) – Gerson Camata (PMDB) – Alexandre Costa (PFL) – Alfredo Campos (PMDB) – Meira Filho (PMDB) – Raimundo Lira (PMDB) – Guilherme Palmeira (PFL) – João Castelo (PDS) – José Carlos Coutinho (PL) – Wagner Lago (PMDB) – Fábio Raunheitti (PTB) – Ferez Nader (PDT) – Nabor Júnior (PMDB) – Sérgio Brito (PFL) – Osmundo Rebouças (PMDB) – Geovani Borges (PFL) – Annibal Barcellos (PFL) – Edme Tavares (PFL) – Arnaldo Prieto (PFL) – Albérico Cordeiro (PFL) – Manuel Viana (PFL) – Cleônâncio Fonseca (PFL) – Iberê Ferreira (PFL) – Narciso Mendes (PDS) – Siqueira Campos (PDC) – Ângelo Magalhães (PFL) – Jonival Lucas (PFL) – Jairo Carneiro (PFL) – Sotero Cunha (PDC) – Roberto Jefferson (PTB) – Manoel Moreira (PMDB) – Osmir Lima (PMDB) – Etevaldo Nogueira (PFL) – Bezerra de Melo (PMDB) – Osvaldo Trevisan (PMDB) – Flávio Rocha (PL) – Renato Johnsson (PMDB) – Mauricio Nasser (PMDB) – Maria Lúcia (PMDB) – Márcia Kubitschek (PMDB) – Olavo Pires (PMDB) – Jalles Fontoura (PFL) – Lúcia Vânia (PMDB) – Geraldo Fleming (PMDB) – João da Mata (PFL) – Jorge Bornhausen (PFL) – Agripino de Oliveira Lima (PFL) – Luiz Marques (PFL) – João Lobo (PFL) – Jesualdo Cavalcanti (PFL) – Maria de Lourdes (PFL) – Stélio Dias (PFL) – Jaime Santana (PFL) – Lúcio Alcântara (PFL) – Nelson Sabrá (PFL) – Mário Assad (PFL) – José Viana (PMDB) – Chagas Duarte (PFL) – Ubiratan Spinelli (PDS) – Lael Varella (PFL) – Márcio Braga (PMDB) – Leur Lomanto (PFL) – Júlio Campos (PFL) – Evaldo Gonçalves (PFL) – Afif Domingos (PL) – Mário de Oliveira (PMDB) – Marcos Maciel (PFL) – Albérico Filho (PMDB) – José Elias Murad (PTB) – Artenir Werner (PDS) – Ruben Figueiró (PMDB) – Ale-

xandre Puzyna (PMDB) – Cláudio Ávila (PFL) – Ivo Vanderlinde (PMDB) – Ruberval Pilotto (PDS) – Hilário Braun (PMDB) – Wilson Martins (PMDB) – Dionísio DalPrá (PFL) – Orlando Bezerra (PFL) – Francisco Dornelles (PFL) – Rubem Medina (PFL) – Joaquim Francisco (PFL) – Gustavo de Faria (PMDB) – Joaquim Haickel (PMDB) – José Lourenço (PFL) – Pedro Canedo (PFL) – Jesus Tagra (PFL) – Jacy Scanagatta (PFL) – Eraldo Trindade (PFL) – José Mendonça Bezerra (PFL) – Francisco Diógenes (PDS) – Vinícius Cansanção (PFL) – Dionísio Hage (PFL) – Erico Pegoraro (PFL) – Antonio Ferreira (PFL) – Louremberg Nunes Rocha (PMDB) – Mendes Ribeiro (PMDB) – Ismael Wanderley (PMDB) – Gerson Marcondes (PMDB) – Samir Achôa (PMDB) – Tico Costa (PMDB) – Naphtali Alves (PMDB) – Sólón Borges dos Reis (PTB) – Dirce Tutu Quadros (PTB) – Humberto Souto (PFL) – José Melo (PMDB) – Delfim Netto (PDS) – José Maranhão (PMDB) – Farabulini Júnior (PTB) – Maluly Neto (PFL) – João Resek (PMDB) – José Camargo (PFL) – Arnold Fioravante (PDS) – Jorge Leite (PMDB) – Ervin BonKoski (PMDB) – Antonio Ueno (PFL) – Luis Viana Neto (PMDB) – Carlos Sant'Anna (PMDB) – Fernando Gomes (PMDB) – Raul Belém (PMDB) – Eliezer Moreira (PFL) – Victor Trovão (PFL) – Onofre Corrêa (PMDB) – Francisco Coelho (PFL) – José Moura (PFL) – Álvaro Pacheco (PFL) – Nestor Duarte (PMDB) – Silvio Abreu (PMDB) – Vieira da Silva (PDS) – Geraldo Melo (PMDB) – João Menezes (PFL) – Lavousier Maia (PDS) – Divaldo Suruagy (PFL) – Helio Rosas (PMDB) – Albano Franco (PMDB) – Raquel Cândido (PFL) – Antonio Câmara (PMDB) – José Maria Eymael (PDC) – Gil Cesar (PMDB) – Roberto Vital (PMDB) – Homero Santos (PFL) – Luiz Leal (PMDB) – Leopoldo Bessone (PMDB) – Leopoldo Peres (PMDB) – Arnaldo Moraes (PMDB) – Asdrubal Bentes (PMDB) – Fernando Velasco (PMDB) – Amilcar Moreira (PMDB) – Carlos Vinagre (PMDB) – Domingos Juvenil (PMDB) – Cesar Cals Neto (PDS) – Felipe Cheidde (PMDB) – Melo Freire (PMDB) – José Freire (PMDB) – Paulo Mincarone (PMDB) – Genésio Bernardino (PMDB) – Jairo Azi (PFL) – Mário Bouchardet (PMDB).

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Faço saber que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

TÍTULO IV

Da Elaboração da Constituição

CAPÍTULO II

Do Projeto de Constituição

Art. 33. As deliberações sobre matéria constitucional serão, sempre, tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia. As demais serão tomadas por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico, salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido.

CAPÍTULO V

Das Proposições

Art. 63. Admitir-se-á requerimento de destaque, para votação em separado, de partes de projeto ou de substitutivo e de emenda do grupo a que pertencer, devendo o requerimento ser apresentado, por escrito, até o início da sessão em que se der o processo de votação respectivo.

§ 2º A matéria destacada será submetida a votos, após a deliberação do projeto, do substitutivo ou do grupo de emendas a que ela pertencer.

Art. 64. Só serão admitidos requerimentos de urgência quando assinados, no mínimo:

I – pela maioria dos membros da Mesa ou de qualquer Comissão;

II – por 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou por Líderes que representem este número.

§ 4º Poderá ser incluída na Ordem do Dia, para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada, proposição que versa matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento de 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou de Líderes que representem este número, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia, em votação nominal.

Exmo Sr.

Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Chico Humberto, Adroaldo Streck e João de Deus Antunes, Deputados Federais do PDT, vêm expor a V. Ex.^a o que se segue para afinal requerer:

1 – Os petionários, dentro das normas usuais dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, assinaram apoio a diversos destaques e emendas dos seus pares.

2 – Ocorre que, entre as medidas de apoio normais, os signatários incluíram suas assinaturas, inadvertidamente, no petitório do chamado “Centro Democrático” que objetiva alterar o Regimento Interno da ANC, para apresentação posterior de emenda substitutiva integral, com o fim de estabelecer um impasse nos trabalhos da Comissão de Sistematização e invalidar completamente a votação em Plenário do projeto constitucional.

3 – Como o objetivo dos signatários é votar a futura Constituição do País, sem criar impasses e percalços aos trabalhos da Assembléia Constituinte, é a presente para requerer a V. Ex.^a, considerar sem efeito suas assinaturas por ser esta a expressão da vontade dos requerentes.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 4 de novembro de 1987. –

Dep. Chico Humberto – Dep. Adroaldo Streck – Dep. João de Deus Antunes.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, a exclusão de meu nome dentre os signatários do requerimento que solicita reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 1987. – Constituinte **Fernando Gasparian**.

Exmº Sr.

Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

José Fernandes, Deputado Federal do PDT, vem expor a V. Ex.^a o que se segue para afinal requerer:

1 – O petionário, dentro das normas normais usuais dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, assinou apoio a diversos destaques e emendas dos seus pares.

2 – Ocorre que, entre as medidas de apoio a normas, o signatário incluiu sua assinatura, inadvertidamente, no petitório do chamado "Centro Democrático" que objetiva alterar o Regimento Interno da ANC, para apresentação posterior de emenda substitutiva integral, com o fim de estabelecer um impasse nos trabalhos da Comissão de Sistematização e invalidar completamente a votação em Plenário do projeto constitucional.

3 – Como o objetivo do signatário é votar a futura Constituição do País, sem criar impasses e percalços aos trabalhos da Assembléia Constituinte, é a presente para requerer a V. Ex.^a, considerar sem efeito sua assinatura por ser esta a expressão da vontade do requerente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 4 de novembro de 1987. –

Dep. José Fernandes.

OF/GD/Nº 83/87

Brasília, 5 de novembro de 1987.

Senhor Presidente,

Venho através do presente comunicar a Vossa Excelência que continuo dando meu apoio ao Manifesto do Centro Democrático.

Portanto, tomo sem valor e insubstancial minha assinatura contida na comunicação feita pela Liderança do PDT.

Atenciosamente, – **João de Deus Antunes**, Constituinte.

Exmº Sr.

Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães:

Retirada de assinatura

Cid Sabóia de Carvalho, Senador da República, eleito pelo PMDB, representante do Estado do Ceará e, como tal, membro da Assembléia Nacional Constituinte, vem, diante de V. Ex.^a, para que

surtar todos os efeitos legais, esclarecer e requerer o que se segue:

a) assinou documento que visa obter modificações no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte;

b) o intento era restabelecer, após a Comissão de Sistematização, a possibilidade de poderem Deputados e Senadores apresentar novas emendas, capazes de lhes garantir uma participação sempre efetiva na elaboração da futura Constituição;

c) ocorre, no entanto que, por assim proceder, vem tendo o seu nome relacionado como integrante de grupos e movimentos aos quais, na verdade, nunca se aliou. A Imprensa divulga os que assinaram como sendo conservadores, direitistas etc.

Ocorre, Sr. Presidente, que o requerente segue o programa do partido e só a ele, com exclusividade, pertence através de sua filiação e conduta, não concordando com qualquer atividade que possa enfraquecer o grêmio político que integra.

Pelo exposto requer a V. Ex.^a que não seja considerada sua assinatura para nenhum efeito, na lista a qual chegou com ânimo absolutamente diverso do que se divulga. Requer, igualmente, todas as providências administrativas cabíveis a fim de que obtenha o que aqui roga.

Termos em que

P. deferimento.

Brasília, 6 de novembro de 1987. –

Cid Sabóia de Carvalho, Constituinte.

Brasília, 9 de novembro de 1987

Senhor Presidente Ulysses Guimarães

A fim de dirimir dúvidas com relação à minha assinatura de apoio à proposição apresentada pelo grupo, denominado "Centrão", esclareço os pontos que definem a minha postura na Assembléia Nacional Constituinte:

1) a solidariedade que apresentei ao grupo de Parlamentares vincula-se, tão-somente, à defesa da soberania da Assembléia Nacional Constituinte, que foi eleita para elaborar a nova Constituição do Brasil;

2) desse modo, fica evidente que não apóio nenhuma pretensão governista, e, embora sendo presidencialista, o sistema de Governo que defendi para o Brasil é bem diverso do vigente;

3) acato muitos pontos positivos do Projeto de Constituição, pois entendo que o trabalho até agora desenvolvido, com as devidas exceções, deve ser respeitado.

Nestas condições, deixo claro o meu posicionamento, de vez que ele existe, em função da soberania do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, não, em atendimento a interesses ideológicos, grupais, partidários, ou de outra natureza.

Na oportunidade, renovo a V. Ex.^a meus protestos de elevada estima e distinta consideração, Senador **Lavoisier Maia**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Na forma do que dispõe o § 1º do art. 34, combinado com o seu § 4º, ambos do Regimento Interno desta Assembléia Nacional Constituinte, requeremos a Vossa Excelência que se digne convocar, para a próxima terça-feira, dia 10 de novembro de 1987, sessão ordinária desta Assembléia, a fim de que possa ser apresentado e lido projeto de resolução assinado pela maioria dos

Constituintes, que modifica o Regimento Interno da referida Assembléia.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 1987. – José Lourenço, PFL – Amaral Neto, PDS – Gastone Righi, PTB – Victor Fontana – Ricardo Fiúza – Carlos Santana – Gilson Machado – Virgílio Galassi – Mello Reis – Roberto Campos – Luís Eduardo – Darcy Possa – Jofran Frejat – Lael Varella – Ricardo Izar – Ottomar Pinto – Francisco Diógenes – Eraldo Tinoco – Christóvam Chiaradia – Jonas Pinheiro – Inocêncio Oliveira – José Santana – Oscar Corrêa – Álvaro Valle – Valmir Campelo – Francisco Dornelles – Luís Roberto Ponte – José Lins – José Egrela – Osvaldo Coelho – Afif Domingos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está finda a leitura do expediente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa informa que foi convocada a presente sessão extraordinária a requerimento de lideranças parlamentares, alegando que esse pleito tinha por objeto, na referida sessão extraordinária, a apresentação de uma resolução assinada – como textualmente consta aqui do documento – pela maioria dos Constituintes, que modifica o Regimento Interno da referida Assembléia. O objetivo, portanto, é que este documento, se entenderem os seus signatários, seja apresentado para que, posteriormente, os procedimentos regimentais, consignados no Capítulo II, art. 81 do Regimento, tenham curso.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

MANIFESTO À NAÇÃO

A situação do País é motivo de preocupação de todos que se sentem responsáveis pelo destino da Nação brasileira, principalmente os detentores de mandato popular.

O País espera uma Constituição moderna e duradoura que lhe assegure uma política de desenvolvimento com liberdade, cuja meta seja o homem, baseada na livre iniciativa da pessoa humana, como força propulsora do progresso, e na igualdade de oportunidades, como fundamento de uma vida digna e pacífica para todos.

A persistir a atual sistemática de trabalho, subordinada a fatores casuísticos e transitórios, a Nação corre sério risco de continuar paralisada, a esperar de definições institucionais que lhe imprimam confiança, segurança, eficiência e tranquilidade.

O tempo é de ação da maioria da Assembléia Nacional Constituinte, maioria que representa, efetivamente, o espírito e o retrato da sociedade moderada que a elegeu.

Precisamos resgatar os compromissos de bom senso e de coerência assumidos com a sociedade, durante a campanha eleitoral, despreocupados com rótulos. É necessário prover o País de um texto constitucional claro e flexível que reduza os tentáculos do Estado, crie abertura para maior participação de todos na gerência dos negócios públicos, enseje meios de ampliação das oportunidades de bem-estar social, através da liberdade de empreender pessoalmente e de

investir empresarialmente, gerando frutos para os trabalhadores brasileiros, bem como para toda a nossa população.

Assim, visando tranquilizar a Nação, a maioria absoluta dos Constituintes, (palmas) independentemente de siglas partidárias, de afirmações ideológicas, regionais ou pessoais, sem compromisso coletivo com sistema de governo ou vinculação com qualquer grupo ou instituição externa ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, e sem pretender a substituição global do projeto, ora em votação na Comissão de Sistematização, propõe, como meio de realizar seus propósitos, a reforma do Regimento Interno, única maneira de fazer respeitar e cumprir o mandato que o povo lhe confiou. Compromete-se, portanto, a maioria, entre si e perante este povo, a envidar seus esforços com diligência incansável, para dotar o País de uma Constituição digna da sua grandeza histórica. (palmas.)

Sr. Presidente, passo a ler, para conhecimento da Casa e registro desta Mesa, o Projeto de Resolução que estamos encaminhando, acompanhado de 319 assinaturas dos Srs. Constituintes (Palmas), que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 1987.

Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

A Assembléia Nacional Constituinte decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte o seguinte artigo 27, renumerando-se os demais:

"Art 27. Incluído o Projeto na Ordem do Dia, para votação, com ou sem substitutivo, tanto em primeiro como em segundo turno, é facultada à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de substitutivos e emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, secções, artigos, parágrafos, incisos e demais dispositivos, que serão relatados oral e conclusivamente, em Plenário, pelo Relator da Comissão de Sistematização ou por outro parlamentar designado pela Presidência, vedada a apresentação de novas emendas ou destaque.

Parágrafo único. As emendas apresentadas com base neste artigo, até o início da tomada de votos da respectiva matéria, terão preferência, independentemente de votação, sobre todas as demais, que ficarão prejudicadas com sua aprovação, aplicando-se-lhes o rito previsto no § 4º, do art. 64, excluído do requerimento ali exigido, bem como quaisquer outras exigências regimentais."

Art. 2º O § 2º, do art. 63, do RIANC, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63.

§ 2º A matéria destacada para votação em separado será submetida à deliberação após a votação do todo que compunha e somente será incluída no texto constitucional se aprovada pelo voto da maioria absoluta nos termos do art. 33. Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que tenham sido destacadas para o mesmo texto."

Art. 3º Este Projeto de Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Justifica a primeira parte da proposta a necessidade de garantir à Assembléia Nacional Constituinte meios de divulgar seus trabalhos e de oferecer à Nação um texto constitucional que atenda aos interesses do País, segundo o critério da maioria absoluta dos representantes do povo.

A forma sugerida adota a possibilidade de apresentação, pela maioria absoluta, de modificações que, apreciadas em rito sumaríssimo – eis que se lhe aplicam as regras do § 4º do art. 64 do Regimento – poderão ser examinadas na mesma sessão em que forem apresentadas, revigorando, assim, o princípio universal da soberania do Plenário.

O objetivo maior da segunda modificação é possibilitar o entendimento em torno de emendas que obtenham o acolhimento da maioria da ANC e retirar a prevalência descabida oferecida ao Relator e à Comissão de Sistematização, por contrariar o disposto no art. 33 do Regimento Interno da ANC, ainda, da soberania do Plenário.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 1987. – **Cardoso Alves.**

Sr. Presidente, seguem-se, coletadas em 72 páginas, as assinaturas de 319 Constituintes.

Era o que tínhamos a dizer. (Palmas.)

RESOLUÇÃO QUE ALTERA O REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Adauto Pereira – PDS	Aroaldo Bentes – PMDB
Adroaldo Streck – PDT	Artenir Wenner – PDS
Adylson Motta – PDS	Asdrubal Bentes – PMDB
Aécio de Borba – PDS	Assis Lira – PFL
Afif Domingos – PL	Assis Canuto – PFL
Agripino de Oliveira Lima – PFL	Áureo Mello – PMDB
Alarico Abib – PMDB	Basilio Villani – PMDB
Albano Franco – PMDB	Benito Gama – PFL
Albérico Cordeiro – PFL	Bezerra de Melo – PMDB
Albérico Filho – PMDB	Bonifácio de Andrada – PDS
Alécio Dias – PFL	Caio Pompeu – PMDB
Alexandre Costa – PFL	Cardoso Alves – PMDB
Alexandre Pazyna – PMDB	Carlos Sant'Anna – PMDB
Alfredo Campos – PMDB	Carlos Vinagre – PMDB
Aloísio Vasconcelos – PMDB	Carlos Virgílio – PDS
Aloysio Teixeira – PMDB	Chagas Duarte – PFL
Álvaro Antônio – PMDB	Chico Humberto – PDT
Álvaro Pachedo – PFL	Christóvam Chiaradia – PFL
Álvaro Valle – PL	Cid Sabóia de Carvalho – PMDB
Alysson Paulinelli – PFL	Cláudio Ávila – PFL
Amaral Netto – PDS	Cleonâncio Fonseca – PFL
Amilcar Moreira – PMDB	Costa Ferreira – PFL
Ângelo Magalhães – PFL	Chunha Bueno – PDS
Annibal Barcellos – PFL	Dálton Canabrava – PMDB
Antônio Câmara – PMDB	Darcy Pozza – PDS
Antônio Carlos Mendes Thame – PFL	Daso Coimbra – PMDB
Antônio de Jesus – PMDB	Del Bosco Amaral – PMDB
Antônio Farias – PMB	Delfim Netto – PDS
Antônio Ferreira – PFL	Délio Braz – PMDB
Antônio Salim Curiati – PDS	Denis Arneiro – PMDB
Antônio Ueno – PFL	Dionísio Dal Prá – PFL
Arnaldo Martins – PMDB	Dionísio Hage – PFL
Arnaldo Moraes – PMDB	Dirce Tutu Quadros – PTB
Arnaldo Prieto – PFL	Divaldo Suruagy – PFL
Arnold Fioravante – PDS	Djenal Gonçalves – PMDB
	Domingos Juvenil – PMDB
	Edison Lobão – PFL
	Edme Tavares – PFL
	Eduardo Moreira – PMDB
	Eliel Rodrigues – PMDB
	Eliezer Moreira – PFL
	Enoc Vieira – PFL
	Eraldo Tinoco – PFL
	Eraldo Trindade – PFL
	Erico Pegararo – PFL
	Ervin Bonkoski – PMDB
	Etelvado Nogueira – PFL
	Eunice Michiles – PFL
	Evaldo Gonçalves – PFL
	Expedito Machado – PMDB
	Ézio Ferreira – PFL
	Fábio Raunheiti – PTB
	Farabulini Júnior – PTB
	Fausto Fernandes – PMDB
	Fausto Rocha – PFL
	Felipe Cheidde – PMDB
	Felipe Mendes – PDS
	Feres Nadar – PDT
	Fernando Bezerra Coelho – PMDB
	Fernando Gasparian – PMDB
	Fernando Gomes – PMDB
	Fernando Velasco – PMDB
	Flávio Palmier da Veiga – PMDB
	Flávio Rocha – PL
	Francisco Amaral – PMDB
	Francisco Benjamin – PFL
	Francisco Carneiro – PMDB
	Francisco Coelho – PFL
	Francisco Diógenes – PDS
	Francisco Dornelles – PFL
	Francisco Rollemberg – PMDB

Francisco Rossi – PTB
 Francisco Sales – PMDB
 Furtado Leite – PFL
 Gastone Righi – PTB
 Goevani Borges – PFL
 Genésio Bernardino – PMDB
 Geraldo Fleming – PMDB
 Geraldo Melo – PMDB
 Gerson Camata – PMDB
 Gerson Marcondes – PMDB
 Gidel Dantas – PMDB
 Gil César – PMDB
 Gilson Machado – PFL
 Guilherme Palmeira – PFL
 Gustavo de Faria – PMDB
 Hélio Costa – PMDB
 Hélio Rosas – PMDB
 Henrique Córdava – PDS
 Henrique Eduardo Alves – PMDB
 Hilário Braun – PMDB
 Homero Santos – PFL
 Humberto Souto – PFL
 Iberê Ferreira – PFL
 Inocêncio Oliveira – PFL
 Irapuan Costa Júnior – PMDB
 Ismael Wanderley – PMDB
 Ivo Cersósimo – PMDB
 Ivo Vanderlinde – PMDB
 Jacy Scanagatta – PFL
 Jairo Carneiro – PFL
 Jalles Fontoura – PFL
 Jayme Paliarin – PTB
 Jayme Santana – PFL
 Jesualdo Cavalcanti – PFL
 Jesus Tajra – PFL
 João Agripino – PMDB
 João Alves – PFL
 João Castelo – PDS
 João da Mata – PFL
 João de Deus Antunes – PDT
 João Lobo – PFL
 João Machado Rollemburg – PFL
 João Menezes – PFL
 João Natal – PMDB
 João Rezek – PMDB
 Joaquim Bevilacqua – PTB
 Joaquim Francisco – PFL
 Joaquim Haickel – PMDB
 Joaquim Sucena – PMDB
 Jofran Frejat – PFL
 Jonas Pinheiro – PFL
 Jonival Lucas – PFL
 Jorge Arbage – PDS
 Jorge Bornhausen – PFL
 Jorge Leite – PMDB
 Jorge Vianna – PMDB
 José Agripino – PFL
 José Camargo – PFL
 Jairo Azi – PFL
 José Carlos Coutinho – PL
 José Carlos Martinez – PMDB
 José Dutra – PMDB
 José Egreja – PTB
 José Elias – PTB
 José Elias Murad – PTB
 José Fernandes – PDT
 José Freire – PMDB
 José Geraldo – PMDB
 José Jorge – PFL
 José Lins – PFL
 José Lourenço – PFL
 José Luiz de Sá – PL
 José Luiz Maia – PDS
 José Maranhão – PMDB
 José Maria Eymael – PDC
 José Melo – PMDB
 José Mendonça Bezerra – PFL
 José Mendonça de Morais – PMDB
 José de Moura – PFL
 José Santana de Vasconcellos – PFL
 José Teixeira – PFL
 José Thomaz Nonô – PFL
 José Tinoco – PFL
 José Viana – PMDB
 Jovanni Masini – PMDB
 Júlio Campos – PFL
 Lael Varella – PFL
 Lavoisier Maia – PDS
 Leopoldo Bessone – PMDB
 Leopoldo Peres – PMDB
 Leur Lomanto – PFL
 Lourengberg Nunes Rocha – PMDB
 Lúcia Vânia – PMDB
 Lúcio Alcântara – PFL
 Luís Eduardo – PFL
 Luís Roberto Ponte – PMDB
 Luiz Leal – PMDB
 Luiz Marques – PMDB
 Luiz Soyer – PMDB
 Luiz Viana Neto – PMDB
 Maluly Neto – PFL
 Manoel Castro – PFL
 Manoel Moreira – PMDB
 Manoel Ribeiro – PMDB
 Manuel Viana – PMDB
 Márcia Kubitschek – PMDB
 Márcio Braga – PMDB
 Marco Maciel – PFL
 Marcondes Gadelha – PFL
 Marcos Lima – PMDB
 Maria de Lourdes Abadia – PFL
 Maria Lúcia – PMDB
 Mário Assad – PFL
 Mário Bouchardet – PMDB
 Mário de Oliveira – PMDB
 Marluce Pinto – PTB
 Matheus lensen – PMDB
 Mattos Leão – PMDB
 Maurício Nasser – PMDB
 Mauro Sampaio – PMDB
 Max Rosenmann – PMDB
 Meira Filho – PMDB
 Melo Freire – PMDB
 Mello Reis – PDS
 Mendes Ribeiro – PMDB
 Messias Góis – PFL
 Messias Soares – PMDB
 Michel Temer – PMDB
 Milton Barbosa – PMDB
 Milton Reis – PMDB
 Mozarildo Cavalcanti – PFL
 Mussa Demes – PFL
 Nabor Júnior – PMDB
 Naphtali Alves de Sousa – PMDB
 Narciso Mendes – PDS
 Nelson Sabrá – PFL
 Nestor Duarte – PMDB
 Nilson Gibson – PMDB
 Nyder Barbosa – PMDB
 Odacir Soares – PFL
 Olavo Pires – PMDB
 Onofre Corrêa – PMDB
 Orlando Bezerra – PFL
 Orlando Pacheco – PFL
 Oscar Corrêa – PFL
 Osmar Leitão – PFL
 Osmir Lima – PMDB
 Osmundo Rebouças – PMDB
 Oswaldo Bender – PDS
 Osvaldo Coelho – PFL
 Osvaldo Sobrinho – PMDB
 Oswaldo Almeida – PL
 Oswaldo Trevisan – PMDB
 Ottomar Pinto – PTB
 Paes Landim – PFL
 Paulo Micarone – PMDB
 Paulo Pimentel – PFL
 Paulo Roberto Cunha – PDC
 Paulo Zarzur – PMDB
 Pedro Canedo – PFL
 Pedro Ceolin – PFL
 Rachid Saldanha Derzi – PMDB
 Raimundo Lira – PMDB
 Raimundo Rezende – PMDB
 Raquel Cândido – PFL
 Raul Belém – PMDB
 Renato Johnsson – PMDB
 Ricardo Fiúza – PFL
 Ricardo Izar – PFL
 Rita Furtado – PFL
 Roberto Augusto – PTB
 Roberto Balestra – PDC
 Roberto Campos – PDS
 Roberto Jefferson – PTB
 Roberto Torres – PTB
 Rodrigues Palma – PMDB
 Ronaldo Carvalho – PMDB
 Ronaro Corrêa – PFL
 Rosa Prata – PMDB
 Rubem Branquinho – PMDB
 Rubem Medina – PFL
 Ruben Figueiró – PMDB
 Ruberval Pilotto – PDS
 Sadie Hauache – PFL
 Salatiel Carvalho – PFL
 Samir Achôa – PMDB
 Saulo Queiroz – PFL
 Sérgio Brito – PFL
 Roberto Vital – PMDB
 Sérgio Naya – PMDB
 Silvio Abreu – PMDB
 Sérgio Werneck – PMDB
 Simão Sessim – PFL
 Siqueira Campos – PDC
 Sónlon Borges dos Reis – PTB
 Sotero Cunha – PDC
 Stélio Dias – PFL
 Telmo Kirst – PDS
 Theodoro Mendes – PMDB
 Tito Costa – PMDB
 Ubiratan Aguiar – PMDB
 Ubiratan Spinelli – PDS
 Valmir Campelo – PFL
 Victor Faccioni – PDS
 Victor Fontana – PFL
 Victor Trovão – PFL
 Vieira da Silva – PDS
 Vingt Rosado – PMDB
 Vinicius Cansanção – PFL
 Virgílio Galassi – PDS
 Wagner Lago – PMDB
 Waldec Ornélás – PFL
 Wilson Martins – PMDB

O SR. JOSÉ GENOINO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a a tem a palavra.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo a V. Ex.^a diz respeito a dois pontos sobre os quais esta plenária da Assembléia Nacional Constituinte precisa ser informada:

O primeiro esclarecimento é com relação a quantos projetos de resolução existem na Mesa, propondo mudança no Regimento Interno.

É sabido que existem, na Mesa, projetos de resolução, mudando o Regimento Interno.

Na medida em que a Mesa recebe oficialmente um projeto de resolução, encaminhado pelo nobre Constituinte Daso Coimbra, sobre mudança no Regimento Interno, nós perguntamos se, regimentalmente, a Mesa recebeu outras propostas de resolução alterando o Regimento Interno. Se existem, é necessário que seja explicada a tramitação para esses projetos de resolução sobre mudança do Regimento Interno. Parece-me que existem vários projetos de resolução.

Sr. Presidente, o dispositivo regimental que o nobre Constituinte Daso Coimbra avoca para apresentar o projeto de resolução é exatamente o inciso II, do art. 81, que permite que determinado número de Constituintes apresente projeto de resolução, mudando o Regimento Interno.

Na medida em que existem outros projetos de resolução que preencham as condições regimentais em que são exigidas noventa e quatro assinaturas, e foram conseguidas trezentas e tantas, – não é o que diz o Regimento, ele diz noventa e quatro – se existem noventa e quatro e se foram apresentadas proposições para mudança no Regimento Interno e a Mesa as recebeu, temos prova de que essas propostas foram recebidas pela Mesa, porque estão aqui – refiro-me ao nº 4 do projeto de resolução, até o nº 18, e se essas propostas de resolução foram recebidas pela Mesa, e propõem mudanças do Regimento Interno, se foram atendidas, de acordo com o inciso II do art. 81, como V. Ex.^a vai proceder às apreciações desses projetos de resolução que, nesta Casa, deverão ter o mesmo tratamento recebido pelo projeto de resolução do nobre Constituinte Daso Coimbra?

A segunda questão, Sr. Presidente: com base no art. 81 do mesmo Regimento Interno, que motivou que vários grupos de Constituintes apresentassem projeto de resolução ao art. 81 – e é importante que esta Casa fique esclarecida – , os Constituintes que fizeram essa proposição têm todo o direito de solicitar mudança do Regimento Interno; política e eticamente é como se quisessem mudar a regra do jogo no final do campeonato. Mas tudo bem! Fizeram a proposição; essa proposição terá que obedecer aos trâmites, às condições, o ritual regimental, como prevê o art. 81.

Então, a segunda questão de ordem que formulo a V. Ex.^a qual vai ser o ritual regimental para a tramitação do projeto de resolução ora entregue à Mesa pelo nobre Constituinte Daso Coimbra?

Concluindo, Sr. Presidente, são duas questões relativas do mesmo art. 81: os demais projetos de resolução, propondo mudanças no Regimento

Interno, a tramitação, os prazos, e como esta Assembléia vai apreciar, vai discutir.

Não estou, aqui, opinando sobre o mérito da proposta de resolução oferecida pelo nobre Constituinte Daso Coimbra.

Muito Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa informa à Casa o seguinte: quanto à primeira questão levantada pelo nobre Constituinte José Genoino, a Mesa irá verificar os projetos apresentados, mas dizendo, desde o início, que, como projetos de lei, não criam necessariamente uma prioridade; às vezes, projetos apresentados em épocas posteriores, por circunstâncias inclusive de pareceres dados e outras mais, podem ser apreciados independentemente, não há uma correlação. Em todo caso, a Mesa irá verificar, acudir à curiosidade de V. Ex.^a, oportunamente, verificando a eventualidade da existência desses projetos de resolução, podendo desde já afirmar que existe um de matéria correlata, matéria semelhante, do nobre Constituinte Álvaro Valle, que será anexado à proposição.

Quanto ao mais, quanto à segunda pergunta de V. Ex.^a, a reunião de hoje teve como objetivo, exclusivamente, como manda o Regimento, receber a proposição já apresentada. Essa proposição terá que ser publicada e, além disso, terão que ser impressos avulsos. A proposição irá à Mesa, para que se manifeste a respeito do assunto. Uma vez a Mesa tendo cumprido, diligenciado essa exigência regimental, fixará uma Sessão extraordinária, no sentido de que a matéria seja discutida e emendas, apresentadas.

Uma vez discutida a matéria, encerrada a discussão e com a apresentação das emendas, todo expediente, inclusive as emendas, é claro, sobem novamente à Mesa, e esta dará, então, um parecer que não sei se poderia chamar de conclusivo, sob a sua responsabilidade, para que o Plenário decida sobre o que a Mesa propõe, ou as emendas, ou substitutivo na autonomia soberana da sua decisão.

Desejo mais acrescentar o seguinte: entendo que é do meu dever, como presidente, e eu me invisto desta condição, e vários Constituintes aqui, e todas as lideranças poderão dar o seu testemunho, se isto fosse necessário, do esforço que o Presidente, a Mesa está fazendo para verificar se chegamos, a propósito deste episódio, a um entendimento. O próprio Constituinte José Genuíno duas vezes já conversou comigo a respeito deste assunto. Eu irei esgotar todos os esforços para que possamos votar, com a maior brevidade possível, essa mudança regimental.

Entendo que repercutiria de uma maneira que não seria, evidentemente, lisonjeira para a Constituinte, se, a propósito de um assunto como este, não encontrássemos um entendimento, um meio-termo; e já exaustos com o trabalho que estamos tendo na Constituinte, dentro em breve a matéria virá para o Plenário, e isso fosse criar um empecilho, uma dificuldade para que concentrássemos todas as nossas energias para resolver a este assunto.

Rogo aos Srs. Líderes, com quem vou conversar, peço aos Srs. Constituintes que queiram colaborar, que ajudem o Presidente, que tragam idéias, tragam sugestões para que, eventualmen-

te, se for possível, o projeto, a emenda que vai ser mandada pela Mesa, principalmente a última, seja efetivamente uma proposição que logre pelo menos a aprovação da maioria desta Casa. Muito bem! (Palmas.)

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

O Constituinte José Genoíno levantou duas questões de ordem e V. Ex.^a as respondeu – é evidente – satisfatoriamente. A minha questão de ordem é para esclarecer se o projeto de resolução aqui apresentado pelo Constituinte Daso Coimbra obedecerá, na sua tramitação, as prescrições do que estabelece o art. 81, § 2º do Regimento Interno da Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Religiosamente. Nisso, serei um sacerdote; pelo menos nisso. (Risos)

O SR. CID CARVALHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. CID CARVALHO (PMDB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje, é um dia em que estão ocorrendo algumas coincidências muito importantes. Vínhamos, desde as subcomissões temáticas, trazendo um tema que tinha radicalizado a Nação e esta Casa, que era o tema da reforma agrária.

Pesavam sobre esta Casa acusações de que ela estava corrompida, ou de que havia um verdadeiro sindicato para corromper e para comprar as consciências desta Casa. No entanto, hoje à tarde, esta Casa, cônscia das suas responsabilidades, foi capaz de transformar um tema confrontante em um grande tema de entendimento da Constituinte, consolidando-a e prestigiando-a perante a Nação.

Hoje, temos aqui, submetido a V. Ex.^a, um documento assinado por trezentos e poucos companheiros, que eu não assinei, mas estou consciente de que esse documento e a solução a ser dada por V. Ex.^a, ao invés de trazer suspeitas sobre o comportamento desta Casa há de dar uma procedência e uma consequência canalizadora para o prestígio dela, neste momento em que ela se confunde com a própria instituição.

Nós que aqui estamos neste Plenário, devolvemos toda a consideração e a certeza de que V. Ex.^a drenará todo esse movimento de reforma da Constituinte para a consolidação desta Casa e das instituições.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex.^a, pela ordem como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Amaral Netto, pela ordem.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Pela ordem, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente: Quero dizer a V. Ex.^a, em primeiro lugar, alguma coisa que me honra muito. Defendi, dentro da minha Bancada, com a maior simpatia, a candidatura de V. Ex.^a à Presidência da Mesa, e hoje me orgulho disto, porque esta Mesa, esta Assembléia tem um Presidente à altura dela.

Então, eu diria a V. Ex.^a, sem querer responder a nenhum dos meus companheiros, que este movimento não é contra ninguém, é a favor do Brasil. (Muito bem! Palmas.) Este movimento não é um movimento de contestação e nunca foi – ou a V. Ex.^a, ou ao Relator Bernardo Cabral, ou aos demais relatores e muito menos à Mesa, ou a esta Comissão de Sistematização da qual tenho pena pelo volume de trabalho que está suportando. Reconheço que é um trabalho super-humano, até desumano, porque nunca vi ninguém trabalhar tanto na minha vida. No entanto, V. Ex.^a há de compreender que não era possível continuarmos assim. Por um erro inicial, do qual somos também responsáveis – e temos o direito de nos arrepender – nós criamos um sistema segundo o qual 47 Constituintes valem mais do que 279.

Sr. Presidente, chegamos a um momento em que achamos ser necessário modificar o Regimento – e aqui vamos deixar bem claro mais uma vez alguma coisa que o constituinte Daso Coimbra já deixou da tribuna: neste grupo existem governistas e oposicionistas; existem parlamentares e presidencialistas; existem mandatos de todos os tipos; existem posições ideológicas de todas as nuances, só não existem aqui traidores da Constituição! (Muito bem! Palmas.) Aqui existem homens que querem emendar não o Substitutivo total, global de Bernardo Cabral, mas querem emendar partes, com substitutivos a partes, por serem a maioria da Assembléia, a maioria mais do que absoluta; se ela fosse 280 já o era! Ela é de 319, foram vários companheiros que, pela sua própria posição, na própria Mesa ou na Comissão de Sistematização não puderam assinar.

Sr. Presidente, eu não represento somente o meu Partido. Neste momento, e outros Líderes vão-lhe dirigir a palavra, represento o espírito também deste Movimento.

Queira V. Ex.^a anotar: de nós não parte qualquer interesse de litígio, nenhum desejo de contradição; de nós, parte o desejo da amizade, da compreensão e do bem do Brasil. (Palmas! Muito bem!)

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Constituinte José Lourenço, pela ordem.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Pela ordem, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente Ulysses Guimarães, Srs. Constituintes:

Acusam-nos, por vezes, de vivermos dias menores, mas, hoje, vivemos uma grande noite, e vivêmo-la sob a inspiração e a Presidência de V. Ex.^a.

A Nação sabe que poderemos discordar; a Nação é testemunha permanente de que aceitamos

as críticas como uma contribuição aos nossos trabalhos; mas a Nação também tem que saber, e todos os segmentos da sociedade brasileira têm que compreender, que aqui estão homens que deixaram todos os seus afazeres para se dedicarem ao Brasil, e tendo como exemplo maior, de comportamento de vida, um homem cuja estatura está acima, ou é tão grande, como a de todos os brasileiros, e esse homem se chama Ulysses Guimarães. (Palmas.)

Em nome do meu Partido, em nome de todos, porque os Partidos agora não existem, em nome de quantos aqui estão, numa missão de boa-vontade para com o nosso País: Não somos contra ninguém – como aqui já foi dito – muito menos seríamos divergentes daquilo que V. Ex.^a estabeleceu para dirigir os nossos trabalhos.

O que oferecemos, neste momento, à Casa e ao País, é uma contribuição para que a Constituição que daqui saia seja sempre, e cada vez mais, expressão da vontade da maioria da Nação.

Não queremos esmagar ninguém! Aqui estamos em nome da convergência; aqui estamos, Presidente Ulysses Guimarães e caros colegas, em nome do País, para que possamos dizer, ao fim dos trabalhos desta Constituição, que demos o melhor de nossos esforços no sentido do diálogo, do entendimento, pois é isso que exige a Nação brasileira. (Muito bem! Palmas.)

O SR. GASTHONE RIGHI: – Sr. presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na condição de Líder do PTB, não posso me fazer ausente desta série de pronunciamentos. Primeiro, porque esta Constituinte, nesta noite, conseguiu encontrar e realizar a sua maioria, e só uma outra vez isto aconteceu, quando foi organizada para que V. Ex.^a recebesse os votos dela e, por isso, preside a Câmara dos Deputados, por isso, preside esta Assembléia. Esta mesma maioria, maioria que deu legitimidade do comando a V. Ex.^a, vem para lhe dizer que quer continuar solo sem comando, e pede que injustiças sejam reparadas, que distorções sejam corrigidas.

Votei contra o Regimento Interno, me proclamei contra ele, já adivinhava isto que agora acontece, e V. Ex.^a verá que nas alterações do Regimento estamos postulando que a vontade da maioria seja respeitada – e isto é democracia! Estamos construindo uma Constituição que tem de ser, antes de tudo, democrática e para ser democrática é preciso que nela se estampe a vontade da maioria, que não seja distorcida e não sucumba à ditadura ou império de minorias ocasionais, ou da vontade onipotente de alguns que se intitulam líderes ou se intitulam predestinados a quererem conduzir os destinos deste País, quando esses destinos têm que ser conduzidos pela vontade da maioria de seu povo, refletida aqui pela vontade da maioria dos componentes da Assembléia Nacional Constituinte.

A V. Ex.^a eu queria fazer esta consignação, porque quando entrei para esse Movimento, na perseguição dessa maioria, fui com o beneplácito e o apoio da totalidade da minha Bancada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para um questão de ordem, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Líder Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Todos nós observamos a leitura do documento lido pelo ilustre Constituinte Daso Coimbra. Não pretendíamos, evidentemente, discutir o mérito do documento na medida em que esta sessão não foi convocada para tal, como disse V. Ex.^a, mas sim para a leitura do documento.

Entretanto, como Líder do meu Partido, não poderia deixar de fazer algumas referências, algumas reflexões e algumas interrogações.

Quis o destino que este documento fosse lido hoje, exatamente hoje, dez de novembro, quando faz 50 anos do golpe de Estado de 1937.

Queremos dizer a V. Ex.^a que, nos termos do que leu o Constituinte Daso Coimbra, nós iremos discuti-lo na ocasião oportuna, mas há uma regra básica em qualquer discussão constitucional: a existência de um regimento, mesmo modificado há que respeitar o direito das minorias em propor, votar e até ser derrotado.

Parece-me que a filosofia do documento busca correr, como um trator, em cima de eventuais maiorias, sem discutir o mérito das emendas ou de substitutivos.

Queremos fazer um apelo. Somos de entendimento e de diálogo. Não queremos contestar a extensão do que não conhecemos mas, desde logo, queremos dizer, aqui na Assembléia Nacional Constituinte, que se eventuais maiorias pensam que vão passar, como um trator, pelo conjunto da Constituinte, duas coisas ocorrerão: primeiro, não passarão; segundo, se passarem, será uma Constituição de uma parte da Assembléia Nacional Constituinte. Desde logo, digo que o meu Partido, se assim for, não votará esta Constituição, porque ela nasce morta! (Palmas.)

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Luís Inácio Lula da Silva, como Líder do PT.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O Partido dos Trabalhadores não poderia se calar, diante deste ato ou deste acontecimento, aqui, na Assembléia Nacional Constituinte. Em primeiro lugar, porque reconhecemos o direito de mudança do Regimento e, em segundo lugar, por reconhecer que é bem possível que haja muitos Constituintes angustiados, porque estão sendo cobrados nas ruas, e querem trabalhar e ajudar a elaborar esta Constituição.

É bem verdade, também, que, se existem alguns companheiros Constituintes dispostos a apressar os trabalhos, até para terminar logo a Constituição, é bem verdade que existem os outros que querem, ou quiseram, durante todo esse tempo, criar uma imagem negativa do trabalho que até agora foi realizado.

O Relator Bernardo Cabral tem sido vítima das mais injuriosas acusações. Acredito que poucas

vezes, na história deste País, Deputados trabalharam tanto quanto estão trabalhando na Comissão de Sistematização, esses Deputados estão sendo acusados com palavras de baixo calão. Sabemos, inclusive, de algumas campanhas mentirosas, injuriosas, difamatórias, desonestas, pagas, que estão sendo feitas na televisão, dizendo que, na Comissão de Sistematização, se aprovaram coisas que levam o País à verdadeira bancarrota e que os empresários brasileiros não estão investindo porque não têm certeza do futuro deste Brasil.

É bem verdade, Presidente Ulysses Guimarães, que, se alguns empresários estão gastando bilhões e bilhões de cruzados, como disse a revista **Veja** desta semana, de que existem 35 milhões de dólares rodando para fazer propaganda conta o que foi aprovado nos Direitos dos Trabalhadores, se é verdade que isso acontece, seria muito melhor que, ao invés desse dinheiro ser arrecadado para isso, ao invés de os leilões serem realizados para conseguir dinheiro para tentar corromper Constituintes, seria melhor que esse dinheiro fosse arrecadado com o objetivo de tentar acabar com um pouco da fome desse povo que não pode mais esperar por medidas paliativas de pessoas que são responsáveis pela situação de miséria do povo e que, ao mesmo tempo, utilizam o microfone para parecerem salvadores desse povo. Quero dizer a V. Ex.^a que a maioria determina as regras do jogo, e essas regras estão estabelecidas no Regimento. É importante que os Constituintes se lembrem de que todos aqui foram eleitos em cima de propostas, foram eleitos em cima de compromissos e que todos estão imbuídos do desejo de elaborar uma Constituição que não seja o resultado do pensamento de um partido político, de uma cabeça ou de um pensamento ideológico, mas que seja resultado daquilo que é a vontade, hoje, de 141 milhões de brasileiros.

E, para terminar, eu gostaria de dizer a V. Ex.^a que, se algumas pessoas estão pensando que, a partir dessa emenda, vão tentar tripudiar ou passar por cima de todo o trabalho que até agora foi feito, se enganam, porque, um dia, Golias pensava que podia ganhar de Davi, e Davi, mesmo sendo menor, conseguiu sobrepor-se à força e à ignorância de Golias.

Eu espero que, aqui nesta Casa, prevaleça o bom senso, espero que prevaleça a maturidade e que prevaleça a idéia de que nem sempre a maioria quantitativa deste Plenário é a maioria quantitativa que está na rua à espera de uma atitude responsável destes Constituintes.

O SR. AFIF DOMINGOS: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Dou a palavra a V. Ex.^a.

Espero que, com os dois oradores inscritos, encerremos as questões de ordem, que não têm sido questões de ordem. Na verdade, está-se debatendo a matéria.

O SR. AFIF DOMINGOS (PL – SP. Como Líder. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente.

Em nome do Partido Liberal, como seu Vice-Líder e participando deste grupo suprapartidário, que se une neste momento histórico, Sr. Presidente, para dar à Nação uma demonstração da real democracia, quero dizer que este grupo que se forma não vem para esmagar minorias, é um

grupo que não aceita que minorias esmaguem a maioria do povo. (Palmas.) É um grupo que vem para o diálogo, que permite os acordos nesta fase de extrema importância. E V. Ex.^a bem sabe que temos contra nós o tempo. Temos acompanhado a sua preocupação, Sr. Presidente, de, em todos os momentos, procurar conciliar um trabalho bem feito com a pressa desse trabalho. Sabemos que o ideal seria trabalhar sem pressa, mas não sabemos se esse é o possível, diante das circunstâncias que o País atravessa. Portanto, recai sobre os nossos ombros, como classe política, a responsabilidade de encaminhar a transição. Temos, pela frente, momentos extremamente angustiantes, pois sabemos que há uma convergência de fatores e que, dentro dessa convergência, há a necessidade da institucionalização do processo da Constituinte, para que não tenhamos um vácuo, logo à frente.

Portanto, a nossa intenção, longe de esmagar minorias, muito perto de colocar a posição de maiorias, Sr. Presidente, é ajudá-lo na tarefa de ter uma Constituição que concilie o desejo de maioria, com boa técnica legislativa, e a necessidade, o mais rápido possível, de demonstrarmos à Nação a capacidade de legislar.

Sr. Presidente, como já foi dito aqui pelos meus companheiros, Líderes de outros Partidos, não é uma manifestação de confronto; é uma manifestação de colaboração com V. Ex.^a, que preside este momento de transição, como Presidente da Assembléa Nacional Constituinte. É a nossa colaboração para a democracia, é a demonstração de que o povo brasileiro, que confiou nesta grande maioria, aqui está presente para lhe dar o apoio para que tenhamos a Carta constitucional que todos brasileiros desejam. Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Pela ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, foi dito

e V. Ex.^a aduziu, ainda há pouco, que não está em discussão o mérito da proposta que V. Ex.^a em nome da Mesa, acaba de receber de um grupo encabeçado pelo nobre Constituinte Daso Coimbra. Contudo, em nome da Liderança do PC do B, eu gostaria de aduzir algumas observações a respeito desse acontecimento e das suas consequências eventuais. No início deste ano, aprovamos um Regimento Interno nesta Casa. Foi ele aprovado por um processo democrático, pelo qual todos os Srs. Constituintes tiveram oportunidade de expressar suas opiniões e, especialmente expressar o seu voto. Assim, o Regimento aprovado o foi pela Constituinte. O Regimento é uma carta de acordo, de compromisso, pelo qual as maiorias se submetem, acordam em funcionar a partir de determinadas formas, respeitando as minorias também eventuais.

O Regimento é uma carta essencialmente em defesa das minorias, porque, se assim não fosse, a qualquer instante, as maiorias eventuais poderiam estabelecer, por um processo truculento, a sua própria vontade. Então, um regimento aprovado é uma carta de compromisso a ser respeitado por todos aqueles que votaram nesse Regimento.

Por conseguinte, não podemos perder de vista quando quase que concluído o jogo, meses depois de a Assembléa Nacional Constituinte estar funcionando e respeitando um compromisso básico que ela própria votou, no curso desse processo, um grupo supostamente majoritário se dá conta de que, por esta ou aquela razão, está perdendo esse jogo. Esse grupo, de repente, dando-se conta desse dado, – estar perdendo – resolve, então, mudar sua regra, mudar o Regimento, para ganhar o jogo.

Queremos dizer que isso significa uma ruptura de compromissos assumidos, para viabilizar o funcionamento da própria Assembléia Nacional Constituinte.

Mas, Sr. Presidente, dito isto, eu gostaria de acrescentar, com ponderação, que, atento para a situação política que estamos vivendo, sensível à natureza de um projeto que traz a assinatura de um grupo grande de Constituintes, temos e dizer que imaginamos que o Regimento não deve ser interpretado, mesmo pelas minorias, como um dado dogmático, um documento absolutamente irrevogável, inteiramente insubstituível em aspectos determinados. Nós somos políticos e sabemos que o Regimento é um documento formal. No entanto, Sr. Presidente, sem nenhuma dúvida, esse documento formal é um documento de compromisso básico para viabilizar o funcionamento da Constituinte; e se for mudado, deve ser em aspectos determinados, secundários e sob compromisso da minoria. A minoria tem que participar das eventuais mudanças, e de saída gostaria de aduzir que, sob hipótese alguma, a minoria estaria disposta a aceitar um tipo de mudança, mesmo por entendimento que revogasse aspectos centrais desse documento.

É com espanto que eu vejo, por exemplo, o Constituinte Daso Coimbra dizer da prevalência descabida do Relator e da Comissão de Sistematização. Ora, Sr. Presidente, isso aí não é pretender uma mudança de regra do jogo...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O tempo de V. Ex.^a já terminou.

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA: – ...que visa adequar melhor o funcionamento da Constituinte. Mas, é, justamente, um golpe no funcionamento da Constituinte, com que a minoria sob hipótese alguma, poderia concordar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Dou a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire, que já a havia pedido anteriormente.

O SR. CONSTITUINTE ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Sem revisão do orador): – Sr Presidente, Srs. Constituintes:

Inicialmente, gostaria de ressaltar o aspecto democrático da Presidência, e não poderia ser outra a posição a ser adotada pela Presidência da Assembléa Nacional Constituinte, uma vez que os Constituintes têm o direito regimental, de solicitar reformas do Regimento.

Se noventa e cinco Constituintes poderiam fazer, obviamente trezentos e dezenove podem muito mais. Agora, seria interessante esclarecer, em função do documento que acompanha o projeto de resolução, que essa maioria é uma maioria para reforma do Regimento. Não confundam as questões de mérito que irão ser discutidas na Constituinte, questões de mérito que envolvam

ordem econômica, ordem social, instituições políticas, que envolvem o próprio sistema de Governo – Parlamentarismo, Presidencialismo – que envolvem questões de disposições transitórias do mandato do Presidente, que envolvem tudo aquilo que custou algo de fundamental para construirmos nesses trabalhos constituintes; essa maioria não irá manter a unidade.

Acho significativa a manifestação – acho que tenho o direito resguardado no Regimento – de acordo com o próprio Regimento ela terá a tramitação igual aqui a que qualquer outro projeto de resolução teria. Agora, não nos iludamos, essa maioria não vai significar a maioria que vai impor, sem discussão, sem discussão inclusive deles, um texto constitucional. Isso vai ser produto de votação democrática, com o direito individual de cada Constituinte de se afirmar. Essa maioria vai existir, al, sim, no voto de plenário, não em manifestos como este. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa quer renovar a compreensão do Plenário. Estão infringindo o Regimento. Vou dar a palavra a dois oradores, Companheiros Constituintes inscritos, que têm direito de falar e que estão sendo preteridos em seu direito por aqueles que não estão, na verdade, levantando questão de ordem.

Vou ouvir o nobre Constituinte Cardoso Alves, que havia solicitado a palavra, e depois vou convocar os oradores que estão inscritos – e já há reclamações aqui a respeito dessas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Cardoso Alves.

O SR. CONSTITUINTE CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Este é um movimento pluripartidário, que congrega no seu seio Deputados e Senadores de quase todos os Partidos desta Casa. Seu objetivo é portanto, um objetivo que se coloca acima e além dos Partidos políticos. O Partido de V. Exa., que é o meu, detém também, como na Assembléia Nacional Constituinte, a maioria dos Parlamentares que compõem este movimento. É um movimento que encontrou dentro do próprio Regimento Interno – que prevê mecanismos para o seu próprio aperfeiçoamento e para sua própria reforma – meios para abrir caminhos para a afirmação definitiva do princípio da soberania do Plenário, princípio, de resto, caracterizador das democracias aceito e louvado em todos os parlamentos do mundo democrático.

Queremos agradecer, Sr. Presidente, a maneira democrática com que V. Exa. recebeu o documento que lhe foi entregue, em nome de todos, pelo nobre Deputado Constituinte Daso Coimbra, em nome de todos aqueles que o subscrevem e que compõem aqui dentro a maioria quantitativa que corresponde exatamente à maioria quantitativa que está lá fora, a maioria de lá é a maioria daqui, e a maioria daqui é a maioria de lá. Esse é, obviamente, Sr. Presidente, um movimento de inconformismo; inconformismo com injustiças, inconformismo com ardis, inconformismo com a maneira pela qual a maioria desta Casa foi afastada dos trabalhos, passou a valer menos do que a minoria, Sr. Presidente.

Este não é um grupo que se reúne apenas para reformar o Regimento Interno da Casa. Não! Ficou patente que este é o movimento que se une para dotar o País de uma Constituição à altura

da sua História, do seu sacrifício, dos anseios do seu povo e das suas necessidades. Este não é um movimento que visa a desorganizar o País, para organizá-lo de novo, ao sabor de eventuais minorias. Não! É um movimento que quer alinhar o País com as grandes democracias do mundo, promovendo o enriquecimento e o desenvolvimento da nação, ao lado da Alemanha Ocidental, da França, da Itália, da Espanha, dos Estados Unidos, do Japão.

Esse é um movimento que quer o desenvolvimento com preservação da liberdade, Sr. Presidente. É um movimento, sobretudo, democrático.

Nós não queremos uma Constituição de vencidos e de vencedores. Nós viemos para o diálogo. Nós queremos a Constituição do entendimento. Nós queremos a Constituição que refletia o pensamento médio do plenário. Vemos, como a maioria, disposta a respeitar a minoria. Mas a minoria que respeite a maioria e que não se julgue capaz de ardis para desrespeitar a vontade da maioria, Sr. Presidente. Esta a nossa vontade. Esse é um grupo único e será único porque única é a maioria. Ela é uma voz só. Esse é um grupo que não poderá ter outro, e que fique patente, Sr. Presidente, é um grupo que quer respeito a si próprio e quer respeitar a minoria, quer conversar com ela e quer encontrar o pensamento médio de todos em favor do povo brasileiro.

Mais uma vez, Sr. Presidente, quero agradecer a maneira pela qual V. Exa. recebeu tão democraticamente o documento que lhe foi entregue pelo Constituinte Daso Coimbra. Esse é o movimento de Plenário. Esse movimento não tem compromissos com o Governo. Esse movimento não tem compromissos com empresários e não tem nenhuma intenção de ir a Judiciário contra a Assembléia Nacional Constituinte. Esse movimento visa apenas a garantir a plenitude do princípio da soberania do plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa ouvirá a nobre Deputada Rose de Freitas, que será a última que falará sobre as questões de ordem levantadas até agora.

A SRA. CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS (PMDB – ES. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Eu gostaria de dar, aqui, um testemunho, não como uma inconformada, nem como a Líder inconformada, nem como um membro inconformado da Comissão de Sistematização. Mas eu gostaria de manifestar uma preocupação e dar o meu depoimento como uma pessoa que assiduamente tem freqüentado a Comissão, tem freqüentado o Plenário desta Casa, tem participado das discussões, seja como Vice-Líder ou como simples membro. Todas as discussões e votações realizadas nesta Comissão foram sempre fruto de amplos debates e entendimentos, sempre que possível, à procura exatamente do exercício daquilo que conquistamos tão recentemente, que foi a democracia para este País.

Sr. Presidente, estou tranquila, porque V. Ex.^a garantiu, nesta Mesa, que este projeto de resolução terá o mesmo tratamento que os outros, que foram apresentados, deveriam ter. Estou mais tranquila ainda em saber que, hoje, é esta a proposta que veio a esta Casa. Essa decisão de se alterar o Regimento Interno não traz, pelas decla-

rações que foram colocadas aqui, nenhuma intenção de se alterar a regra do jogo, tão conhecida por aqueles Parlamentares que, hoje, graças a Deus, compareceram a esta Casa, porque antes nunca tiveram oportunidades de aqui vir.

Quero dizer, Sr. Presidente, que eu gostaria de ter visto a Comissão de Sistematização não apenas como membro, votei em quase todas as sessões. Apenas nas questões dos direitos sociais, na questão da reforma agrária e em outras questões extremamente polêmicas não tive oportunidade de votar como suplente.

Quero dizer aos companheiros que aqui estão, quero dizer ao Presidente Ulysses Guimarães, que tenho uma grande preocupação: é em saber se esta decisão, esta vontade, esta unidade que se fez, formada por esta maioria que se delineia nesta Casa é a mesma que hoje gostaria de arregalar as mangas e enfrentar o problema econômico do País, o problema político tão sério que estamos enfrentando; se é esta maioria que assina este documento que seria capaz de ouvir o povo na rua para saber o que ele pensa, não só a respeito da Assembléia Nacional Constituinte, mas também desse barco sem timoneiro, em alto-mar, enfrentando bravas tempestades e que, normalmente, leva ao sacrifício a população brasileira.

Sr. Presidente, eu gostaria de citar, agora, um versinho que me disseram outro dia e que eu gostaria de repetir. Para mim, essas trezentas e poucas assinaturas representam apenas uma vontade de mudar um quadro de políticos esforçados, decididos, idealistas e comprometidos que ficaram aqui, nesta Casa, como eu, que só tive oportunidade de me ausentar para presenciar a operação da minha filha, nesta semana, ficávamos no Plenário, sistematicamente, para fazermos o tão sonhado projeto constitucional.

Sr. Presidente, para mim esta maioria é apenas uma aparência de maioria. Existe um pensamento que diz o seguinte:

"Mais forte que a voz do rei é a voz do povo na rua; o rei passa, passa o rei, mas a luta continua."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte João Agripino.

O SR. DOMINGOS LEONELLI: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. DOMINGOS LEONELLI – (PMDB – BA. Pela ordem.): – Sr. Presidente, por favor eu gostaria de retirar a minha inscrição, dada a inutilidade de fazê-lo previamente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a tem razão. Será retirada a sua inscrição. Peço desculpas a V. Ex.^a.

O SR. JOÃO AGRIPINO (PMDB – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Sempre procurei pautar o meu comportamento, desde o dia em que cheguei a esta Casa, pela coerência de minhas atitudes e, principalmente, pela coerência do meu voto.

Na Comissão de Sistematização, na qualidade de suplente, votei quase todas as matérias, de acordo com o que ditava a minha consciência e a minha própria ideologia.

Dei a minha assinatura para esse movimento que estão chamando de "Centrão", como dei a todas as outras proposições que me foram solicitadas, no sentido de que fosse alterado o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, por entender ser um direito elementar de qualquer Constituinte apresentar proposta de modificação do Regimento Interno.

Assim sendo, como o meu nome foi envolvido como membro integrante do "Centrão", sem que eu tivesse dado o apoio ao movimento, mas apenas e tão-somente de apoio à proposta que estava sendo apresentada, encaminhei a V. Ex.^a a seguinte carta:

Exmº Sr.
Deputado Ulysses Guimarães
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte
Brasília – DF

Senhor Presidente.

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que a minha assinatura no Requerimento de proposta de modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, foi apostila com o único e exclusivo sentido de apoio à iniciativa. Não significa, em hipótese alguma, comprometimento de voto por ocasião da apreciação da matéria e, muito menos, vinculação ou participação de quaisquer espécie e natureza com o movimento denominado "Centrão".

Atenciosamente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. João Agripino o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mário Lima.

O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como membro da Comissão de Sistematização, que foi instituída pela Maioria, ao votar o Regimento da Constituinte, eu queria declarar apenas o seguinte: esta Comissão tem se reunido num trabalho incansável, esta Comissão tem se reunido num clima de compreensão e, hoje à tarde, ao votar a parte referente à reforma agrária, esta Comissão deu uma prova de que, realmente, não tem qualquer inclinação por posições radicais. Tenho certeza de que estas modificações que se pretende fazer no Regimento Interno não irão alterar todo trabalho que foi feito, essas modificações se limitarão aos pontos polêmicos, aos pontos que comportam um reexame.

Porque, Sr. Presidente, se pretendermos anular todo o trabalho feito até hoje, esta Constituição não será promulgada tão cedo, e aí não haverá nem vencido, nem vencedores. O povo brasileiro, a Nação brasileira está ansiosa para que se faça uma nova Constituição, para que se sepulte, de uma vez por todas, o arbitrio. E tenho certeza que o trabalho da Comissão de Sistematização, na sua maior parte, será reconhecido, após uma

ampla divulgação pelos órgãos de comunicação, terá a valorização que merece, e, num breve espaço de tempo possível, aqui neste Plenário, estaremos promulgando a nova Carta Constitucional, quando instituiremos a nova ordem constitucional, dando ao País melhores dias, dando ao País condições de sepultar e esquecer, por toda a vida, os 21 anos de ditadura, permitindo ao povo brasileiro melhores dias, num clima de paz, democracia e prosperidade. (Muito bem!)

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaria, Sr. Presidente, de pelo menos ter a benevolente atenção de V. Ex.^a, porque pretendo aqui suscitar, no início desta minha manifestação, uma questão de fundamental importância para a dignidade da Assembléia Nacional Constituinte.

Não é a primeira, nem será a última vez que questiono a Mesa da Assembléia sobre o destino dado ao requerimento de minha autoria que visa, antes e acima de tudo, interpelar judicialmente o Sr. Ronaldo Caiado, Presidente da famigerada União Democrática Ruralista, para que prove na Justiça as infâmias, as calúnias que assacou contra a dignidade de todos os membros da Assembléia Nacional Constituinte, rotulando-os em entrevista publicada no *Jornal de Brasília*, desta Capital, de fisiológicos e corruptos.

Não visto esse barrete, Sr. Presidente. Mas não posso permitir, no exercício de um mandato popular conquistado com suor e sacrifício, enfrentando o poder econômico, que se assaque contra mim ou contra qualquer dos Constituintes, esse tipo de acusação injustificada, inaceitável e até criminosa.

Eu sei que V. Ex.^a, que agora ocupa a Presidência, foi designado pelo Sr. Ulysses Guimarães, Relator desta minha proposta. E quero aqui estranhar que até hoje, passados meses desse pedido de interpelação judicial, nenhuma satisfação tenha sido dada a mim e, muito mais ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Quero por isso mesmo, Sr. Presidente, em nome da soberania e da dignidade da Assembléia Nacional Constituinte, manifestar o meu protesto mais veemente pela forma desrespeitosa com que eu e todos os demais Constituintes estamos sendo tratados pela Mesa. Não sei se a responsabilidade e a culpa são de V. Ex.^a. Sei apenas que não me vencerão com esse silêncio e com essa indiferença. Irei à tribuna tantas vezes quantas forem necessárias para cobrar da Mesa uma posição, uma definição, a fim de que não fiquemos como estamos até aqui engolindo uma acusação tão injusta, tão desairosa e tão despropositada.

Espero, Sr. Presidente, que esta satisfação seja dada não a mim, mas ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O que não podemos permitir, o que não temos o direito de aceitar é que um cidadão supostamente líder do latifúndio improdutivo, que está levando esta Nação ao desespero e, talvez, até à desordem, tenha o direito de assacar as acusações que assacou e ficar rigorosamente impune.

Se aqui há alguém que é corrupto, que o Sr. Ronaldo Caiado prove e aí, dando nomes aos bois, saberemos quem somos nós.

Possuo dizer a V. Ex.^a apenas que não visto esta carapuça e tenho certeza que V. Ex.^a também não.

Por isso, a veemência da minha manifestação e a exigência de uma explicação exatamente em nome da soberania e da dignidade da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Abage):

– Eminent Constituinte Amaury Müller, esta Presidência tem o dever de informar a V. Ex.^a a respeito da reclamação que formula.

A representação feita por V. Ex.^a à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, teve como Relator quem preside no momento esta sessão. A decisão já foi proferida e o parecer apreciado e julgado em reunião da Mesa Executiva da Assembléia Nacional Constituinte.

Creio que a falta de publicação dessa decisão não tenha, como consequência, sido ainda levada ao conhecimento de V. Ex.^a. Mas a Presidência vai diligenciar e levará o fato ao conhecimento, amanhã, da Presidência da Assembléia, para que adote as providências cabíveis e informe a V. Ex.^a da decisão que foi prolatada pelo Relator e aprovada pela Mesa desta mesma Assembléia.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr.

Presidente, agradeço a V. Ex.^a pelos esclarecimentos que decidiu me conceder e, penso, ao Plenário desta Casa – mas a decisão da Mesa não é definitiva, ainda que seja favorável à minha pretensão – que esse cidadão deve explicar, na Justiça, as acusações que fez.

Penso que é um direito do Plenário tomar conhecimento desse documento, dessa decisão, desse parecer, e votá-lo, porque não posso aceitar, ainda que favorável à minha posição, um parecer que seja apenas votado no âmbito restrito do Colégio dirigente da Assembléia Nacional Constituinte.

Somos 559 e não apenas alguns que dirigem, eventualmente, a Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, espero que, publicado o parecer, seja ele submetido ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Amaury Müller o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Constituinte Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Elogiável, sob todos os pontos de vista, a atitude coerente, séria democrática e equilibrada do eminente Presidente Ulysses Guimarães, na Presidência e na condução da sessão desta noite.

Prestei muita atenção no que S. Ex.^a disse, com o que concordo, que dará à petição apresentada a ele nesta noite, o mesmo destino que deu às demais pretensões dos demais Constituintes, que foram encaminhadas à Mesa.

Sr. Presidente, sou autor do projeto de decisão Constitucional nº 1, que há seis meses jaz nas mãos do Presidente Ulysses Guimarães e que não foi, desde então, enviado ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, de tal sorte que a primeira observação que quero fazer é congratula-

lar-me com S. Ex.^a, o Sr. Presidente, e dizer que espero que dê à petição que lhe foi enviada hoje um tratamento de eqüidade, o tratamento que foi dado à petição que encaminhei a S. Ex.^a, porque desta forma, seguramente essa petição virá a apreciação para o Regimento da própria Assembléia Nacional Constituinte, o que é de todo louvável como contribuição importante ao processo de aperfeiçoamento democrático do nosso País.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu e como também a Nação inteira poderemos dormir tranqüilos nesta noite; porque vi aqui, e seguramente a Casa toda também viu, o esmero com que os propositores defenderam a sua proposição e disseram que aqui estão representando a maioria do povo brasileiro e em nome desta maioria querem redigir uma carta Constitucional.

Ora, brigamos tanto para garantir um mínimo de avanço no texto constitucional, um mínimo de avanço em relação à defesa dos interesses da maioria do povo e, com isso, conseguimos despertar a ira da direita que compõe esta Casa. Se a maioria, que se diz maioria hoje, diz que aqui vai representar a maioria do povo – repito – a Nação inteira poderá dormir tranqüila, porque os mínimos avanços que nós conseguimos e que despertaram a ira da direita, seguramente serão insignificantes frente aos grandes avanços em defesa da soberania nacional, em defesa do povo brasileiro, em defesa dos 80 milhões de famintos que não têm o que comer, não têm onde morar neste País; em defesa dos 30 milhões de analfabetos, dos 8 milhões de crianças que estão fora da escola na faixa etária obrigatória, dos 36 milhões de menores abandonados e carentes que vivem nas ruas deste País. Seguramente, esta maioria vai defender os interesses desta maioria esmagada e dispensará que nós continuemos aqui gritando, trabalhando diuturnamente, organizando-nos como fizemos até aqui. Se é verdade que aqui são maioria e que aqui representam a maioria do povo, meu eminente companheiro Domingos Leonelli; V. Ex.^a não terá mais necessidade de gastar a noite inteira, pensando em estratégias capazes de assegurar avanços mínimos, no texto constitucional.

Nenhum dos Constituintes que aqui compõem a ala progressista desta Assembléia Nacional Constituinte precisará continuar fazendo um esforço hercúleo, para transformar, aqui dentro, em maioria, a voz da minoria daqui, mas que, efetivamente, representa os interesses da maioria do povo.

Vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo que o discurso que a direita fez hoje, aqui, é uma farsa; que o discurso que a direita fez hoje, aqui, é um discurso de um feixe de interesses contrariados por diferentes razões. Seguramente, não irão prevalecer sobre as mesmas razões um número majoritário de votos, na hora de se traduzir em um novo texto constitucional.

Vou encerrar, Sr. Presidente, repetindo aquilo que um colega nosso Constituinte aqui presente disse hoje, numa Comissão, perante os reitores das universidades brasileiras. Foi dito que não se podia adotar o princípio de votar todas as emendas, porque não poderíamos ter aqui, sempre, 280 votos.

Estamos aqui, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, dispostos a trabalhar dia e noite, mas eles têm os interesses das empresas; têm os interesses

pessoais, familiares, os interesses dos grupos econômicos que representam. E é em nome desses interesses que eles ficam impedidos de estar aqui, a cuidar dos interesses nacionais. Por isso, querem alterar o Regimento para forjar, em circunstâncias excepcionais, uma Constituição que vai cuidar dos interesses da minoria dos brasileiros e – quem sabe – de uma minoria de privilegiados da grande capital internacional.

Quero agradecer a V. Ex.^a a amabilidade, Sr. Presidente, e a tolerância que teve, para que eu pudesse concluir esse pensamento. (Muito bem!)

**O SR. FLORESTAN FERNANDES
(PT – SP. Sem revisão do orador.):** – Sr. Presidente, meus caros colegas desta Assembléia Nacional Constituinte:

Havia me inscrito para falar a respeito da opção pelo parlamentarismo, para apresentar um texto que tinha escrito para uma sessão de grande expediente que não vai se realizar mais. Por isso encaminho à Mesa o original do texto que redigi e solicito ao Sr. Presidente que tome providências no sentido de que seja publicado.

Vivemos hoje, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, uma situação ao mesmo tempo dramática e pedagógica. Aprendemos o que significa elaborar uma Constituição nas condições políticas da sociedade brasileira. Não é fácil. Os interesses contrariados confundem essa maioria que votou o Regimento, como nós todos que aqui estamos, votamos – eu próprio não concordava com esse Regimento porque ele pulverizava ainda mais a minoria, criava condições vantajosas para a maioria poderia, se fosse ativa, se fosse persistente, se estivesse sempre presente dentro desta Casa, vencer todas as batalhas em todos os campos, desde as Subcomissões, às Comissões Temáticas à Comissão de Sistematização.

Não sou membro da Comissão de Sistematização, mas, de acordo com as normas do PT, fiquei presente a todas as reuniões. Pude acompanhar cuidadosamente o desenvolvimento de um trabalho criador. E é pedagógico aprender que um trabalho criador não encontra reconhecimento. Não vi na Comissão de Sistematização uma extrema esquerda ou então um grupo ultra-radical da esquerda, batendo-se com uma extrema direita ou com um grupo ultra-radical da extrema direita. Assisti a um debate político, vi acordos se desenrolarem, vi muito trabalho produtivo, algo de que deveríamos nos orgulhar. E, no entanto, esse fecundo trabalho realizado pela Comissão de Sistematização é encarado como se nada representasse. É claro que nessa Comissão de Sistematização ocorreu o que aconteceria se tivéssemos o chamado comitê de notáveis. Se houvesse uma comissão de notáveis composta de 90, 100, 120, ou 150 figuras, essa comissão trabalharia, só que não com o produto vindo de baixo para cima, da realização política dos colegas, daquilo que emanou da iniciativa, da participação e das emendas populares. A

Comissão de Sistematização é equivalente a uma comissão de notáveis que trabalhou responsável com espírito de devoção à sociedade brasileira, à democracia; os companheiros que aqui falaram teriam respeitado se tivessem freqüentado normalmente as reuniões da referida Comissão.

Portanto, essa é uma data dramática, pedagógica e que, ao mesmo tempo, nos coloca diante

do dilema – o que é democracia! A democracia não significa o direito de 320 pessoas virem com um papel, esfregá-lo no nariz dos colegas e dizer: somos 320 e vocês estão submetidos por serem 230! Isso não é democracia! Democracia seria aguardar que toda essa contribuição, que seria da Comissão de Sistematização, no Plenário, trabalhar, debater e daí, tirar o paradigma definitivo das normas que vão compor a nossa nova Constituição.

Aprende-se com erros e vamos aprender com esses. Espero que eles não nos desorientem e que também não façam esmorecer, em nós, a dedicação e a obrigação que nos trouxe aqui; essa obrigação na sociedade brasileira.

Como disse o meu companheiro que falou ainda há pouco, o Constituinte Hermes Zaneti, viemos aqui em nome de uma maioria, na qual assume o primeiro plano os 80 milhões de miseráveis da terra. É para eles que devemos trabalhar; os outros não precisam de nós e deveriam sentir vergonha de dizer que são uma maioria para realizar a sua vontade discricionariamente. Devemos passar por cima disso e aguardar, porque dias melhores virão e o trabalho continuará e nos levará a uma Constituição que talvez responda às exigências históricas do presente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua tolerância e muito obrigado aos Srs. Constituintes pela atenção que me dispensaram. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):
– Tem a palavra o Sr. Constituinte Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero deixar um registro nesta sessão de hoje e quero também, fazer um reparo a algumas lideranças de pequenos partidos que militam nesta Casa, que passaram a impressão de que aqueles que estão elaborando o texto constitucional, que é produto do trabalho de todos os Parlamentares desta Casa e está consolidado pela Comissão de Sistematização, são minoria.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que a maioria desta Casa haverá de fazer valer, se oportunidade lhe for dada – haverá de fazer prevalecer a maior parte do que votamos até agora e – quem sabe! – até, avançar nas conquistas que até aqui obtivemos.

O registro que quero deixar é para muitos parlamentares que, com muita razão afastados, do dia 24 de setembro para cá, dos trabalhos desta Casa, porque só os que têm direito a voto são os membros da Comissão de Sistematização. E, esses membros, não têm culpa da demora com que esse trabalho está sendo realizado. Nenhum de nós esperava que fosse necessário levar tanto tempo para votar tanta coisa importante para o destino do nosso País.

Este movimento que, hoje, assistimos aqui, é encabeçado por um grupo de extrema direita e que, ao seu lado conduz, traz, muitos daqueles que estão inconformados, mas que não têm o pensamento daqueles que conduziram esse movimento. Estão inconformados porque não estão participando do processo, até, muitas vezes, porque estão pouco informados de como as coisas, de fato, estão ocorrendo nesta Casa. E, o apoio que eles estão dando a esse movimento que hoje

foi realizado é muito mais pelo desejo de participação, pela vontade de também manifestar as suas propostas e ver as suas emendas aqui votadas e analisadas.

Quero alertar a todos esses Constituintes que não se deixem enganar, porque eles estão sendo conduzidos, aí sim, a não participarem de fato do processo de votação nesta Casa, porque o que ocorre hoje, aqui, vai ensejar acordos, composições, em que todos os partidos naturalmente irão participar. E essa extrema direita, que não tinha vez e nem voto, porque não representa a vontade do povo brasileiro, e que, infelizmente, está conduzindo esse processo, terá uma grande participação nessas negociações e muitas coisas poderão vir a ser votadas nesta Casa por capítulos e títulos inteiros. E aí sim, ai, esses que hoje assinaram esse documento, querendo participar, querendo votar as suas propostas individuais a itens, parágrafos e artigos serão enganados e terão que seguir uma votação de um título ou um capítulo inteiro sem que ali tenha uma vírgula ou uma palavra escrita por ele.

É com isso, Sr. Presidente, que os Constituintes desta Casa devem se alertar. Em momento algum, se pensou em alijar a Maioria e, como seria possível alijar a maioria, se é ela que vai decidir através do voto nesta Casa? O Regimento garante, tranquilamente. No momento em que o projeto chegassem ao Plenário e passássemos a abordar artigo por artigo, parágrafo por parágrafo numa participação democrática, ativa, constitutiva, de cada um dos Constituintes desta Casa, o que não ocorrerá, sem dúvida alguma, se prevalecer a vontade desta extrema direita reduzida mas que conseguiu pelo inconformismo dos companheiros, como já disse, conduzir este processo que hora se implanta.

Espero que os Constituintes que estão neste movimento alertem para esse processo, e que não se permita que aqui, na Constituinte, votemos substitutivos globais de capítulos e títulos inteiros, porque isso muito mais reduzirá a participação individual e tão necessária de cada dos elementos, dos componentes da Assembléa Nacional Constituinte.

Construiremos sim uma boa Constituição se pudermos participar individualmente de cada votação, de cada artigo, de cada parágrafo é o nosso Regimento permite isso, com 35 mil emendas que aí já estão, com os Substitutivos nºs 0, 1 e 2 que aí estão, e podemos retornar todos eles apresentando ponto por ponto, item por item, parágrafo por parágrafo – repito. Será lamentável, se os Constituintes não compreenderem isso a aceitarem a condução dessa extrema direita, que está fazendo tudo isso não é por querer participar, não é por querer como diz, envolver e ganhar a vontade da maioria, está fazendo tudo isso só pelos avanços que se conseguiu aqui, nesta casa, em favor da classe trabalhadora, em favor do povo sofrido da nossa Nação.

É esse o registro que quero deixar, nesta sessão, e que considero da maior importância, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS)
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão
do orador.: – Sr. Presidente, Srs.
Constituintes:

Pretendo ser breve, Sr. Presidente, até porque estamos numa hora já adiantada e o plenário se

faz vazio. Mas, de qualquer forma, acho que tenho um compromisso com a minha consciência, em pelo menos deixar aqui um registro sobre o que foi comentado e o que foi feito, hoje, aqui na Assembléa Nacional Constituinte. De certa forma, repetindo o que já disse, quando de uma manifestação na última sessão.

Sr. Presidente, tenho procurado estar aqui assiduamente na Assembléa Nacional Constituinte e, por isso, posso testemunhar o que vem acontecendo. Quase diariamente vemos as violências cometidas contra o Regimento Interno, especialmente quanto ao Regimento Interno da Comissão de Sistematização, e que, por razões que desconheço, se pôs como prioridade a duração, o tempo para fazer a Constituição e não a qualidade do trabalho, fruto dessa elaboração. Sr. Presidente, portanto, não posso me conformar quando vejo 45 emendas e destaque que apresentei reduzidos a 2 ou 3. Não posso aceitar que meia dúzia de pessoas tenham o poder e o direito de tirar destaque e emendas que apresentei, quando todos nós fomos eleitos nas mesmas condições para vir aqui a este plenário defender os interesses maiores da Nação brasileira.

Desde o início, eu contestava aqui a figura do Líder na Assembléa Nacional Constituinte, porque, numa espécie, talvez, de premonição, eu sentia o que ia acontecer aqui dentro. E nós temos o triste exemplo dos votos de liderança e de decisões de liderança no Congresso Nacional. Temia eu que isto fosse novamente ocorrer como lamentavelmente terminou acontecendo. Votamos aqui na Comissão de Sistematização um projeto global em que foram ressalvados os destaque como tradicionalmente se faz nas votações. E eu vou repeti-lo, Sr. Presidente, terminada a votação se reuniram os líderes para eliminar 90% dos destaque. Considero-me traído no voto que dei naquele momento e não posso aceitar este tipo de atropelo, de violência, de arranhões e de desrespeito às normas que norteiam o nosso trabalho aqui dentro como é a nossa lei interna, o nosso Regimento.

Sr. Presidente, faço esta declaração porque eu sou um dos 319 que apuseram a sua assinatura a esse documento que nada mais pretende – pelo menos essa foi a intenção que me moveu – senão a abrir as portas a uma participação no plenário da Assembléa Nacional Constituinte.

Nunca, até hoje, participei de reuniões fora do recinto do Congresso Nacional para tratar de assuntos constitucionais. Nunca! Só aceito debater assuntos constitucionais aqui no plenário ou nas minhas bases eleitorais. Jamais fui a outro tipo de reunião que não fosse aqui dentro no recinto do Congresso Nacional, onde está sediada a Assembléa Nacional Constituinte. Não posso dizer até que ponto vai a sinceridade ou o propósito de cada um ao assinar este documento. Assinei, única e exclusivamente, para que se ensejasse uma modificação nas regras que norteiam os nossos trabalhos com o objetivo de que pudéssemos, com a plenitude do mandato que nos foi conferido e exercer o nosso trabalho e estabelecermos as modificações que julgássemos convenientes para o aprimoramento do texto constitucional.

Sou a favor de que o Regimento possibilite as alterações por artigo, vou ser honesto. Também tenho medo dos tais substitutivos por títulos e capítulos. Não sei se será esta a decisão a ser

tomada, mas assinei esse documento, e o assinaria tantas vezes quanto me apresentasse, desde que meu propósito fosse esse, como de fato é.

Quanto ao meu compromisso, Sr. Presidente, mudado o Regimento Interno, não tenho qualquer tipo de vínculo e compromissos com grupo algum. Aqui dentro, vou seguir a minha consciência, a minha convicção, a minha tradição partidária e, até onde puder, os princípios programáticos constantes do meu Partido.

Sempre defendi a livre empresa, e se um dia eu vier dar voto a favor da livre empresa, não é por assédio de grupos ou de lobbies. Vou fazê-lo por observância absoluta às minhas convicções pessoais.

Era este o registro que eu desejava fazer, Sr. Presidente, em nome daquilo que sinto necessidade de transmitir aqui. Estou assumindo um compromisso unicamente para alterar o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, ou seja, quero que, através do voto da maioria, – e na democracia é uma característica a decisão pela maioria – se crie não um instrumento de opressão e de prepotência aqui dentro, mas se faça, com transparência, aquilo que vem sendo feito por meia dúzia de pessoas sem poderes para isso: alterar o Regimento Interno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Adylson Motta o Sr Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Constituinte, Deputado Antônio de Jesus.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso.:

Sr. Presidente, Srs. Constituintes,
Dentre as inúmeras realizações governamentais mais recentes, vamos encontrar o Programa Nacional de Fertilizantes, aprovado pelo Presidente José Sarney e que, entre outras providências, dispõe sobre a implantação, na cidade de Catalão, Goiás, de uma fábrica de ácido fosfórico.

Esta fábrica virá atender antigo anseio do Estado de Goiás, bem como corrigirá grave distorção da economia local, tendo em vista que, até o presente, todo o fosfato ali produzido vem sendo enviado a São Paulo ou a Santa Catarina para ser solubilizado. Uma vez processado esse fosfato, ele retorna, já na forma de adubo fosfatado, para ser utilizado naquela rica e fértil região agrícola e nas demais propriedades rurais do Centro-Oeste.

Goiás perde, desta forma, enorme volume de recursos financeiros, pois o preço recebido pela matéria-prima é, evidentemente, muito inferior àquele devido pelo produto final.

A unidade fabril que deverá, em breve, ser instalada em Catalão terá capacidade para produzir 75.000 toneladas/ano de ácido fosfórico e 250.000 toneladas/ano de ácido sulfúrico, sendo que o Estado consumiu, em 1986, 957.311 toneladas desses fertilizantes. Além disso, é do solo goiano que sai a segunda maior produção, em termos nacionais, de rocha fosfática, prevendo-se, para 1987, um volume de um milhão e seiscentas mil toneladas.

Entretanto, as autoridades estaduais goianas, tomaram conhecimento de que a Petrofértil, está tentando transferir a referida unidade de produção de ácido fosfórico de Catalão para Uberaba, o que virá prejudicar sobremaneira a economia de Goiás e o plano de industrialização do Estado que vem sendo implementado pelo Governo Santillo.

O Governador do Estado, assim que tomou conhecimento dessa possibilidade, manifestou seu desagrado – que é também o de todo povo goiano – ao Presidente José Sarney.

Desejamos, desta tribuna, endossar a posição assumida pelo ilustre Governador de meu Estado, bem como fazer sentir às autoridades responsáveis pelo Ministério das Minas e Energia, Ministério da Indústria e do Comércio e ao BNDES a importância de que se reveste tal unidade fabril para o desenvolvimento daquela região brasileira, como também, os desdobramentos de caráter econômico-sociais indesejáveis que a alteração do Programa Nacional de Fertilizantes poderá acarretar.

Esperamos que S. Ex.^a percebam o alto significado de que transformação de fosfato em fertilizantes na própria região em que é produzido se reveste, e que a compreensão das implicações da alteração desse projeto os leve a manter a decisão anterior.

A prosperidade que a fábrica de fertilizantes proporcionará irá constituir, sem dúvida, a melhor forma de reconhecimento que a população de Goiás poderá transmitir aos responsáveis pelos destinos da Pátria comum.

O SR. DJENAL GONÇALVES (PMDB)

– SE. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Continuam muito além de todas as expectativas as repercussões que a apresentação da Emenda Francisco Rollemburg nesta Assembléa, restabelecendo a fronteira sul histórica entre os Estados de Sergipe e da Bahia, vêm alcançando em todas as camadas da sociedade sergipana e mesmo fora do nosso Estado. Como se sabe, aquela Emenda, que nesta Assembléa tomou o número 1P05334-0, tem o seguinte teor.

“incluam-se o art. 440 ao Projeto de Constituição, renumerando-se os demais:

“Art. 440. A superfície territorial do Estado de Sergipe é acrescida da área compreendida entre o rio Real, na divisa com Estado da Bahia, e o rio Itapicuru, que passa a constituir-se a linha divisória entre ambos os Estados.

§ 1º Os Municípios de Jandaíra, Itapicuru e Rio Real, localizados na área a que se refere este artigo, passam a integrar o território do Estado de Sergipe.

§ 2º Para o atendimento do disposto neste artigo, a legislação federal e estadual competente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da promulgação desta Constituição, estabelecerá as modificações que se fizerem necessárias à aplicação dos efeitos decorrentes.”

Além das entidades de classe de todo o Estado, todos os segmentos da sociedade vêm se manifestando em uníssono apoio à idéia do nobre Se-

nador Constituinte Francisco Rollemburg. Exemplo disso foi a recente homenagem que o Centro Sergipano, sediado no Rio de Janeiro, sob a lúdica e atuante Presidência do Dr. José da Costa Garcez, prestou a S. Ex.^a no dia 17 de outubro último, quando ali se comemorou, em sessão solene, com a presença do homenageado, do Governador Antônio Carlos Valadares e outras altas autoridades ligadas a Sergipe e ao Nordeste, a passagem de mais um aniversário da emancipação política do nosso Estado.

Mas é sobretudo na imprensa, Senhor Presidente, Senhores Constituintes, que a luta sem esmorecimento do Senador Constituinte Francisco Rollemburg vem recebendo acolhida, apoio e compreensão.

O jornalista Lauro Rocha de Lima, por exemplo, vem dedicando ao assunto vibrantes e bem documentados comentários que bem merecem ser transcritos nos *Anais* desta Assembléa. Na *Gazeta de Sergipe* de 18 de outubro recém-fundo, sob o título “A questão dos limites de Sergipe e da Bahia”, publicou este artigo:

“A QUESTÃO DOS LIMITES DE SERGIPE E DA BAHIA (5)

Lauro Rocha de Lima

Aprofundando mais ainda os estudos da questão dos limites de Sergipe e da Bahia, neste artigo, trago a consideração dos leitores, uma pesquisa em que muitíssimos documentos e escritos foram consultados. O tema é vasto, porém convincente, de que as terras ora em poder do vizinho Estado da Bahia, não se tem dúvida, originariamente eram sergipanas. Não só as que ficam entre os hoje chamados rios Real e Itapicuru (porque outrora tanto um como o outro tinham o nome de REAL em face de Sergipe ter sido uma Capitania do Rei), pois “o território compreendido entre o ITAPOÃ e o São Francisco passou a pertencer, não à Coroa, símbolo da nação, mas ao rei”, assim como as que ficam mais além, e que foram aos poucos incorporadas indevidamente pelo Estado da Bahia.

Sobre o território da Capitania de Sergipe D'el Rey, muitos historiadores descrevem em suas obras, de valor inestimável, que a grande maioria do povo desconhece, nem sequer ouviu falar. Somente as pessoas cultas, ligadas à pesquisa, sabem da existência dessas obras muitas das quais guardadas em secções especiais das bibliotecas, somente consultadas por especialistas. D. DIOGO DE MENEZES, Governador Geral da Colônia, reconhece a divisória entre Sergipe e a Bahia, um rio Real, que toma a enseada do ITAPICURU, que não se confunde com o Real da Praia. NICOLAU DE OLIVEIRA, descreve a mesma divisória a 25 léguas ad sul de São Cristovão (in GRANDEZAS DE LISBOA). NASSAU e outros membros do Conselho das Índias Ocidentais, cedendo Sergipe a NOMO OLIFERDI, como feudo, entregou a este, em 1642, o território do rio Real até Moribeca, acima de Paulo Afonso, que se comprometeu a ceder ainda mais o território da Capitania, “até seus velhos limites”. RAFAEL DE JESUS, estabelece para Sergipe as 50 léguas

de costa, que foram doadas a Francisco Pereira Coutinho, descrevendo-o em 1679, em sua obra CASTUSTO LUSITANO. SEBASTIÃO DA ROCHA PITA, descreve em sua História da América Portuguesa, a Província da Bahia, não incluindo as terras de Inhambupe, Itapicuru e Abadia, porque estas são consideradas de Sergipe. ALEXANDRE DE GUSMÃO, em 1750, historiava: A oitava Capitania ou Província é a de Sergipe: esta Capitania se entende a uma e a outra parte das campanhas por onde passam os rios São Francisco e o Real até as nações abacatiaras. A sua Capital é a cidade de Sergipe D'el Rey”. O real a que se refere GUSMÃO e o Real da Praia Grande também chamado de ITAPICURU, porque este vai onde se acham as nações dos indígenas abacatiaras. ANTÓNIO JABOATÃO diz que Sergipe vai além de Inhambupe de Cima, dizendo ainda que a Missão de Santo Antônio do Itapicuru, e distrito de Sergipe Del Rey Inácio Aciole confirma que os limites de Sergipe e da Bahia são pelo rio ITAPICURU. Os historiadores MILLIET DE SAINT ADOLPHO, VEIGA CABRAL, MOREIRA PINTO, BARAO HOMEM DE MELO, TOMAZ POMPEU e CÂNDIDO MENDES lecionaram a existência de terras sergipanas em poder do Estado da Bahia.

Estudemos as Cartas Geográficas: NICOLAS SANSON, a que já me referi em artigo anterior, em 1650, Sergipe é uma Província ou Capitania, que parte do São Francisco, indo até o rio Itapicuru, pela costa, seguindo para o Oeste, até chegar o São Francisco, acima de Juazeiro, mais ou menos, onde hoje está a Barragem de Sobradinho. L'ISLE, em sua carta de 1703, também diz que Sergipe é uma região que vai do São Francisco ao Real Grande (ou ITAPICURU). MATH SEUTTERUM, lançou uma carta, em 1720, em que Sergipe, vai mais adiante da bifurcação da grande curva do rio São Francisco, confirmado a carta de L'ISLE, LAPIE, publicou uma VIVIEN, tem uma carta, de 1825, em que a linha separativa desde o alto São Francisco até as proximidades de ITAPOÃ.

FELISBELO FREIRE leciona em sua HISTÓRIA DE SERGIPE, que o “território... ora compreendido na doação que El Rei D. João III fez, a 5 de abril de 1534” doando-a a Coutinho, doação “que se estendia do rio São Francisco à ponta da Bahia de Todos os Santos”. E IVO DO PRADO, escreveu que: “A CAPITANIA DE SERGIPE foi uma transformação lenta mas gradual da bela capitania que a FRANCISCO PEREIRA COUTINHO outrora pertencia”. A Capitania de COUTINHO, era aquela que tinha ao NORTE, o rio São Francisco e ao Sul, a ponta da Bahia de Todos os Santos, ou seja, ITAPOÃ.

SERGIPE teve, assim, o seu território reduzido aos poucos, de forma gradual, diante do poderio do Estado da Bahia. De ITAPOÃ, afastou-se para o Norte, para o rio Subahuma. Daí foi avançando chegando ao ITAPICURU. Confundindo-se o rio REAL GRANDE (OU ITAPICURU) passou para o rio Real, um córrego apenas. A História registra a Capitania de Sergipe, com o seu território original, equivalente ao hoje Estado de Pernambuco,

partindo do São Francisco até Itapoã, prosseguindo do leste a oeste, conforme fez a colonização do território, com os bandeirantes, indo até o alto São Francisco. Registra a Capitania reduzida. Reduzindo-se o território, tornou-se o menor Estado da Federação, com apenas 20.000km² sob o protesto das nossas autoridades.

Agora, com a possibilidade de redenção política, nada mais justo do que restaurar pelo menos em parte, o território que "compreende não só o que se encontra sob a sua jurisdição da antiga província de Sergipe, como ainda o que, embora alheio à sua vontade, todavia, lhe pertence por direito", conforme promulgou a CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DE 1892.

A Emenda Constitucional do Senador FRANCISCO ROLLEMBERG, que tem apoio da bancada sergipana na Assembléia Nacional Constituinte, acresce a área compreendida entre o rio Real, na divisa com o Estado da Bahia, e o rio Itapicuru, que passa a constituir-se na linha divisória entre os Estados da Bahia e Sergipe, não é a área original, pois que o território de Sergipe era bem maior do que se encontra para ser aprovado no Congresso Constituinte.

Por isso a bancada de Sergipe endereçou a todos os Constituintes, uma carta que transcrevo: "Temos a honra de nos dirigir a V. Ex.^a no sentido de lhe solicitar seu indispensável apoio a Emenda de Plenário nº 1P05334-0, do Constituinte FRANCISCO ROLLEMBERG, que visa à reintegração ao território sergipano de área que abrange cerca de 3.000km² há 170 anos apossada indevidamente pela Província da Bahia. Por tratar-se de dispositivos reparadores de secular injustiça cometida contra o nosso Estado, o menor da Federação, e que muito pouco acresce ao Estado da Bahia, em termos de representatividade, seja geográfica, populacional ou econômica, estamos certos de que V. Ex.^a dedicará toda a sua atenção e solidariedade ao pleito. Nessa fundada expectativa, formulamos antecipadamente, nosso sincero reconhecimento. (a a) ACIVAL GOMES – ALBANO FRANCO – ANTÔNIO CARLOS FRANCO – BOSCO FRANÇA – CLEONÂNCIO FONSECA – DJENAL GONÇALVES – FRANCISCO ROLLEMBERG – JOSÉ QUEIROZ – LOURIVAL BATISTA – MESSIAS GOIS".

Aguardemos a parcial reparadora aprovação."

No periódico **Letras Sergipanas** de setembro/ outubro último, com o título de "A Emenda de Francisco Rollemburg", retoma o assunto nos seguintes termos:

"A EMENDA DE FRANCISCO ROLLEMBERG

Lauro Rocha de Lima

O Senador Francisco Rollemburg apresentou à Assembléia Nacional Constituinte, uma Emenda Constitucional, visando acrescer ao território do Estado de Sergipe, uma área que fica entre os rios Itapicuru e Real, que outrora pertencia a Sergipe, assim que este

se tornou independente por decreto de 8 de julho de 1820, de D. João VI, que foi ratificado por decreto de 13 de dezembro de 1823, de D. Pedro I. É do seguinte teor a Emenda Constitucional do Senador Francisco Rollemburg: "ACRESCENTE-SE, no Anteprojeto da Comissão de Organização do Estado, o seguinte artigo, renumerando-se os demais: "Art. 14 – A superfície territorial do Estado de Sergipe é acrescida da área compreendida entre o rio Real, na divisa com o Estado da Bahia, e o rio Itapicuru, que passa a constituir-se na linha divisória entre os Estados da Bahia e Sergipe. Parágrafo único – Os Municípios localizados na área compreendida entre os rios Real e Itapicuru passam a fazer parte do Estado de Sergipe, na forma que a lei vier a determinar".

Profundos estudos foram realizados, no sentido de se esclarecer o porquê da apresentação da Emenda Constitucional. As pesquisas foram empreendidas e a documentação encontrada convencem ao pesquisador, de que as terras compreendidas entre os rios Real e Itapicuru, assim como outras que ficam além, outrora pertenciam à Capitania de Sergipe d'El Rey. A CAPITANIA DE SERGIPE escreve IVO DO PRADO, "foi uma transformação lenta mas gradual da bela capitania que, a Francisco Pereira Coutinho outrora pertencia". Portanto, a Capitania de Sergipe d'El Rey, "se entendia do rio São Francisco à ponta da Bahia de todos os Santos", conforme consta da Carta Régia de 5 de abril de 1534, de D. João III. Quando passou a ser Capitania de Sergipe d'El Rei, "o território compreendido entre ITAPOÃ e S. FRANCISCO passou a pertencer, não à Coroa, símbolo da nação, mas ao Rei", assim como as que ficam mais além e que foram aos poucos incorporadas pelo Estado da Bahia.

Os historiadores confirmam que a Capitania de Sergipe d'El Rey, era um território que ia do São Francisco ao Norte ao Itapoã, ao Sul, seguindo de Leste a Oeste, até a grande curva do Rio São Francisco, nas proximidades de Juazeiro.

As Cartas Geográficas de NICOLAS SANSON, LISLE, MATH SEUTTERUM, LAPIE E VIVIEN, assim registram a existência da Capitania de Sergipe d'El Rey, com um território três vezes maior do que o atual. MILLET DE SANT ADOLPHE, VEIGA CABRAL, MOREIRA PINTO, BARÃO HOMEM DE MELO, TOMAZ POMPEU e CÂNDIDO MENDES lecionaram que terras de Sergipe estão em poder do Estado da Bahia.

Observam-se nos registros que não só nos Mapas como nos escritos dos primórdios da colonização de Sergipe, que não só no rio Itapicuru, como o Real, ambos tinham o mesmo nome, pois as terras da Capitania de Sergipe, eram de El Rey. A confusão – ocorreu, porque a Bahia foi aos poucos adentrando nas terras de Sergipe, sob os protestos das autoridades sergipanas, porém, nunca se concluiu o litígio, de forma que sendo a Bahia mais poderosa, o protelamento ocorreu, mas que durante os 170 anos da independência

de Sergipe, até hoje, a questão limítrofe tem sido lembrada: "Sergipe, lutou, luta e lutará sempre, no sentido nobre e justo de recobrar o território que enriqueceu e povoou durante mais de 163 anos" (IVO DO PRADO, IN SERGIPE E SUAS OUVIDORIAS)

Por ocasião da promulgação da Carta Política e Constitucional do Estado de Sergipe, em 1892, prescreveu-se: O território de Sergipe comprehende não só o que se encontra sob a sua jurisdição da antiga província do Sergipe, como ainda o que, embora alheio à sua vontade, todavia, lhe pertence por direito".

Sergipe não era para ser o menor Estado da Federação Brasileira. Foi reduzido aos poucos. De Itapoã, a divisa passou para o rio Subahuma. Reduziu-se depois para Itapicuru, também chamado Real Grande. Daí para o córrego Real. Li uma entrevista do então Deputado Estadual FRANCISCO MELO DE NOVAIS, que na época da Revolução, pretendeu-se reformular a carta geográfica do Brasil e por esta reformulação, o Estado de Sergipe, seria incorporado ao da Bahia. Agora, Francisco Rollemburg, luta pela restauração parcial do território de Sergipe, que épocas passadas, era bem maior do que o que se encontra em seu poder, indo de Itapoã ao alto São Francisco, além da grande curva, acima de Juazeiro.

Sobre o assunto, manifestaram-se COELHO E CAMPOS, LIMA JÚNIOR, FELISBELO FREIRE, GERVÁSIO PRATA, JOSINO MENEZES, PEREIRA LOBO, GRACCHO CARDOSO, MAYNARD GOMES. Porém, a questão de limites entre Sergipe e a Bahia, continua irresolúvel."

O mesmo Lauro Rocha de Lima, também na **Gazeta de Sergipe**, desta vez na edição de 13 do corrente mês de novembro e na seção "Opinião", escreveu, debaixo do título "A Emenda de Francisco Rollemburg", este texto de indiscutível apoio aos esforços que o representante sergipano vem desenvolvendo nesta Assembléia em prol dos interesses de nossa terra:

"A EMENDA DE FRANCISCO ROLLEMBERG

Lauro Rocha de Lima

O Senador Francisco Rollemburg, apresentou à Assembléia Nacional Constituinte, uma Emenda Constitucional, visando acrescer ao território do Estado de Sergipe, uma área que fica entre os rios Itapicuru e Real, que outrora pertencia a Sergipe, assim que este se tornou independente por decreto de 8 de julho de 1820, de D. João VI, que foi ratificado por decreto de 13 de dezembro de 1823, de D. Pedro I. É do seguinte teor a Emenda Constitucional do Senador Francisco Rollemburg: "ACRESCENTE-SE, no Anteprojeto da Comissão de Organização do Estado, o seguinte artigo, renumerando-se os demais: "Art. 14 – A superfície territorial do Estado de Sergipe é acrescida da área compreendida entre o rio Real, na divisa com o Estado da Bahia, e o rio Itapicuru, que

passa a constituir-se na linha divisória entre os Estados da Bahia e Sergipe. Parágrafo único. Os Municípios localizados na área compreendida entre os Rios Real e Itapicuru passam a fazer parte do Estado de Sergipe, na forma que a lei vier a determinar".

Profundos estudos foram realizados, no sentido de se esclarecer o porquê da apresentação da Emenda Constitucional. As pesquisas foram empreendidas e a documentação encontrada convencem ao pesquisador, de que as terras compreendidas entre os rios Real e Itapicuru, assim como outras que ficam além, outrora pertenciam à Capitania de Sergipe d'El Rey. A CAPITANIA DE SERGIPE escreve IVO DO PRADO, "foi uma transformação lenta mas gradual da bela capitania que, a Francisco Pereira Coutinho outrora pertencia". Portanto, a Capitania de Sergipe d'El Rey, "se estendia do rio São Francisco à ponta da Bahia de Todos os Santos", conforme consta da Carta Régia de 5 de abril de 1534, de D. João III. Quando passou a ser Capitania de Sergipe d'El Rey, "o território compreendido entre ITAPOÃ e São FRANCISCO passou a pertencer, não à Coroa, símbolo da Nação, mas ao Rei", assim como as que ficam mais além e que foram aos poucos incorporadas pelo Estado da Bahia.

Os historiadores confirmam que a Capitania de Sergipe d'El Rey, era um território que ia do São Francisco ao Norte ao Itapoã, ao Sul seguindo de Leste a Oeste, até a grande curva do rio São Francisco, nas proximidades de Juazeiro. As Cartas Geográficas de NICOLAS SANSON, L'ISLE, MATH SEUTTERUM, LAPIE e VIVIEN, assim registram a existência da Capitania de Sergipe d'El Rey, com um território três vezes maior do que o atual. MILLET DE SANT ADOLPHE, VEIGA CABRAL, MOREIRA PINTO, BARÃO HOMEM DE MELO, TOMAZ POMPEU e CÂNDIDO MENDES lecionaram que terras de Sergipe estão em poder do Estado da Bahia.

Observam-se nos registros que não só nos mapas como nos escritos dos primórdios da colonização de Sergipe, que não só no rio Itapicuru, como o Real, ambos tinham o mesmo nome, pois as terras da Capitania de Sergipe, eram de d'El Rey. A confusão ocorreu, porque a Bahia foi aos poucos adentrando nas terras de Sergipe, sob os protestos das autoridades sergipanas, porém, nunca se concluiu o litígio, de forma que sendo a Bahia mais poderosa o protelamento ocorreu, mas que durante os 170 anos da independência de Sergipe, até hoje, a questão limítrofe tem sido lembrada: "Sergipe, lutou, luta e lutará sempre, no sentido nobre e justo de recobrar o território que enriqueceu e povoou durante mais de 163 anos" (IVO DO PRADO, in SERGIPE E SUAS OUVIDORAS).

Por ocasião da promulgação da Carta Política e Constitucional do Estado de Sergipe, em 1892, prescreveu-se: "O território de Sergipe compreende não só o que se encontra sob a sua jurisdição da antiga província de Sergipe, como ainda o que, embora alheio à sua vontade, todavia, lhe pertence por direito".

Sergipe não era para ser o menor Estado da Federação Brasileira. Foi reduzido aos poucos. De Itapoã, a divisa passou para o rio Subahuma. Reduziu-se depois para Itapicuru, também chamado Real Grande. Daí para o córrego Real. Li uma entrevista do então Deputado Estadual FRANCISCO MELO DE NOVAIS, que na época da Revolução, pretendeu-se reformular a carta geográfica do Brasil e por esta reformulação, o Estado de Sergipe, seria incorporado ao da Bahia. Agora, Francisco Rollemburg, luta pela restauração parcial do Território de Sergipe, que épocas passadas, era bem maior do que o que se encontra em seu poder, indo de Itapoã ao alto São Francisco, além da grande curva, acima de Juazeiro.

Sobre o assunto, manifestaram-se COELHO E CAMPOS, LIMA JÚNIOR, FELISBETO FREIRE, GERVASIO PRATA, JOSINO MENEZES, PEREIRA LOBO, GRACCHO CARDOSO, MAYNARD GOMES. Porém, a questão de limites entre Sergipe e a Bahia, continua irresolúvel".

Mas não é só na imprensa da Capital e na região sul do Estado que o palpitante assunto vem despertando o mais amplo interesse e o mais decidido respaldo da opinião pública. No **Correio de Propriá** (nº 201, de julho deste ano), jornal editado na cidade do mesmo nome localizada na região norte e fronteiriça com Alagoas, o jornalista Bem Vindo Salles de Campos Neto publicou "Limites Sergipe – Bahia", o artigo que também julgo oportuno e justo passe a constar dos Anais da Câmara dos Deputados e que reproduzo a seguir.

"LIMITES SERGIPE – BAHIA

Bem-Vindo Salles de Campos Neto

Confirmando os conceitos que emita a respeito da pendente questão dos limites entre Sergipe e Bahia, matéria, aliás, quase toda compilada do grande jurista e pesquisador que foi o saudoso Desembargador Gerválio de Carvalho Prata, volto ao mesmo tema, já agora com mais provas do escandaloso esbulho de que foi vítima o pequenino Sergipe por parte da velha raposa – a Bahia.

O representante sergipano Francisco Rollemburg apresentou emenda ao projeto que está sendo elaborado pela Assembléia Nacional Constituinte no sentido de que os nossos limites com o território baiano passem, agora, para o rio Itapicuru.

Embora, pelo direito, esses limites teriam de ser traçados junto ao rio Subaé, o antigo Subahuma, demarcados pela Carta Régia de 27 de abril de 1729, uma vez que perdemos, a partir daí, o nosso alcance que ia até Itapoã, a última proposta de Sergipe, em 18 de junho de 1932, feita pelo nosso Delegado, o Desembargador Gervásio de Carvalho Prata, "desejoso por uma solução definitiva dos seus limites, fazendo desaparecer essa causa de ressentimentos e atritos com o Estado da Bahia, quanto impelido pelos sentimentos de fraternidade nacional, o Estado de Sergipe abre mão de todo aquele extenso trato compreendido desde as vinte léguas acima da barra do Salitre, até a foz do rio Curaçá, cede

ainda região de Jacobina, até as proximidades da serra de Itiúba e mais as regiões até chegar no Jacurici e no Morro das Agulhas, além de outros trechos perlongados ao sul da seguinte divisória, que propõe como linha separativa entre os dois Estados:

"Partindo do S. Francisco, na foz do rio Curaçá e por este acima até à sua nascente mais próxima da serra de Itiúba; daí à nascente do Jacurici e por este até a sua confluência no Itapicuru; desse ponto ao Morro das Agulhas; daí às nascentes do Pojuca, e, enfim, do Joanes, e por este até o oceano."

Tal proposta foi a mesma apresentada pelo General Ivo do Prado, na Conferência de Limites Interestaduais, em 1921, adotada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, com o beneplácito do então Interventor Federal em Sergipe, o Major Augusto Maynard Gomes.

Enquanto a Bahia nunca se interessou em resolver amigavelmente uma questão que se arrasta por mais de 255 anos, Sergipe jamais calou a sua voz, protestando por todos os meios contra a posse indevida do seu território por parte da Bahia, que cresceu em tamanho à custa de seu vizinho sem influência e prestígio junto às autoridades federais.

Em 1860, na sua mensagem à Assembléia Provincial, o Presidente de Sergipe, Manuel da Cunha Galvão, assim reclamava:

"Olhando para a costa do Brasil, qualquer espírito refletido se revolta contra os limites traçados a esta Província (SERGIPE) pelo lado da Bahia; ao passo que aquela Província teve uma longa costa de extensão quase cinco vezes a de Sergipe, AINDA VEM ELA TIRAR-LHE OS FUNDOS PELO LADO DO RIO S. FRANCISCO..."

Apesar de a Bahia não ter apresentado, até hoje, um documento que comprove a "validade" ou a "legitimidade" de seu avanço em quatro quintos do território sergipano, que está sob sua jurisdição ilegal, Frei Vicente do Salvador nos dá a mais eloquente de todas as provas do nosso direito, ao se referir, na sua História do Brasil, pág. 172:

"O governador (MEM DE SÁ)... ia ver um engenho que fez em Sergipe, ia de noite e deixava um pagem na escada que dissesse que estava ocupado a quem por ele perguntasse, o qual não mentia porque aonde quer que estivesse ocupava e isto fazia para que a notícia da sua ausência não fosse ocasião de alguma desordem, assim, ainda que o engenho distava desta cidade (DA BAÍA) oito léguas, fazia lá muito pouca dentera."

Isto significa dizer que os domínios sergipanos iam tão perto da Bahia "a ponto de Mem de Sá visitá-los sem que fosse percebido que estava fora da sede do governo."

O Padre Serafim Leite, na sua "História da Companhia de Jesus", tomo VIII, Instituto Nacional do Livro, 1949, Rio de Janeiro, pág. 405, diz textualmente:

"50 léguas desta cidade do Salvador está a Capitania de Sergipe del Rei, que na era de 1591 se ganhou aos Tupinambás e Franceses que nela tinham uma arrochela, com a ajuda de 30 Aldeias que naquela paragem havia em que se contavam 25 mil homens

de peleja", consta esta nota da "Relação da Província do Brasil, 1610, do Padre Jácrome Monteiro.

Autoridade no assunto, bem diz o Desembargador Gervásio de Carvalho Prata:

"Há de se notar, nessa causa ingratia, que Sergipe não é um simples espoliado. É um mutilado, na expressão máxima, em quatro auntos, pelo menos do seu legítimo território. Deixou de ser o histórico Sergipe d'El-Rei, para ser transformado num Sergipe da Bahia. É mais do que um mutilado. É um trucidado."

Homem de letras, jurista de valor, reto e competente, soube dar ao problema a dimensão que o momento exigia, como bom sergipano, procurando harmonizar o direito de Sergipe com os interesses da Bahia. De 1932, há 55 anos passados, as autoridades sergipanas quedaram-se, esquecidas, acomodadas, conformadas, do imperativo maior de defender, com toda garra e energia, a terra sergipana, o seu valioso e importante território que a Bahia, sem qualquer escrúpulo, apossou-se contra a lei, o direito e os fatos históricos.

Nestes 55 anos o silêncio perdurou, sendo 15 anos da ditadura de Vargas e 20 anos do golpe político-militar de 1964. Mas, e os restantes 35 anos em que o País viveu sob a égide de governos aparentemente democráticos, constitucionais, porque, então, esse marasmo, essa condescendência com o "avanço" baiano, na luta contra o açaibramento de nosso território? Falta de patriotismo? Medo do poder baiano? Não! Foi tudo um equívoco, um desleixo, que a história está a exigir o nosso reparo.

Temos, pois, nós, os sergipanos, o dever de lutar para reaver o que nos pertence, sem esmorecimentos. É questão, apenas, de iniciativa, de coragem, do civismo, que não nos falta nunca, dentro de uma visão justa e consciente de que a Bahia não tem direito à área da qual se apropriou indevidamente, cujo ato criminoso só findará quando devolver o que a história está a exigir o nosso reparo.

Temos, pois, nós, os sergipanos, o dever de lutar para reaver o que nos pertence, sem esmorecimentos. É questão, apenas, de iniciativa, de coragem, do civismo, que não nos falta nunca, dentro de uma visão justa e consciente de que a Bahia não tem direito à área da qual se apropriou indevidamente, cujo ato criminoso só findará quando devolver o que lhe não pertence.

Reincorporado este vasto território ao domínio sergipano, estamos certos de que os Constituintes brasileiros não estarão, apenas, fazendo justiça a Sergipe, mas reparando um erro cometido através dos séculos, que, em hipótese alguma, aceitamos e que nos empobreceu, atrasando o nosso desenvolvimento, deixando que as populações dessa área continuassem, como ainda se encontram, sem a assistência e os cuidados que merecem do Poder Público e algumas "regiões permanecessem quase no mesmo estado em que foram encontradas", quando da usurpação baiana.

Surpreende o descaso das autoridades atuais de Sergipe, que têm o dever de apoiar, sobre todos os aspectos, a Emenda Francisco Rollemberg, a fim de que afinal, a Bahia faça retornar aos sergipanos a grande área que os nossos antepassados conquistaram com trabalho, sacrifício e heroísmo e para a qual todas as evidências demonstram a nossa legitimidade, pertencente a antiga Capitania e Comarca de Sergipe d'El-Rey, como assim precisamente o ordenou o Rei de Portugal e cumprido foi pelo seu agente no Brasil, o Vice-Rei D. João de Lencastro, Governador-Geral do Estado do Brasil.

Por fim temos de acrescentar, em nosso favor, que a questão desses limites se encontra, como se diz, "em aberto", haja vista que nem mesmo o poder discricionário do Estado Novo, regime imposto ao Brasil de 1937 a 1945, deu qualquer solução ao avanço deslavado da Bahia à terra sergipana, encontrando-se a nossa luta nas mãos dos Constituintes de 1987.

E que Deus tenha pena dos sergipanos..."

Em recente pronunciamento no Senado, o Senador Albano Franco, tratando da Emenda Rollemberg depois de analisar vários aspectos da matéria, concluiu de forma candente e nestes termos:

"A luta do Senador Rollemberg e dos companheiros da representação sergipana insere-se como uma das maiores missões designadas pelo povo de Sergipe e seus delegados na Constituinte, em nome da retomada histórica, fundada na mais sólida base jurídica, de recomposição de seu território."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Evidencia-se de tudo isso que a causa que em tão boa hora o nobre Senador Constituinte Francisco Rollemberg abraçou, em favor da recuperação da antiga fronteira sul de Sergipe, não é a causa de um só homem, de uma única voz, mas o justo pleito de todo um povo, no caso do povo sergipano sem distinção de qualquer espécie.

Estou certo de que esta Casa não será insensível a tão obstinada quanto correta luta e que, quando soar a hora de a Emenda Francisco Rollemberg ser apreciada no plenário soberano desta Assembléia ela será vitoriosa porque justa e necessária.

Era o que tinha a dizer.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL - ES. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Caixa Econômica Federal, à qual agora está afeta a administração do antigo Sistema Financeiro de Habitação, reabriu as inscrições para o financiamento de imóveis usados.

Até aí, nada de novo, como também não é nova a filosofia que determinou o estabelecimento de exigências e demais parâmetros para a realização da operação.

Como já é hábito consagrado, os tetos fixados bem como a renda familiar e o valor das prestações exigidos situam-se bem acima das possibilidades dos prováveis pretendentes, tomando as negociações totalmente inviáveis.

Parece – como sempre pareceu, aliás – que o Governo não está realmente interessado em atender ninguém, a não ser alguns poucos privilegiados, pois os aspirantes a mutuário, em sua maioria, estão muito longe de poder satisfazer as absurdas exigências que lhes estão sendo feitas.

Todos os que a princípio se iludiram com a possibilidade de afinal conseguir adquirir sua casa própria, depois de verificar os requisitos mirabolantes, estão agora revoltados com a falácia que o Governo lhes impingiu.

Após as consultas feitas, veio a desilusão, seguida de queixas, infelizmente todas procedentes, pois as condições impostas estão totalmente fora da realidade dos interessados. Saldo médio de poupança correspondente ao valor não financiado, prestações muito altas e valor máximo financiado abaixo dos preços correntes no mercado de imóveis tomam a iniciativa governamental inócuas.

E tanto isso é verdade que o próprio Presidente da Caixa Econômica Federal admitiu a possibilidade de alterar o seu plano, caso a procura de financiamentos fique abaixo do previsto. É a eficiência de um presidente que tem se mostrado sensível e ágil nos problemas de sua área. Acho mesmo que ele tem que ser efetivado no cargo que ocupa com desenvoltura e capacidade.

Ora, a partir do momento em que o principal dirigente da Caixa admite o fato de ser preciso abrandar as exigências, tornando-as mais acessíveis aos compradores em potencial, ele está reconhecendo que a política do Governo para o Sistema é inconveniente. Então por que não pôr em prática, desde o início, um plano de financiamento que atenda às reais necessidades dos compradores e do mercado imobiliário?

Não é apenas a população que se ressentir da falta de condições adequadas para aquisição de casa própria, mas também o mercado imobiliário, que não encontra forma de se desenvolver como deveria, por falta absoluta de recursos por parte dos compradores.

Se o Sistema Financeiro de Habitação especialmente destinado para esse fim não consegue – ou não se esforça – para oferecer maneiras razoáveis e apropriadas de permitir aos menos aquinhoados a compra de um teto, quem poderá fazê-lo?

A falta de moradia é um dos grandes problemas sociais que afligem este País e parece-nos mais do que razoável que o Governo se ocupe dele seriamente, se não para resolvê-lo de pronto, pelo menos para atenuá-lo a ponto de que possamos conviver com ele.

Atualmente, da forma como as coisas estão colocadas, quem está sendo mais pressionada é a classe média, incapacitada de fazer frente ao alto custo dos aluguéis e sem as mínimas condições para adquirir um local onde morar.

Existem, neste Brasil, milhões de pessoas que, apesar de receberem salários considerados altos, com os quais poderiam arcar com as prestações estipuladas pela Caixa, não dispõem de poupança ou não têm condições de fazê-la porque os preços absurdos que pagam pelos aluguéis não lhes permite poupar nada. Para esses nunca se voltaram os planos habitacionais, que sempre se diz dirigidos à população de baixa renda ou

que atendam às possibilidades dos mais bem aquinhoados.

Um dos problemas mais prementes do nosso povo, ressaltado pelo próprio Presidente da República em seu mais recente pronunciamento por uma cadeia de televisão, se configura no terrível déficit habitacional enfrentado pelo nosso povo, com dez milhões de famílias sem teto, espalhadas, principalmente, na periferia das grandes cidades, nas favelas, nos mangues e alagados, em condições subumanas.

O problema fundiário, correlato à questão agrária, é cada vez mais premente, traduzindo-se, muitas vezes, em reações violentas, em que se defrontam posseiros e capangas dos latifundiários, principalmente no norte do País, onde o problema da posse da terra se tem agravado, a partir da ampliação da fronteira agrícola e da ação pouco satisfatória do INCRA, em que pese a boa vontade dos seus dirigentes, insuficientemente ajudados pela legislação em vigor.

Adverte-se que a morosidade das medidas que se tomam para promover a verdadeira justiça no plano agrário e fundiário somente contribui para os gestos desesperados dos lavradores despossessados, violentamente repelido pelas Forças Armadas, enfrentando, reiteradamente, o resultado das decisões judiciais, quase sempre adversas aos sem-terra.

A redução do preço da terra urbana é imperativa, podendo ser solucionado o problema por iniciativa dos Governos Estaduais, em convênio com o Governo Federal, enfrentando-se o problema racional e corajosamente, com a urgência que se faz necessária.

A verdade, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é que essa grande massa de brasileiros que compõe a classe média que sistematicamente é relegada ao esquecimento, embora constitua a grande força de trabalho e de produção do País, o brasileiro não pode pagar sua casa própria nas condições que lhe estão sendo exigidas e, deploravelmente, terá que continuar a esperar mudanças no Sistema Financeiro de Habitação e aguardar que cabeças mais arejadas e espíritos mais abertos para os problemas sociais tenham a oportunidade de dirigir essa mudança.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL - PE. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Temos sustentado, em mais de um pronunciamento, que o problema habitacional da população de baixa renda, cada vez mais grave principalmente nos maiores centros urbanos e nas áreas metropolitanas, não se resolve apenas procurando transformar em proprietários citadinos pessoas com uma renda mensal inferior a cinco salários mínimos.

Mais de vinte anos de experiência do Sistema Financeiro de Habitação demonstraram que o déficit habitacional não vem diminuindo convenientemente, mas, ao contrário, temos cerca de dez milhões de famílias sem teto em todo o País.

O Banco Nacional da Habitação, comportando-se como um estabelecimento de crédito, sem nenhum financiamento a fundo perdido, transformou-se num rotundo fracasso, com uma fila enorme de devedores, cuja inadimplência se multiplicou depois do Cruzado II, quando a mais artifi-

ciosa correção monetária não conseguia reduzir os débitos.

Melhor seria que, a esta altura, o sistema transformasse o contrato de promessa de compra e venda em simples contrato de aluguel, sem despejar ninguém nem executar débitos, que começaram no dia mesmo em que o BNH admitiu o artifício da chamada "renda familiar" como documento de garantia das prestações.

Felizmente, agora, o Executivo propõe, no anteprojeto de Lei do Inquilinato, a solução que sempre nos pareceu viável, consubstanciada no seguinte artigo:

"Art. 7º A União Federal, na realização de seu programa habitacional, poderá:

I – instituir sistemas de incentivos fiscais à empresa privada, na execução de projetos de construção de habitações populares para a população de baixa renda;

II – estimular e apoiar a construção ou construir, diretamente, quando julgado necessário ou conveniente, unidades habitacionais populares, destinadas a pessoas de reduzida ou insuficiente capacidade econômico-financeira, valendo-se, inclusive, do que dispõe o art. 7º do Decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1987.

Parágrafo único. Na hipótese de construção direta de habitações sociais, o Poder Público poderá dá-las em locação ou sobre elas conceder o direito real de uso por tempo determinado e sob condições resolutivas, transmissível intervivos, com anuência do poder concedente, ou por sucessão legítima ou testamentária."

Está aberto o caminho para que os Estados e Municípios busquem solucionar o problema do déficit habitacional, nos limites da sua jurisdição, oferecendo aluguéis à população de baixa renda.

Outro assunto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, diz respeito.

O conhecimento das instituições brasileiras constitui um dos fatores mais positivos para a elevação do sentimento de Nação que, infelizmente, continua a faltar à nossa sociedade. Por isso que representa dever indeclinável daqueles que têm o privilégio de pertencer a esta Casa, realçar o valor das instituições brasileiras, conquistas empreendidas muitas vezes com o sacrifício de nossos antepassados e que merecem, até por isso, ser difundidas e respeitadas por toda a gente.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, padecemos, como Nação, do terrível mal decorrente da debilidade de nossas instituições. Mas, cabe a indagação. Até que ponto essa debilidade não decorre do desconhecimento dessas instituições, de como surgiram, de como foram mantidas nos momentos de crise, de quanto sacrifício exigiram de seus modeladores, verdadeiros heróis, enlouquecidos de ideal, quixotes deslocados no tempo a perseguir novos amores e transmitir novas lições.

Falo hoje de uma instituição pernambucana, o **Diário de Pernambuco**, que, no último dia 7 de novembro, completou 162 anos de existência. É, seguramente, a mais antiga publicação diária em língua portuguesa no mundo, conforme atestam os historiadores: "cabe incontestavelmente ao **Diário de Pernambuco** — depõe

Alfredo de Carvalho, nos Anais da Imprensa Periódica de Pernambuco — a primazia da idade na imprensa de toda a América Latina, porquanto o seu aparecimento precedeu de quase dois anos ao do **Jornal do Comércio** do Rio, a 1º de outubro de 1827, e de três ao **El Mercurio**, de Valparaíso, em 1828, aos quais alternada e erradicamente se tem conferido aquela prioridade".

De seus contemporâneos no mundo, que foram muitos, e de seus antecessores em diversas línguas, que foram apenas 19, quase todos desapareceram ou se transformaram em novos órgãos. Mas o velho **Diário** aí está, ostentando a mesma bandeira, sem lapsos de funcionamento, desde quando, no remoto dia 7 de novembro de 1825, um negro saía de uma tosca oficina tipográfica na Rua Direita, no bairro de São José, sobreçando alguns exemplares do número 1, para entrega aos subscritores, como, à época, se chamavam os assinantes e anunciantes. A rotina do velho negro não se interrompeu nunca mais. E hoje, é quase inconcebível a um pernambucano medianamente dotado, sair para o trabalho antes de ler a edição do dia do **Diário de Pernambuco**.

Seu fundador foi o ex-professor primário, preceptor dos filhos das melhores famílias recifenses do terceiro quartel do Século XIX, e depois tipógrafo Antônio José de Miranda Falcão. Na mente do jovem Jornalista, nos idos de 1825, fervilhavam os ideais da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador, de 1824, primeiros sonhos concretos da República, surgidos em terra pernambucana, repercussões um tanto distanciadas do brado republicano pioneiro de Bernardo Vieira de Melo, na Olinda de 1710.

Não obstante suas convicções revolucionárias, Miranda Falcão, com notável visão do futuro, não pretendeu dar à sua folha o caráter de jornal político, porque — ele bem o sabia — os jornais ideológicos desapareciam abafados pela repressão imperial. Era preciso o pioneirismo do estilo isento, da folha informativa por excelência, e este pioneirismo foi fielmente exercitado pelo jovem jornalista. Erguido em bases tão sólidas, surgido do sacrifício de homens como Miranda Falcão, não admira que o **Diário** ainda hoje aí esteja, mais forte que nunca, e tenha sido, durante toda sua longa trajetória, mais que simples jornal de província, para constituir-se no testemunho mais enfático de nossa história.

E a própria história do velho jornal tinha continuação. Sucedeu a Miranda Falcão na direção e propriedade do **Diário** o Comendador Figueiroa — Manuel Figueiroa de Faria — com os mesmos propósitos e ideais do fundador. "Sempre pusemos a mira na felicidade geral e esta — palavras do novo proprietário — será a nossa bússola". Esta, senhores, é uma lição que precisa ser difundida no Brasil de hoje, para que as novas gerações conheçam os motivos pelos quais uma instituição se consolida com o tempo e não se deteriora, como ocorre às idéias destituídas de substância espiritual.

E o **Diário** converteu-se numa das maiores e mais fulgurantes galerias de jornalismo e de história de nosso País. Em suas folhas, que hoje consideramos sagradas, desfilam nomes que construíram a própria nacionalidade. Desde os mais antigos Antônio Pedro de Figueiredo, Torres Bandeira, Maciel Monteiro, Vauthier, Agrário de

Menezes, Nascimento Feitosa, Antônio Vitrúvio, Felipe Néri da Fonseca, Aprígio Guimarães, Brás Florentino Henrique de Souza; passando pelos acadêmicos notáveis da Faculdade de Direito do Recife, Tobias Barreto, Rui Barbosa, Fagundes Varela, Castro Alves, Sílvio Romere; até os polemistas Felipe Lopes Neto e Pedro Autran e os articulistas Jerônimo Vilela, Joaquim Coelho, Lourenço Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, Inácio Bento de Loiola, Gervásio Pires Ferreira; e, mais modernamente, Gilberto Freyre, Aníbal Fernandes, Mauro Mota, Assis Chateaubriand.

Sim, foi a partir da velha banca do **Diário** que Assis Chateaubriand construiu um dos mais fulgurantes impérios jornalísticos das Américas, ele mesmo convertendo-se na mais projetada personalidade do jornalismo brasileiro dos tempos modernos.

Não admira, senhores, que o **Diário de Pernambuco** ostente a posição de líder do jornalismo pernambucano e se tenha convertido em fonte necessária à pesquisa de nossa história política e social, a partir de 1825. E não estranha, da mesma forma, que tenha eu ocupado a atenção dos senhores, muito menos para enaltecer um jornal de minha terra, que para registrar a alegria de todos os pernambucanos e brasileiros em comemorar, com os que hoje fazem o **Diário de Pernambuco**, os 162 anos de sua vitoriosa e honrada existência.

Que possamos nós, louvados na iniciativa de homens como Marinho Falcão, Figueiroa de Faria, Rosa e Silva, Assis Chateaubriand e tantas outras figuras notáveis, cultivar os ideais maiores da nação brasileira, nesta hora de reconstrução. Que o exemplo desses velhos e respeitáveis nomes nos inspire a fixar as nossas vistas no interesse público, olhos fitos no futuro deste País, mais do que nunca dependente do esforço, do descontínio e do trabalho honrado de cada um de nós.

O **Diário de Pernambuco** é uma instituição pernambucana e brasileira destinada assim a nos transmitir inovável lição.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PAES DE ANDRADE (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Por que motivo há o Brasil de fazer concessões aos credores estrangeiros (no caso os bancos privados norte-americanos, reunidos pelo secretário do Tesouro, James Baker) a esta altura dos acontecimentos?

O Brasil bem poderia alegar, e com justiça, que a **instabilidade** dos mercados internacionais financeiros e os sucessivos choques que o dólar sofre não aconselham negociações muito profundas e que impliquem compromissos para os futuros governos da Nova República.

Procedemos como se ignorássemos a disputa de influência e poder que hoje se trava, principalmente, entre os Estados Unidos, de um lado, e o Japão e algumas nações européias (notadamente a Alemanha Federal), de outro.

Os Estados Unidos estão jogando com vistas ao século XXI e o mesmo ocorre com o Japão, a Europa Ocidental e a União Soviética. O grande programa popularmente chamado **Star Wars**, figurando uma situação de guerra praticamente impossível, não passa de uma justificativa para

que os Estados Unidos subsidiem as indústrias de ponta e a pesquisa científica e tecnológica.

Enquanto isso, no Brasil, não faltam as vozes para desencorajar-nos, as vozes que dizem que temos de abrir mão da reserva de mercado para a informática, por ser absurda e impedir a importação de tecnologia. No entanto, os Estados Unidos, em nome da sua segurança nacional, da sua defesa e dos seus interesses, foram ao ponto de forçar, as grandes firmas japonesas de informática, em seu território, a venderem os seus interesses. E este, paradoxalmente, foi um dos fatos que levaram os japoneses (três firmas diferentes) a fabricarem supercomputadores, no Japão, equiparando-se aos americanos.

Sr. Presidente:

Os investimentos norte-americanos em pesquisas são gigantescos, mobilizando as indústrias privadas, os laboratórios de instituições estatais, as Forças Armadas (que são parte do Estado), as universidades que recebem dotações e financiamentos, enfim, jamais o Estado americano está ausente. E os Estados Unidos dão ênfase à eletrônica, de um modo geral, à informática, à pesquisa sobre a utilização sofisticada da luz (a partir dos **lasers**), à energia nuclear, à biotecnologia e tecnologia aeroespacial (**avionics**). No plano econômico e financeiro, dirigem-se para os serviços, como um todo, a começar pelos sistemas e complexos bancários, pelos seguros e resseguros, pela construção civil (e militar), pela tecnologia avançada do petróleo e do gás natural, pela busca de matérias-primas e produtos primários mais baratos e de fácil acesso, para a navegação marítima e aérea. Hoje, o símbolo do progresso dos Estados Unidos, como do Japão, não é uma usina siderúrgica, mas um computador – e a grande aventura é o computador de 5º geração, o chamado “computador pensante”.

Enquanto isso, Sr. Presidente, no Brasil, mesmo fartos de saber que já pagamos e repagamos os juros e **spreads** escorchantes de uma dívida externa que já não é mais dívida (mas virou meio de vida para alguns grupos financeiros e arma de pressão para os Estados Unidos), voltamos a Washington e a Wall Street, praticamente nos mesmos termos do Ministro Antônio Delfim Netto, a pedir:

1) Dinheiro novo. Um pequeno aumento da arrecadação (entre 2% e 3%) que com aperfeiçoamento da máquina tributária nos daria grande parte do dinheiro novo de que precisamos para a retomada do desenvolvimento econômico. Uma reforma financeira, no plano interno, faria com que a poupança se encaminhasse para a indústria, o comércio, a lavoura, a criação de empregos, a modernização da infra-estrutura, desviando-a da especulação desvairada da “ciranda financeira”, do **overnight** e de investimento no estrangeiro, que aliás são promovidos e estimulados pelo Banco Central, ao manter artificialmente elevadas as taxas de juros.

2) A instituição de um depósito no Banco para compensações internacionais – BIS – de país devedor (Brasil) e dos seus credores, para garantir o dinheiro desses últimos. Com isso, impedimos que haja melhor deságio dos títulos da nossa dívida externa em mãos dos banqueiros que nos exploram. Em suma, garantimos o dinheiro dos bancos contra o interesse nacional. A experiência já demonstrou que não há represálias em grande

escala possíveis contra o Brasil, principalmente nesta hora em que as dívidas das nações emergentes, subdesenvolvidas ou em dificuldades alcançaram a cifra aproximada de 900 bilhões de dólares, no mínimo. Em suma, beiramos o **trilhão** de dólares. Se por um acaso todo esse dinheiro fosse pago de uma só vez, o sistema financeiro internacional iria à falência, não por falta de caixa, mas por excesso de meios e ausência de planos. Também a grave crise estrutural dos Estados Unidos (que são um país ainda em crescimento a enfrentar obstáculos cada vez maiores) não aconselha uma atitude de concessão fácil, capitulação ou subserviência.

3) A promessa da redução de **spreads**. Há uma promessa formal, obtida pelo então Ministro Dilson Funaro, em documento. Mas, neste momento, nem sequer uma meta nítida foi estabelecida. Será o **spread** que o México está pagando, de 0,8%? Ou será aquele que o Brasil, fantasticamente, paga: o de 2,5%? Sim, os bancos admitem discutir os **spreads**. Mas não fixam patamares nem fazem propostas concretas. Se as fazem, o povo do Brasil tudo ignora, pois o Estado não divulga as informações. Sabemos, no entanto, todos nós, que os altos círculos políticos e financeiros dos Estados Unidos tudo conhecem recebendo, inclusive, informações do Brasil.

4) A admissão tácita de que vamos, mais uma vez, submeter-nos à supervisão ou ao monitoramento pelo Fundo Monetário Internacional, uma coisa que os Estados Unidos, a nação com o maior **déficit** interno do mundo, não admitiria, por motivos óbvios, apesar de serem os maiores quotistas do FMI.

5) Finalmente, estamos pedindo que nos **perdoem** a audácia de termos declarado moratória (e moratória parcial) para não sacrificarmos o povo, como dizia Tancredo Neves, e vamos então pagar a banqueiros que despejaram, sobre o mundo subdesenvolvido, os grandes excedentes de eurodólares, a um tal preço que só se poderia classificar esse tipo de operação como **usura**. Há países que não pagaram, em situações semelhantes. Os Estados Unidos, a União Soviética, a Grâ-Bretanha etc. O Brasil vai pagar. Quanto dessa dívida é mesmo dívida? Quanto é multiplicação artificial de juros e **spreads**? Quanto não passa de comissões e propinas, muitas vezes chamadas de serviços? Onde está o levantamento da dívida externa, a investigação que nos permita saber se realmente somos devedores ou se não passamos de uma vaca leiteira eternamente mungida e jungida?

O SR. RUBEM FIGUEIRÓ (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Todos nós, detentores de mandato, o fomos sobre o apanágio da Constituição vigente. A grande maioria foi eleita pelo voto popular, o que é o mais legítimo referendo. Apenas o Presidente da República foi eleito por um colégio eleitoral, cuja legitimidade não tem o amparo popular.

Mas sem dúvida nenhuma todos os mandatos atuais revertem-se da legalidade constitucional vigente.

É por esta razão, Sr. Presidente, que discuto o propósito político e todos quantos aqui nesta Casa desejam reduzir o mandato atual do Presidente da República para quatro anos. Sem dúvida,

a Assembléia Nacional Constituinte é soberana nas suas decisões: se o quiser pode, pela força de sua soberania, restringir qualquer mandato eletivo nada obstante configurar este gesto numa terrível lesão a um direito legalmente adquirido.

Entendo, Sr. Presidente, a tomar essa drástica atitude constituinte, deve a Assembléia Nacional reduzir também os mandatos de todos quantos estejam no exercício dele em razão das eleições realizadas de 82 a esta data. A Nação não compreenderá um gesto que, justificado pelas filigranas jurídicas da legitimidade, venha a permitir a continuidade dos mandatos atuais. Não tenho dúvidas do desapreço que os integrantes desta Assembléia hão de receber da opinião pública, assacando contra todos assacadiñas que alcançarão a dignidade de nossa representação.

Sou um parlamentar batizado por cinco mandatos consecutivos que, honra para mim, conferiu-me o povo de Mato Grosso do Sul. Preciso zelar para que ele não seja tisnado por qualquer ato que atente a consciência dos meus concidadãos.

E se a Assembléia Nacional Constituinte reduzir o mandato do atual Presidente fatalmente o meu, como o de todos aqueles que aqui estão, será tisnado.

A prevalecer a idéia do mandato de quatro anos o atual Presidente sob a alegação eufêmica de que com a promulgação da Constituição se conclui o processo de transição para a democracia, também é válido afirmar que os demais mandatos devam se concluir para que a Nação, presente às urnas, escolha os legítimos dirigentes e representantes, do município à União.

Sou, portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, pela realização de eleições gerais não só para os que concluem seus mandatos em 89 – prefeitos e vereadores – como também para aqueles que foram eleitos em 1986. Aí, sim, se consuma a transição democrática tendo os novos mandatos a legalidade da nova Constituição e a legitimidade inquestionável do julgamento popular que vem das urnas.

É o meu ponto de vista.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Fizemos referência, há alguns dias, nesta tribuna, ao problema do descarte do lixo atômico, de importância crucial para qualquer País que utilize a energia nuclear, como é o nosso caso, alertados, como toda a Nação, a respeito dos perigos que nos rondam, com a utilização industrial ou médica do urânio, do célio e outros metais atônicos, claramente demonstrados na trágica ocorrência de Goiânia, quando uma cápsula de célio, abandonada num depósito aberto, por uma instituição hospitalar, levou à morte várias pessoas, alarmando a população inteira de Goiás.

Sustentamos a necessidade de estabelecer-se uma política, amplamente divulgada, a respeito da deposição desses rejeitos em jazigos seguros, inclusive nas inúmeras fossas atlânticas do nosso litoral, e verificamos que a nossa preocupação tem antecedentes há quase um século, antes de qualquer ameaça de irradiação nuclear no País.

Já em fins de 1979, o Dr. João de Deus Oliveira, da Fundação Tobias Barreto, pelo seu Departamento de Encontro e Cooperação Internacional, divulgava um trabalho, da melhor qualificação

a técnica, a respeito do "Lixo Atômico e a Opção do Sal-Gema Brasileiro", indicado como aquele produto mineral, de larga incidência na costa sergipana, poderia oferecer uma solução hábil, eficaz e barata para a extinção dos rejeitos nucleares.

O trabalho teve a mais larga repercussão nos meios científicos mas merece mais ampla divulgação, pela imprensa escrita e televisionada, para que se demonstre ao nosso povo a previdência dos nossos cientistas, antecipando soluções para esse problema que se tende a agravar, na medida mesma da utilização crescente da energia nuclear.

Queremos registrar nos anais uma carta, datada de 30 de janeiro de 1980, do Sr. Sérgio Mário Pasqualini, então Presidente da Fundação do Projeto Rondon, endereçada ao Dr. João de Deus Oliveira, nos seguintes termos:

"Foi com grande satisfação que recebi a cópia do seu trabalho intitulado "O Lixo Atômico e a Opção do Sal-Gema Brasileiro".

Li, com bastante atenção, e achei um trabalho de grande relevância, visto que enfoca a problemática da energia nuclear e suas consequências, que vêm se transformando em grande desafio mundial.

A preocupação de todos os governos consiste em que se apresente formas realmente alternativas de energia, economicamente viáveis, resguardando sempre as populações do perigo, das emanações radioativas, provenientes dos resíduos nucleares não aproveitados.

E o sal-gema, que você apresenta como uma das alternativas para a extinção do lixo atômico, deve merecer de você uma atenção e conhecimento cada vez mais profundo, obtidos através de contatos com a nossa comunidade científica nacional, de maneira que essa opção seja apresentada como uma solução real.

De minha parte, desejo todo o sucesso na busca dessa verdade".

Ao inscrever em nossos anais esse documento, fazemos votos para que as autoridades responsáveis pela fiscalização do uso da energia nuclear no País mobilizem cientistas do porte do Dr. João de Deus Oliveira, encontrando, o mais breve possível, uma solução para a neutralização dos nossos rejeitos nucleares.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na última semana, Brasília presenciou a instalação de inúmeros **out-doors** anunciando que a UDR fará grande leilão de gado aqui mesmo na Capital, no dia 15 de novembro, dia da Proclamação da República.

A finalidade é arrecadar fundos para patrocinar suas reacionárias e antipopulares teses contra a reforma agrária. E, é claro, dar mais uma demonstração de poderio econômico visando assustar ou atrair para o seu lado os constituintes vacilantes e com pouco compromisso com os trabalhadores brasileiros.

Outro dado importante na conjuntura é que esta organização de extrema direita, a UDR, vem mais e mais conseguindo assumir uma posição de liderança junto às outras associações patronais. Se não vejamos o exemplo da chamada "Frente da Livre Iniciativa", entidade que reúne empresários políticos e entidades interessadas em

neutralizar e impedir os avanços, as modernizações e as vitórias de reivindicações populares no Congresso Constituinte. Integradas por organizações patronais, como a CNI (Confederação Nacional da Indústria), CNC (Confederação Nacional do Comércio), FENABRAM (Federação Brasileira das Associações de Bancos), FBH (Federação Brasileira de Hospitais) e muitas outras semelhantes, esta "Frente da Livre Iniciativa" foi puxada pela UDR, ou seja, é a extrema direita quem, hoje, lidera os patronos no Brasil.

Logo esta liderança se estenderá à recém-formada UBE (União Brasileira de Empresários), espécie de central dos patronos que se instalou dia 5-11-87 na sede da CNC de Brasília.

A necessidade de que os trabalhadores brasileiros se unam nas suas entidades sindicais e políticas que defendem uma visão de repúdio à exploração capitalista é, hoje, uma questão de sobrevivência. Pois esta ofensiva dos patronos trará consequências, dramáticas e imediatas no sentido de barrar a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida.

Quero dar como exemplo de como age esta burguesia através de um outro episódio recente: no início de novembro de 1987, 5.000 trabalhadores rurais sem terra, de Santa Catarina, cerca de 1.500 famílias, provenientes dos municípios de Campo Erê, Quilombo, Romelândia, São Lourenço D'Oeste, todos municípios do oeste catarinense, ocuparam uma fazenda no município de Campo Erê. Terra ociosa, improdutiva, latifúndio criminosamente parado no momento em que milhões de brasileiros não têm onde trabalhar e não têm o que comer.

Eram trabalhadores cansados de esperar a reforma agrária da Nova República.

Estavam no local com crianças, móveis, bagagem e ferramentas, melhor prova de sua disposição de trabalhar, de produzir.

Vejamos os desdobramentos:

– O Governador Pedro Ivo (do PMDB) no dia 3-11 anuncia como se fosse um grande crime que os trabalhadores rurais não são catarinenses. São de outros Estados! Vejam bem. Primeiro, era uma mentira. Os camponeses eram sim do oeste catarinense, conforme ficaria apurado depois pela própria polícia militar. Segundo, e se fossem trabalhadores do Paraná ou do Rio Grande do Sul? Que diferença faria isso? Não seriam também trabalhadores querendo trabalhar e plantar?

Mas a calúnia era a contribuição do Governador do PMDB para criar o clima favorável a atitudes repressivas. Apenas isto.

– O Judiciário, na pessoa do juiz da comarca Manoel Cardoso Green, desperta de sua letargia crônica e numa surpreendente demonstração de agilidade, presteza, com as juntas azeitados não se sabe por que tipo de óleo, determina a imediata reintegração de posse.

– 600 soldados da PM na madrugada do dia 4-11, em verdadeira operação de guerra, armados de escudos, escopetas, fuzis e metralhadoras cercam homens, mulheres, e crianças. São os capitães-do-mato propiciando economias aos empresários rurais que desta forma não precisam mais gastar dinheiro com jagunços e assassinos de aluguel.

– Agora a UDR. Sim, por detrás de tudo, a UDR. Seu presidente local João Vigamo Neto

"providenciou" vinte caminhões para que a polícia pudesse prender os trabalhadores.

– Depois o requinte da perversidade. As famílias foram separadas em caminhões diferentes. Depois transportadas e espalhadas aleatoriamente por centenas de quilômetros de estrada.

– No fim a festa. O "Comandante Militar" da operação, major PM Flávio Pancera, com 12 de seus oficiais comemoraram a vitória com uma churrascada no Hotel Pinho em Campo Erê, Santa Catarina, Brasil.

É para isso que a UDR realiza leilões! Como vai pagar os capitães-do-mato? Como vai pagar os caminhões?

Como vai pagar juízes cegos para a justiça? Como vai pagar governadores peemedebistas?

Este é um retrato da Nova República.

Vejam que time: UDR, Judiciário, PM e Governador do PMDB!

Mas existe uma outra face desta medalha. Os trabalhadores sem terra ao serem presos sob mira de metralhadoras mostram que existe esperança para o povo brasileiro; levantavam as ferramentas de trabalho e suas crianças gritavam "Nós Vamos Voltar!"

REFORMA AGRÁRIA JÁ!

NÃO HÁ JUSTIÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Os servidores da Justiça do Trabalho em todo Brasil realizaram, no dia 28-10-87, um movimento nacional que tinha como eixo as seguintes reivindicações:

– reposição imediata das perdas salariais acumuladas de janeiro de 1986 a setembro de 1987, com um reajuste geral de 126, e 22% nos vencimentos de todos os servidores da Justiça do Trabalho;

– imediato encaminhamento de um plano de carreira específico para a Justiça do Trabalho, garantida a participação de representação da categoria em sua elaboração.

O movimento atingiu todo o país com manifestação em todas as regiões, o que não é de admirar quando se sabe que o salário-base da categoria é Cz\$ 2.207,84, o salário médio é Cz\$ 4.489,18 e o salário nível superior concursado é Cz\$ 15.000,00.

No entanto foi em São Paulo que aconteceu uma repressão em vez do necessário diálogo.

Portaria do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2º Região, Dr. Rubens Ferrari, em 29 de outubro, instaurando sindicância para detectar os responsáveis pelo movimento. Suspenderam por 30 dias os funcionários Nicodemos Neves Sena. Transferiu de São Paulo para Cubatão a funcionária Marli Aparecida Perim; ambos diretores da Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho - 2º Região.

Além disso, determinou o corte do ponto de todos que participaram da reivindicação.

Neste momento em que na Constituinte o direito a ter sindicato, a realizar negociações salariais e greves se estende indiscriminadamente a todos os servidores públicos, causa espanto e indignação a atitude punitiva. E justamente vinda de um **ilegível** ao TST e ao Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo pelo atendimento das justas

reivindicações dos trabalhadores e pela imediata revogação das punições.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO JORGE EM SEU DISCURSO:

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE SERVIDORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Os servidores da Justiça do Trabalho em todo o Brasil, através da Federação Nacional das Associações de Servidores da Justiça do Trabalho – Fenastra:

1. CONSIDERANDO que tiveram uma perda salarial de 55,80% no período janeiro de 1986 a setembro de 1987;

2. CONSIDERANDO os malévolos efeitos ocasionados na vida de cada um dos servidores e de suas famílias, frente a uma desmedida carestia;

3. CONSIDERANDO que para repor o poder aquisitivo aos níveis de janeiro de 1986 era necessário, em setembro do corrente ano, um reajuste de 126,22% nos vencimentos;

4. CONSIDERANDO que, em função dos raros vencimentos e da absoluta falta de estímulos e mobilidade na carreira, cresce dia a dia a evasão de servidores, que acorrem à iniciativa privada, e aproximando a extinção da figura do funcionário profissional;

5. CONSIDERANDO os graves prejuízos daí decorrentes para a qualidade dos serviços prestados pela Justiça do Trabalho e para o próprio equilíbrio social almejado;

6. CONSIDERANDO, finalmente, que a existência de um Plano de Carreira, moderno e ágil, é fator de estímulo à profissionalização e ao aperfeiçoamento dos servidores, com vantagens óbvias para a instituição e seus fins, vêm à presença de V. Ex.^a a fim de dar conhecimento de suas mais prementes reivindicações, solicitando seu maior e mais sincero empenho para que se alcance:

a) a reposição imediata das perdas salariais acumuladas de janeiro de 1986 a setembro de 1987, com um reajuste geral de 126,22% nos vencimentos de todos os servidores da justiça do trabalho;

b) O imediato encaminhamento de um plano de carreira específico para a justiça do trabalho, garantida a participação de representação da categoria em sua elaboração.

Certos de sua compreensão, firmamos.

De Porto Alegre para Brasília, em 28 de outubro de 1987. – **Lílian Moncks Duarte de Vargas**, Presidente da FENASTRA. CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE"

Wanderley Pinto de Andrade.

PORTRARIAS DO PRESIDENTE DE 29-10-87

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDO que, no dia de ontem, alguns servidores deste Regional tentaram um movimento de paralisação, a pretexto de reivindicar melhorias de vencimentos, no exato momento em que todos os órgãos de divulgação davam conta de que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República acabará de assinar decreto beneficiando o funcionalismo da União;

CONSIDERANDO a manifesta ilegalidade de tal procedimento, posto que "o funcionário que articula greve comete insubordinação grave em serviço" (Formulação nº 91 do DASP);

Resolve: determinar a instauração de Sindicância para que os fatos sejam devidamente apurados, com a identificação dos responsáveis e nomear comissão formada pelos Drs. Paulo de Tarso Oliveira Lima, Geraldo Barros Falcão de Lacerda e Ruy Guedes, que funcionará sob a Presidência do primeiro, que deverá apresentar relatório circunstanciado, no prazo de 30 (trinta) dias.

Publique-se.

a) Rubens Ferrari-Presidente.

GP 12 – O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que, no dia de ontem, 28 de outubro, esta Presidência veio a tomar conhecimento de que um grupo de servidores tentava um movimento de paralisação, a pretexto de reivindicar melhores vencimentos, no exato momento em que todos os órgãos de divulgação davam conta de que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República acabava de assinar decreto-lei beneficiando o funcionalismo da União;

CONSIDERANDO que, ao início do expediente, o servidor Nicodemos Neves Sena foi surpreendido, por esta Presidência, no local em que os funcionários marcam o cartão de ponto, procurando convencê-los a aderirem ao movimento.

CONSIDERANDO que o referido servidor, mesmo depois de haver recebido ordem para deixar o local, em manifesto desrespeito, prosseguiu na atividade;

CONSIDERANDO, ainda, que após essas ocorrências, por volta das 14 horas, o mesmo funcionário, à frente do edifício-sede, portando megafone, dirigiu expressões ofensivas aos membros desta Corte e aos integrantes do seu corpo administrativo;

CONSIDERANDO, finalmente, que o comportamento do aludido funcionário representa falta sumamente grave,

RESOLVE, com fundamento no art. 205 do Estatuto da União, combinado com o art. 19, XIX, do Regimento Interno deste Tribunal, aplicar ao servidor Nicodemos Neves Sena a pena de suspensão de 30 (trinta) dias, a contar de 3 de novembro de 1987.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE.

a) Rubens Ferrari – Presidente.

DENÚNCIA DE REPRESSÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Os funcionários da Justiça do Trabalho realizaram, em 28 de outubro último, um dia nacional

de protesto, transformando o dia do funcionário público em um dia de luta, por melhores condições de vida e trabalho. À parte os "marajás", que são uma minoria de privilegiados, a maioria dos funcionários públicos carregam a máquina administrativa do Governo, privados de direitos elementares, como o de poder constituir sindicato e negociar salários, o que os coloca a mercê dos decretos dos governos, vendo suas condições de vida degradarem-se a cada ano.

Isso ficou provado mais uma vez com a concessão de gratificação – em vez de reajuste de vencimentos – em torno de 30% para os servidores de nível médio e 23% para os servidores de nível superior, porcentagens abaixo dos reajustes concedidos a outras categorias a muito aquém do necessário para cobrir as perdas salariais dos servidores federais.

O protesto do dia 28 de outubro visou também denunciar à população a precariedade em que funcionam os órgãos públicos, com poucos recursos e poucos funcionários. No TRT-2ª região (Grande São Paulo e Baixada Santista), onde existem atualmente cerca de 200 cargos vagos, poucos dos que prestam concursos chegam a tomar posse, desmotivados pelos baixos vencimentos.

Apesar do abnegado esforço dos funcionários sobrecarregados, é a população que, em última instância, acaba sofrendo as maiores consequências, diante da precariedade do atendimento.

Contra tal situação, os funcionários da Justiça do Trabalho da 2ª região participaram do dia de protesto, aprovado em assembleia da categoria que votou pela paralisação de três horas, com passeata pela Av. Ipiranga até o prédio do Tribunal, na Rua da Consolação, 1272, procurando sensibilizar as autoridades.

Entretanto, a administração do Tribunal, que deveria ser a primeira a defender melhores vencimentos e condições de trabalho para seus funcionários, devendo ter apoiado o legítimo protesto, recebeu a manifestação com ameaças e represálias.

Na pessoa do próprio presidente, a administração do Tribunal expulsou, do saguão do prédio-sede, funcionários que divulgavam a decisão da assembleia. Entre eles, dois diretores da Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho da 2ª região, que foram injustamente penalizados, um deles, pai de dois filhos menores, através de suspensão de 30 (trinta) dias com a perda dos respectivos vencimentos; outro, com a transferência de São Paulo, onde reside, para exercer suas atividades em Cubatão.

Além disso, todos os que participaram da passeata estão ameaçados de perderem os vencimentos daquele dia.

Foi instaurada comissão de sindicância, em que um dos membros, diretor de Secretaria de uma das Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital, é notório adversário da atual diretoria da associação dos funcionários, já tendo ameaçado fisicamente um diretor da mesma.

Os funcionários da Justiça do Trabalho, através de sua Associação, vêm a público denunciar tais injustiças, exigindo a reversão de todas as punições, para que haja justiça na Justiça do Trabalho.

Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho – 2ª região.

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na conformidade do que preceita o Regimento Interno, solicito a V. Ex.ª autorizar a publicação, nos Anais desta Casa, do artigo sob o título: "Privatização, ou simples extinção para a Enasa?", tornado público pelo jornal **O Liberal**, de Belém do Pará, em sua edição de 29 de outubro deste ano.

PRIVATIZAÇÃO, OU SIMPLES EXTINÇÃO PARA A ENASA?

A discussão é antiga. Nem por isso, menos atual. Envolve, por outro lado, mais do que a aparência – mais do que o simples fecha-não-fecha de uma empresa deficitária. Decorre, prioritariamente, de uma filosofia de governo ou, talvez, de uma definição de prioridades, do que sempre anda tão necessitada a Amazônia.

Trata-se da privatização da Enasa.

Mas o cerne da questão é, ainda, a vocação fluvial da Amazônia, preterida incessantemente diante das estradas de penetração. O resultado da filosofia rodoviária está aí mesmo – está nos milhares e milhares de quilômetros de estradas sem manutenção, sem socorro e sem saída. Transformadas em caminhos e becos.

Por outro lado, estão disponíveis os milhares de quilômetros dos rios amazônicos, navegáveis em sua maior parte, absolutamente rentáveis. Tanto é que, apesar das afirmações em contrário, uma florescente indústria naval se planta em Belém e Manaus, principais pólos regionais, sem falar nos milhares de estaleiros artesanais distribuídos ao longo do vale do Amazonas. Tanto é que, apesar das afirmações em contrário, empresas de navegação crescem e aparecem, voltadas para o transporte de carga, disputando espaços com transatlânticos, e já é panorama habitual para os ribeirinhos os comboios de carga. Sem falar das centenas de pequenos armadores fluviais, microempresários do rio que comunicam tudo com tudo – onde houver calado e onde houver igarapé que comporte um remo ou uma hélice.

Esta realidade é sistematicamente ignorada pelos que não querem ver – aqueles que uma vez disseram ser a pata do boi a bandeira do desenvolvimento da Amazônia e o caminhão o novo barco em que trafegaria a população.

Então, quando se fala em déficit público, propõe-se a extinção da única empresa estatal de navegação da região, feita para atender o que a iniciativa privada, calcada na necessidade do lucro, não pode atender. Como se fosse a pequena empresa amazônica responsável pelo rombo nacional que, só no âmbito do Ministério dos Transportes, através da Sunamam, ornou o concerto de escândalos do país com os memoráveis repasses de dólares aos estaleiros navais do Centro-Sul, aumentando a dívida externa numa conta que ainda não pagamos a cujo destino é de todos conhecido.

A rentabilidade da Enasa seria indiscutível se a empresa competisse com as empresas transportadoras de carga fluvial. O lucro que auferiria seria suficiente para subsidiar o transporte de passageiros. Ela diversificaria a frota com cargueiros e balsas e estaria apta a se tornar absolutamente rentável.

Esmagadoramente rentável, sabem disso os armadores, os transportadores de carga fluvial.

A fatia que cabe à empresa pública, por sua própria natureza, não é a competição com a iniciativa privada, mas atender à necessidade regional, haja ou não lucro. O compromisso de atender às necessidades é do Estado.

A privatização torna-se, portanto, paradoxal. Se uma empresa privada pode atender à filosofia que preside o tipo de transporte que a Enasa realiza e ter lucro – é hora de saber-se a fórmula, antes de mais nada, para aplicar na estatal que não precisará ser alijada. Se esta fórmula não existe, então não se trata de privatizar mais de extinguir – e aí o problema deixa de ser de rentabilidade para ser de interesse público.

Ou de filosofia de governo. Ou de imposição, mais uma vez, de um revés sobre a vocação amazônica para impor os desastres forjados em gabinetes de quem nunca conviveu com a região, para atender interesses exclusivos do Centro-Sul.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. . Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Cerca de 60.000 famílias catarinenses, proprietárias de pequenas e medianas áreas de terra, dedicam-se, de modo muito especial, às atividades da suinocultura.

Mas, esta atividade está sendo ameaçada de comprometimento por três fatores especiais:

- a) falta de preço justo;
- b) elevação do preço do milho;
- c) fornecimento de farelo.

A posição, a irresignação e o inconformismo dos produtores estão representados pelos manifestos das seguintes entidades e pessoas que passo a ler:

I – da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, do Sindicato Rural e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

CRISE NA SUINOCULTURA

Fruto dos investimentos realizados em 1985 e 1986, a produção de suínos no Brasil deverá situar-se em torno de 18 milhões de cabeças. Santa Catarina, em 1987, participará com uma produção de 5 milhões de cabeças, porém, proporcionalmente com maior produção de carcaças, pela alta tecnificação do rebanho.

No inicio deste ano, a importação de 77.800 toneladas de carcaças, somada com o incremento da produção nacional, provocou o surgimento do excesso de oferta. O mercado consumidor não respondeu com o aumento do consumo, em virtude do achatamento salarial que vem se agravando desde 1986.

O Brasil assiste a major crise da suinocultura, sem que medidas de efetivo apoio sejam tomadas. Desde fevereiro os suinocultores vêm aguardando soluções para os problemas, mas até agora nada de concreto aconteceu para salvar a produção nacional.

Os suinocultores estão em regime de falência, pagando com o seu capital investido e seu trabalho para produzir alimentos para a população brasileira. Seu desespero já ultrapassou os limites de qualquer controle, podendo acontecer nos próximos dias a suspensão da entrega dos suínos pelos preços hoje praticados pelos frigoríficos e cooperativas.

Estima-se que os produtores catarinenses já desativaram, enviando para o abate, 50.000 (cinquenta mil) matizes, o que representa 650.000 (Seiscentos e cinquenta) suínos a menos na produção de 1988. Principalmente para o Estado de Santa Catarina, os reflexos sócio-econômicos são imprevisíveis.

A melhor reforma agrária no oeste de Santa Catarina, é proteger a propriedade de mais de 60.000 famílias, que têm na suinocultura sua fonte de sobrevivência, para que não se tenha novos "sem-terras". Por absoluta falta de condições financeiras, as famílias estão se desagregando, principalmente com o êxodo rural, e em especial do jovem, este sangue novo que já está fazendo falta a seus pais.

Urge a necessidade de tomada de medidas por parte do Governo Federal, principal causador da desgraça vivida pelos suinocultores, com relação ao preço mínimo e preço dos insumos em geral. A produção na pequena propriedade, tão importante em Santa Catarina, encontra-se seriamente ameaçada, pois como reflexo dessa crise, com toda certeza, já existem milhares de pequenos suinocultores na beira da falência.

PROPOSIÇÕES

1 – Reajuste imediato do preço mínimo compatível com os custos de produção. Segundo estudos da Embrapa, órgão de pesquisa do Ministério da Agricultura, atualmente os custos de produção estão em torno de Cr\$ 50,00, confirmado pelos produtores.

2 – Garantia de abastecimento do milho consumo a preço de custo da CFP até a próxima safra (abril/88), sem restrição de rebanho. Haverá a necessidade de 240.000 toneladas para venda direta aos suinocultores, que deverão ser localizadas nas principais regiões consumidoras.

3 – Garantia de abastecimento de farelo de soja no mercado interno, apreços compatíveis, contingenciando as exportações.

Concórdia – SC, 8 de novembro de 1987.

II – MANIFESTO DO NÚCLEO DE CRIADORES DE SUÍNOS DE CONCÓRDIA – SC NOVEMBRO/87

Em 1987, por iniciativa das classes ligadas à suinocultura, era realizada a primeira Festa Nacional do Leitão Assado, cujo objetivo era apagar as sequelas que a Peste Suína Africana deixara no consumo de carne suína no Brasil. A crise vivida pelo criador na época teve a duração de três meses. Hoje o suinocultor vive a pior crise da história da suinocultura moderna. Já são 10 meses em que o criador só contabiliza prejuízos, o preço que recebe pelo suíno nem paga a alimentação dos animais. O mais triste porém, é que esta situação tende a piorar, podendo se prorrogar por mais 6 meses, com consequências desastrosas para toda economia da região. Por isso hoje estamos deixando este alerta:

À sociedade em geral:

* Dizer que o setor da suinocultura representa o primeiro segmento da agropecuária do Estado. O município de Concórdia é o primeiro produtor brasileiro de suínos e Santa Catarina é o primeiro Estado produtor. Produzirá este ano 5.000.000

de cabeças de suínos, 80% no oeste do Estado, representando em valores agregados mais de 45 bilhões de cruzados, ou 800 milhões de dólares. A persistir esta situação toda sociedade será atingida, principalmente o comércio e serviços, trazendo como consequência desemprego, pois estão ligados ao setor mais de 300.000 trabalhadores só no oeste de Santa Catarina.

Às autoridades:

* Dizer que até hoje, passados 10 meses da crise que vive o setor, o Governo ainda não está sensível aos problemas que o criador está vivendo, e pouco fez para ajudá-lo.

* Dizer também que foi através das facilidades na importação do equivalente a 1.100.000 suínos no início deste ano é que o criador vive este momento difícil.

* Dizer que para produzir 1 (um) quilo de porco vivo custa hoje ao criador Cr\$ 50,00 e que o preço mínimo estabelecido foi de apenas Cr\$ 30,50.

* Dizer que o estoque de milho consumo para alimentação dos animais na região está no fim e que o criador precisa do milho até março de 1988. E que esta disponibilidade de milho que só o Governo tem, será uma das maneiras do criador não quebrar.

* Dizer que o mercado do setor é dirigido por "oligopólios" onde 4 a 5 grandes empresas, inclusive cooperativa, comandam os preços dos insumos e da matéria-prima, através dos sistemas integrados de produção, onde a indústria transfere todos os riscos do negócio ao produtor. Para o criador não continuar a ser explorado o governo tem a obrigação de ajudar o produtor a se organizar, fortalecendo suas entidades representativas, como fez para a indústria através de incentivos fiscais e subsídios de insumos.

* Dizer que a melhor maneira de fazer a reforma agrária no oeste do Estado é proteger o negócio de mais de 60.000 famílias que têm nas suas pequenas criações de suínos seu ganha-pão, sua oportunidade de trabalho. O abandono do pequeno criador em favor das grandes criações empresariais gerarão mais "sem-terra" amanhã.

À indústria frigorífica:

* Dizer que foi uma insensatez a importação de carne suína. O objetivo da indústria foi alcançado: o preço da matéria-prima foi reduzido. Acreditamos porém que esta importação serviu de lição e de prova a uma verdade que deve ser lembrada: "A matéria-prima nacional é de melhor qualidade, e mais barata que a importada e que a conta deste negócio está sendo paga pelo criador".

Aos criadores de suínos:

* Lembrar a todos que não devem vender o suíno vivo a preço inferior aos Cr\$ 30,50 por kg, à vista, preço mínimo estabelecido para o mês de novembro.

Participar e prestigiar a Associação Catarinense de Criadores de Suínos, que tem um único objetivo: "A defesa dos interesses do produtor e fortalecer suas reivindicações".

Diretoria do núcleo:

Claudio Comunello – Germino Girardi Neivor Grando – Mina Marchetti.

III – DO DIRETÓRIO DO PMDB

Ipumirim, 7 de novembro de 1987

Exmo. Sr.
Paulo Macarini
DD. Deputado Federal
Brasília – DF

Senhor Deputado:

Encaminhamos cópia a Vossa Excelência, do ofício dirigido ao Ministro da Agricultura, Sr. Iris Rezende, para que o mesmo se digne a tomar medidas urgentes para salvar os suinocultores desta região.

Senhor Deputado, Vossa Excelência é conhecedor de toda essa região e, sabe muito bem, de que esse Município sobrevive apenas com a agricultura e a suinocultura, razão pela qual está se demonstrando o desespero em que estamos vivendo.

Gostaríamos, nesta oportunidade, vez que Vossa Excelência é fruto desta terra, e cidadão que teve votação invejável neste oeste catarinense, junto com o Ministro da Agricultura e demais autoridades competentes para tal, levasse ao conhecimento destes, a situação caótica e desesperadora em que vive o suinocultor desta região.

Sabemos, também, que Vossa Excelência é um constituinte de expressão e, atualmente, tem se dedicado para a futura Carta Magna mas, nem por isso, podemos deixar que o País fique à inéria dos que administram a agricultura e a suinocultura.

Ficaremos, na expectativa de que Vossa Excelência faça com que o Ministro da Agricultura tome medidas para salvar a situação presente e por que não futura?

Assim sendo, anexamos junto a este ofício, xerox das estatísticas referentes ao mês de setembro/87, estatísticas estas, extraídas pela Embrapa, para que Vossa Excelência fique a par da realidade onde a perda na criação dos suínos não é apenas comentários verbais mas através de dados estatísticos.

Estamos, também, nesta oportunidade, recebendo o Senador Nelson Wedekin, que veio ver o problema de perto e, nós tomamos a liberdade de encaminhar através do ilustre senador, este ofício.

Certos de que seja acolhida a solicitação aqui apresentada, ratificamos nesta oportunidade, protestos de consideração e apreço.

Diretório Municipal do PMDB, Ipumirim – SC.

Ipumirim, 7 de novembro de 1987

Exmo Sr.
Iris Rezende
DD. Ministro da Agricultura
Brasília – DF

Senhor Ministro:

Apresente tem por finalidade, levar ao conhecimento de Vossa Excelência, dados e estatísticas referentes à agricultura e mais precisamente, sobre a suinocultura desta região e demais.

A região de Ipumirim, oeste de Santa Catarina, a base de sua sustentação e sua grande força, é a suinocultura, assim, como Vossa Excelência tem conhecimento.

Ocorre Excelência, que após o Plano cruzado I, a suinocultura, mais precisamente, começou

a perder gradativamente com os suínos, razão pela qual, a política do Governo Federal. Senhor Ministro, muitas vezes, quando se entrega lotes de suínos e se consegue apenas empatar aquilo que se investiu, é normal em qualquer ramo de negócio, mas, perder no dia-a-dia, já não é normal, isto está nos levando à falência.

Senhor Ministro, a situação criada e a que está voltada atualmente pelo Governo Federal para com os suinocultores, é a pior de toda a História deste País, onde os grandes e médios produtores estão comprometidos com os bancos, que são os credores, e não existem perspectivas de melhora para a recuperação dos suinocultores falidos.

Senhor Ministro, apenas para elucidar o desespero dos criadores, há poucos dias um colega nosso encontrava-se na cidade, mais precisamente em um posto de gasolina, quando lamentou-se com o seu proprietário de que não tinha mais dinheiro mas que havia em sua propriedade suínos para entrega. Pois bem, disse-lhe o dono do posto de gasolina. Por que tu não entregas os suínos? Aí, disse o criador de porcos. Não tenho dinheiro para fazer a entrega de porco, isto é, para entregar os suínos prontos para o abate é necessário dispor de dinheiro. A que situação chegamos, Senhor Ministro.

Excelência, se continuarmos da forma em que se apresenta, sem que Vossa Excelência tome medidas que venham a beneficiar os criadores de suínos, seguiremos o caminho dos "sem-terrás", entregando aos bancos credores as nossas terras, chiqueiros e as criadeiras, não restando outra alternativa.

Gostaríamos, também, Senhor Ministro, que Vossa Excelência examinasse os dados estatísticos que acompanha esse ofício, dados estes fornecidos pela Embrapa – Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves – Concórdia. SC, para que Vossa Excelência tenha certeza da situação real da suinocultura desta região. Juntamos, também, Excelência, notas fiscais da entrega de suínos, referente ao mês de setembro, onde observa-se a perda irreparável do criador de suínos.

Assim sendo Excelência, e aproveitando a honrosa presença do Senador Nelson Wedekin que veio sentir de perto o momento crítico em que vive o criador de suínos, aproveitamos para que o mesmo levasse até suas mãos, este pedido, para que Vossa Excelência tome medidas para salvar a suinocultura.

Somos sabedores das dificuldades em que vive este País, mas não podemos abandonar a agricultura e a suinocultura, razão pelo qual é a fonte de alimentos deste País.

A situação dessa região em que diz respeito a suinocultura é desesperadora, frente a política criada pelo Governo Federal, onde se constata a falência diária dos criadores de suínos.

Hoje se constata a descapitalização dia a dia do criador de suínos, que para fazer frente às despesas e pagar os altos preços dos insumos, tem tido uma perda irreparável na venda de seu produto suíno. Assim sendo, não resta outra alternativa, senão recorrer à guarida de Vossa Excelência, para tentar salvar os que ainda sobrevivem.

Confiantes na boa acolhida à solicitação aqui apresentada, ratificamos, nesta oportunidade, protestos desconsideração e apreço.

Diretório Municipal do PMDB, Ipumirim – SC.

IV – DO ECONOMISTA ADEMIR FRANCISCO GIROTTA

Nº 126, set/87, pp 1-6

Custo Médio de Produção de Suínos para abate

Anexo 29 – setembro/87

Ademir Francisco Girotto

COMENTÁRIOS

No terceiro trimestre de 87, tivemos a continuidade da situação caótica vivida pela suinocultura nacional a partir de janeiro/87, época em que os preços pagos pelo quilo de suíno vivo já não eram suficientes para cobrir os custos de produção.

O abate de criadeiras no Estado de Santa Catarina continuou a apresentar níveis crescentes neste trimestre (Tabela 1). Os reflexos no aumento no abate de criadeiras que estão ocorrendo de forma gradativa, só serão sentidos paulatinamente em meados do próximo ano.

Para o final de ano, o mercado tende a apresentar alguma reação em termos de demanda por suínos vivos e produtos de suínos, e como consequência natural, possivelmente teremos alguma melhora nos preços pagos aos animais prontos para o abate.

As expectativas de lucro na atividade suinícola, no entanto, poderão vir a ser frustradas, caso os preços dos insumos, principalmente milho, concentrado e ração inicial, continuarem em alta.

TABELA 1
Evolução do abate de suínos e criadeiras – SC
– 1987 –

Itens	Abate de criadeiras		Abate de suínos (em cabeças)
	Meses	Cabeça	
Janeiro	4.668	1,57	296.889
Fevereiro	4.844	1,67	289.453
Março	5.877	1,93	304.247
Abri	5.367	1,97	272.063
Maio	8.823	2,48	355.927
Junho	11.179	3,12	357.632
Julho	14.242	3,68	386.620
Agosto	10.507	2,93	357.817
Setembro	10.063	2,68	375.020
Total	75.570		2.675.338
Média	8.396	2,82	297.259

Fonte: Associação da indústria de Carnes e derivados no Estado de Santa Catarina.

1. CUSTOS FIXOS

1.1. Depreciação de instalações

- Valor médio das instalações da amostra Cz\$ 440.134.
- Valor de depreciação anual das instalações Cz\$ 29.342,30.
- Valor de depreciação das instalações por matriz/ano: Cz\$ 1.833,89.
- Valor de depreciação das instalações por terminado: Cz\$ 141,07.

1 Econ. Rural M. Sc., EMBRAPA – Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves (CNPSA), Caixa Postal D-3, CEP 89700 Concórdia – SC.

1.2. Depredação de equipamentos e cercas

- Valor médio dos equipamentos e cercas-piquetes da amostra: Cz\$ 65.293,00
- Depreciação dos equipamentos e cercas/ano: Cz\$ 6.539,30
- Depreciação dos equipamentos e cercas por matriz/ano: Cz\$ 408,70
- Depreciação dos equipamentos e cercas por terminado: Cz\$ 31,44

1.3. Juros sobre o capital médio das instalações, equipamentos e cercas

- Capital médio das instalações, equipamentos e cercas: Cz\$ 252.763,00
- Valor dos juros sobre o capital médio das instalações, equipamentos e cercas: Cz\$ 120.290,00
- Valor de juros sobre o capital médio das instalações, equipamentos e cercas por terminado: Cz\$ 578,32

1.4. Juros sobre reprodutores

- Valor unitário dos reprodutores: Cz\$ 3.200,00
- Valor médio dos reprodutores da amostra: Cz\$ 57.600,00
- Valor de juros sobre o capital investido em reprodutores: Cz\$ 27.411,80
- Valor de juros sobre o capital investido em reprodutores, por terminado: Cz\$ 131,79

1.5. Juros sobre animais em estoque

- Valor médio em estoque de animais do Grupo 1, por matriz: Cz\$ 334,80
- Valor médio em estoque de animais do Grupo 2, por matriz Cz\$ 6.412,03
- Valor médio total em estoque de animais por matriz num período de 6,29 meses: Cz\$ 6.746,83
- Juros sobre o valor de animais em estoque por matriz: Cz\$ 1.683,11
- Valor de juros sobre animais em estoque por terminado: Cz\$ 129,47

2. CUSTOS VARIÁVEIS

2.1. Alimentação dos animais

- Preços médios de mercado por Kg de ração, setembro/87:
 - a) ração inicial: Cz\$ 13,59
 - b) concentrado protéico: Cz\$ 17,83
 - c) milho: Cz\$ 3,95
 - Custo de ração inicial por terminado: Cz\$ 245,98
 - Custo de concentrado protéico por terminado: Cz\$ 1.194,61
 - Custo de milho por terminado: Cz\$ 1.254,48
 - Custo total médio de alimento por terminado: Cz\$ 2.695,07

22. Mão-de-obra

- Preço médio da hora trabalhada na região: Cz\$ 15,00
- Custo médio da mão-de-obra por terminado: Cz\$ 152,55

2.3. Gastos com produtos veterinários

- Gasto médio de medicamentos por leitão: Cz\$ 28,96
- Gasto médio de medicamentos por cachaço/ano: Cz\$ 34,08
- Gasto médio de medicamentos do cachaço por terminado: Cz\$ 0,33
- Gasto médio de medicamentos por matriz/ano: Cz\$ 29,23
- Gasto médio de medicamentos por matriz por terminado Cz\$ 2,25.

– Gasto total médio de medicamentos por terminado: Cr\$ 31,53

2.4. Custo de transporte

– Preço médio de transporte de suínos para abate entre os municípios do Alto Uruguai Catarinense, setembro/87: Cr\$ 48,00

– Preço médio de transporte do Kg de insumo alimentar entre os municípios do Alto Uruguai Catarinense: Cr\$ 0,25

– Custo médio de transporte de insumos alimentares por terminado: Cr\$ 60,64

– Custo médio de transporte por terminado: Cr\$ 108,04

2.5. Despesas de energia e combustíveis

– Gasto médio de combustíveis nas propriedades/mês: Cr\$ 78,73

– Gasto médio de energia elétrica nas propriedades/mês: Cr\$ 13.059

– Gasto médio de energia e combustíveis matriz/mês: Cr\$ 13,08

– Gasto médio de energia e combustíveis por terminado: Cr\$ 14,17

2.6. Despesas de manutenção e conservação

Taxa de 3% a.a. sobre os investimentos em instalações: Cr\$ 13.204

– Taxa de 3% a.a. sobre os investimentos em equipamentos e cercas: Cr\$ 1.961,79

– Despesas médias de manutenção e conservação/ano: Cr\$ 15.165,80

– Custo de manutenção e conservação por terminado: Cr\$ 72,91

2.7. Despesas financeiras

– Valor de empréstimos tomado por 90 dias para eventuais necessidades durante o ano de exploração: Cr\$ 1.304,66

– Juros e correção monetária pagos pelo valor tomado, em 90 dias: Cr\$ 1.304,66

– Valor de juros pagos por terminado: Cr\$ 6,27

2.8. FUNRURAL

– Valor médio da venda de um terminado: setembro/87: Cr\$ 2.292,72

– 2,5% sobre o valor de venda: Cr\$ 57,32

2.9. Eventuais

– Soma dos custos variáveis, com exceção do Funrural: Cr\$ 3.080,55

– 5% sobre o somatório dos custos variáveis, excluindo Funrural: Cr\$ 154,03

c) maior poder aquisitivo ao agricultor **ilegível**.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Mobilizam-se os servidores do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) em busca de seus direitos.

A situação dos funcionários deste importante órgão dentro do setor mineral é realmente preocupante, pois o arrocho salarial e a diminuição das verbas do Ministério destinadas ao DNPM chegam a níveis que praticamente inviabilizam o órgão e a sobrevivência digna de seus funcionários.

Portanto, tem a nossa inteira solidariedade as reivindicações do conjunto dos servidores do DNPM que para tornar mais clara e transparente as suas posições lançaram nota pública de esclarecimento que passamos a ler:

"NOTA AO PÚBLICO

Os funcionários do DNPM – Departamento Nacional da Produção Mineral estão em **ilegível** com o Ministro das Minas e Energia, reivindicando melhorias salariais e outras que visam o melhor desempenho do órgão.

O DNPM, ao longo dos anos, não tem **ilegível** um tratamento equivalente à sua posição de órgão máximo do setor mineral, responsável pelo fomento, planejamento e controle das atividades minerais. Suas verbas têm decrescido e seu corpo de funcionários encontram-se com salários defasados. A reposição conseguida em 1985 pelos funcionários de nível superior, já foi corroída pelas medidas de arrocho salarial implementados nos últimos anos. A condição dos funcionários de nível médio é ainda mais difícil.

Comparadas com outras instituições do setor mineral, as faixas salariais do DNPM encontram-se em desvantagens. Para um melhor atendimento ao público, e a garantia da cidadania entre os usuários do órgão, esta situação tem que mudar.

Portanto, desejamos contar com o apoio dos diversos segmentos do setor mineral e do público em geral, às nossas reivindicações, que entre as principais figuram:

1 – Reposição salarial de 129% para todos.

2 – Extensão da G.A.T.A de 80% aos funcionários de Nível Médio, técnicos e administrativos.

3 – Vários outros pontos para uma melhor estruturação do órgão.

São estas as reivindicações e esclarecimentos dos servidores do DNPM que queríamos **ilegível** ao conhecimento da Assembléia Nacional Constituinte e da Nação, pela importância deste órgão e pela justeza dos pleitos apresentados."

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – ilegível Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs Constituintes:

Na última quinta-feira, o Clube de Diretores Lojistas de Belém, em sessão solene realizada no late Clube do Pará, com a presença de autoridades, empresários, políticos e figuras expressivas da imprensa e da sociedade paraense, outorgou ao empresário Hermógenes Condurú, Presidente

TABELA 2
Participação média percentual das variáveis que compõem o custo de produção de suínos, quilo e por animal terminado – Santa Catarina – setembro/87.

VARIÁVEL DE CUSTO	Custo por Kg de suíno vivo (Cr\$ /Kg)	Custo por suíno terminado (Cr\$ /suíno)	Participação percentual das variáveis do custo		
			CFM	CVM	CTM
1. CUSTO FIXO					
1.1. Depreciação das instalações	1,48	141,07	13,94	3,28	
1.2. Depreciação de equipamentos e cercas	0,33	31,44	3,11	0,73	
1.3. Juros sobre o capital médio das instalações, equipamentos e cercas	6,05	578,32	57,14	13,44	
1.4. Juros sobre reprodutores	1,38	131,79	13,02	3,06	
1.5. Juros sobre animais em estoque	1,36	129,47	12,79	3,01	
CUSTO FIXO MÉDIO	10,60	1.012,09	100,00	23,52	
2. CUSTO VARIÁVEL					
2.1. Alimentação dos animais	28,21	2.695,07	81,87	62,62	
2.2. Mão-obra	1,60	152,55	4,63	3,54	
2.3. Gastos veterinários	0,33	31,53	0,96	0,73	
2.4. Transportes	1,13	108,04	3,28	2,51	
2.5. Despesas de energia e combustível	0,15	14,17	0,43	0,33	
2.6. Despesas de manutenção e conservação	0,76	72,91	2,22	1,69	
2.7. Despesas financeiras	0,07	6,27	0,19	0,15	
2.8. FUNRURAL	0,60	57,32	1,74	1,33	
2.9. Eventuais	1,61	154,03	4,68	3,58	
CUSTO VARIÁVEL MÉDIO	34,46	3.291,90	100,00	76,48	
CUSTO TOTAL MÉDIO	45,06	4.303,99		100,00	

CFM = Custo fixo médio

CVM = Custo variável médio

CTM = Custo total médio

Por tudo isto, procurei, nesta data, o Senador Lázaro Barbosa, MD Ministro da Agricultura, Interino, assim como o Sr. Valter Soboll, Diretor da SEAP e o Dr. Ignácio Maranmana Netto, Presidente da Companhia de Financiamento da Produção – CFP – para que um representante de cada entidade viajasse à cidade de Concórdia, a fim

de discutir com os produtores o equacionamento de tão angustiante problema.

Assim sendo, alimento esperanças que as autoridades federais encontrem um denominador comum, para que esta atividade assegure:

- a) fixação do homem ao solo;
- b) circulação de riquezas;

da importadora de Ferragens S/A, o diploma de "Lojista do Ano 1987".

Na mesma solenidade, foram homenageados com a Comenda do Mérito Lojista "Carlos Martins", os empresários Carlos Alcantarino, diretor de **O Liberal**, e das Superlojas; Hugo Martinho, diretor-presidente da Martini Móveis; e Lauro Monteiro, diretor-presidente da Radiolux.

Desejo registrar o evento, pela sua alta relevância na vida empresarial do meu Estado. Os homenageados pelo CDL, são realmente figuras expressivas que se destacaram, cada qual na sua atividade empresarial, engrandecendo o nome e a tradição do Pará, como autênticos construtores do progresso e do desenvolvimento.

No aproveitado do ensejo, requeiro a transcrição do discurso proferido por Hermógenes Condurú, cujas palavras, marcadas com o timbre do realismo com o qual convivemos, valem entrar para os anais dos nossos trabalhos, a fim de que a história implemente o seu itinerário e possa instruir as gerações do porvir.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O DISCURSO FEITO POR HERMÓGENES

É o seguinte o discurso pronunciado ontem pelo empresário Hermógenes Condurú:

Apesar de, por força de preceito estatutário do Clube de Diretores Lojistas de Belém, a outorga do honroso título de "Lojista do Ano" ser atribuída a pessoa natural, entendo que a homenagem da entidade, neste ano, me é prestada por personificar, de forma indissociável, a empresa que dirijo: a Importadora de Ferragens S/A.

Constituída no início da década de 1930, logo após a sempre recordada crise financeira que aterrou o mundo, a Importadora, como brevemente passou a ser depois conhecida, resultou do amplo discernimento negocial de seus organizadores quanto ao porvir mercantil da Amazônia, em geral, e do Pará, em particular, mesmo após as dificuldades estruturais, de natureza econômica, aqui ocorridas. Assim, estabeleceram eles, convicta e corajosamente, núcleos comerciais com orientação gerencial unificada e moderna, ostentando significativo porte patrimonial e reunindo capital próprio de elevada expressão. Foi iniciativa que, por suas especiais e notáveis características, até então não havia sido cogitada na região.

Participou a sociedade, de modo intenso, de relevantes fases da história econômica do Pará. Inicialmente, foi destacada fornecedora e financiadora de empresas chamadas "aviadoras", em época de escassa presença, quanto a esse setor, dos poucos bancos aqui estabelecidos. Nossas mercadorias, muitas delas importadas dos grandes centros fabris americanos e europeus, integravam extensa lista colocada à disposição de nossos muitos clientes, e eram levadas, mediante diversificados meios de transporte, notadamente o fluvial, a remotas localidades do vale amazônico, passando o nosso nome comercial a ser amplamente reconhecido pelo inexcusável padrão de atendimento comercial e pela correção procedural. Depois da Segunda Guerra Mundial, nossa atuação geral se intensificou sobremaneira. E, com as modificações fundamentais, de natureza econômica e social, impostas, a partir de 1961,

pelo crescente tráfego da rodovia Belém-Brasília a toda a Amazônia, nomeadamente às áreas territoriais sob a influência direta desse extraordinário vetor do progresso, como a capital paraense, a Importadora de Ferragens uma vez mais buscava a irrecusável compatibilização operacional, em todos os setores de suas atividades, mediante políticas e posturas condizentes com as exigências dos novos tempos, alcançando, há alguns anos, o estágio sofisticado e necessário de integração e controles por computação.

Vários e vitoriosos empresários do Pará iniciaram seu aprendizado mercantil em filiais da Importadora de Ferragens, esta magnífica escola de prática comercial.

É a empresa a maior distribuidora autorizada, no Norte do País, dos veículos fabricados pela General Motors do Brasil, com altos índices de vendas, inclusive através de sua tradicional filial do Rio de Janeiro.

Não poderia, assim, deixar de hoje apresentar este registro inicial, em reverência aos eméritos idealizadores e fundadores da gloriosa Importadora de Ferragens S/A, bem como em respeito e apreço aos nossos funcionários, de todos os escalões, muitos deles com mais de 30 anos de dedicados serviços a ela prestados. E para simbolizar a saga desta empresa durante 56 anos de ativa participação no comércio paraense, enalteço, com justiça e emocionadamente, a figura extraordinária quase secular do Sr. Antônio Velho. Seu exemplo nos estimulará, permanentemente, na longa jornada que nossa querida Importadora de Ferragens ainda tem à frente.

Na cerimônia de entrega do diploma de "Lojista do Ano" vem sendo habitual a manifestação do homenageado sobre alguns temas reputados, pela sua atualidade e relevância, de interesse do empresariado privado do Pará.

Não desertarei da tradição, mesmo porque reputo ser de minha responsabilidade pessoal, como cidadão e empresário, apresentar breves comentários sobre aspectos do grave momento nacional.

Inicialmente, hei de referir-me ao evento de maior significância histórica para nós todos, brasileiros: os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, ora desenvolvidos em Brasília. Tenho acompanhado, atentamente, as decisões da Comissão de Sistematização. Algumas delas, entretanto, nos preocupam sobremaneira e merecem ser aqui destacadas.

O retorno da estabilidade empregatícia significa evidente retrocesso nas relações de trabalho. Sua adoção no Brasil, em passado não tão distante, trouxe, estamos todos lembrados, negativas consequências para o setor produtivo de então. Podemos, assim, convictamente afirmar que, mesmo considerando as flagrantes modificações sócio-econômicas ocorridas no País no último vintém, a reintrodução do instituto da estabilidade no conjunto legal-trabalhista brasileiro se refletirá, de maneira comprometedora, no processo desenvolvimentista da Nação. A tese aportada por entidades empresariais do Sul do País, e deploravelmente rejeitada pela Comissão de Sistematização, de o empregado dispensado sem justa causa ser indenizado pelo empregador mediante critério progressivo ao tempo de serviço, parece-me mais condizente com a realidade nacional de nossos dias.

A imprescrição dos direitos trabalhistas, a partir do início da vinculação contratual e até dois anos após seu término, surpreendentemente acolhida, dias atrás, pela Comissão de Sistematização, subverte, fundamentalmente, o bom-senso e a dinâmica que devem prevalecer no relacionamento laboral. Se o prazo bienal ora vigorante se mostra exíguo para que o empregado possa, adequadamente, pleitear a reparação de atos por ele reputados infringentes a direitos seus, há que alargá-lo, conforme as diferentes naturezas dos mesmos direitos eventualmente feridos, porém não excedendo, em qualquer hipótese, de quatro anos.

A inserção, no texto final da Constituição, dessas duas teses, bem como de outras com igual negatividade, não somente se constituirá gravíssima ameaça ao processo de desenvolvimento econômico da Nação sob o regime de livre iniciativa, como também determinará, inapelavelmente, pelo volume de ações reclamatórias que serão apresentadas sob qualquer pretexto, o atravancamento da Justiça do Trabalho, a qual não terá condições, por maior que seja o empenho pessoal de seus nobres integrantes, de concluir-las com brevidade.

No setor tributário, várias das proposições que os dignos componentes da Comissão de Sistematização terão de apreciar dentro de dias provocam o veemente repúdio do empresariado brasileiro, merecendo destaque a pretendida atribuição de competência aos Estados para instituírem adicional de até 5% sobre o Imposto de Renda pago pelas pessoas físicas e jurídicas. Além de constituir-se injustificável aumento da carga tributária, trata-se de manifesta excrescência impositiva, que ensejará à Fazenda Estadual não somente fiscalizar, como também impugnar, nossas declarações de rendimentos, bem como os recolhimentos antecipados do Imposto de Renda, apesar de este tributo estar na órbita de competência da União.

Aguarda-se que no plenário da Assembléa Nacional Constituinte estas e outras teses esdrúxulas sejam repelidas, ocasião em que também deverá ser analisado, mais demoradamente, se o parlamentarismo é, realmente, o regime de governo que convém à nossa sociedade.

Prega-se, insistentemente, a institucionalização, do Brasil, de um sistema econômico tecnoburocratizado, com a entronização definitiva do Estado todo-poderoso, mediante o transplante de modelos que, nas nações consideradas paradigmas, já estão sendo, por suas incongruências e arcaísmos, reformulados. Nelas, cada vez mais ganham vigor e obtêm oficialização teses empresariais antes condenadas por seus governantes e por seus rígidos organismos políticos, como as atinentes à produtividade, a estímulos pessoais de natureza financeira, e até ao polêmico conceito de lucro.

Como empresários e, portanto, como defensores do sistema econômico da livre iniciativa, devemos combater, aguerridamente e sem tréguas, as invectivas, diretas ou simuladas, que vêm sendo feitas com o objetivo de ser a empresa privada substituída, crescentemente, pelo aparato estatal.

Todos sabemos que o capitalismo puro de muito está sepultado. E, se em algumas circunstâncias e locais ele ainda se faz sentir, o é como espasmo anacrônico e agonizante. A empresa privada moderna, notadamente a partir da Segunda

Grande Guerra, se rearticulou, estrutural e filosoficamente, acentuando sua função social. Tal processo, por ser dinâmico, se aprimora cada vez mais. É a resposta do neo-capitalismo às fundas transformações gerais de nossos dias.

Porém, deve ser sempre proclamado que a empresa privada, ontem como hoje, tem que exibir lucro.

É o lucro que, reinvestido na própria empresa que o gerou ou aplicado em outro empreendimento, propicia o desenvolvimento econômico-social das nações que asseguram o desempenho da empresa privada. É o lucro que estimula o aperfeiçoamento tecnológico e operacional das sociedades mercantis. É o lucro que possibilita o pagamento de salários condignos e a ampliação contínua da oferta de empregos. É o lucro que derivam tributos, e, portanto, o Estado nele tem a principal fonte financeira para sua ação redistributiva. É o lucro que mantém a indispensável irrigação financeira do complexo sistema econômico brasileiro, ancorado na Livre Iniciativa.

Obviamente, a obtenção de lucros está situada dentro de parâmetros determinados, pois quando desmesurados não somente mostrase anti-social, como também compromete a própria subsistência do nosso modelo econômico.

De outro lado, devo mencionar também, e com destaque, a gravíssima crise econômica e social que continua a ameaçar nosso cotidiano empresarial, minando-lhe os alicerces. Não pode ser escondido que muitas empresas, principalmente as iludidas pelas miragens do fracassado Plano Cruzado, e, dentre elas, as de pequeno porte têm realce, ainda não puderam superar suas graves dificuldades financeiras. Falências e estados pré-falimentares, sabidos ou ocultados, ai estão. A inflação persiste em altos índices, desestabilizando nossa atividade empresarial.

Há que o Governo, empresariado privado e trabalhadores, em superação de eventuais divergências, em postura conciliatória e positiva, nos dedicarmos, afincadamente, ao imediato encaminhamento de soluções que reduzam, de modo efetivo, as ameaças que de todos os lados cercam a sociedade brasileira.

Concluo cumprimentando o Exmº Sr. Governador do Estado, Dr. Hélio Gueiros, por sua firmeza e visão administrativas, quer quando repeliu, oportunamente, a espúria decisão do Governo Federal de utilizar o território paraense para o depositamento de refeitos radioativos, quer pela constante adoção de medidas moralizadoras da atuação da máquina administrativa. Cumprimento, igualmente, o Exmº Sr. Prefeito de Belém, Dr. Fernando Coutinho Jorge, por sua extraordinária dedicação pessoal para dotar esta cidade das condições básicas para ser a grande metrópole da Amazônia, superando seus gravíssimos problemas. Lastima-se que a ambos os ilustres governantes faltem recursos financeiros para a execução dos investimentos básicos que o Pará e Belém exigem e que eles têm como metas de seus profícios governos.

Agradeço às autoridades presentes por terem prestigiado esta noite lojista, bem como à valorosa imprensa desta capital pela magnífica cobertura que lhe está concedendo.

A minha querida esposa e inspiradora, Léa minha especial e carinhosa homenagem.

As palavras de saudação
do companheiro Sa-

hid Xerfan foram o testemunho de sua grande generosidade.

Meus reconhecimentos à diretoria e aos demais companheiros do Clube de Diretores Lojistas de Belém pela indicação de meu nome para "lojista do Ano" de 1987.

A todos os lojistas e amigos presentes, meu muito obrigado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A situação de aposentados e pensionistas é desesperadora, e a prova é que um congresso realizado no extremo sul do País, tinha representantes de todo Brasil, na esperança de que algo pudesse melhorar para esses "abandonados". Fomos o único Deputado presente e constatamos a disposição de luta dos mais de 1.500 representantes.

Leio, para que conste dos Anais, a "Carta de Cidreira" – RS:

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS COBAP

"Carta de Cidreira"

Os aposentados e pensionistas, reunidos no seu 10º Congresso Nacional, realizado em Cidreira-RS, de 4 a 8 de novembro de 1987, examinando os problemas que lhes são específicos e a conjuntura por que passa a Nação brasileira, reafirmam a convicção de que a discriminação que pesa sobre a coletividade que integram é produto do injusto sistema social a que estão submetidos os idosos e as crianças.

Os desmandos, escândalos e fraudes que se processam na Previdência Social, aviltam a grande massa dos segurados e seus dependentes. Embora crônicos, tiveram grande desenvolvimento durante o regime de arbitrio iniciado em 1964. Apesar de inegáveis mudanças havidas, os atuais detentores do poder não conseguiram dar solução para esses velhos problemas. Em consequência, uma campanha orquestrada pelas seguradoras e pela mercantilização da medicina predominantemente em poder das multinacionais, pretende desmoralizar a previdência social, visando sua substituição pela previdência privada. Diante desse quadro, para nós aposentados e pensionistas, é preocupante que o movimento sindical brasileiro não leve na devida conta a gravidade da situação. Em seus recentes encontros e congressos e na sua atividade cotidiana, é flagrante a omissão frente a um problema que envolve conquistas sociais e vultoso patrimônio alicerçado em longos anos de luta e sacrifícios aos trabalhadores. Reivindicamos, portanto, uma firme posição dos companheiros da ativa, na luta comum contra a liquidação da previdência social e pela reconquista do direito de gestão colegiada, administrativa e fiscalizadora, como forma de combater os desmandos e mazelas, reconduzindo à suas reais finalidades.

A maior preocupação do momento é a seguida transferência de recursos, e até de parte do patrimônio da previdência social para os Estados e municípios, sob o falso pretexto da chamada Ação Integrada de Saúde.

É preciso que, desde já, fique claro que não somos contra uma autêntica integração sanitária. Mas o que vimos assistindo é um verdadeiro favorecimento político a determinados Estados e municípios, sem que tenha havido qualquer melhoria de atendimento médico à população. Muito ao contrário, recrudescem as reclamações e tais recursos são transferidos às clínicas particulares que enriquecem à custa de uma nova matéria-prima: a doença do povo. Uma verdadeira Ação Integrada de Saúde, como a entendemos, deverá ser implantada paulatinamente, sob responsabilidade do Estado e com recursos fiscais e não com o desvio de verbas do fundo de benefícios previdenciário. Uma verdadeira Ação Integrada de Saúde passa por critérios de planejamento e justa execução, sempre com a participação da comunidade e de seus maiores interessados: os segurados ativos e ás já aposentados.

Em nível nacional, agravam-se os problemas que afligem a nossa Nação. Os baixos salários e, consequentemente, a maior exploração da força de trabalho; a violenta desvalorização dos proveitos dos aposentados e pensionistas; o aumento dos índices de desemprego; o alto nível de mortalidade infantil; o analfabetismo; o desamparo do camponês e a tragédia dos bôias-frías são, a um só tempo, causas e consequências dessa dolorosa situação.

O tamanho da dívida interna e o vulto da dívida externa são resultantes da especulação financeira e da administração autocrática comprometida com o capital transnacional e seus aliados nacionais. Acreditamos que a solução de todos esses problemas somente será encontrada através de ampla política, com indiscriminada participação da sociedade civil. Somente assim encontraremos as medidas sociais e econômicas que fixem o homem no campo, desenvolva o mercado interno, possibilitando o desenvolvimento nacional e o mercado amplo e irrestrito com todos os povos e países do mundo. Somente assim encontraremos uma política, embalada na soberania nacional, que não se sujeite à imposição de blocos ou organismos internacionais; uma política que, respeitando a soberania e a autodeterminação dos povos e governos, defende a paz mundial; uma política que apóie concretamente as lutas democráticas e libertárias das nações ainda oprimidas, principalmente em nosso continente; uma política que combatá a discriminação de classe, raça, credo ou religião.

Manifestamo-nos a favor de uma nova Carta Magna que assegure os direitos do povo brasileiro e um Estado realmente democrático que permita a ampla participação das camadas populares na condução dos destinos da Nação brasileira.

Embora afastados de nossas atividades profissionais, prosseguimos na luta para sermos reconhecidos cidadãos dignos e respeitados, comprometidos e incorporados aos demais trabalhadores e ao povo, na luta comum pela conquista das reivindicações específicas e gerais e na solução dos graves problemas nacionais. Por isso mesmo, cons-

tatamos que as contradições da sociedade brasileira estão se ampliando, atingindo, até mesmo, o segmento militar. A tentativa de rearticulação das forças de direita, buscando jogar por terra os esforços e aspirações do povo brasileiro, visa impedir a conquista de uma verdadeira democracia com justiça social. Isto exige de todos os seguimentos patrióticos, progressistas, do movimento operário da cidade e do campo, da camada média, de civis e militares que se unam na ação conjunta em defesa desses princípios.

E a realização e o êxito deste Congresso, acreditamos, é um grande passo nessa Direção.

Cidreira-RS, 8 de novembro de 1987."

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Comemoramos, hoje, a data nacional de Angola, o aniversário de sua independência, quando, após longa e difícil guerra de libertação contra o colonialismo português, o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), sob o comando do poeta Agostinho Neto, liberta o País, definitivamente, de quase cinco séculos de dominação brutal.

É preciso destacar que a derrota foi imposta não apenas às tropas coloniais portuguesas, mas principalmente ao regime salazarista. No caso de Angola, a Revolução Socialista significou, ao mesmo tempo, uma revolução social e também nacional. **Social**, porque elevou o trabalhador da cidade e do campo ao poder. E **nacional**, porque emancipou o País do domínio imperialista.

Após a independência, inicia-se o processo de reconstrução nacional, tendo como base um modelo socialista de organização da sociedade adaptado às particularidades de um país recém saído de cinco séculos de colonialismo, com graves distorções econômicas e dramática situação social.

No momento, o Governo angolano está colocando em prática amplo programa de reorganização econômica, previsto para durar até 1990, quando então o País terá recolhido dados suficientes para adotar um plano decenal de desenvolvimento econômico.

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer o governo do MPLA. Hoje, desenvolve com Angola um relacionamento econômico especial, baseado num sistema de comércio compensado. E já somos o terceiro parceiro comercial desse País.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, superado o período da consolidação do processo de independência da metrópole européia. Angola enfrenta sérios riscos de passar de colônia portuguesa a país dependente dos interesses do capitalismo norte-americano ou vassalo do Governo racista da África do Sul, pois persiste em seu território o estado de guerra reinante desde a libertação, em 1975. A intervenção sul-africana em Angola é pública e cincicamente declarada, contando com o apoio aberto do Governo americano.

É fator de preocupação a escalada de atos de desestabilização praticados pelo regime do **apartheid** contra o estado independente de Angola e seus vizinhos. Essa prática constitui grave ameaça para a paz e estabilidade da região.

Nós, brasileiros, devemos-nos juntar ao povo angolano, a quem devemos parte de nossa originalidade cultural, em protestos contra a ocupação estrangeira, exigindo providências junto à comunidade internacional e à ONU para imediata e incondicional retirada das forças sul-africanas de seu território, exercendo pressão para que as nações que não compactuam com o sistema do apartheid cortem suas relações diplomáticas com esse regime, juntamente com a imposição de sanções na área econômica.

E a iniciativa dessa providência deveria ser pioneira em nosso País, cujo Governo mantém estreito relacionamento econômico com países africanos, notadamente Angola; é signatário de acordos internacionais, junto à ONU, de paz e cooperação para o desenvolvimento das regiões do Atlântico Sul; e que, por diversas vezes, condenou veementemente a política intervencionista do regime do **apartheid**, contra os estados independentes do Continente africano.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, escreveu o poeta e ex-presidente angolano Agostinho Neto:

"Inexoravelmente
como uma onda que ninguém
trava
vencemos
O Povo tomou a direção da
barca."

É assim que deve ser, porque foi assim que o povo escolheu e pretende preservar o regime conquistado em luta travada por mais de quinze anos contra o imperialismo.

Manifestamos, desta tribuna, o incondicional apoio e solidariedade ao povo de Angola, nas comemorações de sua data nacional, esperando também ver nosso País contribuir para consolidar essa Nação independente, democrática e socialista.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de:

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

(Pausa.)

Não há oradores inscritos.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresenta proposição o Sr. Constituinte.

FRANCISCO DORNELLES – Projeto de decisão em que se veda a fusão, incorporação, desmembramento e cisão de Municípios, nas condições que menciona.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Passa-se ao horário de:

VII – PRONUNCIAMENTOS SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL

Tem a palavra o Sr. Nilso Squarezi.

(DISCURSO DO DEPUTADO NILSO SGUAREZI RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, mais uma vez, assomo à tribuna desta Assembléa Nacional Constituinte, para, em algumas palavras, descrever aquilo que temos contemplado e sentido dentro deste plenário, para o qual, todos nós chegamos, sei que muitos, com aquele propósito de acertar, de contribuir, de ser útil. A frase de um sábio me deu inspiração também para ter a coragem de competir num pleito político, quando alguém, certa feita, acertadamente, deixou escrito o seu pensamento: "quando um homem, que se julga de bem, abandona o seu posto na política, um oportunista poderá ocupá-lo". E foi pensando nisso e em mais alguma coisa que aqui chegamos. Passamos a participar, inicialmente, da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, na qual, presenciamos os diversos segmentos da sociedade participando, debatendo, emitindo o seu parecer e também o seu querer, para que nós avalíssemos todas essas propostas e pudéssemos trazê-las ao anteprojeto da Constituição.

Assim sendo, chega este momento, em que, depois de debatidos largamente os vários aspectos da sociedade, dentro de um processo constituinte, podemos discorrer assuntos como: regime político, ordem econômica e social, amplitude das liberdades. Tudo isso tem sido debatido fartamente, neste plenário e podem ser corporificados da maneira mais adequada possível, dentro do texto constitucional. Mas alguns assuntos ainda nos prendem a atenção. Há um assunto primordial que deve ser levado em consideração, quando, no anteprojeto, está explícito que a sociedade conjugal poderá ser dissolvida ilimitadas vezes. Acho um tanto perigoso um dispositivo como este, sendo que o ser humano, por própria formação, já tem uma tendência para uma vida mais à vontade. Mas, sabendo que a família continua sendo a instituição mais significativa de toda a sociedade, aqui estamos e não cansamos de dizer que a família deve ser preservada a todo custo. Devemos pensar nos filhos; devemos pensar nos netos; devemos pensar em alguém que vem por aí. O que será desses filhos de ilimitados matrimônios, à revelia, deixando explícito, no texto constitucional, que se pode dissolver uma família por ilimitadas vezes. Acho um tanto perigoso e eu gostaria de que, aqui, agora, estivesse plenamente repleto este plenário, para ouvir essa advertência e que não venhamos contribuir para um enfraquecimento da família. Como Constituinte, peço, pelo amor de Deus, àqueles que estão aqui que ajudemos a preservar a família, porque se assim fizermos, estaremos amparando e provendo o menor, sinto-me bem, quando chego em casa e vejo os

meus filhos virem me pedir a benção, virem me abraçar a sua mamãe. Eles também se sentem bem. Mas, desde o momento em que deixo de existir para aquele lar, sei que meus filhos passarão a sofrer. Nisso é que temos que pensar aqui também: família é coisa muito séria e deve ser valorizada dentro desta Constituinte é sobre esse assunto que quero contar, pelo menos, com a cooperação dos três senhores Constituintes que se encontram aqui, neste momento, ao meu lado, para que nos ajudem, para que possamos ser úteis à comunidade. Os nossos antepassados nos deixaram algo de relevante nesse sentido. Alguém zelou, no passado, pela família e não é agora, no século XX, século esse que se torna importante também pela nova Constituinte, que aparece na história da humanidade, que vamos deixar de pensar no menor. Mas, para se pensar no menor, temos que pensar na família também. Não tem condições de se debater aqui e dizer que se vai amparar o menor, desprotegendo, enfraquecendo e acabando com a família. É este assunto que quero deixar aqui registrado, pois sou daqueles Constituintes que têm a coragem de, aqui, defender o direito mais importante, que é o direito da família. E tão importante que tenho o prazer de ter o sobrenome de meus pais. E qualquer um dos senhores que têm uma família honrada, sei que defendem, com toda a galhardia, o sobrenome da família, porque a família honra os filhos e isso deve ser valorizado nesta Constituinte.

Quero que V. Ex.^{as} se sensibilizem e digam isso, para que toda a História do Brasil conheça que tem alguém aqui preocupado. Quantas vezes, até nas minhas orações de madrugada, invoco a Deus em favor desses Constituintes. Alguém me chama, por isso, até de conservador, de retrógrado ou arcaico. Já recebi essas denominações. Mas quero ser conservador, para que a família possa prosperar; quero ser conservador de princípios que fundamentam o lar, onde existe o respeito, a harmonia e a proteção de Deus; quero ser conservador de princípios éticos e morais. Porém, quero ser promissor naquilo que for social, naquilo que for para o desenvolvimento de um povo; nisso, quero ser promissor.

Gostaria, aqui, que V. Ex.^{as} compreendessem o significado deste pronunciamento, já no apagar das luzes, quando encerramos mais um dia na história da nossa humanidade. Mas estamos encerrando com um pronunciamento, do qual, acredito que este telhado, estas luzes, esta paredes ou estas cadeiras também ficarão como testemunha de que, um dia, chegou aqui, nesta hora, um Constituinte que sentiu que, até extravasando, parece que o tempo está se tornando um tanto prolixo, mas algo o impulsionou para dizer o significado de uma família. Creio que tem homens de bens aqui e que todos pertencem a uma família. Esses homens de bem lutarão, juntamente conosco, para que passamos dar um atestado de firmeza, de prosperidade, de continuidade da família brasileira. Quando falo na família, é impossível deixá-la ausente do menor, que é um problema tão sério dentro da nossa sociedade.

Que todos lutemos por esse princípio! Além de outras tantas reformas que são pronunciadas, tantos direitos que são buscados, eu gostaria de saber que a sociedade está interessada em buscar o direito da perpetuação da família.

Ficam, aqui, as minhas palavras. Falo, com sentimento, proferindo-as de dentro da minha alma e esperando que aquilo que se faz com bom propósito tenha uma aprovação, ainda que não sendo diante de todos, mas diante de muitos e, sobretudo, diante do nosso Criador.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT – SP. pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A OPÇÃO PELO PARLAMENTARISMO

A vitória do parlamentarismo era esperada. Ele era defendido por um arco partidário muito amplo, que ia de diversos setores do PMDB e de outros partidos da ordem à maior parte da esquerda. Acresce que o PMDB percebe nele um veículo para remar contra a corrente e sustentar-se no poder. Apesar das resistências reais ou aparentes do Palácio do Planalto e dos chefes militares, as probabilidades são de que a vitória se repita no Plenário da ANC. Há, pois, interesse em refletir-se sobre essa opção, o que ela representa, o que a tornou tão sedutora a ponto de aparecer como uma necessidade política.

Poder-se-ia dizer, a partir do noticiário dos jornais e dos símbolos inerentes à comunicação de massa, que a euforia foi dos próprios políticos. Como a República "presidencialista", a República "parlamentarista" surgiu à margem do povo. Desta vez, como os acontecimentos principais transcorreram em ambiente fechado, a ausência popular foi completa. Criou-se, dentro desta Casa um ardor dionísaco, que afetou moças e velhos e que detonou uma emoção coletiva, entre os que compartilhavam do patrocínio da causa ou a apoiavam com empenho, um verdadeiro clima de torcida de futebol. O gol decisivo recebeu o aplauso caloroso. No entanto, lá fora a vida corria segundo a rotina, que exclui a massa do povo de qualquer euforia e o parlamentarismo vem à luz dentro de um circuito histórico exclusivo.

É preciso refletir sobre o que está ocorrendo. Nenhum dos partidos, conservadores, reformistas ou revolucionários, incluiu o parlamentarismo entre suas bandeiras de luta política eleitoral. Existiam parlamentaristas "históricos" e eles nunca foram numerosos ou tão ativos, como reformadores sociais, a ponto de abalarem a indiferença dos partidos diante da organização ideal do sistema de governo. Recebemos, sob um longo processo de modernização cultural, vários ciclos de conferências sobre o parlamentarismo, de grandes mestres das idéias políticas. Mas esse processo de difusão não se vinculou às atividades políticas propriamente ditas. Estas se mantiveram à margem de tais ciclos, excetuando-se tentativas internas ao parlamento de debate pedagógico do tema. Mesmo as entidades que se salientaram na propagação de inovações e fortalecimento da iniciativa popular, da participação popular e da irradiação da "democracia participativa" nunca tentaram tomar a si uma luta acesa em prol da implantação do parlamentarismo como alternativa ao presidencialismo. O que se constatou foi um gradual crescimento do repúdio às pressões

do atual governo sobre a ANC, para curvá-la à vontade do Executivo, e o cruzamento das reações negativas com efeitos do trauma psicológico e político provocado pela ditadura. Por assim dizer, a "Nova" República amamentou o que parecia ser o contrário do presidencialismo e radicalizou entre políticos reformistas e moderados, a disposição de livrar o Brasil dessa deformação primária, autocrática e despótica, do republicanismo. Falou-se em "República Imperial" sem se ir ao fundo da questão correlata, de saber se a República Presidencialista, como formação política, chegou a existir e a desenvolver-se no País. Políticos que possuem projetos de carreira delineados tendo em mira as eleições presidenciais, desprenderam-se um a um do horizonte político primordial e foram aderindo ao parlamentarismo como a saída mais fácil, a única ao alcance de sua mãos.

Para não sermos vítimas de um novo Behemoth precisamos reverter o curso da caminhada. A monarquia e a república parlamentares exigem certas premissas históricas, inexistentes em nossa sociedade civil. A primeira ilusão a ser eliminada diz respeito à crença de que a violência institucional é um monopólio do presidencialismo "a la Sul-Americana". Os que estudaram a história das instituições políticas na Europa e no Japão sabem muito bem que o parlamentarismo não impede golpes de estado e que, dadas certas condições externas do estado, ele pode ser instrumental, de forma ocasional ou prolongada, seja para a existência da tirania, seja para o uso concentrado da violência, inclusive da violência política e militarizada. O medo dos militares não pode estar na raiz da implantação de um sistema de Governo. Isso seria infantil e, no nosso caso, extravagante. Os militares incluíram na Constituição em elaboração o que quiseram. Não houve, na subcomissão e na comissão temática respectivas e na Comissão de Sistematização maiores dispostas a contê-los e a colocá-los em seu lugar. Portanto, a base burocrática e tecnocrática mais forte e organizada da república parlamentarista nascente é a militar. Eles estão no topo e depende exclusivamente deles sentar ou não os políticos sobre as pontas de suas baionetas...

As premissas históricas do parlamentarismo dizem respeito a tradições políticas que não possuímos e que não cultivamos (seria mais objetivo dizer: que os donos do poder não possuem e não cultivam). As duas experiências históricas com o parlamentarismo se vinculam: a primeira, com o estado escravista; a segunda, com um golpe branco de políticos e militares conservadores contra a posse de um vice-presidente tido como "sindicalista" e "populista". O nosso parlamentarismo em sua forma mais pura serviu ao absolutismo imperial e aos interesses dos donos de escravos e dos seus associados estrangeiros, nos negócios de exportação e de importação. Os adversários do poder moderador atacavam-no encoberta e abertamente, por vezes com veemência. Porém, o que os senhores de escravos esperavam da monarquia era a "defesa da propriedade e da ordem pública", a segurança policial e militar na reprodução do escravismo. Não apareceram nobres ou facções de nobres que lutasse contra a coroa por sua liberdade pessoal ou coletiva. Os embates no âmbito do parlamento tinham outros rumos, pois os que careciam de liberdade, os escravos, os libertos e os homens pobres livres,

não tinham como bater-se por ela coletivamente. O senhor, esse contava com toda a liberdade a que aspirasse, no lar, na propriedade, na sociedade civil e no Estado. O parlamentarismo constituiu uma planta de estufa, na qual se cultivava a arte de ostentar uma civilização que não ia além da flor da pele e se exibia criativamente a cabeça do colonizado, satisfeita consigo mesmo e com suas relações com os centros metropolitanos.

O paralelo suscitado pelo episódio João Goulart desdobra outras implicações. O sistema parlamentar de governo pode ser um expediente de dominação despótica, pelo qual a institucionalização do poder exclui a massa das classes trabalhadoras e dos oprimidos da órbita política. Se a nossa burguesia fosse menos conservadora e reacionária, ela se apegaria mais ao parlamentarismo que ao seu braço armado. O parlamentarismo permite o uso tópico, curto ou demorado, da violência, mas possibilita, também, ganhar tempo. Ele é compatível com promessas e repressão – e, o que é mais importante, facilita a realização das promessas gradualmente, a conta-gotas. No paralelo suscitado isso não sucedeu, porque se recorreu ao parlamentarismo como recurso provisório de manipulação política para fins restritos. Contudo, a implantação do parlamentarismo, no contexto da elaboração de uma constituição, não é um "golpe parlamentar" e, muito menos, uma ameaça aos de baixo. Por isso, as classes burguesas poderiam encontrar nele o canal para enfrentar as tarefas históricas que sempre refletiram e ir de encontro às esperanças de reformismo, sem prazos definidos para cumprir suas promessas.

Aí se acha o busílis do problema. As classes burguesas são destituídas de cultura cívica e só absorvem as mudanças que respondem às suas situações e interesses de classes. Ainda estão no estágio de praticar a acumulação originária, combinando-a de várias maneiras com a acumulação concentrada e acelerada do capital. Elas vivem sob o capitalismo monopolista da era atual, sob o guante da comunidade internacional de negócios. Precisam do Estado para interpor um biombo entre elas e a dominação externa, um guarda-chuva protetor; e não sabem como resolver seus dilemas econômicos, sociais e políticos sem a privatização do público, a transferência permanente de riqueza da Nação para o setor privado, e sem a capacidade repressiva do Poder Público. As desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas extremas – em termos de classe, de raça e de região – convertem o desenvolvimento desigual em um vulcão, prestes a fomentar explosões sociais em qualquer momento. Em suma, as nossas classes burguesas não aprenderam a combinar promessa e repressão. Por essa razão, o nosso Estado capitalista é tão tosco e brutal. Se as classes burguesas aderissem ao horizonte político do parlamentarismo, elas não solucionariam de uma hora para outra os desafios que pesam sobre sua cabeça como uma espada de Dâmocles. Porém, obteriam um respiro histórico, um período de paz social sem o concurso de entidades como a República Oligárquica, o Estado Novo, o desenvolvimentismo e a ditadura militar.

É nesse nível que se situam os constrangimentos especificamente institucionais e políticos da República parlamentarista. Um desequilíbrio tão grave no corpo social tomou, em vários países, o parlamentarismo inviável. Nós pretendemos importar o estado como um enlatado, pronto e acabado. Foi o que ocorreu com o absolutismo, com a monarquia constitucional e com a República. Ora, as instituições crescem dentro da sociedade e, se são assimiladas do exterior, requerem a elaboração de premissas históricas que dêem respaldo ao seu funcionamento, à sua eficácia e ao seu aperfeiçoamento continuo. Isso não ocorreu até hoje. O Brasil tinha, em 1980, 120 milhões de habitantes. Quantos eram, além de eleitores, cidadãos de fato e de direito nessa população considerável? A cultura cívica não se desenvolveu no seio das elites, que a repelia como incômoda e indesejável. Porque ela deveria propagar-se entre as classes trabalhadoras e os milhões de oprimidos que formam vários exércitos de malditos da terra? Não foi o presidencialismo que forjou essa realidade. Foi o desenvolvimento desigual combinado à exploração imperialista mais impiedosa. O presidencialismo deturpado e a ausência de cultura cívica, são frutos que se reproduzem permanentemente sob o desenvolvimento desigual e a drenagem imperialista, que ameaça tudo, da independência econômica e cultural à soberana nacional. O parlamentarismo terá de conviver com essa fonte permanente de deformação e esvaziamento. O que pode condená-lo, desde já, ao desequilíbrio político contínuo e à malformação congênita.

As classes burguesas servem-se das riquezas materiais e humanas do País como se fossem o equivalente histórico dos países imperialistas. Puseram de lado a Revolução Nacional (com a descolonização efetiva), a revolução democrática e todas as reformas sociais inerentes ao capitalismo. Sob esse aspecto, a ditadura tem sido um bode expiatório. Ela serviu de instrumentos a duas cobiças entranhadas – uma, que procede exploração externa; outra, que nasce e se multiplica a partir de dentro, de uma burguesia predatória, anti-social, antinacionalista e antidemocrática. A função desta ANC. Consistia em definir um novo ponto de partida, que pusesse fim a esse estado de coisas. No entanto, as classes burguesas penetraram aqui em massa, através ou por cima dos partidos; e com a colaboração persistente do Governo impediram que a Constituição correspondesse à superação do passado e do presente e à criação daquele novo ponto de partida histórico; e resistem até às conquistas menores, feitas com muito denodo por uma minoria parlamentar progressista, reformista e revolucionária, que mal atende ao mínimo das reivindicações canalizadas através de programas partidários, de projetos de Constituição, da iniciativa popular e das emendas populares. Não contentes como que bloquearam ou restringiram, querem exterminar esses poucos avanços, mediante uma conspiração conservadora desencadeada diretamente pelos empresários e através de um golpe de mão político que, segundo os meios de comunicação, se dará no plenário. Onde e como enfiar o parlamentarismo nesse contexto? Ou pretende-se um parlamentarismo dócil, montado sobre uma burocacia e

uma tecnocracia civil e militar todo poderosa, que instrumentalizará ainda melhor o domínio civil e do Estado? Chegar-se-á, por essa via, a uma burocratização plutocrática que deixará o presidencialismo no chinelo.

Esses argumentos não são propostos com ânimo negativo e pessimista. O parlamentarismo descortina, onde ele possui condições de viabilidade histórica, perspectivas atraentes e positivas. De imediato, não se irá aumentar a participação popular girando sobre os calcaneiros e imitando a Europa industrial avançada ou o Japão. Lá o parlamentarismo acabou conferindo à democracia maior vitalidade. O preço foi alto, pois domesticou-se o socialismo, a luta de classes e as "Tradições Revolucionárias". Chegou-se, ao mesmo tempo, ao grau mais complexo de cultura cívica generalizada e ao eurocomunismo, um produto da combinação do refinamento da democracia como "valor em si e por si" à técnica do domador que alterna promessa e repressão. A Inglaterra que sirva de exemplo – ou a Alemanha! Aliás, em **Revolucionários**, Hobsbawm focaliza com finura e ironia vários exemplo conclusivos. O movimento socialista proletário não pode confinar-se a tais ilusões. A barbárie é intrínseca ao modo de produção capitalista, à objetificação do trabalhador e à conversão da força de trabalho em mercadoria. Não há "humanismo" onde prevalece o lucro como alvo central e o Governo Parlamentar se erige claramente em meio que associa capitalistas e trabalhadores na reprodução "Democrática" ampliada no sistema capitalista de poder.

Podemos ser "progressistas", "reformistas" ou "revolucionários" mas não escapamos de reconhecer; no presente contexto, parecem cada vez mais estreitas as veredas que a Constituição abrirá à liberdade com igualdade (para os trabalhadores, os excluídos, os estigmatizados). Os que ganham, na conjuntura, com o parlamentarismo, são os estratos inferiores e intermediários das classes médias. Daí a alegria dos políticos que deram seus hurras à vitória que consagrou seus esforços. Contudo, alcançado o Governo parlamentarista, o que muda na sociedade civil? Esses estratos da classe média reconquistam parcelas de seu prestígio e poder, perdidas sob o rolo compressor do desenvolvimento econômico acelerado. E os outros? Não estamos aqui para defender unilateralmente certos fins. Este ano deve revolucionar a nação como um todo, ou, pelo menos, engendar "uma revolução a fazer", que terá de recompor a sociedade civil de alto a baixo e de retirar o estado do monopólio da grande burguesia, nacional e estrangeira. O parlamentarismo poderia ajudar nesse processo, imprimindo-lhe, inclusive, maior velocidade. As classes burguesas já aprenderam que não podem subestimar os estratos baixos e intermediários das classes médias. Tenderão a buscar sua cooptação e uma associação política, como fizeram no início da ditadura militar e, de maneira oscilante, em seu transcorrer. Os de baixo estão sós. Para eles, sob o estado capitalista, as diferenças entre presidencialismo e parlamentarismo são mínimas. O essencial está no socialismo proletário, ou seja, em sua própria solidariedade de classe e no seu potencial de luta política pela conquista do poder.

Vem à Mesa e vai à publicação o seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 20, DE 1987
(Do Sr. Cardoso Alves)**

Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

(À Mesa)

A Assembléia Nacional Constituinte decreta:

Art 1º Acrescente-se ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte o seguinte art. 27, renumerando-se os demais:

"Art 27. Incluído o projeto na Ordem do Dia, para votação, com ou sem substitutivo, tanto em primeiro como em segundo turno é facultada à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de substitutivos e emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, secções, artigos, parágrafos, incisos e demais dispositivos, que serão relatadas oral e conclusivamente, em plenário, pelo Relator da Comissão de Sistematização ou por outro parlamentar designado pela Presidência, vedada a apresentação de novas emendas ou destacaes.

Parágrafo único. As emendas apresentadas com base neste artigo, até o início da tomada de votos da respectiva matéria, terão preferência independentemente de votação, sobre todas as demais, que ficarão prejudicadas com sua aprovação, aplicando-se-lhes o rito previsto no § 4º do art. 64, excluído do requerimento ali exigido, bem como quaisquer outras exigências regimentais."

Art 2º O § 2º do art 63 do RIANC passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 63.

§ 2º A matéria destacada para votação em separado será submetida à deliberação após a votação do todo que compunha e somente será incluída no texto constitucional se aprovada pelo voto da maioria absoluta nos termos do art. 33. Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que tenham sido destacadas para o mesmo texto."

Art 3º Este projeto de resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Justifica a primeira parte da proposta a necessidade de garantir à Assembléia Nacional Constituinte meios de divulgar seus trabalhos e de oferecer à Nação um texto constitucional que atenda aos interesses do País, segundo o critério da maioria absoluta dos representantes do povo.

A forma sugerida adota a possibilidade de apresentação, pela maioria absoluta, de modificações que, apreciadas em rito sumaríssimo – eis que se lhe aplicam as regras do § 4º do art. 64 do Regimento –, poderão ser examinadas na mesma sessão em que forem apresentadas, revigorando, assim, o princípio universal da soberania do plenário.

O objetivo maior da segunda modificação é possibilitar o entendimento em torno de emendas

que obtenham o acolhimento da maioria da ANC e retirar a prevalência descabida oferecida ao Relator e à Comissão de Sistematização, por contrariar o disposto no art 33 do Regimento Interno da ANC, ainda, da soberania do plenário.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1987.
– Cardoso Alves.

Relação dos signatários do projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

José Elias (PTB) – Osvaldo Coelho (PFL) – Francisco Carneiro (PMDB) – Del Bosco Amaral (PMDB) – José Teixeira (PFL) – Sérgio Werneck (PMDB) – Virgílio Galassi (PDS) – Dalton Canabrava (PMDB) – Rosa Prata (PMDB) – Raimundo Rezende (PMDB) – Mello Reis (PDS) – Darci Pozza (PDS) – Enoc Vieira (PFL) – Messias Góis (PFL) – Manoel Castro (PFL) – Benito Gama (PFL) – Pedro Ceolin (PFL) – Bonifácio de Andrade (PDS) – Ricardo Izar (PFL) – Antonio Carlos Mendes Thame (PFL) – Jonas Pinheiro (PFL) – José Santana de Vasconcelos (PFL) – Rachid Saldanha Derzi (PMDB) – José Carlos Martinez (PMDB) – Gilson Machado (PFL) – Oswaldo Almeida (PL) – Cunha Bueno (PDS) – Jorge Viana (PMDB) – Victor Fontana (PFL) – Irapuan Costa Júnior (PMDB) – Paes Landim (PFL) – Fausto Rocha (PFL) – José Egreja (PTB) – Roberto Campos (PDS) – Waldeck Ornélás (PFL) – Ricardo Fiúza (PFL) – Daso Coimbra (PMDB) – Rita Furtado (PFL) – Eraldo Tinoco (PFL) – Arolde de Oliveira (PFL) – Alysson Paulinelli (PFL) – José Lins (PFL) – Ivo Cersósimo (PMDB) – Amaral Netto (PDS) – Henrique Córdova (PDS) – Jorge Arbage (PDS) – Telmo Kirst (PDS) – Adylson Motta (PDS) – Mozarildo Cavalcanti (PFL) – Theodoro Mendes (PMDB) – Marcondes Gadelha (PFL) – Jofran Frejat (PFL) – José Thomaz Nonô (PFL) – Saulo Queiroz (PFL) – Rodrigues Palma (PMDB) – Gastone Righi (PTB) – Francisco Rossi (PTB) – Valmir Campelo (PFL) – Furtado Leite (PFL) – João Machado Rollemburg (PFL) – Victor Faccioni (PDS) – Antonio Farias (PMB) – Délia Braz (PMDB) – Francisco Rollemburg (PMDB) – Paulo Pimentel (PFL) – Chistovam Chiaradia (PFL) – Djenal Gonçalves (PMDB) – Francisco Benjamin (PFL) – Simão Sessim (PFL) – João Agripino (PMDB) – José Tinoco (PFL) – José Luiz Maia (PDS) – Joaquim Sucena (PMDB) – Fernando Bezerra Coelho (PMDB) – Orlando Pacheco (PFL) – João de Deus Antunes (PDT) – Antonio de Jesus (PMDB) – Salatiel Carvalho (PFL) – Milton Barbosa (PMDB) – Gidel Dantas (PMDB) – Jayme Paliarim (PT) – Eliel Rodrigues (PMDB) – Matheus lensen (PMDB) – Roberto Augusto (PTB) – Costa Ferreira (PFL) – Milton Reis (PMDB) – Marcos Lima (PMDB) – Osvaldo Bender (PDS) – Luis Eduardo (PFL) – João Natal (PMDB) – João Alves (PFL) – Roberto Balestra (PDC) – José Jorge (PFL) – Oscar Corrêa (PFL) – Joaquim Beviláqua (PTB) – Nilson Gilson (PMDB) – José Agripino (PFL) – Mussa Demes (PFL) – Inocêncio Oliveira (PFL) – Vingt Rosado (PMDB) – Felipe Mendes (PDS) – Denizar Arneiro (PMDB) – Áureo Mello (PMDB) – Flávio Palmier da Veiga (PMDB) – Mattos Leão (PMDB) – Francisco Amaral (PMDB) – Rubem Branquinho (PMDB) – Eunice Michiles (PFL) – Mauro Sampaio (PMDB) – Marluce Pinto (PTB) – Assis Canuto (PFL) – Odacir Soares (PFL) – Átila Lira (PFL) – Aécio de Borba (PDS) – Ronaro Corrêa (PFL) – Roberto Torres (PTB) – Ottomar Pinto (PTB) – Aluizio Teixeira (PMDB) – Antonio Salim Curiati (PDS) – Messias Soares (PMDB) – Fausto Fernandes (PMDB) – José Luis de Sá (PL) – Álvaro Valle (PL) – Alarico Abib (PMDB) – Eduardo Moreira (PMDB) – Sadio Hauache (PFL) – Michel Temmer (PMDB) – Arnaldo Martins (PMDB) – Caio Pompeu (PMDB) – Ronaldo Carvalho (PMDB) – Paulo Zarzur (PMDB) – José Geraldo (PMDB) – Luis Roberto Ponte (PMDB) – Aloísio Vasconcelos (PMDB) – Nyder Barbosa (PMDB) – Álvaro Antonio (PMDB) – Expedito Machado (PMDB) – Osvaldo Sobrinho (PMDB) – José Dutra (PMDB) – Franciso Salles (PMDB) – Luis Soyer (PMDB) – Ubiratan Aguiar (PMDB) – Max Rosenmann (PMDB) – Hélio Costa (PMDB) – Henrique Eduardo Alves (PMDB) – Carlos Virgílio (PDS) – Ezio Ferreira (PFL) – Alécio Dias (PFL) – Manoel Ribeiro (PMDB) – Osmar Leitão (PFL) – Adauto Pereira (PDS) – Edison Lobão (PFL) – Gerson Camata (PMDB) – Alexandre Costa (PFL) – Alfredo Campos (PMDB) – Meira Filho (PMDB) – Raimundo Lira (PMDB) – Guilherme Palmeira (PFL) – João Castelo (PDS) – José Carlos Coutinho (PL) – Wagner Lago (PMDB) – Fábio Raunheitti (PTB) – Feres Nader (PDT) – Nabor Júnior (PMDB) – Sérgio Brito (PFL) – Osmundo Rebouças (PMDB) – Geovani Borges (PFL) – Annibal Barcellos (PFL) – Edme Tavares (PFL) – Arnaldo Prieto (PFL) – Alberico Cordeiro (PFL) – Manuel Viana (PFL) – Cleonâncio Fonseca (PFL) – Iberê Ferreira (PFL) – Narciso Mendes (PDS) – Siqueira Campos (PDC) – Ângelo Magalhães (PFL) – Jonival Lucas (PFL) – Jairo Carneiro (PFL) – Sotero Cunha (PDC) – Roberto Jefferson (PTB) – Manoel Moreira (PMDB) – Osmir Lima (PMDB) – Etevaldo Nogueira (PFL) – Bezerra de Melo (PMDB) – Basílio Villani (PMDB) – Jovanni Masini (PMDB) – Osvaldo Trevisan (PMDB) – Flávio Rocha (PL) – Renato Johnsson (PMDB) – Maurício Nasser (PMDB) – Maria Lucia (PMDB) – Márcia Kubitschek (PMDB) – Olavo Pires (PMDB) – Jalles Fontoura (PFL) – Lúcia Vânia (PMDB) – Geraldo Fleming (PMDB) – João da Mata (PFL) – Jorge Bornhausen (PFL) – Agripino de Oliveira Lima (PFL) – Luiz Marques (PFL) – João Lobo (PFL) – Jesualdo Cavalcanti (PFL) – Maria de Lourdes (PFL) – Stélio Dias (PFL) – Jaime Santana (PFL) – Lúcio Alcântara (PFL) – Nelson Sabrá (PFL) – Mário Assad (PFL) – José Viana (PMDB) – Chagas Duarte (PFL) – Ubiratan Spinelli (PDS) – Lael Varella (PFL) – Márcio Braga (PMDB) – Leur Lomanto (PFL) – Júlio Campos (PFL) – Evaldo Gonçalves (PFL) – Afif Domingos (PL) – Mário de Oliveira (PMDB) – Marco Maciel (PFL) – Albérico Filho (PMDB) – José Elias Murad (PTB) – Artenir Werner (PDS) – Rubem Figueiró (PMDB) – Alexandre Puzyna (PMDB) – Cláudio Ávila (PFL) – Ivo Vanderlinde (PMDB) – Ruberval Pilotto (PDS) – Hilário Braun (PMDB) – Wilson Martins (PMDB) – Dionísio Dal-Prá (PFL) – Orlando Bezerra (PFL) – Francisco Dornelles (PFL) – Rubem Medina (PFL) – Joaquim Francisco (PFL) – Gustavo de Faria (PMDB) – Joaquim Haickel (PMDB) – José Lourenço (PFL) – Pedro Canedo (PFL) – Jesus Tajira (PFL) – Jacy Scanagatta (PFL) – Eraldo Trindade (PFL)

– José Mendonça Bezerra (PFL) – Francisco Diógenes (PDS) – Vinícius Cansanção (PFL) – Dionísio Hage (PFL) – Erico Pegoraro (PFL) – Antonio Ferreira (PFL) – Louremberg Nunes Rocha (PMDA) – Mendes Ribeiro (PMDA) – Ismael Wanderley (PMDA) – Gerson Marcondes (PMDA) – Samir Achôa (PMDA) – Tito Costa (PMDA) – Naphtali Alves (PMDA) – Sólon Borges dos Reis (PTB) – Dirce Tutu Quadros (PTB) – Humberto Souto (PFL) – José Melo (PMDA) – Delfim Neto (PDS) – José Maranhão (PMDA) – Farabulini Júnior (PTB) – Maluhy Neto (PFL) – João go (PFL) – Arnold Fioravante (PDS) – Jorge Leite (PMDA) – Ervin Bonkoski (PMDA) – Antonio Ueno (PFL) – Luiz Viana Neto (PMDA) – Carlos Sant'Anna (PMDA) – Fernando Gomes (PMDA) – Raul Belém (PMDA) – Eliezer Moreira (PFL) – Victor Trovão (PFL) – Onofre Corrêa (PMDA) – Francisco Coelho (PFL) – José Moura (PFL) – Álvaro Pacheco (PFL) – Nestor Duarte (PMDA) – Silvio Abreu (PMDA) – Vieira da Silva (PDS) – Geraldo Melo (PMDA) – João Meneses (PFL) – Lavoisier Maia (PDS) – Divaldo Suruagy (PFL) – Hélio Rosas (PMDA) – Albano Franco (PMDA) – Raquel Cândido (PFL) – Antonio Câmara (PMDA) – José Maria Eymael (PDC) – Gil Cesar (PMDA) – Roberto Vital (PMDA) – Homero Santos (PFL) – Luiz Leal (PMDA) – Leopoldo Bessonni (PMDA) – Leopoldo Peres (PMDA) – Arnaldo Moraes (PMDA) – Asdrubal Bentes (PMDA) – Fernando Velasco (PMDA) – Amílcar Moreira (PMDA) – Carlos vinagre (PMDA) – Domingos Juvenil (PMDA) – Cesar Cals Neto (PDS) – Felipe Cheidde (PMDA) – Melo Freire (PMDA) – José Freire (PMDA) – Paulo Mincarone (PMDA) – Genésio Bernardini (PMDA) – Jarro Azi (PFL) – Mário Bouchardet (PMDA).

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Faço saber que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

TÍTULO IV

Da Elaboração da Constituição

CAPITULO II

Do Projeto de Constituição

Art. 33. As deliberações sobre matéria constitucional serão, sempre, tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia. As demais serão tomadas por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico, salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido.

CAPÍTULO V

Das Proposições

Art. 63. Admitir-se-á requerimento de destaque, para votação em separado, de partes de projeto

ou de substitutivo e de emenda do grupo a que pertencer, devendo o requerimento ser apresentado, por escrito, até o início da sessão em que se der o processo de votação respectivo.

§ 2º A matéria destacada será submetida a votos, após a deliberação do projeto, do substitutivo ou do grupo de emendas a que ela pertencer.

Art. 64. Só serão admitidos requerimentos de urgência quando assinados, no mínimo:

I – pela maioria dos membros da Mesa ou de qualquer Comissão;

II – por 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou por Líderes que representem este número.

§ 4º Poderá ser incluída na Ordem do Dia, para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada, proposição que versa matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento de 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou de líderes que representem este número, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia, em votação nominal.

Exmº Sr.

Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:
Chico Humberto, Adroaldo Streck e João de Deus Antunes, Deputados Federais do PDT, vêm expor a V. Ex.^a o que se segue para afinal requerer:

1 – Os petionários, dentro das normas usuais dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, assinaram apoio a diversos destaques e emendas dos seus pares.

2 – Ocorre que, entre as medidas de apoio a normais, os signatários incluíram suas assinaturas, inadvertidamente, no petitório do chamado "Centro Democrático" que objetiva alterar o Regimento interno da ANC, para apresentação posterior de emenda substitutiva integral, com o fim de estabelecer um impasse nos trabalhos da Comissão de Sistematização e invalidar completamente a votação em Plenário do projeto constitucional.

3 – Como o objetivo dos signatários é votar a futura Constituição do País, sem criar impasses e percalços aos trabalhos da Assembléia Constituinte, é a presente para requerer a V. Ex.^a considerar sem efeito suas assinaturas por ser esta a expressão da vontade dos requerentes.

Termos em que pede deferimento.
Brasília, 4 de novembro de 1987.–

Dep. Chico Humberto – Dep. Adroaldo Streck – Dep. João de Deus Antunes.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, a exclusão de meu nome dentre os signatários do requerimento que solicita reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 1987.– Constituinte Fernando Gasparian.

Exmº Sr.

Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:
José Fernandes, Deputado Federal do PDT, vêm expor a V. Ex.^a o que se segue para afinal requerer:

1 – O petionário, dentro das normas usuais dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, assinou apoio a diversos destaques e emendas dos seus pares.

2 – Ocorre que, entre as medidas de apoio a normais, o signatário incluiu sua assinatura, inadvertidamente, no petitório do chamado "Centro Democrático" que objetiva alterar o Regimento Interno da ANC, para apresentação posterior de emenda substitutiva integral, com o fim de estabelecer um impasse nos trabalhos da Comissão de Sistematização e invalidar completamente a votação em Plenário do projeto constitucional.

3 – Como o objetivo do signatário é votar a futura Constituição do País, sem criar impasses e percalços aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, é a presente para requerer a V. Ex.^a, considerar sem efeito sua assinatura por ser esta a expressão da vontade do requerente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 4 de novembro de 1987. –
Dep. José Fernandes.

OF/GD/Nº 83/87

Brasília, 5 de novembro de 1987

Senhor Presidente, venho através do presente comunicar a Vossa Excelência que continuo dando meu apoio ao Manifesto do Centro Democrático.

Portanto, torno sem valor e insubstancial minha assinatura contida na comunicação feita pela Liderança do PDT.

Atenciosamente – João de Deus Antunes, Constituinte.

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães:

Retirada de assinatura

Cid Sabóia de Carvalho, Senador da República, eleito pelo PMDB, representante do Estado do Ceará e, como tal, membro da Assembléia Nacional Constituinte, vem, diante de V. Ex.^a, para que surta todos os efeitos legais, esclarecer e requerer o que se segue:

a) assinou documento que visa obter modificações no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte;

b) o intento era restabelecer, após a Comissão de Sistematização, a possibilidade de poderem Deputados e Senadores apresentar novas emendas, capazes de lhes garantir uma participação sempre efetiva na elaboração da futura Constituição;

c) ocorre, no entanto que, por assim proceder, vem tendo o seu nome relacionado como integrante de grupos e movimentos aos quais, na verdade, nunca se aliou. A imprensa divulga os que assinaram como sendo conservadores, direitistas etc.

Ocorre, Sr. Presidente, que o requerente segue o programa do partido e só a ele, com exclusividade, pertence através de sua filiação e conduta, não concordando com qualquer atividade que possa enfraquecer o grêmio político que integra.

Pelo exposto requer a V. Ex.^a que não seja considerada sua assinatura para nenhum efeito, na lista a qual chegou com ânimo absolutamente diverso do que se divulga. Requer, igualmente, todas as

providências administrativas cabíveis a fim de que obtenha o que aqui roga.

Termos em que

P. deferimento.

Brasília, 6 de novembro de 1987. – Cid

Sabóia de Carvalho, Constituinte.

Brasília, 9 de novembro de 1987.

Senhor Presidente Ulysses Guimarães

A fim de dirimir dúvidas com relação à minha assinatura de apoio à proposição apresentada pelo grupo, denominado "Centrão", esclareço os pontos que definem a minha postura na Assembléia Nacional Constituinte:

1) A solidariedade que apresentei ao grupo de Parlamentares vincula-se, tão-somente, à defesa da soberania da Assembléia Nacional Constituinte, que foi eleita para elaborar a nova Constituição do Brasil.

2) Desse modo, fica evidente que não apóio nenhuma pretensão governista, e, embora sendo presidencialista, o sistema de Governo que defendo para o Brasil é bem diverso do vigente.

3) Acato muitos pontos positivos do Projeto de Constituição, pois entendo que o trabalho até agora desenvolvido, com as devidas exceções, deve ser respeitado.

Nestas condições, deixo claro o meu posicionamento, de vez que ele existe, em função da soberania do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte e, não em atendimento a interesses ideológicos, grupais, partidários, ou de outra natureza.

Na oportunidade, renovo a V. Ex.^a meus protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador Lavoisier Maia.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma do que dispõe o § 1º do art. 34, combinado como seu § 4º, ambos do Regimento Interno desta Assembléia Nacional Constituinte, requeremos a Vossa Excelência que se digne convocar, para a próxima terça-feira, dia 10 de novembro de 1987, sessão ordinária desta Assembléia, a fim de que possa ser apresentado e lido projeto de resolução assinado pela maioria dos Constituintes, que modifica o Regimento interno da referida Assembléia.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 1987. – José Lourenço, PFL – Amaral Netto, PDS – Gastone Righi, PTB – Victor Fontana – Ricardo Fiúza – Carlos Santana – Gilson Machado – Virgílio Galassi – Mello Reis – Roberto Campos – Luis Eduardo – Darcy Pozza – Jofran Frejat – Lael Varella – Ricardo Izar – Ottmar Pinto – Francisco Diógenes – Eraldo Tinoco – Chistóvam Chiaradia – Jonas Pinheiro – Inocêncio Oliveira – José Santana – Oscar Corrêa – Álvaro Valle – Valmir Campelo – Francisco Dornelles – Luís Roberto Ponte – José Lins – José Egreja – Osvaldo Coelho – Afif Domingos.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho

– PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloísio Teixeira – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Ferreira – PFL ; Antonio Perosa – PMDB; Beth Azize – PSB; Bosco França – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De Carli – PMDB; Carlos Vergílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Edm Tavares – PFL Evaldo Gonçalves – PFL Expedito Júnior – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Comes – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Franciso Diógenes – PDS; Furtado Leite – PFL; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Harian Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL Jairo Carneiro – PFL; Jayme Paliarin – PTB; Jessé Freire – PFL Joaci Góes – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; José Carlos Coutinho – PL José Carlos Martinez – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; Juarez Antunes – PDT; Koyu Iha – PMDB; Levy Dias – PFL Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Manoel Morena – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mauricio Campos – PFL; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Myrian Portella – PDS; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Osmir Lima – PMDB; Oswaldo Almeida – PFL; Paulo Marques – PFL Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Raimundo Bezerra – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnson – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Victor Trovão – PFL Vieira da Silva – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Waldir Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; José da Conceição – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a Sessão às 23 horas e 19 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOÃO MENESES NA SESSÃO DE 30-9-87, QUE SE REPÚBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN – SEÇÃO II – DE 1º-10-87:

O SR. JOÃO MENEZES (PFL – PA): –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes: popularmente se diz que os mineiros trabalham em silêncio, mas não são só os mineiros que trabalham em silêncio; existe uma classe que trabalha em silêncio, a classe das secretárias, que hoje faz aniversário.

As secretárias representam um papel importante na vida administrativa, social e política do País. Aqui mesmo, nesta votação da Constituinte, vemos o papel preponderante que elas têm desempenhado. E são trabalhadoras anônimas. No exercício da sua função, as secretárias, nos gabinetes, nos escritórios, são peças principais, compram os presentes na hora necessária, dão telefonemas, lembram os aniversários a que temos que comparecer, atendem àquelas pessoas que estão mais nervosas, acalman-nas, sabem, enfim, tudo o que os seus chefes, seus superiores fazem.

Pois bem, Srs. Constituintes, é ela com sua capacidade de observação e seu alto grau de intuição e sensibilidade que age como se fosse um termostato, um pária-raios; ela é uma reguladora de tensões dentro do ambiente de trabalho.

Quando surgem problemas, o primeiro impacto é para ela, que procura minimizá-lo e, após a triagem, ainda escolhe o momento certo de levá-los ao seu superior, chegando, muitas vezes, a solucionar até problemas de ordem familiar-doméstico. Com essa atitude, ela está contribuindo para diminuir o "stress" e, muito mais, está deixando mais tempo livre para podermos pensar e realizar.

Há muitos anos, venho-me dedicando a esse problema, chegando, certa vez, a apresentar um projeto de lei para regularizar a profissão de secretária, o que não consegui. Agora, vejo que isso já existe e o fato me causa imensa satisfação.

Por isto, nesta oportunidade, a essas trabalhadoras anônimas que, com a sua inteligência, com o seu carinho e com a sua capacidade, vêm ajudando o desenvolvimento deste País, quero apresentar as minhas felicitações e deixar-lhes, ao mesmo tempo, as congratulações do Partido da Frente Liberal. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. OSVALDO COELHO NA SESSÃO DE 28-10-87, QUE SE REPÚBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN – SEÇÃO II – DE 29-10-87:

O SR. OSVALDO COELHO (PFL – PE): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejo insistir perante V. Ex.^a quanto à oportunidade do assunto que ora trago à tribuna.

Ontem, ocupei este microfone e tive o ensejo, durante 30 minutos, de tecer considerações sobre emenda que tramita na Assembléia Nacional Constituinte e que deve ser votada amanhã. Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ao voto direto, federativo e ponderado para a eleição à Suprema Magistratura do País.

Tenho-me preocupado enormemente com essa questão e, do Plenário, em todas as oportunidades em que me é permitido desenvolver a ação parlamentar, tento expor minhas preocu-

pações com as desigualdades era mais 15% e, sim, 12%. Uns de mim em favor da Federação e, via de consequência, da união dos Estados.

Lembro, por oportuno, as palavras de Epitácio Pessoa, em 1891, na Assembléia Nacional Constituinte: "No Brasil os Estados grandes disputarão entre si a gestão dos negócios públicos, e os Estados pequenos, arrastando uma vida ingloria e obscura, não hão de ter a mínima interferência nos negócios da nossa Pátria; hão de ser sempre esmagados pela enorme superioridade com que aos outros dotou a Constituição do País".

Essas palavras nunca foram tão atuais. Ontem, chamava a atenção de V. Ex.^a para a pobreza dos Estados brasileiros e para a riqueza maior de um Estado brasileiro; para as disparidades econômicas e as consequências das disparidades demográficas. Conforme já falei anteriormente, as disparidades demográficas, quando só um Estado da Federação tem 16 milhões de eleitores e o segundo colocado, 8, comprometem a Federação e o equilíbrio federativo e podem levar-nos ao abismo, à secessão, à divisão. Quero a harmonia; não sou contra os interesses maiores do grande Estado de São Paulo. Quero que o Presidente da República do Brasil seja eleito comprometido com toda a realidade brasileira. Quero, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que se desenhe um quadro em que a Presidência da República seja a consequência de toda a realidade brasileira e não um Presidente da República eleito diferentemente do voto que forma o Congresso Nacional. Este é formado pelo voto ponderado: nenhum Estado tem menos de 8 Deputados, nenhum Estado deve ter mais de 60 Deputados. Isso estabelece o equilíbrio federativo.

Esta Casa não pode legislar em favor de um só Estado, em favor de uma só região. Ela tem que ser comprometida com toda a realidade brasileira. Por que, então, o Poder Executivo? Porque a Presidência da República pode ser consequência de um número localizado de eleitores e o Presidente descomprometido da realidade brasileira, sem conhecer o Brasil, sem conhecer a realidade dos Estados, sem conhecer que no Norte o PIB em 1958 era 2%, em 1978 era 2%, que o Nordeste em 1958 era 15% e em 1978 não

ração, na medida em que as regiões pertencem ao Primeiro Mundo, desenvolvidos educados, crescendo sempre, ficando os outros a arrastarem, ingloriamente, o seu atraso, o seu subdesenvolvimento. Com o poder concentrado nas mãos de um Estado só, aos outros cabe apenas serem subjugados sem qualquer importância na gestão dos negócios do Estado soberano.

É este o sentido da minha emenda, que propõe o voto ponderado, o voto federativo, aquele que haverá de comprometer o candidato à Presidência da República com todas as realidades brasileiras.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é preciso uma reflexão, agora e já, porque, ou nos modernizaremos, ou nos atualizaremos, ou daremos novos contornos às instituições na eleição do Senhor Presidente da República, na elaboração da Constituição, ou, então, chegaremos sempre na vigésima quinta hora. Teremos sempre uma Pátria bem dividida, bem pobre, no norte, no sul, no leste, no oeste e um Estado só, com todas as forças pertencendo ao Primeiro Mundo. Esses homens que por ali forem eleitos Presidentes da República, sem compromissos com a realidade brasileira, poderão usar linguagem bem diferente e poderão ter ouvidos moucos para nossas realidades, para o verdadeiro sentimento da nacionalidade.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Brasil tem crescido economicamente, e muito. Todavia o Brasil não tem sabido encontrar soluções para a melhor distribuição de seus resultados. Temos que buscar subsídios para a solução da nossa Pátria, aqui, na nossa realidade, e nos mirar nos países que têm encontrado soluções para os seus problemas. A Argentina adotou o voto ponderado federativo. Na medida em que a

Província de Bueno Aires tem quase 50% dos eleitores da Federação Argentina, somente 30% é o peso da Província de Bueno Aires, obrigando o candidato à Presidência da República buscar apoio em outras províncias para chegar à Presidência da República. Nos Estados Unidos da América do Norte, o voto é ponderado e, por isto, 17 Estados já chegaram à Presidência da República. Na Alemanha, o voto é também ponderado. Na Itália, Estado unitário, o voto obedece ao princípio da ponde-

ração, na medida em que as regiões comparecem ao Colégio Eleitoral para que o Presidente com elas também tenha compromissos. E, em relação a esse estado de coisas – eu quero adverti-los: não convém aos interesses do Brasil, não convém aos interesses da Federação, não convém a interesses de nenhum Estado, porque temos que cimentar uma Federação onde os recursos, onde o poder seja distribuído, onde tudo seja consequência do esforço de todos os Estados e de todos os brasileiros. Do jeito que está não pode continuar. A oportunidade é esta. Peço reflexão, peço compreensão, peço um estudo apurado para esse voto ponderado que proponho e que submeto à consideração de V. Ex.^{as}.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com estas palavras gostaria de deixar minha consciência tranquila, e, por último apelar para as consciências de V. Ex.^{as} lembrando que os cem municípios mais pobres do Brasil se encontram na região Nordeste; 67% deles no Piauí, na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Os 100 municípios mais ricos do Brasil se encontram na região Sul e Sudeste, 60% deles em São Paulo.

Isto é uma amostra de que a Pátria está dividida entre brasileiros de primeira classe e brasileiros de terceira classe. Reflitam sobre estes dados, reflitam sobre estas coisas, posicione a Assembléia Nacional Constituinte diante de uma solução para o problema das disparidades econômicas que são consequências das disparidades demográficas, que são consequências do poder econômico e do poder político concentrados erradamente em locais facilmente identificados.

Não sou contra nenhum Estado; não sou contra o Brasil; não sou contra a sua unidade, sou a favor de um compromisso do Estado soberano brasileiro, com todas as unidades da Pátria, com todos os Estados do Acre, dos Pampas, de Santa Catarina, de Minas, de Pernambuco, do Piauí, de São Paulo e de todos.

A Presidência da República precisa ter os mesmos compromissos com o Brasil todo, inteiro, que tem o Congresso Nacional pela forma de eleger os seus Representantes. (Muito bem!)



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 149

SÁBADO, 14 DE NOVEMBRO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 164^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 13 DE NOVEMBRO DE 1987

I - Abertura da sessão

II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 304/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal-PFL, participando que o Senhor Constituinte Arnaldo Prieto volta a integrar a Comissão de Sistematização.

Nº 187/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista-PDT, participando que o Senhor Constituinte Bocayuva Cunha o substituirá, temporariamente, na Comissão de Sistematização.

Nº 188/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista-PDT, participando que o Senhor Constituinte Vivaldo Barbosa substituirá, temporariamente, na Comissão de Sistematização, o Senhor Constituinte Bocayuva Cunha.

REQUERIMENTOS

Do Senhor Constituinte Francisco Rollemburg, solicitando a retirada de sua assinatura do requerimento que originou o Projeto de Resolução nº 20, de 1987.

Do Senhor Constituinte Márcio Braga, solicitando a retirada de sua assinatura do projeto de resolução encaminhado pelo Senhor Constituinte Roberto Cardoso Alves.

COMUNICAÇÕES

Do Senhor Constituinte Amaral Neto, comunicando que o Senhor Constituinte Adylson Mota participará das reuniões da Comissão de Sistematização na qualidade de 1º Suplente do Partido Democrático Social - PDS, seguido pelos Senhores Constituintes Bonifácio de Andrade e Victor Faccioni.

Do Senhor Constituinte João Agripino, justificando a sua assinatura no Requerimento que originou o Projeto de Resolução nº 20, de 1987.

Do Senhor Constituinte Afonso Camargo, participando que, a partir de 10 de novembro do ano em curso, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro-PTB.

PROJETO A IMPRIMIR

Projeto de Resolução nº 16-B, de 1987 (Do Sr Álvaro Valle) - Introduz alterações no art. 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; tendo parecer da Mesa pela aprovação, com Substitutivo. Pendente de parecer às emendas de Plenário.

PRESIDENTE

- Esclarecimentos sobre a tramitação de projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PAULO RAMOS (Pela ordem): - Apreciação, pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, do Projeto de Decisão nº 4, dispondo sobre proibição da conversão da dívida externa brasileira em capital de risco.

IV - Pequeno Expediente

PAULO RAMOS - Indiferença da sociedade brasileira aos pactos políticos propostos pelo Governo e por partidos políticos.

Apoio de confederações de trabalhadores à Assembléia Nacional Constituinte. Posição de parte da diretoria do Banco Central contrária à conversão da dívida externa em capital de risco. Decisão da Comissão de Sistematização sobre o mandato do Presidente José Sarney.

AMARAL NETTO (Pela ordem) - Não participação das Lideranças partidárias na elaboração de substitutivo proposto pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte a projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

DASO COIMBRA (Questão de ordem) - Falta de entendimento entre a Mesa e as Lideranças partidárias sobre reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Daso Coimbra.

JOSÉ LOURENÇO (Questão de ordem) - Não comprometimento das Lideranças partidárias com substitutivo ao projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte José Lourenço.

GASTONE RIGHI (Questão de ordem) - Não ocorrência de entendimentos com o ora-

dor sobre substitutivo a projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Gastone Righi.

JOÃO MENEZES – (Reclamação) – Repúdio a acordos e conversas com lideranças partidárias para efetivação de alterações nos trabalhos da Comissão de Sistematização.

MENDES RIBEIRO – Soberania da Assembléia Nacional Constituinte nas decisões adotadas pela maioria absoluta de seus membros.

CARLOS CARDINAL – Protestos contra pressões do Palácio do Planalto sobre a Assembléia Nacional Constituinte. Declarações do Presidente da UDR a respeito do posicionamento dos grandes latifundiários sobre a reforma agrária na futura Constituição. Pretensões do grupo denominado "Centrão" em relação à Assembléia Nacional Constituinte.

VICTOR FACCIONI – Necessidade de diálogo na Assembléia Nacional Constituinte. Aposentadoria do trabalhador rural e da camponesa aos 60 e 55 anos de idade, respectivamente.

NELTON FRIEDRICH – Retaliações do governo norte-americano contra o Brasil, na área comercial.

HUMBERTO SOUTO – Protesto contra a inclusão do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, como área técnica e estratégica para receber lixo atômico do País.

DASO COIMBRA – Empenho do orador na formação do grupo denominado "Centrão" na Assembléia Nacional Constituinte.

ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Irresponsabilidade e falta de critério da Comissão Nacional de Energia Nuclear no estabelecimento de locais próprios para depósito de lixo atômico do País.

ADYLSOM MOTTA – Posição do orador a respeito da definição da duração do mandato do Presidente José Sarney.

ELIEL RODRIGUES – Inconveniência da privatização da Empresa de Navegação da Amazônia S/A.

RUY NEDEL – A situação do índio no futuro texto constitucional.

IVO LECH – Coerência na defesa do sistema parlamentarista de governo.

ADROALDO STRECK – Monopólio da Rede Globo de Televisão no setor de comunicação televisiva. Irregularidade na venda dos direitos de transmissão da festa do carnaval no Rio de Janeiro.

HERÁCLITO FORTES – Protesto contra a inclusão do Estado do Piauí como área técnica e estratégica para receber lixo atômico do País.

JOSÉ ELIAS MURAD – Falta de morfina no mercado farmacêutico.

CARLOS VINAGRE – Transcurso do 30º aniversário de fundação da Universidade Federal do Pará.

PAULO PAIM – Não prescrição do direito do trabalhador até dois anos após a rescisão contratual, na futura Constituição.

JOÃO PAULO – Revogação de portaria do Ministério do Trabalho disposta sobre fiscali-

zação, pelas Delegacias Regionais do Trabalho, em empresas com até dez funcionários.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Satisfação do orador pela aprovação, pela Comissão de Sistematização, de emendas relativas aos direitos dos aposentados e pensionistas.

JORGE ARBAGE – Transcurso do 42º aniversário de fundação do Jornal *O Liberal*, de Belém, Estado do Pará. Protestos do Rotary, Cluby de Ananindeua contra a inclusão do Estado do Pará como área para depósito de lixo atômico do País.

SÓLON BORGES DOS REIS – Reivindicações do professorado paulista à Assembléia Nacional Constituinte.

COSTA FERREIRA – Vantagens da implantação da Ferrovia Norte-Sul.

V – Comunicações das Lideranças

– Não há comunicações de lideranças.

VI – Apresentação de Proposições

– AMARAL NETTO.

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

– Não há pronunciamentos sobre matéria constitucional.

VIII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LIDERES E VICE-LIDERES DE PARTIDOS

– Relação dos membros

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

– Relação dos membros

Ata da 164ª Sessão Extraordinária, noturna, em 13 de novembro de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-presidente;
Mario Maia, Segundo Secretario

ÀS 20:30 HORAS
COMPARCEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Albano Franco – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aluysio Chaves – PFL; Aluysio Teixeira – PMDB; Aluísio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Muller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedito Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Hum-

berto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dalton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doretto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edmilson Valetim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Chagas Neto – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Erving Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmino de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Venderlinde – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PT; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tarja – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João da Mata – PFL; João Hemmann Neto – PMDB; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Boinhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Dias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaca – PMDB; José Freire – PMDB; José Genuíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutany Magalhães – PMDB; Leal Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélia Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Luis Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Mauricio Corrêa – PDT; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moisés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alvas de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nelson Friedrich – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Rodrigues Palma – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Roberval Piloto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmarinha Seixas – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólton Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioli – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildálio de Senna – PMDB; Vergílio Galassi – PDS; Vergílio Guimarães – PT; Vergílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Omellas – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento de 281 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. Constituinte José Lourenço, Líder do PFL, nos seguintes termos:
Ofício nº 304/87 – PFL

Brasília, 11 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Deputado Arnaldo Prieto volta a integrar a Comissão de Sistematização, como membro efetivo.

Em consequência, passo à condição de Suplente da referida Comissão, na vaga do Deputado Simão Sessim, que se encontra ausente.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência protestos de alto apreço e consideração. – Deputado **José Lourenço**.

Do Sr. Constituinte Brandão Monteiro, Líder do PDT, nos seguintes termos:

Ofício nº 187/87

Brasília, 12 de novembro de 1987.

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Bocayuva Cunha para substituir o Constituinte Brandão Monteiro, como membro titular da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de 14-11-87 o Constituinte Brandão Monteiro reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**.

Do Sr. Constituinte Brandão Monteiro, Líder do PDT, nos seguintes termos:

Ofício nº 188/87

Brasília, 12 de novembro de 1987

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Vivaldo Barbosa para substituir o Constituinte Bocayuva Cunha, como membro suplente da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de 14-11-87 o Constituinte Bocayuva Cunha reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**.

REQUERIMENTOS

Do Sr. Constituinte Francisco Rollemberg, nos seguintes termos:

Exmº Sr.

Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Deputado Ulysses Guimarães

Francisco Rollemberg, Senador Constituinte do PMDB, como representante do Estado de Sergipe, vem, respeitosamente, requerer, nos termos regimentais, a Vossa Excelência se digne determinar a exclusão de seu nome dentre os signatários do requerimento que originou o Projeto de Resolução nº 20, de 1987, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões da Assembléia Nacional Constituinte, 10 de novembro de 1987. – Senador **Francisco Rollemberg**.

Do Sr. Constituinte Márcio Braga, nos seguintes termos:

Brasília, 11 de novembro de 1987.

Exº Sr.

Deputado Ulysses Guimarães

MD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência a retirada de meu nome do projeto de resolução entregue à Mesa

na sessão noturna da Assembléia Nacional Constituinte de 10 de novembro de 1987, encaminhado pelo ilustre Deputado Roberto Cardoso Alves.

Sem mais, subscrevo-me, – Deputado Constituinte **Márcio Braga**.

COMUNICAÇÕES

Do Sr. Constituinte Amaral Netto, Líder do PDS, nos seguintes termos:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Sistematização.

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Adylson Motta funcionará nas reuniões que apreciam o Título em discussão como Primeiro Suplente do PDS, seguido dos Deputados Bonifácio de Andrade e Victor Faccioni.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 1987 – **Deputado Amaral Netto**.

Do Sr. Constituinte João Agripino, nos seguintes termos:

Brasília, 10 de novembro de 1987.

Exº Sr.

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Brasília – DF

Senhor Presidente,

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que a minha assinatura no requerimento de proposta de modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, foi apostila com o único e exclusivo sentido de apoio à iniciativa. Não significa, em hipótese alguma, comprometimento de voto por ocasião da apreciação da matéria e, muito menos, vinculação ou participação de quaisquer espécie e natureza com o movimento denominado "Centrão".

Atenciosamente – **João Agripino**.

Do Sr. Constituinte Affonso Camargo, nos seguintes termos:

Brasília, 10 de novembro de 1987.

Senhor Presidente,

Comunico a V Ex.ª, para os devidos fins e efeitos, que, nesta data, me filiei ao Partido Trabalhista Brasileiro, cuja Bancada passo a integrar.

Atenciosamente – Senador **Affonso Camargo**.

PROJETO DE RESOLUÇÃOº 16-B DE 1987

(Do Sr. Álvaro Valle)

Introduz alterações no art. 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; tendo parecer da Mesa pela aprovação, com Substitutivo. Pendente de parecer às emendas de Plenário.

(Projeto de Resolução nº 16-A, de 1987 (ANC), emendado em Plenário, tendo anexados os de nºs 19/87 e 20/87.)

Art. 1º Substitua-se no § 2º do art. 26 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte a expressão "48 horas" por uma semana".

Art. 2º Acrescentem-se os seguintes parágrafos no art. 26 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte:

§ 4º Se forem apresentadas emendas que substituam integralmente o texto do projeto ou do substitutivo do Relator, algum de seus títulos ou capítulos, elas terão preferência para votação, devendo ser subscritas pelo menos por 188 (cento e oitenta) constituintes.

§ 5º Se for aprovado alguma emenda a que se refere o parágrafo anterior, o texto correspondente do projeto ou substitutivo apresentado pela Comissão de Sistematização será considerado, prejudicado, assim como as emendas que lhe foram propostas.

§ 6º Na hipótese prevista pelo parágrafo anterior, haverá novo prazo de dez dias para apresentação de subemendas às emendas aprovadas, ou de emendas ao novo projeto de Constituição, devendo receber parecer da Comissão de Sistematização no prazo de cinco dias.

Justificação

O regimento em vigor não aceita emendas que substituam integralmente o projeto do Relator.

O evolver dos trabalhos da Assembléia Constituinte tem mostrado não ser aquela uma norma que permita uma maior eficácia dos trabalhos. Por outro lado, se o projeto não merecer o apoio da maioria do plenário, os Constituintes ficarão tolhidos, forçados a votar um texto que não reflete o seu pensamento, sob pena de não termos Constituição. Ou serão obrigados a remendo e ao uso de artifícios regimentais para a manifestação de sua vontade.

A proibição de apresentação de substitutivos é uma norma antidemocrática e inédita no procedimento legislativo democrático.

Sala das Sessões, de julho de 1987. – Álvaro Valle – José Carlos Coutinho – José Costa – Arnaldo Prieto – Francisco Rollemberg – Oswaldo Almeida – Afif Domingos – Gustavo de Faria – Osvaldo Coelho – Flávio Rocha – Osvaldo Sobrinho – Fausto Rocha – Costa Ferreira – Matheus Jansen – Antônio Carlos Mendes Thame – Rubem Branquinho – Mauricio Campos – Leur Lomento – Salatiel Carvalho – Hugo Napoleão – Rubem Figueiró – Luiz Roberto – Ponte – Chagas Duarte – José Elias Murad – José Maria Eymael – Jesualdo Cavalcanti – Jesus Tajra – Jayme Santana – João Calmon – Narciso Mendes – Francisco Diógenes – José Guedes – Gastone Righi – Cardoso Alves – Mendes Botelho – Ângelo Magalhães – José Egreja – Ottomar Pinto – Roberto Jefferson – Farabulini Júnior – Dirce Tutu Quadros – Eunice Michiles – Henrique Eduardo Alves – Homero Santos – Vingt Rosado – José Luiz de Sá – José Moura – Alceni Guerra – Orlando Pacheco – Ivan Bonato – César Cals Neto – Sotero Cunha – Jorge Arbage – Simão Sessim – João Menezes – Adylson Motta – Victor Fontana – Furtado Leite – Luiz Marques – José Lins – Christovam Chiaradia – Bonito Gama – Ronaro Corrêa – Ricardo Izar – Gilson Machado – José – Thomaz Nonô – Dionísio Dal-Prá – Alysson Paulinelli – Cláudio Ávila – João Alves – Pedro Canedo – Átila Lira – Sadie Hauache – Jacy Scanagatta – Jonas Pinheiro – Luis Eduardo – João da Mata – Waldeck Ornelas – Ricardo Fiúza – Antônio Ferreira – Francisco Benjamim

– José Lourenço – Edme Tavares – Antônio Ueno – Ezio Ferreira – Paes Landim – Geovane Borges – Annibal Barcellos – Osmar Leitão – Sandra Cavalcanti – Mozarildo Cavalcanti – Amaral Netto – Felipe Mendes – Ruberval Piloto – Telmo Kirst – Virgílio Galassi – Adauto Pereira – Cunha Bueno – Antônio Salim Curiati – Artenir Werner.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

RESOLUÇÃO N° 2, DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

TÍTULO IV

Da Elaboração da Constituição

CAPÍTULO II

Do Projeto de Constituição

Art. 26. Findo o prazo estabelecido no § 2º do artigo anterior, o Projeto de Constituição, com ou sem parecer, será incluído em Ordem do Dia, devendo o Relator, quando for o caso, proferir o parecer oral em plenário.

§ 1º Havendo parecer, e uma vez encaminhado à Mesa, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo o projeto incluído em Ordem do Dia, obedecido o interstício de 24 (vinte e quatro) horas da distribuição dos avulsos, para sua votação em primeiro turno.

§ 2º Concluindo o parecer pela apresentação de substitutivo, os Constituintes terão, a contar de sua publicação, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar emendas, permitidas somente quando incidirem sobre dispositivos em que o substitutivo houver inovado em relação ao projeto e as emendas anteriores.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o projeto retornará à Comissão de Sistematização para emitir novo parecer, em prazo a ser fixado pela Mesa.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 19, DE 1987**

(Do Sr. José Luiz de Sá)

Dispõe sobre a votação do Projeto de Constituição, dando nova redação ao art. 27 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

(Anexado ao de nº 16/87 (ANC).)

A Assembléia Nacional Constituinte resolve:

Art 1º O art. 27 da Resolução nº 2, de 1987, que “dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. A votação do Projeto de Constituição se fará artigo por artigo, ressalvados os destaques e as emendas.

§ 1º O encaminhamento da votação será por Título ou Capítulo abrangendo as respectivas emendas, podendo usar da palavra, uma só vez, por 5 (cinco) minutos, 4 (quatro) Constituintes devidamente inscritos. No encaminhamento da votação de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) constituintes a favor, tendo preferência o autor do requerimento, e 2 (dois) contra.

§ 2º Poderão ainda encaminhar a votação os líderes partidários, por prazo que variará de 3 (três) a 20 (vinte) minutos, a ser concedido na proporção do número de membros de cada bancada, na forma do disposto no inciso II do § 2º do art. 34 deste Regimento.

§ 3º Votados os artigos de um Capítulo ou Título, votar-se-ão, em seguida, os respectivos destaques concedidos e as emendas. As emendas serão votadas em globo, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 4º As emendas com subemendas da Comissão serão votadas em globo, salvo deliberação em contrário, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou Líderes que representem este número, sendo as subemendas substitutivas ou supressivas votadas antes das respectivas emendas.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Vive a Nação uma saudável expectativa voltada para a Assembléia Nacional Constituinte. O povo aguarda com ansiedade a nova Constituição que irá consolidar o processo democrático no Brasil. Pesa, assim, sobre os Constituintes, uma responsabilidade, a de elaborar uma Carta que esteja à altura dos brasileiros, das suas aspirações e das suas necessidades, e da nação moderna, livre, soberana, econômica e socialmente desenvolvida em que desejam ver transformado o Brasil após a Nova Ordem.

Um aspecto delicado e da maior importância diz respeito ao método utilizado para a elaboração do texto constitucional. Ele não pode ser resultado do trabalho de um grupo, ou de dois ou três grupos de pessoas. Todos os Constituintes, independentemente da cor partidária, devem ter oportunidade de participar efetivamente do projeto constitucional, não só com emendas, mas também com opinião e voto.

Esta observação é importante e procedente, porque todos sabem que existe um grande número de Constituintes descontentes com a formação de pequenos grupos, que se dedicam a um trabalho paralelo. Esses grupos estão funcionando à margem da Assembléia Constituinte, com muita força e empenho, e pretendem impor um projeto de Constituição que não está sendo discutido com os demais Constituintes. Enquanto isso, embora veladamente, a grande maioria não reconhece como legítimo esse procedimento e nem

aceita as posições e pensamentos dessa minoria organizada.

A maior parte dos Constituintes só participou, até agora, dos trabalhos das Subcomissões e das Comissões e sem vincular-se àqueles pequenos grupos, que procuram influir na direção dos trabalhos, porque entendeu ser essa uma forma de agir antidemocrática e, por isso mesmo, inaceitável.

Diante de todo o exposto com fulcro no disposto no art. 81, II, do Regimento Interno, resolveu-se, **com o apoio de 94 Constituintes** que a assinam, elaborar a presente proposição, que altera a redação do art. 27 da Resolução nº 2, de 1987, que “dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte” de modo que a votação do Substitutivo da Comissão de Sistematização seja feita **artigo por artigo**, e com os devidos destaques. Esta será a única maneira verdadeiramente democrática de se levar o trabalho da Constituinte até o final, de modo que prevaleça a vontade da maioria.

Com isto, deseja-se evitar a votação do que se poderia chamar “pacote” de imposições de um grupo minoritário de pessoas.

O processo de votação que se propõe pode ser demorado, mas é legítimo, sendo ainda a única forma de se garantir uma participação aberta de todos os Constituintes na feitura da nossa Lei Maior.

Sala das Sessões, de 1987.
 – Constituinte José Luiz de Sá – Adolfo Oliveira – Nilson Gibson – Amílcar Moreira – José Elias Murad – Leopoldo Bessone – Eunice Michiles – Raquel Capiberibe – Arnaldo Martins – Hilário Braum – Felipe Mendes – Roberto Torres – Osmar Lima – Rodrigues Palma – Fernando Cunha – Fernando Velasco – Arolde de Oliveira – Victor Faccioni – Humberto Souto – Manuel Viana – Geraldo Campos – José Dutra – Moema São Thiago – Gonzaga Patriota – Wagner Lago – Vivaldo Barbosa – Virgílio Guimarães – Koyu Iha – Eiel Rodrigues – Ruy Nedel – João Paulo – Oswaldo Almeida – Silvio Abreu – Dalton Canabrava – Sónia Borges Reis – Sérgio Brito – João Rezek – Agassiz Almeida – Albérico Filho – Eraldo Tinoco – Gerson Peres – Acival Gomes – Wilma Maia – Aloísio Vasconcelos – Melo Reis – Jovanni Massini – Christóvam Chiarádia – Alysson Paulinelli – José Teixeira – Sérgio Spada – Agripino de Oliveira Lima – Jesus Tajra – Victor Fontana – Lézio Sathler – Ezio Ferreira – Doreto Campanari – Del Bosco Amaral – Gidel Dantas – Enoc Vieira – César Maia – Gabriel Guerreiro – Gustavo de Faria – Basílio Villani – Beth Azize – Vingt Rosado – Jesualdo Cavalcanti – Cláudio Ávila – Maurício Pádua – Amaury Müller – Geovani Borges – Nelson Seixas – Theodoro Mendes – Jacy Scanagatta – Ismael Wanderley – José Carlos Sabóia – Eraldo Trindade – Hermes Zaneti – José Queiroz – João de Deus – Orlando Pacheco – Mussa Demes – Luiz Marques – Manoel Ribeiro – Dionísio Dal Prá – Fernando Bezerra Coelho – João Machado Rolleberg – Messias Góis – Noel de Carvalho – Manoel Castro – José Carlos Coutinho – Siqueira Campos – Carlos Cardinal – Vitor Buaiz – Aldo Arantes – Paulo Macarini (apoianto).

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES**

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1987

**Dispõe sobre o Regimento
Interno da Assembléia Nacional
Constituinte.**

TÍTULO IV

Da Elaboração da Constituição

CAPÍTULO II

Do Projeto de Constituição

Art. 27. A votação será feita por Títulos ou Capítulos, ressalvadas as emendas e os destaques concedidos.

§ 1º O encaminhamento da votação de cada Título ou Capítulo e das respectivas emendas será feito em conjunto, podendo usar da palavra, uma só vez, por 5 (cinco) minutos, 4 (quatro) Constituintes devidamente inscritos.

§ 2º Poderão, ainda, encaminhar a votação os Líderes partidários, por prazo que variará de 3 (três) a 20 (vinte) minutos, a ser concedido na proporção do número de membros de cada bancada, na forma do disposto no inciso II do § 2º do art. 34 deste Regimento.

§ 3º Votado o Título ou Capítulo, votar-se-ão, em seguida, os destaques dele concedidos. As emendas serão votadas em globo, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 4º As emendas com subemendas da Comissão serão votadas em globo, salvo deliberação em contrário, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou Líderes que representem este número, sendo as subemendas substitutivas ou supressivas votadas antes das respectivas emendas.

§ 5º No encaminhamento da votação da matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) Constituintes a favor, tendo preferência o autor do requerimento, e 2 (dois) contra.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 20, DE 1987**

(Do Sr. Cardoso Alves)

**Altera o Regimento Interno
da Assembléia Nacional
Constituinte.**

(Anexado ao de nº 16/87
(ANC).)

A Assembléia Nacional Constituinte decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte o seguinte art. 27, renumerando-se os demais:

"Art. 27. Incluído o projeto na Ordem do Dia, para votação, com ou sem substitutivo,

tanto em primeiro como em segundo turno é facultada à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de substitutivos e emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos, incisos e demais dispositivos, que serão relatadas oral e conclusivamente, em Plenário, pelo Relator da Comissão de Sistematização ou por outro parlamentar designado pela Presidência, vedada a apresentação de novas emendas ou destaques.

Parágrafo único. As emendas apresentadas com base neste artigo, até o início da tomada de votos da respectiva matéria, terão preferência, independentemente de votação, sobre todas as demais, que ficarão prejudicadas com sua aprovação, aplicando-se-lhes o rito previsto no § 4º do art. 64, excluído do requerimento ali exigido, bem como quaisquer outras exigências regimentais."

Art. 2º O § 2º do art. 63 do RIANC passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63.

§ 2º A matéria destacada para votação em separado será submetida à deliberação após a votação do todo que compunha e somente será incluída no texto constitucional se aprovada pelo voto da maioria absoluta nos termos do art. 33. Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que tenham sido destacadas para o mesmo texto."

Art. 3º Este projeto de resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Justifica a primeira parte da proposta a necessidade de garantir à Assembléia Nacional Constituinte meios de divulgar seus trabalhos e de oferecer à Nação um texto constitucional que atenda aos interesses do País, segundo o critério da maioria absoluta dos representantes do povo.

A forma sugerida adota a possibilidade de apresentação, pela maioria absoluta, de modificações que, apreciadas em rito sumaríssimo – eis que se lhe aplicam as regras do § 4º do art. 64 do Regimento –, poderão ser examinadas na mesma sessão em que forem apresentadas, revigorando, assim, o princípio universal da Soberania do Plenário.

O objetivo maior da segunda modificação é possibilitar o entendimento em torno de emendas que obtenham o acolhimento da maioria da ANC e retirar a prevalência descabida oferecida ao Relator e à Comissão de Sistematização, por contrariar o disposto no art. 33 do Regimento Interno da ANC, ainda, da Soberania do Plenário.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1987. – **Cardoso Alves**.

**Relação dos signatários do projeto
de resolução que altera o Regimento Interno
da Assembléia Nacional Constituinte.**

José Elias (PTB) – Osvaldo Coelho (PFL) – Francisco Carneiro (PMDB) – DelBosco Amaral (PMDB) – José Teixeira (PFL) – Sérgio Wer-

neck (PMDB) – Virgílio Galassi (PDS) – Dalton Canabrava (PMDB) – Rosa Prata (PMDB) – Raimundo Rezende (PMDB) – Mello Reis (PDS) – Darci Pozza (PDS) – Enoc Vieira (PFL) – Messias Góis (PFL) – Manoel Castro (PFL) – Benito Gama (PFL) – Pedro Ceolin (PFL) – Bonifácio de Andrade (PDS) – Ricardo Izar (PFL) – Antonio Carlos Mendes Thame (PFL) – Jonas Pinheiro (PFL) – José Santana de Vasconcellos (PFL) – Rachid Saldanha Derzi (PMDB) – José Carlos Martinez (PMDB) – Gilson Machado (PFL) – Oswaldo Almeida (PL) – Cunha Bueno (PDS) Jorge Vianna (PMDB) – Victor Fontana (PFL) – Irapuan Costa Júnior (PMDB) – Paes Landim (PFL) – Fausto Rocha (PFL) – José Egreja (PTB) – Roberto Campos (PDS) – Waldeck Ornellas (PFL) – Ricardo Fiua (PFL) – Daso Coimbra – (PMDB) – Rita Furtado (PFL) – Eraldo Tinoco (PFL) – Arolde de Oliveira (PFL) – Alysson Paulinelli (PFL) – José Lins (PFL) – Ivo Cersósimo (PMDB) – Amaral Netto (PDS) – Henrique Córdova (PDS) Jorge Arbage (PDS) – Telmo Kirst (PDS) – Adylson Motta (PDS) – Mozarildo Cavalcanti (PFL) – Theodoro Mendes (PMDB) – Marcondes Gadelha (PFL) – Jofran Frejat (PFL) – José Thomaz Nonó (PFL) – Saulo Queiroz (PFL) – Rodrigues Palma (PMDB) – Gastone Righi (PTB) – Francisco Rossi (PTB) – Valmir Campelo (PFL) – Furtado Leite – (PFL) – João Machado Rollemberg (PFL) – Victor Faccioni (PDS) – Antonio Farias (PMB) – Délio Braz (PMDB) – Francisco Rollemberg (PMDB) – Paulo Pimentel (PFL) – Christovam Chiaradia (PFL) – Djenal Gonçalves (PMDB) – Francisco Benjamim (PFL) – Simão Sessim (PFL) – João Agripino (PMDB) – José Tinoco (PFL) – José Luiz Maia (PDS) – Joaquim Sucena (PMDB) – Fernando Bezerra Coelho (PMDB) – Orlando Pacheco (PFL) – João de Deus Antunes (PDT) – Antonio de Jesus (PMDB) – Salatiel Carvalho (PFL) – Milton Barbosa (PMDB) – Gidel Dantas (PMDB) – Jayme Paliarin (PT) – Eiel Rodrigues (PMDB) Matheus lensen (PMDB) – Roberto Augusto (PTB) – Costa Ferreira (PFL) – Milton Reis (PMDB) – Marcos Lima (PMDB) – Osvaldo Bender (PDS) – Luis Eduardo (PFL) – João Natal (PMDB) – João Alves (PFL) – Roberto Balestra (PDC) – José Jorge (PFL) – Oscar Corrêa (PFL) Joaquim Beviláqua (PTB) – Nilson Gibson (PMDB) – José Agripino (PFL) – Mussa Demes (PFL) – Inocêncio Oliveira (PFL) – Vingt Rosado (PMDB) – Felipe Mendes (PDS) – Denizar Arneiro (PMDB) – Aureo Mello (PMDB) – Flávio Palmier da Veiga (PMDB) – Mattoz Leão (PMDB) – Francisco Amaral (PMDB) – Rubem Branquinho (PMDB) – Eunice Michiles (PFL) – Mauro Sampaio (PMDB) – Marluce Pinto (PTB) – Assis Canuto (PFL) – Odacir Soares (PFL) – Átila Lira (PFL) – Aécio de Borba (PDS) – Ronaro Corrêa (PFL) – Roberto Torres (PTB) – Ottomar Pinto (PTB) – Aloisio Teixeira (PMDB) – Antonio Salim Curiati (PDS) – Messias Soares (PTR) – Fausto Fernandes (PMDB) – José Luis de Sá (PL) – Álvaro Valle (PL) – Alarico Abib (PMDB) – Eduardo Moreira (PMDB) – Sadie Hauache (PFL) – Michel Temer (PMDB) – Arnaldo Martins (PMDB) – Caio Pompeu (PMDB) – Ronaldo Carvalho (PMDB) – Paulo Zarzur (PMDB) – José Geraldo (PMDB) – Luis Roberto Ponte (PMDB) – Aloizio Vasconcelos (PMDB) – Nyder Barbosa (PMDB) – Álvaro An-

tonio (PMDB) – Expedito Machado (PMDB) – Osvaldo Sobrinho (PMDB) – José Dutra (PMDB) – Francisco Salles (PMDB) – Luis Soyer (PMDB) – Ibiratan Aguiar (PMDB) – Max Rosenmann (PMDB) – Hélio Costa (PMDB) – Henrique Eduardo Alves (PMDB) – Carlos Virgílio (PDS) – Ezio Ferreira (PFL) – Alécio Dias (PFL) – Manoel Ribeiro (PMDB) – Osmar Leitão (PFL) – Adauto Pereira (PDS) – Edison Lobão (PFL) – Gerson Camata (PMDB) – Alexandre Costa (PFL) – Alfredo Campos (PMDB) – Meira Filho (PMDB) – Raimundo Lira (PMDB) – Guilherme Palmeira (PFL) – João Castelo (PDS) – José Carlos Coutinho (PL) – Wagner Lago (PMDB) – Fábio Raunheitti (PTB) – Ferez Nader (PDT) – Nabor Júnior (PMDB) – Sérgio Brito (PFL) – Osmundo Rebouças (PMDB) – Geovani Borges (PFL) – Annibal Barcelos (PFL) – Edmê Tavares (PFL) – Arnaldo Prieto (PFL) – Albérico Cordeiro (PFL) – Manuel Viana (PFL) – Cleonâncio Fonseca (PFL) – Iberê Ferreira (PFL) – Narciso Mendes (PDS) – Siqueira Campos (PDC) – Ângelo Magalhães (PFL) – Jonival Lucas (PFL) – Jairo Carneiro (PFL) – Sotero Cunha (PDC) – Roberto Jefferson (PTB) – Manoel Moreira (PMDB) – Osmir Lima (PMDB) – Etevaldo Nogueira (PFL) – Bezerra de Melo (PMDB) – Basílio Villani (PMDB) – Jovanni Masini (PMDB) – Osvaldo Trevisan (PMDB) – Flávio Rocha (PL) – Renato Johnsson (PMDB) – Mauricio Nasser (PMDB) – Maria Lúcia (PMDB) – Márcia Kubitschek (PMDB) – Olavo Pires (PMDB) – Jalles Fontoura (PFL) – Lúcia Vânia (PMDB) – Geraldo Fleming (PMDB) – João da Mata (PFL) – Jorge Bomhausen (PFL) – Agripino de Oliveira Lima (PFL) – Luiz Marques (PFL) – João Lobo (PFL) – Jesualdo Cavalcanti (PFL) – Maria de Lourdes Abadia (PFL) – Stélio Dias (PFL) – Jaime Santana (PFL) – Lúcio Alcântara (PFL) – Nelson Sabrá (PFL) – Mário Assad (PFL) – José Viana (PMDB) – Chagas Duarte (PFL) – Ubiratan Spinelli (PDS) – Lael Varella (PFL) – Márcio Braga (PMDB) – Leur Lomanto (PFL) – Júlio Campos (PFL) – Evaldo Gonçalves (PFL) – Afif Domingos (PL) – Mário de Oliveira (PMDB) – Marcos Maciel (PFL) – Albérico Filho (PMDB) – José Elias Murad (PTB) – Artenir Werner (PDS) – Ruben Figueiró (PMDB) – Alexandre Puzyna (PMDB) – Cláudio Ávila (PFL) – Ivo Vanderlinde (PMDB) – Ruberval Pilotto (PDS) – Hilário Braun (PMDB) – Wilson Martins (PMDB) – Dionísio Dal-Prá (PFL) – Orlando Bezerra (PFL) – Francisco Dornelles (PFL) – Rubem Medina (PFL) – Joaquim Francisco (PFL) – Gustavo de Faria (PMDB) – José Lourenço (PFL) – Pedro Canedo (PFL) – Jesus Tajra (PFL) – Jacy Scanagatta (PFL) – Eraldo Trindade (PFL) – José Mendonça Bezerra (PFL) – Francisco Diógenes (PDS) – Vinícius Cansanção (PFL) – Dionísio Hage (PFL) – Erico Pegoraro (PFL) – Antonio Ferreira (PFL) – Louremberg Nunes Rocha (PMDB) – Mendes Ribeiro (PMDB) – Ismael Wanderley (PMDB) – Gerson Marcondes (PMDB) – Samir Achôa (PMDB) – Tito Costa (PMDB) – Naphtali Alves (PMDB) – Sólon Borges dos Reis (PTB) – Dirce Tutu Quadros (PTB) – Humberto Souto (PFL) – José Melo (PMDB) – Delfim Netto (PDS) – José Maranhão (PMDB) – Farabulini Júnior (PTB) – Maluly Neto (PFL) – João Resek (PMDB) – José Camargo (PFL) – Arnold Fioravante (PDS) – Jorge Leite (PMDB) – Ervin

Bonkoski (PMDB) – Antonio Ueno (PFL) – Luis Viana Neto (PMDB) – Carlos Sant'Anna (PMDB) – Fernando Gomes (PMDB) – Raul Belém (PMDB) – Eliezer Moreira (PFL) – Victor Trovão (PFL) – Onofre Corrêa (PMDB) – Francisco Coelho (PFL) – José Moura (PFL) – Álvaro Pacheco (PFL) – Nestor Duarte (PMDB) – Silvio Abreu (PMDB) – Vieira da Silva (PDS) – Geraldo Melo (PMDB) – João Menezes (PFL) – Lavoisier Maia (PDS) – Divaldo Surugay (PFL) – Helio Rosas (PMDB) – Albano Franco (PMDB) – Raquel Cândido (PFL) – Antônio Câmara (PMDB) – José Maria Eymael (PDC) – Gil Cesar (PMDB) – Roberto Vital (PMDB) – Homero Santos (PFL) – Luiz Leal (PMDB) – Leopoldo Bessone (PMDB) – Leopoldo Peres (PMDB) – Arnaldo Moraes (PMDB) – Asdrubal Bentes (PMDB) – Fernando Velasco (PMDB) – Amilcar Moreira (PMDB) – Carlos Vinagre (PMDB) – Domingos Juvenil (PMDB) – Cesar Cals Neto (PDS) – Felipe Cheidé (PMDB) – Melo Freire (PMDB) – José Freire (PMDB) – Paulo Mincarone (PMDB) – Genésio Bernardino (PMDB) – Jairo Azi (PFL) – Mário Bouchardet (PMDB).

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Internacional da Assembléia Nacional Constituinte.

Faço saber que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

TÍTULO IV

Da Elaboração da Constituição

CAPÍTULO II

Do Projeto de Constituição

Art. 33. As deliberações sobre matéria constitucional serão, sempre, tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia. As demais serão tomadas por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico, salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido.

CAPÍTULO V

Das Proposições

Art. 63. Admitir-se-á requerimento de destaque, para votação em separado, de partes de projeto ou de substitutivo de emenda do grupo a que pertencer, devendo o requerimento ser apresentado, por escrito, até o início da sessão em que se der o processo de votação respectivo.

§ 2º A matéria destacada será submetida a votos, após a deliberação do projeto, do substitutivo ou do grupo de emendas a que ela pretender.

Art. 64. Só serão admitidos requerimentos de urgência quando assinados, no mínimo:

I – pela maioria dos membros da Mesa ou de qualquer Comissão;

II – por 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou por Líderes que representem este número.

§ 4º Poderá ser incluída na Ordem do Dia, para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada, proposição que versa matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento de 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou Líderes que representem este número, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia, em votação nominal.

Exmo Sr.
Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Chico Humberto, Adroaldo Streck e João de Deus Antunes, Deputados Federais do PDT, vêm expor a V. Ex.^a que se segue para, a final, requerer:

1 – Os peticionários, dentro das normas usuais dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, assinaram apoio a diversos destaques e emendas dos seus pares.

2 – Ocorre que, entre as medidas de apoio a normas, os signatários incluiram suas assinaturas, inadvertidamente, no petório do chamado “Centro Democrático” que objetiva alterar o Regimento Interno da ANC, para apresentação posterior de emenda substitutiva integral, com o fim de estabelecer um impasse nos trabalhos da Comissão de Sistematização e invalidar completamente a votação em Plenário do projeto constitucional.

3 – Como o objetivo dos signatários é votar a futura Constituição do País, sem criar impasses e percalços aos trabalhos da Assembléia Constituinte, é a presente para requerer a V. Ex.^a, considerar sem efeito suas assinaturas por ser esta a expressão da vontade dos requerentes.

Termos em que pedem deferimento.
Brasília, 4 de novembro de 1987. –
Dep. Chico Humberto – Dep. Adroaldo Streck – Dep. João de Deus Antunes.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, a exclusão de meu nome dentre os signatários do requerimento que solicita reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 1987. – Constituinte Fernando Gasparian.

Exmo Sr.
Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

José Fernandes, Deputado Federal do PDT, vem expor a V. Ex.^a o que se segue para, a fim requerer:

1 – O peticionário, dentro das normas usuais dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, assinou apoio a diversos destaques e emendas dos seus pares.

2 – Ocorre que, entre as medidas de apoio a normas, o signatário incluiu sua assinatura, inadvertidamente, no petório do chamado “Centro Democrático” que objetiva alterar o Regimento Interno da ANC, para apresentação posterior de emenda substitutiva integral, com o fim de estabelecer um impasse nos trabalhos da Comissão de Sistematização e invalidar completamente a votação em Plenário do projeto constitucional.

3 – Como o objetivo do signatário é votar a futura Constituição do País, sem criar impasses e percalços aos trabalhos da Assembléia Constituinte, é a presente para requerer a V. Ex.^a, considerar sem efeito sua assinatura por ser esta a expressão da vontade do requerente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 4 de novembro de 1987. –

Dep. José Fernandes.

OF/GD/Nº 83/87

Brasília, 5 de novembro de 1987

Senhor Presidente,
Venho através do presente comunicar a V. Ex.^a que continuo dando meu apoio ao Manifesto do Centro Democrático.

Portanto, torno sem valor e insubstancial minha assinatura contida na comunicação feita pela Liderança do PDT.

Atenciosamente – João de Deus Antunes, Constituinte.

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães:

Retirada de assinatura

Cid Sabóia de Carvalho Senador da República, eleito pelo PMDB, representante do Estado do Ceará e, como tal, membro da Assembléia Nacional Constituinte, vem, diante de V. Ex.^a, para que surta todos os efeitos legais, esclarecer e requerer o que se segue:

a) assinou documento que visa obter modificações no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte;

b) o intento era restabelecer, após a Comissão de Sistematização, a possibilidade de poderem Deputados e Senadores apresentar novas emendas, capazes de lhes garantir uma participação sempre efetiva na elaboração da futura Constituição;

c) ocorre, no entanto que, por assim proceder, vem tendo o seu nome relacionado como integrante de grupos e movimentos aos quais, na verdade, nunca se aliou. A imprensa divulga os que assinaram como sendo conservadores, direitistas etc.

Ocorre, Sr. Presidente, que o requerente segue o programa do partido e só a ele, com exclusividade, pertence através de sua filiação e conduta, não concordando com qualquer atividade que possa enfraquecer o grêmio político que integra.

Pelo exposto requer a V. Ex.^a que não seja considerada sua assinatura para nenhum efeito, na lista a qual chegou com ânimo absolutamente diverso do que se divulga. Requer, igualmente, todas as providências administrativas cabíveis a fim de que obtenha o que aqui roga.

Termos em que

P. Deferimento.

Brasília, 6 de novembro de 1987. –

Cid Sabóia de Carvalho, Constituinte.

Brasília, 9 de novembro de 1987

Senhor Presidente Ulysses Guimarães.

A fim de dirimir dúvidas com relação à minha assinatura de apoio à proposição apresentada pelo grupo, denominado "Centrâo", esclareço os pontos que definem a minha postura na Assembléia Nacional Constituinte:

1) A solidariedade que apresentei ao grupo de Parlamentares vincula-se, tão-somente, à defesa da soberania da Assembléia Nacional Constitui-

nte, que foi eleita para elaborar a nova Constituição do Brasil;

2) Desse modo, fica evidente que não apoio nenhuma pretensão governista, e, embora sendo presidencialista, o sistema de Governo que defendi para o Brasil é bem diverso do vigente;

3) Acato muitos pontos positivos do Projeto de Constituição, pois entendo que o trabalho até agora desenvolvido, com as devidas exceções, deve ser respeitado.

Nestas condições, deixo claro o meu posicionamento, de vez que ele existe, em função da soberania do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte e, não, em atendimento a interesses ideológicos, grupais, partidários, ou de outra natureza.

Na oportunidade, renovo a V. Ex.^a meus protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador Lavoisier Maia.

Exmº Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Na forma do que dispõe o § 1º do art. 34, combinado com o seu § 4º, ambos do Regimento Interno desta Assembléia Nacional Constituinte, requeremos a V. Ex.^a que se digne convocar, para a próxima terça-feira, dia 10 de novembro de 1987, sessão ordinária desta Assembléia, a fim de que possa ser apresentado e lido projeto de resolução assinado pela maioria dos Constituintes, que modifica o Regimento Interno da referida Assembléia.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 1987. – José Lourenço, PFL – Amaral Neto, PDS – Gastone Righi, PTB – Victor Fontana – Ricardo Fiúza – Carlos Santana – Gilson Machado – Virgílio Galassi – Mello Reis – Roberto Campos – Luís Eduardo – Darcy Pozza – Jofran Frejat – Lael Varella – Ricardo Izar – Ottomar Pinto – Francisco Diógenes – Eraldo Tinoco – Christóvam Chiaradia – Jonas Pinheiro – Inocêncio Oliveira – José Santana – Oscar Corrêa – Álvaro Valle – Valmir Campelo – Francisco Dornelles – Luís Roberto Ponte – José Lins – José Egry – Osvaldo Coelho – Afif Domingos.

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Deputado Ulysses Guimarães

Francisco Rollemberg, Senador Constituinte do PMDB, como representante do Estado de Sergipe, vem, respeitosamente, requerer, nos termos regimentais, a V. Ex.^a se digne determinar a exclusão de seu nome dentre os signatários do requerimento que originou o Projeto de Resolução nº 20, de 1987, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões da Assembléia Nacional Constituinte, 10 de novembro de 1987. – Senador Francisco Rollemberg.

Brasília, 10 de novembro de 1987

Exmº Sr. Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte
Brasília – DF

Senhor Presidente,
Levo ao conhecimento de V. Ex.^a que a minha assinatura no Requerimento de proposta de modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, foi aposta com o único e exclusivo sentido de apoio à iniciativa. Não

significa, em hipótese alguma, comprometimento de voto por ocasião da apreciação da matéria e, muito menos, vinculação ou participação de quaisquer espécie e natureza com o movimento denominado "Centrâo".

Atenciosamente – João Agripino.

Brasília, 11 de novembro de 1987

Exmº Sr.

Deputado Ulysses Guimarães

MD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte
Nesta

Senhor Presidente,
Requeiro a V. Ex.^a a retirada de meu nome do Projeto de Resolução entregue à mesa na sessão noturna da Assembléia Nacional Constituinte de 10 de novembro de 1987, encaminhado pelo ilustre Deputado Roberto Cardoso Alves.

Sem mais, subscrevo-me – Deputado Constituinte Márcio Braga.

PARECER DA MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE SOBRE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

I e II – Relatório e Voto do Relator

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte cumpre o disposto no art. 81, § 2º do Regimento Interno, exarando parecer sobre Projetos de Resolução, apresentados nos termos regimentais, com a finalidade de modificar a Lei Interna da Assembléia.

A Mesa elaborou substitutivo à matéria, inspirada no propósito de se valer de oportunas sugestões resultantes de contribuições recebidas através de contactos e vários entendimentos com Lideranças e Parlamentares.

O Regimento é a instituição da disciplina dos trabalhos legislativos, que assegura a livre manifestação das iniciativas e o direito de decidir democraticamente pelo voto.

Quanto à Constituinte, na presente etapa, impõe-se a celeridade, sem prejuízo da qualidade da elaboração. A celeridade é reclamada pela Nação, que necessita de definições na área política, econômica e social, em função de sua segurança, tranquilidade e desenvolvimento.

A matéria constitucional já teve longa tramitação, transitando com milhares de emendas e substitutivos pelas 24 Subcomissões, pelas 8 Comissões Temáticas, pela Comissão de Sistematização, com sucessivos aprimoramentos no Projeto, no Substitutivo nº 1, no Substitutivo nº 2 e finalmente, no Substitutivo votado pela Comissão de Sistematização, em vias de ultimação. A maturação das emendas, dos destaques, dos debates e votações possibilita recomendável presteza na votação em Plenário.

A Mesa, certamente, terá testemunho do Plenário, de que o Substitutivo ora apresentado consubstancia abertura liberalizante com relação ao Regimento Interno, como, por exemplo, no que tange à apresentação de emendas, substitutivos e concessão de prazos. Foi por ela buscado o equilíbrio por dever e para a racionalidade na tramitação da difícil matéria.

A Mesa confia, em que o Plenário confirme as propostas do substitutivo, mencionando as principais;

1) Cada Constituinte poderá apresentar três emendas e seis destaques. Julga a Mesa ser intérprete, no particular, de lideranças e amplos setores do Plenário por essa providência inovadora.

2) Permite-se o substitutivo a capítulo, seção e subseção do substitutivo da Comissão de Sistematização, com 187 (cento e oitenta e sete) assinaturas. O substitutivo, como um todo, dispensará a apresentação de emendas para o mesmo fim, com economia do tempo destinado à votação, o que não é possível no atual Regimento.

3) As emendas e substitutivos receberão parecer do Relator, em prazo compatível.

4) Admissibilidade da preferência acolhida pelo Plenário, e a consequente aprovação do destaque, ensejando, nesse caso, a prejudicialidade das proposições conexas.

As razões aduzidas justificam a apresentação do seguinte substitutivo aos Projetos de Resolução nº 16/87, 19/87 e 20/87:

III – Parecer da Mesa

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, na reunião de hoje, presentes os Senhores Constituintes Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente (relator); Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente; Marcelo Cordeiro, 1º Secretário; Mário Maia, 2º Secretário, e Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário, ao apreciar os Projetos de Resolução nºs 16, de 1987, do Constituinte Álvaro Valle, que "introduz alterações no art. 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", 19, de 1987, do Constituinte José Luiz de Sá, que "dispõe sobre a votação do Projeto de Constituição, dando nova redação ao art. 27 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", e 20, de 1987, do Constituinte Cardoso Alves, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", aprovou o parecer do relator, que concluiu pela apresentação de substitutivo.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 1987. – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELO RELATOR

Art. 1º É facultado a cada Constituinte, após publicado o substitutivo da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 3 (três) emendas e 6 (seis) destaques.

§ 1º O destaque deve incidir sobre cada emenda de substitutivo, total ou parcialmente.

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer capítulo ou subseção do substitutivo, somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

§ 3º Às Disposições Transitórias poderá ser oferecida emenda substitutiva.

Art. 2º Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulso, o substitutivo da Comissão de Sistematização abrir-se-á prazo de 72 (setenta e duas) horas para recebimento de emendas ou substitutivo na forma do artigo anterior.

§ 1º O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria.

§ 2º Nas 72 (setenta e duas) horas que se seguirem à publicação do parecer, poderão ser apresentados requerimentos de destaque, desde que subscritos por 6 (seis) Constituintes.

Art. 3º Votar-se-á em primeiro lugar o Título seguido do grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 1º Aprovado o Título, nos termos do **caput** do art. 27 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, será submetido à votação do Plenário requerimento de destaque sobre matéria constante do mesmo título.

§ 2º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 56 (cinquenta e seis) Constituintes e apresentado até as 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título.

§ 3º Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver maior número de subscritores.

§ 4º As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas.

§ 5º Ausente o autor do requerimento o destaque não será submetido à deliberação do Plenário.

§ 6º No encaminhamento de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 3 (três) Constituintes: um a favor, tendo preferência o autor do destaque, um contra e o Relator.

§ 7º A votação será realizada na ordem crescente dos títulos e de seus respectivos artigos, não se admitindo requerimentos de preferência de um Título, Capítulo, Seção ou Subseção sobre outro.

§ 8º No início da votação de cada título poderão falar os líderes ou os Constituintes por eles indicados, sendo facultado:

- | | |
|---|----|
| a) ao partido com mais de 200 membros..... | 10 |
| b) ao partido com mais de 100 e menos de 200 membros..... | 5 |
| c) ao partido com até 100 membros..... | 3 |

Art. 4º Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, a fim de ser elaborada a redação do vencido para o segundo turno, no prazo de até 10 (dez) dias.

Art. 5º Recebido o parecer da comissão, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulso, sendo a matéria incluída em Ordem do Dia, até 5 (cinco) dias, para discussão em segundo turno, vedada a apresentação de novas emendas, salvo as supressivas e as destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, ou de redação para correção de linguagem.

§ 1º Cada orador poderá falar por 10 (dez) minutos uma única vez, e os líderes, por 20 (vinte) minutos.

§ 2º Encerrada a discussão com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização que sobre ela emitirá parecer no prazo de até 5 (cinco) dias.

§ 3º Recebido o parecer da comissão, publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulso, será o projeto incluído em Ordem do Dia para votação em segundo turno.

§ 4º Concluída a votação com emendas, retomará a matéria à Comissão de Sistematização que, no prazo de 3 (três) dias, oferecerá a redação final.

§ 5º Apresentada à Mesa a redação final, far-se-á sua publicação no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulso, sendo incluída em Ordem do Dia para votação em turno único no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. No encaminhamento da votação, poderá usar da palavra uma única vez, por 5 (cinco) minutos, um representante de cada partido.

§ 6º Será dispensada a redação final se o texto do projeto for aprovado, em segundo turno, sem destaques ou emendas.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 1987 – **Mauro Benevides**, 1º-Vice-Presidente, Relator.

EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO

– Nº 1 –

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 1987

Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

A Assembléia Nacional Constituinte decreta:

Art. 1º Acrescentem-se ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte os seguintes arts. 27, 28 e 29, renumerando-se os demais.

"Art. 27. Incluído o projeto na Ordem do Dia, para votação, com ou sem substitutivo, tanto em primeiro como em segundo turno, é facultada à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de substitutivas e emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos, incisos e demais dispositivos, que serão relatadas oral e conclusivamente, em plenário, pelo relator da Comissão de Sistematização ou por outro parlamentar designado pela presidência, vedada a apresentação de novas emendas ou destaques.

§ 1º As emendas apresentadas com base neste artigo, até o início da tomada de votos da respectiva matéria, terão preferência, independentemente de votação, sobre todas as demais, que ficarão prejudicadas com sua aprovação, aplicando-se-lhes o rito previsto no § 4º do art. 64, excluído do requerimento ali exigido, bem como quaisquer outras exigências regimentais.

§ 2º Se na votação da matéria destacada não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma nas 3 (três) sessões seguintes, com vinte e quatro horas de intervalo entre uma e outra, para decisão do Plenário, após o que serão consideradas prejudicadas.

Art. 28. Será permitido a cada constituinte, após publicados Projeto da Comissão

de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 3 (três) emendas e 6 (seis) destaques.

§ 1º O destaque deve incidir sobre cada emenda do projeto, total ou parcialmente, e sobre dispositivo do mesmo.

§ 2º As Disposições Transitórias do projeto poderão ser oferecidas emendas substitutivas.

§ 3º Serão dadas preferências aos destaques de emendas, mencionadas no **caput** deste artigo, de acordo com os requerimentos que possuírem, em escala decrescente, maior número de assinaturas de constituintes.

Art. 29. Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos o Projeto da Comissão de Sistematização, abrir-se-á prazo de 72 (setenta e duas) horas para recebimento de emendas ou substitutivos na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. O relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria."

Art. 2º O § 2º do art 63 do RIANC, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63

§ 2º A matéria destacada para votação em separado será submetida à deliberação antes da votação do todo que compunha e qualquer delas somente será incluída no texto constitucional se aprovada pelo voto da maioria absoluta nos termos do art 33. Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que tenham sido destacadas para o mesmo texto."

Art. 3º Dê-se ao § 3º do art. 40 a seguinte redação:

3 "Art. 40.

§ 3º Os constituintes, obedecido o sistema de rodízio, serão entregues senhas ou convites a serem distribuídos ao público em geral, para ingresso às galerias."

Art. 4º Acrescente-se onde convir o seguinte artigo:

"Art. As emendas mencionadas no art. 27 serão consideradas como de iniciativa coletiva de seus subscriptores."

Art. 5º Este projeto de resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Justifica a primeira parte da proposta a necessidade de garantir à Assembléia Nacional Constituinte meios de divulgar seus trabalhos e de oferecer à Nação um texto constitucional que atenda aos interesses do País, segundo o critério da maioria absoluta dos representantes do povo.

A forma sugerida adota a possibilidade de apresentação, pela maioria absoluta, de modificações que, apreciadas em rito sumaríssimo – eis que se lhe aplicam as regras do § 4º do art. 64. do

Regimento – poderão ser examinadas na mesma sessão em que forem apresentadas, revigorando, assim, o princípio universal da soberania do Plenário.

Os outros dois artigos que compõem a citada primeira parte contempla os senhores parlamentares com o direito de emendar e destacar, em escala igualitária, o que até aqui lhes é vedado pelo Regimento Interno.

A terceira parte da emenda sana inegável injustiça hoje existente na distribuição de senhas, igualando a todos os senhores constituintes.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1987. – **Cardoso Alves** – **José Lourenço** – **Amaral Netto** – **Bonifácio de Andrade** – **Gastone Righi** – **Luiz Eduardo** – **Marcos Lima** – **Figueira Campos** – **Daso Coimbra** – **Ricardo Fiúza**.

- Nº 2 -

Emenda ao Substitutivo da Mesa aos Projetos de Resolução n°s 16/87, 19/87 e 20/87.

No texto do Substitutivo da Mesa, onde se fala de:

"Substitutivo da Comissão de Sistematização."

Adote-se:

"Projeto de Constituição."

Justificação

A expressão "Projeto de Constituição" evitaria qualquer confusão com os substitutivos produzidos anteriormente, pelo que, em Plenário, teremos só uma palavra – projeto – para designar o texto do trabalho.

Sala das Sessões, de 1987. – **Mário Covas**.

- Nº 3 -

Emenda ao Substitutivo oferecido pela Mesa, aos Projetos de Resolução n°s 16, 19 e 20, de 1987.

O art. 1º do Substitutivo, passa a ter a seguinte redação:

"Art 1º É facultado a cada constituinte, após publicado o Substitutivo da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 5 (cinco) emendas e 6 (seis) destaques.

§ 1º O destaque para votação em separado deve incidir sobre emenda ao Substitutivo ou sobre parte deste.

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer capítulo, seção ou subseção do Substitutivo somente será aceita se subscrita por 100 (cem), 40 (quarenta) e 20 (vinte) constituintes, respectivamente.

§ 3º As Disposições Transitórias não poderá ser oferecida emenda substitutiva."

Justificação

A modificação que estamos propondo tem por objetivo receber o maior número possível de contribuição dos constituintes que, a essa altura, poderão enriquecer o texto constitucional em elaboração com novas emendas, que por certo trarão no bojo toda riqueza provinda dos debates até agora travados no Plenário e dos contatos enseja-

dos com as mais diversas classes da sociedade brasileira.

Quanto aos destaques, achamos que a redação proposta fica mais clara. O que se quer é destacar as emendas oferecidas ao Substitutivo da Comissão de Sistematização e também parte deste, quando se desejar suprimir algum artigo, parágrafo, inciso, alínea etc.

Quanto à graduação proposta no § 2º, é uma questão de lógica: mais assinaturas para o capítulo, menos para a subseção. Cem subscriptores para mudar um capítulo nos parece um quantitativo bastante significativo e não exagerado.

As Disposições Transitórias, apesar de tratarse de um capítulo, não guarda obrigatoriamente sequência lógica no relacionamento dos assuntos.

Para ali foram deslocados todos os assuntos transitórios que pertenceriam aos mais variados capítulos. Seria temeroso aprovar-se um título – "Disposições Transitórias" – elaborado por um grupo independentemente do número de constituintes que o forma.

Sala das Sessões, de 1987. – Constituinte **Adrialdo Streck** – Constituinte **Brandão Monteiro** – Constituinte **Luís Salomão** – Constituinte **César Maia**.

- Nº 4 -

Emenda ao Substitutivo oferecido pela Mesa aos Projetos de Resolução n°s 16, 19 e 20, de 1987, que dá nova redação ao art. 1º e seus §§ 1º e 2º, suprimindo o § 3º

O art. 1º do Substitutivo passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º É facultado a cada constituinte, após publicado o Substitutivo da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 6 (seis) emendas e 12 (doze) destaques, e a cada partido a apresentação de emendas e destaques em número igual aos artigos do Projeto de Constituição.

§ 1º O destaque de incidir sobre emenda ou parte dela e sobre qualquer dispositivo do Substitutivo.

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer seção ou subseção do Substitutivo, somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) constituintes."

Justificação

A celeridade dos trabalhos não deve prejudicar o conteúdo democrático do Regimento, que deve assegurar, tanto quanto possível, a participação dos constituintes no aperfeiçoamento do Projeto de Constituição.

Os partidos políticos devem ter a oportunidade de apresentarem emendas a todos os dispositivos do Projeto de Constituição, e de igual número de destaques, pois a matéria constitucional deve merecer a colaboração dos partidos para o seu aprimoramento.

Com esta proposta cada partido terá o direito de apresentar 336 (trezentas e trinta e seis) emendas, um número que não é incompatível com a necessidade de acelerar os trabalhos da Constituinte.

É bem verdade que, com a possibilidade de se apresentarem emendas substitutivas às seções

e subseções o número de emendas poderá ser drasticamente reduzidas.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte César Maia, autor – Constituinte Luís Salomão – Constituinte Bocayuva Cunha.

– Nº 5 –

Emenda ao Substitutivo do relator ao projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art 1º:

"É facultado a cada constituinte, após publicado o Substitutivo da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar, como primeiro subscritor, três emendas e seis destaques, admitida a co-autoria, após a publicação".

Brasília, 16 de novembro de 1987. – José Maria Eymael – Francisco Rossi.

– Nº 6 –

Emenda de Plenário ao Projeto de Resolução nº 16-A/87.

Suprimam-se do art. 1º do substitutivo do Relator as seguintes cifras e termos:

"3 (três)... "6 (seis)..."

Sala das Sessões 16 de novembro de 1987. – Cunha Bueno.

– Nº 7 –

Emenda ao Substitutivo oferecido pela Mesa aos Projetos de Resolução números 16, 19, e 20, de 1987.

Acrescenta ao *caput* do art 1º do Substitutivo, a seguinte expressão:

"Ressalvadas as emendas populares que poderão ser destacadas."

Justificação

Este seria por coerência da Assembléia Nacional Constituinte, o respeito ao povo brasileiro que é o detentor maior do poder constituinte.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituintes Chico Humberto – Brandão Monteiro.

– Nº 8 –

REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELO RELATOR MAURO BENEVIDES

Emenda Substitutiva:

"Art 1º....."

6 (seis) emendas....."

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Deputado Naphtali Alves de Souza

– Nº 9 –

Emenda ao Substitutivo da Mesa aos Projetos de Resolução números 16/87, 19/87 e 20/87.

Dê-se ao § 1º do art. 1º do Substitutivo da Mesa, a seguinte redação:

§ 1º O destaque poderá incidir sobre o texto do projeto, abrangendo artigo ou parte dele, e emenda ou parte de emenda."

Justificação

A redação do parágrafo refere-se à "Emenda de Substitutivo" o que evidentemente, constitui uma imprecisão que se impõe corrigir tornando a norma regimental clara e inquestionável.

A luz dos procedimentos regimentais usuais, o destaque deverá incidir sobre emenda ou sobre o texto do Substitutivo, integral ou parcialmente, conforme ora se propõe.

Sala das Sessões. – Mário Covas

– Nº 10 –

Acrescente-se ao § 1º do art 1º ao final:

"Podendo incidir sobre artigo, parágrafo, item ou alínea do Substitutivo".

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987, – Constituinte Adolfo Oliveira – Constituinte Amaral Netto – Constituinte Gastone Righi – Constituinte Inocêncio Oliveira.

– Nº 11 –

Emenda ao Substitutivo da Mesa, aos Projetos de Resolução nº 16/87, 19/87 e 20187.

Dê-se ao parágrafo 2º do art. 1º, a seguinte redação:

"§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer Seção ou Subseção do projeto somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes."

Justificação

A Seção ou Subseção constitui a parte do texto constitucional em que seus dispositivos apresentam certa correlação de matéria, sendo assim admissível à apresentação, eventualmente necessária, de emenda que vise substituir integralmente seu texto. Daí o objetivo da presente emenda.

Sala das Sessões. – Mário Covas.

– Nº 12 –

Emenda ao Substitutivo da Mesa aos Projetos de Resolução nºs 16, 19 e 20, de 1987.

Dê-se nova redação ao § 2º do art. 1º.

"Art. 1º....."

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer Seção ou Subseção do Substitutivo somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes, vedada a apresentação de emendas substitutivas integrais de Título ou Capítulo."

Justificação

Trata-se de precisar melhor o texto do § 2º do art. 1º, admitindo-se emendas substitutivas integrais de Seção ou Subseção e vedando proposições dessa natureza no caso de Título ou Capítulo.

Sala das Sessões, de novembro de 1987, – Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 13 –

Emenda Aditiva:

Dispositivo emendado:

Parágrafo segundo do artigo primeiro do substitutivo da Mesa aos Projetos de Resolução nºs 16, 19, e 20, que propõem alterações ao Regimento Interno da Constituinte.

Acrescente-se ao parágrafo segundo do artigo primeiro, no seu final, a expressão "...em se tratando de matéria correlata."

Art. 1º.....
§ 1º.....
§ 2º.....

.....em se tratando de matéria correlata.

Justificação

Entendemos que o substitutivo da Mesa adequa no fundamental, o Regimento da Constituinte às reivindicações de setores da Assembléia, no sentido da liberalização para a apresentação de emendas em plenário. Entretanto, entendemos que, sob pena de ficar prejudicado todo o trabalho que, com o esforço de todos foi desenvolvido até aqui se torna imperativo que, nos casos de emendas substitutivas a capítulos ou subseções, aquelas digam respeito à matéria correlata àquela a ser substituída. – Constituinte Roberto Freire.

– Nº 14 –

O § 2º do art. 1º do substitutivo passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer seção ou subseção do substitutivo somente será aceita se subscrita por, no mínimo 140 constituintes."

Justificação

Na medida em que se admite a possibilidade de substitutivo de capítulo, de seções ou subseções, deve-se exigir apoio qualificado de 141 constituintes, que representa 1/4 (um quarto) dos membros da Associação Nacional Constituinte.

Constituintes: Haroldo Lima – Abigail Feitosa – Aldo Arantes – Anna Maria Rattes.

– Nº 15 –

§ 2º art 1º – Suprima-se a expressão: capítulo.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituintes Hermes Zaneti – Nelson Friedrich – Aldo Arantes – Paulo Ramos – Octávio Elísio – José Carlos Sabóia – Moema São Thiago – Ademir Andrade – Abigail Feitosa – Raquel Capiberibe – Beth Azize.

– Nº 16 –

Emenda ao substitutivo da Mesa aos Projetos de Resolução nºs 16, 19, e 20 de 1987.

Suprima-se o § 3º do artigo 1º

Justificação

Não há sentido em se permitir emenda substitutiva integral das Disposições Transitórias, já que as normas perfazem todo um Título e tratam das mais variadas matérias.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Plínio Arruda Sampaio.

- Nº 17 -

Suprime-se do substitutivo constante do Projeto de Resolução nº 16-A, de 1987, o § 3º do artigo 1º.

Sala das Reuniões, 16 de novembro de 1987. – **Ademir Andrade.**

- Nº 18 -

Suprime-se o § 3º do art. 1º do Substitutivo.

Justificação

Dada a natureza das disposições gerais e transitórias e a heterogeneidade dos temas nela tratados não é conveniente a existência de substitutivo, que prejudica a análise específica de cada matéria tratada.

Sala das Sessões, de 1987. – Constituinte **Haroldo Lima – Abigail Feitosa – Aldo Arantes – Anna Maria Rattes.**

- Nº 19 -

Emenda ao Substitutivo apresentado pelo Relator.

Dê-se ao § 3º do art. 1º do Substitutivo do Relator, a seguinte redação:

"§ 3º Às Disposições Transitórias serão apresentadas emendas a artigos, parágrafos e alíneas, vedada a apresentação de emendas substitutivas à totalidade do texto."

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – **Genebaldo Correia.**

- Nº 20 -**Emenda ao Substitutivo da Mesa aos Projetos de Resolução nº 16/87, 19/87 e 20/87.**

No **caput** do art. 2º, ao final, introduza a seguinte modificação:

Onde se lê:

"Substitutivo"

Leia-se:

"Emenda Substitutiva.""

Justificação

Trata-se de aperfeiçoamento da redação do Substitutivo da Mesa, eliminando-se uma imprecisão terminológica no texto do citado artigo.

Sala das Sessões. – **Mário Covas.**

- Nº 21 -**Emenda Substitutiva:**

Substitua-se na redação do **caput** do art. 2º do Substitutivo a seguinte expressão:

"Art. 2º
abrir-se-á prazo de 5 (cinco) dias úteis

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Deputado **Naphthal Alves de Souza.**

- Nº 22 -

Faça-se a seguinte modificação no § 1º do art 2º:

Onde se lê:

"Aprovação ou rejeição da matéria"

Leia-se:

"Aprovação ou rejeição das emendas não podendo subemendá-las ou concluir por substitutivo."

Justificação

A alteração proposta ao parágrafo, visa tornar explícito que ao Relator cabe nessa fase, dar parecer conclusivo sobre as emendas oferecidas, sendo submetidas à apreciação do Plenário da Constituinte o Projeto de Constituição produzido pela Comissão de Sistematização e o conjunto das emendas com os respectivos pareceres.

Sala das Sessões. – **Mário Covas.**

- Nº 23 -**Emenda Modificativa:**

Dê-se ao § 7º do art. 2º do Substitutivo apresentado pelo relator ao Projeto de Resolução nº 16-A de 1987 (ANC), a seguinte redação:

"§ 7º A votação será realizada na ordem crescente dos títulos e seus respectivos artigos, não se admitindo requerimentos de preferência de um Título, Capítulo, Seção, Subseção ou Artigo, sobre outro."

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – **Ademir Andrade.**

- Nº 24 -**Emenda Aditiva:**

Os §§ 2º e 8º do art. 3º, passam a ter a seguinte redação:

"§ 2º O Requerimento de preferência deverá ser subscrito por 35 (trinta e cinco) Constituintes ou Líderes que representem esse número, e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título.

§ 8º No início da votação de cada Título poderão falar por 10 (dez) minutos os Líderes ou os Constituintes por eles indicados."

Justificação

Em todos os momentos desta Constituinte temos nos batido pelo direito das minorias não pelo fato de sermos, no momento, um partido minoritário, mas por princípio. Assim, propomos que ao invés de 56 (cinquenta e seis), baixemos para 35 (trinta e cinco) o número de assinaturas para a viabilização dos requerimentos de preferência.

Quanto ao § 8º, propomos que o tempo destinado às Lideranças para expor suas posições antes das votações dos Títulos, seja de 10 (dez) minutos para todos os partidos, independente do tamanho de suas bancadas na Constituinte.

É evidente que pontos de vista, ideologia, coerência, nada disso tem a ver com quantidade de parlamentares de uma Bancada. Por isso acreditamos ser o mais justo tempo idêntico para todos.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Adroaldo Streck – Constituinte César Maia.**

- Nº 25 -

Dá nova redação ao § 2º do art. 3º.
"§ 2º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 35 (trinta e cinco) Constituintes ou Líderes que representem este número e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título."

Justificação

A redução do número de Constituintes para o requerimento de preferência é uma medida de caráter democrático.

Sala das Sessões, de de 1987. – Constituintes **Brandão Monteiro – César Maia – Bocayuva Cunha – Luiz Salomão.**

- Nº 26 -

Dê-se nova redação ao § 2º do art. 3º:

"Art. 3º.....

§ 2º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 56 (cinquenta e seis) Constituintes, ou Líderes que representem esse número, e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título."

Justificação

Trata-se de proposta destinada a agilizar e facilitar o processo de coleta de assinaturas em requerimentos de preferência, admitindo-se que a assinatura do Líder substitua o conjunto da respectiva Bancada.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – **Plínio Arruda Sampaio.**

- Nº 27 -

Suprime-se o § 3º do art. 3º

Justificação

A prioridade para votação dos requerimentos de preferência deve obedecer às praxes parlamentares – os requerimentos de preferência devem ser votados segundo a ordem de sua apresentação.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituintes **Brandão Monteiro – Luiz Salomão – César Maia.**

- Nº 28 -

O § 3º do art. 3º do substitutivo passa a ter a seguinte redação:

"§ 3º Terá prioridade para votação o requerimento da preferência, obedecida a ordem de apresentação."

Justificação

A presente emenda visa dar um tratamento uniforme aos requerimentos de preferência.

Preenchidos os requisitos para apresentação do requerimento de preferência estes devem ter o mesmo tratamento. Daí o critério da ordem de apresentação, como é da praxe parlamentar e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sempre invocado subsidiariamente nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. **Haroldo Lima – Aldo Arantes – Anna Maria Rattes – Abigail Feitora.**

– Nº 29 –

Dê-se nova redação ao § 3º do artigo 3º:

"Art. 3º.....

§ 3º Terão prioridades para votação, em cada Título, os requerimentos de preferência formulados pelos representantes de cada partido em número que não poderá exceder a 20 (vinte) e que será proporcional ao tamanho da respectiva bancada, assegurando-se a apreciação de, no mínimo, uma preferência de cada bancada."

Justificação

Trata-se de democratizar a apreciação dos requerimentos de preferência, respeitando-se o peso proporcional das bancadas e garantindo-se o direito das minorias.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado **Plínio Arruda Sampaio**.

Dê-se nova redação ao § 3º do artigo 3º:

"Art. 3º.....

§ 3º Os requerimentos de preferência serão votados na ordem de sua apresentação junto à Mesa."

Justificação

Trata-se de adotar uma ordem de precedência na apreciação dos requerimentos de preferência que privilegie o direito de cada Constituinte ao invés da força de uma maioria eventual.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado **Plínio Arruda Sampaio**.

– Nº 30 –

Dê-se nova redação ao § 3º do artigo 3º:

"Art. 3º.....

3º Os requerimentos de preferência serão votados na ordem de sua apresentação junto à Mesa."

Justificação

Trata-se de adotar uma ordem de precedência na apreciação dos requerimentos de preferência que privilegie o direito de cada Constituinte ao invés da força de uma maioria eventual.

Sala das Sessões, de novembro de 1987 – Deputado **Plínio Arruda Sampaio**.

– Nº 31 –

O § 4º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º.....

§ 4º As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições idênticas."

Justificação

A expressão conexa pode dar ensejo a diversas interpretações, ao passo que a palavra "idêntica" não deixa dúvida sobre seu significado.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Brandão Monteiro – Luiz Salomão – César Maia**.

– Nº 32 –

Dê-se nova redação ao § do art 3º:

"Art. 3º.....

§ 4º As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de sentido idêntico ou oposto."

Justificação

Trata-se de precisar melhor o instituto da prejudicialidade, substituindo-se a expressão "proposições conexas" por proposições de sentido idêntico ou oposto."

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado **Plínio Arruda Sampaio**.

– Nº 33 –

Suprime-se do § 4º do art. 3º o termo:

"Substitutivo."

Justificação

Objetiva-se com esta emenda aperfeiçoar a redação do dispositivo eliminando um termo desnecessário.

Sala das Sessões – **Mário Covas**.

– Nº 34 –

Dá nova redação ao § 6º do art. 3º:

§ 6º No encaminhamento de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 5 (cinco) constituintes: dois a favor, tendo preferência o autor do destaque, dois contra e o Relator. Nas matérias consideradas de alta relevância pelo conjunto das Lideranças, poderão usar da palavra todos os partidos, pelo tempo estabelecido no § 8º deste artigo."

Justificação

Em Plenário não se justifica a redução do número de Constituintes que irão encaminhar as matérias destacadas. Por outro lado, quando se tratar de matéria de relevante interesse, deve ser dada a oportunidade aos líderes para que os diferentes partidos se posicionem sobre as questões em debate.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **César Maia – Constituinte Luís Salomão – Constituinte Bocayuva Cunha**.

– Nº 35 –

Dá nova redação ao § 8º do art 3º, aumentando para 12, 8 e 5 minutos o tempo nele previsto:

"§ 8º No início da votação de cada Título poderão falar os Líderes ou os Constituintes por eles indicados, sendo facultado:

- a) ao partido com mais de 200 membros.....12
- b) ao partido com mais de 100 e menos de 200 membros8
- c) ao partido com até 100 membros.....5."

Justificação

O aumento do tempo concedido aos Líderes no início da votação de cada Título é essencial

para que as diversas bancadas possam ser orientadas sobre as questões em debate.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **César Maia – Constituinte Luís Salomão – Constituinte Bocayuva Cunha**.

– Nº 36 –

Introduza-se no § 4º do art. 5º a seguinte alteração:

Onde se lê:

"concluída a votação com emendas"

Leia-se:

"concluída a votação com aprovação de emendas e destaques."

Justificação

A alteração visa aperfeiçoar o texto, evitando-se que se possa concluir pela admissão de emendas no período ou após, de votação.

Sala das Sessões. – **Mário Covas**.

– Nº 37 –

Inclua-se no art. 13 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte os §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, renumerando-se os atuais.

"Art. 13.....

§ 4º Na hipótese de vaga na Comissão de Sistematização, decorrente de licença parlamentar, esta deverá ser imediatamente ocupada pelo suplente do constituinte que assumir.

§ 5º Nos casos em que a vaga se der de constituinte, membro nato, deverá ser esta ocupada, respectivamente, pelos vice-Presidentes das Comissões Temáticas a que pertencera o constituinte afastado.

§ 6º Na impossibilidade dos vice-Presidentes assumirem, a vaga deverá ser preenchida por um membro da Subcomissão a que pertencera o constituinte, por indicação do Presidente da Comissão ao Líder do Partido Político a que pertencer à vaga, no prazo de 48 horas.

§ 7º O Líder terá igual prazo para oficializar a indicação ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 8º Ficam revogadas as substituições feitas anteriormente que venham contrariar os dispositivos constantes deste artigo."

Justificação

O projeto visa a permitir que todos os constituintes tenham o direito de participar na elaboração do Projeto de Constituição o que não vem ocorrendo quanto ao constituinte suplente que assume o mandato decorrente de afastamento do titular.

Visa ainda a assegurar o direito do constituinte que tendo sido Presidente ou Relator de uma das Comissões Temáticas garantiram lugar nato na Comissão de Sistematização, conforme dispositivos regimentais.

Portanto, o que realmente objetivamos com a emenda é a garantia para que todos os constituintes eleitos para elaborar uma nova Consti-

tuição, tenham o direito, que o povo lhes concedeu nas urnas, assegurado.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Nilson Gibson – Amaral Netto – José Lourenço – Gastone Righi.

– Nº 38 –

Acrecente-se ao Substitutivo, como art. 6º, renumerando o atual, o seguinte dispositivo:

"Art. 6º O artigo 2º do Regimento Interno passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte é composta do Presidente, do 1º e 2º vice-Presidentes, do 1º, 2º e 3º Secretários. Haverá, ainda, três Suplentes de Secretário e outros vice-Presidentes Adjuntos escolhidos pela Mesa."

Justificação

A ampliação do número de componentes da Mesa é uma medida imperiosa em face dos grandes trabalhos que a Assembléia Nacional Constituinte terá pela frente.

A Comissão de Sistematização criou além do cargo de Relatores-Adjuntos, que prestaram relevantes serviços a Relatoria, mais dois vice-Presidentes, sem os quais os trabalhos não teriam sido concluídos a contento.

Apesar do rodízio realizado pela Mesa da Comissão de Sistematização, onde os cinco membros revezaram em períodos de duas horas, o esforço exigido pelas longas e sucessivas sessões terminou por cansar e até mesmo esgotar os seus cinco membros.

No plenário os trabalhos serão maiores e as sessões mais numerosas. Os três novos vice-Presidentes não colaboraram na direção e coordenação dos trabalhos.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte César Maia.

– Nº 39 –

Adite-se onde couber:

"Será admitida a fusão de emendas, desde que a emenda resultante não inove expressões em sua redação e seja assinada pelos primeiros subscritores de todas as emendas fundidas."

Brasília, 16 de novembro de 1987. – José Maria Eymael – Ottomar Pinto.

– Nº 40 –

Acrecente-se onde couber.

"Art.....

– A emenda que substitua integralmente qualquer Seção ou Subseção do Substitutivo somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes, vedada a apresentação de emendas substitutivas integrais de Título ou Capítulo."

Justificação

Trata-se de precisar melhor o texto do § 2º do art. 1º, admitindo-se emendas substitutivas integrais de Seção ou Subseção e vedando proposições dessa natureza no caso de Título ou Capítulo.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 41 –

Acrecente-se, onde couber:

"Art.

– O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 56 (cinquenta e seis) Constituintes, ou Líderes que representem esse número, e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título".

Justificação

Trata-se de proposta destinada a agilizar e facilitar o processo de coleta de assinaturas em requerimentos de preferência, admitindo-se que a assinatura do Líder substitua o conjunto da respectiva Bancada.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 42 –

Acrecente-se, onde couber.

"Art. É vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o Título referente às Disposições Transitórias."

Justificação

Não há sentido em se permitir emenda substitutiva integral das Disposições Transitórias, já que as normas perfazem todo um Título e tratam das mais variadas matérias.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 43 –

Acrecente-se, onde couber:

"Art.

– As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de sentido idêntico ou oposto."

Justificação

Trata-se de precisar melhor o instituto da prejudicialidade, substituindo-se a expressão "proposições conexas" por "proposições de sentido idêntico ou oposto".

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 44 –

Acrecente-se, onde couber:

"Art.

– Os requerimentos de preferência serão votados na ordem de sua apresentação junto à Mesa."

Justificação

Trata-se de adotar uma ordem de precedência na apreciação dos requerimentos de preferência que privilegie o direito de cada Constituinte ao invés da força de uma maioria eventual.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 45 –

Acrecente-se, onde couber:

"Art.

– Terão prioridade para votação, em cada Título, os requerimentos de preferência formulados pelos representantes de cada Partido em número que não poderá exceder a 20 (vinte) e que será proporcional ao tamanho da respectiva bancada, assegurando-se a apreciação de, no mínimo, uma preferência de cada bancada."

Justificação

Trata-se de democratizar a apreciação de requerimentos de preferência, respeitando o peso proporcional das bancadas e garantindo-se o direito das minorias.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado Plínio Arruda Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está finda a leitura do expediente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Srs. Constituintes, a reunião de hoje tem por objetivo cumprir mais uma etapa de tramitação das reformas propostas ao Regimento.

O art. 81 do Regimento Interno estabelece que, apresentados os projetos – o que já ocorreu – a Mesa deverá exarar parecer a propósito. A convocação, conforme o Regimento, tem o intuito de informar ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte que o parecer da Mesa será encaminhado à publicação. Como manda a nossa lei doméstica, serão publicados avulsos.

Convoco, desde já, uma sessão extraordinária para as 20h30min de segunda-feira. Nessa sessão surgirá a oportunidade regimental de se discutir a matéria, os projetos e o parecer da Mesa, e os Srs. Constituintes que quiserem poderão oferecer emendas. Oferecidas essas emendas e encerrada a discussão, o projeto volta à Mesa para que ela dê seu parecer, agora sobre as emendas. Será então convocada uma sessão para efeito de votação.

Está será a tramitação da matéria.

O SR. PAULO RAMOS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, considerando que o Projeto de Decisão nº 4, que trata da conversão da dívida externa em capital de risco, já foi aprovado pela Comissão de Sistematização; considerando, também, que tendo uma informação concreta de que na próxima terça-feira, ao que tudo indica, o Banco Central irá divulgar as normas para conversão da referida dívida, a fim de que a Assembléia Nacional Constituinte não seja afrontada na sua soberania, e tenho em vista que será marcada uma data para votação de um projeto de resolução, solicito a V. Ex.^a que, simultaneamente, sejam votados os dois projetos: o de Decisão nº 4, que proíbe a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco, no território nacional e o de resolução, apresen-

tado pelo que se convencionou chamar de "Centrão".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa examinará a questão de ordem de V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se ao:

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, todos nós, integrantes da Assembléia Nacional Constituinte, estamos conscientes da gravidade da crise por que passa este País, o nosso Brasil. Entretanto, não obstante a crise, entendo ser dever da classe política, em consonância com os setores organizados da sociedade, encontrar as soluções.

A crise já é tão profunda que fatos recentes não conseguiram aprofundá-la. O Presidente José Sarney ocupou a cadeia de rádio e televisão e ofereceu à Nação não uma proposta de pacto político, mas uma proposta Imperial. Mas eis que a sociedade, quarenta e oito horas depois, não mais tratava do assunto. Os Governadores de Estado reuniram-se, apresentando, sim, uma proposta de pacto político, mas, acima de tudo, uma reverência à exigência do Presidente da República. O próprio PMDB, partido majoritário, em uma reunião da sua Executiva, também não apresentou qualquer proposta de pacto político; permaneceu na indecisão. E a sociedade, quarenta e oito horas depois, também não mais tratava do assunto. O PFL rompeu uma suposta aliança, que já não existia, pretendendo influir na reforma ministerial. O arremedo de reforma foi feito, mas o povo continua no seu sofrimento.

Agora, a Autolatina, empresa multinacional, com certa cumplicidade do Poder Judiciário, afronta a soberania nacional, e a sociedade continua aguardando soluções.

Hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não tenho dúvida alguma em afirmar que todo o esforço que vem sendo desencadeado, inclusive com a participação de alguns Constituintes e dos setores conservadores da sociedade, acoplados com as multinacionais e com o grande empresariado, é no sentido de influir nas decisões da Assembléia Nacional Constituinte. Hoje faço questão de dizer que todas as confederações de trabalhadores já começam a posicionar-se no sentido de dar a necessária sustentação à Assembléia Nacional Constituinte, que há de ser livre e soberana.

Sr. Presidente, solicito a transcrição nos Anais da Casa de documento de resistência de várias confederações dos trabalhadores com relação ao episódio da Autolatina.

Trago aqui outro documento, intitulado "Relatório Reservado", que demonstra a posição coerente de parcela da Diretoria do Banco Central, que se posiciona contrariamente à conversão da dívida externa em capital de risco. É preciso que se diga que o projeto de conversão está conjugado ao projeto de viação das chamadas Zonas de Processamento de Exportação, que não vão

preencher qualquer interesse nacional. Trata-se de mais uma proposta que visa a dilapidar o interesse do País e afrontar a soberania nacional.

Hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estamos prestes a votar, na Comissão de Sistematização, o tempo de duração do mandato do atual Presidente da República. Precisamos compreender que o povo, que permaneceu calado e na expectativa, certamente se considerará, mais uma vez, apunhalado – e não sabemos sua reação – se porventura a Comissão de Sistematização, não compreendendo a gravidade do momento histórico nem os anseios da sociedade, não votar por um mandato de no máximo quatro anos para o Presidente da República. É impossível não haver nesta Assembléia Nacional pelo menos um Constituinte que entenda a gravidade da situação, que compreenda os anseios da sociedade e assuma a responsabilidade de votar para o atual Governo – que certamente não mais existe nem corresponde a qualquer expectativa da sociedade – um mandato com duração acima de quatro anos.

É preciso que todos nós compreendamos que a unidade, hoje, a salvação do projeto de transição, a salvação da transição democrática, a afirmação do Poder Constituinte passa, necessariamente, pela afirmação de um mandato de quatro anos. Temos esse dever. É um dever de todos os Constituintes, e aqueles que não compreenderem esta realidade certamente serão responsabilizados.

Precisamos, acima de partidos, acima de ideologias, entender que estamos tentando salvar um processo democrático para este País. Se somos integrantes da Comissão de Sistematização, é nosso dever votar, no domingo, por quatro anos, sim, para um Governo que não mais governa. É preciso compreender que o pacto político, acima de correntes partidárias ou com a participação de todas as correntes partidárias, passa necessariamente por um mandato de quatro anos para o Presidente da República.

Este é o nosso dever, e não podemos fugir dele.

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR)

"Transmitimos a Vossa Excelência o inteiro teor do documento, hoje aprovado pelas confederações nacionais de trabalhadores e divulgado, sobre os atos praticados pela multinacional Autolatina e o silêncio, sobre esses fatos, da União Brasileira de Empresários – UBE:

As confederações nacionais de trabalhadores, reunidas nesta data, na qualidade de legítimas representantes dos trabalhadores brasileiros, levam ás autoridades e á Nação, suas preocupações com os fatos praticados pela indústria automobilística, Autolatina, por representar um sério e perigoso precedente contra a segurança do Brasil.

Se outras multinacionais seguirem o mesmo exemplo, será não só a existência de vários governos paralelos no País, o que significa a destruição jurídica da figura da Nação por implantar a anarquia generalizada, representando a destruição do Brasil, como País politicamente organizado, como o desaparecimento de sua soberania.

Esse consórcio multinacional, usando todo tipo de pressão, inclusive a ameaça de despedida em

massa de seus empregados, visando criar problemas sociais, já agora usa outro tipo de pressão, dizendo que vai deixar o Brasil, fato que para o Governo não é recomendável, este sim, deve se antecipar, cancelando sua concessão, expulsando-a do Brasil, como única forma de manter a dignidade nacional.

Como construímos aviões de guerra, mas não construímos caminhões, tratores e automóveis, exatamente porque as multinacionais do ramo aqui se implantaram não nos permitiram, precisamos o quanto antes, para evitar essa dependência, desenvolver nesse sentido a nossa própria indústria. Enquanto isso não ocorre, poderá essa Autolatina ser substituída pela indústria francesa, japonesa, inglesa e tantas outras que lutam para entrar no mercado brasileiro.

Dessa situação, a União Brasileira de Empresários – UBE, nada vê e, ao invés de conter a indisciplina de sua filiada, ensinando-lhe as regras da convivência em País civilizado para evitar maior descrédito para o Brasil e seu Governo, prefere lançar-se contra os senhores Constituintes e toda a classe trabalhadora, visando através de filmes irreais exibidos na televisão, derruba a garantia no emprego aprovada pela Comissão de Sistematização, Chamando-a de estabilidade para confundir a opinião pública. É preciso lembrar que foram as multinacionais que, em 1966, impuseram o fundo de garantia, acabando com o direito de estabilidade, aproveitando o triste momento em que a classe trabalhadora estava submetida a opressão. São os protetores da Autolatina os mesmos que lutam diariamente pela instabilidade do País em que consequência, também, pela insegurança e penúria dos trabalhadores, com a permanente rotatividade no emprego. Somente em 1966, mais de cinco milhões de trabalhadores foram demitidos sem justa causa para dar lugar a admissão de outros ganhando menos.

Os dirigentes das Confederações dos Trabalhadores que subscrevem o presente documento, confiam no Poder Executivo e nos Senhores Constituintes na preservação de nossa soberania, como Nação Politicamente Organizada e na manutenção da garantia no emprego como forma de reduzir a rotatividade atualmente existente, evitando-se a marginalização e sofrimento de milhões de pais de famílias, que têm no emprego a única fonte de subsistência de seus filhos. Dê-se do conteúdo desta decisão, conhecimento aos Senhores: Presidente da República, Ministro da Fazenda e aos Constituintes.

Brasília, 10 de novembro de 1987 – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC - Confederação Nacional do Trabalhadores na Indústria – CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - CNTTT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Créditos – CONTEC – Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura –CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade – CONTCOP – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura – CNTEEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, fluviais e Aéreos – CONTIMFA."

PARA BC, SÓ CONGRESSO

DEVE DEFENIR A LEI DA CONVERSÃO

Se dependesse da diretoria do Banco Central, a decisão sobre os critérios para conversão de parte da dívida externa em capital de risco caberia ao Congresso Nacional, informou fonte do órgão. Nos últimos meses, o banco recebeu grande quantidade de pedidos de autorização para operações de conversão, que já somariam US\$ 1,2 bilhão.

Prevalecendo o anteprojeto de regulamentação elaborado sob inspiração do Palácio do Planalto, os pedidos apresentados antes da suspensão das autorizações em julho passado serão reexaminados e decididos com base na legislação anterior e as novas propostas dependerão das normas a serem aprovadas.

Esperando o Japão. O exame da conversão está sendo proposto também pelo senador Carlos Chiarelli (PFL - RS), que se manifestou nesse sentido ao presidente do banco, Fernando Milliet, na reunião de quarta-feira do comitê do Senado de acompanhamento da dívida externa.

Ao mesmo tempo em que se intensificavam pressões para uma rápida regulamentação no âmbito do Conselho Monetário Nacional ou mesmo do Banco Central, a polêmica sobre o tema aumentou nas últimas semanas em razão da crise internacional das bolsas de valores. Mesmo no Planalto, onde a conversão é vista com simpatia, assessores de Sarney admitem que o governo deveria examinar melhor a situação mundial, principalmente a economia norte-americana, antes de decidir definitivamente. Favorável à conversão, um assessor do presidente recomenda aguardar o que "os japoneses vão fazer", revelando esperança quanto a transferência, para o País, de parte dos investimentos do Japão nos Estados Unidos.

Mais exportação. Essa fonte assinala que a conversão não depende exclusivamente da vontade do governo de atrair capital de risco para o País, fazendo parte do cacife em jogo na mesa de negociações com os banqueiros internacionais. Além disso, no campo interno, a matéria pode sofrer influência da nova Constituição se, por exemplo, os critérios de remessa de lucros forem alterados.

No Ministério da Fazenda, onde também não há consenso sobre a conversão, a recomendação técnica de que os investimentos provenientes dessas operações sejam dirigidos preferencialmente para setores exportadores. Assim, poderiam ser geradas divisas para compensar a previsível evasão de dólares com as operações de transformação da dívida em capital de risco.

Déficit público. Os recentes sinais de crise econômica internacional também acrescentaram novas apreensões à equipe da Fazenda. No último dia 30, o ministro Bresser Pereira e o presidente do Banco Central manifestaram pessoalmente essas preocupações ao presidente Sarney, conforme revelou importante assessor do ministério. Na ocasião, o presidente da República foi informado dos riscos da conversão numa conjuntura de instabilidade mundial.

Na Secretaria do Tesouro, admite-se que a conversão poderá ter efeito negativo sobre o déficit público, um dos principais argumentos dos opositores da medida. Uma fonte do órgão reconheceu

que a dívida interna tenderá a crescer, por força da maior necessidade de emissão de títulos públicos, com a transformação de dólares em cruzados. Consideração que o custo da rolagem da dívida interna (juros em torno de 15% ao ano) é superior ao da dívida externa (juros médios de 8,5%), o resultado seria negativo para as contas do governo. Argumentou, porém, que esse quadro pode ser alterado, lembrando que, historicamente, o custo do endividamento externo é menor que o interno."

GRUPOS DE PRESSÃO QUEREM DECIDIR JÁ

Há um movimento para apressar a regulamentação da conversão da dívida externa em capital de risco, patrocinado por investidores interessados na rentabilidade do negócio, sem levar em consideração os interesses da economia nacional. A advertência é do economista Eustáquio Reis, do Instituto de Pesquisa (Inpes), da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Para ele, os maiores interessados são especuladores que têm dólares no exterior e querem repatriá-los pelo dobro do valor, o que seria assegurado através do deságio dos títulos da dívida brasileira. Há também os escritórios de consultoria e instituições financeiras que pretendem intermediar as operações.

Lógica. Reis é, juntamente com a economista Sandra Rios, um dos autores do trabalho "Catecismo da não conversão", que preconiza a proibição dessas operações a rápida definição oficial nesse sentido, tendo em vista que a incerteza sobre o assunto e a expectativa quanto a ganhos extremamente altos têm provocado a suspensão de qualquer investimento externo no País nos últimos meses.

— Diante da promessa de lucros tão altos em tão pouco tempo, só um investidor maluco poria dólares no Brasil, considerando que seu dinheiro poderá valer o dobro em cruzados se a conversão for aprovada — assinala Reis.

Descontrole. Para o economista, a conversão contribuirá para a redução do financiamento externo à economia brasileira e para o descontrole ainda maior das finanças públicas do País. Além disso, estimulará o contrabando de divisas e a remessa do que já está investido aqui. Esse dinheiro, embora fique lá fora, valerá o dobro aqui.

Cálculos feitos pelo Inpes e usados no trabalho dos dois economistas estimam que o País perderá cerca de US\$ 740 milhões em cinco anos no saldo de seu balanço de pagamentos, caso seja convertido nesse período US\$ 1 bilhão anualmente.

Inoportuno. Quanto aos efeitos dessa conversão sobre as contas do setor público, o instituto prevê aumento real de 1,9% no déficit público. Na prática, o que se estará fazendo é converter dívida externa em dívida interna. Como o custo de rolagem desta é mais alto em termos reais, o resultado será o crescimento do déficit público.

O estudo mostra que a conversão em investimentos vai significar, na verdade, o resgate antecipado de parte do principal da dívida, o que é ilógico quando o País quer refinanciar os juros. O que os autores recomendam é a securitização, com a conversão da dívida velha em novos títulos de longo prazo."

O SR. AMARAL NETTO: — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS - RJ. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente Ulysses Guimarães, gostaria de dizer a V. Ex.^a da nossa estranheza — do "Centrão", porque agora estou usando a palavra em questão de ordem, mas não é o líder que fala neste momento. O problema não era de liderança. O Constituinte Jorge Arbage comunicou-me que haviam sido consultadas as lideranças sobre esse substitutivo a ser debatido na sessão que V. Ex.^a há pouco iniciou para dar marcha regimental legítima e correta à matéria em questão. Isso eu não discuto.

No entanto, Sr. Presidente, V. Ex.^a ontem ouviu a mim e a vários Deputados do "Centrão" — aqueles que chamam de Comitê de Organização Geral. Naquela ocasião, limitamo-nos a dizer a V. Ex.^a que estávamos prontos para um acordo, para tomar uma decisão que não penalizasse a Constituição e que atendesse a uma média da Assembléa, mas nada nos participaram. Sabe V. Ex.^a que este "Centrão" surgiu em virtude da tirania dos líderes e da Comissão de Sistematização. Aqui há Constituintes que apresentaram 50 emendas e não tiveram nem 3 votadas. Isto é uma vergonha, Sr. Presidente, porque estamos com Constituintes que não falam, que não opinam. Sei que demora, mas não se podia deixar de ouvir todos.

Então, dizia-lhe, regimentalmente V. Ex.^a está absolutamente certo. Quem sou eu para julgá-lo? Mas, no tocante ao problema ético criado pelo movimento que se fez aqui, quando V. Ex.^a convoca esta sessão e informa que vai ser impresso um substitutivo para ser distribuído amanhã, nós, a quem foi proposto um acordo, não temos o que dizer, porque não temo mais acordo. Se já há um substitutivo — e já foi feito — está rompido o acordo.

Sr. Presidente, esperávamos que viesse a nós uma proposta concreta e então, reuniríamos este Comitê de Organização Geral para levar ao Plenário do nosso grupo a decisão tomada e até influir para que ela fosse aceita. Acontece, meu caro Presidente — com a estima e o respeito que lhe tenho, V. Ex.^a sabe que até dei uma pergunta em suspenso que seria dirigida a V. Ex.^a — que sobre as emendas pessoais e a prejudicialidade delas não tive decisão alguma. A mim ninguém perguntou nada e, mesmo como líder, não fui ouvido, tendo-o sido somente como membro do "Centrão".

Então, Sr. Presidente, este movimento — quer queiram, quer não — é contra as lideranças, esta é a verdade. As lideranças não podem opinar sobre ele, porque é um movimento contra elas mesmas. E, se esse fosse se aprofunda, então teremos o problema da paralisação da Constituinte, porque honestamente jogamos aberta e limpamente e não daremos número para votar nada com o que não estejamos de acordo.

O SR. DASO COIMBRA: — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, talvez estranhem os meus colegas minha palavra neste instante, porque não sou de levantar questões de ordem, mas V. Ex.^a me chamou ontem para conversar sobre o assunto. Fui ao seu gabinete e disse-lhe que não tinha condições de fazer acordo, pois apenas era responsável pelo Comitê de Organização. E V. Ex.^a propôs uma série de coisas. Afirmei que nosso receio era de que o Regimento fosse desrespeitado. Mais tarde V. Ex.^a – permita-me dizer-lhe isto – afirmou que reuniria os líderes e, junto, discutiriam quais emendas serviriam ou não. O que queríamos não era a tirania das lideranças, mas a vontade do Plenário.

Sr. Presidente, conversamos sobre vários assuntos, os quais não vêm ao caso no momento. Disse a V. Ex.^a que pretendíamos medir forças, se V. Ex.^a fizesse alguma outra coisa. E V. Ex.^a o que fez? Reuniu a Comissão ontem, e hoje – sem voltar a falar com aquelas cinco pessoas que V. Ex.^a chamou à sua presença – trouxe soluções. Como podemos acreditar em desejo de entendimento?

Desculpe-me V. Ex.^a, mas tenho de registrar esses fatos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Quero dizer aos nobres interpellantes o seguinte: desde que surgiu a idéia que se concretizou, da apresentação de uma modificação do Regimento, eu, como Presidente principalmente, e também membro da Mesa, pus-me a conversar exaustivamente no sentido de obter uma média de opiniões e, também, no propósito, que ainda persigo, de conseguir um entendimento. Assim, conversei praticamente com todas as lideranças, inclusive com presidentes de partidos – como no caso do PT e do PDS – dizendo que, em substância, o que se buscava fazer era no sentido de, primeiro, serem feitas alterações regimentais; segundo, abrir a oportunidade de emendas singulares, ou seja, dos Constituintes; e, terceiro, essas emendas deveriam ou poderiam ter o número de três.

Depois, como deverá ser apresentado um substitutivo, abrindo-se oportunidade para emendas, todas as emendas e destaque anteriores seriam considerados prejudicados, em face de se ensejar que novas emendas, embora em número limitado, fossem apresentadas. Também era propósito – o que o Regimento atual não permite, bem como também não admite essas emendas, a não ser em casos restritos – a apresentação do substitutivo que, em nossas conversas, em certa hora girava, se tratou de ser global: em outra, substitutivo a capítulo, depois a seção e, consequentemente, a subseção. Além disso, haveria outras providências de menor porte, no sentido de proporcionar celeridade à proposição. O assunto foi levado ao conhecimento dos partidos, ou através das lideranças, ou através das presidências, ou através de Constituintes, Deputados e Senadores, que conversaram principalmente com este Presidente, que se debruçou sobre a matéria. Com base nesses contatos, a Mesa elaborou o substitutivo que leva hoje ao conhecimento do Plenário. Animou, também, a Mesa, o seguinte intuito: a tramitação não está esgotada, haverá a fase da discussão, de apresentação de emendas, e, consequentemente – se foi isso possível, pessoalmente, com a Mesa e o Relator Mauro Benevides

– vamos envidar todos os esforços para que se faça.

De forma que eram as explicações que desejava apresentar no sentido de que só se deu meramente um parecer formal. Houve, inclusive, as limitações da competência do Presidente; outros poderiam fazê-lo de maneira mais brilhante. Reconhecendo a boa vontade, considerando-se as exaustivas conversas a respeito dos temas aqui focalizados, ensejando substitutivos, novas emendas, admissibilidade de preferência para a matéria em votação, a Mesa, principalmente a Presidência, envidou, repito, todos os seus esforços para resolver estes problemas e está cumprindo o Regimento, que exige que essa matéria tenha andamento e que cheguemos a uma decisão a respeito desse assunto, ou seja, que se verifique o que se vai mudar em face da próxima vinda ao plenário do substitutivo que deverá ser votado pela Casa.

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente,

quero apenas esclarecer minha posição à minha bancada e aos demais colegas. Fui, na verdade, chamado por V. Ex.^a, que me expôs idéias a respeito do que pensava para a solução do assunto. Anotei as idéias de V. Ex.^a e esperei ser convidado para uma nova conversa definitiva. Conversei com alguns colegas; fizemos uma avaliação, mas esperava, como todos, o que era tradição – e de boa tradição de V. Ex.^a – uma reunião com todos os líderes para debater o assunto em toda a sua profundidade e extensão. Achar V. Ex.^a que deveria tomar unilateralmente essa decisão, da qual está dando conhecimento agora à Assembléa Nacional Constituinte. Portanto, a decisão é de V. Ex.^a. Iremos avaliá-la, mas não há compromisso alguns das lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Desejo dizer que continuo à disposição na hora que queiram. Vejam V. Ex.^{as} que a matéria ainda não está inteiramente resolvida, pois a própria Mesa tem de ouvir sugestões, conversar, verificar o que de melhor pode fazer e dar um novo parecer. O desejo da Mesa é de que se pudesse aqui entrar em entendimento, para que não houvesse delongas e para que, eventualmente, não se acirrassem os ânimos, pois não é possível que, através de um instrumento com o qual se quer ajudar, se venha a atrapalhar. Então, é melhor não fazer modificação alguma no Regimento.

O SR. GASTONE RIGHI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI – (PTB-SP. Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, é verdade que V. Ex.^a sempre me distinguiu, prestigiou e tratou com muita atenção e cordialidade. No entanto, preciso de um esclarecimento, até mesmo para que a bancada não pense mal de minhas atitudes. Não fui convidado por V. Ex.^a, não conversei com V. Ex.^a nem V. Ex.^a me consultou sobre qualquer substitutivo ou alteração. Desejaria que V.

Ex.^a confirmasse isso, para que fique registrado e nenhum líder da bancada possa pensar que mantive contatos com V. Ex.^a e não informei minha bancada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Confirmo que, infelizmente, embora desejasse fazê-lo, em certas ocasiões, pelas circunstâncias do trabalho tão afanoso a que todos estão entregues, inclusive V. Ex.^a, se não me engano, na própria Comissão de Sistematização, não pudemos ter essa conversa. Entretanto, desejava muito tê-la, proximamente, para que, com suas luzes, sua sapiência e sua boa vontade, aperfeiçoássemos esse instrumento que vamos votar.

O SR. JOÃO MENEZES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE – (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL – BA Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, ouvi a exposição de V. Ex.^a e dos líderes. Como toda a Casa sabe, há muito tempo estamos reclamando conta a condução dos trabalhos da Comissão de Sistematização e, consequentemente, contra as decisões tomadas pela Presidência da Constituinte, que tem alterado constantemente as normas de votação, as datas marcadas, a forma de votar e de convocação.

Tenho um levantamento – que não está aqui, infelizmente – de todas as alterações feitas durante esse período e me parece que agora reconheço em V. Ex.^a um grande administrador de crises. V. Ex.^a tem vivido várias crises nesse período dentro do próprio PMDB e as tem administrado com sua competência habitual, mas agora chegamos a um ponto decisivo. Foi apresentado um Substitutivo e iniciada uma marcha por V. Ex.^a na primeira reunião havida, quando o recebeu. Acho que temos de discuti-lo e votá-lo na forma regimental. Não podemos mais continuar, pelo menos no nosso entender, a resolver nesta Constituinte todos os assuntos com acordos de lideranças ou de grupos. É contra isso que coloco minha reclamação e quero deixar patente que não aceitarei esses acordos ou conversas, porque tudo tem de ser resolvido de acordo com as normas legais ou decidido soberanamente pela Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mendes Ribeiro (Pausa.)

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, Srs.^{as} e Srs. Constituintes, o Constituinte Amaral Netto frisou, com muita propriedade, o enfoque que deve ter a manifestação da maioria absoluta desta Assembléa Nacional Constituinte ao dirigir o documento alvo das nossas atenções e alvo da discussão que aqui se fere. Constituinte decide por si, e tanto é assim que o próprio partido que poderia fazer majoritariamente a Constituição, porque é majoritário nesta Casa, tem pontos divergentes. Para não me alongar muito na exemplificação dos pontos divergentes, é de hoje a declaração unilateral de guerra do Sr. Presidente da República

aos Constituintes que não votarem no presidencialismo e nos cinco anos de governo. Confesso que não sabia ter na Presidência da República um inimigo. Sou parlamentarista, votarei pelo parlamentarismo, quero eleições gerais e a dissolução da Assembléia Nacional Constituinte depois de promulgada a Constituição. E se tal não for possível votarei pela duração de quatro anos, ou menos, para o mandato do atual Presidente da República, que entendo não ser legítimo. De qualquer sorte, o que o Constituinte Amaral Netto disse que representa a verdade que levou a maioria absoluta da Assembléia Nacional Constituinte a propor a modificação do Regimento. Endosso as palavras de S. Ex.^a, e afirmo que as conversas com meia dúzia não conduzirão a nada, salvo a um impasse que delongará as decisões, que atirarão para as calendas a aprovação do que deveria ser a futura Constituição. E o que será pior é que provocará um choque que hoje não existe, pois muitos daqueles que assinaram esse documento — é o meu caso — estão absolutamente concordes com muitas das decisões tomadas nas Subcomissões, nas Comissões Temáticas e na Comissão de Sistematização. Fui um dos primeiros a dizer, desta Tribuna e pela imprensa, que não procedem as críticas ao Relator Bernardo Cabral ou ao Plenário desta Assembléia Nacional Constituinte. Gosto do projeto por ela elaborado, só acredito ser um trabalho que deveria ter a colaboração de todos. Não me parece, repito, que conversas com meia dúzia nos possam levar a algum resultado positivo e, sim, a um choque que não será bom para ninguém, muito menos para o Brasil, que já vive em choque, inclusive consigo mesmo. Então, reafirmo que o nosso desejo é no sentido de que todos participem dos trabalhos da Constituinte, sem assumir qualquer atitude de crítica ao trabalho de quem quer que seja ou de qualquer Comissão.

Pura e simplesmente, pretendo que todos sejam consultados e que não apenas entre 5 ou 6 infiram idéias para que, depois, surjam manifestações de descontentamento. O respeito às minorias serve sempre, a um lado e a outro, e a decisão do Plenário deve ser obedecida com humildade, porque é a decisão de todos.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Mendes Ribeiro o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o Sr. Constituinte Carlos Cardinal. (Pausa.)

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT — RS. Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, Sr.^{as}, Srs. Constituintes, nos últimos dias estamos sendo surpreendidos por declarações e manobras que têm causado surpresa a esta Casa e a todo o Brasil.

Há dois dias, por intermédio do portavoz da Presidência da República, o Presidente Sarney fazia um alerta muito sério e muito grave àqueles Constituintes que estavam dispostos a votar favoravelmente ao mandato presidencial de 4 anos. Numa tentativa, se me permitem usar esta expressão, ridícula, de quem procurou, ao longo do tem-

po, exercer todo o poder e toda a influência sobre esta Casa e, ao invés de responder com um governo que pelo menos significasse alguma esperança para o povo, S. Ex.^a, sem dúvida alguma, no meu entendimento, abriu as portas para que a Comissão de Sistematização, com toda a tranquilidade, votasse pelo mandato de 4 anos.

Ontem, fomos surpreendidos, e hoje, ainda mais, por um outro tipo de declaração que, sem dúvida alguma, agride esta Casa e a dignidade dos Constituintes. Partem essas declarações exatamente do Presidente da UDR, que teve o desplante de afirmar à imprensa brasileira que os milhões arrecadados neste propalado enorme leilão de gado —, a rigor, uma troca de figurinhas entre grandes proprietários —, serviriam para que os grandes latifundiários deste País tivessem posições asseguradas aqui, nesta Constituinte. Ora, o Sr. Ronaldo Caiado por certo não sabe que os Constituintes têm dignidade, que os Constituintes, mesmo os que defendem teses contrárias à reforma agrária, se sentirão ofendidos com suas afirmativas e, muito mais, aqueles que pretendem uma reforma agrária para corrigir as graves distorções que se verificam no setor primário brasileiro. Suas ofensas, suas agressões, por certo serão respondidas por todos aqueles que militam nesta Casa, pois sem dúvida alguma seria um desastre para esta Assembléia Nacional Constituinte aceitar insultos deste tipo. Pois fique o Sr. Ronaldo Caiado sabendo que pode fazer tudo o que quiser e o que bem entender com seus seis mil bois, mas os Constituintes darão aqui seus votos conforme suas consciências. Não serão os milhões da UDR, arrecadados em leilões que afrontam o Brasil, país que passa por toda sorte de dificuldades, e tampouco este tipo de ameaça do Sr. Ronaldo Caiado, que farão com que alguém nesta Casa mude de opinião. Por certo, este tipo de agressão fará com que os Constituintes, homens e mulheres, sérios e honrados, votem logo a reforma agrária para erradicar, de uma vez por todas, a pobreza que aqui se estabeleceu; para controlar o êxodo rural e, de resto, para dar dignidade àqueles que de fato produzem.

Agora, por último, somos surpreendidos por este movimento chamado "Centrão", composto por um grupo de Parlamentares que pretende, para sintetizar, votar aqui, num dia talvez, tudo aquilo que lhe interessa. Pretende este grupo derrubar, em um dia apenas, tudo aquilo a que é contrário e deixar que este plenário, vazio, esqueça todo o trabalho que já foi feito, trabalho que começou nas subcomissões, veio para as comissões, à Comissão de Sistematização e, por fim a Plenário. Querem deixar tudo isso a zero, eles, que viajam muito, que têm indústrias, que têm interesses outros — somam-se uns 280, numa ameaça àqueles que estão aqui e que se reúnem esporadicamente, e agora pretendem, num só dia, votar apenas o que lhes interessa.

Sr. Presidente, Sr.^{as}, Srs. Constituintes, é muito grave este momento que a Nação atravessa. Hoje, ser Constituinte é viver o ridículo de receber vias por aí, porque nós, os Constituintes, não estamos comprehendendo perfeitamente tudo o que está acontecendo neste País.

Para concluir, Sr. Presidente, pinçei três fatos ocorridos nos últimos três dias, para demonstrar claramente que esta Casa precisa, de uma vez por todas, trabalhar com dignidade, com honra-

dez, e não apenas atender aos interesses de alguns que, supostamente, têm a maioria e querem desprezar todo um trabalho realizado, para que esta maioria imponha sua verdade. (Palmas.)

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, venho a esta tribuna manifestar minha preocupação diante da situação política, econômica e social do nosso País e, de outra parte, para fazer uma admoestação a todos os Constituintes.

No Brasil, hoje, há um imobilismo total. Estão imobilizados investimentos públicos e privados. Há uma insegurança generalizada e uma indefinição que tornam mais aguda, por assim dizer, a verdadeira crise que estamos atravessando. O imobilismo está gerando grandes problemas na economia nacional. A recessão está aí, fruto de uma política econômica equivocada, causando a elevação do custo de vida, o desemprego, a miséria e a fome. Passo a temer pela possível convulsão social.

Esta Casa está voltada para o quadro institucional, preparando uma nova Carta constitucional. Enquanto isso, a crise cresce lá fora.

Sr. Presidente, temo que não consigamos andar tão rápido quanto a crise ou mais rápido do que ela. É hora, pois, de estabelecermos, aqui dentro, condições para o diálogo, para o consenso. Quero crer que chega de confrontos. É uma loucura estabelecer o confronto nesta hora, loucura ainda maior do que a loucura da própria situação política, econômica e social que o País está atravessando.

Lembro-me de que esteve nesta Casa o Primeiro-Ministro da Espanha, Felipe González, dizendo que seu país conseguiu superar o quadro de transição, encontrando, através do diálogo e do consenso, o caminho para uma nova ordem institucional. Não há de ser pura e simplesmente no confronto, na disputa do voto, que iremos consagrar uma Carta Constitucional capaz de atender aos ditames da consciência nacional, às aspirações do povo brasileiro, nem sequer assegurar condições de durabilidade para a mesma. Suponhamos que uma questão fundamental seja decidida aqui por uma diferença de dois votos de uma maioria eventual que, quiçá, hoje não seria mais maioria. Quem nos assegura que esta decisão constitucional será mantida e por quanto tempo? São movimentos de toda ordem, que se iniciam, que se estão organizando e que começam a manifestar-se de forma mais intensa em todo o País e dentro desta Casa.

É hora de diálogo e de consenso. Quero crer que, em primeiro lugar, a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte tem de dar o exemplo. O Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte tem de dispor-se ao diálogo, tem de abrir-se para o entendimento. As lideranças devem buscar o entendimento, a fim de podermos chegar àquilo que é fundamental para nosso País. Ou será que este País não consegue se entender em torno das questões mais fundamentais para todos os brasileiros? Será que não podemos deixar o dissenso para a lei complementar, para a lei ordinária, e estabelecermos aqui o consenso?

É este o apelo que faço, até porque o povo não entende que aqui se disputam tantas questões, gastando-se um tempo que é fundamental

para estabelecermos a outra questão: a de assegurarmos efetivamente para todos os brasileiros os dias presentes, sem o quais não haverá dias futuros.

Sr. Presidente, hoje à tarde a Comissão de Sistematização, por dois votos, deixou de acolher uma proposta que fizemos, juntamente com os Constituintes Jonas Pinheiro e Vicente Bogo, assegurando ao trabalhador rural e à mulher camponesa o direito da aposentadoria aos sessenta e cinqüenta e cinco anos de idade, respectivamente. Quem não sabe, Sr. Presidente, que o trabalhador rural e a mulher camponesa são verdadeiros escravos da gleba, que se iniciam no labor já em tenra idade? Espero que o fato seja corrigido em plenário, e para tanto vamos apresentar a emenda respectiva.

Permita, Sr. Presidente, aduzir mais este assunto, que, embora de caráter específico na sua colocação genérica, diz também muito com a hora presente. Os trabalhadores rurais e os pescadores artesanais são aqueles que produzem alimentos para todo o Brasil. Eles merecem alguma atenção. Não são "marajás"; são escravos. Estabeleceram-se aqui exceções para tantos e, na hora de se dar o devido valor e distinção ao trabalhador rural, ao agricultor, à mulher camponesa, e ao pescador artesanal, começaram a lembrar que não se podiam fazer exceções para aqueles que vão receber, se receberem, apenas um salário mínimo ao final de suas vidas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PMDB - PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, as manifestações devem ser feitas no momento oportuno. Apesar do horário, estamos na tribuna exatamente para analisar, até pela correspondência existente na Assembléia Nacional Constituinte, porque os Estados Unidos realizam um jogo duro, no momento, com o Brasil. O Subsecretário de Estado da nação americana declarou ontem que os Estados Unidos perderam a paciência com o Brasil e que um dia nosso País se arrependeu da política que adotou.

Sr. Presidente, é evidente que neste instante se trata mais da questão da informática. Mas é apenas um passo, porque o Governo norte-americano se baseia na famosa Lei de Comércio e Tarifas:

"A Lei de Comércio e Tarifas, de 1984, pretende sobrepor-se ao Direito internacional (...), que contém dispositivos de retaliação comercial contra práticas ou políticas que os Estados Unidos considerem, unilateralmente, prejudiciais aos interesses norte-americanos. Assim, medidas internas decididas livremente por um país em desenvolvimento" – como o Brasil – "para proteção de nascentes industriais de serviços, de política de propriedade industrial e de comércio de bens são passíveis de retaliação sob diversas formas, com base no princípio de práticas desleais de comércio."

A Lei do Comércio e Tarifas amplia notavelmente o âmbito da política comercial dos Estados Unidos, ao incluir entre seus objetivos – chamo a atenção daqueles que ainda podem ouvir-nos – "assuntos relacionados ao tratamento do investimento estrangeiro

e ao comércio internacional, de serviços. Além do mais essa lei fortalece o poder discriminatório do Executivo daquele país para a imposição de medidas retaliatórias e estabelece diversos mecanismos de negociação com outros países, com a finalidade de condicionar o acesso ao mercado dos Estados Unidos ao outorgamento, por parte desses países, de condições recíprocas de acesso aos investimentos, bens e serviços provenientes dos Estados Unidos."

Sr. Presidente, estou lendo parte do relatório publicado pelo Sistema Econômico Latino-Americano interpretando esta chamada Lei de Comércio e Tarifas de 1984, e é preciso registrar aqui, para os constituintes, para os membros da Comissão de Sistematização, o seguinte:

"A Seção 301 da Lei de Comércio dos Estados Unidos faculta ao Presidente daquele País tomar todo o tipo de represálias para remover obstáculos à expansão de seus negócios no exterior. A adoção das retaliações passa a ocorrer quando um país qualquer, praticar atos que, a juízo do presidente daquele país, forem julgados "injustificáveis, irrazoáveis ou discriminatórios".

E o mais grave, Sr. Presidente:

Para se avaliar a gravidade do problema, basta mencionar que de acordo com a Seção 301 da Lei de Comércio de 1984, considera-se serviços: "bancos, seguros, transportes, comunicações, informática, comércio varejista e atacadista, publicidade, contabilidade, construção, projeto, engenharia, administração de consultoria, negócios imobiliários, serviços profissionais, entretenimento, educação, serviços de saúde e turismo".

Nesta Constituinte, há brasileiros que acham que não é possível nacionalizar a distribuição de petróleo. Na Comissão de Sistematização não foi aceita uma proposta nossa contra os bancos de depósito que, nos Estados Unidos, têm uma rigorosa lei. Um banco sede em Nova Iorque, como o Citybank, por exemplo, não pode atuar em dezenas de outros estados americanos, para preservar o potencial econômico e evitar a canalização dos recursos produzidos naquelas comunidades. Também foram rejeitadas várias propostas que, ao menos, criavam um estoque de instrumentos para que pudéssemos nos defender. O mais grave é que se vêem os mais expressivos nomes do empresariado se colocarem contra decisões já tomadas. Não vejo, nesta hora, a posição clara de ofensiva desses empresários, quando tais ameaças se realizam e quando essa Lei de Comércio de 1984, que agora está sendo aprovada pelo presidente norte-americano, foi definitivamente instalada nos Estados Unidos.

Concluo dizendo que, enquanto isso, somos acusados de retrógrados, xiitas e outras coisas. Por isso, quero fazer um apelo para que nós, constituintes, nos nossos trabalhos, daqui para a frente, possamos refletir sobre o que está acontecendo nesse jogo duro dos Estados Unidos; que possamos solicitar celeridade ao Projeto de Lei nº 99, de 1986, do Senado, de autoria do extraordinário Constituinte Severo Gomes, que levou o nome de "Legítima Defesa Nacional"; para que seja real-

mente retirado do seu estágio dormente e decidimos sua aprovação com urgência e até em caráter extraordinário. É uma forma de nos defender, porque não temos leis neste país para responder à altura a essas ameaças. Esse projeto de lei seria o instrumento adequado, se pudéssemos utilizá-lo.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Nelton Friedrich, o Sr. Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Humberto Souto. (Pausa.)

O SR. HUMBERTO SOUTO: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aproveito a oportunidade para trazer à Casa uma constatação do absurdo que está acontecendo.

Não bastasse os erros cometidos pelos encarregados da condução dos problemas de energia nuclear do País, não fosse suficiente o desastre ocorrido em Goiás, que está causando desassossego em sua sociedade, em sua gente, em seus administradores, mormente no Governador e seus auxiliares – ainda agora às voltas em mostrar ao País que não é tão grave o ocorrido, apesar das repercussões no campo social, político e econômico – vejo hoje, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ampliada essa irresponsabilidade. Assistindo ao "Jornal Nacional" das 20h, vi que a CNECN forneceu à imprensa uma relação de regiões e municípios do País que deverão servir de áreas técnicas ou estratégicas para receber o lixo atômico do País. Espantou-me que entre as relacionadas estivesse a minha cidade, Montes Claros, em Minas Gerais, região que padece, no momento, de uma tristeza profunda, de miséria, de fome e de abandono pelos governos, e de uma seca que se arrasta por cinco anos. Estamos hoje vivendo o momento crucial e mais desastroso da nossa comunidade e da nossa gente. Ao invés de o Governo remeter para lá alimentos e abrir frentes de trabalho, promover a construção de pequenas obras, de barragem, implantar uma infra-estrutura de capacitação para que a sociedade possa continuar a viver e morar ali, participando do processo de desenvolvimento do País, recebemos essa notícia triste e melancólica de que Montes Claros está relacionada entre as áreas que deverão servir para receber o lixo atômico.

Acabo de receber telefonemas, logo após o noticiário da TV Globo, condenando a decisão do Governo. E vi, posteriormente, que não há decisão, que é mais uma irresponsabilidade. Há, apenas, áreas possíveis de serem escolhidas. Entretanto, já causa pânico na minha região a irresponsabilidade das autoridades que já forneceram à imprensa as áreas que sequer foram tecnicamente vistoriadas ou definidas pelas autoridades competentes para receberem lixo atômico. Aqui registro, pois, melancólico protesto de uma região sofrida que, ao invés de receber do Governo o apoio necessário e a infra-estrutura desejada para que possa continuar a desenvolver-se, tem ali a informação de uma comissão irresponsável de que aquela região vai também receber o lixo atômico do País.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB - RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, prezados

companheiros, estamos prestes a votar modificação do Regimento que visa dar participação mais efetiva dos Constituintes na elaboração da Constituição. Atualmente, um pequeno grupo selecionado, escolhido pelas Lideranças, compõe o grupo que está votando a Constituição brasileira. Acontece que 47 pessoas nesta Casa estão valendo, no momento, mais do que 279. Se, por exemplo, 279 Constituintes tiverem opinião contrária aos 47 que votaram determinada modificação ou determinado artigo do Projeto de Constituição, esses 279 não têm valor, porque é necessário haver 280 votos para modificação do texto aprovado.

Nosso desejo não é modificar todo o Regimento – e isso foi provado. Queremos apresentar emendas a determinados pontos que não tivemos oportunidade de discutir. Lembro que, no princípio, o nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso disse que seria impossível termos, na quinta-feira, 157 assinaturas; que estávamos blefando. Não blefo, Sr. Presidente. Os colegas sabem disso. Chegaram aqui as 319 assinaturas a que nos havíamos referido. Disseram que teríamos dezenas de desistências, e afirmem que não passariam de cinco – foram apenas cinco as desistências. Disse eu aqui que a Liderança do PDT havia obrigado seus partidários a assinarem o documento e disseram que isto não era verdade. Leiam o "Diário do Congresso Nacional" e vejam o que afirma um colega nosso do referido partido:

"Peço retirar minha assinatura do documento produzido pela Liderança do PDT."

Está lá, escrito e assinado. Portanto, eu tinha razão; não menti. Minhas afirmações foram todas verdadeiras.

Sr. Presidente, gostaria de registrar nos Anais desta Casa esse aspecto. Colegas do PDT retiraram suas assinaturas, e os respeito. Foi apanhada a assinatura deles, não porque eu tivesse mandado ou pedido que as apanhassem. Eles estavam pintados de uma cor para não serem procurados, pois eu sabia o pensamento daquele partido. Portanto, não queria enganá-los e não os enganei.

Sr. Presidente, sabemos que a constituição da Comissão de Sistematização não obedeceu à proporcionalidade de representação do pensamento dos partidos. Notem, por exemplo, o caso do PMDB. Quarenta e quatro por cento dos Parlamentares do PMDB assinaram a lista que deseja a modificação do Regimento Interno; 56% não a assinaram. Desses 44%, apenas 25% estão na Comissão de Sistematização. Então, aquela Comissão está composta da seguinte forma: dos 44%, tem 25; dos 56%, 75. Há, portanto, uma distorção de representatividade do pensamento médio desta Casa. Se fossemos medir apenas o pensamento médio, a representatividade, não teríamos na Comissão representantes do Partido Socialista, que tem apenas um Parlamentar, nem do PMB, que também tem somente um Parlamentar. Mas eles estão integrando a Comissão. Quando a média deveria ser feita na proporção de, para cada seis Parlamentares, um representante na Comissão de Sistematização, às vezes, para cada Parlamentar, há um representante. Logo, a representatividade não é do pensamento do Plenário. Por isso, queremos dar-lhe oportunidade para que se manifeste.

Não vamos descer a detalhes, porque deixaremos para discutir os argumentos com os companheiros. Dizem que é necessário ter-se maioria de votos. Realmente, queremos votar se houver maioria. Mas, Sr. Presidente, se um dia tivermos 279 Parlamentares votando a favor de uma matéria e cinqüenta contra, ela não será aprovada. Digo isso porque, no sistema atual vale o que resolveram os 47 Constituintes integrantes da Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, eram apenas estes registros soltos que eu queria fazer para que, mais tarde, soubessem da nossa posição.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME (PFL - SP. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, nobres companheiros, tivemos a satisfação de ouvir, há alguns minutos, veemente e inflamado desabafo do nobre Constituinte Humberto Souto, depois de uma situação das mais caóticas é irresponsáveis, que vem tomado de surpresa toda esta Nação, a respeito do anúncio inusitado de mais de vinte lugares viáveis para abrigar, em diversos Estados, depósitos finais de lixo atômico.

Os Estados Unidos levaram anos, após estudos de solo, geográficos, pedológicos e até fotogramétricos e de fotoperiodismo, a fim de definirem um lugar que pudesse abrigar, por décadas, talvez até por séculos, sem perigo para a população, os resíduos nucleares e radioativos.

Aqui, ao contrário, o que vemos? Uma política de "pilatruz", misto de Pilatos com avestruz. Inconstitucionalmente, o Governo Federal, que, conforme a Constituição, é o único responsável por todas as atividades nucleares do País, delega aos Estados, como se delegável fosse, a escolha dos lugares para que cada um tenha seu buraco para colocar lixo atômico. Trata-se de uma política irresponsável e inconstitucional. Agora, dentro da linha a que ontem assistimos, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, de formar um superministério, delega o Governo Federal ao Ministério da Saúde as funções do Conselho Nacional de Energia Nuclear – CNEN – através de um simples convênio, como só pudesse passar para aquele órgão, sem nenhuma estrutura, por enquanto, a fiscalização de matéria tão relevante e importante para a Nação.

É por isso que nas últimas semanas me empenhei em apresentar à Câmara um projeto baseado na lei norte-americana de 1982, com a assessoria dos maiores técnicos em Direito do meio ambiente – Dr. Paulo Afonso de Leme Machado e o Dr. Euri Pereira Luna Filho. O projeto pretende definir uma sistemática decente, correta, com responsabilidade, ouvida a sociedade brasileira, através de um estudo de impacto ambiental, para se escolher os lugares onde se possa abrigar com segurança os depósitos de lixo atômico, sem que haja risco para a população.

O Constituinte Humberto Souto, com muita propriedade, mostrou o desespero e a angústia dessas cidades que não foram consultadas. Não houve o mínimo de estudo de impacto nem a menor preocupação. E, para desespero de cidades e regiões, divulgou-se a notícia de que lá poderá vir a ser – como eu Itu, no meu Estado – um futuro depósito de lixo atômico. Isto faz parte do nosso projeto que define disposições penais para que um acidente das proporções do

que houve em Goiânia daqui para a frente não mais fique impune e haja toda uma sistemática quanto às disposições penais, prevendo também um fundo de rejeitos radioativos a ser organizado através de decreto, a fim de que, a partir de então, haja recursos para se fazer uma fiscalização decente, responsável, condizente com um país que, infelizmente, já adotou um esquema nuclear. Até porque em diversas áreas – na Medicina, nas ciências, até na Agronomia – a atividade nuclear já não pode ser esquecida nem deixada de lado. É o projeto que apresentei à Câmara dos Deputados e que espero receba a atenção dos nobres Deputados. (Palmas.)

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem Revisão do orador.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, confesso que não tinha, até hoje, conhecido um Governo tão impopular, tão sem autoridade, tão incompetente como esse que está instalado no Palácio do Planalto. Estamos agora lendo nos jornais, a negação de todas aquelas bravatas de que o Brasil não iria ao FMI, de que não haveria conversão da dívida em capital de risco, isso sem falar na promessa inicial de que o atual Governo séria de transição, que iria exaurir-se ao final de 4 anos, conforme palavras textuais, em uma das suas primeiras manifestações, do presidente da República. Pois bem, tudo isso acontece completamente à margem da opinião pública e da sociedade brasileira, quando este Congresso aqui é simplesmente relegado, esquecido, desprezado na hora de tomar decisões na área financeira, desta envergadura que são postas sob o comando do Banco Central, como é o caso da conversão da dívida.

Recentemente aconteceu um episódio que deve ser registrado pela extrema gravidade, não pelos prejuízos, talvez ocasionais, que possam daí decorrer, que foi essa desobediência do consórcio da Ford e da Volkswagen – que se uniram sob o nome de Autolatina – que resolveram não mais acatar as decisões do Governo. Isso, num país sério, num país que tenha Governo, jamais aconteceria, e nos leva à indução de que uma de duas coisas deve ter ocorrido: houve um acordo e não foi cumprido pelo Governo, ou não houve o acordo e estamos diante de uma insubordinação, de um desrespeito às leis por parte da empresa. Se houve o acordo, Sr. Presidente, estamos diante de um Governo que agiu desonestamente, que foi inadimplente nas suas obrigações e, por isso mesmo, está perdendo o respeito. Se não houve o acordo, estamos diante de um Governo totalmente sem autoridade para coibir esse tipo de rebeldia e abuso. Isto é muito triste para todos nós, um governo que não cumpre com suas obrigações e não tem capacidade e competência para defender seus interesses, uma vez que perdeu perante a Justiça num primeiro momento, quando foi concedida a liminar. E principalmente considerando que é um governo cujos escribas e advogados vêm aqui dar lições de como deve comportar-se a Assembléia Nacional Constituinte. Por que esses advogados não têm competência, então, para defender os interesses do Governo, se é que o Governo tem razão nesse episódio?

Queria fazer este registro para caracterizar que, lamentavelmente, no Brasil, estamos sem governo. No domingo que vem, depois de amanhã, temos de tomar uma grande decisão aqui no ple-

nário. Sou apenas suplente. Não sei se terei oportunidade de votar, mas, se a tiver, quero deitar registrado, vou votar como a maioria da bancada do PDS manifestou-se. Não sei quais são os votos daqueles que nos representam na Comissão, mas a maioria da bancada do PDS manifestou-se por 4 anos. Desejo dizer que estaremos dando grande oportunidade ao Presidente da República. Ao contrário de diminuir-lhe o mandato, até porque S. Ex.^a confessou que seu mandato era de transição, de 4 anos, gostaríamos de dar ao Presidente oportunidade de uma saída honrosa. Tenho receio de que, se passar mais um ano, S. Ex.^a não tenha essa oportunidade e talvez possa até ser escorraçado do governo por incompetência. Quero, pois, dizer que meu voto, se votar domingo, será por 4 anos, porque a minha proposta de três anos e meio foi inviabilizada. Parece-me que há uma proposta do nobre Constituinte José Maria Eymael nesse sentido. Se ela for posta em votação, e se eu tiver oportunidade, votarei por ela; do contrário vou votar por quatro anos, para que o Sr. Presidente tenha oportunidade de sair, ainda, com dignidade do Governo. Muito obrigado.

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ilustres Srs. Constituintes, aproveito a oportunidade para tecer algumas considerações acerca de importante empresa estatal do Estado do Pará.

Na condição de amazônica, preocupamos muito a necessidade da preservação da imensa rede hidroviária que caracteriza a imensa planície amazônica. E é com cuidado que observamos os estudos que estão sendo realizados – se não para já, mas no futuro – para a privatização da Empresa de Navegação da Amazônia S.A., pioneira na prestação de serviços sociais à população ribeirinha carente daquela grande planície.

Temos conhecimento, pelos noticiários dos jornais, de que contatos estão sendo feitos em busca de uma fórmula para a privatização de empresas estatais. Atendendo a apelos feitos, tanto pelo próprio órgão quanto por companheiros da nossa região, já solicitamos à Mesa a transcrição nos Anais desta Casa de artigo muito importante a respeito do assunto, assim como já dirigimos ao Exm.^o Sr. Presidente da República e ao Ministro dos Transportes solicitando-lhe o estudo necessário, para que não seja prejudicado esse trabalho tão importante desenvolvido por essa empresa em nossa região.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vou ler parágrafo de um livro da História do Sul das Américas.

"Isto foi a 5 de junho" – de 1830 – "é sobre a sorte do inimigo diz o vencedor, no estilo da guerra semibárbara que breve devastaria os formosos campos da Cisplatina: toda a força derrotada, morta ou com igual sorte". Este moço intrépido e inteligente, que pagaria caríssimo dentro de pouco, a incrível atrocidade, que enodoava um nome destinado por certo a glória menos selvática; teve uma idéia satânica: encerrando-os em uma "mangueira", ordenou a extermínio dos índios, homens, mulheres e crianças!.. E conta-se que, enquanto a faca exterminadora ia inflexível decepando as cabeças, cantavam

as mulheres, em coro, qualquer toada melancólica, de uso talvez nos ritos fúnebres dos antigos toldos, de que ficava erma a região, outrora senhoreada pelos extintos! (³⁹) Desaparecido o último guerreiro, a mais impetuosa das companheiras deles, chegou-se aos matadores. Apresentou o pescoço: foi cortado. Veio outra: rolou o seu corpo, qual o da precedente. Depois uma terceira, e assim todas, sem interromper-se, entre as sobreviventes, a magoada cantilena. Expirou tão-somente a música da morte, nos lábios descorados, pelo derradeiro golpe, antes de principiar a degola dos míseros infantesinhos!"

Isso efetivamente ocorreu no pampa gaúcho. Sabemos que a guerra guarani se juntou aos exércitos de Espanha e Portugal para destruir a civilização missionária, porque ela crescia e florescia em justiça, salvando o elemento nativo.

Em 1828, Frutuoso Rivera arrancou das missões os últimos 3 mil índios guaranis que lá sobravam e os arrastou mais para o sul, para Bela União. Dois anos após, o Irmão de Frutuoso Rivera, então Presidente da República do Uruguai, promoveu esse assassinato coletivo.

Quero lembrar esse episódio para mostrar a seqüência de fatos históricos que sistematicamente têm levado ao extermínio de elementos nativos nas terras sul-americanas.

O segundo Anteprojeto de Constituição conhecido como Cabral II, está muito mal redigido. Apesar de quase não haver representantes da Comissão de Sistematização, neste momento, faço este registro em Plenário, para que todos se lembrem: conseguimos um acordo hoje, e em questão de meia hora encerra-se a votação do capítulo do índio, para modificar o que é um verdadeiro desastre para aquele povo. Nosso temor é que amanhã não chegue a vez de votarmos esse capítulo, e assim ficará extremamente difícil fazermos mudanças mais adiante, no plenário.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, volto a repetir que a capital mundial do suicídio infanto-juvenil está em Dourados, no meio de uma comunidade indígena sem terra. Quero reafirmar que existem aldeias no Brasil onde as índias matam os filhos recém-nascidos porque não há perspectiva de vida para os que nascem.

Quero registrar também que existem ameaça e risco efetivos, se permanecer a redação como está no anteprojeto. Haverá comunidades inteiras a se imolar em suicídio, e este peso não pode ficar na consciência desta Assembléa Nacional Constituinte, até porque, depois do fato consumado, resta o remorso. (Palmas.)

O SR. IVO LECH (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, ocupo a tribuna para reiterar meu voto pelo sistema parlamentarista de governo. O compromisso por mim firmado, ante o eleitorado gaúcho, soma-se aos que sempre assumi diante de questões, as mais relevantes, no destino de nosso povo.

Sinto, envergonhado, desfechar-se no País, por conta e risco da minoria dominante, campanha que visa a transformar a opção pelo parlamentarismo (já consagrada pela douta Comissão de Sistematização) e o mote inspirador do movimen-

to que norteou trabalho em cúmulo de anarquia, em um amontoado de asnices.

Fácil compreender-se a existência de interesses contrariados. Mas tais interesses não são os do povo, visto que atinentes a pessoas e grupos cujo maior temor é a perda de seus inconfessáveis privilégios.

No presidencialismo, esse **lobbyists** atuam tranqüila e impunemente, não só com a expectativa, mas com a certeza de pleno êxito. Os negócios são celebrados entre indivíduos sobretudo com reduzida participação interpessoal.

Já no parlamentarismo o debate institucional canaliza o ato político a elevadas dimensões éticas e morais (atualmente relegadas a último plano), no trato de matérias trazidas pelo Governo; minimiza vícios considerados incorrigíveis no presidencialismo e, em decorrência das cobranças diretas do povo, reforça a necessidade de maior empenho, preparo e qualificação por parte dos próprios parlamentares.

O parlamentarismo é a forma democrática com mais chances de enfrentar problemas como os que estão conduzindo os brasileiros e o Brasil à situação que nos encontramos.

Todos os que acirramentamente combatem esse sistema fazem-no, certamente, por saberem que, a partir de sua adoção, serão co-responsáveis nas decisões do Poder Executivo, não podendo, portanto, permanecer, como até agora, no papel de meros avalistas dos "negócios" do Governo via de regra maus para o povo e o País.

O parlamento há de ser, estou seguro disso, forte, eficaz e vigilante, denunciando, criticando, participando e fiscalizando, no pleno exercício dessas prerrogativas essenciais a qualquer Legislativo que se preze.

Se nos idos da chamada Revolução, por exemplo, parlamentar fosse o sistema, quantos membros de gabinete teriam caído, demitidos em razão de seus repetidos e sucessivos atos irresponsáveis (nem sempre de caráter simplesmente tecnocrático).

O caso Lufala daria margem a várias punições.

O do cheque administrativo ao banco seria outro cujos autores não ficariam isentos de penalidades.

O escândalo Coroa-Brastel certamente poria fim ao gabinete, naquele momento de nossa história.

O Relatório Saraiva não seria considerado segredo de Estado, permitindo-se que a Nação dele tornasse inteiro conhecimento.

Estaria, assim, o parlamento atuando legitimamente e coerente com as demandas populares.

Da mesma forma, a exportação fraudulenta de pedras preciosas, cuja prática se perpetua, pela impunidade dos envolvidos.

E os empréstimos de mão-beijada para salvar instituições financeiras da falência, todos eles danosos para a economia nacional?

Tentam, ainda, os defensores do presidencialismo argumentar que não temos cultura política para vivenciar um regime de governo parlamentarista.

Esquecem-se, pobres desmemoriados, da força de vontade que mobilizou até Brasília, idosos, aposentados, trabalhadores e trabalhadoras do campo e tantos outros, consciente de seu papel nesta Constituinte, de sua luta em prol de uma Carta maior e melhor.

Argumento similar, aliás, já fora usado por aqueles aos quais não interessava que explorássemos nosso petróleo. Diziam, então, faltar-nos **know how**. E só o esgotamento progressivo desse combustível fóssil os levou à revelação dos locais onde se encontravam nossos mananciais fossem no subsolo, fossem no mar litorâneo...

Argüiu-se, outrossim, que a exploração de fontes naturais e a pesquisa de outras fontes alternativas eram inviabilizadas pela falta de tecnologia e de mão-de-obra especializada.

A realidade dos atuais vem desmentindo os arautos do fatalismo e do colonialismo, como, agora, há de desmentir suas falaciosas previsões, relativamente ao parlamentarismo, em vias de aprovação por esta Assembléia.

Esta decisão objetiva um Brasil sério e soberano.

É nosso dever colaborar para sua reconstrução, criando o sistema que, pelas razões salientadas, me conduziu a ser parlamentarista.

Só com o parlamento se discutirá lado a lado com a sociedade brasileira, até hoje alijada do processo decisório justo ela, que, de uma ou de outra forma, paga pelos custos e arca com os prejuízos de tantas e tão más políticas dos enclausurados programas governamentais. Entre esses citamos, apenas, as grandiosas obras ou as monumentais importações que, devida e previamente debatidas e avaliadas, certamente não seriam concretizadas pelas ações quase imperiais do Executivo, o qual cederia à vontade e aos interesses efetivamente nacionais.

No vislumbre de um parlamento responsável, meu voto por esse sistema corrobora o compromisso assumido durante a campanha eleitoral, com o povo, o qual me honrou com a participação nesta Assembléia Nacional Constituinte. Ainda mais do que a honra, sinto a responsabilidade de atender aos reclamos da Nação, de modo que a futura Carta Magna faculte o nascimento de um novo Brasil.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a hegemonia da Rede Globo de Televisão é alguma coisa que está ultrapassando os limites. O Presidente das Organizações Globo, Dr. Roberto Marinho, é um verdadeiro senhor do raio e do trovão: aprovou o Plano Cruzado, deu toda a força ao Governo enquanto lhe convinha, e agora, há questão de uma semana, entrevista de um repórter da TV Globo com o Sr. Fernão Brasher, que renegocia a dívida externa brasileira em Nova Iorque, deu-nos a certeza de que o Dr. Roberto Marinho não está mais apoiando o Governo Sarney.

Estamos transformando o Brasil num País onde as pessoas ou são amigos da Globo ou não lhe merecem confiança. Convenhamos que é muito pouca civilização para um País tão grande como o nosso.

Quero denunciar, Sr. Presidente – e casualmente amanhã vamos debater o Capítulo Das Comunicações – um verdadeiro escândalo que está acontecendo no Rio de Janeiro. Um empresário chamado Marcos Lázaro comprou o maior espetáculo popular brasileiro, o Carnaval, pela importância de 525 mil dólares, ou 79.565 OTN, o que é muito dinheiro, convenhamos. Mas, até aí tudo bem. Em seguida, ele tratou de vender

o espetáculo, como concessionário, para empresas de televisão. De acordo com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – ficou estabelecido, certo tempo atrás, que haveria um **pool** de televisão, ou seja, a maior festa popular do Brasil, o Carnaval, seria transmitida por todas as emissoras de televisão, ou quase todas, individualmente, cada uma dando seu enfoque, seu áudio, por intermédio de seus profissionais.

Pois bem, agora para minha surpresa, Sr. Presidente – e aqui o escândalo – num negócio em que não houve concorrência por parte da Riotur, a Rede Globo de Televisão acaba de comprar do Sr. Marcos Lázaro a exclusividade do espetáculo, deixando todas as demais emissoras fora da maior festa brasileira.

Isso não pode ficar assim. Afinal de contas, daqui a pouco o monopólio da Rede Globo de Televisão será tão grande que o melhor que se poderá fazer é trazer o Dr. Roberto Marinho para o Palácio do Planalto, a fim de que ele administre diretamente o País daqui, e não do Rio de Janeiro, como está fazendo agora.

Então, Sr. Presidente, encaminhei a Receita Federal um pedido de informações a propósito dessa quantia de 525 mil dólares, ou 74.565 OTN, que o Sr. Marcos Lázaro pagou a vista pelo espetáculo.

Consta que há contravenção no meio: um bicheiro chamado Capitão Guimarães estaria bancando esse jogo. Esta Assembléia Nacional Constituinte, no momento em que se pretende moralizar o País, deve, obrigatoriamente, colocar um ponto final no vôo dessa gente, ou amanhã ou depois ainda poderemos pagar muito caro por isso.

Este é o registro que gostaria de fazer neste final de sessão, dizendo que estamos atentos a mais este escândalo, patrocinado pela Rede Globo de Televisão, e que está ocorrendo na Cidade do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a exemplo do que ocorreu com os companheiros Humberto Souto e Mendes Thame, eu assistia ao noticiário das 20 horas, da Rede Globo de Televisão e, posteriormente, ao da TV Manchete, quando fui surpreendido com a informação de que o Conselho Nacional de Energia Nuclear teria definido algumas áreas do território brasileiro para construção de depósitos de lixo atômico:

Esta surpresa se acentou, Sr. Presidente, quando tomei conhecimento de que o meu sofrido Estado, o Piauí – que não é lembrado pela CNEN e sequer por outros órgãos da administração federal no momento da alocação de recursos, concessões de benefícios ou de acesso a melhorias – teve duas áreas delimitadas pela CNEN, destinadas aos referidos depósitos atômicos.

Sr. Presidente, quero dizer que o Piauí não aceita, em hipótese alguma, que a CNEN instale em seu território depósitos para lixo atômico. Achamos que uma legislação deve ser urgentemente preparada para definir essa matéria de uma vez por todas. Admito até que o material radioativo utilizado para fins pacíficos e hospitalares em cada Estado possa ser depositado em área delimitada

pelos respectivos governos, ouvidas as autoridades locais, enquanto se encontra uma solução mais adequada para o problema. Mas jamais a CNEN de Brasília, do Rio, ou de onde quer que seja poderá definir o Estado do Piauí como uma das áreas destinadas ao depósito de lixo atômico.

Lanço aqui o meu protesto contra essa deliberação da CNEN e afirmo às autoridades da Comissão que não calarei minha voz, como não o farão outros representantes do Estado do Piauí, nem o nobre Senador João Lobo, aqui presente. Não permitiremos que este atentado seja cometido contra o nosso Estado.

Sr. Presidente, este o registro que queria fazer na Assembléia Nacional Constituinte. Prometo que voltarei, em oportunidades posteriores, a falar sobre a matéria.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, caros colegas Constituintes, nos últimos anos vem acontecendo no Brasil um exemplo gritante do descaso da indústria farmacêutica para com o povo brasileiro. Se, de um lado, existe uma plethora de remédios nas farmácias – muitos deles inócuos, desnecessários, quando não tóxicos e com efeitos colaterais graves – de outro, num verdadeiro paradoxo, existe a falta de vários medicamentos essenciais. O exemplo recente mais dramático é o da morfina.

Analgésico extraído do ópio, conhecido e usado há dezenas de anos pela sua excelente capacidade de aliviar a dor, o produto está em falta no mercado brasileiro.

A morfina ainda é, talvez, o analgésico mais poderoso conhecido, sendo usado principalmente para combater as dores viscerais profundas e intensas, como, por exemplo, as dores do câncer avançado, dos grandes ferimentos e traumatismos e das cirurgias extensas.

Os sucedâneos da morfina – como o dextropropoxifeno – não são tão eficazes quanto ela. Além disso, nos pacientes terminais, ao lado de aliviar a dor, ela tem ainda uma ação sedativa, produzindo também leveira euforia, o que é muito importante, pois tais pacientes, de modo geral, se encontram profundamente intransqüilos e deprimidos.

Originalmente um sal – o cloridrato de morfina – era fabricado pelo Laboratório Merck, uma multinacional alemã. Diluindo este sal em água destilada estéril, vários laboratórios produziam as ampolas.

Em nossa opinião, a falta de morfina no mercado tem duas razões principais:

1º É um produto relativamente barato, pouco rentável, havendo, assim, desinteresse dos laboratórios em produzi-lo.

2º Sendo substância que pode levar facilmente à dependência – pois é um entorpecente ou narcótico – sua dispensação é rigidamente controlada. Em síntese, é um produto farmacêutico que dá trabalho, por causa do rígido controle, vende relativamente pouco e é barato. Assim sendo, ele não interessa àquele capitalismo selvagem que vê na indústria farmacêutica apenas lucro fácil e rápido, como acontece, por exemplo, com certos xaropes que se vendem aos milhares para serem utilizados, em dose alta, como drogas de abuso.

Atitudes como essa das multinacionais farmacêuticas, recusando-se a produzir drogas de sacrifício como a morfina, que lhes dão pouco lucro, são piores do que aquela da Autolatina que, acintosa e despidoradamente, aumentou o preço dos seus veículos acima da tabela permitida pelo Governo. Além de colocarem no mercado brasileiro veículos de qualidade inferior aos do mercado internacional, que têm cerca de 200 itens e/ou acessórios a mais nesses carros exportados, essas multinacionais ainda desafiam o Governo brasileiro aumentando os seus preços, onerando o já sofrido consumidor brasileiro.

Quando vieram para o Brasil, essas transnacionais receberam todo o apoio e facilidades, como isenção de impostos e outras coisas semelhantes. Depois, já estabelecidas, começam a aplicar as próprias leis, como, por exemplo, o aumento de preços e eliminação do mercado dos produtos de baixa lucratividade.

No caso particular da morfina, julgo que temos a possibilidade de uma solução a curto prazo: consiste em sensibilizar o novo Ministro da Saúde, o Deputado Borges da Silveira – colega parlamentar que, durante a sua militância nesta Casa, se mostrou tão atento às questões sociais – para autorizar a CEME – Central de Medicamentos, a adquirir o sal, o cloridrato de morfina, no mercado internacional de insumos farmacêuticos e, com ele, fabricar o produto em falta no nosso País. Fazendo isso, S. Ex.^a estará mostrando sua preocupação de médico e de homem público consciente de sua missão. Estamos dirigindo, ainda hoje, um apelo nesse sentido a S. Ex.^a.

É uma questão de caridade cristã permitir que os pacientes terminais possam ao menos morrer dignamente.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, completou trinta anos de fundação a Universidade Federal do Pará, que, durante esses três décenios, tem contribuído, decisiva e patrioticamente, para o desenvolvimento cultural do Estado a da Região Amazônica.

Fundada a dois de julho de 1957, através de um decreto do Presidente Juscelino Kubitschek, cujo nome é venerado pelos paraenses, foi seu primeiro reitor o Professor Mário Braga Henriques, destacada figura dos meios culturais do nosso Estado, dedicando-se, inteiramente, à tarefa educacional, como autêntico pedagogo.

Hoje a Universidade Federal do Pará é dirigida pelo Magnífico Reitor José Seixos Lourenço, uma das mais destacadas figuras do nosso meio intelectual, conhecido pela probidade e discernimento com que dirige aquela instituição cultural, sempre preocupado com a sua modernização e demonstrando um espírito liberal que contenta, ao mesmo tempo, os corpos docente e discente.

Nesses trinta anos, a Universidade Federal do Pará atraiu estudantes de todo o Estado e dos Estados vizinhos, sempre fiel à inspiração do seu inovável fundador, que emprestou maior dinamismo ao ensino universitário do País, principalmente nas regiões menos desenvolvidas.

Diante do desempenho desses três lustros, temos certeza de que a excelente universidade paraense continuará na sua missão desenvolvimentista, lutando, também, para que a Amazônia, antes do fim do século, esteja inteiramente integrada

com as outras regiões do País, pelo crescimento harmônico, político, econômico e cultural da nacionalidade.

Queremos, neste instante, cultuar a memória do Presidente Juscelino Kubitschek, lembrar o magnífico trabalho de Mário Braga Henriques e desejar ao Reitor José Seixos Lourenço que conduza os destinos dessa brilhante instituição com o mesmo descritivo que o tem caracterizado, até hoje.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a quem não interessa a preservação do dispositivo que garante aos trabalhadores a não-prescrição de seus direitos no curso do contrato de trabalho e até dois anos após a rescisão do mesmo?

A supressão desse dispositivo interessa tão-somente aos empresários que querem o amparo da lei para não serem obrigados a honrar integralmente seus compromissos oriundos da relação de trabalho. Esse desejo de suprimir tal garantia evidência a má fé da classe empresarial. Por outro lado, estabelece uma discriminação inaceitável entre o bom e o mal pagador, que assim seria beneficiado por cometer um ilícito que se constituiria na subtração de parcelas salariais que nunca mais, nem na instância judiciária, poderiam ser reavidos pelo trabalhador.

A Comissão de Sistematização, ao aprovar a nossa emenda, agiu com soberania, no interesse de toda a sociedade, evitando distorções inaceitáveis.

Aqueles que preferem os tribunais entulhados de reclamatórias trabalhistas; aqueles que preferem que o empregador não pague os direitos que a lei determina aos trabalhadores, porque na Justiça são obrigados a ressarcir apenas dois anos dos valores subtraídos do trabalhador, devem refletir com mais responsabilidade sobre o assunto.

A matéria, tão polemizada, tem a seguinte redação: "Não incidência da prescrição no curso do contrato de trabalho, até dois anos da sua cessação". A emenda que introduziu esse dispositivo contou com o apoio de mais de cem Constituintes e, ainda, mais de um milhão de assinaturas na emenda popular sobre os direitos dos trabalhadores.

A introdução do referido dispositivo é matéria há muito discutida por Parlamentares dos mais diversos partidos. Damos o exemplo do ex-Deputado Randolph Bittencourt, que tinha projeto nesse sentido e, além dele, mais os seguintes Parlamentares: Senador Nelson Carneiro, Projeto de Lei nº 176/76; Deputado Lincoln Grilo, Projeto de Lei nº 2.698/76; Deputado José Maurício, Projeto de Lei nº 4.426/77; Deputado Celso Peçanha, Projeto de Lei nº 1.566-A/79, e Senador José Sarney, Projeto de Lei nº 185/75. Este último teve parecer favorável nas Comissões de Constituição e Justiça, Legislação Social e Finanças do Senado.

Como se vê, até o atual Presidente da República José Sarney defendeu a proposta aprovada na Comissão de Sistematização.

A tese por nós defendida encontra respaldo nas seguintes argumentações: a imprescritibilidade já é garantida na legislação ordinária aos

trabalhadores rurais desde 1972, e não houve qualquer problema: a OAB, através de seu Conselho Federal, emitiu parecer favorável à aprovação da imprescritibilidade; a supressão do dispositivo permitiria a continuidade da impunidade àqueles que não cumprem suas obrigações trabalhistas e ainda acabaria estimulando a prática de não pagar integralmente as parcelas trabalhistas.

Por isso tudo, entendemos que a não-prescrição dos direitos trabalhistas será mantida até o final, pois antes de mais nada ela é uma proposta moral e ética que visa a cobrir a impunidade e o desrespeito com a classe trabalhadora.

O SR. JOÃO PAULO (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, preocupa-nos a todos o resultado da aplicação da Portaria nº 3.291, de 24 de setembro de 1987, do Ministério do Trabalho. Segundo dispõe o documento, a fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho somente poderá comparecer a empresas com até dez empregados, atendendo a denúncia de um dos funcionários ou do sindicato da categoria, perdendo, portanto, a iniciativa de exercer seu mister.

Segundo o Dr. Fahid Tahan Sab, Presidente da Associação dos Agentes de Inspeção do Trabalho de Minas Gerais, a portaria significa, em última análise, a supressão da fiscalização, já que, numa empresa de pequeno porte, o surgimento de uma denúncia contra o empregador acarretará a demissão de quem o houver denunciado; é certo que a portaria estabelece o sigilo acerca do agente da denúncia, mas nunca poderá ser efetivo esse sigilo, tanto mais porque em um universo reduzido de empregados mais fácil será para o patrão descobrir a autoria da denúncia, ainda que seja necessário coagir os demais funcionários.

Portanto, diante do temor de represálias, acredita-se que os empregados não se aventurarão a fazer qualquer tipo de reclamação, já que o comparecimento de um inspetor será prova, para o patrão, de que houve denúncia.

É interessante notarmos que a mais expressiva reação contra a portaria parte precisamente dos Agentes de Inspeção do Trabalho, sem que os sindicatos de trabalhadores tenham ainda se pronunciado sobre o assunto. A propósito, reuniram-se em Teresina inspetores de todo o País, aprovando um documento de repúdio ao instrumento legal, afirmando ter o ato do Ministro do Trabalho dividido os trabalhadores brasileiros em duas categorias: a dos que gozam da proteção trabalhista, por laborarem em empresas com mais de dez funcionários, onde a fiscalização do Trabalho tem iniciativa para atuar, e a daqueles que ficam à margem dessa proteção e que, desafortunadamente, representam a grande maioria dos trabalhadores brasileiros.

Trata-se de instrumento cuja aplicação contraria a propalada opção do Governo pelo social e que acarretará o estímulo ao descumprimento das leis trabalhistas em oitenta por cento das empresas existentes no País, em detrimento de milhares de trabalhadores que ficarão mais expostos à desobediência de obrigações trabalhistas, como registro em carteira profissional, pagamento de salários, férias remuneradas, descanso semanal e horário fixo de trabalho, com prejuízos ainda atinentes à assistência médica e previdenciária, inscrição no Fundo de Garantia do Tempo de

Serviço, no Programa de Integração Social, seguro-desemprego etc.

Cumpre acrescentarmos, Sr. Presidente, que se o trabalhador é o objeto das leis de proteção ao trabalho, não poderá ele ser discriminado em razão do porte da empresa em que esteja empregado. A proteção e o resguardo de trabalhadores de pequenos ou grandes empreendimentos deverão ser iguais e coerentes. Diante da alteração de critério, fere-se o princípio constitucional de que todos são iguais perante a Lei, já que a aplicação da Portaria induzirá à retração os trabalhadores de pequenos empreendimentos diante de infrações de que sejam vítimas.

Por outro lado, é dever do Agente de Inspeção do Trabalho fazer cumprir a lei; em havendo infração não seguida de denúncia, mesmo que o agente tome conhecimento da infringência das leis trabalhistas, não poderá ele ter iniciativa de promover a autuação da empresa, incorrendo, pois, em omissão passível de punição administrativa; tal ocorre porque uma portaria não tem poderes para suprimir determinações de leis hierarquicamente superiores e mesmo amparado pela Portaria nº 3.291, o Agente de Inspeção estará descumprindo leis que determinam a autuação.

Não nos esqueçamos, ainda, de que a malfadada portaria estabelece a certeza da impunidade para os administradores de pequenas empresas, que se sentirão estimulados a infringência das leis em benefício da auferição de lucros em maior monta.

Por estas razões, Sr. Presidente, apelamos ao Ministro do Trabalho no sentido de que providencie a revogação do referido instrumento legal, de forma que todos os trabalhadores brasileiros continuem abrigados sob a proteção da fiscalização trabalhista, amparados diante de ganância de muitos maus empregadores que, infelizmente, colocam o lucro pessoal acima dos valores mais elevados de respeito à pessoa humana e à dignidade do trabalho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com satisfação, nesta data, na Comissão de Sistematização, conseguimos aprovar diversas emendas referentes aos aposentados e pensionistas.

Aprovou-se pela Emenda Floriceno Paixão o direito de aposentadoria com o último salário, e a manutenção do seu valor real

O direito de pensão passa a ser comum a ambos os sexos.

Conseguimos mudar o texto do Projeto de Constituição II concedendo à mulher aposentadoria aos 60 anos de idade, e retornando a aposentadoria da professora aos 25, e a do professor aos 30 anos de trabalho.

Não foi possível aprovar a emenda da pensão integral, por uma simples palavra, mas estamos certos de que, no Plenário da Constituinte, o conseguiremos.

A luta continua, e chegaremos aonde queremos.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS - PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs.

Constituintes, neste 15 de novembro, a República completa 98 anos e o jornal **O Liberal**, de Belém, comemora 42 anos de fundação. Para o Pará, ambas as datas são significativas e apropriadamente reverenciados.

Falar da importância e das realizações desse modelar periódico é falar sobre Rômulo Maiorana, o extraordinário e vibrante filho de Pernambuco, que desembarcou em nossa Capital em 1953, já com 31 anos de idade, e lá decidiu lançar âncora.

Dinâmico e trabalhador, alcançou sucesso em seus vários empreendimentos e deu um passo decisivo, 8 anos mais tarde, em direção à compra de "**O Liberal**," que se encontrava em estado de crise e que, por isto, ninguém teria coragem de comprar. Rômulo a teve e não hesitou em vender lojas, dedicando-se inteiramente à nova atividade.

Sua ascensão à frente do jornal data de maio de 1966. A comunicação começava uma trilha nova, tendo guia destemido, ativo e progressista e que confiava na função da imprensa no desenvolvimento do País.

Com Rômulo, começou nova etapa de **O Liberal**, com o apoio dos funcionários, que se sentiram seguros, quando o novo proprietário, sem demitir, assumiu o tempo de serviço de todos, num gesto de confiança e humildade. Era uma demonstração inequívoca, e foi assim, assentado na confiança recíproca, que o jornal voltou a crescer.

Enquanto isso, para ali voltavam expressivas figuras, como Hélio Gueiros e Newton Miranda, ao lado de gente nova e altamente capacitada, com destaque para Walter Guimarães, Helena Cardoso, Odacyl Cattete, Guaracy de Brito e Eládio Malato.

Em 1968, iniciou **O Liberal** as grandes mudanças que iriam revolucionar a imprensa do Pará, comprando uma nova rotativa. Quatro anos depois, inaugurava o off-set.

Não satisfeito com **O Liberal** apenas, Rômulo adquiriu a **Folha do Norte**, reforçando sua equipes com antigos companheiros da família Maranhão e novos editores, como Ossian Brito, Cláudio Leal, Ana Diniz e Aldo de Almeida.

Em 1979, iniciou um consistente trabalho de modernização, introduzindo o sistema de computação da **Phantom**, com oito computadores, alguns com a velocidade de 150 linhas por minutos, verdadeira revolução tecnológica, na ocasião.

Três anos mais tarde, a composição de **O Liberal** passou a trabalhar com o disquete magnético da Compugraphic americana, sendo introduzidos os dois primeiros computadores de alta velocidade de impressão, em papel fotográfico, com velocidade de mil linhas por minuto.

Em 1986, não satisfeito com as melhorias introduzidas, Maiorana substituiu o disquete magnético pelo sistema **on line**, no qual os próprios digitadores comandam à distância o computador, auxiliados por duas memórias de 40 milhões de caracteres. Já doente e no Sul do País, nova iniciativa: comprou o sistema de terminais inteligentes – Autográfica AD-500 para a redação. Era o pioneiro Rômulo, que fazia de **O Liberal** o terceiro jornal a utilizar o novo sistema.

Ele estava muito doente e somente viu a AD-500 em fita de vídeo. Mas não viu o scanner a laser, que comprou três anos antes de perecer.

Rômulo Maiorana não se limitou a atuar na imprensa escrita. Em 1969, comprou de Moura Carvalho a Rádio Liberal. Ali também brilhou o dinamismo de Rômulo, que deu mais espaço à Rádio, modernizando-a e determinando que se seguisse o padrão de seriedade e presteza do jornal, segundo lembra Guaracy Júnior, que acrescenta:

"O transmissor só tinha dez quilos e ele comprou um de 25. Conseguiu a onda tropical, que não tínhamos. Deu responsabilidade ao rádio paraense, onde se via estúdio obsoleto, comprando modernas mesas de áudio e motorolas, que permitem a entrada do repórter de diversos pontos".

As mudanças foram rápidas, de acordo com o estilo de Rômulo, conforme recorda João Carlos:

"A gente sentia o dinamismo. Ele equipou a rádio com o que havia de mais moderno e fomos a primeira do Norte e Nordeste a ter 25 quilowatts na antena. Foi rapidinho. Quando ele deu a dica, já estava com todo o equipamento comprado em São Paulo. Foi um dos primeiros transmissores nacionais".

Em 1982, ele lançou a Rádio Liberal FM, hoje filiada ao Sistema Globo de Rádio. Ela está presente em diversas programações musicais e movimenta o público em vários eventos. Hoje é dirigida por Ronaldo Maiorana, que lidera uma equipe jovem como ele próprio.

A Rádio Liberal FM reúne, em uma programação de 24 horas diárias, variedades, esporte e jornalismo, mantendo um padrão de cobertura que se traduz na participação em eventos importantes, como a abertura da Constituinte, quando foi a única emissora do Norte a ter repórter diretamente de Brasília.

Vitorioso na imprensa escrita e falada, era imperioso, para Maiorana, vencer também na televisão. Em 27 de abril de 1976, na presença do Ministro das Comunicações, Euclides Quandt, foi inaugurada a TV Liberal Canal 7, a primeira emissora de TV de todo o Norte, Nordeste e Brasil Central a ter programação inteiramente a cores.

Um detalhe expressivo a registrar é que, entre a aquisição de um terreno, na Avenida Nazaré, e a primeira imagem no ar, decorreram apenas oito meses. E, para que todos pudesse acompanhar os trabalhos, mandou montar um cronograma em acrílico. O prédio foi especialmente projetado para estação de TV, e o responsável foi o engenheiro Wilson Brito, ex-Diretor de Engenharia da TV Globo.

Não é demais lembrar que todo o equipamento era da RCA e veio diretamente de Nova Iorque, em um Boeing cargueiro da Varig, fretado por Maiorana. Havia equipamentos que eram os primeiros entregues pela fábrica, no mundo todo.

Desde sua primeira imagem, a TV Liberal conquistou liderança de audiência, com áudio e vídeo perfeitos, beneficiados pela privilegiada posição geográfica, que ilegível sejam os sinais muito bem recebidos ilegível.

Hoje, a TV Liberal pioneira na operação de equipamentos digitais, como o Gênesis I e o Ultimate 200.

O mais importante é a cobertura do Estado com equipamento e enlaces próprios, que Rômulo não chegou a ver. Partes dos municípios serão interligadas por enlaces microondas e partes por enlace de UHF, e os mais distantes por sinal de satélite.

Conforme se pode verificar de tudo o que for dito, Rômulo Maiorana revolucionou a imprensa do Pará e, consequentemente, a vida de seus habitantes, sobretudo os de Belém.

Característica marcante de Rômulo era sua capacidade de se tornar amigo de todos os que com ele lidavam. Era um amigo que ajudava os próprios concorrentes, segundo o testemunho de Jorge Colares, porque neles via, antes de tudo, seres humanos, seus semelhantes.

Homenageando O Liberal e Rômulo Maiorana, estamos prestando justas honrarias ao trabalho sério, à eficiência profissional e à consciência social de uma família das comunicações, cujo chefe escolheu o Pará e lá deu os melhores exemplos que um cidadão pode legar às gerações que hão de vir.

Sr. Presidente, para finalizar, peço a V. Ex.^a quê faça transcrever nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte carta que recebi do Rotary Club de Ananindeua, contendo protesto contra a inclusão da Serra do Cachimbo, Estado do Pará, como área de depósito do lixo atômico do País.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR.

14 de outubro de 1987

Exm.^º Sr.
JORGE WILSON ARBAGE
DD. Deputado Federal Constituinte
SQN 202 – Bloco J – Ap. 401
70000 – BRASÍLIA – DF

Senhor Constituinte:

Em nossa última reunião do dia 13 pretérito, nosso Clube aprovou por unanimidade matéria a qual apraz-me levar ao conhecimento de V. Ex.^a e, ao fim, solicitar vossa providência o que a seguir passo a expor:

I – por indicação da Comissão de Energia Nuclear, tendo à frente o Sr. REX NAZARETH, lembra em "boa hora" (somente nestes casos) o esquecido Estado do Pará, para a implantação do Depósito de Lixo Nuclear na Serra do Cachimbo, a oeste do Pará;

II – que esta maldita medida impõe um grande descontentamento à pacata população do nosso Estado, ocasionando uma intranquilidade à sociedade paraense e consequentemente trará, no futuro, prejuízos danosos a esta coletividade, comprometendo seriamente a saúde dos nossos filhos;

III – que até hoje o Programa Nuclear em nada beneficiou este Estado. Que vivemos com os nossos próprios recursos naturais, desfrutando de um salutar bem-estar e não é justo que agora nos tirem essa tranqüilidade. Se o lixo nuclear é tão inofensivo como afirma ser o Sr. REX, que fique

por lá mesmo, para que mais tarde, no futuro nossos filhos possam orgulhar-se do País em que vivem.

Destarte, Senhor Constituinte, à vista do exposto, permita-me apresentar-lhe a nossa posição à respeito:

1 – o nosso PROTESTO ao projeto de implantação do Depósito de Lixo Nuclear em nosso Estado;

2 – o nosso REPÚDIO à Comissão de Energia Nuclear pelo maléfico projeto em questão; e,

3 – o nosso APELO a V. Ex.^a, no sentido de enviar todos os esforços possíveis para impedir a efetivação do projeto no Congresso Nacional. É NOSSA ESPERANÇA.

Senhor Constituinte, estou a seu dispor para o momento, na oportunidade apresento a V. Ex.^a protestos de consideração e apreço, muito.

Atenciosamente, Ignácio da Silva Oliveira, Presidente.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.)

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dentre as delegações de professores que têm vindo a Brasília, procedentes de diferentes Estados do País, a fim de apresentar aos parlamentares da Assembléia Nacional Constituinte as reivindicações do professorado brasileiro em favor da educação, do ensino e do magistério, recebemos nesta semana a visita de uma representação de 28 professores da Escola Estadual de Primeiro Grau "Coronel Almeida", Escola Estadual "Professor Benedito Borges Vieira", Escola Estadual de Primeiro Grau "Alfredo Roberto", Escola Estadual de Primeiro Grau "Professora Maria Isabel Santos Mello" e Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus "Professor Aristóteles de Andrade". À frente dessa representação, recebemos os professores Nilza Moreira Ramos, Sueli de Fátima Martins, Main Bernardes de Freitas, Heloísa Helena Giusti, Aurora Emiko Komada Fujino, Maria Luíza Aparecida de Andrade e Isabel Dias Pinto, que viajaram mais de 2.000 quilômetros para

trazerem à Assembléia Nacional Constituinte, de viva voz, as razões e postulações do professorado paulista. Trouxeram ainda memoriais com centenas de assinaturas de colegas de diferentes escolas, inclusive da Escola Estadual de Primeiro Grau "Professora Vassilissa Trandafilov Silva", de Mogi das Cruzes, também, como as anteriormente citadas, e representação subscrita por cerca de 200 professores das escolas da Rede Municipal de Ensino, de Mogi das Cruzes, bem como significativo documento de 22 colegas da EEPG "Cel. Almeida", com a mensagem do Prof. Shigae Watanabe, diretor-executivo da Academia de Ciências do Estado de São Paulo, defendendo "Educação de bom nível para todos".

Ao regressarem a Mogi das Cruzes, os professores que vieram a Brasília, mobilizando-se na luta do magistério por mais recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e pela defesa da escola pública, com a valorização do professorado, levaram consigo o testemunho do quanto trabalha esta Assembléia Nacional Constituinte, e de como é distorcida, de boa ou de má fé, pelos meios de divulgação de massa, a imagem do Poder Legislativo e dos represen-

tantes que o povo livremente elegeu, em 15 de novembro último, para integrar o Congresso Nacional, elaborar uma nova Constituição, que já vai vigorar em 1988, e votar, a seguir, toda a legislação complementar e ordinária necessária à aplicação prática da nova Carta que estamos concluindo.

Mobilizando-se, o professorado paulista e os colegas de todo o Brasil dão às novas gerações um exemplo de luta que deve ser respeitado e aproveitado na formação do Brasil de amanhã.

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, quando se iniciou a construção de Brasília, cujo principal objetivo era promover o desenvolvimento da região central do Brasil, não faltaram críticas nem desaprovação. Entretanto, apesar de todos os obstáculos, houve quem acreditasse, e foi concretizado o sonho do presidente Juscelino: Brasília foi construída e hoje, em toda a sua pujança, não pára de crescer, cumprindo a finalidade para a qual foi concebida, trazendo progresso e riquezas para o Centro-Oeste brasileiro.

Parece que o mesmo está a ocorrer com a idéia da implantação da Ferrovia Norte-Sul. Muitos brasileiros inconscientes criticam o projeto, sem se deterem para uma análise mais acurada dos enormes benefícios que redundarão de sua construção que, semelhante a Brasília, visa à desconcentração do desenvolvimento brasileiro.

O Programa do Brasil Central nada mais é que o resultado de longo planejamento, por parte do Governo, no sentido de viabilizar economicamente essa vastíssima região. A área da influência da ferrovia Norte-Sul supera 1 milhão e 140 mil hectares de solos, férteis em sua maioria, apresentando excelentes condições para reflorestamento, repletas de recursos hídricos, inclusive para geração de energia, e ainda de consideráveis reservas minerais, que até hoje não puderam ser exploradas por falta de transporte de baixo custo.

Com gastos de apenas 8,3% do crédito agrícola, dentro de pouco tempo será possível produzir cerca de 30 milhões de toneladas/ano, em apenas pouco mais de 10% do total daquela área. Grandes projetos de reflorestamento ali poderão ser implementados, pois é uma das poucas áreas contínuas para tal atividade, em todo o mundo, ou seja: 5 milhões de hectares propícios a madeiras próprias para a produção de celulose, cavacos de madeira e carvão vegetal.

Ora, sabe-se que a região produz eucalipto em seis anos, e sua celulose, de fibra curta, é hoje considerada uma das melhores do mundo, tão boa quanto a de fibra longa, obtida em países tradicionalmente produtores de celulose, cujas árvores só podem ser industrializadas cerca de 40 anos após o plantio. Com tal vantagem, ocupando aquela área do Brasil Central, brevemente poderíamos dominar o mercado mundial de celulose de fibra curta.

Por outro lado, os cavacos de madeira, além de suprir nossas deficiências de energia, permitiriam a oferta de combustível renovável não-poluentes, de grande aceitação em todo o mundo. Já o carvão vegetal obtido do reflorestamento ensejará a criação de grande parque de ferro-gusa

de alta qualidade, suficiente para abastecer o mercado interno e o externo.

As grandes reservas minerais e o gás do Norte do País se combinariam para a produção do ferro-liga, do ferro-esponja e de outros insumos igualmente necessários no Brasil e no exterior.

Toda a vasta área do Estado de Goiás, até Açaílândia, no Maranhão, possui condições de clima, solo, água, energia, produtos vegetais e agrícolas ideais para a formação de grande parque agroindustrial e industrial, e ainda para desenvolvimento de pecuária de boa qualidade.

Além do desenvolvimento do Brasil Central e da integração das diversas regiões, por meio de transporte de custos baixos, a ferrovia Norte-Sul contribuiria para mitigar os efeitos da migração para as cidades do Centro-Sul, onde grandes contingentes humanos, marginalizados, se instalaram em favelas, apresentando reivindicações que o poder público não tem como atender.

Vale lembrar que, em países de grande extensão territorial, como os Estados Unidos, Canadá e União Soviética, foi através do transporte ferroviário que se deu o grande impulso no sentido do desenvolvimento. Para que possamos ocupar o imenso patrimônio representado pelo Centro-Oeste e Amazônia, integrando-o às diversas regiões, torna-se indispensável a existência de meio de transporte barato e confiável – e a ferrovia Norte-Sul desempenharia este papel. Decreto tal iniciativa deverá contrariar interesses de outros países, aos quais o alargamento de influência comercial do Brasil no mundo representa uma ameaça. Que não sirvam tais interesses de obstáculo à nossa soberania e ao nosso progresso.

Vale lembrar aos que alegam os gastos envolvidos em obra de tal magnitude a preocupação do Governo com o quadro da crise econômica. A construção da ferrovia e a implantação do Programa do Brasil Central foram cuidadosamente adaptados a essas circunstâncias. A quantia de 8 bilhões de cruzados, estimada para o início do empreendimento, está prevista e representada apenas 0,25% do Orçamento Fiscal, não aumentando o déficit nem significando desperdício, mormente ao considerarmos os enormes benefícios que representará. No que tange ao orçamento do Ministério dos Transportes, o custo dessa obra – que o Governo pretende fazer por etapas – será de apenas 3,7% dos recursos previstos. Considerando-se que, no ano passado, se dotou o Ministério dos Transportes com 7,3% do Orçamento Global da União e, para este ano, a proposta ora submetida ao Congresso é de 6,9% em relação ao total, vemos, ao contrário, reduzida a participação daquela Pasta.

Assim, críticas baseadas em números não refletem a realidade de que a área a ser cortada pela ferrovia tem tudo para transformar-se no grande celeiro do Brasil. Ali já são colhidos feijão, arroz, milho, soja e mandioca; bois, cavalos, porcos e aves provam que tudo propicia a criação; banana, laranja e frutas diversas são culturas plenamente indicadas para o clima local. No dia em que tudo isso estiver sendo produzido – e transportado – não mais teremos necessidade de importar carne, leite ou arroz, conforme tem sucedido ultimamente.

Até hoje, o modelo de desenvolvimento dos transportes do Brasil vinha sendo calçado no rodoviário, totalmente inadequado a um território continental como o nosso, onerando os custos do transporte e reduzindo a competitividade da agricultura, justamente quando mais precisamos ampliar as nossas exportações. Estudos do Ministério da Agricultura demonstram que a ferrovia tomará exequível tanto a produção nas áreas de cerrados e várzeas do Brasil Central quanto à comercialização da Amazônia e do Nordeste, além de estimular uma área agricultável de 10 milhões de hectares, com a implementação de novos investimentos em irrigação, energia elétrica e drenagem. Ao mesmo tempo, oferecerá a possibilidade de se praticarem cargas combinadas com minério de ferro nos portos de Tubarão, em Vitória, e de Ponta da Madeira, em São Luís, ampliando a presença brasileira no exterior.

Diante desses dados, Sr. Presidente, queremos crer que somente aqueles que não possuem a necessária amplitude de visão não conseguem – ou não querem – enxergar a importância da construção da Ferrovia Norte-Sul para a interiorização do desenvolvimento do País. Esses parecem também desconhecer a realidade sócio-econômica das regiões mais atrasadas, para as quais a ferrovia significará a redenção e integração aos Estados mais ricos e industrializados do País.

Assim, esperamos que o Presidente Sarney não se detenha ante críticas insensatas, nem dê guarida aos falatórios de grupos econômicos e de oligarquias que se interessam por manter o existente regime de colonialismo interno, que destrói o esforço do trabalhador, do empresário e das populações das regiões subdesenvolvidas do País. Ao contrário, que S. Ex.^a leve adiante a grandiosa obra que marcará sua passagem pelo Governo, registrando-o na História como um dos raros Presidentes deste País que, com visão do futuro, proporcionaram meios para aquela importante região brasileira livrar-se das peias do subdesenvolvimento, contribuindo, com suas riquezas naturais e humanas, para o engrandecimento e o progresso do País.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):
– Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de:

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

Não há oradores inscritos.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

AMARAL NETTO – Requerimento de informações ao Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República sobre as razões da não liberação, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, de empréstimo à Cia. Industrial Santa Matilde, Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Passa-se ao horário de:

VII – PRONUNCIAMENTOS SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL

Não há oradores inscritos.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Aécio de Borba – PDS; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Álvaro Valle – PL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Ueno – PFL; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; César Maia – PDT; Cláudio Ávila – PFL; Delfim Neto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Edésio Farias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Edmè Tavares – PFL; Eliézer Moreira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; França Teixeira – PMDB; Francisco Küster – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Cersósimo – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Jorge Leite – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; Júlio Campos – PFL; Koyu Iha – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luiz Freire – PMDB; Luiz Soyer – PMDB; Maluhy Neto – PFL; Márcia Kubitschek – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Messias Soares – PTR; Milton Lima – PMDB; Milton Reis –

PMDB; Myrian Portella – PDS; PMDB; Robson Marinho – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo PDT; Nestor Duarte – PMDB; Neuto Carvalho – PMDB; Ronaldo Cesar de Conto – PMDB; Nilson Gibson – Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Noel PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; de Carvalho – PDT; Orlando Pacheco Rubem Medina – PFL; Salatiel – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PMDB; PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Trevisan – PMDB; Paulo Marques – **Ilegível** – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, designando para a Extraordinária da próxima 2^a feira, dia 16 às 20:30 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Discussão

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16-A, DE 1987 (ANC)

Discussão única do Projeto de Resolução nº 16-A, de 1987 (ANC), que introduz alterações no art. 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; tendo parecer da Mesa, pela aprovação, com Substitutivo. (Do Sr. Álvaro Valle) – Anexos os Projetos de Resolução n.^{os} 19/87 (ANC) e 20/87 (ANC).

– *Encerra-se a Sessão às 20 horas e 12 minutos.*



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 150

TERÇA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 165^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1987.

I – Abertura da sessão
II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 192/87 – Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista – PDT, participando que o Senhor Constituinte Luiz Salomão substituirá Senhor Constituinte Carlos Cardinal na Comissão de Sistematização.

Nº 194/87 – Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista – PDT, participando que o Senhor Constituinte Adroaldo Streck substituirá temporariamente, na Comissão de Sistematização, ao Senhor Constituinte Luiz Salomão.

REQUERIMENTOS

Do Senhor Constituinte Haroldo Lima, Líder do Partido Comunista do Brasil – PC do B, participando que a Senhora Constituinte Lídice da Mata substituirá temporariamente, na Comissão de Sistematização, ao Senhor Constituinte Aldo Arantes.

Do Senhor Constituinte Siqueira Campos, Vice-líder do Partido Democrata Cristão – PDC, participando que o Senhor Constituinte Sotero Cunha substituirá temporariamente, na

Comissão de Sistematização, ao Senhor Constituinte Roberto Balestra.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE
Em 16-11-87

PRESIDENTE – Comunicação à Casa de viagem do Presidente Ulysses Guimarães a São Paulo, com a finalidade de submeter-se a exames cardiológicos.

BERNARDO CABRAL (pela ordem): – Carta do orador ao Diretor da Editora Abril, Roberto Civita, em protesto contra notícia inverídica publicada na revista "Veja": "A águia da Sorbonne – o Relator Cabral engorda seu currículo com um título de professor na França que ele não possui".

PRESIDENTE: – Resposta ao Constituinte Bernardo Cabral.

AMARAL NETTO (pela ordem): – Votos de restabelecimento do Presidente Ulysses Guimarães. Desistência da formulação de questão de ordem anteriormente solicitada.

PRESIDENTE: – Resposta ao Constituinte Amaral Netto.

PAULO RAMOS (pela ordem): – Ameaça à soberania da Assembléia Nacional Constituinte na provável aprovação, pelo Conselho Monetário Nacional de, projeto do Banco Central que visa a conversão da dívida externa em capital de risco. Necessidade de envio à apreciação do Plenário da Assembléia Nacio-

nal Constituinte de projeto de decisão, aprovado pela Comissão de Sistematização, que veda essa conversão.

PRESIDENTE: – Resposta ao Constituinte Paulo Ramos.

IV – Pequeno Expediente

JOSÉ GENOINO: – Conveniência de manutenção, pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, da fixação, pela Comissão de Sistematização de quatro anos de mandato para o Presidente da República.

RUY NEDEL: – Incompatibilidade entre a escolha do parlamentarismo como sistema de governo e a fixação do mandato de quatro anos para o Presidente da República.

SIQUEIRA CAMPOS: – Votos de restabelecimento do Presidente Ulysses Guimarães.

ADROALDO STRECK: – Expectativa de ampla apresentação de emendas de Plenário ao Substitutivo da Comissão de Sistematização ao Projeto de Constituição. Protesto contra não-aceitação, pela Comissão de Sistematização, de qualquer pedido de preferência para emendas de autoria do orador.

PAULO DELGADO: – Interesses políticos e empresariais na tentativa de modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Influência dos setores progressistas no estabelecimento de quatro anos de mandato para o Presidente da República e dos setores conservadores da não-concessão da anistia aos marinheiros.

BENEDICTO MONTEIRO – Retirada de emenda e destaque, apresentados pelo orador, ao 1º Substitutivo ao Projeto de Constituição, por solicitação da liderança do PMDB. Alerta sobre prováveis consequências do estado de pobreza absoluta da maioria do povo brasileiro.

MAURO SAMPAIO – Palestra do Presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans de Magalhães, na Escola Superior de Guerra, a propósito da Concessão de prioridade para o Nordeste, pelo Governo Sarney, à irrigação e às zonas de processamento de exportações.

PAULO PAIM – Necessidade da aprovação, pela Assembléia Nacional Constituinte, de dispositivos que corrijam distorções da situação dos aposentados.

JORGE ARBAGE – Falecimento do jornalista paraense Adolpho Melo de Oliveira. Noticiário do jornal "A Província do Pará" a propósito.

NILSON GIBSON – Avaliação dos Trabalhos de elaboração constitucional no que concerne aos direitos sociais.

GUILHERME PALMEIRA – Acerto da opção pelo sistema parlamentarista de governo.

STÉLIO DIAS - Gravidade do problema de Transporte urbano.

CARLOS VINAGRE – Apelo ao Ministro para Assuntos de Irrigação, Vicente Cavalcanti Fialho; no sentido do atendimento às reivindicações dos servidores da 2ª Diretoria Regional do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

JONAS PINHEIRO – Dispositivo constitucional que atende à aspiração da Região Centro-Oeste no que concerne à criação do Agente Financeiro de Desenvolvimento Regional.

FRANCISCO AMARAL – Comemoração do 75º aniversário de fundação da Companhia Paulista de Força e Luz, em Campinas, Estado de São Paulo.

DENISAR ARNEIRO – Contrabando para o Paraguai de veículos roubados no Brasil.

ANTÔNIO DE JESUS – Conveniência da aprovação do dispositivo constitucional que

elimina a publicidade do fumo e de bebidas alcoólicas.

V – Comunicações das lideranças

AFIF DOMINGOS – Esclarecimentos ao Constituinte Aldo Arantes a propósito de pedido de informações sobre suposta denúncia do orador de influência do poder econômico na Assembléia Nacional Constituinte, à revista **Veja**, em reportagem intitulada "Brasil – Reação Conservadora". Matéria publicada no **Jornal da Tarde** que serviu de base à declaração do orador. "Guerra contra a estabilidade".

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO – Votos de restabelecimento do Presidente Ulysses Guimarães. Emendas apresentadas pelo PT aos projetos de resolução e ao Substitutivo da Mesa que visam à modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Agradecimentos ao Constituinte Plínio de Arruda Sampaio pelos votos de restabelecimento do Presidente Ulysses Guimarães.

AMARAL NETTO – Instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito que visa a apurar acusações do Sr. Jânio de Freitas em matéria publicada na Folha de S. Paulo. Substitutivo do "Centrão" ao Substitutivo da Mesa ao projeto de resolução que visa a modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

HAROLDO LIMA – Visita à Assembléia Nacional Constituinte de estudantes da Universidade da Bahia que pleiteiam junto ao Governo Federal a nomeação de Reitor indicado pela comunidade universitária baiana. Reparos a reivindicações do "Centrão", no que concerne à participação dos Constituintes no processo de elaboração constitucional, e ao Substitutivo da Mesa ao projeto de resolução que visa à modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

JOÃO MENEZES – Apreciação do decurso da reunião da Comissão de Sistematização em 15-11-87. Projeto de resolução que visa à alteração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Pressão de pequenos e grandes grupos no sentido de influenciar votações na Comissão de Sistematização.

BRANDÃO MONTEIRO – Justificativa do orador ante suposta acusação de suborno a Constituintes pela UDR. Requerimento de instalação de Comissão Parlamentar de inquérito para apurar denúncias veiculadas pela imprensa a propósito do assunto. Posicionamento do PDT ante substitutivo da Mesa a projeto de resolução apresentado pelo "Centrão" que visa a alterar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ADEMIR ANDRADE – Esclarecimento a propósito da substituição do Constituinte Osvaldo Lima Filho pelo Constituinte Maurílio Ferreira Lima na Comissão de Sistematização: Substitutivo da Mesa a projeto de resolução apresentado pelo "Centrão" que visa a alterar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Necessidade de reabertura de prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização. Propostas do orador no sentido da fusão de emendas e da apresentação, pelos Constituintes, de emendas e destaques, com possibilidade de co-autoria.

VI – Apresentação de proposições

Nenhum dos Srs. Constituintes apresenta proposições.

VII – Ordem do Dia

Não há oradores inscritos para discutir o Projeto de Resolução nº 16-A, de 1987-Assembléia Nacional Constituinte, que introduz alterações no art 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte

VIII – Encerramento

Pronunciamento do Constituinte Nilso Sguarezi na sessão de 10-11-87: Adoção do parlamentarismo como sistema de governo para o País.

2 – MESA – Relação dos membros.
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros.

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros.

5 – ATA DA MESA

Ata da 165ª Sessão Extraordinária, Noturna, em 16 de novembro de 1987

Presidência dos Srs: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente

ÀS 20:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa - PMDB; Acival Gomes - PMDB; Ademir Andrade - PMDB; Adolfo Oliveira - PL; Adroaldo Streck - PDT; Adylson Motta

- PDS; Aécio de Borba - PDS; Aécio Neves - PMDB; Afif Domingos - PL; Afonso Arinos - PFL; Agripino de Oliveira Lima - PFL; Albano Franco - PMDB; Albérico Cordeiro - PFL; Albérico Filho - PMDB; Alceni Guerra - PFL; Aldo Arantes - PC do B; Alécio Dias - PFL; Alexandre Costa - PFL; Alexandre Puzyna - PMDB; Alfredo Campos - PMDB; Almir Gabriel - PMDB; Aloysio Chaves - PFL; Aluizio Campos - PMDB; Álvaro Antônio - PMDB; Álvaro Pacheco - PFL;

Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Anilball Barcellos – PFL; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Aroilde de Oliveira; – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola; – PMDB Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi; – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvão Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila; – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares; – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Pozza; – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Netto – PDS; Délia Braz; – PMDB; Denízar Arneiro – PMDB; DirceuTutu Quadros; – PTB; Dirceu Carneiro Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL – Edivaldo Mota – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Ezio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feraz Nadar – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmino de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Pares – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo deFaria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocência Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jalles Fontoura – PFL Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PT; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; José Agripino. PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaca – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinto – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luis Eduardo – PFL; Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Pádua – PMDB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Caneli – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Damas – PFL; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabre – PFL; Nelson Sebes – PDT; Nelson Wedecin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olívio T; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo – Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo – Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; – Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Renato Viana – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nadei – PMDB; Sadia Hauchate – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werncke – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Vicente Bogo. – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana PFL; Victor Trovão – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vladimir Palmeira – PT; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 287 Srs. Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. MÁRIO MAIA: Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Preimeiro-Secretário, procede á leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. Líder do Partido Democrático Trabalhista – PDT, nos seguintes termos:

Ofício nº 192/87

Brasília, 13 de novembro de 1987

Sr. Presidente:

Nos termos regimentais, indico a V. Ex.^a o Constituinte Luiz Salomão para substituir o Constituinte

Carlos Cardinal, como membro suplente da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de o Constituinte reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a V. Ex.^a protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Ofício nº 194/87

Brasília, 14 de novembro de 1987

Sr. Presidente:

Nos termos regimentais, indico a V. Ex.^a o Constituinte Adroaldo Streck para substituir o Constituinte Luiz Salomão, como membro suplente da Comissão de Sistematização.

Informo, outrossim, que a partir de 15-11-87 o Constituinte Luiz Salomão reassumirá suas funções na referida Comissão.

No ensejo, renovo a V. Ex.^a protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

REQUERIMENTOS

Do Sr. Líder do PDC, nos seguintes termos.

Sr. Presidente:

Para efeito de pronunciamento das sessões do dia 14 de novembro, em função de viagem do Vice-Líder Aldo Arantes, do PC do B, solicito de V. Ex.^a que autorize à Deputada Lídice da Mata que atue como suplente do PC do B na Comissão de Sistematização.

Atenciosamente, **Haroldo Lima**, Líder do PC do B na ANC.

Do Sr. Líder do PDC, nos seguintes termos.

Senhor Presidente

Na forma regimental, requeiro a substituição do Constituinte Roberto Balestra como Suplente do PDC nesta Comissão, pelo Constituinte Sotero Cunha, nos dias 12, 13 e 14 corrente.

Sala das Reuniões, 11 de novembro de 1987. – Constituinte **Siqueira Campos**, Vice-Líder do PDC.

O SR. BERNARDO CABRAL: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. AMARAL NETTO: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Antes de conceder a palavra, pela ordem, aos Constituintes Bernardo Cabral e Amaral Netto, a Presidência deseja comunicar à Casa que, na manhã de hoje, viajou com destino a São Paulo o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, a fim de submeter-se ali a exames cardiológicos. As informações que chegaram à Casa, e que já foram transmitidas às Lideranças há poucos instantes, são tranquilizadoras, e, se tudo correr dentro dos prognósticos da equipe médica que atende ao Presidente Ulysses Guimarães, nas próximas 72 horas, S. Ex.^a retomará às atividades normais desta Casa, como expressão maior do Parlamento brasileiro.

Era a comunicação que, em nome da Mesa, eu desejava fazer aos Srs. Constituintes. (Palmas.)

Tem a palavra o Relator Bernardo Cabral da Comissão de Sistematização, e, logo em seguida, darei a palavra ao Líder Amaral Netto.

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No dia 8 de novembro a revista **Veja** deu a lume uma publicação em derredor do meu nome. No dia 10 de novembro, dois dias depois, enderecei uma carta ao Dr. Roberto Civita, e, por uma questão ética, não trouxe ao conhecimento da Assembléia Nacional Constituinte, porque esperava vê-la publicada. Como tal não aconteceu, desobrigo-me, Sr. Presidente, de guardar o silêncio, é passo a ler para V. Ex.^a e a Casa a referida carta, a fim de que conste dos seus Anais:

"Brasília, 10 de novembro de 1987

Ilmo. Sr.
Dr. Roberto Civita
M D. Diretor da Editora Abril
A/C Dr. Luís Edgar Tostes
Em mãos
Caro amigo Roberto:
Habituei-me a admirar a "Veja" por sua elevada linha de conduta ética e profissional.

Por isso mesmo, desapontou-me ao tomar conhecimento do noticiário estampado às páginas 93 e 94, do número 1.001, sob o título "A água da Sorbonne" e subtítulo "o relator Cabral engorda seu currículo com um título de professor na França que ele não possui", com prévia chamada no índice.

O noticiário, a respeito, é completamente distorcido, razão por que não posso conformar-me com as inverdades e as meias-verdades ali contidas. Constam do meu currículo, dentre outros títulos, 2 (dois) Certificados de Professor Assistente da Universidade de Paris-Sorbonne, de julho de 82 e janeiro de 83, de cursos para juristas brasileiros.

Tais documentos estão firmados, o primeiro pelo Professor Jacques Robichez, Diretor, e o segundo pela Professora Helene Ahrweiler, Reitora da Academia e Chanceler da Universidade, e o próprio Robichez, e não por simples "dois professores da nobre instituição", como ressalta a matéria. Aliás, o segundo Certificado me foi entregue em sessão à qual esteve presente o Senhor Embaixador Antonio Correia do Lago, então desempenhando em Paris as altas funções de Embaixador do Brasil.

Ocorre-me assinalar que nessa última turma de Juristas brasileiros se encontrava, além de desembargadores, juízes, advogados e promotores, o eminente Ministro Sydney Sanches, do Supremo Tribunal Federal. Portanto, estágio de tal nível não "está ao alcance de qualquer róbula que possui 2500 dólares para gastar na viagem".

Ademais, em nenhum instante de minha vida pública, fiz uso desses Certificados da Universidade de Paris para lecionar em qualquer Faculdade ou exercer função correlata, como quer dar a entender a reportagem quando nela faz incluir pessoas outras que teriam usado para esse fim documentos falsos.

Neste passo, Sr. Presidente, basta que V. Ex.^a e os eminentes Constituintes vejam o livro de biografia dos eminentes Senadores e Deputados pa-

ra que observem que ali não consta qualquer registro desses certificados.

Continuo, Sr. Presidente:

É o que ressalta o texto "ao tentar valorizar seu currículo com um título que não possui (sic), o deputado Cabral roçou de leve num tipo de fraude acadêmica que não raro adquire contornos menos ingênuos".

Ao longo de minha vida tem sido constante e invariável a defesa das liberdades, entre elas a de imprensa, o que me valeu provações notórias, que me encorajam a continuar a fazê-lo, pois aprendi de há muito, com Churchill "a liberdade das palavras pode ser responsabilizada por todas as coisas estúpidas, desagradáveis ou venenosas que pode provocar, mas, em conjunto, preferiria suportá-la do que suprimi-la."

Tantos é tantos anos de atuação na política e no Direito autorizam-me a repelir, com veemência, as aleivosias que visam a destruição de minha imagem. A uns, dou o desprezo, a outros, a indiferença.

A você, no entanto, meu caro Roberto, pela lealdade que tem presidido o nosso relacionamento, não posso deixar de fazer este esclarecimento. Que espero possa ser considerado como direito de resposta e que o levará a determinar a sua publicação, com o mesmo destaque e na mesma página, com a respectiva chamada no índice.

Cordial abraço.
Bernardo Cabral

P.S. Em anexo, fotocópias dos dois certificados. Os originais, exibidos ao Dr. Tostes, ficarão à disposição da **Veja**.

Não poderia, Sr. Presidente, deixar de pedir a V. Ex.^a que determinasse a inserção nos Anais e, por isso, realizei a leitura, porque não entendo como o Dr. Roberto Civita não fez dar à publicação, como de direito. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Os amplos esclarecimentos do nobre Constituinte Bernardo Cabral, endereçados à revista **Veja**, passam a constar dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte.

Tem a palavra o Líder Amaral Netto.

O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO (PDS – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, gostaria de tornar público aquilo que é o sentimento da Casa. Apesar da honra da Presidência de V. Ex.^a, estamos rezando para que o Presidente Ulysses Guimarães esteja, bem e forte, rapidamente de volta à Casa.

Em segundo lugar, atendendo aos apelos dos meus companheiros de bancada e em homenagem a V. Ex.^a desisto da minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Muito grato a V. Ex.^a nobre Líder Amaral Netto, pela homenagem que V. Ex.^a presta à grande figura de homem público Ulysses Guimarães, que se recupera neste momento no instituto do Coração em São Paulo, e pela colaboração que dá ao andamento dos trabalhos, desistindo da questão de ordem que pretendia suscitar interpretando, obviamente, o Regimento da Casa.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, acrescento que mantendo a minha inscrição, como Líder, para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está assegurada a inscrição a V. Ex.^a por preceituação regimental.

O SR. PAULO RAMOS: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Pela ordem, sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na última sessão da Assembléia Nacional Constituinte, sessão presidida pelo Deputado Ulysses Guimarães, apresentei uma questão de ordem dizendo que o Conselho Monetário Nacional, em reunião a ser realizada amanhã, decidiria sobre a aprovação de um projeto de conversão da dívida externa em capital de risco, elaborado pelo Banco Central.

Gostaria de perguntar a V. Ex.^a uma vez aprovado o projeto pelo Conselho Monetário Nacional, se essa decisão não representará uma afronta à Assembléia Nacional Constituinte, visto que, há aproximadamente 4 meses, a Comissão de Sistematização aprovou um projeto de decisão que veda, no todo ou em parte, sob qualquer forma, a conversão da dívida externa em capital de risco.

Não consigo compreender, e apresento também o meu protesto.

Como uma Assembléia Nacional Constituinte que se pretende respeitada, onde vários dos seus integrantes sofrem acusações verbais através da imprensa e aqui reagem, como uma Assembléia Nacional Constituinte se pretende fazer respeitar se a Comissão de Sistematização aprova um projeto de decisão e a própria Mesa se recusa, ao longo desse período, a remetê-lo à apreciação do Plenário dessa mesma Assembléia Nacional Constituinte?

Pergunto a V. Ex.^a, porque, ao longo desse período, tenho feito reiteradas questões de ordem. Entretanto, há uma manifestação que não quero adjetivar, porque, se me atrevesse ou me dispusesse a adjetivar a decisão da Mesa, que não submete à apreciação do Plenário um projeto de decisão já aprovado pela Comissão de Sistematização, certamente os adjetivos seriam compatíveis com a situação, mas igualmente desrespeitosos.

Espero que a Comissão de Sistematização seja respeitada e que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte tome providência, ainda hoje, para que o Conselho Monetário Nacional não decida desrespeitando a Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece o nobre Constituinte Paulo Ramos que, durante a última reunião da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, o Presidente Ulysses Guimarães estabeleceu uma pauta em que se incluiriam projetos de decisão: um, da autoria de V. Ex.^a; três outros de autoria, respectivamente, dos Constituintes Hermes Zanetti, Brandão Monteiro e João Cunha três deles versando sobre a dívida externa, e, no que tange ao Líder do PDT, suspendendo a vigência da Lei de Segurança Nacional durante a votação do Projeto da nova Carta Magna.

Embora na pauta para deliberação, nem os projetos de decisões nem outros referentes a projetos de resoluções envolvendo consulta plebiscitária sobre o sistema de governo, pelo adiantado da hora, essas matérias não foram apreciadas na reunião realizada na última quarta-feira. Para que V. Ex.^a tenha uma idéia do quanto representou a preocupação em se dar vazão aos trabalhos da própria Mesa, foram aprovados 51 pedidos de informações, dois deles da lavra de V. Ex.^a, buscando esclarecimento junto ao Poder Executivo.

Posso dizer a V. Ex.^a, neste momento, que, se a Assembléia Nacional Constituinte, apreciando projeto de decisão no exercício pleno da sua soberania, obviamente, se qualquer decisão a nível de governo tiver sido adotada e representar infringência à deliberação desta Casa, haverá de prevalecer a soberania da Assembléia Nacional Constituinte sobre qualquer decisão governamental.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está finda a leitura do expediente. Passa-se ao.

IV – Pequeno Expediente

Tem a palavra o Sr. José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes:

Não podíamos deixar, neste pinga-fogo da Assembléia Nacional Constituinte, de nos manifestar sobre o principal fato político que continua presente, que continua influenciando os principais acontecimentos da conjuntura nacional. Refiro-me à decisão de ontem da Assembléia Nacional Constituinte, através da Comissão de Sistematização, pela aprovação dos quatro anos de mandato para Sua Excelência, o Senhor Presidente José Sarney. Essa decisão política da Comissão de Sistematização não nos deve levar, Sr. Presidente, a uma atitude de consideração de que essa questão está resolvida. Temos que analisar que a votação, ontem, da Comissão de Sistematização foi o primeiro passo, que eu considero um dos passos importantes para a decisão que será tomada pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Neste sentido, a votação de quatro anos de mandato para o Presidente José Sarney abriu uma perspectiva política e, a partir de agora, deve influenciar positivamente a mobilização da sociedade, no sentido de consagrar-se na aprovação pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Seria um erro, neste momento, considerarmos essa decisão como fato encerrado, principalmente porque os enfrentamentos que vamos ter no plenário da Assembléia Nacional Constituinte poderão influenciar essa decisão política, que marca a conjuntura nacional dos nossos dias.

Entendo necessário que a decisão tomada possa refletir-se junto à população brasileira como uma saída política para a grave crise do Governo Sarney, para a grave crise de perplexidade, para a grave crise que paira sobre os olhos da população brasileira, de não ver uma saída para enfrentar a situação atual.

A existência de eleições diretas para Presidente da República em 88 será o marco fundamental,

no sentido de outro caminho, de outra alternativa, para construirmos uma visão democrática, em relação à atual crise da própria transição, à atual crise que é também do próprio Governo Sarney. Os comentários, os bochinchos, as disputas nos bastidores procuram levar essa decisão da Assembléia Nacional Constituinte, a uma posição de medo e até de chantagem. Não podemos cair nesse tipo de armadilha, nesse tipo de chantagem. Nem também podemos aceitar a euforia pura e simples, descuidando da mobilização política para o enfrentamento no plenário. Certamente agora a discussão e a votação em plenário dos 4 anos de mandato para o Presidente José Sarney têm uma ligação mais direta, mais imediata com as questões econômicas, sociais e políticas, que serão objeto de um intenso debate, de uma intensa polarização no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Até porque, Sr. Presidente, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte teremos agora um painel mais definido, mais claro das divergências e dos pontos polêmicos principais que devem - ser objeto de discussões, de emendas e de votação. O terreno agora está mais claro para a definição de campos e para a definição de posições.

Neste momento, é muito importante, Sr. Presidente, que o povo brasileiro, que o movimento sindical, que o movimento popular, que o movimento democrático possam estabelecer uma ligação mais direta, mais visível em relação à Assembléia Nacional Constituinte, porque, no plenário, teremos as votações das questões principais, das questões que irão no atacado, das questões fundamentais.

Esta é a intervenção, este é o principal ensinamento que devemos tirar da nova luta, no novo patamar de luta, para consagrarmos, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, a vitória de ontem na Comissão de Sistematização.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes:

Desde o alvorecer da Assembléia Nacional Constituinte tenho defendido o sistema parlamentarista de governo, seja desta tribuna ou em apartes do plenário.

Para mim, o argumento mais forte e convincente que me levou a este procedimento é o de transferir para o Governo as crises institucionais, sem abalar, contestar ou mudar o regime, salvando-se, pois, os preceitos constitucionais e a democracia.

Entretanto, com a decisão da Comissão de Sistematização fixando o mandato do atual Presidente da República em quatro anos e, consequentemente, desencadeando, de imediato, o processo de eleição presidencial, este argumento desmorona.

Tenho certeza de que a maioria dos candidatos questionará o regime parlamentar de governo, antes mesmo da sua implantação, e o bote estará armado para se rasgar a nova Constituição.

Almejei o parlamentarismo para evitar convulsões e jamais para convulsionar a nossa Pátria.

Sonho todos os dias com um dia histórico de estabilidade democrática e este não virá com uma Constituição instável. Sinto, do fundo do meu peito, que não veremos essa hora, se nossos homens públicos, em especial candidatos majoritários,

contestarem continuamente princípios fundamentais da Carta Magna.

O voto, nesta Casa, deve ser o voto da razão e não o da reação. Não podemos decidir matéria constitucional votando com passionalidade ou animosidade, muitas vezes reagindo a desacertos momentâneos do Planalto ou de sua Assessoria de Imprensa. Aqui, a racionalidade e a responsabilidade devem preponderar. Parlamentarista que votou pelos quatro anos dá-me a impressão de que fez do seu voto um instrumento de rebote contra posições palacianas, esquecendo a história.

A história cobra essas posições, com extrema dureza, contra indivíduos e contra a sociedade. A permanecer o mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney, estaremos dando a vitória ao presidencialismo e eu mesmo fico pensando em reavaliar ou reciclar a minha posição. Prefiro, então, deixar o sistema parlamentar de governo para outro momento mais apropriado da nossa História, pois que, na minha terra, diz-se bem, que ovelha não é feita para o mato. E esse sistema será uma ovelha mui frágil num matagal cheio de cípós a se enredar, neste momento tumultuado, nesse matagal emaranhado do próximo momento político-eleitoral, a se desenrolar a partir de agora.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em meu nome pessoal, já que falo como Constituinte neste instante, e em nome do meu Partido, cujo quadro de Liderança, integral, manifesto a nossa confiança e a certeza de que Ulysses Guimarães estará, efetivamente, aqui, dentro de três dias, como anunciado, restabelecido, em todas as suas condições de saúde, para continuar a presidir a nossa Assembléia Nacional Constituinte e contribuir, com a sua condução firme, para que completemos o nosso trabalho o mais rapidamente possível, entregando à Nação a Carta Magna que todo o povo brasileiro espera. Nossas preces a Deus Todo Poderoso para que S. Ex.^a se restabeleça prontamente e volte para o nosso convívio, a fim de que possamos cumprir com essa tarefa magnífica que o povo brasileiro nos delegou.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sou favorável a que se abra a mais ampla perspectiva de emendas de plenário. Por uma razão muito simples. Embora não pertença à Comissão de Sistematização, aqui dentro estou o dia inteiro e, até hoje, apesar dos pedidos de preferência que foram feitos pelo meu Partido, de emendas da minha autoria, não tive a honra de defender uma sequer aqui dentro. Na primeira oportunidade que teria, no Capítulo das Comunicações, não tivemos a prorrogação desejada e, mais uma vez, este Constituinte sentiu-se frustrado.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos assistido aqui dentro a verdadeiras aberrações.

Não discuto o mérito de uma preferência de destaque apreciada aqui, hoje, e que gastou quase uma hora neste plenário, para anistiar 4 oficiais

da Aeronáutica, quando o procedimento seria bem outro, talvez atravessar a Esplanada dos Ministérios e ir até o Ministro da Aeronáutica e pedir que fizesse isso, sem tomar o tempo dos Constituintes, que, certamente, têm coisas mais sérias para tratar nesta Casa.

No meu caso, estou agora lutando para ver se amanhã tenho preferência para um destaque, se consigo colocar aqui, para apreciação dos Srs. Constituintes, uma matéria sobre a criação do crédito fundiário. Já sei que isto não será possível, porque muita gente está na frente, e certamente amanhã às 8 horas já não teremos mais nenhuma reunião da Comissão de Sistematização.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, deixo registrado aqui que sou favorável à mais ampla possibilidade de emendas, sejam lá quais forem, durante o período de trabalho de plenário, ainda que, para concluir esta nova Constituição, tenhamos que trabalhar o ano que vem inteiro.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A perspectiva de mudar o Regimento Interno do Congresso Constituinte seria uma atitude plenamente aceitável e até previsível se não houvesse, por trás dela, uma clara intenção política de representar alterações naquilo que, substancial e substantivamente, já foi aprovado dentro da Comissão de Sistematização.

Esta, a grande razão pela qual a mudança regimental deixa de ser um problema de adequar o Regimento ao melhor funcionamento do Plenário e passa a ser urna forma de fazer valer interesses políticos, de forças políticas, forças empresariais e forças da elite sobre o Plenário da Constituinte, que têm, certamente, a maioria, mas que não sabem ganhar no voto. Estão acostumados à conspiração e precisam dela para vencer.

Este não é o único problema. O problema maior é que a força que os setores conservadores têm para fazer isso vem também das vacilações, dos progressistas que ontêm, através do seu voto, concederam, assim pensam, os quatro anos de mandato para o Presidente da República, mas hoje pagam o preço disso aos militares, através da não concessão da anistia.

O preço dos quatro anos foi pago hoje na sessão da Constituinte, pela manhã. E por que isso? Porque temem-se, sempre, na conspiração das elites, as forças militares que são requisitadas para, o papel de interventorias no processo constituinte, e querem, através da boa vontade dessa conspiração e desse arranjo das elites, mostrarem-se viáveis à Presidência da República, porque não pensam só em querer o aval do povo para disputarem eleição, querem o aval das Armas, porque é com elas que querem assentar na Presidência da República.

Este é o risco que corremos e que vamos continuar a correr, enquanto aqueles democratas por instrumentalização da democracia não se tornarem democratas por convicção, que é o de que estamos precisando no Brasil.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Da mesma forma que o Constituinte Adroaldo Streck fez aqui a denúncia de que nenhuma emenda de sua autoria foi acatada, também la-

mento, já no final dos trabalhos da Comissão de Sistematização, que a única emenda e o único destaque apresentados por este Constituinte tirado do I Substitutivo, através de um pedido da Liderança do meu Partido. E, agora, esse destaque também não foi incluído para ser aqui discutido e votado, em função da própria Liderança do meu Partido. Trata-se apenas de uma denúncia, para comprovar tantas outras que existem por aí.

A minha presença aqui é mais para alertar as Sras. e os Srs. Constituintes.

Desde que aqui estive na legislatura passada, e durante todo o processo da Constituinte, tenho alertado V. Ex.^a para a grande maioria silenciosa dos 40 milhões de brasileiros que vivem em pobreza absoluta.

Um Sociólogo e Filósofo francês chamado Jean Baudrillard, no estudo que fez sobre as maiorias silenciosas, dizia que a desorganização das grandes massas populares no Mundo estava gerando uma espécie de guerrilha anárquica, uma vez que o povo não está organizado para reivindicar os seus direitos.

Aqui, no nosso País, essa guerrilha anárquica está acontecendo a todas as horas, em quase todas as cidades, em todos os Estados, através de manifestação da população, que reivindica o seu mínimo direito de viver.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Faz soar a campanha.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO: – Terminei já, Sr. Presidente.

E isto, também, é uma prova da desorganização do nosso povo.

Outra prova maior é que nem os partidos estão organizados, nem as organizações corporativas, as federações, as confederações, quer sejam do empresariado quer sejam dos trabalhadores. Estão aí sendo contestadas pelos seus sindicatos, pelas suas bases. Estão surgindo novas organizações para dar peso à reivindicação das suas corporações.

Isto, Sras. e Srs. Constituintes, é muito sério para nós, que estamos aqui enfurnados nesta ilha da fantasia, esquecendo o que está acontecendo lá fora.

Queira Deus que não sejamos surpreendidos, e devemos, portanto, fazer o possível para que o povo se reorganize, ou se organize de maneira a ser fiel à sua História e ao seu destino.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É a constância, a pertinácia da ação descontínua, vencedora em todas as lides da vontade humana, quando organicamente bem dirigidas, colimadas para finalidade esclarecida.

Nunca há entrave que possa intervir a urna idéia fixa, se essa acompanha a força de vontade em todo desprendimento possível.

É o que se tem dado com o homem do Nordeste na sua peculiar saga de vencer as dificuldades da região, cuja face maior tem sido a seca. Ninguém desconhece os vexames por que têm passado os governos federal e estaduais, com suas organizações improvisando e atropelando-se na busca de soluções para os problemas da região como o da falta d'água, como se fosse possível a alguém fazer baixar a temperatura ambiente

pela simples compressão da coluna termométrica.

As causas da crise maior que, no momento, atormenta o povo nordestino reside no desajusteamento da vida rural e no desamparo em que vivem todos os que no campo mourem, lutando de sol a sol, para arrancar magras safras que se vão transformar, à sombra das negociatas, em altos, fáceis e lucrativos negócios para meia dúzia de afortunados, em flagrantes afrontos aos princípios do direito, da justiça e da igualdade, que deveriam presidir aos destinos de uma Nação ora em fase de transição democrática.

No entanto, acredito que, com relação aos problemas da gente nordestina, o governo federal está a propor duas medidas de máxima importância para a região: irrigação e Zona de Processamento de Exportação – ZPE, envolvendo, respectivamente, os Ministérios da Irrigação, do Interior e da Agricultura e os da Indústria e Comércio e da Fazenda, sem falar na ação do Banco do Brasil.

Pelo modo como se vem anunciando e, acredito mesmo, sendo estudado nos modelos como os do Canadá e de países asiáticos, ninguém poderá negar a contribuição valiosíssima que representarão para o Nordeste as ZPE, como base para qualquer movimento de planejamento da industrialização regional; e a irrigação, para o planejamento da economia rural.

Nessas condições, sinto-me inclinado a admitir a fazer minhas as palavras do presidente do Banco do Brasil, Doutor Camilo Calazans de Magalhães – nordestino de todos os Estados, que tão bem dirigiu o Banco do Nordeste, modernizando-o acima de tudo –, em palestra na Escola Superior de Guerra – ESG–, no dia 5 de outubro próximo passado. Disse Sua Senhoria:

"Para o Nordeste, a prioridade nacional no governo do Presidente José Sarney, dentre as várias alternativas, destaco duas da maior importância econômica e social: a irrigação e as zonas de processamento de exportações.

No âmbito rural, entendo que a aceleração dos programas de irrigação ora em execução se revela indispensável para a redenção da agropecuária. A agricultura irrigada, além de propiciar a modernização dos métodos de exploração e reforçar a infra-estrutura para neutralizar os efeitos da carência hídrica, permitirá a implantação de processo permanente de produção de alimentos, essencial para que se possa eliminar o déficit nutricional e, até mesmo, gerar excedentes exportáveis. A ocupação da mão-de-obra que vagueia pelos grandes centros urbanos encontra nas plataformas de exportação resposta adequada para melhorar o nível de renda das populações urbanas e induzir novas oportunidades de descentralização das atividades industriais, excessivamente concentradas no Centro-Sul, sobretudo no eixo Rio – São Paulo.

Além disso, permitirá ampliar o poder de competição no mercado internacional, tanto pela colocação de novos produtos, quanto pela possibilidade de atração de recursos de investimentos sob a forma de capital de risco.

Se considerarmos sua posição geográfica (próxima dos principais mercados do hemisfério norte), a existência de boa parte da infra-estrutura necessária e a abundância de mão-de-obra disponi-

nível, não tenho dúvida de que o Nordeste reúne, no momento, condições de abrigar indústrias para manufatura de produtos destinados à exportação.

Ademais, entendo ser o mais eficaz instrumento para alavancar o desenvolvimento da região. Os contingentes populacionais que atualmente migram do campo rumo às grandes cidades não conseguem ocupação e dificilmente retornam ao meio rural. São compelidos, então, a se fixarem nos centros industrializados do Sul do País, engrossando a periferia das metrópoles e agravando ainda mais os problemas sociais ali existentes.

É certo que já se tentou, com sucesso relativo, a industrialização do Nordeste. Mas o modelo até aqui utilizado partiu da falsa premissa de que sua produção poderia ser totalmente consumida pela população local. Ora, é sabido que o reduzido mercado regional não oferece condições de absorver significativo aumento da produção industrial. Por outro lado, a venda de suas manufaturas no Sul não encontraria condições de concorrência com as indústrias locais.

Com a produção voltada ao mercado externo, a situação torna-se propícia para o Nordeste. Não vejo riscos de que os incentivos atribuídos a essas zonas especiais de produção possam afetar a competitividade dos produtos elaborados no Sul.

Existe amplo espaço no mercado internacional que pode ser conquistado tanto pelas novas formas de produção industrial, quanto pelas já instaladas em outras regiões do País, além do fato de que estas poderão ainda beneficiar-se com a ampliação do mercado doméstico.

Por essas razões, sou dos que defendem tal iniciativa como forma de auxiliar o desenvolvimento do Nordeste.

Essas as considerações que julgo oportuno fazer em torno das ZPE. E eu as faço com os mais sinceros propósitos de bem servir ao Ceará e ao Nordeste, porquanto acredito que comigo pensa a maioria dos que se devotam à causa da economia rural e da industrialização do Nordeste, na certeza de que são estas as nossas melhores esperanças de lutar com sucesso contra o círculo vicioso da subnutrição e da subprodução.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A motivação que nos traz à tribuna diz respeito aos aposentados desse País que somam, hoje, milhões de brasileiros.

A realidade atual, não precisamos analisar, pois todos os senhores bem a conhecem. Os aposentados desse País, trabalhadores que empenharam sua força de trabalho por anos e anos a fio, contribuindo para o desenvolvimento econômico da Nação e que sempre contribuiram religiosamente para a Previdência Social, estão hoje abandonados à sua própria sorte. Todo o trabalho, o esforço e a dedicação desses trabalhadores, para que no final de suas vidas pudessem descansar com tranquilidade, acabaram tornando-se um grande pesadelo.

Os aposentados tiveram, ao longo dos últimos vinte anos, seus benefícios diminuídos por uma política anti-social. Hoje, milhares de aposentados que deveriam receber os seus proventos integrais, estão recebendo valores que muitas vezes são

inferiores a 50% do que teriam direito. Essa política, que subtraiu os benefícios dos aposentados foi covarde, e o pior é que esses valores serviram para a demagogia de um governo sem legitimidade e que não expressava a vontade popular.

Lembro, senhores, a situação dos aposentados, recentemente mostrada em um documentário, pela própria Rede Globo. Aquele programa mostrou as dificuldades dos aposentados e inúmeros casos de trabalhadores que ganhavam menos de meio salário mínimo. Mostrou também que muitos aposentados que se aposentaram com 5 salários mínimos, hoje percebem menos de dois salários mínimos.

A situação dos aposentados é desesperadora. Com essa realidade adversa os aposentados, sem outra alternativa, estão sendo obrigados a procurarem novamente, um emprego para completarem a sua aposentadoria e assim poderem viver minimamente com dignidade.

Essa necessidade de complementação da aposentadoria obriga os aposentados a ingressarem novamente no mercado de trabalho, disputando assim, as vagas existentes com os mais de 2 milhões de jovens que a cada ano precisam ingressar no emprego. Uma situação dessas estrangula ainda mais os níveis de emprego, ainda mais se considerarmos que quase 50% da população economicamente ativa está desempregada ou subempregada. Isso não é justo.

É essa a realidade que a Constituinte deve encarnar e assim promover os avanços para a restauração de uma vida mais digna para aqueles que contribuíram tanto para o progresso do nosso País.

O substitutivo do Relator Bernardo Cabral, com as inclusões da Comissão de Sistematização trouxe avanços, dentre os quais, destacamos:

1. Aposentadoria integral com base no salário contribuição;

2. Diminuição da aposentadoria por velhice com 65 anos para o homem e 60 para a mulher;

3. Aposentadoria com tempo inferior a 35 anos para o homem e 30 para a mulher, quando pelo exercício de trabalho rural, penoso, insalubre, perigoso. E de revezamento a ser fixado em Lei;

4. Aposentadoria mínima de um salário mínimo;

5. Aposentadoria proporcional aos 25 anos para a mulher e aos 30 anos para o homem;

6. Aposentadoria para a professora aos 25 anos e para o professor aos 30 anos de trabalho.

No entanto, Senhores Constituintes, o tempo de serviço para a aposentadoria, defendida por nós e por inúmeros outros Constituintes, é para que fosse aos 30 anos para o homem e aos 25 anos para a mulher, mas não obtivemos aprovação na Comissão de Sistematização. Não esmoreceremos e continuaremos lutando com a apresentação de emenda nesse sentido, novamente no plenário.

E por que faremos isso? Entendemos, por exemplo, que a aprovação da aposentadoria para as professoras aos 25 anos, e que contou com o nosso apoio deveria igualmente ser estendida aos outros trabalhadores.

Dizemos isso, porque é justo que também os trabalhadores do campo e da cidade, que levantam às cinco horas da manhã, pegam a marmita,

e sobem no trem ou no ônibus ou vão a pé para o trabalho também merecem esse direito.

São trabalhadores que trabalham mais de 10 horas por dia, perdem mais umas três horas em transportes, muitos passam um dia inteiro exposto à insalubridade, fazendo esforço psíquico e mental para suportarem as adversidades, ganhando um salário que é considerado o menor do mundo.

Um trabalhador que come mal, veste mal, mora mal, subnutrido, com a saúde constantemente abalada, sem estudo porque sempre foi explorado e as condições não permitem que ele estude, porque então o trabalhador não poderia ter o mesmo direito, conquistado pelos professores.

Quero deixar claro que acho justa a luta dos professores e sua conquista e por isso estender os mesmos direitos para os outros trabalhadores.

Não podemos nos esquecer que os Parlamentares se aposentam aos 8 anos de atividade, mais ao votarem, muitos optam por fixar esse direito para os trabalhadores, somente depois de 35 anos de trabalho.

A Assembléia Nacional Constituinte está trabalhando para estabelecer novas diretrizes para o nosso País, pensar o futuro. Mas é preciso ter clareza que seu papel deve passar também por resgatar as injustiças do passado, promovendo, assim, efetivamente, a integração de todos os setores na nova ordem do País.

E um dos compromissos da Constituinte é com os milhões de aposentados desse País que ficaram à margem da sociedade, com seus benefícios minguados que não satisfazem em muitos casos, sequer às despesas de moradia.

E nessa perspectiva que entendemos de fundamental importância que este Plenário da Constituinte assuma a responsabilidade de corrigir tamanha distorção. Com isso estaremos fazendo justiça a milhões de aposentados que não tiveram até o momento nada assegurado na nova Constituição.

Assim, devemos aprovar que estabeleça a paridade das aposentadorias, que reponha os valores subtraídos e que atualize os benefícios dos segurados e pensionistas da Previdência Social já aposentados independentemente da data do benefício.

Nós, como outros ilustres Constituintes, temos emendas nesse sentido, e esperamos que a sensibilidade de todos os Senhores e Senhoras Constituintes se converta num gesto concreto, com a aprovação dessa proposta.

O SR JORGE ARBAGE (PDS-PA. Pronuncia o seguinte discurso.): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Imprensa do Pará acaba de sofrer um rude golpe com a morte prematura do jornalista Adolpho Melo de Oliveira Filho, ocorrida sábado último, em Belém, vítima de parada cardíaca.

Durante muitos anos, quando ainda representante do povo do Pará na Assembléia Legislativa do Estado, convivemos com esse respeitável e competente profissional da imprensa, podendo dele dar testemunho do quanto se preocupava em noticiar os fatos com o corretismo próprio dos que não extrapolam os limites da verdade.

O ilustre Deputado Oswaldo Melo, que o teve como assessor de imprensa em seu gabinete, quando eventualmente ocupou o cargo de Prefeito Municipal de Belém, faz um belíssimo histó-

rico a respeito da vida de Adolpho Oliveira Filho, o nosso estimado "Doró" pertencente aos quadros jornalísticos de **A Província do Pará**, cuja trincheira de atividades faleceu — que peço seja transcrita nos Anais dos nossos trabalhos, como homenagem à memória de um homem simples que honrou com o seu talento e honestidade, o jornalismo paraense.

Era o que tínhamos a dizer. Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

*A Província do Pará
Belém – Sábado, 14 de novembro de 1987*

**Adolpho Oliveira
Morre de Enfarto**

Vítima de parada cardíaca e parada respiratória aguda, morreu ontem, às 14:30 horas (HBV) o nosso companheiro Adolpho Melo de Oliveira Filho, o estimado "Doró", como era conhecido nos meios jornalísticos e políticos. Adolpho, além de Jornalista militante, era funcionário da Assembléia Legislativa do Estado onde recentemente se aposentou nas elevadas funções de secretário legislativo.

"Doro iniciou sua atividade na vida pública com a idade de 13 anos, na função de continuo. Inteligente e, sobretudo um autêntico autodidata, conseguiu galgar elevados postos na Assembléia Legislativa, como assessor de comissões técnicas, assessor da presidência, assessor da mesa executiva e finalmente a secretaria legislativa, o mais alto cargo na estrutura administrativa daquele Poder. Era muito estimado por parlamentares e funcionários pelo seu trabalho honesto, que sempre imprimiu nas funções que exerceu, angariando, por isso mesmo, a admiração de todos.

Adolpho iniciou sua carreira de jornalista profissional em *A Província do Pará*, em 1º de fevereiro de 1959 e a partir daí permaneceu até a sua morte. Era responsável pelo noticiário político que se desenvolvia na Assembléia Legislativa. Sempre foi um repórter político respeitado pela lisura como atuava no seu setor, sendo, por isso mesmo, estimado por todos.

Além disso desempenhou as funções de assessor dos prefeitos Alacid Nunes e Stélio Maroja, cedido que foi, na época, pela Assembléia Legislativa do Estado.

Era casado com a Senhora Elza Costa de Oliveira, com quem tinha os seguintes filhos: Elza Costa de Oliveira, Izabel Costa de Oliveira Carvalho, casada com Álvaro Adolfo Carvalho; Euclides Costa de Oliveira, casado com Eliana Ribeiro de Oliveira; IZANETE de Oliveira Raiol, casada com Paulo Sérgio Raiol; e Izolda Oliveira Contente, casada com Pedro Paulo Contente.

O falecimento de Adolpho consternou a todos os seus amigos, especialmente seus companheiros que com ele enfrentavam o dia-a-dia na redação de *A Província do Pará*. O corpo de "Doró" está sendo velado na Capela Mortuária da Beneficente Portuguesa de onde sairá o cortejo fúnebre, às 11:00 (HBV) para o Cemitério Recanto da Saudade.

Descansa em paz, Dora!

Osvaldo Melo

Dolorosa notícia acabo de receber, confirmada pela família, da morte de um querido amigo e intrépido jornalista, Adolpho Melo de Oliveira Filho.

Conheci-o, trabalhando na profissão de jornalista, mas, também como conceituado e correto servidor da Assembléia Legislativa do Estado, de onde fui buscá-lo, para servir no gabinete do prefeito municipal de Belém, quando fui investido no cargo, tendo sido um dos meus assessores de imprensa e de gabinete.

A nossa amizade e o nosso conhecimento vêm dessa data e foi consolidada, ao longo dos tempos, e principalmente, quando exercei, por duas vezes, o mandato de deputado estadual na década de 1970.

Depois quando fui para a deputação federal, nunca perdemos as ligações, e as minhas entrevistas, as minhas informações, quase todas eram feitas através daquele inteligente e perfeito profissional, sendo rigorosamente fiel às palavras e aos assuntos que queríamos transmitir, quer fosse pelo telefone, à distância, quer pessoalmente, sem tomar nenhuma nota. Embora, no meio das entrevistas ou informações sempre tivesse as suas opiniões e impressões, algumas vezes ferinas ou contundentes a respeito de pessoas e fatos, nunca se deixou envolver pela paixão ou emoção, daí o testemunho que ora empresto, para ressaltar uma das facetas mais dignas desse jornalista que honrou a profissão por toda a sua vida. No serviço público, sempre solícito e sem medir esforços para assegurar os meios necessários para o bom desempenho do mandato dos deputados, de onde foi o Secretário Legislativo da Assembléia Legislativa sem um procedimento sequer que pudesse macular a sua categoria e sua dignidade funcional.

Ultimamente, quando aos sábados, no meu escritório, ele, pelo telefone, catava notícias para a sua adorada *"A Província do Pará"*; ele não cansava de comentar a situação política local e mais ainda, os momentos difíceis por que passam os aposentados do serviço público, ele que se aposentara, recentemente, após mais de 35 anos de serviço e dedicação à causa pública.

As suas últimas amarguras foram com relação à inclusão do seu honrado nome como "marajá", uma injustiça clamorosa, e, por último a redução dos proventos que atingiram os direitos adquiridos dos inativos do serviço público estadual. Tenho uma carta de sua autoria em que retrata essa penosa situação, ele que estava para ingressar na Justiça pelos seus legítimos direitos.

Aqui, nesta homenagem, amigo Adolpho, vai a minha mensagem, certo de que a tua luta vai continuar, através de nós e de outros lutadores da causa pública, em benefício de bandeira tão justa e tão legítima.

Repousa em paz, querido amigo "Doró", um nome limpo e respeitado para seus familiares e feste derrubado em plena luta, no jornalismo e no serviço público, que honraste, com o teu desempenho a tua inteligência.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Merecem, sem dúvida, especial registro os notáveis avanços da Constituinte, registrados no Capítulo dos Direitos Sociais, matéria cujo exame a Comissão de Sistematização encerrou há pouco tempo.

Nesta oportunidade, não pretendo fazer um relato completo de todas as conquistas alcançadas, nem efetuar uma análise aprofundada do signifi-

cado de cada um dos dispositivos aprovados, mas, sim, como homenagem aos trabalhadores de todo o País, realçar alguns itens que se me afiguram importantes.

Farei, pois, uma resenha dos principais tópicos. Estabilidade é um dos pontos mais delicados das relações do capital com o trabalho e, no meu modo de ver, o progresso verificado, na presente etapa constitucional, foi bem sensível. Não poderá o trabalhador ser despedido imotivadamente e, salvo falta grave, somente haverá dispensa por justa causa, fundada esta exclusivamente nas seguintes situações: fato econômico intransponível, fato tecnológico, ou infortúnio da empresa. Deve ser observado que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi preservado e que o aviso prévio, também mantido, será proporcional ao tempo de serviço, com piso mínimo equivalente a um salário.

Um outro ponto a ser salientado é o da equiparação dos trabalhadores rurais aos urbanos, no que se refere aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Trata-se de medida de justiça social de há muito reclamada pelo homem do campo e inconsistentemente proposta pela classe política brasileira, nos últimos anos. Concretizada agora, atinge-se com ela, praticamente, o ideal de universalizar a previdência oficial no País, de forma a poder proporcionar a toda a população aos respectivos benefícios.

Menciono, a propósito, que se torna obrigatória a participação dos trabalhadores nos conselhos dos órgãos profissionais e previdenciários, desde a promulgação da nova Carta Magna.

Especial preocupação mereceram as pessoas de mais idade e a gestante, tendo sido incluídas disposições que estabelecem cota mínima de 10% de trabalhadores acima de 45 anos de idade, nas empresas com mais de 50 empregados, e licença maternidade de 120 dias para a mulher que trabalha fora do lar.

No que concerne ao direito fundamental de greve, passou esta a ser conceituada como inteiramente livre para as diversas categorias profissionais. Doravante, estará estabelecida a desnecessidade de julgamento da legalidade dos movimentos grevistas, o que implica atribuir total responsabilidade às partes envolvidas, na condução das negociações.

No âmbito do sindicalismo, foi igualmente bem acentuado o progresso constitucional, ficando proibida a intervenção federal e liberadas a criação e a extinção dos sindicatos, que dependerão tanto quanto seu funcionamento, exclusivamente das decisões das assembleias dos trabalhadores. Preservou-se, todavia, a unicidade sindical, indispensável para evitar o enfraquecimento da representatividade classista.

Um outro tópico das relações de trabalho a ser mencionado diz respeito à intermediação entre patrões e empregados, que o novo texto constitucional interdirá, quando de mão-de-obra permanente, se prestada aquela mediante remuneração.

Cabe um esclarecimento sobre o que tem sido divulgado quanto aos prazos de prescrição de direitos trabalhistas. Ficou resolvido, nesse particular, que a impresentabilidade abrange todo o período de trabalho em uma mesma empresa

até dois anos após a cessação do vínculo empregatício.

Vitória bastante significativa foi a da fixação da semana de trabalho, que será de 44 horas, tendo havido, portanto, a redução de 4 horas semanais, em relação às atuais 48 horas.

Quanto às chamadas horas extraordinárias, serão elas remuneradas em dobro, desde a vigência da nova Carta. Pelas disposições ainda vigentes, o acréscimo é de apenas 25%.

Foram contemplados com a proteção previdenciária o produtor rural e o pescador artesanal que exercem suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes. Sua contribuição à seguridade social será feita pela aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização de sua produção. Em troca, terão os benefícios do sistema em equivalência com os do salário mínimo, podendo obter equiparação ao segurado autônomo, na forma da lei. O parceiro, o meeiro, o arrendatário e respectivos cônjuges também ganham direitos iguais aos dos demais segurados. Estima-se em 3 a 3,5 milhões as famílias atingidas pelos benefícios das novas disposições constitucionais.

Mas não cessam ai as conquistas sociais aprovadas na Comissão de Sistematização, mesmo que algumas delas já façam parte da legislação. Tornar-se-ão essas, daqui para a frente, direitos indiscutíveis, garantidos pela Lei Maior e acompanhados certamente com atenção pela magistratura em geral e o Supremo Tribunal Federal em especial.

É longo o elenco desses direitos, mas cabe neste momento sobre eles falar resumidamente, dando tão-somente sucinta notícia, pois sua mera enunciação como princípio constitucional mostra a dimensão que lhes emprestam os Constituintes.

Vejamos, portanto, quais são:

- seguro-desemprego;
- salário mínimo único e desvinculado;
- irreversibilidade de remuneração ou vencimento;
- garantia de salário fixo além da remuneração variável, quando esta ocorrer;
 - 1º salário, inclusive para aposentados;
 - participação nos lucros e na gestão da empresa, além do salário;
 - salário-família aos dependentes;
 - jornada máxima de 6 horas, para turnos ininterruptos de revezamento;
 - repouso semanal remunerado;
 - férias anuais com remuneração integral;
 - normas de saúde, higiene e segurança;
 - adicional para atividades penosas, insalubres ou perigosas;
 - aposentadoria;
 - creches e pré-escolas gratuitas;
 - participação nos benefícios decorrentes da automação e da tecnologia nova;
 - seguro-acidente;
 - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual.

Estou inteiramente cônscio de que tem havido pesadas críticas contra os trabalhos da Assembléia e da Comissão de Sistematização, mas eu, na condição de advogado de sindicatos de trabalhadores em Pernambuco e por isso conhecedor de suas esperanças e suas necessidades, regozijo-me com a concretização de antigos anseios da classe e, no caso particular dos estivadores

e arrumadores, com a normalização de sua situação, agora conseguida.

Vislumbra-se uma possível vitória dos que vivem exclusivamente de seu duro labor cotidiano, quando o Projeto de Constituição for finalmente apreciado e votado pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, mas sou democrata o bastante para reconhecer que há pontos ainda passíveis de profundas dissensões entre os Constituintes, embora saiba, por outro lado, que muitos dos que, fora do Congresso, condenam o que foi aprovado até agora, não o perquiriram com cuidado devido a matéria de tal magnitude.

Declarações genéricas contrárias são propaladas, mas não se vê uma análise detalhada do mérito de cada um dos artigos e itens aprovados, nesta que é a penúltima fase da elaboração constitucional. Como já notou nossa liderança, é a proposição do mau hábito do "não li e não gostei".

Pois que leiam e apontem alternativa melhor, a cada inciso, alínea, número ou expressão contidos no projeto, para exame do soberano e livre Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, eleita pelo povo há exatamente um ano para elaborar a nova Carta Magna brasileira.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL–AL Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A opção pelo sistema parlamentarista de Governo ainda não é uma decisão política da Assembléia Nacional Constituinte, mas é sem dúvida um grande passo a expressiva votação obtida por essa questão vital na Comissão de Sistematização. Há muito tempo deixamos de encarar o tema como um problema partidário, para tratá-lo como matéria de salvação nacional. Convencido de que o País não suporta mais a centralização de Poderes e o exercício arbitrário e abusivo do Poder que tem caracterizado o presidencialismo brasileiro, não posso deixar de exprimir minha opinião e de antecipar meu voto para operarmos a transformação política mais importante da história republicana que representará para o Brasil a adoção do parlamentarismo.

Historicamente se tem alegado a falta de dois requisitos indispensáveis para a viabilidade desse sistema: a ausência de partidos fortes e estáveis e a inexistência de uma burocracia do Estado capaz de operacionalizar o regime, durante a transição entre os diferentes gabinetes: a invoca desses argumentos é, menos do que um empecilho, um verdadeiro sofisma. O que tem impedido a existência de partidos fortes, estáveis e consistentes é exatamente a sucessão de crises em que se transformou o presidencialismo brasileiro nos últimos cinqüenta e sete anos. Ora, Sr. Presidente, se o presidencialismo não foi capaz de dotar o País de um sistema partidário estável e moderno, por que não tentar o parlamentarismo, pressuposto essencial para que os partidos possam efetivamente exercer o seu papel de intermediar os interesses da sociedade e os do Estado? Se os partidos são frágeis é exatamente porque não sobrevivem as sucessivas crises republicanas. O sistema partidário continuará a ser de ocasião, enquanto a interferência indébita e ilegítima do Executivo continuar a tentar ajustá-lo às suas conveniências e não ao interesse permanente da sociedade. Assim foi em 30, assim foi em 37, assim foi em 65, assim foi em 78 e assim continuará sendo, enquanto os interesses do Estado e as

conveniências do Governo continuarem se sobrepondo aos interesses da Nação, às aspirações do País e ao afã de modernização da sociedade brasileira. O argumento verdadeiro, o argumento consistente, o argumento lógico é exatamente contrário do que hipocritamente tem sido invocado: a inexistência de partidos fortes não é o fator que impede a adoção do sistema parlamentar de Governo; a inexistência de parlamentarismo é o que nos impede de termos um sistema partidário coerente com as necessidades de nossa expressão política no mundo contemporâneo. Sempre que se supriu o direito de voto no Brasil, se invocou a mesma tese; o de que o povo brasileiro não sabia votar e não tinha maturidade suficiente para se auto governar e escolher os seus dirigentes, como se a prática da liberdade não fosse possível, não pela supressão dela, mas ao contrário, como se uma alegada carência do povo justificasse a prática de suprimi-la...

Alega-se, por outro lado, a inexistência de uma burocracia organizada, estruturada, estável e hierarquizada como se fosse possível possuí-la com as práticas onipotentes do Poder Executivo. O que vai dar estabilidade, organização, hierarquia e estruturação a burocracia do Estado é exatamente a prática do parlamentarismo em que a substituição do poder em vez de gerar crise, se torna rotina. Quem inventou no País a praxe da "degola" que caracterizou a República Velha, que subsistiu na República Nova e que se institucionalizou na Nova República, foi exatamente o presidencialismo brasileiro. Submetido ao controle político do Parlamento, a organização burocrática do Estado deixara de ser um poder à parte e de ter fidelidades espúrias, como ocorreu sempre com a tecnocracia, durante os regimes autoritários, para se transformar numa organização aberta, democrática e submetida aos interesses permanentes da Nação e do Estado e não do Chefe do Governo.

Não podemos nos esquecer dos argumentos históricos na prática da política, Sr. Presidente. Durante os 65 anos de vigência da Constituição do Império efetivamente não tivemos o parlamentarismo segundo o modelo clássico da época, na medida em que ao Poder Moderador, exercido pelo Monarca, sempre se reservou o direito constitucional de livremente nomear e demitir os seus ministros. Mas tivemos sem dúvida e incontestavelmente, segundo o testemunho e a análise de historiadores e cientistas políticos, praxes Parlamentaristas que se acentuaram a partir de 1847, desde a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros. Pois foi exatamente nesse período que tivemos os dois requisitos que hoje são reclamados e invocados contra o parlamentarismo. Tivemos partidos estáveis que se revezavam no Poder, e tivemos uma pequena mas ilustrada burocracia na administração pública que sempre garantiu a estabilidade, a continuidade e a racionalidade do que então era o Poder Executivo.

O que hoje impõe, reclama e imperiosamente exige a mudança da forma de Governo, no entanto, é menos a excelência comprovada do parlamentarismo como sistema nas Nações mais avançadas do mundo, mas o incontestável fracasso do sistema presidencialista por nós adotado em 1891. O exercício do poder no Brasil tornou-se a prática do absolutismo moderno, porque, independentemente do que disponham as Constitui-

ções, o Executivo é, por sua própria natureza, o Poder pessoal, o Poder solitário, o poder onipotente, o poder concentrador, o poder imperial, como com muita razão o chamou o historiador americano Arthur Schelsinger. Todas as Constituições Republicanas proclamam, sem discrepâncias no Brasil, o princípio do "equilíbrio e harmonia" entre os poderes. A prática histórica, no entanto, demonstra que o requisito que menos se praticou na República, exatamente, foram tanto a independência quanto o equilíbrio entre os poderes. Num livro famoso, durante mais de 50 anos sonegado ao conhecimento dos brasileiros, o historiador inglês Ernest Hambloch chamou o chefe de estado brasileiro de "sua Majestade, o Presidente do Brasil". Nada retrata com mais fidelidade a característica do presidencialismo brasileiro do que essa rematada expressão de poder pessoal.

Dividir as prerrogativas imperiais da Presidência no Brasil tornou-se questão de Estado. Enquanto não abrandarmos o poder pessoal jamais teremos regime democrático estável, estado de direito e superação das crises em que se transformaram as sucessões presidenciais.

Reconheço, Sr. Presidente, que é um erro adotarmos a eleição direta para Presidente da República no sistema parlamentarista. Mas acredito que possamos corrigir o que o no parlamentarismo clássico é uma aberração; por isso mesmo, meu voto será no sentido de adotarmos um sistema parlamentar em que o Presidente será apenas chefe de estado, sem prerrogativas de governo. Entendo também que será necessário ajustarmos o Sistema Eleitoral e Partidário, para que possamos ter maioria caracterizada e sólida na Câmara, única forma de evitarmos a adoção de um parlamentarismo segundo o modelo italiano, que é de todos os países da Europa Ocidental o menos estável politicamente.

Não vejo também como invocarmos o precedente de 1961, para anteciparmos a possibilidade de um fracasso político. A Emenda Constitucional nº 4, foi sem dúvida um casuismo, um golpe parlamentar contra os poderes de que já estava investido o Vice-Presidente da República, na qualidade de substituto e sucessor do Presidente. Adotado pela Assembléa Nacional Constituinte, o parlamentarismo terá a legitimidade decorrente da delegação que recebemos do povo brasileiro, para livre e soberanamente estabelecermos as bases de um novo pacto de poder. Não temo por isso pela sorte do novo sistema, a não ser que o desfiguremos para, afim, atendermos a interesses transitórios e eventuais do atual governo. Exatamente por isso, defendo também que o sistema parlamentar adotado pela Constituinte, seja imediatamente implantado, implementado e operacionalizado, sem outras considerações de ordem, pessoa, porque, acima delas, está o interesse da preservação da democracia no País.

Nós não temos por que temer ameaças. Não temos por que recuar ante rumores e nem temos por que hesitarmos ante qualquer risco. Tenho a profunda convicção de que, adotando o parlamentarismo, estaremos civilizando o processo político brasileiro, democratizando o processo de decisão política e ampliando a legitimidade do poder, cuja disputa, das ante-salas do poder, passará para o caminho democrático das urnas. Quem vai moderar o processo político brasileiro é o povo em sua soberania, toda vez que chamado

a decidir sobre os dissídios atualmente arbitrados pelas Forças Armadas.

Tenho a certeza e a serena convicção de que o parlamentarismo não é uma panacéia para todos os males e desafios do País, mas é seguramente a única forma disponível e a nosso alcance para despirmos o poder pessoal e majestático da presidência e seu caráter centralizador e autoritário, para quem em nome do povo brasileiro decida não apenas um cidadão, mas toda a coletividade, política a que o povo delegar o Poder de fazê-lo democraticamente, através do debate, da negociação, do entendimento e do livre confronto das idéias, como é da praxe imemorial de todos os parlamentares. (um País com a extensão, o poder a expressão e a dimensão do Brasil, Sr. Presidente, não pode continuar sendo governado através de pacotes", de decretos-leis e de decisões que o Congresso, lamentavelmente, não tem como discutir, para que exprimam a vontade coletiva. Com o parlamentarismo, será aqui, no Plenário livre e aberto a crítica e através de uma participação de todos os interesses legítimos de toda a sociedade, que se decidirá os destinos do País, e não mais nas antecâmaras cada vez mais inacessíveis de um poder que se concentra em si mesmo, porque lastreado na convicção de que é o único árbitro do interesse nacional.

A imediata implantação do sistema parlamentar é a ampliação da liberdade de decidir, é a institucionalização de mecanismos democráticos e impessoais no processo político e há de ser também, estou certo, a superação da crise, da incerteza, da ambigüidade e da insegurança em que vive o país há mais de meio século, num movimento pendular e sem fim, entre autoritarismo de um lado e populismo de outro.

O povo brasileiro sem dúvida merece destino mais digno, mais justo e menos conturbado do que tem tido, desde que implantou, com todos os seus vícios e defeitos, o modelo desgastado do presidencialismo que temos que sepultar de vez pela decisão desta Assembléa Nacional Constituinte, que é hoje o último refúgio de esperança da opinião pública deste sofrido País.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – ES. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Um dos problemas mais graves e urgentes do País é o transporte urbano. Passado despercebido ou mesmo ignorado pela Constituinte o tema continua no âmbito dos governos estaduais. Nesta área o problema é tratado com amadorismo, com insensibilidade social e, o que é pior, com absoluta falta de capacidade de entender que o transporte urbano hoje é um problema político, econômico e social.

Sr. Presidente, na medida em que é importante definir o que querem para o transporte urbano e por consequência para o transportador ou o empresariado do setor, querem estatizar o setor dentro da onda de que o Estado deve ser o dono de tudo, transformando o País num imenso cartório? Querem transformar um empresário num serviçal do poder concedente? O mais correto seria transformá-lo num real empresário, servindo ao público, mas dando-lhe condições reais de trabalho, remunerando seus serviços dignamente.

Ao que nos parece a função do Estado não é a de prestar serviços, é de delegar sempre que

for possível. No caso dos transportes urbanos a estatização, a não ser que se promova um esbulho no patrimônio alheio por parte do Estado, é inviável, já que demandaria somas de recursos na indenização patrimonial que o governo não tem condições de suportar, além do que é público e notório que o Estado é mau gerente, aumentando pela sua inefficiência as garras do monstro do déficit público. Para confirmar esta assertiva basta que se faça um levantamento das empresas em mãos do Poder Público.

Vejam bem, Srs. Congressistas, o barril de pólvora que está assentada a sociedade brasileira em 1943, 67% da população era da zona rural, ou melhor, residiam na zona rural, hoje, a situação é inversa e estima-se que no final do século 85% estarão na zona urbana, isto num universo populacional de 200 milhões.

Nas principais regiões metropolitanas e áreas urbanas o ônibus é o principal meio de transporte, responsável que é por mais de 60% do volume de passageiros.

Não queremos fugir do debate fulcral do transporte rodoviário que se coloca entre a forma estatal de gerência direta ou a forma estatal de controle via subsídio. Em nenhum momento o Estado se afasta do controle, pois ninguém desconhece que o serviço é essencial.

E é na essencialidade do setor e do serviço que temos que raciocinar e debater e procurar caminhos e formas alternativas de conciliar entre as necessidades da sociedade que precisa do transporte, e aí ele age ou interage num só tempo como fator econômico e social, e de outro lado com as necessidades do empresariado que precisa de condições para oferecer um serviço de boa qualidade aos usuários. Para tanto, agora o que o empresário-concessionário quer é que o governo cumpra seu dever de controlar, como poder concedente, não ultrapassando desses limites. Ou numa assertiva: não atrapalhe tanto como vem fazendo até agora.

O que é necessário agora é que o bom senso prevaleça por parte do governo na definição e controle do transporte urbano, porque o limite dos usuários e dos transportadores que estão na ponta da corda já se encontra na exaustão.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR CARLOS VINAGRE (PMDB – PA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Enquanto muitos funcionários do Poder Legislativo Federal ganham gratificações de nível superior, tendo apenas o curso secundário, reconhecida a relevância técnica do seu trabalho e a excelência do seu desempenho, milhares de servidores do Executivo, detentores de diploma universitário, não têm reconhecida essa condição, que importa num adicional de vinte por cento.

Por isso mesmo, os servidores da 2ª Diretoria Regional do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas encaminharam, no dia 21 de agosto último, por intermédio do diretor daquela repartição, Engenheiro Marco Valério de Albuquerque Vinagre, um memorial ao Diretor-Geral do DNOS, comprovando a sua condição de portadores de diploma de nível superior, para reivindicar seu enquadramento como técnicos, por ato do Ministro Extraordinário para Assuntos de Irrigação, Dr. Vicente Cavalcanti Fialho.

Esse expediente, que recebeu ao chegar na Administração Central do DNOS, o Processo de nº 8.749/86, até o presente momento parece não ter sido encaminhado ou considerado, pois nenhuma informação, quanto ao pleito, foi encaminhada à 2ª Diretoria Regional do DNOS, quer pela Administração Central, quer por parte do Ministério.

Um dos requerentes, esteve com a Diretora do Departamento de Pessoal, a Srª Júlia Maria Miranda Souza, em novembro de 1986, na Administração Central desse departamento, para indagar a respeito do deferimento ou indeferimento do pedido, ouvindo dela a alegação de que encaminharia informação a respeito do processo, oportunamente, informando, ademais, que iria viajar para Brasília, em 5 de dezembro de 1986, para tratar de vários assuntos perante o SEDAP, inclusive aquela reivindicação, prenunciando uma decisão favorável para o pleito daqueles funcionários.

Mas, até agora, não tem notícia quanto à tramitação do processo, sendo que a última notícia, no *Diário Oficial* da União, esclarecia que os funcionários da Administração Central haviam sido enquadrados, preferidos os requerentes da 2ª DR/DNOS.

Diante disso, encaminhamos veemente apelo ao Ministro para Assuntos de Irrigação, no sentido de que, informado pelos princípios da equidade, reexamine o assunto e defira o justo pleito.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A velha e justa aspiração da região Centro-Oeste, para criação do seu Agente Financeiro de Desenvolvimento Regional, torna-se realidade em função de dispositivo Constitucional.

Se lembrarmos o passado, quando lideranças políticas e empresariais em várias ocasiões e por vários motivos já investiram nesta necessidade com fortes argumentos que apesar de justos, não chegaram a sensibilizar devidamente as áreas responsáveis a nível federal, para efetivar a criação de um Agente Financeiro que viesse a promover e acelerar com estabilidade o desenvolvimento regional.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não deixa nenhuma dúvida e é inquestionável a presença e efeito do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia nas suas respectivas regiões.

No Centro-Oeste, parte do seu território é coberto pelo Basa, com sede na cidade de Belém, capital do Estado do Pará. Entretanto apesar da luta dos seus dirigentes, como forma de desenvolvimento harmônico de uma região, a atuação desse Agente Financeiro não corresponde a real necessidade, pela sua distribuição geográfica e área de ação.

Sr. Presidente, a Comissão de Sistematização, da Assembléa Nacional Constituinte, em sua sessão do dia 10 de novembro, no Título VI, Capítulo I, Seção VI, Artigo 188, Inciso I, Alínea C, estabelece que: – “A União entregará: Três por cento, para aplicação em programas de financiamento, ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, na forma que a lei estabelecer”.

Sr. Presidente, esta importantíssima e merecida inclusão do Centro-Oeste, e a aplicação deste dispositivo Constitucional, só é possível com a presença do seu Agente Financeiro Regional, para cumprir a formalidade, sublime desejo e interesse dos Constituintes representantes desta região, com apoio decisivo do Norte e Nordeste.

Este é o momento importante, para os representantes dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia e Brasília unirem-se para, no breve espaço de tempo, viabilizar a aplicação da futura Constituição brasileira, e tornar realidade este grande avanço para o Centro-Oeste, lutando para a criação e implantação do seu Banco Regional de Desenvolvimento.

Neste particular, a sociedade, através de sua representação, deve estar devidamente integrada desde seus Governadores, Assembléia Legislativa, Prefeitos, Câmara de Vereadores, representantes de Classes, Clubes de Serviços; enfim, a causa é justa, necessária, patriótica e merece a solidariedade de todos.

O Governo Federal, através de seus órgãos ligados à análise e aprovação desta reivindicação, por certo não faltará com o Centro-Oeste, muito menos no descumprimento de nossa Constituição.

Rogamos aos parlamentares de outras regiões, que entendam e reconheçam nossa angústia e o nosso problema. Centro-Oeste é a solução do País. Precisamos estar cada vez mais forte e preparado para receber de todo País, todos aqueles que querem fixar-se com suas famílias, nesta grande parte do nosso País.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Falar da Companhia Paulista de Força e Luz é o mesmo que descrever o desenvolvimento interiorano paulista e sua industrialização nos últimos 75 anos.

Criada em 16 de novembro de 1912, a CPFL significou uma das primeiras tentativas de se criar um sistema integrado de produção e distribuição de energia elétrica no interior do Estado de São Paulo.

A empresa não surgiu para fornecer energia elétrica para este ou aquele município, mas para integrar, em um sistema único, várias pequenas empresas que desde os primeiros anos de século já atuavam no setor: Empresa Força e Luz de Botucatu, Empresa Força e Luz de São Manuel, Empresa Força e Luz Agudos-Pedreiras e Companhia Elétrica do Oeste de São Paulo.

Com as transformações ocorridas na economia mundial, a partir do fim do século XIX, também os países menos avançados sofreram os influxos dessas alterações. Foi assim que o grupo de José Balbino de Siqueira, Joaquim de Souza Meirelles e Manfredo Antonio da Costa, em fins de 1927, entender que sua atividade pioneira havia chegado ao limite de suas forças. Não dispondo de capitais de reserva e, considerando que mesmo com o crédito que poderiam vir a obter não contornariam as dificuldades que se avizinhavam, não restava outra alternativa ao grupo senão transferir o controle acionário da Companhia Paulista de Força e Luz para o grupo americano American Foreign Power Company – AMFORP. Nesse mesmo período, de 1927 a 1929, passaram igual-

mente para o controle acionário do grupo americano a Companhia Campineira de Tração, Luz e Força, a Companhia Força e Luz de Avaúhandava e várias outras.

Em 1964, a AMFORP foi adquirida pela Eletrobrás, através da Lei nº 4.428, e, com essa mudança, nova filosofia foi implantada e importantes programas foram desenvolvidos.

Porém, as transformações dentro da estrutura organizacional da Companhia de Força e Luz prosseguiram e a 16 de julho de 1975, foi assinado um termo de acordo entre o governo do Estado de São Paulo e a Eletrobrás, em função do qual a CESP – Companhia Energética de São Paulo – assumiria o controle acionário da CPFL.

Assim, a CPFL faz parte hoje da administração descentralizada da Secretaria do Estado de Obras, mantendo suas atribuições históricas, mas concentrando sua atenção nas funções de distribuição de energia elétrica.

A Paulista de Força e Luz, como é comumente conhecida, detém uma área de concessão de um terço do Estado de São Paulo, suprindo de energia elétrica a uma população de mais de seis milhões de habitantes, distribuídos nas mais diversas regiões do Estado paulista, possuindo mais de um milhão e quinhentos mil consumidores.

Pela qualidade dos serviços que presta, pela dimensão do seu mercado, pelo seu elevado índice de confiabilidade de fornecimento, só comparado aos padrões de empresas de países mais desenvolvidos, a Paulista de Força e Luz é um exemplo de empresa pública em seu setor. Mais ainda, de uma grande empresa, que além de cumprir seu objetivo maior – a distribuição confiável de energia elétrica – tem-se voltado e interagido de forma permanente para a comunidade atendida por seus serviços, dando exemplo, assim, de efetiva integração e participação com a sociedade.

Assim tem sido durante esses 75 anos de atendimento a 217 municípios paulistas, nos seus 90 mil quilômetros quadrados de área de concessão, nos quais se situa uma das mais ricas regiões agrícolas do País, com elevado índice de produtividade.

É de se ressaltar que a empresa vem desenvolvendo programas de alcance social, criando condições favoráveis de extensão das redes de distribuição de energia elétrica às populações mais carentes das suas cidades, como também, promovido o estabelecimento de tarifas de energia elétrica, condizentes com a realidade das populações faveladas, criando o bônus social.

Sob a inspiração democrática do governador Orestes Quérzia, na atual gestão, ampliou-se ainda mais o horizonte dos programas sociais que a empresa vinha prestando às suas comunidades. Exemplo patente é o denominado "Programa Turma da Rua", que dentre os seus objetivos, visa à integração dos menores à sociedade por meio da profissionalização dos mesmos.

Campineiro que sou, não poderia deixar de registrar nos Anais desta Casa os 75 anos dessa admirável empresa, modelar em todos os sentidos e que atendendo a uma vasta e variada área paulista, tem a sua sede na minha querida Campinas.

Homenageando a Companhia Paulista de Força e Luz nesta tão significativa data, entendemos

o nosso reconhecimento a todas as gerações que através da abnegação e do amor à empresa, deram o exemplo de desprendimento em benefício à causa pública.

Muito especialmente, louvamos o notável trabalho que vem desenvolvendo à frente da empresa o jovem e dinâmico engenheiro, Dr. Alfredo Almeida Júnior e seus dedicados colegas de diretoria, assim como seus competentes funcionários, os quais, todos juntos, têm possibilitado uma administração das mais eficientes, com o quase milagre de reduzir o percentual mensal de gastos com pessoal e custeio, sem prejudicar o bom desempenho da companhia.

A essa admirável geração jovem de administradores, que além da capacitação profissional, são modelos de dedicação à coisa pública, as nossas homenagens na passagem dos anos 75 da Companhia Paulista de Força e Luz.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Atendendo ao apelo que constantemente está chegando ao meu gabinete de várias partes do Brasil, sinto-me na obrigação de usar a tribuna desta Casa para fazer uma grave denúncia à Nação.

Trata-se nada mais nada menos do roubo e contrabando de veículos efetuados no Brasil e enviados para a república do Paraguai, país cujas fronteiras como Brasil, facilita este tipo de pirataria.

A imprensa brasileira, falada, escrita e televisada, de há muito vem denunciando estes escândalos e abusos, mas de concreto e efetivo para pôr um basta neste comércio ilegal e clandestino, pouco ou nada se fez até agora.

Autoridades brasileiras e paraguaias conhecem a extensão e a gravidade do assunto mas, mesmo assim, continuam entrando no Paraguai mais de mil veículos mensalmente, todos roubados nas cidades brasileiras. De uns poucos anos para cá, não só automóveis estão sujeitos à sanha das quadrilhas organizadas, verdadeiras máfias tipo siciliana, assaltando a mão armada em nossas estradas, nossos caminhões. A exigência do comprador do outro lado da fronteira é de que tem que ser cavalos mecânicos scânia-vabis ou volvo, o que tem de melhor no mercado brasileiro.

Informações já em meu poder sobre a importação oficial de automóveis, caminhonetes, caminhões e ônibus, nos anos de 1982 até 1986, somam um total de 1.364 veículos, sendo que caminhões foram 285. Importante notar que em 1982, foram importados 152 e os restantes 133, nos anos de 83, 84, 85 e 86, exatamente quando intensificou-se o roubo destes veículos e que seguiram em direção à república do Paraguai.

Para que esta Casa conheça com mais detalhes as nossas afirmações, vamos transcrever trecho de uma reportagem do **Jornal do Brasil** publicada no dia 22-3-87, que diz o seguinte:

"Dos mil carros que cruzam a fronteira ilegalmente a cada mês, nós calculamos que uns 600 sejam volkswagen, a marca preferida aqui. Você pode ver nas ruas milhares e milhares de voyage, santana, parati etc. Mas posso garantir que nós só importamos anualmente da volkswagen no Brasil uns 500 carros, no máximo. Praticamente todos os outros entram de contrabando – diz

Miguel Carrizosa, diretor-gerente da Diesa S.A. revendedor volkswagen em Assunção."

Outra grande injustiça que é praticada contra os nossos carreteiros autônomos que perdem seus caminhões nestes assaltos, é que muitos deles ainda devem os carros que foram comprados com financiamento bancário, dando como garantia para o referido financiamento, a própria casa. Como o caminhão foi roubado e não tem como saldar suas prestações, são executados pelo banco e muitos perderam suas casas ou sítios.

Ao procurarem o consulado do Brasil em Assunção, são informados de que, legalmente, nada pode ser feito. Os roubos de caminhões brasileiros são do conhecimento do consulado, bem como sabe o consulado que a quantidade de caminhões brasileiros no Paraguai é grande. Quando os proprietários localizam o caminhão, são orientados para registrarem a ocorrência no consulado paraguaio de Foz do Iguaçu e depois entregarem o caso a algum advogado paraguaio para tentar reaver seu caminhão, via judicial, pois nada ou muito pouco pode o nosso consulado fazer, uma vez que a legislação paraguaia protege escandalosamente o contrabando de veículos, para facilitar a nacionalização do bem com uma simples declaração jurada (resolução nº 0224 – art. 5º), onde não é necessário declarar as circunstâncias referentes à aquisição do bem, nem a origem dos fundos, nem a forma de introdução no País (Resolução Gnº 19 – art. 5º), uma vez pago o imposto e verificada a exatidão dos dados contidos na declaração jurada, que são secretas (resolução Gnº 19 – art 13), é emitido um certificado de regularização fiscal (resolução Gnº 19 – art. 11).

Feito isto, é emitido um certificado de *nacionalización de autovehiculos*. A justiça paraguaia invariavelmente dá ganho de causa a quem possuir este documento.

Existem hotéis em Assunção onde se encontram de 15 a 20 brasileiros, diariamente, à procura de seus caminhões, cada um a sua maneira, com recursos próprios isoladamente. Mesmo assim, por conhecerem a rota que correm os carros e alguns receptadores, conseguem localizar seus caminhões, mas raramente conseguem trazê-los de volta. Temos informações de que, nos arredores de Assunção, existem oficinas de transformação destes caminhões roubados, onde são pintados em cor diferente e onde é remarcado o número do chassi. São prédios murados e fechados e onde não é permitida a entrada de brasileiros que andam à procura de seus caminhões, existem, também, informações que não conseguimos comprovar de que, quando os brasileiros descobrem seus caminhões e procuram as autoridades locais para reavê-los, são presos, espancados e expulsos do Paraguai, por entrada ilegal no País.

O grande entreposto destes caminhões roubados no Brasil é um lugarejo chamado Coronel Oviedo, que dista cerca de 400Km de Ponta Porã, na estrada que leva a Assunção. Este lugarejo é passagem obrigatória para a capital e é o entroncamento com a estrada que liga Foz do Iguaçu e Ponta Porã a Assunção. As informações que temos são de que 90% dos caminhões e automóveis brasileiros roubados entram no Paraguai pela fronteira seca de Ponta Porã/MT, os restantes por Guaira e Foz do Iguaçu. Os acessos, tanto do lado brasileiro como do paraguaio, são estradas

de uso permanente em condições de tráfego pesado, o que facilita a entrada de qualquer veículo.

Havendo interesse por parte das autoridades brasileiras e paraguaias, em interceptar este fluxo de veículos roubados, principalmente os nossos cavalos mecânicos, nada mais fácil, pois como pode atravessar na fronteira um cavalo sem carreta e sem carga e também sem documento oficial de exportação toada ocorrer?

Em 1981 e 1984 o governo paraguaio deu uma anistia a todos os carros que rodavam no País ilegalmente, para que regularizassem sua situação, bastando para tanto, que pagassem uma taxa alfandegária e assim, 33.161 veículos de brasileiros viraram paraguaios.

Segundo informações oficiais do Banco do Brasil, o comércio exterior com a república do Paraguai de 1982 até o primeiro semestre de 1987 portou-se da seguinte forma: exportamos - \$51.589.200,00, - importamos \$497.500,00, - com um saldo a nosso favor de \$1.091.700,00 -. Não sabemos é como anda este saldo a nosso favor. Será que estão com os pagamentos em dia?

Quando é público e notório que o Paraguai exporta mais café e soja do que produz, pelo porto de Paranaguá, como se fosse produzido em seu território, temos que nos inquietar. Estamos lidando com um parceiro que merece nosso respeito e consideração?

Qualquer autoridade brasileira que desejar certificar-se do escândalo que ocorre neste setor, o qual estamos denunciando, basta ir a Assunção, comprar o jornal "HOY" e ver nas páginas dos classificados, ofertas de auto-mau (carros roubados) às centenas, com preços de fazer inveja a qualquer mortal. Carros como Monza-86 por Cz\$ 180.000,00 - Escort XR3-87 por Cz\$ 250.000,00 - Escort XR3-86 por Cz\$ 200.000,00 - Santana 85 por Cz\$ 200.000,00 - Diplomata 86 por Cz\$ 280.000,00 - Gol-plus 86/87 com 5.000Kms por Cz\$ 140.000,00. E tem também "Regalos" como Chevette 76 por Cz\$ 40.000,00 - Ford F-1.000 modelo 83 por Cz\$ 290.000,00, etc, etc.

De uma coisa temos quase certeza: se fecharmos nossas fronteiras com este nosso vizinho, no mês seguinte o índice de roubos de automóveis e caminhões diminuiria sensivelmente em todo Território Nacional, pois as grandes quadrilhas organizadas não teriam onde colocar o produto de seus furtos com tanta facilidade.

Urge uma providência energica de nossas autoridades para defender os interesses brasileiros, hoje tão prejudicados com esta rapinagem internacional.

Obrigado.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB - GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em pronunciamento na Assembléia Legislativa de Goiás, o ilustre Deputado Oswaldo Bettio classificou o alcoolismo e o tabagismo como os "flagelos da humanidade", lembrando que a Constituinte apresenta uma oportunidade histórica para o País reverter a propaganda de bebidas alcoólicas e de fumo, especialmente no rádio e na televisão, onde a força persuasiva é maior.

Não se trata, evidentemente, de abolir da economia brasileira a produção e o comércio desses produtos, o que seria inviável, mas de salvaguardar a sociedade da entrada em seus lares, por

meio das ondas de rádio e da televisão, do vício, que condiciona e padroniza comportamentos e gera dependência orgânica.

Quantos de nós já não presenciamos o pesadelo em que o vício se transforma para aqueles que, por desejo próprio ou por problemas de saúde, necessitam abolir o cigarro e o álcool de suas vidas. O drama dos que, para abandonar a bebida, se internam em hospitais para desintoxicar o organismo, presas de visões, alucinações, estado depressivo profundo. Pessoas que utilizam a acupuntura para deixar o fumo, ou carregam cigarros apagados na mão, para gradativamente, se acostumar com a idéia de largar o hábito de fumar.

Lembra o deputado em seu pronunciamento que, ainda que a arrecadação de Impostos dessas mercadorias significasse um montante excepcional para os cofres governamentais, não se justificaria submeter-se a sociedade à propaganda de vícios que se revelaram comprovadamente danosos ao organismo.

Estatísticas recentes demonstram que a população brasileira é formada por dez por cento de alcoólatras, e que 75 por cento dos menores delinqüentes têm o vício do alcoolismo ou descendem de alcoólatras.

S. Ex.^a lembrou ainda em seu discurso que em países mais desenvolvidos não é permitida a propaganda de álcool e de fumo nos meios de comunicação eletrônicos pela alta capacidade de indução a comportamentos padronizados que esses sistemas possuem, associando ao fumo e à bebida pessoas de estilo de vida dinâmico, sofisticado, esportivo e saudável.

Como Deputado Federal e Constituinte, sinto-me imbuído da mesma responsabilidade no sentido de lutar pela eliminação da publicidade na televisão e no rádio de bebidas alcoólicas e do fumo, e para tal espero contar com o apoio dos colegas parlamentares.

O brilhante pronunciamento do Deputado Estadual Oswaldo Bettio é oportuno e busca proteger a nossa sociedade, apresentando valiosa mensagem contra o vício. Sua luta merece o nosso apoio e o registro nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Vai-se passar ao horário de.

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. AFIF DOMINGOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AFIF DOMINGOS (PL – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Neste instante presto um esclarecimento a respeito de um pedido de informações feito pelo nobre Constituinte Aldo Arantes, quando, na última sexta-feira, dizia textualmente as seguintes palavras:

"Por outro lado, Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção do nobre Líder do PL.

Ele fez uma referência importante em sua relação à sua atitude, em face das denúncias da influência do poder econômico na Assem-

bleia Nacional Constituinte. E o último número da revista *Veja* fez, também, a seguinte afirmação: "segundo contas feitas pelo Constituinte Guilherme Afif Domingos, do PL, sem que se saiba com base em que critérios, o empresariado teria uma bolada de 35 milhões de dólares para tornar mais efetivos os seus pontos de vista."

Portanto, a denúncia feita pelo Constituinte Brandão Monteiro, que até agora não envolvia nenhum parlamentar, a partir dessa matéria da *Veja* vincula o nome de um Constituinte, e é necessário que S. Ex.^a venha a público explicar do que se trata e qual o seu envolvimento nessa matéria.

Exatamente aqui estou para, de público, trazer as minhas explicações, através de uma carta enviada na semana passada, no dia 9, à revista *Veja*, com o seguinte teor:

"Prezados Senhores,

Na edição nº 1.001 da revista *Veja*, veiculada a partir de ontem, na reportagem sob o título "Brasil – Reação Conservadora", págs. 28/33, esse prestigioso periódico semanal, à pág. 29, no sub-título "Garantia de ajuda", informa:

"Segundo contas feitas pelo Deputado Guilherme Afif Domingos, sem que se saiba com base em que critérios, o empresariado teria uma bolada de 35 milhões de dólares para tornar mais efetiva a defesa dos seus pontos de vista. Afif é o atual presidente da Associação Comercial de São Paulo."

Desejamos esclarecer que no contato telefônico mantido com o jornalista de *Veja* fomos informados de notícia publicada, naquele dia – (6-11-87) – pela *Folha de S. Paulo* em que o presidente da Fiesp, em nota de sua assessoria fazia críticas à nossa atuação e à do presidente da UDR, Ronaldo Caiado. Manifestamos a nossa estranheza com o teor da nota, assim, também, com a matéria divulgada no *Jornal da Tarde* (edição do mesmo dia, pág. 05 anexa) noticiando que os empresários teriam uma quantidade de US\$ 35 milhões para fazer prevalecer as suas teses.

Assim, estou informado na carta endereçada à *Veja*, que não é correta a informação desta revista, quando deixa a entender que fomos nós a fonte original daquela informação, pelo que julgamos necessário estes esclarecimentos.

"Aliás, no último dia 16 de novembro" sexta-feira da outra semana, antes da publicação da *Veja* – "o Deputado Brandão Monteiro, ao manifestar-se na Assembléia Nacional Constituinte, referiu-se, também, àquelas notícias publicadas pela imprensa e segundo as quais "os empresários estariam empregando 35 milhões de dólares para garantir a posição do "Centro Democrático"; conclamando que os líderes daquele movimento desmentissem as notícias publicadas nos jornais."

Por não integrarmos aquele núcleo empresarial, não podemos prestar outros esclarecimentos, os quais, em nosso modo de ver, deverão ser cobrados dos responsáveis pelas

informações que deram origem às notícias publicadas pela imprensa diária.

Outrossim, também é equivocada a informação que nos coloca como "atual presidente da Associação Comercial de São Paulo", cargo que, efetivamente, tivemos a satisfação de ocupar no passado mas que atualmente não mais ocupamos.

Com apreço de sempre, — **Guilherme Afif Domingos**, Deputado Federal.

Anexamos, Sr. Presidente, a cópia da entrevista ou da matéria, publicada em jornais, que foi base da minha declaração.

Portanto, naquele instante, simplesmente comentava notícias de jornais.

Assim, da tribuna, irmano-me com todos os companheiros da Constituinte, inclusive quanto ao pedido de uma CPI que corre hoje com assinaturas, onde colocarei a minha, em solidariedade aos nossos companheiros, como forma da demonstração de que houve um tremendo equívoco na colocação da revista, onde eu comentava aquilo que já estava público e não eu autor de uma notícia em primeira mão.

Era o esclarecimento que me cumpria trazer aos nobres companheiros.

Documento a que se refere o orador:

A GUERRA CONTRA A ESTABILIDADE

Antônio Ermírio definiu a estabilidade como "o novo Plano Cruzado dos políticos". E os empresários vão investir 35 milhões de dólares na defesa da liberdade no mercado.

O empresariado brasileiro deverá investir, até o final dos trabalhos da Constituinte, US\$ 35 milhões para garantir a inclusão na nova Constituição brasileira de princípios como a livre iniciativa e a economia de mercado.

Nos últimos 15 dias, os empresários financiaram a ocupação, pelo grupo moderado do Congresso, o Centrão, de três andares do mais tradicional hotel de Brasília, onde são realizadas reuniões diárias para a definição da estratégia do grupo, insatisfeita com o projeto que vem sendo aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte. Lançaram também uma campanha publicitária pela televisão, com três filmes de um minuto de duração, que custou à Comissão de Finanças da Frente Nacional pela Livre Iniciativa Cz\$ 70 milhões.

"Não somos uma entidade de extrema-direita nem de extrema-esquerda", definiu ontem o empresário Antônio Ermírio, do grupo Votorantim, "somos homens sofridos que procuram os congressistas constituintes, independente de ideologias, para que se possa legislar uma Carta em favor de todos os brasileiros que querem um país sério, respeitado lá fora pela seriedade e honradez de seus homens". "Estávamos todos trabalhando isoladamente, e agora resolvemos nos unir", explicou Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo – Fiesp.

São, na verdade, duas instituições que, reativadas, passaram a trabalhar paralelamente em Brasília, nos últimos dias. A União Brasileira de Empresários, criada em junho de 1986, reúne as Confederações de todos os setores da economia e mais 600 entidades. Entre seus objetivos está a defesa da liberdade econômica, do direito de propriedade, da iniciativa privada e da economia de

mercado. Ontem, na instalação do Conselho Consultivo da entidade, os discursos atacaram principalmente a estabilidade no emprego, como está definida no projeto da Comissão de Sistematização. A Frente Nacional pela Livre Iniciativa, segundo Mário Amato, tem mais de dez anos, mas foi reativada no final do mês passado por iniciativa de João Donato, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, congregando empresários e profissionais liberais. Seu trabalho visa a obter o voto de pelo menos 280 Constituintes para a alteração dos direitos sociais do projeto da Sistematização.

É a Frente que arrecada as contribuições espontâneas de empresários "e de patriotas", como disse um dos componentes do grupo. O dinheiro resultante do próximo Leilão da União Democrática Ruralista – UDR – a se realizar em Brasília no próximo dia 15, por exemplo, será revertido para a causa da Livre Iniciativa. Em princípio, pretende-se alterar, além dos dispositivos que obriga a estabilidade no emprego a jornada de trabalho de 44 horas, a hora extra em dobro, a obrigatoriedade da contratação de 10% dos empregados com mais de 45 anos e a igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos. "Vamos obedecer o texto constitucional, mas temos o direito de lutar até o fim", disse Antônio Ermírio de Moraes, para quem a "estabilidade é o novo Plano Cruzado dos políticos, preocupados com as próximas eleições".

Jornal da Tarde,
sexta-feira, 6-11-87 – Pág. 5.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: —

Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Antes de mais nada, trago aqui os votos da Bancada do Partido dos Trabalhadores pela plena recuperação do Presidente Ulysses Guimarães, e que possamos, dentro de breve, tê-lo de novo presidindo a Assembléia Nacional Constituinte. Faço de V. Ex.^a, por gentileza, o podador desses votos ao Presidente.

Ocupo a tribuna para transmitir aos colegas o nosso pronunciamento sobre as propostas de transformação, de modificação do Regimento e, sobretudo, em relação ao Substitutivo que foi apresentado por V. Ex.^a, na qualidade de Relator da matéria.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, antes de mais nada, achamos que nesta Casa vale a maioria, mas que a maioria não vale fora de certas regras, que a maioria não pode prevalecer apenas porque numericamente se sobrepõe aos demais. Se assim fosse, qualquer texto constitucional assinado por 320 Constituintes, não precisada nem de tanto, bastariam 280, poderia ser enviado pelo SEDEX ao Presidente Ulysses Guimarães e se tornaria, imediatamente, texto Constitucional do País. Não é assim. Esta é a Casa da discussão, esta é a Casa que, para ser democrática e produzir um instrumento legal, legítimo, precisa ouvir a Minoría, ainda que ela seja realmente pequena, porque isto é da essência da democracia: na de

mocracia, não se governa sem a Minoría, os textos e modificações que pretendemos introduzir, tanto no Substitutivo, como nos textos que foram apresentados, visam basicamente defender o direito da Minoría de se fazer ouvir, de debater, de contar ao País os seus argumentos, de obrigar que seus adversários, mesmo tendo Maioria, enunciem os seus propósitos e as suas razões, porque é isto que permite a rotatividade no poder, o convencimento da opinião pública, e não os rolos compressores formados por um número extraordinário de assinaturas.

É até algo que depõe contra o caráter democrático desta Casa, o fato de que pretendam colocar aqui um texto constitucional que subverta todo o esforço de discussão que foi feito aqui, todo o esforço de entendimento aqui feito, todo o diálogo que existiu nesta Casa, neste ano, quase que já se passou.

Sr. Presidente, leio rapidamente as substituições que pretendo fazer.

Não admitimos emenda que substitua integralmente um Capítulo, porque um Capítulo contém várias matérias, e isto permitirá que se subverta a discussão de matérias importantes aqui da Casa.

Não entendemos que se possa substituir inteiramente as Disposições Transitórias, porque estas, pela sua natureza, constam de matérias despesas, de matérias várias, fruto dos ajustes necessários, para se pôr em prática uma Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): — Faz soar a campanha.)

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: —

Sr. Presidente, três segundos apenas, para enunciar as três outras modificações.

No requerimento de preferência, pode haver requerimento com a assinatura de Líderes que representem 56 votos, por uma questão de economia processual.

Temos duas fórmulas para prioridade de votação de preferência, porque, se for aquela que tem o maior número de subscritores, os pequenos Partidos não terão chance de ver as suas emendas como preferência — e emenda que não tem preferência aqui é emenda não votada. De modo que isto asfixiaria os pequenos Partidos, e não iremos aceitar.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA MESA
AOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO N^os 16,
19 E 20, DE 1987

Dê-se nova redação ao § 2º do artigo

1º: "Art. 1º.....

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer Seção ou subseção do Substitutivo somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes, vedada a apresentação de emendas substitutivas integrais de Título ou Capítulo."

Justificação

Trata-se de precisar melhor o texto do § 2º do artigo 1º, admitindo-se emendas substitutivas integrais de Seção ou Subseção e vedando propor-

sições dessa natureza no caso de Títulos ou Capítulo.

Sala das Sessões, de novembro de 1987.

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA MESA AOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO N°s 16, 19 E 20, DE 1987

Suprime-se o § 3º do artigo 1º

Justificação

Não há sentido em se permitir emenda substitutiva integral das Disposições Transitórias, já que as normas perfezam todo um Título e tratam das mais variadas matérias.

Sala das Sessões, de novembro de 1987.

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA MESA AOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO N°s 16, 19 E 20, DE 1987

Dê-se nova redação ao § 2º do. artigo 3º:

"Art. 3º

§ 2º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 56 (cinquenta e seis) Constituintes, ou Líderes que representem esse número, e apresentado até as 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título."

Justificação

Trata-se de proposta destinada a agilizar e facilitar o processo de coleta de assinaturas em requerimentos de preferência, admitindo-se que a assinatura do Líder substitua o conjunto da respectiva Bancada.

Sala das Sessões, de novembro de 1987.

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA MESA AOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO N°s 16, 19 E 20, DE 1987

Dê-se nova redação ao § 3º do artigo 3º:

"Art. 3º.....

§ 3º Terão prioridade para votação, em cada Título, os requerimentos de preferência formulados pelos representantes de cada Partido em número que não poderá exceder a 20 (vinte) e que será proporcional ao tamanho da respectiva Bancada, assegurando-se a apreciação de, no mínimo, uma preferência de cada Bancada."

Justificação

Trata-se de democratizar a apreciação de requerimentos de preferência, respeitando-se o peso proporcional das Bancadas e garantindo-se o direito das minorias.

Sala das Sessões, de novembro de 1987.

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA MESA AOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO N° 16, 19 E 20, DE 1987

Dê-se nova redação ao § 3º do art.3º:

"Art. 3º

§ 3º Os requerimentos de preferência serão votados na ordem de sua apresentação junto à Mesa."

Justificação

Trata-se de adotar uma ordem de precedência na apreciação dos requerimentos de preferência que privilegie o direito de cada Constituinte ao invés da força de uma maioria eventual.

Sala das Sessões, de novembro de 1987.

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA MESA AOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO N°s 16, 19 E 20, DE 1987

Dê-se nova redação ao § 4º do artigo 3º.

"Art. 3º.....
.....

§ 4º As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de sentido idêntico ou oposto.

Justificação

Trata-se de precisar melhor o instituto da prejudicialidade, substituindo-se a expressão "proposições conexas" por "proposições de sentido idêntico ou oposto".

Sala das Sessões, em de novembro de 1987.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência deseja agradecer ao nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio as palavras iniciais transformadas em votos de pleno restabelecimento pela saúde do Presidente Ulysses Guimarães. (Pausa.)

O SR. AMARAL NETTO: – Líder do PDS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Isto tem alguma ligação com o nosso requerimento de mudança do Regimento: acabo de assinar o pedido de instituição de uma Comissão de Inquérito, proposta pelo Constituinte Brandão Monteiro, sobre as acusações não nominalizadas do Sr. Jânio de Freitas na Folha de S. Paulo.

Em primeiro lugar, já chamei, na televisão, esses empresários de imbecis, inclusive porque estão gastando uma fortuna num anúncio sobre estabilidade da mulher, presença da mulher no trabalho, grávida, ou da estabilidade do operário, um anúncio absolutamente falso, onde se vê que nem o operário é operário nem o outro também é.

Em segundo lugar, o Sr. Ronaldo Caiado não passa de um explorador do campo – o digo com a maior tranquilidade –, que joga sobre nós a responsabilidade dos seus leilões e também começou a usar a televisão, a gastar esse dinheiro e fazer o seu nome, quem sabe, para Presidente da República. Neste País tudo é possível!

Ora, Sr. Presidente, acontece que, por todas as formas tudo o que esta Constituinte fizer contra ou a favor está mal.

Por que surgiu esse movimento e liguei minhas primeiras palavras com esse requerimento nosso?

Esse movimento surgiu porque fomos marginalizados por uma minoria, e não quero atingi-la. Quando falamos em 93 Constituintes da Comissão de Sistematização ou Constituintes, queremos dizer que esses Constituintes não foram um

corte horizontal da Assembléa. Foram, em certos casos, escolhidos a dedo por sua posição ideológica – e não discuto que se faça isso. Simplesmente isso redundou praticamente numa emulação entre a maioria absoluta e total, que ficou marginalizada, e a minoria que ficou mandando. Acabou-se por constituir um grupo que, só do PMDB, tem 136 Constituintes. Por que, Sr. Presidente, se o PMDB, sozinho podia dominar esta Constituinte? Porque estes homens estão marginalizados dentro do seu próprio Partido. Por isso, nasceu o "Centrão", por isso o "Centrão" quer ter o direito de provar que é maioria, por isso apresentamos hoje um substitutivo ao Substitutivo da Mesa, porque achamos que nós é que temos que comandar o processo.

Não queremos dominar a minoria, porque a minoria não somos nós, mas eles; não queremos dominá-la. Queremos até uma conversa aberta, como todo político deve querer, mas quem começa a conversar é que está por baixo e não quem está por cima.

Até há pouco tempo, Sr. Presidente, ouvi nesta Casa Deputados e Senadores de alta envergadura dizerem a mim e a outros Deputados e Senadores o seguinte: "Eu quero ver vocês colocarem abaixo aquilo que votarmos na Sistematização." E, agora, pergunto: "Como vão agir quando pusermos 280 aqui dentro? O que que vão fazer?"

Por isso, devemos conversar, mas a iniciativa da conversa deve partir de quem perde e não de quem ganha.

Vamos votar o nosso substitutivo e, depois, vamos conversar, Sr. Presidente, porque, inclusive, não conhecemos outras emendas, não sabemos de nada mais além da nossa. E não podemos nem ver publicado aquilo que foi entregue à Mesa.

Eu atendi às ponderações dos meus Companheiros do "Centrão", atendi às ponderações do Presidente Mauro Benevides; atendi às ponderações do Dr. Paulo Affonso, Secretário da Mesa, e não fiz a minha questão de ordem hoje aqui, porque hoje eu deveria ter nas mãos – o que era impossível – os avulsos das emendas apresentadas, e não os tenho. Não posso discutir os avulsos; não posso discutir emendas que não conheço.

Só tenho a dizer isto: vamos tentar fazer vitorioso o nosso substitutivo, mas neste momento vence quem tiver 280, e quem não tiver que se dane!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Haroldo Lima, Líder do PC do B: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Quero registrar, em primeiro lugar, a presença, nesta Casa, de uma delegação de estudantes da Universidade Federal da Bahia, que vem não só visitar a Assembléa Nacional Constituinte, como pleitear, junto ao Governo Federal, que aceite e indique, para Reitor daquela Universidade a pessoa que foi eleita em primeiro lugar, por toda a comunidade universitária da Bahia, o que nos parece um pleito absolutamente justo, que deve ser aceito pelo Governo Federal.

Sr. Presidente, estamos enfrentando a discussão da proposta feita pelo grupo chamado de "Centrão". Esse grupo levanta, acobertado ou apoiado por um grande número de Parlamentares, uma questão que diz respeito à sua participação no processo de elaboração desta Constituição.

Pleiteiam, basicamente, a possibilidade de, depois que o Substitutivo aprovado na Comissão de Sistematização for apresentado no Plenário, poder emendá-lo, uma vez que a maior parte dessas pessoas não teve oportunidade, na Comissão de Sistematização, de participar da elaboração do próprio projeto de Constituição.

Por conseguinte, a idéia básica que unificou esse grupo de mais de 300 pessoas é de fundo verdadeiro. Elas pretendem ter uma participação ativa em um processo de elaboração e, neste sentido, temos que concordar que é justo esse pleito. Contudo, na hora de formular esse pleito que tem esse traço de justezza, eles vão muito além. Pretendem não apenas apoiar esse anseio, essa expectativa de todos esses 300 Constituintes, mas pretendem, sim, alterar a essência do Regimento Interno, pelo qual temos nos norteado até agora, e pretendem, na prática, alterar e anular todo o trabalho da Comissão de Sistematização, quando, na proposta que fazem do art. 27, dizem que será facultado à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de substitutivo, de emendas substitutivas, aditivas e supressivas, a títulos inteiros do Projeto, a Capítulos, Seções, etc.

Ora, Sr. Presidente, isto é muito mais do que o anseio justo de emendar, no Plenário da Constituinte, o projeto que vem do Plenário da Comissão de Sistematização. Isso é pretensão de subverter a ordem das coisas e de anular todo o trabalho que foi feito pela Comissão de Sistematização.

É nesse sentido que o substitutivo apresentado pela Mesa, pelo Presidente Ulysses Guimarães, tem alguns pontos positivos, porque repõe a autoridade da Comissão de Sistematização e a precedência do Relatório aprovado pela Comissão de Sistematização na votação. Entretanto, tem algumas debilidades, Sr. Presidente, com as quais não poderíamos de forma alguma concordar. Diz, em determinado instante, o Substitutivo que vem da Mesa:

"Às disposições transitórias poderá ser oferecida emenda substitutiva"

Ora, Sr. Presidente, significa que, neste caso particular, todo o trabalho minucioso e demorado da Comissão de Sistematização fica, por um lapso e de repente, ameaçado. Por exemplo, toda a votação que ontem fizemos do mandato do Presidente Sarney, de repente, pode ser modificado por uma emenda propondo que o mandato seja de cinco anos.

Não podemos concordar que todas as Disposições Transitórias possam ser emendadas por um grupo de pessoas do Plenário da Constituinte, passando por cima da decisão soberana e regimental da Comissão de Sistematização.

Existem outros pontos, Sr. Presidente, que gostaríamos também de comentar, dos quais divergimos e para os quais apresentamos emendas a esta Mesa. (Palmas.)

O Sr. João Menezes: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL – PA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ontem, o Plenário da Comissão de Sistematização viveu momentos extraordinários. Vimos uma reunião em que compareceram a esta tribuna os nomes mais expressivos da Assembléia Nacional Constituinte. Iniciou o debate o eminentíssimo Companheiro de Partido, o Constituinte Afonso Arinos, que, com a sua palavra, defendia com moderação a permanência de 5 anos para o Presidente da República, por ser a melhor forma de se chegar ao regime parlamentarista. No seu discurso, S. Exª disse que infringiria o Regimento, como de fato infringiu. Depois tivemos, nesta tribuna, o eminentíssimo Constituinte, meu Companheiro e Amigo Senador Mário Covas, que, em suas palavras, nada trouxe de novo mas fez um discurso em tom teatral, aumentando e baixando a voz, dentro daquele mesmo círculo que estamos acostumados a ver. Vimos, também, o eminentíssimo Constituinte José Richa fazendo a sua defesa aprofundada dos 4 anos de governo para Presidente da República, com o mesmo entusiasmo e com a mesma capacidade com que já defendeu 5 e 6 anos. Vimos uma votação deste Plenário, depois de processada no sistema eletrônico, ser anulada, desfeita, contrariando tudo o que foi feito até ontem, aqui no Plenário da Comissão de Sistematização, porque quando havia enganos, qualquer Presidente, no exercício de tal função, tornava nota da retificação do voto, mas mantinha aquele voto dado no placar eletrônico. Ontem houve de tudo; aconteceu tudo aqui no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, e agora estamos aqui começando a discutir a alteração do Regimento Interno. Esse grupo de 319 Constituintes apresentou seu primeiro projeto, que trará profundas modificações e dará aos Srs. Constituintes a oportunidade de discutir os assuntos que não puderam fazê-lo na Comissão de Sistematização. E tão importante foi a apresentação desse projeto pelo grupo dos 319 Constituintes que o meu amigo, a quem desejo um pronto restabelecimento, o Constituinte Ulysses Guimarães, com seu hábito constante de administrar as crises políticas dentro do PMDB, logo procurou uma forma de administrar a crise política que acha que surge, e apresentou já um projeto de substitutivo aqui à Mesa para ser estudado.

Hoje, finalmente, também o grupo de 319 Constituintes apresentou um novo substitutivo, para ser votado oportunamente. Creio que essa discussão vai ser tão importante, tão transcendental como a de ontem, que decidiu na Sistematização o prazo de duração do governo do Presidente da República. Essa votação do substitutivo vai ser da maior importância e façam votos e desejo que aqueles 319 Constituintes venham aqui e defendam firmemente este substitutivo hoje apresentado, porque ele representa ou deve representar o pensamento da Maioria. Não podemos, de forma alguma aceitar o Substitutivo imposto pela Mesa, porque ele apenas foi no sentido de esfriar a atitude daqueles que se reuniam em torno do "Centrão".

Hoje, quero felicitar também os Representantes do "Centrão", que fizeram um esforço cívico, porque, em torno dele, deve-se cerrar fileira e se condensar todos aqueles que desejam, realmente,

uma modificação neste Regimento ditatorial, que impediu que as matérias fundamentais que interessam à Nação brasileira fossem discutidas.

Não podemos pensar que uma Constituição vá sair daqui representando o pensamento de 47 Constituintes, que é a metade mais um da Comissão de Sistematização, sobretudo sendo votada uma matéria sob pressão de grupos pequenos ou grandes, pois a Comissão de Sistematização, durante todo o seu período, votou sob este aspecto.

Portanto, é de esperar que esta Assembléia, que se diz soberana todos os dias, que diz que não aceita pressão de quem quer que seja, mantenha realmente a soberania e não aconteça mais o que tanto se reclamou do PFL, quando quis substituir alguns Constituintes na Comissão de Sistematização. E o que aconteceu ontem? Tirou-se um dos mais brilhantes Constituintes desta Casa, que é o Constituinte Oswaldo Lima Filho, que foi extirpado da Comissão, apenas porque não podia manter o seu voto para os 5 anos. Pela mesma forma o Governador da Bahia também aqui esteve exercendo pressão sobre representantes, para que não votassem os 4 anos.

O que quero deixar registrado, aqui na Constituinte, é que se age aqui com dois pesos e duas medidas; quando o PFL toma qualquer posição reclama-se, grita-se, fala-se, blasfema-se, entretanto, vimos ontem esse aspecto, não ameaçado como o PFL ameaçou, mas realizado, efetivado, como fez o PMDB.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO, Líder do PDT: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicialmente desejo recolocar uma questão da qual já tratei aqui nos devidos termos. Jamais acusei qualquer Constituinte de ter recebido dinheiro de empresários ou da chamada UDR.

O pronunciamento que fiz foi um pouco em cima das denúncias graves que alguns jornais publicaram e, na oportunidade, solicitara aos Líderes do Centro Democrático que viessem a público desmentir as informações, publicadas em vários jornais, de que haveria uma caixinha de empresários para influir na Constituinte.

Requeri uma CPI e quero dar um testemunho: boa parte dos Constituintes do Centro Democrático ou do "Centrão" assinaram essa CPI, que visa apurar essas denúncias, porque, acima de divergências políticas, temos que preservar a honra e a dignidade do Parlamento. Aqueles que ainda não assinaram a Comissão Parlamentar Mista, está aqui à disposição, para que possamos, na verdade, apurar essas denúncias, se verdadeiras, se injustas e, espero, injustas.

A segunda questão que queria colocar é a respeito do que discutimos, hoje, a proposta da Mesa substitutiva, a proposta do chamado Centro Democrático.

A luta que uniu 310 Constituintes não é uma luta ideológica, não é uma luta partidária; é, exatamente, o conjunto de insatisfações daqueles que não participaram da Comissão de Sistematização. Aliás, acho de alguma forma justa, porque os

companheiros Constituintes que não eram da Comissão de Sistematização, durante esse espaço de tempo, pouco puderam fazer ou trabalhar. Mas é preciso, também, restabelecer a verdade. Não aceito que as Lideranças dos Partidos – e aí me perdoem os nobres Líderes Amaral Netto e Carlos Sant'Anna – venham, agora, espancar a Comissão de Sistematização, porque todos aprovamos o Regimento e os acordos estabelecidos pelas Lideranças, foram com a co-participação desses Líderes que hoje criticam. Devemos criticar a todos nós e reconhecer que cometemos erros, não criticar os outros, criticar a Comissão de Sistematização porque sou testemunha de que esta trabalhou intensamente nesta Casa, às vezes mais de 12 horas, para preparar um texto com vistas ao plenário.

Gostaria Sr. Presidente, para concluir, de dizer que a posição do meu Partido não é contra a possibilidade de se emendar o Regimento. Quero chamar a atenção dos Srs. Constituintes, que, aliás, a esta hora, devem realmente estar numa posição de prestarem pouca atenção a tudo o que se diz, porque tivemos um trabalho extenuante e estamos fazendo uma sessão a esta hora, com um longo pinga-fogo: a proposta da Mesa que prevê 3 emendas e 6 destaques, por Constituintes, penso que é uma proposta que diminui o mandato de todos nós que viemos para cá fazer a nova Constituição. Isso é mais grave, Sr. Presidente, quando há a possibilidade no próprio Substitutivo da Mesa de haver emenda substitutiva integral de Capítulo e Seção. Quero chamar a atenção dos Srs. Constituintes, se eu tiver como objetivo fazer 3 emendas numa Seção, que por acaso a Maioria decida fazer o substitutivo integral, na verdade, pouco ou nada fiz nesta Constituinte. Sei das dificuldades em relação ao número crescente de emendas mas, quero sugerir, em nome da Bancada do meu Partido, que revisemos esta proposta substitutiva, porque ela não atende aos interesses dos Constituintes, da própria Constituição como todo e nem aos interesses do Brasil, numa hora grave.

A Maioria tem o direito de votar e colocar o seu texto, que seja aquele de preferência da Maioria, mas é preciso respeitar as Minorias, porque se por acaso tivermos aqui, na Casa – e já disse isso em outra oportunidade – 280 votos para substituir integralmente os 9 Títulos, os que não estivermos no seio dessa Maioria, não teremos mais nada a fazer; vamos para casa, deixemos que a Maioria o faça e, sobretudo, começaremos a votar e impor um texto, que não é o da Assembléia Nacional Constituinte, mas de uma maioria eventual.

Sob essa égide o meu Partido não assinará a Constituição e acho que será profundamente difícil uma Constituição que já nasça com grandes divisões, ou que já nasça morta.

O SR. ADEMLR ANDRADE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Queria começar colocando a realidade dos fatos com relação ao nosso Colega Constituinte

Osvaldo Lima Filho. A Liderança do PMDB em nenhum momento, nesta Constituinte, exigiu a posição de nenhum de nós integrantes da Bancada a respeito desse ou daquele tema. O Constituinte Osvaldo Lima Filho foi quem solicitou, por ele mesmo, a sua substituição na Comissão de Sistematização pelo Constituinte Maurílio Ferreira Lima. Para que se reponha a verdade dos fatos, porque inúmeros Constituintes aqui votaram pelos cinco anos do Presidente José Sarney e, em momento algum, o Líder Mário Covas exigiu, de nós Constituintes, uma posição a respeito do mandato do Presidente.

Dito isto, Sr. Presidente, gostaria de tecer alguns comentários sobre o projeto de resolução apresentado pelo denominado "Centrão". E também tecer considerações sobre o substitutivo apresentado pela Mesa, do qual, inclusive, V. Ex.^a, neste momento na Presidência, foi o Relator. Desejaria dizer, antes de mais nada, e me dirigir exatamente aos Constituintes que participaram deste movimento denominado "Centrão", que eles não atentaram para aquilo que de fato assinaram: o projeto de resolução apresentado inicialmente pelo Constituinte Daso Coimbra.

Na verdade, Sr. Presidente, este movimento foi encabeçado por um grupo de direita nesta Casa, um grupo minoritário, um grupo que não estava sendo escutado nem ouvido e que, inconformado com as decisões da Assembléia Nacional Constituinte, foi sensível ao movimento popular, foi sensível às emendas populares, foi sensível à pressão de todo o povo brasileiro e que colocou no texto – ainda em elaboração – algumas conquistas essenciais para a classe trabalhadora brasileira. Em função disso e exatamente por isto, esta direita se aproveitou do inconformismo da maioria dos Constituintes desta Assembléia e – aproveitando-se do inconformismo desses companheiros que não estavam participando ativamente dos trabalhos, porque os trabalhos estavam limitados aos integrantes da Comissão de Sistematização – criaram este projeto de resolução, fazendo crer à Nação que desejavam falar em nome da maioria desta Assembléia Nacional Constituinte.

Temos uma coisa a dizer aos Colegas Constituintes: ninguém aqui tem medo de maioria. Queremos que a vontade da maioria prevaleça na nova Constituição do Brasil. O que se perpetuou com aquele projeto foi exatamente o contrário, porque o item II daquele projeto de resolução coloca a coisa mais absurda que já vi. Ele diz o seguinte: "o projeto vem para votação em Plenário, ressalvados os destaques". Um destaque pode ser apresentado por 35 Srs. Constituintes ou apenas por um Líder que represente 35 Srs. Constituintes.

Ora, votado o projeto, ressalvados os destaques, essa parte do texto não seria tida como aprovado. Para que aquela parte do texto voltasse a integrá-lo, nós, que trabalhamos durante todo esse tempo aqui na Assembléia Nacional Constituinte, teríamos que ter aqui 280 votos para fazer prevalecer algo que a Comissão de Sistematização, que as Subcomissões, as Comissões Temáticas decidiram anteriormente nesta Assembléia Nacional Constituinte.

O que pretendeu a extrema direita desta Casa, ao apresentar o seu projeto de resolução, foi fazer com que apenas um Constituinte falasse mais alto do que toda a Comissão de Sistematização,

todas as Subcomissões, todas as Comissões Temáticas que trabalharam nesta Casa. Esta, a realidade dos fatos. O possível seria: votasse os Títulos, os Capítulos, Seções e Subseções, aprovados pelo Plenário, ressalvados os destaques, e aí, sim, votando-se os destaques em seguida, quem tiver 280 votos neste Plenário leva.

Todos nós, aqui, respeitamos a vontade, o desejo e o anseio da maioria desta Casa. Agora, querer destacar para que possamos incorporar novamente o texto, nós que teremos 280 votos, isso é um absurdo inominável, é a prática da antidemocracia que esse denominado "Centrão" quis fazer, nesta Casa, enganando os Srs. Constituintes. Porém, isso não prevaleceu nem prevalecerá. E aqui está o Substitutivo apresentado pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte na pessoa do Relator, Senador Mauro Benevides. E sobre ele gostaríamos de tecer algumas considerações.

Foi um erro grave que se cometeu nesse movimento, porque, na verdade, o direito de participação individual de cada Constituinte existiria, seria tranquilo e pacífico, na medida em que as questões viriam para o Plenário, na medida em que cada Constituinte viria aqui defender o seu destaque, na medida em que votaríamos artigo por artigo, parágrafo por parágrafo, item por item, como fizemos na Comissão de Sistematização. Agora, com isso que vai vir aqui! Vou alertar os Srs. Constituintes: a participação individual acabou o que vai existir de agora para a frente no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte são as decisões de Lideranças. Tudo vai vir para aqui com acordo; tudo vai vir para aqui pronto; tudo vai vir para aqui com consenso, e aqueles que assinaram este documento, inconformados por não participarem das decisões da Assembléia Nacional Constituinte, a partir de agora, fiquem certos, a partir de agora é que não irão mais participar da elaboração da nova Constituição do Brasil.

Sr. Presidente, quero finalizar, registrando: acredito não ser correta esta limitação de 3 emendas e 6 destaques. Isto não é correto. Uma Constituição não pode ter a vontade de um Constituinte limitada a números de destaques e emendas.

Somos capazes, até, de concordar, porque a situação econômica do Brasil exige que a Constituição se conclua o mais rápido possível, mas suprimiremos a possibilidade da substituição de um Capítulo inteiro. Apresentaremos emendas suprimindo isso; suprimiremos o § 3º do art. 1º deste Substitutivo, pois não podemos admitir que haja um substitutivo total das Disposições Transitórias com mais de 70 artigos tratando sobre os mais diversos temas. E, finalmente, modificaremos o § 7º do art. 2º, acrescentando aí a palavra artigo, para que não possa haver preferência de Artigo, Capítulo, Seção, Subseção sobre outras que o anteceda.

Com estas considerações, encerro a nossa manifestação, esperando que os Srs. Constituintes, de uma maneira geral, atentem para o que está acontecendo nesta Assembléia, para que de fato, individualmente, possam participar dela, porque com a participação individual haverá uma Constituição melhor para todo o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no dia 7 de novembro, após a votação da emenda proposta pelo Constituinte Nelson Jobim, que retirou do texto constitucional aquela que talvez tenha sido a maior conquista do cidadão e do contribuinte, a conquista que estabelecia uma isonomia de tratamento, em termos processuais, entre a Fazenda Pública e o contribuinte, naquele momento, Sr. Presidente, senti, como, talvez em nenhuma outra parte neste processo, absoluta, inarredável necessidade da reabertura do prazo para apresentação de emendas. Naquele momento, Sr. Presidente, passei a desenvolver esforços no sentido de que fosse reaberto o processo constitucional para a apresentação de novas emendas.

O projeto apresentado, e que deu origem a este Projeto Substitutivo do Relator, cumpriu a finalidade da reabertura do processo de apresentação de emendas. Agora, compete a todos nós Constituintes nos debruçarmos sobre esta matéria, para aprimorar o Substitutivo apresentado pelo Relator, estabelecendo, inarredavelmente, como bem foi enfatizado antes, que todo e qualquer processo democrático terá que respeitar necessariamente a presença e a participação das minorias. Por outro lado, Sr. Presidente, acabamos de apresentar, ainda há pouco, duas emendas ao Substitutivo proposto. Uma delas admite a fusão de emendas.

A experiência de nosso trabalho na Comissão de Sistematização demonstrou, várias e várias vezes, que é um instrumento necessário para a agilização dos trabalhos que possam ser fundidas várias emendas, desde que a emenda resultante não inove expressões, e desde que, também, a emenda resultante seja subscrita por todos os autores daquelas emendas fundidas; isso representará uma economia processual.

A segunda emenda que apresentamos, também na mesma ordem de idéias, estabelece que será admitido que cada Constituinte possa apresentar, na qualidade de primeiro subscritor, 3 emendas e 6 destaques, mas admitindo-se a co-autoria após a publicação.

Por que isso, Sr. Presidente? Porque, ao longo dos trabalhos, verificamos que, quando existiam 10, 15 emendas semelhantes, que visavam ao mesmo objetivo, o caminho encontrado foi o da co-autoria: elegia-se uma única emenda, e os demais autores apareciam como co-autores. Isto foi aceito pela Mesa numa medida de equidade, porque não está no Regimento. Com essa emenda, o que estamos propondo é que o Regimento contemple, na sua letra, esta possibilidade de co-autoria.

E termino minhas palavras, Sr. Presidente, exatamente com um apelo, para que na direção dos nossos trabalhos a procedimento adotado seja o mais democrático possível, assegurando que realmente o processo constitucional represente a vontade dos brasileiros, conjugados e irmanados dentro de um mesmo propósito. (Muito bem!)

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo. (Pausa.)

(Nenhum dos Srs. Constituintes apresenta proposição.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à.

VII – ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Resolução nº 16-A, de 1987 (ANC), que introduz alterações no art. 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; tendo parecer da Mesa, pela aprovação, com Substitutivo. (Do Sr. Álvaro Valle.) – Anexos os projetos de Resoluções nºs 19/87 (ANC) e 20/87 (ANC).

Não há oradores inscritos para discutir. Encerrado o prazo de apresentação de emendas, a matéria volta à Mesa para oferecimento de parecer às emendas que foram encaminhadas em tempo hábil.

Portanto, os Srs. Constituintes fiquem de sobreaviso para uma oportuna convocação, quando se discutirá e se votará o projeto de alteração constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tendo sido oferecidas 45 emendas ao Projeto de Resolução nº 16 – A, de 1987, em discussão única, volta o mesmo à Mesa.

– Nº 1 –

A Assembléia Nacional Constituinte decreta:

Art. 1º Acrescentem-se ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte os seguintes artigos 27, 28 e 29, renumerando-se os demais.

“Art. 27. Incluído o Projeto na Ordem do Dia, para votação, com ou sem substitutivo, tanto em primeiro como em segundo turno é facultada à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de substitutivos e emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos, incisos e demais dispositivos, que serão relatados oral e conclusivamente, em Plenário, pelo Relator da Comissão de Sistematização ou por outro parlamentar designado pela Presidência, vedada a apresentação de novas emendas ou destaques.

§ 1º As emendas apresentadas com base neste artigo, até o início da tornada de votos da respectiva matéria, terão preferência, independentemente de votação, sobre todas as demais, que ficarão prejudicadas com sua aprovação, aplicando-se-lhes o rito previsto no § 49, do art. 64, excluído do requerimento ali exigido, bem como quaisquer outras exigências regimentais.

§ 2º Se na votação da matéria destacada não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma nas 3 (três) sessões seguintes, com vinte e quatro horas de intervalo entre uma e outra, para decisão do

Plenário, após o que serão consideradas prejudicadas.

Art. 28. Será permitido a cada Constituinte, após publicado o Projeto da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 3 (três) emendas e 6 (seis) destaques.

§ 1º O destaque deve incidir sobre cada emenda do Projeto, total ou parcialmente, e sobre dispositivo do mesmo.

§ 2º Às Disposições Transitórias do Projeto poderão ser oferecidas emendas substitutivas.

§ 3º Serão dadas preferências aos destaques de emendas, mencionadas no **caput** deste artigo, de acordo com os requerimentos que possuírem, em escala decrescente, maior número de assinaturas de Constituintes.

Art. 29. Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos o Projeto da Comissão de Sistematização, abrir-se-á prazo de 72 (setenta e duas) horas para recebimento de emendas ou substitutivos na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria.”

Art. 2º O § 2º, do art. 63 do RIANC passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63

§ 2º A matéria destacada para votação em separado será submetida à deliberação antes da votação do todo que compunha e qualquer delas somente será incluída no texto constitucional se aprovada pelo voto da maioria absoluta nos termos do artigo 33. Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que tenham sido destacadas para o mesmo texto.”

Art. 3º Dê-se ao § 3º, do art 40, a seguinte redação:

“Art. 40

§ 3º Aos Constituintes, obedecido o sistema de rodízio, serão entregues senhas ou convites a serem distribuídos ao público em geral, para ingresso às galerias.”

Art. 4º Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

“Art. As emendas mencionadas no art. 27 serão consideradas como de iniciativa coletiva de seus subscritores.”

Art. 5º Este Projeto de Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Justifica a primeira parte da proposta a necessidade de garantir à Assembléia Nacional Constituinte meios de divulgar seus trabalhos e de ofere-

cer à Nação um texto constitucional que atenda aos interesses do País, segundo o critério da maioria absoluta dos representantes do povo.

A forma sugerida adota a possibilidade de apresentação, pela maioria absoluta, de modificações que, apreciadas em rito sumaríssimo – eis que se lhe aplicam as regras do § 4º, do art. 64, do Regimento – poderão ser examinadas na mesma sessão em que forem apresentadas, revigorando, assim, o princípio universal da soberania do Plenário.

Os outros dois artigos que compõem a citada primeira parte contempla os senhores parlamentares com o direito de emendar e destacar, em escala igualitária, o que até aqui lhes é vedado pelo Regimento Interno.

A terceira parte da emenda sana inegável injustiça hoje existente na distribuição de senhas, igualando a todos os Senhores Constituintes.

Sala de Sessões, 17 de novembro de 1987. – **Cardoso Alves** – **José Lourenço** – **Amaral Netto** – **Bonifácio de Andrade** – **Grastone Righi** – **Luiz Eduardo** – **Marcos Lima** – **Siqueira Campos** – **Daso Coimbra** – **Ricardo Fiúza**.

– Nº 2 –

No texto do Substitutivo da Mesa, onde se fala de:

“Substitutivo da Comissão de Sistematização”
adote-se:

“Projeto de Constituição”.

Justificação

A expressão “Projeto de Constituição” evitaria qualquer confusão com os substitutivos produzidos anteriormente, pelo que, em Plenário, teremos só uma palavra – Projeto – para designar o texto do trabalho.

Sala das Sessões, – **Mário Covas**.

– Nº 3 –

O art 1º do Substitutivo, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º É facultado a cada Constituinte, após publicado o Substitutivo da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 5 (cinco) emendas e 6 (seis) destaques.

§ 1º O destaque para votação em separado deve incidir sobre cada emenda ao Substitutivo ou sobre parte deste.

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer capítulo, seção ou subseção do Substitutivo somente será aceita se subscrita por 100 (cem), 40 (quarenta) e 20 (vinte) Constituintes, respectivamente.

§ 3º Às Disposições Transitórias não poderá ser oferecida emenda substitutiva.”

Justificação

A modificação que estamos propondo tem por objetivo receber o maior número possível de contribuição dos constituintes que, a essa altura, poderão enriquecer o texto constitucional em elaboração com novas emendas, que por certo trarão no bojo toda riqueza provinda dos debates até agora travados no Plenário e dos contatos enseja-

dos com as mais diversas classes da sociedade brasileira.

Quanto aos destaques, achamos que a redação proposta fica mais clara. O que se quer é destacar as emendas oferecidas ao Substitutivo da Comissão de Sistematização e também parte deste, quando se desejar suprimir algum artigo, parágrafo, inciso, alínea, etc.

Quanto à graduação proposta no § 2º, é uma questão de lógica: mais assinaturas para o Capítulo, menos para a Subseção. Cem subscritores para mudar um Capítulo nos parece um quantitativo bastante significativo e não exagerado.

As Disposições Transitórias, apesar de tratar-se de um Capítulo, não guarda obrigatoriamente seqüência lógica no relacionamento dos assuntos.

Para ali foram deslocados todos os assuntos transitórios que pertenceriam aos mais variados capítulos. Seria temeroso aprovar-se um Título – “Disposições Transitórias” – elaborado por um grupo independentemente do número de Constituintes que o forma.

Sala das Sessões, em de de 1987 – Constituinte **Adroaldo Streck** – Constituinte **Brandão Monteiro** – Constituinte **Luis Salomão** – Constituinte **César Maia**.

– Nº 4 –

O art. 1º do Substitutivo passa a ter a seguinte redação:

“Art 1º É facultado a cada Constituinte, após publicado o Substitutivo da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 6 (seis) emendas e 12 (destaques), e a cada Partido a apresentação de emendas e destaques em número igual aos artigos do Projeto de Constituição.

§ 1º O destaque de incidir sobre emenda ou parte dela e sobre qualquer dispositivo do Substitutivo.

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer seção ou subseção do Substitutivo, somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.”

Justificação

A celeridade dos trabalhos não deve prejudicar o conteúdo democrático do Regimento, que deve assegurar, tanto quanto possível, a participação dos constituintes no aperfeiçoamento do Projeto de Constituição.

Os Partidos Políticos devem ter a oportunidade de apresentarem emendas a todos os dispositivos do Projeto de Constituição, e de igual número de destaques, pois a matéria constitucional deve merecer a colaboração dos partidos para o seu aprimoramento.

Com esta proposta cada partido terá o direito de apresentar 336 (trezentos e trinta e seis) emendas, um número que não é incompatível com a necessidade de acelerar os trabalhos da Constituinte.

É bem verdade que, com a possibilidade de se apresentarem emendas substitutivas às Seções e Subseções o número de emendas poderá ser drasticamente reduzido.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1987 – Constituinte **César Maia**, autor – Constituinte **Luis Salomão** – Constituinte **Bocayuva Cunha**.

– Nº 5 –

Dê-se a seguinte redação ao **Caput** do artigo 1º:

“É facultado a cada Constituinte, após publicado o Substitutivo da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as Proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar, como primeiro subscritor, três emendas e seis destaques, admitida a Co-Autoria, após a publicação.”

Brasília, 16 de novembro de 1987. – **José Maria Eymael** – **Francisco Rossi**.

– Nº 6 –

Suprime-se do artigo 1º do Substitutivo do Relator as seguintes cifras e termos:

“3 (três)...” e “6 (seis)...”

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Cunha Bueno**.

– Nº 7 –

Acrescente-se ao **caput** do art 1º do Substitutivo, a seguinte expressão:

“Ressalvadas as emendas populares que poderão ser destacadas.”

Justificação

Este seria, por coerência da Assembléia Nacional Constituinte, o respeito ao povo brasileiro que é o detentor maior do poder constituinte.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Chico Humberto** – Constituinte **Brandão Monteiro**.

– Nº 8 –

“Art. 1º
.....
6 (seis) emendas.....
.....

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Naphtali Alves de Souza**.

– Nº 9 –

Dê-se ao § do art. 1º, do Substitutivo da Mesa, a seguinte redação:

“§ 1º O destaque poderá incidir sobre o texto do projeto, abrangendo artigo, ou parte dele, e emenda ou parte de emenda.”

Justificação

A redação do parágrafo refere-se a “Emenda de Substitutivo”, o que, evidentemente, constitui uma imprecisão que se impõe corrigir, tornando a norma regimental clara e inquestionável.

À luz dos procedimentos regimentais usuais, o destaque deverá incidir sobre emenda ou sobre o texto do Substitutivo, integral ou parcialmente, conforme ora se propõe.

Sala das sessões, – Constituinte **Mário Covas**.

– Nº 10 –

Acrescente-se ao § 1º do art 1º, ao final:

“Podendo incidir sobre artigo, parágrafo, item ou alínea do Substitutivo.”

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Adolfo Oliveira** – PL – Constituinte **Amaral Netto** – PDS – Constituinte **Gas-**

tone Righi – PTB – Constituinte Inocêncio Oliveira – PFL.

– Nº 11 –

Dé-se ao parágrafo 2º do art. 1º, a seguinte redação:

“§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer Seção ou Subseção do Projeto, somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.”

Justificação

A Seção ou Subseção constituem a parte do texto constitucional em que seus dispositivos apresentam certa correlação de matéria, sendo assim admissível à apresentação, eventualmente necessária, de emenda que vise substituir integralmente seu texto. Daí o objetivo da presente emenda.

Sala das Sessões – Constituinte Mário Covas.

– Nº 12 –

Dé-se nova redação ao § 2º do artigo 1º:

“Art. 1º.....

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer Seção ou Subseção do Substitutivo somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes, vedada a apresentação de emendas substitutivas integrais de Título ou Capítulo.”

Justificação

Trata-se de precisar melhor o texto do § 2º do artigo 1º, admitindo-se emenda substitutiva integral de Seção ou Subseção e vedando proposições dessa natureza no caso de Título ou Capítulo.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 13 –

Acrescente-se ao parágrafo segundo do artigo primeiro, no seu final a expressão “...em se tratando de matéria correlata.”

“Art.
1º.....
§ 1º.....
§ 2º.....

em se tratando de matéria correlata.”

Justificação

Entendemos que o substitutivo da Mesa adequa, no fundamental, o Regimento da Constituinte às reivindicações de setores da Assembléia, no sentido da liberalização para a apresentação de emendas, em Plenário. Entretanto, entendemos que, sob pena de ficar prejudicado todo o trabalho que, com o esforço de todos foi desenvolvido até aqui, torna-se imperativo que, nos casos de emendas substitutivas a Capítulos ou Subseções, aquelas digam respeito a matéria correlata àquela a ser substituída. – Constituinte Roberto Freire.

– Nº 14 –

O § 2º do art. 1º do Substitutivo passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer Seção ou Subseção do

Substitutivo, somente será aceita se subscrita por, no mínimo, 140 Constituintes.”

Justificação

Na medida em que se admite a possibilidade de substitutivo de Capítulo, de Seções ou Subseções, deve-se exigir o apoio qualificado de 141 Constituintes, que representa (1/4) um quarto dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Constituinte Aldo Arantes – Anna Maria Rattes – Haroldo Lima – Abigail Feitosa.

– Nº 15 –

§ 2º, art 1º – Suprime-se a expressão: capítulo.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituintes Hermes Zaneti – Nelson Friedrich – Aldo Arantes – Paulo Ramos – Octávio Elísio – José Carlos Saboia – Moema São Thiago – Ademir Andrade – Abigail Feitosa – Raquel Capiberibe – Beth Azize.

– Nº 16 –

Suprime-se o § 3º do artigo 1º

Justificação

Não há sentido em se permitir emenda substitutiva integral das Disposições Transitórias já que as normas perfazem todo um Título e tratam das mais variadas matérias.

Sala das Sessões, em de novembro de 1987. – Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 17 –

Suprime-se do Substitutivo constante do projeto de Resolução 16-A de 1987, o § 3º do Artigo 1º.

Sala das Reuniões, 16/novembro/87: – Ademir Andrade PMDB – PA

– Nº 18 –

Suprime-se o § 3º do Artigo 1º do Substitutivo.

Justificação

Dada a natureza das disposições gerais e transitórias, e a heterogeneidade dos temas nelas tratados, não é conveniente a existência de substitutivo que prejudica a análise específica de cada matéria tratada. – Aldo Arantes – Anna Maria Rattes – Haroldo Lima – Abigail Feitosa.

– Nº 19 –

Dé-se ao parágrafo 3º do art. 1º do Substitutivo do Relator, a seguinte redação:

“§ 3º As Disposições Transitórias serão apresentadas emendas a artigos, parágrafos e alíneas, vedada a apresentação de emendas substitutivas à totalidade do texto.”

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Genebaldo Correia.

– Nº 20 –

No caput do art. 2º, ao final, introduza-se a seguinte modificação:

onde se lê:
“Substitutivo”

leia-se:
“Emenda Substitutiva”

Justificação

Trata-se de aperfeiçoamento da redação do Substitutivo da Mesa, eliminando-se uma impressão terminológica no texto do citado artigo.

Sala das Sessões, – Mário Covas.

– Nº 21 –

Substitua-se na redação do caput do art. 2º, do Substitutivo a seguinte expressão:

“Art. 2º

abrir-se-a prazo de 5 (cinco) dias úteis

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Deputado Constituinte Naphtali Alves de Souza.

– Nº 22 –

Faça-se a seguinte modificação no § 1º, do art. 2º.

onde se lê:

“Aprovação ou rejeição da matéria”
leia-se:

“Aprovação ou rejeição das emendas, não podendo subemendá-las ou concluir por substitutivo.”

Justificação

A alteração proposta ao parágrafo, visa tornar explícito que ao Relator cabe nessa fase, dar parecer conclusivo sobre as emendas oferecidas, sendo submetidas à apreciação do Plenário da Constituinte o Projeto de Constituição produzido pela Comissão de Sistematização e o conjunto das emendas com os respectivos pareceres.

Sala das Sessões, – Constituinte Mário Covas.

– Nº 23 –

Dé-se ao § 7º, do art 2º do Substitutivo apresentado pelo relator ao Projeto de Resolução nº 16-A, de 1987 (ANC), a seguinte redação:

“§ 7º A votação será realizada na ordem crescente dos títulos e seus respectivos artigos, não se admitindo requerimentos de preferência de um Título, Capítulo, Seção, Subseção ou Artigo, sobre outro.”

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte Ademir Andrade, PMDB – PA.

– Nº 24 –

Os parágrafos 2º e 8º do art. passam a ter a seguinte redação:

“2º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 35 (trinta e cinco) Constituintes ou líderes que representem esse número, e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título.

§ 8º No início da votação de cada Título poderão falar por 10 (dez) minutos os Líderes ou os Constituintes por eles indicados.”

Justificação

Em todos os momentos desta Constituinte temos nos batido pelo direito das Minorias, não pelo fato de sermos, no momento, um partido minoritário, mas por princípio. Assim, propomos que ao invés de 56 (cinquenta e seis), baixemos para 35 (trinta e cinco) o número de assinaturas para a viabilização dos requerimentos de preferência

Quanto ao § 8º, propomos que o tempo destinado às Lideranças para expor suas posições antes das votações dos Títulos, seja de 10 (dez) minutos para todos os partidos, independente do tamanho de suas bancadas na Constituinte.

É evidente que pontos de vista, ideologia, coerência, nada disso tem a ver com quantidade de parlamentares de uma Bancada. Por isso acreditamos ser o mais justo tempo idêntico para todos.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Adroaldo Streck** – Constituinte **César Maia**.

– Nº25 –

Dá nova redação ao § 2º, do art. 3º

"§ 2º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 35 (trinta e cinco) Constituintes ou Líderes que representem este número e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título."

Justificação

A redução do número de Constituintes para o requerimento de preferência é uma medida de caráter democrático.

Sala das Sessões, de 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Brandão Monteiro** – **Cesar Maia** – **Bocayuva Cunha** – **Luiz Salomão**.

– Nº26 –

Dê-se nova redação ao § 2º, do art. 3º.

"Art. 3º.....

§ 2º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 56 (cinquenta e seis) Constituintes, ou Líderes que representem esse número, e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título."

Justificação

Trata-se de proposta destinada a agilizar e facilitar o processo de coleta de assinaturas em requerimentos de preferência, admitindo-se que a assinatura do Líder substitua o conjunto da respectiva Bancada.

Sala das Sessões, de 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Plínio Arruda Sampaio**.

– Nº 27 –

Suprime-se o § 3º, do art. 3º.

Justificação

A prioridade para votação dos requerimentos de preferência deve obedecer às praxes parlamentares – os requerimentos de preferência devem ser votados segundo a ordem de sua apresentação.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Brandão Monteiro** – **Luiz Salomão** – **Cesar Maia**.

– Nº28 –

O § 3º, do art. 3º, do substitutivo passa a ter a seguinte redação:

"§ 3º Terá prioridade para votação o requerimento da preferência, obedecida a ordem de apresentação.

Justificação

A presente emenda visa dar um tratamento uniforme aos requerimentos de preferência.

Preenchidos os requisitos para apresentação do requerimento de preferência estes devem ter o mesmo tratamento. Daí o critério da ordem de apresentação, como é da praxe parlamentar e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sempre invocado subsidiariamente nos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte. – Constituintes **Aldo Arantes** – **Anna Maria Rattes** – **Haroldo Lima** – **Abigail Feitosa**.

– Nº 29 –

Dê-se nova redação ao § 3º, do art. 3º.

"Art. 3º.....

§ 3º Terão prioridade para votação, em cada Título, os requerimentos de preferência formulados pelos representantes de cada Partido em número que não poderá exceder a 20 (vinte) e que será proporcional ao tamanho da respectiva Bancada, assegurando-se a apreciação de, no mínimo, uma preferência de cada Bancada."

Justificação

Trata-se de democratizar a apreciação de requerimentos de preferência, respeitando-se o peso proporcional das Bancadas e garantindo-se o direito das Minorias.

Sala das Sessões, de 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Plínio Arruda Sampaio**.

– Nº30 –

Dê-se nova redação ao § 3º do art. 3º:

"Art. 3º.....

§ 3º Os requerimentos de preferência serão votados na ordem de sua apresentação junto à Mesa."

Justificação

Trata-se de adotar uma ordem de precedência na apreciação dos requerimentos de preferência que privilegie o direito de cada Constituinte ao invés da força de uma maioria eventual.

Sala das Sessões, de 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Plínio Arruda Sampaio**.

– Nº 31 –

O § 4º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º.....

§ 4º As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições idênticas."

Justificação

A expressão conexa pode dar ensejo a diversas interpretações, ao passo que a palavra "idêntica" não deixa dúvida sobre seu significado.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Brandão Monteiro** – Constituinte **Luiz Salomão** – Constituinte **César Maia**.

– Nº 32 –

Dê-se nova redação ao § 4º do artigo 3º:

"Art. 3º.....

§ 4º As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições do sentido idêntico ou oposto."

Justificação

Trata-se de precisar melhor o instituto da prejudicialidade, substituindo-se a expressão "proposições conexas" por "proposições de sentido idêntico ou oposto".

Sala das Sessões, de 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Plínio Arruda Sampaio**.

– Nº 33 –

Suprime-se do § 4º, do art. 3º, o termo:

"Substitutivo"

Justificação

Objetiva-se com esta emenda aperfeiçoar a redação do dispositivo eliminando um termo desnecessário.

Sala das Sessões, Constituinte **Mário Covas**.

– Nº 34 –

Dá nova redação ao § 6º do art. 3º

§ 6º No encaminhamento de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 5 (cinco) constituintes: dois a favor, tendo preferência o autor do destaque, dois contra e o Relator. Nas matérias consideradas de alta relevância pelo conjunto das Lideranças, poderão usar da palavra todos os partidos, pelo tempo estabelecido no § 8º, deste artigo."

Justificação

Em Plenário não se justifica a redução do número de Constituintes que irão encaminhar as matérias destacadas. Por outro lado, quando se tratar de matéria de relevante interesse, deve ser dada a oportunidade aos Líderes para que os diferentes partidos se posicionem sobre as questões em debate.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **César Maia** – Constituinte **Luiz Salomão** – Constituinte **Bocayuva Cunha**.

– Nº35 –

Dá nova redação ao § 8º do art 3º, aumentando para 12, 8 e 5 minutos o tempo nele previsto:

§ 8º No início da votação de cada Título poderão Falar os Líderes ou os Constituintes por eles indicados, sendo facultado:

a) ao partido com mais de 200 membros 12.

b) ao partido com mais de 100 e menos de 200 membros 8.

c) ao partido com até 100 membros 5.

Justificação

O aumento do tempo concedido aos Líderes no início da votação de cada Título é essencial para que as diversas bancadas possam ser orientadas sobre as questões em debate.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **César Maia** – Constituinte **Luis Salomão**, Autor – Constituinte **Bocayuva Cunha**.

- Nº36 -

Introduza-se no § 4º, do art. 5º, a seguinte alteração:
onde se lê:

"concluída a votação com emendas"

leia-se:

"concluída a votação com aprovação de emendas e destaques"

Justificação

A alteração visa aperfeiçoar o texto, evitando-se que se possa concluir pela admissão de emendas no período ou após, de votação.

Sala das Sessões,.....
- Mário Covas.

- Nº 37 -

Inclua-se no art. 13 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte os §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, renumerando-se os atuais.

"Art 13.

§ 4º Na hipótese de vaga }na Comissão de Sistematização, decorrente de licença parlamentar, esta deverá ser imediatamente ocupada pelo suplente do Constituinte que assumir.

§ 5º Nos casos em que a vaga se der de constituinte, membro nato, deverá ser esta ocupada, respectivamente, pelos Vice-Presidentes das comissões temáticas a que pertencera o constituinte afastado.

§ 6º Na impossibilidade dos Vice-Presidentes assumirem, a vaga deverá ser preenchida por um membro da subcomissão a que pertencera o Constituinte, por indicação do Presidente da Comissão ao Líder do Partido político a que pertence a vaga, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 7º O Líder terá igual prazo para oficializar a indicação ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 8º Ficam revogadas as substituições feitas anteriormente que venham contrariar os dispositivos constantes deste artigo."

Justificação

O Projeto visa a permitir que todos os Constituintes tenham o direito de participar na elaboração do Projeto de Constituição o que não vem ocorrendo quanto ao Constituinte suplente que assume o mandato decorrente de afastamento do titular.

Visa ainda a assegurar o direito do Constituinte que tendo sido Presidente ou Relator de uma das comissões temáticas garantiram lugar nato na Comissão de Sistematização, conforme dispositivos regimentais.

Portanto o que realmente objetivamos com a emenda é a garantia para que todos os Constituintes eleitos para elaborar uma nova Constituição, tenham o direito, que o povo lhes concedeu nas urnas, assegurado.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. - Nilson Gibson - Amaral Netto - José Lourenço - Gastone Righi

- Nº 38 -

Acrescente-se ao Substitutivo, como art. 6º, renumerando o atual, o seguinte dispositivo:

"Art. 6º O artigo 2º do Regimento Interno passa a ter a seguinte redação:
Art. 2º A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte é composta do Presidente, do 1º e 2º - Vice-Presidentes, do 1º, 2º e 3º - Secretários. Haverá, ainda, três Suplentes de Secretário e outros Vice-Presidentes Adjuntos escolhidos pela Mesa."

Justificação

A ampliação do número de componentes da Mesa é uma medida imperiosa em face dos grandes trabalhos que a Assembléia Nacional Constituinte terá pela frente.

A Comissão de Sistematização criou além do cargo de Relatores-Adjuntos, que prestaram relevantes serviços à Relatoria, mais dois Vice-Presidentes, sem os quais os trabalhos não teriam sido concluídos a contento.

Apesar do rodízio realizado pela Mesa da Comissão de Sistematização, onde os 5 (cinco) membros revezaram em períodos de 2 (duas) horas, o esforço exigido pelas longas e sucessivas sessões terminou por cansar e até mesmo esgotar os seus 5(cinco) membros.

No Plenário os trabalhos serão maiores e as sessões mais numerosas. Os três novos Vice-Presidentes não colaboraram na direção e coordenação dos trabalhos.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. - Constituinte César Maia.

- Nº 39 -

Adite-se onde couber:

Será admitida a fusão de emendas, desde que a emenda resultante não inove expressões em sua redação e seja assinada pelos primeiros subscritores de todas as emendas fundidas.

Brasília, 16 de novembro de 1987. - José Maria Eymael - Oltornar Pinto.

- Nº 40 -

Acrescente-se onde couber:

"Art.

A emenda que substitua integralmente qualquer Seção ou Subseção do Substitutivo somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes, vedada a apresentação de emendas substitutivas integrais de Título ou Capítulo."

Justificação

Trata-se de precisar melhor o texto do § 2º do artigo 1º, admitindo-se emendas substitutivas integrais de Seção ou Subseção e vedando proposições dessa natureza no caso de Título ou Capítulo.

Sala das Sessões, em de novembro de 1987. - Plínio Arruda Sampaio.

- Nº 41 -

Acrescente-se, onde couber:

"Art.

O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 56 (cinquenta e seis) Constituintes, ou Líderes que representem esse número, e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título."

Justificação

Trata-se de proposta destinada a agilizar e facilitar o processo de coleta de assinaturas em requerimentos de preferência, admitindo-se que a assinatura do Líder substitua o conjunto da respectiva Bancada.

Sala das Sessões, em de novembro de 1987. - Plínio Aturda Sampaio.

- Nº 42 -

Acrescente-se, onde couber:

"Art. É vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o Título referente às Disposições Transitórias."

Justificação

Não há sentido em se permitir emenda substitutiva integral das Disposições Transitórias, já que as normas perfazem todo um Título e tratam das mais variadas matérias.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. - Plínio Arruda Sampaio.

- Nº 43 -

Acrescente-se, onde couber:

"Art.

As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de sentido idêntico ou oposto."

Justificação

Trata-se de precisar melhor o instituto da prejudicialidade, substituindo-se a expressão "proposições conexas" por "proposições de sentido idêntico ou oposto".

Sala das Sessões, de novembro de 1987. - Plínio Arruda Sampaio.

- Nº 44 -

Acrescente-se, onde couber:

"Art.

Os requerimentos de preferência serão votados na ordem de sua apresentação junto à Mesa"

Justificação

Trata-se de adotar uma ordem de precedência na apreciação dos requerimentos de preferência que privilegie o direito de cada Constituinte ao invés da força de uma maioria eventual.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. - Deputado Plínio Arruda Sampaio.

- Nº 45 -

Acrescente-se onde couber:

"Art.

Terão prioridade para votação, em cada Título, os requerimentos de preferência formulados pelos representantes de cada

Partido em número que não poderá exceder a 20 (vinte) e que será proporcional ao tamanho da respectiva Bancada, assegurando-se a apreciação de, no mínimo, uma preferência de cada Bancada."

Justificação

Trata-se de democratizar a apreciação de requerimentos de preferência, respeitando-se o peso proporcional das Bancadas e garantindo-se o direito das Minorias.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado **Plínio Arruda Sampaio**.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES

Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Affonso Camargo – PMDB; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysis Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Valle – PL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnold Fioravante – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos De' Carli – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Neto – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Surugay – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; França Teixeira – PMDB; Francisco Küster – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da im Haickel – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge

Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Luiz de Sá – PL; José Melo PMDB; José Moura – PFL; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; Júlio Campos – PFL; Koyu Iha – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Borges – PDC; Max Rosenmann – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Messias Soares – PTR; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Myriam Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Neuto de Conto – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Osvaldo Trevisan – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Marques – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruberval Pilotto – PDS; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Teimo Kirst – PDS; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vieira da Silva – PDS; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Wilson Campos – PMDB;

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 22 horas e 5 minutos) DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. NILO SGUAREZI NA SESSÃO DE 10-11-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. NILSO SGUAREZI (PMDB – PR): – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes:

Um tanto quanto constrangido por reter a Mesa da Constituinte, dado o adiantado da hora, mas

compelido pela circunstância de ser a última oportunidade de deixar registrados nos Anais da Casa fatos e considerações históricos – de vez que esta reunião é fruto do sorteio dos oradores inscritos anteriormente –, peço a benevolência de V. Ex.^a para me ouvirem por alguns minutos.

Quiseram as circunstâncias históricas que esta Casa tivesse a vivência do verdadeiro processo democrático, contrariando um outro dia da História, em data cinqüentenária, em que a democracia no Brasil sofreu mais um tropeço com o golpe do Estado Novo.

Vou abordar, exatamente, um tema constitucional que diz respeito à matéria e, no meu entendimento, tem sido causa dos tropeços institucionais que esta Nação atravessa, qual seja, a forma de governo adotada no Brasil.

Sr. Presidente, há dias, a Comissão de Sistematização decidiu adotar como regime de Governo o parlamentarismo e os números foram expressivos, porquanto uma diferença de mais de 20% dos Srs. Constituintes assinalou a vitória em favor do sistema parlamentarista. Com isso manifestaram a necessária acuidade de resgatarem a História do Brasil. Em verdade, o presidencialismo se impôs ao País, não democraticamente, mas através de um golpe de Estado.

A Proclamação da República, tanto no depoimento do Marechal Deodoro, que a proclamou, quanto no depoimento do Visconde de Ouro Preto, que, em suas "Memórias" relata o diálogo mantido com Deodoro, resultou de um equívoco, pois Deodoro dizia que, na verdade, estava-se sublevando contra o Gabinete, e nãoencionava terminar com o regime parlamentarista, tampouco com a monarquia. A verdade é que o Governo Provisório entregou ao Congresso em exercício a tarefa de elaborar uma nova Constituição, a Constituição de 1891, a qual acabou estabelecendo o sistema presidencialista de Governo, e elegendo, pelo voto indireto, o primeiro Presidente da República brasileira.

Tínhamos, por via constitucional, um regime parlamentarista, quando um golpe de Estado acabou introduzindo o sistema presidencialista. E desde então, Sr. Presidente, 95 anos de sistema presidencialista vêm escrevendo sua história de golpes, de corrupção, de ditaduras e de retrocesso social.

A Constituição que estabeleceu o sistema presidencialista em 1891, não tinha a legitimidade que tem a atual, que foi convocada e eleita com a precipua finalidade de ser Constituinte.

Foi um Congresso em que o Governo Provisório militar destituiu a monarquia pela força das armas, estabelecendo no Brasil sob tutela militarista, a qual, na característica da guarda pretoriana sempre se entendeu no papel de guardião da pátria, legitimando-lhe a imposição da sua vontade, através de inúmeras intervenções, como sendo a solução redentora nacional. Hoje mesmo, há 50 anos, com o apoio castrense, se verificava a ruptura constitucional, a qual se tornou rotina, eis que 57 anos dos 95 de vida presidencialista foram passados na negritude de regimes de exceção – ditaduras, estados de sítios, de emergência e assim por diante.

Por isso, Sr. Presidente, a introdução, hoje, do sistema parlamentarista é, antes do mais, um resgate histórico para esta Nação. O resgate da legitimidade, o resgate democrático. Sr. Presidente,

eis o motivo pelo qual não posso concordar quando ouço vozes se levantarem e dizerem que os atuais Constituintes não têm o poder de modificar o sistema de Governo, porque não foram eleitos para tal. Ora, Sr. Presidente, esta foi uma Constituinte convocada para traçar um novo pacto político, social, econômico com a Nação; e se ela pode o mais, mudar o sistema político, pode, evidentemente, mudar o sistema de Governo.

Sr. Presidente, se esta Nação tiver a infelicidade de persistir no presidencialismo, receio que desdita maior se abaterá sobre a população brasileira.

Neste caso, tenham os presidencialistas ao menos a hombridade de confessar que a tradição do presidencialismo consagrou os 4 anos de governo para o Presidente da República e não 5, como se propala insidiosamente.

Sr. Presidente, a minha participação hoje, nesta sessão, é para que fique o registro para a História da incoerência dos que querem dar ao atual Presidente 5 anos de mandato sob a invocação de tradição republicana.

Em verdade, Sr. Presidente, a Constituição de 1891, no seu art. 43, estabelecia 4 anos de mandato; a de 1934, que a seguiu, no art. 52, voltou a reafirmar esses 4 anos, os quais foram reintroduzidos pela Constituição de 1967. Tivemos, pois, 48 anos de mandatos de Presidente da República com 4 anos de duração.

A Constituição "Polaca", que foi outorgada por Getúlio Vargas, estabelecia 6 anos de mandato; só em 1946, quando efetivamente tivemos uma nova Constituição com legitimidade, estabeleceu-se o mandato de 5 anos, repetido em 1967, quando promulgada a 1ª Constituição Revolucionária. Contudo, a Carta outorgada pela Junta Militar, em 1969, reintroduziu o mandato de 6 anos.

Em suma, a tradição histórica, sem distorções, refere apenas 29 anos de presidencialismo com mandato de cinco anos para o Presidente, contra 48 anos de regimes quadriennais.

Ora, Sr. Presidente, em se mantendo o presidencialismo, ao menos se tenha a coragem de entender que há uma realidade nova, e que não se venha a "tapar o sol com a peneira" e tentando impor mandato de 5 anos sob invocação de tradição republicana.

Sr. Presidente, também quero deixar aqui consignado, para registro da História e para a reconstituição da verdade, que, pela tradição republicana – e vale a pena reprimir que a República se instituiu pela força, sem **referendum** popular – temos um golpe militar, um primeiro Presidente eleito de forma indireta, sem ao menos ter obtido a maioria absoluta do Congresso, e a instauração da intriga, da sublevação, da barganha, a tal ponto de o Marechal Deodoro da Fonseca não agüentar

tanta patranha, acabando por apresentar sua renúncia. Convenha-se, um princípio bastante melancólico para um País que vinha de 42 anos de paz e progresso sob o regime parlamentarista.

Por isso, Sr. Presidente, hoje, quatro a cinco meses depois, quando parecia quase certo que nesta Assembléia se dariam 5 anos para o Presidente, quando os fatos novos e a realidade deste País já nos mostram claramente que, mesmo que persista o presidencialismo, o mandato do Senhor Presidente da República há que ser de 4 anos, é isto porque o sistema presidencialista, sobretudo com executivos incapazes, é uma camisa-de-força, em que a população fica politicamente engessada e só tem possibilidade de haver uma reversão de expectativas findo o mandato. Não é como no sistema parlamentarista, em que se tem um mecanismo civilizado, democrático, de mudar o governo, porquanto, assim que esse governo não consegue mais dar atendimento aos anseios e às necessidades da Nação, fica possibilitada a toca do gabinete, para instauração de outro mais capaz. No trabalho que apresentei aos Srs. Constituintes, demonstrei que os 40 Presidentes que tivemos até hoje apresentam a média de 2 anos e três meses de duração de mandato. Durante os 42 anos de parlamentarismo no Brasil, a média de duração dos gabinetes parlamentares foi de um ano e três meses, longe, por conseguinte, dos propalados seis meses, e não tão distante dos apregoados mandatos presidencialistas.

Mas, mesmo que durassem seis meses, Sr. Presidente, é preferível que durem seis meses e atendam aos anseios da Nação, do que ficarmos inertes, desesperançados durante 4 ou 5 anos, como sucede sob o presidencialismo, isto quando não finda em golpe político.

Por isso, Sr. Presidente, quero reafirmar aqui, nesta data em que se registram 50 anos de mais um golpe no Brasil, minha confiança no dia de hoje em que a Assembléia Nacional Constituinte deu demonstração eloquente de que o mecanismo democrático do Parlamento consegue encontrar soluções, quando outras instituições talvez mais refinadas sob o aspecto científico e sob o aspecto técnico fracassam.

Sr. Presidente, reafirmo aqui, com toda a convicção, a crença de que o melhor regime de governo, realmente, é o regime parlamentarista. E queira Deus que sejamos todos iluminados para que encontremos a melhor forma e o melhor sistema de governo para o Brasil.

Deixo registrada aqui a minha participação, porque a História, como a vida, é feita de grandes momentos e de pequenos e insignificantes momentos como este da minha participação na composição da futura Carta Magna.

Tivemos hoje aqui momentos de grande elevação, como aquele em que a Sistematização conseguiu encontrar solução para a questão da reforma agrária, na sessão magnífica na qual o Presidente Ulysses demonstrou haver uma comunhão de pensamento, não obstante a diversidade de concepções em busca da solução satisfatória para todos.

Que fique para o registro das gerações futuras, que se muitos hoje tomam decisões em favor do parlamentarismo, é porque estão, desapaixonadamente, racionalmente, constatando que o sistema atual de governo não corresponde mais à realidade desta Nação. E chego a afirmar isso,

porque o presidencialismo, no Brasil, foi introduzido por uma cópia do sistema vigente nos Estados Unidos da América.

Na verdade, a Constituição de 1891, que introduziu o presidencialismo, foi uma "xerox" da Constituição americana, com enxertos franceses. Hoje, a grande nação americana – ouso afirmar – se debate em grande crise. Houve o **crack** na Bolsa de Nova Iorque, pela descrença, pela falta de credibilidade que atingiu o Governo, principalmente fruto do seu sistema, pois um homem só não mais consegue fazer frente às grandes pressões que a sociedade moderna capitalista exerce. E temos, aí, o retrato da grande nação americana com um sistema de governo em que o déficit público tende a aumentar, cuja intromissão na soberania de outros povos se faz à margem e à sombra do presidente e dos grupos que o cercam. Quando outras nações, da tradição de uma Inglaterra, de uma França, conseguem, com o seu sistema parlamentarista, manter posições de equilíbrio, de sensatez, ouso afirmar que não passará muito tempo e os irmãos do Norte haverão de repensar o seu sistema de governo, porque a crônica dos seus últimos presidentes não é de estabilidade, de harmonia, com aqueles presidentes que os antecederam. A crônica dos últimos presidentes da grande nação americana é de turbulências e descaminhos, a ponto de um deles sair escorraçado da Casa Branca, e o atual se arrastar no seu mandato mercê da arraigada tradição e do apego à preservação da lei acima de qualquer coisa, embora destituído do estofo dos grandes estadistas, a ponto de não conseguir fazer frente às demandas e às necessidades da sociedade americana, com reflexos danosos sobre as restantes economias do Planeta.

Deixo, portanto, Sr. Presidente, a minha convicção de que esta Assembléia Nacional Constituinte, em que pese toda a campanha dos interesses contrariados que se levantam contra ela, haverá de ter o discernimento, a visão histórica de que o sacrifício de muitos aqui trará uma nova ordem constitucional e uma nova ordem para esta Nação, mas, precipuamente, o sistema de governo há de ser o sistema parlamentarista.

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

5ª Reunião da Mesa, realizada em 5-10-87

Aos cinco dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e sete, às 16 horas, no gabinete do Senhor Presidente, reúne-se a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte; sob a presidência do Senhor constituinte Ulysses Guimarães, Presidente. Presentes os Senhores constituintes Jorge Arbage, Mário Maia e Benedita da Silva, respectivamente 2º-Vice-Presidente, 2º-Secretário e Suplente de Secretaria. Ausentes os senhores constituintes Mauro Benevides, Marcelo Cordeiro e Arnaldo Faria de Sá, respectivamente 1º-Vice-Presidente, 1º-Secretário e 3º-Secretário. Com a palavra o Senhor Presidente declara que os prazos estabelecidos pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte devem ser cumpridos. Contudo, dadas as condições atuais, a qualidade do trabalho da Comissão de Sistematização, permitirá melhor Funcionamento do plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Em verdade o trabalho da Comissão é vestibular. Em razão de reunião com todas as lideranças e os membros da

Mesa da Comissão de Sistematização foi proposta a dilação do prazo para a Comissão concluir os seus trabalhos até 28 de outubro. A deputada Benedita da Silva, concorda com a dilação do prazo, mas sugere haja possibilidade da Câmara dos Deputados realizar um número maior de sessões plenárias, bem assim que os partidos políticos, através de suas bancadas, possam ocupar o tempo da Constituinte na televisão e rádio por cinco minutos, uma única vez, até o término dos trabalhos da Constituinte. O Senhor Presidente declara que examinará a matéria. A proposta de dilação do prazo, foi aprovada. I – Pauta do Senhor Presidente – São ratificados os despachos favoráveis do Senhor Presidente aos seguintes expedientes: 1) Ato da Mesa nº 20, de 1987, que "estende aos gabinetes dos suplentes da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, dispositivos do Ato da Mesa nº 14, de 19 de maio de 1987, que vai publicado ao final da ata. 2) Requisições: a) à Universidade de São Paulo do Dr. Miguel Reale Júnior, professor adjunto da Faculdade de Direito daquela universidade, para, sem prejuízo ter o cargo de assessor especial da presidência da Assembléia Nacional Constituinte até 15-11-87; b) ao Governo do Estado do Rio de Janeiro do Dr. Sérgio Ferraz, para, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, prestar serviços ao Relator da Comissão de Sistematização; c) à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, do Sr. Robério Sulz Gonçalves, para prestar serviços ao Senhor 1º-Secretário da Assembléia Nacional Constituinte, até 31-12-87; d) ao Ministério das Comunicações, do Dr. Adolpho Araújo, da Telebrasília, com ônus para a origem, para prestar serviços junto à presidência da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, pelo prazo que perdurar os trabalhos da referida Comissão; e) à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, da Srª Mariuza de Menezes Pereira, assistente social, lotada no COMPP, para, sem prejuízo de seus salários, prestar serviços ao Relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, até 31-12-87; f) à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, do Dr. José Alberto de Assumpção, diretor daquela companhia, para prestar serviços ao Presidente da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte; a partir de 10-8-87. 3) Requerimentos de Informações: 1) Constituinte Vivaldo Barbosa – sobre contratação de funcionários do extinto Banco Nacional de Habitação pelo Banco Central – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 2) Constituinte Arnaldo Faria de Sá – sobre aquisição de residências funcionais em Brasília e veículos para ambulâncias, pela Previdência Social – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 3) Constituinte Nelson Seixas – sobre projeto de duplicação da rodovia Régis Bittencourt – BR – 116 – no trecho entre Curitiba e São Paulo – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 4) Constituinte Wilma Maia – sobre compra de apartamentos para servidores do INAMPS, IAPAS e INPS, em Brasília – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 5) Constituinte Wilma Maia – sobre ocupação de imóveis funcionais, em Brasília – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 6) Constituinte Vilson Souza

– sobre variações de índices de preços coletados em diferentes períodos e seus reflexos nos futuros reajustes salariais – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 7) Constituinte Adylson Motta – sobre dispensa de precatório para os benefícios de acidentes do trabalho – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 8) Constituinte Amaury Müller – sobre modificações do projeto original da Ferrovia do Aço – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 9) Constituinte Adylson Motta – sobre subdelegação de poderes a procuradores da Fazenda para firmar avisos do Tesouro Nacional no Exterior – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 10) Constituinte Adylson Motta – sobre a inclusão de representantes do Ministério da Justiça e da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República no Conselho de Administração da SUFRAMA – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 11) Constituinte Adylson Motta – sobre despesas com a elaboração de sistema de carreiras para o MPAS, INPS, IAPAS e INAMPS, pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação João Pinheiro – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 12) Constituinte Antônio Carlos Mendes Thame – a respeito do depósito compulsório sobre combustíveis líquidos e repasses da Petrobrás ao Fundo Nacional de Desenvolvimento – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 13) Constituinte João Paulo – sobre transformação dos cursos de Ciências Sociais, História e Geografia no curso de Estudos Sociais – pelo encaminhamento ao Gabinete civil da Presidência da República; 14) Constituinte Adylson Motta – sobre recrutamento de pessoal para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 15) Constituinte Adylson Motta – referente à concessão de assentimento do Conselho de Segurança Nacional sobre dação de imóveis rurais como pagamento à instituições financeiras – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 16) Constituinte Luiz Salomão – sobre arrecadação de contribuições e pagamento de benefícios previdenciários pela rede bancária, compra de bens para a Dataprev e a política de administração do IAPAS e MPAS – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 17) Constituinte Davi Alves Silva – sobre a conservação das estradas vicinais que ligam Imperatriz – João Lisboa – Amarante e São Raimundo das Mangabeiras, no Estado do Maranhão – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 18) Constituinte Amaral Netto – sobre exame de pedidos de arguição de constitucionalidade pela Procuradoria Geral da República – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 19) Constituinte Adylson Motta – sobre defeitos ocorridos na Gas Insulated Substation, da Usina de Itaipu e as providências decorrentes adotadas – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 20) Constituinte Jorge Arbage – sobre o cumprimento da Lei nº 7.468, de 28-4-86, que trata de campanha sobre os efeitos nocivos do uso de entorpecentes – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 21) Constituinte Adylson Motta – sobre contrato de consultoria firmado entre Furnas Centrais Elétricas S.A e o Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza – Garnek para desenvolver o Projeto Capanda – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 22) Constituinte José Genoino Neto – sobre aquisições do prédio-sede da Dataprev - RJ e apartamentos funcionais em Brasília pelo Ministério da Previdência e Assistência Social – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 23) Constituinte Siqueira Campos – sobre o reajuste das OTN em março do corrente ano, aplicado nas prestações e no saldo devedor de empréstimos hipotecários concedidos pela Caixa Económica Federal – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 24) Constituinte Nelson Aguiar – sobre a aquisição de helicópteros para o Exército – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 25) Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva – sobre a venda da sede do Banco Nacional de Habitação prevista no Decreto-Lei nº 2.291, de 21-11-86 – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 26) Constituinte Gerson Camata – sobre negócios comerciais feitos pela Makinter ojetos e Serviços de Exportação Ltda, por intermédio da Cacex – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 27) Constituinte Adylson Motta – sobre aplicação do crédito suplementar de Cz\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados) aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente pelo Decreto nº 94.710, de 30-7-87 – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 28) Constituinte Adylson Motta – sobre a documentação da comissão especial para apurar e avaliar fatos relacionados com a importação, distribuição e comercialização de alimentos, a partir de 1-3-86 – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 29) Constituinte Victor Faccioni – sobre a compra de apartamentos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 30) Constituinte Victor Faccioni – sobre denúncias de anistia fiscal prevista no Decreto-Lei nº 2.331, de 28-5-87, publicadas na **Folha de São Paulo**, de 5-7-87 – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 31) Constituinte Ruberval Piloti – sobre contrato entre a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República e a Fundação Joaquim Nabuco, para elaboração de plano básico de reorganização do primeiro desses organismos – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 32) Constituinte Adylson Motta – sobre aquisição de ambulâncias pelo Ministério da Previdência e Assistência Social – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 33) Constituinte Adylson Motta – sobre abertura de licitação para aquisição ou locação de um sistema de processamento eletrônico de dados pela Diretoria Administrativa da Presidência da República – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 34) Constituinte Aldo Arantes – sobre notícia veiculada pelo Jornal do Brasil em 2-8-87 a respeito da conversão da dívida externa brasileira em capital de risco – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 35)

Constituinte Nelson Aguiar – sobre a viabilização das conclusões do inquérito instaurado para apurar fatos da administração da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio – COBEC, período 1979/1985, relativos à exportação de óleo de soja para a Índia – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República; 36) Constituinte Doreto Campanari – sobre a não extensão da Portaria nº 164/86 aos funcionários do Banco Central – pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República. 4) A Mesa resolve baixar o Ato da Mesa nº 21, de 1987, que estende às lideranças do PFL, PDS, PDT, PT, PTB, PDC, PSB, PMB, PC do B, PL e PCB, na Assembléia Nacional Constituinte, dispositivos do Ato da Mesa nº 4, de 6-4-87, que vai publicado na íntegra ao pé da Ata. II – Pauta do Senhor 2º-Vice-Presidente – A Mesa aprova os pareceres do Senhor 2º Vice-Presidente nos seguintes processos: 1) Requerimento s/nº87, do Constituinte Amaury Müller, que solicita a interpelação judicial do Sr: Ronaldo Caiado, Presidente da UDR – União Democrática Ruralista, em virtude de entrevista concedida ao **Jornal de Brasília**, em 12-7-87 – pelo indeferimento 2) Projeto de Resolução nº 17/87 (ANC), do constituinte Cesar Cals Neto, que "altera e acrescenta dispositivos da Resolução nº 2, de 1987", que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte" – pela rejeição. Quanto ao Requerimento s/nº87, da constituinte Benedita da Silva, solicitando esclarecimentos sobre a proibição de ingresso nas dependências da Penitenciária de São Paulo, a Mesa aprova o parecer do Senhor 2º-Vice-Presidente, cuja conclusão é a seguinte: "...Entendo que a Mesa da Assembléia deve se pronunciar sobre a matéria de forma mais categórica possível. Todavia, para que possa se posicionar adequadamente, creio que, preliminarmente, deveria ser oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado a fim de que o mesmo revele a posição oficial a respeito do incidente. É o meu entendimento preliminar". Ainda com a palavra, o Senhor 2º-Vice-Presidente, na condição de corregedor, manifesta o seu parecer favorável às seguintes conclusões da Comissão de Sindicância criada para esclarecer os fatos ocorridos no Salão Verde da Câmara dos Deputados, no dia 18-8-87, envolvendo a pessoa do ex-deputado e jornalista Hermano Alves e funcionários da Segurança:"

As enormes dificuldades enfrentadas diariamente, pelo órgão de Segurança, a natureza especial de suas tarefas e a sempre crescente soma de seus trabalhos, estão a recomendar – e é isso que aqui se leva à consideração de Vossa Excelência para o que se tomar cabível – que, além dos cursos a que já se submeteram os servidores, outros venham a sempre ser proporcionados, com objetivo de cada vez mais elevar o nível desse pessoal, tão importante para os que procuram o Poder Legislativo, quanto para o relacionamento com os profissionais de imprensa que divulgam os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Com essa recomendação, opina-se pelo arquivamento." A Mesa aprova o parecer. Em continuação, o Senhor 2º-Vice-Presidente, ao apreciar os termos do discurso pronunciado pela constituinte Beth Azize, na sessão do dia 11-8-87, solicitando a apuração do episódio envolvendo a secretaria parlamentar do gabinete do constituinte Percival Muniz e o filho do constituinte Osmir Lima, profere parecer conclusivo, nos seguintes termos: "...Diante do exposto, entendo que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte não deve tomar qualquer atitude de natureza administrativa somente deverá fazê-lo, se e quando for o caso, após a conclusão do referido inquérito policial e eventual posterior ação penal". Em discussão a matéria, a Mesa aprova o parecer do Senhor 2º-Vice-Presidente. Finalmente, sua Excelência traz à consideração dos seus pares, expediente de 17-8-87, do Senhor Ministro da Aeronáutica sobre acusações ao assessor parlamentar do Ministério, coronel Pedro Josino Cordeiro, oferecendo parecer, que conclui pelo seguinte: "...Entendo que o assunto encontra-se devidamente esclarecido, sem necessidade de abertura de qualquer procedimento administrativo outro. Outrossim que, antes de ser esse expediente arquivado, remeta-se cópia do ofício do nobre constituinte José Agripino ao Senhor Ministro da Aeronáutica". Em discussão a matéria, a Mesa aprova o parecer do Senhor 2º-Vice-Presidente. Nada mais havendo a tratar, às 18h20 min o Senhor Presidente suspende a sessão por 15 minutos a fim de ser lavrada a presente ata. Reaberta a reunião é a ata lida e aprovada. Eu, Paulo Afonso Martins de Oliveira Nacional Constituinte, lavrei a presente ata, que após subscrita pelo Senhor Presidente, vai à publicação. – Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

ATO DA MESA Nº 20/87

Estende aos Gabinetes dos Suplentes da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, dispositivos do Ato da Mesa nº 14, de 19 de maio de 1987.

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Aplica-se aos Gabinetes dos Suplentes da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte o disposto no Ato da Mesa nº 14, de 19 de maio de 1987.

Parágrafo único. As indicações serão feitas pelos respectivos titulares ao Primeiro-Secretário, que as encaminhará ao Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, dentro dos seguintes limites, por Gabinete:

- 1 Secretário Particular;
- 1 Assistente de Nível Superior; e
- 1 Auxiliar I

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 1º de agosto de 1987. – **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

ATO DA MESA Nº 21/87

Estende às Lideranças do PFL, PDS, PDT, PT, PTB, PDC, PSB, PMB, PC do B, PL e PCB, na Assembléia Nacional Constituinte, dispositivos do Ato da Mesa nº 4, de 6 de abril de 1987.

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, no uso de suas atribuições, resolve:

Art 1º Aos Líderes do PFL, PDS, PDT, PT, PC do B, PTB, PDC, PSB, PMB, PL e PCB, na Assembléia Nacional Constituinte, será concedida uma passagem mensal, de ida e volta, a qualquer Estado da Federação.

Art. 2º As passagens previstas neste ato serão fornecidas pelo Diretor-Geral da Câmara dos Deputados.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 5 de outubro de 1987. – **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 151

QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 166^a SESSÃO LEGISLATIVA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1987

I - Abertura da sessão
II - Leitura da ata da sessão anterior que é sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Nº 259/87 - Do Senhor Constituinte Euclides Scalco, Líder em exercício do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, indicando o Senhor Constituinte Mário Covas para substituí-lo na suplência da Comissão de Sistematização.

Nº 310/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, indicando o Senhor Constituinte Paes Landim para integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

Nº 260/87 - Do Senhor Constituinte Mário Covas, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, indicando o Senhor Constituinte Maurílio Ferreira Lima para integrar, na qualidade de membro efetivo, a Comissão de Sistematização, em substituição ao Senhor Constituinte Osvaldo Lima Filho.

Nº 264/87 - Do Senhor Constituinte Mário Covas, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, indicando o Senhor Constituinte José Dutra para integrar na qualidade de membro suplente, à Comissão de Sistematização, em substituição ao Senhor Constituinte Manuel Viana.

Nº 311/87 - Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal - PFL, participando que o Senhor Constituinte Enoc Vieira substituirá, temporariamente, na Comissão de Sistematização, o Senhor Constituinte Marcondes Gadelha.

Nº 195/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, participando que o Senhor Constituinte Vivaldo Barbosa o substituirá na Comissão de Sistematização, no dia 17 de novembro do corrente.

Nº 196/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, participando que o Senhor Constituinte José Fernandes substituirá, na Comissão de Sistematização, no dia 17 de novembro do corrente, ao Senhor Constituinte Bocayuva Cunha.

Nº 197/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, participando que o Senhor Constituinte Vivaldo Barbosa responderá pela Liderança do Partido, perante a Comissão de Sistematização, nos dias 17 e 18 do corrente.

Nº 199/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, indicando o Senhor Constituinte José Fernandes para integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária em substituição ao Senhor Constituinte Airton Cordeiro.

Nº 200/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, indicando o Senhor Cons-

tituinte Floriceno Paixão para integrar, na qualidade de membro suplente, a Comissão de Sistematização, em substituição ao Senhor Constituinte Luiz Salomão.

Nº 201/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, participando que o Senhor Constituinte Luiz Salomão o substituirá, na Comissão de Sistematização, no dia 17 de novembro do corrente.

Nº 202/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, participando que o Senhor Constituinte Amaury Müller substituirá, na Comissão de Sistematização, no dia 18 de novembro do corrente, ao Senhor Constituinte Lysâneas Maciel.

Nº 203/87 - Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, participando que o Senhor Constituinte Adhemar de Barros Filho o substituirá, na Comissão de Sistematização, no dia 18 de novembro do corrente.

COMUNICAÇÕES

Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, participando o retorno do Senhor Constituinte Luiz Salomão às suas funções na Comissão de Sistematização.

Do Senhor Constituinte Osvaldo Lima Filho, participando o seu afastamento da Comissão de Sistematização.

Do Senhor Constituinte Mauro Borges, Líder do Partido Democrata Cristão - PDC, in-

dicando o Senhor Constituinte Roberto Balestra para responder pela suplência do Partido junto à Comissão de Sistematização, nas sessões pertinentes às Disposições Transitórias.

Do Senhor Constituinte Siqueira Campos, Vice-Líder do Partido Democrata Cristão – PDC, participando que o Senhor Constituinte Sotero Cunha substituirá ao Senhor Constituinte Roberto Balestra, no dia 17 de novembro do corrente, na Comissão de Sistematização.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Requerimento de Informações nº 108/87 (ANC) (Constituinte Victor Faccioni) – Solicita informações ao Poder Executivo sobre o acidente ocorrido em Goiânia e demais aparelhos radioativos existentes no País.

Requerimento de Informações nº 109/87 (ANC) (Constituinte Brandão Monteiro) – Solicita informações ao Poder Executivo sobre a instalação, pela Rede Globo, de antenas especiais para transmissão de TV a cabo.

Requerimento de Informações nº 110/87 (ANC) (Constituinte Brandão Monteiro) – Solicita informações ao Poder Executivo sobre contratos celebrados entre a Embratel e a Empresa Victor Comunicação Ltda.

Requerimento de Informações nº 111/87 (ANC) (Constituinte Eduardo Jorge) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre o programa de distribuição de leite à população de baixa renda.

Requerimento de Informações nº 112/87 (ANC) (Constituinte Eduardo Jorge) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre os recursos do FAS.

Requerimento de Informações nº 113/87 (ANC) (Constituinte Aureo Mello) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre a ação do Conselho Administrativo da Defesa Econômica relativamente à atuação da Combrascan.

Requerimento de Informações nº 114/87 (ANC) (Constituinte Paulo Delgado) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre a liberação de recursos para a Hidrossistemas de Engenharia de Recursos Hídricos.

Requerimento de Informações nº 115/87 (ANC) (Constituinte Gerson Peres) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre os recursos despendidos no Programa Nuclear Paralelo.

Requerimento de Informações nº 116/87 (ANC) (Constituinte Amaral Neto) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre trabalho do Serviço Nacional de Informações - SNI, relacionado com a atuação dos Ministros.

Requerimento de Informações nº 117/87 (ANC) (Constituinte Roberto Jefferson) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre concursos realizados pela Procuradoria Geral da República.

Requerimento de Informações nº 118/87 (ANC) (Constituinte Antonio Salim Curiati) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre o patrocínio da 1ª Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil contra a Discriminação à Mulher.

Requerimento de Informações nº 119/87 (ANC) (Constituinte Virgílio Guimarães) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre a não realização de reunião do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana em Conceição do Araguaia.

Requerimento de Informações nº 120/87 (ANC) (Constituinte Eduardo Jorge) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre seguro social, prestação de assistência à saúde, posicionamento do Ministério da Previdência e Assistência Social sobre achatamento salarial, aposentadoria por tempo de serviço.

Requerimento de Informações nº 121/87 (ANC) (Constituinte Paulo Delgado) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre o "Plano de Desmobilização de Imóveis" do Ministério da Previdência e Assistência Social e aquisição de apartamentos funcionais.

Requerimento de Informações nº 122/87 (ANC) (Constituinte Haroldo Lima) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre notícia veiculada pelo **Jornal do Brasil**, de 12.07.87, quanto à participação de oficial do Exército em passeata da União Democrática Ruralista.

Requerimento de Informações nº 123/87 (ANC) (Constituinte Adylson Motta) – Solicita ao Poder Executivo esclarecimentos sobre o não-hasteamento da bandeira nacional defronte da Embaixada Brasileira em Ottawa, Canadá.

Requerimento de Informações nº 124/87 (ANC) (Constituinte Amaury Müller) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre a atuação de madeireiras clandestinas e da Funai na Amazônia Legal.

Requerimento de Informações nº 125/87 (ANC) (Constituinte Gerson Peres) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre contrato entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, e a Comercial Madeiras Exportação S/A – Cemex, para exportação de madeiras na Floresta Nacional de Tapajós.

Requerimento de Informações nº 126/87 (ANC) (Constituinte Antonio Salim Curiati) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre a tramitação de pedidos do registro de produtos tóxicos destinados ao uso doméstico.

Requerimento de Informações nº 127/87 (ANC) (Constituinte Cunha Bueno) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre prejuízos no setor agrícola e a possibilidade de aplicar ao MCR-37 o tratamento do MCR-18.

Requerimento de Informações nº 128/87 (ANC) (Constituinte Vicente Bogo) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre ante-projeto de regulamentação da mão-de-obra indígena.

Requerimento de Informações nº 129/87 (ANC) (Constituinte Paulo Ramos) – Solicita ao Poder Executivo relação de conversões feitas nos últimos cinco anos, com especificação da fonte credora, valor em dólar e cruzado, data e empresa e setor atingidos.

Requerimento de Informações nº 130/87 (ANC) (Constituinte Osvaldo Macedo) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre contrato de risco para exploração de petróleo entre a Petrobrás e empresas privadas nacionais e multinacionais.

Requerimento de Informações nº 131/87 (ANC) (Constituinte Adylson Motta) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre aquisições de imóveis com recursos do Fundo Especial do Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDAP, e de um prédio para instalação de uma diretoria regional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Belém, Pará.

Requerimento de Informações nº 132/87 (ANC) (Constituinte Floriceno Paixão) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre a receita e os critérios de arrecadação, aplicação e distribuição de recursos do Finsocial.

Requerimento de Informações nº 133/87 (ANC) (Constituinte Olívio Dutra) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre aplicação de recursos na produção de aeronave militar AMX pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Requerimento de Informações nº 134/87 (ANC) (Constituinte Odacir Soares) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre a situação jurídica, fiscal, contábil, ingresso de estrangeiros para o trabalho e a fiscalização das entidades religiosas missionárias, mais especificamente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Requerimento de Informações nº 135/87 (ANC) (Constituinte Eduardo Jorge) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre convênio entre os Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde e Governos estaduais, para a "estadualização das ações de saúde".

Requerimento de Informações nº 137/87 (ANC) (Constituinte Siqueira Campos) – Solicita ao Poder Executivo esclarecimentos sobre notícia veiculada em **O Estado de S. Paulo**, de 2-8-87, sobre campanha organizada para influir nas decisões da Assembléa Nacional Constituinte, no tocante ao problema indígena.

Requerimento de Informações nº 138/87 (ANC) (Constituinte Adylson Motta) – Solicita ao Poder Executivo esclarecimentos sobre aquisição de apartamentos funcionais para servidores do IAPAS, INAMPS e INPS.

Requerimento de Informações nº 139/87 (ANC) (Constituinte Adylson Motta) – Solicita ao Poder Executivo esclarecimentos sobre alineação de mansões da Península Sul, em Brasília, e contratação de prestação de serviços para residências oficiais.

Requerimento de Informações nº 141/87 (ANC) (Constituinte Adylson Motta)

– Solicita ao Poder Executivo esclarecimentos sobre ação judicial que Furnas S.A. Centrais Elétricas promovem contra a Westinghouse Company, nos Estados Unidos, envolvendo equipamento fornecido para a Usina Nuclear de Angra dos Reis.

Requerimento de Informações nº 142/87 (ANC) (Constituinte Eraldo Trindade) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre participação de capital estrangeiro e nacional nas empresas que atuam no Brasil na área de mineração.

Requerimento de Informações nº 143/87 (ANC) (Constituinte Samir Achôa) – Solicita informações ao Poder Executivo sobre o empréstimo compulsório sobre gasolina e álcool, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 27-7-86.

Requerimento de informações nº 144/87 (ANC) (Constituinte Eduardo Jorge) – Solicita informações ao Poder Executivo sobre atendimento e credenciamento pelo Ministério da Previdência e Assistência Social de médicos para o Hospital São Bento, ex-Hospital Geral da Lapa – SP.

Requerimento de Informações nº 145/87 (ANC) (Constituinte Eduardo Jorge) – Solicita informações ao Poder Executivo sobre instalação e operação de reatores nucleares no Centro Experimental de Aramar, em Iperó, São Paulo, para utilização do urânio (U-235).

Requerimento de Informações nº 146/87 (ANC) (Constituinte Adylson Motta) – Solicita informações ao Poder Executivo sobre a aplicação do vale-transporte aos servidores da administração direta e indireta.

Requerimento de Informações nº 147/87 (ANC) (Constituinte Eduardo Jorge) – Solicita informações ao Poder Executivo sobre contratação de serviços para irrigação de áreas em terrenos cristalinos no Estado da Bahia.

Requerimento de Informações nº 148/87 (ANC) (Constituinte Amaral Netto) – Solicita informações ao Poder Executivo sobre desapropriação de área de 865 ha em Belmonte, BA.

Requerimento de Informações nº 149/87 (ANC) (Constituinte Adylson Motta) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre a veracidade da denúncia formulada pela ABIFER a respeito da importação de vagões, locomotivas e carros de passageiros para a Cia. Vale do Rio Doce e Rede Ferroviária Federal.

Requerimento de Informações nº 150/87 (ANC) (Constituinte Adylson Motta) – Solicita esclarecimentos ao Poder Executivo relativos à redistribuição de servidores dos Quadros e Tabelas Permanentes para diversas instituições de ensino.

Requerimento de Informações nº 152/87 (ANC) (Constituinte Amaral Netto) – Solicita informações ao Poder Executivo sobre a apli-

cação da Lei nº 4.137/62 em relação ao grupo canadense COMBRASCAN.

Requerimento de Informações nº 153/87 (ANC) (Constituinte José Tavares) – Solicita informações ao Poder Executivo sobre a construção da Ferrovia do Aço, Rodovia Rio-Santos e Usinas Três Irmãos e de Angra 1.

Requerimento de Informações nº 154/87 (ANC) (Constituinte Antero de Barros) – Solicita informações ao Poder Executivo sobre viagens realizadas pelos Senhores Ministros de Estado.

Requerimento de Informações nº 155/87 (ANC) (Constituinte Ubiratan Aguiar) – Solicita informações ao Poder Executivo sobre projeto de utilização e a prestação de serviços nas jazidas de urânio de Itataia, Estado do Ceará.

PROJETOS APRESENTADOS

Projeto de Resolução nº 16-C, de 1987 (Do Sr. Álvaro Valle) – Introduz alterações no art. 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; tendo parecer da Mesa pela aprovação, com Substitutivo. Parecer da Mesa às Emendas de Plenário: pela apresentação de Substitutivo. (Projeto de Resolução nº 16-B, de 1987 (ANC), emendado em Plenário, tendo anexados os de nº 19/87 e 20/87.)

Projeto de Resolução nº 17-A, de 1987 (ANC) (Do Sr. César Cals Neto) – Altera e acrescenta dispositivos da Resolução nº 2, de 1987, que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte"; tendo parecer da Mesa pela rejeição. (Projeto de Resolução nº 17, de 1987, a que se refere o parecer.)

IV – Pequeno Expediente

PRESIDENTE – Esclarecimento à Casa sobre finalidade da sessão.

DEL BOSCO AMARAL (Questão de ordem) – Protesto contra declarações do Constituinte Fernando Henrique Cardoso ao **Jornal de Brasília** a propósito dos integrantes do "Centrão" e pedido de informações à Mesa sobre número de Constituintes que se encontram em viagem ao exterior.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Del Bosco Amaral.

DASO COIMBRA – Sugestão no sentido de que o Constituinte Del Bosco Amaral cite, nominalmente, Constituintes atualmente nos Estados Unidos da América.

FERNANDO CARDOSO – Uso da palavra nos termos do item VIII do art. 93 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

JOSÉ GENÓILO – Riscos da proposta de modificação global do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ÁLVARO VALLE – Previsão do orador sobre a crise desencadeada em virtude da proposta de modificação do Regimento Interno

da Assembléia Nacional Constituinte. Apelo no sentido de acordo que possibilite a promulgação de uma Constituição que reflita a vontade da maioria do povo brasileiro.

RUY NEDEL – Conveniência de negociação em torno do projeto de resolução que visa à modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ADYLSON MOTTA – Requerimento de informações ao Poder Executivo a propósito de dispensa de licitação em contrato entre a Caixa Econômica Federal e a Fundação Carlos Chagas para prestação de serviços de realização de processo seletivo externo.

AUREO MELLO – Apelo ao Ministério da Indústria e do Comércio em favor da liberação de recursos para a empresa de aciaria Siderama, do Estado do Amazonas.

VICTOR FACCIONI – Atuação de forças antagônicas na Assembléia Nacional Constituinte e necessidade de debate democrático e de conciliação.

MAURO SAMPAIO – Documento encaminhado ao Ministro da Agricultura, Iris Rezende, pelo presidente em exercício do Sindicato da Indústria de Beneficiamento de Fibras Vegetais e do Descarrocamento de Algodão do Estado do Rio Grande do Norte, Milton Dantas de Medeiros, e pelo presidente da Associação dos Maquinistas de Algodão do Nordeste, José Humberto de Mendonça.

ÉRICO PEGORARO – Indefinição governamental no que concerne à política de posse e uso da propriedade rural como causa de invasão, pelos sem-terra, de fazendas no Estado do Rio Grande do Sul.

GONZAGA PATRIOTA – Urgência no atendimento à proposta do "Centrão" que visa a modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

OSVALDO TREVISAN – Compromissos da Assembléia Nacional Constituinte com a Nação no que concerne à melhor distribuição de renda, à modernização do ensino universitário e à agilização do Poder Judiciário.

ADEMIR ANDRADE – Presença do Presidente José Sarney e do Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Jader Barbalho, no Estado do Pará, para revogação pública do Decreto-Lei nº 1.164, de 1-4-71, que assegura à União a propriedade das terras da região amazônica. Conveniência do retorno dessas terras ao domínio do Estado do Amazonas, para fins de reforma agrária.

IRMA PASSONI – Desinformação de signatários do documento do "Centrão", que visa a modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, e necessidade de debate antes da votação da matéria.

CESLO DOURADO – Utilidade do trabalho realizado pela Assembléia Nacional Constituinte e protesto contra intenção de prejudicá-lo.

CARLOS VINAGRE – Necessidades da Amazônia em termos de programação de desenvolvimento integral que atenda às peculiaridades regionais.

ANTÔNIO DE JESUS – Apelo ao Governador do Distrito Federal, José Aparecido, e ao Juizado de Menores, no sentido de procederem a fiscalização que evite a presença de menores em locais noturnos de diversão. Denúncia do Sr. Urumaju Rayol a propósito do assunto, em carta publicada pelo **Correio Braziliense**.

FRANCISCO AMARAL – Solidariedade a reivindicações do Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviço de Saúde de Santos, Paulo Pimenta, dirigidas ao Presidente da Caixa Econômica Federal, a propósito do problema habitacional dos trabalhadores de baixa renda, em especial na área da saúde.

JOSÉ CARLOS COUTINHO – Efeitos nocivos da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara e realização de plebiscito sobre o assunto. Artigos publicados no jornal **O Fluminense** sobre o assunto.

EDUARDO JORGE – Crítica à administração do Secretário de Saúde de São Paulo.

IVO MAINARDI – Ameaça de perda da safra de verão em virtude da falta de capacidade

de armazenamento de grãos, em particular no que concerne à produção de milho, soja e arroz do Rio Grande do Sul.

PAULO MACARINI – Homenagem póstuma ao Sr. Gilberto Hemkes, Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina.

FLÁVIO PALMIER DA VEIGA – Alegria do povo fluminense ante dispositivo inserido nas Disposições Transitórias do projeto de Constituição no sentido de realização de plebiscito sobre a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Matérias publicadas no jornal **O Fluminense** a propósito do assunto.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Reivindicação do bairro de Santo Amaro, em São Paulo, no sentido da construção de metrô.

AUGUSTO CARVALHO – Denúncia de espancamento de famílias de trabalhadores rurais brasileiros estabelecidos em Puerto Adela, no departamento paraguaio de Canindeyu.

V – Comunicações das Lideranças

ROBERTO JEFFERSON – Protesto contra dispositivo constante do Substitutivo da Mesa ao projeto de resolução do "Centrão" que visa a modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que impede a pos-

sibilidade da apresentação de destaques a emendas populares no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

AUGUSTO CARVALHO – Inserção nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte de reportagem do **Jornal do Brasil** intitulada "Empréstimos de favor lesam BRB em Cz\$ 150 milhões".

VI – Apresentação de Proposições

ADYLSON MOTTA, LÚCIO ALCÂNTARA

VII – Pronunciamentos sobre matéria constitucional

CARLOS CARDINAL – Crítica à atuação do "Centrão".

VIII – Encerramento

Pronunciamento do Constituinte José Dutra na sessão de 4-11-87, publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** de 5-11-87, que se repete por ter saído com omissões.

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros.

Ata da 166ª Sessão, em 24 de novembro de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente;
Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário

ÀS 21:00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Ulysses Guimarães
Mauro Benevides
Jorge Arbage
Marcelo Cordeiro
Mário Maia
Arnaldo Faria de Sá
Benedita da Silva
Luiz Soyer
Sotero Cunha

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysis Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle

– PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christovam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délío Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edvaldo Motta – PMDB; Edmílson Tavares – PFL; Edmílson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro –

PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Fírmio de Castro – PMDB; Flávio Palmieri da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – ; Ivo Cersóimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Pallarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL Jesus Tajra – PFL Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Viana – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egrela – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genólio – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mauricio – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses – PMDB; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL Manoel Castro – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Mauricio Nasser – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabra – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Correa – PFL Osmar Leitão – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achão – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Wemeck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Telmo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Vasco Alves – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélia – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

I – ABERTURA DE SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento de 406 Senhores constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, 1º Secretário, procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

O Projeto de Constituição (A), da Comissão de Sistematização, será publicado em suplemento.

OFÍCIOS

Do Sr. Euclides Scalco, nos seguintes termos:

Ofício nº 259/87

Brasília, 13 de novembro de 1987.

Senhor Presidente:

Em virtude de meu afastamento como membro suplente da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, indico, na qualidade de Líder em exercido, para minha substituição o Senador Mário Covas.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, Deputado **Euclides Scalco**, líder em Exercício do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Do Sr. Líder do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 310/87-PFL

Brasília, 13 de novembro de 1987.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o nome do Senhor Deputado Paes Landim, para Vice-Líder do Partido da Frente Liberal na Assembléia Nacional Constituinte.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

Do Sr. Constituinte Mário Covas, nos seguintes termos:

Ofício nº 260/87

Brasília, 14 de novembro de 1987.

Senhor Presidente:

Em virtude do pedido de renúncia do Deputado Osvaldo Lima Filho, indico para o seu lugar de membro titular da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, o Deputado Maurílio Ferreira Lima.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e cordial apreço. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Ofício nº 264/87

Brasília, 16 de novembro de 1987.

Senhor Presidente:

Em virtude do pedido de afastamento do Deputado Manuel Viana, indico para o lugar que o referido Constituinte ocupa como membro suplente da Comissão de Sistematização, o Deputado José Dutra.

Sem outro particular, reitero a Vossa Excelência votos de estima e consideração. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

Do Sr. Líder do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 311/87/PFL

Brasília, 16 de novembro de 1987.

Senhor Presidente:

Achando-se o Senador Marcondes Gadelha ausente desta Capital, comunico a Vossa Excelência que, durante o seu impedimento, passa o Deputado Enoc Vieira a substituí-lo, como membro efetivo, na Comissão de Sistematização.

Em consequência, passa o Deputado Simão Sessim a substituir, como membro suplente, o Deputado Enoc Vieira, na referida Comissão.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e distinta consideração. – Deputado José Lourenço, Líder do PFL

Do Sr. Líder do PDT, nos seguintes termos:

Ofício nº 195/87

Brasília, de novembro de 1987

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, indico a V. Ex.^a o Constituinte Vivaldo Barbosa para substituir o Constituinte Brandão Monteiro, como membro efetivo da Comissão de Sistematização no dia 17-11-87.

No ensejo, renovo a V. Ex.^a protestos de consideração e apreço. Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Ofício nº 196/87

Brasília, 11 de novembro de 1987

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a V. Ex.^a o Constituinte José Fernandes para substituir o Constituinte Bocayuva Cunha, como membro Suplente da Comissão de Sistematização no dia 17-11-87.

No ensejo, renovo a V. Ex.^a protestos de consideração e apreço. Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Ofício nº 197/87

Brasília, 16 de novembro de 1987

Senhor Presidente

Informo a V. Ex.^a que o Constituinte Vivaldo Barbosa responderá pela Liderança do Partido Democrático Trabalhista, na Comissão de Sistematização, dia 17 e 18 do corrente.

No ensejo, renovo a V. Ex.^a protestos de consideração e apreço. Deputado **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Ofício nº 199/87

Brasília, 16 de novembro de 1987

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, indico a V. Ex.^a o Senhor Constituinte José Fernandes para fazer parte do corpo de Vice-Líderes de nosso Partido, em substituição ao Constituinte Airton Cordeiro.

Na oportunidade, renovo a V. Ex.^a protestos de consideração e apreço. Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Ofício nº 200/87

Brasília, 17 de novembro de 1987

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Floriceno Paixão para substituir o Constituinte Luís Salomão, como membro Suplente da Comissão de Sistematização.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Ofício nº 201/87

Brasília, 17 de novembro de 1987

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Luiz Salomão para substituir o Constituinte Brandão Monteiro, como membro efetivo da Comissão de Sistematização, no dia 17-11-87.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Ofício nº 202/87

Brasília, 17 de novembro de 1987

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Amaury Müller para substituir o Constituinte Lysâneas Maciel, como membro efetivo da Comissão de Sistematização, dia 18-11-87.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

Ofício nº 203/87

Brasília, 17 de novembro de 1987

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Constituinte Adhemar de Barros Filho para substituir o Constituinte Brandão Monteiro, como membro efetivo da Comissão de Sistematização, dia 18-11-87.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Brandão Monteiro**, Líder do PDT.

COMUNICAÇÕES

Líder do Partido Democrático Trabalhista – PDT, nos seguintes termos:

Brasília, 14 de Novembro de 1987

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, informo a V. Ex.^a que o Constituinte Luiz Salomão volta a exercer suas funções como suplente desta Comissão de Sistematização. Dep. **Brandão Monteiro**.

Do Sr. Constituinte Oswaldo Lima Filho, nos seguintes termos:

Brasília, 14 de novembro de 1987

Prezado companheiro Senador Mário Covas.

A Bancada do PMDB de Pernambuco decidiu, em virtude da posição do Senhor Presidente da República, que votará pela fixação do atual mandato presidencial em quatro anos.

Como tenho posição pública em favor do prazo de mandato de cinco anos como decorrência da instituição do regime parlamentar de governo, julgo do meu dever renunciar ao cargo de membro da Comissão de Sistematização, para permitir à Bancada pernambucana expressar o seu voto.

Aproveito o ensejo para agradecer ao ilustre Líder a honra, que me conferiu ao designar-me Relator da Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária e, por consequência, de participar dos históricos trabalhos da Comissão de Sistematização.

Permita-me sugerir a indicação do Deputado Maurílio Ferreira Lima para a vaga.

Cordialmente, Oswaldo Lima Filho.

Do Sr. Constituinte, Mauro Borges, nos seguintes termos:

Brasília, 15 de novembro de 1987

Sr. Presidente, da Comissão de Sistematização.

Na condição de Líder do Partido Democrata Cristão – PDC. Na Constituinte indico o Constituinte Roberto Balestra como suplente para participar nas sessões pertinentes às disposições transitórias. **Mauro Borges Teixeira**, Constituinte – Líder do PDC na ANC.

Do Sr. Líder do PDC, nos seguintes termos:

Sr. Presidente

Na forma regimental, requeiro a substituição do Constituinte Roberto Balestra, como Suplente do PDC nesta Comissão, pelo Constituinte Sotero Cunha durante o dia de amanhã, dia 17/11.

Sala das Reuniões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Siqueira Campos**, Vice-Líder do PDC.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
Nº 108, de 1987 – ANC**

(Constituinte Victor Faccioni)

Solicita informações ao Poder Executivo sobre o acidente ocorrido em Goiânia e demais aparelhos radioativos existentes no País.

Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Dr. Ulysses Guimarães

Nos termos do art. 62, inciso IV, e § 5º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro a V. Ex.^a se digne de determinar o encaminhamento do presente Requerimento de Informações ao Senhor Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, para que o ilustre Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear preste esclarecimentos acerca dos seguintes quesitos:

I – qual a real extensão do acidente ocorrido em Goiânia com o equipamento médico contendo Césio-137, suas consequências e se já foi devidamente apurada a responsabilidade pelo mesmo?

II – a quem cabe o controle pela compra, transporte e manuseio de equipamentos radioativos no País?

III – qual o número exato de aparelhos radioativos existentes no País, em funcionamento e desativados? Qual a sua localização, que medidas de segurança são exigidas para a sua instalação e utilização e a quem compete a fiscalização da aplicação dessas medidas?

IV – qual o entrosamento e participação dos órgãos de saúde pública no sistema de registro e controle de equipamento radioativo?

V – quais as providências tomadas pelo Governo para evitar a ocorrência de outros acidentes dessa natureza?

VI – que será feito do lixo atômico, na hipótese de haver recusa por parte dos Governadores em permitir a entrada desse material no território de seus respectivos Estados?

Justificação

A Nação, perplexa, tomou conhecimento, através da imprensa, do acidente ocorrido em Goiânia, envolvendo um equipamento médico contendo Césio-137, abandonado irresponsavelmente, sem respeitar as normas mínimas de segurança que devem envolver qualquer material radioativo, pondo em risco a vida de milhares de pessoas.

A preocupação de todo o povo brasileiro agrava-se ainda mais, quando a própria Comissão Nacional de Energia Nuclear informa que esse aci-

dente é o maior já ocorrido no mundo, superando até mesmo o de Chernobyl.

Ora, como podemos pretender desenvolver a energia nuclear no Brasil, sem sequer dispor de controle de aparelhos que utilizam material radioativo, ou de pessoal especializado para fazer em face às emergências como a de Goiânia?

Não se pode ignorar que a cidade ficou exposta à radioatividade durante dezesseis dias, em que nenhuma autoridade tomasse conhecimento do fato.

As informações são precárias sobre o acidente e pouco sabemos sobre os riscos a que estamos expostos pela manipulação irresponsável e inadequada do material nuclear e pela negligência em sua fiscalização.

Sem dúvida, o Brasil tem o direito de desenvolver processos de obtenção de energia nuclear, mas é inconcebível que se lance nessa tarefa, relegando a segundo plano questões de segurança, de medicina nuclear, sistema de controle, de prevenção e de tratamento relacionadas a efeitos de contaminação por radioatividade.

O problema é seríssimo e precisa sensibilizar as autoridades responsáveis pelo setor.

Nós, como representantes do povo, temos o direito de ser informados sobre quais as reais consequências do acidente em Goiânia, que já ultrapassou os limites territoriais do Estado de Goiás, uma vez que material radioativo foi localizado em São Paulo, e acerca das providências tomadas pelas autoridades para evitar que outras ocorrências como esse se verifiquem no futuro.

A bem da verdade e em prol da segurança de todo o povo brasileiro, esperamos uma pronta resposta do Presidente da CNEM às questões por nós propostas.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1987.

Constituinte Victor Faccioni.

PARECER DA MESA

Dr. Saturnino Braga, informações sobre a instalação, pela Rede Globo de Televisão, no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, de antenas especiais para transmissão exclusiva, via satélite, de sinais codificados do sistema de TV a cabo, sem autorização legal e sem alvará de construção.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 1987. – Constituinte **Brandão Monteiro**.

Justificação

Os jornais noticiam que a Rede Globo de Televisão, sem autorização legal e sem alvará de construção, estaria instalando no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, antenas especiais para transmissão, via satélite, de sinais codificados de TV a cabo.

A denúncia, formulada inicialmente pela Associação dos Empregados da EMBRATEL, assegura que desde 1979, durante a gestão do ex-Ministro Haroldo Corrêa de Matos, a **TV Globo** vem pressionando o Governo para conseguir autorização de instalar o sistema de TV a cabo no Brasil, sem que a questão tenha sido decidida pelo Congresso Nacional.

A construção das antenas, sem autorização legal, e sem alvará de construção, demonstra que a **TV Globo** se julga uma instituição acima da lei.

Por este motivo, torna-se imperativo que as autoridades mencionadas no requerimento, o Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações e o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Rio de Janeiro prestem as necessárias informações à Assembléia Nacional Constituinte, esclarecendo, inclusive, porque não foram aplicadas as multas e a interdição das obras construídas ilegalmente.

São esses os fundamentos do presente requerimento.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 1987. – Constituinte **Brandão Monteiro**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Victor Faccioni ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre o acidente ocorrido em Goiânia e demais aparelhos radioativos existentes no País.

Brasília, 12 de novembro de 1987.

Paulo Afonso Martins de Oliveira, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
Nº 109/87 – ANC**

(Constituinte Brandão Monteiro)

Solicita informações ao Poder Executivo sobre a instalação pela Rede Globo, de antenas especiais para transmissão de TV a cabo.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 26, letra f, da Resolução nº 1, de 1987, sejam requisitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, Dr. Antonio Carlos Magalhães e ao Senhor Prefeito do Estado do Rio de Janeiro,

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 26, letra f, da Resolução nº 1, de 1987, sejam requisitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, Dr. Antonio Carlos Magalhães, informações sobre a quebra do monopólio

estatal das telecomunicações, com a assinatura de contrato entre a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (Embratel) e a empresa privada Victori Comunicações Ltda, do Senhor Roberto Marinho e do Senhor Amador Aguiar, tendo por objeto a difusão de dados por intermédio do Satélite Brasilsat, especialmente:

1 – íntegra dos contratos celebrados entre a Embratel e a Victori Comunicações Ltda;

2 – íntegra dos pareceres técnicos e jurídicos e relatórios e estudos sobre os contratos.

Sala das Sessões. 21 de outubro de 1987. – Constituinte **Brandão Monteiro**.

Justificação

Rádio, televisão, jornal e agora banco de dados – fecha-se o ciclo monopolístico da comunicação do Brasil.

Com a participação do setor financeiro privado, representado pelo Bradesco, o Grupo Roberto Marinho conseguiu quebrar o monopólio estatal das telecomunicações, assegurado pela Lei nº 4.117, de agosto de 1962, e a lei de reserva de mercado na área da informática.

Com este golpe de mestre, o **Sistema Globo**, através de uma de suas subsidiárias ou coligadas, a Victori Comunicações Ltda, criou as condições para o fortalecimento desse "governo paralelo", que domina as comunicações no Brasil.

Quem tem a informação, tem o poder – diz o velho aforismo **O Sistema Globo**, que acaba de monopolizar todo o ciclo da informação no Brasil, torna-se assim, um superpoder na sociedade, e, em consequência, uma real e concreta ameaça a nossas instituições democráticas.

Todos os debates já realizados no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte deram ênfase à imperiosa necessidade de se democratizar as comunicações no Brasil, como fórmula de fortalecer as instituições republicanas.

O Substitutivo nº 2 do Senhor Relator, refletindo reiteradas decisões dos constituintes na Subcomissão e na Comissão Temática, veda expressamente o monopólio ou oligopólio privado na área de comunicação.

A atual Constituição já proíbe toda e qualquer forma de monopólio, erigindo como dever do Estado a repressão ao abuso do poder econômico. Mais perigoso para o País e para a democracia é o monopólio privado das Comunicações.

O **Sistema Globo** de Comunicações, que cresceu à sombra e com os favores do autoritarismo, a ponto de se transformar num dos maiores grupos econômicos privados, consegue agora arrebentar com o monopólio estatal das telecomunicações, fortalecendo o monopólio privado que já exerce de fato sobre as comunicações no Brasil.

Ainda que o Substitutivo nº 2 preveja o regime de concessão ou permissão para os serviços de transmissão de dados, o artigo 196 prevê um regime especial de contrato sujeito sempre à concorrência pública.

Na antevéspera da aprovação da futura Constituição, o Senhor Ministro das Comunicações autoriza a celebração, às escondidas da opinião pública, de um contrato, com duração de cinco anos, e que poderá ser prorrogado mediante simples "troca de correspondência entre as partes contratantes".

Ainda que os contratos obedecessem as leis em vigor, o que não é o caso, sua celebração, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, significa, no mínimo, uma afronta à soberania da Assembléia.

As cláusulas desses contratos, divulgadas por alguns jornais, demonstram sua flagrante ilegalidade, não só pela quebra do monopólio estatal das telecomunicações, como também, pela faculdade outorgada à concessionária de estipular livremente o valor das tarifas pelos serviços prestados.

Mais uma vez as empresas estatais se tornam mero instrumento para o enriquecimento de poderosos grupos privados. Com o dinheiro dos contribuintes o Estado faz os grandes investimentos, como é o caso do Satélite Brasilsat.

A exploração desses serviços é concedida a poderosos grupos privados, que têm ligações com o Governo.

As empresas estatais todos os ônus, todas as despesas, todos os investimentos, aos monopólios privados, como o **Sistema Globo**, todas as vantagens e todos os lucros.

Com a assinatura desse contrato ilegal e lesivo aos interesses públicos, que facilita a Victori Comunicações a prestação de serviços hoje executados com notável eficiência pela Embratel, perde a empresa estatal importantes e rentáveis segmentos do mercado, tais como os serviços prestados aos bancos e às indústrias, reduzindo as receitas da Embratel, cuja atividade se limitará de agora para frente, aos serviços de interiorização das telecomunicações, que é óbvio não dá lucro.

Perde assim a Embratel fontes importantes de sua receita e daqui a pouco, se tomará deficitária.

Sindicatos de Trabalhadores em Telecomunicações, Sindicatos de Engenheiros do Rio, Conselhos Regionais de Arquitetura e Engenharia, já se manifestaram contra a entrega à iniciativa privada, da prestação de serviços de telecomunicações, pois o Governo mantém o satélite no ar com recursos do contribuinte e entrega ao **Sistema Globo** a exploração rentável de seus serviços, possibilitando ainda o ilegal monopólio da informação no Brasil.

A decisão do Senhor Ministro das Comunicações de privatizar as telecomunicações no Brasil, no momento em que a Assembléia Nacional discute a questão do monopólio estatal e o regime constitucional das empresas concessionárias do serviço público, configura uma verdadeira afronta e agressão à Assembléia Nacional Constituinte.

O contrato, ilegal e lesivo aos interesses públicos, constitui mais um favorecimento ao **Sistema Globo de Telecomunicações** praticado pelas autoridades do Ministério das Comunicações, confirmado as reiteradas denúncias da existência de um complexo industrial governamental, que ameaça as instituições e a economia do País.

A Assembléia Nacional Constituinte tem o direito de receber amplas e detalhadas informações sobre esse estranho contrato.

São essas as razões e justificações para o presente requerimento.

Sala das Sessões, de 1987.
– Constituinte **Brandão Monteiro**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Eduardo Jorge ao Gabinete Civil da Presidência

to de informação formulado pelo Constituinte Brandão Monteiro ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre contratos celebrados entre a Embratel e a Empresa Victori Comunicação Ltda.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 111, de 1987 – ANC

(Constituinte Eduardo Jorge)

A Sua Excelência o Senhor Deputado Ulysses Guimarães DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Solicita ao Poder Executivo informações sobre o programa de distribuição de leite à população de baixa renda.

Senhor Presidente,

De acordo com o dispositivo no art. 62, § 5º, da Resolução nº 2 de 24 de março de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro a V. Ex.^a que encaminhe este Requerimento de Informações à Secretaria de Ação Comunitária da Presidência da República.

É sabido que, com o aumento constante do custo de vida e com a alta taxa de desemprego tem crescido o interesse sobre os **tickets** de leite distribuídos gratuitamente à população de baixa renda. Diariamente, inúmeras pessoas e/ou instituições sobre os mesmos.

São informações elementares tais como:

– Quais as exigências legais para credenciamento de entidades?

– Quais as exigências para a inscrição das pessoas no programa?

– Qual a entidade credenciada mais próxima da residência do solicitante e etc.

As informações, mesmo as mais elementares, deixam de ser fornecidas porque o desconhecimento sobre o assunto é quase que total. Atendida nossa solicitação, a mesma será encaminhada à Câmara Municipal de Santo André – SP, de onde partiu a solicitação para este requerimento.

Perguntas:

1 – Quais as entidades credenciadas para receber **tickets** de leite para distribuição à população de baixa renda e respectivos endereços no município de Santo André – SP?

2 – Qual a quantidade de **tickets** por entidade e qual o critério utilizado para definir essa quantidade?

3 – Quais os critérios utilizados para a inscrição do usuário?

4 – De que forma é verificado o cumprimento das exigências para essa inscrição?

5 – Quais as formas de fiscalização durante todo o processo de distribuição dos **tickets**?

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1987. **Constituinte Eduardo Jorge**, PT – SP.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Eduardo Jorge ao Gabinete Civil da Presidência

da República, sobre o programa de distribuição de leite à população de baixa renda.

Brasília, 12 de novembro de 1987. –
Paulo Affonso Martins de Oliveira, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 112 de 1987 – ANC

(Constituinte Eduardo Jorge)

À Sua Excelência o Senhor
 Deputado Ulysses Guimarães
 D.D. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Solicita ao Poder Executivo Informações sobre os recursos do FAS.

Senhor Presidente,

De acordo com o disposto no art. 62, § 5º da Resolução nº 2, de 24 de março de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro a V. Ex.^a que encaminhe este Requerimento de Informações à Secretaria de Ação Comunitária da Presidência da República.

Solicitamos informações sobre destinação dos recursos do FAS ano a ano desde que foi estabelecido este Fundo.

A discriminação deve ser por função (por exemplo: saúde, educação, saneamento, militares, etc.) e por tipo de instituição que recebe os recursos (por exemplo: públicas federais, estaduais, municipais, ou organismos privados lucrativos ou sem fins lucrativos, etc.)

Justificação

Subsídia debate no Congresso Constituinte.

Sala de Sessões, 16 de setembro de 1987. – Constituinte **Eduardo Jorge**, PT – SP.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 113, de 1987 – ANC

(Constituinte Aureo Mello)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre a ação do Conselho Administrativo da Defesa Econômica relativamente à atuação da COMBRASCAN.

Requeiro, na forma do item 5º do art 62 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, sejam solicitadas, ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, as seguintes informações:

1º – se o Conselho Administrativo da defesa Econômica, que vela, no Brasil, pelo restabelecimento da concorrência perfeita, nos termos da lei que se inspirou na legislação antitruste norte-americana, tem acompanhado a atuação da COMBRASCAN, subsidiária da Brascan Imobiliária, que por sua vez é subsidiária da Brascan Holding vinculada à Brascan Limited, sediadas em Toronto, que nada mais é do que a antiga "Ligh";

2º) – se tomou conhecimento do contrato realizado por essa multinacional pelo qual comprou o Shopping Center Rio Sul, em dezembro de 1983, quando o mesmo pertencia à Imobiliária Capri S/A Comércio e Indústria, a quem, pelo contrato, foi atribuída uma participação nas receitas do Shopping Center até o ano de 2003;

3º) – se as autoridades financeiras governamentais tomaram conhecimento de que o con-

trato está dolosamente interpretado, em prejuízo da Capri S/A Comércio e Indústria, desde que assumiu a Presidência da Brascan Imobiliária o canadense Jacky Delmar;

4º) – se o Governo está informado de que a Empresa Brascan Administração tem filiais em todo o país, explorando cassiterita, diamantes, ouro e outros minérios em diversas minas e além disso, transaciona com imóveis, hotéis e é proprietária da Ticket Restaurantes, além de possuir uma subsidiária distribuidora de valores, negociando, ainda, com gado e sendo proprietária de fazendas em diversos Estados;

5º) – se essa concentração horizontal e vertical do poder econômico, por subsidiárias brasileiras de uma empresa multinacional, não configura forma de abuso do poder econômico, ademais quando a aquisição de acervo de empresas e acumulação de gerência administrativa, como acontece com o canadense, Jacky Delmar, atentam contra o art 2º, alíneas b, c e e, da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962;

6º) – se o CADE, na forma do art 17 alínea "a" da Lei nº 4.137/62, já tomou conhecimento da ação em curso na 10ª Vara Cível do Rio de Janeiro, que a Empreendimentos Mobiliários Capri S/A Comércio e Indústria move contra a Combrascan Shopping Center S/A, cuja réplica à contestação da autora foi ajuizada a 21 de agosto deste ano?

Justificação

Cremos que, se os ilustres conselheiros do CADE tiverem conhecimento da origem da ação citada no item 6º de nosso requerimento, encontrarão fundamento para chamar a contas a Combrascan Shopping Center, por abuso do poder econômico que vem cometendo contra a Empreendimentos Imobiliários Capri S/A Comércio e Indústria, num procedimento leonino, configurado a partir da instituição do Cruzado I que, interpretado sibilinamente, conduziu à redução de débitos contratuais, amplamente contestada em petição inicial da empresa prejudicada.

Alega a Capri que a COMBRASCAN descumprindo a norma contratual quanto à venda do Shopping Center Rio-Sul pela primeira, baseada em cavilosa interpretação, se apoderou, no curto prazo de seis meses, de mais de dois bilhões e oitocentos mil cruzados da receita daquela empresa destinada à denunciante.

Assim procedendo, confiava, de um lado, na lentidão da justiça e, de outro, na falta de vigilância dos órgãos competentes, como é o caso do CADE, esmagando uma pequena empresa de capital genuinamente nacional.

Repetem-se os procedimentos tentaculares do famoso "polvo canadense", mas nós confiamos em que o Governo tomará providências para punir o comprovado abuso do poder econômico por uma poderosa multinacional.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 1987. – Senador **Aureo Mello**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Áureo Mello ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a ação do Conselho Administrativo

da Defesa Econômica relativamente à atuação da COMBRASCAN.

Brasília, 12 de novembro de 1987. –
Paulo Alfonso Martins de Oliveira, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 114, de 1987

(Constituinte Paulo Delgado)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre a liberação de recursos para a Hidrosistemas de Engenharia de Recursos Hídricos.

A Sua Excelência o Senhor
 Constituinte Ulysses Guimarães
 DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas pela Presidência da República todas as informações pertinentes aos procedimentos efetuados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República para a liberação de crédito de Cz\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de cruzados), a fundo perdido, à empresa mineira Hidrosistemas de Engenharia de Recursos Hídricos para execução de obras, conforme notícia o jornal **O Globo**, datado de hoje. A referida empresa é propriedade do engenheiro Sérgio Menin Teixeira de Souza, parente do Ministro Aníbal Teixeira de Souza.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 1987. – Constituinte **Paulo Delgado**, PT/MG.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Paulo Delgado ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a liberação de recursos para a Hidrosistemas de Engenharia de Recursos Hídricos.

Brasília, 12 de novembro de 1987. –
Paulo Afonso Martins de Oliveira, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 115/87 – ANC

(Constituinte Gerson Peres)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre os recursos despendidos no Programa Nuclear Paralelo.

Sr. Presidente:

Nos termos do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu § 5º, da Resolução nº 7, de 1987, requeiro a Vossa Excelência solicitar ao Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

INFORMAÇÕES OFICIAIS

Que esclareçam à Assembléia Nacional Constituinte quais foram os montantes despendidos até agora com o chamado "Programa Nuclear Paralelo" e quais foram as origens de tais recursos.

De acordo com normas constitucionais vigentes, exigindo a prévia autorização orçamentária para o empenho de gastos públicos, como foi possível desenvolver-se o programa "paralelo" sem que as verbas despendidas tenham sido de-

tectadas pelo Tribunal de Contas da União? Poderiam os dispêndios estarem sendo "camouflados", contabilizados em rubricas de denominação diferente?

O objetivo do presente requerimento é obter esclarecimentos que possam demonstrar à opinião pública o real conceito da transparência da Administração Pública. Por que razão, além do Programa Nuclear Oficial, sob a supervisão do Ministério das Minas e Energia, a Presidência da República faz investimentos espúrios num programa "paralelo"?

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1987. – Constituinte **Gerson Peres**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Gerson Peres ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre os recursos despendidos no Programa Nuclear Paralelo.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Afonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 116, de 1987 – ANC

(Constituinte Amaral Netto)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre trabalho do Serviço Nacional de Informações – SNI, relacionado com a atuação dos Ministros.

Na forma do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu § 5º, da Resolução nº 2, de 1987, requeiro a Vossa Excelência solicitar ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República informações oficiais que esclareçam ao requerente e à Assembléia Nacional Constituinte se, realmente, existe, em poder da Casa Civil da Presidência da República, uma avaliação feita pelo Serviço Nacional de Informações – SNI, considerando a maioria dos Ministros civis preguiçosos, desobedientes, indisciplinados e sem apoio político, conforme afirmação feita pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em edição de hoje.

A existência de tal relatório, no entendimento do requerente, faz com que se chegue a uma única conclusão: os Ministros que trabalham devem demitir-se, pois não é justo que só eles o façam. Os que não trabalham devem ser demitidos.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 1987. – Constituinte **Amaral Netto**, Líder do PDS.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Amaral Netto, sobre trabalho do Serviço Nacional de Informações – SNI, relacionado com a atuação dos Ministros.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Afonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 117, de 1987 – ANC

(Constituinte Roberto Jefferson)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre concursos realizados pela Procuradoria Geral da República.

Roberto Jefferson, Deputado Federal Constituinte, Vice-Líder do PTB, vem, com fundamento no art. 62, parágrafo 5º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requerer seja solicitada a S. Ex.^a, o Procurador-Geral da República, informação sobre os candidatos a cargos de Procurador da República, declinados os nomes e respectivas categorias profissionais, que tenham sido reprovados nos concursos realizados pela Procuradoria Geral da República.

A informação solicitada tem por fim possibilitar juízo político sobre a criação da Procuradoria Geral da União (arts. 175 e 176 do Substitutivo do Relator) e absorção por ela dos órgãos consultivos e judiciais da União atualmente existentes (art. 13, parágrafo 5º das Disposições Transitórias).

Sala das Sessões, 28 de agosto de 1987. – Constituinte **Roberto Jefferson**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Roberto Jefferson, sobre concursos realizados pela Procuradoria Geral da República.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Afonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 118, de 1987 – ANC

(Constituinte Antonio Salim Curiati)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre o patrocínio da 1ª Jornada do Comitê das Nações Unidas do Brasil Contra a Discriminação à Mulher.

Exmº Sr Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Nos termos do art. 127, item II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art. 62, § 5º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, solicito a V. Ex^a seja encaminhado ao Ministério da Cultura o presente Requerimento de Informações acerca do patrocínio prestado pelo Ministério da Cultura à 1ª Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil Contra a Discriminação à Mulher, realizado em São Paulo e Brasília entre os dias 30 de agosto e 3 de setembro do corrente ano.

Deve-se nosso interesse ao fato de que os assuntos ventilados no referido evento nem de longe se referem a temas culturais, merecedores do empenho, do prestígio e dos recursos do Ministério da Cultura. Aceitamos o fato de que a Pasta da Cultura se interesse pelo tema da condição feminina, da igualdade de direitos, da equalização das oportunidades entre homem e mulher, mas parece-nos que se algum Ministério devesse destinar

recursos financeiros a tal evento, seria este o da Justiça, a quem se subordina, salvo engano, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Preocupa-nos, como fulcro deste requerimento, a adequação dos gastos governamentais, sua oportunidade e o retorno previsto, ainda que em termos não estritamente financeiros. Segundo entendemos, o Governo deve saber gastar, para que se atinja a necessária otimização dos recursos empregados. Enquanto montarão tais recursos em que e a quem foram aplicados?

No momento em que se questiona o endividamento do setor público, mais ainda se deve atentar para esse aspecto.

Diante do exposto, requeremos a V. Ex.^a o encaminhamento do presente pedido de informações, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, de setembro de 1987. – **Antonio Salim Curiati**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Antonio Salim Curiati, sobre o patrocínio da 1ª Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil Contra a Discriminação à Mulher.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Afonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 119, de 1987

(Constituinte Virgílio Guimarães)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre a não realização de reunião do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana em Conceição do Araguaia.

Ontem, 2-9-87, seria realizado em Conceição do Araguaia, sul do Pará, uma reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, sob a presidência do Ministro Paulo Brossard. Dentre outros convidados à reunião faziam parte da comitiva três deputados e um senador constituinte: o abaixo assinado Virgílio Guimarães, do PT de Minas Gerais; Ademir Andrade, do PMDB, e Asdrubal Bentes, deputado pelo PMDB do Pará, e o senador Virgílio Távora, do PDS do Ceará, além do deputado estadual Waldir Ganzer, do PT do Pará.

Lamentavelmente, a reunião não aconteceu.

Chegando ao local, com mais de seis horas de atraso, devido a problemas técnicos de vôo, o referido Ministro retirou-se abruptamente do recinto, sem maiores explicações, partindo imediatamente para Brasília. Segundo informações de sua assessoria o Ministro "não teria sentido condições de segurança para ali permanecer" devido a presença de cerca de 1.000 populares que lá estavam gritando palavras de ordem como "Reforma Agrária Já" e "Justiça, justiça".

Entretanto, as pessoas ali presentes eram exatamente aquelas previstas para ali estarem. Todo o evento fora cuidadosamente organizado pelo próprio corpo de funcionários do CDDPH, que permanecera na cidade por cerca de uma sema-

na. O uso da palavra na reunião estava devidamente prevista, contando para isso com a concordância de todos os organizadores.

Inclusive as palavras de ordem e bandeiras ostentadas pelos trabalhadores eram vistas com absoluta normalidade pela assessoria ministerial que não havia levantado qualquer objeção a isso. A grande maioria dos presentes eram trabalhadores rurais que haviam viajado de longe, onerando os seus já poucos recursos. Estavam todo o dia sem se alimentar. Queriam apenas ser ouvidos. Queriam apenas levar ao CDDPH as graves denúncias de violência contra eles praticadas em toda a região; seu comportamento era absolutamente pacífico, além de tudo, estavam cercados por um forte esquema de policiamento ostensivo. Apesar de tudo isso, o Ministro se retirou sem dar qualquer satisfação. Foi uma atitude afrontosa, não apenas aos trabalhadores presentes, mas ao próprio CDDPH e à Assembléia Nacional Constituinte, ali representada por quatro de seus membros. Mas foi uma atitude afrontosa, acima de tudo, a todo povo brasileiro que ficou sem resposta para os graves problemas que ali seriam tratados: espancamentos, prisões, torturas e assassinatos de trabalhadores rurais bem como a cumplicidade da justiça local para com isso. Ali, a reforma agrária é um sonho nunca alcançado, e a impunidade de policiais, pistoleiros, grileiros e latifundiários é a regra geral.

Mas o Ministro desrespeitou tudo isso, o Ministro se recusou a cumprir as suas funções. O Ministro se acimplicou ao estado de coisas vigente.

Em vista disso, requeiro que esta Assembléia Nacional Constituinte:

a) Encaminhe ao Sr. Presidente da República os protestos formais da Assembléia Nacional Constituinte pela atitude do Ministro Paulo Brossard.

b) Peça ao Ministério da Justiça informação sobre os custos da frustrada reunião, deslocamento de dois aviões de Brasília, estada de assessores e segurança, banquete (não consumido, mas encomendado), despesas gerais etc.

c) Solicite do CDDPH informação sobre as denúncias que seriam tratadas na frustrada reunião e qual serão as providências em face do acontecido.

Informamos, outrossim, que da tribuna dessa Assembléia Nacional Constituinte unimos nossa voz aos trabalhadores rurais do sul do Pará, que exigem a imediata demissão do Ministro Paulo Brossard.

Brasília, 3 de setembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal PT/MG.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Virgílio Guimarães ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a não realização de reunião do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana em Conceição do Araguaia.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 120, de 1987 – ANC

(Constituinte Eduardo Jorge)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre seguro social, prestação de assistência à saúde, posicionamento do Ministério da Previdência e Assistência Social sobre achatamento salarial, aposentadoria por tempo de serviço.

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e constitucionais, sejam prestadas pela Presidência da República as seguintes informações:

a) quais as ações do Ministério da Previdência Social no sentido de se efetivar o controle popular e sindical sobre as gestões da Seguridade Social;

b) qual o teor dos convênios e das verbas repassadas entre a União e Estados para prestação de assistência à saúde;

c) quais as ações do Ministério para a cobrança dos devedores? Por Exemplo: como está a situação atual daquelas empresas que em 1984 deviam: Cz\$ 370 milhões = 40 maiores devedores estatais; Cz\$ 350 milhões = 20 maiores devedores privados – dos Cz\$ 25 bilhões gastos na administração do MPAS em 1986, o Governo Federal só entrou com Cz\$ 12 bilhões;

d) como estão sendo encaminhadas as reivindicações dos servidores do MPAS? Qual a possibilidade de uma solução emergencial para o problema do achatamento salarial?

e) na questão da "estadualização":
– por que não estão sendo previstos nos convênios instrumentos de controle popular?

– por que não estão sendo previstos nos convênios instrumentos que impeçam Estados e Municípios de desviam os recursos federais da função saúde ou de diminuir suas próprias verbas orçamentárias em saúde?

f) qual a evolução das negociações a respeito do novo tipo de contrato com hospitais privados?

g) qual o posicionamento do MPAS sobre:
– aposentadoria por tempo de serviço;

– recomposição das aposentadorias arrochadas;
– uso exclusivo da folha de salário como base das contribuições para a Seguridade Social.

h) quais os mecanismos que o MPAS está desenvolvendo para evitar que a universalização da assistência à saúde com recursos do MPAS sirva de base a uma maior medicalização da sociedade com a incorporação acrítica de equipamentos e medicamentos impostos pelas multinacionais?

Sala das Sessões – Brasília, 31 de agosto de 1987 – Deputado **Vitor Buaiz** – Deputado **Eduardo Jorge**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Eduardo Jorge ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre seguro social, prestação de assistência à saúde, posicionamento do Ministério da Previdência e Assistência Social sobre achatamento salarial, aposentadoria por tempo de serviço.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 121, de 1987 – ANC

(Constituinte Paulo Delgado)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre o "Plano de Desmobilização de Imóveis" do Ministério da Previdência e Assistência Social e aquisição de apartamentos funcionais.

Senhor Presidente

Em virtude da transferência das autarquias do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SNPAS, para Brasília, o Ministro da Previdência, Sr. Raphael de Almeida Magalhães, implementou o "Plano de Desmobilização de Imóveis", objetivando a venda de imóveis pertencentes àquela Pasta.

Para tanto, efetuou contrato, sem licitação, com a firma Aref Imóveis Administração e Representação Ltda., para a execução do processo de avaliação dos 16.866 imóveis da Previdência.

Foi ainda efetivado contrato, sem licitação, com a firma AGB – Avaliação de Bens Gerais Ltda., que avaliou os 328 apartamentos funcionais adquiridos por esse Ministério, para acomodar funcionários com funções gratificadas do órgão, transferidos do Rio de Janeiro para Brasília.

Tais apartamentos foram adquiridos, igualmente, sem licitação, das seguintes firmas:

a) Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda. e Emosa Engenharia Melman Osório Ltda. (40 apartamentos);

b) SERSAN Sociedade de Terraplanagem, Construção Civil e Agropecuária Ltda. (196 apartamentos);

c) ENCOL 5/A Engenharia, Comércio e Indústria (92 apartamentos).

Esta operação foi autorizada pela Portaria nº 4.044, de 7 de julho de 1987, que alega, para a dispensa da licitação, o respaldo legal do Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986 (art 22, item X), "por tratar-se de bens destinados ao serviço público".

Em razão do exposto, e considerando as reiteradas declarações do Governo, no sentido de implementar medidas visando à contenção de despesas e de redução do déficit público, venho requerer a Vossa Excelência sejam prestadas, através da Presidência da República, as seguintes informações:

1º) O fundamento legal em que se baseou o Ministro para a não realização do procedimento licitatório, o custo dos contratos para a avaliação dos imóveis da Previdência Social e da avaliação dos apartamentos adquiridos em Brasília, bem como as razões da não utilização de quadros profissionais do próprio órgão, que possui engenheiros, arquitetos, peritos judiciais e outros capazes de exercer as funções de avaliadores.

2º) Os critérios utilizados na contratação de uma firma com sede em Belo Horizonte para avaliação de imóveis localizados em Brasília.

3º) O critério utilizado para a escolha das três empresas construtoras que forneceram os 328 apartamentos funcionais, em especial, a SERSAN Sociedade de Terraplanagem, de propriedade do Deputado Federal do PMDB – MG, Sérgio Naya, de quem foram adquiridos 2/3 dos imóveis em questão, numa clara afronta ao preceito constitu-

cional vigente, que proíbe expressamente a realização, por parte de deputados e senadores, de "contrato com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes", ressalva esta que não se configura no contrato em questão. Esta operação contraria também o dispositivo regimental, contido no art. 1º, § 4º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que determina que:

"Não poderá o Constituinte, desde a instalação da Assembléia Nacional Constituinte até a promulgação da Constituição, patrocinar interesses de caráter não social de grupos ou pessoas, ou interesses de empresas organizadas para exercer atividades econômicas."

4º) A razão da lata interpretação dada pelo Ministério ao inciso X do art. 22 do Decreto-Lei nº 2.300, cujo texto consolidado, em virtude das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 2.348, de 24 de julho de 1987, determina expressamente:

"É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a compra ou locação de imóvel destinado ao serviço público, cujas necessidades de instalação ou localização condicionem a sua escolha", hipótese a nosso ver não configurado no caso em questão."

Sala das Sessões, 23 de setembro de 1987. – Constituinte **Paulo Delgado**. PT – MG.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Paulo Delgado ao Gabinete Civil da Presidência da República sobre o "Plano de Desmobilização de Imóveis" do Ministério da Previdência e Assistência Social e aquisição de apartamentos funcionais.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Afonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 122, de 1987 – ANC

(Constituinte Haroldo Lima)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre notícia veiculada pelo Jornal do Brasil de 12-7-87, quanto a participação de oficial do Exército em passeata da União Democrática Ruralista

Constituinte Ulysses Guimarães

O Jornal do Brasil publica, na página 5 de sua edição do último dia 12 de julho, uma fotografia do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra participando da passeata realizada pela UDR no sábado passado, na Esplanada dos Ministérios, ilustrando uma matéria com o título "Ustra adere e pode ser punido".

Considerando que o coronel Brilhante Ustra é um oficial da ativa do Exército brasileiro e, portanto, sujeito às normas estabelecidas pelo Regulamento Disciplinar do Exército; que sua participação ostensiva na manifestação da UDR representa uma clara e inequívoca posição política de apoio àquela organização e que essa participação

implica uma transgressão das normas disciplinares do RDE, com base no inciso IV do art. 62 e seu parágrafo 5º do Regimento Interno, da Assembléia Nacional Constituinte, encaminho à Mesa da Constituinte o seguinte Requerimento de Informações para que o senhor Ministro do Exército responda oficialmente às seguintes indagações:

1 – O Ministério do Exército tinha conhecimento da participação do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra na passeata?

2 – A presença do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra na passeata foi autorizada pelos seus superiores hierárquicos?

3 – O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra participou da passeata em missão oficial do Exército brasileiro?

4 – Quais as medidas tomadas pelo Ministério do Exército em relação à esse episódio?

Brasília, 14 de julho de 1987. – **Haroldo Lima**, líder do PC do B na ANC.

Jornal do Brasil, de 12-7-87

UDR PÔE 30 MIL EM PASSEATA NAS RUAS DE BRASÍLIA

Brasília – Mais de 30 mil pessoas participaram, ontem, em Brasília da passeata organizada pela União Democrática Ruralista – UDR, para pressionar a Comissão de Sistematização da Constituinte contra avanços no projeto de reforma agrária. A marcha – a maior demonstração de força dada no Governo Sarney por segmentos do empresariado, foi liderada sem incidentes, nos seus 16 quilômetros, pelo médico Ronaldo Caiado, presidente da UDR, que teve seu nome lançado como candidato a presidente da República "Um, dois, três, 50 mil, queremos Caiado presidente do Brasil", gritavam os manifestantes, a maior parte deles, composta de peões.

A passeata começou às 9h40min e saiu do Parque da Cidade – distante oito quilômetros do Congresso – onde os ruralistas montaram acampamento. Três horas depois, a passeata já se estendia por mais de seis quilômetros, formando uma espécie de muralha humana que abraçava a larga e comprida Esplanada dos Ministérios.

Nenhum parlamentar participou da marcha ruralista. Apenas o deputado Rosa Prata (PMDB – MG) compareceu, mas, constrangido, alegou que estava só de passagem. Caiado ao contrário, era todo entusiasmo: "Estamos mostrando que temos poder de arregimentação e esperamos uma Constituição justa para colocar o País no caminho da paz", advertia, enquanto 70 cavaleiros formavam a comissão de frente da passeata.

Aplausos – A UDR trouxe para sua marcha em Brasília 250 cavalos e mais de trinta mil pessoas. "De cima eles formam uma massa compacta de um quilômetro e meio de extensão", informava, com alguma simpatia à manifestação, o coronel Lino, que chefiava um dos comandos dos seis mil soldados e oito blindadas que compunham "o dispositivo de expectativa" para proteger o Palácio do Planalto, Itamarati e ministérios militares.

Nem só o Exército foi aplaudido. A UDR também ganhou tímidos aplausos. E o pior da própria UDR. Manifestantes, em pequenos grupos, usando, inclusive, crachá, se posicionaram ao longo

do percurso da marcha para aplaudir seus participantes.

Os ruralistas caminharam quase quatro horas sob o seco calor de Brasília. Contaram com a animação do trio elétrico da Bahia Tiete Vips. Mas antes mesmo de a marcha terminar o entusiasmo foi embora. Ao chegar à Rodovia de Brasília, os manifestantes, abatidos pelo cansaço, começaram a dispersar. Os peões, em grande maioria, preferiram as atrações que o terminal de ônibus oferece. Os proprietários rurais seguiram em táxis ou em pomposas camionetes que desciam o eixo monumental em direção ao acampamento que montaram. Apesar da dispersão, Caiado cumpriu o trajeto até o final e com uma Bandeira Nacional na mão cantou o hino da UDR. Depois de cantar o refrão contra "o vermelho sectário", Caiado sentou no palanque e, como se fosse um ídolo, distribuiu autógrafos entre seus tietes.

COMISSÃO APROVA RELATÓRIO

Um acordo entre as lideranças da Constituinte possibilitou, ontem, a aprovação rápida, em votação nominal, do projeto constitucional do Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB – AM). Dos 91 Constituintes presentes, apenas 15 votaram contra. No inicio da noite os líderes de todos os partidos, à exceção do PTB, retiraram os destaques ao texto, para possibilitar a aprovação imediata do documento e seu envio ao plenário, no máximo até amanhã.

O acerto entre as lideranças vinha sendo tentado desde a noite de quinta-feira. O que a princípio parecia um sucesso, quase se perdeu totalmente na sexta-feira, quando se esboçaram resistências no PFL, PDS e PTB. Ontem, finalmente, o PDS e o PFL concordaram com o argumento, sustentado pela liderança do PMDB, de que não havia sentido na votação de destaques, para uma matéria que ainda seria totalmente reavaliada pelo plenário da Constituinte.

Pelo acordo, o projeto de Cabral segue para o plenário da Constituinte acompanhado das 223 emendas apreciadas pelo Relator, independentemente de terem sido aprovadas. A exceção, no início da noite de ontem, poderia prevalecer apenas para o destaque pedido pelo Deputado Gastone Righi (PTB – SP). Outros 14 apresentados foram indefinidos pelo Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos.

A decisão de Righi de manter os destaques de seu partido foi tomada ainda pela manhã, quando comunicou aos demais líderes sua discordância com a proposta de desconsideração das emendas, por considerá-las um precedente perigoso para a Constituinte, embora possa parecer aceitável neste momento, em que o texto ainda não foi apreciado pelo plenário. O PTB manteve em pauta um destaque para uma emenda sobre a legislação do ISS – Imposto sobre Serviço – e dois pedidos de votos em separado para os artigos 336 do sistema financeiro nacional – e 349 – de direitos e deveres quanto à saúde.

O Senador Fernando Henrique Cardoso, Relator-Adjunto de Bernardo Cabral, ainda, tentou, inutilmente, convencer os deputados resistentes ao acordo, para desistirem dos destaques.

ULYSSSES ESTUDA DEFESA NA TV

Brasília – O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, poderá re-

quisitar um horário gratuito no rádio e na televisão para esclarecer à opinião pública sobre a qualidade do trabalho efetuado até agora pela Comissão de Sistematização. Esta proposta foi feita ontem ao Presidente da Constituinte pelos líderes partidários, em função das críticas ao projeto publicadas pela imprensa e atribuídas à Deputada Sandra Cavalcanti (PFL - RJ).

As acusações da Deputada de que o Relator da Comissão, Bernardo Cabral (PMDB - AM) teria usado de "má fé" na elaboração de seu relatório, provocou protestos generalizados entre as lideranças da Constituinte. Por mais de duas horas o assunto foi discutido num encontro que reuniu 30 líderes, vice-líderes e relatores da Constituinte, com manifestações generalizadas contra a denúncia de que Cabral, em seu trabalho, havia seguido "objetivos nitidamente ideológicos". Convidada a se manifestar, Sandra Cavalcanti negou que tivesse usado tais expressões e pediu desculpas.

– Essa mulher é uma cascavel. Ela fala uma coisa na nossa frente e por trás diz o contrário à imprensa – comentou o vice-líder do PT, José Genoino, incitando os demais constituintes a levarem a Deputada a assinar um documento retirando suas críticas.

A sugestão acabaria acolhida na forma proposta pelo líder do PDC, Deputado José Maria Eymael. Optou-se pela redação de um documento de dois itens, com a negativa de autoria das acusações, assumida por Sandra Cavalcanti e com a sugestão ao Presidente da Constituinte para a requisição do horário de rádio e TV destinados aos esclarecimentos. Lido solenemente pelo Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos, o documento recebeu a assinatura de todos os líderes e de Sandra Cavalcanti. Ao final, da reunião, a Deputada evitou falar à imprensa.

USTRA ADERE E PODE SER PUNIDO

Entre os manifestantes que participaram da marcha promovida pela UDR, um não queria ser fotografado; era o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado de torturador há dois anos pela ex-deputada e atual secretária de Cultura de São Paulo Bete Mendes.

O Coronel esperou o cortejo da UDR em frente ao Congresso, de lá, aplaudia as regionais da UDR que passavam. Quando chegou a vez da UDR do Paraná, o Coronel integrou-se à passeata e andou quase dois quilômetros junto com os manifestantes. Foi fotografado em frente ao Ministério das Minas e Energia, quando estava 20 metros à frente do presidente da entidade, Ronaldo Caiado

Ustra – que era conhecido nas câmaras de tortura como Major Tibiriçá – disse que sua participação no desfile dos rufistas foi motivada pela preocupação com a saúde de um tio, ligado à UDR paranaense.

Ontem, ele anunciou sua passagem para a reserva ainda este mês. Antes disto, porém, poderá ser punido pelo regulamento disciplinar do Exército.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do Relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Ha-

roldo Lima ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre notícia veiculada pelo **Jornal do Brasil** de 12-7-87, quanto à participação de oficial do Exército em passeata da União Democrática Ruralista.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**
Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 123, de 1987 – ANC

(Constituinte Adylson Motta)

Solicita ao Poder Executivo esclarecimentos sobre o não-hasteamento da Bandeira Nacional defronte da Embaixada Brasileira em Otawa, Canadá.

Na forma do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu parágrafo 5º, da Resolução nº 2, de 1987, requeiro a Vossa Excelência sejam solicitadas ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República informações oficiais que esclareçam à Assembléia Nacional Constituinte as razões pelas quais não é hasteada, defronte à Embaixada Brasileira em Otawa, Canadá, a Bandeira Nacional.

Um grupo de brasileiros que recentemente visitou aquele País notou que, entre todas as Missões Diplomáticas por eles visitadas, somente a brasileira não tinha a Bandeira Nacional hasteada. Ao que parece, o Senhor Embaixador brasileiro, naquele País, não tomou ainda, conhecimento da obrigatoriedade contida no item VIII do art. 13, da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e apresentação dos Símbolos Nacionais.

Sala das Sessões, 24 de julho de 1987. – Constituinte **Adylson Motta**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Adylson Motta ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre o não-hasteamento da Bandeira Nacional defronte da Embaixada Brasileira em Otawa, Canadá.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 124, de 1987 – ANC

(Constituinte Amaury Müller)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre a atuação de madeireiras clandestinas e da Funai na Amazônia Legal.

Senhor Presidente,
Com fulcro no parágrafo 5º do art. 62 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, solicito a Vossa Excelência que encaminhe ao Gabinete Civil da Presidência da República o seguinte Requerimento de informações:

1 – Se procede a denúncia estampada nos jornais (recorte anexo) de que dezenas de madeireiras clandestinas estariam atuando em toda a

Amazônia Legal e promovendo o desmatamento indiscriminado da região, com a destruição de 2 a 3 milhões de hectares por ano de florestas nativas?

2 – Se igualmente é verdadeira a denúncia de que a Madeireira Bannach invadiu, no início de 1986, parte de uma área de 800 mil hectares às margens do rio Iriri (a 280 quilômetros de Altamira) e que fora interditada, em abril de 1985, pela Funai

3 – Em caso afirmativo, por que essa empresa continua atuando regularmente na região?

4 – É verdade que a Funai, via superintendências regionais e administrações de postos indígenas, estaria firmando contratos à margem da lei com madeireiras privadas, independentemente da aprovação, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), do Plano de Exploração e Manejo?

5 – Procede a acusação de que essas madeireiras particulares financiam os próprios índios, fornecendo-lhes motosserras, caminhões e tratores para a extração e transporte de madeira?

6 – Em que medida a utilização de índios para a extração e transporte de madeira fere a legislação em vigor e por que a Funai nada faz para impedir a violação da lei?

Justificação

A atuação de órgãos oficiais paralelos, que tratam de problemas correlatos, está gerando tantas e tamanhas distorções na vida administrativa do País que nem mesmo o governo federal consegue mantê-los sob controle. É o caso da denúncia (recorte anexo) formulada pelo diretor de Cadastramento e Fiscalização do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) de que dezenas de madeireiras clandestinas atuam na Amazônia Legal e promovem o criminoso desmatamento de 2 a 3 milhões de florestas nativas por ano. Essa área desertificada é comparável à superfície geográfica do Estado de Sergipe, o que permite avaliar a extrema gravidade do problema

Detalhe importante e que a Funai é acusada de conivente nessa prática predatória, sem que nenhuma providência tenha sido adotada, até agora, para apurar a denúncia e, em caso de sua comprovação, punir exemplarmente os responsáveis pela devastação de importante parcela do patrimônio comum dos brasileiros.

Segundo afirma Hélio Pereira, diretor de Cadastramento e Fiscalização do IBDF, a Madeireira Bannach invadiu, em princípios do ano passado, parte de uma área de 800 mil hectares, no município paraense de Altamira, que fora interditada, em abril de 1985, pela Funai. Ora, se essa reserva florestal está sob interdição, como se explica que a Madeireira Bannach esteja extraíndo grandes quantidades de mogno e outras madeiras nobres de forma irregular?

Só nos últimos 6 meses, o IBDF apreendeu mais de 15 mil metros cúbicos de mogno em Rondônia, Mato Grosso e Pará, criminosamente extraídos de reservas indígenas. O que fez à Funai para impedir essa prática predatória?

Mais ainda: a denúncia de Hélio Pereira envolve, de forma direta, as superintendências regionais e as administrações de postos indígenas da Funai na celebração de contratos com madeireiras privadas sem aprovação, pelo IBDF, do respectivo

plano de exploração e manejo. Como explica tamanho desrespeito à legislação em vigor?

Muito pior: o IBDF acusa as madeireiras de financiar os próprios índios, fornecendo-lhes moto-serras, caminhões e tratores para a extração e transporte de madeira. Ora, como o índio não é passível de ação penal, todo o trabalho do IBDF de repressão à criminosa destruição desse imenso e importante patrimônio nacional.

Convém salientar que as últimas grandes reservas brasileiras de mogno estão exatamente localizadas nas reservas indígenas. A exploração irregular dessas reservas vem sendo feita, segundo a denúncia, com o aval da própria Funai.

Essas questões, por certo, constituem grave ameaça à integridade da floresta amazônica e irreparável lesão a um patrimônio que não pertence à Funai.

Para evitar que a denúncia caia no vazio ou até configure algum tipo de injustiça é que proponho ao Governo federal essas indagações. Afinal, não só a Assembléia Nacional Constituinte, mas a própria sociedade brasileira tem o direito de conhecer a verdade em toda a sua extensão, doa a quem doer.

Espero, por fim, que sejam cumpridos os prazos regimentais, a fim de que os detentores de mandato popular, que emergiram das urnas e têm a grave responsabilidade de construir o novo texto constitucional, não sejam ignorados e desrespeitados pelo Governo da Nova República.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1987.

– Deputado Constituinte **Amaury Müller**.

Jornal do Brasil

AMAZÔNIA PERDE UM SERGIPE POR ANO PARA MADEIREIRAS

Marcelo Tognazzi

Altamira (PA) – Dezenas de madeireiras clandestinas estão atuando em toda Amazônia Legal, desmatando por ano de dois milhões a três milhões de hectares, área comparável ao território do Estado de Sergipe, de acordo com informações do diretor de Cadastro e Fiscalização do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), Hélio Pereira. No Pará, a 280 quilômetros de Altamira, a madeireira Bannach invadiu, no início de 86, parte de uma área de 800 mil hectares às margens do rio Iriri que foi interditada pela Funai em abril de 85. No IBDF, consta que seu registro é irregular.

A madeireira Bannach é um exemplo do trabalho de extração clandestina de madeiras nobres da região amazônica. A área que ela ocupa foi interditada pela Portaria nº 1.854/E, de abril de 85, a pedido do sertanista Sydney Possuelo, com a finalidade de preservar grupos indígenas não contatados que habitam a região. Lá trabalham cerca de 20 homens, 10 dos quais têm famílias e moram em casas de madeira com três cômodos. A madeireira só trabalha com mogno, que é vendido no local, sem o frete, por Cz\$ 27 mil o metro cúbico. No Rio e em São Paulo, o mogno pode valer até 10 vezes mais.

Mensalmente, passam pelas serras da Bannach mais de mil metros cúbicos de mogno, que são exportados para a Europa ou vendidos para o Sul e Sudeste pela equipe do paranaense Quirino Bannach, o dono da empresa, quer tem sede em Belém e sete filiais. Uma delas é a que invadiu a área interditada pela portaria da Funai. No BDF,

o diretor Hélio Pereira informou que a madeireira Bannach, registro número 1157010050-2 e CGC número 05253810/0001-73, está em situação irregular.

Conivência – Ao tomar conhecimento da atividade da Bannach em área interditada pela Funai, Hélio Pereira enviou, na mesma hora, telex para o delegado do IBDF no Pará, pedindo que a situação seja averiguada.

– A situação dessas madeireiras que atuam clandestinamente em áreas indígenas é um problema sério, porque existem funcionários da Funai, como Salomão Santos, superintendente do Pará, conta os quais existem denúncias de conivência, com a iniciativa e de que dão cobertura aos madeireiros. Essa reserva amazônica é a última de mogno e cerejeira que existe no País – disse Hélio Pereira.

A longo da estrada que leva até a serraria instalada nas margens do rio Iriri, o quadro é desolador. Inúmeras clareiras estão abertas na selva, a terra exposta ao sol, tudo sem vida ao redor. No pátio da Bannach, dezenas de toras de mogno estão empilhadas, prontas para serem transformadas em tábuas e embarcadas nos caminhões. A madeireira não se restringe a atuar na área próxima. De acordo, com funcionários, é comum, na época das cheias, centenas de toras de mogno descerem o rio rebocadas, vindas das cabeceiras do Iriri, dezenas de quilômetros rio acima.

IBDF ACUSA FUNAI SOBRE MOGNO

A Divisão de Cadastro e Fiscalização (DC) do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) constatou a exploração predatória e ilegal das últimas grandes reservas brasileiras de mogno; todas elas situadas em áreas indígenas, está sendo feita com o aval da Funai. O IBDF está mesmo estudando a possibilidade de autuar a Funai como exploradora de madeira como forma de notificá-la juridicamente, uma vez que vários comunicados oficiais sobre as irregularidades não tiveram resposta.

Só nos últimos seis meses o IBDF, que denuncia também a exploração ilegal de cedro na área indígena Ibirama, em Santa Catarina, apreendeu grandes quantidades de mogno extraídas irregularmente das áreas indígenas Urueu-uau-uau, em Rondônia (11.600m³), Zoro, em Mato Grosso (3.600m³), e Caiapó, no Pará (2.600m³).

Em poder das madeireiras, o IBDF encontrou contratos assinados pela Funai autorizado a comercialização da madeira. O IBDF compara essas autorizações da Funai a uma "negociação de cômodos no Palácio do Planalto", como ironiza um dos diretores do instituto. Isso porque as florestas são consideradas bens públicos e sua administração é de competência do IBDF.

A Funai, via superintendências regionais, e administrações dos postos indígenas, está fazendo contratos com as madeireiras independente da aprovação, pelo IBDF, do Plano de Exploração e Manejo, o que constitui grave irregularidade", denuncia a Divisão de Cadastro e Fiscalização do Instituto.

O DC revela que as madeireiras financiam os próprios índios, dando-lhes motosserras, caminhões e tratores. Os índios extraem a madeira e a transportam até as empresas. As madeireiras contam com o fato de que qualquer flagrante colhido pela fiscalização do IBDF – que tem ape-

nas 540 fiscais para cobrir todo o território nacional – nesse trajeto poderá passar em branco pois na legislação brasileira, os índios não são passíveis de ação penal.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Amaury Müller ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a atuação de madeireira clandestinas e da FUNAI na Amazônia Legal.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N° 125 DE 1987 – ANC

(Constituinte Gerson Peres)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre contrato entre o **Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF**, e a **Comercial Madeiras Exportação S/A – CEMEX**, para exportação de madeiras na Floresta Nacional de Tapajós.

Na forma do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu § 5º, da resolução nº 2, de 1987, requeiro a Vossa Excelência solicitar ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República informações oficiais que esclareçam à Assembléia Nacional Constituinte as razões técnicas que levaram o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF a firmar, com a em presa CEMEX – Comercial Madeiras Exportação S/A, em 29 de maio de 1987, um contrato para exploração seletiva de madeira na floresta Nacional do Tapajós, publicado no **Diário Oficial** de 17 do corrente.

Justifica-se a formulação do presente, em **face** do grande prejuízo que tal desmatamento **traz** para o meio ambiente, nas proximidades da cidade de Aveiro, no meu Estado do Pará. Não só contra a exploração nacional da floresta mas, no caso, parece-me que tal desmatamento deveria ser realizado em outra área da Floresta Nacional do Tapajós.

Sala das Sessões, de agosto de 1987 – Constituinte **Gerson Peres**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato que celebram o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, a Empresa CEMEX – Comercial Madeiras Exportação S.A para exploração seletiva de madeira na floresta Nacional do Tapajós.

Objeto: Exploração seletiva de madeira na floresta Nacional do Tapajós.

Licitação: Concorrência 001/87 – DE/PA-IBDI Valor do contrato: O preço da madeira de que trata a cláusula primeira de 1,2 ONT's por **ilegível** a ser explorado pela contratada, o reajuste de preços durante a vigência do Contrato obedecerá a variação da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) e o volume total das madeiras a se extraído é de 4.251,58m³ de árvores em pé **com diâmetro** à altura do peito – DAP igual ou supe

rior a 55 cim, e está distribuindo em 1 bloco, com área de aproximadamente 100 ha.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contato é de 29 de maio de 1987 até 31 de dezembro de 1987

Data da assinatura: 29 de maio de 1987

ASSINAM: JAYME COSTA SANTIAGO, Presidente do IBDF – José Aron Baranek, Diretor Presidente da Cemex Comercial Madeiras Exportação S.A. Testemunhas: Eymar da Cunha Franco – CREA 13.964 – D 5 RG – Ruy Costa Benevides – CI 577.518 – SEGUP/PA

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Gerson Peres sobre contrato entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF e a Comercial Madeiras Exportação S/A – CEMEX, para exportação de madeiras na Floresta Nacional do Tapalós.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – Paulo Affonso Martins de Oliveira, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 126, de 1987 – ANC

(Constituinte Antonio Salim Curiati)

Solicita ao Poder Executivo
informações sobre a tramitação de
pedidos de registro de produtos
tóxicos destinados ao uso
doméstico.

Nos termos do art 127, item II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art 62, § 5º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, solicito a V. Ex.^a seja encaminhado ao Ministério da Saúde o presente requerimento de informações cerca dos procedimentos de tramitação de pedidos de registros de produtos tóxicos destinados a uso doméstico, mais especificamente inseticidas.

Nosso interesse deve-se ao fato de havermos tomado conhecimento de um processo dessa natureza, o de nº 55/84, cujo histórico nos faz supor tenha havido uma série de incongruências, em detrimento das melhores práticas administrativas, acarretando prejuízos materiais ao fabricante e praticamente impedindo a comercialização de um produto eficiente, simples e barato.

Acreditamos que estejam envolvidos interesses pessoais no cancelamento de registros definitivos anteriormente ocorrido, principalmente em função de esse cancelamento ter sido determinado em 1º de julho de 1987, quando o registro definitivo havia sido concedido em 6 de janeiro do mesmo ano.

Ora, cumpridas as exigências legais por parte do fabricante, atendidos longas séries de pré-requisitos técnico-científicos, como a execução de dezenas de testes químicos em instituições da mais reconhecida competência, em processo de que demandou mais de dois anos de estudos análises, não acreditamos possível que, em apenas algumas semanas técnicos do Ministério da Saúde tenham podido derrubar todos os laudos técnicos apresentados, desconsiderando-lhes a validade e o rigor.

Ademais, Senhor presidente, o cancelamento de registro de um produto pode ocorrer, segundo nos parece, sem que à parte interessada seja concedido o direito de defesa, restando unicamente a via judicial, através de mandado de segurança, quando a lógica mais elementar indicaria o processo administrativo como caminho mais indicado.

Em se tratando de requerimento de uma empresa nacional, de médio porte, que terá condições de cumprir com grandes complexos químicos transacionais, pode-se aventar a hipótese de encontrarem-se envolvidos no processo interesse menos lídimo, o que mais ainda reforça a necessidade de que a tramitação processual siga um caminho plenamente normatizado, permitindo-se amplo direito de defesa a todas as partes envolvidas, em prol da lisura das decisões que têm como fim último assegurar o bem-estar da sociedade brasileira.

Estamos certos, senhor Presidente, de que o regime democrático que todos desejamos exige o respeito aos direitos individuais, a prevalência da igualdade de oportunidade entre cidadãos e entre empresas industriais e comerciais, para que da interação entre empresários e autoridades governamentais resultem medidas que contemplam bem público.

O presente requerimento de informação, cumpre aditarmos não se restringe apenas ao processo nº 55/84, retomencionado mas podemos tomá-lo como exemplo para deslindarmos nossa dúvida quanto à correção dos procedimentos adotados e à adequação de seus critérios à defesa da igualdade de oportunidade.

Cremos ser nosso dever, enquanto representantes da sociedade brasileira, zelar para que a ação do Poder Executivo venha a ser justa e correta, procurando, através da sistematização de práticas administrativas, definir os limites do poder discricionário dos integrantes das diversas esferas da administração pública.

Assim requeiro a V. Ex.^a o encaminhamento da matéria ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, para que providencie os esclarecimentos necessários.

Sala das Sessões, de 1987. – Antonio Salim Curiati, Deputado Federal.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do Relator, pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Antonio Salim Curiati sobre a tramitação de pedidos de registros de produtos tóxicos destinados ao uso doméstico.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – Paulo Affonso Martins de Oliveira, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 127, de 1987 ANC

(Constituinte Cunha Bueno)

Solicita ao Poder Executivo
informações sobre prejuízos no
setor agrícola e a possibilidade de
aplicar ao MCR-37 o tratamento do
MCR-18.

Nos termos do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro sejam solici-

tadas à Presidência da República, em caráter de urgência, informações a respeito das seguintes questões:

1) Quem se responsabilizará pelos prejuízos financeiros causados pelo Plano Cruzado aos tomadores de financiamentos destinados ao sistema de produção agrícola?

2) Qual é a possibilidade de se aplicar o mesmo tratamento do MCR-18 ao MCR-37, sabendo-se que ambos os instrumentos visam ao estímulo do aumento da produtividade agrícola?

Justificação

Mais um “encalhamento” da história econômica brasileira, o Plano Cruzado vem gerando consequências financeiras e sociais terríveis a enorme contingente de produtores rurais, que acreditaram no Governo e tomaram financiamentos junto aos estabelecimentos de crédito privado com base no MCR-37, para construção de benfeitorias e aquisição de implementos agrícolas. Os RPL – Recursos Próprios Livres – tiveram taxa de juros inicialmente fixada em 20%, mas vinculada à OTN, a taxa se elevou ao astronômico percentual de 600%.

O resultado desse verdadeiro embuste governamental é a ameaça de falência que paira sobre os tomadores de financiamentos, impossibilitados que estão de quitar seus débitos. Prejuízos financeiros e moral, pois muitos produtores, mesmo empenhando tudo que possuem, vivem o drama de serem submetidos a processos judiciais sob a pecha de “depositários infiéis”.

Os que não acreditaram no Governo e preferiram imobilizar seu capital muito lucraram, enquanto os produtores empenhados em contribuir para o fortalecimento da economia nacional pagam agora alto preço por sua iniciativa.

Não estamos defendendo nenhuma medida paternalista por parte do Governo, mas sim a oferta de alternativa que permita aos produtores, com seus próprios meios, quitar seus compromissos.

Brasília, 13 de agosto de 1987. – Deputado Cunha Bueno.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Cunha Bueno sobre prejuízos no setor agrícola e a possibilidade de aplicar ao MCR-37 o tratamento do MCR-18.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – Paulo Affonso Martins de Oliveira, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 128, de 1987 – ANC

(Constituinte Vicente Bogo)

II

Solicita ao Poder Executivo
Informações sobre anteprojeto de
regulamentação da mão-de-obra
indígena.

Exmº Sr.
Deputado Ulysses Guimarães
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte
Brasília – DF.

Senhor Presidente,
Quase que diariamente tenho ouvido denúncias envolvendo disputas por áreas ou riquezas

em reservas indígenas, o que traz apreensão a nós, defensores dos direitos humanos, inclusive os dos povos indígenas, pelo que preceitua o art 198 da atual Constituição:

"As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas e de todas as utilidades nelas existentes."

Recente polêmica coloca a Amazônia e, portanto, as reservas indígenas no centro das atenções, pelos interesses de fazendeiros, mineradores e grupos econômicos diversos. As acusações foram dirigidas contra a ação do CIMI e da Igreja, alegando-se, erroneamente, a tentativa de "internacionalização da Amazônia", retirando-a do controle e soberania nacional.

O crime mais grave que se pretende cometer contra os povos indígenas não se refere à exploração e devastação da Amazônia, mas sim à tentativa de emancipação dos silvícolas, legalizando a exploração de sua mão-de-obra, o que significa escravizar legalmente o índio brasileiro.

Tendo tomado conhecimento da existência de um anteprojeto de lei, encaminhado supostamente pela Funai, no início deste ano, ao Ministério do Trabalho para a regulamentação da mão-de-obra indígena, requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que a Mesa desta Assembléia Nacional Constituinte solicite ao Ministério do Trabalho as seguintes informações:

1º) se existe realmente anteprojeto de regulamentação da mão-de-obra indígena e qual a sua autoria;

2º) qual o teor da matéria (anteprojeto e justificativa);

3º) que encaminhamento está sendo dado ao assunto.

Restrito ao exposto, aguardo as providências dessa Mesa.

"Respeitosamente, **Vicente Bogo**, Deputado Constituinte – PMDB/RS.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Vicente Bogo sobre anteprojeto de regulamentação da mão-de-obra indígena.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 129, de 1987 – ANC

(Constituinte Paulo Ramos)

Solicito ao Poder Executivo relação de conversões feitas nos últimos cinco anos, com especificação da fonte credora, valor em dólar e cruzado, data e empresa e setor atingidos.

À Sua Excelência o Senhor Deputado Ulysses Guimarães DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Nesta

Senhor Presidente;

A Comissão de Sistematização aprovou o Profeto de Decisão nº 4, que proíbe a conversão da

dívida externa ou de qualquer de suas parcelas em capital de risco, a ser enviado ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Como a imprensa tem divulgado que o Governo brasileiro fez algumas conversões nos últimos anos, requeiro seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a relação completa das conversões feitas nos últimos cinco anos, com as seguintes especificações

1. Fonte credora
2. Valor da conversão em dólares e em cruzados
3. Forma de conversão
4. Data da conversão
5. Setor e empresa atingidos com a medida.

Apresente solicitação é oportuna, visto que permitirá aos Constituintes uma avaliação concreta dos efeitos do processo de conversão da dívida externa em capital de risco.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero a Vossa Excelência protestos da mais alta estima e especial consideração. – Deputado **Paulo Ramos**, PMDB/RJ.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Paulo Ramos ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre relação de conversões feitas nos últimos cinco anos, com especificação da fonte credora, valor em dólar e cruzado, data e empresa e setor atingidos.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 130, de 1987 – ANC

(Constituinte Osvaldo Macedo)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre contrato de risco para exploração de petróleo entre a Petrobrás e empresas privadas nacionais e multinacionais.

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Osvaldo Macedo, membro desta Assembléia Nacional Constituinte, que abaixo subscreve, vem, respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, com fundamento no art. 62, IV, do Regimento Interno dos nossos trabalhos, requerer se digne de determinar se oficie ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia solicitando dentro do prazo legal, as seguintes informações:

1º – Quantos contratos de serviço de exploração de petróleo com cláusula de risco foram assinados, a partir de 9-10-75 até a presente data entre a Petrobrás e empresas privadas, quer nacionais ou multinacionais?

2º – Quais as datas, prazos, valores e condições de cada contrato assinado? Qual a localização de cada exploração?

3º – Quais os investimentos realizados até agora em cada contrato assinado?

4º – Quais as descobertas de petróleo ou gás até agora realizadas? Em que data? Em que volume?

5º – Objetivamente, quais as vantagens que a Petrobrás alcançou, até o momento, com a assi-

natura desses contratos? Em que percentagem esses contratos aumentaram a produção nacional de petróleo?

6º – Existem propostas ou interesse de alguma empresa nacional ou multinacional em assinar novos contratos de exploração de petróleo? As propostas apresentadas ou manifestadas indicam as áreas pretendidas?

O presente pedido de informações tem inteira procedência e urgência, de vez que esta Assembléia Nacional Constituinte, com o conhecimento e aval de toda a Nação, deverá pronunciar-se claramente sobre o monopólio estatal do petróleo consagrado constitucionalmente desde 1954, como também sobre os chamados contratos de riscos.

Brasília, 13 de agosto de 1987. – Deputado **Osvaldo Macedo**

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Osvaldo Macedo ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre contrato de risco para exploração de petróleo entre a Petrobrás e empresas privadas nacionais e multinacionais.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 131, de 1987 – ANC

(Constituinte Adylson Motta)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre aquisições de imóveis com recursos do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF) e de um prédio para instalação de uma diretoria regional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Belém, do Pará.

Na forma do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu § 5º, da Resolução nº 2, de 1987, requeiro a Vossa Excelência solicitar ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República informações oficiais que esclareçam à Assembléia Nacional Constituinte onde serão adquiridos imóveis, pelo Ministério da Fazenda até o montante de 100 milhões de cruzados; com recursos do FUNDAF, no corrente exercício, conforme previsão constante da Portaria SRF nº 635 de 20 de agosto de 1987.

É de se inquirir, também, da necessidade, ou não, da aquisição de um prédio na cidade de Belém, Pará, pelo Ministério da Cultura, no valor de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzados) para nele instalar a Diretoria local da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No momento em que a Nação se estardece com o tamanho do déficit público, é incrível que o Governo Federal continue esbanjando dinheiro na compra de imóveis, quando, por outro lado o IAPAS, do Ministério da Previdência e Assistência Social, dispõe de milhares de prédios em todo o território nacional.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1987. – Constituinte **Adylson Motta**.

PORTARIA SRP Nº 635 , DE 20 DE AGOSTODE 1987

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe a conferida pela Portaria MF nº 371, de 29 de julho de 1985, resolve:

Aprovar, na forma do modelo anexo, a Reformulação nº 0001/03, para o exercício de 1987, do Plano de Aplicação do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDAF.

ANTONIO AUGUSTO DE MESQUITA NETO

PORTARIA Nº 525, DE 20 DE AGOSTO DE 1987

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 83.839 de 13 de agosto de 1979.

CONSIDERANDO o Decreto nº 293, de 24 de julho de 1987 do Governo do estado da Santa Catarina.

CONSIDERANDO as informações contidas no Ofício/CAD/Nº 509/87, de 11 de agosto de 1987, da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL, Processo M.S Nº 28000 - 003484-87 - 47, resolve:

RECONHECER o Estado de calamidade Pública no Município de Garopaba, pelo prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir da data de publicação desta Portaria.

JOÃO ALVES FILHO

PORTARIA Nº 526, DE 20 DE AGOSTO DE 1987

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 83.819, de 13 de agosto de 1979.

CONSIDERANDO o Decreto nº 259, de 13 de julho de 1987, do Governo do Estado de Santa Catarina, e

CONSIDERANDO as informações contidas no Ofício/GAB/478/87 de 27 de julho de 1987, da Coordenadoria Regional de Defesa civil da Região Sul Sul-Sudeste, Processo MI/Nº 28000-003061-87-63, resolve:

Reconhecer o Estado de Calamidade Pública no Município de Xarxeré, pelo prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir da data de publicação desta Portaria.

JOÃO ALVES FILHO

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

MP 202, de 12 de agosto de 1937. Renova a permissão outorgada A RÁDIO CLUBE DE VALENÇA LTDA para a explorar serviço de radiodifusão sonora e a freqüência modulada, na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

MP 203, de 12 de agosto de 1987,. Renova a permissão outorgada O DIÁRIO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.
(Or. N° 155/87)

(GUIAS nº 55 e 56 – 18/08/87 – CZ\$ 428,00 CADA)

PORTARIAS DE 19 DE AGOSTO DE 1987

MP 211, de 19.08.87. Outorga permissão a RÁDIO ATLÂNTIDA DE SANTA CRUZ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

MP 212, de 19.08.87. Autoriza a FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL A EXECUTAR serviço da radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, sem objetivos, na cidade de Brasília – Distrito Federal.

(Guia nº 59 – 21-8-87 – CZ\$ 428,00)

PORTARIA DE 20 DE AGOSTO DE 1987

Nº 213, de 19.08.87. Outorga permissão a RÁDIO VEREDAS FM LTDA., para explorar serviço da radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.

(Guias 58 a 60 de 20-08-87 – CZ\$ 428,00)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 451, DE 18 DE AGOSTO DE 1987

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – DENTEL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 170 269/83, RESOLVE:

Revogar a Portaria nº 0016, de 08 de janeiro de 1984, publicada no Diário Oficial do dia 06 subsequente, que permitiu a ONDAPONE – Sistema de Comunicações S/C Ltda. sediada à Av. Paulista nº 1750 – 12º andar, em São Paulo/SP, executar e explorar, até 06.01.79, o Serviço de Radiochamada de Interesse Público na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

II – Esta portaria entara em vigor na data de sua publicação.

(Of. nº 14/87) RUBENS BUSSACOS

DIRETORIA REGIONAL EM FIORIANÓPOLIS

Na Portaria nº 197, do 06/07/87, publicada no D.O.U. de 06/08/87, excluir as palavras "caráter secundário".
(Of. nº 538/87)

Diretoria Regional em Recife

Portaria Referente ao Serviço do Rádio – Táxi
MP 86, de 11.05.87. Processo nº 29103.000402/87 –
COOPERATIVA MISTA DOS TRASPORTADORES AUTÔNOMOS DE
PASSAGEIRO E CARGAS DE PE. LTDA.
COOTAPER: Recife/PE permite executar Serviço Rádio Taxi e,
Recife/PE
(Guia nº 1.486 de 17-08-87 – CZ\$ 168,00)

Ministério da Cultura

SECRETARIA GERAL

INVESTIMENTOS EM REDE DE EXECUÇÃO ESPECIAL 413000					
PLANO DE APLICAÇÃO					
MINISTÉRIO DA CULTURA					
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL					
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
MINISTÉRIO DA CULTURA					
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO					
RECURSOS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE IMÓVEL, NA CIDADE DE BELÉM OBJETIVAM DO SEDIAR A 1ª DIRETORIA DA SPNAM.					
Numero do Processo	Titularidade	Q	Válida para	P	Validade
4130-36	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	000	?	000	00
		TOTAL		? 000 000,00	
-11- -aviso - m 27		JOAQUIM TIAPARY FILHO		SECRETÁRIO-OFICIAL	

PARECERES DO PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
(1979 – 1984)

Tomo I – CZ\$ 100,00

Tomo II – CZ\$ 100,00

As aquisições deverão ser feitas na Seção de Vendas, através de remessa de cheque nominal ao Departamento de Imprensa Nacional.

SIG – Quadra 06 – Lote 800 – CEP: 70604 – Brasília/DF.
Informações: Seção de Divulgação do DIN Fones: (061) 226-2586 e 226-7175 – R. 309.

Não operamos com reembolso postal.

1.2- Concorrência nº RJ/03/87 - loja 11, jirau e sobreloja, totalizando área de 17,72m², conforme escritura. Proposta: o recebimento das propostas ocorrerá até às 15:00 hs. do dia 24/09/87. Preço: a venda será efetuada à vista, tendo como valor mínimo o correspondente a 16.811,23 OTN's, equivalente, nesta data a Cr\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil cruzados).

1.3- Concorrência nº RJ/03/87 - loja 12, jirau e sobreloja, totalizando área de 140,30m², conforme escritura. Proposta: o recebimento das propostas ocorrerá até às 15:00 hs. do dia 24/09/87. Preço: a venda será efetuada à vista, tendo como valor mínimo o correspondente a 36.142,66 OTN's, equivalente, nesta data a Cr\$ 13.650.000,00 (treze milhões e seiscentos e setenta mil cruzados).

1.4- Concorrência nº RJ/10/87 - loja 13, jirau e sobreloja, totalizando área de 81,19m², conforme escritura. Proposta: o recebimento das propostas ocorrerá até às 17:00 hs. do dia 24/09/87. Preço: a venda será efetuada à vista, tendo como valor mínimo o correspondente a 15.011,11 OTN's, equivalente, nesta data a Cr\$ 5.670.000,00 (cinco milhões e seiscentos e setenta mil cruzados).

2- Os imóveis descritos no item 1 encontram-se ocupados sob o regime de locação.

3- O Edital de Concorrência, contendo as condições de habilitação e demais exigências, bem como outros esclarecimentos, serão obtidos no mesmo endereço no horário das 12:00 às 16:00 hs.

4- Como garantia de manutenção da proposta, o licitante de verá recolher, até às 16:00 hs. do dia 23/09/87, à Tesouraria do Instituto, a importância correspondente a 10% (dez por cento) do valor básico estabelecido para o imóvel, previsto no item 1 acima. A guia de recolhimento deverá ser solicitada até às 14:00 hs. do dia 22 de setembro de 1987, na Av. Presidente Wilson, 198 - 7º andar.

Mio de Janeiro, 18 de agosto de 1987.

1-A Secretaria Regional de Engenharia e Administração do Patrimônio da Superintendência Regional, do Estado do Rio de Janeiro, do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social-IAPAS, leva ao conhecimento dos interessados que a Comissão de alienação receberá, em sua sede situada à Av. Presidente Wilson 173 - 7º andar, propostas para aquisição de lojas de sua propriedade situadas na Av. Nossa Senhora de Copacabana 664 - Galeria Meneguel, cidade do Rio de Janeiro-RJ, matriculada no RG 59 Ofício, Livro J-AZ, fls. 14, sob o nº 27.936, em 26/03/51.

1.1- Concorrência nº RJ/03/87 - Loja 1, jirau e sobreloja, totalizando área de 11,15m², conforme escritura. Proposta: o recebimento das propostas ocorrerá até às 14:00 hs. do dia 23/09/87. Preço: a venda será efetuada à vista, tendo como valor mínimo o correspondente a 30.582,25 OTN's, equivalente, nesta data a Cr\$ 11.550.000,00 (onze milhões, quinhentos e cinquenta mil cruzados).

1.2- Concorrência nº RJ/04/87 - loja 3 - jirau e sobreloja, totalizando área de 11,15m², conforme escritura. Proposta: o recebimento das propostas ocorrerá até às 15:00 horas do dia 23/09/87. Preço: a venda será efetuada à vista, tendo como valor mínimo o correspondente a 27.246,01 OTN's, equivalente, nesta data a Cr\$ 10.290.000,00 (dez milhões, duzentos e noventa mil cruzados).

1.3- Concorrência nº RJ/05/87 - loja 5 - jirau e sobreloja, totalizando área de 11,15m², conforme escritura. Proposta: o recebimento das propostas ocorrerá até às 16:00 horas do dia 23/09/87. Preço: a venda será efetuada à vista, tendo como valor mínimo o correspondente a 29.192,15 OTN's, equivalente, nesta data a Cr\$ 11.025.000,00 (onze milhões e vinte e cinco mil cruzados).

1.4- Concorrência nº RJ/06/87 - loja 7 - jirau e sobreloja, totalizando área de 11,15m², conforme escritura. Proposta: o recebimento das propostas ocorrerá até às 17:00 hs. do dia 23/09/87. Preço: a venda será efetuada à vista, tendo como valor mínimo o correspondente a 29.192,15 OTN's, equivalente, nesta data a Cr\$ 11.025.000,00 (onze milhões e vinte e cinco mil cruzados).

2- Os imóveis descritos no item 1 encontram-se ocupados sob o regime de locação.

3- O Edital de concorrência, contendo as condições de habilitação e demais exigências, bem como outros esclarecimentos, serão obtidos no mesmo endereço no horário das 12:00 às 16:00 hs.

4- Como garantia de manutenção da proposta, o licitante de verá recolher, até às 16:00 hs. do dia 22/09/87, à Tesouraria do Instituto, a importância correspondente a 10% (dez por cento) do valor básico estabelecido para o imóvel, previsto no item 1 acima. A guia de recolhimento deverá ser solicitada até às 14:00 hs. do dia 21 de setembro de 1987, na Av. Presidente Wilson 198 - 7º andar.

Mio de Janeiro, 18 de agosto de 1987.

1- A Secretaria Regional de Engenharia e Administração do Patrimônio da Superintendência regional do Estado do Rio de Janeiro, do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social-IAPAS, leva ao conhecimento dos interessados que a Comissão de alienação receberá, em sua Sede, situada à Av. Presidente Wilson-198, 7º andar, propostas para aquisição de lojas de sua propriedade situadas na cidade do Rio de Janeiro-RJ, sob as seguintes condições:

GALERIA MENEGUEL

- Av. Nossa Senhora de Copacabana 664 - Copacabana.
- matriculada no RG 59 Ofício, Livro J-AZ, fls.14 sob o nº 27.936, em 26/03/51.

1.1- Concorrência nº RJ/11/87 - loja 20, jirau e sobreloja, totalizando área de 65,77m², conforme escritura. Proposta: o recebimento das propostas ocorrerá até às 16:00 hs. do dia 25/09/87. Preço: a venda será efetuada à vista, tendo como valor mínimo o correspondente a 15.291,13 OTN's, equivalente, nesta data a Cr\$ 5.775.000,00 (cinco milhões e setecentos e setenta e cinco mil cruzados).

1.2- Concorrência nº RJ/12/87 - loja 33, jirau e sobreloja, totalizando área de 96,40m², conforme escritura. Proposta: o recebimento das propostas ocorrerá até às 15:00 hs. do dia 25/09/87. Preço: a venda será efetuada à vista, tendo como valor mínimo o correspondente a 18.905,39 OTN's, equivalente, nesta data a Cr\$ 7.140.000,00 (sete milhões e cento e quarenta e seis mil cruzados).

1.3- Concorrência nº RJ/13/87 - loja 664-B, jirau e sobreloja, totalizando área de 223,15m², conforme escritura. Proposta: o recebimento das propostas ocorrerá até às 16:00 hs. do dia 25/09/87. Preço: a venda será efetuada à vista, tendo como valor mínimo o correspondente a 86.742,39 OTN's, equivalente, nesta data a Cr\$ 32.760.000,00 (trinta e dois milhões, setecentos e sessenta cruzados).

- Rua Barata Ribeiro, 473-A - Copacabana.
- matriculada no RG 59 Ofício, Livro J-FX, fls. 42, sob o nº 108300 em 15/07/71.

1.4- Concorrência nº RJ/14/87 - loja 473-A, jirau e sobreloja totalizando área de 182,40m², conforme escritura. Proposta: o recebimento das propostas ocorrerá até às 17:00 hs. do dia 25/09/87. Preço: a venda será efetuada à vista, tendo como valor mínimo o correspondente a 86.922,39 OTN's, equivalente, nesta data a Cr\$ 14.700.000,00 (quatorze milhões e setecentos e quarenta mil cruzados).

2- Os imóveis descritos no item 1 estão ocupados sob o regime de locação.

3- O Edital de Concorrência, contendo as condições de habilitação e demais exigências, bem como outros esclarecimentos, serão obtidos no mesmo endereço no horário das 12:00 às 16:00 hs.

4- Como garantia de manutenção da proposta, o licitante de verá recolher até às 16:00 hs. do dia 24/09/87, à Tesouraria do Instituto, a importância correspondente a 10% (dez por cento) do valor básico estabelecido para o imóvel, previsto no item 1 acima. A guia de recolhimento deverá ser solicitada até às 14:00 hs. do dia 23 de setembro de 1987, na Av. Presidente Wilson, 198 - 7º andar.

(of. nº 404/87) Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1987.

Superintendência Regional em São Paulo

EXTRATO DO 29 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 421-043/002/86 - PROCESSO: 35435.001880/86 - ESPECIE: Contratação de serviços de vigilância. CONTRATANTES: IAPAS - Agência da Previdência Social em São Carlos/SP e a FIRMA CDL/MSB - Vigilância e Segurança Patrimonial Ltda. OBJETO: Prazo de vigência do serviço de vigilância, prestado no preço da Rua Major José Inácio, 2926 - São Carlos/SP. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: moda de Precos nº 001/86. VALOR MENSAL: Cr\$18.238,35 (Sextenta e oito mil, duzentos e vinte e oito cruzados e vinte e cinco centavos). VALOR ANUAL: Cr\$188.739,00 (Noventa e oito mil, duzentos e vinte e cinco centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: 01.08.87 a 31.12.88. CARGO ORÇAMENTARIA: Atividade 2001 - Centro de Custos 1103 - Elemento/Subelemento 53-93. EMPENHO DA DESPESA: Nota de Empenho nº 99 de 11.08.87 referente ao período de 01.08.87 a 31.12.87, no valor de Cr\$391.141,35. DATA DE ASSINATURA: 31.07.87. FÓRUM LEGAL: O do Juíza Federal de São Paulo-SP. SICHTÁRIOS: Itamar Prantner de Toledo, Agente da Previdência Social; pelo IAPAS Wilson Salvador Scarano, pela Empresa.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 421-037/01/87 - PROCESSO Nº 35435.006583/86 - ESPECIE: Contrato de locação de serviços de vigilância desarmada. CONTRATANTES: IAPAS/Agência da Previdência Social em Piracicaba e POWER - Serviços de Segurança e Vigilância Ltda. OBJETO DO TERMO ADITIVO: Retificação do parágrafo terceiro, da cláusula tef Getra, com inserção dos parágrafos quarto e quinto, adequando a forma de reajustamento dos termos da IN nº 165/87. CREDITO OPCI/ENTRADO: 2061/1103/313-99. EMPENHO DA DESPESA: Nota de Empenho nº 52, de 26.03.87, no valor de Cr\$138.025,35, correspondente as despesas de 01.04 a 31.12.87. VALOR MENSAL E GLOBAL: Cr\$15.330,15. Cr\$184.033,80. PRAZO DE VIGÊNCIA: 01.04.87 a 31.03.88. FÓRUM LEGAL: O Poro do presente contrato para qualquer procedimento judicial será o da Capital do Estado de São Paulo. DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 1987. NOME E CARGO DOS SICHTÁRIOS: Pe. lo IAPAS, Yvonne Menzel Simões - Agente da Previdência Social em Piracicaba-Substituindo e pela locadora José Luiz Roselli - representante legal da empresa.

(of. nº 404/87)

RETIFICAÇÃO

No Aviso referente à alienação de Imóvel da Concorrência nº SP-07/87, publicada na Seção 1, dos DOU nos 145, de 01/08/87, pág. 12245; 146, de 04/08/87, pag. 12303; e 147, de 05/08/87, pag. 12411; onde se 16... aquisição de terreno..., leia-se:... aquisição de imóvel.

No Aviso referente à alienação de Imóvel da Concorrência nº SP-11/87, publicada na Seção 1, dos DOU nos 150, de 10/08/87, pág. 12644; 151, de 11/08/87, pag. 12704; e 152, de 12/08/87, pag. 12823, onde se 16...aquisição de terreno..., leia-se:...aquisição do imóvel.

(of. nº 407/87)

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Adylson Motta ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre aquisições de imóveis com recursos do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAP) e de um prédio para instalação de uma diretoria regional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Belém, Pará.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 132, de 1987 – ANC

(Constituinte Floriceno Paixão)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre a receita e os critérios de arrecadação, aplicação e distribuição de recursos do Finsocial.

Solicita informações ao Poder Executivo através do Gabinete Civil da Presidência da República sobre a arrecadação efetuada pelo Finsocial.

Com base no que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o § 5º da Resolução nº 2, requeremos de V. Ex.^a sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República as seguintes informações oficiais:

1) Qual tem sido a receita efetivamente realizada do Finsocial nos quatro últimos exercícios financeiros?

2) Qual tem sido o critério adotado para a aplicação de recursos do Finsocial?

3) Nos últimos quatro anos e tendo em vista as várias aplicações previstas na legislação do Finsocial, quais os percentuais destinados a cada tipo de aplicação?

4) Nos últimos quatro anos quais foram as cinqüenta entidades que receberam maior volume de recursos do Finsocial?

Justificação

Para usar linguagem atual, ressentisse transparência a aplicação das vultosas receitas do Finsocial. E o que nos afigura ainda mais grave é a falta de critério de prioridades e, até mesmo um detalhado orçamento de despesa da entidade que dê, como se impõe, ampla publicidade aos gastos do Finsocial.

Fazer uma rápida radiografia da operacionalidade do sistema é, pois, o objetivo do presente pedido de informações para que possamos colher os elementos indispensáveis a uma revisão, se for o caso, da legislação disciplinadora do Finsocial.

Sala das Sessões,
Constituinte **Floriceno Paixão**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Floriceno Paixão ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a receita e os critérios de arrecadação, aplicação e distribuição de recursos do Finsocial.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 133, de 1987 – ANC

(Constituinte Olívio Dutra)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre aplicação de recursos na produção de aeronave militar AMX pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Excelentíssimo Senhor
Ulisses Guimarães
D.D. Presidente da Assembléia Nacional
Constituinte
Brasília – DF.

Vem sendo publicado pela imprensa, que o Ministério do Planejamento estaria aplicando uma parcela dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) na produção da aeronave militar AMX que o Brasil está construindo em cooperação com a Itália.

Dante do exposto venho requerer que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte solicite ao Ministério do Planejamento as seguintes informações:

– Qual o montante do capital arrecadado até hoje, dos contribuintes, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento?

– Quem definiu que o Fundo de Desenvolvimento deve investir uma parcela de seus recursos na produção do avião militar AMX?

– Qual a porcentagem de seus recursos e capital, que o Fundo Nacional de Desenvolvimento está investindo na produção do AMX?

– Quais as porcentagens de seus recursos e o capital que o Fundo Nacional de Desenvolvimento está investindo em outras áreas, e que áreas são estas?

– Qual o capital investido na produção do AMX?

– Que empresas estrangeiras participam da produção do AMX e qual o capital investido por elas; – Deputado **Olívio Dutra** – PT – RS.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Olívio Dutra ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre aplicação de recursos na produção de aeronave militar AMX pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 134, de 1987 – ANC

(Constituinte Odacir Soares)

Solicita ao Poder Executivo Informações sobre a situação jurídica, fiscal, contábil, ingresso de estrangeiros para o trabalho e a fiscalização das entidades religiosas missionárias, mais especificamente do Conselho Indigenista Missionário – CIMI.

Senhor Presidente:
Nos termos da legislação pertinente, solicito a V. Ex.^a o encaminhamento do anexo Requeri-

mento de Informações ao Governo Federal, na pessoa do Excelentíssimo Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Sem mais para o momento, aproveito a ocasião para renovar a V. Ex.^a saudações constituintes e protestos de estima e consideração.

Atenciosamente. – Constituinte **Odacir Soares**.

Ofício nº. OS/040/87

Brasília, 13 de agosto de 1987

Excelentíssimo Senhor
Dr. Ronaldo Costa Couto
DD. Ministro-Chefe do Gabinete Civil
da Presidência da República
Palácio do Planalto
Brasília – DF

Senhor Ministro:

Nos termos da legislação pertinente e visando a subsidiar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, bem como para oferecer elemento: que nos permitam estudar a formulação de futuro projeto de resolução em torno de tão relevante matéria, encareço se digna V. Ex.^a solicitar aos setores competentes do Governo Federal as seguintes informações:

**1 – Do Ministério da Fazenda
Junto à Secretaria da Receita Federal:**

a) Qual a situação jurídica do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)? É entidade autônoma. Tem registro e cadastro próprios? Goza de isenções (quais)?

b) A entidade presta contas regulares da movimentação de seus recursos (receitas e despesas) nos termos da legislação vigente e na hipótese de estar obrigada a tanto?

c) O Governo Federal, por seu setor próprio tem conhecimento apropriado de tais atividades no âmbito de sua competência legal?

Junto ao Banco Central do Brasil:

a) A diretoria competente (câmbio) tem controle sobre os ingressos de moeda estrangeira para o CIMI?

b) O BC poderia informar quais os montantes as origens e as características dos recursos recebidos pelo CIMI do exterior?

c) No caso de doações em moeda estrangeira, elas igualmente teriam que ser registrada no BC?

d) Doações feitas à revelia do órgão competente de registro caracterizam tráfico de divisa?

e) Os setores próprios do BC, responsável pela fiscalização da entrada e saída de moeda estrangeira no país, têm informações a respeito de eventuais problemas de movimentação dessa divisas em relação a entidades religiosas-missionárias e especialmente ao CIMI?

2 – Do Ministério do Trabalho

a) A Secretaria de Imigração do Ministério tem controle sobre o ingresso no país de estrangeiros para trabalhar junto a entidades religiosa: missionárias?

b) No caso específico do CIMI, quantos estrangeiros entraram no país nos últimos 5 anos quais seus países de origem e formação profissional?

c) De que privilégios gozam as entidades religiosas-missionárias entre elas o CIMI no tocante à entrada e saída de colaboradores estrangeiros

autorizações especiais para trabalhar no país e importação de equipamentos?

3 – Do Ministério da Justiça

a) Qual o controle que o Departamento de Polícia Federal tem sobre a movimentação de religiosos e leigos estrangeiros a serviço de entidades religiosas missionárias no país, especialmente o CIMI?

b) Quais os poderes que o Governo Federal teria para realizar a fiscalização sobre as atividades dos missionários (brasileiros ou estrangeiros) em atividade no país, bem como para acompanhar a ação das entidades dedicadas a esse trabalho, auditá e controlar suas ações no âmbito da legislação vigente, tudo visando a resguardar os superiores interesses nacionais?

c) Há permissão especial ou acordo para disciplinar o trânsito de missionários interfronteiras do Brasil com seus vizinhos, sobretudo na região amazônica?

Como V. Ex.^a já pôde perceber, tais informações revestem-se de importância e urgência, em face da grave ameaça contra a soberania nacional representadas pela ação orquestrada pelo Conselho Mundial de Igrejas e o CIMI, motivo de ampla e bem fundamentada denúncia do jornal **O Estado de S. Paulo** e outros importantes veículos da imprensa brasileira.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada e sincera admiração.

Atenciosamente, – Constituinte
Odacir Soares.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Odacir Soares ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a situação jurídica, fiscal, contábil, ingresso de estrangeiros para o trabalho e a fiscalização das entidades religiosas missionárias, mais especificamente do Conselho Indigenista Missionário – CIMI.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Alfonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléa Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 135, de 1987 – ANC

(Constituinte Eduardo Jorge)

Solicita ao Poder Executivo
Informações sobre convênio entre
os Ministérios da Previdência e
Assistência Social e da Saúde e
Governos estaduais, para a
"estadualização das ações de
saúde".

Senhor Presidente:

De acordo com o disposto no art. 62, § 5º da Resolução nº 2, de 24 de março de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, requeiro a V. Ex.^a o seguinte pedido de informações oficiais aos Ministérios da Previdência Social e da Saúde:

1º – Cópias com o conteúdo integral dos vários convênios que estão sendo firmados entre os Ministérios da Previdência Social e da Saúde e os Governos estaduais, visando a chamada "estadualização das ações de saúde".

2º – Verbas discriminadas por cada Estado, previstas para este ano de 1987, para cobrir despesas desses convênios.

3º – Resoluções e estudos oficiais que servem de base às resoluções referentes a recursos humanos federais, estaduais e municipais envolvidos nesses convênios.

Sala das Sessões, 30 de julho de 1987.
– Constituinte **Eduardo Jorge.**

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Eduardo Jorge sobre convênio entre os Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde e Governos estaduais, para a "estadualização das ações de saúde".

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléa Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 137, de 1987 – ANC

(Constituinte Siqueira Campos)

Solicita ao Poder Executivo
esclarecimentos sobre notícia
veiculada em "O Estado de S.
Paulo," de 2-8-87, sobre campanha
organizada para influir nas decisões
da Assembléia Nacional
Constituinte, no tocante ao
problema indígena.

Senhor Presidente da Assembléa Nacional Constituinte:

Com base no item IV do artigo 62 e seu § 5º do Regimento Interno, solicito informações ao Poder Executivo, através do Gabinete Civil da Presidência da República, sobre fatos publicados pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, edição do dia 9 de agosto de 1987:

1 – Se é verdade que a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional tem conhecimentos, desde 1985, que há uma campanha organizada para influir nas decisões da Assembléia Nacional Constituinte brasileira no tocante ao problema indígena.

2 – Se o Conselho de Segurança Nacional detectou, à época, pressões "tanto nacionais, quanto de estrangeiros, visando a constituir à custa do território brasileiro e do território venezuelano – um Estado Yanomani"

3 – Se o Conselho de Segurança Nacional tem conhecimento de que um movimento de jovens católicos da Áustria protocolou na Comissão de Sistematização da Assembléa Nacional Constituinte a "Sugestão Popular nº-S-001, subscrita por cidadãos austríacos em território pátrio".

4 – Há quanto tempo que o Conselho de Segurança Nacional tem conhecimento de que a campanha a favor de preservar as tesas indígenas de qualquer intromissão do "homem branco" foi planejada no Exterior e financiada por dinheiro depositado no Exterior, desde 1981.

5 – Se o Conselho de Segurança Nacional confirma a existência de atritos entre este órgão e o Conselho Indigenista Missionário (filiado à CNBB), em função do projeto "Calha Norte", pelo

fato dos religiosos considerarem o projeto governamental contrário às populações indígenas.

6 – Se o Conselho de Segurança Nacional tem conhecimento do documento "Diretriz Brasil nº 4º ano 0" datado de julho de 1981, que circulou no país; Se positivo, quais as providências tomadas.

7 – Se o Conselho de Segurança Nacional considerou as informações publicadas no livro "Quem é quem no subsolo brasileiro", de autoria de Francisco Rego Chaves Fernandes, e sob a responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, através do Conselho Nacional de Pesquisa (Diretoria de Planejamento e Gestão).

8 – Se o Departamento Nacional de Produção Mineral tem o "retrato" do subsolo brasileiro através do recebimento de relatórios de empresas que dispõem de alvarás de pesquisas no Brasil.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1987. – Constituinte **Siqueira Campos**, Líder do PDC.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do Relator, pelo encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Siqueira Campos sobre campanha organizada para influir nas decisões da Assembléa Nacional Constituinte, no tocante ao problema indígena.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléa Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 138, de 1987 – ANC

(Constituinte Adilson Motta)

Solicita ao Poder Executivo
esclarecimentos sobre aquisição de
apartamentos funcionais para
servidores do IAPAS, INAMPS e
INPS.

Na forma do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu parágrafo 5º, da Resolução nº 2, de 1987, requeiro a Vossa Excelência sejam solicitadas ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República informações oficiais que esclareçam à Assembléa Nacional Constituinte os motivos que levaram o Ministério da Previdência e Assistência Social a adquirir, nesta Capital, 328 (trezentos e vinte e oito) apartamentos funcionais destinados a servidores do IAPAS, INAMPS e INPS, conforme ampla divulgação pela imprensa nacional.

Do voto do Excelentíssimo Ministro Adhemar Ghisi, do Tribunal de Contas da União, de 21-7-87, a respeito do assunto, deve-se destacara seguinte trecho:

"A compra sob apreciação mostra-se, no meu entender, precipitada e inopportunamente, em face da notória existência de imensa quantidade de imóveis de propriedade do Governo Federal em Brasília, conforme documentos constantes do TC-2.603/87, em tramitação neste tribunal.

Parece inexplicável o dispêndio de Cz\$ 1 bilhão e 30 milhões – se essa foi a quantia global da aquisição – sem a devida licitação, em 328 apartamentos, alguns ainda em

construção, segundo notícias da imprensa, no momento em que o Governo manifesta por todos os meios de divulgação a intenção de cortar gastos públicos e conter o volumoso déficit nas contas governamentais; e quando, segundo informação do Sr. Ministro-Chefe do SEDAP/PR em seu Aviso nº 338/87, constante do já citado TC-2.603/87, existem em Brasília 2.871 imóveis funcionais irregularmente ocupados, conforme item 2.2.1, da Instrução da 6º IGCE apreciada na Sessão deste Tribunal, em 11-6-87, os quais, retomados, em menos de doze por cento desse total, poderiam atender às necessidades do MPAS, possibilitando, assim, a completa transferência de seus Institutos e respectivo pessoal para Brasília. E com ínfimo dispêndio de recursos públicos, pois, afinal, SEDAP e Previdência Social são organismos do mesmo Governo desta nossa República Federativa do Brasil.

A revista *Isto É*, de 8-7-87, afirma, relativamente à transação de que ora se cuida, que a mesma objetivava efetivar a aquisição pelo MPAS de Imóveis "encalhados há mais de dois meses", e que "a Previdência está pagando cerca de 7 milhões de cruzados por um apartamento de quatro quartos, que no mercado regular da cidade custa exatamente a metade".

Embora saibamos das dificuldades ultimamente verificadas neste País para o exercício da função pública devido ao generalizado descrédito em que os homens públicos têm caído perante o povo tradicionalmente ordeiro, não podemos nos omitir no dever constitucional de averiguar qualquer alerta da sociedade, ainda mais em caso como o de que aqui e agora se trata.

Diante da gravidade do assunto, a Presidência da República está no dever moral de prestar à Assembléia Nacional Constituinte as seguintes informações complementares:

a) estudos e conclusões dos órgãos competentes daquele Ministério sobre a necessidade técnico-administrativa da operação de compra;

b) origem dos recursos financeiros para custear a alienação – de outros imóveis do MPAS;

c) detalhamento do processo de licitação (Decreto-Lei nº 2.300, de 25-11-86) e, se já firmados, sobre os contratos correspondentes;

d) estado de construção dos imóveis adquiridos, sua localização, características, preço de cada e valor global da transação;

e) cópia dos laudos de avaliação dos imóveis referidos;

f) datas aprazadas para a transferência das direções e pessoal de apoio do IAPAS, INAMPS e INPS para Brasília, e consequente ocupação dos imóveis. Mencionar os servidores de cada Instituto.

g) quais os ocupantes dos 2.871 imóveis funcionais do SEDAP/PR em situação de uso irregular, especificando cargo, salário e lotação, se servidores públicos.

Sala das Sessões, 23 de julho de 1987.
– Constituinte **Adylson Motta**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento ao Gabinete Ci-

vil da Presidência da República do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Adylson Motta, sobre aquisição de apartamentos funcionais para servidores do IAPAS, INAMPS e INPS.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 139, de 1987 – ANC

(Constituinte Adylson Motta)

Solicita ao Poder Executivo esclarecimentos sobre alienação de mansões da Península Sul, em Brasília, e contratação de prestação de serviços para residências oficiais.

Na forma do que dispõe o art. 62, item IV, combinado como seu parágrafo 5º, da Resolução nº 2, de 1987, requeiro a Vossa Excelência sejam solicitadas ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República informações oficiais, que esclareçam à Assembléia Nacional Constituinte quais as providências adotadas pela Secretaria de Administração Pública a respeito da alienação de mansões da Península Sul, nesta Capital, tão alardeada no início do Governo da malsinada "Nova República".

Apreciaria receber, também, com a necessária urgência, as seguintes informações:

a) Quantos imóveis residenciais existem, na Península Sul, de propriedade da União e quem são seus ocupantes, nominalmente?

b) Quantos imóveis residenciais são servidos por pessoal contratado por empresas prestadoras de serviços, quais são essas empresas e qual o número de empregados nessa situação?

c) Existem ainda empregados contratados diretamente pelo poder público para servirem em residências oficiais? Em caso afirmativo, indicar nomes, salários e em quais residências.

Sala das Sessões, 23 de julho de 1987.
– Constituinte **Adylson Motta**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Adylson Motta ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre alienação de mansões da Península Sul, em Brasília, e contratação de prestação de serviços para residências oficiais

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 141, de 1987 – ANC

(Constituinte Adylson Motta)

Solicita ao Poder Executivo esclarecimentos sobre ação Judicial que Furnas S.A. Centrais Elétricas promove contra a Westinghouse Company, nos Estados Unidos, envolvendo equipamento fornecido para a Usina de Angra dos Reis.

Na forma do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu § 5º, da Resolução nº 2, requeiro

a Vossa Excelência sejam solicitadas ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República informações oficiais que esclareçam à Assembléia Nacional Constituinte sobre o conteúdo da ação judicial que Furnas S/A Centrais Elétricas, do Ministério das Minas e Energia, promove, nos Estados Unidos, contra a Westinghouse Company, envolvendo o equipamento fornecido para a Usina Nuclear de Angra dos Reis, informando, inclusive, quem são os advogados contratados e quais foram os honorários com eles já desembolsados.

De acordo com o noticiário estampado hoje no *O Estado de S. Paulo* Furnas vai demolir a casa de força da Usina Nuclear de Angra I para substituir um gerador de 300 toneladas que está queimado desde o dia 24 de junho último. Assegura a notícia que os prejuízos são enormes e deverão ser arcados por Furnas enquanto a Justiça dos Estados Unidos não se pronunciar sobre o caso.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1987. – Constituinte **Adylson Motta**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Adylson Motta ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre ação judicial que Furnas S.A. Centrais Elétricas promove contra a Westinghouse Company, nos Estados Unidos, envolvendo equipamento fornecido para a Usina Nuclear de Angra dos Reis.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 142, de 1987 – ANC

(Constituinte Eraldo Trindade)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre participação de capital estrangeiro e nacional nas empresas que atuam no Brasil na área de mineração.

Excelentíssimo Senhor Doutor Ulysses Guimarães DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Senhor Presidente,

Pelo presente, venho requerer, muito respeitosamente, que a Mesa formule pedido de informação ao Departamento Nacional de Produção Mineral sobre todas as empresas que atuam no Brasil, na área de mineração, inclusive com a respectiva vinculação a grupos econômicos, explicitando-se a participação do capital nacional e estrangeiro.

Na certeza de receber o apoio que almejamos, despeço-me apresentando a Vossa Excelência a expressão de meu apreço.

Cordialmente. – Constituinte **Eraldo Trindade**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Eraldo Trindade ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a participação de capital es-

trangeiro e nacional nas empresas que atuam no Brasil na área de mineração.

Brasília, 12 de novembro de 1987. –
Paulo Affonso Martins de Oliveira,
 Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 143, de 1987 – ANC

(Constituinte Samir Achôa)

Solicita informações ao Poder Executivo sobre o empréstimo compulsório sobre gasolina e álcool, instituído pelo Decreto-lei nº 2288, de 27 de julho de 1986.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o preceituado na alínea "c", do parágrafo único do art. 30, da Constituição Federal, combinado com o art. 62 item IV, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte e tendo em vista o trâmite, no Congresso Nacional, do Decreto-lei nº 2288, de 23 de julho de 1986, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento e institui empréstimo compulsório, requeiro a Vossa Excelência que, através da Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, sejam prestadas as seguintes informações:

1. Qual o montante arrecadado, até a presente data, a título de empréstimo compulsório, erigido dos consumidores de gasolina e álcool para veículos automotores?

2. As empresas refinadoras de petróleo têm recolhido, no prazo legal de quinze dias, o empréstimo compulsório cobrado sobre o combustível?

3. Quais as empresas refinadoras que não estão recolhendo o empréstimo compulsório no prazo legal?

4. Na hipótese do item anterior, quais as penalidades a que estão sujeitas as empresas infratoras, quantas vezes e em quais casos o Governo as aplicou?

5. Qual será o critério a ser adotado para resgate do empréstimo?

Justificação

O Decreto-lei nº 2288, de 23 de julho de 1986, criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento e instituiu, como medida complementar ao Programa de Estabilização Econômica, o empréstimo compulsório para absorção temporária do excesso de poder aquisitivo.

Passou, então, a ser exigido o empréstimo compulsório de todos os consumidores de gasolina ou álcool para veículos automotores.

Segundo prescreve o diploma legal que o criou, o empréstimo compulsório, calculado sobre o consumo de combustível, deve ser cobrado, junto com o preço do produto, pelas empresas refinadoras, distribuidoras e varejistas de gasolina e álcool e recolhido pelas refinadoras, no prazo de quinze dias.

A instituição do empréstimo compulsório, em conformidade com o disposto no próprio texto legal, visa absorver, temporariamente, o excesso de poder aquisitivo da população, gerado pelo congelamento de preços do plano cruzado.

As razões que o motivaram, portanto, já não existem, mas, o empréstimo compulsório conti-

nua em vigor, onerando todos os proprietários de veículos automotores do País.

Além disso, já transcorridos dez meses desde a data da sua instituição infelizmente, ainda não se tem informações oficiais e precisas a respeito do assunto. Não se sabe, por exemplo, qual tem sido a arrecadação nesse período e nem se tem notícia sobre o seu recolhimento por parte das refinadoras de petróleo. Por outro lado, pairam dúvidas sobre o procedimento a ser adotado para cálculo do resgate das importâncias recolhidas a título de empréstimo compulsório cobrado dos consumidores de gasolina e álcool.

Por essas razões, estamos encaminhando o presente requerimento de informações ao Poder Executivo, na esperança de que ele, respondendo às questões formuladas, possa trazer os esclarecimentos que o Congresso Nacional exige e que a população brasileira merece. – Constituinte **Samir Achôa.**

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do Relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Samir Achôa ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre o empréstimo compulsório sobre gasolina e álcool, instituído pelo Decreto-lei nº 2.288, de 27-7-86.

Brasília, 12 de novembro de 1987. –
Paulo Affonso Martins de Oliveira,
 Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 144, de 1987 – ANC

(Constituinte Eduardo Jorge)

Solicita informações ao Poder Executivo sobre atendimento e credenciamento pelo Ministério da Previdência e Assistência Social de médicos para o Hospital São Bento, ex-Hospital Geral da Lapa – SP.

Senhor Constituinte,

De acordo com o disposto no art. 62, § 5º da Resolução nº 2 de 24 de março de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro a V. Ex.^a que encaminhe ao Ministério da Previdência e Assistência Social este requerimento com os seguintes questionamentos:

1 – Como o MPAS justifica o recredenciamento, em junho/87, do Hospital São Bento (ex-Hospital Geral da Lapa) pelo Dr. Roberto Lago e agora mantido pelo Dr. José Aristodemo Pinotti, já que o mesmo havia sido descredenciado por denúncias de fraudes e péssima qualidade do atendimento prestado?

2 – As denúncias de fraudes eram verdadeiras? Foram apuradas? Houve punição?

3 – As denúncias sobre a péssima qualidade de atendimento eram verdadeiras? Houve modificações a respeito?

Justificação

O Hospital São Bento é o ex-Hospital da Lapa.

Foi descredenciado pela Secretaria de Medicina Social do Inamps depois de várias denúncias de fraudes e péssima qualidade de atendimento.

Fatos que aconteceram durante sindicância:

- incêndio de uma Kombi cheia de documentos do hospital;
- incêndio no PAM do Inamps, exatamente no local em que estavam arquivados os documentos do referido Hospital.

Recentemente a filha do dono do hospital o acusou pelos jornais de prática ilegal da Medicina.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 1987. – Constituinte **Eduardo Jorge.**

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Eduardo Jorge ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre atendimento e credenciamento pelo Ministério da Previdência e Assistência Social de médicos para o Hospital São Bento, ex-Hospital Geral da Lapa-SP.

Brasília, 12 de novembro de 1987. –
Paulo Affonso Martins de Oliveira,
 Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 145, de 1987 – ANC

(Constituinte Eduardo Jorge)

Solicita Informações ao Poder Executivo sobre instalação e operação de reatores nucleares no Centro Experimental de Aramar, em Iperó, São Paulo, para utilização do Urânio (U-235).

Senhor Presidente:

De acordo com o disposto no art. 62, § 5º de Resolução nº 02, de 24 de março de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro a V. Ex.^a que encaminhe ao Ministério das Minas e Energia, Ministério da Marinha e ao Conselho Nacional de Energia Nuclear as seguintes questões:

1 – Quantos reatores nucleares serão montados e operados no Centro Experimental de Aramar, em Iperó, São Paulo?

2 – Qual a potência individual de cada um dos reatores e no seu conjunto quantos mega-watts de potência?

3 – Haverá enriquecimento de Urânio no referido Centro?

4 – Qual a quantidade apurada por dia e por mês, em toneladas da matéria-prima, e qual o rendimento da operação, o teor pureza do U-235?

5 – Como funcionarão os planos de evacuação dos habitantes das cercanias dos centros de pesquisa em caso de acidente?

6 – Que utilidade terá o Urânio purificado (U-235) no referido centro?

Justificação

Hoje, dia 2 de outubro de 1987, mais uma manifestação ecológica está se realizando em Sorocaba/São Paulo.

Há um ano atrás 4.000 pessoas saíram às ruas para protestar em Sorocaba contra o sigiloso Projeto desenvolvido pela União no Centro Experimental de Aramar.

A que se destina o Projeto? Visa o enriquecimento de Urânio? Reatores para submarinos

atômicos? Ou seria mais uma parte do projeto visando a construção da bomba atômica no Brasil?

Estas informações continuam fora do alcance da comunidade da região.

Neste momento, sob o impacto terrível do acidente de Goiânia/Goiás, que na Constituinte estamos discutindo a questão nuclear, encaminho este requerimento de informações que, pelo seu conteúdo, vem reforçar requerimento do vereador Osvaldo Noce (PT), aprovado por unanimidade pela Câmara de Sorocaba no dia 22-09-87.

Sala das Sessões, 2 de outubro de 1987. – Constituinte **Eduardo Jorge**

PARECER DA MESA

A Mesa na reunião de hoje aprovou o parecer do relator pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Eduardo Jorge ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre instalação e operação de reatores nucleares no Centro Experimental de Aramar, em Iperó, São Paulo, para utilização do Urânio (U-235).

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Alfonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 146, de 1987 – ANC

(Constituinte Adylson Mota)

Solicita informações ao Poder Executivo sobre a aplicação do vale transporte aos servidores da administração direta e indireta.

Na forma do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu § 5º, da Resolução nº 2, de 1987, requeiro a vossa Excelência sejam solicitadas ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República informações oficiais que esclareçam ao requerente e à Assembléia Nacional Constituinte os motivos pelos quais o Poder Executivo não aplica, para os seus servidores, tanto da administração direta quanto da indireta, a Lei do Vale Transporte.

Quer saber o requerente, também, quanto se despende, somente em Brasília, com ônibus para o transporte de pessoal, para cada um dos Ministérios, autarquias, empresas públicas e fundações.

O conhecimento do custo servidor-dia é necessário para o início de amplo debate sobre o assunto.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 1987. – Constituinte **Adylson Motta**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo constituinte Adylson Motta ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a aplicação do vale transporte aos servidores da administração direta e indireta.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Alfonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 147, de 1987 – ANC

(Constituinte Eduardo Jorge)

Solicita informações ao Poder Executivo sobre contratação de serviços para a irrigação de áreas em terrenos cristalinos no Estado da Bahia.

Senhor Presidente:

De acordo com o disposto no art. 62, § 5º da Resolução nº 02, de 24 de março de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro a V. Ex.^a que encaminhe este Requerimento de Informações ao:

Ministério da Irrigação: Ministro Vicente Cavalcanti Fialho; Ministério das Minas e Energia: Ministro Aureliano Chaves; Ministério de Ciência Tecnologia: Ministro Renato Archer.

Perguntas:

1 – Qual a justificativa para a contratação de serviços (humanos e tecnológicos) do exterior para a irrigação de áreas em terrenos cristalinos no Estado da Bahia, em detrimento de técnicos e tecnologia brasileira?

2 – Qual o custo real de implantação destes pacotes tecnológicos?

3 – Entidades como a Sociedade Brasileira de Geologia (SBG) e Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS) foram consultadas?

Justificação

O Ministério de Irrigação encaminhou protocolo de intenção, junto ao Governo da Espanha, onde preconiza a realização de estudos para a irrigação de áreas no Estado da Bahia e a vinda de todos os recursos humanos gerenciais, sem a definição da parte brasileira. Este protocolo viabiliza, inclusive, a importação de equipamento e maquinários existentes no Brasil para a concretização deste projeto. A tecnologia brasileira é bastante avançada no campo da água subterrânea e irrigação, inclusive com exportação dos mesmos.

No que diz respeito a recursos humanos, o Ministério de Minas e Energia enseja a contratação de uma equipe chinesa para a perfuração de poços em terrenos cristalinos do Nordeste, sem qualquer consulta a técnicos brasileiros do setor, que têm grande experiência acumulada, conhecimento geológico e tecnológico, como os da Sudene, as Companhias de Saneamento locais e outros órgãos de pesquisa, que são, freqüentemente, convocados para trabalhos de consultoria no exterior.

Sala das Sessões, 2 de outubro de 1987. – Constituinte **Eduardo Jorge**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Eduardo Jorge ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre contratação de serviços para

irrigação de áreas em terrenos cristalinos no Estado da Bahia.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 148, de 1987 – ANC

(Constituinte Amaral Netto)

Solicita informações ao Poder Executivo sobre desapropriação de área de 865ha em Belmonte, BA.

Na forma do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu § 59, da Resolução nº 2, de 1987, requeiro a Vossa Excelência solicitar do Senhor Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República informações oficiais que esclareçam à Assembléia Nacional Constituinte e ao requerente se tem procedência a denúncia do Senhor José Nogueira Júnior, cacauicultor de Belmonte, BA, de que o MIRAD perpetra desapropriar, por vingança pessoal, uma área de 865ha de sua propriedade, naquela localidade, de acordo com telegrama de cópia anexa.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 1987. – Constituinte **Amaral Netto**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Telegrama

Deputado Amaral Netto
Câmara dos Deputados
Brasília/DF

Peço nobre deputado, companheiro Clube Lanterna, favor interceder junto Presidente Sarney, Ministro Jader Barbalho não assinarem decreto desapropriação pretendida Incra minha fazenda Tuiuti, Município Belmonte, porquanto medida traduz torpe vingança traidores comunistas contra velho desassombrado lutador contra russificação Brasil, além deixar-me vexatória situação econômica, vez possuo apenas 865 hectares, sendo cúpula Incra, manobrada dominada subserviente PCB, CUT, CPT, FETAG quer desapropriar 600, restando fazenda somente 200, entre benfeitorias pequena mata. Remeti Ministro Barbalho exposição motivos acompanhada projeto autoria técnico Ceplac Eduardo Lavinsky, para implantar novas diversas benfeitorias cujos trabalhos iniciais datam maio 87. Vistoria Incra área realizada agosto passado. Conto seu valioso renomado prestígio junto referidas autoridades. Inteiro acordo implantação pena morte inclusive atingindo agentes russos. Cordiais saudações.

José Nogueira Júnior, cacauicultor Belmonte.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Amaral Netto ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre desapropriação de área de 865ha em Belmonte, BA.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
Nº 149, de 1987 – ANC**

(Constituinte Adylson Motta)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre a veracidade da denúncia formulada pela Abifer a respeito da importação de vagões, locomotivas e carros de passageiros para a Cia. Vale do Rio Doce e Rede Ferroviária Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Nos termos do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu § 5º, da Resolução nº 2, de 1987, requeiro a Vossa Excelência solicitar ao Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República informações oficiais que esclareçam ao Requerente e à Assembléia Nacional Constituinte sobre a veracidade da denúncia formulada pela Abifer – Associação Brasileira da Indústria Ferroviária, a respeito da importação de vagões, locomotivas e carros de passageiros para a Cia. Vale do Rio Doce e Rede Ferroviária Federal, quando a indústria ferroviária nacional está com quase 100% de ociosidade, por falta de encomendas.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 1987. – Constituinte **Adylson Motta**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Adylson Motta, ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre importação de vagões, locomotivas e carros de passageiros para a Cia. Vale do Rio Doce e Rede Ferroviária Federal.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
Nº 150, de 1987 – ANC**

(Constituinte Adylson Motta)

Solicita esclarecimentos ao Poder Executivo relativos à redistribuição de servidores dos Quadros e Tabelas Permanentes para diversas instituições de ensino.

Na forma do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu § 5º, da Resolução nº 2, de 1987, requeiro a Vossa Excelência solicitar do Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República informações oficiais que esclareçam ao Requerente e à Assembléia Nacional Constituinte o inteiro teor da Exposição de Motivos nº 96, de 13-8-87, da Secretaria de Administração Pública, pela qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República autorizou a redistribuição de servidores de Quadros e Tabelas Permanentes para diversas instituições de ensino. Quer saber o Requerente, também, quem são os servidores redistribuídos, sua remuneram e que critérios orientarão tal redistribuição.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 1987. – Constituinte **Adylson Motta**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Adylson Motta ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre à redistribuição de servidores dos Quadros e Tabelas Permanentes para diversas instituições de ensino.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
Nº 152, de 1987 – ANC**

(Constituinte Amaral Netto)

Solicita informações ao Poder Executivo sobre a aplicação da Lei nº 4.137/62 em relação ao grupo canadense Combrascan.

Nos termos do art. 62, item IV, combinado com o seu § 5º, da Resolução nº 2, de 1987, requeremos a Vossa Excelência solicitar ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República informações oficiais que esclareçam aos requerentes e à Assembléia Nacional Constituinte, o seguinte:

a) o CADE, órgão encarregado do restabelecimento da concorrência perfeita e da fiscalização dos abusos do poder econômico, nos termos da Lei nº 4.137/62, tornou conhecimento de atitude assumida pela Combrascan, de um grupo multinacional canadense, asfixiando o grupo brasileiro Capri, conforme matéria divulgada sob o título "David contra Gofias", na página 2, do **Jornal do Comércio**, do Rio de Janeiro, de 23 e 24 de agosto de 1987?

b) se tomou conhecimento, por igual, de editorial de autoria de João Alberto Leite Barbosa, na página 2, do BC do **Diário Econômico** e Financeiro, intitulado "Uma atitude imprudente";

c) se, diante destas duas denúncias, o CADE tomou as providências previstas na alínea a, do art. 17, da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, desde que configuradas as hipóteses previstas nas alíneas a, b, e c, item I, do art. 2º, do citado diploma legal.

Justificação

O abuso do poder econômico, incluído na Constituição de 1946, só foi regulamentado dezenas anos depois, com a Lei nº 4.137/62, criando o Conselho Administrativo da Defesa Econômica, destinado à aplicação de suas normas. Essa Lei considera formas de abuso do poder econômico, dentre outras, eliminar total ou parcialmente a concorrência por meio da aquisição de acervos de empresas, qualquer tipo de concentração empresarial, "acumulação de direção, administração ou gerência de mais de uma empresa".

Ninguém desconhece que as transnacionais, em todo o mundo, procuram eliminar a concorrência, principalmente nos países subdesenvolvidos, por meio de subsidiárias que fictivamente assumem a condição de empresas nacionais.

Quando esse assunto volta à baila no Plenário da Constituinte e procura-se revitalizar os pressupostos constitucionais da repressão ao abuso do poder econômico, cabe, à Constituinte e a qual-

quer das casas do Congresso Nacional, indagar aos órgãos do Executivo a respeito da conduta dessas subsidiárias no País, atendido, implicitamente, o pressuposto da letra c, do parágrafo único, do art. 30 da Constituição em vigor.

É o propósito do presente requerimento de informações, buscando esclarecer as providências do CADE a respeito das denúncias retrocitadas, da imprensa do Rio de Janeiro.

Trata-se da aquisição do Shopping Rio Sul, em dezembro de 1983, pela Combrascan, subsidiária da Brascan imobiliária, que por sua vez é subsidiária da Brascan Holding, vinculada à Brascan Limited, sediada em Toronto, que possuiu no Brasil, a "Light and Poder", popularmente citada como "polvo canadense".

O negócio realizado com a CAPRI S/A Comércio e Indústria atribuiu a essa empresa nacional uma participação nas receitas daquele Shopping Center, até o ano de 2003, cumprida essa obrigação contratual, nos termos propostos, até a instauração do I Plano Cruzado, quando a Combrascan, já então dirigida pelo canadense Jacky Dalmar, que substituiu o esclarecido e saudoso Antônio Galotti, resolveu alterar a interpretação das normas contratuais, em detrimento da empresa nacional.

Acontece que o Senhor Jacky Dalmar, Diretor-Presidente da Brascan Imobiliária S/A é membro da diretoria da Brascan Participações Ltda., infringindo a alínea e, item I, do art. 2º, da Lei nº 4.137/62, que considera forma de abuso do poder econômico "acumulações de direções administrativas ou gerências de mais de uma empresa".

Parece-nos tempo de acompanhar os passos da mais poderosa empresa multinacional com dezenas de empresas subsidiárias em múltiplas atividades econômicas no País.

Sala das Sessões, de setembro de 1987. – Constituinte **Amaral Netto**, Líder do PDS – Constituinte **Bonifácio de Andrade**, Vice-Líder do PDS.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informações formulado pelo Constituinte Amaral Netto ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a aplicação da Lei nº 4.137/62 em relação ao grupo canadense Combrascan.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
Nº 153, de 1987 – ANC**

(Constituinte José Tavares)

Solicita informações ao Poder Executivo sobre a construção da Ferrovia do Aço, rodovia Rio-Santos e usinas Três Irmãos e de Angra I.

Senhor Presidente,
Recentemente a Rede Globo de Televisão anunciou à Nação algo que nos chocou. Trata-se de uma reportagem pormenorizada a respeito de inúmeras obras, autorizadas pelos governos passados, que se encontram inacabadas e abando-

nadas ou tiveram seus custos várias vezes mais do que o previsto.

Dado ao grande volume de recursos despendidos, alguns milhares de dólares, e a absoluta desnecessidade das mesmas, creio ser de interesse de toda a Nação saber o seguinte:

I) O nome do responsável ou responsáveis pela autorização de realização da Ferrovia do Aço, rodovia Rio-Santos e usina 3 Três Irmãos, bem como da usina de Angra I, esta última executada de forma danosa ao país.

II) Quais as razões que levaram tais autoridades a tomarem tal decisão?

III) Quanto custou ao País cada uma dessas obras e qual a origem dos recursos?

IV) Quais as providências, em termos de responsabilidade funcional, que o Governo, através dos seus altos dirigentes, tomou contra esses desmandos?

Sala das Sessões, de 1987. – Constituinte **José Tavares**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte José Tavares ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre a construção da Ferrovia do Aço, Rodovia Rio-Santos e usinas Três Irmãos e de Angra I.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 154, de 1987 – ANC

(Constituinte Antero de Barros)

Solicita informações ao Poder Executivo sobre viagens realizadas pelos Senhores Ministros de Estado.

Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Na forma do disposto no Inciso IV do artigo 62 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro que seja solicitado aos Ministros da Aeronáutica e do Gabinete Civil, informações oficiais sobre:

a) número de viagens, bem como os roteiros e datas, realizadas pelos Ministros da Nova República;

b) as mesmas do item anterior, sendo que com a utilização de aeronaves da FAB.

Entendemos que estas informações são necessárias à manutenção da transparência administrativa que é um dos fundamentos básicos da Nova República pretendida pelos democratas.

Nesses termos,
Espera deferimento. – Constituinte **Antero de Barros**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Antero de Barros ao Gabinete Civil da Presidência

da República, sobre viagens realizadas pelos Senhores Ministros de Estado.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 155, de 1987 – ANC

(Constituinte Ubiratan Aguiar)

Solicita informações ao Poder Executivo sobre projeto de utilização e a prestação de serviços nas jazidas de urânio de Itataia, Estado do Ceará.

Requeiro, nos termos do art. 30, parágrafo único, alínea b, da Constituição, combinado com o § 5º do art. 62, com o art. 83, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, sejam solicitadas ao Ministério das Minas e Energia, por intermédio do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, as seguintes informações:

1) Qual a data de início dos serviços de prospecção e construção das obras físicas nas jazidas de Itataia, no Estado do Ceará?

2) Qual o montante dos recursos aplicados, até a presente data, nos serviços já executados, indicadas as fontes por onde os mesmos se têm executado?

3) Que serviços estão sendo realizados durante o presente exercício?

4) Quais as ações previstas para os próximos cinco anos?

5) Que providências já foram adotadas em relação ao aproveitamento do projeto que envolve a plena utilização da jazida?

6) O enriquecimento do urânio será processado em território cearense ou transportado o minério para usinas já instaladas?

7) Qual é a participação do Estado do Ceará e dos municípios em que se situam as jazidas, na receita, oriunda da exploração do minério?

Justificação

Quando atingirmos o estágio final da exploração pacífica do urânio, obtendo aqui mesmo o enriquecimento do minério, serão claras as perspectivas de que, antes do fim do século, a energia nuclear estará participando, em larga proporção, do atendimento a nossa demanda energética.

Mas para isso, cumpre que o problema seja tratado em termos rigorosamente prioritário, com preferência sobre a exploração das fontes convencionais de energia, se pretendemos, realmente, tornar-nos uma das cinco principais potências mundiais, depois de alcançarmos a posição de oitava economia do mundo.

Daí por que a descoberta da jazida de urânio de Itataia importa em consequências de tal modo importantes para o nosso desenvolvimento econômico, que a sua operação se torna urgente, até a utilização plena do minério.

As indagações que fazemos pretendem responder à grande curiosidade nacional, quando todos sabem a importância econômica da solução do nosso problema energético.

Sala das Sessões. – Constituinte **Ubiratan Aguiar**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento do requerimento de informação formulado pelo Constituinte Ubiratan Aguiar ao Gabinete Civil da Presidência da República, sobre projeto de utilização e a prestação de serviços nas jazidas de urânio de Itataia, Estado do Ceará.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16-C, de 1987

(Do Sr. Álvaro Valle)

Introduz alterações no art. 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; tendo parecer da Mesa pela aprovação, com o Substitutivo. Parecer da Mesa às emendas de Plenário: pela apresentação de Substitutivo.

(Projeto de Resolução nº 16-B, de 1987 (ANC), emendado em Plenário, tendo anexados os de nºs 19/87 e 20/87.)

Art. 1º Substitua-se no § 2º do art. 26 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte a expressão "48 horas" por "uma semana".

Art. 2º Acrescente-se os seguintes parágrafos no art. 26 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte:

§ 4º Se forem apresentadas emendas que substituam integralmente o texto do projeto ou do substitutivo do relator, algum de seus títulos ou capítulos, elas terão preferência para votação, devendo ser subscritas pelo menos por 188 (cento e oitenta e oito) Constituintes.

§ 5º Se for aprovada alguma emenda a que se refere o parágrafo anterior, o texto correspondente do projeto ou substitutivo apresentado pela Comissão de Sistematização será considerado prejudicado, assim como as emendas que lhe foram propostas.

§ 6º Na hipótese prevista pelo parágrafo anterior, haverá novo prazo de dez dias para apresentação de subemendas às emendas aprovadas, ou de emendas ao novo projeto de Constituição, devendo receber parecer da Comissão de Sistematização no prazo de cinco dias."

Justificação

O regimento em vigor não aceita emendas que substituam integralmente o projeto do relator.

O evolver dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte tem mostrado não ser aquela uma norma que permita uma maior eficácia dos trabalhos. Por outro lado, se o projeto não merecer o apoio da maioria do plenário, os Constituintes ficarão tolhidos, forçados a votar um texto que não reflete o seu pensamento, sob pena de não termos Constituição. Ou serão obrigados a remendos e ao uso de artifícios regimentais para a manifestação de sua vontade.

A proibição de apresentação de substitutivos é uma norma antidemocrática e inédita no procedimento legislativo democrático.

Sala das Sessões, de julho de 1987. Álvaro Valle – José Carlos Coutinho – José Costa – Arnaldo Prieto – Francisco Rolemberg – Os-

waldo Almeida – Afif Domingos – Gustavo de Faria – Osvaldo Coelho – Flávio Rocha – Osvaldo Sobrinho – Fausto Rocha – Costa Ferreira – Matheus Jansen – Antônio Carlos Mendes Thame – Rubem Branquinho – Maurício Campos – Leur Lomanto – Salatiel Carvalho – Hugo Napoleão – Rubem Figueiró – Luiz Roberto Ponte – Chagas Duarte – José Elias Murad – José Maria Eymael – Jesualdo Cavalcanti – Jesus Tajra – Jayme Santana – João Calmon – Narciso Mendes – Francisco Diógenes – José Guedes – Gastone Righi – Cardoso Alves – Mendes Botelho – Ângelo Magalhães – José Egreja – Ottomar Pinto – Roberto Jefferson – Farabulini Júnior – Dirce Tutu Quadros – Eunice Michiles – Henrique Eduardo Alves – Homero Santos – Vingt Rosado – José Luiz de Sá – José Moura – Alceni Guerra – Orlando Pacheco – Ivan Bonato – César Cals Neto – Sotero Cunha – Jorge Arbage – Simão Sessim – João Menezes – Adylson Motta – Vitor Fontana – Furtado Leite – Luiz Marques – José Lins – Christovam Chiaradia – Benito Gama – Ronaro Corrêa – Ricardo Izar – Gilson Machado – José Thomaz Nonô – Dionísio Dal-Prá – Alison Paulineli – Cláudio Ávila – João Alves – Pedro Canedo – Átila Lira – Sadia Hauache – Jacy Scanagatta – Jonas Pinheiro – Luiz Eduardo – João da Mata – Waldeck Ornelas – Ricardo Fiúza – Antônio Ferreira – Francisco Benjamim – José Lourenço – Edme Tavares – Antônio Ueno – Ezio Ferreira – Paes Landim – Geovani Borges – Annibal Barcellos – Osmar Leitão – Sandra Cavalcanti – Mozarildo Cavalcanti – Amaral Netto des – Ruberval Pilotto – Telmo Kirst – Virgílio Galassi – Adauto Pereira – Cunha Bueno – Antônio Salim Curiati – Artenir Werner.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA COORDENAÇÃO DAS
COMISSÕES PERMANENTES
RESOLUÇÃO Nº 2 DE 1987**

**Dispõe sobre o Regimento
Internacional da Assembléia Nacional
Constituinte.**

TÍTULO IV

Da Elaboração da Constituição

CAPÍTULO II

Do Projeto de Constituição

Art. 26. Findo o prazo estabelecido no § 2º do artigo anterior, o Projeto de Constituição, com ou sem parecer, será incluído em Ordem do Dia, devendo o Relator, quando for o caso, proferir o parecer oral em plenário.

§ 1º Havendo parecer, e uma vez encaminhado à Mesa, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo o projeto incluído em Ordem do Dia, obedecido o interstício de 24 (vinte e quatro) horas da distribuição dos avulsos, para sua votação em primeiro turno.

§ 2º Concluindo o parecer pela apresentação de substitutivo, os Constituintes terão, a contar de sua publicação, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar emendas, permitidas

somente quando incidirem sobre dispositivos em que o substitutivo houver inovado em relação ao projeto e as emendas anteriores.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o projeto retornará à Comissão de Sistematização para emitir novo parecer, em prazo a ser fixado pela Mesa.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 19, DE 1987**

(Do Sr. José Luiz de Sá)

**Dispõe sobre a votação do
Projeto de Constituição, dando
nova redação ao art. 27 do
Regimento Interno da Assembléia
Nacional Constituinte.**

(Anexado ao de nº 16/87 (ANC)

**A Assembléia Nacional
Constituinte resolve:**

Art. 1º O art. 27 da Resolução nº 2, de 1987, que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. A votação do Projeto de Constituição se fará artigo por artigo, ressalvados os destaques e as emendas.

§ 1º O encaminhamento da votação será por Título ou Capítulo abrangendo as respectivas emendas, podendo usar da palavra, uma só vez, por 5 (cinco) minutos, 4 (quatro) Constituintes devidamente inscritos. No encaminhamento da votação de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) constituintes a favor, tendo preferência o autor do requerimento, e 2 (dois) contra.

§ 2º Poderão ainda encaminhar a votação os líderes partidários, por prazo que variará de 3 (três) a 20 (vinte) minutos, a ser concedido na proporção do número de membros de cada bancada, na forma do disposto no inciso II do § 2º do art. 34 deste Regimento.

§ 3º Votados os artigos de um Capítulo ou Título, votar-se-ão, em seguida, os respectivos destaques concedidos e as emendas. As emendas serão votadas em globo, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 4º As emendas com subemendas da Comissão serão votadas em globo, salvo deliberação em contrário, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou Líderes que representem este número, sendo as subemendas substitutivas ou supressivas votadas antes das respectivas emendas."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Vive a Nação uma saudável expectativa voltada para a Assembléia Nacional Constituinte. O povo aguarda com ansiedade a nova Constituição que irá consolidar o processo democrático no Brasil. Pesa, assim, sobre os Constituintes, uma responsabilidade, a de elaborar uma Carta que esteja à altura dos brasileiros, das suas aspirações e das suas necessidades, e da nação moderna, livre,

soberana, econômica e socialmente desenvolvida em que desejam ver transformado o Brasil após a Nova Ordem.

Um aspecto delicado e da maior importância diz respeito ao método utilizado para a elaboração do texto constitucional. Ele não pode ser resultado do trabalho de um grupo, ou de dois ou três grupos de pessoas. Todos os Constituintes, independentemente da cor partidária, devem ter oportunidade de participar efetivamente do projeto constitucional, não só com emendas, mas também com opinião e voto.

Esta observação é importante e procedente, porque todos sabem que existe um grande número de Constituintes descontentes com a formação de pequenos grupos, que se dedicam a um trabalho paralelo. Esses grupos estão funcionando à margem da Assembléia Nacional Constituinte, com muita força e empenho, e pretendem impor um projeto de Constituição que não está sendo discutido com os demais Constituintes. Enquanto isso, embora veladamente, a grande maioria não reconhece como legítimo esse procedimento e nem aceita as posições e pensamentos dessa minoria organizada.

A maior parte dos Constituintes só participou, até agora, dos trabalhos das Subcomissões e das Comissões e sem vincular-se áqueles pequenos grupos, que procuraram influir na direção dos trabalhos, porque entendeu ser essa uma forma de agir antidemocrática e, por isso mesmo, inaceitável.

Diante de todo o exposto, com fulcro no disposto no art. 81, II, do Regimento Interno, resolveu-se, com o apoio de 94 Constituintes que a assinam, elaborar a presente proposição, que altera a redação do art. 27 da Resolução nº 2, de 1987, que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte" de modo que a votação do Substitutivo da Comissão de Sistematização seja feita artigo por artigo, e com os devidos destaques. Esta será a única maneira verdadeiramente democrática de se levar o trabalho da Constituinte até o final, de modo que prevaleça a vontade da maioria.

Com isto, deseja-se evitar a votação do que se poderia chamar "pacote" de imposições de um grupo minoritário de pessoas.

O processo de votação que se propõe pode ser demorado, mas é legítimo, sendo ainda a única forma de se garantir uma participação aberta de todos os Constituintes na feitura da nossa Lei Maior.

Sala das Sessões, de 1987.
– Constituinte José Luiz de Sá – PL/RS –
Adolfo Oliveira – Nilson Gibson – Amílcar Moreira – José Elias Murad – Leopoldo Bessone – Eunice Michiles – Raquel Capiberibe – Arnaldo Martins – Hilário Braum – Felipe Mendes – Roberto Torres – Osmir Lima – Rodrigues Palma – Fernando Cunha – Fernando Velasco – Arolde de Oliveira – Victor Faccioni – Humberto Souto – Manuel Viana – Geraldo Campos – José Dutra – Moema São Thiago – Gonzaga Patriota – Wagner Lago – Vivaldo Barbosa – Virgílio Guimarães – Koyu Iha – Eiel Rodrigues – Ruy Nedel – João Paulo – Oswaldo Almeida – Silvio Abreu – Dalton Canabrava – Solon Borges Reis – Sérgio Brito – João Rezek – Agassiz Almeida – Albérico Filho – Eraldo Tinoco – Gerson Peres – Acival Gomes – Wilma

Maia – Aloísio Vasconcellos – Melo Reis – Jovanni Massini – Chritóvam Chiarádia – Alysson Paulinelli – José Teixeira – Sérgio Spada – Agripino de Oliveira Lima – Jesus Tajra – Victor Fontana – Lézio Sathler – Ezio Ferreira – Doreto Campanari – Del Bosco Amaral – Gidel Dantas – Enoc Vieira – César Maia – Gabriel Guerreiro – Gustavo de Faria – Basílio Villani – Beth Azize – Vinght Rosado – Jesualdo Cavalcanti – Cláudio Ávila – Maurício Pádua – Amaury Müller – Geovani Borges – Nelson Seixas – Theodoro Mendes – Jacy Scanagatta – Ismael Wanderley – José Carlos Sabóia – Eraldo Trindade – Hermes Zaneti – José Queiroz – João de Deus – Orlando Pacheco – Mussa Demes – Luiz Marques – Manoel Ribeiro – Dionísio Dal Prá – Fernando Bezerra Coelho – João Machado Rollemburg – Messias Góis – Noel de Carvalho – Manoel Castro – José Carlos Coutinho – Siqueira Campos – Carlos Cardinal – Vítor Buai – Aldo Arantes – Paulo Macarani (apoioamento).

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

RESOLUÇÃO N° 2, DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Título IV

Da Elaboração da Constituição

CAPÍTULO II

Do Projeto de Constituição

Art. 27. A Votação será feita por Títulos ou Capítulos, ressalvadas as emendas e os destaques concedidos.

§ 1º O encaminhamento da votação de cada Título ou Capítulo e das respectivas emendas será feita em conjunto, podendo usar da palavra, uma só vez, por 5 (cinco) minutos, 4 (quatro) Constituintes devidamente inscritos.

§ 2º Poderão, ainda, encaminhar a votação os Líderes partidários, por prazo que variará de 3 (três) a 20 (vinte) minutos, a ser concedido na proporção do número de membros de cada bancada na forma do disposto no inciso II do § 2º do art. 34 deste Regimento.

§ 3º Votado o título ou capítulo votar-se-ão, em seguida, os destaques deles concedidos. As emendas serão votadas em globo, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 4º As emendas com subemendas da Comissão serão votadas em globo, salvo deliberação em contrário, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou Líderes que representem este número, sendo as subemendas substitutivas ou supressivas votadas antes das respectivas emendas.

§ 5º No encaminhamento da votação da matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) Constituintes a favor, tendo preferência o autor do requerimento, e 2 (dois) contra.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1987

(Do Sr. Cardoso Alves)

Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

(Anexado ao de Nº 16/87 (ANC).)

A Assembléia Nacional Constituinte decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte o seguinte art. 27, renumerando-se os demais:

"Art. 27. Incluído o projeto na Ordem do Dia, para votação, com ou sem substitutivo, tanto em primeiro como em segundo turno é facultada à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de substitutivos e emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, secções, artigos, parágrafos, incisos e demais dispositivos, que serão relatadas oral e conclusivamente, em Plenário, pelo Relator da Comissão de Sistematização ou por outro parlamentar designado pela Presidência, vedada a apresentação de novas emendas ou destaques.

Parágrafo único. As emendas apresentadas com base neste artigo, até o início da tomada de votos da respectiva matéria, terão preferência, independentemente de votação, sobre todas as demais, que ficarão prejudicadas com sua aprovação, aplicando-se-lhes o rito previsto no § 4º do art. 64, excluído do requerimento ali exigido, bem como quaisquer outras exigências regimentais."

Art. 2º O § 2º, do art. 63 do RIANC, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63.

§ 2º A matéria destacada para votação em separado será submetida à deliberação após a votação do todo que compunha e somente será incluída no texto constitucional se aprovada pelo voto da maioria absoluta nos termos do art. 33. Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que tenham sido destacadas para o mesmo texto."

Art. 3º Este projeto de resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Justifica a primeira parte da proposta a necessidade de garantir à Assembléia Nacional Constituinte meios de divulgar seus trabalhos e de oferecer à Nação um texto constitucional que atenda aos interesses do País, segundo o critério da maioria absoluta dos representantes do povo.

A forma sugerida adota a possibilidade de apresentação, pela maioria absoluta, de modificações que, apreciadas em rito sumaríssimo – eis que se lhe aplicam as regras do § 4º do art. 64 do Regimento –, poderão ser examinadas na mesma sessão em que forem apresentadas, revigorando, assim, o princípio universal da Soberania do Plenário.

O objetivo maior da segunda modificação é possibilitar o entendimento em torno de emendas

que obtenham o acolhimento da maioria da ANC e retirar a prevalência descabida oferecida ao Relator e à Comissão de Sistematização, por contrariar o disposto no art. 33 do Regimento Interno da ANC, ainda, da Soberania do Plenário.

Sala das Sessões, 10 de junho de 1987. – **Cardoso Alves.**

Relação dos signatários do projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

José Elias (PTB) – Osvaldo Coelho (PFL) – Francisco Carneiro (PMDB) – Del Bosco Amaral – (PMDB) – José Teixeira (PFL) – Sérgio Werneck (PMDB) – Virgílio Galassi (PDS) – Dalton Canabrava (PMDB) – Rosa Prata (PMDB) – Raimundo Rezende – (PMDB) – Mello Reis (PDS) – Darci Pozza (PDS) – Enoc Vieira (PFL) – Messias Góis (PFL) – Manoel Castro (PFL) – Benito Gama (PFL) – Pedro Ceolim (PFL) – Bonifácio de Andrade (PDS) – Ricardo Izar (PFL) – Antonio Carlos Mendes Thame (PFL) – Jonas Pinheiro (PFL) – José Santana de Vasconcelos (PFL) – Rachid Saldanha Derzi (PMDB) – José Carlos Martinez (PMDB) – Gilson Machado (PFL) – Oswaldo Almeida (PL) – Cunha Bueno (PDS) – Jorge Vianna (PMDB) – Victor Fontana (PFL) – Irapuan Costa Júnior (PMDB) – Paes Landim (PFL) – Fausto Rocha (PFL) – José Egrela (PTB) – Roberto Campos (PDS) – Waldeck Ornellas (PFL) – Ricardo Fiúza (PFL) – Daso Coimbra – (PMDB) – Rita Furtado (PFL) – Eraldo Tinoco (PFL) – Arolde de Oliveira (PFL) – Alysson Paulinelli (PFL) – José Lins (PFL) – Ivo Cersóimo (PMDB) – Amaral Netto (PDS) – Henrique Córdova (PDS) – Jorge Arbage (PDS) – Telmo Kirst (PDS) – Adylson Motta (PDS) – Moarizildo Cavalcanti (PFL) – Theodoro Mendes (PMDB) – Marcondes Gadela (PFL) – Jofran Frejat (PFL) – José Thomaz Nono (PFL) – Saulo Queiroz (PFL) – Rodrigues Palma (PMDB) – Gastone Righi (PTB) – Francisco Rossi (PTB) – Valmir Campeio (PFL) – Furtado Leite (PFL) – João Machado Rollemburg (PFL) – Victor Faccioni (PDS) – Antonio Farias (PMDB) – Délia Braz (PMB) – Francisco Rollemburg (PMDB) – Paulo Pimentel (PFL) – Christovam Chiaradia (PFL) – Djenal Gonçalves (PMDB) – Francisco Benjamim (PFL) – Simão Sessim (PFL) – João Agripino (PMDB) – José Tinoco (PFL) – José Luiz Maia (PDS) – Joaquim Sucena (PMDB) – Fernando Bezerra Coelho (PMDB) – Orlando Pacheco (PFL) – João de Deus Antunes (PDT) – Antônio de Jesus (PMDB) – Salatiel Carvalho (PFL) – Milton Barbosa (PMDB) – Gidel Dantas (PMDB) – Jayme Paliarin (PT) – Eiel Rodrigues (PMDB) – Matheus lensen (PMDB) – Roberto Augusto (PTB) – Costa Ferreira (PFL) – Milton Reis (PMDB) – Marcos Lima (PMDB) – Osvaldo Bender (PDS) – Luis Eduardo (PFL) – João Natal (PMDB) – João Alves (PFL) – Roberto Balestra (PDC) – José Jorge (PFL) – Oscar Corrêa (PFL) – Joaquim Beviláqua (PTB) – Nilson Gibson (PMDB) – José Agripino (PFL) – Mussa Demes (PFL) – Inocêncio de Oliveira (PFL) – Vinght Rosado (PMDB) – Felipe Mendes (PDS) – Denizar Arneiro (PMDB) – Áureo Mello (PMDB) – Flávio Palmeira da Veiga (PMDB) – Mattos Leão (PMDB) – Francisco Amaral (PMDB) – Rubem Brinquinho (PMDB) – Eunice Michiles (PFL) – Mauro Sampaio (PMDB) – Marluce Pinto (PTB) – Assis Canuto (PFL) – Odacir

Soares (PFL) – Átila Lira (PFL) – Aécio de Borba (PDS) – Ronaro Corrêa (PFL) – Roberto Torres (PTB) – Ottomar Pinto (PTB) – Aluizio Teixeira (PMDB) – Antonio Salim Curiati (PDS) – Messias Soares (PTR) – Fausto Fernandes (PMDB) – José Luís de Sá (PL) – Álvaro Valle (PL) – Alarico Abibi (PMDB) – Eduardo Moreira (PMDB) – Sadie Hauache (PFL) – Michel Temmer (PMDB) – Arnaldo Martins (PMDB) – Caio Pompeu (PMDB) – Ronaldo Carvalho (PMDB) – Paulo Zarzur (PMDB) José Geraldo (PMDB) – Luís Roberto Ponte (PMDB) – Aloízio Vasconcelos (PMDB) – Nyder Barbosa (PMDB) – Álvaro Antonio (PMDB) – Expedito Machado (PMDB) – Osvaldo Sobrinho (PMDB) José Dutra (PMDB) – Francisco Salles (PMDB) – Luis Soyer (PMDB) – Ubiratan Aguiar (PMDB) – Max Rosenmann (PMDB) – Hélio Costa (PMDB) – Henrique Eduardo Alves (PMDB) – Carlos Virgílio (PDS) – Ezio Ferreira (PFL) – Alécio Dias (PFL) – Manoel Ribeiro (PMDB) – Osmar Leitão (PFL) – Adauto Pereira (PDS) – Edison Lobão (PFL) – Gerson Camata (PMDB) – Alexandre Costa (PFL) – Alfredo Campos (PMDB) – Meira Filho (PMDB) – Raimundo Lira (PMDB) – Guilherme Palmeira (PFL) – João Castelo (PDS) – José Carlos Coutinho (PL) – Wagner Lago (PMDB) – Fábio Raunheitti (PTB) – Ferez Nader (PDT) – Nabor Júnior (PMDB) – Sérgio Brito (PFL) – Osmundo Rebouças (PMDB) – Geovani Borges (PFL) – Annibal Barcellos (PFL) – Edme Tavares (PFL) – Arnaldo Prieto (PFL) – Albérico Cordeiro (PFL) – Manuel Viana (PFL) – Cleonâncio Fonseca (PFL) – Iberê Ferreira (PFL) – Narciso Mendes (PDS) – Siqueira Campos (PDC) – Ângelo Magalhães (PFL) – Jonival Lucas (PFL) – Jairo Carneiro (PFL) – Sotero Cunha (PDC) – Roberto Jefferson (PTB) – Manoel Moreira (PMDB) – Osmir Lima (PMDB) – Etevaldo Nogueira (PFL) – Bezerra de Melo (PMDB) – Basílio Villani (PMDB) – Jovanni Masini (PMDB) – Osvaldo Trevisan (PMDB) – Flávio Rocha (PL) – Renato Johnsson (PMDB) – Maurício Nasser (PMDB) – Maria Lúcia (PMDB) – Márcia **ilegível** Jalles Fontoura (PFL) – Lúcia Vânia (PMDB) – Geraldo Fleming (PMDB) – João da Mata (PFL) – Jorge Bornhausen (PFL) – Agripino de Oliveira Lima (PFL) – Luiz Marques (PFL) – João Lobo (PFL) – Jesualdo Cavalcanti (PFL) – Maria de Lourdes (PFL) – Stélio Dias (PFL) – Jaime Santana (PFL) – Lúcio Alcântara (PFL) – Nelson Sabrá (PFL) – Mário Assad (PFL) – José Viana (PMDB) – Chagas Duarte (PFL) – Ubiratan Spinelli (PDS) – Lael Varella (PFL) – Márcio Braga (PMDB) – Leur Lomanto (PFL) – Júlio Campos (PFL) – Evaldo Gonçalves (PFL) – Afif Domingos (PL) – Mário de Oliveira (PMDB) – Marcos Maciel (PFL) – Albérico Filho (PMDB) – José Elias Murad (PTB) – Artenir Werner (PDS) – Ruben Figueiró (PMDB) – Alexandre Puzyna (PMDB) – Cláudio Ávila (PFL) – Ivo Vanderlinde (PMDB) – Ruberval Pilotto (PDS) – Hilário Braun (PMDB) – Wilson Martins (PMDB) – Dionísio Dal-Prá (PFL) – Orlando Bezerra (PFL) – Francisco Dornelles (PFL) – Rubem Medina (PFL) – Joaquim Francisco (PFL) – Gustavo de Faria (PMDB) – Joaquim Haickel (PMDB) – José Lourenço (PFL) – Pedro Canedo (PFL) – Jesus Tajra (PFL) – Jacy Scanagatta (PFL) – Eraldo Trindade (PFL) – José Mendonça Bezerra (PFL) – Francisco Diógenes

(PDS) – Vinícius Cansanção (PFL) – Dionísio Hage (PFL) – Erico Pegoraro (PFL) – Antonio Ferreira (PFL) – Louremberg Nunes Rocha (PMDB) – Mendes Ribeiro (PMDB) – Ismael Wanderley (PMDB) – Gerson Marcondes (PMDB) – Samir Achôa (PMDB) – Tito Costa (PMDB) – Naphtali Alves (PMDB) – Sólon Borges dos Reis (PTB) – Dirce Tutu Quadros (PTB) – Humberto Souto (PFL) – José Melo (PMDB) – Delfim Netto (PDS) – José Maranhão (PMDB) – Farabulini Júnior (PTB) – Maluhy Neto (PFL) – João Resek (PMDB) – José Camargo (PFL) – Arnold Fioravante (PDS) – Jorge Leite (PMDB) – Ervin Bonkoski (PMDB) – Antonio Ueno (PFL) – Luis Viana Neto (PMDB) – Carlos Sant'Anna (PMDB) – Fernando Gomes (PMDB) – Raul Belém (PMDB) – Eliezer Moreira (PFL) – Victor Trovão (PFL) – Onofre Corrêa (PMDB) – Francisco Coelho (PFL) – José Moura (PFL) – Álvaro Pacheco (PFL) – Nestor Duarte (PMDB) – Sílvio Abreu (PMDB) – Vieira da Silva (PDS) – Geraldo Melo (PMDB) – João Meneses (PFL) – Lavousier Maia (PDS) – Divaldo Surugay (PFL) – Hélio Rosas (PMDB) – Albano Franco (PMDB) – Raquel Cândido (PFL) – Antônio Cantara (PMDB) – José Maria Eymael (PDC) – Gil César (PMDB) – Roberto Vital (PMDB) – Homero Santos (PFL) – Luiz Leal (PMDB) – Leopoldo Bessone (PMDB) – Leopoldo Peres (PMDB) – Arnaldo Moraes (PMDB) – Asdrubal Bentes (PMDB) – Fernando Velasco (PMDB) – Amílcar Moreira (PMDB) – Carlos Vinagre (PMDB) – Domingos Juvenil (PMDB) – César Cais Neto (PDS) – Felipe Cheidde (PMDB) – Melo Freire (PMDB) – José Freire (PMDB) – Paulo Mincarone (PMDB) – Genésio Bernardino (PMDB) – Jairo Azi (PFL) – Mário Bouchardet (PMDB).

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

RESOLUÇÃO N° 2, DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Faço saber que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

TÍTULO IV

Da Elaboração da Constituição

CAPÍTULO II

Do Projeto de Constituição

Art. 33. As deliberações sobre matéria constitucional serão sempre, tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia. As demais serão tomadas por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico, salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido.

CAPÍTULO V

Das Proposições

Art. 63. Admitir-se-á requerimento de destaque, para votação em separado, de partes de projeto

ou de substitutivo e de emenda do grupo a que pertencer, devendo o requerimento ser apresentado, por escrito, até o início da sessão em que se der o processo de votação respectivo.

§ 2º A matéria destacada será submetida a votos após a deliberação do projeto, do substitutivo ou do grupo de emendas a que ela pertencer.

Art. 64 Só serão admitidos requerimentos de urgência quando assinados, no mínimo:

- I – pela maioria dos membros da Mesa ou de qualquer Comissão;
- II – por 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou por Líderes que representem este número.

§ 4º Poderá ser incluída na Ordem do Dia, para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada, proposição que versa matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento de 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou de Líderes que representem este número, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia, em votação nominal.

Exmº Sr.

Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Chico Humberto, Adroaldo Streck e João de Deus Antunes, Deputados Federais do PDT, vêm expor a V. Ex.^a o que se segue para afinal requerer:

1 – Os petionários, dentro das normas usuais dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, assinaram apoio a diversos destaques e emendas dos seus pares.

2 – Ocorre que, entre as medidas de apoio a normas, os signatários incluíram suas assinaturas, inadvertidamente, no petítorio do chamado "Centro Democrático" que objetiva alterar o Regimento Interno da ANC, para apresentação posterior de emenda substitutiva integral, com o fim de estabelecer um impasse nos trabalhos da Comissão de Sistematização e invalidar completamente a votação em Plenário do projeto constitucional.

3 – Como o objetivo dos signatários é votar a futura Constituição do País, sem criar impasses e percalços aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, é a presente para requerer a V. Ex.^a considerar sem efeito suas assinaturas por ser esta a expressão da vontade dos requerentes.

Termos em que pedem deferimento.

Brasília, 4 de novembro de 1987. –

Dep. Chico Humberto – Dep. Adroaldo Streck – Dep. João de Deus Antunes.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, a exclusão de meu nome dentre os signatários do requerimento que solicita reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 1987. – Constituinte Fernando Gasparian.

Exmº Sr.

Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

José Fernandes, Deputado Federal do PDT, vêm expor a V. Ex.^a o que se segue, para afinal requerer.

1 – O petionário, dentro das normas usuais dos trabalhos na Assembléia Nacional Constitui-

te, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, assinou apoio a diversos destaques e emendas dos seus pares.

2 – Ocorre que, entre as medidas de apoio normais, o signatário incluiu sua assinatura, inadvertidamente, no petítorio do chamado "Centro Democrático" que objetiva alterar o Regimento interno da ANC, para apresentação posterior de emenda substitutiva integral, com o fim de estabelecer um impasse nos trabalhos da Comissão de Sistematização e invalidar completamente a votação em Plenário do projeto constitucional.

3 – Como o objetivo do signatário é votar a futura Constituição do País, sem criar impasses e percalços aos trabalhos da Assembléia Constituinte, é a presente para requerer a V. Ex.^a, considerar sem efeito sua assinatura por ser esta a expressão da vontade do requerente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 4 de novembro de 1987. –
Dep. José Fernandes

OF/GD/Nº 83/87

Brasília, 5 de novembro de 1987

Senhor Presidente,
Venho através do presente comunicar a Vossa Excelência que continuo dando meu apoio ao Manifesto do Centro Democrático.

Portanto, tomo sem valor e insubstancial minha assinatura contida na comunicação feita pela Liderança do PDT.

Atenciosamente, – João de Deus Antunes, Constituinte.

Exmº
Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte,
Deputado Ulysses Guimarães:

Retirada de assinatura

Cid Sabóia de Carvalho, Senador da República, eleito pelo PMDB, representante do Estado do Ceará e, como tal, membro da Assembléia Nacional Constituinte, vem, diante de V. Ex.^a, para que surta todos os efeitos legais, esclarecer e requerer o que se segue:

a) assinou documento que visa obter modificações no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte;

b) o intento era restabelecer, após a Comissão de Sistematização, a possibilidade de poderem Deputados e Senadores apresentar novas emendas, capazes de lhes garantir uma participação sempre efetiva na elaboração da futura Constituição;

c) ocorre, no entanto que, por assim proceder, vem tendo o seu nome relacionado como integrante de grupos e movimentos aos quais, na verdade, nunca se aliou. A imprensa divulga os que assinaram como sendo conservadores, direitistas etc.

Ocorre, Sr. Presidente, que o requerente segue o programa do partido e só a ele, com exclusividade, pertence através de sua filiação e conduta, não concordando com qualquer atividade que possa enfraquecer o grêmio político que integra.

Pelo exposto requer a V. Ex.^a que não seja considerada sua assinatura para nenhum efeito, na lista a qual chegou com ânimo absolutamente diverso do que se divulga. Requer, igualmente, todas as

providências administrativas cabíveis a fim de que obtenha o que aqui roga.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 6 de novembro de 1987. –
Cid Sabóia de Carvalho, Constituinte.

Brasília, 9 de novembro de 1987.

Senhor Presidente Ulysses Guimarães

A fim de dirimir dúvidas com relação à minha assinatura de apoio à proposição apresentada pelo grupo, denominado "Centrão", esclareço os pontos que definem a minha postura na Assembléia Nacional Constituinte:

1) A solidariedade que apresentei ao grupo de Parlamentares vincula-se, tão-somente, à defesa da soberania da Assembléia Nacional Constituinte, que foi eleita para elaborar a nova Constituição do Brasil.

2) Desse modo, fica evidente que não apóio nenhuma pretensão governista, e, embora sendo presidencialista, o sistema de Governo que defendo para o Brasil é bem diverso do vigente.

3) Acato muitos pontos positivos do Projeto de Constituição, pois entendo que o trabalho até agora desenvolvido, com as devidas exceções, deve ser respeitado.

Nestas condições, deixo claro o meu posicionamento, de vez que ele existe, em função da soberania do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte e, não, em atendimento a interesses ideológicos, grupais, partidários, ou de outra natureza.

Na oportunidade, renovo a V. Ex.^a meus protestos de elevada estima e distinta consideração, – Senador Lavoisier Maia.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma do que dispõe o § 1º do art. 34, combinado com o seu § 4º, ambos do Regimento Interno desta Assembléia Nacional Constituinte, requeremos a Vossa Excelência que se digne convocar, para a próxima terça-feira, dia 10 de novembro de 1987, sessão ordinária desta Assembléia, a fim de que possa ser apresentado e lido projeto de resolução assinado pela maioria dos Constituintes, que modifica o Regimento Interno da referida Assembléia.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 1987. – José Lourenço, PFL – Amaral Neto, PDS – Gastone Righi, PTB – Victor Fontana – Ricardo Fiúza – Carlos Santana – Gilson Machado – Virgílio Galassi – Mello Reis – Roberto Campos – Luís Eduardo – Darcy Pozza, Jofran Frejat – Lael Varella – Ricardo Izar – Ottomar Pinto – Francisco Diógenes – Eraldo Tinoco – Christóvam Chiaradia – Jonas Pinheiro – Inocêncio Oliveira – José Santana – Oscar Corrêa – Álvaro Valle – Valmir Campelo – Francisco Dornelles – Luís Roberto Ponte – José Lins – José Egrela – Oswaldo Coelho – Afif Domingos.

Exmº Sr.
Presidente da Assembléia Nacional Constituinte
Deputado Ulysses Guimarães

Francisco Rollemberg, Senador Constituinte do PMDB, como representante do Estado de Sergipe, nem, respeitosamente, requerer, nos termos regimentais, a Vossa Excelência se digne determinar a exclusão de seu nome dentre os signatários do requerimento que originou o Projeto de Reso-

lução nº 20, de 1987, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões da Assembléia Nacional Constituinte, 10 de novembro de 1987. – Senador Francisco Rollemberg.

Brasília, 10 de novembro de 1987

Exmº Sr.

Deputado Ulysses Guimarães

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília – DF

Senhor Presidente,

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que a minha assinatura no Requerimento de proposta de modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, foi apostila com o único e exclusivo sentido de apoio à iniciativa. Não significa, em hipótese alguma, comprometimento de voto por ocasião da apreciação da matéria e, muito menos, vinculação ou participação de quaisquer espécie e natureza com o movimento denominado "Centrão".

Atenciosamente, – João Agripino.

Brasília, 11 de novembro de 1987

Exmº Sr.

Deputado Ulysses Guimarães

MD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nesta

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência a retirada de meu nome do Projeto de Resolução entregue à Mesa na sessão noturna da Assembléia Nacional Constituinte de 10 de novembro de 1987, encaminhado pelo ilustre Deputado Roberto Cardoso Alves.

Sem mais, subscrovo-me, – Deputado Constituinte Márcio Braga

PARECER DA MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE SOBRE PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

I e II – Relatório e Voto do Relator

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte cumpre o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno, exarando parecer sobre Projetos de Resolução, apresentados nos termos regimentais, com a finalidade de modificar a Lei Interna da Assembléia.

A Mesa elaborou substitutivo à matéria inspirada no propósito de se valer de oportunas sugestões resultantes de contribuições recebidas através de contactos e vários entendimentos com Lideranças e Parlamentares.

O Regimento é a instituição da disciplina dos trabalhos legislativos, que assegura a livre manifestação das iniciativas e o direito de decidir democraticamente pelo voto.

Quanto à Constituinte, na presente etapa, impõe-se a celeridade, sem prejuízo da qualidade da elaboração. A celeridade é reclamada pela Nação, que necessita de definições nas áreas política, econômica e social, em função de sua segurança, tranquilidade e desenvolvimento.

A matéria constitucional já teve longa tramitação, transitando com milhares de emendas e substitutivos pelas 24 Subcomissões; pelas 8 Co-

missões Temáticas, pela Comissão de Sistematização, com sucessivos aprimoramentos no Projeto, no Substitutivo nº 1, no Substitutivo nº 2 e, finalmente, no Substitutivo votado pela Comissão de Sistematização, em vias de ultimação. A maturação das emendas, dos destaques, dos debates e votações possibilita recomendável presteza na votação em Plenário.

A Mesa, certamente, terá testemunho do Plenário, de que o Substitutivo ora apresentado consubstancia abertura liberalizante com relação ao Regimento Interno, como, por exemplo, no que tange à apresentação de emendas, substitutivos e concessão de prazos. Foi por ela buscado o equilíbrio por dever e para a racionalidade na tramitação da difícil matéria.

A Mesa confia em que o Plenário confirme as propostas do substitutivo, mencionando as principais:

1) Cada Constituinte poderá apresentar três emendas e seis destaques. Julga a Mesa ser intérprete, no particular, de lideranças e amplos setores do Plenário por essa providência inovadora.

2) Permite-se o substitutivo a capítulo, seção e subseção do substitutivo da Comissão de Sistematização, com 187 (cento e oitenta e sete) assinaturas. O substitutivo, como um todo, dispensará a apresentação de emendas para o mesmo fim, com economia do tempo destinado à votação, o que não é possível no atual Regimento.

3) As emendas e substitutivos receberão parecer do Relator, em prazo compatível.

4) Admissibilidade da preferência acolhida pelo Plenário, e a consequente aprovação do destaque, ensejando, nesse caso, a prejudicialidade das proposições conexas.

As razões aduzidas justificam a apresentação do seguinte substitutivo aos Projetos de Resolução nº 16/87, 19/87 e 20/87.

III – Parecer da Mesa

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, na reunião de hoje, presentes os Senhores Constituintes: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente (relator); Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente; Marcelo Cordeiro, 1º-Secretário, Mário Maia, 2º-Secretário, e Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário, ao apreciar os Projetos de Resolução nºs 16, de 1987, do Constituinte Alvaro Valle, que "introduz alterações no art. 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", 19, de 1987, do Constituinte José Luiz de Sá, que "dispõe sobre a votação do Projeto de Constituição, dando nova redação ao art 27 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", e 20, de 1987, do Constituinte Cardoso Alves, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", aprovou o parecer do relator, que concluiu pela apresentação de substitutivo.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 1987. – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELO RELATOR

Art. 1º É facultado a cada Constituinte, após publicado o substitutivo da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 3 (três) emendas e 6 (seis) destaques.

§ 1º O destaque deve incidir sobre cada emenda de substitutivo, total ou parcialmente.

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer capítulo ou subseção do substitutivo, somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

§ 3º Às Disposições Transitórias poderá ser oferecida emenda substitutiva.

Art. 2º Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** distribuído em avulso, o substitutivo da Comissão de Sistematização, abrir-se-á no prazo de 72 (setenta e duas) horas para recebimento de emendas ou substitutivo na forma do artigo anterior.

§ 1º O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria.

§ 2º Nas 72 (setenta e duas) horas que se seguirem à publicação do parecer, poderão ser apresentados requerimentos de destaque, desde que subscritos por 6 (seis) Constituintes.

Art. 3º Votar-se-á em primeiro lugar o Título seguido do grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 1º Aprovado o Título, nos termos do **caput** do art. 27 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, será submetido à votação do Plenário requerimento de destaque sobre matéria constante do mesmo título.

§ 2º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 56 (cinquenta e seis) Constituintes e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título.

§ 3º Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver maior número de subscritores.

§ 4º As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas.

§ 5º Ausente o autor do requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário.

§ 6º No encaminhamento de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 3 (três) Constituintes um a favor, tendo preferência o autor do destaque, um contra e o Relator.

§ 7º A votação será realizada na ordem crescente dos títulos e de seus respectivos artigos, não se admitindo requerimentos de preferência de um Título, Capítulo, Seção ou Subseção sobre outro.

§ 8º No início da votação de cada Título poderão falar os Líderes ou os Constituintes por eles indicados, sendo facultado:

a) ao partido com mais de 200 metros.....	10
b) ao partido com mais de 100 e menos de 200 metros.....	05
c) ao partido com até 100 metros.....	03

Art. 4º Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, a fim de ser elaborada a redação do vencido para o segundo turno, no prazo de até 10 (dez) dias.

Art. 5º Recebido o parecer da Comissão, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulso, sendo a matéria

incluída em Ordem do Dia, até 5 (cinco) dias, para discussão em segundo turno, vedada a apresentação de novas emendas, salvo as supressivas e as destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, ou de redação para correção de linguagem.

§ 1º Cada orador poderá falar por 10 (dez) minutos, uma única vez, e os Líderes, por 20 (vinte) minutos.

§ 2º Encerrada a discussão, com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização que sobre ela emitirá parecer no prazo de até 5 (cinco) dias.

§ 3º Recebido o parecer da Comissão, publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulso, será o projeto incluído em Ordem do Dia para votação em segundo turno.

§ 4º Concluída a votação com emendas, retornará a matéria à Comissão de Sistematização que, no prazo de 3 (três) dias, oferecerá a redação final.

§ 5º Apresentada à Mesa a redação final, far-se-á sua publicação no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulso, sendo incluída em Ordem do Dia para votação em turno único no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. No encaminhamento da votação, poderá usar da palavra uma única vez, por 5 (cinco) minutos, um representante de cada Partido.

§ 6º Será dispensada a redação final se o texto do projeto for aprovado, em segundo turno, sem destaques ou emendas.

Art 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 1987. – **Mauro Benevides**, Primeiro-Vice-Presidente, Relator.

EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO

– Nº 1 –

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 1987

Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

A Assembléia Nacional Constituinte decreta:

Art. 1º Acrescentem-se ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte os seguintes arts. 27, 28 e 29, renumerando-se os demais.

"Art 27. Incluído o projeto na Ordem do Dia, para votação, com ou sem substitutivo, tanto em primeiro como em segundo turno, é facultada à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de substitutivos e emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos, incisos e demais dispositivos, que serão relatados oral e conclusivamente, em plenário, pelo Relator da Comissão de Sistematização ou por outro parlamentar designado pela Presidência, vedada a apresentação de novas emendas ou destaques.

§ 1º As emendas apresentadas com base neste artigo, até o início da tomada de votos da respectiva matéria, terão preferência, independentemente de votação, sobre

todas as demais, que ficarão prejudicadas com sua aprovação, aplicando-se-lhes o rito previsto no § 4º do art. 64, excluído do requerimento ali exigido, bem como quaisquer outras exigências regimentais.

§ 2º Se na votação da matéria destacada não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma nas 3 (três) sessões seguintes, com vinte e quatro horas de intervalo entre uma e outra, para decisão do Plenário, após o que serão consideradas prejudicadas.

Art. 28. Será permitido a cada Constituinte, após publicado o Projeto da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 3 (três) emendas e 6 (seis) destaques.

§ 1º O destaque deve incidir sobre cada emenda do projeto, total ou parcialmente, e sobre dispositivo do mesmo.

§ 2º As Disposições Transitórias do projeto poderão ser oferecidas emendas substitutivas.

§ 3º Serão dadas preferências aos destaques de emendas, mencionadas no **caput** deste artigo, de acordo com os requerimentos que possuírem, em escala decrescente, maior número de assinaturas de Constituintes.

Art. 29. Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos o Projeto da Comissão de Sistematização, abrir-se-á prazo de 72 (setenta e duas) horas para recebimento de emendas ou substitutivos na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria."

Art. 2º O § 2º do art. 63 do RIANC, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 63.....

§ 2º A matéria destacada para votação em separado será submetida à deliberação antes da votação do todo que compunha e qualquer delas somente será incluída no texto constitucional se aprovada pelo voto da maioria absoluta nos termos do art. 33. Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que tenham sido destacadas para o mesmo texto."

Art. 3º Dê-se ao § 3º do art. 40 a seguinte redação:

"Art 40.....

§ 3º Aos Constituintes, obedecido o sistema de rodízio, serão entregues senhas ou convites a serem distribuídos ao público em geral, para ingresso às galerias."

Art. 4º Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. As emendas mencionadas no art. 27 serão consideradas como de iniciativa coletiva de seus subscritores."

Art 5º Este projeto de resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Justifica a primeira parte da proposta a necessidade de garantir à Assembléia Nacional Constituinte meios de divulgar seus trabalhos e de oferecer à Nação um texto constitucional que atenda aos interesses do País, segundo o critério da maioria absoluta dos representantes do povo.

A forma sugerida adota a possibilidade de apresentação, pela maioria absoluta, de modificações que, apreciadas em rito sumaríssimo – eis que se lhe aplicam as regras do § 4º do art. 64, do Regimento – poderão ser examinadas na mesma sessão em que forem apresentadas, revigorando, assim, o princípio universal da soberania do Plenário.

Os outros dois artigos que compõem a citada primeira parte contempla os senhores parlamentares com o direito de emendar e destacar, em escala igualitária, o que até aqui lhes é vedado pelo Regimento Interno.

A terceira parte da emenda sana inegável injustiça hoje existente na distribuição de senhas, igualando a todos os senhores constituintes.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1987. – **Cardoso Alves** – **José Lourenço** – **Amaral Netto** – **Bonifácio de Andrade** – **Gastone Righi** – **Luiz Eduardo** – **Marcos Lima** – **Figueira Campos** – **Daso Coimbra** – **Ricardo Fiúza**.

– Nº 2 –

Emenda ao Substitutivo da Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 16/87, 19/87 e 20/87.

No texto do Substitutivo da Mesa, onde se fala de:

"Substitutivo da Comissão de Sistematização."

Adote-se:
"Projeto de Constituição."

Justificação

A expressão "Projeto de Constituição" evitará qualquer confusão com os substitutivos produzidos anteriormente, pelo que, em Plenário, teremos só uma palavra – projeto – para designar o texto do trabalho.

Sala das Sessões, de 1987. – **Mário Covas**.

– Nº 3 –

Emenda ao Substitutivo oferecido pela Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 16, 19 e 20, de 1987.

O art. 1º do Substitutivo, passa a ter a seguinte redação:

"Art 1º É facultado a cada Constituinte, após publicado o Substitutivo da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 5 (cinco) emendas e 6 (seis) destaques.

§ 1º O destaque para votação em separado deve incidir sobre emenda ao Substitutivo ou sobre parte deste.

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer capítulo, seção ou subseção do Substitutivo somente será aceita se subscrita por 100 (cem), 40 (quarenta) e 20 (vinte) Constituintes, respectivamente.

§ 3º As Disposições Transitórias não poderão ser oferecida emenda substitutiva."

Justificação

A modificação que estamos propondo tem por objetivo receber o maior número possível de contribuições dos Constituintes que, a essa altura, poderão enriquecer o texto constitucional em elaboração com novas emendas, que por certo trarão no bojo toda riqueza provinda dos debates até agora travados no Plenário e dos contatos ensejados com as mais diversas classes da sociedade brasileira.

Quanto aos destaques, achamos que a redação proposta fica mais clara. O que se quer é destacar as emendas oferecidas ao Substitutivo da Comissão de Sistematização e também parte deste, quando se desejar suprimir algum artigo, parágrafo, inciso, alínea, etc.

Quanto à graduação proposta no § 2º, é uma questão de lógica: mais assinaturas para o capítulo, menos para a Subseção. Cem subscritores para mudar um capítulo nos parece um quantitativo bastante significativo e não exagerado.

As Disposições Transitórias, apesar de tratar-se de um capítulo, não guarda obrigatoriamente seqüência lógica no relacionamento dos assuntos.

Para ali foram deslocados todos os assuntos transitórios que pertenciam aos mais variados capítulos. Seria temeroso aprovar-se um Título – "Disposições Transitórias" – elaborado por um grupo independentemente do número de Constituintes que o forma.

Sala das Sessões, de 1987. – Constituinte **Adroaldo Streck** – Constituinte **Brandão Monteiro** – Constituinte **Luís Salomão** – Constituinte **César Maia**.

– Nº 4 –

Emenda ao Substitutivo oferecido pela Mesa aos Projetos de Resolução nºs 16, 19 e 20, de 1987, que dá nova redação ao art. 1º e seus §§ 1º e 2º, suprimindo o § 3º

O art. 1º do Substitutivo passa a ter a seguinte redação:

"Art 1º É facultado a cada Constituinte, após publicado o Substitutivo da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 6 (seis) emendas e 12 (doze) destaques, e a cada Partido a apresentação de emendas e destaques em número igual aos artigos do projeto de Constituição.

§ 1º O destaque de incidir sobre emenda ou parte dela e sobre qualquer dispositivo do Substitutivo.

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer seção ou subseção do Substitutivo, somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes."

Justificação

A celeridade dos trabalhos não deve prejudicar o conteúdo democrático do Regimento, que deve assegurar, tanto quanto possível a participação dos Constituintes no aperfeiçoamento do projeto de Constituição.

Os Partidos Políticos devem ter a oportunidade de apresentarem emendas a todos os dispositivos do projeto de Constituição, e de igual número de destaques, pois a matéria constitucional deve merecer a colaboração dos partidos para o seu aprimoramento.

Com esta proposta cada partido terá o direito de apresentar 336 (trezentas e trinta e seis) emendas, um número que não é incompatível com a necessidade de acelerar os trabalhos da Constituinte.

É bem verdade que, com a possibilidade de se apresentarem emendas substitutivas às Seções e Subseções o número de emendas poderá ser drasticamente reduzido.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **César Maia**, autor – Constituinte **Luís Salomão** – Constituinte **Bocayuva Cunha**.

- Nº 5 -**Emenda ao Substitutivo do Relator ao projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.**

Dê-se a seguinte redação ao **caput** do art 1º:

"É facultado a cada Constituinte, após publicado o Substitutivo da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar, como primeiro subscritor, três emendas e seis destaques, admitida a co-autoria, após a publicação."

Brasília, 16 de novembro de 1987. – final:
José Maria Eymael – Francisco Rossi.

- Nº 6 -**Emenda de Plenário ao Projeto de Resolução nº 16-A/87.**

Suprimam-se do art. 1º do Substitutivo do Relator as seguintes cifras e termos:

"3 (três)... e "6 (seis) ..." Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – **Cunha Bueno**.

- Nº 7 -**Emenda ao Substitutivo oferecido pela Mesa aos Projetos de Resolução números 16, 19 e 20, de 1987.**

Acrescenta ao **caput** do art. 1º do Substitutivo, a seguinte expressão:

"Ressalvadas as emendas populares que poderão ser destacadas."

Justificação

Este seria, por coerência da Assembléia Nacional Constituinte, o respeito ao povo brasileiro que é o detentor maior do poder constituinte.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Chico Humberto** – **Brandão Monteiro**.

- Nº 8 -**REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE****SUBSTITUTIVO APRESENTADO PELO RELATOR MAURO BENEVIDES****Emenda Substitutiva**

"Art. 1º
..... 6 (seis) emendas....."

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987 – Deputado **Naphatali Alves de Souza**.

- Nº 9 -**Emenda ao Substitutivo da Mesa, aos Projetos de Resolução números 16/87, 19/87 e 20/87.**

Dê-se ao § 1º do art. 1º do Substitutivo da Mesa, a seguinte redação:

"§ 1º O destaque poderá incidir sobre o texto do projeto, abrangendo artigo, ou parte dele, e emenda ou parte de emenda."

Justificação

A redação do parágrafo refere-se à "Emenda de Substitutivo", o que evidentemente, constitui uma imprecisão que se impõe corrigir, tornando a norma regimental clara e inquestionável.

A luz dos procedimentos regimentais usuais, o destaque deverá incidir sobre emenda ou sobre o texto do Substitutivo, integral ou parcialmente, conforme ora se propõe.

Sala das Sessões, **Mário Covas**.

- Nº 10 -

Acrescente-se ao § 1º do art. 1º, ao

"Podendo incidir sobre artigo, parágrafo, item ou alínea do Substitutivo."

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Adolfo Oliveira** – Constituinte **Amaral Netto** – Constituinte **Gastone Righi** – Constituinte **Inocêncio Oliveira**.

- Nº 11 -**Emenda ao Substitutivo da Mesa, aos Projetos de Resolução nº 16/87, 19/87 e 20/87.**

Dê-se ao parágrafo 2º, do art. 1º, a seguinte redação:

"§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer Seção ou Subseção do Projeto somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes."

Justificação

A Seção ou Subseção constitui a parte do texto constitucional em que seus dispositivos apresentam certa correlação de matéria, sendo assim admissível à apresentação, eventualmente necessária, de emenda que vise a substituir integralmente seu texto. Daí o objetivo da presente emenda. Sala das Sessões,
Mário Covas.

- Nº 12 -**Emenda ao Substitutivo da Mesa aos Projetos de Resolução nºs 16, 19 e 20, de 1987.**

Dê-se nova redação ao § 2º do art. 1º:

"Art. 1º

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer Seção ou Subseção do Substitutivo somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes, vedada a apresentação de emendas substitutivas integrais de Título ou Capítulo."

Justificação

Trata-se de precisar melhor o texto do § 2º do art. 1º, admitindo-se emendas substitutivas integrais de Seção ou Subseção e vedando proposições dessa natureza no caso de Título ou Capítulo.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – **Plínio Arruda Sampaio**.

- Nº 13 -**Emenda Aditiva:**

Dispositivo emendado:
Parágrafo segundo do artigo primeiro do Substitutivo da Mesa aos Projetos de Resolução nºs 16, 19 e 20, que propõem alterações ao Regimento Interno da Constituinte.

Acrescente-se ao parágrafo segundo do artigo primeiro, no seu final, a expressão "...em se tratando de matéria correlata."

Art. 1º,
§,
§ 2º

em se tratando de matéria correlata.

Justificação

Entendemos que o Substitutivo da Mesa adequa, no fundamental, o Regimento da Constituinte às reivindicações de setores da Assembléia, no sentido da liberalização para a apresentação de emendas em Plenário. Entretanto, entendemos que, sob pena de ficar prejudicado todo o trabalho que, com esforço de todos foi desenvolvido até aqui, torna-se imperativo que, nos casos de emendas substitutivas a capítulos ou subseções, aquelas digam respeito à matéria correlata àquela a ser substituída. – Constituinte **Roberto Freire**.

- Nº 14 -

O § 2º do art. 1º do substitutivo passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer seção ou subseção do substitutivo, somente será aceita se subscrita por, no mínimo, 140 Constituintes".

Justificação

Na medida em que se admite a possibilidade substitutiva de Capítulo, de seções ou subseções, deve-se exigir o apoioamento qualificado de 141 Constituintes, que representa 1/4 (um quarto) dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Constituintes: **Haroldo Lima** – **Abigail Feitosa** – **Aldo Arantes** – **Anna Maria Rattes**.

- Nº 15 -

§ 2º , art. 1º – Suprime-se a expressão: capítulo.
Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituintes: **Hermes Zaneti** – **Nelson Friedrich** – **Aldo Arantes** – **Paulo Ramos** – **Octávio Elísio** – **José Carlos Sabóia** – **Moema São Thiago** – **Ademir Andrade** – **Abigail Feitosa** – **Raquel Capiberibe** – **Beth Azize**.

- Nº 16 -

Emenda ao substitutivo da Mesa aos Projetos de Resolução nºs 16, 19 e 20, de 1987.
Suprime-se o § 3º do artigo 1º

Justificação

Não há sentido em se permitir emenda substitutiva integral das Disposições Transitórias, já que as normas perfazem todo um Título e tratam das mais variadas matérias.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – **Plínio Arruda Sampaio**.

- Nº 17 -

Suprime-se do substitutivo constante do Projeto de Resolução nº 16-A, de 1987, o § 3º do artigo 1º

Sala das Reuniões, 16 de novembro de 1987. – **Ademir Andrade**.

- Nº 18 -

Suprime-se o § 3º do Art. 1º do Substitutivo.

Justificação

Dada a natureza das disposições gerais e transitórias, e a heterogeneidade dos temas nelas tratados, não é conveniente a existência de substitutivo, que prejudica a análise específica de cada matéria tratada.

Sala das Sessões, de 1987. – **Haroldo Lima** – **Abigail Feitosa** – **Aldo Arantes** – **Ana Maria Rattes**.

- Nº 19 -

Emenda ao Substitutivo apresentado pelo Relator.

Dê-se ao § 3º do art. 1º do Substitutivo do Relator, a seguinte redação:

"§ 3º Às Disposições Transitórias serão apresentadas emendas a artigos, parágrafos e alíneas, vedada a apresentação de emendas substitutivas à totalidade do texto."

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – **Genivaldo Coreia**.

- Nº 20 -

Emenda ao Substitutivo da Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 16/87, 19/87 e 20/87.

No caput do art. 2º, ao final, introduza-se a seguinte modificação:
Onde se lê:

"Substitutivo"

Leia-se:

"Emenda Substitutiva."

Justificação

Trata-se de aperfeiçoamento da redação do substitutivo da Mesa, eliminando-se uma imprecisão terminológica no texto do citado artigo.

Sala das Sessões – **Mário Covas**.

- Nº 21 -**Emenda Substitutiva**

Substitua-se na redação do **caput** do art. 2º do Substitutivo a seguinte expressão:

"Art. 2º
abrir-se-á prazo de 5 (cinco) dias úteis"

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Deputado **Naphtali Alves de Souza**.

- Nº 22 -

Faça-se a seguinte modificação no § 1º, do art. 2º:

Onde se lê:

"Aprovação ou rejeição da matéria"

Leia-se:

"Aprovação ou rejeição das emendas, não podendo subemendá-las ou concluir por substitutivo."

Justificação

A alteração proposta ao parágrafo, visa tornar explícito que ao Relator cabe nessa fase, dar parecer conclusivo sobre as emendas oferecidas, sendo submetidos à apreciação do Plenário da Constituinte o Projeto de Constituição produzido pela Comissão de Sistematização e o conjunto das emendas com os respectivos pareceres.

Sala das Sessões. – **Mário Covas**.

- Nº 23 -**Emenda Modificativa**

Dê-se ao § 7º do art. 2º do Substitutivo apresentado pelo relator ao Projeto de Resolução nº 16-A, de 1987 (ANC), a seguinte redação:

"§ 7º A votação será realizada na ordem crescente dos títulos e seus respectivos artigos, não se admitindo requerimentos de preferência de um Título, Capítulo, Seção, Subseção ou Artigo, sobre outros."

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – **Ademir Andrade**.

- Nº 24 -**Emenda Aditiva**

Os §§ 2º e 8º do art. 3º, passam a ter a seguinte redação:

"§ 2º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 35 (trinta e cinco) Constituintes ou Líderes que representem esse número, e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título.

§ 8º No início da votação de cada Título poderão falar por 10 (dez) minutos os Líderes ou os Constituintes por eles indicados."

Justificação

Em todos os momentos desta Constituinte temos nos batido pelo direito das minorias, não pelo fato de sermos, no momento, um partido minoritário, mas por princípio. Assim, propomos que ao invés de 56 (cinquenta e seis), baixemos para 35 (trinta e cinco) o número de assinaturas para a viabilização dos requerimentos de preferência.

Quanto ao § 8º, propomos que o tempo destinado às Lideranças para expor suas posições an-

tes das votações dos Títulos, seja de 10 (dez) minutos para todos os partidos, independente do tamanho de suas bancadas na Constituinte.

É evidente que pontos de vista, ideologia, coerência, nada disso tem a ver com quantidade de parlamentares de uma Bancada. Por isso acreditamos ser o mais justo tempo idêntico para todos.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Adroaldo Streck** – Constituinte **César Maia**.

- Nº 25 -

Dê nova redação ao § 2º do art 3º

"§ 2º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 35 (trinta e cinco) Constituintes ou Líderes que representem este número e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título".

Justificação

A redução do número de Constituintes para o requerimento de preferência é uma medida de caráter democrático.

Sala das Sessões, de 1987. – Constituinte **Brandão Monteiro** – **César Maia** – **Bocayuva Cunha** – **Luiz Salomão**.

- Nº 26 -

Dê-se nova redação ao § 2º do art 3º:

"Art. 3º

"§ 2º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 56 (cinquenta e seis) Constituintes, ou Líderes que representem esse número, e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título."

Justificação

Trata-se de proposta destinada a agilizar e facilitar o processo de coleta de assinaturas em requerimentos de preferência admitindo-se que a assinatura do Líder substitua o conjunto da respectiva Bancada.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – **Plínio Arruda Sampaio**.

- Nº 27 -

Suprime-se o § 3º do art. 3º

Justificação

A prioridade para votação dos requerimentos de preferência deve obedecer às praxes parlamentares – os requerimentos de preferência devem ser votados segundo a ordem de sua apresentação.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte **Brandão Monteiro** – **Luiz Salomão** – **César Maia**.

- Nº 28 -

O § 3º do art 3º do substitutivo passa a ter a seguinte redação:

"§ 3º Terá prioridade para votação o requerimento da preferência, obedecida a ordem de apresentação."

Justificação

A presente emenda visa dar um tratamento uniforme aos requerimentos de preferência.

Preenchidos os requisitos para apresentação do requerimento de preferência estes devem ter o mesmo tratamento: Daí o critério da ordem de apresentação, como é da praxe parlamentar e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sempre invocado subsidiariamente nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, de 16 de novembro de 1987. – Haroldo Ilima – Aldo Arantes – Andrade Maria Rattes – Abigail Feitosa.

– Nº 29 –

Dê-se nova redação ao § 3º do artigo 3º

"Art. 3º

§ 3º Terão prioridades para votação, em cada Título, os requerimentos de preferência formulados pelos representantes de cada partido em número que não poderá exceder a 20 (vinte) e que será proporcional ao tamanho da respectiva bancada, assegurando-se a apreciação de, no mínimo, uma preferência de cada bancada."

Justificação

Trata-se de democratizar a apreciação de requerimentos de preferência, respeitando-se o peso proporcional das bancadas e garantindo-se o direito das minorias.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 30 –

Dê-se nova redação ao § 3º do artigo 3º:

"§ 3º Os requerimentos de preferência serão votados na ordem de sua apresentação junto à Mesa."

Justificação

Trata-se de adotar uma ordem de precedência na apreciação dos requerimentos de preferência que privilegie o direito de cada Constituinte ao invés da força de uma maioria eventual.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 31 –

O § 4º passa a ter a seguinte redação:

"Art.3º

§ 4º As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições idênticas."

Justificação

A expressão conexa pode dar ensejo a diversas interpretações, ao passo que a palavra "idêntica" não deixa dúvida sobre seu significado.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituintes Brandão Monteiro – Luiz Salomão – César Maia.

– Nº 32 –

Dê-se nova redação ao § 4º do art. 3º:

"Art. 3º

§ 4º As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de sentido idêntico ou oposto."

Justificação

Trata-se de precisar melhor o instituto da prejudicialidade, substituindo-se a expressão "proposições conexas" por "proposições de sentido idêntico ou oposto".

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 33 –

Suprime-se do § 4º do art. 3º o termo:

"Substitutivo."

Justificação

Objetiva-se com esta emenda aperfeiçoar a redação do dispositivo eliminando um termo desnecessário.

Sala das Sessões. – Mário Covas.

– Nº 34 –

Dê-se nova redação ao § 6º do art. 3º:

"§ 6º No encaminhamento de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 5 (cinco) constituintes: 2 (dois) a favor, tendo preferência o autor do destaque, 2 (dois) contra e o Relator. Nas matérias consideradas de alta relevância pelo conjunto das Lideranças, poderão usar da palavra todos os partidos, pelo tempo estabelecido no § 8º deste artigo."

Justificação

Em Plenário não se justifica a redução do número de Constituintes que irão encaminhar as matérias destacadas. Por outro lado, quando se tratar de matéria de relevante interesse, deve ser dada a oportunidade aos líderes para que os diferentes partidos se posicionem sobre as questões em debate.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituintes César Maia – Luís Salomão – Bocayuva Cunha.

– Nº 35 –

Dá nova redação ao § 8º do art. 3º, aumentando para 12, 8 e 5 minutos o tempo nele previsto:

"§ 8º No início da votação de cada Título poderão falar os Líderes ou os Constituintes por eles indicados, sendo facultado:

- a) ao partido com mais de 200 membros 12
- b) partido com mais de 100 e menos de 200 membros 8
- c) ao partido com até 100 membros 5."

Justificação

O aumento do tempo concedido aos Líderes no início da votação de cada Título é essencial para que as diversas bancadas possam ser orientadas sobre as questões em debate.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte César Maia – Constituinte Luís Salomão (Autor) – Constituinte Bocayuva Cunha.

– Nº 36 –

Introduza-se no § 4º do art. 5º a seguinte alteração:

Onde se lê:

"concluída a votação com emendas"

Leia-s:

"concluída a votação com aprovação de emendas e destaques."

Justificação

A alteração visa aperfeiçoar o texto evitando-se que se possa concluir pela admissão de emendas no período ou após, de votação.

Sala das Sessões. – Mário Covas.

– Nº 37 –

Inclua-se no art. 13 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte os §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, renumerando-se os atuais.

"Art. 13

§ 4º Na hipótese de vaga na Comissão de Sistematização, decorrente de licença parlamentar, esta deverá ser imediatamente ocupada pelo suplente do constituinte que assumir.

§ 5º Nos casos em que a vaga se der de constituinte, membro nato, deverá ser esta ocupada, respectivamente, pelos vice-presidentes das comissões temáticas a que pertencera o constituinte afastado.

§ 6º Na impossibilidade dos vice-presidentes assumirem, a vaga deverá ser preenchida por um membro da Subcomissão a que pertencera o constituinte, por indicação do Presidente da Comissão ao Líder do Partido Político a que pertencer a vaga, no prazo de 48 horas.

§ 7º O Líder terá igual prazo para oficializar a indicação ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 8º Ficam revogadas as substituições feitas anteriormente que venham contrariar os dispositivos constantes deste artigo."

Justificação

O projeto visa a permitir que todos os constituintes tenham o direito de participar na elaboração do Projeto de Constituição o que não vem ocorrendo quanto ao constituinte suplente que assume o mandato decorrente de afastamento do titular.

Visa ainda a assegurar o direito do constituinte que tendo sido Presidente ou Relator de uma das comissões temáticas garantir lugar nato na Comissão de Sistematização, conforme dispositivos regimentais.

Portanto o que realmente objetivamos com a emenda é a garantia para que todos os constituintes eleitos para elaborar uma nova Constituição, tenham o direito, que o povo lhes concede nas urnas, assegurado.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Nilson Gibson – Amaral Netto – José Lourenço – Gastone Righi.

– Nº 38 –

Acrescente-se ao Substitutivo, como art. 6º, renumerando o atual, o seguinte dispositivo:

"Art. 6º O artigo 2º do Regimento interno passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte é composta do Presidente, do 1º, e 2º-Vice-Presidentes, do 1º, 2º e 3º-Secretários

tários. Haverá, ainda, três Suplentes de Secretário e outros Vice-Presidentes Adjuntos escolhidos pela Mesa."

Justificação

A ampliação do número de componentes da Mesa é uma medida imperiosa em face dos grandes trabalhos que a Assembléia Nacional Constituinte terá pela frente.

A Comissão de Sistematização criou além do cargo de Relatores-Adjuntos, que prestaram relevantes serviços à Relatoria, mais dois Vice-Presidentes, sem os quais os trabalhos não teriam sido concluídos a contento.

Apesar do rodízio realizado pela Mesa da Comissão de Sistematização, onde os cinco membros revezaram em períodos de duas horas, o esforço exigido pelas longas e sucessivas sessões terminou por cansar e até mesmo esgotar os seus cinco membros.

No Plenário os trabalhos serão maiores e as sessões mais numerosas. Os três novos Vice-Presidentes não colaboraram na direção e coordenação dos trabalhos.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1987. – Constituinte César Maia.

– Nº 39 –

Adite-se, onde couber:

"Será admitida a fusão de emendas, desde que a emenda resultante não inove expressões em sua redação e seja assinada pelos primeiros subscriptores de todas as emendas fundidas."

Brasília, 16 de novembro de 1987. – José Maria Eymael – Ottomar Pinto.

– Nº 40 –

Acrescente-se, onde couber:

Art.....

.....
– A emenda que substitua integralmente qualquer Seção ou Subseção do Substitutivo somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes, vedada a apresentação de emendas substitutivas integrais de Título ou Capítulo."

Justificação

Trata-se de precisar melhor o texto do § 2º do art. 1º, admitindo-se emendas substitutivas integrais de Seção ou Subseção e vedando proposições dessa natureza no caso de Título ou Capítulo.

Sala das Sessões, de novembro de 1987, – Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 41 –

Acrescente-se, onde couber:

Art.....

.....
– O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 56 (cinquenta e seis) Constituintes, eu Líderes que representem esse número, e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à votação do respectivo Título."

Justificação

Trata-se de proposta destinada a agilizar e facilitar o processo de coleta de assinaturas em requerimentos de preferência, admitindo-se que a assinatura do Líder substitua o conjunto da respectiva Bancada.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 42 –

Acrescente-se, onde couber:

"Art. É vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o Título referente às Disposições Transitórias."

Justificação

Não há sentido em se permitir emenda substitutiva integral das Disposições Transitórias, já que as normas perfazem todo um Título e tratam das mais variadas matérias.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 43 –

Acrescente-se, onde couber:

Art.....
.....
– As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de sentido idêntico ou oposto."

Justificação

Trata-se de precisar melhor o Instituto da prejudicialidade, substituindo-se a expressão "proposições conexas" por "proposições de sentido idêntico ou oposto".

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 44 –

Acrescente-se, onde couber:

Art.....
.....
– Os requerimentos de preferência serão votados na ordem de sua apresentação junto à Mesa."

Justificação

Trata-se de adotar uma ordem de precedência na apreciação dos requerimentos de preferência que privilegie o direito de cada Constituinte ao invés da força de uma maioria eventual.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado Plínio Arruda Sampaio.

– Nº 45 –

Acrescente-se, onde couber:

Art.....
.....

– Terão prioridade para votação, em cada Título, os requerimentos de preferência formulados pelos representantes de cada Partido em número que não poderá exceder a 20 (vinte) e que será proporcional ao tamanho da respectiva bancada, assegurando-se a apreciação de, no mínimo, uma preferência de cada bancada."

Justificação

Trata-se de democratizar a apreciação de requerimentos de preferência, respeitando-se o peso proporcional das bancadas e garantindo-se o direito das minorias.

Sala das Sessões, de novembro de 1987. – Deputado Plínio Arruda Sampaio.

Parecer da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte sobre as emendas ao Substitutivo apresentando aos Projetos de Resolução nºs 16, 19 e 20 de 1987.

Relator. Constituinte Mauro Benevides

I e II – Relatório e Voto do Relator

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte vem, nos termos do Regimento, emitir Parecer sobre as emendas oferecidas ao Substitutivo que houve por bem apresentar aos Projetos de Resolução nºs 16, 19 e 20, de 1987, tendo como primeiros signatários, respectivamente, os Constituintes Álvaro Valle, José Luiz de Sá e Roberto Cardoso Alves.

Cumpre, inicialmente, salientar a orientação adotada no sentido de aproveitar sugestões para o aprimoramento de nossa Lei Interna, objeto das pretendidas alterações. Nela se inserem normas direcionadas a garantir os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, sem prejuízo do amplo debate democrático e do acerto das deliberações. Inúmeras soluções propostas inspiram-se em oportunas inovações, capazes de dirimir todas as pendências que vierem a ser suscitadas ao ensejo da discussão e votação da nova Lei Fundamental do País.

A elaboração de uma Carta Magna representa tarefa complexa, sobretudo em período de transição e de sérias dificuldades econômicas e sociais, como o que caracteriza a presente conjuntura.

Imensas são, portanto, as responsabilidades de que se acham investidos os Parlamentares – todos eles imbuídos do dever imperioso de propugnar pelo equacionamento de problemas vitais, entre os quais avulta o da estabilidade das instituições democráticas.

Caberá ao legislador constituinte a difícil incumbência de integrar o Brasil nos modernos preceitos da justiça social, da ordem e do desenvolvimento, através de um texto que reflita, efetivamente, os anseios nacionais.

A História saberá reconhecer o esforço que cada um vier a despender com vistas à preservação dos legítimos interesses da coletividade.

Dentro de tais propósitos foram examinadas as 45 emendas encaminhadas, em tempo hábil, à Mesa, muitas das quais acolhidas, parcial ou integralmente, na forma de um novo Substitutivo, assim redigido:

SUBSTITUTIVO

Art. 1º É facultado a cada Constituinte, após publicado o Projeto de Constituição, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 4 emendas e 6 destaques.

§ 1º O destaque poderá incidir sobre dispositivo do Projeto ou de Substitutivo ou sobre emenda, parcial ou integralmente.

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer Capítulo, Seção ou Subseção do Projeto terá, em seguida ao número, a indicação "Substi-

tutivo" e somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

§ 3º Às Disposições Transitórias poderão ser oferecidas emendas a artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

Art. 2º Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos o Projeto de Constituição, abrir-se-á o prazo de 72 (setenta e duas) horas para recebimento de emendas ou substitutivo na forma do artigo anterior.

§ 1º O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias, para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição das emendas, não podendo subemendá-las ou concluir por substitutivo.

§ 2º Nas 72 (setenta e duas) hora que se seguirem à publicação do parecer, poderão ser apresentados requerimentos de destaque, desde que subscritos por 6 (seis) Constituintes.

Art. 3º Votar-se-á em primeiro lugar o Título seguido do grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 1º Será admitida a fusão de emendas, desde que a proposição dela resultante não apresente inovações em relação às demais emendas objeto da fusão e seja assinada pelos primeiros subscritores das propostas originais.

§ 2º É admitida a co-autoria de emendas após a respectiva publicação.

§ 3º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 56 (cinquenta e seis) Constituintes e apresentado até as 18 (dezoito) horas do dia que anteceder a votação do respectivo Título.

§ 4º Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver maior número de subscritores.

§ 5º As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas.

§ 6º Ausente o autor do requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário.

§ 7º No encaminhamento de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 3 (três) Constituintes: 1 (um) a favor, tendo preferência o autor do destaque, 1 (um) contra e o Relator.

§ 8º A votação será realizada na ordem crescente dos Títulos e de seus respectivos artigos, não se admitindo requerimentos de preferência de um Título, Capítulo, Seção ou Subseção sobre outro.

§ 9º No início da votação de cada Título poderão falar os Líderes ou os Constituintes por eles indicados, sendo facultado:

a) ao partido com mais de 200 (duzentos) membros – 12 (doze) minutos;

b) ao partido com mais de 100 (cem) e menos de 200 (duzentos) membros – 8 (oito) minutos; e

c) ao partido com até 100 (cem) membros – 5 (cinco) minutos.

Art. 4º Concluída a votação do Projeto, das emendas e dos destaques, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, a fim de ser elaborada a redação do vencido para o segundo turno, no prazo de até 10 (dez) dias.

Art. 5º Recebido o parecer da Comissão de Sistematização, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo a matéria incluída em Ordem do Dia, até 5 (cinco) dias, para discussão em segundo turno.

§ 1º É facultado a cada Constituinte apresentar 4 (quatro) emendas, desde que supressivas ou de redação, durante a discussão.

§ 2º Cada orador poderá falar por 10 (dez) minutos, uma única vez, e os líderes, por 20 (vinte) minutos.

§ 3º Encerrada a discussão, com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização que sobre ela emitirá parecer no prazo de até 5 (cinco) dias.

§ 4º Recebido o parecer da Comissão, publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, será o projeto incluído em Ordem do Dia para votação em segundo turno.

§ 5º Concluída a votação com a aprovação de emendas e destaques, retornará a matéria à Comissão de Sistematização que, no prazo de 3 (três) dias, oferecerá a redação final.

§ 6º Apresentada à mesa a redação final, far-se-á sua publicação no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo incluída em Ordem do Dia para votação em turno único no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas. No encaminhamento da votação, poderá usar da palavra uma única vez, por 5 (cinco) minutos, um representante de cada Partido.

§ 7º Será dispensada a redação foral se o texto do projeto for aprovado em segundo turno, sem destaques ou emendas.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EMENDA Nº 1 (Substitutivo)

Constituinte Cardoso Alves (e outros)

Altera integralmente o Substitutivo da Mesa:

1º) permite a apresentação de emendas, desde que subscritas pela maioria absoluta da Assembléia, após incluído o projeto em Ordem do Dia para votação em primeiro e segundo turnos;

2º) as emendas, assim apresentadas, poderão ser relatadas oral e conclusivamente pelo Relator ou por "Parlamentar" designado pela Presidência, fugindo à norma agora adotada, pois que ao Relator cabe designar Relator-substituto;

3º) tais proposições são, ainda, submetidas a tratamento especial tendo em vista que:

a) terão preferência para votação independentemente da apreciação do competente requerimento;

b) serão submetidas à discussão e votação em termos imediatos (§ 4º do RIANC);

c) a aprovação dessas emendas prejudica todas as demais apresentadas;

d) na votação da matéria de que se trata, ou destacada como reza o § 2º do art 27, não alcançando o **quorum** da maioria absoluta, verifica-se a inovação constituída pela repetição da votação nas três sessões seguintes à da primeira votação para que seja considerada prejudicada.

Além de outras sugestões propostas, a Emenda nº 1 modifica o § 2º do RIANC, com a finalidade de dar nova regulamentação à votação da matéria destacada; dispõe sobre a distribuição de convites

para ingresso do público às galerias, ao alterar a redação do § 3º do art 40 da Lei Interna da Constituinte, e introduz norma admitindo a iniciativa das emendas apresentadas na forma do art 27 constante do Substitutivo apresentado.

O processo de votação não pode ser substancialmente alterado na fase de tramitação em que se encontra o Projeto de Constituição. As modificações sugeridas pelo nobre Constituinte Roberto Cardoso Alves e outros Senhores Constituintes, se aceitas, levarão, em última análise, a dar-se um tratamento diferenciado à matéria, tendo em vista todo o trabalho até agora desenvolvido pela Assembléia.

Embora reconhecendo a legitimidade da intenção dos signatários, a Mesa não se dispõe a acolher a modificação sugerida, em face da complexidade que a mesma acarretada ao processo legislativo. Por outro lado, reconhece que algumas normas constantes dos Substitutivos nºs 1 e 2 figuram na Emenda nº 1, numa explícita demonstração de justezas de que revestem.

Pela aceitação parcial.

EMENDA Nº 2

Constituinte Mário Covas

Pela aprovação, por ser a denominação mais apropriada.

EMENDA Nº 3

Constituinte Adroaldo Streck
(e outros)

A emenda – sob o aspecto formal substitutivo tem a finalidade de modificar a redação do art 1º para:

a) no art. 1º **caput** – facultar a cada Constituinte apresentar ao Projeto de Constituição 5 (cinco) emendas, e não 3 (três) como consta do Substitutivo da Mesa, mantido o número de destaques;

b) no § 1º – permitir a incidência do destaque sobre emenda, sobre o Projeto, ou parte deste;

c) no § 2º – propor a graduação do número de subscritores de emendas substitutivas, conforme sejam estas oferecidas a Capítulo, Seção ou Subseção:

Emenda substitutiva de Capítulo: 100 (cem) subscritores;

Emenda substitutiva de Seção: 40 (quarenta) Subscritores;

Emenda substitutiva de Subseção: 20 (vinte) Subscritores;

d) no § 3º – proibir emenda substitutiva às Disposições Transitórias.

Pela rejeição no que diz respeito ao **caput** do art. 1º e ao § 2º do mesmo dispositivo.

Prejudicada quanto às modificações pertinentes aos §§ 1º e 3º, tendo em vista o parecer favorável às Emendas nºs 9 e 19.

EMENDA Nº 4

Constituinte César Maia
(e outros)

A emenda, também, formalmente substitutiva, objetiva alterar a redação do art 19 e seus parágrafos para:

a) no art. 1º **caput** – facultar a cada Constituinte oferecer 6 (seis) emendas e 12 (doze) destaques ao Projeto de Constituição, permitindo ainda que cada Partido apresente emendas e destaques em número igual aos artigos do Projeto de Constituição;

b) no § 1º – permitir a incidência do destaque sobre emenda ou parte dela ou sobre qualquer dispositivo do Projeto;

c) no § 2º – limitar a apresentação de emenda Substitutiva integral à Seção ou Subseção do Projeto, mantido o número de subscritores – ou seja, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Pela rejeição no que diz respeito às alterações sugeridas ao art. 1º **caput** e seu § 2º.

Prejudicada quanto à modificação proposta ao § 1º do dispositivo citado, em face do parecer favorável à Emenda nº 9.

EMENDA Nº 5

Constituinte José Maria Eymael
(e outro)

Altera a redação do art. 1º **caput** para admitir a co-autoria na apresentação da emenda ou do requerimento de destaque, depois da publicação das proposições citadas.

Pela aceitação.

EMENDA Nº 6

Constituinte Cunha Bueno

Suprime o limite, previsto no art. 1º **caput**, do número de emendas e de destaques que poderão ser oferecidos por Constituinte.

Não se limitar o número de emendas é ir muito além do que dispõe o atual Regimento, que praticamente as impede sobrecarregando a elaboração legislativa com material que já foi aprovado ou rejeitado anteriormente. É preciso lembrar que o Projeto já está com sua discussão encerrada na fase regimental apropriada para apresentação de emendas. Assim, a admissibilidade de 4 (quatro) emendas caracteriza um gesto de liberalidade.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 7

Constituinte Chico Humberto
(e outros)

Ao art. 1º **caput** – com a finalidade de permitir o destaque das emendas populares.

Parecer contrário.

Como existe a possibilidade de apresentação de 4 (quatro) emendas o objetivo do nobre autor poderá ser plenamente atingido no que diz respeito às emendas populares.

EMENDA Nº 8

Constituinte Naphtali Alves
de Souza

Objetiva modificar a redação do **caput** do art 1º para facultar a cada Constituinte apresentar 6 (seis) emendas.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 9

Constituinte Mário Covas

Ao § 1º do art 1º objetiva permitir a incidência do destaque sobre o texto do Projeto ou parte dele, e sobre emenda ou parte de emenda.

A emenda, embora seja de ordem redacional, é mais transparente do que o texto do Substitutivo, merecendo, portanto, ser acolhida com nova redação.

EMENDA Nº 10

Constituinte Adolfo Oliveira
(e outros)

Tem o mesmo objetivo da emenda anterior permitindo a incidência do destaque sobre artigo,

parágrafo, item ou alínea do Projeto de Constituição.

Prejudicada, em razão da aprovação da Emenda nº 9, que também disciplina a matéria.

EMENDA Nº 11

Constituinte Mário Covas

Ao § 2º do art. 1º – propõe que a emenda substitutiva integral (substitutivo) incida, exclusivamente, sobre qualquer Seção ou Subseção do Projeto de Constituição, vedando, portanto, a apresentação desse tipo de emenda a Capítulo.

Parecer contrário.

A Mesa mantém a redação do texto do Substitutivo, uma vez que se ajusta a configuração dos Capítulos à apresentação de Substitutivo.

EMENDAS N°S 12 E 40

Constituinte Plínio Arruda Sampaio

Têm o mesmo objetivo da emenda anterior, vedando, expressamente, a apresentação de emendas substitutivas integrais a Títulos ou Capítulos.

Parecer contrário, em face das razões apresentadas à Emenda nº 11.

EMENDA Nº 13

Constituinte Roberto Freire

Ao § 2º do art. 1º – admite emenda substitutiva a Capítulo, Seção ou Subseção, desde que verse matéria correlata àquela a ser substituída.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 14

Constituinte Haroldo Lima
(e outros)

Ao § do art. 1º – Sugere que a emenda substitutiva integral incida, exclusivamente, sobre qualquer Seção ou Subseção do projeto. Pretende, ainda, diminuir o número de subscritores da proposição: de 187 Constituintes para 140.

Parecer contrário, pelas razões apresentadas para a rejeição da Emenda nº 11.

EMENDA Nº 15

Constituinte Hermes Zaneti
(e outros)

Tem o mesmo objetivo da emenda anterior, mantendo entretanto o número de subscritores da proposição.

Parecer contrário, em face das razões aduzidas no parecer à Emenda nº 11.

EMENDAS N°S 16, 17, 18 e 19

Constituintes Plínio Arruda Sampaio,
Ademir Andrade, Haroldo Lima,
Genebaldo Correia
(e outros)

Objetivam com a supressão do § 3º do art. 1º proibir a apresentação de emenda substitutiva integral às Disposições Transitórias.

Pela aprovação da Emenda nº 19 ficando, consequentemente, prejudicadas as emendas de nºs 16, 17 e 18.

EMENDA N. 20

Constituinte Mário Covas

Ao art. 2º **caput** – Objetiva substituir a palavra "Substitutivo" por "Emenda Substitutiva". Parecer contrário.

EMENDA Nº 21

Constituinte Naphtali Alves de Souza

Ao art. 2º **caput** – Tem a finalidade de aumentar o prazo para recebimento de emendas: de 72 (setenta e duas) horas para 5 (cinco) dias úteis.

Pela rejeição.

Durante toda a tramitação do projeto a contagem de prazo tem sido corrida. Não se justifica a mudança, principalmente, agora, quando se objetiva dar maior celeridade aos trabalhos.

EMENDA Nº 22

Constituinte Mário Covas

Ao § 1º do art. 2º – Propõe-se com a emenda inserir no texto do Substitutivo da Mesa a proibição de o Relator, ao apreciar as emendas, apresentar subemendas ou concluir seu parecer por substitutivo.

Pela aprovação.

EMENDA Nº 23

Constituinte Ademir Andrade

Ao § 7º do art. 3º – A presente proposta adita a palavra "Artigo" ao texto do Substitutivo da Mesa, com o objetivo de proibir, expressamente, a apresentação de requerimento de preferência para votação de um artigo sobre outro, mantendo, portanto, a votação na ordem crescente dos títulos e seus respectivos artigos.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 24

Constituinte Adroaldo Streck
(e outro)

Ao § 2º do art 3º – Propõe a redução do número de subscritores do requerimento de preferência de 56 (cinquenta e seis) para 35 (trinta e cinco), estendendo a faculdade de requerer aos Líderes que representem 35 Constituintes.

Ao § 8º do art. 3º – Fixa o prazo de 10 minutos para os Líderes de qualquer Partido Político ou Constituintes por eles indicados usarem da palavra no início da votação de cada Título.

A emenda no seu § 2º reduz abaixo de um décimo, como consta do Substitutivo da Mesa, os subscritores de requerimento de preferência, não parecendo a esta que semelhante diminuição de **quorum** aconselha o uso da medida excepcional que é a preferência. Quanto ao § 8º é conveniente manter o critério da Mesa que se baseou, embora reduzindo na proporcionalidade, o que o Regimento estabelece para os atos onde possa haver a intervenção dos líderes.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 25

Constituinte Brandão Monteiro
(e outros)

Tem o mesmo objetivo da Emenda nº 24 na parte referente ao § 2º do art. 3º

Pela rejeição, tendo em vista os argumentos apresentados à Emenda nº 24.

EMENDAS N^{os} 26 e 41

Constituinte Plínio Arruda Sampaio

Ao § 2º do art. 3º – Mantém o número de subscriptores do requerimento de preferência, estendendo, porém, a faculdade de requerer aos Líderes que representem 56 Constituintes.

Pela não aceitação em razão da fundamentação da Emenda nº 24.

EMENDA N^o 27

Constituinte Brandão Monteiro
(e outros)

Suprime o § 3º do art. 3º do substitutivo da Mesa, erradicando do texto a prioridade estatuída para votação do requerimento de preferência que contiver maior número de subscriptores.

Parecer contrário.

Parce justo à Mesa se reconheça que as proposições com maior número de assinaturas já sejam interpretadas como uma preferência da Casa para que possam ser submetidas prioritariamente à decisão do Plenário.

EMENDA N^o 28

Constituinte Haroldo Lima
(e outros)

Ao § 3º do art 3º– Subordina a prioridade para votação do requerimento de preferência à ordem de apresentação da proposição. Tem o mesmo objetivo das Emendas de n^{os} 28, 30 e 44.

Pela rejeição, em razão dos argumentos apresentados à Emenda nº 27.

EMENDAS N^{os} 29 e 45

Constituinte Plínio Arruda Sampaio

§ 3º do art. 3º – Estabelecem prioridade para a votação dos requerimentos de preferência formulados pelos representantes de cada Partido – em número que não poderá exceder a 20 – obedecida a proporcionalidade partidária, assegurando a apreciação de, no mínimo, uma preferência de cada bancada.

Pela rejeição da emenda, apesar dos nobres intuios de seu autor, uma vez que o critério de preferência está bem adequado no texto do substitutivo.

EMENDAS N^{os} 30 e 44

Constituinte Plínio Arruda Sampaio

§ 3º do art. 3º – Têm o mesmo objetivo da Emenda nº 28.

Pela rejeição nos termos da argumentação apresentada à Emenda nº 29.

EMENDA N^o 31

Constituinte Brandão Monteiro
(e outros)

§ 4º do art. 3º – Contrariando o texto, determina que somente as proposições idênticas podem ser declaradas prejudicadas com a aprovação ou rejeição de emendas, destaques ou substitutivos.

Parecer contrário. A conceituação de conexa já vem sendo adotada na longa tramitação da matéria pelas Comissões, tendo, portanto, uma experiência de aplicação e interpretação que deve ser mantida.

EMENDAS N^{os} 32 e 43

Constituinte Plínio Arruda Sampaio

§ 4º do art 3º – Substituem a palavra "Conexas", assegurando a prejudicialidade das proposições se aprovada ou rejeitada for de sentido idêntico ou oposto.

Pela rejeição, pelas mesmas razões apresentadas na Emenda nº 37.

EMENDA N^o 33

Constituinte Mário Covas

§ 4º do art. 3º – Suprime do texto a palavra "substitutivo".

Pela rejeição.

EMENDA N^o 34

Constituinte César Maia (e outros)

§ 6º do art 3º Aumenta o número de Constituintes que poderão usar da palavra no encaminhamento de matéria destacada: de 3 para 5. Assegura, ainda, o uso da palavra a todos os Partidos nas matérias de alta relevância pelo tempo fixado na Emenda nº 35 ao § 8º do art. 3º.

A Mesa manifesta-se pela não aceitação. Pareceu-lhe que nesta fase, por se tratar de projeto exaustivamente debatido durante quarenta dias, bem como nas Subcomissões, Comissões Temáticas e Comissão de Sistematização, não cabe mais a reabertura do debate, uma vez que a discussão já está encerrada, estando a matéria em fase de votação.

EMENDA N^o 35

Constituinte César Maia
(e outros)

§ 8º do art. 3º – Aumenta o tempo fixado para o encaminhamento da votação de cada Título.

Pela não aceitação, dado o caráter liberal da emenda de possibilitar aos Líderes melhores condições para manifestar o seu pensamento e de seus respectivos Partidos.

EMENDA N^o 36

Constituinte Mário Covas

§ 4º do art 5º – Permite o destaque na votação em segundo turno do projeto da Constituição.

Parecer favorável. A emenda objetiva explicitar melhor a matéria, porque é evidente que o destaque, bem como as emendas e substitutivos aprovados serão encaminhados à redação final. A emenda, dado o seu caráter analítico, não pode deixar de fazer referência ao substitutivo, com esse adendo, a Mesa aprova a proposta.

EMENDA N^o 37

Constituinte Nilson Gibson
(e outros)

Acrescenta parágrafos ao Regimento da Assembléia Nacional, renumerando os demais, com a finalidade de estabelecer critério a ser adotado na hipótese da existência de vaga na Comissão de Sistematização.

Parecer contrário. A Comissão de Sistematização, cuja competência e dedicação mais uma vez devem ser conhecidas, encontra-se agora em uma fase muito mais reduzida de sua atividade. Como se verifica no Regimento Interno e das mo-

dificações ora propostas não parece plausível as alterações em sua estrutura apresentada na emenda, apesar de reconhecida boa intenção de seu ilustre autor.

EMENDA N^o 38

Constituinte César Maia

Acrescenta artigo ao Substitutivo, visando alterar a composição da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

A Mesa está em sua fase final de atuação, havendo condições plenas de presidir e coordenar a elaboração constitucional, razão pela qual a emenda não deve ser acolhida.

EMENDA N^o 39

Constituinte José Maria Eymael
(e outros)

Inclui parágrafo ao Substitutivo da Mesa, propondo a fusão de emendas desde que obedecido o critério que estabelece.

Pela aceitação da emenda, de vez que se enquadra no mecanismo dos destaques, acautelando contra a admissibilidade de matéria nova, portanto desconhecida dos Constituintes e não publicada.

EMENDA N^o 41

Constituinte Plínio Arruda Sampaio

§ 2º do art. 3º – Tem a mesma redação da Emenda nº 26.

Pela não aceitação, nos termos da Emenda nº 26.

EMENDA N^o 42

Constituinte Plínio Arruda Sampaio

Ao § 3º do art 1º – Dá nova redação ao parágrafo para vedar a apresentação de emenda substitutiva integral às Disposições Transitórias. Tem o mesmo objetivo das Emendas de n^{os} 3 (na parte referente ao dispositivo), 16, 17, 18 e 19.

Pela aprovação, nos termos da Emenda nº 19.

III – Parecer da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, na reunião de hoje, presentes os Senhores Constituintes Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente (Relator); Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente; Marcelo Cordeiro, 1º-Secretário e Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário, ao apreciar as emendas oferecidas em Plenário aos Projetos de Resolução n^{os} 16-B, de 1987, do Constituinte Álvaro Valle, que "introduz alterações no art. 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", de 19, de 1987, do Constituinte José Luiz de Sá, que "dispõe sobre a votação do projeto de Constituição, dando nova redação ao art 27 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte" e 20, de 1987, do Constituinte Cardoso Alves, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", aprovou o parecer do relator, que conclui pela apresentação do Substitutivo.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 1987. – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

SUBSTITUTIVO

Da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte

Art. 1º É facultado a cada Constituinte, após publicado o Projeto de Constituição, que prejudicarão todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 4 emendas e 6 destaques.

§ 1º O destaque poderá incidir sobre dispositivo do Projeto ou de Substitutivo ou sobre emenda, parcial ou integralmente.

§ 2º A emenda que substitua integralmente qualquer Capítulo, Seção ou Subseção do Projeto terá, em seguida ao número, a indicação "Substitutivo" e somente será aceita se subscrita por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

§ 3º Às Disposições Transitórias poderão ser oferecidas emendas a artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

Art. 2º Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos o Projeto de Constituição, abrir-se-á o prazo de 72 (setenta e duas) horas para recebimento de emendas ou substitutivo na forma do artigo anterior.

§ 1º O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias, para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição das emendas, não podendo subemendá-las ou concluir por substitutivo.

§ 2º Nas 72 (setenta e duas) horas que se seguirem à publicação do parecer, poderão ser apresentados requerimentos de destaque, desde que subscritos por 6 (seis) Constituintes.

Art. 3º Votar-se-á em primeiro lugar o Título seguido do grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 1º Será admitida a fusão de emendas, desde que a proposição dela resultante não apresente inovações em relação às demais emendas objeto da fusão e seja assinada pelos primeiros subscritores das propostas originais.

§ 2º É admitida a co-autoria de emendas após a respectiva publicação.

§ 3º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 56 (cinquenta e seis) Constituintes e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder a votação do respectivo Título.

§ 4º Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver maior número de subscritores.

§ 5º As emendas, os destaques e os substitutivos aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas.

§ 6º Ausente o autor do requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário.

§ 7º No encaminhamento de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 3 (três) Constituintes: um a favor, tendo preferência o autor do destaque, um contra e o Relator.

§ 8º A votação será realizada na ordem crescente dos Títulos e de seus respectivos artigos, não se admitindo requerimentos de preferência de um Título, Capítulo, Seção ou Subseção sobre outro.

§ 9º No início da votação de cada Título poderão falar os Líderes ou os Constituintes por eles indicados, sendo facultado:

- a) ao partido com mais de 200 membros – 12 minutos;
- b) ao partido com mais de 100 e menos de 200 membros – 8 minutos;
- c) ao partido com até 100 membros – 5 minutos.

Art. 4º Concluída a votação do Projeto, das emendas e dos destaques, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, a fim de ser elaborada a redação do vencido para o segundo turno, no prazo de até 10 (dez) dias.

Art 5º Recebido o parecer da Comissão de Sistematização, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo a matéria incluída em Ordem do Dia, até 5 (cinco) dias, para discussão em segundo turno.

§ 1º É facultado a cada Constituinte apresentar 4 (quatro) emendas, desde que supressivas ou de redação, durante a discussão.

§ 2º Cada orador poderá falar por 10 (dez) minutos, uma única vez, e os Líderes, por 20 (vinte) minutos.

§ 3º Encerrada a discussão, com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização que sobre ela emitirá parecer no prazo de até 5 (cinco) dias.

§ 4º Recebido o parecer da Comissão, publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, será o Projeto incluído em Ordem do Dia para votação em segundo turno.

§ 5º Concluída a votação com a aprovação de emendas e destaques, retornará a matéria à Comissão de Sistematização que, no prazo de 3 (três) dias, oferecerá a redação final.

§ 6º Apresentada à Mesa a redação final, far-se-á sua publicação no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** ou em avulsos, sendo incluída em Ordem do Dia para votação em turno único no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas. No encaminhamento da votação, poderá usar da palavra uma única vez, por 5 (cinco) minutos, um representante de cada Partido.

§ 7º Será dispensada a redação final se o texto do Projeto for aprovado em segundo turno, sem destaques ou emendas.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 17-A, de 1987 – ANC

(DO SR. CÉSAR CALS NETO)

Altera e acrescenta dispositivos da Resolução de 1987, que "dispõe sobre o regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte"; tendo parecer da Mesa pela rejeição.

(Projeto de Resolução nº 17, de 1987, a, que se refere o parecer.)

Art. 1º O art 75 da Resolução nº 2, de 1987, da Assembléia Nacional Constituinte, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 75. Fica criado, junto à Mesa, o Conselho Editorial, com a finalidade de promover, através dos meios de comunicação

social, a divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 1º O Conselho Editorial será composto de um representante de cada partido político na Assembléia Nacional Constituinte, cujo direito a voto em suas deliberações será proporcional ao número de constituintes da respectiva agremiação.

§ 2º O Conselho Editorial utilizará, para o cumprimento de suas finalidades, a estrutura e o pessoal da Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal e da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas – ADIRP – da Câmara dos Deputados.

§ 3º Cabe ao Conselho Editorial:

I – fornecer, diariamente, aos meios de comunicação social, material noticioso sobre os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte;

II – editar resumo das atividades, propostas e debates, a ser distribuído, gratuitamente, a Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Governos Estaduais, Assembléias Legislativas, Diretórios de Partidos Políticos, Universidades, Escolas, Sindicatos, Associações, Entidades da Sociedade Civil e a cidadãos que o solicitarem;

III – subsidiar com informações as entidades interessadas no acompanhamento e discussão dos Trabalhos da Assembléia;

IV – organizar, com apoio dos órgãos oficiais, gravação e arquivamento, de som e imagem, dos debates e decisões principais do Plenário e das Comissões, conforme instruções da Mesa, fornecendo, sem ônus para a Assembléia, cópias aos partidos políticos que o requeiram e destinando os originais ao arquivo da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 4º Na divulgação dos pronunciamentos feitos na Assembléia Nacional Constituinte, transmitidos resumidamente pelas emissoras de televisão e rádio, deverá o Conselho Editorial promover a divisão do tempo entre os constituintes que fizerem intervenções na sessão a ser divulgada, obedecidos os critérios adotados para a "Voz do Brasil".

Art 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Multiplicam-se as críticas de numerosos Constituintes, dos mais diversos partidos, sobre a parcialidade da linha editorial do **Diário da Constituinte**, veiculado através do rádio e da televisão, de conformidade com o que preceitua o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

É inexplicável que centenas de constituintes, apesar do trabalho árduo que vêm desenvolvendo, jamais tenham tido a divulgação de suas idéias, enquanto que alguns poucos privilegiados desfilam, com facilidade, como se fossem artistas de novelas de televisão.

A presente propositura pretende criar um sistema de acompanhamento, com representantes dos diversos partidos políticos, nos trabalhos de

divulgação da Assembléia Nacional Constituinte, bem como democratizar o acesso a estes meios de comunicação de qualquer Constituinte indistintamente, a exemplo do que acontece na Voz do "Brasil".

Sala das Sessões, 20 de julho de 1987. — Deputados Constituintes Cesar Cals Netto — Roberto Jefferson — Borges da Silveira — Raul Belém — Genebaldo Correa — Paulo Roberto — Nyder Barbosa — Marcos Lima — Dalton Canabrava — Raimundo Rezende — Ruberval Pilotto — José Elias Murad — Maluly Neto — Agripino de Oliveira Lima — João Hermann Neto — Sólon Borges dos Reis — Féres Nader — Fábio Raunheitti — Domingos Leonelli — Osmundo Rebouças — Raimundo Bezerra — Osvaldo Bender — Ruy Nedel — Manoel Castro — Arnaldo Prieto — Ivo Mainardi — Manoel Moreira — José Egreja — Fernando Cunha — Narciso Mendes — José Thomaz Nonô — Jayme Santana — Maurício Nasser — Márcia Kubitschek — Antonio Ferreira — José Melo — Anníbal Barcellos — Moema São Thiago — Percival Muniz — Brandão Monteiro — Francisco Benjamim — Victor Fontana — Lélia Souza — Plínio Arruda Sampaio — Iberê Ferreira — Nelson Seixas — João de Deus Antunes — Ronaro Corrêa — Adauto Pereira — Edésio Frias — Raquel Capiberibe — Mauricio Campos — Sérgio Werneck — Antônio Carlos Konder Reis — José Lins — Fernando Velasco — Lúcio Alcântara — Francisco Amaral — Roberto Cardoso Alves — Adylson Motta — João Natal — Leur Lomanto — Délia Braz — Eduardo Moreira — João da Mata — Crhistóvam Chiaradia — Geraldo Alckmin Filho — Roberto Freire — Geraldo Mello — Arnaldo Faria de Sá — José Maurício — Amaral Netto — Mozarildo Cavalcanti — Alysson Paulinelli — Paulo Mincaroni — José Costa — Euclides Scalco — Luis Roberto Ponte — José Santa de Vasconcellos — Antonio Salim Curiati — Célio de Castro — Horácio Ferraz — Nilson Gibson — Inocêncio Oliveira — Onofre Corrêa — Milton Lima — Ed — Maria Lúcia — Valmir Campelo — Alceni Guerra — Milton Barbosa.

I RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte

TÍTULO V

Disposições Gerais

CAPÍTULO I

Da Divulgação dos Trabalhos

Art 75. Fica criado, junto à Mesa, o serviço de Divulgação, com a finalidade de promover, através dos meios de comunicação social, a divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 1º O Serviço de Divulgação utilizará, para o cumprimento de suas finalidades, a estrutura e o pessoal da Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal e da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas — ADIRP — da Câmara dos Deputados.

§ 2º Cabe ao Serviço de Divulgação:
I — fornecer, diariamente, aos meios de comunicação social, material noticioso sobre os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte;

II — editar resumo das atividades, propostas e debates, a ser distribuído, gratuitamente, a Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Governos Estaduais, Assembléias Legislativas, Diretórios de Partidos Políticos, Universidades, Escolas, Sindicatos, Associações, Entidades da Sociedade Civil e a cidadãos que o solicitarem;

III — subsidiar com informações as entidades interessadas no acompanhamento e discussão dos trabalhos da Assembléia;

IV — organizar, com apoio dos órgãos oficiais, gravação e arquivamento de som e imagem, dos debates e decisões principais do Plenário e das Comissões, conforme instruções da Mesa, fornecendo, sem ônus para a Assembléia, cópias aos partidos políticos que o requeiram e destinando os originais ao arquivo da Assembléia Nacional Constituinte.

PARECER DA MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

— Relatório —

O nobre Constituinte César Cals Neto oferece à consideração desta Assembléia Nacional Constituinte o presente Projeto de Resolução nº 17/87 (ANC) que, através de nova redação para o art. 75 do Regimento Interno, pretende criar o Conselho Editorial, junto à Mesa, com a finalidade de promover, através dos meios de comunicação social, a divulgação das atividades da mesma Assembléia. Esse Conselho Editorial será composto de um representante de cada Partido Político, cujo direito a voto em suas deliberações será proporcional ao número de constituintes da respectiva agremiação, sendo utilizados a estrutura e o pessoal da Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal e da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas — ADIRP da Câmara dos Deputados.

São também descritas as atribuições do Conselho Editorial sendo salientado que, na divulgação dos pronunciamentos feitos na Assembléia, transmitidos, resumidamente, pelas emissoras de televisão e rádio, deverá ser promovida a divisão do tempo entre os constituintes que fizerem intervenções na sessão à ser divulgada, obedecidos os critérios adotados para a "Voz do Brasil".

Na justificativa, são feitas críticas sobre a parcialidade que, é dita, existe atualmente na veiculação dos trabalhos realizados.

É o relatório.

II — Voto do Relator

O número de assinaturas, constantes da proposição em tela, atende ao preceituado pelo inciso II do art. 81, **caput**, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Quanto ao mérito, deve ser salientado que existe a Portaria nº 1/87, do Primeiro-Secretário desta Assembléia, estabelecendo normas de atuação para o Conselho Editorial dos Programas "A Voz

da Constituinte" e "Diário da Constituinte", que é constituído pelos seguintes membros:

"I — o Primeiro-Secretário da Mesa Diretora que o preside;

II — o Segundo-Secretário da Mesa Diretora;

III — o Terceiro-Secretário da Mesa Diretora;

IV — o Diretor da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Câmara dos Deputados;

V — o Diretor da Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal;

VI — 7 (sete) Constituintes de notório saber na área de comunicação, com experiência em rádio e televisão, a saber.

— Constituinte Antônio Brito;
— Constituinte Hélio Costa;
— Constituinte Roberto D'Ávila;
— Constituinte Eraldo Trindade;
— Constituinte João Calmon;
— Constituinte Aloísio Vasconcelos;
— Constituinte Arthur da Távola."

Releva salientar que, destes sete Constituintes, cinco pertencem ao PMDB, um ao PFL e um PDT, obedecendo-se, tanto quanto possível, a proporcionalidade de representação na Assembléia. Todos são pessoas da maior idoneidade pessoal, de inegável competência profissional, merecendo amplo respeito de todos os seus pares. A aprovação da proposta em exame, quando nada, significada uma censura pública a estes colegas, sem mencionar que ela também atingiria os demais membros do Conselho Editorial, três deles integrantes da Mesa da própria Assembléia.

Assim, a menos que fatos concretos sejam trazidos ao conhecimento do plenário e sejam de tal gravidade a comprometer a lisura de atuação dos membros do Conselho Editorial, entendo que não se deve alterar a sistemática vigente.

Diante do acima exposto, voto pela juridicidade do presente projeto de resolução mas, quanto ao mérito, por sua rejeição.

Sala de Reuniões, 5 de outubro de 1987. Constituinte **Jorge Arbage**, Segundo-Vice-Presidente — Relator.

PORTARIA N° 01/87

Cria o Conselho Editorial dos Programas de Rádio e Televisão da Assembléia Nacional Constituinte.

O Primeiro-Secretário da Assembléia Nacional Constituinte, no uso das suas atribuições regimentais e com base no que estabelece o parágrafo único do art. 7º do Ato da Mesa nº 01/87, resolve:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Serviço de Divulgação, o Conselho Editorial dos Programas "A Voz da Constituinte" e "Diário da Constituinte", veiculados diariamente pelas emissoras de Rádio e Televisão de todo o País, conforme estabelecido no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Art 2º O Conselho Editorial referido tem como finalidades:

I — auxiliar o Primeiro-Secretário e o Serviço de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte;

tuinte na orientação dos programas obrigatórios de rádio e televisão.

II – realizar a análise dos programas exibidos e formular sugestões para os programas seguintes; e

III – fiscalizar a aplicação dos objetivos estabelecidos pelo Ato da Mesa nº 01/87 que regula a divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 3º O Conselho Editorial reunir-se-á uma vez por semana, em dias e horários a serem previamente definidos por seus membros.

Parágrafo único. Participarão das reuniões do Conselho Editorial um representante da Radiobrás e um representante da EBN.

Art. 4º Ficam designados membros do Conselho Editorial:

I – o Primeiro-Secretário da Mesa Diretora que o preside;

II – O Segundo-Secretário da Mesa Diretora;

III – o Terceiro-Secretário da Mesa Diretora;

IV – o Diretor da Assessoria da Divulgação e Relações Públicas da Câmara dos Deputados;

V – o Diretor da Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal; e

VI – 7 (sete) Constituintes de notório saber na área de comunicação, com experiência em rádio e televisão, a saber;

PMDB – Constituinte Antônio Brito

PMDB – Constituinte Hélio Costa

PDT – Constituinte Roberto D'Ávila

PFL – Constituinte Eraldo Trindade

PMDB – Constituinte João Calmon

PMDB – Constituinte Aloisio Vasconcelos

PMDB – Constituinte Artur da Távola.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Primeiro-Secretário, em 4 de maio de 1987. – Constituinte **Mercelo Cordeiro**, Primeiro-Secretário.

III – Parecer da Mesa

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, presentes os Senhores Constituintes Ulysses Guimarães, Presidente, Jorge Arbage (relator), Segundo-Vice-Presidente, Mário Maia, Segundo-Secretário, Benedita da Silva, Primeiro-Suplente, aprovou o parecer do relator pela rejeição do Projeto de Resolução nº 17, de 1987 (ANC), do senhor Constituinte César Cals Netto, que “altera e acrescenta dispositivos da Resolução nº 2, de 1987, que “dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte”.

Sala das Reuniões, 5 de outubro de 1987. – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está finda a leitura do expediente.

A Mesa informa o que a Casa já sabe, qual seja, que a sessão de hoje cumpre uma determinação regimental.

Tendo sido apresentadas proposições para alteração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, a Mesa ofereceu parecer e substitutivo, cujos avulsos foram publicados, impressos e distribuídos. Quarenta e cinco emendas foram oferecidas por Constituintes à proposição, o que determinou o retorno à Mesa, para que esta se manifestasse, singularmente, sobre as

emendas. A Mesa optou pela elaboração de um substitutivo, aproveitando várias das emendas que foram sugeridas pelo plenário constituinte.

A sessão de hoje, portanto, não é porque o Regimento exige que o parecer e o substitutivo sejam publicados, sejam impressos e distribuídos os avulsos, para, aí sim, haver condição regimental da matéria a ser votada.

A Mesa já determinou a publicação e os Srs. Constituintes, logo, às primeiras horas amanhã, terão conhecimento, através de avulsos também, do parecer para que, então, se possa passar à fase posterior às 14:30h.

Convoco, portanto, desde já, uma sessão a realizar-se às 14 horas e, 30 minutos de amanhã, para efeito de que se inicie a votação desse expediente.

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, V. Ex.^a, para uma questão de ordem.

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Sr. Presidente, o Constituinte Fernando Henrique Cardoso é um homem que marca a sua presença, ou marcou até hoje, a partir da publicação do **Jornal de Brasília**, por uma profunda educação e respeito aos seus colegas.

O referido jornal publicou hoje matéria imputando a autoria ao Constituinte Fernando Henrique Cardoso, onde, entre outras injúrias S. Ex.^a atribuiria aos integrantes do chamado “Centrão”, que estão pedindo esta reforma do Regimento, como sendo um grupo que somente assina o papel e vai para a Europa. S. Ex.^a conhece muito bem a Europa, pois lá passou muito tempo, por vontade própria, enquanto os brasileiros sofriam.

Queria perguntar a V. Ex.^a quantos Constituintes estão, neste momento, fora do País, porque não poderiam estar sem autorização da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte para que o Constituinte possa informar sobre esses viajantes europeus – porque não sei se ele está voltando aos idos do passado – para informar realmente o que está acontecendo, ou que ele explique quem são eles.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa não tem elementos para informar. Sabe que há Constituintes...

O SR. DASO COIMBRA: – O nobre Constituinte deveria hoje, dizer quais são as pessoas que foram para os Estados Unidos. Há quatro pessoas nos Estados Unidos. Se S. Ex.^a encontrar mais alguém fora é do lado dele.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vou dar a palavra ao nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso. Peço a colaboração da Casa, porque há oradores inscritos. De maneira que passarei, logo depois, a convocar aqueles que devem falar, por estarem inscritos no pequeno expediente.

Dou a palavra a V. Ex.^a, porque V. Ex.^a foi referido.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, quero agradecer a lembrança dos meus companheiros de trazer o meu nome

à baila logo no início da sessão de hoje e fazer referência a um fato real, de que eu vivi na Europa. E eu vivi mesmo. E gostei. E gosto. Não vejo nenhum inconveniente em que alguém viva na Europa; especialmente trabalhando como eu trabalhei nas universidades. É muito bom. Penso que não há mal algum nisso. Pediria também aos companheiros que lessem as coisas – perdoem-me o pedantismo – **cum grano salis**, ou seja, o que sai no jornal, às vezes, não é completo. O que disse foi o seguinte – e repito: não há sentido fazer-se 280 assinaturas e, a partir daí, sem presença no plenário, ser possível obstaculizar um processo. E eu disse que é possível que as pessoas vão para a Europa. Quem sabe se quiserem me levar, eu vou. Quem sabe me convidem. Não há nenhuma injúria a quem quer que seja. E não é necessário, de forma alguma, saber quem está na Europa. Eu não me referi a isso. E que, em tese é possível com assinatura viajar. É só isso. O resto é o entusiasmo do Constituinte Del Bosco, que, quando pode, faz referências elogiosas a mim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

Hoje, iniciamos as reuniões que têm como objetivo a discussão sobre as mudanças do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. É necessário que essa discussão deixe claro – e uso pinga-fogo da Assembléia Nacional Constituinte para isso – o que há pretensamente, por trás das propaladas mudanças democráticas, do Regimento Interno, para com o slogan “todo o poder ao Plenário”, como se na verdade se estivesse ferindo a democracia no processo de feitura da Constituição.

Em primeiro lugar, quero deixar bem claro, aqui, que, quando o Regimento Interno foi aprovado, a maioria desta Assembléia votou contra uma proposta de mudança no Regimento Interno, emenda do Partido dos Trabalhadores, que possibilitava que, no momento em que o projeto viesse para o Plenário, pudéssemos apresentar diferentes tipos de emendas, inclusive emendas substitutivas globais ao projeto. Mas, por que agora aparece a idéia de se fazer emenda substitutiva global ao projeto? Exatamente não por uma questão de mérito na feitura da Constituição, por uma questão de mérito pelo conteúdo das decisões da Assembléia Nacional Constituinte.

Em primeiro lugar, as forças mais conservadoras, as forças mais reacionárias desta Constituinte – e é bom deixar bem claro que elas são maioria – mas as mais conservadoras sempre tiveram, todas elas, sem nenhuma distinção, uma participação em todo o processo de elaboração da Constituição, nas Subcomissões e nas Comissões Temáticas; todos os Constituintes, inclusive o Regimento Interno exigia um número fixo de membros das Comissões e das Subcomissões, para que toda a Casa participasse do processo de feitura da Constituição. E tivemos das Comissões Temáticas resultados contraditórios e antagônicos; é só compararmos a Comissão de Or-

dem Social com a de Ordem Econômica, para não falar no impasse da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esporte, Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

O problema é que esse material, que teve a participação de todos os Constituintes, foi sistematicamente apreciado pela Comissão de Sistematização.

Estão dizendo, perante a opinião pública, que o **forum** da Comissão de Sistematização substitui o Plenário, e não é verdade.

O **forum** da Sistematização não substitui o Plenário, porque cada Constituinte pode destacar matéria para submeter ao Plenário. Se é verdade o que a maioria do Centrão diz, que apenas discorda de 15 a 20% do Projeto, é só pegar essas partes em que ele discorda e submetê-las, na forma de destaque, ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Como também é óbvio, é claro, cristalinamente, que o projeto que sai da Comissão de Sistematização terá que ser aprovado globalmente pela maioria do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Mas, quando foi apresentada a proposta de mudança do Regimento Interno, os nobres Constituintes assinaram uma emenda com o **slogan**, com a palavra de ordem de que precisavam ter o direito de fazer novas emendas. Pois bem, a maioria desta Casa concorda em fazer novas emendas, a maioria desta Casa concorda em fazer as emendas anteriores, e a maioria desta Casa concorda que possamos emendar o Projeto, inclusive emendar seções inteiras do Projeto de Constituição.

Entretanto, aqueles que assinaram a proposta do Centrão, buscando ter o direito de apresentar novas emendas – e chamo a atenção para este detalhe – entraram numa grande arapuca, porque o Substitutivo do Centrão diz exatamente o seguinte: que as emendas serão apresentadas pela maioria absoluta da Constituinte, isto é, que o direito individual de os Constituintes fazerem emendas está diminuído, está subordinado, está aniquilado pelas emendas globais de maioria absoluta, que precisarão apenas de assinaturas para ter a preferência automática no Plenário.

Então, cai por terra este argumento de que o Centrão veio para dar direito a todos os Constituintes de fazerem as suas emendas. Não é verdade, porque se uma emenda tiver a maioria absoluta, Sr. Presidente, essa emenda derruba todas as outras. E aqueles Constituintes que assinaram o Centrão, imaginando o direito individual, terão esse direito individual aniquilado pela dinâmica do Substitutivo apresentado nos últimos dias.

Finalmente, Sr. Presidente, abre-se uma situação muito grave, porque se for permitido separar parte do projeto para exigir a maioria absoluta de parte, na medida em que ele foi já votado no total, cria-se um vácuo no texto constitucional. E um vácuo dentro do texto constitucional é um impasse, que representa um golpe parlamentar. Oxalá que esse golpe seja apenas parlamentar, que não venha respaldado por uma força maior; porque diante da crise política que o País atravessa, um impasse tem um vazio no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, que só facilita aquelas posições que apostam numa saída de força, numa saída autoritária.

Chamamos a atenção da maioria desta Casa para perceber o que está em Jogo nessa proposta

de mudança global do Regimento Interno, para não dizer, Sr. Presidente, que política e eticamente não é aceitável que se mude as regras do jogo quando o Jogo está terminando. É como se diz na gíria do futebol: "Vamos ganhar o campeonato no tapetão". (Muito bem!)

O SR. ÁLVARO VALLE (PL - RJ).
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituinte: – o Constituinte José Genoíno encerrou suas palavras dizendo, agora, quando termina o jogo, ou no fim do jogo de S. Ex.^a, que se tenta mudar as regras.

Sr. Presidente, o projeto de emenda ao Regimento que apresentei, que estamos discutindo nesta reunião e discutiremos e votaremos amanhã, eu o apresentei, Sr. Presidente, em junho deste ano, quando o Constituinte Bernardo Cabral não havia, sequer, apresentado ainda o seu primeiro projeto. E, àquela época, Sr. Presidente, eu disse a V. Ex.^a ou alteramos agora o Regimento, ou teremos, inevitavelmente, uma crise quando este projeto chegar ao Plenário, e vamos mudá-lo agora, antes que se conheça o Projeto do Constituinte Bernardo Cabral. Não sabíamos, àquela época, se seria um projeto progressista ou moderado, de direita ou de esquerda, e a imprensa especulava, àquela época, prevendo – dependendo do jornal – posições contraditórias para o Projeto do Constituinte Bernardo Cabral. E eu dizia, então, a V. Ex.^a, e a vários companheiros desta Casa não estou movido, ao apresentar esse projeto de emenda ao Regimento, por qualquer pensamento doutrinário. O importante é que tenhamos uma boa Constituição; seja ela de esquerda, de direita, ou socialista, ou social-democrata, mas que exprima, efetivamente, a vontade da maioria desta Casa. E, com este Regimento, a Constituição não exprimirá a vontade da maioria desta Casa. E, evidentemente, teremos a crise que estamos tendo agora. Então, Constituinte José Genoíno; então, Sr. Presidente, se...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede a atenção dos colegas constituintes, a fim de que o orador, nosso nobre colega, uma das mais importantes figuras da Constituinte, possa ser ouvido.

O SR. ÁLVARO VALLE: – Muito obrigado a V. Ex.^a

Sr. Presidente, sou forçado a recordar a V. Ex.^a e a companheiros desta Casa que, se não discutimos antes esse projeto de emenda ao Regimento foi porque a Mesa, atropelando o Regimento, não cumpriu os prazos regimentais, que agora tanto se quer defender. No momento em que apresentei a proposta de emenda ao Regimento, citei os artigos do Regimento em vigor, que determinavam um prazo de 10 dias para que o meu projeto fosse submetido a este Plenário. Não se tomou conhecimento disso, simplesmente o projeto foi engavetado. Dois meses após, insisti em um requerimento a V. Ex.^a – não o fiz da tribuna porque não tínhamos sessões da Assembléia Nacional Constituinte que me permitissem fazê-lo –, pedindo que fosse cumprido o Regimento e discutida a proposta que estávamos fazendo. V. Ex.^a Sr. Presidente, não considerou a solicitação que fiz, a Mesa não a levou em consideração e, atropelando-se o Regimento, nada foi feito.

Sr. Presidente, não estaríamos hoje com o problema que estamos tendo, porque é inadmissível imaginar possamos ter uma Constituição que, na realidade, contenha artigos aprovados apenas por uma pessoa. Veja V. Ex.^a como a mecânica se processa: O Constituinte Relator apresentava o seu projeto; para derrubá-lo na Comissão de Sistematização, era necessária maioria absoluta. Não havendo maioria absoluta, prevalecia o texto do Relator, texto que veio para o Projeto de Constituição que este Plenário discute.

É inimaginável, Sr. Presidente, aceitar-se isso, no momento em que esse artigo de uma só pessoa – que não terá passado sequer pelo crivo da maioria da Comissão de Sistematização –, no momento em que não haja aqui 280 votos, que ele prevaleça aqui. Teríamos, na realidade, parte da Constituição do País elaborada pela vontade de um Relator.

Sr. Presidente, percebemos isso logo que vimos o Regimento. Tentamos, durante a fase de discussão dele, impedir a aprovação disso. Não foi possível porque todos nos lembramos de como foi atropelada a votação e a discussão desse Regimento, como pressão da opinião pública que exigia uma aprovação rápida. Tentamos, agora, a reforma.

Sr. Presidente, não há golpes; há vontade apenas de que tenhamos, neste País, uma Constituição que reflita a vontade da maioria dos Constituintes eleitos para fazê-la. E por que, Sr. Presidente, é tão importante que tenhamos substitutivos também a títulos? Porque muitas vezes há, no projeto, não creio que por vontade do Relator, engrenagens espalhadas por diferentes artigos dentro de um só título – e citarei, por pouco tempo apenas, uma delas: se aprovado o projeto tal como está, ou apenas remendado, teremos em nosso País um virtual domínio da cúpula não do Partido, mas da cúpula do Partido que V. Ex.^a preside com tanto saber e tanta honra não só para os seus companheiros como para todos.

Sr. Presidente, veja V. Ex.^a: criou-se uma Comissão de Transição. Comissão de Transição para quê? No momento que temos uma Constituição, a transição acaba? transição para que se passe de um regime para outro. Mas aprovada a Constituição temos o Supremo Tribunal Federal funcionando, temos o Congresso funcionando, que decidem sobre questões da transição.

Essa Comissão, com força constitucional, será, certamente, um foco gerador de crises, e por que, Sr. Presidente? Uma Comissão criada pela Constituição, que será composta de nove membros, seis dos quais, ou seja 2/3 desses membros, não eleitos, mas nomeados pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Presidente do Senado. Portanto, teremos 2/3 dessa Comissão com força constitucional, nomeados os membros pela atual cúpula do PMDB. Vamos ter, para que o Presidente da República possa dissolver o Congresso, um Conselho da República, onde temos representantes eleitos, pela maioria de hoje, com mandato fixo de 3 anos, ou seja, perpassando eleições.

Sr. Presidente, eu citaria oito, nove ou dez situações, dentro do projeto, que indicam claramente, apesar das eleições, a intenção de se perpetuar o poder daquelas que hoje o têm. Não podemos emendar isso remendando artigos, é um sistema que discutimos, é uma concepção diferente que temos.

Sr. Presidente, é o apelo que faço para que cheguemos a um acordo que, afinal, permita ao País ter uma Constituição que reflita, seja ela liberal ou socialista, a vontade da maioria desta Casa, que é a vontade da maioria do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. RUY NEDEL (PMDB - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupamos a tribuna quando estava se iniciando o trabalho de coleta de assinaturas do "Centrão", e eu dizia desta tribuna que, embora me recusando a assinar o documento, reconhecia que em muitos pontos eles tinham razão. E alertava a Comissão de Sistematização e a outros tantos que procurassem entender as insatisfações que eram, efetivamente, majoritárias. E o nosso Presidente desta Assembléa Nacional Constituinte, o insigne e impoluto homem público Ulysses Guimarães – S. Ex.^a que tem a figura, a Competência, a dedicação e o conhecimento majestático do estadista – sentiu também este fato. Foi sensível e concordou com a alteração do Regimento, e concordou com modificações substanciais até porque sabíamos que muitos destaques não haviam sido votados e foram retirados sem se consultar ninguém. E isto aconteceu principalmente no maior Partido, que é o meu Partido o PMDB. Houve a percepção de Ulysses Guimarães, e houve a percepção maior de que esta é a Casa da negociação, e estou de pronto para a negociação, que agora se faz necessária!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, se porventura o "Centrão", com esta idéia, partida do Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, de concordar com emendas, inclusive as seções e até capítulos, e se não houver entendimento, não estará havendo vontade de negociar. E não havendo vontade de negociar, não estará havendo vontade de fazer andar os trabalhos desta Assembléa Nacional Constituinte!

Quero dizer a todos aqui e registrar para os Anais desta Casa, lembrando as palavras de Assis Brasil, lá do meu Rio Grande do Sul. Ele, que participou de uma revolução derrotada; ele, que viu amigos e irmãos sendo degolados; ele, que viu quase 10% da população masculina e adulta sendo morta; ele, depois desta revolução de 23 a 24, quando os ânimos e os recalques estavam mais exacerbados como nunca, três para quatro – anos após, se reuniu com os então inimigos e não adversários e dizia estas palavras: "As coxilhas do Rio Grande estão brancas com os ossos dos nossos irmãos". Mesmo assim, nós negociamos e, se negociamos, nós nos vendemos. Mas nós nos vendemos por idéias e ideais. O grande diálogo, aqui, onde acredito não haja inimigos, haja, no máximo, adversários tenazes; o grande diálogo é de uma nova Constituição; o grande diálogo é de um novo ordenamento jurídico à nossa Pátria e contra isto não podemos nos pôr, pois a Pátria nos cobrará e a Pátria nos execrará.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS - RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

Não vou entrar no assunto sobre a reforma do Regimento, porque já tenha uma posição muito clara e já me manifestei a respeito, várias vezes, aqui.

Sr. Presidente, se meus colegas me permitirem, pretendo fazer aqui manifestação sobre um pedido de informações que quero encaminhar ao Poder Executivo. Sem dúvida alguma, uma das práticas mais recomendáveis que existem no serviço público e que, lamentavelmente, foi abandonada pelo atual Governo é a da licitação pública, é a da concorrência pública, é a da tomada de preços, é a do convite, enfim, é a do processo de licitação. Mas o atual Governo, Sr. Presidente, parece que tem um desprezo muito grande por essa prática e, baseado nisso, baixou o Decreto nº 2.300, que, de certa forma, afrouxou as exigências do Decreto nº 200 e do Decreto nº 185. Mais recentemente, baixou outro decreto, de nº 2.348, já alterando o Decreto nº 2.300. O lamentável, Sr. Presidente, é que nenhum desses decretos, até hoje, foi votado no Plenário do Congresso Nacional.

E foi graças a essa omissão do Congresso em torno desses famigerados decretos editados pelo Executivo que tivemos o escândalo da Ferrovia Norte-Sul, que tivemos a compra dos apartamentos pela Previdência Social.

Hoje, Sr. Presidente, trago, aqui, uma denúncia e, ao mesmo tempo, um pedido de informações: a Caixa Econômica Federal, que agora está sob o comando de um colega nosso, Deputado Prisco Viana, acaba de baixar um ato, registrado no **Diário Oficial**, pelo qual, dispensa a licitação e faz um contrato com a Fundação Carlos Chagas. Pasmem V. Ex.^a: um contrato de prestação de serviços para realização de processo seletivo externo, no valor de 480 milhões de cruzados, meio bilhão, é a metade do escândalo da Previdência Social, também sem licitação. Isso me parece de extrema gravidade! No momento em que o Governo se propõe a diminuir a despesa pública, promete reduzir o número de funcionários, esse mesmo Governo, através de um contrato milionário, se propõe a utilizar os serviços de uma Fundação para uma prova de seleção externa – deve ser seleção de pessoal.

Já não falo nos dez mil empregados que existem do BNH que foram absorvidos pela Caixa. Então parece-me, Sr. Presidente, em nome da probidade administrativa, em nome da seriedade, em nome da honestidade que deve presidir um ato de Governo, parece-me que temos que ter um esclarecimento oficial em torno disso que poderá ser um novo escândalo no Governo José Sarney.

Encaminho a V. Ex.^a, portanto, este pedido de informações. Eu deveria fazê-lo no período da sessão destinado a isso. Mas, como não sei se chegaremos lá, até pelo tumulto que se vê aqui hoje, estou usando o meu tempo no Pequeno Expediente e peço a V. Ex.^a, que diligencie, junto ao Poder Executivo, para que se explique, através de documentos oficiais, porque o Governo Federal dispensa licitação, contrata a Fundação Carlos Chagas, no valor de meio bilhão de cruzados, para proceder, conforme diz aqui, a processo seletivo externo, que eu presumo, Sr. Presidente, seja de pessoal.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE

Gabinete do Ministro

Caixa Econômica Federal

Resumo do Contrato Celebrado entre a CEF e Fundação Carlos Chagas. Espécie: Contrato de Prestação de Serviço. Objeto: Realização de Processo Seletivo Externo. Licitação: Dispensada, em conformidade com as disposições contidas no artigo 23, inciso II do Decreto-lei nº 2.300/86, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 2.348/87. Valor do Contrato: Cz\$ 480.000.000,00. Data da Assinatura: 20-11-87. (Nº 9.718 de 23-11-87 – Cz\$ 766,00) – **Diário Oficial** – 24-11-87 – p. 19916.

O SR. ÁUREO MELLO (PMDB - AM:) – Sr. Presidente, conforme fez o meu antecessor, não irei também abordar assunto fundamental do Regimento, nem matéria pertinente à política constituinte, propriamente dita, que nos atinge, sem dúvida, a todos nós e que será oportunamente, alvo das nossas escravificações e apreciações.

Quero apenas, Sr. Presidente, aproveitando esta oportunidade em que inclusive me congratulo por ver este Congresso, plenamente reunido, na efervescência da sua plenitude, abordar assunto de grande importância para o Estado que represento e que se faz oportuno, precisamente porque, nesta hora, representantes da entidade a que me reportarei se encontram aqui na Capital Federal, para tomarem conhecimento dos pronunciamentos, das palavras que forem proferidas através desta augusta tribuna.

Quero, Sr. Presidente, usando desta prerrogativa que é o Parlamento, formular e pedir apoio e atenção do Ministério de Indústria e do Comércio para uma situação singular que se está deparando na capital do meu Estado e que é a morte, por inanição, de uma empresa da mais alta significação, que tem a finalidade de produzir precisamente um dos materiais imprescindíveis e de maior urgência para aquela área e para aquela região. Refiro-me à empresa que se propria a produzir o aço no Amazonas, que se chama Siderama e foi criada pelo augusto Professor de Direito Trabalhista e Legislação Industrial, Sócrates Bonfim, e que ali se desenvolveu como empresa de grande futuro, mas que, infelizmente, se vem combatindo, enfraquecendo e desaparecendo paulatinamente, por certa falta de assistência e de compreensão até para o seu legítimo desempenho.

A Siderama possui várias dependências, várias unidades que podem ser assim divididas: laminação, criação de ferro gusa, área de carvão, materiais que são fundamentais para a produção do Aço na Amazônia. Essa será, Sr. Presidente, a forma de libertar a grande área daquela condição outrora inferior de colônia do Brasil, em que o Norte era relegado, e passar a participar daquela coletividade industrial que permite uma auto-emancipação e uma independência econômica que a capacite a ficar paralela às demais Unidades da Federação no plano econômico.

É verdade, Sr. Presidente, que apenas o setor chamado de lamination, que produz os vergalhões necessários à indústria de construção, está em funcionamento naquela área. No entanto, já possui a SIDERAMA, essa empresa de aciaria, material de primeira qualidade, moderníssimo e perfeito, para que possa produzir o aço propriamente dito, a fim de que venha a funcionar de maneira satisfatória.

Sr. Presidente, a verdade é que a empresa está devendo às siderúrgicas estatais importância superior a 300 milhões de cruzados, e precisa de uma injeção de óleo que seja produzida pelo Ministério da Indústria e do Comércio, superiormente dirigida pelo Ministro José Hugo Castelo Branco. A sua área de carvão, por exemplo, fica muito mais acessível do que aquelas do Sul do País, que, às vezes, se encontram a 200Km de distância, porque, podendo ser conduzidas por barcaças, torna mais fácil a sua colocação na sede, necessita de ajuda, de apoio, de compreensão, para que possa vir a produzir de maneira completa, de acordo com as necessidades regionais.

Para isso, é preciso que as siderúrgicas estatais se voltem para os interesses da chamada Siderama, ampliando-a e dando-lhe oportunidade de crédito, a fim de que possa receber a matéria-prima que lhe permitirá funcionar condignamente.

Concluo, Sr. Presidente, formulando este apelo perante esta Casa, no momento em que vejo os parlamentares realmente empolgados com a sua missão de concluir esse documento substantivo que, em tão boa hora, teve, como timoneiro, como regente, como maestro o meu conterrâneo Bernardo Cabral.

Encerro as minhas palavras acentuando e sublinhando o prazer de estar novamente falando com V. Ex.^a na Presidência.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes:

Em qualquer grupo de pessoas, momente quando numeroso e heterogêneo como o nosso, dos Constituintes, é compreensível e até desejável a existência de divergências, conflitos de opiniões, discordância, discussões e acalorados debates, procurando, cada qual, defender e justificar seus pontos de vista.

A liberdade de palavras e ação é a própria essência do regime democrático. Dessa – por que não chamar assim? – salutar troca de idéias deverá surgir o consenso que ensejará o soerguimento da Democracia ansiada pelo País.

Entretanto, estamos observando que, no decorrer desse exaustivo trabalho, que exige de nós tempo integral e dedicação exclusiva, e implica em imensurável responsabilidade perante a Nação e perante a História, está se registrando verdadeiro embate de forças antagônicas.

Parece até que estamos numa arena, onde ferrenhos adversários se digladiam em luta mortal, da qual resultará apenas um vencedor.

Cabe, então, uma pergunta: qual a vantagem para o País em se ter vencidos e vencedores no solene momento político da elaboração de sua Carta Magna?

A hora exige, de todos e de cada um, a busca incessante da conciliação, através do diálogo e da negociação, para que se chegue ao consenso-

que permita ser gerada uma Cada digna desta grande Nação, e da qual possamos nos orgulhar, como seus artífices, com a consciência tranquila do dever cumprido.

A guisa de exemplo, vale recordar o sucesso da transição política ocorrida na Espanha, que igualmente passou pelo processo da elaboração de nova Constituição. Quando de sua visita ao Brasil, em junho passado, deixou-nos o Primeiro-Ministro espanhol, Felipe González, uma sábia lição: "Optamos por fazer uma Constituição consensual que, certamente, não agradava plenamente a cada um, mas que conseguiu tomar-se ponto de encontro de diversos grupos políticos e sociais representativos de 90 por cento dos cidadãos da Espanha".

Traçando um paralelo entre os processos vividos pelo Brasil e pela Espanha, Felipe González fez o seguinte comentário: "Nós nos esforçamos para encontrar um texto constitucional que, embora com imperfeições técnicas, pudesse reconhecer a vontade de convivência num marco jurídico político em que todo o espectro político e social da Espanha se sentisse razoavelmente integrado, suficientemente representado".

Assim, pois, nobres Colegas Constituintes, procuremos, como fez o bravo povo espanhol – com o qual tanto temos em comum – imbuídos dos mais legítimos valores democráticos e honrando o compromisso assumido perante nosso próprio povo, encontrar o caminho da conciliação, superando divergências, aparando arestas, suprimindo intransigências, em busca da reconstrução institucional desse País.

Deste esforço deve participar toda a população brasileira, através dos seus delegados, e não apenas uma pequena parcela – hoje se dizendo maioria, amanhã, dispersa – mas, que, na verdade, pode não refletir a totalidade dos anseios da sociedade, como vimos ainda recentemente em algumas das decisões da Comissão de Sistematização.

Pois que as decisões aqui tomadas devem, obrigatoriamente, expressar a opinião de todos, porta-vozes que somos da população brasileira, e jamais dê uma maioria tão eventual e passageira que talvez riem mais o fosse, caso se repetissem às eleições agora.

O bonde da História não nos perdoará jamais a perda desta extraordinária oportunidade que o destino nos reservou: a oportunidade de imprimir no livro ainda em branco da Constituição os parâmetros e as diretrizes que esperamos, perdurem no tempo, reestruturando todo o País, fornecendo-lhe meios e condições para trilhar seu caminho rumo a um futuro de liberdade, paz e prosperidade. Tal caminho passa pelo fortalecimento da livre iniciativa, sem o que sequer teremos possibilidade de consolidar e expandir a economia nacional, e recursos para sustentar uma política social moderna, atualizada, nas linhas da Doutrina Social Cristã, condição para uma efetiva Justiça Social.

A exemplo da Espanha, procuremos nos unir em prol do bem comum, elaborando uma Carta pluripartidária, que reflita os diversos setores da sociedade, e na qual estejam abrigados e defendidos os seus interesses.

A composição dos diferentes anseios, muitos deles conflitantes entre si, somente poderá ser alcançada através de um debate aberto e democrático. Que do entrechoque de idéias seja dada

transparência aos interesses em jogo, sem mistificações, de forma a legitimar a futura Constituição e o pacto social orientador do conjunto da Nação brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso,): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O presidente em exercício do Sindicato da indústria de Beneficiamento de Fibras Vegetais e do Descarreamento de Algodão do Estado do Rio Grande do Norte, Sr. Milton Dantas de Medeiros, e o Presidente da Associação dos Maquinistas de Algodão do Nordeste – Amane, Sr. José Humberto de Mendonça, enviaram no dia 27 de outubro próximo passado o. seguinte documento ao Ministro da Agricultura, Íris Rezende:

"Preocupados com a presente situação da comercialização do algodão em nosso País, a as consequências que daí resultam para os produtores do Nordeste, é que tomamos a liberdade de apresentarmos a V. Ex.^a algumas informações pertinentes ao assunto e de solicitarmos algumas providências, que nos parece imprescindíveis ao soerguimento deste que já foi o mais importante setor da economia de nossa região.

Atualmente, esta comercialização vem enfrentando grande flutuação de preços, em termos reais, a qual vem beneficiando particularmente as grandes empresas do ramo, sejam elas produtoras de matéria-prima (maquinistas), ou grupos têxteis, com prejuízos constantes para os pequenos empresários, de ambos os setores. Isso se deve, principalmente, ao acesso fácil dessas grandes empresas às fontes de informações internacionais, além de poderem, por seu maior potencial econômico-financeiro, manter seus próprios estoques especulativos.

No momento, vivemos uma fase de baixa no mercado, cujas causas principais, a nível interno, são:

1– Importação de algodão em regime de **drawback**, que não era permitida pela Cacex até agosto passado, quando atravessamos mais dificuldades cambiais, e que permite hoje, apesar da melhora de nossa posição.

2– Esta importação, por outro lado, vem sendo realizada de uma forma, até certo ponto, estranha, pois se importa algodão de fibra 34/36 mm., para melhor, que é utilizado na fabricação de tecidos finos, e a contra-partida é feita com a exportação de fio ou tecido grosso, para cuja fabricação se utilizam fibras inferiores à importada. Como resultado, o algodão de fibra 34/36 mm, por nós produzidos, está sem comprador, embora com baixíssima disponibilidade, pois atingido pela seca e pelo bicho.

3 – Também a realização de leilões de algodão fibra 30/32 mm., pela CFP, vem prejudicando enormemente os pequenos produtores, estando sem compradores à produção deste tipo, tanto do nosso Estado, quanto dos vizinhos Paraíba e Ceará.

Esses fatos Sr. Ministro, nos fazem pleitear de V. Ex.^a medidas que venham modificar esta situação, permitindo a esta sofrida área da economia do Nordeste buscar a sua recuperação, e que se resumiriam nas seguintes providências:

1. Suspensão da importação, pelo sistema **Darwak**, de algodão de fibra 34/36 mm., acima.

2. Suspensão dos leilões da CFP.

3. Prorrogação dos prazos dos empréstimos realizados pelos maquinistas de algodão do Nordeste sob a modalidade EGF.

Esperando contar com o apoio de V. Ex.^a para a solução de nossos problemas, aproveitamos o ensejo para apresentarmos os nossos protestos de cordial estima e apreço."

Fiz questão de transcrever o documento na íntegra Sr. Presidente, para que este Parlamento e eu sentíssemos a força do apelo, de que agora me faço, e com determinação, humilde porta-voz dos pequenos e médios empresários desse setor do Nordeste, e especialmente dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, em prol de uma atuação decidida do Ministro Iris Rezende, para a solução desses problemas.

Era o que tinha para dizer. (Muito bem!)

O SR. ERICO PEGORARO (PFL – RS, Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ao ensejo desta oportunidade, desejo, a exemplo de outros Constituintes gaúchos, de mais um vez, nos reportarmos quanto à omissão, à falta de um trabalho mais concreto e definido na solução do problema agrário. E em face dessa falta de trabalho, dessa omissão das autoridades federais e estaduais, com relação à posse e uso da propriedade rural, alvora-se o direito à CBT, ao PT, aos PC, ao MUP e não sei a quantos "péssimos" mais, de, no uso da desgraça alheia do trabalhador, da trabalhadora, do filho do "sem-terra", em usá-la como instrumento de agitação social.

Mas chegamos a esta situação de desorganização, na política agrária de posse e uso da propriedade rural, pela falta de definição de uma política fundamentalmente do Governo Federal. Os produtores rurais, os falados "sem-terra", que, na madrugada da última segunda-feira, ocuparam as propriedades em São Roque Gonzales, em Palmeira das Missões e em Pelotas, não fazem nada mais do que usar de um instrumento extremo para dizerem que existem, para dizerem que a política agrária está errada, é arcaica, e está colocando este Brasil na bancarrota. E os políticos interessados nessa bancarrota, de quanto pior melhor para a sua ação, não fazem outra coisa se não subirem na escada da desgraça alheia.

O direito de propriedade, Sr. Presidente, que deve obedecer a uma função social dessa mesma propriedade, não pode ser buscado pela invasão da própria propriedade, parque este; o proprietário, a conquistou e a tem pelo trabalho e pelo esforço, no decorrer do tempo e dos anos, e não pode, através de uma falta de política e de uma ação de baderna, de uma ação de aproveitamento da desgraça do nosso irmão, estar a serviço do desmantelamento e da desorganização agrária.

Nós, os Deputados, os Senadores, os Srs. Ministros, o Presidente da República, não estamos fazendo um serviço que a História haverá de contar

como bom, se não colocarmos um ponto final nessa desorganização e nessa desgraça que grassa entre esses irmãos nossos, que não têm a oportunidade de trabalho e nem acesso aos meios de produção.

A invasão à propriedade não é o meio mais adequado. O uso desse instrumento humano – nossos irmãos – pelo PT, pelos PC, pelo pessoal de esquerda da Igreja, está contribuindo para que se tenha um país ingovernável, para que se avance numa situação em que não haja entendimento entre os brasileiros. É para essa desgraça que nós queremos chamar a atenção do Sr. Ministro da Justiça, do Sr. Ministro da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural, para que tomem uma atitude definida de congracamento e de entendimento na área rural.

Não é possível mais estarmos assistindo, a cada dia que passa, que se insuffle a que mais invasões haja e o Governo não tome uma atitude final para a solução dessa difícil situação por que passa aquele que não tem acesso aos meios de produção.

As invasões em Roque González, na propriedade de um político do PDT, é uma afronta a classe política gaúcha. E o Sr. Governador do Estado dono Grande do Sul, Pedro Simon, deve responder, alto e definitivamente, quanto a essa situação de invadir terras que não servem para a pequena agricultura, de invadir a propriedade de um cidadão do trabalho, como é Aldo Pinto, um homem que adquiriu a terra que possui, a propriedade que tem, através do trabalho, através do sacrifício e através da lutada muitos anos.

Não é possível que nós, as autoridades constituídas, continuemos assistindo de braços cruzados, sem nada fazer para que se dê acesso a terra, acesso aos meios de produção a esses homens, a essas mulheres e a essas crianças que nada mais querem do que uma oportunidade de trabalho para poderem sustentar a si e a sua família. Eles, hoje, são instrumentos de manobra, mas, se são instrumentos de manobra do PT, da CBT e dos PCs, nada mais são do que uma falta de organização e de trabalho daqueles que têm o direito, o dever e o compromisso de solucionar a afeita situação em que vivem mais de 12 milhões de brasileiros que não têm acesso à terra, que não têm acesso a um salário digno, que não têm acesso à oportunidade de alimentação para os seus filhos.

Sr. Presidente, que sirva este alerta ao Sr. Governador Pedro Simon, para que ocasiões como essa não se repitam, pela invasão da propriedade a quem trabalha como uma forma de pressão, mas que sirva, isso sim, de alerta às autoridades constituiadas, ao Sr. Ministro da Reforma Agrária, que nós, enquanto não votarmos o final da Carta constitucional, o Sr. Ministro Jader Barbalho não pode ficar ria expectativa, na esperança e na espera de a Assembléia Nacional Constituinte, venha a corrigir essas distorções agora. Ele tem o dever e o compromisso de responder à Nação a necessidade desses afilhos sem terra.

Era isto, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE, Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Depois do trabalho da Comissão de Sistematização, de apresentar um anteprojeto que mi-

lhões de brasileiros já consideram razoável para resolver parte de nossos problemas, surge um grupo de Constituintes, o chamado "Centrão", junto aos quais muitos Constituintes também assinaram um documento para ter o direito de apresentar emendas em Plenário e melhorar a redação do anteprojeto de Constituição do Relator Bernardo Cabral.

Mas os brasileiros, Sr. Presidente, Sra e Srs. Constituintes esperam com ansiedade que, com a máxima brevidade, esta Assembléia de representantes do povo conclua a Carta Constitucional. O que nós queremos, nesta oportunidade, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, é pedir a V. Ex.^a, mesmo sem ter assinado o documento do "Centrão", que coloque em votação as mais de 45 – quase 50 – emendas, para que nós possamos enxugar esse projeto e atender ao anseio da sociedade.

Não podemos mais continuar de braços cruzados, esperando acordos. São homens de responsabilidade que aqui representam o povo brasileiro, e sabemos que nem todos que assinaram o documento do "Centrão", assinarão quaisquer emendas que não sejam aquelas que atendam às necessidades do povo brasileiro.

Portanto, nós esperamos que amanhã possamos votar essas emendas e aprovar a abertura para novas emendas ao Projeto de Constituição. Era só, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Gonzaga Patriota, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Osvaldo Trevisan.

O SR. OSVALDO TREVISAN (PMDB): – Sr. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sra e Srs. Constituintes:

Quero falar sobre alguns dos compromissos que a Assembléia Nacional Constituinte tem com a Nação brasileira – entre eles, a par de encontrarmos, aqui, soluções para melhorar a distribuição da renda no País, precisamos também modernizar a nossa universidade e o nosso Poder Judiciário. É importante que a Nação tenha um Poder Judiciário que dê respostas rápidas às divergências da sociedade, um Poder Judiciário ágil, que possa promover a Justiça de maneira rápida, barata e eficaz. Para isto, não basta, não é suficiente tão-somente o Conselho Nacional de Justiça lembrado nesta Assembléia Nacional Constituinte. Entendo que o Conselho Nacional de Justiça não inova em termos de modernizar a Justiça brasileira. Parece-me – e aqui coloco à reflexão dos Srs. Constituintes – que, na medida em que especializamos a Justiça, nós a distanciamos do povo; na medida em que temos a Justiça Comum, Federal, Eleitoral, Militar, Trabalhista – e, agora, fala-se também, em Justiça Agrária – nós a tomamos mais distante do cidadão, mais longe do povo. Precisamos criar uma justiça que esteja bem perto do povo, do cidadão, dando-lhe as respostas rápidas que ele procura no poder jurisdicional. Daí por que trazemos o exemplo das Juntas de Conciliação e Julgamento. Nas regiões onde não há Juntado de Conciliação e Julgamento, o trabalhador apresenta a sua reclamação trabalhista ali na sua comarca, perto, de onde ele mora. E, no momento em que deter-

minadas regiões instalam Juntas de Conciliação e Julgamento, essas Juntas passam a jurisdicionar 40, 50 ou, às vezes, uma centena de municípios antes podia apresentar sua reclamação trabalhista, ali perto na sua comarca, passa a ter que viajar, às vezes, 100,150 ou 200 quilômetros para procurar a Junta de Conciliação e Julgamento da sua jurisdição, em busca do seu direito trabalhista. Igual dificuldade vai também para o empregador, que tem que comparecer às audiências nas sedes das Juntas de Conciliação e Julgamento. Este mesmo raciocínio se aplica também quando se trata da Justiça Federal, que tem os seus tribunais e as suas varas instaladas somente nas capitais, longe, portanto, de onde se encontra o cidadão.

Não podemos, também, continuar com a idéia de se criar justiça agrária, que será igualmente uma justiça longe do povo. Por isso, trazemos à reflexão desta Assembléia Nacional Constituinte a idéia de unificarmos a Justiça brasileira, de modo que em todas as comarcas estejam presentes todos os segmentos da Justiça, para que ela possa estar perto do cidadão, perto do povo, e possa funcionar de maneira eficaz e barata, dando respostas rápidas às divergências da sociedade, porque justiça tardia não é justiça. A Justiça tem que estar presente e dar as suas decisões dentro de curto espaço de tempo, para que possa ser Justiça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Sem revisão do Orador.)

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o art 34 das disposições transitórias do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização diz exatamente o seguinte:

"Fica revogado o Decreto-Lei nº 1.164 de 1 de abril de 1971, e as terras de que trata reverterão, imediatamente, ao patrimônio dos Estados de que foram excluídas."

Srs. Constituintes, este artigo consta desde a primeira Comissão Temática desta Casa, passando por todos os relatórios do Relator Benardo Cabral e permanece, hoje, no texto, sem nenhuma oposição de qualquer Membro da Assembléia Nacional Constituinte.

Em função disso, o Presidente José Sarney e o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário Jader Barbalho foram hoje ao Estado do Pará – e numa grande festa, aliás, numa festa sem a participação do povo, numa festa em que havia mais policiais do que povo – para, de público, revogar o Decreto-Lei nº 1.164. Fizeram-no para aproveitar politicamente uma decisão que esta Assembléia Nacional Constituinte já havia tomado. Espero apenas que, ao revogar o Decreto-Lei nº 1.164, que fez com que as terras da Amazônia pertencessem quase em sua totalidade à União, tenham colocado lá que essas terras devem ser destinadas à reforma agrária. Deve-se dar prioridade às pessoas que ocupam as terras que não estão tituladas, desde que esse limite não ultrapasse a 500 hectares, portanto, com um limite máximo.

Espero que agora, com a revogação desse decreto, não continue a ocorrer com o Instituto de Terras do Pará o que sempre ocorreu naquela área, onde o Pará aliena terras para latifundiários

do Sul do País, em lotes de 3000 hectares, porque a Constituição assim o determina. Sabemos que em muitos casos esses lotes são vendidos a uma única empresa, que subestabelece, que mantém o domínio dessa área através de procurações de terceiros, em inúmeros processos que são montados, e eu citaria, inclusive, o exemplo da Impar, indústria madeireira que, sozinha, comprou 53 lotes de 3.000 hectares de terras no município de São Feliz do Xingu.

Não adiantará revogar o Decreto nº 1.164, se junto a ele não estiver contida uma série de normas, que dê prioridade absoluta à destinação dessas terras para a reforma agrária.

Quero registrar esse ato de oportunismo político, feito pelo Ministro Jader Barbalho e pelo Presidente José Sarney, que não respeita o Congresso Nacional, porque aqui há leis tramitando nesse sentido. Eu mesmo tenho um projeto de lei revogando o Decreto nº 1.164, desde 1983 e, pessoalmente, estive com o Presidente da República, solicitando a interferência de S. Ex.^a junto às Lideranças dos partidos que o apóiam, para que esse projeto fosse aprovado por esta Casa. Mas, aproveitando, demagogicamente, em função do que a Constituinte já definiu, S. Ex.^a foram fazer essa farsa hoje no Pará. Lá, um pequeno grupo de manifestantes quis apresentar uma faixa de reivindicações e foram violentamente agredidos pela Polícia Militar do Estado. Dezessete pessoas foram presas, inclusive o Deputado Estadual João Carlos Batista foi agredido pela segurança da caravana do Presidente da República. Todas as avenidas estavam cercadas de fora a fora por policiais e o grupo de pessoas que apareceu nessa homenagem talvez não correspondesse ao grupo que homenageia um simples vereador no interior do nosso Estado.

Portanto, quero deixar registrado aqui nesta Casa que isto só foi feito em função do que a Constituinte já havia decidido e que os jamais – ganharam muito dinheiro com a propaganda paga pelo Governo, com uma decisão que já estava tomada.

Para concluir, Sr. Presidente, espero que essas terras, que agora voltam ao domínio do Estado, da nossa Amazônia, possam ser destinadas ao povo sem terra, que tanto luta por um pedaço de chão para o seu trabalho e o sustento da sua família.

Muito obrigado.

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr Presidente, Srs. Constituintes que ainda restam nesta Casa, porque, a essa altura da sessão, com o plenário praticamente vazio, falamos para nós mesmos. Entretanto, gostaria de dizer que considero a situação em que nos encontramos muito grave, e creio que os Constituintes que assinaram certas propostas de mudança do Regimento, talvez não tenham lido o documento e apreendido todas as consequências do que assumiram com a sua assinatura.

Coloco aqui que, à medida que cada um estava se sentindo frustrado, por não poder participar do processo na Comissão de Sistematização que, efetivamente, teve o "poder dos notáveis", aquilo que se queria evitar no início do processo e que desempenhou um papel insubstituível, importante, mas na verdade alijou a grande maioria.

Ao mesmo tempo, no próprio **Diário da Constituinte**, alguns tiveram muito mais chance de apresentar e defender suas propostas, enquanto outros são raramente ouvidos. Tudo isso foi criando uma insatisfação muito grande neste plenário, que agora se centraliza nesse tal do Centrão, em detrimento do processo.

Vejo que, à medida em que formos apresentar destaques ao projeto em questões fundamentais como a da estabilidade no emprego, os 120 dias de licença à gestante, a questão de greve e outras questões polêmicas, duvido que, efetivamente, todos aqueles que assinaram essa proposta do Centrão irão votar. O que o Centrão na verdade quer é marcar posição, se afirmar perante aqueles que o sustentam.

Então, há urna desinformação. Sinto que mesmo as pessoas que assinaram certas propostas, não sabem o que assinaram nem as consequências disso.

É preciso que haja um debate profundo e sério sobre a mudança do Regimento porque os Líderes estão negociando a quatro paredes, em situações fechadas, e a maioria de nós, Constituintes, não sabe o que está sendo negociado, o que está sendo decidido ou não. Quanto a isso temo que aconteça o mesmo que ocorreu na Comissão da Ordem Econômica, onde, por mais que se cedesse, por mais que se negociasse, o grupo não queria negociar, não queria era coisa alguma. Criou-se o impasse, simplesmente, da não negociação e da não aprovação. Será que estamos nos aproximando dessa fase? Aí eu diria que a angústia, as preocupações e as incertezas que povoam as mentes e as vidas dos cidadãos brasileiros, principalmente pelo arrocho salarial, que faz com que a população em geral fique sem rumo, com o Governo iludindo a população com "Vale do leite", "Vale-transporte", "vale do salário", vale de lágrimas, e o povo fica agüentando a situação sem saber para onde vai e nós aqui, na Constituinte, agravando essa situação, quando poderíamos, através de uma nova Constituição, contribuir com a esperança do povo e com o processo de uma solução democrática.

A meu ver precisamos entrar em acordo imediatamente; colocar em votação o projeto, em plenário, porque à medida em que se vota agora, em primeiro turno, no máximo em três meses deveremos tirar isso a limpo, porque senão haverá o esvaziamento também da Assembléia Nacional Constituinte, que interessa a certos setores da direita extrema do País e não ao global da Nação, o que é muito grave e sério.

Portanto, a minha colocação é que apressemos; que amanhã se venha e se vote a mudança do Regimento e que passemos a votação em plenário do Projeto de Constituição.

É preciso que a Mesa realmente transfira para o Plenário as discussões que os Líderes estão fazendo, a quatro paredes. As negociações que estão sendo fechadas, que sejam feitas aqui, de público, para que os Constituintes saibam o que está sendo questionado, o que está sendo negociado e quais as perspectivas para que se caminhe se passe à votação, em plenário, do projeto em primeiro turno e depois em segundo.

É um absurdo evidente permitir-se que se incluam emendas substitutivas no global, ou substitutivas nos capítulos, nos títulos, quer dizer, no

máximo realmente poderemos concordar com emendas substitutivas de sessão, de emendas, mas, não no seu global. Não sendo assim, de que valeram os esforços feitos durante esses 10 meses pela Assembléia Nacional Constituinte? Seria colocar tudo isso a perder.

Apelo, então, ao Presidente para que transfira essas informações ao Plenário e não simplesmente que sejam feitas a quatro paredes com os Líderes.

O SR. CELSO DOURADO (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Chegamos a esta Casa com muito entusiasmo e conscientes de que teríamos uma grande responsabilidade: fazer leis boas e justas; fazer leis que possam ajudar nosso povo a viver melhor, porque a finalidade precípua da lei é exatamente a comunhão entre as pessoas, o entendimento, o bem-estar e a felicidade.

A tradição de leis neste País é autoritária. As leis sempre foram impostas de cima para baixo; as leis sempre foram feitas por poucos e a aplicação das mesmas sempre de maneira discriminatória, isto é, aos poderosos, os privilégios e ao povo, as penalidades da lei.

Sr. Presidente, esta Constituinte, pelo seu trabalho, tem-nos entusiasmado. Houve oportunidade de o povo participar, há o debate, há os que criticam o trabalho da Constituinte e há os que a defendem. O povo teve oportunidade de penetrar nesta Casa, nos seus corredores, nas suas comissões e até mesmo neste plenário, se não para falar alto, mas pelo menos, para comunicar a sua mensagem, as suas preocupações e as suas aflições. Estamos tendo uma oportunidade ímpar; há uma expectativa grande de que essas leis possam, realmente, ajudar a reestruturar uma sociedade mal estruturada, uma sociedade muita bem organizada para poucos, uma sociedade perversamente organizada, porque é isso, Sr. Presidente, que temos que interiorizar, porque é esta conscientização que tem que atingir a nossa sensibilidade.

Sr. Presidente, não podemos aceitar que, nesta hora, de novo, se pretenda prejudicar todo um trabalho que foi realizado. Há defeitos? Sim, há defeitos! Por mais esforços que façamos vamos ter uma Constituinte com defeitos, todas as Constituintes do mundo têm defeitos, têm equívocos; nenhuma obra humana será perfeita, mas o essencial, o importante é que essas leis sejam assimiladas pelo nosso povo, que esta Carta Magna que deve sair desta Constituinte possa, realmente, receber guarida na mente, nos corações, na afetividade do povo brasileiro e que ele possa recebê-la como leis que venham ao encontro dos seus grandes problemas, que possam ajudá-lo a uma vida melhor. Essa é a grande esperança, essa é a grande expectativa do povo brasileiro.

Teremos oportunidade agora de um diálogo mais amplo. Foram diversos os momentos desta Constituinte, Sr. Presidente, agora chegou o momento decisivo: é hora de discussão, de diálogo, de análise e até de correção. Mas que haja um compromisso, aquele que assumimos perante o povo brasileiro, de que as leis aqui elaboradas sejam, para o bem do povo, para responder aos grandes problemas deste País, porque, senão o nosso trabalho terá sido em vão.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Celso Dourado o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Carlos Vinagre.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituinte,

o modelo de desenvolvimento da Amazônia não pode ser o mesmo das regiões meridionais ou orientais do Brasil, onde a mata atlântica foi substituída pela agricultura e pela pecuária durante quase cinco séculos, enquanto a floresta amazônica é considerada, pelos ecólogos de todo o mundo, quase totalmente insubstituível.

Adverta-se que a zona brangatina, no Pará, foi coberta por uma densa floresta equatorial e, hoje, apresenta-se praticamente semi-árida, reclamando recursos custosos de recuperação do solo, uma luta séria contra a erosão e adaptação de novas espécies florísticas, insubstituíveis na mata primitiva.

Evidentemente, seria perigoso pretender uma pecuária extensiva na Amazônia, fora da Ilha de Marajó e de alguns alagados, próprios à criação do búfalo. Mas, em cerca de meio milhão de quilômetros quadrados, cerca da sexta parte da sua extensão, principalmente na fímbria do cerrado e do Nordeste Ocidental, admitem-se boas explorações agropecuárias, bem como a instalação de algumas agroindústrias de aproveitamento de frutas, nativas óleos vegetais, peixes em conservas, crustáceos e quelônios, com a utilização de viveiros, sem prejuízo do equilíbrio ecológico.

Mas o problema da região não é, apenas, de progresso econômico; necessário, ao planejá-lo, com recursos nacionais, atentar ao desenvolvimento entendido com integração homem-meio, observados os aspectos físico, moral e cultural.

Entretanto, observa-se um crescente desejo de impor a tecnologia ao turismo, pretendendo-se transformar aquela região num celeiro nacional, aspiração verdadeiramente fora da realidade.

Chega de ser a floresta amazônica apenas o "pulmão da terra", regulando o fornecimento de oxigênio a cinco continentes. O que o amazônica deseja é que se promova uma integração regional, promovendo-se um desenvolvimento que cuide, em primeiro lugar, do homem e da preservação do meio, reservando-se para uma etapa distante o progresso econômico, que não deve ser encarado como o único objetivo da humanidade.

A Amazônia não precisa apenas de tratores, de rodovias ou ferrovias, de plena utilização da sua malha hidroviária, mas também de escolas, de assistência social e sanitária, de universidades, de preservação da cultura indígena e sua integração ao todo nacional, em suma, de um desenvolvimento integral, planejado para a própria região. Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituinte:

Ficamos estarrecidos com os termos da carta do leitor Urumaju Rayol, publicada pelo jornal **Correio Braziliense**, edição do último domingo dia 15 de novembro, tendo em vista conterem denúncias gravíssimas e que estão a exigir pronta

e energica providência por parte do Juizado de Menores do Distrito Federal.

Segundo se relata ali, Sr. Presidente, jovens com idade entre 12 e 14 anos estão freqüentando clubes, bares e **boates**, varando as madrugadas e, o que é mais grave, sozinhos, citando inclusive uma conhecida casa de shows preferida pela juventude e onde são servidas bebidas alcoólica sem qualquer controle.

Narra o leitor que "numa dessas sextas-feiras em movimentada festa ali realizada, uma garota de apenas 13 anos de idade, em face de ter ingerido bebida em excesso, necessitou de ser socorrida no Pronto-Socorro do Hospital de Base".

Isto, Sr. Presidente, sem falar nos filmes eróticos pornôs que passam com freqüência nos cinemas os quais são livremente assistidos por menores de tenra idade, em afrontoso descumprimento às normas censórias que classificam tais exibições como rigorosamente proibidas para menores de 18 anos.

Não podemos mais assistir a espetáculos dessa natureza, porque traduzem o aniquilamento moral da família e significam o esfacelamento do caráter da juventude, comprometendo, de forma irremediável, o seu futuro.

Não faz muito tempo o noticiário dos jornais daqui de Brasília registrou o caso de uma jovem que, após ter mantido relações sexuais com próprio professor, em casa deste, na cidade satélite do Gama, morreu vitimada por uma superdose de tóxico, em meio a uma das inúmeras orgias que ali se costumavam realizar.

O Juizado de Menores do Distrito Federal não pode mais ignorar o que vem ocorrendo com os jovens de Brasília, principalmente agora, depois que denúncias da maior gravidade, como essa que vem de ser apresentada pelo leitor Urumaju Rayol, são levadas ao conhecimento da opinião pública.

Desejamos, por isso, Sr. Presidente, fazer um apelo dos mais veementes ao Governador do Distrito Federal, Dr. José Aparecido de Oliveira, para que, conjuntamente com a fiscalização do Juizado de Menores, determine à autoridade policial que também promova ampla verificação do que vem ocorrendo em clubes, bares e **boates**, por tratar-se de exigência da sociedade, que não pode mais assistir à impune corrupção e desvio de menores.

Era o que tínhamos a dizer. Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente Srs. Constituintes:

A falência do Sistema Financeiro da Habitação como instrumento para solucionar o problema habitacional das classes pobres e dos trabalhadores, tem sido inconsistentemente denunciada pela imprensa, nas tribunas do Congresso e nas demais Casas Legislativas, indicando soluções e reclamando a conveniente atenção das autoridades competentes.

Recentemente, falando pelo Sindicato dos Empregados em estabelecimentos de serviço de saúde de santos, o seu Presidente, Paulo Pimenta dirigiu-se ao Presidente da Caixa Econômica Federal e assinalando que, dentro do atual plano habitacional, não se vislumbra qualquer possibilidade de atendimento ao trabalhador de baixa renda, como se verifica na área de atendimento ao trabalhador de baixa renda, como se verifica

na área da saúde, as asfixiada pela mercantilização do setor. Para possibilitar seu enquadramento, o plano deveria atingir a faixa dos que recebem de dois a cinco salários mínimos, enquanto se prodigalizam recursos para os mais aquinhoados obterem confortáveis residências.

Toda a pesquisa até agora feita no setor habitacional, todas as consultas, todos os debates em gabinetes de portas fechadas, resultaram, até agora, na implantação do sistema de cima para baixo, apesar do exemplo dado pelo ex-Governador de Goiás, Iris Resende, apelando para o mutirão e conseguindo a construção de milhares de casas em algumas semanas.

Infelizmente, no decorrer dos últimos vinte anos, ocorreu uma série interminável de escândalos com agentes financeiros, no repasse de dinheiros públicos, canalizados para a edificação de espiões e palacetes, casas sofisticadas, com piscinas e sauna, muitos dos seus beneficiários insolúveis, a alimentar intermináveis ações judiciais, por inadimplência.

Enquanto isso, o crescimento demográfico de dois e meio por cento ao ano, a inchação dos grandes centros urbanos crescentemente favelados, incrementam o desafio ao poder público para a solução do problema habitacional dos menos favorecidos.

Dentre as soluções indicadas, aponta-se o maior incentivo aos construtores de residências populares, seja para venda ou aluguel, considerando-se baixo salário no País, onde mais de quarenta por cento dos trabalhadores são pagos com o salário mínimo, enquanto o desemprego e o subemprego proliferam.

Ao levar ao conhecimento das autoridades responsáveis o apelo do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santos, hipotecando-lhe nossa solidariedade, esperamos que se tomem providências urgentes na solução do problema habitacional das classes pobres.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO
(PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaria, nesta oportunidade, de colocar nos Anais desta Casa algumas das brilhantes e oportunas manifestações do mais tradicional e respeitado dos jornais do Estado do Rio de Janeiro – **O Fluminense** – sobre o plebiscito que estamos pleiteando que as populações dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara se manifestem sobre a fusão nazista que nos foi imposta, em 1974 e consumada em 1975.

Nada justifica tal fusão. Não há razões substantivas por mais que os neotalitários, os neoarbitrários, os que renegam o seu voto, os que traem os fluminenses e cariocas, querem fazer crer. Negar o plebiscito é negar o voto, é voltar as costas aos seus eleitores, é tripudiar sobre a legitimidade do voto, é querer que permaneça para a vida eterna um dos maiores e mais hediondos crimes impostos à Federação; a fusão intempestiva dos antigos Estados, sem que suas populações fossem ouvidas.

Aproveito este ensejo para deixar aqui consignados alguns dos funestos efeitos da fusão para que V. Ex.^a refletam e nos dêem, no plenário da

Assembléa Nacional Constituinte, a oportunidade de reparar o erro.

1. Niterói, a antiga capital, perdeu de 25 a 30 mil profissionais de nível médio e superior, quando deixou de ser capital.

2. O Estado do Rio perdeu sua indústria automobilística.

3. O norte e noroeste do Estado ficaram abandonados passando a constituir a mais pobre e miserável região do País

4. Não se construíram escolas e postos de saúde no interior.

5. Não se construíram estradas no interior.

6. Na Grande Niterói e na Baixada Fluminense não se construiu um metro de esgotos e de abastecimento d'água.

7. Agravaram-se substancialmente as condições de segurança nas cidades do interior, especialmente na Grande Niterói e na Baixada Fluminense, com índices alarmantes de até genocídio.

8. Não se implantaram novas indústrias, o comércio e o setor de serviços ficaram estagnados.

9. Treze cidades do norte e o do noroeste tiveram sua população reduzida, pressionada pelas miseráveis condições de sobrevivência.

10. Mais de 70% dos recursos destinados ao Estado se concentraram na capital, em diversos custos, sejam de custeio ou de investimento, pouco restando ao interior,

11. O projeto de fusão destinava-se a criar, em termos de geopolítica, um Estado forte, que fizesse sombra a São Paulo. Nada disso aconteceu, pelo contrário, o novo Estado foi ultrapassado em arrecadação de ICM por Minas Gerais e o será, em breve, pelo Rio Grande do Sul.

12. A própria capital, Rio, teve consideravelmente ampliada sua favelização.

13. O Rio perdeu para São Paulo até a condição de líder do turismo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não se destrói, não se esmaga, não se apaga um passado de 140 anos de História, de identidade econômica, cultural, social e política.

Nem mesmo a custa de termos perdidos nossos senadores, e de mais de 60% dos representantes do Estado serem oriundos do outro lado da baía. A discriminação contra o fluminense é ostensiva, negra, horripilante, merece o repúdio e a condenação dos homens de bem. Certamente nunca se falou disto aqui. Quero fazer e assumir esta denúncia: os fluminenses estão sendo discriminados, humilhados, por força de uma fusão fortuita, casuística, que merece a condenação e repulsa. Vamos fazer justiça a cariocas e fluminenses permitindo que decidam seus destinos.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

JUSTIÇA PARA OS FLUMINENSES

A honra, o passado, as glórias, as tradições, a história, o orgulho, o respeito, a dignidade do bravo povo fluminense foram em parte ontem resgatados em Brasília com a divulgação do ante-projeto de Constituição do relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral, determinando a realização de um plebiscito em 1988, juntamente com as eleições municipais de 15 de novembro. Nele serão ouvidas as populações dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara sobre alusão imposta em 1975.

inegável e inquestionavelmente, a fusão foi um ato de arbitrio, de intolerância, de desrespeito, motivado por razões discutíveis e não muito datas.

O plebiscito, tese defendida por este jornal, estóica e solitariamente, será a oportunidade para que o povo fluminense, livre, soberana e democraticamente, se manifeste sobre se a fusão deve prosseguir ou se teremos a desfusão.

Registremos o empenho e a determinação dos Deputados Adolfo de Oliveira, José Carlos Coutinho, José Mauricio e Flávio Palmier da Veiga para que a nova Constituição contivesse o dispositivo do plebiscito, aspiração de quantos querem uma democracia efetiva em nossa Pátria, respeitados os direitos de seus cidadãos.

O fluminense se sente recompensado dessa primeira vitória, que não está de todo assegurada. E continuará empenhado, juntamente com os congressistas fluminense, para que o dispositivo seja efetivamente aprovado pela Assembléa Nacional Constituinte e incorporado definitivamente à nova Constituição, que livrará os fluminenses da humilhação de termos sido riscados do mapa do Brasil.

Estado do Rio de Janeiro, sexta-feira, 28 de agosto de 1987. **O fluminense**

PRIMEIRA VITÓRIA

A inclusão no ato das disposições transitórias do anteprojeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização da Assembléa Nacional Constituinte de dispositivos convocando um plebiscito no dia 15 de novembro do próximo ano, para indagar da população do atual Estado do Rio de Janeiro se aceita ou não a fusão, representa, de fato, uma conquista de ordem democrática. Com alguns anos de atraso, cumpre-se a obrigatoriedade de ouvir o povo sobre um ato que foi imposto pelo Governo central, sem qualquer justificativa racional, num período no qual os tribunais estavam impedidos de apreciação das representações que tentassem mudar o que o Governo resolvia.

A bancada do antigo Estado do Rio de Janeiro na Assembléa Nacional Constituinte, como apoio de alguns cariocas e de constituintes eleitos por outros Estados de Federação resolveu, naquela Comissão da Constituinte, aceitar a proposta do plebiscito, deixando agora ao Plenário sua inclusão na Constituição que será promulgada no dia 15 de novembro, segundo o calendário que vem sendo seguido pela Assembléa Nacional Constituinte. Fluminenses e cariocas, com isso, quando estiverem votando para Prefeito e Vereador, em 1988, terão o direito constitucional de responder à pergunta sobre a fusão, mantendo ou não o atual Estado, ou separando-os, para que voltem a ser o que eram – o Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara.

Há o argumento de que será difícil dividir serviços e funcionalismo público. O trabalho será menor que d realizado na fusão, quando de forma atabalhoada, e sempre desrespeitosa para com o antigo Estado do Rio de Janeiro, tudo foi fundido, até com a forma simples de acabar com serviços e transferir funcionários compulsoriamente, com tudo o que isso representou de prejuízo para centenas de milhares de pessoas.

É indispensável que o plebiscito seja realizado. Vencendo a idéia de manutenção da fusão, estará na hora de efetivamente criar-se o novo Estado, eliminando-se preconceitos administrativos e descobrindo-se a fronteira interna especialmente a agrícola, até hoje desconhecida pela vanguarda urbana carioca. Caso contrário, será a vez de começar tudo de novo, do ponto de partida, com o restabelecimento dos dois Estados, e a criação de estruturas modernas, que permitam ao outro lado da baía ser uma cidade-Estado modelo, e a este lado uma unidade moderna, na qual conviverão a vocação agrícola e as conquistas industriais, especialmente aquelas ligadas à produção de energia – petróleo e álcool.

Convém, aliás, deixar para depois da promulgação da nova Constituição o ato que fixará o local de instalação do Pólo Petroquímico. Ele deve ficar no território do antigo Estado do Rio, que é o maior produtor brasileiro de petróleo, e que, livre da couraça imposta por um ato de força, poderá encontrar uma vocação especial no campo energético.

A decisão da Comissão de Sistematização é a primeira vitória da velha província fluminense. Duas outras vão ocorrer – na Constituição e no plebiscito do próximo ano.

Aí, então, a dignidade fluminense estará resgatada.

O Fluminense – Estado do Rio de Janeiro, domingo, 30 e segunda-feira, 31 de agosto de 1987.

O CAMINHO É O PLEBISCITO

Começaram a despontar – já esperávamos – não os inimigos da fusão e da desfusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, mas os eternos inimigos da democracia, que se tenta restaurar em nosso País. Sim, porque os inimigos do plebiscito são inimigos da democracia. Brada aos céus o que é dementar nesta história toda: se todo o poder emana do povo, se o povo é fonte, é origem, é princípio de todo o poder político, nada mais legítimo do que a manifestação do povo. O plebiscito constitui, pois, límpida, cristalina, expressão da vontade popular.

Os que se proclamam contra o plebiscito, podem ser identificados, são pessoas que temem o povo. Temem o quê? Que o povo desaprova a fusão? Que a povo consagre a desfusão? Todos sabemos que o povo fluminense e carioca foi excluído de qualquer consulta. Persistir na ausência de consulta popular é alongar o autoritarismo, o arbítrio, a prepotência. Portanto, aguardemos a manifestação das duas populações. Elas, e tão-somente elas, têm o inalienável direito de decidir seus destinos. É uma regra universal, secular, que foi violenta e sumariamente desrespeitada.

Os que são contra o plebiscito alegam que a desfusão custará caro. E, como se o dinheiro fosse deles, proclamam que não interessa o plebiscito. O que está feito, está feito, e danem-se os cidadãos. Calma, senhores! Se o povo não homologar a fusão, tem justificadas razões para isso. Hoje, muito mais do que em 1975. Não foram razões de ordem geopolítica que ditaram a fusão. Foram picuinhas mesmo. Não se permitiu o debate livre da tese, predominou a ação coercitiva sobre um Congresso, que até hoje – com a Constituinte funcionando – não recobrou suas prerrogativas.

Dizem que a desfusão teria um preço estratosférico. Perguntamos: quanto custou a fusão? Feitas as contas, a de fusão custará menos que a fusão. Expliquemos: não houve projeto de fusão. Nada, rigorosamente nada, foi feito no antigo Estado do Rio de Janeiro para consolidar a fusão. Muito pelo contrário. Está tudo por fazer. Como nada foi feito, será feito após a desfusão. Em síntese: o preço será o mesmo que seria pago pela fusão.

Não se construiriam, no volume que se fazia preciso, escolas, postos de saúde, obras de saneamento básico, habitação; não se melhoraram os sistemas viários, de transportes, de abastecimento d'água, de segurança pública; não se modernizou a agricultura; não se viabilizaram investimentos produtivos. Esvaziaram nossas cidades, deterioraram suas condições de infraestrutura, esmagaram a Baixada Fluminense e a Grande Niterói. O mais grave: quase 70% de todos os recursos destinados ao Estado – ou mais – se concentraram na Capital. Niterói perdeu 35 mil profissionais de nível médio e de nível superior, sofrendo um esvaziamento só equiparado ao que houve na Nicarágua, Angola e Moçambique. Política de terra arrasada.

O antigo Estado do Rio de Janeiro está debaixo dos escombros da fusão. Que o digam seus prefeitos, seus vereadores, seus pequenos e médios empresários, sua burguesia rural, sua classe média urbana, seu proletariado, seus camponeses com terras ou sem terras. Tudo converge para o Rio, o que é muito certo. Afinal, o Rio é o Rio. O resto é o resto.

No fundo, alguns dos que se colocam contra o plebiscito são beneficiários da fusão. Um dos seus argumentos é que, com a desfusão, teríamos governador, vice, deputados federais, estaduais, secretários de Estado, mais isso, mais aquilo. Isto é brincadeira. O homem vive em sociedade. Este é um custo social que a sociedade generosamente paga, da mesma forma que paga compulsoriamente toda a panacéia de um Estado-empresário incompetente e inefficiente. O povo pago satisfeito o que lhe convém, o que ele sanciona e aprova. Pago contrariado o que lhe é imposto ou impingido pela força. E se a desfusão se tomar realidade, certamente serão ressalvados os direitos do funcionalismo.

Alguns empresários cariocas estão ameaçando ferir mortalmente a idéia do plebiscito. É preciso saber que tipo de interesse existe atrás dessa posição.

Há outro argumento que os inimigos do plebiscito vão usar o petróleo. Se não houvesse o petróleo de Campos – que muito pouco e só muito recentemente tem beneficiado o Estado com os "royalties" – já teriam promovido a desfusão, também pela força, como instituíram a fusão. O petróleo mexe. O plebiscito – não nos iludamos – é o nosso Estreito de Ormuz. Não será fácil atravessá-lo. Os aiatolás econômicos e financeiros sabem que com o petróleo e o novo pólo petroquímico, com um governo sério, identificado com a História fluminense, pouco menos velha do que a História Brasileira – o novo Estado do Rio de Janeiro será forte. Se fosse um País independente, poderia ser membro da OPEC, e dos mais graduados, com seus 360 mil barris/dia, hoje, 450 mil barris/dia, amanhã.

O que nos dói é que, apesar do petróleo de Campos, o mal que a fusão nos fez é tão grande, tão constrangedor, tão contundente que o Norte fluminense, onde se situa Campos, é a região mais pobre do Brasil. Mais do que o Nordeste. Somente a de fusão devolverá a dignidade fluminense. O caminho é o plebiscito.

Estado do Rio de Janeiro, domingo, 8, e segunda-feira, 7 de setembro de 1987 – **O Fluminense**.

QUEDA DE CONFIANÇA

Por exatos 20 dias, de 28 de agosto a 18 de setembro, o coração do povo fluminense pulsou mais firme. Nesse período, o primeiro Substitutivo do Deputado Bernardo Cabral para a nova Constituição nos acenou com o plebiscito objetivando que as populações dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara aprovem ou desaprovem a fusão, autoritária e discricionariamente imposta em 1975.

Inaugurou-se um período de esperanças de legalidade, de democracia, de resgate da dignidade dos fluminenses, de recuperação de sua honra, de suas glórias, de restauração de sua História. História de 140 anos, brusca e contundentemente interrompida por um ato de força e violência. Tudo por causa de uma possibilidade de que a nova Constituição ensejaria aos fluminenses: de irmos ao plebiscito para legitimar a fusão ou, nas umas, restaurarmos o Estado do Rio de Janeiro e devolvê-lo ao curso de sua História.

O sonho foi interrompido, em 1975, por ato de força e violência. Os que são contra o plebiscito, na realidade, são partidários da força e da violência. Mesmo tradicionais democratas, mesmo políticos que dizem ser líderes populares embarcaram na velha nau catarineta do arbítrio e da prepotência. Ser contra a desfusão é uma coisa, ser partidário da desfusão é outra. Agora, ser contra o plebiscito é grave, indesculpável, intratável, injustificável, inaceitável, principalmente se quem é contra tem mandato popular na Constituinte.

Lamentavelmente, duas emendas supressivas do art. 58 das Disposições Transitórias, apresentadas pelos deputados Aroldo de Oliveira e Artur da Távola, deram ao Sr. Bernardo Cabral o instrumento para liquidar nossas esperanças. Não tenhamos, porém nenhuma dúvida em afirmar que não foram somente as emendas que nos derrotaram. Há indicações de pressões mais fortes e de pressões acachapantes supostamente fundada no custo econômico-financeiro da fusão e da geopolítica, a fim de evitar a hegemonia paulista. Quanta indigência. Mal sabem esses senhores que o primeiro mercado consumidor brasileiro é o interior de São Paulo. A fusão, produto do arbítrio e do autoritarismo, não impedi isso e não vai impedir o esmagamento das populações periféricas do Rio de Janeiro, onde se concentram setenta a oitenta por cento dos recursos que se destinam ao Estado.

O Fluminense, ao fazer este registro, quer proclamar que nada tem contra o Município do Rio de Janeiro. Seríamos pobres de espírito e deixaríamos de ser cosmopolitas e civilizados se assim pensássemos. Cariocas e fluminenses têm vocações distintas, passado distinto, História distinta, potencialidades distintas, que se completam. Mas são realidades diferentes.

Aos Constituintes que são contra o plebiscito, nossos pêsames, neste momento. A luta vai prosseguir. Não acabou, Teremos novos embates na Constituinte. Alguns deputados, preocupados com os destinos do Estado, vão insistir na votação do destaque do art. 58, através de emenda. Está chegando a hora da verdade. Quem é contra o plebiscito é anti-popular. E antidemocrata. Tem medo do povo. Tem medo de uma, tem medo do mais legítimo processo, processo universal em todas as democracias, que é o voto. Estranha que muitos Constituintes assim pensem e assim procedam. Porque com Isso, decaíram da confiança pública, Violentaram suas consciências, agrediram o Estado do Rio de Janeiro, os fluminenses e seus eleitores. E certamente irão prestar contas de seus atos.

Os nomes dos deputados favoráveis e contrários ao plebiscito, na página 10.

Estado do Rio de Janeiro, domingo, 20 e segunda-feira, 21 de setembro de 1987 –

O Fluminense.

NEGAÇÃO DAS URNAS

Privação de um direito elementar e legítimo de duas populações – eis o que estão fazendo alguns políticos que se colocaram contra um plebiscito em torno da fusão dos Estados do Rio e da Guanabara e pressionam o Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral, no sentido da supressão desse dispositivo.

Que não desejem a desfusão, tudo bem. A liberdade de opinião é uma das facetas da democracia. O que não pode – porque isto fere a democracia justamente num de seus mais importantes fundamentos – é tentar impedir que os interessados diretamente na questão se manifestem sobre um ato tomado à sua revelia, através de uma medida de força.

É incompreensível e absurdo, quando se fala em liberdades e no restabelecimento da cidadania, em plena Nova República, que homens cujos mandatos foram outorgados pelo povo tentem obstaculizar esse mesmo povo no seu desejo de manifestar-se sobre seu destino.

Procura-se, com o argumento do alto custo da desfusão, evitar a palavra das umas sobre uma violência praticada sob a égide de um regime de exceção. Uma alegação de resto falaciosa, porque já está demonstrado que não custa caro desfazer aquilo que sequer foi feito, embora a abulia e o desinteresse dos governos, com pouquíssimas exceções, tenham deitado efeitos deletérios sobre os municípios fluminenses, literalmente entregues ao abandono, nesses anos que se sucederam à fusão.

O motivo da campanha antiplebiscito é um só o interesse político individual ou de grupos. Mas, por favor, senhores. Convençam-se de que há uni limite para as ambições políticas, e esse limite termina onde começam o interesse e a vontade do povo.

Um levantamento de opiniões feito por este jornal tem deixado claro que a maioria das pessoas residentes deste lado do Estado deseja separar-se da antiga Guanabara, e tem razões fortes para tanto. Só que o artigo incluído no Substitutivo do Relator Bernardo Cabral não cuidava sequer diretamente da fusão. Seu objetivo era cristalino,

transparente e profundamente democrático autorizar que os eleitores dos dois Estados fossem às urnas para dizer se querem ou não continuar sob um sistema sobre o qual não opinaram. Nada mais lógico e justo.

Maior violência da que a própria fusão impingida aos dois Estados é não permitir que o povo se pronuncie a respeito dela, justamente quando começam a se desanuviar os horizontes institucionais. Esta circunstância explica por que os que se posicionam contra a consulta popular preferem agir nos bastidores. A consciência de que estão praticando ação contrária às aspirações dos que sufragaram seus nomes nas urnas não lhes permite defender essa posição de forma meridiana, à luz do dia. Afinal, se não for agora, a palavra das urnas virá em outras oportunidades.

O Fluminense – Estado do Rio de Janeiro, quinta-feira, 17 de setembro de 1987.

OS CUSTOS DA DESFUSÃO

Os críticos mais superficiais da desfusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara proclamam que seriam astronômicos os custos econômicos financeiros da desfusão. Trata-se de manobra diversionista. Este aspecto é o menos relevante da questão, até porque não há, de parte dos dirigentes deste País, nem nunca houve, qualquer parcimônia em relação aos gastos públicos. Nem mudando o sistema de governo. Tudo não passa de desrespeito à opinião pública, de manobra política e espúria e puro jogo de ratares.

Sempre foi assim, assim será.

Não foram os fluminenses que, imperialmente, construíram uma dívida externa de 115 bilhões de dólares, recheada com a perene ameaça de calote, que diminui o Brasil aos olhos do mundo. Nem foram os fluminenses que nos levaram a uma monumental dívida interna, rolada e embalada pelo rombudo déficit público. Não foram os fluminenses que faliram a União, os Estados, os municípios. Não foram os fluminenses que se meteram pelo Projeto Nuclear, pelas Coroas Brastel, pelas Delfins, pelos Sulbrasileiros, pelas Ferrovias do Aço, pelos destrambelhados bancos estaduais e pela fusão autoritária do nosso Estado.

Vamos por parte. Interromperam os 140 anos de nossa História. Não fomos consultados, menos ainda acatados. Fomos humilhados pela intolerância e pelo arbitrio. O plebiscito é o mínimo que se pede. Por que temê-lo? Será que, antecipadamente, receiam que as populações dos dois Estados decidirão contra o ato ditatorial? Será que a fusão ficará para as emendas, como a última lembrança, o último vestígio, o último feito, o último resquício do autoritarismo? Insistimos na tese: os que são contra o plebiscito negam seu próprio mandato, renegam direitos lídimos e inquestionáveis de fluminenses e cariocas.

Mas aos que falam nos custos, aqui vêm algumas respostas, a fim de que reflitam sobre quanto a desfusão custará menos que:

1) A construção do futuro palácio do Primeiro-Ministro, em Brasília, e a composição de seu gabinete, se implantado o Parlamentarismo. Se a Presidência da República, hoje, tem quase 2.000 funcionários, o Primeiro-Ministro vai querer o dobro;

2) a reforma administrativa da Nova República;

3) a construção da ferrovia Norte-Sul;

4) a transferência do Iapex, Inamps e INPS para Brasília;

5) os recursos atribuídos a universidades públicas e privadas;

6) o projeto nuclear, o oficial e o paralelo;

7) os recursos a fundo perdido, que se esvaem por aí, distribuídos a Estados e Municípios, às vezes não sei sabendo para que e muito menos em que valores;

8) os rombos dos bancos estaduais;

9) o rombo do antigo BNH;

10) os rombos dos usineiros de açúcar e de álcool, subsidiados pelo generoso povo brasileiro, sem que este saiba;

11) a pretendida vinculação dos recursos para a saúde, destinada a discutíveis e condenáveis fins políticos;

12) os recursos pretendidos por Estados e prefeituras para aplicar em obras nem sempre necessárias é até adiável;

13) o rombo do BNCC e das cooperativas, à frente a Central sul;

14) a construção da embaixada em Havana;

15) o rombo nas contas da Petrobrás;

16) os gastos da União com passagens e diárias para dentro e fora do País, num "turismo" injustificável;

17) os gastos de estatais absolutamente falidas, inviáveis eparaíso de incompetentes de todas as cores políticas;

18) as doações feitas para os programas sociais paternalistas, paliativos e populistas;

19) a implantação do sistema parlamentarista, com uma nova onda de empreguismo e sinecuras;

20) o rombo da Sunaman, do Lóide, do IBC, do IAA, da Embratur, da Siderbrás, da Eletrobrás, da Telebrás etc., etc., etc.

A desfusão custaria menos, muitíssimo menos do que tudo isso. As populações fluminense e carioca, em sua instintiva sabedoria, estão conscientes de que há interesses poderosos contra a desfusão.

Como se pode concluir, o custo da desfusão é mínimo, diante da dignidade de fluminenses e cariocas. E a dignidade não tem preço. A História jamais perdoou os omissos e indiferentes. Este jornal tem história, tem passado e está cumprindo um dever a que não faltará.

A desfusão não agravaría o quadro já agravado das dificuldades do País. Seria a oportunidade para começar a resolver o que foi postergado, mesmo porque, pesando-se na balança, o custo da fusão é muito alto, diante dos males e misérias impostos aos dois Estados.

O plebiscito passou a ser imperativo para os dois Estados. Que o povo, livre e soberanamente, decida sequer a fusão ou a desfusão, no pleno exercício de um direito verdadeiramente democrático e inalienável. Nem mais, nem menos. Objetiva-se somente a garantia simples de que os eleitos de sua vontade, no pleito de 15 de novembro de 1986, não lhe podem negar, sob nenhum pretexto, esse direito.

Estado do Rio de Janeiro, domingo, 27 e segunda-feira, 28 de setembro de 1987 –

O Fluminense.

DEFUSÃO E GEOPOLÍTICA

Os subscritores das emendas supressivas ao primeiro anteprojeto do Relator Bernardo Cabral, que fixava plebiscito sobre a fusão ou desfusão,

em 15 de novembro de 1988, dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara – Deputados César Mala, Gustavo Faria, Arolde de Oliveira, Roberto Jefferson e Artur da Távola – recorreram ao argumento do arbitrio para justificá-las, arbitrio que, quando impôs a fusão, se baseou na geopolítica de teoricamente se criar um novo Estado, a fim de, no Centro-Sul, se opor a São Paulo. Também se inspiraram, esses constituintes, na geopolítica para proibir o plebiscito.

É uma contradição. Aliás, na política brasileira, pouca coisa existe de lógica. Esses constituintes, portanto, não foram inovadores. Copiaram idéias alheias, sem entrar no mérito da questão. As incongruências de nossa classe política levam a aberrações que não têm amparo na razão. No mínimo, revelam incoerência em matéria de fusão ou desfusão. A geopolítica das criaturas ficou tão vulnerável quanto à do criador, que serviu apenas de cenário para justificar um ato de força.

Vejamos, com dados e fatos.

Em 1975, quando foi feita a fusão, objetivou-se criar um novo e poderoso Estado para contrabalançar a hegemonia de São Paulo, uma potência da Federação, não por causa de sua classe política, de seus políticos, mas apesar deles. O que fez São Paulo ser o Estado líder, em todos os segmentos de atividade, foi sua sociedade civil, acrescida de fatores que favoreceram o capital, o trabalho e a tecnologia. A fusão visava uma decisão geopolítica de grande envergadura, de grande peso, que acabou desabando, vergada sobre a retorcida carcaça de interesses até hoje não muito claros.

E o projeto em si tinha até aspectos geopolíticos interessantes, que logo foram abandonados, diante de duas realidades tão distintas de duas vocações tão nítidas e de objetivos tão diversos,

Os cariocas proclamam que foram vilmente prejudicados, pois dispunham de mais recursos, dos quais foram despojados. Os fluminenses, do mesmo modo, provam, em qualquer cidade do interior, que foram esmagados.

A geopolítica simplesmente não funcionou. Tal qual uma coisa malfeita, uma geringonça na mão dos políticos, foi deixada à margem, enquanto os descaminhos da fusão se acentuaram. Resultado: São Paulo fortaleceu-se mais, cresceu a tal ponto que, pela média dos últimos 15 anos, arrecada 41% do ICM do País. Não se sente nem um pouco abalado pela tal geopolítica, que serviu apenas de disfarce para um ato político. Muito pelo contrário. Hoje – já o dissemos aqui – São Paulo tem o primeiro mercado do País, somente na Grande São Paulo, e o segundo mercado no interior do Estado, tendo Ribeirão Preto como centro propulsor. O Rio de Janeiro, geopoliticamente, foi despachado para o terceiro lugar. Nessa corrida, para Estado não premiado com o bilhete da "geopolítica da fusão". O da confusão.

A cidade do Rio de Janeiro, como Estado da Guanabara, detinha a condição de primeiro mercado financeiro. Com a geopolítica, passou a segundo. Era o primeiro polo receptor de turismo externo. Com a geopolítica, passou a segundo. São Paulo assumiu até a condição de primeiro polo receptor de turismo, sendo, de longe, mas de muito longe, primeiro polo emissor de turismo interno. Além do que, São Paulo disparou na implantação dos mercados futuros, de "com-

ties" agrícolas, pecuários e minerais. São Paulo disparou ainda em tecnologia de ponta, caminhando para ingressar na revolução tecnológica, anos luz à frente do resto do País, inclusive do novo Estado produzido nos laboratórios da geopolítica. São Paulo desequilibrou até na Medicina, superando geopoliticamente o atual Estado do Rio de Janeiro.

Quanto ao antigo Estado do Rio de Janeiro, o "efeito-estufa" da geopolítica produziu um quadro simplesmente miserável que nem a superprodução petrolífera conseguiu dissipar. Niterói perdeu 35 mil profissionais liberais de nível médio e superior, esvaziou-se a indústria automobilística, estagnou-se a agroindústria do açúcar e do álcool, acabou-se com a produção agrícola e agropecuária, destruíram-se os precários equipamentos urbanos, sem se acrescentarem novos, aumentaram-se os indicadores de pobreza e de megamiséria, provocou-se o inchaço urbano e o infortúnio na Baixada Fluminense e na Grande Niterói. Empobreceu-se o norte do Estado. Tudo com os geopolíticos encastelados no poder.

Cabe a pergunta: se está tudo tão ruim, que vantagens e benefícios traria a desfusão?

PELA DIGNIDADE FLUMINENSE

Como seria o novo Estado do Rio de Janeiro, livre da fusão a que foi submetido pela força, pelo arbitrio, pela prepotência? Seria econômica e financeiramente viável?

Antes de responder objetivamente à indagação, este, jornal – acreditamos que nossos leitores também – mantém a esperança de ver aprovado destaque para a emenda que possibilitará a realização do plebiscito, em 15 de novembro de 1988, malgrado manifestações dos Deputados César Mala, Gustavo de Faria, Roberto Jefferson, Artur da Távola e Arolde de Oliveira, apoiados ostensiva e surpreendentemente pelos Deputados Brandão Monteiro, Vivaldo Barbosa e Paulo Ramos – todos renegando o mandato que receberam dos eleitores, todos com medo do voto de fluminenses e cariocas, todos se comportando como neo-autoritários e neo-arbitrários. A luta prossegue, acentuando-se as pressões dos que receiam a desfusão. Pressões legítimas, é certo, porém antidemocráticas, seja em sua essência, seja em sua ação.

O novo Estado do Rio de Janeiro renasceria em melhores condições que as atuais, quando a receita tributária não cobre 60% das imensas e onerosas despesas. Em 1988, 40% dessas despesas terão de ser Financiadas pelo Governo Federal. Despesas que não foram geradas pelo antigo Estado do Rio de Janeiro, mas que resultaram, maciçamente, de investimentos ou gastos do então Estado da Guanabara ou da cidade do Rio de Janeiro. Na realidade, 80% dos recursos do Estado ficam na Capital. A fusão contribuiu até para isso: inviabilizar o novo Estado. Um Estado que arrecada apenas 60% de suas necessidades é uma obra de ficção geopolítica. Candidata-se a viver das tetas federais, sem que se vislumbrem expectativas de recolocá-lo no patamar da hegemonia de São Paulo. Além do que, não sobrarão cruzados para durar a fusão, correndo o antigo Estado o sério risco de continuar com o interior pouco assíduo, o que agride a consciência dos fluminenses.

Os políticos fluminenses e cariocas têm, pois, uma oportunidade histórica de repor as coisas nos seus devidos lugares. Do contrário, não serão perdoados nas próximas eleições. Sejam prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais ou senadores. A batalha pela desfusão é uma causa, uma bandeira. Não é articulação, golpe de mão ou saudosismo.

Mas vamos ao que interessa mais de perto: o novo Estado do Rio de Janeiro passaria a ter horizontes absolutamente favoráveis

1) Sua receita, constituída pelos setores produtivos internos e externos e pela reforma tributária, será equilibrada;

2) seus encargos serão orientado pela guerra ao desperdício, vergado sob o peso da máquina burocrática, direta e indireta;

3) o novo Banco do Estado, a ser criado, terá mais capacidade e nenhuma dívida, como a do Metrô, que não beneficiou o antigo Estado;

4) não será necessário ter três dezenas de secretarias, centenas de órgãos, milhares de assessorias. Há maneira de fazer-se o Estado renascer com uma administração leve e barata;

5) 100% do ICM serão absorvidos pelo Estado;

6) 100% dos investimentos serão voltados para o Estado;

7) 100% do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios serão aplicados no Estado;

8) 100% das transferências federais, do IPI, do Imposto de Renda etc. serão recolhidos ao Estado;

9) as questões prioritárias da Baixada Fluminense, da Grande Niterói, do Norte do Estado, que são críticas, terão 100% de atenção;

10) os setores petrolífero, petroquímico; siderúrgico, têxtil, de informática, farmacêutico, turístico, da agroindústria, da agropecuária etc, gerarão 100% de benefícios para os fluminenses;

11) o Estado repassará mais recursos e restabelecerá melhor relacionamento e gestão dos equipamentos públicos com as prefeituras;

12) ressurgirá sem o atual e preocupante déficit de 40% nas suas contas;

13) como a maior parte do endividamento externo e interno do novo Estado do Rio se deve a compromissos assumidos para beneficiar a capital e a dívida ficará com a Guanabara, ele crescerá com uma dívida externa e interna administrável e compatível com os ativos estaduais;

14) o Estado do Rio de Janeiro recobrará sua história. Foram 140 anos de autonomia política, interrompida há 12, sem que o povo pudesse pronunciar-se livremente.

É inacreditável, inaceitável, inadmissível que alguns deputados fluminenses, em plena transição institucional, usem o capuz do arbitrio e se coloquem contra o plebiscito. A fusão não pode continuar como o último ato autoritário. Tem de ser varrido. Apesar da posição adotada pelos constituintes que quiseram o voto do povo, mas não querem que o povo vote, e decida, soberanamente, pela desfusão ou fusão.

DEPUTADOS E PREFEITOS APÓIAM PLEBISCITO

A maioria dos deputados estaduais do Rio de Janeiro está a favor da inclusão de artigo, nas Disposições Transitórias da nova Constituição, estabelecendo a realização de plebiscito para que

o povo fluminense possa decidir sobre a desfusão ou não do Estado. O **Fluminense**, além de continuar ouvindo seus líderes a respeito do assunto, promover pesquisa entre 14 prefeitos do Estado. Pelo resultado, 32 são a favor do plebiscito, 31 da desfusão e apenas nove pela manutenção da fusão. Na Assembléia, 42 deputados votaram pelo plebiscito.

O Fluminense – Estado do Rio de Janeiro, domingo 11 e segunda-feira, 12 de outubro de 1987.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Governo Quércia persegue profissionais de saúde pública:

O Diário Oficial de São Paulo de 211187, trouxe a decisão do Secretário de Saúde de São Paulo de demitir de seus cargos de chefia em Ambulatórios e Centros de Saúde, 97 sanitaristas a em São Paulo.

Medida repressiva sem precedentes em toda a história da saúde pública de São Paulo. Superou em muitas vezes as perseguições movidas pelo governo do Sr. Paulo Maluf, por exemplo.

Há muitos meses estamos denunciando fatos e episódios que mostram à saciedade que em São Paulo, na área de saúde pública, vem se processando urna anti-reforma sanitária comandada pelo Secretário de Saúde, Sr. Pinotti:

– Privilegia a assistência meramente curativa em detrimento de uma integração da promoção, proteção e recuperação da saúde.

– Privilegia os interesses dos serviços privados lucrativos em detrimento da expansão da rede pública. Chegou-se ao absurdo de se ter um acordo entre as entidades dos empresários da saúde e o Sr. Secretário, de que qualquer punição a hospitais fraudadores só serem tomadas após uma consulta àquelas entidades... isto dito nos jornais!!

– Retarda ao máximo a equiparação salarial entre servidores estaduais e federais.

– Congela o plano que vinha sendo discutido de criar uma carreira multiprofissional para os servidores da saúde.

– Ataca as carreiras já existentes como a de médico sanitarista.f

– Municipaliza os serviços de saúde sem respeitar o concurso público e a estabilidade do servidor público, o que destruirá o profissionalismo dos servidores da saúde atacado por um clientelismo municipal.

– Fecha as portas da Secretaria da Saúde e o Sistema de Saúde descentralizado e unificado a qualquer controle popular e sindical. Os movimentos populares são reprimidos e as entidades sindicais não são recebidas.

– Os Conselhos Populares de Saúde eleitos pelas populações de bairros de acordo com Regimento Oficial para controlar os Centros de Saúde não levados em conta.

– Pagamento de gratificações "por fora" a assessores diretos do Sr. Secretário com o dinheiro repassado pelo MPAS.

Há duas semanas os servidores da Saúde do Estado desencadearam uma luta por:

– implantação do Sistema Único de Saúde;

– participação popular e sindical nos Conselhos que controlariam este Sistema de Saúde;

– equiparação salarial com o MPAS;

– respeito ao concurso público e a estabilidade do servidor público.

Sob o pretexto de que os sanitaristas dirigentes de Unidades de Saúde se recusavam a reprimir os trabalhadores o Sr. Pinotti demitiu de seus cargos de chefia 97 sanitaristas. Eram diretores de Centros de Saúde e Ambulatórios e ocupavam estes cargos por concursos públicos.

O que na verdade o Sr. Pinotti quer é acabar com a carreira dos sanitaristas. Para quê? Para ficar com estes cargos de chefia que hoje são ocupados por concurso público e carreira – disponíveis para fazer clientelismo. Distribuir chefias de acordo com interesses de prefeitos, diretórios de partidos, deputados etc. Abrir caminho para o clientelismo mais deslavado que já conseguiu introduzir em vários setores da Secretaria de Sair de característica maior do Governo Quércia.

Esta denúncia é um chamamento a todos aqueles, no País e no Congresso Constituinte, que têm compromisso com a saúde no Brasil a se manifestarem. Não vamos permitir que mais este ataque do Sr. Pinotti contra a reforma sanitária seja vitorioso!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Diário Oficial S. Paulo 21-11-87

Lidia Tobias Silveira – 9.822.115 – Diretor Técnico Serviço II CS I Lapa; Fernando Xavier – 14.192.198 – Chefe de Seção Técnica – CS III Parque da Lapa; Antonio Sergio de Jesus Monteiro Palmeira – 699.408. PA Diretor Técnico Serviço I CS II Cidade Vargas; Matilda Climerck de Oliveira – 8.461.682 – Diretor Técnico Serviço I CS II Parque Bristol; Amelia Toyomi Hiral – 3514.513 – Diretor Técnico Serviço I CS II Vila das Mercês; Sonia Regina Rocha – 13.610.691 – Diretor Técnico Serviço I CS II Vila Moraes; Rejane Alves Fraissat – 11.814.060 – Chefe de Seção Técnica CS III Americanópolis; José Ribamar Borges Mendes – 103.987.MA – Chefe de Seção Técnica CS III Parque Imperial; Clarice Yashuko Harima – 4.983.795 – Chefe de Seção Técnica CS III Jardim Melo; Wagner Nogueira 3.352.477 – Diretor Técnico Serviço I CS I Dr. José F. Soares de Araújo; Apparecido Durante – 7.386.240 – Diretor Técnico Serviço II CS I Vila Prudente; Maria Dolores Iatorre 982.939.BA Diretor Técnico Serviço I CS II Dr. Gonçalo Feliciano Alves; Ioko Satomi – 3.658.637 – Chefe de Seção Técnica CS III Vila Anastácio; Silvia Regina Eira Velha – 3.717.999 – Chefe de Seção Técnica CS III Vila Ipojuca; Valcínir Bedin – 7.196.179 – Chefe de Seção Técnica Equipe Consultante Médico-Odontológica CS II Jardim Vera Cruz; Mariangela Gentile – 5.050.763 – Diretor Técnico Serviço I Ambulatório de Saúde Mental – Lapa;

ERSA3

Maria de Fátima Hangar Ushirobira – 5.552.419 – Diretor Técnico Serviço II CS I Dr. Alexandre Kalin Yasbek; Paulo Graziano de Oliveira Prado – 4.712.084 – Diretor Técnico Serviço I CS II Cupecê; Adolfo Carlos Mardy – 3.886.500 – Diretor Técnico Serviço I,CS II S,

João Climaco; Adalgisa Borges Nogueira Nomura – 4.956.364 Diretor Técnico Serviço I CS II Vila Alpina; Leonor Maria Moura Pereira de Godoy Andrade – 3.598.543 – Diretor Técnico Serviço – CS II Vila Renato; Márcio Seraphico Peixoto da Silva 4.118.237 – Chefe de Seção Técnica CS III Moinho Velho; Cesar Oscar Polachini – 7.696.551 – Chefe de Seção Técnica – CS III Sacomã; João Marcondes da Silva Filho – 4.884.181 – Chefe de Seção Técnica – CS III Vila Califórnia; Francisco Vanin Pascalicchio – 6.192.075 – Chefe de Seção Técnica – CS III Vila Ema; Luiz Carlos Carvalho Moraes – 5.397.698 – Diretor Técnico Serviço I – CS II Vila Reunidas; Tereza Makaron – 7.557.903 Chefe de Seção Técnica – CS III Vila Arapuã; Antonio Carlos Lopes Fernandes – 4.261.218 – Diretor Técnico Serviço I – Ambulatório de Saúde Mental de Vila Guarani;

ERSA 5

Miriam Amariles de Andrade – 6.285.253 – Diretor Técnico Serviço I – UBS Jardim Colonial; Maria Gomes Valente – 4.867.285 – Diretor Técnico Serviço II – CS I S. Miguel Paulista; Carlos Olivaldo Souza Lopes Muniz – 5.505.373 – Diretor Técnico Serviço I – CS III Fidelis Ribeiro; Alfredo Savio Roberto – 7.114.285 – Chefe de Seção Técnica Equipe Consultante Médico Odontológica UBS Parque São Rafael; Virginia Maria Martins Budib – 8.683.325 – Chefe de Seção Técnica – Equipe Consultante Médico Odontológica CS II Jardim Nordeste; José Erivalder G. de Oliveira – 13.721.146 – Chefe de Seção Técnica – CS III Burgo Paulista; Renato; Sêneca da Sá Fleury Neto – 5.008.491 – Chefe da Seção Técnica – CS III Vila Curuçá;

ERSA 11

Ciro Rossetti Neto – 3.918.825 – Diretor Técnico Serviço II Correia – CS I Dr. João Domingos; Manoel Grano Figueiredo – 3.602.633 – Ditetor Técnico Serviço I – CS II Km 18; Elzira Vilela Nakassu – 2.693.710 – Diretor Técnico Serviço – CS II Pres. Altino; Ivomar Gomes Duarte – 2.886.444 – Diretor Técnico Serviço I – CS II Jardim D Abril; Eugenio de Carvalho – 4.882.883 – Diretor Técnico Serviço II – CS I Barucri; Myres Maria Cavalcante – 227.034 – Diretor Técnico Serviço II – CS I Carapicuíba; Carlos Roberto Catelli – 3.359.050 – Diretor Técnico de Serviço I – CS II VI. Dirce; Lenilda Moura Costa 16.963.434 – Diretor Técnico de Serviço I CS II Cidade Ariston; Sonia Paz Japiassu – 3.983.363 – Diretor Técnico Serviço I – CS II Jandira; Rafael Crisevelo – 5.678.121 – Diretor Técnico Serviço I – CS II Itapeva Centro; Andrade Raoul Mokodsi – 5.015.315 – Diretor Técnico Serviço I – CS II Santana do Parnaíba; Annette Hatsuno – 3.735.782 – Diretor Técnico Serviço – Amb. Saúde Mental Osasco;

ERSA 15

Vera Lucia Gomes – 8530.743 – Diretor Técnico Serviço I – Anb. Saúde Mental Guarulhos;

Artigo 2º Passarão a responder pela direção, chefia ou encarregatura das unidades abrangidas pelo artigo anterior, os integrantes das respectivas grades de substituição.

Artigo 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO SS-336, de 20-11-87

Cessa os efeitos dos atos designatórios, dos funcionários e servidores que especifica e dá providências correlatas.

O Secretário de Saúde, com fundamento na alínea I do inciso II do artigo 69 do Decreto nº 26.774, de 18-2-87, resolve:

Artigo 1º Ficam cessados os efeitos dos atos designatórios dos funcionários e servidores a seguir indicados, para as funções de direção, ou de chefia ou de encarregatura das unidades adiante mencionadas:

Nome – RG – Função – Unidade

ERSA 18

Ari Bedran de Castro – 4.645285 – Diretor Técnico Serviço II – CS Araçatuba; Vera Lordes Guerra Espinha – 5573242 – Diretor Técnico Serviço I – CS II Miyoji Morizono; Alfredo Calado – 1.952.071 – Diretor Técnico Serviço I – CS II Birigui; Norma Storro – 1.179.736 Diretor Técnico Serviço I – CS II Guararapes, Homero Rodrigues Silva – 5.500.554 – Chefe de Seção Técnica – Equipe Consultaste Médico-Odontológico – CS I Penápolis; Oswaldo Siqueira Lira – 4.829.948 – Diretor Técnico Serviço I – CS II Auriflama; Pedro Roberto Corazza – 7.852.140 – Diretor Técnico Serviço I – Ambulatório Regional de Saúde Mental de Araçatuba; Francisco – Galhardo Neto – 6.174.751 – Chefe de Seção Técnica CS III Rubiácea; Gentil Batista Pereira – 3345.388 – Chefe de Seção Técnica – CS III Glicério;

Artigo 2º Passarão a responder pela direção, chefia ou encarregatura das unidades abrangidas pelo artigo anterior, os integrantes das respectivas grades de distribuição.

Artigo 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO SS=335 DE 20=11-87

Cessa os efeitos dos atos designatórios, dos funcionários e servidores que especifica e dá providências correlatas.

O Secretário da Saúde, com fundamento na alínea I do inciso II do artigo 69 do Decreto nº 26.774 de 18-2-87, resolve:

Artigo 1º Ficam cessados os efeitos dos atos designatórios dos funcionários e servidores a seguir indicados, para as funções de direção, ou chefia ou de encarregatura das unidades adiante mencionadas:

Nome – RG – Função – Unidade

ERSA-1

Hélio Arthur Bocha – 11.524.598 – Diretor Técnico Serviço II – CI Santa Cecília Manoel Ferreira Lima – 4.910.579 – Diretor Técnico Serviço II – CS I Vila Mariana.)

ERSA 2

Ana Maria Carvalho Cavalcanti de Albuquerque Lacerda – 4.697.163 – Diretor Técnico Serviço I CS II, Butantã; Marluce Munis de Sousa Pedro – 6.951.138 – Diretor Técnico Serviço I – CS. II Real Parque; Gisela Ferreira de Albuquerque – 3.828.027 – Diretor Técnico Serviço I – CS II Rio Pequeno; Elsa Maria de Souza Constantin – 5.970367 – Chefe de Seção Técnica CS III

Vila Borges; Antonio Carlos Braga – 3.244.669 – Chefe de Seção Técnica CS III Vila Madalena; Mauro Tomoyuki Tanigushi – 6335.658 – Chefe de Seção Técnica CS III Vila São Luiz; José Erivalder G. de Oliveira – 13.721.146 – Chefe de Seção Técnica – CS 81 Burgo Paulista Renato Sêneca de Sá Fleury Neto – 5.008.491 Chefe de Seção Técnica – CS III Vila Canica

ERSA-6

Michelina Rachele Jubes – 5373.706 – Diretor Técnico Serviço I – CS II Jardim Brasil; Aristides de Faria Júnior – 5.037.181 Chefe de Seção Técnica – Equipe Consultaste Médico Odontológico CS II Jd. Joamar, Carlos Alberto Kuratomi – 3.422.790 – Diretor Técnico Serviço I – CS II Vila D. Pedro II; José Jarro Martins – 273.645-RN – Diretor Técnico Serviço CS II Vila Medeiros; Marineves Melquiades de Araújo – 179.600-PB – Chefe de Seção Técnica CS III Tremembé; Sonia Márcia de Faria – 10.807.196 – Chefe de Seção Técnica – CS In Horto Florestal Bronislawa Cioteck de Castro – 7.110.430 – Diretor Técnico Serviço 1 – CS Jardim Peri; Dulce Maria de Almeida Gomes Junqueira – 8.717.096 – Diretor Técnico Serviço 1 – CS II Santana; Clóvis Tavares – 7.894321 – Chefe de Seção Técnica – Equipe Consultaste Médico-Odontológica CS I do Tucuruvi – Diretor Técnico Serviço 1 – CS II VI, Aurora, em substituição; José Ribeiro Patanovo – 3.066.772 – Diretor técnico Serviço II – CS I de Vila Maria – Ronaldo da Cruz – 8.823.939 – Chefe de Seção Técnica – CS m Jd Japão; Paula Frassinetti Torres – 91.993 – Diretor Técnico Serviço 1 – CS II Caranduva; Geraldo Barbosa Caracciolo Júnior – 3.533.233 – Chefe de Seção Técnica – CS III VI Guilherme; Marta Ana Gezierski 5.687.624 – Diretor Técnico Serviço 1 – Ambulatório Saúde Mental Jaçaná

ERSA-7

Margarida Maria Tenório de Azevedo Lira – 1.011235 – Chefe de Seção Técnica – CS III de Chácara Inglesa; Jone Akemi Guibo – 3.959.618 – Diretor Técnico Serviço II – UBS; Dr. Edgard Mantoanelli; Ligia Cristina Fonseca Iahozmelli – 8.739316 – Diretor Técnico Serviço I – CS I Jd. Guanabara; Sueli Titsuko Suyeda 8.731256 – Diretor Técnico Serviço I – CS II Parque Anhanguera; Lenita Moraes – 10.836322 – Diretor Técnico Serviço I – UBS Parque Peniche; Sonia Regina de Mames Theo – dosio – 5222501 – Diretor Técnico Serviço – CS IVI. Pereira Barreto; Lara Alves de Camargo – 4.637.453 – Diretor Técnico Serviço I CS I Perus; Regina Dellape Pereira – 3.613.407 – Diretor Técnico Serviço t – CS VI. Brasília; Roseli da Costa Oliveira – 336.681-PA – Diretor Técnico Serviço 1 – CS II VI Jaraguá; Cláudio Luiz de Tornaz Coelho – 4310529 – Diretor Técnico Serviço I – CS II VI Magri; Luiz Fernando de Andrade Figueiredo – 102.045-MG – Diretor Técnico Serviço 1 – CS II VI Mangalot; Maria Rosana Issbemer Panachão – 13.197.068 – Diretor Técnico Serviço 1 – CS II VI Pirituba; Berenice Bustamante Kavakawa – 5.240.709 – Diretor Técnico Serviço I – CS II VI Terezinha; Marco Aurélio Moura – 9353518 – Diretor Técnico Serviço 1 UBS VI Zatti; Zeni Rose Toloe – 4.942.097 – Chefe de Seção Técnica – UBS Casa Verde Alta; Evandro Raposo Cândido –

3.110.710 – Chefe de Seção Técnica – CS III VI Bonilha; Cláudio José Royal – 5.464.625 – Diretor Técnico Serviço I – UBS VI Bancária; Magda Andreotti – 5.394.8 47 – Diretor Técnico Serviço I – UBS VI Barbosa.

RESOLUÇÃO SS-335, DE 20-11-87

Revoga a Resolução que especifica e dá providências correlatas.

O Secretário da Saúde resolve:

Artigo 1º Fica revogada a Resolução nº SS-224, de 23-12-86, que disciplina o processo de remoção, escolha e designação dos integrantes da série de casses de Médico Sanitarista.

Artigo 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições gerais ou especiais que disponham sobre a matéria.

O SR. IVO MAINARDI (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): Sr. Presidente, Srs.

Constituintes:

E lamentável que eu tenha que ocupar esta tribuna mais uma vez, para dizer que a safra de verão está ameaçada de perdas sensíveis, por absoluta falta de capacidade de armazenamento dos grãos, o que já determinou, na safra passada, a perda de 17 por cento da produção de grãos em todo o País.

O caos que se instalou na safra passada, volta a nos ameaçar e preocupa os produtores não apenas de meu Estado, o Rio Grande do Sul, mas de todo o País.

É importante lembrar que na safra 86/87, os produtores foram obrigados a armazenar suas safras em condições pouco adequadas, utilizando não silos e armazéns próprios e que garantem a qualidade dos produtos, mas escolas, ginásio e inclusive piscinas.

Ora, isso é inadmissível para um país que busca, através de sua produção agrícola, um dos caminhos para sair da crise que atravessa.

É necessário, mais do que nunca, que o Governo Federal volte seus olhos para este problema e dê prioridade, de uma vez por todas, para a ampliação da capacidade de armazenamento. O nosso produtor, como se não bastasse as dificuldades de crédito, ainda precisa conviver com a incerteza do armazenamento, e isso nós não podemos conceber.

No Rio Grande do Sul, onde as produções de milho, soja e arroz exigem simultaneidade de armazenamento e onde se colhem 25 por cento da safra de grãos do País, a CESA (Companhia Estadual de Armazenagem), briga pela obtenção de recursos para promover novos investimentos, previstos para o triênio 88/89/90, em 2 bilhões, 243 milhões de cruzados.

Assim sendo, o que buscamos através de nossa manifestação, é sensibilizar as autoridades do Governo Federal para o problema, porque o apoio à agricultura não se dá apenas com a destinação de recursos que oportunizem o plantio, mas também com a garantia de que os produtos colhidos farão locais adequados para serem armazenados, evitando ao produtor riscos ainda maiores de perdas da sua safra.

Prioridade para a questão do armazenamento, é isso que peço.

Muito obrigado!

**O SR. PAULO MACARINI
(PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero prestar, nesta oportunidade, uma expressiva homenagem póstuma ao Prefeito de Itapiranga, Santa Catarina, tragicamente envolvido, no dia de hoje, em acidente rodoviário.

Gilberto Hemkes era um bravo, um guerreiro, soberbo até para morrer, eis que encontrou no caminho à capital do Estado para defender os interesses de seu Município, o lamentável desenlace.

Gilberto Hemkes foi vítima do próprio destino porque lutou durante longos vinte anos para devolver ao povo o direito de escolher o Prefeito Municipal de Itapiranga, que, por ser município de fronteira internacional estava enquadrado em área de segurança e graças à sua coragem, sua coerência e a firme vontade de vencer, elegeu-se prefeito a 15 de novembro de 1986.

Tornou-se vítima da própria história.

Todos nós choramos Gilberto Hemkes, mas então a consolar sua esposa, filhos, amigos e companheiros, pelo menos os seguintes fatores:

- a) sua coragem e coerência política;
- b) sua fidelidade partidária ao MDB e ao PMDB;
- c) a sábia e justa aplicação do dinheiro público;
- d) o seu amor e a permanente dedicação à Itapiranga, à sua terra e à sua gente.

O exemplo de Gilberto Hemkes serve a todos como estímulo para as atividades políticas e administrativas.

Enfim, a história fará justiça a este bravo guerreiro Gilberto Hemkes.

Era o que tinha a dizer!

**O SR. FLÁVIO PALMIER DA VEIGA
(PMDB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente, Srs.

Constituintes, o primeiro Substitutivo do eminente Relator da Comissão de Sistematização, Constituinte Bernardo Cabral, publicado no final de agosto, trouxe, no Título X, relativo às "Disposições Transitórias", a melhor notícia que esta Assembléia poderia oferecer ao povo do Estado do Rio de Janeiro. O art. 58 dispunha que "Os eleitores dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro serão chamados a se manifestar, através de plebiscito, sobre a fusão das duas unidades federativas, a ser realizado juntamente com as eleições municipais de 15 de novembro de 1988". O parágrafo primeiro do dispositivo afirmava que "Proceder-se-á, separadamente, à apuração dos resultados da consulta nos dois antigos Estados". O parágrafo segundo rezava que "Caso o pronunciamento seja em sentido contrário à fusão em um, ou em ambos os antigos Estados, a lei complementar federal disciplinará, até 15 de novembro de 1989, os procedimentos que serão adotados para que a autonomia de ambos seja restabelecida, consumando-se com o pleito estadual de 15 de novembro de 1990".

A publicação dos dispositivos foi saudada com alegria pelos fluminenses, da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Em Niterói, o maior jornal da cidade, o secular e prestigioso **O Fluminense**, dedicou manchete ao assunto, registrando otimismo quanto à possibilidade de aprovação da pro-

posta, uma aspiração quase unânime de toda a população fluminense.

No fatídico dia 1º de julho de 1974, o Presidente Ernesto Geisel sancionava lei complementar fundindo o Estado do Rio de Janeiro, então com 140 anos de vida, ao novo Estado da Guanabara, com 14 anos de idade. Uma união esdrúxula, artificial, nociva é infeliz, tanto para a velha Província Fluminense, como para a cidade-Estado do Rio de Janeiro. A fusão desagradou a ambas as populações. As maiorias das Assembléias Legislativas dos dois Estados desaprovaram a medida, bem como todas as Câmaras de Vereadores dos 63 municípios fluminenses, na época. Na verdade, Sr. Presidente, a fusão, um ato de força que contrariava a História, as realidades diferenciadas econômica e institucional do Estado do Rio de Janeiro e da cidade do Rio de Janeiro, nunca deveria acontecer. Foi uma agressão do aparelho do Estado às mais caras tradições, às raízes e aos anseios das populações fluminense e carioca. O processo de fusão, autoritário, injusto e confuso, já nasceu viciado, ilegítimo: a lei que o deflagrou era, e ainda é, flagrantemente inconstitucional, pois a Constituição em vigor fala em "criação de Estados e Territórios" e em "incorporação ou desmembramento de áreas de Estados ou de Territórios", mas, em nenhum momento, trata de extinção e fusão de dois Estados federados para criação de um terceiro.

Dezenas de juristas, constitucionalistas e parlamentares se posicionaram em vão pela inconstitucionalidade da famigerada "Lei da Fusão", alguns até alertaram o Presidente da República sobre o erro jurídico, legislativo, histórico que, então, se cometia.

Mas, Sr. Presidente, a fusão, contra a vontade de todos, com exceção da maioria do Congresso Nacional de então e do Palácio do Planalto, contra o entendimento dos cientistas políticos e sociais, contra a vontade dos povos fluminense e carioca, se consumou.

Enganam-se aqueles que chamam o território do Estado do Rio de Janeiro, subtraído da cidade do Rio de Janeiro, de "ex-Estado do Rio de Janeiro". O Estado do Rio de Janeiro nunca foi. De Paraty a São João da Barra, de Resende a Porciúncula, de Três Rios a Cabo Frio, passando por Niterói, Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo – ele é, sempre foi o Estado do Rio de Janeiro, sem a cidade do Rio de Janeiro integrando o seu território, ou, agora, com a cidade do Rio de Janeiro. Desde 1835, Niterói – a antiga Vila Real da Praia Grande – é a capital da Província, de onde governou o seu primeiro Presidente, Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaborai. O Estado do Rio de Janeiro, província no Império, unidade federativa na República, sempre apresentou uma personalidade sócio-cultural, econômica, institucional, na História política do País. A exuberante História Fluminense, com seus relevantes fatos, suas laboriosas comunidades brasiliamente constituídas, e ilustres homens e mulheres, sempre apresentou uma individualidade, uma personalidade, e se constituiu elemento significativo, participante, influente, da História do Brasil. O Estado do Rio de Janeiro, no período colonial, no Império e na República nunca deixou de ter um rosto, um caráter. Araribóia, Cunhambebe, Benta Pereira e Mariana Barreto; Duque de Caxias, Fagundes Varela, Raul Pompéia e João Caetano; Lopes Trovão, Quintino Bocaiúva, Silva

Jardim e José Tomás da Porciúncula; Antônio Parreira, Leopoldo Miguez e Euclides da Cunha; Alberto Torres e Oliveira Viana, Nilo Peçanha, Raul Veiga e Prado Kelly; Raul Fernandes, Lúcio Meira, Macedo Soares, Roberto Silveira e Amaral Peixoto – são alguns dos personagens e testemunhas do Fluminensmo, da cultura fluminense na formação nacional.

O jornalista Marcelo Câmara, em seu livro "Crítica à Cultura Brasileira", discorre:

"O Rio (a cidade), assim como São Paulo, é o espaço cosmopolita, a nossa Nova Iorque, centro da cultura de elite, da cultura industrial, da cultura de massa, para onde convergem brasileiros de muitas origens, se dirigem os investimentos, circula o dinheiro, pois os mercados consumidor e de trabalho são grandes e diversificados."

Na verdade, desde o século XVIII, a cidade do Rio de Janeiro é o grande centro consumidor, financeiro, industrial, turístico, que sempre absorveu toda a produção e grande parte da mão-de-obra dos municípios fluminenses que fazem parte do seu entorno. O ensaísta lembra ainda que "...a cidade do Rio de Janeiro, a antiga Corte do Império, depois Distrito Federal, antes de ser "carioca", na acepção mais plena possível a cidade do Rio de Janeiro, mesmo sendo fluminense, mesmo considerando-se que "carioca" é, no máximo, espécie do gênero "fluminense", foi a Corte no Império, município neutro, Distrito Federal na República e cidade estado, capital do extinto Estado da Guanabara." Na verdade, a cidade do Rio de Janeiro sempre influenciou, como de resto a todo País, na vida do Estado, porém nunca, a partir da Independência, foi a expressão política do Estado; suas elites, geralmente, não têm raízes ou compromissos com os 64 municípios do Estado.

Sr. Presidente, faço essas considerações para demonstrar o desacerto e apontar, nas origens, as causas do fracasso da fusão entre os dois Estados. A cidade do Rio de Janeiro, naturalmente, pela sua condição de megalópole, com seus complexos problemas de crescimento urbano e populacional, absorveu os parcos e já minguados recursos de ambos os Estados, e passou a administrar-se deficitariamente e sem eficácia, e a governar, à distância, outra imensa e plural realidade: a do Estado do Rio de Janeiro, diversa daquela da cidade do Rio de Janeiro. Com o empobrecimento do Estado e dos Municípios, resultado das sucessivas conjunturas nacionais desfavoráveis, e de um sistema tributário centralista e injusto, todos os problemas sócio-econômicos se agravaram, e o abandono, as crises, dificuldades de toda ordem passaram a fazer a rotina das prefeituras e comunidades fluminenses. A fusão não integrou soluções, mas integrou problemas, crises, feridas e tumores sociais. A fusão, sem dúvida, foi ruim para fluminenses e cariocas, empobreceu e infelicitou a ambos. O que parecia uma solução milagrosa para problemas individuais, diversos, converteu-se em uma difícil situação institucional que dificulta e compromete o desenvolvimento, tanto da cidade, como do Estado do Rio de Janeiro. Imaginou-se que a proximidade geográfica, a construção de uma ponte, a identidade ou fraternidade cultural de populações vizinhas garantiriam uma brilhante e eficiente fórmula político-administrativa.

Aquela crise econômico-social que se abateu sobre o Estado do Rio no inicio da República, após um longo período de hegemonia político-econômica no Império, parece repetir-se agora, no limiar do século XXI. Depois de experimentar a recuperação de alguns setores econômicos fragilizados pela Abolição da Escravatura, e inaugurar outras atividades, o Estado do Rio, após 1930, cristalizou avanços, consolidou posições. Mineração, agricultura, pesca, indústria e comércio. Com geografia e clima diversificados, com muitas riquezas naturais, belas paisagens e vocações econômicas invejáveis, o Estado do Rio é belo e rico, "uma admirável síntese do Brasil", escreveu um cronista, assim como a Itália seria da Europa.

Com uma população que chega a somar quase 10 por cento da população brasileira, uma hidrografia vascularizada e com muitas bacias, até bem pouco tempo atrás era comum dizer que "o Estado do Rio só não tinha petróleo". Hoje, a produção petrolífera de Campos representa 60 por cento da produção nacional do precioso óleo. A variedade de ambientes físicos criou no Estado do Rio uma agricultura diversificada: verduras, legumes, frutas e cereais, uma pecuária de tradição e qualidade, com grandes rebanhos suínos e bovinos, e uma tradicional indústria de laticínios, além de uma avicultura forte e em constante crescimento. Ademais, o Estado do Rio de Janeiro é um dos poucos Estados brasileiros em que a produção industrial supera a produção agrícola. A maioria das unidades industriais estão ao redor do Município do Rio de Janeiro, seu mercado e seu porto de exportação. Em Niterói, as indústrias da metalurgia, da construção naval, do vidro e do pescado prosperam sem cessar, São Gonçalo é pólo metalúrgico e de produção de cimento e vidro; Itaborai apresenta o cimento e a cerâmica, os têxteis fazem o crescimento de Magé; em Duque de Caxias temos o material de construção, a estamparia, a lataria, os produtos químicos e farmacêuticos e o refino de petróleo; em Nova Iguaçu, as fundições, laminações, trefilarias e a indústria de estruturas metálicas; o maior pólo cimenteiro do País está em Cantagalo; em Angra dos Reis, além do turismo, uma portentosa indústria de construção naval, um movimentado porto de exportação, transporte de petróleo e geração da energia nuclear; Paraty, Município Monumento Histórico Nacional, oferece o turismo de lazer e cultural e uma indústria de aguardente com mais de trezentos anos; Barra Mansa, Rio Claro, Pirai e Barra do Piraí têm na pecuária e na agroindústria as maiores riquezas; a indústria têxtil está em Petrópolis e Nova Friburgo; a Companhia Brasileira de Ácalis está em Cabo Frio que, além do turismo, e junto com Araruama e São Pedro d'Aldeia, produz sal para todo o País; o maior parque siderúrgico do País está em Volta Redonda; Barra Mansa tem a metalurgia e nos produtos alimentares as suas mais importantes indústrias; e Campos possui grande e a mais avançada indústria açucareira e é o maior produtor de petróleo do País. Presente em quase todos os Municípios fluminenses, está a poderosa e multiplicadora indústria do turismo, que faz do Estado do Rio de Janeiro um Estado turístico por vocação e por excelência, em função das suas potencialidades e de uma já consolidada rede de serviços de infra-estrutura e um zeloso acompanhamento e apoio dos poderes públicos.

Sr. Presidente, todo esse valiosíssimo patrimônio econômico e cultural, além de sofrer os embates das sucessivas crises econômicas que há trinta anos sacrifica o País, vem sendo agredido em sua preservação e desenvolvimento, pelo contínuo empobrecimento do Estado e dos municípios, e pela inviabilidade política e administrativa criada pelo processo insólito e anti-histórico da fusão do Estado do Rio de Janeiro com o falecido Estado da Guanabara. Realidades diversas, vocações particulares, problemas localizados, necessidades próprias não recomendam soluções comuns, únicas, centralizadas. A fusão não complementou economias ou resolveu carências mútuas. A fusão cancerizou pequenos males, complicou singelezas, transformou desvios em problemas, agravando-os até a crise e a morte.

Sr. Presidente, o escárnio, o abandono e humilhação a que foi submetida a bela e progressista Niterói é exemplar, ilustrativo pára documentar o desastroso ato federal da fusão. Niterói é a capital do Estado desde 1835. O único hiato verificado nesse **status** justo e legítimo foi a ocorrência da Revolta da Armada, de agitações durante o Governo de Floriano Peixoto, quando o governo se instalou por pouco tempo em Petrópolis. Com a fusão, Niterói deixou de ser a capital dos fluminenses, todas as Secretarias de Estado foram transferidas para a cidade do Rio de Janeiro, algumas literalmente saqueadas, outras depredadas. O belo e histórico Palácio Nilo Peçanha, sede do Governo, conhecido também como Palácio do Ingá, depois de longo abandono, foi lento e penosamente transformado em museu pela consciência e abnegação de alguns fluminenses, como a do historiador e jornalista Emmanuel de Bragança Macedo Soares. As Secretarias de Estado passaram a ser "representações"; sem nenhum poder decisório, meras seções e depósitos de materiais, lotação de funcionários ociosos ou sem função. Esvaziada política e administrativamente, Niterói, com a inauguração da Ponte Costa e Silva, passou a sofrer todas as consequências sociais negativas da obras: desorganização e depredação urbanas, crise sanitária, problemas habitacionais, degradação do meio ambiente, aumento do índice de criminalidade, ineficiência e ausência dos serviços públicos essenciais, como educação, saúde, transportes, segurança, enfim, deteriorização generalizada da qualidade de vida dos niteroienses. Com a facilidade do transporte entre Rio e Niterói, esta cidade passou a ser invadida nos finais de semana por cariocas de todos os bairros, em direção a suas praias, cujos acessos e infra-estruturas não estavam preparados para receber messes tão numerosas e tão ávidas de lazer.

Sr. Presidente, o litoral de Niterói, com suas belas enseadas e colinas, famosas praias, tem as suas costeiras e encostas quase toda ocupada por uma vigorosa, próspera e superincentivada indústria de construção e reparos navais. Setenta por cento da indústria nacional de construção naval está concentrada em Niterói. Dos estaleiros de Niterói saem, a cada mês, cerca de trinta novos navios, de grande, médio e pequeno portes –, dezenas de outros são recuperados, reparados, e todas as plataformas para prospecção de petróleo do País. A construção naval é o maior e mais importante segmento industrial de Niterói. Contradicitoriamente, Sr. Presidente, é o seu maior mal,

o algoz implacável da comunidade. Atualmente, a indústria de construção naval é o grande obstáculo ao bem-estar e ao desenvolvimento do município, uma incômoda presença que impede uma ação mais eficiente e eficaz do Poder Público Municipal. Eu explico Sr. Presidente: no dia 28 de fevereiro de 1967, o então Presidente Castello Branco, com o objetivo de "reduzir a carga fiscal que onerava os custos de produção da indústria de construção naval", expediu o Decreto-lei nº 244, regulamentado quatro meses depois, que isentava do Imposto Sobre Serviços (ISS), as construção e serviços de reparos navais, a título de incentivo, de apoio, para que o setor, incipiente à época, crescesse e se desenvolvesse. Ora, Sr. Presidente, já mais de vinte anos se passaram, a indústria de construção naval se expandiu admiravelmente, hoje, é um dos setores mais estáveis e ricos desse País – e a isenção, o benefício fiscal persiste, sem razão, sem existirem mais as circunstâncias que o determinaram, transformando-se num verdadeiro privilégio fiscal, injusto e imoral, punindo-se, assim, os demais contribuintes.

Como se não bastasse o atual sistema tributário, esdrúxulo e impiedoso, que zomba da Federação, essa imoral e antidemocrática filantropia fiscal que martiriza Niterói, constitui o golpe de morte na sua autonomia municipal. Para se ter uma idéia do absurdo, apenas o Imposto Sobre Serviços (se fosse cobrado) de construção de um dos muitos navios que Niterói constrói mensalmente, ultrapassaria a casa de 1 bilhão de cruzados, enquanto a receita anual da Prefeitura não passa dos 900 milhões de cruzados. Verdadeiramente, estamos diante de um escândalo: o setor mais rico, que representa quase toda a indústria do município, não paga um tostão ao município. Enquanto a Prefeitura Municipal de Niterói não tem recursos para dar roupa de trabalho aos seus garis, não tem dinheiro para cumprir os compromissos da legislação salarial com seus funcionários, a cidade se defronta com terríveis problemas urbanos, de saneamento, habitação, pavimentação, abastecimento d'água, segurança, etc., – os ricos e favorecidos estaleiros navais seguem prósperos, portentosos, soberbos, administrando a orla marítima de Niterói, poluindo suas claras e profundas águas, fechando ruas, ignorando o Poder Municipal, pois a ele, após a concessão do alvará de funcionamento, nada mais deve, além do desprezo.

O Decreto-Lei nº 244 gerou uma servidão tributária incompreensível que não pode ser perpétua, valendo-se do sacrifício e do empobrecimento de mais de 500 mil brasileiros que vivem em Niterói, a ex-capital achincalhada e espoliada pela fusão do Estado do Rio de Janeiro com a Guanabara. Se o Governo Federal quer manter o incentivo à construção naval, que o faça com a redução dos impostos federais, e não à custa das pobres e sacrificadas prefeituras municipais. Trata-se do antigo adágio: "Fazer cortesia com o chapéu dos outros". O Presidente José Sarney, os Ministros da Casa Civil, da Fazenda e da Justiça, já tomaram conhecimento dessa iniquidade, e a população de Niterói aguarda a revogação imediata do artigo 5º do famigerado Decreto-Lei nº 244, para que a autonomia municipal, consagrada na Constituição, seja restabelecida. Sr. Presidente, além desse imoral benefício concedido aos estaleiros,

que constroem e reparam todas as plataformas de prospecção e exploração do petróleo em atividade no País, Niterói não recebe um tostão a que tem direito, pela vigência da Lei dos Royalties do petróleo devido pela Petrobrás aos Estados e Municípios. Outra injustiça a ser urgentemente reparada.

Sr. Presidente, não foi só Niterói massacrada pela fusão: todo o Estado padeceu e padece com o processo concentrador de recursos e de medidas em favor da cidade do Rio de Janeiro, em prejuízo das diferentes realidades da velha província fluminense. Até mesmo os recursos que o Rio de Janeiro recebe, na condição de Estado da Federação, em consequência da Lei dos Royalties do petróleo, são, natural e necessariamente, aplicados na capital. Não há neste fato, Sr. Presidente, nenhuma escolha do administrador ou qualquer sentimento contra o povo fluminense. Pelo contrário, cariocas ("espécie do gênero fluminense") e fluminense, nascidos na velha província, são irmãos, parceiros, companheiros na Cultura e na História, mas sempre foram cidadãos de Estados diferentes. E a demanda de serviços e obras da cidade do Rio de Janeiro, que exige uma ostensiva presença e atuação ininterrupta do Governo Estadual, inviabiliza qualquer ação de governo distributiva, eqüitativa, que contemple os outros 64 municípios fluminenses, além do Rio de Janeiro. Aí está o operoso, democrático e competente Governo Moreira Franco, num esforço gigantesco para interiorizar suas ações, recuperando e modernizando sistemas públicos, atraindo investimentos, implantando o polo petroquímico, tentando reerguer a centenária e tradicional agropecuária fluminense (reinstalando, inclusive, a Secretaria de Agricultura, em Niterói) – todas medidas influenciadas por uma estrutura administrativa antipolítica, irreal, que compromete ou anula planos e intenções, uma estrutura criada pela fusão dos dois Estados.

Com a fusão, Sr. Presidente, não houve aumento de recursos públicos, mas soma de receitas e multiplicação imponderável de despesas, potencialização mútua de problemas, contágio e proliferação de males sociais, dificuldades e estagnações em diversos setores da economia.

Sr. Presidente, o segundo Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, que veio à luz, neste último final de semana, restabeleceu a tristeza e a desesperança entre os fluminenses e cariocas. No Capítulo das Disposições Transitorias, o dispositivo que previa a realização de consulta popular para ratificação ou não da fusão entre o Estado do Rio de Janeiro e a falecida Guanabara foi suprimido. O desencanto invade novamente as terras fluminenses. Alertamos os nobres Constituintes, membros da Comissão de Sistematização, da missão histórica, de alta responsabilidade que lhes foi confiada; ao ilustre e sábio Relator Bernardo Cabral, sua capacidade política e profundo conhecimento das diferentes realidades brasileiras – para a problemática, progressivamente insolúvel, caótica, gerada pela fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Alertamos todos os companheiros do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte para a necessidade de permanência no Projeto de Constituição daquele dispositivo democrático, oportuníssimo e redentor para o futuro da cidade do Rio de Janeiro e do Estado do Rio de Janeiro. A restauração

da cidade-Estado do Rio de Janeiro, do Estado da Guanabara, é um clamor de todos os fluminenses e cariocas. Esta sempre foi uma cidade-Estado, instituição jurídica que povoa toda a história política da humanidade, desde os tempos helênicos, pré-cristãos. Washington e Berlim são os exemplos atuais mais perfeitos de cidades-Estados.

Confiamos no tirocínio, na lucidez, na consciência e responsabilidade política e histórica desta Assembléia, a fim de que o povo fluminense e carioca possa se manifestar, livre e democraticamente, sobre os seus direitos e escolher o seu futuro, longe das fantasias e sem trair a História.

De outro modo, para valorizar este discurso, numa homenagem ao trabalho que o tradicional **O Fluminense** realiza pela cultura do Estado do Rio de Janeiro e pela vanguarda que tomou na luta pela defesa dos justos postulados dos fluminenses, em especial – do desmembramento dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara – leio para todos os Constituintes as notícias publicadas nos últimos meses no conceituado jornal que justificam, ainda mais, a luta em defesa da desfusão:

JUSTIÇA PARA OS FLUMINENSES

A honra, o passado, as glórias, as tradições, a história, o orgulho, o respeito, a dignidade do bravo povo fluminense foram em parte ontem resgatados em Brasília com a divulgação do anteprojeto de Constituição do relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral, determinando a realização de um plebiscito em 1988, juntamente com as eleições municipais de 15 de novembro. Nele serão ouvidas as populações dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara sobre a fusão imposta em 1975.

Inegável e inquestionavelmente, a fusão foi um ato de arbitrio, de intolerância, de desrespeito, motivado por razões discutíveis e não muito claras.

O plebiscito, tese definida por este jornal, estóica e solitariamente, será a oportunidade para que o povo fluminense, livre, soberano e democraticamente, se manifeste sobre se a fusão deve prosseguir ou se teremos a desfusão.

Registremos o empenho e a determinação dos Deputados Adolfo de Oliveira, José Carlos Coutinho, José Maurício e Flávio Palmier da Veiga para que a nova Constituição contivesse o dispositivo do plebiscito, aspiração de quantos querem uma democracia efetiva em nossa pátria, respeitados os direitos de seus cidadãos.

O FLUMINENSE se sente recompensado dessa primeira vitória, que não está de todo assegurada. E continuará empenhado, juntamente com os congressistas fluminenses, para que o dispositivo seja efetivamente aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte e incorporado definitivamente à nova Constituição, que livrará os fluminenses da humilhação de termos sido riscados do mapa do Brasil.

Estado do Rio de Janeiro, sexta-feira, 28 de agosto de 1987 – **O Fluminense**.

PRIMEIRA VITÓRIA

A inclusão no ato das disposições transitórias do anteprojeto de Constituição elaborado pela Co-

missão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte de dispositivos convocando um plebiscito no dia 15 de novembro do próximo ano, para indagar da população do atual Estado do Rio de Janeiro se aceita ou não a fusão, representa, de fato, uma conquista de ordem democrática. Com alguns anos de atraso, cumpre-se a obrigatoriedade de ouvir o povo sobre um ato que foi imposto pelo Governo central, sem qualquer justificativa racional, num período no qual os Tribunais estavam impedidos de apreciação das representações que tentassem mudar o que o Governo resolvía.

A bancada do antigo Estado do Rio de Janeiro na Assembléia Nacional Constituinte, com o apoio de alguns cariocas e de constituintes eleitos por outros Estados da Federação, resolveu, naquela Comissão da Constituinte, aceitar a proposta do plebiscito, deixando agora ao Plenário sua inclusão na Constituição que será promulgada no dia 15 de novembro, segundo o calendário que vem sendo seguido pela Assembléia Nacional Constituinte. Fluminenses e cariocas, com isso, quando estiverem votando para Prefeito e Vereador, em 1988, terão o direito constitucional de responder a pergunta sobre a fusão, mantendo ou não o atual Estado, ou separando-os, para que voltem a ser o que eram – o Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara.

Há o argumento de que será difícil dividir serviços e funcionalismo público. O trabalho será menor que o realizado na fusão, quando de forma atabalhoadas, e sempre desrespeitosa para com o antigo Estado do Rio de Janeiro, tudo foi fundido, até com a firma simples de acabar com serviços e transferir funcionários compulsoriamente, com tudo o que isso representou de prejuízo para centenas de milhares de pessoas.

É indispensável que o plebiscito seja realizado. Vencendo a idéia de manutenção da fusão, estará na hora de efetivamente criar-se o novo Estado, eliminando-se preconceitos administrativos e descobrindo-se fronteira interna, especialmente a agrícola, até hoje desconhecida pela vanguarda urbana carioca. Caso contrário, será a vez de começar tudo de novo, do ponto de partida, com o restabelecimento dos dois Estados, e a criação de estruturas modernas, que permitam ao outro lado da baía ser uma cidade-Estado, e a este lado uma unidade moderna, na qual conviverão a vocação agrícola e as conquistas industriais, especialmente aquelas ligadas à produção de energia – petróleo e álcool.

Convém, aliás, deixar para depois da promulgação da nova Constituição o ato que fixará o local de instalação do Pólo Petroquímico. Ele deve ficar no território do antigo Estado do Rio, que é o maior produtor brasileiro de petróleo, e que, livre da couraça imposta por um ato de força, poderá encontrar uma vocação especial no campo energético.

A decisão da Comissão de Sistematização é a primeira vitória da Velha Província Fluminense. Duas outras vão ocorrer – na Constituinte e no plebiscito do próximo ano.

Ai, então, a dignidade fluminense estará resgatada.

O Fluminense – Estado do Rio de Janeiro, domingo, 30 e segunda-feira, 31 de agosto de 1987.

O CAMINHO É O PLEBISCITO

Começaram a despontar – já esperávamos –, não os inimigos da fusão e da desfusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, mas os eternos inimigos da democracia, que se tenta restaurar em nosso País. Sim, porque os inimigos do plebiscito são inimigos da democracia. Brada aos céus o que é elementar nesta história toda: se todo o poder emana do povo, se o povo é fonte, é origem, é princípio de todo o poder político, nada mais legítimo do que a manifestação do povo. O plebiscito constitui, pois, límpida, cristalina, expressão da vontade popular.

Os que se proclamam contra o plebiscito, podem ser identificados, são pessoas que temem o povo. Temem o quê? Que o povo desaprove a fusão? Que o povo consagre a desfusão? Todos sabemos que o povo fluminense e carioca foi excluído de qualquer consulta. Persistir na ausência da consulta popular é alongar o autoritarismo, o arbítrio, a prepotência. Portanto, aguardemos a manifestação das duas populações. Elas, e tão-somente elas, têm o inalienável direito de decidir seus destinos. E uma regra universal, secular, que foi violentada e sumariamente desrespeitada.

Os que são contra o plebiscito alegam que a desfusão custará caro. E, como se o dinheiro fosse deles, proclamam que não interessa o plebiscito. O que está feito, está feito, e danem-se os cidadãos. Calma, senhores! Se o povo não homologar a fusão, tem justificadas razões para isso. Hoje, muito mais do que em 1975. Não foram razões de ordem geopolítica que ditaram a fusão. Foram picuinhas mesmo. Não se permitiu o debate livre da tese, predominou a ação coercitiva sobre um Congresso, que até hoje – com a Constituinte funcionando – não recobrou suas prerrogativas.

Dizem que a desfusão teria um preço estratosférico. Perguntamos: quanto custou a fusão? Feitas as contas, a desfusão custará menos que a fusão. Expliquemos: não houve projeto de fusão. Nada, rigorosamente nada, foi feito no antigo Estado do Rio de Janeiro para consolidar a fusão. Muito pelo contrário. Está tudo por fazer. Como nada foi feito, será feito após a desfusão. Em síntese, o preço será o mesmo que seria pago pela fusão.

Não se construiram, no volume que se fazia preciso, escolas, postos de saúde, obras de saneamento básico, habitação; não se melhoraram os sistemas viários, de transportes, de abastecimento d'água, de segurança pública; não se modernizou a agricultura; não se viabilizaram investimentos produtivos. Esvaziaram nossas cidades, deterioraram suas condições de infra-estrutura, esmagaram a Baixada Fluminense e a Grande Niterói. O mais grave: quase 70% de todos os recursos destinados ao Estado – ou mais – se concentraram na Capital. Niterói perdeu 35 mil profissionais de nível médio e de nível superior, sofrendo um esvaziamento só equiparado ao que houve na Nicarágua, Angola e Moçambique. Política de terra arrasada.

O antigo Estado do Rio de Janeiro está debaixo dos escombros da fusão. Que o digam seus prefeitos, seus vereadores, seus pequenos e médios empresários, sua burguesia rural, sua classe média urbana, seu proletariado, seus camponeses com terras ou sem terras. Tudo converge para

o Rio, o que é muito certo. Afinal, o Rio é o Rio. O resto é o resto.

No fundo, alguns dos que se colocam contra o plebiscito são beneficiários da fusão. Um dos seus argumentos é que, com a desfusão, teríamos governador, vice, deputados federais, estaduais, secretários de Estado, mais isso, mais aquilo. Isto é brincadeira. O homem vive em sociedade. Este é um custo social que a sociedade generosamente paga, da mesma forma que paga compulsoriamente toda a panacéia de um Estado-empresário incompetente e inefficiente. O povo paga satisfeito o que lhe convém, o que ele sanciona e aprova. Paga contrariado o que lhe é imposto ou impingido pela força. E se a desfusão se tornar realidade, certamente serão ressalvados os direitos do funcionalismo.

Alguns empresários cariocas estão ameaçando ferir mortalmente a idéia do plebiscito. É preciso saber que tipo de interesse existe atrás dessa posição.

Há outro argumento que os inimigos do plebiscito vão usar: o petróleo. Se não houvesse o petróleo de Campos – que muito pouco e só muito recentemente tem beneficiado o Estado com os “royalties” – já teriam promovido a desfusão, também pela força, como instituíram a fusão. O petróleo mexe. O plebiscito – não nos iludamos – é o nosso Estreito de Ormuz. Não será fácil atravessá-lo. Os aiatolás econômicos e financeiros sabem que com o petróleo e o novo pólo petroquímico, com um governo sério, identificado com a História fluminense, pouco menos velha do que a História Brasileira – o novo Estado do Rio de Janeiro será forte. Se fosse um País independente, poderia ser membro da OPEC, e dos mais graduados, com seus 360 mil barris/dia, hoje, 450 mil barris/dia, amanhã.

O quê nos dói é que, apesar do petróleo de Campos, o mal que a fusão nos fez é tão grande, tão constrangedor, tão contundente que o Norte fluminense, onde se situa Campos, é a região mais pobre do Brasil. Mais do que o Nordeste. Somente a desfusão devolverá a dignidade fluminense. O caminho é o plebiscito.

Estado do Rio de Janeiro, domingo, 6 e segunda-feira, 7 de setembro de 1987 – **O Fluminense**.

QUEDA DE CONFIANÇA

Por exatos 20 dias, de 28 de agosto a 18 de setembro, o coração do povo fluminense pulsou mais firme. Nesse período, o primeiro Substitutivo do Deputado Bernardo Cabral para a nova Constituição nos acenou com o plebiscito objetivando que as populações dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara aprovassem ou desaprovassem a fusão, autoritária e discricionariamente imposta em 1975.

Inaugurou-se um período de esperanças de legalidade, de democracia, de resgate da dignidade dos fluminenses, de recuperação de sua honra, de suas glórias, de restauração de sua História. História de 140 anos, brusca e contundentemente interrompida por um ato de força e violência. Tudo por causa de uma possibilidade que a nova Constituição ensejaria aos fluminenses: de irmos ao plebiscito para legitimar a fusão ou, nas urnas, restaurarmos o Estado do Rio de Janeiro e devolvê-lo ao curso de sua História.

O sonho foi interrompido, em 1975, por ato de força e violência. Os que são contra o plebiscito, na realidade, são partidários da força e da violência. Mesmo tradicionais democratas, mesmo políticos que dizem ser líderes populares embarcaram na velha nau catarineta do arbítrio e da prepotência. Ser contra a desfusão é uma coisa, ser partidário da fusão é outra. Agora, ser contra o plebiscito é algo grave, indesculpável, irretratável, injustificável, inaceitável, principalmente se quem é contra tem mandato popular na Constituinte.

Lamentavelmente, duas emendas supressivas do art. 58 das Disposições Transitórias, apresentadas pelos Deputados Arolde de Oliveira e Artur da Távola, deram ao Sr. Bernardo Cabral o instrumento para liquidar nossas esperanças. Não tenhamos, porém, nenhuma dúvida em afirmar que não foram somente as emendas que nos derrotaram. Há indicações de pressões mais fortes, de pressões acachapantes, supostamente fundadas no custo econômico-financeiro da fusão e na geopolítica, a fim de evitar a hegemonia paulista. Quanta indigência! Mal sabem esses senhores que o primeiro mercado consumidor brasileiro é o interior de São Paulo. A fusão, produto do arbítrio e do autoritarismo, não impediu isso e não vai impedir o esmagamento das populações periféricas do Rio de Janeiro, onde se concentram setenta a oitenta por cento dos recursos que se destinam ao Estado.

O Fluminense, ao fazer este registro, quer proclamar que nada tem contra o Município do Rio de Janeiro. Seríamos pobres de espírito e deixaríamos de ser cosmopolitas e civilizados se assim pensássemos. Cariocas e fluminenses têm vocações distintas, passado distinto, História distinta, potencialidades distintas, que se completam. Mas são realidades diferentes.

Aos Constituintes que são contra o plebiscito, nossos pêsames, neste momento. A luta vai prosseguir. Não acabou. Teremos novos debates na Constituinte. Alguns deputados, preocupados com os destinos do Estado, vão insistir na votação do destaque do art. 58, através de emenda. Está chegando a hora da verdade. Quem é contra o plebiscito é antipopular. É antidemocrata. Tem medo do povo. Tem medo de uma, tem medo do mais legítimo processo, processo universal em todas as democracias, que é o voto. Estranha que muitos constituintes assim pensem e assim procedam. Porque, com isso, decaíram da confiança pública. Violentaram suas consciências, agrediram o Estado do Rio de Janeiro, os fluminenses e seus eleitores. E certamente irão prestar contas de seus atos.

Os nomes dos deputados favoráveis e contrários ao plebiscito, na página 10.

Estado do Rio de Janeiro, domingo 20 e segunda-feira, 21 de setembro de 1987 – **O Fluminense**.

NEGAÇÃO DAS URNAS

Privação de um direito elementar e legítimo de duas populações – eis o que estão fazendo alguns políticos que se colocaram contra um plebiscito em torno da fusão dos Estados do Rio e da Guanabara e pressionam o Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral, no sentido da supressão desse dispositivo.

Que não desejem a desfusão, tudo bem. A liberdade de opinião é uma das facetas da democracia. O que não podem – porque isto fere a democracia justamente num de seus mais importantes fundamentos – é tentar impedir que os interessados diretamente na questão se manifestem sobre um ato tomado à sua revelia, através de uma medida de força.

É incompreensível e absurdo, quando se fala em liberdades e no restabelecimento da cidadania, em plena Nova República, que homens cujos mandatos foram outorgados pelo povo tentem obstaculizar esse mesmo povo no seu desejo de manifestar-se sobre seu destino.

Procura-se, com o argumento do alto custo da desfusão, evitar a palavra das urnas sobre uma violência praticada sob a égide de um regime de exceção. Uma alegação de resto falaciosa porque já está demonstrado que não custa caro desfazer aquilo que sequer foi feito, embora a abulia e o desinteresse dos governos, com pouquíssimas exceções, tenham deitado efeitos deletérios sobre os municípios fluminenses, literalmente entregues ao abandono, nesses anos que se sucederam à fusão.

O motivo da campanha antiblebiscito é um só: o interesse político individual ou de grupos. Mas, por favor, senhores. Convençam-se de que há um limite para as ambições políticas, e esse limite termina onde começam o interesse e a vontade do povo.

Um levantamento de opiniões feito por este jornal tem deixado claro que a maioria das pessoas residentes deste lado do Estado deseja separar-se da antiga Guanabara, e têm razões fortes para tanto. Só que o artigo incluído no substitutivo do Relator Bernardo Cabral não cuidava sequer diretamente da fusão. Seu objetivo era cristalino, transparente e profundamente democrático: autorizar que os eleitores dos dois Estados fossem às urnas para dizer se querem ou não continuar sob um sistema sobre o qual não opinaram. Nada mais lógico e justo.

Maior violência do que a própria fusão impingida aos dois estados é não permitir que o povo se pronuncie a respeito dela, justamente quando começam a se desanuviar os horizontes institucionais. Esta circunstância explica por que os que se posicionam contra a consulta popular preferem agir nos bastidores. A consciência de que estão praticando ação contrária às aspirações dos que sufragaram seus nomes nas urnas não lhes permite defender essa posição de forma meridiana, à luz do dia. Afinal, se não for agora, a palavra das urnas virá em outras oportunidades.

O Fluminense – Estado do Rio de Janeiro, quinta-feira, 17 de setembro de 1987.

OS CUSTOS DA DESFUSÃO

Os críticos mais superficiais da desfusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara proclamam que seriam astronômicos os custos econômico-financeiros da desfusão. Trata-se de manobra diversionista. Este aspecto é o menos relevante da questão, até por que não há, de parte dos dirigentes deste País, nem nunca houve, qualquer parcimônia em relação aos gastos públicos. Nem mudando o sistema de governo. Tudo não passa de desrespeito à opinião pública, de manobra política e espúria e puro jogo de interesses.

Sempre foi assim, assim será.

Não foram os fluminenses que, imperialmente, construíram uma dívida externa de 115 bilhões de dólares, recheada com a perene ameaça de calote, que diminui o Brasil aos olhos do mundo. Nem foram os fluminenses que faliram a união, os Estados, os Municípios. Não foram os fluminenses que nos levaram a uma monumental dívida interna, rolada e embalada pelo rombo deficitário público. Não foram os fluminenses que faliram a União, os Estados, os municípios. Não foram os fluminenses que se meteram pelo Projeto Nuclear, pelas Coroas Brastel, pelas Delfins, pelos Sul brasileiros, pelas Ferrovias do Aço, pelos destrambelhados bancos estaduais e pela fusão autoritária do nosso Estado.

Vamos por parte. Interromperam os 140 anos de nossa História. Não fomos consultados, menos ainda acatados. Fomos humilhados pela intolerância e pelo arbítrio. O plebiscito é o mínimo que se pede. Por que temê-lo? Será que, antecipadamente, receiam que as populações dos dois Estados decidirão contra o ato ditatorial? Será que a fusão ficará para as calendas, como a última lembrança, o último vestígio, o último feito, o último resíduo do autoritarismo? Insistimos na tese: os que são contra o plebiscito negam seu próprio mandato, renegam direitos lídimos e inquestionáveis de fluminenses e cariocas.

Mas aos que falam nos custos, aqui vão algumas respostas, a fim de que reflitam sobre quanto a desfusão custará menos que:

1) a construção do futuro Palácio do Primeiro-Ministro, em Brasília, e a composição de seu gabinete, se implantado o Parlamentarismo. Se a Presidência da República, hoje, tem quase 2.000 funcionários, o Primeiro-Ministro vai querer o dobro;

2) a reforma administrativa da Nova República;

3) a construção da Ferrovia Norte-Sul;

4) a transferência do Iapás, Inamps e INPS para Brasília;

5) os recursos atribuídos a universidades públicas e privadas;

6) o projeto nuclear, o oficial e o paralelo;

7) os recursos a fundo perdido, que se esvaem por aí, distribuídos a Estados e Municípios, às vezes não sabendo para que e muito menos em que valores;

8) os rombos dos bancos estaduais;

9) o rombo do antigo BNH;

10) os rombos dos usineiros de açúcar e de álcool, subsidiados pelo generoso povo brasileiro, sem que este saiba;

11) a pretendida vinculação dos recursos para a saúde, destinada a discutíveis e condenáveis fins políticos;

12) os recursos pretendidos por Estados e prefeituras para aplicar em obras nem sempre necessárias e até adiáveis;

13) o rombo do BNCC e das cooperativas, à frente a Centrais;

14) a construção da embaixada em Havana;

15) o rombo nas contas da Petrobrás;

16) os gastos da União com passagens e diárias para dentro e fora do País, num "turismo" injustificável;

17) os gastos de estatais absolutamente falidas, inviáveis e paraíso de incompetentes de todas as cores políticas;

18) as doações feitas para os programas sociais paternalistas, paliativos e populistas;

19) a implantação do sistema parlamentarista, com uma nova onda de empreguismo e sinecuras;

20) O rombo da Sunamam, do Lóide, do IBC, do IAA, da Embratur, da Siderbrás, da Eletrobrás, da Telebrás, etc., etc., etc.

A desfusão custaria menos, muitíssimo menos do que tudo isso.

As populações fluminense e carioca, em sua instintiva sabedoria estão conscientes de que há interesses poderosos contra a desfusão.

Como se pode concluir, o custo da desfusão é mínimo, diante da dignidade de fluminenses e cariocas. E a dignidade não tem preço. A História jamais perdoou os omissos e indiferentes. Este jornal tem história, tem passado e está cumprindo um dever a que não faltará.

A desfusão não agravaría o quadro já agravado das dificuldades do País. Seria a oportunidade para começar a resolver o que foi postergado, mesmo por que, pesando-se na balança, o custo da fusão é muito alto, diante dos males e misérias impostos aos dois Estados.

O plebiscito passou a ser imperativo para os dois Estados. Que o povo, livre e soberanamente, decida se quer a fusão ou a desfusão, no pleno exercício de um direito verdadeiramente democrático e inalienável. Nem mais, nem menos. Objetiva-se somente a garantia simples de que os eleitos de sua vontade, no pleito de 15 de novembro de 1986, não lhe podem negar, mais nenhum pretexto, esse direito.

Estado do Rio de Janeiro, domingo 27 e segunda feira 28 de setembro de 1987. – **O Fluminense**.

DESFUSÃO E GEOPOLÍTICA

Os subscritores das emendas supressivas ao primeiro anteprojeto do Relator Bernardo Cabral, que fixava plebiscito sobre a fusão ou desfusão, em 15 de novembro de 1988, dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara – Deputados César Maia, Gustavo Faria, Arolde de Oliveira, Roberto Jefferson e Artur da Távola – recorreram ao argumento do arbítrio para justificá-las, arbítrio que, quando impôs a fusão, se baseou na geopolítica de teoricamente se criar um novo Estado, a fim de, no Centro-Sul, se opor a São Paulo. Também se inspiraram, esses Constituintes, na geopolítica para proibir o plebiscito.

É uma contradição. Aliás, na política brasileira, pouca coisa existe de lógica. Esses Constituintes, portanto, não foram inovadores. Copiaram idéias alheias, sem entrar no mérito da questão. As incongruências de nossa classe política levam a aberrações que não têm amparo na razão. No mínimo, revelam incoerência em matéria de fusão ou desfusão. A geopolítica das criaturas ficou tão vulnerável quanto a do criador, que serviu apenas de cenário para justificar um ato de força.

Vejamos, com dados e fatos.

Em 1975, quando foi feita a fusão, objetivou-se criar um novo e poderoso Estado para contrabalançar a hegemonia de São Paulo, uma potência da Federação, não por causa de sua classe política, de seus políticos, mas apesar deles. O que fez São Paulo ser o Estado líder, em todos os segmentos de atividade, foi sua sociedade civil, acrescida de fatores que favoreceram o capital, o trabalho e a tecnologia. A fusão visava a uma

decisão geopolítica de grande envergadura, de grande peso, que acabou desabando, vergada sobre a retorcida carcaça de interesses até hoje não muito claros.

E o projeto em si tinha até aspectos geopolíticos interessantes, que logo foram abandonados, diante de duas realidades tão distintas, de duas vocações tão nítidas e de objetivos tão diversos.

Os cariocas proclamam que foram vilmente prejudicados, pois dispunham de mais recursos, dos quais foram despojados. Os fluminenses, do mesmo modo, provam, em qualquer cidade do interior, que foram esmagados.

A geopolítica simplesmente não funcionou. Tal qual uma coisa malfeita, uma geringonça na mão dos políticos, foi deixada à margem, enquanto os descaminhos da fusão se acentuaram. Resultado: São Paulo fortaleceu-se mais, cresceu a tal ponto que, pela média dos últimos 15 anos, arrecada 41% do ICM do País. Não se sente nem um pouco abalado pela tal geopolítica, que serviu apenas de disfarce para um ato político. Muito pelo contrário. Hoje – já o dissemos aqui – São Paulo tem o primeiro mercado do País, somente na Grande São Paulo, e o segundo mercado, no interior do Estado, tendo Ribeirão Preto como centro propulsor. O Rio de Janeiro, geopoliticamente, foi despachado para o terceiro lugar, nessa corrida, para Estados não premiados com o bilhete da "geopolítica da fusão". Ou da confusão.

A Cidade do Rio de Janeiro, como Estado da Guanabara, detinha a condição de primeiro mercado financeiro. Com a geopolítica, passou a segundo. Era o primeiro pólo receptor de turismo externo. Com a geopolítica, passou a segundo. São Paulo assumiu até a condição de primeiro pólo receptor de turismo, sendo, de longe, mas de muito longe, primeiro pólo emissor de turismo interno. Além do que, São Paulo disparou na implantação dos mercados futuros, de "commodities" agrícolas, pecuários e minerais. São Paulo disparou ainda em tecnologia de ponta, caminhando para ingressar na revolução tecnológica, anos luz à frente do resto do País, inclusive do novo Estado produzido nos laboratórios da geopolítica. São Paulo desequilibrou até na Medicina, superando geopoliticamente o atual Estado do Rio de Janeiro.

Quanto ao antigo Estado do Rio de Janeiro, o "efeito estufa" da geopolítica produziu um quadro simplesmente miserável, que nem a superprodução petrolífera conseguiu dissipar. Niterói perdeu 35 mil profissionais liberais de nível médio e superior, esvaziou-se a indústria automobilística, estagnou-se a agroindústria do açúcar e do álcool, acabou-se com a produção agrícola e agropecuária, destruíram-se os precários equipamentos urbanos, sem se acrescentarem novos, aumentaram-se os indicadores de pobreza e de megamiséria, procou-se o inchaço urbano e o infortúnio na Baixada Fluminense e na grande Niterói. Empobreceu-se o Norte do Estado. Tudo com os geopolíticos encastelados no Poder.

Cabe a pergunta: se está tudo tão ruim, que vantagens e benefícios traria a desfusão?

Apesar de já termos escrito sobre a matéria, pecam os que acreditam no determinismo histórico de que os fluminenses são capazes de se auto governarem, não foram responsáveis pela fusão das elites políticas fluminenses, que dirigiram

o Estado por 10 anos. Ela foi uma decisão autoritária. Os benefícios e vantagens advirão por certo com uma administração moderna. Há condições mínimas para se reverter o quadro sócio-econômico. O petróleo, a petroquímica, a siderurgia, a informática, a indústria naval, a têxtil, a construção civil, a agropecuária e a agroindústria haverão por certo de proporcionar o ressurgimento das riquezas.

A desgraça maior foi que a fusão, com sua geopolítica de republiqueta, só agravou os problemas das populações. Perdeu-se tempo.

O plebiscito será o caminho mais democrático, mais curto, mais digno, para se implodir uma geopolítica que foi escudo de autoritários de ontem e hoje é bandeira dos neo-autoritários.

O Fluminense – Estado do Rio de Janeiro, domingo 4 e segunda-feira, 5 de outubro de 1987.

PELA DIGNIDADE FLUMINENSE

Como seria o novo Estado do Rio de Janeiro, livre da fusão a que foi submetido pela força, pelo arbítrio, pela prepotência? Seria econômica e financeiramente viável?

Antes de responder objetivamente à indagação, este Jornal – acreditamos que nossos leitores também – mantém a esperança de ver aprovado destaque para a emenda que possibilitará a realização do plebiscito, em 15 de novembro de 1988, malgrado manifestações dos Deputados César Maia, Gustavo de Faria, Roberto Jefferson, Artur da Tavola e Arolde de Oliveira, apoiados ostensiva e surpreendentemente pelos Deputados Brandão Monteiro, Vivaldo Barbosa e Paulo Ramos – todos contrários ao plebiscito, todos renegando o mandato que receberam dos eleitores, todos com medo do voto de fluminenses e cariocas, todos se comportando como neo-autoritários e neo-arbitrários. A luta prossegue, acentuando-se as pressões dos que receiam a desfusão. Pressões legítimas, é certo, porém antidemocráticas, seja em sua essência, seja em sua ação.

O novo Estado do Rio de Janeiro renasceria em melhores condições que as atuais, quando a receita tributária não cobre 60% das imensas e onerosas despesas. Em 1988, 40% dessas despesas terão de ser financiadas pelo Governo Federal. Despesas que não foram geradas pelo antigo Estado do Rio de Janeiro, mas que resultaram, maciçamente, de investimentos ou gastos do então Estado da Guanabara ou da Cidade do Rio de Janeiro. Na realidade, 80% dos recursos do Estado ficam na Capital. A fusão contribuiu até para isso: inviabilizar o novo Estado. Um Estado que arrecada apenas 60% de suas necessidades é uma obra de ficção geopolítica. Candidata-se a viver das tetas federais, sem que se vislumbrem expectativas de recolocá-lo no patamar da hegemonia de São Paulo. Além do que, não sobrarão cruzados para durar a fusão, correndo o antigo Estado o sério risco de continuar com o interior pouco assistido, o que agride a consciência dos fluminenses.

Os políticos fluminenses e cariocas têm, pois, uma oportunidade histórica de reparar as coisas nos seus devidos lugares. Do contrário, não serão perdoados nas próximas eleições. Sejam prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais ou senadores. A batalha pela desfusão é uma

causa, uma bandeira. Não é articulação, golpe de mão ou saudosismo.

Mas vamos ao que interessa mais de perto: o novo Estado do Rio de Janeiro passaria a ter horizontes absolutamente favoráveis:

1) sua receita, constituída pelos setores produtivos internos é externa e pela reforma tributária, será equilibrada;

2) seus encargos serão orientados pela guerra ao desperdício, vergado sob o peso da máquina burocrática, direta e indireta;

3) o novo Banco do Estado, a ser criado, terá mais capacidade e nenhuma dívida, como a do Metrô, que não beneficiou o antigo Estado;

4) não será necessário quase três dezenas de secretarias, centenas de órgãos, milhares de assessorias. Há maneira de fazer-se o Estado renascer com uma administração leve e barata;

5) 100% do ICM serão absorvidos pelo Estado;

6) 100% dos investimentos serão voltados para o Estado;

7) 100% do Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios serão aplicados no Estado;

8) 100% das transferências federais, do IPI, do Imposto de Renda, etc., serão recolhidos ao Estado;

9) as questões prioritárias da Baixada Fluminense, da grande Niterói, do norte do Estado, que são críticas, terão 100% de atenção;

10) os setores petrolífero, petroquímico, siderúrgico, têxtil, de informática, farmacêutico, turístico, da agroindústria, da agropecuária, etc., gerarão 100% de benefícios para os fluminenses;

11) o Estado repassará mais recursos e restabelecerá melhor relacionamento e gestão dos equipamentos públicos com as prefeituras;

12) ressurgirá sem o atual e preocupante déficit de 40% nas suas contas;

13) como a maior parte do endividamento externo e interno do novo Estado do Rio de Janeiro se deve a compromissos assumidos para beneficiar a Capital e a dívida ficará com a Guanabara, ele crescerá com uma dívida externa e interna administrável e compatível com os ativos estaduais;

14) O Estado do Rio de Janeiro recobrará sua história. Foram 140 anos de autonomia política, interrompida há 12 anos, sem que o povo pudesse pronunciar-se livremente.

E inacreditável, inaceitável, inadmissível que alguns deputados fluminenses, em plena transição institucional, usem o capuz do arbitrio e se coloquem contra o plebiscito. A fusão não pode continuar como último ato autoritário. Tem de ser varrido. Apesar da posição adotada pelos Constituintes que quiseram o voto do povo, mas não querem que o povo vote, e decida, soberanamente, pela desfusão ou fusão.

DEPUTADOS E PREFEITOS APÓIAM PLEBISCITO

A maioria dos deputados estaduais do Rio de Janeiro está a favor da inclusão de artigo, nas Disposições Transitórias da nova Constituição, estabelecendo a realização de plebiscito para que o povo fluminense possa decidir sobre a desfusão ou não do Estado. O fluminense, além de continuar ouvindo seus leitores a respeito do assunto, promoveu pesquisa entre 41 prefeitos do Estado. Pelo resultado, 32 são a favor do plebiscito, 31

da desfusão e apenas 9 pela manutenção da fusão. Na Assembléia, 42 deputados votaram pelo plebiscito.

O Fluminense Estado do Rio de Janeiro, domingo, 11 e segunda-feira, 12 de outubro de 1987.

Página 7

Durante o discurso do Sr. Flávio Palmier da Veiga o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbaje):

– Tem a palavra o Sr. Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB

– SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O bairro de Santo Amaro, da capital paulista, pede socorro aos poderes públicos, porque vem atravessando momentos de grande dificuldade, em razão dos muitos problemas que o assoberbam, especialmente a inexistência de um metrô e o excesso de violência, acarretando graves prejuízos para sua população.

A questão do metrô é de significativa e dramática importância para o populoso bairro, cuja comunidade continua lutando pela implantação de um transporte de massa mais rápido e mais condizente com as suas necessidades, em face do progresso de que desfruta.

Santo Amaro, situado entre a Serra do Mar e a represa de Guarapiranga, tem sido, no Plano Urbanístico (PUB) e no Plano Metropolitano Urbanístico (PMU), um entrave erroneamente interpretado e entendido como imutável a seu progresso, que procura truncar todas as perspectivas de desenvolvimento a partir de uma contenção do crescimento populacional, o que não foi alcançado, pois ele, apesar das pressões, tem-se feito de maneira explosiva, tornando-se necessário que o Governo do Estado reconheça tal situação.

É evidente que, diante de tais circunstâncias, torna-se indispensável uma reformulação dos conceitos viários de transporte para a região, com a consequente construção do metrô.

É imprescindível que a comunidade santo-amarene prossiga na luta em favor da extensão do metrô até ali, tendo em vista sua grande importância para a região. Não foi outra a causa determinante da concretização de semelhante medida quanto ao bairro do Tucuruvi. Essa luta deve englobar, num esforço conjunto entre a classe comerciária, clubes de serviço, clubes esportivos, sociedades amigos do bairro e outras agremiações.

Outro problema que vem afligindo a comunidade santo-amarene, como de resto, toda a população brasileira, especialmente nos grandes centros urbanos, com destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, é a violência, e isso é profundamente lamentável e preocupante, porque diz respeito à segurança da população ordeira, que trabalha com dedicação e com dedicação pelo desenvolvimento da região, do Estado e do País.

Diariamente, repete-se os assaltos, os roubos de carros, as agressões físicas a pessoas pacíficas, levando a intransqüilidade não somente a cada habitante, mas a cada lar que é o refúgio sagrado do cidadão. Os índices de violência na capital

paulista, já ultrapassaram os de Nova Iorque, considerados gravíssimos.

Essa situação decorre, em parte, do problema social existente no País, resultante da pobreza da população, sobretudo nas grandes cidades, onde as favelas se multiplicam e se expandem, de maneira vertiginosa e, onde o número de menores carentes e de desempregados aumenta a cada dia, e, a bem da verdade, seja revista a sua emancipação, pois, em 1985 foi realizado um plebiscito no bairro onde os santo-amarenses queriam a sua independência, aumentando assim as perspectivas de progresso. O fato só não foi consumado devido aos interesses eleitoreiros do Prefeito que, estando em véspera de ano de eleição, e, temendo a perda de um enorme reduto eleitoral, beneficiou o bairro com diversas obras, mas a emancipação de Santo Amaro é uma bandeira que os santo-amarenses sempre erguerão pois é um velho sonho.

Temos lutado constantemente junto a Administração Municipal pela descentralização; conseguimos a instalação da Administração Regional de capela do Socorro; da Administração Regional do Jabaquara (que atende parte da área); da Administração Regional de Capão Redondo. Cobramos a imediata instalação das já criadas Administração Regional de Campo Grande e de Parelheiros, além das Administrações Regionais de Santo Amaro e de Campo Limpo. Só por ai, se depreende a força da região: seis regionais e mais parte de outra.

Por isso, Sr. Presidente, a população de Santo Amaro merece maior atenção dos Governos Federal, Estadual e Municipal; e aguarda medidas concretas quanto à construção, o mais cedo possível, do metrô, para melhorar o seu transporte, bem como medidas quanto ao combate à violência, para maior tranquilidade daquela ordeira e laboriosa população.

Era o que tinha a dizer.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB

– DF. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, por várias vezes os parlamentares do Partido Comunista Brasileiro ocuparam esta tribuna para denunciar a situação em que se encontram milhares de famílias de trabalhadores rurais, privados da terra e das condições mínimas de sobrevivência. O latifúndio, além de não dar qualquer tipo de contribuição ao desenvolvimento nacional, joga na vala comum da miséria milhares de trabalhadores, isto quando não resolve recorrer ao caminho da violência e dos assassinatos, quase sempre impunes e nunca coibidos pelo enferrujado Ministério da Justiça.

Mas os brasileiros, Srs. Constituintes, não sofrem apenas em seu País. Há poucos dias recebemos denúncias de espâncamentos envolvendo 4.000 famílias de trabalhadores rurais brasileiros estabelecidas em uma área de 27.000 hectares, perto de Puerto Adela, no departamento paraguaio de Canindeyu. Essas famílias compraram suas terras, regularmente, do empresário Hugo Zampieri, mas agora estão sendo expulsas por grileiros brasileiros e paraguaios, sob a proteção corrompida de alguns efetivos da polícia daquele país.

Pelas informações a nós transmitidas, recentemente dois brasileiros foram presos por não aceitarem as chantagens dos grileiros. Em seguida

teve a mesma sorte o advogado Eduardo Morales, defensor das famílias brasileiras residentes naquela região.

Sabemos, Srs. Constituintes, que a situação dos chamados brasiguaios, irmãos nossos que foram tentar a sorte no país vizinho, não é das melhores. Mas, esperamos que o governo brasileiro, através do Itamarati, acompanhe o caso das famílias da região de Puerto Adela, pelo menos no sentido de evitar o recrudescimento da violência policial. Vale ressaltar que estas famílias brasileiras são constituídas apenas de pequenos proprietários e que não se deslocaram ao Paraguai para especular, em detrimento do povo guarani, como ocorreu com alguns empresários inescrupulosos. Essas famílias, detentoras de larga experiência agrícola, só querem viver em paz e contribuir para o desenvolvimento do Paraguai.

Durante o discurso do Sr. Augusto Carvalho, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de:

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (ARNALDO FARIA DE SÁ): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB

– RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes:

Rapidamente para uma comunicação do Partido, já recebendo – tendo em mãos – o substitutivo com o parecer da Mesa, da lavra do Constituinte Mauro Benevides.

É pena que a Imprensa tenha deixado o plenário. A esta altura, todas as redações dos jornais já estão fechadas, senão poderiam mostrar o que fez a Mesa, por influência do MUP, com relação às emendas populares, que – assistimos – defendiam de peito aberto, aqui, dizendo que era a única brecha para uma manifestação da vontade do povo. Acabamos de ouvir, inclusive, um Constituinte, com voz chorosa, quase de pranto, dizer à Assembléia Nacional Constituinte que o importante era ficarem expressos a vontade e o pensamento do povo. E nada melhor do que a emenda popular para a expressão da vontade e do pensamento do povo.

Acho que, com o que ficou do substitutivo da Mesa, inspiração do MUP, estão completamente proibidas de voltar a Plenário as emendas populares.

No art. 1º do substitutivo, diz o ilustre Relator.

“É facultado a cada Constituinte, após publicado o projeto de Constituição, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 4 emendas.”

“Que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores”, quer dizer, as emendas populares, bandeira de luta do MUP.

Sr. Presidente, poderiam argumentar os componentes do MUP que não foi da vontade do ilustre Relator inibir que voltassem à baila, no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, as emendas populares, poderiam argumentar que o art. 1º não tem essa finalidade e que o Relator não pensou dessa forma. Vamos mostrar aos membros do MUP, que o Relator repele uma emenda do Constituinte Chico Humberto, que diz:

"...finalidade de permitir destaque às emendas populares."

O parecer do Relator é contrário. O Relator da Mesa, inclusive a uma emenda do Constituinte Chico Humberto, votou contrariamente, deu parecer contrário, manifestou-se contrariamente à possibilidade de destaque às emendas populares. Isso quer dizer que não se pode mais repetir o discurso progressista, no sentido de se afirmar a emenda popular, em plenário, sequer destaque para as emendas anteriores apresentadas, emendas populares.

O art. 1º é claro: "ficará prejudicada toda proposição oferecida em fase anterior". E o parecer diz que não pode mais ser permitida, ao Constituinte, a condição de destacar emendas populares.

Então, penso que os discursos estão começando a ficar cristalinos e claros. Pena que a imprensa, a esta hora, esteja descansando, como a maioria da Nação brasileira, porque nós gostaríamos de mostrar a todo o povo brasileiro que o discurso praticado hoje pela Bancada dita progressista não é condizente com a sua prática e com a sua atitude.

Era a comunicação que tínhamos a fazer.

O SR. AUGUSTO CARVALHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, pela Liderança do Partido Comunista Brasileiro, gostaríamos de deixar nos Anais transcrita uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de 9 de novembro, que fala de mais um escândalo da área financeira do nosso País, desta vez atingindo uma das instituições mais sólidas, que é o Banco de Brasília. Por uma série de fatos, de mecanismos de concessão de crédito sem a necessária segurança, a Financeira deste Banco teve, em outubro, um prejuízo de 52 milhões de cruzados. E para novembro essa previsão é de 150 milhões de cruzados.

Gostaria de deixar aqui registrada a posição do Partido Comunista Brasileiro no sentido de exigir que toda essa situação que venha a colocar em risco um dos patrimônios mais importantes do povo de Brasília, que é o Banco de Brasília, venha a ser esclarecida doa a quem doer. Não podemos permitir que o Banco de Brasília e a sua Financeira sejam mais um dos escândalos completamente impunes que nós temos nesta República.

Solicitaria à Presidência que fizesse constar dos Anais desta Assembléia esta extensa matéria publicada no *Jornal do Brasil*, a fim de que possamos sempre nos reportar a esta matéria para acompanhar os trabalhos da Comissão de Investi-

gação que o Senado instalou com a finalidade de apurar o fato e os responsáveis por este escândalo, por este rombo.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

EMPRÉSTIMOS DE FAVOR LESAM BRB EM Cz\$ 150 MILHÕES

Expedito Filho

BRASÍLIA – O velho jeitinho brasileiro aliado ao favorecimento político conseguiu colocar no vermelho a financeira de um dos bancos estaduais mais sólidos do país, a do Banco de Brasília (BRB), localizado a pouco mais de 50 metros do Banco Central. Operações de empréstimo sem garantia real levaram a financeira, que tem sede no Rio, a fechar outubro com um prejuízo de Cr\$ 52 milhões. Para o mês de novembro, a projeção é mais dramática: o BRB deixará de receber 150 milhões, que passarão a contar no balanço do banco na rubrica de crédito em liquidação, ou seja, dinheiro que o vento levou e não traz mais. Pior é se essa situação perdurar até dezembro: o crédito em liquidação chegará a 300 milhões, arrastando para o buraco o banco e todo o seu conglomerado.

– Essa semana, a diretoria do banco se reune para pôr um fim nessa situação – avisou um dos 19 diretores do conglomerado, preferindo não ser identificado, mas defendendo medidas enérgicas para conter a sangria de dinheiro público. No primeiro semestre, segundo esse mesmo diretor, para evitar que a financeira sofresse intervenção do Banco Central, o BRB cobriu o buraco com injeção de Cz\$ 584 milhões 631 mil e 412 cruzados. No balanço da empresa, apresentado ao Banco Central, a conta de financiamentos para capital de movimento capengava de forma escancarada: as aplicações no setor produtivo (indústria, comércio e serviços) – principal setor de investimentos da financeira – corresponderam a pouco mais de Cz\$ 22 milhões, enquanto o investimento em "setor privado/outras", conta propositalmente não identificada, o investimento foi de Cz\$ 584 milhões 631 mil.

O banco chegou a essa situação graças à falta de critérios técnicos na concessão de empréstimos. Foi através do jeitinho, por exemplo, que a Eiplan Empreendimentos imobiliários Planalto Ltda., do deputado federal Raul Belém (PMDB – MG), retirou um empréstimo de Cz\$ 7 milhões, apesar de sua firma não ter caífe suficiente para, em condições normais, obter Cz\$ 500 mil de outras instituições financeiras. O fornecimento, ocorrido em período pré-eleitoral, custou caro ao banco. A dívida, que era de Cz\$ 7 milhões, engordou e já está na casa dos Cz\$ 30 milhões; a empresa, em má situação, não pagou e pediu concordata, decretada pela Justiça de Araguari (MG), sede da empresa, cidade próxima a Catalão (GO), onde funciona a agência do BRB que concedeu o empréstimo.

– A operação, realizada sem garantias, dificilmente engordará o balanço do banco – informou técnico do BRB. A transação, efetuada na gestão de Olair Zenir Leite, ex-presidente do BRB e atual diretor do Banerj, foi realizada sem garantias reais e até hoje ninguém sabe por que isso ocorreu. Obscuro também é o critério de aplicação de

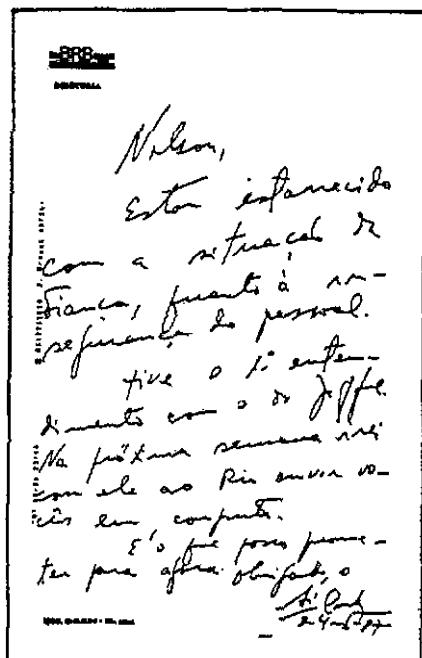
recursos do banco que, apesar de ter Brasília no nome, preferiu investir fora do Distrito Federal.

– Quando cheguei, já encontrei essa conta da Eiplan sem pagar – confirmou o jornalista Ari Cunha, diretor do *Correio Braziliense*, jornal de maior circulação da capital da República, convidado para vice-presidência e depois a presidência do Banco de Brasília. Com isso, pretendia-se calar o maior jornal da cidade. Experiente, Ari Cunha percebeu a jogada e saiu de cena. Segundo os diretores que ficaram e que há um mês entregaram o cargo ao governador José Aparecido, a postura de Ari Cunha foi de absoluta integridade.

Na verdade, o plano exigia não só a convivência do maior jornal brasiliense, como também a dos funcionários do banco. A diretoria, coincidentemente, abriu duas vagas para funcionários de carreira, eleitos por voto direto dos funcionários. Na vice-presidência, um jornalista; na diretoria, dois funcionários. Tudo levava a crer que se tratava de uma direção insuspeita.

As transações pioraram, uma a uma, sem garantia real. A Santa Júlia Empreendimentos Imobiliários, de propriedade de Ildeu de Oliveira, sobrinho do ex-presidente Juscelino Kubitschek, levou da financeira Cz\$ 4 milhões que até hoje não foram pagos. Houve também uma negociação com a Maya Engenharia, cuja dívida é de Cz\$ 2 milhões, até hoje não paga.

O Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, reagiu com indignação à denúncia do *Jornal do Brasil*. Num primeiro momento, disse que não tinha informações para falar da situação da financeira, mas se houvesse irregularidades mandaria apurar, nomeando inclusive uma comissão especial. Segundo ele, não houve qualquer irregularidade no empréstimo ao deputado Raul Belém. "Quem praticar desonestade será punido", avisou.



O jornalista Ari Cunha, alçado numa vice-presidência do Banco Regional de Brasília, se chocou (bilhete ao lado) ao saber dos problemas dos fun-

cionários da Fiança, sentiu que o estavam envolvendo e renunciou. O governador do DF, José Aparecido (D), reagiu indignado às denúncias, disse que não sabia de nada, mas prometeu apurar tudo através de comissão especial e punir os culpados.

POLÍTICOS INDICARAM DIRETORES

Os 19 diretores do conglomerado do Banco de Brasília – BRB – foram escolhidos por critérios políticos. Além das indicações pessoais do governador José Aparecido, outras foram feitas por integrantes do próprio governo. O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, indicou seu genro, Ronaldo Fonseca de Paiva, para a diretoria do Banco; o Senador Mauro Borges optou por seu filho, Ubiratan Estivallet Teixeira, para ocupar o cargo da diretoria; o PFL brasiliense foi representado na diretoria por Luiz Carlos de Lopes Martins e os funcionários elegeram como representante na diretoria dois bancários de carreira, Odival Osório Naves e Antônio Gebrim Dutra.

Dos funcionários escolhidos pelo governador José Aparecido, seis são profissionais oriundos do Banco Nacional e outros três são da cidade de Conceição do Mato Dentro, no interior de Minas, terra natal do governador. A diretoria não está dividida só politicamente. No conglomerado, pelo menos Ronaldo Fonseca de Paiva, Ubiratan Estivallet e Odival Naves não concordam com as transações feitas pela Fiança.

Outros parecem não ligar muito para a precária situação da financeira e continuam firmes na condução dos negócios da empresa. E aí ocorrem situações no mínimo curiosas: os diretores Américo Paes da Silva, Oswaldo Cunha Soares, Paulo Janot Borges e Antônio Lúcio Safe Carneiro trabalham no Rio, onde funciona a sede da Fiança, mas moram em Brasília; Jorge Alves de Carvalho e Luiz Carlos Lopes Martins moram no Rio de Janeiro e trabalham em Brasília; outro diretor, Henrique Neves Mohallem, mora em Belo Horizonte e trabalha em Brasília.

As despesas desse troca-troca ficam por conta do erário. Além do salário de Cz\$ 150 mil, os diretores do BRB que moram fora do local de trabalho ganham ainda diárias que, no fim do mês, dobram seus vencimentos. No dia 27 de agosto, por exemplo, o departamento de serviços gerais do banco encaminhou ofício à diretoria de recursos humanos informando sobre o novo valor da hospedagem no St. Paul Park Hotel de um dos diretores do banco que passou de Cz\$ 44 mil 550 para Cz\$ 51 mil 230 no período de 9 de setembro a 8 de novembro deste ano. Em outro ofício, a mesma divisão informou também sobre o valor da hospedagem do vice-presidente do banco, no mesmo hotel, que passou de Cz\$ 36 mil 300 para Cz\$ 43 mil 560 entre 17 de setembro e 16 de novembro. Isto sem contar as diárias a que esses funcionários têm direito.

O Banco de Brasília é a principal empresa desse conglomerado. O banco tem seis diretores: o BRB Crédito Imobiliário S.A. outros cinco diretores. O BRB Crédito Financeiro é o BRB-Cia. Nacional de Serviços conta com mais cinco diretores e a BRB-Crédito Financiamento tem outros cinco diretores (EF).

"É UMA CONJECTURA MALICIOSA"

O presidente do Banco de Brasília, Jofre Alves de Carvalho, classificou de maliciosas as denúncias de que o banco vem operando com critérios não técnicos na liberação de recursos. Ele afirmou que não existe nenhuma ingerência política na concessão de empréstimos e disse que todas as operações feitas pelo banco foram aprovadas antes pelo Comitê Técnico do BRB.

– Qualquer empréstimo liberado pela diretoria recebe antes sinal verde dos técnicos do banco. Seguimos as normas do Banco Central. Exigimos cadastro, balanços, enfim, todas as garantias que uma instituição financeira precisa para conceder empréstimos.

Jofre de Carvalho confirma que a financeira BRB possui algumas operações inadimplentes mas, segundo ele, nada além da média normal de todo o sistema financeiro:

– Nossa carteira apresenta uma taxa média de 2% de operações que não são honradas. Está perfeitamente dentro dos níveis considerados normais no sistema financeiro. Quer destacar o BRB, quando todo o mercado financeiro apresenta a mesma situação, é uma conjectura maliciosa.

Ele acredita que se o banco fechasse seu balanço hoje, suas contas apresentariam resultados positivos. Como o último balanço do banco foi encerrado em junho desse ano, Jofre de Carvalho afirma que não há como avaliar se a financeira apresenta algum prejuízo. No demonstrativo de junho, o banco apresentou lucro.

– Esses números que apontam prejuízo da financeira são simplesmente fantásticos. Mas mesmo não tendo fechado o balanço posso afirmar que eles não correspondem à verdade. Este ano, a financeira do BRB apresentará resultados positivos.

Quanto ao fechamento dos créditos para pessoas jurídicas, ele alega que a BRB alcançou seu limite máximo de financiamento para esse tipo de cliente, sobrando apenas os recursos que estavam destinados para as pessoas físicas.

O BRB não faz nenhuma operação com base em critérios políticos, assegura. Segundo ele, o Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, nunca interferiu em nenhum negócio do BRB e o banco sequer faz concessão direta de crédito para o Estado.

Apesar de ter assumido a presidência do BRB somente em abril desse ano, Jofre de Carvalho ressalta que os critérios de avaliação de irregularidades operacionais variam de pessoa para pessoa, mas não classifica nenhuma operação do BRB como anormal:

– Aprovei todos os negócios que encontrei já realizados.

Quanto a acusação de que as maiores irregularidades ocorreram na administração anterior, quando era presidente do BRB Olair Zenir Leite, diz:

– O Olair Zenir saiu do BRB a convite do Banco Central, para assumir o cargo de diretor no Banerj. Só isso já prova que ele foi um bom administrador.

TÉCNICOS ERAM CONTRA A COMPRA DA FIANÇA

A compra da Fiança Crédito Financeiro e Investimentos e de mais de quatro empresas do grupo

– Fiança Companhia Nacional de Serviços, Rocha Empresa e Cobrança (extinta pelo Banco Central), Nativa Corretora de Seguros e Datacred Processamentos de Dados – pelo Banco de Brasília por Cz\$ 120 milhões causou muita polêmica há pouco mais de um ano. Os próprios técnicos do banco eram contrários. Eles preferiram a aquisição de uma carta patente, junto ao Banco Central, que permitisse ao BRB atuar como financeira.

Apesar dessa oposição, a transação foi feita. O empresário Guido de Almeida Magalhães, proprietário do conglomerado, se comprometeu junto ao Tribunal de Contas da União e ao Banco Central a pagar todos os contratos vencidos correspondentes a créditos em liquidação feitos até a época da compra. Segundo dirigentes do conglomerado, até o momento o pagamento desses créditos em liquidação não foi efetivado.

De lá para cá, a Fiança, com sede no Rio, percorreu um caminho acidentado. De empresa lucrativa, passou, nas mãos do poder público, a empresa deficitaria. Por isso, em junho deste ano, o governador José Aparecido determinou que todas as 19 lojas da financeira fossem fechadas. Afinal, muitas delas, espalhadas pelo país, andavam no vermelho já que não tinham produtos – cartas de financiamento para aquisição de carros, eletrodomésticos etc – para negociar.

Com a ameaça, os funcionários da financeira – cerca de 400 em todo país – se mobilizaram, buscando apoio das bancadas do PMDB e do PFL No Rio de Janeiro, Inácio Muniz Antunes, Nilson Repiso, Nelson Pena e Sidney Canela levantaram um dossier em cima do que chamaram de "irregularidades da Fiança." Na ocasião, os funcionários chegaram a ameaçar divulgar o dossier, caso o banco insistisse em fechar as lojas da financeira.

"Nilson, estou estarrecido com a situação da Fiança, quanto à insegurança do pessoal", avisou o jornalista Ari Cunha, em bilhete encaminhado ao funcionário Nilson Repiso. Afinal, da mesma forma que os funcionários, o jornalista parecia assustado com a decisão de fechar as 19 lojas da financeira, anunciada pelo governador do Distrito Federal após o primeiro aniversário de compra.

Funcionários e empresários chegaram a um acordo e as lojas da financeira não foram fechadas. Em contrapartida, o banco prometeu devolver os produtos da financeira, enquanto os funcionários pediam o prazo de um ano para tornar a Fiança lucrativa.

Hoje, a situação da empresa é de expectativa. A Fiança só pode emprestar para pessoa física. As negociações com pessoas jurídicas foram suspensas até segunda ordem. Espera-se que o Banco seja forte o suficiente para cobrir o buraco aberto. Diretores do próprio conglomerado vão tentar esta semana uma solução para a crise. Senão, a intervenção será inevitável, porque até o Tribunal de Contas da União foi chamado por alguns diretores para investigar o rombo. (EF)

EM QUATRO NEGÓCIOS, UMA MOSTRA DO ROMBO

Estas são algumas das transações da financeira do BRB que levam a instituição ao buraco:

Operação Eiplan – Empréstimo irregular oferecido à Eiplan Empreendimentos Imobiliários, no valor de Cz\$ 7 milhões. A empresa, em dificul-

dades financeiras, se viu sem condições de pagar e pediu concordata à Justiça de Araguari (MG). Essa dívida, cujo valor real hoje é de Cr\$ 30 milhões, dificilmente será paga.

Operação Santa Júlia – A financeira emprestou à Santa Júlia Empreendimentos Mobiliários Ltda. Cr\$ 4 milhões. O empréstimo foi concedido em 22 de dezembro do ano passado, segundo cronograma de reembolso do próprio BRB. Cobranças foram feitas e nada foi pago. Mais uma transação sem garantia real. A Santa Júlia é de propriedade de Ildeu de Oliveira, sobrinho do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Maya Engenharia – Outra operação da financeira sem garantia real. Emprestou Cr\$ 2 milhões e nada recebeu até agora.

Condotti Jóias – A loja, de propriedade de José Alberto Pinto Bardawil, pegou na financeira Cr\$ 2 milhões e até agora também não pagou. O ex-diretor da agência, Roberto Macedo, chegou a assinar um despacho contra a operação “por esbarrar em decisão de órgão competente”. (EF)

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo. (Pausa.)

ADYLSON MOTTA – Requerimento de informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre dispensa de licitação em contrato entre a Caixa Econômica Federal e a Fundação Carlos Chagas, para prestação de serviços de realização de concurso externo.

LÚCIO ALCÂNTARA – Requerimento de informações à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte sobre processo de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Passa-se ao Horário de:

VII – PRONUNCIAMENTOS SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL

Tem a palavra o Sr. Constituinte Carlos Cardinal.

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT – RS): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estava inscrito para falar no Grande Expediente. Naturalmente que pretendia, como acontece normalmente, fazer algumas críticas a certas situações que se colocam diante desta Constituinte. Mas, com o adiantado da hora e com este Plenário vazio, que nos sugere algumas indagações, permito-me, apenas, fazer algumas rápidas e modestas reflexões.

Podemos sentir, pelo esvaziamento deste Plenário, e pela noite inusitada que aqui vivemos, quando Constituintes, nos elevadores desta Casa, perguntavam o melhor caminho para se chegar ao Plenário, e quando amigos se reencontraram aqui, e conversaram animadamente, transformando este Plenário numa verdadeira roda de amigos que, a rigor, não tinham se encontrado por ocasião da posse, e ficaram ausentes durante vários meses, e que vieram aqui apenas pelo chamado de algumas lideranças conservadoras, que

diante de alguns poucos avanços registrados nesta Casa arrepiaram os cabelos e correram para Brasília, para tentarem nesta noite impor um Regimento ditatorial; pois se encontraram aqui e o chamado Centrão provou, mais uma vez, que não dura mais do que uma hora, não dura uma hora e se desmancha, porque não têm eles a coragem sequer de freqüentar este Plenário, de virem aqui discutir, como fazem os democratas, pois querem, na calada da noite, talvez amanhã, querem, nas confabulações fechadas em gabinetes, ou talvez nos jatinhos, querem, amanhã, repetir a cena que fizeram hoje. Os donos de televisão trouxeram as suas televisões para o salão verde, e deram entrevistas como nunca o fizeram na vida. Os donos de rádios, Constituintes que aqui nunca vieram, trouxeram as suas rádios, e aqui mesmo neste Plenário chamaram os amigos e se revesaram diante das câmeras para dar entrevistas e se justificarem perante os eleitores.

Lamentável esse quadro, Sr. Presidente! Aliás este fim melancólico desta sessão demonstra que a Nação, preocupada com esta Constituinte, tem inteira razão em colocar algumas indagações.

Entretanto, posso dizer que aqueles que trabalharam desde a elaboração do Regimento, que freqüentaram as Subcomissões, que participaram das Comissões, e que participaram da Comissão de Sistematização – eu não era membro e participei – e aqueles que não participaram, hoje, enganados pelo canto de sereia do Centrão, de que fazem isto em nome da participação de todos, na verdade, estão pregando uma dura e triste mentira. O que querem é votar esta Constituição em nove viagens, em nove votações; nove vezes os jatinhos virão a Brasília para trazerem esses Constituintes que aqui nunca vieram, e em nove votações tentarão liquidar este projeto sobre o qual a Nação inteira tem expectativas muito sérias a respeito.

Pois querem isto, e naturalmente a esta hora, onze horas da noite ou onze e pouco, este Plenário está vazio, mas a Nação está muito atenta para tudo o que está acontecendo aqui.

Muito obrigado. (Muito bem!)

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Aécio Neves – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PFL; Almir Gabriel – PMDB; Aloysis Chaves – PFL; Antonio Perosa – PMDB; Artenir Werner – PDS; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Cão – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De Carli – PMDB; César Maia – PDT; Dirce Tutu Quadros – PTB; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Francisco Benjamin – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Geraldo Bulhões – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio

Duque – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Irajá Rodrigues – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jessé Freire – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Hermann Neto – PMDB; João Paulo – PT; Jorge Uequed – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Serra – PMDB; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Leopoldo Bessone – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Moreira – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Maia – PDT; Maurício Campos – PFL; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Miraldo Gomes – PMDB; Myrian Portela – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Duarte – PMDB; Neuto de Conto – PMDB; Olívio Dutra – PT; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Rolleberg – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Tadeu França – PMDB; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Vieira da Silva – PDS; Wilson Campos – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão convocando outra para amanhã, quarta-feira, dia 25, às 14 horas e 30 minutos, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

Votação do Projeto de Resolução nº 16-C, de 1987.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 23 horas e 5 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ DUTRA NA SESSÃO DE 4-11-87, QUE SE REPUBLICA ROR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DANC DE 5-11-87:

O SR. JOSÉ DUTRA (PMDB – AM): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, na velha Roma dos Césares, os generais romanos, quando se deparavam diante das batalhas mais difíceis, diante das lutas mais perigosas, chegavam perante a tropa e diziam a velha frase latina **alea jacta est**. E o faziam para dizer aos seus comandados que venceriam a luta ou voltariam cabibaixos diante das populações que, outrora, sempre os haviam aplaudido.

Hoje, Sr. Presidente, gostaria, desta tribuna, de parodiar os generais romanos, repetindo a expressão latina **alea jacta est**, para, com isso, transmitir aos meus colegas Constituintes a mesma afirmação que faziam os generais diante das suas, suas tropas: ou vencemos esta luta, no sentido de elaborarmos uma Constituição que reflita os

anseios mais legítimos da Nação brasileira, ou voltaremos cabisbaixos diante das populações que, nas praças públicas, nos ovacionaram, sufragaram os nossos nomes nas urnas, para que pudéssemos nos desincumbir desta honrosa missão de fazer uma nova Constituição para o nosso País.

Faço essa referência histórica, Sr. Presidente, para tentar despertar a consciência de cada companheiro desta Assembléia Nacional Constituinte, para a responsabilidade histórica que temos, e, acima de tudo, para que possamos fazer uma reflexão mais profunda a respeito do compromisso que temos com a Nação brasileira.

Esta Nação espoliada, humilhada, desprezada no curso de toda a sua história, merece, ***data venia***, uma reflexão que possa nos induzir ao trabalho que, paralelamente, nos leva aos seus verdadeiros e legítimos anseios.

Hoje, Sr. Presidente, deveria estar nesta tribuna para discutir uma tese com vistas à elaboração da Constituição, mas, desde cedo, comecei a ouvir, do meu gabinete, discursos antagônicos, conflitantes, que chegam a derivar para o campo do radicalismo. De um lado, um grupo de companheiros, que de mim merece todo o respeito, pugna pela manutenção do texto até agora aprovado pela Comissão de Sistematização; de outro lado, eu vejo o outro grupo que procura, com a força numérica da sua expressão, seguir um outro caminho, procura encontrar uma nova saída, porque entende, este grupo, que aquilo que está aprovado pela Comissão de Sistematização não reflete o anseio da Nação.

Dante disso, meus colegas Constituintes, é indispensável que nós façamos uma parada, é imprescindível que façamos uma reflexão no mais íntimo da nossa consciência, para que possamos, por via da consequência, acabar com esta medição de forças dentro desta Casa. E imprescindível que sentemos à mesa, encontremos a solução que possa refletir a concordância de todos aqueles que estão aqui imbuídos dos mesmos propósitos de fazer o melhor para o nosso País.

Admiro, por exemplo, a impetuosidade da esquerda, a organização, a perseverança, a determinação e a sua coragem, da mesma maneira que eu respeito e admiro a posição assumida pelo centro e pela direita, que apenas, por uma outra ótica, quer também dar a sua contribuição decisiva para que possamos marcar historicamente a nossa presença nesta Casa. Mas as idéias se chocam, as idéias não se harmonizam. E para isso é indispensável que nós, fazendo a reflexão, possamos sentar à mesa e encontrar uma solução de consenso. Por que esta minha preocupação? Por que esta minha posição? Porque eu temo,

Srs. Constituintes, que o grande prejudicado de toda esta dissensão, de todo este desentendimento, seja nada mais, nada menos o povo brasileiro. Temos, por exemplo, quando se discute o problema da estabilidade – e eu falo com muita propriedade, porque venho do movimento sindical, venho dos cárceres de 64, venho das perseguições, venho das ameaças, venho das intimidações, porque eu lutava exatamente por causa da estabilidade do trabalhador na empresa – temo que esta dissensão termine por manter a situação hoje vigente, quando o trabalhador é um verdadeiro objeto nas mãos do empregador, não tem nenhuma segurança, a sua indenização é paga mensalmente pela empresa através do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; temo que continuemos nesta situação hoje existente. Daí a importância de sentarmos à mesa. Se o Texto Bernardo Cabral, aprovado pela Comissão de Sistematização, não reflete a aquiescência e a concordância de toda a Assembléia Nacional Constituinte, é preciso, então, que encontremos algo que possa refletir vitória para o trabalhador brasileiro. Não podemos continuar nesta linha de tratarmos Companheiros como inimigos, não podemos continuar nesta linha em que esta Casa, este Plenário, vai se transformando num verdadeiro palco de guerra. Os brasileiros, hoje, não querem guerrear, os brasileiros querem uma nova Constituição, mas uma Constituição que reflita os anseios mais legítimos de toda a Nação brasileira.

O SR. CELSO DOURADO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSE DUTRA: – Concedo o aparte a V. Ex.^a, com muita honra.

O SR. CELSO DOURADO: – Nobre Deputado José Dutra, V. Ex.^a procura trazer uma análise equilibrada, buscando o consenso democrático, buscando, realmente, apontar um caminho de agrado do nosso povo,

que não gosta dos radicalismos, e que está ansioso para superar os seus grandes problemas. Mas nobre Constituinte José Dutra, temos que reconhecer que a nossa história tem sido marcada pelo autoritarismo e pelo conservadorismo. É de tradição, desde a colonização, as classes dominantes sempre olharem para o Estado como um grande aliado para as horas difíceis. Há uma tendência muito acentuada de se socializar os prejuízos e sempre se privatizar os lucros. Durante a República, nós ouvimos aqui a palavra do mestre Afonso Arinos, dizendo que 50 e tantos anos do regime republicano foi dominado pelo autoritarismo. Todos os golpes, foram golpes de

classes dominantes, todas as tomadas de poder foram realmente de grupos dominantes da direita. Agora, é preciso buscar este consenso que V. Ex.^a aponta e indica. Ele só será possível através do diálogo legítimo dentro da Comissão de Sistematização e no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Ele se tornará ilegítimo e a maioria poderá se tornar ilegítima se ela for artificialmente montada de fora para dentro. É do jogo democrático esta busca da maioria. Nós não podemos aceitar, de maneira alguma, isto que está acontecendo e que V. Ex.^a descreve: lutas internas e certas artimanhas para se fabricar uma maioria. Muito obrigado.

O SR. JOSE DUTRA: – Agradeço o aparte de V. Ex.^a pela sua importância, pelo enriquecimento que faz a este modesto pronunciamento. Gostaria, eminente Constituinte, no mesmo passo em que reconheço que em toda a nossa história a força do capital predominou nas grandes decisões tomadas neste País, acredito, também, na velha afirmação que diz que "neste mundo nada se cria, nada se forma, tudo se transforma." E isto é uma evidência. Quando olho na janela do passado, trinta anos atrás, encontro uma classe empresarial totalmente diferente da que hoje vigora neste País.

Já vejo, por exemplo, no meu Estado do Amazonas, na Zona Franca de Manaus, o empresário que se preocupa com o seu operário, que sabe que este operário é uma engrenagem importante na grande máquina de produção dos seus lucros. Isso me anima a pensar que, realmente, neste mundo, tudo vai mudar. Esperamos que esta seja a grande oportunidade da mudança. Mudança através do diálogo; mudança através do entendimento; mudança através da fraternidade, que deve existir entre todos nós que integramos a Assembléia Nacional Constituinte; mudança para que se mude também o quadro de miséria que domina as periferias das grandes Capitais; mudança para que se dê terra ao homem que precisa de terra para plantar; mudança para se dar crédito ao empresário do interior, que precisa implementar a sua produção para gerar lucros e para oferecer trabalho; mudança, enfim, que é indispensável, para que nós, brasileiros, possamos encontrar o caminho da saída para esta grande crise que domina e assola toda esta grande Nação. Mas para isso é imperioso que todos nós tenhamos consciência de patriotismo, de respeito aos cidadãos, de respeito aos nossos Colegas, mas, acima de tudo, tenhamos um acendrado e desmedido amor pelo nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 152

QUINTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

- ATA DA 167ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1987

I – Abertura da sessão
II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

III – Leitura do Expediente

REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

Requerimento de informações nº 136/87 (ANC) – (Constituinte Adylson Mota) – Solicita ao Poder Executivo informações sobre despesas com publicações em defesa do Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social no caso da compra de imóveis funcionais.

Requerimento de Informações nº 140/87 (ANC) – (Constituinte Stélio Dias) – Solicita seja sugerido ao Poder Executivo a concessão de franquia postal para expedição de telegramas de eleitor ou eleitores contendo propostas à Assembléia Nacional Constituinte.

Requerimento de Informações nº 151/87 (ANC) – (Constituinte Paulo Ramos) – Solicita informações ao Poder Executivo sobre a participação do Sr. Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento em Seminário realizado no Rio de Janeiro, aos 18-9-87.

IV – Pequeno Expediente

NILSON GIBSON – "O transporte rodoviário de bens e a conjuntura nacional".

MAURO SAMPAIO – Insuficiência do leite *in natura* distribuído pelo Governo Federal em Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

ROBERTO JEFFERSON – Propósitos motivadores do grupo "Centrão" no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

DEL BOSCO AMARAL – Privilégios de minorias na Assembléia Nacional Constituinte.

ADYLSO MOTTA – Protesto contra declarações do Ministro Bresser Pereira da Fazenda, a respeito de novos aumentos de impostos.

GENEBALDO CORREIA – Prevalência da vontade da maioria na apreciação, pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, do projeto de Constituição.

HAROLDO LIMA – Reais propósitos do grupo "Centrão" no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ALDO ARANTES – Reais propósitos do grupo "Centrão" no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

CRISTINA TAVARES – Reais propósitos do grupo "Centrão" no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ADHEMAR DE BARROS FILHO – Perspectivas de recessão econômica e aumento dos índices inflacionários.

ANTÔNIO DE JESUS – Adaptação do transporte coletivo para utilização por deficientes físicos. Benefício fiscal aos portadores de deficiência física.

EVALDO GONÇALVES – Trabalho "A Bagaceira – Uma Estética da Sociologia", elaborado pela Profª Elizabeth Marinheiro. Entrevista concedida à escritora por Fernando Namora, escritor português.

PAULO PAIM – Realização do I Encontro Nacional da Mulher e as Leis Trabalhistas. Responsabilidade política do grupo "Centrão" em face das pretendidas mudanças no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Dia Nacional da Consciência Negra.

DENISAR ARNEIRO – Verdadeira participação da Petrobrás no preço final da gasolina consumida no País.

LUIZ SOYER – Implantação de política de gradual redução dos estoques governamentais de produtos agrícolas.

CARLOS VINAGRE – Competência dos Estados Municípios para organizar seus serviços e quadro de funcionários.

FRANCISCO AMARAL – Iminência do reconhecimento da inocência do empresário

Mário Gamero em processos decorrentes de empréstimos tomados com garantia da União.

IVO LECH – A política nuclear e a preservação do meio ambiente no Brasil.

JORGE ARBAGE – Contradições da ação administrativa do Governo Federal. Repúdio às manifestações populares contra a presença do Presidente José Sarney, em Belém, Estado do Pará.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Correção do limite de faturamento das microempresas.

SAMIR ACHÔA – Transcurso da data nacional da República do Líbano.

JOSÉ MOURA – Manutenção do voto proporcional no sistema eleitoral brasileiro.

COSTA FERREIRA – Pavimentação da BR-226, trecho Porto Franco – Timon, Estado do Maranhão.

IVO MAINARDI – Administração Pedro Simon, Estado do Rio Grande do Sul.

DIONÍSIO HACE – Recuperação da Rodovia Transamazônica. Criação do porto de Santarém, Estado do Pará, como alternativa para exportação de soja brasileira.

V – Comunicações das Lideranças

AMARAL NETTO – Apoio do "Centrão" à Emenda nº 1 de Plenário ao Projeto de Resolução nº 16, de 1987. Diretrizes da ação do grupo.

VIVALDO BARBOSA – Apoio do PDT à proposta de reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, com ampla possibilidade de apresentação de emendas pelos Constituintes.

PRESIDENTE – Advertência ao Plenário sobre necessidade de observância do art. 43 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ LOURENÇO – Responsabilidades e deveres da maioria nos parlamentos.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO – Impasse consequente da aprovação da reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte pretendida pelo grupo "Centrão".

HAROLDO LIMA – Reais propósitos do grupo "Centrão" no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Apoio do PC do B ao Substitutivo da Mesa ao Projeto de Resolução nº 16, de 1987.

JAMIL HADDAD – Reais propósitos do grupo "Centrão" no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

FERNANDO SANTANA – Reais propósitos do grupo "Centrão" no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Apelo do PDC à continuidade do processo de negociação, em busca do entendimento suprapartidário.

GASTONE RIGHI – Inexistência de compromissos da bancada do PTB com grupos ideológicos ou partidários. Apoio do partido à Emenda nº 1 de Plenário ao Projeto de Resolução nº 16, de 1987.

PRESIDENTE – Advertência às galerias sobre proibição regimental de manifestação.

PRESIDENTE – Inflexível aplicação, pela Mesa, das normas regimentais atinentes à manutenção da ordem nos trabalhos.

AMARAL NETTO (Questão de ordem) – Necessidade de a Mesa conter as manifestações das galerias.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaral Neto. Concessão da palavra para a formulação de questões de ordem, após esgotada a lista de inscritos para Comunicações das lideranças.

MAGUITO VILELA (Questão de ordem) – Discriminação praticada pela Mesa contra o orador e ocupantes das galerias.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Maguito Vilela.

ROBSON MARINHO (Questão de ordem) – Obrigatoriedade do respeito ao Regimento Interno pelos Constituintes.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Robson Marinho.

NELSONJOBIM – Apoio do PMDB à aprovação do Substitutivo da Mesa ao Projeto de Resolução nº 16, de 1987.

VI – Ordem do Dia

GASTONE RIGHI (Questão de ordem) – Possibilidade de votação nominal após ultimado o processo de votação pelo sistema eletrônico.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Gastone Righi.

AMARAL NETTO (Questão de ordem) – Conveniência da adoção do processo nominal nas votações desta sessão.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaral Netto.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Tratamento dispensado pela Mesa aos projetos de resolução, visando à reforma do Regimento Interno.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Questão de ordem) – Votação, pelo processo nominal, do pedido de preferência encaminhado pelo grupo "Centrão".

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Bonifácio de Andrade.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Questão de ordem) – Requerimento de votação, pelo processo nominal, do pedido de preferência encaminhado pelo grupo "Centrão".

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Bonifácio de Andrade.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Quorum necessário para a aprovação da reforma ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

LUIZ SALOMÃO (Questão de ordem) – Quorum necessário para a aprovação da reforma ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Luiz Salomão.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Encaminhamento da votação do requerimento de preferência para a Emenda nº 1 de Plenário ao Projeto de Resolução nº 16-C, de 1987.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre hipóteses possíveis de ocorrer durante a votação da matéria.

EGÍDIO FERREIRA LIMA – Encaminhamento da votação do requerimento de preferência para a Emenda nº 1 de Plenário ao Projeto de Resolução nº 16-C, de 1987.

DEL BOSCO AMARAL (Questão de ordem) – Alternância, na tribuna, de oradores a favor ou contra o Substitutivo da Mesa ao projeto de reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Del Bosco Amaral.

BONIFÁCIO DE ANDRADA, DEL BOSCO AMARAL, JOSÉ GENOÍNO, BOCAJUVA CUNHA, HAROLDO LIMA, GASTONE RIGHI, AMARAL NETTO, RICARDO FIÚZA, FERNANDO SANTANA, AFIF DOMINGOS, MÁRIO COVAS – Encaminhamento da votação do requerimento de preferência para a Emenda nº 1 de Plenário ao Projeto de Resolução nº 16-C, de 1987.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre o processo de votação do Projeto de Resolução nº 16, de 1987.

MENDES RIBEIRO (Questão de ordem) – Matéria submetida à deliberação do Plenário.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Mendes Ribeiro.

VII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros
4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros

Ata da 167ª Sessão, em 25 de novembro de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente. Mauro Benevides,
Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM
OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Alvaro Valle – PL Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Farias – PMB; Antônio Ferreira – PFL Antônio Gaspar – PMDB; Antônio Mariz – PMDB; Antônio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Antônio Ueno – PFL Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Cota – PMDB; Carlos De Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christovam Chiaradia – PFL Cid Castilho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL Costa Ferreira – PFL Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco-Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délvio Braz – PMDB; Denízar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PIB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edime Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Mobiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ezídio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Carnata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; **ilegível** PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocência Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – ; Ivo Cersóimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PIB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mauricio – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Picha – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nono – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourengberg Nunes – Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Matheus Lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Corrêa

– PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL Osmar Leitão – PFL; Osmar Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Salданha Derzi – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PIB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cesar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmarinha Seixas – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teimo Kirst – PDS; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes –

PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Vírgilio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldeci Ornélia – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – A lista de presença registra o comparecimento de 442 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secretário procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

PROJETOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 136, de 1987 (ANC)

(Constituinte Adylson Motta)

Solicita ao Poder Executivo informações sobre despesas com publicações em defesa do Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social no caso da compra de imóveis funcionais.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléa Nacional Constituinte.

Na forma do que dispõe o art. 62, item IV, combinado com o seu § 5º, da Resolução nº 2, de 1987, requeiro a Vossa Exceléncia sejam solicitadas ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República informações oficiais a respeito do montante das despesas realizadas pelo Sr. Raphael de Almeida Magalhães, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em jornais e revistas de diversos Estados da Federação para publicar, no espaço de 1/4 de página, ou página inteira, seu "esclarecimento sobre a compra de imóveis pela Previdência", de cópia anexa.

No item 11, do "esclarecimento", ele lamenta "ter de usar de recursos da Previdência Social para defender-me publicamente das acusações públicas feitas contra a minha honra pessoal e ao meu exercício de Ministro". Por que razão tem a União que arcar com os gastos de publicações pessoais?

Se o Ministro se sente na obrigação de defender-se, deve contratar advogado para fazê-lo e não utilizar-se dos recursos do Governo para publicar esclarecimentos que não diminuem a sua responsabilidade no evento. E lamentável sua afirmação de que qualquer pessoa que, a partir de seus "esclarecimentos", duvidem da lisura da malsinada compra de apartamentos, responderá perante a Justiça. O "Ministro" contratará advogados ou vai fazê-lo com recursos da União?

Sala das Sessões, 29 de julho de 1987.
– Constituinte **Adylson Motta**.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 140, de 1987 (ANC)

(Constituinte Stélio Dias)

Solicita seja sugerido ao Poder Executivo a concessão de franquia postal para expedição de telegramas de eleitor ou eleitores contendo propostas à Assembléia Nacional Constituinte.

Exmº Sr. Deputado Ulysses Guimarães Presidente da Assembléa Nacional Constituinte.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer que a Presidência desta Assembléia entre em contato com o Exmº Sr. Ministro das Comunicações sugerindo que o Departamento dos Correios e Telégrafos, órgão subordinado àquela Pasta, conceda franquia postal para expedição de telegramas de eleitor ou eleitores contendo propostas à Assembléia Nacional Constituinte, como forma de mais estreita participação do povo nos trabalhos de elaboração da nova Carta Magna do Brasil.

Sala das Sessões, Constituinte **Stélio Dias**.

PARECER DA MESA

A Mesa, na reunião de hoje, aprovou o parecer do relator, negando acolhida ao Requerimento de Informações formulado pelo Constituinte Stélio Dias, sobre franquia postal para expedição de telegrama de eleitor ou eleitores contendo propostas à Assembléia Nacional Constituinte, como forma de mais estreita participação do povo nos trabalhos de elaboração da nova Carta Magna do Brasil.

Brasília, 12 de novembro de 1987. – **Paulo Affonso Martins de Oliveira**, Secretário-Geral da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 151, de 1987 (ANC)

(Constituinte Paulo Ramos)

Solicita informações ao Poder Executivo sobre a participação do Sr. Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento em Seminário realizado no Rio de Janeiro, aos 18-9-87.

Senhor Presidente,
Conforme pode Vossa Exceléncia verificar nos recortes anexos da imprensa nacional, de 12 de setembro último, o Secretário-Geral do Ministério do Planejamento, Michal Gartenkraut, declarou em Seminário do Citibank, entre outros fatos, que a postura do Governo era imoral no tratamento dos problemas da dívida externa. Essa declaração foi feita em uma reunião promovida pelo Citicorp

investment Bank, que é um dos maiores credores do Brasil.

Estranho, Sr. Presidente, o comparecimento de um alto funcionário do Governo brasileiro em um seminário de Banco estrangeiro e ainda venha a declarar – se numa posição contrária à do Governo e do Ministro Bresser Pereira, tão firmemente defendida no exterior.

É lamentável que o Ministro Aníbal Teixeira, tão empenhado em fazer política em Minas Gerais, esqueça de defender os maiores interesses nacionais, apoiando declarações que contrariam a postura do Ministro Bresser e do Presidente Sarney.

É chegada a hora do Governo ter uma única linguagem, sem o que não conseguiremos vencer este momento crítico de nossa história econômica. É lamentável, Sr. Presidente, que venha de um órgão do Governo posturas que enfraquecem a nossa posição junto aos credores.

Imoral, Sr. Presidente, é urna dívida contraída irresponsavelmente por Governos autoritários com a conivência dos banqueiros internacionais.

Imoral, Sr. Presidente, é pagar com a fome, a miséria e o sacrifício do povo brasileiro essa dívida.

Imoral, Sr. Presidente, é a sangria dos juros exorbitantes que o capitalismo internacional quer arrancar do nosso povo.

Imoral é permitir que o Sr. Michal participe da delegação brasileira que segue hoje para os Estados Unidos com a finalidade de sabotar a negociação da dívida.

Isto posto, requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Ministério do Planejamento as seguintes informações:

1. Que o Ministério esclareça as declarações de seu Secretário – Geral, Michal Ganenkraut, a respeito de suas palavras no Seminário do Citicorp, Investment Bank, realizado no Rio de Janeiro, no dia 18 – 9 – 87.

2. Se essas declarações refletem a posição do Ministério à respeito da dívida externa.

3. A nacionalidade do Sr. Secretário – Geral do Ministério do Planejamento.

4. Se o Ministério do Planejamento participa das negociações sobre a dívida externa.

5. Se o Ministério integra algum órgão internacional.

6. Que o Ministério remeta a essa Casa o texto completo da palestra de seu Secretário – Geral no referido seminário.

7. Se é verdade que o Governo está desviando os recursos para pagamento da dívida externa para financiar o déficit público.

8. Se, no seminário, o Secretário – Geral representava o Ministério do Planejamento e se é comum o Ministério participar de reuniões promovidas por entidades privadas.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 1987. – Constituinte **Saulo Ramos**.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Está finda a leitura do expediente.

Passa – se ao:

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB PE. Pronuncia o seguinte discurso): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, registro nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte excelente tra –

lho intitulado "O Transporte Rodoviário de Bens e a Conjuntura Nacional", que retrata a atual situação do setor de transporte rodoviário de bens no Brasil e as preocupações da Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga com relação à política econômica do Governo.

O Transporte Rodoviário de Bens e a Conjuntura Nacional.

O transporte rodoviário de bens é responsável por 70% do transporte de bens destinados aos mercados interno e externo e é constituído por cerca de 16.000 empresas, principalmente de pequeno e médio porte, gerando mais de 3 milhões de empregos diretos.

Outro fato a destacar é que a iniciativa privada e o capital nacional controlam 98% da atividade.

Tais fatos, porém, não parecem sensibilizar a área econômica do Governo, visto que o setor é o mais penalizado pelo controle de preços.

A área tributária não é diferente. A empresa de transporte de bens paga uma alíquota de 35% de Imposto de Renda, embora não se cause de reivindicar sua redução para 6%, que é o que pagam as empresas prestadoras de serviços, obtendo tratamento tributário idêntico ao dispensado às empresas de transporte rodoviário de passageiros.

Em novembro de 1986, argumentando que o mercado de caminhões estava demasiadamente aquecido, o Governo elevou fortemente o IPI sobre o caminhão – chassis adquirido pelas empresas de transporte de carga, passando – o de 5% para 25%; sobre o veículo trator (cavalo mecânico) de zero para 20%. Com isso o Governo onerou severamente um bem de produção, sem, contudo, autorizar o devido repasse para os fretes.

Em julho de 1987 o setor constatava que os aumentos reais concedidos aos veículos, especialmente aos caminhões, nos últimos 6 meses superavam largamente as autorizações dadas aos demais segmentos da economia.

É que, além do aumento oficial concedido pelo CIP, a indústria montadora praticaria modificações em seus produtos, resultando no lançamento, simultâneo, por quase todas as fábricas, de novos modelos em substituição àqueles que eram tradicionalmente oferecidos no mercado. Deste modo, sob justificativa de inovações tecnológicas, provocaram excessivas altas de preços, chegando ao nível de 690%.

Até a data de hoje os transportadores não conseguiram fazer com que a SEAP autorizasse o total repasse destes aumentos para o preço dos fretes.

1 – Transporte Interestadual de Passageiros	291,34%
2 – Transporte Fluvial	437,95%
3 – Transporte Aéreo	371,84%
4 – Transporte Ferroviário	368,93%
5 – Transporte Veículos "zero km"	337,16%
6 – Transporte Ferro e Aço	349,28%
7 – Transp. Derivados de Petróleo (longa distância)	229,69%
8 – Transp. Derivados de Petróleo (transferência)	279,97%
9 – Transporte de Produtos Químicos	441,66%
10 – Transporte de Asfalto	343,63%
11 – Transporte de Parafina	446,78%
12 – Transporte Urbano de Passageiros (SP)	566,66%
13 – Transporte de carga comum, realizado pela quase totalidade das 16.000 empresas do setor, autorizado, até 4-10-87, apenas	229,35%

Com relação ao IPI, estando o mercado de caminhões estabilizado, o Governo recentemente fez voltar as alíquotas aos níveis anteriores, sem, contudo, beneficiar aquele que tinha suportado sua anterior elevação: o transportador.

Esta abusiva intervenção do Estado no setor tem sido catastrófica, cujo preço será pago por toda a coletividade, visto que o transporte mais caro é aquele que não é realizado.

Renovação da frota

O controle perverso dos preços e a alta taxa de tributos impossibilita que o setor renove a sua frota de caminhões.

Hoje, a frota nacional de veículos de carga apresenta uma idade média em torno de 12 anos, com reflexos danosos no que se refere à segurança do transporte e da própria vida, tendo seu rendimento sido prejudicado pela baixa produtividade apresentada. Caso esta renovação não seja iniciada, dificilmente o setor estará equipado para atender ao crescimento projetado para a economia do País nos próximos anos.

Recentemente a ANTC Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga realizou o VIII Congresso dos Empresários do setor, em Belém – PA, de 15 a 17 de setembro próximo passado, reunindo mais de quinhentas pessoas de todos os pontos do País, lideranças do setor, dirigentes de todas as entidades da classe e empresários representativos das diversas especialidades. AANTC, no final do encontro, divulgou documento sintetizando as principais preocupações do setor neste momento da vida nacional. São elas:

1 – Constituinte

Os empresários reiteraram sua esperança de que a Constituição em elaboração resguarde a livre iniciativa e o sistema nacional de transportes, assegurando – lhe recursos adequados e justa remuneração, garantindo sua permanência sob o controle de brasileiros.

2 – Controle de preços

Manifestaram sua preocupação com um sistema perverso de controle de preços, que privilegia alguns e pune setores competitivos, como o transporte rodoviário de bens, asfixiando pequenas e médias empresas nacionais.

Até hoje, 4 – 10 – 87, as entidades de classe do transporte rodoviário de bens de todo País permanecem em assembleia permanente, na expectativa de uma solução que elimine a insuportável defasagem tarifária hoje existente (37%).

As distorções ocasionadas pela SEAP no setor transporte são gritantes, visto que, após o Plano Cruzado I, autorizou diferentes aumentos:

No mesmo período, março/86 a setembro/87, o IPC e a OTN evoluíram nos seguintes percentuais: IPC – 280,07%; OTN – 298,98%.

Em vista de tais distorções, consideramos que o setor há muito deveria ser controlado por quem realmente sabe como fazê-lo: a lei da oferta e da procura.

3 – Sistema rodoviário

Os empresários renovaram seu alerta para a gravíssima situação do sistema rodoviário nacional, visto que, privados de recursos fundamentais para a preservação e ampliação do patrimônio rodoviário, bem como para a sinalização e o policiamento das estradas, o DNER e os DER assistem, impotentes, ao crescimento vertiginoso dos sinistros.

Somente em 1987 ocorreram um milhão de acidentes nas rodovias brasileiras, com 25 mil mortos e 350 mil feridos. As perdas econômicas foram da ordem de US\$ 1,5 bilhão.

4 – Carga tributária/fiscalização

Os empresários repeliram com energia a hipótese de aumento da carga tributária sobre as atividades produtivas, pelo menos enquanto a administração pública, em todos os níveis, não alcançar padrões mínimos de probabilidade e eficiência.

Denunciaram, também, o crescente furor fiscalizatório das fazendas estaduais ao longo das rodovias, com retenção abusiva de veículos e cargas em pontos remotos do território nacional, cerceando a defesa dos transportadores e impondo-lhes graves prejuízos.

Concluindo, os empresários e líderes do transporte rodoviário de bens afirmam no documento estarem conscientes da gravidade do momento vivido pelo País, mas sem pessimismo e com redobrada disposição para enfrentar crises e superar obstáculos. Sebastião Ubson Ribeiro, Presidente da ANTC, afirma que a categoria fará tudo que estiver a seu alcance para dizer não à recessão, investir e manter o nível de emprego.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, Juazeiro do Norte, uma das cidades mais importantes do interior do Nordeste e a maior da região fisiográfica do Cariri, com cerca de cento e oitenta mil habitantes em duzentos e dezenove mil quilômetros quadrados, é conhecida em todo o País, há mais de meio século, como destino das romarias sertanejas, em busca das graças do Padre Cícero, devocionado pelas populações sertanejas.

Embora seja razoável o seu suporte agropecuário, o Município alicerça boa parte da sua economia no artesanato e na indústria, atraindo, como pólo de desenvolvimento, as populações de outros núcleos mais pobres, o que explica o estado de carência de grande número dos seus habitantes, como costuma ocorrer, no Brasil, nos centros urbanos mais populosos.

Em vista do grande número de famílias carentes, o programa de distribuição do leite **In natura**, propiciado pelo Governo federal, que fornece trinta tíquetes por mês, correspondentes a trinta litros de leite, a cada criança, tem sido recebido como a maior ajuda até agora oferecida às populações mais pobres do interior do Nordeste.

Juazeiro vem recebendo cinco mil litros diários, mas essa quantidade é insuficiente para uma po-

pulação de mais de dez mil crianças até dez anos de idade.

O leite vem sendo rigorosamente distribuído às crianças necessitadas, por intermédio das associações de bairros, que recebem o produto dos produtores locais, que são pagos pelo Governo.

Até agora, não houve notícia de qualquer irregularidade nessa distribuição. Entretanto, ela é insatisfatória, pois atende apenas à metade das crianças necessitadas de Juazeiro do Norte.

O leite é um suprimento alimentar dos mais valiosos, sabida a importância da proteína na infância, principalmente até os quatro anos de idade, quando a deficiência protéica produz retardamento psíquico irreparável; e até os de doze anos é o leite o melhor preventivo contra o raquitismo, pois, além da sua riqueza protéica, é generoso em cálcio e outros sais necessários ao organismo.

Várias pesquisas médicas, mais ou menos recentes, no Nordeste têm revelado a redução da estatura do povo daquela região por deficiência alimentar, enquanto a mortalidade infantil é a mais elevada do País e uma das maiores do mundo, como seqüela da fome crônica.

Cabem, portanto, razões suficientes ao povo de Juazeiro do Norte ao reclamar do Governo federal a duplicação da quantidade de leite **In natura** distribuído à sua população.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB)

RJ. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, até agora o que temos de concreto é o Projeto de Constituição distribuído pela Mesa tendo embaixo, entre parênteses, a letra (A). Isto não é um Projeto de Constituição, é um parecer da Comissão de Sistematização. A imprensa comprou a idéia de que este parecer é a Constituição pronta e acabada e a vendeu ao Brasil.

O que está provocando discussão? Argumenta, hoje, um grupo minoritário que, para modificarmos os dispositivos desse parecer, precisamos de 280 votos em plenário. Ora, temos artigos, capítulos, parágrafos e incisos que são produtos apenas da pena do nobre Relator Bernardo Cabral – significa dizer que tiveram apenas um voto – ou que foram aprovados por uma pequena maioria de 47 membros da Comissão de Sistematização. E o que estão dizendo que é certo, na interpretação regimental? Que, para mudar o parecer, cujos dispositivos, muitas vezes, foram aprovados por um voto, o da pena do Relator, e outras vezes por 47 membros da Comissão de Sistematização, são necessários os votos de 280 Constituintes. (Palmas.) Este é um esclarecimento que deve ser transmitido aos companheiros Constituintes.

O que diz a Emenda nº. 26, que convocou a Assembléia Nacional Constituinte?

Diz:

"A Constituição será promulgada após aprovação de seu texto em dois turnos de discussão e votação pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte". (Palmas.)

O que querem, então, que engulam? Que um voto, que 47 votos representem a maioria da Assembléia Nacional Constituinte? Não é correto. Se 279 Constituintes se manifestarem contra a pena do Relator, prevalecerá na Constituição

a pena do Relator – contra 279 votos! É uma violência que estamos praticando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Constituinte Roberto Jefferson, o tempo de V. Ex.^a está exaurido.

O SR. ROBERTO JEFERSSON:

Concluirei, Sr. Presidente, chamando a atenção do Plenário para o fato de que não existe buraco negro na tese que defendemos. (Palmas.) A tese que defendemos em plenário hoje transforma o dito popular, pois a partir do momento em que a Emenda nº 1, ao Substitutivo nº 1, para o qual estamos pedindo preferência, for votada, o buraco será mais embaixo. Não será mais buraco negro; será mais embaixo, repito, daqui para a frente, quando a maioria fizer prevalecer o seu ponto de vista, o seu pensamento e a sua opinião.

É o esclarecimento que presto aos companheiros do "Centrão", neste momento. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A mesa deseja informar aos Srs. Constituintes que, havendo Ordem do Dia na sessão de hoje, o tempo destinado a cada orador, no Pequeno Expediente, é de dois minutos e meio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Del Bosco Amaral. (Pausa.)

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB)

SP. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero deixar assinalada nas notas taquigráficas a posição que assumi hoje, com todos os riscos, ao analisar minha atuação histórica e política no combate à ditadura e à corrupção.

Quando o Constituinte Mário Covas, meu fraternal amigo, fez um discurso antiditatorial, opondo-se ao Presidente Ulysses Guimarães, e ganhou – vitória memorável! – a liderança do PMDB, esperávamos que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, por suas bancadas, fosse escolher seus representantes nas Subcomissões. Na manhã seguinte – já escolhido o Vice-Líder do meu partido, não pelo Líder, mas pela bancada assisti às primeiras manobras realizadas para que as Comissões fossem constituídas a tempo e a hora, formando, na Comissão de Sistematização, o que considero uma minoria que hoje a comanda.

Rebelei-me, a princípio, contra este fato. Sou um homem que tem história política, se não à altura das tradições dos grandes líderes, formada de luta, sofrimento e pressões. Vi, então, o Líder Mário Covas descumprir as promessas feitas ao PMDB. (Palmas.) Logo depois, S. Ex.^a, por um infortúnio, foi afastado desta Casa. Passei, então, a assistir à ação do ódio, proveniente de mentes desvairadas, regendo os destinos do PMDB, a ponto de o Líder de plantão, Constituinte Euclides Scalco, selecionar os assuntos que não deveriam ser apreciados neste Plenário.

V. Ex.^{as}, homens sérios, que sofreram, como o Constituinte Egídio Ferreira Lima, nas mãos da ditadura, sabem que a Comissão de Sistematização foi fraudulenta, mentirosa, farsante. (Palmas.) Dirijo-me a S. Ex.^a, cujo passado é parecido com o meu, embora muito mais heróico, para denunciar que devíamos perguntar ao Constituinte Euclides Scalco se nossas matérias não seriam relegadas ao esquecimento; por efeito desse acor-

do sórdido, existente na Comissão de Sistematização. (Palmas.)

Estamos hoje tentando derribar uma ditadura composta por maus brasileiros que infelicitaram esta Constituinte, manchando-a na Comissão de Sistematização.

Esta é a minha posição, que expresso para que seja registrada pela taquigrafia. Depois, meus votos serão conhecidos, artigo por artigo, capítulo por capítulo. (Palmas.)

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejava abordar um assunto relacionado às declarações do Ministro da Fazenda, que deverá proceder a um novo aumento de impostos, mais uma vez afrontando o Congresso Nacional, utilizando-se desse mecanismo execrável, o decreto-lei.

Não quero desviar os debates que se estão travando em torno da decisão a ser tomada hoje, no sentido de alterar o Regimento Interno. Por esta razão, apenas quero registrar o meu protesto contra o Governo Federal e especialmente contra o Ministro da Fazenda, que vem onerar, mais uma vez, o nosso já sobrecarregado povo, com impostos, ignorando totalmente aqueles que falam pela sociedade brasileira, que são os seus representantes no Congresso Nacional. Faço apenas este registro. Sr. Presidente, análise mais detida pretendo fazer em época oportuna.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes; iniciamos hoje os trabalhos de plenário da Constituinte. Nesta fase preliminar, examinamos urna proposta de reforma do Regimento Interno. Havia um sentimento dominante neste Plenário: os Constituintes desejavam oferecer emendas ao Projeto de Constituição, sobretudo aqueles que, devido à exigüidade do tempo, não tiveram oportunidade de assistir à votação dos seus destaques.

Este sentimento naturalmente se corporificou na proposta de emenda que a Mesa soube acolher, inclusive ampliando as oportunidades de participação. O Substitutivo por ela apresentado reduz de 280 para 187 o número de signatários para apresentação de emendas substitutivas, permite a fusão e a co-autoria de emendas e também assegura a este Plenário a oportunidade de votar o projeto de Constituição de acordo com a tradição do processo legislativo brasileiro.

O que se propõe é a inversão do processo de votação, o que é inadmissível. Não é verdade o que se disse aqui, que normas constitucionais foram aprovadas por 47 votos. E o que se pretende com este projeto de resolução é modificar o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte e, para isso, são necessários 280 votos. Este Plenário poderá fazê-lo, porém, com 280 votos. É claro que, se for aprovado pela maioria dos Constituintes, o Regimento só poderá ser alterado também pela maioria, antes de sofrer qualquer votação de emenda ou destaque. Devemos votar como sempre votamos, ou seja, em primeiro lugar, o projeto. Ele será aprovado, se esta for a vontade do Plenário; se não for, será rejeitado. Mas a maioria deve falar em primeiro lugar, para aprovar este Projeto de Constituição.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B. – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, na tarde de hoje, teremos oportunidade de apreciar uma questão que está sendo levantada por grande número de Constituintes e que tem, por um lado, um fundo de verdade, mas, por outro, se não for bem examinado, poderá ter um desfecho extremamente antidemocrático, podendo mesmo levar a um certo impasse os trabalhos da Constituinte.

A proposta originária, feita pelo chamado grupo "Centrão", respaldava-se na idéia de que todos os Constituintes deveriam ter o direito de apresentar, em plenário, emendas ao Projeto final da Comissão de Sistematização. Por essa razão, a ampla maioria dos 319 subscritores dessa proposição unificaram-se em torno da proposta do chamado "Centrão". Contudo, da maneira como foi apresentada, na sua primeira redação, ela, na verdade, impossibilitava que cada Constituinte tivesse oportunidade de apresentar emendas ao Projeto final da Comissão de Sistematização. Dizia ela, expressamente, que seria facultada à maioria da Assembléa a apresentação de substitutivos e emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, seções etc. A proposta originária do "Centrão" cerceava definitivamente a possibilidade de cada Constituinte apresentar emendas ao Projeto oriundo da Comissão de Sistematização, porque só seria admitida aquela emenda que viesse subscrita por 280 Srs. Constituintes. Ora, só quando a Mesa apresentou o seu substitutivo, após todas as discussões ocorridas, foi que a Emenda nº 1, do próprio grupo "Centrão", subscrita por 10 Constituintes, retocou esse ponto de vista, abrindo a possibilidade de cada Constituinte poder emendar.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, isso demonstra que, na motivação inicial do grupo "Centrão", não existia o desejo de garantir a cada Constituinte a possibilidade de emendar o projeto definitivo da Comissão de Sistematização, mas sim, a partir dessa idéia, desse anseio, mobilizar um grande número de Constituintes para alterar a regra básica do jogo e fazer com que o projeto da Comissão de Sistematização seja completamente adulterado, a partir da mudança da praxe parlamentar.

Creio que hoje teremos de votar, a despeito de fazer-lhe ressalvas importantes – e essas ressalvas, no devido momento, terei oportunidade de expor a esta Assembléa Nacional Constituinte – o substitutivo elaborado pela Mesa. Penso que esse dispositivo incorpora diversos pontos de vistas que refletem a necessidade dos Constituintes emendarem, individualmente, os artigos e os outros itens do anteprojeto da Comissão de Sistematização, para que, assim, a democracia seja estendida a todos os membros desta Assembléa Nacional Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, obviamente, como democratas que somos, respeitamos a maioria, mas não podemos aceitar a tentativa do chamado "Centrão," que de centrão nada tem. Sua cúpula, na verdade, é conservadora e de direita (pausa) e quer, diante dos avanços da Assembléa Nacional Constituinte e da Comissão de Sistematização, alterar as regras do jogo. Queremos lembrar que essa alteração se volta contra toda a tradição parlamentar. Hoje

mesmo estive estudando o Regimento Interno da Constituinte de 1964 e verifiquei que a norma de votação do texto constitucional, àquela época, era a da praxe parlamentar aprovava-se o texto, ressalvados os destaques.

O que querem agora, com 280 assinaturas e não com 280 votos, é jogar na lata de lixo o trabalho de oito meses da Assembléa Nacional Constituinte, das Subcomissões, das Comissões Temáticas e da Comissão de Sistematização. Isso é inaceitável. E é necessário dizer aqui que o argumento levantado pelos integrantes do "Centrão," de que é preciso propiciar a determinados Constituintes a oportunidade de participar do processo constitucional, é falso, porque sua primeira proposta não incluía a possibilidade de emendas individuais dos Deputados e Senadores. Na verdade, era um rolo compressor. Hoje mesmo, através dos meios de comunicação, integrantes do "Centrão," após a reunião realizada ontem, vieram a público com esclarecimentos, em face dos apelos de colegas incautos que assinaram aquela proposta, que, por sinal, não é a que ora está em votação pois a que está em votação agora é assinada por um pequeno grupo. E quando alguns daqueles integrantes procuraram interir-se do conteúdo das emendas apresentadas pelo "Centrão," diziam que assinariam essas emendas com os olhos fechados.

Isto é uma demonstração, e quero alertar os liberais e democratas de todos os partidos, para o fato de que uma cúpula conservadora e direitista está querendo manipular determinados companheiros com reivindicações de participação na Constituinte. Lembro que a proposta aprovada pela Mesa permite que os Constituintes apresentem emendas e destaques.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. – Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a Nação está inquieta, ferida e assustada.

O trabalho realizado nas subcomissões, nas comissões temáticas e agora na Comissão de Sistematização, na verdade, foi uma aproximação do Brasil, pós-ditadura militar, com a modernidade. Direitos individuais são restaurados; direitos sociais, introduzidos. A democracia chega à sociedade brasileira.

Mas, para que muitos adquiram direitos, é preciso que poucos percam privilégios. E essa elite privilegiada ameaça organizar-se para reaver privilégios em relação aos quais a população se manifestou contrariamente.

Sr. Presidente, cada Constituinte deve saber que está escrevendo, para a História, a modernidade da Assembléa Nacional Constituinte, ou seu atraso.

Através da imprensa, tomamos conhecimento das graves ameaças que pesam sobre esta Assembléa: são os inconformados de hoje, os privilegiados de ontem, que se assumem, como "Centrão" e – repito – tentam inviabilizar uma nova Constituição para o Brasil. Como é possível que alguém, de bom senso e genuinamente imbuído dos interesses nacionais, possa conceber serem necessários 280 votos para participar do texto constitucional em elaboração. Quase todos os presentes, participantes ativos das subcomissões temáticas e da Comissão de Sistematização, têm consciência de que esta Constituição não é apenas de parte do País, mas pertence a todos os

brasileiros. Por este motivo não podemos permitir – e a História nos julgará – que grupo de privilegiados se organize e, segundo informações da imprensa, à custa de milhões de dólares, tente inviabilizar um projeto que não é da Nova República, mas sim da Nação brasileira.

Srs. e Sras. Constituintes, neste momento grave, temo que o impasse que ameaça as conquistas dos trabalhadores e a produção nacional seja uma tentativa golpista, no sentido literal da palavra. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Deputados Constituintes, não há indício, infelizmente, de qualquer melhoria do quadro econômico até o final do exercício. Ao contrário, todas as medidas do Governo tentando a estabilidade da economia e a retomada do crescimento esbarram em resultados que já não admitem a reversão dessa dramática perspectiva.

Os indicadores oficiais do desempenho da economia revelam que os preços entraram em processo de alta, acusando variações que demonstram a nítida influência dos reajustes defensivos, observando-se, nesse caso, que aqueles índices são superiores à média dos itens que compõem os chamados preços livres.

Os depoimentos dos analistas econômicos apontam para uma tendência persistente de aceleração dos números, lastreada pela expectativa de inflação futura, que determina o recurso da antecipação dos índices, via cálculos dos agentes financeiros.

Inexiste demanda por crédito, indicando a anormalidade dos negócios, e na indústria, único setor a manter-se no mesmo nível de atividade de 1985, é possível o corte da produção e a redução dos empregos. Além disso, historicamente o último trimestre de cada ano é sempre caracterizado pelas dificuldades da economia. No plano externo, há a possibilidade de resarcimento dos juros da dívida, em face dos resultados favoráveis da balança comercial. Todavia, os exportadores temem qualquer medida que envolva redução de reservas e, consequentemente, mais uma vez adiem o pagamento.

As vendas do comércio observaram uma queda real de 6%, e a média do salário efetivo na indústria do meu Estado está abaixo do patamar de 1985. O Governo não promoveu o crescimento dos investimentos, e as exportações da produção industrial não prometem ultrapassar os níveis assinalados naquele ano.

Espera-se, para o primeiro trimestre de 1988, a ocorrência de fatores tradicionais que deprimem a produção industrial. Assim, pode até acontecer, ao final do ano, um crescimento em torno de 2%, em relação ao desempenho do setor em 1986. Contudo, a trajetória é decrescente, prevendo-se que a taxa acumulada de 12 meses continue a cair até março do ano que vem, e só experimente recuperação real no segundo trimestre.

Na agricultura, por outro lado, já não se acredita em uma nova safra recorde em 1988, também em face da redução das áreas de plantio de arroz, feijão e milho, em benefício da expansão do cultivo da soja e do algodão.

Como não ocorreu expansão da área total cultivada, essa preferência dos produtores pelo cultivo

da soja e do algodão, que vislumbra as excelentes perspectivas de comercialização no mercado externo, é fatal a indisponibilidade desses produtos para o mercado interno.

Os técnicos do Governo previam que a produção nacional de grãos alcançaria 70 milhões de toneladas em 1988 significando um aumento de 10 pontos percentuais em relação às 63 milhões previstas para o corrente ano. Hoje, há o reconhecimento unânime de que aquelas otimistas previsões não serão confirmadas, calculando-se o mesmo que a safra de 1987 não atinja sequer a 60 milhões de toneladas de grãos.

Conquanto as autoridades encarregadas do abastecimento continuem acreditando no aumento da produtividade do arroz irrigado e do milho, já se reconhece como mal a ameaça de crise no consumo interno. Ainda que esta não se concretize, a agricultura não poderá contribuir de forma importante para a expansão do produto interno bruto, nem ajudar na contenção do processo inflacionário.

Esses os resultados, concretos ou previstos, da política econômica praticada sob a responsabilidade do Presidente da República. A conclusão a extraír desses comentários é que à recessão neles evidenciada soma-se nova escalada inflacionária, dando ao quadro econômico conotações de extrema gravidade, em face de suas esperadas e danosas repercussões.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os poderes públicos em nosso País têm sido normalmente pródigos em estabelecer facilidades e benefícios de ordem fiscal a determinados segmentos econômicos ou classes de profissionais, mas deixam de observar tratamento adequado com relação às pessoas portadoras de deficiências físicas.

Assim ocorre, por exemplo, pela não adoção de medidas que permitam locomoção regular dos deficientes físicos nas grandes cidades brasileiras, onde as crescentes dificuldades decorrentes do próprio congestionamento dos centros urbanos colocam-se como empecilhos enormes ao normal exercício de atividades laborais por essas pessoas.

Há algumas providências básicas a serem adotadas, Sr. Presidente: adaptação dos veículos de transporte coletivo, visando à entrada e saída, sem transtornos, dos usuários de cadeiras de rodas, bem como a construção de pequenas rampas de acesso aos mais diversos prédios e logradouros públicos; e, ainda, isenção de impostos na aquisição de automóveis e utilitários para uso dos deficientes físicos, são as principais.

É verdade que em boa parte das nossas capitais já se fizeram algumas adaptações em calçadas e outras áreas públicas, mas no que tange ao transporte coletivo permanece a falta de iniciativa do poder público responsável por esse importante serviço à população.

O Município de São Paulo acaba de conceder um belo exemplo nessa área, mediante projeto desenvolvido pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos, que prevê a construção de 74 ônibus adaptados ao uso de deficientes físicos. O primeiro desses veículos modificados, com a introdução de degraus auxiliares junto às portas

e de elevador próximo à porta central, além de espaço próprio à localização de cadeiras de rodas, opera desde 14 de novembro, permitindo o regular deslocamento de deficientes junto aos demais passageiros.

Com relação ao benefício fiscal, considerando a atual restrição constitucional sobre proposições que versem matéria financeira, cabe ao Governo Federal a iniciativa de possibilitar a portadores de deficiência física a oportunidade da compra de automóveis e veículos utilitários a preços desprovidos de impostos, nos mesmos termos, por exemplo, que regulam as aquisições por taxistas.

Paralelamente, as montadoras aqui instaladas poderiam receber parcela de incentivo fiscal para fabricarem, sob o sistema de encomenda, veículos devidamente adaptados, o que muito contribuiria para o atendimento do justo anseio dos brasileiros com referidas condições.

Quero crer, Sr. Presidente, que os trabalhos da Assembléa Constituinte, profícuos na definição de um novo ordenamento jurídico básico para o País, o qual se assentará sobretudo nos princípios de idênticas oportunidades a todos os brasileiros, também contribuem, pelas discussões que promovem sobre os mais diferentes temas, para uma ampla conscientização do quanto se pode e deve fazer pelos deficientes físicos em nosso país.

Dai o meu objetivo em trazer ao exame desta Casa e da Nação propostas que viabilizem maior participação de todos na comunidade, produzindo e desfrutando os resultados alcançados pelo esforço da coletividade nacional.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a escritora Elizabeth Figueiredo Agra Marinheiro, paraibana de nascimento e hoje valor universal em termos de cultura lingüística e literária, tem projetado o nome do nosso País no exterior, com seus trabalhos publicados e cursos que tem ministrado em universidades da Espanha, Portugal, França e outras capitais europeias. Premiada pela Academia Brasileira de Letras, União Brasileira de Escritores e inúmeras entidades culturais nacionais e estrangeiras, tem sido a principal responsável pela realização, em Campina Grande, anos seguidos, dos Congressos Brasileiros de Teoria e Crítica Literárias, bem como dos Seminários de Literatura Internacional, com a presença dos maiores nomes da literatura nacional e universal, o que deu excepcional notoriedade àquela cidade e ao Estado da Paraíba, como centros de vigorosas iniciativas de caráter cultural.

Criou o NELL – Núcleo de Estudos Lingüísticos e Literários, além da FACMA – Fundação Manoel Bandeira, instituições hoje plenamente integradas na paisagem cultural do País.

Tornar-se-ia interminável, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a nomeação de todas as conquistas e méritos devidos à festejada escritora campinense, Elizabeth Figueiredo Agra Marinheiro, autora, inclusive, de várias obras de cunho científico, nas áreas da teoria e da crítica literárias.

Resumir-me-ei, nesta oportunidade, a dois registros apenas. O primeiro, refere-se ao trabalho elaborado pela escritora Elizabeth Marinheiro sobre o romance "A Bagaceira de José Américo de Almeida, intitulado "A Bagaceira – uma Estética

da Sociologia", exatamente quando estamos, no Brasil, nesta Assembléia Nacional Constituinte, comemorando o centenário de nascimento do grande escritor paraibano. Trata-se, com efeito, de um estudo profundo e alentado sobre a grande obra social do romancista de Areia, insusceptível de ser comentado neste espaço. Sua transcrição se impõe pela importância de seus conceitos e originalidade da abordagem temática. É o que requeiro, Sr. Presidente.

Em segundo lugar, permitam-me Srs. Constituintes, reportar-me a uma entrevista colhida pela escritora Elizabeth Marinheiro, em Portugal, junto ao romancista Fernando Namora, onde afloram conceitos e conhecimentos, resultado do encontro de duas inteligências, marcadamente privilegiadas e irreversivelmente vocacionadas para o culto dos melhores valores do espírito.

O jornal "Letras", do mês de outubro, tão bem e lucidamente dirigido pelo escritor Elysius Condé, nacionalmente consagrado e internacionalmente respeitado, sobretudo pelo seu amor às artes e às letras brasileiras, publica tão importante peça, de uma atualidade e universalidade que sua transcrição na íntegra, Sr. Presidente, honra os Anais da Assembléia Nacional Constituinte. É o que, igualmente, requeiro, na forma regimental.

O que desejamos é que as letras luso-brasileiras, tão elogiadíssimas por Elizabeth Marinheiro, Fernando Namora e Elysius Condé, tenham também aqui, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, seus momentos de exaltação e de fulgor. Se nem só de pão vive o homem, a Assembléia Nacional Constituinte também não se alimenta exclusivamente de assuntos de ordem constitucional.

Deixemos que venham a nós as luzes de inteligências tão fecundas, para que, de uma forma ou de outra, a aridez dos nossos permanentes e necessários debates seja corrigida e melhorada, para alegria geral de quantos, como nós, estamos com a responsabilidade de conduzir este País aos seus melhores destinos.

CONCLUSÃO DA OBRA A QUE SE REFERE O ORADOR:

"Do Livro "A Bagaceira – Uma Estética de Sociologia", de Elizabeth Marinheiro

CONCLUSÃO

Ao estabelecermos uma metanarrativa e uma narrativa dividida em 3 funções cardinais, observamos a excelente estruturação de um romance, onde todas as peças se encaixam num sistema, pois a cada núcleo corresponde uma daquelas etapas prescritas para a narrativa mínima, sem as quais não podemos dizer que exista narrativa, inobstante as tentativas contemporâneas de abolição da diégese. No Marzagão, no Bondó, no Marzagão comportam os estados de equilíbrio, desequilíbrio e aqueles que descrevem a passagem de um a outro, já que "toda narrativa é movimento entre dois equilíbrios semelhantes, mas não idênticos".

A medida em que fomos seccionando o texto para lhe observar aquilo que Roland Barthes chamou de "regras de funcionamento", procuramos dotar cada passo abordado de um pequeno fecho, onde inserimos uma série de relações opositivas, expressão de toda a tensão dialética que percorre o livro, do começo ao fim. Assim sendo, inúmeras dicotomias foram sugeridas no desenvolvimento da análise, recaindo a ênfase sobre liberdade es-

cravidão, por ser ela ponto de partida e ponto de chegada das demais relações, as quais foram resumidas em três dicotomias básicas, sob nossa visão: mel fel; vida morte; terra homem.

Ponto de partida e ponto de chegada, porque o romance, culminam com a não-disjunção, pode encontrar sua excelência na inequação obrigativo optativo: a vontade individual foi repelida pela própria sociedade na qual tentou inserir-se, como se a um tempo de mel (busca e posse), houvesse de corresponder sempre um tempo de fel (perda), já o dissemos.

"A obra de um homem era maior que toda a obra de um povo" (p. 132). Realmente, Lúcio dotou o novo engenho dos melhores recursos, das melhores técnicas...

"Se eu não puder criar a felicidade, criarei a alegria que é sua imagem" (p.132). Realmente, Lúcio não melhorou apenas sua vida e a dos seus: estendeu a nova vida a tantos quantos o cercavam, pois, sendo "um homem sem bondade" (p.133), desejam "dosar o espírito de sua gente com esse sentimento da vida" (p.133).

"A vossa submissão era filha da ignorância e da miséria. Eu vos dei uma consciência e um braço forte para que pudésseis ser livres (p.137). Realmente, Lúcio – culto e reflexivo – apontou aos seus moradores "todas as fórmulas de emancipação" (p.337), mas não se apercebeu de que a máquina e a escolinha rural são variáveis nos contextos opositivos... São estas, pois, as deduções que nos foram ditadas pelas verdadeiras articulações da narrativa.

Pelo exame das catáses, vimos que elas não apenas contribuem para acelerar, retardar e avançar o encaminhamento do discurso, mas também logram sua funcionalidade ao nível da diégese, uma vez que complementam à temática central do romance.

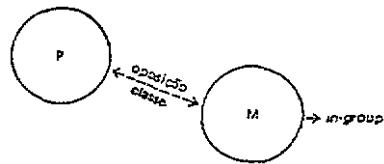
Pelo levantamento dos índices, constatamos, que toda a primeira função atua como índice das demais funções porque os índices, nela encontrados, não só atiram para eventos que se verificam dentro dela mesma, como preparam o leitor para aquilo que vai acontecer nos núcleos seguintes. E desprezadas, agora, as sugestões de outras leituras, concluímos que o índice "surdina de chuva e sol" é o que mais pertinente indexa as atmosferas de "A Bagaceira", não apenas pela qualidade retórica, mas sobretudo por indicar uma fatalidade social, onde não sabemos se o sol sufocará a chuva ou será por ela sufocado...

No Jardim nativo do antigo Marzagão – centro de servilismo no qual pontificava o mandonismo de Dagoberto-predominava a unidade. No modelo mecânico do novo Marzagão – onde Dr. Maçau estimula o trabalho dos moradores, adquirindo-lhes os produtos a bom preço – instaura-se a oposição de classes. Aqui, a máquina e a educação, rompendo a primitiva alienação, são geradoras de classes.

Em ambas as partes e em todas as partes, o sol pode irradiar, fecundar a fome, descobrir misérias. Em ambas as partes e em todas as partes, a chuva pode escurecer, produzir tristeza, esconder desejos. Mas, em ambas as partes haverá sempre um alguém que cala porque só escuta a si próprio. Dir-se-ia um silêncio cúmplice que acolhe a chuva, porém não luta contra o sol...

Pois bem: no novo Marzagão já havia uma oposição normal do tipo Patrão Proletário. E se a

relação social no Sertão é mais primária, enquanto no Brejo ela é mais funcional, evidente se torna que os sertanejos recém-chegados foram o elemento externo que veio perturbar uma situação existente.

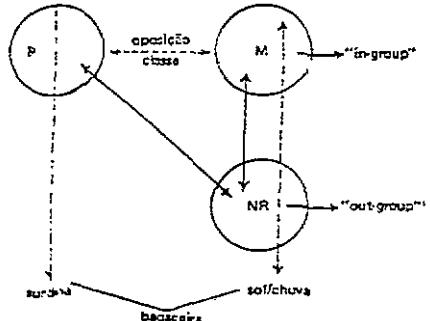


E o que advém? O elemento extremo provoca a rebeldia do "in-group" que, tendo "assimilado todas as fórmulas de emancipação", protesta contra a admissão dos novos retirantes, proposta pelo senhor de engenho. O "out-group" representa, portanto, uma ameaça ao grupo já conscientizado e que vê nele um concorrente apto a ser fortalecido por Dr. Maçau.

Se tínhamos uma oposição normal Patrão Proletário, temos, agora, duas classes de modo que qualquer ingerência do patrão significaria o fortalecimento das oposições existentes.

Permanece o silêncio de Dr. Maçau que se recolhe "com um travo de criador desiludido". À surdina de Lúcio opõem-se as lutas de classe, visíveis nestas épocas de sol e chuva. Tem razão Alceu Amoroso Lima quando diz que as últimas palavras de Lúcio são "um aviso de clarividência necessária ao otimismo excessivo, pois a resignação do protagonista pode significar a denúncia de um contexto social, no qual, ele próprio – consciente ou inconscientemente – está vinculado.

Concluímos: rompe-se a unidade para que prevaleçam as diferenças e o romance conserve, em todo o seu trajeto escrificial, os conjuntos opositivos que alimentam a tensão dialética e afastam qualquer possibilidade de síntese, já que o livro é uma ambivalência do Sol e Chuva.



Os índices nos revelaram a existência de duas linhas que se destacam no tecido geral de "A Bagaceira": uma mítica e uma retórica. Para não circunscrevermos a abordagem ao plano do conteúdo da narrativa, procuramos investigar-lhe o plano de expressão, orientando a pesquisa na direção das vertentes depreendidas ao longo da análise. Vimos, então, que as duas camadas que servem de leito à narrativa promanam de uma mesma disposição mental: a experiência, a vivência ordenadora e redutora do homem.

Inspiradas por tal conclusão, procedemos ao exame da locução e também dos provérbios e ditados, na qualidade de atualizações da forma natural. Também não passou despercebido o ges-

to verbal que constitui não apenas uma parte da forma, mas também parte que lhe determina a forma.

Vimos o caráter multidirecional da locução. Vimos que ela pode engendrar toda uma teoria do símilde. Vimos que ela se instaura qual zona de repouso, onde nos refugiamos quando angustiados pelas conclusões impostas por seu próprio universo. É que a locução de José Américo já vem pejada do seu pensamento polivalente, denunciando, por outro lado, uma reflexão solitária com o sentido de participação ótima. Ao reunir a criação espontânea e a elaboração, o texto eleva-se à categoria de forma artística, dispensando a ajuda de elementos de ligação e transição e não destacando de si próprio nenhuma forma relativa.

Podem não ser universalmente conhecidas, porém, já passaram ao uso corrente, sendo universalmente empregadas. Para que o provérbio se torne uma locução proverbial, Jolles exige que ele receba do povo uma forma dotada de universalidade. Em "A Bagaceira" o que se prescreve para o provérbio (enfoque de Jolles), encontra-se implícito no universo do imortal paraibano. Diremos melhor a locução nasceu de um indivíduo e tornou-se propriedade coletiva – é essencialmente proverbial. Nesta epopéia, as locuções bastam-se a si, encontram nelas mesmas sua expressão mais alta isto quer dizer que pode a locução abandonar a obra literária, desprender-se dela, manter-se fora dela e ser independente, como, no provérbio, as palavras da frase que abandonaram suas ligações sintáticas.

E por terem nascido proverbiais, concluímos que essas citações são, ao mesmo tempo, apotegmas, em virtude da dimensão histórica que ostentam: "Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã". "Ver bem não é ver tudo: é ver o que os outros não vêem". "O regionalismo é o pé-do-fogo da literatura..."

Que logre emprego provisório ou duradouro, não importa. A duração não significa necessariamente uma eternidade e José Américo já se encaminha para os domínios do desconhecido!

Com relação aos provérbios e ditados, vimo-los na fidelidade de suas matrizes estruturais (não obstante certo estranhamento): José Américo não atualizou o ditado, nem distorceu o provérbio para não sacrificar a matéria regional do seu texto. O discurso oral esmaece ante o fulgor de um discurso escrito soberbamente elaborado. O regionalismo – ocupando o espaço menor do texto – empalidece diante da expressão social, da reflexão existencial. Até parece que o imortal iniciou o Regionalismo sem fazer regionalismo...

Eis a obra que termina por negar os postulados de Jolles: produtos de uma meditação solitária, as locuções, depois de enunciadas por José Américo de Almeida, caíram no uso e vão se incorporando ao inconsciente coletivo, cumprindo uma trajetória que inverte a teoria Jolliana, "A Bagaceira" não se nutre de literatura oral. Transcede esse tipo de relato com a postura de quem escreve "disciplinando e construindo". Numa atitude de quem prefere criar ao invés de reduplicar ou selecionar.

De fato: o mestre do romance brasileiro falou antes que houvessem falado para se tornar profeta de muitas terras e muitas eras. A locução bifurcou-se neste universo e a lição foi dada!

E agora voltamos à filiação de José Américo de Almeida, conforme anunciamos no Capítulo I do nosso trabalho. Inojosa o quer modernista, na mais larga acepção do termo. Gilberto Freyre enquadrava-o, um tanto veladamente, no Regionalismo Tradicionalista. Os manuais de Literatura Brasileira conferem os mais diversos rótulos ao imortal paraibano: neo-realista, regionalista, neoregionalista etc.

Não atinaram esses manuais para um fato interessante, já que as datas são "encanto" maior na guerra inojosa X Freyre. Ei-lo: o modernismo data de 1922. O Regionalismo Tradicionalista é de 1926. Mas, A Bagaceira vinha sendo elaborada desde 1924, com aquele caráter de renovação e lição apregoado pôr todos os defensores de 1922. Que dizer agora...?

Sem considerarmos a obra como um universo fechado que se explica a si mesmo, sempre voltadas para a dimensão histórica e sem desprezarmos uma terminologia adequada como instrumento da investigação, utilizamos as funções e a locução como componentes da estruturação da obra, o que nos parece essencial quando concebemos o fenômeno literário como organismo.

E nessa perspectiva, onde cada fator se torna um elemento importante da composição, talvez tenhamos conseguido associar os métodos histórico-sociológico aos processos estilísticos, no exame dos fatos de A Bagaceira.

Vimos, então, quê José Américo nem é paulista, nem é recifense. Não é paulista porque junta no bagaço o patriarcalismo e a tecnologia recém-chegada: duas máquinas de fazer miséria. Não é recifense – porque sendo marco é precursor – iniciou ao seu modo, um romance em que funcionam, simultaneamente, as forças telúricas e as instituições humanas para o esmagamento do homem. Tem-se a visão do conjunto e as relações de classes. Talvez, estejamos nos aproximando, agora, de Lucien Goldmann "que tem procurado mostrar como a criação não obstante singular e autônoma, decorre de uma certa visão do mundo, que é fenômeno coletivo na medida em que foi elaborada por uma classe social, segundo o seu ângulo ideológico próprio."

Não sendo reflexo do real, a arte é expressão de uma visão do mundo encarada não como fatos individuais e sim como fatos sociais – um ponto de vista coerente e unitário sobre o conjunto da realidade.

E se a verdadeira obra de arte expressa uma visão do mundo que é o máximo de consciência possível de uma determinada classe social, a coerência e a unidade, acima referidas, surgem naturalmente. Portanto, uma relação bastante mediata e dialética entre a obra de arte singular e a consciência de classe que ela expressa, superando qualquer fatalismo mecânico ou biografismo, é estabelecida por Goldmann.

A nosso ver, o elemento social de "A Bagaceira" não é meramente referencial, nem é enquadramento: é um fator da própria construção artística. José Américo de Almeida transformou os dados de natureza social em núcleos de fina tessitura semântica e pura elaboração estética. Nome desta escola? Objeto de futuras reflexões.

Uma obra é literária ou esteticamente válida na medida em que expressa uma visão coerente no plano da imagem verbal ou sensível, podendo

ter valor estético e ser ao mesmo tempo, estranho a todo realismo. Goldmann recusa a teoria dialética do reflexo e consequentemente a legalidade específica do conhecimento estético do mundo embora suas obras apresentem conceitos variados de realismo e veladas censuras às visões de uma realidade inteiramente retificada.

Finalmente, podemos concluir que, tanto no nível retórico, como ao nível poético, "A Bagaceira" é uma sinfonia de sol e chuva. Uma retórica do Estilo a serviço de uma Poética do Existir onde pólos opostos lutam geográfica, política ideologicamente, determinando a permanência do obrigativo.

Sol e Chuva nos levam a postular a tendência social coerente como o mais eficiente critério estético, embora não desconheçamos outros critérios estéticos fundamentais como, por exemplo o sistema categorial do realismo.

Ensina-nos Goldmann que a compreensão de estético não pode ser obtida, apenas, por meio do Materialismo Dialético: pode ser conseguido pela aplicação de métodos alheios e até antagônicos dele. Assim é que obtivemos a cosmovisão através de uma análise imanente que nos mostro a coerência do universo estético à medida em que fomos buscando o transmanente na aplicação de pressupostos sociológicos que acompanharam as principais etapas de nossa análise.

"A Bagaceira" é uma estética da sociologia porque o seu caráter estético e nada vulgar está vinculado à sua determinação social. Ao fato de ela expressar deste ou daquele modo uma consciência de classe.

E somente a argúcia e o talento do ensaísta paraibano poderiam desvendar em José Américo "o sentido secreto não apenas de tudo o que lhe acontece, mas da vida como acontecimento da existência como um mistério inconfidente".

E que diremos nós? Diante das lacunas e carências que se mostraram a cada passo, só nos resta suspirar dizendo: isto é apenas um começo; verdadeiro trabalho começa onde nós paramos.

Começo? Sim, porque cremos inatingida a leitura inclusiva, transmanente, postulada por Eduardo Portella. Mas, se não soubermos "abrir o diâmetro do compasso", não tivemos a intenção de separar José Américo do seu "interminável universo cultural". Se não conseguimos "a instauração da identidade do silêncio na diferença do corte", também não ficamos subordinadas à abordagens setorizantes que não sabem ver "A linguagem literária em contraponto com os demais discursos".

Podemos não haver lido o "sentido" da estrutura em A Bagaceira, mas, temos certeza de que nossa leitura não será confundida – pelo menos por nossos alunos – com "modelos lingüísticos tão míopes que só conseguiam ver o imediatamente visível e tão surdos que não podiam ouvir a voz do silêncio".

Campina Grande, julho de ilegível
NOTAS

1. TODOROV, Tzvetan. As Estruturas Narrativas 2ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1970. p. 162.
2. ATHAYDE, Tristão de Uma Revelação ilegível ALMEIDA, José Américo de. A Bagaceira. 13ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio 1974.p. XCIV.

3. GOLDMANN, Lucien citado por CANDIDO ANTONIO. Literatura e Sociedade. 2ª ed., São Paulo Editora Nacional, 1967, p. 16.
4. BATISTA, Juarez da Gama. José Américo: A Legenda e a Vida em Almeida, José Américo de A Bagaceira. 13ª ed., Rio de Janeiro. José Olympio, 1974, p. XV.
5. PORTELLA, Eduardo. Teoria Literária. Rio, Tempo Brasileiro, 1976, p. 15.

BIBLIOGRAFIA

Foram excluídos desta bibliografia, por exigüidade de tempo e espaço alguns semanários e revistas consultados. Por outro lado, arrolamos, indistintamente, livros citados e livros consultados. Houve, também, omissão de alguns livros meramente manuseados.

ALMEIDA, José Américo de. A Bagaceira. 13ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.

ATHAYDE, Tristão et. alii. José Américo: O Escritor e o Homem Público. João Pessoa, A União, 1977.

BARTHES, Roland et. alii. Análise Estrutural da Narrativa. 2ª ed., Rio de Janeiro. Vozes, 1972.

BATISTA, Juarez da Gama. A sinfonia Pastoral do Nordeste. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 1967.

BENJAMIN, Walter. A Modernidade e os Modernos, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. São Paulo, Cultrix, 1974.

BRITO, Mário da Silva. História do Modernismo Brasileiro. 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

CANDIDO, Antônio, Literatura e Sociedade. 2ª ed., São Paulo, Editora Nacional, 1967. Tese e antítese. 2ª ed., São Paulo, Editora Nacional, 1971. Vários Escritos. São Paulo, duas Cidades, 1970. Os Parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964. Formação da Literatura Brasileira. 4ª ed., São Paulo, Martins, (s.d.). 2 volumes.

COUTINHO, Afrânia. Introdução à Literatura no Brasil 2ª ed., Rio de Janeiro, São José, 1964, Da Crítica e da Nova Crítica. 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. A Literatura no Brasil. 2ª ed., Rio de Janeiro, Sul Americana, 1971. 6 volumes.

FILHO, Leodegário A. de Azevedo. Síntese Crítica da Literatura Brasileira. (s.d.). Rio de Janeiro, Gemasa, 1971.

FREYRE, Gilberto. Além do Apenas Moderno. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973. Manifesto Regionalista. 6ª ed., Recife, UNPS, 1976.

GOLDSTEIN, Norma et alii Literatura Brasileira. 3ª ed., São Paulo, Ática, 1976.

GOLDMANN, Lucien. A Sociologia do Romance. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

INOJOSA, Joaquim Um "Movimento Imaginário" (s. ed.) Rio de Janeiro, Tupy, 1972.

JOLLES, André. Formes Simples. Paris, Seuil, 1972.

LUCAS, Fábio. A Face Visível. (s. ed.) Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

O Caráter Social da Literatura Brasileira. (s. ed.) Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

MARTINS, Wilson. O Modernismo. 2ª ed., São Paulo, Cultrix, 1967, v. 6.

MERQUIOR, José Guilherme, Formalismo & Tradição Moderna. São Paulo, Forense, 1974.

PÓLVORA, Hélio. A Força da Ficção. Rio de Janeiro, Vozes, 1971.

- PORTELLA, Eduardo. Teoria Literária. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976.
- RIEDEL, Dirce et alii Literatura Brasileira em Curso. Rio de Janeiro, Bloch, 1968.
- TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro. 3ª ed., Rio de Janeiro, Vozes, 1976. Camões e a Poesia Brasileira. Rio de Janeiro, MEC/Departamento de Assuntos Culturais, 1973.
- TODOROV, Tzvetan. Introdução à Literatura Fantástica. São Paulo, Perspectiva, 1975. As Estruturas Narrativas. 2ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1970. Estruturalismo e Poética. 3ª ed., São Paulo, Cultrix, 1974.
- TUFANO, Douglas. Estudos de Literatura Brasileira. São Paulo, Moderna, 1975.
- VERÍSSIMO, José. Estudos de Literatura Brasileira. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.

ENTREVISTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

REENCONTRO COM FERNANDO NAMORA

Revisitar Fernando Namora é tão importante quanto o exercício de Literatura Brasileira, na qualidade de Professor-Visitante, na Universidade de Lisboa. Tomo o autocar e chego à Rua Infante Santo. Mais uma vez estou diante da celebridade simples. Da confluência famosa universalmente: o homem/o médico/o escritor.

Instalo-me confortavelmente no aconchego do lar e recebo, pois, as atenções do casal. A conversa é tudo. Mas o tema é o Brasil. Para este poeta de Condeixa, o Brasil é uma Paixão!

Sócio-correspondente da Academia Brasileira de Letras, atuação brilhante no Rio, São Paulo e Campina Grande, Prêmio Fernando Chinaglia, nosso ilustre entrevistado surpreende-me ao identificar-se com o gesto Ariano Suassuna. Leio o poema **Deixem-nos (in Nome para uma Casa)** e questiono-me intrigadamente...

De 1935 (**Almas sem Rumo**) a 1986 (**Sentados na Relva**) são muitos anos de viragem. A viragem que ele mesmo imprimiu à Literatura Portuguesa e que nós, brasileiros, estudamos, conhecemos, aplaudimos. Uma produtividade poética que não caberia no espaço das introduções.

Sua fala é como seu discurso artístico: pede reflexão. Preferi ouvi-lo. Ouví-lo para conservar em mim mesma a vastidão de sua presença humana! Ouví-lo tão-só para transferir ao leitor brasileiro o prazer dos conceitos abaixo publicados.

I – De As Sete Partidas do Mundo para **Sentados na Relva**, quantos (ou quais) os estilos percorridos?

– Um estilo reflete a nossa relação com a palavra e com o tempo que escrevemos e que nos escreve, e essa relação, por conseguinte, não poderá ser sempre a mesma. Uma vez, traduz as veemências, os deslumbramentos, os conflitos de uma fase mais tumultuada da vida; outras, os desenganos, as fadigas, a busca amadurecida da sobriedade. Assim, texto e contexto interpenetram-se, numa malha de reciprocidade muito complexa. Como de uma para outro dos livros referidos há já um longo percurso, os estilos terão de ser vários, embora essa variedade, cuido eu, não sacrifique uma marca comum. Essa marca, porém, não me será fácil defini-la, enquanto lhe encontre um não sei quê de dolorosidade existencial. A outros caberá desmenti-la ou confirmá-la.

2 – O Neonaturalismo persiste na **Contemporaneidade** literária de Portugal ou vem sendo substituído pelos discursos mais avançados do **pós-moderno**?

– Ainda que, muito naturalmente, se valorize o que, na atual literatura portuguesa, se apercebe de "discurso avançado" (aliás muito recheado de um colorido metafórico), creio que os caminhos são múltiplos e, entre eles, há também lugar para o neonaturalismo, mas um neonaturalismo de escrita enxuta e eficaz. Penso que não existe na contemporaneidade portuguesa uma corrente dominante, embora se verifique uma crescente sedução pelo imaginário, pela riqueza mítica que um certo realismo pode veicular.

Mas, a propósito de "modernidade", conceito fluido e de várias faces, convirá ter em conta o que nele se tornou obsessivo. Milan Kundera, a este respeito, diz: "Até uma época recente, o modernismo significava uma resposta não-conformista contra as idéias recebidas e o **kitsch**. Hoje, a modernidade confunde-se com a imensa vitalidade mass-mediática, e ser moderno significa um esforço desmedido para estar em dia, estar conforme, estar ainda mais conforme do que os mais conformistas. A modernidade tornou-se o **kitsch**."

3 – O ser humano: é ele mesmo ou o retrato que déle fazemos?

– No ele mesmo há inevitavelmente a incidência do que dele supomos, que corresponde à imagem que dele fazemos. O retrato acaba por fundir-se no que é retratado.

4 – Qual a origem do inconformismo que caracteriza muitas personagens do romancista Fernando Namora?

– Costumo dizer que não me tenho entendido muito bem com a vida – o desentendimento de um "contrariado". Essa inaceitação do constrangimento pode exprimir-se muitas vezes por um indomesticável inconformismo. As personagens românticas têm disso a sabedoria ou a intuição – e revelam-no.

5 – Frente às interpretações dos chamados **biógrafos de circulação**, qual a melhor saída: o recolhimento irônico ou a contestação?

– Não creio que haja fórmulas adaptáveis à generalidade dos casos. Aceito as vantagens da contestação, mas, talvez por fatigabilidade, atraí-me mais o recolhimento irônico.

6 – O real é a fantasia ou a fantasia é o real?

– Acredito bem mais em que a fantasia seja o real.

7 – Em Pavia arrancaram-lhe uma placa comemorativa. Em Campina Grande arrancaram-me a placa que celebrava meus 25 anos em prol da cultura paraibana. Que me aconselha: aceitar que "viver é perigoso" (G. Rose) ou partir "à procura de um mundo maior e mítico" (F. Namora)?

– Nenhum dos fatos relatados merece que nos sintamos divididos entre a vida como risco e a vida como peregrinação mitificada. A vida é feita de multiplicidades e de contrários. E, de qualquer modo, é sempre marginal ao lance anedótico de uma placa episodicamente varada por pistoleiros de ocasião.

8 – O cinema tem deformado ou apresentado eficazmente a essência de sua obra?

– Toda recriação é deformação, é olhar que transfigura, é mudança de plano. E a passagem

de uma linguagem artística para outra deve entender-se como um ato que recria. Assim me parecendo, vejo nas adaptações cinematográficas dos meus livros uma obra alheia, perante as quais funciono como mera referência.

9 – Tem consciência absoluta de que é um autor amado, estudado e respeitado pelo Brasil?

– Nunca me confortei com a consciência "absoluta" seja do que for – se é que nisso existe conforto. Sou homem de dúvidas. Neste caso, o que sei, ou que julgo saber, é a existência de uma atmosfera benigna em relação à minha obra. O que, obviamente, é para mim consolador e estimulante.

10 – O reconhecimento dos nossos próprios erros pode conduzir ao **non-sense** da vida?

– Os nossos erros, como tudo o mais, fazem parte do **non-sense** da vida, mas, por si só, não serão determinantes.

II – Campina Grande considera que viveu um momento histórico com a presença de Fernando Namora em 1977. Quando quer (**quando quer mesmo**) voltar à nossa cidade para honra e alegria de toda a comunidade paraibana?

– Tenho de retificar a generosidade da pergunta. Em nenhum lugar a minha presença nunca poderia ou poderá ser um momento histórico. O que houve foi um acolhimento de uma hospitalidade excepcional. E isso, sim, ficou bem retido nas minhas vivências.

Quanto ao voltar a Campina Grande, dá-se um desafortunado confronto entre o desejo e a quase impossibilidade de o satisfazer. As viagens, receio que tenham acabado para mim.

12 – Admite que a Literatura Brasileira Contemporânea é quase desconhecida na Europa, inclusivamente em Portugal?

– O que se me tem dado verificar é um enorme interesse, por todo o lado, pela literatura brasileira contemporânea. Mas bem sabemos que há sempre nomes injustamente desconhecidos, a par de outros popularizados. Mas isso acontece sempre com todas as literaturas, mesmo as mais expandidas.

13 – O protesto-social – constante na ficção narrativa de Fernando Namora – provém de uma ideologia política ou de uma visão amarga do mundo?

– Vivi intensamente lugares, fatos, atmosferas da realidade portuguesa – e vivi-os bem por dentro, através da experiência do médico. Essa experiência é sempre amarga e conduz ao protesto. A ideologia, quando interfere, é um mero enquadramento.

14 – Como recebeu a morte prematura do poeta campinense Figueiredo Agra?

– Com justificado pesar – e disso dei conta em escritos da época.

15 – Até que ponto o registro memorialista do discurso poderá comprometer a artisticidade do texto?

– Não há incompatibilidade entre registro memorialista e artisticidade do texto. Basta o exemplo de Pedro Nava. As suas admiráveis memórias são ao mesmo tempo um regalo de escrita.

16 – Universalmente conhecido, extraordinariamente premiado, magnificamente traduzido – eis Fernando Namora. Que sente agora? Quais os próximos projetos? Como recebe a consagração?

É fácil dizer palavras para a galeria. Mas nunca fui desses. Prezo a autenticidade acima de tudo. Não é apenas prezá-la – sinto-a. Ora, o que poderei afirmar é que nunca soube, de mim para mim próprio, o que é isso de "consagração". Quanto a projetos, eles agora têm a medida da fase desgastada em que me encontro. Na maioria dos dias penso que já fiz o que tinha para fazer. Olho-me, enfim, distanciadamente, com uma melancolia sem tolerância.

17 – Fazer "verso como quem chora" ou fazer prosa como quem morre? Qual o caminho mais difícil?

– Na poesia e na prosa todos os caminhos são difíceis, mesmo quando exaltantes. Viver não é fácil, logo a arte também não o é.

18 – A dissolução do Parlamento e a proximidade de novas eleições. Como analisa o futuro político de Portugal?

– Não uso fazer previsões políticas. O que julgo é que o caminho percorrido pelo meu país desde 1974 foi em certos aspectos euforizante, mas também perturbador. Viveu-se muito e em febre. E estas coisas, em doses desmandadas, pagam-se com a saturação e a fadiga. O que o povo deseja agora é que o deixem respirar por algum tempo, para se remexer por dentro, como vem acontecendo. As eleições têm sido demasiadas. Há desconfiança e descrença. Mas, repito, o país genuíno, o país profundo, está a renovar-se numa pressa de ressuscitação.

19 – O poema Deixem-no (**in Nome Para Uma Casa**) é um sim à renúncia do nosso gigantesco Ariano Suassuna? Por quê?

– Será, pelo menos, uma funda compreensão por essa renúncia. E também uma ponta de "inveja" pela coragem que ela manifestou.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente Sr^{as} e Srs. Constituintes, gostaria que ficasse registrado que se realiza desde ontem, dia 24, terça-feira, com encerramento previsto para amanhã, quinta-feira, dia 26, no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal, o I Encontro Nacional da Mulher e as Leis Trabalhistas.

Estão representados no encontro todos os Estados, com mais de 350 delegados. Cumprimentamos a iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher esperando que suas reivindicações, como redução de jornada de trabalho para 40 horas, licença-gestante de 120 dias, aposentadoria aos 25 anos de serviço, sejam estendidas a todas as mulheres, bem como suas reivindicações no campo da saúde, da educação, da habitação, reforma agrária e diretas para Presidente em 1988.

Lembramos ainda, como uma justa homenagem às mulheres, que sempre ouvi que atrás de um grande homem há sempre uma mulher. Discordamos dessa posição, porque entendemos que ao lado de um grande homem está sempre, caminhando e avançando, uma grande mulher.

Citamos ainda uma frase que ultrapassou as fronteiras de países que fizeram grandes transformações sociais: "Quando uma mulher dá um passo à frente, não há um macho que dê um passo atrás".

Sr. Presidente, façam questão também de denunciar que os Constituintes estão recebendo centenas e centenas de telegramas contra a estabi-

lidade no emprego, em nome de trabalhadores. Gostaria de, alto e bom som, dizer que isso, em grande parte, é uma farsa do grande capital.

Os trabalhadores neste País não têm condições nem para comprar alimentação, já que 70% vivem em miséria absoluta. Se eles não têm dinheiro para comprar comida, vão ter dinheiro para mandar à Assembleia Constituinte essa quantidade enorme de telegramas?

Na verdade, o que está sendo feito é que o empresariado, de forma indevida, está usando o nome dos empregados para mandar esses telegramas, subestimando a capacidade dos trabalhadores e a inteligência dos Constituintes. Os sindicatos estão se mobilizando para, judicialmente, se for preciso, interpelar os empregadores pelo uso indevido do nome desses trabalhadores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, quero que fique bem claro que a responsabilidade política de todos os Constituintes que fazem parte do Centrão é muito grande. Não adianta nos dizerem que só querem mudar o Regimento para apresentar novas emendas, pois todos sabem que por trás do "Centrão" estão a UDR e a UBE, duas entidades conservadoras que não querem qualquer avanço para a classe trabalhadora na nova Constituição.

Por incrível que pareça, o seu alvo principal são as questões sociais, como, por exemplo, que os trabalhadores rurais não tenham os mesmos direitos que os urbanos; a redução da jornada; a não-prescrição; a reforma agrária; a aposentaria integral; horas extras em dobro e outras questões fundamentais para os trabalhadores.

Srs. Constituintes, o povo está esperançoso com o nosso trabalho, principalmente após a aprovação de eleições diretas para 1988. Se houver o retrocesso que o "Centrão", que a responsabilidade política e histórica deverá ser assumida por esses Parlamentares e será cobrada pelo povo como sendo eles os traidores dos interesses da nossa gente.

Tenham certeza de que os sindicatos, as forças democráticas e os parlamentares comprometidos com mudanças de fato haverão de denunciar os responsáveis nominal e publicamente, nas ruas, nos bairros, principalmente na cidade onde residir o Constituinte na região, como em todo o País.

É absurda a proposta de mudança do Regimento Interno. Fiz um pronunciamento após o trabalho da Comissão temática afirmando que o Cabral II não refletia o que foi aprovado e manifestando preocupações no sentido de que nem o que seria aprovado na Comissão de Sistematização seria respeitado.

É exatamente isto que o "Centrão" propõe – mudar as normas vigentes na etapa final, desmoralizando assim a Constituinte e jogando por terra os avanços conseguidos e que se tornaram uma pálida esperança para o povo sofrido e calejado deste País.

Sr. Presidente, nas principais capitais do País estão sendo colocados painéis para denunciar os Constituintes que votam contra os trabalhadores. Tomara que um dia tenhamos mais políticos que cumpram as promessas feitas nos palanques e os programas dos partidos. Aí não seriam necessários esses painéis, que agora são fundamentais. Por isso cumprimento a direção do Movimento Gaúcho em Prol da Constituinte, na pessoa da Dra. Olga Araújo, e a Prefeitura de Porto Alegre,

na pessoa do Prefeito Alceu Collares, pela iniciativa e pelo apoio dado para que esse painel, hoje, seja uma realidade.

Sr. Presidente, Sras. Constituintes, como Parlamentar negro e operário, fiel às minhas origens, não poderia deixar de saudar desta tribuna a data recente e passada de 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, dia em que a raça negra homenageia o seu maior líder e herói da sua história: Zumbi dos Palmares. Aquele que provou, no Quilombo dos Palmares, que é possível uma sociedade fraterna e justa, sem exploradores e sem explorados. Na defesa destes ideais, não só na teoria, mas na prática, ele foi morto, mas as suas idéias continuam vivas entre nós.

Srs. Constituintes, a raça negra tem claro que 13 de Maio não representou a liberdade da nossa gente, pois outras correntes foram em nós colocadas, correntes muito mais pesadas, onde cada elo representa a fome, a miséria, a falta de ensino, de habitação, de trabalho, enfim, a discriminação, grillhões que ainda estão sobre nossos corpos, presos, marcando profundamente nossas vidas.

Sabemos que somente a construção da sociedade dos trabalhadores poderá quebrar definitivamente esses grillhões, curar nossas feridas e apagar suas marcas.

A própria Constituição que ora escrevemos avançou ao falar que toda discriminação será considerada crime inafiançável, mas omitiu-se ao negar a aprovação da nossa emenda sobre corte de relações diplomáticas e comerciais com todo e qualquer país racista.

A raça negra, a exemplo de Zumbi, continuará lutando por uma sociedade de iguais onde todos, de fato, tenham os mesmos direitos, onde não haja discriminação de cor, por sexo, por deficiência, onde a palavra discriminação, enfim, seja varrida do nosso vocabulário.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Senhores, vamos abordar hoje um assunto que, temos certeza, a maioria absoluta dos brasileiros, e até dos nossos Constituintes, ignora totalmente.

Trata-se de como é constituído o custo da gasolina para o consumidor brasileiro, que, na maioria das vezes, reclama da Petrobrás, pelos preços que paga na bomba da distribuidora, achando que os aumentos de preço beneficiam substancialmente a nossa maior estatal. Ledo engano de todos nós, como vamos demonstrar e comentar.

A Petrobrás entrega a gasolina para a distribuição a Cz\$ 7,66 o litro, e ela chega ao tanque do carro do consumidor a Cz\$31,30. Pode-se constatar que o combustível dá muitas voltas antes de chegar ao seu destino final.

Dos Cz\$ 31,30, que são pagos pelo litro de gasolina, 12% (Cz\$ 0,38) ficam com a Petrobrás para atender ao custo do refino. Para o pagamento da matéria-prima são destinados 23,3% (Cz\$ 7,29). E ainda cerca da metade deste produto é importado, o que significa pagamento em dólares. Como a desvalorização da nossa moeda em relação ao dólar é constante, sempre destinam-se mais cruzados na compra do petróleo. Com estes números, constata-se que 24,5% ficam com a Petrobrás, mas falta ainda saber com quem fica a maior parte, os 75,5% restantes.

Uma parcela de 29,6% (Cz\$ 9,26) está destinada a baratear o custo de outros derivados, como o gás de cozinha, permitindo que famílias menos favorecidas possam consumi-lo; são pagos 4,9% (Cz\$ 1,53), para que os consumidores que moram em locais de difícil acesso tenham o mesmo preço do combustível dos que vivem nos grandes centros, de outra maneira cada ponto do País teria valores diferentes no preço da gasolina, como já foi em outros tempos.

Do preço total, 12,0% (Cz\$ 3,767) são destinados a impostos e taxas, onde encontramos o Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, a cota da Previdência, o PIS/PASEP, Finsocial, e os "royalties" devidos aos Estados e Municípios.

Para as distribuidoras corresponde à parcela de 1,3% (Cz\$ 0,41), e os postos de serviço ficam com 5,8% (Cz\$ 1,82). Finalmente vem a parcela de 21,9% (Cz\$ 6,85) relativa ao empréstimo compulsório que arrecada recursos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

Evidencia-se que a Petrobrás arrecada recursos ao comercializar os derivados que produz. Como ficou demonstrado, estão embutidos no preço de faturamento das refinarias outras parcelas destinadas a diversos setores da economia, inclusive fora do setor petrolífero. Desta maneira o Governo poderia tomar a iniciativa de reavaliar estes índices como forma de solucionar o problema da dívida desta estatal, para permitir que ela continue seu trabalho de exploração do petróleo, para que se prossiga no objetivo de atingir a auto-suficiência.

O País alcançaria esta meta em dez anos, se a Petrobrás continuasse no ritmo de crescimento que vinha tendo antes de entrar na crise.

O pagamento dos "royalties" do petróleo produzido no mar aos Estados e Municípios produtores a Petrobrás procura garantir, apesar da falta do capital de giro. Os "royalties" devidos equivalem a 5% do valor da produção de petróleo.

A gasolina brasileira é mais barata no exterior. Na verdade, isto não é assim tão simples, nem totalmente verdadeiro. A Petrobrás vende a gasolina no Brasil a Cz\$ 7,66 e no exterior a pouca mais de 8,00, o que lhe garante lucro. Estes números parecem falsos e, muitas vezes, confusos, quando adquirimos o combustível a Cz\$ 31,30. A diferença está nos impostos e no depósito compulsório que o consumidor dos outros países não é obrigado a pagar. Por este motivo, no exterior a nossa gasolina é adquirida a preços mais baixos.

De fevereiro de 1985 até julho de 1987, o preço do petróleo refinado e mão-de-obra variaram 566,5%, enquanto a taxa de câmbio oficial foi corrigida em 1.060%. O Índice Geral de Preços – IGP, da Fundação Getúlio Vargas, ficou na casa dos 1.163% e a Obrigaçao do Tesouro Nacional, OTN, bateu seu recorde, ficando em 1.232%. Somado a tudo isso, o preço do petróleo a nível internacional também foi aumentado.

Estes números são a causa da empresa estar trabalhando em vermelho, com um déficit de 33 bilhões de cruzados, só no primeiro semestre deste ano.

Os recursos para os investimentos da Petrobrás são gerados a partir da diferença entre o preço do petróleo importado e o custo do petróleo nacional. Sendo assim, quanto maior for a nossa produção, maior será a capacidade de investir em pesquisas e desenvolvimento de novas jazidas.

Frente a este quadro, é possível constatar que as distorções geradas pelas manipulações na polí-

tica econômica do Brasil estão não mais torpedeando apenas os consumidores de combustíveis, mas também a própria empresa que sustenta a produção deste insumo fundamental para o desenvolvimento da Nação.

Como podemos verificar, o prejuízo apresentado no primeiro semestre pela Petrobrás, superior a 30 bilhões de cruzados, nada mais é do que uma injustiça fiscal que está sendo praticada contra ela.

Felizmente, já no terceiro trimestre corrente, ou seja, de julho a setembro, ela se recupera e apresenta um resultado positivo de mais de 15 bilhões, o que ainda deixa um prejuízo, de janeiro a setembro, de quase 16 bilhões de cruzados.

Para refinar o petróleo e montar sua estrutura, basta-lhe 1,2%, ou seja, (Cz\$ 0,38), e pagar a matéria-prima, o petróleo bruto, importado e nacional, 23,3%, ou seja, (Cz\$ 7,29).

Estamos chamando a atenção especificamente para estes dois itens, mostrando a toda Nação quanto somos injustos com o nosso maior patrimônio, que é este gigante que tem o nome de Petróleo Brasileiro S.A.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO: Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes a organização de estoques reguladores de produtos agrícolas pelo Governo é um resultado inevitável da política de financiamento da produção, tendo como efeito necessário a possibilidade de interferir na comercialização dos produtos, evitando a majoração dos preços. Mas não se pode pôr de lado a possibilidade do crescimento das despesas públicas, com a manutenção desses estoques, principalmente quando se pretende, como agora, reduzir o déficit público até o fim do ano.

Informa o Ministério da Agricultura que o Governo tem armazenado três vezes mais do que a capacidade normal dos seus depósitos, tanto que a Companhia de Financiamento da Produção, com capacidade para três milhões de toneladas de grãos, guarda, atualmente, onze milhões de toneladas.

É preciso reduzir esses ativos, a fim de que as empresas privadas também se interessem pelo armazenamento, evitando-se custos decorrentes da transferência de safras de um local para outro, da construção de silos e da necessidade dos transportes.

Daí a política de redução gradual dos estoques, como também dos subsídios pagos por produtos como o trigo, conduzindo à sua eliminação até fevereiro do próximo ano, igualados os preços mínimos com os preços de mercado dos produtos agrícolas.

Entretanto, a redução da capacidade de armazenamento pelo Governo não é medida que se execute apressadamente, para que não resulte na queda dos preços pagos aos produtores, que enfrentaram juros bastante elevados em seu financiamento.

Tudo conduz à idéia da manutenção de um estoque mínimo estratégico, atuando como regulador do mercado, destinados os recursos do financiamento das ensilagens aos subsídios diretos à produção, que parece promissora no próximo ano, apesar de alguns casos isolados de secas e friagens em um ou outro ponto do País.

A safra de cereais é boa, tanto que o feijão paranaense, que vinha sendo comercializado a mil seiscentsos e cinqüenta cruzados a saca, baixou para mil e quinhentos, sendo que o produtor tem entregado a sua safra por mil duzentos e oitenta e oito cruzados, que é o preço mínimo fixado pelo Governo.

A safra do Sul do País já superou um milhão de sacas, devendo crescer muito os estoques, quando colhida a de Irecê, na Bahia, e as de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A confiança no produtor, ante o financiamento pelo Governo, dará, oportunamente, uma excelente resposta.

Era que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, estamos atravessando um período de mudanças e adaptações, em que diversas medidas vêm sendo tomadas no sentido de melhorar e aperfeiçoar as instituições.

Na esfera estadual, alguns governos adotaram providências com relação ao seu funcionalismo que suscitaram dúvidas quanto à legalidade, motivo pelo qual julgo oportuno tecer algumas considerações a respeito.

É princípio indiscutível do Direito Administrativo o fato de caber aos Governos estaduais a competência para organizar seus serviços e, em consequência, seu quadro de funcionários, sem interferência da esfera federal, assim como não podem intervir no âmbito municipal.

Assim tanto a União quanto os Estados e Municípios podem elaborar sua legislação de pessoal, de acordo com suas conveniências e necessidades, desde que sejam respeitadas as disposições da Constituição da República e as leis complementares de abrangência nacional.

Conclui-se, então, que enquanto a União só encontra restrições na Constituição da República, os Estados têm que ater-se não só a ela, mas também às leis de caráter complementar e à própria Constituição estadual. No que se refere aos Municípios, sua competência também é restrinida pela Constituição Federal, leis complementares e normas gerais de governo estabelecidas pelo Estado a que pertencem.

Contudo, Estados e Municípios mantêm a autonomia para estabelecer o regime jurídico de seus funcionários, desde que observadas as normas estabelecidas na Constituição Federal como princípios básicos do funcionalismo público. Assim, ambos são livres para organizar os seus serviços e o seu pessoal, disciplinando as relações jurídicas dos funcionários com a administração, desde que sua legislação não entre em choque com leis federais.

Caso desejem os Estados aplicar a seus funcionários alguma disposição contida no estatuto dos funcionários federais, deverão repeti-la em seu próprio estatuto, pois essas normas não são aplicáveis automaticamente, o mesmo se dando com o Município em relação ao Estado ou à União.

É bom lembrar que a legislação federal se aplica não só aos servidores públicos de todos os níveis, como também ao pessoal autárquico, aos servidores do Distrito Federal e aos dos Territórios.

Todavia, nem mesmo à Constituição estadual cabe estabelecer direitos ou deveres para o fun-

cionalismo municipal, porque tal atitude atentaria contra a autonomia local, garantida constitucionalmente. O Estado não tem poderes para ditar regras específicas de administração ou de aplicação das rendas municipais, pois só o Município conhece as próprias peculiaridades, necessidades e interesses.

Existem casos em que Constituições estaduais ou leis ordinárias pretendem estender vantagens do âmbito estadual para o municipal, mas estas foram declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal e, como tal, sem valor.

O Professor Hely Lopes Meirelles nos ensina que "em razão de sua autonomia constitucional, as entidades estatais são competentes para organizar e manter o seu funcionalismo, criando cargos e funções, instituindo carreiras e classes, fazendo provimentos e lotações, estabelecendo vencimentos e vantagens, delimitando os deveres e direitos dos funcionários e fixando regras disciplinares".

Todo esse conjunto de preceitos forma o estatuto, cujas normas podem ou devem ser, eventualmente, explicadas ou regulamentadas por decretos ou leis regulamentares.

Os Estados e Municípios devem sempre ater-se aos princípios da Constituição Federal, no que diz respeito ao funcionalismo, não lhes cabendo, portanto, nem restringir direitos, nem ampliar qualquer limitação imposta por aquele diploma legal.

Isto porque se supõe que, ao instituir as normas constitucionais, pretendeu o legislador defender os interesses dos funcionários e, ao mesmo tempo, oferecer ao Estado condições para uma boa administração, dotada de eficiência e moralidade, mantendo sempre uma saudável preocupação com o aprimoramento de seu pessoal.

Repetimos: a administração federal, estadual ou municipal não pode restringir qualquer direito assegurado ao funcionário pela Constituição da República, como também não pode estendê-lo a quem não os tem e nem mesmo pode aumentá-los, sob pena de estar praticando um ato nulo, sem efeito legal.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, ao examinar questão relacionada com o assunto, concluiu que "os Estados (e por extensão os Municípios) podem dar aos funcionários outras garantias, outros benefícios além dos conferidos pela Constituição Federal. E certo, mas se essas garantias, esses benefícios estão previstos na Constituição, não é possível ampliá-los e nem estende-los a outros funcionários que não os por ela favorecidos".

E o Professor Themístocles Cavalcanti entende que as normas de observância obrigatória contidas na Constituição da República constituem "um código de direitos e obrigações fundamentais, que devem ser respeitados pelos Estados e Municípios em suas leis ordinárias".

Entendem, entretanto, alguns juristas que a organização legal do funcionalismo público cabe ao Legislativo, que detém um poder de iniciativa secundário, exercido através de emendas, estando proibidas aquelas que impliquem aumento da despesa.

Defere-se, então, que a competência dos governadores para legislar sobre o funcionalismo da Assembléia Legislativa e do Judiciário estadual é estabelecida pela Constituição de cada Estado.

Um estudo mais minucioso dessas Constituições nos mostra o seguinte: na maioria dos Estados brasileiros, a Assembléia Legislativa não tem a iniciativa de leis que disponham sobre funcionários públicos, quer se trate de aumento de vencimentos, criação de cargos, ou qualquer outro assunto correlato. Essa iniciativa é quase sempre exclusiva do Governador, que poderá fazer uso de decretos-leis ou enviar projeto específico à Assembléia.

Nem mesmo o poder de legislar sobre seus próprios funcionários algumas Assembléias têm. A Constituição de Santa Catarina, inclusive, contém dispositivo expresso vedando ao Legislativo emendas a projetos do Governador "relativos a organização dos serviços administrativos da Assembléia e do Tribunal de Justiça (Parágrafo único do art. 65.)

Mas, vejamos, uma a uma, o que dispõe a Constituição de cada Estado da Federação. O texto constitucional da maioria dos Estados atribui com exclusividade, à Assembléia legislar sobre a organização de seus serviços e polícia, cria seus cargos e ficar-lhes os vencimentos.

Todavia, a Constituição dos Estados de Rondônia, Santa Catarina, Goiás e Maranhão não fazer, qualquer referência ao fato de a Assembléia ter ou não, poder para legislar sobre seu funcionalismo. Nesse caso, a atribuição exclusiva é dada ao Governador, uma vez que a ele cabe a competência exclusiva de iniciativa das leis que disponham sobre os servidores do âmbito estadual.

A Constituição do Estado do Amazonas, na seção que trata das atribuições do Poder Legislativo diz "– dispor, em Regimento Interno, sobre sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços". É omissa, portanto, quanto ao: vencimentos, donde se deprende que continua a prevalecer a competência do Governador para legislar sobre o assunto.

Já na Constituição baiana encontramos um texto bem mais explícito e abrangente.

Item VII do art. 19:

"– elaborar seu Regimento Interno, dispor sobre a organização e o funcionamento de seus serviços, estruturar seu orçamento analítico, propor projetos de lei que criem ou extingam cargos de seus serviços, fixem ou modifiquem os respectivos vencimentos e estabeleçam normas para a prestação de suas contas diretamente ao Tribunal de Contas."

Nesse caso, observamos que a Assembléia estadual fez questão de valer-se de todas as prerrogativas que a lei garantia, deixando expresso no texto legal os termos em que deve fazer uso de competência concorrente com relação a seu funcionalismo.

Esse tipo de posicionamento está baseado numa das pedras angulares do ordenamento constitucional brasileiro: o princípio do federalismo:

Quando se fala em Federação, está implícita a descentralização política, pela qual cada um dos membros detém capacidade legislativa própria inclusive para definir sua estrutura organizacional.

Segundo o Prof. Michel Temer, para que a Federação exista, três requisitos devem ser preenchidos:

"a) existir uma repartição constitucional de competências, inclusive legiferantes, entre

aqueles entes políticos que se uniram para formar o pacto federativo; b) os entes federados devem participar da formação da vontade nacional, o que se dá, no nosso sistema constitucional, por meio do Senado; e

c) é preciso que os Estados-Membros tenham suas próprias Constituições."

Assim, a Federação exige autonomia política dos Estados federados e igualdade jurídica entre eles. É, pois, a repartição constitucional de competências, quer políticas, quer administrativas ou legislativas, que dará a cada Estado capacidade própria de organização administrativa e de legislar, não estando submetido a outra autoridade política, mas apenas à própria norma constitucional.

Não pode haver superioridade hierárquica entre as pessoas políticas componentes de uma federação.

A Constituição Federal, depois de conferir à União, pessoa centralizadora e competente para exercer o ordenamento geral, capacidades enumeradas, dá aos Estados competências remanescentes e supletivas.

Os municípios, no Brasil, também são pessoas jurídicas de direito público, e, portanto, dotados de competência para ter governo, assim como administração e legislação próprios.

A conveniência municipal foi preservada, como o havia sido a estadual. Cada um está apto para tratar de seus interesses predominantes.

Deste modo, a autonomia política e administrativa de Estados e municípios é um fato: Dela deriva o poder de autogovernar-se e de ter legislação e administração próprias, embora sujeitos a diretrizes únicas emanadas do poder central.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP)

Pronuncia o seguinte discurso: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o dever da longa e sólida amizade que nos une há tanto tempo, além do preito natural que todos devemos à Justiça, trazem-me, uma vez mais, a esta tribuna, para referir-me à figura de Mário Garner, um dos nossos grandes empresários, toda uma vida dedicada a empreendimentos da maior importância para o desenvolvimento econômico nacional, envolvido numa intrincada malha de empréstimos à Superintendência Nacional da Marinha Mercante, ao Instituto do Açúcar e do Álcool e outros empreendimentos que, apesar de garantidos pela União, não foram honrados, acarretando um prejuízo de cerca de quarenta milhões de dólares ao Brasilinvest, empresa que dirigia.

Com outros três acusados, acompanhados de seus advogados, compareceu Mário Garner à 3ª Vara da Justiça Federal, ouvindo-se depoimentos de pessoas altamente credenciadas no mundo financeiro, que versaram sobre aqueles empréstimos, tendo Mário Garner, com os demais indiciados, reconhecida a sua inocência, visto que nos casos ainda não convenientemente explicitados, estava ele afastado, há anos, do grupo de Carvalho Pinto Neto, não lhe podendo, por isso mesmo, ser imputada qualquer responsabilidade.

Os advogados estão seguros de que, com a autorização do Banco Central para o levantamento da liquidação extrajudicial do Banco, ocorrida em janeiro, a ação do Ministério Público – que interferiu tempestivamente no pleito – perde

parcialmente o seu sentido, desde que já foi celebrado um acordo com os credores e não há mais prejuízos a serem apurados.

Realmente, o processo não terminou e podem ser praticadas novas diligências e ouvidas mais testemunhas.

Fica claro, no entanto, que a fraude inicialmente apontada não passou da inadimplência da própria União em suas garantias, agredindo a boa fama de um homem conhecido como um dos nossos maiores empreendedores, principalmente no Estado de São Paulo, com largo trânsito nos meios financeiros internacionais.

Acompanhando mais essa vitória parcial do meu amigo Mário Garner, espero, em breves dias, vê-lo à testa dos seus grandes empreendimentos, imune a qualquer acusação de fraude.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. IVO LECH (PMDB – RS)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o Brasil ainda sofre a emoção desatada pelo drama de Goiânia, momento em que sentimos, pela sua terrível grandeza, a força dos elementos e, consequentemente, as resultantes agressivas do impacto ambiental, sem sabermos bem ser fruto da irresponsabilidade ou gerado pela incompetência.

Diante da elaboração da Constituinte, acreditamos ser este um tema para sobre ele refletirmos profundamente, no sentido da preservação do nosso ecossistema, posto que não encararmos de frente a realidade com que a chamada civilização tecnológica nos desafia, criando, em decorrência, os mais sérios entraves à qualidade de vida do povo brasileiro.

Se por um lado temos por dever a proteção da sociedade contra esse tipo de atentado tecnológico, que se convencionou chamar de civilização, por outro lado, incumbe-nos a criação de instrumentos legais, capazes da determinação de responsabilidades, para que nem os incompetentes nem os irresponsáveis possam fugir da identificação e da pena, por seus crimes.

Leis existem, mas os princípios não estão suficientemente definidos. Qual a responsabilidade, por exemplo, do Ministério das Minas e Energia? Afinal, o que lhe incumbe, como responsável direto pelo Programa Nuclear Brasileiro – PRONUCLEAR, que tem a Comissão Nacional de Energia Nuclear e a Nuclebrás sob suas ordens, dentro do organograma administrativo montado?

Existe, ainda, o Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear, empresa sem fins lucrativos, com a finalidade de fiscalizar as instalações onde haja material radioativo. Essa empresa é de 1978, tendo surgido como parte do Acordo Brasil-Alemanha, constituindo, então, uma comissão de radioproteção e segurança, de caráter nacional. Jamais chegou a ter um dia de funcionamento, pelo menos. Ficou no papel e nos atos de sua instalação.

Deixamos que os dias passassem sobre a tragédia, para enfocá-la sem o emocionalismo fácil e, nunca, efetivamente consequente, que marca as decisões apenas formais.

Nossa preocupação, relativamente às causas e aos efeitos presentes e futuros por tudo quanto Goiânia sofreu, segue sofrendo e por muito e muito tempo ainda amargará, pode ser bem entendida por todos e cada um dos Srs. Constituintes, pois é comum a esta Assembléa Nacional. E den-

tro da mesma contingência surge em toda sua grandeza maléfica o problema do lixo atômico, o qual, pela diversidade de providências em curso nos mais diferentes pontos do nosso território, mostra que nos cabe uma determinação unitária, com a responsabilidade de delegados da confiança popular de todo o País.

Estamos diante de um fato da maior gravidade, que se biparte no uso da energia nuclear e no que fazer com os dejetos daí resultantes, objetivando garantir a qualidade de vida das populações que representamos.

A política de meio ambiente é, nesta fase da civilização, uma exigência a que não podemos fugir. Nem podemos, em nome do progresso, como tantos decantam, deixar livres esses atentados, sejam de que origem forem, permitindo, com a nossa omissão, um risco permanente à vida dos brasileiros. Esta a questão fundamental. É para ela que peço vénia a meus ilustres pares para reclamar toda atenção.

A preservação do meio ambiente, principalmente nesta etapa confusa do nosso desenvolvimento, reclama providências, que devem ser inseridas no texto constitucional, para que não sigamos perdidos pelos caminhos presentes, os quais a nada nos levarão, senão à impunidade dos inconsequentes e dos irresponsáveis, com danos e sofrimentos multiplicados para o povo brasileiro e contínuos retrocessos à sua já inferior qualidade de vida.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, é profundamente lamentável a ida do Presidente José Sarney ao Pará, com a finalidade exclusiva de revogar o Decreto-Lei nº 1.164, de 1971. Ora, o decreto-lei mencionado, que tanta celeuma demagógica provocou, já está revogado no art. 34 das Disposições Transitórias do Projeto Bernardo Cabral, por proposta de nossa autoria, acatada pela Comissão de Sistematização.

O que se pretendeu foi tão-somente usurpar uma iniciativa já em fase de consolidação, mediante a prática de um artifício eleitoreiro, de quilate igual ao do Plano Cruzado, com o objetivo de anular os efeitos da autoria anterior, o que em nada nos atinge.

Lamenta-se, Sr. Presidente, que o Governo não perceba a gravidade das contradições por ele próprio geradas no itinerário da sua ação administrativa. Ainda recentemente proibiu quaisquer gastos com as festas natalinas e de fim de ano, sob o pretexto de conter os gastos do serviço público. Entretanto, para cumprir uma tarefa nitidamente de caráter político, o Presidente da República se desloca de Brasília a Belém no boeing oficial, acompanhado de mais de três dezenas de pessoas, onerando os cofres da União com despesas supérfluas, as mesmas que havia proibido fossem efetuadas através dos organismos federais em todos os níveis.

Num momento de crise como a que enfrentamos, o Governo se confessa extremamente insensível e excessivamente irresponsável, violando, ele próprio, o exemplo que tenta submeter como regra aos subordinados do Poder.

Nem por isso deixamos de reprovar as cenas de badernas com as quais pequenos grupos de manifestantes tentaram tumultuar a solenidade programada pelo Governo do Estado em home-

nagem ao Presidente da República. O respeito à autoridade é um princípio cultuado pelos povos civilizados. O Presidente da República, pela natureza do cargo que exerce, não pode ficar exposto à sanha de insultos, partam de onde partirem, venham de onde vierem.

Registrados a nossa crítica ao Presidente Sarney, no caso da ida ao Pará, para revogar um edicto com a sorte selada no art. 34 do Projeto de Constituição, o que pode ser considerado um gesto de desapreço frontal à Assembléia Nacional Constituinte, e de hostilidade à sua soberania, mas repudiamos a torpe agressão verbal que lhe foi dirigida por alguns poucos inconsequentes que, felizmente, não chegaram a comprometer os foros de educação e hospitalidade do valoroso povo do Pará.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, estamos lutando para corrigir os problemas de limite de faturamento das microempresas, ainda para este ano, pois o limite que torna como base a OTN de janeiro, está totalmente defasado, visto que essa OTN é a mesma de fevereiro/86, início do Plano Cruzado.

Pelo projeto de lei propusemos que passasse a ser considerada a OTN de julho, a do meio do ano, que servirá de medida de cada ano. Após muitas dificuldades, conseguimos obter urgência para sua votação, e, em seguida, sua aprovação sem emendas na Câmara; agora, no Senado, obtivemos urgência para a votação, que deve ocorrer até 5 de dezembro, fim da Legislatura, para salvar a situação fiscal das microempresas brasileiras.

Nesse meio tempo de tramitação, o Governo baixou um decreto, a pretexto de resolver, só que se esquecem seus "juristas" de que um Decreto não pode mudar a lei, e esse decreto só valerá para legislação federal, e não para a legislação estadual e municipal. Por isso queremos com a aprovação da lei no Senado, superar os problemas das microempresas.

Depois de aprovado o projeto no Senado, precisaremos pressionar o Presidente da República para que sancione a lei.

As microempresas são a maioria em número neste País, mas não sabem movimentar-se para exigir aquilo a que têm direito. É preciso, portanto, que cerremos fileiras, pois do contrário, serão todas prejudicadas.

Ser micro é dar base econômica a este País, mas é preciso ser macro na pressão, para termos não vantagens, mas apenas justiça.

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB – SP.

Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um país de singular expressividade, que todos aprendemos a admirar e cuja trajetória de formação histórica tem suas raízes em algumas das mais notáveis culturas já conhecidas na terra, comemorou, dia 22, sua data nacional.

Estou-me referindo à República do Líbano, encruzilhada do mundo antigo e moderno, verdadeira ponte entre o Ocidente e o Oriente, testemunha e palco da civilização fenícia – segundo Heródoto, floresceu naquela região há mais de três mil anos assíria, persa, grega e romana.

Região onde, a partir do ano 680 de nossa era, os cristãos maronitas, fugindo da Síria, busca-

ram refúgio, fazendo do Líbano o único país árabe de maioria cristã.

Área em que os cruzados europeus, durante a Idade Média, deixaram marcas indeléveis, e onde, a partir do século XIV, os turcos otomanos, por invasões sucessivas, além da religião islâmica, também deixaram sinais característicos de sua rica e diversificada cultura.

Com efeito, mantendo extraordinária fidelidade aos seus valores próprios, o Líbano influiu de maneira decisiva para formar a chamada "civilização do Mediterrâneo", de que somos herdeiros diretos, e soube expandir suas admiráveis luzes espirituais sobre grande parte do mundo.

Infelizmente, o Líbano, hoje, está debaixo de uma guerra civil, que interesses estranhos ao povo assim fizeram acontecer. Rogamos a todas as nações do mundo, e em especial ao Brasil, que contribuam para o restabelecimento da paz no Líbano.

Manda a justiça, Sr. Presidente, que relembre muito especialmente os imigrantes libaneses, que acolhemos nestes últimos cem anos, para acentuar o quanto devolveram à terra em que se abrigaram.

Não creio necessário, aliás, enfatizar a influência desse imigrante e de seus descendentes brasileiros, em todos os setores da vida nacional, fato que comprova a harmoniosa inserção desse povo na paisagem social da nossa Pátria, solidificando o sentimento de proximidade afetiva e incorporando ao nosso patrimônio cultural sua rica contribuição, como povo responsável por uma longa história, periodicamente renovada por fecundos renascimentos espirituais, a que tanto devem todas as nações do mundo.

A nacionalidade brasileira, com efeito, que é a síntese das contribuições de diversas etnias, muito deve ao imigrante libanês que, admiravelmente adaptado às novas condições de vida, com enorme interesse pelo país de adoção, com gosto invulgar por áreas pioneiras – características que constituem a linha mestra da aventura histórica do Líbano – com uma excepcional, capacidade de criação e renovação, foi, a um só tempo, desbravador e modernizador, contribuindo de maneira muito positiva para o processo do desenvolvimento nacional.

É realmente grande a dívida de nosso País para com essa gente energética, inventiva e inovadora, que fez do Brasil seu lar e sua pátria, que tanto vem enriquecendo nossos hábitos sociais e tem, sobretudo, reforçado, com o dom que lhe é característico, a imensa cordialidade que é, por sua vez, o traço essencial do homem brasileiro.

Relembro tais fatos para reiterar que, por tantos e tão profundos motivos, as relações bilaterais entre os dois países devem orientar-se pelo diálogo em todos os níveis, constituindo as tradições culturais e as aspirações comuns amplos fatores de entrosamento e de intimidade, independentemente das distâncias geográficas.

Temos sido parceiros em empreendimentos que exaltam a capacidade de realizar dos respectivos povos, e acreditamos, os brasileiros, que o Líbano tem papel muito importante a desempenhar no Oriente Médio, por isso o nosso pedido no sentido do estabelecimento de uma paz duradoura.

Permito-me, finalmente, manifestar a esperança de que o relacionamento entre os dois países

seja desenvolvido em sintonia com os ditames da igualdade soberana e do respeito mútuo e que contribua para o desenvolvimento dos princípios da fraternidade e da solidariedade, comuns a brasileiros e libaneses, e para o engrandecimento das duas pátrias, que acreditam na primazia dos valores humanos.

Era o que tinha a dizer como constituinte e como Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Líbano.

O SR. JOSÉ MOURA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, o assunto que nos traz a esta tribuna é a defesa do voto proporcional.

Em verdade, se desejamos um País livre e democrático, é necessário que não abandonemos o sistema de voto proporcional na busca de um sistema distrital, cujas consequências poderão ser desastrosas, a ponto de eliminarem por completo a legitimidade da representação popular que deve ser exercida pelo Congresso Nacional.

Nessa legitimidade reside o principal instrumento de manutenção da ordem democrática e de fiscalização do Poder Executivo para que cumpra os compromissos assumidos perante a opinião pública, para que aja em nome da sociedade, para que o governo seja exercido em nome do povo e para o povo, em segundo plano colocadas considerações menos democráticas que situam a Nação em hierarquia superior à da sociedade.

O ato de votar não se extingue com a colocação do sufrágio em uma urna e seu consequente cômputo na totalização final; o direito de votar acarreta expectativa de que aquele voto individual produza efeitos consistentes e, embora sendo uma unidade quase irrisória dentro da totalidade eleitoral, confere-lhe sentido a possibilidade de estar firmemente referido ao conjunto do processo decisório.

Em qualquer sociedade onde se pratique o sufrágio é desejável que as agremiações partidárias assumam certa coesão e atuação programática, o que não corresponde à realidade de nosso País. Não temos partidos com história; temos, isto sim, desde o Império, uma sucessão de agremiações que, de tempos em tempos, por estas ou aquelas razões, findam por serem desestruturadas, após o que seus integrantes se organizam sob outras legendas, dando início a novos partidos. Nessa mutabilidade, findam por descharacterizar-se os programas, a ponto de havermos chegado a uma situação tal que as propostas partidárias são, hoje, praticamente iguais e membros de uma agremiação podem sentir-se perfeitamente à vontade em outra que lhe faça oposição, mas que englobe em seu programa itens coincidentes.

Com isso, a vida política brasileira passa a residir mais nas figuras que se abrigam sob esta ou aquela sigla, não refletindo variações ideológicas programáticas que permitiriam a eficácia do voto de legenda, sem indicação do nome do candidato.

A perspectiva de aprovação do modelo parlamentarista de governo nos traz à mente outra consideração: esse sistema pressupõe a existência de partidos firmemente estabelecidos e diferenciados como elemento vital para a estabilidade do regime, e nós não os temos.

E – pior – além de não os possuirmos, não podemos, em sã consciência, esperar que a im-

plantação do parlamentarismo venha a criar ou fortalecer partidos políticos.

Não existem fórmulas eficazes de fortalecimento dos partidos. Em diversos países da Europa divisões religiosas ou culturais levaram à sedimentação partidária; em outros, divisões de classes sociais levaram à cristalização de feições programáticas que ainda vigoram. No Brasil, tentativas recentes nesse sentido ficaram por conta de medidas muitas vezes casuísticas, como a compulsoriedade do bipartidarismo, a implantação das sublegendas, da fidelidade partidária, da vinculação geral dos votos, sem que se lograsse atingir o objetivo de fortalecimento dos partidos.

É importante que a legislação eleitoral seja moldada segundo princípios democráticos largamente aceitos, em que se busque acima de tudo a estabilidade institucional. E a pedra de toque dessa legislação é a definição precisa e adequada à nossa realidade do sistema eleitoral através do qual são escolhidos os membros da Câmara dos Deputados, o que permite ainda uma série de distorções, como a débil paridade na representação de Estados mais ou menos populosos, a possibilidade de maior ou menor grau de abuso do poder econômico em algumas Unidades da federação e assim por diante.

A vantagem do sistema proporcional, adotado na maior parte da vida política nacional, reside, acima de tudo, na sua simplicidade tanto para o eleitor quanto para a Justiça Eleitoral, o que não é característica desprezível em um País com as dimensões continentais que apresenta o Brasil.

Quase sempre, quando se cotejam os sistemas proporcional e majoritário, argumenta-se sob a ótica de suas manifestações mais autênticas, ou seja, o voto distrital puro, uninominal, e o sufrágio proporcional também puro, raciocinando-se acerca das vantagens do primeiro como elemento de aglutinação partidária e fortalecimento das agremiações resultantes, eventualmente conduzindo a uma situação de bipartidarismo.

Comumente advoga-se a tese de que as listas apresentadas a uma eleição pelo sistema proporcional são abertas, não sujeitas a uma apreciação prévia da ordenação dos nomes a serem eleitos; não se trata, portanto, de uma lista partidária, mas sim de uma simples justaposição dos nomes que se apresentam ao eleitorado, o que dificulta ou até mesmo impede negociações intrapartidárias efetivas, fomentando o individualismo e tornando fictícia a autoridade do partido sobre seus próceres.

Tal argumento poderá até mesmo ser válido, mas devemos lembrar que o fortalecimento da autoridade do partido sobre seus membros resultará, inevitavelmente, no acirramento da posição autoritária dos chefes de cada agremiação, concentrando-se o poder partidário nas mãos de alguns poucos, em detrimento da representatividade que a sociedade espera de seus eleitos. Assim, fortalecer-se-iam os partidos, mas estaria aberto o caminho através do qual trilharia o enfraquecimento da representatividade.

Tal impasse somente seria superado na medida em que a sociedade tivesse maiores poderes de pressão sobre os partidos políticos, de molde a cobrar eficientemente atuação consentânea à premissa da representatividade acarretada pelo sufrágio.

Um sistema parlamentarista que abrigue o voto distrital, na atual quadra da realidade brasileira, viria contribuir apenas secundariamente para a sedimentação partidária, ainda assim ao preço de propiciar uma instabilidade institucional extremamente negativa, tanto por suas consequências internas quanto pelos reflexos externos sobre a credibilidade de um País que necessita, ainda, de grandes doses de boa vontade por parte das nações mais desenvolvidas.

O bipartidarismo, eventualmente resultante de um sistema majoritário de eleição para a Câmara dos Deputados, acarreta um segundo elemento desestabilizador, qual seja o surgimento de um contingente perdedor de número expressivo, o que poderíamos chamar de uma "grande minoria". Esse sistema bipartidário pressupõe efetiva alternância no poder, o que somente é possível, sem que sobrevenham abalos institucionais, quando os conteúdos programáticos sejam bastante semelhantes, a ponto de não serem interrompidos programas estabelecidos por um governo e que devam ser continuados por aquele que o suceder.

Nesse aspecto, devemos considerar que, embora nossos partidos políticos apresentem programas semelhantes, divergem, muitas vezes em termos pessoais, quanto a aspectos fundamentais da vida nacional, como a reforma agrária, o papel das Forças Armadas, a concessão ou não de incentivos fiscais, a proteção mais afetiva ao trabalhador e assim por diante; muitas vezes concordam no varejo, mas discordam no atacado, nas questões de fundo, que asseguram estabilidade institucional.

Por outro lado, sabe-se que o programa partidário nunca foi uma bíblia seguida com afinco e dedicação, representando, antes, um pano de fundo que serve de parâmetro flexível à atuação parlamentar, longe de apresentar premissas básicas cuja persecução é buscada invariavelmente no decorrer do desempenho da representatividade pelos Parlamentares.

Ainda que o sistema majoritário apresente algumas vantagens, desde que a sociedade e as instituições se encontrem devidamente amadurecidas para acolhê-lo, havemos de convir que resulta em certo prejuízo à vida política, tanto assim que a Inglaterra, um dos poucos regimes que adota o sistema distrital puro, está em vias de alterar sua legislação eleitoral, convencida de que os malefícios do método em vigor ocorrem em número maior que suas vantagens.

Não é desprezível o efeito negativo do sistema distrital enquanto mecanismo de fortalecimento excessivo das oligarquias, dos pequenos chefes municipais interioranos, dos "caciques" e dos "coronéis". Como causa e consequência, ocorre o aumento da dependência entre eleitos e eleitores, acarretando-se o fortalecimento dos chefes locais e a elevação de seu poder discricionário quando da elaboração das listas partidárias que serão apresentadas às eleições. De tal fato pode até mesmo resultar impossível o surgimento de novas lideranças, perpetuando-se uma casta de políticos agrilhoados a afianças escusas, a interesses mesquinhos, a acordos espúrios que em nada beneficiarão o País.

Se determinada figura de projeção nacional não contar com a simpatia do chefe político de seu

distrito, então para ele estará encerrada a carreira eleitoral.

Outro reflexo do sistema majoritário seria a instituição de compromissos extremamente localizados; cada eleito seria representante de seu pequeno distrito, ou de parcela do eleitorado ali sediado, o que levaria à paulatina edilização da representação federal junto à Câmara dos Deputados. Cada Deputado seria um "vereador federal", agindo exclusivamente em nome de seu pequeno eleitorado ou, pior ainda, em nome de seus próprios interesses, alijado o compromisso assumido em campanha junto aos votantes.

O impedimento da atuação livre e plena de partidos que representassem as minorias conduziria a um bipartidarismo nefasto, por artificial. E em muitas Unidades da Federação poderia ocorrer a particularidade de sobreviver apenas um partido, sob o qual abrigar-se-iam as personalidades da política local. Veja-se que tal situação não fortalece a agremiação política; antes a descharacteriza, com o abandono da ideologia, da tese programática, do ideal que norteia o prócer.

Afirmar, portanto, que o sistema distrital fortalece os partidos políticos é falácia irresponsável e sequer pode ser argumento cogitado como válido.

É facilmente detectável o fato de que, num sistema majoritário, os candidatos naturais de cada distrito seriam o Prefeito e os grandes proprietários, alijando-se da política lideranças de menor projeção.

E não podemos esquecer que esse sistema possibilita ainda, em maior escala, o emprego de métodos ilícitos na busca do voto. O abuso do poder econômico seria a trilha por onde caminhariam com largas facilidades candidatos menos escrupulosos. Embora a redução da área de atuação de cada pretendente a uma vaga no Congresso possibilite maior transparência dos métodos de campanha, não podemos esquecer de que a ação da Justiça nunca conseguirá ser rápida o suficiente para coibir os abusos antes que o candidato indiciado seja diplomado e exerça parte do mandato que ilegalmente tenha conquistado. E tal ocorrerá em prejuízo da credibilidade da própria Justiça, em detrimento de candidatos que tenham seguido à risca as normas da ética e da moral, em desfavor das instituições políticas como um todo.

Devemos buscar um sistema que, constantemente aperfeiçoado, conduza à valorização do legislativo, em prol da estabilidade institucional da Nação.

O voto distrital, ao isolar as comunidades nos círculos de seus próprios interesses localizados, impede a difusão mais generalizada de idéias contrárias às do regime instituído, transformando-se em instrumento de defesa do Governo contra seus opositores, de perpetuação da situação vigente, impossibilitando o correto fluir do progresso da instituição democrática.

Por derradeiro, deve-se atentar para o fato de que a realidade brasileira não indica a adoção do sistema eleitoral majoritário, à exceção dos pleitos para o Senado Federal, onde são diversas as características, onde o Parlamentar representa primeiramente os interesses do Estado, o grande distrito de origem. E mesmo assim recordemo-nos que nas eleições para o Senado já se chegou a instituir a sublegenda, mecanismo espúrio desti-

nado a acomodar interesses não atendidos pelo sistema distrital.

Não devemos caminhar por sendas pavimentadas por casuismos, alterando a legislação ao sabor de dificuldades menores, cuja superação é possibilitada pela prevalência de uma legislação eleitoral democrática e adequada à feição da sociedade brasileira e do papel de suas instituições.

Mesmo o sistema distrital misto carrega uma série de deficiências que não são inferiores em grau às do sistema majoritário puro: São apenas de caráter diverso, mas tão nocivas quanto as outras.

Não podemos cometer a irresponsabilidade de caminharmos em direção ao desconhecido através de becos cujo ponto de chegada nos é desconhecido, cujo percurso não está suficientemente delineado; não podemos jogar a Nação em uma experiência irrefletida, sob pena de estarmos preparando o leito fúnebre das instituições nacionais num momento em que a transição, ainda não concluída, exige redobrada atenção e sensibilidade acurada para que cheguemos a bom termo, culminando com o atingimento da desejada estabilidade institucional, que garantirá condições para a busca do progresso material e do desenvolvimento social.

O SR. COSTA FERREIRA (PFL - MA)
Pronuncia o seguinte discurso.: - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as rodovias constituem a viga mestra do nosso sistema de transporte, e este, como sabemos, é fator primordial na estratégia de desenvolvimento do País.

Merecem especial atenção do Governo; portanto, as obras que visem à colocação de estradas em condições de plena utilização.

Para a perfeita integração sócio-económica das regiões Centro-Oeste e Nordeste, faz-se imprescindível a complementação do asfaltamento da BR-226, no trecho Porto Franco-Timon. O término da obra funcionará como um dinâmico propulsor da emancipação dessas duas promissoras áreas geoeconómicas brasileiras, além de contribuir para reforçar o espírito de integração nacional.

É de se prever, com efeito, um notável fortalecimento das relações e trocas tanto no campo industrial e comercial como no social e cultural das populações beneficiadas, uma vez que interligará importantes Municípios maranhenses, a começar por Porto Franco, que limita com Goiás, e alcançando, ao longo da BR em questão, Grajaú, Barra do Corda, Presidente Dutra e Timon, fazendo este fronteira com o Piauí.

Não subsistem dúvidas quanto ao interesse e oportunidade do empreendimento em questão; ao contrário, é unânime o entendimento de que se trata de investimento com retorno certo, a se consubstanciar nos abundantes benefícios a serem auferidos pela extensa região servida pelo referido trecho da BR-226.

Pelos motivos expostos, lanco veemente apelo ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República no sentido de que autorize o Ex.^a Sr. Ministro José Reinaldo Tavares, dos Transportes, à providenciar a execução do asfaltamento pretendido, com o que se estará aproveitando, na íntegra, o grande potencial de riqueza e progresso representado pela BR-226, no trecho assinalado.

Estou certo de que, por corresponder aos mais legítimos anseios das comunidades do Centro-Oeste e do Nordeste, a reivindicação ora endereçada ao Chefe do Executivo dele receberá a melhor acolhida e pronto atendimento.

O SR. IVO MAINARDI (PMDB - RS)
Pronuncia o seguinte discurso.: - Sr. Presidente e Srs. Deputados, é com imensa satisfação que venho a este plenário elogiar a atuação do Governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, que, juntamente com o Governo Federal, está dando um novo e importante impulso para a exploração das jazidas de carvão existentes no solo gaúcho, que passam, agora, a ter um papel destacado na geração de energia para o Estado.

Há poucos dias, o Governador inaugurou os novos equipamentos da Companhia Rio-grandense de Mineração, na mina de Candiota. Com isto, a produção de carvão passará das atuais 700 mil toneladas ao ano, para 2 milhões e 800 mil toneladas anuais a partir de 1988. Como se não bastasse, as previsões feitas pelos técnicos do setor indicam que, no ano 2000, a extração chegará a 30 milhões de toneladas ao ano.

Esta atenção e prioridade que o Governo de Simon e do PMDB estão dando à exploração do carvão mineral garantirá ao Estado, em breves dias, auto-suficiência energética, uma vez que as termelétricas já existentes e todas aquelas que estão projetadas têm seu abastecimento garantido.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o Governo priorizou o setor no Rio Grande do Sul, porque est é a fonte energética já existe há muito, mas, pela desatenção ao setor nunca foi aproveitada.

Quero também, desta tribuna, elogiar a atuação do Governador Pedro Simon, que está prevendo investimentos da ordem de 33 milhões de dólares na mina de Candiota. Ocorre que, quando Simon assumiu o Governo do Rio Grande do Sul, encontra a Companhia Rio-grandense de Mineração em situação calamitosa e na iminência de fechar. Hoje, meus senhores, a CRM, graças à atuação decidida e firme do novo Governo, está plenamente recuperada e garantirá ao Estado, brevemente, o fim do fantasma do racionamento de energia.

Administrações como esta, que sabem os setores que devem priorizar para gerar o desenvolvimento e crescimento industrial e, em consequência, criar novos empregos para a classe trabalhadora, devem receber nosso elogio e apoio.

Hoje podemos dizer claramente que o Rio Grande do Sul, Estado que sempre dependeu da energia gerada em outras Unidades da Federação, vai-se tornar auto-suficiente e, dentro de mais algum tempo, em exportador de carvão mineral.

Muito obrigado.

O SR. DIONISIO HAGE (PFL - PA)
Pronuncia o seguinte discurso.: - Sr. Presidente, Srs. constituintes, é da maior importância para o futuro da Amazônia a conservação adequada da estrada Transamazônica, cujo papel no desenvolvimento da maior região geoeconómica do País é muito bem compreendido por nós, amazônidas.

Está em curso um movimento das Câmaras Municipais do Norte, no sentido de pleitear, em conjunto, a recuperação e o asfaltamento da estrada, que se apresenta hoje em péssimas condi-

ções de tráfego, prejudicando as atividades econômicas e sociais de toda a população daquela parte de nosso território.

Com esse objetivo, a Câmara Municipal de Marabá vem de aprovar proposição do Vereador Manoel Alves Ferreira, nos termos que passo a ler.

"Órgãos de imprensa têm noticiado até com destaque o asfaltamento da Transamazônica. Câmaras Municipais da região têm enviado o máximo de seus esforços no sentido de conseguir alguma solução para este impasse, no que se tornou uma verdadeira jornada regional. A Câmara Municipal de Marabá, através de seus vereadores, se engajou nesta campanha desde o início da derrocada desta rodovia nacional. De nossa parte, através deste Plenário, já endereçamos apelos, sugestões, protestos e toda a sorte de trabalho, buscando solução para a recuperação desta que seria uma estrada de redenção da amazônia e que, infelizmente, veio a tornar-se o pesadelo daqueles que dependem dela, como seu meio de transporte e escoamento de sua produção. Temos, em nosso poder, respostas de burocratas que, dado o seu conteúdo vazio e decepcionante, fazem-nos temer pelo fim definitivo da nossa Transamazônica. Entretanto, o espinho desta luta, o desencanto pelos frutos que ainda não conseguimos colher e o visível descaso com que vem sendo tratado o assunto, por quem de direito, não nos arrefecem o ânimo de continuar insistindo, de forma a que algo seja feito por nossa rodovia, antes que seja definitivamente esgotado todo e qualquer recurso conhecido. Não vamos jamais cruzar os nossos braços diante da ameaça que paira sobre todos nós, que habitamos esta região e dependemos da BR-230 - Transamazônica, tanto para nossas ligações rodoviárias, que incluem locomoção de populações, transporte de cargas de outras origens e principalmente o escoamento da nossa produção, até a interligação social, intercâmbio cultural e econômico do povo que habita as margens deste trecho importante do Brasil. Vamos continuar insistindo para que os poderes constituidos da Nação cheguem à conclusão de que recuperar a Transamazônica não significa despesas para o erário público, mas sim o mais importante investimento, que abrange os campos econômicos, financeiro e social, sem se falar nas outras imensas vantagens em todas as áreas imagináveis.

Senhor Presidente e vereadores, como já foi dito acima, temos nos dirigido a diversas autoridades e delas temos recebido respostas vagas, sem perspectivas de uma solução rápida como o problema requer. Assim, não é mais possível suportar a impasse enquanto vemos a aproximação de mais um período invernoso, que transformará os imensos buracos em infernais lamaçais. Isto posto, apresento a este Douto Plenário, como uma das últimas tentativas, o requerimento anexo, para que deste se dê ciência diretamente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney, na esperança de sensibilizar o mandatário maior do País, tornan-

do-o ciente, definitivamente, de que em suas mãos e da sua decisão depende a sorte de milhares de brasileiros que se instalaram às margens da Transamazônica, na esperança de progredir, trabalhar e também ajudar o engrandecimento do Brasil".

Foi a indicação aprovada pela Câmara de Marabá, deliberando-se o seguinte, segundo ofício que me foi encaminhado pelo seu Presidente:

"Da decisão desta augusta Casa, seja dada ciência ao Ex.^o Sr. Governador do Estado, Dr. Hélio Gueiros, à Bancada Federal do Pará, à Câmara dos Deputados, à Assembléia Legislativa do Estado, na pessoa do Ex.^o Sr. Deputado Haroldo Costa Bezerra, à Prefeitura Municipal de São João do Araguaia e à Câmara Municipal de São João do Araguaia, à Loja Maçônica Firmeza e Humanidade Marabaense, nº 6, à Loja Maçônica Pioneira da Transamazônica, à Loja Maçônica Nova Acácia do Araguaia, nº 43, ao Rotary, Clube de Marabá, ao Lions Clube de Marabá, ao Sindicato dos Trabalhadores de Marabá e do São João do Araguaia, ao Sr. Presidente da UDR e ao Jornal **Correio de Tocantins**. Assinado Antonio Coelho Ferreira Presidente."

Quero crer que muito brevemente o Ministro dos Transportes nos dará notícia do que sua Pasta tenciona fazer a respeito, e logo pretendo voltar a tratar do assunto, que é de vital importância para nós.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes: atravessando o Brasil dificuldades econômicas por todos conhecidas e cuja solução sabemos não ser rápida, cumpre dotarmos a Nação de eficientes meios de escoamento dos inúmeros produtos exportáveis, de forma a que seja incrementado o ingresso de divisas.

Nesse sentido, havemos de convir em que a utilidade prestada pelo porto de Paranaguá, no Estado do Paraná, vem perdendo relevância. E isso porque a elevação continua dos preços dos combustíveis faz com que a cada dia mais antieconómica se torne a operação de frete marítimo, mormente quando as exportações de soja, por exemplo, são canalizadas para aquele porto, destinando-se principalmente a países do Oriente Médio e da Europa.

É de se notar que mesmo reduções efetivas nos preços dos combustíveis fósseis não chegam a acarretar a certeza da permanência dessas condições, dado ter o combustível assumido o verdadeiro papel de mineral estratégico, cuja fixação de preços obedece, freqüentemente, a critérios políticos.

Assim, tudo o que pudermos realizar para que nossas exportações se façam a menor custo será proveitoso para a balança comercial do País.

É mister, portanto, cogitar-se da criação do porto de Santarém como alternativa principal para as exportações de soja para a Europa e Oriente Médio, o que virá representar significativa redução no trajeto e, consequentemente, nos custos de frete.

Ademais, tal instalação portuária não servirá apenas para esse produto, mas poderá ser aproveitada para canalizar uma série de outros bens que, produzidos na amazônia ou no Centro-Oeste, possam vir a ser exportados através da foz do

Amazonas, com expressiva vantagem em termos de custo.

É extremamente importante que a infraestrutura de exportações leve em consideração a vulnerabilidade do fornecimento contínuo de produtos brasileiros para o exterior, o que se dá em função da variação dos custos de frete. Se no presente exercício é vantajoso para um importador europeu comprar produtos brasileiros, ocorre que poderá deixar de sê-lo, a partir do momento em que outro fornecedor ofereça melhores condições.

Destarte, deve a administração governamental brasileira permanecer sempre alerta para a possibilidade de vir a promover alterações que levem ao barateamento da operação de exportação, com vistas a manter condições vantajosas para os países que de nós compram os mais diversos produtos, assim como buscando abrir novos mercados para assegurar ao Brasil contínuo e crescente ingresso de divisas.

O Pará pode contribuir para isso, e a criação do porto de Santarém, na confluência dos Tapajós com o Amazonas, será instrumento eficiente para o acréscimo do volume de exportações, ferramenta indispensável para a obtenção de resultados mais favoráveis na balança comercial brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Vai-se passar ao horário de

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. AMARAL NETTO Líder do PDS:

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar, quero despertar a atenção de todos para algo muito sério quanto à posição do "Centrão": este apóia exclusivamente o 1º Substitutivo; o "Centrão" não fez nenhum acordo e está pronto a fazê-lo depois da votação do Regimento, se a Pátria assim o quiser. (Muito bem! Palmas.) Em segundo lugar, nada estamos impondo a ninguém. Queremos apenas saber quem representa mais o povo aqui dentro: nós ou a esquerda. (Palmas. Vaias.) Até agora, não vimos ninguém do lado de lá e, se for para vaiar, ganharemos também. Em terceiro lugar, queiram V. Ex.^a se recordar que fomos acusados até de ser financiados pelo capital nacional e estrangeiro. Para quê? Para atender a interesses nacionais e estrangeiros. E muita gente é mesmo capaz de ter dito que pretendemos modificar o projeto de Constituição com as seguintes medidas:

Art. A Administração Pública deve ter o seu pessoal reduzido. Se possível, demitir sessenta mil funcionários em três anos.

Art. A eliminação de todo e qualquer monopólio, de qualquer natureza, dará ao consumidor a faculdade de escolha, devendo o produtor mal-sucedido ir à falência.

Parágrafo único. Qualquer monopólio leva à estagnação e o monopólio absoluto leva à estagnação absoluta.

Art. Os princípios da economia de mercado não são os da caridade para garantir emprego a cada trabalhador. Estabilidade não existe, porque não se pode dar a todos o mesmo tratamento, se um trabalha e outro não.

Art. O sistema de propriedade individual deve ser expandido, saturando-se o mercado e competindo com o planejamento central.

Art. A política excessiva de pleno emprego gera indisciplina, embriaguez e o pouco empenho no trabalho.

Art. As vantagens econômicas da ameaça de desemprego devem ser discutidas francamente.

Art. A suspeita excessiva em relação ao lucro é um equívoco histórico, pois na economia de mercado ele apenas indica se trabalha bem ou mal.

Durante muitos séculos, a humanidade não encontrou outro critério para trabalhar com eficiência senão o lucro. Este é o critério básico da contabilidade de custos.

Srs. Constituintes, ouçam, agora: estas medidas jamais seriam propostas por nós, nem vão ser, porque elas são lei, hoje, na União Soviética. Elas são anunciadas pelo assessor econômico do Sr. Gorbachev, Sr. Nikolai Shmelev, que dirige a revista **Novy Mir**, principal revista econômica da União Soviética. Agora, para quem quiser, diziam que apresentaríamos na Constituinte propostas permitindo investimentos estrangeiros recambiar ao seu país de origem cem por cento dos lucros obtidos aqui. Além dessas vantagens, quando enjoassem de estar aqui, poderiam levar de volta suas fábricas e seu dinheiro. Nunca faríamos isso. Quem fez isso foi o Sr. Daniel Ortega, na Nicarágua. Isto é, hoje, lei na Nicarágua, aprovada pelo seu Congresso de esquerda. (Palmas.) A Nicarágua, hoje, por ter combatido o capital estrangeiro, está pedindo esmola aos americanos. Venham para cá e levem de volta tudo quanto quiserem. Isso é que é reduzir o povo à vassalagem, à miséria, e não queremos que aqui aconteça. O "Centrão" jamais apresentará uma coisa dessas. Ele vai respeitar todas as conquistas dos trabalhadores, vai dar-lhes o legítimo sentido do interesse nacional, deles próprios, e o meio de terem mais trabalho e mais emprego.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, encerro meu pronunciamento, lembrando, mais uma vez, que este movimento é da Maioria – e vamos provar isso. A Maioria discute quando prova que é Maioria. Quando provarmos, hoje, que somos Maioria, estaremos prontos para sentar à mesa com a Minoría. Esta, em grande parte, defende a Albânia, a Nicarágua e a União Soviética. E não faremos aqui dentro o que fazem lá fora. (Palmas.)

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta Assembléia Nacional Constituinte adquire uma força, uma pujança extraor-

dinária, pela presença expressiva de inúmeros Constituintes que acorreram a esta Constituinte para participar da decisão que vamos tomar na tarde de hoje.

Até agora, esta Assembléia Constituinte trabalhou nas Comissões e Subcomissões. Cada Constituinte labutou arduamente em sua área e dentro do seu tema sustentando suas idéias, propostas e compromissos que trouxeram cada um de nós até aqui. Trabalhamos na composição dos projetos, nas Subcomissões; dos projetos, nas Comissões; e do projeto final, na Comissão de Sistematização. Todos trabalhamos com afinco e tivemos oportunidade de fazê-lo em cada área para a qual fomos escalados pelas nossas bancadas. A Comissão de Sistematização também trabalhou na sua esfera de competência, produzindo o projeto que ora é submetido ao Plenário.

Todos reconhecemos que durante essa fase estendida e longa dos trabalhos da Comissão de Sistematização muitos Constituintes sentiram até angústia, porque viram interrompidos seus trabalhos nas Comissões e nas Subcomissões para aguardar a oportunidade, agora, do Plenário. Captamos e coletamos a angústia que muitos Constituintes formularam e carregaram dentro de si, ao não poderem participar das votações da Comissão de Sistematização. Essa angústia segundo se recolhe, foi catalisada para um projeto de mudança do Regimento, que prevê a possibilidade de, agora, cada Constituinte fazer a sua emenda ao projeto produzido pela Comissão de Sistematização.

Nós, do PDT estamos solidários com os Srs. Constituintes em sua angústia. Comungamos com eles. Não tiveram S. Ex.^{as} oportunidade de participar das votações na Comissão de Sistematização. Em defesa de cada um desses Constituintes, estamos aqui hoje para nos pronunciar e votar favoravelmente à mudança do Regimento, para que se propiciem emendas ao projeto da Comissão de Sistematização; para que se possibilite a cada Constituinte carregar a sua idéia, o seu compromisso público, popular, para jogar em plenário a sua proposta e vê-la submetida ao voto.

É aqui, no plenário, Srs. constituintes, que as decisões vão ser tomadas. Até agora fizemos trabalhos preliminares, como alguns dizem, seminários, para produzir o texto submetido à votação. Mas agora as decisões vão ser para valer, agora teremos de mostrar nossos compromissos públicos e o valor dos nossos mandatos. Por isso, estamos solidários com a abertura do Regimento para que possamos emendar o projeto da Comissão de Sistematização. Mas queremos advertir que somos favoráveis à abertura do Regimento para que os constituintes possam exercitar seus mandatos em sua plenitude, para que os constituintes possam aqui emendar o projeto naquilo que sentirem necessidade, de conformidade com o compromisso popular que têm. Por isso, não nos conformamos com a limitação a três ou quatro emendas que querem impor a cada constituinte. Querem reduzir cada um de nós a portadores de apenas três ou quatro idéias. Nossa mandato é universal. E temos de ter idéias e compromissos para, do preâmbulo da Constituição ao último artigo das Disposições Transitórias, apresentá-los e submetê-los à apreciação do Plenário desta histórica Assembléia Nacional Constituinte.

Não nos conformamos em ser reduzidos a constituintes de três ou quatro idéias; não nos conformamos com a restrição de termos a possibilidade de apresentar apenas três ou quatro emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa pede ao nobre orador que conclua, pois seu tempo está exaurido.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Não nos conformamos com a emenda ao Substitutivo nº 1, que o Constituinte Roberto Cardoso Alves encabeça, emenda que constrange, que segregá, que cassa, que limita o constituinte a apresentar três emendas. Não queremos ser constituintes cassados. E o que quer essa emenda é cassar nosso direito de apresentar emendas ao projeto de Constituição.

Sr. Presidente, a palavra final é esta: nós, do PDT, não nos conformamos com o fato de que apenas um conjunto de emendas venha a ser apresentado ao Plenário. Não nos conformamos com a possibilidade de se apresentarem emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Vivaldo Barbosa, V. Ex.^a se está excedendo no tempo.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa apela a V. Ex.^a no sentido de que conclua o seu pronunciamento, pois há outros oradores inscritos.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Estou expressando minha última idéia

Não nos conformamos com a possibilidade de se substituírem capítulos ou títulos por inteiro, para que apenas a Maioria – se é que ela existe – faça a Constituição. Está deverá ser feita por cada um de nós, que há de se sentir parte dela. Se a Maioria – se é que ela existe – puder substituir todos os títulos por seus substitutivos, isto significará que estarão cassadas todas as nossas possibilidades...

(O Sr. Presidente faz soar os timpanos. O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte, a Mesa pede desculpas a V. Ex.^a, mas o excesso de tempo por V. Ex.^a utilizado está prejudicando os demais oradores inscritos e a própria sessão.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, quero concluir a última frase do meu pronunciamento.

Nós, do PDT, queremos ampliar a possibilidade de o mandato de cada constituinte ser exercido. Não nos conformamos com a cassação dos nossos mandatos, com a limitação que querem impor ao exercício do nosso mandato, que é universal e amplo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa pede aos Srs. Constituintes que observem o disposto no art. 43 do nosso Regimento:

"Não será permitido no recinto nenhuma conversação ou manifestação em tom que

dificulte ou impeça a audição perfeita das comunicações da Presidência, da leitura do expediente, da chamada, das deliberações e dos discursos que estiverem sendo proferidos."

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Líder do PFL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ouvimos agora a voz dos democratas: "Não nos conformamos; não aceitamos; repudiamos; isto não; é golpe". É o que se diz ao lado de lá. Mas maioria de 47, não. Esta é a realidade concreta com a qual temos de conviver. 47, sim; 280, não. Chegamos, de fato, a um momento difícil.

No entanto, na democracia as dificuldades se definem e se resolvem por um processo singular com o qual muitos, em função do convívio com livros escritos no século passado, ainda não se habitaram. Vamos resolver o problema não pela imposição, pelo esmagamento ou porque desejamos ou pretendemos impor, mas democraticamente, através do voto da maioria. (Palmas.) A maioria é quem joga, quem encaminha, quem traça os planos em qualquer sistema democrático. Os democratas não aceitam imposição. Mas imposição de quem? Do voto, se este é a expressão maior da liberdade, dos direitos humanos com os quais alguns não sabem conviver. O voto é a expressão daqueles que juraram perante a Constituição em vigor defender a democracia, defender o Brasil. (Palmas.)

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aqui estamos, nesta tarde, com um só compromisso: respeitar a vontade da maioria e da minoria que também tem direitos constitucionais assegurados. Não pretendemos esmagar quem quer que seja. (Palmas.) Somos maioria para dizer à minoria que ela continuará tendo voz e voto neste Plenário. (Palmas.) Não somos a maioria que pretende passar por cima de todos, como se cada um dos que do lado de lá estão não fossem cidadãos no exercício pleno da cidadania, como nós próprios. Divergimos e temos idéias diferentes. Mas o que é isto senão o exercício pleno do sistema democrático? Se todos pensássemos igualmente, seria necessário existir este plenário tão grande e aqui estarmos? Não. Bastaria um falar e os demais aplaudirem, como ocorre em outros grandes plenários. Aqui, uns aplaudem, de um lado, e os demais contestam, do outro. É o exercício pleno da liberdade. E é em nome da liberdade, do meu partido e do "Centrão" que aqui venho para dizer-lhes: Votemos com consciência, com a maioria da Nação; aprovemos o primeiro substitutivo!

Aqui estamos hoje, Srs. Constituintes, para um grande encontro nacional. A Comissão de Sistematização não representava a vontade da maioria, que foi afastada pela vontade das lideranças. E hoje começa o encontro com a Nação. E a Nação está aqui na expressão da sua maioria. (Palmas.) A todos que representam a maioria e a minoria saúdo e digo: "Viva a liberdade! Viva o Brasil! Vira a democracia! (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. José Lourenço, o Sr. Jorge Arbage – Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Com Líder PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO – (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, normalmente falo da outra tribuna, em obediência a hábito já implantado na Casa. Hoje, porém, quero usar esta tribuna – a tribuna usualmente utilizada pelos Constituintes de opinião geralmente contrária às minhas – para ressaltar o desejo que tenho de ser ouvido por V. Ex.^{as}.

Assisti aos discursos dos Constituintes Amaral Netto e José Lourenço, discursos típicos de quem pensa ter a maioria nas mãos e a convicção da vitória. Tenho, porém, a certeza de que os Constituintes que formam esse grupo têm, além de um número elevado de votos aqui na Casa, uma clara consciência de suas responsabilidades, pois são brasileiros, como todos os outros que estão aqui. É a partir dessa certeza que desejo fazer uma ponderação a V. Ex.^a. Objetivamente, o Substitutivo que ambos os líderes apoiam, e que se contrapõe frontalmente ao da Mesa, vai tumultuar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Não creio que as pessoas aqui presentes queiram uma vitória que não possam efetivar na prática. No quadro geral da vida brasileira é impossível aprovar uma Constituição a toque de caixa; é impossível limitar discussão do texto constitucional em plenário. Quem o fizer, poderá até ganhar, aqui, mas não levará, lá fora.

O Regimento precisa permitir a discussão das matérias, e não apenas a aprovação de um substitutivo. Fique claro a todos que se o projeto de emenda ao Regimento defendido pelos Líderes aqui nomeados for aprovado, será possível aprovar um texto com apenas 40 encaminhamentos de votação. Ora, Excelências, não se pode aprovar a Constituição com número tão reduzido de encaminhamentos. Uma emenda substitutiva de titulas fará com que em oito discussões e votações aprovesemos a Constituição!

O meu apelo à consciência política de V. Ex.^a é no sentido de abrir espaço para a discussão e a apresentação de emendas, é no sentido de permitir que todos os Constituintes se manifestem. Este propósito será frustrado se for aprovado um novo Regimento consagrando a teoria do rolo compressor e do silêncio da maioria dos Constituintes.

Não creio que V. Ex.^{as} queiram isto, nem que, como Constituintes, tenham vindo aqui trazer um recado já pronto para a Assembléia Nacional Constituinte. Não acredito que V. Ex.^{as} evitem discutir conosco, porque se assim, fosse deveriam elaborar o seu texto em outro local e enviá-lo, com as 280 assinaturas, pelo correio, às mãos do Presidente.

Tenho certeza de que V. Ex.^{as}, como brasileiros, querem discutir a matéria. Por isso, peço-lhes que examinem o problema do Regimento sem o espí-

rito de grupo, sem o gosto da vingança, porque isto não conduz à construção da Pátria, mas sim à desunião e à discordia. Cuidem, Excelências, para que a eventual maioria de votos não lhes traga senão uma vitória de Pirro. (Palmas.)

O SR. HAROLDO LIMA – Líder do PC do B: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC DO B – BA. Sem Revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desde que surgiu o movimento do "Centrão", nós, do Partido Comunista do Brasil, compreendemos que a motivação básica que animava aquele grupo de Constituintes tinha um fundo verdadeiro. Os Constituintes estavam sentindo-se marginalizados do processo, embora não o estivessem completamente, porque, com esse mecanismo de funcionamento – Subcomissões, Comissões temáticas e Comissão de Sistematização – todos tiveram oportunidade de participar da elaboração do projeto da Carta Magna. Contudo, como a Comissão de Sistematização fez algumas mudanças de significado no projeto que estava em elaboração, percebemos que aquele sentimento que animava grande número de Constituintes era justo. Eles reivindicavam a necessidade e a possibilidade de, em plenário, poderem emendar o projeto que viria da Comissão de Sistematização.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a proposta encaminhada a este plenário, pelo "Centrão", que, na verdade, é um grupo maior, com diversas pessoas de centro, moderado e democrático, – em nossa opinião, articulado e dirigido por grupos de direita – não contempla esse anseio, esse desejo dos Srs. Constituintes. Diz ela, exatamente, que somente a maioria absoluta dos Constituintes é que poderia apresentar emendas. Bem mais à frente, diz que foi com emenda a essa proposta final, feita por dez Constituintes do núcleo dirigente do "Centrão", que se tentou corrigir e incorporar aquilo que foi proposta nossa e da Mesa, que é justamente garantir que cada Constituinte tenha o direito de apresentar emendas. Eles incorporaram este ponto de vista; salientando que cada um teria o direito de apresentar três emendas, enquanto a proposta da Mesa fala em quatro.

Concluo, Sr. Presidente, chamando a atenção para o fato de que há outro ponto de importância. Enquanto os trezentos e tantos Srs. Constituintes assinaram a proposta que diz expressamente que a matéria destacada será votada após a votação do corpo da matéria mais importante – e apresentaram isso à Mesa – dez Srs. Constituintes, pretendamente dirigentes do "Centrão", introduziram a modificação à emenda nº 01 que diz exatamente o oposto: que a matéria destacada deverá ser votada antes do corpo da matéria principal. Isso significa duas coisas na nossa opinião: quanto ao mérito, a ruptura mais completa da prática parlamentar existente nesta Casa e na Assembléia Nacional Constituinte, quanto ao método, que dez Srs. Constituintes apresentaram uma modificação que significa simplesmente a inversão total da proposta assinada pelos trezentos Srs. Constituintes.

Sr. Presidente, o PC do B votará pela proposta da Mesa, tendo apresentado destaques para votar em separado alguns pontos que refutamos e que a Mesa também incorporou. São pontos de vista que vêm do "Centrão" e não são corretos.

A possibilidade de cada Constituinte apresentar emenda está assegurada na proposta da Mesa, que terá o nosso apoio.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JAMIL HADDAD – Líder do PSB: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB – RJ. Sem Revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fala-se muito em democracia nesta Constituinte. Falou-se inicialmente que todos os membros com assento nesta Assembléia participariam da feitura da Carta Magna. Assim foi feito, uma vez que das Comissões temáticas todos participaram.

Na Comissão de Sistematização, todos os partidos tiveram representação proporcional ao seu tamanho de bancada. Agora vem aqui um grupo, que se chama de "Centrão", dizer que democracia é a vontade da maioria. Democracia é a participação de todos. Quando pretendem, neste momento, no seu Substitutivo, evitar emendas, não são democratas. Se, por acaso, o projeto advindo da Comissão de Sistematização tivesse atingido os interesses desse grupo, provavelmente aqui estariam propondo modificações no Regimento, para que o próprio Plenário não mais votasse a Constituição. Estariam satisfeitos, pois todas as suas vontades e as dos seus patrões teriam sido atendidas. Democracia, sim, o povo cobrará nas ruas. No Rio de Janeiro, garanto, o povo vai cobrar dos seus representantes esta traição que está sendo feita hoje nesta Casa. Trata-se de tentativa de tirar do texto constitucional algumas migalhas que conseguimos. São poucas vitórias, é verdade, mas constituem alguns avanços no campo social.

Sr. Presidente, apelo para à boa-fé dos Srs. Constituintes que não sejam execrados em praça pública, daqui por diante, aqueles que querem rejeitar as disposições assumidas na Comissão de Sistematização. Não podemos admitir, neste momento, que a chamada democracia do "Centrão" evite que sejam apresentadas, em plenário, emendas de todos os Srs. Constituintes. Esta é uma democracia ditatorial, de pessoas que sempre serviram à ditadura e que estão aqui defendendo os seus interesses e os de grupos. Não pactuamos, em absoluto, com isso. Estaremos aqui para denunciar aqueles que hoje, como ontem, lutam apenas por seus privilégios e não pela fé do povo brasileiro.

O SR. FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem Revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sentimos que a Assembléia Nacional Constituinte vive um momento decisivo; está inquieta, quer decidir de uma vez por todas

qual o caminho que deveremos seguir daqui para a frente. Mas, Sr. Presidente, foi esta mesma Assembléia que, ao se propor uma comissão representativa dos partidos, recuou e disse: não podemos admitir uma comissão para elaborar o anteprojeto de Constituição, porque assim teremos Constituintes de primeira e de segunda classe. Então, organizaram-se oito Comissões temáticas e uma Comissão de Sistematização, a que todos os Constituintes, exclusive a Mesa, sem exceção, pertenciam como membros efetivos de uma Comissão e suplentes da outra. O que estamos vivendo agora é resultado da própria decisão da grande maioria, ou da totalidade desta Casa.

Sr. Presidente, passo a ler o art 1º do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 16, que diz o seguinte:

"Art. 1º Acrescentem-se ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte os seguintes arts. 27, 28 e 29, renumerando-se os demais.

Art 27. Incluído o projeto na Ordem do Dia, para votação, com ou sem Substitutivo, tanto em primeiro como em segundo turno, é facultada à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de Substitutivos e emendas das substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos, incisos e demais dispositivos, que serão relatadas, oral e conclusivamente, em plenário, pelo Relator da Comissão de Sistematização ou por outro parlamentar designado pela Presidência" – vejam bem – "vedada a apresentação de novas emendas ou destaques".

A isto, Sr. Presidente, chamaria não de "Centrão", mas de "rolhão". É o "rolhão" que se quer impor a esta Casa, é a grande rolha. Evidentemente este grande "rolhão" pode acontecer, mas a sociedade brasileira, ao contrário do que há pouco afirmou um dos líderes, na realidade não estará representada. Este é o "rolhão" que hoje nos querem impingir através de urna votação maciça.

Sr. Presidente, mesmo que venha a ser aprovado esse "rolhão", resultado do trabalho do "Centrão", não acreditamos que ele seja aplicado em seu todo pelo "Centrão". Há muitas questões em torno das quais o próprio "Centrão" não pode manter sua unidade.

Sr. Presidente, esta é a democracia do "rolha", onde apenas um grupo pode falar: aquele que se autodetermina representante da vontade nacional.

Em nome do Partido Comunista Brasileiro, registramos nosso voto contrário a esta matéria. (Palmas.)

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987, há quase um ano – precisamente dez meses – convivemos nesta histórica Assembléia Nacional Constituinte. Aos poucos fomos nos conhecendo, inicialmente de forma tímida, distante, mas aprendemos a respeitar-nos uns aos outros e mesmo a nos admirar.

Tivemos as fases das subcomissões, e da comissões temáticas e da Comissão de Sistematização, em que gigantesco trabalho comum foi realizado. Agora, estamos chegando ao Plenário, para a votação final do texto constitucional, e não comprehendo, Sr. Presidente, depois de uma convivência tão longa, tão generosa, que não seja possível, pelo entendimento, o bom senso e a boa vontade, continuarmos essa obra comum. Não acredito em confrontos, em medidas que não passem pela boa vontade, não admito que não sejamos capazes, nesta hora tão importante, de encontrar um caminho comum a todos. Nego-me a dar um atestado de menos valia à nossa capacidade e, acima de tudo, ao nosso sentimento de brasiliadade. Dentro desse espírito, a democracia cristã, desta tribuna, como tem feito ao longo de toda a Assembléia Nacional Constituinte, renova mais um apelo vigoroso, para que não se considerem esgotados os processos de entendimento.

As véspera da decisão da reforma agrária, quando levantávamos da mesa de negociações, um companheiro fez um apelo, no sentido de que dessemos um passo a mais. Este passo foi dado, e foi ele que tomou possível o grande acordo em plenário, enfrentando aquilo que aparentemente seria impossível de arredar. Aqui fica a mensagem da democracia cristã, para que não se esgote o diálogo, e para que se encontre, em conjunto, ainda nesta hora derradeira, o caminho do entendimento.

O SR. GASTONE RIGHI – Líder do PTB: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como Líder do PTB, desejo inicialmente declarar que minha bancada não tem compromisso algum com qualquer agrupamento de natureza ideológica, doutrinária ou partidária e muito menos com qualquer emenda de mérito ou temática.

A bancada do PTB participa do "Centrão", por unanimidade, porque queremos consagrar em definitivo o direto de cada um dos Srs. Constituintes manifestar-se e, principalmente, consagrar a democracia plena nesta Assembléia Nacional Constituinte. Que todas as matérias aqui aprovadas o sejam por vontade da maioria e não insidiosamente pelo desejo de minorias, elaboradas, arquitetadas ou montadas. (Palmas no plenário. Apupos nas Galerias.) Isto se chama democracia. (Apupos nas Galerias.)

Pouco se me dando essas vaidades, que a Mesa parece não poder reprimir, declaro aos Srs. Constituintes que lamento muito e espero que os céus me poupem o desprazer, a tortura mesmo, o constrangimento de ouvir o Líder Mário Covas desta tribuna sustentar uma posição antidemocrática, mesquinha, menor, inconstitucional e ilegal. (Palmas.) Espero que S. Ex.^a se lembre de seu passado, dos compromissos assumidos com os sete milhões de eleitores, dentre os quais estão três milhões do PTB, que o apoiaram. Espero que ao se recordar disso, S. Ex.^a saiba que democrata é aquele que cumpre as leis do País, a Constituição e não o que a defrauda

Srs. Constituintes, espalha-se por aí o boato de que a Mesa atendeu aos reclamos do "Centrão" e, por meio de um substitutivo, estaria permitindo aos Srs. Constituintes emendas e o arejamento do Regimento interno. É falso. A Mesa não fez qualquer concessão fundamental. Ao contrário, mais uma vez, busca ilaquear a boa fé dos Srs. Constituintes. (Palmas.) Mais uma vez são os tríplices coroados ou os líderes do PMDB ou mesmo o Relator que tentam impor à maioria dos Srs. Constituintes a vontade plenipotenciária individual ou, quiçá, de interesses de agrupamentos econômicos, que não vale a pena aqui identificar.

O Centro Democrático deseja hoje que seja aprovado o Substitutivo nº 1, que disciplina a votação em separado das matérias destacadas. Vejam bem o que isso significa: quando é posto um título em votação, isso é feito, ressalvadas as emendas e os destaques. Com relação às emendas, está tudo certo. Mas o que são esses destaques? Se, de todo o texto do título, não concordo com determinado artigo ou expressão, requeiro, com apoio de 35 companheiros, destaque para votação em separado do artigo ou expressão. A Mesa, deferindo esse pedido, me permitirá ver esse artigo ser votado em separado. Quando o título for posto em votação no plenário, estarei votando a favor do título, porque já me foi dado o destaque daquele artigo, que não está mais no texto. Em seu lugar há um vazio. Quero votar o artigo em separado e, por isso, vote a favor do título. Assim, aprovamos os títulos por inteiro ressalvadas as emendas e os destaques. O que quer a Mesa e o que queremos nós? Queremos que esse artigo impugnado ou esse dispositivo para o qual pedi votação em separado seja votado em separado, e, portanto, de acordo com a Emenda nº 26, esse artigo necessita a maioria absoluta, isto é, 280 votos. (Palmas no plenário. Apupos nas Galerias.) Isto se chama democracia. (Apupos nas Galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência adverte as galerias que não se podem manifestar e pede ao nobre Líder Gastone Righi que conclua seu pronunciamento, porque já se exauriu o tempo regimental que lhe era assegurado.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, deixe-os uivar, eles não vão levar o cadáver que esperam. Ninguém devorará este Brasil só porque sabe uivar. Sejam lobos lá nas suas terras. (Muito bem! Palmas.)

Sr. Presidente, pedimos que esse artigo ou esse dispositivo seja submetido ao Plenário. E, para que seja aprovado e imposto à Nação e ao povo brasileiro, é preciso que a maioria da Assembléia Nacional Constituinte o declare norma constitucional, não permitindo que a minoria, por omissão, possa fazê-lo.

Portanto, não há acordo com a Mesa. E se alguns, que se dizem do "Centrão", estão fazendo trabalho sub-reptício contra a Emenda Substitutiva nº 1, não acreditarem neles, devem estar vendidos ou acomodaram-se por interesses espúrios. Vamos votar a Emenda Substitutiva nº 1 mesmo com as vaidades desses que querem dominar o Brasil com a minoria. É contra a ditadura da minoria, contra qualquer ditadura, pela democracia, pelo direito, pela ordem constitucional, e em nome

do povo brasileiro que aqui falamos, somos a maioria. (Palmas no plenário e apupos nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Atenção! A Presidência adverte as galerias de que, diante de qualquer outra manifestação, adotará as medidas previstas no Regimento Interno e determinará a evacuação do recinto. (Apupos nas galerias.)

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência adverte as galerias no sentido de que não podem manifestar-se. (Apupos nas galerias.)

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Qualquer outra manifestação será reprimida pela Mesa, aplicando-se rigidamente o Regimento Interno. (Apupos nas galerias.)

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Determino a suspensão dos trabalhos por cinco minutos, enquanto a Mesa aplica as providências regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Reabertos os trabalhos desta sessão, a Mesa se sente no dever de comunicar, não apenas aos Srs. Constituintes, mas sobretudo a quantos se encontrem neste plenário, que a aplicação do Regimento no que respeita à ordem dos nossos trabalhos ocorrerá inflexivelmente. Não permitiremos que esta importante sessão da tarde de hoje seja tumultuada de qualquer maneira. (Palmas.)

A Mesa está compenetrada da sua autoridade de bem conduzir os trabalhos desta sessão da mesma forma adotada em outras oportunidades, garantindo a todos os Srs. Constituintes o livre exercício da manifestação da tribuna, obedecidas as preceituções regimentais.

No que tange às galerias, como agora, foram adotadas providências saneadoras a fim de resguardar um ambiente de tranqüilidade neste plenário. A Mesa volta a advertir que inadmitirá qualquer manifestação que possa impedir o curso normal dos trabalhos da presente sessão.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o que está acontecendo não é novidade pelo menos para os mais velhos que aqui estão. Estou completando o meu 7º mandato e já vi coisas piores. A Mesa não pode continuar a agir desta forma. Existem 439 credenciais ou não, nobre Constituinte Jorge Arbage? É a pergunta que faço a V. Ex.^a. Que estranha coincidência essa de só a esquerda ter gente na galeria! Que espécie de gente é esta que só aplaude a esquerda e vai a pessoa do "Centrão"? Sr. Presidente, isto é uma molecagem.

Sr. Presidente, gostaria de fazer sentir a V. Ex.^a que todos prevímos isto. Primeiro, para ganhar tempo; segundo, porque quem faz isso é um derrotado e não um vencedor. V. Ex.^a sabe que o

povo brasileiro não cabe em uma galeria; na galeria cabem ou pessoas que vêm simplesmente assistir à sessão ou bademeiros a soldo da esquerda radical, e disto não temos medo. Quem vai votar aqui vai fazê-lo com coragem. Não há platéia que assunte a quem quer defender o Brasil. Essa gente trabalha a soldo de dinheiro estrangeiro, dinheiro pago a Deputados para trazê-los aqui – esta é a verdade – porque só a esquerda foi aplaudida e nós vaiados.

Se V. Ex.^a não tomar a providência de mudar essas senhas, se as credenciais não tiverem um melhor destino, V. Ex.^a sabe que este problema se agravará seriamente. Vamos agir de acordo como agem conosco. Não admitiremos mais essa vergonha que se viu aqui, que não é digna nem da Albânia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nobre Líder Amaral Netto, a Mesa está absolutamente ciosa das prerrogativas para direcionar os trabalhos desta Casa.

Se é certo que V. Ex.^a, em outras oportunidades, assistiu a manifestações ruidosas neste plenário, afirmo-lhe que sob a Presidência do Constituinte Ulysses Guimarães, ou de quaisquer dos seus companheiros da Mesa Diretora, haverá sempre a preocupação primordial de garantir a regularidade dos trabalhos. (Palmas.) Se é certo que V. Ex.^a invoca em seu prol toda a longevidade de sua carreira parlamentar, o Presidente em exercício sente-se no dever de dizer que tem idêntica vivência a nível de Parlamento e de outras casas legislativas e saberá como agir, porque exerceu também a presidência em outros corpos legislativos de menor dimensão, mas de igual responsabilidade. Teremos realmente condições, eu e meus companheiros da Mesa, liderados pelo Presidente Ulysses Guimarães, de garantir a plena normalidade de funcionamento da Assembléa Nacional Constituinte. (Palmas.)

A Presidência comunica aos nobres Srs. Constituintes que ainda estão inscritos três Líderes para o período das Comunicações de Liderança. Pedia àqueles que desejam intervir, ocupando a tribuna com questões de ordem, que permitissem se escoasse o número de oradores das Comunicações de Liderança. Findo esse período, abrirei alternativa para que, regimentalmente, todos possam manifestar-se como desejarem.

O SR. MAGUITO VILELA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO, Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, desejo protestar contra duas discriminações praticadas pela Mesa. A primeira se refere ao Constituinte Amaral Netto, que usou agora a palavra para uma questão de ordem.

V. Ex.^a está praticando um segundo ato de discriminação, ao permitir que pessoas que vaiaram e insultaram Constituintes continuem presentes. (Apupos. Palmas.) V. Ex.^a mandou que se retirasse os manifestantes que estavam do outro lado, mas todos ouvimos insultos vindos também deste lado. Sugerimos a V. Ex.^a que não use dois pesos e duas medidas e ordene que todos os agitadores saiam das galerias. A Segurança da Casa lá esteve, mas não foi capaz de retirá-los.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nobre Constituinte Maguito Vilela, a posição da Presidência é sempre imparcial. Jamais discriminai V. Ex.^a, por quem tenho o maior respeito. Se é certo que o nobre Líder Amaral Netto merece a deferência da Mesa, todos os demais Srs. Constituintes – e entre eles insere-se V. Ex.^a, como uma das expressões maiores desta Casa – também são dela merecedores. Não há dúvida de que essa discriminação não teria cabimento, não se justificaria e praticamente anularia tudo o que temos pregado, até hoje, com referência ao respeito devido aos integrantes desta Casa e à ordem indispensável à normalidade dos nossos trabalhos.

O SR. ROBSON MARINHO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBSON MARINHO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, é certo que o público deve respeitar as disposições regimentais, mas, até para dar exemplo aos visitantes, devem os Constituintes respeitar, antes de tudo, o Regimento Interno e a Mesa Diretora dos trabalhos.

Todo esse incidente foi gerado porque, apesar de reiteradamente advertido por V. Ex.^a, o ilustre líder do PTB, Constituinte Gastone Righi, ultrapassou em muito tempo regimental, não atendeu às recomendações de V. Ex.^a, além de ter ofendido o público presente, numa atitude que ninguém advoga ou defende.

Daremos à Mesa todo o apoio, e esperamos que um líder de bancada respeite o Presidente e o Regimento Interno da Casa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência agradece a V. Ex.^a a intervenção e mais uma vez reitera o propósito de conduzir com firmeza, equilíbrio e segurança os trabalhos desta Assembléa, a fim de que a todos os Srs. Constituintes sejam asseguradas as prerrogativas previstas no Regimento Interno.

O SR. NELSON JOBIM: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação com líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, este Plenário se encontra na antevisão da decisão daquilo que o povo brasileiro e esta Nação aguardam, exatamente a decisão das matérias constitucionais do projeto da Comissão de Sistematização.

É bom lembrar que este projeto – produzido pela Comissão de Sistematização e relatado pelo eminentíssimo Constituinte Bernardo Cabral – não é proposição originária, isoladamente, da mente do Relator ou dos membros da Comissão. Trata-se de produto final do longo trabalho inicial realizado a partir de março deste ano pelas Subcomissões, que apresentaram sugestões e projetos. A sociedade civil adentrou esta Casa, via Subcomissões, para mostrar e demonstrar que esta Assembléa Nacional Constituinte, não obstante não ser exclusiva, trazia no seu bojo o interesse da participação total da sociedade como um todo

e a individualidade dos membros desta Assembléia.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos nós trabalhamos arduamente no seio das Subcomissões. Apresentamos propostas que deram origem a 24 projetos de Subcomissões, que, depois, se transformaram em 8 projetos das Comissões temáticas. A partir destas 8 proposições, internalizando as intenções majoritárias manifestadas nas Subcomissões e Comissões temáticas, chegamos finalmente a um primeiro momento da Comissão de Sistematização, à qual não poderia em hipótese alguma – como não o fez – entrar no mérito do texto. A Comissão de Sistematização elaborou então o primeiro projeto examinado em plenário com cerca de quinhentos artigos, que levou a Nação e todos nós a meditar, competentemente, sobre o texto, no sentido de verificar os excessos produzidos. Depois, a Comissão de Sistematização desceu à análise da emenda produzida pelos Constituintes. Posteriormente, votou as emendas e os destaques, o que resultou no projeto de Constituição. Foi esta a opção que V. Ex.^{as} fizeram aqui, neste mesmo plenário, no mês de março deste ano. Resolveram destruir a possibilidade clássica de se produzir um projeto simplesmente entregando a um grupo de juristas essa responsabilidade, ou compondo-se uma Comissão dentre nós. Resolveram V. Ex.^{as} produzir um projeto que considerasse as angústias iniciais de todos.

Pois bem, Srs. Constituintes, hoje iniciamos a discussão da alteração do Regimento elaborado em março do corrente ano, que tem como substrato, como pano de fundo, o Substitutivo I, firmado pelos eminentes Constituintes Cardoso Alves, José Lourenço, Amaral Netto, Bonifácio de Andrada e Gastone Righi. É necessário que a casa, depois do tumulto que já ocorreu, detenha-se competentemente e atenha-se à meditação do que vamos fazer. Não é necessário nem possível que a Casa medite e decida sobre a matéria sem o compromisso da consistência sistemática do texto e do projeto.

Srs. Constituintes, falou-se aqui sobre maioria, que a Comissão de Sistematização estaria empurrando os seus 47 votos sobre uma maioria desta Assembléia. Maioria, Srs. Constituintes; é algo que se produz em determinados universos. E na Comissão de Sistematização foi exatamente a maioria absoluta que produziu o texto que ora vamos examinar. Não se pode dizer, absolutamente, que uma maioria desqualificada, isolada, tenha produzido sua vontade nos estertores dos corredores desta Casa. Não. A maioria que produziu o texto o fez aqui dentro, de acordo com a forma única que todos nós conhecemos, qual seja a vontade da maioria parlamentar.

Sabemos nós quantas vezes individualmente aqui comparecemos com uma decisão ou objetivo e, na medida em que transcorre a discussão do texto, na medida em que se produzem os estertores da discussão, no perpassar das conversas e diálogos, temos de renunciar à decisão inicial. Isso ocorre porque o Parlamento é a sede da produção da vontade da maioria resultante do plenário. Não se faz às ocultas, mas na tradução do que possa realmente ser o objetivo pretendido.

Srs. Constituintes, peço-lhes que atentem para dois itens do Projeto Substitutivo para tentarmos

encontrar algo que possa contribuir para a discussão.

O art. 27 do Substitutivo pretende possibilitar a apresentação de emendas substitutivas de qualquer natureza, firmadas pela maioria absoluta em seu segundo turno de votação. Ora, sabe-se perfeitamente que a apresentação de emendas substitutivas em segundo turno é inviável, logicamente. Se forem aprovadas as emendas substitutivas de segundo turno, já terão sido aprovadas em um único turno de votação, o que determinaria repetição constante do processo de discussão e votação do texto. Tal inconsistência está inserida no art. 27 do Substitutivo I. E o mais grave equívoco do texto é exatamente a permissão do oferecimento de emendas substitutivas globais até o início da tornada de votos da respectiva matéria.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há algo fundamental que a democracia tem de proteger, qual seja a publicidade e a anterioridade das propostas de qualquer natureza. A apresentação de qualquer emenda substitutiva global, logo no início da votação, impede que nós, na totalidade e na individualidade de nossas consciências, possamos examinar competentemente o texto do substitutivo total apresentado. Quem aqui poderá, séria, racional e corretamente, para resultar na vontade soberana do Plenário, decorrente do diálogo, examinar com clareza emenda substitutiva global oferecida segundos antes do encaminhamento da votação? Este texto não pode sobreviver, porque nega dois princípios básicos da racionalidade e da lealdade do processo, exatamente o princípio da publicidade e da anterioridade, o qual pode possibilitar a racionalidade do processo de votação.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sustentamos, pelo meu Partido, a necessidade de alterarmos o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, mas com a possibilidade de acolhermos e aprovarmos o substitutivo da Mesa da Assembléia. Ele realmente assegura o que aqui se tenta evitar, isto, que a vontade da maioria se produza nesta Casa, e não, equivocadamente, em um único turno a elaboração de emenda que possa ser apresentada no último segundo antecedente à votação.

Sr. Presidente, essa a conclusão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Por isso encaminhamos a matéria favoravelmente e sustentamos a necessidade da aprovação do substitutivo da Mesa como medida que a História mostrará que aqui estamos para cumprir a vontade do povo nas equivocações e contradições internas deste mesmo povo, aqui soberanamente representado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Não há proposições apresentadas.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB):

SP. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, quem não

tiver votado pelo painel eletrônico, ou não tiver acionado o dispositivo, poderá votar, em seguida, oralmente?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): Seria ideal que todos os Srs. Constituintes se munissem de suas senhas e exercitassem seu direito de voto pelo processo eletrônico. Mas, como não há espaços para todos, evidentemente, a Mesa terá de admitir que aqueles que não exercitarem o direito de voto o façam utilizando o microfone.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, permita-me a insistência. Isto significa que todos os Constituintes que não acionarem o painel poderão votar pelo microfone? Recomendo, então, aos Srs. Constituintes, que não tenham senha ou que estranhem o acionamento do painel eletrônico, que se reservem para votar, em seguida, pelo microfone.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência está se louvando, neste caso, no precedente estabelecido pelo Comissão de Sistematização. Pelo menos, é a informação que a Secretaria Geral da Mesa nos transmite neste momento.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, permita-me acrescentar um detalhe: nesta Casa devem existir apenas cerca de cem Deputados, se existirem, que já votaram pelo sistema eletrônico. Quatrocentos e cinqüenta e nove nunca votaram por este sistema. Pediria a V. Ex.^a, a bem dos trabalhos, para que não haja confusão, que pelo menos a primeira votação seja nominal, porque do contrário teremos confusão que vai gerar terrível encrenca. O voto ficaria mais claro e indiscutível porque, por exemplo, aqueles que votam com o "Centrão" vão dizer. "Votamos a favor da Emenda Substitutiva nº 1 e da preferência para ela". E mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece ao nobre Líder Amaral Netto que ao lado desta mesa se acham instalados quatro postos avulsos de votação eletrônico, havendo mais dois nas bancadas da taquigrafia, que permitirão, assim, a absorção de todos esses votos.

O SR. JOSÉ GENÓIMO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENÓIMO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo diz respeito à Ordem do Dia, que certamente V. Ex.^a anunciará, em breve, para votação nesta tarde. O avulso distribuído, com a relação dos projetos que mudam o Regimento Interno, contém o projeto de resolução apresentado pelo ilustre Constituinte Álvaro Valle; o de autoria do chamado "Centrão"; o Substitutivo I, da Mesa, as emendas e, finalmente, o Substitutivo II, da Mesa.

A questão de ordem que formulo é a seguinte: Quando era apresentado à Mesa o projeto de reso-

lúcio de autoria do "Centrão", que propõe mudanças no Regimento Interno, levantei questão de ordem, visando a saber quantos projetos de resolução, propondo alterações no Regimento Interno, a Mesa havia recebido. Na ocasião exibi alguns avulsos, como prova de que existiam outros projetos de mudanças do Regimento Interno. Agora, neste avulso distribuído pela Mesa, consta apenas o projeto do Constituinte Álvaro Valle. Pergunto a V. Ex.^a, Sr. Presidente, qual o tratamento que a Mesa deu às outras proposições que alteram dispositivos do Regimento Interno e acompanhavam o projeto de resolução do Constituinte Álvaro Valle? Por que não constam elas no avulso? Por que não serão apreciadas nesta sessão, que vai discutir e votar uma proposta de mudança do Regimento Interno?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – V. Ex.^a vai contraditar a questão de ordem?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Não. Confio na experiência e competência da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Muito grato a V. Ex.^a pela demonstração de atenção à Mesa.

Respondendo ao nobre Líder José Genoíno, a Presidência informa que todas as proposições – seja o Projeto de Resolução nº 16, do Constituinte Álvaro Valle, o de nº 19, do Constituinte José Luiz de Sá, o de nº 20, de autoria do nobre Constituinte Roberto Cardoso Alves e de mais três dezenas de signatários – estão publicadas. Também o 1º substitutivo da Mesa, o novo substitutivo apresentado pelo nobre Constituinte Roberto Cardoso Alves, e todas as 44 emendas, mais a emenda substitutiva, do Constituinte Roberto Cardoso Alves, foram divulgadas em avulso amplamente distribuído entre os 559 Constituintes. Portanto, acho que não pode permanecer dúvida alguma em relação à publicação dessas matérias. A dúvida de V. Ex.^a estará dissipada, se compulsar o avulso já distribuído.

Quanto à interpelação relacionada com a primeira proposição a ser apreciada, que é o último substitutivo apresentado pela Mesa, conforme publicado na página 19 do avulso, a não ser que seja utilizada prerrogativa regimental, ou seja, apresentação à Mesa de pedido de preferência para esta ou para aquela proposição, esta é a primeira matéria a ser votada.

Eram estes os esclarecimentos que a Mesa se sentia no dever de prestar ao nobre Líder José Genoíno e aos demais integrantes da Assembléa Nacional Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, V. Ex.^a tem sobre a mesa um pedido de preferência das lideranças que compõem o "Centrão" Democrático, no qual se pede seja votada em primeiro lugar a emenda substitutiva do nobre Constituinte Cardoso Alves. É a Emenda nº 1. É o único pedido de preferência que se encontra sobre a mesa,

segundo pudemos verificar. Há também um requerimento, por nós encaminhado, de votação nominal, de acordo com o art. 67 do Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte. Pelo art. 67, V. Ex.^a verificará que há de se fazer a chamada nominal por ordem alfabética – nosso requerimento é nesse sentido. E por que o fazemos? Para prestigiar a Mesa e facilitar os trabalhos. É necessário que a primeira votação neste plenário seja feita pelo processo nominal tradicional, da resposta sim ou não, para que os Srs. Constituintes possam adaptar-se às votações que ocorrerão de imediato. Nesse caso, não haverá necessidade dos números, nem tampouco do sistema eletrônico, que poderá ser utilizado posteriormente.

Esta, a questão de ordem que formulo a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, V. Ex.^a sabe que a implantação do painel eletrônico obedeceu àquela diretriz, perseguida tão obstinadamente pelo Presidente Ulysses Guimarães, de oferecer a máxima celeridade possível aos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte. A nível de Comissão de Sistematização, esse processo de votação eletrônica, se não atingiu os objetivos ideais, em razão da figura dos suplentes, de certa forma contribuiu para que houvesse maior rapidez na apuração dos votos daquele colegiado, integrado por 93 Constituintes. A Mesa há adotado todas as providências no sentido de que, a partir de hoje, já pudéssemos oferecer uma sistemática modernizada para a apuração dos votos dos Srs. Constituintes. Veja V. Ex.^a que também no

Regimento da Assembléa Nacional Constituinte, invocado por V. Ex.^a, logo após o art. 67 – V. Ex.^a constatará – o art. 69 dispõe o seguinte, *ipis verbis*:

"A votação pelo sistema eletrônico poderá substituir os procedimentos referidos nos art. 67 e 68 deste Regimento, obedecidas disposições estabelecidas em ato da Mesa."

Nobre Líder Bonifácio de Andrada, diante da explicitude desse dispositivo regimental, a Mesa não teria por que subestimar a implantação desse novo sistema, que, a nível de Comissão de Sistematização, preencheu razoavelmente os objetivos para que foi instituído.

Portanto, o apelo da Mesa a V. Ex.^a é no sentido de que entenda as razões pelas quais nos inclinamos pelo cumprimento do que dispõe o art 69 do Regimento em vigor.

O SR. MAURO BENEVIDES, PRIMEIRO/VICE-PRESIDENTE, DEIXA A CADEIRA DA PRESIDÊNCIA É OCUPADA PELO SR. ULYSSES GUIMARÃES, PRESIDENTE.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, em questão de ordem, solicitamos – e o fizemos por requerimento – que a votação do pedido de preferência apresentado à Mesa pelos líderes do Centrão democrático fosse nominal de chamada dos Srs. Constituintes.

A Mesa fez menção ao art. 69 do nosso Regimento, mas este dispositivo coloca a questão em termos facultativos e não em termos imperativos, razão pela qual fazemos um apelo a V. Ex.^a para que proceda à votação, pelo menos a primeira, a do requerimento de preferência, pela lista nominal, visto que é o primeiro momento em que a Assembléa Nacional Constituinte apreciará matéria política da mais alta relevância e repercussão para seus trabalhos. Depois dessa votação, então, poderemos seguir o princípio da votação eletrônica para outro requerimento também encaminhado à Mesa pela liderança do Centrão Democrático.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Decidirei a questão oportunamente.

O SR. JOSÉ GENOINO: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, ilustre Deputado Ulysses Guimarães, entramos agora na pauta de votação dos substitutivos que procuram alterar o Regimento Interno.

Estudando o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte – art 81, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados – art 242, e também o do Senado Federal, verificamos que há uma lacuna no que diz respeito ao **quorum** para aprovação de mudança regimental.

O Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, em seu art 81, trata do procedimento para sua própria modificação. O art. 242 do Regimento da Câmara também trata da questão, mas ambos não disciplinam qual deve ser o **quorum** para se proceder à mudança do Regimento Interno.

Sr. Presidente, estudando esses Regimentos, encontramos um auxílio regimental da maior importância. Quando foi discutido e votado o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, esta Casa lembra-se de que foi elaborada a Resolução nº 1, que trata das normas para sua discussão é votação. A Resolução nº 1, aprovada pelo Plenário, no seu art 30, diz exatamente o seguinte:

"Art. 30. Qualquer deliberação a ser tomada durante o período previsto nesta Resolução dependerá de aprovação por maioria absoluta da composição da Assembléa Nacional Constituinte."

Isso quer dizer o seguinte, Sr. Presidente: o Regimento da Assembléa Nacional Constituinte foi aprovado por maioria absoluta, conforme estabeleceu o art 30 da Resolução nº 1. Hoje vamos votar a primeira mudança no Regimento Interno desta Assembléia. Se este Regimento Interno foi aprovado por maioria absoluta, esta mudança também só poderá ser aprovada por maioria absoluta.

A outra questão é a seguinte: se a mudança do Regimento Interno objetiva alterar um dispositivo constitucional, ou seja, o projeto da Comissão de Sistematização, ela diz respeito direta e indiretamente a uma matéria constitucional. Portanto, essa mudança não **ilegível**

não é apenas processualística, mas tem implicações nos rumos da Assembléia Nacional Constituinte.

A questão de ordem que formulo a V. Ex.^a é a seguinte: o **quorum** para mudar o Regimento Interno deve ser, no meu entendimento, o da maioria absoluta, porque esse Regimento Interno foi aprovado por maioria absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, em primeiro lugar e para a ordem dos trabalhos, anuncia que entramos na fase da Ordem do Dia.

A Mesa faz as seguintes comunicações: os pedidos de destaque teriam de ser feitos até o início da votação, que se fará agora. Essa fase foi superada. Portanto, os destaques que deveriam ter sido oferecidos serão examinados oportunamente pelo Plenário.

O substitutivo da Mesa, por força regimental, será votado preferencialmente, a não ser que haja um requerimento no sentido de que o Plenário decida que outra proposição, com caráter de substitutivo, deva merecer a apreciação original ou a primeira decisão por parte da Constituinte.

Informo também que a matéria será regulada, daqui por diante, da seguinte forma: poderão falar, durante dez minutos, quatro oradores, sendo dois a favor e dois contra. Evidentemente terão condições de se manifestar sobre a matéria os Líderes de partidos, com o tempo atribuído proporcionalmente a cada um. Por último, deverá falar também o Relator da matéria, Constituinte Mauro Benevides, Vice-Presidente da Mesa.

Quanto às questões levantadas até o presente momento, desejo informar que, como sempre, foi acertada a decisão do Constituinte Mauro Benevides. Sei que é do entendimento de S. Ex.^a, como também do meu, condicionar a votação eletrônica ao momento em que a Mesa entenda que dominem essa técnica todos os Srs. Constituintes, a fim de que seus votos sejam registrados com fidelidade ou para que isso não traga maior demora ao andamento dos nossos trabalhos. A Mesa, a qualquer momento, poderá adotar o sistema eletrônico. Para as votações iniciais, porém, adotará o sistema da chamada nominal.

Quanto à questão de ordem levantada pelo eminentíssimo Constituinte José Genoino, a decisão da Mesa é a seguinte: votamos o Regimento. Demoramos dois ou três meses votando o Regimento, nesta mesma sala, pelos mesmos Srs. Constituintes, sendo Relator da matéria, que inclusive poderá atestar, se for necessário, o nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso. A votação da matéria de todo o Regimento foi por maioria simples, presente a maioria de 280 Srs. Constituintes, para haver **quorum**, a fim de que funcionasse essa maioria. (Palmas.) Foi essa a decisão reiteradamente tomada. Leiam os Anais. O Presidente recorda-se perfeitamente. A votação chegou até a ser simbólica, isto é, muitos dos dispositivos foram votados sem necessidade de se fazer sequer a chamada. Daí por que a votação se processará com a apuração do **quorum** de 280 Srs. Constituintes – é visível esse número, basta olhar para o Plenário – a fim de que as decisões sejam tomadas.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, quero reiterar que o art. 30 das Normas Preliminares estabeleceu, com toda a clareza, que as deliberações em relação à elaboração do Regimento dar-se-iam por maioria absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Essa é matéria vencida. Não posso permiti-la. (Palmas.) Peço a V. Ex.^a que colabore conosco.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Perdão, Sr. Presidente. Gostaria de recorrer da decisão de V. Ex.^a, conforme requerimento nos termos do § 3º do art 74.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nobre Constituinte, o recurso só cabe depois de ouvida a Comissão que o Regimento específica.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Mas a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo foi extinta, Sr. Presidente. Temos de ouvir o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Essa Comissão foi mantida pela Mesa justamente para a eventualidade de se ter que decidir sobre qualquer questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se passar à:

VI – ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto Resolução nº 16-C, de 1987.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): –

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 16-B, de 1987 (ANC), que introduz alterações no art. 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; tendo parecer da Mesa, pela aprovação, com substitutivo. Parecer da Mesa às emendas de plenário, concluindo por substitutivo. (Do Sr. Álvaro Valle) – Anexos os Projetos de Resolução nºs 19/87 (ANC) e 20/87 (ANC).

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Maurílio Ferreira Lima para encaminhar a votação.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta votação é histórica, pois começa a definir a tendência político-ideológica da Assembléia Nacional Constituinte. Não se está votando apenas uma mudança regimental. Está-se iniciando um processo que começou fora desta Casa e que visa a anular o pagamento em dobro das horas extras, a reforma agrária, a definição de empresa nacional e os progressos que foram feitos no sentido de criar ferrolhos para a demissão imotivada.

Quem votar a favor do projeto do "Centrão" estará votando contra as reformas que correspondem aos anseios do povo brasileiro. Esta é a realidade. Isso tem de ficar muito claro. Quando o projeto do "Centrão" foi apresentado, ele se

aproveitou de um anseio legítimo que existia na Assembléia Nacional Constituinte: o anseio de a maioria dos Constituintes terem o direito a prerrogativa de mudarem o Regimento Interno. E o "Centrão" agiu de má-fé para com a maioria da Assembléia Nacional Constituinte. Assim também procedeu para com os que assinaram o seu documento, pois no primeiro documento consta que o "Centrão" não levou em consideração as aspirações individuais dos Srs. Constituintes. E não há qualquer proposta – como a Mesa fez posteriormente – dando direito a cada Constituinte de apresentar quatro emendas e seis destaques. Mais tarde, verificando que isso representava um logro contra aqueles que assinaram um segundo projeto, de nº 1, consagra essa prerrogativa, mas o faz de maneira mais modesta do que a Mesa propôs.

Neste momento, quero dizer à Assembléia Nacional Constituinte e aos colegas que esta é uma votação histórica. Amanhã estarão nos jornais os nomes daqueles que disserem sim ao projeto que tenta barrar as reformas que o povo brasileiro exige. É necessário, neste momento, que aqueles companheiros da Assembléia Nacional Constituinte que assinaram o documento do "Centrão" visando, única e exclusivamente, à reforma regimental, separem o joio do trigo. Tenho certeza de que a maioria desses companheiros queria apenas a mudança regimental, e não seguir um grupo tresloucado que quer impedir a Assembléia Nacional Constituinte de realizar, no seu teto, aquelas medidas necessárias para que reformas sociais possam ser feitas no Brasil.

Faço um apelo aos companheiros que assinaram o documento do "Centrão", àqueles que querem apenas a mudança do Regimento, no sentido de que votem pela mudança regimental, mas também pelas reformas que o País exige. Votem com o povo brasileiro e seus anseios, aprovando o projeto de resolução de autoria da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Votar no Projeto nº 1 significa o golpe, significa votar contra a reforma agrária, a estabilidade do trabalhador e a definição de empresa nacional. Aqui não haverá lugar para ambiguidades. Cada um terá de se definir, e o fará através do voto aberto que proferirá, o qual será revelado pela Imprensa e de que a Nação, amanhã, tomará conhecimento.

Faço distinção entre aqueles que assinaram esse documento do "Centrão" e que apenas querem a mudança regimental e aqueles que, como vivandeiras de quartéis, são golpistas e reacionários históricos, que pretendem que a Assembléia Nacional Constituinte negue ao povo brasileiro o direito de mudar a situação do País.

Aqui fica meu apelo aos companheiros que assinaram o documento do "Centrão" apenas pela mudança regimental: vamos votar com o documento da Mesa, com as reformas e contra a reação! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Antes de conceder a palavra ao Constituinte Egídio Ferreira Lima, desejo prestar um esclarecimento aos Srs. Constituintes sobre a evolução da matéria. Se for aprovado o projeto da Mesa, é claro que ele prejudica os projetos anteriores. Se houver pedido de preferência para determinado projeto, uma vez deferida esta pelo Plenário,

então será votado o respectivo projeto ou substitutivo que foi objeto desta preferência. Se, por uma eventualidade, apesar da preferência, esse substitutivo não for aprovado, será submetido à votação o substitutivo da Mesa, porque ele não havia ainda sido apreciado, no sentido de se saber se seria aprovado ou não. Esta é a evolução da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Egídio Ferreira Lima para encaminhar a votação.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente Ulysses Guimarães, que a minha primeira palavra seja de regozijo, em nome de toda

a Casa, pela volta de V. Ex.^a á direção dos nossos trabalhos, conduzindo-se com a lucidez e precisão que lhe são peculiares. (Palmas.) A Casa, nesta tarde, sente-se honrada com a presença de V. Ex.^a e o saúda como símbolo da soberania da Constituinte. (Palmas.)

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, vi, há pouco, o Constituinte Roberto Jefferson empunhar este projeto e negar, por inteiro, a sua validade. Disse S. Ex.^a que esta proposição nada representava, senão a vontade de 47 Constituintes, na maioria membros da Comissão de Sistematização. Esta afirmativa, além de ser temerária, é injusta, e ofende não apenas o Relator e a Comissão de Sistematização, mas também toda a Constituinte e cada um dos seus integrantes. Aqui está o trabalho resultante da inteligência, do suor, das noites indormidas de todos que compõem esta Casa, participando das Subcomissões, das Comissões Temáticas e, por último, daqueles que integraram a Comissão de Sistematização. Aqui está o resumo, o reflexo dos anseios de toda a sociedade, nas suas 50 mil proposições – entre sugestões e emendas. A Comissão de Sistematização tratou de, no máximo, cinco, entre os 10 mil dos trabalhos anteriormente compilados pelas Subcomissões e Comissões Temáticas.

Sr. Presidente, já se disse que um grupo, nesta Assembléia, aproveitou-se da natural e legítima frustração de muitos Constituintes, que se viram lançados à ociosidade, para polarizar ideologicamente esta Casa.

Quero dizer, Srs. Constituintes, que aqui não vim para emular ódios, estimular polarizações, marcar posição. Para cá me encaminhei para elaborar, com todos os Srs. Constituintes, de maneira isenta e objetiva, uma Constituição modernizadora para este País, a fim de tirá-lo da crise em que vive, superando o impasse que ameaça destruí-lo.

Sr. Presidente, a Emenda nº 1, de autoria do Deputado e Constituinte Cardoso Alves, representa um corte criminoso, destruidor de todo o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte. O que vai dizer a sociedade, o que dirá cada um dos Srs. Constituintes que aqui têm, direta ou indiretamente, gravado, para a História, sua intenção e seu desejo, no sentido da construção do País de amanhã? A aprovação desta emenda seria um desastre, o caos, a negação da Constituinte, do seu mérito, absoluta e totalmente. Sr. Presidente, por isto pronuncio-me favoravelmente ao Substitutivo da Mesa e contra a Emenda nº 1. – Aprovar esta emenda é negar a Constituinte, é estabelecer, a partir de agora, e num rumo incon-

trolável, o impasse neste País. O Substitutivo da Mesa é inteligente e sábio, quando limita em quatro as emendas a serem apresentadas pelo Constituinte, neste particular igualando todos. Ao mesmo tempo, obriga a uma seleção qualitativa: cada um dos Constituintes vai ter o cuidado de fazer a melhor emenda, de oferecer a melhor sugestão.

Desta maneira, o Substitutivo da Mesa, ao mesmo tempo em que supera o impasse criado pelo ódio e pela polarização ideológica, oferece ao Plenário a oportunidade da melhor alternativa. Vamos ficar com o Substitutivo da Mesa, porque ele representa a aprovação da nova Constituição, que haverá de modernizar este País em prazo não superior ao último dia do mês de janeiro do ano de 1988.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Quero, inicialmente, agradecer as palavras, evidentemente brotadas do coração, da sensibilidade, e fruto da longa amizade que me une ao eminentíssimo Parlamentar que acaba de ocupar a tribuna, Constituinte Egídio Ferreira Lima.

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, dois oradores, Maurílio Ferreira Lima e Egídio Ferreira Lima, falarão a favor da emenda da Mesa, se entendi bem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os próximos dois falarão contra.

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Não deveriam ser alternados, ou houve realmente algum incidente?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Seguimos a ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Bonifácio de Andrade para encaminhar a votação.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADE (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente Ulysses Guimarães, queremos associar-nos às homenagens do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima a V. Ex.^a. A sua presença nesta Casa, com a disposição, a simpatia, a inteligência e o brilho de sempre, engrandece a Assembléia Nacional Constituinte e dá a todos nós a garantia democrática de que a vontade da maioria há de fazer a Constituição do Brasil. (Palmas.)

Sr. Presidente, desta tribuna falaram em rolha, mas alguém disse "a rolha da Comissão de Sistematização". Discordamos. Não é este o tratamento que devemos dar à matéria de alta relevância que neste instante estamos discutindo e iremos votar. O que queremos – e falo como membro do Centrão Democrático – é o quê todos os constituintes querem, o que o Presidente desta Casa quer, o que a opinião pública brasileira quer, o que a emenda constitucional de convocação da Assembléia Nacional Constituinte quer, o que nosso Regimento quer. O que todos desejamos, Sr. Presidente, inclusive os eminentes membros dos partidos que têm maioria na Comissão de

Sistematização, é edificar uma Constituição que seja aprovada pela maioria inequívoca do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

Sr. Presidente, pedir que esta Casa se pronuncie pela vontade da maioria dos seus membros é, por acaso, uma infração, um crime? É, por acaso, fazer o jogo do imperialismo ou de grupos econômicos? Não, Sr. Presidente. A Assembléia Nacional Constituinte foi convocada para decidir de acordo com a sua maioria e não para decidir, nas entrelínhas regimentais, segundo uma minoria, traduzindo a vontade que não é a da maioria. A Constituição é fruto de um pacto político da maioria. Isso, nas democracias, Sr. Presidente, porque as minorias não dominam nos regimes democráticos. Nestes, dominam as maiorias; nos regimes antidemocráticos, dominam as minorias, que sabem manobrar, que sabem inventar slogans, que sabem passar palavras de ordem, que sabem sofismar, que sabem fazer terrorismo psicológico – inclusive entre os colegas – que sabem mentir, que sabem "embrulhar", que sabem tapear, que sabem falsear, que sabem esconder a vontade da maioria do povo, porque somos a maioria do povo nesta Casa, e a maioria há de ser realmente representada no voto inequívoco que tem no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

Sr. Presidente, nós, do "Centrão", queremos simplesmente – e nada mais do que isso – que a maioria da Assembléia Nacional Constituinte profira o seu veredito e o seu voto nas matérias constitucionais. Ora, Sr. Presidente, o Regimento desta Assembléia – perdoem-me V. Ex.^a e os seus principais autores – é meio confuso, não é claro. O Regimento nos levará a entendimentos que podem ser falsos e deturpadores da vontade da maioria. Ouvi muito dentro da Comissão de Sistematização, nos corredores desta Assembléia e neste plenário – e muitos dos que aqui estão também o ouviram – que só se poderia jogar no chão um texto votado pela Comissão de Sistematização através do voto da maioria absoluta, e, se por menos um ou dois votos não fossem alcançados os 280 que formam a maioria absoluta, prevaleceria o texto da Comissão de Sistematização, aprovado por apenas 47 ou mais Srs. constituintes. (Palmas.)

Sr. Presidente, esta é a realidade democrática? Este é o mandamento democrático? Esta é a norma democrática? Este é o regulamento democrático? Este é o imperativo democrático? Esta é a exigência democrática? Não. Isto é exigência ditatorial, manobra contra a democracia, contra a Assembléia Nacional Constituinte, contra a maioria. (Palmas.)

Para ficar cristalino o princípio democrático da maioria, para ficar clara a exigência da vontade da maioria da Assembléia Nacional Constituinte – o que está confuso no Regimento – é que, acompanhando vários Srs. Constituintes, encabeçados pelo nobre Constituinte Cardoso Alves, de São Paulo, foi proposta a esta Casa a reforma do nosso Regimento com o único objetivo de garantir a manifestação da maioria neste Plenário.

Ora, Sr. Presidente, defender a transparência, a clareza, a inequivocidade do voto da maioria é ou não um comportamento democrático? Não vejo que mal há em defender o princípio de que a maioria é quem deve votar a Constituição. É o que está na proposta do nobre Constituinte Car-

doso Alves e de centenas de outros Srs. Constituintes.

O que queremos, Sr. Presidente, é só isto: o diálogo. Queremos conversar, dar continuidade ao ambiente de diálogo que houve no início do funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Esta é uma crônica parlamentar que precisa ser lembrada. Quando se instalou a Assembléia Constituinte, sob os auspícios do Presidente Ulysses Guimarães e – por que não dizer, com justeza? – com o apoio dos Constituintes Pimenta da Veiga, Luiz Henrique, Egídio Ferreira Lima e de outras lideranças do PMDB, os líderes dos diversos partidos se reuniram para conversar, para se entender, e muito foi feito nesse sentido. Mas, depois da eleição do Líder do PMDB nesta Assembléia Nacional Constituinte, não sei por que os entendimentos foram cortados, abandonados. Foi surgindo, então, um novo processo para nomeação dos relatores e dirigentes das Subcomissões e da Comissão de Sistematização, o que ocorreu também em outros momentos do processo parlamentar desta Assembléia.

Para terminar. Sr Presidente, desejo dizer apenas que a nossa posição se resume em dois termos: queremos o diálogo, as conversações, os entendimentos para fazer a futura Constituição do Brasil, mas que ela seja feita com a maioria da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Del Bosco Amaral, para encaminhar a votação.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB)

– **SR Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente Ulysses Guimarães, em primeiro lugar, traduzo, como os demais Constituintes, minha satisfação não só de Parlamentar, mas de ser humano, ao vê-lo recuperado, e mais do que isso, mais lúcido e imparcial do que nunca, não obstante alguns queiram levar V. Ex.^a para o terreno da parcialidade. (Palmas.)

V. Ex.^a merece minhas profundas homenagens, porque demonstrou que a Constituinte está nas mãos de quem quer que ela termine num clima de confraternização e de paz que favoreça ao povo brasileiro.

Em segundo lugar, lanço um apelo – qualquer que seja o resultado de hoje, porque ninguém pode prever – aos Companheiros Constituintes, todos eleitos legitimamente pelo voto popular: que sejam esquecidas, em seguida, as divergências, tendo em vista somente o interesse popular. Quero salientar, porém, como disse no Pequeno Expediente, o que aconteceu e o que pode suceder, caso seja aprovada a emenda da Mesa. Os vícios desta Casa são muitos e passaram para a Constituinte. De que adianta alguém apresentar 4 emendas ou 6 destaques, se os Líderes podem reunir-se e, já que têm preferência e a máquina administrativa à sua disposição, agilizar as providências?

Digo àqueles que assinaram a manifestação do chamado "Centrão" que seria uma armadilha aceitar neste instante o substitutivo da Mesa, pois continuariam á mercê das Lideranças de todos os partidos que na Sistematização só apreciam matérias que convinham a determinadas pessoas ou facções. (Palmas.)

Quando encaminhavam á favor das facções e ideologias, ainda digo: esta é a regra do jogo. Mas chegaram a encaminhar medidas que envergonham a Constituinte, e foram aprovadas, deixando-nos mal, porque era um grupo que precisava de quarenta e sete votos, em qualquer circunstância.

Ninguém pode questionar o meu passado político, como não questiono o de ninguém. Quem questiona o passado de um político é o próprio povo. Mas sei que, no momento, é preciso balançar um pouco as estruturas ditatoriais que nem sempre são de direita, mas também de esquerda.

Agora, peço aos companheiros do movimento chamado "Centrão" que não abandonem a luta, porque depois não terão Instância para reclamar. Ou V. Ex.^a aprovam hoje o que fizemos e o que combinamos, e depois cada um vota com a sua consciência matéria por matéria, ou V. Ex.^{as} realmente votarão a Constituição de somente cinqüenta homens e mulheres ilustres – mas apenas cinqüenta, infelizmente.

Dessa forma, filio-me ao "Centrão" e vote com ele. E desafio: estão os marinheiros cassados, os oprimidos, os operários, lá fora, para saber como irei votar, no instante próprio. Hoje, fui da tirania das lideranças, inclusive da do meu partido, que tão mal conduziu, principalmente na ausência do Constituinte Mário Covas, os nossos destinos, sobretudo na Comissão de Sistematização.

O nobre Constituinte Mário Covas demonstra surpresa. É verdade, S. Ex.^a fez falta. Se estivesse aqui presente, muita coisa não teria ocorrido, e este dia não estaria acontecendo.

Vamos votar juntos, Srs. Constituintes! Vamos votar agora.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. José Genoino para encaminhar a votação pelo PT.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP)
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sr.^{as}. e Srs. Constituintes, esta votação terá de se processar com a consciência clara do que se está mudando no Regimento Interno.

O Constituinte que me antecedeu, Bonifácio de Andrade, falou em democracia no Plenário, e o primeiro grave erro da proposta do Substitutivo do "Centrão" é aniquilar esta democracia. Vou explicar por quê.

Em primeiro lugar, chamo a atenção de V. Ex.^a para a redação: "É facultada à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de substitutivos e de emendas".

Isto é, se a maioria absoluta assina uma proposta de emenda, esta, que pode estar aqui ou não, estará articulando e colocando na lata do lixo as emendas de cada Constituinte, individualmente.

Vejam bem, o nobre Constituinte Amaral Netto é autor da emenda que institui a pena de morte, mas S. Ex.^a não conta com a maioria para apresentá-la. Essa maioria vai apresentar sua emenda, no entanto, S. Ex.^a não tem condições de apresentar sua emenda a favor da pena de morte. E isso é feito em nome da democracia.

Qual o outro grave erro da proposta do "Centrão"? Diz o seguinte: antes de se votar a matéria global – portanto, antes de se votar o projeto, que será votado em globo – destaca-se, em sepa-

rado, um capítulo, um título, uma palavra. Para fazê-lo, é necessário apenas puxar do texto – e aí vem a democracia do "Centrão". Vejam bem como é estranha esta democracia. Para a matéria entrar no texto precisa de 280 votos; para entrar outra no lugar, precisa de 280 votos. Então, se um Constituinte não votar pela entrada daquela matéria e esta obtiver 279 votos, ela não entra no texto. Olhem que estranha democracia a do "Centrão", em nome da democracia do Plenário.

Qual o outro grave erro da proposta apresentada pelo "Centrão"? No Parlamento há o exercício das maiorias sobre as minorias.

O que pretende o "Centrão"? Fazer maioria não no Plenário, mas à base da coleta de assinaturas para a emenda. Esta emenda, cujas assinaturas podem ser obtidas em qualquer Estado do País, se sobressai à maioria dos Constituintes que aqui estão de manhã, à tarde e à noite, apresentando suas emendas. Notem bem: o "Centrão", percebendo que havia caído numa armadilha mortal para o discurso em favor da democracia, na ultima hora incluiu um dispositivo que diz o seguinte: "cada Constituinte poderá apresentar três emendas e seis destaques". Foi a tábua de salvação. Alguns Constituintes acham que assinaram um documento que ressalva a democracia. Ora, se uma emenda tem duzentas e oitenta assinaturas, ela não só passa para a frente como também derruba automaticamente as demais. Portanto, àqueles que assinaram o documento do "Centrão" reivindicando o direito de apresentar emendas afirmo: este direito estará aniquilado. A maioria aniquila o direito da minoria e o direito individual de cada Constituinte.

Outro grave erro do "Centrão" foi pretender apresentar emendas a titulas e capítulos.

Srs. Constituintes, se for votado o Título I com uma emenda substitutiva e houver cem emendas de cem Constituintes, essas emendas caem automaticamente; não serão apreciadas, discutidas nem votadas. Isto não é democracia, é rolo compressor que vai ferir individualmente cada Constituinte.

Outro grave erro: um capítulo tem uma unidade. Se for votada uma emenda substitutiva a todo o capítulo, as emendas a parágrafos, artigos e incisos caem automaticamente. Os Constituintes não terão o direito de ver apreciadas suas emendas a parágrafos, incisos e artigos, um por um. Portanto, repito, isto não é democracia, não caracteriza o respeito a cada Constituinte individualmente.

Para concluir, Sr. Presidente, afirmo que este Projeto de Constituição é contraditório, tem avanços e recuos. Já ouvi várias lideranças do "Centrão" dizerem que discordam de apenas 20% dele. Se isto é verdadeiro e sincero, então pode-se apresentar emendas para promover essas mudanças.

Na verdade, o que se esconde por trás da proposta e a tentativa do impasse por parte do "Centrão", no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, o que poderá facilitar as medidas de golpe, autoritárias.

Democratas do "Centrão", V. Ex.^a vão ter de ouvir um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede a atenção dos oradores, tanto os que falam num sentido como em outro: esta é uma demonstração democrática.

Comunico ao orador que seu tempo está terminado. Peço que seja breve.

O SR. JOSÉ GENOINO: – Vou concluir, Sr. Presidente.

Se esta maioria, conseguida à base de assinaturas, produzir o impasse no Plenário, isto vai favorecer as medidas de força, casuísticas e arbitrárias, contra a Assembléia Nacional Constituinte.

Por isto, vamos derrotar o projeto do "Centrão", esta articulação de direita conservadora. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa apela para a educação democrática de todos os Srs. constituintes. Manifestações que não sejam as regulares só contribuem para retardar a decisão da matéria. A Mesa está muito atenta quanto ao tempo, e de forma imparcial, como é do seu dever.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Bocayuva Cunha para encaminhar a votação, pelo PDT.

O SR. BOCAJUVA CUNHA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. constituintes, já que tenho a honra de neste momento, representar o meu partido, gostaria de dizer a V. Ex.^a que nos associamos às manifestações do nobre Constituinte Egídio Ferreira Lima, de prazer e regozijo por vê-lo novamente presidir os nossos trabalhos. Quero, inclusive, dar meu testemunho de que, quando se teve notícia de que V. Ex.^a ia submeter-se a exames médicos em São Paulo, nos recantos desta Casa o que se sentiu foi uma enorme preocupação por parte de todos. Por aí pudemos bem avaliar como V. Ex.^a, Presidente Ulysses Guimarães, faz falta na direção dos trabalhos da nossa Constituinte.

Gostaria, também, de pedir aos nossos companheiros um pouco mais de serenidade na apreciação da matéria. Sei que é um assunto apaixonante, mas todos devemos procurar manter o sangue frio, os pés no chão e a cabeça no lugar.

Fico até surpreso ao ver como o nobre Constituinte Bonifácio de Andrade, esta cordura, este poço de sapiência, foi tão injusto aqui. S. Ex.^a que durante estes meses todos tem sido tão cordato, foi muito duro ao se referir às chamadas minorias como se fosse uma coisa abominável ser minoria – afirmando que ela que mente e calunia. Cito o exemplo para mostrar que até um homem da qualidade, da serenidade e da justeza do Constituinte Bonifácio de Andrade vem a esta tribuna cometer tais exageros. Isto é o que devemos evitar.

Sr. Presidente, nós, que já viemos de outras lutas, de outros embates do passado, temos bem na consciência que o fundamental para o País, para o povo brasileiro é a conquista e a consolidação da democracia. Tenho dito isso reiteradas vezes, desta tribuna. Infelizmente, no passado, deixamos que a bandeira da luta pela democracia fosse das minorias de direita, que acabaram tomando conta deste País durante 20 anos, para sua infelicidade. Hoje, temos consciência de que é indispensável a consolidação da democracia, a fim de avançarmos na conquista da soberania nacional. Para isso, precisamos de uma Constituição que não seja produto do rolo compressor de uma maioria eventual que se forma nesta Casa. Os direitos das minorias também têm de ser preservados.

Mais uma vez gostaria de contar a V. Ex.^{as} um episódio do qual fui testemunha, nos anos 60, precisamente em 1961, em seguida à renúncia do Presidente Jânio Quadros, quando começou a correr aqui em Brasília a notícia de que os ministros militares iriam vetar a posse do Vice-Presidente João Goulart, que, constitucionalmente, tinha o direito de assumir a Presidência da República. Numa reunião que se realizava em meu apartamento, com vários deputados, não só ligados ao trabalhismo como da Frente Parlamentar Nacionalista e das correntes que se sentiam preocupados com essa ruptura da democracia, alguém lembrou que eu tinha relações pessoais muito boas com o Ministro do Exército, General Odílio Denys. De fato, a família Denys é tradicional no antigo Estado do Rio. Um irmão do General Odílio Denys era, inclusive, Presidente do PTB de Santo Antônio de Pádua, um pequeno município do norte fluminense.

Recordo-me de que liguei para o Quartel-General para a residência do Ministro do Exército, pouco mais de 22 horas. Apresentei-me ao Adjunto de Ordens, que atendeu ao telefone, e pedi uma audiência com o Ministro naquela noite mesmo. E dirigi-me para lá. Ele recebeu-me e nunca mais esqueci o que se passou.

"– Ministro, me perdoe" – disse-lhe – "Mas vim aqui, e a nossa intimidade permite que lhe faça uma visita nesta hora, porque correm boatos alarmantes, na cidade, de que parte de V. Ex.^a e dos demais ministros militares uma idéia de vetar a posse do Vice-Presidente da República, na ausência do Presidente que renunciou. Isso me parece um verdadeiro absurdo, porque significa rasgar a Constituição".

Bem, o diálogo não foi muito curto, mas, em resumo, o que quero contar a V. Ex.^{as} é o seguinte: ele virou-se para mim e disse, com a autoridade de Ministro do Exército:

– "Ora, Bocayuva, você é muito moço. Você está começando sua carreira política agora, tem poucos anos de atividade política. E eu, que sou um veterano nisso, quero dizer-lhe o seguinte: quando uma Constituição não é boa, sabe o que a gente faz? A gente pega a Constituição e faz assim..."

Pegou um pedaço de papel e o rasgou na minha frente.

Sai dali abismado. Já tive ocasião de relatar esse fato neste plenário, anteriormente.

E por isso nós, os constituintes de 1986, no ano de 1987, temos o dever de fazer uma Constituição que não possa, amanhã, ser rasgada como uma folha de papel. Apelo, portanto, para os componentes do Centro Democrático que não nos queiram impor um rolo compressor, que nos faça esquecer os nossos compromissos com a minoria. Não é possível, portanto, aprovarmos uma mudança regimental neste sentido. Muitos dos companheiros que assim se posicionam não sabem o mal que estão fazendo ao País e às gerações futuras.

Volto a dizer que, sem a consolidação do regime democrático, nunca poderemos ter um povo feliz e um País à altura das nossas aspirações. Vamos impedir, Srs. constituintes, que amanhã o Ministro

do Exército ou outro de qualquer patente ou até mesmo civil possa rasgar uma Constituição como se rasga um simples pedaço de papel porque não tem base nem corresponde aos anseios da população ou porque não atende às aspirações de minorias eventuais que se podem formar, e devem estar representadas também no contexto da nossa Carta Magna. É um apelo que faço para que nunca mais se procure rasgar uma Constituição, como já se fez tantas vezes no passado. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Haroldo Lima para encaminhar a votação, pelo PC do B.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. constituintes, ainda há pouco ouvimos com atenção as palavras do nobre Constituinte Bonifácio de Andrade, o qual, com toda a ênfase que lhe é peculiar, chama a atenção dos constituintes para o centro das nossas divergências no dia de hoje, relacionado com a questão do respeito às maiorias. S. Ex.^a chega a denunciar que nós, as minorias, teríamos um know-how, uma capacidade toda especial de, por mecanismos os mais diversos, impor nossa vontade.

Nós, do PC do B, que somos há muito tempo considerados participantes de um partido minoritário, ficamos um tanto quanto estupefatos a notícia de que estamos acostumados a impor nossa vontade contra as maiorias. Há muitas décadas somos, justamente, minorias esmagadas, não pela maioria do povo brasileiro, mas, em nossa opinião, por grupos minoritários que se assentam em posições de força e conseguem impor, ai, sim, a sua vontade.

Entretanto, a fala do Constituinte Bonifácio de Andrade remete-nos a uma questão de fundo. Afinal de contas, qual é a proposta democrática que estamos discutindo hoje? S. Ex.^a fala em democracia, apela para a receita básica do democrata, que é o respeito às minorias, e diz que é justamente isso que não está havendo por parte dos setores que defendem a proposta da Mesa, no caso. Nossa posição é a de que justamente a proposta democrática, a mais vinculada ao respeito das maiorias, é a que neste instante está sendo encabeçada pela Mesa, porque a proposta do Substitutivo nº 1, do grupo "Centão", não poderia ser vista como democrática.

O Constituinte Bonifácio de Andrade indaga sobre o que caracteriza a atitude democrática. Não é o respeito à maioria? Dizemos que sim. É o respeito à maioria, mas não um respeito circunstancial a uma maioria episódica. É o respeito a um processo definido pela maioria. Estamos há quase um ano em funcionamento da Constituinte, e só agora, nos instantes finais, determinado grupo descobre que esse processo aprovado por maioria ampla durante todo tempo não é definido pela maioria, mas, sim, um processo que serve às minorias.

Ora, Sr. Presidente, o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que estamos respeitando e que tem dirigido nossos trabalhos, foi aprovado por unanimidade nesta Casa – não o foi apenas por maioria.

O SR. GASTONE RIGHI: – O PTB votou contra.

O SR. HAROLDO LIMA: – Estou sabendo que determinadas pessoas votaram contra, mas ainda assim o Regimento foi aprovado por ampla maioria desta Casa. Esse Regimento permitiu que o atual processo de elaboração da nova Constituição chegasse ao nível a que chegou, pelo que somos todos responsáveis.

Não é possível que agora, já nos instantes finais, alguns se dêem conta de que é a minoria que se está aproveitando, definindo o processo; e por meio de manobra circunstancial e conjuntural pretenda alterar a coluna vertebral do arcabouço do próprio Projeto de Constituição.

Sr. Presidente, onde está, neste instante, a temática ou a questão democráticaposta? Os nobres Constituintes que se aglutinaram no chamado "Centrão", em número superior a 300, durante certo momento levantaram a idéia de que precisariam, na Assembléa Nacional Constituinte, apresentar emendas ao projeto que viesse da Comissão de Sistematização. Sempre consideramos esse ponto de vista democrático. Entretanto, quem está hoje sustentando esse ponto de vista democrático é exatamente a proposta oriunda da Mesa. E se observarmos bem, se a proposta do "Centrão" pretensamente levanta agora o direito de todos os Constituintes apresentarem emendas no plenário desta Assembléa, veremos que, entretanto, negou esse direito no primeiro projeto que apresentou dizendo claramente que apenas as emendas assinadas por 280 Constituintes, ou mais, poderiam ser apresentadas e votadas.

Ora, contraditamos esse ponto de vista antidemocrático e defendemos a tese de que cada Constituinte, e não 280, pelo menos, tenha o direito de apresentar três emendas – agora defendemos quatro.

Dizemos mais, Sr. Presidente: se os 280 Constituintes que apresentassem o requerimento objetivando preferência para votação se expressassem pelo voto e não apenas pela assinatura, ai, sim, seria correto que esse pedido de preferência fosse levado em conta. Mas o que vemos? Vemos a proposta originária do "Centrão" não aceitar isso. Eles não querem submeter-se, nobre constituinte Bonifácio de Andrade, a 280 votos, mas, sim, a 280 assinaturas.

Dissemos que se houver 280 votos para a preferência, ela deve ser dada. Ainda há pouco, discutimos o assunto e ouvimos o Constituinte Carlos Sant'Anna dizer que não tinha conhecimento de que estava escrito dessa maneira. S. Ex.^a concordava em que devia haver preferência para que se apresentassem 280 votos e não assinaturas, e se dispôs a cortar a parte que diz "independentemente de votação, a preferência que tenha 280 assinaturas será a preferência a ser aceita pela Mesa". S. Ex.^a concordou em cortar esta parte, ainda há pouco. Contudo, no processo de negociação que se fez, outros membros do "Centrão" se indispuaram, não concordaram e disseram que, apesar de ser esse um ponto de vista claramente democrático, só depois que aqui afirmassem sua maioria poderiam reformular tal ponto.

Sr. Presidente, a questão democrática está colocada. Temos que votar na proposta mais democrática, a que garanta todo o processo democrático alcançado até agora e que garanta a praxe parlamentar no processo que seguirá de agora em diante. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Gastone Righi para encaminhar a votação pelo PTB.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não mais pretendemos encaminhar a votação, mas orientá-la. Houve uma celeuma e eu desejaría, neste instante, pedir a atenção dos Srs. Constituintes para o seguinte: estamos fazendo o encaminhamento do substitutivo da Mesa. Isso está acontecendo impropriamente, porque já deveríamos tê-lo votado. Mas, depois do encaminhamento, votaremos um pedido de preferência para que a emenda substitutiva, que costumamos chamar de Substitutivo nº 1, seja votada antes da emenda substitutiva da Mesa. Isso significa que teremos duas votações. A primeira, para a preferência, no sentido de que nossa emenda substitutiva, ou Substitutivo nº 1, passe à frente do substitutivo da Mesa. Neste caso, votaremos sim. Aprovada a preferência, passaremos à segunda votação, da própria emenda substitutiva, ou Substitutivo nº 1. Aí também votaremos sim, para aprovarla, finalmente consagrando o princípio soberano da maioria do Plenário. (Palmas.)

Desejo dizer a V. Ex.^{as} que algumas vozes andam percorrendo o Plenário falando em acordo que poderá ser feito já, ou em instantes, ou ainda suspendendo-se a sessão, etc. Deve dizer a V. Ex.^{as} que, neste momento, é impossível uma composição. O Centro Democrático não é um agrupamento humano dirigido por um líder, por um homem, mas, sim, a manifestação espontânea e absolutamente democrática de todos nós. (Palmas.) Portanto, é impraticável negociar-se em nome dessa maioria, o Cento Democrático.

Assim sendo, deveremos aprovar nossa emenda substitutiva com o compromisso de, depois, estarmos dispostos à negociação. Quem sabe, se chegarmos a algum acordo, poderemos autorizar o Presidente Ulysses Guimarães a fazer até modificações ou composições, mediante votação simbólica – o que S. Ex.^a poderá fazer a qualquer instante – e contará com a seriedade, honradez e probidade dos membros do Centro Democrático. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Amaral Netto para encaminhar a votação pelo PDS.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a esta hora ninguém mais quer ouvir ninguém. (Muito bem! Palmas.) Todos querem votar. Minha palavra limita-se apenas a um recado: não há qualquer acordo. Os dois votos do meu partido e dos membros, do "Centrão", os anunciados pelo Constituinte Gastone Righi – são, sim à preferência e à Emenda Substitutiva nº 1. (Palmas.) Repto as palavras do Constituinte Gastone Righi. Segunda-feira, quando V. Ex.^a voltar ao exercício da Presidência, com a saúde que Deus lhe deu, que chega a barrar a minha (palmas.), estaremos a seu lado para reformular qualquer coisa, de acordo com o conceito democrático, nada mais. O que queremos é isso: os dois votos sim e o início da votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Ricardo Fiúza para encaminhar a votação pelo PFL.

O SR. RICARDO FIUZA (PFL – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o assunto tem sido exhaustivamente debatido – dirijo-me principalmente a alguns companheiros que, nesta hora, demonstraram alguma dúvida a respeito da validade ou não do substitutivo proposto pela Mesa – e devo lembrar que só agora, na 25^a hora, somos procurados para acordo. Essas propostas decorrem, única e exclusivamente, do fato de saberem que temos a maioria neste momento, aqui e agora. Fiz verdadeira *via crucis*. Muitas vezes procurei o Presidente Ulysses Guimarães, a quem respeito, estimo e admiro, com o objetivo de encontrarmos um denominador comum para algo simples, elementar, para o que peço aos companheiros, atenção, porque é fundamental. Por exemplo, se houvesse destaque do § 1º de tal capítulo, votado o projeto, o parágrafo precisaria de 280 votos para voltar ao lugar, caso não aprovássemos o destaque. Precisaríamos simplesmente do **quorum** de 280 votos para aprovação do destaque ou a matéria a que ele se referisse. Nunca cederam. Nunca! O Substitutivo da Mesa não atende a essa pretensão. Apresentamos um Substitutivo que, hoje reconhecemos, pode ser melhorado. Isso é da prática parlamentar, é da vida. A Mesa apresentou Substitutivo muito melhor do que o anterior, mas em função da atitude do "Centrão", da nossa coragem. Todos querem apresentar emendas, e, se tiverem esse direito, será por nossa causa, porque não o tinham. E hoje já vêm os frutos da nossa aparente intransigência.

Estamos dispostos, após nossa vitória – digo após, porque nunca nos respeitaram – a sentar para ajustar os dois diplomas, mantido o ponto essencial, que não figura no Substitutivo da Mesa, e, tantos quantos se ilidirem, estarão votando contra todo o trabalho que permitiu esse desfecho. Votemos o Substitutivo nº 1, votemos agora a preferência dizendo sim, e, democraticamente, após a vitória, com a Nação, sabendo que existe maioria de centro, poderemos corrigir, melhorar, progredir no texto.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – tem a palavra o Sr. Fernando Santana para encaminhar a votação pelo PCB.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente desta vez não vamos esquecer – Srs. Constituintes, o Substitutivo do nosso querido amigo, que está hoje muito agitado, Constituinte Cardoso Alves; é tecnicamente impossível de ser aplicado, pois permite que no primeiro e segundo turnos sejam apresentadas emendas substitutivas e o mais que quiserem. Ora, se já fizemos isso no primeiro turno, no segundo essa repetição, além de ser cansativa, não vai melhorar em nada o texto constitucional, porque, em verdade, o que queremos, no segundo turno, é apurar o trabalho que fizemos no primeiro. Se abrirmos novamente todas as possibilidades de emenda, como está no art 27 do Substitutivo do Constituinte Cardoso Alves, vamos, Srs. Constituintes, ficar eternamente na apresentação de emendas e mais emendas, e mais Substitutivos, e o texto constitucional, que no segundo turno deveria ser apurado convenientemente, não o será de modo algum.

De sorte, Sr. Presidente, que não quero abusar da paciência dos colegas que estão aflitos para votar, numa agonia terrível para votar. A agonia do voto. Que beleza! Mas é o voto da direita que está agonizante.

Pois bem, o Substitutivo dà Mesa nos parece muito mais racional, muito mais lógico e atende a todas as necessidades previstas no Substitutivo do meu querido amigo Constituinte Cardoso Alves, sem os erros e falhas técnicas lá existentes.

Assim, aconselharia a esse grupo, que hoje chamam de "Centrão", que, em vez de centrar a votação no Substitutivo do Constituinte Cardoso Alves, centrasse no Substitutivo da Mesa, porque atende a tudo aquilo que V. Ex.^{as} desejam e não cria as complicações... (Manifestação do Plenário.)

Hoje estou desconhecendo esses meus colegas – eles são tão gentis. Quando assomam à tribuna, um dos raros Constituintes que dá toda a atenção Constituinte nesta Casa é o orador que ora lhes fala, que ainda tem o cuidado de bater palmas. Seja lá o que for, ainda bato palmas. (Palmas.) Mas V. Ex.^{as}, de qualquer modo, querem tirar-me da tribuna. Deixem-me concluir.

Quero dizer que o "Centrão" teria muito mais racionalidade, prestaria melhor serviço a este País se fizesse uma autocrítica, já e agora, e direcionasse a sua votação para o Substitutivo da Mesa, que atende muito melhor ao que V. Ex.^{as} desejam e a Nação espera.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Afif Domingos para encaminhar a votação pelo PL.

O SR. AFIF DOMINGOS – (PL – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste instante em que se encaminha a votação – e aqui falo em nome do Partido Liberal – deixamos nossa posição de solidariedade e de união, em torno da proposta do "Centrão". (Muito bem! Palmas.) Colocamos, acima de tudo, uma posição de extrema importância para o momento em que estamos vivendo. Antes de se discutir o ponto de vista técnico, entendo que essa manifestação do "Centrão" é política, é o desejo de uma maioria poder atuar como reza a própria convocação desta Constituição, em que a maioria deve prevalecer. Mas não prevalecer – nem é nossa intenção – de forma a esmagar outros companheiros. Não! A nossa posição é de busca de entendimento. Portanto, após a votação, apoaremos integralmente as propostas feitas pelo ilustre Líder do PTB, Constituinte Gastone Righi, e pelo ilustre Constituinte Ricardo Fiúza, do PFL. Assim, estaremos abertos ao entendimento – principalmente após essa votação – comandado por V.Ex.^a Sr. Presidente, como preito da nossa homenagem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Mário Covas para encaminhar a votação pelo PMDB.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, li, hoje, exatamente no primeiro jornal que apanhei, a seguinte notícia:

"Depois de se reunir pela segunda vez com líderes do "Centrão" – grupo de "moderados" que deseja mudar o Regimento Interno para poder alterar o projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização ..."

Sr. Presidente, isso me levou à consciência do processo de desinformação que ocorre, não apenas nesta Casa, mas até em certas notícias que transitam pela imprensa.

A rigor, quero dizer, desde logo, que esta Casa pode, pela vontade de 280 Constituintes, modificar qualquer ou todos os artigos do Projeto de Constituição, até mesmo sem mudança no Regimento Interno.

Desmistificado esse aspecto e admitindo desde logo que a mudança do Regimento é uma reivindicação legítima, porque é verdade que pessoas pertencentes a um grupo autodenominado "Centrão" estão interessadas em fazer mudanças na Constituição, não é menos verdade que eu, como outros Constituintes, estou interessado em fazer modificações.

Isto me leva ao primeiro problema que constatei. Muitos dos companheiros desta Casa que assinaram o primeiro substitutivo do "Centrão" disseram-me que o estavam fazendo porque queriam ter a oportunidade de emendar o projeto. Ora, isso me causa profundo espanto, porque o projeto em causa não permite a cada Constituinte, individualmente, a apresentação de emendas, (Apupos.) Permite que 280 Constituintes apresentem emendas – repito – mas não permite que cada Constituinte, individualmente, apresente emendas. É bem verdade – e me antecipo às afirmativas – que, feito o primeiro, a Mesa, no segundo substitutivo, incorporou algo nascido da sua vontade conciliadora, qual seja a prerrogativa de cada Constituinte apresentar individualmente três emendas, além das subscritas por 280 signatários. Mas, a rigor, é preciso que se diga que essa prerrogativa só apareceu no segundo substitutivo, como consequência do aproveitamento de uma sugestão apresentada pela Mesa. O projeto, Sr. Presidente, dizia o seguinte, na sua versão original:

"Incluído o projeto na Ordem do Dia, para votação, com ou sem substitutivo, tanto em primeiro como em segundo turno é facultada à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de substitutivos e emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, secções... que serão relatadas oral e conclusivamente, em plenário, pelo Relator da Comissão..."

Ora, Sr. Presidente, o substitutivo permite a apresentação de emendas até o instante da votação e pede para as mesmas um rito sumário. O que significaria que, iniciada e encaminhada na hora da votação, uma emenda seria apresentada, e quem encaminhou a votação não teria falado sobre esta emenda apresentada posteriormente. Mas como se admite, inclusive, a apresentação de substitutivo, se pediria que o Relator fosse obrigado a, imediatamente, sobre um substitutivo de cerca de 300 artigos, dar parecer oral, em plenário, sob o rito do regime de urgência.

Quero lembrar que o ato convocatório desta Constituinte determinou que o projeto de Constituição teria que ser votado em primeiro e segundo turnos, e que a possibilidade aventada, de apresentação de emendas em segundo turno, violentaria o próprio ato convocatório, que obriga à votação em dois turnos.

O SR. ODACIR SOARES: – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COVAS: – Chegaremos lá. Se há uma coisa de que não tenho medo é de voto. (Palmas.) Então, isso não me assusta. Aliás, quero dizer muito claramente que....

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede a atenção da Casa, a fim de que se possa, logo depois, fazer a votação.

O SR. MÁRIO COVAS: – ...se é verdade que há alguns Constituintes com o empenho que eu reservo para me portar nesta tribuna – como tem sido uma constante em minha vida parlamentar – é preciso que esclareçamos definitivamente que não são apenas alguns os que querem votar. Uma votação como a que ora se vai processar, produzirá um de dois resultados: vencerá o pedido de destaque, ou não vencerá o pedido de destaque.

Votarei de uma determinada forma – contra a oferta de destaque – mas absolutamente não me constrange ser derrotado, eventualmente, porque ser derrotado pelo processo eleitoral não é constrangimento para alguém, assim como espero que ninguém se sinta constrangido se, eventualmente, no processo eleitoral, for igualmente vencido e não repetir ou não reafirmar que, até agora, as votações feitas por esta Assembléia, com imenso trabalho...

(Manifestações no Plenário a respeito do prazo do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não é preciso advertir a Mesa sobre o tempo, porque está atenta, como esteve em relação a todos os demais Líderes.

A Mesa está empenhada no cumprimento do seu dever e pede a Casa a ajude, para que o Regimento seja obedecido.

Continua com a palavra o nobre Líder Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, o segundo item fundamental do Substitutivo choca-se com o art. 63, que determina, no seu § 2º, uma tremenda mudança. Quero chamar a atenção daqueles que foram subscritores do 1º Substitutivo, porque, entre o 1º e o 2º Substitutivos há, nesta modificação do art 63, uma diferença fundamental.

Diz-se no 1º Substitutivo:

"Quando for apresentado um requerimento de destaque ou uma emenda com 280 assinaturas, a matéria que se pretende substituir será destacada do corpo principal e votada após a votação do total."

No 2º Substitutivo, a palavra "após" é substituída pela palavra "antes". Isto significa, Sr. Presidente, que no Plenário será votado o Substitutivo e, além do Substitutivo, serão apreciadas as emendas de parecer contrário, também ressalvados os destques.

Ora, Sr. Presidente, destaque sobre uma emenda favorável ao **caput** e desfavorável ao parágrafo terá que ser votado antes do corpo do destaque ser votado. Em outras palavras, podemos aprovar o parágrafo de um artigo, sem que este tenha sido apreciado. É isto o que determina, com absoluta exatidão, o § 63. E vai mais longe. Na medida

em que determina que a votação seja feita desta maneira, mantém o art. 27 do Regimento Interno, que determina, no seu § 3º, que a votação seja feita em títulos e capítulos.

Sr. Presidente, esta Casa busca – é acho que é o que se faz hoje, inclusive com esta apresentação – um processo de continuidade, de consolidação na luta pela construção da Constituição. Pois bem, votaremos pelo Substitutivo da Mesa. Se outra razão não houvesse, ele tem as marcas do Presidente da Casa, que são, elas próprias, símbolo desta Constituição. Portanto, votaremos com o Substitutivo da Mesa que, desde logo, apresenta e supera todas essas dificuldades aqui aventadas. (Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa anuncia que há requerimento de votação de preferência para o Substitutivo que tem como seu primeiro subscritor o nobre Constituinte Cardoso Alves. Sendo aprovado o Substitutivo, evidentemente será votada a matéria objeto da solicitação de preferência. Caso o Substitutivo não seja aprovado, será votado o Substitutivo oferecido pela Mesa. Passaremos à votação, a ser efetuada por chamada. Os que aprovarem dirão sim, os que recusarem dirão não.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Com base no inciso IV do § 1º, art. 62, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requeremos a Vossa Excelência seja dada preferência na votação à Emenda nº 1 (Substitutivo) ao Projeto de Resolução nº 16, anexos os de nº 19 e 20, de 1987.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1987. – Roberto Jefferson – José Lourenço – Amaral Netto – Gastone Righi – Cardoso Alves – João Castelo – Antônio Salim Curiati – Daso Coimbra – Siqueira Campos – Arolde de Oliveira – Bonifácio de Andrade – Max Rosenmann.

O SR. MENDES RIBEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS, sem revisão do orador): – Sr. Presidente, o Líder Mário Covas levantou a dúvida – a mesma que eu tinha – a respeito da troca da palavra "após" pelo termo "antes". O primeiro projeto, assinado por todos, está diferente do segundo, que foi modificado. Confesso que assinaria qualquer coisa para emendar o projeto. Agora, eu gostaria que a Mesa esclarecesse que o que está sendo votado é o segundo Substitutivo, onde a expressão "antes" é substituída por "após".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa põe a votos a Emenda nº 1, Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 16.

A Presidência vai proclamar o resultado da votação:

Sim – 271; Não – 223; Abstenções – 2; Total – 496.

O requerimento foi aprovado.

Votam Sim:

Adauto Pereira – PDS; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borda – PDS; Afif Domingos – PL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Wemer – PDS; Asdrubal Bentos – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benito Gama – PFL; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrade – PDS; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos De' Cali – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Christóvam Chiaradia – PFL; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Neto – PDS; Délia Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Surugay – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edme Tavares – PFL; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Rolemberg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Alves – PFL; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rolemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Rezek – PMDB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Bomhausen – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Teixeira – PFL; Júlio Campos – PFL; Lael Varella – PFL; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Narciso Mendes – PDS; Nelson Sabrá – PFL; Nilson Gibson – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo – Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes Landim – PFL; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sote-

ro Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Telmo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Valmir Campelo – PFL; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL;

Votam Não:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adroaldo Streck – PDT; Affonso Camargo – PTB; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Almir Gabriel – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Amaury Müller – PDT; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Farias – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Artur da Távola – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Rodrigues – PMDB; Cid Carvalho – PMDB; Cristina Tavares – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmino de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genebaldo Correia PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – **Ilegível**; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jayme Santana – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Calmon – PMDB; João Cunha – PMDB; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; Joaquim Francisco – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Carlos Greco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José

da Conceição – PMDB; José Fogaça – PMDB; José Genoino – PT; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Richa – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Lima – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Myrian Portella – PDS; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nion Albemar – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Olívio Dutra – PT; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Rolleberg – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Tadeu França – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vilson Souza – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

Comparecem e votam Abstenção
Ulysses Guimarães – PMDB; Jorge Arbage – PDS.
O SR. MÁRIO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, houve

um equívoco, e meu voto não foi registrado. Meu voto é sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não é possível retificar voto.

O SR. MÁRIO DE OLIVEIRA: – Contudo, meu voto é sim. Estou fazendo uma retificação. Meu voto é sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A declaração de V. Ex.^a ficará consignada nos Anais, mas, de acordo com o Regimento, a retificação de voto não é permitida.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Srs. Constituintes, em face de a votação da matéria ainda envolver várias votações, não só a do substitutivo objeto da preferência, como também a de um número que não é pequeno de destaques, e, inclusive, na expectativa – permitam que interfira neste assunto, que chegou à Mesa – de figuras representativas dos dois grupos, da possibilidade de procederem a entendimentos que facilitem essa votação, declaro encerrada a sessão, convocando outra para amanhã, às 10 horas.

VII – Encerramento

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Adolfo Oliveira – PL; Aécio Neves – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Aloysis Chaves – PFL; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Geraldo Bulhões – PMDB; Gumerindo Milhomem – PT; Harlan Gadilha – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Jairo Carneiro – PFL; Jessé Freire – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Herrmann Neto – PMDB; José Serra – PMDB; José Viana – PMDB; Manoel Moreira – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Maia – PDT; Maurício Campos – PFL; Maurício Pádua – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Miraldo Gomes – PMDB; Nabor Júnior – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Neuto de Conto – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renato Viana – PMDB; Roberto Freire – PCB; Santinho Furtado – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Vieira da Silva – PDS; Wilson Campos – PMDB;

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Encerro a sessão, designando para amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 16-C, de 1987.

(Encerra-se a Sessão às 19 horas e 22 minutos.)



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 153

SEXTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 168^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 26 DE NOVEMBRO DE 1987

I – Abertura da sessão
II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

III – Leitura do Expediente

OFÍCIO

Nº 205/87 – Do Senhor Constituinte Amaury Müller, Vice-Líder do Partido Democrático Trabalhista – PDT, no exercício da Liderança, participando que os Senhores Constituintes Brandão Monteiro, José Maurício e Lysâneas Maciel continuam a integrar a Comissão de Sistematização na qualidade de membros efetivos e que os Senhores Constituintes Bocayuva Cunha e Luiz Salomão integram a referida Comissão na qualidade de membros suplentes.

PROJETO APRESENTADO

Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987. (ANC) (Da Mesa) – Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Pendente de parecer às emendas de Plenário. – (Projeto de Resolução nº 21, de 1987 (ANC), emendado em plenário).

JOSÉ GENOÍNO (pela ordem) – Pedido de verificação de quorum em nome do PC e do PDT.

ROBERTO JEFFERSON (pela ordem) – Consulta à Mesa sobre autoridade do Constituinte José Genoíno para falar pelo PDT. Apelo

no sentido da chamada de Constituintes ao plenário.

PRESIDENTE – Determinação no sentido da realização de chamada nominal, em virtude da procedência da alegação da falta de **quorum**.

CARLOS SANT'ANNA (Questão de ordem) – Quebra de acordo entre os Constituintes Fernando Henrique Cardoso e Mauro Benevides a propósito da hora de início da sessão.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Carlos Sant'Anna.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (pela ordem) – Confirmação de acordo com o Presidente Ulysses Guimarães e com o Constituinte Mauro Benevides

a propósito da hora de início da sessão.

PRESIDENTE – Ausência de instruções à Mesa no sentido de modificações do horário marcado para início da sessão. Constatação da existência de **quorum** para prosseguimento da sessão e revogação do pedido de chamada nominal.

HAROLDO LIMA (Questão de ordem) – Dispositivo regimental que impede o início da sessão sem a verificação de **quorum** solicitada.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Haroldo Lima.

IV – Pequeno Expediente

DEL BOSCO AMARAL – Apelo no sentido de conciliação entre minoria e maioria.

DAVI ALVES SILVA – Expectativa do orador no sentido de que, atendida a reivindicação do grupo "Centrão" no que concerne à modificação no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, seja reapresentada e aprovada a proposta de criação do Estado do Maranhão do Sul.

FAUSTO ROCHA – Apoio ao posicionamento do Grupo "Centrão" em defesa da liberdade de iniciativa, do bom senso e do equilíbrio.

FARABULINI JÚNIOR – Necessidade de conciliação entre o projeto do Grupo "Centrão" e o substitutivo da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

RUY NEDEL – Ausência de características de agrupamento partidário ou suprapartidário no Grupo "Centrão".

ADYLSON MOTTA – Conveniência da realização de Sessões da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional antes do início do recesso, ante elevado número de decretos-leis pendentes de votação.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Consulta à Mesa sobre duração do Pequeno Expediente.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

CUNHA BUENO – Crítica a pronunciamento do ex-Governador Leonel Brizola em programa do PDT.

LUÍS SOYER – Preferência dos relatores das Comissões Temáticas pelos elementos ideológicos, em detrimento dos reais interes-

ses do País, como causa da formação do Grupo "Centrão".

JOSÉ GENÓILO (Questão de ordem) – Encerramento do horário de Pequeno Expediente.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genólio.

FRANCISCO KÜSTER – Decepção popular com o clima reinante nas atividades da Assembléia Nacional Constituinte e apelo no sentido da solução dos impasses criados.

AMAURY MÜLLER – Desistência do uso da palavra, ante decurso do horário destinado ao Pequeno Expediente.

JOSÉ GANOÍNO – Intenção do Grupo "Centrão" de incluir no Texto Constitucional dispositivos ultraconservadores e ultra-reacionários.

CARLOS VINAGRE – Apelo dos seringueiros de Belterra e Fordlândia, nos Municípios de Aveiro e Santarém, Estado do Pará, no sentido de enquadramento na tabela permanente do Ministério da Agricultura.

EVALDO GONÇALVES – Projeto de resolução, de autoria do orador, que visa a criar Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas do acidente com o Césio-137, ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás, e os critérios da Comissão de Energia Nuclear quanto à escolha de locais para depósito de rejeitos radioativos.

OSVALDO BENDER – Protesto contra aplicação de multas, pelo Graer, a pequenos agricultores do Município de Caiçara, Estado do Rio Grande do Sul, no que se refere a projetos de construção.

FRANCISCO AMARAL – Aprovação do ex-Deputado Freitas Nobre em concurso para livre docência das disciplinas Legislação e Ética do Jornalismo e Direito de Informação, e sua inclusão no corpo docente da Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo.

MAURO SAMPAIO – Sugestão de programa de incentivos às tecnologias alternativas de combate à seca e de produção prioritária de alimentos, no Nordeste brasileiro.

FERES NADER – Conveniência de campanha a nível nacional, pelo Ministério da Saúde, sobre a importância da doação de córneas.

IVO LECH – Desafio constituído pelas carências alimentares sofridas pela maioria populacional brasileira é expectativa de providências Constitucionais a propósito.

VIRGÍLIO GALASSI – Celebração de contratos de empréstimos, por prefeituras e Estados, sem prévia autorização do Senado Federal.

ADEMIR ANDRADE – Responsabilidade de representantes do capital na Assembléia Nacional Constituinte pelo atraso do processo de elaboração-constitucional e pelo impasse

criado pelo projeto de modificação do Regimento Interno. Sugestão de greve geral de 24 horas em apoio ao projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização.

ANTÔNIO DE JESUS – Agressão à organização familiar consubstanciada em dispositivo inserido no texto constitucional que propicia número ilimitado de dissoluções conjugais.

OSVALDO BENDER – Falecimento do ex-Deputado Federal Daniel Dipp, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

PRESIDENTE – Solidariedade da Mesa a voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Daniel Dipp.

V – Comunicações das Lideranças

ROBERTO JEFFERSON – Apoio ao projeto de resolução do "Centrão" que visa a modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Apelo ao Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais no sentido da anulação de adiantamento de um milhão de cruzados a deputados estaduais, por se tratar de ato que acentua o desgaste da classe política.

MENDES RIBEIRO – Conveniência de não ser levado à extrema radicalização o movimento que pleiteia a modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

DOMINGOS LEONELLI – Aspectos positivos do movimento desencadeado pelo "Centrão" que visa modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

JOÃO MENEZES – Importância da sessão da Assembléia Nacional Constituinte em que foi aprovado o requerimento de preferência encaminhado pelo Grupo "Centrão" para a Emenda nº 1 de Plenário ao Projeto de Resolução nº 16-C, de 1987.

RAQUEL CÂNDIDO – Motivos de voto favorável da oradora ao projeto do Grupo "Centrão".

AMARAL NETTO – Apelo à Mesa no sentido de que sejam acionadas as campanhas de chamamento dos Constituintes ao plenário. Prováveis consequências da não-realização da votação do requerimento do Grupo "Centrão".

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Amaral Netto.

HAROLDO LIMA – Sentidos regimental e político do substituto do Grupo "Centrão" que visa a modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

FERNANDO SANTANA – Posição equivocada do Constituinte Amaral Neto na defesa de votação independentemente de acordo entre lideranças.

VI – Ordem do Dia

FERNANDO CARDOSO (pela ordem) – Pedido de adiamento da votação

do projeto que visa a modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

AMARAL NETTO – Posicionamento do Grupo "Centrão" favorável ao encerramento da sessão após a votação do Substitutivo e a votação dos destaques na próxima semana.

JOSÉ LOURENÇO – Apelo no sentido de submissão ao plenário do requerimento do Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

PRESIDENTE – Concessão da palavra aos líderes que desejarem pronunciar-se.

MÁRIO COVAS (pela ordem) – Subscrição, pelo PMDB, do requerimento do Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

CARLOS SANT'ANNA – Transgressão ao Regimento Interno consubstanciada no requerimento do Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Carlos Sant'Anna.

CARLOS SANT'ANNA – Uso da palavra conforme o art. 93, item VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Carlos Sant'Anna.

GASTONE RIGHI – Invocação de dispositivo regimental que obriga à apresentação por escrito de requerimentos que visem a adiamento de votação e à sua dependência de deliberação do plenário.

FERNANDO SANTANA – Possibilidade de encerramento da sessão em consequência de acordo entre as lideranças, sem agressão ao Regimento Interno. Inconveniência de precipitação no que concerne ao assunto em pauta.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Necessidade de entendimento e prejuízos do confronto entre as lideranças. Apoio ao requerimento do Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

HAROLDO LIMA – Posição do PC do B favorável ao adiamento da votação.

AMAURY MÜLLER – Endosso do PDT à proposta do Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO – Conveniência de diálogo político que permita a superação do atual impasse e apoio do PT ao requerimento do Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

JOSÉ COSTA (Questão de Ordem) – Necessidade de se sobrepor o interesse do País aos interesses partidários. Solicitação de que seja submetida ao Plenário a proposta de adiamento de votação.

PRESIDENTE – informação ao Plenário de deliberação da Mesa no sentido do acionamento das campanhas de chamada dos Constituintes ao plenário e da suspensão da sessão por dez minutos.

GASTONE RIGHI – Apelo ao Centro Democrático e às lideranças em favor do adia-

mento da votação, posição já adotada pelo PTB.

GERSON PERES (Pela ordem) – Apelo ao líder Amaral Netto em prol ao entendimento entre as lideranças e do adiamento da votação.

MAX ROSENMAN – Crítica à orientação dada pelo Constituinte Marcelo Cordeiro ao programa "O Diário da Constituinte".

JOSÉ LOURENÇO (Pela ordem) – Posição do PFL favorável ao adiamento da votação.

AMARAL NETTO (Pela ordem) – Declaração de voto vencido do orador, ante opinião da maioria do "Centrão" e do PDS, e de concordância quanto ao adiamento da votação.

ROBERTO JEFFERSON – Posicionamento do Grupo "Centrão" favorável ao adiamento da votação.

MILTON REIS (Pela ordem) – Posição do orador em favor do entendimento e apoio às lideranças e à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte no adiamento da votação.

JOSÉ LINS – Concordância do Grupo "Centrão" com o adiamento da votação.

FAUSTO ROCHA (Questão de ordem) – Solicitação à Mesa de resposta à questão de ordem levantada pelo Constituinte Max Rosenmann a propósito do programa "O Diário da Constituinte".

INOCÊNCIO OLIVEIRA (Pela ordem) – Apoio à proposta do Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

PRESIDENTE – Satisfação da Presidência pelo entendimento havido entre as lideranças. Informação de acompanhamento do desenrolar dos trabalhos da Casa pelo Constituinte Ulysses Guimarães, no exercício da Presidência da República. Resposta às questões de ordem dos Constituintes Max Rosenmann e Fausto Rocha.

VII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos Membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

DOS PARTIDOS – Relação dos Membros

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos Membros

Ata da 168ª Sessão, Extraordinária, Matutina, em 26 de novembro de 1987

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; e
Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente

ÀS 10:00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Neto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da

Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis – Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Aureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita – da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Ed- me Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Elie Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correa – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César

– PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberé Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – ; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanaagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Palmarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Goes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado – Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Greco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José **Ilegível**; Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Besson – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito

Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarido Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Neilton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Render – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauchache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Sar-

ney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmarinha Seixas – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Simão Sessini – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sónlon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Visor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélás – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maio – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 301 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. RUY NEDEL: Servindo como 2º-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: 3º-Secretário, servindo como 1º-Secretário, procede à leitura do seguinte:

III EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Sr. Constituinte Amaury Müller
Vice-líder no exercício da Liderança do PDT, nos seguintes termos:

Ofício nº 205/87

Brasília, 24 de novembro de 1987

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência que os Senhores Constituintes Brandão Monteiro, José Maurício e Lysâneas Maciel continuam a fazer parte da Comissão de Sistematização, como membros efetivos e, como suplentes, os Senhores Constituintes Bocayuva Cunha e Luiz Salomão.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Constituinte **Amaury Müller**, Vice-Líder no exercício da Liderança do PDT.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 21-A, DE 1987**

(Da Mesa)

Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Pendente de parecer às emendas de Plenário.

(Projeto de Resolução nº 21, de 1987 (ANC), Emendado em Plenário.)

Art. 1º É facultada à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte a apresentação de substitutivos a Títulos, Capítulos, Seções e Subseções e de emendas a dispositivos do projeto de Constituição.

§ 1º Em caso de mais de um substitutivo sobre a mesma matéria, terá prioridade aquele que, apresentar o maior número de subscritos. Se forem de igual número, será votada a preferência do que tiver sido apresentado em primeiro lugar.

§ 2º As emendas apresentadas com base neste artigo, terão preferência automática, não sendo submetida a votos e sua aprovação não prejudicará as demais emendas, salvo se forem idênticas.

§ 3º Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo, não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma na sessão seguinte, com 24 (vinte e quatro) horas de intervalo entre uma e outra para decisão final do plenário.

Art. 2º Será permitido ao Constituinte, após publicado o projeto da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as emendas e destaques oferecidos em fases anteriores, apresentar 4 (quatro) emendas e 6 (seis) destaques, obedecido o § 2º do art. 29 do Regimento, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

Parágrafo único. A emenda e o destaque devem incidir sobre artigo, parágrafo, inciso e alínea de emenda ao projeto ou ao substitutivo, parcial ou integralmente.

Art. 3º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 56 (cinquenta e seis) constituintes e apresentado até as 18 (dezoito) horas do dia que anteceder a votação do respectivo título.

§ 1º Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver maior número de subscritores, salvo acordo em contrário.

§ 2º Os substitutivos, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas.

§ 3º Ausente o autor do requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário, salvo mediante autorização por escrito do primeiro signatário a um de seus subscritores.

Art. 4º Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos o Projeto da Comissão de Sistematização, abrir-se-á o prazo de 7 (sete) dias para recebimento de substitutivos ou emendas.

§ 1º O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria, não podendo submendá-la ou concluir por substitutivo.

§ 2º Nas 72 (setenta e duas) horas que se seguirem à publicação e distribuição do parecer, poderão ser apresentados requerimentos de destaque.

Art. 5º Será admitida a fusão de emendas, desde que a proposição dela resultante não apresente inovações em relação às demais emendas objeto da fusão e seja assinada pelos primeiros subscritores das propostas originais.

Art. 6º É admitida a co-autoria de emendas após a respectiva publicação.

Art. 7º O disposto no art. 2º não se aplica às emendas populares.

Art. 8º Votar-se-á em primeiro lugar o capítulo do respectivo título seguido dos destaques e, sucessivamente, o grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§ 1º As emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de mérito conexas, salvo o disposto no § 2º do art. 1º e no parágrafo único do art. 11.

§ 2º No encaminhamento de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 5 (cinco) constituintes: 2 (dois) a favor, tendo preferência o autor do destaque, 2 (dois) contra e o Relator.

§ 3º A votação será realizada na ordem crescente dos capítulos e de seus respectivos artigos, não se admitindo requerimento de preferência de um Título, Capítulo, Seção ou Subseção, sobre outro.

§ 4º No início da votação de cada título poderão falar os líderes ou os constituintes por eles indicados, sendo facultado.

a) ao partido com mais de 150 (cento e cinquenta) membros – 12 (doze) minutos;

b) ao partido com mais de 15 (quinze) e menos de 150 (cento e cinquenta) membros – 8 (oito) minutos;

c) ao partido com até 15 (quinze) membros – 5 (cinco) minutos.

Art. 9º. Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, o Relator redigirá o vencido para o segundo turno no prazo de até 10 (dez) dias.

Art. 10. Serão permitidos destaques para aprovação ou supressão de parte do projeto ou de substitutivo, considerando-se incluída ou excluída do texto aprovado a matéria objeto do destaque, se este for aceito pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 11. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior poderá ser apreciado requerimento de destaque para votação em separado de parte do texto do projeto ou do substitutivo, desde que subscrito por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) constituintes.

Parágrafo único. A matéria destacada na forma deste artigo somente será incluída no texto constitucional se aprovada pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Caso não atinja este **quorum** será tida como rejeitada sem prejuízo das emendas que hajam sido destacadadas para o mesmo texto, caso em que não se observará o limite constante do art. 2º.

Art. 12. Ocorrendo rejeição de Capítulo e de suas respectivas emendas, será a sessão suspensa pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, devendo o relator apresentar texto circunscrito à matéria existente, sem prejuízo da faculdade atribuída à maioria absoluta de oferecer texto, nas mesmas condições do relator.

Parágrafo único. Nesta fase, os destaques poderão ser apresentados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, independente do princípio da preju-

dicialidade, desde que subscritos por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Art. 13. Recebido o texto do relator, referido no art. 6º, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo a matéria incluída em Ordem do Dia, até 5 (cinco) dias para discussão em segundo turno.

§ 1º É facultado a cada constituinte, durante a discussão, apresentar 4 (quatro) emendas, desde que supressivas ou de redação.

§ 2º Cada orador poderá falar por 10 (dez) minutos, uma única vez, e os líderes por 20 (vinte) minutos.

§ 3º Encerrada a discussão, com emendas, o relator emitirá parecer no prazo de até 5 (cinco) dias, sendo a matéria submetida à votação.

§ 4º Concluída a votação, com ou sem emendas, a matéria será encaminhada a uma Comissão de Redação integrada por constituintes a serem designados pelo Presidente, entre estes o relator.

§ 5º Apresentada a redação final far-se-á sua publicação no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** de em avulsos, sendo incluída em Ordem do Dia para votação em turno único no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. No encaminhamento da votação, poderão usar da palavra uma única vez, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) representantes de cada partido.

Art. 14. Esta resolução entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. – Constituinte **Mauro Benevides**.

PARECER

Com o objetivo de harmonizar numerosas sugestões de alteração regimental, tendo em vista a discussão e votação do Projeto de Constituição, a Mesa entendeu, como necessária, a reapresentação de nova proposta, condensando as inovações insertas em substitutivos anteriores, ainda em tramitação, bem assim nas emendas que dispõem sobre modificações no art. 27 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Após sucessivos entendimentos, foi oferecido à Mesa um Anteprojeto de Resolução consubstanciando normas que pretendem viabilizar, no menor espaço de tempo, o exame da matéria originária da Comissão de Sistematização, evitando-se embargos regimentais que possam dificultar, no Plenário, qualquer deliberação a ser adotada pelos Senhores Constituintes.

Reabrindo prazos para a apresentação de emendas nos primeiro e segundo turnos; estabelecendo número máximo para a formulação de emendas e destaques; fixando exigências para pedido de preferência – tudo isso foi alinhado em dispositivos explícitos, por cujo fiel cumprimento empenhar-se-ão, certamente, todos os integrantes da Assembléia.

Tomar-se-á, assim, bem mais clara a interpretação da Lei Interna, diante das novas alternativas agora disciplinadas, com vistas a uma maior participação dos constituintes, desejosos de aprimorar, através de novas emendas, o texto da futura Carta Magna do País.

Em face das razões expostas, a Mesa apresenta o seguinte.

Projeto de Resolução, – Constituinte **Mauro Benevides**.

**LEGISLAÇÃO CITADA
PELA COORDENAÇÃO DAS
COMISSÕES PERMANENTES**

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1987 (ANC)

**Dispõe sobre o Regimento Interno
da Assembléia Nacional Constituinte.**

Art. 29. Recebido o parecer da Comissão, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo a matéria, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, incluída em Ordem do Dia, para discussão em segundo turno, nela podendo permanecer até 15 (quinze) dias, vedada a apresentação de novas emendas, salvo as supressivas e as destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, ou de redação para correção de linguagem.

§ 2º Encerrada a discussão, com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, que sobre elas emitirá parecer no prazo de até 10 (dez) dias.

**PARECER DA MESA DA
ASSEMBLÉIA NACIONAL
CONSTITUINTE**

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, na reunião de hoje, presentes os Senhores Constituintes Ulysses Guimarães, Presidente, Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente, Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, Mario Maia, 2º-Secretário e Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário, aprovou o parecer do Relator, Constituinte Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente, favorável ao Projeto de Resolução que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Reuniões, 3 de dezembro de 1987. – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

**EMENDAS OFERECIDAS
EM PLENÁRIO**

– Nº 1 –

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 21, DE 1987**

**Altera o Regimento Interno da
Assembléia Nacional Constituinte.**

A Assembléia Nacional Constituinte decreta:

Art 1º É facultado a cada Constituinte, após publicado o Projeto da Comissão de sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, ressalvadas as emendas populares, apresentar 5 (cinco) emendas e 10 (dez) destaques.

§ 1º O destaque poderá incidir sobre cada emenda, total ou parcialmente, ou, supressivamente, sobre dispositivo do projeto, ou, ainda, destinar-se à votação em separado de parte do projeto.

§ 2º Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente Título, Capítulo ou a totalidade do projeto.

Art 2º Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos o Projeto da Comissão de Sistematização, abrir-se-á prazo de 72 (setenta e duas) horas para recebimento de emendas na forma do artigo anterior.

§ 1º O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo ele 5 (cinco) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição das emendas, não podendo subemendá-las ou concluir por Substitutivo.

§ 2º Nas 72 (setenta e duas) horas que se seguirem à publicação do parecer, poderão ser apresentados requerimentos de destaque relativos a emendas ou para supressão de dispositivos do projeto, desde que subscritos por 6 (seis) Constituintes.

§ 3º Os requerimentos de destaque para votação em separado de partes do projeto ou de emendas a ele oferecidas deverão ser subscritos por 35 (trinta e cinco) Constituintes e formulados no prazo consignado no parágrafo anterior.

Art. 3º Votar-se-á, em primeiro lugar, o Título, seguindo-se os requerimentos de destaque sobre matéria nele constante.

§ 1º Os requerimentos de destaque para votação em separado deverão ser aprovados pela maioria dos Constituintes, em votação nominal, sendo os demais requerimentos de destaque deferidos prontamente pela Presidência desde que satisfeitas as exigências regimentais.

§ 2º Será admitida a fusão de emendas, desde que a proposição dela resultante não apresente inovações em relação às demais emendas objeto da fusão e seja assinada pelo primeiro subscritor de cada proposta original.

§ 3º É admitida a co-autoria de emendas após a respectiva publicação.

§ 4º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por Líder de bancada ou por, no mínimo, 56 (cinquenta e seis) Constituintes e apresentado até as 18 (dezoito) horas do dia que anteceder a votação do respectivo Título.

§ 5º Terão prioridade para votação, em cada Título, os requerimentos de preferência formulados pelos Líderes de cada partido em número total que não poderá exceder a 30 (trinta) é que será proporcional ao tamanho da respectiva bancada, assegurando-se a apreciação de, no mínimo, uma preferência de cada partido.

§ 6º Apreciados os requerimentos de preferência formulados pelos Líderes de bancada, serão votados os demais requerimentos de preferência na ordem decrescente do número de subscritores.

§ 7º As emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de sentido idêntico ou oposto,

§ 8º Ausente o autor do requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário, salvo mediante autorização por escrito do primeiro signatário.

§ 9º No encaminhamento de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 5 (cinco) Constituintes, sendo 2 (dois) a favor, tendo preferência o autor do destaque, 2 (dois) contra e o Relator da Comissão de Sistematização.

§ 10. A votação será realizada na ordem crescente dos Títulos e de seus respectivos artigos, não se admitindo requerimentos de preferência de um Título, Capítulo, Seção ou Subseção sobre outro.

§ 11. No início da votação de cada Título poderão falar os líderes das bancadas ou os Constituintes por eles indicados, sendo facultado:

a) ao partido com mais de 150 (cento e cinquenta) membros: 12 (doze) minutos;

b) ao partido com mais de 15 (quinze) e menos de 150 (cento e cinquenta) membros: 8 (oito) minutos;

c) ao partido com até 15 (quinze) membros: 5 (cinco) minutos.

Art. 4º O destaque de emenda ou de supressão de parte do projeto será considerado aprovado se for aceito pela Assembléia Nacional Constituinte.

Parágrafo único. A matéria destacada para votação em separado será submetida a votos após a deliberação do dispositivo do projeto ou da emenda a que se referir, sendo mantida apenas no caso de aprovação pela maioria absoluta dos Constituintes.

Art. 5º Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, a fim de ser elaborada a redação do vencido para o segundo turno, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 6º Recebido o parecer da Comissão de Sistematização, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** em avulsos, sendo a matéria incluída em Ordem do Dia, até 5 (cinco) dias, para discussão em segundo turno:

§ 1º É facultado a cada Constituinte, durante a discussão, apresentar 4 (quatro) emendas, desde que supressivas ou de redação.

§ 2º Cada orador poderá falar por 10 (dez) minutos, uma única vez, e os Líderes por 20 (vinte) minutos.

§ 3º Encerrada a discussão, com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, que sobre ela emitirá parecer no prazo de até 5 (cinco) dias.

§ 4º Recebido o parecer da Comissão, publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, será o projeto incluído em Ordem do Dia para votação em segundo turno.

§ 5º Concluída a votação com a aprovação de emendas e destaques, retomará a matéria à Comissão de Sistematização, que no prazo de 3 (três) dias, oferecerá a redação final.

§ 6º Apresentada à Mesa a redação final, far-se-á sua publicação no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo incluída em Ordem do Dia para votação em turno único no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas. No encaminhamento da votação, poderão usar da palavra uma única vez, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) representantes de cada partido.

§ 7º Será dispensada a redação final se o texto do projeto for aprovado em segundo turno, sem destaque ou emendas.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Trata-se de emenda substitutiva destinada a explicitar uma proposta democrática de processo de elaboração do novo texto constitucional, no qual se assegure a prevalência da vontade da maioria dos integrantes da Assembléia Nacional Constituinte, resguardando-se, no entanto, o direito indisponível de todas as forças políticas, horando o mandato que lhes for confiado pela população, defenderem e lutarem pela aprovação de suas iniciativas.

Sala das Sessões, de 8 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro** – **Vivaldo Barbosa** – **Plínio de Arruda Sampaio** – **Roberto Freire** – **Horoldo Lima** – **Aldo Arantes** – **Beth Azize**.

- Nº 2 -**Emenda**

O art. 1º do Projeto de Resolução nº 21 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Será admitida a apresentação de substitutivos de capítulos, seções e subseções, desde que apresentados por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes."

Justificação

A apresentação de substitutivos deve ter um número qualificado de subscritores. A presente emenda visa adotar como critério 1/3 (um terço) do plenário, ou seja, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes. – **Haroldo Lima**.

- Nº 3 -

I – Acrescenta-se ao projeto um artigo, que será primeiro, com a seguinte redação:

"Art. 1º O texto apresentado pela Comissão de Sistematização, como conclusão do disposto no § 3º do art. 26, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, constituirá o Projeto de Constituição e prejudicará todas as proposições a ele referentes, apresentadas em fases anteriores, salvo as emendas de iniciativa popular, previstas no art. 24 do Regimento Interno."

II – Suprime-se em consequência, o art. 7º do projeto.

Justificação

O texto da emenda não exige justificação e nem altera os objetivos do projeto.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena**.

- Nº 4 -

Art. 1º (caput):
Suprimir a expressão "maioria absoluta dos".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Virgílio Guimarães**.

- Nº 5 -

Art. 1º (caput):
"Substituir a expressão "maioria absoluta dos" por 56 (cinquenta e seis)."

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Virgílio Guimarães**.

- Nº 6 -

Suprime-se, no art. 1º do Projeto de Resolução nº 21, da Mesa, as expressões "Títulos" e "Capítulos".

Justificação

Trata-se de recuperar o disposto no atual Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que proíbe a apresentação de emendas substitutivas globais a mais de um dispositivo do projeto ou substitutivo.

Sala das Sessões. – **José Genoíno**.

- Nº 7 -**Art. 1º (caput):**

Suprimir a palavra "Títulos".

Sala das sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**.

- Nº 8 -**Emenda Supressiva**

Suprime-se no art. 1º do Projeto de Resolução nº 21 a expressão "Títulos".

Justificação

A admissão de emendas substitutivas de título descharacteriza toda a sistemática de elaboração constitucional até então adotada. Pode surgir um texto inteiramente estranho ao processo de discussão oriundo das subcomissões, comissões temáticas, emendas populares e Comissão de Sistematização. – **Haroldo Lima**.

- Nº 9 -**Art. 1º (caput):**

Suprimir a palavra "Capítulos".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**.

- Nº 10 -**Art. 1º (caput):**

Suprimir a palavra "Seções".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**.

- Nº 11 -

Ao art. 1º, que passará a ser o 3º, acrescente-se no **caput**, após o termo "Constituinte":

"...no mesmo prazo estabelecido no art. 2º..."

Justificação

A emenda apenas estabelece o mesmo prazo para a apresentação de todas as emendas.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena**.

- Nº 12 -**Art 1º § 1º:**

Substituir pela seguinte redação:

"Em caso de mais de um substitutivo sobre a mesma matéria, a prioridade será votada em Plenário."

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Virgílio Guimarães**.

- Nº 13 -

Ao § 1º do art. 1º, dê-se a seguinte

"No caso de serem destacadas, para votação em separado, duas ou mais emendas sobre a mesma matéria, terá prioridade para deliberação aquela que tiver maior número de subscritores. Se for igual o número a prioridade recairá naquela de menor número de ordem."

Justificação

A emenda visa a esclarecer que o destaque é para votação em separado.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Senador **Humberto Lucena**.

- Nº 14 -**Art. 1º § 1º:**

Suprimir a expressão:

"Terá prioridade aquele que apresentar o maior número de subscritores, se forem de igual número."

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Virgílio Guimarães**.

- Nº 15 -

Suprime-se o § 2º do art. 1º do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, da Mesa.

Justificação

Pretende-se com esta emenda, abolir a figura da preferência automática do texto do projeto.

Saia das Sessões, – Deputada **Irma Passoni**.

- Nº 16 -**Art 1º****§ 2º** Suprime-se todo o § 2º.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Virgílio Guimarães**.

- Nº 17 -

Suprime-se o § 2º do art. 1º do Projeto de Resolução nº 21.

Justificação

O procedimento democrático impõe que todos os pedidos de preferência sejam submetidos à votação. Daí ser inadmissível a preferência automática que prescinde do voto – **Haroldo Lima**.

- Nº 18 -

Dê-se ao § 2º do art. 1º do projeto a seguinte redação e em consequência acrescente-se o seguinte § 3º renumerando-se o atual:

"Art. 1º

2º Os substitutivos e as emendas apresentadas com base neste artigo terão preferência automática, independentemente de votação de requerimento.

§ 3º A aprovação das proposições referidas no parágrafo anterior não prejudicará as demais emendas oferecidas, inclusive as mencionadas no art. 2º, salvo se forem idênticas."

Justifica-se o desmembramento do parágrafo para evitar interpretação equivocada de que a matéria não é votada.

O que se pretende excluir da votação pelo fato de já ter sido requerido pela maioria absoluta é a preferência unicamente.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Bonifácio de Andrade – Osvaldo Render.**

– Nº 19 –

Dê-se ao § 2º, do art. 1º, do Projeto de Resolução nº 21/87 da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, a seguinte redação:

"Art. 1º
§ 2º As emendas apresentadas com base neste artigo, terão preferência automática para votação, e sua aprovação não prejudicará as demais emendas, ainda que sejam idênticas."

Justificação

Propomos a alteração na redação do § 2º do art. 1º do Projeto de Resolução nº 21/87, uma vez que a redação oferecida afronta a liberdade e a soberania do fórum de decisões da Assembléia Nacional Constituinte que é seu Plenário. Não podemos conceber que uma emenda com um maior número de subscritores não seja submetido à consideração do plenário, uma vez que assinaturas não podem de forma alguma substituir o poder maior de decisão que é o voto – direito inalienável de cada Constituinte.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Anna Maria Rattes.**

– Nº 20 –

Dê-se ao § 2º do art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º
§ 2º Os substitutivos a Títulos, Capítulos, Seções e Subseções e as emendas apresentados com base neste artigo terão preferência automática, independentemente de votação, e sua aprovação não prejudicará as demais emendas, salvo se forem idênticas."

Justificação

A presente redação está mais consentânea com o que dispõe o **caput** do art. 1º do projeto.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Carlos Sant'Anna.**

– Nº 21 –

Dê-se ao § 2º do art. 1º do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, da Mesa, a seguinte redação:

"§ 2º As emendas apresentadas com base neste artigo terão sua preferência votada pelo Plenário com prioridade sobre as demais; sua aprovação não prejudicará as demais emendas, salvo se forem idênticas."

Justificação

Pretende-se, com esta emenda, abolir do texto do projeto o instituto da preferência automática, com base em listas de assinantes, obrigando a que todas as preferências sejam submetidas a voto pelo Plenário.

Sala das Sessões, – **José Genoíno.**

– Nº 22 –

(Modificativa)
Ao § 2º do art 1º seja dada a redação seguinte:

"§ 2º A aprovação das emendas apresentadas com base neste artigo não prejudicará as demais emendas, salvo se forem idênticas."

Justificação

A aprovação automática da preferência, com base no número de subscritores da emenda, é um mecanismo condenável, pelas deformações que pode ensejar. É imperioso repeli-lo.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Egídio Ferreira Lima.**

– Nº 23 –

Suprime-se no § 2º, do art. 1º, as expressões "automática, não".

Justificação

O tipo de "preferência automática" contraria as disposições do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que exige votações para os diversos tipos de requerimentos previstos, inclusive o de "preferência", conforme estabelece o art. 62, § 1º, inciso IV, e o § 3º do mesmo artigo.

A eliminação da palavra "não" visa reestruturar o texto do parágrafo de modo a que fica entendido que a preferência passa a depender de aprovação, harmonizando, portanto, o procedimento em relação às emendas com o que está estabelecido para os substitutivos no § 1º, do art. 1º.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Senador Mário Covas**, Líder do PMDB na ANC.

– Nº 24 –

Ao § 2º do art. 1º.

I – Suprime-se a expressão "não sendo submetida a votos".

II – Substitua-se a expressão "salvo se forem idênticas", por "salvo se tiverem objetivo igual ou contrário".

Justificação

A 1ª supressão torna o texto mais inteligível, a fim de não se confundir votação de preferência com votação de emenda. A 2ª alteração, esclarece melhor o fato da prejudicialidade, uma vez que a matéria, para ser julgada prejudicada, não precisa ser idêntica a outra, basta ter objetivo idêntico. O que é diferente.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena.**

– Nº 25 –

Emenda Modificativa

Ao art. 1º, § 2º, na parte final, onde se lê:

"...salvo se forem idênticas..."

Leia-se:

"...salvo as que forem idênticas ou absolutamente contrárias..."

Justificação

A emenda objetiva tornar racional a votação, e apenas reproduz o previsto no art. 200, inciso VI, do Regimento Interno da Câmara.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Chagas Rodrigues.**

– Nº 26 –

(Supressiva)
Suprime-se o § 3º do art 1º:

Justificação

A repetição da votação por falta do **quorum** necessário à aprovação da emenda, no fundo, lesa a Emenda Constitucional nº 26, que convocou a Assembléia Nacional Constituinte. Em verdade, representa, por meios regimentais, a criação do terceiro turno.

Por outro lado, o intervalo de vinte e quatro horas para que se repita a votação poderá se tornar um condenável fator de aliciamento de consciências.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Egídio Ferreira Lima.**

– Nº 27 –

Art. 1º § 3º
Suprime-se todo o § 3º
Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães.**

– Nº 28 –

Suprime-se o § 3º do art 1º do projeto.

Justificação

O destaque já se encontra disciplinado nos arts. 10 e 11. A repetição da votação da matéria destacada pertinente às emendas coletivas quando "não" for alcançado **quorum** de maioria absoluta" – como reza textualmente o § 3º do art. 1º do projeto – configura exceção descabida e injustificável.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena.**

– Nº 29 –

Dê-se nova redação ao § 3º do art. 1º, do Projeto de Resolução nº 21/87, da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 1º
§ 3º Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo, não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, será considerada prejudicada.

Justificação

Propomos a alteração do § 3º do art 1º do Projeto de Resolução nº 21/87, da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, de forma a assegurar uma maior participação dos Constituintes em plenário. Não justifica-se que uma matéria destacada e que não consiga **quorum** de 280 votos, volte novamente, após 24 horas para ser submetida ao Plenário desta Casa. Em nosso entendimento, se uma matéria não alcançar o número para deliberação, ficará prejudicada, como é de praxe na votação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Constituinte **Anna Maria Rattes.**

– Nº 30 –

Dê-se ao § 3º do art. 1º do Projeto de Resolução nº 21, a seguinte redação:

§ 3º Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo não for alcan-

cado **quorum** de maioria absoluta, a matéria será rejeitada."

Justificação

A maioria absoluta deve ser o **quorum** para aprovação de matéria Constitucional, porém, se este não é alcançado a proposição deve ser rejeitada, sem prejuízo de outras matérias destacadas. – **Haroldo Lima.**

– Nº 31 –

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º Será permitido ao Constituinte, após publicação o Projeto da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as emendas e destaques oferecidos em fases anteriores, apresentar 4 (quatro) emendas e 6 (seis) destaques com apoioamento na forma do art. 63, § 1º"

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Bonifácio de Andrade – Osvaldo Bender.**

– Nº 32 –

Substitua-se o art 2º e parágrafo único pelo seguinte:

"Art. 2º Será permitido após a publicação do Projeto de Constituição, que prejudicará todas as emendas e destaques anteriormente apresentadas, apresentar e destacar 3 (três) emendas e mais 3 (três) destaques do texto, obedecido o § 2º do art. 29 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte sem prejuízo do disposto no artigo anterior."

Parágrafo único. A emenda e o destaque deve incidir sobre artigo, parágrafo, inciso e alínea do projeto, parcial ou integralmente.

Justificação

O texto proposto não menciona claramente que será de apenas 6 (seis) destaque, inclusive os do texto do projeto.

A redação clarifica este aspecto.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Aluízio Campos.**

– Nº 33 –

Dê-se ao art 2º do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, da Mesa, a seguinte redação:

"Art. 2º Será permitida ao Constituinte, após publicado o projeto da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as emendas e destaques oferecidos em fases anteriores, apresentar 5 (cinco) emendas e 10 (dez) destaques, obedecido o § 2º do art. 29 do Regimento."

Justificação

Pretende-se a ampliação do número de emendas e destaques a serem apresentadas pelos Constituintes em Plenário.

Sala das Sessões – Deputado **José Genoíno.**

– Nº 34 –

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. É facultado a cada Constituinte, nos 7 dias que se seguirem à publicação desta Resolução, apresentar, individualmente, ao

Projeto de Constituição, quatro emendas, não computadas neste número aquelas a que se refere o art. 3º desta Resolução.

§ 1º A emenda que substitua integralmente qualquer Título, Capítulo, Seção ou Subseção, será designada "substitutivo" e somente terá tramitação se subscrita por, no mínimo, 157 Constituintes.

§ 2º As disposições transitórias é vedada a apresentação de emenda "substitutivo", podendo, entretanto, uma única emenda referir-se a mais de um dispositivo, desde que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração pretendida, para ser efetivada, envolva a necessidade de se alterar outras disposições."

Justificação

A emenda abre o prazo para a apresentação das emendas após a publicação da Resolução originária deste projeto, esclarecendo que não se computarão no número das emendas aquelas subscritas de modo coletivo "substitutivos". Estabelece, ainda, número mínimo de subscritores para as emendas que substituam integralmente título, capítulo, seção ou subseção. Inclui, ainda, no projeto, vedação quanto à apresentação de substitutivo integral às disposições transitórias, como consequência lógica, uma vez que o texto dessas disposições trata de matérias não interligadas.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Humberto Lucena.**

– Nº 35 –

Art. 2º (caput):

Suprimir a expressão "que prejudicará todas as emendas e destaques oferecidos em fases anteriores".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Deputado Virgílio Guimarães.**

– Nº 36 –

Art. 2º (caput):

Substituir a expressão "6 (seis)" por "12 (doze)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Deputado Virgílio Guimarães.**

– Nº 37 –

Art. 2º (caput):

Substituir a expressão "4 (quatro)" por "8 (oito)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Deputado Virgílio Guimarães.**

– Nº 38 –

Suprima-se a expressão "obedecido o § 2º do art. 29 do Regimento", constante do **caput** do art. 2º do projeto.

Justificação

A sugestão proposta objetiva que a emenda apresentada por constituinte obedeça – na fase de instrução – ao mesmo rito regimental previsto para as emendas coletivas. A remissão feita – no art. 2º do Projeto de Resolução – ao § 2º do art. 29 do Regimento remete à Comissão de Sistematização para parecer as emendas individuais, enquanto que as coletivas recebem apenas o parecer do relator do colegiado.

Não encontrando razão que justifique a disciplina fixada, apresentamos esta emenda, esclarecendo que vamos propor, também, o aumento do prazo conferido ao relator para emitir parecer sobre a matéria.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.
– **Humberto Lucena.**

– Nº 39 –

Art. 3º.
Suprimir a expressão "56 (cinquenta e seis)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.
– **Virgílio Guimarães.**

– Nº 40 –

Art. 3º (caput):
Substituir a expressão "56 (cinquenta e seis)" por "28 (vinte e oito)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.
– **Virgílio Guimarães.**

– Nº 41 –

Suprima-se o § 1º do art. 3º do Projeto de Resolução nº 21, de 1987.

Justificação

Pretende-se, com a supressão desse parágrafo, restabelecer o critério de preferência pela ordem de sua apresentação junto à Secretaria da Mesa, critério este já previsto no § 1º do art 1º do projeto.

Sala das Sessões. – **José Genoíno.**

– Nº 42 –

Dê-se ao § 1º do art. 3º do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, a seguinte redação:

§ 1º Terá prioridade o requerimento de preferência subscrito por líder partidário, assegurado o mínimo de uma preferência para cada partido, o total será definido através de acordo, respeitada a proporcionalidade de cada bancada."

Justificação

A presente emenda visa garantir no Regimento Interno o que foi uma experiência vitoriosa na Comissão de Sistematização: a prioridade para preferências através de acordo entre as lideranças, respeitando a participação de todos os partidos com assento na Assembléia Nacional Constituinte. – **Haroldo Lima.**

– Nº 43 –

Art. 3º § 1º.
Substituir a expressão "de subscritores" por "votos em plenário".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.
– **Virgílio Guimarães.**

– Nº 44 –

Art 3º § 1º.
Suprimir a expressão:
"salvo acordo em contrário."
Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães.**

– Nº 45 –

I – Ao **caput** do art. 3º acrescente-se **in fine** após o termo "título" – "ou capítulo".

II – Suprima-se do § 1º do art. 3º a expressão final: "salvo acordo em contrário".

III – Dê-se ao § 3º do art. 3º a seguinte redação:

"Ausente o autor do requerimento de destaque ou preferência, assim considerado o seu primeiro signatário, a matéria não será submetida à deliberação do Plenário, salvo autorização, por escrito, do mesmo autor a um de seus subscritores."

Justificação

A votação poderá recair sobre o título ou capítulo e não somente sobre aquele.

Não há de se falar em acordo no Regimento. O Plenário é que deve ser ouvido. O acordo será sempre "extra-oficial".

A emenda define "autor". No mais, não altera o mérito do projeto.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Humberto Lucena.

– Nº 46 –

Emenda supressiva

Suprima-se o § 2º do art. 3º.

Justificação

Ressalvar as emendas e destaques apresentados.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Constituinte Carlos Sant'Anna.

– Nº 47 –

Suprima-se o § 2º do art. 3º.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Bonifácio de Andrade – Osvaldo Bender.

– Nº 48 –

§§ 2º e 3º do art. 1º.

Substitua-se os §§ 2º e 3º do art. 1º pelos seguintes:

"§ 2º A votação proceder-se-á pela ordem crescente dos Capítulos e dos seus dispositivos, exceto se houver títulos anteriores sem Capítulos, não se admitindo preferência de Título, Capítulo, Seção ou Subseção sobre outro.

§ 3º Votar-se-á inicialmente as emendas e destaques, sendo votados, em primeiro lugar, os supressivos, depois os substitutivos, a seguir os modificativos, finalmente os aditivos e, por último, a proposição principal.

§ 4º A aprovação das emendas e destaques apresentados com base neste artigo somente prejudicará os relativos à matéria idêntica.

§ 5º Não alcançando o **quorum** de maioria absoluta na votação, será esta repetida em até duas sessões subsequentes, com 24 (vinte e quatro) horas de intervalo entre uma e outra, para a decisão final do Plenário que, se for o caso, poderá votar a matéria por maioria simples com a presença de, pelo menos, 400 (quatrocentos) Constituintes."

Justificação

A emenda visa a incluir novos parágrafos no art. 1º, regulando mais claramente o processo de votação.

Em consequência, foram absorvidas matérias que constavam de outros artigos, como por exemplo o art. 8º e seus parágrafos.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado Aluizio Campos.

– Nº 49 –

Dê-se ao § 2º do art. 3º a seguinte redação:

"§ 2º Os substitutivos, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de sentido idêntico ou contrário."

Justificação

Com esta emenda pretendemos explicitar, com critérios mais definidos, a questão da prejudicialidade.

Sala das Sessões, Deputado José Genoino.

– Nº 50 –

Dê-se ao § 2º do art. 3º, do Projeto de Resolução nº 21/87, a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 2º Os substitutivos, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados não prejudicarão as proposições conexas."

Justificação

Propomos a adição da expressão "não" ao texto do § 2º, do art 3º, do Projeto de Resolução nº 21/87, para permitir que se uma matéria quando submetida ao Plenário, não prejudique outra emenda ainda que tenha redação parecida. Este parece-nos ser o meio mais democrático para garantir na futura Constituição o pensamento de toda a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Constituinte Anna Maria Rattes.

– Nº 51 –

Art. 3º

§ 2º

Suprimir a expressão: "ou rejeitados".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado Virgílio Guimarães.

– Nº 52 –

Emenda substitutiva

Art 3º, § 2º.

Substitua-se a palavra "conexas" por "idênticas".

Justificação

Convém deixar bem claro que a prejudicialidade somente ocorre em relação a matérias idênticas, não abrangendo emendas ou destaques que modifiquem ou aditem a matéria emendada.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado Aluizio Campos.

– Nº 53 –

Art. 3º

§ 3º

Suprimir todo o § 3º.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado Virgílio Guimarães.

– Nº 54 –

Dê-se ao § 3º do art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 3º Ausente o autor do

requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário, salvo se o primeiro signatário autorizar, por escrito, que um dos subscritores o represente na qualidade de autor."

Justificação

A emenda corrige a redação do projeto, esclarecendo a finalidade da autorização.

Brasília, 8 de dezembro de 1987. – Deputado Carlos Benevides.

– Nº 55 –

Art. 3º

§ 3º

Suprimir a palavra "não".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado Virgílio Guimarães.

– Nº 56 –

Substitua-se o art. 4º do projeto pelo seguinte:

"Art 4º As emendas, uma vez publicadas e distribuídas em avisos, serão encaminhadas ao Relator da Comissão de Sistematização que terá o prazo de 10 dias para, sobre elas, emitir parecer, e encaminhá-las à Mesa não podendo submetê-las ou concluir por "substitutivo".

§ 1º Publicado o parecer no **Diário da Assembleia** e distribuído em avisos, abrir-se-á o prazo de 72 horas para a apresentação de requerimentos de destaque, subscritos por, no mínimo, 187 Constituintes, obedecidos os demais termos estabelecidos no art. 63 e seus parágrafos.

§ 2º Esgotado o prazo previsto no **caput** deste artigo sem a apresentação do parecer, será este proferido oralmente, em plenário, em sessão especialmente convocada para esse fim, pelo relator do projeto ou, em caso de impedimento deste, por relator designado conforme o estabelecido in fine no § 8º do art. 13."

Justificação

A emenda, além de dar melhor ordenação à matéria, prevê a hipótese de ter o relator esgotado o prazo que lhe é deferido sem conclusão de parecer respectivo.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Humberto Lucena.

– Nº 57 –

No art. 4º onde se lê: "o prazo de 7 (sete) dias"; leia-se: "o prazo de 7 (sete) dias úteis".

Sala das Reuniões, 8 de dezembro de 1987. – Bonifácio de Andrade – Osvaldo Bender.

– Nº 58 –

Art. 4º (**caput**).

Substituir "7 (sete)" por "10 (dez)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado Virgílio Guimarães.

– Nº 59 –

No § 1º do art 4º do projeto.

Onde se lê: 5 (cinco) dias.

Leia-se: 10 (dez) dias.

Justificação

O aumento do prazo proposto justifica-se pelo fato de termos sugerido em outra emenda norma com o objetivo de que as emendas individuais recebam, como as coletivas, parecer do Relator e não da Comissão de Sistematização.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Humberto Lucena.

– Nº 60 –

Art. 4º caput.

Suprimir a expressão "substitutivos ou".
Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado **Virgílio Guimarães**.

– Nº 61 –

Art. 4º.

§ 1º.
Substituir "5 (cinco)" por "7 (sete)".
Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado **Virgílio Guimarães**.

– Nº 62 –

Art. 4º.

§ 1º.
Imprimir a palavra "não"
Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães**.

– Nº 63 –

Art. 4º.

§ 2º.
Substituir 72 (setenta e dois) por 96
(noventa e seis).
Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães**.

– Nº 64 –

Ao art. 5º, dê-se a seguinte redação:

"§ 4º Admitir-se-á, ainda, a fusão de emendas, desde que a proposição dela constante não apresente inovações em relação às emendas objeto da fusão e o novo texto, assinado pelos primeiros signatários das emendas, que lhe deram origem, seja encaminhado à Mesa até o início da sessão em que se leva dar a votação respectiva."

Justificação

A emenda complementa a redação do projeto sem alterar-lhe o mérito.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Humberto Lucena**.

– Nº 65 –

Art. 5º.

Suprimir a expressão:

"a proposição dela resultante não apresente inovações em relação às demais emendas objeto da fusão".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães**.

– Nº 66 –

Art. 6º Suprimir todo o artigo.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães**.

– Nº 67 –

Dê-se ao art. 6º a seguinte redação:

§ 3º É admitida a co-autoria de emenda após a respectiva publicação, registrado o fato na Ata da Sessão em que o mesmo se der, para publicação no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**.

Justificação

A emenda não altera o mérito do projeto, apenas completa o seu entendimento.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Humberto Lucena**.

– Nº 68 –

Art. 7º.

Suprime-se.

Justificação

As emendas populares caíram na vala comum do emendamento, depois de admitida a sua tramitação, não se justificando tratamento posterior privilegiado, se não forem encampadas para esse fim por número adequado de Constituintes.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Aluizio Campos**.

– Nº 69 –

Art. 7º.

Acrescentar ao final a expressão: "que terão prioridade sobre toda as demais".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães**.

– Nº 70 –

Art. 8º e parágrafo único.

Substitua-se o art. 8º e parágrafo único pelo seguinte:

"Art. 8º No início da votação de cada Título ou Capítulo poderão falar os líderes ou os Constituintes que indicarem, sendo facultado:

a) ao partido com mais de 150 (cento e cinquenta) membros, 12 (doze) minutos;

b) ao partido com mais de 15 (quinze) e menos de 150 (cento e cinquenta) membros, 8 (oito) minutos;

c) ao partido com até 15 (quinze) membros, 5 (cinco) minutos.

Parágrafo único. No encaminhamento de matéria destacada poderão usar da palavra por 5 (cinco) minutos cada um, 5 (cinco) Constituintes: 2 (dois) a favor, tendo preferência o autor do destaque, (dois) contra e o relator."

Justificação

A substituição do art. 8º é uma consequência do deslocamento para parágrafos do art. 1º de algumas das matérias que regulava.

Por isso ficou mais restrito.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Aluizio Campos**.

– Nº 71 –

Dê-se ao art. 8º do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, a seguinte redação: "Art. 8º – Votar-se-á em primeiro lugar o Título, ressalvados os destaques e, posteriormente, o grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário".

Justificação

A praxe parlamentar indica que, em primeiro lugar, deve-se votar a matéria principal, no caso o Título, ressalvados os destaques a ele solicitados e, posteriormente, o grupo de emendas com parecer favorável e contrário. A formulação que propomos visa explicitar esse princípio parlamentar já consagrado. – **Haroldo Lima**.

– Nº 72 –

Art. 8º (caput).

Suprimir a expressão: "Capítulo do respectivo Título seguidos do"

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães**.

– Nº 73 –

Ao **caput** do art. 8º.

Onde se diz:

"... o capítulo do respectivo título seguido dos destaques e..."

Diga-se:

"...o título ou o primeiro capítulo do respectivo título, e, em seguida as partes e emendas destacadas e..."

Justificação

Há títulos que não têm capítulo. Esta a razão da emenda.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Humberto Lucena**.

– Nº 74 –

Art 8º § 1º.

Suprimir todo o § 1º.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães**.

– Nº 75 –

Dê-se ao § 1º do art. 8º a seguinte redação:

"§ 1º As emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de conteúdo idêntico ou contrário, salvo o disposto no § 2º do art. 1º e no parágrafo único do art. 11."

Justificação

Pretende-se tirar a expressão "conexas" para o julgamento da prejudicialidade; o termo em questão é bastante impreciso, podendo gerar interpretações valorativas e sem uniformidade.

Sala das Sessões, – **Virgílio Guimarães**.

– Nº 76 –

Ao § 1º do art. 8º.

Onde se diz:

"as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados..."

Diga-se:

"as emendas ou as partes destacadas do Projeto de Constituição aprovadas ou rejeitadas..."

Justificação

A emenda visa apenas a deixar bem claro que as matérias sujeitas à deliberação são as "emendas e as partes destacadas" e não os requerimentos de destaque.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Senador **Humberto Lucena**.

– 77 –

Art. 8º § 2º.

Substituir "5 (cinco)" por "10 (dez)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado **Virgílio Guimarães**.

- 78 -

Art. 8º, § 4º.

Suprimir a expressão:

"Sendo facultado" as letras **a, b e c.**

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado **Virgílio Guimarães.**

- Nº 79 -

Art. 8º, § 4º, letra **b**.

Substituir "12 (doze)" por "15 (quinze)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado **Virgílio Guimarães.**

- Nº 80 -

Art. 8º, § 4º, letra **c**.

Substituir "8 (oito)" por "12 (doze)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado **Virgílio Guimarães.**

- Nº 81 -

Art. 8º § 4º letra **c**.

Substituir "5 (cinco)" por "10 (dez)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães.**

- Nº 82 -

Dê-se ao art. 9º do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, a seguinte redação:

"Art. 9º Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, para a redação final da matéria aprovada, no prazo de até 10 (dez) dias, findos os quais a mesma será submetida a votos, em segundo turno."

Justificação

Pretende-se, com esta emenda, recuperar os procedimentos processuais previstos no atual Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, – Constituinte
Gumercindo Milhomem.

- Nº 83 -

Art. 9º.

Substituir "10 (dez)" por "12 (doze)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães.**

- Nº 84 -

Art 10.

Suprima-se.

Justificação

A supressão do art. 10 do projeto é consequência da solução dada no § 5º do art. 1º, através do eventual critério da maioria simples quando não alcançada a maioria absoluta na votação.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.
– **Aluísio Campos.**

- Nº 85 -

Suprima-se o art. 10 do Projeto de Resolução nº 21.

Justificação

Não é admissível que no segundo turno de votação do Projeto de Constituição seja substituída a votação em plenário pela apresentação

de requerimento com assinaturas de maioria absoluta. Aí estaria sendo oficializado o condenável voto "por procuração". Criaria a possibilidade de todo o texto constitucional ser considerado aprovado sem haver votação soberana dos Constituintes, o que tomaria inclusive, despejando a discussão da matéria. – **Haroldo Lima.**

Justificação

A matéria tratada no *caput* do art. 11 já é objeto das disposições do art. 10, sendo, assim, redundante.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Humberto Lucena.**

- Nº 92 -**Emenda supressiva:**

Suprima-se no art 11 do Projeto de Resolução nº 21 a expressão "sem prejuízo do disposto no artigo anterior:

Justificação

Entendemos que não é cabível a hipótese prevista no art 10 do projeto. Isto é, a assinatura do requerimento de destaque substituir o voto em plenário. – **Haroldo Lima.**

- Nº 93 -

Substitua-se no art. 11 a palavra "apreciado" por "votado".

Justificação

"

"Art. 10. Serão permitidos destaques para votação em separado, de partes do projeto ou de substitutivo, desde que subscrito o requerimento por 187 Constituintes, considerando-se acolhida a matéria objeto do destaque se esta for aceita pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte."

Justificação

Necessário ficar bem claro que a matéria destacada do Projeto é que será submetida a votos e que, para ser aprovada e reincluída no texto do projeto, terá que obter o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Assembléia.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Humberto Lucena.**

- Nº 87 -

Art. 1º.

Suprimir a expressão: "ou de substitutivo".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado **Virgílio Guimarães.**

- Nº 88 -

Art. 10.

Suprimir a expressão: "ou excluída".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado **Virgílio Guimarães.**

- Nº 90 -

Suprima-se o art. 11 e seu parágrafo único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, da Mesa.

Justificação

Pretende-se, com esta supressão, não permitir destaque para votação em separado, o que representa um golpe regimental contra as regras até aqui praticadas.

Sala das Sessões, – Deputada **Irma Passoni.**

- Nº 91 -

Suprima-se o art 11 *caput* do projeto transformando em artigo autônomo o seu parágrafo único.

Justificação

A matéria tratada no *caput* do art. 11 já é objeto das disposições do art. 10, sendo, assim, redundante.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Humberto Lucena.**

- Nº 94 -**Art. 11 (caput).**

Substituir "187 (cento e oitenta e sete) por "56 (cinquenta e seis)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado **Virgílio Guimarães.**

- Nº 95 -

Suprima-se o parágrafo único do artigo 11.

Justificação

Com a supressão deste parágrafo pretende-se a manutenção das regras regimentais até hoje praticadas em todas as fases da Assembléia Nacional Constituinte, em que se aprovava, a priori, um texto base para, posteriormente, submeter a votos destaques supressivos ao mesmo.

Sala das Sessões, – Deputada **Irma Passoni.**

- Nº 96 -**Art. 11.....**

Parágrafo único:

Suprimir todo o parágrafo único.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado **Virgílio Guimarães.**

- Nº 97 -

Suprima-se do parágrafo único do art 11 as expressões finais "... caso em que não se observará o limite constante do art. 2º" e "na forma deste artigo", constantes do princípio de seu enunciado.

Justificação

O limite estabelecido no art. 2º, a que se refere o 1º parágrafo único do art. 11, diz respeito ao número de emendas e de destaques que podem ser apresentados antes da votação, não podendo, assim, ser objeto de ressalva.

A segunda supressão decorre da supressão do **caput** do art. 11 como sugerimos em outra emenda.

Sala das Sessões, – 1987. – **Humberto Lucena.**

– Nº 98 –

Suprime-se o art. 12 e seu parágrafo único do Projeto de Resolução nº 21, de 1987.

Justificação

Coerentemente com a supressão do art. 11, pretendida por nós, apresentamos esta proposta, de supressão do art. 12, para que prevaleçam regras até aqui praticadas pela Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, – Constituinte **Virgílio Guimarães.**

– Nº 99 –

Art 12 e parágrafo único.
Suprime-se.

Justificação

O art. 12 trata da chamada solução composta que se torna desnecessária se preferido o segundo patamar de votação qualificada para aprovar ou rejeitar matéria por maioria simples, presentes pelo menos 400 (quatrocentos) Constituintes.

Tal critério resolve o impasse da exigência de maioria absoluta, impossibilitando praticamente qualquer obstrução para votar-se matéria constitucional.

Sala das Sessões, 1987. – Deputado **Aluízio Campos.**

– Nº 100 –

Art. 12 (caput)
Substituir "48 (quarenta e oito)" por "72 (setenta e duas)".
Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.
– Deputado **Virgílio Guimarães.**

– Nº 101 –

Art 12. (caput)
suprimir a expressão:
"Circunscrito à matéria existente."
Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.
– Deputado **Virgílio Guimarães.**

– Nº 102 –

Suprime-se, no art. 12 do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, a expressão: "sem prejuízo da faculdade atribuída à maioria absoluta de oferecer texto, nas mesmas condições do relator".

Justificação

Pretende-se restringir ao relator a possibilidade de apresentação de novo texto.

Sala das Sessões, – Constituinte **Gumercindo Milhomem.**

– Nº 103 –

Suprime-se do art. 12 do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, a expressão "... sem prejuízo da

faculdade atribuída a maioria absoluta de oferecer texto, nas mesmas condições do relator".

Justificação

Não existe nenhum cabimento em se assegurar à maioria absoluta o direito de apresentação de um novo texto constitucional, nas mesmas condições asseguradas ao relator, no caso de rejeição de capítulo e de suas emendas. Esse princípio é abertamente antidemocrático. – Constituinte **Haroldo Lima.**

– Nº 104 –**Art. 12 (caput)**

Substituir a expressão:

"A maioria absoluta", pela "a 56 (cinquenta e seis) constituintes".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Virgílio Guimarães.**

– Nº 105 –**Art. 12, parágrafo único:**

Suprimir a expressão: "desde que subscritos por 187 (cento e oitenta e sete). Constituintes".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Virgílio Guimarães.**

– Nº 106 –**Art. 12, parágrafo único:**

Substituir "187 (cento e oitenta e sete)" por "56 (cinquenta e seis)".

Sala das sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Virgílio Guimarães.**

– Nº 107 –**Art. 13 (caput):**

Substituir "5 (cinco)" por "7 (sete)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Virgílio Guimarães.**

– Nº 108 –

Acrescente-se no final do texto do § 1º, do art. 13, as seguintes expressões:

Art. 13.....

§ 1ºou destinadas a sanar omissões, erros ou contradições."

Justificação

O Regimento Interno da ANC, em seu art 29, previra a apresentação de emendas, no segundo turno, não somente de supressões ou redação, mas também para sanar omissões, erros ou contradições, o que foi eliminado no presente projeto.

O segundo turno de discussão e votação do Projeto de Constituição é o momento adequado para se fazer emendas que visem escoimar o projeto de possíveis erros, omissões ou contradições que tenham resultado da sua aprovação no primeiro turno. Portanto, impõe-se corrigir a redação do parágrafo mencionado, para que os Constituintes não se vejam tolhidos no poder e aperfeiçoar o texto do Projeto de Constituição no seu último turno de discussão e votação.

Sala das Sessões, de dezembro de 1987. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na ANC.

– Nº 09 –**Art. 13 § 1º.**

Suprimir a expressão "desde que supressiva ou de redação".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães.**

– Nº 110 –**§ 1º do art. 13.**

Substitua-se 4 (quatro) por 6 (seis).

Justificação

A emenda simplesmente ajusta a apresentação de proposições, no segundo turno ao número permitido para o primeiro (art. 2º).

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Aluízio Campos.**

– Nº 111 –**Art 13 § 1º.**

Substituir "4 (quatro)" por 8 (oito)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães.**

– Nº 112 –**Art 13 § 4º.**

Passa a ter a seguinte redação: "Concluída a votação, com ou sem emendas, a matéria será encaminhada à Comissão de Sistematização."

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães.**

– Nº 113 –

Dê-se ao § 4º do art. 13 do Projeto de Resolução nº 21 a redação seguinte:

"§ 4º Concluída a votação com ou sem emenda a matéria será encaminhada à Comissão de Sistematização para a redação final."

Justificação

A Comissão de Sistematização é o órgão com representação das várias correntes políticas que compõem a Assembléia Nacional Constituinte bem como das Subcomissões e Comissões Temáticas. Daí, ser o órgão adequado para proceder a redação final, como, inclusive, dispõe o Regimento Interno em vigor. – **Haroldo Lima.**

– Nº 114 –

Ao art. 13 acrescente-se mais um parágrafo, que será o 4º, remunerando os demais.

"Art 13.

§ 4º Até o inicio da sessão de votação do projeto poderão ser oferecidos requerimentos de destaque, para votação em separado, de partes dele, se assinados por, no mínimo, 157 Constituintes, ou de emendas."

Justificação

Necessário abrir-se uma última oportunidade, em Plenário, para revisão final do texto, uma vez que, após a votação, em segundo turno, não poderá ele ser alterado a não ser através de emenda de simples redação.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Humberto Lucena.**

– Nº 115 –

Dê-se ao § 4º do art. 13 a seguinte redação:

"Art. 13.....

§ 4º Concluída a votação, com a aprovação ou não de emendas, a matéria será encaminhada a uma Comissão de Redação integrada pelo Relator da Comissão de Sistematização e por Constituintes designados pelo Residente da Assembléia Nacional Constituinte."

Justificação

A emenda é de ordem redacional.
Brasília, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Carlos Benevides**.

– Nº 116 –

Art. 13 § 4º.

Acrescentar ao final do parágrafo a expressão:

"Fazendo parte da Comissão o mínimo de 1 (um) e o máximo de 5 (cinco) Constituintes por partido."

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Virgílio Guimarães**.

– Nº 117 –

Art. 13 § 5º.

Substituir "24 (vinte e quatro)" por "48 (quarenta e oito)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Virgílio Guimarães**.

– Nº 118 –

Art. 13, § 5º.

Suprimir a expressão "uma única vez".
Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Virgílio Guimarães**.

– Nº 119 –

Art. 13, § 2º.

Suprimir a expressão "uma única vez".
Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Virgílio Guimarães**.

– Nº 120 –

Art. 11: acrescente-se o seguinte parágrafo:

"Art. 13. No segundo turno serão apreciados requerimentos de destaque, para votação em separado, de parte do texto do projeto, desde Constituintes.

Parágrafo único. Aplica-se à matéria destacada na forma deste artigo o disposto no § 5º do art. 1º"

Justificação

A modificação do art. 11 e seu parágrafo único também resulta do § 5º do art. 1º.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Aluizio Campos**.

– Nº 121 –

Art. 13, §§ 4º, 5º e 6º.

Acrescentem-se ao art. 13 os seguintes parágrafos:

"§ 4º Concluída a votação, com ou sem emendas, o projeto será publicado e, em seguida, remetido à Comissão de Sistematização para proceder e votar a redação final dentro dos cinco dias posteriores.

§ 5º Apresentada e publicada a redação final no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, o projeto será

Incluído na Ordem do Dia para votação em turno único, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes, podendo encaminhar a votação uma só vez, durante 5 (cinco) minutos, dois representantes de cada partido.

§ 6º Aprovada a redação final pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, o seu Presidente convocará sessão especial para a solenidade da assinatura e promulgação da nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil."

Justificação

A emenda restabelece a competência atribuída à Comissão de Sistematização no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte e no substitutivo do Centrão, também já aprovado.

Além disso, o aumento da concentração de poder na pessoa do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte poderá criá-lo eventuais problemas políticos para matéria já regimentalmente解决nada.

O Relator, os Relatores Adjuntos e substitutos e demais membros da Comissão de Sistematização são de fato os Constituintes que mais se identificaram com a elaboração do projeto, justificando-se que seja preservada a sua subsistência para colaborar no trabalho da redação final.

Por último, a emenda inclui um parágrafo sobre a solenidade de assinatura e promulgação do texto constitucional.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Aluizio Campos**.

– Nº 122 –

Acrescente-se, antes do art. 13 do projeto o seguinte:

"Art. Concluída a votação do projeto, das emendas e das partes destacadas, a matéria voltará ao Relator, a fim de ser elaborada a redação do vencido, para o segundo turno, no prazo de até 10 (dez) dias."

Justificação

Uma vez que o projeto atribui apenas ao Relator a elaboração do texto, para o segundo turno, conforme estabelece o art. 13, há de se regular o assunto, a fim de anular as disposições contidas no art. 28 do atual Regimento que atribui esta competência à Comissão de Sistematização.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena**.

– Nº 123 –

Acrescente-se o seguinte artigo:

"Art. Será concedida preferência para votação de emendas sobre outras do mesmo grupo, se requerida pelos Líderes e limitada a representação a 35 Constituintes."

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Bonifácio de Andrada – Osvaldo Bender**.

– Nº 124 –

Acrescente-se o seguinte artigo ao projeto de resolução:

"Art. Acrescente-se ao art. 75 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte o seguinte parágrafo único:

"Art. 75.....
Parágrafo único. A supervisão, direção e execução das atribuições constantes deste artigo caberá à 3º Secretaria da Mesa."

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Bonifácio de Andrada – Osvaldo Bender**.

– Nº 125 –

Inclua-se onde couber artigo com a seguinte redação:

"Art. Compete ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte supervisionar os programas previstos no art. 76 do Regimento."

Justificação

Basta ver para entender!
Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Constituinte **Roberto Jefferson**.

– Nº 126 –

Inclua-se, onde couber, uma artigo, com a seguinte redação:

"Art. O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte requisitará, ao Estado-Maior das Forças Armadas, forças federais necessárias a garantir seu funcionamento.

Parágrafo único. O acesso às dependências do Congresso Nacional, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte; dependerá de credenciamento especial a ser expedido pelo 2º-Vice-Presidente."

Justificação

1. Os incidentes ocorridos no último dia 3 de dezembro de 1987, quando as galerias do Plenário da Câmara dos Deputados foram invadidas por desordeiros, com ameaças físicas e morais aos Senhores Constituintes, e principalmente ao próprio Presidente Ulysses Guimarães, obrigam a tomada de providências para garantir o funcionamento, livre e soberano da Assembléia Nacional Constituinte.

2. A magnitude da Assembléia Nacional Constituinte e do Congresso Nacional não permite, outrossim, que forças auxiliares sejam convocadas para a manutenção da ordem pública na área externa dos prédios do Congresso Nacional. O Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA, colocará os efetivos sob o comando do Presidente da Constituinte. A exemplo do que já ocorre no âmbito da Justiça Eleitoral, que determina a requisição de forças federais para garantir votações e apurações, a presente emenda visa incluir no texto do Projeto de Resolução nº 21, dispositivo expresso, facultando ao Sr. Presidente a requisição de forças federais necessárias a garantir o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Constituinte **Amaral Netto**.

– Nº 127 –

Inclua-se, onde couber, artigo com a seguinte redação:

"Art. Fica autorizado o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte requisitar força federal para garantir seu pleno e livre funcionamento."

Justificação

Os acontecimentos havidos nas galerias da Assembléia Nacional Constituinte, quando da votação de matéria regimental, em 3 de dezembro do presente, bem demonstraram a fragilidade dos servidores do Poder Legislativo para a manutenção da ordem e a garantia da segurança e integridade física dos Constituintes.

Naquela ocasião, grupos paramilitarmente organizados e politicamente orquestrados, tomaram de assalto as galerias, ocuparam-nas e, a seguir, empreenderam agressões físicas e morais contra os Constituintes, objetivando anular a vontade da maioria. Era o velho, mas ainda atual expediente do terror para vencer a resistência do espírito humano.

Objetos eram lançados contra Constituintes e insultos os mais sozes lhes eram assacados.

A tudo assistiram, impotentes, os seguranças da Constituinte, absolutamente incapazes de reprimir os atentados ao patrimônio público, à indenidade dos Constituintes, e, sobretudo, à livre manifestação da soberania popular na elaboração de sua lei fundamental.

A emenda visa, pela providência que enseja, a evitar que a escalada de violência programada anule a vontade nacional, ou ponha em risco o processo de transição que vivemos, mormente quando da votação de matéria constitucional, que coloque em disputa fortes correntes de interesses.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Roberto Jefferson.**

– N° 128 –

Acrescente-se o seguinte art 14, remunerando-se o atual:

"Art. 14. Aplicar-se-á ao procedimento previsto nesta Resolução os dispositivos dos Regimentos da Assembléia Nacional Constituinte e subsidiariamente os da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que com ela não colidirem."

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Bonifácio de Andrade – Osvaldo Bender.**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra pela ordem o Constituinte José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP Pela ordem.): – Esta sessão foi convocada para a votação do projeto de resolução que ontem teve a preferência aprovada pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Estão, Sr. Presidente, com base no Regimento Interno e pela evidente falta de **quorum** para iniciar o processo de votação, solicito à Mesa a verificação de **quorum**.

Sr. Presidente, o pedido é feito em nome do PT, PDT, portanto, há condições regimentais para pedir a verificação.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra pela ordem o Constituinte Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Pela ordem.): – Sr. Presidente, quero saber se o líder do PT tem procuração do PDT para falar em nome do PDT. É importante que prevaleça o espírito do acordo e do respeito mútuo.

Hoje, pela manhã, fomos contactados pelo Senador Fernando Henrique Cardoso que trazia a palavra, segundo S. Ex.^a, do Presidente Mauro Benevides, já que o Presidente Ulysses Guimarães...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa faz um apelo ao Plenário para que possibilite ao Constituinte Roberto Jefferson concluir. Após S. Ex.^a concluir, nós tomaremos a decisão.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Nós ouvimos, fazemos um apelo para que nos ouçam...

O SR. AMAURY MÜLLER: – Não há questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – A coisa foi feita estrondosamente. Houve um pedido para que a sessão fosse realizada às 11 horas da manhã. Fomos surpreendidos todos com a modificação da palavra empenhada e a sessão começou às dez horas da manhã.

Então, Sr. Presidente, para que nós não cometamos aqui nenhuma violência regimental, nenhum golpe de Regimento, quando existe, e V. Ex.^a sabe que existe, maioria absoluta de parlamentares para deliberar, V. Ex.^a então, suspenderia a sessão, soando as campanhas para que nossos companheiros cheguem até aqui dentro de dez minutos. É um apelo que nós fazemos para evitar que todo esse esforço para agilizar o final, o término da Constituinte não seja impedido por interesses de minorias. Nós queremos agilizar o processo constitucional, mas, estamos vendo que uma minoria deseja complicar o término do trabalho de elaboração da nova Carta. Não venham dizer amanhã, esses falsos democratas, que nós do Centrão é que estamos impedindo a elaboração da Carta.

Essa tentativa a que nós estamos assistindo, de encerrar esta sessão, descobrindo uma palavra cortada pelo Senador Fernando Henrique e pelo próprio Presidente Mauro Benevides é prejudicial não a nós, mas à Constituição, e sendo prejudicial à Constituinte, o é ao nosso País. Era essa a questão de ordem que gostaríamos de contraditar e esse o apelo que faríamos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa constata a procedência da alegação de falta de **quorum** no Plenário para o prosseguimento da sessão e a Presidência determina que se proceda à chamada nominal dos Srs. Constituintes para que a sessão possa prosseguir. (Palmas.)

Procede-se ao processo de votação.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra V. Ex.^a para uma questão de ordem.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA. Para questão de ordem.): – Sr. Presidente, ontem à noite o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, do meu gabinete, ligou para o Constituinte Mauro Benevides e nos garantiu sobre o propósito de entendimento que haveria hoje, com sua presença e, inclusive, com a de outros Líderes, para se tentar ver se haveria a possibilidade de um

acordo, e combinou com o Constituinte Mauro Benevides e nos garantiu que a sessão começaria às onze horas.

Ontem fomos surpreendidos com a suspensão do processo de votação depois de termos ganho a preferência. Hoje, estamos surpreendidos com o golpe que não acredito que o Constituinte Fernando Henrique Cardoso nos tenha dado, porque S. Ex.^a é um homem sério e ele falou com o Constituinte Mauro Benevides, por telefone, do meu gabinete. Ele não podia estar fingindo que estava falando, ele tinha que estar falando; e depois nos garantiu que a sessão começaria às onze horas e que às dez horas ele estaria, com todos os Líderes, conversando conosco. De modo que isso é absolutamente inaceitável. Sr. Presidente, para um Constituinte parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Um momento, Srs. Constituintes! A Mesa precisa explicar o que está fazendo, dentro dos limites regimentais: a sessão foi aberta exatamente às dez horas da manhã, tal como convocada à noite de ontem, por S. Ex.^a o Sr. Presidente Ulysses Guimarães.

Aberta a sessão, procedeu-se à leitura da ata, levantou-se, pela ordem, a falta de **quorum** em plenário – que é evidente. A Mesa determinou que se proceda à chamada dos Srs. Constituintes, para constatar a presença de 56 Srs. Constituintes em plenário, que é o mínimo exigido pelo Regimento, para que a sessão possa ter curso.

Agora, quanto à votação se iniciar às onze horas, houve realmente um excesso de otimismo, porque há oradores inscritos, cujo número é de 18, para o Pequeno Expediente. O tempo é reduzido pela metade; consequentemente, às 10 horas e 30 minutos seria encerrado o Pequeno Expediente e se daria início ao processo de votação. Este é o esclarecimento da Mesa, que solicita ao Sr. Secretário que proceda imediatamente à chamada.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA: – Sr. Presidente, pela ordem. (Pausa.)

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Sr. Presidente, pela ordem. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Um momento, Srs. Constituintes! Dessa maneira é difícil prosseguir a sessão. A Mesa já adotou as providências cabíveis.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa já adotou as providências cabíveis, porém será flexível, ouvindo, pela ordem, o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

Efetivamente, ontem à noite, tive entendimentos telefônicos com o Presidente Ulysses Guimarães e com o Vice-Presidente, que estará em exercício, Mauro Benevides e por esse entendimento ficou acertado que a reunião seria aberta hoje às onze horas da manhã. (Muito bem! Muito bem!)

Digo mais, Sr. Presidente: ainda hoje, pela manhã, conversei com o Presidente Ulysses Guimarães, às 9 horas e 30 minutos e informei que

estava vindo para o plenário onde havia uma reunião marcada com o Líder Carlos Sant'Anna. Quero pedir a V. Ex.^a, – entendo que terá sido um problema de comunicação, pois nessa vida tumultuada que estamos vivendo, eventualmente, não houve tempo para isso – pois acredito seja do interesse do Brasil, que procedamos da maneira mais flexível, mais organizada, porque precisamos ter o Regimento apoiado pela maioria desta Casa.

Era o que desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!) (Palmas.)

O SR. ANTÔNIO CÂMARA: – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Srs. Constituintes, a Mesa não recebeu nenhuma instrução no sentido de revogar a convocação marcada para as dez horas. (Palmas.) Consequentemente, cumpriu-se aqui a norma regimental.

Como, no momento, já é evidente a presença de **quorum** no plenário, passa-se ao:

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Davi Alves Silva. (Ausente).

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nilson Gibson.

O SR. HAROLDO LIMA (PC DO B – BA): – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Haroldo Lima, a Mesa não vai dialogar com V. Ex.^a.

O SR. HAROLDO LIMA: – É um direito regimental que deve ser assegurado. Se houver verificação e for constatado **quorum**, deve haver sessão. Mas V. Ex.^a não pode passar por cima desse direito regimental que estamos solicitando. Verificado o **quorum**, achamos, inequivocamente, que a sessão deve prevalecer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Srs. Constituintes, a sessão foi aberta com a presença, na Casa, de 310 Srs. Constituintes.

V. Ex.^a tem que ouvir a explicação da Mesa, não vou admitir que V. Ex.^{as} perturbem. Foram 310 presenças na abertura. O nobre Constituinte José Genoíno suscitou, pela ordem, a inexistência de **quorum** em plenário. S. Ex.^a estava com a razão e a Mesa julgou procedente o pedido. Tanto o julgou procedente, que determinou que se procedesse à chamada. Ocorre que, neste momento exato, já estão em plenário mais de 56 Constituintes. Não se justifica fazer a chamada. (Palmas.)

Tem a palavra o Sr. Constituinte Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O resultado de ontem não é resultado de vencedores. Estamos num processo de negociação, em que deve ser mantida toda calma e tranquilidade em favor do povo brasileiro.

Não é possível que uma minoria extremada, quer de esquerda quer de direita, não queira, sequer, ceder para que uma sessão possa sobreviver, onde se encontre um denominador comum entre todos os Srs. Constituintes.

O Constituinte José Genoíno tinha razão quando pediu verificação, que deve sempre ser concedida ao parlamentar, mas é também real, agora, o fato de que já temos número regimental.

Ontem, ficou comprovado que 271 Constituintes não estão de acordo com as manipulações que foram feitas na Comissão de Sistematização, mas isso não impede que o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, o Constituinte Mário Covas, os Líderes estejam, neste momento, negociando um entendimento superior para o povo brasileiro. O momento, é de negociação, o momento não é de ninguém jogar "queda-de-braço", porque o povo brasileiro espera o resultado da Constituinte. O que não vai funcionar mais é a ditadura da Sistematização, como ficou claro ontem à noite, mas não vai funcionar, também, a ditadura do "Centrão", porque evitaremos, todos juntos, que isso aconteça.

Vamos, hoje, numa grande confraternização, encontrar um denominador comum para que minorias não se imponham a maiorias. O Centrão está reunido; o Centrão é realmente a aglutinação de todos aqueles que querem ter o direito de participar dos trabalhos da Constituinte.

Por isto, eu digo aos companheiros, principalmente àqueles que se julgam violados, que nós fomos violentados durante todos esses meses pelas Lideranças e pela Comissão de Sistematização, nós fomos excluídos até da televisão da própria Assembléa Nacional Constituinte e não reclamamos. O nobre Constituinte José Genoíno, brilhante Constituinte, teve 13 minutos na televisão – nós temos no computador – merecia 20 ou 50 minutos. Nós teríamos 1 minuto só para nós. Desta forma, vamos ver se daqui para a frente nem a ditadura da esquerda nem a da direita, nenhuma das duas, prevaleça neste Plenário. É o apelo à conciliação que faço, com o coração aberto. Muito obrigado! (Muito bem! Palmas.)

O SR DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A sessão de hoje traz muita expectativa para o País, uma vez que o chamado Centrão aqui comparece para fazer alteração no Regimento Interno desta Casa, fazendo com que aqueles que não tiveram o direito de participar da Comissão de Sistematização possam, agora, ter a sua participação no processo político da Assembléa Nacional Constituinte, no intuito de aqui defender os interesses do seu Estado.

Assim, Sr. Presidente, com esta nova abertura, se Deus quiser, a proposta para criação do Estado do Maranhão do Sul, que defendo na Assembléa Nacional Constituinte, será novamente apresentada e espero que os nobres companheiros de Bancada, no grande Plenário, com a maioria de 280 Srs. Parlamentares, digam "sim" pela criação dessa nova unidade da Federação brasileira. Prefeitos e Deputados do meu Estado que aqui se encontram, estão na esperança de que o meu trabalho, juntamente com todos aqueles que fazem a Assembléa Nacional Constituinte, possa desta vez, alcançar sucesso.

Portanto, aqui, votarei mais uma vez pelo Centrão, acreditando que os nossos companheiros de Bancada tenham, acima de tudo, a responsabilidade pelo seu comportamento nesta sessão, no sentido de que seja mantida a ordem dos trabalhos nesta Casa e que possamos, se Deus quiser,

logo mais, sair vitoriosos desta luta que para muitos parece uma brincadeira, mas que para aqueles que têm responsabilidade, que têm compromissos com seu Estado, é a solução; esta é a porta que se abre para aqueles que ficaram fora da Comissão de Sistematização, aquela Comissão na qual muitos Parlamentares não tiveram o direito de representar seu Estado, de ver atendidas as reivindicações do povo que representa, pela Comissão de Sistematização.

Assim, Sr. Presidente, encerro dizendo que, se Deus quiser, logo mais, os membros do Centrão haverão de comparecer em massa para votar a alteração do Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. FAUSTO ROCHA (PFL – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes:

Estamos vendo rezarem-se na tribuna oradores defendendo a mesma postura, a defesa da liberdade de iniciativa. Olho para o mapa do mundo e vejo que nos países onde há livre iniciativa há liberdade de Imprensa, com a liberdade que a contém, que é a de expressão, que ainda é maior, há liberdade sindical, há liberdade de culto e há liberdade partidária.

Aqueles que acham que a macrocefalia do Estado está dificultando o progresso do Brasil, aqueles que acham que os 70% de estatização no Brasil dificultam o desenvolvimento da Pátria, com várias seqüelas atingindo o desnível social, estão unidos em torno da idéia do Centrão. Centro quer dizer equilíbrio, centro quer dizer bom senso. A posição de centro foge dos extremos. Tanto foge do extremo de direita quanto foge do extremo de esquerda.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – **Fazendo soar a campainha:** – A Mesa pede a compreensão do Plenário. Há orador na tribuna.

O SR. FAUSTO ROCHA: – Desta forma, os 271 votos dados ontem à posição de centro determinam que a larga maioria dos Srs. Constituintes presentes tem esta postura. Se aqui estivesse a totalidade dos Srs. Deputados e Senadores Constituintes, teríamos tido uma expressiva maioria, assim como a tivemos no dia de ontem. Isto mostra que o resultado final do trabalho da Constituinte terá que consignar não uma posição extremada de esquerda, como era até aqui a tendência que surgia, uma tendência deliberadamente distorcida, em que 47 dos Srs. Constituintes demonstravam que desejavam estatizar ainda mais o País.

Já temos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, 70% da nossa economia estatizada, razão por que desejamos recolher o longo braço do Estado que está sufocando a iniciativa privada.

Quero cumprimentar os Parlamentares de centro, que estão demonstrando que agora, nas votações de Plenário, farão valer a sua posição majoritária, consignando uma posição de bom senso que foge dos extremos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes:

Ocupo a tribuna para dizer a V. Ex.^{as} que é indeclinável que se faça agora uma composição alta,

uma composição em nível de poder aceitar-se tanto o que se contém no projeto do Centro Democrático como o que se contém no projeto da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Votei, ontem, pela preferência do projeto do Centro Democrático, na expectativa de encontrar-me com uma composição amigável, segundo os pronunciamentos feitos da tribuna pelo Constituinte Bonifácio de Andrade, pelo Constituinte Ricardo Fiúza e, principalmente, pelo Líder do meu Partido, o Constituinte Gastone Righi. É indispensável que nós cheguemos a uma composição amigável que obedeça ao seguinte critério: não podemos, de forma alguma, anular por inteiro um trabalho da Comissão de Sistematização, que fluí das Subcomissões Temáticas e das Temáticas. Neste projeto da Comissão de Sistematização ficou evidente que Deputados urediram um trabalho e chegaram a um resultado. E esse resultado, na verdade, não pode ser desprezado por inteiro. Mas, se 280 Constituintes vierem para o Plenário para promover a sua instituição daquilo que se contém aqui em níveis de emendas e destaques, não há como poder rejeitar, também; não há como poder deixar de considerar. Mas, em uma votação só, não tem sentido criarem-se expectativas. Também não tem sentido descharacterizar, repito, todo um trabalho já feito, mas prestigiar-se o voto, no Plenário, de 280 Constituintes que queiram alterar, inclusive, este texto, não há como impedir que se o faça.

Agora, Sr. Presidente, tendo eu votado pela preferência daquele projeto, fico na expectativa de que haja aqui uma composição amigável, como desejam inúmeros Constituintes, destacadamente o Senador Fernando Henrique Cardoso. Espero que nós possamos, no plenário, votar um projeto que atenda às reivindicações dos Constituintes e atenda, mais do que isso, aos altos interesses nacionais, aos altos interesses do povo brasileiro. Não se pode falar aqui em esquerda radical nem em direita radical. Dever-se-á falar no alto interesse do trabalhador brasileiro, que conseguiu, aqui, a estabilidade, por exemplo. Esta não pode ser retirada nunca. Aqui também se contém a mais alta expressão de um nacionalismo histórico, e isto não pode ser retirado daqui. Mas, se 280 Constituintes pretenderem, perante a opinião pública desta Nação, retirar daqui a estabilidade, retirar daqui o nacionalismo histórico que está bem filtrado pela palavra e pelo voto de Constituintes e, mais que isto, pela palavra, pelo voto e pelo trabalho do Relator Bernardo Cabral, que o façam enfrentando a opinião pública.

Esta é a realidade democrática, Sr. Presidente, é este o sentido de meu pronunciamento anunciando aos companheiros que ontem estavam ao meu lado no projeto do Centro Democrático para que eles não sejam surpreendidos com uma posição diferente na hora em que não haja este acordo que eu pretendo ver concluído antes da votação da matéria. (Muito bem! Palmas.)

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Constituintes:

Dentro do chamado Centrão, o Presidente José Sarney tem dos maiores inimigos aos mais leais amigos.

Dentro do Centrão, o Presidente da República tem dos maiores adversários aos maiores compa-

nheiros, até os amorfos, subservientes e bajuladores.

Dentro do Centrão, se nós formos avaliar o seu pensamento sobre a forma de Governo, nós chegamos à conclusão de que não é um agrupamento partidário, não é sequer um agrupamento suprapartidário, ele não passa de um aglomerado.

Dentro do Centrão, se avaliarmos o sistema de Governo, e assim por diante, vamos entender que ele não passa de um grupo momentâneo que pode estar sendo manipulado por um grupo dentro do grupo.

Mas, se porventura a intenção foi a de deixar aqui para a Nação inteira uma Constituição pior do que a que nós tínhamos, pagarão um tributo muito alto, os integrantes do Centrão serão denunciados para toda a Nação e para todo o povo e haverão de pagar. Tristemente, talvez, a nossa Pátria vai pagar, porque temos certeza de que se a intenção for a de se conseguir uma Constituição mais retrógrada do que a que nós tínhamos, acabará, inevitavelmente, eclodindo a convulsão social, e o tributo será de todos, mas será, principalmente, deles.

Era isso, Sr. Presidente, que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem a revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Inicialmente, quero desejar que, ao contrário de se estabelecer aqui um confronto, procure-se, com inteligência, através de concessões recíprocas, encontrar uma solução em que exista um único vencedor: a Nação brasileira. Ela está à espera da criatividade dos Srs. Constituintes, para que seja feita uma Carta que atenda, realmente, a seus anseios.

Sr. Presidente, quero aproveitar o momento em que esta Casa está lotada para levantar a minha preocupação em torno de um assunto que me parece de extrema importância.

Estamos no dia 26 de novembro. Daqui a nove dias o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados entrará em recesso e deverão retornar a sua atividade normal no mês de março.

Creio que até lá, dentro de um otimismo de que me tomo neste momento, já tenhamos a nossa Constituição promulgada.

Acontece que temos 150 decretos-leis pendentes de solução no Congresso Nacional, apesar das infrutíferas tentativas do Presidente do Congresso de pô-los em votação.

Então, aproveito esta oportunidade para fazer um apelo aos Constituintes, no momento em que se encontram em Brasília, e também a V. Ex.^a, para que transmita ao Senador Humberto Lucena, para que procedamos a algumas reuniões do Congresso nesta fase e possamos apreciar esses decretos, que estão trazendo incalculáveis prejuízos à Nação brasileira.

Pergunto a V. Ex.^a se não votarmos esses decretos, se decorrer o prazo de funcionamento do Congresso, se for adotada a nova Constituição onde não mais existe a figura do decreto-lei – ou exista de maneira disfarçada, como está na proposta – como ficará a situação destes assuntos que, hoje, são decididos através do ato unilateral do decreto-lei baixado pelo Presidente da República?

Temos aí decretos do empréstimo compulsório; temos o Decreto nº 2.300, Sr. Presidente, que alterou completamente o processo de licitação, trazendo algumas facilidades que têm levado o Governo a abandonar praticamente a prática da licitação, da concorrência, para realização de seus negócios e de suas obras.

Então, quero aqui levantar esse problema, para que os Srs. Constituintes meditem e vejam a gravidade da situação que se poderá criar com a Constituição promulgada, em que não mais existe a figura do decreto-lei e fiquemos com essa triste herança de 180 decretos tratando sobre os mais variados assuntos e que não foram decididos pelo Congresso Nacional.

Era esse o alerta, Sr. Presidente. Sei que a proposta que existe aqui, no art. 76 do Substitutivo, que praticamente adota o decreto-lei novamente, apesar das reiteradas promessas da Oposição, do PMDB e do Presidente da República, tem uma nova feição. Se não aprovado, de perde seus efeitos desde a edição; ao contrário de hoje, que só perde os efeitos no momento da sua rejeição, ou continua, se aprovado.

Encareço a V. Ex.^a a necessidade de uma posição séria, responsável, para assunto altamente preocupante e que está a desafiar o Congresso Nacional, que não tem conseguido se reunir para decidir sobre 180 decretos, Sr. Presidente, sendo 80 do atual Governo. Apenas, a título de ilustração, digo a V. Ex.^a que, na atual legislatura, não houve uma reunião, com quorum, do Congresso Nacional para apreciar um decreto-lei sequer.

Peço a colaboração de V. Ex.^a pela gravidade que poderá tomar esse assunto, se não for devidamente resolvido em tempo hábil, ou seja, até o dia 5 de dezembro. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ GENOINO: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra V. Ex.^a para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENONO – (PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

Com base no Regimento Interno, na medida em que esta é uma sessão extraordinária e foi essa a norma seguida na sessão extraordinária, de ontem, a meia-hora é destinada ao "Pinga fogo", em seguida vêm as comunicações de liderança e votação.

Pergunto a V. Ex.^a, como questão de ordem: até que horas vamos continuar no "pinga-fogo" porque já se passou meia-hora deste horário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa responde à questão de ordem de V. Ex.^a de acordo com o Regimento Interno, em se tratando de reunião extraordinária, o tempo destinado ao Pequeno Expediente é reduzido pela metade.

A sessão foi aberta às dez horas. Todavia, vários oradores solicitaram a palavra pela ordem, o que fez com que se consumissem vinte minutos. A sessão, portanto, começou às 10h20 min., irá até as 10h 50 min.

Tema palavra o nobre Constituinte Cunha Bueno.

O SR. CUNHA BUENO (PDS – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há dias, em uma livrada de São Paulo, vi um livro, com uma edição em dois volumes que tinha o seguinte título: "Batista Luzardo, o Último Caudilho". Entretanto acredito, Sr. Presidente, ter sido uma força de expressão do autor daquela biografia do ilustre gaúcho Batista Luzardo, porque na última sexta-feira todo Brasil teve oportunidade de assistir ao que é verdadeiramente um caudilho: o programa do PDT no horário do Tribunal Regional Eleitoral.

Somente S. Ex.^a falou, como se o Partido não houvesse outros componentes: somente ele ocupou o horário do Tribunal Regional Eleitoral, caracterizando bem assim que o PDT tem, sim senhor, um dono e este dono é sem dúvida nenhuma o caudilho Leonel Brizola.

Procurou S. Ex.^a demonstrar por que o Brasil vai mal e outros países, de igual formação, vão bem.

Procurou S. Ex.^a exemplos. Não os encontrando na Europa, não os encontrando na América do Norte, fixou-se S. Ex.^a, para dar uma exemplo comparativo ao Brasil, na Austrália, e disse S. Ex.^a da grande democracia e do grande desenvolvimento que existem na Austrália. Perguntava S. Ex.^a por que e que o Brasil não pode ser igual à Austrália! E citava os números do salário mínimo na Austrália, da renda **per capitana** Austrália, e de tantos outros exemplos que aqui poderíamos citar. Entretanto quero responder ao Sr Leonel Brizola, dono absoluto do PDT, que a Austrália vai bem por causa da estabilidade política que lá existe.

S. Ex.^a, que tanto criticou o parlamentarismo, esqueceu de dizer que o sistema de governo na Austrália é um sistema parlamentarista, é mais que parlamentarista: é um sistema de governo parlamentarista monárquico.

Quero aqui, portanto, responder S. Ex.^a e lamentar uma vez mais Sr. Presidente, que não pode haver partidos democráticos, quando esses partidos têm um dono, que nem sequer oportunidade de falar aos seus membros confere.

O SR. LUIZ SOYER – (PMDB – GO. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na campanha eleitoral para as eleições à Assembléia Nacional Constituinte, a bem da verdade, muitos candidatos naquela época venderam ilusões ao povo; muitos disseram que a nova Constituição seria por si só a salvação de toda a Nação brasileira. Muitos venderam falsas ilusões, dizendo que com a aprovação da nova Constituição teríamos todos os problemas nacionais resolvidos como que num toque de uma vara mágica, se bem que a realidade é outra. Estamos fazendo, iremos fazer uma Constituição, não aquela que represente a vontade de um radicalismo de esquerda ou de direita, porque entendo que o radicalismo gera o fanatismo e o fanatismo é doença; temos que elaborar uma Constituição que represente a média do pensamento do povo brasileiro, que deverá ser feita com equilíbrio acima de tudo; temos que fazer uma Constituição que seja progressista, mas não esse progressismo ideológico, não esse progressismo demagógico. Sou progressista e todos nós brasileiros, que desejamos uma Nação bem desenvolvida, somos progressistas.

A diferença de alguns radicais é que somos a progressistas caminhando para a frente, com os pés no chão, e não com os pés nas nuvens. Precisamos caminhar para a frente, mas com seriedade, fazer aquilo que é possível para o Brasil e não aquilo que venha iludir o povo. Não podemos ficar aqui apegados a questões de esquerda e de direita, de radicais de esquerda e radicais de direita.

O que é esquerda? Esquerda é a estatização dos meios de produção. O que estão fazendo na Rússia hoje? Estão instituindo lucro, porque viram que a estatização completa provoca ócio, provoca aquilo que o próprio Mikhail Gorbachev diz: que país é esse que pode mandar o homem à Lua, mas não tem condições de fabricar eletros-domésticos mais perfeitos, mais competitivos com a economia nacional?

Portanto, companheiros, infelizmente, na Constituição, na escolha dos Relatores das Comissões Temáticas primou-se pela ideologia, primou-se pela escolha de elementos que olhavam mais a questão ideológica do que os interesses reais da Nação, e com isto provocou, evidentemente, este comportamento, provocou a formação de um grupo denominado Centrão Democrático.

Este grupo não sugeria, ou melhor, nós do Centrão não iríamos surgir se não se tivesse feito esse trabalho errado, estas escolhas em caráter puramente ideológico. O Centrão; então, aí está, não para fazer radicalização de outro lado, em absoluto, mas está a provocar uma discussão para que possamos mostrar aos radicais que estamos aqui para fazer uma Constituição, não para atender a radicais de esquerda e nem para atender a radicais de direita, mas uma Constituição que represente a média da família brasileira. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Küster.

O SR. JOSÉ GENOINO: – Sr. Presidente, V. Ex.^a informou que terminaria às 10:50h o Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte José Genoíno, realmente a Presidência vai encerrar, não sem antes ouvir oradores exponenciais, como os que passo a chamar, entre os quais V. Ex.^a figura.

V. Ex.^a tem a palavra, Constituinte Francisco Küster.

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

A Assembléia Nacional Constituinte transformou-se no teatro das atenções populares, enquanto nós outros nos digladiamos aqui, a direita – cognominada de Centrão – e a esquerda, uma ala resistindo a uma tentativa de golpe, e outra, tentando dar o golpe.

A Nação está de olho em nós outros, e é bom que não desprezemos essa preocupação popular, essa perplexidade popular, que já se transforma em indignação, porque se partiu para um grande projeto. Para tanto, fixaram-se as regras para construir esse projeto de vida para a sociedade; fizemos o Regimento Interno. O que nós estamos constatando agora – e não queremos comparar isto aqui a um campeonato mundial de futebol

– é como se a FIFA resolvesse administrar a Copa do Mundo, e todos os clubes concordassem com as regras previamente estabelecidas, e no final do campeonato, para proteger determinada nação, resolvesse alterar as regras do jogo para obter esse favorecimento.

Claro que isso aqui é muito mais importante do que o campeonato do mundo; estamos discutindo o futuro de uma nação de 140 milhões de brasileiros; o futuro de um país de dimensão continental, mas tem muita gente preocupada com a defesa do **statu quo** vigente, e com a permanência dos privilégios, que, via de regra, infelicitam milhões e milhões de brasileiros.

É bom que saibam que o povo está de olho em nós; que o povo está de olho na Assembléia Nacional Constituinte; que não pode se transformar em teatro de quadrilhas; temos a responsabilidade de fazer as coisas certas, porque o povo exige providências sérias; é golpe alterar as regras do jogo para proteger uma direita apelidada de Centrão, isto é golpear a Nação brasileira. É preciso que os Líderes se entendam, que todos nós encontremos uma saída para este impasse, senão pode ser até que a direita tenha mais uma vitória, ganhe mais uma batalha, duas ou três, mas serão vitórias de Pirro serão logo logo atropeladas pela sociedade – são milhões de sem-terrás, desempregados, e humilhados com o salário mínimo de fome, que estão aí esperando alguma coisa nova, que querem o novo, que desejam o melhor para o Brasil e para os brasileiros.

E esta elite, aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, fica jogando, jogando em tentativa de golpe para preservar o **statu quo** vigente; claro, confio no poder econômico, no poder do dinheiro que detém; confiam eles, sim, porque exploraram durante muitos anos o povo, e acham que podem ainda continuar comprando consciências. Mas cedo ou tarde, se ignorar esse anseio popular, esta gente será atropelada e, quiçá, até varrida, só que aí, nós outros, que também temos uma preocupação social, com as mudanças e com o novo que o povo quer, talvez também sejamos atropelados.

Para terminar, Sr. Presidente é fundamental que se encontre uma solução para este impasse. E ontem eu disse que vamos resistir porque temos uma capacidade muito grande de resistência, até o derradeiro segundo. Mas nós também temos a sensibilidade de saber, de perceber que o momento é delicado, de sermos até flexíveis para chegarmos ao entendimento. É bom que o rolo compressor do poder econômico nacional e internacional não queira massacrarnos o sentimento maior da Nação brasileira.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs Constituintes:

Profundamente penhorado, agradeço a generosa deferência de V. Ex.^a concedendo-me a palavra, mas acima do meu direito de usar a tribuna estão as normas regimentais, que devem ser obedecidas com todo o rigor. Ora, o tempo destinado às breves comunicações já está ultrapassado e, para ser fiel ao Regimento, abro mão do espaço de tempo que V. Ex.^a me concede.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Assembléia Nacional Constituinte está entrando numa fase decisiva e, digo até, grave para as opções e os rumos que se colocam perante o País. Isto precisa ficar muito claro.

Temos assistido a insistentes discursos das Lideranças do chamado Centrão afirmando que o projeto que saiu da Comissão de Sistematização tem conotações de esquerda. Isto não é verdade. O que o Centrão pretende é encobrir a sua intenção de fazer uma Constituição à imagem e semelhança da UDR e da FIESP. Se o Centrão quer uma Constituição que atenda inteiramente UDR e à FIESP, que assuma a responsabilidade perante o País e perante o povo de fazer uma Constituição que não vai ser respeitada pela maioria do povo brasileiro. Se o Centrão quer ter maioria no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, deve estar aqui de manhã, de tarde e de noite. Não seja maioria apenas para assinar documentos ou apenas para vir aqui, de vez em quando. É necessário que esteja presente permanentemente, para votar as matérias constitucionais que exigem maioria absoluta.

Temos de votar o projeto que está na mesa. E sobre ele existem mais de 40 destaques. O Centrão já encaminhou pedido de votação nominal para todos os destaques. A matéria só será concluída se forem votados todos os destaques e todas as emendas. É necessário que a opinião pública saiba que essa maioria, que agora se arruma, uma maioria arrumada, que une interesses fisiológicos, clientelistas e ideológicos, está disposta a ficar aqui durante meses, semanas, votando a toda hora o Projeto de Constituição.

Por isto, Sr. Presidente, é necessário desmistificar esse discurso aparentemente "democrático", que esconde um conteúdo direitista, um conteúdo velho, uma posição carcomida, que não quer aceitar as proposições liberais porque, na verdade, o que foi aprovada na Comissão de Sistematização é apenas uma Constituição liberal, não tem nada de esquerda. Só num país em que a burguesia é tão truculenta, é tão reacionária, se vê no liberalismo aprovada na Comissão de Sistematização uma ameaça aos seus interesses, porque há uma classe dominante que aprendeu a chupar o sangue do povo, que aprendeu a não dar direito algum. Na hora em que se discute jornada de trabalho, na hora em que se discute dispensa imotivada, na hora em que se discute direitos elementares, que há em qualquer democracia moderna capitalista, vêm esses alaridos chamando isto de esquerda. Não é de esquerda, Sr. Presidente. É necessário que se diga que o Projeto que o Centrão pretende alterar é exatamente para figurar no texto constitucional proposições ultraconservadoras e ultra-reacionárias. Esse discurso esconde, na verdade, um conteúdo ultra-reacionário e isto precisa ficar claro nas votações, em cada emenda, em cada título, em cada capítulo. É isto que precisa ser explicitado perante a população brasileira.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com a notícia da emancipação das bases físicas de Belterra e Fordlândia, unidades administrativas do Ministério da Agricultura, localizadas nos municípios de Aveiro e Santarém, no Estado do Pará, fiquei preocupadíssimo com

a situação de abandono por parte do governo, dado aos 320 seringueiros remanescentes, que prestaram e prestam serviços na extração de borracha nos seringais do Ministério da Agricultura, desde 1950, recebendo por verba de serviços prestados – código 3132, que no período compreendido entre 1950 até a criação do Fundo Federal Agropecuário, era repassado o recurso público pelo antigo Instituto Agronômico do Norte e a partir dos anos 60, passou a ser responsabilidade do Fundo Federal Agropecuário, até o mês de setembro de 1984 quando foi criada a Cooperativa dos Seringueiros do Tapajós, ocasião esta que o Ministério da Agricultura se aproveitou para se desobrigar dos encargos sociais que tem para com estes seringueiros pelas dezenas de anos que vinha tratando os mesmos como "bóias-friás", sem descontar contribuições para a Previdência Social, que viesse proporcionar uma aposentadoria para os seringueiros.

Todo este drama já retratei em diversos pronunciamentos nos anos de 1985 e 1986, chegando ao ponto de até anexar xerox do *Diário Oficial* da União, no qual está publicada a exposição de motivos nº 144 do Ministério da Agricultura, assinada pelo Presidente da República, que autoriza contratar 502 seringueiros, mas tudo leva a acreditar não ter sensibilizado o Ministro da Agricultura e nem o Presidente José Sarney, e com a decisão do Ministério da Agricultura de passar as áreas urbanas e rurais de Belterra e Fordlândia para a responsabilidade do INCRA e das Prefeituras de Aveiro e Santarém ficou sem uma solução o problema de emprego dos seringueiros causando aos mesmos desespero que deve ser solucionado com a inclusão dos mesmos na tabela permanente do Ministério da Agricultura, de acordo com o Decreto-lei nº 2280/85.

O caso dos seringueiros de Belterra e Fordlândia é de caráter excepcional, passando para o campo do desespero, devido o seringal do Ministério da Agricultura, existente em Belterra e Fordlândia, não proporcionar ao menos um ganho mensal para cada seringueiro, no valor equivalente ao salário mínimo. Outro argumento que não deve predominar é: onde colocar estes seringueiros depois de enquadados como avaliadores rurais? Isto se torna um problema administrativo do Ministério da Agricultura, só o que não pode, e não deve acontecer, é deixar os seringueiros morrerem a míngua, sem um amparo social, e não satisfaz as necessidades econômicas e sociais dos seringueiros a distribuição de pequenos lotes de terra das bases físicas de Belterra e Fordlândia por parte do Ministério da Agricultura para aqueles trabalhadores rurais porque as áreas são pequenas e falta capital.

Concluo, enviando cópias na íntegra, da exposição de motivos nº 144 da relação nominal dos seringueiros de Belterra e Fordlândia, ao Presidente José Sarney, aos Ministros da Agricultura e da Administração, com veemente apelo de promoverem o enquadramento na tabela permanente do Ministério da Agricultura dos seringueiros de Belterra e Fordlândia de acordo com o Decreto-Lei nº 2280/85 e, se isto não for suficiente, solicito que enviem um projeto de lei ao Congresso Nacional para que, através de lei, a Nação brasileira possa fazer uma justiça social, por intermédio dos deputados e senadores, para com es-

tes brasileiros residentes por muitos anos em Belterra e Fordlândia.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Nação inteira está sobressaltada. Se não lhe estivesse a ameaçar, a todo instante, a onda de insegurança pública a que estamos todos submetidos através de assaltos, seqüestros, acompanhados, quase sempre, de violências inomináveis, ainda assim não estariam sossegados e tranqüilos. É que esse último acidente nuclear, ocorrido na vizinha cidade de Goiânia, com uma simples bomba de Césio-137, de caráter científico e terapêutico, mostrou que existe uma incúria instalada, a nível nacional, com relação aos perigos radioativos a que está sujeita toda a população brasileira.

Por outro lado, ficou claro e inofisísmável que não existe nenhum sistema de controle, tendo ficado tudo à mercê do "Deus dará", como se vidas humanas indefesas nada representassem de importante para as autoridades deste País.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear nada explicou, convenientemente, a respeito do acidente com o Césio-137, de Goiânia. Tem recebido severas críticas e persistentes restrições de técnicos, reconhecidamente competentes, na área específica da energia nuclear, como se a negligência e a indiferença no cumprimento de determinadas metodologias de trabalho fossem até regra geral. Quer dizer, está consagrado o princípio da improvisação num setor em que a vida humana é causa própria e última de toda a atividade.

Essa marca da improvisação e da incúria não se restrinjui ao acidente de Goiânia. Ela se faz presente, também, agora, quando se procura um destino adequado para o lixo atômico. A Comissão Nacional de Energia Nuclear está toda baratinada. É incrível, mas é verdade. Não sabe o que fazer com os rejeitos radioativos deste País. Não são só os da bomba de Césio-137, de Goiânia. São os de todo o País. E haja palpites numa área onde a precisão matemática e científica deveria ser o princípio básico e fundamental.

Os Municípios e Estados brasileiros estão apavorados e suas populações em pé de guerra. Ninguém quer se prestar ao papel, por todos considerado perigoso e mortal, de se transformar em vítimas das radiações nucleares, por mais que se diga o contrário. Enquanto isso, Governadores, Prefeitos e Parlamentares se juntam para evitar uma ameaça permanente às suas populações. Como se não bastasse a inflação, a dívida externa, o desemprego, a desnutrição, a seca do Nordeste, as retaliações econômicas dos EUU, enfim, todo um cortejo de dificuldades que assola o País. Sim, como se tudo isso fosse pouco para um povo subdesenvolvido, acrescenta-se um novo estigma: não estamos preparados para lidar com a energia nuclear.

Por tudo isso, Sr. Presidente, justifico o requerimento da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que funcionará pelo período de até 120 sessões, prorrogáveis por até mais 60 sessões, no âmbito da Câmara dos Deputados, para apurar os dois fatos bastante relacionados entre si, antes referidos:

a) o acidente com a bomba de Césio-137, em Goiânia;

b) os critérios para escolha dos sítios onde devam ser depositados os rejeitos atômicos produzidos neste País.

Nestas condições, Sr. Presidente, venho requerer a V. Ex.^a que se digne submeter a uma única discussão, na próxima Ordem do Dia, o Projeto de Resolução seguinte, desde então satisfeitos os requisitos regimentais, nos termos do artigo 37 e seu parágrafo único e parágrafos 1º e 4º do artigo 36:

Concluí pela apresentação de um Projeto de Resolução junto à Câmara dos Deputados, criando Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo teor vai a seguir:

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº /87

Cria Comissão Parlamentar de Inquérito e dá outras providências.

Art. 1º Fica criada a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas do acidente nuclear ocorrido na cidade de Goiânia, bem como os critérios da Comissão Nacional de Energia Nuclear para escolha dos locais onde devem ser depositados os rejeitos radioativos produzidos no Brasil.

Art. 2º A Comissão Parlamentar de Inquérito, ora criada, funcionará no período compreendido até 120 sessões, podendo ser prorrogado por mais 60 sessões.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1987. – **Evaldo Gonçalves**, Deputado Federal.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero, desta tribuna, fazer um veemente apelo às autoridades constituídas.

Aqui no caso, especialmente ao setor responsável pela fiscalização dos projetos de construção. Acontece que no município de Caiçara tem-se multado os pequenos agricultores. Nunca vi nem ouvi qualquer comentário que pudesse penalizar com taxas, construções feitas na colônia, na pequena propriedade rural. Já não basta que o nosso pequeno proprietário rural emigre em massa para as cidades, onde muitos deles vêm fazer parte do cinturão da miséria que se forma ao redor das cidades. Isto, sem dúvida, vem onerar ainda mais este pequeno colono, tão sofrido e abandonado. Em vez de querermos taxá-lo mais, devemos procurar, sob todas as formas, incentivá-lo, estimulá-lo com isenções tributárias para que, desta forma, possa se sentir bem em sua pequena propriedade, e não estrangulá-lo com fiscalizações e cobranças de tributos. Isto em nada altera a arrecadação para os cofres públicos, muito menos ainda para o órgão representativo da engenharia que é o CRAER, ou ainda para a Previdência Social.

Primeiro, porque as áreas construídas, na grande maioria, são simples, por tratar-se de estabulos, chiqueiros, galinheiros, galpões etc.... Isto seriam construções diretamente ligadas à produtividade e indispensáveis para a produção. As casas, se analisadas, destes pequenos minifundiários, em sua grande maioria, são simples, pequenas e de madeira.

A lei que estabelece essas taxas não faz referências específicas às construções interioranas. No entanto, é muito simples perceber, através do bom senso, que na lei se compreende a construção das cidades e do meio urbano. Aí sim, há de haver mais rigor, pois a planta é indispensável a partir do alinhamento e nivelamento da construção; há outros fatores como a própria estética das construções e, enfim, a segurança e responsabilidade. No interior o próprio colono assume esta responsabilidade e, segundo consta, não se tem notícias de acidentes por falta de segurança nestas pequenas construções. É lamentável que isto tenha ocorrido em Caiçara – RS e espero que não venha a ocorrer em outros municípios. Se é necessária uma lei neste sentido, quero ser o primeiro a manifestar-me favorável, mas quero me parecer que o bom senso e a lógica falam mais alto do que qualquer lei.

Fiz expediente às autoridades responsáveis, levando ao seu conhecimento esta ocorrência. Por isso espero que não haja necessidade de legislação específica, uma vez que em tantos anos nunca houve e sempre prevaleceu o bom senso. Precisamos propiciar cada vez mais conforto para o nosso homem do interior. Neste particular não pode faltar uma moradia adequada, confortável que, no mínimo, atenda às necessidades mais prementes. Logo, seria uma péssima política dificultar a construção, quer dos melhoramentos para a produção ou, ainda, para moradia.

Tenho a certeza, Sr. Presidente, que o nosso apelo será atendido. Acredito que todos que, de uma ou outra forma, estejam ligados com a determinação quanto à liberalidade destas construções, o farão doravante com muito bom gosto. Esta gente precisa ser apoiada; os responsáveis não podem agir diferente. O colono e a sua família é que levam uma das vidas mais difíceis. Se analisarmos o seu trabalho, veremos a sua árdua e penosa luta, de sol a sol, não respeitando chuva, frio, calor ou qualquer outra intempérie.

Analizando ainda com referência a Previdência Social, vemos que o agricultor tem pouca ou nenhuma assistência, tanto no tratamento médico-hospitalar como também quanto à aposentadoria, onde o homem recebe apenas meio salário mínimo após os sessenta e cinco anos e a mulher nem sequer se encontra enquadrada como categoria profissional.

Enfim, poderíamos aqui falar longamente sobre os problemas que enfrenta no dia-a-dia o nosso homem do interior. Por isso mesmo ele não pode, de maneira alguma, ser ainda mais onerado com contribuição, quando o que precisa é ficar isento: quer pelo CRAER, ou ainda pelo INPS no que se refere às suas construções.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Afastado, durante quinze anos, das suas funções, por um ato obscurantista e violento da ditadura, que permeava o meio universitário, principalmente no Estado de São Paulo, o ex-parlamentar, jornalista e professor Freitas Nobre, submeteu-se, em julho último, a concurso para a livre docência das disciplinas de "Legislação e Ética do Jornalismo" e "O Direito de Informação", perante uma banca de cinco doutores, obtendo a sua tese a expressiva média de nove e oito

décimos, numa eloquente resposta ao ato discriminatório e ilegal que o afastara, durante três longos lustros, do convívio universitário.

Sua luta intransigente e sem quartel, contra o regime ditatorial que se instalara no País, não produziu, apenas, agressões ao desempenho do seu mandato parlamentar, mas culminou, na vida universitária quando, em 1972, recusando-se a dar uma aula inaugural sobre Problemas Brasileiros, segundo o figurino totalitário e bajulatório da época, sugeriu a própria substituição por outro docente cujo pensamento se harmonizasse com a ideologia política dominante, construída sobre um sistema político que feria a formação democrática do povo.

A reitoria, fiel aos detentores eventuais do Poder, não apenas o substituiu mas rompeu o seu contrato, alegando acumulação inconstitucional. O ilustre professor, então Deputado Federal, recorreu da decisão em 1984, quando uma Emenda Constitucional mandou reverter os vitimados pelas "cassações brancas" administrativas. A reitoria havia incinerado a prova, mas foi possível reconstituir-lá, graças ao testemunho firme e relevante do Professor José Marques de Melo.

Restabelecido o contrato, o Professor Freitas Nobre resolveu enfrentar aquele concurso e, aprovado brilhantemente, foi homenageado com um coquetel comemorativo na sede do Clube dos Professores da Cidade Universitária, voltando ao convívio dos alunos e do corpo docente da Escola de Comunicações e Arte da USP.

Depois de presidir duas vezes a Federação Nacional dos Jornalistas e de emprestar ao Parlamento o brilho da sua inteligência, da sua cultura jurídica e do seu humanismo democrático, Freitas Nobre retorna a cátedra, onde continuará prestando relevantes serviços à mocidade paulista e à cultura brasileira.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A alta tecnologia, mesmo a de ponta, deve assumir linha de frente no combate à seca e à produção prioritária de alimentos, no Nordeste brasileiro. Tecnologia integrada ao desenvolvimento verdadeiramente humano.

Trata-se, no que diz respeito à seca, de dar-se um vôo no espaço, além da imaginação. De aparelhar a região com o mais avançado sistema numérico de tratamento de imagens utilizadas pela teledetectação meteorológica, no estudo das variedades climáticas.

Trata-se, na agricultura, de lançar-se mão de biotecnologia, na conquista da genética de sementes.

Corrobora esta tese a descoberta do professor Robert Solow, década de 50, que lhe valeu, neste ano de 1987, o prêmio Nobel da Economia, e assesta que o nível do avanço tecnológico supera a simples formação de capital por uma larga margem. Por outras palavras, um avanço tecnológico pode significar muito mais que um aumento direto de investimentos em velhos padrões. Sustenta que o desenvolvimento tecnológico será o motor do crescimento econômico no longo prazo, e que se for possível tomar como ponto de partida um contínuo avanço das tecnologias aplicadas, o crescimento da renda real derivará inteiramente do processo tecnológico.

Na década de 50, foi justamente quando o Brasil começou a receber várias missões de técnicos norte-americanos, como a "Missão Abbink". Vieram estudar nossos problemas econômicos, e todas elas apresentaram volumosos relatórios e se foram, deixando-nos na mesma situação. Mas a realidade era esta: o Governo norte-americano não faria empréstimos ao Governo brasileiro; os banqueiros da Wall Street, por sua vez, também não queriam negócios com o nosso Governo. Não obstante, aqueles técnicos vieram ao nosso país para estudar, conjuntamente com técnicos patrícios, a possibilidade de aplicação de capitais particulares na nossa economia.

Naquela época, não éramos otimistas quanto à possibilidade de aplicação de capitais estrangeiros na agricultura nacional, o setor mais necessitado do país, momente a do Nordeste, cujas condições naturais, de modo geral, eram, como ainda são, péssimas.

Decorreu, daí, uma arrancada desenvolvimentista do país, tendo como estrutura de política governamental os incentivos à substituição das importações através da industrialização. Implantou-se um excelente parque industrial no Sul do País, destacando-se os setores automobilístico, naval e siderúrgico e permitiu-se um crescimento anual de sete por cento na nossa economia. Procurou-se integrar a economia nordestina ao mercado nacional, mas tal não foi suficiente para a sua organização e o seu fortalecimento.

"O balanço atual da irrigação é um tanto desalentador. As estatísticas de áreas irrigadas advertem para a necessidade de mudar os critérios institucionais do trabalho. Torna-se indispensável buscar outros caminhos. E é o que vamos procurar fazer" – disse em recente conferência, na CPI Congresso Nacional que investiga os prejuízos da seca no Nordeste brasileiro, a 5 de novembro do ano em curso, o Diretor-Geral do DNOCS, Eng. Uirandé Augusto Borges. Por sua vez, o Dr. Vicente Vieira Leão, um dos diretores daquele órgão, ainda naquela CPI, no mesmo dia, complementou, dizendo que "não somos um órgão de pesquisa, mas executor de obras" (sic). Logo depois, a 12 de novembro, na mesma CPI, foi a vez do professor Carlos Girard, do CTA, afirmar que o país não tem o aparelhamento necessário para captar todas as informações enviadas pelos satélites nas suas marchas espaciais sobre o Nordeste.

Numa visita ao Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba – um dos mais sofisticados do DNOCS, planejado e executado no modelo do "Kibutz" do Estado de Israel, adaptado à realidade sertaneja, no litoral norte do Ceará – chamou-nos a atenção um acanhado Centro Técnico Experimental, composto de uma Estação de Meteorologia para captação pluviométrica e eólica e de um **Campus Experimental**, onde se desenvolvem pesquisas de sementes de árvores frutíferas e de capim santo (**cymhopagan citratus**).

Ressaltamos o valor e a capacidade dos técnicos do DNOCS que procuram abordar e solucionar, dentro dos precários recursos de que dispõem, os complexos e difíceis problemas do Nordeste brasileiro, acossado ora pela escassez de chuvas no tempo, ora pela má distribuição no espaço.

Contudo, não se há de fazer justiça àqueles técnicos e às suas técnicas e práticas rurais subor-

dinando-se a conceitos bacharelescos e princípios administrativos arquitetados por espíritos pouco lúcidos e alheios à realidade nordestina. As intermináveis consignações, subconsignações, alíneas etc, etc, dos nossos orçamentos, longe de controlar as despesas e as aplicações de verbas públicas, só têm servido para aumentar o número de desonestos, para atormentar os que desejam trabalhar de acordo com a lei e, o que é pior, para desbaratar, na maioria das vezes, os nossos parcos recursos financeiros através da "famosa química" que todos conhecem, que todos condenam oficialmente. Certos hábitos administrativos precisam ser substituídos por normas mais dignas e que possam, sobretudo, individualizar as responsabilidades dos nossos administradores e técnicos, em face dos problemas que lhes são afetos, no Nordeste brasileiro.

Destarte, poderão os Governos federal, estaduais e municipais realizar coisa útil em prol da agricultura e pecuária nordestina, mediante um programa sensato e elaborado de acordo com as reais necessidades nordestinas e dentro das possibilidades econômico-financeiras do país, ressaltando os bons e honestos administradores em detrimento dos maus e relapsos, no contexto de um regime de responsabilidade caracterizada de que tanto necessitamos para tomar o Nordeste e o país economicamente independentes e respeitáveis no consenso dos povos livres.

Faz-se necessário, além do atendimento de uma tecnologia de ponta, o atendimento de uma tecnologia apropriada para a área nordestina, com a implantação de um programa de incentivos às tecnologias alternativas, como a biomassa – tratamento do vinhotto, e às energias eólicas e solar, à moradia, à saúde. Assim, seriam pesquisados e, em alguns casos, implantados certos conceitos praticados e originais para melhorar a utilidade e funcionalidade de vários setores da economia local.

Tal programa ofereceria subsídios de até Cr\$ 750.000,00 a instituições ou indivíduos que atuam na área pela invenção/inovação de produtos ou métodos. Para fazer jus ao subsídio – que seriam do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, da Petrobrás, da Agrovale, etc –, as propostas deveriam apresentar sugestões, produtos ou métodos capazes de:

- a) melhorar a opção, qualidade e custos;
- b) oferecer uma solução econômica aos problemas técnicos relacionados com a área;
- c) proporcionar benefícios a construtores ou residentes na área interiorana, litorânea etc; e
- d) Atender aos códigos e regulamentos (normas de CONMETRO etc.) bem como aos internacionais.

Do ponto de vista das pequenas e médias empresas, geralmente carentes de recursos para a pesquisa e o desenvolvimento, o programa viabilizaria a experimentação de novas idéias ou melhoramento.

Uma vez aprovado o financiamento de um projeto, o beneficiário assinaria um contrato com o MCT e/ou com órgãos e/ou empresas, estabelecendo os prazos da liberação dos recursos.

O programa em sugestão poderia contar com a contribuição de empresas da área nordestina – no caso do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba,

da Agrovale, da Petrobrás, do DNOCS etc, que atuam na área –, pelo menos na metade dos custos, para disponibilidade no mercado nordestino.

Os novos produtos ou métodos desenvolvidos nos projetos financiados por tal programa seriam divulgados à indústria nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Brasil está vivendo a sua pior crise na doação de córneas. Da média de uma doação – cada doador devolve a visão a duas pessoas – por dia, chegou-se a uma ou duas por semana. As filas de pacientes a espera de um doador crescem de maneira vertiginosa. E esta pálida esperança, ainda consegue animar milhares de pessoas que vivem na escuridão. Infelizmente as famílias recusam-se a doar, com medo de que a córnea, ou outro órgão, seja retirado da pessoa viva.

Temos conhecimento de que muitas pessoas doam os olhos, carregam o cartão a vida inteira e depois, quando morrem, os familiares não autorizam a doação. Somente nos bancos de olhos das cidades menores existem aproximadamente duas mil pessoas à espera de uma córnea. Citamos, por exemplo, a cidade de Volta Redonda, no Sul do Estado do Rio de Janeiro, onde o número de pacientes que sonham com uma córnea ultrapassa a casa dos dois mil.

O problema de morte cerebral ou morte clínica é polêmico. Foi um verdadeiro cavalo de Tróia da própria medicina. Manter uma pessoa com o coração batendo artificialmente, quando o cérebro já está morto, foi um avanço que agora está gerando problemas. É difícil explicar isso para os familiares.

Dante deste quadro sombrio, Sr. Presidente, somente uma grande campanha de conscientização para o problema, como ocorreu nos Estados Unidos, que hoje chegam a ceder córneas para outros países. A Escola Paulista de Medicina recebeu, há três meses, duas remessas de córneas de um banco de olhos norte-americano, que permitiram que vinte brasileiros voltassem a enxergar.

Essas córneas chegam conservadas em soluções de cultura e ficam preservadas até 15 dias, mas quanto antes forem usadas melhor. O Brasil, porém, não tem tecnologia para isso e o transplante tem de ser feito no máximo até 22 horas depois da morte do doador.

Mas os brasileiros não esbarram somente na falta de córneas. As leis vigentes contribuem para agravar ainda mais o quadro. Uma senhora, residente em São Paulo, quer doar um dos seus olhos para a única filha. Mas não pode. Não se faz transplante com córneas de uma pessoa viva. Ela não sabe mais o que fazer. Sua filha tem 34 anos, ceratocone nos dois olhos, está praticamente cega. Na fila de espera do Banco de Olhos de São Paulo sua inscrição é a de número 8.024.

Precisamos, pois, nos unir, Srs. Constituintes, no sentido de que este quadro seja revertido. Sugerimos ao Ministério da Saúde o desdobramento de uma campanha a nível nacional conscientizando o povo brasileiro sobre a importância da doação de córneas, e aos nossos pares Constituintes um esforço conjunto para que a lei brasi-

leira seja alterada, permitindo que a doação possa ser consumada, mesmo que o doador esteja vivo.

Vamos lutar, Srs. Constituintes, para que incontáveis brasileiros que vivem na escuridão possam conhecer a alegria da luz.

Obrigado.

O SR. IVO LECH (PMDB - RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho convicção absoluta da necessidade de todos os segmentos nacionais tomarem consciência de que o pagamento da dívida social é inadiável.

Não podem os governantes pretender fazê-lo com medidas demagógicas, que dão manchetes, mas não chegam sequer a arranhar a superfície da grave questão, quanto mais ir a fundo, para encaminhar uma solução justa e confiável: uma solução harmonizadora.

Os insensíveis costumam alegar não ser apenas nosso o problema. Efetivamente não o é. A fome é, hoje, o espantalho da civilização, nos mais diversos quadrantes da humanidade. Representa uma frontal condenação aos métodos e processos econômicos de gerir a produção de bens e da forma egoísta como têm sido distribuídos.

No entanto, no Brasil, temos por dever, neste passo rumo à democracia, dar um tratamento privilegiado às injustiças, para que a reconstrução democrática não se faça em bases falsas.

Neste sentido temos de reconhecer no complexo das carências alimentares, sofridas pela maioria populacional brasileira, um dos fatores de maior vulto e significado – um desafio lançado à face da nossa consciência cristã e ao espírito de solidariedade que está na base da nossa formação social.

Um dado estarrecedor: a cada 52 dias repete-se, no Brasil de hoje, um número de mortes igual àquele determinado pela bomba de Hiroshima: mortes que o povo sofre pela fome e suas consequências debilitadoras dos organismos.

Todavia, não nos falta produção de alimentos. Falta-nos, isto sim, uma justa redistribuição de renda nacional, de modo a que todos possam ter acesso ao mercado de bens alimentares.

Muito embora avesso às estatísticas, num país como o nosso, em que elas nem sempre são absolutamente confiáveis, é dos nossos dias a queda vertiginosa da compra de alimentos, pela falta de poder aquisitivo da maioria populacional.

Temos dito e repetido que o nosso maior mal é a insistência com que os governos põem o econômico à frente do social. Uma insistência que está transformando o Brasil num país da fome. Para alcançarmos índices disto e daquilo, a orientação imposta não é de hoje: conter os ganhos da maioria populacional para vencer a inflação, pagar os juros externos, provocar a sobra de bens exportáveis para cevar os resultados da balança comercial.

Repto aqui um alerta: "A fome é má conselheira".

Quando vejo a onda de violência que avassala o País, entendo não ser solução aumentarmos as prisões em número e acomodações.

As soluções – e são diversas – passam todas pela solidariedade que devemos uns aos outros, se queremos dar à Nação o sentido que proclamamos, mas que nossos atos negam: uma redistri-

buição da venda e da riqueza nacionais efetivada com justiça, sem esse desespero por lucros e não lucros, que desumanizam as relações entre as diversas estratificações da sociedade brasileira.

Temos – todos sabem – uma minoria dominante, a qual, até aqui, pelo menos, não se preocupou com a realidade da fome que agride a maioria dominada.

Sobre ser injusta, a situação é insustentável e cada vez mais desestabilizadora: uma crise de credibilidade que grassa galopantemente, atingindo homens e instituições, num país como o nosso, que tem no seu corpo social a seiva da crença a fecundar-lhe a história.

Este é um momento de decisão: a Constituinte.

Ou estabelecemos princípios capazes de exorcizar a fome dos lares brasileiros, ou todo o nosso esforço será perdido e o povo, confirmado assim a justeza da sua descrença, rumará pelos descaminhos da desesperança, numa luta final pela vida, enfrentando a fome fora da lei e da ordem democrática. É a realidade a enfrentar, neste contexto de providências constitucionais que se constitui, presentemente, no ponto final das expectativas populares.

O SR. VIRGÍLIO GALASSI (PDS - MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição de 24 de novembro próximo passado, transcreveu grave denúncia do Senador João Lobo (PFL - PI) referente à celebração de contrato entre o seu Estado, e a Caixa Econômica Federal, ocorrida em setembro e outubro passados, bem com à contratação, junto ao Banco do Brasil, de outros empréstimos no valor de setecentos e oitenta milhões de cruzados, sem a prévia autorização do Senado Federal, e em flagrante desrespeito às normas legais vigentes.

Há poucos dias fui informado, com igual surpresa, de que a Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG), sobrepondo-se às normas que regem a matéria, está contraíndo junto a organismos financeiros, um empréstimo de um milhão de cruzados que, se concretizado, inviabilizará sua administração durante mais de uma década.

São exemplos esparsos que, no entanto, ajudam a configurar situações generalizadas de sérios desmandos administrativos que penalizam mais e mais o contribuinte brasileiro, convocado ao fim de cada exercício a contribuir com uma parcela sempre maior de seus rendimentos para cobrir débitos gerados de forma até inconsequente.

Faço o presente registro, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no intuito de alertar as autoridades competentes para que tais práticas nocivas sejam coibidas no nascêdouro, e o patrimônio da União resguardado da ação de maus administradores – que, à cata de recursos para projetos nem sempre prioritários – nem economicamente viáveis, se esquecem dos mais comezinhos princípios legais e morais, comprometendo desta forma a saúde financeira das instituições que pretendamente deveriam zelar.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não há dúvidas de que os representantes do capital na Assembléa Nacional Constituinte estão

atrasando todo o processo constituinte, em função das conquistas que ali foram garantidas em favor dos trabalhadores.

Eles, independentemente de partidos, uniram-se para derrubar o Projeto, resultado de 10 meses de elaboração de toda esta Assembléa, concluído num intenso trabalho pela Comissão de Sistematização.

Os industriais, os banqueiros, as multinacionais, os latifundiários se mobilizam, pressionam e fazem ampla arrecadação de recursos financeiros para, por propaganda e por todos os meios possíveis, derrotarem todas as conquistas até agora garantidas em favor do Brasil, da sua independência, da sua soberania e consequentemente do seu povo.

Eles estão promovendo o impasse, pois também não têm força suficiente para impor a sua vontade. Não havia a menor necessidade de modificação do Regimento para que o Plenário e cada Constituinte participasse da elaboração final da Constituição.

Agora, enquanto não se define esta modificação do Regimento, a Constituinte vai atrasar e a Nação, com um Governo sem força e sem compromisso popular, vai tornando o povo cada vez mais inquieto.

Valeria à pena agora, que todas as forças progressistas desta Nação, políticas e sindicais, que representam mais de 90% da população brasileira, que neste momento se vêm ameaçadas pela ação nefasta e antidemocrática deste grupo de direita, denominado Centrão, promovessem uma mobilização a nível nacional, e até uma paralisação de 24 horas, como uma greve geral, em apoio ao projeto até agora pronto, e para deixar claro o seu apoio às transformações sociais pelas quais o Brasil tanto anseia.

Esta é a nossa manifestação, Sr. Presidente.

O ANTÔNIO DE JESUS (PMDB - GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O divórcio entrou para a legislação social brasileira como um mal necessário. As radicais mudanças sofridas pela estrutura familiar, o afrouxamento dos laços que tradicionalmente ligavam pais e filhos dentro do lar, a deterioração das relações entre os membros da *celula mater* – subproduto do progresso tecnológico e da evolução da sociedade moderna – deveriam desembocar, fatalmente, nessa solução drástica para os conflitos crescentes entre cônjuges.

A tendência de certos grupos é radicalizar os efeitos da medida instituída há alguns anos, relaxando as restrições impostas inicialmente com o intuito de evitar o abuso, a precipitação, a imoderação nociva à preservação dos valores mais fundamentais, em matéria de ética familiar e social.

Corporificar na Constituição a ser em breve promulgada anseios contrários à proteção do núcleo básico da sociedade – atendendo a pressões de segmentos interessados em aumentar as oportunidades de desmanchar o vínculo conjugal, o mais das vezes por motivos fúteis ou lesivos – é o mesmo que consagrar no Estatuto Supremo da Nação os instrumentos que levarão a família à decadência moral e dos costumes; e não é isto, Srs. Constituintes, o que o povo deseja, mas, ao contrário, percebe-se uma aspiração generalizada

à ordem, à disciplina, à consolidação dos postulados cristãos que sempre informaram a família brasileira.

Evitemos um texto legal que propicie ao cidadão um número ilimitado de dissoluções conjugais, passaporte para a desintegração e pulverização dos valores mais caros à nossa gente.

E o que dizer da prole, o núcleo dessa célula vital para a sociedade? Em que situação ficariam os filhos de tão variados casamentos? Qual o futuro dessas crianças com formação tão perturbada por problemas que afetam profundamente sua psique?

A manutenção, no anteprojeto constitucional, do dispositivo que permite um número limitado de dissoluções do vínculo conjugal contraria frontalmente os princípios, universalmente aceitos, de que a ordem familiar é a chave da ética, da religião e do direito.

Tenhamos presente, Srs. Constituintes, nesta fase final dos trabalhos que resultarão em uma nova Carta Magna: nossa missão como representantes do povo na Assembléia é ordenar e ajustar a sociedade; nunca o contrário. Cabe-nos deter a anarquia social, o caos, que sobrevirão certamente, se deixarmos passar tamanha agressão contra a organização familiar.

O SR. OSVALDO BENDER: – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa concede a palavra a V. Ex.^a.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs Constituintes, faleceu na data de ontem, na cidade de Passo Fundo, o ex-Prefeito, ex-Deputado Federal, Daniel Dipp. Não poderíamos deixar de registrar aqui o passamento deste ilustre homem público, parlamentar de caráter e princípios, administrador eficiente e capaz, chefe de família exemplar e pessoa profundamente humana. Temos certeza de que Deus, na sua infinita misericórdia, saberá recompensá-lo na eternidade. Sua passagem por esta terra foi marcante; os que o conheceram jamais esquecerão suas grandes virtudes e qualidades. Queira Deus que possamos ter em continuidade muitos homens públicos com seus princípios e sua capacidade (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte se associa às condolências pela morte do ex-Deputado Daniel Dipp.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de:

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB):

– RJ. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje, dia 26 de novembro, chega-

mos ao momento mais importante que, acreditamos, tenha vivido a Assembléia Nacional Constituinte.

E por que, Sr. Presidente, Srs. e Sras Constituintes? Porque a nossa Assembléia, no momento em que votar a Emenda nº 1, que modifica o Regimento Interno no Projeto de Resolução nº 16, estará praticando o que todos nós pregamos em praça pública, estará restabelecendo aquilo que é a votação de cada um de nós, estará tornando realidade o sonho e o pensamento da população brasileira, porque a democracia é um regime da maioria com o respeito devido à minoria; a democracia se exerce pela vontade da maioria absoluta, metade mais um. É o que nós temos assistido até a data de hoje, por uma infelicidade de redação do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte e, pior do que isso, por um erro grosseiro, não diria mal intencionado ou de má fé, mas um erro grosseiro que foge à inteligência e à boa hermenêutica jurídica de interpretação da própria Mesa, é uma minoria reunida impor a sua vontade à maioria das lideranças, à maioria política e à maioria do povo brasileiro.

Hoje, é uma data fundamental para o Brasil, hoje é uma data importante para a Assembléia Nacional Constituinte, hoje é uma data muito importante para os democratas que acreditam que, através do voto limpo, aberto, transparente, claro e cristalino, devamos exercer sempre o direito legítimo de fazer imperar a vontade da maioria que, de maneira alguma, deseja aviltar, desrespeitar ou apequenar a minoria. O que não pode acontecer é o que deseja o grupo minoritário nesta Casa que, arrimado numa indecisão da Mesa, de um Regimento escrito de propósito para este fim, quer que a maioria coloque 280 votos para modificar a vontade de um homem só.

Estamos vivendo um processo de escárnio ou de supervalorização humana. Nenhum homem pode ter a sua vontade prevalecendo contra 578 – com todo o respeito ao Sr. Relator Bernardo Cabral. Não podemos dizer que S. Ex.^a, sozinho, tem o condão divino, tem a inspiração de Deus para acertar na sua pena os destinos da Nação brasileira. Com todo o respeito que temos ao grupo da esquerda, não acreditamos que apenas 47 homens possam ter a sua vontade prevalecendo acima da vontade da maioria desta Casa. Chegamos a um gargalo tão grande que não são apenas 280 votos que precisamos para mudar a vontade de 45 ou de um.

Primeiro, V. Ex.^{as} estão fazendo, hoje, a segunda etapa do requerimento de preferência. Então, reparem bem, quando formos votar, de acordo com o Regimento atual, parecer da Comissão de Sistematização, apelidado de projeto – é parecer – vamos precisar, primeiro, de 280 votos para aprovar o destaque. O pedido de destaque precisa de 280 votos. Depois, mais 280 votos para aprovar a matéria destacada e, depois, no segundo turno de votação, com 280 votos. Então, para nós modificarmos o que o Sr. Relator Bernardo Cabral escreveu ou o que 47 membros da Comissão de Sistematização fizeram, nós precisamos de 3 vezes 280 que é igual a 840 votos, para mudar a vontade de um ou de 47. E é em função disto que, hoje, nós estaremos aqui para votar. Hoje!

Concitamos e conclamamos os companheiros que permaneçam aqui, unidos como no dia

de ontem, para que possamos, hoje, inadiavelmente, restabelecer esta data histórica e este fato político importante para o Brasil, que é o respeito à vontade da maioria, é o livre exercício do direito democrático de todos nós, da maioria, exercermos a responsabilidade dos nossos mandatos. Não nos obriguem a 840 votos para modificar a vontade de um ou 840 votos para mudar a vontade de 47.

Sr. Presidente, era esta comunicação de Liderança que nós tínhamos a fazer, voltando a declarar os companheiros para que não saiam das suas trincheiras, porque nós vamos para a luta, hoje, pelo voto! (Palmas.)

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA:

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima, que falará pela Liderança do PMDB, cujo tempo está dividido entre três Srs. Constituintes do seu partido.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Assisti, hoje pela manhã, estarrado, na **TV MANCHETE**, uma entrevista do Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, justificando cinicamente um adiantamento escandaloso de um milhão de cruzados a Deputados da Assembléia Legislativa de Minas Gerais que será devolvido, sem juros nem correção monetária, retirado do subsídio dos Deputados. O raciocínio do Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais é de que é legal não cobrar nem juros nem correção monetária, uma vez que não é empréstimo, mas, um mísero adiantamento aos Parlamentares estaduais de Minas Gerais.

Esta atitude e o cinismo da Presidência da Assembléia Legislativa de Minas Gerais concorrem para denegrir o Poder Legislativo, concorrem para aumentar a falta de credibilidade das instituições políticas e jogam lama em toda a representação política e na Assembléia Nacional Constituinte.

Isto é uma indignidade e é necessário que se saiba que aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, a maioria não compactua com atos desta natureza. É uma imoralidade das maiores este adiantamento aos Deputados de Minas e é, sobretudo, uma falta de sensibilidade com a grave crise política que estamos vivendo, porque isto concorre para que a opinião pública volte as costas para a representação política e passe a condenar indistintamente todos aqueles que são detentores de um mandato popular e todos aqueles que exercem honradamente os seus mandatos.

Em nome do meu partido, o PMDB, em nome da Liderança do PMDB, quero mostrar que o nosso Partido não compactua com gestos desta natureza e, em nome de vergonha nacional, fazemos um apelo ao Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, da Mesa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, para que anule este ato vergonhoso, que constitui uma nódoa indelével em toda a representação política brasileira. (Palmas.)

O SR. MENDES RIBEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB)

RS. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

O Colega que me precedeu na tribuna fez uma alusão ao desgaste da classe política. Na verdade, ao que assistimos é o desgaste de toda e qualquer autoridade neste País. Mas, o que deve nos preocupar é aquilo que transparece lá fora a respeito do que estamos fazendo.

Estamos empenhados em um trabalho sério, para fazer uma lei que dure o maior tempo possível, porque é evidente que nenhuma lei poderá eternizar-se no tempo. Mas a imagem que passa é a de que questões menores, radicalizações incompreensíveis para o povo colocam o todo da Assembléa Nacional Constituinte em impasses constantes, que geram adiamentos que não podem ser justificados.

Ouvimos alusões a números pretensamente mágicos. E as maioria ora são adjetivadas de uma forma, ora adjetivadas de outra. Todos sabemos, porque todos fizemos e lemos o Regimento, que qualquer decisão constitucional terá que obter 280 votos. Não é este projeto; não é aquele estudo; não é esta emenda ou aquele destaque, sendo proposição constitucional – diz o Regimento, porque não poderia desobedecer a emenda que convocou esta Assembléa Nacional Constituinte, – deverá obter 280 votos.

Não é este o cerne do impasse que está sendo criado. O cerne do impasse que está sendo criado é que, no direito que a ninguém pode ser negado, desejaram, como desejam, apresentar emendas ao Projeto nº 3, do digníssimo Relator Bernardo Cabral, que todos hão de concordar em que, pelo menos, 80% representa aquilo que todos pensamos, mas que nem todos querem admitir. Se votássemos nesta Casa 80% do que está no Projeto Bernardo Cabral nº 3, os ora adjetivados de esquerda, de direita ou de centro concordariam, ou entrariam numa faixa de 20%. Estou sendo generoso, porque as áreas de atritos são bem menores. E que nesta, sim, caberia uma discussão mais profunda, com maior número de emendas.

O movimento que gerou o fato político de ontem é um movimento que deve ser aplaudido, mas que não deve ser levado ao extremo da radicalização. Se não conversarmos agora, fora do plenário, iremos para o choque do plenário. Ninguém tem medo de choque de plenário, mas devemos evitar algo que possa ser composto neste tom: se a maioria quer emenda, emende; se a maioria não quer impasse, não se tem impasse. Devemos evitar que transpareça ao povo aquilo que, afinal, deixamos transparecer, que é impossível o entendimento entre homens que foram eleitos para se entender.

Apelo, Srs. Constituintes, para que haja um bom senso e que o bom senso seja adotado o quanto antes, para que sigamos os trabalhos o quanto antes, também.

Muito obrigado a V. Ex.^a, Sr. Presidente, e aos Srs. Constituintes.

O SR. DOMINGOS LEONELI: – Sr.

Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DOMINGOS LEONELI

(PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Creio que o episódio de ontem deve ensinar a todos desta Casa, deve deixar ensinamentos de variada natureza, especialmente para aqueles que conduzem e que têm maior responsabilidade na condução dos trabalhos, na liderança de grupos, de partidos, de conjuntos de Parlamentares que decidirão daqui para a frente.

Não há dúvida e não se pode deixar de reconhecer, o setor dos conservadores, a chamada direita nesta Casa agiu com competência política e operacional. Soube capitalizar, com razoável eficácia, o descontentamento produzido pelo processo de elaboração da Constituição, o único tempo excessivamente longo, tempo que a Comissão de Sistematização precisou e usou para

elaborar um projeto de Constituição, e que foi eficazmente transformado em elemento catalisador da política de direita nesta Casa. Não podemos deixar de reconhecer um outro aspecto positivo da vitória que os conservadores obtiveram ontem num aspecto, no meu modo de ver, essencial à vida democrática. Ficou claro para a burguesia brasileira, para os elementos pensantes do grande capital que eles têm representantes e têm representação nesta Casa. Ficou claro para grande parte do empresariado, que já começava a apostar na desestabilização do processo constituinte, que eles têm nesta Casa representantes suficientemente capazes de defender os interesses pelos quais aqui chegaram. De alguma forma, o jogo democrático pode ganhar, na medida em que os conflitos da sociedade tenham nesta Casa um estuário, um terreno de discussão e desenvolvimento, para que, em vez de baterem às portas dos quartéis, ou em vez de trilharem os caminhos da conspiração, da violência, da interrupção do processo democrático, que, aliás, é a tradição das classes dominantes brasileiras, venham discutir, ganhar e perder aqui no Parlamento, já que possuem representação à altura dos seus interesses, que me dispenso de julgar se são bons ou maus.

Neste sentido, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a vitória do chamado Centrão, que é a direita, que é a hegemonia da direita sobre um centro real, teve esses aspectos positivos. Ensinou a todos nós outra verdade que nos parece mais geral, uma lição mais ampla, que serve tanto à direita quanto à esquerda, que ninguém nesta Casa tem maioria absoluta e que também não há posição localizada e que não há postura, não há partido não há grupo definido, ideológico ou politicamente, que sozinho possa dar qualquer passo definitivo na elaboração da nossa Constituição. Isto, também, é uma lição positiva, na medida em que afirma e reafirma a necessidade do pluralismo.

Ensinou-nos ainda, Sr. Presidente, a nós da esquerda, que não basta ter boas intenções; ensinou à Liderança do meu Partido, não só à pessoa do Líder, mas a um conjunto de Vice-Líderes, assessores que compõem a máquina da Liderança, que é necessário, além de boas intenções, ter competência, prática, operacionalidade, capacidade de convocar e de manter em plenário, até porque faltaram, da chamada esquerda, 18

votos que seriam certos, o que aumentou, ainda mais, uma maioria eventual da direita.

Agora, Sr. Presidente, já que chega a hora de concluir este pronunciamento e porque, também, se tenham apressado os entendimentos, imagino, cabe fazer o que se faz em qualquer guerra: as pessoas matam e morrem na guerra para ganhar posição de negociação, para negociar melhor.

Creio que não há dúvida de que a direita, hoje, tem uma melhor posição de negociação do que antes, mas não se pode alimentar da ilusão de que vai arrastar e esmagar tudo. Também representamos interesses nesta Casa, interesses do povo, dos trabalhadores, que serão defendidos com garra ainda maior.

Precisamos de mais unidade, de mais competência, de mais garra e de mais operacionalidade para enfrentar uma direita que, já sabemos, existe e tem, também, a sua eficácia.

Neste sentido, a lição de ontem nos deve conduzir a uma maior unidade, ao entendimento de que a esquerda deve buscar o centro para manter aquilo que já foi conquistado nas Comissões anteriores, que não pode dispensar nenhuma área e vamos trabalhar com a humildade de quem não pode ganhar ontem e que, no máximo, evitou uma vitória. Ontem, conseguimos, no máximo, evitar que a direita esmagasse com os 280 votos. A direita não tem 280 votos, a esquerda também não os tem, mas, se trabalharmos com competência, se mostrarmos à maioria do Centro que a nova Constituição brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– O tempo de V. Ex.^a já terminou.

O SR. DOMINGOS LEONELI: – ...tem que atender à maioria da sociedade, aos interesses da estabilidade do trabalhador, à reforma agrária, à empresa nacional mesmo e não através de mudanças de conceitos, entregar o País ao capital estrangeiro. Tenho a impressão de que a esquerda e o centro serão capazes de produzir uma Constituição moderna, nacionalista e progressista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO MENEZES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL – PA): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desde que se instalou a Assembléa Nacional Constituinte, a sessão de ontem foi uma das mais importantes, das mais movimentadas e, quem sabe, até fez com que o povo brasileiro voltasse a ter esperança no Congresso Nacional.

É verdade que, durante os trabalhos de ontem, vimos muita gente titubeando para dizer "sim", acanhada a dizer "sim", na votação; vimos, também, muita gente acanhada a dizer "não", como vimos, também, muita gente com esperança de encontrar um meio-termo, para que não houvesse aquele espetáculo democrático como foi o de ontem.

Nós, que constituímos o Centrão, temos sido acusados violentamente de pertencer ao centro, de pertencer à direita, de sermos conservadores. Resolvemos não revidar, porque seria, sem ne-

nhuma eficiência, virmos para cá e dizer que aqueles que nos combatem são anarquistas, são os melhores seguidores de Bakunin. Não adianta, porque o Centrão é um partido que reúne todas as tendências, e estamos procurando chegar à formação de uma Constituição que venha realmente estabelecer uma relação perfeita entre empregados e patrões; não usando o nome de trabalhador, porque o nome de trabalhador tem sido aqui apenas explorado. Trabalhador somos todos nós, desde o gari, a datilógrafa, o homem que trabalha no cemitério; são os Congressistas, o Presidente da República e seus Ministros. Queremos procurar uma forma em que se estabeleça uma paz entre patrão e empregado. O Centrão não pode também admitir que persista esse estado de coisas e está procurando o seu caminho para que essas greves que se fazem diariamente em nosso País – essas greves que estão criando a instabilidade e quase que a ingovernabilidade – sejam regulamentadas, porque, se não o fizermos, se não estabelecermos os seus princípios gerais, marcharemos por uma anarquia e ficaremos dentro do princípio daquilo que se chama a greve revolucionária, que parte para a paralisação total do País.

Nós também do Centrão temos que examinar os problemas da questão da terra, porque não podemos aceitar as invasões aqui e acolá; não podemos aceitar uma reforma quando se excluem, da divisão, na Reforma Urbana, as terras do Governo. Queremos uma reforma agrária que venha realmente a se efetivar, porque, pelo que se vê hoje, não adianta dar o título de terra. Não adianta entregar o título de terra no interior deste País. Se não fizermos uma reforma agrária séria, procurando realmente dar elementos àqueles que se instalaram, não só os instrumentos de trabalho, como os instrumentos de produção e até o lazer, nada haveremos de conseguir, porque essa história de dar título de terra não tem qualquer resultado, não produz coisa alguma. Não podemos aceitar, também, essas invasões que se fazem sem qualquer sentido, apenas procurando tirar a estabilidade nacional.

Temos de estudar o sistema tributário e financeiro, porque não é possível que se continue a governar e a fazer leis que modifiquem totalmente as finanças e a economia através de decretos ou leis. Nós do Centrão, temos, realmente, de lutar por esses princípios, assim como temos de examinar com carinho e cuidado a quilômetro que se chama a conceituação da empresa nacional dentro da Constituição.

Por outro lado, o que se verifica nessa discussão da Constituinte é que os partidos políticos estão se dividindo, estão misturados uns com os outros, perderam, por assim dizer, a sua orientação e, quem sabe, talvez, se, com este Centrão não será a oportunidade de partirmos para uma nova organização política, em que se possa realmente colocar as pessoas nos seus devidos lugares, defendendo as suas doutrinas e as suas ideologias.

Meus Srs. Constituintes, vamos terminar declarando esperar que esta luta democrática, que esta disputa continue. Esperamos que, na votação de hoje, ninguém se retire do plenário, que fiquem aqui assumindo as suas responsabilidades, cada um votando "sim" ou votando "não", porque, nas vezes anteriores, aqueles que fazem hoje parte do Centrão ficaram aqui de corpo presente assis-

tido às derrotas continuadas nas diversas Comissões Temáticas.

Por isso, Srs. Constituintes, espero que nesta sessão possamos continuar os nossos trabalhos, que se vá em frente democraticamente. É através do voto que se decide a forma democrática.

Vou terminar, repetindo, uma frase de Rui Barbosa quando estamos preparando a nossa Constituição é bom lembrar o que ele disse: "Dar imediatamente ao País uma Constituição sensata, sólida, praticável, política nos próprios defeitos, evolutiva nas suas insuficiências naturais, humana nas suas contradições inevitáveis".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

A SR^a. RAQUEL CÂNDIDO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO (PFL – RO. Sem revisão da oradora.) : – Sr. Presidente

Alguns de nossos companheiros ficaram perplexos com a nossa posição de votar com o Centrão. A nossa posição de votar foi única e exclusivamente porque a grande maioria dos constituintes ficaram relegados a segundo plano na Comissão de Sistematização. Ao examinarmos a planilha ali identificamos que uma minoria da minoria manipulou a Comissão de Sistematização com os pedidos de destaque, para talvez, se adornarem da escritura da nova Constituição deste País. Mesmo assim, Srs. Constituintes, é inegável que houve participação de todos nós desde as subcomissões até as comissões. E ali falou a direita, falou o centro, falou a esquerda. Portanto, 95% deste anteprojeto serão por mim defendidos no Centrão ou não. Entrei para o Centrão única e exclusivamente para atender o anseio daqueles que ficaram de fora e que sempre foram rechaçados como meio constituintes. Aqui, os avanços sociais, as conquistas pela reforma agrária, através desta Constituinte e de seus princípios de convicção, não irão sofrer retrocesso. Mas é preciso também que se respeite no processo democrático o direito da maioria, e a Comissão de Sistematização não quis respeitar. O que mais me enfureceu foi o ato covarde da pseudo-esquerda, com respeito à esquerda séria, ao votar não pela proposta da anistia, virando-lhe as costas num compromisso nacional de 23 anos. E aí, sim, quero que me venham de lá dizer por que votaram contra a anistia na Comissão de Sistematização. É desta forma, Sr. Presidente, que se faz a história. Caso volte aqui a apresentação de uma nova emenda pela anistia, entendo ser um grande avanço no novo processo democrático, quero ver o PMDB, os grupos autênticos votarem, através das Lideranças, sem medo dos "brucutus". Eu não admito, até mesmo com todo o respeito que tenho e admiração pelo grande Líder, Constituinte Mário Covas, que na hora de S. Ex.^a dizer que para o homem, não é histeria, mas exaustão, não admito que diga que seus oito milhões de votos valem mais do que os votos de Rondônia. S. Ex.^a é tão constituinte quanto nós (palmas) e não deve usar dessa prepotência (palmas), como usou no dia de votação decisiva, e chegou a se exasperar, através dos seus arcangels Nelson Jobim e Antonio

Britto para trair o compromisso de três anos assumido no programa do PMDB e do MDB que fiz.

Srs. Constituintes, 95% é o meu compromisso para votar com o Centrão, é nos 5% onde o interesse da Nação prevaleça com equilíbrio, e estaremos – sem medo do Dr. Urutu, como falou o Governador Iá de Minas Gerais – estaremos aqui, talvez, resgatando aquilo que pseudolideres, falsos patriotas, não tiveram coragem de cumprir durante os 20 anos em que tiveram como bandeiras de lutas o resgate de uma anistia necessária, nem que seja pela metade. Desafio que esta pseudo-esquerda enfrente isso, que é uma luta séria, que é uma luta de justiça, e até mesmo se restabeleça o princípio daqueles que estão em diferença de igualdade fora deste País. Apenas 5%.

Finalizando, fica meu alerta para o Centrão: o meu compromisso é de modificação de 5%, sem descaracterizar os avanços sociais, senão estaria renegando a minha própria base e a minha própria vida. E, assim, muitos do Centrão agirão, porque isso foi conversado e terá que ser respeitado. A forma do respeito da democracia vem com a participação de todos, e o entendimento só nasceu quando houve o confronto, porque meia – dúzia de arcangels, sob um monte de votos que pensavam iria prevalecer sobre a maioria até dos caboclos amazonenses, julgaram-se no dever de rechaçar aqueles que praticavam da Assembléia Nacional Constituinte, muito especialmente na Comissão de Sistematização.

Aqui muito se pichou o Sr. Bernardo Cabral, essa mesma esquerda pseudo, porque a esquerda séria não pichou. Agora, não quer aceitar o "Cabral" que foi feito por todos nós. Todos os dias, viamo-nos vários Constituintes da esquerda dizendo que aqui não tínhamos tido avanço algum, e como é naquele hora de se modificar estão todos contentes e querem permanecer com o que aqui está?

Finalizo, Sr. Presidente. O meu compromisso com os avanços sociais, com a nacionalização do subsolo, com a luta pela reforma agrária, será mantido por muitos companheiros em equilíbrio e em consonância pela democracia neste País.

O SR. AMARAL NETTO (Líder do PDS): – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex.^a, e neste apelo já vai uma posição.

Queria que V. Ex.^a fizesse soar a campanha que chama para a votação, porque vamos votar, hoje, aqui. Quem ganhar leva e quem perder perde.

Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a faça ação no chamamento dos Srs. Constituintes, porque vamos votar.

Sr. Presidente, mantenho, em nome do Centrão, a nossa palavra: segunda-feira, estaremos sentados a uma mesa de negociação para qualquer negociação, mas não podemos negociar a vitória nossa, essa é inegociável, porque é a vitória do povo.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero deixar bem claro: sou considerado um radical intransigente, mas tenho comigo uma série de homens serenos que não são radicais. Ninguém discorda dessa posição ou se discorda são poucos que se curvam à vontade da maioria. O Centrão não foi criado para se render. O Centrão foi criado para vencer, porque no dia em que o Centrão se render, é o povo brasileiro que se rendeu.

Sr. Presidente, quero dizer ao meu Líder Mário Covas e ao meu Líder Fernando Henrique Cardoso que quero transferir a S. Ex^{as}s ao Líder Ibsen Pinheiro, às lideranças do PMDB, do PDT e do PT uma responsabilidade de não vai ser nossa. Se V. Ex^{as}, suspenderem a sessão é porque estão com medo. Se V. Ex^{os}s se retirarem do plenário, assumam diante do povo brasileiro a responsabilidade do atraso da Constituinte e não nós, porque não vamos sair para nada, estamos aqui para perder ou para ganhar. Quem sair está atrasando a vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, vou encerrar minhas palavras, porque já estão longas demais, não era preciso falar tanto, pedindo mais uma vez que mande acionar todas as campainhas de chamamento dos Srs. Senadores e Deputados, porque vamos ter uma votação, de qualquer maneira.

Estou ciente de que o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso pediu uma suspensão da sessão ou vai pedir, e vamos ter que votar este requerimento e estaremos aqui para isso. Nós vamos nos curvar a toda decisão da maioria; quem ganhar leva, quem perder tem que entregar, porque perdeu. Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência informa ao nobre Constituinte Amaral Netto que já tomou todas as providências necessárias.

O Sr. Haraldo Lima (Líder do PC do B): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem, esta Casa aprovou uma preferência para votação de uma emenda de um substitutivo ao Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, na verdade, o substitutivo, ontem aprovado, tem dois aspectos que mereciam ser considerados agora, depois que a preferência para votá-lo já foi assentada entre nós. Um é seu aspecto técnico, propriamente regimental; o outro é o seu sentido político.

Do ponto de vista técnico, meramente regimental, sabemos que o Regimento estabelece as normas que devem ser cumpridas para que um determinado conjunto, uma determinada assembléia possa funcionar a contento; e que essas normas estabelecem condicionamentos que devem ser rejeitados não só pela minoria, mas também pela maioria. É um grave erro, é um grande equívoco imaginar que o Regimento estabelece o direito de a maioria, a qualquer instante, afastar a minoria e impor a sua vontade. O Regimento é precisamente uma norma de conduta para todos, para as minorias e para as maiorias. E quando se pretende votar um regimento que foge a essa con-

cepção básica de ser uma carta que permita ao conjunto funcionar, respeitando direitos da minoria e da maioria, quando se pretende fugir a essa pretensão básica dos regimentos, aí, sim, tem-se a intenção de estabelecer não um regimento democrático, mas dispositivos regimentais autoritários, antidemocráticos. E a preferência que ontem se votou, Sr. Presidente foi para hoje apreciarmos dispositivos regimentais autoritários, antidemocráticos, que é o que estamos, neste instante, fazendo.

O substitutivo do chamado Centrão, no art. 27, prevê que "emendas apresentadas até o início da tomada das respectivas matérias terão preferência, independentemente de votação, sobre todas as demais, que ficarão prejudicadas com sua aprovação".

Ora, Sr. Presidente, isto significa que uma emenda que tenha um número determinado de assinaturas, se for apresentada, como diz o texto "até o inicio da votação", ela passa a ter preferência sobre todas as demais emendas que por ventura existam. E ela tem preferência mesmo que não seja conhecida da Casa. Sr. Presidente, isto não é um dispositivo regimental democrático, isto não prevê a possibilidade de a maioria ter seus direitos e as suas regalias respeitadas, mas isto prevê a imposição da maioria contra a vontade dos setores democráticos e a disposição da maioria de afastar, regimentalmente, as minorias. Prevê, também, Sr. Presidente, a possibilidade de essa mesma suposta maioria, a qualquer instante, apresentar uma emenda que substitua inteiramente as disposições transitórias que foram votadas na Comissão de Sistematização. Sr. Presidente, o que pretendem essas disposições regimentais do Centrão não é enriquecer o Regimento da Casa, mas simplesmente aniquilá-lo no seu aspecto democrático. São dispositivos regimentais ditatoriais, alguns deles filhos legítimos do regime militar que estava ai até ontem.

Agora, qual o sentido político desse Regimento, dessas disposições regimentais? Para se entender o sentido político dessas disposições regimentais é preciso entender o que é mesmo o Centrão. O Centrão é uma articulação de Constituintes de centro, moderados, sob a hegemonia e sob o comando da extrema direita, isso sim, é que é o Centrão. No meio do Centrão, no meio daqueles trezentos que assinaram a proposta inicial, a ampla maioria não é de extrema direita. O núcleo que dirige, o núcleo que fala, o núcleo que escreve em nome do Centrão, é de extrema direita. E preciso que os efetivamente conservadores, porém democratas, sinceros, que assinaram esse documento, se apercebam que estão acobertando a extrema direita desta Casa, que quer usar esses dispositivos regimentais, autoritários, ditatoriais, para alterar todos os avanços que foram feitos até agora no projeto de Constituição.

Sr. Presidente, encerro agora dizendo que se isso acontecer o núcleo dirigente de direita, que comanda o Centrão, que muito tem falado em maioria, maioria que precisa ser comprovada no voto, mas independente da comprovação ou não dessa maioria na Casa, é preciso que esse núcleo de direita saiba que existe lá fora uma maioria efetiva, que é a maioria do povo brasileiro e a Constituição que for feita aqui, se não corresponder – como quer a extrema direita que pre-

tende usar o Centrão com objetivos sórdidos – aos grandes anseios da maioria do povo brasileiro, aí, sim, essa Constituição não será aceita pelo povo brasileiro. (Muito bem!)

O SR FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Constituintes:

Há um gravíssimo erro na posição do Constituinte Amaral Netto. S. Ex.^a defende, de toda maneira, uma votação independente de qualquer conversa entre as Lideranças. S. Ex.^a quer, como disse, ganhar de qualquer modo. Mais do que isso, S. Ex.^a pretende, com essa votação de qualquer maneira, abreviar os trabalhos, para que a Constituição possa ser votada e para que se atenda aos anseios do povo brasileiro.

Ora, o Sr. Constituinte Amaral Netto não sabe que esse rolo compressor que S. Ex.^a quer exercer agora pode criar impasses que vêm dificultar muito o próprio trabalho da elaboração constitucional. Se S. Ex.^a quer criar o impasse para que nada ande, tudo bem! Se S. Ex.^a deseja que a Constituição não seja votada, tudo bem! Se S. Ex.^a deseja que nós aqui fiquemos nos confronto permanentemente e sem decidir nada, tudo bem! Mas se S. Ex.^a – e acredito que sim – deve estar preocupado também, como nós outros estamos, em que essa Constituição seja elaborada da melhor maneira possível e atendendo o mais amplamente possível aos anseios da Nação, então, está no momento, Sr. Amaral Netto, de as Lideranças sentarem-se, não de decidirem através do rolo compressor que V. Ex.^a está defendendo; que esta sessão seja suspensa pela Mesa e que se marque, dentro de um prazo de 72 ou 96 horas, uma nova sessão, de tal modo que essas Lideranças reunidas possam chegar a um denominador comum no que se refere ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sem essa providência, Sr. Presidente, nós estaremos, isto sim, dificultando, obstaculizando, criando os maiores empecilhos ao andamento do trabalho que se deseja seja rápido e breve. Esse confronto não levará a coisa alguma. Levará, sim, a uma permanente posição de luta, a uma permanente disposição de briga, mas aí não teremos nenhuma vantagem, nem para o povo nem para a Constituinte.

Sr. Presidente, é necessário que o bom senso desça, que o Espírito Santo do bom senso desça na cabeça de alguns desses que estão aí enfurecidos, pedindo de qualquer modo a votação; que o Espírito Santo baixe sobre eles, eles que se dizem crentes e católicos, que o Espírito Santo baixe sobre o Constituinte Amaral Netto, baixe sobre outros, como o Constituinte José Lourenço, e estabeleça uma calmaria nesta Casa, para que possamos sair daqui em condições de servir ao povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Fernando Santana, o Sr. Jorge Arbate, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Vai-se passar à:

VI – ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 437 Srs. Constituintes.

Os Senhores Constituintes que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo. (Pausa.)

Não há proposições apresentadas.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, pela ordem.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sabem V. Ex.^a do empenho das Lideranças de todos os Partidos, das Lideranças formais e das informais, no sentido de chegar-se a uma solução que atenda aos reclamos da votação do projeto de Constituição do Brasil.

Não preciso repisar aqui os argumentos que já foram trazidos por muitos.

Sabe o País também, ontem houve uma votação que mostrou que existe uma maioria desejosa de modificação do Regimento Interno ao redor de certas idéias que estão consubstanciadas na proposta do Constituinte Cardoso Alves. Sabemos todos nós, também, que essas maiorias não são suficientes para levar o processo de aprovação da Constituição sem que estabeleçam canais claros, lícitos, de negociação, que não pode significar nem capitulação nem intransigência diante de interesses menores, mas que deve significar a busca de um ponto de equilíbrio que expresse a vontade da Assembléa Nacional Constituinte. Depois de vários dias de debate a sensação de muitos de nós é de que esta Casa está madura para tomar uma decisão sobre o Regimento que permita tal tipo de negociação.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como todos sabem, eu fui o Relator do Regimento Interno. Sei das dificuldades de mudanças num e outro ponto. Sei, também, que, muitas vezes, as mudanças propostas, no momento podem dificultar no outro momento, como ocorre hoje. O Regimento que nós elaboramos há meses, hoje precisa de modificação para dar vazão a propostas novas e para, principalmente, permitir que as propostas sejam fruto de uma negociação. Existem várias idéias em jogo, existem conversas, tentativas. Posso dizer que, ontem, o PMDB, pelo seu Líder Mário Covas, já havia concordado com modificações substanciais, quando não houve tempo ou não houve vontade política suficiente para que algumas alterações fossem feitas consensualmente.

É sabido por esta Casa que, ainda ontem à noite, houve várias conversas e que, infelizmente, por uma questão de comunicação, não foi possí-

vel adiar o início da sessão da Assembléa Nacional Constituinte, como eu me havia comprometido, e como bem sabe V. Ex.^a, com quem conversei sobre a matéria.

Pois bem Srs. Constituintes, está no momento de tomarmos uma decisão madura. Ouvi com muita atenção, como sempre o faço, as palavras do nobre Líder Amaral Netto. S. Ex.^a disse que eu juntamente com outros Líderes deveríamos assumir o ônus de pedirmos o adiamento, se o quiséssemos. Pois bem, peço adiamento, Sr. Presidente. Peço adiamento, não porque tenha interesse em qualquer manobra que vise frustrar a vontade da maioria. Peço o adiamento para que esta vontade, a se manifestar permita, também, que haja um entendimento com a minoria, como requer a boa prática democrática. Peço o adiamento, não para obstaculizar a aprovação da Constituição, porque sou dos mais interessados em aprová-la logo, mas peço o adiamento porque estou convencido de que hoje é possível um bom entendimento e de que do entendimento acerca do Regimento resultará uma vantagem imensa na aprovação da Constituição. Se tomarmos uma decisão que respeite a maioria, que respeite a minoria nos seus direitos, nos seus anseios também, teremos um mecanismo veloz para a Constituição, e não tenho dúvida de que uma boa decisão fará com que a Constituição seja aprovada num prazo que não ultrapasse sessenta dias.

É em nome disso, Constituinte Amaral Netto, que agora cabe a mim fazer um apelo a V. Ex.^a, que sei é um batalhador, sei que V. Ex.^a com razão, pede que assumamos o ônus do adiamento, pois assumo. Muitos de nós podemos assumir esse ônus, porque é um adiamento para o proveito do País, para o proveito da Constituição.

Peço que o Sr. Presidente nos dê esse prazo, e que essa votação seja suspensa, para que possamos fazê-la na quarta-feira da semana que vem. Digo quarta-feira porque é mais fácil para que a maioria esteja aqui presente e para que veja, como viu, que o que queremos não é escamotear, o que queremos é persuadir, o que queremos é convencer.

Peço que V. Ex.^a, consultando as Lideranças, e faço um apelo muito especial ao Constituinte Amaral Netto, que se junta a nós e tenho certeza que o que foi a vitória de S. Ex.^a ontem será amanhã a vitória do Brasil na quarta-feira, ao aprovarmos o instrumento, por unanimidade, que permita que a maioria exista, mas que a minoria não seja subjugada.

Peço veementemente que apoiem meu pedido. (Palmas.)

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – tem a palavra o nobre Líder.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, tendo sido, honrosamente para mim, citado pelo nobre Líder Fernando Henrique Cardoso, primeiro queira dizer a S. Ex.^a, e ele sabe muito bem do respeito e admiração que tenho por ele, que assumimos um compromisso formal com S. Ex.^a, com o Líder Mário Covas, com o Presidente Ulysses Guimarães, com V. Ex.^a, com o Constituinte Antônio Britto, com todos os Líderes das correr-

tes majoritárias do PMDB, de que segunda-feira estaremos sentados a uma mesa de negociação. Vou dar uma perspectiva a S. Ex.^a agora. Meus Companheiros do Centrão podem até discordar. Não discuto, porque o Centrão não tem líder, não sou líder do Centrão. O Centro tem 16 homens num colegiado, os quais agora não posso consultar. Porém, diria a V. Ex.^a que estaríamos dispostos – veja bem: somos vencedores – mas em respeito à posição do nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso, estamos dispostos, depois de votar esse Substitutivo, a suspender a sessão, para votarmos os destaques, na terça ou na quarta-feira. Veja bem – V. Ex.^a entenda – estamos, aqui, numa decisão salomônica, eu atendo pela metade.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides. Fazendo soar a campainha.): – A palavra está assegurada ao nobre Líder Amaral Netto.

A Presidência pede aos Srs. Constituintes que tomem assento nas respectivas bancadas, a fim de que se possa ouvir o Líder Amaral Netto.

O SR. AMARAL NETTO: – Muito obrigado a V. Ex.^a. V. Ex.^a sabe que é mais uma honra para mim.

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A palavra continua com o nobre Líder Amaral Netto.

A Presidência, posteriormente, concederá a palavra ao nobre Líder José Lourenço. Entretanto, é assegurada a palavra ao nobre Líder Amaral Netto.

A Presidência apela aos nobres Constituintes José Lourenço e Cardoso Alves no sentido de que permitam, afastando-se do microfone de apartes, que o nobre Líder Amaral Netto conclua a sua intervenção, chamado que foi à colação pelo nobre Líder Fernando Henrique Cardoso.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, vou concluir com duas palavras.

Estamos atendendo a uma parte do apelo do nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso. Agora, queria que S. Ex.^a, em troca, colocasse a sua Bancada no plenário para não deixá-lo e não permitir a votação. Este é um problema muito sério. Porque, aí, então, corta-se qualquer negociação possível. Se saírem, a responsabilidade é deles, eu não tenho nada com isto, nós não temos.

Sr. Presidente, eu quero convocar os nossos Companheiros a permanecerem no plenário e votar contra o requerimento do Constituinte Fernando Henrique Cardoso, com a minha promessa, em nome do Centrão, do Constituinte José Lourenço, do Constituinte Cardoso Alves, de todos os Líderes do Centrão, de que segunda-feira nos reuniremos para acertar os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Líder José Lourenço, do Partido da Frente Liberal.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituinte. Durante todos estes dias tentamos o entendimento. Tal não foi possível. Reconheço que neste momento impossível também atender ao apelo do nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso. (Palmas) Deixo a V. Ex.^a o meu apelo e

o da minha Bancada, no sentido de que seja submetido ao plenário o requerimento do nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

Peço a todos os meus Companheiros do Partido da Frente Liberal, e do Centrão, também, para se manterem no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência guardando paridade, como o fez, concedendo ao nobre Líder Amaral Netto e ao nobre Líder José Lourenço o uso da palavra, franqueia a tribuna aos outros Líderes, para que se manifestem.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Líder Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Fartamente convocado por V. Ex.^a me apresso a chegar a esta tribuna para dizer que o PMDB não teria nenhuma dúvida em subscrever a proposta.

Sr. Presidente. quero deixar bem claro que, se entendimento não houve, ele não deve ser debitado a ninguém em particular, é verdade, mas ele não pode ser debitado a nós. Temos testemunhas disso.

Ontem, à tarde, ainda mesmo antes da votação, recebemos, embora oficiosamente, e por iniciativa pessoal de um membro do chamado Centrão, uma sugestão com a qual concordamos e que se tivesse havido curso aquela proposta, era muito possível que tivéssemos chegado a um acordo, ontem mesmo.

Posteriormente depois da sessão, com a nossa delegação, o Senador Fernando Henrique Cardoso conversou com alguns dos componentes do agrupamento e esta conversa deveria ser desdobrada de manhã e se tivesse curso aquela idéia de ontem, ainda novamente nós estaríamos de acordo. Todavia, o que ouvimos aqui em Plenário de algumas das Lideranças é que eles desejam, de qualquer maneira, efetuar a votação.

De forma que queremos deixar dano que, sem que isso possa representar qualquer forma de violência para quem quer que seja, todos aqui são livres para decidir a respeito como entenderem. No que se refere ao PMDB, não opomos nenhuma restrição e vemos até com simpatia a suspensão com esse objetivo.

Não quisemos avançar nessa solicitação, por entender que ela, necessariamente, teria que ter o acordo daqueles que, ontem, tendo votado, obtiveram a maioria dos votos. Cabia a eles, evidentemente, fazer a concessão, ou melhor, cabia a eles fazer o gesto na direção da negociação. Todavia, evidentemente, esta é uma decisão em que, volto a insistir, cada um tem o direito a enfocá-la sob a sua própria óptica.

No que se refere a nós, queremos deixar claro aqui, que se a suspensão for decidida, não temos nada a opor, e, até pelo contrário, a estimulamos com este objetivo, de tentar fazer o que até agora não se perde fazer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre líder do PCB, Fernando Santana que, a exemplo dos Líderes Amaral

Netto, José Lourenço e Mário Covas, utilizaram a palavra nesse momento. Com a palavra o Líder Fernando Santana.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Já concedi a palavra ao nobre Líder Fernando Santana, e logo após franquearei a tribuna para que V. Ex.^a suscite a questão de ordem.

O SR. FERNANDO SANTANA: – Se V. Ex.^a permite, concordo que a questão de ordem seja levantada, porque, pelo menos, terei mais assunto. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Diante da deferência do nobre orador e Constituinte Líder Fernando Santana ao eminent Líder Carlos Sant'Anna, a Presidência faculta a palavra a S. Ex.^a, para a formulação da questão de ordem. Logo em seguida, concederá a palavra ao nobre Líder José Maria Eymael, após falar o Constituinte Líder Fernando Santana.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta Mesa tem permitido muita transgressão ao Regimento e tantas têm sido que, cada vez, esperamos mais uma. Ontem assistimos a uma violência enorme: em pleno processo de votação, tendo sido votada uma preferência, para que imediatamente devesse ser votado o Substitutivo, a sessão simplesmente foi suspensa, sob a alegação de que o prazo da sessão estava esgotado, quando o prazo de sessão, em votação, não se esgota, porque, uma vez iniciado o processo de votação, este vai até o seu término.

Hoje estamos assistindo a um fenômeno curioso: a votação já foi encaminhada, todos já falaram, já se votou, inclusive, um pedido de preferência, que já foi decidido. Entretanto, a sessão está se desenrolando sobre coisas que não têm nada a ver com o seu verdadeiro ritual regimental, e agora vem outra coisa não regimental. O pedido do Senador Fernando Henrique Cardoso, quando podemos entender a sua conotação política, do ponto de vista regimental, não tem absolutamente nenhum sentido. Talvez a consulta seja meramente política, mas V. Ex.^a tem que colocar em votação o Substitutivo, porque para... (Pausa)

Sr. Presidente, estou levantando uma questão de ordem para V. Ex.^a decidir.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Estou atento à questão de ordem que V. Ex.^a está suscitando.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Então, V. Ex.^a tem o dom da ubiqüidade, o que é uma coisa muito difícil. De qualquer forma, estou querendo dizer o seguinte: o processo de votação começou; os oradores já a encaminharam; o encaminhamento já se encerrou e sabe V. Ex.^a que o processo de votação começa com o encaminhamento. Então, estamos em pleno processo de votação.

A preferência já foi decidida, votada e aprovada, de modo que não há mais coisíssima nenhuma a fazer, pelo Regimento, senão colocar em votação o Substitutivo. (Palmas.)

De modo que peço a V. Ex.^a que não há mais razão – naturalmente tem que ser dada a palavra

ao orador que está na tribuna – para se fazer consulta a ninguém. O que se tem a fazer é colocar em votação o Substitutivo, pela soberania do Regimento.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, para uma questão de ordem ou encaminhamento desta mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Agora, não. V. Ex.^a, agora, vai permitir que responda ao Líder Carlos Sant'Anna e, depois, será assegurada a oportunidade a V. Ex.^a, como o foi aos demais Líderes. Um instante, apenas.

O SR. GASTONE RIGHI: – Mas é exatamente sobre a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência responde ao nobre Líder Carlos Sant'Anna que, ontem, as decisões adotadas pelo Presidente Ulysses Guimarães, figura maior do Parlamento brasileiro e hoje no exercício da Presidência da República, respeitaram a norma regimental, e a ausência de Sua Excelência, nesta Casa, certamente constrangeria ao nobre Líder Carlos Sant'Anna, seu companheiro de tantas Legislaturas, para a formalização de qualquer crítica à atuação daquele que, com exemplar dignidade, exerce a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

Acredito que, se presente o Deputado Ulysses Guimarães, talvez V. Ex.^a oferecesse outras razões, mas essa, de natureza ética, obriga-me, no exercício da Presidência, a dizer ao nobre Líder Carlos Sant'Anna que a postura do Presidente Ulysses Guimarães nas suas decisões, interpretando o Regimento, foi sempre a mais clara, a mais imparcial, a mais direcionada para o cumprimento fiel de nossa lei interna.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex.^a invocou questão de ética...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência consulta o nobre Constituinte Fernando Santana – já na tribuna – se defere aos demais Líderes a prioridade assegurada ao nobre Constituinte Carlos Sant'Anna. (Pausa.)

Com o assentimento do orador, concedo a palavra ao nobre Líder Gastone Righi.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Não, não...

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – ...invoco o art. 93. V. Ex.^a fez uma afirmação não verdadeira sobre a minha pessoa e não é de V. Ex.^a que devo esperar coisas desse tipo.

Quando estou me referindo a ato do Presidente Ulysses Guimarães, estou me referindo a ato de um homem que estava presidindo a sessão e não tem nada em relação às questões éticas com o homem por quem tenho a mais profunda admiração e o mais profundo respeito. E o fato de ter-lhe a mais profunda admiração e o mais profundo respeito não quer dizer, por isto, que não possa protestar contra uma decisão de S. Ex.^a que considero que não foi de amparo regimental. E posso fazê-lo e nisso não há nenhuma transgressão ética. Ao contrário. De modo que V. Ex.^a ao invocar que transgredi a ética ao me referir ao Presidente Ulysses Guimarães, isso, evidentemen-

te, não tem o menor sentido, e lamento que V. Ex.^a tenha feito coisas dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Acredito que a ressalva de V. Ex.^a é o consenso da própria Casa. Dá-nos a postura e a dignidade do Presidente Ulysses Guimarães.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao Constituinte Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaria apenas de declarar que tenho um profundo respeito pelo Presidente Ulysses Guimarães, mas também mantenho profundo e igual respeito à lei e ao Regimento. Desejo que V. Ex.^a, como Presidente, cumpra o Regimento, porque este está acima de V. Ex.^a e acima até do nosso "deus" Ulysses Guimarães. Devemos dizer que o § 2º, do art. 62, estabelece que:

"Serão escritos, sujeitos a apoioamento e não serão discutidos os requerimentos que solicitem."

IV – adiamento da discussão ou votação.

Não há requerimento escrito e não há apoioamento do número regimental.

§ 3º "Os requerimentos referidos nos parágrafos anteriores dependerão sempre de deliberação de Plenário."

E, finalmente:

§ 4º "Os requerimentos que digam respeito à proposição constante da Ordem do Dia – como é este – deverão ser apresentados na fase da sessão em que a matéria respectiva for anunciada."

Elá foi anunciada ontem. Portanto, não cabe mais requerimento de adiamento. V. Ex.^a tem que cumprir o Regimento. Está escrito aqui. Não estou inventando, leio para V. Ex.^a, de novo:

§ 4º "Os requerimentos que digam respeito à proposição constante da Ordem do Dia deverão ser apresentados na fase da sessão em que a matéria respectiva for anunciada."

Essa fase já passou. V. Ex.^a não poderá negar ou mentir ao Brasil inteiro que a fase de anunciação da matéria é essa, porque já foi. Segundo, não há requerimento escrito e nem mesmo apoioamento com o número necessário.

O SR. FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, quero ver se uso da palavra agora.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Logo após a manifestação do Líder Fernando Santana, a Presidência responderá à questão de ordem suscitada pelo nobre Líder Gastone Righi. Já que S. Ex.^a está na tribuna há alguns instantes e contemporizou magnanimamente com seus colegas da Casa, oferecendo-lhes a oportunidade, sobretudo aos Líderes, de ocuparem a tribuna; tem a palavra o Líder Fernando Santana.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs.^{as} e Srs. Constituintes:

Cedendo, aliás, espaço para questões de ordem, por uma questão de gentileza, mas o que o Constituinte Carlos Sant'Anna levanta, de que se deve cumprir o Regimento Interno, não tem amparo do ponto de vista da tradição desta Casa.

Sempre que as Lideranças entrem em acordo pode realmente suspender a sessão.

A proposta do Constituinte Fernando Henrique Cardoso não pode ser aceita, porque as lideranças contrárias não aceitaram; não porque o Regimento Interno obrigue, mas porque se o Sr. Líder Carlos Sant'Anna, se os Srs. José Lourenço e Amaral Netto e outros aceitassem a proposta construtiva e correta do nobre Constituinte Fernando Henrique Cardoso, a sessão poderia ser tranquilamente suspensa e estabelecendo-se um prazo para que as lideranças reunidas conseguissem chegar a um acordo que melhor servisse aos interesses da Nação.

Sr. Presidente, não acreditamos que a precipitação de agora, para se votar de qualquer modo, possa servir realmente ao andamento mais rápido dos trabalhos da Constituinte. Este confronto poderá permanecer por muito tempo. Aqueles dois ou três dias que teríamos para chegar a um acordo conjunto, seria muito mais interessante para o futuro dos trabalhos desta Assembléa Nacional Constituinte do que a imposição voluntária e maciça daqueles que querem, de qualquer modo, votar o Regimento e, que não têm absolutamente apoio na grande maioria desta Casa.

Os Srs. Constituintes podem, neste momento, ter uma vitória de Pirro, mas não terão uma vitória construtiva de acordo com os interesses que todos queremos defender.

Os Srs. Constituintes podem exigir a votação e podem exercê-la da maneira que bem quiserem ou entenderem. Mas, a nosso ver, essa precipitação não serve aos interesses do País, não serve aos interesses da Constituinte, não serve á elaboração melhor do texto da Constituição que queremos fazer.

Sr. Presidente, por isso a proposta que fizemos anteriormente daquela tribuna, para que esta sessão fosse suspensa e que se desse um prazo de 96 horas para que as Lideranças chegasse a um acordo, foi referendada depois pelo Líder Fernando Henrique Cardoso. Acontece que aqueles que se acham com o facho ou com a bandeira do que chamam a vitória, querem de qualquer modo votar. Mas não vai, Sr. Presidente, servir aos interesses da Nação; não vai servir aos interesses da Constituinte; não vai servir aos interesses da Constituição. Esse confronto vai, sim, criar condições para a sua permanência, e, então, não teremos nesta Casa jamais 280 Srs. Constituintes para votar qualquer inciso da Constituição.

Eram estas as palavras que eu queria dizer, como também o meu pedido ao Espírito Santo para que baixe nas cabeças das Lideranças de Amaral Netto, José Lourenço e outros, e que não foi atendido pelo Supremo.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao Líder José Maria Eymael.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ontem, antes da votação, dirigimos da tribuna um apelo ao entendimento. Dizíamos, naquele momento, que não podíamos admitir que, depois de 10 meses de convivência, não fôssemos capazes de ter desenvolvido esta que tem que ser a maior virtude das pessoas: a capacidade de dialogar e de se entender.

Todos temos, aqui, nesta Casa, repetido permanentemente que a Assembléa Nacional Constituinte tem que ser fruto de consenso e tem que representar o pensamento da sociedade brasileira. Temos pela frente, no Plenário, questões as mais dramáticas a serem enfrentadas, questões altamente polêmicas e para as quais será convocado, necessariamente, o espírito de conciliação e entendimento. E pergunto, Sr. Presidente: com que moral? Com que direito? Para a frente queremos invocar conciliação e entendimento; se não formos capazes, agora, de nos entendermos, será falsa essa postura, se não começarmos a praticá-la aqui e agora.

A nossa posição, Sr. Presidente, não é ideológica, é pragmática. Queremos e buscamos entendimento e não admitimos confronto. (Palmas.) Por isso, Sr. Presidente, repisando nossas colocações de ontem, fazemos mais um apelo ao entendimento. Não podem prosperar, nesta Assembléa Nacional Constituinte, sob pena de sermos julgados, no futuro, de forma dramática, não podem prosperar tentativas de soluções de força, nem de um lado, nem de outro. Ora, aparentemente um lado que tem essa condição, amanhã será o outro. Sr. Presidente, com a mesma condição que temos de fazer esse apelo agora, amanhã, faremos o mesmo apelo ao outro lado que hoje é minoritário, e só teremos essa condição moral, se usarmos, como estamos fazendo neste momento esta tribuna, para um pedido amplo, concreto ao entendimento, e não ao confronto.

Era esta a colocação, Sr. Presidente, e somos favoráveis à proposta de uma suspensão, para que conversemos. (Muito bem!)

O SR. HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Líder Haroldo Lima, que falará pelo PC do B.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ainda há poucos instantes fomos procurados pelo nobre Líder Fernando Henrique Cardoso, que nos consultava a respeito da nossa disposição de fazer um consenso com todos os demais Líderes, com vistas a suspender os trabalhos nesta manhã e retomar o processo eleitoral no início da semana que vem. Respondemos ao nobre Líder Fernando Henrique Cardoso que considerava que o processo eleitoral já estava começado. Contudo, como entendíamos que na praxe regimental que durante tantas vezes usamos, havendo um acordo de Lideranças, sempre é possível, em benefício de um melhor entendimento e de um melhor resultado do processo eleitoral, adiarmos essa dita votação. Ouvimos o apelo feito pelo Líder Fernando Henrique Cardoso.

No que diz respeito a nós do PC do B, Sr. Presidente, não temos nada em contrário à idéia de suspender esta sessão, se houver um acordo

de Lideranças. Diversos Líderes até agora falaram, entre os quais o Líder do PDS, o Líder do PTB, o Líder do PFL, Líderes do grupo que se está julgando com ampla maioria da Casa, e esses nobres Líderes consideraram que é necessário fazer o processo de votação. S. Exas. manifestam, neste sentido, uma atitude de intransigência, atitude esta que não temos tido, nós, do PC do B, aqueles setores que estão defendendo a manutenção da linha dorsal do projeto de Constituição que foi aprovado na Comissão de Sistematização.

Entretanto, se os Srs. Líderes do PFL, do PDS, do PTB não consideram necessário esse entendimento, Sr. Presidente, não seríamos nós que nos iríamos recusar ao processo de eleição. Pelo contrário. Estamos, sinceramente, numa posição muito a cavaleiro, neste instante. A intransigência do setor do Centrão já está cobrando deles uma posição defensiva e apontando para eles a perspectiva de uma derrota próxima. Ou seja, na medida em que eles se pronunciam numa posição de intransigência, eles já percebem que, em votando, não vão conseguir fazer prevalecer os seus pontos de vista. O próprio Líder do PFL, Constituinte José Lourenço, começa levantar a hipótese de fazermos uma consulta para averiguar a possibilidade de adiamento da votação.

Assim, se todos os Líderes concordarem com o adiamento da votação, nós também concordamos, sem nenhum problema. No entanto, se os Líderes do Centrão insistirem na votação, e têm o direito, consideramos que a votação deve ser feita e esses Líderes deverão demonstrar em Plenário que, efetivamente, tem os tais 280 votos de que tanto falam.

O SR. AMAURY MULLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MULLER (PDT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes. a Liderança do PDT deseja manifestar o seu apoio e o seu endosso à proposta feita pelo ilustre Constituinte Fernando Henrique Cardoso. Não queremos o confronto, por considerá-lo prejudicial ao andamento dos trabalhos de elaboração constitucional. Por outro lado, não nos vamos curvar a imposições de quem pensa que detém a maioria e não a detém. Consideramos que o diálogo ainda é o melhor caminho para o entendimento e para a negociação, e através dele é que poderemos elaborar a Carta que o povo brasileiro espera de nós.

Por isto, Sr. Presidente, se aqueles que se julgam com votos suficientes para propor o confronto querem a votação, a Bancada do PDT oficialmente se retira, porque exerce o direito regimental e democrático da obstrução. Esta é a posição oficial do PDT.

O Sr. Plínio Arruda Sampaio: – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio, último Líder inscrito.

Logo a seguir, vamos decidir a questão de ordem suscitada pelo nobre Líder Gastone Righi.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou completando o discurso que fiz ontem.

Para quem conhece a História, sabe que é muito perigoso o quadro das Constituintes que se dividem fisicamente.

Estamos na iminência de isto acontecer. Por isto, novamente apelo aos Srs. Constituintes.

Ontem se criou aqui um fato novo. Na saída do Plenário, fui procurado por vários dos vencedores que me disseram o seguinte: "Isto foi bom, porque agora abre-se um novo caminho de negociação". Eu entendi que era mais do que um consolo a um colega derrotado, entendi que era uma manifestação de diretriz política.

Aqui, nesta Casa, temos duas regras muito simples: a primeira é o entendimento e o consenso, e o entendimento e o bom senso; a segunda é o confronto, o voto e a responsabilidade política pelo voto.

Ontem houve um fato novo, que muda a correlação de forças e requer novas negociações. O que aqueles que foram derrotados ontem estão solicitando dos vitoriosos é: dêem-nos tempo para nos recapacitarmos, para sentarmos a uma mesa e restabelecer algo, porque mais importante do que ganhar ou do que perder aqui é construir algo que seja eficaz lá fora. E qualquer gesto emocional agora só pode complicar lá fora. Então, nobres colegas, esta é uma hora de definição e de responsabilidade.

O Líder Amaral Netto subiu a esta tribuna e disse que quer que os perdedores de ontem assumam a responsabilidade histórica de parar a Constituinte, de obstruir a Constituinte, de dificultar os trabalhos da Constituinte.

O meu Partido não está nesse predicamento. Está de acordo com o adiamento desta sessão por consenso, por entendimento. Porém, se esse entendimento não for possível, se houver a prepotência dos vencedores que não querem ouvir, assumiremos a responsabilidade histórica de sair do Plenário, para que o povo veja que estamos em posição contrária, porque o perdedor de hoje poderá ser o vencedor de amanhã.

Então, neste momento, queria, e tão-somente, trazer a palavra de que mais algumas horas, mais alguns dias nos permitirão superar o impasse regimental que favoreça o diálogo político, cuja manifestação já se deu ontem. O fato de ontem é real, é inarredável, é impossível de ser ofuscado; ele obriga a um novo tipo de conversação política, e quem tem cabeça para entender vai entender. É fundamental que tenhamos um tempo para regulamentar este novo diálogo, sem o que vamos para o impasse, e o impasse já está aqui, e vamos ver o seguinte: os juízes da responsabilidade histórica desse impasse não são os que estão nesta sala, são os que estão olhando os que estão nesta sala e eles ainda não falam, mas poderão falar.

O Sr. José Costa: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao Constituinte José Costa, para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs.^{as} e Srs. Constituintes, parece-me que há algo de mágico e de misterioso neste Plenário que faz com que percamos o senso da realidade. Quando voltamos para casa e ligamos o televisor, parece que também, com esse simples gesto, nos ligamos no Brasil real: no Brasil que tem fome; no Brasil do desemprego; no Brasil que precisa de investimentos; no Brasil que precisa de uma nova Carta Constitucional, no País que reclama reformas estruturais para a sociedade. Quando voltamos para esta Casa, caímos no reino da fantasia e perdemos o contato com a realidade.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, não cabe aqui uma postura triunfalista nem atitudes absolutamente inconsequentes. Nenhum Partido é maior do que este País; nenhum partido é mais importante do que este País; nenhuma liderança é tão importante que possa, com a sua presença, ou com seus caprichos, postergar os desejos, o querer da sociedade que reclama da Assembléa Nacional Constituinte competência, bom senso para a elaboração, a mais urgente possível, da nova Carta Constitucional.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, evidentemente não existe facção política, não existe partido político, não existe grupo político, nesta Assembléa Nacional Constituinte, que tenha 280 votos para decidir qualquer matéria constitucional. Isto está demonstrado a todo instante neste Plenário.

O que se reclama, o que reclama a sociedade das lideranças, dos partidos e de cada um de nós, particularmente, é que se tenha bom senso: é o mínimo que se pode pedir a quem exerce a relevantíssima função constituinte, nesta oportunidade histórica, ímpar, que estamos vivendo.

Sr. Presidente, existe uma questão prejudicial, que foi a colocada pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso, qual seja, a proposta de suspensão dos trabalhos. Esta foi feita com um único objetivo: o do entendimento em favor do País e de uma solução negociada. De modo que, em se tratando de uma questão prejudicial, proposta em primeiro plano pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso, requeiro a V. Ex.^a, Sr. Presidente, coloque em votação, ou seja, submeta ao Plenário a proposta de suspensão dos nossos trabalhos por um lapso de tempo determinado, a fim de podermos entrar em entendimento e negociar a votação do Regimento Interno.

Esta, me parece, uma solução ditada pelo bom senso, que vai depender exclusivamente da maioria. É o jogo democrático. Impõe-se, assim, sem dúvida alguma, a adoção dessa proposta, imediatamente, pela Presidência da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência vai acionar as campainhas e, durante 10 minutos, suspenderá os trabalhos, até que os Srs. Constituintes que se acham em seus respectivos gabinetes possam vir ao Plenário.

O Sr. Inocêncio Oliveira: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A sessão está suspensa por 10 minutos e tão logo, na abertura, V. Ex.^a usará do microfone com toda a liberalidade da Mesa.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 12 horas e 44 minutos, a sessão é reaberta às 12 horas e 56 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está reaberta a sessão.

Tem a palavra o Líder Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em meu nome pessoal e no da minha Bancada, atendendo ao apelo que me foi formulado – e dramaticamente – pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso, secundado pelo Constituinte Mário Covas, Líder do PMDB, e a quem jamais pude negar a atenção, pelo respeito, pela amizade e pelo companheirismo que nos uniu sempre, ao longo de nossas vidas, venho a esta tribuna formular um apelo aos líderes José Lourenço, Amaral Netto, Cardoso Alves e tantos outros que, junto a nós, procederam à coordenação interna deste movimento que se chamou Centro Democrático. O pedido que faço a todos é que atendamos ao apelo formulado pelo Líder do PMDB e façamos aquilo que a esquerda e a minoria nunca fizeram em nome da paz e da concórdia, em nome do consenso e do entendimento, em nome da verdade, para melhores dias para o Brasil; em nome de uma melhor Constituinte, concordemos com o adiamento. (Palmas.)

Ficou claro – e este adiamento é o atestado definitivo de que somos nós a maioria, somos nós o povo brasileiro – ficou claro que o povo brasileiro aqui está representado pelo Centro Democrático e não por essas minorias tonitruantes, mentirosas e insultuosas.

Faço um apelo a todos os membros do Centro Democrático e às Lideranças para que concordem com o adiamento da sessão para quarta-feira. Desta forma, estaremos homenageando, também, o Presidente Ulysses Guimarães. Só espero que no **Diário da Constituinte** se registrem com isonomia, como nunca foi feito – e estas palavras são para o Sr. Secretário da Mesa – os incidentes e o processamento destas duas sessões fundamentais, a fim de definir os rumos da Assembléa Nacional Constituinte.

O SR. GERSON PERES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.^a a palavra, pela ordem.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não assinei o Centrão, mas sou homem de centro.

Esta Casa, ontem, demonstrou, em um gesto de maioria, que a maioria pode vencer democraticamente. Votei ontem com o Centrão, para possibilitar um entendimento entre os Constituintes dos grupos diferentes que têm assento nesta Casa. Portanto, faço um apelo ao Líder do meu Partido, Deputado Amaral Netto, a quem ontem dei o meu apoio, embora não concordando com muitas das normas inseridas no texto do Substitutivo I, para que haja esse entendimento, para que possamos dar uma demonstração de que aqui ninguém é inimigo de ninguém e que queremos servir ao nosso País e elaborar uma Constituição

que expresse a aspiração da maioria do povo brasileiro.

Este é o meu apelo ao Líder do meu Partido.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, faço um apelo a esta Casa, principalmente ao Presidente dos trabalhos. O **Diário da Constituinte** vem sendo manobrado, e atendendo aos gostos do Sr. Marcelo Cordeiro, e levado à Nação inteira tendenciosamente. Solicito ao Presidente tome as medidas necessárias para que a Nação seja verdadeiramente informada.

O Centrão democrático tem uma posição a favor do povo brasileiro e da democracia que queremos encontrar e não o que dizem as tendências do Sr. Marcelo Cordeiro. Está na hora de botar ordem no **Diário da Constituinte** ou extingui-lo, porque não representa o verdadeiro espírito do que se está passando nesta Casa.

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao Líder Constituinte José Lourenço, pela ordem.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Intransigentes não somos; intransigentes não somos; vitoriosos fomos e somos, mas, como afirmei ontem, não desejamos transformar a nossa vitória em processo de esmagamento das minorias. Queremos transformá-la, isto sim, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no instrumento do diálogo e do entendimento, na certeza de que a Constituição de nosso País não tenha a face de um, mas tenha a face de outros.

O Brasil só se tornará um País respeitado no Mundo se os seus filhos aqui representados tiverem a nítida consciência das graves responsabilidades que têm para com a Nação neste momento.

Conclamamos a todos aqueles que fizeram o seu apelo ao Constituinte Mário Covas e aos demais Líderes que nos dirigiram a sua palavra no sentido de que fossem sustados os trabalhos de hoje, para iniciarmos conversações, que não serão conclusivas sem antes ouvirmos os Companheiros que estão ao nosso lado.

Maioria sim. Diálogo permanente.

Convocamos e conclamamos aqueles que por vezes são intransigentes conosco a seguirem o exemplo que, hoje, aqui damos e que servirá ao Brasil. Estamos certo, assim como os demais oradores que, certamente, por aqui passarão, de que aqui estão mulheres e homens à altura do que reclama de nós a Nação.

O Brasil tudo de nós espera. Estejamos ao lado do Brasil, para que possamos ser aplaudidos por todos os brasileiros.

Atendemos ao seu apelo, Sr. Presidente.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Líder Amaral Netto, pela ordem, e, logo em seguida, falará o Constituinte Milton Reis.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A minha missão é dura e árdua, mas nasce dos próprios princípios do Centrão, que são os de nortear a sua ação pela vontade da maioria, e por essa maioria queremos fazer a Constituinte, a Constituição.

Portanto, dentro do Centrão tem que haver mais democracia do que no próprio Plenário.

Declaro-me voto vencido, com toda a honra, na minha posição, e com respeito à maioria dos Companheiros que ouvi. No entanto, Sr. Presidente, deixo bem claro que a minha posição é de atenção aos nossos Companheiros, com todo o respeito devido ao Constituinte Fernando Henrique Cardoso, ao Líder Mário Covas e aos Líderes das outras correntes, pelos quais tenho a maior admiração pelo seu trabalho sério e honesto aqui dentro. No entanto, estou atendendo à maioria das posições que foram tomadas junto a mim pelos meus Companheiros, e não posso, nem se quisesse, ser o Líder sozinho desta corrente, porque não há Líder nesta corrente.

Por isso, Senador Fernando Henrique Cardoso, e pelo amor de Deus não interprete de outra forma, seria um erro enorme, e incluindo a consideração que lhe tenho, que tenho ao Presidente da Casa por me transmitir o mesmo apelo, que tenho pela maioria do meu grupo, que é o Centrão – devo dizer a V. Ex.^a e a todos que vou tomar aquela posição ditada por essa maioria que me reuniu, a posição que respeita até um convite feito pelo Presidente Ulysses Guimarães – agora Presidente da República – ao Deputado Cardoso Alves, para uma conversa sobre os nossos problemas hoje, às 14 horas, no Palácio do Planalto. Tudo isso convenceu-me a tomar a posição que deve ser a posição democrática de respeito à Maioria.

Portanto, não posso deixar de declarar que fui voto vencido, mas curvo-me diante do princípio que tem que nortear a minha posição (palmas) e, nessa curvatura que faço, presto uma homenagem ao meu Centrão, ao meu PDS, presto uma homenagem à própria Mesa e presto uma homenagem a toda a Constituinte. Peço que, pelo amor de Deus, não vou dizer "sigam meu exemplo", porque não sou exemplo muito bom para tudo, mas, pelo amor de Deus, sigam a minha atitude de hoje: aceitem a derrota, quando ela for imposta pela Maioria, que representará, então a maioria do povo brasileiro. (Palmas.)

Era isto que queria dizer, Sr. Presidente, e era isto que queria transmitir aos meus Companheiros, ressalvando, como sempre, a minha posição. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Darei a palavra ao Constituinte Milton Reis e, logo em seguida, ao Constituinte José Lins.

A Presidência indaga do Constituinte Roberto Jefferson se, depois das manifestações de seus

Companheiros do Centrão, se ainda deseja utilizar da palavra.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Gostaria, até para homenageá-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A aquiescência é óbvia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes:

Estou exercendo aqui uma delegação dos companheiros do Centrão que são coordenadores em Plenário.

Ouvimos desses Companheiros que coordenam, mais uns trinta que fazem a coordenação na Bancada, ouvimos dos coordenadores do Centrão em Plenário, e a nossa posição é a mesma esposada pelo eminentíssimo Líder Amaral Netto, é a mesma esposada pelo eminentíssimo Líder do PFL José Lourenço, pelo eminentíssimo Líder do PTB Constituinte Gastone Righi. Era uma comunicação breve que gostaria de fazer, já lembrando os amigos coordenadores do Centrão em Plenário o convite para uma reunião terça-feira, no Auditório Nereu Ramos, às 15 horas. Todos os amigos do Centrão deverão estar presentes para uma plenária nossa, que antecederá a de quarta-feira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra, pela ordem, o Constituinte Milton Reis.

O SR. MILTON REIS (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr.

Presidente, a busca da liberdade e a perseguição do entendimento sempre foram os propósitos que nortearam a nossa vida pública. Imaginamos, nós que constituímos uma parte daqueles que votaram para a possibilidade da alteração do Regimento, que em torno de 85% do Substitutivo Bernardo Cabral há matéria que merece a nossa aprovação.

A discordância será mínima, será em torno de poucos pontos.

O apelo que desejamos fazer é que Companheiros de um lado e de outro meditem para que diminuam as áreas de resistência, para que apenas em assuntos políticos procedamos à aferição de votos. No mais, que façamos o entendimento, porque a Constituição não basta ser aprovada por 280, é necessário que tenhamos a Constituição aprovada por 400, 500 dos Membros da Constituinte.

Esta é a nossa posição em favor do entendimento; felicitando, pois, a Mesa e os líderes pelo adiamento para a próxima quarta-feira (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Constituinte José Lins.

O SR. JOSÉ LINS (PFL – CE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, embora possa parecer estranho, o Centrão não tem líderes nem chefes. De modo que deixamos claro que apenas concordamos com o adiamento da sessão.

Quanto a entendimento, não temos nenhum compromisso. Só o Centrão, como todo, poderá tomá-lo. Ninguém pode representá-lo para assumir qualquer compromisso.

Sr. Presidente, tem que ficar muito claro: estamos concordando com o adiamento da sessão, mas a questão do compromisso para modificar

qualquer das letras da proposta Amaral Netto só pode ser tomada ouvindo-se todo o Centrão.

Sr. Presidente, era isto o que queríamos dizer a V. Ex.^a.

O SR. FAUSTO ROCHA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.^a a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. FAUSTO ROCHA (PFL – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs.

Constituintes, trata-se de uma questão de ordem não respondida – peço a V. Ex.^a que me perdoe – sobre a isonomia, numa divisão de tempo consentânea no programa chamado Diário da Constituinte, em que há um desequilíbrio gritante.

Solicito à Presidência dê resposta à questão de ordem levantada pelo nobre Constituinte Max Rosenmann: se, a partir de agora, o Centrão terá, pelo menos, a metade do tempo no Diário da Constituinte.

O SR. INOCÉNCIO OLIVEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem V. Ex.^a a palavra, pela ordem.

O SR. INOCÉNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, em meu nome pessoal, congratulo-me com o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso pela sua proposta. Acredito que foi a mais consentânea com a realidade da Assembléa Nacional Constituinte.

Uma Constituinte para representar a maioria do povo brasileiro tem que ser acorde com um entendimento das diversas correntes que integram a Assembléa Nacional Constituinte.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu, que trabalhei para este entendimento, espero que, durante este período, até a próxima quarta-feira, possamos encontrar o substitutivo do Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte que represente a aspiração de todos, para que possamos elaborar uma Constituição representativa da vontade da maioria do povo do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência regozija-se com os demais 558 Constituintes por esta solução, que decorreu da lucidez, da clarividência, do descritivo, do espírito público de todos aqueles que comandaram este processo de entendimento, para que, na alteração da nossa Lei Interna, tivéssemos condições de ordenar, da melhor maneira possível, o trabalho de elaboração constitucional.

Durante toda a manhã de hoje, mesmo no exercício da Presidência da República, o Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, o Deputado Ulysses Guimarães, acompanhou pari passu o desenvolver dos entendimentos que se verificaram nesta Casa. E já agora me incumbirei de transmitir a S. Ex.^a este coroamento, que reflete, sem dúvida, o sentimento de unidade do trabalho que anima todos os Membros da Assembléa Nacional Constituinte.

No que tange à interferência dos nobres Constituintes Max Rosenmann e Fausto Rocha, relacionada com o Programa da Constituinte, utilizado para divulgação dos trabalhos que aqui se proces-

sam, a Mesa sente-se no dever de destacar que o nobre 1º Secretário, Deputado Marcelo Cordeiro, que tem a incumbência regimental de realizar esse trabalho, irá redobrar esforços para que, com absoluta fidelidade, todos os fatos que aqui se registrarem sejam levados com perfeição, com exatidão absoluta ao conhecimento da opinião pública do País, sem privilegiar grupos, Partidos ou individualmente qualquer um dos 559 Membros desta Casa.

Portanto, convoco para a próxima quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos, uma sessão da Assembléa Nacional Constituinte para o prosseguimento da votação.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Adolfo Oliveira – PL; Affonso Camargo – PTB; Afonso Arinos – PFL; Aloysio Chaves – PFL; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Geraldo Melo – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Jessé Freire – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Hemmann Neto – PMDB; José Serra – PMDB; José Viana – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Manoel Moreira – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Maia – PDT; Maurício Campos – PFL; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mendes Botelho – PTB; Nabor Júnior – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Neudo de Conto – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Ruy Bacelar – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Ulduricó Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Vieira da Silva – PDS; Wilson Campos – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Encerro a sessão, designando a ordinária de quarta-feira, dia 2, às 14:30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

"Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 16-C, de 1987"

Encerra-se a Sessão às 13 horas e 14 minutos.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 154

QUINTA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 169ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 2 DE DEZEMBRO DE 1987.

I - Abertura da sessão
II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

PROJETOS APRESENTADOS

Projeto de Decisão Nº 11, de 1987 (do Sr. César Maia) - susta medidas que visem alterar a legislação tributária.

Projeto de Decisão Nº 12, de 1987 (do Sr. Francisco Dorneles) - Veda a fusão, incorporação, desmembramento e cisão de municípios nas condições que menciona.

CÉSAR MAIA (Questão de ordem) - Convocação do Sr. Ministro da Fazenda para esclarecimentos ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte sobre o "pacote" fiscal.

PRESIDENTE - Ponderação ao Plenário sobre necessidade de ser dado início ao Pequeno Expediente.

AMAURY MÜLLER (Pela ordem) - Protesto contra parecer da Presidência a requerimento de sua autoria para interpelação judicial do Sr. Ronaldo Caiado, presidente da UDR.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.

AMAURY MÜLLER - Comunicação à Mesa sobre recurso ao Plenário.

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

MILTON REIS - Aplausos à atuação do Presidente José Sarney no "Encontro dos Oito", em Acapulco, México.

PRESIDENTE - Esclarecimentos sobre tempo destinado aos oradores do Pequeno Expediente.

HERMES ZANETI - Defesa do trabalho produzido pela Comissão de Sistematização. Protesto contra atuação do "Centrão" e tentativa de mudança do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PAULO RAMOS - Manipulação do "Centrão" pela extrema direita.

FAUSTO ROCHA - Defesa da posição do "Centrão" e da necessidade de mudança do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ANNA MARIA RATTES - Protesto contra tentativa de acordo para mudança do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

LUIZ SALOMÃO - Protesto contra demissão de servidores da Cobra Computadores. Intransigência dos integrantes do "Centrão".

MÁRIO LIMA - (Retirado pelo orador para revisão.) - Posicionamento do orador a respeito do Projeto de Resolução nº 16/87.

VIRGÍLIO GUIMARÃES - Dificuldades para concretização de acordo sobre mudanças do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PAULO PAIM - Nota de entidades nacionais reunidas em Brasília, de repúdio à tentativa e modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

BEZERRA DE MELO - Defesa da atuação do "Centrão"; protesto contra posição adotada pela Comissão de Sistematização.

CARLOS CARDINAL - Protesto contra tentativa do "Centrão" de reformulação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

CUNHA BUENO - Considerações sobre noticiário da imprensa a respeito do custo das eleições presidenciais.

RUY NEDEL - Alerta sobre risco de desrespeito à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte por parte dos subscritores do manifesto do "Centrão" que não aceitarem acordo.

MAURO SAMPAIO - Manifestação de trabalhadores rurais de Mauriti, Ceará, sobre não-aplicação, pela Previdência Social, do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.

JOSÉ GENÓIMO - Protesto contra tentativa de modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; defesa da atuação da Comissão de Sistematização.

JUAREZ ANTUNES - Protesto contra atuação do "Centrão". Defesa do processo de votação nominal, em lugar de utilização do sistema eletrônico.

JÚLIO CAMPOS (Retirado pelo orador para revisão.) - Reportagem intitulada "Mandos e Desmandos", publicada na revista "Contato", de Cuiabá.

DASO COIMBRA - Defesa contra acusações feitas ao orador pelo Constituinte Juarez Antunes.

EDMILSON VALENTIM (Retirado pelo orador para revisão.) - Considerações sobre proposta do "Centrão". Protesto contra demissão de trabalhadores da Cobra Computadores.

MAURO BENEVIDES - Necrológio do ex-Deputado Edson da Mota Correia, do Ceará.

VICENTE BOGO - Protesto contra tentativa de reformulação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte e de convocação de eleições gerais após promulgação da nova Constituição. Denúncia de manobra visando modificar atribuições da 1ª Secretaria da Assembléia Nacional Constituinte.

TADEU FRANÇA - Considerações sobre objetivos do "Centrão".

CRISTINA TAVARES – Reclamação sobre atraso do processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta à Constituinte Cristina Tavares.

ROBERTO JEFFERSON (Questão de ordem.) – Aplausos ao Presidente, pela decisão de não permitir protelação dos prazos previstos no Regimento Interno.

FRANCISCO KÜSTER – Protesto contra protelação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte por parte do "Centrão".

ARNALDO FARIA DE SÁ (Questão de ordem.) – Atraso na votação do Projeto de Decisão nº 10/87, de sua autoria, que proíbe a edição de decretos-leis durante o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

BENEDITA DA SILVA – Crítica à intenção do grupo "Centrão" de impedir avanços inseridos no texto constitucional no que concerne a direitos sociais. Pronunciamento da oradora, no dia 2 de novembro de 1987, a propósito do assunto.

JORGE LEITE – Extrapolação de competência pela Comissão de Sistematização como causa da presente controvérsia na Assembléia Nacional Constituinte.

PAULO DELGADO – Crítica à atuação do grupo "Centrão".

AMAURY MÜLLER – Denúncia de arbitrariedades praticadas pelo Governo da Nova República contra os direitos da pessoa humana. Protesto do PDT contra demissão de funcionários da Computadores Brasileiros S.A – Cobra.

CARLOS VINAGRE – O Centro Brasileiro de Assistência aos Municípios – Cebram, e a criação do Ministério do Desenvolvimento Municipal.

EVALDO GONÇALVES – Inserção nos Anais de documentos da Federação das Associações Comerciais do Estado de Pernambuco: "Bases para uma democracia autêntica no Brasil", e do Clube de Diretores Lojistas, de Campina Grande, Estado da Paraíba, a propósito de apreensões dos empresários paraibanos e pernambucanos.

FRANCISCO ROLLEMBERG – Sustentação de destaque à emenda de autoria do orador que visa restaurar parcela dos antigos domínios territoriais sergipanos limítrofes com o Estado da Bahia.

SAMIR ACHÔA – Aprovação, pela Comissão de Sistematização, de emenda que alterou o art. 207 do Projeto de Constituição, visando ampliar o monopólio da União na distribuição de petróleo.

FRANCISCO AMARAL – Necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de uma política estável para o setor de laticínios.

VICTOR FACCIONI – Proposta para fixação de idade-limite para aposentadoria da mulher camponesa.

DENISAR ARNEIRO – Apoio ao Governador Fernando Collor de Melo, de Alagoas, por insurgir-se contra decisão do Supremo Tribunal Federal sobre salários dos "marajás".

OSMAR LEITÃO – Protesto contra tentativa de remanejamento dos funcionários da Legião Brasileira de Assistência e de encerramento das atividades da entidade. Defesa de reformulação do art. 232 do substitutivo produzido pela Comissão de Sistematização.

OSVALDO TREVISAN – Posicionamento do orador a respeito da apreciação do substitutivo elaborado pela Comissão de Sistematização.

MENDES RIBEIRO – Considerações sobre a reforma fiscal anunciada pelo Governo federal. Protesto contra o que considera falta de credibilidade do Poder Executivo.

ERALDO TRINDADE – Defesa da atuação do "Centrão".

SIQUEIRA CAMPOS – Eleições diretas para o governo do futuro Estado do Tocantins.

BOCAYUVA CUNHA – Protesto contra decisão sobre instalação em Itaguaí do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro.

PAULO MACARINI – Reivindicações dos Sindicatos dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

MAGUITO VILELA – Importância histórica do povo palestino; posicionamento do Brasil em face da questão palestina.

FERES NADER – Importância do cultivo do urucum, para substituição dos corantes químicos.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Aprovação, pelo Senado Federal, de projeto que dispõe sobre a atividade das microempresas e de projeto que beneficia os aposentados – ambos de sua autoria.

INOCÉNCIO OLIVEIRA – Necessidade de conclusão da Ferrovia Transnordestina.

JOÃO DE DEUS ANTUNES – Influência perniciosa dos meios de comunicação.

JOSÉ CARLOS COUTINHO – Problemática das pequenas e médias empresas. Atuação da Flupeme – Associação dos Pequenos e Médios Empresários Fluminenses.

JOVANI MASINI – Expectativa da Nação quanto às decisões a serem tomadas pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

PEDRO CANEDO – Conveniência de que o Congresso Nacional impeça a edição, pelo Governo, de "pacote" destinado a aumentar a carga tributária.

JOSÉ ELIAS MURAD – Reparos à atividade da Comissão de Sistematização e apoio à iniciativa do grupo "Centrão" no sentido de modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

OSVALDO BENDER – Solidariedade aos funcionários da Emater, em greve, e relevância dos serviços prestados pela empresa no Estado do Rio Grande do Sul.

NELSON SEIXAS – Protesto contra intenção do Ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, de editar decreto-lei que visa permitir a abertura de estabelecimentos comerciais aos domingos.

COSTA FERREIRA – Causas de assaltos a transportes rodoviários no País e medidas

propostas pela Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas para solução do problema.

EDÉSIO FRIAS – Protesto contra notícia publicada pelo **Jornal do Brasil**: "Evangélicos adeptos dos cinco anos têm Cz\$ 108 milhões de Sarney".

DAVI ALVES SILVA – Sugestão do orador no sentido da inclusão do Projeto de Habitação Rural, de autoria do orador, no programa Mutirão de Habitação.

ANTÔNIO DE JESUS – Artigo de Derci Gonçalves de Souza publicado no jornal **O Semeador**. "Pena de morte para crianças no Brasil".

CÉSAR MAIA – Esclarecimentos do orador a referência do Dr. Ricardo Varsano em artigo publicado na **Folha de S. Paulo**.

JOSÉ MOURA – Não inclusão no Substitutivo da Comissão de Sistematização de dispositivo que visa incorporar o Território Federal de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco.

VIRGÍLIO GUIMARÃES (Questão de ordem) – Pedido de esclarecimento sobre projeto de resolução de autoria do orador que visa regulamentar a consulta plebiscitária e não encaminhado ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte para votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Virgílio Guimarães.

JOÃO CUNHA (Questão de ordem) – Possibilidade de representação contra a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, em virtude de descumprimento do Regimento Interno no que concerne a matéria relativa à auditoria da dívida externa brasileira não encaminhada ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte para votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte João Cunha.

ARNALDO FARIA DE SÁ (Questão de ordem) – Requerimento de urgência para votação do Projeto de Decisão nº 10, que suspende a edição de decretos-leis.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

ADYLSON MOTTA (Pela ordem) – Pedido de providências da Mesa quanto a proposta do orador no sentido do estabelecimento de cronograma de trabalho para a Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Adylson Motta.

V – Comunicações das Lideranças

ROBERTO JEFFERSON – Prática de discriminação para com Constituintes não membros da Comissão de Sistematização.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Alerta para a possibilidade de a Receita Federal, em 1988, não aceitar como corrigidas as retenções de Imposto de Renda na fonte, no exercício de 1987.

BRANDÃO MONTEIRO – Considerações sobre intenções do grupo "Centrão" quanto à sistemática de trabalho do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

HAROLDO LIMA – Retenção do comando do grupo "Centrão" por elementos da extrema direita, com a finalidade de impor à Casa preceitos antidemocráticos.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Cunho antidemocrático a ser imprimido aos trabalhos do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte em consequência do projeto do grupo "Centrão" que visa modificar o Regimento Interno.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Contrariedade do orador a proposta do grupo "Centrão" no sentido de que assinaturas prevaleçam sobre votos.

FERNANDO SANTANA – Necessidade de conciliação em defesa dos interesses do povo e do País.

VICTOR FACCIONI – Finalidade da proposta de modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte: compatibilizá-lo com a emenda que provocou a Assembléia Nacional Constituinte e que estabelece o **quorum** de maioria absoluta, em dois turnos, para deliberações. O diálogo e o consenso como meio de solução do impasse político.

SÓLON BORGES DOS REIS (Questão de ordem) – Adiamento do horário de votação do Projeto de Resolução nº 16-C/87.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Sólon Borges dos Reis.

CRISTINA TAVARES (Pela ordem) – Manobra de procrastinação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte justificada pela Mesa como prodigalidade.

PRESIDENTE – Resposta à Constituinte Cristina Tavares.

MENDES RIBEIRO – Inconveniência de confronto e necessidade de consenso no impasse vivido pela Assembléia Nacional Constituinte.

PERCIVAL MUNIZ (Questão de ordem) – Sugestão de comunicação da Mesa ao Plenário no sentido do adiamento da votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Percival Muniz.

ROBERTO JEFFERSON (Questão de ordem) – Disposição do grupo "Centrão" de encerrar negociação e votar a Emenda nº 1 ao projeto de resolução que visa modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PAULO RAMOS – Contradita à questão de ordem do Constituinte Roberto Jefferson.

CELSO DOURADO – O debate e o entendimento para busca de equilíbrio como exigências do exercício da democracia.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Solicitação à Mesa no sentido do encerramento da sessão, em virtude de se encontrar esgotado seu prazo regimental quando da apresentação de requerimento de prorrogação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

VI – Encerramento

2 – MESA – Relação dos Membros
3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

– Relação dos membros
4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

– Relação dos membros
5 – AS ATAS DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO REFERENTES ÀS REUNIÕES REALIZADAS ENTRE OS DIAS 9 DE ABRIL E 23 DE JULHO DO CORRENTE, SERÃO PUBLICADAS EM SUPLEMENTO A ESTE DIÁRIO.

Ata da 169ª Sessão, em 2 de dezembro de 1987

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário; Arnaldo Faria de Sá Terceiro-Secretário.

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Neto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcelos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antoniocados Mendes Thame – PMDB; Antônio Gomes – PMDB; Antônio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnaldo Floravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentas – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Iira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Rompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cota – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christovam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Dei Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délia Braz – PMDB; Denisar Ameiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Tútu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Farias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edvaldo Motta – PMDB; Edmílson Tavares – PFL; Edmílson Valentini – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Uma – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michnes – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ezio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nadar – PDT;

Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Franciso Diógenes – PDS; Franciso Dornelles – PFL; Franciso Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Pores – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberé Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Incônicio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jairzinho Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bomhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Viana – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PB; José Elias – PTB; José Dias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoino – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluhy Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto PTB; Matheus lensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguilar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Jeová Amarelares – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Sítia – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Ca-

nedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renal Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branco – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nadei – PMDB; Sadia Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saldo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seiras – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buai – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Omellas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

A lista de presença registra o comparecimento de 405 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

**PROJETO DE DECISÃO
Nº 11, DE 1987**

(Do Sr. César Maia)

Susta medidas que visem alterar a legislação tributária.

(À Comissão de Sistematização.)

Conforme prevê o Regimento desta ANC, em seu artigo 59, § 7º, encaminhamos o presente Projeto de Decisão, solicitando a sua votação urgente, dada a emergência exigida pelo tempo, já que estamos à véspera de decisão que o inviabiliza.

PROJETO DE DECISÃO

A Assembléia Nacional Constituinte decide sobrestar quaisquer medidas que visem alterar a legislação tributária atual até que a Constituição ora em discussão seja promulgada.

Justificação

Neste exato momento a ANC discute e redefine o Sistema Tributário Nacional.

Não apenas cria, como impede a criação de tributos, assim como os redistribui. Além disto altera a legislação quanto à forma de se criar tributos, ampliando radicalmente a participação e o controle legislativo. Ademais inibe as decisões autoritárias do executivo, conforme tem sido a prática reiterada dos decretos-leis.

Não se trata do mérito das medidas, mas do método e da oportunidade, fatos centrais para a construção de uma ordem efetivamente democrática. De outra forma veremos atingida a soberania desta ANC.

A questão do prazo não deve preocupar o governo, já que poderá, tanto colocar em discussão no plenário seus pontos de vista, como através das disposições transitórias, adiantar a vigência das mesmas.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 1987. – César Maia – Francisco Dornelles – Delfim Netto – Carlos Alberto Caó – Sadie Hauache – Maurilio Ferreira Lima – José Genoino – Ricardo Fiúza – Anna Maria Rattes – Eduardo Bonfim – Lídice da Mata – Jesus Tárra – Mussa Demas – Átila Lira – Ronaldo Cezar Coelho – Plínio Arruda Sampaio – Vladimir Palmeira – Gerson Peres – Afif Domingos – José Camargo – Expedito Machado – Gidel Dantas – Amaral Netto – José Mendonça Bezerra – Adylson Motta – João de Deus Antunes – Bonifácio de Andrada – Sotero Cunha – Roberto D'Ávila – Edesio Frias – Amaury Müller – Pimenta da Veiga – Ronan Tito – Aldo Arantes – Paulo Ramos – Edmilson Valentim – Hermes Zaneti – Florestan Fernandes – José Carlos Sabóia – Benito Gama – Airton Cordeiro – Alceni Guerra – Nyder Barbosa – Jairo Azi – Ottomar Pinto – Annibal Barcellos – Marluce Pinto – Noel de Carvalho – Sigmaringa Seixas – Oswaldo Almeida – Raquel Cândido – Luis Eduardo – Jorge Bomhausen – José Thomaz Nonô – José Moura – Jayme Santana – Adroaldo Streck – Abigail Feitosa – Nilson Gibson – Wilma Maia – Maria de Lourdes Abadia – Olívio Dutra

– Juarez Antunes – Floriceno Paixão – Luiz Salomão – Lysaneas Maciel – João Agripino – José Paulo Bisol – Antonio Mariz – Ivo Lech – Antonio Brito – Ruy Nedel – Rospide Netto – João Carlos Barcelar – Jorge Hage – José Maria Eymael – Nelson Carneiro – Luiz Roberto Ponte – Nelson Sabrá – Cardoso Alves – Oscar Corrêa – Roberto Campos – Jarbas Passarinho – Jofran Frejat – Arnaldo Prieto – Siqueira Campos – José Geraldo – Ronaro Corrêa – Lael Varella – Osmundo Rebouças – José Teixeira – Alvaro Pacheco – Mauricio Corrêa – Marcia Kubitschek – Farabulini Junior – Eunice Michiles – Ismael Wanderley – Benedita da Silva – Myriam Portela – Gastone Righi – Moema São Thiago – Fírmio de Castro – Luiz Gushiken – Fábio Raunheitti – José Richa – Miro Teixeira – Helio Duque – Mauricio Fruet – Silvio Abreu – Ziza Valadares – Roberto Brant – Rosa Prata – Carlos Cotta – Vilson Souza – Waldyr Pugliesi – Nelton Friedrich – José Luiz Maia – Fernando Henrique Cardoso – Cunha Bueno – Jovanni Masini – Roberto Balestra – Divaldo Surugay – Paes Landim – Cassio Cunha Lima – Nelson Aguiar – Alysson Paulinelli – Manoel Casto – Jairo Carneiro – Denisar Arneiro – Rita Camata – Carlos Trindade – José Luiz de Sá – Victor Faccioni – Agassiz Almeida – Roberto Jefferson – Virgílio Guimarães – Antero de Barros – Francisco Carneiro – Aloysio Teixeira – Cleoncio Fonsêca – Jorge Vianna – Octávio Elísio – Carlos Cardinal – Paulo Delgado – Raquel Capiberibe – Eduardo Jorge – Paulo Paim – Chagas Duarte – Domingos Leonelli – Genebaldo Correia – Joaci Góis – Felipe Mendes – Arolde de Oliveira – Oswaldo Trevisan – José Carlos Grecco – Doreto Campanari – Geraldo Campos – Celso Dourado – Ubiratam Aquiar – Luiz Soyer – Manoel Ribeiro – Nelson Seixas – Arnaldo Martins – Geovani Borges – José Carlos Coutinho – Rose de Freitas – Cesar Cals Neto – Ailton Sandoval – Inocêncio Oliveira – Augusto Carvalho – Mauro Campos – Lezio Sathler – Homero Santos – João Alves – Ronaldo Carvalho – Mário Lima – Aluízio Campos – Carlos Mosconi – Fernando Santana – Valmir Compelo – Vivaldo Barbosa – José Elias Murad – Walmor de Luca – Gumerindo Milhomem – Paulo Macarini – Arnaldo Faria de Sá – José Fernandes – Bocayuva Cunha.

**PROJETO DE DECISÃO
Nº 12, de 1987**

(Do Sr. Francisco Dornelles)

Veda a fusão, incorporação, desmembramento e cisão de municípios, nas condições menciona.

(À Comissão de Sistematização)

A Assembléia Nacional Constituinte, com base no item V e § 7º do art. 59 do seu Regimento Interno, decide:

Art. 1º Fica vedada, até a data da promulgação da Constituição, fusão, incorporação e desmembramento do Município do Rio de Janeiro, ficando sobrepostos, até a referida data, os processos iniciados e o curso das medidas adotadas com vistas ao disposto neste artigo.

Art. 2º Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A sociedade brasileira, por intermédio de seus constituintes, vive atualmente um democrático e intenso processo de ampla discussão, no que tange à organização político-administrativa do Estado, em especial na busca de soluções efetivas para os graves problemas urbanos e rurais do País.

Nesse contexto, questões relativas a critérios e condições para fusão, incorporação, desmembramento e cisão de municípios, além de repercutirem no exercício da competência dos entes públicos envolvidos, afetam diretamente o quadro da repartição das receitas tributárias.

Faz-se imprescindível evitar venham eventuais efeitos de tais medidas a tumultuar ou distorcer o livre debate dessa matéria, no âmbito da Constituinte, voltado à orientação que melhor atenda aos interesses do País, mediante ocorrência de fatos sociais consumados ou em vias de consumação, dificilmente contornáveis e de complexo equacionamento sócio-econômico.

Considerando-se estar prevista para o próximo mês de novembro a conclusão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, necessário se faz que, nesse curto interregno, não venha a geografia política do País a sofrer alterações substantivas potencialmente capazes, pelos seus desdobramentos, de pôr em risco a efetiva soberania do processo constituinte.

Tal o fundamento do presente projeto de decisão.

Sala das Sessões, – Francisco Dornelles – Sandra Cavalcanti – Joaquim Francisco – Milton Lima – Osvaldo Sobrinho – Basílio Villani – José Genoino – João Paulo – Maurício Nasser – Simão Sessim – Roberto Vital – José Lins – Cleônancio Fonsêca – Aécio de Borba – Renan Calheiros – Paulo Marques – Maria Lúcia – Ervin Bonkoski – Matheus Iensen – Luiz Gushiken – Pedro Canedo – Ivo Vanderlinde – Nelson Seixas – Agassiz Almeida – Rose de Freitas – Waldyr Pugliesi – Ibsen Pinheiro – Tito Costa – Roberto Jefferson – Doreto Campanari – Fausto Fernandes – Waldeck Ornelas – Paulo Pimentel – José Melo – Tadeu França – Nilso Squarezi – Jofran Frejat – Arnaldo Faria de Sá – Alceni Guerra – José Elias Murad – Haroldo Lima – Michel Temer – Luiz Viana Neto – Maurilio Ferreira Lima – Roberto Rollemburg – Manuel Viana – Lourenberg Nunes Rocha – Orlando Bezerra – Miro Teixeira – Mansueto de Lavor – Maurício Fruet – Vítor Buaiz – Luiz Salomão – José Tavares – José Carlos Grecco – Maurício Campos – Renato Viana – Floriceno Paixão – Enoch Corrêa – Feres Nader – Djenal Gonçalves – Mussa Demes – João Machado Rollemburg – João Alves – Elizer Moreira – Paulo Ramos – Costa Ferreira – Antonio Gaspar – Iberê Ferreira – Rodrigues Palma – Egídio Ferreira Lima – Vinícius Cansanção – Lúcio Alcântara – Arnaldo Prieto – José Maria Eymael – Sotero Cunha – José Luiz de Sá – Ronaro Corrêa – Alysson Paulinelli – José Serra – Geraldo Campos – Antonio Ferreira – Gidel Dantas – Arnaldo Martins –

Jalles Fontoura – Vasco Alves – Roberto D'Ávila – Ubiratan Aguiar – Célio de Castro – Raquel Capiberibe – Mário Assad – Jesus Tajra – Dalton Canabrava – Manoel Moreira – Milton Reis – José Maurício – Antero de Barros – Siqueira Campos – Robson Marinho – Genebaldo Correia – Silvio Abreu – Ézio Ferreira – Geovani Borges – Moysés Pimentel – Mello Reis – Assis Canuto – José Egreja – Naphtali Alves de Souza – João de Deus Antunes – Mário Lima – José Tinoco – Nilson Gibson – Alécio Dias – José Guedes – Dionísio Dal Prá – Ruberval Pilotto – José Dutra – Neuto de Conto – Roberto Balestra – Ismael Wanderley – Jonas Pinheiro – Jovanni Masini – José Thomaz Nonô – Flávio Rocha – José Viana – Aluizio Campos – Márcio Braga – Ziza Valadares – Rita Furtado – Fernando Cunha – Marco Maciel – João Herrmann Neto – Ruy Nedel – Joaquim Bevilacqua – Celso Dourado – Joaquim Sucena – Ubiratan Spinelli – Jutahy Júnior – Darcy Deitos – Manoel Castro – Arolde de Oliveira – Nyder Barbosa – José Geraldo – Ricardo Izar – José Santana de Vasconcellos – Roberto Torres – Humberto Souto – João da Mata – Nelton Friedrich – Bonifácio de Andrade – José Carlos Vasconcelos – Rubem Branquinho – Fábio Raunheitti – Roberto Augusto – José Camargo – Pompeu de Sousa – Artur da Távola – Pimenta da Veiga – Delfim Netto – Jarbas Passarinho – Gerson Pares – José Luiz Maia – Virgílio Galassi – Fernando Gasparian – Antoniocularos Mendes Thame – Paulo Macarini – Fernando Santana – Jayme Santana – Marcos Lima – Expedito Machado – Carlos Chiarelli – Carlos Santana – Cristina Tavares – Anna Maria Rattes – Carlos Mosconi – Raimundo Bezerra – Ademir Andrade – José Carlos Sabóia – Jorge Hage – Francisco Pinto – Miraldo Gomes – Virgílio Guimarães – Octávio Elísio – Victor Fontana – Virgildálio de Sena – José Freire – Carlos Alberto Caó – Plínio Arruda Sampaio – Luiz Inacio Lula da Silva – Eduardo Jorge – Affonso Camargo – Enoch Vieira – Furtado Leite – Antônio Farias – Jorge Bornhausen – Edmilson Valentim – Aldo Arantes – Paulo Paim – Fernando Lyra – Vladimir Palmeira – Ronaldo César Coelho.

O SR. CÉSAR MAIA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ. Para uma questão de ordem): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

1. Conforme dispõe o Regimento desta Assembléia Nacional Constituinte, em seu art. 59, § 7º, encaminhamos projeto de decisão, devidamente subscrito por 187 Constituintes, de todos os partidos e perfis ideológicos.

2. Este projeto de decisão procura evitar que o anunciado pacote fiscal colida com o Projeto de Constituição. Dado o eminentíssimo anúncio das medidas, solicitamos a sua urgente apreciação.

3. A justificação do projeto de decisão deixa claro que não se questiona a princípio, o mérito das medidas, até porque elas ainda não são conhecidas em seus detalhes e ainda produzem declarações divergentes de autoridades.

4. Mesmo que venham a coincidir com o melhor interesse público, o método utilizado, via decreto e decreto-lei, no que foi adiantado para a imprensa, conspira contra os ideais democráticos contidos, e não contextados, no texto do Projeto de Constituição.

5. Neste sentido, Sr. Presidente, é que entendemos que estão sendo ameaçados os trabalhos desta Constituição e prejudicadas as suas decisões soberanas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte César Maia, na realidade V. Ex.^a não suscitou uma questão de ordem.

O SR. CÉSAR MAIA: – Não terminei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Peço a V. Ex.^a que encaminhe o expediente à Mesa, que o receberá e tomará as providências cabíveis.

O SR. CÉSAR MAIA: – Concluo, Sr. Presidente, e exemplifico:

1º) o art. 58, inciso I, atribui ao Congresso Nacional dispor sobre o sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

2º) o art. 76 prevê, em situações de relevância e urgência, quais as condições para a adoção de medidas provisórias com a força de lei;

3º) o art. 172, inciso III, alínea a atribui à lei complementar a definição dos tributos e suas espécies;

4º) o art. 174, impede a União de instituir impostos que tenham fato gerador ou base de cálculo, próprios de impostos discriminados nesta Constituição;

5º) o art. 177, inciso I, veda a exigência ou aumento de tributo sem que lei o estabeleça;

6º) o art. 182, inciso VII, requer análise comparada aos arts. 184, inciso III, e 185, inciso I;

7º) o mesmo art. 182, § 1º, não cita o Imposto de Renda entre aqueles que poderão ter suas alíquotas alteradas via decreto ou indiretamente, via dispersão entre as correções de salários e tabelas de faixas;

8º) o art. 184, inciso II, atribui aos Estados a tributação da circulação de mercadorias, independentemente de serem ou não suntuárias;

9º) o art. 185, incisos I e II, atribui aos Municípios a tributação da propriedade predial e territorial urbanas, assim como a respectiva transmissão, independentemente de valor;

Assim, os arts. 184 e 185 colidem com as medidas anunciadas, na medida em que são próprios os tributos dos Estados e municípios.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte César Maia, o tempo de V. Ex.^a já se esgotou.

O SR. CÉSAR MAIA: – Queremos crer, Sr. Presidente, que as declarações atribuídas ao Sr. Ministro da Fazenda, no exterior, contra Constituintes, tenham sido inspiradas no art. 66 do Projeto e divulgadas com imprecisão.

Finalmente, Sr. Presidente, estamos também, neste momento, encaminhando requerimento à

Mesa, apoiados pelos Srs. Líderes do PDT e do PT, pedindo a convocação do Sr. Ministro da Fazenda, para que, em sessão extraordinária, possa debater com os Constituintes as medidas que imagina poder adotar, vis-à-vis o que dispõe o Projeto de Constituição, de forma a identificar colisões e democraticamente ajustá-las quanto ao processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. AMAURY MULLER: – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Amaury Müller, a Mesa faz uma ponderação aos nobres Srs. Constituintes. Vou conceder a palavra a V. Ex.^a e fazer um apelo para que permitam que se inicie o Pequeno Expediente, pois existe sobre a Mesa uma listagem de 59 Srs. Constituintes inscritos, e todos desejam falar.

Tem V. Ex.^a a palavra, pela ordem.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS):

Pela, ordem. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente Srs. Constituintes, devo dizer que estou incluído nesta relação.

Sr. Presidente, levanto aqui uma questão de ordem sobre um vício regimental cometido por V. Ex.^a ao exarar parecer sobre requerimento que fiz à Mesa, solicitando fosse interpelado judicialmente o Presidente da UDR, Sr. Ronaldo Caiado por declarações ofensivas, insultuosas, contra dignidade e a honra da Assembléia Nacional Constituinte e seus membros.

No seu parecer, V. Ex.^a invocou grandes constitucionalistas, nomes de grande conceito nos foros deste País, mas esqueceu as normas regimentais.

Não precisamos buscar a opinião de grande juristas para definir uma questão que está no Regimento Interno. E digo mais, Sr. Presidente, é uma norma cogente, auto-aplicável. No capítulo II, art. 5º, inciso XVIII, que define as atribuições do Presidente, está o seguinte:

Art. 5º São atribuições do Presidente além de outras conferidas neste Regimento.

XVIII – zelar pelo prestígio e o decoro da Assembléia Nacional Constituinte, bem como pela dignidade de seus membros, em todo o território nacional, assegurando a estes o respeito a suas prerrogativas.”

E o parágrafo único diz mais:

“Na ocorrência do fato relevante que ilegível atuação imediata, poderá o Presidente praticar atos da competência da Mesa, ad referendum desta.”

Ora, Sr. Presidente, não é preciso buscar pareceres, opiniões de grandes juristas para observar pura e simplesmente, o que contém o Regimento Interno, ainda mais quando se trata de uma ilegível auto-aplicável.

O Sr. Ronaldo Caiado tentou jogar toda a ilegível da sua irresponsabilidade sobre a soberania e dignidade da Assembléia Nacional Constituinte, chamando a todos nós, inclusive V. Ex.^a, de corrupto.

Ora, esta norma deveria ser auto-aplicável, a referendum da Mesa.

Por isto, Sr. Presidente, lastimo, em nome da nossa amizade, do respeito, do apreço e da con-

deração que tenho por V. Ex.^a, os termos do seu parecer, que está em contradição flagrante com o que contém as normas regimentais, que, antes de tudo, deveriam ser observadas e obedecidas.

Era o que tinha a dizer nesta questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Mesa responde à questão de ordem de V. Ex.^a, a despeito de se tratar de matéria vencida.

O Relator baseou o seu parecer, realmente, com a citação de diversas jurisprudências do Supremo Tribunal Federal em relação ao assunto. Submeteu à Mesa, esta aprovou o parecer que, a partir de então, deixou de ser um parecer do Relator para ser um parecer da Mesa.

V. Ex.^a, que é um exímio estudioso do Regimento, sabe que dessa decisão cabe recurso ao Plenário. V. Ex.^a está realmente revestido dessa prerrogativa para recorrer da nossa decisão ao Plenário da Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr.

Presidente, quero dizer a V. Ex.^a que vou recorrer ao Plenário no momento oportuno.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: –

Sr. Presidente, peço a palavra para urna questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá, a Presidência fez um apelo para poder iniciar o Pequeno Expediente e, logo após, daremos a palavra a V. Ex.^a e a outros Constituintes que desejarem levantar questões de ordem.

Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Milton Reis.

O SR. MILTON REIS (PMDB – MG).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes:

A História Universal, assim como a História Brasileira, está repleta de exemplos que nos mostram que as grandes decisões, no trato entre nações soberanas, aquelas que foram capazes de solucionar problemas às vezes até seculares, nem sempre foram obra de diplomatas de carreira, embora seja forçoso reconhecer a validade e a eficácia da atuação destes em tantos outros lances importantes.

Acaba de acontecer em Acapulco, no México, a já histórica reunião, até então inédita, dos Presidentes de oito nações latino-americanas, sem a presença do Presidente dos Estados Unidos, para tratar de assuntos em torno dos quais a grande democracia do Norte é diretamente interessada. E a imprensa do Brasil, do México, da Venezuela, da Colômbia de outros países, é quase unânime, hoje, em reconhecer, como o fizeram no Brasil **O Globo**, a **Folha de São Paulo** e o **Correio Braziliense**, os dois primeiros em suas edições do dia 30 de novembro, e o último em sua edição de ontem, dia 1º de dezembro, que A ação do Presidente José Sarney no Encontro dos Oito, em Acapulco, foi decisiva para assegurar a consistência e o alcance do “Compromisso para a Paz, o Desenvolvimento e a Democracia”, como ficou conhecido o documento de 60 itens que nosso Presidente assinou conjuntamente com os primeiros mandatários do México, da Argentina, do

Panamá, da Venezuela, do Peru, do Uruguai e da Colômbia.

O “Weltanschaung” do Presidente Sarney nesse encontro, Srs. Constituintes, sua visão universalista do estadista que é, aliada à sua grande experiência parlamentar, que ele purificou ao longo de muitos anos no cacinho deste Parlamento, permitiu-lhe visualizar, num instante, como deveria ser sua atuação, para fazer valer o peso do Brasil nesse conclave que haveria de ser, como já está sendo considerado, um autêntico divisor de águas para o relacionamento dos países em desenvolvimento com os países desenvolvidos.

Desde a abertura da reunião, quando, no dizer do Presidente Miguel De La Madrid, Sarney “rompeu as últimas barreiras que ainda separavam o Brasil do mundo hispano-americano”, falando em espanhol, nosso grande Embaixador colocou em perspectiva as questões mais urgentes da América Latina e garantiu sua liderança firme até o final.

Terminado o conclave, Sr. Presidente, já nos é possível agora contabilizar as vitórias que o Brasil, pela palavra e pela ação do Presidente José Sarney, pôde garantir não só para as nações ali representadas, mas para toda a América Latina e, por extensão, para as nações que se encontravam em posição incômoda de quase subserviência em relação a organismos e bancos internacionais, bem como a outras potências de maior porte. Eis, em resumo, tais vitórias:

– de agora por diante, o diálogo da América Latina com os países industrializados será político, para que permita superar os obstáculos para o desenvolvimento, para a reordenação da economia mundial em bases mais justas e para a tomada de decisões em matérias de paz e segurança;

– a Organização dos Estados Americanos OEA, embora não tenha sido sequer mencionada no documento final, será objeto de uma detalhada reformulação, para que se mantenha como foro útil para as relações da América Latina e o Cambe com os Estados Unidos;

– desde que a negociação internacional requer a conformação de um poder conjunto de influência e decisão, as nações signatárias do “Documento de Acapulco” afirmaram e concertaram que o ponto de chegada de seus esforços para a integração é convergir para um Mercado Comum Latino-americano;

– a dívida externa dos países em questão, especialmente Argentina, México e Brasil (que juntos respondem por quase 50% dela, cerca de US\$ 350 bilhões), será tratada de agora por diante dentro dos seguintes parâmetros concertados por decisão unilateral de devedores em relação a credores:

1. Descontos do valor da dívida com relação ao seu serviço;

2. Impulsionamento de mecanismos que compensem flutuações;

3. Fluxos líquidos adequados aos países em desenvolvimento, o que implica especialmente em revisão imediata e prioritária da política do FMI;

4. Desvinculação da concessão e desembolso de créditos de acordos com o FMI e o Banco Mundial;

5. Objetar às pré-condições dos programas financeiros com organismos internacionais e do Clube de Paris;

6. Alívio da dívida contraída junto a governos e organismos oficiais e flexibilização de normas;

7. Apoio aos países de menor desenvolvimento na obtenção de condições favoráveis à negociação da dívida;

8. Vinculação entre pagamento das obrigações financeiras e colocação das exportações.

Para que se chegassem a um tal resultado, Srs. Constituintes, foi necessário que o Presidente José Sarney agisse como “elemento catalisador do consenso”, na expressão bastante apropriada do presidente mexicano, freando, por exemplo, as arremetidas mais ousadas do Jovem Presidente Alan Garcia, do Peru, e imprimindo maior impulso às posições mais conservadoras do Presidente Virgílio Barco, da Colômbia.

Ao registrar, desta tribuna, a grande vitória brasileira em Acapulco, que nós devemos indubitavelmente à sabedoria, ao descortino, à precisão de previsões e à firmeza de atitudes do Presidente José Sarney, saúdo a aurora nascente de uma nova era para o mundo latino-americano, na certeza de que, às vésperas do século XXI e do terceiro milênio de civilização, mais uma vez se prova verdadeira a teoria histórica de Arnold Toynbee: “as nações só caminham para o progresso se souberem dar respostas adequadas aos desafios das circunstâncias ou do meio ambiente”. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Mesa deseja informar aos Srs. Constituintes que o § 8º do art. 34 do nosso Regimento Interno diz:

“Havendo Ordem do Dia, o tempo da sessão será destinado à apreciação das matérias dela constantes, ressalvados os períodos ressalvados à leitura da Ata e do expediente, os destinados a breves comunicações às comunicações de Liderança, reduzidos pela metade.”

Conseqüentemente, o tempo destinado aos oradores do Pequeno Expediente, que, em sessão ordinária, sem Ordem do Dia, é de 5 minutos, está reduzido, nesta sessão, para 2 minutos e meio.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB – RS). Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não integro a Comissão de Sistematização. No entanto, neste plenário, trabalhei junto com meus Colegas e, por isto, aqui estou para defender o resultado do trabalho que S. Ex.^{as} produziram nessa Comissão.

Não é verdade que a Comissão de Sistematização tirou a oportunidade dos Constituintes que não a integravam de participarem do processo e, especialmente, Sr. Presidente e colegas Constituintes, não é verdade que a Comissão de Sistematização produziu um trabalho excludente, unilateral, capaz de obstruir a vontade da Assembléia Nacional Constituinte.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, se o chamado Centrão tem, efetivamente, 280 votos, não tem o direito de mudar as regras do jogo no seu final. Se tem os 280 votos, então, tem que votar e decidir, ele tem o direito, e aceitarei e defenderei o resultado! Mas o que não aceito é que o Centrão, que conosco aprovou, aqui, o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, venha, agora, subverter o resultado, o Regimento, e pretender fazer "rolo compressor" com um abaixa-assinado, com assinaturas teleguiadas à distância.

Não podemos aceitar isto e, por esta razão, venho proclamar, em alto e bom som que sou contra qualquer acordo que altere uma letra ou uma vírgula do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que nós todos aprovamos.

Por que os Senhores do Centrão, ontem, aprovaram o Regimento e, hoje, aqui querem alterá-lo? Simplesmente porque estiveram omisso, Sr. Presidente. Na quarta-feira passada, conheci mais de 100 Srs. Constituintes que nunca tinham estado neste plenário. (Palmas.) E não é justo, Sr. Presidente, que depois que se omitiram, que correram da tarefa que lhes foi incumbida pelo povo brasileiro, pretendam fazer prevalecer a omissão, fazer prevalecer o abaixa-assinado, fazer prevalecer a decisão teleguiada. Sou daqueles que irão fazer tudo, Sr. Presidente – estou avisando – para impedir a alteração do Regimento, para impedir que aqueles que se omitiram durante todo o processo pretendam, agora, subverter a ordem dos trabalhos.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Brasil, como todos sabemos, é o País do milagre. Entretanto, todos os milagres feitos neste País foram conduzidos contra os interesses da maioria esmagadora da população brasileira, isto é, da classe trabalhadora. O último foi o da ditadura militar, milagre conduzido por um dos expoentes do chamado Centrão, o ex-Ministro Delfim Netto. O milagre consistia em fazer o bolo crescer para, depois, ser dividido. O bolo cresceu e foi dividido por aqueles que davam sustentação política ao poder, portanto, por aqueles que se locupletaram no poder. E o fizeram de forma, às vezes, a mais infamante, tudo denunciado e comprovado, sem que aqueles que se locupletaram sequer fossem responsabilizados pelos atos antinacionais contra o povo.

Chegamos, agora, depois de muito sacrifício, à Assembléia Nacional Constituinte, e como num passe de mágica, outro milagre já se delineia. Esse milagre consiste em fazer constar da vida nacional somente algumas correntes políticas: a extrema-esquerda, a esquerda e a centro-esquerda. De repente, não existe mais no País, por força de um milagre, a extrema-direita; não existe a direita e, sequer, a centro-direita. Existem, neste País, as forças da esquerda, as forças extremadas e o Centrão. Hoje, neste País, em plena Assembléia Nacional Constituinte, que foi um instrumento construído pelas forças da resistência democrática, não existe a extrema-direita, não existe a direita, sequer a centro-direita. Todas estas correntes de opiniões, como num passe de mágica, se transformaram num Centrão, que já começo a ser identificado pela sociedade brasileira, em função dos esforços que desenvolve, já começo

a ser identificado como um milagre contra o povo brasileiro. O povo, hoje, está atento.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, assomo à tribuna para dizer que sei que compõem o chamado Centrão muitos Constituintes bem intencionados, que imaginam que no Centrão está a perspectiva de participação no processo constituinte. Mas é preciso dizer, é preciso denunciar que a maioria dos bem intencionados vem sendo manipulada exatamente pela extrema-direita, por aquele setor da sociedade que deu mais sustentação política à ditadura.

Convoco os integrantes bem intencionados do Centrão, aqueles que efetivamente querem participar do processo constituinte, a uma leitura pura e simples do texto da emenda apresentada pelo Centrão, porque esse texto, ao contrário, vai impossibilitar a participação dos Constituintes exatamente no processo final de elaboração da nova Constituição. Convoco, concito os companheiros bem intencionados do Centrão a que leiam o texto e não permitam a manipulação da extrema-direita, a manipulação daqueles que jogam para o retrocesso, a manipulação daqueles que jogam para o confronto, que jogam para o impasse. É preciso que o Centrão saiba que aqueles bem intencionados, a maioria do Centrão, que o povo hoje os identifica como um esforço para impedir os avanços que foram conquistados, até agora, na Constituinte. E todos aqueles que compõem o Centrão, bem intencionados ou manipuladores ou mal intencionados, serão também identificados pela população. O povo está atento, e o povo sabe que o Centrão, hoje, não representa nenhuma maioria. O Centrão, hoje, representa, isto sim, a manipulação dos interesses contra o povo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa solicita que V. Ex.^a conclua o seu discurso.

O SR. PAULO RAMOS: – Vou concluir dizendo que o Centrão, através da manipulação de uma minoria, minoria mal intencionada, esse Centrão representa, hoje, para a sociedade brasileira, o que há de pior em relação aos interesses nacionais, o que há de pior em relação aos interesses da classe trabalhadora. O Centrão, hoje, representa o retrocesso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Paulo Ramos, a Mesa apela a V. Ex.^a para que não exceda o tempo.

O SR. PAULO RAMOS: – Vou concluir, mais uma vez, concitando os Companheiros que integram o chamado Centrão, mas aqueles bem intencionados, a não se deixarem manipular e que leiam o texto, porque a pura e simples leitura do texto vai demonstrar que a manipulação do Centrão é um grande engodo, e o povo brasileiro está atento.

O SR. FAUSTO ROCHA (PFL – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ouvimos dois discursos inflamados, em especial a palavra candente do nobre Constituinte Hermes Zaneti. Oração inflamada dizendo que agora o Centrão quer mudar o Regimento, que antes aceitou e agora quer mudar. Em primeiro lugar, queremos afirmar que a atuação legiferante é aquela que visa ao aprimoramento constante das leis e regimentos. É tarefa nossa. Em segundo lugar, queremos reconhecer que fomos iludidos na nossa boa fé inicial, mas percebemos, logo

a seguir, que uma minoria atuante, ativista, distorce deliberadamente a vontade da maioria; tanto é que nas subcomissões e nas comissões temáticas, o que durante quatro meses discutimos e votamos, tendo 2/3 consignados em voto para nossa posição de centro e de equilíbrio, foi olimpicamente desconhecido pelos Srs. Relatores, radicais de esquerda – desconhecido a tal ponto que os relatórios foram, todos eles deliberadamente distorcidos, colocando a posição pessoal apenas dos Relatores. Da mesma forma isto prosseguiu para a Comissão de Sistematização e, ali, novamente, apenas 47 Srs. Constituintes, com a representatividade novamente distorcida, com a presença dos próprios relatores, parecendo a opinião da maioria na Comissão de Sistematização, também consignavam as posições radicais de esquerda. Não foi assim e não é esta a vontade majoritária do Plenário que se expressa através do Centrão. Seria a posição de cento, Sr. Presidente, uma posição inerme, uma posição indefinida? Ao contrário, a posição do centro é a posição do bom senso e do equilíbrio que foge dos extremos de direita ou de esquerda, que deseja que a maioria representada do povo brasileiro, através de deputados e de senadores constituintes, seja consignada no trabalho final da Comissão e da Constituinte. O resultado só poderá ser através de um Regimento que permita a expressão da vontade da maioria, dos 280 votos mínimos, e assim será.

Porém, para terminar, Sr. Presidente, quero dizer que a posição do Centrão, apesar de ter maioria, é de diálogo, é de entendimento que se fere neste instante; enquanto estamos discursando nessa preliminar, os entendimentos estão sendo procedidos e entendemos que o texto que vai consignar a vontade da maioria permitirá, também, a expressão da minoria, porque queremos a participação de todos na Constituinte.

A SRA. ANNA MARIA RATTE (PMDB – RJ): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Queria lembrar a todos aqui presentes, quando se fala tanto da atividade e da atuação do Centrão que nós somos o **centro** da curiosidade e da responsabilidade da Nação, neste momento.

Seria importante que todos tivessem presente a responsabilidade de cada um de nós e dos 559 que nós somos, perante toda a Nação brasileira.

A possibilidade de um acordo não pode nunca passar pela certeza de que nós votamos, **ilegível** os 559, o Regimento aprovado e discutido pela maioria. Não há porque, agora, determinado grupo se ver postergado ou preterido, porque não participou da Comissão de Sistematização; também não fazia oficialmente parte da Sistematização mas, aqui estive o tempo todo. Quem não participou, foi porque não quis participar. E não se comprehende, neste momento, que esse grupo queira mudar as regras do jogo; derrubar o que já foi feito com assentimento de todos nós.

Então, é neste sentido que eu faço um apelo neste momento. Existe um substitutivo da Mesa existem propostas em aberto; vamos, sim, tentar a consonância, a convergência, mas nunca em detrimento daquilo que nós mesmos, respeitando o direito livre e soberano do voto, ratificamos no início deste ano: o Regimento!

Transformar o voto em assinaturas é um golpe que nós não podemos deixar acontecer, pelas lis-

ra que devemos ter nesses trabalhos. Não estamos votando uma lei qualquer, estamos fazendo a Constituição de nosso País, estamos escrevendo o Brasil de amanhã, e por isso todos nós temos que ter bem presente a nossa responsabilidade histórica com as transformações e mudanças que o povo brasileiro necessita e a que aspira neste momento.

Em nome de nenhum outro interesse, que não seja do povo brasileiro, não há o que se acordar aqui dentro; o acordo só pode existir se tivermos acordes, que estamos aqui para defender os interesses do nosso povo. Muito obrigada.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ): –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nesta sessão tão importante, da tarde de hoje, quero denunciar a demissão de 350 servidores da Cobra Computadores, empresa nacional pioneira, tanto na área do software quanto do hardware, que é responsável por algumas das inovações e dos desenvolvimentos tecnológicos mais importantes da indústria de informática no nosso País.

A Cobra Computadores está em dificuldades, mas o Governo revelou profunda insensibilidade ao não socorrer essa empresa de importância estratégica para o desenvolvimento tecnológico do País. Consideramos fundamental que o Governo federal, acionista majoritário da Cobra Computadores, invista nesta empresa, para a sua preservação, dada a sua importância estratégica, a exemplo do que tem feito com outras empresas de igual relevância.

O investimento necessário à manutenção das atividades da Cobra Computadores que, neste momento, sofre os efeitos da recessão provocada por esta política econômica, são infinitamente menores do que aqueles demandados pela Transbrasil ou que vêm sendo requisitados pela sua concorrente, o grupo SHARP – SID.

De outra parte, Sr. Presidente, quero lastimar aqui, da tribuna, a intransigência dos Constituintes que integram o chamado Centrão, que com argumentos falazes de suas Lideranças têm conseguido cooptar companheiros que de boa-fé têm sido iludidos. Há poucos minutos, ouvimos o nobre Constituinte Fausto Rocha fazer aqui declarações absolutamente inverídicas sobre o caráter do trabalho da Comissão de Sistematização que, segundo S. Ex.^a, foi conduzido por uma minoria atuante e ativista, capaz de distorcer os resultados das Comissões Temáticas e fazer impor a sua vontade.

Ora, nada mais falso do que essa afirmativa, em primeiro lugar, cerca de 90% do texto do Projeto da Comissão de Sistematização resultam de propostas originárias das Comissões e Subcomissões Temáticas e, em segundo lugar, quero trazer a este Plenário essas informações superimportantes do que foi o desempenho dos vários Partidos na aprovação de suas emendas.

Vejam, V. Ex.^a, que o PFL, por exemplo, aprovou 45% das emendas apresentadas por seus Constituintes; o PDS aprovou 66% de suas emendas apresentadas na Comissão de Sistematização; o FPT aprovou 44% de suas emendas; e o PMDB, através de sua ala conservadora, conseguiu aprovar nada menos do que 46% das emendas apresentadas nessa etapa da Comissão de Sistematização. Quem nos traz estas informações da

maior importância é a matéria publicada no *Diário Popular*, de 1º de dezembro de 1987. Diz ainda a matéria que o Partido Liberal, por exemplo, também componente da Direita, teve apenas 22% de suas emendas aprovadas na Sistematização, porque "raramente suas Lideranças freqüentavam as sessões, tais como Álvaro Valle e Afif Domingos". Isso, portanto, não pode ser computado como um resultado precário da Direita, porque, segundo o jornalista, deveu-se à ausência dos Constituintes deste Partido. Em contrapartida, Companheiros e Companheiras Constituintes, "os Partidos de Centro-Esquerda perderam feio" nos termos desta matéria, "na aprovação das emendas de seus adeptos"; o PDT, que é meu Partido, teve apenas 13% de suas emendas aprovadas na Comissão de Sistematização. O PT, mais feliz do que nós, teve apenas 27% de suas emendas aprovadas; o PC do B e o PCB tiveram 22% de suas emendas aprovadas e o PSB não teve sequer uma de suas emendas aprovadas. De modo,

Sr. Presidente, que vários Constituintes de boa-fé estão sendo iludidos, pois não perceberam que o projeto apresentado pelo Constituinte Cardoso Alves, este sim, veda a participação dos Srs. Constituintes que não terão oportunidade de aqui apresentar e defender suas emendas; serão privados, se passar este absurdo que é a apresentação de emendas por títulos, suportados apenas por duzentas e oitenta assinaturas. Queremos votar a Constituição. Constituição não se faz por abajo-assinado, como pretende o projeto do Constituinte Cardoso Alves. Por isso, nós, Constituintes do PDT, todos progressistas, devemos votar contra esse monstrengão. Inclusive aqueles Constituintes não sendo parte da Comissão de Sistematização, deram aqui uma contribuição importante aos nossos trabalhos, porque compareceram à tribuna para defender seus destaques e suas emendas. Quem não fez foi porque não quis. Assistimos à chamada do Presidente da Mesa da Comissão de Sistematização, convocando os Srs. Constituintes que haviam apresentado emendas e destaques, e grande número de S. Ex.^a estavam absolutamente ausentes.

Srs. Constituintes, temos que votar contra o projeto do Constituinte Cardoso Alves, porque representa um retrocesso em relação à democracia, essencial ao funcionamento da Constituinte. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LUIZ SALOMÃO EM SEU DISCURSO:

Diário Popular
Ano CIV São Paulo 1º-12-87

Conservadores perdem o seu principal argumento

Brasília (Sucursal) – A divulgação, ontem, de estatística da Comissão de Sistematização da Assembléa Nacional Constituinte jogou por terra o principal argumento do "Centrão" – o de que a "turma da esquerda" redigiu um projeto de Constituição ao seu feito. A estatística da Sistematização mostra que, pelo contrário, foram os partidos de esquerda os que menos viram suas emendas e dispositivos constitucionais aprovados.

"Eles que, agora, ensaiam outro argumento para chorar a necessidade de mudança do projeto

de Constituição", disse ontem o líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), ao comentar os dados estatísticos da Sistematização, que apontam o número de emendas aprovadas nos quase dois meses de votações do projeto de Constituição. Disto decorreu um novo projeto que já deveria estar em votação no plenário da Assembléa Constituinte, mas que atolou na intransigência dos centro-direitistas que formaram o "Centrão". Eles querem uma mudança radical do regimento da Constituinte, para que o projeto já aprovado na Sistematização vire letra-morta e possa ser todo reescrito em plenário.

ARGUMENTO FALSO

Mas, agora que a estatística da Sistematização prova que o "Centrão" se baseou em argumento falso, de que tudo foi aprovado segundo o figurino dos esquerdistas, é líquido e certo que as lideranças do PDT, com Brandão Monteiro já tendo dado o sinal de contra-ataque, do PT, PCB, PC do B, PSP e do MUP (Movimento de Unidade Progressista) do PMDB darão o troco em plenário, mandando os centro-direitistas do "Centrão" cantar em outra freguesia, porque foram justamente eles que mais emplacaram emendas aprovadas alterando o texto do projeto de Constituição.

Segundo a estatística dos trabalhos da Comissão de Sistematização, o PFL aprovou 45 por cento das emendas apresentadas por seus filiados; 47 por cento das de autoria de membros do PDS; 66 por cento do PDC; 44 por cento do PTB, e 46 por cento da ala conservadora do PMDB. O PL só teve 22 por cento de suas emendas aprovadas na Sistematização porque raramente suas lideranças freqüentavam as sessões, como Álvaro Valle (RJ) e Afif Domingos (SP).

Em contrapartida, os partidos centro-esquerdistas perderam de feio na aprovação das emendas de seus adeptos: o PDT, 13 por cento; o PT 27 por cento; o PC do B e o PCB, 22 por cento, e, o PSB, zero.

Só o núcleo esquerdista do PMDB – o MUP – emplacou uma maior percentagem de emendas (44), mas os conservadores do próprio (PMDB) conseguiram dois pontos percentuais a mais (46). Assim, são os esquerdistas na Constituinte que passarão a acusar o "Centrão" de querer uma nova Constituição mais direitista do que já está.

(Sérgio Angelini)

O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA): –
Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Constituintes, há pouco, ouvia o nobre Colega dizer que o discurso do nobre companheiro Paulo Ramos era desnecessário, porque já havia acordo para mudança do Regimento.

Como não conheço esse acordo e como na Ordem do Dia consta o exame do Projeto de Resolução nº 16, vou firmar minha posição sobre o que está escrito.

Não aceito, Srs. Constituintes, que, a pretexto de se mudar a ditadura da Minoria participante e presente, e pretenda substituí-la pela Maioria ausente e que não participou.

Não se pode fazer uma Constituição a bico-de-pena. O voto, com a presença física do Constituinte, nunca pode ser substituído por uma simples assinatura, que pode até não ser o respectivo assinante.

Esta República, que ainda é igual à Velha, conheceu as assinaturas falsas. Daí não aceitamos qualquer critério que considere assinatura como voto. Se fizermos isto, estaremos traendo o povo, estaremos mentindo. Constituição se faz com Constituinte presente, dizendo sim ou não a qualquer proposição.

Sr. Presidente, daria um exemplo numérico, para que ficasse registrado nos Anais da Constituinte: vamos pegar o Título IV, Da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo. Este título é composto por cinco capítulos, vinte e sete sessões e seis subsessões, num total de 103 artigos – praticamente um terço da Constituição, que é composta de 334 artigos.

Se esse projeto for aprovado, o Projeto de Resolução nº 20, que tem preferência para ser votado, o que vai acontecer com esse sistema de assinaturas de Constituintes, que sabemos que não primam por se dedicaram aos trabalhos legislativos, que vêm aqui quando lhes sobra tempo de suas atividades privadas, que apenas assinariam o seu nome? Esse projeto teria prioridade sobre tudo o que foi feito aqui durante muitos dias, semanas e meses de trabalhos. E isso está sendo feito para defender a democracia, está sendo feito em nome da democracia. Mas tanta mentira! Que tanta falsidade. Que falsos democratas! Eles são os mesmos que em 1964, para defender a democracia e em nome dela, juntaram-se aos militares e implantaram a ditadura corrupta e violenta. São eles que conhecemos, são eles que estão aí, a pretexto de defender a democracia e têm coragem de pretender substituir voto por assinatura. Vamos voltar à República Velhíssima da eleição de bico-de-pena em que eleitor não precisava ir à cabine votar. É isso que esses senhores pretendem, mas tenho certeza de que Deus irá iluminar os verdadeiros democratas desta Casa.

Não pensem que 1964 não se repetirá. Hoje, o povo brasileiro já está mais organizado. As classes já estão organizadas, inclusive os políticos. Os velhos golpistas, que diante das dificuldades vão para os quartéis, já não estão encontrando guarda. Os militares não querem dar golpe.

As coisas têm que ser decididas aqui. Ganha quem tiver mais voto. Não haverá golpe nem manobra. Este projeto do Centrão é um projeto falso, não defende democracia coisa alguma. Eles querem substituir a minoria que eles chamam de radical, mas que é atuante, que é presente e é participativa, pela maioria ausente, indiferente e que não se importa com os destinos desta Casa.

Se se adotar qualquer sistema que permita assinatura valer voto, estaremos traendo o povo brasileiro, estaremos traendo o regime democrático. Que se vote tudo pela maioria absoluta. Quem tiver 280 votos, ganha; quem não tiver, perde. Agora, manobra de transformar assinatura em voto, a Nação já está madura e não vai aceitar. É o que eu e toda a maioria pensa. (Muito bem! Palmas.)

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje se encerra aquele prazo de quatro a cinco dias que foi concedidos esta Assembléia Nacional Constituinte para chegar a uma reformulação do Regimento, através da saudável prática do acordo.

Ao findar esse prazo e aproximando-se o momento da votação, percebemos que dificilmente chegaremos á esse acordo. Perguntamo-nos, também, quais são as razões que levam, em muitos momentos, a que não haja acordo nesta Casa. É provável que ouviremos aqueles que irão atacar algum possível radicalismo, irão atacar aqueles que impediram a possível concretização do acordo. Mas é preciso que fique claro, aqui desta tribuna, que se porventura não houve acordo é porque os acordos que se pretendiam tinham como objetivo único fazer com que a conta ficasse para a classe trabalhadora; os trabalhadores brasileiros iriam pagar caro por esses acordos aconchavados de cúpula.

É por isso que o PT tem a coragem de denunciar o caráter de classe desses acordos e de muitas das propostas constitucionais que aqui acontecem. Não há dúvida nenhuma que a fraseologia da democratização, da participação individual através da reforma regimental, é uma fraseologia oca, porque já se percebe que as proposta concretas apresentadas não levavam a nada disso.

No entanto, aqueles que tanto insistiram em obter mudança para aumentar a sua possibilidade de participação não mudaram de posição, não apresentaram nenhuma proposta real, no sentido de aumentar a sua participação. Então, fica desnudada a sua posição política, a sua posição ideológica de, na realidade, querer alterar o Regimento com o fito, com o objetivo único de derrubar aqui em Plenário, através de manobras anti-regimentais, aquilo que foi conquistado, não pela Comissão de Sistematização, mas pela luta do povo brasileiro, da participação popular, nas Comissões e nas Subcomissões, da pressão de massas que foi feita sobre esta Assembléia Nacional Constituinte.

É preciso que se denuncie, também, que se clarifique a posição daqueles que procuraram insistentemente um acordo tentando modificar as posições do Centrão, mas um acordo que, da mesma forma, "rifava" as conquistas dos trabalhadores brasileiros.

Há apenas uma maneira de se deixar, através de gestos objetivos, de gestos práticos, um desmentido desta análise. É que aqueles que apoiaram o Centrão, aqueles que apoiaram mudanças regimentais quererem obter aumento de participação, derrotem agora, aqui em Plenário, estas manobras e essas modificações que vêm no sentido de trair as aspirações do povo brasileiro. E que aqueles que porventura venham alegar que este ou aquele Partido se negou a participar desse "acordão" antipopular reconheçam também a sua identidade fundamental com o Centrão, que é a identidade de derrotar as conquistas dos trabalhadores em defesa da estabilidade das classes dominantes e da burguesia brasileira e multinacional. (Muito bem!)

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Gostaria de ler somente uma nota em nome das entidades nacionais reunidas aqui em Brasília, representando mais de 20 milhões de trabalhadores:

"As entidades organizadoras da plenária nacional de entidades democráticas, populares e sindicais, representativas de amplo

segmento da sociedade brasileira, reunidas em Brasília no dia de hoje, repudiam a tentativa de impor um retrocesso à nova Constituição, através de uma modificação no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte:

Rechaçamos as pressões dos empresários e latifundiários, através de suas entidades "testa-de-ferro" como a UBE e a UDR, que, interferindo abertamente nos trabalhos constituintes, tratam de impulsionar mudanças regimentais contra os pequenos avanços produzidos nestes nove meses de trabalho.

As entidades abaixo-assinadas chamam a atenção dos partidos políticos e dos Srs. Constituintes a não aceitarem mudanças no Regimento Interno que representem a destruição do que até aqui foi realizado, e a submissão do Plenário da Constituinte a uma minoria comprometida como que de mais reacionário há na sociedade brasileira.

Acreditamos que a maioria dos Constituintes é consciente de suas responsabilidades e neste momento histórico haverá de assumir o compromisso em produzir uma carta constitucional compatível com o avanço que a sociedade brasileira está exigindo.

Nesse sentido, as entidades abaixo-assinadas reafirmam o convite para a plenária nacional de entidades democráticas, populares e sindicais - a realizar-se no dia 3 de dezembro no Senado Federal, com vigorosa manifestação de repúdio à investida dos setores oligárquicos do País contra o reconhecimento dos direitos democráticos, das reivindicações populares e liberdades sociais pelo Congresso Constituinte."

Brasília, 1º de dezembro de 1987

Assinam esta nota a Confederação Central única dos Trabalhadores, Centrais Sindicais Conam, Fenai, Andes, CPB, Contag, Diap e Federação dos Engenheiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. BEZERRA DE MELO (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Já não concordávamos com os rumos tomados pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. E para tanto formou-se o "Centrão", cuja missão dentro do Parlamento é salvar a nova Constituição das graves ameaças por que está passando, inclusive com o sério risco de tomar-se uma Carta Magna deturpada, posta a serviço dos grupos radicais que já se revelam adversários da paz e da concórdia nacional.

O "Centrão" foi mobilizado com o nobre propósito de preservar os sentimentos de liberdade e convivência pacífica entre as classes obreiras e patronais, reconhecidos os seus direitos, resguardando o espírito da livre iniciativa, tanto quanto deseja e a que aspira a consciência nacional.

O movimento do "Centrão" insurgiu-se, por isso mesmo, contra as manifestações obstinadas da Comissão de Sistematização, através do seu modelo exótico e estapafúrdio da estatização, sufocando da forma mais totalitária a iniciativa privada, ferindo sobretudo as nossas tradições de trabalho livre, com os grilhões do esquerdismo odioso e enfermo.

Inspirado nestas razões, o "Centrão" recorreu ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte para que o Regimento fosse alterado, possibilitando emendas de Plenário de títulos, capítulos, seções, etc., ao Substitutivo da Comissão de Sistematização, a fim de que prevaleça a vontade da maioria dos Constituintes que compõem o nosso movimento, que se designou "Centrão" ou "Projeto Brasil", pela sua índole anti-radical e antiautoritária, porque deseja, acima de tudo, uma Carta constitucional que possa refletir nitidamente os sentimentos soberanos da alma brasileira.

E vale frisar – conforme observamos – que a Comissão de Sistematização, no seu histerismo estatizante, buscou a inviabilização da iniciativa privada, fechando as comportas da economia nacional. No que tange particularmente ao Capítulo da Educação, a escola particular acaba de ser fechada, pois além de não poder receber nenhuma verba ou bolsas de estudo, nem através do salário-educação pago pela empresa privada, ela, a escola particular, será administrada, segundo a Sistematização, não pelos seus proprietários, mas pela comunidade. O que vale dizer que o patrimônio da escola privada não lhe pertence mais. Além do mais, a Comissão de Sistematização, agindo discricionariamente, aprovou matérias de lei ordinária, que não podem figurar na futura Constituição.

Estamos desenvolvendo o nosso trabalho apoiados no pensamento consensual do povo brasileiro, e cremos com base no cívismo de nosso esforço – que não nos inclinamos nem aos grupos de esquerda nem de direita, porque desejamos unicamente resguardar a imagem histórica e democrática do homem brasileiro.

E, sob o lema do trabalho livre, marchamos para os nossos objetivos, que consultam diretamente os interesses do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. CARLOS CARDINAL (PDT – RS. sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, à Comissão de Sistematização se fizeram aqui duras críticas – a rigor, críticas que carecem de um fundamento maior – e alguns oradores que me antecederam já colocaram, com muita propriedade, esta situação; muito mais pela omissão daqueles que não vieram aqui, muito mais pela falta de participação concreta do que, propriamente, pelas injunções regimentais.

Eu mesmo não fiz parte da Comissão de Sistematização, mas acompanhei, *pari passu*, o seu trabalho. A Direita, que quer – se chamar de Centrão, agora, participou e teve muito mais emendas aprovadas do que a Esquerda. Aliás, o Constituinte Luiz Salomão trouxe aqui matéria de um jornal que dá conta exatamente desse fato. Porém, Srs. Constituintes, nós não podemos admitir, porque em política não podemos ser ingênuos, essas alterações regimentais feitas quase ao final do jogo. Elas, a rigor, não são absolutamente para permitirem a maior participação dos constituintes. Permitam-me usar a expressão correta: o Centrão está mentindo! Esta é a expressão, porque, se de agora em diante for aprovada a proposta do Centrão, a participação de cada um será zero, pois os substitutivos aqui aprovados farão com que caiam todas as emendas e todos os destaques, e aí sim, as Srs. Constituintes irão

fazer emendas de brinquedo, emendas que não serão votadas aqui, emendas que ficarão prejudicadas. Ora, se não participaram até agora, com essa proposta do Centrão, escrevam aí, não participam absolutamente de nada, porque tudo aqui será feito na base do acordo entre as lideranças.

É preciso colocar esta situação, porque estas quatro emendas e os seis destaques, a rigor, constituem despistamento, mentira, permitam-se repetir novamente, e muitos constituintes bem-intencionados assinaram com o Centrão, pensando que teriam participação daqui para a frente. Puro engano. Precisam analisar com muito cuidado esta situação.

Aliás, há falta de entendimento. Aqueles que pretendem estabelecer um rolo compressor, no fundo, estão inconformados com os poucos avanços registrados nesta Constituinte. Querem, mesmo, é colocar os 280 constituintes aqui e liquidar todas as conquistas que foram poucas, repito – na Comissão de Sistematização.

Era este o alerta que, modestamente, queria fazer a V. Ex.^{as} para que não caiam no coto do vigário e para que não entrem nessa mentira de que daqui para a frente V. Ex.^{as} irão participar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. CUNHA BUENO (PDS – SP. sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os jornais desta semana têm publicado algumas matérias relativas ao preço das eleições presidenciais.

O Jornal do Brasil publica matéria sobre as eleições presidenciais na França, dizendo que é preciso 500 milhões de francos, ou seja, 5 bilhões de cruzados, para a candidatura presidencial naquele país.

O jornal O Estado de S. Paulo, de domingo – e é isto que me preocupa, Sr. Presidente –, faz um levantamento, aliás, criterioso, dizendo que o cacife inicial para aqueles que desejam disputar a Presidência da República, no Brasil, é da ordem de 600 milhões de dólares.

No começo, Sr. Presidente, duvidei dos números, mas não posso mais fazê-lo, porque quem os informa é exatamente o diretor da empresa de propaganda que coordenou o pool da campanha presidencial de Tancredo Neves. Portanto, homem que tem experiência na matéria. Já coordenou uma campanha presidencial – embora indireta, mas uma campanha presidencial – e afirma que, no mínimo, é necessário 600 milhões de dólares, no Brasil, para que um candidato possa lançar a sua candidatura.

Sr. Presidente, gostaria de, primeiro, solicitar que faça transcrever nos Anais esses dois artigos. Gostaria, também, de deixar aqui uma pergunta aos meus ilustres companheiros da Assembléia Nacional Constituinte: quem pagará esse cacife de 600 milhões de dólares?

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. CUNHA BUENO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

"O ESTADO DE S. PAULO"
29 de novembro de 1987

O PREÇO DA ELEIÇÃO: US\$ 600 MILHÕES

Eleição. Um produto de US\$ 600 milhões. Segundo cálculos de especialistas em marketing

político, baseados nos custos das últimas campanhas eleitorais, cada candidato a presidente da República na sucessão de Sarney terá de desembolsar pelo menos isso, se pensa em disputar seriamente o cargo. Tom Eisenlohr, diretor de planejamento da agência DPZ, admite que o cálculo é complicado. Mas o especialista em **jingles** eleitorais Jorge Abicalil já tem até composições experimentais para a campanha. Em uma delas, Jorginho brinca com o multipresidente Ulysses Guimarães: "Vista a camisa do tri, entre para a turma do **poire**."

ELEIÇÃO. UM PRODUTO DE US\$ 600 MILHÕES

ANSELMO DE SOUZA

Uma soma estrondosa, algo em torno de 600 milhões de dólares. É quanto deverá gastar na eleição um candidato a sucessão de Sarney no próximo ano, segundo cálculos de especialistas em **marketing** política, baseados, nos custos das últimas campanhas eleitorais. Sérgio de Andrade, diretor da Arapa Associados, agência de publicidade especializada em comunicação eleitoral, afirma que "no mínimo, um candidato à Presidência da República gastará, na campanha do ano que vem, 500 milhões de dólares".

Tom Eisenlohr, diretor de planejamento da DPZ, admite que o cálculo é complicado. Ele explica que as eleições poderão ser em dois turnos, o que "mudará o perfil da campanha". Nesse novo perfil, segundo Eisenlohr, o traço mais destacado será, provavelmente, o custo. "Pode haver uma verdadeira corrida financeira, porque o candidato que estiver em desvantagem vai injetar mais recursos na campanha, tentando reverter a situação." O diretor de planejamento da DPZ, já com experiência em campanha presidencial (ele coordenou o pool de agências contratadas para fazer a campanha de Tancredo Neves), garante que "uma mensagem eleitoral deve chegar a cada eleitor a um custo aproximado de dez dólares".

TELEVISÃO

Na parafernália de equipamentos de divulgação eleitoral – camisetas, adesivos, brindes, **outdoors**, santinhos, **botttons** e cartazes –, o destaque será para a televisão. "Ela vai funcionar como um grande palanque", segundo Eisenlohr. "Nas últimas eleições diretas para presidente, em 1960, havia apenas o rádio. Agora, a TV terá um papel fundamental." Iram Pessoa de Melo tem uma produtora de vídeo no Paraná, a PMP, coordenou a campanha de Álvaro Dias e acredita que a televisão vai consumir a maior parte do bolo financeiro que os políticos vão oferecer. O publicitário disse que "quando a campanha estiver nas ruas, haverá grande modificação do atual quadro eleitoral. Isso porque o brasileiro está com sede de algo novo. Os atuais candidatos em potencial vão sofrer a síndrome do velho. E a televisão vai reforçar essas características". Segundo Melo, para cobrir todos os Estados será preciso uma superprodutora de TV com ramificações regionais para "o fornecimento imediato de imagens, via satélite". Para isso a assessoria do candidato terá de possuir, conforme o cálculo de Melo, nada menos que cem câmaras de TV, equipe de 150 jornalistas; um centro de edição com cinco ilhas, no mínimo;

e um comitê de criação. Ele afirmou que "a televisão vai reproduzir a temperatura da campanha. Por isso, são necessárias de 50 a 80 equipes de reportagem externa, mandando imagens ao vivo para a central". E quanto tudo isso vai custar? de muitos cálculos financeiros. E acrescentou: "depende, também, da legislação eleitoral. Nesse esquema não estão previstos, ainda, os custos de inserção nos veículos de comunicação, caso isso seja possível".

Carlos Alberto Nanô, presidente da Central de **Outdoor**, considera os cartazes de rua "um dos mais fortes veículos eleitorais, pois fixam a imagem do candidato". Ele informou que em todo o Brasil existem cerca de 18 mil quadros. Cada um deles custa, em média, 600 cruzados por dia. Nanô acha que ainda é cedo para estimar quanto as empresas de **outdoors** vão ganhar dos dólares dos candidatos. "Isso vai depender das decisões da Constituinte", explicou.

Outro item de peso nas campanhas é o das pesquisas. Carlos Matheus, diretor do Instituto Gallup, afirmou que "o custo da pesquisa depende de sua extensão". Adiantou, porém, que "em toda campanha publicitária, as pesquisas representam 5% do total gasto. É a regra aceita para a propaganda comercial e, acredito, tem valor também para a propaganda eleitoral". Portanto, só em pesquisa, cada candidato vai desembolsar cerca de 30 milhões de dólares.

Homero Icaza Sanchez, especialista em análises de pesquisas de opinião disse que "é preciso checar o resultado das entrevistas que apuram a intenção de voto do eleitorado". Ele explicou que "a análise das pesquisas serve como bússola para corrigir o rumo do candidato".

Especialista em eleições, Jorge Abicalil dispõe de uma equipe de 40 profissionais, a maioria músicos, para criar **jingles** para o rádio. Abicalil já tem alguns **Jingles** experimentais para a campanha presidencial. Para Ulysses Guimarães, em ritmo de carnaval antigo, o artista Jorginho, como é conhecido, ironiza: "Vista a camisa do tri, ente para a turma do poire. Ulysses, nosso tri agora vai ser tetra."

O preço de um presidente

Candidatos não hesitam em apelar para a corrupção

Fritz Utzeri
Correspondente

Candidatos à presidência francesa terão que gastar o equivalente a Cz\$ 5 bilhões para as eleições de 1987. Para obter o dinheiro, muitos não hesitam em apelar para a corrupção, aproveitando a falta de uma lei regulamentando o assunto. (Página 8)

Paris – Como se faz um presidente? Em alguns países com tanques e canhões, em outros – uma novidade – com um bom atestado médico, mas na França e nos demais países em que vale o voto, antes de tudo com muito dinheiro. Candidato certo, o atual primeiro-ministro francês Jacques Chirac terá que gastar 500 milhões de francos (Cz\$ 5 bilhões) na campanha do ano que vem bem mais do que o presidente François Mitterrand, que desembolsará cerca de 100 milhões de francos (Cz\$ 1 bilhão) para tentar a reeleição.

E como arranjar dinheiro? Na maior parte das vezes a resposta não é legítima. Na França não

há qualquer lei regulamentando o financiamento dos partidos políticos, e a venda de armas para o Irã, por baixo do pano, transferindo o dinheiro das comissões para os cofres do Partido Socialista – o mais recente escândalo político francês – é apenas um dos modos de levantar os recursos que os partidos precisam para eleger seus candidatos.

Corrupção – Basta olhar para a contabilidade do RPR (Reunião pela República), o partido de Chirac, para ter uma ideia do problema e da origem da corrupção. O partido tem 250 mil filiados, que pagam cerca de 15 milhões de francos (Cz\$ 150 bilhões) anuais de mensalidades. Além disso, há campanhas de levantamentos de fundos através do correio, jantares e shows, as quais raramente ultrapassam a barreira do milhão de francos por acontecimento.

Com as caixas oficialmente anêmicas, os partidos não têm outra saída a não ser cair na mais completa ilegalidade, e é essa prática corrente que vem causando tanto mal-estar na França tanto a esquerda como a direita neste início de campanha presidencial.

Telhado de vidro todos têm, um telhado que começa na manipulação das verbas secretas dos ministérios e estende-se às comissões cobradas aos fornecedores por ministros que utilizam muito equipamento. O semanário **Le Point** realizou um extenso levantamento dessas fontes ilegais de financiamento, práticas que vão desde a aceitação de brindes de fim de ano dados pelos fornecedores a seus ministérios, presentes de 50 mil (Cz\$ 500 mil) a 100 mil francos (Cz\$ 1 milhão), até uma comissão extra-oficial de 2 a 5% sobre todos os contratos de exportação autorizados pelo governo.

Como não podia deixar de ser, a publicidade oficial – nada menos do que 150 milhões de francos (Cz\$ 1 milhão 500 mil) anuais – também pode ser distribuída ou permitida por favores. Outra forma mais engenhosa é a fundação de empresas de prestação de serviços filiados aos partidos. Só o Partido Comunista controla um grupo de 22 sociedades que fornecem desde papel de escritório até máquinas de escrever a prefeitos amigos e às vezes até mesmo a adversários, como foi o caso do Vezinet, nas imediações de Paris, onde uma construtora ligada ao PC edificou um centro cultural.

Recursos – Há ainda recursos mais clássicos, como o simples calote. Só os extremos do espectro político – os comunistas e a Frente Nacional – pagam sua propaganda eleitoral, os cartazes e **outdoors**, talvez exatamente porque nunca chegam ao poder. O RPR sempre paga com atraso e a UDF (União pela Democracia Francesa, partido de Raymond Barre) e os socialistas simplesmente esquecem.

Em todos os países europeus da Espanha à Alemanha, como nos Estados Unidos, há várias leis regulamentando o financiamento dos partidos. Essa legislação estipula uma contribuição pública aos partidos proporcional aos votos nas últimas eleições. A isso, somam-se doações e contribuições de seus membros, dedutíveis do imposto de renda.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS, sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Vou abrir mão do espaço do meu tempo para o mais rápido andamento desta sessão, mas não sem antes de relembrar a todos os que assinaram o manifesto pelo Centrão, querendo mudanças no Regimento, de que a Mesa os atendeu, ao fazer profundas transformações no Regimento. A Mesa é pluripartidária, e, a partir de sua decisão, quem teimar em não fazer acordo estará desrespeitando-a, e, mais do que isto, estará agredindo esta Assembléa Nacional Constituinte, querendo inviabilizá-la. Isto a Nação brasileira não irá aceitar.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE, Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Recebemos, procedente de Maruti, no Ceará, carta assinada por uma dezena de trabalhadores rurais reclamando a aplicação, pela Previdência Social, do qual determina a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, destinado o FUNRURAL ao atendimento da aposentadoria por velhice e invalidez, à pensão, ao auxílio-funeral, ao serviço de saúde e ao serviço rural.

São beneficiários do Funrural as pessoas físicas que prestem serviços de natureza rural e empregador, mediante remuneração de qualquer espécie, bem como o produtor não empregado que se dedique à atividade rural, individualmente ou em regime familiar, dela tirando recursos para a própria subsistência.

Diz, expressamente, o art. 5º desse estatuto legal:

"A aposentadoria por invalidez correspondente a uma prestação igual à da aposentadoria por velhice, e com ela não acumulável, devida ao trabalhador vítima de enfermidade ou lesão orgânica, total ou definitivamente incapaz para o trabalho, observado o princípio estabelecido no parágrafo único, do artigo anterior."

Diz esse parágrafo, textualmente:

"Não será devida a aposentadoria a mais de um componente da unidade familiar, cabendo o benefício ao respectivo chefe ou arrimo."

Esse parágrafo já consubstancia uma injustiça, quando se incapacitam, simultaneamente, para o trabalho rural, o chefe da família e um dos seus dependentes, sabido que, na atividade, somavam os valores monetários obtidos nas respectivas tarefas.

Mas, pior do que esse iníquo preceito da lei é o comportamento da Previdência Social, quando exige que a incapacitação do trabalhador, definitiva e permanente, o inabilite para qualquer tarefa.

Não é esse o espírito da lei. A inabilitação deve ser considerada para a atividade rural. Um camponês que perde um braço ou uma perna, não pode manejar uma enxada, nem produzir o mesmo nas tarefas da colheita, embora seja capacitado para certas atividades no setor urbano, como contínuo, ascensorista ou qualquer trabalho que não exija o emprego das duas pernas ou dos dois braços.

A incapacitação para o trabalho nas tarefas da agropecuária é totalmente diversa daquela prevista para o trabalho urbano.

Essa a interpretação que os trabalhadores rurais, muito justificadamente, exigem da Previdência Social.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT - SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Na verdade, esta Assembléia Nacional Constituinte está diante de algumas decisões da maior gravidade e da maior importância para a vida do nosso País. Articulações se desenvolveram após o término dos seus trabalhos – e refiro-me especificamente ao dado concreto de que hoje nós estamos há quinze dias, após o encerramento dos trabalhos da Comissão de Sistematização, e nada votamos. Todos aqui sabem do afogadilho com que algumas matérias foram votadas na Comissão de Sistematização. Criou-se a idéia de que era necessário democratizar o Plenário. A proposta inventada pelo denominado Centrão, aniquila a democracia de Plenário, aniquila a participação individual dos Constituintes e busca, aparentemente, em torno da democracia, apenas aparente, uma maneira menos traumática, uma maneira menos desgastante de revogar aqueles avanços sociais conquistados a duras penas na Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, não aceitamos que busquem aqui costurar um acordo com o Centrão que possa tergiversar, passar à margem dessas questões cruciais, porque os trabalhadores e o povo brasileiro precisam de decisões individuais e soberanas do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Sr. Presidente, é um absurdo uma Constituição ser feita não a partir do voto, mas a partir do abaixo-assinado. O abaixo-assinado não pode substituir o voto; o abaixo-assinado, que pode ser colhido na fábrica; num banco ou na fazenda, não pode ter a força de maioria de um Plenário da Constituinte para fazer votar a preferência dessa ou daquela emenda. É necessário a presença aqui, no Plenário, do voto nominal; é necessário, principalmente, o voto exposto e declarado de cada Constituinte na hora em que estivermos votando a estabilidade, a reforma agrária e as liberdades públicas e sociais.

Por isso, se o Centrão diz que tem a maioria absoluta nesta Assembléia, que corra o risco de fazer a sua Constituição; que aceite o risco histórico de impor uma Constituição ao povo brasileiro sem a participação de todas as correntes; que imponha uma Constituição que seja o retrato, que seja a imagem de uma classe dominante que não quer ceder em nada aos trabalhadores; que não quer ceder na dispensa imotivada; que não quer ceder no direito de greve; que não quer ceder na hora-extra paga em dobro; que não quer ceder no conceito de que a propriedade condiciona a sua condição social; que não quer ceder nas liberdades individuais.

Pois bem, Srs. Constituintes que fazem parte do Centrão, se V. Ex.^{as} são maioria nesta Casa, V. Ex.^{as} terão que ter opção de fazer a sua Constituição, e digam ao povo brasileiro que está sendo feita a Constituição que atende à FIESP, à UDR, que atende aos banqueiros. Mas esta Constituição representará, para os trabalhadores e para o povo brasileiro, a face dura da repressão, a face dura do aniquilamento dos direitos porque o que foi aprovado na Comissão de Sistematização não é

nenhuma proposta de esquerda, não é nenhuma proposta socializante, mas uma proposta de conquistas parciais, de reformas parciais, nesse capitalismo que enriqueceu e se concentrou às custas da miséria, da fome e do assassinato de milhões e milhões de pessoas.

Pois bem, Srs. Constituintes do Centrão, V. Ex.^{as} certamente poderão votar e aprovar o Regimento Interno de acordo com a maioria que dizem ter. Façam esse Regimento Interno, excluam as demais forças da Constituinte e corrão o risco histórico de impor uma Constituição que, certamente, não vai ter o apoio de parcelas importantes da população brasileira.

Sr. Presidente, para concluir, não é verdade que a Comissão de Sistematização representou apenas uma facção da Constituinte, apenas uma corrente. Não é verdade. Vamos reexaminar as emendas que foram aprovadas, vamos nominar os líderes do Centrão que eram da Sistematização e que tiveram suas emendas aprovadas. Não é verdade dizer que ela apenas representava uma corrente. Agora, querem, isto sim, que uma maioria silenciosa venha aqui, através da assinatura, através do abaixo-assinado, impor uma Constituição de direita, fascizizante, uma Constituição do grande capital. Contra isto V. Ex.^{as} saberão que terão de nós o combate, a denúncia. Jamais, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, aceitaremos qualquer atitude de legitimação dessa maioria conservadora e arcaica da Assembléia Nacional Constituinte. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT - RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O momento é tão grave que a votação não devia ser pelo sistema eletrônico, porque os membros do Centrão deviam botar a cara de fora para o povo ver. Cada um devia dizer pelo sim ou pelo não, mediante a gravidade da situação. Enquanto 350 trabalhadores da Cobra, e um mil da Santa Matilde são demitidos, o que é que o Centrão quer? Quer ir a fundo, lá na garantia de empregos. Uma vergonha! Começa a vergonha pela inautenticidade. Não existe autenticidade. O Centrão se esconde. No centro, o eufemismo, quando, na verdade, são quase todos da direita. E a segunda vergonha, a segunda inautenticidade, a falta de personalidade joga o elemento secundário à direita, como "bois de piranha", tipo Constituinte Cardoso Alves, tipo Constituinte Dasso Coimbra, enganadores contumazes de inocentes evangélicos.

Então, companheiros, o que se passa é isso: dois deles, de segunda categoria, da direita, servem como "bois de piranha", para atravessar o rio e lá morder esses dois, enquanto a cúpula, a nata da direita do PMDB fica de fora. Atentemo-nos para isso! Esta é a verdade. Deveria haver a votação nominal para que o povo tomasse conhecimento de empresários retrógrados, reacionários, que passam o ano inteiro em casa, nos restaurantes de cinco estrelas e só agora aparecem. Daqui a pouco adentrará esta Casa o rechonchudo Delfim Netto, o gordinho!

Caros Colegas, companheiros, Constituintes do PMDB, aqueles que têm compromisso com os eleitores, cuidado com o veredito popular! Lem-

brem do que aconteceu com a Arena! O exemplo não está muito distante.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR JÚLIO CAMPOS (PFL - MT. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Solicito registrar nos Anais desta Casa uma reportagem intitulada "Mandos e Desmandos", publicada na revista *Contato*, de Cuiabá, na sua edição de novembro último, na qual aborda as gritantes barbaridades da corrupção existente no Governo de Carlos Bezerra, frente ao Palácio Paiaguás.

Nunca, nos últimos trinta anos, na História de Mato Grosso houve um Governo tão corrupto, de tanto desmando, como o atual Governo de Carlos Gomes Bezerra, frente ao Governo Estadual. Portanto, é bom que esta Casa do Congresso Nacional tome conhecimento das barbaridades que o atual Governo Bezerra vem cometendo contra o povo mato-grossense.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JÚLIO CAMPOS EM SEU DISCURSO:

MANDOS E DESMANDOS

Sete meses depois de assumir o governo de Mato Grosso, Carlos Bezerra apresenta um balanço de muitos erros, o pior deles é a péssima imagem administrativa, política e econômica.

A rigor pode-se dizer que a administração do Governador Carlos Bezerra confrontou-se com a sua face verdadeira no primeiro dia, quando ele anunciou pomposamente uma série de decretos de impacto, visivelmente impossíveis de serem cumpridos. Entre eles, no entanto, e de nº 002, que demitia todos os funcionários admitidos entre julho de 1982 e 15 de março de 1983, foi fulminante sobre a cerca de 20 mil funcionários públicos. Os demais decretos, atingiam indistintamente banqueiros, comerciantes, empreiteiros e imprensa.

Se a intenção era aparentar austeridade, a sensação que ficou foi a de incerteza nos rumos da administração e de insegurança nas áreas da política, da economia e da administração pública. Oito meses depois, uma avaliação desses setores mostra uma situação confusa e explosiva.

Política – Uma semana antes de sua posse, em Brasília, o governador Carlos Bezerra comunicou ao Deputado Ulysses Guimarães que no seu discurso pediria eleições diretas já para presidente, em represália por não ter conseguido levantar dinheiro nos ministérios econômicos para iniciar a sua administração. Ulysses tentou convencê-lo, mas Bezerra foi categórico: "não vim discutir, vim comunicar". E, de fato contestou o presidente Sarney sob um sol de 40 graus em frente ao Palácio Paiaguás na sua posse.

Esse gesto teve e continua tendo graves consequências para Mato Grosso. Foi um gesto político com desdobramentos econômicos. Nunca mais os cofres de Brasília se abriram para Mato Grosso, ao mesmo tempo em que permanecem abertos para outros Estados.

Um segundo gesto polêmico imediato que tirou a força política do governador foi o radicalismo

de expurgar do PMDB a Ala liderada pelo Senador eleito Lourenberg Nunes Rocha, egresso do ex-PP que se fundiu com o MDB em 1982. O Senador possui o seu voto e de mais três deputados federais no Congresso Nacional, num momento político em que voto no Senado e na Câmara é uma nova moeda política no País. O Governador, sem esses quatro votos, detém apenas dois, o do Senador Márcio Lacerda e do Deputado Percival Muniz, vistos com desconfiança pelo Presidente da República. O Deputado Antero Paes de Barros vota sob orientação do Prefeito Dante de Oliveira.

No primeiro instante, Carlos Bezerra interferiu na eleição da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, tentando impor seus candidatos, foi derrotado, abrindo a primeira desconfiança que foi se agravando lentamente até atingir um ponto que suas mensagens são sistematicamente devolvidas sem serem votadas ou então são derrotadas. Para tentar manter-se, o Governador viu-se obrigado a trazer para debaixo de seu manto deputados dissidentes do PFL, que tanto combateu ao longo de sua vida, primeiro com membros da Arena e depois como PDS.

Incoerência em cima de incoerência, Carlos Bezerra afrouxou o pulso e tem deixado que setores radicais, os xiitas do PMDB, usem o arsenal do Governo para atirar menos nos inimigos e mais nos amigos, como é o caso do Vice-Governador Edison de Freitas, um homem extremamente radical que, junto com outros peemedebistas sem votos, estão acertando o Deputado Roberto França, candidato popular à prefeitura da capital.

Pulso Fraco – Na mesma linha política de pulso fraco, o Governador tem deixado que a cor política do seu governo seja dada por quem queira. Ora pelo chefe da Casa Civil, Juarez Gomes. Que dirige mensagens do Poder Executivo diretamente ao Presidente do Poder Legislativo, ignorando princípios mínimos constitucionais de autonomia dos poderes.

A primeira atitude que colocou em dúvida a modernidade esperada de sua administração, foi a indicação do Secretário de Segurança Pública, Otto Sampaio, envolvido em ação judicial por estelionato. Teimoso em admitir a situação, o Governador mostrou-se durão e conservou Otto Sampaio, abrindo uma rachadura que só fez se agravar daí em diante com os delegados de polícia, policiais e o Poder Judiciário.

Mas foi com Poder Judiciário que o Governador abriu uma brecha que vai ser cobrada em faturas parceladas bem ao estilo da magistratura, habituada a se mover na sombra das minúcias da lei ao estimular o Deputado José de Arimatéia a investir contra os marajás, abrindo fogo diretamente contra juízes, desembargadores e conselheiros do Tribunal de Contas.

Trânsito Ruim – Cai o Ministro Dante de Oliveira da Reforma Agrária dificultando ainda mais o relacionamento do Governo de Mato Grosso com o Governo federal. Carlos Bezerra absorve Dante e participa do seu comício por diretas-já no retorno a Cuiabá, e se distancia ainda mais de Sarney, que não se preocupou mais daí em diante, em demonstrar sua ojeriza por Mato Grosso.

Os decretos da posse irritaram os empresários, que se retraíram e começaram a se organizar preocupados com o "social" do Governo, uma estranha política de distribuição de renda, desestimulando a geração de riquezas e de produção. Os prefeitos, os vereadores, e deputados estaduais começaram a se preocupar com os conselhos municipais criados em todos os municípios e afiaram as unhas. Foi uma perigosa perda de apoio do Governador. Ninguém governa sem essas categorias. O nortão, que apostou pesado no Governador Carlos Bezerra, recuou desconfiado e está fazendo "lobby" para emancipar num novo estado tão logo possa. Os funcionários públicos fizeram greves, deixaram de produzir e numa penosa "operação tartaruga" vêm desmoralizando dia-a-dia a máquina administrativa estadual, até vaiarem fragorosamente o Governador Carlos Bezerra durante visita à associação de classe, no dia 29 de outubro.

Os eleitores desconfiam, a imprensa está com o pé atrás, as promessas irrealizáveis feitas durante viagens pelo interior, mostram que o Governador é frágil e não resiste a pressões.

O golpe final contra Carlos Bezerra frente à opinião pública foi dado por ele próprio numa intempestiva viagem à Europa, acompanhado da extensa comitiva, num dos piores momentos do relacionamento do Brasil com a comunidade internacional, volta, 26 dias depois, não trouxe resultados visíveis e em meio a muitas contradições sobre o que obteve no exterior, fazendo sua viagem parecer turística, o Governador empenhou-se junto à sua bancada na Assembléia para que fosse recusado o requerimento de seis itens dos Deputados Antonio Joaquim, do PDT, Luiz Soares do PMDB e Hermínio Barreto, do PL, pedindo esclarecimentos sobre a viagem. Num caso único na história do legislativo estadual, o requerimento de informações foi recusado, e a opinião pública ficou sem saber onde o Governador foi e nem mesmo se gostou da viagem. Agravando a memória popular, ainda se lembra dos canhões do Deputado Carlos Bezerra soando toda vez que um Governador de Mato Grosso viajou ao exterior nos anos recentes.

A última dúvida do Governador diante do poder político, foi o pedido de suplementação do orçamento estadual, recheado de entrelinhas e meias palavras que resultam num crime chamado "crédito ilimitado" condenado pela Constituição Federal, o que na prática equivale a transformar o orçamento do Estado em "conta secreta".

Administração – Talvez este seja o setor onde o governo estadual tenha se mostrado mais despreparado e criado muito mais confusões e crises do que as poucas soluções até agora apresentadas ao longo de exatos sete meses.

Um extenso e delicado elenco de erros vêm se somando e deixam o Governador Carlos Bezerra e sua administração como na história do rei nu, despidos diante das promessas eleitorais e as mudanças pregadas pelo PMDB enquanto oposição é esperança dos eleitores.

O primeiro passo mal dado foi o Decreto nº 002 que demitiu 20 mil funcionários, tirou a segurança da classe, atingiu mais do que 3 mil que ainda não foram indenizados, não perderam o vínculo trabalhista e hoje vagueiam meio empregados e meio desempregados, vítimas de uma situação que vai acabar ficando muito mais cara na hora do acerto de contas no Ministério do Trabalho.

As contratações em massa de funcionários depois de 15 de março, com salários muito maiores

que os poucos colegas demitidos, não dão ao governo crédito popular para novas demissões pretendidas e nem qualquer proposta de enxugamento da máquina administrativa. Contra isso pesam situações novas que estão na boca do povo em todo o Estado: a imagem de incompetência administrativa que se formou da administração de Carlos Bezerra; a fama de corrupção que já não mais se consegue esconder, os escândalos que já estouraram e, entre eles, o mais recente que foi a crise e demissão de todos os diretores do Departamento de Obras Públicas, onde o governador não teve pulso para administrar uma crise localizada, e foi desafiado pessoalmente por servidores a assumir o governo.

A influência dominante do Prefeito Dante de Oliveira no Governo põe em cheque a autoridade do Governador e já ninguém mais tem dúvidas de que a estrela de Carlos Bezerra não serve mais hoje, senão para ajudar a fazer brilhar a do prefeito da capital.

Na Assembléia, além do requerimento de informações sobre sua viagem à Europa, a Bancada do PMDB, tem-se esforçado ao máximo para derrubar projetos como o da transparência, que exigia a publicação no **Diário Oficial** de todas as admissões de pessoal no Governo.

Sem Unidade – A Secretaria de Comunicação Social, foi desmobilizada e esvaziada depois que a Assembléia Legislativa recusou-se a transferir a Imprensa Oficial do Estado para Casa Civil, o que obrigou o Governador a orientar assessores a pressionarem o secretário de Comunicação a demitir-se, para ser substituído pelo Presidente da Imprensa Oficial. O passo seguinte foi a centralização de todos os serviços gráficos do Estado na Imprensa Oficial, que não atende sequer a 10 por cento, justificando assim o desvio de todos os impressos para uma gráfica de Rondonópolis, com conhecidos laços comerciais justamente com o próprio Governador.

Assessores e diretores de empresas e autarquias começam de repente a exibirem fortunas antes desconhecidas; a transparência do Governo junto à imprensa escureceu e o Governo passou a esconder informações; o secretário de Comunicação Social sequer faz idéia a que se destina sua pasta; a população já não confia nas reais intenções do governo; a politicagem de bairros e associações de moradores predominam sobre interesses; as obras pararam, exceção das que atendem a pessoas donas de fazendas ou propriedades próximas de rodovias projetadas, ou eletrificação de fazendas; o Governo contratar uma agência de publicidade para uma campanha milionária sem concorrência e nem justificativa legais, em detrimento de uma concorrência pública que sequer chegou a ser julgada para serviços dessa natureza.

Finalmente, a imagem de despreparo para governar, uma verdade que já não se esconde mais no Governo de Mato Grosso, numa flagrante frustração de quem votou e esperou mudanças de comportamento político, administrativo e econômico.

O resultado tem-se medido no cuidado do Governador Carlos Bezerra em aparecer em público, depois de ter sido vaiado na universidade Federal de Mato Grosso, na presença do Ministro da Agricultura, Íris Resende. Em Rondonópolis, o Governador foi vaiado num mesmo dia três vezes ao

ponto de, na última, precisar ser protegido pela Polícia Militar.

Essa confusão de propósitos e falta de ordenamento é muito grave por algumas razões, entre elas a perda de respeitabilidade do cargo de Governador e de Governo como superestrutura social; e pela predisposição que traz de gerar caos social.

Está definitivamente claro que o Governador Carlos Bezerra, precisa urgentemente assumir o cargo de Governador do Estado de Mato Grosso, descer dos palanques ideológicos e nivelar-se com a realidade.

Economia – A economia de Mato Grosso é frágil e muito sensível às atitudes do poder público estadual e federal. Os decretos do primeiro dia atingiram a moral empresarial que viram sinais de inconsequência nos decretos que revelaram desconhecimento administrativo. O discurso de posse, pedindo diretas-já teve respostas rápidas de Brasília. A chave do cofre da União trocou de mãos e Mato Grosso permaneceu na mesma mendicância que estava nos dois últimos anos do Governo Júlio Campos.

O pessimismo começou a rondar a economia e os empresários já estão pensando em organizar um "lobby" junto à Assembléia Legislativa no ano que vem para pedir o impedimento do Governador. Estão vendo, dizem eles, que não há gestões em Brasília para levantar recursos e a economia estadual exaurida. Os empresários não têm perdido oportunidade de revelar o seu desagrado e já não apóiam incondicionalmente o Governo estadual por que temem também que a distribuição de rendas confusa do projeto social, seja uma facada na classe.

Os empréstimos para cobrir o custeio da máquina administrativa iguais aos tão condenados governos anteriores, mais a ação truculenta da fiscalização da Secretaria da Fazenda, tem gerado situações como o fechamento do comércio em Diamantino e Nobres, em sinal de protesto. O aumento triplicado da folha de pagamentos por excesso de contratações de funcionários soma-se ao elenco de contradições e abalam a economia estadual, já pressionada por fatores externos, como inflação, custos altos e queda do consumo.

Administração: o Governo Carlos Bezerra está nu diante dos erros, das promessas não cumpridas, e já se mostra abatido

Economia: as portas dos cofres de Brasília estão fechadas para Mato Grosso e o Governador não tem chave política para abri-las.

Política: nunca tantos erros foram cometidos em tão pouco tempo, e nunca tanto apoio popular foi jogado fora por falta de visão das coisas.

O SR. DASO COIMBRA: – Sr. Presidente, peço a palavra já que fui citado nominalmente, baseado em dispositivo regimental que dá direito ao parlamentar de se defender.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Nobre Constituinte Daso Coimbra, pediria que citasse o dispositivo regimental que V. Ex.^a invoca para se defender.

O Sr. Daso Coimbra: – Sr.

Presidente, fui citado nominalmente e de maneira mentirosa e agressiva por um Constituinte que ocupou esta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem V. Ex.^a a palavra, para contraditar a acusação que lhe foi feita.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ. Para contraditar. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Uma coisa devemos separar aqui: a religião de uma pessoa da sua posição política (Muito bem! Palmas.)

Orgulho-me de ser evangélico, minha família é toda evangélica, mas não faço pregações do Evangelho aqui, nesta tribuna, onde só exerce a minha função de representante do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

Sr. Presidente, disse o Constituinte Juarez Antunes, de Volta Redonda, que eu era um enganador contumaz dos evangélicos. S. Ex.^a está querendo passar aos evangélicos um recibo de ignorância porque há 33 anos eles me elegem para esta Casa e, portanto, não é possível alguém enganar tantas pessoas durante 33 anos. (Muito bem! Palmas.)

Em segundo lugar – vejam que coisa curiosa –, somente de um Município do Estado do Rio de Janeiro recebi dois telegramas dizendo, com redação idêntica: "Seus ex-amigos e eleitores de Volta Redonda não o conduzirão mais à vitória".

Somente do Município do Sr. Juarez. Quer dizer, S. Ex: vem fazendo essas acusações malévolas lá no Município de Volta Redonda, porque de todo o resto do Estado do Rio de Janeiro ninguém me mandou telegrama a respeito de minha posição contrária.

Quero dizer ao Constituinte Juarez Antunes, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, que se preocupe com suas posições e deixe as minhas, que são autênticas. (Palmas.)

Não sou empresário, não sou proprietário de animais – aliás, tenho um cachorro em minha casa –, não sou proprietário de fazendas, as duas únicas extensões de terra que tenho são 720 m², em Brasília, onde está minha casa, e, mesmo assim, 200m² pertencem à Prefeitura, que poderá fazer uma ciclovia a qualquer instante, e mais 220m² numa vila, que recebi de herança da minha avó. Somente isso. Não tenho ações em Bancos, mas acho que o Brasil é um País que não pode ser inviabilizado por posições extremadas de esquerda. (Muito bem! Palmas.), e por isso precisa de uma reação participativa.

Esse movimento do Centrão é, acima de tudo, um movimento participativo; foram quatrocentas e tantas – quatrocentas e sessenta, que seja, porque a matemática me foge agora, pois ficamos descontrolados – pessoas que ficaram marginalizadas, que não votaram durante meses e querem participar do processo. Não queremos acabar com o Regimento Interno, apenas modificar três artigos; não queremos modificar toda a Constituição, mas apenas alguns pontos que foram deturpados na vontade média do povo brasileiro

e que devem ser modificados. Queremos apenas contribuir para o bem da Pátria.

Constituinte Juarez Antunes, trabalhe pela sua Pátria! Esqueça as outras pátrias que orientam determinados Partidos do Brasil! (Palmas.) Seja brasileiro, seja honesto e respeite seus colegas que, pelo tempo de serviço que têm nesta Casa, nunca puderam ser, como eu, apontados como envolvidos em qualquer negociação que menosprezassem a nossa posição moral.

Aqui estou para trabalhar e respeito o trabalho de V. Ex.^a em Volta Redonda. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Constituinte Edmilson Valentim.

O SR. EDMILSON VALENTIM PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os círculos sócio-políticos do Ceará perderam, hoje uma de suas figuras mais representativas, com larga folha de serviços prestados à comunidade de nosso Estado.

Trata-se do ex-deputado **Edson da Mota Correia**, que exerceu, a partir de 1934, sucessivos mandatos parlamentares, sempre com exemplar dedicação aos interesses coletivos.

Ascendendo, em duas oportunidades, à Presidência da Assembléia Legislativa, impôs-se à admiração de seus pares pelo desempenho correto daquelas elevadas funções e o aprumo nas deliberações que soube adotar.

Tive, aliás, Sr. Presidente, o privilégio de conviver durante 16 anos, com o inesquecível homem público, podendo, por isso, testemunhar o seu patriotismo e a externa dedicação a todos quantos seguiram a sua orientação política.

Radicado no Município da Caucaia, concentrou naquela comuna a sua dinâmica atividade, realizando obras e empreendimentos de largo porte, como hospitais, educandários, postos de saúde – numa inequívoca demonstração de seu incomparável dinamismo.

Recentemente, foi-lhe outorgada, pela Mesa da Assembléia do Ceará, uma comenda de inestimável valor, numa prova eloquente de reconhecimento aos seus méritos e à contribuição que, através dos tempos, prestou ao desenvolvimento regional.

A sua esposa, D. Janusa Correia, e os seus filhos Danilo, Danúcio e Ednuza, sempre o estimularam nas suas lutas eleitorais, cabendo à sua nora, Prof. Maria Lúcia Magalhães Correia, ocupar na presente legislatura, a cadeira de Deputado, na qual anteriormente estivera investido o Tenente Edson de Mota Correia.

Registrando, com profundo pesar, o falecimento desse eminente conterrâneo, desejo levar ao Município de Caucaia e à classe política do Ceará a expressão de minha solidariedade.

O SR. VICENTE BOGO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Considero legítimo e compreensível que cada um de nós, Constituintes ou grupos de Consti-

tuentes, defendam suas idéias, suas teses e se mobilizem em torno de obter o resultado que, eventualmente, consideram mais conveniente. Todavia, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, não considero aceitáveis e nem legítimas as manobras que estão acontecendo dentro do Plenário, dentro da Assembléia Nacional Constituinte e, também, fora da Assembléia Nacional Constituinte, no bojo da própria sociedade, dentro das organizações da sociedade. Refiro-me às manobras que visam evitar que esta Assembléia Nacional Constituinte aprove um texto constitucional adequado aos tempos modernos da sociedade brasileira e que possa produzir, ao longo do tempo, tempos de maior justiça, de maior equidade e que ponha fim às inúmeras distorções que hoje a sociedade vive em razão do que a Constituição em vigor contempla e, também, outras legislações complementares e ordinárias.

Quero referir-me, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, às seguintes manobras: em primeiro lugar, uma das teses que se está levantando para anular os avanços da Assembléia Nacional Constituinte e esta tentativa de modificar o Regimento Interno, impedindo a regularidade das votações no processo de votação na Assembléia Nacional Constituinte.

A segunda tese, que já ultrapassa as discussões desta Assembléia Nacional Constituinte, é a tese das eleições gerais que quer jogar todos nós, Constituintes, após a promulgação da nova Constituição, em campanha de reeleição, evitando que, pelo prazo mínimo de dois anos, após a promulgação desta Constituição que estamos a fazer, tenhamos a regulamentação, a legislação complementar e ordinária, decorrentes da nova Constituição, fazendo valer a legislação que hoje está aí desde 67, ou ainda anterior, como legislação a vigorar, até que um possível novo Congresso passe a legislar, em consequência da nova Constituição.

Considero como mais uma manobra que está se fazendo com sutileza, para torpedear os avanços da Constituinte, a tentativa de, no descrédito popular, ampliando este descrédito, confundindo a opinião pública, através, possivelmente, após os trabalhos finais desta Constituinte, fazer-se um *referendum popular, para que a Nação diga "não" aos avanços que esta Constituição pretende fazer ou irá fazer.

Outra manobra, que se configura como golpe contra esta Constituinte, é o discurso que começa a surgir, nascido este, do Palácio do Planalto. Segundo este rumor, não é possível continuar governando com a Constituição que está em vigor, que sugere, portanto, que devemos fazer uma reforma constitucional. Se com uma reforma constitucional é possível governar, então, cai por terra a necessidade de uma nova Constituição ou, pelo menos, dar argumentos aos setores mais conservadores para bloquear qualquer avanço constitucional através dos trabalhos Constituintes.

Quero também denunciar a manobra que estão tentando fazer no sentido de retirar da 1ª Secretaria da Assembléia Nacional Constituinte a coordenação do trabalho de divulgação da Assembléia Nacional Constituinte. Refiro-me ao **Diário da Constituinte**, a **A Voz da Constituinte** e ao **Jornal da Constituinte**.

Registro aqui minha posição favorável à manutenção da ordem estabelecida nos cargos e nas

funções estabelecidas para cada um dos cargos eleitos nesta Assembléia Nacional Constituinte, especialmente para os cargos da Mesa Diretora.

Era isso que queria colocar, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Vicente Bogo, o Sr. Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Quando o Constituinte Daso Coimbra afirmou que o Centrão é participação, de certa forma, devo admitir que sim, porque graças ao trabalho dos Líderes, dentre os quais o Constituinte Daso Coimbra, aproximadamente uma centena de Deputados Constituintes que aqui estiveram, pela última vez, nos atos de instalação e de posse da Assembléia Nacional Constituinte puderam, de novo, ressurgir e aqui dizer que são presença, embora nós ainda tenhamos dificuldades para conhecer esses colegas que ressurgiram das suas fazendas, que ressurgiram das suas fábricas, que ressurgiram de reuniões com os oligopólios das multinacionais e que, com toda razão, de certa forma, voltaram a ter uma efêmera participação nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se fosse verdade a afirmativa de marginalização, ela já teria sido suficientemente refutada pelos números aqui apresentados pelos oradores que nos antecederam.

Há um fato importante: não fosse o Centrão maioria na Comissão de Sistematização também não estaríamos passando pelo vexame de não ter visto a apreciação do Capítulo sobre os índios, do Capítulo sobre a Comunicação. Com relação aos índios, porque o Centrão quer que as terras indígenas continuem sendo espólio e objeto de exploração dos latifúndios e mineradoras multinacionais. Em relação à Comunicação, porque do lado de lá é que estão os apadrinhados do Ministério das Comunicações, de ontem e de hoje. É do lado de lá que estão os beija-pés de canais de televisão e de emissoras de rádio, que fazem com que a nossa informação represente, acima de tudo, a concessão em cima do compadrio e jamais sem qualquer direito aos nossos democratas, às nossas maiorias.

Acreditamos, Srs. Constituintes, que os democratas que ilusoriamente estão no Centrão não sejam objeto de manobra de uma minoria da extrema direita que, aproveitando de alguma insatisfação temporária, está ameaçando propor ao Brasil a Constituição do retrocesso, a Constituição do latifúndio, a Constituição do entreguismo e das concessões às multinacionais; – a Constituição, Srs. Constituintes, do silêncio, quando as multinacionais avançam sobre posições cada vez maiores dentro do território brasileiro.

Não admitimos acordo que represente a capitulação, não aceitamos, de forma alguma, que aqueles que fizeram o jogo, até quase o final, e agora, atletas da fisiologia, querem de qualquer maneira mudar regras para mais uma vez humilhar, ofender e enganar o povo brasileiro. É desta

forma, portanto, que nós dizemos, alto e bom tom: acordo, capitulação, jamais. (Muito bem! Palmas.)

A SR^a CRISTINA TAVARES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. Para questão de ordem. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Estava em Pernambuco, tomei um avião para uma sessão convocada pela Presidência da Assembléia Nacional Constituinte. Inúmeros Constituintes saíram dos seus Estados, atendendo à convocação.

Eu pediria ao Presidente respeito para este pobre Plenário. Este Plenário, composto de membros eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte, tem o direito, e V. Ex.^a têm a obrigação de dar alguma explicação sobre o porquê desta protelação. Admito, Sr. Presidente, que possa estar havendo, entre as lideranças, algum acordo com o chamado Centrão. Mas, nós que aqui estamos, pobres mortais Constituintes, temos o dever, temos o direito de saber se esta sessão vai prosseguir ou não. Sugiro que V. Ex.^a interrompa esta sessão e faça uma convocação para mais tarde, e dando uma explicação cabal, porque não aceito como Constituinte, e não quero, Sr. Presidente, fazer o papel de determinado tipo de segmento da sociedade, que fica sendo massa de manobra de lideranças. Quero saber o que está acontecendo. Estamos aqui para votar e, se essa votação não pode ser feita, peço que V. Ex.^a dê uma explicação clara e respeitosa a este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nobre Constituinte Cristina Tavares, é com o maior prazer que a Presidência oferece, não apenas a V. Ex.^a, mas à Casa, as explicações que agora estão sendo reclamadas. Começaria por dizer a V. Ex.^a que a protelação do Pequeno Expediente nada mais representa do que uma extraordinária, magnânima e sempre merecida homenagem ao Plenário.

A SRA. CRISTINA TAVARES: – Então, peço a V. Ex.^a que me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – V. Ex.^a não pode dialogar com a Mesa. V. Ex.^a precisa saber que se encontram inscritos hoje, para o Pequeno Expediente, 70 Srs. Constituintes.

A SRA. CRISTINA TAVARES: – Todos os dias, é a mesma coisa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Não. Talvez por uma semana, nobre Constituinte, não se tenha realizado nenhuma sessão da Assembléia Nacional Constituinte, daí o número avultado de inscrições com que se defrontou a Secretaria Geral da Mesa na presente sessão. Eu diria, então, a V. Ex.^a que, como o meu antecessor na condução dos trabalhos, o nobre Vice-Presidente Jorge Arbage já se comprometera em manter o Pequeno Expediente até as 16:30 horas de hoje. Por um imperativo de natureza ética, não caberia a mim suprimir, nulificar aquela decisão que foi adotada por um eminentíssimo membro desta Casa. Diria a V. Ex.^a que, imediatamente após o término do prazo a que aludi, passar-se-á às Co-

municações de Lideranças e, logo em seguida, sob a direção do Presidente Ulysses Guimarães, vamos conhecer o resultado das articulações que estão sendo procedidas por líderes desse ou daquele bloco, mas por figuras proeminentes e representativas desta Casa, na busca de uma solução que permita, já hoje, se deslindar essa questão atinente à alteração regimental.

A SRA. CRISTINA TAVARES: – Peço respeitosamente a palavra, pela ordem, para dizer que existe um Regimento Interno, e esse Regimento Interno dispõe de 60 minutos para as comunicações do Pequeno Expediente. Isto está sendo feito claramente, como uma manobra protelatória. E até aceito, mas queria apenas que fosse admitido pela Mesa que está havendo uma manobra protelatória.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A advertência de V. Ex.^a vai servir de parâmetro para que a Mesa, nas outras oportunidades, não se afaste um minuto sequer do prazo regimental. Talvez seja realmente uma diretriz que acolhemos com o maior prazer, e a partir da sessão de hoje, a Mesa será extremamente exigente no cumprimento dos prazos regimentais e retirará da tribuna aqueles que ultrapassarem os prazos previstos ao Regimento.

O Sr. Roberto Jefferson: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero cumprimentar a decisão de V. Ex.^a e lembrar à ilustre Constituinte Cristina Tavares que, durante 90 dias, só teve voz e voto a Comissão de Sistematização. E é de se estranhar que aqueles que apregoam democracia e dizem-se democratas que, no momento em que os companheiros que ficaram de boca atada, que não puderam falar durante esses 90 dias e que hoje estão exercendo o direito democrático de colocar o seu pensamento e a sua opinião, fiquem impedidos de fazê-lo, apenas por um amor primoroso a um Regimento Interno.

Então, Sr. Presidente, em nome da democracia e por respeito a todos aqueles que foram amordaçados nesses 90 dias do "circo" da Comissão de Sistematização, estamos pedindo a V. Ex.^a que entenda que há companheiros que precisam colocar o seu pensamento e o seu ideário, principalmente na hora em que estamos restabelecendo, aqui, o primado do direito democrático da maioria exercer o seu direito de voto.

Era esta a consideração que faria, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Francisco Küster.

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes;

O comentário que queremos fazer nesta oportunidade, uma vez que a Mesa pretende ganhar tempo – isto está claro e só não percebe quem não quer – não sei por que essa manobra. Mas,

de qualquer forma, queremos usar da palavra nesta oportunidade, para comentar uma realidade que é tão nítida, clara, como a luz do dia: as pessoas que se enturmaram no chamado Centrão, colegas constituintes, com cuja ação e manobra não concordo, mas como democrata tenho a obrigação de respeitar, com essas manobras visam esses colegas retardar o desfecho final da Assembléia Nacional Constituinte. Neste particular, esses constituintes atingiram alguns objetivos; eis que a Assembléia Nacional Constituinte está parada, porque a maioria ciosa hoje de democracia, sedenta de democracia é de participação e que, no entanto, preferiu, em momentos importantes desta Assembléia Nacional Constituinte tocar seus negócios nas suas bases – negócios de ordem particular – comportamento com o qual não concordo também, mas tenho a obrigação de respeitar, essa maioria sedenta de democracia pretende uma mudança nas regras do jogo no final do campeonato, uma coisa que já qualificamos como golpe – é um golpe, sim – mas estão aí tentando protelar e protelar, para, numa manobra, numa jogada, através de um abaixo-assinado ou de abaixo-assinados fazerem uma Constituição.

Um colega de partido, pessoa cuja postura e ideologia, também não concordo, mas respeito; porque aguerrido e combativo, defendendo o seu perfil de direita, o colega Cardoso Alves, numa entrevista, dizia que nada mais claro do que pressupor-se que uma maioria expressiva de assinaturas seria o suficiente para fazer consolidar uma proposta, um dispositivo para vingar, prosperar no novo texto constitucional.

Pasmem, Sr.s e Srs. Constituintes, a Nação brasileira não merece um disparate dessa natureza. Respeito o colega Cardoso Alves, tenho visto a sua desenvoltura no vaivém. S. Ex^o é ousado, é uma figura que se tem debatido para defender o seu ponto de vista, os seus posicionamentos. Mas essa proposta é incompatível com as esperanças do povo e com a dimensão do Brasil, querer fazer uma Constituição com abaixo-assinado. Isto agride a menor vontade de liberdade, de soberania, de democracia, de se fazer coisa séria neste País.

Por isso, Sr. Presidente, queremos dizer que alguns objetivos já foram atingidos pelos colegas do Centrão, ou seja, retardar a feitura da Nova Constituição, empurrar com a barriga os problemas que afligem e assolam este País, rotulando nós outros de esquerda radicais, mas que aqui estivemos durante todo esse período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. Daqui não nos afastamos. O povo nos constituiu, nos fez seus procuradores para fazermos uma Constituição. A prioridade 1, 2 e 3 das nossas vidas é a Assembléia Nacional Constituinte. É esse trabalho que queremos seja sério. Não é administrar as empresas ou as fazendas, isso também é importante, mas quem se faz constituinte tem a obrigação de eleger como prioridade um, a menos que não tenha dignidade para honrar esses compromissos, o de priorizar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. É isso que desejamos: terminar logo a nova Constituição.

Sr. Presidente, corroborando até com o desejo da Mesa de protelar, de ganhar mais um tempo, quero condenar essas posturas e faço isso porque defendo objetivos claros; uma Constituição pro-

gressista, moderna, compatível com os anseios do povo brasileiro e não uma Constituição para preservar o **status quo**, para manter os privilégios das elites dominantes.

Encerro dizendo, Sr. Presidente, que o Centrão já obteve mais uma vitória: retardar a construção da Constituição.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em setembro, apresentei um projeto de decisão para a suspensão dos decretos-leis durante os trabalhos da Constituinte, já prevendo o que deveria acontecer, agora, ao final do ano em mais um pacote de Natal. Esse Projeto de Decisão recebeu o nº 10, de 1987, e já tem o parecer do Relator que diz que o seu voto é no sentido de que a Comissão aprove o Projeto de Decisão nº 10/87, suspendendo, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, a faculdade de se editar decretos-leis.

Sr. Presidente, esse parecer é de 29 de setembro. Até hoje não tivemos nenhuma decisão da Assembléia Nacional Constituinte, e por isto, o povo poderá ser atingido por mais um pacote de Natal deste Governo, que não se preocupa com o povo.

Eis aí a questão de ordem.

Sr. Presidente, quando será colocado em votação esse projeto de decisão? (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, EM SEU DISCURSO:

PROJETO DE DECISÃO Nº 10, DE 1987

"Estabelece a suspensão dos decretos-leis durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte"

Autor: Constituinte Arnaldo Faria de Sá

Relator: Constituinte Bernardo Cabral

Relatório

Com o apoio previsto no § 7º do art. 59 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, pretende o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá suspender, durante os trabalhos constituinte, a edição de decretos-leis.

Entende o ilustre autor da proposta que a medida deve ser aprovada ao argumento de que:

"Inversamente à Constituição de outros países, onde, se a Câmara não aprova o texto do decreto-lei dentro de sessenta dias, este perderá a sua eficácia; no Brasil, o texto será tido como aprovado, e, mesmo que o texto seja rejeitado, não implicará na nulidade dos atos praticados durante a sua vigência.

A vista disso, a eficácia em detrimento da eficiência a bem da coletividade, dá-se em virtude do poder discricionário de editar decretos-leis."

E o relatório.

A eliminação da figura do decreto-lei, nos moldes previstos na Constituição em vigor, constitui uma velha aspiração nacional. No momento em

que esta Assembléia já começa a delinear as linhas básicas da futura ordem jurídica, com profundas modificações institucionais, concordo em que a manutenção da faculdade de editar decretos-leis, que aliás vem sendo largamente utilizada pelo Poder Executivo, pode comprometer irremediavelmente os princípios a serem adotados na futura Carta Magna, configurando inegavelmente uma ameaça à soberania de nossos trabalhos, circunstância capaz de ensejar o acionamento do mecanismo do Projeto de Decisão, conforme previsto no § 7º do art. 59 do Regimento Interno.

Voto do Relator

Dessa forma, meu voto é no sentido de que esta Comissão aprove o Projeto de Decisão nº 10, de 1987, suspendendo, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, a faculdade de editar decretos-leis.

Salas das Reuniões, 29 de setembro de 1987. – Constituinte **Bernardo Cabral, Relator.**

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Respondendo à questão de ordem suscitada pelo Constituinte Arnaldo Faria de Sá, a Presidência informa a S. Ex.^a que vai determinar à Secretaria Geral da Mesa a localização e a distribuição entre os Membros da Mesa desta matéria, para que, posteriormente, por decisão do Presidente Ulysses Guimarães, seja ela submetida a votos no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. (Pausa.)

Tem a palavra a Sr^a Constituinte Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Estamos assistindo a uma grande sessão, grande não só pela presença quase unânime dos Srs. Constituintes como, também, porque se trata de um movimento de participação do Centrão. Por que coloco um movimento de participação? Tenho, hoje, a oportunidade de conhecer alguns dos meus Colegas, pois não os conhecia, apesar de ser assídua a este plenário. Tive a oportunidade de estar com alguns deles quando, nas Subcomissões, tratávamos de assuntos que dizem respeito ao nosso interesse no social. Tive também uma outra oportunidade na Comissão Temática e, por último, na sessão em que aceitamos o Regimento Interno como norma regimental dos trabalhos, como estava estabelecido.

No entanto, na Comissão de Sistematização, apesar das contestações feitas por nós, percebemos que tivemos alguns avanços. Percebemos também, um grupo de interesses, denominado de Centrão – Centrão este que está, hoje, na sua maior participação – tentando mudar a regra do jogo, que foi aceito no primeiro momento mas que, agora, segundo seus interesses, não quer deixar que a Comissão de Sistematização faça passar alguns artigos.

Quero daqui denunciar que somos as pessoas que temos as idéias mais antigas do universo, pois existe uma coisa natural que envolve o mundo feminino, e à mulher é dada a oportunidade natural de ser mãe. No entanto, o Centrão perdeu a visão social e a visão humana e quer impedir que haja 120 dias como licença-maternidade.

Ouvimos daqui as pessoas, até em nome de Deus, colocarem a necessidade de mudar o que aí está. Perderam também a visão aqueles que têm essa concepção de fé, porque é muito claro e não tenho dúvida de que, se Jesus Cristo, materializado, fosse Constituinte, estaria aqui sendo considerado, pelo Centrão, de ultra-esquerda e iria para a praça pública para ser fuzilado. Ele foi claro quando um Jovem perguntou como segui-lo, dizendo a esse Jovem que tinha um grande latifúndio o seguinte: "Vai, vende teus bens, dá-os aos pobres e terás um tesouro no céu. Depois, vem e segue-me." Que fé! Provavelmente nós não estamos nem propondo isso. Apenas estamos propondo que haja urna reforma agrária numa função social. Estamos propondo uma estabilidade no emprego para aqueles que têm produzido e que têm ajudado na economia deste País. Estamos pedindo licença-maternidade, naturalmente para aquelas que têm dado esses frutos que aí estão, que são Constituintes e que se voltam contra elas.

Não estamos exagerando nossas propostas; não são socialistas e muito menos novas. São coisas antigas e para um mundo chamado humano. Não estamos vendo isso aqui no chamado Centrão que quer, fundamentalmente, impedir que os avanços dentro dos direitos sociais possam de fato acontecer.

Temos o dever de denunciar à Nação – aos partidos políticos, à sociedade organizada – que não podemos, neste momento, compactuar com o que está ocorrendo – essa manobra que está sendo colocada aqui; não podemos concordar com nenhum acordo, porque somos testemunhas de que tivemos, oportunamente, condições de discutir e discordar nos debates, e não será agora, no final, que iremos mudar as regras, o que está acontecendo. Estão querendo mudá-las apenas para beneficiar pequenos grupos que desrespeitaram mais de 30 mil assinaturas a nível dos direitos dos trabalhadores, da reforma agrária, da licença à maternidade. No entanto, com apenas o abaixo-assinado de 280 assinaturas querem fazer valer o direito de atropelar, de passar o rolo compressor naqueles que estão aqui defendendo o livre e pleno direito dos trabalhadores.

Neste momento, quero levantar uma voz particular, de Constituinte, para dizer que iremos denunciar toda a farsa travada aqui, porque o momento eleitoral foi oportuno, e as pessoas que pediram os votos não colocaram neles todas as suas intenções. Contudo, hoje, estamos a olho nu, observando que, na verdade, eles estão defendendo, pura e simplesmente, os seus interesses. Nada mais do que isto! Não estão trabalhando para que haja avanço na área social. Perderam essa noção; perderam essa dimensão; perderam a serenidade; perderam a espiritualidade para aqueles que estão invocando Deus aqui; perderam absolutamente tudo e se tornaram, pura e simplesmente, desumanos.

Portanto, não podemos concordar com isso.

Protestamos, e não aceitaremos acordo algum que vise a massacrar cada vez mais aqueles que estão marginalizados e que estão produzindo tanto, para que possamos fazer com que eles sejam colocados nos paredões. Aí, sim, estaremos decretando uma guerra contra aqueles que não têm

condições de, neste momento, votar pelos seus direitos.

Estamos aqui defendendo os direitos dos trabalhadores, iremos até o fim e não concordaremos com esse "acórdão", que foi feito com aqueles que pretendem patrocinar o retrocesso no processo constitucional.

Sr. Presidente, solicito à Mesa que faça constar, em adendo, o meu pronunciamento da 2-11-87.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA BENEDITA DA SILVA EM SEU DISCURSO:

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes

O Congresso Constituinte se prepara para o início da última etapa dos seus trabalhos: a votação, em Plenário, do Projeto aprovado pela Comissão de Sistematização.

Questões de fundamental importância para a classe trabalhadora e para o conjunto da sociedade brasileira serão definitivamente decididas. Entre elas, as relacionadas aos **direitos sociais**, como a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho, o pagamento em dobro das horas extras, a licença à gestante ampliada para 120 dias, o direito de greve e outros significativos avanços.

É exatamente no Capítulo sobre os Direitos Sociais onde concentram-se as maiores pressões dos grupos empresariais, na tentativa de derrubar as conquistas inseridas no projeto da Comissão de Sistematização.

Sucessivas investidas de grupos conservadores para reverter esse quadro vêm sendo constatadas desde o início das atividades do Congresso Constituinte, seja nas Subcomissões ou nas Comissões temáticas, onde ocorreu até a tentativa de impedir votações de relatórios contrários aos seus interesses.

Por essa razão, não é com surpresa que assistimos novamente sua articulação para a formação do "Centrão", representante da classe empresarial brasileira, que surge como reação à aprovação de teses progressistas na área dos direitos sociais.

As exigências apresentadas por esse grupo, com o pretexto de reformar a Constituinte, não deixam dúvidas quanto aos seus verdadeiros propósitos de gerar um clima de instabilidade e insegurança, com ameaças até mesmo de intervenção de outro Poder nos trabalhos da Constituinte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, a iniciativa de alteração do regimento da Constituinte, por qualquer de seus membros, é perfeitamente válida. No entanto, a manobra utilizada pelo "Centrão" para alterar essas regras, já anteriormente estabelecidas, é uma tentativa clara de inviabilizar as conquistas sociais já confirmadas pela Comissão de Sistematização. Significa dizer que as regras do jogo serão alteradas sempre que o texto constitucional não estiver de acordo com os interesses dos representantes da ala conservadora do Congresso Constituinte, que diz ter a maioria para modificar o Projeto mas, contraditoriamente, precisa alterar o regimento para atingir o mesmo objetivo, esquivando-se da disputa no voto, em Plenário, porque sabe que não possui a tão apregoada maioria absoluta e nenhuma capacidade de organização para mobilizar todo o grupo em torno das mesmas propostas.

Exatamente esse grupo quer elaborar uma constituição baseada apenas em princípios gerais, para que na nova Carta nada seja definido que provoque mudanças no País, jogando a discussão de questões de peso para quando forem elaboradas as leis ordinárias, esvaziando, com essa tática, o debate em torno de temas polêmicos e de interesse das camadas populares.

É preciso denunciar à opinião pública esta manobra da direita, constituída pelo "Centrão", porta-voz dos grandes grupos econômicos, objetivando anular conquistas obtidas pela classe trabalhadora e pela sociedade como um todo.

Cabe, portanto, aos partidos políticos comprometidos com a classe trabalhadora, ao movimento sindical e movimentos populares, a tarefa de mobilização das forças populares, capaz de influenciar os rumos que tomará a Constituinte a partir de agora, no sentido de preservar os avanços já alcançados e, ao mesmo tempo, reverter o caráter implícito que ameaça a futura Constituição: a de vir a ser uma Carta manipulada por grupos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. JORGE LEITE (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos assistindo a esse debate entre aqueles que querem alterar o Regimento e aqueles que não desejam essa alteração. Mas, na realidade, o que está ocorrendo nesta Casa é exatamente aquilo que não se cumpriu no início dos trabalhos da Constituinte.

Quando surgiu a idéia de se criar uma grande Comissão, o que se observou foi a reação natural da maioria dos Srs. Constituintes, por que entendíamos, todos nós, que não haveria necessidade de se criar uma Comissão que iria fatalmente parecer superior a todas as demais comissões e subcomissões.

Na realidade, aqui não se discute o efeito, mas a causa de toda essa controvérsia. É preciso que se tenha coragem de dizer que aqueles que lutaram, defenderam e criaram a Comissão de Sistematização sabiam que ela não tinha competência para preparar o seu próprio anteprojeto de Constituição. Essa reação, Sr. Presidente, foi dada pela maioria dos Srs. Constituintes e aqui tivemos discursos – e eu mesmo disse, que a ser criada uma Comissão de Sistematização, nós estaríamos colocando Constituintes de primeira e Constituintes de segunda.

Na verdade, depois da reação de toda a maioria do plenário, apareceu uma fórmula em que se dizia, Sr. Presidente Mauro Benevides, que a Comissão de Sistematização – e eu quero chamar a atenção deste plenário e de V. Ex.^a, neste momento – tinha apenas e somente a missão de sistematizar o trabalho realizado pelas Subcomissões e Comissões Temáticas.

E que ela não iria e nem teria competência para apresentar um substitutivo, mas que seria apenas para coordenar o trabalho produzido pelos Constituintes naquelas Comissões. Na realidade, não foi cumprido este objetivo. Na realidade, a Comissão de Sistematização extrapolou na sua competência, pois sabia, conscientemente, que não tinha competência para, ela sozinha, com 47 ou 93 Srs. Constituintes, preparar um projeto de Constituição que não fora aquele que ela não

apresentou, pois produto e fruto do trabalho das Subcomissões e das Comissões Temáticas.

Esta é a causa de toda a controvérsia. Não há que se dizer aqui que alguém é de direita ou de esquerda, porque estão todos, nesta Casa, ungidos pelo voto livre e soberano, o voto secreto e direto do povo brasileiro.

Sr. Presidente, a verdade não é esta que se está dizendo. A verdade é que 47 Srs. Constituintes se arvoraram em tutores da maioria deste plenário, e este plenário não pode se curvar a ser tutelado por aqueles que entenderam ser eles melhores, mais inteligentes e mais capazes do que a maioria daqueles que aqui estão, com os mandatos de Constituintes. (Palmas.)

Sr. Presidente Mauro Benevides, nesta Casa, discute-se até agora o efeito dos erros, da vaidade da Comissão de Sistematização; discute-se os erros, os equívocos daqueles que formaram uma grande Comissão, criada até pelo Presidente José Sarney, e que tiveram o desplante de apresentar 523 artigos. Esta não é uma Constituição voltada para o moderno, voltada para uma Carta progressista. E, pior ainda, Sr. Presidente, sabemos todos que foi violentada a Constituição de 1946. Esta, sim; deveria ter servido de base para ser um anteprojeto trazido no tempo para 1987, porque foi a Constituição mais liberal que este País já conheceu.

No entanto, a vaidade de uma grande parcela da Comissão de Sistematização, colocada lá – todos nós sabemos por que razões – nos levou a este impasse. E, com o respeito que tenho aos meus colegas da Comissão de Sistematização, tenho aqui que acusar a responsabilidade dessa Comissão que levou o impasse a este plenário, que levou o impasse à Assembléa Nacional Constituinte.

Falece autoridade à Comissão de Sistematização por ter apresentado um anteprojeto que não aquele extraído da lavra, do trabalho, da inteligência de todos aqueles que participaram das Subcomissões e das Comissões Temáticas.

Vou encerrar, Sr. Presidente, lembrando apenas que aqueles que foram até eleitos para presidentes da Comissão de Sistematização, não tiveram assento nela, mas aqueles que foram indicados, sem nenhuma eleição, tiveram assento e direito a voto. E tivemos episódios em que até relatores vencidos foram mantidos como membros da Comissão de Sistematização.

Portanto, não aceito que se chame ao Centrão de direito e à Esquerda, esquerda, porque na Comissão de Sistematização muitos Constituintes que sempre votaram em teses contrárias às dos Companheiros que aí sé dizem de esquerda, votaram, também, nas teses da Comissão de Sistematização. Responsabilizo a Comissão de Sistematização, que extrapolou e ultrapassou a sua competência.

Encerro, dizendo que o dever dessa Comissão era somente votar, organizar e sistematizar o trabalho, o produto e a lavra das Subcomissões e de todo um plenário. Todo o poder ao plenário, porque só o plenário tem competência e autoridade para tirar o impasse gerado pelo arbítrio da Comissão de Sistematização.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG.)

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na verdade, a estratégia do Centrão não é a de derrotar propostas da esquerda, mas de derrotar um mínimo de esperanças do povo brasileiro, que ainda ousa crer nos seus políticos. O seu propósito é, derrotando esse mínimo de esperança, apostar na anomia esta ausência total de normas, como se fosse possível, assim, "regular" a vida numa sociedade democrática. Mas, ao patrocinar o desespero, através da desesperança, se patrocinam também saídas que não são aquelas previstas no campo democrático.

Existe, hoje, um claro **apartheid** político e social separando o povo dos seus políticos. Cima absurda distância e um abismo entre as necessidades reais do povo e aquilo que os políticos deste País, na maioria dos partidos, com aquelas poucas exceções que conhecemos, patrocinam através da ação dos seus mandatos. Essa esperança, no entanto, foi recuperada um pouco, em algumas partes do projeto que saiu da Comissão de Sistematização.

Mas, os sinais dessa estratégia de enfrentamento para aniquilar o mínimo de esperança do povo, não vêm somente aqui da histeria do Centrão, vêm também lá do Supremo Tribunal Federal, onde seus Ministros, aprovados na maioria das vezes por Senadores biônicos, patrocinam a desesperança, inibindo a ação moralizadora do Governador de Alagoas que, se tem um passado do qual prefere, felizmente, se distanciar, tem tido um presente de afirmação daquilo que a política do País mais necessita.

O sinal que vem do Supremo Tribunal Federal, os sinais que vêm aqui do Centrão, e que encontram guarda em uma suposta maioria, porque se a maioria fosse real nós já teríamos tido essa votação, hoje, mas muitos já estão indo embora, cuidar da febre aftosa que toma conta do seu gado, convocar a polícia para reprimir as greves, em virtude de salários baixos pagos em suas fábricas, prevenir-se da inflação que está ameaçando a segurança dos seus investimentos especulativos. É por isso que a desesperança, que está claramente patrocinada aqui dentro, não iniciou ainda sua marcha batida. Mas há ainda, Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Constituintes, um elemento que temos que levar em conta, que não está no nível ideológico, não está no alto nível das grandes discussões políticas, mas no da mais reles delegacia de polícia das nossas cidades, ou mesmo daqui dos dois lados do Lago dessa cidade, ou de qualquer Cidade Satélite de Brasília: é que o Centrão quer que a assinatura substitua o voto. E temos, aqui dentro, Constituintes que assinaram para um, para dois ou para três, e continuam a ter o seu mandato, como temos aqui, Deputados e Senadores que votaram para um, para dois ou para três em legislaturas passadas, e que foram até reeleitos. **Ora, se a assinatura substitui o voto, a assinatura de quem substitui o voto?** Quem vai assegurar que essas assinaturas são realmente daqueles que assinam, se nós Deputados e Senadores Constituintes, não conseguimos inibir a ação delinquencial de alguns aqui, que certamente vão querer assinar por todos nós? (Muito bem!)

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, confesso

que não me constrange, de forma alguma, falar para um Plenário que, embora lotado, mostre-se tão insensível, tão indiferente e tão surdo às questões que estão sendo suscitadas aqui pelos oradores que se sucedem na tribuna, e até porque, Sr. Presidente, eu não abrira mão, jamais, da prerrogativa regimental de, uma vez mais, denunciar os absurdos, as violências que o Governo da Nova República continua a praticar contra os direitos da pessoa humana, neste País.

Parece-me que não bastaram as articulações engendradas nos porões palacianos, para engessar os salários dos trabalhadores, para conter o ímpeto da reforma agrária, para evitar que o capital estrangeiro, cada vez mais, apropria-se da riqueza nacional. E agora, orquestra-se, mais uma vez, na intimidade do poder, uma sórdida campanha contra as empresas estatais, como se elas fossem, apenas elas, as responsáveis únicas e exclusivas por tudo quanto de ruim vem ocorrendo neste País nos últimos anos.

É verdade que há distorções. Não é menos verdade que alguns organismos do Estado abrigam um nepotismo, são fontes permanentes de corrupção, mas, até aí, não se inova em absolutamente nada. O que me surpreende é que o nepotismo, o tráfico de influência política, a corrupção e o uso criminoso do dinheiro público não tenha sido punido até hoje. O que me surpreende é que o Governo pretenda agora usar do artifício da demissão pura e simples, sem nenhum critério, para supostamente corrigir os danos incalculáveis que a sua irresponsabilidade vem causando ao povo, e à Nação; quer comprimir o déficit público, resultado da incompetência gerencial do Governo, de todo esse processo de corrupção que envolve o País num mar de lama, quer corrigir esse defeito em cima dos direitos do trabalhador.

Não foram suficientes as demissões em urnas, na Cosipa? E agora, a Computadores Brasileiros S/A – COBRA, uma empresa que nós vamos manter – a estatal – porque esta é a vontade da Nação, demite arbitrariamente, da fora mais brutal, 350 funcionários quê, na verdade, constituem a própria essência da empresa; demite sem critérios, arbitrariamente, levando os demais 2.500 funcionários que restaram à deflagração de um movimento grevista em solidariedade áqueles que foram demitidos.

Quero, Sr. Presidente, junto como protesto que faço contra mais essa arbitrariedade, contra mais essa violência que pratica o Governo contra os direitos inalienáveis do povo trabalhador, fazer também um apelo e pode ser que o Governo se sensibilize com o mesmo: apelo ao Dr. Ivan da Costa Marques, Presidente da Cobra, apelo ao Ministro Luiz Henrique da Silveira que, como nós, é um parlamentar, que veio para cá ungido pela vontade popular e tem compromissos com o povo e com a História deste País, para que revisem já e agora, imediatamente, essa violência praticada contra os 350 funcionários da Cobra.

Fica o registro, Sr. Presidente, junto com o protesto e o repúdio do PDT contra mais esse ato atrabiliário, policialesco e violento de um Governo que, definitivamente, voltou as costas para o povo e não merece mais estar no poder.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O municipalismo é uma força que vem recuperando o terreno perdido durante o regime autoritário. Após tantos anos de obscurecimento em que se negaram aos governos locais todas as condições para a boa administração da coisa pública, o sol volta a brilhar para os Municípios, com a esperança de um novo sistema tributário que lhes devolva a antiga autonomia; em benefício das populações interioranas.

Mas as coisas não acontecem por acaso. A recuperação do papel de nossas comunas no quadro nacional é resultado de uma luta que se desdobrou em várias frentes. Assim é que, a 10 de maio de 1984, foi criado o Centro Brasileiro de Assistência aos Municípios – CEBRAM, entidade que nasceu para colaborar com os congressistas, os governadores e a municipalidade brasileira.

O CEBRAM foi criado dentro do Congresso Nacional, por 120 Deputados e 20 Senadores, que são membros do seu Conselho Fiscal, do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva. O que animou a sua criação por aquele grupo de Parlamentares foi a vontade, e mesmo a necessidade de mudar a mentalidade dos homens públicos do País, única forma de ultrapassarmos o estado de miséria econômica, social, educacional e política em que vivemos.

Sr. Presidente, o CEBRAM luta para mudar a própria filosofia que orienta boa parte da nossa classe política. Essa mudança é necessária para tirarmos da penúria os Estados e a municipalidade brasileira. Antes de mais nada é preciso estabelecer uma forma de melhor aproveitamento dos dinheiros públicos. A corrupção e as obras suntuárias devem ser combatidas. Sempre existiram administrações que aparecem como verdadeiros sorvedouros de divisas, sem que o público seja beneficiado em suas necessidades maiores. Isso tem de acabar.

Não se pode perder de vista que o Município é o esteio do País, é a "célula manter", fundamento da nacionalidade, e como tal exige maiores atenções, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento técnico-cultural dos dirigentes e do corpo de funcionários. Isso é imprescindível ao bom aproveitamento das verbas orçamentárias, que devem traduzir-se em obras de interesses para a população:

O bem comum há de prevalecer sobre os interesses pessoais, para que tenhamos um País que seja digno dos nossos filhos e dos nossos netos.

Entretanto, a mudança de hábitos tão arraigados por esse País afora há de ser comandada por um órgão a nível federal. O CEBRAM defende a criação do Ministério do Desenvolvimento Municipal, a ser dirigido por homens que, de fato, tenham sido exemplares administradores em suas cidades de origem. Esse Ministério deverá enfeixar tudo aquilo que se relacionar com os Municípios, de modo que os governadores, e principalmente os prefeitos e os vereadores não precisem vir a Brasília, para bater em muitas portas e voltar com as mãos vazias.

A concentração dos recursos e decisões em um só ministério dedicado aos Municípios será de grande valia também para deputados e sena-

dores, que poderão se dedicar mais às suas funções políticas dentro do Congresso Nacional, e não precisarão andar de um para outro ministério em busca de soluções para seus Estados e Municípios.

A existência de um ministério voltado para essa finalidade pode-se dar também pela transformação de um dos já existentes. O Ministério do Desenvolvimento Urbano, por exemplo, poderia receber adaptações para atender a esse desiderato, ou, talvez, o Ministério do Interior, mediante redefinição das suas atividades para melhor atender às necessidades dos Municípios brasileiros.

O fato é que existe uma plethora de órgãos tratando de assuntos municipais. Mas como acontece nesses casos, eles não se entendem entre si para não dizer que são até conflitantes em muitos aspectos. O resultado é francamente negativo quanto à finalidade perseguida, e as administrações locais pouco recebem daquilo que deveriam receber, para enfrentar o analfabetismo, a miséria e as doenças da população.

A proposta do CEBRAM objetiva, em última análise, à centralização dos recursos e decisões, uma medida que redundará em enorme soma de economia para a Nação. Essa providência, ao mesmo tempo, servirá ao aperfeiçoamento e maior eficiência das nossas instituições. A partir daí teremos uma nova mentalidade. Uma nova realidade nascerá para viabilizar o desenvolvimento econômico-social em favor de todos os brasileiros.

Sr. Presidente, ao término destas palavras, solidarizo-me com o Centro Brasileiro de Assistência aos Municípios, e conclamo meus Pares a que nos empenhemos todos nessa luta. A centralização dos recursos e decisões referentes aos Municípios um só órgão, realmente, é necessária para o melhor aproveitamento e para conferir maior celeridade aos procedimentos em favor das nossas administrações municipais.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL - PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A iniciativa privada neste País está alarmada: não há uma política de definição de prioridades, nem tão pouco o que se anuncia em seu favor se cumpre na realidade. As iniciativas, visando ao fortalecimento das pequenas e médias empresas, estão ainda no papel. Os juros bancários estão voltando aos velhos patamares, que transformam os instrumentos creditados em expedientes proibitivos, dada a impossibilidade de absorção dos seus custos.

O ônus da correção monetária afasta do pequeno e médio comerciante a menor possibilidade de sobrevivência.

Quanto aos grandes empresários, há uma expectativa quanto à conveniência ou não de novos investimentos. A atividade produtiva permanece inerte sem saber o que melhor remunerar o trabalho e a capital neste País. Há, assim, uma descrença generalizada, nos setores produtivos nacionais. Em várias oportunidades, as lideranças do nosso comércio e da nossa indústria têm manifestado a sua legítima preocupação, diante do que está acontecendo na nossa economia.

Tudo vem sendo feito em nome do fortalecimento da iniciativa privada e dos princípios da

livre empresa. Afinal, nosso modelo econômico é o da consagração do sistema capitalista, onde o jogo dos interesses é livre, submetido apenas aos superiores ditames da soberania do Estado e do bem-estar coletivo.

Nestas condições, pela sua importância e oportunidade, venho requerer a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que sejam transcritos os documentos anexos, da responsabilidade do Clube dos Diretores Lojistas de Campina Grande e da Federação das Associações Comerciais de Pernambuco. Dizem tais documentos das preocupações e apreensões dos empresários paraibanos e pernambucanos que, de resto, são de todo o empresariado nacional.

Com efeito, merecem reflexões mais demoradas os referidos documentos, razão pela qual peço a respectiva transcrição.

**DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O ORADOR:**

**FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES
COMERCIAIS DO ESTADO
DE PERNAMBUCO**
**Bases para uma Democracia
Autêntica no Brasil**

O futuro na Nação Brasileira passa necessariamente por uma reforma político-institucional baseada na liberdade na responsabilidade, e na participação.

As salvaguardas da liberdade e os mecanismos das responsabilidades no trato da "res publica" se encontram adequadamente explicitados na proposta do Texto Magno que pretende ser moderno e duradouro pela justeza do seu conteúdo.

Contradicoratoriamente, sobre as técnicas de participação da vontade dos governados nas decisões dos governantes, o Projeto de Constituição é inexplicavelmente conservador e mesmo imobilista. Mantém, sem nada inovar, o formalismo da "reserva de mercado" para a representação da vontade popular aos partidos políticos, como se não houvesse condições de aprimoramento para o regime representativo.

Sem participação efetiva a sociedade democrática nunca passará de uma utopia, ou pior, de uma contrafação.

A Nação continuará como sempre dirigida por grupos oligárquicos de diferentes matizes, unidos por seus objetivos e interesses, pois o sistema representativo na atual "democracia de partidos" corporifica na sua essência um instrumento de falseamento da soberania popular, esvaziando o regime político do seu sentido democrático originário.

Nada justifica nos dias correntes, com o advento de novas formas de relações sociais e de representação, ser mantido o monopólio cartorial da representação do "poder que emana do povo" as siglas partidárias comprovadamente incapazes de, com legitimidade, traduzir as expectativas da comunidade ou parte dela.

O maior partido brasileiro, incontestavelmente é o "partido dos sem partidos".

E quem se sente efetivamente representado pelo sistema político-partidário?

O candidato eleito conforme o sistema atual mantido pela Comissão de Sistematização continuará sem vínculo com seu eleitor, pois torna-se "representante da Nação". O que, na prática, vale dizer, "representante dele próprio".

Os resultados da adoção desse processo estão às vistas.

**As Instituições Representativas,
uma alternativa.**

Modernamente a atuação dos órgãos de classe tem se revelado de eficácia comprovada no trato das matérias de interesse geral dos segmentos por eles representados.

Esses grupos sociais, constituem a expressão organizada dos anseios da sociedade com a qual são indissoluvelmente ligados por laços de legitimação natural.

Em recente e traumática experiência, sob partidos políticos em eclipse, coube precisamente a essas instituições a responsabilidade objetiva de representar a sociedade brasileira, estabelecendo pontes asseguradoras para o trânsito da vida do País e expressar com absoluta legitimidade todos os seus anseios, inquietudes e expectativas.

Essa qualificação já foi reconhecida no novo projeto constitucional quando se lhes é outorgada a faculdade de representar em Juízo ou fora dele os seus filiados, bem como o direito de impetrar o "mandado de segurança coletivo" e a "ação popular", antes restrito às pessoas físicas com legitimidade "ad causam".

Impõe-se assim a questão?

Por que não se admitir a essas mesmas instituições o direito constitucional de apresentar seus candidatos à disputa de cargos eletivos?

Em nome de que princípio democrático justifica-se a marginalização de nomes altamente capacitados para a vida pública pelo simples veto do seu nome à legenda partidária pela cúpula dirigente?

Não se cogita de "candidato corporativo".

O candidato institucional ora sugerido, competiria em absoluta igualdade de condições com os nomes partidários.

Teria, se eleito, o **status** comum de "representante da Nação", embora mantivesse "de facto" vínculo de responsabilidade moral direta com a entidade que indicou por ser um integrante daquele grupo social ou profissional.

Para promover tão importante aprimoramento nas instituições políticas nacionais seria suficiente ser dito no novo texto constitucional:

"Os partidos políticos e as instituições representativas definidas em lei complementar são os instrumentos de participação do povo na instituição, organização, composição e funcionamento dos órgãos do poder concorrendo para a expressão da vontade popular."

Com essa simples disposição ter-se-ia operado gigantesco passo no aprimoramento do sistema representativo nacional, assegurando-se, concomitantemente, as condições para exercício de uma democracia mais autêntica, objetivo maior desse imenso labor nacional.

Com essa singela providência ter-se-á ensejado condições para a redução da tutela da sociedade pelo seu melhor controle sobre os poderes do Estado.

Nunca deve ser esquecido, por momento a lição do Lord Acton "Só o poder controla o poder".

E se o povo é a fonte do poder, não há por que abdicar de exercê-lo tão efetivamente quanto possível.

CLUBE DOS DIRETORES LOJISTAS

Ilmo Sr.

Evaldo Gonçalves

MD – Deputado Federal

Nós que integramos o Clube dos Diretores Lojistas, representante de uma ponderável parcela do empresariado de Campina Grande; e membros da delegação paraibana a este importante cláve, aproveitamos a oportunidade, para, a exemplo do que já fizemos em ocasiões anteriores, externarmos a nossa preocupação quanto aos rumos que toma a economia do nosso País.

Continuamos a repudiar medidas adotadas pelo Governo, em sua área econômica, que muitos sacrifícios e constrangimentos têm acarretado a quantos desenvolvem atividades produtivas neste país. Se tais dificuldades são enormes no Sudeste, no Nordeste elas assumem proporções ainda maiores, levando-se em consideração as peculiaridades dessa região, assolada por problemas de ordem climática que ocorrem sazonalmente.

Durante a experiência do **Plano Cruzado**, que se na teoria se revelou um remédio para os problemas que as camadas de mais baixo poder aquisitivo enfrentavam e continuam enfrentando, na prática resultou inócuo, por não ajustar-se a algumas particularidades, para efeito de adaptação à realidade econômica brasileira; Nós comerciantes enfrentamos uma série de aborrecimento com a SUNAB.

Esse órgão desenvolveu uma fiscalização abusiva, chegando a cometer arbitrariedade, com muitos dos nossos companheiros, chegando ao cúmulo da detenção, como se tivessem praticado atos lesivos à nossa nação ou se estivessem agindo à margem da lei. Seria desnecessário dizer que repudiamos tais medidas que ainda hoje penalizam membros da classe lojista.

No plano energético, como se não bastasse o rationamento que nos foi imposto pelo Governo, mesmo num país onde abundam os recursos hídricos, por si só, suficientes para a manutenção das novas atividades produtivas, estamos submetidos a um **Horário de Verão**, que em termos de Nordeste é uma providência, cujos efeitos práticos nós desconhecemos. Sobretudo se levarmos em consideração que habitamos uma área do País onde o verão é permanente.

Com a adoção desse horário, o que estamos presenciando, é o fechamento dos estabelecimentos comerciais com o dia claro, deixando de fazer inúmeros negócios, pois se ultrapassarmos o expediente, temos que pagar horas extras aos nossos funcionários, ficando, ainda, à mercê da fiscalização do Ministério do Trabalho.

O plano de fortalecimento das micros e pequenas empresas anunciado pelo Governo, continua sendo ainda uma falácia. Toda a Nação testemunhou o fracasso desse plano, quando havia toda uma expectativa de que os pequenos e microempresários, responsáveis pela geração de milhares de empregos, com relação à melhoria de suas condições de trabalho, através do crédito bancário acessível e a juros módicos.

Observamos que o apoio do Governo a esse dois segmentos da economia continua sendo negado. Os microempresários continuam à margem do crédito e os poucos que tiverem acesso aos financiamentos estão amargando as altas dos

juros com correção monetária, o que está levando ao fracasso remediável dezenas de pequenas e microempresas.

O Nordeste continua sendo vítima de uma política econômica recessiva e discriminatória, levando as atividades produtivas, sobretudo no âmbito do comércio a uma verdadeira indústria de falências e concordatas, numa demonstração de que o país está mergulhado num grande descontrole econômico.

Continuamos advogando uma maior abertura por parte do **Conselho Interministerial de Preços**, no que se refere ao equilíbrio entre o preço inicial e o preço final dos produtos destinados à venda ao consumidor. Observamos que em todas as etapas do Plano de medidas econômicas do Governo, não houve esse equilíbrio, numa clara demonstração de que, os grandes conglomerados industriais têm e continuam tendo o domínio do CIP, em detrimento do comerciante a quem cabe repassar as mercadorias ao consumidor final.

Nós que fazemos o comércio lojista, que recolhemos os nossos tributos e contribuímos com o engrandecimento da Nação, continuamos sem receber do Governo um tratamento equânime ou pelo menos, justo dentro do programa de medidas econômicas do Governo.

Defendemos, por acharmos justo, a anistia das muitas cobradas, em muitos casos, arbitrariamente pela SUNAB quando de execução do **Plano Cruzado**.

Que este encontro sirva, pelo menos como ponto de partida, para a conquista de melhores dias para quantos desenvolvem atividades produtivas neste país. Esperamos que as conclusões deste conclave possam sensibilizar os que administram a economia do nosso país, que infelizmente ainda não encontrou a saída por todos almejada e defendida.

Campina Grande, 3 de novembro de 1987. – **Severino Lauro de Lima**, Presidente do CDL – CG.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nada menos do que sete vezes já ocupei a tribuna nesta Casa, batendo-me por um reclamo dos mais legítimos do povo sergipano.

A esta mesma tribuna retorno hoje, pela oitava vez, e os que têm acompanhado minha luta hão de estar presumindo, com todo o acerto, que aqui reapareço para empenhar-me na sustentação do destaque à Emenda de minha lavra que, se aprovada, virá restaurar uma parcela dos antigos domínios territoriais sergipanos, limitrofes com os do Estado da Bahia.

Mais adiante, discorrerei sobre o alcance dessa Emenda e desdobrarei os argumentos que a fundamentam.

Por ora e preliminarmente, cabe-me justificar a obstinação dessa luta em prol de uma causa que não é de hoje, é secular; que não é minha, é – posso assegurar – de toda a bancada de Sergipe, assim como da unanimidade de seu povo, sem distinção de credo religioso ou partidário, nem de posição social.

Essa luta levou-me aos arquivos e bibliotecas e intensificou meu envolvimento com documentos históricos e cartográficos.

Precisamente, a História é que me tem instruído que as grandes causas requerem obstinadas batalhas; que para nos fazermos ouvir, quase sempre, não basta sussurrar. Em matéria de boas causas, os ouvidos humanos, não raro, mostram-se surdos. É preciso, nesses casos, clamar incessantemente, clamar sempre; só assim seremos ouvidos pelos que podem concorrer para o melhor desfecho de nossos pleitos.

A História tem-me ensinado, ainda, neste campo da luta por ideais generosos, que há de se ter a paciência do tempo: o sonho da independência brotou cedo, mas o rasgo do Ipiranga só eclodiu após muito tempo, muita luta, degredos, inconfidências, sangue, suor e lágrimas. A interiorização da Capital do País foi sonho dos Constituintes de 1891, mas a alvorada de Brasília só se entreabriu 94 anos depois, graças à pertinência e ao ímpeto desbravador de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A própria política e o trato com o ser humano nos advertem quanto à peculiaridade dessas causas, cujo sucesso depende de revisão de atitudes e de mudança de comportamentos. Nelas, o difícil não é o convencimento das mentes – é o abalo das vontades e a conversão dos corações.

Assim, não é difícil fazer ver de que lado está a justiça, difícil é obter que as pessoas se desprendam das conveniências que as tornam tolerantes com a injustiça e as induzem a procrastinar a hora da justiça.

Tampouco é difícil mobilizar pessoas, quando estão em jogo interesses que as afetam diretamente, difícil é conquistar-lhes a atenção para os interesses de terceiros, ainda quando estes sejam dos mais legítimos e impostergáveis.

Por fim, deitar luz sobre o que seja prioritário em contraste com o que é adiável e secundário é relativamente fácil, difícil é arrebatar os resignados do seu reino de conformismo, quando o apego à rotina é mais cômodo, não exige grandes esforços, poupança de outros riscos e não molesta suas inclinações preferenciais pela inércia.

Por tudo isso é que, vez por outra, o ser humano carece de algum impacto mais vigoroso que o arranque de si mesmo, despertando-lhe o espírito à descoberta do outro e à percepção das realidades mais palpitantes que o circundam.

Até mesmo nós, políticos, habituados por dever de ofício a captar os anseios do povo, precisamos, em certos momentos, aguçar nossos sentidos e ajustar nossas antenas para bem detectar a direção dos ventos, de sorte que não nos ponhamos, em hora crítica, a discutir distribuição de cargos, duração de mandatos, formas de governo e mil outras questões menores, quando, possivelmente, a única coisa que o povo ainda espera de nós seja que acendamos uma luz na escuridão do túnel, mostrando-lhe que há uma saída para o Brasil e que as perspectivas de dias melhores não se extinguiram irremediavelmente.

Essa digressão, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ainda que pareça, não é ociosa. Tudo o que com ela pretendo é abrandar-lhes os espíritos e cativar-lhes a atenção para este fato, até aqui, insuficientemente considerado: existe na constelação dos Estados brasileiros o pequenino Sergipe, clamando sem ser ouvido, debatendo-se por se ver incluído entre as prioridades desta Constituinte, sem o conseguir, pedindo justiça, sem ser atendido!

Esse clamor por justiça está vocalizado na Emenda nº 5.334-0, por mim sucessivamente apresentada às diversas instâncias deliberativas desta Assembléia e ora reapresentada com destaque ao exame derradeiro deste Plenário. Eis o seu teor:

"Inclua-se o art. 440 ao Projeto de Constituição, renumerando-se os demais:

Art. 440. A superfície territorial do Estado de Sergipe é acrescentada da área compreendida entre o Rio Real, na divisa com o Estado da Bahia, e o Rio Itapicuru, que passa a constituir-se a linha divisória entre ambos os Estados.

§ 1º Os Municípios de Jandaíra, Itapicuru e Rio Real, localizados na área a que se refere este artigo, passam a integrar o território do Estado de Sergipe.

§ 2º Para o atendimento ao disposto neste artigo, a legislação federal e estadual competente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da promulgação desta Constituição, estabelecerá as modificações que se fizerem necessárias à aplicação dos efeitos decorrentes."

Venho sustentando, Senhores Constituintes, em meus reiterados pronunciamentos, que esta Emenda traduz a antiga e inquebrantável aspiração do povo sergipano, no sentido de ver restaurada a verdadeira e original superfície territorial do meu Estado.

A região reclamada, de área inferior a três mil quilômetros quadrados, representa menos de um por cento da extensão territorial da Bahia, estando mais ligada econômica, geográfica e culturalmente a sergipe, pelo próprio fato de estar situada a menos de cem quilômetros de Aracaju.

Além disso – volto a sublinhar – a pretensão de nossa Emenda no sentido de restabelecer a fronteira histórica do sul do Estado, no Rio Itapicuru, é extremamente parcimoniosa se considerarmos que ela recuperaria para Sergipe somente uma fatia – não mais do que 3.000 km – dos 18.000 km que lhe foram expropriados pelo Estado da Bahia.

Também já assinalei, anteriormente, que o retorno a Sergipe dessa minúscula faixa territorial, que jamais lhe deveria ter sido subtraída, em nada afetará o vasto território baiano, cuja dilatação, no tempo e no espaço, resultou de um desmedido transbordamento dos limites do Recôncavo – espaço limitado da primitiva e histórica sede do Governo colonial – que hoje equivaleria ao território neutro do Distrito Federal.

É evidente, meus nobres colegas Constituintes, que o reclamo pela reconstituição das fronteiras primitivas de Sergipe e a proposta contida em minha emenda não se sustentam no vácuo, nem se nutrem do imaginário.

Sua elaboração foi precedida por uma ingente pesquisa, que me impôs perlustrar copiosa literatura compreendida por estudos históricos, documentos cartográficos, textos legais de irrecusável valor histórico e jurídico, memórias e ensaios especificamente voltados para o exame do contencioso fronteiriço envolvendo Sergipe e Bahia, outras fontes bibliográficas, nacionais e estrangeiras de igual peso. Isso tudo, sem falar no socorro da erudição e da competência de ilustres especia-

listas coestaduanos, em boa hora postas a serviço da causa comum.

Parte substancial dessa documentação é transcrita na justificação à Emenda em causa, totalizando cerca de 29 laudas.

Por outro lado, eu as venho mencionando, farta e reiteradamente, em meus pronunciamentos anteriores, para que a reivindicação de Sergipe não se afigure despidão de sólidos argumentos históricos e jurídicos.

No pronunciamento de hoje – último que proferirei no Plenário desta Assembléia sobre a indeclinável causa sergipana – posto que mais me interessa o degelo dos corações do que o convencimento das mentes, descuidarei da exibição maciça de provas documentais, para recorrer, preferentemente, à História – **Magistra Vitae**, no dizer de Círcero – volvendo, assim aos remotos antecedentes das nefandas usurpações sofridas por Sergipe ao longo de sua História.

– Na possessão portuguesa, assumida pelo Império do Brasil, figurava entre outras a Capitania de Sergipe de El Rey.

– Originariamente, dada pelo Rei de Portugal a Francisco Pereira Coutinho e a seus herdeiros, conforme Carta Régia de 1534, retificada pela Carta Foral de 26 de agosto do mesmo ano, assim se descrevia a sua extensão:

..."cinquenta léguas de terras na minha costa do Brasil, as quais começariam na ponta do rio São Francisco, correndo para o sul até a parte da baía de Todos os Santos."

Essa doação, acrescenta a Carta Régia, penetraria "pelo sertão e terra firme adentro, tanto quanto pudesse entrar e fosse da conquista portuguesa."

– Em 1547 o donatário, Francisco Pereira Coutinho, naufraga e morre em Itaparica.

– Seu filho Manoel Pereira Coutinho herda-lhe a donataria, nos termos da Carta de Doação e da Carta Foral.

– Em 1549, o Rei, interessado em "conservar e enobrecer as capitâncias e povoações que possuía no Brasil, ordena de mandar fazer uma fortaleza e povoação grande e forte na Bahia de Todos os Santos, e faz mercê a Thomé de Souza dos cargos de Capitão da povoação e terras da dita Bahia de Todos os Santos e de Governador-Geral da dita capitania e das outras capitâncias e terras do Brasil".

– Thomé de Souza vem ao Brasil, funda a povoação e a capitania, em terras da baía de Todos os Santos, conforme lhe ordenara o Rei e dá-lhes como limites ao Norte, o Itapoan e, ao Sul, o Jequiricá, tendo como fundo as terras do recôncavo da baía de Todos os Santos.

Essa povoação, conforme assinala João Pereira Barreto, em "Limites de Sergipe e Bahia." (Aracaju, 1920), é a cidade da Bahia de Todos os Santos. A cidade e as terras dessa baía formam a capitania privativa de Thomé de Souza e de todos os seus sucessores e é a sede do Governo-Geral do Estado do Brasil.

– Em 1576, a capitania de Pereira Coutinho volve ao domínio da Coroa, uma vez que o herdeiro do donatário não tinha recursos para prosseguir no seu povoamento e exploração. Em troca, doa-lhe o Rei um Padrão de 400\$000 (quatrocentos mil réis) de juros por ano.

– Em 1590, essa área, então habitada por gentios bem relacionados com aventureiros franceses e holandeses, é reconquistada, a mando do rei, por Christovam de Barros, que nela funda a cidade de São Christovam e a capitania de Sergipe de El-Rey.

Seu território, que não fora alterado por nenhuma determinação régia, continua o mesmo originalmente assinalado na Carta de doação.

Essa data da História Sergipana é para nós duplamente significativa: ela assinala o marco da fundação da antiga capitania que, na Regência e no Império, passou a Província e, sob o regime republicano, transformou-se no Estado de Sergipe, ela assinala, por outro lado, a extensão e os limites originais de Sergipe, nunca, posteriormente, alterados, por nenhuma autoridade legítima, embora esse território, conforme descreverei mais adiante, haja sido esbulhado pela poderosa Bahia, em cerca de, nada menos do que quatro quintos.

– Em 1637, o holandês invade e ocupa temporariamente parte do território da Capitania de Sergipe de El-Rey.

– Em 1661 é restabelecida a paz entre portugueses e holandeses e a Capitania de Sergipe de El-Rey reconstituí-se, mantendo os limites primitivos de seu território;

Em 1696, o Rei resolve criar dois cargos de Ouvidor e Provedor-Geral: um na comarca de Sergipe de El-Rey, outro na comarca da Bahia. D. João de Lancastro, "Governador-Geral do Estado do Brasil" executa a resolução do Rei, assinando como limites de ambas as comarcas os mesmos anteriormente apontados por Thomé de Souza, em 1549, à Capitania da Bahia de Todos os Santos e a de Sergipe de El-Rey.

– Em 1729, o Rei, atendendo a requerimento dos moradores de Torre, aprova alteração nos limites da Comarca de Sergipe de El-Rey, fazendo-as recuar de Itapoan para Subahuma.

É a primeira redução legítima sofrida pela Jurisdição da Comarca da Capitania de Sergipe de El-Rey.

Note-se, todavia, que, reduzida a jurisdição da Comarca, permaneciam inalterados os territórios das respectivas capitâncias, por quanto a medida vinha pôr termo a um conflito de jurisdição entre Oidores-Gerais de uma e outra Comarca e não entre os Capitães-Mores dessas Capitâncias.

Em 1763, tendo o Rei decidido mudar a sede do Governo Geral do Estado do Brasil da cidade da Bahia de Todos os Santos para o Rio de Janeiro, formou-se o que se chamou Estado da Bahia, de cuja constituição participaram as capitâncias da Bahia de Todos os Santos, de Sergipe de El-Rey, de Ilhéus e de Porto Seguro.

Nessas condições, Sergipe sobreviveu como uma espécie de província do Estado da Bahia, mantendo Capitães-Mores e Oidores-Gerais próprios, sob a superintendência do Governo do Estado da Bahia. Esse regime perdurou de 1762 a 1820.

– Em 1820, em Carta Régia endereçada ao Conde da Palma, Capitão-General da Capitania da Bahia, Sua Majestade o Rei Dom João VI houve por bem desagregar desse Estado a Capitania de Sergipe de El-Rey, o que fica patente neste trecho da citada Carta Régia:

"...Hei por bem, por decreto desta dacta, isentá-la (a Capitania de Sergipe de El-Rey)

absolutamente da sujeição em que até agora tem estado desse Governo, declarando-a independente totalmente, para que os governadores dela a governem na forma praticada nas mais capitâncias independentes, comunicando-se diretamente com as Secretarias do Estado competentes, e podendo conceder sesmarias na forma de minhas Reais ordens. O que me pareceu participar-vos, para que assim o tenha entendido..."

– Mas o Governo das Capitâncias da Bahia – então uma junta fiel aos constitucionalistas da Metrópole e hostis ao movimento separatista que lavrava entre os brasileiros – insurgiu-se deliberadamente contra as ordens do Rei, conservando a Capitania de Sergipe de El-Rey sob sua sujeição e mais, prendendo o Governador das Capitâncias sergipana, Carlos Bulamarqui.

– Ante tal rebeldia baiana – que, como se nota, vem de longe – e, à vista dos protestos da Câmara de São Christovam, então capital de Sergipe, sua alteza o Príncipe Regente expede Carta Régia, a 5 de dezembro de 1822, determinando que a Província da Bahia se organizasse de acordo com o decreto de 13 de junho de 1822, "exceptuando, porém, de seu governo a antiga Comarca de Sergipe de El-Rey, a qual – dizia S.A. – "em virtude do Decreto de 8 de julho de 1820 (de seu augusto pai) se achava constituída em Província separada e ficava desmembrada da Província da Bahia".

– A antiga comarca de Sergipe de El-Rey a que se refere o Príncipe Regente nada mais é do que as Capitâncias de Sergipe de El-Rey, com sua antiga comarca única, cujos domínios e jurisdição estendem-se pela costa, desde o Itapoan exclusive à barra do rio São Francisco, e pelo sertão até aonde iam as sesmarias concedidas por seus Capitães-Mores.

– É nessa cadeia de marcos históricos, aqui sumariados, que se escoram os direitos reclamados, por Sergipe à reintegração a seu território de quatro quintos de terras que sempre foram suas e que a Bahia lhe expropriou, descumprindo o Decreto de 8 de julho de 1820 e a Carta Régia de 5 de dezembro de 1822.

– Sempre rebelde e tardia no acatamento ao que lhe prescrevia a autoridade soberana, somente a 24 de outubro de 1824 é que a Bahia retirou a sujeição em que mantinha a Capitania de Sergipe, mesmo assim, é-lo incompletamente, deixando de devolver a Sergipe todo o território que se estende do atual rio Real ao Itapoan e toda a região de Jacobina coberta por sesmos outorgados pelos Capitães-Mores da Capitania de Sergipe de El-Rey, sobre os quais são incontestes os direitos de Sergipe.

– Essa emancipação, a 24 de outubro de 1824, resultante do acatamento da Bahia – tardio e incompleto – ao decreto e à Carta Régia acima citados, é que se denomina, em nossa História, a Independência do Sergipe.

Em verdade, essa independência só se consumará quando Sergipe receber o justo reparo por essa inominável usurpação de que foi vítima, há pouco mais de século e meio.

O caminho palmilhado pelo expansionismo baiano na consumação desse esbulho vai abaixo descrito, nessa seqüência traçada por João Pereira Barreto, em **Limites de Sergipe e Bahia**:

– "primeiro, em virtude da jurisdição indébita que a Ouvidoria Geral da Bahia de Todos os Santos exerceu em terras sergipanas, ultrapassando o Subahuma e indo ao rio Real;

– segundo, em virtude da jurisdição indébita que a Ouvidoria da parte sul da Bahia de Todos os Santos exerceu em terras sergipanas, ultrapassando as raias da Vila de Jacobina;

– terceiro, porque o governo da Província da Bahia não cumpriu inteiramente o Decreto de 8 de julho de 1820 e a Carta Régia de 5 de dezembro de 1822;

– quarto, enfim, porque primeiro o Conselho Geral e depois a Assembléia Legislativa da Bahia arrogou-se o poder unconstitutional de erigir vilas e criar comarcas no território nitidamente sergipano."

Anexo a este pronunciamento, encontra-se uma reprodução do **Mapa do Estado de Sergipe e parte do Estado da Bahia** que retrata com fidelidade a progressão do esbulho baiano, acima descrito.

Essa afoiteza usurpadora tumultuou de tal sorte as relações das duas províncias e suscitou tantos conflitos, entre seus povos e governantes que, a 23 de setembro de 1843, Sua Majestade o Imperador entendeu conveniente impor solução apaziguadora e provisória à pendência, através de decreto, cujo período final abaixo se transcreve:

... "Hei por bem, tendo ouvido o meu Conselho de Estado e conformando-me com o seu parecer que a parte da freguesia da Abadia na Província da Bahia que passa além do rio Real, fique pertencendo à província de Sergipe, servindo o dito rio Real de linha divisória entre as duas províncias, enquanto pela Assembléia Legislativa outra causa não for determinada." (Grifos nossos.)

Para os que bem atentarem, esse decreto – arbitrário e provisório – longe de ter posto termo ao secular litígio entre Sergipe e Bahia, só concorreu para perpetuá-lo. Primeiramente porque, não tendo caráter definitivo, não implicava o reconhecimento definitivo do domínio da Bahia sobre a faixa de terras que medeia a margem direita do rio Real e a ponta do Itapoan, como, igualmente sobre as que se estendem da nascente sul do rio Itapicuru à ilha da lagoa, no rio São Francisco.

Em segundo lugar, porque os limites e demais prescrições por ele estabelecidos ficaram pendentes do **referendum** da Assembléia Legislativa do Império.

Ora, Srs. Constituintes, ruiu o Império, dissolveram-se Câmara e Senado da Assembléia Geral Legislativa erigida pelo regime monárquico, sem que a resolução provisória tomada pelo Imperador haja sido referendada. O **status quo** por ela estabelecido perdeu, portanto, a legitimidade.

Explica-se, destarte, como o esbulho territorial de Sergipe, em sua fronteira sul e oeste, se vem perpetuando ante a inércia ou a indiferença dos poderes constituídos desta Nação.

Quem não se conforma nem se conformará jamais é o pequenino Sergipe e o seu valoroso povo.

E para que isso fique bem claro, passo a alinhar os momentos mais expressivos do inconformismo sergipano.

Manifestaram o seu protesto veemente, cada qual a seu tempo:

– o Ouvidor Antonio Soares Pinto, em 1727, contra a transferência da sua jurisdição de Abadia para Cachoeira;

– o Ouvidor João Mendes de Aragão, em 1729, pela exclusão ilegal de sua jurisdição das Vilas de Abadia, Itapicuru e Inhambupe;

– o Capitão-mor Francisco da Costa, em 1735, pela expropriação de distritos de sua Capitania;

– a Câmara de São Cristóvão, em 1822, pela desobediência da Junta Provisória da Bahia ao Decreto de 8 de julho de 1820, que emancipava a Capitania de Sergipe;

– a Assembléia de Sergipe, em 1836, representando para que se fizesse a divisória entre as duas Províncias;

– os Constituintes Estaduais – e com que veemência! – estatuidno no artigo 2º da Constituição Política do Estado, de 18 de maio de 1892, este eloquente dispositivo:

"Art. 2º Seu território compreende não só o que se achava sob a jurisdição da antiga Província de Sergipe, como ainda o que, embora alheio à sua jurisdição, todavia, lhe pertence de direito."

Bateram-se, com brilho e denodo, contra o esbulho territorial de Sergipe seus representantes no Congresso do Império e da República:

– o Deputado Bitencourt Sampaio, em 1867, oferecendo projeto que fixava os limites de Sergipe com Alagoas e Bahia;

José Luiz de Coelho e Campos, (Deputado, Senador e Ministro do STF), em 1882, com projeto que reclamava para Sergipe o retorno aos limites com que foi elevado a Província;

– o Deputado, geógrafo e historiador, Felisbelo Freire, em 1891, defendendo, com notável competência, projeto de sua autoria que buscava dirimir de vez a questão;

– o Deputado Moreira Guimarães, em 1913, empenhando-se, no Congresso Nacional, por uma solução conciliatória que pusesse termo ao histórico contencioso.

Decretada, como já vimos, por Decreto de 8 de julho de 1820, do Rei D. João VI, a independência de Sergipe em relação à Bahia, as vicissitudes pelas quais passou o primeiro Governador da nova Província, o Brigadeiro Carlos Casa Burlamaqui, sua conduta altaneira e sua fidelidade ao Monarca fazem dele, na verdade, o primeiro governante do Estado a se manifestar corajosamente contra a inconformidade da Bahia em aceitar a emancipação política dos sergipanos. Seja, portanto inscrito aqui o seu nome com o realce que merece entre os que, há mais de um século, vêm-se batendo pela integridade territorial do nosso Estado.

Protestaram, sucessivamente e com igual vigor, os Presidentes da Província e os do Estado:

– Manoel da Cunha Galvão, em 1860;

– Tomaz Alves Junior, em 1861;

– Cincinato Pinto da Silva, em 1865;

– Evaristo Ferreira da Veiga, em 1869;

– Francisco Cardoso Junior, em 1871;

– Josino Menezes, em 1904;

– Siqueira de Menezes, em 1913;

– Oliveira Valadão, em 1915;

– Pereira Lobo, em 1920.

Foi na gestão de Pereira Lobo que se entabulou entre os governos da Bahia e Sergipe um acordo no sentido de constituir-se uma comissão de seis membros – três de cada Estado – para discutir essa pendência e, acatando-se o laudo de um árbitro neutro, levá-lo ao Congresso de cada um dos Estados. O governo de Sergipe honrou o acordo firmado, entregando no prazo pré-fixo ao ilustre desempatador o seu laudo, acompanhado dos documentos que o fundamentavam. Lastimavelmente, o emérito representante de Sergipe não foi acompanhado pelo louvado da Bahia, Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, frustrando-se, desta sorte, as expectativas de urna solução negociada.

É de justiça que nesse episódio seja destacado e reverenciado o vulto de Ivo do Prado Monte da Franca, general, engenheiro, geógrafo e parlamentar, que advogou a causa de Sergipe, tendo sido quem abordou esse impasse fronteiriço com maior brilho e profundidade em sua obra **"A Capitania de Sergipe e suas Ovidorias"**.

Citem-se, ainda, nessa galeria de sergipanos e preeminentes que souberam expressar a insubmissão de Sergipe: o Presidente Graco Cardoso, em 1923, e o bravo Interventor Augusto Maynard Gomes, em 1931.

Este empenhou-se, corajosamente, junto ao Governo Provisório, por uma solução arbitrada para o impasse, dando ensejo ao desembargador Gervásio de Carvalho Prata de reeditar o brilho e proficiência de Ivo do Prado, em seu Memorial sobre os limites do Estado de Sergipe com o da Bahia, apresentado à Comissão Mista de Limites entre os dois Estados, instituída pelo Governo Provisório da República.

Novamente, porém, os esforços de Sergipe por uma solução arbitrada foram baldados.

O representante do Governo da Bahia esquivou-se quanto pôde de oferecer ao árbitro o memorial com as alegações de seu Estado. Ante a negligência e as artimanhas desse astuto baiano, consta que o árbitro do Governo Provisório teria declarado que, se aquele delegado não apresentasse o seu Memorial, seria dado laudo favorável a Sergipe.

Foi quando irrompeu a Revolução Constitucionalista de 9 de julho de 1932.

Getúlio Vargas, sentindo-se ameaçado, recorreu às polícias estaduais do Norte e do Nordeste, para que reforçassem os batalhões federais sediados naquelas regiões. Não convinha, pois, molestar a poderosa Bahia, dando ganho de causa ao pequenino Sergipe.

Sendo assim, Getúlio lavou as mãos e, mais uma vez, manteve-se o iníquo **status quo**.

Eis, Senhor Presidente, Senhores Constituintes, como se explica por que, sendo tão justos os reclamos de Sergipe e tão sólidas suas razões, a causa sergipana vem sendo desatendida ao longo da História.

Eis como se comprova o que afirmei anteriormente: para que prevaleça a justiça e triunfem as boas causas, mais do que o convencimento das mentes, faz-se mister o abalo das consciências, para que estas não se rendam às manobras obscuras do egoísmo e da prepotência.

Eis como o brado de sucessivas gerações de sergipanos tem sido abafado pela trama das conveniências e pela pusilanimidade dos que não ousam contrariar os poderosos.

Todo sergipano que preza a história de seu Estado recorda, com orgulho, o altivo desabafo do Pe. Arthur Alfredo Passos. Ao tomar conhecimento de que o Chefe do Governo Provisório havia lavado as mãos ante as reivindicações de Sergipe, reprovou-o nestes termos:

"Sergipe vai ficar, afinal, territorialmente pequenino como estava, porém, creia V. Ex.^a... que, de geração em geração, protestaremos. Não podemos, não queremos, não devemos nos submeter às conveniências de ocasião."

Srs. Constituintes,

O povo sergipano, esclarecido pela sua aguerrida imprensa e estimulado pela bancada estadual nesta Assembléia Constituinte, acompanha com

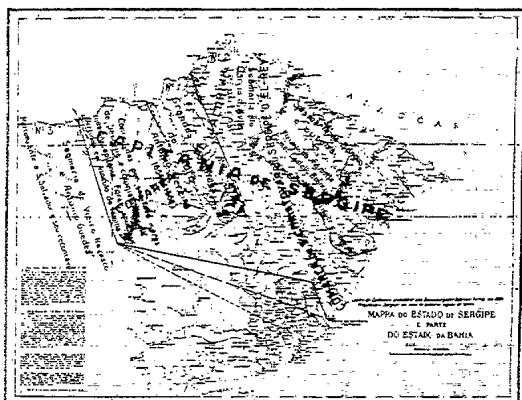
vivo interesse a votação da emenda que restaura as fronteiras históricas de Sergipe.

Anima-o a esperança de que, a partir de hoje, possam as futuras gerações de sergipanos ficar eximidas de repetir, como aliás vem fazendo desde a sua primeira Constituição estadual, o altivo protesto de Artur Passos.

Conforta-o a convicção de que este Plenário, num gesto consciente e magnânimo, irá, finalmente, proporcionar-lhe o justo reparo às usurpações que muito têm mortificado sucessivas gerações de sergipanos.

Era o que me cabia dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:



O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em 10-10-87, a Comissão de Sistematização aprovou a emenda aditiva ES28949-7, que alterou o artigo 207 do projeto constitucional. Por esta emenda, foi acrescentado o inciso V ao referido artigo visando a ampliar o monopólio da União à distribuição de petróleo. Esta medida limita severamente o funcionamento das distribuidoras privadas e exclui desta atividade econômica aquelas de capital de origem estrangeira.

Por trás do simples gesto de encher de combustível o tanque de um automóvel, existe um universo de pessoas, bens e serviços agrupados num setor denominado distribuição. Se for mantida no texto constitucional, a disposição limitará severamente a atividade das distribuidoras privadas, excluindo a participação daquelas de capital estrangeiro. Além de não interessar a qualquer das partes direta ou indiretamente envolvidas, acarretará danos incomensuráveis ao consumidor e ao Governo, a milhares de empresários de todo o porte, à economia e ao próprio País.

A estatização do setor exigirá gastos vultosos de quem vier a substituir as empresas privadas. Depósitos de combustíveis e lubrificantes, frotas

próprias de caminhões e vagões, fábricas de lubrificantes, equipamentos dos postos, como bombas, tanques, placas, coberturas, além de financiamento, tudo isto no valor estimado de 2,1 bilhões de dólares, teriam que ser adquiridos e posteriormente administrados pelo Estado. A própria Petrobrás manifestou seu desinteresse diante da perspectiva.

A possibilidade de substituição das empresas de capital estrangeiro por empresas privadas de capital nacional é muito limitada, devido às características do próprio negócio. Aliada a uma rentabilidade estritamente controlada pelo Conselho Nacional do Petróleo, está a exigência de grande aporte de capital, que a empresa nacional provavelmente só poderia atender recorrendo a financiamentos do Governo. Mais uma vez, seria necessário desviar recursos de outros setores da economia.

As distribuidoras privadas vêm operando no Brasil há mais de 75 anos, trazendo capital, desenvolvendo tecnologia e aqui reinvestindo os lucros. Tornaram-se participantes importantes no desenvolvimento social e cultural do País, gerando 250.000 empregos diretos e mais de 300.000 indiretos, além de envolverem-se em atividades sociais e culturais significativas para a vida nacional.

Restringir o número de distribuidoras vai significar, na prática, a eliminação da concorrência, com deterioração de produtos e serviços, e inevitáveis prejuízos aos consumidores, clientes industriais e milhares de pequenos e microempresários representados pelos proprietários de postos.

As distribuidoras privadas estão entre as maiores e mais tradicionais empresas do País que, além de tecnologia de produtos e vendas, vêm continuamente implantando modernas técnicas administrativas. Têm acesso aos últimos desenvolvimentos mundiais em várias áreas do conhecimento aplicado à atividade empresarial, além de se sobressaírem na administração de recursos humanos.

A maturidade administrativa das empresas privadas de distribuição tem reflexos significativos no seu desempenho social. Poucos setores podem-se orgulhar de não terem enfrentado uma greve sequer nos últimos 25 anos mesmo não sendo protegidos por leis especiais.

Se a emenda pretendeu atingir as empresas Shell, Esso, Atlantic e Texaco, expulsando-as do País, mal maior ela irá praticar contra os 21.000 proprietários de postos de revenda instalados no território nacional.

Se efetivado o monopólio aprovado naquela Comissão, o fim da concorrência irá gerar o fechamento de postos de revenda, determinando o desemprego para aproximadamente 50% do atual contingente, ou seja, sobre 125.000 chefes de família.

O pânico já está instalado nos postos de revenda de todo o País. Patrões e empregados estão unidos pela manutenção do atual sistema de distribuição, porque este é o caminho do bom senso.

Além dessas observações há que se levar em conta os efeitos externos da medida, onde só se vê riscos e incertezas para o relacionamento internacional do País, fechando portas para a nossa estatal Petrobrás, ao contrário do nosso desejo de vê-la atuando também na distribuição de derivados de petróleo em outros países.

E eu pergunto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

PETRÓLEO – POR QUE MUDAR?

E respondo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Fundamentando o porquê da exclusão no artigo 207, inciso V, emenda que irei apresentar, já contando com o apoio de vários dos meus pares, bem como das Federações dos Trabalhadores de Postos de Derivados de Petróleo, e do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo (Fecombustíveis).

E concluindo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O afastamento ou restrições às empresas distribuidoras privadas das atividades que vêm exercendo há 75 anos não trariam maiores benefícios à Nação e custariam caro ao povo brasileiro, pois:

O setor exige investimentos pesados e teria de haver desvio de recursos de áreas de maior prioridade governamental;

a medida seria inócuia, pois a lucratividade do setor já é altamente controlada pelo Conselho Nacional de Petróleo;

a medida seria contraprodutiva pois a eliminação da livre concorrência resultaria em menos eficiência e custos mais altos;

a competição traz ainda outros benefícios evidentes para a indústria nacional, para os empre-

sários dos postos de serviços e, principalmente, para o consumidor final;

as distribuidoras privadas têm mantido uma política de reinvestimento maciço dos lucros, contribuindo para o crescimento do setor e da economia;

as distribuidoras estrangeiras trazem para o País recursos financeiros de vulto, tecnologia de produtos, de marketing e de administração;

as distribuidoras têm contribuído marcadamente para a evolução do relacionamento entre empresas e empregados, adotando práticas de emprego inovadoras;

as distribuidoras vêm, há muitos anos, apoiando atividades sociais importantes, mesmo antes que o Governo incentivasse tal comportamento; e

historicamente, as empresas distribuidoras têm sido investidoras maciças em áreas prioritárias para o País, mesmo em tempos de crise e incerteza.

Confiamos que, a bem da justiça e do bem-estar do povo brasileiro, os Constituintes reverterão no plenário a inclusão do inciso V no artigo 207 do projeto da nova Constituição.

É o que eu tinha a declarar.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SR. Pronuncia o seguinte discurso.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A atividade pecuária destinada à produção de leite, um dos principais alimentos para a formação de homens e mulheres fortes e saudáveis, deve merecer sempre especial atenção dos nossos governantes.

Esta importante atividade, porém, está ameaçada porque sofre crises cíclicas, ora pela importação do produto, ora por falta de preços, mas, principalmente, pela ausência de uma política estável do Governo Federal, de médio e longo prazo, na qual o produtor possa confiar.

Vejamos o exemplo deste ano:

A política de preços tem sido correta, demonstrando que o Governo pretende recuperar os preços reais. Tal medida tem sido muito importante para recuperar a confiabilidade dos produtores. A produção não tem diminuído e já começa a aumentar, significativamente, em todos os Estados e sobretudo nos de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Piauí e Goiás. Dentro de alguns dias os excedentes de safra estarão sendo formados, pois os mercados de derivados estão recessivos em razão do limite de renda do consumidor.

Portanto, qual não foi a surpresa da classe produtora, com a notícia de que o Governo não pretende efetuar compras de leite em pó desnatado, de fabricação nacional, por não ter recursos e devido aos estoques existentes de origem estrangeira.

Em razão disto, Paulo Washington Bittencourt Porto, Presidente da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios, enviou telex ao Senhor Presidente da República pleiteando uma mudança na intenção do Governo, para que compre o leite em pó nacional.

Pois, se o Governo não intervir comprando e financiando parte dos excedentes do leite, as indústrias descapitalizadas, deixarão a produção com os produtores o que poderá significar desestímulo, não obstante a política satisfatória de preços.

No entender do Presidente da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios, a política que o setor reclama não é só a de preços, esta se complementa com a de compra e financiamento de produtos lácteos, pelo Governo, no momento da safra. Somente assim, poderá garantir o preço ao produtor constante da tabela da Sunab.

Hoje, os programas sociais estão utilizando leite em pó estrangeiro e dentro de alguns dias o leite de produção nacional estará sendo destinado para animais ou sendo jogado fora, porque não haverá mercado. Logicamente, isso acontecendo, ocasionará um desestímulo do setor porque não obterá recursos sequer para cobrir as despesas com o custo da produção.

Desta forma o Governo, no próximo ano, importará, não as quantidades de 1986, que foram as maiores da nossa História, mas, muito mais, colocando, assim, em risco uma atividade básica para o nosso desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos nós sabemos das dificuldades pelas quais passam os criadores de gado leiteiro no País. Esses abnegados trabalhadores, muitas vezes labutando no vermelho, isto é, com prejuízos, para servir à população brasileira.

Esta situação não pode e não deve mais continuar, por isso apelamos às autoridades governamentais a fim de que estabeleçam um plano estável e duradouro para a política láctea.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A mulher camponesa, entendida como tal, não apenas a trabalhadora rural assalariada como também a que exerce atividade laborial em regime de propriedade ou de economia familiar, participa do processo produtivo da forma mais intensa, e da maior importância econômica e social para a Nação. Ela contribui na produção de alimentos para o povo brasileiro, ao tempo em que fixa a família no meio rural.

É ela, a mulher camponesa, uma verdadeira escrava da terra e da família, a que se entrega com dedicação total e exclusiva. Não tem horário para o início ou o fim de sua jornada de trabalho. Não tem sábado, nem domingo ou feriado. Nem o Natal ou o Ano-Novo a liberam, ou a ela, ou ao marido, ou a ambos do insano e contínuo trabalho na alimentação e cuidado das aves, dos animais etc. Na coleta dos ovos, ou do leite que deve ser colhido diariamente, na faina diária de produzir alimentos para o Brasil, está ela atuando positivamente na base do processo econômico e social do País.

Lícito, seria, portanto, de se esperar estivesse a mulher camponesa plenamente inserida na política de Previdência Social, não como dependente do marido, mas como participante direta do sistema, com direito inclusive à respectiva aposentadoria. Tal não acontece, e tal já tive ensejo de observar pronunciamentos anteriores, e foi essa situação que motivou as propostas que fizemos na Constituinte, para a participação da mulher camponesa na Previdência Social, fixando igualmente o salário mínimo como base para o valor de sua aposentadoria, eis que hoje não recebe aposentadoria alguma, como para o homem rural, que vem recebendo apenas meio salário mínimo.

O artigo 9º e parágrafo único do texto aprovado pela Comissão de Sistematização acolheram tais propostas, apresentadas e defendidas igualmente pelo Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, o que já constitui ganho e significativo avanço. Mas a mesma Comissão deixou de considerar, pela diferença de apenas dois votos, proposta que fizemos juntamente com os Deputados Jonas Pinheiro e Vicente Bogo, para fixação da idade limite de 60 anos para aposentadoria do homem no meio rural e da mulher aos 55 anos, o que nos levou a reapresentar a proposta em plenário, pois já é hora de se promover a justiça social no meio rural, uma das condições fundamentais para se evitar os malefícios sociais e econômicos do êxodo rural.

Se há uma atividade que se inicia já em tenra idade, é a do meio rural, o que levou a Fetag, Farsul e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais a pleitear a aposentadoria por idade aos 50 anos para a mulher rural. Mas o Relator-Geral deu parecer contrário à sugestão que acolhemos, o que nos levou a anexar nossa proposta junto com a dos pescadores, de autoria do Deputado Jonas Pinheiro, que prevê a aposentadoria aos 60 anos para o homem e aos 55 anos para a mulher, respectivamente. Do Relator, que também não acolheu a nova sugestão na Comissão de Sistematização, ouvimos a afirmação de que a acolherá no plenário, o que nos leva a acreditar na sua aprovação. Afinal, já é tempo de se fazer justiça para a mulher camponesa de todo o Brasil.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Subimos a esta tribuna para parabenizar ao Sr. Governador do pequeno mas heróico Estado de Alagoas – Dr. Fernando Collor de Mello, pela atitude desassombrada de não acolher decisão do Supremo Tribunal Federal que manda pagar salários aos marajás, daquele Estado. Sabemos que a lei foi feita para ser cumprida, mas sabemos também que ela não pode favorecer um minúsculo grupo, em prejuízo de todo um Estado ou da própria Nação.

Atitudes como esta é que vão trazer a moralização ao nosso País. Que o exemplo seja seguido por todos os demais governadores que têm nos seus quadros funcionais privilegiados por leis especiais como esta, que hoje traz a Alagoas problemas quase insolúveis para sua economia.

Segundo entrevista do Sr. Governador no **Jornal do Brasil**, “a argüição de constitucionalidade das leis que beneficiaram os marajás, partiu do fato de que essas leis tiveram caráter – personalístico – faltou, apenas, a fotografia 3X4 do interessado”.

A manter estas distorções em nosso País, muito em breve o povo humilde e sacrificado vai ter que fazer justiça com suas próprias mãos.

Vamos aproveitar a coragem deste jovem Governador e unirem-se a ele todas as forças vivas da nação, governo federal, governos estaduais, prefeitos municipais, empresários, industriais, comerciantes, autônomos, operários, funcionários públicos e até juízes do Supremo Tribunal Federal e dar um basta no Brasil dos privilegiados. Vamos, todos unidos, neste momento que a Constituinte prepara uma nova Carta Magna para a nação,

ajudá-los a transformar o Brasil no País viável para todos os brasileiros, dos mais simples aos mais importantes. Vamos trabalhar mais e deixar de bancar "espertos".

Em 27 do mês passado, dirigimos ao Sr. Governador de Alagoas, o seguinte telegrama: "Tomei conhecimento, pela imprensa, que os marajás ganharam na Justiça – STF, e que obrigarão o Estado a desembolsar o que não tem para pagar estes maus brasileiros que, ardilosamente, conseguiram vencimentos absurdos. Não aceite tal decisão. Não pague estes bandidos. Continue sendo a esperança da moralização deste País. Até com seu sacrifício pessoal, enfrente bandidos e Justiça. O Brasil lhe será eternamente grato. Atenciosamente, Constituinte Denisar Arneiro – PMDB/RJ".

A Constituição em vigor, herdada do regime militar, inclui entre os casos de intervenção federal nos Estados, a necessidade de "prover o exercício da Lei Federal, ordem ou decisão judiciária" (inciso VI do art. 10). O rito previsto começa com a requisição do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Regional Eleitoral ao Poder Executivo e termina com o decreto de intervenção, que é prerrogativa do Presidente da República.

Conhecemos o Presidente José Sarney e sabemos que ele jamais usará deste poder arbitrário para reprimir um ato que tem o apoio irrestrito de 95% do povo brasileiro. Só estará a favor da intervenção do Estado de Alagoas, aqueles que lá, ou em outras unidades da Federação, têm os mesmos privilégios.

Como Constituinte, mas Empresário, pagador de impostos, não podemos aceitar que existam funcionários públicos ganhando Cz\$ 850 mil cruzados mensais, quantia que remunera mais de 250 salários mínimos, o que ganha mais de 60% dos nossos trabalhadores.

Temos um consolo. Além do apoio do Presidente Sarney que não deverá faltar e a instalação da Constituinte que criou uma barreira forte contra a Constituição dos militares. Os Constituintes criaram a figura do Projeto de Decisão, incluído no item V do art. 59 do Regimento Interno; que tem por objetivo "sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléa Nacional Constituinte".

A Constituinte tem poder para revogar uma intervenção federal, se entender que isso põe em risco sua soberania, embora o Projeto de Resolução tenha que ser aprovado em dois turnos e por maioria absoluta.

Não estamos pregando a desordem jurídica em nosso País, mas tentando chamar a atenção do Supremo Tribunal Federal, da injustiça que pratica com seu ato e contrariando cento e quarenta milhões de brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

O SR. OSMAR LEITÃO (PFL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

E difícil descrever a justa indignação dos grupos sociais menos afortunados, ante o anunciado fim das atividades da Legião Brasileira de Assistência, tal como prescreve medida aprovada pela Comissão de Sistematização da Assembléa Nacional Constituinte.

Esse descontentamento do grande contingente de brasileiros desassistidos explica-se como con-

seqüência natural da frustração das expectativas quanto às notáveis conquistas populares que teriam sido inseridas no novo texto, particularmente na parte da seguridade social.

Não poderia a população carente supor que, entre os "avanços" em seu favor seria incluída a extinção da LBA – órgão com uma tradição de vários decênios de relevantes serviços prestados à comunidade, e que por isso mesmo sempre mereceu o reconhecimento e o elogio de quantos defendem a eficaz melhoria das condições sociais dos marginalizados.

Na forma da redação dada ao artigo 232 do Substitutivo, admite-se a transferência aos Municípios da prestação da assistência social, nos moldes da que é assegurada, com elevados índices de êxito, pela LBA. Além disso, as normas inseridas pela Comissão de Sistematização, especificamente nos artigos

29, 46 e 50 das Disposições Transitórias, obrigam os funcionários da Fundação, que não desejem a aposentadoria proporcional ou a demissão, a aceitar emprego nas prefeituras.

Essa decisão em nenhum ponto concorda com os legítimos interesses da LBA, expressados em documento público, logo no início dos trabalhos constituintes, segundo o qual a instituição nada reivindicava em termos de privilégios; reivindicava, sim, "em benefício daqueles que, quase sempre sem vez e sem voz, pela falta de representação reconhecida e atuante, não podem se fazer ouvir com a ênfase e a nitidez que sua miserável condição exige. São 50 milhões de pessoas totalmente carentes os que mais necessitam da salvaguarda de nossa Lei Maior."

Desatendendo ao pleito da LBA, a Comissão de Sistematização ignorou também o balanço sucinto das realizações do órgão, constante de mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, no início do corrente ano. O Programa Creches Casulo garantiu assistência integral a cerca de 923 mil crianças carentes, com idade de 3 meses a 6 anos, devendo duplicar essa cobertura em 1987. Foram atendidos mais de 500 mil menores carentes, abandonados e infratores, pelo Projeto Liberdade Assistida.

O Programa do Menor Assistido, implementado a partir do ano passado, irá assegurar às crianças entre 12 e 18 anos o exercício de atividades produtivas, compatibilizadas com a freqüência à escola. As atividades de esporte comunitário atingiram 90 mil crianças com mais de 7 anos, prevendo-se que alcance, no corrente ano, meio milhão de beneficiados. O Programa da Microempresa Social incorporou em torno de 150 mil pessoas ao processo produtivo, no ano de 1986, enquanto as ações de assistência a idosos e a excepcionais atendiam a 75 mil carentes.

Municipalizada a assistência social devida pelo Estado, que dessa forma dificilmente poderá superar à que vem sendo prestada pela LBA, perde a benemerita, instituição a sua competência precípua e, consequentemente, própria motivação para continuar existindo como órgão líder da luta em favor dos necessitados.

Nessas circunstâncias, como prevê o Substitutivo, os funcionários seriam transferidos ou remanejados para as diversas municipalidades do País, quando não aposentados por tempo proporcional de serviço ou demitidos. Nesse caso, como o número de prefeituras é sempre superior ao

de servidores a absorver, o preenchimento das vagas ensejariam grande aumento da despesa pública, em face das novas contratações – resultado que vem merecendo total condenação do Governo e das forças majoritárias representadas na Assembléia.

Cumpre confiar em que o Plenário da Constituinte aprovará as indispensáveis alterações ao artigo 232 do Substitutivo votado pela Sistematização, de modo a preservar a excelente atuação da LBA, assim como aos artigos 29, 46 e 50, das Disposições Transitórias, a fim de manter o quadro atual e o nível qualitativo dos servidores, ora injustamente ameaçados de transferência, de aposentadoria proporcional e mesmo de demissão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. OSVALDO TREVISAN (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na data de hoje, a Assembléia Nacional Constituinte deverá decidir a respeito da reforma do Regimento Interno, cuja meta principal será a de permitir que sejam oferecidas emendas ao texto aprovado pela Comissão de Sistematização. Sou favorável a essa nova etapa, pois, sabidamente, todos os Constituintes devem ter a oportunidade de, conhecido o texto da Sistematização, aperfeiçoá-lo. É medida das mais democráticas e que merece o meu apoio pessoal.

Ademais, Sr. Presidente, não podemos deixar de ter presente a norma contida na Emenda Constitucional nº 26, que convocou a Assembléia Constituinte. É que no art. 3º está dito, meridianamente:

"A Constituição será promulgada depois da aprovação do seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte."

Não resiste a qualquer interpretação jurídica séria o pretendido posicionamento que deseja a manifestação de 280 votos para que um texto, aprovado por 47 membros da Comissão de Sistematização, possa ser excluído do projeto. Seria desejar-se o contrário daquilo que foi estabelecido pela Emenda nº 26. Desde que o projeto, ao ser votado, teve ressalvas quanto aos destaques e às emendas, é imperioso que seja efetuada uma votação distinta para a apreciação desses textos destacados E, para que ele subsista, é inequívoco que há de existir a manifestação positiva da maioria absoluta desta Assembléia.

Não devemos – e não podemos – permitir que a manifestação de 47 integrantes da Comissão de Sistematização se sobreponha à vontade de 280 membros do plenário.

Reafirmo, para que conste de nossos Anais, o meu posicionamento. E, para que não parem dúvidas, deixo bem claro que ele não é de apoio incondicional a qualquer das diferentes correntes que existem na Casa.

Desejo ser fiel aos eleitores que me enviaram até Brasília. Assim, cada assunto será por mim abordado, discutido e votado tendo em vista essa legitimidade. Votarei a favor daquilo que preguei durante a minha campanha política. Serei coerente. Manifestarei o meu agrado, ou a minha repulsa, conforme entenda que ela significa a von-

tade daqueles que represento. Pois é como o povo, unicamente com ele, que assumi compromissos. E a ele prestarei contas, certo de que desempenhei, à altura, o mandato que me foi confiado.

Era o que tinha a dizer!

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O anunciado aumento de tributação sobre o capital ganhou as manchetes tradicionais.

Finalmente, chegaria a vez dos ricos. Folgariam os pobres.

Há outra forma de fazer justiça?

O pacato e esfolado cidadão brasileiro pagou para ver. Quando a esmola é demasiada, diz a sabedoria de minha avó, desconfiar é prudente. A frustração é minimizada. Choca menos.

Nada diverso do lugar comum, dia seguinte, a coisa diferia da promessa inicial. A concretização dependia de exame. E, os movimentos óbvios no sentido de evitar reforma em cima da Constituição, apontaram o paradoxo do pacote. Os boatos seguem rumo. As especulações alimentam a imaginação. Uma só certeza: quem deveria ser chamado, escapa ileso. Quantos, bolsos raspados, nada têm a dar, adivinham o saque capaz de levar o restante do couro minar as últimas resistências!

Fortunas? Ora, as fortunas! O mal, enfatiza o Governo, é todos não serem ricos. Lixem-se, pois, os pobres. E quem cometer o crime de ganhar 15 salários, coisa de 50 mil cruzados, se prepare: segundo o texto oficial, vai doer.

Ando pasmo! No jogo da impopularidade, a trombeteada e natimorta Nova República, está consagrada. A falta de sensibilidade de quem comanda as falas governistas, em cada chance, ganha novos louros. Por que dar ciência da tragédia com o comedimento e a prudência recomendáveis? Exercitar o requinte de prometer ressurreição ao moribundo e, em seguida, ainda na comemoração do milagre, solenemente, convidar para o enterro.

E falam em mais tempo de governo! Mesmo se a Assembléia Constituinte desejasse preservar o texto da atual Carta, seria alienada. Deixaria à margem o clamor popular.

O Governo se desmanchou, o Executivo não recupera a credibilidade sob hipótese alguma. Prolongar a agonia é golpear as instituições. Elas devem ser preservadas.

Em cima, as eleições municipais. Nelas, será sentida, de forma clara, além de desgaste do mando, absolutamente normal, o vazio impreenchível da autoridade que não se conheceu. Das soluções não encontradas. Dos erros continuados. Do conservar incólume – e piorado – o quadro encontrado, quando o sistema implantado em março de 1964 apodreceu.

Por tudo, é imperioso salvar o Parlamento.

Queiram ou não, é a última saída.

Dele, a missão quase impossível de reverter a situação. Cortar excessos. Disfarçar a injustiça social, fermento das reações chamando o caos.

A anunciada reforma é mais um ponto no recorde negativo de erros. O PMDB, sonhando Tancredo, não merecia a cilada do destino. Porém, convenhamos, está sendo dócil. Mercedendo as cobranças pelo que não fez.

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Uso a tribuna no dia de hoje para expor minha opinião sobre os últimos acontecimentos relacionados aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Desde o início, temos observado, uma minoria tenta conquistar o monopólio de escrever sozinha a Nova Constituição. Desta iniciativa discordamos firmemente, pois entendemos que todos nesta Casa representam segmentos da sociedade brasileira e como tal devem participar ativamente de tudo que aqui for decidido.

Nossa conclusão parte do raciocínio de que, se fizermos uma rápida retrospectiva, de quase nada valeram os trabalhos desenvolvidos pelas comissões temáticas, visto que, quase tudo que foi discutido e aprovado, não recebeu a consideração devida.

Criou-se a chamada Comissão de Sistematização, não somos contra o fato, partindo do princípio de que todo o trabalho deveria ter uma coordenação central. O que torna-se difícil entender Sr. Presidente, é a falta de consideração para com as propostas apresentadas pela maioria dos Constituintes – muitas delas ficaram sem o tratamento que necessitavam.

Entendemos que tudo tem sido baseado num regimento interno, aprovado graças a intervenção e insistência dos líderes partidários que se mostraram receptivos às propostas discutidas quanto à formação de um consenso.

Recentemente tivemos a Comissão de Sistematização trabalhando, ficando a maioria dos Constituintes alheia ao processo.

Surge a possibilidade de mudança no Regimento Interno. Achamos que é o momento de fazermos valer nossa voz e nosso voto.

Discordamos das posições e deduções de algumas facções políticas que neste Congresso afirmam ser o trabalho do chamado Centrão forma destruidora dos progressos atingidos no atual projeto de Constituição.

Assinamos o documento do Centrão com a finalidade de buscarmos maior liberdade de participação para todos. Afinal, esta é nossa obrigação, pois não aceitamos o rótulo de constituintes de segunda categoria.

Brevemente estaremos neste plenário defendendo nossas idéias. Queremos que fique bem claro, Sr. Presidente: não vamos defender interesses das classes dominantes. Não votaremos com a direita, com o centro ou com a esquerda. Não fomos eleitos por eles.

Votaremos com a nossa consciência.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O grande anseio nacional por eleições diretas para Presidente da República a 15 de novembro de 1988, já atendido pela Assembléia Nacional Constituinte, se estende também quanto ao Estado de Goiás e particularmente para o norte-nordeste goiano, à eleição direta para Governador do futuro Estado do Tocantins, que está sendo criado através das Disposições Transitórias da Carta Magna em elaboração.

A Emenda nº ES-20793-8, sob Destaque nº 001, ambos de minha autoria, continha em sua

redação original, até a hora da votação pela Comissão de Sistematização, a eleição direta para o Governador, o Vice-Governador, a Assembléia Constituinte estadual, os oito Deputados Federais e os três Senadores, a 15 de novembro de 1988.

Em razão de exigências de representante da Maioria desta Constituinte, pouco antes da votação do Destaque nº 001, que foi o primeiro a ser votado no período destinado à votação das Disposições Transitórias, a eleição do Governador e do Vice-Governador foi suprimida, passando o Governador **pro tempore** a ter alongado o seu tempo à frente do Governo do Estado do Tocantins em dois anos a mais.

Acontece que nas votações seguintes a Comissão de Sistematização decidiu estabelecer eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República e para Governador e Vice-Governador do Distrito Federal a 15 de novembro de 1988.

Em seguida, a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, que é autora da Sugestão de Norma Constitucional nº S-10151, que cria o Estado do Tocantins, aprovou requerimento dos Deputados Edmundo Galdino, João Ribeiro e outros, conclamando à Constituinte a apresentação e aprovação de emenda restabelecendo a eleição direta para Governador e Vice-Governador do novo Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás é composta por 27 Deputados do PMDB, 6 do PDC, 5 do PFL, 2 do PT e 1 do PDS, todos favoráveis à criação do Estado do Tocantins e à eleição direta dos seus governantes.

Se o PMDB e todos os demais partidos políticos goianos querem eleições diretas para o Governo do Tocantins, em razão de conhecermos a posição do povo tocantinense e a realidade da área do novo Estado, não vejo como possamos nós, os Constituintes de todos os Partidos, sermos contra a posição do Poder Legislativo de Goiás.

Desta forma, tomo a iniciativa de apresentar emenda ao Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização para reintroduzir no artigo 61 a expressão que determinará a realização de eleição direta para Governador e Vice-Governador do Estado do Tocantins a 15 de novembro de 1988.

A eleição, no pleito direto de 15 de novembro de 1988, irá recolocar as coisas no seu devido lugar, cabendo ao Governador **pro tempore** instalar o novo Estado, implantar as primeiras estruturas administrativas, presidir as eleições e entregar, a 1º de janeiro de 1989, o Governo aos eleitos do povo, como é certo, porquanto para isto foi que denominiei, como ninguém o fez antes em qualquer projeto na área legislativa, de **pro tempore** o seu Governador.

Não creio que o fato de reintroduzirmos a eleição direta para Governador e Vice-Governador do Estado do Tocantins venha a influir para que o Presidente da República e o Poder Central possam vir a dar menos ou a dar mais recursos e melhor ou pior tratamento ao novo Estado.

Por que o Governo Federal agiria assim?

Afinal, o Brasil não pode e não deve ser governado por homens e mulheres de espírito mesquinho e perverso, capazes dessas desprezíveis ações com que alguns políticos de currutela nos ameaçam.

Também não vejo como a emenda sobre eleições diretas para o Governo do Tocantins possa colocar em risco a criação do nosso Estado.

A emenda será como tantas outras: poderá ela ser aprovada ou rejeitada, sem envolver a que foi aprovada pela Comissão de Sistematização.

A menos que coloque a maioria a serviço da mesquinharia e vingança contra o povo altivo que deseja e merece a autonomia política, que somente se realiza com a escolha livre e democrática dos seus governantes.

A Maioria da Constituinte é composta de homens e mulheres democratas, que estão mudando este País para transformá-lo em terra da democracia, da liberdade, da bonança, da paz e da justiça.

Concluindo, Sr. Presidente, reafirmo minha disposição de apresentar emenda restabelecendo eleição direta para os governantes do Estado do Tocantins, por exigência do povo da minha terra, tão bem interpretada pela Assembleia Legislativa de Goiás, e pela convicção que carrego de que a voz do povo, abaixo de Deus, é a que fala mais alto.

Como sempre, fico com o povo. O Estado do Tocantins não está sendo criado, sob encomenda, para se transformar em capitania hereditária de ninguém.

Era o que tinha a dizer.

O SR. BOCAJUVA CUNHA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como engenheiro e também em nome da Associação de Engenheiros de Volta Redonda venho a esta Tribuna manifestar nosso veemente protesto contra a decisão anunciada de se instalar o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro em Itaguaí.

Entendemos, Sr. Presidente, que tal decisão prejudica irremediavelmente a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, planejada para ocupar o mesmo terreno de Itaguaí que, já em 1975, foi desapropriado pelo Governo Federal para este fim.

Desalojar a CSN, empresa cujo crescimento é de vital importância para o País, para instalar um pólo petroquímico cuja implantação em Duque de Caxias seria a opção mais natural, consiste em uma prova de levianidade para com os interesses do Estado do Rio de Janeiro; lembramos ainda, que o Porto de Sepetiba já está instalado para servir a esta área, com suas características de funcionamento já voltadas para as atividades siderúrgicas.

Deixo aqui registrada a minha solidariedade à direção da Companhia Siderúrgica Nacional assim como a todos os seus trabalhadores.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os Sindicatos dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, encontram-se em Brasília para discutir com os Ministros do Trabalho e dos Transportes, a pauta de reivindicações da classe, para evitar que se deflagre a paralisação pacífica de protesto, prevista para o dia 8 do mês em curso, em todo o território nacional.

A rigor, os caminhoneiros pretendem melhor remuneração e segurança, embora a pauta alcance os seguintes itens:

"EMERGÊNCIAS EM PAUTA"

Aumento médio de 86% sobre a tabela nacional de fretes em vigor, já comprovado junto a SEAP/Ministério da Fazenda, acrescidos da defazagem do período outubro/dezembro 1987.

Aumento médio de 44,8% sobre a tabela de fretes do transporte de álcool e derivados do petróleo (tanqueiro), acrescidos da defazagem do período outubro/dezembro 1987.

O Ministério da Fazenda obrigar a Sunab a autuar as Empresas que não cumprirem a tabela mínima de fretes, oficializada por aquele Ministério extensivo aos transportes em veículos basculantes ou serviços urbanos, inclusive kombis.

Repudiar a campanha da NTC/Fenatac – Associação e Federação Nacional das Empresas de Transportes de Carga, que visa derrubar a tabela nacional de fretes do carreteiro.

Exigir do Senado Federal, a votação e a aprovação imediata do Projeto de Lei nº 14/86, de autoria do Senador Affonso Camargo – PR, que transfere ao usuário (nota fiscal) a responsabilidade da multa pelo excesso de peso da carga sobreposta nos veículos, de acordo com as balanças rodoviárias, a fim de reduzir os índices de acidentes nas estradas.

O Exmº Sr. Presidente da República e os Srs. Governadores dos Estados definirem sobre as isenções do IPI e do ICM na compra de caminhões novos, com financiamentos especiais, os mesmos moldes que foi concedido aos táxis, único meio de renovação da frota, hoje com idade média de 12 anos de uso.

O Ministério da Justiça determina medidas preventivas imediatas no combate a criminalidade praticada contra os caminhoneiros ou, a autorização para uso de arma em autodefesa nas margens das rodovias (só em agosto/87 foram assassinados 27 companheiros).

Os governos federal, estaduais e municipais liberarem de imediato, áreas e verbas para a instalação de estacionamentos específicos para caminhões, a fim de proporcionar segurança a categoria e diminuir o fluxo de veículos nas avenidas das grandes cidades.

O CNP – Conselho Nacional do Petróleo, garantir o direito de vaga adquirido pelo autônomo no transporte de álcool e derivados do petróleo (tanqueiros) e o cumprimento do número de viagem/dia, de acordo com os parâmetros em vigor, sem privilégios.

O Contran – Conselho Nacional de Trânsito, oficializar as dimensões dos veículos transportadores de automóveis (cegonheiros), na medida padrão internacional de 18,15m de cumprimento máximo e o frete passar a ser calculado sobre o mínimo de 10 automóveis, independentemente do que comportar nas carrocerias, a fim de acabar com o excesso de peso.

O Ministério do Trabalho garantir o reconhecimento e a manutenção dos Sindicatos dos Caminhoneiros (Sindicams) com repre-

sentatividades de bases, no mínimo estaduais, por se tratar de uma categoria de atividade nômade.

Demonstração de repúdio contra a pulverização sindical e contra a extinção da contribuição sindical, propostas pelo Ministério do Trabalho, para evitar a falência dos Sindicatos.

Votar a paralisação pacífica de protesto, em decorrência desta pauta."

Integrando a representação da classe pelo Estado de Santa Catarina encontra-se aqui o Presidente do Sindicam – Sr. Francisco de Assis Matos – que simboliza a diretoria assim composta: COMPOSIÇÃO DA DRETORIA DO SINDICATO – SC:

Presidente: Francisco de Assis Matos – Vice-Presidente: Aldino Soliman – 1º-Secretário: Alcindo Gabriel Spiazzi – 2º-Secretário: Nilton João da Silva – 1º-Tesoureiro: João Edérbio de Souza Filho – 2º-Tesoureiro: Remi Camassola – Diretor R. Públicas: Mário Sílvio da Rosa – Diretor Social: Giovani Lopes Mendes.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Marlézio Souza Albanaz – Dante Mazzuchetti – Osmar Francisco dos Santos.

Suplentes: Antônio Correa Rodrigues – Antônio Denez – Nilton Rogério da Silva.

DELEGADOS REPRESENTANTES

Efetivos: Francisco de Assis Matos – João Edésio de Souza Filho.

Suplentes: Alberto Macarini – Oreovaldo Plínio Leite.

Em verdade, a classe está a merecer do Governo Federal, pelo menos:

- a) melhores fretes;
- b) mais segurança.

Melhores fretes para compensar o trabalho e o sacrifício destes bandeirantes que, transportando riquezas, estão ajudando a construir a grandeza deste País.

Mais segurança, eis que, somente em agosto deste ano, vinte e sete motoristas foram vítimas fatais da violência.

Por tudo isto, alimento esperanças de que os Srs. Ministros do Trabalho e dos Transportes encontrarão denominador comum, no interesse desta laboriosa classe.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Este ano de 1987 que os organismos não governamentais da ONU dedicam ao povo palestino, ressalta a importância histórica deste povo milenar e o que representou e representa para a humanidade. Por séculos e séculos, o legado deixado pelos palestinos teve um registro marcante. Esse povo, que tantos benefícios propiciou, indistintamente, sofre hoje da diáspora que o arrancou de suas terras quarenta anos atrás.

Os organismos não governamentais da ONU, cuja importância é inquestionável, dedicaram o ano de 1987, como o ano do povo palestino, porque junta quatro datas que hoje estão registradas definitivamente na memória dos povos.

1. É o septuagésimo aniversário da Declaração Balfour Através desta declaração, a Inglaterra

prometia um "Lar Nacional ao Povo Judeu", na Palestina, em detrimento de seus habitantes naturais, que viviam na época sob o jugo do Império Otomano, substituído após a Primeira Grande Guerra pelo colonialismo Britânico.

2. É o quadragésimo aniversário da Partilha, que dividia a Palestina em três partes: uma judaica, uma árabe e uma internacional. Desnecessário dizer que os árabes palestinos nunca puderam formar seu Governo, já que o recém-criado Estado de Israel, apossou-se da Palestina.

3. É o vigésimo aniversário da agressão de 67, quando Israel ocupou o restante do território palestino.

4. É o quinto aniversário da invasão do Líbano e dos massacres de Sabra e Chatila.

É por tudo isto que os organismos não governamentais da ONU aprovaram que 1987 seria o Ano Internacional do Povo Palestino.

E o Brasil, como se situa diante da Questão Palestina?

A nível internacional, a posição brasileira tem sido irrepreensível há mais de dez anos. Votou favoravelmente na ONU a Resolução que declarava o sionismo uma forma de racismo, reconhece a Organização para a Libertação da Palestina como a única e legítima representante do povo palestino. É também favorável a uma Conferência Internacional de Paz com a participação da OLP em igualdade de condições.

No entanto, a posição externa brasileira confronta-se com a interna.

Funciona no Brasil, já há alguns anos, uma representação da OLP. No entanto, esta representação é oficialmente um Departamento de assuntos Palestinos da Liga dos Estados Árabes. O Governo Brasileiro poderia aplicar as mesmas medidas que tem adotado a nível externo, reconhecendo internamente a OLP e concretizando este reconhecimento, dando **status** de Embaixada à representação. Assim, o Governo brasileiro estaria agindo com justiça, permitindo aos milhares de palestinos que aqui vivem que tivessem sua embaixada. Esta decisão do Governo brasileiro viria se somar a mais de 50 países onde já funcionam embaixadas palestinas.

Para se ter uma idéia da importância da OLP a nível internacional basta dizer que:

1. A OLP é membro de pleno direito da Liga dos Estados Árabes. (Integrada por 22 países) e dela participa como Estado soberano, ocupando cargo executivo.

2. A OLP é membro de pleno direito da Conferência Islâmica (48 países) ocupando a vice-presidência permanente a nível de cúpula de Chefe de Estado.

3. A OLP é membro de pleno direito dos países não-alinhados, ocupando a vice-presidência, a nível de Chefe de Estado.

4. A OLP é membro honorário da Organização da Unidade Africana (OUA) da qual participa na qualidade de Estado, apesar da Palestina não ser país africano.

5. A OLP é membro dos países em desenvolvimento (77 países) e do Sistema Global de Preferências Comerciais.

6. A OLP é membro observador da União Interparlamentar.

7. A OLP é hoje reconhecida por 127 países, dos 159 que integram a ONU.

8. A OLP é membro observador da ONU participando de todos os seus organismos.

Por tudo isto, nunca é demais afirmar, neste ano dedicado ao povo palestino, a necessidade de **status** diplomático, a nível de embaixada para a Representação da OLP no Brasil.

O SR. FERES NADER (PDT-RJ). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Com a elevação de despesas nas fazendas, com as obrigações trabalhistas cada vez mais onerosas, posto que justas, elevação dos preços de todos os insumos, do arame à uréia, com ICM de 17%, Funrural de 2,5%, Finsocial de 5%, impostos municipais, IR, ITR, seguros etc., é preciso que o produto rural busque novas frentes alternativas para robustecer o seu orçamento.

Uma das nossas opções é o plantio de lavouras de urucum, ou urucu, como chamam os índios, que utilizavam sua cor vermelha para pintar os corpos. Trata-se de uma planta natural do Brasil e de outros países tropicais, que substitui corantes químicos. Sua demanda é crescente; pois é utilizado também na produção de alimentos e cosméticos.

Vale ressaltar que a produção por pé pode ir de 3 a 12 quilos por ano, dependendo, naturalmente, de tratos culturais, fertilização, índice pluviométrico, e de outros fatores.

Tomamos conhecimento de que um fazendeiro fluminense, com uma pequena lavoura de 400 pés, consegue uma produção, em média, de 6 quilos por pé, ou seja, 2.400 quilos por hectare ao ano. Se bem tratado, o urucum rende Cz\$ 40,00 o quilo, o que o coloca em vantagem sobre o milho, arroz e cana. Junte-se a isso uma outra vantagem: pode ser plantado em terras impróprias para mecanização.

Depois da seringueira, talvez o urucum seja a melhor opção para os terrenos acidentados e não muito frios.

Dante deste quadro, Sr. Presidente, seria importante o desdobramento de um trabalho, através do Ministério da Agricultura, visando a dar maior divulgação ao cultivo desta planta, inclusive repassando uma tecnologia mais eficiente aos fazendeiros interessados, em cujas terras existam áreas acidentadas e, por isso mesmo, inaproveitadas.

Por fim, não podemos deixar de enfatizar, uma vez mais, a importância do urucum para a própria saúde do povo brasileiro, que passaria a utilizá-lo em grande escala, substituindo os corantes químicos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Finalmente foi aprovado no Senado, o nosso projeto de lei, que poderá salvar as microempresas, que estariam numa situação difícil se não ocorresse a aprovação.

É preciso que todas as entidades façam pressões para que o Presidente não vete essa Lei.

A lei determina que o limite passará a ser medido com base na OTN de julho de cada ano, e não mais na de janeiro; com essa aprovação o limite aumentará em três vezes.

Também foi aprovado o projeto que estabelece condições favoráveis aos aposentados, através de

um substitutivo apresentado por nós e outros deputados, que garantirá benefícios iguais ao maior salário e reajuste de aposentadoria sempre que houver alteração salarial.

Precisamos ficar alertas, pois o Presidente tem costumeiramente vetado projetos de autoria de parlamentares, parece que procurando confronto, se o quer, terá por falta de sensibilidade de pelo menos discutir o que vários parlamentares discutiram.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL - PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desde 1975, quando iniciamos nosso primeiro mandato nesta Casa, vimos lutando para construção do trecho da Ef-116, Crato-Salgueiro-Petrolina, já incluída no plano nacional de viação, instituindo através da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, tendo inclusive apresentado vários projetos de lei sobre o assunto, incluindo os ramais ligando-a às cidades de São José do Belmonte e Trindade.

Ficamos muito satisfeitos com a decisão do Governo Federal, através do Ministro dos Transportes, José Reinaldo Carneiro Tavares, em concluir a chamada ferrovia transnordestina, com a construção dos trechos Missão Velha Salgueiro e Salgueiro Petrolina, já tendo alocado recursos na ordem de 80 milhões de cruzados para elaboração do projeto, devendo ficar pronto em 1988, já tendo sido aberta concorrência pelo Geipot, para a sua realização.

É do conhecimento geral que as grandes distâncias do nosso território só poderão ser vencidas através do transporte ferroviário que, como se sabe, é quatro vezes mais econômico que o rodoviário, além de possibilitar o deslocamento de maior número de passageiros e maior volume de cargas em menor espaço de tempo.

Infelizmente o nosso País deu prioridade ao programa rodoviário, estando hoje com graves problemas, pela má conservação de nossas estradas e pelo maior custo do frete.

A conclusão da Ef-116, com a construção dos trechos Missão – Velha Salgueiro, e Salgueiro Petrolina, sempre reclamada pelos sertanejos em particular e pelos nordestinos em geral. Possibilitará a ligação do Nordeste com o Centro-Sul do País através de ferrovia, o que facilitará o fluxo de pessoas e mercadorias entre as várias regiões do nosso País.

Para tornar a obra ainda mais completa, sugerimos que a ferrovia no trecho Missão Velha Salgueiro receba os ramais ligando-a às cidades de São José do Belmonte e Trindade, que inexplicavelmente foram excluídas do Programa Rodoviário Nacional.

A cidade de Trindade está incluída em área rica de Gipsita, com cerca de 30 calcinadoras de gesso e a de São José do Belmonte, em solo com grande reserva de minério de ferro, tendo inclusive uma siderúrgica – a fergusa, regiões de grande potencialidade econômica, enquadrando-se, portanto, nos requisitos para consecução da obra.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta tribuna é provavelmente o local mais honroso que almejaria um brasileiro para, levantando a sua voz de forma livre e sem receios, analisar os problemas de nossa querida pátria, transformar-se em verdadeira caixa de ressonância de todos os legítimos anseios, de todas as fugidas esperanças, de todas as expectativas que nem sempre chegam, desse nosso povo que merece de seus representantes nesta Casa de altas tradições, não só a atenção e o respeito mas um eco diligente e alerta.

Quase nem seria necessário consultar aqueles nossos confiantes amigos das mais estáveis bases eleitorais. Há clamores que é preciso interpretar. Estamos aqui como representantes de uma parcela social que nos vem transmitindo, cada vez com mais freqüência, um grande e compreensível temor com o futuro de seus filhos e netos, que vão sendo tragados por esse imenso pântano do mal, em que se misturam a permissividade mais chocante, uma libertinagem sem escrúpulos, os exemplos mais degradantes de uma imoralidade agressiva ou, o que é ainda pior, de uma amoralidade cínica.

Com uma freqüência incansável estão aí nas bancas, nas telas dos cinemas e dentro dos nossos lares, na perniciosa de programas de televisão, uma enorme produção de aberrações patológicas, de exemplos simplesmente doentios, de exaltação à violência, ao crime, ou adultério.

Não estará longe o momento de podermos afirmar, comprovadamente, que todo este estado de coisas não é produto de coincidências, não é o resultado da mentalidade torpe de falsos artistas, cada vez mais degradados com o trato diário de suas próprias torpezas que procuram justificar como se fossem normalidades, não há de haver uma condução, uma vontade e um cérebro orquestrando tantas desgraças e iniquidades lançadas para o consumo popular. Há mentes que trabalham incansavelmente para destruir a nossa moralidade, dissolver as famílias, prostituir as nossas crianças, apagar das nossas tradições a nossa herança cristã. Estamos definitivamente convencidos que a destruição do cristianismo através da destruição dos seus valores mais básicos, vem sendo uma meta fanaticamente perseguida por uma legião muito mais influente do que se possa imaginar, de inimigos da nossa sociedade, agora induzida ao ateísmo e ao materialismo que vêm sendo inoculados na nossa juventude, por falsas teorias muito bem dirigidas para esse fim.

Incinerada a nossa tradição familiar pela desestruturação que lhe é imposta pela exaltação do adultério, em novelas e filmes, vemos a nossa juventude em fuga para o tóxico, o sexo animalizado, a violência.

Como reclamar de se ter tornado a sociedade violenta e insegura se todos os valores da cristandade vêm sendo abandonados por um hedonismo que ultrapassou longe as fronteiras da sanidade mental?

Essas forças de desagregação que acreditamos terem origens e finalidades identificáveis acabam de, sorrateiramente, plantar novas terríveis sementes de destruição. Queremos denunciar duas dessas sementes: são dois movimentos que pela vinculação a ambos de nomes comuns, mostram suas afinidades.

Entre os nomes mais significativos desse trânsito comum vamos encontrar um certo Pierre Weil

que procura sintetizar-se como profeta de uma nova era.

É significativa a presença de outros nomes estrangeiros com Walter Steiner, Chang Sheng Kai e outros como a indicar que o nosso País foi o escolhido para nele desembocar o mais estranho manancial de esdrúxulas e suspeitas filosofias de vida.

Um desses movimentos visa diretamente a destruição do Cristianismo através do sincretismo religioso e no outro encontramos o lançamento da prática do incesto e da depravação de crianças de 3, 4 e 5 anos como comportamento normal.

Vejamos este assunto primeiro. Está nas bancas o lançamento de uma revista, **Corpo a Corpo** luxuosamente editada, ostentando logo no primeiro número um suporte milionário em propaganda variada e que, entre outras matérias de nenhum valor científico aconselha aos casais a terem relações sexuais com a presença e a participação de seus filhos da mais tenra idade. Este é realmente o primeiro de uma série de aconselhamentos que aos poucos irão tornando-se mais ousados e exigentes, e que conduzem com a maior naturalidade ao incesto, à promiscuidade sexual, numa ordenada investida contra a nossa civilização convidada assim a voltar, nem diríamos a um primitivismo, mas a acrescentar a este uma dose nova de uma visão sexual diferente, criada por esses novos sexoterapeutas do futuro.

É estranho, sem dúvida, que em duas novelas de maior audiência atualmente em exibição, e antes da aparição da dita revista, exista sem qualquer disfarce um relacionamento sexual incestuoso. Coincidência?

Quanto ao denunciado sincretismo religioso vamos encontrá-lo patrocinado pelo próprio Governo do Distrito Federal que pretende instalar aqui em Brasília, uma cidade dita da paz, dando guarida a mais uma corrente de pensamento internacionalista e, como sempre, alicerçada por milhões de dólares cuja finalidade é seduzir nossa juventude com formas alienantes de mais uma falsa religião que, no fundo, a pretexto de uma paz baseada no sincretismo programado, pretende apagar da nossa sociedade sua base cristã.

O assunto não é tão simples e há de merecer de nossa parte não somente essa denúncia, mas uma convocação para que se aprofunde uma pesquisa que há de esclarecer pontos mais obscuros. De qualquer forma é mais do que certo que estamos frente a duas insidiosas ameaças ao povo brasileiro. Voltaremos muito breve a este assunto.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Urge que o Governo encontre, para os problemas que as pequenas e médias empresas vêm enfrentando nos últimos anos, uma solução real e definitiva, facilmente inteligível e prontamente assimilável pelos interessados e que, aceita por todos, seja também extremamente prática em sua aplicação.

Meu partido vê com muita preocupação a crise em que se debatem o médio e o pequeno industrial e comerciante, porque neles identifica uma das tessituras básicas de nosso organismo social, cuja preservação é fundamental para a continuidade do funcionamento das instituições e indissociável do progresso de nossa gente.

São justamente esses empresários, verdadeiros pontas-de-lança da iniciativa privada, que, embora modestos em seu porte individual, unitário, responsabilizam-se, em conjunto, pela maior oferta de empregos do País.

No meu estado, a Flupeme – Associação dos Pequenos e Médios Empresários Fluminenses está desenvolvendo intensa atividade de mobilização, tendo programado, para a primeira semana de dezembro, o descadeamento de campanha de reivindicação perante o Governo, no sentido de socorrer pequenos empresários inadimplentes.

Prevê-se fase de graves dificuldades, se nada for feito de concreto até janeiro vindouro, com vistas a evitar situações concordatárias e faltimenteras.

O que o Banco Central fez, com a Resolução nº 1.335, diz Benito Paret, Presidente da Flupeme, foi apenas permitir a rolagem da dívida das pequenas firmas por 36 meses, medida que valeu, na realidade, como acordo governamental para resolver o problema dos bancos credores e não, especificamente, o das empresas.

Dezembro e janeiro serão meses cruciais. O refinanciamento propiciado pela citada Resolução nº 1.335 vai desembocar em um desmesurado aumento do endividamento, de praticamente o dobro do que era há seis meses, em função inclusive da variação da OTN, entre junho de 1987 (Cz\$ 310,53) e janeiro (Cz\$ 605,00 projetados, para janeiro).

Nessas condições, calcula-se que a inadimplência geral poderá atingir a 60% dos contratos vigentes – os quais, aliás, contêm cláusulas inaceitáveis de confissão de débito. Isso e as práticas abusivas que alguns bancos, à testa o próprio Banerj, impõem a pequenos e médios industriais e comerciantes tornará a mera sobrevivência de suas empresas uma impossibilidade.

Esse o panorama que o Governo tem de modificar, a menos que deseje estabelecer o caos em nossa economia, já tão abalada em vários setores.

Estas denúncias se somam a tantas outras já feitas inclusive através da imprensa, sendo que temos que destacar o trabalho feito pela AMPEME – Associação de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas do Grande Rio na pessoa do Sr. René Abi Jaudi que incessantemente tem levado a todas as autoridades a situação de desespero por que passam esses empresários.

O SR. JOVANNI MASINI (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Nação aguarda, com ansiedade, o início dos trabalhos do Plenário desta Assembléia Constituinte. O País todo está à espera das decisões importantes e definitivas que aqui serão tomadas. Nesse momento, nosso primeiro dever é trabalhar e trabalhar bem, para que a nova Constituição não tarde e que seja um bom texto, para que as novas normas fundamentais contemplam os interesses do povo trabalhador e consagrem os direitos e garantias pelos quais nossa gente espera há tanto tempo.

Nesse sentido, cabe renovar o apelo para que todos nós consigamos escrever uma Constituição que estimule e recompense aqueles que trabalham, aqueles que investem, aqueles que dão em-

prego. O projeto, até aqui, registra importantes avanços nessa direção, mas contém, igualmente, vários dispositivos que penalizam o trabalho, o investimento e a geração de empregos.

Precisamos, Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, mais do que nunca, valorizar os pequenos empreendedores, o pequeno produtor rural e os microempresários urbanos. É preciso estimular essa gente, amparar os que começam, pois é da pequena e microiniciativa que nasce a maior parte da produção e a maior parte dos empregos gerados em nosso país.

Temos, mais do que nunca, de valorizar os que – apesar de tudo – teimam em investir, produzir e oferecer empregos. Temos de estimular a criatividade e o talento daqueles que acordam cedo e apostam, dia a dia, no progresso do Brasil, assegurando-lhes uma justa retribuição pelo seu esforço.

Somente assim, Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, poderemos ajudar a combater o clima de desânimo e desencanto que, perigosamente, está contagiando os brasileiros. O destino nos faz conviver com problemas que não criamos, mas, de toda forma, temos de construir um país. Temos de fazer dessa terra um pedaço de chão livre da miséria e das humilhações que a miséria traz, e o pessimismo e a falta de ânimo só dificultam a realização desse ideal.

Pois bem, a Constituição precisa consagrar princípios que devolvam à nossa gente a vontade de trabalhar e construir. Isto somente será atingido se reduzirmos a burocracia estatal, se livrarmos a economia da ineficiência do Estado, se estimularmos a livre iniciativa e retribuirmos com justiça e suor dos que trabalham. O pequeno empresário precisa ter condições de continuar produzindo e gerando emprego, a livre iniciativa precisa ser realmente livre, e o trabalhador precisa receber um salário justo, principalmente o trabalhador que recebe salário mínimo e sofre todo o tipo de dificuldade. Restabelecer a liberdade de mercado e amparar os pequenos e humildes. É isto que temos o dever de permitir com a nova Constituição.

O SR. PEDRO CANEDO (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vem aí uma reforma fiscal à cata de mais recursos para o Governo Federal, destinada a aliviar os marajás, a garantir a boa vida dos burocratas de plantão, a assegurar a realização de obras desnecessárias e a eternizar o déficit público, transformando-se, ao final, numa injusta e inaceitável punição para toda a sociedade brasileira.

Segundo o Ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, a reforma “vai doer” no coração dos contribuintes e para outros, vai raspar o fundo do tacho da poupança do brasileiro. “Haverá reforma fiscal de qualquer jeito” – avisa o ministro mais próximo do Presidente da República, embora descartando a propalada taxação sobre o patrimônio, em outras palavras, o imposto sobre as fortunas maiores.

Mesmo fazendo mistério sobre o elenco de medidas a serem tomadas, o Governo Federal comunica, através de seus mais autorizados porta-vozes, como Costa Couto ou Bresser Pereira, que, dentro de mais uns poucos dias, uma semana talvez, o contribuinte levará novas e profundas

mordidas do leão do fisco. Tudo em nome de um suposto equilíbrio entre receita e despesa que é a meta visada pelo Governo, pelo que dizem os governistas.

Estranha-se, todavia, que em contrapartida à voracidade com que o Governo Federal salta sobre os ganhos dos contribuintes e anuncia que o imposto de renda retido na fonte não terá correção monetária – num jogo de mão única – este mesmo governo não tente pelo menos conter seus gastos excessivos, acabando com o déficit público. O discurso governamental é um e a prática é outra, completamente inversa. Todos falam que o déficit será combatido, que as coisas tendem a se equilibrar e que os esforços do governo são permanentes no sentido de acabar com essa anomalia financeira. Mas, a realidade apresenta-se com um desenho muito diferente da visão governamental, e o contribuinte, cada vez mais, é chamado a pagar a conta da incompetência e do desgoverno.

Por isso, entendo que o Congresso Nacional não pode assistir passivamente a mais este assalto e deve senão rejeitar os absurdos que forem propostos, no mínimo alterar os termos do anunciado pacote fiscal. É dever do Congresso impedir que o Governo Federal edite, através de decreta, um outro pacote de aumento da carga tributária, já por demais excessiva, sem o acurado exame das modificações que poderão ser introduzidas na economia nacional de forma a surpreender quanto aos seus verdadeiros objetivos.

Entendo até que não há o que negociar em relação a novos impostos. Está em pleno funcionamento a Assembléa Nacional Constituinte, que estabelecerá, dentro de poucos meses mais, a projetada reforma tributária. Se o governo necessita de mais dinheiro para manter sua máquina ineficiente, para pagar quem não trabalha, para contemplar empreiteiros insatisfeitos, para custear planos mirabolantes, para agradar sonegadores contumazes, para pagar comissões polpudas ou para cortejar governadores, que reduza seus gastos e localize o seu déficit orçamentário a níveis compatíveis com as dificuldades do País.

Não há mesmo nada a justificar um novo aumento da carga tributária. Só para se ter uma idéia, segundo especialistas, de cada compra de Cz\$ 2.000,00 num supermercado, Cz\$ 600,00 vão para as mãos do Governo. É muito imposto para pouca mercadoria. Um outro exemplo gritante de desgoverno: um levantamento do BNDES concluiu que de cada Cz\$ 10.000,00 aplicados em programas sociais, Cz\$ 9.000,00 não atingem o público alvo, perdendo-se no custeio, desperdícios e desvios:

Assim, não poderá o Congresso Nacional colaborar para transformar a Nação numa espécie de república fiscal, reforçando mais esta iniciativa do Governo Federal. Hoje, quanto aos tributos, o País está além dos 10% do PIB e caminha para próximo dos 25%, segundo estudo do Ciesp – Centro das Indústrias de São Paulo.

Há que se acreditar na força do Congresso para a defesa da sociedade como um todo, contra um governo que não se impõe, depois de tantos equívocos nas áreas política e econômico-financeira. Não se pode, em sã consciência, permitir um novo e grande equívoco do Governo a título de conter o déficit que está comendo tudo o que a Nação produz e não produz.

A política econômica do Governo que acha muito lógico, tanto acharat salários como aumentar tributos, pode ser afastada de vez pela ação do Congresso. Não se pode permitir que o Governo use a pele de quem trabalha e produz toda vez que precisar engordar o Erário. O Governo que trate de segurar seus gastos, cortando o supérfluo e o ineficiente além do combate puro, simples e direto à corrupção, e conter o seu próprio gigantismo e o gigantismo de suas ultradeficitárias empresas estatais. O Congresso deve, assim, manter-se vigilante, inclusive não entrando em recesso para não ser apanhado na contramão da história, passando por omissos diante de uma situação de extrema gravidade.

A sociedade brasileira não pode nem tem mais como financiar uma política econômica tão desastrosa como essa do PMDB, da Nova República.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

QUEM É ANTIDEMOCRÁTICO

Quando apus a minha assinatura no documento do chamado “Centrão”, o meu objetivo era demonstrar, de público, a minha revolta pela marginalização em que nos encontrávamos, nós que não pertencíamos à Comissão de Sistematização. Por outro lado percebi – um pouco tardivamente talvez – que a nova Constituição Brasileira estava, na verdade, sendo elaborada por uma minoria que não representa nem 17 por cento dos parlamentares eleitos em novembro de 1986.

Verifiquei que através de mecanismos casuísticos, fomos enganados através de um Regimento Interno que alijava a maioria das decisões. A Emenda Constitucional nº 26/85, que convocou a Assembléa Nacional Constituinte diz, textualmente:

“A Constituição será promulgada depois da aprovação do seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembléa Nacional Constituinte.”

Este trecho é de uma clareza meridiana e significa que todo o texto, artigo por artigo, parágrafo por parágrafo, inciso por inciso, deve ser discutido, votado e aprovado, pela maioria absoluta dos parlamentares.

À Comissão de Sistematização – como o próprio nome indica – competiria apenas sistematizar aquilo que veio aprovado das Comissões Temáticas. Em síntese, colocar ordem e racionalidade em tão dispares e variados assuntos.

Mas, não foi assim que se procedeu. Esta comissão de apenas 93 parlamentares, cerca de 1/6 do Plenário, acabou fazendo aquilo que seria atribuição de todos os Constituintes, isto é, discutir, votar e aprovar – ou não a maioria das decisões.

E o que se viu então, até agora, foi exatamente o inverso. A Comissão de Sistematização votou – em alguns casos deixou até mesmo de votar, dispositivos importantes, como o capítulo da comunicação, dos idosos, das crianças e dos índios – e aprovou um texto final que querem agora seja aceito por todos. Basta dizer que para mudar qualquer dispositivo que a Comissão tenha apro-

vado por 47 votos ou pouco mais, vamos necessitar pedir destaque, discuti-lo em plenário e conseguir para ele 280 votos da maioria absoluta. Não conseguindo isto, tal dispositivo estará automaticamente recusado. Vamos supor, por exemplo, o seguinte caso em que a Comissão de Sistematização tenha aprovado um dispositivo qualquer por 47 votos. Pedido o destaque no plenário para modificá-lo, este pedido obtendo 279 votos (quase 6 vezes mais do que na Sistematização) estará automaticamente recusado.

Que democracia é esta onde 47 votos de uma Comissão valem mais do que 279 votos de um plenário? É a evidência clara de que uma minoria quer impor as suas regras e as suas decisões. E isto sim, é característica dos regimes ditatoriais, tanto da esquerda quanto da direita.

Meu apoio ao "Centrão" não tem objetivos de eliminar e/ou alterar conquistas sociais já conseguidas. Ao contrário. A Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente que presidi, foi considerada uma daquelas que apresentou um anteprojeto dos mais progressistas sob o ponto de vista social.

Entretanto, o que não posso aceitar é que as esquerdas e alguns pseudoliberais façam tais manobras e ainda par cima, venham taxar a todos aqueles que aderiram ao "Centrão" de direitistas, conservadores e retrógrados.

Sr. Presidente, caros colegas Constituintes, repito aqui uma frase que pronunciéi há pouco tempo desta mesma tribuna:

"Não curvo minha espinha para a esquerda e tampouco para a direita. Sou um homem de centro e profundamente nacionalista. Só curvo minha espinha diante de Deus, quando me ajoelho para rezar."

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Uso esta tribuna neste momento para, em primeiro lugar, trazer a minha solidariedade aos funcionários da Emater, que estão passando por um dos momentos mais difíceis de suas vidas. Desta tribuna manifesto aos abnegados colaboradores desta Empresa Estatal, de extensão rural, o meu irrestrito apoio. Em seguida, desejo fazer um esclarecimento sobre o que representa para o Estado do Rio Grande do Sul e para o País, esta Empresa. No meu Estado, em convênio com as Prefeituras, tem prestado incalculável serviço à agricultura. A grande maioria de seu quadro de pessoal é composta de Engenheiros Agrônomos, escolhidos rigorosamente, todos de uma eficiência e capacidade ilimitadas, comprovado pelo serviço de alto nível que prestam às comunidades, especialmente à agricultura. São integralmente dedicados à profissão, quer prestando assistência técnica, quer contribuindo com pesquisas, melhoramentos e sementes, ou ainda, dando assistência à produção leiteira, especialmente nas regiões dos minifúndios, ou na criação de pequenos animais, como suínos, aves e outros. Assistem também os agricultores, dando orientação e criando melhoramento genético dos pomares, selecionando, dentro das condições climáticas, o tipo de frutas por região. Há ainda que citar o grande e extraordinário trabalho que tem desenvolvido com o programa das microbacias, voltado para a recupe-

ração do solo, cuja prevenção das erosões só é possível graças aos laboriosos serviços da Emater. Hoje, o Rio Grande do Sul e outros Estados da Federação têm as maiores partes de suas terras, com curva de nível feitas dentro da técnica orientada pela Emater.

Seria impossível descrever aqui todos os serviços prestados por esses agrônominos. Sem medo de errar, pode-se atribuir às suas técnicas a manutenção e preservação de abundantes safras e, se houve aumento, esta glória pertence tão-somente à Emater, uma vez que sua equipe está constantemente preocupada na recuperação do solo, com análises para que, desta forma, a composição de calcário e adubo seja correta.

Devo ressaltar também que deram ênfase à adubação orgânica, tanto o de estrume quanto o verde. Desenvolveram ainda um excelente trabalho no combate às pragas com aplicação de metas e métodos naturais, assim como a lâmpada ultravioleta e outras.

É esta gente que tantos serviços tem prestado, que está sendo perseguida, incompreendida pelos responsáveis, representados pela Diretoria que, certamente, interpretando pensamento das autoridades competentes, até agora nada fizeram para atender suas reivindicações. Dos 1.400 funcionários, compareceram à Assembléia Geral em Santa Maria, 1.200. Após uma profunda análise, elaboraram um documento contendo suas reivindicações, documento este que, faço questão, seja inserido nos Anais desta Casa. Peço, portanto, que seja transscrito. Manifesto ainda meus sentimentos de tristeza pela maneira com que tratam tão importante categoria. Os meus protestos a todos que têm o dever de zelar pelos da Emater, pois não é suficiente mantê-los na Empresa, mas reconhecer os relevantes serviços que prestam e atender às suas reivindicações, pois merecem uma atenção especial pelo que fazem.

Infelizmente, o que ocorre é justamente o oposto, em vez de se ajudar, procura-se de todas as formas menosprezá-los e até castigá-los como prêmio pelos grandes serviços prestados aos agricultores e, de modo especial, à evolução técnica em todas as áreas da produção agrícola.

Faço desta tribuna um veemente apelo a quem de direito para que as reivindicações desta categoria sejam atendidas, pois é humanamente inacreditável que a diretoria e as autoridades não se sensibilizem diante de um pleito tão justo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

FUNCIONÁRIOS DA EMATER PODEM RETIRAR APOIO ÀS CASAS DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Entrega dos cargos de coordenadores das Casas de Agricultura e Abastecimento, bem como dos cargos de chefia dentro da Emater/RS em todos os níveis, no caso de não atendimento de 64% de reposição salarial até 26 deste mês, foi das principais decisões tomadas sexta-feira (13-11-87) em Assembléia Geral realizada por 1.200 funcionários daquela empresa (de um total de aproximadamente 1.400), em Santa Maria.

Em clima agitado, a Assembléia teve um de seus mais importantes momentos no final da manhã, com a chegada da diretoria da empresa.

Convidada a comparecer para apresentação de propostas, à diretoria, que se fez presente através de seus três diretores (Clóvis Schuerchner, Suimar Bressan e Laurindo Ziulkoski) foi fortemente vaiada pelo plenário, quando este foi surpreendido por nada mais do que o relato das dificuldades por que passa a organização, sem que nada de concreto tivesse a apresentar, em termos salariais.

A partir daí passaram a ser votadas as propostas dos funcionários, que além de salário tinham como ordem do dia discutir a falta de apoio do Governo Estadual à extensão e ao produtor rural e eleições de cargos em todos os níveis dentro da empresa, entre outras propostas.

PROPOSTAS APROVADAS

1. Entrar na Justiça para exigência do cumprimento do dissídio de 1986.

2. Reivindicação para a negociação neste ano de 65,4% de reajuste, 43% de reposição salarial e 20% de produtividade. No caso de não serem cumpridos o acordo coletivo ou dissídio pela empresa na primeira folha de pagamento subsequente, ajuizamento da cobrança.

3. Reposição salarial de 64% a partir de novembro deste ano; tomando por base este mês e prazo até 26/11 para o seu atendimento. Uma vez não atendida a reivindicação, uma hora de paralisação na primeira segunda-feira após (30/11) para ato público de esclarecimento da situação às lideranças e comunidades rurais. Que neste mesmo dia, coordenadores das Casas da Agricultura e Abastecimento, bem como todos aqueles que detêm cargos de chefia dentro da empresa coloquem seus cargos à disposição, sem que outros colegas os aceitem.

4. Criação de comissões de mobilização a nível central e regional, com plantão de divulgação sobre o andamento do movimento.

5. Criação de formulário onde conste o número de horas extras trabalhadas a ser encaminhado ao departamento de pessoal da empresa, junto com a folha de freqüência.

6. Extinção de discriminação, atualmente existente entre associados e não associados da Fapers, no uso do Plano de Assistência de Saúde.

7. Que se denuncie as punições que venham a ocorrer, dos funcionários ameaçados.

8. Criação de um fundo de resistência, com a contribuição individual de 15 cruzados, corrigíveis por funcionário, com a finalidade de sustentar, durante algum tempo, aqueles que sejam demitidos.

Foram aprovadas ainda três moções: que o Plano de Cargos e Salários, independente da data de sua aprovação, vigore a partir de 1º de janeiro de 88; manifestação, à diretoria, do descontentamento dos servidores sobre a atitude desta, ao não levar propostas concretas à assembléia; encaminhada à Comissão Paritária de Cargos e Salários no sentido de instituir o adicional de difícil acesso.

Os servidores permanecerão em mobilização permanente reivindicando apoio decisivo do Governo ao trabalho da Emater junto à população rural no Estado e o restabelecimento de condições dignas de trabalho para a Extensão Rural.

O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Mais uma vez venho a esta tribuna denunciar manobras de grupos econômicos contra a classe dos comerciários.

O Sr. Ministro da Indústria e Comércio anunciou ontem que aquele Ministério havia elaborado minuta de decreto-lei que permitiria a abertura do comércio aos domingos. Para os que têm "olhos de enxergar", trata-se do resultado do **lobby** dos **Shopping Centers** e grandes magazines, que pretendem atender sua fome voraz de lucros à despeito do respeito ao ser humano, o comerciário, que tem no descanso semanal dos domingos, o momento de convívio familiar e de lazer.

Srs. Constituintes, meu apelo é antes de tudo humanitário. Afora as diferenças ideológicas e partidárias, tendo certeza que acima de tudo está o apreço pela pessoa humana. Apreço completamente esquecido pelo Sr. Ministro, que com afirmações como "os consumidores poderão escolher melhor os produtos que queiram comprar", demonstrou que não sabe que atrás do balcão existem pessoas e não máquinas.

Afirmam alguns que a folga semanal seria compensada em outro dia da semana, ou paga em horas extras. Estes que assim dizem, demonstram não conhecer a realidade do comércio. O comerciante não iria poder contratar mais, com o acréscimo de lucro que adviria da medida. Iria sim, criar um sistema de turnos, através do qual cada comerciário perderia ao menos um domingo ao mês. E tenham certeza, esta é a melhor hipótese possível.

O descanso semanal não é apenas uma conquista trabalhista consolidada, é também uma conquista histórica que nasceu com o Cristianismo e que hoje faz parte da cultura ocidental. Seu fim seria um retrocesso inaceitável e a marca de um governo, que para favorecer pouco se esquece de uma categoria que só em São Paulo, reúne, 1,2 milhão de profissionais. Mas, tenho certeza que prevalecerá o bom senso no Governo Federal e não veremos prejudicadas tantas famílias de trabalhadores brasileiros. Inclusive gostaria de louvar a atitude do Ministro Almir Pazzianotto, que aconselhou o Ministro José Hugo a consultar os sindicatos de comerciários e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio – CNTC.

Os comerciários sempre demonstraram muita sensibilidade aos problemas de seus patrões. Por isso vemos aos finais de ano, todo comércio aberto nos fins de semana e à noite. Pelo mesmo motivo foi possível se decretar, em julho deste ano, o Decreto-lei 94.591, resultado de trataves entre comerciários e comerciantes. Este decreto possibilita a abertura, aos domingos, do comércio localizado nos portos, aeroportos, estradas, estações rodoviárias e ferroviárias, hotéis, agências de turismo, locadoras de veículos, postos revendedores de combustível, feiras de exposições e empresas de radiofusão. Diante destes motivos, muito me estranha a atitude parcial e isolada do MIC, de preparar a minuta de decreto sem antes consultar os representantes dos comerciários.

Nesses termos, venho solicitar o empenho dos Srs. Constituintes, no sentido de se repudiar a atitude do MIC que viria a agredir o "bem-estar" de uma numerosa categoria profissional.

É o que tinha a dizer.

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Freqüentes têm sido as denúncias, geralmente divulgadas pela imprensa, de audaciosos assaltos a transportes rodoviários, ocorridos em nossas estradas. Em inúmeros casos, desaparecem cargas, caminhões e mesmo seus motoristas, sem que reste a menor pista para sua localização pela polícia, interessados ou familiares.

Os perigos enfrentados pelos motoristas nas rodovias brasileiras – expostos que vivem à sanha desumana de cruéis assaltantes –, tornam-se motivo de alarme, exigindo das autoridades providências coercitivas, fiscalizadoras e punitivas contra tal desafio imposto à nossa sociedade.

Na verdade, nobres Deputados, no que concerne à segurança, o transporte rodoviário de cargas é totalmente desprotegido, por força de dificuldades de ordem prática oriundas da nossa extensão territorial, onde impera a falta de policiamento, mormente nas estradas.

Todas as atividades inerentes ao transporte rodoviário de cargas, cada vez mais, tornam-se comprometidas, em virtude de, basicamente, um único fator: o risco! Risco decorrente da perda da carga, para o proprietário; da responsabilidade de indenizar, para a empresa de transporte e para o transportador rodoviário autônomo (carreteiro); pelo risco de sinistro, para o segurador; perda do veículo, para o transportador rodoviário autônomo e para a empresa; risco da perda da vida humana, para a nossa nacionalidade.

Por outro lado, sequer se pode objetar que o risco é consequência da negligência empresarial ou da carência dos sistemas de proteção e de segurança, pois, como sobejamente pode ser constatado pôr simples exame de **visu**, todas as condições de segurança preventiva e repressiva ao alcance do particular são adotadas pela imposição de um processo racional e econômico, em face do vulto dos investimentos e das responsabilidades assumidas para o exercício das atividades do transporte rodoviário de cargas. Contudo, esse esforço esbarra, irretorquivelmente, contra a evidéncia em que se coloca o caminhão e sua carga, na prestação de seus serviços, isolado, a enfrentar o furto, o roubo e o latrocínio.

Não se elencam as modalidades delituosas na taxatividade anteriormente indicada. Ao contrário, o que se tem observado nesse sentido é que, rapidamente, o crime seguido de violência vai substituindo os crimes menores, através de uma escalada mórbida e inexorável. Ou seja:

– se, anteriormente, preponderava o furto de veículos e cargas, quando estacionados em depósitos das empresas ou em postos de serviços, ou ainda, em restaurantes e hotéis;

– se, antes, defrontava-se a figura do furto com fraude, pelo aponderamento da carga por falsos transportadores rodoviários autônomos, que se apresentavam munidos de documentos falsos, deles e dos veículos;

– se também surgiam os acidentes simulados de tombamentos ou incêndios de cargas, com venda anterior destas pelos motoristas inescrupulosos;

– se sofria-se apropriações indébitas e crime de estelionato... esse quadro se transfigurou.

Hoje temos ação de **societas sceleris** com performances do crime organizado, que, no conceito da ética própria, corre o risco da violência continuada contra as pessoas, objetivando apropriação das cargas e dos veículos, assumindo conscientemente o evento do latrocínio.

Não há tipo de cargas que interessam mais ou menos aos assaltantes: produtos **in natura**, produtos industrializados ou obras de arte, todos são objetos de sanha criminosa. Muitas vezes, dentre as cargas transportadas, encontram-se psicotrópicos, tóxicos, armas, munições e explosivos que, posteriormente ao assalto, dão surgimento a outra cadeia de delitos laterais, possivelmente mais graves e dolorosos que os específicos decorrentes do transporte.

A audácia é ilimitada: sequer tem-se a certeza da validade documental, pois motoristas existem que não disfarçam a sua condição de assaltantes, quando, com ousadia apresentam às suas vítimas a própria documentação que possuem.

Srs. Constituintes, desconsideradas eventuais deficiências registradas nas empresas, foram localizadas, em regra primacial de posicionamento, razões que se encontram na ação ou omissão do poder público, que, indiscutivelmente, reforçam sobremaneira toda uma gama de motivações, das quais decorre o direcionamento das ações criminosas contra o transporte rodoviário de cargas, ou seja:

– a crônica falta de recursos humanos e materiais, aliciada à carência de experiência tipificada das atividades do transporte rodoviário de cargas, que; regra geral, padecem as nossas instituições policiais;

– a inexistência de um órgão central de informação, identificação e qualificação, competente e capaz para agilizar toda e qualquer pesquisa nesse sentido, em âmbito global e nacional;

– a evidente falta de entrosamento entre as secretarias de segurança pública dos Estados, por intermédio de suas delegacias ou outros organismos secundários, impedindo sucesso nas investigações ou diligências, além das considerações que defluem dos problemas decorrentes das estanques competências de jurisdição;

– a inadequação e desatualização das penas prescritas para os delitos qualificados, praticados nos desvios de cargas, sempre conceituadas como penas leves, propiciando, mor das vezes, o relaxamento da prisão, resultando em punição incapaz de desestimular o ato criminoso ou de afastar o marginal do convívio da sociedade, por prazo compatível com a sua programada recuperação;

– a falta de condições de sustentação do processo de encarceramento, seja por reclusão ou por detenção, que motivo facilitarão de soltura e até mesmo complacência judicial, para evitar o agravamento da população carcerária;

– somam-se ainda, determinadas circunstâncias sócio-econômicas regionais, a estimular o tráfico de influências, contribuindo para a continuidade impune dos delitos praticados;

– no ápice do triângulo da competência, a morosidade da Justiça no julgamento dos feitos;

– a evidente e até mesmo incontrolável carência de tratamento mais severo para o receptador, indiscutivelmente, mola propulsora do estímulo ao criminoso direto;

– falta de penalização mais severa para o futuro qualificado de documentos;

– além disso, a inexistência da regulamentação do transporte rodoviário de cargas que, incontestavelmente, permite o surgimento marginal de pseudo-empresas ou de pseudotransportadores autônomos (carreteiros).

Além disso, há que se considerar a grandiosidade dos números que a estatística, requerida entre sindicatos, associações, companhias de seguros e delegados de polícias, permitem enfoca.

– a compilação e análise dos informes obtido informam que, considerando o número de viagens realizado pelas empresas de transporte como um total de 100%, chega-se ao índice de 0,013% de cargas furtadas e o índice de 02 veículos/ano furtados.

Nobres Colegas: para um universo de 6 mil empresas de transporte rodoviário de cargas, cadastradas no DNER, e ativas no sistema, numa média anual de 3.600 viagens, temos o total de 21.600.000 viagens.

Desse montante, o índice de ocorrências envolvendo cargas perfaz um total de 3 bilhões, 938 milhões, 973 mil e 900 cruzados. As que envolvem roubos de veículos representam um total de 3 bilhões, 251 milhões e 250 mil cruzados.

O somatório dessas importâncias apontam como resultado o importe de 7 bilhões, 190 milhões, 223 mil e 900 cruzados por ano, cerca de 47 milhões de dólares, ou seja, 0,02% da totalidade do Produto Interno Bruto brasileiro.

Não resta dúvida, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que são realmente consideráveis as importâncias citadas, tomando altamente compensadora a atividade dos marginais que infestam as estradas brasileiras.

Diante da escalada dos crimes registrados em nossas rodovias, propõe a Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas o estudo e viabilização das seguintes medidas:

1. A criação de Delegacias Estaduais Especializadas na repressão de crimes contra o transporte rodoviário de cargas, competentes para investigar as ações delituosas no Estado, bem como para processar inquéritos policiais a elas referentes. Que tais Delegacias sejam estabelecidas dentro de um sistema uniforme de repressão ao crime contra o transporte rodoviário de cargas, apoiado pelos dados fornecidos por todas as demais Delegacias Especializadas do País, unificando-se em perfeita integração entre seus policiais de modo a criar, através de convênios, a agilização de normas e procedimentos processuais e bem assim possibilitar o enfrentamento das dificuldades geradas em decorrência das limitações competenciais, por força da égide jurisdicional.

2. Proposta idêntica de criação, no Departamento de Polícia Federal, de órgão destinado à repressão ao crime no transporte rodoviário de cargas, com âmbito interestadual, como entidade de apoio às Delegacias Estaduais Especializadas.

3. Sugerir a criação de uma Comissão permanente junto ao Ministério da Justiça, a ser composta por membros oficiais do Ministério e membros a serem indicados pelo transporte rodoviário de cargas, e pela Federação Nacional da Empresas de Seguro e Capitalização, objetivando, em caráter efetivo e continuado, estudos e conclusões sobre a problemática decorrente do furto de cami-

nhão e carga, roubo e assalto, destarte obtendo e ofertando subsídios que permitam o aprimoramento das Delegacias Estaduais Especializadas.

4. Manter, nas Delegacias Estaduais Especializadas, convênio com o "Projeto Polvo", instituído pelo DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de sorte a instalarem nas suas respectivas sedes um terminal do referido projeto, para rápida e eficaz consulta dos registros computados, para os quais haveria adequação concernente ao recebimento de nova metodologia de informes, propiciando recursos repressivos-policiais, inclusive com absorção de dados a serem fornecidos, fechando assim um circuito perfeito no sistema informático pertinente ao transporte rodoviário de cargas. Relativamente a esses terminais, as Entidades de Classe do TRC – Transporte Rodoviário de Cargas, mediante convênio, teriam acesso às computadas informações.

5. Buscando melhoria das medidas de proteção e segurança do transporte rodoviário de cargas, sugere atribuir poder de polícia às Patrulhas Rodoviárias Federais, subordinadas ao Ministério dos Transportes, com nova denominação de Polícia Rodoviária Federal.

6. Por força do Direito Positivo vigente, fazer cumprir as determinações da Legislação do ISTR – Imposto sobre Transporte Rodoviário, no que concerne à fiscalização de competência do DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, bem como cumprir a Legislação pertinente ao registro de transportadores no referido órgão, oficializando a autorização do seu alcance, inclusive sobre a emissão dos conhecimentos, manifestos de cargas, registro, além da documentação usual do veículo e do motorista, fiscalização essa a ser exercida por força da determinação legal aludida.

7. Propor a realização de estudos no sentido de possibilitarem sejam firmados convênios entre a União e os Estados-membros, para a aplicação da propostura anterior também pelas Polícias Rodoviárias Estaduais.

No Nordeste, no nosso histórico Estado de Pernambuco, experiência análoga vem demonstrar a compreensão dedicada ao transportador rodoviário de cargas, quando, por protocolo com outros nove Estados da região, desde 1978, firmou-se com os insignes Secretários de Estado de Segurança Pública, compromisso de interinformações e de agilização no processo das investigações e cumprimentos de inquéritos interestaduais, assegurando uma efetiva proteção ao TRC – Transporte Rodoviário de Cargas.

Portanto, não seria exagero a convicta afirmação de que a falta de segurança no transporte rodoviário de cargas afeta diretamente toda nossa estrutura sócio-econômica, provocando com essência o aumento do custo do frete; o agravamento da taxa de seguro; a oneração do preço final da mercadoria; o desestímulo na oferta de emprego e deste, como consequência, aprovação inicial da marcha da espiral inflacionária. Chega-se até à constatação de que, em determinadas regiões do País, o índice é tão agravado que torna inviável a realização da própria atividade de transporte, com irremediáveis perdas para o mercado transportador, para a produção e para comércio, efeitos que contam sempre em prejuízo do consumidor final.

Por outro lado, a morte de motoristas, praticada nos assaltos, concorre para o desestímulo do transportador rodoviário autônomo (carreteiro) do setor, do mesmo modo que aumenta a exigência por parte dos motoristas com vínculo empregatício, de condições impossíveis de serem atendidas quanto à segurança dos mesmos. A morte provoca ainda viúvas e órfãos e a coletividade receberá, no futuro, possíveis e eventuais delinqüentes, por força do imperativo decorrente de semelhante crueza social.

Por concordarmos plenamente com o pleito dos transportadores de carga e, diante da sua importância sócio-econômica nacional, fazemos nosso o seu brado e apelamos às autoridades competentes do DNER no sentido de que, na medida do possível, sejam atendidas as presentes solicitações e providenciadas medidas eficazes para a proteção e segurança do transporte rodoviário de cargas.

O SR. EDÉSIO FRIAS (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o **Jornal do Brasil** do dia 30 de novembro passado publicou, em destaque, na pág. 4 do primeiro caderno, notícia da mais alta gravidade, intitulada: "Evangélicos adeptos dos 5 anos têm Cz\$ 108 milhões de Sarney", ilustrando tal noticiário com uma fotografia do Presidente José Sarney que tem a legenda: "Sarney: Cristão Eclético".

A autora, jornalista Deborah Berlinck, tendo falado dos evangélicos de forma genérica, motivou esse meu pronunciamento, e peço a V. Ex.^a que autorize a transcrição do noticiário referido, pois divulgou que uma organização evangélica denominada Confederação Evangélica do Brasil, presidida, segundo noticiou, pelo Deputado Gidel Dantas, do PMDB – CE, recebera como doação (a fundo perdido) aquela soma referida, em troca do voto do que classifica de terceiro partido, ou seja, um grupo de 34 deputados evangélicos com assento nesta Assembléa Nacional Constituinte, e dentre estes me incluo, como batista que sou, até porque, como o apóstolo Paulo, "não me envergonho do Evangelho do Cristo".

Resta saber, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, quem vai processar a jornalista Deborah Berlinck ou o **Jornal do Brasil**, dentre aqueles que foram citados nominalmente neste escândalo vergonhoso. Infelizmente ainda não foi permitido votar sobre o que parece mais polêmico neste País, no dia de hoje, é o prazo de mandato do atual Presidente da República, porque não fui escolhido para a Comissão de Sistematização, razão pela qual, talvez não tenha sido citado nominalmente pela jornalista. Entendo que compete ao Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, em defesa do Poder Executivo, desde que solicitado por S. Ex.^a, o Senhor Presidente da República, a proposição do ato judicial cabível, já que vivemos em um regime democrático, caso se deseje o devido respeito ao Poder Executivo. Por outro lado, compete também aos Srs. Parlamentares citados nominalmente pela jornalista, como negociadores nessa infeliz transação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo da venda de determinados votos pelo valor de 108 milhões de cruzados!

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, diante da proliferação dos escândalos, sem que se lhes dê co-

bro, certa vez ouvi de um jurista brasileiro com renome e trânsito internacional, a vergonhosa afirmação do significado, no exterior, para a palavra negociata no Brasil: "É um grande negócio, que a gente não está nele...".

Há poucos dias, lideranças notáveis dessa Assembléia Nacional Constituinte se fizeram ouvir num contundente protesto contra ato que entendiam como desmoralizador do Poder Legislativo no Brasil, qual seja aquele de haver a digna Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais votado favoravelmente a um projeto que permitia um empréstimo para os Srs. deputados que seria pago parceladamente sem os juros cobrados normalmente pelos bancos (que hoje, pelo voto, também oficializou a agiotagem no País) e pediam, inclusive, a intervenção do Congresso Nacional, no sentido de anular aquele ato desmoralizador.

O que é mais grave? Tomar um empréstimo para pagamento sem juros, ou vender o voto?

Onde estão aquelas lideranças que calam agora, e não defendem a moral desta Casa?

Ninguém diz nada em defesa da dignidade do Presidente da República?

Que País é este? Que nova República é esta onde uma jornalista, numa página política em um dos maiores jornais do País afirma que o Senhor Presidente da República negocia em troca de 108 milhões de cruzados, votos de 34 senhores deputados Constituintes para garantir um mandato de cinco anos para a sua gestão?

Sr. Presidente. Srs. Constituintes, os escândalos e a falta de decôr já estão fazendo parte do cotidiano, do trivial, nesse pobre País!!! Agora mesmo, acaba de se oficializar a propina nas concorrências públicas no Estado do Rio de Janeiro! A negociação agora só é questionada na sua forma de pagamento, ou seja, a moeda escolhida. Na semana passada, foi também amplamente divulgada a troca de um cheque de valor equivalente a cinco por cento do preço de aquisição de sofisticados aparelhos de tomografia computadorizada para o Inamps, pela doação de veículos (ambulâncias), com autorização dada publicamente pelo Sr. Prefeito da cidade, verdadeiro gestor do orçamento do Inamps, e as ambulâncias estão a trafegar pelas ruas do Rio de Janeiro, ostentando a oficialização da propina, em frase pintada nas suas portas: "Doação da Siemens"!

Isto significa dizer que o imoral já se tornou o normal!

Segundo um dito popular, "quem cala consente"

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fica aqui o meu repto: não conheço essa entidade citada pela jornalista do **Jornal do Brasil** denominada "Confederação Evangélica do Brasil" nem se recebeu os 108 milhões (a fundo perdido) – que divulgou.

Sei que sou evangélico, batista, e muito me orgulho disso! Espero poder terminar esta mandato parlamentar que me outorgou o povo do Rio de Janeiro, podendo-me orgulhar, também, de ter sido um deputado federal constituinte!

Certamente isso será possível, sem notícias desse quilate, de que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Supremo Mandatário da Nação, segundo a jornalista Deborah Berlincck, compra votos dos Srs. deputados federais para manter o prazo que deseja para o seu mandato!

A liberdade de imprensa, entendo, não deve chegar ao extremo de poder transformar o nosso sistema de governo, de uma democracia em uma anarquia!

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo esta tribuna para encaminhar à Mesa, solicitando que seja registrado nos Anais desta Casa, as minhas sugestões para o Programa – Mutirão da Habitação, sugerindo que seja incluído neste Programa o Projeto da Habitação Rural.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, encaminhei aos Ministros do Planejamento e ao Ministro da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o meu Projeto da Habitação Rural, com sugestões e indicações de áreas rurais para construção de moradias com a finalidade de atender as populações mais carentes.

O Programa Mutirão da Habitação, vem mostrar, que o Projeto da Habitação Rural, de minha autoria, é mais do que viável. E que, apesar das dificuldades que este País atravessa, não poderemos esquecer o homem do campo. Pois, sem darmos condições de moradia e a esta gente, nunca chegaremos a um consenso. Pois, sem o teto, sem o saneamento, não haverá saúde e sem saúde não haverá produção e sem produção não haverá diminuição do déficit público.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a destinação de verbas para a construção da habitação rural não pode mais ser adiada, isto se quisermos cumprir com o mínimo do que nos propusemos quando estávamos dando nossos primeiros passos em direção a esta Casa. Pois é lá no campo que está o início da redenção de todos os problemas deste País.

Espero, Sr. Presidente, que esta Casa sensibilize os órgãos encarregados de destinar verbas para os fins sociais, no sentido de aprovar e liberar com a maior urgência os recursos para a construção dessas moradias.

– Antes de terminar, Sr. Presidente, gostaria de deixar aqui registrado os nomes de cidadãos, que, sem nenhum interesse, a não ser o de contribuir para melhores dias para aquela gente, estão engajados nesta minha luta: José Kleber dos Santos, Aparecido Donizete Teixeira de Camargo, Uene Pereira Lopes, Gilberto Pereira Barreto, Argentino Pereira da Silva, Damião Benício dos Santos, Francisco Oliveira Silva, José Marques de Almeida, Gesse Simão da Silva, Antônio Pereira Bacuri, Francisco de Assis Oliveira, Dario Aquino Fernandes, Waldino Farias Jacob e João Mamede da Silva.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Of. nº18/87 GAB. 339/CD

Brasília, 10 de novembro de 1987.

Exmº Senhor
Dr. Aníbal Teixeira
MD. Ministro do Planejamento
Nesta

Senhor Ministro,
Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, sugestões para o Programa Mutirão da Habitação, sugerindo que seja incluído neste Programa, o Projeto da Habitação Rural.

Certo de poder contar com o atendimento de Vossa Excelência, subscrevo-me.

Cordialmente – **Davi Alves Silva**, Deputado Constituinte.

Of. nº 17/87/GAB. 339/CD

Brasília, 10 de novembro de 1987.

Exmº Senhor

Dr. Prisco Viana

MD. Ministro da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Nesta

Senhor Ministro,

Estou encaminhando, em anexo, sugestão para o Programa Mutirão da Habitação, sugerindo a Vossa Excelência a inclusão da Habitação Rural nesse Programa.

Certo do atendimento.

Cordialmente. – **Davi Alves Silva**, Deputado Constituinte.

Of. nº 531/87-GP

Brasília, 19 de novembro de 1987.

Ilmº Sr.

Dr. Silvio Rômulo Guimarães de Andrade
M.D. Chefe do Gabinete do Ministro
Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente

Senhor Chefe do Gabinete:

Encaminho; em anexo, projeto de lei de iniciativa do Sr. Deputado Davi Alves Silva, cuja finalidade é destinar 50% dos recursos do SFH para construção de moradias rurais.

Segue também, em anexo, os pareceres do Ministério da Agricultura, bem como da CEF sobre o assunto.

Cordialmente. – **Osvaldo L. B. Fraga**, Chefe do Gabinete.

PROJETO DE LEI Nº

Destina 50% dos recursos do SFH à construção de moradias no meio rural e dá outras providências.

Do Deputado Davi Alva Silva

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Sistema Financeiro de Habitação – SFH, aplicará, anualmente, nunca menos de 50% de suas disponibilidades no financiamento de residências no meio rural.

Art. 2º As residências, de que trata o artigo anterior, serão financiadas nos mesmos moldes e nos mesmos prazos vigentes para o meio urbano.

§ 1º As construções financiadas não poderão ser objeto de qualquer tipo de alienação ou de cessão de uso antes de decorridos dez anos, ainda que haja sido quitado o saldo devedor.

§ 2º A desobediência à norma estabelecida no parágrafo anterior tipifica o crime de apropriação indébita.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de sessenta dias de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O êxodo rural é fenômeno que vem trazendo sérias inquietações a todos os que se debruçam

sobre a problemática brasileira. Hoje, a população urbana vem sendo continuamente aumentada como ingresso das pessoas vindas do meio rural e que por não possuírem qualquer tipo de qualificação, acabam sendo esmagadas pela cidade grande e lançadas à marginalização. O número de desabrigados crescem; as condições subumanas de vida proliferam; o número de prostitutas e de assaltantes passa a ser mais um tormento para o aglomerado urbano.

É preciso reverter esse quadro sob pena de um comprometimento total com o futuro deste País. Ninguém se torna um marginal por vontade própria; os que estão envolvidos nesta triste situação desejam, ardenteamente, uma solução para os seus problemas.

Este projeto, na simplicidade de seus termos, representa uma tomada de posição em face da tão angustiante problemática. Sabido que a busca de uma condição melhor de vida é causa predominante do êxodo rural, oferece alternativa que é bastante válida: a fixação do homem do campo mediante a construção da casa própria pelo Sistema Financeiro de Habitação.

Desse modo, acredito, estaremos contribuindo para que não ocorram as migrações internas, cujos perniciosos efeitos tem sido apontados insistente pelas Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no País, sem que a elas sejam dado nenhum apoio governamental. Ao mesmo tempo, estaremos oferecendo infraestrutura hábil para, dentre outras coisas, estancar a proliferação da doença de Chagas.

Entendemos que a construção da casa popular nos grandes centros urbanos desestimula a implantação da reforma agrária tanto esperada pelo homem do campo.

Outrossim, se aprovado este projeto, estaremos dando passo decisivo na implantação da reforma agrária tão fundamental para o País.

Espero contar com o decisivo apoio de todos os Congressistas para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 1987. – Deputado **Davi Alves Silva**.

ADENDO AO PROJETO DE HABITAÇÃO RURAL

Estou encaminhando os nomes dos Municípios que pretendo ver incluídos no programa de habitação rural, em 87.

Este trabalho terá a participação das Prefeituras e será submetido aos Ministérios da Agricultura, Reforma Agrária, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e Secretaria do Planejamento. Uma vez que os Municípios terão, em seus povoados, através deste projeto, casas rurais para o homem do campo.

Municípios: Imperatriz, João Lisboa, Açaílândia, Estreito, Montes Altos, Amarante, São Raimundo das Mangabeiras, Samambaia, Fortaleza dos Nogueiras, Santa Luzia, Lago da Pedra, Bacabal, Lago do Junco e Balsas. – **Davi Alves Silva**, Deputado Constituinte.

SUGESTÕES PARA O PROGRAMA DE HABITAÇÃO RURAL

O Ministério da habitação e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, preocupado com o déficit habitacional existente na classe de baixa renda, me faz assumir a seguinte posição:

1º) Mesmo sabendo que o programa Mutirão da habitação é de responsabilidade das Prefeituras, não me impossibilita de apresentar sugestões que tenham diretrizes traçadas com soluções para o programa do Mutirão da habitação.

2º) As sugestões aqui demonstradas pretendem oferecer dados concretos para o setor da habitação rural, onde está marginalizado o homem do campo, que, com as mãos calejadas e a marca do sol no seu rosto, não tem sido motivo de preocupação para o órgão de financiamento do referido programa. Este homem, que faz o engrandecimento do nosso País através da produção agrícola, não está no primeiro plano da habitação rural.

3º) O projeto de habitação rural, de minha autoria, que segue em anexo, acompanhado do parecer do Ministério da Agricultura nº MO-35.694, do dia 25-3-87, e Ministério do Desenvolvimento Agrário, sobre o ATGM-125, do dia 13-4-87, parecer da Caixa Econômica Federal, Padecop - 49/87, encaminhado ao MDU, órgão que fará execução do referido programa.

4º) A sugestão apresentada procura ocupar maior espaço na questão da moradia rural, descrevendo as condições e nelas apresentando solução. Pois entendo que, como representante do povo no Congresso Nacional, tenho o compromisso de um trabalho voltado para o bem-estar do homem do campo, no campo.

5º) A título de experiência, passo a apresentar os seguintes povoados e áreas, na região tocantina, que coloco à disposição desse Ministério, sem ônus para o referido Programa, para tirar do papel e colocar habitação na área rural.

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Olho D'Água dos Martins	50 Terrenos 10X30
Coquelândia.....	50 Terrenos 10x30
São Félix.....	50 Terrenos 10x30
Petrolina.....	60 Terrenos 10x30
São Francisco.....	30 Terrenos 10x30
Domingão.....	50 Terrenos 10x30
Cidelândia.....	200 Terrenos 10x30
Gavião.....	30 Terrenos 10x30
Centro do Abrão.....	30 Terrenos 10x30
Curvelândia.....	50 Terrenos 10x30
Marrecos.....	30 Terrenos 10x30
Lontra.....	20 Terrenos 10x30
Jatobazinho.....	20 Terrenos 10x30
Vila Nova dos Martírios	100 Terrenos 10x30
São Pedro da Água Branca.....	300 Terrenos 10x30
Centro do Rimundão....	30 Terrenos 10x30
Vila Zé Neguinho.....	50 Terrenos 10x30
Primeiro Cocal.....	50 Terrenos 10x30
São João do Andirobal.	100 Terrenos 10x30
Trecho Seco.....	50 Terrenos 10x30
União.....	20 Terrenos 10x30
Brejão.....	150 Terrenos 10x30
Centro do Robertão....	100 Terrenos 10x30
Lagoa Verde.....	50 Terrenos 10x30
Centro Novo.....	50 Terrenos 10x30
Bebedouro.....	30 Terrenos 10x30

Camaçari.....	30 Terrenos 10x30
Ribeirinho.....	200 Terrenos 10x30
Ribeirão da Roça.....	50 Terrenos 10x30
Água Viva.....	60 Terrenos 10x30
Pintada.....	20 Terrenos 10x30
Bacaba.....	20 Terrenos 10x30
Mil e Setecentas.....	20 Terrenos 10x30
Mil e Duzentas.....	20 Terrenos 10x30
Ciríaco.....	50 Terrenos 10x30
Santa Rita.....	10 Terrenos 10x30
Curimatá.....	10 Terrenos 10x30
Vila Davi.....	300 Terrenos 10x30
Vila Santa Lúcia.....	200 Terrenos 10x30
São José.....	30 Terrenos 10x30
Centro dos Frades.....	30 Terrenos 10x30
Total:.....	1.830 Terrenos 10x30

MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO

São João do Paraíso....	100 Terrenos 10x30
Campestre.....	200 Terrenos 10x30
Lageado.....	50 Terrenos 10x30
Total:.....	350 Terrenos 10x30

MUNICÍPIO DE ESTREITO

Olho D'Água dos Pintos..	50 Terrenos 10x30
São Pedro dos Crentes..	100 Terrenos 10x30
Total:.....	150 Terrenos 10x30

MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA

Nova Brasília.....	50 Terrenos 10x30
Mucuiba.....	200 Terrenos 10x30
Arapari.....	30 Terrenos 10x30
Centro do Toinho.....	50 Terrenos 10x30
Açaizal.....	50 Terrenos 10x30
Cumaru.....	50 Terrenos 10x30
Tanque.....	50 Terrenos 10x30
Buritirana.....	50 Terrenos 10x30
Centro Novo.....	50 Terrenos 10x30
Pindarezinho.....	50 Terrenos 10x30
Centro dos Carlos.....	50 Terrenos 10x30
Total:.....	680 Terrenos 10x30

MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA

Novo Bacabal.....	30 Terrenos 10x30
Córrego Novo.....	30 Terrenos 10x30
Piquia.....	50 Terrenos 10x30
Itinga.....	100 Terrenos 10x30
KL-30.....	30 Terrenos 10x30
Total:.....	240 Terrenos 10x30

6º) Para o estudo da aplicação de recursos do Fundo do Programa Mutirão da Habitação, estamos criando comissão composta por representantes da comunidade, que poderão auxiliar as Prefeituras, selecionando as famílias interessadas e cadastrando para encaminhar às Prefeituras que farão convênios com este Ministério.

7º) Os projetos de urbanização básica para o atendimento social serão elaborados pelas Prefeituras, podendo mobilizar as comunidades no sentido de participar com o mínimo de exigência possível na definição da implantação do programa em referência.

8º) A definição do prazo da prestação caberá as Prefeituras e Comissão de Apoio ao Mutirão.

9º) Dentre o tempo que a Comissão estiver engajada ao Mutirão, fará um levantamento de como serão pagas as prestações com cláusulas que deverá ser de acordo o Programa Mutirão de Habitação.

10º) A destinação dos terrenos aqui mencionados é a contribuição que faremos neste programa de Governo. Para levar à população carente um mais alto alcance social para que possam se abrigar condignamente dentro de suas moradias, e para isto estou disposto e pronto para ajudar.

Brasília, 28 de outubro de 1987. –
Davi Alves Silva, Deputado Constituinte.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

Informação Nº 089/87/MA-CJ.

Ref.: Projeto de Lei do Deputado David Alves da Silva.

Senhor Consultor Jurídico,

O Exmº Sr. Deputado David Alves da Silva encaminhou Projeto de Lei, cuja finalidade é obrigar o SFH a destinar, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos seus recursos financeiros à construção de moradias rurais.

Solicita parecer sobre a matéria.

E o relatório.

Na Informação nº 43/CJ/87, indicamos que a matéria envolve a Reforma Agrária que vem sendo implantada no Brasil, com ação integrada de quase todos os Ministérios nas respectivas áreas de atuação.

Naquela oportunidade, indicamos a existência da Comissão Interministerial de Desenvolvimento Rural (CIDR), que está promovendo todos os estudos para a realização do Plano Nacional de Reforma Agrária.

O DD. Parlamentar retoma com a sua preocupação quanto à construção de moradias rurais, com financiamento do SFH.

A CIDR, chefiada pelo Ministro Chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República é o órgão Consultivo e Executivo para todos os assuntos concernentes ao Plano de Reforma Agrária.

Dentro da CIDR existem câmaras técnicas para estudos de todos os segmentos da implantação da reforma agrária, inclusive no pertinente à matéria, ora submetida à apreciação.

Cremos que qualquer manifestação isolada de um dos Ministérios envolvidos não terá viabilidade de aceitação, já que a reforma agrária, segundo a CIDR, deverá desenvolver-se por ação integrada e conjunta.

Assim, para uma apreciação jurídica sobre o Projeto de Lei elaborado pelo DD. Parlamentar, o mesmo deverá receber parecer técnico das câmaras de infra-estrutura, social, produção, orçamento e de legislação, todas no âmbito da CIDR.

Aliás, sobre o âmbito jurídico será obrigatório a submissão do projeto à Câmara Técnica da Área de Legislação; onde participa o Ministério da Agricultura.

Quando muito, envolvendo o Projeto de Lei, questão de habitação, previamente se deveria ouvir o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Assim, somos de opinião que se deva remeter a matéria à CIDR.

Em 19 de março de 1987. – **Israel José da Cruz Santana**, Assessor Jurídico.

Senhor Consultor Jurídico
De acordo.

O Projeto de Lei, apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Deputado David Alves da Silva, pelo seu alto objetivo social, destinando recursos do Sistema Financeiro de Habitação – SFH para construção de moradias rurais, merece, a meu ver, acolhida.

Não há dúvida, por outro lado, conforme enfatizou o colega Israel José da Cruz Santana, que esse projeto deverá ser submetido às Câmaras Técnicas da Comissão Interministerial de Desenvolvimento Rural – CIDR, sem prejuízo do pronunciamento do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

C.J., 25 de fevereiro de 1987. –

Fernando S. S. Oliveira, Consultor Jurídico.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
CONSULTORIA JURÍDICA**

Despacho do Ministro Íris Rezende

Senhor Ministro,

A proposição do Exmº Senhor Deputado David Alves Silva, cuja finalidade é obrigar o SFH a destinar, pelo menos, 50% dos seus recursos financeiros para construção de moradias rurais, tem, acima de tudo, um elevado significativo social, visto que fixa o homem ao campo, evitando, dessa forma, o êxodo rural, além de contribuir, com essa fixação, para a melhoria da produção de alimentos.

Ressalte-se, ainda, que esse Projeto de Lei poderá, de maneira decisiva, acelerar o processo de Reforma Agrária, oferecendo uma solução para os efeitos das migrações que acabam por esmagar o homem rural nas grandes cidades.

No meu entendimento, sobredita propositura é de grande alcance social, porém, deverá ser estudada pela Caixa Econômica Federal, órgão ao qual coube dar continuidade à programática antes cometida ao BNH.

Em, 25 de março de 1987. – **Luiz Augusto Paranhos Sampaio**, Consultor Jurídico.

CC/MIRAD/GM/Nº Brasília, 24 de abril de 1987.

Exmo Sr.

Deputado David Alves da Silva
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Deputado,

Cumpre-me encaminhar o anexo parecer, emitido pela Assessoria Técnica deste Ministério, sobre projetos de lei sobre Construção de Moradias e linha Especial de Crédito Agrícola, conforme solicitado por V. Ex.a em audiência com o Sr. Ministro Dante de Oliveira.

Atenciosamente, **Newton Baptista Ferraz**, Chefe de Gabinete.

Parecer sobre projeto de lei sobre Construção de Moradias, do Deputado David Alva Silva (PDS/MA) e projeto que prevê a criação de uma linha especial de crédito agrícola destinada a parceleiros rurais.

Quanto ao Projeto de Lei sobre Construção de Moradias:

1. A proposta, em sua essência, contempla a destinação de 50% dos recursos do SFH à construção de moradias no meio rural.

2. Examinada a questão do ponto de vista dos beneficiários da reforma agrária (em projetos de assentamento no bojo dos PRRA's), tudo o que vier a contribuir para o seu sucesso e bem-estar será bem-vindo.

3. Entretanto, quando examinada em seu sentido mais amplo, antecipa algumas dificuldades enormes para a aprovação do referido projeto, dentre as quais alinho as seguintes:

a) destinar 50% dos recursos do SFH para o meio rural representaria ignorar que aproximadamente 70% da população brasileira é residente no meio urbano, onde muito mais agudos são os problemas de moradia e que tendem a se agravar. Portanto, o percentual estipulado – se for o caso – deveria ser compatível com a população a ser atendida;

b) várias tentativas foram feitas no passado, notadamente pelo Ministério do Interior, no sentido de ser criado um programa habitacional para o meio rural (exemplo: Promorar), sem qualquer sucesso, em razão, principalmente, de dois problemas:

(i) o esquema tradicional de resarcimento do SFH contempla o pagamento de mensalidades, o que é completamente incompatível como ciclo de receitas no meio rural;

(ii) a habitação não é independente do solo, da base onde tal habitação será construída. Se o objetivo for beneficiar o trabalhador rural (e não o dono da terra) com juros subsidiados, como resolver esta questão, se ele não possui a terra?

4. (A meu ver, a questão habitacional no meio rural deveria ser atacada via crédito rural para investimento, tanto para os proprietários (empregadores) como para os beneficiários da reforma (como se faz com o Procera). Com o SFH corre-se o risco de se financiar a construção de sedes, sem benefícios para os trabalhadores.

5. Opino, finalmente, que a matéria deva ser examinada pela Caixa Econômica Federal que, atualmente, tem a responsabilidade de gerir os recursos do SFH.

Quanto à linha especial de crédito:

1. Essa matéria já foi examinada pela Assessoria Técnica do Mirad, cuja cópia de correspondência é anexada ao presente parecer.

– **Júlio Barbosa**, Assessor Chefe/Mirad.

PA DECOP 049/87 Brasília, 20 de maio de 1987. À DIRHA

Assunto: Destinação de 50% dos recursos do SFH para construção de moradias rurais.

Senhor Diretor

1 – Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Exmº Senhor Deputado Davi Alves Silva, cuja finalidade é destinar 50% dos recursos do SFH para construção de moradias rurais.

1.1 – O objetivo do projeto, segundo aquele Deputado, é fixar o homem no campo mediante

a construção da casa própria pelo SFH, evitando, desta forma, o êxodo rural.

2 – O Ministério da Agricultura, para onde o projeto foi inicialmente encaminhado, pronuncia-se favoravelmente à medida. No entanto, por entender que o mesmo deva ser analisado pela CEF – Órgão responsável pela continuidade dos programas do ex-BNH – encaminha-nos a referida proposta.

3 – Com a absorção dos Programas do ex-BNH, a CEF está, atualmente, reformulando os atuais programas Habitacionais, no entanto não existe um Plano Habitacional voltado para a área rural.

3.1 – Tal fato decorre dos obstáculos existentes na área rural que dificultam a criação de um Programa destinado a beneficiar o homem do campo.

3.2 – Dentre tais obstáculos, destacam-se a falta de uma infra-estrutura mínima necessária (água, esgoto, rede elétrica) e equipamentos comunitários (escolas, creches e postos médicos), itens essenciais para a permanência do agricultor na área rural.

3.2.1 – Caso o custo para a realização destas obras fosse incorporado aos financiamentos, isto tomaria inviável a comercialização das unidades.

4 – Quanto ao mérito da proposição, por se tratar de assunto que envolve a reformulação da política habitacional do País e não apenas a execução da mesma, que seria atribuição da CEF, entendemos que o assunto deveria ser encaminhado pela Presidência da CEF ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – MDU, a quem por força do Decreto-Lei nº 2.291, de 21-11-86, artigo 6º, compete a formulação de propostas de política habitacional e de desenvolvimento urbano.

5 – À consideração dessa DIRHA. – **Epitácio Alves dos Santos Filho**, Chefe do DECOP – Substituto Eventual – **Gilberto Machado Mourão**, Superintendente de Habitação e Hipoteca – Substituto Eventual.

De acordo.

Ao Grpre solicitando o encaminhamento do processo ao MDU. – 21 de maio de 1987. – **Flávio Peixoto da Silveira**, Diretor.

Brasília, 13 de outubro de 1987.

Exmº Senhor
Deputado Constituinte Davi Alves Silva
MD. Membro da Comissão Parlamentar da Bancada do Nordeste
na Assembléia Nacional Constituinte

Tendo sido Vossa Excelência designado pela Coordenação da Bancada Nordestina na Assembléia Nacional Constituinte, para acompanhar a aplicação do Plano de Ação Governamental – PAG, na qualidade de Membro da Bancada Nordestina, quero manifestar o meu apoio, pelas 1.000 (mil) casas que o Ministro do Planejamento Aníbal Teixeira, autorizou à Vossa Excelência para cidade de Imperatriz a região Tocantina quando da nossa audiência, no dia 8-10-87, na presença de dez Parlamentares da Bancada Nordestina.

Confesso Deputado Davi Alves Silva, que a sua luta, comportamento e lealdade com nossos colegas, merece a minha admiração pelo trabalho que Vossa Excelência vem fazendo para o engrandecimento do Maranhão e do seu povo.

Sem mais, manifesto os mais protestos de elevada estima e consideração.
– Deputado Constituinte **Carlos Benevides**.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
GABINETE DO MINISTRO

Brasília, 4 de novembro de 1987.

Exmº Sr.
Deputado Davi Alves Silva
Senhor Parlamentar,
Como parte do Programa de Ação Governamental anunciado pelo Presidente José Sarney, a Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC – pretende construir, ainda este ano, 500 mil casas populares, em regime de mutirão, apoiada pelas prefeituras e governos estaduais. Destinado à população carente, o Programa segue a linha básica de atuação da Secretaria envolvendo o conjunto de esforço da União, estados, municípios e comunidades.

O Programa Nacional de Mutirões Habitacionais destina-se à população de baixa renda e deverá chegar aos 4 mil municípios brasileiros, conforme expectativa expressa pelo Presidente José Sarney.

Em anexo, Vossa Excelência encontrará uma publicação contendo informações sobre o PNMH, o formulário a ser preenchido, a forma de participação das prefeituras/comunidades, enfim todo o material necessário para implantação de um mutirão habitacional.

Dentro desse quadro de mobilização das comunidades e dos governos constituídos, a SEAC precisa da colaboração dos Senhores Parlamentares no sentido de que divulguem o Programa e mobilizem as populações de baixa renda a participarem dessa empreitada, colaborando conosco na solução dos grandes problemas gerados pela falta de habitação para esse segmento da sociedade.

A Secretaria Especial de Ação Comunitária continua à disposição para elaboração, encaminhamento e acompanhamento dos projetos apresentados por Vossa Excelência ou por sua comunidade.

Enfatizamos, no entanto, Senhor Parlamentar, a importância de sua participação no trabalho de mobilização popular assegurando-lhe a certeza de que estará contribuindo para resgatar um pouco da imensa dívida social que a Nação tem para com seu povo.

Atenciosamente, **Nelson Proença**, Secretário de Ação Comunitária – **Aníbal Teixeira**, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB) – GO. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A leitura dos periódicos evangélicos sempre nos traz ensinamentos sadios. Ainda há poucos dias tive a oportunidade de ler no jornal **Semeador** matéria assinada pela irmã Derci Gonçalves de Souza, Sob o título "Pena de morte para crianças no Brasil". O Artigo começa pela citação do Evangelho de São Marcos, no Capítulo 10, Versículos 13 e 14; que diz o seguinte:

"E traziam-lhe meninos para que lhes tocasse, mas os discípulos repreendiam aos que lhe traziam. Jesus, porém, vendo isto,

indignou-se e disse: Deixai vir os meninos a mim, e não os impeçais; porque dos tais é o reino de Deus".

A evocação do texto evangélico é no sentido de mostrar quão diferente tem sido a posição dos homens com relação às crianças, se confrontada com a posição de Deus. Historicamente, os adultos têm relegado as crianças ao abandono e ao menosprezo, relegando-as a segundo plano, mesmo naqueles casos em que sob o manto da hipocrisia procura-se passar adiante a impressão de que somos os seus defensores e respeitamos os seus direitos.

Diz a articulista, com muita acerto, que notícias alarmantes sobre o problema das crianças brasileiras, em vez de motivar os cidadãos a se unirem em sua defesa e salvação, têm servido apenas para calejar e cauterizar as pessoas mais sensíveis. Estatísticas frias e descomprometidas com a solução do problema anunciam que milhares de crianças brasileiras (cerca de 1.000 por dia) irão morrer antes de completar um ano de idade. E mais de 90% distas, morrerão por desnutrição, isto é, morrerão de fome. As estatísticas indicam, ainda, que outras tantas crianças irão morrer até a idade de seis anos. Portanto, essas crianças já nascem condenadas à morte.

O cristão brasileiro típico certamente desconhece este fato doloroso, e seria até capaz de perguntar onde morrem tantas crianças. Afinal, o Senhor tem suprido todas as suas necessidades, e ele não conhecerá essa dura realidade, a menos que procure ver. Mas a realidade está ali, bem próxima, talvez numa favela, não muito longe de nossa casa. Bem perto de nós continuam morrendo as criancinhas, sem que nada façamos por elas, nem por aquelas que sobrevivem a esta condenação, apenas para enfrentar outras, igualmente atrozes e dolorosas.

Se voltarmos um pouco a nossa atenção para o problema, então veremos, com as mães pedintes, as crianças nas ruas, nas rodovias, nas estações de trem e de metrô, ou então sob os viadutos. Sob os nossos olhos, esquálidas e famintas, lá estão elas; andando a esmo, entregues a si mesmas, fazendo contraste vergonhoso com as riquezas deste imenso Brasil.

Sr. Presidente, faço minhas as palavras da irmã que escreveu matéria tão oportuna quando diz que "neste momento, em que Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Governadores, autoridades civis, militares e eclesiásticas, discutem exhaustivamente a viabilidade, importância e justeza de instituir-se no País, via Constituição, a pena de morte para celerados, bandidos contumazes, assassinos e estupradores, defrontamo-nos estarrecidos com o fato de que já existe a pena de morte no Brasil e, para horror e vergonha de todos nós brasileiros, a pena de morte é para as nossas crianças".

Vamos ouvir a voz de quem nos conclama para assumir a posição de Jesus com relação às crianças. Como diz a invocação contida no referido artigo, é hora de estendermos nossas mãos, para os abençarmos, não só com palavras caridasas, mas também com os nossos recursos, com os bens que o Senhor Jesus nos confiou para administrarmos, pois não vamos esquecer que tudo pertence a Deus. E assim acudidos nas suas necessidades, devidamente protegidos em sua saúde e bem-estar, vamos dar-lhes ainda, a bênção

da salvação em Jesus, mediante compreensão e conhecimento de sua maravilhosa pessoa.

Ao término desta rápida mensagem, mais uma vez, recorro ao pensamento da irmã Derci quando diz que a hora é agora e já se-faz tarde, de nos comprometermos com Deus e assumirmos a defesa real, palpável e ativa de nossas crianças carentes, orando por elas, indo ao seu encontro onde estiverem ou aliando-nos a alguma instituição evangélica que se dedique a defendê-las, ampará-las e salvá-las desta terrível pena que lhes está sendo imposta. Conforme nos ensina o Evangelho, só o amor salva, somente ele nos eleva até a presença de Deus.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A admiração profissional pelo Dr. Ricardo Varsano é que nos estimula a esclarecer algumas das referências que faz em seu artigo de ontem, na **Folha**.

Preferiríamos que as metáforas que utiliza fossem adaptadas para um tipo especial de desfile: as paradas. A questão democrática tem com pano de fundo o estabelecimento das regras legais, através das quais as decisões do executivo podem ser tomadas. A característica das ditaduras é exatamente o poder de legislar do Executivo. A abusiva prática dos decretos-leis nas condições as mais variadas tem seu grande momento inspirados na Alemanha nazista.

A democracia e muitas vezes sonora e lenta. No entanto, esta é a garantia de que não será ágil apenas em uma direção. O fato de que certas medidas adotadas pelo Governo possam ser nutridas no melhor interesse público e na melhor justiça social, não justifica a utilização dos instrumentos do autoritarismo. Este é um desvio comum em diversos segmentos das esquerdas que se entendem ungidos pela representação popular, **priori**, e a partir dai tudo podem. Este é o melhor caminho para justificar o autoritarismo, em nome da paz, da família, da propriedade e de outras coisas. A lógica é a mesma.

O projeto de decisão que encaminhamos visa tão-somente a disciplinar o Governo em relação à prática democrática já passam de duzentos os decretos-leis que se encontram engarrafados no Congresso Nacional. Vale tudo, de reforma agrária à financeira. Tudo, claro, em nome da democracia e da urgência.

O artigo 76 do projeto de Constituição que é citado no artigo é suficientemente claro ao dispor que, "em caso de relevância e urgência o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias com força de lei", mas, e isto o artigo se esquece de citar, "devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional... que estando em recesso será convocado extraordinariamente... em cinco dias". Diz mais, em seu parágrafo único, "que as medidas perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias". Ora, isto é muito diferente de empacotar, fazer engolir por decurso de prazo e pronto.

Mas não é só isso. O pacote anunciado colide com vários dispositivos do projeto de Constituição, no mérito e no método. A começar pelo artigo 76 já citado. O artigo 172, III, a) atribui à lei complementar a definição dos tributos e suas

espécies. O artigo 177, I, veda a exigência ou aumento de tributo sem que lei o estabeleça. O artigo 174 impede a União de instituir impostos que tenham fato gerador ou base de cálculos próprios de impostos discriminados nesta Constituição.

O artigo 182, parágrafo 1º, não cita o Imposto de Renda entre aqueles que poderão ter sua alíquota alterada por decreto, suponho, direta ou indiretamente via dispersão da correção de salários e de tabelas de faixas. O artigo 184 reserva para os Estados a tributação da circulação de mercadorias, mesmo que elas sejam suatuárias. O artigo 185 reserva para os municípios a tributação da propriedade predial e territorial urbana independente de valor, assim como a sua transmissão.

Quanto ao Imposto sobre o Patrimônio líquido, ele foi derrubado na Comissão de Sistematização pelo voto do próprio Governo. O que defendemos é o direito da maioria de ver respeitada a sua decisão, mesmo que estejamos contra ela. Esta é a única forma de vermos respeitadas as votações onde as nossas teses saíram vitoriosas.

Por tudo isto é que queremos que o Sr. Ministro, que inclusive se diz parlamentarista, respeite o encaminhamento democrático. Suas declarações desde o exterior são próprias da petulância dos autoritários. Como ele mesmo declarou que as opiniões e posições mudam quando se sai da oposição para o Governo, não há porque estranhar. Pedimos apenas que ele leia o artigo 66 do projeto antes de se dispor, quem sabe, a adotar outras atitudes, em progressão.

O Governo pode ficar tranquilo, que todas as medidas que encaminhe ao Congresso, que apontem para a progressividade tributária e a justiça fiscal, terão o nosso apoio e, com certeza, dos partidos consequentemente progressistas.

O problema do Governo não é este Possivelmente será o próprio partido do Ministro que não dará sustentação em plenário a medidas que tenham aquele teor. Este, infelizmente é um problema do Governo.

Se a alegação é o prazo, não se preocupem, já que medidas de tamanho impacto e justiça social seriam aprovadas por consenso e acordo, e com o nosso entusiasmado apoio.

Se alguma delas precisar ser inserida no texto constitucional, sua vigência poderá se imediata, bastando que as disposições transitórias assim discriminem.

Mas toda esta nossa preocupação é desnecessária. Afinal, com a contundente maioria com que conta o Governo, a tramitação de leis será um processo suave.

De resto, para voltar às metáforas é mais do que nunca fundamental cumprir religiosamente o ritual na democracia, para que os desfiles continuem a ser, como quer o artigo, de blocos e escolas de samba, e não voltem a ser de tropas, por cima de um povo que já cansou de pacotes bem intencionados.

O SR. JOSÉ MOURA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Lamentavelmente, o Substitutivo no novo texto constitucional, apresentado pela Comissão de Sistematização, deixou de acolher dispositivo do

maior interesse para a população pernambucana.

Refiro-me à incorporação do Território Federal de Fernando de Noronha a Pernambuco, medida que, além de historicamente justa e correta, representa caminho essencial para o desenvolvimento socio-econômico da área.

Honro-me de ter sido o autor da Sugestão nº 2A0062-2, sobre a matéria, aprovada pela Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, ressaltando, por oportuno, que a mesma foi assinada por todos os Constituintes daquele Estado.

Não julgo necessário recordar que, durante quatro séculos, o Território em questão, descoberto na primeira metade do século XVI, integrou o patrimônio natural de Pernambuco. É verdade que a República encontrou o Arquipélago destacado do Território da Província, mas antes mesmo da promulgação da Constituição de 1891, decreto do Governo Provisório restituía aquelas ilhas ao mencionado Estado.

Com esta compreensão, desejo manifestar minha integral solidariedade ao Deputado Carlos Porto pela sua defesa na Assembléia Legislativa e ao Vereador Liberato Costa Júnior, da Câmara Municipal do Recife, pela oportuna campanha que houve por bem promover visando a recuperar para Pernambuco, aquela importante área de seu território, encarecendo, por oportuno, aos meus pares o reexame cuidadoso da matéria, à luz das modernas diretrizes administrativas e de política social.

Tenho a certeza de que a providencia em tela, que se compadece com os elevados objetivos governamentais no quadro do desenvolvimento regional, representa fator seguro para o progresso da área e sua plena integração no contesto do País.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos hoje aqui reunidos, no sentido de discutir o Projeto de Resolução, que visa à modificação do Regimento. No entanto, encontra-se na mesa do Sr. Presidente uma série de outros projetos de decisão e projetos de resolução com outros objetivos, que, inclusive, foram entregues à Mesa cumprindo prazos regimentais, e que, até hoje, não se sabe qual o destino que tiveram. Eu, por exemplo, tenho um projeto de resolução que também observou toda a tramitação regimental, visando a regulamentar a consulta plebiscitária. O referido projeto foi levado à Comissão de Sistematização, que não teve **quorum** para se pronunciar sobre o assunto. Portanto, esse projeto deveria ser enviado ao Plenário, sem o parecer da Comissão de Sistematização para ser votado. Entretanto, ficamos surpreendidos, ao ver que outros projetos apresentados posteriormente estão sendo submetidos à votação, em prejuízo desses projetos anteriores. Sabe-se que o nosso Regimento, muito sabiamente, definiu a época exata em que esse tipo de projeto de resolução, regulamentando a consulta plebiscitária deveria ser apresentado.

No entanto a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte sistematicamente vem os privando do direito de colocar em discussão e votação em Plenário, esses outros Projetos.

A minha questão de ordem é no sentido de pedir um esclarecimento de V. Ex.^a sobre o destino que está reservado a esse conjunto de projetos de resolução e de projetos de decisão, que se encontram atualmente na Mesa da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência esclarece a V. Ex.^a que na reunião da Mesa, ontem, realizada, o Sr. Presidente Deputado Ulysses Guimarães solicitou à Secretaria Geral da Mesa que relacionasse todas as proposições que versassem sobre projeto de resolução, projeto de decisão e pedidos de informação.

No que tange aos pedidos de informação, comunico a V. Ex.^a e à Casa que cerca de 57 pedidos de informação foram encaminhados ao Poder Executivo, através do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, com base no preceituado pelo art. 62, § 5º do Regimento. No que diz respeito aos 8 projetos de resolução e aos 5 projetos de decisão, a Mesa vai pautá-los para uma próxima decisão, já que todas essas proposições envolvem matéria da maior repercussão como o projeto de resolução alegado por V. Ex.^a; outros estabelecendo consulta plebiscitária sobre sistema de governo e duração de mandato e vários projetos de decisão; do Constituinte Hermes Zaneti, relacionado com a auditoria da dívida externa; do nobre Constituinte João Cunha, submetendo; apreciação da Assembléia Nacional Constituinte todas as operações que vierem a ser renegociadas, tendo por base a dívida externa brasileira; projeto de decisão do nobre Constituinte Paulo Ramos, impedindo que haja transformação em investimento de risco, de qualquer parcela da dívida externa; projeto de decisão do nobre Constituinte Brandão Monteiro estabelecendo a sustação da vigência da Lei de Segurança Nacional, nessa fase que vai marcar a discussão e votação da nova Carta Magna brasileira.

Ao memorizar assim e transmitir essas informações ao Plenário quero apenas deixar patente que a matéria de V. Ex.^a e essas outras a que agora aludi são matérias que terão, neste Plenário e, sobretudo, fora dele, junto à opinião pública brasileira, a maior repercussão, já quê em termos de projetos de decisão, envolve a própria soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Fique V. Ex.^a absolutamente tranquilo de que o Presidente Ulysses Guimarães, talvez num ato de vivência parlamentar e, naturalmente, entendendo que estamos próximos do término dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, com a promulgação da nova Carta, S. Ex.^a vai dirigir, no sentido de que todas essas matérias, na época própria, sejam submetidas à deliberação soberana do Plenário.

O SR. JOÃO CUNHA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOÃO CUNHA (PMDB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Trata-se da matéria que levei, juntamente com o apoio de mais de 300 Srs. constituintes, pedindo

a submissão da dívida externa, dos seus negócios, atos constitutivos, compromissos contraídos pelo Brasil, assim como o pedido de uma auditoria sobre essas dívidas, que foi dirigido, no mês de abril deste ano, à presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

Evidentemente, Sr. Presidente, conheço os percalços pelos quais passamos. Não tenho dúvida de que é matéria que erigiu e V. Ex.^a foi o Relator – uma análise que pudesse conduzi-la ao termo melhor de conhecimento para efeito de votação dos Srs. e Sra. constituintes.

Entretanto, Sr. Presidente, em que pesem as explicações que recebemos, causa-me espanto. E é por isso que questiono, sob ordem, para saber de V. Ex.^a o ditame previsto pelo Regimento Interno que não é aquele que informa a experiência ou a competência do Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, mas é o que está previsto e escrito, e que determina que, após a emissão do parecer pelo Sr. Relator, a matéria seja imediatamente encaminhada à ordem da Assembléia Nacional Constituinte.

Pois bem, Sr. Presidente, a questão de ordem é para saber se vamos poder, nesse caso, em que pese já descumprido e muito o Regimento Interno, motivação que poderia levar à representação, inclusive contra o ato da Mesa, gostaria de saber.

Primeiro, se vamos observar o Regimento Interno nessas questões, ainda que ultrapassado e lesado algumas vezes, e se poderemos fazê-lo nas próximas sessões da Assembléia Nacional Constituinte. Não quero que matéria desse porte, enquanto o Brasil tem sua dívida externa negociada lá fora, enquanto o FMI coloca novamente a sua mão aqui dentro das gavetas ministeriais, enquanto o titubeio marca a Presidência da República nessa questão, nós aqui, que temos a obrigação e o dever de insistir, não só na soberania da Assembléia Nacional Constituinte, mas na própria soberania desta Nação brasileira, que pensamos e dizemos representar, não admito que uma questão desse jaez, desse porte tenha demorado tanto tempo para chegar até aqui e ainda permaneça no alvitre, na competência ou na eventual simpatia do Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Peço, Sr. Presidente, data maxima venia, que V. Ex.^a, no exercício da Presidência, e por V. Ex.^a faço o apelo – e é o último que faço – no sentido de que na oportunidade da próxima sessão realizada pela Assembléia Nacional Constituinte, ao menos coloque ao conhecimento, discussão e votação dos Srs. constituintes, essa matéria que diz respeito ao próprio destino do Brasil, à própria integridade da Nação brasileira, à própria soberania nacional; permanecer no alvitre do Dr. Ulysses Guimarães, tenho certeza de que essa matéria passará para as calendas gregas e a Nação permanecerá, mais uma vez, estática e angustiada, de ver a hesitação da Assembléia pela manifestação do seu Presidente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nobre Constituinte João Cunha, no exercício eventual da presidência, sinto-me no dever de prestar a V. Ex.^a e à Casa, os esclarecimentos que foram reclamados no bojo de sua questão de ordem.

Há poucos instantes procurava destacar que entre projetos de decisão, todos eles da maior relevância, envolvendo deliberação que refletirá a soberania da Assembléia alcançando, pela sua abrangência e repercussão, a própria opinião pública nacional e o País. Diria a V. Ex.^a que além desses projetos de decisão e os de resolução, que também vão implicar em matéria de relevância assemelhada àqueles, por exemplo que dispõem sobre consulta plebiscitária em torno do sistema de governo e duração de mandato, são matérias de essência política inquestionável e é intenção do Presidente Ulysses Guimarães estabelecer uma sessão para apreciação dos projetos de decisão e uma outra para aquelas resoluções que envolvam providências que transcendam o limite do funcionamento normal desta Casa, no caso, a consulta plebiscitária que dependerá de uma ação a cargo da Justiça Eleitoral, que teria competência legal para proceder em torno dessa matéria.

Levarei a questão de ordem de V. Ex.^a ao próprio Presidente, esclarecendo, até mesmo para fazer justiça ao Constituinte Ulysses Guimarães, que, ainda ontem, da sua parte, houve essa preocupação, e da minha, de tomar claro o parecer que emiti, favorável ao encaminhamento a este Plenário do projeto de decisão encaminhado por V. Ex.^a já com a manifestação da Comissão de Sistematização.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Estou apresentando um requerimento à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte para que, já tendo parecer favorável do Relator da Comissão de Sistematização, o Projeto de Decisão nº 10, que suspende a edição de decretos-leis, requeiro, com base no art. 62, § 2º, item II, "urgência para a votação".

A urgência se justifica em razão do iminente risco de o Poder Executivo baixar decretos-leis que versam sobre matéria tributária, que estão sendo tratadas nesta Assembléia.

Este requerimento é apoiado nos termos do art. 64 do Regimento, pelos Líderes Brandão Monteiro, do PDT, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, Gastone Righi, do PTB. Portanto, com o número regimental suficiente para que seja colocado em votação, em regime de urgência, o Projeto de Decisão nº 10, que impeça o Poder Executivo de impor goela abaixo medidas tributárias, quando esta Assembléia Nacional Constituinte está tomando essas providências.

Este é o requerimento, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR ARNALDO FARIA DE SÁ EM SEU DISCURSO;

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Ref. Projeto de Decisão nº 10.

Arnaldo Faria de Sá, Constituinte, autor do Projeto de Decisão em epígrafe, que já tem parecer favorável do relator da Comissão de Sistematiza-

zação, vem pelo presente requerer com base no art 62 § 2º item II "Urgência para votação".

A urgência se justifica em razão do iminente risco de o Poder Executivo baixar decretos-leis, que versam sobre matéria tributária, que estão sendo tratados nesta assembléia.

E este requerimento apoiado nos termos do art. 64 do Regimento.

Neste termos.

P. deferimento

Brasília, 2 de dezembro de 1987. –

Arnaldo Fada de Sá – Brandão Monteiro – Luiz Ignádo L. Silva – Gastone Righi.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Recebido o requerimento de V. Ex.^a, na devida oportunidade regimental o submeteremos ao exame da Mesa, e a seguir, ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apenas quero lembrar a V. Ex.^a e pedir providências sobre uma proposta que encaminhei à Mesa, no sentido de estabelecer um cronograma de trabalho para a Assembléia Nacional Constituinte, em face das indefinições existentes.

Hoje não sabemos, Sr. Presidente, o que haverá amanhã ou depois, então estabeleci, através de uma proposta, um cronograma que daria prazo para o encerramento dos trabalhos da Comissão de Sistematização, haveria um período de recesso e depois o trabalho seria retomado diretamente no Plenário, estabelecendo até uma data para a promulgação da Constituição.

Pediria a V. Ex.^a que pelo menos, submetesse ao Plenário a proposta que apresento, porque é no sentido de estabelecer uma certa racionalidade, uma certa sistematização, uma organização, uma definição nos trabalhos que estão completamente sem definição.

No sentido de colaborar com a Mesa, apresentei essa proposta, há uns dois meses, e pediria a V. Ex.^a que a mesma fosse levada ao Sr. Presidente titular, conforme já fiz pessoalmente, o meu desejo dever, pelo menos, apreciada aqui, em Plenário, a minha proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Levarei ao Presidente Ulysses Guimarães a solicitação de V. Ex.^a absolutamente convicto de que S. Ex.^a a acolherá por ser de uma usteza inquestionável. V. Ex.^a pode ficar tranquilo porque, nas próximas horas, eu incumbirei de fazer chegar, às mãos do Presidente Ulysses Guimarães, a proposta de V. Ex.^a, e, tanto quanto possível, irei instá-lo a uma aquiescência imediata.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente. Vai-se passar ao horário de

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O Sr. Roberto Jefferson: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje, por uma deliberação muito democrática da Mesa que preside os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, nós, os Constituintes de terceira categoria, porque os de primeira são os da Comissão de Sistematização, podemos exercer a prerrogativa regimental, constitucional, democrática e parlamentar de usarmos a palavra. Foi fundamental que hoje, depois de mais de 90 dias sem o direito de voz, os Constituintes que não fizeram parte da todo-poderosa Comissão de Sistematização puderam aqui, democraticamente, discursar colocando o seu pensamento e o seu ideal. O que eu achei curioso é que muitos Constituintes que fizeram uso da palavra hoje, e integravam a Comissão de Sistematização, tiveram a ousadia de fazer aqui a acusação de que não usava a palavra na Comissão de Sistematização quem não quisesse. E a Comissão de Sistematização sabe muito bem que o seu Regimento Interno proibia que parlamentares que não fossem dessa "corte" ou desse "circo" pudessem usar a palavra.

Eu, Roberto Jefferson, sustentando aqui, nesta tribuna, uma emenda na Comissão de Sistematização, recebi um pedido de aparte de um Constituinte do PDT, até dito progressista, Sr. Bocayuva Cunha, que fez uma questão de ordem à Mesa, presidindo a Comissão de Sistematização nos seguintes termos "O Constituinte Roberto Jefferson está na Tribuna e não é da Comissão de Sistematização, por isso não pode falar, tem que sair".

Presidia a reunião o Constituinte Jarbas Passarinho, que disse: "De acordo com o nosso regulamento interno, o Constituinte não pode falar. Queira, então, por favor, desocupar a Tribuna".

Onde está a democracia? Na casa deles? Nós, os Constituintes de terceira classe, que não fizemos parte do "circo sistematizado", não tivemos sequer o direito de palavra e olhem que fui Vice-Presidente da Comissão Temática da Ordem Econômica. Todos aqueles membros da Comissão de Sistematização que não faziam parte da Comissão da Ordem Econômica iam lá, pediam a palavra e a tinham, encaminhavam questões de ordem, discutiam, e nós nunca impedimos qualquer companheiro de dizer o seu pensamento, o seu ideal. Arrancaram o microfone, "quebrou o pau" no plenário da Comissão da Ordem Econômica, derrubaram a Bandeira do Brasil, e nós ouvimos todos os companheiros. Mas depois que se uniram na toda-poderosa, que mudou, inclusive, tudo aquilo que saiu das Comissões Temáticas – não sistematizou, mudou –, estão dizendo que "aquele troço" é projeto e não é, é parecer o que saiu, o Bernardão III – estão dizendo que foi democrática a Comissão de Sistematização. O que é que há? Sai da tribuna por uma questão de ordem de um pseudopressista do PDT, o

Sr. Docayuva Cunha, que disse não ser eu da Comissão da Sistematização e, portanto, não podia falar, e o Presidente mandou-me embora. Vamos, agora, acreditar que eles é que são os democratas?

Hoje, a Constituinte Cristina Tavares veio pedir o encerramento do "pinga-fogo", minha gente! É progressista, mas não queria mais ouvir ninguém discursar. (Palmas.)

O que está havendo? Somos nós os antidemocratas? Somos nós que estamos querendo esmagar o direito de alguém?

Essa minoria da Comissão de Sistematização não nos franqueou palavra alguma. Expulsou-nos da tribuna. Tudo isso em nome da democracia. A meu ver, esta democracia, só lá no quintal da casa deles.

Chegou, agora, o momento em que temos que restabelecer o direito da maioria. Não estamos querendo nada diferente disso. Queremos, sim, que a Emenda nº 26, que convocou a Assembléia Nacional Constituinte, seja cumprida. Só poderá ficar na Constituição futura o que obtiver maioria absoluta em dois turnos de votação, ou seja, a matéria que ficar na Constituição deverá ter duas vezes 280 votos. Mas o que querem ali os pseudodemocratas e "progressistas"? Querem que prevaleça, contra a vontade de 280, o voto do Relator Bernardo Cabral – Constituinte muito inteligente, realmente um talento, mas que não representa sozinho o pensamento desta Nação – ou que a vontade de 47 Constituintes que escreveram este Projeto de Sistematização prevaleça sobre a maioria da Assembléia Nacional Constituinte.

O Constituinte Arnaldo Faria de Sá, companheiro que faz parte da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, assistiu e testemunhou a isso tudo: a elite sistematizada, os grandes intelectuais da Comissão tripudiam sobre nós. Inclusive um novo neopressista, ex-chaguista, que faz parte, agora, do grupo neopressista do Rio de Janeiro, quando saímos dali, expulsos da tribuna, quando tentávamos sustentar um destaque de uma emenda, bateu no nosso ombro e disse assim: "Agora, Companheiro, bota 280 votos lá, para você ter essa sua emenda na Constituição".

Tripudiam, humilharam, gozaram e achincalharam a maioria desta Assembléia. Colocaram a maioria dos Constituintes em posição subalterna, menor, de assistente, de expectador – inofensivo e impotente. E agora vêm falar em democracia! Tenho, até, medo da democracia que essa turma pratica; tenho medo dessa democracia que essa turma prega; tenho medo dessa censura que essa turma faz.

Democracia está do lado de cá, que permitimos, lá no início, sem ainda saber o que eles fariam, que tivessem o direito de voz em toda a reunião da qual participávamos em nossa Comissão.

Concluindo, Sr. Presidente, estamos já a 15 minutos da votação, que se iniciará às 17 horas e 40 minutos, de acordo com os discursos dos companheiros. Já, dentro de mais um pouco, com convergência de pontos, ou sem convergência de pontos, traduzindo em miúdos: com acordo ou sem acordo, vamos mudar este Regimento Interno, feito na interpretação do "circo sistematizado" que impediu que o direito da maio-

ria fosse observado e que a democracia fosse exercida e praticada.

Dentro de mais um pouco, estaremos restabelecendo aqui o princípio democrático de que a vontade da maioria prevalece soberanamente, com todo respeito que temos à minoria hoje radicalizada com posições sistematizadas naquele "circo" que nos afrontou há 15 dias atrás.

Era a nossa comunicação, Sr. Presidenta (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Pronuncia o seguinte discurso Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Constituintes de 1987:

É natural que, nesta tarde de hoje, as manifestações se desenvolvem de forma pertinente à alteração do Regimento. Mas como sobre este assunto já nos manifestamos anteriormente, queremos acapar a tribuna, neste instante, Sr. Presidente, para alertar á Assembléia Nacional Constituinte e, de uma forma mais ampla, a própria sociedade sobre o perigo real que estamos vivendo. Conforme se noticia e hoje, novamente, o *Jornal da Tarde* de São Paulo debruça-se sobre a matéria, alertando para a possibilidade efetiva, concreta, da Receita Federal em 1988, não aceitar como corrigidas aquelas retenções de Imposto de Renda na fonte, no exercício de 1987.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, consumada esta medida através da Receita Federal, o que teremos com relação ao cidadão e ao contribuinte é, na prática, um verdadeiro assalto, um crime despidor, é a mais absoluta falta de comedimento e de postura administrativa por parte do Governo da República. Não podemos calar, neste final de ano, quando os dias se escorrem neste túnel do tempo que desemboca em 1988, não podemos calar quando o Governo da República, através da Receita Federal, ardilosamente, maliciosamente enganosamente, prepara-se para ferir o cidadão e o contribuinte com esta medida de todas as formas arbitrárias. Já quase nada resta na mesa do cidadão brasileiro. A classe média brasileira está praticamente aniquilada, ao assalariado quase nada mais resta, e o pouco que ainda tem, Sr. Presidente, quer vir agora o Governo sugar, tirar, para com isso cobrir sua incompetência administrativa, seus desmandos e a própria impunidade que tem marcada a administração pública. Fica, portanto, Sr. Presidente Srº e Srs. Constituintes, este alerta da democracia cristã, do Partido Democrata Cristão, para que não ouse o Governo, para que não ouse a Secretaria da Receita Federal, altimar essa ofensa ao cidadão e ao contribuinte, porque se isto fizer, receberá da opinião pública e, tenho certeza, de todo este Parlamento, a mais veemente repulsa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Maria Eymael – o Sr. Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, 2º Secretário.

O Sr. Brandão Monteiro (Líder do PDT): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos em sessão previamente convocada para a votação das modificações do Regimento Interno. Durante todo esse período, houve por parte do denominado Centrão e do PMDB, alguns entendimentos, objetivando a mudança do Regimento.

Desde logo, quero colocar ao Plenário e, por que não dizer, ao País, que o meu Partido, os pequenos Partidos não participaram de rodadas de entendimento para a votação dessas proposições que estão, neste momento, ainda em período de conversas.

Quero chamar a atenção dos Srs. Constituintes, ressaltando o que disse aqui o Constituinte Daso Coimbra. Penso que a proposta do Constituinte – Roberto Cardoso Alves, ou o novo entendimento que parece estar-se consolidando, representa, do ponto de vista do PDT, um estelionato político, uma mentira que se usou contra os Constituintes que não participaram da Comissão de Sistematização. Como houve a mobilização do "Centrão", pois os Constituintes estavam marginalizados e não podiam apresentar emendas, o projeto do Constituinte Roberto Cardoso Alves apresenta, juntamente com a nova versão de entendimentos, a mesma coisa usada para captar votos daqueles que não observaram esse detalhe.

A votação de títulos ou capítulos invalida obviamente a participação dos Constituintes através de suas emendas. Estão informando aos Constituintes que, no acordo, a par do título ou capítulo, as emendas estariam ressalvadas. Não é verdade. O mesmo prazo que teriam aqueles que poderiam alcançar 280 votos para apresentar emenda substitutiva é o mesmo prazo que terei, individualmente, para fazer a minha emenda.

Aprovada, a preferência, que aliás já está popularmente chamada de "emenda Boeing", porque, pela primeira vez na história de qualquer parlamento do mundo, a aprovação de uma preferência se dá automaticamente através de abaixo-assinado. Não precisa vir aqui; manda um Boeing lá no ponto Sul do País pegar a assinatura de quem estiver comprometido com a "emenda Boeing" para a sua preferência. Nem em centro acadêmico existe isso. Todo o regime Parlamentar se dá através do voto, e ontem diziam que eram maioria, que estavam excluídos pela minoria.

Mas, voltando à questão das emendas; não conheço o texto do substitutivo integral do título ou capítulo e vou fazer, obviamente, uma emenda acerca do projeto original da Sistematização. Aprovado o título, evidentemente que esta emenda está prejudicada.

Sr. Presidente, restam os destaques e, aí, buscou-se limitar o número de destaques: seis destaques para cada Constituinte. Duvido que esta suposta maioria tenha 280 votos para votar os incisos e os artigos. O que querem é fazer um substitutivo integral, porque há interesses em um título que se choque com interesses desse mesmo título,

e aquele que quer votar contra a estabilidade do trabalhador não quer necessariamente votar contra, por exemplo, o trabalho extraordinário pago em dobro. Mas, se for votado o título, ele, para derrubar uma coisa, terá que votar uma outra. É uma manobra regimental. E, agora, eu falava com o Constituinte Roberto Cardoso Alves, que dizia: "as reivindicações dos pequenos Partidos foram aceitas". Sabem quais são as reivindicações? Em vez de um orador favorável e outro contra, falem dois. E nós, pequenos Partidos, teríamos um rodízio para preferência em único título. É provável que o PDT, que o PT, PCB, PTB, talvez sejam contemplados com uma preferência para o preâmbulo. Estas questões têm que ficar claras. Quem quiser assumir o compromisso histórico desse acordo pode assumir. Nós não participaremos desse acordo: nós assumimos a nossa posição histórica. Quem assinar que o faça. Nós iremos à rua denunciar a avassaladora manobra de uma maioria que é eventual e que não é concreta. E, se seguir nessa direção, a minha bancada, o meu Partido, já assume o compromisso histórico aqui: não assinaremos a Constituição. Quero ver sé 280 votos, ou 300, poderão repassar à sociedade que esta é uma Constituição votada através de debates, de diálogos: quero saber se esta Constituição, amanhã, ficará em pé.

Estamos de acordo em que a maioria deva sempre ser aquela vitoriosa nas votações, mas não com a "Emenda Boeing"; não com abaixo-assinado, não com proposições de cima para baixo, visando, em uma manobra, enganar alguns Constituintes que não participaram da Sistematização, dizendo a S. Ex.ª que agora terão emenda. Não as terão! Aprovado o título, as emendas de S. Ex.ªs estarão prejudicadas, da mesma forma que no "Projeto Cabral": eles não irão emendar o título do que eles não conhecem. E mais que isto: entendemos que a tentativa de isolar os pequenos Partidos desta Casa, a tentativa de obrigar a que tenhamos 280 assinaturas para requerermos uma emenda substitutiva do título, representa uma posição antidemocrática; representa, exatamente, a posição daqueles que não querem debater, que não querem, publicamente, votar o inciso, que não querem que a população saiba que aqui, naquele momento, ele votou contra a economia nacional; que não querem que, amanhã, a população saiba que ele votou contra a reforma agrária. É possível que o capítulo, o inciso da reforma agrária, não seja votado por essas disposições estabelecidas, tanto pelo Constituinte Cardoso Alves como pelo entendimento que querem fazer, que assumam a responsabilidade. Nós mantemos a nossa posição. E se não houver espaço para debatermos as propostas que achamos justas para o povo brasileiro, neste Parlamento, sabemos que temos condições de debater com o povo, na rua, contra essas manobras que visam o estelionato político, o esmagamento da classe trabalhadora, e que é, sobretudo, um grande engodo. Esta é a posição do PDT.

Quero deixar claro aqui, desde logo, que não participamos desse acordo e, mais ainda, que não se votará hoje aqui acordo. Regimentalmente, é impossível votar, e ainda que estejamos violentando a cada mês o Regimento, o que determinará a votação, dentro do texto atual do Regimento, será o Regimento aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte. Saibam que, a não ser que

queiram violentar todas as regras, aqui não se votará acordo hoje.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. HAROLDO LIMA (Líder do PC do B): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quando o "Centrão" começou a aparecer como um grupo articulado, nesta casa, nós progressistas e nós do PC do B identificamos, desde logo; que no meio daquele agrupamento existia um contingente predominante que tinha uma postura política efetivamente de centro, uma postura moderada, conservadora.

Contudo, chamamos a atenção, desde o início, que quem estava articulando com a hegemonia e com o comando do tal grupo, chamado "Centrão", não eram pessoal do centro, não eram Constituintes moderados, mas sim um grupo de extrema direita desta Casa, como os Constituintes José Lourenço, Ricardo Fiúza, Amaral Pleno, Luis Eduardo, enfim era pessoas da extrema direita desta Casa, que se acobertava com o nome de "Centrão", para manipular a maioria daqueles que assinaram uma proposta que foi cognominada de "Centrão". Aquele grupo levantava a bandeira do respeito à maioria, ou seja, de que 280 Srs. Constituintes deveriam ter o predicado de alterar ou de aprovar qualquer que fosse o preceito constitucional que estivesse em discussão.

Nós, Constituintes de todos os agrupamentos progressistas desta Casa, da MUP, do PC do B, do PT, do PCB, do PSB, do PDT, formulamos o nosso ponto de vista de que esse pensamento era justo, ou seja, de que 280 Srs. Constituintes, em qualquer oportunidade, desta Casa, em que estivesse em discussão um preceito constitucional determinado, poderiam revogar aquele preceito ou aprová-lo. Eis que, inesperadamente, o núcleo de extrema direita, que tem manipulado os companheiros do centro, se insurgiu contra esse princípio e, agora, pretende, ai sim, não mais levantar a bandeira do respeito à democracia e à maioria, mas, simplesmente, esbulhar esta Casa, tentar impor um preceito antidemocrático, manobrista, golpista, nesta Casa, que é aquele preceito que rompe com toda a praxe parlamentar que já existiu no Brasil e no mundo; ou seja, de que o abaixa-assinado, cujas assinaturas podem ter sido recolhidas em qualquer Estado, passa a prevalecer, na elaboração da Constituição brasileira, como se fosse votos dados em plenário.

Ora, Srs. Constituintes, fica claro, fica desmascarado que a manobra que está se colocando, nesta Casa, com o título de manobra de Centrão, é operação de direita golpista. Até há pouco tempo, o Centrão alardeou a idéia de que eles não estavam sendo suficientemente levados em conta de que a maioria deveria ser considerada, de que existia a maioria. Nós próprios progressistas dizemos, mais uma vez que esse pessoal, em parte, tem razão. Mas agora, temos que denunciar esse pessoal, sob o comando da hegemonia da extrema direita desta Casa, não tem razão alguma; em suma, esse pessoal está postulando um pre-

ceito golpista, antidemocrático: pretende, aqui, utilizando e manobrando companheiros de centro e conservadores, dar um golpe na Constituinte, fazer com que o abaixa-assinado recolhido, não se sabe de que maneira, tenha o poder de voto, coisa que nunca teve em nenhum Estado e em nenhum país do mundo. Saibam esses Srs. de extrema direita que terão que arcar com a responsabilidade, eles não têm forças para pôr, neste Plenário, 280 Srs. Constituintes. Alardeiam que têm. Se tivessem, teriam votado, há dias, a emenda de suas autorias. Não fizeram porque sabiam que perderiam. Não têm condições de fazer isso. Querem sim, de uma maneira sórdida, impor uma maioria que não têm, para poder derrubar todos os preceitos mais avançados que foram votados na Comissão de Sistematização.

O que está em curso, nesta Casa, é uma manobra da extrema direita, que visa a manipular companheiros de centro e conservadores, para derrotar toda e qualquer conquista, mais ou menos avançada, feita na Comissão de Sistematização. É preciso que se saiba que a Comissão de Sistematização não votou nenhuma proposta de esquerda eminentemente avançada, radical. As pesquisas estão aí para mostrar-nos que de todas as propostas incorporadas, a grande maioria saiu dos partidos conservadores. Uma pequena minoria dessas propostas brotou dos partidos de esquerda. E o que a direita quer, o que a direita brasileira demonstra é a sua completa indisposição em fazer qualquer concessão,

A burguesia brasileira, Sr. Presidente, é uma burguesia atrasada, reacionária; ela não procura levantar, se afirmar no cenário brasileiro às custas, por exemplo, do capital estrangeiro; ela não afronta o saque do capital imperialista para poder destacar a sua posição como classe hegemônica no Brasil. Não! Ela procura ganhar dinheiro não às custas de defender as riquezas desta Pátria; ela procura ganhar dinheiro esfolando o trabalhador brasileiro. Aquilo que é direito conquistado na maioria dos países do mundo, aqui, é considerado algo radical. Temos dito que a própria história da estabilidade não passou na Comissão de Sistematização; não tivemos força para isso. O que passou foi uma mera garantia no emprego, contra demissão sem motivos. E nem isso a burguesia brasileira admite que prevaleça em nossa

Pátria. A burguesia fala que 44 horas de jornada semanal de trabalho seria inviabilizar a economia brasileira. E sabemos que a jornada de trabalho do Uruguai é de 44 horas; na Argentina, no Equador, na Colômbia, no Peru e no Paraguai, a jornada é de 40 horas semanais; na Inglaterra, 37 horas, e a classe operária já luta por 35 horas. Aqui, a burguesia fica aflita ante a perspectiva de a classe operária conquistar esse elementar direito, qual seja o da Jornada semanal de 44 horas.

Por isso, Srs. Constituintes, nós do PC do B, estamos terminantemente contra essa proposta que está sendo feita pelo Centrão. Vamos levantar nossas vozes com toda a nossa força, não apenas aqui, mas em todo o Brasil, denunciando que a extrema direita, nesta Casa, está manipulando o centro, que está omisso, por estar permitindo ser manobrado pela extrema direita. E é dessa manipulação que está surgindo uma ameaça à democracia, uma ameaça golpista, uma ameaça ao Projeto de Constituição que fizemos (Palmas.)

O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva (Líder do PT): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT SP. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. e Srs Constituintes:

Acredito que alguns discursos feitos nesta Casa, nos últimos 15 dias, sobre o caráter da democracia, dos interesses deste ou daquele parlamentar, da vontade ou não que os Constituintes que não participaram da Comissão de Sistematização tinham de trabalhar caiu por terra.

A Comissão de Sistematização foi acusada de que sozinha estava elaborando uma Constituição, e que grande maioria dos Constituintes estava marginalizada, e que, portanto, era mais do que justo que vários e vários companheiros, independentemente de partido político ou de concepção ideológica, assinassem um documento querendo que o Plenário começasse a funcionar o mais rápido possível.

Entretanto, a Comissão de Sistematização parou de funcionar desde o dia 17 último, e já estamos do dia 2 de dezembro. Portanto, estamos há 15 dias do não funcionamento da Comissão de Sistematização, e até hoje estamos apenas discutindo o Regimento Interno. E discutindo o Regimento Interno também em cima de bases falsas, também em cima de inverdades – eu diria – porque o que está em jogo, na discussão do Regimento Interno, não é a questão da democracia da maioria ou da minoria, o que está em jogo é outra coisa. E vamos ser francos: nenhum Constituinte, seja ele operário, fazendeiro ou banqueiro, estava inocente do estabelecimento da regra do Jogo no mês de março de 1987. Cada um de nós sabia como iriam funcionar as subcomissões, cada um de nós sabia como iriam funcionar as comissões temáticas, e cada um de nós sabia como iria funcionar a Comissão de Sistematização.

O que está em jogo é outra coisa, e nós precisamos esclarecer a opinião pública, e a Imprensa precisa publicar aquilo que está em jogo aqui nesta Casa. E o que está em jogo?

O ex-Ministro Jarbas Passarinho, Presidente do PDS, dá uma declaração na Isto É que precisava ser levada a sério, pelo menos pelos companheiros que defendem com unhas e dentes os interesses do capital, pelo menos para bem informar a opinião pública.

O que diz o Senador Jarbas Passarinho na Isto É desta semana? "Duvide que se possa fazer uma reforma com a concordância do poder econômico. A reforma exige a eficiência capitalista" Possivelmente tenha ele se esquecido de dizer, a eficiência e a inteligência do capitalismo.

Ora, por quê? Porque sabem todos que aqui estão, que não podemos fazer uma Constituição apenas democrática nos princípios gerais. Todos aqui sabem que é humanamente impossível fazer uma Constituição dizendo: "fica assegurado a cada cidadão brasileiro a igualdade perante a lei" sabem que não podemos fazer uma Constituição dizendo que toda criancinha tem que ter uma casa, tem que ter família, tem que ter roupa, tem

que ter escola. Essa democracia acaba quando o Sr. Roberto Marinho pode acumular uma riqueza de um bilhão e duzentos milhões de dólares; essa democracia acaba quando o dono da Camargo Corrêa consegue juntar uma quantia também de um bilhão e duzentos milhões de dólares; ou acaba quando o Sr. Antônio Ermírio de Moraes consegue acumular, às custas da miséria dos seus funcionários e de dinheiro tomado emprestado do Governo, também um bilhão e duzentos milhões de dólares. Entendemos que o que está em Jogo não é apenas a questão da democracia, porque quem tiver 280 votos vai ganhar qualquer que seja a regra do jogo.

Se é verdade que os companheiros assinaram o requerimento para fazer o Plenário, em nome da democracia, é preciso que os companheiros saibam que a idéia de votar por título acaba com a democracia que queríamos. Democracia é cada Constituinte, independente de ser do PT, do PDT, do PDS e do PFL, apresentar aqui a quantidade de emendas que entender, e todas elas serem votadas, porque, quando se reclama que na Comissão de Sistematização não se linha o direito de votar tudo, eu pergunto: podendo apresentar emenda por título, e cada Constituinte podendo apresentar apenas 3 emendas e 6 destaques, onde está a tão propalada democracia? Isso é heresia e não democracia.

Eu queria dizer aos companheiros que estou habituado à regra democrática, mas não aqui no Parlamento, estou acostumado na rua, estou disposto a perder a estabilidade aqui dentro; estou disposto a perder a redução da jornada de trabalho aqui dentro; estou disposto a perder aquilo que a maioria quiser ganhar, mas ganhar com um mínimo de decência, e não ganhar exigindo-se 280 assinaturas para poder apresentar uma emenda sobre títulos, ou a 187 assinaturas para poder apresentar um destaque.

Eu queria dizer aos companheiros e companheiras Constituintes, que o Partido dos Trabalhadores sabe que é Minoria. O Partido dos Trabalhadores tem consciência absoluta de que só tem 16 Constituintes aqui; o Partido dos Trabalhadores sabe, portanto, que pode perder qualquer uma de suas emendas, que pode perder qualquer um de seus destaques. Poderemos até perder a Constituição, mas o Partido dos Trabalhadores jamais vai perder a vergonha. Por isso somos contra o acordo. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, o Sr. Mário Maia Segundo-Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º Secretário.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: –

Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quando entrava eu neste Plenário, estava na tribuna o Líder do PTB, Constituinte Roberto Jefferson, que pedia paciência a este Plenário, dizendo que às 5 horas e 45 minutos haveria aqui votação. Já são 5 horas e 45 minutos, e eu quero dizer ao Constituinte Roberto Jefferson que não

haverá votação, nem agora e nem antes do final desta reunião, porque esta Constituinte é composta também de homens de bem, e não podemos aceitar um acordo que é um embuste, um acordo que transforma assinaturas em votos. Isso não passará, nem será votado nesta Casa.

Ouvi o Constituinte Roberto Jefferson desenvolver um raciocínio que é um sofisma, que nesta Casa houve a manipulação da maioria, que nesta Casa 47 membros da Comissão de Sistematização pretendiam se substituir à maioria absoluta. Mas S. Ex.^a não teve a coragem de dizer que os acordos não marcham porque o "Centrão" quer um embuste, quer uma imoralidade. Uma imoralidade como nunca foi vista nesta Casa, uma imoralidade que leva o processo constitucional a fazer com que assinaturas prevaleçam sobre votos.

Foi muito fácil para a direita e para as forças conservadoras, com a ajuda da imprensa, também conservadora, vender para opinião pública um conceito muito simples. Foi muito fácil vender para a opinião pública a imagem de que aqui uma minoria de esquerda pretendia manipular os trabalhos constitucionais e violentar a vontade soberana do Brasil, aprovando, na Comissão de Sistematização, um texto contrário aos anseios da opinião pública. Agora, querem muito pior do que diziam, porque isso não ocorreu na Comissão de Sistematização, onde os 47 votos, no mínimo, que aprovaram o texto, foram dados em cima de emendas e de propostas que nasceram das subcomissões e das comissões.

Entretanto, as assinaturas serão recolhidas até no exterior, porque há muitos constituintes turistas, constituintes que têm interesses, inclusive de multinacionais, que aqui só podem vir às quartas e quintas-feiras, que têm os seus bancos, os seus latifúndios e as indústrias para dirigir, que têm os fins de semana para tomar porre em Paris, e querem que essas assinaturas prevaleçam. Não houve votação até agora, nem haverá, enquanto houver esta exigência de se transformar assinatura em voto.

É necessário que esse episódio sirva de ensinamento à opinião pública brasileira, e que esta desperte para a necessidade de se dar importância ao voto proporcional. O eleitor, quando sai de casa para votar, se é para Governador ou Presidente, nunca vota em um candidato que violenta as suas convicções políticas, mas, se é para deputado, escolhe, em primeiro lugar, um parente; em segundo lugar, um amigo; e, em terceiro, um quebra-galho.

Aqueles que aqui, a título de mudar o Regimento, querem mudar a reforma agrária, querem mudar a estabilidade, querem mudar o conceito de empresa nacional, querem tirar da mulher brasileira o direito a 120 dias de licença-gestante, não tiveram a coragem de fazer campanha anunciando esses postulados.

Sr. Presidente, para encerrar, faço um apelo a esta Casa, àqueles que não se dobram, àqueles que têm vergonha: vamos resistir, não vamos permitir que assinatura venha a valer mais do que voto.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Estamos como que assistindo, nesta Casa, à repetição de várias e várias páginas da história social de nossa Pátria. É pena que já tenha lido, há muito tempo, José Honório Rodrigues, quando trata, em um de seus livros, da chamada conciliação nacional. Se a memória não me falha, ele afirma que a conciliação sempre se fez quando aqueles que reclamavam direitos aceitavam as propostas dos que tinham o poder na mão.

Os índios não quiseram conciliar, e de 5 milhões estão hoje reduzidos a 215 mil; os pretos malês da Bahia, que também não quiseram conciliar, foram destruídos pelas armas. Frei Caneca, o revolucionário padre de Pernambuco, quando também não quis conciliar, teve que dar o seu pescoço à forca.

Neste País sempre se fez a conciliação, quando os interesses das classes dominantes eram respeitados, admitidos e consagrados. Sempre que as minorias resistiram, e não conciliaram, tiveram que tomar o caminho das lutas. Zumbi, que foi para a Serra da Barriga, em Alagoas, e com ele levou milhares de negros fugidos, não quis conciliar com a escravidão, e teve que organizar a resistência dos Palmares; e o nosso Castro Alves, ao morrer, dizia "... Afí, eu não pude escrever a República dos Palmares..." Levou Castro Alves para o túmulo aqueles versos que queria consagrar à República dos Palmares.

Hoje, nesta Casa, há uma repetição de outras páginas já vividas. Esse acordo, que se pretende fazer, só será feito – creio eu – segundo os interesses das classes dominantes, que querem escrever uma Constituição de acordo com a sua figura e seus interesses. Aí o acordo se fará. Mas, se as minorias resistirem ao acordo de esmagamento, então não haverá acordo e teremos que aceitar, pela derrota, uma Constituição que seja a expressão do capitalismo selvagem desta sociedade brasileira, que sempre foi atrasada, que sempre se manteve na base da exploração cruel de seus semelhantes.

Queríamos, sim, e queremos um acordo, mas é necessário que as classes dominantes de hoje não queiram repetir o que José Honório Rodrigues estudou na história da conciliação, e não queiram que, hoje, ainda seja verdade aquilo que Victor Hugo escreveu em 1860, quando, em poucas linhas, resumiu, num prólogo, o livro "Os Miseráveis" dizendo que enquanto os três problemas do século não forem resolvidos – a degradação do homem pelo proletariado, a perdição da mulher pela fome e a asfixia da criança pelas trevas –, enquanto, em termos mais amplos, houver no mundo ignorância e miséria, livros como esse não serão, decerto, inúteis; pois, nessas poucas linhas, ele conseguiu resumir aquele volume extraordinário de "Os Miseráveis" que se pode sintetizar nas figuras de Jean Valjean, de Fantine e de Gavroche; representando Jean Valjean o proletariado, sendo Fantine a prostituta que vendia os dentes para sobreviver, e Gavroche a criança ignorante que ia para a luta em defesa do interesse dos povos degradados.

É isso que estamos assistindo hoje, Srs. Constituintes, uma nova fase da História deste País, uma história de conciliação. Mas queríamos que essa conciliação fosse feita, como diz José Honório Rodrigues, construindo uma grande ponte por onde pudessem passar não só os dominantes, mas também os dominados, e assim conseguissemos realizar uma Nação que não fosse exclusiva de poucos, mas uma Nação que fosse de todos os brasileiros.

Este é o acordo que esperamos, que a conciliação não seja feita contra os interesses do povo e do País. (Palmas.)

O SR. VICTOR FACCIONI: – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Como Líder): – Sr Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Creio que estamos vivendo um momento culminante na vida, não só da Assembléia Nacional Constituinte, como da própria Nação brasileira.

Ouvi, atentamente, alguns, senão todos, nobres oradores que falaram da tribuna, na sessão de hoje, desde o inicio da sessão, no Pinga-Fogo, até o Grande Expediente, e a parte da sessão dedicada às Comunicações de Liderança.

Sr. Presidente, creio que é preciso deixar claro, em primeiro lugar, aquilo que deveria ser óbvio para todos: de que a proposta de modificação do Regimento Interno, objetiva tão-só e simplesmente, compatibilizar o Regimento Interno com a Emenda Constitucional nº 26, que convocou a Assembléia Nacional Constituinte, para assegurar condições de ordem legal às decisões da Assembléia Nacional Constituinte.

Vejamos o que diz a Emenda nº 26: "A Assembléia Nacional Constituinte deliberará por maioria absoluta, em dois turnos". Conseqüentemente, o Regimento Interno, em vigor, ao dispor de forma diferente, está inviabilizando as condições para que o Plenário funcione como deve, soberanamente. Não que se esteja questionando aqui quem participou ou não da Comissão de Sistematização; isto é querer desviar o enfoque fundamental do problema.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, de uma certa forma, todos participaram ao apresentar as suas propostas, e os que tinham interesse na aprovação de suas propostas, mesmo não fazendo parte da Comissão de Sistematização, podiam comparecer a ela para defendê-las. O problema é outro, ou seja, não podemos correr o risco de ver matéria incorporada à nova Carta constitucional, sem a aprovação e votação por maioria, absoluta seja matéria que me agrade ou que me desagrade, porque aquilo que for aprovado sem maioria absoluta não terá validade e será contestado em juízo. Assim, começaremos não uma nova era constitucional, começaremos, isto sim, um novo caos institucional, que vai, por conseguinte, agravar ainda mais os problemas de ordem econômica e social que o Brasil está vivendo.

A causa da crise, Sr. Presidente, é clara: é de ordem política, perturbando a ordem econômica e social que, por sua vez, agrava a própria ordem

política. Temos, conseqüentemente, que eliminar o impasse político. E o impasse político se elimina através do diálogo e do consenso, da conversão e da negociação.

Deploro, Sr. Presidente, àqueles que vêm à tribuna, como ontem ainda tivemos oportunidade de ver, em que o nobre Constituinte Paulo Paim trazia uma grave denúncia: que Constituintes tinham votado publicamente, aqui, em função das suas convicções e em função da delegação dos seus eleitores. Que denúncia é essa, se estamos fazendo sessões públicas, com posições claras?

Cada um de nós deve saber quem representa nesta Casa. E é exatamente a multiplicidade de opiniões que faz a maravilha da democracia. Se não nos respeitarmos mutuamente, inclusive no âmbito das opiniões, acabaremos não tendo o compromisso de respeitar a própria decisão da nova Constituição.

Sr. Presidente, algumas injúrias jogadas aqui em cima do grupo de Constituintes que integram o Centrão, precisam ser rechaçadas. Se há de um lado, há também de outro os radicais; se há de um lado, também há de outro mulheres e homens de boa vontade. Não podemos fazer uma Constituição apenas com homens não radicais; temos que fazer a Constituição com todos os que integram a Assembléia Nacional Constituinte, porque, de uma forma ou de outra, todos representam parcelas diferentes que, no seu conjunto, formam a Nação brasileira.

Sr. Presidente o apelo que trago a esta tribuna é que deixemos de lado qualquer tipo de desavença e encontremos um denominador comum para estabelecer, pelo menos nesta hora, qual o Regimento Interno que se compatibiliza com aquilo que foi emanado da Emenda Constitucional nº 26, que convocou a Assembléia Nacional Constituinte.

Ouvi, por exemplo, do Presidente nacional do meu Partido, o nobre Senador Jarbas Passarinho, ponderações em contrário a alguns aspectos do substitutivo original, do denominado Centrão, para modificar o Regimento Interno. Foram ponderações que eu mesmo levei a colegas que integram o Centrão, e que acabaram sendo revisadas, acolhidas e colocadas em termos de interesse comum, estabelecidas no confronto com propostas de outros grupos, levadas ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte para chegarmos a um denominador comum.

Sr. Presidente, ao que eu saiba, a uma hora da tarde já havia a probabilidade de um desdobramento para uma proposta concreta ser apreciada pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Se estou nesta tribuna é para traduzir a vontade e a disposição dos meus companheiros de luta da Bancada do PDS, que estão aqui para somar e não para dividir, que estão aqui para viabilizar a fim de que a Assembléia Nacional Constituinte possa elaborar e decidir, soberanamente, sobre uma nova Carta Constitucional.

Sr. Presidente, quero repelir algumas manifestações que temos recebido, pelo simples fato de termos desejado como tantos Constituintes, que foram a maioria desta Casa, exatamente restabelecer a ordem legal do Regimento Interno; compatibilizada com a ordem constitucional, da qual

emanou a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Não é, pois, um radicalismo, ao contrário, é um anti-radicalismo; é o bom senso que nos traz a ponderação da necessidade da revisão do Regimento Interno, porque se ele não for revisto, ao contrário do que muitos aqui disseram não teremos sequer como compatibilizar a nova Carta Constitucional, em termos efetivos de possibilitar uma nova ordem institucional para o nosso País, a fim de iniciarmos uma nova jornada, que espero venha a ser uma jornada de entendimento, de trabalho, de paz e de progresso para o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é hora de entendimento, não é hora de confronto! Mas, se não houver o entendimento só nos restará irmos para o confronto, porque aí não teremos outra alternativa. Mas se tivermos que fazer isso, o faremos lamentando e deplorando que se esteja jogando fora uma oportunidade singular para um grande entendimento, em torno de questões que sejam de interesse comum para o povo brasileiro.

Não se trata de votar aqui contra ou a favor dos empresários, contra ou a favor dos trabalhadores. Trata-se, isto sim, de votar aqui a favor do povo brasileiro tido em conjunto e não por suas parcelas. O interesse do Brasil é que deve pairar sobre os interesses setoriais e individuais. Deixemos as questões menores, deixemos as questões que nos dividem para a lei ordinária para a lei complementar, vamos agora somar em função daquilo que nos une. Será que este Brasil não tem condições de se unir em torno daquilo que é comum? Eu creio que sim. Por isso, fica aqui o nosso apelo e a nossa disposição.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Victor Faccioni. O Sr Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Viemos aqui para votar ou para conversar? A Ordem do Dia de hoje informa que às 14h 30min seria votado o Projeto de Resolução nº 16-c/87. Há cerca de 4 horas estamos repetindo e cansados de tanto ouvir os mesmos argumentos, as mesmas alegações.

Peço a V. Ex.^a que resolva a minha questão de ordem e diga quem está obstruindo o quê?

Esta é a questão de ordem que levanto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa informa ao nobre Constituinte que a sessão se está processando de acordo com o Regimento Interno. Esta é uma sessão ordinária, que começou exatamente às 14h 30min.

A primeira hora é o Pequeno Expediente, destinada aos pronunciamentos dos Srs. Constituintes.

O Plenário está acostumado a verificar que a Mesa, muitas vezes, é condescendente com os Srs. Constituintes, dando elasticidade maior ao

tempo destinado aos pequenos pronunciamentos – foi o que aconteceu hoje.

Na hora subsequente, é a vez das Comunicações das Lideranças, e o tempo restante é destinado aos Srs. Constituintes, para tratarem de assuntos constitucionais, de acordo com o Regimento, e para se processar, também, a apreciação da matéria da Ordem do Dia. Como essa matéria, até o momento, não se acha na Mesa, que dirige os trabalhos, a Presidência está concedendo aos Srs. Constituintes um espaço de tempo para se pronunciarem sobre matéria constitucional.

No momento, estamos concedendo a palavra aos líderes inscritos em lista que se acha sobre a mesa, que não foi esgotada ainda.

A SR^a CRISTINA TAVARES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Admira-me que V. Ex.^a, membro do PDT, esteja participando de manobra de procrastinação dos trabalhos e queira justificá-la como prodigalidade da Mesa.

Na realidade, este plenário está sendo desrespeitado. O que ocorre, Sr. Presidente, é que V. Ex.^{as} que dirigem a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte estão tentando fazer um acordo com o "Centrão", não estão conseguindo e estão com medo da votação. Estão procrastinando, e isto ficará registrado, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte. Que V. Ex.^{as} façam isso, muito bem, mas não julguem que há uma porção de idiotas aqui dentro que não estão notando ser isso uma clara manobra e uma fragilidade de V. Ex.^{as}.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Recolho a apreciação de V. Ex.^a, mas quero dizer à nobre Constituinte que, embora esta Presidência tenha sido indicada pelo PDT, no momento estou presidindo a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, com toda a isenção. De modo que aqui não é um Partido que está presidindo, mas um Constituinte, colega de V. Ex.^a, que procura interpretar da melhor maneira possível o Regimento Interno, com a elasticidade que os Srs. Constituintes estão acostumados a conceder à Mesa e esta, reciprocamente, ao Plenário.

O SR. MENDES RIBEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Política não se faz solitariamente, como de resto, solitariamente, não se faz nada na vida.

Não há ninguém no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte que ignore, desde o princípio dos trabalhos, que nossos colegas estão reunidos procurando um consenso. E o estão fazen-

do, porque o confronto, não é que seja temido por um lado ou por outro, mas porque representaria perder alguém e o consenso representará o ganho, a vitória de todos.

É um equívoco entendermos que marcar pseudoposições ecoa na História, e ecoam nas paredes desta Casa; plantam divergências, plantam questões pessoais, plantam, por vezes, confrontos pessoais de indivíduos que se distanciam sem razão de ser.

A verdade verdadeira não está com um ou com alguns. Estará, isto sim, se nós conseguirmos, ao final, contemplar uma obra em que cada um deu a sua colaboração, e não em que cada um perdeu um pouco da sua personalidade ou dos seus propósitos.

O Regimento foi feito pela Maioria desta Casa. Pela Maioria desta Casa poderá ou não ser modificado. A Comissão de Sistematização teve a permissibilidade da Maioria desta Casa. O direito de emendar o que a Comissão de Sistematização fez surgirá ou não do consenso da Maioria desta Casa.

Sabemos todos que a sessão está sendo prolongada à espera de um entendimento que deverá vir. Quantas vezes nos plenários dos legislativos, o relógio foi atrasado, simulando o quê? Simulando um prazo para que dentro dele se pudesse fazer o melhor.

Não creio que nesta hora, quando nós desembocamos no grande Plenário, no único fórum decisório da Assembléia Nacional Constituinte, o acirramento, mesmo que seja momentâneo, mesmo que seja do Jogo político, marque posição e, depois em cordeau, some alguma coisa. Não creio! Pode ser da praxe política, mas não há, ao meu juízo – e eu não sou dono da razão – nada que vá somar lá fora. Repercute a fala mais desabrida, lá fora repercute o choque violento de um Constituinte contra o outro. Se algum Constituinte, no momento de maior impulsividade, disser um desafogo para um colega, isso vai repercutir, mas se um Constituinte chamar um colega e pedir o entendimento, isso não vai constituir nada.

Não existe uma corrente só representada no cenário das negociações. Sabemos que estão negociando homens de todas as correntes, caso contrário não haveria a mínima possibilidade de compor. Se no cenário das negociações que são abertas não estivessem representantes de todos nós, que estamos aqui, não haveria um entendimento, não haveria uma solução que, se for conseguida – e certamente o será – acabará sendo o entendimento de todos nós.

Queríamos que a Assembléia Nacional Constituinte tivesse 24 subcomissões? Queríamos! Queríamos as 8 comissões temáticas? Queríamos! Queríamos a comissão de sistematização? Queríamos! Mas, se uma coisa é a lei na cabeça do legislador e outra coisa é a norma, quando ela ganha vida e começa a andar, nós também vamos querer ou não – e vamos decidir isso através do voto e não de assinaturas – vamos querer ou não que as coisas se possibilitem de outra maneira.

Os nossos pais não nos ensinaram mal e nós mesmos não entendemos mal, quando pregamos que as decisões majoritárias devem ser respeitadas. A comissão de sistematização foi uma comissão majoritária nesta Casa. O projeto da comissão de sistematização, se conversarmos com

a imensa maioria, é um projeto aceitável. Estamos procurando o quê? Estamos procurando a melhor forma de discordarmos menos. Já discordamos muito mais, quando não tínhamos nada; já discordamos menos, depois das Subcomissões e das Comissões temáticas; e discordaremos menos, depois da Comissão de Sistematização e do grande debate no Plenário.

Então, acho legítima qualquer posição tomada nesta Casa, num confronto de idéias. Qualquer posição que não tiver maioria, será vencida; se tiver maioria, será vencedora. Os rótulos que se aplicam, a rigor, acabam somando contra o todo, porque o rótulo sempre significa divisão.

Esta Assembléia Nacional Constituinte vai assinar, como um todo, a Constituição do Brasil. Sim, Sr. Presidente! Sim, Srs. Constituintes! Sabemos que, não desde às 14 horas, mas desde há alguns dias, está-se procurando um denominador comum. Ora, se o estamos procurando vamos facilitar para que o mesmo seja achado.

Vez por outra, é constrangedor a quem preside a Mesa enfrentar questões de ordem que, obviamente, estão cobertas de razão, se nós atentarmos para o Regimento que preside os trabalhos. Mas, de outro lado, se atentarmos que o Presidente filtra apenas aquilo que flui de nós, vamos entender que – e sabemos todos que faltam dez minutos para que a sessão se encerre às 18 horas e 30 minutos – se não houvesse a possibilidade de um entendimento, já se teria partido para um confronto.

Mas, por que confronto? Que confronto se, ao fim, sabemos que vamos chegar àquilo que queremos, ou seja, a possibilidade de emendar, sem esmagar quem quer que seja, e a possibilidade de fazer a Constituição do Brasil, assinada por todos nós.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PERCIVAL MUNIZ: – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o sobre Constituinte Percival Muniz, pela ordem.

O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A minha questão de ordem é no sentido de que a Mesa faça um comunicado ao Plenário, anunciando a decisão que já foi tomada, de que hoje não terá votação, e que esta se dará amanhã, às 10 horas. Assim, liberar os Constituintes para que possam cuidar de outras atividades.

Quem quiser continuar falando aqui, que fique à vontade, pois os microfones ficarão abertos. Mas, exigir que se fique aqui, já que não temos mais utilidade nenhuma na elaboração da Constituição, é demais pois a fase dos Constituintes já passou. Agora, é a fase da cúpula; então, que a cúpula fique fazendo a Constituição e nos libere para que possamos, cada um, cuidar de nossas atividades mais importantes ao invés de ficarmos até o final esperando o Presidente Ulysses Guimarães, ou outro qualquer, chegar para nos comunicar que não vai acontecer hoje a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa informa que a duração da sessão, conforme o Regimento interno, é de 4 horas. Assim, faltam 10 minutos para o término da sessão. Mas, como

ainda há oradores inscritos, nós continuaremos dando a palavra aos Srs. Constituintes. A atenção em ouvi-los será de V. Ex.^as. Aqueles que não quiserem ouvir os oradores, na tribuna, sintam-se livres e à vontade para se retirarem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Celso Dourado. Como Líder do PMDB.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: –

Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Só se for com a permissão do orador que está na tribuna.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: –

Sr. Presidente, é uma comunicação...

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Só se for uma questão de ordem. Para uma comunicação, não será permitido.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – É

uma comunicação e, em seguida, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A condenação do "Centrão" tentou, durante toda semana e o dia de hoje, um entendimento com os partidos da minoria e com as lideranças da minoria, para que nos propiciassem um novo projeto que pudesse ser votado em plenário. Estamos cedendo, desde que tenhamos preferência votada para a nossa emenda, em vários pontos: cedemos no que toca ao pedido de destaque, cedemos na quantidade de oradores para votar a favor e contra, cedemos no prazo de apresentação das emendas. Agora, depois de mais um dia incansável de tentativa de negociação, as lideranças dos partidos de minoria querem sepultar o projeto principal do "Centrão", ou seja, que o nosso substitutivo possa tramitar com preferência ao do Relator Bernardo Cabral. Chegamos ao impasse, não aceitaram essa nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Pediria a V. Ex.^a que formulasse a questão de ordem.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – A

questão de ordem é a seguinte: que V. Ex.^a ponha em votação a Emenda nº 1, que tem 271 votos de preferência, porque o "Centrão", a partir de agora, não negocia mais e vamos votar, hoje, essa nossa emenda. (Muito bem! Palmas.) Tentamos de todas as maneiras um entendimento; não foi possível! Então, a questão de ordem a que seja colocada em votação a Emenda nº 1, que teve a preferência aprovada na quarta-feira passada, com 271 votos.

O SR. PAULO RAMOS: – Sr.

Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem do Constituinte Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Para contraditar a questão de ordem, tem a palavra nobre Constituinte Paulo Ramos, desde que haja a permissão do orador que esta na tribuna. S. Ex.^a tem que permitir, porque o tempo não é da Mesa, o tempo é do orador que esta na tribuna.

O SR. PAULO RAMOS: – Sr. Presidente é muito rapidamente, porque estou interessado em ouvir o nobre Constituinte Celso Dourado, pois tenho certeza absoluta de que o seu pronunciamento prestará grandes esclarecimentos ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – V. Ex.^a tem a palavra, para contraditar a questão de ordem.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Para contraditar. Sem revisão do orador): –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ouvindo o ilustre Constituinte Roberto Jefferson usar da palavra, falando em nome do "Centrão", eu gostaria que, de uma vez por todas, V. Ex.^a presidindo os trabalhos, explicasse a Casa que partido político é esse? Quem é que fala por esse "Centrão"? O que significa isso porque, até hoje, não sabemos se esse "Centrão" é partido político. O que isso representa, o que isso define, pois não só os Constituintes devem ter conhecimento, como também toda a sociedade brasileira?!

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Não há questão de ordem a dirimir.

Está com a palavra Sr. Constituinte Celso Dourado.

O SR. CELSO DOURADO (PMDB – BA Como Líder.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A democracia exige entendimento. Há necessidade da busca do equilíbrio. Estamos nesta Casa buscando esse entendimento, buscando o consenso. Não há democracia sem debate, sem diálogo, sem essa busca de entendimento e de equilíbrio.

Sr. Presidente, a democracia não se harmoniza com os regimes fechados, com os regimes monolíticos, com a pretensão de alguns quererem falar de modo absoluto em nome do povo. Sabemos que as lideranças dos diversos partidos estão reunidas, debatendo e buscando esse entendimento, e nós outros não queremos ser passivos. Vamos tomar conhecimento do que for acordado, mas queremos discutir, queremos analisar e queremos dar a nossa contribuição em busca do equilíbrio e do entendimento nesta Assembléa Nacional Constituinte. Mas, para que a democracia realmente se firme, é necessário que o entendimento conseguido pela maioria tenha a razão de ser, que esta maioria não fale em nome de determinados interesses, quer de pessoas ou de grupos, mas, sim, preocupe-se em ajustar o seu diálogo, o seu debate, às próprias necessidades do nosso povo, à realidade de vida da nossa gente. A democracia é o melhor regime: os homens ainda não criaram outro melhor.

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CELSO DOURADO: – Sr. Presidente, para que se possa falar aqui em nome da maioria é necessário que esta se ajuste as aspirações do nosso povo; que esta maioria possa realmente estar preocupada e comprometida com as necessidades que angustiam e que afligem esse povo brasileiro. Não é possível que no final deste século, nesta hora de tantas transformações, de grandes transições, não é possível que permitamos que este País ainda tenha mais de 30 milhões de analfabetos. Não a possível que aqui se pretenda um

entendimento, sem levar em consideração que milhões, neste País, morrem de fome.

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Em nome de um entendimento, peço um aparte a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Não é permitido apartes na hora de Comunicação de lideranças. O orador está falando como Líder.

O SR. CELSO DOURADO: – Sr. Presidente, falo no horário da Liderança do PMDB e, como salientou V. Ex.^a o Regimento não permite a concessão de apartes neste período. Espero concluir meu raciocínio.

Sr. Presidente, estou interessadíssimo na busca do entendimento, do equilíbrio, porque sei que ninguém aqui vai impor a sua vontade e é por isso que a democracia e o melhor regime, porque grupo nenhum pode impor autoritariamente a sua vontade. É preciso que haja debate. Este Congresso é heterogêneo. Esta Assembléa Nacional Constituinte é heterogênea. Aqui, os diversos setores da sociedade brasileira estão representados e todos têm o direito de falar, de discutir e não podemos pretender voltar àquela fase imatura, insegura, do regime democrático no Brasil, quando as eleições eram feitas a bico de pena. Parece que há aqui alguns interessados, não em marcar a presença; não em estar presente constantemente nesta Casa. E posso falar, Sr. Presidente, porque sou um dos Constituintes assíduos. Não posso admitir que se queira, aqui, impor a vontade através de listas de assinaturas e de afirmativas de nomes, voltando àquela fase das eleições de bico de pena.

Esta é a hora de agirmos responsávelmente, porque o nosso povo está interessado em que esta Constituição responda aos grandes problemas que afligem, que esmagam e que maltratam o povo brasileiro, sobretudo os milhões de marginalizados e esquecidos desta sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ GENÓIMO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem V. Ex.^a a palavra para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENÓIMO (PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É óbvio que esta sessão da Assembléa Nacional Constituinte, convocada para as 14 horas e 30 minutos, com o Pinga-Fogo, regimentalmente, tem que ser encerrada, pois já são 18 horas e 35 minutos.

(Tumulto no recinto. O Presidente faz soar a campainha.)

Encerre a sessão, Sr. Presidente! Esta sessão começou há quatro horas e regimentalmente tem que ser encerrada. A Mesa deverá convocar nova sessão da Assembléa Nacional Constituinte. Esta sessão começou às 14 horas e 30 minutos – repito – e já são 18 horas a 35 minutos. Portanto, tem que ser encerrada esta sessão, que foi convocada com antecedência.

Sr. Presidente, a questão que encaminho a V. Ex.^a é para que encerre imediatamente esta sessão. O pedido de prorrogação não foi solicitado no prazo regimental. Portanto, V. Ex.^a tem que encerrar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Exorto os Srs. Constituintes a terem calma para que a Mesa possa ajudar na condução dos trabalhos.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para contraditar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Srs. Constituintes, vamos ao Regimento que é a carta que dirige os nossos trabalhos.

Diz o Regimento no seu art. 34, § 9º:

"A sessão poderá ser prorrogada, de ofício, pelo Presidente, ou por deliberação da Assembléia, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes ou de líderes que representem esse número, não podendo o requerimento ser discutido ou ter encaminhamento de votação."

Há sobre a mesa um requerimento de prorrogação da presente sessão por quatro horas que chegou, exatamente, às 18 horas e 30 minutos.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Portanto, Sr. Presidente, fora Gabriel Guerreiro – PMDB; Harlan 'do prazo. O requerimento teria que ser apresentado meia hora antes.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A entrada do requerimento foi exatamente na hora do término da sessão e a Presidência não a havia prorrogado de ofício.

V – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aluízio Bezerra – PMDB; Álvaro Valle – PL; Antonio Farias – PMB; Antonio Ueno – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim

Júnior – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Raimundo Lira – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Roberto Freire – PCB; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Wilson Campos – PMDB.

Encerro a presente sessão, convocando outra para amanhã, quinta-feira, dia 3, às 10:00 horas.

(*Encerra-se a sessão às 18 horas e 36 minutos.*)



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 155

SEXTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

I – ATA DA 170ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 3 DE DEZEMBRO DE 1987.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da Ata da Sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

OFÍCIO

Nº 020/87 – Da Senhora Constituinte Maria de Lourdes Abadia, solicitando a retirada de sua assinatura do Projeto de Resolução nº 20/87.

REQUERIMENTO

Do Senhor Constituinte Nelson Carneiro, requerendo a transcrição, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, do documento que justifica sua ausência na sessão de 25 de novembro do ano em curso.

COMUNICAÇÕES

Do Senhor Constituinte Dionísio Hage, participando que se ausentará do País a partir de 12 de dezembro do corrente.

Do Senhor Constituinte Albérico Cordeiro, participando que se ausentará do País no período compreendido entre 6 e 20 de dezembro do ano em curso.

JOSÉ GENÓINO (Questão de ordem) – Inexistência de **quorum** regimental para prosseguimento da sessão.

ROBERTO JEFFERSON (Questão de ordem) – Contradita à questão de ordem do Constituinte José Genóino.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genóino.

IV – Pequeno Expediente

MAURÍLIO FERREIRA LIMA (Questão de ordem) – Realização de chamada nominal para comprovação da existência de **quorum** para prosseguimento da sessão.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Maurílio Ferreira Lima.

JOSÉ GENUÍNO – Realização de chamada nominal para comprovação da existência de **quorum** para prosseguimento da sessão. Implícito aniquilamento das minorias na proposta de reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte apresentada pelo grupo "Centrão".

ROSE DE FREITAS (Questão de ordem) – Realização de chamada nominal para comprovação da existência de **quorum** para prosseguimento da sessão.

NILSON GIBSON – Liberação de recursos para conclusão das obras da usina hidrelétrica de Itaparica.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Embuste contido na proposta da reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte apresentada pelo grupo "Centrão".

OLÍVIO DUTRA – Respeito do PT ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Reais propósitos do grupo "Centrão" na tentativa de reforma regimental.

FAUSTO ROCHA – Propósito do grupo "Centrão" de votar a reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

TITO COSTA – Apoio à alteração regimental como forma de ampliar a participação dos Constituintes na elaboração constitucional.

DEL BOSCO AMARAL (Questão de ordem) – Tempo destinado ao Pequeno Expediente. Existência de matéria na Ordem do Dia.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Del Bosco Amaral.

AROLDE DE OLIVEIRA – Propósitos do grupo majoritário na Assembléia Nacional Constituinte quanto à modificação do Regimento Interno.

MAURO SAMPAIO – Reivindicações apresentadas pela comunidade norte-juazeirense ao Governador Tasso Jereissati, Estado do Ceará.

CÉSAR MAIA – Política de arrocho salarial posta em prática pelo Governo.

MANUEL VIANA – Favorecimento, pela Caixa Econômica Federal, à empresa multinacional Combrascan, na compra do Shopping Center Rio-Sul, em detrimento da empresa nacional Empreendimentos imobiliários Capri S.A.

PAULO MACARINI – Ampliação e criação de Juntas de Conciliação e Julgamento no Estado de Santa Catarina.

CARLOS VINAGRE – Necessidade de criação de categoria funcional específica para a área de arrecadação previdenciária.

IRMA PASSONI – Inviabilidade da Assembléia Nacional Constituinte com o projeto de reforma do Regimento Interno apresentado pelo grupo "Centrão". Artigo "Origem do acidente nuclear em Goiânia", publicado no jornal "Folha de S. Paulo".

EVALDO GONÇALVES – Criação do Conselho Nacional de Política do Algodão – CONPAL.

ANTÔNIO DE JESUS – Artigo "Pena de Morte para crianças no Brasil", publicado no jornal "O Semeador".

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS – Inconsistência da inclusão, pela Comissão de Sistematização, entre os monopólios da União, da distribuição dos derivados de petróleo.

FERES NADER – Perfeita sincronia no trabalho de plantio de cana em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

GONZAGA PATRIOTA – Propósitos do grupo "Centrão".

V – Comunicações das Lideranças

ROSE DE FREITAS (Questão de ordem) – Possibilidade de levantamento de questão de ordem em qualquer fase da sessão. Destinação da sessão.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem da Constituinte Rose de Freitas.

ALDO ARANTES (Questão de ordem) – Garantia da incolumidade física dos Constituintes. Respeito às normas regimentais.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Aldo Arantes.

ROBERTO JEFFERSON (Pela ordem) – Tentativa de procrastinação dos trabalhos.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre disposição regimental acerca do levantamento de questão de ordem.

PRESIDENTE – Próposito da Presidência de encaminhamento dos trabalhos em estrita obediência às normas regimentais.

ANTÔNIO CÂMARA (Questão de ordem) – Votação da Ordem do Dia, após o término do período de Comunicações das Lideranças.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Antônio Câmara.

AMARAL NETTO – Apresentação de requerimento de prorrogação da sessão. Próposito do grupo "Centrão" de decidir pelo voto da reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ALDO ARANTES – Conteúdo antidemocrático da proposta de reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte apresentada pelo grupo "Centrão".

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Acoplamento da violência ao embuste contido na proposta de reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte apresentada pelo grupo "Centrão". Desagravo à Presi-

dência da Assembléia Nacional Constituinte em face de des cortesia praticada pelo Constituinte Gastone Righi. Continuidade da luta das forças progressistas.

MESSIAS SOARES – Inaceitação do rótulo de direita aos integrantes do grupo "Centrão".

VIRGÍLIO GUIMARÃES (Questão de ordem) – Possibilidade da concessão de apartes durante o período destinado às Comunicações das Lideranças.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Virgílio Guimarães.

FERNANDO SANTANA – Inconciliabilidade entre os interesses do povo e das classes dominantes, causa da inexistência de acordo na Assembléia Nacional Constituinte.

FLORESTAN FERNANDES – Natureza do papel da Assembléia Nacional Constituinte. Apelo para a prevalência do bom senso na elaboração constitucional.

BRANDÃO MONTEIRO – Formulação do processo de elaboração constitucional pela forma democrática. Repúdio a agressões sofridas por Constituintes. Encontro de fórmula altiva e democrática para superação dos impasses.

GASTONE RIGHI – Repúdio do PTB à violência. Decisão pelo voto das matérias submetidas ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Estrito cumprimento pela Presidência das normas regimentais.

CÉSAR MAIA (Pela ordem) – Inclusão na Ordem do Dia de projeto de decisão que dispõe sobre a proibição de edição, pelo Presidente da República, de decretos-leis durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Conclamação ao espírito de concórdia dos Constituintes. Próposito da Presidência de perseguir o entendimento.

VI – Apresentação de Proposições

EDME TAVARES

VII – Ordem do Dia

PAULO RAMOS – Apresentação de requerimento de adiamento da votação. Critério adotado pela Presidência para inclusão de matérias na Ordem do Dia. Significado da expressão "Centrão".

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Paulo Ramos.

JOSÉ GENÓIMO (Questão de ordem) – Conclusão do processo de votação, após apreciação dos destaques apresentados.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genóimo.

MÁRIO COVAS (Questão de ordem) – Processo de votação a ser adotado pela Mesa. Recusa da Bancada do PMDB de votar o Substitutivo submetido ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

VIII – Encerramento

Ata da 170ª Sessão Extraordinária, matutina, em 3 de dezembro de 1987

Presidência dos Srs: Ulysses Guimarães – Presidente; Mauro Benevides
1º-Vice-Presidente; Jorge Arbage – 2º-Vice-Presidente

ÀS 10 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Afonso Arinos – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Aloysis Chaves – PFL; Aloysis Teixeira – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Konder Reis – PDS; Antônio Mendes Thame – PFL; Antonio Salim Curiati – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves

– PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Rodrigues – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Ilegível César – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lec – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlind – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliari – PTB; Jayme Santana – PFL; João Agripin – PMDB; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Ilegível – PMDB; João Paulo – PT; Joaquim Francisco – PFL; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egrela – PTB; José Freire – PMDB; José Genóimo – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Luiz de Sá – PL; José

Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Serra – PMDB; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Levy Dias – PFL; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcos Lima – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Messias Soares – PTR; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Geovah Constante – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Osvaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Sadia Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sónion Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha

– PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão **ilegível** Cansanção – PFL; Virgílio de Senna – PMDB; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

Manso Cabral, da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia ("Exoneração da pensão alimentícia à ex-esposa"); Antunes Varella, das Faculdades de Direito de Coimbra e Lisboa ("Desarticulação das Inovações do Direito Brasileiro de Família") e Ministro José Carlos Moreira Alves, Professor da Faculdade de Direito da USP ("Casamento inexistente").

Coube-me dissertar sobre "O Direito de Família na Constituinte".

Não pude assim faltar a compromisso assumido com tanta antecedência, lamentando que minha intervenção devesse ocorrer na manhã de 25 de novembro. Infelizmente, por falta de transporte aéreo, somente possível às 19 horas, não pude chegar a tempo de manifestar meu voto na reunião da tarde daquele dia, da Assembléa Nacional Constituinte. Rogo assim a V. Ex.^a se digne de mandar incluir em Ata a presente, para que dela tomem conhecimento os que, amanhã, compussem os Anais da atual Assembléia.

Sala das Sessões, 2 de dezembro de 1987. – **Nelson Carneiro**.

COMUNICAÇÃO

Do Sr. Dionísio Hage, nos seguintes termos:

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que, a partir de 12 do corrente mês, irei ausentar-me do território nacional, em viagem à Antártida, a convite da Marinha de Guerra do Brasil.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 1987. – Deputado **Dionísio Hage**.

Do Sr. Albérico Cordeiro, nos seguintes termos:

Brasília, 2 de dezembro de 1987.

MD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Senhor Presidente:

Pelo presente, solicito a V. Ex.^a autorização para ausentar-me do País de 6 a 20 do mês em curso.

Esclareço que nesse período estarei visitando o Medizinisch Pharmazeutischen Studiengesellschaft na Alemanha, a convite da Sociedade Civil Bem-Estar Família no Brasil – BEMFAM.

Certo da atenção que dispensará minha solicitação, agradeço antecipadamente.

Cordialmente, **Albérico Filho**, Deputado Federal.

O SR. JOSÉ GENÓILO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENÓILO (PT – SP):

Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, a sessão da Assembléia Nacional Constituinte foi convocada ontem para as 10 horas da manhã de hoje, para apreciar matéria de grande importância: a aprovação ou não do seu Regimento Interno. Pela falta evidente de quorum para iniciar a sessão, solicito a V. Ex.^a que a suspenda. Não há o número regimental exigido para a instalação desta sessão. Portanto, V. Ex.^a terá de suspendê-la.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Srs. Constituintes, a Mesa pede que os trabalhos sejam

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 294 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, 3º –

Secretário, servindo como 2º, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, 1º –

Secretário, procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE

OFÍCIO

Da Sr^a Maria de Lourdes Abadia, nos seguintes termos:

O.I.

Nº 020/87-GD

Brasília, 1º de dezembro de 1987

Senhor Presidente:

Solicito de Vossa Excelência a gentileza de considerar a retirada de minha assinatura ao Projeto de Resolução nº 20/87, conforme termos regimentais.

Nestes termos,

Pede deferimento. – **Maria de Lourdes Abadia**, Deputada.

REQUERIMENTO

Do Sr. Nelson Carneiro, nos seguintes termos:

Sr. Presidente:

A Faculdade de Direito da Universidade da Bahia programou, há mais de três meses, um "Encontro Nacional de Mestres de Direito Civil", em homenagem aos 50 anos de Cátedra do Professor Orlando Gomes, o mais eminente civilista brasileiro nascido neste século. Honrou-me a tradicional Faculdade, onde formei meu espírito e cujo corpo docente me honro de integrar, de incluir meu nome ao lado dos renomados mestres que deveriam pronunciar conferências, iniciadas com a do próprio Professor Orlando Gomes ("Agonia do Código Civil") e que tiveram prosseguimento com as dos consagrados Professores Álvaro Vilaça de Azevedo, da Faculdade de Direito da USP ("Do concubinato ao casamento de fato"), Pedro

orientados e desenvolvidos dentro da ordem (Palmas.) O Sr. Constituinte José Genoíno continua com a palavra para concluir a questão de ordem que formula.

O SR. JOSE GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço-lhe que faça a verificação de votação, porque, no meu entendimento, não há quorum para instalar a sessão.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB):

RJ. Sem revisão do orador: – Sr. Presidente verifica-se do pedido do ilustre Constituinte José Genoíno flagrante desconhecimento do Regimento Interno. S. Ex.^a acabou de solicitar verificação de votação. Ora, Sr. Presidente, não estamos ainda em processo de votação.

É impertinente o pedido do ilustre Vice-Líder do PT de verificação de votação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Não pedi verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa pede encarecidamente a V. Ex.^{as} permaneçam em silêncio, enquanto o nobre Constituinte Roberto Jefferson conclui sua questão de ordem.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, há uma praxe que a Mesa vem seguindo, no sentido de conferir nossa presença em plenário: **quorum** de pelo menos 56 membros para o início dos trabalhos, constatado através de chamada nominal. Temos aqui, a olhos vistos, mais de 56 senhores Constituintes presentes. Só na Mesa, posso ver mais de seis. Já que o ilustre Constituinte José Genoíno pediu verificação de votação – esse foi o seu pedido, todos ouviram...

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Pedi verificação de presença.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – ...vamos corrigir o equívoco do nobre Vice-Líder do PT. O que S. Ex.^a quis dizer foi verificação de **quorum**. Vamos apelar para o senso democrático da Mesa. Essas sessões estão sendo tumultuadas, enganosas. Ainda ontem à noite assistimos a um **bypass**, à rasteira que a própria Mesa tentou aplicar no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, suspendendo repentinamente os trabalhos de votação, como fez na quarta-feira da semana passada: após termos votado o pedido de preferência, o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, suspendeu os trabalhos, sem nenhuma razão, inopinadamente, sem arrazoado algum que justificasse essa providência. Agora, no momento em que todos os companheiros se mobilizam para chegar ao plenário e poder honrar os trabalhos ante os olhos da Nação e as expectativas do Brasil, estamos assistindo a essa manobra antidemocrática do nobre Vice-Líder do PT, Constituinte José Genoíno, querendo encerrar a sessão. Que desamor ao voto, que desamor à discussão!

Estão querendo procrastinar o andamento dos trabalhos. Querem ganhar no "tapetão", lá no Gabinete da Presidência. Isso tem de ser superado, Sr. Presidente. O voto deve ser exercido, soberana e legitimamente, no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, o nobre Vice-Líder do PT pediu verificação de votação. Solicito a V. Ex.^a que indefira esse pedido, por antidemocrático e desrespeitoso ao Brasil, às expectativas da Nação de ver o mais rápido possível encerrados os trabalhos de elaboração da nova Carta.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Primeiramente a Mesa vai decidir a questão de ordem suscitada pelo nobre Constituinte José Genoíno e contraditada pelo nobre Constituinte Roberto Jefferson.

Peço a V. Ex.^a que aguarde a decisão. Logo em seguida, concederei a palavra a V. Ex.^a.

Dispõe o art. 36 do Regimento Interno:

"À hora do início da sessão os membros da Mesa e os Constituintes ocuparão os seus lugares."

"§ 2º Achando-se em Plenário pelo menos 56 (cinquenta e seis) Constituintes, o Presidente comunicará o número dos presentes e declarará aberta a sessão, proferindo as seguintes palavras: sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos."

A Mesa reconhece que, quando o nobre Constituinte José Genoíno suscitou a questão de ordem, era visível a inexistência de **quorum**. Todavia, neste momento, o Secretário Mário Maia acaba de proceder a contagem dos Constituintes em Plenário e informa à Presidência que existem sessenta e poucos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao:

IV– PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. José Genoíno.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Um momento, nobre Constituinte. Já concedi a palavra ao primeiro orador inscrito.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Pedi a questão de ordem antes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Se o nobre Constituinte José Genoíno consentir na questão de ordem, darei a V. Ex.^a a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Permito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem V. Ex.^a a palavra para uma questão de ordem.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, quero manifestar nossa discordância com a decisão da Mesa, ao considerar apenas o aspecto visual da presença da 56 Constituintes em plenário. Requeiro a V. Ex.^a seja feita a chamada nominal.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, a Mesa...

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Asseguro a palavra a V. Ex.^a, até como sinal de ética e de respeito a um Constituinte.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Requeiro à Mesa seja feita a chamada nominal, para constatar em plenário a presença de 56 Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa pede silêncio. Há orador na tribuna. O art. 43 determina esse silêncio. A Mesa apela ao bom senso dos Srs. Constituintes para que os trabalhos possam desenrolar-se dentro da normalidade.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Solicito a V. Ex.^a seja feita a chamada nominal, para constatar em plenário a presença legal.

O SR. NILSON GIBSON: – Sr. Presidente, para contraditar. Na outra contagem, a Mesa já decidiu a questão. Esta é uma forma de agredir moralmente a decisão de V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Nilson Gibson, a Mesa sabe como tomar suas decisões.

Respondendo ao nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima, devo dizer que não cabe, na mesma sessão, duas questões de ordem sobre a mesma matéria. Em segundo lugar, a Mesa já decidiu pelo prosseguimento da sessão.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Há um orador na tribuna, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa já concedeu a palavra ao primeiro orador inscrito, Constituinte José Genoíno. Não há questão de ordem a dirimir.

Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, usarei a palavra neste "pinga-fogo" para solicitar a V. Ex.^a seja feita a chamada nominal, no sentido de se constatar a presença de 56 Constituintes. Enfatizo a necessidade de se proceder à chamada nominal. Ela é necessária, Sr. Presidente, para que não haja dúvida de que existe **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa pede aos Srs. Constituintes que se mantenham em silêncio, porque há um orador na tribuna.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, recorro da decisão da Mesa quanto à existência de **quorum**. Peço seja feita a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa que a decisão já foi tomada. A palavra do Constituinte José Genoíno significou o início do Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, não utilizei o tempo que me facilita o Regimento Interno. Usei apenas um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.^a dispõe de dois minutos e meio. Esse tempo já se exauriu.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Usei apenas um minuto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, vou concluir minha colocação.

É necessário que fique claro que esta Assembléia, hoje, está diante de uma decisão importante. A mudança do Regimento Interno significa a possibilidade de uma maioria conseguir fazer-se presente na Constituinte não com o voto, mas com abaxo-assinado. Esta é a divergência central para se chegar a um acordo sobre a mudança ou não do Regimento Interno.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a que me garanta a palavra, porque há Constituintes que não a estão respeitando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa não entendeu, com tanto barulho, o que solicitou o Constituinte José Genoino. Peço a S. Ex.^a que repita o que sugeriu.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Que V. Ex.^a me garanta a palavra por este minuto, para eu concluir a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa pretende conduzir os trabalhos dentro da ordem e com respeito integral ao Regimento. Há um orador na tribuna. Peço a S. Ex.^a que conclua seu pronunciamento, porque o tempo já está esgotado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Concluindo, Sr. Presidente, é necessário, de outro lado, que cada Constituinte tenha o direito de fazer suas emendas em plenário, e não como quer o Centrão na sua proposta. Uma emenda coletiva aniquila inteiramente a liberdade dos Constituintes. E isso feito através de abaxo-assinado. Esta é a nossa posição. Que esta maioria assuma a responsabilidade de fazer uma Constituição de direita aqui no plenário. Fazer através de abaxo-assinado não é permitido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa pede silêncio ao Plenário.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Agradeço à Mesa, Sr. Presidente. É necessário que o Plenário saiba ouvir as posições discordantes da maioria, chamada "Centrão", mas que deveria mudar o nome para "Direitão".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

A SR^a ROSE DE FREITAS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Um momento. A Mesa faz um apelo ao Plenário, para que suscite questão de ordem após o término do Pequeno Expediente. Temos apenas 30 minutos para este expediente; logo a seguir daremos espaço para as questões de ordem.

Tem a palavra o nobre Constituinte Nilson Gibson.

A SRA. ROSE DE FREITAS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, na forma regimental. V. Ex.^a não me pode negar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.^a terá a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES. Sem revisão da oradora): – V. Ex.^a, com toda experiência que tem, sabe que não pode negar

uma questão de ordem na forma regimental. V. Ex.^a concedeu a palavra ao nobre Constituinte José Genoino, dizendo que, pela ordem, teria de conceder-lhe a palavra, porque estava inscrito. Foi levantada anteriormente uma questão de ordem por mim e pelo Constituinte que se encontra ao meu lado. Requeiro a V. Ex.^a a palavra para uma questão de ordem que gostaria de formular, porque é procedente. Peço também a V. Ex.^a que, para o prosseguimento desta sessão, seja feita a chamada nominal, porque V. Ex.^a abriu a sessão determinando que havia número. Só que, ao ser aberta a sessão, houve uma alteração no plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Isso não tem cabimento.

A SRA. ROSE DE FREITAS: – Tem. Foi decidida questão anterior a esta relativa à abertura.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, gostaria que o Plenário permanecesse em expectativa para ouvir o que vamos dizer de importante para o Nordeste, neste período do Pequeno Expediente, a fim de que haja bom senso entre as autoridades, para que o Nordeste seja bem aquinhoadado, dentro das limitações da administração governamental.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a implantação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco se deu na década de 40, graças à abnegação de alguns nordestinos que entendiam ser a energia elétrica o suporte para o desenvolvimento da Região. Até então o Nordeste dispunha de apenas pequenos aproveitamentos hidráulicos ou de geração térmica, estes facilitados pela abundância e baixo preço do petróleo naquela época. Entre a idéia de Apolônio Sales, Pernambucano, ainda na década de 40, de fazer Paulo Afonso, e a inauguração de sua primeira máquina, em 15 de janeiro de 1955, pelo Presidente Café Filho, existe uma verdadeira história de abnegação e amor ao Nordeste, escrita não só pelos dirigentes, mas principalmente pelos empregados, que venceram todos os desafios e escavaram, a 80 metros do solo do semi-árido, uma caverna para instalar a usina que mais tarde foi festejada como a Redenção do Nordeste.

O decorrer do tempo mostrou que a energia elétrica era realmente o suporte do desenvolvimento. Isso ficou constatado quando, nem bem havia sido concluída a implantação do Projeto Paulo Afonso I, se iniciavam as obras de Paulo Afonso II, o que, aliás, não era novidade para os planejadores da obra, que projetaram Paulo Afonso com dois muros laterais para permitir que suas aberturas, posteriormente, dessem lugar à construção das Usinas de Paulo Afonso II e III.

Dai em diante foi um suceder de implantações de usinas hidrelétricas e de obras de vulto, como Sobradinho, que garantissem descargas mínimas do rio São Francisco, possibilitando o funcionamento de todas as usinas instaladas rio abaixo, tanto em épocas de cheias como de secas.

A Chesf também aceitou grandes desafios, como o de levar longe a sua força através das linhas de transmissão de alta e extra-alta tensão, uma das quais em conjunto com a Eletronorte – a interligação Norte/Nordeste – que se constitui numa das mais extensas LT's já instaladas no Mundo. Modernas subestações em 230 e 500 mil

voltos completam o sistema de transmissão que atende, da Bahia ao Piauí, não somente às concessionárias Coelba, Energipe, Ceal, Celpe, Saelp, Cosern, Coelce e Cepisa, como também a 13 grandes parques industriais que recebem energia diretamente da Chesf na tensão de 230 mil volts.

Hoje a Chesf é uma das mais importantes empresas controladas pela Eletrobrás, dispondo de um excelente elenco, de 12 usinas hidrelétricas em funcionamento, duas termelétricas e cerca de 13 mil quilômetros de linhas de transmissão, além de 70 subestações. Seu corpo funcional é constituído por cerca de 12 mil empregados, que atuam tanto nas grandes capitais como até em locais de difícil acesso, onde exista uma de suas subestações.

A Chesf está concluindo a obra de Itaparica, que inicialmente será motorizada com 6 unidades de geração de energia de 250.000 KW e, no futuro, para atender às necessidades de suprimento nas horas de demanda máxima do sistema, terá instaladas mais quatro unidades de geração do mesmo porte totalizando uma capacidade final instalada de 2.500 mil quilowatts.

A barragem de Itaparica tem 4.700 metros de extensão, é do tipo mista (terra/enrocamento) e dispõe de um sistema extravasor (para dar passagem ao excesso d'água, quando houver enchentes no rio) com capacidade de liberar até 25 mil metros cúbicos por segundo.

Em face da topografia do local do eixo da barragem, a formação do lago de Itaparica, com capacidade para mais de 10.700 milhões de metros cúbicos de acumulação, requereu a relocação de três cidades: Petrolândia e Itaparica, em Pernambuco, e Rodelas, na Bahia. Tais cidades já foram entregues à população, reconstruídas pela Chesf, em locais escolhidos pelo próprio povo.

Além das três cidades, as águas do lago atingirão terras de diversos outros Municípios de Pernambuco e Bahia, promovendo a relocação de mais de 20 mil pessoas residentes na zona rural, as quais serão colocadas em projetos especiais que estão sendo realizados com o apoio de órgãos da administração pública.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, passo a fazer leitura de entrevista do Deputado Cintra Galvão, uma das grandes lideranças políticas de Pernambuco, formulando veemente apelo ao Presidente da Chesf, Engº José Carlos Aleluia, aliás, destaque-se, por justiça, excelente administrador:

"CINTRÁ CRITICA ATRASONAS OBRAS DE ITAPARICA

A suspensão do envio de recursos federais para conclusão das obras de deslocamento das famílias residentes na área da bacia que formará o lago da barragem da hidrelétrica de Itaparica poderá retardar o início da operação daquela usina, implicando, inclusive, no corte do fornecimento de energia ao Nordeste, com consequências desastrosas para a economia da região, já penalizada pelo racionamento.

A advertência foi feita ontem pelo Deputado Cintra Galvão, acrescentando que, apesar dos esforços do presidente da Chesf, José Carlos Aleluia, visando à liberação de verbas para concluir a obra, que deixará submersas as cidades de Petrolândia, Rodelas, Itacuruba

e Barra do Tarrachil, bem como as regiões rurais desses municípios, nenhum resultado positivo foi obtido até agora.

Empreiteiras

Diante desse quadro, segundo o parlamentar, as firmas empreiteiras estão sem condições de dar prosseguimento à construção de novas moradias, por se encontrarem com seus pagamentos atrasados. "A situação torna-se ainda mais grave – frisou – porque os reservatórios de Sobradinho e Paulo Afonso estão hoje com 11% de sua capacidade útil de acumulação d'água para mover os geradores das referidas usinas".

Esclareceu que a barragem de Itaparica está com suas comportas fechadas para a formação do lago e, se os habitantes do campo, vilas e cidades não forem relocados agora, no período do inverno, para as suas novas residências, as comportas terão de ser abertas durante um ano, à espera das chuvas. Também será prejudicada a implantação de novas indústrias, havendo, ainda, a ameaça de demissão em massa de trabalhadores, devido à suspensão do fornecimento de energia.

Finalizando, o Deputado Cintra Galvão fez um veemente apelo aos governadores do Nordeste e à bancada nordestina no Congresso Nacional, bem como ao Presidente José Sarney e ao Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia a fim de autorizarem, com a maior urgência possível, a liberação dos recursos destinados à conclusão das obras de Itaparica"

Concluo, Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes, voltando a solicitar, com vivo empenho, ao Ministro Aureliano Chaves, bem assim à própria Presidência da República, ao ilustre e eminentíssimo Presidente José Sarney, providências no sentido de autorizar, com a máxima urgência, a liberação dos recursos destinados à conclusão das obras de Itaparica, desta forma atingindo os objetivos e anseios dos nordestinos.

Apelo também pala todos os 292 constituintes do Nordeste no sentido de que nos arregimentemos a fim de podermos garantir a vitória ao Nordeste no que tange às suas reivindicações.

Oportunamente voltarei ao assunto.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, volto a esta tribuna para denunciar o embuste é a desonestade da proposta do "Centrão", organização de extrema direita, que pretende tumultuar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Em todo o Brasil o "Centrão" divulga pela imprensa que quer decidir a Constituição nova pelo voto, que quer que 280 Constituintes tenham direito à palavra. Mas aqui está a proposta do "Centrão" que vem assinada, em primeiro lugar, pelo Deputado Roberto Cardoso Alves. Diz o seguinte, no parágrafo único do art. 1º.

"As emendas apresentadas com base neste artigo, até o início da tomada de votos da respectiva matéria, terão preferência, independentemente da votação..."

O "Centrão" é um embuste. Quer fazer a Constituição na base do abaixão-assinado. (Apupos no Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Há um orador na tribuna. A Mesa faz um apelo ao Plenário para que o respeite.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – O "Centrão" vem coletando assinaturas de Constituintes turistas que aqui não comparecem para cumprir seu mandato. Se é para votar, que se vote tudo. Mas não querem que o pedido de preferência possa ser aprovado única e exclusivamente com 280 assinaturas. O "Centrão" vai recolher assinaturas até nos cabarés de Paris. Isso não é possível. É necessário que a opinião pública saiba que isso é um embuste e que o "Centrão" não quer resolver no voto, mas, sim, na base da assinatura. O "Centrão" quer que a assinatura substitua o voto, quer esmagar os anseios majoritários do povo brasileiro que espera que esta Constituinte atenda aos reclamos da Nação.

A votação de hoje é histórica e, por isso, é necessário que a opinião pública esteja atenta. A Constituinte é nossa; portanto, olho nela e no comportamento daqueles que aqui estão para esmagar as conquistas sociais asseguradas no novo texto pela Comissão de Sistematização, sintetizando, assim, todo o trabalho feito nas Subcomissões e Comissões.

O "Centrão" é formado por um grupo de embusteiros que querem resolver tudo através de assinaturas, quando não dispõe de 280 Constituintes para pôr em plenário nas votações. (Palmas.)

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes, o Partido dos Trabalhadores apresentou à Assembléia Constituinte uma proposta de Regimento Interno que possibilita a participação ampla dos seus 559 membros.

A proposta de Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores foi minoritária, mas a maioria que votou em favor do atual Regimento Interno, contra o qual, à época, se opôs a Bancada do PT, agora, depois que as grandes corporações, os grandes interesses econômicos e o latifúndio viram que o Script que haviam prescrito para a Constituinte não foi seguido como pretendiam na Comissão de Sistematização, esses mesmos, que por maioria – repito – aprovaram o atual Regimento Interno, querem agora modificá-lo.

O Partido dos Trabalhadores foi minoria, mas respeitou a maioria. Trabalhou nas 24 Subcomissões, nas 8 Comissões Temáticas e pretende trabalhar intensamente no plenário da Constituinte. Mas o que quer a pretensa e eventual maioria? Quer a alteração das regras do jogo quando este já se está processando e vai para o segundo tempo. As regras que valeram para o primeiro tempo não valem mais para o segundo, de acordo com a vontade dessa maioria eventual.

Pretendeu-se transmitir para o Constituinte o sistema representativo: 93 Constituintes representariam 559 Constituintes, contra a vontade do PT. Mas esta foi a vontade da maioria, e o PT acatou-a respeitosamente. Agora, contra a vontade da Nação, aqueles que se denominam "Centrão" mas que, na verdade, têm um núcleo que podemos dizer abertamente ser de direita, e se constituem numa

maioria eventual que não pode ser a maioria participativa, tanto que não têm a presença de 280 parlamentares, como já foi provado na votação anterior, querem aqueles que se dizem maioria apresentar propostas respaldadas não com a presença dos Parlamentares aqui, mas com assinaturas de quem provavelmente se encontra à beira de piscinas ou em salões acarpetados, tornando úisque, mas ausente do debate político.

Esta maioria não é a maioria do povo, não é a maioria da Nação. O PT se coloca contrário a esse tipo de comportamento. Queremos que cada Parlamentar tenha o direito, sem nenhum impedimento, de aqui apresentar propostas e vê-las discutidas e votadas, ganhar ou perder, mas pelo voto e com a presença de todos, não apenas representados por assinaturas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes, o PT é contrário a todo e qualquer acordo que mantenha, para apresentação de propostas, apenas a exigência de assinaturas.

O SR. FAUSTO ROCHA (PFL – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ouvimos agora o discurso do Constituinte Olívio Dutra, futuro Presidente do PT, segundo os jornais. Disse S. Ex.^a hoje, e disseram ontem os representantes do PT, que desejavam votar. No entanto; o PT foi um dos partidos que participaram do engodo. A Mesa da Assembléia Constituinte, na tarde de ontem, prestou-se a um papel muito abaixo daquele que dela se espera: participou de um engodo. A imprensa reconheceu. A própria TV Globo, ontem à noite, disse que o "Centrão" foi traido. Tem razão a imprensa. O "Centrão" foi iludido na sua boa-fé durante uma semana. Até queria sugerir à TV Manchete, que está tentando enfrentar a TV Globo no campo das novelas, que contrate as lideranças dos partidos de esquerda e a própria Mesa para serem seus novos atores, pois atuam muito bem levando os outros na conversa (Palmas.) Foi isso que aconteceu ontem.

Mas o "Centrão" continua decidido a votar. O "Centrão" quer votar. E queremos dizer que estamos coesos em torno da proposta nº 1. Depois de votar poderemos, atenciosamente, como fazem os democratas, aceitar o aprimoramento contínuo de toda a legislação e até do próprio Regimento. Isso faz parte da democracia, que a esquerda radical não aceita, pois quer o regime de partido único.

Sr. Presidente, o "Centrão" quer votar. E, às 10 horas e 35 minutos, já está terminado o tempo do "Pinga-Fogo". (Palmas.) Não queremos mais usar a palavra. (Palmas.) Encerro, antes de findar o meu tempo, a fim de que possamos votar.

Sr. Presidente, solicitamos que a Mesa imediatamente comece a votação, porque a preferência está garantida e temos de entrar em regime de votação sem encaminhamentos.

Espero que a Mesa cumpra hoje aquilo que se envergonha de não ter cumprido ontem.

O SR. TITO COSTA (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes; tenho para mim que se esgotaram todos os argumentos a favor da proposta do "Centrão" ou contra, e o que se tem feito aqui não é mais do que a repetição daquilo que já estamos fartos de saber e ouvir.

Queria dizer ao nobre Constituinte que nesta manhã tivemos a satisfação de ouvir o eminente constitucionalista e ex-Deputado português, Marcelo Rebelo de Souza, que está no Brasil a convite da Confederação das Associações Comerciais do Brasil. S. S^a brindou-nos com uma excelente exposição, baseada não apenas nos seus conhecimentos de Direito Constitucional, mas sobretudo na sua experiência de congressista e de constituinte daquela nação irmã. Mostrou-nos um panorama absolutamente semelhante ao do Brasil nestes dias, falando que tanto aqui como lá a elaboração da Constituição representou uma verdadeira panacéia para todos os males que afligiam ambas as nações.

No entanto, a euforia de elaborar uma Constituição, que se imaginava iria resolver todos os problemas – como aqui também se imagina – foi substituída por uma primeira revisão do texto constitucional, que se deu em 1982, através da qual se suprimiram vinte artigos considerados inúteis e desnecessários. Disse mais o Prof. Marcelo Rebelo de Souza que está em marcha uma segunda revisão do texto constitucional, através da qual se extirparão dele aproximadamente trinta artigos.

Estamos preocupados em fazer um texto limpo, objetivo, concreto, que, como disse o Prof. Marcelo Rebelo de Souza, passe da utopia para o consenso pragmático.

Queremos participar dos trabalhos agora, uma vez que, como não somos membros da Comissão de Sistematização, nem como suplentes, não tivemos ainda a oportunidade de debater convenientemente o texto. Esperamos pacientemente que se vote a alteração regimental, a fim de que todos possamos participar do debate da nova Carta, representando, assim, os anseios da Nação brasileira.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP)

– Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que informe à Casa se nas sessões em que existe Ordem do Dia o tempo destinado ao Pequeno Expediente é reduzido à metade. Peço também a V. Ex.^a que informe a que horas começará e a que horas terminará o período destinado ao Pequeno Expediente, para podermos colaborar com V. Ex.^a, pedindo a presença dos companheiros em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Mesa informa V. Ex.^a que, havendo Ordem do Dia, como é o caso da presente sessão, o tempo concedido aos oradores no Pequeno Expediente e nas Comunicações das Lideranças fica reduzido à metade. Ocorre que a sessão foi aberta exatamente às 10h. Houve pedidos de questão de ordem. Consumiram-se dez minutos do tempo. A Mesa está descontando esse tempo.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PFL – RJ)

– Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, gostaria de iniciar meu pronunciamento reafirmando minha perplexidade diante dos fatos que vêm ocorrendo nas últimas semanas no que diz respeito à proposta do grupo majoritário da Assembléa Nacional Constituinte de modificação do Regimento Interno.

Essa modificação visa a garantir que a maioria possa, explicita e expressamente, manifestar sua vontade em relação a todo e qualquer dispositivo

que venha a ser incluído na Constituição que regerá este País não sei por quantos anos. Em nome da perenidade que deve ter a nova Constituição, o grupo majoritário da Assembléa Nacional Constituinte propõe essa modificação regimental. Uma Constituição que terá um grau de rigidez de 2/3 do Congresso Nacional não pode ser votada por minorias em Comissões que avocaram a si, como é o caso da Comissão de Sistematização, o privilégio de votar a Constituição. Precisamos garantir que a maioria absoluta manifeste a sua vontade.

Sr. Presidente, estou perplexo com a falta de compreensão e entendimento revelados pelas lideranças da esquerda, que procuram os respeitar nesta Casa não obstante o decréscimo de credibilidade que a cada dia começa a assumir nosso espírito, pela maneira como medeiam o limiar da leviandade e da irresponsabilidade com que tratam os assuntos da Constituinte.

Sr. Presidente, na quarta-feira da semana passada, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos de forma inopinada. Mas não nos sentimos golpeados, nós da maioria, porque somos magnânimos, precisamos sólo para termos uma Constituição que interprete os anseios da fiação, permitindo uma semana para negociação. Ontem assistimos perplexos, nesta Casa, a mais um golpe baixo dado por uma Mesa que se manifesta de forma incompreensível diante da maioria deste Plenário. Fomos traídos, mas queremos lembrar que a maioria que altera o Regimento e se pronuncia neste Plenário também pode modificar. A Mesa deve ter dignidade e honradez para dirigir os seus trabalhos. Se for preciso, a maioria se pronunciar. Moderação demais é covardia. Nós não somos covardes. Boa fé demais é franqueza. Nós não somos covardes. (Palmas.)

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na recente visita do Governador Tarso Jereissati a cidade de Juazeiro do Norte, nacionalmente conhecida como berço do Padre Cícero Romão Batista, de venerada memória, representantes das classes empresariais, trabalhadoras, clubes de serviço e associações de bairro lhe entregaram um documento, registrando as principais realizações do povo ciceropolitano e louvando as primeiras medidas administrativas que vêm reconduzindo o Ceará aos trilhos do desenvolvimento, da moralização, da probidade e da transparência no trato da coisa pública.

É o documento que transcrevemos a seguir, solicitando, com vivo empenho, a atenção das autoridades responsáveis para pronto atendimento das justas reivindicações nele contidas.

Juazeiro do Norte, 4 de setembro de 1987

Exmo. Sr.
Dr. Tasso Jereissati
Md. Governador do Estado do Ceará

As forças vivas da comunidade norte-juazeirense, através das entidades infra-assinadas, representantes das classes empresariais, trabalhadoras, clubes de serviço, associações de bairros vêm muito respeitosamente submeter a V. Ex.^a os anseios desta sofrida população da terra ciceropolitana, por ocasião desta sua primeira visita a nossa cidade, na qualidade de Governador do Estado.

Registrarmos nossa satisfação pela conduta administrativa de V. Ex.^a nestes primeiros meses de gestão, e em especial quando procura reconduzir o Governo aos trilhos da moralização, probidade e transparência no trato da coisa pública.

E é com redobrada satisfação que assistimos ao novo enfoque que V. Ex.^a imprimiu nas ações do seu Governo para o interior do Estado, dentro de uma filosofia ampla de fixação do homem ao seu habitat, provendo-lhe meios de desenvolvimento e progresso nas suas cidades e não mais tendo de buscar recursos na Capital.

Conseqüentemente louvamos iniciativas do seu Governo, tais como:

- programa de interiorização da Secretaria de Indústria e Comércio;
- prioridade na instalação de grandes projetos industriais no interior;
- programas de desenvolvimento da agricultura e da irrigação, bem como o combate à "seca verde", através de ações coordenadas pelo Cedec, no atendimento ao trabalhador e às comunidades rurais, pagando salário compatível, visando a obras definitivas e formação de mão-de-obra voltada às necessidades locais;

- projeto de Centrais de Abastecimento no interior (Ceasa);
- consolidação das Universidades Regional do Cariri e Vale do Acaraú.

Juazeiro forma o maior núcleo urbano do interior do Estado, muitas são as carências a serem atendidas, porém, não estamos alheios às soluções que podem ser dadas por V. Ex.^a, pois, antes de tudo, pretendemos participar, dar a nossa contribuição de uma forma mais efetiva do que a simples e pura transferência de recursos provindos da arrecadação fiscal aqui realizada.

É do conhecimento pleno de V. Ex.^a ser Juazeiro do Norte a cidade síntese do Nordeste, com cerca de 200.000 habitantes, os quais têm como legado histórico deixado pela Pe. Cícero Romão Batista a fé e a libertação do homem pelo trabalho. Aqui se reza e labora nas milhares de oficinas de artesanato, nas miríades de micro e pequenas indústrias, numa infinidade e diversidade de estabelecimentos comerciais, nas escolas onde é atendida a maior população estudantil depois da Capital, dentre outros fatores de expressiva comparação.

Não é de ser atribuído a incentivos fiscais ou privilégios ou qualquer outra forma de benesses do Estado que Juazeiro desponta como a cidade interiorana de maior crescimento do Nordeste, quer em seus aspectos econômico, social ou cultural, mas graças aos esforços que seus habitantes desenvolvem.

O comércio de Juazeiro encontra-se, a despeito da crise, em crescente desenvolvimento, com destacada atuação nos mercados que vão desde a Amazônia ao Estado da Bahia. Centenas de artesãos se congregam hoje em torno de uma central de artesanato, o nosso Centro de Cultura Popular.

As agências bancárias aqui sediadas formam o maior centro financeiro do interior,

com os maiores depósitos e volumes em valores e número de documentos processados.

Para os cofres do Estado, a participação de Juazeiro é a maior fora da área metropolitana de Fortaleza e incide sobre o maior universo de contribuintes (acumulando até julho de 1987 Cz\$ 74.821.811,30 arrecadados dentre 2.682 contribuintes na sede).

Verifica-se que a contribuição é gerada de uma cidade desprovida de grandes indústrias, que nunca recebeu a ação de incentivos governamentais para que se instalassem empresas estatais ou subsidiadas.

Esta é a cidade que colocamos nas mãos de V. Ex.^a

Oferecemos a oportunidade de juntar-se ao nosso dinâmico Prefeito Municipal, Dr. Manoel Salviano S^o, que a partir de tostões amealhados está construindo esta que é uma das melhores administrações públicas do País. Investir aqui é compartilhar os louros desta vitória. A semente que V. Ex.^a plantar em solo tão fértil dará abundante safra.

A partir das nossas potencialidades, cujos estudos já dispõe o Estado, reivindicamos um tratamento isonômico e ponderado em relação ao que é dispensado às demais cidades. Esperamos que se concretizem as obras e ações que o Estado do Ceará está a nos dever, notadamente as de infra-estrutura básica para o nosso desenvolvimento setorizado.

Dentro desta abordagem pedimos:

1º – A imediata designação de Juazeiro do Norte como um dos pólos irradiadores da ação da Secretaria de Indústria e Comércio, instalando aqui o seu escritório e os postos dos órgãos a ela vinculados: Nutec, CEAG, Bandece, Junta Comercial, IOCE. A designação de Juazeiro como sede destes órgãos é dever de justiça, por sermos o maior centro comercial e financeiro e a cidade com maior número de micro e pequenas empresas demandando os serviços a que tais pólos se prestarão: a exclusão de nossa cidade no original deste projeto é uma clamorosa omissão da ação do Estado.

2º – A construção da segunda pista para o Aeroporto Regional do Cariri. A nossa indústria do Turismo não pode sofrer um colapso em suas atividades e o Transporte Aéreo significa um recurso indispensável à nossa sobrevivência, face à grande distância do Cariri para os grandes centros urbanos do País, inclusive para a capital do Estado.

3º – A localização em Juazeiro do Norte de uma das Centrais de Abastecimento (Ceasa), pois atualmente se efetiva o comércio atacadista hortifrutigranjeiro de forma desordenada, apesar de grande o volume de negócios, bem assim, porque concentra a maior rede distribuidora varejista com maior número de mercados e comerciantes destes gêneros. Dispõe o município de Hortas Comunitárias instaladas através de convênios firmados como Dnocs e o Proine, cuja auto-suficiência na produção é uma realidade e já são dados os passos para um franco comércio exportador para a região Nordeste, mister da vocação do solo e clima privilegiados.

4º – A designação do Distrito Industrial do Cariri como uma das alternativas a serem estudadas pelo projeto de localização da Usina de Aços Laminados (Sidor), pela nossa quase-equidistância de todas as capitais nordestinas, maiores centros de consumo dos seus produtos acabados. Por outro lado, a nossa proximidade às reservas feríferas de São José de Belmonte no Estado de Pernambuco, onde já se desenvolve a atividade siderúrgica de redução do minério de ferro, faz-nos antever a possibilidade num futuro remoto de integração destes dois sistemas.

5º – Implantação do trem urbano entre as cidades de Barbalha-Juazeiro do Norte-Crato, provendo transporte barato e rápido à população de baixa renda deste conglomerado urbano.

6º – Instalação a curto prazo das faculdades preconizadas para Juazeiro pela lei de criação da Universidade Regional do Cariri: Administração de Empresas, Educação Física, Matemática, Formação de Tecnólogo; direito adquirido pela maior população estudantil do interior. Apesar de termos a maior carência numérica de vagas em curso superior, nesse mister somos dentre as grandes cidades a mais escassamente servida pela estrutura educacional estadual.

Agradecemos o empenho com que V. Ex.^a tem tratado os problemas pertinentes ao município de Juazeiro do Norte, e continuaremos seguros de que à medida da oportunidade envidará esforços para o atendimento das justas reivindicações apresentadas.

Sob este aspecto, consideramos da mais alta relevância a visita que V. Ex.^a nos faz, a qual muito honra a todos os segmentos da comunidade juazeirense.

Reiterando a V. Ex.^a nossos protestos de consideração e apreço, firmamo-nos, – Associação Comercial de Juazeiro do Norte – Clube de Diretores Lojistas de Juazeiro do Norte – Lions Club de Juazeiro do Norte – Rotary Club de Juazeiro do Norte – Associação dos Fabricantes de Calçados de Juazeiro do Norte – Associação dos Fabricantes de Confecções de Juazeiro da Norte – Sindicato dos Contabilistas de Juazeiro do Norte – União Contabilista Juazeirense – Associação dos Engenheiros do Cariri – Loja Maçônica Cavalheiros Spartanos nº 5 – Loja Maçônica Cavalheiros Spartanos nº 1131 – Loja Maçônica Deus e Humanidade nº 14 – Instituto Cultural do Vale Caririense – Loja Maçônica Evolução Nordestina nº 1138 – Sindicato dos Empregados no Comércio de Juazeiro do Norte – Representante das Treze Associações de Bairros."

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR MATA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nunca o salário esteve tão baixo quanto agora. Apesar das promessas do PMDB durante as eleições, o que vimos foi o maior arrocho salarial da história do Brasil. Pior do que tudo é que este arrocho salarial veio depois de um ano em que o PMDB enganou a população com a mentira do Plano Cruzado. Foi como colocar uma bala

na boca de uma criança e depois, num punhado, retirá-la, após ter conseguido enganá-la. Conseguiram vencer as eleições, mas perderam a confiança do povo. Afinal de contas, o salário hoje é quase a metade do que foi há dois anos. Resta perguntar: por que o PMDB criou esta situação?

A razão é clara: o PMDB tem como prioridade pagar a dívida externa aos credores, ou seja, aos banqueiros estrangeiros. A situação de vida da população é deixada por eles de lado. É fácil entender porque agem assim. O difícil é aceitar tamanha injustiça.

O PMDB fez até um plano para isto: o Plano Bresser, que é o nome do Ministro da Fazenda do PMDB. O PMDB, neste plano, pensa assim: o Brasil precisa importar as coisas que não produz. Se os banqueiros estrangeiros tirarem o dinheiro que emprestaram a curto prazo, não haverá crescimento. Para pagarem tudo o que os banqueiros querem, eles paralisam a economia, provocando desemprego, e diminuem os salários. A lógica do PMDB é perversa. Se as empresas não têm como vender para dentro do Brasil, elas são obrigadas a exportar, recebendo assim os dólares necessários para pagar aos banqueiros. E para que o arrocho nos salários? Vejam que maldação: como os trabalhadores não pagam em dólares, eles só interessam como custo. Reduzindo os salários, são reduzidos os custos, o que permite às empresas que exportam a vender mais barato os seus produtos para outros países e então receber mais dólares para pagar aos banqueiros.

Por isto tudo é que aumenta o desemprego e diminuem os salários. É esta a política do PMDB. Ela é igualzinha à política do FMI. Aí está a chave para entender tudo. Os banqueiros exigem, através do FMI, que no fundo é deles, pressionam, e o PMDB, ao invés de reagir defendendo seu povo, se ajoelha e passa a conta para todos nós. A conta é perversa: se paga com a fome e o desemprego.

Se nós tivéssemos um Governo que representasse um partido, que por sua vez representasse a população que vive do salário, em primeiro lugar, a política seria outra. Primeiro, um Governo popular definiria quanto precisa crescer para empregar as pessoas que alcançam a idade de trabalhar, as que estão desempregadas e manter o emprego das que estão trabalhando. Depois verifica os recursos que o Brasil tem disponível para isto. A seguir, define a renda que vai distribuir, ou seja, quanto vão crescer os salários menores e quanto o Governo precisa gastar com a área social, ou seja, com educação e saúde. Finalmente, informa aos banqueiros quanto pode pagar, em que condições e em que prazo. Se é que pode!

Aí, sim, vai negociar a dívida externa. Antes, avisa à população tudo o que fará. O povo, entendendo que é do seu interesse a proposta do Governo, se mobiliza, faz passeatas e comícios de apoio, como fez na campanha do "Petróleo é nosso". Ai sim, os banqueiros estrangeiros entendem a linguagem da soberania e num instante negociam a dívida externa de forma justa e honesta, como fizeram com outros países.

A partir daí, o salário voltará a aparecer. Isto só pode ser feito por aqueles políticos que sempre tiveram compromissos com o povo.

O SR. MANUEL VIANA (PMDB – CE).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, somos todos nós, sabedores da impraticabilidade de nacionalizar as empresas estrangeiras que atuam hoje no Brasil. Mas, na condição de brasileiros e em respeito aos milhões de poupadouros deste País, temos de ter coragem suficiente para controlar a remessa de lucros das transnacionais para os Estados sedes de suas matrizes. E essa preocupação deve ser redobrada quando visualizamos o tráfico de influencias dessas empresas multinacionais dentro de órgãos públicos que tem a atribuição de aplicar os recursos na construção de obras sociais.

A exemplo do Deputado Adhemar de Barros Filho, quero trazer aqui o caso de uma estranha negociação envolvendo a empresa multinacional Brascan e a Caixa Econômica Federal, em detrimento direto dos interesses de uma empresa nacional – a Capri S/A – e de milhões de brasileiros.

A empresa Empreendimentos Imobiliários Capri S/A – Comércio e Indústria, constituída exclusivamente com capital nacional e controlada pelo empresário brasileiro Jose Luiz Moreira de Souza, construiu o Rio-Sul Center – Shopping Center e Torre, no Rio de Janeiro. Como realizações anteriores, cito a construção, em conjunto com a empresa Combrashop, do Müller Shopping Center, em Curitiba, e, no Rio de Janeiro, Jose Luiz Moreira de Souza construiu o maior edifício da América do Sul.

Ocorre que a Capri S/A enfrentou, em 1983, sérias dificuldades financeiras diante da problemática econômica interna e internacional. O Sr. José Luiz, da Capri S/A, iniciou negociações com a Caixa Econômica Federal no sentido de obter um financiamento para contornar a situação. Como exigência, o então Diretor da Carteira Hipotecária da Caixa Econômica Federal, o Dr. Miguel Ethel, impôs a necessidade de a Capri S/A vender o Shopping Center Rio-Sul a um grupo econômico idôneo, razão pela qual o financiamento acabou sendo indeferido.

Surge, então, a Brascan, empresa multinacional que assumiu o controle acionário da Combrascan, e no dia 27 de dezembro de 1983 compra o Shopping Rio-Sul. Surpreendentemente, a Combrascan vai até a Caixa Econômica Federal e obtém financiamento integral para a compra do imóvel que abriga o centro de compras Rio-Sul, numa operação de compra e financiamento quase simultânea. A multinacional conseguiu na Caixa, em razão de horas, o financiamento que o idealizador e construtor do Shopping não houvera conseguido.

O negócio com a Capri S/A foi da seguinte forma: a Combrascan adquiriu o imóvel onde se localiza o centro de compras Rio-Sul e se comprometeu, no prazo de 20 anos, a adquirir o fundo de comércio do Rio-Sul Shopping Center pagando mensalmente à Capri S/A a quarta parte do que ultrapassar a estimativa de receita prevista para o centro de compras, que já contava, na época, com movimento excepcional.

Dante desse quadro, há que se perguntar por que a Caixa Econômica Federal – que aparentemente não teve qualquer vantagem – concordou tão rapidamente em financiar a operação com uma empresa multinacional. Mesmo considerando coincidências curiosas, como o fato do inter-

mediário do negócio entre a CEF e a Combrascan, Dr. Sergio Koury, ser hoje o Diretor da Brascan Imobiliária, precisamos considerar melhor os critérios – se é que existiram – para que a Caixa Federal concedesse tal empréstimo. Sem dúvida, o critério usado não foi o da idoneidade do grupo Brascan.

Para esclarecer aos Srs. a Sra. Constituintes, quero dar aqui algumas informações a respeito dessa todo-poderosa multinacional. Na verdade ela já vem fazendo estragos no Brasil há muitos anos. Entrou aqui há quase noventa anos – em 1899, mais precisamente – sob o nome de Light – Serviços de Eletricidade S/A. Depois da energia elétrica, explorou a concessão do serviço de bondes no Rio de Janeiro e também a Companhia Telefônica Brasileira (CTB).

Nada mais disso existe hoje, graças ao caro pregó que os Governos brasileiros acabaram pagando. O caso mais propalado e polêmico foi a compra – muito suspeita – da Light. De tantos escândalos a manobras financeiras, a Light ficou comumente conhecida pelo povo brasileiro como o "polvo canadense", pois sempre agia com inúmeros tentáculos, praticando desmandos e figurando sempre com grande arrogância. Esse mal que veio de Toronto, no Canadá, com novo nome para que o povo deixasse de associa-lo com um animal que mata a sua presa no sufoco, atua hoje no Brasil a todo vapor em diversas áreas, como, por exemplo, na exploração de recursos naturais, preponderantemente na mineração e fundição de estanho; em serviços financeiros; no ramo imobiliário e ultimamente entrando na agropecuária com a participação acionária na FNV – Veículos e Equipamentos S/A (maquinas e tratores pesados) a na Swift-Armour.

O negócio que a Combrascan fez ao adquirir o Shopping Rio-Sul foi tão vantajoso que já no primeiro ano obteve uma receita suficiente para pagar as parcelas devidas a Caixa Econômica Federal – valor em torno de 10,5 milhões de cruzados; pagar a participação da Capri S/A (cerca de 326 mil cruzados) e embolsar um saldo líquido de um milhão e trezentos mil cruzados. No segundo ano, 1985, satisfeitos os compromissos, liquidando inclusive o financiamento da Caixa Econômica Federal, levantou 13,2 milhões de cruzados. Em 1986 e no primeiro semestre deste ano, a Combrascan levou nada menos do que 152,4 milhões de cruzados. Isso significa que num prazo de 18 meses, o grupo Brascan embolsou um excedente superior a 106 milhões de cruzados.

É certo que por vezes o Governo tem de socorrer a iniciativa privada neste País. Mas parece que poderia observar um pouco melhor qual empresa da iniciativa privada está sendo beneficiada com os esforços de milhares de brasileiros pobres que pouparam mensalmente pequenas importâncias acreditando estarem recebendo "boa remuneração" pelas aplicações, além de ficarem convencidos de que estão emprestando dinheiro ao Governo para a construção de obras sociais, tão necessárias no Brasil.

A Brascan, que é subsidiária da Light, não se satisfaz com os lucros obtidos com um financiamento desriterioso concedido pelo Brasil e continuou forçando seus tentáculos em torno da empresa nacional Capri S/A. Em fevereiro deste ano, com o advendo do Plano Bresser autodeterminou-se interpretadora das novas normas eco-

nómicas e, gananciosamente, alterou os termos contratuais com a Capri S/A, livrando-se de parte significativa dos encargos devidos a empresa nacional. O prejuízo da empresa brasileira, só no primeiro trimestre de 87, já ultrapassava a cifra dos 60 mil dólares. E para relembrar, o contrato reza que o prazo é de 20 anos, restando, portanto, ainda 16 anos para o seu término. A continuar um prejuízo como o que foi registrado no primeiro trimestre deste ano, com certeza, a empresa nacional Capri S/A será mais uma que a Brascan, do Canadá, engole.

E assim. Srs. Sra. Constituintes, que as multinacionais "investem" no Brasil. Procuram um empreendimento de envergadura, visualizam nele as dificuldades financeiras, agem no sentido de obstaculizar uma solução, traficam influencias em quaisquer repartições e, finalmente, aparecem como salvadoras da Pátria. Depois de conseguir empréstimos da poupança nacional, descumprem a Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, que regula a repressão ao abuso do poder econômico, assumem isso em publicações da própria empresa (como ocorreu com a Brascan) sem que as autoridades brasileiras tomem quaisquer providencias e, ainda, rasgam os contratos celebrados com as empresas nacionais.

O caso da Combrascan-Capri foi agora parar no Judiciário do Rio de Janeiro. Contudo, as investigações das multinacionais no Brasil devem ter tratamento mais rigoroso. Com esse pensamento, e preocupado em salvaguardar primeiro o empresariado nacional, o que espero encontrar também em V. Ex.º conclamo a assinarem o pedido de formação de uma CPI para apurar os fatos que envolvem a Combrascan na milagrosa compra do Shopping Rio-Sul através de vantajoso financiamento concedido pela Caixa Econômica Federal, além de comprovar a infringência da Lei nº 4.137/62.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC). **Pronuncia o seguinte discurso.:** – Sr. Presidente, os trabalhadores catarinenses estão reivindicando a ampliação das atuais Juntas de Conciliação e Julgamento com a criação de:

a – 2º JCJ em Iajes; b – 2º JCJ em Blumenau; c – 3º JCJ em Joinville; d – JCJ em Florianópolis; e – 2º e 3º em Criciúma.

Assim como a criação de novas juntas nos Municípios de Videira, Curitibanos, Porto União, Maravilha, Campo Erê, Mondaí, Xanxeré, Araranguá; Canoinhas e São Bento do Sul.

Em razão disto, enderecei ao Ministro Paulo Brossard, da Justiça, o seguinte expediente:

"Cumprimentando-o, apraz-me formular a presente, a fim de expor e solicitar a V. Ex.ª a realização imediata de estudos visando a expansão da Justiça do Trabalho no Estado de Santa Catarina, eis que:

1º – o colendo Tribunal Regional do Trabalho da 12º Região, com sede em Florianópolis, jurisdiciona atualmente as seguintes Juntas:

1º e 2º JCJ de Florianópolis; JCJ de Blumenau; JCJ de Brusque; JCJ de Caçador; JCJ de Chapecó; JCJ de Concórdia; JCJ de Criciúma; JCJ de Itajaí; JCJ de Joaçaba; 1º e 2º JCJ de Joinville; JCJ de Lagos; JCJ de Mafra; JCJ de Rio do Sul; JCJ de São Miguel do Oeste; JCJ de Tubarão.

2 – Por outro lado, torna-se imprescindível a ampliação dos atuais serviços, com a consequente criação de:

- a – 2º JCJ em Lajes;
- b – 2º JCJ em Blumenau;
- c – 3º JCJ em Joinville;
- d – 3º JCJ em Florianópolis e
- e – 2º e 3º JCJ em Criciúma.

3 – De igual modo, o crescimento econômico e social de Santa Catarina está a exigir a criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento nos seguintes Municípios, dentre outros:

- a – Videira;
- b – Curitibanos;
- c – Porto União;
- d – Maravilha;
- e – Campo Erê;
- f – Mondai;
- g – Xanxaré;
- h – Araranguá;
- i – Canoinhas;
- j – São Bento do Sul.

Em verdade, quase todas as Juntas de Conciliação e Julgamento estão designando audiência com prazo de até seis meses, o que revela excesso de serviços

e reais prejuízos aos trabalhadores, pelo moroso tempo na solução de seus direitos.

Por isto, apelo à sensibilidade do Ministro da Justiça para que com urgência, acolha o apelo dos trabalhadores catarinenses, para a efetiva realização da Justiça do trabalhador.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os funcionários da linha de Arrecadação e Fiscalização do IAPAS, órgão vinculado ao Ministério da Previdência Social, vêm suportando um tratamento salarial injusto há mais de dez anos, a partir de 1973, quando da aplicação da Lei nº 5.645, de 1970, que instituiu o Plano de Classificação de Cargos, reestruturando carreiras e criando novas, em prejuízo dos servidores de nível médio.

Efetivada a regulamentação dessa lei por vários decretos, o de nº 72.933, de 1973, dispõe, no seu art. 1º:

"O Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização, designado pelo Código TAF-600, compreende as Categorias Funcionais integradas de classes constituídas de cargos de provimento efetivo, a que são inerentes atividades de nível superior de administração tributária, envolvendo planejamento, organização, coordenação, avaliação, controle e execução relacionados com tributação, arrecadação e fiscalização de tributos federais, abrangendo, inclusive, as de fiscalização e controle de arrecadação das contribuições previdenciárias."

Em consequência, criou-se a categoria funcional de Fiscal de Contribuições Previdenciárias, sem que se haja usado, na plenitude, a viabilidade oferecida pela lei original para a composição do citado grupo, assim contando o IAPAS apenas com os Fiscais de Contribuições Previdenciárias, em que pese a relação necessária entre arrecadação e fiscalização.

Diante disso, impõe-se a criação de uma categoria funcional específica para a área da arrecadação, pois está na sua direta dependência grande parte do sistema de controle de arrecadação, bem como o sistema de débitos, pois a dívida previdenciária se constitui, na maior parte, de arrecadação não realizada.

Ante o exposto, e atendendo ao que propugna a Comissão de Servidores da Linha de Arrecadação e fiscalização do Estado do Pará, fazemos um apelo ao Poder Executivo no sentido de que, ouvidos o Ministério da Previdência e a Secretaria da Administração, envie ao Congresso projeto de lei que elimine essas distorções.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

A SR. IRMA PASSONI (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, hoje estamos votando o projeto "Robertão" e não o projeto subscrito por 305 Constituintes que estavam propondo a mudança do Regimento, para que todos os Constituintes pudessem participar.

O "Robertão" trai os interesses dos que, de boa fé, assinaram o documento. Hoje está claro que se trata de um projeto de extrema-direita, para, primeiro, inviabilizar a Constituinte atual através de mudança do Regimento, através de visitas e articulação militar junto ao Ministro Leônidas Pires onde, com a extrema direita e alguns realmente do Centro, fazerem consultas constantes aos militares para uma saída de um governo pela força e não pela democracia.

A intenção real é a de criar um Regimento que pela força, e não pelo voto, aprove uma Constituinte que represente o poder instituído de direita e não pelos direitos democráticos constituídos. E se apela inclusive à Constituição Portuguesa e a constitucionalistas portugueses chamados para orientar os brasileiros, numa intromissão indevida e que fere a soberania desta Assembléa Nacional Constituinte.

É grave o golpe que Salim Curati tentou dar contra a Mesa, assumindo-a, ontem, pela força. Isto é grave, e a Mesa deve tomar providências.

O próprio Roberto Cardoso Alves admite falhas no seu projeto. Ao mesmo tempo, o "Centrão" convoca seus membros pelos jornais, em anúncio pago. Isto mostra que não existe uma articulação real na Constituinte e que querem a votação com convocação de Constituintes por jornais públicos, e não têm controle de quem vota com ela.

Portanto, que se dê o direito permanente do voto, em todas as circunstâncias, o direito de minoria e maioria se pronunciarem.

Solicito também a transcrição e publicação do artigo "Origem do Acidente Nuclear de Goiânia", de Luis Carlos de Menezes e Antônio Helene, publicado na "Folha de São Paulo". 2-2-87.

ARTIGO A QUE SE REFERE A ORADORA:

ORIGEM DO ACIDENTE NUCLEAR DE GOIÂNIA

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) acumula incorretamente as funções de órgão de fomento de atividades nucleares e órgão de fiscalização, controle e proteção. Essa conflituosa duplidade tem sido denunciada há muito tempo, sendo que há dez

anos a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Sociedade Brasileira de Física (SBF) e vários dentistas, individualmente, realizaram cuidadosos estudos que levaram à proposição da divisão destas funções entre organismos independentes. Nesta proposta, uma comissão autônoma seria responsável pelo controle, proteção e fiscalização das instalações nucleares de qualquer natureza, evitando a ambigüidade que desde então, e até hoje, expõe a CNEN a interesses contraditórios, incompatíveis com a isenção de quem fiscaliza. Essa recomendação foi simplesmente ignorada.

Recomendações como essa foram repetidas, inclusive por duas comissões – distintas entre si na composição e no caráter – instituídas pela própria Presidência da República. Apesar disso continuaram ignoradas.

Embora a tragédia de Goiânia (GO) seja a consequência mais visível dessa dubiedade, não foi a primeira, e talvez nem a mais grave. Há toda uma seqüência de incidentes anteriores, que viraram manchetes, e que põe à mostra essa questão.

Por volta de 1980, veio a público a questão do depósito de resíduo radiativo do processamento industrial de areia monazítica em Itu: um depósito a céu aberto, não sinalizado, como exigem as Normas Básicas de Proteção Radiológica da CNEN, e "protegido" por uma singela cerca de arame, apesar de estar em região habitada. Nada indicava ser o local diferente de um sítio típico da região, e a própria vigilância era exercida por um caseiro que não parecia ter instrução ou preparo especial necessário às funções que exercia. O material lá armazenado é potencialmente perigoso.

Quando no ano passado o leite europeu contaminado por elementos radioativos eliminados pelo acidente de Chernobyl começou a chegar ao Brasil, e o fato foi denunciado publicamente, a CNEN tomou uma providência: em decisão publicada em 26 de setembro daquele ano, no Diário Oficial da União, passou a aceitar um nível de contaminação radiativa no leite, compatível com normas de emergência da Comunidade Econômica Européia para comércio (e não consumo) e... incompatível com suas próprias Normas Básicas de Proteção! Apesar da CNEN haver se comprometido a rever esses índices juntamente com representantes da comunidade científica, até hoje isso não foi feito. O País continua, em princípio, a aceitar níveis de contaminação em alimentos incompatíveis com aquelas normas e com a nossa realidade, que em muitos aspectos (energético, alimentar, sanitário etc.) é distinta da européia.

As consequências do duplo papel da CNEN surgem também em outros fatos. Quando se questionou a legalidade das contas bancárias "Delta", ficou claro o envolvimento da CNEN em operações secretas. De fato, a desfida pelos militares da idoneidade do atual presidente da CNEN mostra que, menos do que a legalidade, era legitimidade daquelas contas que deveria ser questionada: até hoje não se divulgou a lista dos benefi-

ciários de seus cheques e o que faziam com os recursos. O órgão, que em princípio deveria cuidar da proteção radiológica da população, deveria ter completa credibilidade e atuação absolutamente transparente. Em nenhuma hipótese deveria dar cobertura a operações que não se quer tomar públicas.

Quando recentemente um juiz, por sensatez, impediu o religamento da usina nuclear de Angra 1, o fez simplesmente por constatar que normas de segurança não estavam sendo cumpridas. A CNEN deveria, por função, ter precedido o juiz nessa decisão e não tê-la lamentado. Normas descumpridas à parte, a usina ao ser religada apresentou defeitos (de que o juiz nem poderia suspeitar) que obrigou a sua desativação talvez definitiva.

Na presente tragédia de Goiânia, uma fonte de célio-137, perigosíssima se manipulada por leigos, ficou anos seguidos abandonada. Durante esse período, a CNEN não fez as verificações e não inspecionou as medidas de segurança relativas àquela instalação (e sabe-se lá a quantas outras), apesar de serem essas exigências que ela faz a si mesma. As consequências foram trágicas.

Fica assim claro que a CNEN não pode exercer ao mesmo tempo as funções de incentivadora e fiscalizadora das atividades nucleares no País. Como deixar a cargo desse órgão a segurança das instalações de Iperó, das minas de urânio, das usinas de enriquecimento de urânio, dos depósitos de rejeitos radiativos, das usinas nucleares ou das instalações do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen)?

Certamente, há que se determinar e punir os responsáveis, todos eles, por esse acidente. No entanto, é preciso ter clareza de que a origem desse incidente está na incompatibilidade das múltiplas funções da CNEN e não necessariamente em sua imperícia técnica ou científica. Há, portanto, que se enfrentar a questão em toda a sua amplitude:

1 - A criação de um órgão independente e autônomo, responsável pela proteção radiológica, pela inspeção e pelo licenciamento de instalações nucleares em nível nacional.

2 - Constituição nos Estados de órgãos de inspeção radiológica e nuclear, com autonomia regional.

3 - Estabelecimento de legislação federal (hoje inadequada e insuficiente) sobre proteção radiológica.

4 - Estabelecimento de inquérito conduzido por peritos para a apuração da seqüência de eventos, erros e falhas que permitiram o incidente de Goiânia.

A não-implementação dessas medidas levará à repetição de incidentes e problemas como os que enumeramos que, com certeza, são as "variantes nucleares" da inconseqüência mais geral com o tratamento dado à coisa pública no País. Eventos trágicos como este de Goiânia não podem ser subestimados, particularmente quando a entrada do Brasil na "era nuclear" tem sido tantas vezes anunciada com grande alarde e quando uma Constituinte busca reequipar o estado de direito no País.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, o algodão já se constitui num grande esteio da nossa economia. Mesmo antes de se tomar uma grande cultura no Sul do País, era a melhor alternativa econômica para os sofridos nordestinos que, depois da colheita do milho e do feijão para a sua subsistência, tinham no algodão a fonte segura dos recursos extras para enfrentarem as demais necessidades.

De certo tempo para cá, tudo mudou. Nada de receitas extras. Nada do algodão. A praga do "bicudo" veio juntar-se a muitas outras, já existentes, e nossa produção algodoeira desceu a níveis insuportáveis. Em recentes estudos procedidos pelo Centro Nacional de Pesquisa de Algodão, quando da realização do seminário sobre "Análise Preliminar da Cotonicultura Nordestina em Áreas Infestadas pelo Bicudo", em setembro último, na cidade de Campina Grande, ficou sobejamente demonstrado que nossa produção sofreu um declínio alarmante.

Tanto é verdade que na safra de 1985/1986 a área cultivada chegou a pouco mais de dois milhões de hectares, quando em 1976/1977 havia ela chegado a mais de três milhões de hectares. Tal redução não é a única. Também a produção caiu vertiginosamente. De setecentas mil toneladas passou-se para a metade, isto em termos de algodão em caroço, desde que, em se tratando de algodão arbóreo, a produção caiu de quinhentas mil toneladas para menos de cem, na safra 1985/1986, reduzindo-se a produtividade de 217 Kg/ha para 73 Kg/ha.

Natural que a praga do "bicudo" contribuiu, em muito, para tais declínios da produção algodoeira, crise que se agravou com a retração dos bancos oficiais em oferecer créditos para financiamento das safras do produto. Além de queda, coice: depois do "bicudo", a omissão do crédito oficial, levando a cultura do algodão e seus responsáveis à falência total.

Urge, pois, uma reação, começando-se pela fixação de uma política de incentivo e amparo a essa cultura, como acontece com os demais produtos cultivados neste País, como é o caso do cacau, do café e do açúcar, para citar, apenas, as mais conhecidas.

Não é justo que se abandone a cultura do algodão, de tantas tradições neste País, à sua própria sorte, sobretudo pelo que representa de importância para a economia nordestina. É aquele "algo mais" de que tanto necessita o nosso agricultor para os naturais desafogos.

Dai a minha iniciativa, visando a criação do Conselho Nacional de Política do Algodão – CONPAL – órgão destinado a traçar as diretrizes e planos nacionais de defesa e fortalecimento da cultura do algodão. Espero a necessária acolhida, por parte do Plenário, ao projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados, cuja íntegra vai a seguir:

"PROJETO DE LEI Nº /87
Autor: Deputado Evaldo Gonçalves

Autoriza a criação do Conselho Nacional de Política do Algodão, e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Conselho Nacional de Poli-

tica do Algodão, órgão integrante da Estrutura Organizacional do Ministério da Agricultura e destinado à formulação das políticas e diretrizes em favor da cultura do algodão.

Art. 2º O Conselho Nacional de Política do Algodão – CONPAL – será presidido pelo Ministro de Estado da Agricultura, sendo integrado pelos seguintes membros:

I – 10 (dez) representantes da lavoura do algodão;

II – 6 (seis) representantes do comércio exportador do algodão;

III – 6 (seis) representantes da indústria algodoeira;

§ 1º Na representação objeto do item I deste artigo os quatro Estados maiores produtores do algodão terão cada um dois membros e os outros Estados, conjuntamente, os demais;

§ 2º Os representantes referidos nos itens I a III, deste artigo, bem como seus suplentes, serão indicados por suas cooperativas de cotonicultores e Federações da Agricultura, empresas exportadoras e federações da indústria, e designados pelo Ministro de Estado da Agricultura;

§ 3º Os membros designados para o Conpal terão mandato de dois anos, permitida a recondução;

Art. 3º O Conpal aprovará, no prazo de noventa dias, contados da vigência desta lei, o seu Regimento interno, o qual definirá sua estrutura administrativa básica, atribuições dos órgãos de apoio, bem como todas as demais funções indispensáveis ao seu pleno funcionamento.

Art 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário da Câmara dos Deputados, de Novembro de 1987.
Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ANTÓNIO DE JESUS (PMDB

– GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a leitura dos periódicos evangélicos sempre nos traz ensinamentos sadios. Ainda há poucos dias tive a oportunidade de ler, no jornal "**O Semeador**", matéria assinada pela irmã Derci Gonçalves de Souza, sob o título "**Pena de Morte para Crianças no Brasil**". O artigo começa pela citação do evangelho de São Marcos, no Capítulo 10, Versículos 13 e 14, que diz o seguinte:

"E traziam-lhe meninos para que lhes tocasse, mas os discípulos repreendiam aos que lhe traziam. Jesus, porém, vendo isto, indignou-se e disse; "Deixai vir os meninos a mim e não os impeçais; porque dos tais é o reino de Deus."

A evocação do texto evangélico é no sentido de mostrar quão diferente tem sido a posição dos homens com relação às crianças, se confrontada com a posição de Deus. Historicamente, os adultos têm deixado as crianças ao abandono e ao menosprezo, relegando-as a segundo plano, mesmo naqueles casos em que sob o mandato da hipocrisia se procura passar adiante a impres-

são de que somos os seus defensores e respeitamos os seus direitos.

Diz a articulista, com muito acerto, que as notícias alarmantes sobre o problema das crianças brasileiras, em vez de motivar os cidadãos a se unirem em sua defesa e salvação, têm servido apenas para calejar e cauterizar as pessoas mais sensíveis. Estatísticas frias e descomprometidas com relação a solução do problema, anunciam que milhares de crianças brasileiras (cerca de 1.000 por dia) irão morrer antes de completar um ano de idade. E destas, mais de 90% morrerão por desnutrição, isto é, morrerão de fome. As estatísticas indicam, ainda que outras tantas crianças irão morrer até a idade de seis anos. Portanto, essas crianças já nascem condenadas à morte.

O cristão brasileiro típico certamente desconhece este fato doloroso, seria até capaz de perguntar onde morrem tantas crianças. Afinal, o Senhor tem suprimido todas as suas necessidades, e ele não conhecerá essa dura realidade, a menos que procure ver. Mas a realidade está ali, bem próxima, talvez numa favela, não muito longe de nossa casa. Bem perto de nós continuam morrendo as criancinhas, sem que nada façamos por elas, nem por aquelas que sobrevivem a esta condenação, apenas para enfrentar outras, igualmente atrozes e dolorosas.

Se voltarmos um pouco a nossa atenção para o problema, então veremos, com as mães pedintes, as crianças nas ruas, nas rodoviárias, nas estações de trem e de metrô, ou então sob os viadutos. Debaixo de nossos olhos, esquálidas e famintas, lá estão elas, andando a esmo, entregues a si mesmas, fazendo contraste vergonhoso com as riquezas deste imenso Brasil.

Sr. Presidente, faço minhas as palavras da irmã que escreveu matéria tão oportuna quanto diz que "neste momento, em que Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Governadores, autoridades civis, militares e eclesiásticas discutem exaustivamente a viabilidade, Importância e justeza de instituir-se no País, via Constituição, a pena de morte para celerados, bandidos contumazes, assassinos e estupradores, defrontamo-nos estarrecidos com o fato de que já existe a pena de morte no Brasil e, para horror e vergonha de todos nós brasileiros, a pena de morte é para as nossas crianças!"

Vamos ouvir a voz de quem nos conclama para assumir a posição de Jesus com relação às crianças. Como diz a invocação contida no referido artigo, é hora de estendermos nossas mãos aos pequeninos, para os abençoar, não só com palavras caridasas, mas também com os nossos recursos, com os bens que o Senhor Jesus nos confiou para administrarmos, pois não vamos esquecer que tudo pertence a Deus. E assim acudidos nas suas necessidades, devidamente protegidos em sua saúde e bem-estar, vamos dar aos meninos, ainda, a bênção da salvação em Jesus mediante compreensão e conhecimento de sua maravilhosa pessoa.

Ao término desta rápida mensagem, mais uma vez, recorro ao pensamento da irmã Derci quando diz que a hora é agora e já se faz tarde de nos comprometermos com Deus e assumirmos a defesa real, palpável e ativa de nossas crianças carentes orando por elas, indo ao seu encontro onde estivermos ou aliando-nos a alguma instituição evangélica que se dedique a defendê-las, ampa-

rá-las desta terrível pena que lhes está sendo imposta. Conforme nos ensina o Evangelho, só o amor salva, somente ele nos eleva até a presença de Deus.

O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELOS (PFL - MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no momento em que as economias mais avançadas do mundo se engajam seriamente num processo de privatização de empresas estatais, mesmo as mais sólidas e rentáveis, como à British Petroleum, na Inglaterra, no propósito de diminuir a interferência do Estado na atividade econômica, o Brasil envereda pela contramão da História.

A recente aprovação, pela Comissão de Sistematização, da emenda que inclui no monopólio da União a distribuição dos derivados de petróleo, facultada sua delegação a empresas privadas com maioria de capital nacional, constitui exemplo revelador de uma tendência estatizante que, se confirmada, poderá pôr em risco o futuro econômico da Nação.

A atividade de distribuição de derivados de petróleo, entre nós, é exercida pelas empresas privadas, em sua maioria, de capital estrangeiro, há cerca de 75 anos. Aportando capital, desenvolvendo tecnologia e reinvestindo no País os lucros, as distribuidoras tomaram-se participantes ativas do nosso desenvolvimento econômico e social, gerando 10.000 empregos diretos e mais de 170.000 indiretos.

Restringir o número dessas distribuidoras, eliminando as companhias internacionais, significará, na prática, suprimir a concorrência, com a deterioração de produtos e serviços e a ocorrência de inevitáveis prejuízos aos consumidores, clientes industriais e microempresários, representados pelos proprietários dos postos.

A possibilidade de substituição das empresas de capital estrangeiro por empresas de capital privado nacional, é extremamente limitada, em face das características do ramo. Além de exigir imenso aporte de capital, que o nosso empresariado certamente só poderia atender recorrendo a financiamentos governamentais, o setor opera dentro de margens de rentabilidade estritamente controladas pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP).

Acresce ainda lembrar, Sr. Presidente, que a nacionalização representaria um forte desestímulo aos investimentos externos, no momento em que o País mais necessita da aporte de capital, para manutenção dos níveis de crescimento econômico.

A decisão da Comissão de Sistematização, portanto, tomada de forma muito mais emocional do que racional, configura um perigoso retrocesso para o nosso desenvolvimento.

A emenda aprovada baseou-se em justificação que não resiste à mais superficial análise.

Ao investir contra as distribuidoras estrangeiras, alegando que deixaram de investir em postos de revenda, transporte e armazenagem, comete lamentável engano. Nos últimos anos, para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, as empresas têm investido cerca de 120 milhões de dólares por ano, o que corresponde a quase 70% do total aplicado pelo setor. Apenas como o fornecimento dos equipamentos necessários à operação dos postos de abastecimento são gastos 30 milhões de dólares

anualmente; por sua vez, os dispêndios com financiamento aos revendedores, visando à melhoria das instalações e à manutenção do capital de giro, elevam-se a 120 milhões de dólares.

Não é correta, também, a afirmação de que "inão há negócio mais lucrativo no mundo", referindo-se à distribuição.

No Brasil, a remuneração da atividade e a estrutura de preços dos derivados são regulamentadas e controladas pelo Conselho Nacional do Petróleo. Do preço da gasolina ao consumidor, a distribuição recebe, hoje, 68 centavos, ou seja, 1,9%.

Historicamente, a rentabilidade média da indústria não é superior a 10% ao ano. Nos últimos quatro anos, a lucratividade do setor, expressa em termos de retorno sobre o patrimônio líquido, caiu de 15,2% para 5,1%.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a justificação contém ainda a acusação de que os elevados negócios possibilitados pela alta rentabilidade da indústria explicam por que o Brasil não tem escolas, hospitais, saneamento, polícia, tribunais etc. Ora, na verdade será a nacionalização do setor que irá desviar recursos da área social, por gerar a obrigação de a União indenizar as distribuidoras pelos seus investimentos no País – cerca de 2 bilhões de dólares!

Por tais razões, Sr. Presidente, quero deixar o meu apelo a todos os companheiros Constituintes no sentido de que o Plenário da Assembléa Nacional Constituinte rejeite a medida acatada pela Comissão de Sistematização, impedindo a estatização de um setor que, há décadas, vem funcionando de forma eficiente neste País.

Lembremo-nos de que a própria Lei nº 2.004, que instituiu o monopólio do petróleo e criou a Petrobrás, soube preservar, sabiamente, nas mãos da iniciativa privada nacional e estrangeira, as atividades de distribuição de derivados.

No limiar da última década do século XX onde, mercê das intensas relações comerciais, se aguça a interdependência entre as nações, não se pode admitir que o Brasil venha a dar uma demonstração de nacionalismo pueril, deslocada no tempo e inteiramente fora da realidade, justamente em relação a um segmento econômico dos mais bem organizados e estruturados do País.

Apoio que assumo, Sr. Presidente, não difere em nada daquela manifestação publicada pela própria Petrobrás, sempre tão ciosa do monopólio que lhe foi concedido, mas que tem a exata consciência dos riscos que representa para nós a eliminação da participação estrangeira na distribuição dos derivados de petróleo.

Impõe-se uma reflexão sensata sobre o assunto, a fim de que não venhamos a inviabilizar o futuro desta Nação, movidos por rasgos emocionais de um nacionalismo exacerbado e em nome de uma xenofobia ultrapassada!

O SR. FERES NADER (PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo hoje esta tribuna com inusitado júbilo, pois os fatos que narrarei confirmam o valor dos trabalhadores brasileiros, esses lídimos heróis na maioria das vezes envolvidos pelas sombras do ostracismo. E um dos exemplos – o principal – fui buscar na região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, no período de plantio da cana.

Um caminhão com 12 a 13 toneladas de cana crua tinha sobre a carga oito homens, que, enquanto o veículo se movia lentamente, jogavam, com pontaria perfeita, as canas inteiras nos três sulcos profundos de cada lado, e ainda em duas ruas entre os sulcos para serem plantados, após sulcarem novamente, em virtude da passagem do caminhão.

Atrás da turma que vai lançando a cana, seguem oito moças, protegidas com chapéus e grandes lenços envolvendo o rosto, a testa, o pescoço e com mangas compridas para proteger a pele, e vão com os facões picando as canas jogadas e plantando e picando as duas ruas que ficaram embaixo do caminhão.

Atrás de tudo isso vem um trator cobrindo de terra tudo o que foi plantado, depois de ter sulcado novamente as duas ruas deixadas pelo caminhão.

Liquidando tudo, vêm mais três mulheres, com enxada, cobrindo algumas mudas de cana, que não ficaram bem cobertas de terra pelo trator.

Um caminhão, um trator médio e um pequeno, com 20 pessoas volantes trabalhando, plantam 8 hectares em 8 horas de serviço, com cem toneladas de mudas trazidas para o local com os próprios caminhões que vão plantar.

Durante todo o plantio, ou seja, nessas oito horas, o movimento é permanente, parecendo uma operação militar, pela disciplina, ordem e constância da atividade, ficando o serviço perfeito.

É, portanto, alvíssareira a imagem do que o brasileiro é capaz de executar e o valor extraordinário do seu trabalhador, como o trabalhador rural volante no plantio da cana.

Por isso, Sr. Presidente, num calor escaldante, trabalhando com ânimo salutar num sistema disciplinado e competente, sentimos orgulho do povo brasileiro. Acreditamos, pois mais do que justa esta exaltação a esses heróis do trabalho.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB)

- PE. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, estamos mais uma vez reunidos na base da procrastinação da solução dos interesses maiores do povo brasileiro, e da alimentação da insaciade da direita ultra-reacionária, que se aliou aos interesseiros e escorregadios adesistas que não podem ficar distanciados da inhaca do poder e estão sempre dispostos a golpear as esperanças de nossa sofrida população.

É vergonhoso o que presenciamos nesta hora em que o jogo das palavras se sobrepõe a obrigação de cada Constituinte. É triste constatar que alguns homens de passado comprometido se aliam a outros que estão traindo a confiança que lhes foi outorgada por milhares de brasileiros esperançosos. E lamentável que lobos vestidos com pele de cordeiros, acobertados pela sigla popular do PMDB, tenham assinado o manifesto de formação do famigerado "Centrão" com o objetivo de torpedear os avanços conquistados pelo povo através do projeto aprovado na Comissão de Sistematização. É deprimente que figuras que receberam a missão de reformar este País adotem posicionamentos dignos dos integrantes da velha Arena e do carcomido PDS dos tempos da ditadura.

Com um comportamento ditado pelos interesses do capitalismo selvagem, alimentamos pelo capim da UDR e pela rica fumaça das chaminés

da União Brasileira de Empresários, conhecidas raposas políticas que aqui pululam, teimam em nadar contra a avassaladora maré popular que se antepõe às indignas manobras urdidas pela direita ultraconservadora que se organizou para derrubar as modestas conquistas até agora inseridas no projeto da nova Carta Magna.

Com que cara esses políticos do "Centrão" irão aparecer diante do povo neste momento crucial da vida brasileira? O cinismo têm seu limite na barreira da tolerância popular e o recuo de alguns inocentes-úteis, que foram motivados pela UDR e pela UBE, demonstra que as bases políticas deste País não vão ficar caladas e paradas para ver em que vai dar essa panacéia. Já começamos a ver alguns membros do "Centrão" tentando explicar, em vão, as razões que os levaram a firmar o documento de criação do grupo. São explicações que não convencem, e o eleitorado precisa estar alerta para identificar aqueles que estão sempre em cima do muro.

Forçados pela pressão popular, vários centristas estão espirrando pelas frestas das gaiolas douradas em que se meteram. Na verdade, se não sabem o que fazem, sabem muito bem o que querem. Desejam tão-somente a manutenção do estado de coisas por onde correm o mar de lama e os caudalosos rios da corrupção onde sempre boiam tranquilamente, pois pela pouca densidade do que têm na cabeça, naturalmente não afundam.

Hoje, na oportunidade de mais uma reunião desta Assembléia Nacional Constituinte, não podemos mais aceitar que a Mesa desta Casa compactue com as manobras dos que estão a serviço da reação. É preciso decisão, pois cão que ladra não morde. Ao estalo do relho do povo todos fugirão, e as teses progressistas haverão de prevalecer na formulação da Constituição que o povo reclama.

As assinaturas da composição do "Centrão" são iguais à do esguio falso líder Marco Maciel, que escapuliu do plenário na primeira votação onde a reação queria mostrar seu poderio. São parecidas com as caras de falsos peemedebistas como Cardoso Alves, Daso Coimbra e tantos outros que pegaram carona no estribo da Nova República. A Mesa e os progressistas nada têm a temer, pois os 315 votos do "Centrão" estão abaixo de 220, uma vez que, acendendo uma vela a Deus e outra ao Diabo, fugirão do plenário, mesmo tendo embolsado o que lhes foi destinado pelos empresários e pelos lobistas das multinacionais.

Se agora buscam o consenso, palavra que hoje significa cambalacho e arrumação, é porque querem dar outro golpe, pois o do "Centrão" foi um tiro que saiu pela culatra.

Lembre-se que o povo está de olho aberto e de pé firme na decisão de só aceitar uma Constituição que represente a dignidade desta e das gerações que advirão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de

V – COMUNICAÇÃO DAS LIDERANÇAS

A SR ROSE DE FREITAS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, havia levantado uma questão de ordem no período destinado ao Pequeno Expediente, com base no Capítulo X, art 74, do Regimento Interno, que diz o seguinte:

"Constituirá questão de ordem, suscitável em qualquer fase de sessão, pelo prazo de 5 minutos, toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento."

Sr. Presidente, só queria registrar que não quebra a disciplina da Casa nem tentava interpelar o trabalho de V. Ex.^a. Apenas gostaria de ter levantado uma questão de ordem, que era oportuna, agora já não é mais.

Temos trabalhado disciplinada, assídua, sistemática e persistentemente nesta Casa. Sucessivos discursos têm sido feitos pelos representantes do "Centrão", evocando toda uma maioria, que, na verdade, se deve praticar no voto e não de forma casuística, golpista, em cima do Regimento. O que se tenta provar hoje, nesta Casa, Sr. Presidente, é que o Regimento...

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Isso é questão de ordem ou discurso, Sr. Presidente?

A SRA. ROSE DE FREITAS: – V. Ex.^a falou à vontade, nobre Constituinte Roberto Jefferson, e não foi interrompido por qualquer Parlamentar desta Casa. Gostaria que, democraticamente, respeitasse as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Mesa pede que o Plenário ouça a nobre Constituinte Rose de Freitas, que está levantando uma questão de ordem. O período de tempo está dentro dos limites regimentais.

A SRA. ROSE DE FREITAS:

Pediria a V. Ex.^a, inclusive, Sr. Presidente, que descontasse o tempo em que o meu microfone ficou mudo e o tempo do aparte, que não foi concedido, do nobre Constituinte Roberto Jefferson.

Gostaria de dizer a V. Ex.^a que, em face desse trabalho e da presença assídua nesta Casa, temos ignorado todas as gestões que se têm feito para resolver essa questão da alteração do Regimento Interno. Ontem, desconhecíamos, inclusive, o andamento da sessão, por que não sabíamos o certo onde iríamos chegar com todas as colocações que foram feitas ao Plenário. Não sabemos, até agora, se nesta sessão iremos ou não votar o que pretende o "Centrão", e que, na verdade, não passa de uma atitude golpista, porque esse Regimento foi votado pelos Parlamentares desta Casa, e tudo o que foi feito nesta Casa o foi, pelo voto, Sr. Presidente.

Quero dizer a V. Ex.^a que gostada que a Mesa esclarecesse qual será o andamento desta sessão daqui em diante, porque há vários Parlamentares que necessitam ausentarse, inclusive representantes do "Centrão". Gostaríamos de saber o andamento dos trabalhos e dizer que nós, que somos tachados de esquerda ou qualquer outra coisa parecida, estaremos aqui para acatar o que V. Ex.^a decidir, atender ao chamamento político de V. Ex.^a, mas estaremos, também, em vigilância constante contra as manobras casuísticas que proventura o "Centrão" queira trazer a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa vai tomar a decisão. Na verdade, a nobre Constituinte Rose de Freitas não suscitou uma questão de ordem. S. Ex.^a faz uma reclamação. A Mesa vai examinar cautelosamente a questão e, na primeira oportunidade, isto é, na sessão seguinte, dar-lhe-á a resposta solicitada.

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, quero enfatizar a questão de ordem aqui levantada. Peço a atenção de V. Ex.^a. Quero salientar que, primeiro, V. Ex.^a desrespeitou o Regimento interno ao não conceder ao orador a possibilidade de levantar uma questão de ordem, o que o art. 74 diz poder ser feito em qualquer fase da sessão. Assim, V. Ex.^a desrespeitou o art 74, por uma vez. Segundo, V. Ex.^a desrespeitou o citado artigo pela segunda vez, na medida em que usou dois pesos e duas medidas, concedendo o aparte a elementos do "Centrão", sendo que não o concedeu a mim.

Mas, quanto ao mérito, Sr. Presidente, quero levantar aqui uma questão, no meu entender, muito grave, a respeito do desdobramento dos trabalhos desta sessão. No meu entender, o que o "Centrão" pretende é dar um golpe contra os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

No momento em que os Constituintes contrários ao "Centrão" começaram a utilizar o "Pinga-Fogo", os elementos do "Centrão" começaram a vairar, numa tentativa de impedir que a voz da democracia se manifeste neste plenário. E mais, Sr. Presidente, um jornal de hoje diz que o Constituinte Amaral Netto afirmou que está disposto até a violência física se necessário. Por outro lado, a imprensa também afirma hoje que o Constituinte Antônio Salim Curiati disse que vamos rasgar o Regimento Interno.

A questão de ordem que levanto perante V. Ex.^a é no sentido de que a Mesa tome medidas, a fim de garantir a aplicação do Regimento Interno, porque V. Ex.^a, inclusive, começou por desrespeitá-lo. Que o Regimento Interno seja respeitado, que a corrente democrática tenha condições de exercer o seu papel e manifestar-se de forma democrática neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) – A Mesa ouviu o que seria uma questão de ordem suscitada pelo nobre Constituinte Aldo Arantes. E em resposta ao que seria esta questão de ordem, a Mesa informa, no particular, que S. Ex.^a comete dois equívocos dentro de um mesmo texto. Primeiro, quando atribuiu violação à norma regimental por parte da Mesa; segundo, quando disse que a Mesa concedeu a palavra a um representante do "Centrão". Neste plenário ninguém traz leiteiro na testa para distinguirmos quem seja do "Centrão" ou não. A Mesa cumpriu o Regimento. S. Ex.^a, no caso, não levantou questão de ordem, mas fez uma reclamação, e nós a tomaremos em consideração para uma oportuna resposta.

O Sr. Roberto Jefferson – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.-

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, estamos percebendo uma tentativa de procrastinar o andamento dos trabalhos da Ordem do Dia para a votação da matéria. Para evitar obstrução, nós queremos votar, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Roberto Jefferson, um momento. A Mesa vai prestar um esclarecimento que tem caráter informativo. Esperamos que, após o conhecimento do fato, o Plenário possa ordenar-se e entender o que seja questão de ordem.

Diz o art.74:

"Constituirá questão de ordem, suscitável em qualquer fase da sessão, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento.

§ 1º A questão de ordem deve ser objetiva, indicar o dispositivo regimental que deu motivo à dúvida..."

A Mesa pede que o Plenário se mantenha em ordem para que os trabalhos possam prosseguir. (Tumulto no Plenário.)

A sessão está interrompida por 10 minutos.

Durante o discurso do Sr Roberto Jefferson, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está reaberta a sessão. A Presidência apela, em nome da Mesa, para que todos os Srs. Constituintes tomem assento nas respectivas bancadas, porque, findo o período de Comunicações das lideranças, vai-se proceder à votação.

A Presidência apela também aos Srs. Constituintes para que mantenham a serenidade, a fim de que os trabalhos prossigam sem qualquer infringência às normas do Regimento Interno. A Mesa adverte que será inflexível no cumprimento das normas regimentais e pede aos Srs. Constituintes que, ao suscitem questão de ordem, após período de Comunicações das Lideranças, invoquem o dispositivo regimental. A Presidência se dispensará de oferecer explicações se elas não tiverem fundamento no Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

Solicito aos Srs. Constituintes, mais uma vez, que retomem as respectivas poltronas, pois, logo após o período de Comunicações das lideranças, terá início a votação.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB – RN. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, estamos no período de Comunicações das lideranças e depois passaremos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Perfeitamente. É isto que estabelece a Ordem do Dia.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA – A sessão só foi suspensa por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa adverte que cumprirá o regimento inflexivelmente, visando à normalidade dos trabalhos, e conta com a compreensão de todos os presentes no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO: – Líder do PDS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero, antes que venha a ocorrer o mesmo golpe de ontem, já os que dizem que querem vencer pelo voto o negam, fazer a entrega à Mesa de um pedido de prorrogação da sessão por quatro horas. (Palmas.)

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Constituinte Amaral Netto, aguarde que a Presidência acuse o recebimento de seu requerimento, pois ela não é confiável.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A palavra continua com o nobre Constituinte Amaral Netto.

O SR. AMARAL NETTO: – O meu recado é muito rápido. Interpretaram palavras minhas como iniciativa de ação. O que eu disse na reunião do "Centrão" ontem é o mesmo que digo todos os dias: se for necessário, revidaremos violência com violência.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Concede-me V.Ex.^a um aparte?

O SR. AMARAL NETTO – Não há aparte, Sr. Constituinte, senão eu o concederia com o maior prazer. Não dou apartes de jeito nenhum. Tudo o que tínhamos de dar aqui já demos. Agora V. Ex.^{as} vão votar e ganhar, se quiserem. Não existem mais apartes. Não existe mais nada. Vamos votar! Quero alegar que se deve vencer pelo voto, quem se rebela contra as assinaturas, que ponha gente no plenário e que vença a maioria! E o que desejo.

Sr. Presidente, sou um velho de 66 anos e bisavô; não tenho físico para violência. Portanto, não posso querer praticar a violência. Agora, se for necessário, se alguém procurar arrancar o microfone de minhas mãos, nem que seja o diabo-queo-carregue, reagirei, porque não terei saída.

Precisamos ter uma posição determinada: respeito com respeito; desrespeito com desrespeito. Queremos votar com serenidade, com patriotismo. Respeitamos o adversário. Respeito a todos. Ontem fomos vítimas de uma molecagem, de uma manobra terrivelmente dura, nos entendimentos que com toda boa fé fizemos.

Sr. Presidente, não há mais entendimento, queiram ou não queiram. Vamos votar, quem ganhar será o dono da democracia.

O SR. ALDO ARANTES: – Líder do PC do B – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que pretende o "Centrão", com sua proposta, é a violência contra a democracia (apupos no plenário), contra as normas estabelecidas pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Não querem ouvir a nossa democracia, a verdade...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência garante a palavra ao nobre Constituinte Aldo Arantes.

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, por que digo que essa proposta é antidemocrática e uma violência contra a Assembléia Nacional Constituinte? Querem que 280 votos, por meio da emenda "Boeing", da Emenda "do Correio", substituam o trabalho desenvolvido por esta Assembléia no período de 10 meses. E o mais do que isso, Sr. Presidente, querem preferência na votação independentemente dela. Ora, isso não é aceitável. Mesmo que eles tivessem a maioria, é antidemocrático, é um rolo compressor, é a tentativa de não se discutir as questões de conteúdo.

Eles não têm coragem para se expor perante a opinião pública. Não querem que o povo brasileiro tome conhecimento dos seus votos. Querem, portanto, fazer a votação a toque de caixa. Por outro lado, a violência não é só política, mas física. Reafirmo – e está nos Jornais – a declaração do Sr. Amaral Neto de que o que aconteceu aqui com o Constituinte Juarez Antunes foi algo preparado. É a tentativa de impor pela violência uma posição antidemocrática.

Quero fazer apelo para os setores democráticos, que percebem que esse "Centrão" está manipulado pela extrema direita, que não tem nada de centro, no sentido de que assegurem o exercício da democracia na Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, havia afirmado anteriormente que a proposta apresentada pelo "Centrão" estava envolvida de embuste e de desonestade. E, sentindo a reação deste Plenário, ao embuste e à desonestade, o "Centrão" vem acoplar a violência. Querem ganhar sem voto e "na marra", e, por isso, agrediram covardemente o companheiro do PDT, Constituinte Juarez Antunes. Em nome da Liderança do PMDB quero manifestar ao ilustre Constituinte do Estado do Rio de Janeiro a solidariedade do nosso partido e a repulsa a este ato de violência que vem se acoplar ao embuste e à desonestade. (Palmas.) E quero também, Sr. Presidente, em nome da Liderança do PMDB, desagravar V. Ex.^a, pois o Líder do PTB, Constituinte Gastone Righi, teve a des cortesia de dizer que a Presidência desta Casa não era confiável, colocando em dúvida a integridade do Constituinte Mauro Benevides, reconhecida pela maioria dos Constituintes que têm assento nesta Assembléia. (Palmas.)

Em nome do PMDB, queremos desagravar V. Ex.^a, pela inteireza e honestidade com que vem conduzindo os trabalhos, sem conotação partidária. Quero, nos minutos finais desta Comunicação de Liderança, dizer que o "Centrão" é contra a mulher brasileira, contra a gestante brasileira, porque pretende alterar o Regimento no sentido de anular aquela conquista inserida no texto votado na Comissão de Sistematização. O "Centrão" quer que a gestante que venha dar à luz a um brasileiro não tenha direito a 120 dias de licença. Com a mudança do Regimento, o "Centrão" e a extrema direita brasileira pretendem agredir as mães de família. Esta medida, votada na Assembléia Nacional Constituinte, que atende aos interesses de todas as mães do Brasil, não foi copiada dos países socialistas, mas inspirada nas democracias mais avançadas do mundo, pois na Europa Ocidental todas as gestantes têm direito a um período de repouso superior a este. E não só contra a mãe de família que o "Centrão" se levanta, é contra o assalariado em geral. A Comissão de Sistematização votou um dispositivo assegurando que o pagamento das horas extras seja feito em dobro. Pois muito bem, os Constituintes do "Centrão", por meio dessa mudança no Regimento, pretendem tirar do trabalhador brasileiro o direito de receber as horas extras em dobro.

Faço um desafio àqueles que lideram o "Centrão" para que voltem aos seus Estados e digam na televisão e a imprensa, para que seus eleitores possam escutar, que S. Ex.^a estão tirando o direito da mãe brasileira, estão querendo tirar o direito dos trabalhadores brasileiros.

Vamos colocar o nome de V. Ex.^a nos jornais, vamos dizer para o País inteiro quem é contra a mãe de família brasileira, quem é contra o trabalhador brasileiro, quem é contra a reforma agrária, quem são os embusteiros que querem transformar suas assinaturas em votos, quem são os mentirosos que vão à imprensa dizer que querem afirmar a maioria – mas não querem – nos pedidos de preferência. Que essa maioria se manifesta fisicamente.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ainda em nome da Liderança do PMDB, só tenho a lamentar a recaída do Constituinte Amaral Netto, que hoje parece aquele Deputado que vi nesta tribuna, logo após o Golpe de 1964, dedurando pessoas e pedindo a cassação de colegas. (Palmas.) É lamentável que este Constituinte, que aqui estava dando uma de democrata, venha à tribuna da Câmara e à imprensa estimular a violência dizendo que a ela se responde com violência. É a Lei de Talião, é a pena de morte que S. Ex.^a quer reintroduzir no Brasil. País de tantas distorções sociais. E que só atingiria os mais humildes.

Quero dizer também ao Constituinte Amaral Netto que não recuaremos. Na minha terra há um ditado segundo o qual cara feia é safadeza. Vamos votar e enfrentar os reacionários, os conservadores que querem eliminar (apupos) da Constituição os avanços que foram conseguidos na Comissão de Sistematização.

O SR. MESSIAS SOARES – Líder PTR: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MESSIAS SOARES (PTR – RJ. Sem revisão do orador.): Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Trabalhista Renovador se integrou no "Centrão" por entender que ele está acima de quaisquer colocações políticas e ideológicas. Eu mesmo sou um homem de centro esquerda, e vou votar nesse Plenário com as conquistas sociais atingidas pelo Substitutivo do Constituinte Bernardo Cabral. (Apupos e palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência pede aos Srs. Constituintes que ouçam o orador que está na tribuna. A palavra lhe é garantia pelo Regimento.

O SR. MESSIAS SOARES: – Minha comunicação é muito rápida. Desejo tão-somente afirmar que não aceitamos o rótulo de direita que querem impingir ao "Centrão". Vou mais além: sou pequeno, não aceito violência, sou cacique e sou guerreiro. (Apupos e palmas.)

O SR. VIRGILIO GUIMARÃES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, atendendo à solicitação de V. Ex.^a, minha questão de ordem se prende ao art. 58, página 32, do nosso Regimento Interno.

Havia solicitado um aparte quando ocupava a tribuna o nobre Líder do PDS, Amaral Netto, e o mesmo me foi negado por não ser permitido pelo Regimento. No entanto, o art. 58 diz o seguinte:

"Art. 58. O aparte dependerá de permissão do orador.

§ 1º – Não serão admitidos apartes.

I – ao Presidente;

II – aos oradores do Pequeno Expediente;

III – a uso de palavra pela ordem;

IV – a parecer oral;

V – paralelos a discurso;

VI – a encaminhamento de votação."

Tratava-se de Comunicação de Liderança, portanto não incluída em nenhuma das exceções aqui listadas. O que predomina é o *caput* do artigo, ou seja, depende da concessão do autor.

Para concluir, Sr. Presidente, não se pode aqui aplicar o preceito de que, nos casos omissos, vale o que diz o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal, ou o Regimento Comum, porque não se trata de caso omissio, mas sim o que diz o *caput*, que o aparte depende do orador. Por isso, colocaria que, a partir deste momento, depende apenas do orador a concessão ou não do aparte, quando se tratar de Comunicações de Liderança. Aquele que achar que o seu tempo é curto, que não concede a parte, mas deixe consignado que não o fez porque não quis, uma vez que o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte permite, perfeitamente, que o aparte seja solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência, ao responder a questão de ordem do Deputado Virgílio Guimarães, entende que, no curso de todas as sessões da Assembléia Nacional Constituinte, sempre foi essa a decisão da Mesa, levando em conta, sobretudo em reuniões como

esta, em que, existindo Ordem do Dia, se reduz o prazo destinado às Lideranças. Numa interpretação que visava resguardar o próprio orador, já que a grande maioria dos partidos disporia apenas de um minuto e meio para que seu Líder lhe interpretasse o pensamento, a Mesa restritivamente impedia a concessão de apartes para não obstaculizar o desenvolver de pensamentos dos respectivos Líderes. Diria que, em sessão em que inexista Ordem do Dia, o acolhimento da questão de ordem de V. Ex.^a não teria maiores dificuldades, porque, sendo mais amplo e mais abrangente o tempo destinado a cada orador, ele poderia, tranquilamente, conceder o aparte.

Dante da questão de ordem, a Mesa irá rever a posição até aqui seguida tradicionalmente. E, nas sessões em que não exista Ordem do Dia, permitirá o aparte, com aquiescência do orador.

O SR. FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, como prevíamos, hoje estamos consagrando o resultado de dias e dias de conversações, que acabaram nesse nó cego que queremos desatar.

Ontem dizíamos, desta tribuna, que os acordos, nos momentos decisivos da História deste País, só são feitos na medida em que os interesses dos dominadores, das classes dirigentes, das elites econômicas, são consagrados. Se não o forem, não haverá acordo. É o que estamos presenciando hoje, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. O acordo não se fará porque não pode haver conciliação entre o que é do interesse do povo e o que se reclama como interesse das classes dominantes e dirigentes. O acordo não se fará porque a sociedade brasileira ainda não descobriu que precisa progredir, deixar sua crueldade histórica e entrar na fase do chamado capitalismo moderno. O acordo não se fará, porque, em verdade, as poucas coisas que se conquistaram nesta Casa, através do Projeto de Constituição, deverão ser riscadas, como se nada tivesse acontecido. Voltaremos à estaca zero, e aí a Constituinte será do interesse único e exclusivo dos dominadores, dos empresários, das classes que sempre dirigiram este País e o levaram a esta situação de desespero em que se encontra hoje.

O SR. FLORESTAN FERNANDES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FLORESTAN FERNANDES: – Exmº Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, Senhores que me ouvem nas galerias, em nome do PT, venho aqui pedir que se reflita a respeito da importância do bom senso e da natureza do papel do Constituinte na situação em que se acha o Brasil no momento.

Não viemos aqui para praticar atos de violência. O Parlamento é um local de luta política e não de pugilato.

Queria lembrar a todos uma definição de Rosa de Luxemburgo para o conceito de democracia. Ela afirmou, lapidarmente, que democracia é o respeito da maioria pela minoria. Isto se aplicaria aqui se a maioria e a minoria se definissem em termos dos muros do Parlamento, mas elas se definem em termos da sociedade global.

O que temos de respeitar aqui é o direito da maioria sobre a minoria. Da maioria dos trabalhadores, dos desempregados, dos desprovidos, sobre a minoria dos privilegiados, daqueles que tudo têm e nada querem ceder.

O Brasil espera da Constituição algo como uma carta de alforria, um novo patamar, um novo ponto de partida histórico que nos separe do regime de violência, da opressão e da exploração sistemática. Por isso, como Constituintes, temos de pensar nas tarefas políticas que nosso povo colocou sobre os nossos ombros. Todos que estão aqui, quer queira ou não – Deputados, Senadores, Prefeitos, Governadores ou Presidentes – terão de prestar contas ao povo. O povo é o juiz, e nele está a maioria que temos de respeitar. Por isso, cabe-nos elaborar uma Constituição moderna, íntegra, democrática, uma Constituição que pela primeira vez crie, no Brasil, a possibilidade da existência de uma sociedade civil civilizada e de um Estado capitalista democrático. Esta é a vontade do PT. Foi por esta causa que viemos aqui, em nome dos trabalhadores; não viemos atrapalhar ou açular essa minoria parlamentar – que representa a maioria aqui dentro –, que precisa ter consciência cívica de que o Constituinte tem obrigação de encarnar com equanimidade os seus deveres enquanto representante do povo que dele espera um novo ponto de partida.

Conclamo meus colegas, aqui, a que respeitem a natureza desta Casa e elaborem a Constituição que o País espera.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO Líder do PDT: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o PDT quer fazer, neste momento, uma exortação a todos os Constituintes: chamar a atenção de S. Ex.^a para o momento extremamente grave da vida brasileira que estamos vivendo. Entendo que cada Constituinte, deve examinar este momento. Devemos buscar o processo de formulação da Constituição de forma democrática. Não discuto aqui as posições de maioria ou de minoria, mas quero chamar a atenção de todos para o fato de que a imposição que se quer fazer – uma mudança antidemocrática do Regimento – para obrigar a tomada de posições adrede preparadas, não levará este País a processo democrático algum.

Quero, desde logo, dizer que as declarações do Constituinte Amaral Netto – não só na imprensa como aqui no plenário – de que o "Centrão" está pronto para agir com violência não intimida ninguém. Estamos aqui para dialogar, debater e votar. Aqueles que pensam que podem ven-

cer ou tomar as posições através de violência não vão nos intimidar. Queremos o diálogo, mas, se vier a violência, responderemos à altura. Não temos medo de arreganhos nem de ameaças. Isto aqui é um plenário, não uma rinha de galos nem o local para se praticar o boxe.

Protesto, em nome da bancada do PDT, contra a agressão sofrida pelo Constituinte Juarez Antunes, e espero que esses fatos não se repitam, de forma a não desmoralmarmos esta Casa.

Quero também, neste momento, desagravar o Constituinte Mário Maia, que ontem foi vítima, neste plenário, de insultos e de agressões, quando cumpriu religiosamente o Regimento.

Queremos fazer um apelo final para que busquemos fórmulas e soluções do problema regimental de forma alta e, sobretudo, democrática. Esta é a posição do Partido Democrático Trabalhista, que não se sujeitará, entretanto, ao esmagamento que querem alguns levar a efeito, negando-nos o espaço para aqui discutirmos e votar-mos, direito que o povo brasileiro nos concedeu através das eleições. Teremos meios de denunciar nas ruas e pelos órgãos de comunicação o processo de elaboração de uma Constituição que alguns querem fazer levando em conta apenas a posição de 280 Constituintes. Penso que uma Constituição feita por uma maioria eventual, com exclusão dos demais partidos e das demais forças, será uma Constituição que nasce morta.

O SR. GASTONE RIGHI Líder do PTB: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje é um dia que coroa um período repleto de constatações as mais dolorosas. Assistimos, durante esse breve tempo, a autoridades do Legislativa, de Líderes a Presidentes de Mesa, caírem no descrédito mais absoluto, numa inversão absoluta da verdade, numa adulteração clara de todos os fatos, discursos e pronunciamentos, na realidade, falaciosos, enganosos, mentirosos. Façamos uma ligeira retrospectiva: esta Constituinte caminhava tangida por uma minoria de esquerda radical. Pior do que isto uma minoria irresponsável que construiu um texto maculado pelo paradoxo, pela contradição e pelo alheamento da Pátria real. Do Brasil não tem muito de real o que está no texto. Erige um Estado inviável da esquerda, completamente ineficaz, mente ao conceder um conjunto de direitos sociais absolutamente impraticáveis.

Será que é isto representarmos o povo brasileiro? Será que esta é a nossa missão, a de erigirmos aqui uma Constituinte enganosa, falsa, ardilosa, mentirosa? (Muito bem!) Ou será que aqui estamos para redigir um texto enxuto, que corresponda às aspirações do povo brasileiro, à vontade da maioria da Nação?

Ouvimos oradores, nesta tribuna, apodarem-nos de reacionários. Quem é essa gente, essa insignificância, que pode subir à tribuna e fazer julgamento da minha vida, da vida de 320 companheiros, apodando-nos de reacionários? O que há de reação no centro, se não a reação legítima da maioria que quer impor-se? O que queremos é voto, e não violência. O que temos recebido

é apenas violência e não o voto. Queremos democracia e o cumprimento do Regimento, mas o que temos visto é o embuste, o logro, o estelionato claro e até a violência. Também me solidarizo com este pobre e jovem Constituinte, Juarez Antunes, esse rapaz de fina educação e trato que, sempre de forma lhana, correspondeu ao tratamento que seus colegas lhe dispensaram. Hoje foi ele agredido, é verdade, e não gostei disso. Sou contra qualquer violência. Também sou contra a violência dele, que acabou agredindo um amigo meu, o Líder Brandão Monteiro, dando-lhe um pontapé absolutamente desnecessário. Censuro aqueles que apelam à violência. Por isso, Sr. Presidente, solicito a V. Excelência que faça a única coisa que esta Mesa já deveria ter feito: não enganar mais a Nação nem este Plenário. Vamos à votação, porque o Presidente aí está para cumprir o Regimento. Não há nenhum acordo. Basta de tolerância. Tolerância, já a tivemos. Agora, vamos ao voto. Voto é que é democracia, voto é que umprimido do Regimento e das leis.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Mesa comunica à Casa que, durante todo o período, procurou cumprir rigorosamente o Regimento Interno. Quando presidida pelos nobres Constituintes Ulysses Guimarães, Vice-Presidentes ou Secretários, houve sempre a preocupação de se cumprir o Regimento Interno. Qualquer acusação nesse sentido é despropositada e injusta. Em nome da Mesa, repilo-a neste momento. (Palmas.)

O Sr. Mauro Benevides – 1º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. CÉSAR MAIA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, no dia de ontem, em primeiro lugar, o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá encaminhou à Mesa requerimento de urgência baseado no art. 62 § 2º, inciso II, pedindo que fosse votado e colocado na Ordem do Dia seu projeto de decisão, que já conta com apoio do Relator da Comissão de Sistematização, Constituinte Bernardo Cabral.

Diz o art. 64, § 4º:

"Poderá ser incluída na Ordem do Dia, para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada, proposição que verse matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento de 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou de Líderes que representem este número, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia, em votação nominal."

Este é um projeto de decisão de relevância nacional, porque visa a sustar a apresentação de decretos-leis pelo Executivo, até que seja promulgada a Constituição.

Pego que a Mesa decide o pedido de urgência do requerimento, com apoio dos Líderes do PDT, PT e PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência deseja fazer uma comunicação, um apelo, se é que tem esse direito. A Mesa deseja verificar se poderíamos, dentro, pelo menos, de uma média ponderada desta Casa, resolver este assunto regimental.

Em primeiro lugar, solicita aos Srs. Constituintes que sejam um pouco mais controlados. O Presidente sabe, político que é, como todos os políticos que se encontram neste plenário, que a política é paixão, emoção e tensão, sempre por uma nobre causa que empolga para servir à sociedade e ao País. Mas é claro que, havendo um controle, um direcionamento desse esforço, ele será muito mais produtivo, apesar das emoções, que compreendemos existir, mas que geram, às vezes, explosões não justificáveis que, na verdade, poderão vir a prejudicar o andamento dos trabalhos que todos desejamos ver concluídos o mais breve possível. A Mesa informa aos Srs. Constituintes que é dever do Presidente e da Mesa – dever indeclinável – fazer todos os esforços possíveis para que a disciplina e o ordenamento dos trabalhos se processem com normalidade e com a maior perfeição possível. Estamos votando uma alteração regimental de importância muito grande para a ultimação, para a fase conclusiva da elaboração do texto constitucional.

Comprindo o Regimento, o que é dever da Mesa, será posto a votos o substitutivo para o qual já foi conferida preferência pela soberania desta Casa. (Palmas.)

Nosso desejo é que norteie todos os setores representativos e responsáveis desta Casa o desejo de um entendimento. Posso informar que chegamos às bordas, à vizinhança desse entendimento ontem. A Mesa vai continuar perseguindo este objetivo. (Palmas.) Como? A maneira hábil de fazê-lo é cumprindo o Regimento, que, no momento atual determina a votação, e a Mesa tem de ser cumpridora atual do Regimento. Haveria uma pausa para o prosseguimento da votação da matéria e das suas numerosas emendas. É preciso que V. Ex.ºs ponderem que há um número avultado de emendas. O desejo de todos, eu sei, é criar condições para que resolvamos com a maior brevidade este assunto. Terminada a votação, a Mesa, valendo-se da sua prerrogativa, a despeito das conversas exaustivas já havidas e das muitas matérias já acordadas pelo menos pela expressiva maioria, ainda hoje irá elaborar um projeto de resolução, compendiar os entendimentos possíveis. É claro que a Assembléia, com a sua soberania, decide se quer amanhã votar este esforço da Mesa ou se deseja ultimar a votação das numerosas emendas que terão de ser submetidas à decisão do Plenário.

Assim sendo, será efetuada a votação e, depois, prosseguirão os entendimentos – repito – para que a Mesa verifique a conveniência de tomar a si tal responsabilidade, inclusive por mim, que não hesitarei em assumir qualquer responsabilidade que seja em benefício da concórdia, da harmonia, do andamento dos trabalhos e da soberania desta Casa, custe o que custar. (Palmas.)

De forma que, se prosperar o entendimento final, com a responsabilidade final, com a responsabilidade de Presidente, levaremos também à apreciação da Casa o que decidir a respeito da matéria.

Era a declaração de intenções que, em nome da Mesa, eu desejava fazer aos Srs. Constituintes. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): –

COMPARECEM MAIS OS SRS:
Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Bosco França – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christovam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Farabolini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Domelles – PFL; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira

– PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Jamil Haddad – PSB; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Rezek – PMDB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Mendonça Bezerra – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Santana de Vasconcelos – PFL; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Mário Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Dernes – PFL; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nestor Duarte – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento de 482 Srs. Constituintes.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

Os Senhores Constituintes que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

Apresenta proposição o Sr.:

EDME TAVARES – Projeto de resolução que altera dispositivo do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se passar à:

VII – ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): –

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 16-B, de 1987 (ANC), que introduz alterações no art. 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte; tendo Parecer da Mesa, pela aprovação, com Substitutivo. Parecer da Mesa às emendas de Plenário, concluindo por Substitutivo. (Do Sr. Álvaro Valle) – Anexos os Projetos de Resolução nºs 19/87 (ANC) e 20/87 (ANC).

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecido e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA Nº 1, SUBSTITUTIVA

A Assembléia Nacional Constituinte decreta:

Art. 1º Acrescentem-se ao Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte os seguintes arts. 27, 28 e 29, renumerando-se os demais.

"Art. 27. Incluído o projeto na Ordem do Dia, para votação, com ou sem substitutivo, tanto em primeiro como em segundo turno, é facultada à maioria absoluta da Assembléia a apresentação de substitutivos e emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos, incisos e demais dispositivos, que serão relatados oral e conclusivamente, em plenário, pelo Relator da Comissão de Sistematização ou por outro parlamentar designado pela Presidência, vedada a apresentação de novas emendas ou destaque.

§. 1º As emendas apresentadas com base neste artigo, até o início da tomada de votos da respectiva matéria, terão preferência, independentemente de votação, sobre todas as demais, que ficarão prejudicadas com sua aprovação, aplicando-se-lhes o rito previsto no § 4º do art. 64, excluído do requerimento ali exigido, bem como quaisquer outras exigências regimentais.

§ 2º Se na votação da matéria destacada não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma nas 3 (três) sessões seguintes, com vinte e quatro horas de intervalo entre uma e outra, para decisão do Plenário, após o que serão consideradas prejudicadas.

Art. 28. Será permitido a cada Constituinte, após publicado o Projeto da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, apresentar 3 (três) emendas e 6 (seis) destaque.

§ 1º O destaque deve incidir sobre cada emenda do projeto, total ou parcialmente, e sobre dispositivo do mesmo.

§ 2º As Disposições Transitórias do projeto poderão ser oferecidas emendas substitutivas.

§ 3º Serão dadas preferências aos destaques de emendas, mencionadas no **caput** deste artigo, de acordo com os requerimentos que possuírem, em escala decrescente maior número de assinaturas de Constituintes.

Art. 29. Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos o Projeto da Comissão de Sistematização, abrir-se-á prazo de 72 (setenta e duas) horas para recebimento de emendas ou substitutivos na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria."

Art. 2º O § 2º do art. 63 do RIANC, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63.

§ 2º A matéria destacada para votação em separado será submetida à deliberação antes da votação do todo que compunha e qualquer delas somente será incluída no texto constitucional se aprovada pelo voto da maioria absoluta nos termos do art. 33. Caso não atinja este **quorum**, será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que tenham sido destacadas para o mesmo texto."

Art. 3º Dê-se ao § 3º do art. 40 a seguinte redação:

"Art. 40.

§ 3º Aos Constituintes, obedecido o sistema de rodízio, serão entregues senhas ou convites a serem distribuídos ao público em geral, para ingresso às galerias."

Art. 4º Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

"Art. As emendas mencionadas no art. 27 serão consideradas como de iniciativa coletiva de seus subscritores."

Art. 5º Este projeto de resolução entre em vigor na data de sua aprovação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PAULO RAMOS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ao concitar a Casa à harmonia, inclusive afirmando que a política é paixão, V. Ex.^a manifestou um prévio reconhecimento de clima que prospera hoje na sessão de votação não mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Peço à Casa atenção para abreviarmos as intervenções e passarmos à votação. (Palmas.)

O SR. PAULO RAMOS: – Já foi encaminhado a V. Ex.^a, e está sobre a mesa, com base no art. 71 do Regimento Interno, um requerimento, subscrito por mais de cinqüenta Constituintes, de adiamento da votação por 24 horas. Esta é a primeira questão de ordem que formulo.

Encontram-se também sobre a mesa vários projetos de resolução e de decisão, inclusive o Projeto de Decisão, nº 4, já aprovado pela Comissão de Sistematização.

A segunda questão de ordem que formulo é a seguinte: qual o critério utilizado pela Mesa para colocar a matéria em votação?

E a terceira questão de ordem: o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte faz várias referências às lideranças partidárias. Gostaria de saber de V. Ex.^a o que significa hoje a expressão "Centrão", porque vários Constituintes têm-se utilizado do microfone falando como seu Líder. O que é "Centrão"? É uma associação comercial? É um clube de serviços? É um partido político?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A mesa esclarece que a votação terá que se processar, porque já estamos em fase de votação. Vamos passar da votação da preferência para a votação da matéria. Portanto, não comporta o presente momento que a votação da matéria objeto da preferência que integra esta mesma votação deixe de ser feita.

Quanto as demais considerações feita por V. Ex.^a com todo respeito que merecem, serão objeto de exame pela Mesa.

José Genoíno: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é com base no art. 74.

Em primeiro lugar, se é verdade que teremos de votar agora o Substitutivo apresentado pelo Constituinte Roberto Cardoso Alves e demais Constituintes, essa votação só será concluída, só será aprovado o projeto de resolução quando terminarem as votações de todos os destaques que estão na Mesa, a matéria não estará aprovada.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, votado o Substitutivo Roberto Cardoso Alves, processar-se-á imediatamente, segundo o Regimento Interno, a votação das emendas e dos destaques. Temos vários destaques supressivos.

Achamos que, assim, cria-se uma situação de força inaceitável nesta Casa. Aprovar o projeto de resolução do "Centrão" e, em seguida, negociar com ele não tem sentido isso é inegociável. O "Centrão" quer ir para o confronto. Que assuma, então a responsabilidade perante isso. Aprovar o projeto de resolução proposto pelo Constituinte Roberto Cardoso Alves constitui uma situação irreversível para nós, do Partido dos Trabalhadores. Portanto, se V. Ex.^a colocar agora em votação a matéria, em seguida os destaques terão de ser processados, apreciados, discutidos e votados. Não aceitamos que se imponha uma maioria desta maneira, e achamos que a atitude mais correta é que todos os que discordam do "Centrão" saiam do plenário e deixem àquele grupo

a responsabilidade de colocar aqui 280 Constituintes para aprovar o seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa informa que a questão de ordem levantada pelo Constituinte José Genoíno tem razão de ser. A matéria objeto de exame, ou seja, o Projeto Cardoso Alves, só será aprovado se der a agora a aprovação do substitutivo e até que a última emenda ou destaque seja devidamente apreciado. O que a Mesa disse é que, nesse interregno, paralelamente poderá aparecer outro projeto, e se tal projeto for tido pela maioria como aquele que melhor discipline o assunto, como em qualquer outra matéria, prejudicará a questão da apreciação das emendas.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, inicialmente gostaria de ter a resposta de V. Ex.^a a respeito de algumas questões técnicas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede à Casa que faça silêncio, porque não está ouvindo a questão de ordem do nobre orador, e aos Srs. Constituintes, até para ordem dos trabalhos, que tomem os seus assentos. Isso facilitará o andamento dos trabalhos.

Ouço o nobre Constituinte Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, a primeira questão de ordem que quero suscitar tem um conteúdo técnico. Gostaria de saber se a votação é nominal ou simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A votação é nominal.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sem haver nenhum requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pode decidir, de ofício, que seja nominal.

A votação será feita nominalmente, por decisão da Mesa. (Palmas.)

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente não quero contestar a decisão de V. Ex.^a, mas me parece que o método normal seria anunciar a votação simbólica e depois, na medida em que houvesse um requerimento para votação nominal, aprová-la. Este, sem dúvida, a despeito das manifestações, era o método normal. Como estamos inovando em matéria de Regimento Interno, passo a entender que se adote isso também aqui.

Sr. Presidente, tenho outra declaração a fazer com relação à votação do Substitutivo. Neste instante, quero declarar publicamente que reconheço, em nome do meu partido, o imenso esforço, e mais do que isso, a total honestidade... (Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vamos ouvir com a atenção que merece o Líder do PMDB. É um apelo que faço à Casa. Passaremos à votação logo a seguir. Está com a palavra o nobre Líder do PMDB.

O SR. MÁRIO COVAS: – ...e a lisura com que V. Ex.^a agiu ao longo desse episódio, na tentativa de buscar um acordo relativo à Mudança regimental.

Quero declarar igualmente, e este não é propriamente o instante de analisar o fato, que ainda uma vez vejo de parte de V. Ex.^a o interesse de, enquanto Presidente da Assembléia Constituinte, buscar essa definição, esse engajamento ou essa tentativa de acordo. Todavia, seja presa do Regimento, seja do fato de que para tentar esse entendimento necessitava da concordância de todos – e não havendo a concordância de alguns, entre os quais não nos incluímos – V. Ex.^a está sendo obrigado a pôr a matéria em votação.

Declaro, em nome da maioria da bancada do PMDB, exatamente na linha da tentativa adotada por V. Ex.^a, que acredito que uma negociação só pode ser realizada na medida em que haja igualdade de condições. Constatamos, então, que se quer votar a proposta porque se quer uma posição de força nessa negociação. Portanto, neste instante, em nome da bancada do PMDB, informo a V. Ex.^a que não votaremos o Substitutivo que ora se apresenta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se passar à votação da matéria. O Sr. Secretário procederá à chamada nominal, a começar de "A" para "Z".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação

SIM – 290.

NÃO – 16.

ABSTENÇÕES – 4.

Total – 310.

O substitutivo foi aprovado.

Votam SIM:

Adauto Pereira – PDS; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Afif Domingos – PL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Neto – PDS; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antoni Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benito Gama – PFL; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrade – PDS; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos DeCarli – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Christóvam Chiaradia – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco

Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Moreira – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Velasco – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Rolemberg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovan Amarante – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil Cesar – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jessé Freire – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Alves – PFL; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rolemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Teixeira – PFL; José Viana – PMDB; Júlio Campos – PFL; Lael Varella – PFL; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Sabrá – PFL; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes Landim – PFL; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Wemeck – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Telmo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Wagner Lago – PMDB; Waldeck Ornelas – PFL.

Votam NÃO

Adroaldo Streck – PDT;
Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Chico Humberto – PDT;

Cláudio Ávila – PFL; Humberto Souto – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Joaquim Francisco – PFL; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Jorge – PFL; José Moura – PFL; José Tinoco – PFL; Luiz Freire – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Marco Maciel – PFL; Mendes Ribeiro – PMDB; Pedro Canedo – PFL.

Votam ABSTENÇÃO:

1 – Affonso Arinos – PFL; 2 – Hélio Rosas – PMDB; 3 – Jorge Arbage – PDS; 4 – Ulysses Guimarães – PMDB.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Encerro a sessão, designando para a extraordinária de hoje, quinta-feira, dia 3, às 16:00 horas, a seguinte Ordem do Dia

"Discussão do Projeto de Resolução nº 21, de 1987."

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Aloísio Vasconcelos – PMDB;
Dirce Tutu Quadros – PTB; Domingos Juvenil – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; França Teixeira – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Itamar Franco – MG; João Hermann Neto – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; José Agripino – PFL; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Mário Assad – PFL; Milton Lima – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Roberto Freire – PCB; Wilson Campos – PMDB.

– Encerra-se a Sessão às 13 horas e 22 minutos.

SUMÁRIO

1 – ATA DA 171ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 3 DE DEZEMBRO DE 1987.**I – Abertura da sessão**

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente**OFÍCIO**

Nº 92/87 – Do Senhor Constituinte Afonso Arinos, Presidente da Comissão de Sistematização, encaminhando erratas ao Projeto de Constituição.

VIRGÍLIO GUIMARÃES (Pela Ordem) – Incorreções na Ata da sessão anterior, por omissão de fatos ocorridos no Plenário.

ROBERTO JEFFERSON (Questão de ordem) – Invasão das galerias por membros da CUT e CGT, com o apoio do PT, na sessão anterior, não registrada em Ata. Garantia de segurança para a realização das sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta às questões de ordem dos Constituintes Virgílio Guimarães e Roberto Jefferson.

JOSÉ GENOINO (Questão de ordem) – Conteúdo da Ordem do Dia da sessão. Apreciação, pela Casa, dos destaques e emendas apresentados ao Projeto de Resolução nº 16.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

SAMIR ACHÔA (Questão de ordem) – Providências da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte para garantir segurança aos Constituintes na votação de matérias polêmicas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Samir Achôa.

PAULO RAMOS (Questão de ordem) – Ordem de chamada dos Constituintes no processo de votação nominal.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Paulo Ramos.

VICTOR FACCIONI (Pela ordem) – Tentativa de intimidação dos Constituintes da bancada do Rio Grande do Sul, por parte da CUT daquele Estado, através de telex e telegramas.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre o horário de início da sessão, para efeito do tempo de sua duração.

IV – Pequeno Expediente

IRMA PASSONI – Reais intenções da proposta de reforma do Regimento Interno apresentada pelo Constituinte Roberto Cardoso Alves. Liberação de verbas específicas para o transporte urbano no País. Repúdio à colaboração de constitucionalistas estrangeiros na elaboração da Carta Magna brasileira.

GONZAGA PATRIOTA – Reais intenções do grupo "Centrão" no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ADYLSOM MOTTA – Necessidade de estabelecimento de período de recesso nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

LYSÂNEAS MACIEL – Reais intenções do grupo "Centrão" no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

VIRGÍLIO GUIMARÃES – Causas das manifestações de indignação das galerias na sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte. Razões da presença de Constituintes do PT nas galerias. Solidariedade do partido aos trabalhadores em face do comportamento do grupo "Centrão" na Assembléia Nacional Constituinte.

OSVALDO BENDER – Palestra do Constituinte Luiz Roberto Ponte em Salvador, Estado da Bahia, publicada pelo jornal **Zero Hora**. Solidariedade aos trabalhadores brasileiros em face dos incidentes ocorridos na sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte.

MAURO SAMPAIO – Obra "A Pesquisa e a Tecnologia do Lixo Atômico", do Prof. João de Deus de Oliveira, da Fundação Tobias Barreto.

CARLOS VINAGRE – Reivindicações dos funcionários da Comissão de Financiamento da Produção – CFP.

JORGE ARBAGE – Artigo "Oração é Luta", publicado no jornal **O Liberal**, Belém, Estado do Pará.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Isenção do Imposto Territorial Rural para os produtores rurais do Nordeste.

PAULO MACARINI – Desempenho da Cobal no Estado de Santa Catarina.

JOSÉ SANTANA VASCONCELOS – Definição, pelo Governo Federal, de política viável na área econômica. Eleições gerais para todos os níveis em 1988. Plebiscito para definição do sistema de governo.

HÉLIO ROSAS – Diretrizes da ação parlamentar do orador. Prestação de contas das atividades legislativas em 1987.

ANTÔNIO SALIM CURIATI – Paridade entre os funcionários públicos civis aposentados e os da ativa, na futura Constituição. Isenção do ICM para taxistas e representantes comerciais autônomos na aquisição de veículo automotor destinado ao exercício do trabalho.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Divergência entre o superávit da Previdência Social anunciado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social e o divulgado pela imprensa nacional.

V – Comunicações das Lideranças

HERMES ZANETI (Questão de ordem) – Repúdio a atitude anti-regimental do Constituinte Antônio Salim Curiati, em sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Hermes Zaneti.

MENDES RIBEIRO – Lições a extrair dos episódios ocorridos na sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte, para obtenção do consenso e do entendimento.

VICTOR FACCIONI – Hora de entendimento e consenso na Assembléia Nacional Constituinte. Proposta de segunda discussão para o substitutivo de reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

EDUARDO JORGE – Comportamento de Constituintes ligados ao grupo "Centrão" durante a sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte. Radicalização na Constituinte.

SÓLON BORGES DOS REIS – Agressão das galerias contra Constituintes ligados ao grupo "Centrão", na sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte. Convicções ideológicas do orador.

SIQUEIRA CAMPOS – Satisfação da bancada do PDC pelo resultado da votação da proposta de reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Apuração, pela Mesa da Casa, de responsabilidades pela agressão partida das galerias, a Constituinte na sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte.

AROLDE DE OLIVEIRA – Congratulações à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte pelo encaminhamento dos trabalhos da sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte. Providência da Mesa da Casa para preservação da ordem nas galerias nas futuras sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

JÚLIO CAMPOS – Necrológio de Fernando Correia da Costa, ex-Governador do Estado de Mato Grosso.

FERNANDO SANTANA – A responsabilidade da Assembléia Nacional Constituinte na solução dos problemas internos e de dependência externa do Brasil.

VIVALDO BARBOSA (Questão de ordem) – Apuração, pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, de responsabilidades pela agressão física sofrida pelo Constituinte Juarez Antunes durante a sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Vivaldo Barbosa.

PAULO PAIM (Questão de ordem) – Razões da presença de Constituintes do PT junto às galerias, na sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Paulo Paim.

EDMILSON VALENTIM (Pela ordem) – Razões da presença de Constituintes do PT junto às galerias, na sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte.

UIZ ALBERTO RODRIGUES (Questão de ordem) – Esclarecimentos da Mesa Diretora dos trabalhos sobre o conteúdo da pauta e finalidade da convocação da sessão.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Luiz Alberto Rodrigues.

JOSÉ MARIA EYMAEL (Questão de ordem) – Conclamação ao entendimento na Assembléia Nacional Constituinte.

CELSO DOURADO (Pela ordem) – Responsabilidade dos Constituintes perante a sociedade brasileira.

ADROALDO STRECK (Pela ordem) – Repúdio aos episódios ocorridos no plenário e nas galerias na sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte.

LÍDICE DA MATA – Repúdio aos episódios ocorridos no plenário na sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte. Razões da indignação das galerias. Reais intenções do

grupo "Centrão" no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

AMAURY MÜLLER – Repúdio da Liderança do PDT à agressão física sofrida pelo Constituinte Juarez Antunes na sessão anterior da Assembléia Nacional Constituinte. Razões da presença do orador junto às galerias. Reais intenções do grupo "Centrão" no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

RUY NEDEL (Questão de ordem) – Deslocamento geométrico do "Centrão" para a extrema direita, com a radicalização na Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Ruy Nedel.

VI – Apresentação de Proposições

VIVALDO BARBOSA.

PRESIDENTE – Aprovação, pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, de projeto de resolução.

VII – Encerramento

2 – MESA – Relação dos membros

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS – Relação dos membros
4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros

Ata da 171ª Sessão, Extraordinária, Vespertina, em 3 de dezembro de 1987

Presidência dos Srs.: Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário; Benedita da Silva, Suplente de Secretário.

ÀS 16 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysis Chaves – PFL; Aloysis Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antoniocularo Mendes Thame – PFL; Antonio Farias – PMB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Artenir Werner – PDS; Aureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos D'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado –

PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Edison Lobão – PFL; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ezio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Cantata – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Taira – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Lobo – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egryja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mendonça Bezerra – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Picha – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Jutahy Magalhães – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone

– PMDB; Leopoldo Peres – PMDB Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abada – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mauricio Campos – PFL; Mauricio Corrêa – PDT; Mauricio Fruet – PMDB; Mauricio Nasser – PMDB; Mauricio Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moyses Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Damas – PFL; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albemar – PMDB; Noel de Caralho – PDT Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Sóbrinho PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Osvaldo Trevisan – PMDB Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renato Johnsson – PMDB Renato Vianna – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Severo Gomes – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sónon Borges dos Reis PTB; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães PMDB; Valmir Campelo – PFL; Victor Trovão – PFL. Vieira

da Silva – PDS; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio de Senna – PMDB; Virgílio Távora PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

A lista de presença registra o comparecimento de 357 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão:

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. ADYLSON MOTTA, servindo como 2º-Secretário: procede à leitura da ata da sessão antecedente,a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, 3º-Secretário, servindo como 1º-Secretário, procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. Constituinte Afonso Arinos, Presidente da Comissão de Sistematização, nos seguintes termos:

Ofício nº P-092/87.

Brasília, 30 de novembro de 1987

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de dirigir-me a V. Ex.^a para encaminhar, em anexo, expediente do Senhor Relator desta Comissão, ilustre Constituinte Bernardo Cabral, datado de 26 do corrente mês, no qual S. Ex.^a solicita providências no sentido da publicação de Errata ao Projeto de Constituição (A) deste órgão Técnico, com vistas a sanar pequenas falhas constatadas na impressão daquele Texto já entregue ao nobre Presidente de Assembléia Nacional Constituinte.

Agradecendo a atenção de V. Ex.^a, aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Constituinte **Afonso Arinos**, Presidente

Brasília, 26 de novembro de 1987

Senhor Presidente,

A fase de elaboração do Projeto de texto constitucional na Comissão de Sistematização teve excelente coroamento material com o trabalho conjunto, digno de todos os encômios, do Prodasen e do Centro Gráfico do Senado Federal. Devido, porém, à pressa com que tiveram de realizar-se as últimas etapas de nossa tarefa, não se pôde evitar umas poucas falhas, para cuja correção se faz conveniente a publicação de uma errata.

Solicito-lhe, pois, a gentileza de encaminhar expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte por providências no sentido dessa publicação, cujo teor lhe submeto.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a afirmação de minha admiração e respeito. – Constituinte **Bernardo Cabral**, Relator.

ERRATA

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

(A)

Da Comissão de Sistematização

1. Art. 4º

Onde se lê:

"...da autodeterminação dos povos, da igualdade dos Estados,...".

Leia-se:

"...autodeterminação dos povos, da não-intervenção, da igualdade dos Estados,..."

2. Art. 10 § 2º

Onde se lê:

"...será definida pelos trabalhadores ou empregados interessados,...".

Leia-se:

"...será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados,...".

3. Art. 19 IV

Onde se lê:

"IV – a lei;"

Leia-se:

"IV – a lei;"

4. Art. 38 § 1º

Onde se lê:

"...Tribunal de Contas do Estado ou do Município, ou do Conselho de Contas do Município, onde houver..."

Leia-se:

"...Tribunal de Contas do Estado, ou do Município, ou do Tribunal ou Conselho de Contas dos Municípios, onde houver..."

5 Art. 59, XV

Onde sê lê:

"...por pessoa física ou jurídica estrangeiras..."

Leia-se:

"...por pessoa jurídica estrangeira..."

6 Art. 135, § 1º

Onde se Lê:

"...compor-se-á de vinte e sete Ministros, dentre brasileiros..."

Leia-se:

"...compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros..."

7. Art 184, § 7º

Onde se Lê:

"...inciso VII do §12;..."

Leia-se:

"...inciso VIII do §12..."

8. Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias, Art 10

Onde se lê:

"...119, § 2º da Constituição..."

Leia-se:

"...119 da Constituição..."

9. Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias, Art 60

Onde se lê:

"...em lei,"

Leia-se:

"...em lei,"

PROJETOS

O SR. VIRGILIO GUIMARÃES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, antes da discussão da ata, quero observar que nela faltam elementos importantes que não estão devidamente registrados.

Chamo a atenção dos nobres companheiros, em primeiro lugar, para o fato de que houve, no plenário, agressão ao Deputado Constituinte Juarez Antunes, e, apesar da sua gravidade, o fato não foi registrado. Quanto aos acontecimentos ocorridos nas galerias, embora os assistentes tenham agido com justezas, do ponto de vista político, expressando a indignação nacional quanto à votação, feriram, porém, o Regimento desta Assembléia Nacional Constituinte.

Mas o mais grave e que a ata não cita as Irregularidades que cercaram a chamada nominal feita pela Mesa. Foram chamados Constituintes fora da ordem, como no caso notório do companheiro Paulo Paim. Houve, inclusive, momentos em que foram saltados trechos da lista de chamada dos Srs. Constituintes Portanto, essa ata não pode ser aprovada, exatamente por ter omitido as graves irregularidades acontecidas no processo de votação, hoje pela manhã, e os sérios acontecimentos que cercaram a realização dessa sessão, em particular a agressão física sofrida pelo Constituinte Juarez Antunes, praticada por membros do "Centrão". A ata também não registra as irregularidades do comportamento das galerias, nem a conduta anti-regimental e antiparlamentar de Constituintes no Plenário, especialmente do Líder do PDS, Amaral Netto.

Sr. Presidente, esses graves acontecimentos devem estar claramente consignados na ata, sob pena de ela não retratar fielmente o que aconteceu aqui e, portanto, não merecer a aprovação do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, custa-me crer que o ilustre representante do PT ainda tenha a petulância ou o topete de dizer que houve Deputados, membros do seu partido, agredidos aqui em plenário, e que a ata omite o registro disso. Em primeiro lugar, alguns Parlamentares do PT, em flagrante desrespeito aos seus colegas Constituintes, não estão querendo afinidade ideológica. Ela não existe. Mas respeito os colegas Constituintes, porque nós sempre tivemos respeito para com eles. Lideraram uma invasão popular às galerias, desobedecendo às normas do Regimento Interno desta Assembléia. Sem nenhuma senha, peitaram taticamente os porteiros das galerias, invadiram-nas e dominaram completamente o recinto. Trazendo para cá a CUT e lideranças mais radicais, tudo fizeram para tumultuar o processo de votação.

Que esses radicais da CUT e da CGT tenham posições divergentes e até conflitem conosco em alguns aspectos, tudo bem. O que não podemos

aceitar, Sr. Presidente, é que Constituintes, nossos colegas aqui na Casa, tenham liderado a ocupação das galerias para insultar a Assembléia Nacional Constituinte, para agredir companheiros Parlamentares. Jogaram sapatos e até pedras, escarraram lá de cima das galerias, fato que presenciamos e de que fomos vítimas aqui. A própria liderança de meu partido ia sendo invadida por esse grupo de radicais, que ainda saíram ameaçando: "Vamos pegar vocês lá fora". Veja, Sr. Presidente, tentaram, inclusive, assaltar a nossa Liderança. Mas um Deputado, que tinha participado dessa operação de galerias, sentindo a que ponto havia chegado a irresponsabilidade, disse: "Calma, gente, não é nada disso". Esse foi o Deputado Eduardo Jorge.

Então, Sr. Presidente, há que se registrar, sim, esse flagrante insulto e desrespeito para com a nossa Casa. Há que se registrar, sim, a invasão das galerias, bem como a insegurança a que ficamos submetidos, nos, os Constituintes que não comungamos com o PT, que não comungamos com a CGT, que não achamos que são boas as idéias do PC do B ou do PCB. É importante que isto fique constando em ata, Sr. Presidente: que Parlamentares do PT, num flagrante desrespeito ao nosso Regimento Interno, lideraram o mais grave insulto, a mais grave infâmia, a mais torpe violência aos seus colegas Parlamentares Constituintes que estavam aqui exercendo democraticamente pelo voto o direito da maioria.

Com relação à agressão ao Sr. Constituinte Juarez Antunes, devo dizer que não houve agressão, porque esta só existe quando um bate sozinho e não sofre reação. Há que se lembrar que o companheiro Juarez Antunes, que está neste plenário, iniciou esse processo ao tentar pegar pelo colarinho o Deputado que acabou indo às vias de fato com ele. Ele bateu e apanhou. Não há vitorioso na cena de violência a que assistimos aqui. Empatou, para despréstígio da nossa Casa.

Sr. Presidente, para que possamos continuar, indago da Mesa se temos condições de segurança para trabalhar. Um pequeno grupo de Parlamentares radicais não mais pode impor à maioria dos Constituintes os insultos, as agressões e as violências que vimos hoje. Acho até muita cara de pau do ilustre Constituinte do PT ainda ter a ousadia de dizer-se agredido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa responderá à questão de ordem suscitada inicialmente pelo Constituinte Virgílio Guimarães.

O art. 47 do Regimento estabelece:

"De cada sessão da Assembléia Nacional Constituinte lavrar-se-á ata sucinta, que deverá conter, além da indicação de seu número, data e horário do seu início e término, o nome de quem a tenha presidido, o número de Constituintes presentes e ausentes e uma símula do expediente lido e dos trabalhos desenvolvidos."

O parágrafo único textifica:

"A ata, lida em Plenário, será assinada pelo Presidente."

Logo, não é submetida à votação. Todavia, isso não impede que qualquer Constituinte possa pronunciar-se no sentido de que se faça algum reparo no texto da ata lavrada.

No tocante à ata que foi lida, referente à sessão anterior, ela traz a síntese do expediente lido e dos trabalhos desenvolvidos. Contudo, diz o art 48:

Será também elaborada, de cada sessão, ata circunstanciada, contendo todos os por-menos dos trabalhos, que será publicada no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**.

A Mesa vai examinar a questão de ordem suscitada da por S. Ex.^a, e verificar se realmente se encontra amparada no disposto no art. 48, já que com relação ao art 47 a ata está adequada às normas do nosso Regimento.

Com relação à questão de ordem suscitada pelo eminentíssimo Constituinte Roberto Jefferson, a Mesa informa que todas as medidas cabíveis para assegurar a soberania dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte estarão sendo tomadas por sua Mesa Executiva. O deplorável episódio de hoje está sendo apurado, para que se possa verificar o grau de responsabilidade de quem realmente promoveu todo o tumulto nas galerias. Se for necessário, no plenário – é possível que seja esse o caso –, a Corregedoria determinará abertura de sindicância para apurar responsabilidades. Posso tranquilizar todos, em nome da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte: a ação soberana da Constituinte, como instituição, e de cada um de seus representantes, será assegurada.

O Sr. José Genóíno – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo diz respeito, em primeiro lugar, à pauta desta sessão, anunciada ao término dos trabalhos da reunião matutina – e agora reafirmada na abertura desta sessão – para apreciação do Projeto de Resolução nº 21. Não existe, porém, o Projeto de Resolução nº 21, muito menos o seu aviso. Ninguém conhece o tal projeto. Portanto, não pode estar na pauta algo que não existe.

Segunda parte da questão de ordem, Sr. Presidente: se foi votado o Substitutivo nº 1 na sessão matutina, conforme decisão da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, a votação só será concluída quando todos os destaques e emendas constantes da pauta forem apreciados. Portanto, na presente sessão deverão ser discutidas e votadas as emendas e os destaques apresentados ao Projeto de Resolução. Existe o Substitutivo nº 1, que foi aprovado. Existe o Substitutivo da Mesa. Existem as emendas e os destaques. Está é a matéria que tem de ser votada. No primeiro turno terão de ser votadas as emendas e os destaques e este processo deverá ter início imediatamente, porque essa é a matéria que regimentalmente está na pauta. Se a maioria que aprovou o Projeto de Resolução nº 1 na parte da manhã já se ausentou do plenário, pode-se dizer que essa maioria – e isto deve ficar bem claro perante a opinião pública – é tão eventual que, quatro horas após, não se encontra no recinto, e o Projeto de Resolução nº 1 não está aprovado, porque a decisão do Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente da

Constituinte, é clara: o projeto só será aprovado quando forem votados todos os destaques.

Portanto, Sr. Presidente, terminando minha questão de ordem, enfatizo que deverão ser apreciados imediatamente as emendas e os destaques oferecidos ao Projeto de Resolução. Esta votação não foi concluída, mas terá de processar-se a não ser que alguém peça a suspensão da votação. Não há requerimento na Mesa nesse sentido. Nada existe nesse sentido. Portanto, a Mesa tem de resolver o que vamos fazer agora, Sr. Presidente: discutir um projeto de resolução que não existe, porque ninguém o conhece, ou discutir as emendas e os destaques que existem. Eu mesmo tenho vários destaques e emendas ao Projeto de Resolução que, infelizmente, teve 290 votos a favor.

Sr. Presidente, quero uma solução para minha questão de ordem. Esse problema está angustiando muitos Constituintes aqui presentes, que desejam o prosseguimento dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Eminente Constituinte José Genoino, a Mesa considera procedente a questão de ordem suscinta por V. Ex.^a Na verdade, esta sessão foi convocada para discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, que altera o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte. Devo dizer a V. Ex.^a que a matéria consta da Ordem do Dia, que será subsequente ao horário, destinado ao Pequeno Expediente e às Comunicações de Lideranças.

Neste preciso momento, a Mesa da Assembléa Nacional Constituinte está reunida exatamente para examinar a matéria. Até o início da Ordem do Dia, ela será posta em discussão na Assembléa Nacional Constituinte, V. Ex.^a argüiu que o projeto foi aprovado com ressalva das emendas e destaques, e isso ficou bem explícito na indagação de V. Ex.^a ao Presidente Ulysses Guimarães. Esta é realidade. De modo que a Ordem do Dia iniciar-se-á como já afirmei, após esgotados os horários de pequeno Expediente e das Comunicações de Lideranças.

Creio que a Mesa respondeu à questão de ordem de V. Ex.^a.

O SR. SAMIR ACHÔA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB – RJ)
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, tenho manifestado há algum tempo minha preocupação quanto à segurança dos Srs. Constituintes para uma votação livre.

Tivemos, recentemente, em São Paulo, a votação de um projeto de lei que tratava do gatilho salarial de funcionários, que envolvia apenas uma categoria, a dos funcionários públicos estaduais, um Governador e uma causa. O espetáculo foi deprimente: Deputadas foram agredidas, gabinetes invadidos e formaram-se até corredores poloneses para agredir deputados. Isso, envolvendo apenas uma causa, um governador e uma categoria.

Mais de uma vez vimos neste plenário espetáculos deprimentes como este de hoje, inclusive

com a convivência passiva, ou até de apoio, por parte de parlamentares.

Tal fato denigre o Parlamento e prejudica a votação neste plenário de dispositivos polêmicos como a reforma agrária, a estabilidade e outros temas em que interesses conflitantes, mas legítimos, trarão a esta Casa e às suas cercanias até um milhão de pessoas.

Quero saber, Sr. Presidente, quais as providências – dentro do princípio democrático que não impeça o acesso do público a esta Casa – que estão sendo tomadas para a segurança de todos nós. Que fique registrada nos Anais desta Casa minha preocupação neste sentido, que é muito grande. Antejo dias terríveis para a segurança de uma votação, porque, realmente, a permanecer o exemplo que foi dado hoje nesta Casa por alguns, não teremos Constituição. Em hipótese alguma conseguiremos sequer chegar a este plenário. Esta é a advertência e á pedido que faço a V. Ex.^a Aguardo da Mesa uma resposta clara, para que todos saibam que poderemos aqui votar tranquilamente, de acordo com a nossa consciência, sem que haja agressão moral ou física a qualquer um dos parlamentares, jornalistas, funcionários e a todos aqueles que aqui estiverem.

Esta é a questão de ordem que formulo a V. Ex.^a, pedindo providências e explicações a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Antes da questão de ordem de V. Ex.^a, outra, no mesmo sentido, foi suscitada. A Mesa já prestou os esclarecimentos necessários a respeito do assunto. A questão de ordem de V. Ex.^a é correlata com a anterior, e a Mesa a considera prejudicada.

O SR. SAMIR ACHÔA: – Desconhecia o fato. Agradeço a V. Ex.^a a atenção e reitero minhas palavras.

O SR. PAULO RAMOS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ)
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, minha questão de ordem é sobre a votação feita hoje de manhã. Pergunto se é possível o escrutinador, em votação nominal, que deve ser feita por ordem alfabética, deixar de seguir essa ordem e colher o voto de um Constituinte cujo nome ainda não deveria ser chamado, posto que, pela chamada, de acordo com o Regimento, não seria sua vez?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Eminente Constituinte Paulo Ramos, V. Ex.^a não suscitou uma questão de ordem, mas formulou uma reclamação, e o fez também, oportunamente, na sessão anterior, obtendo do Presidente Ulysses Guimarães as providências cabíveis. Aquilo que pareceu um equívoco aos olhos de V. Ex.^a foi corrigido tempestivamente pela enérgica decisão do Presidente que se encontrava então à frente dos trabalhos, Constituinte Ulysses Guimarães.

O SR. VICTOR FACCIONI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS-RS)
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, sabe V. Ex.^a.

que sou daqueles Constituintes que têm procurado caracterizar-se pela abertura ao diálogo e ao entendimento. Tenho defendido aqui, inclusive, a importância e a necessidade do consenso. Por isso manifesto minha preocupação diante de atitudes agressivas e intimidatórias, tornadas contra a livre manifestação dos Constituintes, não só aquelas de que tivemos exemplo hoje pela manhã como também de outro tipo e outra ordem, como uma a que quero referir-me, a respeito de telex e telegramas que Constituintes do Rio Grande do Sul estão recebendo, que procuram denegrir e intimidar a ação dos Constituintes. Registro aqui resposta que estou enviando à CUT do Rio Grande do Sul, vazada nos seguintes termos:

"Devolvo o repúdio, por ser antidemocrático, grosseiro, fascistóide, inquisidor, além de mal educado e apócrifo, escondendo numa sigla quem sequer apõe seu nome na assinatura telex emitido do aparelho de um partido, o PT, que tem representação na Constituinte e espero respeite os demais constituintes como nós respeitamos os seus. Estou a propósito me dirigindo ao Presidente Nacional do PT, para indagar se é esse o respeito que deseja para si e para seus liderados. Democracia é diálogo, além do respeito, do direito de cada um apresentar suas propostas e suas razões, não se coadunando com o texto do telex que recebemos e devolvo a quem não tem o direito de agredir, julgar ou prejugar e a meus companheiros e negar o direito que os meus eleitores, representando o povo do Rio Grande do Sul, me deram de livre atuação na Constituinte, onde defendo os direitos dos trabalhadores e de todo o povo brasileiro sem demagogia, com objetividade e autenticidade. Espero que tal atitude, que repilo, não represente o tipo de regime da CUT e do PT, pois tenho ouvido alguns de seus líderes falar em democracia e o método agressivo intimidatório, repulsivo adotado não se coaduna com a democracia. Deputado federal Victor Faccione".

Era o registro que queria fazer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem levantada pelo Constituinte Victor Faccioni.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Constituinte Virgílio Guimarães, o nobre Constituinte Victor Faccioni pediu a palavra pela ordem, não o fez para uma questão de ordem.

O SR. VIRGILIO GUIMARÃES: – Mas tenho direito de contraditar o que foi levantado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.^a já falou.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES: – Eu levantei uma questão de ordem pertinente à retificação de Ata.

Agora, o Constituinte Victor Faccioni usou a palavra pela ordem, teceu comentários e expôs seus pontos de vista. Peço a palavra para contraditar, porque S. Ex.^a fez graves acusações ao nosso Partido, o PT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.^a terá a palavra para questão de ordem no momento em que passarmos ao horário das Comunicações de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se ao Pequeno Expediente. Concedo a palavra à nobre Constituinte Irma Passoni.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa pede desculpas a V. Ex.^a, mas já concedeu a palavra à nobre Constituinte Irma Passoni.

Antes de a nobre oradora iniciar seu pronunciamento, a Mesa informa ao Plenário que o Pequeno Expediente desta sessão está-se iniciando exatamente às 16h30min, é a partir de agora o seu tempo começa a ser contado.

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Sem revisão da oradora.): – Não entendi a explicação de V. Ex.^a, pois a sessão se inicia a partir da leitura da Ata, e não às 16h30min., com o Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Talvez V. Ex.^a não tenha entendido ou eu não me tenha feito entender. A Mesa informou que o Pequeno Expediente passa a ter início agora, com o pronunciamento de V. Ex.^a, e se encerrará às 17h.

A SRA. IRMA PASSONI: – Para não criar conflitos posteriores, a Mesa parece-me, precisaria baixar alguma ordem mais concreta com relação às inscrições para os Constituintes se pronunciarem no Pequeno Expediente, pois está acontecendo a bel-prazer, não se tem uma ordem, pode-se inscrever todos os dias, para todas as sessões. Como fica isso?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Esta sessão, nobre Constituinte, é extraordinária. De sorte que, atendendo a uma ponderação do eminentíssimo Constituinte Amaury Müller, não passamos a computar aquele interregno que existe de uma sessão ordinária para outra.

A SRA. IRMA PASSONI: – Portanto, não é seguido o Regimento Interno na questão do Pinga-Fogo.

Sr. Presidente, estamos num processo muito grave quanto à criação de um impasse político nacional que vem, a meu ver, em três frentes. Uma delas é a parlamentar, na Constituinte, para que não se vote o Projeto de Constituição e se façam ao Regimento emendas que impeçam a real participação de todos, igualmente, na Constituição. Esta posição é contrária ao princípio das assinaturas do "Centrão" como proposição inicial, e que foi deturpada efetivamente depois com a proposta do Constituinte Roberto Cardoso Alves.

Quero chamar a atenção dos colegas para o art. 27, § 1º, para contraditar a posição do Constituinte José Jorge, do Rio de Janeiro, que me corrigiu quando eu disse que sua proposta impedia votações reais. Hoje de manhã eu disse que

precisávamos votar sempre, todas as matérias, e não só a emenda do Projeto de Resolução.

Portanto, Sr. Presidente, o art. 27, § 1º, permite a aprovação de matérias sem votação. Está escrito aqui:

"Emendas aprovadas com base neste artigo até inicio da tomada de votos da respectiva matéria terão preferência, independentemente de votação, sobre todas as demais que ficarão prejudicadas com a sua aprovação, aplicando-lhes o rito previsto no § 4º do art. 64."

Portanto, eu repudio a palavra "leviana", que recebi da Mesa, hoje de manhã, quando me referi a esse artigo, que existe e faz parte da emenda do Centrão.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, o País enfrenta, como já disse, alguns impasses: um direcionado à Constituinte, outro direcionado à situação econômica que o povo vive no momento a nível nacional. As negociações da dívida externa realmente representam à submissão e o entreguismo nacional e somam-se aos desgovernos totais existentes nos Ministérios – e aqui cito especificamente o Ministério da Educação, onde se chegou até a alterar a assinatura do Ministro Jorge Bomhausen, em medidas tomadas em outubro deste ano. É lamentável que nenhum Ministério, hoje, tenha autoridade, especialmente o da Administração, que é administrado com vistas exclusivamente ao Rio Grande do Norte. Por outro lado, a desordem econômica, o leilão das verbas públicas que se faz hoje é vergonhoso. Ninguém está sendo tão beneficiado a nível de privilégios como o empresariado nacional, que hoje governa, que se mantém no Governo e mantém a desordem, como tentam manter a confusão desta Constituinte, com liberação de verbas. Por exemplo, hoje foi anunciado pela **Gazeta Mercantil** que o Finame libera 8 bilhões e 360 milhões de cruzados e que os empresários reconhecem que as tarifas urbanas melhoraram, e muito. Mas, além da tarifa de contribuição do usuário, o Governo lhes dá, a bel-prazer, um dinheiro imenso, à custa da nossa contribuição. E, lamentavelmente, não há qualquer melhora no transporte coletivo urbano do Brasil, apesar de imensas verbas que se gastam e privilégios vultosos que se concedem, com o dinheiro do contribuinte. Portanto, existe esse impasse.

O outro item, para completar, Sr. Presidente, diz respeito às processões que hoje se verificam ao gabinete do Ministro militar. Muitos vão lá conversar sobre a atual situação do País, mas outros pensam que esse é o momento da volta dos militares ao poder.

Nosso apelo é no sentido de que esta Constituinte avance, garanta os direitos dos trabalhadores, não os destrua, e que não sejam chamadas pessoas de Portugal para ensinarem no Brasil como se faz uma Constituição; pois a nossa realidade é uma, e a de Portugal é outra. Não devemos ter interferência, internacional nesta Constituinte. Precisamos repudiar isto.

Portanto, que esta Assembléia Constituinte avance nos seus trabalhos, que se aprovem e se garantam os direitos dos trabalhadores na Constituição, única forma de criarmos o equilíbrio nacional e a perspectiva de avanço desses direitos.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB)

– PE. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, foi lamentável, e até vergonhoso, o que presenciamos, na manhã de hoje, neste plenário, quando o jogo das palavras se sobrepôs à obrigação de cada Constituinte.

Foi triste constatar que alguns homens de passado comprometido estejam aliados a outros que estão traindo a confiança que lhes foi outorgada por milhares de brasileiros esperançosos. É lamentável que lobos vestidos com peles de cordeiros, acobertados pela sigla popular do PMDB, tenham assinado o manifesto de formação do famigerado "Centrão", como objetivo de torpedear os avanços conquistados pelo povo através do projeto aprovado na Comissão de Sistematização. É deprimente que figuras que receberam a missão de reformar este País adotem posicionamentos dignos dos integrantes da velha Arena e do carcomido PDS dos tempos da ditadura, dos tempos de João Figueiredo.

Com um comportamento ditado pelos interesses do capitalismo selvagem, alimentados pelo capim da UDR e pela rica fumaça das chaminés da União Brasileira de Empresários, conhecidas raposas políticas que aqui poluíam teimam em nadar contra a avassaladora maré popular que se antepõe às indignas manobras urdidas pela direita ultra conservadora que se organizou para derrubar as modestas conquistas até agora inseridas no projeto da futura Constituição brasileira.

Com que cara esses políticos do "Centrão" irão aparecer diante do povo neste momento crucial da vida brasileira? O cinismo tem seu limite na barreira da tolerância popular, e o recuo de alguns inocentes-úteis, que foram motivados pela UDR e pela UBE, demonstra que as bases políticas deste País não vão ficar caladas e paradas para ver em que vai dar e como vai ficar. Já começamos a ver alguns membros do "Centrão" explicando por que assinaram o documento e por que votaram. Mas esperamos que, a partir de agora, depois desta votação, desta vitória dos conservadores, possamos, ainda, enfrentar o povo brasileiro, dando continuidade aos trabalhos deste plenário.

Queremos fazer o seguinte apelo a alguns Constituintes que estão no "Centrão" e que não são totalmente contra o povo brasileiro: vamos tentar ou, pelo menos, dar continuidade ao trabalho das subcomissões, das comissões temáticas e da Comissão de Sistematização. Vamos fazer uma Carta Magna para os brasileiros e não uma constituição para a direita conservadora e para o capital selvagem, que sempre massacrou nosso povo.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs.

Constituintes, esperava que hoje vivêssemos aqui um grande momento e que através de acordo, de concessões recíprocas, de transigência mútua, se chegassem a um denominador comum, votando, acima de grupos, os supremos interesses da Nação brasileira. Mas, contristado, vejo que isso não foi possível. Acabou-se gerando um confronto que ninguém aproveitou. Creio que muitos daqueles que assinaram o documento propondo a reforma do Regimento Interno desejavam que ocorresse exatamente uma negociação, através da qual se encontrasse um caminho adequado

para os conflitos de opiniões que aqui se desenvolvem. Porém o radicalismo impossibilitou que se chegasse a isso. Mas espero ainda que esse documento e essa reforma hoje aprovada e à qual votei favoravelmente não sejam definitivos. Espero que isto seja apenas uma manifestação de força aqui dentro, para mostrar que uma grande maioria não se sujeita mais às regras arbitrárias e prepotentes nem ao domínio de meia dúzia de Constituintes que manipulam os trabalhos da Assembléia Constituinte. Alimento essa esperança e aproveito esta oportunidade, Sr. Presidente, para lembrar a V. Ex.^a uma proposta que fiz aqui, através de um projeto que encaminhei ao Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Tal proposta leva-me, cada dia mais, a acreditar que eu estava com a razão. Estamos chegando ao fim do ano e pelo menos uma grande parte dos Constituintes estão cansados, sobretudo aqueles que se dedicaram realmente aos trabalhos desta Casa, em especial na Comissão de Sistematização. Estamos vivendo um clima tenso. Não há ambiente sequer para negociar, neste momento, nesta Assembléia. Então, em nome do bom senso, da racionalidade e do bom trabalho que o povo brasileiro espera de nós, creio que é chegado o momento de se fazer uma parada na Assembléia Nacional Constituinte. Que se dê um recesso, Sr. Presidente, para que cada um medite, pense, dialogue com a sua base eleitoral e encontre-se com a sua consciência. Dessa feita, ao regressarmos, teríamos condições de, através de uma ampla negociação, chegar a soluções que realmente atendam aos interesses maiores daqueles que estão com os olhos voltados para esta Casa, ou seja, o povo brasileiro.

Peço, portanto, a V. Ex.^a, eminente Presidente Jorge Arbage – e pela quarta ou quinta vez faço este apelo – que minha proposta pelo menos seja posta em votação aqui, fixando prazos, estabelecendo um cronograma e dando certa racionalidade à nossa atividade, para que os trabalhos desta Casa cheguem a um final proveitoso para todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, hoje, pela manhã, verificaram-se aqui vários acontecimentos, que, de certa maneira, decorreram de uma falta de análise mais realista da conjuntura política em que vivemos. Não digo em virtude da agressão escrita, solicitada pelo líder de um partido, e concretizada por um daqueles indicados para fazer baderna no plenário. Esses episódios são menores. Todos sabemos que vários parlamentares têm sido usados como coordenadores de listas. Há até – e hoje os jornais noticiam esse fato – os "coordenadores de bumbum." Parece uma brincadeira, mas existem até "coordenadores de bumbum". Porém, não quero falar sobre isto, mas apenas sobre as esperanças que a Assembléia Nacional Constituinte, ao incluir nas suas normas formas de participação popular, acendeu em relação aos nossos trabalhos. O povo começou a depositar na Assembléia Nacional Constituinte muitas de suas esperanças, depois sepultadas com lágrimas enxutas, quando jogamos no beco comum as 12 milhõe e meio de assinaturas e as 122 emendas populares.

Agora, nesta nova etapa que vamos viver, a pergunta clássica é a seguinte: o que quer o "Centrão"? Quais são seus objetivos? Faço esta pergunta porque sei que, apesar desses líderes menores, os quais têm sido usados – os "coordenadores de bumbum" – há, no "Centrão", muita gente séria, como Afonso Arinos de Melo Franco, que um dia disse com muita propriedade: "Estou muito velho para votar contra os interesses dos trabalhadores". Há muitas pessoas que não acreditam que podem ser levadas por aqueles mesmos elementos que estão sempre dispostos a prestar serviço a qualquer governo, seja Arena, seja PDS, desde que seja Governo. São os eternos beneficiários das benesses governamentais.

Chamo a atenção de V. Ex.^{as} para o fato de que a Assembléia Nacional Constituinte despertou esperanças no povo, acendeu a expectativa de que realmente iríamos permitir uma participação popular. De repente, vem o "Centrão" dizer que isso não pode e aquilo pode. É o caso, por exemplo, da conquista de quarenta horas semanais, da estabilidade no emprego, da anistia geral e irrestrita.

Mas há muita gente no "Centrão" que não se limita a dar socos, a colher assinaturas, a fazer estatísticas, não se limita a essa atividade miúda, ou mesmo a esmurrar companheiros aqui; há muita gente no "Centrão" que está entendendo que um dia a História vai julgar-nos; há muita gente no "Centrão" que um dia vai entender por que suas lideranças principais ainda não mostraram as caras, e deixam para as lideranças menores essas atividades pouco recomendáveis, que desmerecem a Assembléia Nacional Constituinte. O soco dado na cara de um companheiro, hoje, foi dado na cara do próprio "Centrão"; foi dado na própria cara do Líder do PDS, que disse que o esforço físico era uma das medidas para conseguir objetivos nesta Casa.

Será que todos esses componentes do Centrão acreditam que podem esmagar os anseios legítimos de um povo oprimido e sofrido? Na verdade, Srs. Constituintes, pode-se dar murro, contratar aviões, distribuir estações de rádio, empregos, mas o tempo e a História são elementos inarredáveis, e hão de julgar os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte. Portanto – repito – acenderam-se as esperanças do povo e, de repente, as pessoas ficam assustadas, sendo lançadas às raias do desespero. E por quem? Precisamente por uma eventual maioria, que serve a companhias de navios, a latifúndios, a cartórios, e acha que pode modificar o curso da história.

Vamos prestar atenção, Sr. Presidente, na maneira como votaremos. É claro que o Centrão tem de se definir. Não pode dizer apenas "ganhamos". Isto não será possível. Doravante o povo saberá, Sr. Presidente, que isto é um ato de incompetência, que os chamados progressistas não tiveram ainda a capacidade de divulgar para o povo em geral o que está acontecendo nesta Casa.

O que quer o "Centrão"? É a pergunta que faremos, daqui por diante. Quer apenas votar, criar monarquias, principados de Petrópolis, ou quer realmente coisa séria para o povo brasileiro? É este o desafio que lançamos. O povo saberá como vamos comportar-nos.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as}

e Srs. Constituintes, hoje, como todos devem ter presenciado, ocorreram nas galerias fatos extraordinários e, do ponto de vista regimental, até mesmo algumas irregularidades.

É claro que o normal seria que das galerias partissem aplausos a esta Assembléia Nacional Constituinte. Quem não gostaria que dali, das mãos dos presentes, fossem atiradas pétalas de flores, para festejar o comportamento dos Constituintes, inteiramente afinados com seus discursos de palanque e também com as necessidades e aspirações do povo brasileiro?

No entanto, foi público e notório – todos perceberam, viram e sentiram – que das galerias partiram manifestações exatamente opostas a estas. Portanto, alguma coisa de extraordinário ocorreu. Foi um comportamento absurdo o dos companheiros trabalhadores, ali presentes. Refletiu um estado de espírito beligerante, gratuito e agressivo em relação aos Constituintes, ou foi tão-somente, o eco de um grito de indignação que, neste momento, percorre todo o País, contra a traição que parte da ala direita deste plenário. Ali, se encontram os que se equiparam a verdadeiras hienas sanguinárias do capitalismo. Há um bando inteiro delas, do lado direito do plenário, faminto, com seu apetite voltado para extrair do trabalhador a mais valia, bem como para destroçar a democracia. Foi isso o que dali partiu concretizando-se nessa postulação e votação fraudulenta da vontade popular, perpetrada pelo "Centrão". A causa primeira da manifestação foi o ataque e agressão aos trabalhadores e ao povo brasileiro, partida da ala da direita deste plenário. Nas galerias houve apenas uma manifestação, indignada e pequena, dos trabalhadores, diante do que aconteceu.

Além desse aspecto principal, houve também sérias atitudes provocativas. Vimos o que aconteceu no plenário, muito antes das vaias e apupos partidos das galerias. Foram agressões físicas, que vieram corroborar aquelas ameaças estampadas nas páginas dos jornais de hoje.

Daqui também partiram gestos obscenos, palavras de baixo calão e provocações dirigidas aos trabalhadores que se encontravam nas galerias, por parte da Liderança do PDS.

Esta é a causa, Sr. Presidente. Não é preciso aprofundarmo-nos em comissões de inquérito. Ela está estampada nos jornais. Está, neste momento, no peito do povo brasileiro, no seu sentimento de justa indignação, porque vê que foi traído.

Os parlamentares do PT e outros companheiros lá se encontravam para mostrar que continuam ao lado do povo, em suas posições ideológicas e até mesmo fisicamente. Inclusive – é bom que se diga, Sr. Presidente – os petistas ali estavam com o intuito de neutralizar a ação de possíveis provocadores do "Centrão", ou de seus capatazes, evitando, assim, agressões que seriam atribuídas aos trabalhadores presentes nas galerias.

Esta foi, a razão de nossa presença ali, Sr. Presidente. Inclusive, durante aqueles acontecimentos, fomos instados a ali permanecer por funcionários da Segurança da Casa, para observarmos o que acontecia e evitarmos as infiltrações e provocações dos capatazes do "Centrão", tínhamos também o objetivo de manter a calma entre os assistentes, haja vista a traição que daqui partiu. Diante de tamanha ignomínia, os apupos das galerias

podem ser comparados – quem sabe? – com suaves murmurios, ou até mesmo, diante do que foi feito pelo "Centrão", com carícias aos seus ouvidos.

O dinheiro lançado das galerias – dinheiro pequeno, miúdo, trocado, porque os trabalhadores não têm fortunas – representava apenas a preocupação de muitos: a eleição pelo poder econômico e o mandato direcionado ao atendimento daquilo que exigem o grande capital, os grupos econômicos nacionais e os instalados no exterior, o compromisso argentário das trinta moedas, representado aqui pelo "Centrão".

Por isso, registro nossa solidariedade aos trabalhadores presentes nas galerias, como também a todos aqueles que, neste momento, estão apenas representados nos merecidos apupos dirigidos ao "Centrão".

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes, antes de tudo, desejo prestar uma homenagem a um constituinte que teve a coragem de fazer uma palestra numa conferência, em Salvador, onde, de tantas frases, quero apenas ler a seguinte:

"O receio de enfrentar uma parcela da opinião pública, equivocadamente mantida por permanentes informações populistas e mentirosas, que acenam com o céu, quando semeiam o amargor do sofrimento."

Esse constituinte é o nobre Deputado Luís Roberto Ponte. Gostaria que esta página, publicada em **Zero Hora**, fizesse parte dos anais desta Casa. Mas, continuando, quero fazer referências aos incidentes a que assistimos aqui, na parte da manhã. Antes de tudo, quero trazer, desta tribuna, a solidariedade aos trabalhadores que aqui vieram, enganados pelos falsos líderes. Coitados dos trabalhadores! Justamente no momento em que mais precisam, têm de seguir lideranças que nunca ofereceram um emprego, que nunca procuraram melhorar sua situação, que os estão enganando! Minha solidariedade a esses trabalhadores. Foi lamentável o ocorrido na sessão de hoje de manhã. Pessoas incendiadas pelos próprios constituintes jogaram pedras em cima daqueles que pacificamente aqui votaram. Ora, Sr. Presidente votar é um direito que assiste aos Constituintes. Se somos a maioria, é porque foi esta a vontade popular, que nos elegeu através do voto. Não devemos nossa eleição àqueles selvagens, secos como um ramo que não têm mais seiva, que não conseguem mais derramar uma lágrima, cuja alma se evaporou, esses mesmos que aqui vieram pedir que o nome de Deus não constasse da nova Constituição. São essas pessoas que falam de direita, de extremismo e de burguesia. Ora, Sr. Presidente, chega um momento em que temos de desabafar e dizer o que realmente sentimos, não a título de sermos chamados de reacionários, O "Centrão" nada combinou. Todos são livres para votar. Se faço parte do "Centrão" é para que realmente consigamos avanços possíveis e concretos, que possam ser postos em prática, e não progressos abstratos e frios, de timbre ideológico, para transformação desta Pátria. Para esses grupos, quanto pior melhor. Eles só crescem em cima da miséria alheia.

Por isso, Sr. Presidente, de minha parte, como integrante do "Centrão", quero dizer que temos a melhor das intenções. Acredito que a grande maioria, pra não dizer todos, tem a melhor das intenções de nada tirar dos trabalhadores, mas sim de brindá-los com avanços merecidos, justos e possíveis, e de os colocarmos em prática.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

A CONSTITUIÇÃO QUE OS BRASILEIROS PRECISAM

Por ocasião do 48º Encontro Nacional da Indústria da Construção, realizado neste final de semana em Salvador, Bahia, o Deputado gaúcho Luis Roberto Ponte, na qualidade de Residente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC –, fez incisivo pronunciamento em relação à situação atual da construção civil e ao momento político nacional, especialmente no que diz respeito ao trabalho de elaboração da futura Constituição.

Em sua manifestação, o parlamentar e líder empresarial alertou para os graves riscos que ameaçam a sociedade brasileira em função das propostas demagógicas ou equivocadas contidas no projeto da Comissão de Sistematização da Constituinte.

A seguir, transcrevemos trechos da lúcida e corajosa manifestação de Luis Roberto Ponte:

A conjuntura setorial

Será, provavelmente, o nosso último encontro antes da promulgação da nova Constituição, e se realiza quando ainda temos a incerteza sobre o conteúdo final da mesma; as dúvidas quanto a uma competente conclusão da transição democrática; uma recessão na indústria da construção que se arrasta quase ininterruptamente por mais de cinco anos; um quadro de dificuldades político-sociais de difícil solução, sequer delineadas; um vazio de liderança que desperta a esperança de recuperação da confiança e do orgulho nacionais.

Das questões que diretamente intervêm no setor, certamente duas estarão voltando como núcleo dos debates. Já há vários encontros que elas se repetem, se não como primeira, como importante prioridade. Temos persistido, como é do nosso dever.

Uma delas é, precisamente, a reformulação do Sistema Financeiro de Habitação. Nossas teses, ao que parece, estão agora próximas de serem implementadas mais vigorosamente. Elas já vinham sendo consideradas, porém timidamente. Não as vamos analisar aqui. Não é hora. Apenas referir-me-ei a algumas:

– redução da taxa de juros reais, na aplicação, limitando-a a níveis compatíveis com o financiamento habitacional de longo prazo e com os custos tabelados de captação, fazendo-a redistribuidora de renda, através da sua redução com a diminuição do valor do financiamento;

– ampliação dos prazos, nos financiamentos acima de 2.500 OTN;

– sustação de todos os acréscimos colocados, nas prestações do futuro mutuário, para pagar os subsídios que o Governo indevidamente concedeu aos antigos mutuários, gerando o famoso rombo do Sistema, hoje estimado em quinhentos

bilhões de cruzados, cuja responsabilidade de pagar não deve a eles caber;

– redução do Coeficiente de Equivalência Salarial (CES) a um valor compatível com a inflação média previsível para períodos de vinte anos, e

– subsídios explícitos nas prestações das habitações destinadas a famílias com renda de até três salários mínimos.

– A conjugação destas medidas ensejaria a redução das prestações na ordem de 30% (trinta por cento) viabilizando novamente, a uma vasta camada da população, a aquisição da casa própria.

A outra pendência é a falta de correção monetária nos pagamentos atrasados, inclusive naqueles advindos da interrupção dos reajustamentos dos contratos de obras públicas no período do Plano Cruzado. Esta é, praticamente, a última deformação – e grave – existente na nova lei de reajuste, a cuja elaboração a CBIC deu importante contribuição, tendo ficado para solução futura, que agora penso estar por ocorrer.

Os Equívocos da Constituinte

Quis Deus, usando como instrumento o trabalho de tantos companheiros, que eu pudesse participar deste marco histórico da vida nacional. Temos juntos procurado dar a nossa parte, conforme as nossas limitações.

O projeto que será agora emendado e votado na Plenária, acaba de ficar pronto na Comissão de Sistematização. Foi feito com exaustivo, sério e bem intencionado trabalho, e contém excelentes idéias. É verdade que, no afã de corrigir toda injustiça, aborda assuntos típicos de legislação ordinária, e, o que é pior, possui alguns dispositivos que, se mantidos, trarão enormes complicações para a vida do País, e, contrariamente ao objetivado, manter-nos-ão mais tempo do que o necessário no obscurantismo da pobreza e do subdesenvolvimento.

Devo testemunhar que estes equívocos contêm grande mal, mas não contêm a maldade. São, antes, frutos da busca do bem, deformados pela ignorância sobre os processos, os fatores e a realidade da produção.

Rigorosamente, dois são os objetivos básicos que deveriam nortear os trabalhos dos constituintes, como, de resto, a ação de todo homem público:

– assegurar a liberdade a cada cidadão; e

– fazer com que cada pessoa tenha acesso real aos bens materiais indispensáveis à dignidade de sua vida.

No Brasil de hoje, a liberdade é uma constatação inquestionável. O reparo que se deve fazer é de que está excessiva, na medida em que alguns, dela abusando, restringem e mutilam a liberdade dos outros, porque a segurança e a justiça não se fazem presentes.

Esta é uma questão que haverá de merecer uma atenção especial na Constituição, mas a preocupação primordial dos constituintes deveria ser a de estabelecer, na futura Carta Magna, instrumentos que contribuam, decisivamente, para tornar disponíveis a cada brasileiro, os bens materiais a ele essenciais, o que vale dizer, a valorização da produção e do desenvolvimento pela via da livre competição e da economia de mercado. A preocupação, em suma, de construir uma Nação

livre e desenvolvida, na qual os frutos desse desenvolvimento sejam eqüitativamente compartilhados com todos. Eqüitativamente, repito. Não igualitariamente.

Em cada capítulo, artigo, item e dispositivo, deveria estar contido esse objetivo. Desde os que tratam da organização do Estado, àqueles que listam os direitos individuais; dos que estruturam o sistema de Governo, aos que regram a ordem econômica; dos que tratam da educação, aos que visam a conferir proteção e justiça.

As origens dos equívocos que o projeto contém – gravíssimos, embora pouco numerosos – estão em duas vertentes principais:

- o desconhecimento dos processos, dos fatores e dos mecanismos da produção, e das causas do subdesenvolvimento; e

- o receio de enfrentar uma parcela da opinião pública equivocadamente mantida por permanentes informações populistas e mentirosas que acenam com o céu, quando semeiam o amargor do sofrimento.

São o voto da ignorância e o voto das galerias. O primeiro, quase sempre bem intencionado, e o segundo, muitas vezes sem a noção real dos malefícios que causa ao novo que diz servir.

Querendo ou dizendo querer resolver os problemas da pobreza e da injustiça social, votam em dispositivos que, apostamente, laboram para a perpetuação da miséria.

Falta a percepção mínima de que o único rumo para superar o estado de carências em que está mergulhado o País é o aumento da produção, e, esta, só se dará com mais trabalhos e lucro que permita acumular capital produtivo.

Há, ao contrário, a convicção idiota de que a causa da miséria é exatamente a existência daquilo que unicamente poderá erradicá-la: a célula da produção – a empresa –, com seus dois componentes fundamentais, o trabalho e o lucro reinvestido, com os quais ela se pode desenvolver sadiamente e cumprir, com eficácia, o seu papel de substituir a miséria pela fartura.

É este o binômio que, num quadro de tanta indignidade social, deveria a Nação cultuar como instrumentos únicos que poderão acabar com a miséria do povo e implantar a justiça social tão reclamada por todos nós.

Crime contra os Pobres

Não construiremos os melhor dos mundos para nossos irmãos desamparados, determinando a redução da jornada de trabalho, a aposentadoria precoce, a proibição de trabalho em horas extras e manutenção de um exército de inúteis empregados sem trabalho, a ampliação de férias, o desestímulo à eficiência e à dedicação.

Quão grandes crimes contra a justiça aos marginalizados, aos subempregados, aos desempregados, aos pequenos assalariados, e em nome de seu bem, são praticados, inconscientemente, pelos que pugnam por:

- dar ensino público, pago pelo Governo, aos abastados;

- propiciar tratamento de saúde gratuito, aos ricos;

- conceder tempo reduzido de aposentadoria, para castas privilegiadas, como juízes, professores e engenheiros, os quais, ainda que trabalhando no conforto do ar condicionado, são considerados

como tendo condições do trabalho mais árduas do que um servente de obras ou um operador de máquina rodoviária;

- assegurar reserva de mercado que leve à perpetuação da ineficiência, e à manutenção de privilégios pagos, no fundo, pelos pobres, por uma visão xenófoba, obsoleta, que está na contramão da história;

- ampliar a dimensão e os tentáculos de um Estado iníquo, perdulário, autoritário e clientelista;

- garantir salários polpidos e pouco trabalho, a categorias beneficiadas pela influência de **lobbies** carregados de egoísmo, enquanto, a milhões, não é dado nem trabalho, nem salários dignos;

- mandar pagar a aposentadoria aos ricos pelos últimos salários, independentemente da contribuição, o que beneficia, às custas do pobre, os executivos mais bem remunerados do País.

Os Valores Necessários

Nestes tempos de tanto obscurantismo de idéias verdadeiramente justas e progressistas, vale a pena refletir sobre este trecho que contém verdades perenes, escrito por Abraham Lincoln, há mais de um século.

"Não criará a prosperidade, se desestimulares a poupança. Não fortalecerás os fracos, por enfraqueceres os fortes. Não ajudarás o assalariado se arruinaras aqueles que o paga. Não estimularás a fraternidade humana, se alimentares o ódio de classes. Não ajudarás os pobres, se eliminares os ricos. Não poderás criar estabilidade permanente, baseada em dinheiro emprestado. Não evitarás dificuldades, se gastares mais do que ganhas. Não fortalecerás a dignidade e o ânimo, se subtraíres ao homem a iniciativa e a liberdade. Não poderás ajudar aos homens de maneira permanente, se fizeres por eles aquilo que eles podem e devem fazer por si próprios".

Os caminhos para soerguer a terça parte da população brasileira que vive à margem das conquistas mais elementares da civilização, e configura uma nódoa infame incompatível com um País civilizado, passa pelo culto e difusão dos valores éticos da probidade, do trabalho do respeito ao próximo, mas inicia pela divulgação e pelo convencimento do povo do que realmente é justo, é conveniente e é bom para ele.

Democracia é regime de respeito às maiorias, e nela, não se governa contra a vontade do povo.

Tem-nos faltado capacidade para denunciar e desnudar, competentemente, os engodos populistas que levantam as massas contra si próprias, cientes de que se estão defendendo do mal. Hoje mesmo pululam, pelo Brasil, os painéis e as publicações para registrar os votos dos traidores do povo, precisamente daqueles que, sem disso tirarem nenhum proveito para si, tendo consciência de que perderão apoio popular e comprometerão seus apoios políticos, pelo bem do povo recusam-se a chancelar o embuste, o engodo, a mentira, o privilégio disfarçado, votando em medidas que na ingênuia aparência de

grande alcance social, voltam-se, sorrateira e invisivelmente, contra os pobres e a liberdade, e consagram a injustiça, o engano e a perfídia.

O Exemplo dos Responsáveis

Nada conseguiremos, porém, sem a proliferação dos exemplos, sobretudo dos que governam e dos que produzem. Destes, os que, podendo viver como nababos, despojam-se – mesmo sob o risco de serem denominados de avaros – da ostentação da suntuosidade, do esbanjamento, do luxo, do supérfluo, que tomam mais difícil, aos outros, a privação do essencial, para que a sua fortuna seja dirigida à população, e, por esta via, fique a serviço da comunidade, incorporando-se na guerra santa de promover a riqueza que elevará, à condição de dignidade, tantos irmãos abandonados.

Que Deus nos inspire para termos essa capacidade, e estarmos entre estes exemplos de amor e de solidariedade. Se assim for, não tenham dúvidas, seremos muito felizes. (Mandado publicar pela Associação Sul Rio grandense da Construção Civil – A firma do responsável está reconhecida na forma da lei.).

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tomamos conhecimento, nesta semana, de que está sendo processado o cadastro de 5 a 10 mil pessoas, que moravam nas vizinhanças das áreas contaminadas pelo acidente radiativo com o Césio 137, as quais serão depois submetidas a um estudo epidemiológico. O trabalho, com duração indefinida, visa a fazer o acompanhamento das pessoas contaminadas e será coordenado por técnicos e especialistas, sob a assessoria do médico Robert Gale, especialmente convidado, especialista em transplante de medula óssea e que assistiu às vítimas de Chernobyl.

Cientistas do mundo aguardam, com ansiedade, o fim do trabalho de descontaminação em Goiânia, que deve estar concluído até o dia 20, para analisar os dados, à luz de um seminário internacional.

Todos consideram que ainda é cedo para uma manifestação sobre os ensinamentos que tiraram do acidente, mesmo reconhecendo que foram muitos. O pessoal da CNEN, que está ou já esteve à frente da descontaminação de Goiânia, mostra-se surpreso com alguns dados de que já dispõe, principalmente no campo da medicina. Já morreram 4 pessoas e há outras 240 diretamente atingidas.

O assunto objeto do nosso retorno a esta tribuna faz ressurgir à consideração crítica do nosso tempo um trabalho versando sobre a deposição do lixo atômico em mina de sal-gema, elaborado com originalidade de observação e corajosa atitude, ao situar-se por vezes contra a corrente dominante da década passada.

O que não se pode acreditar, no entanto, é que todo o trabalho tenha sido encarado fria e displicentemente pelos "órgãos competentes", não obstante ter sido elaborado a custo de esforços e sacrifícios, quando deveria ter influído, o que infelizmente não ocorreu, no âmbito da área

"secreta" da política externa brasileira que existe em qualquer regime e país – mas que passava a exercer sobre a política do setor um poder que não poderia ser aceito sem se assinar uma sentença de morte e mesmo um atentado armado contra a vida, a integridade e o patrimônio de outrem.

Naquela época, nos círculos partidários do Governo de Bonn e no plano nacional alemão, as opiniões se desenvolviam contra novas construções nucleares ou até mesmo no sentido de uma total renúncia à energia nuclear, de políticos proeminentes como Willy Brandt do SPD, de outros menos proeminentes – à época – como Helmut Kohl e Franz Josef Strauss, respectivamente do CDU e do CSU. O *leit-motiv* das discussões era, em verdade, a recusa política do Governador da Baixa Saxônia, Ernest Albrecht, ao projeto de construção de um depósito de lixo atômico no seu Estado, em Gorleben, cidadezinha do Baixo Elbe, cerca de três a quatro quilômetros da fronteira com a Alemanha Oriental. O Governo da Baixa Saxônia sugeriu ao Governo de Bonn mudança do conceito original no projeto de lixo atômico, alegando que ele continha riscos em potencial. Segundo seus estudos, "a segurança de tais instalações não deve depender nem da precisão humana nem do funcionamento da aparelhagem técnica, mas devem ser seguras em si". (*sic*)

O fato marcava uma mudança nos conceitos sobre o futuro da energia nuclear na Alemanha Ocidental e nele estariam implícitos não só o desenvolvimento, mas a garantia de empregos e, também, a ajuda ao Terceiro Mundo, sobretudo ao Brasil.

Paradoxalmente, andávamos, àquela época, envolvidos pelo entusiasmo contagiano do "milagre brasileiro", a ponto de não nos permitirmos uma visão sensata do problema, nem sequer tomarmos conhecimentos do que estava sendo discutido e executado, com grande realismo, no País, aonde fomos aportar quixoticamente para comprar o pacote de usinas nucleares – autênticos cavalos de Tróia – que, na amostragem de Goiânia, não deixa de se constituir em fonte de descrédito político para o nosso povo e de desmoralização para o nosso Governo.

Não se deve construir um cenário aterrador em torno do acidente radiativo de Goiânia, mas não se deve esquecer que se trata de lixo atômico e, consequentemente, tem o mesmo *input* que uma hecatombe.

Não se deve comodamente esperar as decisões judiciais, porque estas passariam a ser, no atual contexto, consideradas como de cunho político e precisariam ser combatidas, em vez de aceitas como decisões legais.

O Poder Constituinte é que deve interferir, na busca da verdade, embora incomodando e perturbando o equilíbrio de forças que agem sobre o assunto, pois estas têm muito mais efeito do que a simples aplicação da lei. É, por isto, uma lição irretocável de prática democrática o trabalho do Prof. João de Deus de Oliveira, da Fundação Tobias Barreto – pródromo de uma renovação filosófica; moral e científica – que, embora não tenha exercido influência bem mais ampla no seu tempo, mas, ao contrário, tenha sofrido os desgastes que atingiram nossos pesquisadores e posto no esquecimento, inclusive demitido do trabalho, coloca-se como pensador do quilate dos que

melhor estudaram o assunto, como uma contribuição pessoal que deve ser reparada com justiça.

Prestamos, assim, com a leitura deste trabalho, no seu capítulo sobre o depósito de lixo atômico na antiga mina de sal de Asse, na Alemanha Ocidental, numa análise de todas as questões técnicas da deposição de resíduos radiativos, ampla satisfação à necessidade ética, que é inseparável de qualquer opinião pública.

A PESQUISA E A TECNOLOGIA DO LIXO ATÔMICO

O Instituto de Deposição Profunda, Asse/Remlingen da Sociedade de Irradiação e Pesquisa Ambiental, tem examinado a antiga mina de sal de Asse, na RFA, todas as questões da deposição de resíduos radiativos.

Asse é uma cadeia de montanhas de oito quilômetros de comprimento. Antigamente, era uma planície. Hoje, é uma grande montanha de sal, que comece cerca de 269 metros sob as camadas superiores de terra e pedra e chega até uma profundidade de 1.500 metros. Ali não se esperam mais modificações geológicas. As montanhas de cobertura sobre as costas salgadas evitam a circulação da água subterrânea. Os depósitos são completamente secos.

Como nas montanhas salinas não se formam abismos ou fendas, o sal de pedra, com cerca de 200 milhões de idade, é também uma parede impenetrável à radiatividade. Além disso, ela conduz o calor e, finalmente, ali podem ser configurados espaços vazios, grandes e resistentes, nos quais os resíduos são depositados.

Já desde 1965, ali se pesquisa como lixo radiativo pode ser depositado. Numa profundidade entre 490 e 750 metros, o lixo pode ser "escondido" em mais de 140 cavernas artificiais, com um volume total de quase 4 milhões de metros cúbicos. Essas câmaras têm 60 metros de comprimento, 40 metros de largura e 15 metros de altura. Entre câmaras situadas umas ao lado das outras, foram deixadas colunas de 12,5 metros de largura. Câmaras, que estão situadas umas sobre as outras, são separadas por vigas de 6 metros de espessura. Ali podem ser coletados resíduos radiativos até o ano 2000.

Asse é a estação final de resíduos radiativos da República Federal da Alemanha. Ali são depositados os resíduos, pouco, meio e altamente radiativos, no sal. Também os materiais pouco ativos – resíduos de laboratórios, vestimenta, cinza radiativa e filtro de ar de instalações nucleares – são observados cuidadosamente no seu caminho para as profundezas. Ali são suficientes tonéis de aço, controlados várias vezes, para que se verifique se também são suficientemente impermeáveis, antes que sejam postos no elevador, que os leva até o fundo. Resíduos meio ativos, semelhantes aos poucos ativos em sua qualidade, podem ser transportados somente num reservatório protetor adicional, por causa de sua radiatividade elevada. Eles são transportados com o reservatório para a galeria a 490 metros de profundidade, na câmara de carregamento, na qual os reservatórios protetores são esvaziados sobre um poço resistente à irradiação, de modo que os tonéis podem ser baixados e depositados por meio de um cabo para a galeria fechada a 511 m. As operações na câmara de depósitos podem ser obser-

vadas através de um monitor de televisão e pela janela de vidro de chumbo, disposta no muro protetor de irradiações.

No Centro de Pesquisa Atômica de Karlsruhe, técnicos altamente qualificados ocupam-se de abrandar o lixo radiativo. Em salas quentes, resíduos, pouco e meio ativos são preparados para o embalamento. Peças muito grandes precisam ser trituradas, fluidos precisam ser solidificados, através de vaporização em cimento ou asfalto. Atrás de paredes protetoras espessas, o lixo é deposito, então, em tonéis de 200 litros, que, segundo o grau de radiatividade, recebem, ainda, um outro revestimento protetor. Também os reservatórios, nos quais os tonéis são transportados, são examinados quanto à irradiação.

Já há treze anos, os "lixeiros" do Centro de Pesquisa Atômicas de Karlsruhe se ocupam com o lixo radiativo e nenhum deles sofreu, até agora, qualquer enfermidade resultante de materiais radiativos. Na região dos primeiros depósitos finais para lixo radiativo, na República Federal da Alemanha, também o ar não é distinto das outras regiões: um aumento de radiatividade não foi observado até agora.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Mauro Sampaio, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr.ª Benedita da Silva, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Carlos Vinagre. (Pausa.)

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes a Comissão de Financiamento da Produção vem desempenhando importantíssimo papel para o desenvolvimento da agricultura brasileira, principalmente quando tem sob sua responsabilidade o gerenciamento e a movimentação de cerca de vinte milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Entretanto, o tratamento dispensado aos seus competentes servidores não corresponde àquela importância e ao seu desempenho, até hoje inatendidas as reivindicações levadas ao conhecimento do SEST-CISEE, que há cerca de noventa dias tomou conhecimento, sem qualquer solução, dos pleitos de acordo coletivo de trabalho, tanto mais procedentes quando se trata de empresa superavitária que, neste ano, com apenas setecentos e cinqüenta funcionários em todo o País, administrou a contento uma safra agrícola de mais de sessenta e três milhões de toneladas de grãos.

Decerto a direção da empresa reconhece a procedência das reivindicações, apoio-as, conforme consta de ofício encaminhado ao Secretário Executivo do Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais, no dia 2 de outubro, reiteradas as seguintes reivindicações:

- concessão de produtividade de cinco por cento;
- reposição da inflação de junho, estimada em vinte e seis por cento;
- resarcimento do adiantamento de férias em oito parcelas iguais, mensais e sucessivas, sem juros e correção monetária;

– incorporação do pessoal da área de informática ao quadro da CFP;
– implantação de um sistema opcional de remuneração dos cargos comissionados, nos termos de proposta anterior da CFP ao Conselho;

– licença prêmio de noventa dias, a partir do décimo ano de efetivo exercício na empresa, reiterada a cada quinquênio posterior.

Dante da intransigência da SEST/CISEE, no desatendimento a esses pleitos, embora tenha atendido a pedidos anteriores de outras estatais, muito mais onerosos, encaminhamos a justa reivindicação ao Ministro Almir Pazzianoto, plenamente seguros de que S. Ex.^a fará justiça aos laboriosos e eficientes servidores da Comissão de Financiamento da Produção, a cujo excelente desempenho muito deve a produção agrícola brasileira.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, muito me honra solicitar a palavra para inserir nos Anais dos nossos trabalhos o artigo "Oração é Luta", de autoria do Cônego Ápio Campos, publicado no Jornal O Liberal edição de terça-feira última, editado em Belém, Capital do Estado do Pará.

O tema do artigo se adequa ao realismo da atualidade. Com efeito, a Igreja de Cristo, ao cumprir o papel da opção pelos pobres, em consonância com a orientação do Papa João Paulo II, tem sido vítima da incompreensão, sofrendo acusações até mesmo levianas e agressivas, tais como as narradas pelo sacerdote que subscreve a matéria.

Requeiro, portanto, que a transcrição se faça na íntegra, com o acréscimo de que dou apoio formal ao referido artigo, por considerá-lo sério, oportuno e sobretudo necessário de tornar-se perene na história política e parlamentar do nosso País.

Trago ainda outro assunto, Sr. Presidente.

Não se escreve uma Constituição sob o impacto da emoção ou da violência. E ainda que assim aconteça, tanto o País como a Nação estarão fadados a mergulhar no abismo inexorável que advirá, não importa o tempo de espera.

A Assembléia Nacional Constituinte, que se instalou sob o signo da esperança do povo brasileiro, sofre grave ameaça de perder o pouco da credibilidade que ainda resta, caso não assumam os seus membros a postura indispensável que lhes permita romper os grilhões dos impasses criados com a proposta de reforma do Regimento Interno, para chegar-se ao debate plenário e votar-se o produto final da futura Constituição do Brasil.

Os espetáculos a que assistimos não recomendam um bom perfil da representação política nesta augusta Assembléia do Povo. Embevecidos pela falsa beleza do radicalismo ortodoxo, que a nada leva, muito menos dignifica, estamos jogando fora a única oportunidade de projetarmos nossos conceitos como legisladores constituintes capazes de produzir uma Carta Fundamental em consonância com os anseios reclamados pela sociedade contemporânea.

Caso não seja possível uma modificação de comportamento, e a persistir o que aí está em plena efervescência, somos forçados a reconhe-

cer que há muito pouco, ou nada, que o Brasil possa esperar da Assembléia Nacional Constituinte.

Que Deus nos corrija o exacerbamento indesejável para este momento histórico e grave da vida brasileira, fazendo-nos compreender a importância do diálogo como mediador entre a razão e a verdade.

Era o que tínhamos a dizer.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

ORAÇÃO É LUTA

Mais uma vez, no ciclo litúrgico da Igreja, as cenas sinistras que as profecias escatológicas anunciam para o fim dos tempos e que povoam o ocaso do ano cristão vão cedendo lugar, num esmaecimento das cores tenebrosas, ao surgimento de uma luz viva e dominante, que transformará a noite numa aurora de Esperança. Já é hora de despertarmos do sono e assumirmos de novo a tarefa da luta: o sono é irmão da morte, assim como a luz é irmã da vida.

O anúncio do Advento não se restringe a uma repetição do calendário para a preparação das festas natalícias do Cristo – que veio. E muito mais um forte apelo à renovação de nossa fé – por certo combalida e indecisa diante das perplexidades de nossos dias e dos graves problemas que nos afligem para proclamarmos – com nossos gestos de participação e compromisso – que o Cristo virá.

Haverá pessoas – e até mesmo cristãos – que se alegrarão com o fato de a Igreja refugiar-se nessas escatologias sombrias mas empalidecidas diante de ameaças remotas que, embora catastróficas, ficam muito aquém das realidades presentes, que nos agredem em sua cotidianidade, envolvendo-nos com as consequências de uma inflação incontrolável e com os desacertos de uma política econômica diante da qual só podemos ter uma certeza: a da incompetência da tecnologia delirante e da insensibilidade selvagem das estruturas que estrangulam o povo. E os inimigos do povo ficariam extremamente satisfeitos se a Igreja, dentro desse turbilhão de desespero, se pusesse incoerentemente a cantar salmos para alimentar uma Esperança que cairá do céu como um milagre improvável.

Quando o Senhor nos impõe, no Pai Nossa, que expressemos o nosso desejo de que o reino venha, não determinou que o pedíssemos de graça, e depois disso nos sentássemos para esperá-lo. Se somos nós que desejamos a sua chegada, seria irrisório esperarmos resignadamente que o Senhor corra ao nosso encontro para no-lo entregar embrulhado em papel de presente. Nós o queremos! Então que temos feito para apressá-lo? A visão de uma Igreja como comunidade puramente orante e não militante contraria as mais profundas raízes bíblicas de nossa fé. Os salmos nos apresentam Javé como um guerreiro que toma sua arma e vem lutar ao lado de seu povo. E a oração de Moisés – protótipo da oração cristã de todos os tempos – era o estímulo para que o Senhor não abandonasse o campo de batalha. Enquanto tinha ele os braços erguidos, o povo de Israel ganhava a luta; mas quando, cansado, ele insensivelmente baixava os braços, a vitória sorria para os inimigos. Foi então necessário que dois companheiros, um de cada lado, viessem

amparar seus braços, para que a sua oração pudesse, por assim dizer, conservar Deus envolvido na refrega, até a vitória final.

Seria alienante formular votos de boas festas e feliz ano-novo, em nome do Natal do Senhor, se nada fizermos – com nossos atos, com nossas palavras, com nossa luta – para que um traço de festividade possa atravessar, como um arco-íris, os céus de nossa pátria. O ano novo só será feliz se entendermos que a felicidade deve ser construída com as nossas mãos, que são a nossa oração artesanal e criativa.

É dever da Igreja, embora expondo-se à incompreensão e às acusações de seus inimigos, participar do esforço comum para assegurar que a nova Constituição, apesar de todas as sinuosidades que marcaram a sua trajetória, seja pelo menos o grande presente de Natal que a chamada transição democrática entregará ao povo brasileiro. Se nela as minorias oprimidas e marginalizadas – índios, negros, aspirantes a um pedaço de terra, bôias-frias, etc. – puderem vislumbrar um raio de Justiça, então o Advento há de brilhar como a estrela do Natal.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é do conhecimento geral que o Nordeste brasileiro atravessa mais um ano de secas, em face da concentração de chuvas num período muito curto, com pouca produção agrícola. Outrossim a assistência proporcionada pelos programas de emergência executados pelos governos estaduais tem sido, de modo geral, muito precária, havendo grande quantidade de nordestinos desempregados, passando fome e até mesmo sede.

Infelizmente, além dos graves problemas sociais dos agricultores nordestinos, os proprietários rurais da região vivem também momento de grande dificuldade, pois, além da pouca produção, houve crescimento insuficiente das pastagens e falta d'água, ocorrendo no momento grande mortandade dos rebanhos.

Assim, grande maioria de proprietários rurais do Nordeste, por falta de condições financeiras, deixou de pagar o ITR – Imposto Territorial Rural – referente ao corrente exercício, havendo necessidade de uma anistia por parte do Governo Federal.

Vale salientar que no nosso Código Tributário a moratória, a anistia e a remissão perdem o caráter paternalista e passaram a ser institutos que visam a atender casos específicos de dificuldades sociais, econômicas e financeiras.

O art. 172 do Código Tributário Brasileiro estabelece os casos em que a remissão pode ser concedida, na maioria dos quais sendo característico do episódio que enfocamos. Vejamos:

"Art. 172. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I – a situação econômica do sujeito passivo;

II – ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III – à diminuta importância do crédito tributário;

IV – à consideração de eqüidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

V – às condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante."

A situação econômica do sujeito passivo, no caso o produtor rural do Nordeste, é por demais conhecida por todos. Ele não está em condições de fazer pagamentos, em consequência dos graves prejuízos provocados pela seca do corrente ano, diante da concentração de chuvas num período muito curto.

Assim sendo, solicitamos ao Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Jader Barbalho, isenção das contribuições do ITR, no corrente ano, para os produtores rurais do Nordestes, atingidos pela calamidade.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Inocêncio Oliveira a Sr.^a Benedita da Silva, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Constituinte Paulo Macarini. (Pausa.)

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, nesta injustificada agressão ao Projeto Cabral, afirmando-se que a Assembléa Nacional Constituinte tem vocação estatizante, é oportuno ressaltar que o desempenho de algumas empresas pertencentes ao Governo Federal tem sido altamente significativo e superavitário.

Quero referir-me à Cobal, que já é a maior empresa em vendas no ramo atacadista, em todo o País.

Especialmente em Santa Catarina, graças ao trabalho do superintendente Ênio Geraldo Nogara e de seus abnegados auxiliares, somente em programas próprios, a Cobal vendeu Cz\$ 28,8 milhões em setembro, contra Cz\$ 25,9 milhões em agosto, apresentando crescimento de 4,71% e mantendo o 18º lugar. Incluindo os programas especiais, o faturamento subiu para Cz\$ 85,6 milhões em setembro, contra Cz\$ 28,8 milhões em agosto. Com o crescimento de 180,26%, saiu da 19ª para a 12ª posição.

Em rentabilidade, Santa Catarina desfruta o 11º lugar, com Cz\$ 4,6 milhões de lucro.

Mas devo registrar também a preocupação com as sucursais do Amazonas, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo e Paraíba, que apresentam déficits operacionais e que estão a merecer melhor atenção da diretoria da Cobal e do Ministério da Agricultura para corrigir as distorções e apresentar resultado superavitário.

Finalmente, a manutenção e o engrandecimento da Cobal representa um poder moderador, para que gêneros de primeira necessidade sejam colocados na mesa do trabalhador, a preços e em condições compatíveis com o poder aquisitivo da classe obreira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Deputados, considerando os rumos tomados pela Assembléia Nacio-

nal Constituinte, da qual tenho a honra de fazer parte, e analisando o texto aprovado pela Comissão de Sistematização, creio termos chegado a uma situação que requer definição e coerência.

Definição é a palavra-chave para o Executivo, que tem sua ultima oportunidade para, longe de qualquer compromisso com partidos políticos, apresentar um programa administrativo e econômico capaz de salvar o Brasil da desorganização e do caos em que se encontra:

O Presidente Sarney inúmeras vezes atribuiu sua dificuldade para governar e para decidir aos compromissos políticos; freqüentemente conflitantes, que o imobilizavam. Agora, quando a redução do mandato o livrou desses compromissos, é o momento para a apresentação pelo Governo de um novo programa econômico que seja viável.

É preciso aplicá-lo sem perda de tempo, inclusive com severos cortes nos gastos públicos, capazes de reduzir a pressão sobre as taxas de juros, decorrentes do endividamento interno. Com a redução dos custos do financiamento será possível retomar o crescimento econômico e acelerar o ritmo de investimentos da iniciativa privada.

A limitação nos gastos do Governo e o fechamento das estatais improdutivas e deficitárias pelo Executivo independem de aprovação do Congresso Nacional e, portanto, poderão ser alcançados por intermédio da ação do Presidente e da liderança. Só com essas medidas saneadoras o Presidente Sarney poderá reabilitar-se perante a História do País, deixando um legado de austeridade como exemplo a ser seguido pelas futuras administrações, e ao mesmo tempo evitando uma crise de estagnação com hiperinflação, capaz de tomar inviável a transição democrática.

No inicio deste pronunciamento fiz referência ao termo coerência. Essa é a palavra de ordem para nós, Constituintes. Não é possível realizar eleições presidenciais no próximo ano sem que se realizem, ao mesmo tempo, eleições gerais para todos os níveis. Só abrindo mão de nossos mandatos será possível ao futuro Chefe da Nação governar contando com o apoio daqueles que com ele foram eleitos, num momento de renovação política. Se, em nome da Nação, reduzimos em dois anos o mandato do Presidente da República, podemos fazer o mesmo sacrifício.

Caso contrário, estaremos repetindo os erros atuais, condenando o futuro Presidente à prisão numa gaiola de ouro, a uma maioria forjada no engodo e na demagogia do Plano Cruzado, um sonho patrocinado pelo PMDB que se desfez no dia seguinte às eleições de quinze de novembro e se transformou no pesadelo em que hoje vivemos. O congelamento de preços nos manipulou nas urnas e nos ludibriou a todos.

Pesquisa realizada pelo Ibope e publicada pelo jornal *O Globo*, em dezessete de novembro passado, revela que sessenta e quatro por cento dos eleitores do Grande Rio e das regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte repudiam a Constituinte, considerando seu desempenho ruim ou péssimo, e quarenta e cinco por cento deles não votariam nos mesmos candidatos escolhidos em 1988.

Para que sejamos lembrados pela correção e honestidade, e considerando que, como tantos têm dito da tribuna, os interesses da Nação estão acima de qualquer interesse pessoal, faz-se necessário que nos decidamos por eleições gerais em

todos os níveis de Vereador a Presidente da República. Precisamos restaurar a credibilidade no Poder Legislativo, e para isso é imprescindível que sacrificemos nosso mandato parlamentar, cuja legitimidade está ligada à legitimidade do mandato presidencial.

Em nome da coerência, devemos também convocar um plebiscito para definir o sistema de governo. Muitos, em defesa do parlamentarismo, alegam que os membros da Constituinte são legítimos representantes da vontade de seus eleitores e, como tal, refletem o pensamento e o desejo da Nação. Não há por que não nos certificarmos disso e não convocarmos um plebiscito para referendar essa decisão. Afinal, uma mudança política dessa magnitude requer confirmação por meio do voto popular.

Contra o plebiscito outros argumentam que o povo não tem competência para julgar o melhor sistema de governo para o seu País. Se o eleitor não sabe votar, todo o sistema de representação política se torna inviável no Brasil, e nossos mandatos parlamentares estarão irremediavelmente comprometidos.

Eu acredito no voto e na capacidade de discernimento do eleitor brasileiro, e acredito no bom senso e no altruísmo daqueles que formam a Assembléa Nacional Constituinte. Eleições gerais, portanto, para 1988, e plebiscito para definir, sem receio de equívocos, se a vocação da Nação é parlamentarista ou presidencialista.

ANEXO AO DISCURSO DO SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS:

Procede-se às seguintes alterações no Título IX – Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias – do Projeto de Constituição:

I – Dê-se a seguinte redação ao art. 4º:

"Art. 4º As eleições para Presidente da República, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Governadores, Prefeitos e Vereadores, realizar-se-ão no dia 15 de novembro de 1988, devendo a posse dos eleitos ocorrer no dia 1º de janeiro de 1989 permitida a reeleição.

§ 1º Na mesma data do pleito de que trata este artigo, o Tribunal Superior Eleitoral realizará plebiscito para os eleitores decidirem sobre a forma de governo, se presidencialista ou parlamentarista.

§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará as eleições e o plebiscito de que trata este artigo."

O SR. HÉLIO ROSAS (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, após muito meditar, não tenho outras palavras para iniciar esta exposição, que não a reafirmação de meu espírito democrático, por formação e convicção. Felizmente, digo com firmeza, vivemos hoje todo um processo de germinação democrática. Ainda estamos nos pródomos de democracia que buscamos.

A bem da verdade, desde 15 de novembro de 1889, quando caiu a Monarquia, só vivemos 19 anos de democracia. Esse curto período, abrangendo de 1945, com a deposição de Getúlio Vargas, a 1964, quando o Presidente João Goulart foi deposto pelo golpe militar, deu-nos demons-

trações sobrejas de que a conquista da liberdade advém da ânsia e da busca de todo povo. Quando isso não aconteceu – e a História está aí – governo e povo estiveram divorciados. Nesse oásis de liberalismo tivemos: em 1945, Eurico Dutra; em 1950, Getúlio Vargas (eleito); em 1955, Juscelino Kubitschek, e de 1960 – com o interregno de Jânio da Silva Quadros, que governou sete meses e tentou um golpe, o qual, não dando certo, virou "renúncia"... até 1964, com Goulart, deposto pelo golpe militar.

Iniciei-me nas lides políticas na década de 50, elegendo-me Vereador em Assis, cidade localizada em região de muito trabalho, que, na época, era o distante sertão por onde avançava o horizonte agrícola de São Paulo e de cujo povo fiquei grande devedor. Desde então, assumi um compromisso tácito com a democracia. Exerci vários mandatos sucessivos, eleito sempre com votações expressivas, tendo pautado meu trabalho pelo cumprimento expresso dos compromissos de campanha. Acredito não ter enganado meus eleitores, de vez que dá conta da minha atuação uma extensa folha de realizações. Esta, aliás, é a tônica de meu trabalho parlamentar, pois, faço do diálogo constante com os mais diversos segmentos de meu eleitorado minha profissão de fé.

Homem de origem humilde, nascido no interior, às margens de rio que não pára nunca, entre duas serras que apontam para o alto, emoldurando a minha Pindamonhangaba, do Vale do Paranaíba, ainda continuo simples, de tal forma que, do que aprendi e continuo aprendendo, muito do que sei devo-o à sabedoria popular. Ainda na infância, ouvia dizer que a única coisa que se começa de cima é buraco na terra. Tudo o mais deve ser feito de baixo para cima, com muito trabalho. Essa, certamente, foi minha primeira lição de democracia.

Perfendo a uma geração sofrida que, tendo vivido os únicos e fugazes 19 anos de liberalismo, aprendeu, sentindo na própria carne, que a característica mais visível dos governos ditatoriais é o poder centralizado. Tomemos o exemplo recente dos governos militares: autoritarismo por excelência. Os poderes Legislativo e Judiciário foram, praticamente, desativados, enquanto o Governo detinha o controle total da situação. As questões maiores, de interesse da Nação, ficaram sob a guarda e foram decididas por um número ínfimo de pessoas. O resultado: o autoritarismo, a centralização, propiciaram as grandes oportunidades de corrupção. E não havia como fiscalizar ou controlar o Governo.

A rigor, o peso de uma tradição histórica é que dificulta a passagem do autoritarismo para a Democracia, tornando-a um processo lento, contraditório e complexo. Então, em sendo a centralização um **status quo**, as variantes dão-se pelos vais-e-vens das posições dos grupos dominados, que governam, alternando o centralismo total – predominante – e o liberalismo.

Esses períodos de maior autonomia têm sido tragicamente curtos. Mas vejam que sintomático, sempre precedidos de grandes movimentos político-sociais! E é nessa efervescência que o povo exerce sua vocação democrática, aprendendo o que é e como deve ser a liberdade.

O período que vivemos é profundamente diferente do anterior, pelo menos na sua concepção, embora permaneçam as estruturas. Não ocorreram mudanças radicais. Estamos em plena transição. E ela pede paciência, lucidez e consciência do significado de cada momento. A Assembléa Nacional Constituinte é o grande agente renovador.

Nesse ponto, em vista da fase em que os trabalhos se encontram e considerando-se suas repercussões em parcelas significativas da população – que têm o direito de se manifestar, pois nos elegeu e tem até o dever de fiscalizar nosso desempenho – uma reflexão se nos impõe: estamos servindo ao interesse nacional ou desviamo-nos, ainda que de boa fé, dos ideais postulados pela maioria de nós, juntamente com o saudoso Presidente Tancredo Neves?

Como não perco contato com minhas bases eleitorais, procuro avaliar suas expectativas e procuro conduzir-me não só com a lisura que me é peculiar, mas com a transparência que deve ser proverbial em todo parlamentar, mormente o eleito pelo voto popular.

E o que está acontecendo? O descrédito do povo está atingindo níveis incômodos. Companheiros, ocorre-me citar um soneto do poeta Antônio Lapate Netto. Chama-se "O candidato indicado":

"Um dia, o Caranguejo é procurado formando-se, entre os bichos, comissão pra atender a intenção do eleitorado que, há muito, lhe conhece a vocação... infenso às honrarias, já espantado, quis, logo, lhes toda intenção que levou a fauna atê-lo procurado, pois que nada entendia de eleição! Tem do político um real carisma; é ridículo e vive de sofisma, além de muito enrolado – alguém exclama: seu rastejar grotesco o credencia diz-lhe outro – pois que a tal democracia congrega até os que provêm da lama..."

Os mais conscientes dentre nós, se não todos, devemos preservar e, mais honrar não apenas o próprio mandato, mas principalmente nossa legitimidade. E isso começa com o cumprimento dos compromissos da campanha eleitoral, concretizando-se no trabalho nesta Casa, ou seja, pela autenticidade de nossas propostas.

Relembro que, nas seis vezes em que ocupei o horário eleitoral gratuito, nos sessenta preciosos segundos que me eram destinados, encerrei minha mensagem mostrando "Constituição, Povo e Democracia" e proclamando: "Aqui escrevi tudo que penso sobre os principais temas que serão debatidos na Constituinte, para ser analisado hoje e para que eu possa ser cobrado amanhã".

Repto esse diálogo de fundamental importância. Não existe democracia sem um Legislativo forte e respeitado. E isso somente ocorrerá se cada representante for fiel intérprete dos anseios de seus representantes. O Deputado tem de ser instrumento da vontade do povo – e ai está a força da representatividade – para dele merecer o respeito que dá a medida da grandeza do Parlamento.

Vamos à obra.
Companheiros, a palavra de ordem é...

PRESTAÇÃO DE CONTAS (Constituinte Hélio César Rosas)

Trabalho Realizado Sugestões, Destaques e Emendas

Apresentadas..... 345
Aprovadas, parcial ou totalmente..... 90
Porcentagem de aproveitamento..... 26%

Conclusão: Em cada 4 (quatro) trabalhos oferecidos, mais de 1 (um) foi considerado na elaboração da nova Constituição.

– Dados fornecidos pelo Prodases

Deputado de primeira Legislatura, recém chegado a uma Casa cheia de Parlamentares experientes, que integram o Congresso Nacional há muitos anos, mas ainda não conseguiram encontrar o seu espaço, tive de usar todos os recursos possíveis e imagináveis para obter significativas vitórias.

Cito alguns exemplos:

Fui o único Constituinte que apresentou emendas denominadas semipopulares. Como os meus companheiros do Clube dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar, da Federação dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo e da Federação das Associações de Fiscais de Tributos do Estado não conseguiram as 30 (trinta) mil assinaturas para viabilizar algumas emendas populares de interesse do funcionalismo público, mas obtiveram, ao todo, mais de 150.000 assinaturas, apresentei as propostas, que já defendia, acompanhadas de apoio popular que ia de 5.000 a 25.000 assinaturas. Como esse tipo de emenda não era prevista, fui obrigado a travar polêmica, mas acabei conseguindo fazer com que a Secretaria Geral da Constituinte, aceitasse e passasse recibo. Foi uma entrega solene, com TV e todo o aparato que a inovação tinha direito. Acabou ocorrendo que, durante os trabalhos da Constituinte, foram apresentadas bem mais de 15.000 emendas, mas apenas 10 delas estavam apoiadas por uma média de 15.000 eleitores. As nossas emendas semipopulares.

Para uma emenda ao Sistema Tributário que transformava o ITR em instrumento de reforma agrária, que estava sendo difícil incluir no texto, consegui, numa primeira fase, elaborar um documento de apoio e a assinatura de líderes de todas as correntes ideológicas do PMDB.

Em seguida esse documento, histórico por estar subscrito por Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, e também por Roberto Cardoso Alves e Caio Pompeu Toledo, foi transformado em moção e submetido à apreciação da convenção extraordinária do partido, sendo um dos poucos aprovado pelo Plenário.

De posse dessa documentação, em demorada reunião com o Relator e os Relatores adjuntos da Comissão de Sistematização, só depois desse exaustivo trabalho consegui, finalmente, a inclusão da emenda no substitutivo.

Na luta pelo atendimento de algumas reivindicações do funcionalismo público, que estavam encontrando muita resistência no âmbito da Assembléa Nacional Constituinte, não me limitei a formular propostas. Elaborei um documento de apoio e consegui a assinatura de todos os Líderes do PMDB na Constituinte, na Câmara e no Senado, do Líder do Governo e dos líderes do PFL e do PTB.

Mandei imprimir este documento, juntamente com as emendas que apresentei e promovi reunião com o funcionalismo público em São Paulo, onde foi distribuído todo esse material e decidido um esquema de pressão junto aos Constituintes, através de contatos pessoais e telegramas.

Na luta por uma legislação que possibilitasse a criação de novos Municípios e em outras, através de meu gabinete, expedimos malhares de circulares entregues a cada um dos Deputados e Senadores Constituintes. Procuramos o apoio para nossas propostas, através de pronunciamentos na tribuna e no contato pessoal e direto com cada um dos Constituintes; e ajudamos na convocação, orientação e movimentação dos líderes das causas que abraçamos. São incontáveis os telefonemas, telegramas, memorandos e ofícios que recebi dos Constituintes em resposta aos meus apelos. Quero registrar, ainda, ter recebido ofício do Relator da poderosa Comissão de Sistematização, elogiando discurso que pronunciei da tribuna e afirmando que iria considerá-lo na elaboração do substitutivo.

Participei de várias reuniões com Secretários da Fazenda de todo o Brasil, tendo sido porta-voz junto à Comissão Tributária, que integrei, de algumas reconsiderações que visavam ao fortalecimento do princípio federativo.

E isso ocorreu, também, com os 947 Deputados estaduais, coordenados pela União Parlamentar Interestadual, entidade que integrei como Presidente da Seccional Sudeste e da qual me fiz, com muita honra, representante junto à Assembléa Nacional Constituinte, na luta pelo fortalecimento dos Legislativos estaduais. E desse honroso relacionamento, saíram muitas e aplaudidas vitórias.

E além da satisfação pelas conquistas alcançadas, acabei conseguindo e confesso que isso foi pensado e planejado – o apoio das valiosas amizades, que consolidei junto aos Secretários da Fazenda e aos Deputados estaduais.

Os últimos me fizeram conhecido de todos os Constituintes, e dos Secretários da Fazenda obtive dois importantíssimos documentos, com apoio integral a emendas de minha autoria e de interesse do funcionalismo. Essa foi uma ação de fundamental importância, que ajuda a explicar razão das grandes vitórias que acabei conseguindo.

Finalmente, me orgulho – e essa é marca de minha vida política – de ter sido um dos Constituintes mais assíduos aos trabalhos. Participei de todas as reuniões da Subcomissão, que integrei como efetivo, de muitas que integrei como suplente, e de várias das reuniões realizadas pela comissão temática. Apesar de não ter sido incluído como membro da Comissão de Sistematização, participei de todo o seu trabalho, cedo, à tarde e à noite, inclusive aos sábados e domingos. Para quem, como eu, acredita na força do trabalho, este registro é muito importante e ajuda a explicar os resultados. Aliás, em reunião da Comissão de Sistematização que estava sendo realizada num domingo, subi à mesa e dirigi-me ao Presidente, que, no momento, era o Senador Fernando Henrique Cardoso, lembrando que, sendo essa minha grande e única virtude, iria ter de divulgar a maneira como, sem medir sacrifícios ou poupar esforços, vinha me dedicando ao trabalho constituinte e afirmando que iria invocar seu

testemunho. O Senador, sem hesitar, autorizou-me a fazê-lo.

Resultados

As vitórias, felizmente, foram muitas e importantes, e atrás de cada sugestão, destaque e emenda aprovada existia uma longa história que, para ser escrita, exigiu muito trabalho, argúcia, experiência, criatividade e perseverança. Da ação recente, já dei alguns detalhes. Mencionarei, agora, exemplo de trabalho construído ao longo de minha vida política:

O direito ao voto dos cabos e soldados era reivindicação sentida de centenas de milhares de brasileiros. Só em São Paulo, cerca de 50.000. E, mais que isso, um caso de justiça e de interesse do aperfeiçoamento da legislação eleitoral. Era um absurdo, que há muitos anos vínhamo combatendo, negar a eles o direito do voto. São incontáveis as testemunhas de defesa, difíceis na época, incompreendidas e contestadas com veemência, que fiz numa pregação iniciada logo em 1974, quando fui eleito Deputado estadual. No livrário dirigido aos companheiros da Polícia Militar, apresentando minha plataforma de ação parlamentar para a campanha de 1978, incluí, com destaque, essa bandeira, afirmando:

"O exercício do voto, mais que um direito, é uma obrigação Cívica. Os Cabos e Soldados da Polícia Militar, que são profissionais brasileiros da mais alta formação moral e patriótica, não podem ficar marginalizados do processo cívico – eleitoral nacional."

Há 7 anos, ainda em exercício de mandato de Deputado estadual, em um outro livrário de prestação de contas, editado pela Assembléa de São Paulo, dediquei todo um capítulo ao direito de voto dos cabos e soldados, declarando, no preâmbulo. "Esta é uma bandeira que tenho procurado desfraldar sem poupar esforços" – e informando ter, através de entendimentos promovidos com a ajuda do então Senador Franco Montoro, conseguido envolver o Senado Federal na luta.

A nossa proposta, agora, foi aceita sem oposição, quase por consenso. Não houve o debate que marca as grandes conquistas. Por isso; quem, como eu, sabe qual era na década de 70, a mentalidade dominante nos centros decisórios, tem muito orgulho dessa vitória, construída com grande esforço e muito diálogo, numa luta travada dia-a-dia, ao longo de mais de 10 anos.

Outros Resultados Especiais

Nas batalhas que tivemos que travar – e houve casos de verdadeira guerra – tivemos ao nosso lado muitos e valiosos companheiros, que transformaram nosso gabinete no quartel general das lutas e estiveram conosco todo o tempo e em todos os locais, formando amizades que, consolidadas pelos momentos de desespero, angústia, decepções e também euforia e glória vividas em comum, estarão fazendo parte de nossos sentimentos, para sempre.

Por isso mesmo; e em homenagem a esses companheiros, não podemos deixar de relacionar, mesmo sem apresentar detalhes, algumas vitórias que consideramos importantíssimas:

– A criação de normas que viabilizarão a criação de novos Municípios, abrindo perspectivas para o atendimento de nobres anseios bairristas

e desenvolvimentistas existentes em incontáveis distritos, espalhados por todo nosso Estado, e que uma legislação draconiana vinha reprimindo há mais de 20 anos.

– A transformação do ITR em instrumento de reforma agrária, numa valiosa contribuição para atenuar as resistências a uma política que combata o êxodo rural, dê à terra uma efetiva destinação social e consiga aumentar a produção de alimentos, para acabar com a subnutrição, que é a razão de muitos dos males que nos afligem, causa maior da tensão em que vivemos e motivo de vergonha nacional.

– Várias normas de interesse do funcionalismo público, como estabilidade em 5 anos de serviços, as garantias das aposentadorias e a possibilidade de fixação de salários vinculados à receita extrabugetária, que abre perspectivas para aumento substancial dos recursos arrecadados, sem necessidade de aumento da carga tributária.

– A transformação do ICM em imposto de alíquotas seletivas, fixadas de acordo com a essencialidade do produto, permitindo que seja taxado pesadamente o supérfluo que é consumido pelos que têm maior poder aquisitivo – e com pequenas alíquotas o essencial, podendo chegar ao zero na parte dos alimentos básicos – item que tem enorme participação no orçamento das classes menos favorecidas.

Essa disposição é de grande alcance social, representando avanço no aperfeiçoamento do sistema tributário, com maior justiça fiscal e melhor distribuição de renda.

– E uma última citação: O enorme esforço que se prolongou por todo o ano legislativo, exigindo a elaboração de um sem-número de propostas, emendas e destaques; a realização de estudos, consulta se muita pesquisa; a preparação de incontáveis circulares, ofícios, telegramas; o contato, através de conversas pessoais e de reuniões com as lideranças do Senado, da Câmara e da Constituinte e com todos os Srs. Deputados e Senadores, num trabalho gigantesco, voltado a redação do capítulo da segurança e objetivando garantir o equilíbrio entre várias organizações que atuam na área; condições para o aperfeiçoamento do setor de segurança pública e a manutenção dessa instituição, mais que sesquicentenária, presente em todos os Municípios e distritos brasileiros e que tão valiosos serviços tem prestado ao povo e ao País: as Polícias Militares do Brasil.

As emendas, que conseguimos aprovar e incluir no texto, movimentaram toda a Assembléa Nacional Constituinte, e as votações no plenário da Comissão de Sistematização alcançaram repercussão de caráter nacional.

Como palavra final, um registro especial da grande honra que tive em ter podido liderar grupos tão altamente qualificados e contar, nessa primeira fase, com a ajuda dedicada e incansável e a assessoria competente de tantos companheiros do movimento de emancipação, das Associações e Federações de Funcionários Públicos das Secretarias de Fazenda Estaduais, da UPI, dos Presidentes de Assembléias Legislativas e dos Deputados Estaduais de todos os Estados do País e de todos os escalões da minha Polícia Militar de São Paulo e das Polícias Militares do Brasil.

O SR. ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presi-

dente, Srs. Constituintes, nesta oportunidade, não poderia deixar de ficar satisfeito com a Comissão de Sistematização, em consequência, entre outras, das medidas consagradas no art. 48 e seu parágrafo único do Projeto de Constituição que elaborou e que será apreciado pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, atendendo, em parte pelo menos, a essa minha proposta.

O princípio de que os proventos de inatividade dos funcionários públicos civis e as pensões de seus dependentes serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se houver modificado a remuneração dos funcionários da ativa, bem como a extensão aos inativos e pensionistas de funcionários falecidos de quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos funcionários da ativa, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou da função em que se houver dado a aposentadoria, é, sob todos os aspectos, justo e humano.

Com efeito, tais medidas decretam o fim daquele falso entendimento, que vinha vigorando entre nós há vários anos, assentado no desrespeito aos idosos e na insensibilidade quanto a seus serviços prestados à Nação, e, portanto, à comunidade, no setor em que atuaram, de que, uma vez aposentados, os funcionários se tornavam peso morto, desmerecedor de qualquer consideração da sociedade e do Governo. A conclusão oriunda de tal enfoque era a de que qualquer provento lhes bastaria, pois, velhos, com os filhos criados e trabalhando, mal precisavam da alimentação e, quando muito, por magnanimidade, da moradia, já que os recursos deveriam ser reservados para os funcionários da ativa, que estavam produzindo e sendo úteis à sociedade.

Tal concepção significava o total esquecimento dos serviços prestados pelo inativo, quando trabalhava, nos diversos setores da administração pública, quase sempre, conforme ainda ocorre, com vencimentos irrisórios, que o levavam ao desespero, pois mal davam para sua manutenção e a da família, com o atendimento do mínimo de suas necessidades mais prementes, do que resultava uma vida de constantes e grandes dificuldades.

O inativo não pode ser visto como um inútil, ente gasto que deve ser relegado ao desprezo, mas, sim, como um membro da sociedade que, durante sete lustros ou mais, deu o melhor de si para o futuro da Pátria, para uma vida menos difícil para seus compatriotas do amanhã. E o fez, quase sempre, com o próprio sacrifício, silenciosamente, desconhecidamente, a duras penas, muitas vezes com uma existência subumana, em razão das precaríssimas condições financeiras em que vivia.

O inativo deve, portanto, ser olhado como alguém que tem direito à gratidão da sociedade, a um pouco de tranquilidade em seu descanso do trabalho árduo que enfrentou; a gozar, um pouquinho que seja, da vida, o que não pôde fazer durante sua existência dedicada ao trabalho, à construção do futuro; a uma vida menos atribulada que os insensíveis lhe negam o direito de viver.

Espero que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, ao apreciar a matéria, a aproveitar integralmente, por quanto outra coisa não estará fazendo senão reconhecendo a importância de

quantos passaram a maior parte de sua vida trabalhando pelo engrandecimento da Pátria, pelo bem-estar das sociedades presentes e futuras.

Desejo ainda tratar outro assunto, Sr. Presidente.

O automóvel desempenha papel da maior relevância na vida moderna, principalmente para as pessoas que fazem dele o seu meio de vida. Os motoristas de táxi e os representantes comerciais autônomos são duas categorias sociais que se encontram nesta situação. Seu trabalho exige a presença do veículo, com todas as consequências no que se refere aos gastos necessários e indispensáveis para a compra e manutenção do carro.

Não é fácil a vida desses profissionais, principalmente considerando que as despesas são certas, enquanto os ganhos, além de incertos, sofrem grande variação de um para outro mês, de uma para outra época do ano. Daí por que se diz que o instrumento de trabalho dessa gente – no caso, o próprio automóvel – é como se fosse uma segunda família, tal o montante dos dispêndios para mantê-lo em funcionamento.

E que dizer da compra de um carro novo? Os preços são proibitivos mesmo para as pessoas bem aquinhoadas. Homens de poder aquisitivo modesto, como os motoristas e os vendedores, decididamente não conseguem comprar um automóvel zero quilômetro, a não ser que algumas facilidades lhes sejam concedidas.

Sr. Presidente, uma medida muito justa do Governo anterior aconteceu em meados de 1982, quando se concedeu isenção tributária para aquisição de táxis com motor a álcool. Foi um apoio considerável às pessoas que exercem o serviço de utilidade pública de transporte de passageiros. Possibilitou-se, ademais, a renovação das frotas de táxis, ao mesmo tempo em que a indústria automobilística via escoar a sua produção. O aumento da procura de carros certamente repercutiu nos níveis de emprego, exigindo um número maior de homens trabalhando. Essa reação em cadeia foi boa para o País como um todo.

Mas isso foi há vários anos! Dado o tempo decorrido, e considerando o desgaste sofrido pela frota nacional de táxis, acredito que o momento se apresenta muito propício à renovação daquela medida. Apenas sugiro que desta vez ela seja mais abrangente, para favorecer também os representantes comerciais autônomos, esses vendedores viajantes que utilizam o carro como se ele fosse uma verdadeira ferramenta de trabalho.

Os representantes comerciais, ontem como hoje, são responsáveis por um segmento indispensável do sistema de comercialização nacional, e por isso merecem ser contemplados com a isenção tributária na compra do veículo destinado às suas viagens.

Ao vir à tribuna pedir isenção tributária para os veículos comprados por esses trabalhadores, estou apenas transmitindo as solicitações que chegam, a mim e a tantos outros Parlamentares, no sentido de lutarmos para baratear os preços dos carros que se destinam a esses profissionais.

Não seria demais enfatizar o papel dos motoristas de táxi, principalmente nos grandes centros, onde lhes cabe encurtar as distâncias e aproveitar

melhor o rendimento do dia para tantos passageiros cuja pressa e compromissos de variada natureza desaconselham a utilização dos veículos coletivos.

E quanto aos representantes comerciais autônomos, cumpre lembrar que são eles de ligação entre as fontes de produção, os centros de comercialização e a sociedade consumidora. Sua atividade é da maior importância, não só como vendedores, mas também como mensageiros das novidades mercadológicas, elementos de dinamização das vendas e alargamento do mercado interno.

Sr. Presidente, esses viajantes comerciais, no desempenho da tarefa de levar os produtos a todos os pontos do nosso imenso território, contribuem grandemente para o desenvolvimento e a modernização da vida nacional. Por tudo isso, advoco a tese de que os representantes comerciais, tanto quanto os motoristas de táxi, merecem o benefício da isenção tributária, já que passam boa parte de suas vidas dirigindo pelas estradas, levando para o interior as conquistas da tecnologia.

Ao término destas palavras, ciente de que interpreto o desejo de muitos dos meus colegas no Congresso Nacional e na Assembléia Constituinte, dirijo um apelo especial aos Srs. Governadores de todos os Estados do Brasil, para que liberem do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM, tanto os motoristas de táxi quanto os representantes comerciais autônomos, no ato de compra de veículo novo para o exercício do seu trabalho.

Estejam certos os Srs. Governadores de que assim agindo estarão fazendo justiça a homens que lutam para sustentar suas famílias.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tomei conhecimento, através de publicação pela imprensa, de que a Previdência deverá encerrar seu exercício com um saldo de caixa de 72 bilhões de cruzados. (Publicação anexa.) E o que causa estranheza é que as últimas informações, até a substituição do Ministro, eram de que o saldo da Previdência seria de 120 bilhões de cruzados. A diferença de quase 50 bilhões de cruzados tem de ser explicada, ou responsabilizar-se o mentiroso – o atual Ministro ou o anterior.

Como podem os previdenciários ficar tranqüilos quanto ao destino dos recursos, se todos têm conhecimento de que o dinheiro da Previdência vem sendo dilapidado, conforme comprovam fatos do conhecimento público?

Quando da saída do Ministro Raphael de Almeida Magalhães, procuramos a justiça para tentar impedir o pagamento de despesas publicitárias, mas tivemos negado nosso pleito. E agora o Executivo afirma que vai tomar as providências que a Justiça deveria ter determinado, provocada que fora por este Deputado, que representara o legislativo. Agora, ainda, a Previdência atrasa o processo de pagamento dos benefícios de dezembro, além de, quando pagar, não o fazer no valor atualizado. E mais: o 13º salário será pago pela média.

Quando, na Constituinte foram concedidas algumas vantagens para aposentados e pensionistas, disseram que a Previdência "quebraria"; mas parece que já estão "quebrando" a Previdência.

**PUBLICAÇÃO A QUE SE
REFERE O ORADOR:**

**PREVIDÊNCIA FECHA O ANO COM SALDO
DE 72 BILHÕES**

Brasília – A Previdência Social vai fechar o ano com um superávit de Cz\$ 72,2 bilhões. Este desempenho financeiro positivo deriva, principalmente das aplicações no **open market** feitas ao longo do ano que renderão mais de Cz\$ 102,6 bilhões aos cofres previdenciários. Estas projeções foram feitas estimando-se uma inflação de 15 por cento em dezembro e um orçamento global de Cz\$ 626,5 bilhões.

Enquanto a receita financeira teve um aumento real de 502 por cento, o mesmo não ocorreu com relação à receita de contribuição (proveniente das folhas de salário) que teve uma queda de 11,9 por cento. Este ano a Previdência Social deverá recolher de empresas e trabalhadores cerca de Cz\$ 492,6 bilhões.

Imóveis

Mas não só os recolhimentos sobre salários registram queda. Este ano, os repasses da União tiveram um decréscimo significativo, de 72,6 por cento. Assim, até fins de dezembro, a União transferirá apenas Cz\$ 6,4 bilhões.

Outro ponto que contribuirá para a manutenção do equilíbrio financeiro previdenciário será a venda de imóveis. A previsão é de que a alienação de prédios em todo o país renderá recursos estimados em Cr\$ 1,4 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao horário de

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. HERMES ZANETI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB-RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem à noite presenciamos, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, um episódio profundamente lamentável e grave, patrocinado por um conjunto de circunstâncias, cuja culminância foi a tomada da Mesa pelo Sr. Salim Curiati, representando o chamado "Centrão". Hoje pela manhã, houve manifestação nas galerias, e foram registradas queixas por parte de alguns membros do "Centrão". Acredito que o episódio patrocinado pelo referido grupo ontem à noite, aqui neste plenário, é um exemplo de como não se deve proceder num Parlamento. No momento em que S. Ex.^a, o Presidente dos trabalhos, Constituinte Mário Maia, encerrava a sessão regimentalmente, a cadeira em que V. Ex.^a Sr. Presidente, está sentado foi assaltada por um representante do Centrão, Constituinte Salim Curiati, que, sem dúvida alguma, com aquele gesto inopportunamente – para dizer pouco – na sua manifestação física representava efetivamente o que acabou, ocorrendo hoje pela manhã: o assalto à Assembléia Nacional Constituinte por parte do Centrão.

No episódio, Sr. Presidente, aquele cidadão Constituinte, que sentou nessa mesa, acionou as campainhas, falou ao microfone, tentou ativar a sessão. Isto é de suma gravidade, porque desrespeita completamente o mínimo de regras de convivência parlamentar e autoriza qualquer um, a partir do assalto à cadeira do Presidente, a praticar determinadas atitudes aqui neste plenário e nas galerias.

Surpreende-me – e por isso esperei um pouco para suscitar a questão de ordem – que a Mesa não tenha advertido aquele Constituinte. Tenho certeza de que muitos de nós, mais moderados ou menos moderados, mais à esquerda ou mais à direita, temos compromisso com a elaboração de uma Constituição, mas, apesar das nossas divergências, é preciso respeitarmo-nos para podermos conviver neste plenário.

O gesto de ontem do Sr. Constituinte Salim Curiati é uma provocação para que partamos para um tipo de ação, neste plenário, que inviabilize esta convivência. Por isso, Sr. Presidente, a questão de ordem a V. Ex.^a é no sentido de que a Mesa deve advertir aquele Constituinte para que tal fato não se repita e para que tenhamos normas regimentais de convivência, porque, se formos partir para atitudes daquele quilate, seguramente não teremos Constituição. Quero dizer que, apesar de todas as divergências, sou daqueles que entendem que o nosso comportamento deve primar pelo princípio da possibilidade de convivência. Pode-se ter idéias divergentes e usar de todos os expedientes regimentais, mas não devemos usar a violência, como a praticada por aquele cidadão Constituinte ontem, aqui neste plenário. Quero saber se o "Centrão" democrático, em nome de quem aquele cidadão foi tentar reativar a sessão, concorda com aquela atitude. Vou esperar providências da Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Nobre Constituinte Hermes Zanetti, V. Ex.^a suscita uma questão de ordem, e a Mesa, com todo o respeito a V. Ex.^a, vai responder: o Regimento Interno disciplina a ordem durante o funcionamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Na sessão de ontem não ocorreu qualquer fato relacionado com aquele que V. Ex.^a acaba de denunciar. Teria ocorrido este fato após o encerramento da sessão. Eu mesmo, que aqui estive durante todo o decorso da sessão de ontem, tomei conhecimento do fato que V. Ex.^a relata através da imprensa. Evidentemente, ainda assim, não seria compatível com a postura do legislador Constituinte, representante político nesta Assembléia. O assunto será levado à consideração da Mesa para posteriores providências.

O SR. MENDES RIBEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem, quando ocupei esta tribuna, procurei fazer uma observação a respeito do que transcendia lá fora, tendo como objetivo o comportamento da Assembléia Nacional Constituinte. O episódio de hoje revelou alguma coisa que é

371comum e que deve governar as decisões em uma coletividade: a votação. Votar significa dizer sim, como disseram 290 Constituintes, dizer não, como disseram, se não me falha a memória, 16, entre os quais me incluo, ou até usando de um recurso regimental, sair do plenário, configurando a não participação em uma votação. Nada, absolutamente nada disso é proibido e não transforma adversários momentâneos em inimigos. Queiramos ou não – e todos nós o queremos – vamos-nos sentar em mesas e discutir idéias que, em princípio diferentes, desaguarão todas no Plenário para que as debatamos. Se passarmos do calor natural das discussões para as agressões puras e simples, tanto verbais, como físicas, estaremos desnaturalizando o debate político e a chegada da razão.

Nenhuma corrente neste plenário – desafio que o futuro prove o contrário – observando que 280 votos são imprescindíveis para aprovar ou rejeitar qualquer proposta, fará sozinha a Constituição do Brasil. Hoje, a maioria, decidindo alterar o Regimento, não conseguiu, porque até não era – penso – seu objetivo formar um rolo compressor, passar por cima de outras eventuais maiorias que, sob outros pontos de vista, poderão aflorar neste plenário.

Também não é um entendimento pacífico, mas pode ecoar lá fora, o fato de que simples assinaturas passarão a significar votos. Não, no máximo, assinaturas poderiam destacar uma ou outra das medidas pretendidas por uma das facções para ter preferência. Mas, na verdade, em hipótese alguma assinatura significaria voto. Fomos convocados a baixar uma emenda constitucional, onde é clara a exigência não apenas dos 280 votos, mas dos 280 votos em dois turnos, significando não só uma primeira aquiescência da maioria absoluta, como uma aquiescência reiterada de 280 dos Srs. Constituintes.

Logo, como ontem podia ter parecido utópica a minha intervenção, hoje retorno à tribuna para dizer que vejo próximo o entendimento mesmo com o episódio da votação de hoje de manhã, deixando à margem os fatos radicais que aconteceram. Se não nos conscientizarmos de que a Constituição deve ser feita por maioria de consenso, não por maioria ocasional, aí sim, criaremos um impasse.

Não aposto que o episódio de hoje tenha gerado um impasse: gerou apenas a afirmação de um grupo que tem determinado entendimento, que deve ser respeitado, mas solidificou posições de outro lado. Vamos marchar para aquilo que, embora em primeira legislatura, já tenho como certo ser a tônica dos trabalhos desta Casa. Ninguém faz nada de maneira solitária, e ninguém soma para o que pretende, muito menos para o Congresso Nacional, denegrindo ou atacando alguém, ou radicalizando. As coisas que aqui aconteceram são próprias de momentos em que a emoção toma conta.

O Presidente Ulysses Guimarães, ao sentar-se na cadeira presidencial, disse duas frases: "A política não se desliga da emoção" e "os momentos decisórios em política são momentos invariavelmente carregados de tensão". Tensão, é bom frisar, que mandou para o hospital muitos colegas nossos. O Sr. Mário Covas esteve hospitalizado, assim como o Sr. Paulo Macarini. O nosso colega Wilson, de Pernambuco, está nos Estados Unidos.

Dois Constituintes já morreram. O colega João Herrmann, de São Paulo, teve problemas cardíacos sérios. Quadriplicaram os casos de atendimento do serviço médico desta Casa. Sempre, como se não fosse a tônica, há um exemplo maior. E o exemplo maior é o Presidente Ulysses Guimarães, que também esteve em São Paulo, onde sofreu uma intervenção para desobstruir uma das artérias do coração.

Nunca se trabalhou tanto nesta Casa. Concordando ou não com a Comissão de Sistematização, da qual não fiz parte, é preciso fazer justiça àqueles que nela se empenharam, pois trabalharam duro, como também o fizeram os membros das subcomissões e das comissões temáticas e todos aqueles que acompanharam os trabalhos da Comissão de Sistematização, que não se desligaram nunca daquilo que está sendo feito nesta Casa.

Paralelamente, é preciso que se diga que Câmara, Senado e Congresso, em uma palavra, também cumpriram suas obrigações. Agora, temos mais um exemplo de dedicação: o Congresso Nacional autoconvocou-se – tenho o cuidado de grifar – sem nenhum tipo de despesa adicional, para acompanhar aquilo que se passa na órbita do Executivo, trazendo preocupações ao povo brasileiro. Esses dados positivos mostram de maneira evidente que, na hora da decisão, nos somamos, porque somos representantes do povo brasileiro e não de segmentos desse povo. Isso mostra que o Congresso deve ser olhado e deve-se fazer olhar, como a Assembléia Nacional Constituinte, pelo seu lado positivo.

O episódio de hoje foi mais um episódio de votação, quando a maioria venceu e a minoria, embora derrotada não saiu diminuída nem menosprezada e muito menos para arquivar seus pontos de vista. Os mesmos que hoje formaram um tipo de maioria em determinado assunto, amanhã, por certo, estarão de outro lado, porque o Constituinte é feito de posições que pregou antes, não das que ele venha a tomar agora.

Neste exato momento, continuam os entendimentos para que haja uma grande composição e tenhamos um consenso neste plenário. Neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero enfatizar a minha esperança de que, no fim, impere o entendimento e possamos fazer, como um todo, a Constituição do Brasil.

O SR. VICTOR FACCIONI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Constituintes, ontem, em comunicação de Liderança, fazímos exatamente um apelo no sentido do entendimento, do consenso, pois afinal, todos estamos aqui representando parcelas diferentes do povo brasileiro. Mas o que se viu foi a radicalização; mais do que isso, não apenas o desentendimento, mas, sim, o descumprimento de regras comezinhas até de boa educação e civilidade, para não falar no rompimento de normas de funcionamento da atividade parlamentar.

Há pouco, o Constituinte Hermes Zaneti, em questão de ordem, verberava a atitude do Con-

tuinte Salim Curiati, da nossa bancada, por ter assumido a Presidência, na Mesa, após encerrada a sessão, numa tentativa de reabri-la. S. Ex.^a intitulou aquele gesto de violência ao funcionamento desta Casa. Absolutamente. Até pode ter sido um gesto intempestivo, mas em nada atentou contra as regras do funcionamento da atividade parlamentar, até porque, na falta de um membro da Mesa, cabe a alguém do Plenário substituí-lo. O rompimento dessas regras ocorreu isto sim, ainda hoje pela manhã, por parte de Constituintes que foram às galerias exacerbar a plebe dirigida, orquestrada e organizada, assacando injúrias aos Constituintes que estavam no plenário. Contra isso nada disse o Constituinte Hermes Zaneti.

Sr. Presidente, não creio que seja essa a forma de fazermos democracia. Esta pressupõe, no mínimo, o respeito mútuo. E há uma regra fundamental: respeitar para ser respeitado. Quem agride não pode esperar o respeito de quem é agredido: quem ofende não pode esperar consideração de quem é ofendido.

Agredir e ofender por quê? Em nome de que causa? A que querem levar? Parece, Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Constituintes, que alguém nesta Casa está apostando no quanto pior, quando todos deveríamos apostar no quanto melhor. A quem serve estabelecer o confronto, fazendo com que nesta Casa haja vencidos ou vencedores, como se havendo vencidos ou vencedores – qualquer que seja a decisão final – vencedor pudesse ser o povo brasileiro? O povo brasileiro será o grande derrotado, se alguém sair daqui derrotado, porque aqui estão os representantes do povo. No entanto, existem aqueles que se consideram mais representantes. Aceitaram as regras do jogo democrático, concorreram às eleições, para cá vieram e, agora, querem colocar-se como supremos juízes de seus colegas. Cristo disse: "Não julgueis, para não serdes julgados; não condeneis, para não serdes condenados!"

Sr. Presidente, creio que é hora de bom senso, de entendimento, de trabalho e decisão. É chegado o momento de cumprimos o que estabeleceu a Emenda Constitucional nº 26: que a Constituição será elaborada e votada em dois turnos, por maioria absoluta. Não aceitamos a agressão daqueles que nos vêm denegrir pelo simples fato de querermos nos organizar no encaminhamento de uma proposta para modificação do Regimento que descumpre a Lei Maior, que é exatamente aquela que convocou a Assembléia Nacional Constituinte. Não sei, Sr. Presidente, mas espero, efetivamente,...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa pede a compreensão do Plenário. Há um orador na tribuna.

O SR. VICTOR FACCIONI: – ... que possamos falar, até porque, muitas vezes, ouvimos colegas, como o Constituinte José Genólio, externarem suas posições, no pressuposto de que isso nos daria o mesmo direito, o direito, o direito de, em conjunto, estabelecermos uma nova ordem constitucional para o País.

Sou daqueles, Sr. Presidente, que entendem que um dos males de todas as Constituições brasileiras foi o fato de terem sido impostas pela força ou por uma maioria eventual, tão eventual quanto o é a maioria ou a composição global

desta Assembléia Nacional Constituinte. Se as eleições fossem realizadas hoje, seguramente outro seria o resultado e a constituição desta Assembléia. Não, Sr. Presidente; temos de nos entender. Se as lideranças civis do País não se entenderem nem para o ordenamento da regra maior; não será depois, no desdobramento das legislações complementar e ordinária, que iremos fazê-lo.

O normal seria isto, a convergência, o consenso na Carta constitucional, o dissenso nas legislações complementar e ordinária.

Sr. Presidente, estamos de alma e coração abertos para o entendimento. E entendimento pressupõe o direito de todos apresentarem a sua verdade, de todos serem respeitados. Aos que nos assacam injúrias não queremos revidar com injúrias. Poderíamos fazê-lo. Temos criatividade também para isso e talvez eles até os pudessem merecer. Mas isso levaria a quê? Queremos apenas responder coma nossa propostas, pois também somos representantes do povo brasileiro. Espero, pois, que haja bom senso daqui para a frente, a fim de encontrarmos um denominador comum.

Sr. Presidente, encaminhei à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, hoje pela manhã, requerimento sobre segunda discussão para a proposta do substitutivo de reforma do Regimento Interno, exatamente para que, pelo menos, se pudesse chegar a um entendimento. Se nem isso conseguirmos fazer, Sr. Presidente, seja o que Deus quiser. Só espero que Deus queira mais o bem do Brasil do que parece vermos de alguns Constituintes nesta Casa. (Palmas.)

O SR. EDUARDO JORGE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, quero, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, fazer algumas considerações sobre o episódio da votação, ocorrida hoje de manhã, neste momento em que todas as lideranças estão discutindo o assunto, a exemplo do PMDB e do PDS, que acabamos de ouvir.

O primeiro ponto importante a esclarecer é que hoje, nas galerias, estavam presentes praticamente todas as correntes sindicalistas do País – Contag, CUT, CGT até dezenas de sindicatos do Nordeste, do Sul e do Centro-Oeste. É importante que os Constituintes saibam disto e tenham consciência do problema que vivemos.

O segundo ponto é que o processo de radicalização, de irritação, começou desde ontem. Todos se lembram de como o Constituinte Antônio Salim Curiat, do PDS, tornou de assalto a Mesa da Presidência e quis, numa atitude totalmente inusitada e golpista, presidir a sessão, apertando a campanha, mandado o povo sentar. Nos jornais, hoje, o Líder do PDS, Constituinte Amaral Netto, diz textualmente que, se necessário, partiria para a violência, para a briga. Esta afirmação está em todos os jornais, literalmente. Vimos, pela manhã, o episódio em que o constituinte Juarez Antunes foi agredido por um parlamentar ligado ao "Centrão, pelo simples fato de querer usar o microfone. Provavelmente o "centrista" achou que este era de sua propriedade. Além do mais, Srs. Consti-

tuintes, é preciso ficar claro – eu estava lá em cima, com outros companheiros, inclusive o Constituinte Paulo Paim – que a radicalização, expressa em injúrias e agressões, começou novamente com o Constituinte Amaral Netto.

Das galerias, vi muito bem que o Constituinte Amaral Netto, várias vezes, dirigiu aos presentes gestos os mais ofensivos e agressivos, desencadeando uma reação natural, de quem veio de longe para ver como funciona a Assembléia Nacional Constituinte. Os presentes notaram essa atitude, e foi preciso segurar o Constituinte Amaral Netto, contê-lo nesse processo de agressão à galerias. Realmente, subimos até lá, mas não, Constituinte Victor Faccioni, com o intuito de injuriar, ou de agredir alguém; pelo contrário, tínhamos a intenção de acalmar os companheiros, para que pudessem acompanhar o processo de votação. E quem observou – a Segurança pôde testemunhar esse fato – notou que o problema é que existe realmente um grande descompasso entre os setores da Constituinte, que a querem levar para um nível de confronto com a sociedade, com o Brasil real, com o que dela esperam os trabalhadores. E esse nível de irritação em relação à Constituinte como um todo, tende a crescer, se o processo de reforma do Regimento vingar, como querem alguns líderes do "Centrão". Convivi, nas Subcomissões e Comissões, com dezenas de companheiros que agora votaram na posição do "Centrão" e o nível de diálogo nas votações não foi esse. Inclusive, apelo para esses companheiros, centristas, liberais, sejam eles do PFL ou do PDS, para que não se deixem levar por esse tipo de liderança, que deseja, na verdade, o confronto entre o resultado dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e o que dela espera o Brasil. O que vimos aqui, hoje, é uma pequena amostra do que pode acontecer se as lideranças do "Centrão" conseguirem seu intuito de aprovar uma Constituição retrógrada, em oposição à expectativa do Brasil. Este é o ensinamento que devemos tirar desse processo. Espero que esse exemplo tenha calado fundo no coração dos Constituintes do chamado "Centrão," para que revejam sua posição e pensem se vão manter seus votos. Os Constituintes Júlio Campos, Jofran Frejat e Siqueira Campos devem fazer uma reflexão sobre a importância progressistas das posições que mantiveram nas Subcomissões e Comissões, e decidir se vão se deixar levar por essa clara manobra de radicalização, feita para criar o impasse.

Esta é a posição do Partido dos Trabalhadores. Não temos medo desse processo de advertência. Isto é baboseira. Se precisarmos discutir e provar, faremos isto. E chegaremos a constatação de que existe um grupo radical, de direita, que quer desmoralizar a Constituinte. O resultado dessa atitude será imediatamente rejeitado por toda a sociedade brasileira.

O SR. SOLON BORGES

DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SOLON BORGES

DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o nobre Constituinte Eduardo

Jorge, falando em nome do PT, afirmou que o que aconteceu hoje pela manhã foi uma pequena amostra do que poderá acontecer se a Assembléia Nacional Constituinte não votar a Constituição que o Partido dos Trabalhadores quer. É uma ameaça estranha. Fiquei estarrecido com o episódio de hoje. Fui agredido pelos objetos vindos das galerias. Violentando o Regimento, e sob o signo de alguns Parlamentares do PT, ocuparam hoje as galerias algumas centenas de pessoas que de lá jogavam objetos aqui em baixo, sobre os Constituintes, numa atitude de insulto, ameaça e provocação, sob a alegação de que esses Constituintes são vendidos, ladrões, e não têm mães sérias. Fui atingido injustamente na mão direita. Felizmente as consequências foram mínimas. Pergunto: será que as razões apontadas por esses colegas que instigaram e instruíram essa agressão são as de que os Constituintes são ladrões, vendidos, e não têm mães sérias? E se um objeto desses atingisse um funcionário ou um jornalista? Os funcionários não são ladrões, nem vendidos e todos tem mães sérias. Convém pensar que poderiam errar o alvo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho duas invejas na minha vida, como natureza humana frágil: primeiro, se pudesse, seria espírita para valer. Estaria feliz, pois conheceria minhas origens, a razão de toda a injustiça da condição humana e até o futuro **post mortem** e a resignação como remédio. Infelizmente, não sou espírita. Se pelo menos fosse marxista, aí teria a solução da problemática social e me integraria nessa trinchera, ao lado dos colegas, pela causa em que acreditasse. Mas, infelizmente, não encontro solução para a problemática social. Sou perplexo, não marxista. Do contrário, na minha escala de luta, dormiria tranquilo com essa solução.

Entretanto, não aceito rótulos nem etiquetas, mesmo porque ser de direita ou de esquerda é matéria relativa. Perto de alguns, posso ser considerado de extrema esquerda, e, perto de outros, de extrema direita. Não sou de direita, mas reconheço a legitimidade de quem quiser ser-léo, pois é uma convicção, e respeito os ideais e as posições idealistas, mesmo que não comungue com as idéias. Só não respeito o fisiológico e o corrupto. Respeito, entretanto, o radical de esquerda ou de direita, desde que ele me respeite. Se não me respeita, não faz jus ao respeito.

Não tenho compromissos com qualquer fórmula do "Centrão". Não estou comprometido a votar coisa alguma, mas, sim, a abrir o Regimento Interno. Tenho, inclusive, emendas que espero sejam consideradas. Mas, repito, não tenho qualquer compromisso. Espero poder votar, não dentro de um sim ou não. Não me tragam uma fórmula pronta de estabilidade no emprego que eu tenha de rejeitar ou aprovar. Se não estiver de acordo, quero ter chance de alternativa, e isso só será possível com a abertura conquistada pelas novas emendas.

Sr. Presidente, sempre respeitei a esquerda mais radical. Presidi em Viena, Áustria, a Reunião Parlamentar Internacional de Deputados e Senadores, no I Festival da Juventude, cuja origem todos conhecem. Quando fui Secretário da Educação em São Paulo, pela primeira vez na História do Brasil – e isso não foi agora, faz 25 anos – dei o nome de um líder sindical, José Chediak, Presidente do Sindicato dos Vidreiros, que morreu

em plena militância, a uma escola. Isso foi feito por um Deputado liberal, de centro, e que olha a esquerda, não tem compromisso de ordem reacionária, mas quer ser respeitado, porque respeita.

Defendi aqui a emenda Florestan Fernandes, um marxista convicto. Não quer dizer que eu seja marxista. Já afamei desta tribuna. Não é porque o colega é marxista e eu não que vou negar que hoje é quinta-feira. Esta é a minha posição.

Liderei a primeira greve de professores do magistério público neste País, e fui, portanto, o primeiro a mobilizar em praça pública uma multidão de professores em frente ao Palácio do Governo e a enfrentar a Polícia Militar de São Paulo, comandada pelo Cel. Figueiredo. Tenho minhas convicções e quero ser respeitado por elas.

Sr. Presidente, presidi uma entidade de classe, a maior da América Latina, com oitenta e cinco mil professores, e coloquei na minha chapa na última eleição, uma professora militante do Partido Comunista, a Srª Elza Chediak, mulher do Líder do Partido Comunista na Assembléia Legislativa de São Paulo. Respeito o idealismo, mas nem assim estou livre do desrespeito de alguns ao adotarem um procedimento que não considero racional. Refiro-me ao ocorrido de hoje. Assim como fui atingido na mão, poderia tê-lo sido na cabeça, ou poderiam até alcançar a cabeça de qualquer um desses considerados detentores da verdade, únicos infelizes possuidores das soluções para a problemática social.

Sr. Presidente, quero pedir garantias. O Líder Mário Covas foi insultado. Apontaram o dedo para o nariz do líder Mário Covas, porque, atendendo à orientação militar, votou contra a anistia. Nem por isso Mário Covas está ou deve ser crucificado hoje.

Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que encaminhe à Mesa solicitação, minha e do meu partido, no sentido de que se assegurem garantias para que se respeite a dignidade moral. Não há, nem aqui nem na galeria, ninguém com maior idoneidade moral, com maior dignidade moral, com maior autoridade moral para vir pregar e civismo, nem para mim nem para nenhum de nós.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A solicitação de V. Ex.^a será atendida.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS:

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador):

– Sr. Presidente, nobres colegas da Assembléia Nacional Constituinte, inicialmente, congratulo-me com o Parlamento brasileiro pelo resultado magnífico a que chegou na sessão da manhã de hoje, quando 293 Constituintes aprovaram matéria que haverá de ter repercussões profundas na vida política do País.

O Constituinte Eduardo Jorge interpela-me da tribuna sobre se eu e outros companheiros vamos concordar com a radicalização do processo. Não. Constituinte Eduardo Jorge. Não existe democracia sem contraditório. Não existe democracia sem entrechoque de idéias e de posições. E o que se estava verificando aqui, Sr. Presidente, era a maioria omissa, inclusive a esquerda, a direita

e o centro, muito pouco se interessando pelos trabalhos da Constituinte, todo mundo querendo ser bonzinho, defendendo tudo, menos os interesses do povo brasileiro. Até que chegamos a uma situação em que, por dever de consciência e em razão da delegação que recebemos do eleitorado brasileiro, assumimos determinada posição de coerência e demonstramos que existem múltiplas polarizações nesta Assembléia Nacional Constituinte. Não é apenas uma corrente que tem posições definidas: há diversas.

E o que faremos, Sr. Presidente? Respondo ao Constituinte Eduardo Jorge e aos demais: vamos manter essas posições. O Partido Democrata Cristão contribuiu para essa magnífica vitória da democracia hoje, pois dentre os 293 Constituintes que votaram a favor da emenda, temos cinco democratas cristãos, que tomaram essa posição livremente, porque é a do eleitorado que representamos.

Não há como contestar ou questionar a vitória hoje obtida aqui. Cumpre agora aos líderes de todas as facções sentarem-se à mesa e conduzirem, dentro de um clima de paz e de ordem, as negociações que refletam o interesse nacional, para chegarmos a uma Constituição representativa do anseio popular, a uma Constituição que tenha a contribuição dos diversos segmentos do País. Esta, Sr. Presidente não pode ser uma Constituição de um grupo político, arrancada na base da pressão e da imposição.

Quero também pedir a V. Ex.^a, Sr. Presidente, como Corregedor da Constituinte que é, que não permita mais um espetáculo como o que vimos hoje. Depois que chegamos aos 120 votos favoráveis, depois que o plenário estava cheio, os nossos adversários de momento – porque, em certas ocasiões, não são nossos adversários, eu estava com eles nos quatro anos para Presidente e para mim foi uma honra; episodicamente podemos estar separados, mas estaremos juntos quando se tratar do interesse nacional – comportaram-se lamentavelmente.

Em nenhuma ocasião, Sr. Presidente, esteja vencendo esta ou aquela corrente, esta ou aquela posição, este ou aquele ponto de vista, deverá ser proibida a entrada de galerias formadas espontaneamente pelo povo. Mas é deplorável a presença de massa manipulada fazendo o que fez aqui com o Presidente Ulysses Guimarães, com a Mesa e com todos os Constituintes que estavam no plenário naquele instante, jogando pedras. Eu mesmo recebi uma no ombro. Não me feriu porque era pequena e estava embrulhada num papel. Não maiores problemas. O Deputado Sólon Borges foi ferido. Houve desrespeito.

Em nenhum Parlamento do mundo isto acontece, Sr. Presidente. São necessárias as mais enérgicas providências para se dar o direito à livre manifestação a cada um dos 559 Constituintes.

Temos o dever, Sr. Presidente, de acatar a decisão da maioria. Não adianta chiar, nem brigar, nem vociferar – porque assim quer o povo. Assim é necessário fazer para chegarmos a uma boa Constituição, representativa de todas as expectativas da realidade brasileira e dos anseios nacionais, uma Constituição da qual nos possamos orgulhar.

Portanto, Sr. Presidente, em nome do meu partido, formulou o pedido de que V. Ex.^a apure os fatos sem radicalizações, sem injustiças, sem ser

pressionado por ninguém, com o senso de justiça que tem V. Ex.^a, e vamos ver se eles não se repetem. Sr. Presidente, depois desta vitória de hoje, devemos praticar, de fato, a democracia no plano interior da Assembléia Nacional Constituinte, onde dela mais precisamos e mais a devemos praticar. Vamos relacionar bem com todos e fazer com que não haja lutas fratricidas e desentendimentos que possam ocasionar golpes de direita ou movimentos sediciosos de qualquer tonalidade.

Era isso o que o PDC tinha a dizer nesta tarde, Sr. Presidente.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PFL)

– **RJ. Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente, nobres colegas constituintes, em primeiro lugar, quero fazer alusão à sessão de votação realizada na manhã de hoje, quando usei a tribuna e contestei a maneira pela qual a Mesa se conduziu. Neste momento, quero referir-me à maneira serena e firme como o Presidente Ulysses Guimarães dirigiu os trabalhos da sessão de votação do Substitutivo que trata da Emenda do Regimento Interno.

O PFL, contudo, Sr. Presidente, registra o constrangimento que haverá, no futuro, caso não sejam tomadas providências no sentido de que se preserve a ordem nesta Casa. E a ordem deve ser preservada a partir do plenário, estendendo-se até as galerias. A chaga da vergonha de sermos políticos, de sermos Constituintes – e estamos hoje em descrédito absoluto junto à Nação – foi aprofundada.

Já vi este filme muitas vezes, conheço as estratégias e as táticas do anarquismo mais puro, até a mescla com a guerrilha. Mas não tinha visto ainda colegas Deputados, que por força do mandato eu poderia respeitar – embora já não respeitasse pelas idéias – puxarem nas galerias a manifestação de uma platéia paga para ofender a Mesa e o Plenário desta Casa. A vergonha ocorrida nesta tarde, neste plenário, a Nação brasileira não entenderá.

O PFL se posiciona desta forma: que não tenhamos o constrangimento de não poder participar, como partido, de futuras votações, caso não seja restaurada a ordem nesta Casa.

Sr. Presidente, era este o comunicado que tinha a fazer. Mas havia dito ao Presidente que antecedeu V. Ex.^a que parte do meu tempo seria usado pelo ilustre Constituinte Júlio Campos, para um breve comunicado.

Durante o discurso do Sr. Arolde de Oliveira, o Sr. Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º – Secretário.

O SR. JÚLIO CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constitu-

tentes, nosso pronunciamento será breve. Queremos apenas comunicar à Casa o falecimento, na noite de ontem, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, do ex-Governador do Estado de Mato Grosso, o eminente político, homem público, Fernando Correia da Costa. Por duas vezes governou nosso Estado, de 1951 a 1956 e de 1961 a 1966, eleito que foi pela vontade popular pela antiga União Democrática Nacional, UDN. Também foi, por duas vezes, Senador da República, de 1958 a 1961 e de 1966 a 1975.

Portanto, Mato Grosso perdeu um dos seus grandes filhos – aos 85 anos de idade – que foi Prefeito Municipal de Campo Grande e um dos grandes líderes que Mato Grosso deu ao Brasil. Foi também Primeiro-Secretário do Senado Federal e um dos integrantes da fundação da antiga União Democrática Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, duas questões de fundo têm de ser decididas pela Assembléia Nacional Constituinte: a primeira diz respeito a um problema nacional. Chamamos problema nacional todas as circunstâncias que envolvem a realidade brasileira de nossos dias. A responsabilidade maior que temos para com a questão nacional é justamente a de visão do futuro, a de elaborarmos uma Constituição que garanta às gerações futuras um país que não viva sob dependência, como ocorre hoje.

A dependência externa do Brasil, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, chega a pontos insuportáveis. Estamos arrastando uma dívida que cresce – como diz o povo como bola de neve, sem que seja necessária a internação de mais um dólar sequer. Bastam os juros altíssimos para que ela cresça por si mesma, atingindo proporções que tornam impossível ao povo brasileiro resgatá-la, dívida na qual o povo não teve qualquer participação.

É questão básica também, é questão nacional, o setor mineral. Não podemos continuar com as portas escancaradas à dominação do setor mineral pelas empresas internacionais. A situação do Brasil, hoje, segundo dados – chamo a atenção da Casa para o fato – do próprio Departamento de Produção Mineral, é esta: 86% da mineração estão sob controle absoluto das empresas multinacionais, a que preferimos chamar transnacionais. O termo multinacional dá a impressão de que é de várias nações, é multi, e também poderá ser do Brasil. Ao contrário, essas empresas nada têm de multi, são transnacionais e têm sedes próprias em alguns países, como Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Suíça etc.

Estas são as questões a que temos de responder na Constituição e formular decisões que garantam, para o futuro, a soberania da Pátria, a felicidade do povo brasileiro.

Há pouco, nesta tribuna, falava o Constituinte Solón Borges dos Reis. S. Ex.^a disse-nos que não tem qualquer compromisso com as teses talvez embutidas nesse grupo que agora se formou e

é majoritário. Assim como o Constituinte Solón Borges, acreditamos que dezenas de outros Constituintes também querem discutir a Constituição, ter mais uma oportunidade de debater os temas que julgam essenciais. Mas isso não vai ao ponto da chamada "escravidão do voto" àquelas questões que possam dizer respeito aos interesses desta Nação.

Esse o grande desafio a que chamamos questão nacional. Mas não é apenas o setor mineral. Temos, por exemplo, o País na dependência exclusiva das empresas internacionais no setor de medicamentos, indústrias cem por cento estrangeiras. E um país não pode entregar sua saúde apenas à manipulação dos interesses internacionais.

Companheiros Constituintes de todos os partidos, devemos conseguir algo que possa garantir o futuro do País como nação livre e independente. Esta é nossa obrigação no geral, o grande desafio.

E no setor interno? Não podemos continuar com uma sociedade como esta, na base da exploração cruel, com quarenta milhões de famintos, de carentes. Então, não há como impedir que a Constituição dê passos que possibilitem ao povo brasileiro melhor nível de vida, melhor educação, saúde mais ampliada, porque, hoje, o número de doentes quase impede os homens de trabalhar. Essas questões internas devem ser defendidas a qualquer custo. Garantir ao homem o mínimo – de estabilidade no seu emprego, dar à mulher o mínimo de condição para que possa ser mãe e dar um salário digno ao trabalhador brasileiro também são obrigações das quais não podemos fugir.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, resumindo, estamos diante de dois grandes desafios; o desafio internacional, em relação ao futuro de nossa Pátria, e o desafio interno, em relação ao progresso e à felicidade do povo brasileiro. Pedimos a todos os Constituintes que reflitam sobre essas duas questões e compareçam ao Plenário para votar, atendendo aos supremos interesses da Pátria, na garantia de sua soberania, votando pela melhoria de vida do povo brasileiro. Nas questões internas temos obrigação de abrir caminho para que a população brasileira seja mais livre, mais feliz, mais educada, e tenha mais saúde.

São as palavras que dirijo hoje a V. Ex.^{as}, nesta sessão onde tudo foi substituído pelas chamadas Comunicações de lideranças. Vejo nessas Comunicações sinais de que podemos efetuar votações que interessam realmente ao destino do País, ao povo e à maioria desta Casa, porque o compromisso da discussão dos termos do Regimento, a nosso ver, não estabelece escravidão do voto dos que fazem tais reivindicações contra o País e contra o povo brasileiro.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, esta Assembléa Nacional Constituinte foi hoje brutalmente agredida na sua respeitabilidade, na sua dignidade e no seu decoro com a agressão brutal e covarde contra o ilustre Constituinte Juarez An-

tunes, em pleno Plenário, por um Deputado Federal Constituinte.

Sr. Presidente, atingido fui por essa agressão ao Deputado Juarez Antunes, não apenas por se tratar de um amigo, de um companheiro de lutas, de um líder operário, mas porque nele foram agredidos todos os operários sofridos deste País. E não apenas por isso, Sr. Presidente, mas acima de tudo por ser um Constituinte, um integrante desta Assembléa Nacional Constituinte, um Deputado integrante da Câmara Federal do meu País. Senti-me também brutalmente agredido, ferido e doído.

Em vista disso, Sr. Presidente, eu e diversos outros Constituintes, Deputados Federais e Senadores, estamos encaminhando à Mesa da Assembléa Nacional Constituinte uma representação contra o agressor, o Deputado Federal Gilson Machado, esperando que apure os fatos em que atuou como agressor de um Constituinte, agindo contra a dignidade desta Casa e infringindo as normas regimentais de decoro parlamentar.

Portanto, espero que a Mesa da Assembléa Nacional Constituinte dê a adequada e devida consequência a este requerimento, para que os fatos sejam apurados, o agressor punido nos termos regimentais e a mancha, a agressão não pare sobre a imagem e a dignidade da Assembléa Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – O pedido de V. Ex.^a já é o objeto de apuração por parte da Mesa da Assembléa Nacional Constituinte. O requerimento de V. Ex.^a será acostado às providências que já estão sendo tomadas.

O SR. PAULO PAIM: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, diversos oradores vieram à tribuna e, de forma direta ou indireta, fui citado como um dos Parlamentares que estavam nas galerias. Gostaria de esclarecer que a vinda de centenas de líderes sindicais às galerias foi decisão de uma plenária nacional que ainda está sendo realizada no Senado Federal. Embora alguns Parlamentares, neste Plenário, com a facilidade da oratória, tomem Judas, Cristo, e Cristo, Judas, a nossa posição, durante a sessão da manhã, nas galerias da Constituinte, onde estavam os trabalhadores, foi a de não permitir que em momento algum os Parlamentares que estavam votando fossem ofendidos. Os seguranças perceberam o nosso real objetivo e, inclusive, pediram que não saíssemos daquele recinto, para podermos, juntamente com eles, conversar com os trabalhadores mais exaltados, que, naturalmente, estavam revoltados com a posição do Centrão.

Por outro lado, gostaria de dizer que o Centrão tem de assumir, política e publicamente, a posição que tem dentro da Assembléa Nacional Constituinte.

Alguns Parlamentares procuraram-me para dizer que é falta de ética eu ir às galerias e ficar junto ao povo, que é falta de ética eu ir às ruas e às portas das fábricas falar sobre o que acontece aqui. Acho que não é falta de ética. Afirmo que continuaremos fazendo isso e que o nosso compromisso é com o povo e com o conjunto dos

trabalhadores, na busca, apesar dos incidentes e das posições reacionárias aqui demonstradas, de uma Constituição que represente o povo brasileiro.

Concluo, dizendo àqueles que afirmam que em tão poucos minutos conseguimos colocar centenas de pessoas nas galerias, que orquestramos tudo aquilo, que isso é um elogio. Oxalá tivéssemos nós a liderança de poder, em minutos, encher as galerias a todo momento em que a direita estivesse votando questões neste Plenário. (Palmas.)

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – A Mesa já está apurando os fatos ocorridos nas galerias durante a votação de hoje e de manhã.

O SR. EDMILSON VALENTIM: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, – Srs. Constituintes, faço questão de usar este microfone do lado direito do Plenário, porque foi por causa dele que ocorreu hoje o primeiro fato que descharacteriza o relacionamento parlamentar nesta Assembléa Nacional Constituinte. Foi por causa da utilização deste microfone que o Constituinte Juarez Antunes, do meu Estado, foi agredido pelo Constituinte Gilson Machado. Fruto de diversas colocações, inclusive de entrevistas concedidas aos jornais pelo Constituinte Amaral Netto e de atitudes, aqui já citadas, no término da sessão de ontem à noite, criou-se este clima antiparlamentar e antiético no relacionamento entre os diversos Constituintes.

Sr. Presidente, quero aqui afirmar que também estive nas galerias, usando de um artifício regimental já utilizado por diversos Constituintes, que é o de sair de uma sessão de votação para não dar quorum, porque não desejava votar a matéria em questão. E fui às galerias juntamente com diversos Constituintes. Estivemos juntos com populares de diversas entidades, sindicatos, centrais sindicais, confederações, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa e associações de moradores, que queriam acompanhar uma votação de significativa importância para os rumos dos nossos trabalhos. A despeito das afirmações aqui feitas, no sentido de que nós, Constituintes, para lá fomos fazer com que os populares presentes xingassem ou se manifestassem contra as votações aqui ocorridas, queremos dizer que estávamos lá, sim; primeiro, para acompanhar os populares que aqui vieram assistir àquela votação, e, segundo, para ajudar a conter a ira, de toda justiça, daquelas entidades que estão descontentes com os métodos utilizados pelos Constituintes do chamado Centrão Democrático.

Por conseguinte, disso não nos envergonhamos, e toda vez que for necessário voltaremos às galerias para estarmos com o povo que aqui vier assistir às sessões. Mas repito: de maneira alguma, não compactuamos, não pedimos que jogassem objetos, mesmo porque não atingiriam em nada o processo que se estava realizando.

Nesse sentido, reafirmamos nossa posição de denunciar, nas praças públicas, junto às portas

das fábricas e em todos os lugares e recantos do Brasil, que quem votou na sessão de hoje votou pela mudança do Regimento e pela proposta de um Regimento antideomocrático que cassa a participação dos partidos minoritários. O "Centrão" tem de assumir o ônus político de tentar derrubar o trabalho de nove meses da Assembléia Nacional Constituinte. Voltaremos, sempre que for necessário, às galerias e ao povo. (Palmas.)

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES:

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, indago da Mesa qual a matéria da pauta e a finalidade da convocação desta reunião. Manifesto também a preocupação de que, se esta Assembléia Nacional Constituinte entrar em ritmo de "Centrão", pelo que parece, só trabalharemos às quartas-feiras. Quero saber qual a matéria da pauta, o que votaremos e a que se destina esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Esta é uma sessão ordinária da Assembléia Nacional Constituinte, convocada de manhã pelo Presidente Ulysses Guimarães.

Solicito aos nobres Constituintes que se estão manifestando, pela ordem, que o façam de forma rápida, porque ainda há oradores inscritos para o horário de liderança. E os nobres Constituintes Amaury Müller e Lídice da Mata, com muita justiça, estão reclamando. Com a licença de S. Ex.ªs, concederei a palavra a dois Constituintes para, em seguida, encerrarmos o horário destinado às Comunicações de Lideranças.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987, sou um democrata cristão e, fiel à minha crença, à doutrina política que professo, permanentemente, desde o início dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, tenho adotado uma única e retílinea conduta com o melhor das minhas forças, tenho procurado contribuir para a construção de uma sociedade, que, ao mesmo tempo, seja livre e justa, cimentando esses dois valores através da solidariedade.

Neste entardecer típico das tardes longas de verão, vêm-me aos olhos, de repente, aos borbotões, múltiplas imagens de toda nossa História como Nação, desde o descobrimento. Seria exaustivo descrever o que sentimos neste momento, mas a verdade é que são quase 500 anos de lutas para nos afirmarmos como povo livre, donos do nosso destino, da nossa terra, do nosso chão. O que me entristece, Sr. Presidente, é que agora, passados 500 anos, não possamos usufruir dessa independência, dessa liberdade, para nos emanarmos e, de forma solidária, prosperarmos como Nação, na construção de uma sociedade mais justa, que todos almejamos.

Assim, concluindo este pronunciamento que faço com a boa vontade da Mesa, a título de questão de ordem, deixo aqui, do fundo do meu coração e da minha consciência, um apelo para que, serenados os ânimos desta sessão de hoje, possamos, todos nós, herdeiros de 500 anos de lutas, não desmerecer nossa História e sermos dignos do nosso futuro, capazes de elaborar com seriedade a Constituição a que aspira a Pátria comum.

O SR. CELSO DOURADO: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra, o nobre Constituinte.

O SR. CELSO DOURADO (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, há certas expressões usadas neste País para definir um pouco do comportamento do povo brasileiro, das quais ando seriamente desconfiado.

Uma é a respeito da cordialidade da nossa gente; outra é a expressão "Deus é brasileiro"; outra, ainda, é sobre o "jeitinho" que o brasileiro sempre arranja. Estou receoso de que sejam expressões reacionárias usadas pela elite para garantir o estado de coisas reinante na História desse povo.

Temos de reconhecer que a estrutura social do País é por demais perversa. Em muitas oportunidades, achei que nossa sociedade era desorganizada. Hoje, desconfio que ela é especialmente organizada para garantir direitos de poucos. Refletindo sobre esses fatos, gostaria de chamar a atenção da Assembléia Nacional Constituinte para o fato de que não adianta mostrar muita competência apelando para "jeitinhos", ou apelando para a expressão "Deus é brasileiro", ou dizendo que somos sempre cordiais uns com outros, se votamos para manter a realidade que aí está. Temos um compromisso diante do nosso povo. Vemos para cá preocupados não em garantir a atual estrutura, mas em fazer leis que possam ajudar nosso povo, os milhões de marginalizados, os milhões de esquecidos, a terem condições, ou pelo menos estímulo e motivação, de uma vida justa, adequada e humana.

O SR. ADROALDO STRECK: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte meu profundo pesar pelos episódios lamentáveis ocorridos hoje nesta Casa. Em primeiro lugar, a cena de pugilato de que foi vítima meu companheiro de partido, Juarez Antunes. Aqui estavam o rádio, a televisão, os fotógrafos, transmitindo ao País inteiro o mau exemplo, numa hora em que necessitamos do contrário.

Em segundo lugar, o Presidente Ulysses Guimarães falhou, no momento em que não mandou a polícia retirar um grupo de desordeiros, que estava presente no recinto quando se procedia a uma votação.

No Brasil confundimos liberdade de expressão com baderne e anarquia. Em qualquer país desenvolvido do Hemisfério Norte, onde houvesse ocorrido um centésimo do que assistimos hoje, certamente esses indivíduos teriam sido coloca-

dos para fora, como desordeiros e pessoas inoportunas, no local onde se pretende decidir os altos interesses da Nação.

Confesso, para finalizar, que me sinto entristecido por pertencer a este Poder, ao assistir a cenas lamentáveis, de falta de força, de falta de comando, como as que ocorreram hoje, nesta Assembléia Nacional Constituinte.

A SR^a LÍDICE DA MATA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PC do B. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apesar de não ter nenhuma especialidade – como aqui já disseram alguns que a possuem – em anarquia, gostaria de trazer a posição do nosso partido, de desaprovação e de repúdio aos lamentáveis fatos ocorridos neste último período na Assembléia Nacional Constituinte.

Tais fatos se iniciaram não nesta semana, mas na semana passada, quando aqui foram acusadas de baderneiras as mulheres trabalhadoras, que se manifestaram de forma livre, educada e ordeira nas galerias; fatos que se desenvolveram durante toda esta semana, com pressões de todos os tipos, com tentativas de caracterizar os Constituintes, que aqui permaneceram o ano todo trabalhando, como aqueles que não têm o que fazer, que nada têm a perder, que se desdobraram nas ameaças ditas pela grande imprensa nacional, pelo Líder do PDS, um partido neste Congresso, de que as coisas teriam de ser resolvidas na briga, no tapa; fatos que se desdobraram na ação de um Constituinte, que queria transformar a Assembléia Nacional Constituinte numa espécie de comédia pastelão, assumindo a cadeira da Presidência; fatos que concluíram ao final, com a agressão hoje perpetrada contra o Constituinte Juarez Antunes por um outro Constituinte, apenas porque aquele usava um microfone, considerado de propriedade do "Centrão". Esse tipo de ação desmoraliza o Congresso Constituinte ante a Nação, a população. Não queremos, pois, vê-la repetida. O que aconteceu nas galerias foi apenas uma reação dessa ação provocadora que se desenrolou durante toda a semana sobre aqueles que defendem as posições justas de manter o projeto de Regimento da Mesa. Tal ação, portanto, não pode ser imputada aos Constituintes, que foram até as galerias para conter certas atitudes, certas manifestações de ira, sem dúvida alguma daqueles que não agüentam mais toda a pressão de um ano de Constituinte à espera de que esta dê uma resposta aos seus anseios, aos seus desejos, às suas necessidades, e que, a cada dia que passa, vêm essa tentativa de desmoralização permanente dos trabalhos desta Casa, desenvolvida por aqueles que nunca aqui estão.

O final disso, Sr. Presidente, não podia ser outro: foi aprovada uma peça se dúvida inusitada nos regimentos dos Parlamentos do mundo inteiro, porque institucionaliza, oficializa a Constituição por correspondência.

Caro Líder Amaury Müller, está instituído que a Constituição brasileira vai ser feita por correspondência, ao se aprovar que as preferências aqui votadas sejam as que tiverem 280 assinaturas

e não as preferências daqueles companheiros que aqui trabalharam durante este ano e que aqui se apresentam, humildemente, com suas proposições para serem contempladas pelo conjunto dos seus Pares.

O que se está tentando, portanto, é a descaracterização da Constituinte; é provar ao País que a Constituinte não é o caminho certo; que não trará as respostas que o nosso povo deseja; é afirmar que éramos felizes com a ditadura militar, é tentar mostrar que o País não tem saída.

O nosso partido porém quer afirmar que confiamos numa Constituinte progressista, com a participação do povo e que, acima de tudo, que acreditamos que nosso País tem saída e que essa saída está em responder de forma definitiva aos anseios desse povo.

Durante o discurso da Srª Lídice da Mata, o Sr. Arnaldo Faria de Sá 3º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, 1º Vice-Presidente.

O SR. AMAURY MULLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem – revisão do orador.): – Sr. Presidente, nobre Srs. Constituintes, desejo, em nome da liderança do PDT, depolar e repudiar a covarde agressão de que foi vítima na sessão anterior o bravo e combativo companheiro Juarez Antunes e, ao mesmo tempo, reitar o orador que falou no primeiro espaço destinado à liderança do PFL a que venha aqui, neste plenário, na presença de todos os Constituintes, declinar os nomes dos Parlamentares que promoviam baderna nas galerias desta Casa. Quero dizer a S. Ex.^a que não tenho qualquer experiência em tática de guerrilha, nunca participei de movimentos guerrilheiros, mas tampouco servi ao regime autoritário para reprimir a guerrilha popular – por isso não tenho experiência alguma na área.

Tenho passado minha vida pública inteiramente consagrado à defesa intransigente dos direitos inalienáveis da pessoa humana. Exerço agora o quarto mandato popular e tenho, como único galardão da minha vida pública, a supressão arbitrária, fascista, de um quinto mandato popular que o povo me havia delegado. Se estive nas galerias, exercei um direito meu. Ninguém aqui é palmatória da Constituinte para dizer a mim onde tenho de estar e com quem devo estar. Não sirvo a dois senhores. Estive ao lado de quem eu devia estar, da gente simples, humilde e indefesa do povo, que foi violentada pelo equívoco histórico praticado na sessão anterior. No entanto, devo dizer, Sr. Presidente, que subi às galerias, exercendo um direito meu, apenas para apaziguar, apenas para chamar a atenção da ira sagrada daquele povo frustrado nos seus anseios e nos seus direitos que de nada adiantava jogar papéis, moedas e fichas telefônicas sobre o Plenário e dizer palavrões, porque esse não era o melhor caminho. E trago aqui, inclusive, o testemunho insuspeito do Diretor de Segurança desta Casa, Sr. Fernando Paolucci, que presenciou a minha intervenção junto a um exaltado homem do povo para que

não proferisse palavrões e contivesse a sua exaltação – justa, aliás – a fim de não oferecer pretextos para que oradores como esse a que me refiro venham aqui, pretendendo ter o monopólio da verdade e da razão, atirar acusações e insultos absolutamente incompatíveis com o respeito recíproco que todos devemos ter. Não aceito esse tipo de manifestação. Ao acusador cabe o ônus da prova. S. Ex.^a fez essa afirmação sem citar nomes, o que me parece mais pusilâmine ainda, dos que orquestravam – repito – ajusta e sagrada ira do povo. Que venha aqui mencionar os nomes de quem orquestrava o que ele chamou de baderna, e que eu chamo de manifestação legítima de quem se sentiu traído e apunhalado em seus direitos.

Sr. Presidente, V. Ex.^a me conhece há vários anos. Desta ou de qualquer tribuna, jamais fiz qualquer tipo de acusação pessoal, e também jamais propus qualquer tipo de retaliação pessoal contra quem quer que seja. Aqui defendi, e defenderei sempre, até que se esgote o meu mandato, a confiança que o povo me delega, idéias e apenas idéias. Por isso mesmo, respaldado nesse comportamento, não posso aceitar esse tipo de acusação. Ninguém me vai dizer onde e com quem devo estar. Ninguém vai aqui pretender, sem a devida resposta, no momento oportuno, dizer-me o que devo falar e como me devo comportar em minha Casa. Por isso, Sr. Presidente, quero, uma vez mais, repelir esse tipo de acusação, que nada constrói e que, ao contrário, criou uma área de atrito que só prejudica a instituição a que pertencemos. Repito, e insisto em dizer, que ninguém aqui é juiz de quem quer que seja. Por não ser juiz e por não ter o direito de julgar, porque esse é um privilégio da História, repilo com energia e veemência esse tipo de comportamento antiparlamentar da delação pura e simples.

Nós, aqui, temos todos os mesmos direitos. Ninguém é melhor do que ninguém, tenha tido mais votos ou menos votos. Ninguém é chamado para se pronunciar pelo número de votos que teve. Que fique claro, porém, que a Liderança do PDT não aceita esse tipo de comportamento e desafio o acusador a que exiba as provas. Se as tiver, darei a mão a palmatória, mas, se não as tiver, será submetido ao opróbrio da opinião pública, porque ninguém fica impune. Todos, um dia, haverão de passar pelo Tribunal da História e serão julgados pelos seus atos e pelo que fizeram.

Aqui, fica, pois, como palavra final, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex.^a o meu repúdio à forma desrespeitosa com que se tenta pôr fogo na Assembléia Nacional Constituinte, com o único objetivo de afastá-la dos seus caminhos rumo à História, rumo à construção de uma sociedade que não seja privilégio de uns poucos que dispõem, no luxo afrontoso e no supérfluo, do que falta à mesa da esmagadora maioria e depois vêm aqui passar por democratas. Nós queremos construir uma sociedade de todos, primeiramente dos brasileiros trabalhadores, dos operários, dos agricultores com pouca terra e dos sem terra, dos estudantes sem escola, dos menores que perambulam pelas ruas percorrendo as latas de lixo em busca do inatingível pedaço de pão. Esta é a sociedade que queremos construir e haveremos de construí-la quer queiram, quer não queiram aqueles que aqui posam de democratas,

mas, na verdade, estão permanentemente apunhalando a democracia e a liberdade. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. RUY NEDEL: – Sr. Presidente, peço a, palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. RUY NEDEL – (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, minha questão de ordem visa a inquirir a Mesa da possibilidade de se resgatar a verdade geométrica aqui nesta Casa. A nossa inteligência está sofrendo uma afronta diária, de uma semana para cá, enquanto a geometria está sendo utilizada, aqui, como uma outra figura, para os que estão nos chamando de analfabetos. Para mim esta Assembléia Nacional Constituinte deve ser a roda que dará movimento à carreta da sociedade brasileira. Esta roda deve ter o seu centro, efetivamente, no meio. Este meio deve ter raios que solidifiquem a roda que movimentará a carreta da sociedade brasileira, convergindo para todos os sentidos. Sabemos que, se temos 140 milhões de habitantes, um milhão e 400 mil desses habitantes correspondem a uma minoria de 1%, mas que pode gerar uma convulsão, neste País, que desgrace a Nação inteira. A carreta da sociedade não andará, se não soubermos fazer uma roda cujo centro, efetivamente, fique no meio, com seus raios convergindo para todos os pontos. Estamos sendo agredidos na nossa inteligência, porque o centro, aqui, mudou de pontos. O centro, aqui, está lá na externa direita; está tão à direita que, até ao se dar uma bofetada num colega de Assembléia Nacional Constituinte, é escolhido o seu olho direito.

Sr. Presidente, levanto esta questão de ordem para ver da possibilidade de a Mesa impor, com a dignidade que tem e o respeito que nos merece, a verdade; também a verdade geométrica porque essa figura geométrica, aqui nesta Casa, precisa ser bem esclarecida. Mudem de nome, assumam a realidade das posições reacionárias que estão tornando, mas façam com o nome que eles merecem e não como um termo de bom senso para gerar a discriminação, a radicalização e a instabilidade social através da inviabilização desta Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa examinará a sugestão de V. Ex.^a para tomar as providências cabíveis.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresenta proposição o Sr.

VIVALDO BARBOSA – Requerimento de constituição de Comissão Especial para apuração da agressão sofrida pelo Constituinte Juarez Antunes no decorrer da sessão matutina da Assembléia Nacional Constituinte do dia 03-12-87.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Srs. Constituintes, a Mesa, na sua reunião de hoje, aprovou projeto de resolução alterando o Regimento Interno, o qual irá à publicação.

Vem à Mesa e vai à publicação o seguinte Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21, de 1987

(Mesa)

Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 1º É facultada à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte a apresentação de substitutivos a Títulos, Capítulos, Seções e Subseções é de emendas a dispositivos do projeto de Constituição.

§ 1º Em caso de mais de um substitutivo sobre a mesma matéria, terá prioridade aquele que apresentar o maior número de subscritores. Se forem de igual número, será votada a preferência do que estiver sido apresentado em primeiro lugar.

§ 2º As emendas apresentadas com base neste artigo, terão preferência automática, não sendo submetida a votos e sua aprovação não prejudicará as demais emendas, salvo se forem idênticas.

§ 3º Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo, não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma na sessão seguinte, com 24 (vinte e quatro) horas de intervalo entre uma e outra para decisão final do plenário.

Art. 2º Será permitido ao Constituinte, após publicado o projeto da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as emendas e destaques oferecidos em fases anteriores, apresentar 4 (quatro) emendas e 6 (seis) destaques, obedecido o § 2º do art. 29 do Regimento, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

Parágrafo único. A emenda e o destaque devem incidir sobre artigo, parágrafo, inciso e alínea de emenda ao projeto ou ao substitutivo, parcial ou integralmente.

Art. 3º O requerimento de preferência deverá ser subscrito por 56 (cinquenta e seis) Constituintes e apresentado até às 18 (dezoito) horas do dia que anteceder a votação do respectivo título.

§ 1º Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver maior número de subscritores, salvo acordo em contrário.

§ 2º Os substitutivos, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas.

§ 3º Ausente o autor do requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário, salvo mediante autorização por escrito do primeiro signatário a um de seus subscritores.

Art. 4º Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos o Projeto da Comissão de Sistematização, abrir-se-á o prazo de 7 (sete) dias para recebimento de substitutivos ou emendas.

§ 1º O relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria, não podendo submetê-la ou concluir por substitutivo.

§ 2º Nas 72 (setenta e duas) horas que se seguirem à publicação e distribuição do parecer, poderão ser apresentados requerimentos de destaque.

Art. 5º Será admitida a fusão de emendas, desde que a proposição dela resultante não apresente inovações em relação às demais emendas objeto da fusão e seja assinada pelos primeiros subscritores das propostas originais.

Art. 6º É admitida a co-autoria de emendas após a respectiva publicação.

Art. 7º O disposto no art. 2º não se aplica às emendas populares.

Art. 8º Votar-se-á em primeiro lugar o capítulo do respectivo título seguido dos destaques e, sucessivamente, o grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§ 1º As emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de mérito conexas, salvo o disposto no § 2º do art 1º e no parágrafo único do art 11.

§ 2º No encaminhamento de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 5 (cinco) Constituintes: 2 (dois) a favor, tendo preferência o autor do destaque, 2 (dois) contra e o Relatar.

§ 3º A votação será realizada na ordem crescente dos capítulos e de seus respectivos artigos, não se admitindo requerimento de preferência de um Título, Capítulo, Seção ou Subseção, sobre outro.

§ 4º No início da votação de cada título poderão falar os Líderes ou os Constituintes por eles indicados, sendo facultado:

a) ao partido com mais de 150 (cento e cinquenta) membros – 12 (doze) minutos;

b) ao partido com mais de 15 (quinze) e menos de 150 (cento e cinquenta) membros – 8 (oito) minutos;

c) ao partido com até 15 (quinze) membros – 5 (cinco) minutos.

Art. 9º Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, o Relator redigirá o vencido para o segundo turno no prazo de até 10 (dez) dias.

Art. 10. Serão permitidos destaques para aprovação ou supressão de parte do projeto ou de substitutivo, considerando-se incluída ou excluída do texto acolhido a matéria objeto do destaque, se este for aceito pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 11. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior poderá ser apreciado requerimento de destaque para votação em separado de parte do texto do projeto ou do substitutivo, desde que subscrito por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Parágrafo único. A matéria destacada na forma deste artigo somente será incluída no texto constitucional se aprovada pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Caso não atinja este **quorum** será tida como rejeitada sem prejuízo das emendas que hajam sido destacadas para o mesmo texto, caso em que não se observará o limite constante do art 2º.

Art. 12. Ocorrendo rejeição de Capítulo e de suas respectivas emendas, será a sessão suspensa pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) horas,

devendo o relator apresentar texto circunscrito à matéria existente, sem prejuízo da faculdade atribuída à maioria absoluta de oferecer texto, nas mesmas condições do relator.

Parágrafo único. Nesta fase, os destaques poderão ser apresentados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, independente do princípio da prejudicialidade, desde que subscritos por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Art. 13. Recebido o texto do relator, referido no art. 6º, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo a matéria incluída em Ordem do Dia, até – 5 (cinco) dias para discussão em segundo turno.

§ 1º É facultado a cada Constituinte, durante a discussão, apresentar 4 (quatro) emendas, desde que supressivas ou de redação.

§ 2º Cada orador poderá falar por 10 (dez) minutos, uma única vez, e os líderes por 20 (vinte) minutos.

§ 3º Encerrada a discussão, com emendas, o relator emitirá parecer no prazo de até 5 (cinco) dias, sendo a matéria submetida a votação.

§ 4º Concluída a votação, com ou sem emendas, a matéria será encaminhada a uma Comissão de Redação integrada por Constituintes a serem designados pelo Presidente, entre estes o relator.

§ 5º Apresentada à redação final, far-se-á sua publicação no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo incluída em Ordem do Dia para votação em turno único no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. No encaminhamento da votação, poderão usar da palavra uma única vez, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) representantes de cada partido.

Art. 14. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. – Constituinte **Mauro Benevides**.

PARECER

Com o objetivo de harmonizar numerosas sugestões de alteração regimental, tendo em vista a discussão e votação do Projeto de Constituição, a Mesa entendeu, como necessária, a reapresentação de nova proposta, condensando as inovações insertas em substitutivos anteriores, ainda em tramitação, bem assim nas emendas que dispõem sobre modificações no art. 27 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Após sucessivos entendimentos, foi oferecido à Mesa um Anteprojeto de Resolução consubstanciando normas que pretendem viabilizar, no menor espaço de tempo, o exame da matéria originária da Comissão de Sistematização, evitando-se embargos regimentais que possam dificultar, no Plenário, qualquer deliberação a ser adotada pelos Senhores Constituintes.

Reabrindo prazos para a apresentação de emendas os primeiros e segundos turnos; estabelecendo número máximo para a formulação de emendas e destaques; fixando exigências para pedido de preferência – tudo isso foi alinhado em dispositivos explícitos, por cujo fiel cumprimento empenhar-se-ão, certamente, todos os integrantes da Assembléia.

Tornar-se-á, assim, bem mais clara a interpretação da Lei Interna diante das novas alternativas agora disciplinadas, com vistas a uma maior participação dos Constituintes, desejosos de aprimo-

rar, através de novas emendas, o texto da futura Carta Magna do País.

Em face das razões expostas, a Mesa apresenta o seguinte. Projeto de Resolução.

Constituinte
Benevides.

Mauro

*LEGISLAÇÃO CITADA PELA
COORDENAÇÃO DAS
COMISSÕES PERMANENTES*

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1987 (ANC)

**Dispõe sobre o Regimento
Interno da Assembléia Nacional
Constituinte.**

Art. 29. Recebido o parecer da Comissão, este será publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e em avulsos, sendo a matéria, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, incluída em Ordem do Dia, para discussão em segundo turno, nela podendo permanecer até 15 (quinze) dias, vedada à apresentação de novas emendas, salvo as supressivas e as destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, ou de redação para correção de linguagem.

§ 2º Encerrada a discussão, com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, que sobre elas emitirá parecer no prazo de até 10 (dez) dias.

**PARECER DA MESA DA
ASSEMBLÉIA NACIONAL
CONSTITUINTE**

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, na reunião de hoje, presentes os Senhores Constituintes Ulysses Guimarães, Presidente, Mauro Benevides, 1º – (Vice-Presidente, Jorge Arbage, 2º – Vice-Presidente, Mário Maia, 2º – Secretário e Arnaldo Faria de Sá, 3º – Secretário, aprovou o parecer do Relator, Constituinte Mauro Benevides, 1º – Vice-Presidente, favorável ao Projeto de Resolução que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Reuniões, 3 de dezembro de 1987. – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

*DEIXAM DE COMPARÉCER
OS SENHORES:*

Aloísio Vasconcelos – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PTB; Domingos Juvenil – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; França Teixeira – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Itamar Franco – João Herrmann Neto – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; José Agripino – PFL; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Mário Assad – PFL; Milton Lima – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Roberto Freire – PCB; Wilson Campos – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está encerrada a Sessão.

*Encerra-se a Sessão às 18
horas e 45 minutos.*



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 156

QUARTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 172^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 8 DE DEZEMBRO DE 1987.

I - Abertura da sessão

II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

COMUNICAÇÃO

Do Senhor Constituinte Denisar Arneiro, expondo os motivos pelos quais se viu impossibilitado de votar na sessão de 3 de dezembro último.

IV - Pequeno Expediente

NILSON GIBSON - Exposição de motivos do Presidente do Sindicato dos trabalhadores na Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e ofício, em resposta, do Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, a propósito da criação da 2^a Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão, Estado de Pernambuco. Apelo ao Presidente José Sarney no sentido do envio de Mensagem ao Congresso Nacional com referência à criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados, em particular nos Municípios de Jaboatão e Belo Jardim, Pernambuco.

IRMA PASSONI - Repúdio a processo de obstrução dos trabalhos de elaboração constitucional consubstanciado na modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte proposta pelo "Centrão".

MÁRIO MATA - Apelo da bancada do Estado do Acre.

OSVALDO BENDER - Requerimento de votação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 169, de 1983, que visa à federalização de rodovias com fins de sua transformação em Rodovia de Integração Sul-Centro-Oeste.

EDME TAVARES - Comemoração do cinqucentenário de Sacerdócio de D. Zacarias Rolim de Moura, Bispo de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

GIDEL DANTAS - Defesa da Confederação Evangélica do Brasil ante matéria injuriosa publicada pela imprensa.

JOSÉ GENÓILO - Análise do impasse em que se encontra a Assembléia Nacional Constituinte em virtude das modificações no Regimento Interno.

PAULO PAIM - Protesto contra agressão da Polícia de Choque do Estado do Rio Grande do Sul a parlamentares da Assembléia Legislativa, jornalistas e trabalhadores que apoiavam professores e funcionários públicos na reivindicação do pagamento do 13º salário. Não participação de Constituintes presentes na galeria nas agressões e ofensas a Constituintes em plenário, em sessão da Assembléia Nacional Constituinte.

AMAURY MÜLLER - Crítica ao governo Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e solidariedade a Deputados Estaduais, professores e servidores públicos agredidos pela Polícia de Choque do Estado quando pleiteavam o pagamento do 13º salário.

ALDO ARANTES - Protesto contra incorporação de reivindicações do "Centrão" no Substitutivo da Mesa que dispõe sobre modificações no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

SÉRGIO WERNECK - Inauguração do Laboratório de Integração e Testes - LIT - Instituto de Pesquisas Espaciais.

MENDES RIBEIRO - Aplauso a decisão da UNESCO no sentido do tombamento de Brasília, Distrito Federal, como Patrimônio Histórico da Humanidade.

SOTERO CUNHA - Papel do Estado na preservação da família, a ser assegurado em dispositivos da nova Carta Constitucional.

FRANCISCO AMARAL - Homenagem ao ex-Chanceler Antônio Francisco Azevedo da Silveira, por ocasião de sua aposentadoria.

O SR. JOSÉ LUZ DE SÁ - Protesto, em nome da população Volta-Redondense, pela decisão governamental de instalação do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro em Itaguaí, em terreno que pertence, desde 1975, à Companhia Siderúrgica Nacional.

MAURO SAMPAIO - Abaixo-assinado reivindicatório de servidores do instituto da Administração Financeira da Previdência e Assistência Social lotados na superintendência Regional do Ceará, no sentido de correção no Plano de Salários e Cargos da Previdência Social.

RAQUEL CÂNDIDO - Repúdio a entrevista concedida pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram, João Sérgio Marinho Nunes, ao *Jornal do Brasil*, com acusação ao Ministro das Minas e Energia Aureliano Chaves.

EDIVALDO MOTTA - Denúncia de discriminação do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Mário Fortes, contra o Nordeste. Matéria publicada pelo *Jornal de Brasília* a propósito do assunto.

JORGE ARBAGE – Apoio a telex do Diretor-Presidente da Cooperativa Agrícola Mista Paraense Ltda. Hidehiko Fujihara, em protesto contra possível extinção do Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC.

GILSON MACHADO – Apelo às autoridades governamentais no sentido de revisão do tratamento dispensado aos cebolicultores do Médio São Francisco no que concerne à liberação de recursos para custeio agrícola.

OLÍVIO DUTRA – Critica ao governo Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, ante ordem de repressão violenta pela Polícia Militar a manifestação ordeira de servidores públicos.

CARLOS VINAGRE – Protesto contra distribuição de panfleto político pelo Senador João Menezes, por ocasião do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém, Estado do Pará.

AUGUSTO CARVALHO – Repúdio a protesto da Federação Brasileira das Associações de Bancos – Febraban, contra decisão do Governo no sentido de transferência do controle das operações de fomento, do Banco Central para o Banco do Brasil.

SIQUEIRA CAMPOS – Voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Dário Délio Cardoso, do Estado de Goiás.

COSTA FERREIRA – Necessidade de interiorização da assistência médica-hospitalar e dentária da Previdência Social, pela construção de hospitais de médio porte, principalmente em municípios do Estado do Maranhão.

JORGE LEITE – Apelo no sentido da concessão, pelo Conselho de Política Fazendária – Confaz, de isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias para motoristas de táxi.

FERES NADER – Sugestão de providências que visam à melhoria da política de desenvolvimento urbano.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Conveniência de ser votado pela Assembléia Nacional Constituinte projeto de decisão do orador que veda a edição de decretos-leis durante o período de elaboração constitucional. Protesto contra concessão de empréstimos a empresários pelo Conselho Monetário Nacional.

V – Comunicações das Lideranças

FERNANDO SANTANA – Interferência de multinacionais na Assembléia Nacional Constituinte com a finalidade de modificar artigos aprovados pela Comissão de Sistematização relativos à definição de empresa nacional.

GUMERCINDO MILHOMEM (Questão de ordem) – Contestação a noticiário da imprensa a propósito de suposta presença do orador nas galerias quando da votação do Projeto de Resolução do grupo "Centrão" que visa modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Gumercindo Milhomem.

ELIAS MURAD – Razões da aposição da assinatura do orador em apoio às reivindicações do grupo "Centrão". Exposição do Ministério da Saúde, no Salão Verde da Casa, em campanha contra o tabagismo.

IRMA PASSONI (Questão de ordem) – Solicitação de esclarecimento da Mesa a propósito de medidas adotadas no sentido da proibição do ingresso de pessoas em dependências da Câmara dos Deputados.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem da Constituinte Irma Passoni.

CELSO DOURADO – Relevância do trabalho de elaboração constitucional. Aspectos positivos da presença do povo nas galerias. Apelo no sentido do entendimento partidário no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte.

BENEDITA DA SILVA – (Questão de ordem) – Crítica à aprovação, pela Assembléia Nacional Constituinte, do Substitutivo do Constituinte Cardoso Alves que possibilita a rediscussão em plenário do Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização. Pedido de esclarecimento à Mesa sobre impedimentos ao ingresso em plenário de representações de movimentos populares.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem da Constituinte Benedita da Silva.

AMAURY MÜLLER (Questão de ordem) – Proibição do trânsito de pessoas no Salão Verde da Câmara dos Deputados, sob a alegação de não se encontrarem convenientemente trajadas. Recebimento de aviso prévio de demissão por servidores das empresas Ipanema e Sitran.

PRESIDENTE – Resposta às questões de ordem do Constituinte Amaury Müller.

SIQUEIRA CAMPOS – Protesto do PDC contra pacote fiscal a ser editado pelo Governo.

ERALDO TRINDADE – Desagrado do orador ante notícia publicada no **Correio Brasiliense** – "Centrão" passa o feriado concluindo suas emendas – em virtude da não-participação da maioria dos signatários do documento apresentado pelo grupo.

AMARAL NETO – Explicação a propósito da manifestação de desagrado do Constituinte Eraldo Trindade. Providências adotadas pelo orador ante ameaças dos presidentes da CGT e da CUT contra constituintes.

VICTOR BUAIZ – Violência da UDR contra trabalhadores rurais sem terra do Município de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo.

HAROLDO LIMA – Posicionamento do orador, contrário à aprovação do Projeto de Resolução nº 21, da Mesa da Assembléia Constituinte, que dispõe sobre modificações no Regimento Interno, e apresentação de emendas pelo PC do B.

ÉRICO PEGORARO – Repressão violenta, pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul, a manifestação em que funcionários públicos reivindicaram o pagamento do 13º salário.

JOFRAN FREJAT – Declaração, pela Unesco, do Plano Piloto de Brasília, Distrito Federal, como Patrimônio Cultural da Humanidade.

AMAURY MÜLLER – Congratulações do PDT ao Constituinte Olívio Dutra, por sua eleição para a presidência do Partido dos Trabalhadores, e ao Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva por sua indicação como candidato do partido à Presidência da República. Solidariedade aos oradores que se manifestaram contrariamente à violência cometida pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul assassinato do jovem Herbert Monteiro Passos pela Polícia Militar de Minas Gerais.

BETH AZIZE – Convocação extraordinária do Congresso Nacional com a finalidade de análise do pacote fiscal em elaboração pelo Governo.

MÁRCIA KUBITSCHKE (Questão de ordem) – Relevância da indicação de Brasília, Distrito Federal, como Patrimônio Cultural da Humanidade.

VI – Apresentação de Proposições

ROBERTO FREIRE, CARLOS ALBERTO CAÓ.

VII – Ordem do Dia

ROBERTO FREIRE – Voto de congratulações ao Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética e ao Presidente dos Estados Unidos pela assinatura de acordo de desarmamento nuclear.

OLÍVIO DUTRA – Reclamações sobre demora no encaminhamento de requerimento de informações do orador ao Ministério do Planejamento sobre a aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento na produção da aeronave militar AM-X.

PRESIDENTE – Resposta à reclamação do Constituinte Olívio Dutra.

ADYLSON MOTTA – Violência cometida pela Força Pública Estadual do Rio Grande do Sul contra funcionários que pleiteavam a concessão do 13º salário.

DEL BOSCO AMARAL – Violência policial contra metalúrgicos da Baixada Santista.

DEL BOSCO AMARAL, JOSÉ GENOÍNO, ROBSON MARINHO, ALDO ARANTES, PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO, HAROLDO LIMA – Discussão do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

VIII – Encerramento

Discurso do Constituinte Edmilson Valentim na Sessão de 2-12-87: Considerações sobre proposta do "Centrão". Protesto contra demissão de trabalhadores da Cobra Computadores.

2 – **MESA** (Relação dos membros)
3 – **LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS** (Relação dos membros)
4 – **COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO** – Relação dos membros.

Ata da 172ª Sessão, em 8 de dezembro de 1987

*Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente;
Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente;
Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário; Benedita da Silva, Suplente de Secretário;
e Sotero Cunha, Suplente de Secretário.*

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Agassiz Almeida – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Aloysio Chaves – PFL; Álvaro Antônio – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Annibal Barcellos – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Gaspar – PMDB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arolde de Oliveira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Celso Dourado – PMDB; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Costa Ferreira – PFL; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eiel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Felipe Mendes – PDS; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Elias Murad – PTB; José Genoíno – PT; José Jorge – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Melo – PMDB; José Richa – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Maga-

Iháes – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Castro – PFL; Mansueto de Lavor – PMDB; Marco Maciel – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Maia – PDT; Matheus lensen – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Orlando Pacheco – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Rollemburg – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sotero Cunha – PDC; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vítor Buaiz – PT;

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 156 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão. Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ: – Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MÁRIO MAIA: – Segundo-Secretário, servindo como Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE**COMUNICAÇÃO**

Do Sr. Constituinte Denisar Arneiro, nos seguintes termos:

Brasília, 8 de dezembro de 1987.

Excelentíssimo Senhor Deputado Ulysses Guimarães MD Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Nesta Senhor Presidente, Sendo hoje a primeira Reunião da Assembléia Nacional Constituinte, após a realização da votação do dia 3-12-87, na qual cheguei atrasado na chamada do meu nome, solicitei uma Questão de Ordem para proferir o meu voto, no momento em que estavam chamando a letra "F".

Fui informado pelo Sr. Presidente que, no final da votação seria feita nova chamada para aqueles que não tiveram oportunidade de responder à primeira.

No entanto, devido aos tumultos ocorridos nas galerias, não houve esta segunda chamada.

Quero deixar registrado Sr. Presidente que o meu voto, naquela oportunidade foi SIM.

Atenciosamente, – **Denisar Arneiro.**
O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente. Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, ocupo hoje esta tribuna para fazer um registro muito importante e ao mesmo tempo pleitear uma solução urgentíssima do Ministro da Justiça. Os operários da indústria do açúcar e do álcool do Estado de Pernambuco, através do seu líder, estão denunciando que os trabalhadores estão sendo massacrados, em face da pauta da JCJ de Jaboatão, Justiça do Trabalho, esta congestionada e abarrotada, com audiências designadas para o início de 1989, portanto, daqui a um ano e dois meses. Logicamente, os trabalhadores-reclamantes não têm condições para aguardarem decisão do Judiciário, em 1ª Instância.

O Presidente do órgão de classe, líder José Joventino de Melo Filho, encaminhou exposição de motivos com farta documentação ao ilustre

e honrado Presidente do Tribunal Superior do Trabalho informando o assunto.

Passo a fazer a leitura:

"Recife, 3 de novembro de 1987.

Ofício DJ-144/87.

Exmº Sr. Presidente
do Tribunal Superior do Trabalho
Brasília – DF

Senhor Presidente:

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, no Estado de Pernambuco, sempre voltado para o bem-estar dos seus associados, encontra-se, no momento, preocupado com um sério problema que se afigura difícil e danoso para os que fazem a indústria do açúcar no Município de Jaboatão, deste Estado.

Pedimos vênia a V. Ex.^a para relatar o caso, que é o seguinte: a Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão localizada na cidade Jaboatão, o terceiro maior Município do País, com mais de trezentas indústrias está com a pauta de audiências para **novembro de 1988**.

Prevalendo-se desta triste situação, os Senhores empregadores vêm-se aproveitando para **massacrar** os seus trabalhadores, vencendo-os pelo cansaço.

Recentemente, a Refinaria de Açúcar do Norte S/A – RAN, localizada no Distrito de Prazeres. Município de Jaboatão, está ameaçando reduzir o salário de seiscentos trabalhadores – sob pena de demissão sumária, sem indenização, caso os mesmos não aceitem a redução dos seus ganhos.

Como vê, V. Ex.^a, este reprovável proceder da Refinaria de Açúcar do Norte S/A, está se estendendo a todas as outras Empresas daquele Município, e só poderá ser resolvido por interferência de V. Ex.^a, que tem demonstrado ser o guardião do Poder Judiciário Trabalhista no Brasil – junto ao Ministro da Justiça, e também junto ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no sentido de ser criada uma nova Junta de Conciliação e Julgamento nos Distritos de Prazeres ou Cavaleiro-Jaboatão – PE, ou então autorizar a Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão para transferir, ao menos, trinta por cento (30%) dos processos que ali se encontram acumulados, para as Juntas da cidade do Recife, distante apenas 10 km, onde algumas Juntas estão com a pauta de 20 (vinte) dias.

Na certeza de uma pronta e imediata solução, ficamos ao inteiro dispor de V. Ex.^a, agradecendo antecipadamente a atenção dispensada.

Aproveitamos o ensejo para renovar os nossos mais elevados protestos de estima e admiração.

Atenciosamente, – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Açúcar de Pernambuco – **José Joventino de Melo Filho**, Presidente."

O Tribunal Superior do Trabalho esclareceu ao órgão de classe que a criação da 2^a Junta em Jaboatão é de iniciativa do Tribunal Regional do Trabalho – 6^a Região – e que S. Ex.^a ainda

não havia recebido qualquer solicitação de parte do Egrégio TRT da 6^a Região, em razão das exigências da Lei nº 6.947, de 17 de setembro de 1981.

Passo a fazer leitura do ofício do TST, referente à matéria:

OF. CGJT. nº 201/87 Em 13 de novembro de 1987.

Ilmº Sr.
José Joventino de Melo Filho
MD. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco
Recife-PE

Senhor Presidente

Por solicitação do Exmº Sr. Ministro Marcelo Pimentel, tenho a satisfação de me dirigir a V. S^a com a finalidade de prestar esclarecimento a respeito da possibilidade de ser criada a 2^a JCJ de Jaboatão ou a redistribuição dos processos acumulados na 1^a JCJ da mesma cidade para as Juntas do Recife.

Quanto à criação da 2^a Junta, informo que este Tribunal Superior não recebeu nenhuma solicitação de parte do Egrégio TRT da 6^a Região.

A iniciativa à do Tribunal Regional perante o qual deve essa entidade requerer as providências administrativas para justificar a criação da nova Junta em razão das exigências da Lei nº 6.947, de 17-9-81.

Quanto à redistribuição dos processos, informo que isto é impossível face à competência territorial das Juntas de Conciliação e Julgamento fixada na lei federal que as criou. Apenas outra lei é que poderia alterar a competência territorial da 1^a JCJ de Jaboatão, o que somente será possível com a transparência da competência da 1^a JCJ para o grande Recife.

Em casos tais, é indispensável que a comunidade jurídica e sindical de Jaboatão concorde em transferir sua Junta para a competência das Juntas em Recife.

É uma delicada questão de ordem política que só em conjunto com as autoridades Municipais de Jaboatão será possível resolver. O preferível é a tentativa de se criar a 2^a Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão por iniciativa das entidades sindicais junto ao TRT da 6^a Região.

Quanto às pressões que a Refinaria de Açúcar do Norte S.A. está exercendo ilicitamente, sugiro que V. S^a se dirija diretamente ao Exmº Sr. Ministro do Trabalho, Dr. Almir Pazzianotto Pinto, a quem compete as medidas punitivas cabíveis.

Sem mais, aproveito o ensejo para apresentar cordiais saudações. – **Luiz José Guimarães Falcão**, Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho."

Concluo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, formulando um veemente apelo ao, Ministro da Justiça e, evidentemente, ao ilustre e eminent Presidente José Sarney no sentido de enviar Mensagem do Congresso Nacional para criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados, principalmente, incluindo a 2^a JCJ no Município de Jaboatão e uma JCJ no Município de Belo Jardim, no Estado de Pernambuco.

Oportunamente voltarei ao assunto.

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Sem revisão da oradora): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero deixar claro aqui que, nós, Constituintes, sofremos um processo de anulação total como pessoas eleitas pelo povo brasileiro através do voto direto e secreto, porque o que está em questão é a anulação da nova Constituição.

Há um processo de obstrução com a modificação do Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte e que já há várias e várias versões, com a votação suspensa a partir do "Roberto", com 27 destaques. Somente agora temos um parecer da Mesa.

Está instalado o processo de anulação da nossa participação nesta Assembléia Nacional Constituinte pela proposta da Direita, votada na última sessão e, agora, pelo substitutivo da Mesa. Com estes instrumentos estamos todos manietados, exigindo de nós uma postura de vaca de presépio, pois o que se está ressalvando aqui não é uma Constituição, e o credenciamento para receber privilégios individuais, dinheiro, apoio eleitoral para o ano que vem, credenciamento em Ministérios com a declaração vergonhosa, Fisiológica e absurda do Constituinte José Lourenço que está publicado hoje no **Correio Brasiliense**, à página 5, e que diz o seguinte: "José Lourenço quer ver o grupo recompensado e logo. Centrão exige Ministérios.

Quero declarar aqui que não aceito ser massa de manobra desses grupos. É uma postura mesquinha, fisiológica, como já disse, absurda, vergonhosa que nos toma todos, perante o público, vulneráveis. Isto é crime, não aceito, repudio. Esta Casa, quando apura as violências praticadas por visitantes, saiba que a violência já está praticada aqui dentro por Constituintes que não estão defendendo o interesse do povo brasileiro, mas interesses individuais. Este processo Constituinte está podre, desrespeitado, porque a nossa proposta de Regimento Interno anula todas as conquistas até agora, com mentiras, com manipulações de informações ao povo, se prestando a anulação de todos os trabalhos realizados, todas as mínimas conquistas feitas. Por isso, considero que se aprovaremos a preferência para o substitutivo da Mesa e votarmos da forma que está, poderemos estar encaminhando uma Constituição não democrática e exigindo que novamente sejam colocados em votação os projetos que já estavam em andamento e a preferência da primeira proposta da Mesa aqui em questão. Se isto não conseguirmos, pela Mesa, que seja aprovado o destaque superior do art. 1º, do § 2º, do art. 11 e parágrafos seguintes deste projeto atual da Mesa em questão. Por quê? Porque não é possível a participação efetiva dos Constituintes com este substitutivo, agora, desta Mesa ou como Projeto "Robertão". Não estamos aqui credenciados e ninguém deve utilizar como massa de manobra as nossas pessoas; as nossas participações apenas para se promoverem individualmente, repudiamos este processo exigimos novamente, da Assembléia Nacional Constituinte, a retomada do Regimento Interno para que se vote o Projeto de Constituição. É um absurdo, hoje, a situação do povo brasileiro:

em nome da desordem institucionalizada, de quem não quer ver absolutamente nada aprovado aqui, veio essa manobra do Centrão, da Direita aqui instalada.

O que vemos hoje é a desordem institucional e econômica. O DIEESE declarou que o salário mínimo deveria ser mais de 20 mil cruzados e está em 3 mil e 600 cruzados. Então, se deixa o povo no desespero em nome da falácia do processo desta Constituinte.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT – AC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente Srs. Constituintes, estando o Senado já em recesso, quero aproveitar esta oportunidade do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte para fazer um apelo não em meu nome pessoal, mas em nome de todos os acreanos e de toda a Bancada do Estado do Acre, de todos os Partidos, quer no Senado, quer na Câmara, ao Dr. Camilo Calazans, no sentido de que não permita que a Superintendência do Banco do Brasil seja desativada em nosso Estado. Tanto a agência do Banco do Brasil no Rio Branco, no Cruzeiro do Sul, como as que estão para serem instaladas em outros municípios, têm prestado benefícios grandes ao Estado. E a Superintendência do Banco do Brasil é de uma valia incomparável e a permanência dela na capital acreana é uma necessidade para a região, para o Estado do Acre.

Fazemos um apelo, nesta oportunidade, do plenário da Assembléia Nacional Constituinte, ao Sr. Camilo Calazans, Diretor do Banco do Brasil, no sentido de que suste as providências que estão sendo tomadas para extinguir aquela Superintendência, para que ela permaneça vigente, prestando serviços aos acreanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A pedido de vários municípios e regiões, fomos em busca do Projeto nº 169, de 1983, aprovado por esta Casa e posteriormente remetido ao Senado, onde foi aprovado com algumas emendas. Por isso, o projeto retomou a esta Casa. Pedimos, então, através de requerimento, que esse projeto seja votado em regime de urgência ou para aqui pelo menos possa retomar e ser colocado em pauta, devido à alta importância do que trata. É para federalizar várias rodovias e, por fim, transformá-las em apenas uma, que se chamaria Rodovia de Integração Sul-Centro-Oeste. Essas estradas, Srs. Constituintes, Sr. Presidente, estão quase todas concluídas e asfaltadas. No entanto, a maior parte pertence aos Estados. Essa rodovia iniciar-se-ia no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, indo até Dourados, no Mato Grosso, passando pelos trajetos de Ronda Alta, Nonoai, Chapecó, Coronel Freitas, Quilombo, São Lourenço do Oeste, Vitorino, Renascença, Marmeleteiro, Francisco Beltrão, Ampere, Realeza, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Guaíra, Mundo Novo, Iguatemi, Juti e Dourados.

O Senado emendou o projeto, incluindo, ainda, as localidades de Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí e Caarapó, que seriam ligadas, por fim, a Dourados.

Por isso, quis apenas esclarecer aos nobres Srs. Parlamentares para que pudessem tomar conhec-

cimento desse projeto de lei, que tramitou nesta Casa em 1985 e, como disse, foi aprovado e emendado pelo Senado. Agora, essa emenda – apenas ela terá que ser ratificada, para que essa rodovia possa tornar-se federal, sendo que apenas poucos trajetos necessitam ser asfaltados, como, por exemplo, o de Passo Fundo a Ronda Alta. Os demais praticamente já se encontram asfaltados.

Obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. EDME TAVARES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Constituintes.

Desta tribuna do Parlamento nacional, presto uma homenagem de justiça, consagrando nos Anais desta Casa os méritos e as virtudes de um Prelado brasileiro – Dom Zacarias Rolim de Moura, nas comemorações dos seus 50 anos de vida sacerdotal.

Lembro-me, agora, Sr. Presidente, de Da Vinci, o genial humanista que, certa vez, ao julgar-se incapaz de reproduzir, na pintura, o semblante de Maria, quebrou o pincel. Quebra-lo-ia também, nesta hora, se fosse um pintor, por sentir-me modesto ante o espelho dimensional de uma vocação de devotamento e amor à causa de Cristo entre os homens.

Destino-me, apenas, a evocar com palavras os traços marcantes da vida e da personalidade de D. Zacarias Rolim de Moura, Bispo da Diocese da minha cidade de Cajazeiras, na Paraíba.

Disseminando a palavra do Evangelho, pregando a paz e a fraternidade, difundindo doutrinas, despertando consciências, o Padre Zacarias Rolim de Moura tem palmilhado os caminhos da sua vida com dignidade excelsa, revelando o seu fecundo apostolado. E a lição de grandeza do mestre na palavra, no pensamento, na inquebrantável fé cristã, na convicção, no dever, na educação moral e espiritual dos seus irmãos em Cristo.

O povo católico, cajazeirense, sertanejo e paraibano, guarda na intimidade do seu convívio de todos os dias o nome de D. Zacarias Rolim de Moura, como uma figura superior de sacerdote e Mestre, que na sua atitude benfazeja, difundindo o ensino e promovendo a cultura, abriu as portas de uma Faculdade, na compreensão dos anseios da mocidade do nosso tempo.

O que permanece em D. Zacarias Rolim de Moura e se perpetua no seu espírito são as lições edificantes que plantou, na movimentação dos quadros da sua existência de padre e pastor, na mesma dimensão humana de amor a Deus e ao próximo.

A história da minha cidade de Cajazeiras já o consagra em vida. É o julgamento das suas virtudes sacerdotais, da evidência das suas atitudes, da nobreza do seu caráter, do sinal da sua configuração humana e cristã. É também no campo social o testemunho altíloquente de sua atuação valiosa aos superiores interesses da coletividade; numa palavra, o bem comum.

Sr. Presidente, Deus reservou a Dom Zacarias Rolim de Moura o destino admirável de ser um missionário da sua palavra diante do mundo.

Ao interpretar, desta tribuna, o júbilo do meu povo pela significação desta data comemorativa dos 50 anos de vida sacerdotal do homenageado, traduzo a saudação de louvor com alma e sentimentos dos paraibanos no agradecimento e na

comunhão das preces ao Criador pela felicidade do nosso sacerdote e Pastor.

Que Deus nos conceda a grande dádiva da presença de Dom Zacarias Rolim de Moura entre nós, brasileiros, pelo desvelo paterno que centraliza na inspiração e sentimento de eternidade.

Sr. Presidente, este é um dever que se impõe, uma justiça que se pleiteia, uma homenagem que é de grandeza pelas bênçãos do Céu. (Muito bem!)

O SR. GIDEL DANTAS (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Constituintes:

Vem de longe a praga difamatória; o histerismo dos seus fanáticos e radicais dividiu este País. Numa parte está a verdade, o patriotismo, o bem; na outra domina o mal, o espírito das conspirações. E cada idéia, cada opinião, cada projeto rola de um lado para outro, ao arbitrio do que se arrogou o privilégio de extremá-los.

Essa impostura de consciência e civismo aboliu entre os homens o respeito mútuo, primeira condução de toda luta pela verdade e pela honra, pelo dever e pela justiça.

É certo, Sr. Presidente, que um conceituado jornal do Rio de Janeiro, de circulação nacional, aludiu ao fato de que a Confederação Evangélica do Brasil, entidade organizada no ano de 1934, que desenvolveu e vem desenvolvendo importante trabalho na sociedade brasileira, como órgão de representação de cerca de oitenta por cento de Igrejas Evangélicas no Brasil, que congrega aproximadamente vinte por cento da população brasileira, recebeu verbas do Governo Federal, a fundo perdido, para os parlamentares evangélicos votarem em cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney.

Principiarel, Sr. Presidente, retificando a natureza da espécie, adulterada na versão com que pretendeu a repórter enxovalhar uma entidade respeitável que simplesmente se propôs a oferecer ao Governo os serviços das entidades sociais por ela supervisionadas por todo País, celebrando convênios para o período de um ano com a Legião Brasileira de Assistência LBA e Secretaria Especial de Ação Comunitária SEAC, do Ministério do Planejamento.

Não há, Sr. Presidente, no pleito da Confederação Evangélica do Brasil, na celebração de convênios, com órgãos e entidades governamentais, aquilo a que ajude a reportagem infamatória, na qual transparece nitidamente a imagem de uma discriminação às minorias.

Não se trata, pois, de uma pretensão graciosa ou de precedentes com a CEB, mas de uma ação na qual outras entidades representativas, a exemplo da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – foram devidamente atendidas pelo Governo, com verbas destinadas à área social, com valores bem superiores ao destinado à CEB.

A jornalista forjadora da mentira e da calúnia não diz onde reside o impedimento moral de uma entidade evangélica servir como repassadora de recursos às comunidades carentes. Fica-se por saber, depois de ler a mencionada reportagem, qual a razão, de direito ou de consciência, que procura denegrir a imagem de parlamentares evangélicos, armando-se dois botes contra a honorabilidade política e a honorabilidade religiosa dos companheiros.

A prevalecer a idéia maliciosa da aludida reportagem, os parlamentares católicos romanos, liga-

dos à CNBB, assumiriam também o compromisso de votarem no mandato de cinco anos para o Presidente Sarney, em razão dos convênios celebrados entre CNBB e LBA, Ministério da Previdência e Assistência Social, INAN e outras entidades.

Algumas pessoas criticam e atacam o Presidente da República por não atender ao clamor dos necessitados, mas quando o Governo aceita a ajuda de entidades com a responsabilidade e o porte da Confederação Evangélica do Brasil e a CNBB, vêm estas mesmas pessoas com mentiras, maldades e deboches, utilizando conceituados órgãos da imprensa para difamarem a dignidade do Presidente José Sarney e de integrantes da Bancada evangélica na Assembléia Nacional Constituinte.

Tenho acompanhado, Sr. Presidente, no dia-a-dia, o trabalho incansável, dedicado e honesto de muitos profissionais da imprensa do nosso País. Concordo, até, que muitos deles estão enquadrados no conceito externado por Rui Barbosa:

...“cada jornalista é, para o comum do povo, ao mesmo tempo, um mestre de primeiras letras e um catedrático de democracia em ação, um advogado e um sensor, um familiar e um magistrado. Bebidas com o primeiro pão do dia, as suas lições penetram até ao fundo das consciências inespertas, donde vão elaborar a moral usual, os sentimentos e os impulsos, de que depende a sorte dos Governos e das Nações.”

Contudo, Sr. Presidente, infelizmente, existem aqueles profissionais que combateram no período revolucionário as injunções de forças externas, e agora substituíram aquela por outra força da ideologia e do ódio, que, sem dúvida, descharacteriza a verdadeira missão da imprensa, que é a de formar opiniões com sinceridade e honestidade de propósito.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOSÉ GENÓIMO (PT – SP). Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

É bem verdade que há vários assuntos e diversas questões sobre a conjuntura política que deveriam merecer destaque maior por parte da Assembléia Nacional Constituinte. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, temos que bater na tecla do impasse que hoje reina na Assembléia Nacional Constituinte. Estamos há várias semanas, após o encerramento dos trabalhos da Comissão de Sistematização, sem discutir matéria do Projeto de Constituição.

Quero manifestar, também, que as propostas apresentadas até agora sobre como vamos discutir no Plenário e votar o projeto de Constituição levam-me a fazer aqui uma análise de que este impasse, esta situação delicada na Assembléia Nacional constituinte tende a se agravar, porque, ao se aprovar o projeto do Centrão, projeto de autoria do Constituinte Cardoso Alves, nós temos praticamente a liquidação do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, apesar do discurso ter dito o contrário. Temos um Plenário reduzido a algumas poucas votações, com assinaturas que já estão correndo aqui na Casa. Qualquer um de nós já pode ver que as assinaturas para pedir destaque – e esses destaque serão automáticos, não serão votados, pelo Substitutivo – já

estão sendo colhidas. Entramos na fase do leilão das assinaturas. Seremos convidados a assinar. Vários Constituintes assinarão, poderão tirar férias, poderão viajar e aí não terão problema nenhum porque não precisarão votar no Plenário. Esse destaque já está assinado, dele existem várias cópias já circulando, podem assinar, e aí nós teremos um Plenário liquido.

Mas, Sr. Presidente, sobre o Substitutivo do "Robertão", isso não é novidade, porque ele transforma a Constituinte, e já dissemos isso aqui, na Constituinte do abaixo-assinado, na Constituinte dos ausentes que assinam.

Quanto ao Substitutivo da Mesa, ele é o Substitutivo "Robertão" melhorado, este é que é o problema. A Mesa torna a si a responsabilidade política de processar mudanças no Regimento Interno. Esse projeto da Mesa – e pretendo fazer uma análise dele; já estou inscrito para encaminhar contra – não resolve alguns problemas de fundo do que entendemos ser um processo democrático de feitura da Constituição. Ele garante as assinaturas automáticas, em vez da votação; ele garante em separado, com determinado número de assinaturas, sem ser votado; ele garante que o rolo compressor simplesmente elimine a possibilidade de que os Constituintes, individualmente, tenham suas emendas discutidas. E ele tem determinadas incongruências, Sr. Presidente. Veja bem, a Mesa diz que quando houver duas preferências com o mesmo número de assinaturas, uma terá que ser votada, e é só aqui que aparece a idéia da votação, para não falar de um outro casuísmo que tem aqui o projeto. E que o Relator Bernardo Cabral foi eleito para ser Relator da Comissão de Sistematização, e, pelo Substitutivo da Mesa, ele é Relator do Plenário. Portanto, o Plenário, que não elegeu Relator, passa a ter um Relator de Plenário, e a Comissão de Sistematização, que era a idéia velha do Centrão e agora retomada pelo Substitutivo da Mesa, fica praticamente liquidadada, porque à Comissão de Sistematização não cabe dar parecer para que o projeto venha, no segundo turno, para o Plenário.

Há vários outros casuismos, Sr. Presidente, que nós vamos examinar na discussão da matéria. Quero só chamar a atenção que se a Maioria desta Casa quiser impor este Regimento, tem o direito de fazê-lo, porque a Maioria aprova o que bem quiser, inclusive a Constituição que quiser, mas ela tem que assumir a responsabilidade de que terá aqui uma Minoría, que está sendo excluída pela Maioria, e que vai usar a postura da denúncia e do combate para que estas questões sejam explicitadas.

Estão até falando que o Centrão não tem unidade, apenas no Regimento Interno. Acho que não é verdade este rolo para mudar o Regimento Interno, é porque a unidade foi costurada antes, nas questões substantivas.

Mas isso, Sr. Presidente, é o debate que vai mostrar e nós vamos participar deste debate na discussão da matéria.

Muito obrigado. (Palmas!)

O SR. PAULO PAIM (PT – RS). Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Queremos denunciar, rapidamente, as agressões que sofreram, no dia de ontem, alguns parlamentares gaúchos, como o colega Germano Bo-

now, Líder do PFL da Assembléia Legislativa, Elói Zanela, do PFL, Carlos Araújo, do PDT, Raul Pont, Líder do PT, José Fortunatti e Selvino Heck, do PT.

Esses parlamentares sofreram agressões, na praça pública, da Polícia de Choque do Estado do Rio Grande do Sul que, além de cassetetes, empunhava bombas de gás lacrimogêneo e cães adestrados.

O grave, Sr. Presidente, além disso tudo, é que estes parlamentares foram covardemente agredidos em frente à sede da Assembléia Legislativa, simplesmente porque estavam apoiando os professores e funcionários públicos que reivindicavam o pagamento do 13º salário, que a lei já lhes assegura e que deveriam receber até o dia 20 de dezembro, mas que o Governador Pedro Simon se propõe a pagar somente em janeiro.

Deixamos, aqui, registrado o nosso total apoio e solidariedade aos parlamentares, jornalistas e trabalhadores que foram agredidos pela truculência da polícia do Governador Pedro Simon.

Lembramos, ainda, que fatos como esse nem no tempo da ditadura, e eu era sindicalista e participei de centenas de manifestações em frente ao Palácio. Vou mais além: nem no tempo do Governador Jair Soares, do PDS, fatos dessa gravidade aconteceram no Estado do Rio Grande do Sul, inclusive com a Polícia Militar invadindo a Assembléia Legislativa para agredir os trabalhadores.

Sr. Presidente, deixamos também registrado o nosso apoio ao jornalista Alfredo Daudt, do *Jornal do Comércio*, que foi preso só porque cobria a manifestação dos trabalhadores.

Sr. Presidente, nesta Casa está-se fazendo uma sindicância sobre os fatos ocorridos na galeria, na última quinta-feira. Queria apenas registrar que nenhum dos parlamentares que estavam nas galerias, e quem estava aqui no plenário não conseguia ouvir, incentivou, em nenhum momento, agressões ou ofensas morais a qualquer um dos constituintes do Centrão que estavam no plenário. Gostaríamos de registrar, ainda, que fatos semelhantes ocorreram quando estiveram ali os aposentados, os funcionários públicos e os professores, e a nossa posição foi muito mais de tentar mediar porque os ânimos estavam por demais acirrados.

Sr. Presidente, é bem verdade que divergimos politicamente dos companheiros do Centrão. Mas, divergir politicamente não quer dizer, incentivo às agressões e ofensas pessoais. Pelo contrário, gostaríamos que os líderes do Centrão não fossem para a imprensa colocar ofensas pessoais, coisa que temos visto quase que diariamente.

Concluindo Sr. Presidente, e mostrando nossa intenção, gostaria de deixar bem claro que vamos continuar lutando na Constituinte para que prevaleçamos o diálogo e a negociação, e não o confronto, na perspectiva de que a nova Carta Magna represente, na verdade, a vontade do conjunto do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Quando o direito da força se sobrepõe à força do direito, numa inversão de valores que a sociedade não pode aceitar, é sintoma de que numa comunidade se instala o caos.

Sr. Presidente, o Governador Pedro Simon, que conosco militou nas primeiras barricadas em defesa da liberdade e da democracia contra o autoritarismo, chegou ao Governo do Rio Grande do Sul com solenes e históricos compromissos de restaurar a moral pública e recolocar o processo de transição democrática no seu caminho normal.

Os acontecimentos de ontem, inicialmente na Praça da matriz, onde se situam o Palácio Piratini e o Palácio Farroupilha, sede da Assembléia Legislativa do Estado, estão a desmentir categoricamente esses compromissos solenes e históricos que o Governo do Rio Grande do Sul assumiu perante o povo.

A democracia, a meu juízo, Sr. Presidente, comporta o aplauso e a crítica. Ninguém é tão infalível que não mereça, em algum ato que tenha praticado, qualquer tipo de crítica. Pois o Governo do Rio Grande do Sul, ao que parece, não aceita nenhuma manifestação de crítica. Ignorando que a praça é do povo, e não propriedade de um Governo, seja qual for, democrático ou fascista, determinou que 400 soldados da Brigada Militar do Estado, pagos com o dinheiro que o povo não tem, investissem, furiosa e criminosamente, contra inermes e indefesos professores e servidores públicos, que outra coisa não faziam senão reivindicar os seus direitos.

O que pleiteavam os professores e servidores estaduais? O 13º salário, velha e carcomida promessa daqueles que ontem faziam oposição e hoje repetem os mesmos atos de violência e de desrespeito aos direitos humanos que ontem condenavam. Pediam, também, o atendimento médico através do Instituto de Previdência do Estado, para cujos cofres contribuem mensalmente, sem receber a respectiva contrapartida.

Onde o crime, onde o delito, Sr. Presidente?

Afinal de contas, se o Governo do Estado admite que a democracia passa pelo caminho do diálogo e do entendimento, mas comporta, também, a crítica construtiva, não há como aceitar, sem uma dura e contundente crítica, que 400 soldados – gente do povo, – investissem da maneira como investiram contra servidores indefesos. Indo além, Sr. Presidente, invadindo autoritariamente o saguão da Assembléia Legislativa do Estado para agredir e violentar, inclusive, Deputados Estaduais, como aqui foi denunciado pelo nobre Constituinte Paulo Paim.

Fica o repúdio do PDT a esse tipo de manifestação fascista, característica de regimes de força, que falam em nome da democracia e praticam a antidemocracia.

Quero aqui, Sr. Presidente, manifestar a minha solidariedade, o meu apoio aos Deputados Estaduais, Raul Pont, Selvino Heck e José Fortunatti, do PT; Carlos Araújo, do PDT; Germano Bonow e Elói Zanella, do PFL, que tentando evitar o pior, procurando resguardar direitos que estavam sendo pisoteados, foram também agredidos pela tropa de elite do Sr. Pedro Simon. Tropa de elite que, repito, é paga com o dinheiro do povo para protegê-lo e não para agredi-lo.

Nós exigimos uma explicação. Afinal, desta tribuna, o PDT sempre poupou o Governador Pedro Simon, na presunção de que a crise econômica instalada em nosso Estado, com gravíssimos reflexos no campo social e desdobramentos perigosos na área política, conduzia a uma proposta de entendimento, de diálogo, de tolerância. Mas

já que a intolerância, o ódio e a violência são patrocinados pelo próprio Governo do Estado, sem uma explicação plausível, daqui por diante não aceitaremos mais os desmandos, as arbitrariedades cometidas pelo Governo do Rio Grande do Sul, e usaremos a tribuna para denunciar à Nação a falsa democracia que lá é praticada. Muito obrigado.

O SR. ALDO ARAMES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero aqui manifestar minha surpresa ao tomar conhecimento do Substitutivo da Mesa oferecido à apreciação dos Srs. Constituintes, acerca das mudanças que estão sendo discutidas em torno do Regimento Interno.

Na verdade, essa proposta não é nada mais, nada menos do que a proposta do chamado Centrão, através da qual se procura dourar a pílula incorporando algumas reivindicações absolutamente secundárias dos setores progressistas desta Casa. Na essência, essa proposta pretende exatamente o que pretendia o chamado Centrão, isto é, simplesmente jogar na lata do lixo o resultado dos trabalhos da Comissão de Sistematização. E mais: agora, avança-se na própria proposta do Centrão, ao propor o extermínio da Comissão de Sistematização.

Nas propostas anteriores, sequer chegou-se a discutir o destino a ser dado à Comissão de Sistematização. Pois bem, a proposta agora apresentada pela Mesa retira, em definitivo, de cena a Comissão de Sistematização para instituir a chamada Comissão de Redação, a ser designada pelo Presidente, com muito favor, tendo o Relator aí incorporado. A essência dessa proposta é, na verdade, a mesma da proposta do Centrão, que é criar dificuldades, obstáculos, para que as propostas, limitadas, reduzidas, que foram aprovadas na Comissão de Sistematização, sejam acatadas por este Plenário.

Na verdade, querem, o que o Centrão queria, que com 280 assinaturas se coloque de lado o trabalho realizado até agora pela Comissão de Sistematização, pelas comissões temáticas e pelas Subcomissões, durante um longo trabalho, um longo percurso: querem, exatamente, o que já foi dito de forma sistemática, substituir as assinaturas pelos votos, impor uma "emenda jumbo", "uma emenda boeing", porque os setores conservadores, devido os seus compromissos com as suas fazendas, com as suas indústrias, com os seus interesses econômicos, não conseguem ficar em Brasília. Querem garantir que esses setores, através de um abaixo-assinado, tenham condições de colocar de lado o resultado do trabalho feito, durante muito tempo, pela Comissão de Sistematização. Se isto não bastasse, agora querem também que se dê um tempo para que esses setores possam se ajudar aqui, na medida em que não havendo quorum para votar uma determinada matéria, se prorroga por 24 horas, para que os fazendeiros, os latifundiários e os grandes proprietários de terra, que não tiveram tempo de viajar, tenham condições de aqui chegar para garantir a votação de suas propostas.

Quero, aqui em meu nome, e em nome do meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, manifestar o meu mais veemente repúdio. Penso que está em Jogo, não somente uma questão de for-

ma, não somente uma questão de Regimento Interno, mas, isto sim, algumas conquistas limitadas, que foram obtidas por um processo lento e demorado. É necessário que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte não incorpore essas aberrações, porque senão estará aberto o caminho para a derrocada de conquistas limitadas, mais importantes, aqui obtidas nos trabalhos da Comissão de Sistematização. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO WERNECK (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Foi inaugurado no Instituto de Pesquisas Espaciais, pelo Senhor Presidente da República, o laboratório de Integração e Testes de Satélites Artificiais. Trata-se de um ato cuja importância para a tecnologia espacial brasileira não poderá ser assaz enfatizada. O progresso humano acontece em pequenos passos. O resultado final é que surge para a opinião pública e a história como um passo de gigante. A inauguração do Laboratório de integração e Testes – LIT – é, no entanto, um grande passo para o desenvolvimento do programa espacial brasileiro.

Insere-se no programa espacial brasileiro, que data do início da década de 60, quando se criou o Grupo de Organização da Comissão de Atividades Espaciais, em São José dos Campos, São Paulo. Fazia menos de cinco anos que os soviéticos haviam despertado o mundo para o silabado eletrônico do primeiro sputnik, lançado em 1958. Era um novo marco na história da civilização. Os Estados Unidos, em que pese a altivez de sua capacidade tecnológica, teve de erguer os olhos para os céus e assistir boquiaberto ao triunfo da sua arqui-rival. Reagiu, com o extraordinário poder de regeneração do povo norte-americano, e, em 1968, patrocinou o primeiro vôo pilotado à lua: um pequeno passo para o homem, um passo de gigante para a humanidade.

Em 1971, a Comissão Nacional de Atividades Espaciais foi extinta e cedeu seu lugar ao Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE –, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. A partir de então, as atividades do INPE, de natureza estratégica, passaram a ser orientadas pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais – COBRAE –. E, em agosto de 1985, o INPE foi alçado à condição de órgão autônomo, subordinado diretamente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, criado pelo Presidente Tancredo Neves.

Com o apoio do Ministro Renato Archer, primeiro titular da Pasta de Ciência e Tecnologia, intensificaram-se as atividades do INPE, nas áreas de ciências espaciais e atmosféricas; sensoriamento remoto; e engenharia e tecnologia espacial.

As diversas etapas da trajetória do INPE revelam a resposta do povo brasileiro à necessidade de acelerar as suas atividades espaciais, área cativa dos países industrializados. No mundo de hoje, a determinação da supremacia entre as nações depende cada vez mais da capacitação tecnológica. Os frutos da Revolução Industrial estão, no mundo moderno, ao alcance de todos os países. O conceito de vantagem comparativa perde, cada vez mais, importância no processo produtivo e no comércio internacional. As indústrias têxtil, siderúrgica, de calçados, para citar apenas algumas, deveriam estar em mãos dos países em de-

senvolvimento, que detêm as maiores reservas de recursos naturais e a mão-de-obra mais barata para produzí-los. O que fizeram as nações desenvolvidas, quando perderam a competitividade para os países do Terceiro Mundo? Levantaram barreiras de protecionismo, sobretaxando ou contingenciando os produtos têxteis, siderúrgicos e calçados do Brasil, da Índia, da Coréia do Sul e de todos os demais supridores apelidados eufemisticamente de Novos Países Industrializados. De nada valeram os reclamos de criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional, lançados pelos países em desenvolvimento, na ONU, na UNCTAD e em outros foros internacionais. O Diálogo Norte-Sul, em vez de produzir soluções, serviu apenas para acentuar o enorme fosso que separa as nações industrializadas, cada vez mais ricas, do Terceiro Mundo, cada vez mais pobre. Não obstante a aplicação das armas do protecionismo, a perda dos mercados dos países em desenvolvimento para os produtos industrializados, pelas antigas potências desenvolvidas, seria suficiente para inviabilizar suas indústrias básicas, que sempre dependeram da exportação.

As nações industrializadas concentraram, então, seus investimentos em ciência e tecnologia, no **saber** e no **fazer**. Os Estados Unidos recentemente duplicaram os recursos federais para pesquisa, num período de cinco anos. Os termos básicos da equação econômica para a produção de bens – capital, terra e trabalho – ganharam um novo componente o saber, bem imponderável. A matéria-prima, que representa 80% (oitenta por cento) do custo dos utensílios de cozinha, representa menos de 2% (dois por cento) do valor final de um circuito integrado.

O mais recente desafio para que as nações se afirmem soberanamente é o conhecimento. A política científica e tecnológica torna-se a pedra de toque para definição da hegemonia industrial, econômica e, quiçá, do poder militar. As tecnologias utilizadas em sistemas de defesa são exploradas comercialmente. Os circuitos integrados de alta velocidade, as telecomunicações de base digital, por exemplo, foram desenvolvidos com objetivo de defesa ou de atividades espaciais e, mais tarde, incorporados a bens de consumo. Esta nove estratégia reflete-se nos investimentos em ciência e tecnologia, em que a participação governamental aparece de forma crescente. O Governo norte-americano, por exemplo, é responsável por mais da metade do investimento global do país em ciência e tecnologia, que atinge a cifra de US\$ 119 bilhões, ou 3 (três por cento) do PIB.

Neste bravo mundo novo, as nações do Terceiro Mundo têm uma nova – e talvez derradeira – oportunidade para superar o "gap" que as separa das economias líderes. Devem, no entanto, aderir ao desenvolvimento científico e tecnológico, em vez de se resignarem à condição de consumidores de alta tecnologia exportada pelos países industrializados. Mas, a decisão de promover a sua própria capacitação tecnológica é encarada como uma inaceitável ousadia pelos países desenvolvidos. Entretanto, a soberania nacional somente poderá ser preservada, fortalecida e exercida, se tivermos a vontade política para promover nosso desenvolvimento científico e tecnológico.

Talvez nenhuma área dependa tanto da capacitação de recursos humanos de alto nível quanto a atividade especial. O INPE possui cerca de 1.500

servidores, entre pesquisadores, técnicos e quadros administrativos. Reúne um dos mais seletos grupos de cientistas envolvidos em alguns projetos de transcendental importância para o desenvolvimento do país.

Um desses projetos é a Missão Espacial Completa Brasileira – MECB – em que participa juntamente com o CTA, do Ministério da Aeronáutica, sob a coordenação do EMFA, com o objetivo de efetuar o lançamento de quatro satélites brasileiros entre 1989 e 1993, utilizando cerca de 70 por cento de tecnologia nacional. Estes artefatos terão caráter experimental, voltados para aplicações práticas, tais como meteorologia, coleta de dados ambientais, previsão de safras etc.

Na verdade, as atividades do INPE têm, de modo geral, um caráter eminentemente prático, com objetivos econômicos e sociais. Através de Convênios com vários órgãos da administração federal, mantém um serviço de previsão de safras. Coordena o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (Cetepec) e o Centro de Aplicação de Satélites Ambientais (CASA). Promove o INPE periodicamente cursos, para treinamento de técnicos na África e América Latina nas áreas de sensoriamento remoto. Os pesquisadores do INPE constituem o núcleo básico para formação do Laboratório Nacional de Plasma, já aprovado a nível governamental.

Aberto para o céu também significa aberto para o mundo e o INPE mantém um programa de colaboração com diversos países, como os Estados Unidos, o Canadá, a França e a República Federal da Alemanha. Novos projetos de cooperação estão em curso com a União Soviética, para exploração de uma das luas de Marte, e com a República Popular da China, para o desenvolvimento conjunto de um satélite de sensoriamento remoto.

O Laboratório de Integração e Testes, que hoje se inaugura, encontra poucos similares no mundo. Prestará serviços nas áreas de testes ambientais e funcionais, além de atuar como laboratório de suporte. Sua construção é uma obra da Nova República. Não foram poucos os óbices que se apresentaram à sua concretização. Mas tomou forma, graças ao denodado apoio do Ministro Renato Archer. Ao Deputado Luiz Henrique incumbirá a missão de fortalecer ainda mais o INPE, instrumento fundamental no desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. Consciente de sua responsabilidade, o Ministro Luiz Henrique já determinou à sua equipe estudos com o objetivo de reestruturar o INPE, a fim de agilizar sua participação no processo produtivo. A meta é mais um complexo integrado de ensino-pesquisa desenvolvimento-tecnológico produção-industrial, numa cadeia lógica em que os frutos da pesquisa sejam repassados no mais curto espaço possível para a comunidade.

Meus Senhores,

A inauguração do novo conjunto de laboratórios representa um marco decisivo no desenvolvimento da tecnologia espacial brasileira, na nossa marcha para o século XXI, como nação democrática, como nação desenvolvida, como nação soberana.

A obra do INPE, digna de todos os brasileiros, deve ser creditada à competência e espírito de dedicação de seus funcionários. Caberia uma palavra de destaque para seu Diretor-Geral, Dr. Mar-

co Antonio Raupp, sob cuja gestão, desde o início da Nova República, registrou-se um salto qualitativo no Instituto. Com a autoridade que lhe conferem seus muitos títulos acadêmicos, o bom senso administrativo e a pertinácia dos sonhadores e poetas, soube transformar a idéia de construção do LIT em uma realidade de concreto. Além de "tocador de obra", o Dr. Marco Antonio Raupp, consciente da importância dos recursos humanos para implementação de suas metas, soube valorizar seus técnicos e pesquisadores, que constituem o "capital" intelectual da instituição. Soube identificar os valores, mediante a criação democrática de comissão de avaliação, integradas pelos próprios técnicos e pesquisadores. Merecem com justiça, a homenagem de todos os brasileiros.

Ao concluir, desejo felicitar igualmente o Deputado Luiz Henrique que vem revelando uma rara sensibilidade no trato dos complexos problemas do Ministério da Ciência e Tecnologia, em áreas como informática, biotecnologia, química fina e mecânica de precisão.

O SR. MENDES RIBEIRO – (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Brasília é patrimônio histórico.

Significa: o mundo fez, de nossa Capital, obra de humanidade. Monumento.

Nós, brasileiros, ouvimos diferente. Aqui é outro Brasil. O dos sonhos. Da irrealdade. Do Faz-de-Conta. O Reino da Fantasia.

Escuto a decisão da UNESCO. Vejo as imagens, dos demais países, reverenciando nosso feito. Leio Manchetes contando a conquista. São os ecos, lá fora, da ousadia de um país subdesenvolvido. Do apontar acima das estrelas, de gente com fome. Do saber querer de quem, com menos de quinhentos anos, um nada na marca do tempo, avançou além de sua própria imaginação. Chegou onde raros, raríssimos, conseguiram.

Quando Juscelino plantou Brasília, foi visionário. Ladrão. Cassado. Desterrado. Grande em demasia para sua época, seguiu o destino dos gênios. Nenhum deles semeou para colher. Hoje, sua memória é reverenciada. Seu nome é estribilho na gratidão dos que vieram depois e ainda virão. Sua visão tem o reconhecimento que o ontem negou.

Quem lembra no Presidente o estadista que atravessou um mandato cumprindo a Constituição, inclusive interiorizando o Brasil?

Patrimônio da humanidade? Brasília? Juscelino herói? Democrata?

Como ao homem enerva o triunfo do homem! Por que são tão pequenos? Há, cá no cerrado, dois milhões. O Plano piloto tem 200 mil. À volta, a maioria esmagadora. É Brasil, sim. Aqui, desaguardou de tudo, se respiram tensões. Emoções. Lutas. Ódios. Ambições. Covardia. Desassombro. Talento. Mediocridade. Fome. Fausto. Pessoas amadas por uns e, fatalmente, vilipendiadas por outros. A gangorra da glória ou desamor. Vaia ou consagração. Beijo ou escarro. Poder ou nada. Descrença. Esperança. Fé.

O brasileiro vê, em Brasília, por desavisado, a capital do caos. O estrangeiro aponta e diz: é além de um só povo. É do mundo!

Desligo a tevê. No espaço eleitoral gratuito, acabam de maldizer o presidente. Escarnecer de figu-

ras ilustres da República. Pregar, abertamente, a luta de classes.

Pano de fundo? O Congresso. Brasília.

Sô neste País abençoado, emergindo de duas décadas de trevas. Mergulhado em perplexidades. Abismado diante das diferenças sociais. Aturdido pelos interesses antagônicos e com o seu povo aquilado em direções radicais, é possível o milagre de uma democracia assim. Tropeçamos na liberdade porque, em seu nome, mesmo os excessos são tolerados.

Brasília é reliquia. Na visão de Dom Bosco, agosto de 1883, nasceu predestinada. Além de seu tempo. Tal Juscelino. E tantos outros que, mesmo judiados no hoje, persistem otimistas, porque a guerra entre irmãos não a leva a lugar nenhum. E incrível que no Brasil se erga a bandeira de nós contra nós mesmos, adubando o solo para que os senhores da terra, depois de se darem as mãos, repartam o bolo cujo fermento é a discordia entre os brasileiros.

Brasília, patrimônio da humanidade, é história. Jamais serei grato o suficiente por ter sido eleito Constituinte desta terra.

O SR. SOTERO CUNHA (PDC – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na primeira metade deste século, a guerra, a revolução e a crise caracterizaram-se como os mais graves acontecimentos sociais a afligir a humanidade, dando origem à ruptura de equilíbrio nas instituições que perdura até os nossos dias.

As guerras dos nossos tempos são totais e mecanizadas, quase não havendo distinção entre civis e militares; enquanto que as revoluções e crises apresentam praticamente os mesmos caracteres totalitários das guerras.

Todos prejudicam da mesma maneira o cerne das sociedades e dos homens. O abalo das estruturas dali decorrentes, além de percebidos em todos os quadrantes do globo, afetam de modo especial a mais preciosa e mais frágil dessas estruturas: a família.

Se considerarmos que a família não é um fruto da sociedade, mas o seu germe, percebemos como a sociedade inteira é subordinada a ela. A própria ciência da Sociologia expõe com clareza tal subordinação, na medida em que a escola, a empresa, a nação, e o estado, a comunidade internacional, as diferentes igrejas, enfim, todos os grupos sociais, do ponto de vista natural, dependem da família, pois é esta que fornece o elemento vital a todos os grupos: o homem.

O ilustre pensador cristão Alceu Amoroso Lima, em sua obra **A família no Mundo Moderno**, lembrou: muito oportunamente:

"Não há subversão sociológica mais catastrófica do que inverter a ordem de precedência de se ver na sociedade, como é por natureza, um derivado da família. E não há erro social mais considerável do que privar a família de sua independência ou de qualquer modo diminuí-la. Não que a família se sobreponha ao bem comum e se possa esquivar à autoridade do Estado que é o vice-gerente do bem comum. Mas essa sua integração na organicidade da vida pública se opera por uma hierarquia de valores naturais, que não pode privar nem da sua precedência histórica – pois todos os grupos sociais saí-

ram da família e representaram especificações de funções que a família já não pode preencher sozinha numa sociedade evoluída – nem a sua precedência moral como valor ontológico."

Assim sendo, torna-se óbvia e consensual a necessidade de o Estado exercer seu papel na proteção da família, a fim de assegurar a sua preservação, a sua sobrevivência. Tal proteção, naturalmente, se exprime através das diretrizes das leis ordinárias, cujo objetivo seja garantir a segurança da família e manter sua estabilidade.

Problemas e dificuldades no setor familiar refletem em menor grau os problemas de uma Nação. Cumpre então, ao Estado, usar de todos os meios ao seu alcance para preservar hígida a estrutura familiar, **celula mater** da sociedade, pois assim estará resguardando a estabilidade da própria Nação e alcançando a ambicionada paz social interna e externa.

Devemos, portanto, no momento em que se elabora a Carta Magna deste País, nos transformar em força que transforma, baseados nos sábios ensinamentos do Santo Evangelho e lembrando o apóstolo Paulo, em sua carta aos romanos: "Pois não me envergonho do Evangelho, porque é o Poder de Deus para a salvação de todo o que crê".

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB

– SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente Srs. Constituintes:

O Ministério das Relações Exteriores sempre foi reconhecido como um dos órgãos da administração pública brasileira dotada de um quadro de servidores de escol.

No passado, não raro, no Itamarati, era comum o mais humilde servidor discorrer, com justificado orgulho, sobre a carreira, os dotes pessoais, profissionais e intelectuais de um funcionário da **carrrière**, sobretudo quando esse funcionário tivesse ocupado as elevadas funções de Ministro de Estado das Relações Exteriores por cinco profícios anos, como é o caso do ex-Chanceler Antonio Francisco Azeredo da Silveira, que vem de ser aposentado compulsoriamente, a partir de 23 de setembro de 1987 (publicado no DOU, de 29/09/87, Seção II, p. 5233), por ato do Ministro interino Paulo Tarso Flecha de Lima.

Ainda que inacessíveis a um Constituinte os dados funcionais de tão ilustre membro da diplomacia brasileira, pois nos arquivos do Departamento do Pessoal não constam sequer o ato de aposentadoria ou o primeiro posto ocupado como Terceiro-Secretário, estando restritas as informações aos ex-auxiliares diretos do admirável Chanceler e exemplar profissional, um órgão com tão ricas tradições e cuja disciplina e hierarquização internas são modelares para o Brasil e o mundo, com um indesculpável comportamento dessa natureza não faz jus ao elevadíssimo nível intelectual de seu pessoal, que o sempre lembrado e festejado Barão do Rio Branco tanto se orgulhava.

É óbvio que as instituições não se confundem com as pessoas e a elas se sobrepõem. De igual maneira, não se pode depender de informações estritamente pessoais e privadas e não públicas sobre uma figura que inaugurou uma nova fase na diplomacia brasileira e teve uma vida profissional pontilhada de brilhante atuação em todos

os postos em que serviu à política externa brasileira.

Se, como já foi dito, a história só se repete como farsa, não resta a menor dúvida que a repetição grosseira de atos obsoletos resendum à opereta bufa, algo com o que não concorda o eminentíssimo Chanceler Abreu Sodré e o não menos notável Secretário-Geral, Embaixador Paulo Tardo Flecha de Lima, exemplos de dedicação e competência à coisa pública, assim como os notáveis integrantes da carreira diplomática.

E por ser uma figura exponencial na e da diplomacia brasileira, e por estar certo de que os pósteros registrarão seu nome como um dos pilares da moderna política externa brasileira e que soube expressar em atos o que fora anunciado na primeira reunião ministerial de 19 de março de 1974, ou seja, de que "obedecendo a um pragmatismo responsável e conscientes dos deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacional em prol do progresso da humanidade e da paz mundial, daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar", Azeredo da Silveira impulsionou a ação diplomática de forma planetária e tornou-se interlocutor necessário e indispensável dos responsáveis pela política externa das principais potências mundiais.

Homem do seu tempo, com a sólida formação profissional dos diplomatas brasileiros e com uma ampla visão de estadista, Azeredo da Silveira deixou sua marca indelével à frente do Itamarati e, com a prudência e a segurança próprias da diplomacia brasileira, possibilitou o Brasil introduzir-se em áreas antes inacessíveis ao nosso comércio exterior e viabilizou, por vias diplomáticas, o acesso à apropriação de tecnologia que não dispúnhamos.

Por sua atuação como diplomata, por sua ação como chanceler, por sua visão de estadista, ao afastar-se da vida diplomática não poderíamos deixar de consignar nos Anais desta Casa a figura impar de Antonio Francisco Azeredo da Silveira e seus inestimáveis serviços prestados, com sua inteligência e seu brilho invulgares, ao serviço diplomático e ao Brasil.

Modelo de homem público, Azeredo da Silveira, inscreve-se no panteão da história pátria como um dos mais notáveis articuladores e condutores da política externa brasileira.

O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Mais uma vez fica evidenciada a maneira arbitraria e leviana com que o poder público toma suas decisões. Tivemos há poucos dias atrás o anúncio, com estardalhaço, pelo Governo Federal, de que o polo petroquímico do Rio de Janeiro seria instalado na cidade de Itaguaí. Até o momento, Sr. Presidente, nada existiria a gerar polêmica e reprovação se o terreno destinado à implantação do referido polo não fosse de legítima propriedade da Companhia Siderúrgica Nacional, desde 1975, quando foi desapropriado pelo Governo Federal visando à expansão da CSN.

A escolha deste terreno para a instalação do polo petroquímico reverte-se em duro golpe para a cidade de Volta Redonda e, se efetivada tal deci-

são, os danos serão irreversíveis ao nosso município, Sr. Presidente.

Nós, volta-redondenses, sentimo-nos traídos e lesados em nosso patrimônio, pois entendemos que desalojar a Companhia Siderúrgica Nacional, empresa já consolidada e cujo crescimento é de vital importância para o desenvolvimento do País e particularmente de nossa região, para ali instalar um pólo petroquímico cuja implantação no norte fluminense seria a opção natural, consiste em "despir um santo para mau vestir o outro".

Como representante do povo de Volta Redonda nesta Casa, Sr. Presidente, não posso me omitir diante de tanta insensatez. Acreditamos que uma decisão de tamanha envergadura não pode ser tomada sem estudos prévios que a justifique. Tais atitudes são típicas do período ditatorial em que vivemos nas duas últimas décadas quando se decidiam os destinos dos municípios nos escaninhos do poder.

São resquícios de autoritarismo que não podemos, em hipótese alguma, mais permitir. Basta de centralismo nocivo aos nossos interesses!

Nós, parlamentares, somos legitimamente eleitos por nossos municípios, estamos em Brasília representando suas justas reivindicações e buscando soluções a nível federal para o seu desenvolvimento, e não é justo que tornemos conhecimento de uma decisão de tamanha importância, como a instalação de um pólo petroquímico, pelos jornais.

É inconcebível que isso aconteça. Queremos uma democracia de fato e de direito. Com a participação de todos os segmentos da sociedade e principalmente com o reconhecimento pelos governos, tanto federal como estadual, da autonomia dos municípios.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Dirijo-me, desta tribuna, ao ilustre Ministro da Previdência e Assistência Social, Dr. Renato Archer, apelando a S. Ex.^a para que determine a correção de injusta omissão existente no Plano de Salários e Cargos da Previdência Social, e que vem prejudicando um substancial número de servidores da instituição previdenciária.

Na verdade, a esse respeito, recebemos extenso abaixo-assinado de servidores do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS, lotados na Superintendência Regional do Ceará, todos com exercício há mais de três anos na Secretaria Regional de Arrecadação e Fiscalização e que se sentem marginalizados, tal como colegas de outras partes do País, no contexto do mencionado Plano de Cargos.

Para que a situação venha a ter justa solução, reivindicam tais servidores que seja incluído, no art. 53 do Plano, um parágrafo que estabeleça que a inclusão de categoria que não possua clientela, correlata específica, concorrerão, independentemente da escolaridade, inclusive em se tratando de categoria de nível superior, exclusivamente na primeira composição, os servidores que comprovarem, na data da publicação do regulamento, um mínimo de três anos de exercício em atividades correspondentes à nova categoria.

Tratando-se, no caso, de pleito justo, transmitimos a reivindicação ao combativo Ministro da

Previdência e Assistência Social na convicção de que essa autoridade corrigirá a injusta omissão existente no Plano de Cargos.

Era o que tínhamos a dizer.

A SRA. RAQUEL CÂNDIDO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em respeito à estrutura moral e postura ética de uma das maiores expressões políticas brasileiras, bem como em defesa da independência e dignidade de todos os representantes do povo na Assembléa Nacional Constituinte, ocupo esta Tribuna, hoje, para repudiar e contestar os termos utilizados pelo Sr. João Sérgio Marinho Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração-Ifram, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, no dia 30 de novembro próximo passado.

Nessa entrevista o Sr. Presidente do Ifram tem a ousadia de acusar o Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, de omissão quanto aos pleitos e necessidades do setor minerador brasileiro, bem como de responsável pelas dificuldades institucionais que o setor estaria encontrando no Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização.

O Sr. Nunes tem o desplante de acusar o Ministro de limitar-se a apoiar o setor apenas moralmente e dentro dos limites de seu gabinete. O Presidente do Ifram ainda acusa os Constituintes de subservientes, quando sugere que uma parcela desses representantes do povo "obedecem" à orientação do titular das Minas e Energia e, portanto, não teriam vontade própria ou autonomia.

Quem conhece razoavelmente o setor minerador brasileiro, a postura do Ministro Aureliano Chaves e o passado do Sr. João Sérgio Marinho Nunes, de imediato vai constatar as inverdades presentes nas declarações dessa Presidente do Ifram, bem como as fontes de inspiração para afirmações tão descabidas e infelizes.

Eis alguns dados do *curriculum vitae* do Sr. João Sérgio Marinho Nunes, atualmente na Presidência do Ifram: graduou-se em entreguismo na escola chamada Minerações Brasileiras Reunidas – MBR; fez o mestrado na Brascam, presidindo uma das subsidiárias fantasmas, a Companhia de Mineração Santana, e concluiu o doutorado na Sociedade Anônima de Mineração de Amianto S.A. – SAMA; empresa totalmente composta com capital estrangeiro, que detém 93% das reservas brasileiras de amianto, mineral estratégico por excelência.

Além desta evidência concreta da submissão do Ifram aos grupos estrangeiros, a maior confirmação da sua posição antinacional foi o próprio procedimento assumido em relação à política mineral brasileira, revelada no depoimento prestado, no dia 4 de maio de 1987, pelo seu dirigente máximo, aos membros da "Subcomissões de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica" desta Assembléia Nacional Constituinte.

No referido depoimento aqui prestado, o Sr. Marinho Nunes, resumiu-se em sugerir "a manutenção das regras do jogo, de modo a vir a obter e manter o clima favorável de investimentos no setor" o que significa dizer: "manter as regras do Jogo", coonestar o processo galopante de desnacionalização do subsolo brasileiro.

Atualmente presta serviços como diretor do grupo francês Saint Gobain e como consultor do grupo inglês BP. Isso ajusta perfeitamente com seus deveres como presidente de uma entidade que abriga várias empresas genuinamente brasileiras do setor de mineração e deveria ter seus maiores compromissos exatamente com esse segmento do mercado.

O Ifram, infelizmente, vem marcando sua atuação como linha auxiliar dos interesses dos grupos multinacionais em atuação na mineração de nosso País. E não se deve estranhar, em função dessa opção, que esteja em rota de colisão com o Ministro Aureliano Chaves, sabidamente um homem nacionalista, que apóia as teses de nacionalização das atividades de exploração de nosso subsolo, a exemplo das regras fixadas por inúmeras nações de maior desenvolvimento relativo do que o nosso, como por exemplo o Canadá, país sede da Brascam-Cesbra, às quais o Sr. Nunes, serviu e provavelmente, continua servindo.

Omissio, na verdade, é o Sr. Nunes. E de há muito tempo. Coincidemente ele se toma de fúria e vem a público para injuriar autoridades brasileiras, no exato momento em que a ganância das empresas multinacionais desse setor recebe um freio do novo Projeto Constitucional.

O texto aprovado pela Comissão de Sistematização para o artigo 206, ao contrário do que diz o Presidente do Ifram, permite compatibilizar os interesses do setor mineral com as aspirações maiores do desenvolvimento Nacional. Essas disposições permitem a atuação não somente das empresas nacionais (privadas, estatais ou mistas), mas também das empresas brasileiras de capital estrangeiro.

Especificamente com relação às empresas estrangeiras, esse dispositivo permite sua atuação em qualquer parte do Território Nacional, condicionada apenas à manutenção do controle do capital votante e decisório nas mãos de brasileiros ou de empresas nacionais.

Uma regra, que está perfeitamente ajustada com as formas de atuação dos grupos estrangeiros mais lúcidos e com interesses na mineração brasileira, ao mesmo tempo em que coincide com as disposições legais vigentes em muitos países de maior desenvolvimento. Um bom exemplo é o Canadá, onde existem formações geológicas muito parecidas com as do Brasil, e que apresenta uma legislação mais rigorosa que a nossa em relação aos investimentos estrangeiros nesse setor, e já conseguiu situar-se como terceira maior potência mineral do mundo, com um produto mineral bruto de 10 bilhões de dólares, sem computar petróleo e derivados equivalente ao dobro do produto mineral brasileiro.

É importante destacar, Sr. Presidente, Sras. Constituintes, que ao contrário do que pretende fazer crer o "multinacional" Presidente do Ifram, não é verdade que a redação do artigo 206 do Projeto Constitucional afasta o capital estrangeiro do setor mineral brasileiro.

Sem xenofobia, é fundamental declarar em alto e bom som que o investimento estrangeiro que se dispuser a vir para o Brasil trazendo capital, tecnologia, disposição de gerar empregos, obedecer nossas leis e obter lucros legítimos, será sempre bem-vindo.

O que o artigo 206 não permite é a presença do capital estrangeiro dominador e interessado

apenas em controlar a produção mineral de nosso País, mantendo o Brasil na condição de exportador de minério bruto a preços aviltados e importador do mesmo minério sob a forma de produtos industrializados sempre cotados a preços mais elevados, ficando a diferença não do preço em dinheiro (dólar) como os benefícios de geração de empregos e de tecnologia em poder das multinacionais lá fora.

Por meio da abertura do seu capital ou pela formação de uma **joint venture** com empresas nacionais e em posição minoritária no capital votante, as empresas multinacionais podem atuar no setor mineral brasileiro sem qualquer restrição, e até gozando de benefícios. E para isso não precisam sair à cata de "testas de ferro", como levianamente afirma o Sr. Nunes, provavelmente imaginando que outros brasileiros possam estar interessados em desempenhar papel como o seu.

Mas nós gostaríamos de tranquilizar o "repentinamente dinâmico" Presidente do Ibram. As disposições da futura Carta não deverão ampliar o seu campo de trabalho, na prestação de serviços a multinacionais gananciosas e arrogantes. Todas as empresas estrangeiras sinceramente interessadas em trabalhar no País e em ser parceiras do Brasil nas trilhas de nosso desenvolvimento, poderão realizar esse desejo de forma legítima e segura.

Quanto ao Ministro Aureliano Chaves, também queremos tranquilizar o Sr. Nunes: não serão ataques cínicos de figuras menores que irão arranhar o alto conceito moral e político que desfruta essa grande liderança civil do titular das Minas e Energia. Antes pelo contrário, críticas dessa natureza apenas acentuam a correção das posições e atitudes do Sr. Ministro.

A este indigitado Presidente do Ibram queremos deixar, por fim, uma advertência: não ouse assacar acusações e inverdades contra brasileiros que realmente estão preocupados e empenhados em trabalhar por seu País. Antes disso procure refletir sobre as atitudes que vem adotando nos últimos anos, para romper o quanto antes com a síndrome da subserviência que já é marca registrada do Sr. Presidente do Ibram.

Era o que tinha a dizer.

O SR. EDIVALDO MOTTA (PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Trago a esta tribuna, na tarde de hoje, uma grave denúncia envolvendo o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Sr. Mário Fortes, para a qual solicito a devida atenção de meus pares, particularmente dos Constituintes da região nordestina, área que continua a ser discriminada por alguns setores do Governo.

Sabem todos que o Nordeste atravessa mais um período de estiagem, esta calamidade cíclica que há muito deveria ter sido controlada pelo Poder Central, a fim de garantir a fixação do homem a terra e evitar as constantes migrações que incham os grandes centros, aumentando os problemas das metrópoles e esvaziando os setores produtivos, no campo.

Pouco tem sido feito contra a calamidade da seca porque as providências, quando chegam durante o flagelo, visam aounicamente o atendimento

tos e desempregados, com a instalação das famigeradas frentes de serviço que tanto humilham e denigrem o trabalhador rural, a eterna vítima da inclemência do tempo e da insensibilidade dos homens.

Tentando modificar este quadro o Governador Tarcísio Burity, com visão de estadista e descortino administrativo, vem procurando atacar este problema de frente, na sua base, idealizando com sua equipe projetos que visam a redenção do setor agrícola paraibano. Dentre estes projetos figura a abertura de centenas de estradas vicinais e a recuperação das existentes, a fim de permitirem o escoamento da produção agrícola, em todas as regiões do Estado.

Este programa, de grande repercussão social e econômica para o meu Estado, vem sofrendo, infelizmente, a incompreensão e o boicote por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Social, através de seu presidente Mário Fortes. Este posicionamento, do Presidente do BNDES, contraria, curiosamente, a boa vontade demonstrada pelo Ministro Aníbal Teixeira do Planejamento e pelo titular do Controle Interno, Andrea Calabi, que se mostraram sensíveis ao projeto.

Mesmo assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o Sr. Mário Fortes reluta em liberar um empréstimo de 4 bilhões de cruzados, em quatro anos, operação que funcionaria como contrapartida brasileira para a liberação de 60 milhões de dólares, já acertados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para o programa das estradas vicinais.

O Governador Tarcísio Burity teve oportunidade de reunir-se com o Presidente Sarney, na última semana, quando denunciou a má vontade do Presidente do BNDES contra o Nordeste, lamentando a discriminação odiosa contra um pequeno e pobre Estado que há muito vem tentando enfrentar seus problemas com parcos recursos e escassas liberações da área federal.

Há informações, e o Governador Tarcísio Burity fez questão de ressaltá-las no encontro com o Chefe da Nação, que não chegam a ser novidade porque já foram inclusive publicadas na imprensa, de que o Presidente do BNDES vem discriminando os Estados nordestinos cujos governadores têm defendido cinco anos de mandato para o atual presidente da República. Além da Paraíba, Burity disse que o Maranhão também teria sofrido discriminação do BNDES. No caso de seu Estado, afirmou que o banco se recusa a liberar o crédito para construção de estradas vicinais, que serviria de contrapartida ao empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O presidente Sarney, segundo Tarcísio Burity, recebeu com surpresa a sua denúncia e ligou imediatamente para o ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento, a quem o BNDES está vinculado, pedindo para pôr fim a essa discriminação. Apesar de supor que se trata de retaliação, o governador disse que ainda não tinha confirmado a razão desse comportamento, mas garantiu que vai pesquisar e acrescentou: "Fiquem certos que eu denunciarei à Nação logo que tomar conhecimento dos detalhes". Ele está certo, contudo de que o seu Estado está sendo discriminado.

Liberação

O fato de acordo com a versão de Tarcísio Burity, é que há dias ele esteve no Rio de Janeiro, onde está sediado o BNDES, e acertou com o presidente do banco, Mário Fortes, a liberação do empréstimo de Cz\$ 4 bilhões, em quatro anos, que seria a contrapartida brasileira para que o BID liberasse os US\$ 60 milhões já acertados

desde janeiro para a construção de estradas vicinais na Paraíba. Acontece que há três dias o governador recebeu um telefonema de Márcio Fortes, em sua casa, segundo contou, dizendo que o dinheiro não poderia ser liberado, porque o BNDES não está financiando estradas vicinais.

Isso para Burity é discriminação, porque, conforme afirmou, conhece bem o funcionamento do BNDES, que está retendo recursos para o Nordeste e aplicando apenas no Sul e Sudeste, mais especificamente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Banco desmente que exista retaliação

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Márcio Fortes, através de sua Assessoria de imprensa, desmentiu ontem as declarações do governador da Paraíba, Tarcísio Burity, de que o BNDES vem discriminando aquele Estado.

Segundo a nota, o presidente do BNDES não aprova e nem libera recursos de financiamentos do órgão, sendo todas as decisões tomadas pela diretoria, na qual consta um representante da Paraíba, o diretor da área Institucional ex-senador Ivandro Cunha Lima. Ainda de acordo com a Assessoria de Imprensa, "não teria sentido nenhum tipo de discriminação com a presença do ex-senador da Paraíba numa das diretorias do BNDES.

Samey repreende Fortes

A denúncia do governador da Paraíba, Tarcísio Burity, mereceu atendimento imediato do presidente José Sarney. O Presidente não apenas acionou o Ministério do Planejamento mas retardou seu horário de saída do Palácio do Planalto para receber o presidente do BNDES, Márcio Fortes, em audiência extra-agenda. A conversa transcorreu dentro dos limites da cortesia, mas Sarney deixou claro que não aceitará discriminações contra os governadores que se posicionam em favor do mandato de cinco anos para o atual Presidente.

Na verdade, a vinda de Burity ao Palácio do Planalto foi uma prestação de serviço ao Presidente, Márcio Fortes, escolhido para a presidência do BNDES por sua ligação com o governador do Rio de Janeiro, começou a cair em desgraça a partir do momento em que Moreira França optou pela defesa das eleições presidenciais em 1988. E a denúncia do governador paraibano só fez acelerar o processo de afastamento do empresário Márcio Fortes. Sua demissão da presidência do banco já não é mais segredo. Ele mesmo admitiu sua saída, mas com a denúncia de Burity seu afastamento pode ocorrer em prazo mais curto.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Edivaldo Motta, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS-PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Leio, para conhecimento desta augusta Assembléia Nacional Constituinte, o telex que acabo de

receber do Diretor-Presidente da Cooperativa Agrícola Mista Paraense Limitada, Sr. Hidehiko Fujihara, a respeito da possível incorporação ou extinção do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, BNCC, na forma das sugestões propostas pela área financeira do Governo.

A exposição constante do telex que ora transcrevo, parece-me bastante explícita quanto à importância desse estabelecimento de crédito cooperativo no setor financeiro e econômico do País. Submetê-lo a qualquer medida, isto é, à incorporação ou extinção, significa prejudicar a política creditícia nas regiões mais carentes, onde a atuação do BNCC vem realizando operações altamente benéficas para ampliar a produção agrícola e pecuária, através do sistema cooperado.

Neste pronunciamento, desejo manifestar formal apoio ao expediente subscrito pelo Diretor-Presidente Hidehiko Fujihara, e apelar ao Presidente José Sarney e ao Ministro Bresser Pereira, no sentido de preservarem o funcionamento do referido estabelecimento de crédito, dando-lhe, isto sim, mecanismos que possibilitem o fortalecimento da sua estrutura, a fim de que cumpra a finalidade do seu objetivo, que é o de repassar maiores benefícios ao cooperativismo brasileiro.

Era o que tínhamos a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Santa Izabel do Pará – PA, 4 de dezembro de 1987.

Exmo Sr.

Deputado Jorge Arbage
Vice-Presidência da Ass. Nac. Constituinte
Câmara dos Deputados –Anexoll
Brasília – DF

Prezado Senhor,

Depois que boatos veiculados contra o "BNCC" mais precisamente com relação a sua incorporação e extinção, felizmente tinham se perdido no vazio, infelizmente fomos surpreendidos recentemente pela publicação nos jornais de grande circulação neste país, da notícia sobre a possível incorporação e extinção do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A, produto da Reforma Administrativa proposta pelo Governo da Nova República. Por não acreditarmos ser o assunto objeto de interesse da Nova República, e sim, muito mais uma tentativa de grupos organizados visando desestabilizar o cooperativismo, e que vimos pelo presente hipotecar nossa solidariedade ao "BNCC S/A" por reconhecermos que embora esta instituição esteja revestida de muita "modéstia", é responsável pelo imenso parque industrial do sistema cooperativista além do que, seus benefícios embora tenham uma ligação direta com as cooperativas e seus associados, também, se irradiam para toda população.

Somos sabedores que no sul do país, os governos estaduais, adotam procedimentos idênticos aos da nossa região, ou seja, se aliam ao cooperativismo e criam mecanismos para ajudá-lo, porque reconhecem e compreendem o seu elevado papel na desarticulação de monopólios, o que ajuda a retomar o equilíbrio do mercado, tornando mais eficiente.

Por tudo isso, confessamos que estranhamos o motivo pelo qual o BNCC hão vinha recebendo do Governo federal, apoio pelo menos idêntico

ao que vinha sendo prestado aos bancos privados, apesar destes não terem a amplitude social do cooperativismo.

Dessa forma, ciente que a Nova República tem pleno conhecimento da função estratégica do BNCC para com o cooperativismo e que acima de tudo a instituição se identifica com a política agropecuária defendida pelo governo, e que solicitamos apoio desse governo para que se institucionalize mecanismos que propicie o fortalecimento da estrutura do BNCC, a fim de que a instituição, repasse maiores benefícios ao cooperativismo brasileiro.

SDS

Cooperativa Agrícola Mista Paraense Ltda
Hidehiro Fujihara – Diretor Presidente.

O SR. GILSON MACHADO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O descaso do Governo Federal, com relação à principal fonte de renda na região do Médio São Francisco; está levando ao desespero toda a população daquela área penalizada por profundos prejuízos, uma injusta contrapartida a tanto trabalho, esforço, dedicação e investimento realizados.

É verdadeiramente dramática a atual situação dos produtores de cebola e, consequentemente, de toda a economia regional, que tem nesse produto sua principal, e quase única, base de sustentação, tudo por causa da insensatez, inoperância e irresponsabilidade na atuação de órgãos governamentais responsáveis pela comercialização do produto.

Sofrem os cebolicultores, em primeiro lugar, com a emperrada burocracia oficial na liberação de recursos para o custeio agrícola, o que tem provocado sistemático atraso no cumprimento do processo produtivo e, obviamente, na fase da distribuição.

Mas, Sr. Presidente, o tratamento dispensado pela Secretaria Especial de Abastecimento e Preços – SEAP e pela COBAL denota absoluta e injustificada discriminação ao setor, insensibilidade e desconsideração com quem trabalha e produz.

Há mais de dois meses, por exemplo, após sucessivas manifestações de apelo dos produtores, os Ministérios da Fazenda e da Agricultura estabeleceram um programa de medidas no sentido de se viabilizar a compra do volume de cebola colhido e não comercializado, cujo avultante preço de mercado já levara ao aprofundamento da crise financeira dos agricultores.

Até o momento, no entanto, a burocracia, a incompetência e a má-vontade da SEAP e COBAL, instituições encarregadas de promoveram as aquisições, apenas fizeram com que se transferisse inúmeras vezes a execução das medidas, cada órgão procurando eximir-se de suas responsabilidades, levando a classe produtora à desesperança, diante das irreversíveis perdas por apodrecimento do produto.

Não é possível, Sr. Presidente, que o Governo Federal continue a humilhar os agricultores, levando-os à miséria e ao abandono do meio rural, enquanto continua a patrocinar empréstimos altamente subsidiados a empresas em difícil situação financeira, como o demonstra a recente liberação de 2,6 bilhões de cruzadas para a Transbrasil.

O que se reivindica para salvar a região do Médio São Francisco não tem semelhança com os benefícios de crédito e de impostos concedidos a tantos setores e instituições neste País. Objetiva-se tão somente a viabilização do preço justo para a cebola, que proporcione, em lugar dos atuais prejuízos, estímulo e ganho suficiente à sobrevivência daquela gente trabalhadora e esforçada.

A atuação de órgão como a Cobal e a SEAP, imprescindíveis à regulação dos preços do produto, deve ser voltada, portanto, para atender aos interesses daqueles que produzem, sob pena de contrariar os próprios anseios da Nação e de demonstrar que, na prática, o Governo ignora sua reiterada promessa de trabalhar pelo aumento da produção agrícola em nosso País.

O meu pronunciamento de crítica e apelo ao Governo, para que reveja com urgência o tratamento que vem concedendo aos cebolicultores do Médio São Francisco, reitera a posição já manifestada em inúmeras oportunidades, inclusive por colegas parlamentares aqui nesta Casa e na Assembléia Legislativa de Pernambuco, levantando nossas vozes em favor de quem está sendo prejudicado pelo Governo.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Gilson Machado, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE ARBAGE): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

O PMDB, um dos partidos de sustentação da chamada Nova República e do Governo do Presidente Sarney, nas eleições passadas elegeu 22 governadores.

Um destes governadores é o ex-Senador Pedro Simon, Governador do meu Estado o Rio Grande do Sul.

É flagrante a incoerência do discurso feito por ocasião da campanha eleitoral pelos candidatos da Nova República e a sua prática de agora quando são governo.

Sexta-feira passada e ontem, segunda-feira, a Polícia Militar do Rio Grande do Sul que recebe ordens do Sr. Governador do Estado, sob a alegação de conter manifestações – legítimas e ordeiras, diga-se de passagem – de um número considerável de servidores públicos que reivindicavam o direito de terem conhecimento da data do pagamento de seus vencimentos já atrasados e defasados, reprimiu violentamente estes trabalhadores e, arbitrariamente, investiu contra parlamentares estaduais, invadindo espaços da Assembléia Legislativa em flagrante desrespeito ao direito de manifestação, reunião e à soberania do Poder Legislativo estadual.

A truculência da Polícia Militar do Rio Grande do Sul tragicamente já se tornando vez – é o retrato da incoerência do Governo Simon no Rio Grande do Sul.

Ou o Governador deu carta branca ao Secretário de Segurança e este, por sua vez, ao Cel. Comandante da Brigada Militar avalizando o arbítrio, ou o Sr. Governador perdeu a autoridade

sobre a corporação militar responsável pelo policiamento ostensivo no Rio Grande do Sul o que é muito grave!

Os desmandos da força militar praticados na sexta-feira passada já desafiavam a autoridade do Sr. Governador.

Nenhuma medida punitiva aos comandantes da operação foram tomadas com a urgência que os fatos exigiam.

Ou o Sr. Governador não tem autoridade sobre a força policial do meu Estado ou o que é pior, e muito perigoso, o Sr. Governador, tendo autoridade, não a usou para possibilitar que a sanha de subalternos, com formação policial inadequada para os tempos de democracia, se abatesse sobre o povo do Rio Grande.

O Governo do Sr. Pedro Simon e a liderança do PMDB gaúcho neste caso devem explicações ao povo do meu Estado e à opinião pública nacional. Em nome do Partido dos Trabalhadores exigimos essas explicações.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O "Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa" chama a esse ato de Simonia, assim definido: "Simonia, ato de Simão, o Mago, que pretendeu comprar a S. Pedro o dom de conferir o Espírito Santo, tráfico de coisas sagradas ou espirituais,...". Só faltou ao dicionário dar a fonte da informação segura: o fato está narrado no livro de Atos dos Apóstolos (Novo Testamento), no capítulo oito.

Se o "Aurélio" chama de "simonia", o povo, em sua proverbial sabedoria, chama de "oportunismo barato". Refiro-me, Sr. Presidente, à desfaçançez do Senador pelefista do meu Estado, João Menezes, que não se pejou de distribuir no mês passado; em Belém, ao povo que, contrito, seguia em multidão a procissão da Virgem de Nazaré, um panfleto com o seu nome e a sua assinatura, para que ninguém tivesse dúvida da autoria, explorando torpemente o momento e a ocasião da principal festa religiosa de meu Estado e do Brasil, em favor pessoal de seu interesse político.

Não nego ao Senador João Menezes, como não nego a ninguém, o direito de ter fé e de expressar a sua fé. Pelo contrário, eu seria até capaz de parabenizá-lo, inclusive aqui desta tribuna, se eu soubesse que ele vai regularmente à missa, confessa e comunga regularmente; mas eu não posso, e não devo e não vou ficar calado, quando vejo um cidadão, com a responsabilidade de Senador da República, com a responsabilidade de Constituinte em plena responsabilidade da confecção de uma nova Constituição, dar publicamente tão monstruoso mau exemplo de desrespeito para com a consciência religiosa do povo, e exatamente do novo que ele diz representar no Congresso Nacional.

E assim sendo, Srs. Constituintes, faço daqui um apelo aos pró-homens do Partido da Frente Liberal e especialmente aos seus assessores, no sentido de que dêem uma bem melhor assessoria ao referido Senador para que, em primeiro lugar, saiba redigir bem aquilo que escreve, em bom português, sem erros crassos de concordância que até aluno do Grupo Escolar sabe detectar, e, em segundo lugar, especialmente que ensinem ao Senador João Menezes que não é com atitudes

como essa, com tal grau de desrespeito ao povo que se leva adiante um mandato parlamentar.

Aliás, o subconsciente do Senador João Menezes o traiu, quando ele escreveu em seu ignominioso panfleto: "Nós, Senhora de Nazaré, temos um Mandato" – parece quase um absurdo fazer tal citação... Absurdo mesmo, Sr. Presidente! Absurdo mesmo, Srs. Constituintes! Absurdo mesmo, povo do Pará! Um homem público descer dos galarins da glória de Senador da República para a sarjeta da exploração barata da fé e da crença do povo humilde, numa atitude de simonia e de desrespeito às coisas espirituais e sagradas como não se via há muito tempo em Belém do Pará.

E eu, daqui desta tribuna, ouso elevar uma prece à Virgem de Nazaré, e nem sei se haverá condições de essa prece ser ouvida e atendida, tal a gravidade do pecado cometido: "Senhora de Nazaré, perdoai ao Senador João Menezes. Ele não sabe o que está fazendo!"

Era o que tinha para dizer.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Durante seis anos foi-nos dada a oportunidade de presidir o Sindicato dos Bancários de Brasília. Nesse todo tempo, travamos relações as mais amistosas com um sem número de companheiros, bancários ou não, a quem aprendi a respeitar e admirar pela constante disposição de levar adiante nossas lutas comuns em defesa dos assalariados.

Também minha atividade sindical obrigou-me, não poucas vezes, a manter negociações com os banqueiros, exatamente por seus representantes na Federação, o que ocorria, pelo menos uma vez por ano, nas tentativas de acordos salariais.

Seria assim lógico que não mais me admirasse com o comportamento desses senhores, a quem sempre vi luzindo de lucros e ganância, estivesse o País em fase de prosperidade ou, ainda uma vez, à beira do abismo.

Afirmo, no entanto, Sr. Presidente. Companheiros Constituintes, que me enganei. Que a capacidade desses senhores de afrontar a face civilizada e democrática desta Nação ainda não se esgotou. E quero prová-lo.

No dia 17 de novembro a **Gazeta Mercantil** estampou telex enviado ao Sr. Ministro da Fazenda, pela Federação Brasileira das Associações de Bancos, a Febraban, e que diz esse documento, entre outras sandices? Protesta pelo fato de o Governo ter decidido que as operações de fomento hoje a cargo do Banco Central, passassem a controle e continuação por parte do Banco do Brasil.

E o faz com uma plethora de argumentos que vão do falso ao ridículo, e que, ainda que falsos, ainda que ridículos, e tão eivados de uma insinceridade de pasmar.

Por isso, peço a atenção e a paciência do Sr. Presidente e dos Srs. Constituintes, para que possamos, com nossa contra-argumentação, colocar nos trilhos esse segmento de nosso sistema financeiro.

Antes de mais nada, vale destacar: um Banco Central, órgão eminentemente normativo e fiscalizador, não deveria estar a realizar operações de

qualquer espécie, razão porque sua interferência nas operações de fomento indicam uma hipertrofia que há muito se deveria corrigir. Mas isto não foi feito assim tão recentemente quanto o infeliz telex da Febraban. É que, em 30 de janeiro de 1986, o Conselho Monetário Nacional decidiu – e o fez com a participação majoritária dos banqueiros – que tais operações de fomento deveriam, de pronto, ser repassadas ao Banco do Brasil. E essa decisão somente veio a ser regulada em 12 de junho deste ano, quando o Governo Federal editou o Decreto nº 94.444, fixando formas e prazos para efetivação.

Mais, ainda: a mesma reunião do Conselho Monetário Nacional decidiu que o Banco do Brasil, diferentemente do que ocorria desde o longínquo ano de 1964, quando da última reforma bancária, que o Banco, repito, pudesse operar em todos os segmentos do sistema financeiro nacional.

Pois agora é fácil concluir que se todos os quesitos da decisão em pauta ainda não foram devidamente cumpridos, é porque encontram, nos bastidores, a obstaculização desesperada dos banqueiros, que não podiam aceitar a participação efetiva e progressista e tão cara à Nação de um parceiro do porte do Banco do Brasil.

Reclamam e o fazem cincicamente, Sr. Presidente, meus caros Constituintes, de que o Banco do Brasil empeira os financiamentos à agricultura, num caso típico, já exemplificado, do ladrão que, para fugir à perseguição policial sai, também gritando, "pega ladrão Pega ladrão!".

Ora, Sr. Presidente, a simples ampliação decidida das aplicações do Banco no setor rural, a ponto de responder, num único ano, por 2/3 desses financiamentos, fez, com que, em 1986, colhêssemos a maior safra de todos os tempos, o que deverá se repetir ainda este ano, pela mesma razão de que os recursos do Banco foram prioritariamente alocados ao setor rural.

Vão mais longe, ainda, em seu cinismo, na sua falta de sinceridade, os Srs. banqueiros. Alegam que o conjunto de suas agências sobrepassa em muito o das agências do Banco do Brasil. Até aqui, esses números são reais. Mas se esqueceram de duas pequenas coisas: é que, primeiro, têm apenas 13% de suas agências na Região Nordeste, contra 35% por parte do Banco do Brasil, já que concentram majoritariamente suas dependências nos grandes centros urbanos, e, segundo, esqueceram de dizer, como já o fizeram em seus boletins, que, ano passado, fecharam 1.000 de suas agências, já tendo cerrado as portas de cerca de 700 delas somente este ano. E tais filiais, nem seria necessário dizer, tiveram suas atividades encerradas não nas grandes capitais, nos grandes centros, mas, pura e simplesmente, nas comunas mais distantes, exatamente ali onde se faz mais necessário o crédito agrícola.

Querem, portanto, os banqueiros da rede privada, o direito de receber repasses de fundos públicos para as mesmas operações de fomento que devem ser repassadas ao Banco do Brasil a partir do próximo dia 1º de janeiro. Mas não querem, já o mostramos com números insufisíveis, para aplicação real e correta na evolução de nossas fronteiras agrícolas, na modernização de nossa agricultura. Querem a fachada, para exhibir em vitrinas coloridas, a plethora de produtos supérfluos e demasiado caros que oferecem, para iludir e para maior exploração de nossa população.

Não poderíamos deixar passar sem nosso protesto mais essa manobra escusa dos banqueiros.

É um comportamento, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que nos deve servir de um alerta, para sentirmos, desde já, as escaramuças que nos serão montadas para debate final da Constituição, para a forma, para os subterfúgios de que se valerão esses oligarcas em sua luta sem fronteiras contra os interesses do povo brasileiro.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO: Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Bancada do PDC registra nos Anais da Constituinte o seu mais profundo pesar, diante da perda irreparável que sofrem o País, o Estado de Goiás, a família Cardoso, na pessoa do ilustre Dr. Nerione Cardoso, Secretário-Geral da Mesa do Senado, com o falecimento do ex-Senador Dario Délia Cardoso, Constituinte de 1946, ex-congresista eleito por Goiás por diversas vezes.

Pioneiro de Goiânia e de Brasília, Dario Cardoso dignificou a Administração pública, através de vários cargos e funções que exerceu com competência, probidade e patriotismo.

A história de Goiás, que ele ajudou a escrever com bravura, registra de forma indelével o seu nome como uma das principais figuras políticas de todos os tempos.

Ao concluir, Sr. Presidente, requeiro o envio de manifestação de pesar da ANC à família enlutada, dirigida ao Dr. Nerione Cardoso, ao mesmo tempo em que seja hasteada a meio pau a Bandeira brasileira, no mastro central do Congresso Nacional, por estar de luto com o desaparecimento de um dos mais lustres Constituintes de 1946.

Leio, para constar dos Anais, a importante matéria publicada pelo *O Popular*, de hoje, sobre o desaparecimento do Senador Dado Délia Cardoso, de Goiás.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

O POPULAR

Política

Goiânia, 8-12-87-5

Morre Dario Cardoso, último Constituinte goiano de 1946

"É preciso que o parlamentar eleito para elaborar a Constituinte se convença de que está ali é representando o povo. Não é partido político nem nada. E o povo". Este foi o recado do ex-senador por Goiás e constituinte de 1946, Dario Délia Cardoso, em sua última entrevista a *O Popular*, em novembro do ano passado. Dario Cardoso, 88 anos, faleceu domingo à noite em Brasília, onde residia, e seu corpo foi sepultado no Cemitério Campo da Esperança, ontem, às 16 horas.

Na Constituinte de 46, Dario Cardoso integrou uma bancada de nove parlamentares eleitos por Goiás. No Senado, estavam ele e Pedro Ludovico Teixeira, do Partido Social Democrático (PSD). O ex-senador foi um dos pioneiros em Goiânia, chegando a discutir durante o lançamento, por Pedro Ludovico, da pedra fundamental da nova Capital do Estado. "O primeiro discurso fui eu

quem fiz, incentivado por um baiano que já morreu, mas que teve muita influência em Goiás – o Carlos de Freitas. Fui pioneiro também em Brasília, quando deixei o Senado e fui assessorar juridicamente Israel Pinheiro, primeiro presidente da Novacap. Morávamos no Catetinho, que de um lado era ocupado por Juscelino Kubitschek e do outro pela Companhia", lembra Dario, na entrevista.

Na opinião do ex-senador, Goiás não tinha muito o que representar no Congresso Nacional, então alojado no Rio de Janeiro. "O Estado era um mito geográfico, muito distante do Centro do País. Na verdade, não havia nem temas específicos goianos para serem trabalhados no Congresso Nacional, a não ser a alocação de verbas para construção de pontes ou escolas, E, além do mais, o objetivo principal do Parlamento, nessa ocasião, era a elaboração da nova Carta Magna".

Conforme o ex-senador afirmou na entrevista, a melhor Constituição que o Brasil já teve foi a 1891, já que baseada no exemplo dos Estados Unidos e, como tal, sintética. "A Constituição americana é composta de apenas cinco artigos, tem mais de 200 anos e nunca mudou. Apenas algumas emendas foram acrescentadas". Foi neste sentido que, à época, sugeriu aos constituintes a serem eleitos em 15 de novembro que elaborassem uma Constituição sintética: "Para durar, tem que ser rígida, conter princípios que sejam fundamentais ao regime. A Constituinte é soberana, representa o Poder que reside no povo, e soberano num País é o povo".

Dario Cardoso defendeu, além da soberania do povo brasileiro, apenas um outro princípio constitucional: a independência dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para ele fator fundamental que garante a aplicação prática das leis.

"Para que as leis sejam aplicadas é preciso que haja um Poder Judiciário bem aparelhado, com todos os recursos humanos necessários e também pecuniários. Mas os poderes devem ser inteiramente independentes um do outro", destacou.

Nascido em Corumbá de Goiás a 10 de agosto de 1889, Dado Cardoso foi professor da Escola Normal Oficial do Estado de Goiás e do Lyceu de Goiás (onde também exerceu a função de diretor). Na antiga Faculdade de Direito de Goiás e na Universidade Federal de Goiás, foi professor catedrático de Direito Constitucional, cadeira pela qual se aposentou. Na vida pública, foi Procurador-Geral do Estado, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, onde exerceu a presidência (cargo que ocupou no Tribunal Regional Eleitoral).

Como político, Dario Délia Cardoso, além de constituinte em 46, cumpriu um mandato de senador (1947/55), tendo sido 3º-secretário do Senado, vice-líder Líder do PDS, líder do Governo no Senado, delegado do partido perante o Tribunal Superior Eleitoral. Na Constituinte e no Senado, Dario Cardoso foi membro e presidente de diversas comissões, entre elas a Comissão de Constituição e Justiça. Muito antes de se eleger, em 1934, integrou a comissão encarregada de organizar o anteprojeto de Constituição do Estado de Goiás. Quando eleito, em 45, Dado Cardoso mudou-se para o Rio de Janeiro e, de lá, para Brasília onde, numa chácara no Lago Sul, residiu até falecer.

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sabido é que a assistência à saúde do povo brasileiro, além de precária, é inefficiente, ensejando a proliferação de males de todas as etiologias, transformando o nosso País num reduto de doentes, onde convivem moléstias tão antigas, como a lepra e a peste bubônica, com outras típicas dos nossos dias, como o câncer e a AIDS, dizimando, diariamente, milhares de vidas.

Em parte, esse lamentável quadro existe e persiste em função da pobreza crônica e consequente carência alimentar de grande parte da população que, aliadas à ignorância e baixas condições de higiene, favorecem o surgimento e difusão de doenças.

Por outro lado, pode-se debitar maior parcela da culpa à falta de atendimento médico adequado às populações mais carentes, com especial destaque para as que residem nas regiões interioranas do País e não dispõem de meios para se deslocarem para os grandes centros, em busca de tratamento.

Assim, muitos procuram sua cura através de simpatias, mezinhas e benzedeiras e, se a sorte ajudar – e o organismo resistir – conseguem escapar. Nem sempre, porém, isso acontece, e incontáveis são os óbitos decorrentes dessas práticas primárias, único recurso de quem não tem acesso aos avanços da ciência e da tecnologia no campo da Medicina.

Conquanto principal distribuidora da assistência médica à população brasileira, a Previdência Social permanece ainda centralizada, – quando deveria interiorizar suas atividades – médico; hospitalar e dentária.

Tal interiorização deveria se efetivar em cidades que se tornariam núcleos regionais, através da construção de hospitais de médio porte, que atenderiam à grande e crescente demanda da população carente do setor saúde.

Especificamente no Maranhão, talvez o mais pobre Estado da Federação, ressentisse o povo dessa falta de assistência: Os contribuintes da Previdência Social são duramente apenados pelo fato de descontarem de seus magros ganhos uma importância que lhes faz falta nos orçamentos, em troca de serviços, mor das vezes, inexistentes.

O Governo Sarney, que optou pelos pobres, poderia assumir e saldar essa dívida para com seu próprio povo, autorizando o Ministro da Previdência e da Assistência Social; Renato Archer, a providenciar o imediato início da construção de hospitais em cidades como: Pinheiros, Santa Inês, Bacabal, Pedreiras, Codó, Chapadinha, Presidente Dutra, Grajaú, Açaílândia, Carolina, Caxias, Timon e Mirinzal. Esses funcionariam como pólos de atendimento, não somente das redondezas, no próprio Maranhão, como também dos Estados limítrofes, abrangendo áreas consideráveis, cujas populações vivem relegadas ao mais completo abandono.

No que tange a cidades de pequeno porte, o problema poderia ser solucionado através da instalação de postos médicos, destinados a atividades ambulatoriais e atendimentos de emergência.

Assim, em breve, estaria toda a população devidamente atendida em suas necessidades básicas de saúde e ainda se estaria evitando o congestionamento hoje evidente nos hospitais dos grandes

centros urbanos na maioria resultante de humildes e desamparados doentes provindos do interior, onde a Medicina não lhes oferece qualquer recurso. E, principalmente, evitar-se-ia que grande quantidade, de brasileiros, em pleno século XX, continuasse a mover à mingua de assistência médico-hospitalar em seus locais de origem.

Confiamos na sensibilidade do Presidente Sarney, no sentido de que atenda a este apelo que, de resto, é um anseio e uma premente necessidade de enorme contingente de brasileiros, especialmente dos seus coestaduanos.

O SR. JORGE LEITE (PMDB – RJ)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Presidente José Sarney, em 13 de julho próximo passado, sancionou a Lei nº 7.613/87, concedendo isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos motoristas de táxi, na aquisição de automóvel e álcool, zero quilômetro, para transporte individual de passageiros. O benefício já havia sido concedido outras vezes, repetindo-se, agora, o favor fiscal que tem o objetivo maior de renovar a frota nacional de táxis. querendo-se, assim, conceder aos passageiros transporte eficiente, confortável, sem perigos de acidentes.

Ocorre. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que, das vezes em que foi concedida a isenção do IPI, a medida do Governo federal foi acompanhada pelos governos estaduais, concedendo-se, também, isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Mas, desta vez já decorridos quase seis meses da sanção da lei que isenta o IPI, nossos governadores ainda não autorizaram o benefício quanto ao ICM. Este fato está tomando quase inócu a Lei 7.613/87, pois, com a incidência do ICM é quase impossível aos motoristas adquirirem novos carros.

Hoje, reúne-se, em Goiânia, o Conselho de Política Fazendária (CONFAZ), órgão que agrupa todos os secretários de fazenda estaduais, para apreciar matérias de interesse dos Estados:

Aliás, abramos, aqui, parênteses, para elogiar a reunião em Goiânia, evidente prova de que os órgãos da administração pública lutam para que se acabe a terrível discriminação contra aquela cidade, ocorrida após o acidente nuclear com o Césio-137.

Pois bem. Espera-se que, na reunião de hoje, o CONFAZ autorize a isenção do ICM para os taxistas. A medida é necessária, como forma de permitir-se aos profissionais do volante, categoria que merece a atenção desta Casa, um melhor nível de vida; e sem falarmos que a eficiência dos transportes urbanos tem importante reflexo sobre a vida das populações das cidades

Não tenho dúvidas, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que a sensibilidade social dos nossos governadores autorizará a isenção do ICM. Mas, se por qualquer motivo a matéria não for decidida hoje, pelo CONFAZ, apelo a todos os componentes desta Casa para que, com a mesma segurança com que aprovaram a isenção concedida pela Lei 7.613/87, junte-se a nós e aos taxistas brasileiros, com o objetivo de conseguir do Governo de seus Estados a isenção do ICM. Faço este apelo na certeza de não estarmos tomando posição contra a sociedade, mas trabalhando por ela e em seu benefício.

Muito obrigado.

O SR. FÉRES NADER (PDT – RJ)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ao longo da nossa vida pública, uma das preocupações que compõem o meu elenco pessoal é a que se relaciona com a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Por isso, temos desenvolvido estudos nesse sentido.

No que se refere, por exemplo, à configuração das cidades e à própria população urbana, entendemos que é necessário considerar que não são os modelos urbanísticos que determinam a estrutura interna das cidades, mas sim as próprias necessidades da população no exercício de suas atividades cotidianas, ou seja, o cumprimento das funções urbanas básicas de habitar, trabalhar, alimentar-se, comunicar-se, transportar-se, educar-se e recrear. Assim, o espaço urbano constitui o cenário no qual se desenvolvem atividades econômicas e sociais.

Partindo desse entendimento, torna-se imperiosa uma política urbana que reflita a estratégia global de crescimento e transformação social.

Nesse contexto, a política de desenvolvimento urbano deverá orientar-se, visando melhorar a qualidade de vida urbana. Além disso, buscará melhorar a distribuição espacial da população e das atividades produtivas, como também visará estruturar um sistema de cidades harmonizado com as diretrizes e prioridades setoriais e regionais do desenvolvimento. E mais: ênfase especial será dada ao Nordeste e ao Norte.

Para que se alcancem esses objetivos, achamos que é preciso procurar, inicialmente, modificar a tendência para o desordenado crescimento de alguns aglomerados metropolitanos, que vêm causando excessiva concentração, rápida deterioração da qualidade de vida e danos ao meio ambiente, com destruição da natureza e da paisagem urbana.

Outro fator da maior importância é a adoção de medidas severas de ordenamento e controle do uso do solo nas regiões metropolitanas, principalmente através do disciplinamento de áreas industriais e habitacionais. Não se pode olvidar, também, o desenvolvimento de ações objetivas para reorientar os fluxos migratórios para locais alternativos aos grandes centros.

Deve-se orientar os investimentos de forma a favorecer o maior crescimento relativo das cidades de porte médio e dos núcleos urbanos interiorizados. Desse modo, pode ser iniciado um processo de descompressão urbana que já não pode ser adiada. Deverão ser revistos ainda os instrumentos fiscais existentes, com o fim de deslocar indústrias das regiões sobrecarregadas para as cidades selecionadas no interior, visando especialmente a transformação de produtos regionais. Para tanto, terá de ser dada ênfase especial ao desenvolvimento do emprego nesses locais, tornando-se fundamental, nesse sentido, o fortalecimento das empresas pequenas e médias ali localizadas, inclusive do setor terciário, destinadas ao armazenamento e comercialização da produção agrícola da área de influência dos centros.

Se adotado este elenco de providências, Sr. Presidente, estamos certos de que o povo brasileiro terá melhor qualidade de vida.

Obrigado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Espero que a Constituinte assuma a responsabilidade, e através de mecanismos próprios, vote o nosso projeto de decisão que proíbe o Governo de continuar editando decretos-leis durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

A preocupação é em razão do anunciado pacote fiscal que quer cobrar mais impostos dos contribuintes ao invés de reduzir os gastos públicos.

Além disso, é preciso que o Governo pare de, através do Conselho Monetário Nacional, ficar emprestando bilhões e bilhões de cruzados aos empresários "amigos". A Imprensa publica o segundo grande empréstimo de bilhões, não seria esse dinheiro parte do necessário para cobrir o rombo declarado.

Depois disso entendemos o slogan "tudo pelo social". O social quer dizer sociedade, sociedade de amigos, uma sociedade de quotas de irresponsabilidade limitada.

Dizem que a aposentadoria integral quebraria o Governo. Quem quebrará esse Governo são os dirigentes da área econômica, quem não estão dirigindo nada, a não ser para o interesse de alguns.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente. – Vai-se passar ao horário de:

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O Sr. Fernando Santana – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaríamos de chamar a atenção dos nobres Constituintes, que são tão sensíveis e que protestam tanto quando certas áreas tentam dizer o que pretendem e o que desejam da futura Constituição. Mas, não assistimos ainda nesta Casa ninguém falar coisa alguma sobre a interferência direta – e eu chamaria a atenção dos colegas – das multinacionais.

Diz aqui, claramente, no *Correio Brasiliense* de hoje na página 3:

"Multis" tentam influenciar a Constituinte."

E, mais adiante, diz o seguinte:

"...ao justificar as pressões sobre os Constituintes para a modificação de artigos do Projeto de Constituição já votado pela Comissão de Sistematização."

E mais, Sr. Presidente, o Jornal anuncia que as multis imprimiram 700 vídeo-teipes para distribuir a cada um dos Constituintes, mostrando o benefício que elas dão ao nosso País.

Querem modificar os artigos no sentido de transformar a definição de empresa nacional, que está no Cabral II e que, a nosso ver, é muito permeável, é muito complacente. É esta a definição:

"Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica, constituída e com sede no País, cujo conteúdo decisório e de capital

votante esteja, em caráter exclusivo e incondicional, sob a titularidade, direta ou indireta, de pessoas físicas domiciliadas no País, ou de entidade de direito público interno."

E, mais adiante, no § 1º, a única Constituição no mundo que consagra as multinacionais; porque nem a Coréia do Sul, que é dependente dos Estados Unidos, nem Formosa que é uma ilha cercada de navios americanos por todos os lados, nem Cingapura, nem Hong Kong, Srs. Constituintes, colocam nos termos da sua Lei Magna isto que está aqui estampado no art. 200:

"Será considerada empresa brasileira, de capital estrangeiro a pessoa jurídica constituída, com sede e direção no País, que não preencha os requisitos deste artigo," isto é, do art. 200, que define a chamada empresa nacional, bastando ter 51% do capital nacional e 49% poderá ser capital estrangeiro.

Nenhum país do mundo se abriu tanto para o capital estrangeiro, como estamos nos abrindo nesta Constituição. Entretanto, querem forçar, inclusive, mudando a definição de empresa nacional, que é uma porta também escancarada para o capital estrangeiro, porque só exige 51% do capital decisório.

Segundo a Lei de Sociedade Anônima, o capital decisório é 30% do patrimônio de qualquer empresa. Então, bastaria que 51% desses 30% fossem dados a brasileiros. Em outras palavras, se uma empresa qualquer tem 20 bilhões de cruzados em capital, 6 bilhões é o capital decisório; 3 bilhões e 100 milhões é o capital votante, que tem controle. Então, os estrangeiros poderiam ficar com 16 bilhões e 900 milhões, enquanto os brasileiros simplesmente com 3 bilhões e 100 milhões. Mesmo assim, querem modificar este artigo para escancarar, ainda mais, as portas do País à penetração do capital estrangeiro.

Sr. Presidente, não somos contra a participação do capital estrangeiro, mas o que está se querendo é demais, queremos modificar; imprimindo, pressionando os Srs. Constituintes. A Shell, por exemplo, que distribui quase 30% dos derivados de petróleo, está visitando gabinete por gabinete, dizendo: "Ah! não temos hábito de fazer lobby. Somos as quatro irmãs que estão no Brasil, e pedindo, de Constituinte a Constituinte, que vote contrariamente à emenda de nacionalização da distribuição de petróleo.

Isto é interferência ou não é Srs. Constituintes? Entretanto, ninguém protesta. Mas, todo mundo grita e berra quando o Ministro do Exército dá uma opinião dizendo como deve ser o papel das Forças Armadas. Isto causa uma verdadeira revolução na Casa. Mas, as multinacionais dizem que vão intervir, dizem que vão mudar os artigos da Constituição, e todo mundo, silenciosamente, aceita.

Sr. Presidente, vamos definitivamente fazer o nosso estatuto de colônia porque já não somos um País livre. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Fernando Santana, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Sr. Constituinte Gumercindo Milhomem.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O meu nome foi mencionado, e tem sido mencionado pela imprensa nacional, referentemente a um evento do qual não participei aqui, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Como é do conhecimento de todos, houve uma participação acirrada por parte das galerias e dos Constituintes que lá se encontravam na votação que ocorreu aqui do assim denominado Projeto do Centrão. Foi mencionado pela imprensa, sem dúvida por iniciativa de alguns Constituintes, que alguns parlamentares do PT, entre os quais eu estaria incluído, teriam instigado o Plenário a um comportamento considerado não regimental. Em primeiro lugar, não estranho absolutamente que tenham incluído o meu nome entre os Constituintes que estavam nas galerias porque, como é do conhecimento de todos, sou líder sindical e já falei desta tribuna que faço um trabalho de relação do mandato parlamentar como movimento popular. Já conversei com Constituintes que foram também apontados como tendo instigados o Plenário e soube deles que estavam nas galerias, porém, como objetivo de oferecer tranquilidade aos trabalhos e a manifestação de acompanhamento dos Constituintes que estavam aqui. Quero declarar que, evidentemente, fico satisfeito até pelo meu nome ter sido lembrado como um Constituinte que estaria ao lado dos populares. Mas, evidentemente, jamais instigaria qualquer manifestação popular de se cuspir em Constituinte, de se atirarem moedas em Constituinte, não porque não considere que inúmeros Constituintes que estão aqui não merecessem isso, mas porque considero que esta é uma atitude que não tem consequência política prática. E a minha manifestação de mobilização, de organização popular, é para resultar em consequências políticas que levem à conquista daquilo que é considerado fundamental para o desenvolvimento social do País.

Considero, portanto, que as pessoas que assim agiram, incluindo meu nome, com adjetivos a respeito de meu comportamento, que não condizem com a tarefa política coerente, eficiente, que procuro desenvolver, têm que me dar a satisfação de mostrar à sociedade brasileira que mesmo esses Constituintes que têm saudades dos rumores das botas aqui pelo Congresso Nacional,agem dessa maneira porque identificam a minha prática como voltada ao atendimento das reivindicações populares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Fica registrado o esclarecimento transmitido à Casa por V. Ex.^a, e a matéria será objeto de apreciação por parte do 2º-Vice-Presidente, Constituinte Jorge Arbage.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB - MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, caros colegas Constituintes:

A minha assinatura de apoio ao Centrão não significa apoio às posições políticas e/ou partidárias de alguns de seus membros. Tal como aconteceu com vários parlamentares com quem troquei idéias a respeito do assunto, o motivo principal desse apoio foi a marginalização em que me sentia nos trabalhos da Comissão de Sistematização.

Por outro lado, acredito que a verdadeira democracia é aquela que se baseia nas decisões da maioria, e o que víhamos assistindo nas decisões dessa Comissão era uma minoria de 47 parlamentares ou pouco mais ditando todas as regras do jogo democrático da elaboração do projeto da Constituição brasileira. E isto eu não poderia aceitar.

Contudo, não abro mão dos princípios sociais pelos quais tenho lutado toda a minha vida. Penso que uma Constituição progressista e socialmente avançada, é a que mais convém atualmente ao Brasil.

Assim sendo, apoiei aquelas propostas que estiverem dentro desta linha básica, fundamentadas num nacionalismo saudoso, sem xenofobia, o que, por sinal, é a tônica principal de meu partido.

Propostas anti-sociais ou que tendem a tirar do povo brasileiro aquilo que julgo ser o seu direito por uma vida melhor e mais digna, terão não apenas o meu voto contrário, como também o meu trabalho a fim de derrubá-las.

Faço tal esclarecimento de público porque não desejo que pairem dúvidas sobre a minha real posição.

Outrossim, afirmo que não fui procurado, não tenho recebido ajuda ou benesses do atual Governo, quer a nível estadual como federal, não tenho empregos e cargos à minha disposição e jamais os solicitei a quem quer que seja. Sou um homem totalmente descompromissado e assim votarei no plenário. Boas propostas, venham elas da esquerda, da direita ou do centro, terão o meu apoio, sejam do meu Partido ou de outro Partido qualquer.

Ninguém é dono da verdade. Querer inquinar o Centro Democrático, como sendo formado apenas por ultradireitistas, conservadores e retrógrados, é um erro de perspectiva que poderá custar caro a muitos políticos que, dizendo ter posições liberais e democráticas, são, na verdade mais radicais do que vários daqueles que compõem o Centrão.

Sr. Presidente, esta é a minha posição que quero fique registrada nos Anais desta Casa.

Gostaria, também, de fazer uma comunicação. Amanhã, no Salão Verde desta Casa, o Ministério da Saúde vai iniciar uma exposição com cartazes, monografias e folhetos a respeito dos malefícios do tabagismo e quais as atitudes que os Constituintes poderão tomar em benefício dessa campanha que será desencadeada a nível nacional. Penso que, em boa hora, o nosso Ministério da Saúde começa essa campanha que, espero, tenha boa repercussão entre todos aqueles que compõem esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Constituinte José Elias Murad, o Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente.

A SR^a IRMA PASSONI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra V. Ex.^a.

A SRA. IRMA PASSONI (PT- SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente:

Como V. Ex.^a sabe, eu sou parte-membro da Mesa da Câmara dos Deputados e recebi um aviso, haja Suplência, de que a partir de agora, no Anexo III, como em outras dependências, será proibida a entrada de qualquer pessoa, independente de que objetivo tiver.

Solicito à Mesa da Assembléa Nacional Constituinte que informe à Casa que medidas tomou para impedir que qualquer pessoa entre nos recintos do Poder Legislativo porque sabemos apenas pela imprensa que foram tomadas algumas medidas de segurança. Que medidas são essas? Que áreas ou dependências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são atingidas? Que tipo de medidas efetivas?

Sr. Presidente, não dá para trabalharmos nesta Casa com o "disse-me-disse", com funcionários nos informando, quando somos constituintes. Portanto, solicito que a Mesa informe à Casa quais são as medidas adotadas que setores são atingidos de que forma as pessoas poderão entrar ou sair desses recintos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Irma Passoni, cumpre informar a V. Ex.^a que todas as medidas adotadas pela Mesa da Assembléa Nacional Constituinte são transparentes; adotadas, vão imediatamente à publicação.

Quanto ao problema suscitado por V. Ex.^a, posso informar que nenhuma decisão foi tomada pela Mesa com relação a impedir a entrada de visitantes pelo Anexo III, da Câmara dos Deputados. E não há também esse propósito; o nosso objetivo é manter toda a estrutura já consignada no Ato nº 19, datado de 6 de julho de 1987, onde ficou deliberado o acesso por todas as vias existentes nos prédios das duas Casas do Congresso Nacional. Presto-lhe a informação e aduzo ainda que as providências que estão sendo adotadas para aprimorar as anteriores, ainda não foram sequer decididas pela Mesa.

Logo que ocorrer a decisão, o Presidente Ulysses Guimarães, como tem feito das vezes anteriores, dará conhecimento dessas decisões à Casa.

A SRA. IRMA PASSONI: – Nem sequer foram solicitadas forças policiais por parte do Governador José Aparecido para as sessões da Constituinte?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Não foi ainda adotada nenhuma decisão. O Presidente Ulysses Guimarães está analisando as várias possibilidades, no sentido de se dar urna estrutura de melhor segurança ao funcionamento dos nossos trabalhos aos Srs. constituintes e à própria instituição, porém, ainda não foram decididas pela

Mesa. Logo que o forem o Plenário será informado, posso assegurar a V. Ex.^a.

A SRA. IRMA PASSONI: – Solicito sejamos consultados.

O SR. CELSO DOURADO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CELSO DOURADO (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Realizamos um trabalho de relevância absoluta para o futuro deste País, para o bem-estar do nosso povo: o trabalho de elaborar a Carta Magna deste País. Este trabalho exige, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, reflexão, concentração, meditação, de certa maneira até o recolhimento. Reunimo-nos aqui neste Plenário da Assembléa Nacional Constituinte com o objetivo de refletir sobre a realidade devida desse povo, porque não podemos fazer leis distantes dessa realidade.

Temos que refletir com verdadeira devoção sobre os grandes problemas que caem sobre a vida do nosso povo, mas temos que ter ma disciplina pessoal, no sentido de nos concentrarmos, de procurarmos evitar de todas as maneiras que forças estranhas, externas legítimas ou ilegítimas pressionem, perturbem ou prejudiquem o trabalho que aqui é realizado.

Sr. Presidente, tenho por todo o canto falado do aspecto extraordinariamente positivo dessa Assembléa Nacional Constituinte, em relação à presença do povo; o povo presente no Congresso Nacional, o povo sugerindo, o povo aplaudindo, o povo criticando e o povo protestando. Os episódios da semana passada não me escandalizaram; ainda que tenhamos tido, em um determinado momento, um ambiente inadequado à meditação, à reflexão, ao diálogo, ao entendimento. Temos que reconhecer que em grande parte, em proporção absolutamente majoritária, os problemas surgiram aqui dentro do próprio Plenário. Eu estive observando o comportamento das galerias, do povo, dos representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores e pude perceber claramente que, no início, havia uma disposição apenas de acompanhar, apenas aplaudir ou criticar em determinados momentos, mas os estímulos, a orquestração saíram daqui de dentro do Plenário. Pude observar pessoas que estavam interessadas na manifestação, no sentido de que o Plenário criticasse, que o Plenário pressionasse, que a galeria pressionasse; e outros que estavam preocupados em reprimir aquelas manifestações da galeria.

Sr. Presidente, a orquestração saiu daqui de dentro. Não foram colegas que estiveram lá que estimularam, mas foram Constituintes daqui de dentro do Plenário que estavam interessados, ou em estimular a manifestação ou em reprimir a manifestação. Esse comportamento tem-se repetido em outras oportunidades. É preciso que tenhamos bem claro a noção de que esse trabalho exige uma disciplina, um recolhimento, a concentração, a meditação sobre a realidade de vida do nosso povo.

Mas, apesar daquilo que aconteceu, não considera aquelas pressões ilegítimas, inadequadas,

impróprias e injustas. Há outro tipo de pressão: pressão pragmática, pressão materialista, pressão que desmoraliza, pressão que invade o mais recôndito da nossa consciência, perturbando, desviando a atenção ou levando as pessoas ao invés de refletir sobre a realidade de vida desse povo, a agirem em função de interesses de grupos ou pessoais.

Sr. Presidente nossa palavra é no sentido de chamar, de convocar todos a essa reflexão para o bom entendimento. Não deve sair daqui uma Constituição ao gosto de "a", "b", ou "c", mas será uma Constituição para o nosso povo.

Não podemos comparar a realidade do nosso povo com a realidade de vida de países europeus, de cultura centenária que já resolveram em grande parte os seus problemas. Por isso, já estão preocupados em orientar a sua economia a sua estrutura social em outra direção, porque eles já resolveram os problemas básicos e fundamentais.

Comparar a realidade de vida do Brasil com a da Inglaterra é tremendo absurdo. Não há possibilidade. Somos uma sociedade perversa, injusta e temos que reconhecer. As leis, que temos a responsabilidade de elaborar, precisam responder a esses grandes problemas. Quem pensar que pode, artificialmente montar uma maioria dentro desta Casa e pretender estruturar leis ao seu gosto, ao seu alvitre estará cometendo um erro muito grande, o povo está atento. Está acompanhando cada passo.

Sr. Presidente temos que buscar o entendimento e esse entendimento passa por uma disciplina pessoal de cada um de nós. Fomos eleitos para, durante esse tempo, esquecer os nossos interesses. Tocas estamos ligados a determinadas estruturas nos nossos Estados, sejam elas políticas ou empresariais, ou de qualquer outro feitio, mas durante esses períodos seria preciso que cada um renunciasse até mesmo a seus interesses particulares e pessoais lá nos seus Estados, para se concentrar neste trabalho e não temos observado isso. São poucos aqui, não são muitos, que têm essa disciplina da presença, a disciplina da renúncia dos interesses lá nos seus Estados para acompanhar com seriedade, com disciplina, répito, com um verdadeiro espírito de serviço ao povo para que tenhamos leis justas, leis que possam responder aos grandes problemas deste povo brasileiro.

Sr. Presidente, claro que temos que estar atentos. A minha palavra não é ingênuo, não é um apelo a uma união, a uma reflexão baseada, apenas em aspectos afetivos ou sentimentais, não é um apelo realista. Claro, Sr. Presidente, eu pessoalmente tenho firmado um certo compromisso. Não posso votar com aqueles que durante décadas e décadas trabalharam em uma direção contrária aos interesses do povo brasileiro. E tanto agiram desta maneira que provocaram uma concentração de riqueza, de bem-estar que coloca a sociedade brasileira dentre as mais perversas e injustas ao mundo. Esta é a hora de nos redimirmos, esta é a hora do Brasil encarar com seriedade a sua própria realidade.

Enquanto membros da Assembléia Nacional Constituinte, temos que esquecer, em determinados momentos até mesmo posicionamentos ideoleológicos porque não vamos fazer uma Constituição de acordo com nosso próprio posicionamento, mas uma Constituição que responda

aos problemas, uma Constituição que possa ajudar este povo a ter uma vida melhor, a ter condições adequadas de vida, porque a grande maioria não tem.

Há poucos dias afirmei aqui que essa história de cordialidade brasileira é mero sentimentalismo, nossa sociedade é hoje uma sociedade violenta, injusta e perversa. Mas temos, agora, a grande oportunidade de modificar este quadro, de criar condições para que daqui saiam leis que possam ajudar o nosso povo a viver melhor.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

A SR^a BENEDITA DA SILVA: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra, pela ordem, a Sra. Constituinte Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. Pela ordem, Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Assembléia Nacional Constituinte aprovou, na última semana, com os votos do Centrão, o Substitutivo do Deputado Cardoso Alves que possibilita a rediscussão, em plenário, do projeto de constituição já aprovado na Comissão de Sistematização.

A vitória do "Centrão", essa demonstração de força dentro da Constituinte para elaborar um texto que atenda apenas aos interesses da classe patronal, aqui representada pelos integrantes do "Direitão", pode gerar uma Constituição que já nascerá contestada, morta; que não irá refletir os interesses da grande maioria que compõe esse País, a classe trabalhadora e muito menos modernizar as relações entre o capital e o trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, as conquistas obtidas no Capítulo dos Direitos Sociais, como estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais, o pagamento de horas-extras em dobro, a ampliação da licença à gestante, dentre outras, são o objetivo do "Centrão".

Significará um retrocesso rever direitos já consagrados pela Comissão de Sistematização aos trabalhadores brasileiros, principalmente se considerarmos que estes avanços, que agora estão ameaçados, já fazem parte da pauta de reivindicações dos trabalhadores brasileiros há décadas. Já estão incluídos na histórica luta da classe operária brasileira desde o inicio do século, pela melhoria de condições de trabalho e de sobrevivência.

É desconsiderar, é menosprezar o apoio dado, através de milhares de assinaturas, às emendas populares que exigiram reformas e a modernização da sociedade brasileira.

O que pretende o "Centrão" é transferir a responsabilidade da elaboração dessas leis para as leis ordinárias e com isso esvaziar o debate, dentro da Constituinte e pelos setores populares, das questões polêmicas anteriormente referidas.

Os partidos políticos comprometidos com os trabalhadores pretendem fazer constar na nova Constituição, pelo menos, princípios que assegurem aos trabalhadores as conquistas já viabilizadas.

Transferir a discussão desses avanços para a legislação ordinária é golpe contra a classe operária para impedir e adiar o debate.

É, portanto, tarefa primordial dos partidos políticos, dos movimentos populares e do movimento sindical a mobilização de setores populares visando pressionar o Congresso Constituinte para reverter essa situação e influenciar as decisões que serão tomadas a partir de agora.

Neste exato momento de mudança das regras do jogo cabe a nós, os mais comprometidos com as necessidades do povo e do trabalhador e com os avanços que a Comissão da Ordem Social sustentou na Comissão de Sistematização, garantir que se proceda a uma votação que passe por este órgão. De outra forma, Sr. Presidente, estariamo escamoteando a possibilidade que temos de trazer a este plenário o debate com relação à estabilidade, à licença-maternidade e demais direitos já garantidos pela Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, a minha questão de ordem vai mais adiante: além de estamos atropelando os trabalhos da Comissão de Sistematização, estou sabedora de que a representação do movimento popular, das instituições e das entidades não poderá entrar no Plenário e em algumas dependências desta Casa.

Gostaríamos não apenas de perguntar à Mesa as razões para tal decisão, como também de nos manifestar contrariamente a ela. Protestamos contra a proibição de entrada de pessoas que sabemos responsáveis e que estarão aqui acompanhando o processo de votação em plenário. Muito obrigada. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa à nobre Constituinte Benedita da Silva que a sua questão de ordem está antecipando-se a qualquer decisão da Mesa; todavia, vamos considerá-la para efeito de exames e, posteriormente, informaremos ao Plenário.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Sr. Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Para uma questão de ordem.): – Sr. Presidente, gostaria de oferecer à reflexão e à inteligência de V. Ex.^a não uma, mas duas questões de ordem. A primeira: em que dispositivo regimental a Mesa se louvou para impedir o trânsito de pessoas – gente do povo – no salão verde da Câmara dos Deputados sem paletó e gravata? Digo isso, Sr. Presidente, porque a expressão "convenientemente trajado" não envolve necessariamente o uso obrigatório de paletó e gravata. E se esta uma Casa do povo não se comprehende muito menos se justifica que o serviço de segurança, obedecendo ordens, impeça o trânsito normal, inclusive, de um suplente de Senador pelo PMDB do Rio Grande do Sul que foi obstado, impedido de entrar no saguão porque não estava de paletó e gravata. Por isso, Sr. Presidente, gostaria de saber em que norma regimental a Mesa se baseou para determinar essa providência que, a meu juízo, constitui um acinte, um desrespeito ao exercício pleno dos direitos humanos numa Casa de leis, numa Casa do povo.

A segunda questão de ordem – gostaria que V. Ex.^a prestasse atenção, Sr. Presidente – não envolve diretamente a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, mas de forma indireta, uma vez que o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, também é Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Acabo de receber informações oficiais de que as quase sete centenas de humildes servidores das duas empresas que prestam serviços à Casa, Ipanema e Sitran, estariam sendo demitidos, recebendo o aviso prévio para serem demitidos dentro de 30 dias e, ao mesmo tempo, não estariam recebendo o vale-transporte, que é uma lei, é uma determinação legal.

Gostaria que V. Ex.^a transmitisse muito mais a minha inquietação, a minha preocupação do que uma questão de ordem ao Presidente Ulysses Guimarães para apurar se isso realmente é verdade; se estariam ocorrendo demissões em massa nas empresas Ipanema e Sitran e se essas duas empresas estariam negando um direito do trabalhador que é o vale-transporte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa a V. Ex.^a, nobre Constituinte Amaury Müller, que quanto à primeira parte da questão de ordem agora suscitada por V. Ex.^a, a Mesa já prestou a informação necessárias ao ensejo da questão de ordem suscitada pela nobre Constituinte Irmã Passoni.

Quanto à segunda parte, a Mesa informa a V. Ex.^a que vai examinar a tese que V. Ex.^a suscitou para lhe prestar as informações devidas na forma preceituada no Regimento Interno.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Agradeço resposta que V. Ex.^a dá à segunda questão de ordem mas quanto à primeira, confesso que não me sinto satisfeito. Observei á questão de ordem da nobre Constituinte Irmã Passoni e verifiquei que S. Ex.^a levantou a possibilidade, que os jornais estão noticiando de a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte solicitar policiamento externo, isto é, policiais militares, fora do âmbito do Congresso Nacional, para tentar manter a ordem na Assembléia Nacional Constituinte. O que estou indagando é em que dispositivo regimental a Mesa se baseia para impedir que pessoas do povo, líderes sindicais, suplentes de parlamentares constituintes, transitem, livremente, pelo saguão ou o chamado Salão Verde, que sejam impedidos, proibidos de entrar numa das dependências da Casa do povo, apenas porque não estão de paletó e gravata – desde quando a expressão "convenientemente trajado" corresponde ao uso do paletó e gravata?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência vai responder a V. Ex.^a: a Mesa editou o ato nº 19, com respaldo na norma regimental e estabeleceu determinadas áreas privativas, exigindo essa forma de protocolo para o trânsito das pessoas nessas dependências. Então, informo a V. Ex.^a que o ato nº 19, autoria da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, com respaldo no dispositivo regimental – e V. Ex.^a pode examinar que, realmente, está respaldo – é que determinou essa providência.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, se V. Ex.^a me permite...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa já deu as explicações.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Permita-me V. Ex.^a, desde quando privacidade se mistura com o uso do paletó e da gravata?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa já deu as informações a V. Ex.^a.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Peço a V. Ex.^a que, por favor, registre em ata o meu protesto por essa arbitrariedade da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está registrado.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.^a já utilizou esse microfone para suscitar questão de ordem. Se a Mesa não puder manter o controle para funcionamento normal dos nossos trabalhos, estará prejudicando os oradores seguintes.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – Sr. Presidente é só para fazer um complemento, e eu só vou falar 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Peço a V. Ex.^a que aguarde nova oportunidade, enquanto se esgota o tempo destinado às Comunicações de Lideranças.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – V. Ex.^a me concederia a palavra para fazer a complementação, nesta sessão?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – V. Ex.^a não poderá falar.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO): – Pronuncia o seguinte discurso. – Sr. Presidente, eminentes colegas:

O PDC, mais uma vez, vem a esta tribuna, para protestar, com toda a sua energia, contra o ato do Governo ao decretar o arrocho salarial através de um pacote fiscal, baixado após o recesso do Congresso Nacional. Nós não podemos aceitar esta forma de continuar tapeando o povo, como o Governo vem fazendo. O Governo não diminui os gastos públicos, o Governo continua com as estatais dando um prejuízo colossal à Nação e não pode e não tem condições de querer retirar mais ainda do bolso do povo, do contribuinte já sacrificado, da classe média que está arrebatada de tanto pagar imposto, aviltada como achatamento salarial.

Não pode a classe média, não podem os trabalhadores, continuar respondendo pelos prejuízos e pelas besteiras que o Sr. José Sarney vem fazendo à frente do Governo.

Protestamos com veemência contra esses atos do Governo que, ao decretar uma política salarial injusta, infame, contra a maioria da Nação, ainda em fim de ano, após aumentar os preços dos derivados de petróleo, de todos os gêneros alimentícios, de veículos, de tudo que consome a classe média e a população de poder aquisitivo

mais baixo, ainda aumenta impostos, abusivamente, aproveitando-se, Sr. Presidente, do recesso do Congresso Nacional.

Nós não podemos aceitar esse estado de coisas. Que o Sr. José Sarney reformule sua maneira de ser. Do contrário, nós temos que derrubá-lo. A Assembléia Nacional Constituinte tem que aproveitar este momento histórico que a Nação vive e derrubar o Sr. José Sarney, porque, se não derrubá-lo, virá certamente um golpe. Se não vier um golpe, virá uma guerra civil. A Nação estará desestabilizada, no caos, e nós temos a responsabilidade; Sr. Presidente, de impedir esse pacote fiscal e esses aumentos abusivos, bem assim essa política salarial que deixa o trabalhador aviltado, em condições terríveis, a ganhar apenas o que é equivalente a 40 dólares, e não existe nenhum salário mínimo desse nível no mundo inteiro.

Protestamos com energia. A Democracia Cristã se insurge contra o Governo e pede à Assembléia Nacional Constituinte providências para que este Governo conclua o mandato que não é seu, que o povo não o entregou, para a Nação sair desse sufoco, dessas dificuldades que vivem no momento. (Muito bem!)

O SR. HERALDO TRINDADE: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem V. Ex.^a a palavra, pela ordem.

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sou um dos signatários do Centrão. Assinei o documento do grupo, porque entendi que deveria haver mudança no Regimento Interno, até por que grande parte dos constituintes achava-se, como acha-se até hoje, marginalizada no processo a partir de todo o trabalho da Comissão de Sistematização. No entanto, Sr. Presidente, começo a ter minhas dúvidas que, posteriormente, gostaria que fossem explicadas, ou, pelo menos, esclarecidas pelos líderes do Centrão.

Ao ler o jornal *Correio Brasiliense* de hoje, deparo com uma manchete: "Centrão passa o feriado concluindo suas emendas". Em seguida, temos o seguinte texto.

Há três semanas que diversos constituintes integrantes do Centrão estão trabalhando nas emendas. Eles começaram alterando alguns capítulos e, depois, passaram à redação final dos títulos. Na sexta-feira e sábado, últimos, eles fecharam os títulos I, II e III, referentes ao Preâmbulo.

Sr. Presidente não quero aqui me incomodar, com todo respeito que tenho pelos colegas integrantes do Centrão. Acho que deve haver respeito para com aqueles que fazem parte do grupo, pelo fato de que a maioria assinou o documento do Centrão, propondo a mudança do Regimento Interno, porque gostaria de ter maior participação no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Esta notícia gostaria que fosse esclarecida pelos líderes do Centrão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ERALDO TRINDADE EM SEU DISCURSO:

Centrão passa o feriado concluindo suas emendas

O Centrão concluiu hoje a revisão final de todos os títulos do projeto de Constituição que será examinado pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Durante todo o final de semana um grupo de parlamentares, que ficou em Brasília, encarregou-se de compatibilizar todo o material que será objeto de emendas a serem apresentadas em nome do grupo.

Há três semanas, que diversos constituintes integrantes do Centrão, estão trabalhando nas emendas. Eles começaram, alterando alguns capítulos e, depois, passaram à redação final dos títulos. Na sexta-feira e sábado, últimos, eles fecharam os títulos I, II e III, referentes ao Preambulo, Direitos e Deveres, e, Organização de Estado. Ontem, deram início à revisão final dos títulos VII e VIII, da Ordem Social e Ordem Econômica. Somente dois itens não foram analisados pelo grupo: mandato presidencial e sistema de governo.

A maior tarefa do Centrão nos últimos dias, no entanto, foi a de mobilizar o maior número possível de parlamentares, para a votação de amanhã, quando será votado o "acordão" a ser apresentado pela Mesa da Constituinte. Ontem, o coordenador de mobilização do grupo, deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) garantiu que 200 constituintes já confirmaram suas vindas para Brasília, mas assegura que o grupo vai colocar em plenário, um número bem superior a este.

O maior problema do Centrão agora, é garantir sua unidade em torno de sete ou oito temas. A opinião é do Senador Gerson Camata (PMDB-ES) que também prevê um racha do grupo no momento em que estiverem sendo discutidos o mandato presidencial e sistema de governo. Para ele questões como reforma agrária a estabilidade têm consenso no Centrão.

O Senador acredita que três ou quatro pontos só deverão ser decididos no voto e que, em 15 ou 20 sessões, a nova Constituição já estará aprovada. Gerson Camata, um dos que votaram com o Centrão, admite que um dos maiores objetivos do grupo era aprovar sua maioria dentro da Assembléia Nacional Constituinte. Isso foi conseguido, explica, quando o grupo aprovou o Regimento Interno com 290 votos. Para ele, o Centrão teve origem a partir do momento em que os seus membros sofreram agressões e muitos parlamentares foram se agregando, dando início ao movimento.

BANCADA

Por pouco, a bancada peemedebista, do Estado do Espírito Santo, não desaparece por completo. Dos dez integrantes originários do PMDB, daque Estado, somente quatro, atualmente, ainda não têm perspectivas de mudanças de legenda. O Deputado Nelson Aguiar já trocou o partido do presidente Ulysses Guimarães, pelo do ex-governador Leonel Brizola, o PDT.

Hoje, o PMDB do Espírito Santo conta com seis Deputados e três Senadores. Dos seis, quatro já estão de malas prontas para desembarcarem em outro partido. Os Deputados Vasco Alves – que também é presidente da Frente Municipalista – e Rose de Freitas pretendem engrossar as fileiras do partido que deve surgir a partir do MUP – Movimento de Unidade Progressista, que reúne a ala progressista do PMDB.

Se, de fato, uma parte do Centrão se unir ao Senador Fernando Henrique Cardoso, na formação de um novo partido, mais uma Deputada capixaba deve largar o PMDB – Rita Camata.

O SR. AMARAL NETTO (Líder do PDS): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Amaral Netto.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Incialmente, gostaria de dar aqui uma satisfação ao meu querido companheiro – não sou um dos Líderes do Centrão, sou um dos membros da coordenação geral.

Essas reuniões a que V. Ex.^a, se referiu, não tomei parte delas e são reuniões legítimas, e os jornais dizem o que querem. Houve grupos estudando para oferecer soluções ao Plenário. Posso garantir a V. Ex.^a isto, não tornei parte nelas, não por que não quisesse, mas porque não pude.

Mas hoje venho à tribuna, Sr. Presidente, por coisa um pouco mais grave ainda. Não sei se V. Ex.^a sabe, depois dos acontecimentos das galerias, no dia 3 de dezembro, o Sr. Joaquinzão, Presidente da CGT, fez uma declaração, há três dias em São Paulo, nos seguintes termos: "Agora, os Deputados que cuidem de sua saúde".

Mas eu estou agora admirado – com coisa muito mais séria, que é o problema de uma declaração do Sr. Jair Menegueli, Presidente da CUT. Vou selecionar apenas um trecho, que é o seguinte:

"Podem colocar o Exército nas galerias ou no plenário para proteger os constituintes. Mas vão ter de colocar o pessoal do Exército defronte das casas e acompanhando os Deputados. Nós vamos marcar Constituinte por Constituinte que votar contra os interesses do trabalhador. Além de denunciá-los, picharemos os muros de suas casas, para mostrar a Nação quem são eles."

Eu queria que V. Ex.^a entendesse muito bem o que é isto. Isto é mais ou menos o que fez Hitler, na Alemanha, com os judeus. Botaram uma estrela de Davi na porta da casa de cada judeu, como na era anticristã de Roma se pintava uma cruz na casa de cada cristão, para que ela fosse incendiada ou fosse demolida e mortos os seus ocupantes. Diria a V. Ex.^a que eu, de minha parte, a partir de hoje, estou com um guarda armado com rifle, dentro da minha casa e dei ordem de mandar matar qualquer canalha que tente atingir a minha mulher, meus filhos e o meu lar. Isto aqui é uma ameaça ao lar de cada um de nós. E se alguém nos ameaça, o Sr. Jair Menegueli

que responda pelo que vai acontecer. Pichar a minha casa, vai pichar debaixo de bala. Eu estou prevenindo para não ter que agir. Eu lhe juro por Deus que, a partir de hoje, vão encontrar na minha casa um guarda armado. Nunca vi uma ameaça igual: mandar que se ande cercado pelo Exército nas ruas. Quer dizer que vamos, cada um de nós, ter de botar uma pistola na cintura. E o que o Sr. Menegueli defende? Qual é a estabilidade? Na Rússia o principal assessor do Sr. Mikhail Gorbatchev, Nikolai Smelev, na revista *Nova Mir*, repetia o que agora diz o Sr. Gorbatchev em seu livro, em termos mais brandos: "Não se deve esquecer o prejuízo econômico resultante da confiança parasitária na garantia de emprego. A política excessiva de pleno emprego gera indisciplina, a embriaguez e o pouco empenho no trabalho. As vantagens econômicas da ameaça do desemprego devem ser discutidas francamente. O socialismo ainda está por criar o pleno emprego social e economicamente racional. Os princípios do socialismo não são os da caridade, que garante emprego a cada trabalhador, independente da sua capacidade de trabalho."

Quem é que está certo? Eu não sei se estou certo ou errado. Mas não admito que vagabundo nenhum ponha uma arma na mão para ameaçar a minha casa, ou ameaçar a qualquer um de nós, mesmo que votemos errados. O povo nos elegeu a todos da mesma maneira. E se a coisa é colocada neste pé, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vamos partir, então, para um faroeste à brasileira. E eu que moro aqui, em Brasília, vou proteger a minha casa com unhas e dentes e, como minhas unhas e dentes já estão muito fracos, tem que ser na bala: entrou na minha casa, levou bala. E o Sr. Menegueli que se previna, com os seus áulicos que não tentem fazer isso, porque vai acabar muito mal. Não admitimos voltar à época de Hitler e muito menos à época do Império Romano contra os cristãos.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Amara! Netto, o Sr. Jorge Arbage, segundo Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Benedita da Silva, Suplente de Secretário.

O SR. VITOR BUAIZ: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VITOR BUAIZ (PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho a esta tribuna, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, para fazer uma denúncia considerada das mais graves e que diz respeito à disputa pela terra em nosso País.

O município da Nova Venécia, no Espírito Santo, transformou-se neste final de semana, numa verdadeira praça de guerra, sob o patrocínio da UDR. Mais de 300 famílias de trabalhadores rurais sem terra, que resistem em migrar para o grande centro urbano, porque sabem muito bem que não há como sobreviver nas cidades, resolveram acampar na sexta-feira passada, dia 4, num terreno público no município de Nova Venécia, a fim de pressionar o Governo para a agilização do processo de reforma agrária naquela região.

Numa atitude inadmissível, de frontal desrespeito às famílias, à população de Nova Venécia e às autoridades do município, essa espúria organização oligárquica chamada UDR, sob o comando do fazendeiro José Escardua, arrebanhou seus pistoleiros do norte do Estado, transformando um posto de gasolina na entrada da cidade num verdadeiro quartel-general.

De todo este episódio, o que mais impressionou foi a afronta dos pistoleiros que estão circulando livremente pela cidade, exibindo ostensivamente suas armas. Nesse momento, corre risco de vida o Prefeito do município, Adelson Salvador, do PMDB e o líder sindical João Marré, ambos recebendo constantes ameaças de morte.

Ao mesmo tempo, a Polícia Militar, que teria o dever e a obrigação de garantir a segurança pública, comandada pelo fazendeiro da UDR invadiu o acampamento, a pretexto de retirar as armas dos trabalhadores rurais. No entanto, as armas de que dispõem os trabalhadores não passam de enxadas, pás e outros instrumentos de trabalho.

Ora, Srª Presidenta, ilustres Constituintes, enquanto a Assembléia Nacional Constituinte não tiver uma compreensão maior da necessidade urgente de uma verdadeira reforma agrária no País, capaz de fazer com que esses companheiros do campo sejam donos do fruto do seu trabalho; enquanto o Governo continuar submisso às organizações oligárquicas e de direita, representadas pela UDR e colocando a Polícia para garantir os privilégios dos poderosos, reprimindo movimentos legítimos da classe trabalhadora brasileira, vamos continuar assistindo a essa sangrenta luta que se trava no campo, de consequências sociais imprevisíveis.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva): – O tempo de V. Ex.^a está esgotado.

O SR. VITOR BUAIZ: – Vou encerrar, Srª Presidenta.

Tendo em vista a gravidade desses fatos, o Partido dos Trabalhadores enviou telex ao Sr. Ministro da Justiça, Paulo Brossard, ao Governador do Estado e ao Sr. Ministro da Reforma Agrária, exigindo providências urgentes, a fim de evitar que a violência continue sendo a marca registrada da política agrária da Nova República.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer (Muito bem! Palmas.)

O SR. HAROLDO LIMA (Líder do PC do B): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva): – Pela liderança do PC do B, tema palavra o Sr. Constituinte Haroldo Lima.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM: – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva): – A Mesa acatará a questão de ordem de V. Ex.^a logo após a fala já anunciada do Líder do PC do B. Constituinte Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA Sem revisão do orador): – Sra. Presidenta, Srs. Constituintes, no dia de hoje estamos discutindo o Projeto de Resolução nº 21, que foi encaminhado a esta Casa, assinado pela Mesa da Constituinte.

Na verdade, quando soubemos que a Mesa iria encaminhar um substitutivo global ao Projeto do

intitulado Centrão, ficamos com a expectativa de que esse projeto da Mesa seria um projeto avançado, dir-se-ia um projeto progressista, porque seria assinado pela Mesa e, por conseguinte, encabeçado pelo Deputado Ulysses Guimarães. Contudo, ao tomar conhecimento do projeto da Mesa ficamos estupefatos, porque o que vimos foi que, sob o patrocínio da Mesa e do Deputado Ulysses Guimarães, foi incorporado o projeto do Centrão em todos os seus essenciais e se fez seus aspectos de alguns tópicos secundários, de menor importância, quem sabe para facilitar o apoio dos partidos pequenos, os chamados setores progressistas.

Por conseguinte, Sra. Presidenta, Srs. Constituintes, esse projeto que foi apresentado em nome da Mesa, a nós parece que não altera nada de fundamental do projeto do Centrão. Complica o jogo, complica a situação da Constituinte, porque, até então, tínhamos um projeto do Centrão – na verdade elaborado pela Direita, que controla e comanda o Centrão – contra o qual estávamos lutando e agora o projeto já é apresentado como se fosse do Doutor Ulysses Guimarães.

Amanhã, votaremos contra esse projeto e estamos apresentando algumas emendas, diversas, das quais seis tocam nas questões políticas mais importantes do dito Projeto de Resolução nº 21.

Farei um rápido relato do que trata as seis emendas principais que estamos apresentando hoje para serem votadas amanhã. A primeira suprime a chamada preferência automática das 280 assinaturas. Reputamos isso algo que não só é antiparlamentar como indecoroso e imoral. É algo que nunca foi estipulado, estabelecido em nenhum Parlamento conhecido do mundo que a assinatura vale tanto ou mais do que o voto. Estamos apresentando uma emenda para extirpar essa pretensa imoralidade desse projeto que agora foi assumido pela Mesa.

O segundo suprime a repetição, também imoral, da votação, na hipótese de não haver quorum, 24 horas após, ou seja, a possibilidade de o grupo que não conseguir pôr 280 Parlamentares no Plenário ter uma nova alternativa, 24 horas depois, de arrebanhar pessoas para que aqui venham fazer **quorum** artificial. Temos também uma emenda contrária para suprimir a repetição imoral desse prazo arbitrário.

Terceiro, suprimir a hipótese de substituir títulos, o que também é contra a praxe parlamentar.

O quarto é suprimir, no segundo turno, os destaques especiais que estão previstos, porque o art. 11 fala do destaque no segundo turno, o destaque normal, sempre pelos Constituintes comuns, aqueles que são iguais aos demais, ou seja, 187 Constituintes comuns podem apresentar destaque no segundo turno. Entretanto, o art 10, estabelecido por esse grupo elitista, começa a pretender um destaque de Constituintes especiais. Eles podem apresentar um destaque especial que pensamos que deve também ser afastado.

O quinto ponto diz respeito à possibilidade de destituição do Relator. Ora, Sr. Presidente, o que efetivamente está previsto no art. 12 é que no segundo turno se destitua o Relator na Comissão de Sistematização. E nós estamos propondo que está possibilidade seja afastada.

Finalmente, no sexto ponto, este projeto, que originariamente é da extrema direita, do Centrão, e depois foi incorporado pela Mesa, sob o patro-

cínio do Constituinte Ulysses Guimarães, propõe a destituição da Comissão de Sistematização. Nós, então, pensamos que deva ser suprimido o § 4º, do art. 13, que prevê o fim da Comissão de Sistematização.

Assim, Sr. Presidente, encerro dizendo que consideramos este projeto uma ameaça à democracia da Constituinte, uma ameaça aos métodos democráticos que aqui, até então, estão predominando e pensamos que isso deve ser derrotado no dia de amanhã, para que esta Constituinte não fique sob a grave ameaça de caminhar para o impasse. (Muito bem!)

DURANTE O DISCURSO DO SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA, A SRA. BENEDITA DA SILVA, SUPLENTE DE SECRETÁRIO, DEIXA A CADEIRA DA PRESIDÊNCIA, QUE É OCUPADA PELO SR. SOTERO CUNHA, SUPLENTE DE SECRETÁRIO.

O SR. ERICO PEGORARO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação com o Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ERICO PEGORARO (PFL – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, S^ra e Srs. Constituintes, na Rua Duque de Caxias, em frente ao Palácio do Governo, em frente à Catedral Metropolitana do Rio Grande do Sul, em frente à Assembléia Legislativa do Rio Grande, Palácio Farroupilha, deu-se, na última sexta-feira, um ato que não recomenda as melhores histórias políticas democráticas, lutas democráticas do Rio Grande do Sul. Os funcionários públicos, num ato de demonstração de que estão querendo fazer respeitar os seus direitos, foram fazer uma manifestação pública para que pudessem abrir os olhos e os ouvidos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Eis que a Brigada Militar, corporação comandada pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, não só não deixou que a manifestação se desse em área pública, como bateu nos manifestantes, em Deputados estaduais do PDT e do PT.

Isto, Srs. e S^ras Constituintes, não condiz com a tradição política dos gaúchos, e está a merecer um reparo público da Bancada do PMDB, nesta Assembléia Nacional Constituinte, sob hipótese de ela se tornar conivente e participativa, como agente, dos atos e dos fatos que aconteceram aos representantes do funcionalismo público e aos Deputados estaduais do Rio Grande do Sul.

Não houve, Sr. Presidente, um ato de desprestígio à autoridade do Governador, não era essa a intenção dos Deputados e dos funcionários públicos estaduais, não era outra a intenção senão, livre e democraticamente, demonstrar à sociedade gaúcha e brasileira o desgoverno que existe no Estado do Rio Grande do Sul. Agora, dizem que foram os brigadianos os culpados. Esquecem, aqueles que assim dizem, que a própria corporação da Brigada Militar está reivindicando o 13º salário, está pedindo melhores salários ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Por certo, foi o Secretário de Segurança Pública do Rio Grande? Sabemos que não. É uma pessoa atilada, inteligente, e que sabe discernir o ato de violência do ato de espontânea manifestação dos funcio-

nários públicos estaduais. Foi o Governador do Estado do Rio Grande? Por certo não o foi, mas S. Ex.^a, autoridade maior do Estado do Rio Grande do Sul, vem a público manifestar e dizer que os funcionários públicos do Rio Grande foram agredidos e que os Deputados Estaduais foram agredidos pela falta de coerência do seu Governo, pela falta de ação do seu governo, pelo desgosto que existe no Estado do Rio Grande do Sul.

Fica aqui a manifestação do Partido da Frente Liberal, pedindo a Deus que ilumine a Bancada federal do PMDB, para que ajude a salvar os atos e os fatos que estão acontecendo no Rio Grande do Sul comandados pelo desgoverno que existe na pessoa de Pedro Simon.

O Sr. Jofran Frejat: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOFRAN FREJAT (PFL – DF. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a UNESCO acaba de declarar parte de Brasília, ou seja, o Plano Piloto, como Patrimônio Cultural da Humanidade. Esse processo se desenvolve, Sr. Presidente, desde a chamada lei San Thiago Dantas. O seu art. 38 já preparava o primeiro estágio para que Brasília, ou seja, o Plano Piloto, pudesse se tornar uma área de reconhecimento mundial e de conservação como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Posteriormente, em 1972, o governo brasileiro já fazia gestões junto aquele Comitê da UNESCO, responsável pelo Patrimônio Cultural da Humanidade, para que Brasília também se transformasse no que ontem ocorreu, em Paris. Em 1975, o governo brasileiro fazia o reconhecimento dessa condição e agora, neste governo, através de um decreto governamental, que regulamenta a Lei San Thiago Dantas, Brasília foi declarada como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Ora, Sr. Presidente, talvez seja parte de uma cidade ou monumentos, com a mais jovem intercoerência de tempo, capaz de se tornar Patrimônio Cultural da Humanidade. Na verdade, se isso traz benefícios – e vale a pena dizer que os benefícios são exatamente no momento em que Brasília se prepara para ter o seu Governador eleito, para ter uma Câmara Legislativa eleita aqui na nossa Capital – vale a pena mencionar os esforços que as autoridades fizeram para que se tornasse imutável este plano importante, que foi o trabalho de Lúcio Costa e o trabalho de Oscar Niemeyer. Mas, por outro lado, Sr. Presidente, é preciso que, através de uma legislação própria – e nós nos propomos a fazer isto assim que reabra o Congresso – se estabeleçam condições para que Brasília não possa sofrer a especulação imobiliária, como se pretendia no passado, mas, também, que não se impeça esta cidade de se desenvolver em várias áreas em que se torna necessário o desenvolvimento e o progresso de nossa cidade.

Nestas condições, queremos congratular-nos com o Governo pelo fato de haver conseguido este galardão para a nossa Capital, de se transformar em Patrimônio Cultural da Humanidade.

Muito obrigado.

A Sr^a Márcia Kubitschek: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Pediria à nobre Constituinte que aguardasse um pouco, porque logo que termine o Expediente das lideranças V. Ex.^a terá a palavra.

A Sr^a Márcia Kubitschek: – Perfeitamente, Sr. Presidente!

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Tem a palavra o nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MULLER (PDT– RS. Como Líder, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Permitam-me que, inicialmente, em nome da Liderança do meu Partido, dirija uma saudação muito especial ao bravo e dedicado companheiro, Constituinte Olívio Dutra, por sua eleição, ontem, para a Presidência do Partido dos Trabalhadores. Esta saudação é extensiva ao não menos combativo e brillante companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, cuja convenção partidária houve por bem indicá-lo como candidato do Partido à Presidência da República.

Esperamos que, mantidas as regras estabelecidas para a eleição presidencial, consagrados os quatro anos que a Comissão de Sistematização já destinou ao Presidente José Sarney, possamos, no segundo turno, costurar uma aliança popular e democrática, unindo as forças do PDT, do PT e de todos os setores progressistas que têm interesse em transformar este País e conferir ao cidadão brasileiro, ao homem simples do povo os direitos inalienáveis a uma vida digna e decente.

Por outro lado, Sr. Presidente, gostaria de endossar, em nome da Liderança do PDT, todas as manifestações de outros oradores de condenação veemente às arbitrariedades e violências cometidas pela Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, no entardecer de ontem, na capital, Porto Alegre. Vejo, com surpresa, o Governador Pedro Simon declarar que não autorizou a invasão da Assembléia Legislativa do Estado, como se S. Ex.^a tivesse o poder de determinar que beleguins pagos com o dinheiro do povo pudessem invadir um Poder e espancar funcionários públicos e parlamentares.

Mas, o Sr. Pedro Simon, ao dizer que não autorizou a invasão da Assembléia Legislativa do Estado, não explicou à opinião pública do Rio Grande do Sul e do País por que autorizou a violência praticada na Praça da Matriz contra professores e servidores públicos estaduais. Essa explicação S. Ex.^a e o seu Partido devem à Assembléia Nacional Constituinte e à opinião pública do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Mas parece, Sr. Presidente, que o piauiense Francelino Pereira, que já foi deputado federal e exerceu, bionicamente, o Governo das Minas Gerais, e que plagiou acintosamente Bertolt Brecht, tinha razão quando, pateticamente, indagou para si mesmo, indignado consigo: "Que País é este?" Que País é este, Sr. Presidente, em que tropas pagas para manter a ordem, para resguardar e preservar os direitos da pessoa humana, investem furiosamente, com gases lacrimogê-

nios, com cães policiais, contra uma massa inerte e indefesa que apenas pleiteava seus direitos? Que democracia é esta? Parece que a violência foi institucionalizada, parece que os defensores da lei são da ordem estão sendo pagos para promover a desordem e violentar a lei. Não é só o episódio do Rio Grande do Sul. Esse fato lamentável, deplorável, condenável, não é isolado.

Na madrugada de domingo, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, a Polícia Militar de Minas Gerais assassinou a sangue-frio, da forma mais covarde, um jovem de apenas 18 anos, Herbert Monteiro Passos. Segundo testemunho insuspeito de pessoas que presenciaram mais essa cena de violência, patrocinada por quem deveria combatê-la, o disparo que vitimou esse jovem foi feito a uma distância de menos de meio metro. E a Polida nega a violência e diz que no automóvel, que foi perseguido por vários quilômetros, por diversas viaturas policiais, havia uma garrucha e um pacote de maconha. Até que ponto chega o cinismo, o deboche, o escárnio, de quem é pago pelo povo para protegê-lo, a ponto de assassinar – presumo eu – lamentavelmente de forma impune, um jovem no ver dor da sua juventude, da sua fecundidade de criação, de entusiasmo, e ainda transformá-lo num bandido que, além de ter armas no seu automóvel, possuía narcóticos.

Ora, Sr. Presidente, é preciso pôr um fim a isso. Não se pode admitir que o Governador do Rio Grande do Sul diga que não autorizou a Polícia Militar a invadir a Assembléia Legislativa quando a autorizou a reprimir uma justa e legítima manifestação popular na praça que não é propriedade de S. Ex.^a, a praça é do povo. E depois a Polícia Militar de Minas Gerais assassina friamente um jovem e tente negar a violência praticada.

Espero, Sr. Presidente, que se combatam as causas dessa violência: a miséria do povo, o salário de fome que é pago ao trabalhador, a falta de terra para produzir, e que a Polícia Militar não continue a usar armas, pagas pelo povo, para violentar, agredir e espezinhar os direitos do povo. Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Amaury Müller, o Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Amaury Müller, o Sr. Jorge Arbage 2º-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

A Sra. Beth Azize: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra nobre Constituinte.

A SRA. BETH AZIZE (PSB – AM. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituinte:

A imprensa tem noticiado à farta a existência ou a feitura de um pacote fiscal, que está sendo elaborado pelo Governo, com vistas a alterar, sobretudo, o Imposto de Renda. A mesma notícia traz a informação de que o Congresso Nacional será convocado extraordinariamente para a aná-

lise desse pacote fiscal. Obviamente, está convocação deverá ser feita antes do recesso das festas natalinas.

No entanto, Srs. Constituintes, chamo a atenção de V. Ex.^{as} para um fato que precisa ser questionado e sobretudo analisado, para que este Congresso não deixe de apreciar a questão da maneira que deve ser. O chamado Pacote Fiscal, na realidade, é dividido em dois decretos-leis. Um deles, que virá agora para esta Casa e que será discutido e votado pelo Congresso Nacional, depois de convocado extraordinariamente para esse fim, versa sobre modificações que são feitas todos os anos na tabela do Imposto de Renda: de limites de abatimentos, os abatimentos com dependentes, aluguéis, despesas com instrução, etc. Enfim, trata-se de um decreto-lei de rotina.

Ocorre que no bolso do colete do Governo Federal está escondido um outro decreto-lei, que faz parte do mesmo Pacote Fiscal e que não será encaminhado para o Congresso Nacional, porque desde os Governos da ditadura militar tornou-se praxe baixar esse decreto-lei que traz no seu bojo as várias hipóteses de incidência do Imposto de Renda, traz as elevações das alíquotas, traz a redução de isenções. E este decreto só será baixado, ou seja, será assinado no dia 31 de dezembro de 1987, como é praxe do Governo, fazer todos os anos.

Ora, Srs. Constituintes, isto implica em dizer que iremos convocar o Congresso Nacional para discutir e até vetar – parece-me que é este o pensamento do Congresso Nacional – o decreto-lei que é corriqueiro, porque trata de normas corriqueiras do Imposto de Renda, mas não vai tomar conhecimento desse outro decreto-lei que será baixado no dia 31 de dezembro, para ter aplicação imediata no exercício financeiro de 1988.

Alguém há de me perguntar: mas ai, a qualquer hora que o Congresso Nacional for convocado, novamente, para apreciar um segundo decreto-lei, poremos abaixar o decreto-lei assinado no dia 31 de dezembro? Não é bem assim. É matéria fiscal e a coisa acontece de maneira diferente, porque o que vale, o que prevalece para o exercício de 1988, é preciso destacar que as declarações de Imposto de Renda a serem elaboradas em 1988, com referência ao ano base de 1987, já terão como fato gerador um decreto-lei assinado em 31 de dezembro de 1987, significa dizer que, se hoje o Congresso for convocado, extraordinariamente, pela segunda vez, para apreciar esse segundo decreto-lei, e revogar ou vetar esse decreto-lei, os seus efeitos não anularão a lei que tornou eficaz o fato gerador assumido e assinado no dia 31 de janeiro de 1987.

É esta a denúncia, Sr. Presidente, que trago a público, para que os Constituintes, que estejam interessados na convocação extraordinária do Congresso para analisar o pacote fiscal do Governo, fiquem atentos para esse segundo decreto-lei, porque é aí que repousa a má-fé do Governo para massacrar mais ainda a classe média com impostos, sobretudo na questão da renda, que visa suprir os rombos do déficit público que o Governo não está encontrando competência para cobrir.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

A Sra. Márcia Kubitschek: – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Ouço a questão de ordem que V. Ex.^a quer formular.

A SRA. MÁRCIA KUBITSCHEK (PMDB – DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Perdoem-me se estou pedindo uma questão de ordem que talvez não seja relevante para a Assembléa Nacional Constituinte, mas é que, desde ontem, aconteceu um fato relevante na vida da nossa Capital que não pode deixar de ser mencionado aqui.

O nosso nobre colega Jofran Frejat já mencionou o fato de que Brasília foi, ontem, considerada, votada e decretado Patrimônio Cultural e Humanístico da Humanidade. Acho que este fato, este evento não pode deixar de ser mencionado na Assembléa Nacional Constituinte.

O fato de Brasília, como uma das mais novas, senão a mais nova Capital do mundo inteiro, ser hoje comparada a grandes patrimônios históricos e culturais, como Paris, Veneza, Cairo, não pode deixar de nos orgulhar, a todos nós, não somente brasilienses, mas a todos nós brasileiros.

É uma grande honra e que me sinto profundamente emocionada por esse fato que, como eu disse, veio consagrar o esforço de uma geração de brasileiros da qual V. Ex.^a, Sr. Presidente, fazia parte como amigo que era, particular, fraterno e querido, do Presidente Juscelino Kubitschek.

Como filha do fundador desta cidade, eu gostaria de deixar registrado aqui, nesta Assembléa Nacional Constituinte, este fato de grande relevância na vida do nosso País.

É com orgulho que hoje em dia nós podemos dizer que Brasília, a Brasília que JK sonhou, que foi construída e concebida pelo gênio de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, que foi criada por aquela legião de cidadãos que vieram para cá e que fizeram desta, a Capital da Esperança, esta cidade é hoje reconhecida pelo mundo inteiro como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Obrigada, Sr. Presidente.

Era este o fato que queria deixar registrado nas páginas da nossa Constituinte. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Comparecem mais os Srs:

Aduauto Pereira – PDS; Adylson Motta – PDS; Affonso Camargo – PTB; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio Mariz – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Artenir Werner – PDS; Átila Lira – PFL; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Maia – PDT; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Darcy Deitos – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Dório Braz – PMDB; Denis Arneiro – PMDB; Dirceu Carneiro – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Santana – PCB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gil César – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; João Calmon – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Jonival Lucas – PFL; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Costa – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Mendonça Bezerra – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; Jutahy Júnior – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Luis Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Mauricio Corrêa – PDT; Mauricio Fruet – PMDB; Mauricio Nasser – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Messias Soares – PTR; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Sadie Hauache – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Stélio Dias – PFL; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir MDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães)

A lista de presença registra o comparecimento de 251 Srs. Constituintes.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresentam proposições os Srs. Constituintes:

ROBERTO FREIRE: – Requerimento de voto de congratulações aos líderes supremos da União Soviética e dos Estados Unidos, pela assinatura de acordo de desarmamento nuclear.

CARLOS ALBERTO CAÓ: – Requerimento solicitando realização de sessão da Assembléia Constituinte para homenagear Oscar Niemeyer, pelo transcurso do 80º aniversário de seu nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se passar a

VII – ORDEM DO DIA

Tem a palavra o Sr. Constituinte Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

Hoje, em Washington, está-se realizando a reunião de cúpula entre o Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética e o Presidente dos Estados Unidos.

Neste momento, provavelmente, está sendo assinado um inédito acordo na Era Nuclear, que não é apenas de limitação, mas de completa destruição de armamentos. Isto representa algo de esperançoso para toda a humanidade, que deseja viver em paz.

Em função disto, apresento toda uma justificativa e solicito, ao final como requerimento, em nome da Liderança do Partido Comunista Brasileiro, que esta Assembléia Nacional Constituinte se pronuncie congratulando-se com este acordo e, inclusive, apresentando um texto que, evidentemente a Mesa poderá depois melhor encaminhar. Mas, fundamentalmente que a Assembléia Nacional Constituinte representando o povo brasileiro, congratule-se com esses dois Líderes mundiais pela assinatura desse acordo de desarmamento nuclear. (Palmas.)

O SR. OLÍVIO DUTRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

Tenho uma reclamação, e quero fazê-la, respeitosamente à Presidência da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

No dia 19 de agosto de 1987, encaminhamos à Mesa um pedido de esclarecimento que a Presidência da Constituinte deveria encaminhar ao Ministério do Planejamento.

Nossa preocupação era com respeito à aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento na produção da Aeronave Militar AM-X, que o Brasil está construindo em cooperação com a Itália.

Tínhamos seis itens a respeito da utilização dos recursos do Fundo Nacional, para essa finalidade.

Recebemos um ofício, há poucos dias, informando que no dia 23 de novembro a Mesa encaminhou ao Executivo a formulação do nosso requerimento, isto é, passaram-se três meses do nosso encaminhamento para que a Mesa encaminhasse ao Executivo. Agora, pelo Regimento, o Executivo tem 30 dias, o que significa que vai cair no período de recesso de trabalhos desta Casa e, provavelmente, é para o ano que vem que nós vamos ter uma resposta. Quer dizer, provavelmente, demorará 6 meses para se dar resposta a uma questão séria de utilização de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento para a construção de um avião militar.

De que forma nós podemos, o Congresso Constituinte e o Legislativo, nos impor diante das imposturas do Executivo se nós demoramos tanto tempo para exigir dele explicações? Agora o Executivo também vai se arvorar no direito de demorar mais um tanto para trazer esta resposta à Nação.

Esta era a reclamação, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Brasília, 19 de agosto de 1987.

Excelentíssimo Senhor
Ulysses Guimarães
DD. Presidente da Assembléia
Nacional Constituinte
Brasília – DF.

Vem sendo publicado pela imprensa que o Ministério do Planejamento estaria aplicando uma parcela de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) na produção da aeronave militar AM-X que o Brasil está construindo em cooperação com a Itália.

Dante do exposto venho requerer que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte solicite ao Ministério do Planejamento, as seguintes informações:

– qual o montante do capital arrecadado até hoje, dos contribuintes, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento;

– quem definiu o Fundo de Desenvolvimento deve investir uma parcela de seus recursos na produção do avião militar AM-X

– qual a porcentagem de seus recursos e capital, que o Fundo Nacional de Desenvolvimento está investindo na produção do AM-X;

– quais as porcentagens de seus recursos e o capital que o Fundo Nacional de desenvolvimento está investindo em outras áreas, e que áreas são estas;

– qual o capital investido na produção do AM-X;

– que empresas estrangeiras participam da produção do AM-X e qual o capital investido por elas; – Deputado Olívio Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Se realmente isso ocorreu, e deve ter ocorrido, pela informação de V. Ex.^a, a Mesa pede desculpas a V. Ex.^a por essa involuntária demora.

Aliás, para evitar que houvesse demora no encaminhamento de proposições ou de pedidos de informações, por proposta da Presidência, a Mesa adotou o sistema de **ad referendum**: o Presidente faz **ad referendum**, manda imediatamente, porque não é possível estar reunindo a Mesa constantemente, por motivos óbvios.

Desejo informar a V. Ex.^a que, havendo queixas injustificadas de demora, por parte do Executivo, dos Ministros, de enviar pedidos de informações, tive um entendimento com o Ministro Ronaldo Costa Couto, lembrando-lhe a necessidade do cumprimento dos dispositivos legais e encarecendo-lhe mandasse uma circular a todos os Ministros. E quando estive na eventual Presidência da República, insisti, como Presidente, na determinação de acato ao Legislativo, seja à Câmara, seja ao Senado, seja à Constituinte, para que, prontamente, ou pelo menos dentro do prazo, essas informações sejam dadas.

Quanto ao caso específico citado por V. Ex.^a, já requisitiei as notas taquigráficas, para verificar, e, caso o Executivo não tenha remetido as informações, interceder pessoalmente para que, antes do anunciado e breve recesso. V. Ex.^a as tenha, porque tem direito a tê-las. E a Mesa tem que garantir a V. Ex.^a esse direito de resposta.

Muito obrigado pela contribuição de V. Ex.^a.

O SR. OLÍVIO DUTRA: – Muito obrigado por sua atenção.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Constituinte Adylson Motta.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Queria apenas fazer um registro, em nome do meu partido, sobre um episódio ocorrido no Rio Grande do Sul, em que houve atos de violência cometidos pela Força Pública Estadual, não sei se por orientação ou não do Governo do Estado – não quero me precipitar no julgamento.

De qualquer forma, Sr. Presidente, todas as vezes em que se cometeu, algum excesso, principalmente envolvendo figuras de parlamentares, vim a esta tribuna e manifestei a minha discordância, o meu protesto e a minha inconformidade. Da mesma forma, quero fazê-lo neste momento em que Parlamentares do Rio Grande teriam sido agredidos, quando estavam dando solidariedade a um movimento justo de funcionários que pleiteavam algo já decidido pelo Governo, algo que já é lei, ou seja, a concessão do 13º salário.

Por ter participado de um governo, na condição de Chefe da Casa Civil, durante 3 anos, governo do PDS do Rio Grande, governo que jamais cometeu um ato de violência sobre quem quer que seja, que nunca negou diálogo com grevistas, sinto-me com autoridade para, neste momento, repudiar essa manifestação que chega ao nosso conhecimento, em que foram agredidos não apenas grevistas, mas também parlamentares daquele Estado.

Era o registro que desejava fazer em nome do PDS.

O SR. DEL BOSCO AMARAL Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): Sr. Presidente.

V. Ex.^a, como Deputado paulista mais votado, foi também o terceiro mais votado da Baixada

Santista. Hoje eu não poderia estar aqui, na Constituinte, em face das violências policiais contra os metalúrgicos da Baixada Santista. Um verdadeiro massacre ocorreu ontem, quando a Polícia Militar, não na usina da Cosipa, mas na própria cidade de Santos, nas imediações do Sindicato dos Metalúrgicos, tentou massacrar operários que protestavam legitimamente por melhores salários.

V. Ex.^a de dizer que isso não seria assunto para esta Ordem do Dia, mas peço que V. Ex.^a, zelando pelo nosso interesse parlamentar e, principalmente, pela saúde e pelos direitos do trabalhador brasileiro, faça sentir e se solidarize com este meu protesto que encaminhei ao Presidente José Sarney e ao Ministro do Trabalho, pedindo que seja reafredada a violência policial no Estado de São Paulo contra os grevistas da Cosipa – Companhia Siderúrgica Paulista. Tenho certeza que V. Ex.^a, homem de largo descortino, considerará esta minha manifestação e procurará saber o que está acontecendo, porque tudo isso reflete, de alguma forma, nos trabalhos da Constituinte. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", tendo parecer, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno para, durante 10 minutos, discutir o Projeto de Resolução. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não estando presente o nobre Constituinte José Genoíno, que iria falar contra, tem a palavra o nobre Constituinte Del Bosco Amaral, que falará a favor.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Para discutir. Sem revisão do Orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Graças ao largo descortino de V. Ex.^a, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, parece-me que caminhamos, apesar de ainda não termos chegado a um acordo plausível e que interesse aos trabalhos da Constituinte.

Li atentamente as linhas e entrelinhas deste Projeto de Resolução nº 21/87, da Mesa. Todos deverão considerar, analisando sem julgamentos e sem paixões o que ocorreu anteriormente, que aqui está uma base séria para discussão. Sei, inclusive, que o Líder do meu Partido, Líder que vou ouvir em seguida – vou ouvir suas razões – não admite duas expressões aqui colocadas, fundamentalmente, no § 2º do art. 1º: – "As emendas apresentadas com base neste artigo, ou seja, 280 apoiantos" terão preferências automática, não sendo submetidas a votos". O Líder Mário Covas é possivelmente líderes de outros Partidos – não posso sentir, mas posso quase que adivinhar – que alguns não querem essa palavra automática, tampouco esse não, e sim o "submetidas a votos". Posso dizer que, mediante esses dois aspectos, que serão amanhã exaustivamente discutidos e debatidos, temos aqui uma base para que cada um, de per si, torne-se um Constituinte que não dependa de ser simpático ou não ao seu Líder ou a um grupo que dominava

uma Comissão, para ter as suas matérias apreciadas em Plenário.

Vi, aqui, um desfile de observações a respeito de que se está procurando legislar por assinatura, de que se está tentando obter a preferência com 280 assinaturas. O mérito de cada matéria dependerá sempre de uma votação clara, uma votação pelo painel ou uma votação nominal, de voz alta e bom som. Não há por que, neste instante, dizer que os Constituintes querem assinar as preferências e, como disse um certo Senador – hoje não diria mais isso, porque possivelmente até alguns de seus adeptos estão na Europa – os Constituintes assinaram e se dirigiram para a Europa. Todos estarão aqui para votar. Eu, possivelmente, votei algumas matérias contrariamente à posição de alguns companheiros com os quais lutei por essa mudança no Regimento, como é possível que alguns companheiros que aí estão votem algumas matérias com este companheiro, da forma que não votaram na Comissão de Sistematização. E exemplifico: forças consideradas progressistas na Comissão de Sistematização recusaram-se a dar a anistia ampla, geral e irrestrita aos marinheiros punidos. Vou votar essa anistia ampla, geral e irrestrita, porque vai ser dado direito a um destaque, a uma emenda, possivelmente uma emenda aprimorada. Vou votar com esses marinheiros e muitos companheiros, logicamente mais progressistas do que eu, vão votar também.

Desta forma, peço, inclusive, que o nosso Presidente Ulysses Guimarães, do qual discordo em algumas oportunidades, perdoe meus ímpetos, quando vejo esta Assembléia Nacional Constituinte não sob a sua batuta, mas sob a Presidência do Presidente da Comissão de Sistematização ou dos presidentes *ad hoc*. Nunca vi, sem consultar o plenário, nomearem tantos presidentes *ad hoc*.

Na Comissão de Sistematização – e o Líder Mário Covas fez uma afirmação a um jornal, que, tenho certeza, S. Ex.^a irá rever – resolvia-se aprovar, por exemplo, na sua ausência, uma matéria do Constituinte do Partido Comunista Brasileiro, porque ele merecia todo o respeito e toda a simpatia da Comissão. Ninguém vota por simpatia ou por respeito: vota-se pelo mérito de uma proposta. Quando ele propôs o monopólio da distribuição dos derivados de petróleo, aprovaram e justificaram, alguns, porque era um homem simpático – e o é – porque era um homem respeitável – e o é – porque era um homem que merecia todo o carinho – merece todo o carinho. Mas não é justo que se aprovem matérias por simpatia ou por antipatia.

Pediria aos nobres companheiros, principalmente àqueles que se auto-rotulam progressistas – e um dia nós, talvez aprimorados e com maiores estudos políticos e maior vivência política, chegaremos ao ponto de ser tão progressistas quanto esses companheiros – que todos juntos, eliminemos o que existiu de absurdo neste projeto de resolução. Mas isto aqui é a base de um acordo, a base de uma grande composição. Cada Parlamentar, cada Constituinte terá o direito de apresentar quatro emendas e seis destaques. Ele terá que obter assinaturas para ter a preferência. Não mais um Líder dirá quem pode ou não pode ter sua matéria apreciada no plenário, porque quem tiver, pelo mérito da sua matéria, o maior número de assinaturas estará, automaticamente, aqui, de-

fedendo a sua propositura, perante toda esta Assembléia Nacional Constituinte.

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eu pediria que amanhã, – isto é um apelo eu diria, assim, preliminar – que nós viéssemos para a sessão desarmados, no que diz respeito ao espírito e outras coisas mais, que nós devemos, amanhã, estar neste plenário, pensando que precisamos iniciar logo este carreirão de votações que darão ao povo brasileiro alguma esperança, neste momento tão difícil.

Ainda há minutos atrás, eu estava aqui criticando, e o fiz por escrito ao Presidente Sarney, a violência da polícia no meu Estado. Eu estava às 6 horas no Sindicato dos Metalúrgicos, ao lado dos operários. Tenho alguma bagagem – pequena, é verdade – para pedir voto de confiança nessa propositura da Mesa. Porque essa propositura da Mesa é mais democrática do que o comportamento da Comissão de Sistematização. Está ali um companheiro nosso; ficamos, aqui, noites à espera, para a votação da aposentadoria da mulher aos vinte e cinco anos, e descobrimos, depois, que havia sido retirada, porque os Líderes, na calada da noite, teriam acertado que seria votada somente a propositura da nossa fraternal companheira Beth Azize, do PSB. Realmente, a Sistematização foi um desastre, mas um desastre necessário. Todos tiveram boa vontade, mas boa vontade não basta; é preciso que haja um texto, que exista um texto que sustente o direito do Constituinte, sustente as minorias; mas se as minorias devem ser sustentadas, por que não sustentar também as maiorias? Quem tiver 280 votos no mérito de uma matéria, esses 280 votos representam a maioria absoluta dos Constituintes.

Sr. Presidente Ulysses Guimarães, eu gostaria de cumprimentar V. Ex.^a; V. Ex.^a muito às claras, sem manobras noturnas nem diurnas, percebeu o clima reinante na Assembléia Nacional Constituinte, e conseguiu de uma forma magistral, e uma forma de magistrado, trazer este documento que amanhã deve ser discutido com respeito, com elegância, todos trazendo a contribuição para acrescentar ou estirpar parte deste documento. V. Ex.^a está de parabéns, como de parabéns estão todos os Constituintes sejam do Centrão, seja mais ou menos progressistas! E de todos eles, não conheço ninguém aqui, que não tenha sido eleito pelo voto, pelo sufrágio popular, e o voto para mim ainda é a melhor solução para dirimir dúvidas a respeito de problemas polêmicos. Eu me manifesto solidário, em todos os termos, com este projeto da Mesa e, amanhã, procurarei defendê-lo junto aos meus companheiros.

Muito obrigado, Srs. Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte José Genoíno, que falará contra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Para discutir. Sem revisão do Orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Existem várias razões para que aqui nos coloquemos contra o substitutivo da Mesa – o Projeto de Resolução nº 21.

Há uma questão central, de fundo, e nesse ponto o famoso Centrão foi vitorioso, que é exatamente o corte radical, depois de dez meses de trabalho, no processo de elaboração do Projeto

de Constituição. Criou-se, falsamente, a idéia de que a matéria da Sistematização terá que ser anulada, e, igualando ao processo de apresentação de emendas globais de título, de capítulo e de substitutivo.

Acontece, que o Projeto da Sistematização é um projeto que é produto da elaboração que vem das Subcomissões e das Comissões. E, no meu entender, o Substitutivo da Mesa permite as emendas de título e capítulo com 280 assinaturas. Ora, Sr. Presidente, estranha democracia, porque se as assinaturas têm mais valor do que a presença em plenário para apresentar uma emenda substitutiva, nós estamos contrariando, isto sim, a democracia, porque a democracia da maioria terá que estar relacionada diretamente com a democracia efetiva da ação dessa maioria. Nós não podemos aceitar que o Parlamento funcione na base de uma maioria silenciosa, que pode ter preferência, desde que coloque a assinatura num papel de emenda substitutiva de título ou capítulo.

A segunda objeção, Sr. Presidente, diz respeito a uma contradição do substitutivo da Mesa, que é o parágrafo 1º do artigo 1º. No parágrafo 2º do artigo 1º, há a preferência automática, sem votação da preferência, ela é automática, dependendo do número de assinaturas. Mas, no parágrafo 1º, permite a votação de uma preferência, quando existir o mesmo número de assinantes para as preferências. Portanto, tendo duas preferências com 280 assinaturas será votada. Veja bem que situação estranha para se exigir a apresentação ou a votação de uma preferência, vamos igualar o número de assinaturas, e ei aos Srs. Constituintes e as Sras. Constituintes já estão assistindo, nos corredores desta Constituinte, uma cena deplorável para o processo legislativo, que é a coleta de assinaturas para apresentação de emendas ao substitutivo. Já estão colhendo assinaturas. Vários Constituintes estão colhendo assinaturas, funcionários estão colhendo assinaturas. Certamente, essa idéia de colher assinaturas para apresentar emenda vai facilitar, pelo menos, alguns tostões para muitas pessoas que precisam ter o mínimo de rendimento, aqui na Casa, colhendo essas assinaturas, e já esta se processando isso.

Outro problema, Sr. Presidente, é a repetição da votação. Com todo o respeito a esta Casa, chamo essa emenda de **boing**: "Você vota hoje; não teve maioria. Repete a votação 24 horas depois." Quer dizer, votou, faz o mapeamento; tem 24 horas para aconchavar, para fazer as pressões, para fazer os acordos – e sabemos como esses acordos são feitos – e tem-se mais a prerrogativa de chamar o pessoal. E aí tem os aviões. E se por acaso os aeroviários tiverem alguma paralisação, alguma "operação tartaruga" há os aviões particulares que vão recolher os Constituintes para estarem aqui 24 horas depois votando. Isto é o que diz, textualmente, o § 3º, do art. 1º.

A outra questão, Sr. Presidente, é a tal preferência automática por número de assinatura. Olha bem, Sr. Presidente, o parlamento, ele tem uma característica; o funcionamento dele, para que a minoria seja respeitada, tem que ter uma regra comum para todos. Por isso que exige determinado número de assinaturas. Quem preencheu aquelas assinaturas, ai é quem entrou primeiro. Mas não vai depender do maior número de assinaturas para se ter priori-

dade do requerimento de preferência. Veja bem o que vai acontecer. Quem tiver mais assinaturas terá preferência. Votando a preferência, aplica-se a prejudicialidade. Certamente, muitos Constituintes vão apresentar emendas individuais, mas, na medida em que o critério da prejudicialidade pode ser usado e vai ser usado, porque em seguida aqui, eu chamo a atenção dos Srs. Constituintes para o § 2º do art 3º que diz o seguinte:

"O substitutivo, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão proposições conexas."

Proposições conexas, Srs.

Constituintes, é o projeto de Constituição. Com o projeto de Constituição aqui, nas mãos, tudo que falar é conexo. Porque o termo conexo tem uma amplitude. Em vez de usar o termo correto que está no Regimento Interno da Câmara e do Senado; matéria idêntica ou oposta. Aí sim. Você precisa o sentido da prejudicialidade. Mas, muitos Constituintes irão fazer emendas; irão empenhar-se e a prejudicialidade tirará o direito desses Constituintes terem suas emendas discutidas em plenário.

A outra questão, Sr. Presidente, e aí é um problema sério. Eu chamo a atenção, e esse é grave. A Comissão de Sistematização foi abolida no substitutivo. Existirá a famosa Comissão de Redação, e o Relator da Comissão de Sistematização, que foi eleito para ser Relator da Comissão de Sistematização, ele vira Relator de Plenário. Portanto, o ilustre Constituinte Bernardo Cabral é Relator de Plenário. Porque ele dá o parecer de Plenário, dá o parecer do vencido.

Não para submeter à Comissão de Sistematização, mas só para submeter diretamente ao Plenário. Então, o que pode ocorrer? Se uma maioria conseguir, numa determinada emenda, um acerto, uma unidade com o Relator, o parecer do vencido, feito no Plenário, sem passar pela Comissão de Sistematização, já tem uma força muito grande. Isso faz lembrar, Sr. Presidente, as sessões da Câmara para aprovar matéria de lei ordinária, em que a Mesa indica o relator de plenário, aquele Deputado que dá o parecer oral, no microfone. É o que acontece nas matérias de lei ordinária, isto é, a matéria não é aprovada na Comissão Permanente. Na comissão adequada, existe o relator de plenário, indicado diretamente pela Mesa. É isso que, na prática, vai ocorrer.

O Constituinte Bernardo Cabral foi eleito Relator da Comissão de Sistematização, S. Ex.^a vira Relator de Plenário, e a Comissão de Sistematização fica extinta, apesar de todo o brilho, de toda a homenagem, de todas as colocações e referências feitas ao presidente da Comissão de Sistematização, o ilustre Senador Afonso Arinos. A presidência desta Comissão deixa, consequentemente, de existir. Aí, está de acordo com a famosa preocupação do Centrão, que era achar que a Comissão de Sistematização era algo que precisaria ser extinta. Pois bem: o substitutivo da Mesa acaba de extinguir a Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, existe outro grave erro: a tal história do destaque para votação em separado. Trata-se de um dispositivo regimental – vamos dizer – democratizante. É interessante. Qualquer Constituinte – solicita para separar do texto que vai ser votado, uma determinada matéria. Até aí está correto. Mas esse requerimento de destaque pode ser feito por 35 Constituintes e terá que se submetido ao Plenário da Constituinte. No ca-

so, queremos a coerência daqueles que dizem que se a maioria existe no Plenário, todo poder a essa maioria. Concordamos, mas queremos uma maioria presente, votante, uma maioria pela manhã, à tarde, à noite e não uma maioria que assina a lista de presença, e aqui existe apenas no papel; a maioria que se faz através dos correios e telégrafos, a maioria que se faz uma vez por semana, através do esforço concentrado. Infelizmente, vamos repetir aqui a prática do esforço concentrado, porque o destaque para a votação em separado exige 187 assinaturas, o que é um número muito elevado.

Os partidos minoritários têm três dias para fazer destaque para votação em separado. Sejamos francos: no prazo de três dias, quem conseguirá 187 assinaturas para entrar com destaques de votação em separado? Esse destaque de votação em separado terá que ser submetido à votação. Seria necessário eliminar a exigência de 187 assinaturas e esse destaque ser submetido diretamente à votação pelo Plenário. Ai, sim, deveria ser adotado.

Sejamos francos, claros, nessas propostas. Se a maioria existe aqui dentro, a minoria terá que exercer um outro tipo de luta, e nós estamos preparados para isso, até termos todas as propostas e conquistas sociais derrotadas, até mesmo o ato extremo de não assinar a Constituição. Essa maioria terá que estar presente. Não a aceitaremos se for eventual, apenas para determinados assuntos, para a estabilidade, para o direito de greve, para a ordem econômica, mas não para outras matérias.

Sr. Presidente, se existir maioria aqui, de 280 assinaturas e apresentar um destaque, uma emenda substitutiva de título ou capítulo, e aprova, em seguida, as emendas apresentadas por cada constituinte, individualmente – vão ser apreciadas, não há nada mais "democrático" – só que não haverá **quorum** para votar essas emendas. Por tanto, elas não entram no projeto.

Olhem bem que vários Constituintes que assinaram o projeto do Centrão, querendo ter o direito individual de apresentar suas emendas, vão se dar conta de que – tudo bem, apresentaram – não tendo **quorum**, essas emendas não vão ser votadas para entrar no projeto.

É muito fácil: quem tem uma maioria eventual aprova o substitutivo; depois precisa ir cuidar das suas fazendas, das suas terras, das suas propriedades, dos seus negócios financeiros, não vai ficar perdendo tempo, aqui, de manhã, à tarde e à noite. Aí, não haverá **quorum** para votar as emendas. E aqueles Constituintes que fizeram um esforço enorme, um grande trabalho, com grande inteligência para fazer sua emenda, assinando, redigindo justificativa, vão se dar conta de que entraram no conto da maioria que queria apenas o rolo compressor. É o conto da maioria, que quer, na verdade, ser uma maioria calada, maioria da assinatura, e o Parlamento só vai se valorizar se essa maioria estiver, aqui, votando, votando, se essa maioria estiver se expondo, se essa maioria estiver sempre presente!

Portanto, Sr. Presidente, nós, com outros companheiros, estamos apoiando um substitutivo oferecido pela Mesa, porque achamos que esse substitutivo não é democrático. Ele, repito, com todo

o respeito que tenho à Mesa, ele é o Centrão melhorado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Robson Marinho, que falará a favor.

O SR. ROBSON MARINHO (PMDB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes:

Durante três meses, todos nós Constituintes aqui estivemos discutindo o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte que, ao final, foi votado e aprovado por todo o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Portanto, se havia como de fato há – imperfeições no Regimento Interno, a responsabilidade é de todos nós, porque todos votamos o Regimento Interno, elaborado, discutido e, ao final, aprovado.

É certo também que, antes mesmo da conclusão dos trabalhos da Comissão de Sistematização, já existia uma insatisfação generalizada na Casa, especialmente entre aqueles Constituintes que não faziam parte da Comissão de Sistematização, pela impossibilidade regimental de apresentarem emendas após a aprovação do anteprojeto da Comissão de Sistematização, a impossibilidade de apresentação de emendas na fase do Plenário.

Em face dessa insatisfação que se generalizou, um grupo de Constituintes se uniu; parte dele com o objetivo exclusivo de apresentar um Projeto de Resolução ao Regimento Interno, permitindo que na fase de Plenário fossem apresentadas 3 ou 4 emendas, por Constituinte. Essa iniciativa teve esse mérito, porque vai dar oportunidade àqueles que não participaram, como membros efetivos ou suplentes da Comissão de Sistematização, de também apresentarem as suas emendas.

Então, com tranquilidade, quero argumentar com estes Constituintes que, como eu, também queriam ter a oportunidade de apresentar emendas, na fase de Plenário. Este objetivo já foi atingido com a mudança do Regimento Interno, com a aprovação do Projeto de Resolução. É importante apoiarmos este Projeto de Resolução de nº. 21, apresentado pela Mesa, porque o projeto, de iniciativa do Sr. Constituinte Roberto Cardoso Alves, tinha determinados dispositivos que eram impraticáveis, que inviabilizavam o processo em Plenário. Podemos exemplificar e argumentar com os nossos companheiros que querem agir com bom senso.

A Emenda Constitucional que convocou a Assembléia Nacional Constituinte estabelecia, como estabelece, a sua votação e discussão em dois turnos. No projeto do Constituinte Roberto Cardoso Alves era permitida a apresentação de emendas, não apenas de redação, não apenas supressivas, mas até substitutivas, no segundo turno, no momento da votação. Ora, não teríamos, então, o segundo turno; teríamos que ter um terceiro, um quarto e turnos seguintes, inviabilizando a conclusão dos nossos trabalhos.

Por outro lado, o substitutivo de autoria do Constituinte Roberto Cardoso Alves também era imperfeito, quando permitia a apresentação de emendas substitutivas a um título inteiro no momento da votação, obrigando que o Relator desse parecer oral e conclusivo em Plenário, o que é impossível, impraticável por parte do Relator.

Tanto é verdade que esses dispositivos aprovados na última quinta-feira não atendiam – como não atendem – o perfeito andamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que a Mesa vem propor o Projeto de Resolução nº 21, que é melhor do que o que existia anteriormente e, por isso, devemos apoiá-lo.

Ele é melhor porque o universo é o título, mas a votação vai se dar por capítulos. Portanto, uma emenda substitutiva a título equivale a capítulo. Por outro lado, o momento da apresentação da emenda no projeto do Constituinte Roberto Cardoso Alves e no anterior, era o da votação. Agora, não. Até mesmo as emendas substitutivas terão sete dias de prazo para serem apresentadas. Por outro lado, antes, quando aprovada uma emenda, todas as correlatas estavam prejudicadas, o que não acontece agora, que só estarão prejudicadas aquelas que tiverem sido agasalhadas na emenda aprovada; as demais serão mantidas, serão respeitadas. Portanto, na parte referente à prejudicialidade, também o Projeto de Resolução nº 21, de autoria da Mesa, é melhor e deve ser por nós, Constituintes, aprovado.

Só faço aqui um reparo, com tranquilidade, com serenidade: eu também perfilho entre aqueles Constituintes que deploram o que aconteceu na sessão da última quinta-feira, tanto aqui no Plenário como nas galerias. Não é isto que a Nação brasileira espera de nós, Constituintes! A Nação brasileira espera que nós tenhamos capacidade, inteligência e consenso, para chegarmos a pontos de entendimento que permitam a continuidade dos nossos trabalhos, a fim de que possamos concluir o mais rapidamente possível a tarefa de darmos ao país uma Constituição, que reflete o pensamento, a vontade, senão da totalidade, ao menos da maioria da população brasileira.

Venho aqui, ao longo e ao término da minha exposição, apresentar uma única objeção, que se refere ao parágrafo 2º do art. 1º. Acho justo que uma emenda, um substitutivo apresentado com 280 assinaturas tenha prioridade para ser votado. Mas não posso concordar que a preferência lhe seja concedida automaticamente, sem ser submetido a votos em Plenário, porque nós não podemos e não devemos instituir a prática, no Parlamento, de assinaturas terem o mesmo peso, o mesmo valor, o mesmo significado do voto.

Não! A emenda com 280 assinaturas, por ter apoio expressivo, deve ter prioridade sobre o menor número de assinaturas para ser apreciada. Mas a preferência tem que ser votada, tem que ser decidida em Plenário. Portanto, eu conclamo modestamente os meus companheiros do PMDB, em particular, que subscreveram e votaram o Projeto de Resolução de autoria do Constituinte Roberto Cardoso Alves, que entendam que o objetivo principal já foi atingido, que era o de permitir que o Regimento Interno fosse modificado e emendas fossem apresentadas individualmente, por Constituintes em número de quatro, em Plenário, mas que não dêem o seu apoio ao parágrafo 2º do art. 1º, na questão da aprovação automática da preferência somente por assinaturas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Aldo Arantes, que se manifestará contra a proposição.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.):
– Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Todos sabemos que o processo de elaboração do Regimento Interno pela Assembléia Nacional Constituinte foi democrático e, inclusive, consumimos um tempo relativamente grande no objetivo, exatamente de encontrar um Regimento Interno que pudesse ser ágil, eficiente e democrático; que pudesse fazer com que todos os segmentos da Assembléia Nacional Constituinte participassem efetivamente do trabalho constitucional, já que àquela época, criticava-se muito a idéia da criação de uma grande Comissão, com a marginalização completa da grande maioria dos Constituintes.

Naquela oportunidade, formulou-se a alternativa da criação das Subcomissões Temáticas e das Comissões, para exatamente criar mecanismos não só de participação real dos Constituintes, mas também de participação da sociedade organizada.

Criaram-se mecanismos das emendas populares constitucionais; criaram-se mecanismos das audiências públicas; enfim, foi elaborado um Regimento Interno, fruto de um trabalho demorado e árduo. A consequência disso foi o início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que foram exaustivos e das Subcomissões, nas Comissões, muitas vezes, inclusive, rasgando o próprio Regimento Interno, como aconteceu na Subcomissão da Reforma Agrária e na Comissão da Ordem Econômica. Mas, apesar desses atropelos, avançamos e chegamos à Comissão de Sistematização. E, nesta, fizemos um trabalho demorado, meticuloso, onde várias questões fundamentais não foram sequer tocadas: não se tocou, não se mudou uma vírgula sobre o papel das Forças Armadas, o militarismo continuou predominando no texto constitucional, não se tocou praticamente em nada acerca do papel do Judiciário, além de uma série de outras questões. Mas, fruto do desejo do povo de mudanças, conseguimos incorporar alguns avanços importantes, muito aquém das aspirações do povo brasileiro – é necessário que se diga –, da classe operária, se introduziu a proibição da demissão imotivada. O que os trabalhadores queriam e querem é a estabilidade no emprego. Conseguiu-se incorporar as 44 horas semanais, o que não é nenhum absurdo, porque todos sabemos que países como a Colômbia, o Peru e o próprio Paraguai têm regime de 48 horas semanais. Conseguiu-se incorporar o direito de greve, a liberdade e a autonomia sindical, a questão da licença de 120 dias para mães gestantes, além de ter incorporado o sistema parlamentarista de governo, uma conquista democrática, e o mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney, ao lado de outras questões importantes como a nacionalização da distribuição de petróleo, que a direita, procurando confundir a opinião pública, chama de monopólio estatal da distribuição de petróleo. É mentira! Não corresponde aos fatos. O que foi aprovado aqui foi a nacionalização da distribuição do petróleo. Consideramos um absurdo completo que o País invista naquilo que é dispendioso e o que é altamente lucrativo, que é a distribuição do petróleo, fique para empresas multinacionais. Não entendemos por quê. Não entendemos essa racionalidade, a não ser o desejo, efetivamente, de defen-

der os interesses das empresas multinacionais. O fato é que o resultado deste trabalho foi recebido pelos empresários como se fosse a instituição de uma constituição socialista, de uma constituição revolucionária. Isto é uma piada. Isso expressa o grau de reacionarismo, de conservadorismo das classes dominantes brasileiras, que não admitem mudanças, por menores que sejam. Diante do fato consumado, das vitórias obtidas na Comissão de Sistematização, qual foi o caminho? Foi o caminho da organização dos empresários na União Brasileira dos Empresários, na UDR. Foi exatamente a formação de um quartel-general aqui em Brasília para pressionar a Assembléia Nacional Constituinte; aliás, como na Constituição de 1946, quando também formou-se, no Hotel Glória do Rio de Janeiro, um quartel-general comandado pela Standard Oil. Agora, a História se repete, só que com muito mais gravidade, muito mais amplitude. E, fruto dessa articulação empresarial surgiu o Centrão; esse Centrão que diz não ter vínculo algum com os empresários e, no entanto, há poucos dias, estava o Sr. Daso Coimbra visitando o leilão de bois da UDR.

Ora, todos sabemos que há um vínculo indissolúvel entre o Centrão e os interesses dos grupos econômicos. É necessário que se diga claramente: não se trate de ofensa! Trata-se da defesa de interesses de classe. Há segmentos na Assembléia Nacional Constituinte que estão defendendo os interesses da classe operária, dos trabalhadores, estão garantindo a soberania nacional; mas existem outros que estão defendendo os interesses dos grandes grupos econômicos, dos patrões, dos banqueiros das empresas multinacionais, dos grandes proprietários de terra. E para garantir essa defesa eles propõem o mecanismo de alteração do Regimento Interno. Qual é a essência da proposta? A essência é mudar as regras do jogo, a essência é jogar o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, das Subcomissões, das Comissões Temáticas da Comissão de Sistematização na lata do lixo. Infelizmente, nós recebemos uma proposta da Mesa, que na opinião do nosso Partido incorpora o que há de essencial na proposta do Centrão. Para nós, na verdade, é uma surpresa que a Mesa dirigida por um homem como passado político do Dr. Ulysses Guimarães tenha incorporado proposta de extrema direita, porque o núcleo fundamental da proposta originária da Mesa é o núcleo fundamental da proposta do Centrão, que é a proposta da direita. E é por isso mesmo que não apoiamos essa proposta; é por isso mesmo que estamos juntamente com outros Partidos, com o PT, com o PDT, com o PC do B, com o PCB e com o PSB, apresentando um substitutivo, como também emendas às questões mais absurdas, como essa da chamada preferência automática sem votação. Isso é um desrespeito. Que a maioria queira, obviamente, assegurar para si o resultado de um processo de votação, isso é normal, é lógico, é inevitável; agora, o que não se pode é, a pretexto de maioria, querer transformar assinaturas em deliberação de Plenário; querer, com base na emenda "jumbo" com base na emenda coletada com assinaturas de um que está no interior, cuidando de suas terras, de outro que está na Europa, de outro que está cuidando de sua empresa, que essas assinaturas sejam suficientes para substituir a presença daqueles que aqui estão assiduamente

votando e trabalhando. Vamos, portanto apresentar uma emenda nesse sentido. Por outro lado, achamos um absurdo, achamos um verdadeiro achincalhamento, propor-se a repetição da votação.

Ora, Srs. Constituintes, admitir-se essa prática seria criar o caminho para os irresponsáveis, seria criar alternativa para aqueles que não cumprem o seu dever. É um absurdo repetir-se as votações para que aqueles fazendeiros, para que aqueles grandes proprietários de terra que não estavam aqui tenham tempo de votar para garantir os seus interesses de classe.

Ora, Srs. Constituintes, que se estabeleça normas regimentais que resguardem a maioria, isso é normal. Mas não que se estabeleça normas regimentais imorais, normas regimentais que, na verdade, jogam a tradição parlamentar na lata do lixo, porque é literalmente o que se pretende fazer, pois a tradição parlamentar indica que o substitutivo só é votado após a votação da matéria relatada. A matéria relatada é colocada em votação, ressalvados os destaques. Esta é a tradição parlamentar desta Casa e, inclusive, a do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte de 1946.

Queria, portanto, terminar as minhas palavras; dizendo que o que querem é jogar na lata de lixo o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte. E tanto assim que propuseram praticamente o afastamento ou a liquidação do Relator, quando tiveram o despudor de propor a extinção da Comissão de Sistematização, criando uma figura nova, a chamada Comissão de Redação.

Quero, em meu nome pessoal e em nome do meu Partido, manifestar o nosso protesto. Que hajam mudanças no Regimento Interno, mas que essas mudanças sejam feitas de acordo com o decoro parlamentar, que essas mudanças resguardem a participação da minoria, criem mecanismos efetivamente democráticos porque, senão, o que se estará fazendo é a criação de um rolo compressor e as consequências serão muito graves, pois não tenho a menor dúvida de que o povo brasileiro não irá aceitar, de braços cruzados, uma constituição reacionária, na base de uma imposição de grupos econômicos. O povo brasileiro sairá às ruas para protestar, porque este povo quer mudanças, quer transformações e espera que esta Assembléia Nacional Constituinte tenha sensibilidade para compreender a gravidade da situação política que estamos atravessando. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Convoco sessão da Assembléia nacional Constituinte a realizar-se amanhã, às 15 horas e 30 minutos, destinada à votação da proposição em discussão.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Plínio de Arruda Sampaio, para discutir o projeto, pelo PT.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Como Líder.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Partido dos Trabalhadores, juntamente com outros partidos – e várias outras forças da Casa estão apresentando um substitutivo ao Projeto de Resolução da Mesa, que altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Tenho grandes dificuldades. Sr. Presidente, em discutir regimento, quando o meu interlocutor está totalmente ausente do plenário.

Na verdade, falo para os Anais e o que desejo colocar aqui, hoje, é simplesmente o sentido da nossa emenda. Quando terminou o trabalho da Comissão de Sistematização havia, da parte da maioria dos Constituintes, um certo mal-estar, porque alguns Colegas não tinham tido a possibilidade – apesar das 30 mil emendas apresentadas –, de ver seus pontos de vista discutidos. Havia assim um certo anseio para que se abrissem mais oportunidades, que houvesse mais oportunidades para apresentação de emendas. Até certo ponto isso se justificava. Com efeito, no decorrer de algumas votações, certas questões não puderam ser resolvidas, de modo satisfatório, apesar do debate haver chegado a um consenso, por não se dispor, não obstante as 30.000 emendas, de uma que expressasse o consenso. A abertura de prazos para a apresentação de novas emendas nesse contexto, responde a um anseio geral e representa um avanço no nosso trabalho de formulação do texto constitucional. Infelizmente, em vez de enfocar sob esse aspecto, alguns Constituintes fizeram do anseio um pretexto para propor mudanças regimentais, com um único e exclusivo propósito de reverter as conquistas obtidas pelo povo na Comissão de Sistematização.

Até ai, não temos, a rigor, discordância. Cada força política aqui dentro tem o direito de fazer a luta que achar conveniente. Mas nos opomos, e ai veementemente, que isso seja feito através de uma reforma regimental que permite a esse grupo expor à população os seus motivos e as suas idéias. Isso sim é absolutamente antidemocrático. Esperávamos que a Resolução da Mesa, consubstanciando o esforço do Dr. Ulysses Guimarães, fosse no sentido de obviar esse aspecto antidemocrático da reforma regimental proposta. Mas, infelizmente, a leitura do Projeto de Resolução mostra que, na verdade, não houve por parte da Mesa esse esforço. O que se fez foi uma modificação cosmética que, na verdade, não altera o sentido da proposta do chamado Centrão.

A análise de proposta de Substitutivo à Resolução da Mesa começa com uma questão: Qual é a reivindicação do Centrão? Qual o ponto em que seus membros insistem tanto aqui da tribuna? E o de que constitui um absurdo aprovar uma proposição que não conta com a maioria absoluta da Constituinte! A continuar vigente o Regimento atual, em sua integralidade, pode-se aprovar um artigo sem essa maioria absoluta. Pois bem, o Substitutivo que estamos apresentando satisfaz a reivindicação básica do Centrão, pois estabelece a possibilidade de que todos os artigos em que haja dúvida sejam submetidos a voto – e que para sua aprovação seja necessário obter 280 votos. Mas o que o Substitutivo não permite é que isso seja feito na praia ou que isso seja feito apenas com assinaturas, sem a presença dos Constituintes. E por quê? Porque estamos empenhados em uma cruzada para fazer com que nossos colegas do Centrão trabalhem aqui na Casa? Não! Não é só por isso. Não se trata de um programa de laborterapia! Se exigimos a presença constante deles aqui, é porque queremos que o texto seja discutido – e a população fique sabendo – de que maneira cada qual votou aqui. Sem essa

transparência, pode haver camuflagem de voto e isso não interessa ao povo.

O Substitutivo que estamos fazendo determina que toda a Constituição deva ser votada, artigo por artigo, inciso por inciso, com a presença dos 280 Constituintes do Centrão no Plenário, para ficar clara a responsabilidade histórica deles no texto que vier a ser aprovado.

DURANTE O DISCURSO DO SR. CONSTITUINTE PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO, O SR. ULYSSES GUIMARÃES, PRESIDENTE, DEIXA A CADEIRA DA PRESIDÊNCIA, QUE É OCUPADA PELO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, TERCEIRO SECRETÁRIO.

O SR. PRESIDENTE (ARNALDO FARIA DE SÁ): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Haroldo Lima, para discutir o projeto, pelo PC do B.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, gostaria de fazer, em nome do Partido Comunista do Brasil, um comentário a respeito dos fatos sucedidos no fim da semana passada, quando esteve em votação, aqui, a proposta apresentada pelo intitulado Centrão, e os setores progressistas se retiraram e, em seguida, a proposta foi aprovada. Houve, por parte das galerias, uma manifestação enérgica de protesto contra o grupo do Centrão que, naquele instante, ameaçava o próprio processo constituinte que estamos vivendo.

Houve também naquela oportunidade, diversas manifestações de parlamentares Constituintes, dirigidas às galerias, em termos de palavrões, de gestos obscenos e, posteriormente, em termos de declarações à Imprensa sobre o que fariam caso tivessem, à mão, uma arma.

Sr. Presidente, temos visto as providências que a Mesa tem tomado com relação a esses acontecimentos. Temos observado, por diversas vezes, em diversos jornais, que a Mesa tem buscado examinar e criticar o procedimento das galerias; segundo consta, constituiu-se uma Comissão de Sindicância para averiguar o procedimento de seis nobres e dignos Srs. Constituintes que estiveram juntos as galerias, não para promover a desordem e sim para equilibrar os acontecimentos e, frente a esses dados, o que a Mesa pretende fazer é promover esta sindicância para, quem sabe, punir, segundo consta, esses Constituintes.

Em nome da Liderança do PC do B, Sr. Presidente, queremos antecipar que sob nenhuma hipótese estamos levando muito a sério essa idéia de que os seis nobres companheiros Constituintes seriam, de uma forma mais séria, condenados. Não há por que condenar nenhum tipo de manifestação dos Constituintes pelo procedimento que tiveram no final da semana passada.

Queremos relembrar que o nobre Constituinte Afonso Arinos, digno Presidente da Comissão de Sistematização, aqui presente, neste plenário, segundo declarações registradas na imprensa neste fim de semana, formulou que o procedimento das galerias teria sido, no máximo, grosseiro! Graves foram o procedimento e as declarações de Constituintes e de Lideranças como as do Sr. Amaral Netto que daqui do Plenário teria dito, mais de uma vez, que se tivesse um revólver atiraria nas galerias.

Sr. Presidente, neste instante, queria ressaltar, mais uma vez, a palavra honrada do digno Constituinte Afonso Arinos, manifestando o meu protesto pela insensibilidade da Mesa por não estar tomando, ao que consta, nenhuma providência pela forma com que Constituinte, como o Sr. Amaral Netto, têm pronunciado orações nesta Casa.

Ainda agora, na tarde de hoje, no comunicado da Liderança do PDS, o Constituinte Amaral Neto veio dizer, mais uma vez, que está armado e fez ameaça: que o Presidente da CUT não se faça de tolo, não se meta na sua frente porque senão levará bala!

Coisas desse tipo, de forma clara, às vezes, de forma insinuada, o Líder do PDS tem dito nesta Casa.

Estamos aqui trabalhando com quem, Sr. Presidente? Qual é a posição da Mesa? A posição da Mesa é de, agora, buscar os Parlamentares que estiveram nas galerias? Tais Parlamentares estavam desarmados, junto aos trabalhadores, que protestavam com ardor, como lhes é próprio; diante do que o Centrão fez aqui, procurando uma atitude diversionista, fazendo "ouvidos de mercador" ao que se diz aqui – ai, sim – de forma grave e acintosa, procurando criar um expediente novo: uma Comissão de Sindicância para averiguar o que os Constituintes Edmilson Valentim e Paulo Paim estavam fazendo nas galerias. Como era de natureza própria fazerem, pois são Deputados operários, S. Ex^as estavam apoiando os trabalhadores, estavam no lugar em que deveriam estar àquela hora: junto dos trabalhadores, protestando contra o absurdo que se estava perpetrando aqui. O que não é próprio de nenhum Parlamentar é ameaçar as galerias com uma arma de fogo e ameaçar, mais de uma vez, a todos aqui, dizendo que, de agora por diante, é com armas que se tem de enfrentar as batalhas parlamentares desta Casa.

Sr. Presidente, dito isto, quero concluir a minha intervenção, chamando a atenção dos Constituintes para o fato de que, também, a votação que se vai fazer amanhã nesta Casa nos deixa preocupados, porque o Centrão estava com uma proposta e nós a estávamos combatendo. Não se trata de uma proposta de centro, mas elaborada e redigida pela extrema-direita da Casa, que fez a massa de centro e conservadora assiná-la.

Diversos Constituintes e eu vimos trabalhando na Comissão de Sistematização, há algum tempo, sob um regime de pressão contra o tempo. Todos recebemos as indicações vindas do Presidente Ulysses Guimarães – que, infelizmente, acaba de se retirar, pois eu queria registrar o fato diante de S. Ex.^a – de que a Constituinte tinha que se antecipar, dar rapidez aos seus trabalhos, sem se atrasar. Em função disso, Sr. Presidente, e estamos lembrados, trabalhamos aqui aos sábados, domingos, feriados, dias santos, de manhã, de tarde, de noite, até que a Comissão de Sistematização concluiu os seus trabalhos apressada e atropeladamente.

Acostumáramos a esse ritmo febril de atividade, e eis agora que surge o Centrão! Diante do seu surgimento, queremos registrar que a atitude do Presidente da Assembléa Nacional Constituinte pareceu-nos surpreendentemente diferente. De repente, o Sr. Ulysses Guimarães não mais con-

voca votação nesta Casa, a não ser no dia em que o Centrão pode estar presente, ou seja, quarta-feira, à tarde. Todos sabem que o Centrão é constituído por donos de magazines, fazendeiros, gerentes de bancos que não podem estar presentes, aqui, às segundas, às terças, às quintas, às sextas, muito menos aos sábados e aos domingos como nós, que somos Constituintes, e ficamos. Mas queremos registrar com surpresa que, de repente, nesta Casa, só se convoca votação quando o Centrão pode estar presente. Perguntamos: qual é mesmo a posição do Dr. Ulysses Guimarães? É a de facilitar o **orum** do Centrão ou de facilitar àqueles Constituintes que dão presença nesta Casa, para que afirmem o seu ponto de vista de forma plena e majoritária?

Sr. Presidente, amanhã votaremos a proposta do Centrão. Em nome da Liderança do PC do B, expus aqui de forma sucinta – e agora também faço uma consideração rápida – a respeito do que nos parece ser seis pontos fundamentais antidemocráticos que estão na proposta do Centrão é que foram assumidos integralmente pela proposta do Constituinte Ulysses Guimarães, em nome da Mesa.

Primeira questão: é sobre a proposta que dá preferência automática a todo aquele destaque que for oferecido com 280 assinaturas. Queremos dizer que, em nossa opinião, isto não só é incorreto como é ilegal; mais ainda: é imoral! Nunca houve no Parlamento brasileiro, que saibamos, a idéia de se substituir voto por assinatura. E, aqui, o Centrão foi quem levantou esta idéia. Mais uma vez esclareço: é a idéia da extrema-direita, que os Constituintes do centro assinaram sem se aperceber. O mais chocante é que essa idéia, agora, já não é do Centrão; a idéia, agora, é da Mesa, presidida pelo Constituinte Ulysses Guimarães.

O segundo ponto é, também, uma proposta de fundo ilegal e de fundo imoral: se não houver **orum** na primeira votação, suspender-se-á a sessão para permitir que, por telefone, se chamem os Constituintes para, no dia seguinte, 24 horas após, testar se há **orum**. Ou seja, é a repetição da votação, com prazo suplementar.

O terceiro ponto, Sr. Presidente, é o que permite substitutivos completos, de títulos inteiros, ou seja, o tal Centrão que se está constituindo, nesta Casa, numa espécie de Constituintes especiais, numa aglomeração privilegiada, à parte, uma casta – se esse grupo deliberar fazer 9 emendas de títulos, faz o projeto de Constituição inteiro!

O quarto ponto é o que estabelece no segundo turno, Sr. Presidente, a possibilidade de destaque especial feitos por Constituintes especiais. Ora, o art. 11 prevê destaque feitos por Constituintes comuns, e 187 Constituintes iguais aos outros podem apresentar destaque; e tem um determinado tipo de destaque previsto no art 10. que só pode ser apresentado pelos Constituintes elitistas, pela turma do Centrão; esta sim não precisa quem sabe, nem ler qual é o substitutivo, basta assinar embaixo para ter força de um dispositivo especial, de um destaque especial ao lado dos destaque comuns assinados, pelos 187 Srs. Constituintes humanos.

O quinto ponto, Sr. Presidente, é sobre a possibilidade de se destituir o Relator da Casa. O Relator foi eleito por um processo democrático, com

disputas de votos, uns a favor, outros contra. Cumpriu de forma discutível segundo uns, de forma aceitável segundo outros e de forma elogiável segundo terceiros, o seu dever. Agora, no final do processo, nove meses depois de se ter feito todo este trabalho Constituinte, querem, de uma penada, afastar o Relator, através do art. Nº. 12 que permite, justamente, que à emenda ou ao relatório apresentado pelo Relator se contraponha uma emenda assinada pelo grupo elitista.

Finalmente, Sr. Presidente, quero dizer aqui, na presença do Senador Afonso Arinos, que é o Presidente da Comissão de Sistematização – Comissão que, segundo todas as vozes, fez nesta Casa um trabalho verdadeiramente árduo e positivo – mas dizer ao Constituinte Afonso Arinos que a proposta originariamente do Centrâo – é, neste momento, do Sr. Constituinte Ulysses Guimarães – pretende, simplesmente, de uma penada, extinguir, dissolver a Comissão de Sistematização.

Gostaríamos até de saber se tiveram o cuidado de consultar o presidente da referida Comissão no sentido de saber se S. Ex.^a está disposto a ver a sua Comissão simplesmente dissolvida? Não sei se houve este cuidado. Sei, apenas, que não houve o cuidado de consultar os Srs. Membros da Comissão, porque sou Membro e não fui consultado sobre o assunto.

Portanto, Sr. Presidente, a Comissão, prevista no Regimento, para cumprir seu papel até o fim do processo constituinte, agora, com este projeto, tem os seus dias contados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ARNALDO FARIA DE SÁ): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Brandão Monteiro. (Pausa.)

Não estando presente S. Ex.^a, encerro a discussão.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tendo sido oferecidas 128 emendas ao Projeto de Resolução nº 21 de 1987, em discussão única, volta o mesmo à Mesa.

– Nº 1 –

SUBSTITUTIVO

Ao Projeto de Resolução nº 21, de 1987

Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte

A Assembléia Nacional Constituinte decreta:

Art. 1º É facultado a cada Constituinte, após publicado o Projeto da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as proposições oferecidas em fases anteriores, ressalvadas as emendas populares, apresentar 5 (cinco) emendas e 10 (dez) destaques.

§ 1º. O destaque poderá incidir sobre cada emenda, total ou parcialmente, ou supressivamente, sobre dispositivo do Projeto, ou ainda, destina-se à votação em separado de parte do Projeto.

§ 2º. Fica Vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente título, capítulo ou totalidade do Projeto.

Art. 2º. Publicado no "Diário da Assembléia Nacional Constituinte" e distribuído em avulsos o Projeto da Comissão de Sistematização, abrir-se-á prazo de 72 (setenta e duas) horas para recebimento de emendas na forma do artigo anterior.

§ 1º. O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para

emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição das emendas, não podendo subemendá-las ou concluir por Substitutivo.

§ 2º. Nas 72 (setenta e duas) horas que se seguirem à publicação do parecer, poderão ser apresentados requerimentos de destaque relativos a emendas ou para supressão de dispositivos do Projeto, desde que subscritos por 6 (seis) Constituintes.

§ 3º. Os requerimentos de destaques para votação em separado de partes do Projeto ou de emendas a ele oferecidas deverão ser subscritos por 35 (trinta e cinco) Constituintes e formulados no prazo consignado no parágrafo anterior.

Art. 3º. Votar-se-á, em primeiro lugar, o título, seguindo-se os requerimentos de destaques sobre matéria nele constante.

§ 1º. Os requerimentos de destaques para votação em separado deverão ser aprovados pela maioria dos Constituintes, em votação nominal, sendo os demais requerimentos de destaques deferidos prontamente pela Presidência desde que satisfeitas as exigências regimentais.

§ 2º. Será admitida a fusão de emendas, desde que a proposição dela resultante não apresente inovações em relação às demais emendas objeto da fusão e seja assinada pelo primeiro subscritor de cada proposta original.

§ 3º. É admitida a co-autoria de emendas após a respectiva publicação.

§ 4º. O requerimento de preferência deverá ser subscrito por Líder de bancada ou por, no mínimo, 56 (cinquenta e seis) Constituintes e apresentado até às (dezoito) horas do dia que anteceder a votação do respectivo título.

§ 5º. Terão prioridade para votação, em cada Título, os requerimentos de preferência formulados pelos Líderes de cada partido em número total que não poderá exceder a 30 (trinta) e que será proporcional ao tamanho da respectiva bancada, assegurando-se a apreciação de, no mínimo, uma preferência de cada partido

§ 6º. Apreciados os requerimentos de preferência formulados pelos Líderes de bancada, serão votados os demais requerimentos de preferência na ordem decrescente do número de subscritores.

§ 7º. As emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de sentido idêntico ou oposto.

§ 8º. Ausente o autor do requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário, salvo mediante autorização por escrito do primeiro signatário.

§ 9º. No encaminhamento de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 5 (cinco) Constituintes, sendo 02 (dois) a favor, tendo preferência o autor do destaque, 2 (dois) contra e o Relator da Comissão de Sistematização.

§ 10. A votação será realizada na ordem crescente dos Títulos e de seus respectivos artigos, não se admitindo requerimentos de preferência de um Título, Capítulo, Seção ou Subseção sobre outro.

§ 11. No início da votação de cada Título poderão falar os líderes das bancadas ou os Constituintes por eles indicados, sendo facultado:

a) ao partido com mais de 150 (cento e cinquenta) membros: 12 (doze) minutos;

b) ao partido com mais de 15 (quinze) e menos de 150 (cento e cinquenta) membros: 08 (oito) minutos;

c) ao partido com até 15 (quinze) membros: 5 (cinco) minutos;

Art. 4º. O destaque de emenda ou de supressão de parte do Projeto será considerado aprovado se for aceito pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Parágrafo único. A matéria destacada para votação em separado será submetida a votos após a deliberação do dispositivo do Projeto ou da emenda a que se referir, sendo mantida apenas no caso de aprovação pela maioria absoluta dos Constituintes.

Art. 5º. Concluída a votação do Projeto, das emendas e dos destaques, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, a fim de ser elaborada a redação do vencido para o segundo turno, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 6º. Recebido o parecer da Comissão de Sistematização, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo a matéria incluída em Ordem do Dia, até 5 (cinco) dias, para discussão em segundo turno.

§ 1º. É facultado a cada Constituinte, durante a discussão, apresentar 04 (quatro) emendas, desde que supressivas ou de redução.

§ 2º. Cada orador poderá falar por 10 (dez) minutos, uma única vez, e os Líderes por 20 (vinte) minutos.

§ 3º. Encerrada a discussão, com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, que sobre ela emitirá parecer no prazo de até 05 (cinco) dias.

§ 4º. Recebido o parecer da Comissão, publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, será o Projeto incluído em Ordem do Dia para votação em segundo turno.

§ 5º. Concluída a votação com a aprovação de emendas e destaques, retornará a matéria à Comissão de Sistematização, que, no prazo de 3 (três) dias, oferecerá a redação final.

§ 6º. Apresentada à Mesa a redação final, far-se-á sua publicação no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo incluída em Ordem do Dia para votação em turno único no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas. No encaminhamento da votação, poderão usar da palavra uma única vez, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) representantes de cada partido.

§ 7º. Será dispensada a redação final se o texto do Projeto for aprovado em segundo turno, sem destaques ou emendas.

Art. 8º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Trata-se de emenda substitutiva destinada a explicar uma proposta democrática de processo de elaboração do novo texto constitucional, no qual se assegure a prevalência da vontade da maioria dos integrantes da Assembléia Nacional Constituinte, resguardando-se, no entanto, o direito indisponível de todas as forças políticas, honrando o mandato que lhes foi confiado pela população,

defenderem e lutarem pela aprovação de suas iniciativas.

Salas das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Plínio Arruda Sampaio** – PT; **Roberto Freire** – PCB; **Haroldo Lima** – PC do B; **Aldo Arantes** – PC do B; **Beth Azize** – PSB; **Brandão Monteiro** PDT; **Vivaldo Barbosa** – PDT.

– Nº 2 –

O art. 1º do Projeto de Resolução nº 21 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Será admitida a apresentação de substitutivos de capítulos, seções e subseções desde que apresentada por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Justificação

A apresentação de substitutivos deve ter um número qualificado de subscritores. A presente emenda visa adotar como critério 1/3 (um terço) do plenário, ou seja, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes. – **Haroldo Lima**.

– Nº 3 –

I – Acrescente-se ao Projeto um artigo, que será primeiro, com a seguinte redação:

"Art. 1º O texto apresentado pela Comissão de Sistematização, como conclusão do disposto no § 3º do art. 26 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, constituirá o Projeto de Constituição e prejudicará todas as proposições a ele referentes, apresentadas em fases anteriores, salvo as emendas de iniciativa popular, previstas no art. 24 do Regimento Interno."

II – Suprime-se em consequência, o artigo 7º do Projeto

Justificação

O texto da emenda não exige justificação e nem altera os objetivos do projeto.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987 – **Humberto Lucena**.

– Nº 4 –

Art. 1 (Caput): Suprimir a expressão "maioria absoluta dos"

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 5 –

Art. 1º no **Caput**: substituir a expressão "maioria absoluta dos" por "56 (cinquenta e seis)"

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal PT/MG;

– Nº 6 –

Suprime-se, no art. 1º do Projeto de Resolução nº 21, da Mesa, as expressões "TÍTULOS" e CAPÍTULOS".

Justificação

Trata-se de recuperar o disposto no atual Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que proíbe a apresentação de emendas substitutivas globais a mais de um dispositivo de Projeto ou Substitutivo.

Sala das Sessões, em – **Deputado José Genoíno** – PT/SP.

– Nº 7 –

Art. 1º (**Caput**) – Suprimir a palavra "Títulos".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 8 –

Suprime-se no art. 1º do Projeto de Resolução nº 21 a expressão "Títulos".

Justificação

A admissão de emendas substitutivas de título descaracteriza toda a sistemática de elaboração constitucional até então adotada. Pode surgir um texto inteiramente estranho ao processo de discussão oriundo das subcomissões, comissões temáticas, emendas populares e Comissão de Sistematização – **Haroldo Lima**.

– Nº 9 –

Art. 1º (**Caput**) – Suprimir a palavra "Capítulos".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 10 –

Art. 1º (**Caput**) – Suprimir a palavra "Seções."

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 11 –

Ao art. 1º, que passará a ser o 3º acrescente-se no caput, após o termo "Constituinte"

"... no mesmo prazo estabelecido no art. 2º..."

Justificação

A emenda apenas estabelece o mesmo prazo para a apresentação de todas as emendas.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena**.

– Nº 12 –

Art. 1º § 1º – Substituir pela seguinte redação: "Em caso de mais de um substitutivo sobre a mesma matéria, a prioridade será votada em Plenário."

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 13 –

Ao § 1º do art. 1º, dê-se a seguinte redação:

"No caso de serem destacadas, para votação em separado, duas ou mais emendas sobre a mesma matéria, terá prioridade para deliberação aquela que tiver maior número de subscritores. Se for igual o número, a prioridade recairá naquela de menor número de ordem."

Justificação

A emenda visa a esclarecer que o destaque é "para votação em separado".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena**.

– Nº 14 –

Art. 1º, § 1º – suprimir a expressão: "terá prioridade aquele que apresentar o maior número de subscritores. Se forem de igual número."

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 15 –

Suprime-se o § 2º do artigo 1º do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, da Mesa.

Justificação

Pretende-se, com esta emenda, abolir a figura da preferência automática do texto do Projeto.

Sala das Sessões, de. – **Irma Passoni**, PT/SP.

– Nº 16 –

Art. 1º, § 2º – suprime-se todo o parágrafo 2º.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 17 –

Suprime-se o § 2º do art. 1º do Projeto de Resolução nº 21.

Justificação

O procedimento democrático impõe que todos os pedidos de preferência sejam submetidos à votação: Daí ser inadmissível a preferência automática, que prescinde do voto. – **Haroldo Lima**.

– Nº 18 –

Dê-se ao § 2º do art. 1º do Projeto a seguinte redação e em consequência acrescente-se o seguinte § 3º, renumerando-se o atual:

"Art. 1º"

§ 2º Os substitutivos e as emendas apresentadas com base neste artigo terão preferência automática, independentemente de votação de requerimento.

§ 3º A aprovação das proposições referidas no parágrafo anterior não prejudicará as demais emendas oferecidas, inclusive as mencionadas no artigo 2º, salvo se forem idênticas."

Justificação

Justifica-se o desmembramento do parágrafo para evitar interpretação equivocada de que a matéria não é votada.

O que se pretende excluir da votação pelo fato de já ter sido requerido pela maioria absoluta é a preferência unicamente.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Bonifácio de Andrade** – **Osvaldo Bender**.

– Nº 19 –

Dê-se ao § 2º, do art. 2º, do art 1º, do Projeto de Resolução nº. 21/87 da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, a seguinte redação:

"Art. 1º"

§ 2º As emendas apresentadas com base neste artigo, terão preferência automática para votação, e sua aprovação não prejudicará as demais emendas, ainda que sejam idênticas."

Justificação

Propomos a alteração na redação do § 2º do art. 1º do Projeto de Resolução nº 21/87, uma vez que a redação oferecida afronta a liberdade e a soberania do fórum de decisões da Assembléia Nacional Constituinte que é seu Plenário. Não podemos conceber que uma emenda com um maior número de subscritores não seja submetida à consideração do plenário, uma vez que assinaturas não podem de forma alguma substituir o poder maior de decisão que é o voto – direito inalienável de cada Constituinte.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Constituinte **Anna Maria Rattes**.

– Nº 20 –

Dê-se ao parágrafo 2º do art. 1º a seguinte redação:

Art. 1º

§ 2º Os substitutivos a Títulos, Capítulos, Seções e Subseções e as emendas apresentados com base neste artigo terão preferência automática, independentemente de votação, e sua aprovação não prejudicará as demais emendas, salvo se forem idênticas.”

Justificação

A presente redação está mais consentânea com o que dispõe o **caput** do art. 1º do Projeto.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Constituinte **Carlos Sant'Anna**.

– Nº 21 –

Dê-se ao § 2º do art. 1º do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, da Mesa, a seguinte redação:

“§ 2º As emendas apresentadas com base neste artigo terão sua preferência votada pelo Plenário com prioridade sobre as demais; sua aprovação não prejudicará as demais emendas, salvo se forem idênticas.”

Justificação

Pretende-se, com esta emenda, abolir do texto do Projeto o instituto da preferência automática, com base em listas de assinantes, obrigando a que todas as preferências sejam submetidas e voto pelo Plenário.

Sala de Sessões – Deputado **José Genoino**, PT/SP.

– Nº 22 –

Ao § 2º do art. 1º seja dada a redação seguinte:

§ 2º A aprovação das emendas apresentadas com base neste artigo não prejudicará as demais emendas, salvo se forem idênticas.”

Justificação

A aprovação automática da preferência; com base no número de subscritores da emenda, é um mecanismo condenável, pelas deformações que pode ensejar. É imperioso repeli-lo.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. **Egídio Ferreira Lima**.

– Nº 23 –

Suprime-se no § 2º, do art. 1º, as expressões “automática, não”.

Justificação

O tipo de “preferência automática” contraria as disposições do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que exige votações para os diversos tipos de requerimentos previstos, inclusive o de “preferência”, conforme estabelece o art. 62, § 1º, inciso IV, e o § 3º do mesmo artigo.

A eliminação da palavra “não” visa reestruturar o texto do parágrafo de modo a que fica entendido que a preferência passa a depender de aprovação, harmonizando, portanto, o procedimento em relação às emendas com o que está estabelecido para os substitutivos no § 1º, do art. 1º

Sala das Sessões, de dezembro de 1987. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na ANC.

– Nº 24 –

Ao § 2º do art. 1º

I – Suprime-se a expressão “não sendo submetida a votos”.

II – Substitua-se a expressão “salvo se forem idênticos”, por “salvo se tiverem objetivo igual ou contrário”.

Justificação

A 1º supressão torna o texto mais inteligível, a fim de não se confundir votação de preferência com votação de emenda. A 2ª alteração esclarece melhor o fato da prejudicialidade, uma vez que a matéria, para ser julgada prejudicada, não precisa ser idêntica a outra, basta ter objetivo idêntico. O que é diferente.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena**.

– Nº 25 –

Ao art. 1º, § 2º, na parte final, onde se lê: “salvo se forem idênticas...”

Leia-se:

“...salvo as que forem idênticas ou absolutamente contrárias...”

Justificação

A emenda objetiva tornar racional a votação, e apenas reproduz o previsto no art. 200, inciso VI, do Regimento Interno da Câmara.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1981. – **Chagas Rodrigues**.

– Nº 26 –

Suprime-se o § 3º do art. 1º

Justificação

A repetição da votação por falta do “quorum” necessário à aprovação da emenda, no fundo, lesa a Emenda Constitucional nº 26, que convocou a Assembléia Nacional Constituinte. Em verdade, representa, por meios regimentais, a criação do terceiro turno.

Por outro lado, o intervalo de vinte e quatro horas para que se repita a votação poderá se tornar um condenável fator “de aliciamento de consciências.”

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. **Egídio Ferreira Lima**.

– Nº 27 –

Art. 1º § 3º – Suprime-se todo o parágrafo 3º.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 28 –

Suprime-se o § 3º do art. 1º do Projeto.

Justificação

O destaque já se encontra disciplinado nos arts. 10 e 11. A repetição da votação da matéria destacada pertinente às emendas coletivas quando “não” for alcançado **quorum** de maioria absoluta – como reza textualmente o § 3º do art. 1º do Projeto – configura exceção descabida e injustificável.”

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena**.

– Nº 29 –

Dá-se nova redação ao § 3º do art. 1º do Projeto de Resolução nº 21/87, da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 1º

§ 3º Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, será considerada prejudicada.

Justificação

Propomos a alteração do § 3º do art. 1º do Projeto de Resolução nº 21/87, da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, de forma a assegurar uma maior participação dos constituintes em Plenário. Não justifica-se que uma matéria destacada e que não consiga quorum de 280 votos, volte novamente, após 24 horas, para ser submetida ao plenário desta Casa. Em nosso entendimento, se uma matéria não alcançar o número para deliberação, ficará prejudicada, como é de praxe nas votações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Constituinte **Anna Maria Rattes**.

– Nº 30 –

Dê-se ao § 3º do art. 1º do Projeto de Resolução nº 21, a seguinte redação:

“§ 3º Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo, não for alcançado **quorum** de maioria absoluta a matéria será rejeitada”

Justificação

A maioria absoluta deve ser o **quorum** para aprovação de matéria Constitucional, porém se este não é alcançado, a proposição deve ser rejeitada, sem prejuízo de outras matérias destacadas.

– **Haroldo Lima**.

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

“Art. 2º Será permitido ao Constituinte, após publicado o Projeto da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as emendas e destaques oferecidos em fases anteriores, apresentar 4 (quatro) emendas e

6 (seis) destaques, com apoio na forma do art. 63, § 1º. Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Bonifácio de Andrade – Osvaldo Bender.**

– Nº 32 –

Substitua-se o art. 2º e parágrafo único pelo seguinte:

“Art. 2º Será permitido após a publicação do Projeto de Constituição, que prejudicará todas as emendas e destaques anteriores apresentadas, apresentar e destacar 3 (três) emendas e mais 3 (três) destaques do texto, obedecido o § 2º do art. 29 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.”

Parágrafo único. A emenda e o destaque deve incidir sobre artigo, parágrafo, inciso e alínea do Projeto, parcial ou integralmente.

Justificação

O texto proposto não menciona claramente que será de apenas 6 (seis) o total dos destaques, inclusive os do texto do projeto.

A redação clarifica este aspecto.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Aluizio Campos.**

– Nº 33 –

Dê-se ao artigo 2º do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, da Mesa, a seguinte redação:

“Art. 2º Será permitido ao Constituinte, após publicado o projeto da Comissão de Sistematização, que prejudicará todas as emendas e destaques oferecidos em fases anteriores, apresentar 5 (cinco) emendas e 10 (dez) destaques, obedecido o § 2º do artigo 29 do Regimento.”

Justificação

Pretende-se a ampliação do número de emendas e destaques a serem apresentados pelos Constituintes em Plenário.

Sala das Sessões, Deputado **José Genoino**, PT/SP.

– Nº 34 –

Dê-se ao art. 2º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 2º É facultado a cada Constituinte, nos sete dias que se seguirem à publicação desta Resolução, apresentar, individualmente, ao Projeto de Constituição, quatro emendas, não computadas neste número aquelas a que se refere o art. 3º desta Resolução.

§ 1º A emenda que substitua integralmente qualquer Título, Capítulo, Seção ou Subseção, será designada “substitutivo” e somente terá tramitação se subscrita por, no mínimo, 157 Constituintes.

§ 2º As Disposições Transitórias é vedada a apresentação de emenda “substitutivo” podendo, entretanto, uma única emenda referir-se a mais de um dispositivo, desde que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração pretendida, para ser efetivada, envolva a necessidade de se alterar outras disposições.”

Justificação

A emenda abre o prazo para a apresentação das emendas após a publicação da Resolução originária deste projeto, esclarecendo que não se computarão no número das emendas aquelas subscritas de modo coletivo “substitutivos”. Estabelece, ainda, número mínimo de subscritores para as emendas que substituam integralmente título, capítulo, seção ou subseção. Inclui, ainda, no projeto, vedação quanto à apresentação de substitutivo integral às Disposições Transitórias, como consequência lógica, uma vez que o texto dessas disposições trata de matérias não interligadas.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena.**

– Nº 35 –

Art. 2º (**Caput**) – Suprimir a expressão que prejudicará todas as emendas e destaques oferecidos em fases anteriores.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/ MG.

– Nº 36 –

Art. 2º (**Caput**) – Substituir a expressão “6 (seis)” por “12 (doze)”.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/ MG.

– Nº 37 –

Art. 2º (**Caput**) – Substituir a expressão “4 (quatro)” por “8 (oito)”

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. **Virgílio Guimarães** – Deputado Federal – PT/ MG.

– Nº 38 –

Suprima-se a expressão “obedecido o § 2º do art. 29 do Regimento”, constante do **caput** do art. 2º do Projeto.

Justificação

A sugestão proposta objetiva que a emenda apresentada por Constituinte obedeça – na fase de instrução – ao mesmo rito regimental previsto para as emendas coletivas. A feita – no art. 2º do Projeto de Resolução – § 2º do art. 29 do Regimento remete à Comissão de Sistematização para parecer as emendas individuais, enquanto que as coletivas recebem apenas o parecer do Relator do Colegiado.

Não encontrando razão que justifique a disciplina fixada, apresentamos esta emenda, que vamos propor, também, o aumento do prazo conferido ao Relator para emitir parecer sobre a matéria.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987 – **Humberto Lucena.**

– Nº 39 –

Art. 3º Suprimir a expressão 56 (cinquenta e seis).

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/ MG.

– Nº 40 –

Art. 3º **Caput** – Substituir a expressão 56 (cinquenta e seis) por 28 (vinte e oito).

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal PT/ MG.

Suprime-se o § 1º do artigo do Projeto de Resolução nº 21, de 1987.

Justificação

Pretende-se, com a supressão desse parágrafo, estabelecer o critério de preferência pela ordem de sua apresentação junto à Secretaria da Mesa, este já no previsto no § 1º artigo 1º do Projeto.

Sala das Sessões Deputado **José Genoino** PT/SP.

Dê-se ao § 1º do art. 3º do Projeto de Resolução nº 21 de 1987, a seguinte redação:

“§ 1º Terá prioridade o requerimento de preferência subscrito por Líder partidário, assegurado o mínimo de uma preferência para cada partido, o total será definido através de acordo respeitada a proporcionalidade de cada bancada.”

Justificação

A presente emenda visa garantir no Regimento Interno o que foi uma experiência vitoriosa na Comissão de Sistematização: a prioridade para preferência através de acordo entre as lideranças, respeitando a participação de todos os partidos com assento na Assembléia Nacional Constituinte. – **Haroldo Lima**.

– Nº 43 –

Art. 3º § 1º Substituir a expressão “de subscritores” por “votos em plenário.”

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 44 –

Art. 3º § 1º Suprimir a expressão “salvo acordo em contrário.”

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 45 –

I – Ao **caput** do art. 3º, acrescente-se “in fine” após o termo “íntulo” – “ou capítulo.”

II – suprime-se do § 1º do art. 3º a expressão final: “salvo acordo em contrário,”

III – Dê-se ao § 3º do art. 3º a seguinte redação:

“Ausente o autor do requerimento de destaque ou preferência, assim considerado o seu primeiro signatário, a matéria não será submetida à deliberação do Plenário, salvo autorização, por escrito, do mesmo autor a um de seus subscritores.”

Justificação

A votação poderá recair sobre o título ou capítulo e não somente sobre aquele.

Não há de se falar em acordo no Regimento. O Plenário é que deve ser ouvido. O acordo será sempre “extra-oficial”

A emenda define “autor”. No mais não altera o mérito do projeto.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena.**

– Nº 46 –

Suprime-se o § do art. 3º

Justificação

Ressalvar as emendas e destaques apresentados.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Constituinte **Carlos San'tAnna**.

– Nº 47 –

Suprime-se o § 2º do art. 3º.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. **Bonifácio de Andrade – Osvaldo Bender.**

– Nº 48 –

Substitua-se os §§ 2º e 3º do art. 1º pelos seguintes:

“§ 2º A votação proceder-se-á pela ordem crescente dos capítulos e dos seus dispositivos, exceto se houver títulos anteriores sem capítulos, não se admitindo preferência de títulos, capítulo, seção ou subseção sobre outro.

§ 3º Votar-se-á inicialmente as emendas e destaques, sendo votados, em primeiro lugar, os supressivos, depois os substitutivos, a seguir os modificativos, finalmente os aditivos e, por último, a proposição principal.

§ 4º A aprovação das emendas e destaques apresentadas com base neste artigo somente prejudicará os relativos a matéria idêntica.

§ 5º Não alcançando o **quorum** de maioria absoluta na votação, será esta repetida em até duas sessões subsequentes, com vinte e quatro horas de intervalo entre uma e outra, para a decisão final do Plenário que, se for o caso, poderá votar a matéria por maioria simples com a presença de, pelo menos, quatrocentos Constituintes.

Justificação

A emenda visa incluir novos parágrafos no art. 1º, regulando mais claramente o processo de votação. Em consequência, foram absorvidas matérias que constavam de outros artigos, como por exemplo o art. 2º e seus parágrafos.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Aluizio Campos**.

– Nº 49 –

Dê-se ao § 2º do artigo 3º a seguinte redação:

“§ 2º Os substitutivos, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de sentido idêntico ou contrário.”

Justificação

Com esta emenda pretendemos explicitar, com critérios mais definidos, a questão da prejudicialidade.

Sala das Sessões, – Deputado **José Genoino**, PT-SP.

– Nº 50 –

Dê-se ao § 2º do art. 3º do Projeto de Resolução nº 21/87, a seguinte redação:

“Art. 3º.....

§ 2º Os substitutivos, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados não prejudicarão as proposições conexas.”

Justificação

Propomos a adição da expressão “não” ao texto do § 2º do art. 3º do Projeto de Resolução nº 21/87, para permitir que se uma matéria quando submetida ao Plenário, não prejudique outra emenda – ainda que tenha redação parecida. Este parece-nos ser o mais democrático para garantir na futura Constituição o pensamento de toda a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Constituinte **Anna Maria Rattes**.

– Nº 48 –

Art. 3º.....

§ 2º.....

Suprimir a expressão: “ou rejeitados”.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987 – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/ MG.

– Nº 52 –

Art. 3º.....

§ 2º.....

Substitua-se a palavra “conexas” por “idênticas.”

Justificação

Convém deixar bem claro que a prejudicialidade somente ocorre em relação a matérias idênticas, não abrangendo emendas ou destaques que modifiquem ou aditem a matéria emendada.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Aluizio Campos**.

– Nº 53 –

Art. 3º.....

§ 3.....

Suprimir todo o parágrafo 3º.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 54 –

Dê-se ao § 3º do art 3º a seguinte redação:

Art. 3º.....

§ 3º Ausente o autor do requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário, salvo se o primeiro signatário autorizar, por escrito, que um dos subscritores o represente na qualidade de autor.”

Justificação

A emenda corrige a redação do projeto, esclarecendo a finalidade da autorização.

Brasília, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Carlos Benevides**.

– Nº 55 –

Art. 3º.....

§ 3º.....

Suprimir a palavra “não”

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/ MG.

– Nº 56 –

Substitua-se o art. 4º do Projeto pelo seguinte:

“Art. 4º As emendas, uma vez publicadas e distribuídas em avulsos, serão encaminhadas ao Relator da Comissão de Sistematização que terá o prazo de 10 dias para, sobre elas, emitir parecer, e encaminhá-lo à Mesa não podendo subemendá-las ou concluir por “substitutivo”.

§ 1º Publicado o parecer no Diário da Assembléia e distribuído em avulsos, abrir-se-á o prazo de 72 horas para a apresentação de requerimentos de destaque, subscritos por, no mínimo, 187 Constituintes, obedecidos os demais termos estabelecidos no art. 63 e seus parágrafos.

§ 2º Esgotado o prazo previsto no **caput** deste artigo sem a apresentação do parecer, será este proferido oralmente em plenário, em sessão especialmente convocada para esse fim pelo Relator do Projeto ou, em caso de impedimento deste, por Relator designado conforme o estabelecido *in fine* no § 8º do art. 13.”

Justificação

A emenda, além de dar melhor ordenação a matéria, prevê a hipótese de ter o Relator esgotado o prazo que lhe é deferido sem a conclusão do parecer respectivo.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena**.

– Nº 57 –

No art. 4º onde se lê “o prazo de 7 (sete) dias” leia-se “o prazo de 7 (sete) dias úteis”.

Sala das Reuniões, 8 de dezembro de 1987. – **Bonifácio de Andrade – Osvaldo Bender**.

– Nº 58 –

Art 4º (**caput**) – substituir “7 (sete) por “10 (dez)”.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT- MG.

– Nº 59 –

No § 1º do art 4º do Projeto
Onde se lê: 5 (cinco) dias
Leia-se: 10 (dez) dias

Justificação

O aumento do prazo proposto justifica-se pelo fato de termos sugerido em outra emenda norma com o objetivo de que as emendas individuais recebam, como as coletivas, parecer do Relator e não da Comissão de Sistematização.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena**.

– Nº 60 –

Art 4º **caput**. – suprimir a expressão “substitutivo ou”

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT MG.

– Nº 61 –

Art. 4º.....

§ 1º
Substituir "5 (cinco)" por "7 (sete)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT-MG.

– Nº 62 –

Art. 4º
§ 1º

Suprimir a palavra "não".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT-MG.

– Nº 63 –

Art. 4º
§ 2º.....

Substituir "72 (setenta e duas)" por "96 (noventa e seis)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT-MG.

– Nº 64 –

Ao art. 5º dê-se a seguinte redação:

"§ 4º Admitir-se-á, ainda, a fusão de emendas, desde que a proposição dela constante não apresente inovações em relação às emendas objeto da fusão e o novo texto, assinado pelos primeiros signatários das emendas, que lhe deram origem, seja encaminhado à Mesa até o início da sessão em que se deva dar a votação respectiva."

Justificação

A emenda complementa a redação do projeto sem alterar-lhe o mérito.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena**.

– Nº 65 –

Art. 5º

Suprimir a expressão: "a proposição dela resultante não apresente inovações em relação às demais emendas objeto da fusão".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/ MG.

– Nº 66 –

Art.6º

Suprimir todo o artigo.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães** – Deputado Federal –PT/MG.

– Nº 67 –

Dê-se ao art. 6º a seguinte redação:

§ 3º É admitida a co-autoria de emenda após a respectiva publicação, registrado o fato na Ata da Sessão em que o mesmo se der, para publicação no Diário da Assembléia Nacional Constituinte."

Justificação

A emenda não altera o mérito do projeto, apenas completa o seu entendimento.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena**.

– Nº 68 –

Art.
Suprima-se.

Justificação

As emendas populares caíram na vila comum do emendamento, depois de admitida a sua tramitação, não se justificando tratamento posterior privilegiado, se não forem encampadas para esse fim por número adequado de constituintes.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Aluizio Campos.

– Nº 69 –

Art.7º

Acrescentar ao final a expressão: "que terão prioridade sobre todas as demais."

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 70 –

Substitua-se o art. 8º e parágrafo único pelo seguinte:

"Art. 8º No início da votação de cada Título ou Capítulo poderão falar os líderes ou os constituintes que indicarem, sendo facultado:

a) ao partido com mais de 150 (Cento e cinquenta) membros, 12 (doze) minutos;

b) ao partido com mais de 15 (quinze) e menos de 150 (Cento e cinquenta) membros, 8 (oito) minutos;

c) ao partido com 15 (quinze) membros, 5 (cinco) minutos.

Parágrafo único. No encaminhamento de matéria destacada poderão usar da palavra por 5 (cinco) minutos cada um, 5 (cinco) constituintes 2 (dois) a favor, tendo preferência o autor do destaque, 2 (dois) contra e o Relator.

Justificação

A substituição do art. 8º é uma consequência do deslocamento para parágrafos do art. 1º de algumas das matérias que regulava. Por isso ficou mais restrito.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Aluizio Campos**.

– Nº 71 –

Dê-se ao art. 8º do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, a seguinte redação:

"Art. 8º – votar-se-á em primeiro lugar o título, ressalvados os destaque e, posteriormente, o grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário."

Justificação

A praxe parlamentar indica que, em primeiro lugar, deve-se votar a matéria principal, no caso o título, ressalvados os destaque a ele solicitados e, posteriormente, o grupo de emendas com parecer favorável e contrário. A formulação que propomos visa explicitar esse princípio parlamentar já consagrado. – **Haroldo Lima**.

– Nº 72 –

Art. 8º (caput) – suprimir a expressão: "...capítulo do respectivo título seguido dos..."

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 73 –

Ao caput do art. 8º.

Onde se diz:

"...o capítulo do respectivo título seguido dos destaque e, ..."

Diga-se:

"o título ou o primeiro capítulo do respectivo título, e, em seguida, as partes e emendas destacadas e..."

Justificação

Há títulos que não têm capítulo. Esta a razão da emenda.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena**.

– Nº 74 –

Art.8º

§ 1º

Suprimir todo o § 1º.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 75 –

Dê-se ao § 1º do artigo 8º a seguinte redação:

"§ 1º As emendas e os destaque aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de conteúdo idêntico ou contrário, salvo o disposto do § 2º, do art. 1º e no parágrafo único do artigo 11."

Justificação

Pretende-se tirar a expressão "conexas" para julgamento da prejudicialidade; o termo em questão é bastante impreciso, podendo gerar interpretações valorativas e sem uniformidade.

Sala das Sessões, – Constituinte **Virgílio Guimarães**.

– Nº 76 –

Ao § 1º do art. 8º.

Onde se diz:

"As emendas e os destaque aprovados ou rejeitados..."

Diga-se:

"As emendas ou as partes destacadas do Projeto de Constituição aprovadas ou rejeitadas..."

Justificação

A emenda visa apenas deixar bem claro que as matérias sujeitas à deliberação são as "emendas e as partes destacadas" e não os requerimentos de destaque.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Humberto Lucena**.

– Nº 77 –

Art. 8º

§ 2º

Substituir "5(cinco)" por "10(dez)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 78 –

Art. 8º
 § 4º
 Suprimir a expressão: "sendo facultado"
 e as letras **a, b e c.**

Sala das Sessões, 8 de dezembro de
 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal –
 PT/MG.

– Nº 79 –

Art. 8º
 § 4º letra **a**
 Substituir "12 (doze)" por 15 (quinze)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de
 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal –
 PT/MG.

– Nº 80 –

Art. 8º
 § 4º letra **b**
 Substituir "8 (oito)" por "12 (doze)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de
 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal –
 PT/MG.

– Nº 81 –

Art. Substituir "5 (cinco)" por "10 (dez)".
 Sala das Sessões, 8 de dezembro de
 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal –
 PT/MG.

– Nº 82 –

Dê-se ao art. 9º, do Projeto de
 Resolução nº 21 de 1987, a seguinte redação:

"Art. 9º Concluída a votação do
 Projeto das emendas e dos destaques,
 a matéria voltará à Comissão de
 Sistematização para a redação final da
 matéria aprovada, no prazo de até 10
 (dez) dias findos os quais a mesma
 será submetida a votos, em segundo
 turno."

Justificação

Pretende-se, com esta emenda,
 recuperar os procedimentos processuais
 previstos no atual Regimento Interno da
 Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões – Constituinte
Gumercindo Milhomem.

– Nº 83 –

Art. 9º
 Substituir "10 (dez)" por "12 (doze)".
 Sala das Sessões, 8 de dezembro de
 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal –
 PT/MG.

– Nº 84 –

Art. 10
 Suprime-se.

Justificação

A supressão do artigo 10 do Projeto é
 consequência de solução dada no § 5º do art. 1º
 através do eventual critério da maioria simples
 quando não alcançada a maioria absoluta na
 votação.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de
 1987. **Dep. Aluizio Campos.**

– Nº 85 –

Suprime-se o art. 1º do Projeto de
 Resolução nº 21.

Justificação

Não é admissível que no segundo turno
 de votação do Projeto de Constituição seja
 substituído a votação em plenário pela
 apresentação de requerimento com assinaturas
 de maioria absoluta. Aí estaria sendo oficializado
 o condenável voto "por procuração". Criaria a
 possibilidade de todo o texto Constitucional ser
 considerado aprovado sem haver votação
 soberana dos Constituintes, o que tornaria,
 inclusive, despicienda a discussão da matéria. –
Haroldo Lima.

– Nº 86 –

Dê-se ao art. 10 a seguinte redação:

"Art. 10. Serão permitidos
 destaques para aprovação ou
 supressão de parte do projeto ou de
 substitutivo, considerando-se incluída,
 do texto acolhido, a matéria objeto do
 destaque, se este for aceito pela
 maioria absoluta, exigido o apoioamento
 referido no § 1º do art. 63 do
 Regimento da Assembléia Nacional
 Constituinte."

Sala das Sessões, 8 de dezembro de
 1987, **Bonifácio de Andrade – Osvaldo
 Bender.**

– Nº 87 –

Ao art. 10, dê-se a seguinte redação:

"Art. 10. Serão permitidos
 destaques, para votação em separado,
 de partes do projeto ou de substitutivo,
 desde que subscrito o requerimento
 por 187 Constituintes, considerando-se
 acolhida a matéria objeto do destaque
 se esta for aceita pela maioria absoluta
 dos membros da Assembléia Nacional
 Constituinte."

Justificação

Necessário ficar bem claro que a matéria
 destacada do projeto é que será submetida a
 votos e que, para ser aprovada e reincorporada no
 texto do Projeto, projeto, terá que obter o voto
 favorável da maioria absoluta dos membros da
 Assembléia.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de
 1987. – **Humberto Lucena.**

– Nº 88 –

Art. 10. Suprimir a expressão: "ou de
 substitutivo".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de
 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal –
 PT/MG.

– Nº 89 –

Art. 10. Suprimir a expressão: "ou
 excluída".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de
 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal –
 PT/MG.

– Nº 90 –

Suprime-se o artigo 11 e seu parágrafo
 único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1987,
 da Mesa.

Justificação

Pretende-se, com esta supressão, não
 permitir destaque para votação em separado, o
 que representa um golpe regimental contra as
 regras até aqui praticadas.

Sala das Sessões – Deputada **Irma
 Passoni**, PT/SP.

– Nº 91 –

Suprime-se o art 11 **caput** do Projeto,
 transformando em artigo autônomo o seu
 parágrafo único.

Justificação

A matéria tratada no **caput** do art. 11 já
 é objeto das disposições do art. 10, sendo,
 assim, redundante.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de
 1987. – **Humberto Lucena.**

– Nº 92 –

Suprime-se no art 11 do Projeto de
 Resolução nº 21 a expressão "sem prejuízo do
 disposto no artigo anterior".

Justificação

Entendemos que não é cabível a
 hipótese prevista no art. 10 do projeto. Isto é, a
 assinatura do requerimento de destaque
 substituir o voto em plenário. – **Haroldo Lima.**

– Nº 93 –

(Mesa)

Substitua-se no art. 11 a palavra
 "apreciado" por "votado".

Justificação

A substituição se impõe para evitar
 qualquer dúvida de interpretação do texto do
 citado artigo, pois, nas acepções do verbo
 "apreciar" embora se encontrem as de julgar,
 "avaliar", "estimar", nenhuma delas indica
 claramente a decisão pelo voto. E como se
 depreende claramente da leitura do art. 11 que o
 requerimento de destaque para votação em
 separado depende de votação do plenário, a
 emenda se faz necessária para tornar a redação
 do dispositivo inequívoca.

Sala das Sessões, de dezembro de
 1987. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB
 na ANC.

– Nº 94 –

Art. 11. (**Caput**) substituir "187 (cento e
 oitenta e sete)" por "56 (cinquenta e seis)".

Sala das Sessões, 8 de dezembro de
 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal –
 PT/MG.

– Nº 95 –

Suprima-se o parágrafo único do art. 11.

Justificação

Com a supressão deste parágrafo pretende-se a manutenção das regras regimentais até hoje praticadas em todas as fases da Assembléia Nacional Constituinte, em que se aprovava, *a priori*, um texto base para, posteriormente, submeter a votos destaque supressivos ao mesmo.

Sala das Sessões, – Deputada **Irma Passoni**, PT/SP.

– Nº 96 –

Art. 11.

Parágrafo único; suprimir todo o parágrafo único.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 97 –

Suprimam-se do parágrafo único do art. 11 as expressões finais “...caso em que não se observará o limite constante do art. 2º” e “na forma deste artigo” constantes do princípio de seu enunciado.

Justificação

O limite estabelecido no art. 2º a que se refere o parágrafo único do art. 11 diz respeito ao número de emendas e de destaque que podem ser apresentados antes da votação, não podendo, assim ser objeto de ressalva.

A segunda supressão decorre da supressão do *caput* do art. 11 como sugerimos em outra emenda.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Humberto Lucena**.

– Nº 98 –

Suprima-se o art. 12 e seu parágrafo único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1987.

Justificação

Coerentemente com a supressão do art. 11, pretendida por nós, apresentamos esta proposta de supressão do art. 12, para que prevaleçam as regras até aqui praticadas pela Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, Constituinte – **Virgílio Guimarães**.

– Nº 99 –

Art. 12 e Parágrafo único
Suprima-se.

Justificação

O art. 12 trata da chamada solução composta que se torna desnecessária se preferido o segundo patamar de votação qualificada para aprovar ou rejeitar matéria por maioria simples, presentes pelo menos 400 (quatrocentos) Constituintes.

Tal critério resolve o impasse da exigência de maioria absoluta, impossibilitando praticamente qualquer obstrução para votar-se a matéria constitucional.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Aluizio Campos**.

– Nº 100 –

Art. 12 (Caput)

Substituir “48 (quarenta e oito)” por “72 (setenta e duas)”.

Sala das Sessões, 8 dezembro de 1987. –

Virgílio Guimarães, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 101 –

Art. 12 (Caput)

Suprimir a expressão “circunscrito à matéria existente”.

Sala das Sessões, 8 dezembro de 1987. –

Virgílio Guimarães, Deputado Federal, PT/MG.

– Nº 102 –

Suprima-se, no art. 12 do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, a expressão: “sem prejuízo da faculdade atribuída à maioria absoluta de oferecer texto, nas mesmas condições do Relator.

Justificação

Pretende-se restringir ao Relator a possibilidade de apresentação de novo texto.

Sala das Sessões, Constituinte **Gumercindo Milhomem**.

– Nº 103 –

Suprima-se do art. 12 do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, a expressão “sem prejuízo da faculdade a maioria absoluta de oferecer texto nas mesmas condições do Relator”.

Justificação

Não existe nenhum cabimento em se assegurar à maioria absoluta o direito de apresentação de um novo texto constitucional, nas mesmas condições asseguradas ao Relator, no caso de rejeição de capítulo e de suas emendas. Esse princípio é abertamente antidemocrático. **Haroldo Lima**.

– Nº 104 –

Art. 12 (Caput)

Substituir a expressão “à maioria absoluta” pela a 56 (cinquenta e seis) constituintes”.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 105 –

Art. 12.

Parágrafo único. Suprimir a expressão – “desde que subscritos por 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.”

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 106 –

Art. 12.

Parágrafo único. Substituir “187 (cento e oitenta e sete)” por “56 (cinquenta e seis)”.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 107 –

Art. 13º (Caput)

Substituir “5 (cinco)” por “7 (sete)”.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987.

– **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 108 –

(Mesa)

Acrescente-se no final do texto do § 1º, do Art. 13, as seguintes expressões:

“Art. 3
§ 1ºou destinadas a sanar omissões, erros ou contradições”.

Justificação

O Regimento Interno da ANC, em seu art. 29, previra a apresentação de emendas, no segundo turno, não somente de supressões ou redação, mas também para sanar omissões, erros ou contradições, o que foi eliminado no presente projeto.

O segundo turno de discussão e votação do Projeto de Constituição é o momento adequado para se fazer emendas que visem escoimar o Projeto de possíveis erros, omissões ou contradições que tenham resultados da sua aprovação no primeiro turno. Portanto, impõe-se corrigir a redação do parágrafo mencionado, para que os Constituintes não se vejam tolhidos no poder de aperfeiçoar o texto do Projeto de Constituição no seu último turno de discussão e votação.

Sala das Sessões, de dezembro de 1987. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na ANC.

– Nº 109 –

Art. 13
§ 1º Suprimir a expressão “desde que supressiva ou de redação”.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 110 –

§ 1º do art. 13.
Substitua-se 4 (quatro) por 6 (seis).

Justificação

A emenda simplesmente ajusta a apresentação de proposições, no segundo turno ao número permitido para o primeiro (art. 2º).

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado **Aluizio Campos**.

– Nº 111 –

Art. 13.
§ 1º Substituir “4 (quatro)” por “8(oito)”.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 112 –

Art. 13.
§ 4º Passa a ter a seguinte redação:
“Concluída a votação, com ou sem emendas, a matéria será encaminhada à Comissão de Sistematização.”

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Virgílio Guimarães**, Deputado Federal – PT/MG.

– Nº 113 –

Dê-se ao § 4º do art. 13 do Projeto de Resolução nº 21 a redação seguinte:

“§ 4º Concluída a votação com ou sem emenda a matéria será encaminhada à Co-

missão de Sistematização para a redação final."

Justificação

A Comissão de Sistematização é o órgão com representação das várias correntes políticas que compõem a Assembléia Nacional Constituinte bem como das Subcomissões e Comissões Temáticas. Daí, ser o órgão adequado para proceder a redação final, como inclusive, dispõe o regimento interno em vigor

– Haroldo Lima.

– Nº 114 –

Ao art. 13 acrescente-se mais um parágrafo, que será o 4º, renumerando os demais.

“Art. 13

§ 4º Até o início da sessão de votação do Projeto poderão ser oferecidos requerimentos de destaque, para votação em separado de partes dele, se assinados por, no mínimo 157 Constituintes, ou de emendas.”

Justificação

Necessário abrir-se uma última oportunidade, em Plenário para revisão final do texto, uma vez que, após a votação, em segundo turno, não poderá ele ser alterado a não ser através de emenda de simples redação.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Humberto Lucena.

– Nº 115 –

Dê-se ao § 4º do art. 13 a seguinte redação:

Art. 13

§ 4º Concluída a votação, com a aprovação ou não de emendas, a matéria será encaminhada a uma Comissão de Redação integrada pelo Relator da Comissão de Sistematização e por Constituintes designados pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.”

Justificação

A emenda é de ordem redacional.

Brasília, 8 de dezembro de 1987. – Deputado Carlos Benevides.

– Nº 116 –

Art. 13, § 4º acrescentar ao final do parágrafo, a expressão: “fazendo parte da Comissão o mínimo de 1 (um) e o máximo de 5 (cinco) constituintes por Partido”.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987 – Virgílio Guimarães, Deputado Federal – PT – MG.

– Nº 117 –

Art. 13, § 5º substituir “24 (vinte e quatro)” por “48 (quarenta e oito)”.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Virgílio Guimarães, Deputado Federal – PT – MG.

– Nº 118 –

Art. 13, § 5º suprimir a expressão “uma única vez”.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Virgílio Guimarães, Deputado Federal – PT – MG.

– Nº 119 –

Art. 13, § 2º suprimir a expressão “uma única vez”.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Virgílio Guimarães, Deputado Federal – PT – MG.

– Nº 120 –

Art. 13. acrescente-se o seguinte parágrafo:

“§ ...No segundo turno serão apreciados requerimentos de destaque, para votação em separado, de parte do texto do Projeto, desde que subscrito por, no mínimo, 187 Constituintes.”

Parágrafo único. Aplica-se à matéria destacada na forma deste artigo o disposto no § 5º do art. 1º.

Justificação

A modificação do art. 11 e seu parágrafo único também resultado § 5º do art. 1º.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987, Deputado Aluizio Campos.

– Nº 121 –

Art. 13, parágrafos 4º, 5º e 6º.

Acrescentem-se ao art. 13 os seguintes parágrafos:

§ 4º Concluída a votação, com ou sem emendas, o Projeto será publicado e, em seguida remetido à Comissão de Sistematização para proceder e votar à redação final dentro dos cinco dias posteriores.

§ 5º Apresentada e publicada a redação final no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e em avulsos, o Projeto será incluído na Ordem do Dia para votação em turno único, nas vinte e quatro (24) horas subsequentes, podendo encaminhar a votação uma só vez, durante cinco minutos, dois representantes de cada partido.

§ 6º Aprovada a redação final pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, o seu Presidente, convocará sessão especial para a solenidade da assinatura e promulgação da nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil”.

Justificação

A Emenda restabelece a competência atribuída à Comissão de Sistematização no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte e no substitutivo do “Centrão”, também já aprovado.

Além disso, o aumento da concentração de poder na pessoa do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, poderá criar-lhe eventuais problemas políticos para matéria já regimentalmente solucionada.

O Relator, os Relatores Adjuntos e substitutos e demais membros da Comissão de Sistematiza-

ção são de fato os Constituintes que mais se identificaram com a elaboração do Projeto, justificando-se que seja preservada a sua subsistência para colaborar no trabalho da redação final.

Por último, a emenda inclui um parágrafo sobre a solenidade de assinatura e promulgação do texto constitucional.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Deputado Aluizio Campos.

– Nº 122 –

Acrescente-se, antes do art. 13 do projeto o seguinte.

“Art. Concluída a votação do Projeto, das emendas e das partes destacadas, a matéria voltará ao Relator, a fim de ser elaborada a redação do vencido, para o segundo turno, no prazo até dez dias”.

Justificação

Uma vez que o Projeto atribui apenas ao Relator a elaboração do texto, para o segundo turno, conforme estabelece o art. 13, há de se regular o assunto, a fim de anular as disposições contidas no art. 28 do atual Regimento que atribui esta competência à Comissão de Sistematização.

Sala das Sessões, 8 de dezembro 1987. – Humberto Lucena.

– Nº 123 –

Acrescente o seguinte artigo:

“Art. Será concedida preferência para votação de emendas sobre outras do mesmo grupo, se requerida pelos Líderes e limitada a representação a 35 Constituintes,”

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Bonifácio de Andrade – Osvaldo Bender.

– Nº 124 –

Acrescente o seguinte art. ao Projeto de Resolução:

“Art. Acrescente-se ao art. 75 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte o seguinte parágrafo único:

“Art.75.....

Parágrafo único. A supervisão, direção e execução das atribuições constantes deste artigo à 3ª Secretaria da Mesa.”

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Bonifácio de Andrade – Osvaldo Bender.

– Nº 125 –

Inclua-se onde couber com a seguinte redação

“Art. Compete ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte supervisionar os programas previstos no artigo 76 do Regimento.”

Justificação

Basta ver para entender!

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Constituinte Roberto Jefferson.

– Nº126 –

Inclua-se, onde couber, um artigo, com a seguinte redação:

“Art. O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte requisitará, ao Estado Maior das Forças Armadas, forças federais necessárias a garantir seu funcionamento.

Parágrafo único. O acesso às dependências do Congresso Nacional, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, dependerá de credenciamento especial a ser expedido pelo Segundo-Vice-Presidente.”

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Constituinte **Amaral Netto**.

Justificação

1. Os incidentes ocorridos no último dia 3 de dezembro de 1987, quando as galerias do Plenário da Câmara dos Deputados foram invadidas por desordeiros, com ameaças físicas e morais aos Senhores Constituintes, e principalmente ao próprio Presidente (Ulysses Guimarães, obrigam a tomada de providências para garantir o funcionamento, livre e soberano, da Assembléia Nacional Constituinte.

2. A magnitude da Assembléia Nacional Constituinte e do Congresso Nacional não permite, outrrossim, que forças auxiliares sejam convocadas para a manutenção da ordem pública, na área externa dos prédios do Congresso Nacional. O Estado Maior das Forças Armadas - EMFA colocará os efetivos sob o comando do Presidente da Constituinte. A exemplo do que já ocorre no âmbito da Justiça Eleitoral, que determina a requisição de forças federais para garantir votações e apurações. a presente emenda visa incluir no texto do projeto de Resolução nº 21, dispositivo expresso facultando ao Sr. Presidente a requisição de forças federais necessárias a garantir o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – Constituinte **Amaral Netto**.

– Nº127 –

Inclua-se onde couber artigo com a seguinte redação:

“Art. Fica autorizado o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte requisitar força federal para garantir seu pleno e livre funcionamento.”

Justificação

Os acontecimentos havidos nas galerias da Assembléia Nacional Constituinte, quando da votação de matéria regimental, em 3 de dezembro do presente, bem demonstraram a fragilidade dos servidores do Poder Legislativo para a manutenção da ordem e a garantia da segurança e integridade física dos constituintes.

Naquela ocasião, grupos paramilitarmente organizados e politicamente orquestrados, tomaram de assalto as galerias, ocuparam nas e, a seguir, empreenderam agressões físicas e morais contra os constituintes, objetivando anular a vontade da maioria. Era o velho, mas ainda atual expediente do terror para vencer a resistência do espírito humano.

Objetos eram lançados contra constituintes e insultos os mais soezes lhes eram assacados.

A tudo assistiram, impotentes, os seguranças da Constituinte, absolutamente incapazes de reprimir os atentados ao patrimônio público, à indenidade dos Constituintes, e, sobretudo, à livre manifestação da soberania popular na elaboração de sua Lei fundamental.

A Emenda visa, pela providência que enseja, a evitar que a escalada de violência programada anule a vontade nacional, ou ponha em risco o processo de transição que vivemos, mormente quando da votação de matéria constitucional, que coloque em disputa fortes correntes de interesses.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Roberto Jefferson**.

– Nº 128 –

Acrescenta-se o seguinte art. 14, renumerando-se o atual:

“Art. 14. Aplicar-se-á ao procedimento previsto nesta resolução os dispositivos dos Regimentos da Assembléia Nacional Constituinte e subsidiariamente os da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que com ela não colidirem.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 1987. – **Bonifácio de Andrada – Osvaldo Bender**.

VIII- ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARAÇEER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluysio Campos – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amílcar Moreira – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Cantão – PFL; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Basco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cláudio – Ávila – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Netto – PDS; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Divaldo Surugay – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Farabulini Júnior – PTB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Gas-

parian – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PL; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Benardino – PMDB; Geovâo Amarante – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Guilherme Palmeira – PFL; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – Ivo Cersósimo – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jayme Paliarin – PTB; Jessé Freire – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Hermann Neto – PMDB; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; Joaquim Bevilacqua – PTB; Jorge Uequed – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Fernandes – PDT; José Geraldo – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Moura – PFL; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tino-Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourenço Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluhy Neto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mattoz Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mello Reis – PDS; Messias Góis – PFL; Milton Lima – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mussa Demes – PFL; Myriam Portella – PDS; Nelson Sabrá – PFL; Nestor Duarte – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Trevisan – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS;

Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Neto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruy Bacelar – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sólón Borges dos Reis – PTB; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, designando para a de amanhã, às 15 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, que "altera o Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte"; tendo parecer, pela aprovação.

Encerra-se a sessão às 17 horas e 49 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EDMILSON VALENTIM NA SESSÃO DE 2-12-87 E QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EDMILSON VALENTIM (Pc do B – RJ): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Escutamos o pedido do nobre Constituinte Daso Coimbra, que, Com toda a razão, solicita ao Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, a todos que para aqui vieram eleitos para representar o povo, que sejam brasileiros e defendam os interesses deste povo.

Entretanto, Sr. Presidente, e Srs Constituintes, a proposta que o Centrão, liderado pelos Deputado Daso Coimbra e Amaral Netto apresenta hoje, é clara e abertamente contrária aos interesses nacionais e também contra a classe operária e demais trabalhadores. Ser brasileiro neste momento é respeitar o trabalho realizado por todos os Constituintes. Não podemos aceitar que o trabalho feito na Comissão de Sistematização seja um trabalho de apenas quarenta e sete Constituintes, como alegam os dirigentes do Centrão o Sr. Amaral Neto e o Sr. Daso Coimbra.

Essa é uma alegação, sem dúvida nenhuma leviana, porque não teve e predominância de quarenta e sete Constituintes de esquerda, de direita ou do centro; várias votações tiveram esse número. Sem entrar no mérito, esse trabalho da Comissão de Sistematização canalizou os trabalhos das

vinte e quatro Subcomissões, das oito Comissões e que terminou pelo trabalho da Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, aqui foi levantado que o maior índice de aprovação de emendas da Comissão de Sistematização pertence ao Partido Democrata Cristão, que não é considerado um partido de esquerda. O segundo maior índice pertence ao Partido Democrático Social, o PDS, que também não é considerado um Partido de esquerda. E aí, concluindo, Sr. Presidente, vemos o PFL com 45% das emendas aprovadas, verificamos o PTB com 46% das emendas aprovadas e verificamos, na outra ponta, os partidos considerados de esquerda com aprovação de 13%, de 22%, ou seja o resultado da Comissão de Sistematização, de maneira nenhuma, pode ser considerado de esquerda. Querer fazer a aprovação do texto Constitucional por abaixo-assinado como desejam os líderes do Centrão – isto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, isto é brincadeira! Quem compactuar com esse tipo de coisa não pode ser chamado de brasileiro.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente é a defesa que faço em nome dos trabalhadores da COBRA, que iniciaram há três dias um movimento em defesa dos seus empregos, da tecnologia nacional e da nossa soberania.

A COBRA, única empresa estatal de tecnologia de ponta, sofre reflexos da política econômica do Governo Sarney, que não responde com energia às intimidações do imperialismo, tanto as pressões da Autolatina como as ameaças de retaliação dos Estados Unidos devido a nossa política de reserva de mercado na área de informática, que não são devidamente respondidas pelo Governo, constituindo uma grave afronta a nossa soberania. Além, disto, Sr. Presidente, existe, urna estúpida febre privatizante vindas de setores que abrem mão da soberania nacional e da nossa independência tecnológica mesmo sabendo que isto colocará nosso País de joelhos diante do imperialismo; procuram de todas as formas dizer que as estatais dão prejuízo, que às estatais são isto e aquilo. O que estes setores entreguistas não dizem é que, se não fossem as estatais, nosso País não teria chegado a este estágio de desenvolvimento a que chegou.

A COBRA demitiu até hoje 346 funcionários, sob motivo de diminuir despesas pois vem acumulando prejuízos por conta das despesas financeiras além da falta de investimentos na empresa por parte do Governo, que com isso ocasiona entre outras dificuldades o atraso nas pesquisas que estão em andamento.

Entre os demitidos desta primeira turma, encontram-se pesquisadores e outros profissionais o que faz aumentar em muito a necessidade de se revertem as demissões, e procurar os recursos necessários através de pressões, junto ao BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil e Governo.

Sr. Presidente, nós não podemos, de forma alguma, concordar ou nos omitir frente a mais esta grave ameaça que para sobre a tecnologia nacio-

nal que aparece neste momento, com demissões de técnicos e pesquisadores da COBRA e provavelmente, num segundo momento; caso não nos manifestemos, com sua privatização ou mesmo com fim de nossa reserva de mercado.

Sr. Presidente, nós, do Partido Comunista do Brasil – PC do B – que 65 anos lutamos pelo socialismo, saudamos com entusiasmo a luta dos companheiros da COBRA que defendem não apenas seus empregos mas a tecnologia de ponta desenvolvida pela COBRA.

Concluindo, Sr. Presidente, desejo dizer ainda, que o Governo investiu recentemente 40 bilhões na Transbrasil. Será que investir na pesquisa nacional, na tecnologia nacional, é menos importante que investir em uma empresa privada à beira de quebrar como estava a Transbrasil?

Conclamo todos os Constituintes a somarem esforços com os funcionários da COBRA, pois precisamos unir nossas forças no sentido de impedir as demissões, reverter as que forem feitas e abrir a negociação que é também o desejo dos funcionários.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

SEGUNDA – VICE-PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 001/85

O Segundo-Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 2, de 1987 (Regimento Interno), resolve, constituir Comissão de Sindicância, integrada pelos Constituintes Fernando Henrique Cardoso, José Lins e Adolfo Oliveira para, sob a presidência do primeiro, apurarem os fatos de que trata o Processo nº 24.830/87, de 4/12/87, envolvendo os Constituintes Paulo Paim, Juarez Antunes, Edmilson Valentim, Eduardo Jorge e Gumercindo Milhomem, em face do que dispõe o Art. 260, O Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Segunda-Vice-Presidência, 8 de dezembro de 1987. – Constituinte Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente.

PORTARIA Nº 002/87

O Segundo Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 2, de 1987 (Regimento Interno), resolve constituir Comissão de Sindicância, integrada pelos Constituintes Edison Lobão, José Paulo Bisol e Siqueira Campos para, sob a presidência do Primeiro, apurarem os fatos de que trata o Processo nº 24.829/87, de 4/12/87, envolvendo os Constituintes Gilsin Machado e Juarez Antunes, em face do que dispõe o Art. 260, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Segunda-Vice-Presidência, 8 de dezembro de 1987. – Constituinte Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 157

QUINTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 173^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 9 DE DEZEMBRO DE 1987.

I - Abertura da sessão

II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

IV - Pequeno Expediente

ARNALDO FARIA DE SÁ - Atraso, pela Previdência Social, no pagamento do 13º salário a aposentados e pensionistas.

ADROALDO STRECK - Fixação da duração do mandato do Presidente José Sarney. Queda do poder aquisitivo salarial. O entendimento como forma de ação na Assembléia Nacional Constituinte.

ANTÔNIO DE JESUS - Desamor da sociedade pela criança.

VIRGÍLIO GUIMARÃES - Legitimidade da ocupação das galerias da Assembléia Nacional Constituinte pelo povo.

IRMA PASSONI - Repressão policial a trabalhadores da Companhia Siderúrgica Paulista-Cosipa.

AFONSO ARINOS - Aplauso à assinatura, pelos Estados Unidos e pela União Soviética, de acordo para eliminação de mísseis nucleares de curto e médio alcances.

AROLDE DE OLIVEIRA - Opção dos Constituintes pelo diálogo. Soberania do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

FRANCISCO KÜSTER - Posicionamento de integrantes do grupo "Centrão" em face dos episódios ocorridos em sessão da Assembléia Nacional Constituinte, de 3 de dezembro. Inutilidade da tentativa de torpedeamento da liderança do Constituinte Mário Covas no PMDB.

ALDO ARANTES - Reais intenções do grupo "Centrão" no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

RUY NEDEL - Punição, pelo Banco Central, de ex-diretores da Centralsul.

OLÍVIO DUTRA - Reais intenções do grupo "Centrão" no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Lançamento da candidatura do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República.

FRANCISCO CARNEIRO - Decisão da Unesco de considerar Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade.

OSVALDO BENDER - Atraso, pela Previdência Social, no pagamento dos convênios firmados com o Funrural e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

NILSON GIBSON - Aplauso à assinatura, pelos Estados Unidos e pela União Soviética de acordo para eliminação de mísseis nucleares de curto e médio alcances.

JOSÉ LUIZ MAIA - Repúdio às manifestações de desrespeito à Assembléia Nacional Constituinte partidas das galerias em sessão de 3 de dezembro.

MENDES RIBEIRO - A responsabilidade dos Constituintes no clima dominante na Assembléia Nacional Constituinte.

HARLAN GADELHA - Artigos publicados no Jornal Gazeta Mercantil sob o título "Pernambuco em Foco".

MAURO SAMPAIO - Defasagem salarial dos servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

DIONÍSIO HAGE - Transcurso do jubileu de prata de exercício sacerdotal do Frei Tadeu

Henrique Prost. Início das atividades do Colégio Christus, Belém, Estado do Pará.

PAULO MACARINI - Pesquisa desenvolvida pela Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária - Empasc.

CÉSAR MATA - Inexistência de regras permanentes e estáveis na definição da política econômica governamental.

PAULO PAIM - Repúdio às ofensas pessoais feitas da tribuna da Casa e pela imprensa aos Srs. Jair Meneguelli e Joaquim dos Santos Andrade, presidentes da CUT e da CGT, respectivamente.

ADHEMAR DE BARROS FILHO - Conveniência da decretação de moratória para lavradores executados para a cobrança de empréstimos tomados para custeio de implementos e máquinas agrícolas.

CARLOS VINAGRE - Internacionalização da Amazônia.

DENISAR ARNEIRO - Dívida externa brasileira.

FRANCISCO AMARAL - Inexistência de política governamental estável para a pecuária leiteira.

STÉLIO DIAS - Posse do Prof. Rômulo Augusto Penina na Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo.

INOCÊNCIO OLIVEIRA - Distorções no Plano de Emergência do Estado de Pernambuco.

MOZARILDO CAVALCANTI - Atuação do Dr. Romero Jucá à frente da Fundação Nacional do Índio - Funai.

BENEDITA DA SILVA - "Carta de Salvador", documento-síntese do I Encontro Nacional do Centenário da Abolição.

JÚLIO CAMPOS - Criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Estado de Mato Grosso.

OSVALDO SOBRINHO – Reivindicação, por municípios mato-grossenses, perante o Supremo Tribunal Federal, de revisão dos critérios adotados para distribuição das quotas do Fundo de Participação dos Municípios.

SOTERO CUNHA – Fixação da duração do mandato do Presidente José Sarney.

SAMIR ACHÔA – Instituição da correção monetária, até o dia do efetivo depósito, para as dívidas das entidades de Direito Público.

SIQUEIRA CAMPOS – Irresponsabilidade governamental na condução do Programa Nuclear.

JOÃO DE DEUS ANTUNES – Política habitacional. Urgência na aprovação da nova Lei do Inquilinato.

IVO LECH – Divisão da bancada do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte. Retomada dos compromissos históricos do partido.

FERES NADER – Trabalho do Dr. Alexis Christus Pontes Luz publicado na "Tribuna do Advogado".

V – Comunicações das Lideranças

BRANDÃO MONTEIRO – Preocupação do PDT com o nível de radicalização reinante na Assembléia Nacional Constituinte. Desaprovação do partido à proposta de reforma do Regimento Interno apresentada pela Mesa Diretora.

AMARAL NETTO – Posição de transigência do "Centrão" com referência a proposta de reforma do Regimento Interno apresentada pela Mesa Diretora. Acautelamento dos integrantes do grupo diante da veiculação de informações tendenciosas e inverídicas.

HAROLDO LIMA – Posição contrária do PC do B a proposta de reforma do Regimento Interno apresentada pela Mesa Diretora.

ROBERTO JEFFERSON – Apoio à proposta de reforma do Regimento Interno apresentada pela Mesa Diretora. Permanência no plenário dos Constituintes agraciados pelo Ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho, com a Medalha "Ordem do Mérito do Trabalho".

JOSÉ CARLOS COUTINHO – Posição do PL em face da pretendida reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PAULO PAIM – Solidariedade do PT às reivindicações dos metalúrgicos da Cosipa, Santos, Estado de São Paulo, em greve. Repúdio às ofensas pessoais feitas aos presidentes da CUT e da CGT, por Constituintes.

NELSON JOBIM – Consistência e correção da proposta de reforma do Regimento Interno apresentada pela Mesa Diretora. Desaprovação do PMDB à norma tornando automático o pedido de preferência assinado por 280 Constituintes.

ROBERTO FREIRE – Aplausos à assinatura, pelos Estados Unidos e pela União Soviética, de acordo para eliminação de mísseis nucleares de curto e médio alcance.

JAMIL HADDAD – Posição contrária do PSB à proposta de reforma do Regimento Interno apresentada pela Mesa Diretora.

FAUSTO ROCHA – Repúdio à invasão das galerias da Casa por baderneiros profissionais. Postulados do Grupo "Centrão".

SIQUEIRA CAMPOS – Apoio do PDC à proposta de reforma do Regimento Interno apresentada pela Mesa Diretora.

VI – Ordem do Dia

PRESIDENTE – Anúncio de correção de erro de redação no art. 8º do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 21.

JOSÉ GENOÍNO – Encaminhamento da votação do Projeto de Resolução nº 21.

CARLOS SANT'ANNA (Questão de Ordem) – Repetição da correção relativa ao art. 8º do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 21.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Carlos Sant'Anna.

BRANDÃO MONTEIRO (Questão de ordem) – Processo de votação adotado em face da existência de proposta aprovada anteriormente.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Brandão Monteiro.

NELSON CARNEIRO (Questão de ordem) – Conflito entre as disposições estatuídas no art. 1º e no § 3º do art. 9º do Substitutivo da Mesa Diretora, com exclusão do termo "título".

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Nelson Carneiro.

VIVALDO BARBOSA, GASTONE RIGHI – Encaminhamento da votação do Projeto de Resolução nº 21.

PRESIDENTE – Anúncio da presença de delegação parlamentar paraguaia na Casa.

ROBERTO FREIRE, RICARDO FIÚZA – Encaminhamento da votação do Projeto de Resolução nº 21.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Destino do Projeto de Resolução nº 20 na hipótese de aprovação do Projeto de Resolução nº 21.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Pedido de verificação de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

CARLOS SANT'ANNA (Questão de ordem) – Tomada de votos no processo de votação do Substitutivo apresentado pela bancada do PT.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Carlos Sant'Anna.

ALDO ARANTES (Pela ordem) – Esclarecimento sobre ser do PT, do PDT, do PC do B e de setores do PMDB a autoria do Substitutivo em votação.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Ressalva das emendas, com aprovação do Substitutivo. Período adequado para a apresentação de destaques à matéria em votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Pedido de verificação de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

BRANDÃO MONTEIRO (Questão de ordem) – Utilização do sistema eletrônico de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Brandão Monteiro.

JOSÉ COSTA (Questão de ordem) – Critério para composição da Comissão de Redação prevista no art. 12 do Substitutivo da Mesa ao Projeto de Resolução nº 21.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Costa.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Questão de ordem) – Deferimento pela Mesa de pedidos de verificação de votação sem o apoio exigido pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Bonifácio de Andrade.

PRESIDENTE – Comunicação sobre apreciação de todos os destaques para conclusão da votação.

PRESIDENTE – Colaboração dos Constituintes para ultimação do processo de votação.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Número de destaques sujeitos à apreciação do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

VIVALDO BARBOSA (Questão de ordem) – Subsistência do § 2º do art. 23 do Regimento Interno relativamente à não-exigência de maioria absoluta para apresentação de emendas sobre matérias correlatas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Vivaldo Barbosa.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre teor do destaque apresentado pelo Constituinte Mário Covas.

MÁRIO COVAS, BONIFÁCIO DE ANDRADA – Encaminhamento do requerimento de destaque para retirada da expressão "automática" do texto do § 2º do art. 1º.

OSVALDO MACEDO (Questão de ordem) – Consequências da aprovação do Substitutivo da Mesa Diretora nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Osvaldo Macedo.

BONIFÁCIO DE ANDRADA (Pela ordem) – Tomada de votos no processo de votação do destaque requerido pelo Constituinte Mário Covas.

JOSÉ GENOÍNO (Questão de ordem) – Pedido de verificação de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

MÁRIO COVAS (Questão de ordem) – Acordo para retirada de requerimento de votação em globo de destaques e de pedido de verificação de votação.

JOSÉ LOURENÇO (Questão de ordem) – Suspensão da sessão em face da expectativa de acordo sobre votação de destaques.

PRESIDENTE – Resposta às questões de ordem dos Constituintes Mário Covas e José Lourenço.

VII – Encerramento

2 – MESA (Relação dos membros).

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros).

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Relação dos membros).

Ata da 173ª Sessão, em 9 de dezembro de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente.

ÁS 15:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agrípino de Oliveira Lima – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloisio Chaves – PFL; Aloisio Teixeira – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antoniocularo Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentos – PMDB; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edson Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Flávio Palmieri da Veiga – PMDB; Floresco – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rolemberg – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gastone Righi – PTB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fo-

– PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Viana – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Píloto – PDS; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sôlon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldírico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buai – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornelas PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 359 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. MÁRIO MAIA, Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

IV – PASSA-SE AO PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna para exigir da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte providências no sentido de averiguar notícia publicada hoje pelo jornal **O Estado de São Paulo** segundo

a qual a Previdência Social só pagará em janeiro o 13º salário dos aposentados e pensionistas. É uma vergonha que isso possa ocorrer! A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte tem de exigir explicações, pois os aposentados e pensionistas, que já recebem uma importância ínfima, não podem ficar sem seu 13º salário no mês de dezembro. Seus vencimentos são minguados e miseráveis, e ainda assim lhes são sonegados.

Temos conhecimento de que o Governo concede empréstimos vultosos a empresários do País. Enquanto isso, de acordo com a notícia hoje publicada, um dos dirigentes da Dataprev tenta esclarecer o que está acontecendo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, isso é inexplicável, é uma falta de vergonha e de consideração para com os contribuintes da Previdência Social. Nós, Constituintes, precisamos tomar algumas providências e exigir que o 13º dos aposentados e pensionistas seja pago ainda neste mês. De qualquer forma, temos de encontrar uma solução intermediária. Se o pagamento não puder ser efetuado por meio de carnês da Dataprev, que o seja através de crédito em conta corrente. O representante da Dataprev diz que isso é difícil, porque os beneficiários não têm conta corrente. Ora, este mesmo Governo, ao sancionar a Lei nº 7.604, aprovada pelo Congresso Nacional, vetou um artigo que obrigava o sistema bancário financeiro nacional a prestar serviço gratuito a todos os aposentados e pensionistas.

O que querem esses senhores que estão administrando a Previdência? Que os aposentados e pensionistas continuem morrendo, porque fica mais barato pagar o auxílio-funeral equivalente a dois valores de referência do que pagar essa miséria que ganham os aposentados e pensionistas? Acho que a Constituinte tem a obrigação de tomar alguma providência.

Quando aprovamos o salário integral para os aposentados, todos se posicionaram contra, argumentando que a Previdência quebraria. Ora, a Previdência Social não quebrou, apesar de todos os desmandos que ocorreram até agora! Se o Governo tem dinheiro de sobra para fazer empréstimos, por que não paga o que deve?

Exigimos uma tomada de posição. Do contrário, vamos motivar todos os aposentados e pensionistas a virem a Brasília para, juntos, exigirmos das autoridades competentes uma providência nesse sentido.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

PREVIDÊNCIA PAGA SÓ EM JANEIRO O 13º DE APOSENTADOS

O Natal dos aposentados e pensionistas continuará pobre ainda este ano. É que os carnês ainda não incluirão o pagamento do 13º salário nem o do respectivo mês de dezembro, que eles só receberão em janeiro, junto com os atrasados de novembro resultante da diferença do aumento do salário mínimo. Desde quinta-feira da semana passada os inativos estão recebendo ainda as competências de setembro, outubro e novembro sem reajuste, cujo pagamento se prolongará até meado do mês, informou ontem o presidente da Dataprev, Ivan Polari, responsável pela confecção dos carnês previdenciários.

Polari espera que a partir de janeiro, com o início do recadastramento de todos os inativos, a Previdência Social tenha condições de diversificar as formas de pagamento dos benefícios, efetuando-os com maior rapidez e eficiência. Hoje a defasagem entre o reajuste dos benefícios, a confecção dos carnês, sua distribuição e o efetivo recebimento pelo segurado gira entre um e dois meses por total impossibilidade de a Dataprev fazer o serviço em tempo mais curto.

A idéia do ministério é utilizar o máximo possível a conta corrente bancária e o correio para pagar os benefícios, sistemas que Ivan Polari assegura reduzirão em cerca de dez dias a defasagem nos pagamentos. O grande problema é que os bancos não querem aceitar a extensão das contas correntes para os pequenos proventos – que na Previdência são a grande maioria. Hoje apenas 1,8 milhão de inativos recebe por conta corrente, o que representa somente 15% dos aposentados e pensionistas que desfrutam de maiores rendimentos ou já possuem conta em banco independente da Previdência Social. Esse sistema é o mais cobiçado pelo ministério, porque só deixariam de ser incluídos nos carnês as alterações salariais efetivadas nos dez últimos dias do mês. De todo jeito, o pagamento tem de ser creditado no banco no final do mês para ser efetivado somente no mês seguinte.

Neste pagamento que está sendo efetuado agora os inativos urbanos deverão receber os benefícios reajustados em 7,68%, que estavam em manutenção até 31 de maio, e em 4,69% para os iniciados a partir de 1º de junho. Os empregados rurais tiveram os mesmos índices de reajuste, enquanto os benefícios rurais por acidente de trabalho foram reajustados em 4,69%. Já os benefícios dos inativos rurais passaram a valer Cz\$ 1.500,00 (metade do valor dos urbanos), sem incluir o reajuste proporcionado pelo aumento do salário mínimo agora em dezembro, cuja portaria o Ministério da Previdência Social deverá divulgar ainda esta semana com os novos índices.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, preocupa-me sobremaneira o fato de estar refluxo a questão sobre a duração do mandato do Presidente Sarney, estabelecido em 4 anos pela Comissão de Sistematização. Esta é uma questão morta e sepultada, não apenas porque o Poder Constituinte quer, mas porque é preciso atender à aspiração da quase totalidade dos brasileiros, cansados de tanta incompetência administrativa.

Os principais jornais do País nos dão conta de alguns desastres que começam a inviabilizar a nossa economia: a massa de salários cai dramaticamente. Fala-se num percentual de 38% nos últimos meses. Ora Sr. Presidente e Srs. Constituintes, uma economia capitalista que queira honrar esta condição funda-se, basicamente, numa massa salarial bem distribuída, que funciona como um colchão de ar destinado a suportar os impactos de uma queda de safra, de uma desvalorização cambial ou do aumento dos preços do petróleo no mercado internacional. Nos Estados Unidos, a grande nação capitalista, imediatamente após um surto inflacionário, corrige-se, em primeiro lugar, os ganhos dos assalariados como forma de manter a estrutura dos negócios.

No Brasil Constituinte, o poder aquisitivo desponta fragorosamente, as indústrias retrocedem nos seus programas de produção e setores inteiros da atividade produtiva tendem a desaparecer. E cito o caso específico da produção de frangos, inviabilizada por preços desestimulantes. Há três meses, um quilo de frango vivo custava 43 cruzados, enquanto hoje custa 27 cruzados no mercado. E por isso matrizes estão sendo sacrificadas, inclusive galinhas poedeiras. Isto significa, Srs. Constituintes, que, no ano que vem, no máximo em abril, não haverá safra de ovos nem tampouco frangos no mercado brasileiro.

E nós, com o peso da responsabilidade que temos perante a Nação, preocupando-nos com o mandato de um Presidente que somente seus amigos do peito querem manter no Poder.

Assim, num dia importante como o de hoje, em que nos preparamos para votar a reformulação do nosso Regimento Interno, que nos permitirá limpar o texto constitucional até aqui elaborado é fundamental que nos entendamos, fazendo concessões de parte a parte, ou seremos responsabilizados pelo caos total, que está assim muito longe.

Ontem, Gorbachev e Reagan, líderes incontestes do capitalismo e do comunismo, deram ao mundo uma demonstração de que, com entendimento, os perigos que nos espreitam podem ser contornados.

Pergunto: por acaso nós Constituintes Brasileiros, somos tão incapazes a ponto de, internamente, não conseguirmos conter as arengas de uma esquerda furiosa e de uma direita inconsequente?

É esta a mensagem singela que deixo a todos os meus colegas Constituintes, convicto de que estamos com tudo para recobrar o tempo perdido para soluções que consultem os verdadeiros interesses do País, massacrado por propostas radicais de direita e de esquerda, quando estamos cansados de saber que a virtude está em fazer apenas aquilo que é possível ser feito.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB)

– GO. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a sociedade que não se preocupa com suas crianças e não lhes oferece condições de desenvolvimento, de saúde física, mental e social, não revela apenas a sua desumanidade, seu desrespeito à vida, sua incompetência organizacional; ela condena ao fracasso o futuro da comunidade.

A criança de hoje, cidadão de amanhã, é um ser com todos os direitos fundamentais da pessoa humana e mais, com o direito de ser protegida, de receber cuidados e atenções durante sua imaturidade física e emocional.

Uma nação não se forma responsável, desenvolvida, equilibrada, harmônica e feliz por decreto. Esse ideal só se alcança quando seus integrantes, na sua individualidade, forem agraciados com a oportunidade de vivenciar, na infância, um clima de segurança física e emocional.

Que segurança oferecemos, hoje, às milhares de crianças que estão nascendo em nosso País? Que lar as acolhe carinhosamente e as sustenta nos primeiros passos?

Quase nada se faz nesta terra pela verdadeira felicidade humana e nacional. A miséria que cam-

peia não mata apenas fisicamente, não destrói somente o corpo e a saúde mental. Aniquila a moral da sociedade brasileira, na convivência prolongada com a desgraça social.

A insegurança é geral, o medo, a raiva e a violência dominam a expressão emocional, e nosso povo, do mais rico ao mais carente, já esqueceu o que é amor, harmonia, equilíbrio, bondade, tranquilidade. Desconhece, especialmente, o que seja paz, aquele sentimento indispensável à integração do ser humano no mundo.

Está o País carente não só de pão e teto; está especialmente deficiente de bondade, compreensão e afeto. Nesse clima, assistimos ao mais degradante tratamento dispensado às nossas crianças.

Espalhadas pelas ruas, abandonadas pelos pais ou, pior ainda, por eles usadas, iniciam-se na prática da marginalidade, expondo-se a todo tipo de experiências, moldando seu caráter na escola da esperteza, cujo fim é sempre trágico.

Não são, porém, apenas as crianças desvalidas dos recursos sócio-econômicos as vítimas desse clima geral. Crianças de lares materialmente bem construídos estão padecendo os mesmos males, em escala diferente. A insegurança dos pais e o desamor geral, que tomou conta de nossa sociedade, obriga todas as crianças à vivência de constrangimentos e tensões.

Se os pais que vivem na miséria abandonam seus filhos ou lhe aplicam castigos físicos qualificados dentro da lei como verdadeiros crimes, nas classes superiores, os pais se mostram ansiosos, incapazes de oferecer amor, e compensam a falta básica com o consumo exacerbado de produtos industriais, substituto medíocre da afetividade espontânea.

A semente da violência e da infelicidade está espalhada por todo o território nacional e, se não começarmos a recolher com urgência esse mal, substituindo-o pelo amor, carinho, compreensão e o cuidado genuíno para com nossas crianças, não só o futuro individual está condenado como também todo o futuro do País estará comprometido com a miséria moral.

A sociedade como um todo e as famílias, em especial, precisam conhecer os direitos fundamentais da criança, internacionalmente reconhecidos pela ONU, e respeitá-los. Cabe, portanto, à sociedade punir os crimes cometidos contra a criança, sejam de que origem forem, pois elas são o futuro da nossa Nação.

É inadmissível que crianças sejam tratadas como objetos indesejáveis no lar, quando são vítimas de toda sorte de agressões, cometidas por pais inescrupulosos, que procuram descarregar nos filhos seus recalques e frustrações, como uma espécie de vingança pelo insucesso na vida.

O Estado deve favorecer e até mesmo estimular a adoção de crianças, quando seus pais se acham incapacitados para educá-las ou prover suas necessidades básicas.

Não basta porém a adoção de medidas paliativas. É necessário fortalecer o núcleo familiar, dando as devidas condições para que os pais possam assistir os filhos condignamente.

A estabilidade da família depende diretamente da estabilidade financeira e emocional, no âmbito físico, e da estabilidade moral, na esfera espiritual.

Precisamos de um Brasil do qual nos orgulhemos e no qual as famílias queiram ter seus filhos para amá-los e possibilitá-los amar à Pátria.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o plenário da Assembléia Nacional Constituinte foi invadido pelo povo. Pessoas do povo colocaram-se atrás de cada um dos Constituintes para pressioná-los a respeito de suas reivindicações. Diante da invasão do próprio plenário por pessoas do povo, o que fez o Governo? Chamou as tropas para garantir a segurança da Assembléia Nacional Constituinte, num fato que despertou polêmica nesta Casa.

Um dos Constituintes assim se pronunciou “O que me admira é ver tanto medo do povo e tão pouco da tropa. No meio do povo brasileiro nunca podemos estar mal”. Estas são as palavras do Constituinte Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado da Silva, o histórico Constituinte Antônio Carlos na Constituinte de 1923. Quando da invasão do plenário pelo povo, ele defendeu essa atitude popular, e foi mais longe, Sr. Presidente, dizendo: “Que se diga ao Governo que a falta de tranquilidade procede da tropa e não do povo...”, porque o Governo alegava que isso tirava a tranquilidade da Assembléia Nacional Constituinte para deliberar.

Continuava o Constituinte Antônio Carlos:

“Estando a Assembléia, nesta Corte, rodeada da força armada, está coacta” – isto é, está coagida – “Faça-se, saber ao Governo que não há senão as baionetas que perturbam o sossego público: que xapoíados” do povo nunca se podem considerar como provas de inquietações, e que até é ridículo e induz a crer que o Governo não tem a que se apegar, o querer persuadir que a inquietação de toda a capital procede de “apoiados” das galerias, e que esse desassossego exige medidas extraordinárias”.

É incrível, Sr. Presidente, que mais de 150 anos depois se repita aqui a velha arenga dos reacionários, daqueles que sempre se valem das tropas contra o povo, que é o que mais uma vez acontece aqui. O povo jamais invadiu as galerias, porque as galerias são o lugar do povo; ninguém invade as galerias, as pessoas apenas as ocupam, porque ali é o seu lugar de direito. Constitui problema, isto sim, estarem as galerias vazias, como agora. Se porventura existem Constituintes que apelam para as tropas, isto sim, é um problema, porque a presença do povo a cobrar os seus direitos é o que há de normal, porque o Constituinte não pode temer o povo.

Temem o povo os Constituintes que se agacham diante das multinacionais, do poder econômico, dos latifundiários, e que apenas a estes prestam contas e, por isso, não titubeiam em dizer que o povo coage. O povo coage naquilo que lhe é de direito, e só se sentem inquietos os Constituintes reacionários, direitistas e que, mais uma vez, se voltam para as tropas e contra o povo.

Meus protestos contra esses que agacham ante as tropas e se lançam contra o povo.

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trago aqui, hoje, o episódio da Cosipa,

empresa ligada à Siderbrás, em Cubatão, uma das maiores empresas do País, com 15 mil funcionários em greve. Lamentavelmente, ontem e hoje foram violentamente espancados por um aparato policial utilizado para buscar os operários em casa, obrigando-os a trabalhar depois de decretada ilegal a greve, na quinta-feira. Um dos operários, doente, teve um ataque cardíaco, durante seu sequestro em sua residência.

A repressão na porta do sindicato foi absurda, atingindo inclusive transeuntes que nada tinham a ver com a greve. Em média são 40 trabalhadores espancados, alguns deles internados em Santos, em decorrência de violências policiais.

Solicitamos urgência de medidas por parte do Ministério da Indústria e do Comércio, porque hoje a Cosipa é dirigida por intervenientes que simplesmente se ausentam da própria fábrica e da própria cidade. Em vez de assumirem a responsabilidade de comando da empresa, ausentam-se do Estado. No domingo passado estavam em Minas Gerais, e a situação dos funcionários da empresa é de desespero.

Apelamos para o Ministério da Indústria e do Comércio e para o Ministério do Trabalho no sentido de que intervengam no caso, em vista de uma abertura de negociações tentada por parte da direção do sindicato e lamentavelmente, não atendida.

Portanto, deixo aqui registrado o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores aos operários da Cosipa, e também nosso apelo no sentido de que se reabram as negociações, porque suas reivindicações são justas: 40% de recomposição salarial, o não - desconto dos dias parados e a não - punição aos grevistas.

Apelamos ainda para a Siderbrás no sentido de juntamente com os Ministérios da Indústria e do Comércio e do Trabalho encontraram uma solução para o impasse que se criou e jamais usem da truculência absurda e injusta da Polícia Militar para destruir a vida dos trabalhadores, que até hoje dedicaram suas vidas à construção de uma das maiores indústrias do País, a Cosipa.

O SR. AFONSO ARINOS (PFL - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Assembléia Constituinte, representante legítima e soberana do povo brasileiro, manifesta sua solidariedade e seu aplauso às negociações que se desenvolvem entre o Presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos, e o Secretário-Geral Mikail Gorbachev, da União Soviética, relativas ao desarmamento nuclear progressivo das duas superpotências.

A Assembléia Constituinte, continuadora das glórias tradições de paz e igualdade entre as nações, que marcam a política internacional do Brasil, formula melhores votos para que o desarmamento nuclear total, completo, seja a consequência das negociações em curso, de forma a expressar ao mundo uma era de liberdade e paz no fim deste século XX, que assistiu as maiores revoluções e às maiores guerras de toda a História humana.

O progresso da tecnologia acentuou o progresso da produção industrial. A competição econômico-tecnológica levou aos choques ideológicos marcados pela Resolução de 1917, na Rússia, à Resolução fascista de 1922, na Itália, com Mussolini,

e à Resolução nazista de 1933, na Alemanha, com Hitler.

As duas grandes guerras do século foram as maiores da História humana, mas a segunda trouxe o emprego da energia nuclear, na sua aplicação bélica.

Todas as teorias políticas revolucionárias, do marxismo internacionalista ao fascismo e ao nazismo nacionalistas, perderam qualquer possibilidade histórica diante da certeza do pericílio de tudo em consequência da guerra nuclear.

Experiência pessoal na Comissão da ONU – o desarmamento nuclear da América do Sul, proposta brasileira esquecida pelo Itamaraty, posteriormente vitoriosa.

Ajuntaria a esta proposta – que gostaria fosse aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte – a sugestão de que sua aprovação fosse comunicada, por intermédio dos representantes dos Estados Unidos e da União Soviética, aos respectivos governantes.

Muito obrigado a V. Ex.^a, Sr. Presidente. (Palmas.).

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PFL - RJ. Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, caros colegas Constituintes, acreditamos que, hoje, após três semanas de discussões, de opção pelo diálogo de boa vontade e de paciência por parte do grupo majoritário da Assembléia Nacional Constituinte, temos na pauta dos trabalhos um substitutivo da Mesa, árbitro interessado em conduzir as negociações, pois que encontrou como texto um denominador comum das propostas em torno da mudança do Regimento Interno.

Quero deixar claro, Sr. Presidente, que, nesta tarde, votaremos e aprovaremos sem mais delongas, o substitutivo que consubstancia proposta conciliatória da Mesa dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Estamos, como grupo majoritário, dando mais uma vez demonstração de que não somos intransigentes, de que estamos abertos ao diálogo. Sabemos que existem muitos destaques apostos no substitutivo. Desejo esclarecer a V. Ex.^a, ao Plenário desta Casa e à Imprensa aqui presente que os destaques não são fruto da intransigência do "Centrão", do grupo majoritário, mas, sim, do radicalismo das esquerdas minoritárias que não querem o entendimento.

Por isso, Sr. Presidente, caros colegas Constituintes, devemos partir imediatamente, seguindo o trâmite regimental, para a votação do substitutivo da Mesa. Ele traduz o esforço da direção da Assembléia Nacional Constituinte e das lideranças responsáveis pela condução dos trabalhos, no sentido de encontrarmos rapidamente a resposta que a Nação angustiada espera de nós, no sentido de partirmos, tão cedo quanto possível, para votação da matéria constitucional e para as definições, agora sim, do que é decisão da Assembléia Nacional Constituinte.

Infelizmente, estamos vivendo sob a égide de um parecer de um projeto da Comissão de Sistematização, que, da maneira como é colocado à Nação, parece ser a última palavra em matéria de texto constitucional, o que será utilizado como definitivo para reger as instituições no País. Não é verdade. A Assembléia Nacional Constituinte, consoante os princípios de soberania, irá pronun-

ciar-se de acordo com as regras democráticas, ouvindo, explícita e afirmativamente, para as decisões em torno de todos os dispositivos da Nova Constituição, a vontade majoritária deste Plenário.

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PMDB - SC. Sem revisão do orador.): –

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, vimos à tribuna, nesta tarde, em momento que antecede o que muitos ousam chamar de uma grande decisão que, a meu ver, não é tão grande assim, ou mesmo uma importante decisão, que também não é tão importante assim, porque absolutamente desnecessária.

A decisão já foi tomada, no início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, quando 559 representantes de 140 milhões de brasileiros elaboraram, discutiram, votaram o Regimento Interno, que deveria nortear os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte desde seu início até seu término.

Entretanto, forças outras, estranhas até ao próprio universo da Assembléia Nacional Constituinte, fizeram com que estivéssemos hoje cara a cara com aquilo que poderá ainda tornar-se um impasse.

Todavia, outras coisas aconteceram a partir dessas providências adotadas pelos eminentes Colegas, com as quais não concordo, mas tenho, como democrata, a obrigação de respeitar, do chamado "Centrão", como por exemplo, a declaração do Líder do Partido da Frente Liberal, que ousou dizer que, se dispusesse de uma arma, teria disparado contra as galerias naquela oportunidade. O Líder do Partido Democrático Social disse que viu algumas pessoas armadas, inclusive um Senador.

É de se questionar, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, que, se de repente 559 Constituintes, entre homens e mulheres, decidirem optar pelo comparecimento a esta Casa armados, portando revólveres, facas, metralhadoras, granadas e outras coisas mais para construir uma Constituição, que vai acontecer? Que dirá este povo ansioso, sedento de mudanças, mas mudanças verdadeiras, e não traição. É de se questionar o posicionamento, o arroubo das lideranças, com as quais não concordo – repito – mas tenho obrigação de respeitar até mesmo em seus excessos. Essas lideranças dizem que, se portassem armas, teriam disparado contra os populares que, naquele dia, marcavam sua presença nas galerias.

Mas as coisas não param aí, Sr. Presidente. Alguns tentam atingir uma figura eminente – e deixo claro que não tenho procuração alguma nem dos seus maiores amigos, para tocar no seu nome, mas vou fazê-lo por conta própria – que é o Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, o Senador Mário Covas, numa ação orquestrada, visando a enfraquecer-l-o. É bom que os peemedebistas saibam, assim como as lideranças maiores do partido, que o Senador Mário Covas soube ser valente e coerente quando na oposição.

O fato é que PMDB hoje é um partido equivocado. Falo do meu partido, que está na situação e no poder. Estão tentando torpedear uma liderança, que ainda se safou neste universo de contradições em que vive hoje o PMDB numa ação orquestrada. Denunciamos que alguns querem atingir a liderança do Senador Mário Covas, que,

se não lidera todo o universo do PMDB, ainda lidera a sua maioria. E ouso dizer o seguinte: o Senador Mário Covas lidera a maioria de qualidade do nosso partido, o PMDB, a cujas fileiras ainda pertenço, mas já não sei se continuarei a pertencer por muito tempo. Desejo continuar a ser membro do partido, mas é necessário que ele retorno ao local de onde nunca deveria ter saído, a partir do momento em que passou a inchar.

E concluo, Sr. Presidente, dizendo que é um desserviço que fazem os que se dizem peemedebistas, ao tentarem torpedear essa Liderança, que é uma reserva moral que tem o PMDB, uma das poucas talvez, tal o equívoco que cometem outras expressões do meu partido.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos aqui, mais uma vez, para dar continuidade ao processo de votação das alterações do Regimento Interno. Todos sabemos quais foram as razões que determinaram esta crise que está atravessando a Assembléa Nacional Constituinte. Esta crise é consequência de algumas vitórias limitadas, parciais, dos setores populares na Assembléa Nacional Constituinte. Esta crise é decorrência do fato de se ter obtido não a estabilidade no emprego, mas uma conquista menor, que é a proibição da dispensa imotivada. Esta crise decorre do fato de não se ter estabelecido o monopólio da distribuição do petróleo, mas sim a nacionalização da sua distribuição, questionada pelas empresas multinacionais, que procuram confundir a opinião pública. Esta crise decorre do fato de se ter conquistado a licença de 120 dias para mulheres gestantes e uma série de outras postulações sociais como a liberdade e autonomia sindical e o direito de greve, entre outras. O fato objetivo é que, a partir do resultado da Comissão de Sistematização, houve uma articulação dos setores empresariais da – União Brasileira dos Empresários e da UDR – e tudo isso se refletiu aqui na articulação do chamado “Centrão”.

O objetivo é claro do “Centrão” é liquidar o trabalho realizado pela Comissão de Sistematização, é liquidar a própria Comissão de Sistematização; é liquidar a figura do Relator; enfim, é liquidar praticamente todo o trabalho até aqui elaborado pela Assembléa Nacional Constituinte. Para isso procuraram introduzir no Regimento Interno modificações bizarras, que representam realmente uma ruptura com toda a tradição parlamentar, ao se pretender – o que se tem discutido muito aqui – substituir votos por abaixo-assinados ao se pretender substituir o compromisso do Constituinte, que aqui está para votar, por sua assinatura.

Srs. Constituintes, daqui a pouco estaremos votando um substitutivo da Mesa que, na nossa opinião, não difere substancialmente do substitutivo do “Centrão”. Hoje, integrantes da cúpula de extrema-direita do “Centrão” ocuparam meios de comunicação para informar que a redação do substitutivo da Mesa é, na verdade, a redação do “Centrão”.

Quero dizer em meu nome e em nome da liderança do meu partido, que nós nos posicionamos contra este substitutivo. Na verdade ele representa uma tentativa de dourar a pílula da proposta do “Centrão”, mas mantendo a sua es-

sência, que é essência excludente, moralizadora dos setores minoritários desta Casa e é, em última instância, o esforço de liquidar o trabalho da Comissão de Sistematização e a própria Comissão de Sistematização.

Por isso, aqui fazemos um apelo a todos os Constituintes conscientes, democráticos e liberais que no primeiro momento foram conquistados pela extrema-direita, por determinadas circunstâncias: votem com as propostas democráticas, para assegurar à Assembléa Nacional Constituinte condição de elaborar um texto constitucional de acordo com a vontade da maioria do povo brasileiro.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há poucos dias ocorreu um fato, consequente das ações do Poder Executivo, que ocupou as primeiras páginas de todos os jornais do Rio Grande do Sul e do Brasil. É fato auspicioso, porque, pela primeira vez, se notam os frutos do combate aos crimes de colarinho branco: o Banco Central pune ex-diretores pelo rombo do Centralsul.

Temos em mãos ofício do Sr. Ministro da Justiça, Dr. Paulo Brossard de Souza Pinto, dirigido ao Dr. Fernando Milliet, Presidente do Banco Central, e fazemos questão de deixá-lo registrado nos Anais da Assembléa Nacional Constituinte:

“Sr. Presidente, é com prazer que lhe informo a extraordinária e simpática repercussão havida no Rio Grande do Sul em face da decisão do Banco Central, punindo os responsáveis pelo fraudulento desvio de mais de 54 milhões de dólares no caso Centralsul. Como é do seu conhecimento, quando o fato foi divulgado, causou a pior repercussão em todo o Rio Grande, comprometendo o crédito do sistema cooperativo, que vinha se desenvolvendo há mais de setenta anos, com reais vantagens para a economia do Estado, e toda a gente se perguntou se, como em tantos casos, nada aconteceria aos seus autores, a despeito da sua excepcional gravidade.

A decisão de agora, quando muitos duvidaram da ação do Banco Central, souu como fato auspicioso, e foi recebida com aplausos. Mas, devo lhe dizer com franqueza, indaga-se quando a Nação saberá o resultado de outros casos rumorosos, como o da Delfin, da Coroa Brastel, do Brasilinvest, do Subbrasil.

Renovo a V. Ex.^a a declaração de que, na medida de suas atribuições, o Ministério da Justiça estará, por todos os seus órgãos, pronto a colaborar nesse trabalho de saneamento que o povo tanto espera.

Cordialmente – **Paulo Brossard de Souza Pinto**, Ministro da Justiça.”

E na mesma data encaminha um telex para o Diretor-Geral do DPF, Dr. Romeu Tuma nos seguintes termos:

“Ilmº Sr.
Dr. Romeu Tuma
D.D. Diretor-Geral do DPF
Nesta

TLX/GM/SA/NR 001571 de 2-I-2-
87 – Recomendo todas as providências sentido localizar as pessoas condenadas pelo Banco Cen-

tral no caso Centralsul, bem como fazer levantamento seus bens. Recomendo ainda examinar medidas cautelares afim de evitar evasão.

Atentamente – Paulo Brossard de Souza Pinto – Ministro de Estado da Justiça.”

Sr. Presidente, Srs.^{as} Constituintes, parece-me um fato inédito que crimes desta ordem tenham recebido punição. Agora passamos a acreditar que as medidas sejam tomadas, que os culpados sejam efetivamente punidos e não possam evadir-se. Sabemos que um dos maiores, criminosos praticante deste tipo de fraude, Sr. Valmir Dalmolin, está morando no Brasil, muito próximo da fronteira com o Paraguai, o que nos deve deixar alertas. A Polícia Federal, que está controlando aquela divisa deve ficar atenta para evitar a evasão do punido.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs.^{as} Constituintes, o Plenário da Assembléa Nacional Constituinte tem pela frente uma decisão das mais importantes no processo constituinte brasileiro.

Temos dito desta tribuna que o Regimento Interno que regia os trabalhos da Constituinte não era regimento no qual o Partido dos Trabalhadores teria votado. Fomos minoria. O partido dos Trabalhadores tinha uma proposta de Regimento Interno diferente daquela que foi aprovada pela maioria, inclusive com o voto da maior parte dos Constituintes que hoje compõem o chamado “Centrão.”

O Partido dos Trabalhadores tinha uma proposta de funcionamento da Constituinte através da instalação de quatro grandes Comissões. Depois dos trabalhos destas grandes Comissões, todos os 559 Constituintes estariam elaborando a Constituição na grande comissão plenária. Não foi esta a vontade da maioria, e a maioria que hoje se diz no “Centrão” foi aquela que votou o Regimento Interno em funcionamento.

Ocorre que tinha esta maioria um script definido para o trabalho da Comissão de Sistematização. A vontade popular, a mobilização do movimento sindical, do movimento comunitário e da sociedade civil trouxeram para os depoimentos nas subcomissões e nas Comissões Temáticas e para atuação dos Parlamentares, membros da Comissão de Sistematização, na verdade, a imposição de que deveríamos ter um texto Constitucional além da Constituição outorgada pelos militares. A Comissão não poderia, depois de ouvir a sociedade civil, depois de ter aqui a presença do movimento popular sindical pressionando legitimamente, deixar de votar, como votou em avanços, muitos deles, a maioria, apenas relativos, alguns deles significativos. E esses avanços, no entanto, é que açularam a direita, que se organizou e fez um discurso peseudamente democrático de participação dos 559 Constituintes. Mas, na verdade, havia por trás desse argumento o intuito de mudar as regras do jogo, enquanto o jogo estava em andamento. Por que esta alteração? Para impedir que o processo de avanço no texto Constitucional por pressão popular tivesse prosseguimento, através das regras do jogo do Regimento Interno, as quais queremos nós, do PT, sejam profundamente democráticas. Não queremos que a nossa vontade de 16 Constituintes, somada à dos demais progressistas, predomine. Queremos re-

gras que possibilitem a todos os 559 Constituintes, sem substituir voto por assinaturas, apresentar emendas, que serão ou não aprovadas de acordo com a presença dos Constituintes neste plenário, através de seus votos. Queremos que cada Constituinte diga à Nação o que está votando e contra o que se está posicionando.

Na verdade o "Centrão" quer esconder o voto da maioria, o voto do centro direito que o coordena. O Partido dos Trabalhadores que a transparência, quer que cada Constituinte se comprometa diante da Nação: se é contra a proibição das demissões imotivadas, se é contra a liberdade e autonomia sindical, o pleno direito de greve, o papel das Forças Armadas, restringido à defesa da soberania, se é contra outros avanços sociais conquistados na Comissão de Sistematização. Cada membro do "Centrão" e da sua periferia tem de ser transparente. Tem de votar e dizer à Nação se está a favor ou contra o direito dos trabalhadores.

Por isso, o PT entende que a proposta de Centrão é truculenta, porque, na verdade, quer esconder a posição de cada um dos Constituintes que dele participa, quer esconder desta Nação a posição da maioria deste Congresso Nacional.

Anexo ao discurso do Sr. Olívio Dutra:

CARTA ABERTA AOS BRASILEIROS

O PT apresenta ao povo brasileiro o seu candidato à Presidência da República: Luís Inácio Lula da Silva.

O PT tem coragem de dizer a todos os brasileiros que, neste momento difícil, existem saídas para a grave crise que foi criada pelos poderosos da Velha e Nova República.

O PT chama você a participar desta briga, para que a vontade do povo trabalhador possa prevalecer acima dos interesses dos banqueiros, latifundiários, grandes industriais e militares.

Nosso povo vive dias difíceis. A inflação reduz o poder de compra dos salários. As medidas do Governo Sarney promovem o desemprego. Não se criam novas oportunidades de trabalho para a juventude.

Esta situação tem razões que o PT quer novamente denunciar. O Governo Sarney atendeu às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), bloqueou o caminho da reforma agrária e pratica o arrocho salarial. A Nova República traiu as promessas feitas na campanha das diretas em 84.

Mas os trabalhadores e o povo brasileiro demonstram disposição de não mais continuar aceitando os desmandos deste Governo. Greves de portuários, de metalúrgicos, servidores públicos e outras categorias têm ocorrido em todo o País, manifestando um claro desejo de acabar definitivamente com a farsa da Nova República, apesar de repressão.

Embora ludibriados nas eleições de 86, os trabalhadores e o povo brasileiro não desistiram de lutar por uma Constituição democrática, que reconheça os direitos populares e que abra espaço à reforma agrária. Esta luta deu alguns resultados: a redução do mandato ilegítimo de José Sarney e a inclusão de algumas reivindicações dos trabalhadores no projeto da Comissão de Sistematização.

Isto não está garantido. Todos sabem como os reacionários, os conservadores reagiram a es-

ses resultados: organizaram o tal "Centrão" e modificaram as regras do jogo do Congresso Constituinte.

Ninguém pode aceitar esse caminho.

Vamos garantir os direitos do povo na Constituição. Vamos sair às ruas para impedir que Sarney permaneça no poder por mais de 4 anos. Vamos às ruas para lutar pelos direitos dos trabalhadores, pela estabilidade, pelas 40 horas, pelo direito à moradia, pela Reforma Agrária, contra o pagamento da dívida externa.

Trabalhar pela candidatura de Lula é lutar pela conquista desses direitos.

O PT conquista cada vez mais a confiança do povo, porque tem sido coerente, tem acertado em suas previsões, não se deixou enganar pelo Colégio Eleitoral nem pelo Plano Cruzado.

O PT tem dado provas de firmeza na luta sindical junto à CUT, no movimento popular e na atuação corajosa e limpa de seus 16 Deputados na Constituinte.

O PT tem dito e continua a dizer que, sem a participação e a luta dos trabalhadores, não haverá saída possível. Por isso mesmo apresenta como candidato Lula, um símbolo das lutas travadas no Brasil nos últimos anos. Pela primeira vez um trabalhador disputará a Presidência da República. Um trabalhador que representa a luta de milhões de oprimidos na cidade e no campo.

O PT chama a todos que buscam viver de seu próprio trabalho a contribuir para que, pela primeira vez em 400 anos de nossa História, o Governo saia das mãos dos representantes dos ricos, dos poderosos, dos exploradores.

Basta de miséria. Basta de injustiça. Basta de atitudes retrógradas.

Pelo progresso do País. Por condições dignas de vida para nosso povo. Vamos à luta.

Fora Sarney
Lula para Presidente
Pelo Brasil que a gente quer

O SR. FRANCISCO CARNEIRO (PMDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, depois da inauguração de Brasília, o feito mais importante de sua história, e que se constitui em honra e glória nacionais, foi a decisão da Unesco de transformar a cidade em Patrimônio Cultural da Humanidade.

Esta distinção da Unesco é o reconhecimento inequívoco da excepcional genialidade criativa dos homens que conceberam Brasília – Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Bruno Giorgi.

As ações heróicas que aqui se efetivaram, na epopéia dos mil dias da construção de Brasília, amalgamaram uma raça de cidadãos configurada na garra, gana e obstinação de Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro e suas equipes.

Esses homens, suas famílias – onde quer que estejam os pioneiros – sentem a glória e a satisfação inexpressível de ver Brasília configurada como bem cultural da humanidade.

Essa decisão da Unesco é de fundamental importância para a preservação do plano original de Lúcio Costa, complementado pela genial plástica arquitetônica de Oscar Niemeyer.

A especulação imobiliária e até injustificadas ações governamentais ficarão impedidas de desfigurar uma joia preciosa, contemporânea, fruto do gênio criativo e da capacidade construtora de brasileiros.

Que memória temos hoje dos projetos feitos e executados para Minas Gerais e Goiânia? Nada mais resta – foi tudo desfigurado criminosamente.

Antes que isso começasse a acontecer em Brasília, o Governador José Aparecido prestou a esta Capital e ao Brasil um serviço patriótico e cultural de inestimável valor e, por isso, ele ficará na História de Brasília e do Brasil.

Com um ato definido, decisivo, inequívoco e explícito, através do Decreto nº 10.829, que possibilitou à Unesco incorporar Brasília como bem cultural da humanidade, tolheu o governador em definitivo, qualquer desfiguração do projeto urbanístico original da mais nova capital do mundo, que foi a consagração do urbanista Lúcio Costa vitorioso em Concurso Internacional para o Projeto da Nova Capital do Brasil.

Pelo trabalho paciente, persistente e até teimoso de amor cívico, com uma nova visão, muito nítida, de horizontes mais amplos e mais longínquos, S. Ex.^a, o Governador José Aparecido de Oliveira, ao conseguir para Brasília a singular distinção da Unesco, motivou uma repercussão mundial, de grandes dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas para Brasília e para o Brasil.

É preciso conhecer na íntegra o decreto governamental, para entender que Brasília não fica engessada.

O que preservado está, como se fora num sacrário, é a concepção urbanística da cidade e o modo muito excepcional e humano de viver dos brasilienses.

Passos dessa magnitude não se enquadram no aqui, agora, neste instante.

São dimensões mentais e de um sentir cívico dos quais, para muitos, só o tempo explicará a verdade e as razões puras.

Governador José Aparecido, Brasília é hoje Patrimônio Cultural, pertence à Humanidade, e é brasileiro, como diz o Ministro Celso Furtado.

Por isso e portanto, nós lhe devemos muito.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS - RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes, tenho recebido, nos últimos dias, inúmeras denúncias referentes ao atraso no pagamento, por parte da Previdência Social, dos convênios firmados com o Funrural e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Estes, por sua vez, fizeram convênios com profissionais, médicos, dentistas e hospitalares, para prestação de serviços aos que têm direito ao Funrural. Acontece que, desde setembro, os pagamentos da Previdência não estão sendo efetuados e, em consequência, os prestadores de serviços também não estão recebendo seus honorários.

Tenho recebido um grande número de reclamações de diversos municípios da região que represento. Ainda ontem recebi uma reclamação do Município de Irai, Rio Grande do Sul, que confirma as demais denúncias.

Não é admissível que aqueles que prestam serviços aos segurados do Funrural se sacrificuem e praticamente financiem a Previdência Social, quando se anuncia ter aquele órgão cento e vinte bilhões de cruzados aplicados no **over** e no **open** deixando de pagar aos beneficiários e aos conveniados. O que é mais grave ainda é o atraso no pagamento dos proventos dos aposentados pelo Funrural, que chega a atin-

gir noventa dias em sua grande maioria. Assim, além de receberem apenas um terço do salário mínimo, com o atraso, esta quantia chega totalmente defasada em suas mãos. O mesmo acontece com o reajuste dos aposentados, pois ao invés de receberem logo a metade do salário mínimo, recebem este reajuste em noventa dias ou mais, quando já se fixaram novos valores para o salário mínimo, e o reajuste não representa mais o mesmo valor. E assim acontece, também, com os atrasos no recebimento dos carnês e, em consequência, o dinheiro dos aposentados fica por mais noventa dias na Previdência Social, rendendo juros e correção monetária com as aplicações, tudo isto à custa do sacrifício dessa pobre gente, que, na verdade, não recebe nem o meio salário, conforme a lei, mas apenas um terço e já desvalorizado.

Nunca me esqueço da frase pronunciada no gigantinho do Beira Rio pelo falecido Senador Tancredo Neves, quando disse que "o trabalhador rural apenas era considerado meio homem, ou meia pessoa". Em resposta, devo dizer que a Nova República conseguiu que o homem, hoje, ficasse mais reduzido, valendo apenas um terço de homem, às vezes até menos.

Quero fazer desta tribuna um veemente apelo às autoridades responsáveis, especialmente a S. Ex.^a, o Ministro da Previdência Social, no sentido de que sejam tomadas as devidas providências para que, pelo menos e no mínimo, os nossos trabalhadores rurais recebam em dia as suas aposentadorias, bem como os profissionais, dentistas e médicos, que também precisam receber os seus honorários a contento, e não têm condições de financiar a Previdência Social. Precisamos dar um basta a essas aplicações, a não ser que as contas estejam pagas. A Previdência Social não pode ganhar ainda mais dinheiro, além do que já pagam os trabalhadores e empregadores, com aplicações às custas e sacrifício desses segurados. Espero que minhas palavras não sejam vãs e tenham caído em terra fértil, para que os segurados e os prestadores de serviços possam colher os frutos advindos de decisões corajosas e justas das autoridades competentes.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como sempre tenho feito quando alguma causa de cunho eminentemente humanístico vem merecer destaque, trago algumas considerações sobre um fato que, sem dúvida, já se reflete sobre todos os povos. Refiro-me à reunião de cúpula, ocorrida ontem na capital americana, Washington, que culminou com a assinatura de um acordo histórico, que prevê a eliminação de armas nucleares de curto e médio alcance.

Ontem, quando o acordo estava sendo assinado, certamente o mundo – particularmente a Europa e Ásia – respirava um pouco mais aliviado, pois, naquele momento, nos livravam de mais de duas mil armas nucleares. O acordo, que nos faz acreditar na possibilidade de uma reestruturação internacional, já que conduz a um aprofundamento da cooperação mútua, prevê que, entre os mísseis que a União Soviética terá de desmantelar, estão 441 SS20, de três ogivas nucleares cada um, e cinco mil quilômetros de alcance. Por outro lado, os Estados Unidos esta-

rão destruindo seus mais de 300 foguetes Pershing II e Cruise, que vêm sendo instalados na Europa desde 1983.

Entretanto, há que se atentar para o detalhe de que o total de armas nucleares que serão eliminadas representam tão-somente 4% de todo o arsenal nuclear existente. Restaram mais de doze mil ogivas de pequeno porte na Europa – armas táticas – os mísseis nucleares da França e da Inglaterra e os enormes arsenais das duas superpotências, cuja eliminação deverá necessariamente acorrer, para o bem da Humanidade.

Reagan e Gorbachev deverão discutir as possibilidades de uma redução de 50% dos arsenais de armas de longo alcance e, embora essa meta nos pareça difícil de ser alcançada a curto prazo, não devemos nos fixar a um pensamento negativo. Afinal, os discursos de ontem, em Washington, transcendiam o protocolo. Carregados de conteúdo político, estavam endereçados tanto à opinião pública internacional, como ao público interno de cada país, chegando a haver, da parte do líder soviético, um convite a Reagan para uma reestruturação, a nível internacional, da corrida armamentista. A concordância de Reagan nos leva a acreditar que, acima da diferença de sistemas, pode haver compreensão.

Cabe reproduzir aqui que o **Pravda** destacou, em sua edição de ontem, que o encontro entre Reagan e Gorbachev expressa "um descongelamento entre as duas superpotências, em face do acordo de desarmamento". Sem dúvida alguma, o tratado mostra a superação de uma barreira psicológica entre as duas nações que nos parecia intransponível.

De fato, já não é sem tempo que essa atitude é reclamada. Afinal, líderes são agentes de mudança, cujas habilidades intuitivas e qualidades pessoais devem ser usadas para atingir metas e valores mais amplos e mais nobres. A função da liderança é engajar seguidores, sem dividi-los. É envolver aspirações e necessidades, num processo de melhoria das condições humanas e sociais, erguendo os povos acima de seus próprios egoísmos, com senso de responsabilidade e humanidade.

Nos dias que correm, diante do sobressalto das pessoas pelos altos índices de violência e criminalidade, avolumam-se os reclamos por mais segurança, razão pela qual as superpotências devem esforçar-se para alcançar os objetivos da paz.

Em suma, o mais importante é não deixarmos que se apague a chama dos direitos humanos, observando que crises políticas em outros países podem comprometer toda a paz mundial.

O acontecimento de ontem constitui-se no início de uma caminhada necessária e premente. Afinal, a ameaça de uma catástrofe nuclear não está afastada, daí a importância de incentivarmos cada vez mais as medidas de desarmamento, inclusive as de longo alcance e mesmo a redução de forças convencionais. A humanidade não quer viver sob a ameaça de mísseis e, todos juntos, num processo contínuo de conscientização, precisamos absorver a idéia de que não podemos ver milhões de dólares investidos num negócio nefasto que conduzirá, fatalmente, à destruição do próprio homem.

Realmente, a linguagem dos tratados mudou. Não se fala mais de controle, fala-se de elimina-

ção. "Não podemos continuar a viver como vivíamos. Não podemos ter uma sociedade movida pela força da inércia", disse o Líder Gorbachev.

Daqui, desta tribuna, como modesto e humilde Líder político de Pernambuco, vindo do Agreste, lá da cidade de Belo Jardim, peço a Deus que faça com que sejam definidos com clareza e divulgados amplamente os acordos entre as duas potências, principalmente em face do peso político e da capacidade de influir positivamente nas decisões que afetam o desempenho de outras nações.

Parabéns, Estados Unidos e Rússia, pelo extraordinário evento, que repercutiu em todo o Mundo.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inusitado sentimento impele-me à tribuna nesta hora. Não sei se desencanto ou frustração, se vergonha ou revolta, se insegurança ou receio pelo futuro do Brasil. Melhor dizendo: pelo futuro que alguns poucos, em suas elucubrações irresponsáveis, pretendem impor ao nosso País, exatamente no instante em que a serenidade, a prudência e o diálogo devem ser a palavra de ordem, a bandeira com a qual chegaremos à clareira que dissipará as nebulosas que tornam plúmbeo o céu de nossos dias.

O espetáculo a que serviu de palco o recinto da Assembléia Nacional Constituinte na última quinta-feira, ao apodo de uma galeria ensandecida, estimulada – o que é muito grave – por elementos comprometidos com a dignidade da instituição parlamentar, constitui episódio sobre o qual necessitamos refletir profundamente, sob pena de todos, por omisão, partilharmos do desmoronamento da fragilíssima estrutura democrática brasileira.

Os fatos que se vêm sucedendo conduzem-nos a uma constatação irrecusável: conspira-se, acintosamente, contra a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Financia-se a baderna, usando indevidamente o nome do trabalhador brasileiro. Financia-se igualmente a represália, em nome de pseudovalores morais, como se nosso **modus operandi** refletisse qualquer ameaça, por mínima que fosse, ao reordenamento pacífico da vida nacional.

O confronto exacerbado entre extremos inconciliáveis coloca-nos no centro de um verdadeiro caldeirão cujo conteúdo não deve ceder à força de pressão do fogo de qualquer dos lados. É indispensável manter o equilíbrio, tarefa que se tornará possível somente através do diálogo, do entendimento, da boa vontade, do consenso. E a nossa disponibilidade para servir ao País, acima dos interesses pessoais ou de grupos, parece-me fundamental para que alcancemos o objetivo colimado.

A transição por que passa o País, depois dos vinte anos do inverno autoritário, pode até contribuir para o clima de inquietação e de asfixia enfrentado pela sociedade brasileira. Mas atribuir a esse processo ou por ele convalidar os excessos a que temos assistido pode parecer, no mínimo, filiar-se a uma teoria abismal cujo desdobramento será inevitavelmente ruinoso para o grande pacto social com o qual desejamos dotar o Brasil, através da nova Constituição.

As consequências dos muitos desacertos ainda permanecem frescas na memória nacional. Nada

justifica a reincidência de confrontos, a intransigência obstinada, a prática desastrosa de radicalismos. Sabemos que isso não convém ao modelo de convivência fraterna entre brasileiros, mas, esquecidos do compromisso que temos com o futuro, repetimos os pecados de ontem, numa atitude pueril e inteiramente destoante da realidade dos dias atuais e que deve servir de bússola para nossa caminhada.

Mas será esse, realmente o retrato de corpo inteiro do novo Brasil que nos cumpre construir nesta Assembléia Constituinte? Será efetivamente o perfil do trabalhador brasileiro aquele documentado pelas câmeras de televisão e que o satélite revelou aos olhos do mundo? Não, Senhores! Tenho absoluta certeza de que não. Essa faceta negativa é produto de insufladores profissionais, de agentes da subversão localizada, de serviços da discordia e da baderna.

Esse retrato – convenhamos – não espelha o Brasil reunido neste Parlamento nem evidencia a consciência ordeira do nosso trabalhador. É, sim, um atentado, mais um atentado – que se perpetra contra a soberania desta Assembléia e contra o empenho de seus componentes assentados sobre o ideal exclusivo de preparar o Brasil para sair da crise e retomar o caminho normal de seu desenvolvimento.

O repúdio aos acontecimentos da última quinta-feira, expresso pelo Presidente de meu Partido, o ilustre Senador Jarbas Passarinho, muito bem secundado pelo não menos ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso, mereceu e nem merecendo os aplausos da sociedade brasileira. Reflete exatamente a lucidez da consciência nacional, interessada tão-somente em redimensionar o seu destino, sempre fiel à legenda de "Ordem e Progresso" assinalada com muita propriedade no pavilhão patrio.

Mais do que nunca, Srs. Constituintes, precisamos estar unidos para evitar que a turba atropela o ideário de servir ao País. O entendimento, através do qual chegaremos ao consenso, não nos pode faltar nesta hora em que a dignidade nacional, distorcida pela levianidade de uns poucos, é rudemente exposta à curiosidade de outros povos.

O Brasil tem uma História, tem um passado, mas, acima de tudo, tem à sua frente descortinado o mais límpido horizonte. Sair das trevas para a luz é questão do esforço e da temperança que se concentrada em cada um de nós. Nada impedirá que cheguemos a porto seguro. A borrasca passa. A nave de nosso destino, como Nação fraterna, há de trilhar sobre águas tranqüilas, ao sol dâ liberdade.

Condenemos e combatamos, sem tréguas, todos os excessos. A Nação brasileira confia em nosso trabalho. Não podemos cometer o crime de decepcioná-la.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nunca, antes, foi preciso tanto equilíbrio, bom senso, cultuar a arte de não aceitar provocações, ter a sabedoria de, contrapondo razão, desnudar mistificações.

O Brasil clama, acima de tudo, pela capacidade de pensar no bem comum. Espancar o choque entre irmãos. Não adubar inimigos. Respeitar eventuais adversários. Fazer da lei guardada de di-

reitos. E, nela estribado, assegurar o pensar e o agir de quem se situa em posição diferente.

Eis a essência do servir.

Não é fácil. Pelo contrário, tropeçamos, pela inexperiência gerada nos muitos dias de trevas, na liberdade. Confusões lamentáveis entre o ser livre e o conviver com a baderna ameaçam a estabilidade social. Exasperam idéias antagônicas. E – inconcebível – há quem anseie transformar o Brasil em terra de ninguém, açulando a luta de classes.

Onde e quando, como e por quê, se faz imperioso o sinal de alerta? O pisar no freio, impedindo que os excessos liquidem as aspirações de um amanhã aberto?

Onde? Nas ruas. Nas praças. Nos palanques. Nas reuniões. Nos meios de comunicação. Em qualquer lugar.

Quando? Sempre que alguém se alçar dono da verdade. E, em nome do que julga certo, estigmatizar, agredir, pregar a eliminação de quem o contesta.

Como? Se possível de forma tolerante. Compreendendo a angústia dos amordaçados por duas décadas, porém não deixando passar um só sinal de fraqueza. O ideal ensina o comando da maioria e o respeito à minoria, na composição do melhor para a vida em sociedade.

Por quê? Porque, de outra forma, será a ira fermentando a violência. A violência semeando a desunião. A Odesunião dando por fruto o caos. O caos impossibilitando construir o país do futuro.

Discordo de atos do Executivo. Julgo desacertado o período de governo. Lamento promessas descumpridas e propósitos marginalizados. Inquieto-me ante a falta de credibilidade e a crescente miséria do povo. No entanto, seria tolo ou mal intencionado debitair aos atuais governantes todos os males que nos afligem. Somos responsáveis coletivamente pelo que aí está. Mudar é um imperativo, porém não será apontando a raiva, a vingança, a pior de todas as armas contra nós mesmos que faremos a redenção.

Temo – não por medo, por coerência – o resultado de pregações ditas partidárias e que, percebe até o mais ingênuo, enveredam pelo desrespeito. Pelo ataque grosseiro às autoridades e às instituições.

A possibilidade de verbalizar o pensamento, a massa de que é feita a democracia, não tem por ingrediente o ódio, repele o incitamento à tomada do poder a qualquer preço.

Lutar por idéias é o oposto do crê ou morre. Compactuar com os radicais, desejos de transformar nosso chão em páteo dos interesses de potências internacionais, é pecado que a História não perdoará.

O tempo desaconselha bravatas. Inobstante, ninguém recusará o confronto se o preço da paz for ceder passo ao descaminho, arma publicamente e, já agora, sem nenhum freio usada pelos radicais.

A responsabilidade é nossa. Se não é possível guerrear solitariamente, de forma isolada ninguém colherá a paz.

O SR. HARLAN GADELHA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é oportuno solicitar à Presidência da Mesa que sejam transcritos nos Anais desta Casa, artigos publicados no Informa-

tivo Publicitário do jornal **Gazeta Mercantil**, dos dias 14, 15, 16, 17-19, 20, 21, 22 e 23, do mês de outubro do corrente ano, com os seguintes títulos:

"PERNAMBUCO EM FOCO: "

- 1) Sólidas Bases para se investir com Segurança.
- 2) Incentivos à Indústria na Região Metropolitana.
- 3) Em Suape, a Plataforma para um Novo Nordeste.
- 4) Safra Generosa no Sertão do São Francisco.
- 5) Transnordestina: Trilhos para o Desenvolvimento.
- 6) O Local Certo para uma Refinaria de Petróleo.
- 7) Na Caatinga, Surpresas para os Investidores.
- 8) Mobilização Geral para o Esforço de Produção."

No momento só nos resta parabenizar a destacada atuação do eminente Deputado Federal e Secretário de Indústria e Comércio de Pernambuco (Sicom), o empresário Marcos Perez Queiroz.

Para tanto, neste breve pronunciamento sobre o tema, é salutar fazer nossas as palavras do ilustre Secretário, quando declara no **Gazeta Mercantil** de 14-10-87:

"Pernambuco, que possui tradição industrial por ter sido pioneiro com a agroindústria da cana-de-açúcar e servido de berço a grandes grupos nacionais como Lundgren e Othon, entre outros, deslocados para o Centro-Sul e João Santos, Banorte, Brennand radicados no próprio Estado, constitui uma das mais atraentes regiões para acolher os novos investimentos, no setor.

Temos todas as vantagens comparativas que algum empresário deseja proporcionar a seu empreendimento."

A seguir enumera-as:

"A primeira delas, é a mão-de-obra, que além de ser mais econômica que a de outras regiões do País, tem formação para trabalhar na indústria e apresenta índices de produtividade atestados como os melhores pela empresas instaladas no Estado.

Outro ponto considerável é a infraestrutura disponível para acolher os empreendimentos. Recife, a capital, com 2,4 milhões de habitantes (retifique-se aqui para Região Metropolitana do Recife), mais de um terço do Estado, possui eficientes equipamentos de lazer e de apoio, com universidades, hospitais e um aeroporto internacional considerado o terceiro, em movimento, no País.

Os portos existentes no Estado apresentam condições ideais para o transporte marítimo, situando-se a menos de oito horas das rotas internacionais. O de Recife, especializado no transporte de mercadorias em geral, possui três quilômetros de cais e passa por um processo de ampliação. O Complexo Industrial Portuário de Suape complementa o sistema de transporte marítimo do Estado

pois possui área com toda a infra-estrutura para suportar indústrias que precisam importar grandes insumos e exportar sua produção para outras regiões e países."

Para nós, pernambucanos e nordestinos, o Complexo Industrial Portuário de Suape é um marco decisivo para a arrancada vitoriosa da industrialização da Região.

"No Complexo de Suape, onde já se investiu em torno de US\$ 150 milhões pelo poder público estadual e US\$ 55 milhões pelas diversas empresas ali instaladas, como Petrobrás, Atlantic, Esso, Shell e Texaco, Pernambuco quer ver implantarem-se grandes projetos industriais.

Os projetos exigirão investimentos totais da ordem de US\$ 2,5 bilhões, oferecerão cerca de 25 mil empregos diretos e indiretos e poderão modificar radicalmente a presença do Estado no contexto econômico regional e nacional:

1) refinaria de petróleo para processar 125 mil barris diários, que demandará inversões de US\$ 1,2 bilhão, gerando 12 mil empregos;

2) montadora de automóveis com capacidade para produzir 200 mil unidades para exportação e 100 mil para o mercado interno, que absorverá um investimento de US\$ 600 milhões, proporcionando emprego para cerca de 6 mil pessoas, nas áreas de montagem e fornecimento de insumos e serviços. A oportunidade de negócio foi identificada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

3) laminadora de aços planos em condições de fabricar 1 milhão de toneladas anuais para abastecer o Nordeste, cujo consumo atual é superior a 600 mil toneladas, e exportar o excedente. O investimento poderá alcançar US\$ 496 milhões e oferecer 5 mil empregos, e está sendo analisado pelo Conselho Nacional de Siderurgia (Cosinder), que deverá destiná-lo à iniciativa privada;

4) unidade produtora de ferro-esponja de 400 mil toneladas anuais para substituir a sucata importada em fornos elétricos. Um investimento que poderá chegar a US\$ 171 milhões, empregando até 2 mil funcionários."

O Governo Arraes tem-se caracterizado em dar ênfase ao processo desenvolvimentista do Estado, que esteve estacionado ao longo das últimas décadas, em decorrência de políticas discriminatórias contra Pernambuco.

Esses quatro grandes projetos são de capital importância para o soerguimento da economia do Estado.

Neste momento é imprescindível o apoio do Governo Federal para viabilizar a sua implantação.

"A União tem uma dívida a resgatar com os pernambucanos, pois nunca destinou a nosso Estado investimento de porte na indústria de base", afirma o Secretário Marcos Queiroz.

O governo popular de Miguel Arraes, sufragado nas urnas com uma das maiores e expressivas vitórias já conhecidas na história pernambucana, tem como que um compromisso com o povo, ao promover o seu desenvolvimento econômico na geração de novos empregos.

Recife é a capital com a mais alta taxa de desemprego do País.

Pólo centralizador da Região, polarizador de migrantes advindos de todos os demais Estados nordestinos, que para ali vão estudar e trabalhar, atraídos pelas melhores perspectivas econômicas da capital pernambucana.

Além disto impulsionados pelo próprio êxodo rural dentro do Estado, afugentados pela seca, expulsos do seu habitat natural, inchando a periferia da cidade e empobrecendo cada vez mais o campo.

Para tanto se faz necessário a implantação de uma refinaria de petróleo na região, como marco decisivo de uma nova era para a economia do Estado.

A partir daí, novos investimentos e grandes empreendimentos no setor da indústria de base surgirão.

"O investimento, estimado em US\$ 1,2 bilhão para processar 125 mil barris diários de petróleo, proporcionará 2 mil empregos diretos e 10 mil indiretos, durante o seu funcionamento, e cerca de 12 mil durante a construção."

"A primeira grande vantagem, sem dúvida, é de localização. Pernambuco responde sozinho por 38% do consumo da Região Nordeste setentrional, excetuando os Estados da Bahia e Sergipe, mais próximos da Refinaria de Mataripe, situada no Recôncavo Baiano, e em fase de duplicação. A região metropolitana do Recife consome ainda 61% do total do Estado, constituindo-se ainda no pólo de uma região formada por Paraíba, Alagoas e o próprio Pernambuco, responsável por cerca de 58% do consumo do Nordeste setentrional.

Acrescente-se que a instalação de uma refinaria de petróleo requer uma área ampla, com projeção ambiental e com infra-estrutura representada por instalações portuárias, abastecimento d'água, energia elétrica, ligações rodoviária e ferroviária"

"A área do Complexo de Suape, de 13 mil hectares, tem reservado para a preservação ambiental nada menos que 52% do total e apenas 19% para instalações industriais, mas que suficientes para receber uma refinaria, e outros empreendimentos.

As instalações portuárias de Suape são únicas em todo o Nordeste. O píer de granéis líquidos já construído tem extensão de 305 metros e capacidade de carga e descarga simultânea de dois navios de até 30 mil TPB, através dutovia própria."

"A instalação da refinaria também permitirá a integração das linhas de produção de algumas empresas químicas de Pernambuco, como a Coperbo, que tem ampliação prevista de 229% para 160 mil toneladas de elastômeros, termoplásticos, eteno alcoolquímico e polisopreno. Um investimento de US\$ 91,1 milhões. A polimerização de isopreno depende da definição, por parte da Petrobrás, da implantação de uma unidade para produzir isopreno, que também poderá ser viabilizada com a decisão de se instalar a refinaria em Pernambuco."

Para Pernambuco, a concretização do projeto de ampliação da Coperbo, na opinião

do Presidente de Suape, tornará o Estado o maior pólo nacional produtor de elastômeros sintéticos, gerando oportunidades para o surgimento de indústria de transformação para a produção de pneus, artefatos de borracha, sapatos, etc.

Finalizando, só nos resta transcrever a advertência, em forma de denúncia, do Presidente da federação das indústrias do Estado de Pernambuco – Fiepe, Dr. Gustavo Queiroz, quanto ao descaso do Governo Federal para com a região, nos seguintes termos:

"Preocupada com a produtividade das grandes indústrias pernambucanas, abaixo da média do mercado nacional, a Fiepe sugere a necessidade de uma política industrial forte, a ser articulada com o Governo Federal, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e órgãos como a Sudene.

O Próprio Presidente da entidade, Gustavo Queiroz, disse a este jornal que não se justifica o fato de o BNDES prestar socorro financeiro a grandes empresas privadas do País, em detrimento do Nordeste, região de nove Estados e com uma população superior a 40 milhões de habitantes."

Ao defender maiores investimentos da Sudene para o seu Estado, ele criticou o orçamento deste ano daquele órgão, de cerca de 13 bilhões, o que em sua opinião é insuficiente.

Para Queiroz, não só Pernambuco precisa de mais capital, mas também toda a região dele necessita e assinala a necessidade mínima de verbas para a Sudene, em 1988, equivalente a US\$ 500 milhões, cerca de Cr\$ 30 bilhões ao câmbio desta semana.

"Pernambuco retorna à União em impostos e taxas muito mais do que recebe", assinala. "E o Governo deve conscientizar-se para as graves questões sociais determinadas pelo desemprego" (Transcrito do jornal "Gazeta Mercantil", de 25-11-87, Caderno Relatório da Gazeta Mercantil, Opções de Investimento. Pernambuco: Uma Política Industrial para a Região).

É o que tinha a dizer. Muito Obrigado!

ARTIGOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

SÓLIDAS BASES PARA SE INVESTIR COM SEGURANÇA

Pernambuco que possui tradição industrial por ter sido pioneiro com a arcoindústria da cana-de-açúcar e servido de berço a grandes grupos nacionais como Lundgren e Othon, entre outros, deslocados para o Centro-Sul, e João Santos, Banorte e Brennand, radicados no próprio Estado, constitui uma das alternativas mais atraentes para acolher os novos investimentos, no setor.

"Temos todas as vantagens comparativas que algum empresário deseja proporcionar a seu empreendimento", afirma o Deputado Federal e empresário Marcos Perez Queiroz, titular da Secretaria de Indústria e Comércio de Pernambuco (Sicom).

A primeira delas, destaca o secretário pernambucano, é a mão-de-obra, que além de ser mais econômica que a de outras regiões do País, tem formação para trabalhar na indústria e apresenta

índices de produtividade atestados como as melhores pelas empresas instaladas no Estado.

Outro ponto considerável é a infra-estrutura disponível para acolher os empreendimentos. Recife, a capital, com 2,4 milhões de habitantes, mais de um terço do Estado, possui eficientes equipamentos de lazer e de apoio com universidades, hospitais e um aeroporto internacional considerado o terceiro em movimento no País.

Os portos existentes no Estado apresentam condições ideais para o transporte marítimo, situando-se a menos de oito horas das rotas internacionais. O de Recife, especializado no transporte de mercadorias em geral, possui três quilômetros de cais e passa por um processo de ampliação. "O Complexo Industrial Portuário de Suape complementa o sistema de transporte marítimo no Estado, pois possui área com toda a infra-estrutura para suportar indústrias que precisam importar grandes insumos e exportar sua produção para outras regiões e países", explica.

No complexo de Suape, onde já se investiu em torno de US\$ 150 milhões pelo poder público estadual e US\$ 55 milhões pelas diversas empresas ali instaladas, como Petrobrás, Atlantic, Esso, Shell e Texaco. Pernambuco quer ver implantarem-se grandes projetos industriais.

Os projetos exigirão investimentos totais da ordem de US\$ 2,5 bilhões, ofertarão cerca de 25 mil empregos diretos e indiretos e poderão modificar radicalmente a presença do Estado no contexto econômico regional e nacional:

1) refinaria de petróleo para processar 125 mil barris diários que demandará inversões de US\$ 1,2 bilhão, gerando 12 mil empregos;

2) montadora de automóveis com capacidade para produzir 200 mil unidades para a exportação e 100 mil para o mercado interno, que observará um investimento de US\$ 600 milhões, proporcionando emprego para cerca de 6 mil pessoas, nas áreas de montagem fornecimento de insumos serviços. A oportunidade de negócio foi identificada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

3) laminação de aços planos em condições de fabricar 1 milhão de toneladas anuais para abastecer o Nordeste, cujo consumo atual é superior a 600 mil toneladas, e exportar o excedente. O investimento poderá alcançar US\$ 496 milhões e oferecer 5 mil empregos, e está sendo analisado pelo Conselho Nacional de Siderurgia (Conder), que deverá destiná-lo à iniciativa privada;

4) unidade produtora de ferro-esponja de 400 mil toneladas anuais para substituir a sucata importada em fornos elétricos. Um investimento que poderá chegar a US\$ 171 milhões, empregando até 2 mil funcionários.

Para viabilizar a implantação desses quatro grandes projetos, Pernambucano pretende contar com o apoio do Governo federal. "A União tem uma dívida a resgatar com os pernambucanos, pois nunca destinou ao nosso Estado investimento de porte na indústria de base", reclama Queiroz.

A ação governamental da Sicom contempla como prioridade, igualmente, consolidar a região metropolitana do Recife como polo industrial diversificado. Queiroz destaca a existência atual de cinco distritos industriais.

A Sicom desenvolve, ainda, dois projetos especiais de implantação de núcleos industriais. Um deles é o conjunto industrial multifabril de Jaboatão,

que visa à construção de 24 galpões com área total de 38 mil metros quadrados, agrupados em cinco conjuntos, numa área de 24 hectares, para recepção de pequenas e médias empresas com grande potencial, mas que encontram dificuldades para expandir-se por visível saturação das instalações atuais e da infra-estrutura local.

Outro núcleo é o centro urbano do Curado, com duas áreas bem distintas para abrigar residências e instalações para comércio e serviços leves e também serviços pesados, indústrias e empresas de transporte rodoviário e de passageiros. Em Curado, informa o titular da Sicom, haverá uma área com 35 lotes de 2.240 metros quadrados cada uma reservada especialmente para as empresas de informática.

A interiorização da industrialização, caminho para reduzir os desequilíbrios e harmonizar o interior do Estado com a capital, completa o plano de ação da Sicom. O maior destaque cabe ao potencial da microrregião do sertão do São Francisco. Nesta área tem prosperado o cultivo irrigado de tomate, melancia, Cebola, alho, uva e melão.

A elevada produtividade alcançada por essas culturas, em especial a do tomate (32,6 mil kg por hectare, bem acima da média nacional), tem atraído a implantação de indústrias no distrito de Petrolina, que já atingem o número de dez, entre elas a Companhia Industrial e Mercantil Paoletti.

O Vale do São Francisco também tem revelado um grande potencial para o plantio de grãos, em particular a soja, nos cerrados situados no oeste da Bahia. "Com a construção de um simples trecho de 200 km de ferrovia, ligando o porto de Petrolina a Salgueiro, toda a safra poderá seguir até o porto de Suape com um quarto do custo atual", explica o secretário pernambucano. "A obra sairá por apenas US\$ 170 milhões, uma fração do investimento exigido por outras em fase de planejamento e execução", diz.

Sem contar as variadas oportunidades de negócios e as vantagens comparativas de localização, infra-estrutura e qualidade da mão-de-obra, o governo de Pernambuco oferece, também, incentivos aos empresários que querem investir no Estado. Um deles, de ordem fiscal, é a redução de até 50% do ICM devido pela empresa, durante o prazo de cinco anos, para investimento fixo. Um outro, de ordem financeira, oferece empréstimo no valor de até 50% do ICM devido pela empresa, destinado a financiar o capital de giro ou investimento fixo. Ressalta-se o fato de ambos serem excludentes. As indústrias acolhidas pelo Estado beneficiam-se ainda dos incentivos fiscais proporcionados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e podem contar com até 50% de colaboração financeira no investimento total. "Nos últimos sete anos, 121 projetos industriais incentivadas pela Sudene foram instalados em Pernambuco. Estamos receptivos para acolher novos empreendimentos", assinala Marcos Queiroz.

INCENTIVOS À INDÚSTRIA NA REGIÃO METROPOLITANA

A Região Metropolitana do Recife (RMR) possui uma área de 2.201 quilômetros quadrados, equivalente a apenas 2,2% da superfície de Pernambuco. Mas nela concentram-se 2,4 milhões de habitantes, superior a um terço do total do Estado. Estimase que um quarto da população economi-

camente ativa da RMR viva de subemprego e que até três quartos dos trabalhadores recifenses tenham uma renda mensal inferior ou igual a dois salários mínimos.

Para revertir este difícil quadro social, o governo de Pernambuco pretende incentivar ao máximo a instalação de indústrias na RMR. "A atividade industrial, em função de sua capacidade produtiva, é a que possui maiores condições de gerar efeitos multiplicadores favoráveis tanto no campo econômico quanto social", afirma o Secretário de Indústria e Comércio, Marcos Perez Queiroz, empresário e Deputado Federal.

A população da RMR, apesar dos problemas sociais que enfrenta, é considerada por Queiroz um verdadeiro patrimônio. "Trata-se de uma mão-de-obra acostumada a trabalhar no parque fabril, com conhecimentos adquiridos nos diversificados ramos que compõem a indústria pernambucana e com índices de produtividade atados como os melhores pelas empresas aqui instaladas", diz.

Perfil empresarial

O perfil típico da indústria que pode ter sucesso e atrair o interesse e incentivos do governo de Pernambuco é os empreendimentos de médio ou grande porte e que utilizem preferencialmente insumos de origem local para a substituição de importações do próprio Estado, da região e do País, segundo definição de Antônio Carlos Pessoa de Melo, Presidente do Diper - Companhia de Desenvolvimento Industrial de Pernambuco, órgão responsável pelo fomento e pela execução do programa de industrialização do Estado.

Uma das primeiras ênfases do Diper está no esforço para atrair a Pernambuco indústrias do setor de informática.

Um recente estudo realizado pela Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos (Abicomp) classifica Recife como a metrópole do Nordeste que possui melhores condições para a instalação de indústrias do setor.

Para abrigar as empresas do setor de informática, o Diper está implantando o Centro Urbano do Curado, onde serão vendidos lotes com prazos máximos de financiamento de doze meses e de construção até seis meses a partir da assinatura do contrato.

Outro núcleo industrial em implantação pelo Diper é o Conjunto Industrial Multifabril do Jaboatão (CIMJ), que será composto de 24 galpões para 60 pequenas e médias empresas e um edifício de administração, abrangendo uma área construída de 38 mil metros quadrados, agrupados em 5 conjuntos - denominados "bolsões" -, que se distribuem espacialmente numa área de 24 hectares. "Numa primeira etapa, serão concluídos três galpões do 'bolsão A' e um do 'bolsão B', que terão espaço suficiente para acomodar até 15 indústrias em sua área de 7.519 metros quadrados", informa Melo.

Como CIMJ, o Diper pretende, de acordo com Melo, apoiar sobretudo as pequenas e médias empresas que se encontram em dificuldades de se expandir devido à visível saturação das instalações atuais e da infra-estrutura do local. O objetivo do Estado é que essas pequenas e médias empresas, que empregam mão-de-obra intensiva e comercializam seus produtos na própria RMR, se desenvolvam e passem também a ser supridoras

das grandes empresas já existentes na região e que vierem a se instalar.

Apóio às pequenas empresas

Os projetos industriais instalados em Pernambuco no período de 1979 a junho de 1986 e incentivados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) chegaram a 121, equivalentes a 21% do total, proporcionando a geração de 22,6 mil empregos diretos. Esses projetos estão hoje implantados, em sua maioria, nos distritos industriais da RMR.

Os distritos industriais, em número de cinco, de acordo com o presidente do Diper, adquiriram com o tempo vocações próprias em função do tipo de mão-de-obra existente em cada local e da própria aglomeração das empresas com atividades semelhantes:

1) Distrito Industrial Comendador Arthur Lundgren

Área: 472 hectares

Localização: Municípios de Paulista e Abreu e Lima

Distância do Recife: 20 km

Situação: As empresas instaladas em Paulista têm predominância nos gêneros industriais de vestuário, destacando-se a Hering do Nordeste S.A., Santista – Indústria Têxtil do Nordeste S.A. e Tekanor S.A.

2) Distrito Industrial do Cabo

Área: 387 hectares

Localização: Município do Cabo

Distância do Recife: 30 km

Situação: As principais empresas instaladas são do setor químico; como a Rhodia Nordeste S.A. e a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo).

3) Distrito Industrial Sócio-Integrado Henrique Dias

Área: 375 hectares

Localização: Jaboatão

Distância do Recife: 12 km

Situação: Entre as empresas instaladas no local destacam-se a Ford Brasil S.A. e a Alpargatas Nordeste S.A.

4) Distrito Industrial do Curado e Várzea

Área: 126 hectares

Localização: Recife

Distância do centro de Recife: 15 km

Situação: Há grandes empresas instaladas na região, como a Siderúrgica Aconorte S.A. e a indústria de Azulejos S.A., mas a tendência tem sido a vinda de empresas do setor eletroeletrônico, como a Philips Eletrônica do Nordeste S.A. e a Sul América Teleinformática S.A.

5) Distrito Industrial de Igarassu

Área: 150 hectares

Distância do Recife: 40 km

A vocação são as atividades dos setores metal-mecânico, têxtil e químico. Suas empresas mais representativas são a Elekeiroz do Nordeste, Indústrias Químicas S.A., Alcoa – Alumínio do Nordeste S.A.

EM SUAPE, A PLATAFORMA PARA UM NOVO NORDESTE

O complexo industrial-portuário de Suape, a 40 quilômetros do Recife, foi concebido para mudar radicalmente o perfil econômico e social de Pernambuco, resgatando ao Estado a posição de polo dinâmico de desenvolvimento do Nordeste,

perdida para a Bahia ao longo das duas últimas décadas.

Com essa destinação, o empreendimento exibe números por si mesmos eloquentes: área total de 13 mil hectares, sendo 52% destinados à preservação ambiental; 15%, à preservação cultural; 9%, a obras de infra-estrutura; 3% reservados à zona residencial; 2%, à zona agrícola e florestal; e 19%, à zona portuária e industrial propriamente dita.

O sistema portuário possui dimensões impressionantes, exibindo um molhe ou quebra-mar de encrocamento com extensão total de 2.950 metros, um pier de granéis líquidos com 305 metros, para atracação simultânea de dois navios de 30 mil TPB, um cais industrial com 340 metros de comprimento e 39 de largura, com dois berços externos para receber navios de 15 mil TPB e dois berços internos para atracação de navios de até 80 mil TPB.

"Tudo isso custou ao Estado de Pernambuco cerca de US\$ 150 milhões em recursos próprios, porque mais uma vez o governo federal se furtou em assumir sua responsabilidade de investir em projetos de infra-estrutura no Estado de Pernambuco", afirma o secretário de Indústria e Comércio de Pernambuco, Marcos Perez Queiroz, empresário e deputado federal. "O que provocou a redução de recursos para o governo estadual aplicar nas áreas prioritárias da educação, saúde e saneamento" completa.

Muito ainda há a ser feito em Suape, como a dragagem da Darsena, uma bacia para evolução dos navios de forma retangular, dotada de um cais com dois quilômetros de extensão por um quilômetro de largura e com espaço para a instalação de fábricas que necessitam de cais próprio para o transporte marítimo de insumos e produtos acabados.

A infra-estrutura disponível em Suape e sua localização estratégica, a oito horas apenas das rotas internacionais, constituem motivo mais do que suficiente para atrair investimentos de porte na indústria de base, algo que os pernambucanos sempre reivindicaram junto ao governo federal, mas nunca foram atendidos.

Entre os investimentos compatíveis com a magnitude de Suape, o presidente do complexo industrial portuário, Rilson Carneiro Raposo, ressalta:

- Refinaria de petróleo para processar 125 mil barris diários, um investimento calculado em US\$ 1,2 bilhão, que deverá gerar 12 mil empregos diretos e indiretos.

- Montadora de automóveis para fabricar 200 mil unidades dirigidas para o mercado externo e 100 mil para o interno, um investimento que poderá alcançar US\$ 600 milhões, gerando 6 mil empregos diretos e indiretos.

- Usina para laminação de aços planos com condições de fabricar 1 milhão de toneladas anuais, para atender ao mercado nordestino, cujo consumo é hoje superior a 600 mil toneladas, e exportação do excedente. O investimento está estimado em US\$ 496 milhões e oferecerá 5 mil empregos no total.

- Unidade produtora de ferro esponja, com capacidade para 400 mil toneladas anuais, destinada a substituir o consumo da sucata em fornos elétricos. O investimento poderá chegar a US\$ 171 milhões e empregará até 2 mil pessoas.

O complexo de Suape também apresenta vocação para atividades navais e pesqueiras. Figura nos planos do governo do Estado instalar em Suape um grande estaleiro para construção de navios e reparos navais, aproveitando a proximidade do porto das rotas marítimas internacionais. Esse mesmo fator oferece competitividade para se implantar em Suape, segundo Raposo, um terminal pesqueiro, que já vem sendo negociado com alguns países com grande atividade no setor e que se mostraram interessados no investimento.

O terminal pesqueiro permitirá incrementar a captura de atuns e outros pescados, tais como "yellowfin tuna", "bi-eyed tuna", "albacore", a serem destinados à exportação, além do "tuna atlanticus", muito procurado no mercado interno. Além disso, o empreendimento poderá estimular as pequenas empresas, mediante a prestação de assistência técnica, apoio na comercialização e manutenção de embarcações, manter estoques regulador de pescados para o consumo interno e servir de base a navios estrangeiros que operam no Atlântico Sul, mediante a oferta de suprimentos de combustíveis, óleos lubrificantes, água potável, mantimentos, iscas, equipamentos e ferramentas, além de serviços e manutenção de embarcações.

Outras oportunidades de negócios, embora de menor porte mas igualmente promissoras, podem ser identificadas em Suape. A sucralcooolquímica, na opinião de Raposo, é uma delas.

Outra opção é o mercado de fertilizantes, que conta como principal vantagem a disponibilidade de rocha fosfática e de gipsita.

Toda uma linha de incentivos fiscais e financeiros vem sendo oferecida pelo governo federal através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) aos projetos a serem implantados em Suape.

O governo estadual oferece ainda uma linha especial de incentivos para Suape através da Lei nº 9.861, que criou o Fundo de Desenvolvimento de Suape. A lei garante a participação acionária do Estado ou aquisição de debêntures das empresas instaladas na área, até o limite máximo equivalente a 50% do ICM devido, com contrato de recompra pelo prazo de dez anos até o montante investido pelo empresário.

Por ser uma área isolada, o complexo de Suape constitui, na opinião de Raposo, um distrito ideal para receber empresas dentro do conceito de Zona de Processamento de Exportações (ZPE). "Podemos facilmente implantar o sistema de controle aduaneiro exigido por uma ZPE. Só precisamos saber quais serão as regras de funcionamento dessas zonas", garante.

SAFRAS GENEROSAS NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

O cultivo de aspargo em Petrolina, distante 754 quilômetros a oeste do Recife, exibe uma produtividade de 8 toneladas por hectare, quatro vezes maior que a média nacional. Essa lucrativa atividade, com intensidades variáveis, também ocorre com outras culturas como o algodão herbáceo, arroz, banana, caju, cebola, laranja, limão, melancia, melão, tomate, videira, etc.

"O Sertão do São Francisco significará para o Brasil o mesmo que a Califórnia representou para os Estados Unidos", afirma o empresário e deputado federal Marcos Perez Queiroz, secre-

tário de Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco.

A disponibilidade de matéria-prima farta e barata e a abundância de mão-de-obra têm estimulado o desenvolvimento da agroindústria na microrregião. O cultivo de tomate, em especial, ocupou 12 mil hectares em 1986, proporcionando uma safra de 420 mil toneladas, com uma expressiva produtividade de 35 mil quilos por hectare, duas vezes superior à média nacional.

Grande parte desta produção foi absorvida pela Etti Nordeste Industrial S.A., uma das empresas instaladas no Distrito Industrial de Clementino Coelho, em Petrolina. Antônio Carlos Pessoa de Mello, presidente do Diper – Companhia de Desenvolvimento Industrial de Pernambuco, responsável pela execução da política do setor, informa que na área de 610 hectares do Distrito de Petrolina já estão funcionando sete empresas, além de três em fase final de implantação, uma em implantação e mais seis com implantação programada, totalizando uma oferta de empregos da ordem de 3,1 mil pessoas.

"O distrito é dotado de sistema viário de 7,2 quilômetros, rede de energia elétrica, sistema de abastecimento de água e comunicação. Além disso, encontra-se interligado por rodovias às principais capitais da região, está próximo do aeroporto de Petrolina, que possui infra-estrutura adequada para a operação de aviões a jato", descreve Melo.

Como oportunidade de negócios na agroindústria, o Diper ressalta a implantação de unidades beneficiadoras de uvas, objetivando a produção de vinhos finos e passas, pois as condições climáticas no Vale do São Francisco são ideais para este tipo de indústria, garantindo apreciável potencial de exportação. A produção de uva já atinge mil hectares para uma safra superior a 40 mil toneladas por ano. Há condições ainda de implantação de unidades beneficiadoras de melão, melancia, manga, limão, laranja e outros cítricos. Destaque igualmente pode ser dado ao aproveitamento dos excedentes de produção de cebola e tomate, pois justificam a instalação de uma unidade industrial específica.

As opções de investimentos da microrregião do Vale do São Francisco tenderão a crescer à medida que avança a implantação dos projetos aprovados e em estudo pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), do Ministério da Irrigação, e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), do Ministério do Interior.

A Codevasf, responsável pela implantação de três distritos irrigados em Nilo Coelho, Bebedouro e Petrolândia, com uma área total de 23,2 mil hectares, deverá irrigar, até 1990, mais 40 mil hectares, 46,2% da meta estabelecida para o Estado de Pernambuco pelo Programa de Irrigação do Nordeste (Proine). Os demais participantes desse programa são o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), também do Ministério da Irrigação, responsável por 5,2 mil hectares, a iniciativa privada na forma de empresa, com 24,0 mil hectares, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), vinculado a Sudene, com 12 mil hectares, utilizando a tecnologia de irrigação pontual e, finalmente, o próprio governo estadual com 5,7 mil hectares.

Papel da Sudene

Os incentivos aos projetos agropecuários e industriais são fornecidos pela Sudene. O órgão federal apresentava um balanço expressivo até junho deste ano, o que mostra o potencial de desenvolvimento da microrregião do sertão do São Francisco: o número de projetos aprovados chegou a dezenove, sendo onze já implantados e seis em implantação. Entre os projetos em análise encontram-se três para a fabricação de polpa de tomate e um outro para o setor têxtil. Esses empreendimentos poderão gerar oportunidades de empregos diretos para 1,3 mil pessoas, com investimentos totais da ordem de Cz\$ 690,6 milhões.

As cartas-consulta apresentadas à Sudene compreendem projetos nas áreas agroindustrial, têxtil e um hotel, que poderão proporcionar empregos diretos para 2,2 mil pessoas e investimentos de Cz\$ 984,6 milhões.

TRANSNORDESTINA: TRILHOS PARA O DESENVOLVIMENTO

As promissoras regiões do Vale do São Francisco e dos cerrados próximos apresentam um potencial agrícola excepcional com seus 6 milhões de hectares, metade propícia à prática da agricultura irrigada e a outra metade à produção de grãos.

Mas, apesar desse potencial, os produtores pioneiros enfrentam um problema grave de transporte da safra. A soja de Barreiras, região oeste da Bahia que já produz 200 mil toneladas anuais, paga, por exemplo, um frete de US\$ 20 a tonelada para levar o produto até Paranaguá, tradicional porto paranaense exportador de grãos, distante mais de 2,5 mil quilômetros.

"O uso do transporte fluvial pela hidrovia natural do São Francisco até o porto de Petrolina, seguido de transbordo para vagões ferroviários, faria com que os grãos do cerrado do Vale do São Francisco chegassem ao Complexo Industrial Portuário de Suape, 3 mil quilômetros mais próximo dos maiores mercados internacionais consumidores, por US\$ 5 a tonelada, um quarto do custo atual", analisa o presidente do Diper – Companhia de Desenvolvimento Industrial de Pernambuco, Antônio Carlos Pessoa de Melo.

Para que esse sonho dos habitantes do Vale do São Francisco (10 milhões de pessoas, segundo o censo de 1980, ou 8,4% da população brasileira) se torne realidade é preciso construir um trecho de 200 quilômetros de ferrovia, unindo Petrolina ao ponto final da linha da RFFSA em Salgueiro, ambos municípios de Pernambuco.

"O empreendimento custará apenas cerca de US\$ 170 milhões, uma fração do custo de outros projetos do mesmo gênero", calcula o deputado federal e empresário Marcos Peres Queiroz, titular da Secretaria de Indústria e Comércio (Sicom) de Pernambuco.

A ferrovia, já batizada de "Transnordestina", terá o que transportar de imediato, começando pela safra de grãos dos cerrados e pela produção nas áreas irrigadas de Juazeiro e Petrolina.

No futuro, receberá a safra que será colhida na área de 1 milhão de hectares em implantação pelo Programa de Irrigação do Nordeste (Proine), que prevê investimentos da ordem de US\$ 4,3 bilhões.

"O corredor de transporte também terá o que trazer para a região do Vale do São Francisco, como, por exemplo, fertilizantes e produtos a serem consumidos na região pela agricultura e pela agroindústria, além de alimentos para a população nordestina carente, o que diferencia o projeto de um corredor típico de exportação", ressalta o secretário pernambucano.

À medida que o volume de mercadorias, produtos agrícolas e insumos aumente o movimento do corredor, deverão ser completados os investimentos para ampliação da capacidade do sistema intermodal, propõe Queiroz.

Parte dos recursos disponíveis será empregada no balizamento do rio São Francisco, o que tornará mais confiável a navegação ao longo do seu extenso curso. Outra parte dos recursos será empregada na consolidação do porto de Petrolina que dispõe hoje de dois cais, sendo um para o embarque de minérios, principalmente de gipsita, da qual Pernambuco dispõe da maior reserva do País, e outro para mercadorias em geral em um armazém de 2 mil metros quadrados, cuja capacidade de estocagem é de aproximadamente 500 toneladas. O restante do dinheiro necessário para concluir o projeto de sistema intermodal será gasto com a modernização do trecho ferroviário entre Salgueiro e Suape.

Os Estados a serem beneficiados com a obra serão Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e mais os Estados das Amazônia Legal, em especial Goiás.

Para o Estado de Pernambuco, os benefícios serão imediatos e com grande efeito multiplicador. O Complexo Industrial e Portuário de Suape, um investimento de US\$ 150 milhões do governo do Estado, poderá aumentar seu movimento com o transporte de grãos e de insumos provenientes e destinados ao Vale do São Francisco. A área industrial reservada em Suape receberá fábricas para processar a safra de grãos e outros produtos agrícolas.

A extensão de um ramal, ligando Araripina à ponta da Transnordestina, em Salgueiro, estimulará a atividade de extração e beneficiamento de gipsita, que, naquela região, a 800 quilômetros de Recife, equivale a 88% da demanda nacional de gipsita natural e a 72% do produto beneficiado (gesso), que no total está sendo estimada em 800 mil toneladas até o fim deste ano.

O LOCAL CERTO PARA UMA REFINARIA DE PETRÓLEO

A Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) estuda a implantação de uma refinaria no Nordeste do País.

Para os pernambucanos a escolha do seu Estado para acolher o empreendimento terá um significado especial. "Será o primeiro grande investimento do governo federal em Pernambuco no setor da indústria de base, e, consequentemente, o pagamento de uma dívida antiga", avalia o empresário e deputado federal Marcos Perez Queiroz, titular da Secretaria de Indústria e Comércio de Pernambuco.

O investimento, estimado em US\$ 1,2 bilhão para processar 125 mil barris diários de petróleo, proporcionará 2 mil empregos diretos e 10 mil indiretos durante seu funcionamento e cerca de 12 mil durante a construção. Mas os pernambucanos não encaram a implantação da refinaria no Estado como uma espécie de favor do governo

federal. "Será um reconhecimento das vantagens econômicas e estratégicas que oferecemos", observa Queiroz.

A primeira grande vantagem, sem dúvida, é de ordem locacional. Pernambuco responde sozinho por 38% do consumo da região Nordeste setentrional, excetuando os Estados da Bahia e Sergipe, mais próximos da Refinaria de Mataripe, situada no Recôncavo Baiano, e em fase de duplicação. A região metropolitana do Recife consome ainda 61% do total do Estado, constituindo-se ainda um polo de uma região formada por Paraíba, Alagoas e o próprio Pernambuco, responsável por cerca de 58% do consumo do Nordeste setentrional.

Acrescente-se que a instalação de uma refinaria de petróleo requer uma área ampla com proteção ambiental e com infra-estrutura representada por instalações portuárias, abastecimento d'água, energia elétrica, ligações rodoviária e ferroviária. "Todos esses requisitos são oferecidos pelo Complexo Industrial Portuário de Suape", garante Queiroz.

A área do complexo de Suape, de 13 mil hectares, tem reservado para a preservação ambiental nada menos que 52% do total e apenas 19% para instalações industriais, mas que suficientes para receber uma refinaria, e outros empreendimentos.

As instalações portuárias de Suape são únicas em todo o Nordeste. "O pier de granéis líquidos já construído tem extensão de 305 metros e capacidade de carga e descarga simultânea de dois navios de até 30 mil TPB, através de dutovia própria", destaca o presidente do órgão gerenciador de Suape, Rilson Carneiro Raposo.

O pier vem sendo utilizado desde 1984 pela Petrobras Distribuidora S/A e outras empresas do setor como: Esso Brasileira de Petróleo S/A, Cia. Atlantic de Petróleo S/A, Shell do Brasil S/A, Texaco do Brasil S/A que já investiram US\$ 55 milhões num parque de tancagem para regular todo o abastecimento de combustíveis líquidos das regiões Norte e Nordeste.

A possibilidade de construção de piers para receber navios de maior capacidade, até 115.000 TPB que atenda à refinaria foi previsto no projeto de Suape. O espaço existente permite a operação conjunta de dois atracadouros, ambos com profundidade natural de 15 metros que pode ser ampliada para 17 metros através de dragagem.

Todos esses investimentos feitos na infra-estrutura de Suape proporcionarão uma considerável economia à Petrobras na implantação da refinaria. "Calculamos a redução de custo do projeto em US\$ 150 milhões, e de dois anos no prazo de antecipação no início de operação da refinaria, o que significará igualmente economia de milhões de dólares, devido a existência de infra-estrutura pronta" informa Rilson Raposo.

Outro argumento de peso considerável para a Petrobras instalar a refinaria em terras pernambucanas é a sua integração ao eixo químico Recife-Salvador.

Nesta região do País localizam-se o Complexo Petroquímico de Camaçari, Bahia, o Complexo de Fertilizantes em Sergipe, o Pólo Cloroquímico de Alagoas, e um polo químico e sucroalquímico na Região Metropolitana do Recife, compreendido pela Companhia Pernambucana de Borracha Sin-

tética S/A (Coperbo), a Elekeiroz do Nordeste Indústria Química S/A e Rhodia Nordeste S/A.

"A existência de duas refinarias, uma em Mataripe, na Bahia, e outra em Suape, em Pernambuco; portanto, em cada extremo, fortalecerá esse eixo contribuindo para sua consolidação e maior segurança à operação do conjunto químico", diz o presidente de Suape.

A instalação da refinaria também permitirá a integração das linhas de produção de algumas empresas químicas de Pernambuco, como a Coperbo, que tem ampliação prevista de 229% para 160 mil toneladas anuais até 1990 de elastômeros, termoplásticos, eteno alcoolquímico e polisopreno. Um investimento de US\$ 91,1 milhões. A polimerização de isopreno depende da definição, por parte da Petrobras, da implantação de uma unidade para produzir isopreno, que também poderá ser viabilizada com a decisão de se instalar a refinaria em Pernambuco.

Para Pernambuco, a concretização do projeto de ampliação da Coperbo, na opinião do presidente de Suape, tornará o Estado o maior polo nacional produtor de elastômeros sintéticos, gerando oportunidades para o surgimento de indústria de transformação para a produção de pneus, artefatos de borracha, sapatos, etc.

NA CAATINGA, SURPRESAS PARA OS INVESTIDORES

As zonas do Agreste e do Sertão de Pernambuco (89% da área total do Estado, de 98,3 mil quilômetros quadrados), apesar de enfrentarem secas periódicas, reservam surpresas para o investidor.

As oportunidades de negócios começam em Araripina, no extremo-oeste do Estado, a 800 quilômetros do Recife, centro de uma região onde se localiza a maior jazida brasileira de gipsita, minério usado como insumo das indústrias de fertilizantes, cimento, papel e construção civil. Passam pelo Sertão do São Francisco, onde se situa Petrolina, a 754 quilômetros da capital, o mais avançado polo brasileiro de agricultura irrigada e frente de expansão da agroindústria. Multiplicam-se por todo o Estado na forma de indústrias têxteis, de calçados e artefatos de couro e exploração de minérios em geral, em especial granitos, com setenta tipos diferentes já identificados. "Atração de investidores para o interior de Pernambuco e o apoio às micro, pequenas e médias empresas que atuam nessa região estão entre as prioridades da Secretaria de Indústria e Comércio (Sicom)", afirma o titular da Pasta, Marcos Perez Queiroz, também empresário e deputado federal.

No setor mineral, a atividade mais desenvolvida é, sem dúvida, a exploração das reservas de gipsita no sertão de Araripe, estimadas em mais de 1 bilhão de toneladas e superiores em 85% às reservas já dimensionadas no País.

O núcleo industrial de Araripina já possui cerca de trinta empresas responsáveis pela extração e processamento de 88% da oferta de gipsita bruta e 72% de gipsita beneficiada no Brasil. "O futuro dessas empresas é promissor, pois o mercado brasileiro deverá apresentar uma demanda da ordem de 820 mil toneladas neste ano, impulsionado pelo aumento de 16,4% da demanda de gipsita natural e de 39,8% de gipsita beneficiada", prevê Queiroz.

As projeções realizadas pela Diper – Companhia de Desenvolvimento Industrial de Pernambuco indicam que o consumo de gipsita beneficiada deverá chegar a 265 mil toneladas em 1990, um salto de 373% sobre o consumo aparente verificado no ano passado.

A gipsita natural é usada principalmente na fabricação de cimento portland, como insumo na indústria química para a produção de ácido sulfúrico, sulfato de amônia, enxofre elementar e sulfato de magnésio e na agricultura para a correção de solos alcalinos ou deficientes em enxofre e para melhorar a assimilação do potássio e do nitrogênio. A aplicação principal da gipsita calcinada ou gesso é na construção civil em forma de pré-fabricados, revestimentos e estuques.

Tendo em vista a expressiva participação de Pernambuco na produção de gipsita e a boa perspectiva de expansão do consumo nacional, o governo do Estado, segundo o presidente da Diper, Antônio Carlos Pessoa de Melo, vem procurando direcionar ações que conduzam a uma política decisiva, de apoio à classe empresarial.

Uma delas é o investimento em pesquisa, através de convênio com o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), do Rio de Janeiro, para o desenvolvimento de um projeto para a obtenção de enxofre a partir de gipsita, o que resultará em economia de divisas anuais da ordem de US\$ 600 milhões, custo que onera a balança comercial do País com importações desse produto.

Entre outros minérios disponíveis em Pernambuco, a Sicom quer estimular o beneficiamento de granitos com a produção de chapas visando à exportação. Para tanto, o Estado opera, junto ao porto do Recife, um entreposto para dar o apoio necessário ao exportador. Minérios de titânio e vanádio foram pesquisados no município de Floresta, situado a 436 km do Recife, revelando reservas que permitem a instalação de uma usina de beneficiamento de titânio esponja de 3 mil toneladas anuais e de pentóxido de vanádio de 48 toneladas anuais.

O Estado também apresenta ocorrência de reservas de quartzo, na região dos municípios de Floresta, Itacuruba e Belém do São Francisco, da ordem de 33 milhões de toneladas que podem ser transformadas para a obtenção de silício metálico, ferro-silício e silicato.

A agroindústria tem-se mostrado uma atividade muito promissora na região do sertão do São Francisco, tendo o município de Petrolina como polo. Sete empresas já se encontram instaladas no distrito industrial local, além de outras três em fase final de implantação, uma em implantação e mais seis com implantação programada. "O surto de crescimento da região deve-se às elevadas taxas de produtividade obtidas com a agricultura irrigada", observa o presidente da Diper.

"Com a perspectiva de implantação pelo Programa de Irrigação do Nordeste (Proine) de 86,5 mil hectares irrigados até 1990, o potencial da região aumenta ainda mais", diz.

A indústria têxtil, entre as tradicionais, apresenta a maior importância relativa para Pernambuco. O Estado beneficia mais de 50 mil toneladas/ano de algodão e 5 mil toneladas de poliéster e possui 5 mil teares e 557 mil furos, representando mais de dois terços de todas as instalações existentes no Nordeste.

O setor têxtil cresce ano a ano e já oferece emprego para mais de 20 mil pessoas nas cidades da região metropolitana do Recife, Recife, Olinda, Jaboatão, Cabo, Moreno, São Lourenço da Mata e Paulista. Na Zona da Mata – Goiana, Carpina e Escada. No Agreste – Gravata, Caruaru e Garanhuns – e no Sertão, aproveitando o algodão "mocó" ali produzido em Petrolina, às margens do rio São Francisco, e em Araripina, na divisa com o Piauí e o Ceará.

O governo do Estado tem planos de aproveitar igualmente a capacidade da mão-de-obra local para transformar Pernambuco num grande pólo calçadista. Outro fator favorável à iniciativa é a disponibilidade de matéria-prima. Dessa forma, poderá substituir as importações de calçados que atendem a cerca de 80% da demanda estadual.

O projeto conta com o apoio da Superintendência Nacional do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que proporcionou em junho de 1986 a participação efetiva nos recursos do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR).

Os curtumes de Pernambuco e Estados vizinhos participam com cerca de 26% da produção de peles, estimada em 13 milhões de unidades no Nordeste brasileiro, e estão fortemente concentrados na região do Sertão.

MOBILIZAÇÃO GERAL PARA O ESFORÇO DE PRODUÇÃO

A Secretaria da Indústria e Comércio (Sicom) de Pernambuco estabeleceu como ponto central da sua estratégia incorporar a população ao processo de produção para desenvolver o Estado.

Para tanto, elaborou um programa denominado "Investir", que pretende estimular novos investimentos na área industrial. Ele contempla, de um lado, os setores dinâmicos da economia como eletroeletrônica, química e minerais não-metálicos, siderurgia, fertilizantes, farmoquímica, álcool e açúcar, com seus desdobramentos alcooloquímica e sucroquímica, e, de outro, os ramos industriais tradicionais, empregadores intensivos de mão-de-obra, como o têxtil e confecções, madeira e mobiliário, produtos alimentares, couro e calçados e construção civil.

"Com essa política esperamos conseguir motivar investimentos em novas fábricas superiores a US\$ 1 bilhão, até o final da década, permitindo a criação de pelo menos 50 mil novos empregos", estima o empresário e Deputado Federal Marcos Perez Queiroz, secretário de Indústria e Comércio de Pernambuco.

A essa perspectiva, Queiroz ainda soma os projetos da indústria de base que a Sicom luta para ver implantados em Pernambuco, como uma refinaria de petróleo, uma montadora de automóveis, uma laminadora de aços planos e uma unidade de ferro-esponja, com investimentos calculados em US\$ 2,5 bilhões, capazes de oferecer empregos diretos e indiretos a 25 mil pessoas.

Apelo de Arraes

O sucesso dessa política fará a indústria pernambucana elevar em 50% o seu número de empregados, estimado atualmente pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), em cerca de 150 mil.

No que depender do governador Miguel Arraes de Alencar, não vai faltar apoio ao setor industrial. "Todos os investimentos visando à implantação e à expansão de indústrias que trouxerem consigo

contribuição para solucionar os problemas que afligem a nossa população merecerão o apoio do governo do Estado", garante o secretário.

O Estado de Pernambuco oferece incentivos para as empresas que planejam instalar-se no Complexo Industrial Portuário de Suape. Trata-se de um estímulo financeiro no valor equivalente a 50% do ICM devido pelas empresas que se instalarem no complexo e que se constituam igualmente empreendimentos novos e produzam bens sem similar no Estado.

O incentivo será concedido sob a forma de ações ou debêntures e terá prazo de fruição de dez anos, mas não excederá o valor do investimento realizado pelo empreendedor.

As empresas de informática aproveitam os benefícios do Fundo de Desenvolvimento da Informática de Pernambuco, um incentivo financeiro, concedido sob a forma de compra de ações ou debêntures, destinado a estimular a fabricação de computadores, equipamentos periféricos ou componentes com condições semelhantes às de Suape.

Assistência creditícia à classe empresarial pode ser obtida junto ao Banco do Estado de Pernambuco S.A. (Bandepe), para projetos nas áreas agrícola, industrial, comercial e de prestação de serviços, mediante repasse de recursos oriundos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na área federal, o empresário conta com diversos incentivos administrados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Os mais significativos são: isenção do Imposto de Renda, participação acionária do Fundo de investimentos no Nordeste (Finor), redução do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O projeto de desenvolvimento da indústria empreendido pela Sicom também contempla o apoio às micro, pequenas e médias empresas. A execução do programa de apoio está a cargo do Centro de Desenvolvimento Empresarial de Pernambuco (Ceag-PE) e se desenvolve em todo o Estado, tendo como metas a criação de centrais de compras e distribuição e o desenvolvimento de setores como confecções, calçados e artigos de couro, artesanato e agroindústria, mediante treinamento gerencial, consultoria, orientação de acesso ao crédito, etc.

Na área tecnológica, as micro, pequenas e médias empresas poderão contar com o apoio da Fundação Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco, que está empenhada em desenvolver tecnologias que deem suporte à germinação de novos empreendimentos, que ampliem a competitividade dos já existentes, que possibilitem a diversificação do parque industrial, que permitam o uso de matérias-primas disponíveis no próprio Estado, que contribuam para a produção de bens para atender, a baixo custo, as comunidades carentes do estado e que consolidem e ampliem a capacitação dos recursos humanos.

A ação da Sicom orienta-se também para a recuperação de empreendimentos que estejam em dificuldades, caso da Companhia Industrial Pernambucana (Ciper) de São Lourenço da Mata, que foi recentemente adquirida pelo grupo Braspérola, permitindo a manutenção de 1,7 mil empregos diretos. "Todas essas iniciativas da Sicom deverão provocar o desenvolvimento sócio-eco-

nômico mais integrado, de forma a conduzir Pernambuco a retomar a liderança no Nordeste como polo dinâmico", diz o secretário de Indústria e Comércio.

As exportações pernambucanas serão também beneficiadas pela atuação da Sicom. Esperamos triplicar as nossas exportações, da ordem de US\$ 250 milhões anuais, o que equivale a somente 1% das vendas externas brasileiras, para que correspondam à participação do Estado no Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 3%, prevê Queiroz.

O desenvolvimento industrial possibilitará, na sua opinião, uma linha mais diversificada de produtos para exportar, reduzindo a atual dependência de produtos da agroindústria sucroalcooleira, que responde sozinha por certa de 70% das exportações totais do Estado.

A diretoria geral de operações, dirigida por Múcio Novaes Cavalcanti, é o órgão da Sicom encarregado de orientar os empresários interessados em investir em Pernambuco, oferecendo serviços de apoio e informações sobre as opções de negócios existentes.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Ceará, o ilustre Deputado Franzé Moraes, nosso correligionário do PMDB, fez energético pronunciamento da tribuna daquela Casa de Leis, no princípio do mês de novembro próximo passado, alinhando as seguintes reivindicações dos servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do Ministério das Minas e Energia: reposição salarial de 137 por cento; extensão de gratificação de atividades técnico-administrativas de 80 por cento aos servidores de nível médio que concluirão curso superior, independente de vagas e sem necessidade de concurso interno; 12 referências para todos os servidores; incorporação total da diferença individual ao salário; e enquadramento do FAS.

Tais reivindicações, que foram levadas ao Plenário da Assembléia Legislativa cearense pela Associação dos Servidores do DNPM de nosso Estado, e que, se não forem atendidas, poderão levar a categoria à greve nacional, se juntam a outras, não menos justas, que esses mesmos funcionários fazem, de mais verbas para esse Departamento, que é responsável pela supervisão, fomento, controle e fiscalização de todas as atividades concernentes ao setor mineral, em todo País.

Quando nos lembramos de que o setor mineral é exatamente aquele em que o Brasil mais enfrenta o problema, gravíssimo, do contrabando cada vez mais crescente de minérios de todos os tipos para o exterior, com prejuízos simplesmente incalculáveis para a economia brasileira, e outro problema, não menos grave, da competição desigual das poderosíssimas empresas multinacionais do ouro, das pedras preciosas e outros minerais, tão valiosos quanto estes, enfrentando e sempre vencendo as raquínicas empresas brasileiras de médio e pequeno porte, quando nos lembramos disto, Srs. Deputados, é quase impossível acreditar que o DNPM não disponha das verbas necessárias para o desempenho de suas funções.

É mais incrível ainda que seus funcionários, em sua quase totalidade, não estejam percebendo salários condignos com sua importantíssima fun-

cão, estando expostos, assim, muito mais facilmente, ao aliciamento por parte da empresa privada brasileira e principalmente estrangeira, em detrimento do bom funcionamento de tão importante setor.

Fazendo coro, portanto, com o nobre Deputado cearense Franzé Moraes, que em seu pronunciamento recebeu apartes de solidariedade de quase todas as Bancadas com assento na Assembléia Legislativa cearense, faço daqui um veemente apelo ao Ministro Aureliano Chaves de Mendonça, titular do Ministério das Minas e Energia, que leve na devida conta a manifestação oficial que recebeu daquela Assembléia e atenda às justíssimas reivindicações dos servidores do DNPM, determinando o estudo e a implantação das melhorias solicitadas.

Era o que tinha para dizer.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL – PA).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero, nesta oportunidade, prestar minha homenagem e – por que não dizer? – do Congresso Nacional, a destacadíssima figura do clero de meu Estado, D. Tadeu Henrique Prost.

Frei Tadeu Prost nasceu na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, no ano de 1915, filho de luxemburgueses. Após cursar o seminário arquidiocesano, transferiu-se para a Ordem dos Franciscanos Menores. Ordenou-se sacerdotalmente na cidade de Teutópolis, no Estado de Illinois, nos Estados Unidos, no ano de 1942. Voltou-se para a Amazônia, oferecendo-se para ser missionário lá, chegando em 1943. Teve como companheiro nesse trabalho inicial Dom Tiago Ryan, figura destacada do clero na cidade de Santarém, no Estado do Pará, vindo servir em Fordlândia.

Na Amazônia, Frei Tadeu Prost não ficou restrito somente à região de Fordlândia: expandiu suas atividades religiosas, como visitador, para a província franciscana de Goiás, procurador da Prelazia de Santarém, vindo posteriormente para Belém, residindo no Colégio Nazaré, marcando sua presença na formação espiritual de muitos jovens de nossa terra.

Organizador da Procuradoria dos Franciscanos em Belém, adquirindo um imóvel na cidade, à Praça Batista Campos, aí construiu a capela de Sto. Antônio de Lisboa. Quando o Arcebispo de Belém, D. Alberto Ramos, solicitou a nomeação de dois bispos auxiliares para ajudarem a administração da Arquidiocese do Pará, teve ele seu nome indicado a Sta. Sé e aceito pelo Papa, sendo nomeado em 1962.

Sem dúvida, na condição de Bispo Auxiliar, sua grande obra foi a construção do Seminário Arquidiocesano, Seminário S. Pio X, construído com grande sacrifício. Não tendo, como faço questão denotar, a contribuição de milionários ou multinacionais, nem mesmo verbas federais, mas as pequenas contribuições dos fiéis, com a colaboração de paroquianos norte-americanos, fazendo até mesmo pessoalmente coletas de recursos nas missas, ergueu ele sua obra.

Outra realização de grande alcance social de Frei Tadeu Prost é, sem dúvida, o Hospital Guadalupe, que não passava de uma estrutura nua, pertencente à Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo, que chegaram até mesmo a cogitar a venda do imóvel. Graças ao trabalho de D. Tadeu Prost, Belém conta com mais esse estabelecimento hospitalar.

Ao ensejo das comemorações das suas bodas de prata do exercício sacerdotal, grandes foram as festas realizadas na Arquidiocese de Belém em homenagem a D. Tadeu Prost.

Na condição de representante do povo paraense associo-me a todas as homenagens prestadas a D. Tadeu, levando-lhe o agradecimento da gente da terra pelos reais serviços prestados ao Pará e à Amazônia, onde pontificou em seu trabalho material e espiritual, reconhecido pela atual geração.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aproveito esta oportunidade para um registro e uma homenagem neste difícil momento da vida nacional, quando surge um grande estabelecimento de ensino, o Colégio Cristus, em Belém do Pará, com excelentes instalações e corpo docente de primeira ordem.

O novo colégio surge graças à capacidade e ao espírito empreendedor do Prof. Francisco Cândido Silva e seus irmãos, Prof.^a Emilia e Prof. Bosco, que dirigem com competência os Colégios Rui Barbosa, Nóbrega e Saci Pererê.

A eles, a nossa homenagem.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a pesquisa agropecuária converte-se no grande instrumento de fixação do homem ao solo, aumento de produção, maior poder aquisitivo e busca de melhores índices de produtividade.

Em Santa Catarina, a Empasc – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária conta com cerca de setecentos servidores, dos quais duzentos são pesquisadores, muitos com cursos de pós-graduação a nível de mestrado ou doutorado.

Como incentivo que a direção e o pessoal técnico da Empasc desenvolvem na maximização do uso dos fatores de produção disponíveis na propriedade, na redução do uso de insumos, na não-agressão ao meio ambiente e na redução dos custos de produção, transcrevo a análise dos benefícios da pesquisa agropecuária que a empresa desenvolve em Santa Catarina:

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa agropecuária objetiva gerar e adaptar tecnologias que permitam a expansão do volume de produção e da produtividade, a melhoria da qualidade do produto, a combinação mais eficiente dos fatores de produção e a elevação do nível de vida da família rural.

O processo de geração e adaptação de tecnologias depende de alguns fatores que merecem ser destacados, tais como decisão política, disponibilidade de equipamentos e instalações adequadas e recursos humanos bem treinados.

Criada em 1975 e iniciando suas atividades em 1976, a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária – Empasc, pôde, através dos recursos que a sociedade lhe tem alocado, implantar uma estrutura de pesquisa, aliada a um programa agressivo de capacitação de pessoal, que lhe permite, embora num espaço de tempo bastante curto, demonstrar que os investimentos em pesquisa resultaram em benefícios econômicos e sociais altamente significativos em relação a outros setores, ou mesmo quando comparados a instituições de pesquisa agrícola em países desenvolvidos.

Este trabalho apresenta os resultados de pesquisas mais importantes e realiza uma avaliação econômica que compreende os primeiros 10 anos da Empasc. As análises sobre rentabilidade da pesquisa têm se constituído numa preocupação constante na empresa, pois permitem justificar os recursos recebidos e auxiliar no processo de alocação entre os diversos projetos.

2. AVANÇOS TECNOLÓGICOS DA PESQUISA

Serão enfocados nesta seção algumas áreas consideradas prioritárias e nas quais a Empasc tem concentrado seus esforços. Apesar da importância sócio-econômica de certos produtos, seus avanços tecnológicos não são aqui relatados, seja porque as tecnologias encontram-se em fase de geração ou adaptação, seja porque seu nível de adoção ainda não pode ser estimado. Também não são feitas referências a suínos e aves, pois as pesquisas com esses produtos estão a cargo da Embrapa, através do Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves, localizado em Concórdia.

2.1. Zoneamento agroclimático

Trata-se de um trabalho em que o conhecimento das condições de clima, solo e planta permite delimitar regiões onde existe maior probabilidade de sucesso na exploração de determinada cultura. Assim, foram regionalizadas mais de 25 culturas.

2.2. Tecnologias para pequenas propriedades

As pequenas propriedades rurais predominam na ocupação do território catarinense e são responsáveis pela maior parte da produção agrícola e do emprego no meio rural. Como exemplo, nas microrregiões homogêneas Colonial do Rio do Peixe e Colonial do Oeste as propriedades com menos de 50 ha contribuem com 93% da produção agrícola total. Tais propriedades estão merecendo especial atenção por parte da Empasc. Para tanto, no ano de 1983 foi criado, em Chapecó, o Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades – CPPP. Este Centro, através do convênio com a GTZ (Agência Alemã de Cooperação Técnica) está procurando estabelecer sistemas de avaliação sócio-econômico das pequenas propriedades rurais e o desenvolvimento de métodos de administração rural. Vale lembrar que, mesmo com a existência deste Centro de Pesquisa específico, a prioridade com as pequenas propriedades está presente em todas as unidades da Empasc.

2.3. Sementes e Mudas

As pequenas propriedades tendem a rejeitar, devido aos riscos envolvidos, tecnologias modernas que envolvam altos investimentos. Para elevar a produtividade sem significativos aumentos nos custos, a Empasc tem procurado, através de programa específico, variedades mais produtivas e de melhor qualidade, além de recomendar as atividades adequadas às diferentes regiões climáticas do Estado. O programa visa suprir as necessidades estaduais de sementes básicas e de materiais

de propagação vegetativa. A semente básica dá origem à certificada e esta à fiscalizada, que é a semente utilizada para produção de grãos.

A produção de sementes e mudas básicas tem avançado nos últimos anos. A tabela 1 mostra a produção de sementes básicas, pela Empasc, para os principais produtos.

TABELA 1 – Produção de sementes básicas da EMPASC (t) no período 1977/1985

Cultura	Ano								
	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Arroz irrigado	14,3	12,1	14,2	25,8	28,9	24,7	16,4	26,9	31,3
Arroz de sequeiro	0,6	6,9	7,9	3,7	9,9	5,6	1,7	10,4	1,9
Cebola	–	–	0,02	0,03	0,06	0,17	0,12	0,21	0,33
Feijão	13,5	29,6	28,2	20,1	39,1	48,7	35,4	45,4	57,2
Milho	–	–	–	–	–	–	13,0	558,0	564,0
Sofá	66,0	71,0	35,0	92,0	35,0	39,0	49,0	54,0	36,0

Fonte: EMPASC

Para o caso do arroz irrigado e de sequeiro e para a cebola, as produções de sementes básicas já suprem, atualmente, a demanda.

2.4 Produtos

Nesta seção são apresentados os tópicos relevantes dentro de cada produto. As tecnologias geradas são apenas citadas. A quantificação de seus benefícios será apresentada adiante.

2.4.1 Alho

O alho é um produto cuja auto-suficiência nacional vem sendo buscada. Houve um acréscimo substancial na produção nacional entre os anos de 1978 e 1983, declinando após. A produção catarinense, contudo, experimentou aumentos crescentes, mesmo após 1983. No período de 1979 a 1985 a taxa de crescimento da produção catarinense do alho foi de 15% ao ano. Na safra de 1985 o Estado de Santa Catarina passou a ser o primeiro produtor nacional, respondendo por 30% da produção. A produtividade do alho catarinense saltou das 3,3 t/ha em 1982 para 5,1 t/ha em 1985, enquanto a média nacional situa-se em torno de 3,5 a 3,8 t/ha.

A pesquisa, sem dúvida, tem méritos neste incremento da produção e produtividade. Isto porque, tendo em vista a péssima qualidade e tamanho inadequado do alho-semente que era utilizado nas lavouras catarinenses, a Empasc desenvolveu, juntamente com a Acaresc, um trabalho buscando solucionar o problema. Em função disso, já na safra de 1983 os produtores começaram a sentir este benefício na produtividade. Além desta tecnologia, outros trabalhos de pesquisa, com larga utilização pelos produtores, contribuíram para o crescimento da produtividade: adubação com esterco, espaçamento de plantio, determinação de produtos efetivos contra ferrugem, determinação do início das pulverizações para controle da ferrugem, redução do uso de potássio em cobertura.

2.4.2. Arroz

Até a década de 70 o cultivo do arroz irrigado em Santa Catarina era feito basicamente com variedades tradicionais, com produtividades bem inferiores às atuais. Na safra

1976/77 surgiram as primeiras recomendações de cultivares modernas: Empasc 101, Empasc 102, IR 841 e CICA 4. Atualmente, quase todas as cultivares de arroz irrigado são do tipo moderno, o que garantiu uma boa evolução da produtividade.

Como o preço sofreu oscilações positivas e negativas nos últimos anos, conclui-se que não foi ele o responsável pelo aumento de produtividade. Desta forma, este deve ser creditado quase que integralmente as novas cultivares, em cuja criação ou recomendação a Empasc participou decisivamente. O trabalho de pesquisa nesta área valeu ao pesquisador Takazi Ishiy, coordenador do Programa de Pesquisa em Arroz da Empasc, o Prêmio Catarinense de Ciência e Tecnologia no ano de 1985.

A cultura do arroz irrigado em Santa Catarina envolve cerca de 12.000 agricultores, localizados principalmente na Planície Litorânea e Vale do Itajaí, com área média por produtor de 7,9 ha. Dada a importância social do produto, visto tratar-se de pequenos produtores em sua maioria, a Empasc instalou, na Estação Experimental de Itajaí, uma unidade de beneficiamento de sementes de arroz. Na safra 1985/86 foram beneficiados cerca de 1.600 sacos de sementes. Para a safra de 1986/87 a intenção é utilizar a plena capacidade de beneficiamento, que é de 3.000 sacos. O beneficiamento das sementes aumenta consideravelmente a sua qualidade.

2.4.3 Cebola

Santa Catarina é o terceiro produtor nacional, com 23% da produção. Pelo Censo Agropecuário de 1980 existem, aproximadamente, 20.000 famílias envolvidas com a produção de cebola.

A cultura da cebola experimentou um expressivo aumento da área cultivada na safra 1979/80, chegando quase aos 100%, em relação à safra anterior. A produtividade neste ano, contudo, manteve-se inalterada, em razão da densidade de plantio inadequada.

Um experimento conduzido pela Empasc mostrou que a produtividade poderia aumentar 60% apenas com uma adequação da densidade de semeadura. Esta tecnologia foi co-

locada à disposição dos produtores na safra 1980/81.

Em 1981 a EMPASC lançou a cultivar EMPASC 351 – Seleção Crioula, resultante de trabalhos de melhoramento feitos com uma população cultivada há vários anos no Vale do Itajaí. Esta cultivar destaca-se pela alta produtividade. A nível experimental chega a produzir 40 t/ha. Lavouras demonstrativas desta cultivar produziram cerca de 20% a mais que as lavouras demonstrativas das cultivares Norte 14 e Baia Periforme, bastante plantados no Estado, e estas mais que o dobrar da média estadual.

Além da criação da cultivar EMPASC 351, a empresa produz sementes básicas das outras cultivares recomendadas para o Estado. Praticamente em toda a área cultivada com cebola no Estado usam-se cultivares criadas ou recomendadas pela EMPASC. Cabe lembrar que a recomendação de cultivares envolve um trabalho de pesquisa semelhante ao da criação.

Nenhuma outra tecnologia de destaque foi introduzida nos últimos anos. Como a produtividade foi crescente e o preço oscilou, é pouco provável que este tenha exercido grande influência sobre a produtividade. Esta é, então, atribuída quase que integralmente às 2 tecnologias citadas: densidade populacional e criação/recomendação de cultivares.

2.4.4. Feijão

Em Santa Catarina a cultura do feijão é típica de propriedades e grande utilizadora de mão-de-obra familiar. Ocupando 255.000 ha na safra e 159.600 ha na safrinha, é a terceira em importância quanto à área cultivada no Estado. Com uma produção de 314.000 t, cerca de 12% da produção nacional, Santa Catarina situou-se como o terceiro produtor de feijão em 1985.

A produtividade média é de 750 kg/ha, bem abaixo dos 1.750 kg/ha conseguidos na média dos testes de cultivares. Essa diferença poderia ser diminuída com o uso de tecnologias já disponíveis.

O esforço da pesquisa em relação ao feijão visa atacar os problemas mais importantes da cultura no Estado. O melhoramento, com introdução e seleção de cultivares, tem sido direcionado para resistência às principais doenças, adaptação às condições locais e qualidade comercial do produto.

O lançamento de uma nova cultivar de feijão-preto, EMPASC 201-Chapéco, juntamente com as demais cultivares recomendadas, propicia maior produtividade e melhor renda ao agricultor.

Quanto aos corretivos e fertilizantes, foram elaboradas recomendações de calcário e de adubos minerais. Também para esterco de aves foram realizadas pesquisas e formuladas recomendações. Assim resíduos que antes eram poluentes são hoje eficientes substitutos dos adubos minerais.

2.4.5. Gado de corte e forrageiras

No Estado de Santa Catarina, 196.000 propriedades estão envolvidas na exploração de bovinos e possuem, em média, 11 cabeças por propriedade. O maior problema de explo-

ração é a falta de alimentação no inverno. No entanto, a utilização de pastagem cultivada em larga escala, para solucionar o problema de alimentação dos animais no outono/inverno, segundo estudos da EMPASC, tem-se mostrado de alto custo, pouco econômica e de risco elevado.

Uma tecnologia que é viável economicamente para aumentar a produção de carne na base de campo nativo é o controle de endoparasitos através da medicação antihelmíntica. Pesquisa da EMPASC mostrou que a idade de abate dos bovinos pode ser reduzida de 51 para, aproximadamente, 30 meses, usando-se dosificações estratégicas a cada 45 dias, sendo que o retorno do investimento é de 16 cruzados para cada cruzado investido. Portanto, é uma tecnologia altamente econômica e de baixo risco, e que pode ser utilizada pelos produtores sem alterar seu sistema de produção.

A formação de pequenas áreas de pastagens anuais de inverno dentro da propriedade tem sido prática adotada por muitos fazendeiros como um tipo de "hospital" para alimentar os animais mais fracos durante o inverno e criados em sistema de exploração extensiva. Assim, visando-se obter variedades de azevém, que é o principal componente da pastagem anual do inverno, mais adaptadas e mais produtivas, foi criada a cultivar EMPASC 301. Esta cultivar é 10% mais produtiva do que as variedades crioulas utilizadas no Estado e sem nenhum aumento adicional no custo de produção. Em termos absolutos, esse aumento de 10% na produção corresponde a 400 Kg de matéria seca/ha ou o equivalente a 50 kg de peso vivo/ha.

A cultura da alfafa em Santa Catarina é realizada basicamente por pequenos produtores que têm na comercialização do feno importante fonte de renda. O sistema de produção típico adotado pelos produtores indica pouco uso de calcário e fertilizantes ou uso em quantidades inadequadas. Para resolver estes problemas a pesquisa gerou tecnologias de calagem e adubação fosfatada que permitem aumentar em cerca de 70% a renda dos produtores de alfafa. Além disso, a duração de pastagem é elevada de 3 para 6 anos.

2.4.6. Gado de leite

No Estado há cerca de 33.000 famílias que comercializam leite. No ano de 1984, o valor bruto da produção leiteira representou 7,8% do total dos produtos agropecuários, segundo a CEPA/SC. Nas principais regiões produtoras a área média do estabelecimento agrícola está em 18 ha, para uma área dedicada à atividade leiteira de 9 ha. É, portanto, uma atividade típica de pequenos agricultores. A produtividade é baixa, em torno de 1.000 litros/vaca/ano.

Desde 1982 esta atividade tem sido deficitária. Na média, a defasagem do preço em relação ao custo foi de 30%. Isto explica, pelo menos em parte, a baixa produtividade. A produtividade deve ser aumentada não só para elevar a rentabilidade, mas também para reduzir o déficit no consumo de leite. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a necessi-

sidade é de 450 g/hab./dia, e a disponibilidade no Estado está em torno de 300 g/hab./dia (67%).

Para relações de preços favoráveis à atividade leiteira já existe um bom acervo tecnológico disponível voltado para maiores produtividades, mediante a aplicação mais intensiva de recursos. Com os preços históricos pouco favoráveis e a baixa disponibilidade de recursos por parte dos agricultores, a pesquisa, na busca de uma maior rentabilidade, tem dado prioridade para a redução de custos.

Os principais resultados de pesquisa podem ser divididos em 2 grupos: a) experimentos de adaptação e avaliação de produtividades de plantas forrageiras; b) experimentos de conhecimento da realidade dos sistemas de produção vigentes na região.

Em termos de plantas, as leguminosas leucena e grundu mostram uma boa produção e são pouco exigentes em insumos. A centrosema e a puerária (kudzu) são promissoras. Dentre as gramíneas destacam-se: brachiaria humidicola, brachiaria decumbens, setaria sphacelata, azevém e aveia. O trevo branco e o comichão apresentam boas condições de desenvolvimento.

O conhecimento da realidade dos sistemas de produção inclui, principalmente, alimentação e manejo animal, reprodução de helmintos e gerência em 15 propriedades agrícolas acompanhadas. Na área de gerência, o sistema de produção é descrito em termos de equações matemáticas de modo a avaliar as tecnologias que provocam maior impacto na renda do produtor, seja por aumento da receita, seja por redução de custos ou ambas. Com base no profundo conhecimento da realidade espera-se ganhos significativos de produtividade sem grande dispêndio e/ou redução de custos sem que a produtividade seja afetada.

2.4.7. Maçã

A produção nacional de maçã vem crescendo acentuadamente, com incremento de 16% ao ano, no período de 1969 a 1984. Neste mesmo período o consumo nacional cresceu em 4% ao ano. O ajuste entre a oferta e demanda nacional, neste período, foi feito via redução de importações (em 1979, 83% da fruta consumida era importada, enquanto em 1984 apenas 36%). Em Santa Catarina, maior Estado produtor, a produção vem crescendo em 31% ao ano. A produtividade catarinense é a maior do País, tendo atingido 15,3 t/ha nos pomares em produção em 1985, com crescimento de 6% ao ano no período de 1979 a 1985.

Para esta visível melhora na produtividade contribuíram, indiscutivelmente, os trabalhos da pesquisa na área de quebra de dormência e polinização. A pesquisa em quebra de dormência visa solução para o problema da insuficiência de frio em boa parte da região produtora. A pesquisa em polinização visa determinar as cultivares a serem utilizadas no plantio intercalar, a fim de que a polinização se processe. Além destas, contribuíram significativamente as seguintes tecnologias geradas e adaptadas pela Empasc: poda

verde, ponto de colheita, análise foliar, raleio manula, sistema de alerta para controle das doenças da parte aérea e calendário fitossanitário.

2.4.8. Mandioca

Entre as culturas, a mandioca ocupa o quinto lugar em valor da produção em Santa Catarina, segundo a CEPA/SC. É uma cultura tipicamente de pequenos agricultores. Em torno de 85% da produção é proveniente de propriedades com menos de 50 ha, e a área cultivada com mandioca é inferior a 10 ha. Há cerca de 90.000 famílias envolvidas com essa cultura no Estado. A área, produção e rendimento têm se mantido estáveis nos últimos anos.

Com o preço da mandioca pouco estimulante nos últimos anos, e por se tratar de uma cultura de pequenos agricultores, a pesquisa voltou-se para tecnologias cuja adoção não implicasse em aumento nos custos. Até o ano de 1979 recomendava-se, para correção do solo, 15 t de calcário, 40 kg de K₂O e 120 kg de P₂O₅ por hectare. Após este ano, com pesquisas efetuadas pela EMPASC, a recomendação de calcário baixou para 1 tonelada e a adubação de correção foi eliminada. Com esta tecnologia consegue-se uma significativa redução de custos sem afetar a produção. Mais recentemente a pesquisa testou a época de aplicação do fertilizante em cobertura. Com o simples parcelamento da adubação obteve-se, após 3 anos de experimentação, um acréscimo de produtividade de 6 t/ha. A produtividade média estadual é de 13,5 t/ha.

2.4.9 Milho

O milho é o produto de maior expressão na agricultura catarinense, pois além de sua importante participação no valor bruto da produção, consequentemente, a base de sustentação de grande parte do parque industrial do Estado.

A produção estadual, normalmente superior a 2,1 milhões de toneladas por ano, é obtida por cerca de 170.000 agricultores, na maioria pequenos. Em anos normais, o rendimento médio estadual tem sido inferior a 2500 kg/ha, enquanto a média em testes de cultivares superou os 6.000 kg. Isso demonstra que a produtividade da cultura pode ser sensivelmente aumentada com um maior grau de utilização de tecnologias já disponíveis.

As principais ações da EMPASC, com relação ao milho, têm sido as que seguem:

a) criação de 2 variedades de polinização aberta, com rendimentos semelhantes aos híbridos e possibilidades de o agricultor produzir sua própria semente por 2 ou mais anos;

b) construção de uma unidade de beneficiamento de sementes de milho em Campos Novos com capacidade de beneficiamento de 1.200 t/ano;

c) determinação das quantidades adequadas de corretivos e fertilizantes para a cultura, com ênfase ao esterco de aves e de suínos;

d) testes anuais de variedades e híbridos disponíveis, com a divulgação de recomendações aos extencionistas e agricultores;

e) mais recentemente, implementação de pesquisas com consórcio e sucessão, conservação do solo e armazenagem a nível de propriedade.

2.4.10. Soja

A cultura da soja é a segunda em área cultivada no Estado ocupado, aproximadamente, 420.000 hectares. Cerca de 92% dos produtores de soja possuem propriedades com área total inferior a 50 ha. Porém, 8% dos produtores respondem por quase 50% da produção.

Os trabalhos de pesquisa com esta cultura visam, primeiramente, desenvolver cultivares produtivas, resistentes às principais doenças e adaptadas às condições ambientais e de cultivo no Estado. Também são produzidas sementes básicas e feitas recomendações de cultivares.

Quanto ao uso de fertilizantes, a EMPASC com base em experimentos conduzidos durante vários anos, determinou, para os principais tipos de solos encontrados nas regiões produtoras, os níveis de uso mais adequados agronômica e economicamente. Graças às pesquisas da EMPASC, a recomendação oficial de adubo fosfatado foi reduzida em 20%.

Na área de entomologia, estão sendo realizadas pesquisas para melhorar o controle das pragas, preferencialmente com a diminuição do uso de agrotóxicos e distribuição de baculovírus, agente biológico de controle de uma das principais pragas da cultura.

Também estão sendo testados sistemas de consórcio, visando melhorar a produtividade e a rentabilidade das pequenas propriedades, com maior ganho por área, aumentando a eficiência no uso dos fatores de produção, especialmente a terra.

2.4.11. Uva

Santa Catarina é o terceiro produtor nacional de uva. Na safra 1985/86, a produção catarinense atingiu 78.300 t. Além de economicamente importante, a viticultura desempenha, no Estado, papel de relevância social, uma vez que, explorada em pequenas propriedades, contribui para a absorção da mão-de-obra e fixação do homem ao campo. Apenas no Vale do Rio do Peixe, principal região produtora, aproximadamente 1.500 famílias vivem do cultivo da uva.

A Estação Experimental de Videira conduz pesquisas nas áreas de viticultura e enologia. A cantina, recém construída, dotada de modernos equipamentos, tem capacidade para 50.000 l de vinho. Seu objetivo é a geração e adaptação de tecnologias de vinificação em pequena escala, conforme o modelo regional de produção, visando orientar canteiros e produtores rurais no sentido de melhorar a qualidade do vinho.

3. AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA PESQUISA

A avaliação da rentabilidade econômica da pesquisa agropecuária apresenta alguns pontos críticos que dificultam a sua realização, e que merecem ser considerados. Entre eles, destacam-se:

a) a incerteza e os riscos envolvidos nos processos de geração, transferência e adoção das tecnologias;

b) o tempo necessário entre o início de uma pesquisa e o momento em que seus efeitos traduzem-se em melhoria na produção;

c) a proporção do benefício que deve ser creditada a cada entidade que participou para o êxito;

d) a influência da política agrícola, alterando relações de preços entre insumos, que acabam por inviabilizar a adoção da tecnologia.

Nesta análise levam-se em conta os retornos oriundos dos programas de pesquisa da EMPASC, de forma agregada e encontrando-se unicamente nos benefícios líquidos auferidos pelos produtores rurais, como aumento da produtividade, redução nos custos e melhoria na qualidade do produto. Desconsideram-se, portanto, efeitos indiretos como substituição de importações, exportações, controle ambiental, arrecadação de impostos, benefícios aos consumidores, etc.

Para a análise torna-se como base apenas parte das tecnologias geradas, já que existem limitações na coleta de dados para concluir todas.

Por fim, cabe destacar que os benefícios atribuídos à EMPASC não são considerados

em sua totalidade, já que outros órgãos participam para que a pesquisa seja gerada, difundida e adotada pelos produtores.

Para esta avaliação utiliza-se o procedimento tradicional de cálculo de rentabilidade econômica de investimentos, que é a determinação da taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno é simplesmente uma taxa de juros que iguala o valor atualizado dos benefícios ao valor atualizado dos custos. Logo, reflete a remuneração do capital investido. Trata-se de um critério muito usado como parâmetro de decisão. O critério diz que o empreendimento é viável se sua taxa for igual ou superior à remuneração do capital investido em outros setores da economia.

3.1. Determinação dos custos e benefícios

Os custos da pesquisa são apresentados na TABELA 2.

Todos os valores monetários da análise estão atualizados a preços de junho de 1986. Os benefícios para cada tecnologia são apresentados na TABELA 3.

Todos os valores estão baseados em informações obtidas junto a pesquisadores, extenscionistas e literatura específica.

TABELA 2 - Custos de pesquisa da EMPASC, por grupo de despesas (período 1976/85)

ANO	PESSOAL		OUTROS GASTOS		INVESTIMENTOS		TOTAL	
	NOMINAIS	REAIS	NOMINAIS	REAIS	NOMINAIS	REAIS	NOMINAIS	REAIS
1976	13	20.284	5	7.691	2	2.674	20	30.649
1977	27	30.689	10	11.761	5	5.710	42	46.070
1978	51	41.535	15	13.120	5	3.719	72	58.554
1979	78	40.925	19	10.188	3	1.034	99	52.147
1980	173	45.524	40	10.369	12	3.974	225	59.171
1981	369	45.485	70	9.853	12	1.479	430	59.917
1982	937	59.913	180	11.502	16	1.052	1.133	52.467
1983	2.125	53.390	510	12.815	61	1.544	2.696	67.749
1984	5.794	45.423	1.811	14.195	628	4.922	8.233	64.540
1985	24.548	39.519	6.058	14.654	2.557	6.155	33.291	80.133
	577	577	577	577	577	577	577	577

Obs.: Valores reais a preço de junho/86.

TABELA 3 - Estimativa dos ganhos líquidos atribuídos à pesquisa

TECNOLOGIAS GERADAS	GANHOS LÍQUIDOS UNIDADES	PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA (%)	GANHOS LÍQUIDOS UNIDADES C/100	
			C/100	C/1000
01 - Recomendação e produção de sementes básicas de arroz integral	R\$	2.550,00	12	R\$ 30,649
02 - Recomendação e produção de sementes básicas e densidade de plantio da cultura da cebola	R\$	4.620,00	50	R\$ 230,00
03 - Reduzir no uso de carreiras e fertilizantes na cultura da mandioca	R\$	2.380,00	30	R\$ 16,00
04 - Controle de helmintos em bovinos de corte	R\$	256,00	50	R\$ 12,80
05 - Colagem e adubação da cultura da salsinha	R\$	4.740,00	50	R\$ 237,00
06 - Produção de sementes básicas de gergelim	R\$	403,00	50	R\$ 20,15
07 - Produção de sementes básicas de soja	R\$	425,00	50	R\$ 21,25
08 - Recomendação de cultivares de soja	R\$	425,00	10	R\$ 4,30
09 - Recomendação de culturas e produção de sementes básicas de feijão	R\$	900,00	40	R\$ 36,00
10 - Economia no uso de cultivos de milho	R\$	360,00	10	R\$ 14,40
11 - Produção de sementes básicas de milho	R\$	760,00	50	R\$ 38,00
12 - Recomendação do uso de corte de arroz como subproduto ou complemento de adubo mineral	R\$	460,00	50	R\$ 23,00
13 - Recomendação do uso de esterco líquido de suínos como substituto da cinzas de cimento	R\$	462,00	50	R\$ 18,00
14 - Rota verde na cultura da maçã	R\$	1.573,00	38	R\$ 59,00
15 - Tratamento pré-colheita em maçã	R\$	505,00	25	R\$ 25,25
16 - Forno de cozedura de maçã	R\$	279,00	35	R\$ 9,80
17 - Análise de farinha em maçã	R\$	690,00	40	R\$ 27,60
18 - Queratura de dimônimo e polissacárido em maçãs	R\$	31.500,00	30	R\$ 230,00
19 - Raizes rurais em maçãs	R\$	1.400,00	35	R\$ 40,00
20 - Sistema de alerta para centros de doenças da parte áerea da maçã	R\$	960,00	50	R\$ 48,00
21 - Calendário fitossanitário para maçãs	R\$	2.044,00	35	R\$ 71,50
22 - Controle de fungos da parte áerea da maçã	R\$	2.170,00	40	R\$ 86,00
23 - Repasse de tecnologias para pomerengue	R\$	25.000,00	10	R\$ 2.500,00
24 - Densidade de plantio na cultura do alho	R\$	14.600,00	5	R\$ 800,00
25 - Adaptação orgânica no cultivo do alho	R\$	18.600,00	20	R\$ 372,00
26 - Controle bactérico veneno de alho	R\$	46.500,00	30	R\$ 13.950,00
27 - Controle da ferrugem no alho	R\$	19.500,00	5	R\$ 195,00

Com base na adoção por parte dos produtores, calcula-se os benefícios anuais da pesquisa, que comparados aos custos permitem

estimar os benefícios líquidos anuais da pesquisa para o período analisado (TABELA 4).

TABELA 4 – Benefícios líquidos anuais da pesquisa na EMPASC (período 1976/85)

Ano	Benefício	Custos	Benefícios Líquidos
1976	750	30.649	- 29.899
1977	23.853	48.070	- 24.217
1978	28.402	58.554	- 30.152
1979	49.120	52.147	- 3.027
1980	129.367	59.171	70.196
1981	178.493	59.917	118.576
1982	181.403	72.467	108.936
1983	220.015	67.749	152.266
1984	236.598	64.540	172.058
1985	276.059	80.138	195.921

3.2. Resultados

A representação gráfica dos custos e benefícios para o Grupo de tecnologias consideradas, mostra que, passada a fase de estruturação física e técnica, a EMPASC alcança rapidamente seu ponto de equilíbrio. Para o período, a taxa média de crescimento dos benefícios é igual a 80%, enquanto a dos custos situa-se ao redor dos 10% ao ano.

A taxa interna de retorno estimada para o período é igual a 49,7%. Isto significa que para cada cruzado investido na pesquisa houve retorno anual equivalente a um cruzado e quarenta e nove centavos.

Dado que apenas parte das tecnologias foram consideradas, e que o período de análise considerado é curto, segundo padrões internacionais, pode-se afamar que o desempenho da EMPASC é excelente, similar aos melhores resultados obtidos a nível nacional e internacional. A taxa interna de retorno é bastante superior àquelas exigidas em projetos de órgãos internacionais, como BID e BIRD, que se situam ao redor de 10%.

Pois bem, a pesquisa aliada à estrutura fundiária de Santa Catarina, representada por mais de 216.000 propriedades, com a força laboral dos catarinenses, há de se construir a grandeza deste País, através da produção de alimentos, para eliminar os bolsões de fome e de miséria que humilham esta Nação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, termina melancolicamente o ano de 1987. Termina como começou: a credibilidade se esvaiendo e a inflação saindo de controle.

O governo parece que ainda não se convenceu de que o elemento-chave de qualquer política econômica eficaz é o estabelecimento de regras do jogo permanentes e estáveis. A função central do governo em uma economia de mercado é definir constantes, já que o mercado é suficiente para produzir variáveis. Para isso não precisa de ajuda. Na medida que o governo, ele mesmo é uma variável, temos uma complexa situação em que os agentes econômicos, sejam eles trabalhadores, profissionais ou empresários, passam a atuar de forma defensiva e preventiva, objetivando

maximizar suas rendas a curto prazo, para escapar de um risco que não avaliam, surgível a qualquer momento.

É como um jogo de xadrez, onde as peças possam se movimentar da forma que um jogador desejar: o cavalo como torre, o bispo como rainha, etc...

Literalmente é esta a situação da economia brasileira. Desta maneira, sempre que o governo baixa um pacote de medidas, os agentes econômicos reagem como se aquelas medidas pudessem ser mudadas a qualquer momento ou não fossem para valer. Resultado: atuam em função desta perspectiva, e assim agem de tal forma que terminam por enfraquecer e impedir a eficiência delas, independentemente de intenções.

Hoje podemos garantir, infelizmente, que não há medida, boa ou má, consequente ou inconsequente, na ótica de quem quer que seja, adotada pelo governo que possa produzir resultados positivos. Isto nada tem que ver com a competência dos gestores da política econômica ou mesmo com os justos objetivos do governo. Simplesmente é uma questão de credibilidade, que na verdade diz respeito à instância política.

Pelas nossas contas, este anunciado pacote será décimo segundo do atual governo. Em matéria de pacote e de surpresas não deve nada à Velha República.

Imaginem como se sente o empresário que acreditou no governo e, enfeitando uma demanda acelerada, vis-à-vis uma taxa de juros baixa, resolveu ampliar suas atividades e portanto o seu capital de giro, e em seguida seus investimentos, se endividando. Poucas semanas depois, viu a taxa de juros passar de 3% ao para 20% ao mês e a economia desacelerar.

Para não ficarmos no Cruzado, poderíamos lembrar a recente criação da URP, que deveria condicionar todos os reajustes. Ou na negociação da dívida que no final era a negociação da moratória.

O fato é que hoje estamos no pior dos mundos. A desorganização da economia produzida pelo "Plano" Cruzado, ao invés de estimular a adoção de novas medidas, reconhecemos, ácidas, terminou por trilhar o caminho do arrocho salarial e da recessão sem finalidades internas de reestruturação, mas tão-somente na busca açodada de um acordo qualquer com os credores externos.

Os preços continuam desajustados, seja absoluta como relativamente, ou seja, em relação à rentabilidade em alguns setores, quanto em relação aos demais preços em quase todos os setores. Os salários nunca estiveram tão deprimidos. O sistema financeiro permanece oferecendo neblina aos chamados poupadões, que trocam de galho ou de ativos a cada momento.

O panorama do final do ano não poderia ser pior. Inflação sem controle, a política monetária sem controle, (se descontarmos a colocação líquida de títulos do governo em outubro, a base monetária teria crescido este mês mais que 50%), o gasto público sem controle, e os parâmetros fixados pelo governo desprezados.

De certo, temos para a conjuntura próxima os preços em ascensão e a economia desacelerada. Os primeiros pelo descontrole e a ineficiência de gestão e a segunda pela necessidade de fechar as contas para cumprir alguma coisa do acordado com os credores, num quadro de superávits comerciais decrescentes.

De certo, projetamos um quadro de recessão até pelo menos o 2º trimestre de 88. Talvez um midipacote de freio de arrumação na ascensão inflacionária com objetivo de ganhar tempo. Afinal, com eleições diretas em novembro de 88, este prazo, na ótica usual do governo, tem que ser vencido.

A partir da metade do segundo trimestre de 88, começa a urticária eleitoral, que produzirá aquela vontade incontida de fazer obras e realizar programas. É possível que se confirmem as estatísticas: em todo semestre eleitoral a economia acelera. Só que agora as distorções posteriores poderão ser mais graves, na medida que a avaliação ocorrerá sobre uma economia desorganizada. Talvez neste momento, quanto mais próximo da eleição melhor, alguns gestos generosos sejam adotados em relação aos salários.

Encerradas as eleições, vêm as medidas de maior rigor para passar a casa menos desarrumada: maior austeridade no gasto público, ajustes cambiais, juros mais salgados, até que o governo eleito defina sua equipe econômica. Daí para frente será empurrar com a barriga até a transmissão do cargo.

O novo governo assume em março, sob a ótica da confiança, e como não é bobo adota as medidas mais duras inicialmente, de maneira a usufruir do período em que conta com apoio, já que será inexorável o desgaste dos nove meses.

Claro que concentrar medidas mais rigorosas neste momento conta com o empurrãozinho dado pela alocação de todas as responsabilidades ao governo anterior. Isto nos leva a pensar que, imaginando-se o melhor cenário de credibilidade e medidas acertadas, até quase o final de 1989, estaremos vivendo numa situação de restrições ao crescimento.

Esperamos com fé, esperança e caridade, que no segundo semestre de 89 poderemos estar com a locomotiva ainda em baixa velocidade, mas em aceleração, e, o que é mais importante, vendo uma luz no fim do túnel.

Não introduzimos em nossas hipóteses o cenário parlamentarista. Isto ficará por conta dos pessimistas.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, queremos deixar registrado nossos

protestos pelas ofensas pessoais, feitas da tribuna desta Casa e pela imprensa, ao Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Sr. Jair Meneguelli e ao Presidente da Central Geral dos Trabalhadores, Sr. Joaquim dos Santos Andrade, como também aos parlamentares de esquerda.

Essas ofensas, Sr. Presidente, foram feitas de forma truculenta por Líderes do "Centrão" (Direitão).

Ofensas e ameaças nada levarão. Queira ou não queira a direita as centrais sindicais e o DIAP divulgarão para o conjunto dos trabalhadores brasileiros tudo o que aqui está acontecendo, voto por voto.

Como as posições e os interesses dos conservadores são publicados, de forma protecionista, pela grande imprensa, usando a mesma liberdade de imprensa as entidades sindicais publicarão os interesses da classe trabalhadora. E cada Constituinte que assuma, junto às bases, a responsabilidade política de cada um dos seus votos.

Sr. Presidente, a dignidade pessoal do Presidente da Central Única dos Trabalhadores e de sua família foi atingida. Jair Meneguelli tem uma história de luta pela classe trabalhadora, tendo sido agraciado recentemente com o título de cidadão Paulista pela Câmara Municipal de São Paulo.

Lula e Jair Meneguelli, Sr. Presidente, já fazem parte da História desse País, principalmente de uma classe operária que, a partir de 1978, se insurgiu contra o regime militar, enquanto muitos dos líderes do "Centrão" desfrutavam a moradia dos golpistas.

Não citarei nem o nome dos Líderes do "Centrão" que ofenderam os sindicalistas nem os palavrões que usaram, porque tanto os seus nomes como os termos não são dignos de entrar para este registro por estarem em nível abaixo do imaginável.

Sr. Presidente, todas as ofensas e ameaças a sindicalistas e parlamentares, nós as retribuímos aos seus autores, no mesmo tom, pois é isto que eles merecem.

Reiteramos nossa posição de não apostar no confronto e sim na negociação, na perspectiva de construir uma Constituição que efetivamente represente os interesses dos trabalhadores e do conjunto da sociedade.

Não faremos o jogo dos que apostam no retrocesso democrático e não admitiremos a desmoralização do trabalho sério e responsável até aqui desenvolvido.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um dos piores efeitos do Plano Cruzado I, que tantos votos levou para os candidatos governamentais em pleito do ano passado – é a situação de penúria em que se encontram milhares de lavradores, que tiveram os juros dos seus empréstimos agravados com o recrudescimento da inflação, a partir de janeiro deste ano.

Muitos deles, principalmente na região de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, hoje, cumprindo "prisão albergue", processados como "depositários infieis" pelos bancos credores, sem ter para quem apelar, pois, até agora, as autoridades financeiras não decretaram a conveniente moratória.

A situação se agravou a partir de julho último; com a entrada, no foro local, de oitocentas ações de cobrança de empréstimos tomados para custeio de implementos e máquinas agrícolas.

Quando se iniciou essa execução, os bens alienados não estavam mais em poder dos agricultores, ocorrendo quarenta prisões preventivas, inicialmente fechadas e depois transformadas em albergues, por superlotação da cadeia.

Os possíveis embargos suscitados pelos advogados apenas suspendem, por algum tempo, essa situação vexatória, que só pode ser dirimida com o pagamento da condenação.

Um desses lavradores, processado e falido, condenado a trinta dias de prisão, perdeu, em dois anos, duzentos hectares de terra, um caminhão, várias máquinas agrícolas e uma boa residência na cidade.

Outros trinta e nove agricultores de Cruz Alta estão sujeitos a fazer-lhe companhia no presídio, por terem confiado na administração financeira do Ministro Dilson Funaro, que deixou a Pasta da Fazenda quando viu a extensão da calamidade que se iniciara com a famigerada requisição forcada do boi magro, que o Governo vai pagar, agora, a preço de boi gordo, no Estado de São Paulo.

Se esses desapropriados de ontem se transformam em felizardos, recebendo o preço de boi gordo pela rês magra, com correção monetária e juros moratórios, os lavradores, vitimados pelo Plano Cruzado, não têm a mesma sorte.

Os bancos credores promoveram, somente naquela cidade, dois mil processos contra os devedores e como se trata de alienação fiduciária, são eles acionados como depositários infieis, sujeitos à prisão civil, o que não deixa de ser uma violência, resultante de iníqua legislação, tanto mais quando o responsável pelo agravamento inflacionário é o próprio Governo, com o seu apetite tributário e as taxações crescentes dos serviços públicos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em um muito bem lançado artigo publicado no jornal "O Liberal", respeitado diário de Belém em sua edição do dia 24 de outubro próximo passado, o colunista Adriano Bessa Ferreira tratou, com muita propriedade, do sempre presente assunto da internacionalização da Amazônia.

De vez em quando, algum lobista com trânsito internacional aventa uma nova idéia para que o Brasil seja obrigado a abrir mão, em favor de alguma potência estrangeira, de toda a Amazônia ou de parte dela. Há algum tempo (exatamente no mesmo ano da Revolução de 64), o famoso futurólogo americano, dessa vez falando em nome do Herman Kahn, do alto de sua gordura de quase duzentos quilos, teve a audácia de sugerir, como se a Amazônia fosse exatamente parte do quintal do Tio Sam, que essa região, que representa quase dois terços do território brasileiro, fosse transformada em um grande lago, através do represamento dos principais rios da região e, em seguida, internacionalizada. Apesar das boas intenções do gigantesco projeto, como a possibilidade de se aumentar **ad infinitum** a navegabilidade da região, ele não vingou, porque nunca se conseguiu entender, nem o próprio Kahn jamais explicou claramente, como se daria

o tão propalado "bem-estar universal", quem geriria o projeto e a quem ele beneficiaria.

Agora, Sr. Presidente, aparece um outro lobista não menos ousado, e também norte-americano, identificado apenas como advogado (não se sabe de quem), para jogar no ar outra sugestão sobre a Amazônia, como se, outra vez, essa região não tivesse dono. Através da revista "Exame", em seu número 386, de 30 de setembro próximo passado, o cidadão Richard Kopaken, o tal advogado, saiu-se com esta, quando a revista lhe perguntou como o Brasil poderia valer-se de seus préstimos de lobista internacional:

"Seria, por exemplo, usar a Amazônia, maior fonte de oxigênio do mundo, como instrumento de barganha na negociação da dívida externa. Um primeiro passo seria convencer os grupos conservacionistas dos países credores a comprarem créditos brasileiros, trocando-os posteriormente por pedaços da Amazônia!"

Ficamos sem entender, Srs. Constituintes, como ficou o articulista de "O Liberal", como é que uma revista com a responsabilidade da "Exame" é capaz de veicular uma monstruosidade dessas, sem dar a devida resposta ao afeto lobista norte-americano. É por causa de atitudes como essa, de absoluto desinteresse criminoso, como o da revista Exame, que a sanha internacional em cima da Amazônia vai crescendo cada vez mais, até que, das palavras, as potências interessadas passem à ação em si.

A dívida externa brasileira, já se cansou de falar e de expor, já está paga por si mesma. E, o que é mais grave, ninguém respondeu às acusações levantadas pela CUT, através de um de seus diretores, o Sr. Paulo Schilling, que lá mesmo em Belém declarou, em conferência pública, que há dados e documentos para provar que parte dessa miseranda dívida está depositada em bancos suíços, nas contas secretas de alguns maus brasileiros. Como é que vem agora um Sr. Kopaken propor, com o maior cinismo, que grupos conservacionistas internacionais comprem a Amazônia e depois a troquem por pedaços por parte de nossa dívida externa? Ou, então, comprem a nossa dívida e depois a troquem aos poucos por pedaços da Amazônia?

Era o que tinha para dizer.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, falo sobre a dívida externa brasileira e parte de sua história. Quem acompanha o problema da dívida externa brasileira poderá ter certeza de que durante muitas gerações os brasileiros terão de conviver com este angustiante problema.

Todos os nossos antepassados viveram este drama D. João VI, o Príncipe Regente que fugiu de Portugal com receio das tropas de Napoleão e da Espanha, passou a maior parte do tempo em que esteve no Brasil acumulando baús com o ouro recebido como imposto pago à Coroa. Quando a guerra napoleônica terminou na Europa, D. João voltou, com toda a corte, e não se esqueceu de levar esses baús. Assim, quando o Brasil se tornou independente, por obra e graça do seu filho, o Príncipe, e futuro Imperador, D.

Pedro I, já estávamos endividados. Portugal somente reconheceu a independência brasileira depois que D. Pedro I aceitou arcar com os custos e a amortização de um empréstimo contraído pela coroa portuguesa junto aos ingleses justamente para financiar as tropas do General Madeira, português, que até o ano de 1883 resistiram na Bahia. Os brasileiros lutavam sob o comando do Almirante inglês Cochrane, e os banqueiros faturavam os juros do outro lado, com os portugueses. Durante a Monarquia, o Brasil contratou 18 empréstimos, a maioria junto a bancos ingleses e franceses.

Rui Barbosa, primeiro Ministro da Fazenda, depois da Proclamação da República, assumiu afirmando que o "Império era o déficit" e que seu lema seria "fugir dos empréstimos externos". O Visconde de Ouro Preto, Primeiro Ministro do Governo Imperial (D. Pedro II) deposto, justificou a dívida com o esforço de guerra que o Brasil precisou fazer contra o Paraguai. O esforço militar teria consumido 67% desta dívida; os restantes 33% foram aplicados na construção da rodovia Rio - Juiz de Fora, no combate às endemias, nas obras de saneamento e ainda na ajuda aos flagelados da seca do Nordeste, que, entre 1877 e 1879, matou mais de 200 mil pessoas, o dobro das baixas da Guerra do Paraguai.

No final do século XIX assumiu Campos Sales a presidência, com uma proposta de moralização das contas públicas e, através de seu Ministro da Fazenda Joaquim Murtinho, renegociou a dívida, consolidando todos os empréstimos existentes em um só, reduziu as despesas e criou novos impostos. Com a casa limpa, Rodrigues Alves sucedeu a Sales e fez um excelente governo, empreendedor e correto na administração do dinheiro público: ampliou o porto do Rio de Janeiro, construiu o de Recife, fez obras de saneamento (o célebre combate à febre amarela), instalou o embrião da indústria da construção naval e ainda saiu deixando um bom saldo de caixa para seu sucessor.

A alegria não durou muito. Já com Afonso Pena o País voltava a fazer empréstimos externos e as críticas acusaram o Presidente de "inflacionismo", em virtude da alta de preços. Pena não concluiu seu mandato. Em seu lugar assumiu o Vice-Presidente Nilo Peçanha. O Marechal Hermes da Fonseca, que veio a seguir, deixou também uma herança amarga de sua gestão: fez um empréstimo de 2,5 bilhões de libras e colocou a maior parte dos recursos em um banco de Paris inteiramente desconhecido e que se chamava "The Russian Comercial Bank". O banco faliu antes da revolução russa de 1917, naufragando com os depósitos brasileiros. Em 1914 o Brasil teve de renegociar a sua dívida externa, dando como garantia a renda da Alfândega do Rio de Janeiro. Com exceção de Arthur Bernardes, os governos posteriores mantiveram mais ou menos a mesma linha, geralmente controlando empréstimos externos para sustentar o preço do café no mercado internacional, haja vista a superprodução, e o seu preço nunca mais deixou de cair.

Porém veio o trágico governo de Washington Luiz, destronado pela revolução de 1930. Washington Luiz aumentou a dívida externa barbaramente, contatando mais de um terço de todos os empréstimos que haviam sido tomados no período republicano e aplicando 20% deste mon-

tante na revalorização dos preços externos do café. O Brasil precisava libertar-se desta dependência cafeeira, e fez a revolução liderada por Getúlio Vargas. Como toda "boa revolução", pediu várias moratórias aos credores. Foi a II Guerra Mundial que tirou, de certa forma, o Brasil do buraco. Sem poder importar dos países ricos, todos comprometidos em esforço de guerra, o Brasil só fez exportar na época, acumulando bons saldos no exterior. O País orgulha-se de nunca ter dado calote em ninguém, ao contrário das nações desenvolvidas. Os Estados Unidos, por exemplo, se recusaram a pagar o que deviam à Inglaterra depois da sua independência. A União Soviética tem ainda dívidas pendentes desde a época da sua revolução. A China deu calote generalizado quando Mao Tsé-Tung assumiu o poder em 1949.

O Brasil, se não deu calote, levou um bem grande dos ingleses. Escorada pelos aliados americanos, e sob o pretexto do esforço de guerra contra a Alemanha e o Japão, a Inglaterra se recusou a pagar o saldo que o Brasil acumulou de 1939 a 1945 no país.

Depois da guerra, o Brasil mudou também de banqueiro, deixando os ingleses e franceses de lado para obter recursos nos órgãos oficiais de crédito americanos. Em 1956, de uma dívida total de US\$ 2 bilhões (dos quais 650 milhões de dólares foram efetivamente pagos), os americanos entravam com US\$ 1,2 bilhão.

No governo de Juscelino Kubitschek não deu para fazer a dívida crescer com os americanos por causa do boicote do Fundo Monetário Internacional, que na ocasião criticava muito a falta de combate efetivo à inflação no Brasil.

Enquanto as portas do FMI estiveram fechadas, JK teve de socorrer-se junto a banqueiros alemães, franceses e ingleses, que não entraram com muito, mas permitiram ao País pelo menos instalar as suas indústrias de automóveis e de construção naval. No final de seu governo, por interferência do presidente americano Dwight Eisenhower, o FMI fez as pazes com o Brasil.

Jânio Quadros e João Goulart herdaram situações financeiras explosivas. Goulart teve de passar uma boa parte do seu tempo negociando a dívida com os americanos e com o Clube de Paris. Os negociadores foram Walther Moreira Salles e Roberto Campos. A dívida externa, em 1963, atingia US\$ 3.118 bilhões, e o governo de Jango decidiu reescaloná-la de qualquer maneira, de forma negociada ou não. A receita total de exportação do Brasil, na época, não passava de US\$ 1,3 bilhão anualmente, e o café entrava ainda com cerca de 40%. O Presidente estimava que o Brasil pudesse pagar pela dívida o correspondente a 15% do total a cada ano.

Hoje devemos quase cento e vinte bilhões de dólares ao mundo, dívidas estas contraídas, nos últimos 22 anos, nos regimes militares e de exceção. Quando a Revolução de 64 se instalou no País não devíamos três e meio bilhões de dólares. Como explicar, e onde foi aplicada, esta torrente de divisas fortes? Nossa economia cresceu, nossas comunicações melhoraram, mas não podemos esquecer que Juscelino Kubitschek cumpriu suas metas de fazer o Brasil crescer 50 anos em 5 integralmente, e não precisou aumentar as nossas dívidas: ele criou quase tudo que existe hoje no Brasil, destacando-se a nova Capital, indústria

automobilística, indústria aeronáutica, indústria naval, ampliação do parque siderúrgico, enfim, soube administrar, com recursos praticamente contados, um Brasil que orgulhava seus filhos de serem brasileiros.

Ao Presidente Sarney está cabendo administrar sem recursos, sem crédito e, acima de tudo, sendo governo de transição da ditadura militar para a democracia plena que esperamos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a atividade pecuária destinada à produção de leite, um dos principais alimentos para a formação de homens e mulheres fortes e sadios, deve merecer sempre especial atenção dos nossos governantes.

Esta importante atividade, porém, está ameaçada porque sofre crises cíclicas, ora pela importação do produto, ora por falta de preços, mas principalmente pela ausência de uma política estável do Governo Federal, de médio e longo prazo, na qual o produtor possa confiar.

Vejamos o exemplo deste ano. A política de preços tem sido correta, demonstrando que o Governo pretende recuperar os preços reais. Tal medida tem sido muito importante para recuperar a confiabilidade dos produtores. A produção não tem diminuído e já começa a aumentar significativamente em todos os Estados, sobretudo nos de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Piauí e Goiás. Dentro de alguns dias os excedentes de safra estarão sendo formados, pois os mercados de derivados estão recessivos em razão do limite de renda do consumidor.

Portanto, qual não foi a surpresa da classe produtora com a notícia de que o Governo não pretende efetuar compras de leite em pó desnatado, de fabricação nacional, por não ter recursos e devido aos estoques existentes de origem estrangeira.

Em razão disto, Paulo Washington Bittencourt Porto, Presidente da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios, enviou telex ao Sr. Presidente da República pleiteando uma mudança na intenção do Governo, para que compre o leite em pó nacional. Pois, se o Governo não intervier, comprando e financiando parte dos excedentes do leite, as indústrias, descapitalizadas, deixarão a produção com os produtores, o que poderá significar desestímulo, não obstante a política satisfatória de preços.

No entender do Presidente da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios, a política que o setor reclama não é só a de preços: esta se complementa com a de compra e financiamento de produtos lácteos, pelo Governo, no momento da safra. Somente assim poderá ser garantido ao produtor o preço constante da tabela da Sunab.

Hoje, os programas sociais estão utilizando leite em pó estrangeiro, e dentro de alguns dias o leite de produção nacional estará sendo destinado a animais ou sendo jogado fora, porque não haverá mercado. Logicamente, isto ocasionará o desestímulo do setor, porque ele não obterá recursos sequer para cobrir as despesas com o custo da produção.

Desta forma, o Governo, no próximo ano, importará não apenas as quantidades de 1986, que

foram as maiores da nossa história, mas muito mais. Colocando em risco uma atividade básica para o nosso desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos sabemos das dificuldades pelas quais passam os criadores de gado leiteiro no País. Esses abnegados trabalhadores muitas vezes labutam no vermelho, isto é, com prejuízos, para servir à população brasileira.

Esta situação não pode e não deve mais continuar. Por isso apelamos às autoridades governamentais a fim de que estabeleçam um plano estável e duradouro para a política láctea.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL - ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tomou posse hoje, no gabinete do Ministro Hugo Napoleão, o Professor Rômulo Augusto Peninha, como Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, em substituição ao Professor José Antonio Abi Zaid. Este registro se faz necessário pela importância de que se reveste a instituição cuja reitoria o Professor Rômulo Augusto Peninha assume, pelo trabalho empreendido pelo Reitor que S. S^a. substitui, Professor José Antonio Abi Zaid, e pelas características da hora presente, moldada pelas dificuldades e assolada de crise conjuntural.

Esta Assembléia Nacional Constituinte tem com a nação compromissos solenes que, pela sua essência, são de ordem estrutural e institucional, mas terão reflexos imediatos na esfera conjuntural, na medida em que criam novos mecanismos, esperanças, dão nova roupagem à educação e, por conseguinte, ao ensino superior no País.

A universidade brasileira está em crise, é verdade, e suas dificuldades se fundamentam em compromissos que as autoridades têm o dever de assumir. O que vemos, até agora, é a instituição universitária se debatendo para sobreviver, e, nesta luta, ela está perdendo as perspectivas de liderar o pensamento nacional. Sempre a reboque do fato econômico, da ciência e da tecnologia, ela se perde em reivindicações, ora salariais, ora de manutenção de seus serviços básicos, dando oportunidade ao surgimento de populismos servis, que não engrandecem a instituição, nem a impulsionam para suas verdadeiras funções.

Esta é a hora da universidade. É a hora em que o Brasil se encontra através da Assembléia Nacional Constituinte, com suas esperanças e verdades. A universidade está distante. É preciso que todos trabalhemos para torná-la vizinha e até confrontante com os anseios da Nação brasileira.

O Professor Rômulo Augusto Peninha toma posse no cargo de Reitor e dirigirá os destinos da Universidade Federal do Espírito Santo numa hora difícil, mas histórica. Como ex-reitor, voltando agora por desejo e aspiração de toda a comunidade universitária, ele tem uma importante contribuição a dar, não só à instituição que vai dirigir, como a toda a universidade brasileira.

Ele terá o apoio das comunidades docente, discente e administrativa da universidade, que, se o elegeram, numa escolha memorável, para sua reitoria, têm o dever de dar-lhe a mão, fazendo de sua administração um modelo para o Estado e para o País.

Cumprimentamos o Professor Rômulo Augusto Peninha, desejando-lhe sucesso, em nosso nome e no de todos os presentes no Plenário da

Assembléia Nacional Constituinte. Agradecemos também ao Professor José Antonio Abi Zaid pelo trabalho empreendido.

Era o que tínhamos a registrar.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL - PE Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acabamos de retomar do sertão pernambucano, onde constatamos a grande dificuldade que atravessa o povo, em face da precária assistência proporcionada pelo Programa de Emergência do Estado.

Há número insuficiente de alistados, falta material e equipamento de trabalho (carros-de-mão, pá, picaretas, foices, enxadacos etc.), o pagamento é um salário irrisório, de cerca de 1.500 cruzados, além de haver grande distorção, no que diz respeito à construção de obras sem interesse e, muitas vezes localizadas em propriedades particulares, de correligionários do PMDB. Outra grave denúncia é a manipulação política nas comissões municipais que cuidam da assistência às vítimas da seca e até mesmo discriminação na distribuição de água pelos caminhões-pipa, que freqüentemente só fazem entrega ao precioso líquido aos eleitores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Já foram detectadas manipulações políticas em 11, dos 118 Municípios em estado de emergência, em Pernambuco: Carnaíba, São José do Belmonte, Custódia, Petrolina, Águas Belas, Iati, Machados, Pombos, Sanharó e Santa Cruz do Capibaribe.

É absurda a existência destas distorções no Programa de Emergência de Pernambuco, pois, como o próprio nome diz, ele atende a uma situação crítica, de necessidade, de urgência, não devendo ter partido e nem grupo político.

Em face da apuração, já constatada, de irregularidades em onze comissões municipais, faz-se necessário o afastamento imediato das pessoas envolvidas e a correção das distorções, bem como a intensificação da fiscalização em todos os Municípios em estado de emergência, para evitar-se práticas tão condenáveis.

Tornam-se também imperiosas medidas urgentes para melhorar o atendimento, como sejam: aumento do número de alistados, distribuição de material e equipamento de trabalho, pagamento de melhor salário, aumento do número de caminhões-pipa proporcional às necessidades de abastecimento d'água e direcionamento do trabalho para obras definitivas, como estradas vicinais, açudes, barragens, poços amazonas etc.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, assistimos, horrorizados e impassíveis, durante toda a nossa História, a um processo de dizimação das comunidades indígenas neste País. Um quadro triste, que perdurou até há bem pouco tempo.

Desassistidos, doentes, nossos índios foram vítimas de um processo colonizador perverso e pervertido. O Governo brasileiro pouco fez para amenizar esta situação.

Atualmente, a Fundação Nacional do Índio tem dado mostras, na administração do Presidente Romero Jucá Filho, de que a questão indígena pode e deve ser tratada com respeito.

Respeito, no mínimo para que se assegurem as condições de melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas.

Acompanho a questão indígena com interesse pessoal. E vejo que o trabalho da Funai não tem sido em vão durante a atual administração.

O apoio e assistência ao índio estão sendo fomentados em níveis nunca antes vistos. A cultura indígena está sendo respeitada como esteio da cultura nacional. E as terras dos índios estão sendo demarcadas.

Este, Srs. Constituintes, é um trabalho sério. De uma seriedade que assegura 27 milhões de hectares de terras aos nossos índios. Desse total, somente nos dois últimos anos a Funai demarcou 15 milhões de hectares. É a maior prova de seriedade no trato da questão.

O Presidente da Funai, aliás, tem dado mostras de sua capacidade administrativa, ao assumir uma entidade falida moralmente e transformá-la num órgão respeitado em todo o governo, numa entidade respeitada interna e externamente.

O índio brasileiro, se ainda não está em uma situação ideal hoje, está muito melhor do que há quase dois anos, quando Romero Jucá assumiu a presidência da Funai. É impossível reverter um quadro de desdém secular em apenas dois anos de administração.

E, o que é mais importante, a Funai passou a abordar as questões polêmicas que ninguém antes havia tido a coragem de enfocar.

Assuntos como mineração em áreas indígenas, presença missionária junto aos índios e exploração de madeira nas terras dos silvícolas passaram a constar da pauta de assuntos da Fundação Nacional do Índio. Porque são assuntos reais. São fatos que aconteciam e ainda hoje acontecem à revelia do Governo brasileiro e da própria Funai, em prejuízo das comunidades indígenas.

Romero Jucá, Srs. Parlamentares, poderia ter optado pela mesma política que infelicitou a Funai durante anos, que prejudicou – muitas vezes irreparavelmente – as comunidades indígenas.

Mas não. O Presidente da Funai optou por não adotar uma política de avestruz Manteve a cabeça erguida e enfrentou as questões. Deu um tratamento sério aos assuntos polêmicos.

E isto, naturalmente, tem um ônus. O preço da seriedade, da correção na condução das questões e da coragem de enfrentar os assuntos polêmicos tem sido a tentativa de arranhar sua imagem como homem público através de uma insidiosa campanha desenvolvida por alguns veículos de comunicação.

Tudo isto, entretanto, tem um objetivo maior. Ao atacar o Presidente da Funai, estes segmentos atacam, na verdade, os próprios índios. Atacam os interesses das comunidades indígenas. E ferem profundamente todos os que vêm acompanhando o trabalho da Funai.

Por trás de tudo, porém, há sempre segundas intenções. Preparados que estão nossos Parlamentares para votar o capítulo dos índios, contratando os interesses de grupos que desejam o índio eternamente preso aos grilhões da pobreza, iniciou-se uma torpe campanha através da imprensa para desmoralizar a Fundação Nacional do Índio e seu Presidente.

O objetivo mais torpe desta ação embasada em interesses estrangeiros é muito claro: apostam na divisão do Brasil, na ruptura da integridade

territorial de nosso País. E para isto é o índio o instrumento mais fácil para ser utilizado.

A riqueza da terra, a madeira e o minério norteiam estas entidades. A cobiça internacional sobre as riquezas deste País é muito grande. Grande a ponto de quererem intervir no processo de elaboração de nossa Carta Magna e favorecer a divisão do Brasil.

Aqueles que se posicionam contra a política desenvolvida pelo Governo brasileiro em relação aos índios – uma política embasada no respeito mútuo e no apoio às comunidades indígenas em todos os níveis – se posicionam, na verdade, contra os interesses nacionais. E, fundamentalmente, se posicionam contra os nossos irmãos indios.

O destino de todos é progredir. É desenvolver-se. É seguir a senda do futuro.

Aqueles que tentam amarrar o índio sobre os trilhos da História, tentando impedir a marcha do trem do progresso, são verdadeiros genocidas. Porque a locomotiva do desenvolvimento não vai parar.

Querer jogar 220 mil índios contra 130 milhões de brasileiros é assinar uma sentença de extermínio generalizado contra as populações indígenas como um todo.

É esta nossa responsabilidade, Srs. Parlamentares: ou seremos capazes de elaborar uma legislação coerente com as necessidades de nossos índios e de nosso País, ou estaremos deliberadamente destruindo e aniquilando os últimos seres autóctones do mundo.

A SR^a BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, estamos às vésperas de 1988, ano de muito significado, não apenas para os negros, mas também para o conjunto da sociedade brasileira, tendo em vista que uma proposta de libertação dos povos de regimes pseudodemocráticos e opressores deve ser uma luta que afeta todas as raças.

Será o ano em que "comemoraremos" o "Centenário da Abolição". Mas as "comemorações" para o movimento negro não deverá ter caráter festivo. Este ano será marcado pelo questionamento, pela contestação e pela desmitificação da tese, tão propagada pelos governos brasileiros, da "democracia racial".

O momento é de reflexão e denúncia das desigualdades raciais, da verdadeira condição a que está relegado o negro em nosso País – cidadão de segunda classe – e da hipocrisia que pregoa a igualdade de oportunidades.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, minha presença nesta tribuna tem a finalidade de registrar nos Anais desta Casa a "Carta de Salvador", documento-síntese do I Encontro Nacional do Centenário da Abolição, que reuniu, na Capital baiana, entre os dias 27 e 30 de novembro passado, lideranças militantes e pensadores negros de todo o País.

Nesse encontro – primeiro, porque outros se seguirão – refletiu-se, enquanto comunidade negra, a crise política, econômica, social e cultural por que passa nosso País. Reafirmou-se também a disposição de luta do movimento negro para combater todas as formas de racismos – disfarçadas ou abertas – e a luta para conquistar espaços políticos, reforçando-se a aliança com outros

movimentos sociais, com o objetivo de reverter o caráter dominante das elites brasileiras.

Solicito então, Sr. Presidente, a transcrição, na íntegra, da "Carta de Salvador", como parte do meu discurso.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA

I Encontro Nacional do Centenário da Abolição "Brasil: crise e soluções"

CARTA DE SALVADOR

No momento em que a sociedade brasileira parece submergir na mais profunda das suas crises, lideranças, militantes e pensadores negros reunidos entre 27 e 30 de novembro de 1987, às vésperas do Centenário da Abolição, na Capital da negritude brasileira, decidem, por intermédio desta carta, falar aos corações e mentes de todos os brasileiros:

A crise econômico-financeira atual, caracterizada pelos persistentes fantasmas da dívida externa, do déficit público e da inflação.

A crise social, marcada pelo abandono perverso das nossas crianças e adolescentes, pela favelização crescente da nossa população urbana, pelo desemprego, pela concentração da renda e da propriedade fundiária, pela expropriação das últimas comunidades rurais de produtores livres – em especial os quilombos contemporâneos e as nações indígenas.

A crise cultural evidente na espetacular falência da educação e do Ensino na tautologia e mesmice dos nossos pensadores e cientistas, incapazes de pensar o Brasil com originalidade, no fortalecimento de preconceitos e estereótipos contra a mulher – em especial a negra e a nordestina – e, sobretudo, numa espécie de "naturalização" da violência que nos faz calar mesmo diante das suas expressões mais contundentes, inimagináveis para nossos avós.

A crise política, assinalada pela incapacidade de nossa **classe política** em completar a transição democrática, frustrando perigosamente a confiança nela depositada pela nação, bem como pelo desgaste e a desmoralização das fórmulas político-ideológicas em disputa não escapando deste diagnóstico nem mesmo as fórmulas generosas, sinceramente a favor das classes populares.

Tudo isso são para nós, em suma, variantes da mesma crise geral e profunda por que passa a civilização brasileira: ao que tudo indica o Brasil vai entrar no século XXI sem dar certo. Qual é, pois, a raiz da crise brasileira? O divórcio entre o Estado, monopólio das elites econômico-sociais, políticas e intelectuais – e a Nação, ou sociedade, dinâmica, heterogênea, multiracial e pluricultural. As elites têm no Brasil uma só cara: branca, rica, universitária e egoísta; a Nação tem várias.

Acreditamos, os participantes deste I Encontro Nacional do Centenário da Abolição, que a originalidade consiste precisamente em estarmos reunidos para discutir o Brasil, sua crise e soluções. Significa isto, na prática, que nos assumimos como força hegemônica da Nação, ou sociedade

brasileira. Percorremos um longo caminho, mas chegaremos a responsabilidade de achar as saídas é nossa.

Quer isto dizer, em primeiro lugar, que após admitir a incapacidade de os atuais protagonistas resolverem o drama brasileiro, e após também compreender que o racismo, em suas múltiplas formas – disfarçadas ou abertas – é um instrumento básico de dominação do Estado sobre a Nação – quer isto dizer que para nós a solução da crise brasileira passa pelo combate ao racismo e depende de nós, os que organizadamente, e pelo menos há 50 anos, o combatemos.

Em que pesem nossas muitas divergências é o que concluímos no I Encontro Nacional, Brasil: Crise e Soluções. Não viemos à Capital da negritude brasileira para festejar a Abolição – muito embora a festa seja uma mediação essencial do negro com o mundo; e embora também compreendamos o processo da Abolição como conquista social, para o qual, primeiro que todos, contribuiu o negro com sua formidável capacidade de organização de luta.

Zumbi foi na verdade o autor da Abolição.

Reunidos em Salvador, entre 27 e 30 de novembro de 1987, às vésperas do Centenário da Abolição, o que fizemos foi refletir, **como negros**, sobre o país que, contra a opinião das elites, é nosso em primeiro lugar. A liberdade e a autonomia deste I Encontro – é porque outros, estaduais, regionais e nacionais se seguirão – foram preservados integralmente, não obstante os apoios oficiais imprescindíveis à sua realização; liberdade e autonomia que são, de resto, sinais do avanço dos movimentos negros.

Em decorrência do nível superior a que supomos terem chegado as lideranças e pensadores negros brasileiros.

Recomendamos a todos os que desejam caminhar conosco:

1º – Redobrarem esforços pela libertação final da Namíbia e da África do Sul;

2º – Prosseguirem na luta pela conquista dos espaços políticos formais, como sejam os currais partidários e o jogo eleitoral, não permitindo, sob qualquer hipótese, a diluição da questão racial – entendida como aspecto essencial da crise brasileira;

3º – Reforçarem as alianças com os demais movimentos sociais, particularmente os que representem forças vivas da sociedade brasileira e, como nós, se achem empenhados em reverter a dominação das elites.

Salvador, 29 de novembro de 1987.

292º Aniversário da Morte de Zumbi dos Palmares.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, solicito registro nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte da Carta aberta encaminhada ao Exmº. Sr. Presidente da República, Dr. José Sarney, pela Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente, pedindo a criação e implantação imediata e efetiva do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, no Estado de Mato Grosso.

Trata-se de justa reivindicação, que tem todo o nosso apoio pessoal, da bancada federal de Mato Grosso e também da bancada dos defen-

sores do Meio Ambiente na Assembléia Nacional Constituinte, e que, tenho certeza, será atendida pelo Chefe do Executivo brasileiro.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

"Como cidadão consciente dos graves problemas ambientais que todo o planeta enfrenta atualmente, venho por meio desta solicitar a criação e implantação imediata e efetiva do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães – Mato Grosso, área preciosa sob todos os pontos de vista e principalmente por ser uma das regiões onde nascem muitos, dos rios formadores do Pantanal Matogrossense.

Acredito que a comunidade tem o direito de escolher suas próprias reservas e o Governo o dever de respeitar essas escolhas. Agindo assim, todos participamos da ofensiva contra a destruição do meio-ambiente e da diminuição da qualidade de nossas vidas e das que estão por vir".

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PMDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. e Srs Deputados, os Municípios mato-grossenses de Porto Espíridião, Peixoto de Azevedo, Paraná, Indiavaí, Figueirópolis d'Oeste, Nova Olímpia, Marcelândia, Reserva do Cabaçal, Comodoro, Guarantã do Norte, Araputanga, Rio Branco, Jauru e Vila Bela da Santíssima Trindade, recentemente criados, inconformados com a recente decisão do Tribunal de Contas da União, que estabeleceu coeficientes iniciais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), reduzindo a cota antes atribuída aos Municípios matrizes, estão a reivindicar, junto ao Supremo Tribunal Federal, a revisão dos critérios adotados na distribuição dessas cotas, tendo em vista os graves prejuízos que a medida lhes está ocasionando.

Como se sabe, alterando os anexos III e V de que trata a Resolução 227/86, relativa à atual composição dos coeficientes destinados aos Municípios de alguns Estados, inclusive o de Mato Grosso, o TCU houve por bem obedecer ao critério da proporcionalidade demográfica, baseando-se, para tanto, nos dados populacionais do último censo nacional, ocorrido em 1980, com estimativas projetadas para 1985.

As projeções em tela não correspondem, porém, à realidade demográfica de hoje, porquanto o aumento populacional do Estado não se restringe a um crescimento simplesmente vegetativo. É preciso levar em conta, a esse respeito, a corrente migratória, produzida pela abertura de novas fronteiras agrícolas, além de outros fatores, que deram a Mato Grosso o maior índice de crescimento populacional do País.

Se é verdade, como foi dito, que o TCU deve ater-se aos dados proporcionados pelo IBGE, é igualmente certo que esses dados, pelo menos no que se refere aos Municípios mencionados, podem ser contestados, pela simples comparação entre o número oficial de eleitores cadastrados, em 1986, e a população estimada pela referida Fundação.

Para mencionar, apenas, dois fatos concretos, ressalto que os Municípios de Peixoto de Azevedo e Guarantã do Norte, com 7.601 e 6.421 habitantes, segundo as projeções do IBGE, possuem, respectivamente, 11.134 e 8.385 eleitores registrados.

Com base nesses fatos, consideram os Municípios em questão que os dados populacionais fornecidos pelo Instituto não podem prevalecer para fixação das cotas das comarcas instaladas em 31 de dezembro último, já que o próprio contingente eleitoral dessas comarcas é superior ao número de habitantes indicado pelo IBGE.

Vale destacar ainda que, segundo a legislação específica, a distribuição da parcela do Fundo deve obedecer a um coeficiente individual de participação, de acordo com a população municipal, mas esse coeficiente não pode ser inferior ao mínimo de 0,6, correspondente a 10.188 habitantes ou menos. Acontece, Sr. Presidente, que nos Municípios citados, consoante documentação comprobatória já encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, o TCU ou estabeleceu coeficientes inferiores ao mínimo legal, ou reduziu drasticamente os índices anteriormente autorizados, com sérios prejuízos financeiros para as respectivas Prefeituras.

Parce inequívoco que aos novos Municípios, bem como àqueles que tiveram seu território desmembrado, assiste o direito de serem contemplados, no âmbito do Fundo de Participação dos Municípios, com as cotas estabelecidas em lei, respeitado o coeficiente mínimo de 0,6, limite que o TCU inquestionavelmente agrediu, ferindo direito líquido e certo de tantas comarcas.

Com esse convencimento, as Prefeituras mencionadas estão reivindicando junto à Suprema Corte do País a revisão dos critérios adotados e, consequentemente, a ampliação dos coeficientes a que fazem jus, esperando que o Supremo Tribunal, pelo exame criterioso da matéria, venha a corrigir as imperfeições e incongruências da decisão que, limitando o papel daquelas administrações na promoção do desenvolvimento, restringe a sua atuação em benefício das populações locais e compromete a construção de seu futuro.

Na esteira desse pensamento, desejo hipotecar a mais irrestrita solidariedade ao justo e oportuno pleito dos Governos municipais indicados, por entender que o mesmo representa uma nova dimensão na política de engrandecimento da instituição comunitária, e muito contribuirá para o seu fortalecimento no cenário da vida estadual.

O SR. SOTERO CUNHA (PDC – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, persistiu por muito tempo o impasse criado em torno da duração do mandato do Presidente Sarney. Felizmente, prevaleceu a decisão que mais se harmoniza com a vontade do povo brasileiro: o mandato de quatro anos. Essa realidade já vinha sendo sentida, antes mesmo que os fatos fossem consumados.

Embora o assunto não esteja definitivamente equacionado, uma vez que a decisão final caberá ao Plenário da Constituinte, há de considerar-se que a tendência dos nobres Pares é acolher a decisão da Comissão de Sistematização.

Estamos convictos de que a decisão tomada no último dia 15 reflete um sufrágio conscientioso, que está em plena harmonia com o pensamento mais sensível de todos os segmentos sócio-políticos de nossa sociedade.

Era inadiável esta acomodação.

Se apresenta mais do que lógica a necessidade que se faz de um ajustamento de opiniões, porque esta posição, aliás corajosa, vem de encontro ao

anseio popular, dirimindo, ao mesmo tempo, uma situação existente de conflito. Isso servirá para serenar os ânimos de toda a população, inconformada com a situação atual.

A própria sobrevivência do sistema requer uma melhor esperança, em troca dos dias tumultuados, embalados muitas vezes pelo calor do sentimento partidário e não raras vezes por interesses particulares.

É preciso reconhecer que estabelecer quatro anos para o mandato do Presidente Sarney foi uma decisão acertada. Estamos convencidos de que esta foi e será a decisão mais sábia.

Estamos certos de que esta posição vem, pelo menos, acalentar um pouco os anseios, desarmar os ânimos e nunca recrudecê-los, além de fomentar prometedora expectativa e encher muitos corações, com melhores esperanças.

A liberdade não deve ser conquistada pelo direito da força, mas pela força do direito, pois ela se constitui numa das coisas mais preciosas: indescartável e inegociável. Se o homem deve permanecer nos ditames, orientado pelo princípio de defesa do Estado, deve também ser senhor de suas resoluções.

Se hoje conseguimos harmonizar uma decisão com a vontade do povo, representado neste Plenário, deveremos antes de tudo nos ajustar quanto ao domínio de nossas posições e auto-controle, concorrendo, assim, para um maior bem-estar da população brasileira. Isso, uma vez que a nossa posição e a nossa decisão, bem como as nossas ações de um modo geral, influenciam fazendo e desfazendo os nossos direitos.

Aquele que tem o poder democrático nas mãos para governar deve fazê-lo através de leis promulgadas.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os advogados paulistas há muito tempo vêm alertando as autoridades para a necessidade do pagamento das dívidas das entidades de Direito Público, com a devida atualização monetária, até o dia do efetivo depósito correspondente.

Essa situação de não-pagamento integral das indenizações a que as entidades de Direito Público são condenadas pelo Poder Judiciário – não é um privilégio do Estado de São Paulo, onde se supõe encontrar-se o maior volume de condenações judiciais existentes, mas, sim, de todo o Brasil, pelo que notícia a imprensa.

O problema é urgente e grave, pois atinge inúmeros credores da Fazenda Pública, e, dentre eles, muito especialmente, os desapropriados, que, só no Estado de São Paulo, somam mais de 160 mil pessoas aguardando o pagamento de indenizações, a fim de que possam recuperar suas moradias, expropriadas pelo Poder Público.

O não-pagamento das indenizações com correção monetária, como, infelizmente, vem ocorrendo na prática, mesmo após a condenação das entidades de Direito Público pelo Judiciário, através de processo regular, além de criar um odioso problema social, permite a eternização dos respectivos processos.

Como lamentavelmente ocorre, esse drama pungente atinge, preferencialmente, as pessoas mais pobres da população brasileira, exatamente

as mais carentes, as mais necessitadas, que, após as desapropriações de seus imóveis e sem o justo recebimento a que têm direito, não possuem condições de substituir sua moradia por outra digna de habitação.

A consequência social desse descumprimento das decisões judiciais é um terrível problema social em que grande parte dos expropriados e suas famílias estão onerados com o pagamento de aluguel em casas simples ou até morando como favelados, em face da precária situação que lhes foi imposta pelo Poder Público.

É preciso um basta. É preciso um fim para essa lamentável situação em que se encontram atualmente milhares de credores de entidades de Direito Público, não somente para que se possa reparar a injustiça de que estão sendo vítimas, mas, sobretudo, para salvaguardar a estabilidade do regime de Direito.

Se só em São Paulo mais de 160 mil aguardam o pagamento de indenizações por parte de entidades do Poder Público, a Justiça do Estado, por outro lado, encontra-se saturada de processos em face do não-cumprimento integral dos pagamentos das indenizações, existindo em tramitação no Estado cerca de 40 mil processos.

Como se vê, tal situação, além de injusta e de provocar um drama social para cada desapropriação, acarreta igualmente uma sobrecarga ao Poder Judiciário pelo imenso volume de processos, atravancando ainda mais o sistema judiciário, impedindo a prestação jurisdicional rápida e célebre, além de se eternizarem mais processos nas prateleiras, aguardando uma solução que possa pôr fim a essa pendência.

Esse atravancamento da Justiça por excesso de processos dessa natureza compromete, em termos de economia processual apregoada pelo nosso Código de Processo Civil, é uma lástima, pois referido volume de processos exige do Poder Judiciário uma estrutura gigantesca e acaba consequentemente comprometendo o andamento de outros tantos processos que também necessitam dessa mesma estrutura judiciária para obtenção de decisões e soluções definitivas.

Ademais, Sr. Presidente, ocorre algo desabonador e comprometedor para o Poder Judiciário, pois, a persistir essa situação que parece insolúvel, o Judiciário passa a ser desacreditado pela opinião pública – o que é péssimo, em face da quase doentia fragilidade das instituições neste País – visto que, após longos anos de reivindicações por parte dos credores das entidades de Direito Público, os seus direitos não são atendidos, apesar de obterem na Justiça sentenças favoráveis e devidamente transitadas em julgado.

No que concerne ao Poder Executivo, as repercussões lamentavelmente são as mesmas, vez que o Poder Público tem de manter enorme estrutura para dar acompanhamento ao infundável número de ações existentes.

As Fazendas Públicas têm de manter os seus procuradores constantemente voltados aos problemas dos processos indenizatórios, que por mero dever de ofício procuram promover o adiamento de decisões judiciais, utilizando-se, quando lhes convém, até do entulho autoritário deixado como legado pelo regime anterior à Nova República.

O que não deixa igualmente de ser grave – já que se trata de dinheiro do povo – é que

as entidades de Direito Público são condenadas a pagar, entre juros compensatórios e moratórios, a taxa de 18 por cento ao ano, e, com o não-pagamento integral devidamente corrigido, o ônus aos cofres públicos torna-se bastante acentuado em virtude do volume da dívida.

Vê-se, portanto, que a situação não interessa e não convém para nenhuma das partes envolvidas, pois, como é fácil de se verificar, além do desgaste que vem ocorrendo entre credores, Executivo e Judiciário, tendo em vista os infundáveis recursos interpostos pelas partes interessadas, há a sangria das verbas públicas.

Assim, com o adiamento por parte das Fazendas em saldar definitivamente os seus débitos, o montante da dívida cresce a cada mês, em vista do regime inflacionário que vivemos, havendo ainda a incidência dos juros retromencionados, por vezes maiores que os do mercado financeiro, o que, obviamente, onera cada vez mais o já combatido Erário Público.

São essas as razões, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que nos levaram a apresentar uma emenda ao art. 122, do Projeto de Constituição elaborado pela digna Comissão de Sistematização, cujo teor é o seguinte:

"a) O art. 122, mantido seu **caput**, passa a ser redigido da seguinte forma:

"Art. 122.....

§ 1º É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos seus débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados os seus valores pelo tribunal que lhes deu origem. O pagamento far-se-á obrigatoriamente até o final do exercício seguinte.

§ 2º Os débitos referidos no parágrafo anterior deverão ser pagos pelas entidades devedoras com atualização até o dia do efetivo depósito.

§ 3º As doações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição indicada pelo Tribunal que determinar o cumprimento da decisão exequenda, ordenar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento de credor preterido na ordem cronológica, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito".

Por outro lado, não poderia deixar de apresentar as alterações que foram introduzidas aos arts. 41 e 42, as quais se destinam exclusivamente à compatibilização desses artigos com a modificação alvitrada na disposição principal, estando assim elaboradas:

"b) a letra a do item V do art. 41 passa a ser assim redigida:

Art.41.....

V –

a) suspender o pagamento de suas dívidas por mais de dois anos consecutivos".

c) o item I do art. 42 passa a ser assim redigido:

I – deixar de pagar suas dívidas por dois anos consecutivos".

São essas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as medidas que entendemos poderão solucionar

de vez a questão. De igual maneira pensam os advogados paulistas ligados diretamente ao problema das entidades de Direitos Públicos.

Não são somente os advogados que julgam necessárias as alterações à Assembléa Nacional Constituinte. O excelsa Supremo Tribunal Federal, ao examinar a Representação de Inconstitucionalidade de nº 1.238-7, requerida pelo douto Procurador-Geral da República, a pedido do Governo do Estado de São Paulo, e, igualmente, ao pronunciar-se sobre o Recurso Extraordinário de nº 103.684-2, também de São Paulo, proferiu valiosos conceitos e importantes definições, como por exemplo, ao salientar, no que concerne ao dispositivo regimental:

"Ou o determina a lei – e a norma prescreve o desnecessário; ou não o estabelece a lei – e não cabe ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça prevê-lo, porque estará extrapolando sua competência e invadindo a órbita do Poder Executivo, ao qual não dita normas (artigo 6º da Constituição Federal)".

O STF especificou que a própria Constituição Federal atual estabelece a abertura de créditos suplementares para atender à insuficiência de verba, uma vez que adiciona:

"Não se nega deva o Executivo providenciar a abertura dos créditos adicionais que se fizerem necessários ao pagamento complementar dos precatórios; nem que, quanto possível, o faça pelos valores atualizados."

Como o Executivo só se dispõe a suplementar verbas quando lhe convém – nunca para os débitos dos precatórios – saliente o elucidador Acordão da Suprema Corte do País:

"O mais deplorável será, contudo, o fato de o Governo continuar, por exemplo, a desapropriar terrenos, quando já sabe que não dispõe de recursos para solver os pagamentos respectivos."

Ainda em relação ao Recurso Extraordinário de nº 103.684-2, que balizou o entendimento final da Suprema Corte de Justiça, traz a emenda, destacando o Acordão como "a solução no quadro jurídico vigente", surgido no corpo do Arresto preciosas afirmações, como a que consta do tópico do parecer da dota Procuradoria Geral da República, parte integrante do Julgado, onde se pode ler:

"Assim posta a Questão, parece que só mesmo a alteração do quadro normativo em vigor – na esfera constitucional ou, talvez, no campo de atuação da lei ordinária – permitirá que se atenda às lídimes aspirações dos credores da Fazenda Pública em execuções judiciais, propiciando-lhes exigir, já então com o apoio no ordenamento jurídico, a atualização dos precatórios defasados em virtude exclusivamente do transcurso de prazos estabelecidos legalmente".

Aliás, ao comentar a possibilidade de atualização dos precatórios ainda sob a égide da atual Constituição e o problema da inflação em si, e a ela se referindo, assim se manifestou o sempre festejado e ilustrado Ministro Sidney Sanches:

"Esse fenômeno vem repercutindo também no cumprimento de execuções judiciais contra a Fazenda Pública, que passa anos, anos e anos, sem solver definitivamente seus débi-

tos, sujeitando-se a reiteradas atualizações, que, a rigor acabam transformando o pagamento em amortização a prestações.

Critério, que, ademais, obviamente, não foi desejado pela Constituição.

Por que não se adotar uma interpretação de textos constitucionais que evitem essa situação vexatória para a Justiça, injusta para os credores da Fazenda Pública e eticamente condenável?"

Assinala, mais adiante:

"Por que não adotar o mesmo critério para prever os reajustes dos débitos judicialmente declarados e a cuja satisfação está definitivamente condenada?

Afinal, ela não prevê a correção monetária de seus créditos, para incluí-los no orçamento?

Por que não adotar os mesmos índices, assim estimados, para seus débitos?"

O nobre Ministro Neri da Silveira, em voto apartado, proferido nos mesmos autos, observa:

"...no que concerne aos pagamentos das quantias devidas pela Fazenda Pública, em virtude de sentenças judiciais, assegurando ao credor da entidade pública o recebimento de seu crédito, força é reconhecer, entretanto, que, pela sistemática e limitações resultantes das normas referidas, trata-se de garantia que está a demandar aperfeiçoamento, em seu processo, no interesse da justiça, a amparar, mais eficaz e prontamente, os que são credores do Tesouro federal, estadual ou municipal."

Por tudo isso, afirma o eminentíssimo Ministro Aldir Passarinho, no mesmo julgamento:

"Em verdade, o ideal seria que o Executivo e o Legislativo elaborassem um orçamento com previsão tal que comportasse o pagamento dos precatórios."

Os julgamentos em tela referem-se ao espectro da atual Constituição. A hora é de transição. Nada impede, portanto, que se faça a justiça social tão esperada, com os devidos reparos e inovações, para que o Estado cumpra o seu dever.

Como lembra o combativo advogado paulista, José Mário Pimentel de Assis Moura, profissional preocupado com o bom desempenho da justiça e o atendimento do direito das partes, argumenta que se há preocupação do Constituinte em emendar o projeto no tocante à prévia e justa indenização segundo o causídico paulista – é chegado o momento de se inserir a obrigatoriedade de atualização do precatório à data do pagamento, bem como, atento à realidade de hoje, dotar o texto de redação que faça o Estado, efetivamente, cumprir o orçamento, depositando, na repartição competente, a verba orçada, para que o Judiciário efetue o pagamento, tirando do Executivo a administração da mesma verba.

Acreditamos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que a adoção dos princípios que esposamos, baseados na experiência profissional e em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e de vasta gama de advogados, solucionará de vez essa situação vexatória.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC - GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente,

Srs. Constituintes, muito antes do deplorável acidente com a cápsula de Césio-137, em Goiânia, adverti por diversas vezes o Governo da necessidade da suspensão do Programa Nuclear brasileiro e de levarmos a efeito um grande programa de preparação de pessoal e de pesquisas tendo em vista a necessidade de preparação do Brasil para maior capacitação técnico-científica capaz de nos conferir condições próprias de domínio do ciclo completo da tecnologia nuclear.

O Governo do Presidente José Sarney, que se tem revelado um governo de homens irresponsáveis e enganadores, ao invés de ouvir tantos apelos em favor da suspensão do Programa Nuclear, feitos por políticos, cientistas e pessoas responsáveis, preferiu, num golpe baixo, de natureza promocional, colocar nas manchetes que o Brasil já era uma potência atômica porque conseguira o domínio completo da tecnologia nuclear, para fabricação da bomba "A".

Não demorou muitos dias, a Nação estarracida tomava conhecimento do grave acidente radioativo de Goiânia, que fez quatro vítimas fatais e atingiu centenas de homens e mulheres, prejudicando o Estado de Goiás, com a perda de vidas e graves lesões em sua economia.

O acidente radioativo de Goiânia é fruto da falta de responsabilidade do Governo José Sarney, que continua insensível, sem se dispor a discutir com profundidade a necessidade da suspensão do Programa Nuclear e da melhor preparação de pessoal para o setor.

Não temos notícia, Sr. Presidente, de haver ocorrido, em qualquer parte do mundo, acidente radioativo da forma como ocorreu em Goiânia, pelo abandono de uma bomba de cobalto contendo 25 gramas de Césio-137.

Este fato comprova que não há qualquer cuidado com o material radioativo espalhado por todo o País, o que leva pânico a todas as cidades brasileiras que têm bombas de cobalto, usinas nucleares, outros aparelhos ou engenhos contendo material desse tipo.

Goiânia e Goiás estão pagando um preço muito alto em decorrência da falta de responsabilidade do Governo e, agora, pela ação daninha de atravessadores desonestos que promovem uma nefasta campanha contra os produtos goianos e contra os nossos pontos turísticos.

O povo tem sofrido muito com toda essa terrível situação, criada pela irresponsabilidade dos homens do Governo.

Temos, os goianos, pago um preço muito alto. Esperamos, no entanto, que não tenha sido em vão o nosso imenso sacrifício, a nossa imensa dor.

Para que de tudo isso possa resultar alguma coisa, será necessário que a Assembléia Nacional Constituinte, o Congresso Nacional e a opinião pública pressionem o Governo, particularmente o Ministério das Minas e Energia e a Comissão Nacional de Energia Nuclear, para que seja reorganizado o setor e criada uma nova mentalidade, na qual a atuação responsável seja a tônica.

O povo goiano, cercado da solidariedade da Nação, decidiu fazer do seu sofrimento uma bandeira de luta em favor da efetiva proteção à ecologia, isto é, proteção à vida do povo brasileiro.

Nesta hora de tamanha gravidade, o povo goiano, especialmente a população goianense, convoca a Nação para uma rápida e decisiva atuação

de pressão, através das tribunas parlamentares e dos meios de comunicação de todo o País, para obrigar os homens do Governo a atuarem com a responsabilidade requerida, não somente quanto ao setor de energia nuclear, mas em todos os setores da vida nacional, que estão completamente largados, como dejetos em enxurrada.

O povo goiano confia em mais essa ação de solidariedade do povo brasileiro. Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs.

Constituintes, a questão da moradia tem-se constituído em verdadeiro drama para a maioria dos brasileiros, que a cada dia vê desfazer-se o sonho da casa própria, ao mesmo tempo em que não encontra condições para pagar aluguel, ainda que para ocupar modesto imóvel em área da periferia de nossas grandes cidades ou até em localidades de médio porte.

A razão fundamental, Sr. Presidente, é a paralisação do setor imobiliário no País, consequência da falta de programas habitacionais e de financiamentos sob adequadas condições para a aquisição de unidade residencial.

As conhecidas distorções na administração do antigo Sistema Financeiro da Habitação e do BNH, que levaram a um déficit financeiro de duzentos bilhões de cruzados, pouco antes da extinção do órgão pelo atual Governo, certamente contribuíram para o paulatino agravamento da carência habitacional em nosso País, principalmente porque, nos últimos anos de sua existência, aquele Banco pautou suas operações no desvirtuamento de sua natureza social, ao financiar preferencialmente casas ou edifícios de alto luxo.

Nada, entretanto, se compara ao desasco dos atuais governantes, os quais fecharam o BNH, em vez de tão-somente eliminar as imperfeições e desvios de seu funcionamento, e ainda inviabilizaram as possibilidades de reativação da construção civil, ao dificultarem cada vez mais o acesso dos assalariados e da própria classe média ao financiamento imobiliário.

Os reflexos de um déficit habitacional superior a oito milhões de unidades acabam multiplicando-se através dos exorbitantes custos dos aluguéis, cujas condições contratuais nos dois últimos anos deixaram de seguir princípios da Lei do Inquilinato e até mesmo das selvagens leis de mercado vigentes no Brasil, para obedecerem a ilógicas e irrationais interferências do Governo.

Desde março de 1986, por exemplo, três decretos-leis regulamentadores, além de inúmeras declarações oficiais sobre o assunto, produziram verdadeira balbúrdia na sistemática de locação residencial no Brasil, penalizando brutalmente os locatários, mas também, em muitas situações, o proprietário do imóvel, com isso provocando um exacerbado conflito de interesses, onerosas e demoradas disputas judiciais, a instabilidade, o temor, o desassossego de uns e outros.

Em junho último, Sr. Presidente, quando o Governo intentou novo ilusório congelamento de preços, as ações de despesa já representavam motivo de desespero para dezenas de milhares de famílias, por todo este Brasil, e a inadimplência passou a ser desonrosa rotina para outros tantos milhares de inquilinos. Uma vez mais, o Governo da chamada Nova República desconheceu as

reais causas da conjuntura, deixando de adotar medidas realmente saneadoras, apenas suspendendo temporariamente a tramitação e a própria execução das referidas ações judiciais, como se isso resolvesse questão de caráter nitidamente estrutural.

Pois bem, vencido o prazo de noventa dias, quando se confirmou oficialmente o fracasso do Plano Bresser, pomposamente denominado "flexibilização dos preços," permanecem nítidas as ameaças de despejo, sobretudo porque os reajustes de aluguéis agora aplicados traduzem índices bastante superiores aos da correção nominal de salários de todos os níveis.

Por outro lado, há meses está-se anunciando a elaboração, pela Consultoria Geral da República, de anteprojeto de nova Lei do Inquilinato a ser encaminhado ao Congresso Nacional, documento que provocou, tão logo divulgado pela imprensa, controversas apreciações de especialistas e estudiosos do assunto.

Trata-se tão-somente de mais um engodo oficial, Sr. Presidente, não pelo fato de o Governo propor modificações na legislação específica em vigor, mas porque, ao abrigo do repetido anúncio de soluções por decreto ou lei, ele continua a omitir-se quanto às necessárias medidas para o efetivo enfrentamento da situação.

Não será com propostas de lei fundamentadas nos efeitos visíveis do problema, enquanto persistem as causas do aprofundamento do déficit habitacional, que se conseguirá normalizar a relação conflituosa entre locadores e locatários residenciais, muito menos evitar que a crise de moradia continue a ser um tormento para os brasileiros.

Uma solução real, consistente, pressupõe o imediato aquecimento da construção civil, mediante estímulos creditícios e fiscais às pessoas físicas e às empresas e facilitando-se o financiamento da casa própria aos segmentos de menor poder aquisitivo, exatamente os que mais sofrem com a incompetência e a falta de determinação do Governo Federal.

O SR. IVO LECH (PMDB - RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Constituintes, para um deputado de primeira legislatura, os recentes episódios, quando da votação da Emenda Roberto Cardoso Alves, abalaram profundamente o entendimento político em torno do valor da nossa geração para a eternidade da Pátria.

Nascemos para a política, tomando como paradigma as idéias libertárias de um Teotônio Vilela, pela incorporação de suas admiráveis lições ao nosso patrimônio cívico-moral, especialmente a maior delas, quando ele afirmava que a dívida social era prevalente sobre todas as demais contraídas pelo Brasil, e seu pagamento inadiável.

A dívida do Brasil com seu próprio povo – era a nossa bandeira. Hoje, essa bandeira foi arrida neste Plenário, como antes já o fora no Executivo, quando seus agentes se dispuseram à promoção do divisionismo, seja entre partidários do PMDB, seja na intimidade da Aliança Democrática, para cuja ineficácia trabalharam, no sentido de votarem ao esquecimento os compromissos com a Nação por ela assumidos.

Mais grave, ainda, o fato de todas essas práticas terem sido consumadas, no nosso caso, por aqueles que se elegeram sob o "Esperança e Mudan-

ça" um documento que o PMDB deu ao povo como fruto do Projeto Brasil – síntese do ideário de Teotônio Vilela, na sua patriótica visão democrática dos males sofridos pelo Brasil dos brasileiros, para os quais indicou como remédio definitivo a solidariedade social.

Não entendemos, pois a aliança aqui celebrada por nobres Constituintes do meu partido com Constituintes igualmente ilustres, mas de origem política diametralmente oposta àquela que nos deu vida e credibilidade.

Mais incompreensível ainda a posição de quem teve a felicidade de herdar diretamente a grandeza de Teotônio e, no entanto, deu as costas à herança paterna, ignorando seu sentido civilizador e assim se negando ao respeito que o Brasil vota à sua memória.

Aceitamos com muito maior compreensão o posicionamento político de um Roberto Cardoso Alves, que sempre negou Teotônio, situado que estava e está à direita do seu pensamento ideológico, ao ponto de hoje, com toda a franqueza, dizer-nos que não é da UDR, visto ser bem mais: ser a própria UDR.

Mas como aceitar que 42,5% da nossa Bancada, eleita sob o programa e a história do PMDB, uma vez garantidos os mandatos, se coloque à direita e sob o comando ideológico de quem nos afirma ser a própria UDR? Esta a verdade indiscutível: 42,5% da bancada de Constituintes do PMDB colocaram-se às ordens de Roberto Campos, Delfim Netto, Jarbas Passarinho, Amaral Netto e tantos outros egressos da Arena, mas que, presentemente, têm sobre esses 42,5% de dependentes de nossa bancada a vantagem cívico-moral de manter suas idéias e por elas lutar, até porque foi por elas e com elas que aqui chegaram.

Respeito-os. Mesmo não lhes batendo palmas e tendo-os como adversários, respeito-os.

Não tenho como respeitar aqueles que espertamente, por puro mas nefasto interesse eleitoreiro, fingiram, – simplesmente fingiram – a adoção da nossa filosofia política, e, apesar do passado que carregavam, o PMDB as recebeu como irmãos. Na atualidade, arrancando as máscaras, golpeiam fundo a unidade partidária, negam o programa que firmaram e profanam a história que o partido escreveu junto com o povo.

Cavalos de Tróia modernos, que recebemos na intimidade da nossa boa fé, esses adesistas agora revelados seguem sendo o que sempre foram: a defesa do capital em detrimento do trabalho, na prática de um capitalismo primário, do qual se alimentam e de cujos interesses pelo lucro a qualquer preço são os agentes mais ativos. Esses apenas aproveitaram-se eleitoralmente do PMDB; não são do PMDB. São eles mesmos e só decidem em causa própria, pela visão estreita dos interesses que representam, em tudo contrários ao que disseram ao povo, quando ao povo pediram a honra de representá-lo. As verdades que hoje defendem são as mentiras que ontem disseram ao povo.

Ouvimos entre companheiros do PMDB da tradição e do exemplo que não é mais possível essa convivência política, pelo que devemos nós, que a repudiamos, deixar o PMDB, buscando um reencontro com nossas origens ideológicas, reencontro que nos possibilite seguirmos fiéis aos compromissos. Permito-me discordar dos nobres colegas de representação partidária. Somos, no

PMDB, a maioria. Aqueles que se negaram ao povo representam muito, mas somente 42,5% da bancada. Temos fiéis ao nosso ideário de lutas a maioria de 57,5% dos eleitos. Este o verdadeiro PMDB, liderado por Ulysses Guimarães, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Ibsen Pinheiro, nos variados momentos de sua atuação partidária, a nível congressual, onde se retratam democraticamente seu corpo e seu espírito. Onde a maioria é contra esse ideário de lutas? Apenas no Acre, no Amazonas, no Pará, em Rondônia, no Rio Grande do Norte, em Sergipe, no Mato Grosso e em Goiás. Em 8 Estados somente. Assim mesmo, nesses 8 Estados, o PMDB real conta com 18 representantes leais, opositos a 46 que desertaram da fundamentação ideológica que os elegeu. No Ceará e aqui, no Distrito Federal, houve empate.

Insisto no percentual: 57,5% dos eleitos sob a legenda do PMDB não arredaram pé dos compromissos com o programa e com a história do partido, nem se negou ao povo, apesar de todas as pressões do colonialismo cultural, que sustenta o capitalismo selvagem, num presidencialismo sem estrutura social, que sofremos como derivação de duas décadas de autoritarismo tecnoburocrático, antes e agora incapaz de conceber e administrar uma ampla economia nacional de empresas populares, voltadas para nossas verdadeiras necessidades de desenvolvimento, para os reclamos internos da sociedade brasileira, uma economia de mercado subordinada aos nossos interesses e capaz de soberanamente entrosar-se com o complexo da economia internacional.

Temos lutado por dar à Constituição brasileira em preparo este sentido civilizador. O povo tem permanecido ao nosso lado, premido pelas suas angústias, esmagado pela concentração a bem dizer imoral da renda e da riqueza nacionais, que somente aproveita de fato, quando muito, 1% da nossa população.

Não há, portanto, por que desacreditar no PMDB que segue fiel aos compromissos do programa e da história do partido. Sigamos unidos e decididos. Aqueles que não comungam com o nosso ideário têm abertas as portas do PMDB para dele saírem, como as encontraram abertas para nele entrarem. Mas se quiserem reformular seus conceitos e se colocar efetivamente ao lado do povo, como disseram que estavam, ao pedir-lhe os votos, aqui estamos para o reencontro, cientes e conscientes de que nenhuma divergência constrói a Nação que o povo espera de nós, delegados da sua esperança. De qualquer forma, porém, somos o PMDB – temos programa e temos história. Não temos a veleidade de considerar nosso programa obra perfeita e intocável. Democraticamente, a negociação política será sempre a base para a evolução do nosso pensamento. Nunca, contudo, para o retrocesso.

A história do PMDB, esta sim, é irretocável. Haveremos de preservá-la sempre. Não se trata de um patrimônio pessoal ou grupal. É a própria história do povo brasileiro, na sua decisão pela democracia. Uma história de coragem e de fé, com muitos de seus capítulos escritos com o sangue daqueles tantos que preferiram morrer a negar-se ao povo. Para não falarmos nos torturados, falemos de Teotônio Vilela e falemos de Tancredo Neves. Do respeito que nos merecem e que sempre hão de receber do verdadeiro partido

que escolheram e dele fizeram a trincheira inconquistável de seus ideais de Pátria.

O SR. FERES NADER (PDT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a nova administração do INPS, que pontifica com a presença marcante do seu dedicadíssimo e competente Presidente, Dr. Antônio Timóteo, tem a felicidade de contar com o trabalho eficiente de um notável jurista e extraordinário homem público, Dr. Alexis Christus, que, à frente da Procuradoria Geral do INPS, tem demonstrado que em nossa Nação existem homens dotados de real capacidade e inteiramente voltados para os interesses do País, na humanização do seu trabalho e na atenção para com os segurados da Previdência.

Como homenagem ao ilustre jurista Dr. Alexis Christus Pontes Luz, transcrevemos o que a "Tribuna do Advogado" – OAB-RJ, de novembro de 1987, insere às fls. 14 e 15:

"Uma portaria, a de nº 37/87, do Procurador-Geral do INPS, Alexis Christus Pontes Luz, que delega competência aos Procuradores Regionais para autorizar acordos em juízo ou desistência recursal nos casos de decisão judicial em ações acidentárias, desde que convergentes os laudos médicos, é a primeira medida concreta tomada pela Procuradoria Geral do INPS para agilizar os procedimentos acidentados e resolver uma das mais graves situações da Justiça estadual.

Confessando-se frustrado por não ter resolvido até hoje a questão dos laudos periciais nas ações acidentárias – "tomei posse há três meses com um projeto para resolver o problema no dia seguinte" – Alexis Christus diz, no entanto que, "a curíssimo prazo as perícias voltarão a se realizar". Com esse objetivo, o Procurador-Geral tem mantido contatos com advogados, juízes e desembargadores para se chegar a uma solução.

Essa solução, que ainda não está completamente acertada, deve ser nos moldes da adotada em São Paulo, onde, em razão de um Provimento do Corregedor de Justiça, o INPS paga todos os laudos, quer positivos, quer negativos.

Os peritos são da confiança do juízo, fiscalizados pelo Judiciário, seus laudos são pagos – de acordo com a Tabela de Custas do TJ – por determinação judicial, logo após serem acostados aos autos mas com os peritos ficando vinculados ao processo até o final. Esse é o sistema adotado em São Paulo, que é um dos que estão em estudo para ser adotado no Rio. Não é o único, mas tem seus defensores – explica Christus.

Os Problemas

Com a edição de outubro da "Tribuna do Advogado" permanentemente em cima de sua mesa – "li com muita atenção a matéria sobre a questão acidentária" – Christus quer, entre outras coisas, mudar a imagem do INPS, por isso pede que todos comecem a prestar atenção no que é da competência do INPS, o que é do Inamps e o que pertence ao lapas. Cita o programa do comediante Agildo Ribeiro, onde o cidadão procura atendimento no INPS (quando é no Inamps) co-

mo exemplo da confusão e faz, desde logo, uma profissão de fé:

– O segurado é o nosso cliente; por isso, as questões que o atingem, afligem, são as nossas preocupações. Quero, portanto, fazer um apelo, uma convocação, que serve inclusive para responder a uma das denúncias mais freqüentes contra o Instituto. Gostaria que o acidentado viesse, em primeiro lugar, ao INPS para tentar obter seus benefícios. Queremos resolver administrativamente as questões óbvias. É por essa via, a administrativa, que começaremos a agilização das questões acidentárias.

Atualmente, e nos últimos anos, o segurado tem optado pela via judicial, dificilmente recorrendo à ação administrativa. Christus lembra que o benefício acidentário será, nos casos evidentes, concedido não só administrativamente, com uma agilidade maior. Até porque, em outra portaria, a Procuradoria Geral do INPS determinou que nenhum benefício poderá ser pago, quando indiscutível, num prazo superior a 45 dias.

– A partir desta portaria, até 200 OTN, a Procuradoria Regional tem poderes para liberar o benefício. Outra coisa importante: os benefícios passam a ser pagos em rigorosa ordem de entrada do pedido. Não há mais qualquer condição de pedidos políticos e privilégios.

Mas insiste que o mais importante é que o segurado entenda que o primeiro lugar, o caminho correto para a obtenção do benefício, é o INPS e para lá é que ele se deve dirigir antes de intentar a ação judicial. Lembra ainda que, por ter constatado que são muitos os casos em que os recursos são intencionados pelo simples prazer de se recorrer, decidiu acabar com isso, de maneira que o "cliente do INPS – o segurado – não ficasse à mercê de meras filigranas jurídicas."

– Quando cheguei aqui encontrei casos de recursos a súmulas. Ora, se o advogado credenciado, se o Procurador vêem que tanto o laudo do juízo quanto o laudo do perito assistente do INPS são concordes no sentido de que o segurado tem direito ao benefício, não há nenhuma razão para que se interponha o recurso, que é meramente procrastinatório e, o que é pior, acaba gerando uma despesa maior. Da mesma forma deve-se evitar a demanda inútil, partindo-se de imediato para o acordo quando se verificar que o direito do segundo é inquestionável – diz.

As Perícias

A grande questão, no entanto, nas varas acidentárias, é a referente às perícias médicas, alvo nos últimos 10 anos, no Rio, de acusações, por vezes, de falsas. Acusações feitas por juízes, quando se acumularam perícias positivas, por advogados, quando maior passou a ser o número de perícias negativas. Alexis Christus não vê problema algum, sob o ponto de vista processual, no pagamento de todas as perícias por parte do Instituto.

– Acho, com todo o respeito que me merecem os colegas que discordam de mim, que está havendo uma certa confusão. O Código de Processo Civil não veda, em capí-

tulo algum, a antecipação do pagamento das perícias por qualquer das partes. Ele determina que a parte perdedora pague, ao final, as custas e honorários, neles incluídos os dos peritos. Mas facilita ao pagamento pela parte. Não há, como querem muitos, qualquer impedimento.

O Procurador-Geral do INPS lembra que a paralisação das perícias é, hoje, o problema que mais o aflige e admite que a solução esteja bem – "mas bem mesmo" – próxima. Várias alternativas, segundo ele, estão sendo examinadas. Não quis, no entanto, adiantar qual a que será adotada, embora considere a de São Paulo muito boa – "onde há um provimento do Corregedor de Justiça determinando o pagamento, pelo INPS, de todos os laudos" – bem como a do Rio Grande do Sul, onde um simples protocolo firmado entre o Instituto e o Tribunal de Justiça resolveu a questão.

– Posso dizer que para termos a questão solucionada é necessário que haja vontade política e condição técnica. A condição técnica conseguiremos alcançar, ainda mais que o INPS – a Previdência como um todo – está mudando. A vontade política é indiscutível e esta era necessária porque a suspensão do pagamento das perícias – há dois anos e oito meses – foi feita por ato do presidente do INPS. Então, é preciso outro ato para retomar a questão. Mas posso garantir que falta muito pouco para que isso aconteça.

O que o INPS quer, e Alexis mesmo sem o explicitar deixa entender, é que o Tribunal de Justiça assuma a formação de um corpo de peritos da confiança dos juízes, que por eles serão fiscalizados e, se for o caso, punidos. Quer, ou melhor, aceita pagar todos os laudos quando forem acostados aos autos, com honorários fixados pelo juízo e com pagamento mediante ordem judicial, desde que o perito fique, a exemplo de São Paulo, vinculado ao processo até o seu final. Evidentemente que os honorários deverão obedecer a uma tabela de custas a serem fixadas pelo Tribunal.

– Muitos me perguntam se esses peritos devem ser submetidos a concurso público. Pessoalmente, como todos os cargos que ocupei foram obtidos mediante concurso público, sou favorável a este sistema de escolha. Só que, com os graves problemas que temos, no Rio isto me parece, num primeiro momento, muito demorado, punindo com novas demoras o segurado. Entendo que o Tribunal pode nomear seu próprio corpo de peritos, fiscalizando-os permanentemente.

Também no sentido de agilizar os procedimentos por parte do INPS, Alexis Christus afirma que vai ser baixada, nas próximas semanas, uma portaria conjunta a Procuradoria Geral e da Secretaria de Assuntos Previdenciários disciplinando a atuação dos assistentes técnicos do Instituto, até para evitar discrepâncias nos laudos.

Respostas

A implantação da informática em todo o sistema previdenciário vai acabar com uma das denúncias mais comuns contra o INPS

no que se refere a ações accidentárias: a de não verificar se um mesmo segurado está intentando nova ação por acidente pelo qual já recebe benefícios. Com o computador, explica Christus, "isso é rigorosamente impossível, uma vez que em segundos será informado o nome do segurado e sua situação no INPS".

– Com relação à convivência de funcionários nossos com a atuação de zangões, faço um apelo para que tragam denúncias à Procuradoria uma vez que há uma pessoa especialmente designada para avaliar cada denúncia e instaurar, de imediato, de acordo com o caso, sindicância ou inquérito. Além disso, foi criada, no âmbito do Sistema Previdenciário, a Comissão Nacional contra a Fraude, da qual sou um dos membros (os outros são os procuradores gerais do Inamps e do lapas, sob a presidência do Consultor Jurídico do Ministério). Queremos e vamos apurar toda e qualquer denúncia, punindo os que cometem delitos administrativos. Com relação ao zangão, é bom lembrar que ele é aético, sendo alvo de investigação também na OAB.

Mas o que Alexis Christus quer mesmo é que o segurado se sinta "seguro" na sua relação como INPS, que procure-o para receber seus direitos antes de entrar na Justiça, que saiba que ele é o objeto e o sentido da existência do INPS.

– Ele é o nosso cliente, repito até a exaustão, diariamente. Por causa dele estamos todos aqui. Então, cabe a nós resolver seu problema. E posso garantir que muito breve tudo isso vai funcionar, inclusive as perícias nas ações accidentárias."

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – VAI-SE PASSAR AO HORÁRIO DE COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos hoje reunidos, mais uma vez, para tentar resolver a questão crucial do Regimento Interno.

As discussões até aqui travadas têm protelado os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, para mim, de forma perigosa, haja vista o grande vazio político que se verifica no País.

É evidente que a Nação se ressente da inexistência de um governo. Sobre os ombros da Assembléia Nacional Constituinte cai a grande esperança do povo brasileiro de reordenar a vida política do País, com uma Constituição. Sob o ponto de vista econômico, atravessamos uma grave crise e as perspectivas dos níveis inflacionários, para o mês de janeiro, são de 22 a 25%, embora hoje

já se diga que o Governo, através do Ministério da Fazenda, repetirá a dose de julho, expurgando 5 a 10 dias de dezembro para que cheguemos, neste mês, a uma inflação de 14%. Será, evidentemente, um simulacro de inflação, para que, no mês de janeiro, evidentemente o de menor demanda, possamos atingir o nível inflacionário de 10%.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é muito grande a nossa preocupação com o nível de radicalização que se estabeleceu nesta Casa, em relação às questões adjetivas. Eu lembraria, a propósito deste assunto, o fato histórico ocorrido ontem em Washington: o Presidente do Conselho de Ministros da União Soviética, Mikhail Gorbachev, reuniu-se, na Casa Branca, com o Presidente Reagan e, ambos, assinaram um acordo que objetiva a liquidação dos mísseis de médio alcance. Vimos, nesse encontro, duas potências mundiais, com posições e regimes políticos diferentes, buscando entender-se para superar uma grave ameaça para a humanidade, a crise do armamentismo, a crise da nuclearização militar no mundo. No entanto, nós, na Assembléia Nacional Constituinte, temos ouvido discursos de parlamentares que, em posições diversas, ameaçam dar tiros em outros companheiros. E não só ameaçam, como já o fizeram, agredindo nesta Casa, Parlamentares que ostentam posições diversas em matérias adjetivas.

Lamentavelmente, o Líder do PDS, não só pela televisão como aqui no plenário, na tribuna, ameaçou dar tiros, contratar seguranças e matar quem quer que seja que venha a importuná-lo politicamente.

Traço esse paralelo para lamentar o nível de irracionalidade e o radicalismo primário que se está estabelecendo nesta Casa. Somos de opinião que o Regimento merece ser reformado, pois deve consagrar o princípio democrático das maioria. Mas isso não deve ser feito em cima de uma bandeira de erros. E é bom que se acrescente que os erros do partido majoritário e que levaram alguns à formalização de propostas, que vieram unir vários parlamentares, pela justezza da primeira das propostas, que era o destaque em separado para votação de qualquer título, de qualquer inciso da Constituição, pela maioria dos parlamentares, o que é justo e com o que concordamos.

Em contrapartida a esses princípios democráticos, inadvertidamente, alguns setores políticos deixaram que essa bandeira caísse nas mãos de setores que não querem a democracia. Em nome desses princípios, esses setores, que se conjugam – o denominado "Centrão", que talvez seja maioria – pretendem esmagar as minorias, pretendem transformar a discussão de preferências em abafados assinados. Estão mostrando ao grande povo, que é ausente do processo legislativo, que os Deputados não precisam vir ao plenário, que têm privilégios e que basta fazer um abafado assinado para que seus pontos de vista e idéias em relação à preferência sejam aceitos como votos.

A nossa posição, a posição do Partido Democrático Trabalhista, é contrária à proposta da Mesa, porque entendemos que, embora o Presidente Ulysses Guimarães objetivasse encontrar uma fórmula de acordo, o substitutivo da Mesa consagra esses princípios antidemocráticos. Os pequenos partidos trazem para esta Casa um Substitutivo à proposta da Mesa, objetivando a democracia

e alargando a participação de todos os Srs. Constituintes:

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. AMARAL NETTO, LÍDER DO PDS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar, pediria licença a V. Ex.^a para fazer uma declaração, em nome do "Centrão", sobre nossa posição – com rima e tudo – de transigência e de compreensão do momento que vivemos.

Aceitamos totalmente, na íntegra, o projeto que a Mesa apresenta, hoje, a este Plenário. Portanto não estamos impondo nada; nem mesmo o nosso substitutivo. Votaremos aquilo que a Mesa mandou imprimir e que vem agora a plenário.

A segunda parte do que direi se refere apenas àqueles Parlamentares integrantes do "Centrão". Eu chamaria a atenção de todos para o seguinte: cuidado com as intrigas e cuidado com os noticiários que, às vezes, não por mal, dão a entender coisas que não aconteceram. Quero destacar principalmente o seguinte: no que se refere às modificações constitucionais, sejam elas quais forem, e aos problemas temáticos da Constituição não há nada resolvido dentro do "Centrão". O "Centrão" não pode tomar posição por meia-dúzia de seus coordenadores ou de seu grupo; as emendas coletivas, com 280 assinaturas, serão apresentadas a um por um dos membros do "Centrão", que são a maioria desta Casa, para serem aceitas ou não. Ninguém assinará aquilo com o que não estiver de acordo. Esse é um ponto importante, porque pode estar havendo dúvidas no espírito de muitos companheiros.

O noticiário fala em trabalho de Comissões Temáticas – e elas existem, o trabalho existe, o estudo também – mas nada será feito de concreto, nada será tratado como definitivo enquanto todos os companheiros, em sessão plenária, não aprovarem e assinarem aquelas propostas que vieram desse estudo e dessas análises.

Era para isso que eu chamava a atenção e, ainda, principalmente para que verifiquem de que lado vai estar hoje, a intransigência; quem é radical e quem não é; quem quer apressar a Constituinte, e quem quer conturbá-la ou travá-la neste momento.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aqui está uma palavra que trago em nome do próprio "Centrão" e que espero seja compreendida não só pelos nossos companheiros, como por toda esta Casa.

Era isto que tinha a dizer.

O SR. HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Como líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vamos promover hoje mais uma batalha ligada ao próprio destino da tarefa de elaboração da Carta Magna.

Na opinião do PC do B. o Substitutivo apresentado pela Mesa é igual ao do "Centrão", razão pela qual votaremos contra o Substitutivo da Mesa. Somos de opinião de que deveremos todos especialmente os Constituintes quê têm marchado com o bloco chamado "Centrão", estar atentos para os desdobramentos prováveis dos problemas que se estão amontoando. Temos por tarefa elaborar uma Carta que não pode ser, sob hipótese alguma a Constituição de uma facção de Srs. Constituintes. Se o grupo mais relacionado com as forças progressistas, os partidos minoritários, o grupo progressista do PMDB, se esses setores forem aliados do processo de elaboração da Carta Magna, acreditamos que se poderá inviabilizar a promulgação da nova Constituição no Brasil. Pela compreensão que temos não vemos como poderá ser promulgada uma Carta Magna que não conte com o apoio efetivo, com assinaturas de todos os que compõem os setores de esquerda, os setores dos partidos minoritários desta Casa – os setores progressistas. Se isso não acontecer, estaria inviabilizado o processo de elaboração da Carta Magna.

E chamamos a atenção dos Constituintes para este ponto, porque achamos que o "Centrão" não tem por que condicionar-se ao comando da extrema direita nesta Assembléia. Na verdade, as disposições de forças que têm sido postas até agora são falsificadas, falsas. O "Centrão" não é puramente um grupo de direita. O grupo de direita é, na verdade, aquele que tem comandado, que tem dirigido o "Centrão". No "Centrão" não pode estar os conservadores, os moderados, de posição conciliadora e de posição de centro. Estes não podem continuar, perante o povo brasileiro a dar apoio e guarida à extrema direita para que se imponha e tente alijar setores progressistas. Se isso acontecer, sem sombra de dúvida a maioria, sob o comando da extrema direita, não terá a mínima condição de fazer prevalecer seu ponto de vista, nem de votar e promulgar a nova Carta Magna.

O povo brasileiro não acatará, sob hipótese alguma, uma Carta Magna sem o compromisso explícito e sem assinatura de todos os setores progressistas desta Casa.

Srs. Constituintes, não tenham dúvida: não haverá possibilidade política no País de se promulgar uma Constituição que não seja assinada pelos progressistas representados nesta Assembléia Nacional Constituinte. Por isso, é necessário estarmos atentos, pois o Regimento, que será votado em seguida não pode ser a norma autoritária e antidemocrática que a extrema direita nos está tentando impor.

Lamentamos que a Mesa tenha incorporado o Substitutivo do "Centrão" e que o próprio Dr. Ulysses Guimarães, que assumiu o seu patrocínio, esteja encaminhando, não em nome da extrema direita, nem do "Centrão", mas em nome da Mesa, o mesmo Substitutivo elaborado pelos Constituintes José Lourenço, Carlos Sant Anna e Ricardo Fiúza.

O Constituinte José Lourenço disse hoje, em rede nacional de televisão, que a proposta da Mesa foi elaborada com a sua participação pessoal. E agora, no plenário, está confirmado isso.

Votaremos contra a proposta da Mesa porque ela é, essencialmente, a mesma do "Centrão".

O SR. ROBERTO JEIERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PDT)

RJ. Sem revisão do orador:) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é curioso que no dia de hoje a esquerda radical, representada principalmente pelo PC do B, já publique um folheto cobrando posições do Dr. Ulysses Guimarães. É curioso... Bastou S. Ex.^a posicionar-se com equilíbrio para que aqueles que eram seus aliados até ontem passassem, hoje, a cobrar-lhe posições.

Os que estavam batendo palmas para o Dr. Ulysses Guimarães na Comissão de Sistematização – na interpretação de que só a assinatura de Bernardo Cabral valia pela vontade da Constituinte, que apenas 47 votos valiam a Constituinte – estão hoje reclamando porque S. Ex.^a resolve interpretar a lei da seguinte forma: para figurar no texto constitucional, toda matéria – como a Emenda nº 26 preceitua – precisa ter 280 votos. Ninguém discute que vamos aprovar com 280 votos a Constituição a ser escrita. E por que o espemeio do PC do B, dos progressistas, entre aspas? Porque estão vendendo que a engrenagem montada no circo da Sistematização está sendo derrubada. O circo da Sistematização está sendo derrubado. Aquela fanfarronada, aquela prepotência, aquela arrogância acabou. Estão despidos os falsos democratas, despidos os que queriam escrever uma nova Carta apenas com o voto do Constituinte Bernardo Cabral, ou de 47 homens escolhidos a dedo para fazer maioria de esquerda radical na Sistematização.

Sabemos que o Líder do PMDB na Constituinte, o Sr. Mário Covas, ligou pessoalmente para cada companheiro que compõe o grupo do "Centrão", a fim de tentar impedir nossa unidade na votação, hoje, do projeto da Mesa que espelha as aspirações da maioria. Só ontem e hoje o Líder do PMDB telefonou para cada um. Até a semana passada, quando blasonava vitória, sequer cumprimentava seus companheiros. Ouvimos aqui vários discursos de integrantes do PMDB reclamando do descaso, do desprezo; do esquecimento a que foram relegados pelo Líder do partido na Constituinte, e pela ilha que faziam em torno de S. Ex.^a os seus Vice-líderes. Ontem e hoje, no entanto, ligação telefônica, com humildade, a pedir apoio. Por quê? Porque toda a imprensa brasileira, na semana passada, destacou, na primeira página dos jornais, que o grande derrotado havia sido o Sr. Mário Covas, pela radicalização que impôs ao processo, por haver fugido ao diálogo, pela posição de arrogância que tentou impor, inclusive na abertura da sessão. S. Ex.^a. "Estou aqui e voto simbolicamente contra o voto dos 500 que estão no plenário". Hoje, porém, fez ligação de casa em casa, de gabinete em gabinete, para dirigir apelo aos constituintes no sentido de que repilam o projeto da Mesa, que constitui aspiração na maioria.

Temos de alertar os constituintes para o fato de que o Sr. Mário Covas deseja retirar a preferência automática inscrita no § 2º do art. 1º S. Ex.^a quer retirar e expressão "preferência automática, não..." porque deseja impor três processos

de votação com 280 votos. O que queremos fazer? A preferência automática assume o comando do texto constitucional. Depois, temos duas votações de 280 votos, primeiro e segundo turnos para aprovar o projeto. Mas o Constituinte Mário Covas, fazendo como com a esquerda radical, quer três votações de 280 votos, novamente, para mudar o Substitutivo Bernardo Cabral, que é um só. São 280 votos na preferência, 280 em segundo turno e 280 em terceiro. O que deseja novamente o Constituinte Mário Covas? S. Ex.^a quer que façamos um esforço de 840 votos, 840 manifestações contra a caneta do Sr. Bernardo Cabral ou contra a posição de 47 constituintes escolhidos a dedo por ele para compor o Plenário da Comissão de Sistematização, que, volto a repetir, foi o circo que criou o impasse e o clima de radicalização ora existente no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de solicitar a todos os constituintes que foram agradados com a medalha "Ordem do Mérito do Trabalho", pelo Ministro Almir Pazzianotto, que não saiam do plenário antes da votação. O Ministro cometeu o equívoco de premiar com essa medalha, hoje, constituintes que não podem estar ausentes, que devem manifestar aqui o seu voto, apesar da honraria e da lembrança de S. Ex.^a (Palmas).

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o povo brasileiro assiste abismado à nossa incompetência. Aqui em Brasília, não se tem idéia da realidade do nosso povo em todo o País. Esse Regimento Interno da nossa Constituinte vem postergando o que o povo quer que sejam as mudanças. Existe hoje um fosso entre Brasília, o poder constituído aqui, e as necessidades, a fome e o desemprego do nosso povo em todo o País. Pior do que isto: não há a perspectiva do futuro vendida a esse povo, de que a Constituinte seria a salvação.

O Partido Liberal, ao assinar a favor das modificações do atual Regimento, entendeu que, como princípio, não poderíamos, em hipótese alguma, manter o que está no projeto do Sr. Bernardo Cabral que vem estabilizar mais ainda o pouco da nossa economia que ainda está nas mãos da iniciativa privada. Estamos assistindo hoje a estabilização total da saúde, da educação e à intervenção do Estado em nosso dia-a-dia. O povo brasileiro já está cansado de pagar o preço da inficiência e da corrupção que grassa nesses órgãos governamentais particularmente nas estatais. Temos, agora, o anúncio do déficit público da ordem demais ou menos 200 bilhões de cruzados. Esse é o imposto que o povo brasileiro paga, que não está embutido no pacote tributário que nos querem impingir agora.

Temos de entender que o Partido liberal, hoje com sete constituintes neste plenário, continuará lutando para que nossos filhos tenham o prazer e a vontade de fazer, neste País, o que querem.

Somos pelas eleições gerais em todos os níveis, porque temos certeza absoluta de que o povo saberá escolher melhor seus representantes, e de

que não venhamos a ter uma Constituição como esta que se afigura aí.

Sr. Presidente, fica o protesto do Partido Liberal pela situação por que passa o nosso País.

Estamos no mês de Natal e infelizmente nossa população está simplesmente desacreditando do futuro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Constituinte José Carlos Coutinho, o Sr. Jorge Arbage, Segundo Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides. Primeiro Vice-Presidente.

O SR. PAULO PAIM: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, inicialmente gostaríamos de prestar nossa homenagem e solidariedade aos metalúrgicos da Cosipa, em Santos, Estado de São Paulo, que estão em greve. Infelizmente, a polícia, a exemplo de ter agredido os trabalhadores do Rio Grande do Sul, já bateu em mais de 40 metalúrgicos. Os metalúrgicos lutam pela justa reivindicação de aumento salarial de 40%, mas até o momento as negociações estão paralisadas.

Por outro lado, na condição de Vice-Presidente da Central única dos Trabalhadores, queremos registrar nosso repúdio às ofensas pessoais – feitas nesta Casa e através da imprensa – de que foram vítimas o Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneghelli, e o Presidente da CGT, Sr. Joaquim dos Santos Andrade.

Sr. Presidente, essas ofensas foram feitas de forma truculenta pelos líderes da direita. Ofensas e ameaças a nada levarão. Queira ou não a direita, as centrais sindicais – CUT e CGT – e mais de 7 mil sindicatos neste País, juntamente com o DIAP, haverão de publicar nos seus jornais, voto a voto, tudo o que acontece na Assembléa Nacional Constituinte. Enquanto as posições dos conservadores são publicadas diariamente na grande imprensa, é lógico que as posições dos trabalhadores não o sejam. Pois bem, usaremos a nossa imprensa e faremos a nossa publicação.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o mais grave é que hoje, na imprensa de Brasília, o Presidente da Central única dos Trabalhadores, companheiro Jair Meneghelli, foi ofendido na sua dignidade e na de sua família, por um dos líderes da direita, que usou termos que não são dignos de um Constituinte. Sr. Presidente, não citarei o nome dos líderes da direita que foram à imprensa nem os termos por eles citados, porque entendo não são dignos de constar dos Anais da Assembléa Nacional Constituinte.

Por outro lado, queremos retribuir no mesmo tom as ofensas que os líderes da extrema direita têm endereçado aos sindicalistas, aos trabalhadores, aos parlamentares, porque entendemos ser isso o que eles merecem. Reafirmamos nossa posição de não pregar o confronto nem os ataques pessoais, mas a negociação e a discussão política. Tenho certeza de que não vamos com-

pactuar com esses líderes de direita que pregam o retrocesso.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, continuaremos defendendo o processo rumo à democracia, na certeza de que, se prevalecerem o bom senso e os direitos dos trabalhadores aprovados na Comissão de Sistematização, teremos uma Constituinte que representará o interesse do conjunto do povo brasileiro.

O SR. NELSON JOBIM: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

Srs. Constituintes, o momento que se avininha, de votação das alterações regimentais, instrumento processual que rege e disciplina as ações dos Constituintes na Assembléa Nacional Constituinte, nos conduz a uma meditação necessária.

É mister que da leitura do projeto e do substitutivo da Mesa se conclua pela sua consistência e correção. É mister verificar-se que o substitutivo produzido pela Mesa tem um conteúdo disciplinatório das condutas dos Constituintes no Plenário da Assembléa de forma equânime e isonómica, pois prevê que as emendas, coletivas ou ditas substitutivas globais; sejam apresentadas juntamente com as demais emendas individuais.

Nesse momento, a Mesa deu um tratamento equânime a todos os Constituintes, quer ao grupo de Constituintes que possam ser virtualmente uma maioria, quer os Constituintes individualmente considerados.

Por outro lado, o substitutivo da Mesa estabeleceu também um tratamento em relação às emendas coletivas que efetivamente não prejudicam as emendas individuais, posto que fez uma inversão do tratamento da prejudicialidade. Todos esses elementos e mais aqueles que podemos verificar no Substitutivo da Mesa nos levam necessariamente a votar favoravelmente, a sua aprovação.

No entanto, o nosso partido tem uma emenda que pretende ver acolhida por este Plenário. Trata-se de emenda ao § 2º do art. 1º, que pretende que não seja automática a preferência de emendas coletivas com 280 assinaturas. O que se quer com esta emenda apresentada pelo Constituinte Mário Covas é fazer com que as assinaturas dos 280 Constituintes, que darão necessariamente um tratamento diferenciado às denominadas emendas coletivas ou substitutivas, não sejam mera expressão nominal em um pedaço de papel, mas possam reproduzir-se na votação da preferência. Se o texto elaborado pelas subcomissões, pelas comissões temáticas e pela própria Comissão de Sistematização deve ceder a preferência de votação às emendas coletivas, que o seja por manifestação soberana do Plenário, a fim de que essa preferência não seja uma decorrência efetiva somente da assinatura, mas que seja, isto sim, sobre o texto do projeto na votação, uma decorrência da vontade da maioria absoluta e da maioria simples do Plenário.

Portanto, é necessário que a Emenda do eminentíssimo Constituinte Mário Covas seja acolhida por

este Plenário, para que o substitutivo da Mesa se caracterize como algo que leve a isonomia às suas últimas consequências. E as últimas consequências de nossa posição são exatamente reconhecer, como devemos reconhecer sempre e a todo momento, e como o povo brasileiro haverá de reconhecer, que quem determinará os conteúdos do Regimento, da Constituição, e a vontade da Assembléa Nacional Constituinte será a soberania que se manifesta por sua maioria absoluta. E necessário que se compreenda que o conceito de maioria parlamentar é aquele da solução democrática pela manifestação do povo e não mera indicação do representante individual, de falar em nome do povo, que produz a vontade do povo. A vontade do povo é aquela que se expressa pela maioria parlamentar. Esta é a regra democrática que queremos fazer prevalecer, quer nos conteúdos constitucionais, quer nas regras procedimentais, quer neste substitutivo, para que a preferência se produza pela vontade da maioria parlamentar, que não se produz nos corredores, nem nas ruas, mas aqui dentro, na negociação, na conversação. Precisamos demonstrar ao povo que o Parlamento é responsável e que se conduz majoritariamente para as intenções necessárias e últimas dos interesses populares. E é por isso que o PMDB, por suas lideranças, decidiu votar favoravelmente ao substitutivo da Mesa, ao mesmo tempo que aprovará uma emenda que corrija o § 2º do art 1º, o que importa na soma da votação ao substitutivo e na votação da emenda através do reconhecimento daquilo que é vital para nós, ou seja, a maioria parlamentar é exatamente a vontade do povo. E ninguém falará em nome do povo senão a maioria parlamentar.

É esta a nossa manifestação.

O SR. ROBERTO FREIRE: – Líder do PCB – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação..

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, havia solicitado minha inscrição para falar acerca do substitutivo ao projeto de reforma do Regimento, mas, como haverá encaminhamento, deixarei para fazê-lo quando encaminharmos, em função, inclusive, das preferências e dos destaques, aceitos pela Mesa.

Aproveito a oportunidade para reafirmar o nosso posicionamento de ontem, manifestado através de comunicação de Liderança acerca do fato histórico ocorrido na cidade de Washington, com reunião de cúpula entre o Secretário-Geral do Partido Comunista, Mikhail Gorbachev, e o Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, que chegaram a um acordo não apenas de limitação de armas nucleares, mas, concretamente, pela primeira vez na História da Humanidade, de uma política de destruição de armamentos, no caso nucleares. Quero que fique registrado que apresentamos requerimento, em nome do Partido Comunista Brasileiro, e hoje assistimos, com muito prazer e com honra para nós, a um posicionamento também, a favor, por meio de requerimento nos mesmos termos apresentado pelo Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos. Gostaria que esta Assembléa Na-

cial Constituinte, representante do povo, fórum democrático da Nação brasileira, se pronunciasse através de um voto de congratulações por este acordo que, talvez garanta à Humanidade uma perspectiva de paz. (Palmas.)

O SR. JAMIL HADDAD Líder do PSB: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente Srs. Constituintes, lendo o Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987, da Mesa, chegamos à conclusão de que se trata do mesmo projeto aprovado pelo "Centrão".

O nobre Constituinte Nelson Jobim declarou nesta tribuna que será votada uma emenda ao § 2º, do art. 1º, para evitar que apenas as assinaturas valham como preferência sem que haja votos. Na realidade, este detalhe melhoraria em parte esse projeto de resolução. Mas verificamos no seu art. 1º que é facultada à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte a apresentação de substitutivos a títulos, a capítulos, a seções etc. As regras do jogo estão sendo mudadas após o seu início.

Queremos deixar bem claro que o Partido Socialista Brasileiro, que havia assinado a proposta apresentada pelo PT nesta Casa, através da Vice-Líder Beth Azize, votará contrariamente ao projeto de resolução da Mesa, apesar de saber que já existe um entendimento entre o PMDB e o "Centrão", no sentido de que seja aprovado este projeto. Nossa voto será contrário, a fim de podermos encarar de frente a população brasileira e dizer que não recuamos, pois não permitiremos que avanços conseguidos na Comissão de Sistematização sejam jogados na lata de lixo.

Eram essas, Sr. Presidente, as palavras que queríamos deixar registradas, quando se discute o projeto de resolução.

O SR. FAUSTO ROCHA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FAUSTO ROCHA (PFL – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente,

Srs. Constituintes, como Vice-Líder do PFL, representando o nosso Líder José Lourenço, trago à consideração dos colegas o momento de seriedade e gravidade que vivemos. Estamos no Parlamento. E esta palavra diz que viemos aqui para parlamentar, para conversar, para nos entendermos e para decidir por meio do voto. Este é o mandato que recebemos. A autoridade, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de que estamos investidos é a de representar o povo brasileiro. Há aqui representantes de todos os Estados da Federação e de todos os matizes neste grande painel do que pensa a Nação brasileira. Há aqueles que optaram pelo radicalismo, mas não estão de armas na mão, usam a força da razão, a força do argumento e não o argumento da força. Refiro-me, especificamente, Sr. Presidente, Srs. Constituinte, aos atos de beligerância, de provocação, de desrespeito a esta Casa de leis promovidas pelos profis-

sionais da baderna, aqueles que são estipendiados – precisamos descobrir por quem – e que vêm a este plenário. São sempre as mesmas faces das fotografias da baderna institucionalizada, da promoção da bagunça. Esses profissionais da greve estão em todas as fotos dos jornais e até nos setores de segurança. Vêm a esta Casa, ocupam as galerias, proferem impropérios, palavras de baixo calão, desrespeitando não só cada um dos Srs. Constituintes, mas esta Casa de leis e a própria instituição. É lamentável que isto ocorra contra o "Centrão", grupo integrado por representantes que constituem a maioria absoluta desta Casa. Por conseguinte, rebelam-se contra a maioria que está expendendo seus conceitos, externando seus pareceres e se manifestando através, do voto. As lideranças de esquerda, mormente a esquerda radical, já se haviam pronunciado por ocasião do término das eleições e da proclamação dos resultados, dizendo que a Constituinte agrado, já que ela estaria marcada por uma posição conservadora. Na verdade, nós do PFL, consideramos que os progressistas somos nós, os do centro, moderados, equilibrados, que buscam sempre o entendimento, o acordo em alto nível e que desejam o progresso da Nação por meio da produção maior. Produção maior através da eficiência. Defendemos a livre iniciativa, porque ela está calcada na eficiência. Já dizia o Ministro Hélio Beltrão: "Em tudo o que faz o Estado é lento, caro e inefficiente". A esquerda radical quer estabilizar os 30% que faltam no Brasil, já que 70% da nossa economia estão estatizados. E aí teríamos a ineficiência elevada à enésima potência, aí teríamos a estatocracia. Quero, portanto, concluir os integrantes do "Centrão", a maioria representativa desta Casa, baseado no bom senso e no respeito, a que mais uma vez dêem a demonstração de que não negociamos princípios, mas estaremos sempre dispostos ao diálogo na busca da compreensão e do equilíbrio. Que não só a esquerda radical, que até agora colocou na Constituinte tudo aquilo que deseja, mas também nós possamos trazer o produto da nossa observação, os princípios em que baseamos a nossa atividade, principalmente em defesa das liberdades, de culto, de imprensa e de expressão, liberdade maior que integra a própria liberdade de imprensa e partidária.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o "Centrão", mais uma vez, vota unido em favor das nossas teses, agora aceitas pela Mesa. O que se discute hoje não é mais a questão do "Centrão" contra a esquerda radical, mas a esquerda radical contra a posição equilibrada que a Mesa tem demonstrado.

Presidente Mauro Benevides, aceite os cumprimentos do PFL pela atitude firme que V. Ex.^a demonstrou dias atrás, quando as galerias se comportavam de maneira desrespeitosa, contrariamente ao que determina o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. V. Ex.^a deu exemplo daquilo que deve ser feito. Parabéns, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Democrata Cristão, por maioria absoluta dos seus membros, vota pela aprovação do Substitutivo da Mesa, porque entende que chegou a hora de tomarmos uma posição que vise a uma melhor condução dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, tendo em vista a vontade da maioria esmagadora da Casa, que deseja uma Constituição que possa corresponder às expectativas, às necessidades e aos anseios do povo brasileiro. Não poderia comportar-se de outra forma o Partido Democrata Cristão, que, como muito bem diz o seu nome, é democrata e cristão, portanto não pode, de maneira alguma, permitir que a vontade da maioria seja desrespeitada sob qualquer pretexto. Mas o Partido Democrata Cristão coloca-se também em defesa da Comissão de Sistematização, que realizou um brilhante trabalho. O Relator Bernardo Cabral, desde o primeiro momento de sua intervenção nas atividades da Assembléia Nacional Constituinte, sempre se portou com abertura, atuando democraticamente, de forma a permitir o acesso de todos os Constituintes ao seu gabinete. S. Ex.^a sempre permitiu o contato fácil e agradável, ouvindo todos. Elaborou um trabalho baseado naquilo que foi aprovado nas subcomissões, nas comissões e na Comissão de Sistematização. Se não é inteiramente de sua autoria o Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização e entregue à consideração desta Casa. S. Ex.^a o coordenou e soube, nas diversas fases dos nossos trabalhos, interpretar com real autenticidade, com muita lealdade, as decisões das subcomissões e das comissões. Temos de exaltar o trabalho de Bernardo Cabral e aplaudir o seu comportamento. Não creio, como não dêem os democratas cristãos e todos os membros da Assembléia Nacional Constituinte, que S. Ex.^a conduzisse os trabalhos para uma determinada posição que não corresponesse à vontade soberana não só dos órgãos técnicos, mas do Plenário da Constituinte. S. Ex.^a sempre procurou ser escravo da vontade soberana dos colegiados que integrou. A Assembléia Nacional Constituinte não é um parlamento ordinário, comum. Aqui estão representados os diversos segmentos da comunidade brasileira.

Sr. Presidente, no "Centrão" é falamos muito à vontade, porque cinco dos nossos Constituintes o integram – não existem só governistas. Não somos governistas. O Partido Democrata Cristão se opõe ao Governo, é um partido de oposição. Em momento algum concorda com as teses do Governo, a menos que elas consultem aos interesses nacionais. Eventualmente poderemos apoiar o Governo, como temos apoiado também aquelas proposições de Parlamentares que integram a esquerda, o centro ou a direita e que nenhum compromisso ou engajamento têm conosco, mas que merecem a nossa aprovação, mesmo divergindo de suas teses.

Assim, Sr. Presidente, não poderia de forma alguma deixar de integrar o "Centrão" e de recomendar aos membros de nossa bancada total apoio ao Substitutivo da Mesa, de autoria de S. Ex.^a, Senador Mauro Benevides, que se debruçou sobre as 128 emendas, oferecendo um trabalho magnífico, livre de qualquer pressão, sem atender

aos interesses de qualquer dos grupos que compõem a Assembléia Nacional Constituinte, mas fazendo prevalecer a vontade da maioria. Não importa se estamos modificando as regras do jogo, como disse o meu eminentíssimo amigo, Senador da Jamil Haddad, Presidente do PSB; não importa se estamos modificando as regras do jogo em pleno andamento da partida. O Plenário é soberano. A Constituinte, também. Os trabalhos não iam bem, precisavam, portanto, de melhor disciplina. É hora de consertar. O que não pode acontecer, Senador Jamil Haddad, é sair daqui uma Constituição retrograda, atrasada, que não consulte aos interesses do povo brasileiro. Temos de modernizar este País, de proceder a mudanças radicais na vida nacional. E só o faremos com um documento maior, uma Carta Magna que espelhe, efetivamente, a opinião da maioria da Nação brasileira. É disso que precisamos.

Sr. Presidente, essa Constituição tem de ser da maioria do povo brasileiro, e não imposta, artificialmente, por este ou por aquele grupo.

Por esta razão, recomendamos a votação do substitutivo da Mesa hoje, para que não transfiram mais os nossos trabalhos para outra data e que não haja mais delongas. A Nação tem pressa de uma Carta Magna à altura daquilo que todos esperamos.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Siqueira Campos, o Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):

COMPARECEM MAIS OS SRS:

Acival Gomes – PMDB; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afonso Arinos – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Abano Franco – PMDB; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Alvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL Alysson Paulinelli – PFL; Antonio Carlos Franco – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Ueno – PFL Assis Canudo PFL; Barrito Gama – PFL; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De'Carli PMDB; Carlos Virgilio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; César Cais Neto – PDS; Chagas Neto PMDB; Christóvam Chiaradia – PFL; Dalton Canabrava – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Nado – PDS; Dionísio Hage – PFL Dirce Tutu Quadros – PTB; Divaldo Surugay – PFL Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eraldo Tonico – PFL Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL Eunice Michilis – PFL; Ézio Ferreira – PFL Farabolini Júnior – PTB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PL França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL Francisco Coelho – PFL; Francisco Rossi – PTB; Gandi Jamil – PFL Geovani Amarante – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Harlan Gadella – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Henrique Córdova

- PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Evo Cersósimo – PMDB; Ivo Vadedinde – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jairo Camero – PFL; Jamil Haddad – PSB; Gesse Freire – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Martínez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Lélio Souza – PMDB; Levy Dias – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Viana – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Pádua PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Moema São Thiago – PDT; Myriam Porteira – PDS; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Wedeldn – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Paulo Marques – PFL; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Belém – PMDB; Rita Furtado – PM; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Vital – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruy Bacelar – PMDB; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spadá PMDB; Severo Gomes – PMDB; Silvio Abreu PMDB; Simão Sessim – PFL; Tadeu França PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Vieira da Silva – PDS; Wagner Lago – PMDB; Walmor de Luca – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento de 463 Srs. Constituintes.

Os Senhores Constituintes que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

Não há proposições apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se passar à votação da matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte: tendo parecer, pela aprovação Pendente de parecer às emendas de Plenário".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa leva ao conhecimento dos Srs. Constitui-

tantes que no art. 8º do Substitutivo houve um erro de redação.

É a seguinte a redação correta:

Art 8º Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, poderá ser votado requerimento de destaque, para votação em separado de partes do texto do Projeto ou do Substitutivo, desde que subscrito por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) constituintes.

O objetivo da correção é esclarecer e explicitar que o requerimento de preferência será votado democraticamente e decidido pelo Plenário. A redação anterior poderia levar a certa perplexidade, principalmente por parte do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa os seguintes:

Requerimentos de destaque, ao Substitutivo oferecido pela Mesa.

Requeiro destaque, nos termos regimentais, para a supressão das expressões "automática, não sendo", no texto do § 2º, do Art. 1º, do Substitutivo da Mesa, ao Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987, da Mesa.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – Senador **Mario Covas**, Líder do PMDB na ANC.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Nos termos regimentais, requeremos destaque para votação em separado no Substitutivo do Relator, no art. 1º, para supressão das expressões "maioria absoluta".

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro – Luiz Inácio Lula da Silva**.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nos termos regimentais, requeremos destaque para votação em separado das palavras "Títulos, Capítulos", constantes do art. 1º do Substitutivo do Relator.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro – Luiz Inácio Lula da Silva**.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nos termos regimentais, requeremos destaque para votação em separada e consequente rejeição do § 2º, do art. 1º, do Substitutivo do Relator ao Projeto de Resolução nº 21-A. de 1987.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro – Luiz Inácio Lula da SR.**

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nos termos regimentais, requeremos destaque para votação em separada e consequente rejeição do § 3º, do art. 1º, do Substitutivo do relator ao Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro – Luiz Inácio Lula da Silva**.

Sr. Presidente.

Requeiro destaque para votação em separado do § 2º do art. 1º do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 21/87.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Egídio Ferreira Lima**.

Requerimento de Destaque

Nos termos regimentais requeremos destaque para votação em separado do § 3º do art. 1º do Substitutivo do Projeto de Resolução nº 21-A para supressão. – **Haroldo Lima.**

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nos termos regimentais, requeremos destaque para votação em separado da expressão final "desde que subscrito por, no mínimo, 187 constituintes, constante do art. 8º, do substitutivo do relator.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro** – PDT – **José Genoíno** – PT.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 21-N87 (ANC)

Requerimento de Destaque

Requeiro destaque para a supressão do artigo 12, *caput*.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987 – Constituinte **Aluizio Campos**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
N° 21-A/87 (ANC)

Requerimento de Destaque

Adite-se ao § 3º do art 1º, depois da palavra "plenário", a seguinte expressão:

"que podera votá-la por maioria simples de, pelo menos, quatrocentos constituintes".

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – Constituinte **Aluizio Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa os seguintes

Requerimentos de destaque, às Emendas de Plenário ao Projeto.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Nos termos regimentais, requeremos destaque para votação em separado Emenda nº 3, do Projeto de Resolução nº 21-A, da Mesa.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro**, PDT – **José Genoíno**, PT.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Nos termos regimentais, requeremos destaque para votação em separado do (a) Emenda nº 4, ao Projeto de Resolução nº 21-A/87.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro**, PDT – **José Genoíno**, PT.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nos termos regimentais, requeremos destaque para votação em separado Emenda nº 5, do Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987, da Mesa.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro** – **José Genoíno**.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional

Nos termos regimentais, requeremos destaque para votação em separado Emenda nº 6, ao Projeto de Resolução nº 21-A/87, da Mesa.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro** – **José Genoíno**.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Nos termos regimentais, requeremos destaque para votação em separado Emenda nº 16, ao Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987, da Mesa.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro**, PDT – **José Genoíno** PT.

Requerimento de Destaque

Requeiro, nos termos regimentais, destaque da Emenda nº 23, apresentada ao Projeto de Resolução nº 21, de 1987, da Mesa.

Sala de Sessões, 9 de dezembro de 1987. Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na ANC.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nos termos regimentais, requeremos destaque para votação em separado Emenda nº 27, do Projeto de Resolução nº. 21-A, de 1987, da Mesa.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro** – **José Genoíno**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 21/87 (ANC)

Requerimento de Destaque

Requeiro destaque para a Emenda nº 32.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – Constituinte **Aluizio Campos**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 21/87 (ANC)

Requerimento de Destaque

Requeiro destaque para a Emenda nº 48.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – Constituinte **Aluizio Campos**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 21/87 (ANC)

Requerimento de Destaque

Requeiro destaque para a Emenda nº 52.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – Constituinte **Aluizio Campos**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 21/87(ANC)

Requerimento de Destaque

Requeiro destaque para a Emenda nº 68.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – Constituinte **Aluizio Campos**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 21/87 (ANC)

Requerimento de Destaque

Requeiro destaque para a Emenda nº 70.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – Constituinte **Aluizio Campos**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 21/87 (ANC)

Requerimento de Destaque

Requeiro destaque para a Emenda nº 84.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – Constituinte **Aluizio Campos**.

Requerimento de Destaque

Requeiro, nos termos regimentais, destaque da Emenda nº 93, apresentada ao Projeto de Resolução nº 21, de 1987, da Mesa.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na ANC.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 21/87 (ANC)

Requerimento de Destaque

Requeiro destaque para a Emenda nº 99.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – Constituinte **Aluizio Campos**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21/87 (ANC)

Requerimento de Destaque

Requeiro destaque para a Emenda nº 110.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – Constituinte **Aluizio Campos**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 21/87 (ANC)

Requerimento de Destaque

Requeiro destaque para a Emenda nº 120.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – Constituinte **Aluizio Campos**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 21/87 (ANC)

Requerimento de Destaque

Requeiro destaque para a Emenda nº 121.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987 – Constituinte **Aluizio Campos**.

Exmº. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Na forma admitida no § 1º o art. 63, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro a V. Ex.^a destaque para votação em separado da Emenda nº 125, apresentada ao Projeto de Resolução nº 21-A de 1987, que "Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Roberto Jefferson** – Constituinte

Bonifácio de Andrade – Constituinte **Amaral Netto**, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa os seguintes Requerimentos de destaque, ao projeto.

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Nos termos regimentais, requeremos destaque para votação, em separado, do (a) art. 1º e parágrafos do substitutivo de Plenário (nº 1), ao Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro** – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Nos termos regimentais, requeremos destaque para votação em separado do (a) § 1º do art 4º do Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987 e consequente aprovação.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro** – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Nos termos regimentais, requeremos destaque para votação em separado do (a) § 2º do art 4º do Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987, da Mesa.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – **Brandão Monteiro** – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Requerimento de Destaque

Nos termos regimentais requeiro destaque para votação, em separado, do art. 12 do Projeto de Resolução 21-A, para supressão. – Haroldo Lima.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. José Genoíno para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP)
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sra e Srs. Constituintes, não é uma questão neutra a discussão e a votação da mudança do Regimento Interno. Nela está embutida uma matéria substantiva que não tem aparecido nos debates e nas manifestações públicas.

A necessidade de mudar o Regimento Interno só aflorou a partir de uma articulação substantiva. O que está em jogo, portanto, não é apenas uma mudança no Regimento Interno, não é apenas uma questão adjetiva, é uma questão substantiva a qual pretendo discutir.

Em primeiro lugar, tem-se dito que é necessário que a maioria no Plenário tenha um poder soberano sobre todo o trabalho de dez meses feito por esta Assembléia Nacional Constituinte. O trabalho das Subcomissões, das Comissões Temáticas e Comissão de Sistematização é produto de uma democracia efetiva vistas nos debates e nas votações processadas nesta Casa. Com a possibilidade de apresentação de emendas substitutivas de artigos, capítulos e títulos, dá-se uma preferência automática a essa maioria eventual, que, a partir de um critério formal, derruba automaticamente o trabalho de dez meses desta Assembléia. Esta não é uma questão democrática, trata-se apenas um discurso formal.

A segunda questão, Sr. Presidente, diz respeito ao Substitutivo da Mesa, que faz uma discriminação entre as emendas individuais de Constituintes e as emendas coletivas. As emendas coletivas só podem incidir em título, capítulo, seção e subseção, e as emendas individuais podem incidir sobre artigos, parágrafos, incisos e alíneas. E aplicando-se o critério da prejudicialidade para as emendas conexas, como está no texto do Substitutivo da Mesa, e se, contando com a maioria de assinaturas, uma emenda tem preferência automaticamente, votado o seu mérito as emendas individuais cairão automaticamente. Portanto, está configurado aqui um critério antidemocrático.

Também é antidemocrático o critério de uma mínimo de 187 assinaturas para votar em separado uma matéria. Esse requerimento para votar em separado pode ser aprovado por maioria simples, a qual, no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, passa a ter um poder acima da maioria absoluta, processo seguido até a Comissão de Sistematização para votar o Projeto de Constituição.

Ainda é necessário dizer uma verdade: os Líderes do "Centrão" distribuíram material para orientar as suas bancadas, e a recomendação número 1 dos Líderes do "Centrão" – neste sentido eles estão falando a verdade e é por isso que somos contra – diz o seguinte:

"O projeto da Mesa foi inspirado no projeto do Centrão, com reais aperfeiçoamentos."

E realmente o projeto da Mesa é o projeto do "Centrão", melhorado em dois pontos fundamentais: as emendas substitutivas de título e capítulo devem ter 280 assinaturas e a possibilidade do destaque em separado. Quanto às emendas individuais, quem não tiver obtido 187 assinaturas ou 280 assinaturas, conforme a exigência, até hoje, fará um esforço inútil para apresentar sua emenda individual. É que essas emendas cairão no escaninho da prejudicialidade, na civilidade do Parlamento, que, através da formalidade da democracia, esconde a democracia real daqueles que estão aqui, daqueles que estão votando, daqueles que estão trabalhando, daqueles que estão fazendo emenda. É só democracia eventual, é só maioria de assinatura, é só maioria formal, que não aceitamos como decisiva para fazer a futura Constituição do Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, encaminhamos contra o Substitutivo da Mesa. Temos substitutivo alternativo e preferência da Mesa para votá-lo. O substitutivo alternativo foi apresentado, ontem, por vários Líderes, inclusive do meu partido, o Partido dos Trabalhadores.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA)
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, V. Ex.^a, ainda há pouco, fez uma correção do avulso publicado. Peço a V. Ex.^a que repita a correção que fez do avulso, para o entendimento de todos, pois está havendo uma certa dúvida entre os constituintes presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Acolho a solicitação de V. Ex.^a. Na redação oferecida ao art. 8º, não se esclarecia como deveria ser aceito ou recusado o pedido de destaque. O Regimento deixa a decisão a critério do Presidente, que pode aceitar ou recusar o destaque. Se o Presidente recusá-lo, pode haver recurso para o Plenário. Mas, nos entendimentos havidos entre as correntes interessadas na elaboração deste texto, ficou claro que o requerimento de preferência deve ser votado e decidido pelo Plenário.

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Requerimento de preferência para destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Perfeitamente.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ)
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.^a informasse à Casa como se dará o processo de votação, haja vista que há uma emenda anteriormente aprovada, com vários destaques. Agora, fez-se o encaminhamento da proposta da Mesa, para a qual há também destaques.

Sr. Presidente, para orientar-me e à minha bancada, quero saber de V. Ex.^a se hoje votaremos

e já se deu o encaminhamento – simplesmente o substitutivo da Mesa, esquecendo os anteriores.

Era a indagação a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre á mesa pedido de preferência para substitutivo oferecido pelo PT. Será votada a preferência. Concedida a preferência, vota-se esse substitutivo. Caso contrário, terá preferência natural a proposição de origem da Mesa.

O SR. NELSON CARNEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ)
Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.^a esclarecesse o seguinte: o art. 1º do substitutivo diz:

"É facultada à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte a apresentação de substitutivos a Títulos, Capítulos, Seções e Subseções;"

No entanto, o art 9º, § 3º, diz:

"A votação será realizada na ordem crescente dos Capítulos, Seções, Subseções e seus respectivos artigos..."

Gostaria que V. Ex.^a esclarecesse se essa ordem crescente também se refere aos títulos, porque é importante saber se a votação pode começar pelo Título I, IV ou V. A falta da expressão "títulos" pode levar à confusão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Acolho a solicitação de V. Ex.^a. Pode ser oferecido substitutivo ao título; mas, oferecido um substitutivo ao título, por exemplo, a votação será por capítulo. O Regimento não admitirá votação por título. Votam-se os capítulos, mesmo porque no próprio Regimento, na proposta feita pela Casa, está esclarecida essa situação da ordem crescente da votação.

O SR. NELSON CARNEIRO: – Não entendi. Se V. Ex.^a me permite, já que a confusão é grande...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Se V. Ex.^a chegar a mesa, particularmente esclarecerá a dúvida.

O SR. NELSON CARNEIRO: – O que V. Ex.^a quer dizer é que não se pode votar o Título II antes do I?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – É claro. Não pode. Está proibido no próprio texto. Não é possível, através de preferência, fazer com que o Título II e o III sejam votados antes do Título I. A ordem é que se faça a votação por título. Entretanto, dentro do título, pode o Capítulo IV ser votado antes do III ou do II.

O SR. NELSON CARNEIRO: – Fico satisfeito. V. Ex.^a esclarece que, primeiro, se vota o Título I, depois o II e, em seguida, o III.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Este é o sistema de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Vivaldo Barbosa para encaminhar a votação.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, há quase um mês terminaram os trabalhos de Comissão de Sistematização. Há quase um mês a Assembléia Nacional Constituinte não vota, não discute o mérito de um dispositivo, um inciso, uma alínea, artigo, capítulo ou título do projeto da esperada, almejada e tão sonhada nova Constituição para o País.

Se atraso houve, como ocorreu com a votação do Projeto de Constituição, foi a título de se permitir maior participação, de se abrir o processo regimental ou tomá-lo mais democrático, para possibilitar àqueles que não estavam participando dos trabalhos de elaboração do Projeto de Constituição oportunidade de darem também sua contribuição.

No entanto, estamos parados há quase um mês. Nesse período muitas vozes se levantaram advertindo para a possibilidade de ficar a promulgação da nova Constituição para o mês de março, ou abril, ou mesmo maio. Com votação e promulgação tão tardia da Constituição, ficaria difícil, quase impossível realizar, validamente, com todos os requisitos e rituais, a esperada eleição direta para Presidente da República, no próximo ano. Se esse atraso for empecilho para que se eleja no próximo ano o Presidente da República no País, como clama, reclama e expressa a vontade do povo brasileiro – aliás até reconhecida pela própria palavra do atual Presidente da República – se é verdade que se protela a promulgação da Constituição com o intuito de não se eleger o Presidente da República no próximo ano, o que estamos vivendo no momento é negativo, pois estamos fazendo muito mal ao País e à história da Assembléia Nacional Constituinte. Não posso acreditar que haja intenção de se atrasara promulgação da nova Constituição com tal objetivo. Esse atraso já é preocupante e prejudica e enxovalha a imagem da Constituinte perante a opinião pública. Entretanto, mais preocupante ainda que o atraso são os prazos alargados para tramitação do Regimento daqui para a frente.

Atribui-se o prazo de sete dias para apresentação de novas emendas. Não é um prazo para os Constituintes enfrentarem o Projeto de Constituição, ou virem aqui honrar seus mandatos, mas o prazo de que dispõem para apresentar quatro emendas a mais. Tanto pelo projeto do "Centrão" quanto pelo projeto da Mesa e seu Presidente, hoje estamos reduzidos a Constituintes de quatro idéias, pois só podemos apresentar quatro emendas, e para isso nos é atribuído o prazo de sete dias. Isso é preocupante.

Mais ainda: o Relator, que, segundo o Regimento atual e as versões até agora apresentadas, dispõe de cinco dias para dar seu parecer, na última versão passou a ter o prazo de sete dias para fazê-lo. Isso nos preocupa, porque, em virtude desses prazos e, ainda mais, suspendendo-se a fruição deles durante o recesso, o que, além de normal, é um clamor da Assembléia Nacional Constituinte, vamos adiar a promulgação da Constituição para abril, maio ou junho.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje queremos expressar nosso inconformismo, pois não aceitamos prazos tão longos. Tantas semanas – quase um mês – apenas para se alterar o Regimento! Não aceitamos os novos prazos que o substitutivo da Mesa oferece, pois são alongados

demais e desnecessários, em virtude da natureza da matéria que procuram envolver. Mais uma vez expressamos nisso inconformismo, porque não carecia a Assembléia de novo Regimento nem de qualquer mudança.

Solidarizamo-nos com aqueles que quiseram participar e abrimos espaços a novas emendas. Mas por que restringir, por que limitar a quatro emendas e por que prazos tão longos?

Por esses motivos, Sr. Presidente, e por outros que o soar da campanha já não nos permite enumerar, somos contra o projeto do "Centrão" e contra o projeto apresentado como substitutivo pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Gastone Righi para encaminhar a votação, pelo PTB.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao encaminhar á votação, pretendemos esclarecer algo nascido de uma campanha subreptícia, falsa e tendenciosa. Temos lido nos jornais – e inúmeros oradores já o proclamaram – que o "Centrão" quer que prevaleçam assinaturas ao invés de votos. Isso é inteiramente falso e desprovido de qualquer fundamento. O "Centrão" quer votar sempre. O que o "Centrão" não aceita é que se usem métodos menores, rasteiros e censuráveis, como os que, infelizmente, o digno e magnífico Líder do PMDB está hoje tentando sustentar.

O que pretende o Líder Mário Covas? Tenho certeza de que S. Ex.^a está equivocado. O Líder Mário Covas sempre procedeu eticamente, com apoio e respaldo moral nos seus atos. Não posso acreditar, portanto, que S. Ex.^a tenha noção exata de seu errôneo posicionamento de hoje. Está equivocado S. Ex.^a O que o "Centrão" quer é que haja preferência de acordo com o número de apoiantes que cada emenda disponha. Se uma emenda do "Centrão" tiver 280 ou 282 assinaturas e outra emenda, que não seja do "Centrão", tiver 300 assinaturas; que tenha então preferência a emenda de 300 assinatura. A que tiver maior número de apoiantes terá preferências. E preferência para quê? Não é para ser aprovada, é preferência para ser votada. (Palmas.) A emenda será votada e na votação, a emenda tem que obter maioria absoluta, ou seja, 280 votos positivos, sem o que estará recusada.

Logo, não queremos frustrar ninguém em seu direito de votar, muito ao contrário. Agora: o que não se admite é que, tendo nós a obrigação de dar 280 votos positivos a uma emenda, sejamos obrigados a uma votação prévia para mostrar que temos uma maioria simples no Plenário. Ora, se somos obrigados a ter a maioria absoluta para aprovar uma emenda, por que sermos submetidos a uma votação prévia com maioria simples? (Palmas.)

Sabem V. Ex.^a por que uma certa esquerda, que não é bem a esquerda séria, sóbria e honrada, mas a esquerda do quanto pior melhor, está desejosa de que haja essa votação prévia? Porque, com duas votações, o processo de retardamento, de obstrução, torna-se facilitado. Sabem todos que os membros do "Centrão", ou boa parte deles, pela sua média de idade, em virtude até de condições físicas ou de ocupação, são menos presentes do que os membros da esquerda. E é por isso

que, permitindo-se a obstrução, poderiam eles, num processo de cansaço no plenário, fazer com que o número majoritário do "Centrão" já não fosse tão representativo.

Então, vejam V. Ex.^a qual é o elemento ético em que repousam os que sustentam esse destaque torpe, censurável e lamentável, que é o da exigência de duas votações – uma com maioria simples e outra com maioria absoluta. Vejam que aberração, que absurdo! Se já teremos uma votação com maioria absoluta, por que exigir uma prévia com maioria simples? (Palmas.)

Ninguém quer sonegar os votos, ou substituir votos por assinaturas. O que queremos é simplificar o processo de votação. Que todos votem, que haja honestidade de princípios e que a maioria vença. Não podemos admitir que uma minoria, pela sabotagem, pela rasteira regimental, faça prevalecer seus pontos de vista. Vamos acabar com essa burla, com essa desonestade, e afirmar o que é verdade. O "Centrão" está querendo justiça, o "Centrão" sustenta teses há um ano, querendo que a maioria prevaleça. (Muito bem!) E só hoje, nesta noite, é que a Mesa se curva, é que a liderança do PMDB se curva. Mas, mesmo assim, antes de fechar a porta esta deixa o seu rabo lá atrás, querendo golpear-nos com essa autêntica imundície que é a introdução do instrumento de obstrução, legitimado no requerimento de destaque do líder Mário Covas. (Palmas.)

Assim, Senhoras e Senhores, quando posto em votação o Substitutivo da Mesa, nosso voto será favorável mas, quando votarmos o destaque do Líder Mário Covas, nosso voto, em nome da justiça, deverá ser "não"! Muito bem! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Antes de dar a palavra ao próximo orador, registro a presença de uma representação paraguaia, formada por Miguel A. Saguer, do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), Aníbal Abbate, do Movimento Popular Colorado (MOPOCO), Luis Manuel Andrade do Partido Democrata Cristiano (PDC), Rodolfo M. Leguizamon, do Movimento Popular Colorado, Silvio Negrete Filho, do Partido Revolucionário Febrerista (PRF) e Emílio Reynal, do Movimento Popular Colorado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Roberto Freire para encaminhar a votação, pelo PCB.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sra^a e Srs. Constituintes, evidentemente, a proposta da Mesa não representa a solução mais democrática. Foi a solução possível em face da intransigência de uma articulação que nitidamente se preocupava muito mais em impor uma determinada concepção política à Constituinte do que concretamente buscar fórmulas que viabilizassem apresentações para que a maioria aqui votasse a nível regimental. Isto é evidente. Não cabe mais discutir isto, até porque a maioria já impôs a solução mais extremada, sectária e intransigente em relação à questão regimental. A solução apresentada pela Mesa é a busca de um consenso em que haja possibilidade de a minoria não ser esmagada, como deseja o projeto do Constituinte Cardoso Alves, mantendo ainda aspectos significativos de resguardo dos trabalhos já realizados pela Assembléia Nacio-

nal Constituinte, porque não se pode admitir o uso da apresentação de emendas substitutivas que prejudiquem todo o trabalho, todas as emendas já aprovadas, inclusive a participação individual de cada Constituinte. Neste ponto, a proposta a Mesa significa avanço em cima do grave recuo ávido em virtude da articulação direitista e reacionária.

Em função disso, apresentamos, juntamente com outros partidos, um substitutivo a essa resolução, visando garantir alguns dos direitos questionados pelo chamado "Centrão", que seria melhor chamado de articulação de direita, embora faço esta ressalva – nem todos que ali estão rasantes sejam homens de direita. É possível, elo substitutivo apresentado, assinado inicialmente pelo Deputado Plínio Arruda Sampaio, em nome do PT, termos um Regimento que garanta **ilegível** do que eles desejam, mas permanecendo **ilegível**, a estrutura democrática do regimento desta Assembléia. Votaremos pela referência desse substitutivo, caso, é evidente, e aqui não queremos jogar para enganar – Substitutivo da Mesa, que representa uma posição das forças mais democráticas, seja por isso mesmo derrotado.

A posição do Partido Comunista Brasileiro é, pois, pela aprovação da Resolução da Mesa, ressalvados os destaques, particularmente o apresentado pela Liderança do PMDB na Constituinte, que retira aquele caráter também arbitrário e abusivo da aplicação automática de preferências que **ilegível** assinadas por determinado número de constituintes, sem a necessidade do voto. Votaremos a favor do Substitutivo da Mesa, ressalvados os destaques, principalmente o apresentado pela liderança do PDT a favor do qual também votamos.

Essa a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – em a palavra o Sr. Ricardo Fiúza para encaminhar a votação, pelo PFL.

O SR. RICARDO FIUZA (PFL – PE. Sem .visão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, estamos hoje na culminância de **ilegível** trabalho que dignifica toda a classe política brasileira. Em nome da maioria que foi denominada "Centrão", apresentamos um texto propondo modificação do Regimento Interno, com a única **ilegível** de tomar democráticas as decisões da Assembléia Nacional Constituinte.

E por que, Sr. Presidente? Porque achávamos que as decisões oriundas da Comissão de Sistematização não representavam a média do pensamento do povo brasileiro. Procuramos insistentemente uma forma de acordo que possibilitasse a votação sem grandes discussões. Lamentavelmente, uma parcela do PMDB não a aceitou, duvidando que este País tivesse maioria de parlamentares de centro. Fomos, portanto, obrigados a lhes mostrar que o Brasil não é um país de extremos. Mostramos-lhes a nossa força, mas não lhes mostramos prepotência, porque não a temos.

Discutimos exaustivamente com todos os segmentos do Plenário. Principalmente falamos com o nosso eminente Presidente, Ulysses Guimarães, que não tem faltado à Assembléia Nacional Constituinte com seu equilíbrio e discernimento. Chegamos a um texto que poderíamos dizer convergente, facilitando sobremodo a votação, porque nós, da maioria, assim o quisemos; demos à minoria, possibilitemos aos partidos pequenos, iniciativas que não tinham, e hoje eles vêm apresentar um projeto contra o da Mesa, que é democrático. Esse projeto dos pequenos partidos foi elaborado porque demos vez a eles.

Mas o texto da Mesa é democrático. Peço aos companheiros que, em nome do bom andamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, fechem questão em torno desse texto. Todavia, há uma emenda, do nobre Constituinte Mário Covas, muito bem trabalhada, pretendendo anular, através de sofismas, a preferência para votação das emendas assinadas por 280 Constituintes.

Alguns exaltados dizem: democracia é voto, vamos votar. Queremos deixar claro que, em momento algum, pretendemos não votar a nossa preferência. Achamos apenas ter direito a que esta preferência seja votada em primeiro lugar. Isto é fundamental. Vejam bem: se não há voto de liderança exercido, qual o mal de haver preferência implícita para a maioria?

Foram dados muitos telefonemas e apresentados argumentos que fogem à verdade. Já fizemos muitas concessões e não podemos, lamentavelmente, de forma alguma aprovar a emenda de autoria do eminente Líder Mário Covas. A maioria democrática deste País, desejosa de uma Constituição moderna, deve manter este ponto de vista.

Sr. Presidente, para que não haja dúvidas, devo deixar bem claro que foi nossa principal preocupação o fato de 280 companheiros assinarem o texto. Mesmo que este texto venha a ser aprovado, ele não inibirá, não prejudicará qualquer das emendas apresentadas pessoalmente pelos Constituintes. Não queremos que os companheiros sejam triturados, como o foram na Comissão de Sistematização.

Portanto, Sr. Presidente, devo louvar o grande esforço de V. Ex.^a e dos Líderes do PMDB – com quem dialogamos neste período – pelo espírito democrático com que encaminharam este trabalho final, obra de todos e da maioria, para que não se modifique o texto da Mesa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte:

Requerimento

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Nos termos regimentais, requeremos preferência para votação do Substitutivo nº 1, de Plenário,

ao Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987, da Mesa.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987 – PDT **Brandão Monteiro** – PT **Luiz Inácio Lula da Silva**.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, formulou a V. Ex.^a uma questão de ordem para o esclarecimento da Casa e dos constituintes. Vamos entrar agora no processo de votação do Projeto de Resolução nº 21-A: foi apresentada uma preferência. Caso a preferência seja aprovada, será votado o mérito; ou, então, votaremos o da Mesa. Este é o entendimento da matéria para a qual esta sessão foi convocada, com base no art. 82 do Regimento Interno, que disciplina os procedimentos da votação sobre resolução de mudanças no Regimento Interno.

Na quarta-feira passada, quando foi votado o Projeto de Resolução nº 20, de autoria do nobre Constituinte Cardoso Alves, formulei uma questão de ordem: o Projeto de Resolução só seria considerado aprovado depois de votados os destaques e as emendas. Portanto, temos uma situação singular nesta Casa. Estamos votando, agora, o Projeto de Resolução nº 21-A, mas a votação do Projeto de Resolução nº 20 foi iniciada e não concluída, pois os de ataques e as emendas não foram examinados. Portanto, a matéria não está aprovada.

Ouvimos vários líderes do "Centrão" apoiando o Projeto de Resolução nº 21-A, da Mesa. Por isso formulou a presente indagação: algum representante do "Centrão" retirou oficialmente da Mesa o Projeto de Resolução nº 20, votado na quarta-feira? Se ele foi retirado, temos uma situação normalizada e, portanto, vamos votar o Projeto de Resolução nº 21-A. Se o Líder do "Centrão" que apoiou aquele projeto de resolução não o retirou da Mesa, pergunto a V. Ex.^a o que será feito do Projeto de Resolução nº 20, cuja votação apenas iniciamos. Se não foi concluída, não há matéria aprovada e agora estamos votando o Projeto de Resolução nº 21-A. Sr. Presidente, como fica a situação desta matéria que, regimentalmente, é clara e cristalina? Sr. Presidente, se foi retirado da Mesa, por alguns dos subscritores, o projeto do "Centrão", está resolvida a minha questão de ordem. V. Ex.^a, como Presidente da Mesa, o que fará com aquela votação que apenas iniciamos na quarta-feira pela manhã?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa esclarece a V. Ex.^a, em primeiro lugar, que apresentou a proposição agora em caráter de substitutivo, que está sendo examinado com base na competência que lhe dá o art. 81. A Mesa pode apresentar projeto de resolução. Em segundo lugar, quero recordar a V. Ex.^a que o Presidente

da Casa conversou com lideranças, inclusive com V. EX.^a, que, aliás, discordou dessa forma de se encontrar uma alternativa regimental que pudesse representar pelo menos a vontade da maioria desta Casa. A Mesa, nestas circunstâncias, tem condições de organizar a Ordem do Dia e o fez independentemente do projeto anterior. O substitutivo anterior não foi retirado, as emendas não foram votadas. Mas isso não impede, regimentalmente, que a Casa se pronuncie sobre a matéria da forma que se pretende fazer na presente sessão. (Palmas.) Aprovando-se qualquer substitutivo – o que agora tem o apoio de V. EX.^a ou o da Mesa – evidentemente toda a matéria que o contrarie, inclusive a constante do Projeto de Resolução nº 20; estará prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Rejeitado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. AMARAL NETTO: – O PT não tem número para pedir verificação, Sr. Presidente.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – O PT e o PDT pedem verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Com o PT e o PDT pedindo verificação, há condições. Por isso vamos fazê-la.

Os Srs Constituintes que aprovam a preferência dirão "sim", e dirão "não" os que a rejeitarem.

(Procede-se a votação.)

Absteve-se de votar o Sr: ULYSSES GUIMARAES – PMDB

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação.

SIM 75;

NÃO 417;

ABSTENÇÃO 01;

TOTAL 493;

O Requerimento está rejeitado.

Votaram SIM os Srs.:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adroaldo Streck – PDT; Aldo Arames – PC do B; Amaury Müller – PDT; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; Benedita da Silva – PT; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Maia – PDT; Cristina Tavares – PMDB; Dirceu

Carneiro – PMDB; Domingos Leoneili – PMDB; Edésio Farias – PDT; Edmison Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Fernando Santana – PCB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Küster – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Irma Passoni – PT; Jamil Haddad – PSB; João Paulo – PT; José Carlos Sabóia – PMDB; José Genoíno – PT; José Mauricio – PDT; José Paulo Bisol – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Koyu Iha – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Braga – PFL; Luiz Cushiren – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Lysâneas Maciel – PDT; Mário Maio – PDT; Maurício Corrêa – PDT; Moema São Thiago – PDT; Myrian Portella – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Seixas – PDT; Nilso Sguarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Paulo Delgado – PT; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Raquel Capiberibe – PMDB; Roberto Freire – PCB; Rose de Freitas – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Tadeu França – PMDB; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldyr Pugliesi – PMDB;

Votaram NÃO os Srs:

Aauto Pereira – PDS; Adolfo Oliveira – PL; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos-PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amilcar Moreira – PMDB; Angelo Magalhães – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antônio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentos – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Áureo Melo – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos – Alberto – PTB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délvio Braz – PMDB; Denisar Ameiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PCB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmieri da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bomhausen – PFL; Jorge

Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilar – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Besse – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mauricio Campos – PFL; Maurício Fruet – PMDB; Mauricio Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PDT; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Wedekin – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmar Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini

– PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Viana – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rolemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Cézar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Rudy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL Sérgio Brito – PFL; Sérgio Wemeck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Valmir Campeio – PFL; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgíladio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Wagner Lago – PMDB; Waldeck Omellas – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

Durante a chamada nominal foram levantadas as seguintes Questões de Ordem:

O SR. CARLOS SANT'ANNA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, trata-se do processo de votação. Entendo que V. Ex.^a quer dizer que quem votar "sim" estará aprovando o substitutivo do PT e quem votar "não" estará rejeitando o substitutivo do PT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): Em parte V. Ex.^a tem razão. Está-se votando a preferência a este substitutivo, depois se terá que votar o mérito, se for dada a preferência; do contrário votar-se-á o substitutivo da Mesa.

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, quero prestar um esclarecimento. O Constituinte Carlos Sant'Anna quis caracterizar o substitutivo como sendo do PT, na tentativa de criar dificuldades

políticas para a sua tramitação. Queria dizer que esse substitutivo é do PT, do PDT, do PC do B e de setores progressistas do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vem à Mesa e vai à publicação a seguinte

Declaração de Votos

Sr. Presidente,

Requeiro, para Registro nos Anais da Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, dia 9-12-87, o meu voto "sim" ao pedido de preferência encaminhado pelos PT e PDT, que objetivava votação de substitutivo mais democrático ao andamento dos trabalhos da ANC.

Espero deferimento – **Nelson Friedrich** – PMDB – PR.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, quero formular uma questão de ordem. Vamos agora votar o substitutivo apresentado pela Mesa, não o nº 21, mas o que hoje é do conhecimento dos Srs. Constituintes, isto é, o nº 21-A. Esse Substitutivo tem algumas inovações em relação ao inicial. Digo inovações no sentido da organização da matéria, dos destaques separados da apresentação de emendas, representando mudança em relação ao Substitutivo original. Só tivemos conhecimento do Substitutivo da Mesa hoje. Apresentamos emendas ao Substitutivo 21, ao Projeto de Resolução nº 21. Temos agora o Substitutivo 21-A. A questão é a seguinte: votando o Substitutivo que V. Ex.^a anunciou, as emendas apresentadas ao Projeto de Resolução nº 21 serão mantidas; portanto, votar-se-á o Substitutivo ressalvadas as emendas?

Outra questão, Sr. Presidente: não tivemos oportunidade regimental de apresentar destaques ao Substitutivo da Mesa. O Substitutivo que será votado não recebeu destaque, e é necessário um tempo hábil para podermos exercer o direito democrático de apresentá-los. Pergunto: qual é o tempo de que dispomos para apresentar destaques ao Projeto de Resolução nº 21-A, ora em votação?

São portanto, duas questões: emendas apresentadas ao Substitutivo nº 21 e o direito de apresentar destaques ao Substitutivo nº 21-A, que não é mais o nº 21.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa responde a V. Ex.^a que o tempo hábil para a apresentação do destaque é no início da votação em globo da matéria.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – O início é agora.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não. O tempo foi utilizado inclusive por V. Ex.^a, que, se não me engano, apresentou destaque ao Substitutivo nº 21. De maneira que está esgotado o tempo para apresentar qualquer destaque sobre a matéria em tramitação. (Palmas.) Sendo aprovado o Substitutivo da Mesa, estará prejudicado o Substitutivo ou projeto anterior, e todas as emendas e proposições a ele oferecidas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, nobre Constituinte, ilustre Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, aprovar o Substitutivo da Mesa, prejudicando todas as emendas apresentadas ao Substitutivo original, é um casuísmo e uma violência regimentais. (Apupos.)

Parece-me, Sr. Presidente, que a Mesa usou o artifício de apresentar um substitutivo apenas para garantir a prejudicialidade das emendas. E pergunto a V. Ex.^a: até a emenda do ilustre Líder Mário Covas ao Projeto de Resolução estará prejudicada? As emendas apresentadas ao Projeto de Resolução não podem ser prejudicadas.

Sr. Presidente, é necessário que V. Ex.^a reveja esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa recebe com compreensão democrática as expressões de V. Ex.^a.

Tem quase cem anos de tradição aquilo que estamos praticando aqui. Por isso chama-se substitutivo. Substitutivo em português quer dizer o que substitui. Se substitui, pretende tudo o que foi feito anteriormente. (Muito bem!)

Prorrogo a sessão até o término da votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa ao apreciar as emendas ao projeto, ofereceu ao mesmo e vou submeter a votos o seguinte:

Substitutivo, ressalvados os destaques:

Altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 1º É facultada à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte a apresentação de substitutivos a Títulos, Capítulos, Seções e Subseções e de emendas a dispositivos do projeto de Constituição.

§ 1º Caso sejam apresentados dois ou mais substitutivos sobre a mesma matéria, terá prioridade para votação aquele que obtiver o maior número de subscritores; sendo estes em igual número, terá preferência o oferecido em primeiro lugar.

§ 2º Os substitutivos e as emendas apresentadas com base neste artigo terão preferência automática, não sendo submetida a votos e sua aprovação não prejudicará as demais emendas, salvo se forem de idêntico conteúdo.

§ 3º Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo, não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma na sessão seguinte, com 24 (vinte e quatro) horas de intervalo entre uma e outra, para decisão final do plenário.

Art. 2º Excetuadas as emendas populares, consideram-se prejudicadas todas as emendas e destaques oferecidos em fases anteriores do processo de elaboração constitucional.

Art. 3º Publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e distribuído em avulsos o Projeto da Comissão de Sistematização, abrir-se-á o prazo de 7 (sete) dias para apresentação que:

I – substitutivos e emendas coletivas, na forma do art. 1º;

II – emendas individuais, que deverão incidir sobre artigo, parágrafo, item ou alínea do projeto de Constituição; limitadas ao número máximo de 4 (quatro) para cada Constituinte.

§ 1º O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 7 (sete) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria, não podendo submetê-la ou concluir por substitutivo.

§ 2º Admitir-se-á, ainda, a fusão de emendas desde que a proposição dela constante não apresente inovações em relação às emendas objeto da fusão, assinada pelos primeiros signatários das emendas, que lhe deram origem, desde que encaminhada à Mesa antes de iniciada a votação respectiva

§ 3º É admitida a co-autoria de emendas após a respectiva publicação.

Art. 4º Nas 72 (setenta e duas) horas que se seguiram à publicação do parecer do Relator, poderão ser apresentados requerimentos de destaque, limitados ao número máximo de 6 (seis) para cada Constituinte, que deverão incidir, no todo ou em parte, sobre o texto de emenda, individual ou popular, substitutivo ou dispositivo do projeto de Constituição.

Art. 5º O requerimento de preferência para votação dos destaques de que trata o artigo anterior deverá ser subscrito por, no mínimo, 56 (cinquenta e seis) Constituintes, e apresentado até as 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à apreciação do Título a que diga respeito. No caso de ocorrer o término da votação no mesmo dia, a apresentação das preferências dar-se-á 2 (duas) horas antes de iniciada a votação do próximo Título.

§ 1º Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver maior número de subscritores, salvo acordo em contrário.

§ 2º Os substitutivos, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas.

§ 3º Ausente o autor do requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário, salvo autorização por escrito do primeiro signatário a um de seus subscritores.

Art. 6º Ao ser anunciada a votação de cada Título do projeto de Constituição, será facultado o uso da palavra aos Líderes de partidos ou aos Constituintes por eles indicados, bem assim ao Relator, pelo seguinte prazo:

a) partido com mais de 150 (cento e cinquenta) representantes – 12 (doze) minutos;

b) partido com mais de 15 (quinze) e menos de 150 (cento e cinquenta) representantes – 8 (oito) minutos;

c) partido com até 15 (quinze) representantes – 5 (cinco) minutos;

d) Relator – 10 (dez) minutos.

Art. 7º Serão permitidos destaques para aprovação ou supressão de parte do projeto ou de substitutivo, na forma do art. 4º, considerando-se incluída ou excluída do texto respectivo à matéria objeto do destaque, se este for aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 8º Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, poderá ser votado requerimento de destaque, para votação em separado de partes do texto do Projeto ou do Substitutivo, desde que subscrito por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Parágrafo único. A matéria destacada na forma deste artigo somente será incluída no texto

constitucional se aprovada pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Caso não atinja este **quorum** será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que hajam sido destacadas para o mesmo texto.

Art. 9º Votar-se-á em primeiro lugar o Capítulo do respectivo Título seguido dos destaques e, sucessivamente, o grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§ 1º As emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições de mérito conexas, salvo o disposto no § 2º do art. 1º e no parágrafo único do art. 8º.

§ 2º No encaminhamento de votação de matéria destacada, poderão falar, por 5 (cinco) minutos, 5 (cinco) Constituintes: 2 (dois) a favor, com preferência para o Autor do destaque, 2 (dois) contra, e o Relator.

§ 3º A votação será realizada na ordem crescente dos Capítulos, Seções, Subseções e seus respectivos artigos, não sendo admitido requerimento de preferência de um sobre outro.

Art. 10. Ocorrendo a rejeição de Capítulo e de suas respectivas emendas, será a sessão suspensa pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, devendo o Relator apresentar texto circunscrito à matéria existente, sem prejuízo da faculdade atribuída à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, de oferecer texto, nas mesmas condições do Relator.

Parágrafo único. Verificada a hipótese prevista neste artigo, abrir-se-á um prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a apresentação de destaques, independentemente do princípio da prejudicialidade, desde que subscritos por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Art. 11. Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, o Relator redigirá o vencido, para sua apreciação em segundo turno, no prazo de até 7 (sete) dias.

§ 1º Publicado o texto do Relator no "Diário da Assembléia Nacional Constituinte" e distribuído em avulsos, será a matéria incluída em Ordem do Dia durante 5 (cinco) dias, para discussão em segundo turno.

§ 2º Durante a segunda discussão cada orador poderá falar por 10 (dez) minutos uma única vez, de acordo com a ordem de inscrição, e os Líderes por 20 (vinte) minutos.

§ 3º Durante a discussão em segundo turno, é facultada a cada Constituinte a apresentação de 4 (quatro) emendas supressivas, além de outras destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, ou para correção de linguagem.

§ 4º Encerrada a discussão, o Relator emitirá parecer sobre as emendas, no prazo de 5 (cinco) dias, sendo a matéria, depois de publicada, submetida à votação.

Art. 12 Concluída a votação, com ou sem emendas, a matéria será encaminhada a uma Comissão de Redação integrada por Constituintes a serem designados pelo Presidente, entre estes o Relator.

Parágrafo único. Apresentada a redação final, far-se-á a sua publicação no "Diário da Assembléia Nacional Constituinte" e em avulsos, sendo incluída em Ordem do Dia para votação em turno único no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. No encaminhamento da votação, poderão usar da palavra uma única vez, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) representantes de cada partido.

Art. 13. Aos Constituintes, obedecido o sistema de rodízio, serão entregues, semanalmente, senhas a serem distribuídas ao público em geral, para ingresso às galerias.

Art. 14. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está deferido o pedido de verificação. Passa-se à chamada para a verificação solicitada pelo nobre Líder José Genoíno.

Trata-se do Substitutivo da Mesa. Quem estiver de acordo e quiser aprovar o Substitutivo da mesa, dirá sim, quem quiser refutá-lo, dirá não, salvo os destaques oferecidos exclusivamente a este substitutivo.

O Sr. Brandão Monteiro: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, esta Casa, ou melhor, o País gastou bilhões de cruzados com a instalação do painel eletrônico. E estamos procedendo a votações simbólicas que nos obrigam a questionar o **quorum**. Houve três treinos com todos os Constituintes aqui presentes. Pressupõe-se que todos nós sejamos razoavelmente alfabetizados, daí a razão pela qual não entendemos por que não utilizamos o painel eletrônico.

Esta é a questão de ordem que levanto a V. Ex.^a, uma vez que o utilizamos na Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa informa ao nobre Líder que seu desejo era evidentemente o de usar o painel eletrônico. Convocou os Constituintes para uma experiência e ficou comprovado ser preciso que se simulassem outras votações. Então, para nitidez e transparéncia das votações, peço paciência aos Srs. Constituintes. Quando iniciarmos novas votações em janeiro, faremos quatro, cinco, seis votações na primeira oportunidade, a fim de que tenhamos certeza de que o painel registrará efetivamente a decisão dos Constituintes.

Confirmo que prorroguei a sessão até o tempo necessário para a votação da matéria em pauta.

O SR. JOSÉ COSTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, está em

votação o Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987? Nesse projeto de resolução, o § 4º do art. 13 diz:

"Concluída a votação, com ou sem emendas, a matéria será encaminhada a uma Comissão de Redação integrada por Constituintes a serem designados pelo Presidente, entre estes o relator."

Assim, indago a V. Ex.^a, para orientar o meu voto, quantos são os membros dessa Comissão e qual o critério a ser seguido por V. Ex.^a, que a indicará e a comporá.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Devo dizer a V. Ex.^a que este é um assunto que poderei resolver da melhor maneira possível na ocasião oportuna, e me aconselharei com os demais Constituintes, não me esquecendo de chamar V. Ex.^a para que me ajude a tomar decisão mais acertada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, é preciso disciplinar os pedidos de verificação de votação de forma democrática e regimental.

Conforme o art. 70 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, só pode haver verificação de votação requerida por 35 Srs. Constituintes ou líderes representando esse número. Se V. Ex.^a permitir que qualquer Constituinte peça verificação de votação, entraremos num trabalho de desrespeito permanente ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não estando V. Ex.^a na posição da Mesa, não pode ver que as lideranças que se manifestaram perfazem o **quorum** para a verificação de votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa leva ao conhecimento dos Srs. Constituintes que a votação só poderá ser havida como perfeita e acabada após o término da apreciação de toda a matéria, de todos os destaques. A Mesa encarece a todos que prestem esse serviço à Constituinte e ao País, permanecendo no plenário para que possamos dar tramitação ao projeto de Constituição. Façam esse sacrifício pela Constituinte e pela Nação dando número a esta votação. (Palmas.)

Abstiveram-se de votar os Srs.:

Mário Maia – PDT; Ulysses Guimarães – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação.

SIM – 435.

NAO – 48.

Abstenção (ões) – 2.

Total – 485.

O Substitutivo está aprovado.

Votaram SIM os Srs.:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adolfo Oliveira

– PL; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Anníbal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antoniocaldos Konder Reis – PDS; Antoniocaldos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnoldo Fioravante – PDS; Arlode de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrade – PDS; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dalton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délvio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Surugay – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmíl Tavares – PFL; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes –

PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gastone Righi – PTB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amaranto – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gérson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersóimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fogaca – PMDB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Leite Chaves – PMDB; Lélío Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PDT; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilso Sguarezi – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmundo – Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemburg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

Votaram NÃO os Srs.: Adhemar de Barros Filho – PDT; Adroaldo Streck – PDT; Aldo Arantes – PC do B; Amaury Müller – PDT; Benedita da Silva – PT; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Célio de Castro – PMDB; César Maia – PDT; Edésio Frias – PDT; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Gumercindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Hermes Zaneti – PMDB; Irma Passoni – PT; Jamil Haddad – PSB; João Paulo – PT; José Costa – PMDB; José Genoíno – PT; José Maurício – PDT; José Paulo Bisol – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Lídice da Mata – PC do B; Luiz Gushiken – PT; Luiz Salomão – PDT; Lysâneas Maciel – PDT; Maurício Correa – PDT; Moema São Thiago – PDT; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Seixas – PDT; Noel de Carvalho – PDT; Paulo Delgado – PT; Paulo Paim – PT; Plínio Arruda Sampaio – PT; Raquel Capiberibe – PMDB; Tadeu França – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Vivaldo Barbosa – PDT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, antes de anunciar a próxima matéria, se permite, mais uma vez, lembrar apelo a todos os Srs. Constituintes no sentido de que lhe emprestam a indispensável colaboração que ultime a votação da modificação do Regimento, a fim de que depois se processem todos os atos necessários a que, no começo de janeiro, possamos votar a matéria constitucional.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, considerando que vamos agora apreciar os destaques ao Projeto de Resolução nº 21-A considerando ainda que cada destaque terá encaminhamento favorável do autor e outra contra, pergunto à Mesa se pode informar à Casa quantos destaques temos a apreciar. Ocorre que a matéria só será considerada aprovada depois de apreciados todos os destaques. É necessário ainda que haja o **quorum** de 280 Constituintes. Caso não exista este **quorum**, a matéria não será aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – São seis os destaques.

O Sr. Vivaldo Barbosa: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a um esclarecimento sobre a votação dos diversos destaques que virão a seguir, até para evitar votações eventualmente desnecessárias. Encareceria a V. Ex.^a um esclarecimento, certamente ouvindo o nobre Relator. Não obstante a aprovação, ocorrida agora, do Substitutivo do eminentíssimo Relator, no projeto de Resolução subsistem o teor e a proposta do § 2º do art. 23, que permite a apresentação de emenda substitutiva, mesmo que atinja diversos artigos e dispositivos, inclusive capítulos, seções e subseções. Mas, em se tratando de matéria correlata, na forma do § 2º, do art. 23, não se exige número de assinantes que representem a maioria absoluta do Plenário, e sim que a emenda se enquadre naqueles quatro itens em que é permitida a cada constituinte a sua apresentação. Peço a V. Ex.^a um esclarecimento nesse sentido para todo o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Primeiro, é preciso que seja votada toda a matéria. O Substitutivo já foi. Em segundo lugar, como a questão levantada por V. Ex.^a fez remissão ao texto sobre a matéria semelhante do Substitutivo que está sendo alterado, dada a importância do tema e em homenagem a V. Ex.^a, a Mesa estudará sua questão de ordem para lhe dar uma resposta no momento oportuno, possivelmente amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vou submeter a votos a seguinte matéria destacada, constante no texto do § 2º, do artigo 1º, do substitutivo da Mesa, ao Projeto, para supressão das expressões:

"Automática, não sendo"

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Quer o Constituinte Mário Covas, que do texto do substitutivo que acaba de ser aprovado haja supressão dos termos "automática não sendo". Esta é a emenda a propósito da qual o destaque está sendo apreciado neste instante e vai ser posto a voto. Para melhor esclarecer se é preciso, o que deseja o nobre Líder Mário Covas é que a preferência, no caso da emenda chamada coletiva, com 280 votos, seja votada pelo Plenário, ao passo que o texto que acaba de ser aprovado, o texto da Mesa, considera a preferência natural, a preferência automática para aqueles substitutivos ou emendas que tenham 280 assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem à palavra o Sr. Constituinte Mário Covas para encaminhar a votação do Requerimento de Destaque.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes tentarei atender ao apelo de V. Ex.^a e tão-somente fazer uma ligeira exposição sobre as razões e mais do que razões, sobre os fundamentos nos quais baseio para a apresentação deste destaque.

Quero, Sr. Presidente, declarar desde logo que V. Ex.^a, na sua imensa capacidade de mediação e atendendo às responsabilidades que a presidência lhe confere, houve por bem, já na quarta-feira passada, anunciar a sua disposição de tentar vencer determinados impasses surgidos na votação de Regimento Interno e apresentar uma proposta que pudesse, sustentada pelo prestígio da própria Mesa, resolver o problema. Devo dizer que V. Ex.^a superintendeu, em várias das etapas, as tentativas de acordo relativas à proposta de alteração do Regimento Interno e, com a sabedoria que lhe é peculiar no exercício desse cargo, houve por bem apresentar um substitutivo, no qual incorporou, na maioria dos seus artigos todos os dispositivos em relação aos quais havido acordo, incluindo um outro que – até por não ter havido acordo – na sugestão de V. Ex.^a deveria, ser no Plenário, submetido a votos. Quero dizer a V. Ex.^a que concordamos inteiramente com a disposição, até por que, quando efetivamente não se consegue uma adesão total pelo mecanismo de entendimento, nada mais justo e razoável do que o mecanismo do voto para se chegar à decisão de uma matéria. Quero dizer que, deliberadamente, o Relator da Mesa apresentou a matéria assim, de tal maneira que se pudesse disputar ou oferecer solução para a Presidência, através de votos, neste capítulo.

Portanto, ao pretender o destaque, não estamos indo contra o Substitutivo da Mesa: ao contrário, estamos simplesmente aderindo a um mecanismo, encontrado por ela própria, mediante o qual votamos o substitutivo como um todo – assim votaremos, segundo convicção específica a respeito desta matéria, mas o que é que respeita ou que limita esta divergência? É o seguinte, Sr. Presidente: o substitutivo anteriormente aprovado – e finalmente esta disposição foi incorporada ao Substitutivo da Mesa – diz respeito aos mecanismos pelos quais esta reforma regimental abriu a possibilidade de emendas substitutivas, no meu modesto entender um procedimento inadequado para votação de uma Constituição, já que um processo constitucional exige maioria, artigo por artigo. Mas essas maiorias são flutuantes, mudam de artigo para artigo. E outras palavras, a maioria que vota a transformação de Território em Estado não é a mesma maioria que vota a parte social, de direitos dos trabalhadores, por exemplo, ou os direitos políticos. Portanto em cada artigo, há que se construir uma maioria, razão pela qual a emenda substitutiva aparece como algo que violenta este processo. Se a emenda substitutiva fosse permitida desde o início, o meu partido, que aqui chegou com 305 Constituintes, apresentando a sua emenda substitutiva, teria concluído a votação da Constituição em pouco mais de uma semana. Exatamente para se impedir isso e permitir que todas as parcelas aqui presentes possam ser parte do processo constituinte é que a emenda substitutiva sempre foi proibida. Mas, agora, a aprovação de mudança regimental, a despeito desta opinião, por vontade da maioria, levou à admissão da emenda substitutiva.

Todavia, para ser apresentada, a emenda substitutiva tem que ter aval de 280 assinaturas. Ora, criou-se, portanto, **quorum** qualificado, para a tramitação, de 280 assinaturas. O ponto exato que se discute nesse destaque é se o fato de existir em 280 assinaturas faz prescindir ou não

a necessidade de uma votação para a preferência. O projeto anterior, tal qual o atual e a Mesa o fez para que se pudesse votar a respeito – determinava que as 280 assinaturas conferiam automaticamente a preferência. Nós, entretanto sustentamos que a existência de 280 assinaturas dá curso à matéria, mas efetivamente, não dispensa para efeito de preferência, a votação da preferência. Tenho ouvido, contra este argumento, este outro: de que adianta votar a preferência de algo que é subscrito por 280 assinaturas – resolver esse problema por maioria simples – para depois, ter que votar, e aí por maioria absoluta, o mérito da questão? Ora, se o mérito da questão for aprovado, necessariamente a preferência se dará. Isso não é bem verdade, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, com isso, quebra-se um conceito da tradição parlamentar, onde a assinatura é um mecanismo para trânsito, não para decisão. A decisão se dá sempre através de voto.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, ele poderia oferecer algumas alternativas em que esse processo se mostraria profundamente danoso. Em realidade, o que importa considerar é que, na medida em que as assinaturas conferem automaticamente a preferência, esta gera um efeito que é inverter a ordem de votação. E porque gera um efeito, necessariamente tem que passar pelo voto.

Portanto, Sr. Presidente, parece-me absolutamente lógico que, independentemente das 280 assinaturas, se deva votar a preferência.

Há alguns minutos eu dava uma entrevista, onde me perguntavam: mas, afinal porque a diferença entre o voto e a assinatura? Eu a simplificava de forma corriqueira e talvez rude, pouco apropriada, da seguinte maneira: cada um de nós, que é eleitor e que, portanto, elege o seu Deputado, o seu Senador, o seu Governador e espero, que no ano que vem, o seu Presidente da República, se habilita a fazê-lo quando assina um papel que se chama título eleitoral, mas só concorre para o resultado no instante em que, na data da eleição, comparece à junta, assinala uma cédula única e coloca o voto dentro da urna. Potencialmente, a existência do título e a assinatura dão-nos condição para votar, mas o voto e a decisão só acontecem no instante em que se vota.

Mais do que isso, Sr. Presidente, há um segundo dispositivo que cria o mesmo efeito do que aquela das 280 assinaturas: é o que determina a permissão do pedido de destaque para votação em separado. O destaque para a votação em separado gera o mesmo efeito que o pedido de votação de emenda substitutiva e também exige-se **quorum** qualificado de assinaturas para poder ser apresentado: 187, diz o projeto. Mas ambos geram um efeito no mesmo instante em que são apresentados se a preferência for concedida sem voto. E, por isso houve uma concordância de que, no caso da emenda para a votação em separado, além das 187 assinaturas, se votasse a preferência, para que o pedido de votação em separado fosse válido. É o que está constando do art. 11 do referido projeto substitutivo da Mesa.

Portanto, Sr. Presidente, a mesma regra que vale para a apresentação de destaque, para a votação em separado, há que necessariamente valer para aquilo que seja a emenda substitutiva.

Para concluir, quero dizer que este não é um problema político nem ideológico. O que se vota

neste instante é na realidade, a visão de cada um de nós sobre o comportamento da Assembléia Nacional Constituinte. Qual a forma mais democrática de dar curso às decisões? Seguramente quem tiver 280 votos será sempre vitorioso, mas na realidade, neste instante, o que está em votação, o que se define é a rigor, se o mecanismo mais correto para uma decisão que terá efeito prático é ou não o voto. Por tudo isso, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Bonifácio de Andrada para encaminhar a votação.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, em primeiro lugar, nossas palavras de aplauso e de homenagem ao Presidente Ulysses Guimarães e à Mesa pela proposição (palmas) que encaminharam a este Plenário, elaborada pela Mesa e que contém, ao lado de várias providências sobre reforma regimental, teses e pontos de vista consagrados pelo movimento ou pelo partido do "Centrão".

O destaque do eminentíssimo Senador Mário Covas é contra o projeto de resolução da Mesa e o entendimento do § 2º do art. 1º S. Ex.^a se coloca, portanto, contra a Mesa presidida por esse eminentíssimo brasileiro (palmas), Presidente Ulysses Guimarães.

Sr. Presidente, qual o argumento do eminentíssimo Senador Mário Covas, neste Plenário, fora deste Plenário e sobretudo nos telefones? Qual o argumento de S. Ex.^a? E o de que a preferência automática, a preferência implícita nos substitutivos, com a assinatura de 280 Constituintes, fere a teoria dos regimentos da Assembléia Constituinte, da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional. S. Ex.^a insinua mesmo que a preferência automática é antiedemocrática.

Sr. Presidente, à primeira vista, confesso a V. Ex.^a que o argumento que o eminentíssimo Líder espalhou por esta Casa, pelos corredores, pelos nossos amplos salões, pelas linhas telefônicas e pelos seus adjuntos, nos assustou, e fomos, como auxílio de outros companheiros, verificar se realmente a preferência automática é antiedemocrática e anti-regimental, se ela não existe e se a tradição não a conhece.

Sr. Presidente, examinamos não, o Regimento do Senado, mas o desta Casa, para o qual peço a atenção do eminentíssimo Líder Mário Covas. O Regimento da Câmara, no art. 189, estabelece, de forma clara e inequívoca, que uma série de proposições têm preferência automática – inclusive os substitutivos de Comissões têm preferência automática na votação sobre os projetos. (Palmas.)

Mas, Sr. Presidente, nós não poderíamos ir a tanto. O substitutivo da Mesa está sendo votado por uma preferência automática. Para acabar com essa preferência automática é que os ilustres Constituintes pediram preferência para um outro substitutivo. Quer dizer, nós não pedimos preferência, nem a Mesa pediu preferência, para o substitutivo que estamos votando, porque substitutivo tem preferência automática. (Palmas.)

Mas, Sr. Presidente, poderia o nobre Líder Mário Covas dizer que as preferências automáticas só existem em matérias de legislação ordinária. Se

S. Ex.^a afirmasse isso – mas não afirmou, – diríamos também que nisso estaria errado.

O Regimento comum do Congresso Nacional, no seu art. 72, diz o seguinte:

"As propostas de emenda constitucional assinadas por dois terços dos membros de cada Casa do Congresso Nacional têm preferência automática sobre todas as outras."

E sabemos, Sr. Presidente, que para uma proposta de emenda constitucional ser apresentada basta a assinatura, de apenas, um terço dos membros do Senado e dos membros da Câmara dos Deputados, de modo que, quando se fixa um **quorum** de dois terços, cria-se uma preferência automática. Perguntamos a V. Ex.^a, Sr. Presidente: se existem tantas preferências automáticas no Regimento e na votação da matéria constitucional, por que não dar preferência automática para um substitutivo, assinado por mais de duzentos e oitenta Constituintes?

Sr. Presidente, esta é uma previdência perfeitamente ancorada na tradição regimental das Casas do Congresso Nacional e no próprio Congresso Nacional, quer em matéria de legislação ordinária, quer em matéria de elaboração constitucional, em tramitação e proposta de emenda à Constituição. Querer vetar preferências é criar dificuldades ao funcionamento do Plenário da Assembléia Constituinte, como agora há pouco nos falava o nobre Líder Gastone Righi e dizia, acrescentando a tanto, o nobre Líder Carlos Sant'Anna: "é fazer uma batalha ou criar uma tempestade em um copo d'água".

Não, Sr. Presidente, o que queremos é apressar o processo Constituinte, (Muito bem. Palmas.) O que queremos, Sr. Presidente é dar a este País, o quanto antes, uma Constituição. Se temos 280 assinaturas num documento, que é o substitutivo, para preferência a títulos ou a capítulos no projeto constitucional, deveremos ter esta automática preferência, como têm o Deputado e o Senador quando encaminham uma proposta de reforma constitucional, com dois terços de assinaturas das duas Casas do Congresso Nacional.

Não, Sr. Presidente, a posição do "Centrão", apoiando decisivamente o projeto de resolução da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, é de fato coerente com as melhores tradições, não só de ordem democrática, mas na vida regimental desta instituição e sobretudo da Assembléia Nacional Constituinte.

Por aí, Sr. Presidente, tem-se feito uma série de intrigas a respeito da atitude do nosso grupo, mas queremos repetir, como dissemos ontem, que defendemos substancialmente duas coisas: o voto da maioria, constatável para a feitura da Carta Magna brasileira, e em seguida, a abertura ao diálogo, diálogo harmonioso, cordial, para que esta Casa consiga o consenso necessário à votação da matéria constitucional (Palmas.)

O SR. OSVALDO MACEDO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OSVALDO MACEDO (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, pergunto a V. Ex.^a, como Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que aprovou o substitutivo que

se pretende emendar, se, aprovado o substitutivo no original, permitindo-se, portanto, que as preferências sejam obtidas apenas com a assinatura de 280 constituintes sem a sua presença, não se poderá usar o expediente de, não havendo **quorum** na primeira votação nem na segunda, se apresentarem indefinidamente preferências e abaixos-assinados para postergar os trabalhos da Constituinte e, portanto, frustrar o trabalho que a Nação inteira espera da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A questão levantada por V. Ex.^a pressupõe, primeiro, que haja decisão sobre o destaque.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o voto "não" é contra o destaque do ilustre Constituinte Mário Covas?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O voto "sim" aprova o Destaque Mário Covas. Se for aprovado o destaque requerido pelo nobre Constituinte Mário Covas, a votação automática não será admitida. O voto não confirmará o texto ou o substitutivo da Mesa.

O SR. ROBERTO FREIRE: – Sr. Presidente, estranho-me o fato de o Constituinte Bonifácio de Andrada, que encaminhou a votação, não saber votar.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Agradeço ao Constituinte Roberto Freire.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à chamada. (Procede-se a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação.

SIM – 194.

NÃO – 265.

Abstenção (ões) – 4.

Total – 463.

O Destaque está rejeitado.

Votaram SIM os Srs.:

Abigail Feitosa – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Agassiz Almeida – PMDB; Ailton Sandoval – PMDB; Aldo Arantes – PC do B; Almir Gabriel – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Amaury Müller – PDT; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Konder Reis – PDS; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Arnaldo Martins – PMDB; Artur da Távola – PMDB; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de

Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Rodrigues – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cristina Tavares – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Dirceu Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumerindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Hermes Zaneti – PMDB; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jamil Haddad – PSB; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agridino – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Paulo – PT; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Fogaça – PMDB; José Genoino – PT; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Maurício – PDT; José Paulo Bisol – PMDB; José Richa – PMDB; José Serra – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Lélia Souza – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Braga – PFL; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Marcelo Cordeiro; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Michel Temer – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Myrian Portella – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelson Friedrich – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Pompeu de Sousa – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raquel Capiberibe

– PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemburg – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cesar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Samir Achôa – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Tadeu França – PMDB; Teotonio Vilela Filho – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

Votaram NÃO os Srs.:
 Adauto Pereira – PDS; Aécio de Borba – PDS; Agridino – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumerindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Hermes Zaneti – PMDB; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jamil Haddad – PSB; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agridino – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Paulo – PT; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Fogaça – PMDB; José Genoino – PT; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Maurício – PDT; José Paulo Bisol – PMDB; José Richa – PMDB; José Serra – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Lélia Souza – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Braga – PFL; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Marcelo Cordeiro; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Mendes Canale – PMDB; Michel Temer – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Myrian Portella – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelson Friedrich – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Pompeu de Sousa – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raquel Capiberibe

Borges – PFL; Geraldo Fleming – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jesus Tajra – PFL; João Alves – PFL; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João Lobo – PFL; João Machado Rollemburg – PFL; João Menezes – PFL; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Haickel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agridino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PT; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Teixeira – PFL; Júlio Campos – PFL; Lael Varella – PFL; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lourengberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Matheus Iensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PDT; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Sabrá – PFL; Nilson Gibson – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Odacir Soares – PFL; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PT; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes Landim – PFL; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Vital – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rubem Bran-

quinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Sadie Hauache – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólón Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Valmir Campelo – PFL; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Wagner Lago – PMDB; Waldeck Ornelas – PFL.

Abstiveram-se de votar os Srs.: Aluísio Campos – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB.

Durante a chamada nominal assumem, sucessivamente, a presidência os Srs. Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente e Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte

REQUERIMENTO

Nos termos do art. 83, do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, combinado com o art. 186, § 8º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro votação, em globo, de todos os requerimentos de destaque, pedidos sobre o Substitutivo da Mesa, (Proj. de Resolução nº 21-A).

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1987. – José Lourenço – Cardoso Alves.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Aprovado.

O SR. JOSÉ GENÓIMO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENÓIMO (PT – SP). Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se proceder à verificação de votação. A Mesa pede a presença de todos, para que votemos a preferência e, depois, globalmente, os destaques, encerrando-se a votação da matéria.

(Procede-se à chamada.)

Durante a chamada nominal foram levantados as seguintes questões de ordem:

O SR. JOSÉ GENÓIMO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENÓIMO (PT – SP). Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, a chamada está muito rápida. Estão passando despercebidos nomes de Constituintes. Vamos fazer uma chamada com calma regimental e não na corrida, como se estivéssemos fazendo algum jogo. Isto não é brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a tem razão. A Mesa atenderá ao seu pedido.

O SR. MÁRIO COVAS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP). Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente,

estávamos aqui reunidos, todas as Lideranças, conversando e buscando uma solução para este problema. Evidentemente, não haveria tempo de votar, hoje, tudo o que consta da pauta. Então, num acordo, ficou decidido o seguinte: quem apresentou o requerimento pedindo que se votasse a matéria globalmente retira o seu pedido; quem pediu a verificação de votação retira o requerimento. Paralisaríamos, agora, a votação e, amanhã, por convocação de V. Ex.^a, todas as lideranças se reuniriam com o objetivo de buscar viabilizar, pelo menos, os pedidos de destaques que se julguem mais fundamentais, para que tentemos, no período da tarde, amanhã, viabilizar esta votação e chegar ao seu final. É interesse de todos nós. Falo pelo que ouvi aqui embaixo. É interesse de todos nós, mesmo que isso não satisfaça integralmente alguns, como é o meu caso. Mas que se faça, o mais rápido possível, a mudança regimental, para que não frustremos o povo brasileiro na sua reivindicação de elaboração da Constituição brasileira.

O SR. JOSÉ GENÓIMO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENÓIMO (PFL – BA). Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, em nome de todos os companheiros que tenho acompanhado; quero dizer a V. Ex.^a e aos demais Constituintes que tomamos a iniciativa de procurar os Líderes do PDT, do PT e, depois, o do PMDB, para propor que suspendêssemos esta sessão, dependendo, naturalmente, da decisão de V. Ex.^a, e iniciássemos conversações no sentido de viabilizar, durante esta semana, até amanhã, a votação das matérias em pauta. Queremos, com este espírito, mostrar a V. Ex.^a e ao País, sobretudo como homenagem a V. Ex.^a, a nossa permanente disposição para o entendimento. De nossa parte não haverá jamais radicalismo que possam conduzir esta Constituinte a um impasse.

Convidamos todos os companheiros para, amanhã, às 11h30min, na sala da Presidência, se assim desejar V. Ex.^a, iniciarmos negociações que viabilizem o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa e a Casa ouviram as propostas que acabaram de ser feitas.

Desejo dizer, em nome da Mesa, que, como Presidente, estou certo de que tudo ocorrerá em consonância com a expectativa nacional. A Mesa e o Presidente, em primeiro lugar, felicitam todos os Srs. Constituintes por esta possibilidade de um entendimento alto e nobre, como o que aqui foi esboçado. Colocarei o meu gabinete à disposição das Lideranças. O Presidente desta Casa estará às ordens de V. Exas, a partir de amanhã, às 11h, para um entendimento.

Ao fazer este registro, que sem dúvida nenhuma é muito alvissareiro, é necessário que se saiba que a Constituinte, que tem votações tão importantes a fazer, encontrou condições para um entendimento quanto ao instrumento para realizá-las, uma modificação no seu Regimento Interno. Evidentemente, tendo sido retirado o requerimento de votação global, cai o pedido de verificação de votação, que passava a ser pretensão adjetiva, uma consequência do mesmo.

Por isso, considero retirado o requerimento. Coloco-me à disposição de todos para o entendimento. Felicito os líderes de todos os partidos, os meus companheiros e esta Casa por essa possibilidade que se acena no sentido de termos a alteração do Regimento aprovada ainda amanhã. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARCER OS SENHORES:

Ademir Andrade – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Cid Carvalho – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Genivaldo Correia – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Peres – PDS; Itamar Franco; João Cunha – PMDB; João Hermann Neto – PMDB; Jonival Lucas – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário de Oliveira – PMDB; Milton Lima – PMDB; Miraldo Gomes – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Percival Muniz – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Torres – PTB; Rospide Netto – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Telmo Kirst – PDS; Vilson Souza – PMDB; Wilson Campos – PMDB.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Encerro a sessão, designando para amanhã, dia 10, às 14:30 horas a seguinte:

ORDEM DO DIA

A mesma da sessão de hoje.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 158

SEXTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 174ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. EM 10 DE DEZEMBRO DE 1987.
I - Abertura da Sessão
II - Leitura da ata da Sessão anterior que é, sem observações, assinada.
III - Leitura do Expediente

COMUNICAÇÃO

Do Senhor Constituinte Ubiratan Spinelli, participando que embora tenha votado na Sessão da Assembléia Nacional Constituinte do último dia 3, seu voto não foi registrado.

IV - Pequeno Expediente

CÉSAR MAIA - Requerimento de convocação do Ministro do Planejamento para prestar informações à Câmara dos Deputados a propósito de operações financeiras realizadas entre o BNDES e as empresas Sharp e Sid-Informática.

MAURO SAMPAIO - Necessidade da utilização de alta tecnologia ou de tecnologia de ponta no combate à seca e na produção prioritária de alimentos no Nordeste brasileiro.

ISMAEL WANDERLEY - Apelo no sentido da busca de entendimento entre os partidos políticos na Assembléia Nacional Constituinte, visando à elaboração do texto constitucional que a Nação espera.

MILTON REIS - Inclusão de Brasília, pela Unesco, no Patrimônio Cultural da Humanidade.

ADYLSON MOTTA - Ausência de resposta da Mesa a proposta do orador no sentido de recesso da Assembléia Nacional Constituinte de 6-12-87 a 1º-2-88

CELSO DOURADO (Pela ordem) - Obstrução dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte pelo grupo "Centrão".

ADROALDO STRECK - Inconformidade do orador com adiamento das atividades da Assembléia Nacional Constituinte para 4-1-88.

CHAGAS DUARTE - Documento elaborado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB: "A verdadeira conspiração contra os povos indígenas, a Igreja e o Brasil".

DEL BOSCO AMARAL - Dúvida quanto a acerto de dispositivo do Substitutivo da Mesa ao Projeto de Resolução do "Centrão" que dispõe sobre a validade de assinaturas colhidas no que concerne a pedidos de preferência.

PAULO RAMOS - Posicionamento do grupo "Centrão" contrário aos avanços obtidos pela classe trabalhadora no Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização.

EDMILSON VALENTIM - Apoio aos trabalhadores telefônicos em greve. Contrariedade do PC do B à proposta de modificação do Regimento Interno apresentada pelo grupo "Centrão" e ao Substitutivo elaborado pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

JOÃO AGRIPINO - Apoio aos ecologistas na defesa da proteção ao meio ambiente no País. Nota de solidariedade dos Srs. Senadores ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, acusado pelo Constituinte Fábio Feldman de manter ligação comercial com empresa que explora a pesca de baleias na Paraíba.

EDUARDO BONFIM - Repúdio à aprovação do Substitutivo da Mesa ao Projeto de Resolução do "Centrão" que visa a modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ALDO ARANTES - Discordância do PC do B de proposta no sentido da suspensão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte até 4-1-88.

LÍDICE DA MATA - Esmagamento das minorias com a aprovação do Substitutivo da Mesa ao Projeto de Resolução do "Centrão" que visa a modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ ELIAS MURAD - Efeitos nocivos da publicidade feita pelos meios de comunicação

social à propósito do consumo, da apreensão ou da destruição de drogas.

AMAURY MÜLLER - Perspectiva de greves por segmentos da classe trabalhadora brasileira inconformada com lesão a seus direitos pela procrastinação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Crítica à política do Itamarati, em virtude de visita de solidariedade do embaixador brasileiro ao Paraguai a propósito da candidatura do Presidente Alfredo Stroessner.

LUIZ SOYER - Prejuízos que adviriam para a economia goiana com a transferência de Catalão, Goiás, para Uberaba, Minas Gerais, da localização da unidade de produção de ácido fosfórico a ser instalada pela Petrobrás Fertilizantes S.A. Crítica à manifestação de desagrado da Constituinte Lídice da Mata ante aprovação do Substitutivo da Mesa ao Projeto de Resolução do "Centrão" que visa a modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PAULO DELGADO - Crítica a propósitos de instabilidade institucional do grupo "Centrão". Editorial da revista "Senhor" sobre o assunto.

ASSIS CANUTO - Conveniência de sobrepor-se a qualidade da nova Constituição à exigência de prazo para sua conclusão.

NELSON SABRÁ - Inconveniência de privatização da Ligh, Estado do Rio de Janeiro.

ALOÍSIO VASCONCELOS - Razões e consequências do acidente nuclear com o Césio-137 ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás.

ADEMIR ANDRADE - Dever político de adiar o trabalho de elaboração constitucional e iniciar campanha nas ruas visando às próximas eleições.

PAES DE ANDRADE - Comemoração do Dia dos Direitos Humanos.

DENISAR ARNEIRO - Protesto contra artigo de autoria do Deputado Bocayuva Cunha, publicado no "Jornal do Brasil", sob o título

"A mentira do pólo petroquímico". Apoio a artigo do Secretário de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro, Víctorio Fernando Bhering Cabral, publicado no mesmo jornal, sob o título "A verdade do pólo petroquímico".

JOSÉ GUEDES – Reportagem do jornalista João Tavares no jornal **Alto Madeira**: "A questão da divisa entre Rondônia e Acre – Seringalista fala das origens de Nova Califórnia e Extrema".

FRANCISCO AMARAL – Equiparação salarial de farmacêuticos e químicos com médicos veterinários e engenheiros agrônomo.

CARLOS VINAGRE – Apoio a dispositivo inserido no Projeto da Comissão de Sistematização pelo Constituinte Adylson Motta, segundo o qual as corporações policiais civis passarão a ser regidas por lei federal.

MENDES RIBEIRO – Acerto da auto convocação do Congresso Nacional.

ATILA LIRA – Discriminação na distribuição de sementes a pequenos produtores rurais no Município de Regeneração, Estado do Piauí.

STÉLIO DIAS – Problemática do ensino de 1º e 2º graus.

BENITO GAMA – Negativa, pelo Conselho de Política Fazendária – Confaz, de concessão de isenção do ICM para motoristas de táxi.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Necessidade de revisão dos atuais benefícios concedidos a aposentados e pensionistas.

FERES NADER – Proposta de criação de grupo de trabalho com a finalidade de traçar diretrizes para a exploração florestal na Amazônia.

UBIRATAN AGUIAR – Lançamento, pelo Sistema Verdes Mares de Comunicação, do programa Nordeste Rural.

DIONISIO DAL PRÁ – Trigésimo quinto aniversário de emancipação política do Município de Paranavaí, Estado do Paraná.

CUNHA BUENO – Atuação da Escola de Comércio Álvares Penteado, Estado de São Paulo.

ANTÔNIO DE JESUS – Congratulações ao Governador Henrique Santillo, Estado de Goiás, pela autorização à Celg – Centrais Elétricas de Goiás S.A., para aquisição de padrões de baixa renda para atendimento a novos consumidores.

VICTOR FACCIONI – Inserção nos Anais de Nota Oficial da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em protesto contra violência praticada pela Polícia Militar na repressão a manifestações do funcionalismo e do magistério, em Porto Alegre.

ANNA MARIA RATTE – Posicionamento da oradora contrário à votação do Projeto de Resolução nº 21, de 1987. Preocupação com

prováveis consequências, para o Estado do Rio de Janeiro, da opção do Governador Moreira Franco pela diminuição do mandato presidencial.

FÁBIO FELDMAN (Questão de ordem) – Resposta a pronunciamento do Constituinte João Agripino a propósito de acusações do orador ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Fábio Lucena.

PRESIDENTE – Resposta ao Constituinte Fábio Feldman.

V – Comunicações das Lideranças

ADYLSON MOTTA – Encontro dos líderes da União Soviética e dos Estados Unidos da América, em Washington, como exemplo no sentido de maior entendimento entre os membros da Assembléia Nacional Constituinte.

MYRIAM PORTELLA – Apreensão popular ante impasse criado na Assembléia Nacional Constituinte e apelo em prol do diálogo, da compreensão e do espírito público.

JESUS TAJRA – Satisfação do orador com a edição do Decreto-Lei nº 2.377, que cancela a dívida dos Municípios do Nordeste com o Imposto Territorial Rural no exercício de 1987. Intenções do orador como participante do grupo "Centrão". Equilíbrio do Presidente Ulysses Guimarães no desempenho à frente da Assembléia Nacional Constituinte. Votos de Boas Festas aos Constituintes e aos funcionários.

PRESIDENTE – Solidariedade da Mesa às referências feitas pelo Constituinte Jesus Tajra, em particular ao Presidente Ulysses Guimarães.

AUGUSTO CARVALHO – Crítica à atuação do "Centrão".

HAROLDO LIMA – Declaração do PC do B: "Mudanças no Regimento: golpe na democracia".

AMAURY MÜLLER – Denúncia do PDT de manobra do "Centrão" que visa a inviabilizar o processo de elaboração constitucional.

JOSÉ GENÓINO (Questão de ordem) – Contradita ao pronunciamento do Constituinte Roberto Jefferson.

GASTONE RIGHI (Pela ordem) – Presença de agitadores profissionais nas galerias, quando da votação do Projeto do "Centrão" que visa a modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Apresentação de proposta do PT, por intermédio do Constituinte Ulysses Guimarães.

ALDO ARANTES (Pela ordem) – Direito do povo e dos trabalhadores ao protesto contra o "Centrão". Pronunciamento do Constituinte Roberto Jefferson em nome de setores contrários a avanços democráticos na Assembléia Nacional.

AMARAL NETTO (Pela ordem) – Contestação ao pronunciamento do Constituinte Aldo Arantes. Insubmissão da Maioria à linguagem utilizada pelos ocupantes das galerias.

VI – Ordem do Dia

BRANDÃO MONTEIRO – Requerimento de verificação de votação.

PRESIDENTE – Evidência de falta de quorum e dispensa de verificação de votação.

MENDES RIBEIRO (Pela ordem) – Pedido de votação nominal.

PRESIDENTE – Proclamação do resultado da votação.

LYSÂNEAS MACIEL (Questão de ordem) – Justificativa da declaração de voto do orador. Responsabilidade do "Centrão" pela procrastinação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

EGÍDIO FERREIRA LIMA (Questão de ordem) – Pedido de suspensão da sessão por 15 minutos, com a finalidade da busca de solução para a votação da matéria em pauta.

CÉSAR MAIA (Questão de ordem) – Convocação da imprensa pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, para informações a respeito do pacote fiscal. Projeto de decisão de autoria do Constituinte Arnaldo Faria de Sá que veda a emissão de decretos-leis até à promulgação da nova Carta. Requerimento, de autoria do orador, de convocação do Ministro da Fazenda para prestar esclarecimentos à Casa sobre o pacote fiscal. Repúdio a declarações do Presidente do Banco Central no sentido de sua opinião favorável à supressão das isenções de Imposto de Renda concedidas a magistrados, parlamentares e militares.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte César Maia.

JUTAHY MAGALHÃES (Pela ordem) – Declaração de voto contrário.

GASTONE RIGHI (Questão de ordem) – Requerimento, de autoria do orador, de votação em bloco das emendas, com a finalidade de acelerar o processo. Responsabilidade do PDT e do PT pela procrastinação, em virtude de pedido de verificação de votação.

PRESIDENTE – Suspensão da sessão.

RUY NEDEL (Pela ordem) – Afirmativa do Constituinte Gastone Righi no sentido do desinteresse do "Centrão" pela votação da matéria.

GASTONE RIGHI – Caráter pessoal do pronunciamento do orador, e não em nome do "Centrão". Ausência de responsabilidade do "Centrão" no que concerne à presença de maioria no plenário.

BRANDÃO MONTEIRO (Questão de ordem) – Requerimento de convocação dos membros da Assembléia Nacional Constituinte para votação. Esforços do PDT no sentido da negociação.

VII–Encerramento

2 – MESA (Relação dos membros)

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – RELAÇÃO DOS MEMBROS.

Ata da 174ª Sessão, em 10 de dezembro de 1987*Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente;**Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente;**Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente;*

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Aival Gomes – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Áureo Mello – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Costa Ferreiro – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dalton Canabrava – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edm Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitii – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemburg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Alves – PFL; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Haickel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Richa – PMDB; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Levy Dias – PFL; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Matheus lensen – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Mauricio Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Milton Reis – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PDT; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Odacir Soares – PFL; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Oswaldo Trevisan – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Freire – PCB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruy Nadel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sigmaringa Seixas – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Vasco Alves – PMDB; Victor Fontana – PFL; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 308 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. OSMAR LEITÃO, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE

Do Sr. Ubiratan Spinelli, nos seguintes termos.

Brasília, 9 de dezembro de 1987.

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que na votação realizada na sessão da Assembléia Nacional Constituinte, de quinta-feira p. p., dia 3 de dezembro corrente, votei SIM e meu voto não foi registrado.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração. - Atenciosamente, - **Ubiratan Spinelli.**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está finda a leitura do expediente.

IV – Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte César Maia.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No dia de hoje, iniciei o processo de encaminhamento de um requerimento ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Constituinte Ulysses Guimarães, a respeito do caso SHARP.

Nesse requerimento, que vou ler em seguida, solicito, aproveitando a autoconvocação do Congresso Nacional, a convocação do Sr. Ministro do Planejamento, responsável pela área do BNDES, para, numa sessão especial, discutir com os Constituintes, explicar e informar a respeito dos empréstimos do BNDES às Empresas SHARP e SID-Informática:

Leio o requerimento Sr. Presidente:

"Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados

Deputado Ulysses Guimarães.

REQUERIMENTO

Considerando a autoconvocação do Congresso Nacional para o atual período de recesso;

Considerando a divulgação de empréstimo em volume desproporcional que estaria sendo realizado pelo BNDES às empresas SHARP e SID-Informática, que alcançaria valor próximo a US\$ 100 milhões, o que representa praticamente um terço de tudo o que o BNDES emprestou à indústria entre janeiro e novembro de 87;

Considerando a operação informada de garantia na colocação de ações daquelas empresas por parte do BNDESPAR;

Considerando a ostensiva circulação do maior acionista daquelas empresas, com assiduidade, em áreas oficiais do Governo, inclusive com declarações consideradas oficiosas acerca de política econômica;

Considerando a associação de uma daquelas empresas como maior banco privado do País, o que permitiria imaginar a existência de recursos não oficiais disponíveis;

Considerando a participação acionária nesta última empresa de ex-Ministro da Fazenda do atual Governo;

Considerando, finalmente, o que dispõe o Projeto de Constituição em seu artigo 194, § 2º, inspirador de uma ação democrática

de fiscalização do Congresso Nacional sobre as agências oficiais de fomento;

Requerer-se

I – A convocação urgente da Câmara dos Deputados para que ouça o Exmo. Sr. Ministro do Planejamento, responsável pela área do BNDES, acerca de operações financeiras realizadas ou realizáveis, entre aquela agência de fomento oficial e as empresas SHARP e SID-Informática;

II – Pedido de informações ao BNDES, com caráter de urgência urgentíssima, acerca de operações realizadas ou realizáveis com as empresas SHARP e SID-Informática, inclusive as relativas à garantia na colocação de ações, a fim de subsidiar os parlamentares em suas avaliações e na preparação dos debates a serem realizados na sessão solicitada no item anterior.

Nos termos e nas justificações; Pede-se deferimento

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 1987. – Deputado **César Maia** – Deputado **Brandão Monteiro**, Líder do PDT – Deputado **Luiz Inácio Lula**, Líder do PT. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Constituintes:

Fizemos referência há alguns dias, nesta tribuna, ao problema da utilização de alta tecnologia, mesmo a de ponta, na linha de frente do combate à seca e à produção prioritária de alimentos, no Nordeste brasileiro, respectivamente no que diz respeito ao aparelhamento daquela região com o mais avançado sistema numérico de tratamento de imagens utilizadas pela teledetectação meteorológica, no estudo das variedades clínicas e à conquista da genética de sementes, na utilização da biotecnologia.

Atrelamos nosso depoimento à tese do professor norte-americano Robert Solow, escrita na década de 50, que lhe valeu, neste ano de 1987, o prêmio Nobel de economia, e assesta, numa síntese, que o desenvolvimento

tecnológico será o motor do crescimento econômico em longo prazo. Noutras palavras, que um avanço tecnológico pode significar muito mais que um aumento direto de investimento em velhos padrões. Ilustraremos com depoimentos prestados na CPI deste Parlamento, destinada a avaliar os prejuízos da seca no Nordeste, momente o do engenheiro Uirandé Augusto Borges, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, e o do professor Carlos Girard, do Centro Tecnológico Aeroespacial – CTA, do Ministério da Aeronáutica. Fizemos também visita ao Centro Técnico Experimental – uma estação meteorológica e um campus experimental de sementes – do perímetro irrigado Curu-

Paraipaba, um dos mais sofisticados do DNOCS, planejado e executado no modelo do Kibutz do Estado de Israel, adaptado à realidade litorânea cearense.

A propósito do assunto, estivemos conversando pessoalmente com o diplomata Osamu Ozeki, Assistente Especial da Embaixada do Japão no Brasil. Inclusive, fizemos entrega, através do professor João de Deus de Oliveira, de um outro pronunciamento nosso, o de 17 de novembro,

nesta tribuna, em defesa da irrigação e da criação das Zonas de Processamento de Exportação – ZPE, no Nordeste, no contexto da palestra do Dr. Camilo Calazans de Magalhães, Presidente do Banco do Brasil, na Escola Superior de Guerra – ESG, a 5 de outubro deste ano.

Aponta, agora, em boa hora, a notícia de que uma missão conjunta americano-japonesa vai usar o foguete japonês H-2 para lançar um satélite que vai medir, com radar, a precipitação de chuva nos trópicos. Trata-se de um dos vários projetos da agência espacial americana NASA a serem realizados nos próximos cinco anos e que não dependem de naves reutilizáveis.

Além de fornecer o foguete lançador, os japoneses também vão construir o radar para medir a chuva, que será colocado no satélite americano. A Missão para Medir a Chuva Tropical – TRMM – sigla em inglês – poderá ser lançada do centro espacial japonês, na ilha de Tanegashima, no inicio de 1993. A nave, de três toneladas e meia de peso, vai operar durante três anos, registrando a quantidade de chuva que cai na terra entre os 30 graus de latitude norte e Sul. Esses dados são importantes para a compreensão do clima mundial e das regiões áridas do Nordeste brasileiro.

Eis, pois, uma aurora de autarcia para aquela nossa gente avezada a todo tipo de augúrio.

Por isso, concitamos os interessados nas questões ambientais e econômicas do País, e mesmo os majestosos e atropeladores áulicos de governo, a não versarem em seus estudos e relatórios o approach da pesquisa no espaço capaz de despertar aquela nossa gente de seus sonhos serpenteados de cursos d'água e de pôr fim à mais florescente e bem sucedida "indústria" que já se estabeleceu no Nordeste – a seca.

Devemos, outrossim, seguir os cursos primordiais e naturais da humanidade...

A humanidade, em todos os tempos, prestou às águas e aos rios um culto especial, não só como elemento primordial da vida, senão também como meio de transporte de que o homem se serve para economizar o seu esforço. Os arquivos históricos estão cheios de documentos que revelam a influência dos rios na vida dos povos.

Heródoto, Homero, Virgílio e Dante tributaram sempre aos rios virtudes e propriedades inauditas; os egípcios consideram o Nilo como presente do céu e reverenciam as suas águas benfazejas; os espartanos, os atenienses, os hindus e os romanos adoravam os seus rios; em Atenas, conferia-se honras especiais a quem abrisse canais. Já no século XVII, a França, que era considerada o "paraíso dos canais", preocupava-se com a formação de empresas para a construção de uma rede artificial de navegação com o fim de ligar os seus dos e correntes navegáveis. Obras gigantescas foram realizadas nesse particular, mesmo no período áureo do desenvolvimento das linhas férreas naquele país.

No Brasil, no Nordeste, inacreditavelmente, rios como o Jaguaribe – o maior rio seco do País –, o Parnaíba, o São Francisco e outros cursos e afluentes menores, ressaltam aos olhos de quantos penetram naquela região num verdadeiro quadro dantesco, as derrubadas e queimadas das matas seculares assumem proporções gigantescas deixando, por sua vez, desnudos os morros e a pique e calcinadas, pelo fogo, as terras que

se vão transformando em extensos e improdutivos sapezais, quando não profundamente erodidas em consequência das precipitações violentas e desordenadas, geradas pelo aniquilamento sistemático e progressivo de todo o revestimento floréstico da região.

Enquanto tudo isso se processa sob o olhar daquela nossa gente atordoada, em desrespeito às leis vigentes e ao descontrole dos muitos órgãos de Governo voltados para o assunto, alastrase pelo Nordeste o deserto, criminosa e descomedidamente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ISMAEL WANDERLEY (PMDB – RN. Sem revisão do orador.): – Sr Presidente, Sr^{as}s e Srs. Constituintes:

Temos assistido, ao longo dos dias, nesta Casa, a debates e disputas que, no nosso entender, não estão correspondendo aos anseios e ao desejo da Nação brasileira.

Um grupo tenta-se formar no intuito de buscar o entendimento, o equilíbrio e o bom senso, para que possamos definitivamente iniciar os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte. Não é mais possível que, no momento em que o mundo assiste a acordos internacionais capazes de unir a União Soviética e os Estados Unidos, blocos socialista e capitalista, nós não tenhamos aqui a capacidade do acordo, do entendimento, de encontrarmos o caminho que a Nação brasileira espera de nós para elaborarmos urna Carta que corresponda ao desejo da maioria do nosso povo.

Creio que essa preocupação não é apenas minha, mas de muitos dos Constituintes. Devemos nos dar as mãos e nos unirmos, porque se faz necessário, mais do que nunca, esse acordo para que possamos, definitivamente, entregar ao País essa Carta com modernidade, com avanços, mas dentro da realidade brasileira. Esse é o nosso apelo, o nosso propósito e o nosso espírito de luta, de procurarmos aqui, naqueles pontos divergentes, o ponto de equilíbrio, onde a sociedade brasileira possa respirar, sabendo que aqueles que ela elegeu como seus representantes são dignos e capazes de, chegando a um entendimento, redigirem aquele texto que a Nação espera. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MILTON REIS (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Constituintes:

Inclusão de Brasília, pela Unesco, no Patrimônio Cultural da Humanidade.

Perguntei a mim mesmo, ao planejar este pronunciamento, até onde poderia alguém, neste ano de 1987, colocar no papel algo de novo a respeito de Brasília. Seria o mesmo que tentar, em Atenas, formular conceitos originais ante a Acrópole augusta, depois que o verbo luminoso de Ernest Renan ali reverenciou o milagre grego, a mais alta das civilizações a cultura que criou todas as culturas, engrandecendo como nenhuma outra os mais nobres desígnios do espírito.

V. Ex^{as}, por certo, já adivinharam aonde me conduz este intrôito. A ninguém será lógico falar sobre Brasília, sem referir-se, como o faço agora, à prodigiosa oração que André Malraux proferiu, neste Planalto Central, por entre o rugido incessante das máquinas que revolviam a terra e as

espirais coreográficas de poeira que se esfumavam no ar, em 25 de agosto de 1959, Oração tão fulgurante, por todas as luminosidades do gênio francês, como aquela que, em 1860, o grande estilista das "Recordações da Infância e da Juventude", Ernest Renan, criou, mirando o Paternon, flor do gênio helênico feito de equilíbrio e de razão, de misticismo e harmonia, numa ascensão do homem ao divino através da beleza, a conquista da perfeição.

Não encontro, Srs. Constituintes, solução de continuidade na escala da grandeza filosófica e do refinamento estético, entre a "Oração à Acrópole" de Renan, e o discurso de Malraux, no canteiro da construção de Brasília, um século mais tarde. Em ambas essas páginas culminantes da literatura, criadas por dois artistas da língua de Voltaire e Victor Hugo, podemos colher conceitos que derivam do mais alto e do mais nobre pensamento humano. Renan, em 1860, inseriu sua oração no catecismo filosófico e estético de toda a cultura universal; André Malraux celebrou Brasília em páginas lapidares que ainda hoje e sempre surgem e surgião como uma resplandecente epopéia do espírito pioneiro do nosso povo, uma saga de admiração pelo nosso amor à beleza e pela nossa capacidade de construir o futuro, ao preço de todos os heroísmos e de todas as audácia.

Malraux afirmou que em Brasília, se renascente a paixão pelas inscrições no mármore e no granito dos templos, se poderia gravar, no frontão de um monumento, a divisa que, não sendo oficial em 1959, poderia ser a que a posteridade desse a esta cidade "Audácia, Energia, Confiança!"

Aqui se congregaram neste Planalto Central, foco predestinado que se integrou na marcha de nossa civilização para o Oeste, o gênio criador da inspiração política, do urbanismo e da arquitetura: a inspiração de Juscelino Kubitschek, o urbanismo de Lúcio Costa e a arquitetura de Oscar Niemeyer. A essa União de três autênticos gênios criadores, juntou-se o brado unânime da consciência nacional, a convicção multissecular da necessidade da interiorização dos centros de decisão do País, num movimento que só poderia fazer-se por golpes de audácia e de confiança.

Em Brasília, nesta cidade cheia de luz e fremente de povo, há hoje, de fato, o cérebro de onde partem as altas resoluções de nossa gente, tal como o disse Juscelino Kubitschek, lançando de Brasília o olhar sobre o futuro do Brasil, daqui entrevendo uma alvorada "com fé inquebrantável e confiança sem limites na grandeza dos destinos nacionais."

Como representante do Estado de Minas Gerais, emociona-me falar hoje, aqui, a respeito da inclusão de Brasília, pela Unesco, no Patrimônio Cultural da Humanidade.

A Capital da Esperança, tal como a chamou Malraux está muito de perto ligado a Minas Gerais e aos mineiros. Foi no catecismo patriótico dos Inconfidentes que a idéia da interiorização tomou corpo, uma concepção pioneira de Tiradentes. E foi numa honrosa reverência ao protomártir da nossa Independência que o Brasil associou seu nome à mudança da Capital Federal, em 21 de abril de 1960.

Evoco os mineiros que honraram a idéia precursora de Tiradentes: Juscelino Kubitschek, armado em bandeirante do nosso tempo, não re-

cuou diante de quaisquer empecilhos e deu o melhor de sua energia criadora a esta obra ingente; mineiro foi Bernardo Sayão Carvalho Araújo, outro bandeirante do Século XX, engenheiro e desbravador que abriu estradas e fundou centros de colonização; mineiro foi Israel Pinheiro, o primeiro Presidente da Novacap e Prefeito de Brasília, fiel companheiro de Juscelino Kubitschek e em quem, a construção da nova Capital, teve um **leader** esclarecido e progressista à altura do empreendimento, e mineiros, também ao lado de tantos outros brasileiros, principalmente, goianos e nordestinos. Foram os milhares de cangangos que aqui chegaram, a partir de outubro de 1956, pioneiros que não traziam bens materiais, mas que ninguém igualaria na esperança, no entusiasmo e no afínco, que começaram a cavar na terra no mesmo instante em que chegaram, irmados pelo mesmo ideal de todos os outros brasileiros que aqui labutaram, perseverantes em uma missão histórica, com uma alma grande, como que Fernando Pessoa disse ser o segredo de todas as coisas que valem a pena.

Minha saudação se estende também, por feliz coincidência, a outro mineiro, o atual Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, um dos homens públicos mais qualificados do País, que com lucidez e dinamismo, se vem revelando à altura da difícil missão de administrar esta cidade.

Esta cidade, esta Capital da Esperança, foi à obra de milhares de brasileiros conscientes de sua tarefa sagrada. O Brasil orgulha-se de todos os que aqui se juntaram para levantar do solo, na ousada concepção de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer, esta obra majestosa que, disse-o o urbanista ilustre, é ao mesmo tempo **urbs et civitas**, dentro de nossa vida política, e já também um foco exponencial de nossa cultura.

Cabe a Brasília hoje acolher a Assembléa Nacional Constituinte, Assembléa esta bem representativa de um povo que encara seu futuro com ardor e com coragem moral.

Saudo, com emoção, todos quantos se congregaram na idealização e na construção desta urbe tão brasileira e tão penetrada dos conceitos da cultura e do progresso.

Srs. Constituintes, Brasília é a nossa Acrópole. Enriqueçamo-la em beleza e em felicidade coletiva. Façamos dela um símbolo da nossa cultura. Honrando os que nos precederam no levantamento e na consolidação deste monumento único da cultura universal, não apenas estaremos honrando os nossos antepassados, mas também propiciaremos aos nossos descendentes um Brasil mais forte, mais próspero e mais feliz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes: há questão de dois meses, acompanhando o andamento dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, fiz aqui uma proposta para que se procurasse racionalizar os nossos trabalhos, através de estabelecimento de um cronograma, com prazos determinados, para serem cumpridas as diversas etapas a serem seguidas dali para frente. Dizia, na minha proposta, que deveríamos, no dia 5 de dezembro, quando terminasse a Sessão Legislativa, pôr em recesso a Assembléa Nacional Constituinte, e que esse prazo fosse reservado,

até o dia 5, para os trabalhos da Comissão de Sistematização. Sugeri, ainda, que esta Casa entrasse em recesso para que pudéssemos, durante o período de um mês e meio a dois meses, ter um diálogo com a nossa base eleitoral, mostrando o que se estava tratando na Assembléia Nacional Constituinte, e que retomássemos os trabalhos em 1º de fevereiro, para que, então, no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, votássemos o texto constitucional.

Isto foi apresentado e recebido com total e absoluto desprezo pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, o que me entristece aqui dizer. Não mereci, até hoje, uma resposta, uma satisfação sequer da proposta que fiz, no intuito de colaborar com os trabalhos desta Casa. Eu dizia, naquela ocasião, que a prática e a realidade estariam ao meu lado com o correr do tempo.

O que aconteceu, Sr. Presidente? Estamos, hoje, no dia dez de dezembro e ainda não saímos dos trabalhos da Comissão de Sistematização, conforme previ.

Estamos, nesta Casa, Sr. Presidente, num clima tenso, com ressentimentos, com antagonismos, com confrontos que até impossibilitam um diálogo necessário para a negociação de algumas teses.

Se estivéssemos em recesso, seria ocasião de cada um fazer as suas reflexões e voltar aqui com o espírito aberto para essas concessões, pois só elas nos levarão, assim, a uma Carta que concilie os interesses desta Casa e dos grupos que aqui estão com a Nação brasileira.

Estou com a consciência tranquila porque está acontecendo, na prática, exatamente aquilo que propus e que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte não quis ouvir.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo derradeiro para que esta Casa entre em recesso. É mil vezes preferível entrarmos em recesso, até com algumas críticas que possam surgir, do que patrocinar espetáculos melancólicos como este, de hoje a tarde aqui, em que talvez tenhamos alguma matéria para votar com vinte Constituintes presentes numa Casa de 559 membros.

Para evitar esse quadro deprimente, para que não se desmoralize e nem se exponha a Assembléia Nacional Constituinte à execração pública, antevendo o que ia acontecer, fiz uma proposta concreta que, lamentavelmente, não mereceu, sequer, explicação por parte da Mesa.

Portanto, deixo este registro para tranquilidade da minha consciência, dizendo que tentei dar a minha contribuição e renovo o meu apelo, Sr. Presidente – Vamos pôr esta Casa em recesso, vamos pensar, vamos meditar, vamos procurar encontrar denominadores comuns. Saímos de uma ditadura de meia-dúzia de pessoas que comandavam a esquerda. Não quero que agora isso seja invertido em outro grupo que possa, aqui, estabelecer uma nova hegemonia.

E o apelo que renovo à Mesa, Sr. Presidente, já que minha proposta não mereceu, sequer, uma satisfação.

O SR. CELSO DOURADO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Celso Dourado, pela ordem.

O SR. CELSO DOURADO (PMDB – BA. Pela ordem, Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Temos, nestas últimas reuniões da Assembléia Nacional Constituinte, ouvido constantemente, por parte de elementos filiados ao Centrão, críticas constantes ao trabalho da Comissão de Sistematização:

Sr. Presidente, posso até aceitar que a Comissão teve um período muito longo de trabalho – talvez, essa tenha sido a sua falha: o período foi muito longo – e centenas e centenas de companheiros ficaram fora dela.

Sr. Presidente, o quadro atual é muito pior. Estamos completando um mês, estando esta Assembléia manipulada pelo Centrão, poderoso, superalimentado e desinteressado em resultados concretos. Os trabalhos estão sendo obstruídos. Tudo que eles consideram exagero da parte da Comissão de Sistematização – mesmo com o regimento sem nenhuma reforma, sem nenhuma mudança – poderiam perfeitamente fazer valer seus pontos de vista, reunir 280 Constituintes e modificar alguma decisão com a qual não concordassem, mas, não quiseram este caminho, pois, por ele, a Assembléia Nacional Constituinte agilizaria os seus trabalhos. Eles não estão interessados nisso.

Estou pedindo a palavra, pela ordem, para que a Mesa tome providência. Nós, que fomos da Comissão de Sistematização, trabalhamos intensamente durante dois meses, que considero um longo período. E agora, Sr. Presidente, não há nenhuma providência para esta situação em que nos encontramos?

Espero que a Assembléia Nacional Constituinte procure algum diálogo com esse grupo, para que ele caia na realidade e veja que o povo brasileiro está acompanhando o desempenho de cada Constituinte dentro desta Assembléia.

O povo vai cobrar. Não é possível continuarmos nesse estilo e nesse ritmo que as forças poderosas e superalimentadas do Centrão impuseram à Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Constituinte Adroaldo Streck.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Fui informado, há alguns instantes, de que daqui a pouco teremos um acordo de Lideranças, transferindo os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte para o dia 4 de janeiro do ano que vem.

Se isso efetivamente acontecer – e parece que já está inclusive acordado e acertado – não sei como me deslocar daqui de Brasília para a minha base, não sei como explicar às pessoas que me mandaram para cá para trabalhar.

Há uma sucessão de acordos e de conchavos dentro desta Assembléia Nacional Constituinte, como se o País estivesse vivendo às mil maravilhas, como se não tivéssemos nenhum problema. Então, a partir de amanhã, isto aqui vai ser "terra de ninguém" todo mundo bem remunerado, em suas bases, de férias. Mas pergunto: férias do quê? Que tipo de trabalho concreto, Sr. Presidente, se faz aqui nesta Casa, de fevereiro

para cá, que justifique e assim sem a menor cerimônia, que todos os quinhentos e cinqüenta e nove Constituintes possam ir para casa, chutando decisões para o ano que vem? E o nosso País é bastante conhecido por certas regras preestabelecidas como, por exemplo, festas de fim de ano – nesta época não se trabalha, porque afinal de contas o País vai muito bem, não tem problema –, depois, têm janeiro e fevereiro, que são meses de férias e provavelmente vamos começar, a rigor, a nos interessar pelas questões que nos foram legadas pelos eleitores para serem resolvidas pela metade do mês de fevereiro.

É este o registro que quero fazer aqui, neste momento, da minha inconformidade pelo que está sendo concretizado agora por uma verdadeira ditadura de lideranças, com a qual não concordei porque a missão específica que tivemos todos nós, Constituintes, no ano passado, foi de vir par cá trabalhar e resolver problemas brasileiros que estão sendo relegados a segundo plano.

E este o registro. (Muito bem!)

O SR. CHAGAS DUARTE (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente Srs. Constituintes:

Ocupo a tribuna para tecer alguns comentários sobre documento que acabo de ler, intitulado "verdadeira conspiração contra os povos indígenas, a Igreja e o Brasil", elaborado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB em colaboração com o Conselho Indigenista Missionário – CIMI.

A argumentação ali contida, assentada em fatos e dados de insuspeitas fontes, convencem de que todas as acusações e ataques desferidos pelo jornal **O Estado de S. Paulo** contra a Igreja numa movimentada campanha realizada no mês de agosto passado, não passaram de aleivosias infundadas e descabidas.

E não estão sendo diversas as conclusões que está chegando a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída no Congresso com a final dada de apurar os fatos em toda sua extensão. Até o presente, o referido órgão de imprensa não conseguiu comprovar as denúncias divulgadas com estardalhaço e que anteviam a existência de uma "conspiração" da maior gravidade contra o País.

As matérias que encheram páginas e páginas daquele diário estampavam manchetes sensacionalistas do tipo "Nem só de índios vive o CIMI" "Índios – o caminho para os minérios". "O CIMI e seus irmãos do estanho", "O Evangelho do CIMI índio, ouro..."

Na verdade, tratava-se de uma campanha com duplo objetivo: limitar, na Constituição, os direitos dos silvícolas nas terras por eles habitadas, inclusive o uso e fruto das riquezas naturais nelas existentes, e desmoralizar a Igreja, na tentativa de silenciar a sua voz que se ergue, corajosamente, na defesa de sobrevivência física e cultural do índio, da demarcação de suas terras e da exploração dos minérios que encerram apenas pelos povos nativo.

Essa posição da Igreja, Sr. Presidente, por certo, desagrada às empresas de mineração e contraria os interesses do capital internacional, o que explica a campanha difamatória que contra ela se move.

É forçoso reconhecer, entretanto, que esse insólito movimento dirigido contra a CNBB e o CIMI

vem surtindo efeito. Tanto assim que se observa uma involução no tratamento constitucional da questão indígena nas várias fases do processo de elaboração da Carta Magna, ora em curso.

Os dispositivos constitucionais existentes no anteprojeto da Comissão Temática asseguravam o reconhecimento aos índios de seus direitos originários "sobre as terras que ocupam". Já o art 268 do atual Projeto de Constituição, aprovado pela Comissão de Sistematização, reconhece idênticos direitos "sobre as terras de posse imemorial", conceito que, embora contemplado no texto (art. 269, §1º), poderá, na prática, dificultar o exercício efetivo dessa garantia e a demarcação das terras indígenas.

Em razão disso, proponho-me a apresentar ao Plenário da Assembléa Nacional Constituinte emenda que restaura as normas de proteção abrangentes que foram acolhidas na Comissão Temática.

Confio, Sr. Presidente, em que todos os Constituintes comprometidos de fato com a defesa de integridade física e cultural do índio unir-se-ão a nós para modificar os dispositivos inseridos no texto do projeto que não servem à causa dos silvícolas, mas sim, aos interesses de grupos econômicos nacionais e estrangeiros, sempre prontos para destruir o patrimônio desses povos na ânsia de satisfazer sua ganância voraz.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a intensidade e a virulência dos ataques que vêm sendo desferidos contra a Igreja, com o objetivo indiscutível de causar impacto e confundir a opinião pública, não se restringem a este pedaço Brasil.

Também em Roraima é ela vítima de toda espécie de difamação, calúnia, ameaças grosseiras, fatos nunca antes registrados na história do povo pacífico do Território. Além de manchetes sensacionalistas publicadas nas primeiras páginas dos jornais de Manaus, de Boa Vista e outras Capitais brasileiras, lá seus membros têm sido ameaçados de prisão, processados e até mesmo levados às barras dos Tribunais.

Na verdade, Sr. Presidente, o que se esconde por trás da insidiosa campanha orquestrada contra a Igreja no Território não é a defesa dos interesses dos fazendeiros e garimpeiros da região. Essas classes terão os seus direitos protegidos na nova Constituição. A Reforma Agrária, nos termos do projeto, não foi regulamentada de forma radical; já os garimpeiros receberam tratamento favorecido no texto, atribuindo-se-lhes o reconhecimento do direito de prioridade na obtenção dos títulos minerários nas áreas onde já estiverem atuando, desde que não sejam em terras ocupadas pelos índios, cujas riquezas minerais só poderão ser exploradas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas.

O que, de fato, move essa campanha insidiosa é a ação de grupos ambiciosos e inescrupulosos que desejam jogar a Igreja contra os fazendeiros e garimpeiros, na sua maioria cidadãos ordeiros, pacatos e trabalhadores, visando à satisfação dos seus interesses econômicos, que não encontram limites.

Para tanto, não hesitam em deturpar fatos, manipular pessoas, forjar documentos, patrocinar campanhas publicitárias dirigidas, no propósito de remover todo e qualquer obstáculo à sua sanha irrefreada de exploração das riquezas minerais existentes nas terras indígenas.

Sr. Presidente, não fazem sentido as críticas maldosas endereçadas à atuação da Igreja. O que ela advoga, o que ela pretende e deseja é que se busquem soluções evangélicas, cristãs, justas, para o complexo problema indigenista em Roraima. Nunca a violência, nunca a discórdia, nunca o conflito, como apregoam os seus detratores.

Toda a luta que empreende tem sido no sentido de que os índios conquistem os direitos estendais à preservação de sua cultura e o respeito às tradições, usos, costumes, crenças e línguas que assinalam a etnia. Que o silvícola possa ser o sujeito da própria história. Sem exploração, sem submissão, sem subserviência.

Os conflitos, as divergências, os constantes incidentes que atualmente se registram nas áreas indígenas, na verdade, têm sua causa principal na omissão do Governo, não promovendo uma justa e definitiva política de demarcação dessas terras, providência indispensável para minimizar os choques de interesses. Nesse sentido não tenho poupar esforços para sensibilizar os poderes da República.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao encerrar, gostaria de consignar o meu repúdio mais veemente às aleivosias gratuitas que se vêm assacando contra a Igreja, sobretudo na Amazônia, às infamantes acusações de que os padres exploram os indígenas e praticam o contrabando de minérios, e fazer um alerta à opinião pública para que não se deixe influenciar pelas cruéis diáatribes que têm por objetivo macular a instituição.

A Igreja, ao longo dos séculos, prega e exerce a fraternidade, o desapego aos bens materiais, a paz e o trabalho em favor do próximo. Mas, por reconhecer que o caminho para a construção de um mundo melhor é pontilhado de sacrifícios e incompreensões, tem perfeita consciência de que é árduo o processo e, assim o vivencia, na certeza de que as virtudes maiores e o reino da Justiça afinal prevalecerão.

Aos detratores, àqueles que, nas sábias palavras de Nunes de Leão, não tendo mãos para fazerem obras suas, têm apenas línguas para caluniarem as alheias responde com a grandeza de um labor ingente e desinteressado, que haverá de frutificar corrigindo injustiças e semeando a paz na sociedade.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ontem, na aprovação parcial do Substitutivo da Mesa, aprovamos dispositivo que precisa ser cuidadosamente analisado. É aquele que informa que as assinaturas colhidas pelos Srs. Constituintes, para preferência, serão o instrumento hábil para que o Constituinte faça valer o seu direito, o seu prestígio e o prestígio das assinaturas para ver a sua preferência no Plenário. Mas, ali, existe uma ressalva: "salvo acordo" – e não ficou especificado se este acordo seria entre Líderes, se este acordo seria entre a Mesa e os líderes e os perigos dos dias passados da Sistematização persistem, desta forma.

Tenho impressão, lendo os jornais de hoje, que parece que está se formando um novo agrupamento ou o Centro do Centro, ou o miolo do Centro, alguma coisa assim, ou um Centro moderado. A minha impressão é que o Plenário, iniciando os seus trabalhos, estes grupos quer de con-

tação direitista, esquerdistas ou centrista, não terão mais razão para o funcionamento desta forma. Não que eu esteja, neste momento, desligando-me do Centrão, porque o Regimento ainda não é uma peça acabada. Mas, inegavelmente, nós, a partir deste instante, vamos votar matéria por matéria, convergindo opiniões e divergindo com opiniões completamente diversas e entendimentos completamente diversos.

Sobre os problemas sociais, sobre os problemas econômicos, sobre a garantia do cidadão, sobre os direitos humanos, temos a nossa cabeça feita.

O que se fazia necessário é que não engolíssemos um prato feito. O brasileiro, em certos pontos, é tão capaz, é tão inventivo e imaginativo que consegue fazer tudo isso. Consegue fazer um núcleo, consegue fazer um Centrão, dentro do Centrão está saindo o Centro do Centrão ou os moderados do Centrão. Mas, na verdade pode a imprensa registrar isto, pode a Nação registrar isto –, acabaremos votando uma Constituição de acordo com os interesses da sociedade brasileira e, principalmente, daqueles mais sacrificados dentro da sociedade brasileira. Isso não é um compromisso, porque os compromissos foram assumidos durante toda a vida pública, isso é simplesmente uma certeza que esterno, que vários companheiros nossos já têm seu direcionamento em favor das causas progressistas e não precisam de professores para isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado. Sr^{as} e Srs. Constituintes. (Muito bem!)

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituinte, a expectativa geral de todos os membros da Assembléa Nacional Constituinte é que consigamos superar o impasse em que nos encontramos. Estou convencido de que todos os membros da Assembléa Nacional Constituinte estão conscientes de que a expectativa da Nação, que tem os seus olhos voltados para os nossos trabalhos não é uma expectativa, é uma angústia. Angústia que somente será superada se a Assembléa Nacional Constituinte, através de um esforço conjunto, conseguir superar o impasse regimental.

Lamentavelmente, e muito lamentavelmente uma minoria de extrema direita, em se beneficiando de algumas insatisfações compreensíveis, conseguiu levar uma minoria, bem intencionada a uma composição que recebeu o nome de Centrão. Essa composição – é preciso que sejam advertidos aqueles que se inclinam a subscrever e a apoiar as emendas do Centrão – está identificada junto à sociedade brasileira com uma composição que pretender jogar por terra os avanços conquistados especialmente pelas categorias menos favorecidas da população – a classe trabalhadora. É preciso que aqueles que integram o Centrão saibam que os setores organizados da classe trabalhadora já começam a elaborar relações nominais para que o exercício do mandato, o exercício do voto, não caia no anonimato; no anonimato do abaixo-assinado; no anonimato da votação por Título; no anonimato da votação por Capítulo. Os setores organizados da classe trabalhadora já começam a fazer denúncias públicas do posicionamento daqueles que, durante a campanha eleitoral, fizeram todas as promessas e, hoje, aqui, procurando o anonimato, também pro-

curam trair os compromissos assumidos em praça pública, os compromissos assumidos dentro das fábricas.

É preciso, mais uma vez, que aqueles que compõem o Centrão – e são bem intencionados – saibam que não passarão pelo anonimato, serão devidamente denunciados. As posições contra uma estabilidade que não é estabilidade, a posição contra a demissão imotivada, a posição contra a redução da jornada de trabalho – porque a classe trabalhadora não quer 44 horas, a classe trabalhadora quer 40 horas – aqueles que se posicionarem contra os 120 dias para a gestante, aqueles que se posicionarem contra o pagamento das férias em dobro e, acima de tudo, aqueles que se posicionarem contra os mais elevados interesses nacionais, porque o Centrão hoje representa a negação dos mais altos interesses nacionais, serão responsabilizados, porque serão denunciados. Não vamos permitir, não podemos permitir que o anonimato caracterize o exercício do mandato. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, eu gostaria, em nome da Bancada do Partido Comunista do Brasil e dos Parlamentares progressistas comprometidos com a luta dos trabalhadores do nosso País, saudar a greve dos telefônicos em todo o território nacional e deixar aqui a nossa solidariedade pela luta desses trabalhadores que, como os outros do nosso País estão sendo arrochados violentamente pela política econômica do Governo José Sarney.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o que nos traz a esta tribuna hoje é tecer comentários sobre os acontecimentos de ontem, aqui neste plenário, quando foi aprovada a proposta do Centrão, a proposta de mudança do Regimento, elaborada pelas Lideranças do Centrão, Lideranças essas da extrema direita, que levam a assinatura da Mesa da Constituinte.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Comunista do Brasil, presente nesta Casa desde fevereiro, com apenas cinco Parlamentares, mas que desde o início dos trabalhos da Constituinte se manteve aqui, trabalhou, discutiu e debateu desde o Regimento da Casa até os trabalhos finais da Comissão de Sistematização, não fugiu ao debate, não fugiu às negociações, não fugiu aos acordos, desde o momento em que esses interessavam ao trabalho da Assembléa Nacional Constituinte e, por conseguinte, interessavam ao nosso povo.

No momento em que são aprovadas alterações no Regimento é esmagada a nossa participação nos trabalhos desta Assembléa, procurando aniquilar a participação dos Partidos progressistas, dos Partidos que têm Bancada minoritária, mas que no meio da nossa sociedade, de nosso povo, têm a sua expressão. Sr. Presidente, o Partido Comunista do Brasil não fará parte de acordo algum que venha trazer migalhas ou dourar a pílula; não vamos aceitar qualquer mudança que não atinja a mudança fundamental, aprovada ontem, neste plenário.

Concluindo, Sr. Presidente, queremos deixar aqui a nossa posição de não aceitar acordo no

que diz respeito a pequenas migalhas, a pequenas mudanças secundárias com relação ao Regimento e pedir a atenção dos colegas Constituintes para a palavra do nosso colega de Partido, do nosso camarada, Constituinte Haroldo Lima, no Horário de Comunicações das Lideranças, onde colocará a nossa posição firme e clara de agora em diante, aqui na Constituinte. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOÃO AGRIPINO (PMDB – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Sras e Srs. Constituintes:

Ontem, esta Casa recebeu a visita dos ecologistas, que vieram com a sua bandeira defender a proteção do meio ambiente brasileiro, principalmente no que se refere aos dispositivos insertos na Constituição que estamos a escrever. Liderados pelo Constituinte Fábio Feldmann, trouxeram sua mensagem, com a qual concordo e que defendo sem restrições.

De fato, a pesca da baleia, que se efetuava no meu Estado, Paraíba, era predatória e ameaçava a extinção da espécie. Havia que se tomar providências e o Governo Federal, de fato, proibiu terminantemente a pesca da baleia no Estado da Paraíba.

Entretanto, o Sr. Constituinte Fábio Feldmann, através da imprensa, hoje, acusa o Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, de ser ligado a empresas multinacionais e de ser testa-de-ferro da empresa que explorava a pesca da baleia na Paraíba.

Sabe a Assembléa Nacional Constituinte, sabe toda a Nação brasileira da postura de homem público de Humberto Lucena. Dele se pode dizer tudo, menos que, um dia sequer em sua vida, agiu em função de interesses pecuniários de quem quer que seja. Humberto Lucena preocupa-se, isso sim, como paraibano e como Senador, com a sorte e como destino de três mil famílias que estão passando fome no Estado da Paraíba, porque perderam seus empregos com a pesca da baleia. O que Humberto Lucena quer e procura é uma solução alternativa para essas pessoas que estão morrendo de fome, e isso deveria saber o Deputado Feldmann. Mas, não, S. Ex^a investiu contra a figura de Humberto Lucena, que toda a Nação conhece. Não sei se agiu assim por leviandade, irresponsabilidade ou demagogia. Mas, por qualquer forma que tenha agido, submete a sua carreira à temeridade daqueles que atacam os que não podem ser atacados, da forma como foi o Senador Humberto Lucena.

Por isso, deixo registrado o meu protesto contra essa acusação e faço ciente ao Constituinte Fábio Feldmann de que será processado, mediante representação do Presidente do Congresso Nacional ao Supremo Tribunal Federal para responder pelo crime de injúria que praticou irresponsável, levana ou demagogicamente. S. Ex^a responderá por esse crime; disto não tenham dúvidas.

O Senado Federal divulgou, hoje pela manhã, uma nota que passarei à Taquigrafia da Casa para que conste dos Anais, também da Câmara dos Deputados, a posição dos Senadores indistintamente de qualquer Partido político que assinaram essa nota de solidariedade ao Senador Humberto Lucena. E deixo ainda um conselho ao Constituinte Fábio Feldmann: na Paraíba, existe um problema muito mais sério do que o das baleias:

é o da extinção dos jumentos, porque estão sendo comprados e vendidos para fazer salame no Japão; são exportados e, hoje, já não se encontra no sertão brasileiro a figura do jumento. Por isso recomendo que S. Ex^a se preocupe também cor o jumento do Nordeste brasileiro.

Concluo, Sr. Presidente, apenas deixando meu lamento pelo comportamento do Centrão hoje, no Plenário, que se evadiu, foi-se embora reclamou da morosidade dos trabalhos da Comissão de Sistematização, que trabalhou durante 5 dias, dia e noite, incansavelmente, mas acusado de ser morosa nos seus trabalhos, e hoje dá o exemplo de jogar para o ano que vem o início dos debates sobre a Carta Constitucional. Por iss Sr. Presidente, só posso vê-los hoje, nesta tarde de plenário vazio, como as aves de arribação do Nordeste: vêm, põem seus ovos e vão embora. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOÃO AGRIPINO EM SEU DISCURSO:

Brasília, 10 de dezembro de 1985
Senhor Presidente Humberto Lucena.

Face às inqualificáveis acusações que lhe foram dirigidas através da Imprensa, por um cidadão que se diz representante do Movimento Ecológico e cuja leviandade chega ao absurdo de acusa V. Ex^a de favorecer interesses econômicos em detrimento da proteção do meio ambiente, julgamos de nosso dever transmitir-lhe a solidariedade dos seus pares.

Pela sua honradez, pelos serviços que V. Ex^a tem prestado ao País, as declarações aleivosas que pretendem ferir o agride não apenas Senador Humberto Lucena, mas o Congresso Nacional, como um todo, e principalmente a verá. de, pelo que de pronto as repelimos.

Abraçam-no os amigos, (seguem as assinaturas.) ilegível.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente Sras e Srs. Constituintes:

Os acontecimentos que culminaram, ontem com aprovação do antidemocrático substituto da Mesa ao Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte, que é o papel carbono o proposta do Centrão, exigem por parte dos Constituintes desta Assembléa profunda reflexão e rigoroso repúdio em função da gravidade política decorrente.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é evidente que o chamado Centrão, que congrega representantes da grande burguesia, do imperialismo e o latifúndio descarta concretamente um pacto político constitucional, ou seja, uma Constituição que absorva os mais elementares direitos sociais políticos da esmagadora maioria da sociedade brasileira e que respalte a soberania nacional.

Adotam esses setores, esses segmentos, a estratégia do confronto institucional e social, ilegível Sr. Presidente, adotam a estratégia do confronto institucional e social sobre a indisfarçável capa e um pretenso jogo democrático, como se estivéssemos numa partida de futebol. Ignoram que um Constituição significa um ponto de equilíbrio, um pacto político, que a esmagadora maioria da sociedade, como se estivesse sendo derrotada num campo de futebol, ficasse marginalizada e ilegível dada.

Sr. Presidente, entendo que cabem às forças progressistas a continuação da luta política na Constituinte, apesar dos pesares, na defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores e da Pátria, e neste processo, não tenho a menor a menor dúvida, o povo brasileiro pela sua própria experiência vai separar o joio do trigo.

Sr. Presidente, o Partido Comunista do Brasil, em Horário de liderança através do seu Líder, o Deputado Haroldo Lima, lerá nesta tribuna o manifesto do Partido acerca dos desdobramentos políticos. Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. ALDO ARANJES (PC do B – GO
Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho aqui para, em nome pessoal e em nome do meu Partido, dizer que discordamos profundamente da proposta que está sendo encaminhada no sentido da suspensão dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte com o objetivo de retomar os trabalhos somente no dia 4 de janeiro.

De fato, é algo estranho. Vários setores que levantavam, discutiam, insistiam na urgência da elaboração do texto constitucional, venham agora propor a prorrogação do prazo para apresentação de emendas. Esta proposta foi apresentada basicamente pelos Líderes do Centrão. Quero dizer que o Partido Comunista do Brasil discorda de qualquer medida protelatória. Na verdade, o que o Centrão pretende com essa protelação é ganhar tempo para chegar aqui com o fato consumado; para chegar aqui com suas emendas com 280 assinaturas e para jogar sobre a Assembléa Nacional Constituinte e tentar rapidamente liquidar o processo constitucional. É claro que este é um mecanismo antidemocrático, e é por isso mesmo que o Partido Comunista do Brasil se negou a participar e avaliar um acordo com o Centrão, porque consideramos que, a partir do momento em que foram apresentados e aprovados aqui dispositivos antidemocráticos, em que a assinatura substitui o voto, em que se liquida a Comissão de Sistematização, e que praticamente se liquida a figura do Relator, e que se exige um **quorum** para apresentação de destaque em separado que, praticamente, liquidada a possibilidade da participação dos setores progressistas desta Casa. Isso tudo tem objetivo muito claro; é aplastar os setores democráticos; o objetivo é, através de um rolo compressor, impor, à Assembléa Nacional Constituinte e à Nação brasileira, uma Constituição altamente reacionária e conservadora. Nós queremos, aqui, dizer que o Partido Comunista do Brasil não concorda com nenhum acordo que se faça acerca da questão do Regimento Interno. Os elementos do Centrão, responsáveis pelo monstro que representa as mudanças do Regimento Interno, que assumam a responsabilidade pelas normas antidemocráticas que aqui foram produzidas.

E mais, queremos alertar aos Constituintes e à Nação que o Partido Comunista do Brasil continuará lutando na Assembléa Nacional Constituinte. Porém, se deparamos com um resultado contrário aos interesses da Nação brasileira, reservamos ao nosso Partido para, no momento adequado, dar a resposta a uma Constituição antinacional e antidemocrática. Mas antes disso vamos às praças públicas, vamos mobilizar a juventude e os trabalhadores para alertá-los de que a Constituição brasileira está correndo o risco e é necessário

que o povo brasileiro ocupe as praças públicas, ocupe Brasília para fazer sentir aos Constituintes que o povo brasileiro não vai ficar de braços cruzados diante de uma Constituição reacionária e contrária aos seus interesses. (Muito bem!)

**A SR^a LÍDICE DA MATA (PC do B – BA
Sem revisão da oradora):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos vivendo o retrato mais profundo da crise a que a Constituinte enveredou nos últimos tempos. É exatamente um momento em que acabamos de consolidar a derrota dos setores democráticos, através da proposta de completo esmagamento das minorias, que se aprovou ontem, aqui, com o Regimento Interno. Essa crise é demonstrada hoje, quando se olha para a fisionomia daqueles que nos derrotaram, e estão do lado de lá para quem quiser fotografar. O plenário está vazio, é o "centrão" escuro do plenário da Constituinte, é o centro vazio do plenário da Constituinte, enfim, o Centrão omissô, ausente, que não participa, jogando para o próximo ano as decisões centrais desta Constituinte, assumindo diante da Nação a responsabilidade de procrastinar os trabalhos que o povo tanto espera que se concluam. É o Centrão que se transforma na engenharia política, como eles próprios dizem, e que não passa, sem dúvida nenhuma, de uma engenharia de interesses empresariais, de interesses reacionários, conservadores, que aqui se expressaram através de um regimento ímpar na história constitucional do mundo, porque é um regimento que esmaga a participação das minorias, que acaba com todo um trabalho desenvolvido ao longo de 10 meses na Assembléa Nacional Constituinte. Ignorando tudo isto, não dá respostas concretas à possibilidade de reencontrar um acordo que, efetivamente, conte com a possibilidade de participação das minorias. Ontem se encerrou a possibilidade de qualquer acordo para que o PC do B participasse, nesta Casa, do que diz respeito ao Regimento Interno. Não vamos legitimar esse monstro regimental que o Centrão criou e com o qual busca cooptar a esquerda para legitimar-se diante da Nação, em um golpe profundo na democracia, que desferiu, nestes últimos dias, na Assembléa Nacional Constituinte.

Infelizmente, consideramos necessário registrar que a Presidência dos trabalhos da Constituinte, através do Deputado Ulysses Guimarães, não contribuiu para que pudéssemos encaminhar efetivamente um acordo ou uma solução para que se consolidassem todos os trabalhos desenvolvidos até então. O papel que o Presidente Ulysses Guimarães assumiu, mesmo que tenha sido menor ou indireto, foi o de fortalecimento da posição de força do Centrão, de esmagamento das minorias e que terá consequências nefastas ao desenvolvimento do trabalho da Constituinte.

Vímos, hoje, tomar pública nossa posição política, no horário da Liderança, mas gostaríamos de afirmar a posição do nosso Partido de, a partir de então, denunciar para toda a Nação brasileira o que aqui se passou.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG.
Sem revisão do orador):** – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Fala-se hoje muito, no Brasil, na prevenção ao uso de drogas. Leis são propostas, princípios são estabelecidos, conselhos oficiais e comunitários são criados, congressos, seminários, simpósios são realizados em todo o país com essa finalidade.

Entretanto, todo esse esforço tem surtido parcos resultados por uma razão muito simples: a mídia brasileira – com raras e honrosas exceções – continua a badalar e a glamourizar a droga, os usuários e, até mesmo – pasmem os ouvintes – certos tipos de traficantes.

Quase todos os dias, os noticiários jornalísticos, principalmente de rádio e TV, divulgam a apreensão e/ou destruição de drogas. Até aí tudo bem! No entanto, fazem questão de, ao lado disso, informar a todo o mundo o fabuloso valor dessas apreensões. Dizem, por exemplo: "foram apreendidos tantos quilos de cocaína ou de maconha, avaliados em tantos milhões de cruzados". Isto, num país que atravessa tão grave crise econômica e um elevado nível de desemprego é, sem dúvida alguma, um estímulo ao tráfico e ao comércio ilícito de drogas.

Francamente, não sei qual é a utilidade jornalística de tal divulgação, cujo valor deveria ser eliminado do noticiário, porque ele em nada contribui para o caráter informativo ou policial.

Quanto aos usuários de drogas, um exemplo importante é o do cantor de "rock" Lobão que, depois de sua terceira ou quarta prisão por uso de drogas ilegais, obteve um espaço na mídia que antes nunca obtivera. Basta dizer que, no dia em que foi solto, vários adolescentes "mataram" suas aulas em um estabelecimento de ensino próximo à delegacia só para vê-lo e aplaudí-lo. O que foi também amplamente divulgado pelos meios de comunicação, aumentando o seu prestígio de "ídolo" diante de certos adolescentes imaturos, instáveis e sugestionáveis.

Agora, notícia um dos mais importantes jornais deste País que a cantora Marlene – que já deveria estar na compulsória, aposentada de suas atividades artísticas, tal a sua idade – pretende ressuscitar uma antiga canção de Sínhô que teceloa à cocaína, dizendo, entre outras coisas: "...Ai! Ai! /És a gota orvalha/Só tu és minha vida...". E, mais à frente: "... Louca chego a ficar/quando sinto faltar/Este sal ruidoso/que a, mim só traz gozo...". E assim por diante.

Sínhô, o autor da composição, era usuário da droga; morreu abandonado e pobre no Rio de Janeiro. Agora, através da cantora Marlene, pretende-se reavivar a música que, por sinal, não foi das melhores obras de Sínhô. Muito melhor do que ela é a composição "Jura", por exemplo.

E o mais interessante da estória é que órgãos oficiais como a Funarte, estejam envolvidos no assunto, uma vez que o vídeo por ela produzido "A Estrela da Vida", mostrando a trajetória de Marlene, tem, entre as composições, a referida "Cocaína".

Marlene chegou até a declarar. "se a música pede que eu seja maconheira, eu viro maconheira". Um dos抗igos fãs de Marlene chegou mesmo a dizer."é deplorável que ela queira se projetar com um tema tão condenável". E o pior, diríamos nós, com o apoio de certos setores da mídia e de órgãos oficiais, como a Funarte.

Por outro lado, há pouco tempo atrás, traficantes de drogas, verdadeiros marginais que dominam favelas do Rio de Janeiro, tiveram uma

projeção inusitada. Alguns se tomaram, depois disso famosos no País inteiro, tal foi o espaço que a mídia lhes concedeu. Tanto assim, que "Escadinha" e "Meio Quilo", por exemplo, são nomes hoje conhecidos por toda parte, mesmo nos mais longínquos rincões do Brasil. Nenhum homem de cultura, nenhum pesquisador, nenhum cientista ou professor teve, jamais neste País, tal espaço e tal divulgação na mídia brasileira. Deram declarações extensas diante de dezenas de câmaras de TV e de gravadores das nossas estações de rádio, descendo a detalhes de sua vida "profissional" de fazer inveja a qualquer um. Não satisfeitos em entrevistá-los, alguns órgãos foram além, abrindo espaços até mesmo para suas "noivas", irmãs amantes etc. Enfim, uma **família-modelo** digna da maior cobertura.

Não é pois de se estranhar que eles tenham se transformado em heróis. Os **Robin-Hoods** das favelas, eles que são marginais que vivem às custas de um dos crimes mais hediondos, o tráfico de drogas. Fabricados, assim, por uma parcela da mídia são os modelos para milhares de deserdados da sorte que vivem nas favelas e na periferia das grandes cidades.

Nós que há mais de 25 anos lutamos contra o uso inadequado de drogas, corremos o risco de ver nossos esforços jogados por terra e se não tivermos o apoio dos meios de comunicação – que preferimos chamar de social do que de massas. Outros países – cromo os Estados Unidos – pagaram caro por sua indiferença ou omissão neste setor. Há cerca de uma década, lá, acontecia a mesma coisa. Mas, hoje, depois do pesado ônus que estão pagando por essa tolerância, decidiram mudar sua atitude, uma vez que a droga, principalmente a cocaína, começou a afetar também vários de seus membros. Agora, os meios de comunicação dos Estados Unidos estão dando uma grande cobertura às campanhas de prevenção contra o abuso de drogas nesse País.

Sr Presidente caros colegas Constituintes, precisamos fazer alguma coisa, antes que seja tarde demais, pois a mídia é a universidade do povo. Muito obrigado. Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. José Elias Murad, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Constituintes:

Enquanto a Assembléia Nacional Constituinte, fenda em sua soberania e violentada em sua dignidade começa a patinar em suas próprias contradições relegando para amanhã ou depois de amanhã questões que deveriam ter sido solucionadas ontem importantes segmentos da classe trabalhadora brasileira inconformados com a permanente lesão dos seus direitos, ameaçam deflagrar movimentos grevistas que podem paralisar o País e causar traumas irreparáveis à economia nacional.

A quem aproveita interromper agora as decisões que o povo esperada Assembléia Nacional Constituinte" Ao operário de salário de fome, ao

agricultor sem terra, ao estudante sem escola, ao menor abandonado? Ou ao latifundiário, ao banqueiro, ao testa-de-ferro do capital estrangeiro? Certamente interessa à élite que continua comandando a vida deste País, desrespeitando direitos inalienáveis e submetendo o Brasil aos desígnios subalternos do Capital internacional. Não ao trabalhador, não ao agricultor, mas à minoria privilegiada que continua dando as cartas e determinando a este País o que lhe convém ou o que não lhe convém.

Corno resultado dessa confusão que uma minoria estabeleceu no seio da Assembléia Nacional Constituinte, a pretexto de defender os direitos da maioria, problemas de fundamental importância como o salário da classe trabalhadora têm sido relegados a um plano secundário. Não é sem razão que os aeroviários e os aeronautas estão determinados a paralisar suas atividades; não é sem razão que os 75 mil servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, massacrados nos seus direitos, desprezados nos seus pleitos, estão também firmemente determinados a paralisar suas atividades; não é sem razão igualmente, Sr. Presidente, que os funcionários da área das telecomunicações também pretendem paralisar os seus trabalhos. Tudo isso tendo como pano de fundo uma Assembléia Nacional Constituinte que assumiu compromissos históricos com a sociedade brasileira e que teima em não caminhar, teima em jogar para depois de amanhã, ou para as calendas gregas, soluções que estão sendo exigidas já e agora.

Sr. Presidente, isto não pode continuar. Quero, inclusive, denunciar a forma autoritária e fascista com que vem agindo a alta direção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que se nega a receber os representantes da classe, para com eles negociar uma saída para o impasse.

Já no ano passado, aconteceram violências contra o direito dos trabalhadores. O Sr. Antônio Carlos Magalhães, serviçal da ditadura militar e que continua aboletado no poder, dispensou, da forma mais injusta e violenta, numerosos trabalhadores, no ano passado, sob o pretexto de que estavam tentando se organizar numa associação para proteger e resguardar os seus direitos.

Hoje, eu não sei que acontecerá, Sr. Presidente, se essas greves forem decretadas. Por isto, quero aqui chamar a atenção da Assembléia Nacional Constituinte e da Nação para o impasse que está sendo criado por uma minoria que manipula urna maioria, transferindo e protelando para janeiro decisões que devem e precisam ser tornadas agora.

Por último, Sr. Presidente, mais uma palavra de crítica à política que vem sendo adotada pelo Itamarati, uma política de esconder a cabeça diante dos problemas cruciais na área internacional. O Paraguai, há 33 anos, vive sob o tacão de uma das mais brutais e sanguinárias ditaduras de que se tem notícia na história política da América Latina. Todo mundo quer que essa ditadura seja apeada do Poder, pela forma pacífica ou até pela forma violenta, porque violência se responde com violência, menos no Brasil. E a prova disto é que o único embaixador latino-americano que compareceu ao **bunker** do Sr. Alfredo Stroessner, ditador todo-poderoso do Paraguai, para saudar e solidarizar-se com uma nova farsa que Stroessner está tentando montar, candidatando-se uma

vez mais às eleições de cartas marcadas dique país, foi o embaixador do Brasil. Isto é profundamente lamentável! Um país que diz defender autodeterminação dos povos, o direito à independência nacional, a liberdade e a democracia, não pode autorizar o seu embaixador a visitar formalmente o ditador Alfredo Stroessner e oferecer-lhe todo o apoio para mais urna farsa, para ma um período obscuro, negro, de violência e desrespeito aos direitos humanos. Lamento, Sr. Presidente, que o Itamarati não chame a atenção **ilegível** embaixador serviçal que pretende estar de **ilegível** com as ditaduras e com as costas voltadas pa o povo e para a História.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO. Pronunci o seguiente discurso.): Sr. Presidente, Sr^{as} Sr Constituintes:

Goiás ocupa o segundo lugar do Brasil quanto à ocorrência de rochas fosfáticas em seu território que configura uma excelente ajuda possível exploração agropecuária do ferrada sabida, também, a grande ocorrência de calcário **ilegível** em nosso Estado.

Deve-se registrar que essas ocorrências **ilegível** contribuíram para o Programa Nacional de Fertilizantes, aprovado, recentemente, pelo Presidente da República, tenha contemplado a cidade de Catalão com uma fábrica de ácido fosfórico, cap de produzir setenta e cinco mil toneladas por **ilegível** além de uma unidade de ácido sulfúrico co capacidade de produção de duzentos e cinquenta sete toneladas por ano.

Essa determinação presidencial atende, de forma efetiva, a um velho sonho do povo **ilegível** que, até hoje, tem assistido à remessa de se fosfato para solubilização na Baixada Santista no Estado de Santa Catarina, para receber o produto de volta, sob a forma de adubo fosfatado com grande prejuízo para a economia do nos Estado.

Prevê-se, este ano, que a produção de **ilegível** goiano atinja um milhão e seiscentas tonelada enquanto o consumo local, no ano passado, superou a novecentos e cinquenta e sete mil tonelada.

Entretanto, noticiam-se gestões da Petrobrás Fertilizantes S/A, no sentido de que a localização da unidade de produção de ácido fosfórico sa transferida de Catalão para Uberaba, em Minas Gerais, o que significaria grave prejuízo para economia de Goiás, que vendo sendo dinamização pela marcante atuação do Governador Henrique Santillo, disposto a lutar para evitar aquela transferência, tanto que, a 24 de setembro último, envie ofício ao Presidente José Sarney solicitando-lhe a manutenção das prioridades estabelecidas Programa Nacional de Fertilizantes.

Sabemos da existência de gestões entre os ministérios das Minas e Energia e da Indústria do Comércio, com a presença do BNDES, sentido de que sejam assegurados os recurso previstos naquele programa para atendimento pleito de Catalão, com a indispensável colaboração da Petrofértil e da iniciativa privada.

Apoiando as gestões do Governador Henrique Santillo, encarecemos ao Presidente da República e aos Ministros competentes a sábia tomada decisão, no sentido de que seja assegurada a ir plantaçāo e instalação da fábrica de ácido fosfórico e de uma unidade de ácido sulfúrico no Município de Catalão, Goiás.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz à tribuna diz respeito a alguns poucos elementos, inclusive grupos que integram o Centrão, que, às vezes, se exacerbam em direção à Mesa. Hoje, assistimos a ilustre Constituinte Lídice da Mata, ao dirigir-se à Mesa, referir-se a pessoa do Presidente Ulysses Guimarães.

Srs. Constituintes desta Casa, devemos entender que democratas são aqueles que respeitam a decisão pelo voto. A essência da democracia é o exercício do voto. Respeitar a vontade da maioria, pelo voto, é um dever de todos os democratas, São democratas aqueles que respeitam essa maioria.

Ontem, tivemos aqui 432 votos a favor do substitutivo da Mesa. Aqueles que votaram contra a matéria se insurgiram contra a maioria, pichando a todos, como se todos da maioria não fossem democratas. E bom que alguns radicais façam as suas acusações, Isso é normal, mas que façam as exceções e não ataquem, no todo, aqueles que votam como mandam as suas consciências.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Não há, do ponto de vista das normas de funcionamento e de uma sociedade democrática, nenhum problema na organização de grupos políticos ou forças partidárias, para fazer valer suas propostas. No entanto, há um problema que devemos levar em conta e preocupa a todos que querem uma saída democrática para a sociedade brasileira.

A organização do grupo suprapartidário, pluripartidário, chamado Centrão, representa, pelas suas características, pela intervenção dos seus porta vozes e por aquilo que defendem, muito daquilo que o sociólogo André Gunder Frank define pelo conceito de Lumpensinato da burguesia com todo o seu voluntarismo e concepção pré-políticas. O Centrão não tem nenhuma preocupação política em destruir lideranças mais importantes do processo de transição da burguesia, desta transição conservadora que conduziu a regressão da ditadura. Transição á que meu Partido se opõe, mas vê ainda que tendo críticas a ele, com um processo que busca situar o sistema democrático como a base da convivência numa sociedade como a nossa. Neste aspecto, o Centrão se desnuda quando afirma que não tem líderes e vê nisso mérito. O que temos que avaliar é que a ausência de líderes, nessa direita suprapartidária, é muito mais por falta de méritos do que pela existência deles, porque, sendo uma frente institucional da direita, representa, na verdade, um setor extra-institucional golpista que, derrotado pelo avanço democrático, busca recuperar terreno se valendo para isto das vacilações históricas da burguesia liberal que, de cima do muro, pensa agradar a Deus e ao diabo. O Centrão é esta forma que a direita encontrou de fazer valer os seus propósitos de instabilidade institucional permanente.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, mas existe esta responsabilidade inequívoca das elites tradicionais com o surgimento deste direitão. É que a burguesia brasileira sempre recusou fazer a experiência da ruptura radical com seu lado marginal e golpista. Para desafiar esta crise do bom-

mocismo burguês surge o Centrão, o lado perverso da luta de classe.

Finalizo lendo parte do editorial da Revista **Senhor**, publicado em 8 de dezembro, em sua página 31, onde diz que:

"O centrão é o ponto de clivagem da tragicomédia. Implode a estrutura partidária e a última esperança de democracia. Quem o vê como a maioria do bom senso, convém que abra os olhos; é apenas a maioria do Sr. José Sarney, o presidente que não pode sair à rua, o mais impopular da história do Brasil. Nunca o cinismo, a desfaçatez, a irresponsabilidade de poucos conspiraram tão abertamente contra a vontade e os interesses da Nação. Não custa esperar, porém. Em lugar do poder há um buraco negro e a crise econômica caminha para o colapso. Como intérprete do primitivismo e da hipocrisia da política nacional, o "centrão" é imbatível. Mas toda uma longa história de especialistas em conciliações por cima está no fim. O "Centrão" é a melhor prova de que o arregio de cúpula. O tal consenso de que falam tanto, já é impossível. Há um encontro marcado com o confronto, e ele se aproxima. Como o "centrão" no barco dias piores virão."

Era o que tinha a dizer, muito obrigado.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL – RO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs.

Constituintes, hoje, poderíamos dizer e afirmar que a Assembléa Nacional Constituinte encontra-se numa fase bastante importante e interessante de sua história. Apesar do radicalismo aqui verificado por segmentos pouco representativos desta Casa, no sentido de que haja um movimento deliberado para prolongar, dilatar o prazo dos trabalhos constituintes, entendemos exatamente o contrário.

O que estamos buscando ou o que, pelo menos, busca a maioria dos Constituintes eleitos em 1986 é fazer, com o concurso do povo brasileiro, uma Constituição que esteja à altura de demarcar os próximos anos de nossa sociedade e de nosso desenvolvimento. Não vejo nenhum retrocesso e nem outro tipo de instrumento que possa ser assim justificado para brindar o povo brasileiro com uma Constituição que não esteja à sua altura.

Na realidade, é necessário, ao promulgarmos esta Constituição, que já não é mais de 1987, mas de 1988, que ela esteja, realmente, à altura do ano 2000 ou do século XXI. E disto tenho certeza, porque a maioria desta Casa, a maioria dos Constituintes que têm trabalhado aqui desde a sua instalação, o está fazendo exatamente com esse objetivo, e não é outra a nossa razão e a de tantos Constituintes aqui ficarem debatendo as suas idéias, nas Subcomissões, nas Comissões Temáticas, na Comissão de Sistematização, na votação dos projetos de decisão e de resolução. O nosso objetivo não é outro a não ser o de produzir uma Constituição que esteja realmente à altura dos destinos do País. Portanto, queremos repudiar e protestar contra todas aquelas vozes que se levantam dizendo que há um movimento deliberado no sentido de dilatar o prazo da promulgação da Constituição.

A Constituição não precisa ser feita em tantos dias. Ela pode ser feita no prazo que realmente deverá ser feita, que é o prazo que poderá produ-

zi-la. Não estamos interessados em prazos. Estamos preocupados com a qualidade da Constituição. Temos certeza, e a Nação Brasileira, a sociedade brasileira podem estar tranqüilas, que a Constituição a ser promulgada será aquela que realmente estará à altura de nosso povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. NELSON SABRÁ (PFL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, é preciso deixarmos claro que as posições assumidas pelos Srs. Parlamentares em plenário não têm tido nenhum sentimento maniqueísta; muito pelo contrário o que os deputados que hoje compõem uma maioria têm procurado demonstrar é a importância de se reverter uma situação anômala que, de forma talvez inadvertida, a Assembléa Nacional Constituinte votará, que é o seu Regimento Interno.

Falo, Sr. Presidente, de cátedra porque nas primeiras reuniões em que teve a honra de participar fiz questão de afirmar que, em momento algum em que pese estar apoiando de forma clara e transparente a reforma do Regimento Interno, não deixada de discutir, estudar minuciosamente todas as propostas apresentadas para o futuro. Estamos no limiar dessas discussões e mais uma vez reitero que não aceitaremos pessoalmente o famoso "rolo compressor". Entendemos que, em se tratando de matéria constitucional, ela precisa ser esgotada no plenário. Precisamos, tanto quanto possível, dar apoioamento até mesmo àquelas medidas às quais somos contrários, para que possamos fortalecer as nossas argumentações e, muitas vezes, revê-las aqui em plenário.

Mais, Sr. Presidente, pretendendo enfatizar uma situação anômala que se passa no Estado do Rio de Janeiro. Fomos, na semana próxima passada, surpreendidos com uma notícia veiculada nos principais jornais daquele Estado, qual seja a da privatização da Light. Nós, que defendemos a iniciativa privada, nós que entendemos que a iniciativa privada precisa ocupar o seu espaço, em função até mesmo da historicidade da economia brasileira, vemos que a iniciativa privada que hoje é responsável por 80% das divisas tem, em contrapartida, um Estado que é responsável por 80% da dívida pública.

Entendemos que o Estado é um péssimo administrador. Todavia, não podemos admitir que a Light, patrimônio público fluminense, seja privatizada. A Light hoje é responsável por 80% da distribuição de energia no Estado do Rio de Janeiro; a Light é credora do sistema Eletrobrás em cerca de quase 1 bilhão de dólares e a mesma Light é credora da Eletropaulo, também em cerca de 1 bilhão de dólares em debêntures, recebendo de juros da Eletropaulo quantia inferior aos juros que são pagos a bancos estrangeiros, bancos do exterior em moeda forte.

Portanto, fica aqui patenteada a nossa repulsa a essa iniciativa que partiu, Sr. Presidente, de um empresário que merece o nosso respeito, mas que não receberá aqui neste plenário nem do Estado do Rio de Janeiro a nossa acolhida.

Muito obrigado.

O SR. ALOISIO VASCONCELOS (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nossa preocupação

nessa data é relativa a um problema de administração na área de ciência e tecnologia. Por quê? Porque, como engenheiro e tocado pelo problema do acidente nuclear em Goiânia, não posso aceitar algumas das desculpas que tem a Imprensa veiculado sobre a matéria.

Por que este acidente nuclear em Goiânia?

Em que momento do processo histórico a sociedade se confrontou com fato novo tão terrível? Qual foi o impacto desse desastre na sociedade e no mundo?

Como se orienta o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em termos de aplicações práticas na direção de um mundo melhor?

A quem (instituição, pessoa, profissional) cabe a responsabilidade por esse acidente? Como se situa um país em desenvolvimento dentro desse contexto?

Contexto esse que divido em dois segmentos distintos:

Primeiro: o do desenvolvimento tecnológico. Onde se situa a inovação, a pesquisa, pacotes tecnológicos importação de equipamentos e aparelhos, funcionamento de instituições de ciência e tecnologia Centro de pesquisas, hospitais, universidades, instituições domésticas e outros.)

Segundo: o desastre em si, onde dia a dia pessoas inocentes desaparecem de forma lenta e brutal sob o efeito da radioatividade.

Nesse momento devemos refletir sobre qual tem sido o papel da ciência e da tecnologia e, portanto, da pesquisa no desenvolvimento do nosso País e como está a situação da política científica e tecnológica.

O Brasil, dentro de um processo coerente caminha lento na Ciência e Tecnologia. Mas, devemos abordar um aspecto que se torna destaque neste momento trágico de Goiânia.

O Brasil, em termos de ciência e tecnologia, tem-se preocupado, com grande intensidade, com a atividade fim sendo que a atividade meio tem permanecido numa posição tímida e adormecida. Neste caso, entendemos que a atividade meio, refere-se à administração, gerenciamento, controle, coordenação, etc... na área da ciência e tecnologia.

Basicamente, o problema ocorrido em Goiânia, com o célio-137, é típico e característico de falta de controle de bens patrimoniais. E o controle de bens patrimoniais (aparelhos e equipamentos) é uma parte importante da administração de Ciência e Tecnologia.

Todas as instituições da ciência e tecnologia (hospitais, centros de pesquisas, ITA, CTA, CETEC, IPT, Angra 1, etc.), fundamentalmente devem preocupar-se com o seu sistema operacional, que é o suporte básico de eficácia de sua administração, a fim de que as mesmas alcancem plenamente os seus objetivos. Nestas instituições é mais do que necessário que os profissionais (pesquisadores, médicos, físicos, químicos e outros) conjuguem os seus conhecimentos com as modernas técnicas de gerenciamento. E, afinal, está o controle de bens patrimoniais, dado à característica de alguns aparelhos (tomógrafos, raios-X, Cápsulas, gaseificados, etc.) em termos de risco e segurança dos próprios funcionários como, também, da comunidade e, por que não dizer, do povo em geral?

Este controle no universo da administração é uma área típica de contabilidade. Percebe-se que

no Plano de Contas da maioria das instituições de Ciência e Tecnologia inexiste um suporte técnico para a sustentação de um controle de bens patrimoniais (classificação de aparelhos científicos, registro de direitos, patentes, etc.). Enfim, não há um suporte contábil científico.

Tecnicamente, há a necessidade de se definirem os Bens Intangíveis e os Bens Tangíveis. Os Bens Intangíveis são: patente, marca industrial, direito de uso de know-how, direito autoral, direito de exploração, etc. Os Bens Tangíveis são os bens imóveis e bens móveis.

A partir desta classificação, naturalmente, que os aparelhos científicos se localizam junto aos bens móveis e, neste caso, os bens móveis deverão ser controlados através de:

1 – Registro:

Ficha que classifica o aparelho através de nome, origem, fábrica, data de compra, entidade financiadora (Banco Mundial, FIWET, CNPq, Fundação, etc.) características quanto a perigos, riscos, qual o órgão da instituição que irá controlá-lo, a pessoa e/ou profissional que vai manuseá-lo, valor, empréstimo, forma de transporte, etc.

2 – Termo de Responsabilidade e/ou compromisso:

É o documento que tem como finalidade formalizar a posse e a guarda de aparelho do responsável junto à direção da instituição.

A cada aparelho científico deverá corresponder um "Termo de Responsabilidade" individualizado e assinado pelo respectivo responsável pela unidade organizacional onde se encontra.

Nenhum aparelho deverá ser transportado sem a formalização deste documento: "Termo de Responsabilidade."

A emissão deste é de competência das áreas técnica, administrativa e financeira.

Para concluir, respondendo a algumas das indagações iniciais, somos levados a crer que no caso célio-137 de Goiânia não havia nenhum dos dois – nem registro, nem termo de responsabilidade.

E aí, meus amigos Constituintes, no Brasil infelizmente é assim, se não houve termo, muito menos haverá responsabilidade. Obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Após praticamente dez meses de trabalho nesta Casa, conseguimos, com a participação de todos os Constituintes, concluir o Projeto de Constituição denominado, agora, "A"; e, após a conclusão desse projeto, percebemos a organização da classe dominante brasileira, dos empresários, dos latifundiários, dos banqueiros, enfim, daqueles que não admitem mudanças neste País, que se organizam para procurar destruir aquilo que se conseguiu avançar em termos de se possibilitarem algumas transformações e de se dar algum direito à classe trabalhadora brasileira e algum direito, inclusive, ao capital nacional.

Acabei de vir de cerca de 6 municípios do interior do meu Estado e, ao longo de 6 dias, participei de 15 reuniões, tipo comício, reuniões públicas no meio do povo. Senti que a população brasileira, através dessas pessoas, está razoavelmente satisfeita com os avanços que esta Casa conseguiu.

Mas constatamos, por outro lado, que há também a consciência, deste povo, do erro cometido nas eleições de 1986. Entendemos que estamos perdendo mais uma batalha na possibilidade de avanço, mas, por outro lado, temos que admitir que esta derrota também acorda ainda mais consciência do povo brasileiro. Desperta ainda mais esta consciência, fazendo com que essas pessoas – colocadas à margem da sociedade às quais não é dada a oportunidade de aprender de ler, de escrever – mediante tudo o que está acontecendo neste processo constituinte, avancem rapidamente neste processo de compreensão. Entendo que é dever nosso, agora, esquecer um pouco este trabalho de elaboração da Constituição nesta Casa, e partirmos para as ruas deste País, conversando com o povo e apresentando a ele a realidade, que muitas vezes, a impressão não passa como deve ser passada, mostrando a ele que de agora para a frente nós só temos dois caminhos para conseguirmos atingir os nossos objetivos: um é o caminho de nos preparamos para novas eleições, o caminho de militarmos em partidos políticos que defendam os interesses das classes trabalhadoras, comprometidos com as transformações sociais, partidos políticos ideologicamente definidos. Aliás mostra-se, claramente, hoje, que são poucos os partidos ideologicamente definidos, e que não representam, na verdade, nem 10% dos Parlamentares desta Assembléa Nacional Constituinte.

Mostrando esta realidade, fazemos com que eles entendam que temos que procurar resolver este problema através de próximas eleições; de outra forma, na resolução dos seus problemas imediatos, na resolução da expulsão dos posseiros, pela polícia e pelos latifundiários na resolução dos problemas de expulsão de garimpeiros, por empresas mineradoras, na resolução dos problemas dos baixos salários dos funcionários públicos. Temos alertado a eles, que têm de se valer da luta imediata, que é a luta da greve, a luta de se fechar uma estrada, a luta de se fazer toda espécie de movimento legítimo, porque só através da reação, e muitas vezes até da violência necessária, é que este Governo reconhece a necessidade de atender os interesses da população que está absolutamente abandonada em todo o interior deste País.

É este, portanto, Sr. Presidente, o nosso dever neste momento: largar um pouco isto aqui, e sair no meio do povo para fazer avançar mais rápido para que possamos ter, em breve, um Presidente da República que possa realmente fazer transformações na sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer Sr Presidente (Muito bem! Palmas.)

O SR. PAES DE ANDRADE (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Presidente do Parlamento Mundial recomendou-nos, expressamente, a todos nós, portadores de mandatos legislativos, a celebração do Dia dos Direitos Humanos. É uma recomendação sábia e justa, um imperativo de ordem moral, parte essencial dos nossos mandatos, dever que temos de cumprir em nome dos princípios democráticos, que permitiram as nossas eleições e pelos quais tantos homens e mulheres, em tantas gerações, deram as suas vidas. Ao comemorar desta Tribuna o dia consagrado

aos Direitos Humanos, quero referir-me, sobretudo, a todos os prisioneiros que sofrem, neste momento, em dezenas de países, sob as mais variadas formas de autoritarismo.

Este é o dia do prisioneiro solitário, do ser humano torturado, das vítimas de perseguições das polícias políticas, das minorias discriminadas, enfim, de todos aqueles que, na maioria dos casos, nem sequer saberão que os celebramos e que, a eles e elas, dirigimos os nossos agradecimentos – pois é por nós que eles sofrem e lutam pela nossa liberdade, uma vez que a liberdade é una, indivisível, universal. Hoje é o dia em que temos de recordar o poeta John Donne que, depois de indagar por quem os sinos dobravam, respondeu: – "Eles dobraram por ti". O grito rascante de um choque elétrico, aplicado num prisioneiro, fere os nossos ouvidos, viola as nossas consciências, cerceia os nossos direitos, mas nos despira para a luta contra a opressão e a tirania, a violência contra o ser humano – este ser humano que, hoje, é imperioso celebrar.

Foi Ignazio Silone, o romancista de "Fontamar" e "Pão e Vinho" quem sugeriu, há trinta anos, que pugnássemos, todos, já não só pelo **habeas-corpus**, mas também por um **habeas animam** – para que a alma e o espírito humano sejam apresentados, intactos e não distorcidos, nos tribunais. Silone referia-se aos processos de interrogatório com a aplicação sistemática de violência física, a privação até mesmo da cronologia das sensações de noite e dia, do passar das horas, dos momentos das refeições, do sono reparador, associados ao uso de drogas como a **escopolamina** e o **sódio pentatol** (e, em certos casos, até o **ácido lisérgico**, LSD) para a obtenção de confissões, por parte de inocentes.

A tortura, em nosso século, foi refinada. Sofisticou-se. Aqui mesmo, no Brasil, tais métodos foram usados e, em certos casos, até algo semelhante à chamada "Síndrome de Estocolmo", surgiu entre prisioneiros e algozes, uma neurótica dependência mútua. A União Interparlamentar, de cujo grupo brasileiro sou Presidente, neste período de 1987-88, tem pleno conhecimento da gravidade da situação. Sr. Presidente, sabemos que, neste instante mesmo, alguém, em algum lugar, está sendo preso e há de ser torturado por motivos de ordem política, ideológica, religiosa, filosófica ou, pura e simplesmente, por razões de expediente ou por cumprimento de quotas de eficiência policial.

Portanto, esta é a hora. Sempre é a hora de lutar pelos direitos humanos, pela dignidade da nossa espécie, contra o sadismo organizado, contra a lei de **Lynch**, contra os **gulags**, contra o **apartheid**, contra a transformação de polícia em tropas de choque e contra a transformação de tropas de choque em polícia, contra o militarismo, o absolutismo sob todas as formas, a ordem totalitária, o cesarismo e o caudilhismo, contra a educação arregimentada e, também, contra a falta de educação.

Os direitos humanos não incluem apenas a liberdade de ir e vir, o **habeas-corpus**, a liberdade de imprensa e opinião, o direito de formar partidos, as eleições periódicas, mas também a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho. Hoje, quando nos aproximamos vertiginosamente do século XXI, ainda há no Brasil quem defenda as teses de que são os super-ricos que fazem o pro-

gresso, que eles possuem o privilégio de contar com um **pool** ou reserva de desempregados, para preservar o baixo nível de salários, que a educação **não** é um direito fundamental de cada pessoa, que a alimentação e a luta contra a fome endêmica **não** seriam obrigações do Estado e de toda a sociedade, que o emprego **não** é um patrimônio da família. Em nome de um liberalismo de contra-facção, negam-se as liberdades e celebra-se o direito do mais forte, do mais rico, do mais armado, do mais poderoso, sobre a gente pobre e inerme, doente, sem terra, sem casa própria, sem água, sem medicina – sem esperança, enfim.

Assim, Sr. Presidente, Srs. constituintes, neste momento, em que algum outro ser humano está sofrendo injustiça em algum outro lugar do mundo (ou a duas ou três esquinas de onde nos encontramos, pois tudo é possível), recordemos o que disse Albert Camus, o romancista francês, Prêmio Nobel: – "Sim, o que é necessário combater hoje é o medo e o silêncio, juntamente com a separação dos espíritos e das almas que eles acarretam. O que é preciso defender é o diálogo e a comunicação universal dos homens uns com os outros. A servidão, a injustiça e a mentira são o flagelo que rompe essa comunicação e interdita este diálogo. Por tudo isso, devemos repeli-las".

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O **Jornal do Brasil** do 7 de corrente, publica um artigo com o título – "A mentira do pólo petroquímico", de autoria do deputado Bocayuva Cunha, do PDT do Estado do Rio de Janeiro. No dia seguinte, 8, outro artigo com o título "A verdade do pólo petroquímico", de autoria do secretário de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro – Dr. Víctorio Fernando Bhering Cabral. No primeiro artigo, o deputado Bocayuva Cunha fala sobre um manifesto que recebeu da Associação dos Engenheiros da Companhia Siderúrgica Nacional, alarmado com a possibilidade do atentado que se deseja praticar contra a indústria siderúrgica. Recebi, também, este manifesto e, acho, todos os constituintes fluminenses tiveram esta oportunidade, já que o assunto é de muita importância para o Estado e para a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional.

Repudiamos, porém, a forma que o nosso colega Bocayuva Cunha tratou o assunto, demonstrando até um despeito em seus comentários, procurando denegrir o trabalho do nosso Governador Wellington Moreira Franco na conquista para o Estado do Rio de um pólo petroquímico que foi disputado por outros Estados, como Bahia, Rio Grande do Sul etc., e que, graças à sua capacidade de persuasão, o interesse em dotar o Estado de mais um complexo industrial consegue, com o Presidente José Sarney e o Ministro José Hugo Castelo Branco, esta grande vitória.

O Governo passado, do nosso Estado, Governo do Deputado Bocayuva Cunha, nada fez para que tivéssemos qualquer empreendimento de vulto implantado nas nossas fronteiras internas. Muito pelo contrário, fez questão de não conhecer o Estado para não ter de assumir compromissos. Governo que não despachava com seus secretários, Governo que não comparecia ao Palácio, sede efetiva de quem quer governar, pois seus

interesses particulares no Uruguai eram mais importantes que os do nosso Estado.

Que vai sair o pólo petroquímico, sabem todos os fluminenses, mas porque agora temos governo que está interessado nos problemas do Estado e luta para ficar em terras fluminenses, tão importante complexo industrial. Quanto à localização, temos certeza, está o Governador interessado em iniciar, também, no seu Governo, a expansão da CSN projetada para Itaguaí. Quanto ao terreno que será ocupado pelos dois empreendimentos, temos certeza, o bom-senso e a concórdia entre governo estadual e CSN prevalecerá. Itaguaí terá condições, se assim desejarem, de abrigar estas e outras indústrias do mesmo porte.

Para que a Casa conheça como um constituinte tenta denegrir o seu Estado e um governo que trabalha, e também, veja o outro lado da medalha, lemos os artigos já citados: "A mentira do pólo petroquímico" – "recebi esta semana em Brasília expressiva manifestação da associação dos engenheiros da Cia. Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, alarmada com a possibilidade do atentado que se deseja praticar contra a indústria siderúrgica símbolo de nosso País. Trata-se da farsa montada pelo Sr. Wellington Moreira Franco, com a "inauguração" do Pólo Petroquímico em Itaguaí – o audaz governador arvorou-se em "dono" do Pólo Petroquímico, já "escolheu" sua localização e até, se duvidarem, "deu início" às obras. Pois, pasmem os leitores, não tem nenhum poder para fazer nem dizer o que fez e o que disse o nosso impetuoso Moreira. O Pólo Petroquímico é uma decisão política do Governo Sarney, através do Ministro José Hugo Castelo Branco do Ministério da Indústria e do Comércio, que não foram sequer "convidados" para as solenidades! O terreno "designado" pelo governador pertence à Cia. Siderúrgica Nacional por força de um Decreto de 1975, do Presidente Ernesto Geisel, que desapropriou uma área em Itaguaí, esta "do Pólo", com o fim específico de servir de base física para a instalação de uma nova unidade siderúrgica. Nem que, por artes do demônio, a Assembleia Geral da CSN resolvesse ceder o terreno, isto não seria possível. Assim, com esta levianidade, são feitas as coisas em nosso Estado. E a inauguração, com discursos, de algo que é apenas uma hipótese, aliás, possível de se realizar, se a CSN concordar, se o Ministro José Hugo estiver de acordo e se o Presidente Sarney se dispuser a fazer outro decreto tornando sem efeito o anterior, do Presidente Geisel. Pode o Governador ficar certo de uma coisa: este Pólo Petroquímico, que é uma conquista do povo fluminense e uma aspiração antiga, vai sair – e talvez até em Itaguaí – ou em Duque de Caxias ou em Campos. Mas nada até agora está acertado quanto à localização definitiva. Vamos deixar de fanfarronices e de mistificações. Muita água tem de rolar ainda".

Segue, agora, a ponderação, a seriedade e o bom senso do artigo "A verdade do Pólo Petroquímico" – "o que marca a posição de alguns políticos do PDT do Estado do Rio de Janeiro é seu absoluto descompromisso com os reais interesses da população fluminense e a mais irresponsável superficialidade na avaliação dos assuntos sérios, como é o caso do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro. Esse projeto, autorizado pelo Presidente José Sarney e defendido com consciência cívica pelo Ministro José Hugo Castelo Branco,

é o mais importante empreendimento econômico que o Estado do Rio de Janeiro irá realizar em décadas de sua existência. Surpreende-me que políticos, mesmo da oposição, não se sensibilizem pela magnitude do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, e em torno de sua implantação não se aglutinem com um mínimo de grandeza e espírito público. O grupo de trabalho que estudou a localização do Pólo foi instituído pelo próprio Ministro da Indústria é do Comércio, e desenvolveu um trabalho inédito em termos de profundidade no exame das alternativas existentes. O Governador Moreira Franco, ao adotar as recomendações daquele grupo, levou em consideração que a maior responsabilidade do seu governo seria e é de assegurar a implantação do complexo petroquímico do Rio de Janeiro, no menor espaço de tempo possível. Este objetivo é superior às reivindicações regionais, porque atende aos interesses de todo o Estado. Não se inauguraram obras, pois elas ainda não existem. O que foi feito cingiu-se ao anúncio da escolha do local, de forma límpida e objetiva. A demagogia e a superficialidade não compuseram a postura do Governo Moreira Franco. Estamos tratando do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, com a seriedade de um projeto concreto, viável, adequado ao mercado e à existência de investidores. Não estamos confundindo a fantasia com a realidade. O compromisso do Governo é com o futuro do Estado, e realmente causa espanto o espírito associativo que empolga interesses menores na obstrução de um programa de investimentos que, quanto mais cedo comece, mais rapidamente irá gerar empregos e benefícios para a população. Tal como acontece em outros Estados da Federação, seria desejável que as lideranças responsáveis do Rio de Janeiro se unissem em torno do nosso Pólo Petroquímico. Ele é o maior esforço empreendedor que o presente nos oferece concretamente, para melhorar o futuro da economia do Estado. A hora é de trabalho. Já bastaram anos de desgoverno, de discursos demagógicos, de ações teatrais, de desafeto patológico pela população do Estado do Rio de Janeiro. Vamos trabalhar juntos, com competência, com clareza, com compromisso e com grandeza".

Com estas manifestações, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, podemos ver a diferença cristalina entre um governo sério e aquele que foi uma catástrofe para o nosso Estado. Como homem ligado à siderurgia no Brasil, confio plenamente, como já disse, na inteligência dos homens, na capacidade de dialogar e, dentro do espírito de entendimentos, os interesses do nosso Estado serão preservados. A Comissão encarregada dos estudos para a implantação do Pólo é composta de pessoas que estão voltadas para encontrar soluções e não criar problemas, e, capitaneadas pelo dinâmico Secretário de Indústria e Comércio, Dr. Víctor Cabral, compreenderá que o Estado não vai abdicar das suas conquistas, sejam na área siderúrgica, sejam na área da petroquímica. Mais uma vez parabéns ao Sr. Governador Moreira Franco, pelas suas conquistas, sempre voltadas para o seu lema – trabalhar, dando resposta aos descrentes de que promessa eleitoral é para ser cumprida.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. JOSÉ GUEDES (PMDB – RO). Pro-

nuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O conflito entre meu Estado de Rondônia e o vizinho Estado do Acre é legalmente inexistente, bastando que consultemos o mapa do Brasil. Para somar a este fato, juntamos reportagem do jornal **Alto Madeira** – edição de 28 de setembro de 1987 – página 3, onde o operoso jornalista João Tavares retrata a opinião do Sr. Djalma Reis, filho de Octávio Reis – um dos coronéis dos seringais – que trabalhou nas regiões hoje denominadas Nova Califórnia e Extrema. Para registro nos Anais da Constituinte – que também procura sanar o conflito através do art. 52 – das disposições transitórias do projeto de Constituição é que requeiro a transcrição da reportagem em anexo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

A questão da divisa entre Rondônia e Acre

SERINGALISTA FALA DAS ORIGENS DE NOVA CALIFÓRNIA E EXTREMA

Na opinião de Djalma Reis direito de Rondônia está claro

Texto: João Tavares

Assunto que vem polarizando as atenções de rondonienses e acreanos, nos últimos tempos, a questão de Extrema, que Rondônia diz sempre lhe ter pertencido, enquanto o Estado do Acre reclama a sua posse e até realizou uma "ocupação" garantida por força policial do próprio Estado, o que só não gerou um conflito porque Rondônia preferiu resolver a questão pelos meios diplomáticos e através dos órgãos oficiais, continua indefinido, pela demora que o IBGE, órgão designado para mediar a questão, vem tendo para apresentar o resultado dos seus estudos.

Enquanto isso, permanece a dúvida entre as populações de Rondônia e do Acre, e pior para a comunidade que vive na localidade de Extrema, que não sabe, de certo, a qual Estado pertence.

Opinião de um pioneiro

Esta semana a reportagem do **Alto Madeira** resolveu ouvir a opinião de um pioneiro da região e, mais do que isso, um dos herdeiros da firma Octávio Reis & Cia, o seringalista Djalma Reis, de 62 anos, amazonense/ rondoniense, ele nasceu aqui quando ainda era Amazonas, e que dirigiu os seringais "Santa Clara", "Piquete", "Triunfo", "Califórnia", "Cachoeira de Barro", "Belo Monte" e outros, todos situados na região de Nova Califórnia que hoje está sendo denominada de Extrema e constitui a questão entre Rondônia e Acre.

Extrema, na realidade, é o nome de um igarapé dentro do Seringal Nova Califórnia e foi seu pai, Octávio Reis, que deu ao igarapé essa denominação. A denominação "extrema" é muito usada na linguagem dos seringais, para identificar algo no fim da linha.

Nova Califórnia é o nome do Seringal e hoje lá está a vila que recebeu essa denominação.

Octávio Reis adquiriu aquelas terras de um seringalista de nome Abel Cardenas o qual, por sua vez, já adquirira de outro proprietário. Na verdade, conforme nossas pesquisas em documentos em poder do próprio Djalma Reis, o imóvel Nova Califórnia, situado em ambas as margens do rio Abunã, conforme descrição nos próprios documentos, vem de uma concessão feita pelo governo

boliviano ao cidadão Adrian Anez, conforme Resolução Suprema do Governo da Bolívia, em 1899 documento confirmado pelo "Tratado de Petrópolis", em 1903.

Foi, assim, passado por vários proprietários, até ser adquirido por Octávio Reis ao seringalista Abe Cardenas.

Octávio Reis foi um dos coronéis dos seringais da região, e figura muito conhecida e benquista. Nascido no Espírito Santo, ele veio para a Amazônia em 1898, instalando-se inicialmente rio Acre, de onde saiu para terras do Amazonas e hoje Rondônia, em 1903, precisamente na região do Abunã, às margens do rio Abunã, na época da Revolução Acreana.

Foi em 1917 que ele registrou a firma Octávio Reis & Cia. Ltda. que constituiu um poderio na indústria extrativa de borracha, sendo proprietário além dos já citados e que constituíram o complexo Nova Califórnia, hoje em litígio dos seringais localizados na região do Abunã, denominados "Piquia" I, II, III, IV e V; "Santo Antônio ou Mucambo" imóveis que mediam 2 a 3 milhas, e "Bom Futuro", com 55 mil ha, além de seringais na Bolívia "Triunfo", "Perseverança", "Martinéia" e "Nova Empresa", situados nos rios Papanaras e Negro medindo 212 mil ha e com título definitivo.

Fortaleza do abunã

Como sede de suas empresas Octávio Reis es colheu Fortaleza do Abunã que já teve seus dia áureos, estando hoje, completamente abandonada. Fortaleza do Abunã, conforme dizem os antigos e Djalma Reis confirma, foi uma cidade, ao seu tempo, maior que Guajará-Mirim, que tinha água, luz, saneamento até primeiro que a chama da "Pérola do Mamoré" de hoje.

Os serviços de água e luz eram particulares e os empregados da agência dos Correios eram pagos pela firma Octávio Reis & Cia. Ltda.

Com a morte do velho Coronel Octávio Reis em 1959, em Belo Horizonte, cidade em que foi sepultado, foi feita a partilha dos bens deixado entre os 10 filhos herdeiros, sendo mantida a mesma estrutura de trabalho até certo tempo, até que em 1974 foi desfeita a firma tradicional, quando então os herdeiros já estavam em litígio com o INCRA, à época do poderoso capitão Silvio Faria correndo na Justiça, impetrada pelo órgão, uma ação discriminatória de área, sobre a propriedade Nova Califórnia.

O Caso Extrema

Voltando, porém, diretamente ao "Caso Extrema" que é a questão disputada por Rondônia e Acre, vamos saber o que tem a dizer e qual a opinião a respeito, do seringalista Djalma Reis um homem com larga vivência na região, um dos proprietários e que administrou, por muitos anos, os seringais que compreendiam o conjunto "Nova Califórnia", localizados na região de Extrema que conforme já afirmou, é o nome de um igarapé.

Para ele, estão fazendo uma grande confusão nisso tudo e a questão é muito fácil de ser resolvida, bastando se atentar para o fato de Rondônia não ter divisa com o Acre, mas sim, com o Amazonas, com a Bolívia e com Mato Grosso. E os mapas estão aí para provar isso, principalmente mapas de 20 ou 30 anos atrás.

Durante a entrevista, o seringalista Djalma Reis fez questão que a prova do que afirma fosse conferida no Dicionário Koogan Larousse Seleções, à página 1535, onde encontramos:

"RONDÔNIA – Território Federal situado entre o Amazonas, ao N, a Bolívia, a O e ao S, e Mato Grosso, a E".

Rondônia, portanto, não faz divisa com o Estado do Acre.

Sobre este ponto, resolvemos, também pesquisar no Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, que criou os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçu. O decreto está à página 150, do livro "Retalhos Para a História de Rondônia", de Eson Menezes, um homem que se dedica à história de Rondônia e da região.

O decreto diz, em seu § 3º, que o Território do Guaporé terá os seguintes limites: "a Noroeste, pelo rio Ituxi à foz do rio Purus e por este descendo até a foz do rio Mucum; A Nordeste, Leste e Sudeste, o rio Mucum, da sua foz no Rio Purus até o paralelo que passa pela nascente do Igarapé Cuniã, continua pelo referido paralelo até alcançar a cabeceira ao Igarapé Cuniã, descendo por este abaixo até a foz do rio Ji-Paraná (ou Machado) subindo até a foz do rio Comemoração ou Floriano, prossegue subindo por este até a nascente, daí segue pelo divisor de águas do planalto de Vilhena, contornando-o até a nascente do rio Cabixi e descendo pelo mesmo até a foz do Rio Guaporé; ao Sul, Sudeste e Oeste, pelos limites com a República da Bolívia, desde a confluência do rio Cabixi no rio Guaporé, até o limite entre o Território do Acre ao Estado do Amazonas, por cuja linha limítrofe continua até encontrar a margem direita do rio Ituxi ou Iquiri".

Os fatos comprovam

Para o seringalista Djalma Reis todos os fatos comprovam que Nova Califórnia ou Extrema como querem hoje, pertence a Rondônia. O que existe, de fato, é uma grande confusão em torno do assunto. Ele cita, por exemplo, que aquelas terras antes de serem anexadas ao Território do Guaporé pertenciam ao Amazonas. Acontece que ficavam nos confins amazonenses, então, todo documento que as pessoas da região tinham interesse e necessidade de registrar, faziam esse registro em Rio Branco– Acre, por ser bem próximo. Daí, muita coisa aparecer hoje como pertencente ao Acre, porque os registros estão feitos lá.

MARCOS MUDAM DE LUGAR

Os marcos que estabelecem a "divisa" entre Rondônia e Acre, que para Djalma Reis não existe, constituem outro caso interessante e que já mudaram de lugar pelo menos três ou quatro vezes, ao sabor de interesses.

Ele narra, por exemplo, que em 1963/64 resolveu arrendar as terras do Seringal Nova Califórnia ao Sr. Alcides Alves, conhecido como "Jumentinho", seringalista acreano, que eleger-se vereador por Rio Branco. Esse cidadão sugeriu-lhe que poderia conseguir vários benefícios para os moradores da localidade, tais como escola, posto médico, policiamento e outros melhoramentos, desde que o marco da "divisa" que estava mais ou menos entre o quilômetro 142/144, entre os Seringais "Santa Clara" e "Oriente", numa colocação

chamada "Rabo de Couro", fosse mudado para o quilômetro 113, o que permitiria o carreamento daqueles benefícios a título de estarem as terras em território acreano. E assim foi feito. O Posto Fiscal Acreano que hoje está dentro dos limites de Rondônia, era, na realidade, entre o quilômetro 142/144.

Esse seringalista Alcides Alves foi, inclusive, sócio de outro seringalista muito conhecido na região, mas já falecido, Francisco Paiva, que também trabalhou naquela região.

Outro argumento de Djalma Reis para configurar Nova Califórnia como sendo de Rondônia, é que os limites de Rondônia com o Acre terminam no rio Abunã e não no rio Madeira.

Mas sobre a "andança" do marco de divisa ainda tem mais. O INCRA, e isso aconteceu mais ou menos em 70/71, colocou marco estabelecendo a divisa entre Rondônia e Acre no local chamado "Tucandeira", mais ou menos entre os quilômetros 154/156 do Abunã para cima.

Esse marco foi colocado à época do Capitão Silvio Faria, do INCRA, e até considerado como prepotência, por parte dos acreanos. Tempos depois, quando veio governar Rondônia o Coronel Jorge Teixeira, foi mandado construir o Posto Fiscal de Rondônia e mais uma vez os acreanos esperearam, mas sem nada poder fazer, pois o Governo rondoniense defendeu com altivez a posse do seu território.

Mais um argumento

Outro argumento que pode ser chamado de indiscutível sobre o direito de Rondônia sobre as terras de Nova Califórnia ou Extrema, como queiram, é apresentado pelo seringalista Djalma Reis, baseado no fato de que, o INCRA, em 1977, quando entrou com uma ação discriminatória de área, sobre a propriedade Nova Califórnia, entrou no Fórum de Porto Velho, porque as terras são de Rondônia. Caso contrário, teria entrado com a ação em Rio Branco.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes

O Governo da Nova República vem se notabilizando em eliminar injustiças e evitar que ocorram ou permaneçam distorções na administração pública, principalmente no tocante à percepção de vencimentos por parte de seus servidores.

É compreensível, portanto, que numa vastíssima gama de problemas e situações enfrentadas pelo Ministro da Administração, o experimentado e diligente político e administrador Aluizio Alves, não pudesse, ainda, no atual Governo ter atendido a todas as reivindicações. Sabemos, contudo, do esforço de S. Ex.^a e da sua meta de trabalho em, solucionar todos os problemas de sua pasta, notadamente as referentes às disparidades salariais.

Sentimo-nos bastante a vontade, apesar de vivermos sob a égide do "não gastar", em face das agruras econômico-financeiras conjunturais, repetimos, sentimo-nos bastante à vontade para reivindicar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República que, em conformidade com a Exposição de Motivos nº 19, de 10 de abril de 1987, acompanhada do Projeto de Lei dispondo "sobre gratificação a ser concedida a engenheiros agrônomos", que se faça inserir dispositivo corrigindo as distorções salariais existentes no Ministério da

Agricultura onde os farmacêuticos e químicos se encontram em situação verdadeiramente constrangedora em relação às outras categorias funcionais, ou seja, médicos veterinários e engenheiros agrônomos.

Pela Lei nº 7.600, de 15 de maio de 1987, "sem prejuízo das gratificações existentes" foi concedida aos "servidores integrantes da Categoria Funcional de Engenheiro Agrônomo" uma gratificação escalonada em valores que deverão corresponder a percentuais de 95% (noventa e cinco por cento) a 120% (cento e vinte por cento), incidentes sobre o vencimento ou salário da referência em que estiver posicionado o servidor".

Desde 1984 que os farmacêuticos e químicos lutam por uma concessão de gratificação de nivelamento a fim de eliminar as diferenças salariais existentes entre as diferentes categorias funcionais do Ministério da Agricultura.

Essa luta de equiparação salarial com os médicos veterinários é justíssima e se baseia no princípio constitucional da isonomia vez que desempenham atividades semelhantes, como no caso de fiscalização de insumos agropecuários, inspeção de produtos de origem animal e controle de medicamentos veterinários, executando as análises dos mesmos.

Tanto é assim que os laudos de análise emitidos por estes profissionais servem de apoio na aplicação das leis que preservem a sanidade e a qualidade dos produtos a serem exportados ou consumidos internamente, sejam eles importados ou produzidos no país.

Os farmacêuticos e químicos possuindo uma formação técnica fundamentada na área biológica e também nas ciências exatas são imprescindíveis na execução de análises altamente especializadas, já em rotina nos laboratórios do Ministério da Agricultura.

Por essa razão, nada mais justo, portanto, que, desempenhando atividades complementares e de igual valor ao médico veterinário, é de verdadeira justiça que farmacêuticos e químicos percebam salários idênticos para assim eliminar definitivamente a discriminação existente entre classes profissionais igualmente importantes no mesmo órgão da administração pública.

Esperamos, portanto, que o ilustre Ministro Iris Rezende, com a sua reconhecida sensibilidade de homem público experimentado e possuidor de elevado grau de justiça, encaminhará ao Senhor Presidente da República Exposição de Motivos concedendo aos farmacêuticos e químicos a tão esperada equiparação salarial com os profissionais que exercem as mesmas funções e atividades.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, foi aprovada pela Comissão de Sistematização emenda do Deputado Adylson Mota segundo a qual passarão as corporações policiais civis a ser regidas por lei federal.

Com essa importante alteração, passam as polícias civis a ser reconhecidas constitucionalmente, o que não acontece no momento.

E claro que as atividades das diversas polícias civis continuarão sendo normalizadas em âmbito estadual, segundo as peculiaridades de cada unidade da Federação, mas atingir-se-á um mínimo de compatibilidade no que tange aos aspectos

mais superiores das diversas instituições, uma uniformização necessária e proveitosa, que permitirá maior integração com as corporações policiais militares, em benefício do combate ao crime, em proveito do bem-estar das populações em geral.

Algumas críticas menos refletidas apontavam para a redução da autonomia das organizações civis, mas temos a certeza de que tal não ocorrerá, dado que somente interessará à União dispor sobre as linhas gerais da regulamentação da atividade policial civil, mantendo-se grande margem para a compatibilização das atividades às necessidades de cada Estado:

Acreditamos, Sr. Presidente, que a intenção do nobre Parlamentar Adylson Motta foi inspirada pelos mais elevados ideais, tendo sido assim compreendida pela grande maioria dos membros da Comissão de Sistematização.

Caberá a nós, Parlamentares, encerrada a fase de elaboração constitucional, providenciar a regulamentação do dispositivo, consolidando, em termos legais, a intenção do autor, encampada por expressiva maioria de Senhores Constituintes.

Não temos qualquer dúvida, Sr. Presidente, de que o texto aprovado na Comissão de Sistematização será referendado pelo Plenário, dadas as características favoráveis que se podem prever da implantação da medida.

Num momento em que grande parcela das preocupações da sociedade brasileira se volta para a crescente insegurança nos mais diversos rincões da Pátria, é louvável pretender-se aprimorar as condições de funcionamento e integração das diversas corporações destinadas à manutenção da ordem pública e à garantia da tranquilidade social.

Ordem e tranquilidade, nunca será demais repartir, são condições essenciais para a capacidade individual de contribuir para o engrandecimento da Nação através do trabalho, características imprescindíveis para que possam os brasileiros viver em paz consigo mesmos, sem os sobressaltos que a insegurança acarreta, impeditivos da fruição de uma existência mais calma e voltada para os valores mais elevados da espécie humana.

É total nosso apoio ao dispositivo inserido no Projeto da Comissão de Sistematização pelo nobre Deputado Adylson Motta e esperamos que os Senhores Constituintes considerem as vantagens de sua aprovação no momento em que venham a votar, pela derradeira vez, o teor da nova Constituição Federal.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Pela primeira vez depois de 1964, o Congresso Nacional se autoconvoca.

Dirão que fisco o fato porque sou autor da iniciativa.

Marcaria, de qualquer forma. Por falsa humildade, não deixarei sem registro o episódio. Na ponta da iniciativa, o Senador Chiarelli, de quem, um sem número de vezes divergi. Não impede de, se em certas ocasiões adversários, sempre que causas comuns pedirem cooperação, ficarmos parceiros.

Dele, a idéia. Emprestei a colaboração na Câmara, cercada, aliás, de algo inusitado. Com mais de 100 assinaturas, a pasta, em cima da bancada,

tomou outro rumo. Refazer, levou o esforço até às 22 horas de quarta-feira.

O Congresso não terá recesso. Instalado no início do ano, funcionou sem interrupção. Seguirá. Se o cidadão vai de dezembro a dezembro quando tem o que fazer, assim o Parlamento. Atentem: sem despesa para o Tesouro.

Aos poucos, a democracia mostra a cara que tem.

A Assembléia Nacional Constituinte, com os tropeços naturais, as demoras nem sempre compreendidas e os radicalismos deploráveis e dificílimos de evitar, caminha para a reta final. Ressalvados Natal e fim de ano, mantém o ritmo ininterrupto. Claro, as tensões, pressões, a incompreensão, os interesses em jogo, a emoção e as exigências do momento, exaurem.

Inobstante, se respira bem. Há a consciência de estar fazendo o melhor.

Breve, a imagem desgastada do político será substituída pela do homem público desejoso de servir. Capaz de espancar a tradição plantada pela mordaça do arbítrio, onde a acomodação foi o lugar comum.

Hoje, as votações estão cercadas de expectativa. Os resultados, nunca antecipados, são prova maior de que a liberdade de cada um é exercitada em sua plenitude. Não adiantam bravatas ou Jogo de cena querendo impressionar. Mesmo sabendo ser cena. Pura cena.

Bresser não deve estar contente. Recebi telefonema de sua assessoria parlamentar, perguntando se a pasta perdida inviabilizaria a convocação. Seria mais fácil, sem o crivo do Congresso, embrulhar o pacote.

Respondi: vamos começar de novo.

Chiarelli está satisfeito. Tem razão.

Com menor critério e talento, dou seguimento ao apregoado em campanha. Não fica bem trabalhar oito meses em doze. Estamos trabalhando doze em doze na Câmara, no Senado, no Congresso, na Constituinte. É o suficiente para, em paz, dizer do dever cumprido. Basta de decreto-lei. Do fazer o que bem entender com o Legislativo de braços cruzados.

Novos tempos, gente. Novos tempos.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero registrar a minha preocupação com o problema de distribuição de sementes para pequenos produtores rurais, no Estado do Piauí.

A execução do programa é realizada através da Secretaria de Agricultura, que está sempre sujeita a influências político-partidárias.

A Sudene, Ministério do Interior e Ministério da Agricultura oportunizam os recursos financeiros, para que a Secretaria de Agricultura adquira as sementes, cabendo-lhe a função de distribui-las. Entretanto, em razão dos esquemas partidários que influenciam as decisões do órgão, indo até a Emater, o problema se agrava, prejudicando o agricultor.

O fato recente de discriminação ocorreu no Município de Regeneração, com o afastamento da Prefeitura, no trabalho de combate às secas, especialmente, na distribuição de sementes.

Portanto, Sr. Presidente, apresento o teor do telegrama que enviei aos órgãos Federais reclamando soluções para um encaminhamento satis-

fatório, no qual é básico que haja uma participação de todos os segmentos da comunidade, para democratizar a ação governamental.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Solicito V. Ex.^a providências sentido atender pequenos produtores rurais Município Regeneração – Piauí, com sementes, através Prefeitura Municipal. – Programa distribuição sementes através Secretaria Agricultura e Sudene somente, atingirá objetivo com participação municipalidade, e outras representações comunidade. Atenção V. Ex.^a para solução problema específico, necessita medida geral para todo o Estado.

Atenciosamente, – Átila Lira.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – ES.

Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Todos sabemos que não é das melhores a situação do ensino de 1º e 2º grau, base do sistema e do qual dependem os cursos subsequentes.

Nossos estabelecimentos de ensino de 1º grau que eram, em 1984, 190.193 dos quais 53.779 públicos estaduais, 126.043 públicos municipais e 10.371 particulares, tiveram uma matrícula municipal de 24.825.433, sendo 7.426.981 na 1ª série e 1.169.197 na 8ª, o que corresponde a 4,7% das matrículas iniciais. Houve, naquele ano 15.787.619 aprovações, ou seja, 63,5% do total das matrículas iniciais, mas apenas 865.149 alunos concluíram o 1º grau, o que é, inegavelmente muito pouco, pois não passa de 3,49% do total inicial. O número de alunos da 8ª série, acima citado, representava somente 5,56% do total final das matrículas daquele ano, que somaram 21.028.035.

Quanto ao 2º grau, nos 8.970 estabelecimentos de ensino existentes em 1984, dos quais 4.054, públicos estaduais, 686 públicos municipais e 4.230 particulares, houve 2.946.657 matrículas iniciais, com 1.276.053 na 1ª série e 682.733 na 3ª série e 2.347.728 finais, das quais 959.096 na 1ª série e 630.283 na 3ª, correspondendo, respectivamente, a 79,9%, 76% e 92,2% dos números iniciais.

Naquele ano, as aprovações chegaram a 1.921.968, mas as conclusões do curso não foram além de 585.193, com os percentuais de 65,2% e 19,9% sobre as matrículas iniciais, respectivamente.

E isso em um país cuja população maior de 14 anos de idade, num total de 83.541.000, em 1985, teria um total de 17.284.000 não alfabetizados, o que corresponde a 20%. E não estão incluídos, entre os últimos, vários milhões que são apenas alfabetizados, mal sabendo ler e escrever.

A gritante diferença entre o número de matrícula iniciais do ano letivo, de matrículas confirmadas, da 8ª série em relação à 1ª, de aprovações e de conclusões de curso, inferior a 4% quando às matrículas iniciais, dizem bem do problema que representa o ensino de 1º grau. Preocupante é também a situação do 2º grau, onde apenas 20% dos alunos matriculados na 1º série concluíram o curso; no citado ano.

Todos os dados mencionados constam de Anuário Estatístico do Brasil, Edição de 1986.

Essa situação do ensino de 1º e 2º grau decorre basicamente de alguns fatores facilmente identificáveis, tais como nossa estrutura social, a falta de recursos dos Estados e Municípios para abrirem escolas e aparelharem adequadamente as existentes, os baixos salários pagos aos professores, sobretudo nos Municípios, as condições de trabalho a que estão sujeitos e a falta de sintonia entre esse ensino e o universitário, bem como entre ele e a escolha da profissão por parte dos alunos.

Em depoimento prestado ao **Jornal da Tarde**, o Professor Jorge Nagle, Reitor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, demonstrando profundo conhecimento da matéria, a par das críticas tecidas à situação do ensino, resultante da reforma de 1971, defende uma revisão dos cursos de 1º e 2º grau, visando a sua melhoria, para permitir ao estudante as condições indispensáveis para a escolha da profissão a seguir, inclusive com vistas às exigências do mercado, até porque há uma indiscutível necessidade de o ensino acompanhar o desenvolvimento nos diversos setores da vida nacional, cuja transformação tem inegável repercussão no setor educacional.

Quanto à integração do estudante no processo de desenvolvimento nacional, a reforma de 1971 não conseguiu o objetivo colimado, porque a escola profissionalizante, caminho escolhido para tal fim, praticamente não saiu do papel, em razão das despesas que exigem sua instalação e sua manutenção.

A pretendida orientação educacional também não tem funcionado, ficando quase exclusivamente na intenção do legislador, até porque apenas uma pequena parcela dos estudantes não tem condições de arcar com seus custos.

Há, realmente, necessidade de se melhorar o ensino de 1º e 2º grau, a fim de que a passagem para os cursos superiores ocorra com os alunos em perfeita consciência quanto a sua escolha profissional.

Esclareceu ele que, quando fala da relação ensino/mercado de trabalho, não defende tal princípio como via a seguir, porquanto a educação é multifuncional, tornando-se primordial que respeite e aproveite as características de cada estudante, ou melhor, suas inclinações pessoais, para que tenha a possibilidade de se ajustar às novas situações, que são constantes e muito variadas, em uma sociedade em que a busca do progresso é fundamental.

Lembra, com muita propriedade, o Professor Jorge Nagle que ninguém faz sua escolha profissional de modo inteiramente livre e racional, até porque ela é o produto de um conjunto de injunções, desde as de natureza familiar às de natureza econômica e sociais, tendo em vista sua importância. O jovem deve, ao procurar o caminho profissional, fazer sua escolha, tanto quanto possível, na conformidade de seu ponto de vista individual e social, pois, assim, poderá trabalhar em algo que lhe agrade e lhe ofereça motivação assentada na própria atividade.

Há necessidade, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de se realizarem sérios e urgentes estudos, com a participação dos principais interessados – comunidade, educadores e estudantes –, visando a melhorar o ensino de 1º e 2º grau a rationalizar o funcionamento dos cursos superio-

res, a fim de adequá-los à nossa realidade, para que não continuemos a ter o espetáculo que nos é dado hoje observar, de dezenas de milhares de estudantes, porque concluíram um curso médio deficiente, freqüentarem os famosos "cursinhos", na busca de uma vaga na guerra universitária, onde, não raro, uma delas é disputada por mais de 50 candidatos.

Melhorando o ensino de 1º e 2º grau, aparelhando adequadamente as escolas, pagando melhores salários aos professores, procurando integrar, realmente, na sociedade, suas camadas menos favorecidas, inclusive em relação ao setor rural, dando à população melhores condições de vida, teremos, certamente, iniciado a redenção de nosso ensino e marcado presença na rota da História.

As gerações futuras, isto é, nossos filhos e nossos netos, agradecerão o esforço que fizermos em tal sentido. Afinal, a educação é a base do progresso de qualquer povo.

O SR. BENTO GAMA (PFL- BA)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Brasil vive, hoje, momentos de grande preocupação em todos os níveis. No setor social estamos presenciando a maior crise que já passamos e nunca pensávamos que fosse chegar a tal alto nível de desagregação. Ninguém se entende, nem busca meios para a conciliação nacional, esquecendo muitos que estamos no mesmo barco. Qualquer acidente levará todos nós, sem exceção, para local indesejado. No setor econômico estamos presenciando o recrudescimento da inflação, frustrando mais uma vez planos de governo em controlar tão nocivo mal. A crise econômica está fazendo com que não se efetue nenhum investimento no setor produtivo. Isso é muito ruim, pois não produzindo poderemos levar o País a uma hiperinflação, a um desemprego sem precedentes em nossa história, além de não criarmos os cerca de 2 milhões de empregos novos a cada ano para absorver a mão-de-obra jovem, na sua primeira ocupação. É preocupante a situação. A crise existe e precisa necessariamente da trabalho e empenho político de todos nós para uma solução urgente.

E é em busca de uma solução que todos nós políticos devemos concentrar os esforços. Não podemos mais esperar. Uma solução para uma crise que em 1983 era conjuntural e que agora está ficando permanente. É preciso, pois, confiar na livre iniciativa e não somente confiar, mas apoiá-la incondicionalmente. Estimulando o pequeno, o médio e o grande empresário. É exatamente na livre iniciativa que vejo a solução dos nossos problemas econômicos e sociais. É com exemplos e medidas concretas que conseguiremos o nosso objetivo.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é a respeito do estímulo à iniciativa privada e, principalmente aos pequenos empresários é que quero me referir neste pronunciamento. Acabamos de tomar conhecimento que ainda ontem, em reunião do Confaz – Conselho de Política Fazendária, realizada em Goiânia – Goiás, todos os Governadores dos Estados disseram, através dos Secretários de Fazenda, um solene "não" ao estímulo aos "pequenos". Refiro-me à negativa para isenção de ICM para aquisição de táxis a

álcool, onde taxistas de todo o País através de seus sindicatos pleitearam o benefício. A isenção do ICM, assim como do IPI, não significa em termos absolutos quase nada na arrecadação dos Estados. Até porque, se não houver a isenção ninguém compra, portanto, ninguém recolhe. Mas, a questão é mais delicada. A compra do táxi com isenção significa um empregado em cada veículo, uma família sustentada, portanto, um desocupado a menos, além da sensível melhora nos serviços de transportes das cidades de grande e médio porte.

Ora, Sr. Presidente, Sras. Constituintes, a isenção pleiteada pelos taxistas não significava nenhuma novidade. No passado todos os Estados já concederam tal benefício. Lembro-me bem, quando exercia o cargo de Secretário da Fazenda na Bahia, tomamos essa decisão favorável aos motoristas de táxis e podemos constatar àquela época quão certa foi a nossa decisão. Portanto, queria na presente sessão apresentar o meu mais veemente protesto pela decisão dos governadores dos Estados e, diga-se de passagem, todos do PMDB, que na campanha do ano passado prometeram muros e fundos a toda Nação brasileira e que agora estão dando as costas à população.

Estas Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, as palavras de apoio aos motoristas de táxis de todo o País, e peço aqui dessa tribuna que unamos todos os constituintes para lutarmos em busca desse justo pedido que foi negado pelo CONFAZ.

Muito obrigado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O ano praticamente acabou e nada foi decidido neste ano da Constituinte, e a expectativa de todos aqueles que se encontram na situação de pré-aposentadoria não sabem o que fazer, se requerem a aposentadoria já porque seriam prejudicados ou aguardam na esperança de que sejam fornecidos.

Com a atual situação em que o texto da Sistematização foi praticamente inviabilizado, os avanços que foram obtidos para os futuros aposentados cairão por terra, principalmente porque se alardearia que a Previdência não suportaria.

Não entendo, não aceito e não concordo; ora, se os funcionários públicos aposentam-se com proventos integrais, por que os privados não podem?

Se falam em fraude, o que é prejudicar a maioria, por culpa de uma minoria, é só estabelecer um parâmetro pelo acompanhamento da progressão nos últimos trinta e seis meses.

Temos que lutar para a revisão dos benefícios dos atuais aposentados e pensionistas, os quais não têm ideologia; têm é falta de dinheiro. E por isso, para conseguir atingir a causa, farei acordo com o MUP – Xitas – Centrâo ou "Centrinho", ou até mesmo com o Diabo. Deus que me perdoe!

Era o que tinha a dizer.

O SR. FÉRES NADER (PDT – RJ)
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O desenvolvimento brasileiro deve envolver também a Amazônia. Mas um desenvolvimento que respeite suas aptidões e concile a exploração florestal com o uso da terra. Foi exatamente para estabelecer os limites do permissível que foi insta-

lado, em 1979, pelo então Chefe da Nação um grupo de trabalho para estudar e propor medidas destinadas à formulação de uma política florestal para a Amazônia. Entretanto, o tempo se encarregou de dissolver o grupo e destruir os seus estudos iniciais. Nada restou. E a Amazônia permaneceu entregue à sua própria sorte, mais precisamente à depredação executada pelos oportunistas.

A Amazônia brasileira, afinal, ocupa cerca de 500 milhões de hectares – quase 60% do território nacional – e detém mais de 80% da área total de florestas densas nativas do país, equivalente a uma reserva madeireira estimada em 50 bilhões de metros cúbicos, ou seja, 35% das reservas de madeira de todo o mundo. Todo esse potencial e mais as significativas ocorrências registradas de que os países em desenvolvimento não têm conseguido conter o empobrecimento das áreas rurais e a dilapidação de seus recursos naturais, em especial as florestas, são motivos suficientes para quê nos apressemos em estudar e propor medidas que subsídiam uma política florestal para a Amazônia.

Por isso, sugerimos ao Ministério do Interior que submeta à consideração do Presidente José Sarney a proposta de constituição de um Grupo de Trabalho com o objetivo de reunir, atualizar e consolidar os estudos elaborados sobre recursos florestais da região, à fim de traçar diretrizes que, transformadas em novas leis, mais adequadas à realidade brasileira, possam oferecer um rumo seguro à exploração florestal. Sabe-se, de início, que a Amazônia requer, em face das características peculiares dos seus ecossistemas naturais, uma norma de ocupação e utilização de seus recursos, razão pela qual se deve fundamentar no planejamento que otimize o uso do solo e demais recursos naturais associados aos fatores sócio-econômicos regionais.

Isso significa – permitimo-nos alertar aos nossos pares – que não se podem desvincular os recursos florestais dos demais componentes que integram a região: o homem, as aglomerados populacionais, os eixos rodoviários, a rede hidrográfica, as hidrelétricas, as reservas indígenas, as áreas de preservação, os pólos minerais e os projetos agropecuários. Tudo isso sem perder de vista um modelo de desenvolvimento florestal que conte com o manejo racional e sustentado das áreas florestais, compatibilizando ecologia com economicidade.

Em vista desses princípios, Sr. Presidente, sugerimos um trabalho que objetive a institucionalização de zoneamento regional, a racionalização da exploração madeireira, a adoção de medidas conservacionistas e a realização de um programa intensivo de pesquisas florestais. Atendendo à necessidade do zoneamento, demarcar-se-iam os espaços destinados à preservação da flora e da fauna, à proteção das populações silvícolas, à colonização e reforma agrária, à pecuária, à agricultura e ao desenvolvimento da exploração florestal auto-sustentada. A racionalização da exploração madeireira deverá se reger de modo a superar o extrativismo predatório, com a utilização de modernas técnicas de extração e recomposição da mata.

Obrigado.

**O SR. UBIRATAN AGUIAR
(PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente,

Srs. Constituintes, a Agricultura e a Pecuária do Nordeste, em que pese as adversidades que enfrentam que vão desde as oscilações climáticas até a insensibilidade da área Econômica do governo quando lhes retira os incentivos e o subsídio aos juros, é responsável pela sustentação dos que ainda resistem às intempéries na esperança da modificação desse quadro de abandono.

A estes homens, que acreditam na efetivação dos programas de irrigação lançadas pelo governo federal, no acesso ao crédito que lhes possibilite mecanizar a agricultura e seus rebanhos, na utilização de técnicas e métodos que ensejam uma melhor utilização do solo, através de cursos permanentes a ser ministrados, vem agora o sistema Verdes Mares de Comunicação lançar um programa Didático-Jornalístico – Nordeste Rural, como forma de contribuir para o aperfeiçoamento no manejo e cultivo da terra.

Destina-se o programa a ajudar o homem do campo na construção do labor agropastoril economicamente viável, possibilitando assim a fixação da família camponesa na tela e o mais amplo desenvolvimento social cultural com a superação de visões e técnicas atrasadas.

Tenho certeza que a equipe produtora do programa Nordeste Rural e os que integram a equipe técnica e de Telejornalismo num esforço conjugado, traduzirá, com fidelidade, o espírito desenvolvimentista, de arraigado amor ao Ceará e ao Nordeste, que caracterizou a vida e o trabalho de Edson Queiroz, o fundador desse importante complexo noticiosos.

Na elaboração, e apresentação dos programas, segundo o projeto elaborado pela equipe de produção, serão recrutadas a cooperar com este trabalho do mais largo alcance social, todas entidades especializadas, como Ematerce, CEAG, Espace, UFC, de uma maior participação da comunidade e oferecer ao público interessado matéria da melhor qualidade, mostrada de forma didática e acessível.

Estou convicto de que temas importantes como conservação do solo, orientação de hábitos alimentares, tratamento de problemas ecológicos, orientação de microempresas rurais, melhoria genética dos rebanhos, inseminação artificial, cuidados veterinários, técnicas de criação de ovinos, caprinos, suínos, bem assim a utilização de experiências hoje acumuladas em órgãos como DNOCS no trato da piscicultura, ou ainda recolhendo o conhecimento do setor privado no que se relaciona com a avicultura, serão objeto de estudos e pesquisas, postos aos olhos dos telespectadores nordestinos. É desta forma que se viabiliza a mudança de métodos anacrônicos e se permite a convivência com os difíceis momentos da estiagem.

Com esta visão ampla do assunto foi que recebi através do eminentíssimo jornalista Edilmar Norões, a notícia do lançamento pelo sistema Verdes Mares de Comunicação, do Nordeste Rural, alicerçado no aspecto educativo tendo como meta alcançar o homem e fazê-lo alavancar no processo de transformação do setor primário da região.

Ao fazer este registro da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte acredito estar expressando o pensamento de quantos entendem ser a tarefa da construção do País, missão de todos os segmentos responsáveis pela sociedade e não apenas uma missão de governo.

Ao sistema Verdes Mares de Comunicação, o agradecimento do povo se traduz em forma de gratidão e reconhecimento a um jornalismo sério e amadurecido, responsável por criar uma infraestrutura agropecuária capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do homem nordestino.

Este evento é da maior significação para a imprensa Cearense pois a eleva aos patamares atingidos tão-somente pelos grandes centros geradores de produção de TV do País, além de contribuir decisivamente, para um novo momento a ser vivido pela comunidade cearense, merêce da visão larga de quantos têm a responsabilidade de orientar, informar e formar a opinião pública.

Ao concluir essas considerações, desejo externar minha satisfação em saber que, no decorrer dos dias futuros, temas da maior importância como o do êxodo rural, da seca, da reforma tributária, da mulher camponesa, do crédito rural e da reforma agrária estarão sendo debatidos, discutidos e mostrados ao público nordestino, ensejando a conscientização e politização de nossa gente, único caminho que conduzirá o Brasil a um lugar de destaque entre as nações.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. DIONÍSIO DAL PRÁ (PFL-PR
Pronuncia o seguinte discurso.):** – Sr. Presidente Srs. Constituintes.

Paranavaí completa trinta e cinco anos de emancipação política neste 14 de dezembro.

Nascida, em 1952, do desmembramento do vizinho Mandaguari, nos primórdios de sua colonização, a novel unidade administrativa viveu os áureos tempos da cultura cafeeira, que então tomava a floresta virgem em todo o norte do Paraná. Essa fabulosa região do Estado ganhou um tal impulso de progresso, quer rural, quer urbano que talvez não tenha paralelo em outra parte do mundo, em tão curto período de tempo. Vale assinalar, a propósito, que o Paraná desalojou, a seguir, São Paulo da liderança na produção de café.

Mas Paranavaí diversificou sua economia e além da nobre rubiácea, produz mandioca, situando-se como a maior lavoura da espécie no País e tem boas safras de cana-de-açúcar, algodão milho e soja.

Possui um grande rebanho vacum e processa seus produtos agropecuários em suas modernas indústrias de transformação.

Em uma superfície de 1.140 km² abriga uma população de 80.000 paranaenses, catarinenses gaúchos, paulistas, nordestinos, portugueses, japoneses, italianos, alemães e naturais de outros países e de todos os Estados brasileiros.

Desfrutando dos confortos da civilização, até a eletrônica e a telefonia, conta com os serviços básicos de saúde pública e instrução dos três graus, inclusive inúmeros cursos de ensino superior. Somente uma das suas fundações educacionais tem 2.000 acadêmicos matriculados em seus 8 diferentes cursos.

Há ali, um povo trabalhador e produtivo, que pelo exemplo, demonstra que o renascimento do Brasil passa forçosamente pela redescoberta do município.

Parabéns, Paranavaí, pelos teus sete lustros, parabéns ao próprio Brasil, por ter tantos paranavaís em seu território subcontinental.

O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO (Pronuncia o seguinte discurso): –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Neste apagar das luzes de 1987, uma instituição que honra São Paulo e a educação brasileira está fornecendo ao País mais 370 profissionais de excelente nível – economistas, administradores e contadores que certamente vão posicionar-se na primeira linha dos quadros que servirão no Século XXI.

Refiro-me à Escola de Comércio Álvares Penteado, originada do espírito benemérito e patriótico de paulistas que labutavam no comércio, na indústria e no magistério superior e que planejavam instituir um centro de cultura técnica das atividades econômico-administrativas. Esse sonho consolidou-se com a dádiva generosa de homens que quiseram retribuir à sociedade a abertura que o regime democrático lhes deu, abrindo oportunidades à formação de eficientes auxiliares da gestão dos negócios.

Os nomes de Horácio Berlincck, professor da Escola Politécnica, João Pedro da Veiga Filho, professor da Faculdade de Direito do largo de São Francisco, figuram dentre os maiores beneméritos nacionais, pois fundaram, a 2 de junho de 1902, a então Escola Prática de Comércio de São Paulo, contando com a cooperação de outros brasileiros ilustres, a exemplo do Conde Álvares Penteado, Senador Lacerda Franco, Conde de Prates e outros.

A Escola Álvares Penteado, que tomou este nome para eternizar a contribuição de seu maior mecenas, é filha espiritual da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito, achando-se tradicionalmente vinculada ao espírito da grande Universidade de São Paulo. Entre os profissionais insignes que a Escola deu ao Brasil basta mencionar o nome de Francisco d'Auria, papa da contabilidade no país, além de outros como Raimundo Marchi, José Caetano dos Santos Mascarenhas.

É certo que, na atualidade, a escola de Comércio Álvares Penteado, atualmente regida por uma fundação, não alcança, na opinião pública, a mesma penetração e a mesma repercussão de seu nobilitante trabalho. É necessário que a atenção do país se volte novamente para estimulá-la e dizer-lhe que sua missão é vital, porque, inclusive, permite à classe média mais modesta ter acesso a um ensino de alto nível, sem precisar pagar contribuições vultosas que escapam à sua capacidade financeira.

Ao saudar os 370 brasileiros que, formados pela notável Escola Álvares Penteado, ingressam no mercado dotados de um excelente acervo de conhecimentos, saúdo a instituição e seus mantenedores e peço aos brasileiros dos demais Estados, inclusive às autoridades educacionais, que sempre lembrem desse centro de brasiliade e competência.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso): –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Governo do Estado de Goiás vem desenvolvendo uma bem inspirada e consistente atuação administrativa, sob o firme e esclarecido comando do eminente companheiro Henrique Santillo, que não tem poupar esforços no sentido de assegurar aos habitantes da acolhedora e generosa terra goiana as condições básicas indispensáveis

para que todos possam trabalhar e produzir, ganhando o seu sustento e contribuindo para o progresso do País.

Como não poderia deixar de ser, em vista das dificuldades da hora presente, S. Ex.^a se preocupa com as injustiças de nossa estrutura e as carências de um povo crescentemente mais pobre e, por sua própria formação moral, sendo um inconformado com a situação existente, realiza um Governo eminentemente voltado para o social.

Em todos os campos, Henrique Santillo procura sentir o que o povo pensa, suas angústias, seus anseios, e, dentro do possível, no limite máximo da capacidade de trabalho de sua equipe e dos recursos financeiros disponíveis, busca encontrar a melhor solução para cada um dos incontáveis problemas com que se tem defrontado.

De sua capacidade de enfrentar problemas com energia e decisão, tivemos prova inconteste no triste e lamentável episódio do Césio-137, em Goiânia. Incansável e desassombrado, assumiu o controle da situação prontamente e cobrou do Governo Federal e da CNEN maior presença e mais eficiência nas providências que se faziam necessárias.

Neste momento, desejo congratular-me com recente determinação do Governador, que recomendou à CELG – Centrais Elétricas de Goiás SA. a aquisição de 10.000 padrões de baixa renda, para atendimento a novos consumidores de vários municípios.

Não foi essa a primeira vez que o Governador Santillo tomou medida dessa natureza. Na verdade, a sua Ordem de Serviço nº 1 foi dirigida à CELG, autorizando-a a comprar os iniciais 10.000 padrões de baixa renda, logo distribuídos aos consumidores anteriormente cadastrados pela empresa.

Levando os confortos da energia elétrica e da iluminação aos lares dos menos favorecidos, o Governador Santillo está proporcionando não só comodidade e lazer a um maior número de famílias, mas está também melhorando suas condições de saúde e de educação e, em última análise, de cidadania, na ordem prática do dia-a-dia.

Desse modo agindo, Henrique Santillo estará satisfazendo as expectativas de seus eleitores e conquistando o apoio de todo o povo goiano.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso): –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho defendido, da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, a busca incessante da conciliação e do consenso, através do diálogo e da negociação, como o melhor caminho a seguir, numa sociedade verdadeiramente democrática, para a superação de conflitos e divergências.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, desejo aqui registrar a minha surpresa e inconformidade pelos lamentáveis episódios ocorridos na tarde do dia 8 de dezembro último, em Porto Alegre, diante de atos de violência praticados pela Polícia Militar durante a repressão às manifestações do funcionalismo público e magistério, e que culminaram com a invasão das dependências da Assembléia Legislativa.

Sob a argumentação de que foram desafiadas e provocadas, as autoridades partiram para o confronto, extrapolando em sua missão os policiais encarregados da segurança, numa repressão to-

talmente desproporcional à força e número dos manifestantes.

É necessário que se apurem as responsabilidades pelos excessos praticados pela Brigada Militar, que tem um passado de glórias e que sempre mereceu os maiores elogios pelo seu zelo no cumprimento do dever. É preciso apurar se houve exorbitância, numa ordem não recebida, como quis explicar o Governador do Estado, ou se os brigadianos cumpriram ordens superiores, e é preciso que se diga, não é fácil acreditar que a Brigada Militar tenha agido sozinha, sem estar obedecendo ordens.

De qualquer forma, fatos como esses são inconcebíveis e merecem o mais profundo repúdio da sociedade, com o agravante de que a invasão da Assembléia Legislativa, nesse caso, acabou gerando uma séria crise entre os Poderes Executivo e Legislativo, ferindo até mesmo o princípio constitucional de harmonia entre os Poderes e de autonomia do Poder Legislativo, pelo evidente agravio contra ele perpetrado.

É de estranhar que um homem público de larga experiência parlamentar como é o atual Governador do Estado não tivesse tomado providências imediatas assim que se inteirou do que estava acontecendo, se não para evitar o agravamento da situação, pelo menos para um ato imediato de desagravo ao Poder atingido.

Diante desse fatos lamentáveis, de arbítrio e prepotência, pergunta-se onde ficaram as promessas de novos tempos, de irrestrito apoio e defesa do povo, de respeito à liberdade e livre manifestação, apregoadas pelo PMDB, antes de ser governo?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, os principais jornais do Rio Grande do Sul, no dia de ontem, publicaram nota oficial da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a respeito do fato. E, por traduzir o pensamento e a posição da comunidade gaúcha, expressa através de seus representantes, solicito agregar a referida nota ao meu pronunciamento, inserindo-a, assim, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte:

Documento a que se refere o orador

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

NOTA OFICIAL

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado, após analisar os incidentes verificados na tarde de ontem que atentaram contra a autonomia deste Poder, decidiu, por unanimidade:

1 – Considerar o Poder Legislativo em luto por três dias, suspendendo todas as atividades programadas, excetuando-se as estritamente inerentes ao funcionamento do Poder.

2 – Repudiar veementemente a ocorrência de tais fatos, nunca praticados contra o Poder Legislativo.

3 – Responsabilizar política e administrativamente o Poder Executivo por tais acontecimentos.

4 – Exigir a imediata substituição de quem determinou a operação de invasão da Assembléia Legislativa.

5 – Designar oficialmente que as lideranças da Assembléia Legislativa do Estado, participantes do Congresso da União Parlamentar interestadual, insiram a presente nota nos Anais daquele encontro, em Campo Grande.

5 – Solicitar a transcrição desta nota nos Anais do Congresso Nacional, para caracterizar o sentimento de repulsa do Parlamento gaúcho a tais atos.

Porto Alegre, 8 de dezembro de 1987.

– Deputado **Algir Lorenzoni**, Presidente – Deputado **Carrion Junior**, 1º Vice-Presidente–Deputado **Luiz Fernando Staub**, 1º Secretário – Deputado **José Fortinatini**, 3º Secretário – Deputado **Nestor Fips Schneider**, 2º Vice-Presidente – Deputado **Antonio Brasil Carus**, 2º-Secretário – Deputado **Gleno Scherer**, 4º-Secretário.

A SRA. ANNA MARIA RATTE
(PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a votação do Projeto de Resolução nº 21/87 marcou o impasse do processo Constituinte. As forças conservadoras, ao sentirem que o Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização – que só fez regular de forma tenué, os privilégios dos que insistem em não dividir o bem-estar social com a maioria do povo brasileiro poderia ser ratificado em Plenário, resolveram entornar o caldo e dizer definitivamente para que vieram: para manter o **status quo**, impedindo qualquer das transformações e mudanças tão esperadas pelo povo sofrido.

Que diriam os Srs. Parlamentares e os brasileiros em geral se, no intervalo de um jogo de futebol, o time em desvantagem, apelasse para alterar as regras e o regulamento, visando a possibilidade de ganhar no tapetão? E não é o que está acontecendo aqui dentro? Querer redigir uma Constituição por abaixo-assinado, substituindo o voto por assinatura, é querer ganhar no tapetão. É não aceitar a verdadeira democracia, onde se respeita a voz das minorias, mas prevalece a vontade da maioria. Quem tem a maioria, e por isto todos os mecanismos para jogar melhor, por que temer a derrota?

E teme a ponto de conseguir, com um ardiloso artifício, modificar e alterar todo um regimento discutido e aprovado pela maioria dos Constituintes. Por que votaram favoravelmente, então? É, no mínimo, deplorável! São fatos como estes que fazem com que a classe política tenha tão baixa cotação na avaliação do homem simples, objetivo e incapaz de maquiavelismo em suas opções.

Vale tudo no esforço de reverter as pálidas conquistas conseguidas. Só não vale se tocar nos privilégios desta minoria.

A quem interessa a proibição da dispensa imotivada a licença de 120 dias à gestante, e jornada de 44 horas, o direito de greve, a definição de empresa nacional como está no texto, entre outros avanços? Certamente que não à classe empresarial, ao poder econômico. Ao empregado talvez, ao povo marginalizado e sufocado. Mas que peso tem o povo? Tem o peso da maioria, que muitos tentam ignorar. Não a maioria de 559 parlamentares, mas a maioria de 140 milhões de brasileiros, que hoje já sabem a força de sua voz.

Disse muito bem o Governador Moreira Franco: "Devemos deixar nossas janelas escancaradas para que os gritos das ruas possam sensibilizar a todos". E as ruas gritam por maior justiça social, por uma política econômica que não seja recessiva nem achatadora do salário da maioria, por uma classe política que saiba honrar seus com-

promissos, inclusive, com a transição, que só acabará com eleições diretas em 1988.

Quero ainda compartilhar das palavras do Governador Moreira Franco sobre o Presidente Sarney, quando diz "ter certeza de que não existe nenhuma perseguição aos governadores que apoiam os 4 anos, – porque o próprio Presidente Sarney já sofreu este tipo de pressão durante o governo Figueiredo e não vai repetir isso neste momento histórico".

Mesmo assim, receio. Os homens têm memória curta, e o jogo político é mais de interesse, de defesa de posições pessoais, que de defesa da democracia e dos interesses do povo.

Como parlamentar, representante do Estado do Rio de Janeiro, tenho que estar preocupada com os destinos do meu Estado. No âmbito das pressões, a atuação de Márcio Fortes à frente do BNDS será suficiente para mantê-lo no cargo? Ele é nome indicado pelo Governador Moreira Franco que, em julho, na Convenção Extraordinária do PMDB, preferiu deixar à decisão da Assembléia Nacional Constituinte, a duração do mandato do Presidente Sarney, em outubro numa reunião com outros governadores, fechou posição favorável ao mandato de cinco anos, e agora, reavaliando suas posições em face da decepção ante o Plano Bresser como alternativa para a situação econômica, adota uma postura de vanguarda ante os outros governadores – a exceção do governador de Alagoas – e começa a repetir o eco das ruas, na defesa aberta da diminuição do mandato presidencial.

Existem recursos conveniados, programas a serem financiados, incentivos avidamente esperados, para a execução de um programa de governo a nível estadual que só se realiza com a interveniência e o beneplácito do governo federal. Isto é, como resultante da política tributária de um governo centralizador onde o Presidente da República possui imperiais poderes. É chegada a hora, também ai, de termos a coragem necessária para mudar. A co-participação dos poderes, implica na co-responsabilidade, impossível num sistema presidencialista como o vigente em nosso País.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, terá o Presidente Sarney a grandeza de ser maior que os fatos? Aceitará a opção do povo fluminense sem revanchismo – refletida na opção de seu governador, com uma visão política mais abrangente que a de se achar atingido diretamente? Não há como ser mais convidente, com a falta de um programa no governo Sarney. Não há nada de pessoal contra o Presidente Sarney a quem desejamos a clarividência de entender, que muito melhor é passar para a história como o primeiro de um novo tempo do que como o último de uma fase que os brasileiros farão tudo para rapidamente esquecer.

Realmente, quem determina a história são as condições econômicas de um país – como disse o governador do meu Estado. E ninguém faz história como quer. Deixemos a vontade soberana do povo escrever sua própria história.

Grata pela atenção.

O SR. FÁBIO FELDMAN: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FÁBIO FELDMAN (PMDB-SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes:

Há pouco o Constituinte João Agripino, do PMDB, fez uso da palavra dizendo que fui leviano nas acusações que fiz ao Presidente do Senado, ou que foi por demagogia. Reitero, aqui, as declarações que dei à Imprensa, no sentido de que o Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena, se recusa a colocar em pauta de votação o projeto de lei do Deputado Gastone Righi que proíbe a caça das baleias no Brasil. É uma vergonha para todos os parlamentares desta Casa que por interesses de um Estado ou mesmo interesses particulares – ou relações muito mal explicadas entre o Senador Humberto Lucena e a única empresa que explora a pesca, neste País – não se vote um projeto que é de interesse da Nação que é de interesse dos ecologistas e que é uma reivindicação mundial.

Lamento muito que isto ocorra e ontem ecologistas de todo o País aqui vieram para elogiar a Assembléia Nacional Constituinte pelas conquistas havidas com relação ao meio ambiente no texto e, ao mesmo tempo, para manifestar a preocupação de que não ocorra com o Projeto da meio ambiente e com os dispositivos relacionados ao meio ambiente o que está acontecendo com o projeto de baleias que vergonhosamente não é votado pelo Senado Federal.

Se o Senhor Humberto Lucena pensa em promover uma representação judicial contra mim, enquanto parlamentar, no Supremo Tribunal Federal, devo dizer que esta será uma ótima oportunidade para que se esclareça, para que se dê transparência ao País de como alguns parlamentares atuam, nesta Casa, em prol de interesses escusos ou de interesses mal explicados.

Gostaria, inclusive de registrar outro fato: que o próprio Presidente do Senado, uma vez convocou ambientalistas e cientistas de todo o País para discutir o projeto das baleias e não havia nenhum Senador, naquele momento, para discutir com as pessoas que foram convidadas.

Então, reitero todas as afirmações e todas as entrevistas que dei e invoco, talvez, o testemunho do Constituinte Deputado Gastone Righi para que S. Ex.^a da Tribuna, venha explicar, juntamente com outros Deputados, o que está ocorrendo com o projeto das baleias. Se houver alguma dúvida, eu me proponho a um debate público com o Senador Humberto Lucena, para que ele justifique à Nação, aos ecologistas, por que vergonhosamente este projeto não é colocado na pauta de votação do Senado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Não há questão de ordem a ser decidida; fica, portanto, o registro feito pelo nobre Constituinte Fábio Feldmann.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está vindo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – O tempo do PDS está subdividido entre os nobres Constituintes Adylson Motta e Myriam Portella.

Tem a palavra, para parte do tempo destinado ao PDS, o Sr. Constituinte Adylson Motta.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejo apenas fazer um registro: desde o dia 1º de setembro de 1939, precisamente às cinco horas e quarenta e cinco minutos, quando as tropas da Alemanha nazista invadiram a Polônia, até hoje, o mundo não conheceu um dia em que em alguma parte não houvesse uma guerra.

Nos últimos quarenta anos, a humanidade, atônita, assistiu e assiste à mais espetacular corrida armamentista de que se teve notícia.

Se faço estas referências é para ressaltar e realçar a importância do encontro ocorrido em Washington entre os Líderes da União Soviética e dos Estados Unidos, em que trazem uma nova esperança para a humanidade, ao se sentarem em torno de uma mesa e ao colocarem, acima dos interesses dos seus países, os interesses maiores do mundo inteiro.

É um momento muito importante. Embora já tenha sido registrado aqui, também desejo fazê-lo, Sr. Presidente. Isto nos dá a dimensão de que, quando os interesses maiores estão em jogo, é possível vencer todo e qualquer tipo de radicalismo.

É importante fazer este registro no momento em que estamos reunidos numa Assembléa Nacional Constituinte; num momento em que há pessoas advogando o ingresso do Brasil no clube dos países que detêm a bomba atômica; e, finalmente, num momento em que, neste plenário, não temos encontrado condições de nos reunir em torno de uma mesa para encontrar soluções maiores para este País, no que diz respeito ao relacionamento entre patrão e empregado, à convivência da escola pública com a escola particular, e poderia citar uma série de outros temas.

Se faço este registo é pela sua importância e para que também sirva de meditação contra todo tipo de radicalismo existente aqui dentro. E tenho certeza, Sr. Presidente, que Mikhail Gorbachev não se tornou menos comunista por ter apertado a mão de Ronald Reagan e vice-versa, o Presidente dos Estados Unidos não perdeu a sua liderança, pelo contrário, a consolidou no momento em que se reuniu num ato de grandeza, olhando pela humanidade inteira. Então, vamos olhar esse exemplo para que possamos também, aqui, guardadas as proporções, vencermos os radicalismos que têm impossibilitado um trabalho mais construtivo em torno do que a Nação está a reclamar de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – No tempo restante ao PDS, tem a palavra, por indicação da liderança, a nobre Constituinte Myriam Portella.

A SRA. MYRIAM PORTELLA (PDS – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes, visitando o meu Estado, pude sentir junto ao povo da minha terra a apreensão com que vêem os acontecimentos que ora se desenrolam nesta Casa. Mais que apreensão, senti nele, profunda decepção.

O povo não comprehende como, diante da grave crise institucional, econômica, social e política que o País atravessa, os Constituintes, aqui, se preocupem com questões menores, esquecendo os altos compromissos assumidos com os brasileiros, ou seja, o de lhe oferecer uma nova Carta Magna, à altura das aspirações da sociedade deste País, que propicie a abertura de novos caminhos, pelos quais, governantes e governados possam conduzir a Nação ao seu verdadeiro destino, com justiça social e tranquilidade econômica para novos investimentos.

Estamos numa situação de impasse. Abandonamos nossa missão superior de discutir e votar o novo texto constitucional. Estamos apegados à mudança de normas regimentais que, por mais justas que possam ser, retardam a conclusão dos trabalhos da Constituição e escolhe a luta pela hegemonia de grupos, representativa da vaidade pessoal dos Constituintes, em detrimento da vontade do povo brasileiro e dos interesses do País.

O povo não esconde seu espanto e insatisfação diante do quadro atual. Se nós, Constituintes, não temos capacidade e competência para resolver uma questão menor – as normas regimentais – que pode ele esperar desta Assembléa, em face dos grandes problemas nacionais, que se agravam e crescem à medida que o tempo passa?

Estamos encenando uma tragicomédia e importa fazermos cair logo o pano sobre ela.

Trágica porque, enquanto nos debatemos, a *posteriori*, com as regras que deverão conduzir nossa atuação de Constituintes, cresce a inflação, o arrocho salarial, o desemprego, a miséria e o capital, apavorado, foge dos investimentos. E comédia porque não se vislumbra o desejo, a vontade política para enfrentar racionalmente a questão e solucionar o impasse.

Conscientemente, decididamente, caminhamos para a execração pública, o descrédito popular, o fim da instituição legislativa.

Urge pôr fim a tal estado de coisa. E isso haverá de ser feito por nós mesmos.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é momento de diálogo, compreensão, espírito público e humildade em favor do povo brasileiro, e não de nós mesmos.

É igualmente, um momento de definição.

Vamos encerrar com a máxima brevidade, com o equilíbrio e bom senso de que somos capazes e precisamos demonstrar, esta fase de alteração regimental, se não desejamos tempos mais angustiantes para o nosso povo.

Voltaremos logo ao debate e à votação do texto da Constituição, estabelecendo uma nova ordem institucional, sem o que não será possível enfrentar com inteligência e eficácia, os problemas econômicos, sociais e políticos que aí estão a nos afligir.

É um momento grave e da maior importância política e histórica, pois funcionará como divisor de águas, identificando aqueles que desejam avanços econômicos e sociais, o fortalecimento da empresa nacional, uma ordem econômica justa e possibilitadora de desenvolvimento brasileiro, os que defendem um sistema tributário ajustado ao princípio federativo, permitindo o fortalecimento financeiro do Estado e Município e que ao mesmo tempo, seja redistribuidor de renda.

Do outro lado, estarão os que se opõem a tais medidas, que são o desejo da sociedade brasileira.

O que preponderar, tal será o futuro do País. Sobre nossos ombros, pesa a responsabilidade de criar as condições indispensáveis à realização do futuro de nosso País.

Comecemos já!

Muito obrigada. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JESUS TAJRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JESUS TAJRA (PFL-PL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^as e Srs. Constituintes, tenho a satisfação de registrar o recebimento de um telegrama do Ministro da Reforma Agrária, Sr. Jader Barbalho, nos participando uma medida adotada pelo Senhor Presidente da República, que diz de perto aos interesses do nosso Nordeste sofredor.

Desta tribuna, várias vezes tivemos a oportunidade de apelar para o Senhor Presidente da República, para o Ministro da Reforma Agrária, para o então Presidente do Incra, no sentido de que considerando uma outra etapa de seca no Nordeste, que tem sido uma constante, massacradora, sobretudo, nas atividades agropecuárias, pedindo que fosse concedida a dispensa do pagamento do Imposto Territorial Rural, visando alcançar principalmente os pequenos agricultores, proprietários, uma vez que não estavam apurando sequer produção para o seu próprio sustento.

Depois de meses de luta, de apelo, o último dos quais feito diretamente ao Senhor Presidente da República, quando com ele estive em fins de outubro, vejo agora consolidada essa reivindicação através do Decreto-lei nº 2377, já publicado no **Diário Oficial** do dia 1º deste mês, onde, entre outras concessões feitas aos agricultores, aos pequenos proprietários de até 3 módulos, está o cancelamento da dívida com o Imposto Territorial Rural, neste exercício de 1987 para os Municípios do Nordeste incluídos na situação de Emergência.

Não poderia deixar de vir aqui, Sr. Presidente, depois de uma constante luta de meses, ao ver consagrada uma vitória dos pequenos proprietários da região nordestina, que se vêem agora alcançados por uma medida eficaz e salutar do Senhor Presidente da República – embora a considere apenas uma etapa, pois outras medidas são necessárias, e urgentemente, para implementar esta, de vez que a seca continua a massacrar o povo nordestino.

Quero, também, Sr. Presidente, aproveitar a oportunidade, neste momento em que se realiza, segundo informação que V. Ex.^a me prestou agora há pouco, a última sessão do ano da Assembléa Nacional Constituinte, para reafirmar aqui, representando os interesses do povo do meu Estado, o Piauí, e, por conseguinte, também do povo brasileiro, que aqui estou no propósito de dar a minha contribuição no sentido de termos uma Constituição moderna e que atenda aos interesses equilibrados de todos os segmentos sociais do País. Nós aqui representamos os mais variados segmentos sociais do nosso povo. Por isso mesmo temos visto aqui conflitos de opinião, debates acalorados, para, desses debates e do calor da manifestação das opiniões, chegarmos a ter uma

Constituição consensual, não digo da unanimidade, que jamais seria possível, mas consensual, equilíbrio social em todos os sentidos.

Quero dizer, diante das manifestações aqui feitas, de acusações àqueles que integraram o Centrão – sou um deles e o sou com plena consciência de exercer um direito, porque quero, com esse exercício de direito, poder exercer outro, o deter a participação no Plenário, com a apresentação de emendas, porque, com o Regimento que aí estava, eu não teria o direito de fazê-lo.

E essa, Sr. Presidente, a minha posição. Não integro o Centrão para massacrar os direitos dos trabalhadores, para agredir minorias. Estou aqui para concorrer, para contribuir para o equilíbrio, que nos dê a tranquilidade, a paz de que este País, de que o nosso povo tanto precisa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – (Faz soar a campainha.)

O SR. JESUS TAJRA – Perdoe-me V. Ex.^a, mas vou prosseguir um pouco mais, porque também quero ressaltar aqui a pessoa do nosso Presidente Ulysses Guimarães, muitas vezes injustiçado. Quero deixar aqui salientada à minha opinião com relação ao seu desempenho à frente da Assembléa Nacional Constituinte, pois vi, na sua pessoa, na sua figura, muitas vezes discordando de decisões que tomou como homem, o equilíbrio do bom desempenho que a Assembléa Nacional Constituinte alcançou. A sua figura exponencial nesta Casa vem assegurando que os trabalhos se desenrolam dentro de um clima que, às vezes, chegou a exaltação, mas que jamais extrapolou a ordem para que se chegassem aos resultados que temos alcançado.

E, por último, Sr Presidente, quero aproveitar para desejar a V. Ex.^a, a toda Mesa, aos companheiros aqui presentes, um Feliz Natal, um Ano Novo cheio de paz, de tranquilidade, com a consagração de uma Constituição que represente rumos novos para o nosso País, estabelecendo uma estrutura jurídica, social, política, administrativa, econômica, equilibrada, que dê a paz no nosso meio, que nos dê as condições de retirar da situação de miséria em que se encontra grande parcela do nosso povo, sobretudo aqueles que vivem no Nordeste.

Meus parabéns, Sr. Presidente! Também aos funcionários desta Casa, desta Assembléa Nacional Constituinte, também da Câmara dos Deputados, que, com o desempenho dedicado, abnegado, sem medir esforços, sem ver hora, sem ver instante, contribuíram para o êxito dos trabalhos que até aqui foram verificados.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JESUS TAJRA EM SEU DISCURSO:

Mirad Brasília DF NR 6132– Circular–2-12-87 Exmº Sr.
Deputado Jesus Tajra
Câmara dos Deputados
Apraz-me comunicar V. Ex.^a senhor Presidente da República José Sarney assinou Decreto-Lei 2.377 publicado DOU de 1º-12-87 cancelando débitos correspondentes exercícios 1981 a 1986, concernentes imóveis rurais área total igual ou inferior três módulos fiscais relativos:

I – ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural;

II – à contribuição dos que exercem atividades rurais;

III – à taxa de serviços cadastrais, a que se refere o art. 5º do Decreto-Lei 57 de 18 de novembro de 1966 com suas alterações; e

IV – à contribuição sindical rural de que trata o art. 4º do Decreto-Lei 1.166 de 15 de abril de 1971.

Quanto ao exercício de 1987 o cancelamento beneficia os imóveis localizados nos municípios em situação de emergência, em face da prolongada estiagem. CDS SDS

Jader Barbalho
Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A Presidência agradece ao nobre Constituinte Jesus Tajra as referências elogiosas que fez à atuação da Mesa, durante essa etapa de trabalho da Assembléa Nacional Constituinte, e de forma particular, a referência elogiosa à exemplar atuação do Presidente Ulysses Guimarães, expressão maior do Parlamento brasileiro.

O SR. AUGUSTO CARVALHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Enquanto duraram os trabalhos da Comissão de Sistematização, em que o povo brasileiro, especialmente a classe trabalhadora, pôde ter a fúgia esperança de que alguns avanços seriam, enfim, sacramentados no novo texto da Constituição brasileira, nós vimos setores do chamado Centrão fazendo um movimento violento para desmoralizar aquilo que se processava dentro desta Casa.

Em nome de uma participação, em nome do direito desses Constituintes de trabalharem e ajudarem a fazer a nova Constituição do País, foi feito todo um alarido por este País afora, no sentido de desmoralizar o resultado do trabalho da Comissão de Sistematização.

Sr. Presidente, agora, depois que o rolo compressor do chamado Centrão derrubou, esmagou os pontos fundamentais, sacramentados do Regimento anterior, e promete derrubar os pontos fundamentais que os trabalhadores esperavam fossem, enfim, consagrados na nova Constituição, cabe, por parte do Partido Comunista Brasileiro, a denúncia, perante o povo brasileiro dessa verdadeira desmoralização para a Assembléa Nacional Constituinte, que é exatamente este plenário vazio. Onde estão aqueles Constituintes afoitos por trabalhos, ansiosos para darem sua contribuição ao trabalho Constituinte? É preciso que esta responsabilidade seja definida e responsabilizados todos esses setores que antes procuravam desmoralizar os avanços e, agora, querem colocar para o povo brasileiro a inviabilidade, querem desmoralizar o poder civil, querem exatamente, mostrar, para sociedade brasileira, que o Poder Legislativo é incorrigível, que este Poder Legislativo não tem condições sequer de ter a credibilidade do povo brasileiro.

Essa era a denúncia que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Augusto Carvalho o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. HAROLDO LIMA, Líder do PC do B – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na tarde de hoje, a Liderança do Partido Comunista do Brasil quer ler uma declaração que desejamos fazer a esta Constituinte:

**MUDANÇAS NO REGIMENTO:
Golpe na Democracia**

Uma ameaça paira sobre a Constituinte. Os setores mais conservadores preparam-se para golpear as conquistas sociais e democráticas inscritas no Projeto de Constituição. Não aceitam a jornada de 44 horas semanais, o pagamento em dobro das horas extras, a licença de 120 dias para as gestantes, a garantia de emprego contra as demissões imotivadas, a idéia da função social das propriedades rurais, a soberania nacional sobre setores econômicos básicos. Repelem qualquer mudança significativa em benefício dos trabalhadores. As classes dominantes demonstram não estar dispostas a ceder em nada.

O Governo Sarney persiste em imiscuir-se abusivamente no trabalho constituinte. O Sr. Saulo Ramos, Consultor-Geral da República, vem dizer que o atual Projeto de Constituição levada o País a um "socialismo puro". A deslavada mentira serve para exacerbar os ânimos reacionários contra o atual projeto. O Governo planeja recuperar o mandato de 5 anos para Sarney, derrubar o parlamentarismo e salvar o retrógrado regime presidencialista imperial.

Para atingir esses objetivos retrógrados, a extrema-direita organizou o chamado Centrão, sob o comando da extrema-direita, em íntima ligação com as reacionárias UDR e UBE. Acenou com a idéia da participação de todos na elaboração da Carta e tratou de reformular o Regimento Interno da Constituinte, incorporando, em seu texto, preceitos abertamente antidemocráticos. O voto foi substituído pela assinatura, uma casta foi criada – a do Centrão, que, assinando alguns abaixo-assinados, pode escrever toda a Constituição, anulando por completo o trabalho democrático até agora feito na Constituinte. Um relator-paralelo foi criado – o relator do Centrão. A Comissão de Sistematização foi dissolvida. A redação final do texto constitucional será dada por uma comissão a ser composta, sem nenhum critério, a não ser a indicação pessoal do Dr. Ulysses Guimarães.

Contra essas maquinações lutamos o tempo todo, com os progressistas e os liberais da Constituinte. Fizemos substitutivos, emendas várias, concessões diversas. O Centrão, comandado pela extrema-direita, se orientou para nos aplastar. Conseguiu o apoio do Presidente Ulysses Guimarães, que apresentou ao Plenário, em seu nome, em nome da Mesa que preside, a proposta do Centrão.

Ganhou o Centrão, a extrema-direita. O Dr. Ulysses Guimarães também ganhou. Um regime antidemocrático está sendo aprovado, para permitir o aniquilamento das conquistas sociais e políticas até então obtidas.

Depois de tudo consumado, o Centrão modera a voz e se dispõe a conversar, em busca de um "acordo". Agora não! A mudança regimental que está sendo aprovada é um cadáver putrefato. Querem agora envolver as forças progressistas, para ajudar a carregá-lo. De forma alguma! Carreguem-no sozinhos!

O PC do B tem uma bancada pequena na Constituinte, embora um trabalho organizado em todo o País. Descompromete-se, neste instante, totalmente, com as mudanças feitas no Regimento. Continuará, contudo, a lutar por uma nova Carta Magna moderna, democrática e progressista. Adverte, porém, que, se as forças ultraconservadoras conseguirem, como pretendem, derrotar, inclusive por meios antidemocráticos, o que tem de avançado no atual Projeto de Constituição, o PC do B poderá ficar apenas com a opção da denúncia pública e enérgica dos fatos e do não comprometimento com o próprio texto constitucional desfigurado.

Para evitar que esse golpe se consuma, o PC do B alerta a todos os setores progressistas da Nação, para que intensifiquem uma ampla campanha de mobilização popular com o objetivo de defender a Constituinte, denunciar as manobras da extrema-direita e lutar por uma Constituição que atenda aos reclamos do povo brasileiro. Só a pressão popular será capaz de evitar um golpe maior.

Muito Obrigado!

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER: – (PDT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sra e Srs. Constituintes:

A forma pela qual a minoria que, matematicamente, se transformou em maioria e, hoje, pretende manipular a Assembléia Nacional Constituinte, conduzindo-a por caminhos que não correspondem àquilo que a sociedade brasileira reclama e exige deste Colegiado, está a indicar claramente que esse núcleo direitista pretende, entre outras coisas, inviabilizar o processo de elaboração constitucional, abrindo uma larga avenida para a perspectiva perigosa de um golpe militar de extrema direita. O PDT deseja denunciar à Nação essa sórdida manobra engendrada nos escaninhos de uma elite que foge ao diálogo e pretende, em nome desse diálogo, exatamente apunhalar os objetivos maiores e fundamentais da Assembléia Nacional Constituinte.

Não tem sentido, Sr. Presidente, que esta Assembléia Nacional Constituinte haja perdido a perspectiva histórica do diálogo, da capilaridade, para, através do entendimento, da negociação, encontrar fórmulas e alternativas que se ajustem não aos desígnios de minorias, mas aos interesses maiores da população brasileira. O PDT considera extremamente grave a interrupção do diálogo, a intransigência e a intolerância do grupo que pretende agir aqui como um rolo compressor, des-

respeitando acintosamente os direitos das minorias e, mais do que isso, os próprios direitos da sociedade brasileira.

Não é sem razão, pois, Sr. Presidente, que vamos, sistematicamente, nos próximos dias, exigir a verificação de **quorum**, obstruir todas as votações, utilizando um mecanismo regimental e democrático que nos assegura esse direito, a fim de forçar àqueles que eventualmente conseguiram colocar no Plenário 280 ou mais votos a que retornem ao caminho pródigo do diálogo para, em torno de uma mesa de negociação, encontrar a fórmula que possa se ajustar aos interesses que não são apenas da Assembléia Nacional Constituinte, mas, especial e principalmente da sociedade brasileira.

O que não pode continuar, Sr. Presidente, é esse processo que atropela direitos, ignora prerrogativas e pretende impor, pela força de votos eventuais, o pensamento e a posição de uma minoria que, insisto, pretende insultar a consciência nacional, na medida em que busca destruir tímidas conquistas obtidas ao longo de quase 10 meses de trabalho de elaboração constitucional. Não abrimos mão de questões consideradas fundamentais para o PDT; os direitos sociais do trabalhador precisam ser preservados.

Não podemos concordar que uma maioria eventual atropele e sepulte a garantia de emprego através da proibição das demissões imotivadas, a redução da jornada de trabalho, o reconhecimento de que a mulher trabalhadora não deve ter apenas 90, mas 120 dias, quando gestante; o pagamento em dobro das horas extras, o inalienável direito de greve, e outros avanços sociais que deram configuração ao fecundo e extraordinário trabalho da Comissão de Sistematização, aqui acusada de ser minoritária, de ser controlada pelos Partidos progressistas.

Estranha essa colocação, porque as estatísticas revelam que os Partidos conservadores foram os que tiveram aprovado o maior número de emendas na Comissão de Sistematização. Agora, se são Constituintes eventuais, se são caixeiros viajantes de idéias conservadoras, e não comparecem permanentemente ao plenário para defender as suas posições, a culpa não pode ser atribuída aos Partidos progressistas. Nós, aqui, estivemos cotidianamente defendendo as nossas idéias, os nossos princípios que, afinal, são as idéias e os princípios do povo brasileiro. Incorre em grave equívoco de perspectiva histórica quem pretende afirmar que a sociedade brasileira é conservadora e de centro.

O que vemos é o cerco da fome e da miséria, a invasão dos lares pela falta de perspectivas de um amanhã menos árido e menos difícil. O que vemos são doze milhões de agricultores perambulando pelos campos, em busca de um pedaço de chão. O que vemos é o crescimento espantoso e perigoso dos índices de criminalidade e violência, associados todos eles ao processo de degradação a que é submetido o povo brasileiro.

Será que esse povo, que sofre e que vem sendo sistematicamente humilhado, é conservador a ponto de endossar as posições fascistas disto que se convencionou chamar Centro Democrático ou Centrão? Não, Sr. Presidente, ninguém aqui é juiz de ninguém, mas a história haverá de julgar o nosso comportamento na Assembléia Nacional Constituinte. E o que se exige de cada um e de

todos nós é um pouco mais de consciência e de responsabilidade, sobretudo de dignidade e de vergonha na "cara", para que aqui se consagrem princípios que foram defendidos nos palanques eleitorais e que asseguraram a cada um dos que aqui se encontram o mandato de que estão revestidos.

O PDT denuncia, pois, mais essa solerte manobra contra os interesses e os direitos da classe trabalhadora da população brasileira, responsabilizando aqueles que se fecham em si mesmos, que se encaramujam numa suposta maioria para impor aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, posições que jamais foram e jamais serão as mais legítimas e verdadeiras aspirações da sociedade brasileira. (Muito bem, Palmas.)

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É uma pena que o Constituinte Amaury Müller não tenha participado conosco da reunião, no Gabinete da Presidência da Mesa, que objetivou um acordo ou um entendimento que pudesse tirar a Assembléia Nacional Constituinte desse impasse que estamos vivendo neste momento, de estarmos estagnados, encalhados, numa briga que não é de mérito, não é ideológica, não é constitucional, mas meramente de processos, uma briga meramente adjetiva e abstrata, que é o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Foi uma pena a ausência do Constituinte Amaury Müller na reunião. O PDT leva cinco ou seis Constituintes, o PC do B leva toda a Bancada e o PCB, quase todo o mundo; deveriam levar o Constituinte Amaury Müller, primeiro, para que pudesse entender a linguagem respeitosa e cavalheira que existe entre aqueles que são diferentes no posicionamento, mas que se respeitam em termos de Assembléia e, segundo, para que ele entendesse que o próprio Líder do PDT buscou, como nós buscamos, um entendimento. Pena que o Constituinte Amaury Müller esteja repetindo práticas de palanque e não assuma a sua função de Constituinte. Ainda na semana passada, S. Ex.^a liderando aquele grupo de Constituintes na galeria e junto a um irresponsável como Meneguelli a um outro irresponsável como o Joaquinzão, progenetas sindicais que chupam o sangue do sindicato para aparecerem como líderes, que vivem dos financiamentos dos sindicatos para arrostarem à Nação posições de dono da verdade, quando não o são, puxava um coro contra nós, seus colegas Constituintes, que divergimos dele. Divergimos, sim, mas com respeito. Fazia coro, gritando palavras de baixo calão. Ele estava lá, nas galerias e, hoje, vem querer fazer pose de indignado.

Buscamos o entendimento, desde ontem, quando tiramos, inclusive, daqui do plenário, o **quorum** para uma negociação, Sr. Presidente e Srs. Constituintes. Esse foi o nosso espírito durante todo esse dia. A primeira reunião no Gabinete da Presidência, feita hoje de manhã, fez com que abordássemos um ponto que até ontem não

tinha sido discutido: as 187 assinaturas para destaque de votação em separado. Fomos à Mesa e, no Gabinete da Presidência, esse era o ponto de divergência, porque quando colocaram o aumento de 4 para 5 das emendas parlamentares, anuímos; quando os destaques foram aumentados de 6 para 8, concordamos. Propõem o quê? Cento e oitenta e sete assinaturas para destaque de matéria de votação em separado.

O Líder do PMDB, Constituinte Mário Covas, na reunião, que teve durante algum tempo a presença do PC do B, mas que, pela radicalização de linguagem, acabou saindo e não fez parte da segunda reunião, propôs reduzir isso para 112 assinaturas. O que fizemos? Não podemos, ainda, em nome do Centrão, tomar uma posição. Vamos conversar. Nós nos reunimos até às 3 horas da tarde e, no final, chegamos à conclusão de contrapropor 25%, ou seja, ao invés de 187 assinaturas, 140 assinaturas para destaque de matéria em votação em separado.

A reunião convocada pelo Constituinte Ulysses Guimarães era às três horas da tarde; às 14 horas e 50 minutos estávamos todos, com uma posição escrita e firmada, no Gabinete de S. Ex.^a. Que horas chegou o PDT? Às 15 horas e 50 minutos. A que horas chegou o PT? Às 15 horas e 50 minutos, ou seja, depois de quase cinqüenta minutos de reunião.

Houve um posicionamento do PDT e um do PCB, representado pelo Constituinte Fernando Santana, no sentido de acolher os 20%, que era a proposta do Constituinte Mário Covas, sendo 20%, 112 assinaturas. O PDT anuía com essa posição, do PCB anuía com essa posição, que começou a ser discutida dentro do Centrão. O Constituinte José Genoino colocou, então, a proposta espetacular do PT: 10%, ou seja, 56 assinaturas apenas. Aí não! Aí não! Por que deseja as 56 assinaturas essa minoria? É simples: cada matéria destacada é uma votação em plenário, é uma obstrução. Vão destacar vírgulas, expressões, incisos, parágrafos. Vão destacar tudo. Não votaremos esta Constituição se permitirmos que 56 assinaturas façam o destaque para a votação em separado. Não há sintonia. Não estamos negociando com um grupo que se diz "progressista", mas que não tem unidade de discurso ou de posicionamento. Quando vamos a uma mesa de negociação, pelo menos deve haver unidade. Não há unidade. O que existe, o que assistimos, o que vimos, foi uma radicalização – infelizmente – que está dominando essa pequena minoria de radicais, dentro da Assembléa Nacional Constituinte.

E por quê? Essa minoria, na Comissão de Sistematização – aquele circo armado – vendeu, à opinião pública nacional, que eles eram os titulares do Plenário da Assembléa Nacional Constituinte; que um texto que saísse da Comissão de Sistematização era a vontade absoluta, soberana, inquestionável, indiscutível, do Plenário da Assembléa Nacional Constituinte e que traduzia a aspiração da maioria do povo brasileiro. Não! O que está doendo, o que está machucando, agora, é a volta à realidade. Nada machuca mais do que dizer a um homem a verdade, do que trazê-lo de volta a colocar o pé no chão. Muitas vezes, a realidade dói muito mais do que uma agressão física. E esse grupo pequeno, que radicalizou, não está sabendo conviver com a realidade, com a

verdade que salta, com a verdade que transborda deste Plenário da Assembléa Nacional Constituinte, da maioria do Plenário da Assembléa Nacional Constituinte.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, era só para registrar essa posição e deixar aqui lavrado o nosso mais profundo lamento com as posições radicalizadas que estão chegando onde estamos vendo chegar, quando, dentro da própria Assembléa Nacional Constituinte, colegas nossos, Constituintes, aqui comparecem para levar gente à galeria, gente treinada para tal, para insultar, para xingar a mãe, para tentar violentar, para tentar agredir, para cuspir em cima, para jogar objetos em cima de colegas seus, que podem divergir ideologicamente, mas que sabem respeitar, moral e fisicamente, os que têm posições diversas.

Era a nossa comunicação. Muito obrigado.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, eu queria, nos termos em que prevê o Regimento, já que fomos citados o meu Partido e eu pessoalmente, que V. Ex.^a me desse a oportunidade de contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Como V. Ex.^a foi nominalmente referido e – parece-me – o Constituinte Amaury Müller, V. Ex.^a tem o direito regimental. Darei, antes, a palavra ao Constituinte Plínio Arruda Sampaio, para que os Líderes terminem as suas comunicações.

Tem a palavra o nobre Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Como líder pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Para a imprensa, para os Anais os colegas: um registro da posição do Partido dos Trabalhadores no episódio que se criou nesta Casa, com a proposta de alteração do Regimento Interno. Começo pela análise da racionalidade dessa mudança. A mudança foi feita com o único e exclusivo propósito de dificultar a ação dos pequenos partidos. O que se quer é permitir a aprovação de dispositivos do texto constitucional sem muita discussão, através de uma prática que se usou no Congresso Nacional, durante o período autoritário. Naqueles tristes tempos, o Congresso não tinha nenhuma importância. Na verdade, durante muitos anos, era chamado apenas para ratificar – sem possibilidade de não fazê-lo – os atos do Executivo. Não havia muito o que fazer aqui e por isso criou-se uma prática muito ruim: a prática do "esforço concentrado", que consistia em concentrar as matérias importantes, na pauta das sessões de quarta e quinta-feira, durante certos períodos do mês. Nesse sistema, o "pinga-fogo", que, até 1964, era um espaço de pouco uso, tornou-se o centro do trabalho do Constituinte. Havia sessão todos os dias – e até as noites – para justificar o "jeton" e deixar livre a falação no "pinga-fogo", mas, as sessões importantes eram sempre às quartas e quintas-feiras. Nessas, o Executivo fazia um grande esforço, fretava Boeings, punha seus congressistas aqui dentro. A matéria era votada e todos voltavam, felizes para seus redutos eleitorais. O que o Centrão quer é repetir, na Constituinte, esse processo parlamentar degenerado.

Quer se fazer uma Constituição em umas poucas quartas e quintas-feiras. Periodicamente, como vem fazendo, o "Centrão" trará os Constituintes, em massa, para votarem, em bloco, emendas substitutivas de capítulos inteiros. Desse modo, com apenas poucas votações, a Constituinte estará aprovada. Esse tipo de processo aconteceu ontem. Ontem, aquele lado de lá desta sala estava totalmente tomado. Não se podia passar pelo corredor. Hoje, é esta comodidade que estamos vendo. E por quê? Porque a massa convocada para mudar o Regimento, já voou para casa. O processo é esse: vota-se um "pacote" adrede preparado e vai-se embora, deixando à minoria a tarefa inglória de votar emendas que nunca atingem "quorum".

Pedi-se ao Partido dos Trabalhadores que aceitasse uma proclamação geral: a de que todos concordam em institucionalizar esse processo para a fase final da elaboração da Constituinte. O Partido dos Trabalhadores e outras forças políticas desta Casa vão dizer que tal violência está sendo perpetrada, unicamente porque a Maioria quer, mas de modo algum porque tenha havido um acordo. Todos os atos políticos têm efeitos positivos e negativos, todos trazem vantagens e desvantagens para quem os pratica. Se a maioria desta Casa prefere terminar o processo de elaboração do texto Constitucional, esmagando as possibilidades de influência da minoria, isso é com ela. Tem condições para fazê-lo, porque, na democracia, vale o número de votos. O que, porém, a maioria não pode, é querer que a minoria aceite isso sem reclamar e deixe de cumprir o seu papel, que é o de denunciar esta manobra, perante a opinião pública.

Que fique claro: não fazemos questão de que nossas proposições sejam derrotadas, no voto, mas fazemos absoluta questão de que todas elas venham à discussão. Fazemos questão que subam dois oradores nas tribunas deste lado, dois oradores nas do outro lado e exponham suas razões. Fazemos questão que o Relator dê a sua opinião sobre as emendas e, não abrimos mão de que a maioria vote. O que não podemos concordar é que a Constituição seja aprovada num pacote. Pacote é invenção da ditadura, nega a democracia, nega a tradição desta Casa (antes de que ela tivesse sido vilipendiada pelo poder ditatorial).

Não vou cansar os Colegas com explicações minuciosas a respeito de como esse "pacote" vai se produzir com a mudança do Regimento. Quero apenas esclarecer aqui uma outra racionalidade: a racionalidade das modificações que fizemos ao projeto da Mesa.

Nosso propósito é garantir aos pequenos partidos a faculdade – sem depender de ninguém – de destacar uma proposição, para que ela seja aprovada por 280 Constituintes. Essa não foi, repetidamente, a reivindicação principal do Centrão? Queremos apenas a sua reivindicação seja plenamente aceita. "Não entra no texto constitucional nenhum artigo que não tenha 280 votos" – não é assim que diziam? Pois bem, é o que estamos propondo, mediante a redução do número de assinaturas para o destaque de votação em separado de proposição aprovada em globo com ressalva de destaques.

Por isso, não consigo ver a dificuldade que está havendo para aprovar isso. Aliás, nem eu nem

o ilustre Presidente desta Casa, que nos dizia há pouco, na reunião dos Líderes, e que disse agora à imprensa, segundo me contaram, que "a obrigação do Constituinte que pediu um voto a um eleitor é de estar aqui, todos os dias e todas as horas em que houver votação". Se todos devem estar aqui, por que causa tanta dificuldade, um preceito que exige apenas a presença da maioria da Casa? Podem pedir tudo ao PT, o que não é possível é pedir nosso aval para que a Constituição seja feita fora daqui. (Palmas.)

Quero também deixar bem claro que nosso partido fez um esforço extremo para concordar com as transformações introduzidas na regra do nosso jogo. Comparecemos a todas as sessões formais e informais, para as quais fomos convidados. Levamos ao ponto extremo a nossa capacidade de negociação. Mas não poderíamos dar o nosso aval para que a opinião pública fique pensando que aqui dentro é um Seio de Abraão, que estamos plenamente entendidos. Não podemos mistificar assim o povo brasileiro, porque a realidade é outra. O que está havendo aqui nessa Constituinte é uma manifestação de prepotência, que corta, inibe e frustra a participação dos pequenos partidos na Constituinte. E o povo brasileiro precisa saber disso.

Para terminar, o Partido dos Trabalhadores quer deixar aqui uma consideração. Esclareço: uma consideração não se trata de um apelo e muito menos um pedido de concessão, porque concessão se faz a quem não tem direito. Quem tem direito não pede concessão nenhuma; exige o seu direito. Exigimos democracia. Democracia é governo da maioria, mas é igualmente a voz da minoria. E a voz da minoria não é o "pinga-fogo" e sim o processo de votação do texto e este placar aqui com os seus 559 votos. Sim, 559 constituintes, comprometendo-se, perante a opinião pública, em cada votação. Isso, sim, é democracia, porque é o conhecimento desses votos pelo povo, que possibilitará a rotação dos partidos e das pessoas no poder. Com efeito, sabendo como votam os representantes que mandam para cá, os eleitores podem confirmá-los ou não como seus representantes nas eleições seguintes e isto é da essência da democracia. Se este reclamo democrático for atendido, o Partido dos Trabalhadores assinará qualquer acordo; mas o Partido dos Trabalhadores não assinará acordo algum para impingir ao povo uma Constituição elaborada debaixo do pano e votada aqui sem discussão e sem seu pleno conhecimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. ÁLVARO VALLE: – Sr. Presidente, peço, a palavra para uma comunicação como Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR ÁLVARO VALLE (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

É natural que repercuta também no Parlamento brasileiro a reestruturação, a **Perestroika** soviética, tema que hoje domina os debates políticos em todo o mundo.

Mikhail Gorbaciov está-se afirmado talvez como o maior estadista soviético, desde Lênin. E

será, certamente o reformulador da doutrina socialista. Sua obra insere-se, com maiores consequências na linha crítica que vem desde Bukharin ou até de Trotsky, com passagem por Kautsky e Sorge. Todos esses contraditórios ganharam maior ou menor ênfase em autores contemporâneos, claramente lidos por Gorbaciov, como Touraine ("L'Apres Socialisme") e Benoit ("Marx est Mort"), ou Castoriadis, e, no campo político, Gramsci, Berlinguer e Bobbio. Este caldeirão, mais a realidade concreta, estão na gênese da **Perestroika**. Brecht caiu do bonde, como seu teatro e seus poemas, junto com Marchais e o nosso ortodoxo Luiz Carlos Prestes.

Nos últimos dez anos, os melhores pensadores socialistas europeus vêm discutindo o que se convencionou chamar de "o fim do socialismo". Sem preconceitos ideológicos, autores insuspeitos começaram a reconhecer que o modelo socialista não resistia à realidade do fim do século. As previsões de Marx haviam simplesmente falhado. Em nenhuma parte do mundo, houve revoluções do proletariado; onde o socialismo se impôs, foi em consequência de golpes, ainda que com nobres ideais. Ao invés de revoltarem-se, os proletários de sociedades industrializadas procuraram imitar os padrões de consumo burgueses, e este é o objetivo de sua luta e de suas greves. As inevitáveis guerras imperialistas não aconteceram.

As longas e complicadas análises econômicas de Marx e Engels, e seus receituários anexos, tornaram-se anacrônicos. O Estado ficou tragicamente ineficiente, enquanto as sociedades liberais promovem o bem-estar concreto do trabalhador. Lênin gostava de lembrar que Marx e Engels afirmavam que "nossa teoria não é um dogma, mas um guia para ação". De repente, tornou-se bengala de cego de um olho só.

Desde a sua morte, Marx vem sendo usado ao gosto do freguês. Sua vastíssima obra é contraditória, e por não ter sido sistematizada, nem por ele nem por Engels, que sobreviveu ao amigo, é repleta de lacunas. Sobretudo em campos importantes, como o da organização do Estado e o do exercício do poder socialista. Bukharin, Kautsky ou Lênin podiam então deduzir o que lhes conviesse, sempre atribuindo suas idéias a algum parágrafo de algum manuscrito do oráculo morto.

Não é exagero dizer-se que o marxismo nunca existiu, como sistema coerente de pensamento e de linha de ação, nos campos político e econômico. Existe, sim, respeitável e poderoso, um pensamento marxiano, que influenciou todo o século. A sua grande crítica ao capitalismo individualista, a sua descoberta do fato econômico como motor da História, o seu respeito pela alma proletária, a sua percepção da mais valia, roubo do trabalho para o acúmulo do capital, a sua desesperada sede de igualdade e de justiça. Mas, e o que fazer? Isso ele não disse por extenso. Lênin é que responderia à pergunta. E não iria respondê-la sentado em um gabinete, mas tendo a responsabilidade de vencer sob a pressão de realidades concretas.

Neste balão de sonhos incompletos, de permanentes embates supostamente teóricos que escondiam apenas a luta pelo poder, modelou-se o socialismo moderno. Tal como Pedro tem seus sucessores na Catedral de Roma, Marx e Lênin têm os seus, no Kremlin. Eles interpretam a Revelação, mas não têm um Evangelho coerente. Sta-

lin massacra milhões em nome de Marx, e, em nome de Marx, é denunciado por Krushchev. Quando a teoria socialista começou a fazer água no mundo inteiro, o farol vermelho teria de acender em Moscou. E surge a revisão da **Perestroika**, novamente em nome de Marx e Lênin.

E lá, o problema é mais grave. Bobbio ou Touraine podem distrair-se em especulações teóricas com seus alunos. O Secretário-Geral do PCUS não pode. Seu poder repousa sobre o dogma da superioridade socialista. Reconhecer seu fim seria a senha, para que algum motorista de táxi de Paris se apresentasse em Moscou como sucessor do Czar. Na Catedral maior do socialismo, não pode haver hesitações.

Por outro lado, insistir em modelos ineficientes significaria comprometer o futuro de uma potência que, socialista ou não, precisa competir com o eficiente mundo capitalista. Aí chegamos ao nó da questão.

Sob a inspiração da melodia socialista, a União Soviética realizou uma obra gigantesca nos últimos setenta anos. Seus hospitais são ultrapassados, mas ninguém morre por falta de assistência médica. Não há desemprego e não há miséria. Os ideais de Justiça – e deve-se isso à inspiração socialista – estão muito mais presentes na sociedade soviética do que na americana ou européia. Os que não reconhecem essa realidade são tão fanáticos quanto os que gritam *slogans* nas galerias da Câmara de Brasília. A crítica ao comunismo não passa por aí.

Esta grande obra foi realizada não por causa do receituário de Marx (que não encomendou massacres a Stálin), mas porque uma rígida ditadura impôs baixos padrões de consumo e permitiu a concentração de investimentos em setores prioritários. Não precisa comunismo para isso. Também foi assim que Hitler soergueu a Alemanha. Mantidas as proporções, foi assim que o Brasil passou de 40º para 8º economia do mundo (só que não distribuiu o bolo).

Chegamos ao fim do século com uma União Soviética poderosa e desenvolvida. Mas agora, a fórmula não serve mais. Para manter o ritmo de crescimento, precisa-se de mais científicas, de universidades abertas, de intercâmbio, e tudo isso é impossível com a ditadura férrea que foi tão útil. Um país de tal poder, não pode ter uma economia ineficiente e estatizada, só por respeito ao fantasma de Marx. Como resolver o problema, sem renegar o modelo sobre o qual se assenta o poder político?

É nestas horas que a História produz estadistas que desatam o nó e encontram soluções. Surgiram Gorbaciov e a **Perestroika**. Como todos nós sabemos, os soviéticos são quase perfeitos em propaganda, e usaram todo o seu talento na elaboração da **Perestroika**. Têm um público interno acostumado a aceitar grandes revisões, desde que impostas pelo soberano reinante. Ele se impôs, com maestria.

Para resolver o problema dramático da ineficiência econômica de Gorbaciov faz violenta crítica à administração e ao modelo passado, como se eles não fossem fruto e consequência de dogmas socialistas. Propõem-se a uma reedição da sociedade, comparando, com justiça, sua revolução à de 1917. Faz tudo em nome de Lênin, garantindo que socialismo é o que agora o PCUS propõe.

Trocando em miúdos, Gorbatchev salva os socialistas de todo o mundo, dizendo que o socialismo não morreu. Só que socialismo não é o que eles pensavam; é o que **Perestroika** propõe. A memória de Marx e Lênin está salva, a União Soviética pode voltar a ser eficiente, e todos ficarão felizes. De quebra, o PCUS reassume a liderança do comunismo europeu.

A manobra é de mestre e de indiscutível importância histórica. Queiram ou não, o tradicional modelo socialista teve assinado seu atestado de óbito, pela maior autoridade da paróquia.

Em seu livro sobre a Perestroika, Gorbatchev continua a ser o sucessor dos czares, como é natural. Defende a intromissão no Afeganistão, tal como Reagan, sucessor de Theodore Roosevelt, a defende na Nicarágua. Não mudaram nada. Há apenas um imperativo: o de modernizar a superpotência, manter o poder e a liderança dita socialista. Este problema é resolvido com uma dúzia de citações de Lênin, em obras de trezentas páginas.

Vamos a ela.

Para encerrar este assunto, começemos pelas mencionadas referências a Lênin. Logo no princípio, justificando a revisão de 180 graus, há esta pérola: "O período leninista... provou a força da dialética marxista-leninista, cujas conclusões baseiam-se na análise de uma situação histórica real... Tudo o que se referia a economia, cultura, democracia, política externa, em todos os campos, tinha de ser reavaliado" (pág. 26). Para bom entendedor, meia palavra basta: Gorbatchev via reavaliar tudo. Em nome de Lênin.

De repente, o regime mais fechado do mundo, que refaz anualmente a História e mantém censura férrea, descobre que "a verdade é o princípio de tudo". Lênin afirmou: "Mais luz! Deixem o Partido saber de tudo" (pág. 83). Para ele, a verdade é socialista.

Para que não haja dúvidas da legitimidade, diz Gorbatchev: "Buscamos reviver o espírito vivo do leninismo. Muitas décadas de dogmatismo e uma abordagem mecanicista e literal tiveram efeito maléfico. Hoje queremos injetar um espírito genuinamente criativo em nosso trabalho teórico" (pág. 72). É a revisão justificada. Aliás, na página 29, o Secretário-Geral já dissera: "Sempre gostei da famosa fórmula sugerida por Lênin: o socialismo é a criatividade viva das massas" (pág. 29). Se os jovens comunistas brasileiros lessarem obras marxistas, Iriam criar mais umas vinte frações nos nossos PCS.

Para prevenir-se contra os que estão brandindo a obra de Marx contra a Perestroika, Gorbatchev é rápido e rasteiro: "Lênin dizia que nem mesmo setenta Marx seriam suficientes para analisar todos os processos interligados na economia mundial" (p. 177). Bem que o socialista Benoit escrevera em 1970 um livro com o título "**Marx est Mort**".

Está pronta a resposta para os críticos: "Se alguém começa a fazer, algo que valha a pena, mas incomum, estes pseudo-socialistas gritam que ele está enfraquecendo a doutrina... Devemos argumentar pacientemente com tais defensores do socialismo puro, ideal e imaculado em sua forma abstrata (vejam como Gorbatchev ironiza), para provar que ele não tem nada a ver com a vida real" (pág. 108). Chemishevski, um socia-

lista pré-marxista, já havia dito que "a ação política não se parece em nada com a calçada da Avenida Nevski". Essa referência à calçada lisa da Avenida retilínea de S. Petersburgo já fora lembrada por Lênin, ao escrever sobre o esquerdismo. Gorbatchev usa, aliás, a mesma metáfora (pág. 40), sem citar Lênin e muito menos Chemishevski.

Agora, leiam com atenção a explicação ou o pedido de desculpas, dirigido a socialistas de melhor padrão. Diz o responsável pelo governo da União Soviética, justificando as novidades doutrinárias: "Não que sejam princípios novos – na verdade, os recebemos de Lênin, como herança. O que há de novo, é que desejamos libertá-los das ambiguidades tão disseminadas no mundo moderno. O que há de novo, também, é que a situação presente os torna obrigatórios" (p. 185). Mais claro, impossível.

Com a bênção do Lênin, vamos então à Perestroika.

Comecemos pela crítica de Gorbatchev ao modelo de até ontem. Vou evitar comparações de frases do Secretário-Geral com textos de Marx ou Lênin. Seria desonesto e eu me estaria contra-dizendo, por reconhecer existir um modelo econômico ou um sistema marxista-leninista. Com um pouco de paciência, descobrem-se nos oráculos frases que apóiam ou contradizem qualquer afirmação. Mas vou fazer exceção (porque aí é demais) ao accentuar a defesa de Gorbatchev aos pequenos produtores. Que esta defesa é indispensável para a economia agrícola soviética, todos sabemos: eles são 2% dos trabalhadores rurais e produzem 1/3 dos alimentos do país. Mas é exagero estimulá-los em nome de Lênin, que dedicava a estes senhores uma de suas mais particulares aversões. Pontifica Lênin: "Suprimir as classes significa não só expulsar os latifundiários e os capitalistas como também suprimir os pequenos produtores de mercadorias (grifo do original). Estes pequenos produtores cercam o proletariado por todos os lados de uma atmosfera pequeno-burguesa, embebem-no nela, corrompem-no com ela, provocam constantemente no seio do proletariado recaídas de frouxitão, dispersividade e individualismo pequeno-burgueses" (in Lênin, "Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo", p. 41, das Obras Escolhidas, preparadas pelo Instituto de Marxismo-Leninismo do C.C. do PCUS, Moscou, 1961).

Vejamos agora Gorbatchev: "A partir do exemplo das fazendas coletivas, contratuais e administradas pela família, é evidente que nosso povo sentiu falta do papel do proprietário" (p. 110). E, na mesma página: "Se os interesses pessoais forem negligenciados, todo o esforço será infrutífero e a sociedade apenas continuará perdendo". Por isso, é "de importância primordial... que as pessoas sejam os verdadeiros donos da produção, e não apenas no papel. Pois, sem isso, os trabalhadores individuais ou coletivos não se interessam, nem se podem interessar, pelos resultados finais do seu trabalho" (p. 93). Um marxista escolado entenderá a importância teórica de a palavra "povo" ter sido substituída por "as pessoas" quando se fala dos donos da produção. Havia até agora, no pensamento socialista, um longo fosso entre a apropriação individual e a propriedade coletiva.

Aliás, na página 93, Gorbatchev já dissera "A idéia de Lênin, de encontrar as formas

mais eficazes e modernas de se combinar a propriedade coletiva com o interesse pessoal, é base de todas as nossas buscas" (p. 93).

Quem pensava que a noção do lucro individual deveria ser banida, errou. Errou mais ainda quem criticava a concorrência como motor econômico. Diz o Secretário-Geral que se deve "encorajar a competição econômica para a melhor satisfação das exigências do consumidor, e a renda dos empregados deve depender estritamente dos resultados finais da produção, dos lucros" (p. 96).

Para os que sonhavam, Gorbatchev dá um claro deixa-dois:

"Queremos ser perfeitamente claros: o socialismo não tem nada a ver com uniformização. Ele não pode garantir condições de vida e de consumo segundo o princípio "a cada em de acordo com sua capacidade, para cada um de acordo com suas necessidades. Isso acontecerá sob o comunismo" (p. 113). Quando acontecerá o comunismo, ele não disse nem lhe foi perguntado. Como há 70 anos perdura a ditadura do proletariado, e agora volta-se ao lucro e à propriedade como forças motoras, é provável que o comunismo só chegue no dia de São Nunca. Pelo menos, o líder lava as mãos na página 117: "Quando dizemos que cada um viverá de acordo com a forma pela qual trabalha significa que damos ao povo a responsabilidade por seu próprio futuro" (p. 117)

Numa reviravolta de fundir a cuca de qualquer bolchevista formado nos ideais do coletivismo, ressurge, na crítica às administrações anteriores, nada menos que o respeito ao consumidor individual: "É normal que o produtor queira agradar o consumidor. Digamos que, todavia, este se viu totalmente à mercê daquele, tendo de se contentar com o que o produtor escolhia dar-lhe" (p. 18). Como se não fosse graças a isso (à restrição ao consumo e à poupança forçada) que a União Soviética é o que é. Mas agora já é, e precisa adotar as leis de mercado. Como não se pode mudar as equações matemáticas que regem a Economia, muda-se o socialismo, que é mais flexível.

Atiram-se pedras sobre o passado. Parece o PFL falando do regime de 64. Vejam só: "A propaganda do sucesso, real ou imaginário, estava ganhado terreno. Os elogios e o servilismo foram encorajados..., o pensamento criativo, expulso, declarando-se juízos voluntários e supérfluos como verdades incontestáveis" (p. 20). E tem mais: "pessoas que, gozando de confiança e responsabilidade, abusavam do poder, suprimiam a crítica, enriqueciam-se e, em alguns casos, até se transformavam em cúmplices, se não organizadores de atos criminosos" (p. 22). Com que cara ficam homens veneráveis como Luís Carlos Prestes, que defendiam cegamente os antecessores de Gorbatchev?

Mas a revisão no mundo soviético é assim mesmo: radical. Afinal, "o ponto mais importante é que o socialismo é capaz de mudanças revolucionárias devido à sua própria natureza dinâmica" (p. 55). Não estranhem, portanto. "A questão é que as pessoas se desacostumaram de pensar e agir de modo responsável e independente" (p. 71). Os militantes foram disciplinados e ainda levam este puxão de orelhas, como se a culpa fosse deles.

Engraçado é que Gorbatchev se trai, em um momento único de seu livro tão cuidadoso e bem escrito para os fins de propaganda no Ocidente. Quando fala das cartas que recebe de populares, diz que mudaram de conteúdo. E cita os pedidos que eram mais comuns: "Obtenção de um apartamento ou pensão, ou para intervir por uma pessoa presa por engano..." (p. 75). O autor não deve ter idéia de que não é comum no Ocidente prenderem-se pessoas por engano e nem escreverem-se cartas ao governante, ao invés de petições ao Judiciário. Pela forma que foi exposto o assunto, ele não deve chocar os soviéticos. E o Secretário-Geral ainda reclama dos que não agiam de forma independente...

Com a **Perestroika**, isso vai acabar. Eis uma frase digna do mais puro liberal ocidental: "Vamos observar estritamente o seguinte princípio: tudo o que não é proibido pela lei, é permitido" (p. 123).

Quando as coisas chegam a este ponto, percebe-se o quanto era urgente a reestruturação soviética. Nossos pobres radicais querem para o Brasil, sem guerras, um modelo ultrapassado, quando o paraíso soviético joga tudo, a doutrina, o risco da liberdade burguesa, o mito do Estado perfeito e protetor, em uma busca quase desesperada para modernizar-se e ganhar a eficiência perdida em sua economia.

É quase com angústia que Gorbatchev confessa: "E um contra-senso que muitas conquistas dos soviéticos tenham sido introduzidas no Ocidente mais depressa que em nosso próprio País, como as linhas de transportadores rotativos" (p. 106). Devem ser linhas muito importantes. Ele dá mais exemplos: "inventamos a fundição contínua do aço. Agora 80% do aço produzido em alguns países é fundido por nosso método; esse percentual é muito menor em nosso próprio País" (idem).

Em 1980, Touraine dissera ("*L'Après-Socialisme*") que o socialismo se tornara "uma ideologia que atrasa a compreensão de uma sociedade que nasce sob nossos olhos". Quase foi massacrado por seus companheiros socialistas. Deve estar exultante com a **Perestroika** e com a bênção que recebeu da Cátedra. Eis o que afirma Gorbatchev, e tomara que a esquerda brasileira leia: "A economia política do socialismo está repleta de conceitos antiquados e não se encontra mais sintonizada com a dialética da vida. A filosofia e a sociologia também estão se arrastando atrasadas em relação às exigências práticas. As ciências históricas precisam passar por uma revisão importante" (p. 53). Quem reclamar, ouça: "Temos de superar nosso próprio conservadorismo" (p. 71).

O Secretário-Geral descobriu na página 51 que o mecanismo paralisante na economia conduziu a estruturas públicas dominadas pela burocracia. Discurso de um militante do PL, dizendo que não há democracia política sem democracia econômica. E para corrigir o passado socialista, cita Lênin de novo, lembrando suas "idéias valiosas" sobre contabilidade de lucros e perdas e a ligação entre interesses pessoais e públicos não foram aplicadas. Para Gorbatchev, este é mais um exemplo de pensamentos arraigados (o tal mecanismo paralisante) divorciados da realidade.

A **Perestroika** é urgente. Mais uma vez, Gorbatchev dá a pista, com clareza e honestidade: "Qual

quer demora para implantar a **Perestroika** poderia levar, em futuro próximo, a uma situação interna exacerbada que, em termos claros, constituiria um terreno fértil para uma grave crise social, econômica e política" (p. 15). É o estadista falando.

Concessões, ainda que discretas, se fazem até à religião. Nas cartas de populares, o Secretário-Geral cita senhoras que rezam por ele, embora tenha o cuidado de pôr na boca dos admiradores a frase "sei que o senhor é ateu, mas...". Relembra o milênio da chegada do cristianismo à Rússia. Na sua entrevista à televisão americana, faz questão de voltar ao assunto para dizer que o milênio será comemorado em 1988, sem que ninguém lhe tivesse perguntado.

Vou romper o compromisso, mas não resisto a uma ligeira citação de Lênin, o guru da reestruturação soviética: "A religião é um ópio para o povo. Nossa propaganda inclui necessariamente a propaganda do ateísmo" (Lênin, *Socialism and Religion*, Progress Publishers, Moscou, 1954, p. 8).

"A nossa filosofia é um imperativo de nossa época", insiste Gorbatchev, às folhas 298. Por isso, esqueça-se o internacionalismo tão caro a Marx, que nunca imaginara ser possível uma grande potência socialista em um mundo burguês. De roldão, caem todas as velhas teses sobre o assunto, desde a II Internacional. "Deixemos que cada nação decida qual o melhor sistema ou a melhor ideologia" (p. 172). "Não temos a menor intenção de converter todos ao marxismo" (p. 184). E o xequete-mate: "É impossível que haja progressos... nas relações... entre a URSS e os EUA enquanto estivermos hipnotizados por mitos ideológicos" (p. 249). Ganhar a opinião pública americana é fundamental, inclusive para que o país possa reduzir despesas com armamentos, se renascer o espírito de Helsinki. Mas não seria preciso, sob o guarda-chuva de Lênin, confessar um conceito tão burguês de nação, e de solidariedade passiva de estados acima dos povos e do proletariado que antigamente se devia unir. Por muito menos, Lênin só não enfocou Kautsky porque não estava a seu alcance. Lênin dizia ao renegado (Kautsky) ser dever do representante do proletariado preparar a revolução proletária mundial, único (grifo dele) meio de salvação contra os horrores da matança mundial. No caso de guerras, lembrava que "pouco importam as nações. Importante é saber que classe a conduz, qual a política da qual a guerra é a continuação" (Lênin, *La Révolution Proletarienne et le renégat Kautsky*, Ed. du Progrés, Moscou, 1971, p. 93).

Já Gorbatchev diz que "a frase de Clausewitz, segundo a qual a guerra é a continuação da política..." parece hoje absolutamente fora de moda. Coisa de museu (p. 163).

Em resumo, a **Perestroika** é uma brilhante solução para problemas concretos soviéticos. Concebida no estilo da casa, com muita teoria, muitas citações e muita propaganda. Mas essa constatação não lhe diminui o significado. Pouco importa que Gorbatchev tenha falseado a História e sofismado com a tranquilidade dos ditadores quando precisam dar explicações. Para nós, que não somos soviéticos, mas espectadores do processo, o que interessa é que ela reforma o pensamento socialista. É a tentativa de resposta aos ventos liberais que sopram em todo o Mundo.

Gorbatchev iniciou uma caminhada que terá de ir mais longe porque este processo é irreversível.

Querendo ou não, reconheceu que a ditadura o proletariado não é mais o caminho para a sociedade perfeita. Se os socialistas ainda sonham com ela, a ditadura provou-se um obstáculo. Vão ter de arranjar um novo Marx que encontre atalhos. O antigo, que estava morto, foi enterrado.

Quando o Secretário-Geral tenta defender, por exemplo o isolamento imposto aos soviéticos (e seus satelizados), alega o risco da evasão de cérebros. Explica ao repórter da TV americana que querem roubar seus cientistas. Mas por que será que eles querem sair de lá? Por que os americanos ou alemães deixam as fronteiras abertas sem que seus cérebros sejam atraídos por Moscou? Estes problemas ficam para a segunda fase da **Perestroika**, que virá inevitavelmente.

Vamos ver se o PCUS, tão zeloso na uniformização da doutrina, vai ser eficiente desta vez. Se a nossa esquerda abrir os olhos para o mundo, será sinal de que a reforma se estará espalhando, para o bem de todos. Pena é se a **Perestroika** só servir para resolver problemas da URSS. Então será apenas mais uma afirmação do império soviético, cuidadoso, desde o tempo em que era russo, com a ocupação e a defesa de seus espaços e interesses nacionais.

Gorbatchev estaria enganando a todos, que acabamos caindo na armadilha de discutir uma doutrina que não existe, e um movimento que apenas encobriria as rotineiras lutas pelo poder.

Esperamos que isso não esteja acontecendo, e a **Perestroika** tragá ao mundo um socialismo menos dogmático e mais atual, permitindo-se o debate que nos pode enriquecer, também aos liberais.

Nem a União Soviética é o império do mal, nem o Ocidente é a terra da servidão. No mundo moderno, somos todos mulheres e homens, cada vez mais bem informados, em busca de paz e de uma vida melhor. Todos filhos do mesmo Deus, que renascemos na mesma Cruz. Os acordos de Washington dão-nos a esperança de que livres de ideologias, os homens se possam entender em um mundo mais desarmado de preconceitos e de misséis.

Estes, Sr. Presidente, são os votos do Partido liberal. E os formulamos, também com a esperança de que o espírito da **Perestroika** permita, em nosso País, um diálogo mais amplo com os companheiros socialistas, afinal, nossos irmãos nos ideais de uma sociedade mais justa.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!) **O SR. BRANDÃO MONTEIRO:** – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Não vou me alongar, mas não posso ficar em silêncio depois de ouvir as inverdades colocadas pela Liderança do PTB. Tem-se dito que na política o que conta é a versão, não o fato. V. Ex.^a é testemunha de que chegamos ao seu gabinete para negociar a possibilidade da votação do Regimento, hoje. O Centrão já tinha estabelecido um papel onde definia o que para eles era inegociável.

Pela manhã, por proposta do Senador Mário Covas, estabeleceu-se a possibilidade da questão

grave do destaque em separado: discutimos o **quorum** mínimo de 20% ou 112 constituintes.

Na verdade, quando lá chegamos – e V. Ex.^a sabe disso – antes da sua presença e da presença do Constituinte que falou da tribuna, já estivera lá com o Constituinte Ricardo Fiúza, o Constituinte Bonifácio de Andrada e o Sr. Paulo Afonso, que ali estava, mudaram a posição de 112 para 140, o que tornava absolutamente inviável a nossa participação na Assembléia Nacional Constituinte.

O Constituinte Roberto Jefferson diz exatamente o contrário. E aqui quero dar um depoimento e fazer justiça aos companheiros do PT que não chegaram a formular proposta do que tinham discutido na Bancada, porque o papel já colocava 140 e, pela voz dos líderes do Centrão, foi dito que não tinham como abrir mão daqueles 140. Aliás o Constituinte Gastone Righi queria 187.

Sr. Presidente, quero fazer esse depoimento para que seja reestabelecida a verdade: é tradicional e fundamental, nesta Casa, que se faça política com seriedade e com a verdade dos fatos.

Agora, a situação é extremamente grave, e o Centrão, que é decantadamente a maioria, vai ter que colocar 280 Constituintes aqui, para votarem uma vírgula, porque o meu Partido vai exercer o legítimo direito de cobrar o que estabelece o Regimento em vigor. V. Ex.^a é testemunha de que não estivemos, em nenhum momento, buscando o impasse, mas procurando o entendimento.

Sr. Presidente, para concluir, penso que a responsabilidade de votação aqui é da maioria, como é tradicional em qualquer Parlamento do mundo. Anteriormente, a responsabilidade era da ARENA, do PDS. No quadro atual, não no processo constituinte, mas na legislação ordinária, a responsabilidade é do PMDB. Agora, na Constituinte, a responsabilidade é do Centrão. Não se diga que vamos obstruir. V. Ex.^a viu a inviabilidade de entendimento pela posição dos que se jactam. Temos, na Constituinte, o Regimento que está em vigor, Sr. Presidente, haja vista que não se completou a votação do Substitutivo e, este, é o que fora aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte.

Gostaria, Sr. Presidente, que V. Ex.^a, neste momento, tomasse a atenção de que o País, a crise, não poderá ficar submetida aos caprichos daqueles que querem fazer o que acham que devem. Sugiro, assim, a V. Ex.^a que, se não houver entendimento, como não se processou a votação do Substitutivo, ela não está completa, V. Ex.^a convoque a Assembléia Nacional Constituinte e ponha o projeto da Sistematização em votação. Acho que essa é a solução.

O que não podemos é ficar aqui, passando à Nação esta vergonha de estarmos adiando o processo, quando o País está em crise, a situação é difícil e o povo está esperançoso.

Quiseram inviabilizar o art. 26. É claro que se não houver solução, Sr. Presidente, V. Ex.^a com a autoridade que toda a Casa reconhece, deve convocar a Assembléia Nacional Constituinte para iniciar o processo de votação.

Essa é a colocação que faço a V. Ex.^a.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, para contraditar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Amaury Müller e, em seguida, o nobre Constituinte José Genoíno, por força regimental, uma vez que foram citados;

o Regimento permite que ocupem a tribuna (Pausa).

Tem a palavra o Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Para contraditar. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero deplorar a forma leviana e irresponsável com que o orador que ocupou o espaço destinado à liderança do PTB, tentou inutilmente assacar injustas e infundadas acusações contra a minha pessoa.

V. Ex.^a me conhece pelo menos há cinco legislaturas e sabe, melhor do que a própria Casa, que jamais foi do meu temperamento usar a tribuna para fazer acusações pessoais, para promover retaliações. Se fui contundente, se sou veemente, é na defesa de idéias, apenas, e tão somente de idéias.

Agora, ouço, contristado, acusações que necessitam de uma prova concreta para que possam prosperar. Sei que V. Ex.^a determinou à Corregedoria da Assembléia Nacional Constituinte, a investigação, em profundidade, dos episódios profundamente lamentáveis da semana passada.

Mas, Sr. Presidente, antes que esta investigação se complete, não aceito que um Constituinte, seja ele quem for, forte ou fraco, poderoso ou não, venha, da tribuna, vomitar injúrias, calúnias e difamações contra quem quer que seja e, principalmente, contra a minha pessoa.

Não aceito também que um Constituinte, seja ele quem for, diga para mim onde eu deva estar. Esta Casa é tão minha quanto de todos os demais. Assim como circulo pelo Plenário, pelas Comissões Técnicas, pelas Lideranças, tenho todo o direito de circular pelas galerias. E quero dizer ao orador que ocupou o espaço da Liderança do PTB, que não será ele a palmatória da Constituinte que dirá a mim o que devo fazer e com quem devo andar. Jamais servi a dois senhores. Eu estava ao lado do povo e participei em sua justa ira, da sua ira divina, em face do que aconteceu no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, na semana passada.

Entre endossar aquela ira e estimular a baderna, há uma diferença abissal

Não sou homem de buscar testemunhos, Sr. Presidente; sou dono da minha vontade e senhor dos meus atos; por eles respondo em quaisquer tribunais, inclusive o da consciência e o da História. Agora, gostaria apenas de dizer que, ao meu lado, nas galerias, quando o povo repudiava a decisão então adotada, comportei-me no sentido de um pacificador, de um bombeiro, e não de um piromaniaco. O Diretor da Segurança da Casa, Sr. Fernando Paulucci estava ao meu lado e é testemunha de que eu pedia a vários líderes operários, inconformados com o rumo das coisas, que se mantivessem calmos, que não adiantavam os palavrões, que de nada resolveria jogar objetos sobre o plenário. Ora, se assim agi, foi para evitar que o pior acontecesse, para que aquele povo que estava lá não fosse agredido por um sistema de policiamento que poderia vir de fora, foi para preservar, inclusive, a própria integridade física daqueles que protestavam.

Mas, se agi assim, Sr. Presidente, como posso aceitar calado e omisso, que alguém ocupe a tribuna para fazer acusações absolutamente infundadas contra mim? Quero dizer ao orador que ocupou o espaço da Liderança do PTB que, se,

ficar provada alguma coisa contra a minha pessoa – e faço questão que esta investigação vá às últimas consequências –, renuncio ao meu mandato. Agora, se nada ficar provado, repto o orador que ocupou o espaço da Liderança do PTB, na condição de caluniador, que também renuncie ao seu mandato, porque, do contrário, não terá condições ético-morais e políticas de permanecer na Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): –

Sr. Presidente, o nobre Constituinte que usou o tempo de Liderança do PTB desenvolveu algumas afirmações caluniosas ao meu Partido e não retratou a verdade sobre os fatos verificados na reunião com todas as Lideranças. Nesta, nós, do Partido dos Trabalhadores, lá representado por mim, pelo companheiro Líder da Bancada, o Constituinte Lula e pelo companheiro Plínio Arruda Sampaio, agimos da maneira mais franca e mais correta com todas as Lideranças ali presentes. Ouvimos as propostas, examinamos qual era a proposta limite de intransigência do chamado "Centrão", nem chegamos a expor oficialmente a nossa proposta, que era de que o destaque em separado deveria ter 56 assinaturas.

A maneira como o nobre Constituinte usou a tribuna para denegrir, para rebaixar a nossa atitude naquela reunião, não corresponde à verdade. E nós somos claros aqui, Sr. Presidente: se a maioria ganhou esta Casa, se nós perdemos, se a maioria deflagrou o processo de mudança do Regimento Interno, esta maioria é que é responsável perante a Nação, pelo não encerramento do processo de votação. Não aceitamos que hoje venham à tribuna os líderes desta maioria, dizer que somos nós que não queremos aprovar o Regimento Interno. Estranha democracia! Estranha Maioria! Nós estamos aqui, o lugar do "Centrão" está todo vazio – já viajaram, estão não sei onde. Esses são os responsáveis por isto aqui! Querem, Sr. Presidente – e isto nós não aceitamos – que nós coloquemos a cabeça, para eles puxarem a corda.

Isto nós não faremos, Sr. Presidente, porque uma coisa é certa: nós perdemos e eles ganham; mas a nossa dignidade, ninguém nesta Casa vai tirar nem deste Constituinte, nem do Partido ao qual nos integramos. E a atitude dos Constituintes do Partido dos Trabalhadores, na votação de quarta-feira, foi uma atitude digna e comprometida com os interesses dos trabalhadores. Mas estranhamente, Sr. Presidente, o Constituinte que usou a tribuna não fez nenhuma referência sobre as declarações do dia anterior, de que se fosse necessário haveria violência, nem fez nenhuma referência aos gestos obscenos que a Imprensa nacional registrou, através de grandes fotografias, de Constituintes e de líderes partidários, perante aquele conjunto de sindicalistas. Disso nada foi dito, sobre isso nada foi feito.

Não aceitamos, Sr. Presidente, essas acusações. Não vou mais tomar o tempo de V. Ex.^a, mas sempre que elas forem feitas, vamos denunciá-las, vamos respondê-las e vamos estar aqui,

Sr. Presidente, para que cada votação seja feita com 280 Constituintes. Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Presentes 388 Srs. Constituintes.

Se mais nenhum Sr. Constituinte desejar fazer uso da palavra vamos passar à votação da matéria da Ordem do Dia.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, preciso fazer uso da palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PDT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Verba volanti, Sr. Presidente, as palavras voam, o vento as carrega. E, aqui, eu ouvi uma sucessão de afirmações, as mais irresponsáveis, as mais desenxabidas, as mais farisaicas que já agrediram os meus ouvidos – só podem encontrar par nas ofensas que lá de cima, das galerias, esse povo entre aspas, que o ilustre Líder do PT afirmava existir e que não eram mais do que agitadores profissionais, uniformizados devidamente, com todas as suas despesas pagas pelas organizações políticas. E essas, da esquerda acentuada, aqui vieram para se pronunciar em termos de algum problema temático, de alguma emenda que lhes dissesse respeito? Não! Aqui vieram para perturbar a discussão e votação de um procedimento processual, adjetivo, que dizia respeito a uma corrente que, legitimamente, se queria fazer afirmar e, aqui, votar e vencer por maioria.

Mas, muito mais as inverdades continuaram, a ponto de o Líder do PT aqui vir para dizer que, na reunião que V. Ex.^a presidia, o PT não disse qual era a sua proposta. Disse e o fez com todas as letras, através do Constituinte Plínio de Arruda Sampaio. Disse que queriam 56 assinaturas. Disse ou não disse, Sr. Presidente? E eu não minto. Veja V. Ex.^a quem mente. Veja V. Ex.^a se somos nós que mentimos. Chega de mentira, chega de falácia, chega de palavras que nada exprimem, montagens de frases que nada dizem! E aqui falam pelo povo brasileiro, falam pelos trabalhadores, falam pela verdade, falam pela justiça, quando nada significam. Ah! Nada, apenas palavras que, como folhas secas, flutuam no ar!

Basta disso! Vamos ter a verdade! O povo brasileiro aqui dentro, através de seus representantes, através do voto da maioria. O Centrão não tem que pôr ninguém aqui, não tem mais matéria sua a ser votada. Quando tinha o fez e, ainda, em respeito ao nobre Líder Mário Covas, aceitou seu repto e seu desafio e aqui veio para mostrar que superava a sua Liderança; só por isso, por respeito à sua grande liderança. De resto, o Centrão não tem nenhum interesse nesta matéria que aí está; ponha quem tem interesse nela.

O SR. ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, após ouvir o Líder do PC do B, cumprindo dispositivo regimental, colocará em votação a matéria, uma vez que já excedemos o horário previsto.

Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, quero fazer uma pequena colocação: o Constituinte Gastone Righi fez um pronunciamento entusiasmado, fazendo críticas aos trabalhadores que ocuparam as galerias para, legitimamente protestar contra os absurdos que aqui estavam sendo praticados.

Podemos discutir quanto aos problemas que possam ter surgido naquele dia. O que não podemos questionar é o legítimo direito do povo e dos trabalhadores protestarem, manifestarem seu repúdio ao ato praticado pelo Centrão, que visa aniquilar limitadas conquistas democráticas, obtidas na Comissão de Sistematização.

O Constituinte Gastone Righi disse que estava falando em nome do povo brasileiro; disse que estava falando em nome dos trabalhadores. Quero dizer que, na verdade, S. Ex.^a e, sobretudo a cúpula do Centrão, não digo o Centrão como um todo, porque temos a opinião de que parcelas significativas que hoje estão no Centrão foram envolvidas e, no momento da discussão do mérito das matérias, a divisão irá se estabelecer lá dentro, mas o que a cúpula de direito deveria dizer é que aqui estão falando em nome da União Brasileira de Empresários, em nome da UDR, em nome daqueles setores que não querem nenhum tipo de avanço democrático na Assembléa Nacional Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (Líder do PDS): – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem em virtude da seriedade do momento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ). Pela ordem. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ouvi o discurso do Constituinte Gastone Righi como também o do respeitável Constituinte, que considero meu amigo, Aldo Arantes. S. Ex.^a disse que os ocupantes das galerias tomaram uma atitude do seu direito, em relação ao procedimento de outros Constituintes. Eu perguntaria a V. Ex.^a e ao Constituinte Aldo Arantes se eu, agora, neste microfone, repetir qual foi o uso desse direito, meu mandato pode ser cassado? E eu quem respeitar V. Ex.^a!

Eu diria, por exemplo: o Presidente da principal federação trabalhadora, a assim chamada CUT, declarou, entre aspas, na televisão e nos jornais, que ia nos seguir passo a passo; que ia pichar nossas casas e que puséssemos o Exército na porta, porque estávamos marcados.

Sr. Presidente, ontem, o Sr. Jair Meneguelli estava nesta Casa, atingida por ele, presente nas galerias, tranquilamente, quando devia estar proibido de pisar aqui.

Quero dizer a V. Ex.^a que não espero que a esquerda concorde comigo; sou um homem de posição definida. Hoje tivemos uma longa reunião com V. Ex.^a e com todos os Líderes, inclusive os da esquerda.

Respeito inteiramente os protestos e os desejos da esquerda mas, não posso transformar a Maioria em Minoría e vice-versa. Cedemos o máximo e temos o testemunho de V. Ex.^a; descemos as preferências, demos preferências, descemos **quorum**, fizemos tudo o que era possível; agora, vem um ponto crucial, Sr. Presidente: o problema

desta votação de hoje seria simbólico, para acabar com o Regimento e permitir que no dia 4 de janeiro se pudesse entrar direto na Constituinte, com o prazo de vencimento das emendas. No entanto, aquela ameaça de fazer o pedido de verificação aqui, hoje, não vai mudar nada, vai unicamente atrasar a Constituinte em janeiro, mais uns 15 dias, no mínimo.

Repto: V. Ex.^a presidiu a reunião, V. Ex.^a deu a sua opinião, V. Ex.^a procurou conciliar, e abrimos mão de uma série de coisas. Agora, Sr. Presidente, a Maioria deitar-se no chão, para atender à linguagem das galerias, de jeito nenhum, porque o meu fiscal é meu eleitor, e o meu eleitor, graças a Deus, não toma atitudes canalhas e cafajestes como essas que vímos dentro do Congresso. Espero, que do meu lado e do outro ninguém queira repetir isso aqui, porque foi uma vergonha nacional e duvido que isso exhibido ao mundo inteiro não dê uma imagem do Brasil de "República de bananas", mesmo porque isso não é procedimento de esquerda e sim de cafajestice!

Era isso, Sr. Presidente, o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães):

COMPARECEM MAIS OS SRS:

Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Ailton Cordeiro – PFL; Albano Franco – PMDB; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Álvaro Valle – PL; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Farias – PMB; Antônio Ferreira – PFL; Arnaldo Martins – PMDB; Arténio Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrúbal Bentes – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; Beth Azize – PSB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Décio Braz – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PTB; Domingos Juvenil – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Jorge – PT; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Flávio Palmeir da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Humberto Souto – PFL; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Jesualdo Cavalcanti – PFL; João Agripino – PMDB; João Carlos Bacellar – PMDB; João Castelo – PDS; João Lobo – PFL; João Machado Rolemberg – PFL; João Menezes – PFL; Jorge Leite – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Sabóia – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lídice da Mata – PC do B;

Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manuel Viana – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – PFL; Mauricio Campos – PFL; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Myriam Portella – PDS; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Marques – PFL; Paulo Roberto Cunha – PDC; Raimundo Lira – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cesar Coelho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Severo Gomes – PMDB; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença acusa o comparecimento de 388 Senhores Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se passar à:

VI – ORDEM DO DIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21-A, DE 1987 (Da Mesa)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1987, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte"; tendo parecer, pela aprovação; parecer às emendas de Plenário, concluindo por substitutivo. **(Aprovado.)**

– (Votação de destaques.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeremos a Vossa Excelência nos termos do art. 186, § 8º do Regimento da Câmara dos Deputados, a votação em globo de todos os requerimentos de destaque ao substitutivo da Mesa.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 1987. – **Inocêncio Oliveira – Carlos Sant'Anna – Gastone Righi – Amaral Netto.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em votação o requerimento para votação global das emendas referentes ao substitutivo da Mesa, para modificação do Regimento.

Os Srs. Constituintes que o aprovam queiram permanecer sentados, (Pausa.)

Aprovado.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, nos termos regimentais, requeiro verificação de votação, com a consequente chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa atende a V. Ex.^a.

Como é manifesto que não há quorum, a Mesa vai dispensar o trabalho de se fazer a verificação.

O SR. MENDES RIBEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mendes Ribeiro, pela ordem.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, rogaría a V. Ex.^a, com o respeito devido, que chamasse os Constituintes nominalmente.

Acho que estar aqui é um dever (muito bem! palmas.), e acho mais ainda: acho que é um direito que a Maioria tem de impor a sua vontade; aliás, não impõe, a Maioria decide. Acho que é dever daqueles que aqui estão serem, pelo menos, identificados, para que amanhã não sejam dados como ausentes.

Rogo, Sr. Presidente, que V. Ex.^a faça a votação nominal por medida de justiça, para que se saiba quem está presente ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência entende ser perfeitamente justa a solicitação de V. Ex.^a e agradece a colaboração que traz, no sentido de identificar aqueles que estão aqui, em Brasília, e vai fazer a chamada.

Quem for pela aprovação dirá SIM, quem for pela rejeição dirá NÃO.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência vai proclamar o resultado da votação.

Sim.....	54
Não.....	118
Abstenção (ões).....	1
Total.....	173

Não houve quorum. Fica adiada a votação.

Votam SIM:

Adauto Pereira – PMDB; Adylson Motta – PDS; Álvaro Valle – PL; Amaral Netto – PDS; Benito Gama – PFL; Bonifácio de Andrada – PDS; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Délvio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Flávio Rocha – PL; Francisco Rossi – PTB; Gastone Righi – PTB; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Heráclito Fortes – PMDB; Humberto Souto – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersóimo – PMDB; Jarbas Passarinho – PDS; Jesus Tajra – PFL; Joaquim Sucena – PMDB Jofran Frejat – PFL; Jorge Arbage – PDS; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Soyer – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Ma- nuel Viana – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Mello Reis – PDS; Milton Reis – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Paulo Mincarone – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Roberto Jefferson – PTB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Sotero Cunha – PDC; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Wagner Lago – PMDB.

Votam NÃO:

Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adroaldo Streck – PDT; Aécio Neves – PMDB; Agassiz Almeida – PMDB; Aldo Arantes – PC do B; Almir Gabriel – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Amaury Müller – PDT; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Gaspar – PMDB; Antônio Mariz – PMDB; Antônio Perosa – PMDB; Artur da Távola – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; Beth Azize – PSB; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Mosconi – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Dirceu Carneiro – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Franciso Rollemberg – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jayme Santana – PFL; João Paulo – PT; Jorge Hage – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Elias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Maurício – PDT; José Paulo Bisol – PMDB; José Serra – PMDB; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lúcia Braga – PFL; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Maguito Vilela – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Ima – PMDB; Mário Maia – PDT; Maurício Corrêa – PDT; Mauro Benevides – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Myrian Portella – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Pompeu de Sousa – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raul Fer-

raz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Udríco Pinto – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Walmor de Luca – PMDB.

Vota ABSTENÇÃO

1 – Ulysses Guimarães.....PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vem à Mesa e vai à publicação, a seguinte declaração de votos

DECLARAÇÃO DE VOTO

Abstraindo-nos de examinar a sinceridade de propósitos das declarações dos Líderes do denominado Centrão, e declarando-nos contrários às votações em bloco que visam esconder a face e as verdadeiras intenções dos que as defendem, mas considerando a urgentíssima necessidade de o País ter uma Constituição, votamos favoravelmente a aprovação imediata do regimento, nesta data, a fim de que possamos entregar ao povo uma Lei Maior em um país que praticamente se rege pelo entulho autoritário. Reservamo-nos o direito, caso o Centrão se retire ou se abstenha, de reexaminar a matéria.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 1987. – Lysâneas Maciel.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O nobre Constituinte Lysâneas Maciel havia pedido a palavra antes.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Lysâneas Maciel para uma questão de ordem.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT – RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, causou certa estranheza a minha declaração de voto, mas parece que tem havido excessivas declarações quanto à necessidade de acelerar o processo de aprovação da nova Constituição.

Sr. Presidente, há uma série de rumores, dizendo que forças retrógradas estão procurando procrastinar a aprovação da nova Lei Maior deste País.

Fiz a seguinte declaração de voto, e quero justificá-la para ver quem, realmente, está impedindo a marcha normal da Constituinte. Meu voto foi no seguinte sentido: abstraindo-nos de examinar a sinceridade de propósitos de declarações dos Líderes do denominado Centrão, e declarando-nos contrário a votações em bloco, que visam esconder a face e as verdadeiras intenções dos que as defendem, mas considerando a urgentíssima necessidade de o País ter uma Constituição, votamos favoravelmente à aprovação imediata do Regimento, nesta data, a fim de que possamos entregar ao povo uma Lei Maior em um país que, praticamente, não tem lei e que se rege pelo entulho autoritário. Reservamo-nos o direito de, caso o Centrão uma vez mais proclame uma coisa e faça outra e se retire ou se abstenha de reexaminar, podermos, então, reconsiderar o nosso voto.

Sr. Presidente, foi declarado, aqui, que as chamadas forças progressistas estão querendo obs-

truir a votação. Ora, é proclamado a todo instante que o Centrão quer votar, que a maioria tem que ser ouvida e tem que ser respeitada. Agora, esse Regimento só vai ser aprovado caso o Centrão recue, porque eu também acredito que há, dentro desse famoso Centrão, personalidades como Afonso Arinos e várias outras pessoas que não vão votar englobadamente, como alguns direitistas pensam no Centrão. Mas, Sr. Presidente, a essa altura dos acontecimentos, se o Centrão tem essa maioria, se quer votar, por que novamente não colocou aqui todo o peso do seu número, a fim de que não procrastinássemos esse Regimento para início ou meados de janeiro? Quem quer impedir a votação da Constituição do Brasil? O que se está pretendendo fazer, aqui, é o voto turista, é o voto trampolim, é o voto nunca aos domingos, Sr. Presidente! Isso lembra-me aquele filme que só se pode votar às quartas-feiras. Que brincadeira é essa que estão querendo impingir à Nação? Nunca aos domingos e nunca às quartas-feiras. Mas o sentimento é o mesmo daquela ilustre dama que deu margem ao título.

Sr. Presidente, o que quer o Centrão? O que quer o Centrão? Quais são os objetivos maiores do Centrão, alguns por ingenuidade? O que quer o Centrão é derrubar aqueles ligeiros avanços que a Comissão de Sistematização conseguiu. É isso que está sendo colocado em jogo. Mas querem também que essa derrubada se faça às quartas-feiras para não prejudicar os negócios de gado, os negócios de banco e os negócios das empresas. É uma brincadeira que se está fazendo aqui.

Fala-se, a toda hora, que esta Constituição tem que ser apoiada, tem que ser aprovada urgentemente, que o País carece de uma Constituição, porque o País não tem lei. Por que não vieram votar aqui e prorrogaram para janeiro? Será que a suspeita levantada, por alguns jornalistas e ilustres homens públicos, de que, na verdade, o Centrão é dirigido pela maioria daqueles homens que fizeram parte e serviram ao Governo autoritário, egressos da Arena, e, agora, querem manter uma lei que é até inferior àquela proclamada pelo regime autoritário?

O que quer o Centrão, Sr. Presidente, e o que quer este País? Vai haver um descompasso. Possivelmente, aqui dentro desta Assembléia Nacional Constituinte, talvez percamos, mas há um clamor – e o que aconteceu na semana passada aqui foi uma pequena amostra –, um povo só se revolta quando as condições de injustiça, quando as condições de opressão ficam absolutamente insustentáveis. Estamos plantando uma sementeira de violência através dessas atitudes. Há os que estão aí rindo, brincando com o sofrimento do povo, mas depois esse povo reagirá, Sr. Presidente!

A não ser que o Centrão recue, somente vamos votar o Regimento em janeiro. E quem está atrasando a Assembléia Nacional Constituinte? Quem está atrasando a feitura de uma Lei Maior neste País? Quem está atrasando, Sr. Presidente? (Tumulto.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede ao orador que encerre seu pronunciamento, visto que seu prazo está terminando. E pede, também, a atenção da Casa para o orador, que vai terminar a sua intervenção.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL: – Vou terminar Sr. Presidente. Não me impressiono com esses gritos. Ouvi esses gritos outrora, ao tempo da ditadura de então e dessa disfarçada de agora e eles nunca me impressionaram. Ao contrário muitas dessas pessoas que gritavam no mesmo sentido do regime militar, estão agora gritando com a mesma intensidade e até com maior desenvoltura.

Três Líderes do Centrão proclamaram a necessidade de haver uma votação rápida quanto à Constituição; proclamaram que têm a maioria. Por que não se votou, Sr. Presidente? Qual é a explicação lógica disso? Chegando aqui, eles nos esmagariam, pois só temos cento e poucos votos minguados!

A questão de ordem que levanto à consideração da Mesa é que temos que votar de acordo com aquilo que foi invocado aqui pela Liderança do Partido. E cabe à Presidência da Mesa colocar em votação, uma vez que eles estão aí e poderiam nos esmagar hoje, podiam votar e aprovar imediatamente e não o fizeram.

Há uma tentativa de obstrução, Sr. Presidente, e com a clarividência que V. Ex.^a tem, com a coragem é até com a serenidade que V. Ex.^a quer traduzir nos trabalhos de nossa Assembléia Nacional Constituinte, impõem-se a invocação do art. 23: que a Mesa coloque em votação. Que venha essa maioria, que sejam responsabilizados. Um dia eles podem votar, podem esmagar, mas há dois elementos inarredáveis na história de qualquer povo, que é o tempo e a história. A Nação brasileira vai julgar o Centrão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Egídio Ferreira Lima, para uma questão de ordem.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero levantar uma questão de ordem, mas antes de fazê-la tenho o dever de pedir a todos, que aqui se encontram, que deixem de lado a emocionalidade e que, objetivamente, como homens responsáveis que todos somos, procuremos uma solução para o impasse desta tarde.

Não podemos, Sr. Presidente, fechar e encerrar esta sessão sem resolver a questão referente à votação da alteração do Regimento.

Estou certo de que procurando, encontraremos solução regimental para que se feche esta questão. E peço a V. Ex.^a, nos termos do Regimento, como questão de ordem, que suspenda por 15 minutos esta sessão, reabrindo-a logo depois, para que uma solução seja posta.

V. Ex.^a não tem número para votar, mas tem número para permanecer com a sessão em funcionamento. Em outras oportunidades já fizemos coisas como esta. O momento é delicado, o momento é importante. A Nação amanhã não pode saber, e não deve, que encerramos os trabalhos em 1987, deixando em aberto a questão do Regimento. A Assembléia Nacional Constituinte, por si só, é um fator de instabilidade pela sua própria natureza, daí a necessidade de sua conclusão. Será um desastre, em termos de repercussão poli-

tica, se sairmos daqui, nesta tarde, sem uma solução. Não distingo os partidos nesta hora, não refiro-me com críticas e com ironia a qualquer dos grupos, apenas apelo para o bom senso, para a maturidade de todos que aqui se encontram e peço a V. Ex.^a que suspenda por alguns minutos esta sessão. E tenho certeza de que a inteligência e a capacidade dos que aqui se encontram haverão de oferecer uma solução a V. Ex.^a, Sr. Presidente.

Era esta a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR MAIA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte César Maia.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT – RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desejo formular uma questão de ordem em duas partes: a primeira, relativa a informações que eu gostaria de receber da Mesa. Hoje, à tarde, o Sr. Ministro da Fazenda convocou a imprensa para informar a respeito do chamado "Packote Fiscal".

Nesta Mesa da Constituinte encontram-se diversos projetos de decisão e entre eles citaria dois: um do Constituinte Arnaldo Faria de Sá, que já tem parecer favorável do Relator Bernardo Cabral para que se sustentem os decretos-leis até que seja promulgada a nova Constituição. Acho que este projeto de decisão pode ser colocado em votação da forma mais urgente possível!

O segundo é um requerimento de minha autoria onde peço a convocação do Ministro da Fazenda para, ao invés de continuar conversando através de fontes junto à imprensa, venha conversar nesta Casa, já que S. Ex.^a é um Ministro parlamentarista; conversar aqui a respeito das medidas que pensa adotar e que atingirá toda a Nação brasileira, positivamente, talvez.

A segunda parte, Sr. Presidente, refere-se às declarações intempestivas do Presidente do Banco Central, no decorrer desta semana. Acho que merecem o repúdio de todos os Congressistas as declarações do Presidente do Banco Central, pois ele disse que junto com o decreto-lei apresentaria um item onde pediria a supressão das isenções de Imposto de Renda de magistrados, parlamentares e de militares.

Primeiro, ele não pode fazer isso, porque requereria uma emenda constitucional. Em segundo lugar, é uma forma de chantagem ao Parlamento ao Congresso Nacional, junto à população, que merece o nosso repúdio.

O Presidente do Banco Central extrapoliou das suas atribuições, fez uma declaração gravosa, intempestiva. E peço que esta Casa encaminhe um protesto ao Presidente do Banco Central contra as suas declarações.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa examinará as questões de ordem formuladas por V. Ex.^a, e prorroga a sessão por uma hora.

Tem a palavra o Constituinte Jutahy Magalhães, pela ordem.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES: – Apenas para solicitar a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que faça constar da Ata que o Constituinte Jutahy Magalhães votaria NÃO.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, que estou tentando fazer há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi, pela ordem.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, tenho ouvido aqui uma longa série de impropérios e afirmações, mas outro dia, nos jornais li notícia completamente diversa daquilo que aconteceu neste plenário. Quem ouvisse os pronunciamentos e discursos, haveria de pensar que o acontecido aqui foi diferente do que realmente se verificou.

Para esclarecimento da digna e honrada Imprensa deste País, de todos os Srs. Constituintes, hoje votamos novamente o requerimento de ontem, que é de minha autoria e do Líder do PFL. E o que diz esse requerimento? – Pede a junção de todas as emendas, em bloco, para serem votadas de uma única vez, e, com isto teríamos celeridade e encerráramos esse episódio. Ontem, isto foi votado. Pois bem, quem pediu verificação de votação? O PDT, o PT. Hoje, votamos de novo esse requerimento, que procurava acelerar e encerrar esse episódio. Quem pediu verificação de Votação? Novamente eles. E quem é o responsável pela procrastinação? Somos nós que queremos a celeridade para acabar com essa votação.

É preciso que se acabe com isto; é preciso que o império da verdade se estabeleça! (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está suspensa a sessão por alguns minutos, para atender à solicitação formulada.

(Suspensa às 18 horas e 50 minutos a sessão é reaberta às 19 horas e 58 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está reaberta a sessão.

O SR. RUY NEDEL: – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra, pela ordem, V. Ex.^a e, logo após, será encerrada a sessão.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente,

antes do encerramento desta sessão, o Constituinte Gastone Righi afirmou, categoricamente, que o Centrão não tinha vindo, porque não havia interesse em votar a matéria. E, se S. Ex.^a falou assim, deve ter falado em nome do Centrão, por ele autorizado. Isto é uma afirmação extremamente grave. Requeiro que fique efetivamente registrado, sem que haja eventual falha da Taquigrafia, e peço mais; seja grifada esta parte, porque a dedução lógica que nós temos, ante um pronunciamento desse tipo, é que não há vontade que se encerre a votação sequer deste Regimento Interno. Requereria, ainda mais: já fosse encaminhado ao meu gabinete o pronunciamento do Constituinte Gastone Righi, nesta ocasião.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra, porque fui citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra V. Ex.^a. Espero que seja breve, porque terminou o prazo da sessão.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente,

eu não falo pelo Centrão, falo por mim mesmo, e já é bastante. O que eu registrei aqui foi que não havia responsabilidade alguma do Centrão em colocar aqui Maioria, desde que a sua responsabilidade se limitava às matérias de seu interesse. Quando das matérias do seu interesse, o Centrão colocou a Maioria, como era seu dever, sua obrigação natural, apenas isso.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PTD – RJ. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, na sessão que

foi suspensa, levantei uma questão de ordem a V. Ex.^a e não obtive resposta. Volto a formulá-la e gostaria de obter a resposta de V. Ex.^a. Todos estamos perplexos diante da total inviabilidade de se votar alguma coisa aqui. Não há substitutivo aprovado. Respondendo a um requerimento, V. Ex.^a determinou que se fizesse a verificação de votação. Há só um projeto aprovado na Casa até agora: o Projeto de Regimento da Assembléa Nacional Constituinte.

Requeiro a V. Ex.^a que convoque a Assembléa Nacional Constituinte para votar. Gostaria de reiterar este requerimento, senão vamos ficar aqui até o final do ano 2000 sem votar a Constituição. Penso que estou no meu direito de requerer. Não houve negociação, nem Regimento aprovado. Até agora, existe o Regimento aprovado, que é o da Assembléa Nacional Constituinte. É dever de V. Ex.^a, como presidente da Casa, convocar os membros da Constituinte para votar.

Gostaria, ainda, de fazer uma colocação: V. Ex.^a é testemunha de que o meu Partido procurou negociar até a exaustão, mesmo esmagado, com posições de inviabilizar totalmente a nossa participação. Cheguei até a sugerir, em tom de blague, que se colocasse nesse Regimento inciso em que os partidos, com menos de 30 Constituintes, fossem proibidos de participar da Constituinte. No caso, acabaria-se essa questão de verificação de votação, dando-se a fase democrática desta Constituinte. Concordamos que as maiorias façam até isso.

Sr. Presidente, apesar de todo o esforço, e V. Ex.^a é testemunha do que temos feito, abrindo mão de tudo, que até quase inviabiliza nossa participação, se não chegarmos a uma conclusão, quero publicamente dizer que, de agora em diante, o meu Partido vai requerer verificação de votação para qualquer votação nesta Casa, até mesmo para uma virgula. A responsabilidade da não existência de uma Constituição será pública. Há grupos, Sr. Presidente, querendo jogar, aqui, o Brasil num impasse; há grupos querendo que se abata sobre este País novamente o golpe de Estado; e há outros grupos querendo inviabilizar qualquer entendimento, conforme foi dito hoje, numa bar-

bearia, por um dos Deputados desta Casa, para que não se vote a Constituição antes de junho, nem se discuta a hipótese de eleições diretas neste País ainda este ano. Em função dessas questões, não vou abrir mão do meu direito de exigir que a Maioria coloque todos os dias nesta Casa, para votar qualquer coisa, 280 votos.

O SR. PRESIDENTE
(Ulysses Guimarães): — A Mesa convoca uma sessão para terça-feira, às 14 horas, para que se complete o ciclo da votação da reforma regimental. Evidentemente que, feita essa alteração regimental, muda profundamente o Regimento em vigor, sendo necessário um pronunciamento conclusivo da Casa a respeito.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

**DEIXAM DE COMPARCER
OS SENHORES:**

Airton Sandoval — PMDB; Alarico Abib — PMDB; Albérico Filho — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Antero de Barros — PMDB; Antônio Britto — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Carlos Franco — PMDB; Antônio Ueno — PFL; Arnaldo Prieto — PFL; Bosco França — PMDB; Caio Pompeu — PMDB; Carlos Benevides — PMDB; Carlos De'Carli — PMDB; Carrel Benevides —

PMDB; Cássio Cunha Lima — PMDB; Cid Carvalho — PMDB; Delfim Netto — PMDB; Miro PDS; Dionísio Hage — PFL; Divaldo Suruagy — PFL; Eduardo Moreira — PMDB; Nestor Duarte — PMDB; Etevaldo Nogueira — PFL; Nilso Sguarezi — PMDB; Osmundo Eunice Michiles — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; Fausto Rocha — PMDB; Felipe Cheidde — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Dornelles — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Gandi Jamil — PFL; Genebaldo Correia — PMDB; Geovah Amarante — PMDB; Geraldo Bulhões — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gerson Marcondes — PMDB; Gerson Peres — PDS; Hélio Costa — PMDB; Itamar Franco — PFL; Jacy Scanagatta — PFL; Jairo Azi — PFL; Jairo Carneiro — PFL; Jessé Freire — PFL; Joaci Góes — PMDB; João Calmon — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; João Natal — PMDB; Jonival Lucas — PFL; Jorge Uequed — PMDB; José Carlos Coutinho — PL; José Carlos Martinez — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; Lezio Sathler — PMDB; Lúcia Vânia — PMDB; Luiz Viana Neto — PMDB; Maluly Neto — PFL; Manoel Moreira — PMDB; Mansueto de Lavor — PMDB; Mário Bouchardet — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Marluce Pinto — PTB; Mattos Leão — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Max Rosenmann — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Michel Temer — PMDB; Milton Lima — PMDB; Miraldo Gomes — PMDB; Moyses Pimentel — PMDB; Nelson Duarte — PMDB; Nilso Sguarezi — PMDB; Osmundo Eunice Michiles — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; Fausto Rocha — PMDB; Felipe Cheidde — PMDB; Fernando Paulo Macarini — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Dornelles — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Gandi Jamil — PFL; Genebaldo Correia — PMDB; Geovah Amarante — PMDB; Geraldo Bulhões — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gerson Marcondes — PMDB; Gerson Peres — PDS; Hélio Costa — PMDB; Itamar Franco — PFL; Jacy Scanagatta — PFL; Jairo Azi — PFL; Jairo Carneiro — PFL; Jessé Freire — PFL; Joaci Góes — PMDB; Sérgio Spada — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Valter Pereira — PMDB; Victor Faccioni — PDS; Victor Trovão — PFL; Vieira da Silva — PDS; Vilson Souza — PMDB; Vitor Buaiz — PT; Waldyr Pugliesi — PMDB; Wilma Maia — PDS; Wilson Campos — PMDB.

VII — ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE
(Ulysses Guimarães): — Está encerrada a sessão.

Encerra-se a Sessão às 20 horas e 4 minutos.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 159

QUARTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 175^a SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1987.

I - Abertura da sessão

II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III - Leitura do Expediente

IV - Pequeno Expediente

ADYLSON MOTTA - Deformações ocorridas nos trabalhos de elaboração constitucional.

LYSÂNEAS MACIEL - Propósitos embutidos no adiamento da votação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Demissão de servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

OSVALDO BENDER - Ensinamentos hauridos pelo orador durante o ano legislativo. Significado do Natal.

CARDOSO ALVES (Questão de ordem) - Inexistência de **quorum** regimental para prosseguimento da sessão.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Cardoso Alves.

ELIEL RODRIGUES - Transcurso do Dia da Bíblia.

RAIMUNDO BEZERRA - Inconvenientes da instituição de líderes partidários na Assembléia Nacional Constituinte.

ADROALDO STRECK - Frustração do orador com a atividade parlamentar.

PAULO DELGADO (Questão de ordem) - Demora, pela Presidência da República, na resposta a requerimentos de informações apresentados pelo orador sobre o funciona-

mento da Previdência Social e do Ministério do Planejamento.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Paulo Delgado.

ASDRUBAL BENTES - Confirmação das previsões do orador sobre possibilidade do surgimento de impasses na Assembléia Nacional Constituinte. A transigência como meio de obtenção de resultados.

HERMES ZANETI - Responsabilidade do grupo "Centrão" pelo descrédito votado pela opinião pública brasileira à Assembléia Nacional Constituinte.

ERALDO TRINDADE (Questão de ordem) - Demora na resposta a requerimento de informações apresentado pelo orador sobre a política de mineração.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Eraldo Trindade.

JOSÉ ELIAS MURAD - Consideração sobre o noticiário jornalístico.

DEL BOSCO AMARAL - Entrevista do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva ao jornal **O Estado de São Paulo**. Apelo para o retorno do clima de equilíbrio nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

HAROLDO LIMA - Pauta de reivindicações dos trabalhadores em empresas telefônicas e operadores de mesas telefônicas. Demissão de trabalhadores de empresas do setor.

ARNALDO FARIA DE SÁ - Aumento do limite de isenção para as microempresas.

ÁUREO MELLO (Pela ordem) - Trabalho desenvolvido pelo Padre Roque Rigoni no Estado do Amazonas.

TADEU FRANÇA - O futuro incerto da Assembléia Nacional Constituinte. Julgamento,

pelo Superior Tribunal Militar, do Pastor Werner Fuchs, por ofensas às Forças Armadas.

OSWALDO LIMA FILHO - Aposição em uniformes de atletas brasileiros de propaganda de empresa multinacional.

VICENTE BOGO - Morosidade dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE - Registro da presença no plenário da Casa do Deputado Leovigildo Gutierrez Puentes, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados da Colômbia.

MÁRIO LIMA - Decepção do orador com o número de Constituintes presentes à sessão da Assembléia Nacional Constituinte.

NELSON CARNEIRO (Pela ordem) - Avaliação negativa para os políticos dos resultados da eleição municipal de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

PAULO DELGADO (Pela ordem) - Real significado da vitória da coligação PT - PSB nas eleições municipais de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

VICTOR FACCIONI (Questão de ordem) - Desvirtuamento do instituto da questão de ordem pelos Constituintes.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Victor Faccioni.

ADEMIR ANDRADE - Razões do desligamento do orador dos quadros do PMDB. Filiação ao PSB.

AMAURY MÜLLER - Visita do Sr. Shimon Peres, Ministro das Relações Exteriores de Israel, ao Brasil. Demissão de servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

VICTOR FACCIONI - Propósitos inspiradores da ação do grupo "Centrão". Preocu-

pação do orador com medidas protelatórias dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ GENOÍNO – Repressão desencadeada por órgãos governamentais contra trabalhadores. Pauta de reivindicações dos trabalhadores em empresas de telecomunicações e operações de mesas telefônicas.

OSMIR LIMA – Demora na resposta a requerimento de informações apresentado pelo orador sobre prática de tortura por agentes da Polícia Federal no Acre.

EDUARDO JORGE – Perfil administrativo do Dr. Ricardo Veronesi.

LUÍS ROBERTO PONTE – Comportamento do Governador Pedro Simon no episódio da invasão, por tropas da Brigada Militar, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

PEDRO CANEDO – Realização de campanha de incentivo à atuação da iniciativa privada no País.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Apelo para o retorno do entendimento nos trabalhos constituintes.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Lançamento do Programa de Apoio aos Sistemas de Transportes das Aglomerações Urbanas e Cidades de Porte Médio.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Defesa do meio ambiente.

MAURO BENEVIDES – Atendimento às reivindicações dos servidores das universidades federais em greve.

MENDES RIBEIRO – Legitimidade da autoconvocação do Congresso Nacional.

GONZAGA PATRIOTA – Elevação do povoado Lagoa de João Carlos, Município de Frei Miguelinho, Estado de Pernambuco, à categoria de Vila.

GERALDO FLEMING – Instalação de zonas de Processamento de Exportações nas regiões Norte e Nordeste.

NILSON GIBSON – Concerto de justa indenização na desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária.

LÚCIA BRAGA – Vitória do grupo "Centrão": inviabilização das conquistas sociais alcançadas na Comissão de Sistematização.

CARLOS VINAGRE – Réplica a discurso do Constituinte Ademir Andrade, na sessão de 24 de novembro passado, sobre devolução ao Estado do Pará de terras desapropriadas pelo Governo Federal.

PAULO MACARINI – Plano Agropecuário Catarinense.

COSTA FERREIRA – Transcurso do Dia da Bíblia.

AUGUSTO CARVALHO – Transcurso do 80º aniversário natalício do arquiteto Oscar Niemeyer.

FRANCISCO AMARAL – Desempenho da Secretaria de Defesa Social de Araras, Estado de São Paulo.

STÉLIO DIAS – Apreensões da sociedade brasileira em face da anunciada reforma fiscal.

BENEDITA DA SILVA – Exoneração do Sr. Romero Jucá Filho da presidência da Funai.

CARLOS ALBERTO CAÓ – "Carta de Salvador", documento resultante do I Encontro Nacional do Centenário da Abolição.

JOSÉ LUIZ MAIA – Necessidade de imediato socorro ao Município Pio IX, Estado do Piauí, vítima do flagelo da seca e da praga do "bicudo".

FERES NADER – Requisitos para a melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos.

NELTON FRIEDRICH – Julgamento pelo Supremo Tribunal Militar do Pastor Werner Fuchs.

PAES DE ANDRADE – Nova forma de negociação da dívida externa dos países latino-americanos.

V – Comunicações das Lideranças

LUZ SALOMÃO – Concessão, pelo Governo Federal, através de decreto-lei, de novo aumento salarial aos militares.

ADYLSON MOTTA – Enquadramento de servidores do Poder Executivo através de decreto-lei.

PAULO DELGADO – Vitória do PT nas eleições municipais em Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

SIQUEIRA CAMPOS – Apoio do PDC aos esforços despendidos pelas lideranças partidárias na busca de entendimento para votação da reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

BETH AZIZE – Frustração da tentativa de inviabilização das eleições presidenciais em 1988. Filiação do Constituinte Ademir Andrade ao PSB.

EDMILSON VALENTIM – Solidariedade do PC do B aos trabalhadores ligados à área de comunicações, em greve.

PAULO MACARINI – Causas da crise de credibilidade da Assembléia Nacional Constituinte perante a opinião pública.

JOSÉ COSTA – (Pela Ordem) – Manutenção, pelo orador, de postura de independência e de desvinculação a grupos existentes na Assembléia Nacional Constituinte.

VI – Encerramento

2 – MESA (Relação dos membros)

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO – Relação dos membros.

Ata da 175ª Sessão, em 15 de dezembro de 1987

Presidência dos Srs. Mauro Benevides – 1º-Vice-Presidente; Jorge Arbage – 2º Vice-Presidente; Mário Maia – 2º-Secretário; Arnaldo Faria de Sá – 3º-Secretário

ÀS 14:30
COMPARECEM
SENHORES:

Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Agassiz Almeida – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Alexandre Costa – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Carlos Konder Reis – PDS;

HORAS
OS
Antoniocarlos Mendes Thame – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arolde de Oliveira – PFL; Asdrubal Bentes – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Sant'Anna – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Rodrigues – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Costa Ferreira

Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Edison Lobão – PFL; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rolleberg – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gandi Jamil – PFL; Geovani Borges

– PFL; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Incêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jayme Santana – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Alves – PFL; João Paulo – PT; Jofran Frejat – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bornhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Genoino – PT; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Paulo Bisol – PMDB; José Tavares – PMDB; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Ilha – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL Lúcio Alcântara – PFL; Luis Eduardo – PFL; Luiz Salomão – PDT; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Marco Maciel – PFL; Marcondes Gadelha – PFL; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PDT; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Octávio Elísio PMDB; Odacir Soares – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Rollemberg – PMDB; Rubem Brinquinho – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL Siqueira Campos – PDC; Stélio Dias PFL; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Virgílio de Senna – PMDB; Virgílio Távora – PDS; Vivado Barbosa – PDT; Waldeck Ornélia – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A lista de presença registra o comparecimento de 152 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Terceiro-Secretário, servindo como Segundo, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Adylson Motta.

O SR. ADYLSO MOTTA (PDS – RS). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ensina a sabedoria popular que dificilmente termina bem o que se inicia mal.

O quadro desenhado pela Assembléia Nacional Constituinte começou mal, e o resultado que vem sendo apresentado, tendo em vista o andamento dos trabalhos até aqui, leva-nos lamentavelmente a refletir sobre a máxima antes referida.

Penso que todas as Constituições brasileiras, e talvez por isso elas proliferaram, trouxeram no seu bojo a marca e o vezo da ausência de legitimidade, quando em maior ou menor intensidade negaram ao poder constituinte seus valores e características essenciais.

Defendia-se a tese de que a Constituinte deveria ser exclusiva, e sua convocação não poderia ficar jungida aos estreitos limites do partidarismo político, eis que seus integrantes seriais recrutados num universo mais amplo, incluindo candidatos avulsos ou egressos de entidades representativas da nossa sociedade, desde que respaldados pelo voto popular, indispensável requisito para compor um poder que se caracteriza por ser soberano. Haveria aí, inclusive, a vantagem da transparéncia, evitando que alguns setores exercessem sua ação, muitas vezes espúria, através de tentáculos embutidos em vários partidos e sem assumir com clareza suas posições.

Assim escolhidos, os Constituintes teriam um único compromisso: trabalhar na elaboração do mais importante documento do País como reflexo do intercâmbio das idéias apresentadas aos eleitores ou colhidas junto a estes.

Concluindo essa tarefa, cessaria o mandato e cada um voltaria à sua atividade profissional, à sua vida privada.

Não haveria a preocupação da reeleição ou o espetro do insucesso eleitoral. Não se estiolariam consciências, através de concessões ilegítimas e condescendências com os princípios éticos, a que o carreirismo ou o liberalismo de fancaria poderá lamentavelmente levar, no desespero da sobrevivência política.

O único compromisso do mandatário seria fazer o melhor que pudesse pelo futuro da Nação.

Nada disso foi observado e tampouco seguido, inobstante as auspiciosas promessas do palanque eleitoral em 1984.

Partiu-se para o pleito de 1986 sob a ilusão de um plano econômico fantástico e, por isso mesmo, incompetente e desonesto, que deve ter surgido com boas intenções, mas transformado em instrumento eleitoral.

Venceu então, não o PMDB, mas o embuste, o engodo que foi o Plano Cruzado, no maior ato de desonestade política patrocinada por um governo, superando mesmo a violência das cassações políticas utilizadas pelos governos militares,

que declaradamente eram governos discricionários.

Não houve o grande debate nacional sobre os temas constitucionais entre o candidato e os eleitores, que foram para as urnas sem uma noção aproximada sequer do ato que iriam praticar, pois em nada isso aproveitaria ao "olympo".

O propósito era outro. O Governo do Plano Cruzado estabelecia como meta prioritária – o que conseguiu – ganhar as eleições nos Estados, numa inversão dos valores em julgamento, até porque eleger governadores é parte da rotina eleitoral que se repete a cada quatro anos, mas fazer uma Constituição é tarefa que se reserva a poucas gerações.

Hoje, colhem-se os frutos da velhacaria política que antecedeu as eleições de 15 de novembro de 1986, e que provocou uma disfarçada e suposta surpresa nos fariseus que a engendraram, e que se apresentam através da imprensa, dando aulas sobre como devem ser os trabalhos constituintes.

Aliado a tudo isso, a maioria dos candidatos, na comodidade da fuga a respostas honestas mas desgastantes às reivindicações, ou por despreparo, acenavam com a grande panacéia que seria a Constituinte.

Pois bem, o povo, hoje, no seu direito, embora ingenuamente, está cobrando as promessas, e quem as fez, acuado pela pressão, contrabandeia para um projeto de Constituição propostas que teriam na legislação ordinária, ou até mesmo em portarias e ordens de serviço, o endereço adequado ao seu alcance.

Ressalte-se ainda a preocupação de alguns em ter a consagração do seu nome por inserir um artigo no texto da Lei Maior.

Outro aspecto que não pode ser desprezado é, de um lado, a estratégia das esquerdas, que aproveitam a motivação ou agitação popular para fazer constar na Constituição as suas propostas ideológicas, o que jamais conseguiram em um período normal, através de legislação ordinária. De outra parte, o radicalismo da direita se insurge contra qualquer avanço exigido pela dinâmica social.

Não se justifica o espanto pelo que está ocorrendo, corolário de uma deformação histórica que, com pequenas variantes, cumpre mais uma etapa na nossa triste história político-constitucional.

Iniciativa popular, consulta plebiscitária e **referendum** (estes últimos muito usados na Alemanha de Hitler, no Chile e por outras ditaduras como disfarce para encobrir a tirania) são remédios a que se pretende recorrer para suprir a falta de legitimidade e como anteparo às intromissões indevidas e corruptoras do Poder Executivo.

Mas nem tudo está perdido. Há muita gente responsável e competente na Assembléia Nacional Constituinte, que apenas precisa readquirir o entusiasmo e se conscientizar de que o Brasil precisa neste momento de um derradeiro esforço de cada um.

É hora de sacrifício, de desprendimento, de criatividade. É hora de transigência e de negociação.

O nosso trabalho será o início da construção de uma sociedade democrática estável ou, lamentavelmente, estará marcando a data do próximo golpe de estado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL. (PDT - RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, hoje, possivelmente, não votaremos ainda o Regimento Interno. Todos nós sabemos que por trás das medidas protelatórias adotadas por aqueles que alegam ter a maioria, estão embutidas várias questões. A primeira delas é a manutenção do *status quo*, do entulho autoritário e do poder discricionário que tem, por exemplo, um Ministro do "Centrão".

O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, está colocando na rua da amargura centenas de funcionários em todo o País, não respeitando direitos adquiridos nem a situação de vários servidores que têm doze, quinze, vinte anos de casa, levando-os ao desespero, por terem feito uma greve de advertência de um dia. E por que S. Ex.^a tem esse poder nas mãos? Por que interessa a Antônio Carlos Magalhães manter o atual esquema? Porque pode agir discricionariamente, pode utilizar-se do entulho autoritário, pode colocar na rua inúmeros funcionários sem lhes dar quaisquer direitos. Por isso esta Constituinte está sofrendo um atraso.

Hoje, novamente, o "Centrão" não vai contar com a chamada maioria esmagadora para votar o Regimento, e vai ser adiada a votação. E de adiamento em adiamento possivelmente serão também adiadas as eleições de novembro, as eleições para Presidente da República e algumas medidas que seriam adotadas no sentido de coibir o entulho autoritário vigente no País.

Os representantes do "Centrão" estão descobrindo que o povo começa a perceber qual é o objetivo daquele grupo. O povo pergunta o que quer essa gente. E já estão começando a dar respostas. Os jornais de hoje dão notícia de que até nos estádios se pergunta: "O senhor é do 'Centrão'?" É uma balela esta estória de achar que nosso povo é ignorante. Já que Antônio Carlos Magalhães tem o controle dos meios de comunicação, em face de sua aliança espúria com um dos maiores beneficiários do nosso sistema de comunicações, o Sr. Roberto Marinho, da Rede Globo de Televisão, ele está pensando que o povo, um dia, não vai saber o objetivo desse grupo, que é manter o entulho autoritário, adiar as eleições, poder despedir funcionários públicos e vetar aquelas conquistas mínimas aqui conseguidas. Se assim não fosse, por que não votar? Disse aqui, de maneira jocosa: são personagens daquele filme "Nunca aos Domingos" os parlamentares que só votam às quartas ou quintas-feiras porque têm de cuidar dos seus bancos, dos seus latifúndios. Mas esta sementeira de violência que está sendo plantada no País vai, um dia, desaguar num campo que nenhum de nós com bom senso escolheria.

Portanto, hoje, vamos adiar a votação mais uma vez. Apesar da proclamada maioria, não interessa ao "Centrão" votar o Regimento, assim como não lhe interessa votar imediatamente a Constituição, porque mantém o mesmo esquema de poder, os mesmos atores, os mesmos Antônios Carlos Magalhães, as mesmas pessoas que sempre formaram ao lado de um Governo que não tem respeito algum pela democracia e pelo direito dos oprimidos.

Nesta situação, Sr. Presidente, é que hoje teremos mais um adiamento, graças aos parlamen-

tares das quartas-feiras que estão aí para atrasar o processo de redemocratização do País. Foi respeitado o direito de trabalho dos demais colegas;

– todos os funcionários são concursados;

– a dedicação dos servidores, para com a Empresa sempre foi demonstrada durante muitos anos de bons serviços prestados;

– nem todos dos funcionários que participaram da paralisação foram demitidos, o que caracteriza um tratamento discriminatório, contrário ao princípio constitucional de isonomia;

– a subsistência dos demitidos e de seus familiares ficará comprometida, trazendo incertezas quanto ao futuro e profunda consternação neste Natal.

Solicitamos a intercessão de V. Ex.^a junto ao Ministério das Comunicações, no sentido de evitar que as demissões sejam efetivadas. Fazemos este apelo porque temos a certeza de que o seu Governo prima pelo social e busca agir sempre no mais alto espírito democrático.

Confiantes na magnanimidade de V. Ex.^a, não só como Presidente da República, mas também como pai de família e cidadão consciente de que são parclos os meios de reivindicações à disposição dos trabalhadores, submetemos o nosso pleito à sua decisão contando que ela nos seja favorável.

Brasília-DF, 13 de dezembro de 1987

Considerando que:
 – a paralisação durou apenas um dia;
 – o movimento foi pacífico, tendo

RELAÇÃO DO PESSOAL DEMITIDO – ECT/BRASÍLIA

Número de ordem	Número do Funcionário	Anos de Casa	Número de dependentes
1	Adilson fonseca Borges	7	0
2	Alberto Paulo Abreu deArruda	2	2
3	Aldecir Nogueira Porpino	6	4
4	Alfredo de Oliveira Guedes	9	3
5	Altemir Marcos Costa	2	2
6	Andre Luiz de Siqueira	??	?
7	Antenor Pereira dos Santos	??	?
8	Antonieta Alves da Silva	8	1
9	Antonio Aurelio Alves	5	0
10	Antonio Carlos Simas	7	2
11	Antonio da Silva Pereira	1	0
12	Antonio Dionisio Ferreira	??	?
13	Antonio Fernandes Ribeiro da Cruz	10	3
14	Antonio Francisco Taveira	8	0
15	Antonio Quintino Rosa	8	3
16	Antonio Sales Lisboa	9	1
17	Breno Brasil Justiniano Goncalves	9	2
18	Bruno Franca Melo	5	0
19	Cairon Giroto Borges	5	2
20	Carlos Alberto do Nascimento	12	3
21	Carlos alberto Ribeiro	8	3
22	CarlosLaurindo Vieira Rodrigues	1	0
23	Darcido Rodrigues Vidal	1	2
24	Darci Pereira da Silva	8	0
25	David Paulo de Andrade	??	?
26	Delvany Pereira da Silva Gomes	9	3
27	Djalma da Silva Rocha	13	3
28	Domingos Felix da Silva	5	1
29	Donaldo de Carvalho Vieira	11	3
30	Edivalcio Rodrigues dos Santos	2	2
31	Elias Ferreira da Silva	5	2
32	Elizeu Vasconcelos da Silva	10	5
33	Eunice Soares do Nascimento	13	3
34	Evangelista Batista do Nascimento	8	2

Número de ordem	Nome do Funcionário	Anos de Casa	Número de dependentes
35	Evanilda Santana Santos	5	4
36	Fabia Maria Aquino de Carvalho	2	2
37	Fabio Durval de Lacerda	2	0
38	Fernando Ferreira dos Santos	8	2
39	Francisco Abel Filho	7	2
40	Francisco Bernardo de Miranda	7	5
41	Francisco de Oliveira Matos	??	?
42	Francisco Eriavam Bessa de Castro	3	1
43	Francisco Hélio Bezerra de Menezes	10	2
44	Francisco Maximo Rosa Filho	12	2
45	Francisco Rinaldo Mota	9	0
46	Francisco Roberto Juca de Lima	??	?
47	Gertro Rodrigues de Castro	??	?
48	Gilson de Assis	??	3
49	Giladio Israel Aires de Carvalho	1	0
50	Hermenegildo Alves Junior	10	3
51	Ildevan Feirosa Calado	9	2
52	Iramar Alves da Silva	2	0
53	Ireno Mendes da Luz Júnior	2	1
54	Itamar Alves Damasceno	??	?
55	Ivaldo Gomes Lima	??	?
56	Jeová Messias	6	2
57	Jesus Vicente Severino	12	3
58	João Alves Filho	2	3
59	João Pereira da Silva	10	0
60	Joaquim Pereira Carvalho	6	2
61	José Carlos Correia de Souza	1	0
62	José Edmilson de Araújo Silva	1	0
63	José Gomes de Lacerda	5	0
64	José Iranto de Oliveira Costa	10	4
65	José Lourenço da Rocha	4	1
66	José Pessoa da Costa	9	5
67	José Rubens de Lima	8	3
68	José Sávio Marques	3	2
69	José Wilson Caetano	11	4
70	Josias Galdino Siqueira	??	?
71	Juliana de Andrade Monteiro	2	0
72	Kuniyo Uema	6	4
73	Laura Letsch Soares	4	1
74	Lenita Amália Conforte Oliveira	10	3
75	Lucas Dias Pereira	10	4
76	Luís Antônio Gois e Silva	10	5
77	Luiz Augusto Santos Gonçalves	10	3
78	Luiz Barbosa Bezerra	4	0
79	Luiz Carlos dos Santos	12	4
80	Luiz Lopes da Silva	2	0
81	Luiz Sidnei Marques	3	2
82	Maclovia M. G. Mascarenhas Florentino	8	2
83	Magnólia Bento de Souza	8	1
84	Manoel do Socorro Pinheiro Acácio	10	2
85	Marco Antônio da Costa Dias	??	?
86	Marcos Antônio Oliveira Lopes	2	0
87	Marcos José Raposo França	4	0
88	Maria Auxiliadora	5	2
89	Maria Auxiliadora de Moraes	4	1
90	Maria Bernadete de Morais Oliveira	8	3
91	Maria Gomes Rodrigues	10	2
92	Maria Helena Cardoso Dourado	??	?
93	Maria Isabel Pullen Parente Cherin	11	2
94	Maria Madalena Ribeiro dos Santos	2	2
95	Maria Neusa Monteiro	??	?
96	Maria Rita Santos e Santos	??	?
97	Marília do Carmo Conceição	11	1
98	Mary Barreira Lima	2	1
99	Massão Nagasawa	8	1
100	Mônica Regina de Oliveira Amaral	11	1

Número de ordem	Nome do Funcionário	Anos de Casa	Número de dependentes
101	Mozart Damasceno Filho	10	3
102	Natalino Pereira Xavier	2	3
103	Neusa Teixeira da Silva	10	2
104	Noemia Naomi Matayoshi	5	1
105	Oldemar Joselio de Lemos Santos	9	2
106	Osmar Azevedo Costa	4	3
107	Paulo Henrique da Cruz Júnior	2	0
108	Paulo Olímpio Chalega	2	1
109	Pedro Teixeira dos Santos	13	3
110	Raimundo Nonato Moura	9	3
111	Raquel Augusta da Cruz Zdybicki	10	3
112	Reinaldo Tavares de Aquino	2	3
113	Renato Fernandes Henrique	2	2
114	Rosalina do Carmo	11	2
115	Samuel Pereira de Carvalho	3	0
116	Sebastião Raimundo	??	?
117	Seny Pereira Peixoto Lima	10	2
118	Sérgio Arlindo Costa	13	4
119	Tânia Pereira Cavalcante	10	1
120	Tomás Cotta Orlandi	3	0
121	Ubesan Fagundes da Silva	??	?
122	Umbelina Pereira de Araújo	10	4
123	Valdivino Barboza da Silva	8	3
124	Valério César Feitosa	5	2
125	Vera Lúcia Ana Vila Nova	10	2
126	Verônica Ricardo de Souza	9	1
127	Wagner Nunes dos Santos	11	2
128	Xerxes Assunção dos Santos	2	2
129	Zenaide Silva Martins Cruz	10	2
130	Jair Francisco de Paulo		
131	Zildeon Pereira Damasceno		
132	Francisco Lopes de Sousa Filho		
133	Francisco Arnoldo C. Monteiro		
134	Ana Tereza Goulart Coelho Gomes (DR/MA)	13	2
135	Edno Estevão Pereira Mendes (DR/MA)	9	1
136	Edmilson de Jesus Pinheiro (DR/MA)	9	2
137	Pedro Oliveira Lima (DR/MA)	9	4
138	Jorge Luís Alves da Silva (DR/MA)	5	2
139	Ivaldo José Araújo Costa (DR/MA)	3	3
140	José Maria de Souza	10	3
141	Ricardo Gomes de Oliveira	5	—

**RELAÇÃO DOS DEMITIDOS EM 11/12/87 –
ECT.**

Nome	Cargo
01 – Verônica Ricardo de Souza	– Assistente Administração
02 – Eunice Soares do Nascimento	– Assistente Administração
03 – Carlos Alberto do Nascimento	– Assistente Administração
04 – Iramar Alves da Silva	– Executante Operacional
05 – Antônio Sales Lisbôa	– Assistente Administração
06 – Sérgio Arlindo Costa	– Carteiro
07 – Luiz Antonio Goes e Silva	– Zelador de Edifício
08 – Pedro Teixeira dos Santos	– Motorista
09 – Francisco Erivan Bessa de Castro	– Carteiro
10 – Domingos Félix da Silva	– Motorista
11 – Aldecir Nogueira Porpino	– Carteiro
12 – Valério Cesar Feitosa	– Carteiro
13 – Luiz Sidnei Marques	– Motorista
14 – Darcy Pereira da Silva	– Executante Operacional
15 – Jeovan Messias	– Carteiro
16 – Gilson de Assis	– Carteiro
17 – José Gomes de Lacerda	– Carteiro
18 – Luiz Barbosa Bezerra	– Executante Operacional
19 – Djalma da Silva Rocha	– Executante Técimpressor
20 – Ivaldo Gomes de Lima	– Carteiro

Nome	Cargo	Suely França Moura Claudio Dutra da Silva Maria Jerusa de A. Oliveira Benedito Francisco Santiago Cecília Maria Fatureto Valéria do Carmo Leite de Andrade Marta Conceição Silva Araujo João Balduino Borges João de Oliveira Bosco Antônia Alves Sobrinho José Pereira Bispo Edvan Reis da Silva Antônio do Vale Bezerra Contídio de Melo Dias Antônio Ezequiel Pereira
21 – Luiz Carlos dos Santos	– Mensageiro	
22 – João Pereira da Silva	– Carteiro	
23 – Wagner Nunes dos Santos	– Auxiliar Escritório	
24 – Francisco Rinaldo Mota	– Auxiliar Administração	
25 – Antonio Francisco Taveira	– Mensageiro	
26 – José Pessôa Costa	– Mensageiro	
27 – Oldemar Josélio de Lemos Santos	– Auxiliar Escritório	
28 – Maria Auxiliadora de Moraes	– Executante Operacional	
29 – José Sávio Marques	– Carteiro	
30 – Elias Ferreira da Silva	– Carteiro	
31 – Antonio da Silva Ferreira	– Executante Operacional	
32 – Fábio Durval de Lacerda	– Carteiro	
33 – Luiz Lopes da Silva	– Executante Operacional	
34 – José Edmilson de Araújo Silva	– Carteiro	
35 – Iramar Alves da Silva	– Auxiliar Escritório	
36 – Glândio Israel Aires de Carvalho	– Executante Operacional	
37 – Marcos Antonio Oliveira Lopes	– Mensageiro	
38 – Carlos Laurindo Vieira Rodrigues	– Carteiro	
39 – Samuel Pereira de Carvalho	– Carteiro	
40 – José Iranto de Oliveira Costa	– Carteiro	
41 – Francisco Roberto Juca de Lima	– Operador Telegráfico	
42 – Marco Antonio da Costa Dias	– Carteiro	
43 – Antenor Pereira dos Santos	– Aux. Serviços Postais	
44 – Itamar Alves Damasceno	– Mensageiro	
45 – Maria Rita Santos e Santos	– Auxiliar Escritório	
46 – Ubesan Fagundes da Silva	– Mensageiro	
47 – Antonio Dionísio Pereira	– Executante Operacional	
48 – Maria Neusa Monteiro	– Executante Operacional	
49 – Antonio Aurélio Alves	– Manipulante	
50 – Gertro Rodrigues de Castro	– Carteiro	
51 – David Paulo de Andrade	– Carteiro	
52 – Maria Helena Cardoso Dourado	– Executante Operacional	
53 – André Luiz de Siqueira	– Mensageiro	
54 – Josias Galdino Siqueira	– Carteiro	
55 – Sebastião Raimundo	– Motorista	
56 – Francisco de Oliveira Matos	– Monitor Postal	
57 – Ivaldo Gomes de Lima	– Carteiro	
58 – Edson Cassiano Silva Junior	– Auxiliar Escritório	
59 – Rânor Ferreira Neves	– Carteiro	
60 – João Nóbrega da Silva	– Manipulante	
61 – Iliei Calix Brumessa	– Carteiro	
62 – José Iranto de Oliveira Costa	– Carteiro	
63 – Pedro Teixeira Santos	– Motorista	
64 – Ildevan Feitosa Calado	– Desenhistas Projetista	
65 – Francisco Hélio Lopes de Menezes	– Desenhistas	
66 – Francisco Arnoldo C. Monteiro	– Carteiro	
FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS	Manoel Fernando da Silva (Instalador – 02 anos) Raimundo Barbosa Braga (Instalador – 10 anos)	
RELAÇÃO DOS DEMITIDOS TELE/CE	RELAÇÃO DOS DEMITIDOS TELEBRASÍLIA	
José Clemon Melo Barreto (Economista – 18 anos)	Antônio Telesio Comes	
Paulo Rilmor Quixada Joca (Desenhistas – 12 anos)	Roberto Figueira Castelo Branco	
José de Oliveira Neto (Tec. de Rede – 14 anos)	Lázaro Antônio M. Oliveira	
Francisco Vitoriano de Oliveira (Ins. de Rede – 14 anos)	Cleide Maria de L. Vieira	
Antônio Carlos Alves Carvalho (Analista de Sistema – 15 anos)	José Ferreira Machado	
Joselia Maria da Silveira (Atendente Comercial – 10 anos)	Raimundo Nonato C. Filho	
Maria Vilanir Moreira Barbosa (Assistente Administrativo – 12 anos)	Antônio Inácio de Lima	
	Nelson Pinheiro Torres	
	Marilene Moreira de Carvalho	
	Leotina Maria da Silva	
	Mari Edna Mendes da Silva	
	Catarina Helena Resende	
	Gilson Ribeiro de Souza	

RELAÇÃO DEMITIDOS TELEGOIÁS

Silvério Louredo Delfiaco (Tec. II – Comutação)
João Araújo de Lima (Tec. II – Transmissão)
Carlos Nazareno Fonseca Correia – (Engenheiro)
Nilson Cândido da Cruz (Instalador)
Herbert Frota Curado (Engenheiro)
Elisa Pereira Falcão (Telefonista)
Doris Galvão (Atendente II – Co.)
Theodorus Joseph M. V. de Matt.
(Segurança e Medicina do Trabalho)

RELAÇÃO DEMITIDOS MRJ

José Eduardo Lirio (Analista de Sistema)
Jorge Souza Santos (Engenheiro)
Rene Pestre Filho (Engenheiro)
Sebastião Palmeira Correia (Agente Comercial)
Paulo César Jardim (Operador de Computador)
Aluisio Sandra
Roberto Pinto – Técnico (Maceió)
José Matosinho
Maria José (Telefonista)

OBS: Além dos 09 funcionários demitidos, houve mais 11 (Empreiteira) (CE)

Telebrás: Marco Antônio Herera
José Ribamar Miranda da Silva
Francisco Santos Vasconcelos

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP – ECT

Ordem	Nome	T. de Casa	Dependentes
01	Aparício Guilherme	10	04
02	Alvaro Justiniano Pereira	08	02
03	Amado Luiz Borges	13	4
04	Antonio Graciano de Porva	10	3
05	Carlos de Paula Martins	13	4
06	Edson Mariano de Castro	01	–
07	Esequiel de Paula	01	–
08	Jair Soares da Silva	01	02
09	Luiz Aparecido da Silva	13	05
10	Manoel Aparecido da Silva	01	–
11	Valdemir Lulio de Souza	03	02
12	Paulo César de Oliveira	03	01

– DIRETORIA REGIONAL DE AMAZONAS -
– Edmílson Coelho Maciel

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS.
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente,
Sr^{as} e Srs. Constituintes, ao chegarmos ao final de
mais um ano, não poderia deixar de lembrar o que
representou para mim este primeiro ano que passei
aqui junto com meus colegas parlamentares.
Analizando, vejo que, com todos os

prós e contras, ainda tivemos um saldo positivo. Tive a oportunidade de aprender muito, pois tive a honra de fazer parte deste grupo onde se encontram as maiores expressões políticas, intelectuais e morais deste País. Disto me orgulho de maneira especial, porque com esta convivência pude aprender, e confesso que aproveitei muito esta oportunidade. Fiz o esforço de não perceber as poucas coisas desagradáveis e esforcei-me ainda mais para deixar penetrar dentro de meu coração todas as coisas boas e proveitosas que aqui aconteceram neste ano – e nesse particular aprendi muito.

Está aí o tempo de Natal. Noites quentes e gostosas, com ou sem luar. O céu nublado ou estrelado, não faz diferença. O canto das cigarras, a alegria das crianças, as nuvens flutuando no céu tocadas pelo vento, como grandes flocos de algodão. A doce melodia da chuva no telhado ou ainda a lembrança das orações, cantos e novenas em família. Lembranças também da seca que, por vezes, esteve presente, a nos apavorar e angustiar, despertando o medo de morrer de fome. Todas essas lembranças levantam-se dentro de nós como pássaros adormecidos, que subitamente levantam dentro de nossos corações as lembranças e os sentimentos que há muito tempo já não nos sensibilizavam mais.

Quando trocamos presentes e sentimos que a pessoa que mais amamos e que parecia ter-nos esquecido também se lembrou de nós, e quando dela então recebemos um pequeno presente é nesse momento que a crosta ao redor do nosso coração quebra-se, lasca e, sem querer, nem saber como e por que, rola sobre a nossa face uma quente e grossa lágrima. Este é o sinal da vida, a prova de que ainda não morremos, que o menino Jesus nasceu novamente em nossos corações. Depois vem aquele sentimento de pureza, alegria, de tranquilidade e então sentimos a calma gostosa do silêncio e da paz. O orgulho, a vaidade e a mania de grandeza desaparecem como um punhado de cinzas diante de um sopro. Temos de volta, com um sorriso nos lábios, a tolerância, a paciência, o amor e a paz infinita. Estão presentes os sentimentos intermináveis e eternos em nossos corações.

Neste momento, quando, nesta Casa, chegamos ao final de mais um ano legislativo, do qual participei pela primeira vez, não poderia silenciar ou pelo menos lembrar, numa das últimas sessões deste ano, um pouco daquilo que é eterno, que são esses sentimentos que já marcaram tantas vezes nossas vidas, e que a cada Natal que se sucede voltam com mais intensidade. Este é sem dúvida o melhor momento para o perdão, para a reconciliação, para o começo de uma nova vida, para novos propósitos, para uma análise mais profunda dos ensinamentos do filho de Deus feito homem, deixados para nós em sua passagem pela Terra. Lições de amor, de perdão, de humildade, de justiça, de tolerância, de bondade e de fé. Sim, foi Ele que nos trouxe um novo sentido para a vida, livrou-nos da morte, pois, quando morremos, nascemos para a vida eterna. Esta esperança e certeza de que viveremos eternamente nos liberta das angústias e das incertezas; é isto que nos dá a verdadeira paz.

Neste momento, véspera de Natal, tão propício para o perdão, quero também, daqui desta tribuna, pedir perdão aos meus colegas pelas vezes

em que não fui aquele que gostaria de ter sido; humildemente peço desculpas aos colegas pelas vezes em que os ofendi ou os menosprezei involuntariamente e também a todos os que feri ou melindrei através desta tribuna, seja quem quer que tenha sido atingido.

Ainda uma palavra aos abnegados e esforçados funcionários desta Casa, quer os que trabalham junto ao meu gabinete ou ainda aos outros setores, desde o mais humilde ao mais graduado. Perdoem-me pelas vezes em que não fui aquele amigão que gostariam que fosse e pelas vezes em que me serviram e sequer receberam um muito obrigado.

Por fim, rogo a este menino Jesus que derrame sobre a Nação brasileira abundantes bênçãos e inspire a todos os brasileiros neste Natal com os sentimentos do perdão, para que a paz possa reinar em todos os corações, durante todo o novo ano que se aproxima. (Palmas).

O SR. CARDOSO ALVES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB)

– SP. Sem revisão do orador.: – Nos termos do § 4º, do art. 36 do Regimento Interno, tomo a iniciativa de propor a V. Ex.^a o encerramento da sessão, por falta de **quorum**, uma vez que se encontram em plenário menos de trinta Srs. Constituintes, mas não cinqüenta e seis, conforme o mínimo exigido pelo § 2º do mesmo artigo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A questão de ordem de V. Ex.^a tem procedência. É evidente a falta de **quorum** em plenário. A Presidência determina que se proceda à chamada dos Srs. Constituintes para que a sessão, verificada a presença de **quorum**, possa ter prosseguimento. Determina, ainda, que sejam acionadas as companhias e convida o Constituinte Paulo Macarini para secretariar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Com a palavra o Sr. Eliel Rodrigues. (Pausa.)

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, comemorou-se, em todo o território nacional, no domingo próximo passado, mais um Dia da Bíblia, o qual é também lembrado em mais de setenta países.

Em alguns Estados de nossa Federação e em vários Municípios brasileiros, esse dia já se tornou data oficial.

Foi mais uma oportunidade feliz, para a divulgação em nossa querida Pátria, das Sagradas Escrituras.

Concentrações em praças públicas ou estádios, desfiles pelas ruas das cidades e vilas, exposições e leitura completa de seu texto foram realizados nesse dia, em meio a orações e cânticos de gratidão a Deus, pela alegria de possuímos Livro tão precioso.

Suas diretrizes e ensinos têm mobilizado a comunidade cristã mundial para a realização dos humanitários serviços de atendimento social; inclusive destacaríamos o importante trabalho realizado em nossa imensa Amazônia, onde, através de barcos, são distribuídos agasalhos, alimentos

e medicamentos, a par da distribuição das Escrituras, às populações carentes.

De modo a bem caracterizar sua perenidade e seu profundo valor, mais de 150 monumentos já foram erguidos em nosso País em homenagem à Bíblia.

É também digno de registro o importante papel desempenhado pela Sociedade Bíblica do Brasil, além de outras entidades congêneres, na impressão e distribuição das Sagradas Escrituras, em razão de ter alcançado, em 1986, um honroso 1º lugar no mundo, nessa distribuição, fazendo circular 109 milhões de exemplares.

Livro inexcusável, é o mais lido e traduzido no mundo, já estando divulgado, no todo ou em partes, em 1849 línguas e dialetos.

Fato notável e digno de registro ocorreu neste Parlamento, em sua sessão do dia 23 de fevereiro deste ano, quando foi aprovado o Projeto de Resolução nº 02, de autoria do nobre Deputado Federal Antônio de Jesus, para que fosse colocada, na Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, uma Bíblia, à disposição dos que dela queiram fazer uso.

Cuidando para que a maioria de nossa população possa usufruir os seus salutares e maravilhosos ensinos, já se acha editada a chamada "Bíblia na Linguagem de Hoje".

Milhões de pessoas, neste mundo, testemunham o poder contido em suas palavras, quando suas mensagens, semeadas nos seus corações e em suas mentes, são conservadas e praticadas.

Vidas, como as de João Leite (goleiro do Atlético Mineiro), de Alex Dias Ribeiro (ex-piloto de Fórmula Um), de Silas (jogador do São Paulo Futebol clube e integrante da Seleção Brasileira), de Antônio Silvino e Severino Quirino (ex-bandoleiros), foram transformadas e abençoadas pela aceitação das poderosas palavras do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Levada aos hospitais, aos quartéis, às escolas, aos presídios e aos prostíbulos e utilizada nos centros de recuperação de toxicômanos, alcoólatras e clínicas psiquiátricas, essa preciosa Palavra tem servido de libertação para os oprimidos, de saúde e recuperação para os enfermos, de estímulo e confiança para os abatidos, e de esperança e socorro para o aflito.

Fonte de paz, segurança e firme orientação para os caminhos da justiça, do juízo e da eqüidade, a Bíblia nos revela quem é Deus, quem é o homem e o que Deus requer desse homem, criado à sua imagem e semelhança.

Através de suas páginas lapidares, encontramos, como grande afirmação desse propósito divino, a revelação de que "Deus amou este mundo de tal maneira que enviou seu filho Unigênito para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha vida eterna".

Declarando "bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus", esse memorável livro nos ensina a ser pacientes na aflição, a nos alegramos na esperança e a ser perseverantes na oração, incentivando-nos, ainda, a que sigamos as coisas que servem para a paz e edificação de uns para com os outros.

Sr. Presidente e nobres companheiros Deputados, considerando o momento histórico em que temos o privilégio e a grande responsabilidade que nos confiou o povo brasileiro de elaborar a nova Constituição deste País, julgo oportuno

concluir este pronunciamento desejando a todos que o Natal, que se avizinha, seja um momento de reflexão sobre as coisas que a Bíblia nos ensina e de um encontro pessoal, renovador, com o Filho de Deus, cujos resultados se farão sentir no decorrer dos nossos trabalhos, ao longo do próximo ano, para nossa felicidade pessoal e de todo o povo desta querida Nação.

Creio que, para a consecução de tais objetivos, são apropriadas as eternas palavras de Nosso Senhor Jesus Cristo, quando, enfatizando e bem caracterizando nossos deveres para com Deus e os nossos semelhantes, enunciou a Lei Áurea do grandioso propósito Divino: "Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de Toda a tua alma, de todas as tuas forças e todo o teu entendimento e ao teu próximo como a ti mesmo".

Se assim procedermos, então se cumprirá a maravilhosa citação bíblica do Salmo 33:12: "Feliz é a Nação cujo Deus é o Senhor".

Muito obrigado.

O SR. RAIMUNDO BEZERRA (PMDB)

- CE. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Constituintes, em fevereiro, no início dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, foi apresentado, pela Mesa, um projeto de regimento. Naquela oportunidade, tivemos uma antevista dos problemas que poderiam surgir, caso não existisse liberdade de posicionamento, por parte dos Constituintes. Consustanciado nesta preocupação, apresentamos algumas emendas, com destaque especial para uma que advoga a inexistência de liderança de qualquer origem nas atividades da Assembléa Nacional Constituinte. A defesa destas emendas fizemos em nome da bancada do nosso Estado, o Ceará, e assim está assentado na ata da sessão da Assembléa Nacional Constituinte, em 13 de fevereiro de 1987:

"Emenda ao Projeto de Resolução de nº 2.

Art. 1º Inclua-se, onde couber.

Não existirão lideranças partidárias, de oposição ou de governo, ou quaisquer outras com denominação diversa, durante o funcionamento da Assembléa Nacional Constituinte".

Srs. Constituintes, a presente emenda visa a preservar, em sua inteireza, a plena soberania da Assembléa Nacional Constituinte, pois com ela procuramos evitar a institucionalização do líder no plenário da Constituinte.

A soberania da Constituinte repousa no fato de ser um poder originário do povo, que, através do voto livre e secreto, outorga aos Constituintes delegação para elaborar a Lei Maior do País. Partindo-se desse princípio, há de se considerar que todos são iguais e têm delegação própria para se expressar na elaboração da futura Constituição brasileira. Ao se permitir a institucionalização do Líder, os Constituintes, implicitamente, estariam abrindo mão desta delegação recebida diretamente do povo.

Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Constituintes, infelizmente, não apenas lideranças partidárias têm assento neste plenário. Além dos interesses de agremiações políticas, grupos ideológicos se formaram, inicialmente a MUP, de esquerda, depois o Centro Democrático, e, finalmente um ajunta-

mento com forte participação da extrema direita, o "Centrão". Os Constituintes foram se agrupando em atendimento a interesses os mais diversos e o espírito da Constituinte, que deveria pairar acima de partidos, de grupos, de corporações, de pessoas, foi desvirtuado, desfigurando o transcendental trabalho de elaboração da futura Carta Magna.

A história vai nos cobrar, como o povo já o está fazendo. Ou nós nos posicionamos como pessoas capazes, sérias, honestas, à altura da responsabilidade exigida, ou naufragaremos com a Constituição que for elaborada, consequência de todos estes desmandos e de nossa incompetência.

É preciso humildade, despreendimento, consciência de que a delegação a nós confiada deverá estar à altura da esperança depositada pelo povo, quando da nossa escolha, em eleições. Vamos eliminar as influências nos nossos trabalhos, vamos desarticular os grupos formados, vamos fazer reciclagem e vamos terminar a nossa missão, sem vaidades, sem preconceitos, sem posições preconcebidas, sem intransigências e com o espírito e a nossa competência voltados para o bem maior da Nação.

Aqui somos todos iguais em dever e responsabilidade e ninguém, sozinho, é o dono da verdade.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, a partir de amanhã, estaremos todos de volta às nossas bases para explicar o quê? Que gastamos o ano de 1987 ouvindo discursos estéreis patrocinados por radicais que, parece estão apostando num retrocesso do País?

Hoje, diante do que me foi dado presenciar nesta Casa, em dez meses de mandato, confesso que, se arrependimento matasse, seria um homem morto. Talvez tivesse utilizado melhor meu tempo se continuasse fazendo jornalismo ou atuando em algum setor um pouco mais prático do que a vida parlamentar, nos moldes em que é feita aqui.

Assisti contrafeito ao jogo de interesses pessoais se superpondo às verdadeiras aspirações dos brasileiros, que não querem muito, desejam apenas critérios de justiça na repartição de encargos e benefícios, decorrentes do produto do trabalho de toda a nossa gente.

Como se isto não bastasse, assistimos aqui dentro desta Casa a um movimento inominável, que repudio com todas as forças da minha voz, de brasileiros falando em separatismo, ou até expressando está vontade, através de um cartaz pregado nas paredes do Congresso Nacional, aquele que fala que "somos 292 e uma só vontade", patrocinado por Constituintes do Norte-Nordeste e Centro-Oeste.

Sr. Presidente, nunca vi nada de tão mau-gosto, tão pernicioso aos interesses da Nação. Pergunto: será que nos transformando em várias republiquetas vamos resolver os problemas desta terra? Ontem, a revista **Veja**, na sua última página publicou artigo assinado por um vereador do Recife, batendo na mesma infeliz tecla. Duvido que o povo ordeiro e trabalhador dessas regiões do nosso País esteja desejando mesmo associar-se à idéia maluca e irresponsável separatista. O que o povo das regiões carenciadas do nosso País quer mesmo é se ver livre de elite malvadas

que até hoje os tratam mal, com desprezo negando-lhes condições de dignidade humana.

Hoje, lendo os jornais brasileiros constato que um eminente homem público declarou, sem nenhuma cerimônia, que a Constituinte encalhou, como se isto fosse motivo de regozijo para nossos sofridos irmãos.

Enfim, levo comigo deste meu primeiro ano de experiência parlamentar uma quantidade de ensinamentos duros que me farão refletir durante o período de recesso sobre o quanto teremos de trabalhar e de lutar no ano que vem, para que não sejam jogadas pela janela justas aspirações populares, consubstanciadas no desejo de finalmente nos tornarmos um país adulto e responsável.

Muito obrigado.

O SR. PAULO DELGADO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, estamos certamente na última sessão do ano de 1987. Envie à Mesa da Constituinte pelo menos dois requerimentos de informações sobre o funcionamento da Previdência Social e do Ministério do Planejamento. E até hoje não recebi qualquer resposta da Mesa da Constituinte no que diz respeito ao teor dos mesmos, a não ser a informação de que os requerimentos haviam sido enviados à Casa Civil da Presidência da República.

Requeiro então, a esta Presidência, faça chegar ao Ministro da Casa Civil pedido no sentido de que envie, com urgência, à mesma Assembléa Nacional Constituinte as informações por mim requeridas. É impossível a um parlamentar exercer sua função pública sem obter informações dos órgãos para fundamentar a sua ação na defesa dos interesses populares segundo o programa partidário. É o pedido que faço a esta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A Mesa vai diligenciar junto à Secretaria-Geral e posteriormente informará V. Ex.^a sobre a situação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o Sr. Asdrubal Bentes. (Pausa.)

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB)

– PA. Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não é a primeira vez que temos alertado os nossos preclaros colegas sobre a forma como vimos representando o nosso povo.

O povo, senhores, merece um pouco mais de renúncia, de despreendimento e de muito mais respeito de seus representantes.

Entretanto, o que estamos observando é justamente o oposto. Há, com raras e honrosas exceções, colegas que não escondem sua preocupação abjecta de se autopromoverem. De fazerem da Constituinte palanque de sua publicidade. Esses não representam o povo, mas os próprios interesses ou de grupos dos quais esperam receber benesses, com vistas à sua próxima candidatura e aos sufrágios de seus compatriotas.

Senhores, a causa dessa desagregação de ordem moral e política é, talvez, muito mais profunda.

A impressão que temos é a de que ainda não está formado o homem político brasileiro. Somos, na verdade, ainda um país novo. Mas, assim, cumpre formar o homem político, descobrir o homem brasileiro. Ainda, lamentavelmente, não possuímos o protótipo do homem brasileiro. Ainda não houve tempo para que se plasmasse a consciência gradual das leis gerais que determinem a essência do homem brasileiro e, principalmente, do homem político brasileiro.

Mergulhamos num individualismo rasteiro, em que cada qual só pensa em si mesmo, ainda não adquirimos o sentido do verdadeiro "Humanismo", isto é, o autêntico, nobre e rigoroso sentido de homem "de acordo com a verdadeira forma humana, com seu próprio ser".

Onde se encontra, senhores, a causa dessa situação que vem escandalizando o nosso povo e desencantando os nossos eleitores?

Para nós, a verdadeira causa desta ausência de "humanismo" nas ações do homem brasileiro está na crise da educação nacional, que se vem acumulando há já alguns séculos. A educação, Senhores, não pode, nem deve brotar do individual, mas da idéia. O homem não é apenas um ser gregário ou um suposto "eu" autônomo. Acima de tudo isso está o homem como idéia. E como diz um autor contemporâneo, Werner Jaeger: "O homem considerado na sua idéia, significa a imagem do homem genérico na sua realidade universal ou normativa. A essência da educação consiste na modelagem dos indivíduos pela norma de comunidade".

Os brasileiros nos afastamos cada dia que passa da idéia de comunidade e nos enterramos no mais nefasto individualismo. Urge, senhores, restaurar imediatamente o processo educativo do Brasil. Ou nos educamos, ou continuamos imersos, engolfados, afundados, nisso que aí está: desgoverno, corrupção, banditismo, falta de vergonha, insegurança.

Perdem-nos, colegas: nós mesmos, que representamos o povo brasileiro, precisamos reeducar-nos. Os tempos são outros e não percebemos que mudaram. Não acompanhamos as mutações que continuam se processando celerrimamente, galopantemente. Urge adequar-nos aos novos tempos. O povo, senhores, não é mais aquele analfabeto sem informação. O povo anda muito mais bem-informado do que podemos imaginar. Cada um de nós é vigiado, fiscalizado, analisado. Qualquer homem da rua, ou do nosso interior, se não lê, vê televisão. E nesse sentido, não existem analfabetos, porque inteligente é o homem com cabedal de informação. Antigamente, definia-se inteligência como capacidade de raciocinar. Hoje, inteligência é o somatório de informações do indivíduo.

Senhores permitam-nos que reportemos ao ideal de perfeição política dos tempos homéricos. Que os gregos, que adquiriram gradualmente a consciência clara do significado do processo educativo, mediante a imagem do homem na sua realidade universal, nos sirvam de causa exemplar. Eles chegaram depois de um esforço continuado, permanente, a uma fundamentação, mais segura e mais profunda que a de nenhum povo da terra, do problema de educação. E acrescenta o autor que citamos acima:

"Este ideal de homem, segundo o qual se devia formar o indivíduo, não é um esque-

ma vazio, independente do espaço e do tempo. É uma forma única que se desenvolve no solo de um povo e persiste através das mudanças históricas. Recolhe e aceita todas as transformações do seu destino e todas as fases do seu desenvolvimento histórico. O humanismo e o classicismo de outros tempos ignoraram este fato, ao falarem da "humanidade". Da cultura, do "Espírito" dos gregos ou dos antigos, como expressão de uma humanidade intemporal e absoluta. O povo grego transmitiu, sem dúvida, à posteridade, de forma imorredoura, um tesouro de conhecimentos imperecíveis."

Penetremos, caros colegas, nesse tesouro de conhecimentos, e deixemo-nos penetrar por essa energia educadora, por essa superior força do espírito helênico e pelo ideal criador de homens profundamente informados pela vida superindividual da comunidade.

Deixemo-nos penetrar, primordialmente, por aquele humanismo em essência orientado para o fato fundamental de toda educação grega, a saber: que a humanidade, o "ser" do homem se encontrava essencialmente vinculado às características do homem como ser político".

O homem político, portanto, é o resultante da educação do homem vinculado à cidade, à "polis", à comunidade.

Como nos sentimos humilhados diante da grandeza da concepção política de um Sólon! Há milhares de anos de nossa época, sem outra inspiração que a sua verve de poeta e de legislador e dos poemas homéricos, ele possuía o verdadeiro saber político, e a sua poesia política ilumina a cidade de Atenas por mais de meio século, atingindo a nobreza educadora de Hesíodo.

Toda sua poesia política brota de forma apaixonada do sentido de responsabilidade comunitária. Sólon, como Hesíodo, apela para a divina "Dike", na sua luta contra a cobiça do irmão. Celebra-a como protetora da comunidade contra a maldição da "Hybris", do egoísmo, do interesse baixo e da falta de nobreza.

Ao assumir o governo, Sólon encontra sua Cidade-Estado marchando a passos largos para o abismo. Não poupa os bens do Estado, nem os do templo, e não respeitam os veneráveis fundamentos da Dike, da justiça, que silenciosamente contempla todo o passado e o presente, e, com o tempo, acaba por castigar.

Vejam, agora, preclaros colegas, o pensamento que Sólon possuía do castigo.

"O castigo divino não consiste em peste ou más colheitas, mas se realiza de modo iminente pela desordem que toda violação do direito gera no organismo social. Num Estado assim, nascem disputas partidárias e guerras civis, os homens reúnem-se em associações e partidos que só conhecem a violência e a injustiça, grande bando de miseráveis vêem-se na necessidade de abandonar a pátria e peregrinar na servidão. E ainda que haja alguém que queira fugir a tal desgraça e se encerra no recanto mais íntimo de sua casa, a infelicidade geral transpõe-lhe os altos muros."

Eis aí, Srs. e Sras. Constituintes, o retrato de nossa Pátria, deste Brasil, tão digno de melhor sorte. E o real social que nos corrói tem a sua

causa principal nas discordias entre os cidadãos e os seus representantes.

Sólon foi o primeiro a anunciar de forma objetiva o nexo causal entre a violação do direito e a perturbação da vida social.

Essa descoberta, Sólon apregoa: "É isto que o meu espírito manda ensinar aos atenienses". E assim ele conclui a descrição da injustiça e das suas consequências para o Estado.

Um dos grandes males sociais do Brasil poderá estar, tendo como causa a nossa falta de entendimento, de renúncia, na nossa deseducação política.

Sólon resolveu os problemas da vida social do Estado ateniense, com seu carisma, com seu espírito de conciliador, com seu exemplo de homem de luta.

Senhores, vemo-nos deformados ao mirar-nos nesse espelho. Qualquer reunião que se faça entre Parlamentares, seja o assunto de importância ou de somenos, nunca se chega a uma definição. E o povo está cansado de indefinições.

Fomos eleitos para obviar os problemas, mas os complicamos mais. Por mais pequeno que seja o problema, aparece sempre um grupelho para radicalizar e não se chega a nenhum acordo, a nenhuma conciliação. Não é possível que entre os Parlamentares, homens que apresentam tanta experiência, tanta vivência, outros com tantos anos de casa, não é possível que a razão não seja a orientadora principal de suas ações.

Srs. e Sras. Constituintes, toda discussão de idéias que não leva a nada, que nada conclui e que, ao contrário, leva a radicalização é sintoma de mediocridade. Só o homem pouco ou nada inteligente apela para a ignorância. Nunca pensamos em presenciar entre Constituintes tanta vulgaridade, tanta vanilozuência, tanta perda de tempo. Dir-se-á que isso é democracia. Mas que democracia é essa que se constitui num desrespeito ao povo e aos seus elevados interesses? Que democracia é essa em que cada qual possui uma idéia salvadora, cada qual quer ter a última palavra?

Senhores, perdoem-nos, mas não é a primeira vez que alertamos nossos eminentes pares para essa falta sistemática de entendimento em tudo o que se propõe a realizar. Como da primeira vez, estamos certos de que também estas nossas palavras ecoarão no deserto.

E não vemos, Srs. Constituintes, solução para a crise brasileira sem que nos disponhamos a ceder alguma coisa de nós mesmos, de nossos pontos de vista. Ninguém que aqui está é onisciente. Porém é o que se vê mais. Há quem, num evidente atestado de exibicionismo, quer aparecer mais que os outros, discutir mais. E o pior, sem o respaldo de argumentos persuasivos. E nós que pensávamos que a demagogia fosse coisa do passado!

Por isso, não nos filiamos a nenhuma dessas facções intestinas, artificialmente criadas, profanadas do sagrado recinto da Assembléa Nacional Constituinte e espezinhadoras dos anseios populares. Não pertencemos à direita, nem à esquerda nem aos centrinhos e centros. Por formação não somos radicais.

Senhores, a Constituição não é de nenhum de nós, de nenhum grupo, de nenhuma facção, seja da direita, centro ou esquerda. A Constituição deve expressar a realidade do povo brasileiro. A

Constituição deve ser o resultado do bom senso, a única corrente verdadeiramente sensata. E parodiando Rui, o senso comum tem sido o que de menos comum se encontra entre nós Parlamentares. Está na hora, pois, de dizer basta à nossa mediocridade. Ao nosso egoísmo. A nossa insensatez. À demagogia. À falta de nobreza.

Nobres Constituintes, para finalizar, temos ouvido e acompanhado movimentos de várias procedências que os consideramos casuistas, cujo objetivo único é atingir o mandato do Presidente Sarney, na manutenção dos quatro anos.

Nesse entrem, em que ainda não se chegou a nenhum acordo, lançamos a idéia que materializaremos ulteriormente em emenda, propondo que as eleições gerais se efetivem em 1989.

Esta medida, reputamo-la a mais sensata, pois além de demonstrarmos o nosso desprendimento, abdicando de um ano do nosso mandato, evitar-se-ão gastos excessivos com eleições municipais em 88, obter-se-á a coincidência dos mandatos e encerrar-se-ão os trabalhos constituintes com a adequação da legislação ordinária à nova Constituição. Com essa estratégia prudente, nobre e oportunista, estará concluída a fase de transição democrática, com a qual todos nos devemos sentir comprometidos para exorcizarmos qualquer risco de retrocesso, cujas consequências seriam imprevisíveis.

Em que pese ao nosso amargor, apelamos para o espírito do Natal. Ao augurarmos a todos boas-festas e feliz Ano Novo, pedimos ao Deus Menino que conduza o povo brasileiro a melhores dias e ilumine a todos nos árduos caminhos da Constituição.

O SR. HERMES ZANETI: – Sr. Presidente, colegas Constituintes, tenho refletido sobre o desgaste e o descrédito a que estão submetidos os homens públicos e as instituições políticas. Penso que a Assembléia Nacional Constituinte, que nasceu sob o signo da esperança, criou uma mobilização nacional na expectativa de ver construída a democracia em nosso País, e de que se dê um rumo às instituições nacionais, à economia, enfim, uma proposta nacional que deveria emergir do Poder Constituinte. Agora transforma-se em mais um motivo de descrédito das instituições políticas e dos homens públicos. Não tenho dúvida alguma em afirmar que o descrédito em que é jogada hoje pela opinião pública brasileira a Assembléia Nacional Constituinte deve-se, essencial e unicamente, ao chamado "Centrão". É preciso que os companheiros da imprensa nos ajudem a informar à opinião pública brasileira que só há um culpado pelo fato de a Assembléia Nacional Constituinte ter empacado neste plenário. Só há um culpado, só há uma razão pela qual a Assembléia Nacional Constituinte está paralisada desde meados de novembro e não produzirá resultado algum até fins de janeiro: é o chamado "Centrão". É culpa do Centrão, porque evidentemente ele está interessado em inviabilizar a nova Constituição para o nosso País por várias razões: 1º – o Presidente José Sarney e seus defensores seguramente não têm interesse em uma nova Constituição, pois, assim S. Ex.^a terá seis anos no regime presidencialista; 2º – os donos do grande capital não serão incomodados por mínimas alterações, por pequenas perspectivas...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – O tempo de V. Ex.^a está esgotado.

O SR. HERMES ZANETI: – Deve ter sido um erro de V. Ex.^a porque comecei a falar neste momento. Sr. Presidente, peço que abata do meu tempo a interferência de V. Ex.^a no meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Acho que V. Ex.^a não está bem informado. Quando há Ordem do Dia o tempo para manifestação durante o pinga-fogo é de apenas dois minutos e meio, é a metade do tempo normal.

O SR. HERMES ZANETI: – V. Ex.^a está cometendo uma discriminação com este colega. Peço a V. Ex.^a que retire a advertência porque é infundada, na medida em que aqui falaram vários Constituintes, por seis, sete, oito minutos, e V. Ex.^a me adverte a um minuto e meio de meu tempo. Não posso aceitar. É mais uma discriminação contra os membros da esquerda neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Não foi advertência alguma, apenas um aviso. Fui informado pela assessoria de que o tempo de V. Ex.^a estava esgotado. Mas não será por isso que iremos divagar em discussão. Continue se manifestando, nobre Constituinte.

O SR. HERMES ZANETI: – Muito obrigado a V. Ex.^a pela compreensão.

Dizia que os interesses da burguesia, da direita, dos detentores do poder e dos privilégios estão determinando a paralisação da Assembléia Nacional Constituinte. A prova foi dada hoje aqui. O Constituinte Roberto Cardoso Alves pediu verificação de quorum, pois tinha vergonha do fato de os membros do "Centrão" não estarem presentes. É o único culpado por não se votar hoje, e há alguns dias, a parte restante da alteração regimental que o "Centrão" queria é o próprio "Centrão". O "Centrão" tem maioria e já provou isso três vezes. Onde está a sua maioria agora para prosseguirmos os trabalhos? Esta é a pergunta, esse é o desafio. Há que ser dito, e peço, mais uma vez, a colaboração do pessoal da imprensa, pois não li nos jornais a informação de que o culpado por dois meses e meio de paralisação da Assembléia Nacional Constituinte foi o "Centrão", que propalou a sua maioria, votou aqui o que quis agora, não quer votar, estando ausente deste plenário. Vejo apenas meia dúzia de representantes do "Centrão", como sempre, evidentemente, encabeçados pelo Líder José Lourenço, sempre muito falante e atrapalhando as pessoas que vêm à tribuna dizer a verdade que ele não quer ouvir.

Durante o discurso do Sr. Hermes Zanetti o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. ERALDO TRINDADE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP): Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, no dia 20 de julho encaminhamos à Mesa da Constituição requerimento, solicitando informações sobre a política de mineração em todo o Brasil. Até o momento não recebemos qualquer resposta sobre o assunto. Gostaria que, dentro das possibilidades da Mesa, V. Ex.^a me informasse alguma coisa a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Vamos indagar à Secretaria da Mesa se já houve resposta ao seu requerimento ou se o mesmo já foi encaminhado pela Mesa ao Gabinete Civil da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. José Elias Murad.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG): Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nada mais instrutivo neste País do que ler algumas notícias nos jornais do dia. Pode-se perceber – diretamente ou nas entrelinhas – fatos sugestivos, curiosos, históricos, humorísticos, e até tragicônicos, diante dos quais não sabemos se seria necessário o riso ou as lágrimas. Vejamos alguns deles:

1 – "A greve dos aeroviários e dos aeronautas atingiu, praticamente, 100 por cento dos aviões nacionais. Quase ninguém, conseguiu sair de Brasília", dizem os jornais.

Quase... Porque um Ministro foi a Londrina, outro a Maceió, um terceiro a São Paulo e um quarto a Salvador, isto sem falar em outras figuras importantes da Nova República que voaram facilmente nesses dias de greve nos céus do Brasil para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Em compensação, muitos parlamentares ficaram várias horas no aeroporto de Brasília, "a ver navios", o que não é nada interessante em uma cidade que nem mar possui.

O máximo que conseguiram foi "dar asas à imaginação" a fim de imaginar como é que tanta figura importante conseguiu sair da Capital da República e às custas de quem.

2 – Li, em um jornal, que o sorriso do Ministro Bresser Pereira, principalmente diante das câmaras, é um tique nervoso. Quanto pior a situação, mais ele sorri. Assim, presume-se que, quando anunciar o novo pacote fiscal do Governo, ele aparecerá no vídeo dando gargalhadas...

3 – Um jornal (de sábado passado) informava que o Dr. Sérgio Arouca não quer deixar o cargo de Secretário de Saúde do Rio e tampouco o de Presidente da Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz, apesar de, legalmente, não poder acumular os dois. No jornal, o Sr. Arouca afirma "que o marajá, que acumula vários rendimentos, tem a proteção da Constituição..."

Ele acha a acumulação dos dois importantes cargos no Governo do Rio muito natural, pois isto é apenas 50% de certas pessoas que acumulam quatro.

A doutora Maria Deane – de 71 anos de idade – Chefe do Departamento de Protozoologia da Fiocruz, sintetizou, numa frase, o ânimo dos funcionários: "A decisão de exonerarem o Dr. Arouca é um desrespeito à comunidade científica."

O que a Dra^a Deane esqueceu-se de dizer é que sua permanência na Fiocruz é também um desrespeito à Constituição, pois todo funcionário público cai na compulsória aos 70 anos. A não ser que a Dra^a Deane tenha aumentado sua idade, o que seriamente duvidamos, sendo ela mulher.

4 – Todos os jornais noticiaram. O Presidente José Sarney disse que "se recusa a dar murro na mesa". Faz ele muito bem. A última vez que dei um murro na mesa foi quando o Brasil perdeu para a Itália por 2 a 1. E me dei mal. Na mesa havia um prego...

5 – Vi também nos jornais que o Arcebispo Metropolitano de Vitória mandou ler, no último domingo, em todas as igrejas capixabas, nota condenando os parlamentares do "Centrão", dizendo que eles obstaculizam as conquistas populares, conseguidas na Comissão de Sistematização.

Uma sugestão ao Revmo. Sr. Arcebispo de Vitória. É muito fácil resolver a questão. Basta conseguir, para as propostas que ele chama de populares, ao invés de 47 votos ou pouco mais em uma Comissão que não representou nem 17% da Assembléa Nacional Constituinte, 280 votos em Plenário. Isto, sim, é democracia. E ainda mais com a vantagem de ter as bênçãos de S. Revma., o Sr. Arcebispo de Vitória.

6 – Dizem alguns jornais que a Constituinte não fez quase nada em dez meses de trabalho. Não há maior injustiça do que essa. Pelo que sei e me informaram, nunca se trabalhou tanto nesta Casa. Os infartos do miocárdio, as pontes de safena, as crises anginosas, a estafa e o stress que têm atingido alguns parlamentares são prova disso.

Outrossim, alguns Constituintes têm trabalhado com tal empenho e afinco que, outro dia, receberam até mesmo um dinheirinho extra. Só que ele veio de urna forma um pouco inusitada: moedas enroladas e presas em gomas elásticas. E de um local inesperado: atiradas das galerias, em cima do Plenário.

Alguns parlamentares que receberam tal pagamento na cabeça agradecem tal tipo de gratificação e sugerem que, da próxima vez, utilizem dólares, pois o cruzado está totalmente desmoralizado.

Outro jornal notícia que o Governador de São Paulo, Orestes Quérzia, esquece o déficit da Vasp e realiza o "Vôo da Alegria", entre São Paulo e Cuba, com 35 passageiros de graça para altos funcionários, deputados e jornalistas, o que custará aos cofres do Estado quase 2 milhões de cruzados. Assim mesmo porque os sete dias que passarão em Cuba serão pagos pelo governo cubano. Governo comunista também tem mordomias.

Confirmado uma velha tradição da Vasp, o vôo atrasou 24 horas, o que não é nada mau para um vôo inaugural. E de graça...

Sr. Presidente, caros colegas Constituintes, para se ver humorismo neste País não é necessário ir ao teatro. Basta ler as páginas dos nossos jornais. Principalmente as políticas.

Durante o discurso do Sr. José Elias Murad o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero cumprimentar o Líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, pela brilhante entrevista

concedida ao jornal **O Estado de S. Paulo**. S. Ex.^a, um operário que chegou a esta Casa com a fama de radical, mostrou uma sensibilidade ímpar quando afiançou não desejar uma Constituinte nem de esquerda nem de direita. A reportagem publicada no último domingo é o que se pode chamar de entrevista de estadista. Mesmo que não o acompanhamos em seus passos políticos porque somos do PMDB, o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva deu uma lição aos intelectuais da política, que não costumam ter o equilíbrio e a sensatez necessária para que esta seja feita em parâmetros elevados.

Este é o elogio que faço.

Outrossim, quero chamar a atenção do nobre e valoroso companheiro Hermes Zaneti para o fato de que, quando o Constituinte Roberto Cardoso Alves solicita verificação de **quorum**, ou quando – segundo os jornais noticiam – o Constituinte Amaral Netto, do "Centrão", faz ou desfaz determinadas coisas, estão agindo por conta própria e não por conta dos demais membros desse grupo que querem a democracia neste País.

Estou elogiando o nobre Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva pelo equilíbrio demonstrado, e faço um apelo de fim de ano àqueles que não querem ver os números; deixem o desequilíbrio em casa, a fim de que em janeiro possamos votar uma Constituição democrática e sadia em favor do povo brasileiro.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o "Centrão" participou de três votações e numa delas atingiu 280 votos, com o auxílio do Presidente Ulysses Guimarães e de um grupo de centro-esquerda do PMDB. Nas outras duas votações conseguiu 271 e 264 votos, respectivamente. Pergunto: onde estavam aqueles que completariam os 280 votos para defenderem suas teses e, pelo voto, que é democrático, alcançarem seu objetivo? O "Centrão", nas duas votações que citei, não conseguiu os 280 votos necessários, mas parece que os mais afoitos, na contabilidade do nobre Constituinte Hermes Zaneti, também não comparecem a esta Casa. Estamos vendo que este lado do plenário, geralmente ocupado por nós dos partidos progressistas, porque o PMDB também é um partido progressista, está vazio. Parece que todos sabem que é melhor um bom acordo na sala do Dr. Ulysses Guimarães do que uma polêmica inútil no plenário da Constituinte.

Sr. Presidente, para encerrar, volto a insistir: regimento não é matéria ideológica; regimento não faz coisa julgada em relação ao mérito das propostas. A imprensa não deve prestar um desserviço aos mais exaltados noticiando o que terá de ser corrigido mais tarde, quando os votos em relação ao mérito forem proferidos no plenário da Assembléa Nacional Constituinte.

Muito obrigado a V. Ex.^{as} Creio que deveremos manter o equilíbrio democrático da maioria dos Constituintes e não aquele imposto por 47 ou 50 que tomaram conta da Comissão de Sistematização.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estão presentes nesta Casa, na tarde de hoje, diversos trabalhadores do setor de telecomunicações, acompanhados pelos diretores da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operado-

res de Mesas Telefônicas. Estão eles participando da grande greve que o setor da Telebrás vem realizando no País e distribuiram um dossier contendo suas reivindicações e os fatos mais importantes da luta que estão travando.

Sr. Presidente, o dossier apresentado pela Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações mostra uma pauta normal de reivindicações muito conhecida daquelas que abraçam a luta de classes no Brasil. São os setores e as categorias que se levantam organizados por melhorias salariais.

Sr. Presidente, ao lado do nosso absoluto incondicional apoio às reivindicações dos companheiros das telecomunicações, querímos denunciar nesta Casa um fato alarmante. É que o dossier apresentado pela Federação, em determinado instante, relata que, no dia 10 de dezembro, os seus Direitos estiveram com o Ministro das Comunicações, Dr. Antônio Carlos Magalhães. Este lhes disse e à imprensa que, de imediato, as demissões começariam, pois não estava ali para negociar com grevistas. Isto está neste relato. Só esta transcrição mostra o caráter fascista, conhecido há muito tempo, do atual Ministro das Comunicações. O estranho é que continue exibindo essa sua feição absurda nos quadros de uma administração que substituiu uma ditadura militar fascista. Esperávamos, pois, que elementos do núcleo dirigente não se comportassem mais assim, com tamanha desfaçatez. O relato continua. Mais à frente, traz à tona o resultado da ação deletéria e fascista do Ministro Antônio Carlos Magalhães. Está em minhas mãos a relação dos sessenta e nove demitidos pelo Ministro das Comunicações: diversos no Ceará, outros em Brasília, outros no Rio de Janeiro, outros em Maceió e assim por diante. Chama nossa atenção o fato de serem pessoas antigas na companhia. Estamos numa Constituinte que tem enfrentado muitos problemas. A direita deste País tem levantado a idéia de que a Constituinte está querendo radicalizar, de que está implantando a estabilidade no emprego. Sabemos que a estabilidade não passou na Comissão de Sistematização. O que ali conseguimos a muito custo aprovar foi uma garantia de emprego contra a demissão imotivada.

Sr. Presidente, tenho em mãos – e mostro para todos os companheiros Constituintes – um documento da Telebrasília que retrata uma honaria. Diz ele:

"Como reconhecimento pela sua colaboração durante vinte anos de serviço, completados em 15 de abril de 1985, a Diretoria da Telebrasília concede este diploma ao empregado João de Oliveira Bosco."

Vinte anos, há dois anos, significam, Sr. Presidente, vinte e dois anos de serviço honradamente cumpridos pelo Sr. João de Oliveira Bosco, que acaba de receber também da mesma Diretoria o seguinte ofício:

"Sr. João de Oliveira Bosco, pelo presente, comunico a V. S^a que, a partir desta data, considera-sé rescindido o seu contrato de trabalho com esta empresa."

Sumariamente posto, é isso, Sr. Presidente, que acontece.

O tempo é curto. Tenho aqui uma enorme relação de pessoas, vítimas de atitudes criminosas,

de um Governo criminoso, cometidas por um Ministro, conhecido na Bahia, perseguidor nefasto de trabalhador, e que aqui diz o seguinte:

"Sr. José Ribamar Miranda da Silva, comunico que, de acordo com determinação superior – é do Sr. Antônio Carlos Magalhães, o conhecido "Toninho Malvadeza da Bahia" – fica V. S^a dispensado do quadro de empregados desta empresa, a partir de 15 de dezembro."

Este tem doze anos de serviço; Este outro, 22; e este outro 28 anos.

Srs. Constituintes, como ficamos quando vemos trabalhadores honrados, no Brasil, com 20, 22, 28 anos de serviço, serem despedidos sumariamente? O Governo, assim, perde inteiramente a compostura, pois é um Governo que tem um elemento como o Sr. Antônio Carlos Magalhães, um fascista conhecido nesta República que está mancomunado com o Ministro do Trabalho. O Sr. Almir Pazzianotto dá-se área de pessoa relacionada com os trabalhadores. Porém; quando pressionado pelo "Toninho Malvadeza" e pelo Sr. José Sarney, rapidamente aciona as medidas para decretar o estado de greve e permitir, então, medidas discricionárias contra os trabalhadores. O Sr. Ministro Almir Pazzianotto preparou e adubou o terreno para a atuação da insanidade mental e fascista do Sr. Antônio Carlos Magalhães.

Sr. Presidente, aqui fica o nosso protesto, o mais enérgico possível, porque conheço esse elemento. Isso é um acinte ao povo brasileiro, especialmente aos trabalhadores de minha Pátria. Companheiros da Telebrás, companheiros das Comunicações, é preciso união, decisão de luta para enfrentar esse regime que, em alguns aspectos, é abertamente fascista, como foi o regime passado, que nós, com muita luta, derrubamos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidenta, Srs. Constituintes, queremos chamar a atenção de todos os microempresários para o fato de que se encontra nas mãos do Presidente Sarney projeto de lei de nossa autoria que aumenta o limite de isenção, transferindo a base de OTN de janeiro para julho. É preciso que todos pressionem para que o Presidente sancione esse projeto.

No caso de São Paulo, segundo tomei conhecimento, se não for sancionado esse projeto, mais da metade do total de micros deverão ser desenquadradadas, e a Secretaria da Fazenda, segundo informação, está intransigente nas concessões.

Aprovar esse projeto na Câmara foi muito complicado, pois o então Líder do PMDB negou urgência para que tramitasse rapidamente e vigorasse neste exercício. Mas, com a troca do Líder desse partido, obtivemos a urgência, e apesar da obstrução da pauta por outros motivos, foi possível aprová-lo no final de novembro, e logo no início de dezembro com urgência obtida com apoio do PMDB e do PFL, foi aprovado sem emendas no Senado.

Agora aguardamos que os verdadeiros amigos do Brasil, a grande força dos pequenos empresários, possam continuar contribuindo para a economia deste País sem sugar as "tetas" do Governo. É nossa obrigação estimular e ajudar as microempresas – sempre preocupei-me com isso, embora sem ficar alardeando – e a prova é que, através de uma portaria, o Ministério do Trabalho

liberou de fiscalização as pequenas empresas de até dez empregados.

Continuaremos nessa luta, pois um grupo de pequenas empresas gera número de empregos igual ao de uma grande empresa, sempre com muito maior cordialidade e com muito maior respeito. Por isso, repito, é nossa obrigação, Sr. Presidente, salvar aquilo que pode ser salvo e que salvará o Brasil.

Durante o discurso do Sr. Haroldo Lima o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. ÁUREO MELLO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ÁUREO MELLO (PMDB – AM. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, no Estado do Amazonas existe um cidadão, Padre Roque Rigoni, gaúcho que há dez anos pontifica em Manaus como Vice-Reitor do campus universitário de Benjamin Constant. Esse cidadão também foi o fundador do Colégio La Salle naquela Capital. Agora, vem de ser transferido para o Colégio do Menor Pobre, em Porto Alegre, de que será diretor.

O Padre Roque Rigoni é uma pessoa extremamente benquista no Amazonas pela sua linha de conduta, pelo seu trabalho aprimorado, pelo esforço que tem despendido em favor da moralidade. Houve época em que a principal escola do Amazonas, o Colégio Dom Bosco, estava praticamente de portas fechadas. O Padre Rigoni, ao atuar na área do colégio nortista, preencheu essa lacuna que havia em favor de um melhor ensino para a juventude manauense. A ele tributo imensa gratidão. Conquistou amigos imorredouros, cujas famílias, por lhe conhecerem o caráter e o temperamento nobre, jamais o esquecerão. A sua ausência do Amazonas será verdadeiramente lamentada, e o seu retorno, nem que seja somente em férias, será permanentemente reclamado. Padre Roque Rigoni, gaúcho bom, virou súdito das brenhas do rio Solimões e, onde quer que vá, estará conduzindo a presença da Amazônia e dos grandes rios da minha terra. Nesta oportunidade, saúdo-o em nome do povo do Amazonas, desejando-lhe muito sucesso no Rio Grande do Sul.

Era o registro quê queria fazer envolvendo este grande benemérito do Amazonas. Agradeço a atenção desta Casa e de V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dos 305 Constituintes eleitos pelo PMDB, apenas 136 são originários da militância popular e programática do MDB da resistência democrática. Os demais 169 agregaram-se ao PMDB através da incorporação do então Partido Popular, ou via ARENA e PDS.

O que é, portanto, o "Centrão"? Salvo honrosas exceções, nada mais é do que o reagrupamento dos filhos dispersos da antiga ARENA, de apoio à ditadura militar de inspiração fascista e que, flagrados pelo desmascaramento de suas intenções desnacionalizantes e de pleno acobertamento à corrupção das oligarquias e desmandos dos

governos militares, vieram acobertar-se sob o manto de credibilidade popular de outras siglas partidárias, em especial a do PMDB.

Na condição de nau da travessia o PMDB vai, portanto, navegando com dificuldades, tendo ao leme a atribulada contramarcha dos navegantes, cujo timão de mudanças vai sendo rachado ao meio pelos tripulantes do regime antigo.

A extrema direita do PMDB de hoje é a mesma que, com as armas da incoerência e desrespeito ao povo, fez implodir a ARENA do passado e o PDS em ruínas.

A Assembléa Nacional Constituinte tem a responsabilidade histórica de legar ao País a Constituição das mudanças. É por isso que são temíveis as manobras de retrocesso articuladas pelo "Centrão". Se o "Centrão" – e eles têm número para isso – vier a parir a Constituição da frustração popular, estará sendo fechada a última saída institucional capaz de oxigenar os debilitados pulmões de nossas maiores oprimidas.

Ainda é tempo de construir. As exceções do "Centrão" formadas por liberais bem-intencionados podem nos ajudar na rota libertária da nova Constituição, para que levantes populares ou quarteladas formidáveis não aconteçam no dia seguinte ao da promulgação da nova Carta Magna do país, até mesmo porque não se trucidam impunemente as esperanças de um povo.

Concluindo, queremos comunicar que, neste exato momento, o Superior Tribunal Militar, aqui em Brasília, está julgando o Pastor paranaense da Igreja Luterana, Werner Fuchs, condenado, em maio, à detenção, por seis meses, por suposto crime de ofensa às Forças Armadas. Por denunciar um conflito de terras em que o Exército Nacional está envolvido – 500 famílias, 7.614 hectares de terras férteis e um campo de treinamento militar – o coordenador da Comissão Pastoral da terra, Pastor Werner Fuchs, foi injustamente condenado.

As organizações da sociedade civil, as igrejas, o Governo do Paraná, a Assembléa Legislativa, organismos internacionais e todos nós, Constituintes, precisamos protestar, porque não podemos aceitar que a organização das lutas populares esteja sob a tutela do Exército.

É urgente, portanto, que o Superior Tribunal Militar, em Brasília, por intermédio da absolvição do Pastor Werner Fuchs, possa pelo menos resgatar, em parte, a inconcebível incoerência em que a parte julga o réu e em que um tribunal militar, ilegítima e irresponsavelmente julga e condena civis inocentes.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Constituintes, o Brasil vive hoje uma hora de profunda amargura que está nitidamente expressa num acontecimento muito recente, que no meu entender é representativo da onda de entreguismo existente no seio das elites dominantes no País que estão coonestando toda a doação que fizeram do subsolo nacional às multinacionais. Da mesma forma, a indústria farmacêutica também foi entregue ao capital estrangeiro. Enfim, 90% das atividades industriais do País estão entregues à rapina dos banqueiros internacionais.

Para completar esse quadro vergonhoso para a Nação brasileira, assistimos, nos últimos dias,

na televisão, a um grupo de atletas representativos da Confederação Brasileira de Desportos – disputar um jogo de futebol, carregando, portanto, o nome, da Nação brasileira, ostentando um anúncio no peito divulgando a Coca-Cola. Não conheço, Sr. Presidente, maior atentado aos brios da Nação brasileira do que esse praticado pela Confederação Brasileira de Desportos. Quando atletas representam a Nação, devem fazê-lo sob a inspiração dos signos representativos do nosso povo, símbolos que custaram sangue, lágrimas e suor, derramados há quatro séculos de lutas – de Guararapes, no Nordeste, até as fronteiras do Acre ou do Rio Grande do Sul; dos fortes de Mato Grosso aos fortes da praia no Rio de Janeiro, na luta pela soberania nacional. Agora, o que se vê é um órgão oficial, com o beneplácito e os subsídios do Governo, envergonhar a Nação brasileira, submetendo os atletas, representantes do nosso povo, à ignomínia de carregar um anúncio no peito, como se fossem mercadores da consciência nacional.

O SR. VICENTE BOGO (PDS – RS).

Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, ocupamos a tribuna não para alimentar divergências, contradições ou ódios, mas para reclamar da morosidade dos trabalhos da Constituinte e mostrar a insatisfação que sinto diante da indefinição do processo constituinte e mesmo da própria situação sócio-econômica brasileira.

Nossa insatisfação aumenta ao percebermos que ao longo de quase 70 dias um considerável grupo de Constituintes permaneceu em Brasília – como foi nosso caso – ininterruptamente, acompanhando os trabalhos da Comissão de Sistematização, e fomos constantemente pressionados por outros Constituintes, que pouco estiveram em Brasília mas que viviam fazendo declarações à opinião pública, reclamando da morosidade dos trabalhos da Comissão de Sistematização.

Ora, concluímos aqueles trabalhos no dia 17 de novembro, e até agora sequer conseguimos alterar o Regimento Interno e dar sequência aos trabalhos de votação de plenário, que deveriam ter sido iniciados ainda no mês de novembro. Desta forma, estamos na iminência de apenas podermos iniciar os trabalhos de votação no plenário da Constituinte, se entendimento houver, no final do mês de janeiro, postergando por mais de dois meses decisões de importância nacional. Enquanto isso, a sociedade, impaciente, castigada pela inflação e pela crise econômica, aguardando uma definição. E há dezenas de Constituintes que abandonaram suas tarefas parlamentares para dar tempo ao capital de conspirar e formular sua derradeira ofensiva contra as garantias e os interesses populares, assegurados até agora pelos verdadeiros democratas da Constituinte em todo este período.

Concluímos, Sr. Presidente, dizendo que todos sabemos da estratégia direitista conservadora, ou, como diria o Constituinte Fernando Henrique Cardoso, a tese direita arcaica, a qual vai da obstrução dos trabalhos constituintes, via alteração do Regimento Interno, até articulação permanente de um possível golpe de Estado, contando com a manipulação da opinião pública. Por isso, é preciso realmente muita força, muita resistência democrática. Acreditamos, Sr. Presidente, que o con-

junto médio da sociedade não se submeterá a qualquer afronta. Aliás, aos que traem o povo a resposta certa será seu lançamento ao ostracismo político.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Com prazer, quero registrar a visita do Vice-Presidente da Câmara dos Deputados da Colômbia, Leovigildo Gutiérrez Puentes. A S. Ex.^a nossos cumprimentos e a nossa satisfação por tê-lo visitando o Congresso Nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Mário Lima. (Pausa.)

O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA).

Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte foram instalados a 1º de fevereiro. No dia 24 de março, por unanimidade, este Plenário aprovava a resolução que instituía o Regimento Interno. Foram constituídas as Subcomissões, que desenvolveram seus trabalhos nos prazos previstos, concluíram seus relatórios, sendo enviados às Comissões temáticas, que, por sua vez, também em prazos razoáveis, mandaram seus relatórios finais para a Comissão de Sistematização. Nesta, os trabalhos sofreram alguma delonga, mas, mesmo assim, após algumas semanas de atividade fecunda e produtiva, foi apresentado, por intermédio do Relator-Geral, Constituinte Bernardo Cabral, o relatório final, para ser discutido e votado no plenário.

Ainda no final dos trabalhos da Comissão de Sistematização, surgiu um grupo de pessoas na Assembléia Nacional Constituinte que entendia que os trabalhos não iam bem, não se desenvolviam num ritmo razoável, nem dentro de normas por eles consideradas democráticas.

Desde 17 de novembro esta Casa tem vivido diante do impasse, e hoje, praticamente, a Assembléia Nacional Constituinte, de maneira melancólica, que o povo não aceita, encerra suas atividades. Vemos, com tristeza, que algumas figuras que aqui defendiam a democracia, que queriam acelerar os trabalhos, estão ausentes. Foram cuidar de assuntos pessoais. A Assembléia Nacional Constituinte é uma atividade secundária para esses senhores. Ela pouco significa para eles. Diante desse quadro, começamos a ficar apreensivos, pois aquilo que eles desejam mesmo é impedir que haja avanços sociais, que o trabalhador tenha alguma segurança no emprego e que a sua jornada de trabalho seja mais humana.

E conhecemos muitos atrautos deste movimento. Eles, nos idos de 63 e 64, também em nome da democracia e da liberdade, ajudaram a implantar uma ditadura das mais violentas e corruptas que a Nação conheceu. E esses senhores, que serviram à ditadura e dela se serviram, que a aplaudiram, hoje, pensando que o povo não tem memória, vêm com a conversa de que estão defendendo a democracia e que nós é que não somos democratas.

Mas as classes trabalhadoras e política deste País têm memória e sabem que a História foi escrita de maneira diversa. Foram eles que, de maneira extremada, dizendo-se democratas, promoviam os espetáculos de violência e de desmoralização do Congresso Nacional. Não fomos nós, por eles acusados de querermos implantar no Brasil a República sindicalista, que servimos a ditadura e dela nos servimos.

Registro, Sr. Presidente, minha tristeza e decepção ao ver hoje esta Casa semideserta, apesar de, mais uma vez, verificar que estão presentes, desde o início, aqueles que fizeram um trabalho sincero, persistente e verdadeiro. A Comissão de Sistematização pode não ter feito um trabalho perfeito, irrepreensível, mas foi um trabalho dedicado, eficiente. Ela foi composta por homens que tiveram consciência do seu papel, não por aqueles que se ausentam, que vivem a maior parte do tempo defendendo seus interesses pessoais e aqui vêm quando seu interesse egoísta aconselha. E aí a grande imprensa e as televisões dão manchetes a isso, com a opinião pública tendo a falsa ilusão de que esses homens exercem um trabalho produtivo aqui dentro. Mas os tempos são outros. Que se previnam os enganadores. Eles podem enganar a nós, aqui, podem enganar até as galerias, mas não vão conseguir enganar a Nação brasileira. Só há um caminho para que não se repita a crise de 63/64: é confiar ao povo a solução desta crise; é fazendo a eleição no ano que vem para se ter um Poder Executivo novo, compromissado com os verdadeiros sentimentos e aspirações populares. (Palmas).

O SR. NELSON CARNEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB – RJ).

Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, os longos anos de atividades políticas, desde os dias distantes de 1924, autorizam-me a dizer que este é um dos momentos mais graves da vida política nacional. O exemplo que acabamos de ter nas eleições realizadas no domingo, na cidade de Vila Velha, mostra-nos que a maioria da população preferiu votar no mosquito, numa reprovação clara, expressa, à classe política brasileira. Ali não houve apenas a condenação de um partido, mas a de todos os partidos. Não importa que um tenha conseguido um percentual maior de votos, pois, no conjunto, quem perdeu foi a classe política brasileira. Estamos vivendo aquele mesmo espetáculo do cabo de guerra, onde um puxa para um lado e o outro puxa para outro. A Nação não agüenta mais isso. E nós, que daqui saímos para o recesso parlamentar, aqui retomaremos sentindo a revolta crescente do povo contra nós. É preciso que a classe política compenetre-se de que deve recuperar seu prestígio, sob pena de não precisar o Exército vir aqui nos despedir, pois quem virá jogar-nos fora desta Casa será o povo. (Palmas).

O SR. PAULO DELGADO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG).

Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, a avaliação das eleições de Vila Velha, que meu Partido dos Trabalhadores, venceu, deve ser vista de maneira um pouco diferente daquela apresentada pelo nobre Senador Nelson Carneiro. Sinto que existem dois sinais que vêm de Vila Velha: um é a reedição do “cacareco” com o nome de mosquito.

O mosquito é, na verdade, a personificação do comportamento dos partidos que formam a Alian-

ça Democrática, porque tem sido esse procedimento que tem levado o povo à desilusão, a não acreditar mais nos políticos. A frustração é sempre o sentimento daqueles que acreditaram e deixam de fazê-lo.

O segundo sinal que vem de Vila Velha, nobre Constituinte, é o fato de o Partido dos Trabalhadores manter sua votação de 1986 agora nessa eleição municipal. O PT não perdeu votos, manteve a mesma votação, o que significa que a frustração não é com nosso partido, mas com aqueles que não cumpriram as promessas e conduziram o povo à desilusão, ao desespero e à desesperança, levando-o a votar num inseto como forma de marcar seu protesto, como em décadas passadas votou em um rinoceronte do zoológico paulista. Portanto, são o PMDB, o PFL e a Aliança Democrática os culpados por esse estado de coisas.

O SR. VICTOR FACCIONI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, as questões de ordem são para manifestações de ordem pessoal e promoção de partidos políticos? Entendo que deveriam ser colocadas questões regimentais, e não é o que ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tão logo tomei conhecimento do teor das questões de ordem – V. Ex.^a é testemunha – acionei insistenteamente a campanha. Não posso ter a premonição de saber qual será a manifestação do Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Ademir Andrade. (Pausa.)

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, deixo, neste instante, formalmente, o PMDB.

Aproveito a oportunidade deste discurso para comunicar à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte o meu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no qual me filiei em novembro de 1975, no Município de Tucuruí, no nosso Estado do Pará, partido ao qual, mesmo informalmente, sempre estive ligado desde as lutas estudantis no Estado da Bahia, ainda na época da sua fundação, quando começava, com 16 anos, a ter compreensão do processo político e do que representava a ditadura militar.

Não o deixo com ressentimento ou desprezo. Fui parte integrante e ativa deste partido; reconheço e louvo seu importante papel na história destas últimas décadas.

Vi este partido, nascido do consentimento da ditadura, crescer ao longo dos anos e se transformar num autêntico partido de oposição, aglutinando todos os democratas deste País, todos aqueles que acreditam na liberdade, que buscam uma sociedade onde o poder seja exercido pela vontade soberana da maioria do povo, que se esforçam com sinceridade para que este povo comprehenda o que significa o processo político e a importância da sua participação neste processo.

Os militares, instrumentos da classe dominante aliada do imperialismo internacional, promoveram um golpe em 64 porque o Presidente João Goulart se propunha a fazer reformas sérias e profundas, entre as quais a reforma agrária.

Usurparam a vontade do povo. Estabeleceram eleições indiretas para Presidente da República, Governadores dos Estados, Prefeitos das Capitais, áreas de segurança nacional e estâncias hidrominerais.

Este PMDB, que nasceu como único partido de oposição consentido, canalizou todas as insatisfações, organizou-se para combater o atraso, o arcaísmo político imposto pelo autoritarismo e pela prepotência da ditadura.

Vi este partido crescer ao longo dos anos, eleições após eleições, sempre aumentando seu número de representantes nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras, nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional.

Vi as armadilhas preparadas pela ditadura, com seus subalternos parlamentares da extinta Arena, hoje PDS e PFL, a mudarem as leis e a Constituição cada vez que o MDB amarrava ser maioria, em qualquer das Casas Legislativas.

Assisti às mudanças de **quorum** para aprovação de emendas constitucionais, de 2/3 para 1/2, quando perceberam que o MDB elegeria mais de 1/3; depois voltaram para 2/3, quando viram que as oposições elegeriam mais da metade da Câmara, como ocorreu em 1982; criaram os Senadores "biônicos" ao sentirem que o MDB faria maioria no Senado; obrigaram a extinção dos partidos MDB e Arena, com o objetivo de dividir o MDB, e em seguida os militares impuseram o voto vinculado para esfacelar as oposições.

Com tudo isto, este partido cresceu, renasceu como PMDB, continuou crescendo, porque pregava a moratória da dívida externa, a implantação da reforma agrária, a reforma tributária, a descentralização administrativa, a moralidade pública, a liberdade sindical, o direito de greve, a divisão equitativa da riqueza, a defesa do trabalho, a educação e a saúde gratuita e como direito de todos. Cresceu, enfim, porque se identificava com os anseios do povo brasileiro.

Quando a classe dominante percebeu que, com todas as suas artimanhas seria impossível se manter no poder, começou a mudar de tática e, com o seu poder econômico, foi infiltrando seus representantes nas fileiras do PMDB.

Ao povo, que identificava o partido com seus anseios, não foi possível diferenciar os que entravam no partido para destruí-lo, para transformá-lo daqueles que de fato defendiam suas propostas.

A cúpula do PMDB, alguns ansiosos para galgar o poder não mediram esforços, nem consequências, aceitando as alianças mais espúrias, num total desrespeito a tudo quanto significou o sacrifício de tantos militantes, muitos cassados, perseguidos, torturados e até mortos.

A cúpula do PMDB fez política acreditando na falta de memória do povo e, ao invés de jogar, apostar, estimular o crescimento da sua consciência política, jogou pelo imediato, conseguiu o poder, mas se afastou do povo, pois as alianças que seus integrantes fizeram destruíram seus compromissos.

Os militares estavam absolutamente desgastados perante a Nação. Era preciso substituí-los, e a própria classe dominante que os colocou no

poder para servi-la agora se distanciava deles, buscando ocupar espaços no PMDB.

Com quanto desgosto assisti a um reacionário emérito, hoje Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, entre outros, participar dos comícios pelas eleições de Tancredo Neves à Presidência da República. Tivemos eleições indiretas, porque pouco mais de 1/3 dos Deputados Federais não votaram a favor da emenda Dante de Oliveira, em desrespeito ao maior movimento cívico da nossa História, que foi a campanha das eleições diretas de 1984.

O PMDB uniu-se ao PFL e elegeu Tancredo/Sarney. Foi a força do povo quem produziu este resultado. Derrotamos o candidato da ditadura, mas a classe dominante já tomava parte da metade deste governo. Acompanhamos a tragédia de Tancredo. O povo todo tinha esperanças na chamada Nova República. Não podíamos decepcioná-lo. Tentamos fazer parte deste governo, apoiamos o Presidente Sarney. De um lado os setores progressistas o puxavam para as reformas de que o Brasil necessitava e com as quais ele havia se comprometido. De outro, os setores que abandonaram a ditadura e se enrustiram no governo o puxavam para a direita, para a manutenção do **status quo**.

Foram feitas reformas institucionais, reconhecidas a UNE, a CUT e a CGT; foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte; não se conseguiu, entretanto, avançar na reforma agrária nem na suspensão do pagamento da dívida externa.

Os economistas do PMDB criaram o Plano Cruzado, que foi implantado em fevereiro de 1986. Este plano foi de grande valia para o povo brasileiro. Nossa Nação experimentou um ano próspero, de melhoria de vida da classe trabalhadora e de um espantoso aumento de consumo interno. Ele basicamente acabou com a especulação financeira, congelou o dólar e destruiu esta coisa chamada "correção monetária". Não foi o congelamento o mais importante, pois este gera crise de abastecimento e ágio, que não é contado na inflação. O mais importante foi o estímulo ao setor produtivo, pela vertiginosa queda dos juros.

Na verdade, o grande mal causado pelo Plano Cruzado, e que destruiu, foi a queda das exportações, foi a falta de dólares para pagar os juros deste cancro chamado dívida externa. O Plano Cruzado contrariou o interesse dos banqueiros, porque acabou com a especulação financeira; dos exportadores, na sua maioria multinacionais, pela queda de seus lucros como congelamento do dólar; dos latifundiários da UDR, que só defendem uma política agrícola voltada para a exportação; e dos países desenvolvidos, porque faltava-lhes mercadoria barata para comprar e dólares para seus bancos.

Basta dizer que o superávit comercial caiu de fevereiro/86 a novembro/86 em trinta vezes, e a partir da mudança da política econômica, hoje voltamos a superávits recordes de 1,4 bilhões de dólares.

O Presidente Sarney, que durante 85 e 86 procurava se manter entre duas tendências – conservadoras e progressistas pressionado por ambas, cedeu à primeira, cedeu às suas origens de PDS, traiu os compromissos da Aliança Democrática e se reintegrou definitivamente à classe dominante, agora novamente unida aos militares.

O PMDB, responsável pelo Plano Cruzado, não

podia ficar omissa vendo o Presidente destruí-lo pelas coisas que ele tinha de bom.

Novamente Sarney, usando decretos-leis, e apenas cinco dias após as eleições, provoca contêns de consumo, através do estímulo à especulação financeira e do arrocho salarial, voltando a aumentar os juros, o que levou à falência milhares de pequenos comerciantes e produtores rurais, descongelou o dólar, tudo isto apenas para aumentar as exportações, para pagar os serviços da dívida externa, em detrimento do nosso mercado interno.

Muitos de nós protestamos. Não havia o PMDB se comprometido com a moratória? Não estava em seus compromissos o crescimento de nosso Produto Interno Bruto e do poder aquisitivo da classe trabalhadora?

Por que, então, a cúpula se omitti?

Tentamos fazer o PMDB tomar uma posição. Seus setores progressistas convocaram uma convenção nacional e mais uma vez, sua cúpula decidiu nada decidir. Destruíram a face do partido, destruíram sua identidade destruíram o cordão umbilical que o unia à massa do nosso povo.

Na Constituinte, o PMDB se comportou como um partido sem forma, sem consistência, sem ideologia. Dividido em vários grupos, alguns seguindo orientação do Governo, outros lhe fazendo oposição.

O PMDB perdeu sua grande chance de se transformar num partido social-democrata, reformista, competente, acreditado, para se transformar num partido fisiológico, politiqueiro, arenista, tudo porque sua cúpula não quis ouvir suas bases, não teve a coragem de permitir a democracia; porque suas portas foram escancaradas pela ganância de candidatos a governador, que desejavam a qualquer custo chegar ao poder e permitiram que mais de uma centena de arenista se eletvessem pela legenda do PMDB para a Constituinte.

Os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, graças à competência do Senador Mário Covas, chegaram a bom termo na Comissão de Sistematização, como Projeto de Constituição "A".

Examinemos este projeto: ele representa uma série de conquistas em benefício da classe trabalhadora e em favor do capital nacional. Ele nacionaliza a exploração da riqueza mineral, a distribuição dos derivados de petróleo; beneficia o garimpeiro, o pescador artesanal, o trabalhador rural. Dá prioridade absoluta à educação e à saúde públicas, protege o deficiente físico, o aposentado; promove uma reforma tributária que descentraliza os recursos públicos, garantindo fortalecimento financeiro aos Estados e Municípios, e admite o imposto progressivo (paga mais quem tem mais).

Na verdade ele tem também seus defeitos, e está longe de ser aquilo que realmente desejamos para sociedade brasileira, mas representa um avanço que todos os trabalhadores, neste momento, desejam defender:

Por estas razões, a classe dominante, que não representa 3% da nossa população, formada pelos banqueiros, unidos pela sua associação de classe, a Febraban; as grandes empresas mineradoras, através do Ibram; os latifundiários, por esta entidade enganadora e facista denominada UDR; os representantes das multinacionais, dos banqueiros internacionais e agora esta nova entidade denominada União Brasileira de Empresários uni-

ram-se todos para com o poder econômico que detém, e com a força dos constituintes que elegeram com seu dinheiro, derrubarem tudo o que foi conquistado neste Projeto de Constituição, em favor da classe trabalhadora, das reformas sociais e do capital nacional.

Eles formaram o chamado "Centrão", composto por Constituintes do PDS, PFL, PTB, PDC, PL, e por 130 constituintes do PMDB que, unidos modificaram o Regimento Interno de maneira que, ao se votar o projeto como um todo, o que for destacado será votado à parte.

Fica absolutamente claro para todos nós que a maioria do povo elegeu a maioria de representantes da classe dominante para a Assembléa Nacional Constituinte e que grande parte do PMDB luta contra os interesses do Brasil.

Neste instante de dificuldade nos cabe avaliar, junto com a população, os erros cometidos no processo eleitoral. Cabe-nos a autocritica, para reconhecermos que entendemos muito pouco de política, que jogamos na intuição e que perdemos, pois elegemos erradamente.

O Brasil precisa de partidos que acreditem e estimulem a capacidade de seu povo. Que tenham uma definição ideológica nítida, cristalina, que preguem e lutem pelos seus objetivos e que não admitam em seus quadros pessoas que, na prática, sempre tiveram comportamento antagônicos com seus princípios básicos.

O Brasil precisa de partidos onde seus militantes se entendam, falem uma mesma linguagem, inspirem a confiança do povo, não apenas pela sua palavra, mas, acima de tudo pela sua prática de luta política.

O PMDB já cumpriu o seu papel. Avançou para a democracia, e por seus decretos colocou o poder nas mãos de uma classe dominante gananciosa e corrupta. Ele não conseguirá passar disso, pois foi dominado pelos traidores infiltrados.

A obrigação de todos aqueles que querem ver respeitada a vontade da maioria, é partir para o meio do povo, contar-lhe a verdadeira história, levantá-lo para a luta, procurar impedir este "Centrão" de derrotar as conquistas da Constituinte e as eleições diretas de 1988, para Presidente da República.

Não creio que se possa fazer isso num partido que não sabe o que quer.

Deixo, portanto, o PMDB. Ninguém pode me acusar de não ter tentado ser governo. Acompanhamos o Presidente Sarney enquanto foi possível. Fizemos um esforço extraordinário para isto, tivemos atendimentos importantes e continuáramos a tê-los, mas nos afastamos dele quando percebemos sua traição ao povo. Tentamos tirar o PMDB do Governo e não conseguimos, tentamos mobilizar o partido para discutir com suas bases e encontramos o imobilismo de sua cúpula. Vamos, portanto, mais uma vez para a oposição.

Por acreditarmos no socialismo, integraremos as fileiras do Partido Socialista Brasileiro – PSB, no próximo dia 19, no I Encontro Estadual do partido no Pará. Concordamos com seu programa e estatuto, e pretendemos, junto com todos os que se somam nesta empreitada, aperfeiçoá-lo. Desejamos a estatização total de todo o sistema financeiro nacional, pois entendemos que dinheiro não é mercadoria de lucro, mas instrumento de fomento à produção, útil, portanto, se administrado pelo Estado; desejamos o crescimento do

nossos Produto Interno Bruto e a prioridade total e absoluta ao nosso mercado interno; desejamos e lutaremos pela suspensão do pagamento da dívida externa e pela exportação apenas dos excedentes da nossa produção; defendemos uma reforma agrária ampla e massiva, com a participação dos trabalhadores e com uma política agrícola voltada para o consumo interno; queremos a estatização do setor de saúde, como única forma de tratamento igual para todos; educação gratuita em todos os níveis democratização da exploração da riqueza mineral; salários compatíveis com as necessidades; respeito às garantias individuais e a todos os direitos dos trabalhadores, da mulher e das minorias étnicas, enfim, desejamos um socialismo democrático, que admite o pluralismo partidário, que acredita na capacidade criativa do povo, que, construindo o partido, atinja seus objetivos programáticos, com clareza para a realidade e com respeito ao sentimento de seus militantes.

Muitos companheiros nossos pelo interior do Estado se preocupam com esta mudança. Perguntam se não será mais fácil conseguir as coisas em favor de suas comunidades: luz, água, escolas, hospitais, estradas, vicinais, documentos de suas terras etc, e eu lhes respondo com muita tranquilidade: num governo democrático, e com linha programática definida, que combine com nossos pensamentos e idéias, pode-se ser governo e ser útil ao interesse da maioria da população.

Num governo dúvida, indefinido, onde você consegue pequenos benefícios como favor, mas cujas linhas essenciais desservem ao povo, num governo que quer servir a Deus e ao diabo, você serve muito mais à população quando faz oposição, quando se apresenta diante de processos eleitorais com perspectiva de poder, porque aí o governo, para não perder o seu voto vai procurar lhe servir muito mais. Esta é a grande vantagem da democracia, do direito do povo eleger seu próprio representante.

Desde as eleições de 1986, quando o Governo tomou o rumo da direita, tenho discutido com minhas bases a necessidade de deixar o PMDB.

Hoje, tenho absoluta certeza de que servirei muito mais ao interesse dos trabalhadores rurais, dos garimpeiros, dos pescadores artesanais, dos funcionários públicos, dos operários que trabalham nos grandes projetos que se implantam em nosso Estado, dos pequenos comerciantes e produtores rurais, da gente abandonada do interior e das baixadas e da Capital, fazendo oposição ao Governo, organizando o PSB em todos os Municípios do Pará, para disputar as eleições municipais de 1988, as Câmaras de Vereadores e Prefeituras, e a Presidência da República, com candidatos próprios, ou em coligações com outros partidos, apoiando seus candidatos.

Teremos como base alguns princípios: nossos candidatos têm que ter o compromisso de respeito à vontade popular; têm que ter uma prática democrática; têm que acreditar e estimular a participação política do povo; têm que ser fiéis ao programa do partido e, se dele discordarem, só poderão agir de forma diferente com o consentimento dos seus militantes; têm que respeitar a vontade da maioria e, acima de tudo, serem defensores intransigentes da sua vontade, pois a maioria é sempre a dos trabalhadores; nossos candidatos terão que contar com o apoio do movimento popular, representado pelas organizações

dos trabalhadores, associações, sindicatos, comunidades etc. Nossa partido será sempre um instrumento de luta e ocupação de espaços pelo movimento de massas.

Deixo hoje, portanto, o PMDB, consciente das dificuldades que encontraremos pela frente; deixo um partido onde dizem ser fácil se eleger, onde se tem dinheiro e máquina para se chegar ao poder.

Vou para o PSB, e o faço porque acredito, apostei, invisto no crescimento progressivo da participação do povo no processo político.

Vou porque vejo com clareza esta realidade. O Brasil é um país belo, rico e poderoso; fácil de se governar e tem todas as condições de dar ao seu povo uma vida boa e farta.

O PSB tem grandes perspectivas e seus militantes darão uma grande contribuição para que nossa pátria se liberte do imperialismo internacional e tenha governantes dignos do seu povo, que sejam como seu próprio povo.

Mudar, sim, pela coerência!

O SR. AMAURY MULLER (PDT – RS).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, a visita que o Ministro das Relações Exteriores de Israel, Shimon Peres, fez esta manhã ao Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, fez resplandecer em mim a convicção de que a diplomacia, embora polida e respeitosa na sua forma, é, muitas vezes, cínica e ática no seu conteúdo.

Quatorze anos depois da última visita de um chanceler israelense ao Brasil, período durante o qual se esfriaram sensivelmente as relações entre os dois países, o Sr. Shimon Peres vem ao Brasil de mãos vazias, sem nada a oferecer. E, como toda potência imperialista e neocolonialista, hoje pela manhã, perante as várias Constituintes brasileiras que lhe entregaram um consubstanciado documento solicitando a sua ação junto ao Governo de Telaviv para que a brasileira Lamia Maruf Hasan seja extraditada e expulsa daquele País, mostrou-se frio, insensível, arrogante e insolente, dizendo às representantes da mulher brasileira que é tradição do seu País não conceder nenhum benefício, ainda que baseado no humanitarismo, a qualquer homem ou mulher capaz de matar.

Em primeiro lugar, o Sr. Shimon Peres cometeu um equívoco lamentável. Lamia M. Hasan não matou ninguém. Foi, sim, condenada à prisão perpétua, sem direito a apelação, por uma Corte Militar da área da Cisjordânia, ocupada pela força, por um delito que não teria maiores consequências não tivesse desembocado, sem a sua participação, num assassinato de um soldado israelense. Esse o primeiro equívoco lamentável do Sr. Shimon Peres.

Afirmou ainda S. Ex.^a ao Presidente Ulysses Guimarães e a todos quantos se encontravam no gabinete do nosso Presidente, que apenas uma execução fora oficialmente promovida por Israel, a do carrasco nazista Eichmann. Execução, aliás, que teve o endosso e o apoio de toda a comunidade internacional – o segundo equívoco do Sr. Ministro das Relações Exteriores de Israel, porque todos nós, que temos sensibilidade, que procuramos, na medida de nossas limitações, respeitar integralmente os direitos da pessoa humana,

não poderíamos aceitar o que o nazismo fez: um hediondo crime cometido por Hitler e sua horda contra os direitos humanos dos judeus.

Sr. Presidente, agora mesmo, já no sétimo dia de conflitos em Gaza e na Cisjordânia, agrupados, dezenas de palestinos foram assassinados, inclusive crianças inocentes – e o Governo de Israel não mata.

Em terceiro lugar, caberia aqui evocar, apenas, Sabra e Chantila – a violência praticada pelos exércitos de Israel contra acampamentos de refugiados palestinos, onde centenas de homens, mulheres, crianças e velhos foram violentamente assassinados. Como pode o chanceler de um País com o qual o Brasil mantém relações diplomáticas, fazer essas afirmações, sem que as consideremos um ato de deboche, de cinismo e de insulto à consciência nacional?

Sr. Presidente, gostaríamos que o Sr. Shimon Peres trouxesse, pelo menos, a esperança de que a brasileira Lamia Maruf Hasan possa um dia ser libertada de seus carcereiros e voltar à sua pátria, que é o Brasil, para conviver com sua família, amigos e compatriotas. Esperávamos que o Sr. Shimon Peres fizesse uma alusão, por mais remota e equivocada que fosse, sobre o Plano de Paz para o Oriente Médio, que vem sendo sustentado pelo Brasil.

E aqui abro um parênteses, Sr. Presidente: eu, que tenho sido um crítico mordaz da política de punhos de renda do Itamarati, desejo elogiar o comportamento do Ministério das Relações Exteriores em torno desses episódios. A posição do Brasil, favorável a um entendimento entre o Governo de Israel e a Organização para a Libertação da Palestina, merece, inquestionavelmente, os maiores encômios pela justezza da sua ação. Esperava também que o Sr. Shimon Peres dissesse alguma coisa sobre a violência que vem sendo cometida contra palestinos na sua própria terra, na Cisjordânia e em Gaza. Nada disso.

Não surpreende, pois, que essa visita tenha apenas um cunho protocolar e não estreite – e muito menos aprofunde – as relações quase estremecidas entre os governos do Brasil e de Israel, até porque seria muito difícil – se não impossível – ao Sr. Shimon Peres provar às autoridades brasileiras e para o povo deste País que Israel respeita os direitos humanos nos territórios ocupados. Mesmo não sendo polido, diria ao Sr. Shimon Peres que todo palestino pode ser expulso de sua terra, bastando, para isso, uma ordem da Corte Militar Isrealense, que não pode ser contestada. Diria mais: que todo palestino pode ter sua propriedade arbitrariamente confiscada e entre que a colonos de fé judaica; que todas as aldeias palestinas podem ser destruídas, a critério do Governo de Israel, para dar lugar a colônias de imigrantes; que todas as comunidades palestinas sofrem discriminação odiosa, por força da política colonialista de Israel, quanto à habitação, serviços públicos, previdência social e educação; que os palestinos não têm direito à nacionalidade, muito menos à cidadania; que qualquer palestino pode ser preso arbitrariamente e condenado, sem julgamento e sem direito à apelação – fato, aliás, que ocorreu com a brasileira Lamia Maruf Hasan.

O importante, Sr. Presidente, Sras. Constituintes, é que o Sr. Shimon Peres saiba o que pensam os brasileiros: não somos contra Israel, não nutrimos sentimento antisemita, mas somos contra

a violência exatamente de quem fala em paz. Que paz é esta? A paz dos sepulcros caídos por fora e podres por dentro? Que paz é esta, que autoriza o desrespeito sistemático dos direitos humanos, o ódio, a intolerância? Esta é a paz de Israel?

Eu diria que os romanos estavam cobertos de razão quando afirmavam **si vis pacem para bellum**. É isto que Israel faz: fala em nome da paz e faz a guerra.

E não é um brasileiro, não é alguém do PDT que afirmou, um dia, mas o Sr. Shapiro, ex-Ministro de Israel, que “o sionismo implantado na Palestina ocupada pelas autoridades de Israel, quanto às leis que regem o comportamento dos palestinos, não encontra paralelo em nenhum país civilizado. Nem a Alemanha nazista implantou tal sistema.”

É isto que deveria ser dito, e está sendo dito agora pelo Ministro das Relações de Israel.

Para concluir, quero deplorar a verdadeira caça às bruxas, o revanchismo intollerável do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. As demissões se sucedem em todas as áreas do seu Ministério. Apenas aqui em Brasília, na área da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, mais de sessenta funcionários humildes, com famílias para sustentar, foram demitidos exatamente na semana que precede o santo Natal.

Gostaria que o Sr. Ministro Antônio Carlos Magalhães, ao invés dessa malvadeza, tivesse a pureza, a grandiosidade de ser tolerante e respeitar os direitos dos que querem trabalhar, mas que não se curvam à política da força, da violência e querem construir a Nação que todos desejamos.

Fica, pois, este registro de profundo repúdio ao revanchismo, à violência patrocinada por um homem que serviu a todas as ditaduras militares deste País e que, infelizmente, continua mandando em um Ministério tão importante quanto o das Comunicações. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Amaury Muller o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o Sr. Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, participei do início do “Centrão”, na medida em que eu via a necessidade de ser coordenado um entendimento maior na Constituinte, já diante do desentendimento do Regimento Interno, que precisava, e ainda precisa, de modificações para viabilizar a soberania do Plenário, representando a soberania da própria Constituinte. Cerca de 434 constituintes votaram a favor das modificações consubstanciadas no Substitutivo da Mesa, prova da necessidade de um entendimento amplo.

Tenho ouvido muitas acusações que envolvem interpretações diferentes e contraditórias dos objetivos do Movimento, inclusive e especialmente no que diz respeito a questões temáticas da ordem político-econômica e social.

No que diz respeito à ordem política, fui um dos que se reservaram quanto ao sistema de Governo e ao período de mandato, eis que tenho posições claras a respeito e qualquer condicionamento me exclui automaticamente do Grupo.

Sou a favor da mudança do sistema de governo para o parlamentarismo; quanto ao período do mandato, sou por eleições gerais já, pois vejo a maior urgência na revisão, pelo povo, do quadro de liderança e representação política parlamentar e do Governo, sob pena de um inevitável impasse político.

Quanto às questões da ordem econômica e social, sou dos que defendem os avanços necessários para o pleno funcionamento dos primados da livre iniciativa e da justiça social, sem o que não haverá a expansão da economia, a valorização do trabalho, a geração de emprego, de renda, oportunidade para todos os brasileiros e paz social. O direito à vida com dignidade, à educação e à liberdade, tudo isso temos feito propor e dialogar. E por que tenho proposto e dialogado, exalto a constituição de diversos grupos de propostas e debate, que já deram e ainda mais darão valiosa contribuição à Constituinte. Quando tantos agride, e às vezes sem conhecer as propostas passam a imaginá-las pela face de certos personagens, confie e confio na clarividência da coordenação seletiva de um Constituinte como José Lins, que não se deixará levar pelo radicalismo de uns ou outros dentro do chamado "Centrão". Com ele tenho dialogado na espera de propostas finais. Mas enquanto dialogo em favor do consenso possível e necessário, preocupam-me as radicalizações formais ou verbais de alguns líderes do "Centrão", pois elas, mesmo retribuindo agressões, não podem se transformar em novas agressões que aprofundam a radicalização e tomam inviável o consenso e o entendimento.

Deploro, por exemplo, a troca de agressões com a CNBB, quando com ela e congêneres mais devemos dialogar.

Por isso tudo, coerente com minhas posições de sempre, estou participando de um novo grupo de entendimento, pois urge chegarmos à conclusão das propostas e do trabalho da Assembléa Nacional Constituinte, e tal não acontecerá sem a mediação dos que entendem a radicalização como medida protelatória para inviabilizar uma nova Constituição, apostando no impasse total impeditivo da democracia que o povo quer para o nosso Brasil.

Vejo com preocupação essas medidas protelatórias dos trabalhos da Constituinte. Já se ouve representante do Governo, quando não da própria cúpula do PMDB, falar na inviabilidade de eleições no ano que vem. Mais claramente, leio nos jornais que não haverá tempo para regulamentar as eleições presidenciais, e a **sólo você** ouço também dizerem, com as mesmas razões, que não haverá eleições municipais.

Os homens das "diretas já" de ontem, agora no Poder dos Estados, na maioria dos municípios e no Poder Federal, já querem protelar e adiar qualquer eleição.

Causam preocupação tais maquinações, pois elas acabarão podendo constituir a gota d'água do impasse e do golpe.

Eram as observações e a advertência que entendi do meu dever manifestar desta tribuna, quase ao final do ano Constituinte de 1987.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr Presidente, Sras e Srs. Contratantes, nesta sessão tratamos de vários assuntos. Talvez o mais óbvio seja o referente ao

grau de desenvolvimento da crise e à deterioração do Governo Sarney.

Quero abordar um aspecto da crise – e este é o mais cruel, o mais duro, o mais violento – que é exatamente o da ofensiva e da repressão que se desenvolvem contra os trabalhadores brasileiros, como uma espécie de presente de fim de ano para as várias categorias que foram à luta por melhores salários. A Nova República oferece a esses trabalhadores, além da decepção, do arrocho salarial, da fome e da miséria, a penalidade mais cruel do sistema capitalista: as demissões que se estão processando em várias categorias, a exemplo do que ocorreu na Universidade de São Paulo, onde o "democrata" Goldemberg, nomeado pelo PMDB, demitiu seis funcionários daquele estabelecimento por terem participado da greve. Fez na Universidade de São Paulo o que Maluf não conseguiu fazer, assim como o Governador Orestes Querínia fez na Saúde o que Maluf não chegou a ter a coragem de fazer.

Em relação a Cosipa, Sr. Presidente, onde há igualmente uma administração responsável por rombos e corrupções administrativas, os trabalhadores vão à greve por melhores salários, e contra eles se abre um processo de retaliação, em que mais de cem são demitidos e mais de quarenta espancados.

Como se isto não bastasse, chegamos à área federal – eis aí o quadro em relação aos trabalhadores dos Correios e Telégrafos: o fascista e truculento Ministro das Comunicações joga na rua, numa penada, dezenas de trabalhadores. No momento em que se fazem uma luta justa, uma reivindicação legítima, esses trabalhadores recebem, neste final de ano, a penalização da simples demissão.

Sr. Presidente, ainda vinculada ao Ministério do "Toninho Malvadeza" há a repressão violenta contra os trabalhadores das empresas de telecomunicações e operadores de mesas telefônicas. Isso é apenas um ensaio do que os patrões e o Governo preparam para o ano de 1988. Diante de uma inflação descontrolada e da ameaça de uma recessão mais dura, os trabalhadores brasileiros são tratados por este Governo, por esta política econômica como inimigos. Num processo de violência como o praticado na época da ditadura militar, são jogados na rua, o que os leva a uma situação de verdadeiro desespero.

Por isso, Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a a transcrição nos Anais desta Assembléa de dois documentos: um endereçado ao Presidente Sarney pelos funcionários dos Correios e Telégrafos; e outro endereçado a todos nós Constituintes, pela Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas. Esses documentos falam por si sós da situação de desespero e de violência de que estão sendo vítimas os trabalhadores neste final de ano – um final triste para a situação política do País, com um Governo fracassado, a Constituinte vivendo um impasse devido à formação do Centrão e uma crise econômica como em poucos momentos tivemos neste País.

Assim, Sr. Presidente, nós, comprometidos com os trabalhadores, queremos prestar-lhes este apoio e esta solidariedade e chamar a atenção das autoridades para o fato de que não podem tratar os trabalhadores dessa maneira. Há um limite. É necessário resistir, organizar-se para que não

se coloquem em risco a vida, a dignidade e o direito de sobrevivência dos trabalhadores e do povo brasileiro.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

À Sua Exceléncia o

Senhor José Sarney

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Os funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, lotados no órgão de Processamento de Dados e em outros órgãos operacionais da Diretoria Regional de Brasília, dirigem-se a Vossa Exceléncia, informando que, em 10 de dezembro de 1987, paralisaram suas atividades, visando demonstrar sua insatisfação com os atuais salários e objetivando obter da direção da Empresa, uma resposta à pauta de reivindicação apresentada em setembro.

No dia subsequente ao da paralisação, ao retornarem ao trabalho, os funcionários relacionados em anexo, foram surpreendidos com o aviso de demissão, sem quaisquer possibilidades de entendimento. Cabe ressaltar que dos 129 funcionários demitidos, 72 estão lotados no Serviço de Processamento de Dados, caracterizando uma demissão em massa e comprometendo o desempenho daquele órgão, com reflexos nos serviços essenciais da Empresa.

Considerando que:

- a paralisação durou apenas um dia;
- o movimento foi ordenado e pacífico, tendo sido respeitado o direito de trabalho dos demais colegas;

- todos os funcionários são concursados;

- a dedicação dos servidores, para com a Empresa sempre foi demonstrada durante muitos anos de bons serviços prestados;

- nem todos os funcionários que participaram da paralisação foram demitidos, o que caracteriza um tratamento discriminatório, contrário ao princípio constitucional de isonomia:

- a subsistência dos demitidos e de seus familiares ficará comprometida, trazendo incertezas quanto ao futuro e profunda consternação neste Natal.

Solicitamos a intercessão de Vossa Exceléncia junto ao Ministério das Comunicações, no sentido de evitar que as demissões sejam efetivadas. Fazemos este apelo porque temos a certeza de que o seu Governo prima pelo social e busca agir sempre no mais alto espírito democrático.

Confiantes na magnanimidade de Vossa Exceléncia, não só como Presidente da República, mas também como pai de família e cidadão consciente de que são parcos os meios de reivindicações à disposição dos trabalhadores, submetemos o nosso pleito à sua decisão contando que ela nos seja favorável.

Brasília-DF, 13 de dezembro de 1987

Senhores Constituintes.

Somos trabalhadores do Sistema Telebrás, a anos dirigentes sindicais da mencionada categoria.

A alguns anos organizamos na FITTEL (FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES) e negociamos

a nível nacional com a empresa **holding**, Telebrás.

Apesar de dificuldades conhecidas e com alguns conflitos, sempre chegamos a celebrar acordos coletivos

No ano de 1985 fomos forçados a pedir do Ministério do Trabalho uma intermediação, solicitando marcação de mesa-redonda de negociação no que fomos prontamente atendidos.

Somos a mesma entidade que articulou 120.000 assinaturas, meses atrás no setor de telecomunicações e que logo depois foi obrigado a articular a paralisação dos trabalhos na EMBRATEL, em todo o país, para garantir que tal monopólio não fosse quebrado à revelia de todos em um contrato que o então Presidente da EMBRATEL havia assinado com a empresa VICOM (Empresa de fachada pertencente a Roberto Marinho e Amadeu Aguiar).

Estamos a anos denunciando a falta de investimentos no setor, o que provoca uma deterioração natural à qualidade dos serviços.

A administração autoritária, o subsídio aos grandes usuários, Banco de dados e TV Globo, Bradesco, e defendemos:

— monopólio estatal das telecomunicações, administração voltada para o social e aberta ao controle do Legislativo, a utilização de concursos públicos para a contratação de mão-de-obra e um respeito a dignidade do trabalhador, pagando pelo seu trabalho, salários justos.

Estamos em campanha salarial desde o dia 24/11 quando realizamos a primeira rodada de negociações com o sistema Telebrás. Recebemos uma proposta muito aquém do esperado, insuficiente até mesmo para manter nosso poder de compra dos anos anteriores.

A categoria não aceitou esta proposta, manifestou sua insatisfação em atos públicos e passeatas, depois esperou até o dia 10/12 quando seria deflagrada uma paralisação caso as negociações não evoluíssem.

Dia 03/12 encaminhamos um ofício ao Ministro Almir Pazzianoto, solicitando sua intermediação, marcando mesa redonda de negociação entre as partes e um ofício ao Ministro Antônio Carlos Magalhães, solicitando audiência para tentar diretamente a retomada das negociações.

No dia 09/11 fomos recebidos pelo Ministro Pazzianoto, que na realidade não deferiu nosso pedido de mesa redonda, optando por nos informar que estava em contato com o Ministro Antônio Carlos, fazendo gestões para que a Telebrás pudesse melhorar a proposta. Enviamos também nesta data telex as lideranças de todos os partidos na Constituinte, e mais um grupo de Deputados e Senadores onde expunhamos rapidamente a situação e solicitávamos uma reunião onde pedimos apoio no sentido de forçar a abertura das negociações.

Dia 9/12 ainda, fomos recebidos pelo Presidente da Telebrás, Dr. Almir Vieira Dias que modificou a proposta a nós apresentada dia 24/11 (item econômico) apenas dizendo que estava quase na proposta anterior (faltando autorização das áreas governamentais) e em outros diversos itens nos ficou de apresentar resposta no dia seguinte inclusive de itens não econômicos que vem sendo negociados em outras estatais.

Segundo Julio Colombi, titular da Sest (Jornal Folha de S. Paulo do dia 03 de novembro).

A Telebrás têm um superávit previsto de 54,8 bilhões para o exercício de 1988.

O salário de outubro e a Telebrás ofereceu 33%, chegando no dia 09/12 a 42,8%, proposta inferior a negociada com os bancários do Banco do Brasil em setembro tempo em que se tinha uma expectativa inflacionária muito menor (44%). Quanto a outros itens da pauta ficamos de receber a resposta em uma reunião marcada com este fim para o dia 10/12.

A proposta da Telebrás levada às assembleias da categoria 09/12 levou a categoria a greve, como já previsto e anunciado a dias, mantendo porém, operando todos os serviços essenciais, com plantões devidamente preparados para este fim.

Dia 10/12 enviamos telex urgente ao Ministro Antônio Carlos solicitando a audiência e ao Ministro Pazzianoto reafirmando os temas do ofício do dia 03 e solicitando a marcação de mesa-redonda.

Dia 10/12 chegamos a levar a Telebrás uma contra proposta no sentido de facilitar o entendimento, mas não chegou a apresentá-la "não negociamos com grevista" S.T.C (esta proposta na tarde do mesmo dia foi entregue ao Dr Plínio Sarte, secretário da relações de Trabalho do Ministério do Trabalho em reunião onde insistimos na marcação de mesa-redonda.

Na noite do dia 10/12 o Ministro Antônio Carlos declarou a imprensa que faria demissões sumárias e dia 11/12 desaba o terrorismo. Os métodos:

1 — telefonar para as esposas dos colegas, ameaçá-los com a próxima demissão do marido, caso o mesmo não compareça ao trabalho até as tantas horas;

2 — buscar em casa diversos colegas sob ameaça;

3 — divulgar listas contendo 100 a 200 nomes (em diversos estados) e dizendo que aqueles que não voltassem até tal hora seriam demitidos;

4 — realmente irem as residências de diversos colegas e entregar-lhes as cartas de demissão.

Diante destes fatos, a coordenação nacional do movimento recomendou que os companheiros voltassem ao trabalho para reabrimos as negociações, porém com a garantia de não mais punição.

Os companheiros dos Estados de Rio de Janeiro e Ceará, muito revoltados com os métodos, o processo e as demissões, resolveram continuar com a paralisação até que as demissões sejam revistas.

Foi criado o impasse. Dia 11/12 cinco Senadores, 18 Deputados enviaram um documento ao Ministro do Trabalho, e das Comunicações pedindo abertura das negociações com a anulação das punições.

Que queremos desta reunião:

1 - que os senhores constituintes, Senadores e Deputados que ainda não assinaram o documento aos Ministros o façam;

2 - formar uma comissão ampla suprapartidária que possa acompanhar-nos em audiências a serem garantidas para este fim, com o Vice-Presidente da República Deputado Ulysses Guimarães, e ainda com o Ministro das Comunicações, onde solicitamos a anulação das demissões e reabertura das negociações;

3 - acompanhar também em audiência ao Ministro Costa Couto, onde se necessário, solicitaremos audiência diretamente com o Presidente da República José Sarney, com o mesmo objetivo;

4 - acompanhar essas movimentações até uma solução para o impasse.

Muito atenciosa e respeitosamente agradecemos, — FITTEL — Gerson Almeida — Aristóteles dos Santos — Paulo Roberto — Oseas Porto Silva — Antonino Rocha Barros — Lêda Geralda B. da Silva — Walter Pinheiro — Francisco das Chagas — Gonçalo de A. Barbosa — Brigido Rolan Ramos.

Pelos sindicatos de: RJ, RO, RS, MG, ES, BA, PB, PE, DF, PR, MRJ, GO, ERJ, CE. FITTEL — Luiz Antônio S. da Silva.

Anexos:

Pauta de Reivindicações

Proposta da Telebrás

Nossa Contra-proposta

Cópias dos Ofícios e Telex aos Ministros

Documentos dos Constituintes

Deputados e Senadores aos Ministros

O SR. OSMIR LIMA (PMDB – AC. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho aqui manifestar minha preocupação, que deve ser a de toda a sociedade brasileira, porque acredito que de nada adianta elaborarmos novo texto constitucional se não houver homens que cumpram e façam cumprir as leis do País.

Encaminhei recentemente requerimento de informações à Mesa — e não é tão recente assim, pois data de 22 de maio de 1987 — sobre espancamento e tortura por parte de agentes da Polícia Federal no meu Estado, e não obtive resposta alguma. Tal solicitação foi reiterada em 12 de agosto de 1987, sendo respondida somente agora, sete meses depois. O mais grave é que o Sr. Superintendente da Polícia Federal no Acre, ao responder o requerimento de informações, limitou-se a nos agredir, a nos acusar e a fazer insinuações, ao invés de fazer a devida apuração, revelando-se, assim, um homem arbitrário, de mau caráter, insolente e que não merece estar à frente de um órgão como a Polícia Federal.

Estivemos também recentemente em Manaus, onde o Constituinte Geraldo Fleming, ao discutir com uma funcionária da Receita Federal daquele Estado, foi inesperadamente interrompido por dois agentes desta mesma Polícia, que disseram: "vamos algemar esse camarada". Só após a identificação do Constituinte é que os agentes lhe pediram desculpas. Quer dizer, se fosse um cidadão comum, até hoje estaria arbitrariamente algemado.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, talvez tenhamos de, primeiro, mudar os homens — ou trocar os homens se não conseguirmos mudá-los — para, então, podermos ter certeza de que o que aprovarmos aqui será cumprido por aqueles que têm obrigação de fazer cumprir a lei.

Leio no jornal **Correio Braziliense** de 8 de dezembro que "juiz absolve réu e critica a Polícia, em Porto Alegre", numa sentença em que absolveu dois homens acusados de integrarem uma quadrilha de traficantes de maconha. O juiz da 2ª Vara Criminal de Sapucaia do Sul, terra do meu querido companheiro Ruy Nedel, acabou condenando o método de investigação utilizado pela Polícia Federal que incriminara os acusados, que foi o da tortura.

Não adianta incluirmos na Constituição artigo dizendo que o crime de tortura é imprescritível, inafiançável e de lesa-humanidade. A Polícia Fe-

deral do meu Estado, através de um laudo médico, informou a esta Casa que esse cidadão não teria sido torturado, mas, após conversar com esse cidadão e seus familiares, cheguei à conclusão de que ele foi, efetivamente, torturado.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que a Mesa procurasse dar um caráter de maior credibilidade a esse requerimento de informações, porque, do contrário, ele passaria a não ter valor. Finalmente, se a nova República quer efetivamente mudar este País, primeiro terá de mudar os homens que o dirigem.

O SR. EDUARDO JORGE (PT - SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Constituintes, a comunidade científica e entidades representativas de trabalhadores de todo o País receberam com a maior preocupação a anunciada nomeação, pelo Ministério da Saúde, do Dr. Ricardo Veronesi para substituir o Dr. Sérgio Arouca na Presidência da Fundação Oswaldo Cruz.

Segundo declarações do próprio Ricardo Veronesi, publicadas na **Folha de São Paulo** de hoje, 15-12-87, sua indicação para a Presidência da Fundação Oswaldo Cruz deve ser creditada ao Grupo Parlamentar chamado Centrão, ou seja, é a direita que mais uma vez dá o tom ao Governo da Nova República. Provas e mais provas como esta com o passar do tempo tornam evidente o acerto do PT em não comparecer ao Colégio Eleitoral e em não coonestar essa farsa conservadora da Nova República.

Mas voltemos ao assunto Ricardo Veronesi, esse cidadão mestre em colar nos poderosos de plantão. Vejamos um rápido dossiê a seu respeito:

1 – Atividades Administrativas

1.1 – Foi Secretário de Higiene e Saúde na Prefeitura de São Paulo, gestão Jânio Quadros. Demitido sumariamente pelo atual prefeito, que justificou sua decisão publicamente acusando Veronesi de incompetência.

2 – Atividades Universitárias

2.1 Tem péssima reputação no meio universitário. Tem vínculo com a indústria farmacêutica, realizando trabalhos falsamente científicos com a finalidade de divulgação de medicamentos particularmente da Laboterápica Bristol.

2.2 É “autor” de um livro sobre moléstias infecciosas que nada mais é que uma compilação de artigos de outros profissionais, transformados em Capítulos, sem autorização daqueles cientistas, que não recebem nenhum tipo de direitos autorais.

2.3 É evitado pelos alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde é professor. Todos os seus estagiários em nível de pós-graduação são recrutados de outras escolas, uma vez que os candidatos a pós-graduação da FMUSP evitam vinculação com sua pessoa.

2.4 Atitudes alarmistas e nitidamente com objetivos de promoção pessoal: por exemplo, a denúncia de contaminação de funcionários na lavanderia do Hospital das Cínicas da FMUSP, posteriormente comprovado ser ideal. Outro exemplo: a denúncia de contaminação de funcionários do Banco de Sangue do HCFMUSP em níveis percentuais irrealis.

3 – Atividades Profissionais

3.1 – É um dos chamados “empresários da loucura” Possui hospitais de confinamento de doentes mentais (ver anexo documentação sobre o Sanatório Vila Formosa limitada). O Dr. Veronesi e outros médicos registraram esse Hospital em nome de suas mulheres e depois foram nomeados por elas seus procuradores para defender os interesses comerciais do nosocomio.

É uma demonstração transparente de como se burlar a lei. Toma-se uma aparência “legal” mas o comportamento é imoral. Visa a ocultar a chamada “dupla militância.” Ou seja: pessoas que ocupam cargos de direção em órgãos públicos da Saúde e mantêm vínculos com empresas lucrativas do mesmo setor.

4 – Questões anti-éticas em que esteve envolvido

4.1 Utilização de Interferon intratectal para “tratamento” da raiva, considerada uma experiência em seres humanos.

4.2 Defesa de posições anti-éticas e segregatórias, como o confinamento dos grupos de risco na questão da Aids. Para justificar sua posição fez divulgação de dados alarmistas e irrealis em relação à Aids em programas de TV e jornais, sempre procurando colher dividendos de promoção pessoal com suas atitudes sensacionalistas.

Julgo que estes são dados suficientes para se ter uma noção do tipo de dirigente que o Centrão e a Nova República estão pensando em nomear para a Fundação Osvaldo Cruz.

Seria uma catástrofe para a instituição, que no passado e no presente tem dado tantas contribuições decisivas para a saúde pública brasileira.

Várias manifestações de funcionários, cientistas entidades políticas e sindicais estão se realizando desde a última quinta-feira no Rio de Janeiro.

Nosso discurso na Assembléia Nacional Constituinte tem como finalidade:

1) Denunciar o caráter e as consequências dessa anunciada nomeação do Dr. Veronesi para a Presidência da Fiocruz.

2) Chamar o Ministro da Saúde à reflexão para a necessidade de ouvir a opinião das entidades científicas e de servidores antes de qualquer decisão a respeito da Fundação Osvaldo Cruz.

3) Preservar uma instituição que vem registrando contribuições fundamentais para o País tanto na produção de insums básicos quanto na produção de propostas para uma reforma sanitária adequada à realidade brasileira.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DO SANATÓRIO VILA FORMOSA LIMITADA.

Pelo presente instrumento particular, os abaixo-assinados, Dr. Sérgio Thomaz Del Campo, brasileiro, solteiro, médico, residente à Rua Alagoas, nº 101 – aptº 42; D^a Lilian Ferreira de Sá, brasileira, casada, de prendas domésticas, residente à Rua Diogo Moreira, nº 250; D^a Mieko Suga, brasileira, casada, de prendas domésticas, residente à Av. Diederichsen, nº 352; D^a Cecília Mitsui, brasileira, casada, de prendas domésticas, residente a Al. dos Anapurus, nº 1643; D^a Norma Kenworthy Foschi, brasileira, casada, de prendas domésticas,

residente à Rua São Carlos do Pinhal, nº 345, aptº 2105; D^a Nedda de Souza Lima Rizzi, brasileira, casada, de prendas domésticas, residente à Rua Tucuman, nº 421; D^a Guaraciaba Bernardinelli, brasileira, casada, de prendas domésticas, residente à Rua General Gurjão, nº 68; D^a Anna Rachel Junqueira de Arantes, brasileira, casada, de prendas domésticas, residente à rua Dr. Bacelar, nº 383; e D^a Rafaela Aliberti Veronesi, brasileira, casada, de prendas domésticas, residente à Rua Angatuba, nº 546, todos nesta Capital, têm justo e contratado entre si a constituição, na melhor forma de direito, de uma sociedade civil, por cotas de responsabilidade limitada, com fins econômicos, cuja natureza, designação, sede, objeto, fins, etc., reger-se-ão pelas cláusulas abaixo estipuladas, que os signatários deste se obrigam a cumprir e respeitar, desde já, nos casos omissos ou duvidosos, pelas leis que regulam a matéria.

PRIMEIRA

A sociedade, cuja sede será nesta Capital, à Rua Salvador do Vale, nº 80 – Vila Formosa, e terá como objetivo a prestação de serviços de assistência médica-hospitalar através do Hospital, Sanatório, Instituto ou Ambulatório, de sua responsabilidade, e, ainda organizar, administrar e firmar convênio com as entidades públicas, autárquicas ou particulares para prestação de assistência médica e hospitalar. Podendo instalar estabelecimentos hospitalares, inclusive ambulatórios médicos em outras localidades do País.

SEGUNDA

A sociedade girará sob a denominação social de Sanatório Vila Formosa Limitada, devendo a denominação e o uso da firma serem utilizadas exclusivamente pelos Diretores, que o farão em conjunto nos contratos e negócios de vulto que envolvam responsabilidade patrimonial e social, mediante aprovação expressa e prévia de, no mínimo, dois terços de votos, manifestada na reunião mensal estipulada na cláusula 7^a, exceto quando se tratar de atos de mera administração e rotina, quando se prescindirá de qualquer autorização.

TERCEIRA

A sociedade será administrada por uma diretoria, composta de dois membros sócios, residentes no país, os quais dividirão entre si, de comum acordo, todos os encargos da administração, desde que estes não sejam predeterminados pela assembleia geral ordinária prevista para a aprovação do balanço de cada exercício.

§ 1º Os diretores exercerão os respectivos mandatos por prazo interminado, podendo, todavia, ser um deles, ou ambos, destituídos de seus cargos por deliberação da assembleia geral ordinária ou extraordinária, previstas na cláusula 13^a.

§ 2º Todos os demais sócios, desde que solicitados pela diretoria, deverão prestar a ela a sua colaboração, para o bom encaminhamento dos assuntos de interesse da sociedade.

QUARTA

Aos diretores incumbidos do uso da firma é vedado, terminantemente, utilizá-la em negócios particulares ou em obrigações estranhas ao objetivo social, tais como: aceitar avais, fianças, abonos ou endossos em operações que não digam

respeito à sociedade. Os que infringirem essa proibição ficarão individualmente responsáveis pelas obrigações contraídas, não respondendo por elas, em hipótese alguma, a sociedade ora constituída.

QUINTA

Para exercerem os cargos de diretores, a que alude a cláusula 3º, são nomeadas – neste ato e pelo consenso unânime dos componentes da sociedade – as sócias Lilian Ferreira de Sá e Mieko Suga, que desde já assumem no pleno exercício de suas funções.

SEXTA

As funções inerentes aos cargos de direção – desde que ocorra motivo de força maior comprovada poderá ser delegada pelo respectivo ocupante a qualquer um dos sócios, não diretores, mediante mandato por instrumento público ou particular, condicionando a prévia anuência – manifestada em reunião mensal ordinária ou extraordinária de dois terços de votos, consideradas as respectivas cotas. Cada cota de capital; dará direito a um voto.

SÉTIMA

Para deliberar sobre assuntos de interesse da sociedade, os sócios reunir-se-ao pelo menos uma vez por mês, em data previamente fixada e sob a presidência de um dos diretores, o qual, quando necessário, poderá convocar reuniões extraordinárias, para deliberar sobre assuntos que apresentem caráter de urgência. As decisões serão tomadas por dois terços de votos, consideradas as respectivas cotas.

OITAVA

O capital social será de NCr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos), divididas em 100 (cem) cotas, do valor nominal de NCr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros novos), distribuídas entre os sócios de maneira igual, isto é 10 (dez) cotas para cada um dos sócios, com exceção da sócia Mieko Suga, que ficará com 20 (vinte) cotas, já totalmente integralizado.

Parágrafo único. Consoante preceitua o artigo 2º, in fine, do Decreto nº. 3.708, de 10 de janeiro de 1919, cada um dos sócios se responsabiliza pela totalidade do capital social.

NONA

A sociedade começará a vigorar a partir da data da assinatura do presente contrato e terá a duração indeterminada.

DÉCIMA

Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir as suas cotas de capital social a terceiros, no todo ou em parte, sem expresso consentimento dos demais sócios, que terão preferência sobre terceiros, na aquisição das mesmas, em igualdade de condições.

DÉCIMA PRIMEIRA

O falecimento de quaisquer dos sócios, na vigência deste contrato, não acarretará a extinção da sociedade, que subsistirá com os sócios remanescentes, pagando-se aos herdeiros ou legatários do sócio falecido, o quinhão deste, apurado em balanço, pagamento que será feito em doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, a contar da data da aprovação do balanço, que se dará dentro de 30 dias do falecimento; sendo facultado, entretanto, ao cônjuge do sócio falecido, o seu ingresso na sociedade, em substituição daquele, participando da mesma com um número de cotas equivalentes à metade das subscritas e realizadas por seu cônjuge, salvo se sub-rogar-se nos deveres da sociedade e pagar aos herdeiros e legatários o quinhão destes. Neste caso poderá participar da sociedade com os mesmos números de cotas do cônjuge falecido.

Parágrafo único. Se o fato ocorrer, com um dos sócios autorizados ao uso da firma, será ele substituído nesse mister, pelo outro sócio, escolhido na reunião mensal especialmente convocada para esse fim.

DÉCIMA SEGUNDA

O ano social começará no dia 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro, devendo ser feito um balanço geral em cada fim de exercício. Os lucros ou prejuízos que forem apurados serão divididos ou suportados pelos sócios proporcionalmente às suas respectivas cotas de capital, sendo que as retiradas mensais dos sócios serão estipuladas de comum acordo e serão levadas em conta de despesas gerais da sociedade.

Parágrafo único. Do balanço previsto nesta cláusula, havendo lucro, será deduzido 20% sobre o mesmo, para a constituição de um fundo de reserva social, dividindo-se o saldo na forma acima prevista.

DÉCIMA TERCEIRA

Será realizada uma vez por ano, nos três primeiros meses de cada ano, assembléia geral ordinária para apreciação do balanço do exercício findo. Poderão, outrossim, ser realizadas as assembléias gerais extraordinárias, quando assim a diretoria julgar necessária.

DÉCIMA QUARTA

O foro da sociedade será o da sede social.

E, por estarem assim de pleno e mútuo acordo, mandaram datilografar o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, que lido e achado conforme, assinam na presença de duas testemunhas abaixo.

São Paulo, 1970. – Dr. Sérgio Thomaz Del Campo – D^a. Cecilia Mitsui – D^a Norma Kenworthy Foschi – D^a. Lilian Ferreira de Sá – D^a. Mieko Suga – D^a. Nedda de Souza Lima Rizzi. – D^a Guaraciaba Bernardinelli – D^a Anna Rachel Junqueira de Arantes – D^a Rafaela Aliberta Veronesi.

Testemunhas:

Dr. Oscar Jiro Nabeta.

SEXTO CARTÓRIO DE NOTAS DA CAPITAL

Translado 1º Livro – 851 – fls. – 197 –

Procuração bastante que faz – Sanatório Vila Formosa Ltda.

Saibam quantos virem este público instrumento de procuração bastante que, no ano da Era Cristão de mil novecentos e setenta e dois, aos vinte e seis (26) dias do mês de dezembro, nesta cidade de São Paulo, perante mim, Escrivão, compareceu como outorgante, em meu cartório, o Sanatório Vila Formosa Ltda., com sede nesta Capital, à Rua Salvador do Vale nº. 98, Vila Formosa, inscrito no C.G.C sob o nº. 62.737.911/001, sociedade civil registrada sob o nº. 19072, livro A-9, no Registro de Pessoas Jurídicas do 3º Ofício desta Capital, neste ato de acordo com seu contrato social, representada por sua Diretora, dona Mieko Súga, brasileira, portadora da cédula de identidade, RG. nº. 1.696.223 – SP., residente e domiciliada nesta Capital, à Av. Diederichsen, nº. 352; – reconhecida pela própria de mim e das testemunhas adiante nomeadas, e assinadas, do que dou fé, perante as quais por ela na forma como vem representada, me foi dito, que por este público instrumento e na melhor forma de Direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, – os Drs. Osvaldo Suga; Sérgio Thomaz Del Campo; Nilo Foschi; Christovam Pacheco Ferreira de Sá; Angelo Dario Rizzi; Ernani Stevaux Bernardelli; Antônio Carlos Junqueira de Arantes e Ricardo Veronesi; todos brasileiros, médicos, residentes e domiciliados nesta Capital, e com endereço comum à Av. Diederichsen nº. 352; a quem confere poderes para, em conjunto de dois no mínimo, independente da ordem de nomeação, comprar os imóveis que carecer a sociedade para as suas instalações ou compromissar a sua compra, podendo para tal fim estipular preços e condições, ou com eles concordar, com poderes para firmar escrituras públicas ou contratos por instrumentos particulares em nome da outorgante; pagar impostos, taxas e demais despesas referentes aos imóveis adquiridos ou cuja compra venha a ser compromissada; emitir e aceitar contas, sacar, aceitar e descontar letras de câmbio e outros quaisquer títulos comerciais, seja qual for a sua natureza; emitir notas promissórias, cobrar dívidas, depositar e levantar dinheiro ou outros valores em bancos e demais estabelecimentos de crédito, podendo emitir, endossar e assinar cheques; contratar e dispensar os empregados; firmar quaisquer tipo de contratos particulares ou públicos, aceitar e concordar com as cláusulas e condições, estabelecendo e estipulando os preços, prazos, etc., receber quaisquer quantias, dar quitação, desistir, fazer acordos, cancelamentos e assinar distratos; representar a outorgante perante quaisquer repartições públicas e autarquias ou empresas de serviços públicos federais, estaduais e municipais, podendo para tal fim, requerer, desistir, fazer acordos, receber e dar quitação, arrazoar todos recursos até a última instância, prestar esclarecimentos, pedir reconsiderações, formular qualquer defesa; representar a outorgante em todos os Juízos e Instâncias; proceder ao recolhimento de tributos e requerer isenções; transigir em Juízo ou fora dele, subestabelecer os poderes forenses, constituindo para tanto, ad-

vogado com poderes "ad judicia", contratando honorários e tudo mais que fizer mister para a defesa da outorgante em Juízo ou fora dele, inclusive conferindo os poderes do artigo 108, *in fine*, do Código de Processo Civil, enfim, praticar todos os atos que se fizerem necessários ao cumprimento deste mandato, por mais especial que seja. – E de como assim disse, do que dou fé, lavrei este instrumento que sendo-lhe lido, aceitou e assina com as testemunhas abaixo, minhas conhecidas, presentes a leitura desta, e que são: – José Quiqueto Garcia, solteiro, e Walter Martucci Marques, casado, ambos brasileiros, auxiliares de cartório, residentes e domiciliados nesta Capital. Vai esta selada com Cr\$ 1,60 estadual e Cr\$ 0,80 de T.S.J. – Eu, Reynaldo Magdaleno, escrevente habilitado, escrevi, sob minuta. – Eu, Simas Pompeu de Toledo, Escrivão, a subscrevi. – (a.a.). – Mieko Suga – José Quiqueto Garcia. – Walter Martucci Marques. – (Legalmente selada) Data Supra. – Eu, Simas Pompeu de Toledo, Escrivão, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

Em Testº, da Verdade

O SR. LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na última semana, muitas e acerbas críticas foram feitas, nesta tribuna e em Porto Alegre, ao Governador do Rio Grande do Sul, devido a uma ocorrência policial: a Brigada Militar – dizia-se invadiu o Legislativo, criando uma crise institucional, chegando, até, a ser proposto, por um deputado do PDS, o **Impeachment** do Governador.

Nem nos piores tempos da repressão – afirmava-se –, ocorreria fato tão ignominioso.

Um novo ditador – acusa-se – surge no lugar do falso democrata Pedro Simon.

O maior acusador, aqui, era nada menos do que o Constituinte Paulo Paim, o mesmo que, dias antes, comandava, com outros, a invasão das galerias da Assembléia Nacional Constituinte, de onde, com companheiros seus, promoveu a mais acintosa agressão e a página mais negra da história recente dos legislativos do mundo ocidental.

Estive no Rio Grande do Sul informando-me do que, na verdade, se passara em Porto Alegre. Eis os fatos e o comportamento do Governador.

Entidades representativas dos professores e dos funcionários públicos, inconformadas com a decisão do Governo de pagar o 13º salário em duas parcelas, pretendiam fazer manifestação de protesto na Praça da Matriz, onde se localizam, além da Catedral Metropolitana, as sedes dos três Poderes do Estado.

Por razões no mínimo ponderáveis, e à luz de experiências recentes, quando uma dessas entidades, literalmente, acampou na praça por um longo período, quando de uma greve, que durou mais de 100 dias, a Secretaria da Segurança Pública, nos termos da lei, negou autorização para tanto, tendo em vista que, para manifestações desse jaez, há lugares mais adequados e tradicionais na cidade, como é o caso da chamada Esquina Democrática, ponto de maior circulação popular.

Desafiando a autoridade, foi tentada a manifestação que, frustrada, foi novamente anunciada para três dias depois, mesmo sem a autorização.

Foi nessa ocasião, que ocorreram os incidentes geradores dos protestos, quando, ao coibir o uso da praça, alguns policiais exorbitaram, penetrando nos jardins e na área de estacionamento da Assembléia Legislativa, para retirarem os manifestantes, entre os quais acabaram incorporando-se alguns poucos deputados.

O Governador, que obviamente jamais determinaria tais excessos, deliberou, de imediato, a identificação dos culpados, e foi à Assembléia para, de público, desculpar-se pelo ocorrido. Recusou-se, como é da característica dos homens leais e justos, a demitir qualquer autoridade dos órgãos de segurança, sem prévia apuração de culpa, até porque o passado das principais dessas autoridades sugere não terem tido elas interferências nos atos criticados.

Este foi o crime do Governador, contra o qual lançam-se os maiores vitupérios e se questiona toda uma ação de governo, de respeito às manifestações populares.

Que as oposições encenem esse teatro, para dele colherem dividendo político-ideológico-eleitoral, comprehende-se. O que não se comprehende são alguns companheiros do PMDB, que conhecem o longo passado político sem mácula do Governador, símbolo da resistência democrática, modelo de probidade, entrarem no jogo da demagogia, pondo em dúvida a posição do Governador, frete às acusações de políticos neófitos do a PT.

Sou novato na política – e, portanto, no PMDB –, porém a escolha do partido para disputar uma cadeira na Assembléia Nacional Constituinte deveu-se muito à figura de Pedro Simon, que resumia as qualidades democráticas de um político cuja retidão de caráter, nunca desmentida, já havia sido posta à prova em longas jornadas de resistência.

Quem, com serenidade e isenção, conhecedor do esforço do Governador para soerguer o Rio Grande do Sul, vê a campanha difamatória que lhe movem, só chega à conclusão de que a sociedade perdeu o senso.

Pedro Simon assumiu o Governo, em 15 de março deste ano, com uma dívida de 111 bilhões de cruzados. Tratado a pão e água pelo Governo Federal, por não abdicar de sua dignidade em troca de favores, o Governador, com uma decisão inarredável, está cumprindo a tarefa, de enorme profundidade e alcance, de sanear as finanças públicas, levando ao pé da letra o preceito-símbolo da Nova República ao instalar-se, de que "é proibido gastar". Ele tem clara a visão de que, sem fazer isto – como o Governo Sarney, que não quis ou não pôde levar adiante o compromisso que Tancredo Neves escrevera para o discurso da primeira reunião do Ministério –, estaria, como hoje, o Governo Federal, economicamente inviabilizado e politicamente desgastado, condenado a passar o resto do governo mendigando, caloteando e descumprindo os compromissos de promoção da justiça social que assumiu nos palanques de campanha.

Esta gestão austera, para evitar o colapso das finanças públicas e tomar o Rio Grande novamente governável, impediou a Administração Simon de atender, na plenitude, reivindicações de servidores. Sua luta para reduzir despesas levou-o, até mesmo, a adotar medidas de duvidosa legalidade, como foi o caso do pagamento dos serviços

de obras públicas executadas no governo passado, que ainda está por ser feito, e com mutilação, colocando em risco a sobrevivência de grande número de empresas credoras.

É um governo que não privilegiou ninguém, e, já antes de completar o primeiro ano de gestão, apresenta estupendo resultado, de ter uma visão palpável de retomada dos investimentos.

Com o saneamento das finanças, em vias de consumo, o que os companheiros do PMDB precisam entender é que, sem a travessia dessa fase, sem a compreensão, sem a paciência e sem a solidariedade para que ela se cumpra com sucesso, não se reestruturará a máquina administrativa, nem se poderão cumprir os compromissos de campanha, de implantação de um desenvolvimento voltado para a justiça social e a superação do triste quadro de miséria em que tantos irmãos estão mergulhados.

Agora mesmo, nova arremetida contra o Governo acaba de ser feita pelo Poder Judiciário, que, embora recebendo, em valores absolutos, salários não exorbitantes, certamente estão situados no topo da pirâmide social dos brasileiros.

Perdoe-me a parcela dos magistrados que decidiu por uma greve que nega toda a profunda responsabilidade de suas funções, mas não creio que salários que haverão de variar entre 150 e 300 mil cruzados, como está propondo o Governador, sejam ganhos iníquos dentro da realidade fálica dos outros funcionários públicos e das demais categorias profissionais do Estado.

Os humildes e desamparados, no silêncio de seu sofrimento, esperam daqueles que ainda podem fazer um sacrifício para minorar as suas carências que o façam.

Pretendesse o Governador dar um destino, que não o de ajudar o soerguimento social dessa população, aos recursos que tenha economizado na redução dos salários de todos os funcionários públicos, a estes assistiria razão para protestos exacerbados. Mas tal não é o caso, e isto a sociedade precisa saber.

Quanto aos excessos havidos na repressão policial, no enfrentamento às determinações de segurança, devem os mesmos ser investigados, e, os responsáveis, punidos.

Mas não se pode admitir que, a pretexto desse acontecimento isolado, desmereça-se todo, um passado de atuação democrática do Governador Simon, e nem, tampouco, que se desmoralizem os responsáveis pela segurança pública em nosso Estado, como alguns estão procurando fazer, movidos unicamente por interesses político-ideológicos.

A sociedade quer ordem e as instituições têm de ser respeitadas e preservadas, caso contrário a anarquia será inevitável, e a estabilidade social deixará de existir.

Pretender desmoralizar o Governador, com propostas absurdas de **Impeachment** e de renúncia do Secretário da Segurança Pública, por causa deste episódio, é desejar ampliar a intransqüilidade que toma conta da Nação.

As pessoas de bom senso têm de estar atentas contra esse tipo de tentativas de radicais que se nutrem na desgraça da sociedade.

Muito obrigado.

**O SR. PEDRO CANEDO
(PFL - GO. Pronuncia o seguinte discurso.):**

— Sr. Presidente,

Srs. e Srs. Constituintes, ao eclodir a crise do petróleo, estava o Brasil às voltas com os sérios problemas para pôr em ordem a sua economia: o combate inflação, o equilíbrio do balanço de pagamentos e a substituição da energia importada.

Depois de um sem-número de programas e de planos, verificamos, hoje, que quase nada progredimos, a não ser no campo da substituição energética, com a tecnologia que permitiu ao álcool ser um produto tão bom ou mesmo superior à gasolina, graças à presença da iniciativa privada, que, chamada a colaborar, o fez de forma eficiente e compatível com as necessidades do momento.

Citamos o exemplo para mostrar que a pesada mão do Governo não deverá interferir na economia, reservando-se ao Estado o papel de fiscalizador e jamais o de concorrente.

É princípio básico para uma democracia social e participativa a fixação de regras que possibilitem a garantia do sistema de mercado, com total liberdade por parte do cidadão na escolha e opção de bens e serviços, com preceitos éticos de inteiro respeito ao consumidor. É, condonável, portanto, o apelo intervencionista muito em voga nos dias próximos passados e atuais, que terminou por inibir em parte a criatividade individual.

É próprio no interior do Poder Público o exercício, cada vez mais, da economia do desperdício, das mordomias, da inefficiência e da falta de produtividade. Os feudos e os cartórios continuam dominando vastos setores da Administração Pública, como se a Nação estivesse parada no tempo e no espaço.

É preciso deixar como tarefa à iniciativa privada tudo aquilo que não seja função do Governo. Ao Governo cabe cuidar da saúde preventiva, educação, saneamento, nutrição, habitação e segurança pública. Do restante deveria retirar-se, estimulando a iniciativa privada. Não se comprehende um Governo que explora hotéis, vende dentifrícios através da Cobal ou da SAB, aluga casas e apartamentos e se mete em tudo quanto é lugar onde não foi chamado nem é necessário.

Está provado que onde o Governo põe a mão as coisas se complicam, surge a má administração com indícios permanentes de corrupção. E evidente que a iniciativa privada brasileira ainda não tem capacidade e capital para alguns empreendimentos. Mas há o reconhecimento geral de que está preparada para a quase totalidade das atividades econômicas do País. E disso tem dado provas sobrejas, não frustrando os consumidores em nenhum setor onde concorre com o Estado. Basta se recorrer aos exemplos mais visíveis, como na área de distribuição de alimentos, onde a iniciativa privada bate alto ao Governo, para se ter um quadro nítido quanto à produtividade e desempenho de cada um.

O Poder Público tem provado ser incapaz de ajustar-se às dificuldades de mercado. No que tange ao inchaço do seu quadro de funcionários, o Governo mostra-se impotente para um ajustamento, ao passo que o setor privado tem demonstrado eficiência ao reciclar o seu pessoal. Com isso, a carreira no Serviço Público apresenta-se pouco atrativo pela baixa remuneração e pelos pequenos índices de eficiência, transformada num monstrengue de pouca utilidade.

O Estado-empresário tem tido uma ação desordenada, na tentativa de acumular poder político

com poder econômico, no mais das vezes com resultados nulos ou com prejuízos espetaculares. Há hoje até uma escala do déficit das chamadas estatais brasileiras, num desenho de contornos trágicos parir a economia do País.

Um regime clientelista e cartorial precisa ser trocado pelas limpas leis da economia de mercado, onde a iniciativa privada estabelece os parâmetros de uma atuação comprometida com a realidade e com as necessidades e a demanda de cada área.

A ameaça da crescente estatização deve contrapor-se um movimento coordenado de incentivo à atuação da iniciativa privada, como meio e forma de o País reencontrar-se com seu destino e sua história. Se o setor privado conseguiu livrar o Brasil da dependência total do petróleo, será também capaz de colaborar intensamente no sentido de que venhamos a ter, brevemente, uma economia forte pujante, como parte de um mundo moderno. É preciso, porém, que o Governo faça a sua parte contendo os seus gastos, vendendo as suas muitas empresas e contendo a inflação que cresce como um monstro ameaçador. O desnecessário e o supérfluo devem ser banidos da vida nacional, com o envolvimento e a liberação do setor privado. Um Governo que tem muitos bancos, muitas empresas, muitos supermercados para administrar acaba por nada administrar e acaba, também, por não governar, deixando de realizar aquilo para o qual existe. Trata-se, no nosso modo de ver, de distorção inaceitável num Estado que se quer moderno, preparado para a virada do século e pronto para competir com as economias mundiais de melhor desempenho. A iniciativa privada, fica provado, cabe lidar com o comércio, a indústria e os serviços. Ao Governo; espere-se que governe, sem atrapalhar aqueles que desejam trabalhar.

Estamos, agora, em face das elevadas taxas de crescimento populacional, pressionando o mercado de trabalho, procurando espaços. A população economicamente ativa precisa empregar-se e não será o setor público a oferecer, anualmente, todos os lugares procurados. É tempo, pois, de se repensar o papel do Poder Público, deixando à iniciativa privada a tarefa de puxar o crescimento econômico brasileiro.

Basta de Governo-empresário, Governo-patrão, Governo-indústria, Governo-hotel, Governo-supermercado, Governo-empresa-faz-de-conta. A hora é séria e deve ser encarada como tal. A cada qual deve ser dado campo a trabalhar, para a esperada recuperação brasileira de uma economia combalida por culpa do próprio Estado.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL. (PDC

- SP. - Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a mobilização da sociedade em torno de convocação da Assembléa Nacional Constituinte sintetizou o seu desejo de transformações sociais, plenitude democrática e paz entre os brasileiros.

Esta a nossa grande responsabilidade como Constituintes somos mandatários deste desejo, herdeiros destas esperanças e agentes deste processo transformador.

São quase cinco séculos de história comum. E foi longo e penoso o caminho até chegarmos como Nação ao que hoje somos: um povo livre,

dono de sua terra, herdeiro de seu passado e árbitro de seu futuro.

Impõe-se a nós, Constituintes, honrarmos este momento e fazermos com que a nova Constituição, refletindo as aspirações de toda a Nação, seja o resultado equilibrado de um amplo e sincero pacto de vontades.

Impõe-se o entendimento.

Há que ser afastado o confronto.

Não podemos, como brasileiros e como Constituintes, pactuar com o dilema estéril entre os radicalismos de esquerda e de direita, que a nada levam, a nada conduzem e a tudo destroem.

Queremos e devemos, como Constituintes, através do todo constitucional, criar os instrumentos possibilitadores da construção de uma sociedade econômica e socialmente moderna, baseada no valor do trabalho, na justiça social e na liberdade econômica como pressuposto da liberdade política.

Uma sociedade onde prevaleçam e convivam os valores da justiça e da liberdade, ligados, indissoluvelmente pela argamassa perene da solidariedade.

Esta, Sr. Presidente, Constituintes de 1987, a minha determinação, como Consituente e como Democrata Cristão!

O SR. INOCENCIO OLIVEIRA (PFL - PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos sabem que um dos problemas sociais mais graves que o País atravessa é a migração interna, com a nossa consequente urbanização. Assim, há cerca de 25 anos éramos dois terços no campo e um terço nas cidades; hoje a situação inverteu-se. Porém, o mais grave é que esta urbanização está-se concentrando nas capitais e grandes cidades, com todos os graves problemas de marginalização. Então as nossas cidades não estão crescendo, e, sim, inchando. Há a necessidade do fortalecimento das pequenas e médias cidades, com melhoria das condições de vida da população, sobretudo mais carente, e criação de empregos, para servir de anteparo à migração para as grandes cidades.

Assim, o lançamento pelo Governo, ontem às 15 horas, no Palácio do Planalto, do Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Transportes das Aglomerações Urbanas e adules de Porte Médio (PROURB) deve merecer todo o nosso apoio. O projeto será implantado em cerca de 300 municípios, devendo beneficiar 27 milhões de pessoas, tendo um custo de 434,5 milhões de dólares.

O PROURB atingirá 37 municípios com mais de 220 mil habitantes, considerados aglomerações urbanas, e 263 municípios de porte médio, com populações entre 30 a 50 mil habitantes, entre os quais se inclui nossa terra natal, Serra Talhada.

Os seus principais objetivos são: pavimentação e recuperação de vias que servem de itinerário para o transporte coletivo; implantação, recuperação e melhoramento da sinalização; implantação, recuperação determinais de ônibus e abrigos para passageiros; capacitação de pessoal dos órgãos gestores e das empresas operadoras e elaboração de estudos e projetos, devendo gerar cerca de 208 mil empregos diretos.

Portanto, queremos congratular-nos com o presidente José Sarney, com o Ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Deputado Pris-

co Viana, e com o Presidente da EBTU – Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, Telmo Magadan, pelo programa lançado, esperando que dê os resultados almejados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o acidente

com o Césio-137 em Goiânia deve servir pelo menos para fazer avançar a consciência ecológica do povo brasileiro. A defesa do meio ambiente nunca foi folclore, mas hoje assume dimensões gravíssimas e está no centro do debate sobre o futuro da raça humana, e é por isso que devemos difundir esta consciência e organizar a sociedade para que ela se defende dos grandes predadores: o Estado e os monopólios.

Aqui, no Brasil, muitas vezes, se tratou a poluição como algo inerente ao progresso. Esse tipo de deformação alcançou certamente seu grau mais elevado quando um governador do Piauí, durante a ditadura militar, fez publicar um anúncio nos jornais, convidando os investidores a poluirm seu Estado. Este tipo de tolice está na raiz de situações limites, como é a situação de Cubatão, cidade mártir, onde uma industrialização desordenada, sem controles mínimos de poluição, terminou por gerar uma tragédia cotidiana, marcada, inclusive, pelo nascimento de crianças sem cérebro.

O acidente de Goiânia revela de forma clara que o Governo investe bilhões de dólares em programas atômicos para fins militares, mas não toma nenhuma precaução no que diz respeito à segurança das populações concedidas. Tanto é assim que os primeiros técnicos da CNEN a chegarem a Goiânia tiveram que comprar seus macacões de trabalho no comércio local, ou seja, estavam totalmente despreparados para lidar com um acidente, envolvendo apenas cem gramas de Césio-137. Não é difícil imaginar as dimensões da tragédia se acidente semelhante ocorresse com um reator de Angra dos Reis.

Impõe-se, portanto, o reconhecimento de que o acidente de Goiânia é apenas um episódio a mais na longa cadeia de agressões a nosso patrimônio ecológico. Com efeito, diariamente, a garimpagem indiscriminada permite que sejam lançados em nossos rios grandes quantidades de mercúrio, metal que tem efeitos devastadores sobre a natureza e sobre os homens, pois causa má-formação nos filhos das pessoas atingidas. O latifúndio, por sua vez, não deixa de dar sua contribuição à devastação da natureza, pois a irracional utilização de nossas terras para a criação de gado em grandes pastagens, previamente desmatadas através do método bárbaro das queimadas, elimina quase que completamente a cobertura vegetal e provoca o assoreamento de rios tão volumosos quanto o Araguaia e o São Francisco, o que tem como efeito imediato visível a redução da energia elétrica produzida pelas Hidrelétricas do São Francisco.

Outro escândalo permanente são as usinas de Álcool. A cana tratada nestas usinas tem um subproduto chamado vinhoto, que pode ser facilmente transformado em adubo orgânico e até em asfalto para a pavimentação de estradas vicinais. Mas a insensibilidade de nossas classes dominantes é tão grande que, muito freqüentemente, vemos notícias nos jornais dando conta de que

toneladas e toneladas de vinhoto foram despejadas em nossos rios, inclusive nos rios do Pantanal do Mato Grosso, provocando a morte de milhares e milhares de peixes.

Isso para não falar da utilização indiscriminada de agrotóxicos e pesticidas na lavoura, fenômeno que já provocou a desertificação devastadora de regiões férteis do Rio Grande do Sul.

Este grau alarmante de agressão à natureza, provocado pelo Estado, pelo latifúndio e pelos monopólios que dominam a fabricação de insumos agrícolas está a exigir da sociedade respostas enérgicas. Hoje se coloca como questão inadiável a separação entre o órgão executor e o órgão fiscalizador da política nuclear brasileira, o que de resto é a regra em qualquer país democrático.

É preciso que a sociedade pressione as autoridades no sentido de que seja produzida uma legislação eficaz para a defesa do meio ambiente, para que os órgãos encarregados da fiscalização sejam equipados e para que seja criada uma vontade política capaz de punir os predadores.

Mas será, sobretudo, através da conscientização e da mobilização do povo sobre a questão ecológica que conseguiremos preservar o patrimônio que nos foi legado por nossos antepassados e que está sendo dilapidado pelas classes dominantes, que, insatisfeitas com a miséria que impõem à maioria do povo, agora querem transformar o Brasil em um deserto.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, permanecem ainda em greve os servidores das universidades federais, na defesa de reivindicações já amplamente expostas ao Ministério da Educação, sem que, até hoje, hajam sido acolhidas pelo Governo da União.

O próprio Ministro Hugo Napoleão, em recente programa de TV, de larga audiência, mostrou-se receptivo a algumas das postulações, embora nenhuma delas tenha logrado guarda junto àquela Pasta, apesar dos sucessivos apelos transmitidos pelos funcionários das nossas escolas de ensino superior da esfera federal.

Agrava-se, assim, a cada dia, o quadro em que se situa a magna questão, com as faculdades paralisadas e todo o cronograma de atividades para o final do ano letivo de 87 e o início do próximo ano da dependência de uma solução que represente o justo atendimento das pretensões de milhares de funcionários.

No Ceará, Sr. Presidente, o movimento grevista assume, também, características de grande preocupação, a julgar pelo telex que venho de receber dali, vazado nos seguintes termos:

"Cumprimentando prezado constituinte, encareço exercitar toda sua influência e força pressão junto Ministério Educação e Governo Central a fim tenha termo movimento paralisação universidades federais e do próprio MEC, com atendimento total justíssimas e ascéticas reivindicações servidores Instituições Federais Ensino Superior. Lembro preclaro parlamentar legislação isonomia salarial data de 1º de abril (SIC), até hoje, não implantada razão desencontros constantes portadas e instruções oriundas MEC e SEDAP, fato que impediu universidades procederem à implantação dita isonomia e novo plano único classificação e retribuição cargos

e empregos, legiferada e publicada julho/87. Embora planilhas estejam todas em poder MEC/SEDAP, em nosso caso. Entregues tempo aprazado, a despeito referidos desencontros. Situação jamais houvera atingido tanta gravidade, quando universidades e própria educação brasileira encaminham-se rumo ao caos. Paralisação servidores MEC Brasília impede operações de repasse recursos para honrar compromissos universidade e faz cessar pagamentos obrigações trabalhistas dezembro. Normalmente procedidas mais cedo em vista quadra natalina. Indefinição quanto a essas providências, de fácil exercício-Governo Federal em salvaguarda Educação indigna não somente comunidade universitária senão também toda sociedade brasileira, especialmente em vista de permanecer Instituição Universitária imune alcance corrupção e desmandos comuns no país, notadamente ultimas décadas quando pontificaram, em que pese aos percalços, como centros de excelência, soma referir paralisação ameaça termo normal semestre letivo e acena irremediavelmente adiamento concurso vestibular frustrando milhares de jovens que ainda crêem recuperação grande e conturbado País. Reivindicações servidores assentam-se imediata implantação isonomia e com pagamento ainda este mês e retroagindo abril 87. Nome e obra esse Parlamentar ficara por certo, gravado retentiva povo cearense em vista dessa nova investida sentido forças contrárias ao desenvolvimento e aprimoramento Instrução no País, que tem no servidor um terço indispensável do contingente acadêmico e a quem se precisa, por humanitarismo e justiça, valorizar até a exausuvidade"

Srs. Constituintes, tenho absoluta certeza de que o Presidente José Sarney e o Ministro Hugo Napoleão não poderão deixar de ser sensíveis aos apelos que lhes foram dirigidos em favor dos servidores das universidades federais, apoiando aquelas aspirações mais legítimas e de inquestionável justeza.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS.)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, manchete do Diário Popular, reproduzida pela Empresa Brasileira de Notícias: "Congresso se autoconvoca e desafia o Governo!"

Quanta heresia.

Informação assim é falta de responsabilidade. Desrespeito à verdade. Desinformação proposta. Nada de contribuição à democracia. Confissão pública, jurando fidelidade à ditadura.

Com que, então, se autoconvocando o Congresso agride o Governo?

Quem é governo, no entender dos doutos autores da nota? O Executivo, é claro. Desde quando? A partir do golpe de 1964. Em todas as ocasiões em que a mão-de-ferro hipertrofia um dos órgãos do Poder de Estado, em detrimento dos outros, Legislativo e Judiciário.

O povo, apontado por desorientado, alheio aos fatos, impotente para assimilar o mínimo, o essencial, bebe o que lhe é dado a beber, em matéria de conhecimento. Nenhum órgão de comunicação tem o direito de distorcer a realidade, dando a mentira por fato consumado. O Parlamento,

até há pouco, foi um nada ante o arbítrio. E seu pecado maior foi a falta de reação. O acomodar-se. Submissão e subserviência reduziram a figuras decorativas deputados e senadores. O Decreto-lei, escarro na representação popular, tornou letra morta a fiscalização de um pelos outros órgãos. Aí o resultado das duas décadas de mordaça. Vendesse a escravidão. Pinto-se a liberdade por agressão.

Pela primeira vez, em vinte anos, o Parlamento assume postura digna de sua importância. Briga pelo espaço devido. Notem: devido. Não há permissibilidade. Benesse.

Conto de um telefonema recebido.

Melhor seria, segundo o assessor do Ministério da Fazenda, do outro lado do fio, a acomodação introtjetada – a manchete em tela é a prova – e tida por dogma. Governo é o Executivo. O Congresso é o faz-de-conta da democracia de fachada.

O Judiciário, dependente, sem orçamento próprio, atrelado, completa o quadro.

Terminou! Quanto tempo ainda levará para entenderem? Terminou!

O fantasma do novo golpe, quem não sabe, espreita pelos olhos dos covardes. Existem em qualquer lugar. Pertencem ao gênero humano. Porém, sem bravatas, ninguém está à altura de exercer um mandato, de corresponder ao voto recebido, se a cara feia de meia dúzia faz arrepia o cumprimento do dever.

O golpe, quando ocorre, tem por alicerce a fraqueza da aceitação. Fraco é o incapaz de levantar e ser.

O Governo deixou de ser o Executivo. É também ele. Entretanto os outros dois terços do Poder de Estado reposam na ação do Legislativo e do Judiciário. O Congresso examinará – e mais – probirá quanto lhe parecer demasiado.

Chega de decretar ó crê ou morre.

Desafio? A autoconvocação um desafio?

Bendito desafio!

E eu que, candidamente, pensei sepultada a Velha República!

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Constituintes, quero registrar, nesta oportunidade, a elevação do Povoado Lagoa de João Carlos, no Município de Frei Miguelinho, Pernambuco, à categoria de Vila, fato auspicioso que foi comemorado naquela localidade no último dia oito.

O novo Distrito daquele Município do agreste pernambucano apresenta elevados níveis de crescimento e acentuados índices de desenvolvimento. Sua população dedica-se às atividades agropastoris e a Vila conta já com um florescente comércio. Dotado de toda uma infra-estrutura urbana, compatível com suas necessidades, a Vila da Lagoa de João Carlos tem tudo para assumir um lugar de destaque na região.

O Distrito é servido pela rodovia estadual PE-90, ora em fase de recuperação pelo Governo Arraes, tem sua situação fundiária centrada na pequena propriedade rural, daí não se observar nenhum problema de conflito de terra e não existir miséria no seio de sua população. Bem servido por uma rede escolar que vai da alfabetização ao segundo grau, o Distrito apresenta baixíssima taxa de analfabetismo, o que lhe confere um padrão diferente do que predomina no Nordeste.

Lagoa de João Carlos, é um exemplo de como uma comunidade organizada e bem orientada pode crescer e se desenvolver. Naquele Distrito, Sr. Presidente, por conta da boa distribuição das terras e por haver trabalho e educação para sua população, o índice da criminalidade é zero. É preciso destacar, e disso seu povo muito se orgulha, que em Lagoa de João Carlos jamais ocorreu um crime de morte, o que é um verdadeiro milagre no mundo da violência em que vivemos.

Na oportunidade em que o povo de Lagoa de João Carlos comemora, com muito júbilo, a elevação do povoado à condição de Vila, acho justo trazer o evento ao conhecimento desta Assembléa Nacional Constituinte, como uma homenagem aquela laboriosa e ordeira gente.

Aproveito o ensejo para prestar homenagem a todo o povo daquela Vila, na pessoa do Prefeito Gaudêncio José de Assunção, trabalhador incansável e benfeitor emérito da terra onde nasceu.

Ao lado dos Vereadores que integram a Câmara de Frei Miguelinho, o Prefeito Gaudêncio Assunção envidou todos os esforços para que Lagoa de João Carlos fosse alcada à condição de Vila.

Quero homenagear, também, os Vereadores Luiz Alves de Sousa e Nelson Pereira de Sousa, filhos de Lagoa de João Carlos e ali residentes, na convicção que esta manifestação representa as congratulações desta Casa ao Povo que representam na Câmara de Frei Miguelinho.

Estendo, por um dever de justiça, esta homenagem a um filho de Lagoa de João Carlos que integra a assessoria parlamentar desta Assembléa Constituinte e que, prestando seus serviços a esta Vice-Liderança, está sempre ligado à sua terra, procurando por todos os meios contribuir para o desenvolvimento do novo Distrito. Trata-se de um companheiro do PMDB, Valdemir Alves de Moura, um dos filhos daquela comunidade que mais vibraram com a nova condição de sua terra.

Por fim, Sr. Presidente, solicito a inserção na Ata dos trabalhos de hoje de um voto de congratulações aos habitantes de Lagoa de João Carlos pelo auspicioso e histórico evento.

O SR. GERALDO FLEMING (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Governo do Presidente José Sarney, por iniciativa do Ministério da Indústria e do Comércio, proporcionará em breve, a regiões economicamente desfavorecidas, uma real alternativa de reverterem o atual quadro de subdesenvolvimento que tanto contrasta com as potencialidades e os esforços de sua gente.

Refiro-me à decisão governamental de instalar no Norte e Nordeste do País Zonas de Processamento de Exportações, um instrumento efetivo para a necessária alavancar do processo desenvolvimentista.

São inúmeros os benefícios a serem auferidos com a instituição das ZPE, traduzindo acima de tudo, Sr. Presidente, um novo tratamento a áreas, carentes, ao lhes propiciar condições de estabelecer saudável competitividade dos bens ali produzidos com os de regiões já dotadas de adequada infra-estrutura e real capacidade de produção em escala.

Ademais, é inteiramente esportivo que se busque aumentar a riqueza regional através da criação de milhares de empregos e com a visão volta-

da para o mercado externo, em busca das divisas necessárias ao enfrentamento da delicada questão de nossa dívida com instituições internacionais, sem o que ao Brasil só restaria o caminho do isolamento e do retrocesso econômico.

Conceder incentivos fiscais e cambiais às empresas que se instalarem nas áreas previamente determinadas com o propósito de produzir para a exportação – característica fundamental da ZPE – constitui uma sábia oportunidade que nosso País irá experimentar, com repercussões positivas não somente para os Estados que estiverem participando de tal empreendimento, mas também para a economia brasileira como um todo.

O Acre pretende contribuir para o êxito e a consolidação desse mecanismo, instalando, tão logo a medida se viabilize legalmente, sua Zona de Processamento de Exportação, inclusive para dinamizar notável aspecto de sua histórica vocação, qual seja, o de sediar a celebração, para o Brasil, de importantes tratados de cooperação mútua com várias nações vizinhas e amigas.

Dai a mobilização que se verifica entre as classes empresariais e políticas acreanas, as quais, condecoradoras das potencialidades e das presentes limitações do Estado em se desenvolver, mostram-se conscientes do significado que a ZPE exercerá para um futuro com melhores perspectivas a nossa gente.

O Governo do Estado está-se empenhando firmemente para que, a exemplo de outras Unidades, o Acre possa assumir pioneiramente essa nova e fundamental missão de mais produzir em favor de todos, uma aspiração que identifica o grau de patriotismo do povo acreano.

Há poucos dias, nosso Governador presidiu reunião com os mais representativos segmentos da área empresarial, para já estabelecerem diretrizes de um trabalho de muita preparação e engajamento a essa idéia que certamente marcará o início de promissora fase desenvolvimentista para regiões hoje consideradas problemas na vida nacional.

Mais recentemente, tive a honra de integrar, na condição de coordenador da bancada do meu Partido, grupo de parlamentares acreanos que levou ao Presidente José Sarney e ao Ministro José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio, a reivindicação do nosso Estado para se instalar, prioritariamente, uma Zona de Processamento de Exportação, justa aspiração de um povo que não mede sacrifícios pária assegurar conquistas importantes ao Brasil, mas que infelizmente ainda se encontra muito distante dos resultados já alcançados pelo processo de modernização de nossa economia.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE-Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituinte, apartir de 1964, com a Emenda Constitucional nº 10, o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30-11-64), e textos posteriores, quer de origem constitucional, quer no plano da legislação ordinária e cujo corolário foi a edição do Ato Institucional nº 9 e do Decreto-lei nº 554/69, introduziram-se na legislação positiva brasileira normas de precisos contornos regulando a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

Tais textos, cristalizando a afirmação do Direito Agrário no Brasil originaram sensíveis mudanças

na sistemática da desapropriação incidentes sobre imóveis rurais, criando uma normatização própria.

Na desapropriação, sendo ato de vontade do Estado, em virtude da qual se subtrai o patrimônio privado mediante prévia e justa indenização, cuida-se de buscar nas legislações o ponto de equilíbrio, em que a ação hipertrofiada do Estado não deixa sem reparo o patrimônio Individual vulnerado.

Compatibilizar os interesses sociais com os direitos adquiridos privados atingidos pelo ato expropriatório é a finalidade última da indenização.

Desapropriação e função social da propriedade.

Emanada precipuamente de fonte constitucional, a desapropriação é antes instituto de direito público, embora se encontre, quanto a seus efeitos, ligada estreitamente ao direito privado, já que seu conteúdo administrativo abrange a propriedade. Incide, vulnera, em tanto que ação de poder, o direito de propriedade, o âmbito dos direitos fundamentais do indivíduo.

O caráter absoluto do direito de propriedade, o *uti et abuti* do direito quiratório, colocava a questão controversa na doutrina, se no âmbito do direito romano a desapropriação chegou a existir com as características que modernamente se apresenta nas legislações positivas.

J. Canasi, "Tratado Teórico Y Prático de La Expropiación", ensina que na história antiga encontra sua sintomatologia no Antigo Testamento, e já em Roma observamos sua presença, segundo indica o art. 2.511 do Código Civil, e também Scalvanti, na sua obra "Droit Public et Administratif Romain" (TiT. 22 p. 257), reconhece, citando entre outros textos, o "senatus consultus" do ano 141 AC sobre o aqueduto romano, mas admitia uma arbitrariedade no sistema que não se compadecia com as regras atuais. A necessidade da obra pública levava os governantes romanos à apreensão da propriedade privada, mas indubitavelmente o conceito indenizatório não se encontrava muito afeto ao respeito de sua integridade, não se apresentando a desapropriação com as características que hoje se conhecem.

Mário Russomano, no "Curso de Derechos Reales en el Derecho Romano", refere-se ao Edito de Augusto com respeito a um aqueduto para conduzir água à cidade de Venefro, no qual se dispõe que a obra não cruzará por lugares privados sem o consentimento dos donos, e alude à Constituição de Teodósio, do ano 393, em que já se delineava o instituto em seus contornos atuais, determinando a forma de expropriação e avaliação para a fixação do preço.

Como quer que seja, afora a perda originada por razões de direito comum, no direito romano a substituição da propriedade, por razões de interesse ocorria no âmbito do direito público é como exercício de arbitrio. Nem se entenda que a precisão romana ao regular os institutos de direito privado omitisse as condições em que a perda do direito de propriedade se efetivasse por outra razão, que não inequivocamente determinantes do poder do Estado.

Oportunamente voltarei ao problema, referente à justa indenização na desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

A SRA. LÚCIA BRAGA (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs.

e Sr^{as} Constituintes, difícil e penoso é o caminho das conquistas sociais do povo brasileiro.

A história testemunha, ontem como hoje, os percalços de uma trajetória marcada por lances dramáticos, principalmente nos anos das ditaduras que penalizaram cruelmente as classes operárias.

As conquistas sociais alcançadas na Comissão de Sistematização acuaram os ânimos dos setores mais reacionários e conservadores do País, que se organizaram contra os trabalhadores e contra o povo simples, golpeando as suas aspirações.

A vitória do "Centrão" na mudança do Regimento da Assembléa Nacional Constituinte significou, além de tudo isso, a manipulação de uma minoria sobre uma maioria ausente do Congresso Constituinte.

Muitos desses Parlamentares que votaram na emenda do "Centrão" desconheciam o caminho do plenário. Foram convocados das suas fazendas, das suas fábricas, para uma votação falsamente majoritária, visto que não representou o pensamento da maioria do povo brasileiro.

Nesse jogo desleal, venceram os grupos dominantes, as multinacionais, os privilégios dos afortunados. Perdeu o povo brasileiro. Por isso, esta foi uma vitória de Pirro, cujo preço foi o aniquilamento das aspirações dos milhões de brasileiros que não possuem o mínimo de condições para o exercício pleno e efetivo da sua cidadania.

O que se perpetrou no plenário da Assembléa Nacional Constituinte foi uma autofagia, pois a emenda regimental do "Centrão", desestabilizando a Comissão de Sistematização, consumiu a própria Constituinte, descaracterizando-a e aniquilando a expectativa do povo brasileiro de consolidar conquistas, de avançar um pouco em busca de melhores condições de vida.

A vitória do "Centrão", mobilizada pelos setores reacionários deste País, significou que foram inviabilizadas conquistas como a estabilidade no emprego, o pagamento em dobro das horas extras, a concessão de 120 dias de licença-gestante, a redução da jornada semanal de trabalho e muitas outras.

Ainda cremos, no entanto, na revisão das posições daqueles democratas que se agregaram ao "Centrão".

O povo, como nós, também está em compasso de espera. Os trabalhadores aguardam a vitória dos seus direitos, através do voto livre do Plenário da Assembléa Nacional Constituinte, voto que venha a transcender injunções partidárias e interesses pessoais.

Somente assim poderemos legar à História uma Constituição verdadeiramente democrática, que se transforme no instrumento forte e eficaz das mudanças sociais exigidas pela sociedade brasileira.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não posso calar-me ante a crítica injusta feita pelo Deputado Ademir Andrade, dia 24 de novembro, nesta tribuna, contra a Bancada paraense na Assembléa Nacional Constituinte.

Não vejo, para começar, autoridade em S. Ex.^a para deslustrar a atuação de representantes do povo e do Estado do Pará, e lamento sua postura

antidemocrática e sua falta de serenidade na ocasião.

Palavras insultuosas, eu as devolvo, e atitude de dono de uma verdade exclusiva não me impressiona, nunca me impressionou.

Quando todos se congratulavam com a revogação do Decreto-lei nº 1.164, medida assinada pelo Presidente Sarney no Pará em solenidade na qual estava presente o ex-Governador e atual Ministro Jáder Barbalho, o Deputado-Constituinte Ademir Andrade se deu ao trabalho de dizer que era matéria já aprovada no Projeto de Constituição votado pela Comissão de Sistematização.

O ato revocatório significa nada mais nada menos do que devolver a nosso Estado – e a outros – extensas faixas de terra que o Governo Federal havia desapropriado há 16 anos e meio.

Dúvido que alguém tenha ficado infeliz com isso, além, talvez, do Deputado reclamante.

Por outro lado, acusar as duas autoridades governamentais mencionadas de oportunismo, por causa dessa anulação de uma expropriação já antiga, é evidente má vontade e flagrante exagero.

Foi ou não, afinal, uma medida benéfica para os Estados? Receberam-na bem os respectivos governos e habitantes? Não se tem notícia, até agora, de outros descontentes.

Sem reparo não deve permanecer também a alegação de S. Ex.^a de que é autor de um projeto de lei com idêntica finalidade, e para cuja aprovação teria ele, segundo suas próprias palavras, taquigraficamente anotadas, solicitado a interferência do Presidente da República junto às lideranças dos partidos que o apóiam!

Se foi oportunismo, como classificou o acontecimento, e se era uma farsa, como o definiu, não precisava o Deputado menosprezar os vereadores, ao afirmar o seguinte:

"O grupo de pessoas que apareceu nessa homenagem talvez não corresponda ao grupo que homenageia um simples vereador do interior do nosso Estado."

Também a imprensa foi íntima dos ataques do mesmo, ao asseverar o seguinte:

"Os jornais ganharam muito dinheiro com a propaganda paga pelo Governo, com uma decisão que já estava tomada."

No exato momento em que o Plenário da Assembléia Nacional reforma o seu Regimento e presta-se para submeter a votos todo o Projeto "A", exigindo-se um mínimo de 260 votos para aprovar ou desaprovar cada item da Constituição, afirmar que um qualquer destes já está decidido será ou adivinhação ou leviandade.

O fato é que a anulação do Decreto-lei nº 1.164 foi recebida com satisfação pelas paraenses em particular e pelos amazônidas em geral.

O SR PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): Sr. Presidente, Srs. Constituintes, novas perspectivas abrem-se à agropecuária com o Projeto Bernardo Cabral, que incorporou os seguintes princípios:

"Cumpre ao Poder Público promover políticas adequadas de estímulo, assistência técnica, desenvolvimento e financiamento para a atividade agrícola, agroindustrial, pecuária e pesqueira.

A política agrícola será planejada e executada com a participação efetiva dos setores de produção, comercialização, armazenamento e transportes, levando em conta instrumentos creditícios e fiscais, bem como a prestação de assistência técnica e incentivo à tecnologia e pesquisa, na forma da lei (art. 226).

Mas, paralelamente a este auspicioso acontecimento, vale registrar nos Anais desta Assembléia Nacional Constituinte o Plano Agropecuário Catarinense, elaborado por determinação do Governador Pedro Ivo e do Vice Casildo Maldaner, sob a orientação do Secretário de Agricultura, Abastecimento e Irrigação, Deputado Neuto Fausto do Couto. O texto deste plano é o seguinte:

APRESENTAÇÃO

Tornou-se já lugar comum afirmar que o Estado de Santa Catarina é, hoje, o quinto maior produtor de alimentos do país, ocupando apenas 1,13% do território nacional. No entanto, contrastando com esta evidente e pujante capacidade de trabalho, mais de 80% de nossa população rural vive com uma renda equivalente a menos de 1 salário mínimo per capita mensal, e menos de 1% tem mais que 5 salários mínimos mensais de renda per capita.

Esta é a preocupação primordial e o veemente apelo que nos faz a realidade agropecuária catarinense. É nosso dever cívico e nosso desafio maior, portanto, coordenar prioritariamente todos os recursos disponíveis para que possamos elevar as condições de vida de nosso trabalhador rural. Simultaneamente, fazer chegar à população consumidora quantidades e qualidades de produtos compatíveis com as reais necessidades.

Dois critérios básicos norteiam a política da Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação (SAAI), assumidos no compromisso de governo do PMDB em nosso Estado: participação comunitária e municipalização da agricultura.

O PLANO AGROPECUÁRIO CATARINENSE (PLANAC), que ora apresentamos, define, de forma objetiva, todas as ações que a SAAI se propõe desenvolver no período de 1987 a 1991.

Este plano é resultante de uma ampla consulta feita em todos os 199 municípios do Estado, nos meses de maio e junho últimos, envolvendo as lideranças municipais e comunitárias – técnicos, produtores e entidades representativas, tais como sindicatos, associações e cooperativas. Em seguida as propostas foram discutidas a nível regional; numa última fase, através de um seminário estadual, foi aprovada a proposta final. O processo todo envolveu diretamente cerca de 9 mil pessoas, permitindo levantar, de forma ampla, os problemas e apresentar-lhes as soluções.

Buscando superar esquemas paternalistas e paliativos, o próprio produtor rural determinou suas prioridades, num processo participativo e descentralizado, numa definição política legitimada à partir das bases.

Conhecidos os problemas e apresentadas as soluções preferidas pelo setor agrícola, coube à SAAI formular o PLANO AGROPECUÁRIO CATARINENSE (PLANAC), composto por vários programas e projetos.

Com a publicação deste Plano, a SAAI reforça o compromisso assumido de consultar sempre o setor agropecuário e os municípios, e de definir em conjunto as ações que se fazem necessárias. A partir de agora, cumpre-nos a tarefa de conjuntamente executá-las, sempre atentos à dinâmica da evolução social.

INTRODUÇÃO

O processo de planejamento se constitui em uma atividade dinâmica e não se restringe à simples ação de elaboração de um plano para a execução ao longo de um determinado período.

A realimentação e a compatibilização de todas as etapas é um passo fundamental, cuja importância não pode ser descuidada.

No caso do PLANO AGROPECUÁRIO CATARINENSE (PLANAC), em que todas as ações estão voltadas para um espaço geográfico e tempo definidos – o Estado de Santa Catarina no período de 1987 a 1991 –, as medidas propostas foram amplamente analisadas e discutidas diretamente pelos interessados, ou seja, os produtores agropecuários e os técnicos do setor agrícola que atuam no Estado, bem como os demais segmentos que participam do processo produtivo e do sistema de comercialização.

A operacionalização do Plano comprehende o detalhamento dos programas e projetos definidos como prioritários e envolve a ampla participação de todos os interessados, num processo em que a coordenação assume papel decisivo para o sucesso das medidas adotadas, bem como para a mobilização dos recursos necessários a sua implementação.

Dessa forma, a operacionalização do PLANO AGROPECUÁRIO CATARINENSE (PLANAC) deverá ser responsabilidade da Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação, com a participação de todas as entidades, públicas e privadas, bem como de agricultores, responsabilizando-se por todas as etapas futuras, tanto a nível de coordenação como de execução.

Por outro lado, nem todos os problemas levantados são de responsabilidade da Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação. Alguns são de responsabilidade do governo federal, enquanto outros, de outras secretarias do Estado.

Para os problemas de sua responsabilidade, a SAAI definiu as principais ações; tendo sempre, como balizamento, os desejos e as aspirações manifestados nos diferentes encontros realizados.

Para os demais problemas identificados (telefonia, eletrificação, transporte, educação, saúde, etc.), a SAAI procurará, através de um melhor entrosamento com os órgãos responsáveis (Secretarias e/ou Ministérios), buscar as soluções desejadas pela comunidade rural.

A participação da população rural, objetivo primordial de todas as ações da SAAI, não se restringirá a este levantamento de problemas e soluções, mas deverá ser ampliada durante as fases seguintes, tanto a nível de execução como de avaliação do Plano.

A ECONOMIA CATARINENSE

1.1. A EVOLUÇÃO RECENTE

A evolução econômica catarinense no período de 1970 a 1984 pode ser dividida em três etapas claramente definidas.

Na primeira etapa, entre 1970 e 1976, o Produto Interno Bruto (PIB) catarinense cresce à taxa de 12,6% a.a, pouco superior à de 10,2% verificada para o Brasil como um todo.

Na segunda etapa, de 1977 a 1980, a diferença se acentua em favor da economia estadual, que cresce à taxa média de 10,7%.

Entre 1981 e 1984, última etapa analisada, enquanto a economia nacional se mantém nos níveis de 1980, a economia de Santa Catarina cresceu a uma taxa de 2,3% aa.

Observa-se, desta forma, que a década de 70 caracteriza a consolidação da economia catarinense, dotando-a de um certo grau de maturidade ao integrá-la ao circuito econômico nacional e internacional. De um lado, as obras de infra-estrutura, que possibilitaram a integração do seu território nos anos 70, tornaram possível a expansão do parque industrial estadual, além de proporcionarem condições ao escoamento da produção agropecuária, em muitos casos estimulada pelo próprio complexo agroindustrial, e pela introdução de novos cultivos.

A participação do PIB estadual no nacional aumenta gradativamente, passando de 2,7% em 1970 para 3,9% em 1984.

Ao se analisar o panorama econômico estadual como um todo, pode-se destacar o dinamismo verificado em todos os setores, o relativo equilíbrio e a boa distribuição espacial, que asseguram ao Estado um quadro favorável. Além disso, a presença de um grande número de pequenos e médios empreendimentos, acompanhando as indústrias de maior porte, e uma agricultura baseada na pequena produção configuram condições de um desenvolvimento mais harmônico que o verificado no país.

1.2. COMPOSIÇÃO SETORIAL

De acordo com as informações disponíveis, o valor PIB do setor agropecuário foi de Cr\$ 2.615 bilhões em 1980 (a preços de 1970). Isto representa 16,3% do Produto Interno Bruto total do Estado, que se estimou em Cr\$ 16,0 bilhões no mesmo ano.

Em 1970, o setor agrícola representava 22,5% do PIB catarinense, chegando em 1984 com valores em torno de 15%. Apesar da queda verificada e dos percalços enfrentados pela estiagem em 1977 e pelas enchentes nos anos 80, neste período a produção agropecuária catarinense expandiu-se 2,3 vezes, crescendo a uma taxa média de 6,1% a.a., com destaque para a década 1970-80. em que o incremento médio foi de 8,3% a.a., diminuindo para 0,8% aa, entre 1981 e 1984.

SITUAÇÃO ATUAL DA AGRICULTURA

a) SITUAÇÃO DA RENDA – A forma como se distribui a renda agrária como remuneração dos fatores de produção é desconhecida. Entretanto, a distribuição das famílias por extrato de renda indica que 85,4% delas, na zona rural, percebiam em 1980 menos de 5 salários mínimos mensais, enquanto que na zona urbana esse índice era de 67,5%. No outro extremo, apenas 3,3% das famílias rurais e 11% das famílias urbanas percebiam mais de 10 salários mínimos. Nota-se, desta forma, que existe uma desigualdade de renda, visto que uma grande proporção é recebida por um pequeno número de famílias e que a renda média da classe urbana é bem superior à da zona rural.

Quanto à distribuição **per capita**, o grupo cuja renda familiar é inferior a 1 salário mínimo abrange cerca de 81,6% e 56,7% das famílias da zona rural e urbana, respectivamente. O grupo de renda **per capita** superior a 5 salários mínimos representa 0,7% das famílias rurais, contra 4,3% das famílias urbanas.

b) SITUAÇÃO DA PRODUÇÃO – De acordo com as estatísticas disponíveis, o Valor Bruto da Produção Agropecuária cresceu, de 1980 a 1985, a uma taxa de 4,8% a.a. Esta cifra encobre variações entre microrregiões, variações no volume físico, variações de produtos e variações nos preços. O incremento da produção deveu-se, principalmente, à incorporação de novas áreas ao processo produtivo e ao aumento na produção por área cultivada de alguns produtos.

Assim como as mudanças na produção agropecuária foram diferentes entre microrregiões, também ocorreram consideráveis variações nas taxas de crescimento entre produtos. A produção de arroz cresceu 2,2 vezes entre 1970 e 1985, a cebola 7,9, o feijão 1,9, o milho 1,7 e a soja 6,4 vezes, enquanto que a produção da mandioca de 1985 corresponde a apenas 37% da produção de 1970. Quanto à pecuária, o efetivo, bovino cresceu, entre 1970 e 1985, a uma taxa de 2,3% a.a.; os suínos a 0,1% a.a e as aves a 10,2% um. No entanto, no tocante à produtividade, a taxa de desfrute passou, de 1970 a 1985, de 10,6 para 13,3% na bovinocultura e de 85% para 133% na suinocultura.

Globalmente, os incrementos na área colhida "explicam" o aumento da produção total em maior medida que as mudanças na produtividade. Entretanto, aqui também existem consideráveis variações entre microrregiões e produtos.

A expansão de área do milho, principal produto agrícola, foi, entre 1970 a 1985, responsável por 70,8%, e a produtividade, por 29,2% do incremento da produção.

O incremento na área cultivada tem sido a fonte maior para o aumento da produção dos seguintes produtos: banana (109,7%),

cebola (59,5%), feijão (121,5%), soja (87,9%) e tomate (58,7%), enquanto que a produtividade foi a fonte principal para o alho (55,1%) e para o arroz (52,5%).

c) SITUAÇÃO DOS FATORES DE PRODUÇÃO – Analisa-se aqui a situação atual da terra, do capital e do trabalho.

A superfície territorial de Santa Catarina é de 9.550.000 hectares. No ano de 1980, as terras utilizadas com lavouras (temporárias e permanentes) totalizavam 1.804.000 hectares, as pastagens cobriam uma área de 2.491.000 hectares e os reflorestamentos, 374.000 hectares.

O uso potencial das terras de Santa Catarina, segundo o levantamento de solo, seria de 2.878.000 hectares (34%) para lavouras e de 4.000.000 (42%) para pastagens e usos na produção florestal.

Os recursos de capital usados no processo produtivo se referem tanto aos investimentos privados como aos investimentos públicos. Em Santa Catarina, a terra é o capital mais importante, já que representa mais de 50% do valor do capital físico. Quanto ao uso de insumos, nota-se um crescimento acentuado, motivado pelo desenvolvimento da agropecuária, voltada principalmente à exportação, e pelo sistema de integração (agricultura/indústria). Com relação à mecanização, o número de tratores, que em 1970 somava 6.063 unidades, passou em 1985 para 45.471, caracterizando um aumento bastante significativo.

O contingente populacional catarinense em 1980 era de 3.628.292 habitantes. Deste total, 1.473.695 pessoas (41%) habitavam a zona rural e representavam 303.856 famílias, cerca de 38% do total das famílias catarinenses.

d) SITUAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS – Existem poucos estudos sobre o uso racional dos recursos naturais em Santa Catarina.

Para a maioria das bacias hidrográficas, não se dispõe de estudos de demanda atual e futura de água. Também existem poucos estudos de demanda, tanto presente como futura, de produtos florestais.

São escassos os trabalhos científicos sobre a situação da erosão do solo nas bacias hidrográficas. Contudo, a observação não sistematizada está de acordo acerca da existência de uma progressiva deterioração dos recursos do solo. Também são escassos os estudos sobre o custo das práticas de conservação de solo e água recomendadas pelos serviços de apoio institucional.

e) PROBLEMAS – Os problemas do setor rural que mais freqüentemente se mencionam dizem respeito à estrutura da propriedade e posse da terra, à baixa produtividade, aos baixos níveis de renda, à educação, à utilização dos recursos humanos, à utilização dos recursos naturais, às condições de vida e de trabalho e à infra-estrutura e ação institucional. Todos estes fatores caracterizam uma situação que melhor se descreve por uma única denominação: pobreza rural.

Entre os vários problemas da estrutura agrária, o principal deles é a elevada concentração da propriedade da terra em mãos de uns poucos com uma elevada concentração de poder econômico, político e social. No outro extremo, encontram-se situações de grande fragmentação da propriedade, baseado numa estrutura minifundiária, muitas vezes incapaz de produzir para cobrir as necessidades do grupo familiar. Além disso, verifica-se sérios problemas de posse e titulação de terras.

A pouca acumulação, acompanhada pela baixa densidade de capital por homem ocupado, tem determinado uma produtividade tradicionalmente baixa no setor agrícola. Isto, por sua vez, tem repercutido negativamente nos ingressos agrícolas. A conjugação da estrutura da propriedade, da baixa produtividade e da ocupação efetiva dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais ocasiona uma desigual distribuição de renda entre a população rural.

Em matéria de educação, as deficiências que se notam apontam basicamente para dois aspectos. Um deles é o baixo nível de educação formal que se alcança no setor rural. Porém, mais importante que isto, é a incapacidade dos sistemas de educação tradicionais de educar para o desenvolvimento da agricultura. Quer-se dizer, com isto, que os sistemas de educação rural não têm tido êxito em incorporar os elementos formativos com fins distintos dos da alfabetização formal, para uma capacitação que sirva de apoio às mudanças necessárias para o desenvolvimento agrário.

A composição da produção agropecuária e os baixos níveis de renda produzem uma situação nutricional deficitária, particularmente dos setores mais pobres da população rural. Isto repercute negativamente na saúde da população. Porém, o quadro da saúde não é responsabilidade exclusiva da deficiente situação alimentar, para ele contribuem significativamente a falta de habitações adequadas, as condições sanitárias deficientes, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a falta de água potável e a inexistência de um sistema de tratamentos de dejetos.

A inadequada dotação de serviços básicos, como educação, saúde, habitação, água, eletricidade, telefone e transportes, é um dos fatores que constituem a base institucional do meio rural. A isto se agregam as deficiências do apoio institucional das atividades produtivas, especialmente em relação aos pequenos produtores, em matérias como: extensão rural, pesquisa, crédito e comercialização. Desde o ponto de vista dos setores menos privilegiados da população rural, as deficiências de tipo institucional se manifestam também na falta de organização e de canais de participação que permitam influenciar as instâncias de planificação e de tomada de decisões.

SITUAÇÃO DESEJADA PARA A AGRICULTURA

A situação desejada para o setor agrícola catarinense incluem componente de melhoramento (mais alto nível) de renda, de produção

e produtividade, de saúde, de educação de habitações e de uma maior participação política e comunitária da população rural, principalmente dos empregados rurais e dos pequenos agricultores.

- a) QUANTO A RENDA – O trabalho realizado pelos agricultores deve capacitá-los a atingir um nível de renda considerado justo pela comunidade e, consequentemente, por eles mesmos. As unidades agrícolas deverão propiciar, aos que as exploram, uma renda no mínimo igual à de um operário urbano treinado, além de remunerar o capital aplicado. Esta equiparação resulta do fato de que os conhecimentos técnicos necessários para se fazer uma propriedade produzir são equivalentes aos que se exigem de um operário urbano especializado.
- b) QUANTO AO EMPREGO DA MÃO-DE-OBRA – Aumentar e otimizar a ocupação da mão-de-obra produtiva nas áreas rurais a uma taxa superior à do crescimento da população rural, a par da humanização do trabalho.
- c) QUANTO À PRODUÇÃO – A produção agropecuária no Estado de Santa Catarina é caracterizada pela diversificação tanto de atividades (culturas e/ou criações) como de escala de produção (tamanho do estabelecimento e/ou área cultivada). Há, desta forma, um sistema de produção no estabelecimento onde diversas atividades competem entre si na alocação dos fatores de produção (terra, capital e mão-de-obra). No arranjo interno do sistema, algumas atividades se destacam e assumem maior importância que as demais. Sob este enfoque, o estabelecimento agrícola deve ser visto como um todo, de forma a contemplar todos os componentes do sistema, tanto os fatores de produção como os produtos.

O papel da diversificação na propriedade agrícola é fundamental, tanto para o aumento da produção como para a utilização racional dos fatores de produção, principalmente dos recursos naturais e da mão-de-obra. Entretanto, a passagem da propriedade agrícola da situação atual para a situação desejada tem que ser gradual. A estrutura e a capacidade do mercado devem ser levadas em consideração, pois também mudam gradualmente antes de se tornarem capazes de absorver quantidades apreciáveis de produtos, principalmente os perecíveis. O desenvolvimento das unidades de produção e do setor agrícola como um todo deverá efetuar-se gradualmente. Como tal, a estrutura do estabelecimento guarda estreita correlação com as condições da região e do país.

- d) QUANTO AOS RECURSOS NATURAIS – Os recursos naturais que devem ser objeto de atenção são: a) a terra para a produção de produtos agropecuários de consumo humano e animal; b) a água para consumo humano, uso industrial e para agropecuária; c) as matas para produção de lenha, madeira, oxigênio e para sítios de recreação. O uso racional dos recursos naturais ocorre quando os custos de conservação são iguais ou inferiores aos benefícios desta conservação.

A quantidade e a qualidade dos recursos naturais deverão ser identificadas com o objetivo de melhorar e/ou ajustar seu uso à demanda e/ou de iniciar o uso racional dos que se encontram sem aproveitamento. A preservação e a recuperação dos recursos naturais não se restringem à criação de um programa específico. As ações dos demais programas afins deverão estar voltadas para o mesmo, de modo que a componente ambiental deverá estar inserida em todas as ações da Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação.

- e) QUANTO A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES – A democratização do setor público agrícola pressupõe a criação de canais (conselhos, comitês), possibilitando que a clientela (agricultores, consumidores), técnicos e funcionários possam definir elaborar, acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações desenvolvida pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação, tanto a nível estadual como municipal. Todas as ações deverão ser implementadas estimulando a livre organização (cooperativas, associações) dos agricultores e consumidores para que possam enfrentar os desafios de ordem econômica e política.

A organização dos produtores para os produtores é de fundamental importância e visa a aumentar-lhes o poder de negociação e de decisão.

- f) O QUANTO AO APOIO INSTITUCIONAL – O desenvolvimento agropecuário tem uma alta dependência do apoio Constitucional oferecido.

O setor público agrícola é constituído por uma **ilegível** Constituições que proporcionam serviços especializados. Isto torna necessário que se definam, de forma clara, as atribuições e responsabilidades de cada instituição, com o objetivo de estruturar um esquema de coordenação que acompanha o desenvolvimento de cada uma das atividades estabelecidas, e cuja soma permita o cumprimento do objetivo desenvolvimento de setor.

Além da coordenação central dos serviços prestados pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação, através de suas vinculadas, é importante sua organização espacial. Quatro princípios fundamentais devem governar tal organização de apoio para o desenvolvimento da agricultura: descentralização dos serviços, eficiência, nacionalização dos recursos e condições adequadas de trabalho.

- g) AVALIAÇÃO – Todos os programas e projetos executados pelas entidades públicas deverão ser acompanhados e avaliados econômica e socialmente. A avaliação compreende as ações de comparar os resultados obtidos com os desejados, de analisar os desvios produzidos como objetivo de determinar suas causas e, finalmente, a ação de recomendar as mudanças necessárias para atingir a situação desejada.

UMA POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

O desenvolvimento rural é o resultado de uma série de transformações quantitativas e qualitativas que têm lugar em uma comunidade rural, cujos efeitos resultam numa elevação dos padrões e em mudanças favoráveis no modo de vida da população envolvida.

Os objetivos para o desenvolvimento rural representam níveis a que se pretende chegar, partindo de uma situação atual. Precisamente, os objetivos nascem como alternativas (soluções) para essa situação que se considera insatisfatória. Como existem muitas situações que podem ser assim enquadradas, as levadas em consideração são as necessidades “prioritárias” da população rural.

As ações da Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação devem buscar, prioritariamente, os seguintes objetivos:

- aumentar a qualidade de vida da população rural;
- aumentar a renda e a capitalização do agricultor;
- aumentar a produção de bens e serviços;
- usar racionalmente os recursos naturais;
- aumentar o poder político e participativo dos produtores.

A estratégia proposta para atingir os objetivos está calcada em três pressupostos básicos: o primeiro, é que o desenvolvimento da agropecuária requer o desenvolvimento simultâneo dos demais setores (indústria e comércio) da economia, e também dos serviços de apoio institucional, que devem saber interpretar e acompanhar as transformações sociais e econômicas que ocorrem durante o processo de desenvolvimento. O segundo, é o do aumento da produção agropecuária das atividades sociais e economicamente viáveis, como ponto fundamental para o desenvolvimento rural. O terceiro, é que as forças sociais desempenham um importante papel para o desenvolvimento agropecuário. A produção agropecuária resulta da atividade de múltiplos produtores individuais, cuja disposição e habilidade de participar em qualquer programa é fator decisivo.

Resumidamente, a estratégia de atuação deve considerar:

- a) a família rural como unidade básica de organização;
- b) a diversificação dos estabelecimentos agropecuários;
- c) o desenvolvimento gradual das unidades de produção;
- d) o aumento da produção agropecuária;

e) o desenvolvimento simultâneo do sistema de apoio – a eficiência e a localização dos serviços, que atendem tanto ao produtor como ao consumidor, com forte influência quanto ao êxito do desenvolvimento da família rural, bem como do setor agrícola;

f) a organização dos produtores para os produtores – a organização dos produtores rurais, principalmente os pequenos agricultores é fundamental para a transformação do setor agropecuário.

CONCEPÇÃO SISTÊMICA DO PLANAC

A produção agropecuária é caracterizada pela diversificação tanto de atividades (culturas e/ou criações) como de escala de produção (tamanho do estabelecimento agrícola e/ou área cultivada). Há, deste modo, um sistema de produção onde diversas atividades competem entre si na alocação dos fatores de produção. Isto caracteriza um sistema complexo, composto de vários subsistemas. Há todo um processo de inter e intrarrelacionamento, com profundas reações de dependência entre as variáveis dos diversos subsistemas.

Com base nesta premissa, o processo de produção agropecuária, inclusive a sua realização no mercado, fica caracterizado como um sistema composto por inúmeros subsistemas interrelacionados e inter-dependentes:

A identificação dos problemas exige o conhecimento de como funcionam o sistema e os subsistemas, e para relacionar as soluções deve-se conhecer suas interações. Para evitar maiores interferências na identificação dos problemas e das soluções, a SAAI atribuiu aos próprios agricultores esta responsabilidade.

Entretanto, sabia-se de antemão que os problemas e as soluções identificadas não chegariam sob uma forma sistematizada, e sim que seria recebida uma relação de problemas e soluções, por ordem de prioridade.

Uma vez identificados os principais problemas e as soluções para estes problemas, houve a necessidade de classificá-los segundo grupos relacionados a uma mesma causa.

Ocasionalmente, no entanto, um problema poderia pertencer a mais de um grupo. Nestes casos o problema foi classificado no grupo que se considerou tivesse maior impacto e relevância, dado o maior grau de relacionamento com o grupo selecionado.

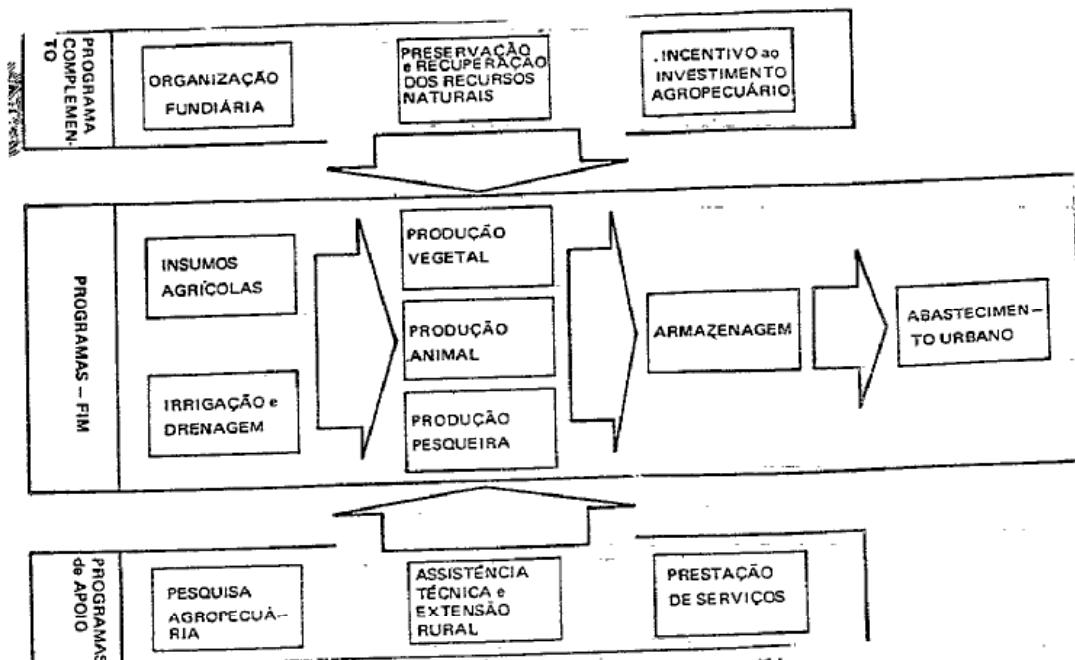
Desta forma, para executar a política agrícola do Estado de Santa Catarina que possibilite a consecução dos objetivos, e, com isto a passagem da situação atual para a situação desejada, as ações da Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação foram classificadas em diversos programas.

Os programas, a exemplo do que ocorre com as atividades rurais não são estanques e isolados. Ao contrário, apresentam entre si grande

relacionamento e dependência. Isto foi considerado para tornar mais concretos e tangíveis os objetivos do desenvolvimento rural.

Considerando, então, o enfoque sistêmico de todo o processo conceberam-se os programas como subsistemas do complexo rural.

Desta forma, o PLANO AGROPECUÁRIO CATARINENSE (PLANAC) classificou os programas (subsistemas) de acordo com sua relação com o complexo rural, em três grupos principais: 1) Programas-fim, 2) Programas-complemento, e 3) Programas de apoio.



O programa é o instrumento que serve para dar a conhecer com maior clareza e coerência o que e como se espera viabilizar através da execução da Política Agrícola Catarinense.

Os programas-fim são aqueles cuja execução visa à solução de problemas levantados pelos agricultores. Os programas-complemento objetivam, fundamentalmente, a manutenção do potencial produtivo dos meios de produção, enquanto que os programas de apoio são os instrumentos utilizados pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação para viabilizar a execução da totalidade dos programas finalísticos.

Para atingir os objetivos do PLANAC, os programas-fim prioritários são os seguintes:

- 1) Armazenagem
- 2) Produção Vegetal

3. Produção Animal
4. Insumos Agrícolas
5. Produção Pesqueira
6. Abastecimento
7. Irrigação e Drenagem

Os programas-complemento são:

1. Organização Fundiária
2. Preservação e Recuperação dos Recursos Naturais
3. Incentivo ao Investimento Agropecuário

Os programas de apoio, ou os instrumentos de política utilizados pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação, são:

1. Pesquisa Agropecuária
2. Assistência Técnica e Extensão Rural
3. Prestação de Serviços

Definidos os programas de caráter fim, complemento e de apoio passa-se a comentar cada um deles em particular, de forma geral, uma vez que serão objeto de publicações específicas onde serão devidamente detalhados.

OS PROGRAMAS

Descrevem-se, a seguir, os diversos programas que compõem o PLANAC, agrupados de acordo com sua concepção sistêmica, em suas três grandes linhas operacionais:

1. Programas-fim
2. Programas-complemento
3. Programas de apoio

6.1. OS PROGRAMAS-FIM

Os programas-fim visam à resolução de um problema específico. Seus resultados serão concretizados diretamente junto ao agricultor. Como exemplos, dentre outros, podem-se citar a construção de um armazém, de um açude, o uso do calcário, a realização da inseminação artificial ou a introdução de um reprodutor.

6.1.1. INSUMOS AGRÍCOLAS

– PROBLEMAS – A pequena disponibilidade de sementes e mudas fiscalizadas ou certificadas, o alto custo e a má qualidade dos insumos e a falta de estímulo para a correção do solo revelaram-se como fatores de entrave ao processo produtivo, afetando a produção e a produtividade.

– SOLUÇÕES – As sugestões apresentadas para minimizar o problema dos insumos estão relacionadas principalmente com a implantação efe-

tiva de um projeto de sementes e mudas que vise a melhorar a produção, a disponibilidade e a qualidade destes insumos básicos. Sugere-se, ainda, viabilizar a correção do solo, principalmente pelo uso do calcário e da adubação orgânica.

– PROPOSTAS DE AÇÃO

a) Sementes e Mudas

- Inspecionar campos e/ou viveiros cadastrados para a produção de sementes ou mudas dos sistemas de certificação e fiscalização.
- Aprimorar o processo de fiscalização do comércio e do trânsito de sementes e mudas, com revisão da legislação.
- Pesquisar e produzir sementes básicas, mudas e plantas matrizes livres de patógenos.
- Incentivar a produção para aumentar a disponibilidade de sementes de culturas para adubação verde e para forrageiras, inclusive mudas.
- Estimular a produção de sementes e mudas certificadas via produtores específicos ou, de preferência, via associação de produtores.
- Criar um sistema de informação atualizada da disponibilidade de sementes e mudas, com respectivas espécies/cultivares e locais para aquisição.
- Incentivar a instalação de unidades de beneficiamento de sementes.
- Aproveitar o potencial do Estado de Santa Catarina para a produção de sementes e mudas destinadas ao abastecimento de outros mercados.
- Estimular o uso de sementes e mudas, privilegiando a aquisição e distribuição de material produzido em Santa Catarina.
- Envolver diretamente todo o sistema de assistência técnica da SAAI na recomendação e fomento ao uso de sementes e mudas certificadas e fiscalizadas.

b) Correção do Solo e Adubação Orgânica

- Estimular o uso de calcário produzido em Santa Catarina, com melhoria da infra-estrutura dos moinhos catarinenses e melhoria dos acessos rodoviários.
- Viabilizar o acesso dos pequenos produtores, de forma econômica, ao uso de fertilizantes minerais corretivos.
- Estimular a construção de esterqueiras visando ao aproveitamento de adubo orgânico.
- Viabilizar o financiamento para aquisição de calcário, adubos corretivos e construção de esterqueiras.

Pretende-se, com este conjunto de ações, atingir a produção de 260.000 toneladas anuais de sementes de alho, cebola, azevém, aveia, arroz irrigado e de sequeiro, batata, feijão, milho, soja e trigo; produzir 1.500.000 mudas de macieiras e de citrus, 560 toneladas de sementes destinadas à adubação verde e 16.000 metros cúbicos de mudas forrageiras.

Com a produção de sementes e mudas certificadas e fiscalizadas serão proporcionadas condições para aumentar significativamente a produtividade das lavouras catarinenses, além de formar um excedente para exportação.

O programa visa a beneficiar 4.650 produtores de sementes e mudas e atingir 102.500 produtores rurais como usuários desses insumos básicos.

No tocante à correção do solo e adubação orgânica pretende-se, a cada ano, viabilizar a utilização, pelos pequenos produtores, de 120.000 toneladas de calcário, 12.000 toneladas de fertilizantes minerais e a construção de 5.000 esterqueiras.

6.1.2 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

– PROBLEMAS – A irrigação, prática que permite aumentar a produção e a produtividade, além de reduzir riscos na atividade agrícola, é ainda pouco utilizada. De outro lado, extensas áreas não estão incorporadas ao processo produtivo pela falta de drenagem.

A falta de incentivos, o custo e a necessidade de apoio governamental em obras de infra-estrutura limitam o uso da irrigação e da drenagem.

– SOLUÇÕES – O Estado, juntamente com órgãos federais e com os beneficiários, deverá desenvolver ações visando a implantar obras de infra-estrutura coletiva, tais como: macrodrenagem, canais de irrigação, captação e recalque, açudagem e eletrificação. Deve, ainda, incentivar e orientar o desenvolvimento de ações para irrigação e drenagem a nível de propriedade (PROVÁRZEAS).

– PROPOSTAS DE AÇÃO:

Proporcionar a implantação de infra-estrutura coletiva de irrigação e de drenagem.

- Incentivar a organização associativa dos produtores ilegível irrigação e drenagem.
- Identificar áreas potencialmente irrigáveis.
- Recuperar várzeas, a fim de incorporar novas áreas ao processo produtivo, priorizando o atendimento dos pequenos estabelecimentos rurais e identificando áreas para projetos de assentamento coletivo.
- Construir açudes, canais de irrigação e de macrodrenagem.

Pretende-se, com as ações propostas no programa, beneficiar 14.000 famílias numa área de 82.600 hectares, com previsão de incremento anual de produção da ordem de 435.000 toneladas.

6.1.3. PRODUÇÃO VEGETAL

– PROBLEMAS – Os principais problemas levantados e que afetam a produção e a produtividade das lavouras estão relacionados com as deficiências no sistema de abastecimento de insumos, em quantidade e qualidade; o valor e o atraso na liberação das parcelas do VBC; a defasagem existente entre o custo de produção e o preço mínimo; a inexistência de um seguro agrícola adequado; a variação constante das ações de política agrícola; a falta de armazenagem; a estacionalidade dos preços dos produtos agrícolas e problemas em todo o processo de comercialização.

Associado a essas deficiências existe o problema da não-observância, em níveis adequados, de práticas relacionadas com o uso adequado dos recursos naturais.

A falta ou a inexistência de maiores estímulos para diversificar a produção também foi considerada entre os problemas levantados.

– SOLUÇÕES – Dentre as soluções apresentadas podem-se destacar a organização de um sistema de produção e de distribuição de insumos básicos; a fiscalização da qualidade dos insumos; a ampliação da capacidade de armazenagem; a melhoria dos sistemas de informação agrícola no tocante aos mercados de insumos e de produtos; o apoio laboratorial mais eficiente nas áreas de solo, água, sementes e doenças de plantas; o controle do uso de agrotóxicos; o monitoramento de pragas e doenças; o apoio ao uso da irrigação e drenagem; a diversificação na produção agrícola; a organização fundiária e a preservação e a recuperação dos recursos naturais.

Ainda, como soluções apresentadas, nas quais é destacada a importância da participação da Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação e do próprio Governo do Estado de Santa Catarina, estão a definição de uma política agrícola mais estável, por parte do Governo da União, principalmente no que diz respeito a crédito, preços e seguro agrícola.

– PROPOSTAS DE AÇÃO

Dada a importância específica de algumas ações para a solução dos problemas relativos à produção-vegetal, optou-se, pela magnitude que eles representam, por criar programas próprios. Assim, a proposta de ação prevê a execução dos seguintes programas específicos em apoio à produção vegetal:

- Insumos Agrícolas
- Irrigação e Drenagem
- Armazenagem
- Organização Fundiária e
- Preservação e Recuperação dos Recursos Naturais

Além destas ações, a Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação propõe, ainda, a:

- Promover o zoneamento agrícola do Estado para otimizar a utilização dos recursos naturais e a produção agrícola.
- Buscar a integração entre a produção e o abastecimento urbano.
- Incentivar a industrialização, como forma de absorver os excedentes de produção.
- Criar alternativas de produção objetivando a diversificação da produção regional e no estabelecimento.
- Promover a ação associativa e participativa dos produtores em todo o processo agrícola, viabilizando a busca de soluções e da execução de tarefas pela utilização dos Conselhos Municipais de Agricultura.

6.1.4. PRODUÇÃO ANIMAL

– PROBLEMAS – As preocupações dos produtores catarinenses podem ser traduzidas basicamente por deficiências no processo de melhoramento genético, na alimentação animal, no sistema de diagnóstico laboratorial, diversificação e consolidação da produção pecuária, organização dos produtores e da produção, e pela ocorrência de doenças.

Mostraram-se igualmente relevantes os problemas decorrentes do mercado de insumos e de produtos e as condições de crédito ao produtor, cujas soluções estão afetas em grande parte ao Governo da União.

De outro lado, o potencial econômico da produção agrícola ainda não foi completamente atingido, nesta recente atividade praticada no Estado. Embora já existam cerca de 8.000 piscicultores trabalhando numa área inundada de 6.000 hectares, ainda há problemas no tocante à assistência técnica, à pesquisa e a um manejo compatível com uma aquicultura economicamente rentável. Existem problemas na produção e na qualidade dos alevinos e o sistema de comercialização é ainda precário.

– SOLUÇÕES – As soluções apontadas pelos produtores indicam a necessidade de ações relativas a: incentivo à inseminação artificial, introdução de matrizes e reprodutores, apoio à produção e aproveitamento de material genético, estímulo para a organização dos produtores, diversificação da produção pecuária – búfalos, ovinos, caprinos, eqüídeos, coelhos, aves e abelhas. Devem ser buscadas alternativas de alimentação animal e o incentivo ao uso de silagem e de sais minerais. A utilização de sementes e mudas forrageiras precisa ser intensificada. São necessárias ações visando à prevenção e ao controle das doenças, sendo indispensável a montagem de uma estrutura de apoio laboratorial de forma a fornecer respaldo para o pleno desenvolvimento da pecuária.

No tocante à aquicultura, oferecer condições para a produção de pescado a baixo custo; aumentar a assistência técnica no sentido de organizar o produtor e a produção, inclusive no tocante à armaze-

nagem e à comercialização; desenvolver e consolidar sistemas de cultivo baseados na reciclagem de matéria orgânica, cultivo integrado, policultivo e alimentação suplementar com subprodutos agrícolas; obter matrizes e reprodutores de boa linhagem; apoiar a iniciativa privada na produção de alevinos e no aumento da produtividade.

PROPOSTAS DE AÇÃO

- Melhorar a alimentação animal pela oferta de forragem com boa qualidade durante todo o ano, pelo estímulo ao uso de pastagens de inverno, silagem, capineiras e pastagens de verão.
- Estimular a mineralização dos rebanhos e o melhoramento de pastagens nativas.
- Promover o melhoramento da qualidade do rebanho visando ao aumento da produtividade pelo incentivo ao uso da inseminação artificial, do transplante de embriões e da introdução de matrizes e reprodutores.
- Apoiar a produção do novilho precoce e o confinamento de animais.
- Estimular o trabalho das associações de produtores.
- Regulamentar e apoiar a realização de exposições e feiras.
- Apoiar a instalação de novos condomínios suinícolas e de outras espécies animais.
- Promover a organização central dos condomínios.
- Estimular diversificação da produção pecuária **ilegível**
- consolidação de atividades econômicas relacionadas **ilegível** de outras espécies animais.
- Estimular o aumento do uso da tração animal e **ilegível** para tanto.
- Fomentar a instalação de pequenos abatedouros municipais, com fiscalização higiênico-sanitária.
- Criar e reequipar postos agropecuários.
- Reequipar e propiciar condições de trabalho para as equipes de assistência técnica.
- Melhorar a saúde dos rebanhos, reduzir as perdas, aumentar a produção e a produtividade.
- Controlar o trânsito de animais.
- Promover a vigilância epidemiológica e zoossanitária.
- Promover a educação sanitária animal.
- Reestudar e adequar a legislação sanitária.
- Dotar o Estado de uma estrutura de diagnóstico laboratorial, a nível central e regional.
- Prestar assistência técnica e implantar ou desenvolver tecnologias para aumentar a produtividade dos sistemas de produção de pescado a custo baixo.

- Organizar e desenvolver canais de comercialização para o pescado de água doce.
- Integrar áreas ociosas da propriedade ao processo produtivo pela prática da aquicultura.
- Produzir, em caráter suplementar, alevinos para a povoação de açudes e/ou outros mananciais hídricos.

Pretende-se, com este conjunto de ações, aumentar a produtividade do rebanho, buscando, de início, a auto-suficiência interna de carne e de leite. Pretende-se, ainda, conferir maior estabilidade às atividades ligadas à suinocultura, avicultura, aquicultura, apicultura e propiciar condições para diversificação da pecuária nas atividades que apresentam um bom potencial de desenvolvimento em Santa Catarina.

No que diz respeito à aquicultura, pretende-se elevar a produção agrícola das atuais 280 toneladas/ano para 1.060 toneladas/ano, pela elevação da produtividade dos 33.000 piscicultores a serem atendidos.

6. 1. 5. PRODUÇÃO PESQUEIRA

– PROBLEMAS – Com relação à pesca artesanal, os problemas levantados referem-se principalmente a: inexistência de uma estrutura de armazenamento, conservação e comercialização do pescado; deficiências na pesquisa, na criação e/ou adaptação de tecnologias; baixo nível de integração associativa dos pescadores; existência de extração indiscriminada, comprometendo a renovação natural dos estoques marinhos; deficiências nas estruturas de acesso a insumos básicos para a pesca, manutenção e consertos de embarcações, motores, acesso ao mar, desembarque de pescado e deficiência de legislação que regula e normatiza a pesca artesanal.

– SOLUÇÕES - Sugere-se reforçar a ação da assistência técnica para organizar o produtor; implantar novos métodos de captura, armazenagem e comercialização de pescado; apoiar os trabalhos de pesquisa; possibilitar a pesca durante todo o ano com preservação dos recursos marinhos; oferecer condições para a venda de apetrechos de pesca; instalar infra-estrutura para embarque e desembarque de pescado, conserto e manutenção de embarcações e motores.

– PROPOSTAS DE AÇÃO

- Criar o conselho estadual da pesca.
- Atualizar a legislação sobre a pesca artesanal.
- Estimular a formação de associações e/ou condomínios de pescadores.
- Valorizar o produtor e a produção pesqueira artesanal.
- Proporcionar meios de aglutinação da produção e da comercialização direta do produtor ao consumidor.
- Gerar, difundir e promover a adoção de novas tecnologias visando à reposição de estoques e à criação de fontes alternativas de renda durante todo o ano.

- Despertar a conscientização no meio pesqueiro sobre a necessidade da exploração racional dos recursos marinhos e a preservação dos criadouros naturais.
- Promover o treinamento dos pescadores.

Na pesca artesanal, pretende-se constituir Conselhos Comunitários de Pesca, aprimorar o controle de desembarque de pescado e conscientizar as comunidades pesqueiras sobre a correta exploração dos recursos naturais.

6.1.6. ARMAZENAGEM

– PROBLEMAS – A capacidade de estocagem da produção agropecuária do Estado é insuficiente, tanto dentro como fora do estabelecimento produtor: Há deficiência, também, de armazenagem em ambiente controlado (congelamento, resfriamento e climatização).

– SOLUÇÕES - As soluções apresentadas visam à ampliação da capacidade armazeadora, mediante a construção de armazéns comunitários completos, secadores comunitários, paióis e a ampliação da armazenagem coletora, reguladora e terminal, a cargo da iniciativa governamental e privada. No tocante à armazenagem em ambiente controlado, são necessárias ações visando à armazenagem frigorífica para frutas e para pescado.

– PROPOSTAS DE AÇÃO

- Fomentar, junto aos pequenos e médios agricultores, a implantação de paióis destinados à estocagem de milho em espiga e à cura e ao armazenamento de cebola e alho.
- Fomentar a implantação de armazéns comunitários junto aos pequenos e médios agricultores.
- Fomentar a implantação de minissecadores rurais junto aos pequenos e médios agricultores.
- Implantar unidades armazeadoras a nível coletor, regulador e terminal.
- Implantar, em ambiente controlado, unidades armazeadoras destinadas à estocagem de hortigranjeiros e pescado.
- Desenvolver pesquisas em secagem e armazenamento de grãos e cura e armazenamento de cebola e alho.

Pretende-se, com este conjunto de ações, equilibrar o balanço de oferta e de demanda por armazenagem de grãos: ampliar a estrutura portuária de armazenagem; reduzir em 50% o déficit de armazenagem frigorífica para frutas e propiciar, ao setor pesqueiro artesanal, o acesso a armazéns.

A capacidade de armazenagem projetada é de 113.000t em paióis e 212.000t para armazenagem comunitária. Entre armazéns coletores, reguladores e terminais será instalada uma capacidade de 264.000t; para hortigranjeiros, será de 10.000t; para pescado, 190t e para cebola e alho, 3.000t.

6.1.7. ABASTECIMENTO

– PROBLEMAS – Os alimentos produzidos no meio rural e vendidos no meio urbano, além de remunerarem mal o produtor, sofrem, no processo de comercialização, elevação de preços na intermediação, prejudicando o produtor e o consumidor. Isto ocorre pela falta de organização da produção, do produtor e do abastecimento. Observa-se, ainda, a existência de vários programas de cunho social para a alimentação das classes de renda menos favorecidas, com desperdício de recursos promovidos por diferentes instituições.

– SOLUÇÕES – Estabelecer um programa de abastecimento com ações integradas de todas as instituições afins, buscando organizar a produção e o produtor, tendo em vista o abastecimento estadual e a exportação.

– PROPOSTAS DE AÇÃO

- Acompanhar a produção e analisar o mercado.-
- Organizar a produção, promovendo a melhoria da qualidade e agregação de excedentes monetários ao produto agropecuário através de beneficiamento, classificação, embalagem, transporte, treinamento e transformação agroindustrial.
- Promover, através das empresas vinculadas à SAAI, repasse de informações de mercado aos produtores, visando à melhoria do processo de comercialização.
- Prever condições de mercado, de modo a facilitar a tomada de decisões que venham beneficiar o setor de produção.
- Estimular a produção de hortigranjeiros pelo aproveitamento da diversificação de clima e solo, das diversas regiões de Estado, buscando a auto-suficiência estadual.
- Buscar novos mercados para absorção de possíveis excedentes da produção estadual.
- Desenvolver projetos com a participação comunitária, a fim de facilitar o acesso à alimentação básica, a custos compatíveis, às populações mais carentes.
- Integrar as ações institucionais, de modo a promover, gradualmente, a municipalização do abastecimento alimentar.

6.2. OS PROGRAMAS – COMPLEMENTO

Os Programas complemento tratam dos fatores da produção (Recursos Naturais, Mão-de-obra e Capital), preocupando-se com seu uso, manejo, conservação e recuperação, buscando um equilíbrio entre o seu potencial de utilização e a necessidade de utilizá-los.

6.2.1. ORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA

– PROBLEMAS – A existência de um grande contingente de famílias sem terra, com pouca terra e com falta de documentação em áreas de posse, revelou-se como a principal preocupação no tocante aos aspectos fundiários. O processo da reforma agrária e ás ações complementares de crédito e de regularização fundiária ainda não adquiriram a velocidade desejada. Há problemas com a seleção dos beneficiários, os quais não têm participação mais ativa no processo. Constatou-se, ainda, carência de infra-estrutura e baixa qualidade de algumas áreas

destinadas aos assentamentos, bem como a falta de recursos para o crédito fundiário e para a regularização fundiária. Por outro lado, o Estado não dispõe de uma estrutura institucional adequada para executar a política fundiária.

– SOLUÇÕES – Como soluções para os problemas apresentados sugere-se agilizar e ampliar o processo de reforma agrária, do crédito fundiário e a regularização fundiária; proporcionar infraestrutura básica para os assentamentos, apoio à produção, maior participação dos beneficiários e da comunidade na seleção das famílias e no processo como um todo.

– PROPOSTAS DE AÇÃO

- Criar o conselho estadual de reforma agrária.
- Ampliar e adequar a estrutura institucional para dar suporte às ações fundiárias.
- Integrar todos os órgãos estaduais que possam apoiar o Plano Nacional de Reforma Agrária.
- Prestar assistência técnica às famílias assentadas.
- Efetuar levantamento das condições de solo e clima nos imóveis destinados a assentamentos.
- Apoiar a produção agropecuária.
- Destinar recursos para o financiamento de terras, através do crédito fundiário.
- Realizar ação fundiária, com levantamento de cadastros, discriminação de áreas devolutas, expedição e registro de títulos definitivos.
- Regularizar as áreas a serem recuperadas pelo Programa de Irrigação e Drenagem.
- Regularizar as áreas de posse e de conflito.
- Levantar as áreas devolutas que possam servir para a reforma agrária, reservas ecológicas e postos agropecuários.

Pretende-se, com este conjunto de ações, a integração interinstitucional (federal, estadual e municipal), viabilizar os assentamentos já existentes e promover outros assentamentos, em condições adequadas, de acordo com o Plano Nacional de Reforma Agrária, além de proceder ação discriminatória em 5.000ha e regularizar títulos para 2.000 ocupantes.

6.2.2. PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

– PROBLEMAS – No meio rural surgiram, como preocupações relevantes, o desmatamento acentuado dos estabelecimentos, a falta de tratamento dos dejetos, a poluição e a contaminação da água, a erosão do solo e o uso inadequado de agrotóxicos.

– SOLUÇÕES – São reclamadas medidas de estímulo efetivo ao reflorestamento, o respeito à legislação florestal e ambiental, o tratamento

e o aproveitamento de dejetos, a conservação do solo, a preservação e a proteção dos recursos hídricos, o uso adequado de agrotóxicos e a difusão de tecnologias alternativas.

As medidas de preservação e de recuperação dos recursos naturais devem ser tomadas levando em consideração, preferencialmente, o enfoque de microbacias.

– PROPOSTAS DE AÇÃO

- Direcionar, de forma integrada, todas as ações de governo, a nível federal, estadual e municipal, para a preservação e a recuperação dos recursos naturais.
- Controlar a erosão do solo através de práticas biológicas, mecânicas e vegetativas, aplicadas de modo integrado.
- Definir e implantar o código de uso do solo, considerando a aptidão agrícola e as condições sócio-econômicas dos estabelecimentos rurais.
- Intervir, junto aos órgãos competentes, para evitar a poluição das águas interiores e da orla litorânea.
- Propor alternativas tecnológicas de acordo com as condições sócio-econômicas e culturais do produtor, através de estudos e pesquisas para aumentar a renda e a produtividade da unidade produtiva.
- Estimular a proteção e a exploração econômica dos ecossistemas florestais com espécies nativas de importância econômica e ecológica, garantindo, ao mesmo tempo, a sobrevivência da fauna e do próprio homem.
- Desenvolver treinamentos para técnicos e produtores sobre manejo da mata e comercialização de produtos florestais.
- Criar áreas de preservação permanente para a proteção da flora e da fauna.
- Criar no homem a mentalidade conservacionista e ambientalista para que, respeitando as leis da natureza, planeje e administre a propriedade de modo economicamente viável e ecologicamente sustentável.
- Considerar a propriedade como um todo, sob o enfoque sistêmico, maximizando as linhas de exploração, levando em consideração as interações harmônicas e os limites de aptidão dos solos agrícolas, sem degradar o meio ambiente.

Com estas ações pretende-se trabalhar em 400 microbacias, envolvendo 52.800 produtores numa área conservada e preservada de 285.000 hectares, melhorando a qualidade da água para o consumo de 45.000 famílias rurais. Objetiva-se; ainda, a exploração racional de 90.000 hectares de matas nativas; o fornecimento de mudas para 20.000 produtores, permitindo o reflorestamento anual de 10.000 hectares, sendo 2.500 com erva-mate; o planejamento, a implantação e a manutenção de 15 reservas florestais, além da promoção de pesquisas para preservar as principais espécies nativas do

Estado e para orientar o manejo florestal sob o ponto de vista econômico.

6.2.3. PROGRAMA DE INCENTIVO AO INVESTIMENTO AGROPECUÁRIO

O programa de Incentivo ao Investimento Agropecuário se apresenta, dentro do PLANAC, como um instrumento fundamental para o cumprimento de seus objetivos, principalmente no que tange à viabilização do Programa de Armazenagem e de Preservação e Recuperação dos Recursos Naturais. Permitirá, ainda, a superação dos estrangulamentos no processo de produção e a consolidação da diversificação agropecuária.

Os agricultores estão conscientes da existência de novas técnicas de produção, de novos equipamentos de benefícios gerados pela sua utilização. Entretanto, a adoção de tecnologias exige recursos financeiros adicionais que ultrapassam, na grande maioria das vezes, suas disponibilidades.

Frente a esta constatação, a Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação estabelecerá um Programa de Incentivo ao Investimento Agropecuário, que levará em consideração as condições sócio-econômicas do produtor.

Este Programa objetiva aumentar os investimentos no setor agropecuário, dando prioridade aos itens considerados essenciais às diretrizes e ações do PLANAC: através do estabelecimento de parâmetros estáveis que dêem segurança aos produtores rurais. Os agricultores que participarem do Programa terão sua dívida convertida em valor equivalente ao do produto agropecuário. Quando o mesmo tiver o valor em preço mínimo inferior ao valor da dívida bancária; a diferença resultante terá cobertura por parte do fundo de compensação. Este fundo será criado com o objetivo de alocar recursos de diversas origens para cobrir estas eventuais diferenças.

O programa visa a atender aos agricultores em forma grupal ou individual, principalmente os que têm dificuldade de acesso ao crédito e que satisfaçam cumulativamente as seguintes condições:

- possuam, no máximo, 50 hectares de área total, contígua ou não. Para os grupos de agricultores, será considerada a área média do grupo, desde que nenhum dos participantes tenha mais de 100 hectares de área total;
- residam no estabelecimento rural;
- tenham na exploração da atividade agropecuária sua única fonte de renda.

A elaboração dos projetos de investimento e a assistência técnica aos beneficiários será efetuada pelas vinculadas à SAAI, por cooperativas agropecuárias e empresas privadas de planejamento agropecuário.

O financiamento efetuar-se-á através dos agentes financeiros que operem em crédito rural, desde que aceitem as normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação.

6.3. OS PROGRAMAS DE APOIO

Nesta categoria de programas estão enquadradas todas as ações, a cargo da Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação e de suas entidades vinculadas, que visam ao alcance de objetivos e metas dos programas-fim. Deste modo, um determinado programa-fim pode envolver a execução de tarefas por uma ou mais instituições, sendo que, neste caso, haverá integração de esforços de forma coordenada.

São 3 os programas de apoio: pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural e prestação de serviços.

6.3.1. PESQUISA AGROPECUÁRIA

Compete à pesquisa agropecuária desenvolver e/ou adaptar tecnologias de produção adequadas à realidade agrícola catarinense, e que atendam aos seguintes pré-requisitos:

- sejam, ao mesmo tempo, competitivas e adaptadas à realidade das explorações agrícolas familiares;
- promovam maior independência dos produtores do ponto de vista técnico, científico e cultural;
- sejam ecologicamente equilibradas e sirvam para recuperar e conservar o meio ambiente.

As principais ações constituem-se em:

- Conduzir experimentos de pesquisa.
- Difundir tecnologias.
- Executar análises laboratoriais.
- Produzir sementes básicas, mudas e plantas matrizes livres de patógenos.
- Realizar estudos nas áreas de sócio-economia e de administração rural.
- Desenvolver recursos humanos.
- Realizar pesquisas nas linhas de fitomelhoramento, práticas culturais, fisiologia vegetal, fertilidade, microbiologia e conservação do solo, entomologia, ictiopatologia, fitopatologia, agrometeorologia, enologia, sementes básicas, mudas e plantas matrizes, sanidade, alimentação, nutrição e reprodução animal, engenharia agrícola, engenharia florestal, sistemas diversificados, sistemas de produção, difusão de tecnologias e recursos pesqueiros.

Os projetos de pesquisa serão desenvolvidos em:

Alho, cebola, arroz, feijão, mandioca, milho, soja, trigo, hortaliças, vitivinicultura, banana, citrus, fruteiras diversas, apicultura, diversi-

ficação agropecuária, bovinos de leite e de corte, simulídeos, aqüicultura, agrometeorologia, solos, engenharia florestal, engenharia agrícola, sementes, mudas e plantas matrizes.

6.3.2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Cabe à assistência técnica contribuir para o aumento da oferta e a melhoria da qualidade de alimentos e matérias-primas via aumento da produção e modernização das tecnologias de produção, beneficiamento e armazenagem. Cabe-lhe, também, solucionar problemas que afetem o sistema produtivo das unidades produtoras.

Com este enfoque, a Assistência Técnica se preocupará em:

- identificar, recuperar e difundir tecnologias apropriadas à realidade catarinense, para assistir tecnicamente as unidades produtoras na solução de problemas que afetam a produção, a armazenagem e o beneficiamento;
- atuar no escoamento das safras e no abastecimento do mercado.

Cabe à Extensão Rural desenvolver conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes junto à população rural que propiciem melhor nível de vida pelo aumento da renda gerada na propriedade agrícola. Sua ação é de caráter eminentemente educativo, avesso às ações paternalistas, utilizando métodos de atuação característicos e próprios, voltados ao crescimento do homem rural, como pessoa e como produtor.

Com esse objetivo visará a Extensão Rural:

- conhecer a realidade rural;
- identificar problemas que afetam a renda e o nível de vida;
- conscientizar o agricultor para a solução destes problemas;
- assistir o agricultor na solução dos problemas democraticamente identificados, priorizados e planejados com a participação dos beneficiários e das lideranças rurais;
- identificar, bem como difundir, contínua e progressivamente, tecnologias adequadas à realidade e aos problemas;
- avaliar continuamente a ação e os resultados;
- usar métodos educativos;
- ter como base de ação a família rural;
- priorizar as formas grupais de trabalho;
- dar prioridade, no atendimento, às unidades familiares de produção;
- humanizar o trabalho;
- estimular o gerenciamento mais profissionalizado da propriedade e
- criar uma nova sistemática para o atendimento da juventude, valorizando a sua formação profissional para a agricultura.

6.3.3. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Envolve ações onde a Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação prestará serviços aos produtores rurais, de forma direta ou indireta, no tocante à mecanização agrícola e à engenharia rural, ao apoio laboratorial, à comercialização agrícola, à fiscalização, à produção pecuária e em outras atividades afins.

Os serviços de mecanização agrícola e de engenharia rural visam à recuperação de áreas agrícolas atualmente inaproveitáveis, ao controle de inundações em áreas agricultáveis e à melhoria de condições para o tráfego de embarcações pesqueiras em canais e lagoas. Prevê-se, ainda, melhorar o aproveitamento de várzeas, o armazenamento de água na propriedade, a captação de águas subterrâneas, as condições de irrigação e drenagem, abrir e melhorar estradas dentro das propriedades, construir silos trincheiras e esterqueiras e realizar, em pequena escala, destoca e terraplanagem para construções rurais.

O apoio laboratorial fornecerá a retaguarda ao controle qualitativo e quantitativo de produtos e insumos para o cumprimento da legislação nas áreas de fiscalização e do comércio. Prioritariamente, serão realizadas análises laboratoriais na área de solos, sementes e mudas, água, sanidade animal e vegetal. Em acordo com o Ministério da Agricultura, poderão ser realizadas análises da qualidade de insumos agrícolas.

Como auxílio aos produtores, na área da comercialização agrícola serão fornecidas informações sobre produtos, preços e mercados **ilegível** a classificação de produtos vegetais **ilegível**.

Ilegível, compreendem a comercialização e o uso de agrotóxicos, o comércio de sementes e mudas, a vigilância e o controle fitossanitário e a fiscalização na parte de defesa sanitária animal, vegetal e de pesca.

Ao programa de prestação de serviços cabe, ainda, desenvolver ações, em alguns casos em caráter supletivo, que visem e corrigir distorções e deficiências nos diversos segmentos do setor agropecuário e também desenvolver atividades de inspeção, classificação e fiscalização.

Com este enfoque, a prestação de serviços se preocupará em:

- armazenar e comercializar insumos e bens de produção agropecuários e agroindustriais;
- elaborar e executar projetos de engenharia rural;
- prestar serviços de classificação, de controle de qualidade, de **ilegível** e de padronização de produtos agropecuários; seus subprodutos e resíduos de valor econômico;
- desenvolver ações pertinentes à vigilância, defesa sanitária vegetal e animal, bem como outras ações de suporte à demanda de serviços na agropecuária;

- executar ações no sentido de propiciar aos produtores rurais, ou às suas organizações formais e informais, os benefícios dos instrumentos de política agropecuária e agrária;
- amparar, organizar e racionalizar a produção e a comercialização de produtos agropecuários e agroindustriais;
- participar da formação de infra-estrutura básica de apoio aos mecanismos de produção primária e de abastecimento;
- produzir, em instalações do poder público, ou de entidades privadas, bens de produção para a agropecuária;
- efetuar o controle qualitativo e quantitativo de produtos e insumos agropecuários, bem como atender à demanda laboratorial originária da defesa e da fiscalização sanitária animal e vegetal;
- executar serviços emergenciais na área agropecuária;
- auxiliar na ação reguladora de mercado de produtos agropecuários e agroindustriais.

BENEFÍCIOS E BENEFICIÁRIOS

Os benefícios podem ser divididos em diretos e indiretos. Dentre os principais benefícios diretos podem-se destacar:

- maior quantidade e melhor qualidade de produtos para consumo humano (a curto, médio e longo prazo);
- aumento do nível de renda das famílias rurais;
- maior quantidade e melhoria na qualidade da água para consumo humano, agropecuário e industrial;
- aumento da fertilidade do solo, com redução no uso de fertilizantes minerais e agrotóxicos, e
- diminuição dos riscos na atividade agropecuária.

Entre os indiretos destacam-se:

- fixação do homem no campo, com melhor aproveitamento e remuneração da mão-de-obra familiar;
- melhoria na qualidade de vida da população rural, através do acesso ao mercado de consumo, melhoria nas condições sanitárias do estabelecimento e do aumento de renda, e
- redução da disparidade de renda entre o meio rural e o meio urbano.

Os beneficiários do PLANAC serão os membros da sociedade como um todo, tendo em vista o conjunto de ações previstas no plano.

A população rural, em especial a constituída pelos pequenos produtores, para os quais se faz mais necessária a atenção governa-

mental, receberá benefícios diretos, a médio e longo prazo, oriundos principalmente das ações ligadas aos seguintes aspectos:

uso racional dos recursos naturais, e
aumento da quantidade e qualidade dos fatores de produção.

A população urbana, além dos benefícios acima, será contemplada, a curto prazo, com maior disponibilidade e qualidade de alimentos, a preços mais acessíveis.

CONCLUSÃO

Embora a agropecuária catarinense tenha apresentado índices elevados de crescimento, isto não significa que se tenha conseguido o desenvolvimento sócio-econômico do meio rural. Ainda hoje existem muitas situações contraditórias, algumas indicando crescimento econômico, enquanto outras indicam um processo de deterioração do meio rural.

O setor agropecuário, dada a sua complexidade, exige uma atenção especial por parte do setor público, tanto a nível federal como a nível estadual e municipal. As ações devem buscar a integração de todos os subsistemas agroeconômicos para oferecer as condições favoráveis para o seu desenvolvimento, visto que o crescimento do setor agrícola é condição necessária para o desenvolvimento global do Estado e do país.

Ciente deste quadro, e da sua responsabilidade na condução do processo, a Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, lança, com o PLANO AGROPECUÁRIO CATARINENSE (PLANAC), uma proposta levantada, discutida e aprovada pela sociedade rural.

O plano retrata, de maneira fiel, as aspirações da comunidade rural. Foi ela quem disse quais eram os problemas, porque eram problemas, e como se poderia resolvê-los. Desta concepção é que nasceu o PLANAC e é com esta filosofia que ele vai ser executado, acompanhado, avaliado e reprogramado, quando necessário.

O entendimento de que a mobilização integral de recursos é necessária para a realização do desenvolvimento rural foi traduzido pelo Governo de Santa Catarina em políticas bem nítidas, em adequada estratégia e em boa organização. Deste modo, a participação ativa da população rural, elegendo as prioridades, deu segurança ao governo para alocar seus escassos recursos em benefício da população catarinense.

A Secretaria da Agricultura Abastecimento e Irrigação está ciente de que, com a execução deste plano eliminará um grande número de problemas e encaminhará as soluções para outros tantos que exigem mais tempo para concretizá-las.

O Plano proposto é um instrumento prático e eficaz que, com a participação da comunidade rural na sua execução e avaliação, contribuirá para atingir os objetivos propostos, que são: diminuir a pobreza rural, produzir alimentos e respeitar as leis da natureza.

Pois bem, a tarefa do legislador ao votar as leis complementares, estará voltada a fixação do homem ao solo, ao aumento da produção e da produtividade, ao aumento do poder aquisitivo do agricultor e à luta da produção para eliminar os bolsões de fome e de miséria que humilham este país.

Mais, ainda, de modo especial o seguro total e o crédito adequado constituir-se-ão no grande instrumento em defesa do pequeno e do médio produtor.

O SR. COSTA FERREIRA (PFL - MA)
Pronuncia o seguinte discurso.:

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o domingo próximo passado foi um dia muito especial para todos nós que temos a felicidade de professar a fé cristã: foi o segundo domingo de dezembro consagrado à Bíblia Sagrada, o Livro dos Livros, aquele que contém os ensinamentos capazes de estabelecer a paz na Terra e a felicidade para todos os homens.

Se vivemos tempos tão conturbados, se tamanhas são as desavenças entre os povos de várias partes do mundo, isto se deve ao desconhecimento do que dizem os livros da Bíblia, especialmente os quatro Evangelhos, que são o legado maior dos discípulos de Nosso Senhor Jesus Cristo, ao descrever com inigualável clareza e simplicidade os seus feitos maravilhosos.

Não seria demais fazer aqui um retrospecto histórico para lembrarmos que o nome Bíblia vem do árabe "biblos", "biblion", uma planta sagrada do antigo Egito, planta essa que atingia uns quatro metros de altura, em doce, tinha a copa em forma de leque e vicejava às margens do rio Nilo.

Dessa planta os egípcios faziam tudo, desde comida e bebida até roupas e sandálias. E dela fizeram também os conhecidos papiros, em forma de grandes e largas fitas, onde foram escritos os primeiros livros.

Bíblia, portanto, é o plural de "biblos", de "biblion", termo que, através dos séculos, acabou consagrado nesta acepção de reunir os livros sagrados dos judeus e dos cristãos, escritos sob inspiração divina, como repositório precioso para toda a humanidade. São 39 livros do Velho Testamento e 27 do Novo Testamento, e toda essa bibliografia foi escrita num período de 14 séculos.

A obra mais antiga das duas coleções é o Pentateuco, onde Moisés reuniu as tradições mais remotas valendo-se de fontes orais e escritas. Ali estão as origens do mundo e do homem. Ali está descrita a saga dos antigos patriarcas, e as principais aventuras dos judeus, desde a saída do Egito até o seu estabelecimento na Terra de Canaã.

Os judeus chamavam de "Tora" a lei escrita por Moisés abrangendo cinco livros que são: Gênesis, Éxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Designados como livros sagrados desde a antiguidade, esses livros vieram a formar a Bíblia, que foi se enriquecendo através dos tempos até consolidar-se na forma como a conhecemos hoje.

Sr. Presidente, "Bem-aventurada é a Nação cujo Deus é o Senhor", diz o Salmo maravilhoso tantas vezes invocado. Feliz é a Nação cujos homens pautam a sua conduta pelas palavras divinas e procuram seguir os exemplos que emanam da Bíblia Sagrada.

O momento é especialmente oportuno para considerarmos o papel desta Assembléia Nacional Constituinte, ora concentrando as atenções e as esperanças de todos os brasileiros. Estou seguro de que haveremos de superar as dificuldades para escrevermos a Constituição que nosso povo merece. E assim faremos porque aqui, neste Plenário, reúnem-se diariamente homens e mulheres que são cristãos.

Tenhamos presente que a obra de que nos ocupamos está destinada a uma ação duradoura, no sentido de consolidar a paz entre os brasileiros e criar condições para o progresso material e espiritual de nosso povo. Portanto, acima dos interesses pessoais deve estar o interesse da Nação, conforme a conveniência do amor cristão que a tudo deve presidir.

E que o Evangelho de Cristo seja o nosso guia e companheiro nesta jornada tão importante para os destinos do Brasil, senda de luz a iluminar o nosso caminho, para que o trabalho seja fecundo e dê bons frutos, perpetuando-se no tempo como uma obra de irmãos, feita com carinho e sem outro objetivo que não seja o bem dos nossos patrícios de todos os quadrantes desta Pátria, que nasceu sob o signo da cruz e há de crescer cada vez mais segundo os preceitos da Bíblia Sagrada, ela que contém toda a sabedoria vinda de Deus em benefício de todos os homens.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB)
- DF. Pronuncia o seguinte discurso.:

— Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje, recolhido à intimidade da sua prancheta e alheio às bajulações e críticas insensatas, o arquiteto Oscar Niemeyer completa 80 anos de idade. Queremos desta tribuna prestar uma singela homenagem não apenas ao militante e dirigente do Partido Comunista Brasileiro, mas ao homem que ajudou a delinear os traços mais marcantes da moderna arquitetura brasileira e projetá-la internacionalmente. Sabemos ser o próprio Oscar Niemeyer avesso a este tipo de homenagem, mas o seu nome já não lhe pertence. Ele constitui-se em patrimônio do nosso povo.

A arte de Niemeyer, como está demonstrada em Brasília e em vários edifícios espalhados pelo Brasil, América, Europa e África, consolida-se em um momento de grandes transformações políticas e sociais, caracterizadas principalmente pela derrota do fascismo e pelo desabrochar da esperança entre os povos amantes da liberdade. No Brasil, onde o Estado Novo foi colocado no chão, Niemeyer veio somar-se aos democratas de várias correntes e não menos famosos como Di Cavalcanti, Portinari, Jorge Amado, Oduvaldo Viana e Graciliano Ramos.

Os revolucionários não conseguem conviver com a mediocridade e com o atraso. Recorrem ao passado e à tradição simplesmente para construir o novo, o belo, a sociedade do amanhã. Oscar Niemeyer, recorrendo a novas técnicas, como a do concreto aparente, revolucionou o desenho de nossa arquitetura e deu leveza aos edifícios, que parecem querer voar, em busca da liberdade pela qual a humanidade também sonha e luta.

O arquiteto e militante comunista Oscar Niemeyer nunca se desvinculou do seu tempo. A sua arte não foi utilizada para defender os interesses das elites econômicas, nem para justificar a anacrônica posição de neutralidade, comum aos oportunistas. Niemeyer sempre foi um defensor ardoroso da via revolucionária para a construção do socialismo e para se obter o fim da exploração do homem pelo homem.

Com uma formação humanística e filosófica bastante sólida, Niemeyer em sua arte não fez concessões à demagogia daqueles que queriam vê-lo apenas construindo casas populares. Ele conseguiu demonstrar em seu dia a dia que o socialismo não dependia da prancheta do arquiteto ou do gênio do artista, mas da ação organizada dos trabalhadores e de outros segmentos democráticos da sociedade.

Em seus 80 anos de vida, Niemeyer deu exemplos definitivos de sua paixão pelos interesses da classe operária e do seu partido. Com a democratização de 46, por exemplo, o seu escritório no Rio de Janeiro foi transformado em comitê eleitoral dos candidatos do Partido Comunista Brasileiro. Em nenhum momento submeteu-se aos militares que infernizaram a vida do povo brasileiro por 21 anos. Quando teve a sua atividade cerceada internamente, Niemeyer tornou-se cidadão do mundo. Não é à toa que obras de larga significação da arquitetura mundial estão presentes em países como França, Itália, Estados Unidos e Argélia.

Há poucos dias recebemos a grata notícia de que Brasília foi reconhecida como patrimônio cultural da humanidade pela Unesco. Uma obra de menos de 30 anos igualada em qualidade aos grandes monumentos criados historicamente pelo homem. É claro que a decisão da Unesco não gozou da unanimidade da sociedade, mas reconhece a contribuição dada por um ser humano que felizmente ainda convive com a nossa gente.

Niemeyer sempre estará entre nós.
O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB)
- SP. Pronuncia o seguinte discurso.:

— Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com dois terços da população concentrados nas cidades, acelera-se a urbanização do País, crescendo o número de cidades com população superior a duzentos mil habitantes, a exigir uma estrutura urbana modernizada e amplamente diferenciada, capaz de atender principalmente aos crescentes problemas de abastecimento, transportes, comunicações, fornecimento elétrico e uma urgente melhoria do policiamento.

Não se admite mais que destacamentos policiais de trinta ou quarenta soldados possam garantir a segurança, a incolumidade e a propriedade de duzentas mil pessoas, na média de cinqüenta mil residências, fora os edifícios públicos, escolas, hospitais, bancos, indústrias e casas comerciais, hotéis e estabelecimentos de diversões.

Registre-se, por outro lado, que o tráfico de entorpecentes permeabiliza todas essas cidades, desde o portão das escolas à porta dos presídios, disseminado nos clubes e lugares de lazer, com o crescente comprometimento da juventude.

Já há Municípios que, para enfrentar essa conjuntura, criaram suas Secretarias de Defesa Social, como é o caso de Araras, que estende seus serviços a comunidades vizinhas, como Santa Rosa do Viterbo.

O noticiário policial daquela cidade vem revelando a prisão de menores arrombadores em telhados de lojas, com pronta e eficaz atuação da polícia civil e da guarda municipal, merecendo as instituições crescentes louvores da população.

A população pede o aumento do efetivo, tendo sido aprovados, recentemente, seis homens dos vinte que se apresentaram ao concurso, aproveitadas duas de cinco mulheres. Parece que o salário não é muito atraente e, por isso mesmo, a prefeitura pretende aumentar os vencimentos dos seus policiais em Araras, que também prestam serviços no terminal rodoviário, trabalho louvado pela Polícia Civil de São Paulo.

É preciso que esse exemplo sirva de encorajamento para que os Municípios criem suas guardas municipais e setores de policiamento civil, a fim de enfrentar a onda de delinquência que já se espraia, inclusive, com assaltos a banco; no interior do País.

A segurança dos cidadãos e a preservação da propriedade e da vida se tornam, a cada dia, problemas de primeira urgência. Necessário, pois, que a legislação a partir do texto constitucional encoraje a criação de secretarias de segurança em todos os Municípios, a partir de determinada densidade populacional.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL - ES). Pronuncia o seguinte discurso: – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, em meio ao clima de perplexidade por que passa a Nação brasileira, o Ministério da Fazenda anuncia um pacote fiscal, tudo feito sem uma maior discussão com os setores produtivos do País e com as principais organizações de trabalhadores. As notícias circulam em gabinetes privilegiados, através de fontes eleitas, deixando apreensivos todos os segmentos da sociedade brasileira. O Congresso se autoconvocou diante das notícias desencontradas e o ambiente de mistério que está se tornando a concretização das medidas.

O Forum Informal dos Empresários, constituído das principais lideranças do setor produtivo do País, reuniu-se em São Paulo e hoje já anunciou suas apreensões diante das medidas anunciadas pelo Governo. Do Fortim informal saiu uma nota, que deve retratar todas nossas preocupações. Diz a nota que a Política Tributária deve ser transparente e objeto de franca discussão por toda a sociedade. Não é possível – diz a nota – que medidas com graves repercussões na economia sejam tomadas no fim do ano com o objetivo de tapar buraco nas contas governamentais. Até o momento não foi explicado à sociedade onde irão ser aplicados os recursos a serem obtidos com as medidas anunciadas. Acrescente-se que esta malsinada prática – continua a nota – tem sido uma constante na vida de nosso País. Ano após ano anunciam-se, ao apagar das luzes

de cada ano, medidas de impacto que, na realidade, objetivam cobrir os gastos provenientes da presença excessiva do Estado na economia.

De desastre em desastre o PMDB vai dirigindo a economia do País ao caos e com ela toda as esperanças e expectativas da sociedade brasileira. No primeiro semestre deste ano o Secretário do Tesouro André Calabi esteve reunido com parlamentares no Congresso, tratando do projeto de lei que autorizava o Poder Executivo, através do Banco do Brasil, a assumir as dívidas dos Estados, rolando todas as dívidas por eles contraídas, a maioria delas em orgias eleitorais. Disse a ele, na ocasião, que o déficit público não alcançaria mais de 2,5% do PIB. O Ministério da Fazenda anuncia agora que este percentual poderá alcançar até 6%, ou seja, o dobro do estimado.

Não podem os chamados economistas do PMDB, impunemente, levar esta Nação ao desastre. O pacote fiscal tem que merecer uma ampla discussão, um amplo debate. Todos queremos e devemos pagar os impostos devidos, mas temos o direito, e o Ministério do PMDB, o dever, que explicitar para onde vai o dinheiro arrecadado.

Se o Ministério da Fazenda não estiver mal-intencionado, a Nação brasileira deve apresentar a reforma fiscal em termos de projeto de lei, dando oportunidade a que os Congressistas se pronunciem e com eles todos os segmentos da vida produtiva e trabalhadora do País.

A tributação é a grande arma que tem o Governo de exercitar seu poder de equilíbrio, sustentando-se perante a opinião pública.

Impostos todos nós devemos pagar. E deve ter o caráter de seleitividade.

Quando o eficiente presidente do Banco Central, Fernando Milliet, conduz as conversações da dívida externa com discernimento e pragmatismo, é necessário que o Ministério do PMDB não penalize a população mais do que tem feito.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, venho a esta tribuna endossar antiga reivindicação das comunidades indígenas: a imediata substituição do Presidente da Funai, Romero Jucá Filho.

As lideranças indígenas elaboraram um documento, encaminhado a diversas autoridades, como o Presidente da República e o Ministro do Interior, onde apontam seus principais problemas, sendo o mais urgente a substituição de toda a direção da Funai. Até o momento não obtiveram resposta.

A administração de Romero Jucá está sendo responsabilizada por inúmeras irregularidades administrativas envolvendo seus funcionários, tais como tentativa de suborno dos superintendentes regionais, na transação com madeira retirada de reservas indígenas, em Rondônia. Acusam a Funai de convivência com fazendeiros, posseiros, mineradoras e madeireiras, numa teia de corrupção que vai desde o desvio de verbas até a complacência com os invasores de reservas indígenas.

Enquanto morrem índios por falta de assistência médica e alimentação, por omissão ou negligência do órgão que deveria responsabilizar-se pelo seu bem-estar, suas reservas são invadidas por mineradoras e madeireiras, tudo isso com o estímulo da própria Funai. O próprio Presidente Romero Jucá afirmou, em entrevista ao **Correio**

Braziliense de 8 de novembro passado, ser favorável à exploração dos recursos indígenas, assumindo, publicamente, a defesa de grandes empresas que atuam na Amazônia, interessadas nesse tipo de empreendimento. A penetração dos mineradores e madeireiras nas reservas indígenas poderá apressar o etnocídio que já vem sendo praticado contra essa raça desde o descobrimento do Brasil. Em 1500 havia aproximadamente 5 milhões de índios em nosso País e hoje esse número não ultrapassa os 230 mil.

Além dessas, outras denúncias estão creditadas na conta da atual administração, como o desvio de verbas destinadas aos programas de assistência às comunidades indígenas, que as lideranças dizem não ter recebido.

As irregularidades são tantas que foi designada uma equipe de auditores do Tribunal de Contas da União encarregada de investigar o destino dado às verbas destinadas à Fundação. Não faltaram fatos que documentassem, entre outras falhas, a deficiência do controle dos gastos pela Funai, que possui um inoperante quadro administrativo composto de mais de quatro mil funcionários, sem contar o grupo de assessoria da Presidência, a maioria com altos salários, mordomias e privilégios, enquanto as famílias indígenas passam fome.

O relatório apresentado pelo Tribunal concluiu que a demarcação de terras, função prioritária da Funai e aspiração das comunidades indígenas, até hoje não foi realizada. Para os auditores, o argumento da falta de verbas não tem fundamento, uma vez que o orçamento dessa Fundação ultrapassa duas vezes o orçamento de vários órgãos oficiais, como o próprio Tribunal de Contas da União.

Sr. Presidente, a Funai foi criada para proteger e assistir o índio, e não para exterminá-lo. Sua atual direção tem sido responsabilizada pela dilapidação do patrimônio indígena, através de contratos firmados com empreiteiras da região amazônica, às quais o atual presidente já deu seu aval, e pela própria desassistência às populações indígenas.

Deixar de apurar as denúncias veiculadas é negar a autoridade que tem os índios para fazê-las; é dar crédito às ações perniciosas do presidente de um órgão que não cumpre suas funções e é, principalmente, cometer mais um genocídio contra comunidades indígenas.

Por esta razão, endossamos a reivindicação das comunidades indígenas, que querem a moralização da Funai. E isto só será possível com a demissão imediata do Sr. Romero Jucá.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT - RJ). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, nobres Constituintes, estamos prestes a ingressar em 1988, ano do centenário da Abolição e de promulgação de uma nova Constituição. De fato, o que vamos comemorar? Podemos hoje afirmar que foram banidas as desigualdades que impõem a mais de 70% da população brasileira uma tal situação de inferioridade que os coloca como cidadãos de segunda classe? Respondemos com um redondo e inquestionável não.

Sr. Presidente, é mais do que evidente que as desigualdades e discriminações raciais marcam a sociedade, o Estado e as relações econômicas.

em nosso País. Na construção da democracia política que se espera resultar da promulgação de uma nova Constituição, o Estado tem uma dívida histórica a resgatar diante de milhões de negros, homens, mulheres, crianças, aos quais tem-se recusado o exercício da cidadania.

Este é o desafio histórico. Hoje, como amanhã, quando do início das comemorações de cem anos de Abolição da Escravatura, impõe-se uma profunda reflexão. A Nação e a sociedade têm várias faces: é dinâmica, heterogênea, multiracial e pluricultural. Mas as elites, o Estado tem uma só cara: branca, rica universitária, egoísta. Sem a eliminação desse divórcio entre Estado e nação, Estado e sociedade, onde reside a raiz da crise brasileira, jamais fixaremos as bases da convivência e da prática democrática.

Nobres Constituintes, reunidos de 27 a 30 de novembro de 1987 em Salvador, nº 1º Encontro Nacional do Centenário da Abolição, lideranças, militantes, e pensadores negros refletiram sobre a crise brasileira, a transição incompleta na formação do Estado democrático desde há cem anos, e formularam propostas. Pela agudeza do esforço analítico e da ampla contribuição ao debate constituinte, peço a transcrição da Carta de Salvador nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte:

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

I ENCONTRO NACIONAL DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO "BRASIL: CRISE E SOLUÇÕES"

Carta de Salvador

No momento em que a sociedade, brasileira parece submergir na mais profunda das suas crises, lideranças, militantes e pensadores negros reunidos entre 27 a 30 de novembro de 1987, às vésperas do Centenário da Abolição, na capital da negritude brasileira, decidem por intermédio desta carta, falar aos corações e mentes de todos os brasileiros.

A crise econômico-financeira atual, caracterizada pelos persistentes fantasmas da dívida externa, do déficit público e da inflação.

A crise social, marcada pelo abandono perverso das nossas crianças e adolescentes, pela favelização crescente da nossa população urbana, pelo desemprego, pela concentração da renda e da Propriedade fundiária, pela expropriação das últimas comunidades rurais de produtores livres – em especial os quilombos contemporâneos e as nações indígenas.

A crise cultural evidente na espetacular falência da educação e do ensino na tautologia e mesmice dos nossos pensadores e cientistas, incapazes de pensar o Brasil com originalidade, no fortalecimento de preconceitos e estereótipos contra a mulher – em especial a negra e a nordestina, e, sobretudo, numa espécie de "naturalização" da violência que nos faz calar mesmo diante das suas expressões mais contundentes, inimagináveis para nossos avós.

A crise política assinalada pela incapacidade de nossa classe política em completar a transição democrática, frustrando perigosamente a confiança nela depositada pela Nação, bem como pelo desgaste e a desmoralização das fórmulas político-ideológicas em disputa, não escapando deste diagnóstico nem mesmo as fórmulas generosas, sinceramente a favor das classes populares.

Tudo isso são para nós, em suma, variantes da mesma crise geral e profunda por que passa a civilização brasileira; ao que tudo indica o Brasil vai entrar no século XXI sem dar certo. Qual é, pois, a raiz da crise brasileira? O divórcio entre o Estado, monopólio das elites econômico-sociais, políticas e intelectuais – e a Nação ou sociedade, dinâmica, heterogênea, multiracial e pluricultural. As elites têm no Brasil uma só cara: branca, rica, universitária e egoísta; a Nação tem várias.

Acreditamos, os participantes deste I Encontro Nacional do Centenário da Abolição, que a originalidade consiste precisamente em estarmos reunidos para discutir o Brasil, sua crise e soluções. Significa isto, na prática, que nos assumimos como força hegemônica da Nação ou sociedade brasileira. Percorremos um longo caminho, mas chegaremos; a responsabilidade de achar as saídas é nossa.

Quer isto dizer, em primeiro lugar, que após admitir a incapacidade dos atuais protagonistas resolverem o drama brasileiro; e após também compreender que o racismo, em suas múltiplas formas – disfarçadas ou abertas – é um instrumento básico de dominação do Estado sobre a Nação – quer isto dizer que, para nós, a solução da crise brasileira passa pelo combate ao racismo e depende de nós, os que organizadamente, e pelo menos há 50 anos, o combatemos.

Em que pesem nossas muitas divergências é o que concluímos no I Encontro Nacional, Brasil: Crise e Soluções. Não viemos à capital da negritude brasileira para festejar a Abolição – muito embora a festa seja uma mediação essencial do negro com o mundo; e compreendemos também o processo da Abolição como conquista social, para o qual, primeiro que todos, contribuiu o negro com sua formidável capacidade de organização de luta.

Zumbi foi na verdade o autor da Abolição.

Reunidos em Salvador, entre 27 e 30 de novembro de 1987, às vésperas do Centenário da Abolição, o que fizemos foi refletir, como negros, sobre o país que, contra a opinião das elites, é nosso em primeiro lugar. A liberdade e a autonomia deste I Encontro – e porque outros; estaduais, regionais e nacionais se seguirão – foram preservados integralmente, não obstante os apoios oficiais imprescindíveis à sua realização; liberdade e autonomia que são, de resto, sinais do avanço dos movimentos negros.

Em decorrência do nível superior a que supomos terem chegado as lideranças e pensadores negros brasileiros.

Recomendamos a todos os que desejam caminhar conosco:

1º) redobrarem esforços pela libertação final da Namíbia e da África do Sul;

2º) prosseguirem na luta pela conquista dos espaços políticos formais, como sejam, os currais partidários e o jogo eleitoral, não permitindo, sob qualquer hipótese, a diluição da questão racial – entendida como aspecto essencial da crise brasileira;

3º) reforcarem as alianças com os demais movimentos sociais, particularmente os que representem forças vivas da sociedade brasileira e, co-

mo nós, se achem empenhados em reverter a dominação das elites.

Salvador, 29 de novembro de 1987." 292º Aniversário da Morte de Zumbi dos Palmares."

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS – PI). Pronuncia o seguinte discurso.:

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o drama do homem nordestino é um só, do sul do Maranhão ao Recôncavo Baiano. Em maior ou menor escala, vítima de estiagens prolongadas ou de inundações sempre intempestivas, permanece imutável no tempo, apesar de todos os avanços que a tecnologia prodigaliza a outras regiões brasileiras, a visão sociológica de Euclides da Cunha ao assinalar que "o sertanejo é antes de tudo um bravo".

Mas a bravura do homem do sertão, do nordestino estóico e fiel ao seu chão, prisioneiro apaixonado da terra em que viu pela primeira vez a luz do sol, parece que está desaparecendo. As intempéries sucessivas, a falta de apoio oficial – não apenas creditício, mas sobretudo social – vem enfraquecendo a tenacidade de nossa gente, roubando-lhe o mais precioso dos dons, que é exatamente o dom da esperança.

Não têm conta, nesta Casa, o número de pronunciamentos com que representantes do Nordeste transmitem à Nação a plethora de problemas que nos afligem e o apelo para soluções que, embora muitas vezes prometidas, jamais se concretizam. Programas e metas são anunciados, projetos são difundidos em edições luxuosas, promessas e compromissos são renovados. Engoda-se a boa fé da sofrida gente da região nordestina, porque os governos passam, os papéis se amontoam e o Nordeste, na prática, fica cada vez mais esquecido, cada vez mais problemático.

Esse quadro de desolação repete-se mais uma vez em meu pequeno e desfavorecido Piauí. O Município de Pio IX – pólo promissor da cultura algodoeira nordestina – está a braços com uma das mais terríveis crises das que já se abateram em toda sua história. Seco, completamente seco, soma-se neste momento, à falta d'água, a praga do "bicudo" que arrasou por inteiro sua base econômica.

A fome dá sinais evidentes de sua presença em Pio IX. Compelidos pela tragédia, muitos estão abandonando suas pequenas propriedades, partindo em busca do sustento em regiões menos assoladas pela tragédia. O êxodo é realmente incontrolável, ocasionando o surgimento de verdadeira legião de viúvas de maridos vivos. Não há remédio para o mal, porque a única terapia positiva seria a injeção de recursos para implementação de obras, o que infelizmente não se verifica.

O Prefeito Alencar Neto tem sido incansável na tentativa de viabilizar o incremento de obras perenes, capazes de estimular a permanência da população desesperada pela falta d'água e pela frustração da safra. Município, como soem todos os da região nordestina, Pio IX não exerce mais qualquer fascínio sobre sua pobre gente. O meio rural vazio, a pequena cidade "inchada" pela leva de migrantes que perderam a esperança nos frutos da lavoura, a paisagem local é o retrato absolutizado do desencanto, da decepção que já perdeu até a noção de sua própria fronteira.

Como se isso não bastasse, o modelo econômico do Governo impõe aos pequenos produ-

tores o fantasma dos juros e da correção monetária inclementes, fantasma que não contemporiza, que não cede em sua voracidade, que está a postos para fulminar, com o veneno de sua peçonha, o infeliz a quem a crise subjugou pela inadimplência.

Convenhamos, Srs. Constituintes, que essa situação não mais pode ser tolerada em pleno declínio do séc. XX. É inaceitável que a política de crédito se alie aos problemas cíclicos para penalizar o estoicismo da gente nordestina. Estamos cansados de rezar a mesma ladainha. De repetir a mesma e infrutífera cantilena, protestando contra esse modelo carrasco que submete a seu jugo o abandonado trabalhador rural.

O Prefeito Alencar Neto não esmorece em sua luta para evitar que a situação se torne mais grave ainda. Infelizmente está só, porque o Governo de meu Estado, sem condições de superar seus próprios problemas, não tem como lhe prestar socorro nesta hora difícil. E as autoridades federais parecem surdas aos gritos de socorro que lhes atordoam os ouvidos. Será que não temos mais para quem apelar?

Trago a esta Assembléia o apelo desesperado do Prefeito e da população de Pio IX. Praza aos céus minha voz seja ouvida, neste momento, e o milagre da boa vontade se opere, despertando na sensibilidade dos mentores da política econômica do Governo o gesto de estender as mãos para não deixar cair no abismo toda uma legião de brasileiros cujo único pecado é o de haver nascido no desolado e esquecido Nordeste.

Não podemos permitir, impunemente, que flagelos como o de Pio IX continuem enchendo de vergonha a consciência nacional.

Muito obrigado.

O SR. FERES NADER (PDT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. presidente, Srs. Constituintes, alimentamos especial preocupação com a pobreza, acumulada sobretudo pelas migrações nas periferias urbanas. Uma ação conjunta no campo e nas cidades é o caminho para equacionar o problema. O Governo, pelo que temos observado, tem contribuído para a redução da migração rural-urbana, buscando o desenvolvimento da agricultura, elevando os níveis de produção e de produtividade e procurando valorizar a vida rural, com ênfase aos pequenos e médios produtores.

Entretanto, a melhoria das condições de vida, sobretudo nos aspectos de educação e saúde, aliada ao estímulo às atividades produtivas e à criação de empregos nas cidades de porte médio e nos pequenos núcleos urbanos, deverá colaborar na redução das migrações dessas cidades para os aglomerados metropolitanos. Por isso, há que se criar todas essas condições para que o objetivo seja conquistado.

Ao mesmo tempo, destacamos a necessidade de corrigir os desequilíbrios que se verificam dentro das cidades, resultantes da ausência ou insuficiência de infra-estrutura e de serviços urbanos básicos, como abastecimento de água, transportes coletivos, habitação, saneamento, segurança pública, recreação e lazer.

A todas as camadas da população deverá ser assegurada a possibilidade de satisfação de suas necessidades básicas, garantindo-lhe o acesso – em termos econômicos e físicos – aos serviços

urbanos. Deve-se garantir o direito elementar do habitante de contar com o espaço e as condições necessárias para desenvolver suas atividades individuais, familiares e coletivas.

Para poder alcançar esses objetivos, é preciso, em ação paralela com a programação de investimentos e incentivos, o aperfeiçoamento da legislação urbana e da sua efetividade. A legislação sobre a urbanização, zoneamento urbano, uso de terrenos urbanos, construção urbana e tributação sobre a propriedade urbana terá de ser revista.

Além disso, reconhecemos, torna-se evidente a necessidade de uma compatibilização entre a política nacional de desenvolvimento urbano e as demais políticas setoriais que influem no desenvolvimento urbano regional.

Consideraremos, por outro lado, de fundamental importância a participação efetiva dos Estados e Municípios. Somente num esforço conjunto poder-se-ão conquistar os objetivos almejados, onde se destaca a redução das migrações do homem do campo para os centros urbanos, enfraquecendo danosamente o potencial da nossa agricultura.

Estas são as nossas considerações e o nosso alerta para um problema que causa preocupação a todo o povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, leio, para que conste dos Anais, nota emitida pelo Comitê de Solidariedade ao Pastor Werner Fuchs, hoje em julgamento:

"O Superior Tribunal Militar – STM julga hoje, às 13:30, o recurso de apelação do pastor Werner Fuchs, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, acusado de denegrir a imagem das Forças Armadas através de um discurso proferido no dia 25-7-86, Dia do Colono, em Curitiba – PR.

Natural de Santa Cruz do Sul – RS, Fuchs, atualmente professor na Faculdade de Teologia em São Leopoldo – RS, atuou por dez anos na CPT do Paraná, participando da orientação aos movimentos populares, especialmente dos agricultores sem terra, e participou de eventos em instâncias diretivas de sua Igreja. Incansável defensor dos direitos humanos, dos direitos dos trabalhadores e da não violência, colaborou na organização dos agricultores expropriados pela binacional Itaipu em 1979/82.

No dia 26-5-87 foi condenado a seis meses de detenção com o benefício do *sursis* pela Auditoria da 5ª Região Militar (Curitiba), com base no art. 219 do Código Penal Militar. Motivo: denúncia pública do conflito de terra envolvendo o Exército Nacional e cerca de 500 famílias de agricultores no Município de Papanduva – SC, há mais de 30 anos. Em 1956 o Presidente Juscelino Kubitschek assinou decreto desapropriando 7.614 hectares de terra dos agricultores para ampliação do campo de instrução Marechal Hermes. Sem observação dos direitos dos desapropriados as famílias foram despejadas em 1963, mas permanecem até hoje como proprietários da área, sendo o Exército ocupante ilegal por não ter a propriedade, cuja documentação

está em nome dos antigos proprietários. O MIRAD está cobrando judicialmente o Imposto Territorial Rural dos mesmos.

A defesa do pastor será sustentada pelo advogado paulista Luiz Eduardo Greenhalgh, para o qual o enquadramento, julgamento e condenação de um civil pela Justiça Militar é um repudiável resquício do regime militar a intimidar e tolher a liberdade de lideranças e defensores dos trabalhadores. Pleiteia, portanto, a absolvição do acusado por parte dos membros do Superior Tribunal Militar.

O Comitê de Solidariedade ao Pastor Fuchs e aos agricultores de Papanduva:

– Repudia a existência e a aplicação indevida da legislação militar, a militarização da questão agrária no Brasil e a tutela militar sobre o movimento popular.

– Acredita na absolvição do pastor e exige a solução do caso Papanduva, pois sem a reparação desta injustiça não há como falar em democracia.

– Finalmente, espera que a Constituinte seja capaz de pôr fim aos instrumentos que permitem a interferência militar na sociedade civil.

Brasília (DF), 15 de dezembro de 1987. – **Claudismar Zupiroli**, pelo Comitê – **Rudi Kich**, pela IECLB.

Espero que possamos pôr fim a estes tipos de julgamento, por certo mais ligados à herança autoritária do que condizentes com os novos tempos de uma efetiva Nova República.

Mais ainda ficamos revoltados quando vemos uma figura humana e religiosa como o Pastor Fuchs, com quem tivemos fecunda convivência em movimentos populares, como o dos "Indenizados de Itaipu", ser levado por essa razão à barra dos tribunais.

Oxalá seja o pastor absolvido, por ser de direito e de justiça.

O SR. PAES DE ANDRADE (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Presidente Carlos Andrés Peres, que tantos de nós esperamos rever, eleito diretamente pelo povo, mais uma vez na Presidência da Venezuela, ontem, na abertura dos trabalhos da Assembléia do Parlamento Latino-Americano, tornou muito clara a posição realista e corajosa que deve caber aos países da América Latina, no que concerne ao grave problema da dívida externa. Disse Carlos Andrés que devemos abandonar a retórica e partir para uma ação concertada. Não para uma agressão. Não queremos confronto, queremos o entendimento, a negociação, a persuasão, a lógica. Na presente situação, não podemos passar sem os credores – claro. Mas estes, também, não podem passar sem os devedores, evidentemente.

Um complexo de negociações, uma grande teia, um verdadeiro labirinto que se estabeleceu desde que houve a plethora de dólares no mundo (a inflação norte-americana exportada), em consequência dos dois choques do petróleo, da guerra do Vietnam e de outros fenômenos, não pode resolver-se da noite para o dia. Sabemos que alguns dos principais bancos norte-americanos, muito embora não tenham coragem de dizê-lo, já admitem que pelo menos 1/3 da atual dívida dos países subdesenvolvidos jamais será paga.

A crise da dívida externa, Sr. Presidente, é um animal bifronte. Causa-nos dano, a nós, os devedores. E já começa a causar grandes danos aos credores. Somos nós, constantemente, criticados. Até o Brasil, que sempre pagou os seus compromissos (inclusive aqueles que fugiam à realidade dos juros e se instalavam no terreno da usura), até o Brasil já foi ameaçado de que o declarem inadimplente, mau pagador, relapso. E não faltam maus brasileiros – alguns deles comprometidos com o processo monstruoso de criação dessa dívida – para nos atacar, a nós seus compatriotas, falando em nome de interesses estrangeiros.

O sistema financeiro internacional e os seus órgãos oficiais derivados do Acordo de Bretton Woods – como o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional – não conseguem resolver o principal problema para o mundo, que não é o da dívida externa dos pobres, mas o do gigantesco **déficit** dos ricos, a começar pelos Estados Unidos da América. O escândalo das dívidas interna e externa, do protecionismo e da exportação da inflação dos Estados Unidos passa em brancas nuvens, enquanto o Banco Mundial e o FMI fazem severas advertências ao Gabão, ao Paraguai, ao Brasil ou ao México – com a mais ridícula das hipocrisias, aquela que os burocratas internacionais praticam para satisfazer os quotistas e acionistas mais poderosos.

Reconheçamos que nem o Japão, com a sua insistência nas auditorias pelo Fundo Monetário internacional (uma instituição que, para os povos subdesenvolvidos se transforma numa sigla odiosa, a cada dia que passa), nem as grandes nações do Ocidente Europeu estão fazendo algo de concreto que fuja às exigências dos Estados Unidos – a não ser quando o governo de Washington lhes pisa nos calos, erguendo barreiras protecionistas (no caso dos europeus), ou proibindo investimentos no campo da informática por motivos de segurança nacional (como no caso do Japão).

Os países devedores, em particular os grandes como México, Argentina, Brasil, etc., transformam-se em **icebergs** que ameaçam o **Titanic** dos credores. Mas estes, com atitudes agressivas, complacentes ou displicentes (embora com um profundo temor, já sensível a quem os estuda e observa), continuam a navegar na sinistra nave, não só por inércia, mas também, por cupidez e por falta de imaginação, por ausência de senso político, por inflexibilidade. Toda estrutura inflexível está condenada a partir-se em mil pedaços. Não há melhor prova disso que a súbita flexibilização dos Estados Unidos e da União Soviética que passaram sete anos trocando insultos sobre a redução de armas nucleares na Europa Central para, finalmente, procurarem os caminhos da paz, que é compromisso da humanidade. De resto, Reagan e Gorbatchev já entendem que a violação da paz, no mais remoto dos territórios, afeta todos os povos.

Esperemos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que os bancos – oficiais e privados – cheguem à mesma conclusão, adquiram um mínimo de juízo e ajam politicamente. De amanuenses, peritos contadores, estamos todos cheios. De porta vozes ameaçadores, também. Já não nos assustam – até porque sabemos que o grande temor de credores é o de que a palavra de ordem da moratória pegue como um rastilho de pólvora,

estendendo-se por três Continentes – América Latina, Ásia e África – e até mesmo por algumas áreas da Europa. É preciso que os banqueiros e os governos que os apóiam ou sustentam caminhem para a solução política, negociada. Para isto, segundo Carlos Andrés, temos que nos unir, nós os latino-americanos. Sugiro que tenhamos uma plataforma comum, simples, concisa, sucinta e clara. Não um denominador comum, mas, para usarmos expressão tão inteligente de Santhiago Dantas, um mínimo múltiplo comum – que tende, é claro, a crescer.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, já disse o Presidente Mário Soares, de Portugal, esse estadista irmão, que digamos a tal ponto que as dívidas externas dos países em estado de crescimento, desenvolvimento, ou subdesenvolvidos e em estado de regressão, já não se pagam: negociam-se. Mário Soares chamou a atenção, como antes dele fizera Willy Brandt, para a dependência inevitável dos países ricos da exploração dos recursos dos países pobres. Apontou, ainda, para o fato de que são poucos os grandes mercados que restam no mundo e o Brasil é um deles – a oitava economia, uma das três mais Modernas indústrias de aço, possuidor de um dos mais avançados **Know-how** em construção.

Quando o Presidente Tancredo Neves disse que a dívida externa não pode ser paga com a fome (ou miséria) do povo, deu um brado de alerta, cunhou uma palavra-ordem e ergueu uma bandeira. Estamos fiéis ao pensamento do saudoso estadista Tancredo Neves e propomos a negociação, numerosas vezes, exaustivamente, antes de pensarmos em confronto. Em 1984, na 72ª Conferência da União Parlamentar, em Genebra; eu chamei a atenção para o problema, em palavras que ainda hoje – e mais do que nunca, hoje – mantenho:

"Em toda parte e em todo tempo, a guerra suja do dinheiro no mundo dominado pela cupidez do capital e por sua sede implacável de lucros levou sempre à guerra do sangue e da violência. Governos centralizadores, tirânicos e para tirânicos, controlados com mão-de-ferro por tecnocratas insensíveis, ao arreio da sabedoria colegiada dos Parlamentos, são os grandes responsáveis por esse endividamento assustador dos povos do Terceiro Mundo. Em alguns deles, a soberania nacional já não é mais do que uma noção romântica, sobrepujada pela escandalosa dependência das metrópoles econômicas, que lhes ditam os preços dos salários e das necessidades, e impõem até a redução dos mercados de trabalho, para que não falte o dinheiro dos juros onzenários.

"Dentro das nações endividadas pode faltar tudo: o teto, o emprego, o pão de cada dia. Só não pode faltar o dinheiro pontual das amortizações aos países capitalista, aos credores insaciáveis que controlam a importação e a exportação, os bens de capital e de produção dos devedores acuados. Em alguns casos, já se controla até a fiscalização da renda interna, com a presença prepotente dos próprios inspetores das agências cobradoras, no âmbito doméstico dos departamentos econômicos e financeiros dos endividados."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, já se disse que o novo nome da paz é o desenvolvimento.

É tempo de afirmarmos que o real nome da paz é a coragem de romper com a opressão, a usura e exploração dos nossos povos.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Jorge o Sr. Mário Maia, 2º-Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao Horário de Comunicações das Lideranças.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ – Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, ainda bem que hoje será reaberto o Congresso Nacional. A Assembléia Nacional Constituinte está funcionando para manter a vigilância e acompanhar a obra literária do Presidente José Sarney. Não me refiro aos seus romances de escassa popularidade, mas sim à copiosa produção de decretos-leis, ainda mais impopulares, onde S. Ex.^a tem podido exercitar seu estilo opaco de ilusionista e, com isso, esconder da Nação as concessões que vem fazendo nas costas do Congresso Nacional.

Veja-se agora a edição do Decreto-Lei nº 2.380, em que o Presidente Sarney, com o pretexto de alterar a tabela de escalonamento vertical, de que trata o art. 1º do Decreto-Lei 1.447, de 13 de fevereiro de 1976, e dar outras providências, produz, em estilo conciso, digno de Machado de Assis, essa pérola, que é o § 2º, que aduz ao art. 148 da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972. Diz basicamente o seguinte:

"O valor do soldo de Almirante de Esquadra não poderá ser inferior a dos vencimentos mensais de que trata o art. 156 desta lei".

Ora, a simples leitura desse parágrafo lembra-nos um texto de James Joyce, pois não permite que se entenda, num primeiro relance, rigorosamente o que pretende o decreto. É preciso fazer remissão ao art. 156 da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972, que diz:

"Os Ministros militares do Superior Tribunal Militar terão vencimentos fixados em lei específica".

Assim, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, inspirado no olhar de Capitu, personagem do romance "Dom Casmurro", isto é, de "forma oblíqua e dissimulada," o Presidente José Sarney acaba de conceder mais um aumento aos militares, através de um jogo de artigos de leis de épocas diferentes, que não são citadas de modo explícito. Anexa a esse decreto está a tabela de escalonamento vertical, que dá os coeficientes, desde os oficiais generais superiores, almirantes de esquadra, general de exército e tenente brigadeiro, que têm um coeficiente 1000, passando por todas as patentes, até os praças, na verdade. Aqui se

está promovendo um aumento dos vencimentos dos militares a partir de 1º de janeiro.

Pode parecer que se trata da consequência do Decreto-Lei nº 2.364, de 22 de outubro de 1987, no qual o Presidente já vinha concedendo um aumento escalonado em duas partes, uma a partir de novembro e outra a partir de 1º de janeiro, que compunham os 108% de aumento aos militares. Esse é outro decreto que, na verdade, equipara os almirantes-de-esquadra, os generais de exército e os tenentes-brigadeiros aos Ministros Militares do Superior Tribunal Militar. Infelizmente, não conseguimos coligir contra-cheques de generais-de-exército ou de almirantes-de-esquadra e de Ministros do Superior Tribunal Militar para fazer a comparação. Mas, evidentemente, esta é uma forma de se fazer às escondidas, antidemocraticamente, um aumento para os militares. Nada temos contra o aumento ou si. Somos favoráveis a que os militares tenham vencimentos dignos das funções que exercem. Desde a Antigüidade sabemos que o pior inimigo de uma Nação é o seu exército mal remunerado. Porém, esta forma de conceder aumento sem estendê-lo aos civis é uma injustiça. De resto é um princípio fixado no Projeto de Constituição que estamos debatendo, no sentido de que os aumentos dados aos militares sejam iguais aos dos civis, às mesmas épocas e mesmos coeficientes.

O que gostaríamos de saber é exatamente: como ficará a situação dos servidores civis. Estão aí os funcionários dos serviços de telecomunicações em greve, os correios em greve, todos reivindicando melhorias salariais que compensem a perda do poder aquisitivo causado por essa inflação galopante. Mas o que têm recebido é a repressão do Governo, são as demissões, é a má vontade, é a falta de diálogo para o entendimento em relação à fixação de novos vencimentos. O que se quer é a isonomia entre civis e militares. E é estranho, Sr. Presidente, que apenas um jornal, "O jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, se tenha referido a essa matéria, na sua edição de domingo, ao abordar a existência de um presente de Natal para os militares, em matéria assinada pelo jornalista Azi Hamed. Nenhum outro período se deu ao trabalho de interpretar ou decifrar esse texto de concisão machadiana, mas que visa, de uma forma oblíqua, dissimulada, favorecer os militares em detrimento dos servidores civis.

Esta a denúncia que queremos fazer, esperando que o Presidente da República nos próximoséditos de sua lavra, copiosa, tenha mais clareza no texto e coragem que corresponda à função de dignatário que exerce na Nação.

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a edição de decretos-leis pelo atual Governo chegou às raias do deboche, ganhando foros, assim, de desfaçatez.

Recentemente, assistimos à tramitação do projeto de lei que fixava diretrizes para o Sistema de Carreiras do Funcionalismo Público da União.

Esse projeto provocou reação unânime de todos os partidos em virtude da inoportunidade da sua apresentação, porque a Assembléa Nacional Constituinte, no Capítulo intitulado "Da Administração Pública", já estava tratando desse assunto, podendo surgir novidades que colidissem com aquilo que fosse tratado na lei. Os próprios funcionários públicos pediram que não se aprovasse aquela lei, porque não houve diálogo entre o Governo e as respectivas categorias profissionais.

Pois bem, Sr. Presidente, agora lemos no jornal "O Globo" de hoje a notícia da que teria havido negociação com o Presidente da Câmara dos Deputados no sentido da retirada do projeto, o que, além de ser racional, é uma boa notícia. Mas, ao mesmo tempo, aqui se diz que o Governo optou pela adoção de tais medidas através de decreto-lei.

Quero denunciar mais uma vez esta farsa. A pretexto de aperfeiçoar os estudos a respeito, como se fosse um assunto inadiável, o Governo resolve reexaminar a questão e optar pela figura do decreto-lei. O pior é que, quando se propõe, no texto constitucional, a estabilidade ao funcionário público aos cinco ou aos dez anos, isso constituiu um escândalo nacional.

Através desse decreto que se vai baixar, conforme antecipou o Secretário-Geral do Ministério da Administração, noventa e seis mil servidores das antigas tabelas especiais que ingressaram na tabela permanente em dezembro de 1985, sem concurso público, serão automaticamente enquadrados no regime estatutário, mediante processo seletivo interno.

Creio não ser preciso dizer mais nada, Sr. Presidente. Isso representa a negação de tudo o que se está pretendendo fazer na Assembléa Nacional Constituinte para moralizar a Administração Pública.

O SR. PAULO DELGADO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, é com satisfação e alegria, mas também com apreensão, que o Partido dos Trabalhadores anuncia sua vitória no pleito municipal da cidade de Vila Velha, no Espírito Santo, por ampla margem de votos.

Satisfação porque o PT, numa aliança com o PSB, vem mostrar que somente através da coerência e da organização dos setores populares poderemos construir a base de uma organização alternativa para a sociedade brasileira que fundamente uma sociedade democrática. Não será possível construir esse tipo de sociedade enquanto tivermos menos de dez por cento de nosso povo organizados em associações comunitárias, partidos políticos, clubes ou outras formas associativas. A alegria que transmitimos à sociedade é o sinal do novo Brasil, petista, democrático, justo, sem perfídia, que surge das urnas daquela secular cidade capixaba.

A apreensão, no entanto, se registra porque de Vila Velha vem também um sinal de desespero semelhante ao que o eleitorado paulista deu ao Brasil na década de 50, em eleições municipais

após a redemocratização, quando o povo de São Paulo elegera um rinoceronte do zoológico daquela cidade para a Câmara de Vereadores com larga margem de votos. O voto no "Cacareco" representava também a desilusão, a frustração e a desesperança do povo com a política das elites naquele período. A mesma desilusão, a mesma desesperança, na quadra seguinte, motivou a eleição de um cacareco bipe para a Presidência da República, cargo que ocupou durante um semestre, quando, então, renunciou. O que veio depois é o que ainda temos hoje.

Agora, não é mais um rinoceronte que em Vila Velha sintetiza a desesperança do povo e seu desprezo à política elitista e aos partidos da ordem injusta. Quem obtém grande votação, desta vez, é um mosquito. E o nome desse díptero é o nome que se dá à falência das classes dominantes e da política da Aliança Democrática. O voto dado ao popular anofelino representa basicamente o voto contra os escândalos e todas as formas de corrupção presentes na sociedade brasileira. É um voto contra os dezoito bilhões de cruzados que o Governo Sarney empresta a duas grandes empresas—Sharp e Engesa—com juros inferiores aos praticados no mercado, porque seus proprietários são amigos do Presidente da República.

O voto ao mosquito de Vila Velha é também o de repulsa à Norte-Sul; o voto contra aquilo que ocorre no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, onde, a cada dia, surgem novas denúncias e escândalos como o publicado hoje no *Jornal do Brasil*, de um Senador que emprega filhos e nora no seu gabinete. Esse nepotismo leva a família do político tradicional brasileiro a receber salários que vão de 60 a 120 mil cruzados mensais, sem obrigação de comparecer ao local de trabalho. A família do Senador é apenas um caso em que se verifica a generosidade desta instituição legislativa, que garante ganhos integrais a seus 5.400 empregados, não controla a freqüência de ninguém e ainda paga a todos 120 horas extras mensais.

O anofelino de Vila Velha tem também o nome que lhe dá a Assembléa Legislativa de Minas, onde existe uma total falta de escrúpulos quanto ao uso da verba pública, provocando escárnio da opinião pública contra o político profissional daquele Estado, do qual tenho a honra de representar parte do eleitorado. O sinal de Vila Velha vem em forma de inseto e significa o horror que o povo vem demonstrando, através do ritual da manifestação eleitoral, contra toda a corrupção, todo o descumprimento de palavra, todas as falcatruas e traições que os partidos políticos tradicionais e os homens públicos sem viço vêm patrocinando no País nos últimos anos.

Para nós, do PT, bem pesada a expressão, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, "não tem mosquito", porque nos organizamos para organizar nossa gente, somos partido para romper com esta conspiração contra o povo, porque só assim teremos condições de criar uma sociedade democrática e verdadeiramente alternativa a essa que temos hoje no Brasil. Muito obrigado.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: Líder do PDC: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Democrata Cristão, entendendo que não se justifica, de forma alguma, deixar de votar as alterações do Regimento Interno da Constituinte ainda no final desses trabalhos, vem fazendo esforços no sentido de convencer as diversas áreas a chegarem a um entendimento, que não pode deixar de acontecer. Além de políticos, somos eleitos pelo povo para um mandato, e exatamente com base no entendimento e no diálogo chegaremos àquilo que o povo brasileiro espera, que é uma Constituição que reflete a realidade do País e os aneios do nosso povo.

Assim, é com muita satisfação que estamos vendo aproximar-se o momento de um entendimento entre as lideranças dos diversos partidos que têm assento na Assembléa Nacional Constituinte. O Presidente Ulysses Guimarães, que tem feito um esforço hercúleo para que a nova Constituição brasileira seja promulgada o mais rapidamente possível, convocou as lideranças partidárias para um entendimento, amanhã, às 11 horas. Nessa reunião, pelo que foi tratado hoje – o PDC esteve presente – certamente chegaremos a um entendimento final e amanhã, à tarde, votaremos as mudanças no Regimento Interno, a fim de que os prazos comecem a ser contados e daí possamos vislumbrar uma data, a mais próxima possível, de promulgação da nova Carta Magna. A verdade é que demorou muito. Os nossos trabalhos vêm-se arrastando de uma forma lamentável, e não poderíamos encerrar este ano sem que chegássemos a um entendimento e votássemos pelo menos aquilo que é indispensável: as mudanças do Regimento Interno para que esses prazos comecem a correr e tenhamos uma definição a respeito, porque encerrarmos os trabalhos agora, sem votarmos essas mudanças que estão sendo feitas no Regimento Interno, seria um absurdo. Não há nada que possa justificar isso.

Assim, quero congratular-me com as Lideranças de todos os partidos, dos chamados partidos de esquerda, de centro, de direita, o "Centrão", porque hoje verificamos que todos estão conscientes de que é dever nosso partirmos para as festas natalinas e de fim e início de ano já com o dever cumprido – com o Regimento totalmente votado e os prazos já estabelecidos – para que as emendas possam ser apresentadas e possamos votar ainda em janeiro a maior parte da nova Constituição.

O SR^a BETH AZIZE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

A SR^a BETH AZIZE (PSB – AM. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, graças a Deus, o objetivo principal, a vontade e a determinação da maioria do grupo que aqui se denominou "Centrão", repito, graças a Deus, foi denunciada a tempo. A imprensa brasileira teve o bom senso de divulgar essas denúncias, no sentido de coibir o avanço desse grupo em um objetivo sinistro.

Refiro-me ao propósito velado do Sr. Presidente da República de usar esse grupo majoritário a fim de inviabilizar as eleições diretas para a Presi-

dência da República no próximo ano, impedindo também as eleições municipais de 1988. É bom que registremos o bom senso da grande maioria dos Constituintes desta Casa, que, após terem contato com as suas bases, com os seus eleitores, chegaram à absoluta e indiscutível conclusão de que ninguém desta Casa poderia passar o recesso das festas natalinas em contato com a sua família e com os seus eleitores sem sermos todos nós acusados de estar protelando os trabalhos da Constituinte para se inviabilizar a vontade absoluta do povo brasileiro de votar para Presidente da República em 1988.

Hoje, na reunião que acabamos de ter com todas as lideranças partidárias, com a presença do Presidente desta Constituinte já se pôde sentir que, uma forte vontade de acabar de uma vez por todas com essa discussão sobre a questão regimental e de se avançar na votação do projeto de Constituição.

Quero, portanto, registrar aqui a participação do Partido Socialista Brasileiro nesta reunião e ainda aproveitar a oportunidade para parabenizar o ilustre Constituinte Ademir Andrade, que hoje, aqui desta tribuna, anunciou o seu desligamento do PMDB para se filiar ao PSB.

Muito obrigada.

O SR. EDMILSON VALENTIM: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, falamos hoje a um plenário vazio, quando deveria estar lotado votando o projeto da Constituição, principalmente porque os Constituintes que compõem o chamado "Centrão" fogem do seu compromisso com o povo brasileiro de, neste plenário de envolverem os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, neste momento, gostaria de, em nome da liderança do PC do B, trazer a nossa solidariedade aos trabalhadores que na sua luta enfrentam uma ofensiva das mais desastrosas do Governo no que diz respeito à sua política salarial, que causa, neste momento, véspera de final de ano, tristezas, mais miséria e acrescenta mais desolação à vida do nosso povo, à vida dos trabalhadores brasileiros. Neste momento, encontram-se em greve diversas categorias do nosso País. Mas, no que diz respeito diretamente ao Governo Sarney, expressamos hoje, nesta Casa, nosso apoio à luta dos trabalhadores ligados ao Ministério das Comunicações, dos trabalhadores dos Correios e Telégrafos, das empresas de telecomunicações de todos os Estados e dos profissionais da área de processamento de dados. Esses trabalhadores encontram-se em greve, uma greve – muito justa, aliás – contra essa política de arrocho salarial, uma greve pacífica e ordeira como são todas as greves de trabalhadores com o objetivo de reivindicação salarial. E encontram na direção desse importante Ministério um político que ainda não aprendeu ou não se simpatiza com a negociação democrática para a solução de tais problemas. Por isso, mais de duzentos e cinqüenta demissões ocorreram em todo o Brasil, inclusive de departamentos inteiros. Até mesmo funcionários com

mais de vinte anos de casa, que receberam diplomas de aproveitamento, foram demitidos simplesmente porque fizeram uma greve de reivindicação salarial.

Gostaria, Sr. Presidente, de alertar o Sr. Antônio Carlos Magalhães, Ministro das Comunicações, para o fato de que, até o momento, todo o esforço, inclusive do Presidente desta Casa, Ulysses Guimarães, é no sentido de se negociar a fim de obtermos soluções satisfatórias para esse movimento grevista.

Os trabalhadores do Rio de Janeiro, da Embratel e das empresas de telecomunicações do Estado, que ainda se encontram em greve, firmaram uma posição em assembléa, ontem e domingo, no sentido de só terminarem com a greve após a volta dos demitidos e a abertura das negociações. Mais ainda, se as demissões continuarem, o que é tendência do Sr. Ministro, eles podem chegar até o ponto de um colapso nas telecomunicações de rádio e televisão, sistema que ainda mantém funcionando, prova de toda a responsabilidade desses trabalhadores. O Ministério é dirigido por um homem que adota uma posição de força, de radicalização e intransigência, por um homem que ali se encontra apenas para satisfazer e servir a um Governo decadente, desacreditado, que opõe o nosso povo do ponto de vista econômico e social. Se esse Ministro não ceder às negociações, se não tiver uma postura de bom relacionamento com esses trabalhadores, como Ministros de outras pastas tiveram, poderemos ter em breve, neste País, uma radicalização que não interessa a ninguém.

Nesse sentido, conclamamos os colegas Constituintes a intercederem também para evitar tais acontecimentos numa área tão importante do nosso País: o setor de telecomunicações.

O SR. PAULO MACARINI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, devo reconhecer que a Assembléa Nacional Constituinte atravessa, em parte, uma crise de credibilidade perante a opinião pública deste País. Pelo menos é o que pude sentir em visitas que fiz ao interior do Brasil.

Questionando a matéria, chego à conclusão de que esta crise tem algumas origens: a primeira foi a adoção do Regimento Interno, que, desprezando os precedentes de 1934 e 1946, entendeu de constituir 24 subcomissões, com a participação de todos os Constituintes, para iniciar, sem qualquer anteprojeto, sem qualquer perfil definido, os trabalhos de elaboração da nova Carta, que depois passaram por oito Comissões Temáticas e, mais recentemente, pela Comissão de Sistematização.

O segundo ponto reside no fato de que, não apenas no Brasil como em todo o mundo, o Poder Legislativo não tem orçamentos, não tem exércitos, não tem poder de comando. Por isso, apresenta-se frágil e vulnerável perante a opinião pública. Mas creio que faltou por parte da Assembléa Nacional Constituinte, de um modo geral, e por parte de cada um de nós, de modo particular.

a divulgação deste trabalho incansável em que estamos empenhados desde fevereiro do ano em curso. Quando a Assembléia Nacional Constituinte votou dispositivo tornando impenhorável, insusceptível de execução as propriedades rurais até 25 hectares, transformou em dispositivo constitucional, praticamente, aquela regra estabelecida no Código Civil. Tornando impenhorável a propriedade de até 25 hectares, o bem de família, o instrumento de trabalho do agricultor, o objetivo era fazer com que o financiamento fosse liberado em função do seu cadastro, da sua capacidade laboral, e também tivesse, como garantia, o penhor de suas safras. Isso se sobressai ainda mais quando a Constituição prevê que a lei complementar definirá uma política agrária para defender os preços justos, a rede de armazéns e silos, o crédito rural, o seguro total e obrigatório, os processos de biotecnologia, irrigação, assistência técnica, constituindo-se nas grandes conquistas dos trabalhadores rurais deste País. Entenderam os agricultores que o trabalho que aqui estamos realizando vai ao encontro das suas reivindicações e, acima de tudo, da esperança de que a Assembléia Nacional Constituinte escreva uma Carta que entre não apenas um marco de desenvolvimento econômico e social deste País, mas que norteie uma nova política que propicie ao País conquistar o lugar de destaque que lhe está reservado no concerto das nações.

Gostaria ainda de me referir à parte mais nobre da Assembléia Nacional Constituinte, representada pelas audiências públicas que aqui, durante longos dias, tivemos a oportunidade de presenciar. Recebemos aqui, para depoimento, desde o secretário de uma associação de moradores até as mais altas autoridades deste País, onde a participação popular, através do questionamento, da exposição de motivos, das suas reivindicações, começou a traçar os rumos que devem nortear os destinos da Assembléia Nacional Constituinte.

Entendo que não podemos escrever uma Carta nem à esquerda nem à direita, mas de acordo com a face deste País, para que possamos, através deste documento, deste estatuto, iniciar uma nova fase na nossa vida política e econômica.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, tenho certeza de que há de prevalecer o bom senso, a negociação, a conversação, a fim de que, em breve tempo, promulgemos esta Carta, que há de representar não apenas a esperança, mas, acima de tudo, uma nova era para este País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Macarini, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente.

O SR. JOSÉ COSTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL). **Sem revisão do orador.:** – Sr. Presidente, em função de o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte exigir **quorum** qualificado para a apreciação de determinadas matérias, como condição para a tramitação em regime de prioridade ou de urgência das mesmas, não tenho negado

apoio à solicitação de eminentes companheiros, Senadores e Deputados, aponto minha assinatura em quase todos esses documentos.

Há poucos instantes fui procurado por uma jornalista. Talvez em função de minha posição, indagava ela da minha associação a um grupo que surgiu agora com o nome de "Grupo do Entendimento" ou do "Centrinho". Pertence ao PMDB. Este é o meu partido. Estou absolutamente desvinculado de qualquer grupo e quero manter a minha postura absolutamente independente na Assembléia Nacional Constituinte.

Parabenizo os eminentes companheiros que se associam, que se agrupam, no sentido de viabilizar entendimentos na Assembléia Nacional Constituinte. Porém, reservo-me o direito de atuar neste plenário com absoluta independência, dissociado de grupos. Eventualmente posso assistir às reuniões de quaisquer desses grupos, como Constituinte. Mas minha posição está desvinculada dos grupos. A minha eventual assinatura em qualquer desses documentos está ligada à praxe parlamentar e caracteriza apenas um apoianto.

Sr. Presidente, era esta a comunicação que queria fazer à Casa. Agradeço a V. Ex.^a a oportunidade que me deu de fazê-la.

COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Airton Sandoval – PMDB; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alysson Paulinelli – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Mariz – PMDB; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrade – PDS; Carlos Alberto Caó. – PDT; Carlos Cotta – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eraldo Trindade – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumerindo Milhomem – PT; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; José Maria Eymael – PDC; José Tinoco – PFL; Levy Dias – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT;

Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – PFL; Marluce Pinto – PTB; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PTR; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Nelson Sabrá – PFL; Nelson Seixas – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Plínio Arruda Sampaio – PT; Raquel Capiberibe – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Ronaldo Cesar Coelho – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Saulo Queirós – PFL; Sigmaringa Seixas – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Virgílio Galassi – PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 262 Srs. Deputados.

VI – Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

Não há proposição apresentadas.

COMPARECEM MAIS OS SRS.

Adauto Pereira – PDS; Álvaro Pacheco – PFL; Áureo Mello – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Carvalho – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Enoc Vieira – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jesualdo Cavalcanti – PFL; João Menezes – PFL; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; José Carlos Grecco – PMDB; José Fogaça – PMDB; José Maurício – PDT; Maguito Veleta – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Percival Muniz – PMDB; Roberto Jefferson – PTB; Ronan Tito – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vitor Buaiz – PT; Vladimir Palmeira – PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Gas-

par – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – Leitão – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – – PTB; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PMDB; João Agripino – PMDB; João Calmon – Oswaldo Trevisan – PMDB; Paulo Marques – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Raimundo Lira – PMDB; Pedro Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Christóvam Chiaradia – PFL; Cláudio Ávila – PFL; Cleonâncio Fonseca – PFL; Cunha Bueno – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denis Arneiro – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edm Tavares – PFL; Eduardo Moreira – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; – Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini; Junior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – Leitão – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Salim Curiati – PDS; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – – PTB; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PMDB; João Agripino – PMDB; João Calmon – Oswaldo Trevisan – PMDB; Paulo Marques – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PMDB; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Belém – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sôlon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Telmo Kirst – PDS; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Victor Fontana – PFL; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB;

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Encerro a sessão, designando para amanhã dia 16 de dezembro, às 14:30 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

"A mesma da Sessão de hoje".

VIII – Encerra-se a Sessão às 17 horas e 42 minutos.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 160

QUINTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 1987

BRASÍLIA - DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 - ATA DA 176ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE EM 16 DE DEZEMBRO DE 1987

I - Abertura da sessão

II - Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada

III - Leitura do Expediente

MENDES RIBEIRO (Questão de ordem) - Verificação de quorum para prosseguimento da sessão.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Mendes Ribeiro.

ADYLSON MOTTA (Questão de ordem) - Observância, pela Presidência, do § 3º do art. 36 do Regimento Interno.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Adylson Motta.

AMAURY MÜLLER (Pela ordem) - Prosseguimento da chamada nominal, no aguardo da presença dos Constituintes em plenário.

PRESIDENTE - Anúncio da existência de quorum para prosseguimento da sessão.

IV - Pequeno Expediente

MILTON REIS - Repúdio ao comportamento da Autolatina e da General Motors no tocante à comercialização dos seus produtos.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA - Motivos da tentativa, pelo grupo "Centrão", de obstrução dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

MENDES RIBEIRO (Pela ordem) - Posicionamento do orador em face da reforma regi-

mental. Razões da apresentação do pedido de verificação de quorum.

VLADIMIR PALMEIRA - Abandono governamental da universidade e das empresas criadoras de tecnologia. Fim das punições e reabertura das negociações entre trabalhadores telefônicos e o Ministério das Comunicações. Repressão policial no Estado do Rio de Janeiro a piquetes de greve.

INOCÉNIO OLIVEIRA - Reforma fiscal.

VASCO ALVES - Repúdio às agressões feitas pelo Constituinte Amaral Netto a dignitários da Igreja Católica.

FLORESTAN FERNANDES - Conflitos ideológicos e políticos existentes na Assembléia Nacional Constituinte.

ALDO ARANTES - Responsabilidade do grupo "Centrão" pelo impasse criado na Assembléia Nacional Constituinte. Reconhecimento dessa situação pelo povo brasileiro.

HERMES ZANETI - Resgate, pelo PMDB, dos compromissos históricos. Práticas do Governo Pedro Simon, Estado do Rio Grande do Sul.

VITOR BUAIZ - Análise do resultado das eleições municipais em Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

VICTOR FONTANA - (Retirado pelo orador para revisão.) - Mensagem do Sr. Omar Fontana aos servidores da Transbrasil.

CARDOSO ALVES - Desmentido, por D. Luciano Brandão, de nota contra o grupo "Centrão" atribuída à CNBB. Esforços des-

pidos pelo orador para o encontro de fórmulas ensejadoras do entendimento, no tocante à reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA (Questão de ordem) - Responsabilidade do grupo "Centrão" pela inexistência de quorum no final de sessão da Assembléia Nacional Constituinte destinada à votação da reforma regimental.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Maurílio Ferreira Lima.

AMAURY MÜLLER - Repúdio a expressões sobre os setores progressistas da Casa contidas em discurso proferido pelo Constituinte Cardoso Alves no Pequeno Expediente. Vulgarização da outorga da Medalha do Mérito Indigenista.

ARNALDO FARIA DE SÁ - Inclusão no texto constitucional de reais garantias para os aposentados.

GERSON PERES - Clima de incerteza reinante na Assembléia Nacional Constituinte.

VIVALDO BARBOSA (Questão de ordem) - Tramitação de Representação contra o Constituinte Gilson Machado por agressão física ao Constituinte Juarez Antunes.

PRESIDENTE - Resposta à questão de ordem do Constituinte Vivaldo Barbosa.

FÁBIO FELDMANN - Aprovação, pelo Senado Federal, de projeto de lei que proíbe a pesca da baleia no País.

PAULO MACARINI - Novas condições para o encaminhamento de solução para a dívida externa dos países do Terceiro Mundo.

ANTÔNIO UENO – Carga tributária incidente sobre as empresas. Participação de empresas estrangeiras na distribuição de derivados de petróleo no País. Restrições ao capital estrangeiro na economia nacional.

EDUARDO JORGE – Início do julgamento em Itaquera, Estado de São Paulo, de Antônio Luiz Marchioni, Selma Regina Nunes e Márcia Keiko Maraino Kawagoe por pretenso incitamento à prática de crime.

FRANCISCO AMARAL – Carta do Sr. Salvador Arena ao Presidente da Fiesp sobre discriminação posta em prática pelo Governo Federal contra empresários honestos.

FERES NADER – Isolamento, por equipe do Departamento de Imunologia da Fundação

Oswaldo Cruz, do vírus da Aids pela primeira vez no Brasil.

BENEDITA DA SILVA – Privatização da Empresa Light Serviços de Eletrociade.

MAURÍCIO FRUET – Desconhecimento, pelo Banco Central, do valor da dívida externa.

OSMUNDO REBOUÇAS – Reforma fiscal.

JOSÉ LUIZ DE SÁ – Identidade do posicionamento do orador no processo de elaboração constitucional com as aspirações das bases populares.

COSTA FERREIRA – Assinatura, pela União Soviética e pelos Estados Unidos, de acordo para eliminação dos mísseis nucleares de curto e médio alcance.

EDUARDO BONFIM – Impasse institucional.

PAULO DELGADO – O princípio fundamental de união dos homens. Pontos recusados pelo grupo "Centrâo".

CARLOS VINAGRE – Reversão das terras rurais na faixa de 100 km das rodovias federais da Amazônia Legal ao domínio dos Estados interessados.

JORGE ARBAGE – Artigo "O barco faz água", publicado no jornal "O Liberal". Pauta de reivindicações elaboradas pelas Associações Comerciais do Baixo Amazonas, Tapajós e Xingu.

Ata da 176ª Sessão, em 16 de dezembro de 1987

Presidência dos Srs.: Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente;
Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Airton Sandoval – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Anna Maria Rates – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio Mariz – PMDB; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Áureo Mello – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Carvalho – PMDB; Costa Ferreira – PFL; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eraldo Trindade – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Duque – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jalles Fontoura – PFL; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Alves – PFL; João Menezes – PFL; João Paulo – PT; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Bomhausen – PFL; Jorge Hage – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Genoíno – PT; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Maria Eymael – PDC; José Tavares – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marco

Maciel – PFL; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nestor Duarte – PMDB; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Pompeu de Sousa – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Saulo Queiroz – PFL; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Tadeu França – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Vingt Rosado – PMDB; Virgildálio de Senna – PMDB; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldeck Ornélás – PFL; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 199 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ,

Terceiro-Secretário, servindo como Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. MENDES RIBEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, a sessão de hoje está convocada para a votação do Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987, que por si só exigiria um **quorum** de 280 Constituintes. Para a abertura da sessão, são necessários 56 Srs. constituintes, e estão presentes apenas 14. Requeiro a V. Ex.^a permita que os presentes declinem o nome, evitando que sejam chamados todos – já que não parece lógico proceder à chamada de 566 Constituintes para detectar apenas 14 – e declare encerrada a sessão, por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A questão de ordem de V. Ex.^a é procedente. É evidente a falta de **quorum** em plenário. Conseqüentemente, a Presidência vai determinar que se proceda à chamada dos Srs. Constituintes e, para tanto, solicita ao Sr. Secretário que acesse a campainha.

(Procede-se à chamada)

Durante a chamada nominal foram levantadas as seguintes Questões de Ordem:

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, de acordo com o que preceitua o § 3º do art. 36 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte – e é uma regra imperativa – V. Ex.^a deverá aguardar até 30 minutos a complementação do **quorum**. Somente então, se não houver o número necessário, suspenderá a sessão. Gostaria apenas de pedir a V. Ex.^a a observância do § 3º.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa informa a V. Ex.^a que há grande probabilidade de haver **quorum** em plenário. Estamos aguardando apenas a chegada de dois ou três Constituintes – que já estão vindo – para iniciar a sessão.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, peço a compreensão de V. Ex.^a para que continue a chamada nominal, porque é fácil de se observar que inúmeros Constituintes estão chegando ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Já existe **quorum** regimental para o prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):**IV – PASSA-SE AO PEQUENO EXPEDIENTE**

Tem a palavra o Sr. Constituinte Milton Reis.

O SR. MILTON REIS (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.):

– Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes ninguém pode negar, em sã consciência, o fato de que o Brasil sempre recebeu bem o capital estrangeiro, que muito tem colaborado para o desenvolvimento nacional, particularmente a indústria automobilística, que se instalou no País a partir de meados da década de cinqüenta.

No entanto, exatamente no momento em que o Brasil se defronta com uma das mais sérias crises econômicas de toda a sua história, quando todos os segmentos da sociedade devem colaborar com o Governo no sentido de solucioná-la, são precisamente setores dessa mesma indústria automobilística que vêm mantendo comportamento incompatível com suas responsabilidades e com o papel que desempenham no contexto nacional.

De fato, a atitude da Autolatina, por exemplo, que reajustou preços de vendas dos veículos que produz em desacordo com os índices oficiais, estimulando, numa postura irresponsável e inconsequente, atos de autêntica desobediência civil, deve ser condenada por toda a sociedade brasileira.

Mais grave ainda, todavia, se nos afigura a postura da General Motors do Brasil, que, simplesmente, estocou veículos durante meses, esperando os reajustes.

Consoante temos conhecimento, 6.800 veículos ficaram estocados em seus pátios, e milhares de brasileiros, entre os que estavam inscritos nas concessionárias e os consorciados sorteados que estão esperando a entrega de seus veículos desde o mês de outubro último, tiveram um absurdo prejuízo correspondente a cerca de sessenta por cento do valor dos veículos, devido à reportada atitude da General Motors. Na verdade, esse comportamento inadmissível prejudicou não apenas os que se inscreveram nas revendedoras e os consorciados, mas também os próprios revendedores, que sofreram prejuízos de vulto por não haverem recebido veículos para comercializar, com o que muitos se encontram às portas da falência.

Em face desses fatos, que assumem maior gravidade devido à crise que estamos a atravessar, desejamos consignar, desta tribuna – e nesse sentido temos plena convicção de que toda a sociedade brasileira faz coro conosco – nosso

total repúdio ao comportamento da Autolatina e da General Motors, esperando que o Governo aja com a energia que a situação impõe, em defesa do consumidor e da própria economia nacional.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem, antes de ter início a sessão, o Constituinte Roberto Cardoso Alves, em nome do "Centrão", pediu verificação de **quorum**. Hoje, a história se repete: não foi o Constituinte Roberto Cardoso Alves, mas o Constituinte Mendes Ribeiro quem solicitou à Mesa verificação de **quorum**.

No comportamento dessas duas lideranças fica constatado que o "Centrão", que aqui congrega a extrema direita nacional e deste Parlamento, pretende, além de eliminar do texto aprovado na Comissão de Sistematização todos os avanços sociais conseguidos, pura e simplesmente inviabilizar o processo eleitoral em 1988 com a obstrução dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. O "Centrão" não tem a coragem de assumir perante a opinião pública que não quer eleições; não tem a coragem de assumir perante a opinião pública que quer cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney não tem a coragem perante a opinião pública de se comportar como se comportou o Congresso na época em que era dominado pelo antigo PDS e a Nação inteira se mobilizava pelas eleições diretas, quando rejeitou a Emenda Dante de Oliveira.

Portanto, o que se discute na Casa não são as filigranas regimentais. A Assembléia Nacional Constituinte não está paralisada nem iniciou o processo de votação do Projeto de Constituição porque o "Centrão" e a esquerda não se entendem no que se refere ao Regimento interno. É necessário tirar a máscara e dizer à opinião pública brasileira os verdadeiros propósitos daquele grupo. O que eles não querem é eleição, que o povo brasileiro exerce seu legítimo direito de escolher pelo voto direto e secreto o Presidente da República. Se o "Centrão" quisesse a eleição e não temesse as urnas e o julgamento da opinião pública, não estaria, a cada sessão, obstaculizando os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, pedindo verificação de **quorum** e, nas reuniões promovidas pelo Presidente Ulysses Guimarães, fazendo exigências absurdas e descabidas que inviabilizam qualquer acordo em torno do Regimento Interno.

Ao mesmo tempo em que tenta atrasar os trabalhos constituintes, a fim de evitar que as eleições se realizem, o "Centrão" também deseja desmoralizar a Assembléia Nacional Constituinte perante a opinião pública. É possível que, com as reuniões de ontem de madrugada, as Lideranças daquele grupo tenham acordado tarde e não tenham lido os jornais de hoje, que noticiam que o TSE tem capacidade de, em quinze dias, montar as eleições para presidente e até, se as eleições forem gerais, de, em curíssimo espaço de tempo, organizar o processo eleitoral, a fim de que o povo brasileiro não seja frustrado. Estamos ameaçados de ver a delonga da votação do nosso Regimento com a obstrução dos trabalhos por parte do "Centrão" até depois de meados do próximo ano, para que seus membros possam justificar perante a opinião pública que a eleição não aconteceu porque não houve prazo material para tanto.

Portanto, aproveito a oportunidade para, desta tribuna, dizer à opinião pública nacional que o "Centão", a título de discutir o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, deseja é a delonga do processo eleitoral, a fim de impedir que as eleições de 1988 se realizem em 15 de novembro do próximo ano.

O SR. MENDES RIBEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o Regimento Interno dá me o direito de, pois citado nominalmente, refutar aquilo que me foi atribuído de maneira inverídica.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Nobre Constituinte Mendes Ribeiro, realmente o Regimento permite ao Constituinte refutar acusações que lhe sejam feitas em discurso. Ocorre que o nobre Constituinte Maurílio Ferreira Lima não citou nominalmente V. Ex.^a, e o fato de ter falado em tese já elimina a hipótese de V. Ex.^a ter sido citado.

O SR. MENDES RIBEIRO: – O Constituinte Maurílio Ferreira Lima está ao meu lado dizendo que me citou nominalmente, e eu ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Citou, mas não de maneira que pudesse exigir uma réplica por parte de V. Ex.^a Mas a Mesa vai ser liberal, concedendo a palavra a V. Ex.^a, pela ordem, por três minutos.

O SR. MENDES RIBEIRO: – V. Ex.^a tem razão. Não considerei injúria; eu disse inverídica. Em primeiro lugar, lamento que o nobre colega que citou meu nome não tenha verificado que a emenda foi aprovada contra o meu voto. Em segundo lugar, tenho dito nesta Casa que não aceito rótulos porque não os tenho. Em terceiro lugar, liderança alguma me foi atribuída. Em quarto lugar, acho que sou bastante crescido para assumir aquilo que faço sem ser apodado por ninguém disto ou daquilo. Fui conta alteração do Regimento e, desde que se instalaram os trabalhos nesta Casa, tenho por hábito pedir verificação de **quorum**, porque é obrigação do Deputado chamar a atenção dos demais quando as coisas correm mal.

Espero ter contribuído para o nunca inegável brilho e a verdade que perseguem o meu ilustre colega.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Vladimir Palmeira.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nunca num Natal neste País houve tantas dificuldades sociais e problemas de sobrevivência, assim como tantas greves. De um lado, isto é sinal de que a classe trabalhadora começa de fato a se organizar e a dar uma resposta àqueles que cotidianamente lhe fazem exploração. De outro lado, é sinal – nesta época, que em geral não comporta lutas sociais – da radicalização da situação da própria classe trabalhadora, que está chegando ao desespero. Não há mais caminhos, não há mais Governo, não há mais solução e não há mais saída. Estamos em plena crise.

E a crise não é simplesmente da Constituinte, mas nacional. A solução que demos nesta Assembléia e na sociedade vai pesar decisivamente para saber se vamos ter uma sociedade democrática ou se vamos chegar a caminhos que já percorremos no passado.

Queria falar, em primeiro lugar, que o Governo Federal tem jogado a universidade ao leú, deixando-a abandonada. Neste momento, no Rio de Janeiro, há a greve dos funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que reclamam do Ministério de Educação o cumprimento de acordos públicos feitos no primeiro semestre. Ao mesmo tempo, o Estado do Rio de Janeiro também não cumpre seu acordo com funcionários, estudantes e professores da UERJ, razão pela qual os mesmos se encontram em greve. Hoje, temos um plebiscito na Cobra e, em seguida, uma greve dos seus trabalhadores, que pressionam para haver a continuidade da própria empresa. A defesa do emprego na Cobra é a defesa da tecnologia nacional. Mas, hoje, o Presidente José Sarney se interessa, sobretudo, pelos corredores de importação, abandonando aquelas empresas que criaram tecnologia nacional como parte de um esforço para que nosso País não fique tão longe dos países desenvolvidos. Dessa forma, nosso desenvolvimento e nosso avanço ficam inviabilizados. Temos a greve dos funcionários da companhia telefônica, que tem motivado uma repressão violenta por parte do Ministério das Comunicações, demitindo trabalhadores com mais de 10 anos de serviço, pelo fato de pertencerem à vanguarda da greve – e não é por acaso que vários companheiros do Partido dos Trabalhadores estão sendo sistematicamente demitidos. Há uma política de retaliação em relação à vanguarda da greve, sem tolerância alguma ao cumprimento de um direito nosso conquistado na prática – o direito de greve.

Queria finalizar lembrando, em primeiro lugar, que uma comissão de deputados de diferentes partidos foi hoje ao Ministro Antônio Carlos Magalhães reivindicar a reabertura das negociações e o fim das punições. As negociações foram reabertas, e o Ministro, recebendo-nos com sua habitual tranqüilidade, garantiu que vai estudar a questão da revisão das punições dos trabalhadores afastados; e, em segundo lugar, que a polícia do Governador Moreira Franco está reprimindo duramente os piquetes de greve, a manifestação grevista, e o Secretário de Polícia do Governo Moreira Franco, o ex-liberal Saboya, pediu à direção da Universidade a lista das lideranças do movimento dos trabalhadores e funcionários, com intuições claramente punitivas.

Queremos dizer que a nossa solidariedade é constante. Queremos lembrar a todos que ninguém faz greve às vésperas do Natal sem um motivo muito forte. Este é o Natal da pobreza; este é o Natal da miséria; mas pode também começar a ser o Natal da revolta, que demora, que se arrasta, que não aparece, mas, quando aparecer, vai varrer o que houver por este País. Pode ser o último Natal de muita gente que hoje se sustenta na exploração do povo brasileiro.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando todos aguardam com ansiedade o novo pacote fiscal do Governo, que vai atuar na vida de todos os cidadãos brasileiros,

acreditamos que temos a responsabilidade de emitir nossa opinião e procurar diminuir seus efeitos sobre a nossa sociedade.

É do conhecimento geral que o País atravessa uma das maiores crises econômico-financeiras de nossa História, com problemas na renegociação da dívida externa, inflação galopante, alto custo de vida, altíssimas taxas de juros, desemprego, enorme déficit público, aproximando-se dos 50%, baixos salários dos funcionários e trabalhadores, chegando o salário mínimo a constituir-se em um dos menores do mundo. Porém o mais grave é que, para procurar solucionar os graves problemas econômicos do País, procura-se sempre aumentar a carga tributária, incidindo o maior índice sobre a classe média.

A nova reforma tributária do Ministro Bresser Pereira está sendo recebida com frieza, apesar de suas declarações de que pretende fazer maior justiça fiscal. Segundo suas informações, pretende atingir os seguintes objetivos:

1º) a redução do Imposto de Renda aos assalariados, na média de 7%, a partir do próximo ano, que seria provocada por uma completa reformulação da tabela do Imposto de Renda da fonte;

2º) a correção monetária do imposto a pagar e a restituir;

3º) a criação do imposto progressivo sobre os rendimentos de capital;

4º) imposto adicional sobre o aumento de capital das empresas;

5º) criação do IPL (Imposto sobre o Patrimônio Líquido);

6º) criação da Caderneta Rural, em substituição às isenções constantes da cédula "G", onde é declarada a renda agrícola das pessoas físicas.

Nota-se claramente que são modificações profundas na tributação do País, que precisam ser devidamente analisadas pelo Congresso Nacional, para que não se constitua em mais um desestímulo à produção e penalize os assalariados e trabalhadores do nosso País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, estamos estarrecidos diante das acusações, das injúrias e das agressões infundadas que um dos Líderes do "Centão", Deputado Amaral Netto, fez à Igreja e à CNBB. O **Jornal do Brasil** de hoje divulga que o Deputado Amaral Netto declarou que D. Luciano Mendes de Almeida, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, é um canalha de batina, integrante do grupo de vigaristas da CNBB, assim como D. Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia, D. Paulo Evaristo Arns e D. Ivo Lorscheiter.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos repudiar tais acusações que ofendem e injuriam a igreja profundamente. D. Luciano Mendes, D. Pedro Casaldáliga, D. Evaristo Arns e D. Ivo Lorscheiter são bispos e cardeais da mais alta respeitabilidade do Episcopado brasileiro. São figuras humanas extraordinárias e inexcaváveis do desempenho de seus deveres de pastores da Igreja. Têm eles, Sr. Presidente, um acendrado amor à causa de Cristo e da Igreja.

Ocupamos a tribuna para repudiar essas agressões infundadas que acontecem porque a igreja se mantém fiel à causa de Cristo, quando denuncia as injustiças sociais em nosso País. Sr. Presi-

dente, hoje, 80 milhões de pessoas dormem diariamente com fome. De 100 crianças que se matriculam nas escolas de 1º Grau, 87 saem antes de completar aquele curso: Temos 30 milhões de crianças abandonadas ou desassistidas e um dos maiores índices de mortalidade infantil do mundo. Quando a Igreja denuncia essas injustiças sociais, é vítima de tão torpes acusações.

Sr. Presidente, queremos, desta tribuna, expressar a nossa solidariedade à Igreja, à CNBB e também relembrar um trecho aqui de São Mateus, quando, no Capítulo 5º, Versículos 10 e 11, diz:

"Bem aventureados os que padecem perseguições por amor da justiça, porque deles é o reino dos céus. Bem aventureados sois quando vos injuriarem e vos perseguirem e disserem todo o mal contra vós, mentindo a meu respeito. Folgai e exaltai porque o vosso galardão é copioso nos céus, pois assim também perseguiram os profetas que foram antes de vós."

Deploramos, Sr. Presidente, que isso esteja acontecendo, partindo de um dos líderes do "Centrão", porque, enquanto o País todo anseia por ver promulgada a Constituição, o "Centrão", com sua ociosidade, não comparece à Assembléa Nacional Constituinte para dar **quorum** e votarmos a nova Constituição do País. O "Centrão", que age dessa forma, não comparecendo às sessões da Assembléa Nacional Constituinte, e retardando a promulgação da nova Carta Constitucional, é responsável por esse estado de coisas no nosso País, e não a Igreja, que se tem colocado a serviço das causas do povo e lutado contra as injustiças sociais visando à construção de uma sociedade mais fraterna e mais justa.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT – SP)

SP. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, gostaria de voltar a discutir os problemas que envolvem esta Casa, os conflitos que não são de Regimento, mas de ideologias – conflitos políticos. Tem havido uma barragem de propaganda para iludir opinião pública e mascarar os reais interesses de setores das classes dominantes que se comprometeram com a implantação da democracia mas estão empenhados na restauração da ditadura. Por isso, é necessário que aqui unamos as nossas forças para combater esses desígnios. Poder-se-ia dizer que a regra de ouro da democracia é o respeito da minoria pela maioria. E poder-se-ia lembrar que a Comissão de Sistematização não foi composta pelo arbitrio do Líder de um dos partidos, mas por indicação dos Partidos, de acordo com as regras de proporcionalidade. Mas essas reflexões seriam secundárias. Poder-se-ia lembrar o passado de alguns líderes do "Centrão".

Tenho em mãos, por exemplo, um documento assinado pelos nobres confrades Roberto Cardoso Alves, Gastone Righi e outras grandes expressões do "Centrão", no qual se fala, em princípio, da "Declaração Universal dos Direitos do Homem". Se tivéssemos adotado esta declaração como nossa Constituição, estariamo num posição muito mais avançada ideológica e politicamente. Fala-se em autonomia sindical, direito de greve, política de pleno emprego, contratos coletivos de trabalho sem intervenção do Estado, estabelecimento do salário desemprego, restauração

do direito à estabilidade, compatibilizarão com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Fala-se na defesa do monopólio estatal nos setores econômicos fundamentais e por aí afora. É um manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista, de 21 de junho de 1983. Mas nem esse argumento seria importante, pois os homens podem regredir ideologicamente em vez de avançarem na direção do futuro. Acontece que há uma luta política maior entre aqueles que lutam pela revolução democrática e aqueles que querem impedir que o povo brasileiro venha a ter uma Constituição moderna e avançada, que estabeleça em nosso País condições econômicas, sociais e políticas que eliminem as iniquidades que imperam em nosso País. Quando uma pessoa, com a qualidade do economista Yoshiaki Nakano, declara aos jornais que contamos com níveis ideais de salários para manter a inflação em 15%, percebemos o grau de desumanidade que prevalece na política econômica do Governo. E por aí temos urna perspectiva de que, de fato, há setores que se comprometeram com a democracia, mas hoje estão comprometidos com outros objetivos.

É nosso dever tomar todas essas questões cristalinas à opinião pública, para que não se faça confusão e não se pense que deputados e senadores que pertencem à esquerda, deputados e senadores Constituintes de posições avançadas, sejam do PMDB ou do PFL, estejam querendo estabelecer a baderne. Ela está vindo de outro lado, e é contra ela que temos de erguer a nossa voz e levantar os nossos punhos para impedir o retorno de alguma coisa pior que 1964. (Palmas.)

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Assembléa Nacional Constituinte está paralisada e esta paralisação decorre de uma iniciativa do chamado "Centrão" no sentido de alterar as regras do jogo já quase no final da partida.

Todos sabemos que a Assembléa Nacional Constituinte adotou um método de trabalho, o mais democrático conhecido em toda a história das Constituições brasileiras. Constituíram-se subcomissões e comissões temáticas, das quais a sociedade brasileira teve condições de participar, opinando, fazendo sugestões. Como fruto desse trabalho, a Comissão de Sistematização chegou, na conclusão das suas atividades, a incorporar algumas tênues e limitadas reivindicações do movimento popular. Eis que surge uma articulação dos empresários, da União Brasileira de Empresários, da famigerada UDR, dos setores mais conservadores da sociedade brasileira que encontram respaldo dentro desta Casa e na cúpula do chamado "Centrão" – cúpula essa de extrema direita, claramente caracterizada nesta Casa. Valendo-se de um sentimento que existia nesta Casa, que era o desejo de participar do esforço da Assembléa Nacional Constituinte, já que, por uma série de razões, houve demora nos trabalhos da Comissão de Sistematização, partindo de justo e legítimo anseio de importantes segmentos da Assembléa Nacional Constituinte, a extrema direita procurou articular manobra regimental, cujo objetivo não era, como dizem, assegurar maioria no resultado dos trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte, mas na verdade, criar um rolo

compressor e aplastar os setores minoritários da Assembléa Nacional Constituinte. Os integrantes do chamado "Centrão" progressivamente começam a entrar em sérias contradições. Quando afirmam que representam a maioria e que a maioria tem de se impor, a isso opomos que as regras democráticas existem para estabelecer a convivência entre maioria e minoria. O espírito intolerante das chamadas maiorias aqui dentro – na verdade, são minorias em relação à população brasileira – é que quer impor um Regimento Interno autoritário, discriminatório e antidemocrático. É importante que a opinião pública ausculta sentimento que está vindo à baila, porque os chamados integrantes do "Centrão" se dizem centro, quando seus líderes, os Srs. Constituintes José Lourenço e Amaral Neto, ao invés de terem uma atitude compatível com o que seria a posição de centro, chegaram a afirmar aqui que atirariam nas pessoas que integravam as galerias, caso estivessem armados. O Constituinte José Lourenço chegou a rasgar aqui o Regimento Interno e o resultado do trabalho da Comissão de Sistematização.

Nobres Constituintes, a opinião pública brasileira já começa a se manifestar. O **Correio Braziliense**, edição de ontem, traz um dado revelador: o Constituinte Ronaldo Cezar Coelho tentou entrar na sede do Flamengo. Disse que era irmão do Juiz Arnaldo Cézar Coelho e amigo do Constituinte Márcio Braga. Nada disso foi suficiente para garantir sua entrada na sede do Flamengo. No momento em que se identificou como Parlamentar, um trabalhador que ali estava procurou saber se ele era ou não do "Centrão." Ao dizer que não era do "Centrão," imediatamente lhe foi permitido o acesso ao Clube de Regatas Flamengo.

Por outro lado, o Constituinte Antônio Gaspar, que pretendia viajar e não conseguia vaga nos aviões, também foi questionado por uma aeroporto se era ou não membro do "Centrão." Assim que afirmou que não era membro do "Centrão," conseguiu viajar. Moral da história, Srs. Constituintes: está ficando claro para o povo brasileiro que o "Centrão" vem sendo manipulado pela extrema direita. O "Centrão" é representado por um grupo que não quer o diálogo, não quer a discussão. Quer impor uma Constituição reacionária e contrária à maioria do povo brasileiro.

Terminando, apelamos para os verdadeiros liberais, aqueles que foram envolvidos pela extrema direita: é necessário que reflitam sobre tudo isso, para que possam entrar em sintonia com o desejo de mudança do povo brasileiro. A prática demonstrará que o "Centrão" se vai isolar porque não expressa o pensamento da grande maioria da nossa sociedade.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB – RS. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, nobres Constituintes, há algum tempo temos manifestado profunda preocupação com os rumos do nosso PMDB. Nosso partido durante mais de vinte anos discursou sobre as mudanças, proclamou em praça pública a necessidade da estrutura democrática para o nosso País, defendeu a liberdade, foi o símbolo da resistência contra o autoritarismo militar. Quando assumimos a Nova República junto como o PFL, tínhamos a desculpa de dizer que éramos dois partidos e que, isso, o PMDB não podia cumprir seu Programa no Governo. Agora, na Assembléa Nacional Constitui-

tuinte, somos maioria. O PMDB tem 305 Constituintes. Está em jogo o Programa do partido.

Fizemos uma Convenção extraordinária e nada decidimos. Quero chamar a atenção do meu partido para o fato de que, se quiséssemos, se tivéssemos vontade política e unidade suficientes, poderíamos escrever aqui a Constituição que viria consagrar, do ponto de vista institucional, aquilo que pregamos em praça pública. No entanto, fizemos um discurso, uma promessa e estamos com outra prática, contraditória, conflitante com nosso discurso no palanque.

Por isso, mais uma vez insisto na necessidade de o PMDB resgatar a sua história, o seu compromisso nesse rumo. Sugeri, na reunião de sexta-feira, que convocássemos uma convenção extraordinária para final de janeiro ou início de fevereiro, quando haveremos de marcar definitivamente a posição do nosso partido em defesa de suas teses históricas, fazendo uma caravana nacional dos Constituintes do PMDB comprometidos com sua história e com seu discurso, se pretendemos que discurso do palanque seja a nossa prática política no Governo e na Constituinte, para que, encimados por essa prática, possamos resgatar os compromissos por nós assumidos em praça pública.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, infelizmente, não é somente a nível nacional, quando tínhamos a desculpa de não estarmos sozinhos no Governo, que as coisas não andam bem. No Rio Grande do Sul, o companheiro e amigo Pedro Simon, juntamente com sua assessoria, vem seguindo uma prática de governo que desmente a história política do nosso Estado. Estão contrariando o compromisso democrático assumido, rasgando as páginas que escreveram ao longo da história da resistência democrática, quando, na oposição, condenavamos o Estado policialesco, a ditadura militar, o autoritarismo, o esmagamento salarial e dizíamos que os funcionários públicos e os professores não tinham um tratamento salarial adequado, sequer o mínimo necessário para poderem sobreviver condignamente. Agora o Governador Pedro Simon, aconselhado por sua assessoria, está reprimindo os movimentos populares, o movimento dos professores, o movimento dos funcionários públicos.

Para surpresa minha, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, vi o Governador Pedro Simon escusar-se frente à Assembléia Legislativa, ao dizer que não havia determinado a invasão do Poder Legislativo. Indiretamente, com isso acabou por afirmar que a repressão na praça pública, o espancamento dos professores dos funcionários públicos haviam sido autorizados ou – quem sabe? – determinados por ele próprio.

É com um fio de esperança que concito meu Governador Pedro Simon e sua assessoria a revisarem tal procedimento. Esse caminho, definitivamente, não é o que vai reerguer o Rio Grande do Sul. Não é esmagando o salário dos professores e dos funcionários, não é dando um tratamento de polícia a um caso que merece um tratamento salarial que vamos tirar aquele Estado do esmagamento financeiro, do ostracismo político, da situação de tragédia em que o recebemos e a que chegou ao longo dos últimos governos militares. Se quisermos reerguer o Rio Grande do Sul a opção há de ser ao lado dos movimentos dos trabalhadores, ao lado daqueles com que jun-

tos fizemos as campanhas políticas em defesa da democracia e da liberdade.

Antes de terminar, Sr. Presidente, quero dizer que a prova maior de que reerguimento do Rio Grande do Sul não virá por esse caminho é o fato de que assumimos o Estado com uma dívida de 111 bilhões de cruzados e que esta, hoje, malgrado a política de esmagamento salarial – causa das manifestações dos professores e de funcionários – eleva-se a mais de 200 bilhões de cruzados, passados alguns meses do nosso governo. O caminho escolhido pelo Governo do PMDB do Rio Grande do Sul definitivamente é uma via que vai levar o Governo Pedro Simon a uma aliança com a direita, com a polícia, com a repressão, com o autoritarismo militar e com aqueles que combatemos ao longo de todos esses anos.

Quero aqui, mais uma vez, reafirmar a minha solidariedade aos professores, com quem tenho um compromisso de luta ao longo de tantos anos; aos funcionários públicos, junto aos quais aprendi a resistir contra a violência da ditadura militar, e, particularmente, com a minha base. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o meu discurso de ontem é a minha prática política de hoje.

O SR. VITOR BUAIZ (PT – ES). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, as eleições municipais de Vila Velha, no Espírito Santo, realizadas no último dia 13 de dezembro vieram mostrar para a classe política que o povo está desiludido com o Governo. O PT foi o grande vencedor em coligação com o PSB e com o apoio do PC do B.

No entanto, uma análise pormenorizada dos números nos revelará que, apesar de uma pequena abstenção 13%, indicando que o povo quer exercer seu direito democrático de votar, os votos nulos e em branco chegaram a quase 40%. O descrédito para com o Governo da Nova República, representado nos Estados e na Constituinte majoritariamente pelo PMDB, teve um reflexo direto nas urnas. A política econômica do Governo, que levou ao maior arrocho salarial da história da classe trabalhadora brasileira; uma inflação incontrolável que a cada dia diminui o poder aquisitivo da classe média; uma crise de governo que não consegue dar um mínimo de direção política ao País e uma Constituinte bloqueada pelas forças conservadoras, que tentam a todo custo retirar as conquistas das forças progressistas na defesa das emendas populares. São alguns dos fatores que levaram a população a uma revolta geral, demonstrando umas urnas que deseja mudanças radicais no quadro político. Neste momento, o PT surge como uma alternativa real de poder.

O mais interessante, Sr. Presidente, para quem acompanhou a apuração de perto, foi constatar que o nosso candidato Magno Pires obteve maioria dos votos em mais de 90% das urnas e, ainda, que os eleitores que decidiram anular seu voto o fizeram dividindo-o entre o mosquito, que simboliza a incompetência da administração municipal em encaminhar soluções para um problema fundamental que diz respeito à saúde da população, ou seja, o saneamento básico, e o voto de indignação, contra o autoritarismo que ainda persiste na Nova República, a corrupção deslavada e o empreguismo.

Para nós, do PT, a reforma tributária, que se tornou emergencial para a imediata recuperação

econômica dos municípios, só cumprirá com seus objetivos se o debate sobre o orçamento municipal e a aplicação dos recursos tiver a participação, através dos conselhos comunitários. Ao tomar posse no próximo dia 1º de janeiro em Vila Velha, o companheiro Magno Pires irá requerer de imediato uma auditoria pública para apurar as inúmeras irregularidades nas contas do atual Prefeito, ao mesmo tempo em que convocará os servidores municipais que têm compromisso com a população para um saneamento interno e um esforço concentrado, e conclamará o povo de Vila Velha para, juntos, tirarmos o Município do estado de calamidade em que se encontra.

O PT assume hoje a posição de um partido de âmbito nacional. A vitória nas eleições de Vila Velha é fruto de um trabalho de base iniciado muito antes da existência do nosso partido e seus reflexos nas eleições de 1988 se farão sentir na medida em que a opinião pública reconhece que é possível mudar a estrutura de poder municipal através do voto, confiando num partido que não está comprometido com o poder econômico e jamais usará a máquina administrativa do governo para financiar campanhas eleitorais. Os exemplos aí estão: Fortaleza e Diadema resistiram a todas as formas de pressão desde a dos empresários dos transportes coletivos, que só querem auferir lucros, até a dos especuladores imobiliários, que não estão preocupados com a moradia popular, além da das empreiteiras, que querem fazer contratos ilícitos na realização de obras públicas, sem falar nas críticas infundadas dos partidos que querem impedir uma administração popular e democrática.

Sr. Presidente, ilustres Constituintes, o PT aceitou o desafio de administrar mais um importante município brasileiro, pois com a força do povo organizado e consciente vamos construir o Brasil que a gente quer.

Muito obrigado.

O SR. VICTOR FONTANA (PFL – SC):

– Sr. Presidente, Sr.^{as} Constituintes, o Brasil, nos últimos tempos, tem ouvido muitos comentários a respeito dos problemas que enfrentam as empresas de transporte aéreo neste País. Nos últimos dias, essas empresas entraram em greve por um período de 48 horas, com exceção de uma delas, a Transbrasil, cujo Presidente, Comte Omar Fontana, enviou mensagem aos seus 6.000 funcionários e que é uma exortação à razão. Passo a ler essa mensagem, cujo texto tenho em mãos, que seja transcrita nos Anais desta Casa, porque revela ela, sem dúvida alguma, a verdadeira realidade daquilo que se passa no setor de transporte aéreo neste País. É necessário que a Nação brasileira se conscientize das distorções que ocorrem em setor da importância que é, repito, o transporte aéreo, no Brasil.

"Na condição de fundador e de principal responsável pelos destinos da Transbrasil, desde os seus primeiros dias há 32 anos, cumpre-me o dever de levar ao conhecimento dos 6.000 companheiros de trabalho fatos relevantes de suma gravidade, ocorridos durante a recente greve de 48 horas.

Antes de mais nada, é preciso lembrar que a empresa, nos seus 32 anos de operações, jamais participou de qualquer greve, simplesmente porque sempre esteve atenta em pre-

servar um ambiente de camaradagem, de mutuo respeito, de hierarquia e responsabilidade, entre dirigentes e funcionários, identificando e procurando satisfazer os legítimos anseios, principalmente dos mais humildes colaboradores.

Durante o período de "achatamento salarial, a Transbrasil sempre corrigiu os salários acima dos índices oficiais, preferindo transformar parte do lucro econômico em lucro social".

Todos sabemos da dificílima conjuntura sócio-econômica por que atravessa o País. A Transbrasil – especificamente isoladanum campo onde suas concorrentes se beneficiam com receita em dólares, ou se socorem nos cofres públicos – teve suas economias impiedosamente dilaceradas por

uma política tarifária que congelou os preços das passagens e fretes por quinze meses (dez 85/mar 87) e, mesmo depois, manteve-os cronicamente defasados, a ponto de acumular uma evasão de aproximadamente US\$ 120 milhões na sua receita operacional.

Mesmo assim, a empresa não vacilou em procurar uma solução interna conciliatória, ante o impasse que se delineava nas negociações intersindicais.

Por iniciativa de sua administração, foi realizadas uma reunião com as três associações no dia 9 do corrente, e acordadas correções salariais de 44%, mais um adicional de 6%, além de substancial aumento nos pisos salariais.

Refletida na folha de pagamento de dezembro, eis a evolução salarial nos últimos doze meses:

	<u>DEZ 86 Cz\$</u>	<u>DEZ 87 Cz\$</u>	<u>Variação Cz\$</u>
Mão-de-obra não qualificada (Inicial)	2.090	13.500	5459
Mão-de-obra semiqualificada (inicial)	2.869	19.440	577.6
Comandante (inicial)	37.608	226230	501.5
Comandante (10 anos)	56.204	292.608	420.6
Pilotos (média)	38.960	193.150	395.8
Comissários (média)	11.090	54.900	395.0
Aeroaviários (média)	7.100	33.4.40	371.0

Mão-de-obra não qualificada (Inicial)

Mão-de-obra semiqualificada (inicial)

Comandante (inicial)

Comandante (10 anos)

Pilotos (média)

Comissários (média)

Aeroaviários (média)

Na mesma reunião, pessoalmente lembrei aos presentes que, se o direito de greve é indiscutível – como recurso extremo para atender a uma justa reivindicação – muito mais indiscutível é o sagrado direito da liberdade de trabalhar. E, por isso mesmo, não poderiam ser toleradas quaisquer formas de pressão a essa liberdade, muito menos partidas de dentro de casa.

Embora sabendo da usual omissão das demais empresas em tentar evitar o movimento grevista, fui duplamente surpreendido:

1 Com o esmagador comparecimento ao trabalho de todos os aeroaviários da Transbrasil, justamente os mais humildes e carentes de apoio sindical;

2 Com a defecção de algumas dezenas de tripulantes técnicos e uns poucos de cabine, notoriamente a classe mais bem remunerada e melhor aquinhoadas com outras vantagens.

A relevância do fato é o comportamento condigno de todos os aeroaviários da Transbrasil de sempre, e dos abnegados tripulantes que, enfrentando ameaças e agressões, não vacilaram em ajudar a empresa a cumprir o dever de servir à comunidade brasileira. todos estes quase 99% trabalharam, desejo expressar o profundo reconhecimento, meu e dos meus companheiros de administração, extensivos às Associações de Comissário e de Técnicos em Manutenção, que souberam honrar os compromissos assumidos.

A suma gravidade deste episódio está na insólita conduta de alguns tripulantes, não por aderir à greve, mas pela tentativa de im-

pedir, mediante insultos, ameaças ou coação, que seus próprios colegas de casa com parecessem ao trabalho, num atentado inédito às liberdades individuais.

Tal conduta é absolutamente incompatível com as tradições da Transbrasil e por isso mesmo não pode nem de longe ser tolerada nossa comunidade. Aqueles que ameaçaram seus colegas, não são dignos de envergar o uniforme da Transbrasil, nem merecem a confiança pára o desempenho das funções de comando.

É do conhecimento geral que a Transbrasil sofre grave crise econômico-financeira, por causas não imputáveis à sua administração. Um movimento grevista interno poderá levá-la a fechar as portas.

Faço, pois, urna exortação veemente para que meditem aqueles que teimam em parar ou fazer parar sobre a imensa responsabilidade que carregam as suas consciências perante seus quase 6.000 companheiros.

Confio em Deus, e a Razão e Bom Senso irão prevalecer.

São Paulo, 15 de dezembro de 1987. Omar Fontana. Presidente"

Era o que tinha a registrar.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP).

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, nobres Sr.^{as}e Srs. Constituintes, ocupo a tribuna, neste instante, para fazer duas comunicações de capital importância.

Ontem, à tarde, talvez nas primeiras horas da noite, em companhia do Prefeito de Vinhedo, encontrei-me com D. Luciano Mendes de Almeida, digno Presidente da CNBB. Junto a S. Ex^a Rev^{ma}

estava uma jornalista, se não me engano do **Jornal de Brasília**. Naquele instante, manifestei a D. Luciano minha mágoa pela nota emitida pela CNBB contra o "Centrão". S. Ex^a Revma. afirmou, alto e bom som, que a nota não era da CNBB e que tampouco merecia seu endosso, convidando-me, em seguida, a lutar pela instituição da figura do defensor do povo. Pedi a D. Luciano que me mandasse a emenda pronta e justificada porque gostada de ter a honra de apresentá-la à alta consideração de meus pares.

Sr. Presidente, faço esta comunicação com alegria e com o coração cheio de júbilo porque sou católico apostólico romano, criado e educado à luz dessa religião. Nestas condições, não compreenderia que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, desconhecendo os pontos de vista do "Centrão", saísse a público, oficialmente, para profligá-los.

Admito que assim procedam os Deputados de esquerda, dentro de suas posições obscuras, tanto eleitorais como políticas, ou dada sua falta de transparência e no uso habitual da astúcia, da mentira, do engodo, a fim de atacar, vilipendiar e caluniar seus companheiros de Parlamento que, legitimamente, representam a maioria do povo brasileiro e que querem imprimir à Carta Constitucional do País o seu ponto de vista, seu programa, sua doutrina política, sua filosofia,

Agradeço publicamente a D. Luciano as declarações que fez e que, hoje, constam de alguns jornais

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero comunicar a V. Ex.^a e à Casa – muito embora não tenha títulos nem condições e não seja a pessoa responsável por isto – que tenho sido cobrado pela falta de um acordo com os partidos médios e pequenos, no que diz respeito à votação do nosso Regimento Interno.

Tenho, ao lado do Presidente Ulysses Guimarães, procurado todos os meios e modos para fazer um acordo com os pequenos e médios partidos que não represente o rebaixamento da maioria nem o desrespeito à minoria, esta mesma minoria que às vezes nos desrespeita e que falta ao respeito, inclusive com esta Casa ao encher as galerias com pessoas que tentam vilipendiar o Plenário.

Ao lado do Presidente Ulysses Guimarães tenho lutado por fórmulas capazes de nos levar a um entendimento. Por volta do meio-dia, o Presidente Ulysses Guimarães foi alertado pelo nobre Constituinte Bonifácio de Andrade e pelo seu assessor jurídico de que parte do acordo poderia estar conduzindo a alguns impasses que se deliberou chamar de buracos constitucionais. S. Ex^a, mesmo solicitou as partes que deixassem para amanhã o entendimento, a reunião e a conversa, a fim de que a Mesa, por seu intermédio, tivesse tempo para sanar essas falhas regimentais, o que o Presidente espera poder fazer ainda hoje, para preparar o entendimento de amanhã.

Quis fazer essas declarações para me ver livre, embora como pessoa ilegítima neste processo, das interpelações de colegas, amigos e da imprensa, que tem recaído impenitentemente sobre mim e o "Centrão". Se, por outro lado, a esquerda quiser, pode retirar suas emendas, e a reforma regimental poderia ser promulgada dentro das próximas horas. Nós, do "Centrão", não temos obrigação alguma de aqui colocar parlamentar

em número suficiente para votar. Temos, sim, a convicção de que é conveniente à vida parlamentar procurarmos um entendimento e darmos às esquerdas e aos pequenos partidos – ademais, são pequenos não por nossa causa, mas por causa do povo, que os fez pequenos; foram as urnas que os fizeram pequenos ... (murmúrios em plenário.)

Eles querem se dirigir, talvez, a pessoas mais íntimas que eu, de mais intimidade deles, quando falam em dinheiro, porque nunca lhes permiti atrevimento comigo.

De modo, Sr. Presidente, que temos toda boa vontade, e os entendimentos somente não foram reiniciados hoje por proposta do nobre Presidente Ulysses Guimarães.

No mais, quero declarar que acabei de falar em meu nome pessoal, sob a minha exclusiva responsabilidade, até porque o "Centrão" não tem donos nem líderes.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, é necessário que se restabeleça a verdade e a transparência aqui, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Quem retirou os seus integrantes da reunião que deveria votar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte foi o "Centrão". Quando os destaques começaram a ser votados, foram as lideranças do "Centrão" que, no início das reuniões da Assembléia Nacional Constituinte, pedem aqui verificação de **quonum**. Se o "Centrão" é maioria, se uma das Lideranças mais expressivas do "Centrão", como é o ilustre Constituinte Roberto Cardoso Alves, diz que eles não têm obrigação de colocar maioria aqui para votar, é preciso dizer que eles retiraram essa maioria para que houvesse uma delonga na votação do Regimento Interno com o objetivo não confessado de impedir o processo eleitoral em 1988.

Esta questão de ordem é para restabelecer a verdade e a transparência nos trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa não considerará a questão de ordem suscitada por V. Ex.^a, porque não procurou dirimir dúvida regimental. Portanto, não há o que decidir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Amaury Müller (Pausa.).

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, quero repelir com veemência e energia a forma insolente e desrespeitosa com que o Constituinte Cardoso Alves se dirigiu a seus colegas esta tarde neste plenário. Lamento muito que S. Ex.^a não tenha permanecido aqui para ouvir a resposta aos disparates, às agressões, às calúnias e às injúrias. Nós, que nos consideramos os setores progressistas da Assembléia Nacional Constituinte, temos a coragem de permanecer no Plenário para ouvir essas aleivosias de S. Ex.^a.

Por isso, lamento, Sr. Presidente, mas não posso omitir-me, calar-me diante desse tipo de procedimento, inclusive, anti-regimental. Chamámos de obscuros, de mentirosos no mínimo é uma lesão ao Regimento Interno. E V. Ex.^a deve providenciar, na condição de Presidente desta sessão, a retirada dessas injustas, descabidas e precipitadas acusações dos Anais da Casa.

Afinal, ninguém é melhor do que ninguém aqui e só merece respeito quem sabe respeitar. Não será com gritos, berros e apelos melodramáticos que eu, pessoalmente, irei assustar-me. Não sou homem de bravatas, mas nunca fui caracterizado pela covardia, pela pusilanimidade. Logo esse constituinte é que vem fazer acusações a nós.

Lembraria, Sr. Presidente, um documento da Frente Parlamentar Nacionalista, datado do dia 21 de junho de 1983, do qual são signatários vários expoentes do "Centrão" e algumas figuras menores, dentre elas o próprio Sr. Constituinte Roberto Cardoso Alves, o Líder do PTB, Gastone Righi, os Constituintes Milton Reis, Paulo Mincarone, Paulo Zarzur, Henrique Eduardo Alves e Theodoro Mendes.

Entre outras coisas esse manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista dizia:

"Revisando os tratados, os convênios ou acordos que ameaçam a soberania e os interesses nacionais; revisão da lei de remessa de lucros para o exterior, de modo a evitar a espoliação da riqueza nacional, disciplinando o pagamento de assistência técnica, **royalties**, uso de patentes e outras formas nocivas ao desenvolvimento do País; resgate das reservas minerais contra qualquer forma de controle, domínio ou dilapidação; defesa do monopólio estatal nos setores econômicos fundamentais; defesa dos interesses do trabalhador, essencial ao fortalecimento da sociedade brasileira, traduzida em autonomia sindical, direito de greve, política de pleno emprego, contratos coletivos de trabalho, sem intervenção estatal, estabelecimento do salário-desemprego e restauração do direito à estabilidade, compatibilizado com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; defesa da reforma agrária, que assegure ao trabalhador rural o acesso, o uso e a posse da terra; e combate às concessões e vendas de terras a estrangeiros ou a empresas multinacionais; defesa da reserva de mercado para a indústria da informática nacional".

Passaria toda a tarde mencionando os itens mais importantes deste documento, do qual são signatários proeminentes figuras do "Centrão", que agora, através de manobras, tentam renegar aquilo que assinaram. Quem está sendo coerente? Quem está sendo incoerente? Quem está navegando contra os ventos da História e tentando apunhalar os direitos do trabalhador brasileiro? Somos nós, acusados de esquerda, obscuros e sem votos?

Aqui, Sr. Presidente, ninguém é mais do que ninguém. Todos nós estamos nivelados, independentemente da nossa votação nas últimas eleições; com dinheiro ou sem dinheiro.

Feita esta observação, gostaria de depolar, uma vez mais, o rumo que está tomando a Fundação Nacional do Índio, hoje inteiramente atrelada a interesses de grupos econômicos poderosos,

lesando, dia a dia, mês a mês, os direitos fundamentais do índio brasileiro.

Hoje, numa cerimônia, certamente com muita pompa, regada a uísque importado e caviar, foi concedida a trinta e sete pessoas, que deveriam ser personalidades, a Medalha do Mérito Indigenista.

O decreto que instituiu esta comenda diz, em seu art. 1º:

"É instituída a Medalha do Mérito Indigenista, a ser conferida a brasileiros ou estrangeiros que se distinguirem pela prestação de serviços relevantes, em caráter altruístico, relacionados com o bem-estar, a proteção e a defesa das comunidades silvícolas do País."

Para minha surpresa e perplexidade, dentre essas personalidades que teriam prestado relevantes e altruísticos serviços às comunidades indígenas estão o Governador nomeado de Brasília, José Aparecido de Oliveira, o Ministro da Justiça, Paulo Brossard de Souza Pinto, o Ministro da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Aníbal Teixeira, o General Rubens Bayma Denys, Ministro-Chefe do Gabinete Militar, o Sr. Ronaldo Costa Couto, Ministro-Chefe do Gabinete Civil, o Sr. Ivan de Souza Mendes, Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações, o Sr. General-de-Brigada Henrique Araújo, Diretor do Serviço Geográfico do Exército, o Sr. General-de-Brigada Luiz Antônio Rodrigues Mendes Ribeiro, Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, o Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Fred Dalia Hoffmann, Chefe da Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Aeronáutica, o Sr. Romeu Tuma, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, e inúmeros funcionários nomeados que exercem cargos de confiança nas diversas superintendências da Funai espalhadas pelo País. Os primeiros, tanto quanto saiba, jamais prestaram algum serviço relevante à Funai e, sobretudo, à causa do índio. E os últimos, simples funcionários detentores de cargos de confiança, se algum serviço prestaram à causa do índio, aos direitos do índio, o fizeram porque são pagos para isso. Apenas cumpriram o seu dever, a sua obrigação. Não vejo como banalizar uma comenda tão importante quanto esta, distribuindo-a a mancheias a quem quer que seja, independentemente de ter lutado a favor dos direitos do índio.

Por isto, Sr. Presidente, para encerrar, quero lamentar profundamente os desmandos, as sandices que estão sendo praticadas pela atual direção da Funai através do Presidente da Fundação Nacional do Índio, Sr. Romero Jucá Filho, um inimigo sabido dos índios. Gostaria também de reclamar de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, José Sarney, providências no sentido de que não banalizem uma comenda tão importante quanto esta, concedendo-a a pessoas que jamais levaram um dedo para defender os direitos violentados dos índios brasileiros.

Aqui fica esta advertência, Sr. Presidente. Este País tem que ser sério; as nossas autoridades têm que se revestir da dignidade que marca o homem público voltado para os interesses do País e não andar por aí fazendo festas à custa do dinheiro que o povo não tem para promover personalidades que o são apenas na cabeça oca de um péssimo dirigente da Funai.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Constituintes, termina o ano. Interrompe-se o blablablá da Constituinte e fica uma grande expectativa para o Ano Novo, principalmente no que diz respeito à situação dos aposentados e pensionistas, que têm, Sr. Presidente, uma enorme esperança de não serem decepcionados.

É inconcebível. Sr. Presidente, que os aposentados de hoje, outrora ativos trabalhadores, fiquem à mercê da tutela do Governo e, agora, de elementos que querem inviabilizar os benefícios já conseguidos na Sistematização. É mais uma vez a demagogia que campeia e se multiplica.

É duro, é triste e é melancólico, e está acima da minha capacidade de engolir que, quando aqui estamos para elaborar uma nova Constituição com a finalidade de garantir todas as liberdades públicas nos seus moldes mais amplos, a liberdade da palavra, a liberdade do pensamento e a liberdade religiosa, não sejam incluídas em seu texto reais garantias aos aposentados.

Se não analisarmos a questão com carinho, Sr. Presidente e, acima de tudo, com sensibilidade, haveremos de ter a infelicidade de passar à posteridade como meros e ruins copistas.

Não trepidarei na luta; o futuro não poderá deixar de ser a verdade da Justiça e de Deus.

Em nome dos aposentados e pensionistas, cujos direitos temos o dever de propugnar, em nome do mais acendrado patriotismo que deve nortear os nossos atos e em nome da paz e da concórdia, queremos justiça!

Era o que tinha a dizer.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, prezados Constituintes, a nossa preocupação no momento diz respeito ao estado confuso pelo qual passa a Assembléia Nacional Constituinte. A indagação dos que nos acompanham e nos fiscalizam é a seguinte: por que estamos parados? Será possível que quinhentos e tantos cidadãos, com formação e qualificação diversas, aqui trazidos para estudar a nova Carta, que implantará definitivamente o estado de direito neste País não encontrem um caminho de entendimento para a busca desta aspiração fundamental? Esta é a indagação. Perguntam-nos o que está havendo entre os homens eleitos pelo povo. Não sei responder de maneira precisa, mas olhando a vôo de pássaro os acontecimentos talvez sejam até coisas bem pequenas que estejam contaminando a presença dos nossos colegas na Constituinte. Não será a "liderançamania" que faz surgirem grupos sobre grupos? Não será algo mais ou menos complicado, como a protelação dos nossos trabalhos para que o estado de direito não se restabeleça logo no País? Não é o desejo de todos ordenarmos juridicamente o Brasil? Se não fizemos isso continuaremos a presenciar pacotes fiscais aqui encaminhados pelo princípio do autoritarismo, pelo processo extra-constitucional emanado da autoridade executiva, sem que tenhamos autoridade moral e política para contestar essas medidas, uma vez que vivemos um momento de grave crise em nosso País. Somos os responsáveis exclusivos pelos acontecimentos que se processam. Não digam que não somos. Somos nós, os Constitui-

tes, os responsáveis exclusivos pela presença dos pacotes fiscais continuados, pelos decretos-leis abundantes. E isto porque não tivemos ainda o bom senso de concluir a grandiosa tarefa da implantação do estado de direito no Brasil. Enquanto não houver estado de direito que emane de uma Carta política, que produza o ordenamento jurídico da Nação, continuaremos a presenciar o caos, o desespero, a desesperança e o pessimismo que invadem todas as camadas sociais do nosso País.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo aos nobres colegas. Dizem que, se as palavras convencem, o exemplo arrasta. Palavras temos ouvido muitas aqui, na tribuna. Apelos às palavras são numerosos e exemplos não temos dado ao País para que possamos arrastar conosco o respeito e a confiança do povo brasileiro. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Gerson Peres, o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. constituintes, há alguns dias um grupo de constituinte e eu fizemos uma representação contra o Constituinte Gilson Machado e outros que participaram da agressão física perpetrada contra o ilustre Constituinte Juarez Antunes. Fizemos esse procedimento junto à Mesa e não tivemos notícia de que providências ela tomou com respeito à apuração dos nomes dos constituintes que participaram daquela agressão tão desonrosa para os fastos desta Assembléia Nacional Constituinte. Assim, Sr. Presidente, gostaria de saber que providências foram tomadas e que caminho foi seguido, em consequência da representação que fizemos em relação àquele episódio.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): Foi instaurada uma Comissão de Sindicância, que está apurando os fatos para futura decisão da Mesa.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – V. Ex.^a pode dizer os nomes dos integrantes dessa Comissão de Sindicância?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – O Vice-Presidente, Constituinte Jorge Arbage, na condição de Corregedor, ficou incumbido de convidar os membros da Comissão. Na próxima reunião da Mesa deverá apresentá-los.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): Tem a palavra o Sr. Constituinte Fábio Feldmann (Pausa.)

O SR. FÁBIO FELDMANN (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. constituinte, hoje é um dia bastante importante para os ecologistas deste País. Exatamente há uma semana estiveram no Congresso Nacional representantes da Frente Nacional de Ação Ecológica, que congrega 132 entidades em todo o País, para fazer uma manifestação em prol do meio

ambiente na Assembléia Nacional Constituinte. Aproveitaram a oportunidade para também fazer uma manifestação em relação ao projeto que disciplina a caça das baleias e que tramita no Senado desde setembro de 1985. Os ecologistas colocaram na cúpula do Senado uma baleia inflável e simularam o sangue da baleia para chamar a atenção dos constituintes, pois não queriam que acontecesse com a matéria relativa ao meio ambiente o que estava acontecendo com o projeto das baleias, de autoria do Constituinte Gastone Righi.

Hoje, para alegria de todos os ecologistas do País, o projeto de lei foi aprovado por unanimidade no Senado Federal. Este fato demonstra duas coisas fundamentais. A primeira é a importância da mobilização da sociedade civil no que tange à Constituinte. Os ecologistas pressionaram os Senadores, transmitiram à opinião pública do País o que estava acontecendo com o projeto das baleias e uma semana depois obtiveram a aprovação da lei no Senado Federal. A segunda, demonstra que além de as baleias, ameaçadas de extinção em todo o planeta, estarem protegidas neste País, há um interesse por trás da caça a esses animais, interesse que transcende as fronteiras da Nação brasileira, pois o Japão está tentando uma brecha na Convenção internacional, no sentido de ser permitida às populações aborígenes a pesca da baleia e à chamada pesca artesanal. O que se pretendia então com a permissão da caça das baleias no Brasil em influenciar o voto do Brasil nessa Convenção Internacional que se realizará em maio do próximo ano.

Em nome dos ecologistas quero agradecer aos Senadores, que assumiram uma posição digna diante da Nação brasileira, e pedir aos constituinte que atuem da mesma forma com relação ao Capítulo do meio ambiente na Constituição que estamos escrevendo, para darmos ao País a possibilidade de um futuro melhor.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Parlamento Latino-Americano reúne-se nesta Capital, no auditório Petrônio Portella, para discutir assuntos atinentes à dívida externa que aflige e atormenta os povos do Terceiro Mundo.

O Brasil, que lidera o endividamento externo com mais de US\$ 120 bilhões, também não foge à regra internacional, uma vez que os encargos dos serviços e dos juros tornaram-se insuportáveis, porque não há condições de saldar, anualmente, a elevadíssima soma de doze bilhões de dólares.

Esta preocupação se traslada ao disposto no art 18 das Disposições Transitórias do Projeto de Constituição, onde o Relator Bernardo Cabral consignou:

"No prazo de um ano da data de promulgação da Constituição, o Congresso Nacional, através de comissão mista, promoverá exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro, bem como de todas as dívidas contraídas por instituições públicas e privadas com os credores externos."

§ 1º A comissão criada por este artigo terá a força legal de comissão parlamentar de inquérito para os fins de requisição e con-

vocação, e atuará com o auxilio do Tribunal de Contas da União."

§ 2º Apuradas irregularidades, o Congresso Nacional declarará a nulidade dos atos praticados e encaminhará o processo ao Ministério Público Federal, que proporá, no prazo de sessenta dias, a ação cabível".

Isto revela o interesse e a disposição dos Constituintes na equação e encaminhamento de tão angustiante problema.

Mas, em verdade, a tese desposada pelos Parlamentares latino-americanos imporá a reformulação dos débitos para solucioná-los da seguinte forma, pelo menos:

- a) prazo de carência de cinco anos, mediante novação da dívida;
- b) prestações semestrais de amortização durante trinta anos;
- c) limite de pagamento até um por cento ao ano do Produto Interno Bruto (PIB);
- d) isenção de juros e de taxas de serviços.

Em suma, a dívida externa do Terceiro Mundo deixa de ter aspectos econômicos para converter-se em tema político, e como tal deve ser tratada.

É importante que os países e bancos credores tenham a compreensão deste momento, para que os povos do Terceiro Mundo possam construir a grandeza da Humanidade e o bem-estar de sua gente.

Para finalizar, dou aos Parlamentares latino-americanos os cumprimentos por este certame e pela coragem revelada ao enfrentar esta triste realidade.

Aliás, a dívida externa não deve constituir fator responsável pela fome e pela miséria dos povos em desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTÔNIO UENO (PFL - PR).

Pronuncia o seguinte discurso.: — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há um consenso nacional hoje em torno de uma verdade que, ao que parece, só não conseguiu sensibilizar um segmento da sociedade brasileira: o Governo, o Poder Público. Esta verdade pode ser resumida numa simples frase: no dia em que o Governo se dispuser a reduzir suas despesas, terá dado um bom passo no sentido de reduzir a inflação, pois então — e só então — terá de adaptar as suas despesas e as suas receitas reais e trabalhará racionalmente, com bom senso.

O déficit público brasileiro, que a cada ano aumenta desmesuradamente, não pode ser resolvido com paliativos, como o que está sendo vislumbrado agora, o do aumento da carga tributária. Embora tenha prometido não aumentar a carga tributária dos assalariados, numa atitude bem típica de palanque eleitoral, é certo que aumentará a carga tributária das pessoas jurídicas.

Se fizer isto, e tudo indica que o fará, terá cometido mais dois pecados capitais: não fomentará os investimentos, dos quais o Brasil necessita desesperadamente, e não combaterá a inflação, que deverá até crescer.

Os números têm demonstrado, no correr dos anos, Sr. Presidente, este aparente paradoxo: apesar de todo o aumento da carga tributária (de 1978 a 1984, cerca de 254%; em 1985 nada menos do que 56%), o déficit público não tem diminuído; pelo contrário tem aumentado. O mes-

mo deve acontecer agora, e isto seria paradoxo — em qualquer outro país do mundo, menos no Brasil, onde o Governo, ao invés de combater a inflação; tira dela proveito. Os dados acima se referem à pessoa jurídica, e comparando-se o Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas com as taxas de inflação, temos o seguinte quadro:

	IR	Inflação
1979	1,7%	77,2%
1980	35,3%	110,2%
1981	13,6%	95,2%
1982	6,69%	99,7%
1983	73,0%	211,0%
1984	24,7%	223,8%

Estes números, Srs. Constituintes, nos mostram que, se a inflação reflete o déficit público, para se reduzir esse déficit o caminho não é aumentar os impostos sobre as pessoas jurídicas.

Ao aumentar agora, como está indicando, a carga tributária das empresas, o Governo está novamente fechando os olhos (porque sabe muito bem o que vai acontecer, e não tem meios de o evitar) para a realidade de que não são realmente as pessoas jurídicas que pagam esses tributos, mas sim os consumidores, para os quais eles são repassados, quer o Governo queira ou não.

A meta prioritária do Brasil hoje deve ser o incremento dos investimentos a cargo das empresas privadas. Qualquer reforma tributária deve ter em mente oferecer pelo menos estímulos a esses investimentos. Qualquer realidade fora disto poderá ser bastante desastroso para a nossa já combalida economia.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os mais de 27 bilhões de dólares de investimentos e reinvestimentos diretos em capital estrangeiro no Brasil não foram capazes de sensibilizar os ilustres Membros da Comissão de Sistematização da Assembléa Nacional Constituinte, no sentido de criarem um dispositivo que garanta ao capital de fora tratamento idêntico ao concedido ao capital nacional, em igualdade de condições, sem discriminações.

O trabalho da Comissão nesse sentido, entretanto, está merecendo reparos de setores que, de um modo geral, são sempre conflitantes e nesse particular esperava-se que o fossem mais ainda. Ao contrário disto, entretanto, exatamente neste particular esses setores sempre conflitantes estão de acordo em que é necessário garantir a presença do capital estrangeiro no Brasil.

De fato, Sr. Presidente, assim pensam o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, o ex-Presidente do Partido dos Trabalhadores (deixou a Presidência nestes dias e já é candidato à Presidência da República), Deputado Federal Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente do maior Sindicato Operário da América Latina, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Em palavras veementes, Mário Amato disse que não é menos patriota por defender a necessidade do investimento externo; o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva já se mostrou mais uma vez, e em público, favorável à presença das multinacionais

no Brasil; e o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, foi ainda mais veemente, quando declarou que seria capaz de articular uma greve dos metalúrgicos para garantir a permanência das empresas nacionais no Brasil, porque, no entender dele — que é líder operário — o capital estrangeiro, não importa de onde venha, é melhor para o trabalhador brasileiro, porque remunera melhor, em 40%, o trabalhador do que a empresa nacional. E é exatamente por isto que o trabalhador brasileiro prefere, conforme indicou pesquisa recente em São Paulo, trabalhar nas empresas multinacionais.

Pode ser que a opinião de Lula ou de Medeiros, Sr. Presidente, seja interpretada como tendenciosa, desde que eles acham que é mais interessante para o trabalhador. Seja como for, estamos notando que a opinião do trabalhador, e especialmente a do trabalhador sindicalizado, está pesando cada vez mais nos consensos deste País. Neste caso, porém, como entender a opinião de Mário Amato, que fala em nome dos empresários do mais desenvolvido Estado da Federação, onde está a maior concentração de empresas nacionais, que é São Paulo?

Mais alto do que essas vozes citadas, entretanto, falou a do conhecido economista Périco Arida, ex-Diretor do Banco Central e um dos indigitados pais do "Cruzado". Com toda a sua autoridade, Árida afirmou à imprensa que "se o País quer crescer a taxas elevadas, é imprescindível a participação do capital externo".

Interessante, também, é sobre o mesmo assunto a opinião do Diretor-Superintendente da Pirelli SA, multinacional italiana com tradição no Brasil, Sr. Piero Sierra, em artigo que escreveu para a revista "Idéias". Conforme a melhor tradição de sua cultura latina, lembrou ele a fábula "Os Membros e o Estômago", de Menenius Agrippa, que ensina que, assim como no corpo humano, onde cada membro tem seu lugar determinado e, por mais humilde que seja, se não funcionar direito, todo o corpo sofre, assim também no organismo das nações tudo tem de estar em perfeita harmonia, para concluir: "Caso se concretize a intenção discriminadora de alguns Constituintes, o Brasil poderá ficar com uma perna — a do capital nacional — aparentemente robusta, ladeada por outra de pau. E essa condição, sem dúvida, não é a ideal para vencer corridas".

Para chegar a essa conclusão, Sr. Presidente, Piero Sierra fez considerações judiciosas, como a de que não foi à toa que o Brasil chegou à condição de sétima posição entre as economias do mundo em sua estrutura industrial. Para chegar a essa invejável posição, o Brasil contou até agora, e precisa continuar contando, com a ajuda do capital estrangeiro de risco.

Todas estas considerações, Srs. Constituintes, eu as fiz para mostrar a insensatez de algumas colocações no Projeto de Constituição "A", da Comissão de Sistematização, como a proibição de que empresas estrangeiras continuem a participar da distribuição de derivados de petróleo e algumas restrições outras ao capital estrangeiro em nossa economia.

Temos de rever essas posições. Não podemos, de modo algum, em nome de um nacionalismo vesgo e xenófobo, privar o Brasil da contribuição do dinheiro que venha de fora. Afinal de contas, até os metalúrgicos de São Paulo sabem que a

permanência das multinacionais em solo brasileiro, sem restrições, foi, é e será mais interessante para o Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, chegou a meu conhecimento, através de noticiário veiculado nos jornais, e, posteriormente, com informações obtidas junto ao fórum regional de Itaquera, que no próximo dia 8 de janeiro será realizada a primeira audiência do processo-crime onde estão envolvidos Antonio Luiz Marchioni, Selma Regina Nunes e Marcia Keiko Maraino Kawagoe.

Estes três cidadãos estão sendo acusados como incitadores de crime, pelos fatos ocorridos no último dia 1º de outubro de 1987.

Para quem não lembra, neste dia, mais uma vez, as forças de repressão democrática agiram contra populares, escorregando-os do lugar onde se encontravam com uma violência ímpar, sob pretexto de cumprir uma ordem judicial. Neste dia, também os agentes da repressão democrática agiram contra a nobre Vereadora Luiza Erundina e o fotógrafo da **Folha de S. Paulo**, com as consequências e dissabores por que estes passaram posteriormente, transformados de vítimas de agressão em alzões dos policiais.

Não vim a esta tribuna para lutar em favor destes que estão sendo acusados de defender a população mais sofrida: no fim do processo judicial ficará provado, mas que a inocência deles, também os excessos cometidos pela Polícia Militar. Venho até aqui para manifestar minha estranheza diante de alguns fatos.

Em primeiro lugar, é bom que se registre a extrema rapidez com que este processo agora noticiado está tendo curso; seu final se avizinha para breve. Contudo, será que o processo em que são apuradas as agressões sofridas pela nobre vereadora e pelo fotógrafo da **Folha de S. Paulo**, tem um curso tão rápido assim? É bom que se lembre que o interrogatório dos acusados foi marcado para o dia 8 de janeiro, em meio às férias forenses...

E o advogado que comandou a ação? Será punido? Constou do inquérito policial o depoimento do tratorista? Foi claro no sentido de que o advogado mandou investir com a máquina sobre as casas e somente parou por intervenção dos chamados acusados?

De outro lado, o que tem sido feito pelo Governo do Estado para evitar e prevenir que atos como o que aconteceu sejam evitados?

Sabemos que o Sr. Governador está mais interessado em promover o início de obras sem verbas ou, então, em anunciar a construção de casas sem ter local e os meios. É preciso que o Sr. Governador pare de utilizar a máquina estatal para sua campanha à Presidência da República e inicie o quanto antes a construção de casas populares para minorar o sofrimento da população que, hoje, já não pode suportar os aumentos sucessivos do preços dos aluguéis e, consequentemente, perder seu poder aquisitivo.

O processo-crime que noticiei é apenas uma demonstração de que a Justiça está cada vez mais longe do alcance da população. E demonstra também que os cidadãos que procuram minorar as injustiças sociais são aqueles que primeiro so-

frem e sentem mais agudamente a ação direta dos instrumentos de Direito.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB – SP).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Sr. Salvador Arena, fundador e presidente da empresa Termomecânica São Paulo S/A, sediada em São Bernardo do Campo, é um empresário moderno e progressista, sempre atualizado com as mais recentes conquistas tecnológicas no seu campo de atuação, aplicando em sua indústria todos os avanços científico-tecnológicos, sem se esquecer do aspecto social, fazendo da Termomecânica um ente onde capital e trabalho buscam o bem comum, superando possíveis conflitos, que conduzem à luta de classes.

Homem que sabe como poucos conciliar o pensamento com a ação, mostra-se estarrecido ao constatar que a multiplicidade de soluções que se apresentam para um mesmo problema, na maioria das vezes, corresponde ao desconhecimento do que se está fazendo.

A perplexidade desse industrial vitorioso deve-se ao estarrecer "festival dos índices inflacionários de países que apresentam custo de vida em franco crescimento", sendo exemplo característico desse jogo" as ações conduzidas por interesses determinados.

Diz o eminente industrial em carta dirigida ao Sr. Mário Amato, presidente da poderosa Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – que, em um "país de economia dirigida como o nosso, a União manipula os índices, o que corresponde a escolher onde morder. Autofagia-se mordendo atabalhoadamente até os músculos, que suportam prejuízo até para os que não são mordidos".

Diz, a seguir, o ilustre missivista, com a responsabilidade de quem dirige um grande complexo industrial e tem toda a história da sua vida dedicada ao trabalho e ao fortalecimento industrial e social do Brasil: "sentimos claramente que estamos sendo ludibriados por esses índices oficiais ou acadêmicos, que tendem a esmagar, através de uma irreal correção monetária do balanço, a capacidade financeira das empresas, reduzindo, com isso, novos investimentos e a criação de empregos".

Diz, mais adiante, uma verdade irreprochável: "o índice oficial da correção do balanço castiga injusta e violentamente as firmas de capital próprio e de alta liquidez, beneficiando especialmente as endividadas com a União".

Cita, como exemplo, o próprio caso onde "O Castigo-Multa desta companhia este ano é da ordem de Cr\$ 400 milhões".

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não é possível continuar tal situação, que visa beneficiar e a contemplar a incompetência e a ineficácia, quando a capacidade e a eficiência são desconsideradas mais até, castigadas, exatamente por não se alimentarem das burras do Governo ou porque não vivem com o pires na mão a pedir empréstimos subsidiados, favores ou ajudas do Poder Público. É essa diferenciação odiosa entre as empresas verdadeiramente sadias e produtivas e as doentes e improdutivas que leva ao desencanto muitos dos empresários honestos e que são torpemente discriminados porque nada pedem e não se beneficiam das benesses oficiais.

Esperamos, pois, que o Governo, próximo de tomar medidas saneadoras no plano econômico, acabe de vez com esses empresários burocráticos e/ou cartorários, que só vivem às sombras do poder.

O SR. FÉRES NADER (PDT – RJ).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a luta titânica que a ciência está travando contra a AIDS, sob a expectativa da humanidade, tem ocupado manchetes dos principais jornais do mundo. O número de vítimas da doença cresce de maneira vertiginosa, semeando o medo por todos os quadrantes do País.

Há uma semana, a situação da opinião pública brasileira lembrava o homem que entrou numa caverna e, na penumbra, confundiu uma corda enrolada com uma serpente prestes ao bote. O engano só se desfez ao trazer a luz para a caverna – e esta é a função da mídia, como também dos profissionais de saúde, neste caso.

E depois de vários meses de pesquisa a equipe do Departamento de Imunologia da Fundação Osvaldo Cruz, chefiada pelo imunologista Bernardo Galeão, conseguiu isolar o primeiro vírus da AIDS no Brasil. Com esta conquista, segundo o doutor Alvaro Matida, Coordenador do Programa de AIDS da Secretaria Estadual de Saúde, o Brasil dá um grande salto no processo de identificação e de combate à doença.

Com a identificação, os cientistas brasileiros, a partir de agora, podem fazer as adaptações necessárias nos testes para o diagnóstico da doença, que atualmente são baseados em vírus coletados no exterior. O isolamento de um antígeno derivado do vírus existente no Brasil resultará num diagnóstico mais preciso, bem como no domínio da purificação e na produção de抗ígenos para testes sorológicos. Ademais, o Brasil agora passa a ter condições efetivas de pesquisar a produção de uma vacina.

Por isso, Sr. Presidente, como representantes do povo nesta Casa, não podemos deixar de felicitar os imunologistas brasileiros, particularmente aqueles que integram a equipe da Fiocruz, que não só colocaram o Brasil entre os países, mais avançados na área da saúde, mas abrem uma janela de esperança para todas as vítimas da AIDS.

Sabemos, por outro lado, que faltam recursos no caminho da Fiocruz. O Brasil produz em pequena quantidade a interleucina-2, um reagente biológico fundamental no processo de isolamento, que tem que ser importado. As autoridades da área da saúde precisam trabalhar no sentido de eliminar esta ineficiência, que, a prevalecer, poderá impedir que os nossos cientistas continuem na sua nobre cruzada em defesa da saúde da humanidade.

Diante deste quadro, queremos parabenizar os imunologistas da Fiocruz pela grande conquista e, concomitantemente, advertir o Ministério da Saúde para a falta de recursos que se colocam no caminho dos nossos cientistas.

Obrigado.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ).

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a imprensa vem noticiando que estaria em adiantado processo de negociação a privatização da Empresa Light – Serviços de Eletricidade, citando, inclusive, o nome do novo grupo proprietário e o valor da transação.

Essa notícia revoltou os mais de quatorze mil empregados da empresa, que estão discutindo em locais de trabalho uma forma de defender a empresa do projeto de privatização, se possível com uma paralisação.

Causa estranheza essa iniciativa do Governo Federal, uma vez que a Light é a empresa mais rentável do setor elétrico, com uma taxa de rentabilidade prevista até dezembro de 1987 na faixa de 8,7%. Por essa razão, não poderia ser incluída nesse tipo de transação.

Com um faturamento desse porte, a empresa despertou o imediato interesse da iniciativa privada, particularmente da Companhia de Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, que encaminhou proposta de compra do seu controle acionário ao Presidente da República.

Nessa negociação estaria envolvida parte da conversão da dívida externa brasileira, com a participação de banqueiros norte-americanos. A tentativa de venda da Light teria como meta atender às exigências do Fundo Monetário Internacional. O Presidente Sarney pretende, neste caso, pagar a dívida externa entregando as empresas estatais, depois de saneadas pelo Poder Público, rentáveis e lucrativas, aos credores internacionais, através da conversão da dívida em capital de risco.

Mas, Sr. Presidente, é exatamente essa a diretriz econômica pretendida pelo governo da Nova República. A privatização de empresas estatais é o objetivo do atual Governo, principalmente as prestadoras de serviços públicos.

De imediato, a privatização, além de ferir a soberania do País, significará a demissão em massa de milhares de trabalhadores, objetivando a contratação de outros profissionais com salários menores. Os empregados irão conviver, de agora em diante, se concretizada a transação, com a rotatividade de mão-de-obra. Verão, também, cair por terra os avanços sociais que conquistaram, como o maior piso salarial do setor, além de outras vantagens. Pela atual legislação trabalhista, a redução salarial é proibida, razão pela qual os trabalhadores temem as demissões como alternativa para a empresa privada, atingir maiores lucros.

Além disso, a rentabilidade mínima exigida pelo setor empresarial que pretende controlar a empresa implicará diretamente o aumento das tarifas, penalizando ainda mais o consumidor e impedindo que o entendimento feito por esse serviço alcance as comunidades carentes.

Apelamos, em nome dos trabalhadores eletricitários da Light, que estão preocupados com a preservação do patrimônio nacional, às autoridades do Governo Federal, nas pessoas do Ministro das Minas e Energia e do Presidente José Sarney, para que não seja concretizada a referida transação, que constitui autêntica ameaça contra o povo brasileiro, pelos prejuízos que causará aos trabalhadores, à população do Rio de Janeiro e de todo o País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAURÍCIO FRUET (PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apesar de bolsões de desenvolvimento e de uma minoria da população que usufrui bens de consumo sofisticados, o Brasil ainda é, essencialmente, um país pobre, intimamente

ligado ao que se convencionou chamar de Terceiro Mundo.

E, como país terceiro-mundista, o Brasil para infelicidade de seu povo, dispõe de uma Administração Pública incompetente, particularmente em áreas de fundamental importância, como a econômico-financeira, que devota uma solene desqualificação, um enorme desprezo ao Poder Legislativo.

De fato, recentemente tivemos uma triste comprovação dessa situação. É que nos idos de fevereiro último, foi encaminhado ao Poder Executivo um requerimento de informações, de nossa iniciativa, formulando várias indagações ao Banco Central, a propósito do valor global da dívida externa brasileira, de quais são as entidades credoras, qual a data em que foram contraídos os empréstimos, o valor dos juros, o prazo de amortização, a data de renegociação, quais os órgãos públicos beneficiados com os empréstimos, dentre outras informações.

Pois bem, a resposta a esse requerimento só veio a ser encaminhada à Câmara dos Deputados, pelo Ministro-Chefe do Gabinete Civil, em 2 do corrente mês, através do Aviso nº 1.141 – SUPAR.

E, para nosso espanto, para nossa perplexidade, as informações requeridas não foram prestadas, sem embargo do largo tempo decorrido, limitando-se a uma ou duas respostas aos quesitos formulados.

Ora, o que se pode esperar da política econômica deste País, se o próprio Banco Central, ao contrário de um dono de botequim, ignora exatamente quanto deve e quais são os seus credores?

Em verdade, não podemos deixar de consignar que falta aos condutores da Política econômica, muito especialmente aos dirigentes do Banco Central, a indispensável seriedade e competência para gerir os negócios públicos. Como é possível o Banco Central não dispor de dados sobre quais as instituições financeiras credoras, qual o valor dos juros, quais os prazos de amortização, quais os órgãos públicos brasileiros e as instituições de direito público interno estaduais e municipais beneficiadas pelos empréstimos externos?

Ao que parece, com o Banco Central funcionando como está, estamos efetivamente num beco sem saída, ameaçados com as perspectivas mais sombrias e funestas. Diante de tal quadro, tão desolador, não podemos deixar de consignar, desta tribuna, nosso protesto em face de tal situação e nosso desapontamento com a falta de informações, por parte do Banco Central, sobre a questão de nossa dívida externa.

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS (PMDB - CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a imprensa tem divulgado amplamente o pacote fiscal que está sendo preparado pelo governo. Nós, que estudamos por longos anos a matéria concernente de finanças públicas, até obtermos o doutoramento e ensinar em universidades, não podemos fugir ao dever de aplaudir o que achamos certo e de denunciar o que consideramos errado e injusto em tais medidas. O Presidente Sarney precisa ter o máximo cuidado para não cair em armadilhas tecnocráticas e escorregar no campo político, a exemplo do desastre que foi aquilo que lhe enfiaram pela goela em novembro de 1986.

A atual política econômica já penaliza fortemente o assalariado. Os reajustes pela GRP (Unidade de Referência de Preços) em clima de inflação crescente arrasa o assalariado, e o Governo sabe disso. Dizem os tecnocratas que o assalariado não merece reajustes iguais à inflação porque ele gasta quase tudo em consumo e não poupa, agravando a inflação. É evidente que isso provoca a queda da fatia do assalariado no bolo da renda nacional, pois, se o crescimento do PIB per capita não é negativo, alguém abocanha fatia cada vez maior, e esse alguém não é o assalariado, é o capitalista.

Pois bem, Srs. Constituintes, agora se prepara mais um truque para violentar a justiça fiscal, isto é, para dar uma certeira paulada na classe média e, especialmente, na classe dos assalariados. Como se pretende pôr em prática esse plano diabólico? Em primeiro lugar, espalhando-se a notícia de que o assalariado vai ganhar 7% em termos de imposto. Ledo engano! O que vai haver é apenas uma diminuição da antecipação de imposto na fonte, o que provocará um saldo de imposto maior a pagar no ano da declaração, um susto brutal no contribuinte.

Em segundo lugar, anuncia-se que vai haver a correção das faixas da tabela progressiva com base na inflação média (200%) deste ano e não com base na inflação acumulada (350%). Na verdade, o índice exato para corrigir a tabela progressiva é o índice médio de reajustes salariais ou, mais genericamente, de reajustes de rendas em geral. O IPC médio de 1987 sobre o IPC médio de 1986 foi de cerca de 220%, próximo dos 200% que o Governo vai utilizar. Desse modo, a perda do contribuinte não vai decorrer dessa correção de 200% na tabela progressiva. O grande prejuízo do contribuinte decorrerá de dois fatores:

1) da correção do imposto a pagar, fato que não se praticava antes. Esse método causa uma terrível injustiça fiscal, pois a renda-base para se pagar o imposto apurado é a do ano-base e não do ano da declaração. Assim, não se pode corrigir um débito tributário que já contém uma correção da renda do ano-base. A renda do ano da declaração já vai servir de base para o imposto na fonte em 1988. Corrigir imposto de 1987 e cobrar na fonte outro em 1988 carrega duplamente o ônus tributário, sendo o excesso representado pela correção do imposto a pagar.

2) da não-correção do imposto pago na fonte em 1987. O imposto pago na fonte é uma mera antecipação ou empréstimo que o contribuinte faz ao Governo, de modo que o Governo tem de devolver este empréstimo com correção. Ninguém deve imposto por antecipação; tudo o que se retém na fonte é um débito que se constitui contra o Governo. A figura do imposto de renda-pessoa física só existe quando se prepara a declaração, ou seja, só se sabe se existe imposto após ela feita. Tudo antes é mero empréstimo, e tem de ser corrigido ao ser pago.

Vejamos o caso de um contribuinte que teve, em 1986, uma renda líquida de Cz\$ 100 mil, com uma retenção na fonte de Cz\$ 4 mil. Pela tabela progressiva, esse contribuinte teve Cz\$ 6 mil de imposto a pagar. O Governo tirou, no ano-base 1986, o direito à correção do imposto relido na fonte. Portanto, a carga tributária era de 10% da renda líquida. Suponhamos que, em 1987, esse

contribuinte teve uma renda líquida de Cz\$ 320 mil (correção pelo IPC médio) e um imposto na fonte de Cz\$ 13 mil. Pela tabela nova, corrigida em 200%, ele terá Cz\$ 21 mil de imposto a pagar à vista logo após entregar a declaração. O imposto devido é Cz\$ 34 mil. Mas, nesta nova situação, o contribuinte perde mais Cz\$ 49 mil, em decorrência de duas iniquidades:

a) da correção do imposto a pagar: perda de Cr\$ 21 mil, supondo que, em 1988, as correções das parcelas pela OTN alcancem 100% com a alta inflação esperada (previsão otimista). Essa correção não existia antes;

b) não-correção do imposto pago na fonte em 1987: perda de Cz\$ 28 mil, supondo que a correção daria uma média de 220% (igual ao IPC médio de 1986 para [987]).

Somando-se o imposto devido com as duas perdas estimadas, verifica-se que o contribuinte terá, na verdade, uma carga total de Cz\$ 83 mil, ou 26% de sua renda líquida. Embora não existisse a correção do imposto na fonte no exercício de 1987 (ano-base 1986), ela era devida pelo Governo, conforme argumentamos antes.

É por tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que o novo pacote fiscal é um risco político de graves proporções que o Presidente Sarney poderá enfrentar.

Existem várias medidas acertadas entre as quais são anunciamos, como por exemplo:

a) extinção de estatais (que não se caia no absurdo de extinguir o DNOCS, porque a Codevasf só atua no Vale do São Francisco e não poderia substituir o DNOCS);

b) integração imposto de renda pessoa física com pessoa jurídica (é uma medida correta, embora deva ser introduzida paulatinamente para não desestimular a capitalização das empresas);

c) imposto sobre grandes fortunas, para tapar uma brecha que hoje existe na acumulação de riquezas com rendas que fogem à tributação;

d) retirada paulatina do subsídio ao trigo; e) privatização da exportação do açúcar.

Tudo isso se insere na tradição antidemocrática de se legislar por decretos-leis. Se o Presidente tivesse se prevenido antes e remetido ao Congresso um projeto de lei, contendo todas as medidas necessárias para cortar o déficit público, certamente ficaria com o Congresso a responsabilidade de encontrar as alternativas: aumentar a carga tributária de várias formas, diminuir a despesa de diversos modos. O ônus político ficaria dividido e as mudanças seriam mais bem recebidas pela sociedade. Do jeito por que as coisas estão caminhando, tudo indica que a eliminação do déficit só será possível com a queda do Governo.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste momento histórico em que se ultima a elaboração do texto definitivo de nossa Carta Magna, é indiscutível sua importância como documento normativo da vida nacional. Apesar da descrença de uns, das reclamações de outros, cumpre ser realista, aproveitando a fase final para o aperfeiçoamento do texto. A sociedade não aceita que se troque o que é objetivamente possível por algumas utópicas e demagógicas soluções que no calor das discussões se mostram eficazes, mas se analisadas sob o prisma da razão só servi-

rão para agravar mais ainda a nebulosa situação em que nos encontramos.

Por isso, Sr. Presidente, não me submeterei à vontade de grupos. O povo que me elegeu irá participar de minhas decisões, e creio ser este o caminho que cada um de nós deve tomar. Aproveitarei o interregno proporcionado pelas festas natalinas e buscarei orientação em minhas bases. Tenho a certeza de que, seja ela qual for, será ditada pela vontade da maioria do povo brasileiro.

Não podemos permitir que, com erros por nós cometidos, as futuras gerações sejam prejudicadas por dispositivos sem grandeza. Pode parecer chavões ou slogans que se tornaram lugar-comum em qualquer discurso político, mas não é justo que os debates se façam em torno da vontade de grupos e facções que não representam os desejos de um povo que sofre, que espera um dia por mais justiça social, melhor distribuição de renda e almeja uma sociedade onde as oportunidades sejam iguais, sem que uns tenham muito e outros nada.

Enquanto o brasileiro comum carece de comida e emprego, nós, políticos, Sr. Presidente, carecemos de credibilidade! Precisamos criar dispositivos que permitam a implantação plena da democracia, o incentivo para grandes investimentos, a criação de novos empregos, o aumento da produção e a melhoria do padrão de vida do nosso povo, mas sem que para isso seja necessária a pressão de grupos ou lobbies. Nada disso será possível se os debates em torno da Constituinte se limitarem a interesses menores, como sistema de governo ou mandato presidencial, e até mesmo por absurdas discussões ideológicas, buscando rotular a Constituição de direita ou de esquerda. Ao povo pouco importa se ela será elaborada pela direita ou pela esquerda, ele busca mecanismos que lhe garantam uma sobrevivência digna. Busca, sobretudo, justiça. De nada adianta criarmos leis que não serão obedecidas ou que beneficiem castas e poderosos. Basta verificar vários dispositivos da Constituição em vigor e comprovar que não são cumpridos.

Cabe-nos lembrar ainda que estamos elaborando uma Constituição para durar, se Deus quiser, 100, 200 ou 300 anos, e não é cabível que fiquemos a discutir, prioritariamente, problemas menores, como o mandato de Presidente da República, que durará 4, 5 ou 6 anos. A responsabilidade pelo que virá será toda creditada a nós, Constituintes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a necessidade de paz no mundo jamais foi tão consciente. As ameaças à vida do Planeta tornaram-se preocupação diária de cada ser humano. A insegurança e o medo transformaram o ato de viver em angústia permanente, provocando, com isso, a instalação da neurose internacional.

As grandes potências, Estados Unidos e Rússia, dentro de uma concepção pré-nuclear, planejaram sua defesa através da acumulação progressiva dos artefatos bélicos que espalharam por vários países, multiplicando, assim, os riscos de acidentes irreparáveis, fatais.

Esse comportamento, válido para a época da pólvora, representa uma loucura quando transfe-

rido para armas nucleares. Coloca-se, em perigo a integridade da Terra e o equilíbrio cósmico.

Os responsáveis por essa corrida nos dão, agora, uma demonstração de sensatez, assinando o primeiro acordo da História destinado à destruição de armas.

Ronald Reagan, dos Estados Unidos, e Mikhail Gorbachev, da Rússia; acabam de dar o primeiro e inadiável passo em busca da paz, concordando em destruir 1.139 mísseis de médio e curto alcance já instalados na Europa e na Ásia, bem como mais 1.800 que se encontram armazenados em fábricas.

O que se accordou destruir num prazo de três anos, que inclui, além dos mísseis, os sistemas de apoio, silos e veículos, é, quantitativa e qualitativamente, insignificante quando permanecem os mísseis intercontinentais.

O significado maior, portanto, está na busca de alternativas novas de convivência, na tentativa de substituir o confronto pela cooperação, a mútua desmoralização pelo respeito bilateral, as mentiras e falsidades pela verdade dos fatos, a intriga pela transparência e honestidade de propósitos.

O mundo da física quântica não admite comportamentos imaturos e está a exigir das pessoas, dos povos e dos Estados uma nova postura. A postura de consciência plena de nossa completa interdependência, de nossa inteira responsabilidade pela manutenção dos processos vitais.

Foi, portanto, a semente dessa consciência – expressa por Mikhail Gorbachev com clareza meridiana ao afirmar que "estamos todos no mesmo barco, a Terra, e não podemos permitir que afunde" – que possibilitou, nesse memorável 8 de dezembro, o plantio da semente da paz no mundo.

A etapa seguinte consistirá na busca de entendimentos para a eliminação de 50% dos mísseis intercontinentais, passo decisivo para o estabelecimento final do desarmamento nuclear, cuja base certamente se sustentará no desarmamento de ânimos e no respeito aos direitos inalienáveis de cada povo para escolher, livre e soberanamente, a melhor forma de organização sócio-político-econômica.

Com essas mudanças ora iniciadas, o mundo começa a caminhar para sua conquista da paz, os exorbitantes recursos destinados à construção dos artefatos da morte poderão, agora, ser liberados para a promoção do bem-estar social, para a eliminação do analfabetismo, da fome, da desnutrição, das doenças de massa, assim como para ampliação de pesquisas sobre tantos males hoje incuráveis, responsáveis por tantos sofrimentos.

Quero, por isso, parabenizar esses dois grandes líderes, Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev, que souberam interpretar o sentimento dos seus governados e dos povos de todo o mundo nesse anseio incontido pela paz mundial, tomando, enfim, decisões práticas de política internacional dentro da realidade objetiva do nosso tempo, sem o "hipnotismo dos mitos ideológicos".

Que essa iniciativa represente, de fato, a caminhada firme em direção à paz prometida por Cristo quando afirmou: "deixo-vos a paz, a minha paz vos dou; não vo-la dou como a dá o mundo. não se turbe o vosso coração, não se atemorize". (Jo-14.27.)

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, chegamos ao final do ano com um grande impasse institucional. impasse na Assembléia Nacional Constituinte que reflete o impasse nacional. Vivemos hoje, como nunca neste País, extraordinário aguçamento da luta de classes.

As classes dominantes brasileiras, vêm demonstrando sua verdadeira face. Uma das mais retrogradas, reacionárias, antidemocráticas do mundo, totalmente isentas do mínimo espírito patriótico; não cedem um milímetro, nem nas lutas econômicas – neste ano mais de 8 milhões de trabalhadores foram à greve pelo pão e por uma vida digna – nem na Constituinte, onde a Direita. "Centrão", joga no impasse para a liquidação das conquistas mais elementares do povo e da Pátria; com o Planalto, buscam avidamente liquidar as eleições presidenciais 1988, pois sabem que serão escorregados nas urnas pelo povo.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, há uma modalidade de comportamento mais importante do que aquela oriunda da busca da pose e da seriedade. Esta modalidade é a moral. E é a dimensão da obrigação que fixa o que é e o que não é moral.

E hoje é necessário perguntar o que significa ser político conservador num Brasil que passa fome? O que significa a política desobrigada de lutar contra a miséria?

É por isto que a esquerda não pode abandonar seus princípios sob pena de se igualar a quem critica. A esquerda que tudo abandona se compara com tudo da direita miserável.

E não abandonar princípios é ter claro que o manual de convivência parlamentar nos induz a pensar que é preferível evitar confrontos para bem circular por aqui a afirmar nossas diferenças inconciliáveis.

A experiência dos últimos dias na batalha do Regimento tem demonstrado que a melhor maneira de tomar uma idéia estúpida é imagina-la somente vitoriosa através de negociação.

Não há saída para a esquerda a não ser perseguir radicalmente a união das intenções esparsas, mas tendo claro que tal disposição não ultrapassará princípios políticos e humanos em geral e no particular, dos quais não podemos nos afastar.

E dentro destes princípios existe um para nós inarredável: não existe povo, homens humanos, quando sua maneira de viver é completamente individualizada pela divisão do trabalho sem relação com outros homens fora das relações de trabalho, fundadas na penosidade e na exploração.

O laço mais profundo entre os homens é aquele que os une para além das relações de produção. Só há humanidade quando os homens são uns para os outros mais do que meros e descartáveis produtores organizados em relações assalariadas.

Este o limite da negociação e da busca do acordo. Esta a dificuldade intransponível presente neste Parlamento. Quando há facções que se dilaceram entre si, quando existe a inércia, a impotência para resolver problemas longamente ocultos, quando as classes dominantes parecem chegar ao fim do ciclo de sua desabrida exploração, utiliza-se então a arma por excelência, que é o

ódio ao outro e a negociação pura e simples do que é alternativo.

Esta a unidade negativa produzida pelo não querer. Eis o ponto de aplicação perverso da política do "Centrão". Sua unidade precária está baseada na negação da experiência positiva. Sua referência central é negar. O "Centrão" não quer:

- a Comissão de Sistematização;
- a reforma agrária;
- o sistema único de saúde;
- verba pública para escola pública;
- fim dos privilégios fiscais;
- soberania nacional;
- salário digno e justo;
- eleições livres e sem abuso do poder econômico;
- o caráter transitório do Governo Sarney;
- democracia para todos.

Não há disposição nem vontade política para ver a realidade e as exigências do Brasil do momento. Não há com quem negociar nem se negocia quem exige a permanência da miséria e da exclusão social, política e econômica da maioria do povo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se não for modificada a redação do art. 19 do Substitutivo II do Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral; ou mesmo se esse artigo não for rejeitado na íntegra no Plenário da Constituinte; ou, ainda, não sendo expressamente revogados os efeitos constitucionais do art. 4º do item I da Constituição em vigor – e consequentemente modificada a definição de Amazônia Legal contida na Lei nº 5.173/66, e a definição do que sejam "terras para o desenvolvimento nacional", no Decreto-Lei nº 7.164/71, para fins de reforma agrária federal – as terras rurais na faixa de 100 km das rodovias federais da Amazônia Legal não poderão retornar ao domínio dos Estados interessados.

Esse alerta nos foi dado em um artigo muito bem arrazoado do jornalista Donato Cardoso, do jornal de Belém **O Liberal**, em sua edição de 25 de outubro próximo passado, e eu o transmito desta tribuna, Sr. Presidente, para que tomemos as devidas providências na próxima votação em Plenário do texto já aprovada na Comissão de Sistematização.

O assunto não é tão simples quanto as palavras despretensiosas com que o estou apresentando. Ele envolve conceitos explosivos, como o de reforma agrária, e conceitos tão importantes como a definição de Amazônia Legal, além de nos lembrar que essa autêntica guerra já tem quase um século. Quando foi proclamada a República e o governo unitário da Monarquia deu lugar à federação republicana, foram repassadas para os Estados as terras que antes compunham as províncias do império, fixando nossa primeira Constituição republicana, a de 1891, em seu art. 64, expressamente o que segue, muito bem ressaltado pelo já citado jornalista Donato Cardoso:

"Art. 64 Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos respectivos territórios, cabendo à União somente porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais".

Com respeito a este assunto, Sr. Presidente, há no Substitutivo II de Cabral uma mortal contradição entre o disposto no art. 19 e o disposto no art. 28, contradição essa que é ainda mais mortal em relação aos Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, e, se esse verdadeiro nó górdio não for convenientemente desatado na Assembléia Nacional Constituinte, terá de o ser, posteriormente, de outra forma qualquer. Espero que não tenha de ser a golpes de espada.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, requeiro a transcrição, nos Anais dos nossos trabalhos de hoje, do texto do artigo "O barco faz água", de autoria do Ilustre Professor Edgard Contente, que o jornal **O Liberal**, edição de 15 de dezembro último, divulgou no Pará.

Trata-se de um tema atual, marcado de realidade incontestável, que faz justiça à inteligência e alta visão político-econômica do autor.

Faço minhas as palavras contidas no referido texto.

Desejo, outrossim, dizer que as Associações Comerciais do Baixo Amazonas, Tapajós e Xingu, reunidas na cidade de Santarém, Estado do Pará, elaboraram um exausto programa de reivindicações, e decidiram remetê-lo ao Exm.^o Sr. Ministro José Reinaldo, da Pasta dos Transportes, a quem incumbirá examiná-lo para a adoção das providências cabíveis.

Conheço os problemas que afligem as mencionadas regiões e também o que elas representam para o fortalecimento sócio-econômico do Estado do Pará.

O que as entidades regionais solicitam do Ministro dos Transportes é o mínimo do que consideram essencial às suas populações e ao comércio e indústria ali localizados e que dependem, basicamente, de tais soluções em caráter urgente e inadiável.

Registro a transcrição do documento nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, manifestando meu integral apoio às reivindicações, na certeza de que o Ministro dos Transportes se apressará em atende-las, considerada a relevância dos benefícios às regiões mais carentes do nosso Estado.

Era o que tínhamos a dizer.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

O BARCO FAZ ÁGUA

Não posso dizer que o governo tem se esforçado para atacar a inflação. Os dados, fornecidos pelas autoridades financeiras, indicam que a espiral inflacionária prossegue sua rota e não há perspectivas de mudança. O aumento de cotação da LBC no mercado financeiro sinaliza, como já se diz informalmente, para a inflação de 15% para o mês em curso, 18% para janeiro do ano vindouro e 21% para fevereiro. Diante destes elementos, que a mim me parecem insuspeitos em face da subida dos preços de todo tipo de mercadoria, desde as mais elementares e imprescindíveis à sobrevivência humana até às supérfluas, o brasileiro tem que carregar, neste fim de ano, a agonia de ver seu país caminhando para o desconhecido.

O governo avisa que combate o déficit público e vai fazê-lo mais duramente com o "pacote fiscal" que vem sendo anunciado e sobre o qual os inte-

ressados, que é a comunhão de contribuintes, pouco ou nada sabem. Fala-se sobre maior carga de ganhos de capital e majoração de mais imposto na fonte, desta feita para apanhar nas malhas o contribuinte que tem rendimentos em mais de uma fonte. Ora, o déficit público nada mais é do que gastos maiores do que a arrecadação. Para compensar o que não é arrecadado o Estado lança mão de títulos, que troca por dinheiro no mercado financeiro, induzindo o investidor a não correr em busca de investimentos verdadeiramente produtivos e capazes, portanto, de acelerarem a produção de alimentos e de outros bens. Como se trata de dinheiro que passa pelas mãos de muitos intermediários até chegar às empresas, é de evidência palmar que os preços continuarão subindo, alavancados pela alta dos juros.

Não obstante, os jornais noticiam que a estrada Norte-Sul está indo adiante. Também não se sabe, ao certo, quanto já foi despendido nesse empreendimento – cuja utilidade não discuto – mas de oportunidade duvidosa ante o quadro de endividamento do país, já perto de 7% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Além do mais, nada fez o governo para esvaziar o Tesouro Nacional desse ônus imenso, que são estas duas autarquias, Instituto do Açúcar e do Álcool e Instituto Brasileiro do Café, sítios notórios de escândalos e dilapidação dos dinheiros públicos, isso tudo sem volver os olhos para os saques na reserva bancária do Banco Central, pelos bancos estaduais, comerciais e de investimento e desenvolvimento, cujo montante, segundo os cálculos do próprio BC, atingem a extraordinária soma de duzentos bilhões de cruzados.

Ao invés de auto-disciplinar-se, o governo volta-se, como infelizmente tem acontecido em outras ocasiões, para a majoração de impostos e parece que regredimos ao sistema de captação, do qual falam os economistas e que vigorava principalmente na idade média e no início da moderna. Para calcular a indenização de guerra que o país vencido deveria agar, dividia-se a importância estimada pelo número de habitantes, de modo a apurar quanto cada pessoa teria que pagar. O valor atribuído a cada pessoa, chamado de "capitação" (por cabeça), aliviava as contas do Estado e penalizava, de uma pena, tanto o rico quanto o pobre.

Tudo está sendo feito às escuras. O ministro Bresser Pereira já declarou que o "pacote" sairá por decreto-lei, para permitir sua cobrança já no ano fiscal de 1988, driblando, assim, a Constituição, quanto ao requisito da anualidade. Não se permite que o Congresso examine o "pacote" e faz o governo tábula rasa da representação popular. Seria de perguntar-se porque se mantém um Legislativo que não opina nos assuntos que tão de perto mexem com os interesses da coletividade. O decreto-lei existe, na Constituição, para ser usado excepcionalmente e não rotineiramente. É uma arma ferina, nos termos em que foi colocado na Constituição, pois basta sua edição para tornar-se obrigatório e mesmo que o Congresso não o aprove os atos já praticados continuarão perfeitos.

Arnold Wald, que foi entre os nossos juristas um dos primeiros a escrever sobre a escala móvel, na obra abalizada "A Cláusula da Escala Móvel", que veio a lume em 1959, antes mesmo de ser

instituída a correção monetária, que data de 1964 e assim mesmo ligada ao Sistema Financeiro da Habitação, cita o economista I. Von Mises, que dizia ser a inflação um meio político antidemocrático, pelo qual o governo engana a opinião pública, mantendo-se no poder pelo ardil inflacionista, embora não pudesse subsistir se fosse conhecida a sua situação financeira real. Quando o governo já não merece o crédito interno ou externo, quando já não lhe é mais possível aumentar os impostos, recorre à inflação para conservar uma situação que normalmente não poderia continuar a ter. A inflação se apresenta, então, como único meio de fugir à bancarrota, sem abandonar o poder".

A imagem é violenta e possivelmente não se acomoda ao Brasil, mas a verdade é que os críticos mais apreciados da economia e finanças brasileiras, sem cor política partidária, estão de acordo num ponto central: o governo não toma medidas eficazes de combate à inflação. Tais providências são duras, cruéis, duram muito para produzirem efeito, causam ressentimentos, mas não residem no aumento dos impostos. A majoração de tributos aumenta a arrecadação e detém o déficit público mas, em contrapartida, aumenta os preços das mercadorias. O combate da inflação se faz com a redução dos gastos públicos e eliminação do desperdício. Fora desse ângulo não há salvação e a nau continuará a fazer águas."

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

"As Associações Comerciais do Baixo Amazonas, Tapajós e Xirigu, reunidas em Santarém-Pará, nos dias 10 e 12 de outubro de 1987,

Considerando os problemas comuns destas microrregiões da Amazônia identificados do ponto de vista econômico, social, demográfico e ecológico;

Considerando a premência e oportunidade de encaminhamento dos assuntos junto às autoridades responsáveis;

Considerando que os pontos comuns atingem uma vasta região de mais de 740.000km² e uma densidade de apenas 1,48 hab/km².

Considerando que a permanência dessas situações por certo agravarão mais as condições atuais de esvaziamento de campo, "inchamento" das cidades, queda de produção, isolamento territorial destas regiões com o Sul e Centro-Oeste;

Considerando, finalmente, ser de suas responsabilidades, também lutar pela melhoria das comunidades onde tem seus associados;

a) Recuperação e reconstrução dos trechos da Rodovia STM – Cuiabá e Transamazônica, hoje intransitáveis, e que significará dentro em breve a perda dessas rodovias pioneiras para o vale amazônico.

b) Construção da 2ª etapa do Porto de Santarém, anexo a este terminal de passageiros para atendimento de um movimento em torno de 3.000 pessoas diário.

c) Asfaltamento do trecho Santarém-Rurópolis e Altamira-Itaituba numa primeira etapa.

Resolvem apresentar a S. Ex.^a Ministro dos Transportes, através dos órgãos executivos, a seguinte proposta, anexando um trabalho técnico elaborado pelo 8º Batalhão de Engenharia e Construção.

Santarém (PA). 12 de outubro de 1987
Presidente da Associação Comercial de Santarém.

Presidente da Associação Comercial de Itaituba.

Presidente da Associação Comercial de Altamira.

Presidente da Associação Comercial de Oriximiná.

Presidente da Associação Comercial de Monte Alegre.

Presidente da Associação Comercial de Óbidos.

Presidente da Associação Comercial de Alenquer.

ANEXO I

A Rodovia Santarém-Cuiabá

"Denominado à época de sua construção como projeto integrado de colonização e corredor de exportação; incluía basicamente:

– A construção da Rodovia Transamazônica

– A construção da Rodovia Cuiabá-Santarém

– A construção de portos fluviais ao longo das rodovias

– Regularização e estímulo à navegação fluvial na calha do rio Amazonas e afluentes.

2. Executados os projetos de construção dessas rodovias, que estabeleceram uma ligação do sul com o norte propriamente dito, determinou o desenvolvimento de várias áreas na região até então estagnadas, no que pese trazer consigo problemas até então ignorados nessas regiões.

3. Todo o sistema de transporte para o Xingu (Altamira), Baixo Amazonas, Santarém e Tapajós (Itaituba) passou a existir em função das rodovias, bem como a área produtiva do campo, teve aumento acelerado, o que se verificou com o significativo incremento das atividades econômicas em todas essas regiões.

4. Decorrido mais de uma década de sua construção, essas rodovias foram gradativamente se deteriorando, chegando a ser completamente interrompidas em grande parte do ano nos trechos mais importantes, tornando, portanto, grandes investimentos, por certo, parte de nossa dívida externa, prestes a se perder por falta de manutenção.

5. Relatórios recentes do 8º Batalhão de Engenharia de Construção do Ministério do Exército dão conta de situações e trechos críticos que comprometem, seriamente, o tráfego na Rodovia Santarém-Cuiabá no trecho Santarém divisa PA – MT.

6. Torna-se necessário e urgente, portanto, por ser de fundamental importância para toda região a execução das seguintes medidas:

a) Recuperação das pontes danificadas no trecho Altamira-Rurópolis-Itaituba e Santarém-Rurópolis;

b) Asfaltamento imediato do trecho Santarém-Rurópolis (230km), com 1ª etapa do projeto global do asfaltamento da Rodovia Santarém-Cuiabá.

c) Reconstrução ou recuperação dos trechos críticos que comprometem todo o sistema.

d) Asfaltamento do Trecho Altamira-Itaituba.

e) Complementando com a parte integrante desse sistema deve ser construída a 2ª etapa do

Porto de Santarém, e acoplado a este uma estação fluvial para passageiros que foi completamente ignorada, mas que se faz altamente necessária em função do fluxo de passageiros que operam no sistema de transporte fluvial de toda Região do Baixo Amazonas e Tapajós.

Situação Atual da Rodovia

1 – As ocorrências de deslizamento são esporádicas, sem maiores consequências, a não ser no trecho Rurópolis–Santarém, entre os km 1.540 e 1.600, cuja topografia é bastante acidentada e o greide foi mais arrojado, atingindo camadas de material de baixo suporte, observando-se aterros altos e grandes volumes de bota-foras. Os buei-

ros fracos constituem problema geral, devido a sua vida útil média ser baixa em face do ataque corrosivo das águas e Ph elevado, comum na região amazônica. Alguns já foram substituídos e vários dos observados, requerem substituição imediata. Os demais problemas se restringem à pista de rolamento caracterizados por pontos críticos ou atoleiros, com grande incidência, quer nos aterros, quer nos cortes, cujo greide atingiu o lençol freático.

II – As pontes que atingem uma extensão aproximadamente de 2,3km, foram construídas entre 1972 e 1976, requerendo manutenção constante, e fiscalização quanto ao excesso de cargo e velocidade. As pontes em estado precário que necessitam de restauração de imediato são:

- a) Ponte Igarapé Janary
- b) Ponte Igarapé Heron
- c) Ponte Igarapé Clóvis
- d) Ponte Igarapé Natal
- e) Ponte Igarapé Pará
- f) Ponte Igarapé Anta

III — Pista de Rolamento

	Quilômetro	Comprimento
	Km 1185	18 m.
	Km 1181	36 m.
	Km 1130	24 mt.
	Km 1129	42 m.
	Km 908	22 m.
	Km 829	16 m.

a) Trecho km 415 (Ent. Trans-garimpeira) – Km 770 (Divisa PA/MT) – km 1185 (Ent Trans-garimpeira) 415km

Trecho esse relegado a conservação nesses últimos quatro anos apresentando maior incidência de pontos críticos, ora erosões no corpo estrada (regiões arenosas), ora de atoleiros, bem como várias pontes em condições precárias. Dado a sua diretriz geral no sentido norte-sul, alguns pontos críticos são caracterizados pelo sombreamento imposto pela vegetação que invade o corpo da estrada, formando às vezes verdadeiros túneis verdes, destaca-se nesse trecho o local denominado "Cintura Fina" aproximadamente 60km da divisa. No período inverno esse trecho é impraticável formando assim um atoleiro contínuo.

b) Km 1185 (Ent. Trans-garimpeira) km 1424 (Ent. Sul BR-230) – 239km, Apresenta condições razoáveis devido a ação da empreiteira, CIMCOP contratada pela Caixa Econômica Federal que construiu a Trans-garimpeira a partir de 1983 e terminou em 1986.

A empresa executou serviços de correções de pontos críticos, a manutenção e reforço de pontes e conservação, objetivando permitir tráfego de equipamentos próprios, e de empresas de mineração que se instalaram ao longo da Trans-garimpeira.

Atualmente a Rodovia do Ouro, Trans-garimpeira, já está concluída até a localidade de Crepori, e a firma construtora já deslocou seus equipamentos para outra frente de serviço.

Tendo em vista que os serviços executados, visaram somente restabelecer o tráfego, interrompido durante o inverno passado, não se preocupando com a conservação preventiva periódica a corretiva rotineira, existe grande probabilidade de nova interrupção devido a formação de atoleiros na próxima estação chuvosa

Embora estejam situados entre os km 1537 e o km 1600, os pontos críticos mais acentuados, o 8º BEC prevê, ainda no corrente ano ao concluir a conservação de todo o trecho. Cabe Observar que os aterros situados nos km 1582 e 1597, altura, respectivamente, deverão ser recuperados a partir da base tal o grau das erosões

1.3 Conclusões

Tendo em vista o estado geral da rodovia, regular com relação a implantação e ruim relativo a pista de rolamento, julga-se prudente estabelecer uma programação de serviços, objetivando preservar o significativo investimento efetuado e possibilitar tráfego em condições razoáveis ao longo de toda a estrada.

Esses serviços constam basicamente de:

- restauração da terraplenagem no trecho da região de Cachimbo;

– correções dos pontos críticos observando-se que os serviços de drenagem são fundamentais;

– recomposição do revestimento primário nos locais onde se fizer necessário;

– recuperação, manutenção e conservação de pontes;

– substituição dos bueiros que comprometem a segurança da via.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

V – Vai-se passar ao horário de Comunicações das lideranças.

O SR. AMARAL NETTO (Líder do PDS): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na tarde de ontem – ninguém jamais me viu desmentir jornalista, nem estou aqui para isto – num desabafo em meu gabinete, depois de ler a nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Seção do antigo Distrito Federal e atual Estado do Rio de Janeiro, eu disse a seguinte frase: "Isto é uma canalhice contra a Constituinte". Perguntaram-me: "Até mesmo o Dom Luciano? Se ele é o Secretário-Geral da CNBB e se isso é uma canalhice, ele e todos que concordam com isto também o são".

Quero dar uma explicação à Casa. Em primeiro lugar, vamos ver se conseguimos dar às pessoas as suas responsabilidades. O "Centrão" e o PDS nada têm a ver com o que o homem, a pessoa, o indivíduo Deputado Amaral Netto diz ou faz. Assumo tudo que faço. O "Centrão" nada tem com isso, nem o PDS. Sempre dou total liberdade aos meus companheiros de se manifestarem e permito que façam uso da tribuna quando me pedem, sejam quais forem as suas inclinações.

Mas vou provar a V. Ex.^a em poucas palavras, uma coisa muito curiosa: quem chamou de canalhas a todos nós do "Centrão" foi a Igreja da CNBB. O que é um canalha? É um sujeito sem palavra, é um traidor, é um ladrão, é o que se vende. Canalha é quem trai o povo. Pois aqui está a nota da CNBB do meu Estado. Aqueles que dela tomarem conhecimento poderão constatar se fomos ou não chamados de canalhas. Em seu resumo a nota refere-se às forças conservadoras que tentaram sabotar o trabalho da Comissão de Sistematização. Consideram esta posição como forma traíçoeira e iníqua de tentar transportar um substitutivo inteiro de Constituição que apenas atende de forma egoísta aos mesquinhos interesses de pessoas ou de grupos insaciáveis na acumulação de poder e riqueza, escandalosamente violando os compromissos de suas campanhas.

Sr. Presidente, se isto aqui não é a definição de canalha, não sei o que seja.

Acrescenta a nota, em tom de ameaça:

"Não só os repudiamos, como também chamamos a sua atenção. Temos seus nomes e estamos com um grupo de pessoas registrando todos os seus atos, tanto em Plenário quanto nas comissões. A eles recomend-

damos: refletam patrioticamente e não prossigam no atentado contra a soberania da Constituinte."

Mais adiante conclui:

"...ou somos obrigados a riscá-los das listas eleitorais."

Pergunto a este Plenário com toda a consciência da realidade: "Isso é ou não chamar de canalha o integrante do "Centrão"? É ou não acusá-lo de traidor da Pátria e de vendido a poderes mais fortes? A minha reação é a de um homem para outro homem, porque, quando Dom Luciano se mete em política, passa a ser um homem como todos nós. Diria a V. Ex.^a que tenho o mais profundo respeito pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, pelo pároco de Barreto, em Niterói, meu amigo, com o qual vou à missa quando estou lá, Dom Wenceslau, como tenho pela maioria dos membros da Igreja.

Mas há uma diferença que ontem foi refletida pelo Dr. Sobral Pinto, a quem ninguém pode negar autoridade, quando disse: "Só defendo a Igreja de Cristo, que não é a da Teologia da Libertação, nem a progressista".

Ora, Sr. Presidente, verificamos que estamos voltando aos tempos da Inquisição. Na Inquisição, diz em seu livro "Santa Inquisição, Terror e Linguagem", o romeno Elias Lipiner, que para combater os hereges, tachados assim por não estarem de acordo com a situação da época, o poder eclesiástico centralizador e o poder civil imperial os tratavam impiedosamente. Antes do massacre físico, começou o desmantelamento moral e ideológico desse grupo através da adequada utilização de linguagem oficial. Apresentados como heréticos, inimigos de Cristo, aliados de Satã, os hereges foram desmoralizados perante a opinião pública da época de modo tão profundo que ela nem pensou em reagir.

Esta era a conduta da Inquisição, que se repete agora. Pergunto a V. Ex.^{as}: onde estava a CNBB quando Sua Santidade, o Papa João Paulo II, na Nicarágua, foi impedido, a pedradas, de rezar a sua missa? Onde estava a CNBB quando, contra a direita e o centro, a esquerda fez o que quis no mundo?

Sr. Presidente, ao concluir quero dar a minha opinião: se D. Luciano, conforme disse a Roberto Cardoso Alves, afirma que a nota da CNBB é obra de um assessor, queremos saber, através de nota oficial da CNBB, se isto é mentira ou se é verdade, que punição foi aplicada a este assessor e se ela se responsabiliza ou não pelas palavras dele.

Desta tribuna ergo as mãos aos céus e peço ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo – à Santíssima Trindade, as Três Pessoas distintas, encarnadas numa só verdade – pelo amor de Deus, que essas três entidades iluminem esses homens que se dizem bispos e façam pairar sobre as suas cabeças as imagens do perdão, da bondade e da paz que Cristo ensinou, as quais eles deveriam seguir, e façam com que eles deixem de ser vigaristas da CNBB e se transformem em vigários de Cristo, como a maioria dos bispos brasileiros.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

O SR. RICARDO IZAR: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. RICARDO IZAR (PFL – SP)

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes há alguns dias vários Constituintes, desta tribuna, vêm criticando e agredindo violentamente o "Centrão," alegando que os membros do grupo estão obstruindo os trabalhos da Assembléa Nacional Constituinte.

Na realidade, membros do "Centrão" há dois dias, ontem e hoje estão tentando firmar um acordo com os demais grupos. Nossa intenção é aprovar, o mais depressa possível o Regimento Interno da Assembléa Nacional Constituinte para a partir do dia 4 de janeiro iniciarmos os trabalhos, dentro do prazo de entrega das emendas.

Nosso pronunciamento tem a finalidade de esclarecer nosso ponto de vista a algumas pessoas que não querem entendê-lo. Outros Constituintes agrediram desta tribuna membros do "Centrão" quando disseram que a criação do grupo teve o objetivo de dar cobertura ao Governo Sarney e ao sistema presidencialista de governo.

Mais uma vez esclarecemos que no grupo a que pertencemos não se fala nem em sistema de governo nem em mandato do Presidente Sarney, e ninguém está autorizado a falar em nome do "Centrão" sobre esses assuntos.

Outros Constituintes também disseram que mudamos de Regimento para eliminar as conquistas dos trabalhadores.

Ninguém na Assembléa Nacional Constituinte, é dono das conquistas dos trabalhadores. Apresentaremos emendas que, se Deus quiser, se constituirão em surpresas agradáveis para os trabalhadores. Não eliminaremos do Projeto de Constituição nenhuma conquista dos trabalhadores.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, na última reunião da Comissão de Sistematização houve certo tumulto, porque não conseguimos votar uma emenda destinada a atualizar o valor dos proventos dos que se aposentaram há muito tempo. Na semana seguinte, o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei proveniente da Legislatura anterior, de iniciativa do Deputado José Eudes, que fora arquivado e depois reativado, na atual Legislatura, pelos Deputados Floriceno Paixão e Luiz Salomão, entre outros. O projeto subiu à sanção presidencial. E estou informado de que a Previdência Social insiste junto ao Sr. Presidente da República no seu voto total, o que me parece ser uma profunda injustiça contra aqueles que têm suas aposentadorias defasadas pelo processo inflacionário.

Ao denunciar o fato desta tribuna, formulo um segundo apelo a S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, encarecendo-lhe que não comprometa a sua já abalada popularidade com esse gesto de desamor aos velhos aposentados. Poder-se-ia admitir a exclusão do art 2º do projeto aprovado, que reduz para 24 meses a média do salário-contribuição, atualmente apurado durante 36 meses

para fixação dos valores das aposentadorias, mas nunca vetá-lo totalmente. O veto, se houver, irá agravar a vida dos aposentados, até que se promulgue a futura Constituição, pois estou certo de que os autores da emenda, não votada, irão reapresentá-la em plenário para que, nas "Disposições Transitórias", se possa corrigir essa longa injustiça contra aqueles que foram ou que vêm sendo atingidos pela defasagem dos seus proventos.

Agradeço ao nobre companheiro a gentileza de ter-me concedido a oportunidade de renovar o meu pronunciamento sobre a matéria, e fico muito grato ao Presidente Arnaldo Faria de Sá por ter-me permitido fazer esta comunicação ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Nada a agradecer, nobre Constituinte Aluízio Campos.

O SR. LUIZ SOYER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o acidente radioativo acontecido em setembro na capital goiana acasionou alguns problemas sérios. Juntamente com o vazamento do Césio-137, vazaram notícias das mais diversas, gerando, como acontece em casos semelhantes, uma onda de boatos e de contra-informação que de certa forma refletiram na imagem de Goiânia e, por extensão, na de Goiás. Não se pode negar a gravidade do fato. Temos a lamentar as vítimas, que poderiam ser em número muito maior, não fosse o pronto isolamento dos focos encontrados e a ação conjunta da Secretaria de Saúde do Estado com a Comissão de Energia Nuclear.

Temos também o dever de clarear todas as dúvidas sobre a questão, pois o princípio de transparência e verdade que orientam nosso Governo não permite que reste a menor desconfiança quanto à realidade desse lamentável episódio. É por isso que estamos informando com detalhes todo o acontecimento aos membros da Assembléa Nacional Constituinte, na certeza de que V. Ex.^a saberão usar o poder da informação com o conhecimento necessário sobre o assunto.

A VERDADE SOBRE A CONTAMINAÇÃO

O Césio é um metal pesado. Em sua forma utilizada na medicina (pastilhas), ele não emana vapores nem gases.

Como é do conhecimento de todos, o acidente aconteceu, quando uma cápsula contendo Césio-137, antes utilizada, em radioterapia, foi roubada levada a um ferro-velho e rompida a marretadas.

Pequenas quantidades de Césio, na forma de cloreto foram manipuladas espalhadas, espalhando também contaminação.

Ficaram impregnadas de radiatividade, imediatamente, pessoas de uma mesma família ou ligadas por laços de amizade, o que restriu, felizmente o acidente a proporções menores.

A contaminação por Césio se dá através de contato direto entre pessoas ou animais e a fonte irradiante. Uma exposição demorada à radiação também causa lesões a curto, médio e longo prazos.

Por isso mesmo, o trabalho inicial dos técnicos envolvidos nessa operação, foi o isolamento por completo dos lugares onde, possivelmente, o Césio teria tocado, feito depósitos radioativos ou as pessoas contaminadas, mais intensamente, tivessem transitado.

Os números (até 30-10-87)

Pessoas atingidas:

De milhares de pessoas examinadas, 244 pacientes foram encaminhados a cuidados médicos por se encontrarem impregnados com radioatividade.

Internações:

Quarenta e nove internações para observação, das quais, 21 internações em estado preocupante, dessas 10 em estado considerado grave com complicações de ordem hematológica e radiodermes (feridas provocadas por radiação) em várias partes do corpo.

Um paciente com antebraço amputado. Quatro vítimas fatais. As demais pessoas foram orientadas, descontaminadas e liberadas.

População de Goiânia: 1.100.000 habitantes (proporção de casos de contaminação 0,0024%)

Isolamento

Uma região que ocupa 2.000 metros quadrados foi isolada pela Secretaria de Saúde e Comissão Nacional de Energia Nuclear, como área de alto risco. Apenas 240 metros quadrados foram considerados contaminados.

Ao todo são 25 casas e 2 depósitos de sucata evacuados, os quais estarão completamente descontaminados após o encerramento dos trabalhos de remoção dos rejeitos radioativos.

Propagação

A radiação emitida pelo Césio ficou restrita aos locais isolados onde ocorreu deposição de material radioativo: As chuvas que caíram sobre Goiânia durante o período, fizeram uma pequena quantidade de radioatividade penetrar no solo, e logo que a mesma atingiu a camada argilosa ali ficou retida, pois a argila funciona como absorvente do elemento radioativo. Medições nos locais atingidos indicaram que o Césio penetrou cerca de 18 cm, abaixo do nível do solo.

Não causando nenhum problema ao lençol freático e, consequentemente, não comprometendo cursos d'água.

Fato este confirmado pelas constantes análises diariamente executadas.

Remoção do lixo radioativo

Os resíduos e tudo quê forma rejeitos radioativos, estão sendo removidos dos focos, que se localizam em região habitada, para uma área distante do centro da cidade e de concentrações populacionais. Essa área é provisória. Mesmo assim, todos os cuidados estão sendo tomados de acordo com ás normas internacionais de proteção em casos semelhantes. O processo cumpre as seguintes etapas:

a) remoção, através de meios mecânicos ou manuais dos rejeitos identificados nos focos de irradiação isolados;

b) acondicionamento desses rejeitos em tambores sendo usada inclusive prensa para redução de volume;

c) os tambores lacrados, são colocados em recipientes maiores, os quais, por sua vez, são preenchidos com concreto, fazendo-se uma blindagem que evita o vazamento e irradiação em doses acima das recomendáveis. Após esse processo a peça contaminada e irradiante fica quase tão protegida quanto as pastilhas de metal radioativo existentes em aparelhos de radioterapia;

d) guardados em "containers" os tambores são levados para a área de depósito provisório, onde recebem mais um tratamento de blindagem, por contigüidade dos tambores. Vale dizer que a área totalmente concretada em sua base, para que os recipientes não entrem em contato com o solo;

e) posteriormente, todo esse Lixo será removido para um local definitivo fora do Estado de Goiás, ou dentro dele se for encontrada uma região que ofereça total segurança para o futuro.

GOIÂNIA X CHERNOBYL UMA COMPARAÇÃO

É no mínimo, uma falta de conhecimento comparar Goiânia com o acidente de Chernobyl, o maior da história.

Naquela região da Rússia, um reator nuclear, explodiu liberando, imediatamente além de resíduos, gases altamente contaminados que se espalharam por quilômetros e quilômetros em toda a Europa, comprometendo animais, pastagens, lavouras e população de toda aquela região, que sofrerá, futuramente, danos à sua saúde.

Em Goiânia, houve um acidente radioativo, provocado pela ignorância e subdesenvolvimento. Catadores de papel, subempregados, viram a possibilidade de ganhar dinheiro com uma máquina estranha e irresponsavelmente abandonada. Ao romperem a proteção e exporem a cápsula de Césio-137, restringiram o acidente a proporções já citadas, atingindo pessoas de uma mesma família, ou ligadas por laços de amizade, ou que tenham transações comerciais entre si.

Com fonte utilizada em medicina, poderemos considerar o acidente de Goiânia como o mais grave da História. Mas o futuro está garantido. A extensão do acidente foi controlada, resumida a um minúsculo ponto.

Enquanto que em Chernobyl não se pode avaliar o que acontecerá nos próximos trinta anos, em Goiânia as medidas são tomadas todos os dias, mantendo-se total controle da situação e, brevemente, até mesmo o local mais atingido e considerado "zona quente" será liberado para novamente ser ocupado por pessoas, sem o menor risco de contaminação e com total garantia para a saúde.

5. PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS

Além do isolamento da área e das primeiras medidas de emergência tomadas, antes mesmo da chegada de especialistas, o Governo do Estado adotou algumas providências para evitar que a gravidade do problema se alastrasse e não permitir que acidentes desse tipo se repitam, com menor, maior ou intensidade igual ao de Goiânia.

Mobilização da máquina administrativa estadual, em diversos segmentos (saúde, educação, indústria, e comércio, transporte, meio ambiente, comunicação social, ação comunitária, desenvol-

vimento social, polícia militar, defesa civil) para dar total cobertura aos trabalhos da Comissão Nacional de Energia Nuclear, órgão totalmente responsável pela vigilância, execução, prevenção de acidentes, dentro da política nuclear brasileira. Contou-se também com a ajuda importante e significativa da Defesa Civil - Secretaria de Estado do Rio de Janeiro.

A intervenção do Estado, custeando todas as despesas (inclusive hospedagem de pessoal), foi feita no sentido de minimizar as consequências do acidente radioativo. Numa atitude que demonstra a preocupação do Governo em se manter ao lado da população, dando-lhe a segurança que ela necessita em momentos como esse.

A transferência da credibilidade do Governador Henrique Santillo, evitou, com a confiança por ele transmitida através da imprensa, que o pânico tomasse conta da população goianiense e goiana como um todo permitindo que a cidade, embora lamentando o fato, vivesse dias de normalidade.

Por ordem do Governador, a Secretaria de Segurança Pública desenvolveu um inquérito em paralelo com a Polícia Federal e auxiliando a mesma. Entretanto, com a transparência que sempre marcou sua atuação, o Governo Estadual decretou que todas as investigações e fases do inquérito fossem abertas à universidade, comunidade científica, associações, fazendo exatamente o contrário do que acontece em casos como esse, quando o processo é cercado de um sigilo que só semeia dúvida.

Uma outra medida tomada imediatamente pelo Governo de Goiás foi a abertura da cidade para a Comunidade Científica Brasileira e Internacional. Atuando junto às Universidades Federal e Católica, o Estado possibilitou a vinda de técnicos e especialistas de renome, patrocinando essas visitas e fazendo com que as dimensões reais do acidente fossem constatadas por autoridades no assunto.

Está se preparando um grande debate científico-jornalístico com a presença de todos os grandes cientistas brasileiros e de jornalistas interessados na questão, quando tudo seráclareado de vez, evitando-se as distorções da informação, ocorridas no início do incidente.

A Universidade Federal de Goiás, com apoio logístico e técnico de outras universidades brasileiras e entidades internacionais, criou o Núcleo de Acompanhamento dos Efeitos do Acidente Radiológico, cuja função básica é a verificação sistemática da real situação da contaminação por radioatividade, nos pontos isolados e em toda a cidade.

Medições dos níveis de radiação estão sendo feitas nos mais diversos locais, numa mostragem aleatória.

Com o apoio de equipamentos sofisticados e sensíveis, o Núcleo da UFG, atua junto à comunidade, dando segurança e confiança à população.

Do acidente radioativo de Goiânia podem ser tiradas lições importantíssimas.

Desde a solidariedade humana existente na gente goiana, até o despreparo do País para enfrentar situações de crises na área nuclear.

Ficou bastante evidenciado que a política nuclear brasileira, nascida em tempos de censura e sigilo, não prevê a satisfação que tem de ser dada à sociedade civil que, na realidade, é o seg-

mento mais diretamente atingido quando acontecem falhas como essa.

Ficou claro que ela precisa ser revista em vários pontos.

O Governo do Estado através da Secretaria de Saúde criou uma comissão para acompanhar os fatos advindos do acidente radioativo.

Está sendo constituída uma Fundação Estadual, que contribua para acompanhar, analisar e atuar nos efeitos do acidente radioativo, assim como se evitar ações paralelas que pulverizem recursos e atividades afins.

Relatório da visita a Goiânia

Grupo de Estudos de Radiocontaminação da Universidade de São Paulo.

Os membros do Grupo de Estudos de Radio-contaminação da USP, por designação do Reitor da Universidade de São Paulo, estiveram em Goiânia nos dias 19 e 20 do corrente, com o objetivo de conhecer "in-loco" o acidente radiativo ocorrido nesta cidade.

Foram realizadas visitas ao foco principal, na Rua 57, ao local onde estão sendo armazenados, transitoriamente, os dejetos radiativos, à Universidade Federal de Goiás e aos escritórios da CNEN, além de entrevistas com o Sr. Secretário do Governo.

As visitas realizadas e as discussões com técnicos da CNEN e professores da UFG, levam às seguintes considerações preliminares:

1. Os procedimentos adotados pela equipe técnica da CNEN em Goiânia parecem ser os mais adequados à situação de emergência, tendo em vista os recursos humanos e materiais disponíveis.

2. A necessidade de urgente retirada dos dejetos radioativos da zona urbana justificam a solução transitória adotada. Entretanto, o caráter provisório desta solução não pode ser abandonado. Enfatiza-se a necessidade do monitoramento e vigilância bem como dos estudos para solução final do problema.

3. Julga-se indispensável que as universidades do País especialmente a UFG, tenham uma participação do problema, sob seus diversos aspectos.

4. O evento mostrou que o País ainda não está devidamente preparado para conviver com a radioatividade, usando a energia nuclear na proporção em que vem fazendo, bem como enfrentar situações de emergência que se originem fora do território nacional.

Goiânia, 20 de outubro de 1987. – Prof. Dr. Celso Orsini, Coordenador – Prof. Dr. Epaminondas Ferraz – Prof. Dr. Otaviano Helene.

"A minha avaliação do que pude ver em Goiânia depois de visitar os vários locais onde a radioatividade foi disseminada, e o local onde ela será guardada provisoriamente até o cemitério onde as vítimas foram sepultadas, é de que o acidente está sob controle. O número de vítimas foi grande, mas está definido, não aumentará em relação ao número que se tem agora. E que o processo, digamos, está devidamente controlado pelas autoridades que trabalham nesse setor. Eu acredito que a população de Goiânia pode ficar tranquila de que não há os riscos de envenenamento dos rebanhos, dos produtos agrícolas, isto é, o que ocorreu em Goiânia não é Chernobyl, foi um acidente grave mas delimitado no espaço e, portanto, de Goiânia e muito menos a população as vítimas

que foram atingidas infelizmente sofrerão as consequências, mas não o resto da população e produção do Estado de Goiás". Dr. José Goldemberg, Físico, Reitor da USP.

"A diferença do que aconteceu em Goiânia com o acidente de Chernobyl, é que lá o grande reator nuclear sofreu uma explosão térmica levando toneladas de material radioativo para uma área muito grande, através de nuvens que se propagaram atingindo população de milhões de habitantes. Aqui em Goiânia o que aconteceu foi a liberação do material radioativo, o césio-137, de uma fonte destinada a tratamento de câncer – a radioterapia. Apenas os que tiveram contato com a radiação é que poderão sofrer esses efeitos agudos". – Luis Pinguelli, Físico.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, hoje deveríamos ter feito uma reunião com a Mesa para acertarmos os detalhes de uma proposta comum que pudesse resolver esse impasse da mudança do Regimento Interno. No entanto, Sr. Presidente, inexplicavelmente as duas reuniões que estavam convocadas, uma para 11h e a outra para 14h30 min, foram adiadas, não por iniciativa dos partidos de esquerda, mas da Mesa e também das forças aglutinadas no "Centrão". Com isso, ficam claras duas coisas: em primeiro lugar, o "Centrão" joga fora a idéia de que está interessado em mudar o Regimento Interno. Mas aqui exerce um trabalho de obstrução e de prolongamento da aprovação do texto constitucional. Portanto, cria-se uma situação inaceitável para que os partidos de esquerda aceitem o acordo. Como disse um dos líderes do "Centrão": "Já que somos maioria, temos de dobrar a espinha da esquerda". O problema é que ela não será dobrada. Podemos perder, podem eles ganhar, mas a dignidade e as mãos limpas nós manteremos, para definir junto ao povo a responsabilidade da maioria de direita, que se formou na Assembléa Nacional Constituinte que ela assuma a responsabilidade de fazer a Constituição que quiser, inclusive de ter derrotado a emenda do Constituinte Mário Covas que eliminava a preferência automática. É inadmissível que o "Centrão" não aceite agora que o mesmo direito que eles querem para a maioria seja estendido à minoria. Ora, uma das características da democracia é que o mesmo direito regimental dado à maioria seja dado também à minoria. Isto é, a maioria quer ter a preferência automática para uma emenda com 280 assinaturas recolhidas em qualquer ponto do Brasil, mas não quer dar preferência, pelo menos uma, para cada partido submeter a votos no plenário da Constituinte uma proposta constitucional. É uma posição de dois pesos e duas medidas. Nunca, Sr. Presidente, existiu no Regimento de um parlamento este tipo de norma. Para a maioria, a preferência automática; para a minoria, não. E vejam bem: originalmente, era a minoria que tinha o direito de apresentar uma preferência automática por capítulo.

O mesmo se coloca com relação aos destaques em separado. Foi o "Centrão" que levantou a questão dos destaques em separado para poder derrubar o que há de bom no projeto da Comissão de Sistematização. Não me refiro a todos os que assinaram o documento, mas ao fato de as principais lideranças do Centrão se articularem numa posição de direita quanto ao mérito do texto constitucional, numa posição de impasse em relação aos trabalhos da Constituinte.

Nossos destaques estão aí. Não os retiraremos, se o Centrão não tiver a maioria para derrotá-los. Eles dizem à opinião pública que têm a maioria, mas que isso fique claro: é a maioria de um eventual esforço concentrado; é a maioria de vir aqui na quarta-feira e ir embora na sexta; é a maioria de vir aqui aprovar o que eles querem. No que se refere às matérias que interessam à Nação, eles se dão ao luxo de não permitir que sejam votadas. Eles não querem nem se posicionar sobre matérias polêmicas nem querem correr o risco de terem os seus nomes listados nas folhas, placares e jornais de sindicatos diante de suas posições sobre estabilidade e direito de greve.

Seria uma imoralidade de nossa parte fazermos esse jogo e permitir que por trás de um artifício regimental se escondam posições de direita que não se explicitam perante a Nação. Uma das boas coisas da Constituição é permitir que os partidos e setores se explicitem publicamente perante a Nação. Aprovem o que quiserem, mas digam o que querem para o País no voto e na palavra. Querem chupar o sangue dos trabalhadores, pois não querem a estabilidade, mas a truculência, a violência. Precisam dizer isto. Poderemos ser derrotados, mas não podemos aceitar o jogo que permite um artifício regimental. A coisa parou aí. Estamos aqui para discutir, vamos levar a proposta ao Dr. Ulysses Guimarães, ao "Centrão". Mas não aceitamos esse tipo de jogo, principalmente quando vêm aqui líderes do "Centrão", como aconteceu com o Deputado Roberto Cardoso Alves, querendo culpar a esquerda por essa situação de impasse na aprovação do Regimento Interno. Na verdade os responsáveis são as próprias lideranças do "Centrão", porque dissemos que retirávamos todos os destaques desde que o prazo de sete dias para a apresentação de emendas fosse contado a partir de amanhã. O "Centrão" topa? Não, porque estão todos viajando. Nós estamos aqui.

Sr. Presidente, tudo tem limite. Nessa brincadeira ficou claro perante a Nação e o povo que o "Centrão", além de ter uma posição extremamente de direita, não está tratando com seriedade uma coisa muito importante, a mudança no Regimento Interno, iniciada por ele. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BONFIM: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, chegamos ao fim do ano em meio a dois grandes impasses. Um, na Assembléa Nacional Constituinte, onde a extrema direita, disfarçada de "Centrão", busca liquidar com os mais elementares direitos dos trabalha-

dores brasileiros conquistados na Comissão de Sistematização. Através de manobra protelatória, busca impedir que o povo brasileiro eleja em 1988 o futuro Presidente da República. Busca liquidar com o que resta de soberania nacional na Assembléia Nacional Constituinte. E, por fim, o "Centrão", ou melhor dizendo, os setores da extrema direita, os representantes da UDR, dos latifúndios, da grande burguesia e do imperialismo buscam acabar com as conquistas democráticas que o povo brasileiro, através de intensa mobilização, ainda insuficiente, vem tentando inserir na futura Constituição.

Outro grande impasse se dá na própria sociedade brasileira: a burguesia, o imperialismo e o latifúndio fazem ressoar na Assembléia Nacional Constituinte, de forma intransigente, as suas exigências, não cedendo um milímetro em seus gordos privilégios. Oito milhões de trabalhadores foram à greve lutando pelo pão e pela dignidade de viver.

Esses dois impasses serão transladados a 1988.

Sr. Presidente, a burguesia deste País não cede um milímetro em seus privilégios, e nesse quadro de intolerância assisimos neste plenário a manifestações de agressão à sociedade brasileira e até à própria Igreja como lemos nos jornais.

É nesse cenário de violência, de agressão, que o "Centrão", que a grande burguesia brasileira não quer uma Constituição moderna, democrática e progressista. A burguesia, Sr. Presidente, não quer um pacto político que configure uma sociedade democrática mais justa. Portanto, 1988 será um ano de luta, de mobilização, de garra, de vigilância do povo brasileiro, porque se vai maquinando claramente um golpe, que passa pela Assembléia Nacional Constituinte, que perpassa pela sociedade civil. O povo vai-se unindo, tomando consciência do que representa na verdade esse "Centrão", nada mais nada menos do que os inimigos da democracia, os abutres da Pátria e do povo brasileiro.

O ano de 1988 será de luta, de mobilização mas, tenho certeza, será também de vitórias do povo e da Pátria. Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO CARVALHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AUGUSTO DE CARVALHO (PCB – DF. Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, é lamentável que no filial dos trabalhos constituintes vejamos repetida a velha batalha regimental que marcou o início dos nossos trabalhos quando da discussão da questão da soberania desta Assembléia. É lamentável, Sr. Presidente, que exatamente aqueles que aqui neste plenário esbravejaram contra a ditadura da Comissão de Sistematização, que fez inscrever no seu texto apresentando propostas que avançam nas conquistas fundamentais da classe trabalhadora – os integrantes do chamado "Centrão" – estejam negando **quorum** para que a Nação brasileira veja, enfim, realizadas as suas aspirações quanto a um arcabouço jurídico-institucional que leve o País à democratização plena de suas instituições. Nós, do Partido Comunista Brasileiro, queremos aqui deixar marcado nosso protesto,

nossa posição de denúncia contra aqueles que, através de manobras regimentais, procuram protelar as definições urgentes para que nossa Nação reencontre seus destinos, caminhos e mecanismos que possam efetivamente conjurar a grave crise econômica, política e social em que está mergulhada.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apelamos para o espírito dos colegas de todos os partidos: há necessidade de uma definição imediata das regras que vão marcar o final dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, para que possamos votar o mérito das questões fundamentais, sob pena de esta Assembléia, que já está desmoralizada, continuar cada vez mais respingando o descrédito do povo sobre todos os Parlamentares – Deputados e Senadores – que a integram. Queremos votar o mérito daquilo que é fundamental. Queremos que seja colocado imediatamente a voto a estabilidade no emprego, que os trabalhadores tanto esperam. E aqueles que votarem contra os interesses dos trabalhadores serão, naturalmente, pela organização dos trabalhadores, recriminados, punidos nos seus compromissos quando nas próximas eleições vierem em busca do voto popular.

São as nossas palavras, Sr. Presidente.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para urna comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes, a Nova República, que surgiu com o compromisso formal de equacionar os grandes problemas que o País enfrentava e enfrenta, como decorrência dos desmandos, da corrupção e de tudo mais de mim que aconteceu à sociedade brasileira sob o tacão da ditadura militar, continua exibindo um perfil confuso, sem, entretanto, dar consequência prática às promessas que fez.

Hoje, pela manhã, cerca de duas dezenas de Parlamentares Constituintes, representando um universo ideológico amplo, foram recebidos pelo Ministro Antônio Carlos Magalhães. O pleito que levaram a S. Ex.^a dizia respeito a um apelo muito mais humanístico do que político, no sentido de que revisse as punições injustas e draconianas impostas a funcionários da área das comunicações e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que, exercendo um direito inalienável, paralisaram por algum tempo suas atividades, para mostrar ao Governo que os salários que recebem são de fome e que as condições de trabalho não são satisfatórias.

Devo dizer, Sr. Presidente, que me surpreendi com a reação do Sr. Antônio Carlos Magalhães. Sabidamente um homem truculento, intolerante e detentor do monopólio da verdade e da razão, o Sr. Ministro, diante das ponderações que lhe foram feitas, embora nada promettesse – e esse é um fato positivo – acenou com a possibilidade de reexaminar a questão e – quem sabe? – até num gesto generoso, que se coaduna com o espírito de Natal que invade hoje todos os corações e todos os lares, readmitir esses funcionários

jogados, de um momento para o outro, sem direito de defesa, na rua da amargura, do desemprego e do desespero. Quero, Sr. Presidente, eu que tenho sido um crítico duro dos desmandos cometidos pela Nova República, dar este voto de crédito ao Ministro Antônio Carlos Magalhães, na esperança de que S. Ex.^a possa realmente rever as punições e readmitir os funcionários demitidos.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de lembrar que hoje faz onze anos que uma tropa do II Exército assassinou, no bairro da Lapa, em São Paulo, os dirigentes do Partido Comunista do Brasil Ângelo Arroio e Pedro Pomar. Até hoje, esse trágico episódio, que enluta a sociedade brasileira e compromete nossos foros de Nação civilizada, continua insolúvel. Os responsáveis por essa violência, por essa agressão aos direitos fundamentais da pessoa humana, até hoje, não foram sequer apontados, quanto mais punidos. Agora que estamos por alguns momentos, pelo menos, respirando o ar puro da liberdade, na presunção de que todas essas violências devam e possam ser apuradas e os seus responsáveis punidos sem revanchismo, na forma da lei, esperamos, Sr. Presidente, que o Sr. José Sarney e o Sr. Ministro Paulo Brossard – tão cioso do império da lei – revejam este quadro e possam, afinal, apontar os assassinos de Ângelo Arroio e Pedro Pomar. E, uma vez, aprofundadas as investigações, reconhecidos os responsáveis por este crime lamentável, sejam punidos na forma da lei. Assim, e apenas assim, estaremos assumindo os compromissos para com a sociedade e para com a História, respeitando a democracia que todos queremos construir.

O SR. EDUARDO BONFIM: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente há exatamente 11 anos uma reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil foi dissolvida, através do que ficou e ficará conhecido perante a História do Brasil como "A chacina da Lapa". Foram brutal e covardemente assassinados os dirigentes do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, homens de um passado de luta, em defesa do povo brasileiro, como Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Drummond.

Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que registre, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, matéria do jornal **Tribuna da Luta Operária** que retrata a "Chacina da Lapa". Que o episódio sirva de lição ao proletariado brasileiro, para que ele veja a heróica resistência dos dirigentes do Partido Comunista do Brasil, que não recuaram diante da violência do inimigo poderoso e fascista.

Outrossim, a rememoração desse fato, neste momento em que a extrema direita mostra toda a sua ferocidade, deve servir de alerta a todos a fim de que este País não volte a tempos tão negros e hediondos como o 16 de dezembro de onze anos atrás.

Fica aqui este registro, em nome da Liderança do Partido Comunista do Brasil.

MATÉRIA A QUE SE REFERE
O ORADOR:

"AS IDÉIAS SOCIALISTAS ESTÃO DE PÉ -

1976. Pressionado por sinais evidentes do descontentamento popular, o governo do General Ernesto Geisel promovia a "distensão política", uma série de conversações com líderes da oposição que tinha por objetivo impedir a generalização de protestos, e adotar medidas que pudessem institucionalizar o regime militar, dando-lhe uma aparência menos truculenta.

16 de dezembro. O mesmo governo que falava em democracia ordenou que o II Exército atacasse de forma violenta uma reunião do Comitê Central do PC do B, que se realizava em S. Paulo. No episódio, que ficou conhecido como "Chacina da Lapa", três dirigentes do Partido foram assassinados. Os militares levavam adiante seu projeto de liquidar fisicamente os políticos que procuravam disseminar entre o povo as idéias socialistas.

No 11º aniversário do massacre, a Tribuna Operária ouviu Dineyas Aguiar, da direção nacional do PC do B. Ele falou sobre o fracasso dos planos de destruir os comunistas, mas abordou ao mesmo tempo os problemas causados à estrutura partidária pela "queda", e fez comentários sobre os fatos que permitiram o desencadeamento da operação militar.

TO: Onze anos depois da Chacina da Lapa, setores reacionários radicais pedem novamente a intervenção militar nos assuntos políticos. Que revela este tipo de comportamento?

Dineyas: Tudo isso é algo que faz parte da tradição autoritária na vida política brasileira. Em nosso país, o povo nunca gozou de liberdade, devido ao reacionarismo extremado das classes dominantes. Há apenas 100 anos, estas classes ainda eram escravistas, e sempre cultivaram visões distorcidas e preconceituosas sobre as camadas populares. Em relação aos comunistas, nunca admitiram como algo normal sua presença no cenário político.

TO: Seria interessante fazer um balanço dos resultados da repressão política. Os militares acreditavam que poderiam varrer do Brasil as idéias revolucionárias se eliminassesem os portadores destas idéias. O que o tempo revelou sobre esta tese?

Dineyas: Em 1943, Filinto Müller, chefe de polícia do Estado Novo, garantiu que o Partido Comunista do Brasil estava destruído. Em 77, após a Lapa, os generais declararam que haviam infligido um golpe demolidor contra o PC do B. Apenas onze anos depois, porém, o partido é uma força atuante e respeitada, enquanto as Forças Armadas, que dirigiram o país por duas décadas, se desmoralizaram perante a opinião pública progressista. Eu acho que esta capacidade de resistir se deve à força das idéias renovadoras dos comunistas. A bandeira do socialismo, tantas vezes atacada, permanece sendo uma esperança para os brasileiros preocupados em construir uma sociedade justa.

TO: De qualquer forma, a chacina causou danos graves...

Dineyas: Sem dúvida. Em primeiro lugar, pela perda humana de dirigentes comunistas combativos e capazes. Três membros do Comitê Central foram assassinados. Ângelo Arrojo e Pedro Pomar, na própria casa em que se realizou a reunião, João Batista Drummond logo depois, torturado pelo II Exército. Se estivessem vivos, eles seriam provavelmente figuras de destaque na vida política e nas lutas populares de hoje.

Além dos assassinatos, porém, o Exército prendeu outros membros do Comitê Central, como Haroldo Lima, Aldo Arantes e Elza Monnerat e instalou um clima de perseguição e de terror contra o partido. Isso impediu que João Amazonas, Renato Rabelo, Diógenes Arruda e eu, que estávamos no exterior, voltássemos ao país. Com a direção central golpeada, os comitês regionais ficaram sem contato num momento político importante.

TO: Esta situação perdurou até...

Dineyas: Até o começo de 77. O partido realizou um esforço enorme para restabelecer os contatos e retomar totalmente a atividade. Já em 78/79, realizava-se a 7ª Conferência, que adotou resoluções políticas importantes e preparou o PC do B para o período de lutas que se seguiu.

TO: As investigações que o PC do B realizou há alguns anos permitiram concluir que houve um traidor no episódio, Jover Telles. A que nível a participação dele foi decisiva para que a chacina ocorresse?

Dineyas: Eu diria que a invasão da casa só foi possível graças à atitude do Jover Telles, uma coisa realmente hedionda. Jover não só delatou ao Exército a realização da reunião como participou dela sem demonstrar qualquer tipo de constrangimento diante dos camaradas que ele sabia que seriam assassinados.

Ele tinha sido preso em outubro no Rio. Ameaçado, capitulou frente aos alzozes. Fez com eles um pacto sinistro, em que trocou sua liberdade pela vida de seus camaradas.

Consumada a traição, o Exército o libertou para que ele fosse à reunião do Comitê Central. Durante os seis dias em que ela transcorreu, tropas militares vigiaram a casa. Havia planejado o ataque minuciosamente, por longo tempo. Mas não o desencadearam até que Jover saísse do local. Assim que ele foi posto "em segurança" as tropas invadiram a casa e metralharam Arrojo e Pomar.

TO: E que consequência o partido deu ao assunto?

Dineyas: Primeiro, o caso foi apurado minuciosamente. Em 1978, na 7ª Conferência, foi formada uma comissão especial para apurar as responsabilidades e após um trabalho persistente esta comissão obteve provas irrefutáveis da delação de Jover. Com base neste relatório, o 6º Congresso do Partido decidiu "confirmar a expulsão de Manoel Jover Teles das fileiras do partido, como traidor e colaborador direto dos órgãos de repressão".

TO: Que ensinamentos as forças progressistas podem tirar deste episódio hoje?

Dineyas: O país vive um momento de crise e de definições, em que muitas expectativas do povo estão concentradas na Assembléa Nacional

Constituinte. Eu acho que ela tem uma oportunidade rara de tomar decisões que impeçam a ocorrência de fatos como a Chacina da Lapa no futuro. Uma dessas decisões é mudar o papel das Forças Armadas, proibindo expressamente sua interferência nos assuntos políticos.

Outra, diz respeito aos direitos humanos. Conforme propôs a Comissão de Sistematização, é necessário definir a tortura como crime contra a humanidade, e portanto inafiançável, imprescritível e sem direito à anistia. É preciso banir a ameaça do terrorismo oficial da vida política brasileira.

A SRA MARIA DE LOURDES ABADIA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PFL – DF. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes, gostaria de aproveitar a oportunidade para, como Constituinte do Distrito Federal, fazer um registro de suma importância.

Na semana passada, por obra e trabalho do Sr. Governador José Aparecido e de sua equipe, a Chasco aprovou o tombamento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. Temos recebido, não só do Brasil, como de vários países, telegramas e cumprimentos pelo auspicioso evento.

Gostaria de fazer o registro, parabenizando o Governador e sua equipe por essa ação, Brasília é hoje Patrimônio Cultural da Humanidade, como o são o Egito e vários outros conjuntos monumentais erigidos pela mão criadora do homem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Está feito o registro de V. Ex.^a.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Têm a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é curioso que ouçamos hoje esse rosário de acusações, de cobranças e de questionamentos contra o "Centrão", principalmente pelo PT, pelo PC do B e pelo PDT.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é curioso ouvirmos esses discursos de cobrança. Se o "Centrão" não está aqui para dar **quorum** para as votações que são necessárias, as bancadas da esquerda também não. Posso contar no dedo; somos doze Constituintes em plenário; da turma do PC do B, três ou quatro Constituintes estão em plenário; do PT, uma bancada forte, cinco Constituintes; e mais ninguém. É curioso, o discurso é oco, vazio, porque não traduz a realidade. Olho a liderança do PDT, muito bem ocupada pelo Vice-Líder Amaury Müller, e mais ninguém vejo aqui em plenário. Não é só o "Centrão" que está ausente, porque já viajou, ao ensejo do espírito natalino, das festas de fim de ano. Todos já se foram – não há mais ninguém aqui. Alguns Constituintes, ainda, demoram-se na Casa às vésperas da festa de Natal. Aliás, a comemoração cristã consegue muita coisa. Ainda há pouco ouvia o discurso manso, tranquilo, de esperança,

do Constituinte Amaury Müller, no momento em que dava um voto de confiança ao Ministro Antônio Carlos Magalhães, evocando o espírito de Natal. Para perplexidade minha, ouvi do Constituinte Eduardo Bonfim, do PC do B, uma defesa veemente da Igreja Brasileira. Quer dizer, é realmente o espírito do Natal dominando todos os corações, até o do Constituinte do PC do B, que veio a plenário, hoje, como porta-voz da Igreja Brasileira. Estou vendo que o espírito do Natal faz com que antigas divergências sejam superadas. A isto assistimos hoje, no plenário vazio, tanto dos "progressistas" – entre aspas – como do "Centrão".

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o discurso do xingamento, da agressão, da crítica incisiva e dura, da cobrança dura, tem resultado apenas de um momento de emoção, porque ela é passageira. O amor forte é momentâneo, assim como é forte e momentâneo o ódio.

O Constituinte Eduardo Bonfim ocupou a tribuna para dizer que "Centrão" é a extrema direita – como se isto realmente pudesse atingir as pessoas; mas devo dizer que não as atinge. O Constituinte Eduardo Bonfim tem posições cristalizadas. S. Ex.^a é da extrema esquerda, pertence ao PC do B da lei ou da marra. Este é o discurso que o PC do B prega desde o início da Assembléia Nacional Constituinte. Então, um discurso cristalizado do PC do B chamando o "Centrão" de extrema direita é meramente emocional e sem nenhum resultado neste proletário, neste operariado que eles dizem representar.

E daí, paro para saber quantos são: quatro? cinco? Todos eles elegeram-se no PC do B? A legenda foi enxertada? Há algum deputado que não tenha sido eleito nas fileiras desse partido? Eles, no entanto, se autodenominaram e se auto-investiram como sendo os únicos patriotas, os únicos defensores dos trabalhadores e da democracia. Dizem sempre que as reformas devem ser feitas dentro do regime democrático, que é o regime da lei – na lei ou na marra.

É este o discurso a que estamos assistindo aqui, hoje. São eles que patrocinam as acusações mais duras e as críticas mais violentas e sempre provocam os climas de maior excitação.

Ainda há pouco o Líder do PC do B, Constituinte Haroldo Lima, dizia que não assinará a Constituição. Fiquei pensando no problema de natureza jurídica que isso gerará – negar-se a assinar a Carta Magna, desconhecendo o princípio democrático da maioria. Não sei se S. Ex.^a está em condições de continuar a exercer o seu mandato, porque, no momento em que se renuncia à assinatura do documento maior da Nação, a Carta mais importante, que é a Constituição, e prega a reforma na marra, abre-se espaço para a anarquia, para a violência e para os ódios, rasgando todo o processo democrático e comprometendo todo esse discurso de democracia que estamos fazendo aqui.

E vou mais adiante. Devemos questionar-nos e ao Brasil. Que prejuízo essa recusa acarretará para o Brasil? o que perderá o Brasil? Qual é o dano que o Brasil terá se a extrema esquerda – e aí não estou colocando em termos pejorativos, mas de reconhecimento ao trabalho dos ilustres Constituintes – se negar a assinar a Carta Magna? Nenhum.

Temos de racionalizar as coisas, agindo com equilíbrio. Se hoje não há **quorum** para delibe-

ração, não há **quorum** em bancada alguma, em partido nenhum. Não tem **quorum** o MUP, não têm **quorum** os partidos à esquerda, não tem **quorum** a extrema-esquerda, e assim também o PMDB, o PFL, o PDT e o PTB.

Então, Sr. Presidente, é preciso que possamos viver, à véspera da última conversação – que será amanhã, dentro de um clima sem emocionalismo, sem acusações diretas, sem acusações que radicalizem o clima. Nesta hora, queremos invocar o bom senso de todos, até da extrema esquerda – representada aqui, hoje, pelo Constituinte Eduardo Bonfim – para que amanhã não continuem a fazer com que o PT, o PMDB, e o PDT permaneçam na posição de reboque, o reboquismo a que estamos assistindo aqui.

O PC do B é o grande inspirador dos "progressistas", entre aspas. Estamos participando das reuniões e a primeira frase – "Eu não assino a Constituição" – nasceu no PC do B. E os outros partidos a reboque, imediatamente, sem nenhuma criatividade, sem nenhuma inteligência, sem nenhum medo de plágio, já estão repetindo essa mesma bobagem e essa mesma sandice.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, nesse vazio de Constituinte e nesse Plenário que mais parece uma festa de Moscou, quero solicitar o bom senso, a tranquilidade, a serenidade para que amanhã, dentro desse espírito, possamos, nessa minoria que estamos aqui em Brasília, resolver o problema, através do acordo.

O SR. AUGUSTO CARVALHO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, no momento em que o representante do Governo de Israel, Sr. Shimon Peres, está visitando oficialmente nosso País – exatamente na época em que se agudizam os conflitos nos territórios ocupados ilegalmente pelo Governo sionista – não poderíamos deixar de registrar o nosso protesto, e em nome do Partido Comunista Brasileiro, contra a política belicista e de genocídio posta em prática por aquele Governo.

Ao mesmo tempo, exigimos do Itamarati que pressione o Governo de Israel para cumprir a Resolução nº 242 da ONU e que o Governo brasileiro confira **status** de embaixada à legítima representação do povo palestino em nosso País, a OLP.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – O registro de V. Ex.^a constará dos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Vai-se passar à Ordem do Dia.

COMPARECEM OS SRS.:

Adauto Pereira – PDS; Alysson Paulinelli – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Christóvam Chiaradia – PFL; Darcy Deitos – PMDB; Décio Braz – PMDB; Eduardo Moreira – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Feres Nader – PDT; Furtado Leite – PFL; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Ismael Wanderley – PMDB; João Rezek – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Egrela – PTB; José Elias – PIB; José Luiz de Sá – PL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Levy Dias – PFL; Maguito Vilela – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mello Reis – PDS; Milton Reis – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – A lista de presença registra o comparecimento de 238 Srs. Constituintes.

Os Srs. Constituintes que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

Não há proposições apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a sessão não pode ser encerrada. Há 289 Constituintes na Casa e existe matéria a ser submetida à votação. A sessão não pode ser encerrada, pois isso seria anti-regimental. A Ordem do Dia tem que ser votada, pois há número na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Já passei à Ordem do Dia, declinei o número de Constituintes presentes e, em razão desse número, encerrei a sessão, convocando outra para amanhã, às 14h30min, com a seguinte Ordem do Dia: a mesma de hoje.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, o Regimento Interno é claro. V. Ex.^a declinou que estão na Casa 289 Constituintes, portanto há número regimental para se apreciar a Ordem do Dia V. Ex.^a deve submeter à votação a matéria em pauta. Parece-me que há duas proposições a serem apreciadas. Repito: V. Ex.^a tem de colocá-las em votação, porque há número regimental na Casa para isso.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Confirmo a V. Ex.^a o número declinado quando informei o total de presentes: é de 238 Srs. Constituintes.

COMPARECEM MAIS OS SRS.:

Adolfo Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Alécio Dias – PFL; Álvaro Pacheco – PFL; Ângelo Magalhães – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Farias – PMB; Arnaldo Moraes – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Benito Gama – PFL; Carlos De'Carli – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cleonâncio Fonseca – PFL; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Fábio Feldman – PMDB; Fábio

Raunheitti – PTB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Pinto – PMDB; Geovah Amarante – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jarbas Passarinho – PDS; João Calmon – PMDB; João Castelo – PDS João da Mata – PFL; João Lobo – PFL; João Natal – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Fogaça – PMDB; José Guedes – PMDB; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; Lael Varella – PFL; Leopoldo Bessone – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Soyer – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manuel Viana – PMDB; Márcia Kubitscheck – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Marluce Pinto – PTB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Melo Freire – PMDB; Mendes Canale – PMDB; Messias Soares – PTR; Miraldo Gomes – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PDT; Nelson Sabrá – PFL; Noel de Carvalho – PDT; Olívio Dutra – PT; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Ottomar Pinto – PTB; Paulo Marques – PFL; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Percival Muniz – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose de Freitas – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Severo Gomes – PMDB; Stélio Dias – PFL; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Fontana – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Vitor Buaiz – PT; Walmor de Luca – PMDB.

Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Áureo Mello – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edme Tavares – PFL; Eliézer Moreira – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Eunice Michiles – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco –; Ivo Cersósimo – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jayme Paliarin – PTB; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Cunha – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Machado Rolleberg – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jonival Lucas – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Chaves – PFL; Aloysis Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amilcar Moreira – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Santana de Vasconcellos – PFL; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Jutahy Júnior – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Mauro Campos – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Mussa Demos – PFL; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nilso Squarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Trevisan – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Belém – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Sadie Hauache – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sónon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Telmo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Tito Costa – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysis Chaves – PFL; Aloysis Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amilcar Moreira – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio

Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Áureo Mello – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionisio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edme Tavares – PFL; Eliézer Moreira – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Eunice Michiles – PFL; Ézio Ferreira – PFL; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco –; Ivo Cersósimo – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jayme Paliarin – PTB; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Cunha – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Machado Rolleberg – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jonival Lucas – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Dutra – PMDB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Jorge – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Está encerrada a sessão.

Encerra-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I - Nº 161

SEXTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 177ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1987.

I – Abertura da sessão.

II – Leitura da Ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

COMUNICAÇÕES

Do Senhor Constituinte Virgildálio de Senna, participando que se ausentará do País no período compreendido entre 22 e 29 de dezembro de 1987.

Do Senhor Constituinte Eduardo Moreira, expondo os motivos pelos quais assinou o requerimento de proposta de modificação no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

IV – Pequeno Expediente

FERNANDO SANTANA – "Declaração de Brasília, documento resultante da Assembléia Parlamentar Latino-Americana para a Dívida Externa.

NELSON SEIXAS – Contrariedade à abertura do comércio aos domingos.

GERSON CAMATA – Causas da vitória do PT nas eleições municipais de Vila Velha, Espírito Santo. Entrega da publicidade oficial a familiares do Governador do Estado.

SIQUEIRA CAMPOS – Protesto contra desrespeito do Presidente da República ao Congresso Nacional, com a continuada emissão de decretos-leis. Extinção de empresas estatais.

ADYLSON MOTTA – Protesto contra a efetivação, através de decreto-lei, de servidores

da administração pública federal, e criação de novos cargos.

MENDES RIBEIRO – Responsabilidade pelo impasse surgido nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Futura consignação nos Anais da Casa da lista dos devedores da Fazenda Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

MAGUITO VILELA – Elaboração, pelo grupo "Centrão" e pelos setores progressistas, de Projetos de Constituição, para posterior escolha, através de plebiscito, pelo povo.

MÁRIO LIMA – Artigo "Áreas Machucadas", publicado no jornal "Correio Braziliense".

AMAURY MÜLLER – Inocorrência de responsabilidade do PDT e do PT pelo impasse surgido na votação da reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte Adoção, pelo Governo brasileiro, de providências para o retorno da menor, Bruna Aparecida Veloso, contrabandeada para Israel, ao País.

VICTOR FACCIONI – O entendimento como forma de agilização dos trabalhos finais da Assembléia Nacional Constituinte.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Conveniência da concessão, pelo Governo, de subsídio ao preço do leite ao nível do produtor.

SÓLON BORGES DOS REIS – A importância da ética na política. Repúdio ao maniqueísmo vigorante na Assembléia Nacional Constituinte.

RAIMUNDO BEZERRA (Retirado pelo orador para revisão.) – Desserviço prestado ao País por setores da sociedade brasileira contrários à reforma fiscal pretendida pelo Governo Federal.

ROBERTO JEFFERSON – Tentativa de encobramento, pelas esquerdas, das reais razões do afastamento do Sr. Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz.

OSVALDO BENDER – Asfaltamento da BR-392, trecho gaúcho.

ARNALDO MARTINS – Inviabilização das eleições presidenciais e municipais de 1988 em consequência do impasse surgido na Assembléia Nacional Constituinte.

OTTOMAR PINTO (Retirado pelo orador para revisão.) – Transcurso do Dia Nacional do Ministério Público. Anunciada extinção do Banco de Roraima.

DARCY DEITOS – Frustração popular com a paralisação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Reforma fiscal.

HAROLDO LIMA – Análise da Perestroika, posta em prática por Mikhail Gorbachev, Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética.

PAULO ROBERTO PONTE – Inocorrência de responsabilidade do grupo "Centrão", pelo impasse surgido na votação da reforma do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

AUGUSTO CARVALHO – Contrariedade do PCB à privatização de empresas estatais.

DIRCE TUTU QUADROS – Protesto contra limitação de idade para participação em concurso para Fiscal Eleitoral no Estado de São Paulo.

PAULO RAMOS – Propósito final do grupo "Centrão": inibição da transição democrática. Trabalho desenvolvido pelo Sr. Sérgio Arouca à frente da Fundação Oswaldo Cruz.

ANTÔNIO DE JESUS – Males do tabagismo. Elogio à iniciativa de distribuição, nas dependências da Casa, do folheto "Fumo e Saúde". Repercussões negativas de notícias sobre extinção do Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC.

ISMAEL WANDERLEY – Repúdio à campanha desencadeada contra a CNBB.

LUIZ FREIRE – Convocação de Convenção Nacional do PMDB destinada à fixação de novas diretrizes para o Partido.

CARLOS VINAGRE – Protesto contra a indicação, pela CNEN, da Serra do Cachimbo, Estado do Pará, para depósito de lixo atômico.

FERES NADER – Sugestões contidas no relatório do I Simpósio Estadual de Doenças Infecciosas e Parasitárias.

RUBEN FIGUEIRÓ – Preocupação do povo sul-mato-grossense pelo atraso na elaboração constitucional. Falecimento do Deputado Estadual Júlio Maia.

JOSÉ CARLOS VASCONCELOS – Conveniência do reconhecimento pelo Brasil, da República Árabe Saaraui Democrática.

JOSÉ GUEDES – Nota Técnica da Diretoria de Geociências do IBGE sobre os limites territoriais dos Estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia.

ADHEMAR DE BARROS FILHO – Inconveniência da adoção, pelo Brasil, dos contratos de risco para exploração petrolífera.

MAURO MIRANDA – Conquistas da Nova República na área rural.

ANTÔNIO CÂMARA – Extensão das vantagens concedidas a outras categorias de nível superior aos químicos do Serviço Público Federal.

NELTON FRIEDRICH – Suspensão da execução judicial de pequenos produtores da região noroeste do Estado do Paraná.

JORGE ARBAGE – Perfil da personalidade do Deputado Ulysses Guimarães.

PEDRO CANEDO – Aprofundamento, pelos parlamentares, de reflexão a respeito das responsabilidades de Constituinte.

V – Comunicações das Lideranças

FERNANDO SANTANA – Possibilidade constitucional da participação de empresas de capital estrangeiro na distribuição dos derivados de petróleo no País.

PRESIDENTE – Convocação de sessão da Assembléia Nacional Constituinte para o próximo dia 4 de janeiro. Reiteração da indisponibilidade da presença dos Srs. Constituintes.

ÁLVARO VALLE – Descrédito das instituições nacionais. Fosso entre Estado e Nação.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Perspectivas brasileiras para 1988. Transformação social, idéia básica da doutrina da democracia cristã.

ROBERTO JEFFERSON – Reconhecimento, pelo orador, de equívoco cometido na inclusão do Constituinte Amaury Müller entre líderes de manifestações insultuosa à Assembléia Nacional Constituinte. Inexplicabilidade dos ataques do Constituinte Haroldo Lima ao Sr. Mikhail Gorbachev, Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética.

ADHEMAR DE BARROS FILHO – Conclamação aos Constituintes para análise das posições extremadas da esquerda no País.

EUCLIDES SCALCO – Solidariedade aos servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos demitidos. Repúdio às agressões sofridas por dignitários da Igreja Católica.

AMAURY MÜLLER – Agradecimento ao Constituinte Roberto Jefferson pelo reconhecimento da não-participação do orador em manifestações insultuosas à Assembléia Nacional Constituinte. Decepção com a manu-

tenção, pelo Ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, de atos de demissão de servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Tentativa, por empresas multinacionais, da dissuasão do Governo americano na aplicação de sanções comerciais contra o Brasil.

MOZARILDO CAVALCANTI – Protesto contra a anunciada extinção do Banco de Roraima.

AUGUSTO CARVALHO – Interferência do Presidente Ulysses Guimarães na readmissão de servidores demitidos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e de empresas do Sistema Telebrás. Expediente encaminhado ao Presidente José Sarney sobre hasteamento da bandeira da União Soviética no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro.

ADYLSON MOTTA – Apresentação de requerimento de informações sobre realização de concurso público para admissão de Técnicos em Políticas Públicas. Validades dos trabalhos legislativos desenvolvidos em 1987. Votos de plenas realizações em 1988.

VALMIR CAMPELO (Pela ordem) – Revisão, pelo Ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, dos atos de demissão de servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e de empresas do Sistema Telebrás,

VI – Apresentação de proposições

ADYLSON MOTTA – PRESIDENTE – Manifestação de votos de Feliz Natal e Próspero Ano Novo.

VII – Encerramento

2 – MESA (Relação dos membros)

3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)

4 – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Relação dos membros).

Ata da 177ª Sessão, em 17 de dezembro de 1987

Presidência dos Srs Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário; Presidência dos Srs.

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Adylson Motta – PDS; Aldo Araes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Aluízio Campos – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Britto – PMDB; Antônio Mariz – PMDB; Arnaldo Mar-

tins – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Sant'Anna – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dirceu Carneiro – PMDB; Edison Lobão – PFL; Eduardo Jorge – PT; Eelio Rodrigues – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Francisco Rolemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Geovani Borges – PFL; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB;

Gerson Camata - PMDB; Gonzaga Patriota - PMDB; Guilherme Palmeira - PFL; Haroldo Lima - PC do B; Hélio Duque - PMDB; Heráclito Fortes - PMDB; Humberto Lucena - PMDB; Irajá Rodrigues - PMDB; Iram Saraiava - PMDB; Irapuan Costa Júnior - PMDB; Jalles Fontoura - PFL; Jarbas Passarinho - PDS; Jayme Santana - PFL; Jesualdo Cavalcanti - PFL; João Alves - PFL; João Castelo - PDS; João Paulo - PT; Jofran Frejat - PFL; Jonas Pinheiro - PFL; Jorge Bornhausen - PFL; Jorge Hage - PMDB; José Fogaça - PMDB; José Guedes - PMDB; José Ignácio Ferreira - PMDB; José Lins - PFL; José Lourenço - PFL; José Richa - PMDB; José Serra - PMDB; José Tavares - PMDB; José Viana - PMDB; Júlio Costamilan - PMDB; Jutahy Magalhães - PMDB; Koyu Iha - PMDB; Leopoldo Peres - PMDB; Lídice da Mata - PC do B; Lourival Baptista - PFL; Lúcio Alcântara - PFL; Luís Roberto Ponte - PMDB; Luiz Freire - PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva - PT; Lysâneas Maciel - PDT; Maguito Vilela - PMDB; Manoel Castro - PFL; Mansueto de Lavor - PMDB; Márcia Kubitschek - PMDB; Mário Lacerda - PMDB; Marco Maciel - PFL; Marcondes Gadelha - PFL; Maria de Lourdes Abadia - PFL; Mário Covas - PMDB; Mário Lima - PMDB; Mário Maia - PDT; Maurício Corrêa - PDT; Maurício Nasser - PMDB; Mauro Banevides - PMDB; Mauro Miranda - PMDB; Meira Filho - PMDB; Messias Góis - PFL; Messias Soares - PTR; Milton Reis - PMDB; Moema São Thiago - PDT; Moysés Pimentel - PMDB; Mozarildo Cavalcanti - PFL; Nabor Júnior - PDT; Nelson Seixas - PDT; Nelton Friedrich - PMDB; Noel de Carvalho - PDT; Odacir Soares - PFL; Olívio Dutra - PT; Osmir Lima - PMDB; Osvaldo Render - PDS; Paes de Andrade - PMDB; Paulo Mincarone - PMDB; Pedro Canedo - PFL; Plínio Arruda Sampaio - PT; Pompeu de Sousa - PMDB; Rachid Saldanha Derzi - PMDB; Raimundo Bezerra - PMDB; Renato Vianna - PMDB; Rita Camata - PMDB; Rita Furtado - PFL; Roberto Balestra - PDC; Ronaldo Aragão - PMDB; Rosa Prata - PMDB; Ruben Figueiró - PMDB; Ruberval Pilotto - PDS; Santinho Furtado - PMDB; Saulo Queiroz - PFL; Sérgio Spada - PMDB; Sérgio Werneck - PMDB; Severo Gomes - PMDB; Sigmarina Seixas - PMDB; Stélio Dias - PFL; Theodoro Mendes - PMDB; Ulysses Guimarães - PMDB; Valmir Campelo - PFL; Valter Pereira - PMDB; Victor Fontana - PFL; Virgílio Távora - PDS; Vivaldo Barbosa - PDT; Wilson Martins - PMDB.

I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): - A lista de presença registra o comparecimento de 141 Srs. Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. MÁRIO MAIA Segundo-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): - Passa-se à leitura do expediente.
O SR. MARCELO CORDEIRO, Primeiro-Secretário, procede à leitura do seguinte:

III - EXPEDIENTE

COMUNICAÇÕES

Brasília, 17 de dezembro de 1987.

Do Sr. Virgildasio de Senna, nos seguintes termos:

Senhor Presidente:
 Cumprindo determinação regimental

comunico a V. Ex.^a que me ausentarei do País entre os dias 22 a 29 do andante.

Esclareço ainda que nesse período, em viagem particular estarei na cidade de Assunção, Paraguai.

Na oportunidade renovo a V. Ex.^a as expressões de meu particular apreço e consideração. - **Virgildasio de Senna.**

Do Sr. Eduardo Moreira, nos seguintes termos:

Brasília-DF, 16 de dezembro de 1987
 Senhor Presidente:

Levo ao conhecimento de V. Ex.^a que a minha assinatura no requerimento de proposta de modificação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, foi apostila com o único e exclusivo sentido de apoio à iniciativa. Não significa, em hipótese alguma, comprometimento de voto por ocasião da apreciação da matéria e, muito menos, vinculação ou participação de quaisquer espécies em Movimento ou Grupo.

Atenciosamente. - **Eduardo Moreira.**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): - Está finda a leitura do expediente.

IV - PASSA-SE AO PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Fernando Santana.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB - BA Sem revisão do orador): - Sr. Presidente, solicitamos a V. Ex.^a autorização para transcrever, no Anais desta Assembléia Nacional Constituinte, a "Declaração de Brasília", documento final da Assembléia Parlamentar Latino-Americana para a Dívida Externa, que se reuniu em Brasília, no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 1987.

Sr. Presidente, com intuito de deixar muito claro para todos os parlamentares e para que eles se interessem em ler esse documento, porque geralmente os documentos nesta Casa não são lidos, gostaríamos de salientar alguns trechos, como, por exemplo, este:

"Concordaram" - todos os parlamentares da América Latina - ser essencial que os países latino-americanos tenham capacidade de confronto diante das imposições dos credores para que se possa atingir uma solução definitiva.

Os países desta região fizeram enormes, profundos e duradouros esforços para se ajustar às rígidas normas ditadas por instituições financeiras internacionais.

Depois de anos de tentativa, os principais resultados são: a renda per capita dos quinze maiores devedores caiu violentamente en-

tre 1981 e 1986; recessão e consequente queda acentuada no nível de emprego; redução substancial dos salários reais; inflação desde a incontrolável até a insuportável falta de recursos para atender aos programas mínimos de saúde, educação e saneamento; diminuição acentuada dos recursos, para investimentos nos setores produtivos; fuga de capitais; queda constante dos preços internacionais dos produtos latino-americanos de exportação".

Sr. Presidente, mais à frente gostaríamos de destacar este parágrafo:

"No atual contexto da economia internacional, profundamente adverso a nossos países, o compromisso de Acapulco, recentemente firmados por oito Chefes de Estado de países latino-americanos, representa uma alternativa efetiva em favor do desenvolvimento com democracia, justiça social e independência".

Em outro importante parágrafo temos:

"O nosso desenvolvimento, portanto, passa pela suspensão da transferência líquida de recursos. Esse deve ser o primeiro passo de uma estratégia coerente da região".

Sr. Presidente, não querendo abusar do tempo neste período do Pequeno Expediente, farei a leitura apenas de uma das decisões da Assembléia Parlamentar, depois de todas essas considerações anteriores:

"Por estas razões, os participantes da Assembléia Parlamentar Latino-Americana para a Dívida Externa decidem: A - incentivar a realização de uma conferência intergovernamental no primeiro nível de decisão política com o objetivo de orientar a ação das instituições econômicas regionais e estabelecer um canal único de comunicação no debate Norte-Sul naquilo que disser respeito às relações econômicas."

Sr. Presidente, como a leitura desses trechos escolhidos rapidamente do texto completo da "Declaração de Brasília", queríamos somente chamar a atenção de nossos colegas, os que estão presentes e os que nos estão ouvindo em seus gabinetes, para que leiam a "Declaração de Brasília", que vai ser transcrita nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte.

DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O ORADOR:

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA

A Assembléia Parlamentar Latino-Americana para a Dívida Externa, reunida em Brasília nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 1987, concluiu que a ação conjunta dos países devedores é o elemento fundamental para a solução do problema de endividamento. Somente a ação conjunta poderá transformar em fatos concretos a força de nossa solidariedade. A unidade e a mobilização dentro de cada país em torno da questão outorga solidez à ação dos governos para as negociações da dívida.

Os representantes dos países latino-americanos reafirmaram a crença de que o problema do endividamento externo ultrapassou a fronteira do fato econômico para se transformar numa situação política grave e sem precedentes na história do relacionamento dos povos.

Concordaram ser essencial que os países latino-americanos tenham capacidade de confronto diante das imposições dos credores para que se possa atingir uma solução definitiva. As fórmulas ortodoxas e clássicas de reajuste econômico e financeiro como condicionamento das negociações se esgotaram com resultados desastrosos para o continente.

Os países desta reunião fizeram enormes, profundos e duradouros esforços para se ajustar às rígidas normas ditadas por instituições financeiras internacionais.

Depois de anos de tentativa, os principais resultados são: a renda per capita dos quinze maiores devedores caiu violentamente entre 1981 e 1986; recessão e consequente queda acentuada no nível de emprego; redução substancial dos salários reais, inflação desde a incontrolável até a insuportável, falta de recursos para atender aos programas mínimas de saúde, educação e saneamento, diminuição acentuada dos recursos, para investimentos nos setores produtivos, fuga de capitais, queda constante dos preços internacionais dos produtos latino-americanos de exportação.

Esses resultados tomam claro que nos últimos anos a América Latina desenvolveu, de maneira dramática, seu subdesenvolvimento. Não houve progresso nem prosperidade. Dívida externa e comércios devem ser considerados de forma conjunta. Os maiores esforços para conseguir superávits comerciais significativos foram consumidos por elevadíssimas taxas de juros.

Essa situação de escandalosa desigualdade, proporcionada pela Ordem Econômica Internacional, em que pobre financia rico, colocada em debate numa fronteira além da discussão econômica. Os países centrais não promovem seus ajustes internos e terminaram por punir duramente as nações latino-americanas. A questão é, pois, de caráter político, porque as soluções econômicas se mostraram inequivocamente gastos, ultrapassadas, anacrônicas.

Os esquemas de condicionalidade que exigem o ajuste das economias para recuperar a capacidade de pagamento e restaurar o equilíbrio externo, sacrificando o desenvolvimento interno, provocaram seu total fracasso. Políticas como a da conversão da dívida em ativos são pouco relevantes e trazem altos riscos para a região. As conversões ameaçam com desnacionalização, sem trazer novos recursos ou tecnologias.

Elemento importante na construção da nova Ordem Econômica Internacional deve ser a utilização de novos recursos financeiros ou tecnológicos e os que poderão surgir como consequência do desarmamento mundial. A redução de gastos militares dos países desenvolvidos deve significar importante contribuição para a paz, mas também uma contribuição ao desenvolvimento da América Latina e demais continente subdesenvolvidos.

A solução do problema da dívida externa é condição necessária, mas não suficiente, para conseguir o desenvolvimento econômico e social da região, pois é relevante, também, transformar a Ordem Econômica internacional que gerou a atual crise e atuar em conjunto para criar a realidade de uma nova Ordem Econômica Internacional, que assegure à América Latina adequada participação nos avanços tecnológicos e econômicos contemporâneos.

No atual contexto da economia internacional, profundamente adverso a nossos países, o compromisso de Acapulco, recentemente firmado por oito Chefes de Estado de países latino-americanos, representa uma alternativa efetiva em favor do desenvolvimento com democracia, justiça social e independência.

A região deve concentrar seus esforços para fortalecer integração como instrumento indispensável para acelerar seu crescimento e desenvolvimento econômico, que é condição básica para aumentar seu poder de negociação no âmbito internacional. E, mais importante, para poder responder às exigências que, com toda justiça, fazem nossos povos. Hoje a América Latina requer no mínimo, uma taxa de investimento igual à transferência de recursos que temos enviado ao exterior nos últimos cinco anos. O nosso desenvolvimento, portanto, passa pela suspensão da transferência líquida de recursos. Este deve ser o primeiro passo de uma estratégia coerente da região.

Uma estratégia de longo prazo requer estabilidade política e supõe a configuração de acordos sociais básicos, compartilhados pela maioria. A política econômica deve resguardar os espaços políticos necessários para preservar uma aliança social ampla e permanente. Uma política que proporcione crescimento e desenvolvimento com justiça e autonomia deve responder ad duplo desafio de promover mudança da estrutura produtiva, garantindo amplo apoio social em ambiente democrático.

Este é o momento maior da solidariedade latino-americana e da ação conjunta para a solução do problema da dívida. Cada país tem, individualmente, uma responsabilidade diante desta questão.

Nunca tivemos oportunidades semelhantes para mudar, em nosso favor, a Ordem Econômica Internacional. Nunca, antes, nossos povos adquiriram, como agora, a consciência de que são irmãos, e que todas as divergências antigas foram semeadas entre eles pelos interesses, dos colonialismos que sofremos durante séculos. Todas as potencialidades do continente estão à disposição de nosso projeto comum, que só ganhará contornos definitivos quando o povo assumir de fato o papel de condutor de nossa História.

Este é o momento de confronto, que deverá modificar a relação de submissão pela negociação com base no conflito de interesses. E o interesse dos políticos latino-americanos, expresso na reunião de Brasília, será o de lutar pelo desenvolvimento dos países do continente.

Por estas razões, os participantes da Assembléia Parlamentar Latino-Americana para a Dívida Externa decidem:

a) incentivar a realização de uma conferência intergovernamental no primeiro nível de decisão política com o objetivo de orientar a ação das instituições econômicas regionais e estabelecer um canal único de comunicação no debate norte-sul naquilo que disser respeito às relações econômicas;

b) definir pautas conjuntas de negociação que contribuam para obter condições mais justas e permanentes. Com essa finalidade, os parlamentos latino-americanos determinarão os procedimentos e mecanismos adequados para possibi-

litar o acompanhamento da negociação da dívida externa e seus efeitos, internos e externos;

c) executar ações concretas em cada um de seus países, como objetivo de assegurar a unidade e a mobilização necessárias para conscientizar e respaldar ações comuns em face do grave problema que enfrentam os nossos países;

d) expressar a plena solidariedade regional àqueles que adotaram ou vieram a adotar legítimas medidas de suspensão de pagamentos, tais como moratória, limitação de transferências de recursos e outros, premidos pela inflexibilidade dos credores para a mudança das políticas econômicas globais que afetam os países em desenvolvimento;

e) mobilizar os diferentes setores nacionais para assegurar seu compromisso com a integração latino-americano único instrumento real de fortalecimento de nosso poder de negociação e fórmula para redução da vulnerabilidade e da dependência de nossos países;

f) adotar medidas que impeçam a transferência líquida de recursos para fora da América Latina;

g) incentivar os parlamentares de cada país a tomarem iniciativas necessárias e coerentes com esta declaração.

O SR. NELSON SEIRAS (PDT - SP).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, venho a essa tribuna reiterar meu posicionamento favorável aos trabalhadores brasileiros, em especial, aos comerciários. Quando do anúncio, pelo Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, da possibilidade de se abrir o comércio aos domingos, vim a esta tribuna e através de pronunciamento procurei mostrar o quanto à medida seria prejudicial aos comerciários.

O pronunciamento teve grande repercussão, principalmente na região noroeste do Estado de São Paulo, cuja capital podemos dizer, é São José do Rio Preto. Passarei agora a ler a correspondência por mim recebida, do Sindicato dos Empregados no Comércio de São José do Rio Preto, que bem demonstra a realidade dos comerciários, com a qual sempre me preocupei:

"Senhor Deputado",

Tomamos conhecimento do pronunciamento feito por Vossa Excelência no plenário da Câmara dos Deputados, em 2 de dezembro próximo passado, através do qual, vigorosamente, protestou contra a abertura do comércio aos domingos, por proposta do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco. O assunto, como se sabe, foi desencadeado pelo referido Ministro de Estado e visa, na nossa avaliação, a mais uma tentativa de desestabilização da nossa categoria profissional, já exageradamente sofrida com jornada de trabalho, parcos vencimentos no final de cada mês, etc.

Os "lobbies" dos "shopping temem", tão bem lembrados por Vossa Excelência no seu pronunciamento, pretende, inquestionavelmente, "arrancar" a abertura indiscriminada do comércio em todo o País. Pretendemos nos valer do seu pronunciamento para dizer-lhe que "o descanso semanal não é apenas uma conquista trabalhista consolidada, é também uma conquista histórica que

nasceu com o Cristianismo e que hoje faz parte da cultura ocidental."

Felizmente, como se depreende do seu pronunciamento, temos a certeza de poder contar no Congresso Nacional Constituinte com o enérgico e vigoroso posicionamento de Vossa Excelência em favor dos mais fracos, daqueles que, no dia-a-dia, atrás dos balcões, produzem a riqueza dos patrões, que na maioria das vezes pouco reconhecem a ação dos empregados. A pessoa do Presidente do Sindicato, infra-assinado, a entidade em si e seus diretores sentem-se orgulhosos na constatação de que um conterrâneo, rio-pretense, no exercício da elevada função de Deputado Federal Constituinte, tem-se mostrado francamente em favor das causas dos trabalhadores brasileiros.

Ainda recentemente, sábado, dia 5 passado, na sede do Sindicato, especialmente convidado pelo Presidente Infra-assinado, Vossa Excelência mais uma vez, demonstrou que intransigentemente está ao lado das reivindicações dos trabalhadores brasileiros. Cumprimentando-o pela transparência da posição, que sensibiliza a todos, aproveitamos a oportunidade para reiterar-lhe os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente — **Paulo Fernandes Lucânia**, Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB — ES. Sem revisão do orador):

— Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como fui citado ontem, aqui, desejo tecer algumas considerações a respeito do desastre eleitoral ocorrido na cidade de Vila Velha, no meu Estado, nessa eleição temporona, não esperada, a que os partidos políticos tiveram que se submeter. Muitas hipóteses estão sendo feitas. Cientistas políticos estão analisando, vendo-o de muito longe, sem nele penetrar mais a fundo, o fenômeno ocorrido em Vila Velha, quando o candidato a prefeito mais votado foi o mosquito. Conhecedor dos fatos ali sucedidos, gostaria de deixar registrada nos Anais desta Casa minha posição a respeito.

Primeiro, quem perdeu a eleição em Vila Velha não foi o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. O eleitorado de Vila Velha derrotou o Governador do Estado — que é eleitor daquele Município, pelo qual se elegeu deputado estadual e federal — pela antiadministração que começou a fazer no Espírito Santo, paralisando obras, perseguindo, demitindo, criando ali um clima de ódio e de terror. Seus próprios conterrâneos mostraram repúdio à atitude do Governador do Estado. Pela primeira vez, na história do Espírito Santo, em apenas um mês, o Governador do Estado usou cerca de 11 milhões de cruzados em publicidade, com recursos do povo, para a campanha política do PMDB. Foi um escândalo de proporções imensas, com o uso deslavado do dinheiro público em favor do candidato de um partido. Antes o Espírito Santo nunca havia visto tais acontecimentos. Foi exatamente por isso que o povo de Vila Velha mostrou seu repúdio ao Sr. Governador.

Mas ocorreu um fato mais grave que deixou mal o Governador do Estado e, ao deixá-lo mal, também deixou mal todos os políticos. Na sema-

na da eleição explodiu no Espírito Santo um outro horroroso escândalo do Governo Estadual: os jornais descobriram que o Governador mandou fundar uma agência de propaganda para arrebanhar a publicidade do Governo do Estado para os jornais do Espírito Santo. E quem são os donos dessa agência de propaganda? A mulher do Governador, a Exma^a Primeira-Dama Maria Gleide Mauro, e sua filha, Margi Mauro. A esposa e a filha do Governador, sócias de uma empresa de propaganda, arrebanharam a publicidade do Governo do Estado e a distribuíram pelos rádios, jornais e televisão. Ocorreu, na mesma semana, violenta reação das agências de propaganda do Estado do Espírito Santo ao verem a concorrência desleal e corrupta de uma agência de propaganda formada pela própria mulher e filha do Governador, reação essa registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

Faço este registro a nível nacional, no sentido de que a Associação Brasileira das Agências de Propaganda tome uma posição contra essa tentativa de transformar essa nobre atividade numa atividade corruptora e censora do Estado, quando parentes próximos do Governador abocanham e amealham verbas publicitárias.

Mas, na verdade, não ficamos tão mal, nós que somos políticos, quanto os cientistas políticos querem dizer. Quem ficou mal foi o Governador do Estado do Espírito Santo, que deixou todos nós, do PMDB principal, numa situação vexatória com aquela acachapante derrota.

Cumprimento o PT pela sua vitória, pelo trabalho que empreendeu pelas ruas de Vila Velha, merecendo, depois do mosquito, a confiança do povo daquele Município. Espero que a lição que o eleitorado deu ao Governador renda frutos no sentido de que S. Ex.^a faça correção nos destinos que está impondo às metas do Governo do Estado do Espírito Santo.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO. Sem revisão do orador):

— Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesta última reunião da Assembléia Nacional Constituinte do ano de 1987 temos muita coisa a lamentar. Mas não há nada que possamos lamentar mais do que o desrespeito continuado do Governo ao Congresso Nacional. Vejam V. Ex.^a que o Presidente da República e o Ministro Bresser Pereira, assim como o Ministro Costa Couto e outros porta-vozes do Governo, quando, no início, falavam do diabólico e terrível pacote fiscal, nas entrelinhas deixavam antever que, caso o Congresso Nacional estivesse funcionando, o Governo remeteria uma mensagem com o pacote para o Congresso Nacional. Não se utilizaria mais uma vez do decreto-lei, porque, segundo diziam, não seria correto baixar um decreto-lei caso o Congresso Nacional estivesse em funcionamento.

As Mesas da Câmara e do Senado fizeram um esforço inaudito e apoiam a auto convocação do Congresso Nacional. Tão logo viabilizou-se essa convocação, os porta-vozes do Sr. Ministro da Fazenda e do Governo foram a público dizer que não iam efetivamente mandar Mensagem para o Congresso, que iriam mesmo utilizar-se do decreto-lei para impor à Nação o pacote fiscal, medida profundamente desrespeitosa, já que temiam uma Carta Magna sendo elaborada pela Assembléia Nacional Constituinte e um Congresso em funcionamento.

Este pacote fiscal é totalmente inopportun. Mas o Presidente José Sarney, que sempre aparece como uma figura amena, fidalga, o lobo vestido de ovelha, sempre atentando contra os interesses do povo brasileiro, já estava com o punhal à mão para sangrar mais uma vez o povo brasileiro, para pegar principalmente o homem e a mulher de classe média, o trabalhador e a trabalhadora, que vão ser duramente atingidos por mais esta medida, pela onda aumentista que o Governo deflagrou neste final de ano. Repito, o Governo está pronto para sangrar o homem e a mulher de classe média, que vivem de salários e são, efetivamente, os que farão em face dessas necessidades de dinheiro em decorrência dos rombos das estatais. O Presidente Sarney e seus ministros não chegam ao entendimento tão simples a que todos já chegaram de que somente acabando com a maior parte dessas estatais, e, consequentemente, com o vultoso prejuízo que elas dão a cada ano à Nação é que o Brasil atingirá um ponto de equilíbrio. Não. Eles continuam mantendo as estatais para manter os cabides de emprego dos seus protegidos, com os prejuízos dessas estatais sendo cobertos pelo trabalhador assalariado e pela classe média brasileira. Nunca se atentou tanto contra a classe média como o Governo Sarney.

Tudo isso é lamentável.

O Partido Democrata Cristão vem mais uma vez protestar contra tal situação. Não é assim que se resolve o problema do País, que, concordamos, tem que se modernizar, tem que racionalizar suas estruturas administrativas, tem que distribuir melhor a renda, tem que fazer justiça social. O Governo não pode cobrar este imposto absurdo que só vai acima de 22% do que se produz. Não podemos aceitar tal situação. O Governo não deve continuar tentando impor-nos um pacote fiscal neste final de ano. Deve esperar o Congresso funcionar normalmente, — porque não funcionará, mesmo convocado, neste período de final e começo do ano. E, mais ainda, deve esperar a nova Constituição. Como se fazer uma mudança agora, em desacordo com o que está já escrito no Projeto de Constituição e com o que possa vir depois como norma para uma política tributária correta e justa? Essas normas estão sendo estatuídas exatamente para fortalecer a classe média, não para acabar com os trabalhadores brasileiros, incorporando à atividade produtiva toda essa massa de gente aviltada pela péssima política salarial do Sr. Sarney. Na medida em que soubermos distribuir a renda e a riqueza nacional, fortalecendo a classe média, ampliando o número de proprietários, pagando um salário justo, tudo isso será conseguido; na medida em que atingirmos essas metas, teremos a estabilidade das instituições, funcionará perfeitamente, no Brasil, a democracia com que todos nós sonhamos. Não é tirando dinheiro do bolso do contribuinte, principalmente do assalariado e da classe média, a cada fim de ano, num verdadeiro roubo, num verdadeiro assalto, que o Governo vai equilibrar suas já desajustadas finanças.

Sr. Presidente, este o protesto do PDC. Chamamos o Sr. Sarney ao bom senso, que está faltando a S. Ex.^a, tão atemorizado está em perder um ano, um mês ou um dia de mandato, prazo que está contando nos dedos. S. Ex.^a já não pensa em mais nada.

Isso não é correto nem justo. Todos julgaram, quando resolveram dar-lhe posse em substituição a Tancredo Neves, que estavam dando posse a um homem ameno, fidalgo, a um patriota, a um bom administrador, que pudesse efetivamente levar o País ao equilíbrio, ao desenvolvimento, à paz, pela justiça social que o Governo praticaria e levaria a Nação toda a pratica.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Brasil todo assiste a um verdadeiro caos na Administração Pública Federal. Vemos, de um lado, um Governo completamente sem autoridade, anunciando numa hora que vai extinguir alguns Ministérios, reduzindo o seu número, anunciando em outra hora uma profunda reforma administrativa, mas não reduz Ministério algum nem executa qualquer tipo de reforma administrativa; um Governo que permanentemente fala em cortar gastos públicos e, em vez de fazer isso, exige um sacrifício cada vez maior do nosso contribuinte, principalmente do assalariado e da classe média; um Governo que, na hora em que se fala em cortar gastos públicos, cria, através de decreto – e isso é muito grave – 9.700 cargos na Administração Pública Federal; um Governo que extinguiu o BNH mas incorporou todos os seus funcionários à Caixa Econômica Federal e teve, inclusive, de aumentar os vencimentos dos servidores desta, devido à insatisfação que causou a todos os funcionários da CEF o desnível salarial então ocorrido. Agora, apesar de ter incorporado quase 10 mil servidores à Caixa Econômica Federal, gasta 480 milhões de cruzados com uma Fundação – a Fundação Carlos Chagas – para promover uma prova de seleção externa, para pôr mais funcionários na Caixa Econômica Federal. É meio bilhão de cruzados – a metade do valor da compra dos apartamentos da Previdência Social – e não houve, creio, uma nota censurando isso, que me parece gravíssimo.

Sr. Presidente, recentemente o Governo encaminhou ao Congresso projeto que cria o sistema de carreira do funcionário público, e já o disse em sessão anterior. Tanta foi a revolta e as manifestações contrárias por parte dos funcionários que esta Casa resolveu não dar andamento ao projeto. Agora o Governo retira o projeto do Congresso e vai baixar essas medidas através de decreto-lei. E vai estabilizar, efetivar 96 mil funcionários. Isso tem de ser dito e repetido aqui desta tribuna.

Chamo ainda a atenção para um projeto de lei enviado pelo Congresso Nacional, através do qual cria os cargos de técnico em políticas públicas e gestão governamental. Ninguém sabe exatamente qual será o conteúdo ocupacional desses cargos. Ninguém sabe o que é isso. Pois bem, Sr. Presidente, este projeto de lei foi encaminhado para cá no dia 27 de outubro. Não foi apreciado por esta Casa e não sei se o será nesta convocação extraordinária. Mas o Governo, que é moroso, relapso para as coisas que deve tocar com celeridade, já se apressa em baixar um edital para concurso público e preenchimento de 450 dos 1.740 cargos que criaria através desse projeto de lei. Os cargos não foram criados, mas já existe, no *Diário Oficial* do dia 16 de dezembro de 1987, um edital baixado pela Secretaria da Administração Pública – Fundação Centro de Formação

do Serviço Público – contratando outra fundação para a abertura de concurso público e preenchimento dos cargos, que sabemos, sequer, se serão aprovados por esta Casa.

Tal fato deve ser denunciado à Nação, repito, num momento em que se faz todo esse estardalhaço nos jornais em torno de gastos públicos. É um Governo irresponsável, incompetente, que age de má-fé, e, por isso mesmo, deve merecer a nossa crítica, censura e a denúncia por esses atos de improbidade administrativa que se vêm seguindo, dia a dia, na Administração Pública Federal.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não será a ausência do Líder do “Centrão”, Roberto Cardoso Alves; nem do Líder do “Esquerdão”, Maurílio Ferreira Lima, que colocará no “Esquerdão” ou no “Centrão” a culpa de não termos chegado a um consenso. Efetivamente, não chegamos a um acordo. É isso que transpira lá fora. Lamentavelmente as coisas se cifram assim. Será muito bom que o contato com as bases mostre que as radicalizações só conduzem a um impasse. E o impasse não leva a nada.

Feito esse registro, quando esquerda e direita radicais estão ausentes, chamando a culpa para o todo, porque a Constituinte é um todo – não é um, nem é outro – quero grifar algo que acontece na minha terra e que deve ser aproveitado a nível de Assembléa Nacional Constituinte. Por declarações do Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, se 10% dos sonegadores do Tesouro fossem chamados a adimplir seus compromissos com o erário estadual, estaria resolvido o problema do pagamento dos funcionários do Rio Grande do Sul, que, lamentavelmente, como sabem todos, é a unidade federativa mais endividada do Brasil. Indaguei de S. Ex.^a, meu correligionário e amigo, a razão pela qual o Executivo – e não digo o Governo, porque o Governo é Legislativo, Executivo e Judiciário, e causa espécie, por exemplo, que o Judiciário da minha terra haja entrado em greve contra o Governo, esquecido de que também é Governo – não dava nome aos devedores, não dizia o quais os 580 responsáveis pelo rombo do Tesouro. S. Ex.^a respondeu-me na oportunidade que o Código Tributário Nacional acobertava isso. Li, mais uma vez, o Código Tributário Nacional; vendo que ali a tal coisa não há menção, passei um telegrama às autoridades do Executivo de minha terra pedindo que fizessem chegar ao Deputado que está na tribuna aquela relação. De posse dela, vou ocupar a tribuna e fazer inserir nos Anais os nomes dos devedores, para que pelo menos uma vez nesta terra proceda-se, em relação a quem deve muito e tem com que pagar, da mesma forma como se procede com quem não tem com que pagar, deve pouco e acaba no SPC. É tempo de Constituinte. Quem sabe se tiramos daqui uma ilação para prever a impossibilidade das anistias, que fazem a irresponsabilidade ser que a anistia acaba dizendo ser tolo o honesto que paga, porque se favorece aqueles que, apostando na anistia, que acaba vindo na undécima hora, não pagam, enquanto o pequeno, que não têm influência e força, acaba executado, vira publicamente mau pagador e não tem sua impunidade referendada pelo oficialismo.

Percebiam bem: 10% do que se sonega no Rio Grande do Sul dariam para pagar as folhas de pagamento dos servidores daquele Estado e terminariam com os problemas da minha terra. O que não se passa na Previdência, por exemplo, quando se sabe – é público e notório – que as anistias são responsáveis, como também as execuções não levadas a termo, por toda essa falta de recurso, de encaixe e outras coisas mais? Por isso não se deve retirar a responsabilidade do Congresso Nacional, que, agora sim, em boa hora, se autoconvocou, colocando de lado a possibilidade de o Executivo, por decreto-lei, empurrar goela abaixo dos contribuintes, às vésperas de uma nova Carta, uma reforma tributária feita a seu bel-prazer.

Eram essas, Srs. Constituintes, as considerações que desejava fazer.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o processo de redemocratização do País, após 20 anos de um regime fechado, resultou na convocação desta Assembléa Nacional Constituinte.

Em 15 de novembro de 1986 o povo nos delegou a grandiosa tarefa de promover, em seu nome e em seu favor, uma profunda mudança constitucional brasileira, na expectativa de ver concretizado o seu sonho secular de uma nação democrática, justa e humana, onde aqueles que produzem as riquezas do País, de sol a sol, com suor e sangue, fossem gratificados pelos seus esforços, vivendo dignamente, satisfazendo suas necessidades materiais, intelectuais e sociais.

Hoje, mais uma vez, estamos aqui reunidos, depois de vários meses de trabalho, movidos por calorosos debates, tendo sido ouvidos representantes dos diversos segmentos sociais, na busca de definição dos caminhos que deveriam ser seguidos para a elaboração da Nova Carta Constitucional.

Gostaria de lembrar aos nobres colegas que as regras regimentais dos nossos trabalhos foram democraticamente definidas.

Várias Comissões foram formadas, dentre elas a Comissão de Sistematização, cujo funcionamento e atribuições foram definidas de acordo com a vontade da maioria dos Constituintes, manifestada pelo voto em plenário.

No cumprimento da tarefa que lhe foi delegada, a Comissão de Sistematização apresentou ao plenário da Assembléa um projeto de Constituição, motivo do impasse com que ora nos defrontamos.

Segmentos representativos de grupos minoritários de nossa sociedade, também membros desta Assembléa Nacional Constituinte, que durante os trabalhos da Comissão de Sistematização estiveram ausentes, cuidando dos seus interesses, administrando suas empresas e bancos, ao tomarem conhecimento do trabalho dessa Comissão, reagiram em uníssono por verem atingidos seus interesses capitais.

Unindo forças no chamado “Centrão”, esse grupo de insatisfeitos com o projeto da Comissão aglutinou-se em torno do propósito de inviabilizar a sua aprovação em plenário, usando como artifício uma absurda mudança regimental, por meio da qual poderia alterá-lo em sua essência. Em resumo, seria mudar, ao seu final, as regras do jogo por eles mesmos preliminarmente referendadas.

Encarando Projeto Bernardo Cabral com todas as suas falhas e limitações, mas que encerra conquistas no que se refere aos direitos e garantias individuais, direitos sociais e no que tange à mudança de sistema de governo, outro grupo de Constituintes, de diversos partidos em menor número, contrapondo-se ao chamado "Centrão" busca a infrutífera manutenção dos dispositivos do mesmo Projeto, com a intenção de assegurar seus avanços, saciando em parte a vontade popular.

Essa polarização dentro da Assembléia Nacional Constituinte gerou um impasse, que há vários dias coloca em uma mesma mesa os dois grupos em busca de um entendimento.

Mas o impasse perdura, e hoje vejo, como único resultado do somatório de tantas negociações, a inviabilidade de uma conciliação.

Lá fora, sem poder acompanhar de perto e sem compreender o que acontece aqui dentro, o povo aguarda, impacientemente, uma resposta desta Assembléia.

No meu entender, qualquer esforço e tentativa de qualquer um dos grupos, daqui por diante, não levará a um resultado satisfatório.

O momento exige uma profunda reflexão na busca dos princípios que regem a democracia representativa.

O povo, soberanamente, elegeu-nos seus representantes. Em vista do impasse que se coloca, soberanamente ao povo cabe o veredito final.

Assim, venho a esta Tribuna propor aos membros dessa Assembléia Nacional Constituinte a transferência da solução do impasse àqueles que estão com seus destinos em jogo, numa verdadeira demonstração de humildade, seriedade e espírito democrático.

Apresentaríamos, cada grupo, em tempo hábil, um projeto coerente com suas idéias. Teríamos um período determinado para apresentá-los à população, pelo rádio e televisão. Finalmente, os dois Projetos seriam levados a um plebiscito nacional, para a escolha daquele que melhor vislumbrasse a vontade da maioria dos cidadãos.

Em um plebiscito nacional, o povo manifestaria a sua vontade.

Só assim poderemos chegar a uma Constituição realmente legítima e duradoura.

O SR. MÁRIO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA):

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a mande publicar nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte artigo do jornalista Leonardo Mota Neto, publicado no "Correio Brasiliense" de hoje, em que, com muita clarividência, analisa alguns aspectos do quadro político atual, como o atraso dos trabalhos desta Assembléia e as dificuldades do Governo Federal, apontando alguns caminhos para, na sua opinião, solucionar a crise nacional.

Artigo a que se refere o orador.

ÁREAS MACHUCADAS

O Presidente Sarney terá que administrar alguns problemas de diálogo político na sua base parlamentar, se quiser ter ainda alguma possibi-

lidade de ver aprovado o mandato de cinco anos. O líder na Constituinte, deputado Carlos Sant' Anna, até aqui vinha obstruindo os trabalhos da Assembléia – fase Comissão de Sistematização – com o objetivo sub-reptício de ganhar tempo e jogar as coisas para o futuro. Era o próprio Palácio do Planalto, portanto, que tratava de colocar freios ao trabalho constitucional, estratégia que gerou ressentimentos nos parlamentares, mesmo ligados ao Presidente por antiga afeição, que desejavam corresponder às expectativas do eleitorado, através de uma dedicação invulgar à tarefa constitucional.

A tese dos cinco anos está retornando apesar de todas essas circunstâncias contrárias ao Planalto, e apesar do Presidente Sarney. O medo e o instinto de autodefesa são maiores que a oposição velada ao Governo. Mas ainda maiores são o clamor da opinião pública diante da inação governamental e o terror ante os números inflacionários aguardados para janeiro – algo em torno de vinte por cento. Um medo supera o outro, em grandeza, numa escala vertical de psicoses. Quem há de desarmar o foco inicial desse ciclo será a autoridade do Governo infelizmente desgastada. Um livro que circulava ontem no Congresso pelas mãos do deputado Mário Lima, a propósito, revelava que um plano para combater a inflação ou para impor sacrifícios às classes sociais só dá certo se obtiver o mais franco apoio da sociedade. De nada adiantará um decreto frio, baixado em Brasília, sem mobilização da opinião pública. Estará fadado a ser repetido dentro de mais três meses, quando haverá ainda mais medo do futuro do que agora; os problemas políticos decorrentes dessa escalada de temores poderão ser enfrentados pelos articuladores à disposição do Presidente da República, mas com o cuidado extremado para não atrair novas faixas de ressentimentos contra Sarney e o seu Governo. Ontem, o Presidente mostrava-se tranquilo e afável nos cumprimentos do Poder Executivo pelas festas natalinas. Ao ministro Aureliano Chaves, especialmente, transmitiu opiniões bastante otimistas quanto ao desempenho administrativo do governo no próximo ano.

Terá que haver muito cuidado para não se pisar nas sensibilidades políticas. É importante que o Governo cuide de se entrosar ainda mais com os que são a seu favor, e conquistar novos redutos alheios. Mas a preferência será sempre dos que estão originalmente com o Presidente Sarney. O PTB, por exemplo, não deverá substituir áreas já entregues ao PMDB e ao PFL, a não ser que se queira trocar o quase certo pelo muito incerto.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, um final melancólico vive hoje, possivelmente até 4 de janeiro do próximo ano, a Assembléia Nacional Constituinte.

Ainda sou daqueles homens otimistas, de fé, que acreditam que, num Parlamento sobre o qual pesam tantas e tamanhas responsabilidades, ainda é possível dialogar, negociar, para se chegar ao entendimento. Fico profundamente decepcionado com a intolerância e a intransigência de grupos que se dizem democráticos mas são os primeiros a obstruir de forma cega e doentia o processo democrático, na sua integralidade.

O PDT, que juntamente com o PT é responsável pelas emendas supressivas do texto do Substitutivo 21-A já aprovado, concorda em retirar essas emendas, desde que o substitutivo seja remetido à publicação e passem a fluir os prazos para apresentação de emendas, e tanto quanto mais diz o Regimento Interno. Não foi, portanto, o PDT, e muito menos o PT ou qualquer outro segmento progressista, que interrompeu o diálogo, que obstruiu o entendimento.

Por isso, Sr. Presidente, não surpreende que pesquisas de opinião pública recentemente publicadas coloquem o Poder Legislativo, a classe política no último patamar de credibilidade. Isto ocorre porque aqui – parece – os mandatos não estão revestidos de um compromisso sério, histórico, com os direitos da sociedade brasileira; parecem, sim, pertencer a grupos poderosos que influem em decisões importantes.

Sr. Presidente, fico profundamente contristado quando vejo a classe política fechar-se, encaramujar-se, ensimesmar-se e negar-se a proceder como procedem homens de bem, de bom senso, que querem construir uma nova sociedade. Lá fora vegeta tristemente, em infundáveis bolsões de miséria e degradação humana, toda uma população que nutria esperanças e tinha fé e hoje, desesperadamente, sem fé e revoltada, faz uma avaliação correta e justa da classe política, dando-lhe o último lugar entre todos os segmentos da sociedade brasileira que têm ou não qualquer tipo de credibilidade.

Feita esta observação, Sr. Presidente, gostaria de retornar um assunto que suscitei aqui em requerimento de informação encaminhada à Mesa e por ela enviado à Chefia da Casa Civil da Presidência da República. À época, preocupado com o noticiário dos jornais de que crianças brasileiras estariam sendo contrabandeadas para Israel e lá transformadas em cidadãs de segunda classe, encaminhei esse pedido de informação à Chefia da Casa Civil da Presidência para que, através dos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores, apurasse a procedência ou não da denúncia.

Pois bem, Sr. Presidente, a resposta lacônica que recebi do Ministro Paulo Brossard foi a de que o Ministério da Justiça não tinha conhecimento desse contrabando de crianças, mas que diligenciaria junto ao Ministério das Relações Exteriores para apurar a veracidade ou não da denúncia. De lá para cá – e isto foi há cinco meses – nenhuma palavra a mais sobre o assunto foi dada. Agora, o assunto volta a constituir-se em manchete dos jornais. Descobriu-se que a menina Bruna Aparecida Veloso, seqüestrada há um ano e meio em Curitiba, no Paraná, está em Israel, para onde foi contrabandeada certamente à margem da lei, sem o conhecimento das nossas autoridades. E o que faz a Polícia Federal? Diz apenas que a criança, embora contrabandeada, portanto de forma ilegal, contrariando e lesando as leis deste País, é cidadã de primeira, segunda ou terceira categoria em Israel e não pode ser recambiada para o Brasil.

Ora, tanto quanto sei, se houve contrabando, houve um ilícito penal e, se assim é, a cidadania de segunda categoria da criança não vale. Portan-

to, cabe ao Ministério das Relações Exteriores adotar providências para que esta criança seja trasladada para o Brasil e reconduzida à sua legítima mãe.

Mas isso, Sr. Presidente, a meu juízo, é apenas a ponta de uma longa e complexa teia que talvez envolva centenas ou milhares de crianças brasileiras, filhas de gente humilde, que estão sendo contrabandeadas para outros países, especialmente para Israel, onde, adotando a cidadania israelense, vão se transformar em cidadãs de segunda categoria, tal como são tratados os palestinos nos territórios ocupados por Israel.

Exige-se, por isso mesmo, Sr. Presidente, não apenas uma manifestação despretensiosa, inconsequente e até irresponsável da Polícia Federal, alegando que já fez tudo quanto podia fazer e que a criança é cidadã israelense.

Cabe uma ação decisiva, coerente e responsável dos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores, para que esse episódio seja suficientemente esclarecido e essa criança recambiada para o Brasil e reconduzida ao seio de sua família. Cabe ao Ministro Paulo Brossard, que ontem até foi condecorado com o mérito da ordem indigenista por prestar grandes serviços aos índios, e ao Ministro Abreu Sodré, igualmente, adotar providências para que esse episódio seja esclarecido. E – quem sabe? – até, através deles, seja também elucidado o gravíssimo caso da exportação, entre aspas, de crianças brasileiras para outros países e muito especialmente para Israel.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, venho a esta tribuna formular um apelo às lideranças dos diversos partidos e grupos que compõem a Constituinte para que ocorra um entendimento capaz de agilizar os trabalhos finais desta Assembléa. Até aqui poder-se-ia justificar a demora do processo de elaboração, discussão e votação de um texto para a nova Carta Constitucional. Sequer tínhamos um texto-base para discussão inicial. Mas agora ele já existe, e não mais se justificam novos protelamentos. Todos se dizem a favor do entendimento, mas ele não se concretiza. Algo de equivocado existe, pois, nessas afirmações.

Há uma verdadeira inquietação nacional com os rumos da política do Governo, de um lado, e, de outro, com os rumos da Assembléa Nacional Constituinte e o quadro de indefinições consequente.

A falta de rumos da política do Governo agrava a urgência dos trabalhos e definições da Constituinte. Eis o problema, o verdadeiro desafio a que somos chamados pelo povo brasileiro a responder de imediato.

Preocupam-me as manobras protelatórias que estão ocorrendo, inclusive a pretexto da mudança do Regimento Interno. Não é possível que a intransigência de alguns vá a tal ponto. Qualquer assembléa de trabalhadores ou de empresários pragmaticamente já teria resolvido tais questões.

Estamos sendo cobrados pelo povo pelo que nos cabe e até por aquilo cuja responsabilidade não nos cabe. A perdurar o impasse na discussão do Regimento temo que o povo nos cobre o até o impossível, já que o possível não concretizado está excitando a expectativa popular.

A quem interessa o impasse? A quem interessa a demora? Ao Governo? Só se por raciocínio equivocado. Mais um erro dentre os muitos que tem cometido. A quem mais? Aos radicais? Da esquerda ou da direita?

Mas os democratas não seriam maioria na Constituinte? Pois bem. Aos democratas não interessa a protelação que leva ao impasse. Ou o impasse que produz a protelação, porque em ambos os casos está sendo agravada a crise e desafiada a paciência popular.

Os partidos falharam total e absolutamente nas suas responsabilidades de coordenação, propostas e ação na Assembléa Nacional Constituinte, e talvez estejamos assistindo – e deles participando – aos estertores da vida do atual quadro partidário nacional, mormente dos grandes partidos, PMDB e PFL, os quais, tendo maioria absoluta para decidir – digo mais, tendo mais de 2/3 do total – sequer propostas apresentaram, como partidos, para o novo texto constitucional, e sequer a ação de seus próprios membros conseguem coordenar, eis que cada um tem agido de *per si*, por não mais aceitar a coordenação do partido. Já não falo do partido que integro, o PDS, que saiu meio cambaleante das últimas eleições, ou dos demais sem número para decidir.

Chamo, pois, à responsabilidade as lideranças formais e informais que ainda restam dos quadros políticos, partidários ou extrapartidários. Da Constituinte e da sociedade civil. É hora não apenas de reflexão, mas de decisão. O povo já não tem mais como esperar. É hora de colocarmos na mesa quais as questões que nos unem como Nação e de colocar de lado, para outra ocasião, as questões menores e mesmo maiores que nos desunem. Estas podem ficar para a legislação complementar e ordinária. Agora, não. Agora é hora de união para decidir, e para a ação.

Espero que o espírito de Natal sensibilize e inspire todos os Constituintes e todos os brasileiros. Ou será que não temos aqui homens e mulheres de boa vontade para merecermos a paz ao tempo em que glorificamos a Deus nas alturas, simbolizando na singeleza de um menino pobre, que nasceu numa manjedoura tão pobre e miserável quanto as milhares e milhões de crianças pobres do nosso Brasil, que sequer têm onde morar?

Reflitamos sobre a mensagem de natal, para refazer nosso espírito e nosso ânimo na luta que juntos teremos de enfrentar se quisermos vencer os tremendos desafios do novo ano que vem aí, e que, desgraçadamente, se prenuncia pior e mais difícil do que o ano que chega ao fim!

Disse.

Durante o discurso do Sr. Victor Faccioni, o Sr. Jorge Arbage, Segundo Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Primeiro Vice-Presidente.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, todos sabem que o nosso País possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo. Assim, quando importamos carne e leite,

demonstramos com isso uma completa falência da nossa política pecuária.

Sem nos determos na pecuária de corte, que também atravessa um período adverso, não só de baixo consumo de carne, chegando a 12 Kg/habitante/ano, quando na década de 50/60 atingimos 22 Kg/habitante/ano, o que já era baixo em relação a outros países, mas sobretudo por falta de uma política mais adequada para o setor, diremos que o problema é muito mais grave em relação à pecuária leiteira. É também do conhecimento de todos que o Brasil ainda importa leite, o que não se justifica com o potencial pecuário de que dispomos, demonstrando a falta de uma política consistente para o setor.

Apesar dos aumentos do produto, o custo de produção do leite subiu 28,5% somente no mês de novembro, mais que o dobro da inflação no período, fazendo com que os produtores, para obterem um litro de leite, gastam Cz\$ 20,49, quando estão recebendo um máximo de Cz\$ 12,50 pela sua produção.

O Governo Federal concedeu um aumento de 35% ao leite, repassado em duas parcelas, anunciando ainda que todo o dia 16 de cada mês será concedido um novo reajuste.

Sabemos que aumentar o preço do produto não irá resolver o problema, pois o poder aquisitivo do nosso povo é muito baixo. Para tentar minimizar a grave crise do setor, o Governo deveria subsidiar o preço do leite ao nível do produtor, fazendo com que se coloque o produto junto ao consumidor a preços acessíveis, beneficiando sobretudo as classes mais baixas.

São dados preocupantes que precisam de uma posição firme do Governo, visando a encontrar uma solução definitiva para a pecuária de leite em nosso País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, o impasse em que se encontra a Assembléa Nacional Constituinte e do qual não lograremos sair – quem sabe, talvez só consigamos dele sair a partir de 4 de janeiro próximo – é ditado, entre outras causas, pela intolerância política e pela baixa metodologia da luta política neste País, que tem tudo para ser uma grande Nação, só lhe faltando a formação política das elites dirigentes, sem o que jamais teremos uma política à altura das necessidades e possibilidades do Brasil.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, entendo a política vinculada visceralmente à ética. Daí a convicção de que, enquanto não sanearmos o procedimento político, não encontraremos o caminho para conduzir este País nos rumos de uma grande Nação. Posso estar enganado, mas nunca estarei enganando. É por isso que, falando em Bebedouro, no interior do Estado de São Paulo, ao entregar ao professorado da região uma praça de esportes – uma das sessenta construídas sem qualquer auxílio do Governo pela entidade do magistério da qual sou presidente – com algum assombro do público presente, do qual faziam parte autoridades e estudantes, declarei que, em época que não é aberta como esta, tiraria, como tiro, o meu chapéu a Luiz Carlos Prestes, mesmo sem concordar com as idéias que sustenta e sem acreditar na fórmula que propõe. Respeito, no

entanto, aquele homem, que poderia ser, na pior das hipóteses, ministro de qualquer governo, poderia estar milionário, poderia mesmo viver na abundância como chefe de Estado, quando dedicou a maior parte da sua vida em holocausto aos ideais que sustenta, no exílio, na prisão, na clandestinidade, na insegurança. Respeito a legitimidade da sua pregação porque não engana ninguém. Quem o seguir sabe para onde irá. Poderá estar enganado e equivocar-se, às vezes, até nos seus pronunciamentos, a ponto de nem encontrar ambiente dentro do seu grande e histórico partido, mesmo após as vinculações internacionais, tendo até de viver à margem, mas sem lhe faltar o respeito da opinião pública em geral. Como disse, poderá estar enganado, mas não está enganando e não cede ao essencial.

A ética, a meu ver, é fundamental para a política. Se o povo não acredita nos políticos, é porque grande parte descarta a condição ética. A metodologia do procedimento político realmente vem comprometendo a credibilidade dos políticos.

Os últimos acontecimentos, como vimos aqui, levaram alguns grupos ao desespero; e, no seu desespero, recorrem a tudo. Erigem-se em juízes de seus próprios colegas, julgando-nos sem nos dar o direito de defesa. Primam no cultivo de **slogans**, de frases feitas e outros recursos dessa espécie, na praxe do crer ou morrer. Pode não morrer fisicamente, se depender deles mas, se depender deles, a morte será moral e política. Assim vamos levando o povo a uma confusão mental e à incredibilidade dos políticos.

À higiene do comportamento, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é mais importante do que a higiene do corpo. Só a autenticidade comprovada e demonstrada pode ganhar a credibilidade da opinião pública.

Sr. Presidente, com esse tipo de discurso maniqueísta, em que se colocam os desesperados nesta Casa e fora dela, onde querem levar os liberais, nunca os atrairão suas idéias e convicções, mas os empurrarão, sim, para a centro-direita e, em muitos casos, até para a extrema-direita. Este não é um procedimento inteligente. É um procedimento esperado. A astúcia é uma forma moralmente inferior de inteligência. Embora momentaneamente, a curto prazo, possa dar resultados, a longo prazo, tudo o que for fraude, tudo o que for falso, tudo o que for intriga, tudo o que não for verdade perderá para o que realmente deve prevalecer, que é a verdade acima de tudo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, pergunto como seria o regime, baseado no crer ou morrer, se esses desesperados chegassem ao poder, já que mesmo sem poder não admitem a divergência. Como tantos de nós, respeito o ideal alheio, as idéias alheias, as criaturas que pensam de maneira diferente da que penso. Não respeito, porém, a metodologia da falsidade, da intriga e do despotismo, como aquele caboclo do anedotário brasileiro, do interior do País, que permitia que a filha se casasse com quem quisesse, contanto que fosse com o filho do compadre coronel vizinho.

Essa é a democracia que se está pregando aqui e lá fora. Assim não sairemos do impasse. Só tiraremos o carro do atoleiro em que se encontra se a ética prevalecer, porque a política descartada da ética, não leva a nada. Pode levar à confu-

são, ao transtorno, mas não à edificação, à construção, àquilo que seja de interesse público.

num desrespeito à inteligência e à comunidade científica brasileira.

Há também escândalos administrativos, amplamente denunciados, mas não divulgados, e certamente não apurados, pois a conclusão seria a condenação dessa política danosa de distribuição de dinheiro do trabalhador através dos cofres da Previdência Social.

Estamos, por antecipação, vivendo o que é uma ditadura das minorias de esquerda, que se arrogam toda a inteligência do saber e, consequentemente, todo o poder.

A mobilização de entidades fantasma é um recurso abusivamente usado por aqueles que, autodenominando-se cientistas, comportam-se em oposição à conduta do verdadeiro sábio, modesto em suas manifestações, geralmente alheio ao poder.

A politização da ciência não pode ser tolerada, por propiciar a ascensão de charlães travestidos de cientistas, como Lisenko, amigo de Stálín, que fundou uma genética marxista e dialética, sendo desmascarado em seu país quando da morte de seus protetores.

Acho que o Brasil deve reagir e não apenas esperar a sepultura ou o enterro dos protetores de charlatães, que arrostam posições de cientistas em sanitariismo e de donos de todo o conhecimento na área de saúde no Brasil.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, recebi expediente da Câmara de Vereadores de Cerro Largo – RS, que, por proposição do Vereador Leonardo Schofen, aprovou moção no sentido de reivindicar das autoridades competentes o início das obras de asfaltamento da BR-392, cujo convênio foi assinado em ato público, no dia da abertura da Exposição Agroindustrial e Comercial, realizada em 26 de setembro do corrente ano.

Surpresos com a demora, os Vereadores manifestaram também a nós seu descontentamento com a morosidade em iniciar os trabalhos de tão importante obra. Acontece que a população da região das missões fica aos poucos cansada de esperar, descrente de tantas promessas que já receberam. Já não acreditam mais que seja realmente verdadeiro o compromisso assinado na oportunidade. Cansados de esperar, acham que aquela cerimônia não passou de mais um consolo, como tranquilizante para a longa espera.

Gostaria que de fato a estada fosse concluída; aliás, não tenho dúvidas de que qualquer segunda intenção jamais poderia estar presente num projeto tão importante. Urge a conclusão desta rodovia.

Em primeiro lugar, para dar condições à evacuação da grande produção agrícola desta região. São dezenas de Municípios que dependem da mesma, ainda porque realmente esta é uma das regiões de maior produtividade agrícola, não só do Estado do Rio Grande do Sul, mas de todo o País. O comércio e a indústria também são pujantes, inviabilizando-se o seu progresso e um maior desenvolvimento devido às péssimas estradas. Ainda, a BR-392 liga o nosso País à vizinha República da Argentina através do município de Porto Xavier, um dos mais importantes da região, pois ali se situa a grande indústria de álcool, recen-

O SR. RAIMUNDO BEZERRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

Durante o discurso do Sr. Raimundo Bezerra o Sr. Mauro Benavides – 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage – 2º-Vice-Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Mais depressa do que se supunha, a esquerda vem a público para confirmar o seu domínio no setor da saúde, onde se instalou, usando o dinheiro do trabalhador e do aposentado para promoção pessoal de seus arautos aboletados em cargos de confiança.

A própria nomenclatura evidencia "Cargo de Confiança", cujo preenchimento está ligado ao elemento fidúcia, estabelecido entre quem confia e quem merece confiança. Quem decai de confiança perde o direito à função fiduciária de cargo comissionado, não havendo nessa função nenhum sinônimo de capitania hereditária.

A reação orquestrada pela permanência do megalômano Arouca na Fiocruz deixa nua a sua qualidade de militante político e põe em dúvida, ou pelo menos em plano secundário, sua condição de sanitarista ou cientista, longamente apregoada pelos ataques e tambores da CUT, do PT e PC do B, sua torcida organizada.

Alguns esclarecimentos devem ser prestados aos Constituintes e à opinião pública, diante do barulho da "charanga" albanesa em função de um fato corriqueiro, qual seja a substituição de dirigentes em qualquer escalão do serviço público.

A minoria, simpatizante do Sr. Arouca, quer fazer acreditar que os motivos de seu afastamento são de ordem política. Na realidade, ela deseja estender uma cortina de ferro à frente de sua administração.

Deseja a esquerda camuflar a indecorosa acumulação de cargos feita pelo Sr. Arouca, "marajá do sanitário", motivo suficiente e moralizador para afastá-lo da Fundação Osvaldo Cruz.

Mais: a prática do empreguismo com a distribuição de cargos entre sua patota. Em vários casos, seus correligionários, seguindo seu exemplo, recebem vários salários, prática condenada de público pela esquerda, mas admitida entre seus camaradas. A criminosa verba de publicidade, sob a rubrica de comunicação social, que levou o Sr. Arouca até às novelas da Globo, mantendo várias agências para sua promoção pessoal. O elevado número de publicitários contratados para promover o "sábio" Arouca e as oportuníssimas notícias de isolamento de vírus já isolado em células emprestadas, provenientes da França, notícias estas já desmascaradas, mas não divulgadas,

tamente inaugurada, e que, para transportar seu produto tem que percorrer 60km de estrada de chão em péssimo estado.

Quero, desta tribuna, aliar-me às reivindicações da Câmara dos Vereadores de Cerro Largo e também dirigir-me às autoridades competentes para tomarem as devidas providências quanto à validade do compromisso assinado naquela data, na presença do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Pedro Simon. E ainda, fazer um veemente apelo para que se dê início às obras, devido à sua importância, ao seu significado para a região das missões, para o Estado e o País. Tenho a certeza de que este apelo será atendido, pois este também é, sem dúvida, o desejo das autoridades. Sabem perfeitamente da importância desta rodovia. E ninguém mais do que o povo ordeiro e trabalhador que mora nestes Municípios é merecedor desta obra esperada há tanto tempo, sem que percam as esperanças.

Agora é questão de honra para o Poder Público concluir esta BR, sob pena de ainda mais e mais desgastar os homens públicos, que tantas vezes já frustraram o povo com promessas falsas. Acredito, sinceramente, que desta vez não estão enganados, mas sim haverão de mostrar que ainda existe seriedade e responsabilidade por parte do Poder Público com os compromissos assumidos, mesmo já tendo passados quase 90 dias do compromisso firmado. Isto não importa, desde que a obra logo seja iniciada.

O SR. ARNALDO MARTINS (PMDB – RO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quase ao término do ano de 1987 voltamos aos nossos Estados de origem tendo de apresentar satisfações aos nossos eleitores do que fizemos durante este ano. E eles nos dirão o seguinte: – Deputado, o senhor fez em dezembro exatamente o que estava fazendo em fevereiro, tratando do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Hoje, ao voltarmos aos nossos Estados para prestar conta aos nossos eleitores, nada de positivo vamos poder dizer. Diremos tão-somente que somos co-responsáveis pela crise econômica que aí está, porque sem uma Constituição o empresário tem medo de investir. Ele não sabe quais serão as regras do jogo. O dono de capital estrangeiro também não sabe o que estará constando na nova Constituição. Não sei se os diversos grupos que hoje colaboram com esse impasse na elaboração de nova Constituição já se deram conta de que, além de terem inviabilizado as eleições presidenciais em 1988, inviabilizaram também as eleições municipais. Isso porque, se esta Constituição não quiser fazer mais um ato de improvisação, não poderá prever eleições municipais em 1988. Vejamos, nas disposições transitórias da nossa Constituição lemos o seguinte, no seu Art. 6º:

"Cada Assembléia Legislativa com poderes constituintes, elaborará, no prazo de até seis meses, a Constituição do Estado, observados os princípios da Constituição Federal."

Depois, em seu § 1º:

"As Constituições dos Estados adaptar-se-ão ao sistema de Governo instituído pela Constituição Federal, na forma estabelecida pelas respectivas Assembléias."

Se a Constituição for promulgada em abril do ano que vem – e já sabemos que deve ser no dia 21 de abril – teremos os meses de maio a outubro para a elaboração das Constituições estaduais, para a realização de eleições em 15 de novembro. Até mesmo o número de vereadores será decidido no final de outubro, com as Constituições estaduais. Perguntamos: qual será o Deputado ou Senador que ficará em Brasília, sabendo que no seu município está havendo eleição para prefeito e vereadores, que será a base para a eleição futura? Qual será o Deputado Estadual que estará na capital do seu Estado, na Assembléia Legislativa, elaborando a Constituição, sabendo que nos seus municípios haverá eleição municipal dentro em breve?

Peço aos companheiros Constituintes que tentemos chegar a um acordo, de forma que possamos entrar em 1988 a pleno vapor, para darmos, de imediato, uma nova Constituição ao povo brasileiro.

O SR. OTTOMAR PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. DARCY DEITOS (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, durante todo o ano de 1987 as atenções dos brasileiros estiveram voltadas para os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de elaboração da nova Constituição Federal, que significa a nossa grande esperança para o reordenamento do País nos campos econômico, financeiro, político, social. Com as atenções voltadas para Brasília durante todo esse tempo, a Nação inteira está frustrada e responsabiliza o Poder Legislativo federal por todos os problemas e agruras pelas quais passa o povo brasileiro. Com a paralisação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, por quase 30 dias retomamos às nossas atividades no começo de janeiro, para votarmos o projeto definitivo. Espero que esse pequeno recesso sirva para esfriar as cabeças daqueles que foram enviados para esta Casa, através do voto popular, com a responsabilidade de dar à Nação uma nova Carta constitucional. Desejo, pois, que após esse pequeno recesso os Srs. Constituintes venham de cabeça fria, conscientes das suas responsabilidades, para que possamos, sem mais delongas, concluir a nova Carta Magna tão ansiada pelo povo brasileiro.

Sr. Presidente, outro assunto: encontramo-nos às vésperas do Natal, época de presentes e de festas. Porém, mais uma vez, o povo brasileiro, especialmente a classe trabalhadora, vai receber um pacote fiscal – não é um presente – que irá levar mais desesperança à família brasileira. Refiro-me ao pacote fiscal que está para ser baixado pelo Ministro da Fazenda e pelo Executivo. No referido pacote está previsto um reajuste de 200% na tabela do Imposto de Renda.

Sr. Presidente, apelo para que S. Ex.ª, o Sr. Ministro da Fazenda Bresser Pereira reveja sua determinação em reajustar esse imposto em 200%, pela média do valor da OTN vigente em 1987. Isso é um absurdo, pois irá prejudicar exatamente a classe trabalhadora, a que mais recolhe Imposto de Renda na fonte neste País. Desta tribuna apelo para que o reajuste desse tributo se dê efetivamente pela inflação de 1987 e não pela média,

como quer S. Ex.ª o Sr. Ministro da Fazenda, conforme vem sendo amplamente divulgado pela imprensa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, não desejava terminar as atividades dessa Constituinte, neste ano de 1987, sem tecer comentários, ainda que breves, para começar, a respeito de um acontecimento que tem ganho amplas manchetes no mundo inteiro – a chamada "Perestroika" da URSS. Mudanças de vulto têm sido aprofundadas na antiga pátria de Lenin e Stalin; um livro do Sr. Gorbachev foi editado fundamentando a "Perestroika" e um encontro espetacular foi há pouco realizado entre os Srs. Reagan e Gorbachev.

O caráter desses acontecimentos pode ser aferido, com precisão científica, pela reação que eles provocaram nos porta-vozes do grande capital imperialista. As multinacionais, os maiores órgãos de imprensa burguesa do mundo, os banqueiros, Reagan, enfim, os inimigos mais jurados do socialismo e dos trabalhadores do mundo inteiro aplaudem com entusiasmo a "Perestroika" da URSS. Isto significa que a "Perestroika" é a política da traição mais desavergonhada ao socialismo e que o Sr. Gorbachev é, na atualidade, o maior renegado e traidor dos comunistas, o serviçal mais rabugento da burguesia internacional, saído das fileiras outrora gloriosas do PCUS.

O livro de Gorbachev é uma apostasia completa. Em primeiro lugar, foi lançado com o maior esplendor por uma editora norte-americana. Tem feito o maior sucesso nos meios empresariais de Boston, Chicago, Londres e Tóquio. Aqui mesmo, a Federação das indústrias de Brasília, num gesto consequente com os interesses que representa, resolveu distribuí-lo a quase todos os constituintes.

Desde o início, o livro de Gorbachev revela-se o que de fato é: uma página escrita por um revisionista deslavado do marxismo-leninismo. Não se situa do ponto de vista do marxismo, não raciocina com os critérios leninistas. Inequívocamente há liberais-burgueses mais progressistas e radicais que o renegado Gorbachev. Ao falar sobre o mundo em que vivemos, o trânsfuga diz que "é um mundo de tendências variadas, algumas vezes divergentes, dinâmico, permeado de tendências opostas e contradições agudas". E acrescenta: "É um mundo de mudanças sociais fundamentais, de revoluções tecnológicas e científicas extremamente abrangentes, de problemas globais cada vez mais sérios e de mudanças radicais quanto à informação". E com esse palavreado insípido e incolor, genérico, diversionista e pífio, o filisteu soviético vai enchendo as páginas de seu livro agradando à burguesia e abandonando inteiramente o ângulo da análise marxista. O ponto de vista da luta de classes, pedra de toque de todo o marxismo, é totalmente abandonado pelo filisteu russo. Falando sobre as tendências do mundo moderno diz: "Chegamos ao âmago da questão: a tendência, cada vez mais acentuada, de interdependência entre todos os Estados da comunidade mundial". Desfaçam de renegado traidor, vendido ao imperialismo, que adota o ponto de vista reacionário da interdependência entre Estados, aos invés de examinar as novas formas

de espoliação do capital imperialista às nações e povos oprimidos do mundo inteiro.

A capitulação da antiga URSS ao capitalismo se insere em um processo complexo que começa na URSS com a traição de Kruschev, pouco depois da morte de Stalin. Gorbachev eleva esse processo a nível mais alto. Os revolucionários, os trabalhadores, a classe operária, os marxistas-leninistas do mundo inteiro refutam totalmente as teses reacionárias da "Perestroika". O capital imperialista é que bate palmas pelos rumos seguidos pela URSS, sob a batuta do renegado Gorbachev. Mas os verdadeiros socialistas, os trabalhadores conscientes, saberão distinguir na cara de Gorbachev a fisionomia do traidor covarde e pusilâmine que passa ao campo do inimigo de classe, enchendo de vergonha os que crêem sinceramente no caminho luminoso do socialismo, a ser trilhado sob a orientação da doutrina proletária da luta de classes, o marxismo-leninismo.

O SR. LUIZ ROBERTO PONTE (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. Constituintes, incorporei-me a um grupo de Constituintes desejoso de modificar o Regimento Interno desta Assembléia Nacional Constituinte, a fim de propiciar um debate mais democrático e a elaboração da Carta constitucional pela maioria dos eleitos pelo povo brasileiro.

Os poucos Constituintes aqui presentes e quase toda a Nação brasileira sabem dos percalços que estamos vivendo para completar este quadro de modificação do Regimento Interno da Constituinte. Muitas acusações têm sido feitas de parte a parte. Esta tribuna tem sido utilizada muito mais para agravar, para ofender, para difamar, de um lado e de outro, do que para a busca do entendimento, do consenso, para a prevalência da razão na discussão dos temas que verdadeiramente importam ao povo brasileiro.

Não vim aqui me incorporar às acusações, de quaisquer tipo, sobre quem seja o culpado por essa situação. Apenas devo registrar, para que o silêncio não possa representar a concordância com alguma acusação, que pelo menos do núcleo principal daqueles que foram apontados como "Centrão" ou assim se autodenominaram não houve o desejo de qualquer protelação, não partiu qualquer ação no sentido de procastinar a aprovação do Regimento Interno da Constituinte. Muitas entidades incorporaram-se a essa série de acusações, as mais surpreendentes, os bispos brasileiros inclusive, prejudicando aquilo que não conhecem, porque não viram quaisquer tipos de propostas das que estão sendo elaboradas para se alcançar a meta final. Tenho certeza de que haveremos de atingi-la através do consenso. Pouquíssimos pontos deverão ser decididos pelo voto. O "Centrão" não tem intenção, vontade ou pensamento algum de retirar qualquer coisa que signifique o progresso, o direito e a defesa dos bens do trabalhador brasileiro.

É o que queria deixar registrado. Lamento que não tenhamos concluído a votação do Regimento antes do Natal. Porém, neste período, estaremos com as atenções voltadas para os temas que realmente interessam ao povo brasileiro. Passaremos mais esses dias, mas certamente estaremos aqui de volta, no dia 4 de janeiro, para decidir o assunto, a fim de que se não protele mais o processo constituinte. Tenho certeza de que esse período

de festas e de reflexão haverá de colocar em todos nós a inspiração do bem, para que aqui voltemos com o espírito desarmado, para que, ao invés de acusações mútuas, façamos prevalecer o império da razão. Que tragamos aqui o raciocínio, a fim de preponderar aquilo que verdadeiramente interessa ao povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Luis Roberto Ponte, o Sr. Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães Presidente.

O SR. AUGUSTO CARVALHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ouvimos, ainda há pouco, pronunciamento do Constituinte Siqueira Campos, em que S. Ex.^a critica a política tributária do Governo, que promete descarregar a sua fúria sobre os assalariados pelo não fechamento de suas contas de final de ano. Nisto S. Ex.^a tem a inteira concordância do partido Comunista Brasileiro. Ao mesmo tempo, aquele nobre colega propunha o fechamento das empresas estatais. Esse tema tem tomado espaço nos jornais e na televisão. O alarido antiestatizante, contrário à intervenção do Estado na economia, volta e meia ressurge em nossos órgãos de imprensa. Agora, volta com toda ênfase principalmente neste momento em que o Governo, a pretexto de zerar suas contas, pretende conter o salário dos trabalhadores, jogando sobre ele todo o ônus da sua regularização contábil. Propõe-se, então, o fechamento das empresas estatais. Queremos aqui reafirmar a posição do Partido Comunista Brasileiro de defesa intransigente das empresas estatais. Preservá-las é assegurar a soberania nacional, já de tal maneira vilipendiada por atos lesivos aos interesses maiores da Nação. Defender empresas como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, o BNCC, é dotar o Governo de instrumentos e alavancas poderosos em defesa do desenvolvimento brasileiro, contra a sanha e a ganância das empresas multinacionais.

Por outro lado, Sr. Presidente, vimos os novos czares da economia da Nova República bradarem contra a mais alta Corte trabalhista do País, injuriados pela concessão de reajustes salariais aos funcionários das empresas estatais, que seriam incompatíveis com a política de arrocho salarial programada no Plano Bresser Pereira. Promete o Ministro da Fazenda e seus subordinados um rigoroso controle através do chamado CISE, que substitui o Conselho Nacional de Política Salarial, que viveu até o caso da ditadura militar. Queremos dizer que não é violando o art. 170 da atual Constituição e o texto aprovado da Comissão de Sistematização, que asseguram a negociação livre e direta entre os trabalhadores, representados por seus sindicatos, e os patrões, sejam da área privada ou da oficial, que se vai construir a democracia social, como proclamam os próceres da chamada Nova República. Vai-se alterar o perfil democrático deste País, exatamente fortalecendo-se os sindica-

tos, o que passa pelo fortalecimento da negociação direta como via da solução dos conflitos e das negociações salariais. Não podemos aceitar o caminho escolhido pelo Governo Sarney, de imposição de rígidos controles aos salários dos tais, empresas altamente lucrativas e indispensáveis à soberania nacional, a despeito da existência de empresas criadas à época dos militares, como a chamada Paulipetro e outras, para servirem de cabide de emprego aos figurões do Governo da ditadura e, agora, da Nova República.

Se, na época da ditadura, os trabalhadores conseguiram organizar-se e libertar-se das leis fascistas que impediam sua organização, sua manifestação e o exercício de greve, para o ano que vem podemos, de antemão, prever grandes movimentos reivindicatórios em defesa de condições compatíveis com a dignidade humana dos trabalhadores das empresas estatais. Iremos defender o Banco do Brasil como um instrumento governamental poderoso de controle das taxas de agiotagem praticadas pelos banqueiros privados. É importante que a Caixa Econômica Federal seja fortalecida para que ela possa prover moradias, especialmente para as camadas mais desfavorecidas de nossa população. É importante fortalecer o BNCC como o instrumento fundamental para estimular o cooperativismo débil que temos em nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, não concordamos com esses propósitos, que para nós têm claro objetivo entreguista, e contra eles lutaremos com toda a nossa energia. Querem privatizar as empresas estatais – e esse objetivo não é escondido mesmo por ilustres Constituintes que têm assento nesta Casa – querem sucatear as empresas nacionais, que são o próprio esteio da soberania nacional, para que, barateadas, possam ser melhor repassadas ao capital internacional. Daí o nosso repúdio e as nossas mais profundas contestações às propostas entreguistas de setores do Governo que querem não apenas repassar para os trabalhadores o ônus da incompetência para se conter a inflação, como também passar às mãos das empresas estrangeiras o controle de certas instituições que se confundem com a própria História deste País e com a própria soberania nacional. Muito obrigado.

A SR^a DIRCE TUTU QUADROS (PTB – SP. Sem revisão da oradora.): – Exmº Sr. Presidente, colegas, quero aproveitar a oportunidade do nosso recesso de Natal – um Natal muito triste para o povo brasileiro, com crianças famintas e sem brinquedos, com a pouca esperança do povo voltada justamente para esta Casa e depositada sobre os ombros dos Srs. Constituintes – para me despedir de todos.

Aproveito também o ensejo para dizer que a minha paciência, que tem sido bastante grande, com relação a determinados preceitos, hoje se esgotou. Refiro-me a um anúncio da **Folha de S. Paulo** – note-se que não se trata da opinião do jornal mas de matéria paga:

"Fiscal Eleitoral – Cz[°] 81.500,00. Só para quem cursa curso superior e tem menos de 36 anos de idade."

Em qualquer republiqueta do mundo, Sras. e Srs. Constituintes, este é um crime constitucional.

Quem vai sustentar o homem ou a mulher de mais de 35 anos? É preciso que fatos como esse não se repitam. Considero o ser humano produtivo até a morte. Chamo a atenção dos Srs. Constituintes para o fato, porque proponho emenda a respeito, e espero contar com apoio de todos os meus colegas.

Muito obrigada e um feliz Natal para todos. (Palmas.).

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ)

Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, todos os que integram a Assembléia Nacional Constituinte se lembram de que os últimos ditadores de plantão – especialmente o último – diziam que a abertura política seria lenta, gradual e segura. Entretanto, o povo brasileiro ansiava para que a superação do regime autoritário se desse com a maior velocidade possível. Não obstante todos os sacrifícios, chegamos à Assembléia Nacional Constituinte, e o povo nela depositou a esperança de que saímos do regime autoritário e alcançaríamos a pretendida democracia. Decorridos dez meses de trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, as fragilidades do Governo José Sarney permitiram que a extrema direita se articulasse e conseguisse levar para a sua liderança alguns ou vários Constituintes bem-intencionados. Aliciando os bem-intencionados, a extrema direita conseguiu, então, levar a Assembléia Nacional Constituinte a um impasse, um impasse regimental. Argumentam os líderes do "Centrão", os líderes da extrema direita, porque na liderança do chamado "Centrão" encontram-se os principais próceres da ditadura, que a Comissão de Sistematização avançou num texto com grandes conquistas sociais. Ora, sabemos que as preocupações da extrema direita não estão relacionadas com as conquistas sociais, mas, sim, com a conclusão do processo de transição. Teme a liberdade, teme um modelo mais justo; teme, portanto, que a classe trabalhadora se veja dotada de normas que permitam a sua organização e o enfrentamento do capital.

A bem da verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, o que pretende o "Centrão," ou melhor, o que pretende a extrema direita, o que pretende o grande capital é inviabilizar a transição para a democracia; pretende simplesmente protelar ainda mais os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Verificamos nesta Casa, com grande surpresa, que alguns Constituintes – alguns até que integram partidos políticos que deram sustentação à ditadura e que se banquetearam com os cargos do Governo – utilizam os microfones e a tribuna para fazer acusações, inclusive levianas. Fazemos questão de dizer que não concordamos com as acusações que foram feitas aqui ao titular da Fundação Osvaldo Cruz, porque sabemos que aqueles que acusam o Sr. Sérgio Arouca assim procedem porque estão aliados aos grandes laboratórios são contrários a que o Brasil conquiste um mínimo de independência nas áreas da pesquisa e tecnologia. É preciso que os Constituintes que não acompanharam de perto o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Fundação Osvaldo Cruz saibam que não se trata de um trabalho do Sr. Sérgio Arouca, mas de uma obra de todos os servidores desta instituição. Hoje, a Fundação Osvaldo Cruz pretende restabelecer a sua dignidade, porque todos sabem que na área da ciência e da pesquisa foi massacrada,

na época da ditadura, por um Ministro chamado Rocha Lagoa. Todos se lembram do massacre de Mangueiros. Não é possível, como brasileiros, que permitamos que assaltos dessa natureza sejam ainda perpetrados numa afronta à verdade, aos padrões mínimos de dignidade.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje estou convencido de que aqueles que compõem o "Centrão", que procuram ainda desmoralizar instituições públicas que são dignas de credibilidade, temem a liberdade, a voz do povo. Hoje, o "Centrão" está estigmatizado junto à opinião pública como um instrumento de retrocesso, um instrumento contra o povo. E aqueles que o integram, que são os seus líderes, são patrocinados pelas multinacionais. Sabemos que muitos deles conquistaram os respectivos mandatos à custa do grosso do dinheiro. Mas, hoje, o povo está atento. E convocamos os bem-intencionados, aqueles que foram induzidos pela extrema direita para que deixem o "Centrão", porque somente assim teremos a possibilidade de sair do impasse em que hoje se encontra a Assembléia Nacional Constituinte. Precisamos sair disso porque o povo está afilito, já tolerou demais. E aqueles que ainda pensam que as manifestações populares se transformarão em desordem que servirão de tempero para as suas pretensões autoritárias estão enganados. O povo hoje está atento, começa a se organizar e manifestará sua vontade ordeiramente. E a única forma de chegarmos ao fim dessa transição será a elaboração de um projeto constitucional que se compatibilize com as aspirações democráticas do povo brasileiro. E o instrumento, para que as manifestações populares sejam convergentes com a ordem, será a eleição direta em 1988. O Governo do Presidente José Sarney está esgotado. A transição tem seus passos contados. Não será o "Centrão", não será a extrema direita, não serão aqueles que levaram o País à falência que terão hoje possibilidade de levar o povo à derrota. O povo não será vencido e a Assembléia Nacional Constituinte será o instrumento da transição para a democracia.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO)

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, o uso do fumo – e as estatísticas estão aí para comprovar – é o grande responsável por um número incontável de doenças gravíssimas que, fatalmente, terminam por levar à morte.

Estima-se que o fumo mata mais de dois milhões de pessoas em todo o mundo. De cada 100 cancerosos, 99 são fumantes. A cada cinco minutos, morre um brasileiro com câncer no pulmão; a possibilidade do fumante morrer de câncer é trinta vezes maior do que aquele que não fuma.

Isso porque, conforme adverte o ilustre médico Dr. Edgar Sussembach, dentre as nocivas substâncias contidas na fumaça do cigarro, encontram-se:

– a nicotina, cujos efeitos sobre a circulação começam por diminuir os batimentos cardíacos, para mais tarde aumentá-los, provocando sérias alterações no ritmo cardíaco, modificações na pressão arterial, dentre outros danos;

– o monóxido de carbono, gás extremamente venenoso, o mesmo contido na fumaça da descarga dos automóveis, e que está presente no

cigarro em uma concentração de 30%. Além de provocar graves intoxicações, tem sido causador de grande número de óbitos. Pesquisadores dinamarqueses acreditam ser ele o maior responsável pelos distúrbios cardiovasculares. Basta dizer que um fumante de 20 cigarros diários fica com 4 a 8% de sua hemoglobina saturada desse gás mortífero;

– ácido cianídrico ou prússico, cujos vapores, quando inalados em certa quantidade, causam efeitos tão tóxicos que levam à morte. Tanto que, por sua rapidez e eficiência, tem sido utilizado em alguns países para a execução de criminosos em câmaras de gás;

– benzol, que pode causar intoxicação aguda, principalmente do sistema nervoso central, provocando excitação e desassossego, seguidos de depressão, levando à morte por síntese cardíaca. É um gás irrespirável – mas está presente na fumaça do cigarro. A intoxicação crônica pode levar até à anemia aplástica – que não é mais que uma forma de câncer conhecida pelo nome de leucemia –, em consequência de sua ação tóxica sobre a medula óssea.

– álcool metílico, extremamente perigoso, acidóxico, causador de depressão do sistema nervoso, edema cerebral e lesões no nervo óptico. É extraído da destilação de madeiras, usado nas indústrias para dissolver corantes e também para falsificar bebidas;

– acroleína, utilizada em granadas e projéteis, atua provocando irritação das mucosas das vias respiratórias e lacrimejamento pela mesma ação sobre as conjuntivas oculares;

– furfural, cujos efeitos tóxicos são tão violentos que, ao irritarem os centros nervosos, podem levar da conclusão à paralisia respiratória, por inibição dos centros vitais. Está contida na fumaça do cigarro, do cachimbo e do charuto.

Em suma, está mais do que provado que o fumo, ao invés de acalmar os nervos, relaxar, é um perigoso veneno, uma bomba de efeito retardado e consequências fatais para o organismo humano.

Em boa hora, a Dra. Iris Berlinck, Diretora da CAP elaborou e fez distribuir em todas as dependências desta Casa um folheto sob o título: "Fumo e Saúde", no qual alerta e adverte sobre os riscos a que se expõem os viciados no tabagismo. E mais: lembra ainda a poluição que deixam no ambiente, prejudicando a saúde dos não-fumantes e ainda o mau exemplo que tal hábito significa para as gerações mais jovens.

Congratulamo-nos com a Dr^a Iris pela louvável iniciativa, esperando que sua meritória campanha germe e frutifique sob a forma de conscientização do grande número de fumantes existentes na Casa, levando-os a se absterem de vício tão letal.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, outro assunto me traz hoje à tribuna.

Recebi, há poucos dias, telex dos presidentes de várias cooperativas do Estado de Goiás, em que manifestam sua preocupação, tendo em vista os constantes e crescentes rumores sobre a extinção do Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, o que vem repercutindo de maneira negativa em suas atividades, gerando um clima de expectativa e inquiétude no setor rural, cuja importância não pode e não deve ser desprezada pelo Poder Público.

Essa preocupação para as Cooperativas do Estado de goiás tem sua razão de ser, pois é graças ao apoio logístico e financeiro do BNCC que elas, reunindo mais de 8 mil pequenos produtores rurais, vêm operando em benefício das comunidades e da própria economia do Estado, hoje em pleno desenvolvimento.

A extinção do BNCC significaria o desaparecimento de um dos últimos pontos de apoio do Governo Federal ao cooperativismo, à agricultura e aos produtores rurais – especialmente os pequenos –, que tantas dificuldades têm enfrentado e ainda haverão de enfrentar, durante muito tempo, para realizarem seu trabalho.

Na oportunidade, não posso negar aos produtores rurais de meu Estado o apoio que me pedem, que também estendo às cooperativas que têm feito um trabalho de extrema importância para o setor rural goiano, contribuindo para o crescente aumento de sua produção agropecuária, a ponto de ser ele destaque, tanto na agricultura, como o segundo maior produtor de arroz do País, quanto na pecuária, com o segundo maior rebanho de gado bovino.

Apelo às autoridades econômicas do País e ao Sr. Presidente da República, no sentido de que tranquilizem a população brasileira, sobretudo a rural, com destaque para as cooperativas, apresentando um desmentido formal a tais rumores, já que não posso acreditar esteja o Governo planejando a extinção do BNCC, pois, assim agindo, estaria, propositalmente, contribuindo para a redução de nossa produção agropecuária, justamente num momento em que mais necessitamos de alimento, tanto para melhorar as condições de vida de nossa gente, quanto para a exportação, a fim de atender às exigências de nossa dívida externa.

Espero que o Governo, caso esteja, realmente, planejando a medida ora denunciada, reexamine sua posição e se conscientize das responsabilidades que tem para com a população sofredora, que não é culpada dos problemas que enfrentamos; antes, sua vítima indefesa.

Assim sendo, eu também, como homem de centro, que não me inclino nem para a extrema direita nem para a extrema esquerda, aqui estou para analisar racional, inteligente e sensatamente os assuntos que contribuem para o bem-estar da comunidade, principalmente para a proteção dos pequenos, e interessam tanto à iniciativa privada quanto aos órgãos estatais que estejam devidamente instituídos para atender às múltiplas exigências do nosso povo. Uma sociedade democrática deve ter aspecto pluralista, a fim de atender todos os segmentos da sociedade.

Conclamo os Srs. Constituintes para que, no apagar das luzes de 1987, façamos uma reflexão profunda a fim de que encontremos o melhor caminho para a concretização da nossa Constituição no ano vindouro, querendo Deus.

A todos meus cumprimentos, boas festas e bom ano novo.

(Palmas.).

O SR. ISMAEL WANDERLEY (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, ocupo esta tribuna para lavrar meu protesto mais veemente contra a sórdida campanha que começa a germinar contra a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pro-

duzida por setores retrógrados conservadores e destinados de qualquer preocupação social, e que começam a se abalar face às conquistas sociais.

Ao se defrontarem com o argumento seguro daqueles que, compreendendo a função social de seu magistério e optando por apoiar de forma clara, inequívoca e contundente a luta das classes desfavoráveis, tais segmentos à direita despem-se de suas falsas armaduras de democratas e investem com linguagem chã e ira descabida contra aqueles que amparam, defendem e dialogam no interesse de construir uma Sociedade Justa.

Quem, neste País, pode cegar-se a ponto de não ver a retidão de propósitos que orienta a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil? Somente aqueles que pelo próprio interesse pessoal e ideológico arquitetam para seus próprios olhos a trave que ofusca a compreensão da necessidade de uma sociedade mais justa.

Quero, pois, Sr. Presidente, lamentando que tenha saído desta Casa do Povo, por obra de grupos extremados, esta ofensa que por certeza o povo saberá, na hora certa, rechaçar, como atitude indigna daqueles que, ainda que erradamente, talvez, receberam o voto popular, deixar aqui expresso meu veemente protesto, em desagravo aos que tão bravamente defendem os interesses do povo e que formam a CNBB.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. LUIZ FREIRE (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o PMDB sempre foi visto como um grande partido de oposição ao regime autoritário que se instalou no Brasil em 1964 e viria a durar duas décadas. Durante todo aquele tempo a oposição aos militares e aos grupos que neles se apoiaram para manter-se no poder unia as diferentes tendências e orientações que se abrigavam sob nossas legendas.

Nosso partido, porém, foi criado por políticos que não se limitavam apenas a fazer oposição, que seguiam uma linha ideológica de caráter avançado e com perspectiva de longo-prazo. Estes, com o decorrer do tempo, passaram a ser denominados autênticos, progressistas e, mais recentemente, históricos. Estavam empenhados em muito mais que derrubar a ditadura, lutavam pela transformação de elementos notadamente arcaicos de nossa estrutura política e social, pela modernização da economia, por melhores condições de vida para os trabalhadores, pontos facilmente identificáveis no programa do partido. Nele, questões como a reforma agrária, direitos dos trabalhadores, distribuição de renda sempre mereceram atenção e cuidados especiais.

Em 1984, para chegar ao poder, o PMDB viu-se na contingência de aliar-se a setores conservadores, até mesmo a segmentos da direita, e, assim garantir o retorno do estado democrático ao Brasil. Em 1986, novas alianças com setores cada vez mais à direita foram celebradas para garantir a vitória eleitoral em todo o País.

Terá valido a pena tudo isso? O que realmente conseguimos? Hoje, vemos quase metade de nossos companheiros de bancada aliar-se a grupo com posições contrárias ao Programa do PMDB. Nossa partido contribuiu heróica e decisivamente para a redemocratização do País, é fato, mas muito ainda nos resta a fazer – a parte mais importante, com certeza. Temos de garantir, de modo

coerente e responsável, avanços sociais e políticos com os quais estamos historicamente comprometidos.

Muitos vêm, nas alianças de 84 e 86, a culpa da falta de coesão do PMDB. Esquecem-se de que, se as celebramos, foi em virtude de cada uma delas, em seu tempo, ter-nos parecido a melhor decisão e a atitude mais sensata a tomar. Não podemos, contudo, permitir que tais alianças venham a impedir-nos de agir consoante os compromissos há muito assumidos com as causas populares; não podemos tolerar ver peemedebistas votarem contra emendas que, indubivelmente, garantiriam avanços sociais, políticos e econômicos pelos quais sempre se bateu o PMDB.

Acredito que tenhamos de repensar nosso partido e muitas de suas atitudes urgentemente. Por isso, defendo a realização de uma Convenção Nacional do PMDB, a ser convocada o mais brevemente possível, durante a qual discutiríamos, exaustivamente, os pontos fundamentais que deverão nortear as ações de nossas bancadas, sobretudo de nossa bancada constituinte.

Não devemos temer a autocritica. Podemos mesmos chegar à conclusão de não estarmos influindo a contendo nos destinos nacionais, que melhor seria voltar a ser um partido numericamente menor, mas coerente, autêntico, ainda que na oposição. Temos, porém, de evitar, a qualquer custo, a perniciosa ambivaléncia de um PMDB governo e um PMDB oposição, que, a persistir, trará prejuízos irreparáveis ao partido e à Nação.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o acidente nuclear de Goiânia alertou a Nação brasileira para o grave risco que representa a utilização da tecnologia do átomo sem a adoção de precauções defensivas severas e de um sistema de controle rigoroso do material radiativo em uso sob qualquer de suas formas.

Serviu, também, para expor as deficiências e a incapacidade da estrutura governamental encarregada e lidar com as questões relativas ao emprego da energia atômica e, de modo especial, para revelar o nosso despreparo com relação ao destino dos rejeitos radioativos, na verdade um dos problemas de mais difícil solução em todo o mundo.

No episódio da Capital do Estado de Goiás precipitaram-se as autoridades federais ao sugerirem que se utilizasse a região da Serra do Cachimbo, no Pará, como depósito do lixo atômico.

O anúncio pegou de surpresa a sociedade paraense e mereceu, de pronto, o total repúdio do Governador Hélio Gueiros, que, numa atitude corajosa, se dispôs até a romper com o Governo Federal caso fosse mantida a decisão.

Com efeito, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a apressada manifestação da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEP, por intermédio do seu presidente, Dr. Rex Nazareth, foi um atestado perigoso do amadorismo com que são tratados no País questões dessa importância.

A Serra do Cachimbo, como provam recentes estudos técnicos coordenados pela Sudam, é caracterizada pela presença de um grande potencial de armazenamento e circulação de águas subterrâneas. Registra uma alta precipitação pluviométrica (em torno de 2.500 mm anuais), possui elevação acima de 400 m e uma estrutura com falhas

geológicas profundas, o que agrava os riscos de contaminação dos lençóis freáticos por onde eles poderão atingir as águas superficiais. Além disso, o solo é formado por areia quartzosa destrófica, que é bastante favorável a infiltração de chuvas.

Hidrologicamente, a Serra constitui-se um divisor de águas entre as bacias dos rios Tapajós e Xingu. Os rios Jamixin, Curuá e Curuaés nascem na borda norte, indo desembocar no rio Tapajós e, na borda nordeste da chapada, nasce os rios Ipiranga e Iriri, que desembocam no rio Xingu.

Lembram ainda os técnicos que o possível armazenamento de material radioativo na Serra do Cachimbo provocaria dois tipos de efeitos. Um de caráter somático, que já atinge as vítima de Goiânia, acometidas de terríveis queimaduras, e outro, muito mais grave, de natureza genética. Se de algum modo, a radiação escapasse, estar-se-iam condenando as gerações futuras, criando seres com mutações genéticas imprevisíveis.

Acresce ainda o fato de que não se sabe ao certo qual a população indígena que habita a região – as reservas nas proximidades de Cachimbo abrigam cerca de 5.400 índios, mas há, igualmente, um número não-calculado de silvícolas arredios, que jamais tiveram qualquer contato com o homem branco.

Por fim, é sabido que a área é rica em depósitos minerais.

Demonstrada a inadequação da Serra do Cachimbo, Sr. Presidente, as forças sociais e políticas do Estado se mobilizaram contra a medida anunciada pelo Governo Federal, conseguindo que fosse revista a posição inicial da CNEN.

A questão permanece em aberto, exatamente porque jamais havia sido tratada seriamente no País. Não se concebe a escolha de determinada área ou região para abrigar lixo radioativo sem a realização dos indispensáveis estudos de impacto ambiental e de viabilidade técnica. O que se pretendeu fazer com o Pará – e agora tenta-se fazer com outros Estados brasileiros – constitui absurdo inominável e uma flagrante exibição do despreparo da autarquia governamental encarregada da fiscalização e do controle de uso dos materiais nucleares.

Ao retomar o assunto da Tribuna, move-se, sobretudo, o propósito de não permitir que caia no esquecimento a tragédia goiana, cujos desdobramentos terão repercussão, ainda por muito tempo, na vida nacional e, portanto, não podem ser descurados.

A sociedade cabe exigir do Governo a adoção de providências que visem a garantir à população o direito à proteção contra os riscos decorrentes do uso da tecnologia nuclear, mediante a existência de meios capazes de prevenir as ocorrências potencialmente prejudiciais à saúde, à segurança e ao meio ambiente.

Furtar-se o Estado a provê-los é crime de lesa-humanidade, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Por isso, o povo brasileiro precisa estar atento e mobilizado permanentemente para impedir que a omissão e a desídia responsáveis pelo acidente de Goiânia reeditem, amanhã, tragédia idêntica em outra parte do território nacional, com consequências talvez ainda mais dramáticas e devastadoras.

O SR. FERES NADER (PDT – RJ.) Pronuncia o seguinte discurso.: Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, estivemos analisando o relatório do

I Simpósio Estadual de Doenças Infecciosas e Parasitárias, realizado no Rio de Janeiro, e observamos a enfatização da necessidade de concursos públicos para os profissionais da área. Além disso, fala-se ali também na criação de um Laboratório Nacional de Referência em Saúde Pública, para abranger o diagnóstico de todas as doenças transmissíveis e não somente as preveníveis por imunização, como é o caso da orientação da Secretaria Nacional de Ações Básicas em Saúde.

O relatório é incisivo quanto à importância do sistema de vigilância epidemiológica e sugere que ele seja assumido pelo Município, como estratégica para sua organização.

O documento propõe medidas de vigilância sanitária, aumento do número de postos de saúde e franquia postal para as notificações em todo o país. Adverte que a legislação básica de vigilância epidemiológica não é cumprida e ressalta que a prevenção de doenças imunizáveis não se deve basear nas campanhas de saúde pública. "A campanha mostrou a falência da vacinação de rotina e não melhorou a consciência sanitária da população, embora tenha levado à melhoria na prevenção do pólio e do sarampo", alerta ainda o relatório.

Observamos, tendo em vista os códigos desse relatório, que medicamentos sem similares foram tirados do mercado, como o tiabendazol e o cambendazol, específicos para o tratamento de strongyloïdase, parasitose intestinal que causa diarréia e sangramento. Junte-se a isso a carência de vários outros medicamentos, como soros antiofídicos, antitetânicos e antidiáftéricos, causando sérios transtornos aos enfermos que necessitam desses remédios. Esse fato nos preocupa e nos entristece, pois temos consciência da potencialidade de nossa indústria farmacêutica. Se ocorre essa carência, a causa não é, evidentemente, técnica nem de falta de capacidade empresarial.

Por isso, Sr. Presidente, sugerimos que a produção de medicamentos essenciais seja da responsabilidade governamental, que dispõe de maiores condições para acompanhar as necessidades do mercado e supri-lo de maneira eficiente. Por outro lado, defendemos o não-reconhecimento de patentes em medicamentos, já que somente por este caminho é que a indústria farmacêutica brasileira poderá se tornar forte e competitiva em relação às multinacionais.

Esperamos que as nossas sugestões, tendo em vista o quadro atual da realidade brasileira, ecoem nos Ministérios da Indústria e do Comércio e da Saúde, despertando-os para uma revisão do quadro que exibimos nesta oportunidade.

Obrigado.

O SR. RUBEN FIGOEIRÓ (PMDB – MS.) Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estive, no final da

semana passada, em meu Estado, Mato Grosso do Sul. De lá trago duas notícias desagradáveis. Inicialmente, afirmo a V. Ex.^a que o povo de meu Estado está preocupado com o andamento dos trabalhos desta Assembléia, eis que as notícias que lá chegam, infelizmente, não dão a verdadeira dimensão do esforço até aqui realizado por todos os Srs. Constituintes. Crê o povo que a Constituição já deveria estar pronta e é difícil argumentar em contrário.

Pelo que ouvi, e isso muito me impressionou, tenho para mim que é necessário, tão logo reini-

ciemos, os nossos trabalhos em janeiro de 1988, que as lideranças dos grupos aqui desafiantes cheguem a um acordo sobre as normas regimentais ou que o Presidente Ulysses Guimarães dê continuidade à votação do substitutivo da Mesa, prevalecendo a vontade da maioria.

Outra demora nessa decisão regimental só levaria a um desgaste maior desta Assembléia Constituinte perante o povo, o qual ainda não entendeu e jamais entenderá as atividades parlamentares aqui desenvolvidas. O povo quer uma nova Constituição. E não há por que postergá-la.

Sr. Presidente, disse que trazia de meu Estado duas notícias desagradável. Já relatei uma. A outra é desagradável e triste. Registro a morte trágica do Deputado Estadual Júlio Maia no último dia 12 de dezembro. Faleceu vítima de acidente rodoviário quando, o término dos trabalhos da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, regressava à sua cidade-base política, Três Lagoas.

Jovem médico, filho de políticos atuantes na região do Balirão Mato-grossense, sua mãe é a atual Prefeita de Brasilândia, Dra. Neusa Maia, e seu pai, o saudoso Julião Maia, também foi primeiro mandatário daquela cidade.

O Deputado Júlio Maia integrava a bancada do PTB, que fez oposição ao Governo do Estado. Não obstante essa circunstância política, sempre proferiu, na Assembléia Legislativa, o seu voto de acordo com os interesses maiores da comunidade, sem os estrabismos do radicalismo partidário. Pelas suas posições políticas firmes, sem tergiversações, seu idealismo forjado nos exemplos de seus pais, seu espírito humanitário amalgamado pela nobre profissão de médico, o Deputado Júlio Maia fará falta no cenário político de meu Estado.

Registro, pois, com pesar, o falecimento de um jovem homem público, no instante em que a Pátria confiava na sua participação para conseguirmos atingir a democracia com justiça social, pela qual o Deputado Júlio Maia lutou com todo o ardor.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS (PMDB – PE.) Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, foi lançado recentemente no Brasil, editado pela Editora Paz e Terra S/A e de autoria do jornalista e escritor Mauro Santayana, o livro "Dossiê da Guerra do Saara", com prefácio do ilustre Governador de Pernambuco, Miguel Armes, Fruto do trabalho do autor como primeiro jornalista brasileiro a ver de perto a guerra pela libertação do povo Saaraui, como enviado especial da "Folha de S. Paulo", esse interessante livro, em suas cento e poucas páginas, narra não apenas as lutas armadas mas, especialmente, a guerra diplomática que a República Árabe Saaraui Democrática vem travando por seu reconhecimento, desde sua fundação.

Vinte e três países latino-americanos já reconheceram formalmente a nova República, bem como dezenas de outros, em outras partes do mundo. A organização das Nações Unidas, através de resolução, já sacramentou o direito dos saarauis à independência e ao governo próprio. Todos os partidos representados no Congresso Nacional, unanimemente, já se manifestaram favoráveis a que o Governo brasileiro também oficialize seu reconhecimento, que já está sendo estudado pelo Ministério das Relações Exteriores desde outubro próximo passado, quando esteve

no Brasil um membro da Direção Política Nacional e responsável pelas Relações Exteriores daquele país, Sr. Mahfud Ali Beiba. As Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em abril do ano passado, ratificaram as resoluções que, em 1985, haviam sido adotadas pelas lideranças partidárias em ambas as Casas. Até agora, entretanto, o Governo Brasileiro não tomou a decisão de reconhecer formalmente a República Árabe Saaraui Democrática.

Temo que já estejamos um pouco atrasados neste sentido, Sr. Presidente. Os laços históricos nos ligam os países da África Ocidental, o mais ocidental dos quais é exatamente o do povo saaraui, onde as caravelas portuguesas das grandes navegações faziam escala antes de chegar ao Brasil ou às Américas. Além desses laços históricos, nossos interesses comerciais e políticos, são especialmente geopolíticos nos apontam para a África Ocidental inequivocamente.

Representando, portanto, o sentimento unânime do que há de mais progressista no povo brasileiro, Srs. Constituintes, lanço daqui um apelo veemente ao Presidente José Sarney, no sentido de que determine ao Ministério das Relações Exteriores a agilização dos estudos já iniciados, para que o mais urgentemente possível o Brasil reconheça formalmente a existência como nação soberana do povo saaraui, juridicamente organizado na República Árabe Saaraui Democrática, e com ela estabeleça todos os laços possíveis, pois isto completaria o interesse que as mais altas instituições deste País já manifestaram no sentido de que isto aconteça.

Neste sentido, Sr. Presidente, transcrevo palavras literais do Governador Miguel Arraes, em documento em que manifestou sua posição quanto ao assunto: "Testemunhei, no exílio, a retomada da mobilização do povo Saaraui, tendo a oportunidade de constatar com seus dirigentes e militares. Tal experiência me confirmou a justiça da luta da RASD e a importância que tem para esta República Democrática o reconhecimento diplomático do Brasil".

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ GUEDES (PMDB – RO.

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Art. 52 das "Disposições Gerais" do Projeto de Constituição diz: "Ficam reconhecidos e homologados os atuais limites territoriais do Estado do Acre com os Estados de Amazonas e de Rondônia, conforme levantamentos cartográficos e geodésicos realizados pela Comissão Tripartite integrada por representantes dos Estados e dos serviços técnicos especializados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico".

Como é do conhecimento da opinião pública nacional, existe conflito territorial entre meu Estado de Rondônia e o vizinho Estado do Acre, envolvendo os Distritos de Extremas e Novas Califórnia, atualmente ocupados pelo Governo do Acre, mas pertencentes ao Estado de Rondônia. Esta ocupação tem gerado intranquilidade à população de ambos os Estados, mas principalmente aos habitantes daquelas localidades. As causas dessa intranquilidade superam o corriqueiro, como a legalização das terras, registros cíveis e comerciais, alcançando a segurança física daquela comunidade. Isto porque o Governo do Acre destacou

grande contingente policial para a área em questão e ao Estado de Rondônia ficou a alternativa de igual gesto, operação que não foi deflagrada por ser nosso Governador Jerônimo Santana pessoa de índole pacífica e esperançosa em corretivo legal, mas naturalmente não ficou nem ficará de braços cruzados.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desde 1982 que esta situação vem se agravando. Porém foi em 1985, quando no desempenho das funções de Prefeito de Porto Velho – Município ao qual pertence aqueles dois Distritos – que o conflito ficou mais acirrado. Promovemos eleição no Distrito de Extrema, para escolha, pela população local, do Administrador Distrital, e os ânimos dos governos Estaduais chegaram a tal ponto que, não fosse a crença do Governo rondoniense no entendimento, em solução pacífica, teriam acontecido exaltações.

Sr. Presidente, para dirimir quaisquer dúvidas, junto a este relatório do IBGE confirmando o que temos dito a este Parlamento: Extrema e Nova Califórnia estão contidos na área territorial do Estado de Rondônia.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Nota Técnica da Diretoria de Geociências
Assunto: Divisas Acre – Amazonas – Rondônia
Referência: Processo IBGE nº 07346 – 13/12/1982
Interessados: Governos dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia.

1. Introdução

O presente documento focaliza, de maneira tópica e não exaustiva, aspectos da questão da área limítrofe entre os Estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia.

Entendemos que a argumentação pertinente a tal questão tem como fundamento duas linhas de raciocínio: de um lado se nos apresenta uma questão de direito, vazada em sucessivos diplomas legais, e cuja elucidação requer a consulta a documentos históricos e à avaliação de coordenadas de pontos notáveis dos perímetros limitantes das unidades da Federação; por outro lado, temos o desdobramento do acelerado processo de ocupação da área, com sua componente espacial, de alcance de uma análise no campo da Geografia Humana.

No primeiro enfoque esgotou-se a identificação dos diplomas legais vigentes e as raízes históricas das descrições dos limites, acompanhada de trabalhos de campo objetivando a localização dos marcos de fronteiras existentes e a determinação de suas coordenadas (latitude e longitude), compatibilizadas no sistema geodésico brasileiro.

A segunda abordagem embasou-se na coleta de informações relativas à área nas cidades de Rio Branco e Porto Velho, além do levantamento realizado em Vila Estrema, que contemplou a esquematização do processo de ocupação do território ao longo da BR-364, pesquisa por amostra do comércio local para avaliação dos fluxos de compra e venda de mercadorias e pesquisa junto aos moradores novos e antigos a quem se perguntou, sistematicamente: local e ano de nascimento, etapas de migração até Estrema, motivos das mudanças e expectativas devida na área.

2. Considerações Gerais

O processo em referência, relativo à questão das divisas entre os Estados do Acre – Amazonas – Rondônia, foi iniciado a partir do Ofício nº 765/5 a SC/1733/80, emitido pelo Conselho de Segurança Nacional, solicitando informações "quanto aos verdadeiros limites entre o Estado do Acre e o Território Federal de Rondônia".

Em análise então conduzida pela Diretoria de Geodésia e Cartografia, foi informado que a divisa entre as "Unidades da Federação é representada por um trecho da geodésica limite entre os Estados do Acre e do Amazonas, conforme descrito nos documentos legais".

- Decreto nº 9.831, de 23-X-1912;
- Decreto-Lei nº 5.812, de 13-X-1943;
- Decreto-Lei nº 6550, de 31-V-1944;
- Decreto nº 81.272, de 30-I-1978;..."

O ofício – resposta encaminhado ao Conselho de Segurança Nacional informava que os limites entre o Estado do Acre e o Território Federal de Rondônia são aqueles definidos pela linha geodésica descrita no Decreto nº 9.831, de 23 de outubro de 1912, que "reorganiza a Administração e Justiça do Território do Acre", citado, também, no Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, que "cria os Territórios Federais do Amapá, dô Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porá e do Iguassu e Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944 "que fixa os seus limites".

Em revisões posteriores, suscitadas pelo Of./ Gab nº 110, de 27-8-1982, do Exmº Sr. Governador do Estado do Acre, dirigido ao Presidente do IBGE, que consideraram, além dos diplomas legais citados, a Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, e a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, opinou-se pela solução dos questionamentos formulados pelo Governo do Estado do Acre, a partir de uma Comissão mista em que estivessem representados os Estados do Amazonas e de Rondônia, além do representante acreano, destacando-se a posição do IBGE:

(3) Em se tratando da contestação de limites entre Unidades da Federação, não cabe ao IBGE definição ou locação dos mesmos; a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, assegura aos Estados o direito de fixação e modificação de seus quadros territoriais.

4) Embora seja inquestionável que aos Estados cabe a solução dos problemas de limites, compete ao IBGE assegurar as informações necessárias à identificação e à localização dos acidentes e fatos geográficos que constituem a linha limite, de acordo com os diplomas legais que estabeleceram ou alteraram o quadro territorial:

Reforçando esta posição, relativa ao papel a ser desempenhado pelo IBGE em questões de limites entre unidades da federação, o Sr. Presidente do IBGE, através do ofício nº 171, resposta ao Exmº Sr. Governador do Estado do Acre, de 24 de novembro de 1982, assim definiu:

3. Está claro que, tratando-se de limites interestaduais, o IBGE poderá apenas, assegurar as informações, inclusive cartográficas,

necessárias ao conhecimento da realidade física da região (Lei nº 5.87873, art. 2º), e que permitirão a solução das dúvidas existentes, se houver plena concordância dos governos interessados."

Atento aos princípios anteriores, o IBGE firmou com os governos dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia o convênio de 19 de fevereiro de 1986, tom o objetivo expresso em sua cláusula primeira

"O presente convênio tem como objetivo a realização de trabalhos de natureza geodésica e cartográfica, para estabelecimento das divisas comuns entre os Estados do Acre, Amazonas e Rondônia."

3. Caracterização legal dos limites

Os limites estaduais encontram-se enunciados em diplomas legais de diferentes épocas, com variações pouco substantivas, como pode ser observado nas transcrições e comentários a seguir.

3.1 – Decreto nº 9.831, de 23 de outubro de 1912

"Art 1º O Território do Acre é limitada".

– ao Norte pelo Estado do Amazonas, ao Sul pela República da Bolívia e pela República do Peru, e a Oeste pela República do Peru.

§ 1º O limite setentrional com o estado do Amazonas é formado pela linha geodésica, traçada da nascente do rio Javari, em 7°1'17,5" de latitude sul e 74°8'27,07" de longitude ocidental de Greenwich, à confluência dos rios Mamoré e Beni, onde começa o rio Madeira, em 10°20' de latitude sul, tal como foi calculado e em parte demarcado nos anos de 1895 e 1896, e desde a nascente do Javari acompanha essa mesma linha até sua interseção com o rio Abunã onde começa o território boliviano nesse ponto, na forma do tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903."

Como se depreende da descrição legal, o legislador estabelece os limites do então Território do Acre com o Estado do Amazonas, segundo a geodésica limitada pelos pontos cabeceira do rio Javari e confluência dos rios Beni e Mamoré, que nesse ponto formam o rio Madeira.

Os pontos extremos desse segmento de Geodésica foram monumentados, pelas demarcatórias da Comissão Mixta Brasil – Bolívia e Brasil – Peru, no período de 1895 a 1911.

32 – Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943

Esse segundo diploma legal cria o Território do Guaporé, fixando como limites:

"Art1"

§ 3º O Território do Guaporé terá os seguintes limites:

– ao Sul, Sudoeste e Oeste pelos limites com a República da Bolívia, desde a confluência do rio Cabixi no rio Guaporé, até a linha Geodésica Cunha Gomes, no limite com o Território do Acre, e por esta até encontrar a margem d'reita do rio Ituxi ou Iquiri;..."

A "linha Geodésica Cunha Gomes" corresponde ao segmento da Geodésica entre a cabeceira do rio Javari e a foz dos rios Beni e Mamoré, na formação do rio Madeira.

33 – Decreto-lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944

O decreto-lei redefine os limites do Território Federal do Guaporé, ao enunciar:

Art1º.....
c) ao Sul, Sudeste e Oeste, pelos limites com a República da Bolívia, desde a confluência do rio Cabixi com rio Guaporé, até o limite entre o Território do Acre e o Estado do Amazonas, por cuja linha limítrofe continua até encontrar o divisor de águas Ituxi-Abunã;..."

Este decreto-lei difere do anterior ao indicar os limites do Território Federal do Guaporé e o Estado do Amazonas, que passa ao divisor de águas Ituxi-Abunã, em lugar margem direita do ituxi ou Iquiri, mantendo entre o Território do Acre e o Guaporé a divisa na linha geodésica.

3.4 - Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962

O diploma legal eleva o Território do Acre à categoria de Estado, fixando seus limites de acordo com os decretos anteriormente explicitados; nesse particular revigorado ao enunciar.

"Art 1º O Território do Acre, com seus atuais limites é erigido em Estado do Acre."

Os limites do novo estado são os enunciados no Decreto nº 9.831, de 1912, sem qualquer alteração.

35 – Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981

Este último dispositivo cria o Estado de Rondônia enunciando:

"Art. 1º Fica criado o Estado de Rondônia, mediante a elevação do Território Federal de mesmo nome a essa condição, mantidos os seus atuais limites e confrontações."

De forma semelhante à da criação do Estado do Acre, os limites do novo Estado são mantidos, revigorando o enunciado no Decreto-lei nº 6.550, de 1944.

4. Ações do IBGE 1986-1987

Identificados os fundamentos de ordem jurídica para a descrição dos limites interestaduais, busca-se a caracterização dos pontos e acidentes naturais notáveis, explicitados em leis e decretos, elementos essenciais para o reconhecimento dos mesmos no terreno, posicionamento geodésico e representação cartográfica.

A primeira questão que surge é a da caracterização física e geodésica dos extremos da linha cabeceira do rio Javari e foz dos rios Beni e Mamoré, divisa dos Estados do Acre e do Amazonas e dos Estados do Acre e de Rondônia. A segunda é a identificação dos cursos dos rios Ituxi e Abunã com vista ao estabelecimento do divisor de águas e, consequentemente, divisa dos Estados do Amazonas e de Rondônia.

Para atender à primeira questão, se faz necessário recuperar, historicamente, a consolidação das fronteiras internacionais do Brasil com a República da Bolívia e a República do Peru.

4.1 – Recuperação dos marcos de divisas internacionais.

O Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750, entre os reinos de Portugal e Espanha, ao fixar os limites para a progressão de portugueses e espanhóis no continente sul-americano, convencionou:

Artigo 7º Desde a boca do Jauru pela parte ocidental prosseguirá a fronteira em linha reta até a margem austral do rio Guaporé defronte da boca do rio Sararé que entre no dito Guaporé pela sua margem setentrional; com declaração que se os comissários, que se hão de despachar para o regulamento dos confins nesta parte, na face do país, acharem entre os rios Jauru e Guaporé outros rios, de balizas naturais por onde mais comodamente, e com maior certeza, se possa assinalara raia naquela paragem; salvando sempre a navegação do Jauru, que deve ser privativa dos portugueses, e o caminho que eles costumam fazer do Cuiabá para Mato Grosso; os dois Altos contraentes consentem e aprovam que assim se estabeleça, sem atender a alguma porção mais ou menos de terreno que possa ficar a uma ou a outra parte. Desde o lugar que na margem austral do Guaporé for assinalada para termo da raia, como fica explicado, baixará a fronteira, por todo o curso do rio Guaporé até mais abaixo da sua união com o rio Mamoré que nasce, na província de Sarita Cruz de la Sierra, e atravessa a missão dos Roxos, e formam juntos os rios chamados Madeira que entra na das Amazonas, ou Maranon, pela sua margem austral.

Artigo 8º Baixará pelo álveo destes dois rios, já unidos, até a paragem situada em igual distância do dito rio Amazonas, ou Mararion, e da boca do dito Mamoré e desde aquela paragem continuará por uma linha leste-oeste até encontrar com a margem oriental do Javari que entra no rio das Amazonas pela sua margem austral; e baixando pelo álveo do Javari até onde desemboca no rio das Amazonas ou Maranon prosseguirá por este rio abaixo até a boca mais ocidental do Japurá que deságua nele pela margem setentrional."

A linha leste-oeste da foz do Guaporé e do Mamoré, na formação do Rio Madeira, até o encontro do Rio Javari, constitui uma geodésica, que por seu curso marca a fronteira naquelas paragens. Esta aproximação pode ser reconhecida como a primeira para uma linha que mais tarde viria a ser divisa entre o Brasil-Peru-Bolívia.

A 27 de março de 1867 era firmado o Tratado de Ayacucho, entre o Império do Brasil e a República da Bolívia, apresentando, em seu artigo 2º, a descrição da fronteira Brasil-Bolívia:

"Art-2º

... aos Quatro Irmãos; destes, também em linha reta, até as nascentes do Rio Verde? Baixará por este rio até a sua confluência com o Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até o Beni, onde principia o Madeira. Deste rio para oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada de sua margem esquer-

da na latitude Sul 10° 20', até encontrar o Rio Javari. Se o Javari tiver suas nascentes no norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma reta a buscar a origem principal do dito Javari.

Este novo tratado mantém a idéia de um paralelo de latitude (linha leste-oeste), como fronteira entre o Brasil e a Bolívia, na presunção de que as cabeceiras do Javari e a foz dos rios Beni e Mamoré ao formarem o rio Madeira, teriam a mesma latitude ($10^{\circ} 20' \text{ Sul}$). Diante das incertezas nas medições astronômicas e geodésicas, os signatários se acautelaram ressalvando que caso as cabeceiras do Javari ficassesem ao norte do paralelo, a linha de limite seguiria uma "reta" da margem esquerda do Madeira, na sua formação (pressuposta a latitude de $10^{\circ} 20' \text{ Sul}$) até a cabeceira pretendida do Javari.

Com a assinatura do tratado são formadas as comissões demarcadoras que buscam exaustivamente as cabeceiras do Javari, sendo de 1874 a primeira identificação por parte do Barão de Tefé, que por observações astronômicas fixa a posição $7^{\circ} 1' 17,5''$ de latitude Sul e $74^{\circ} 8' 24,07''$ de longitude oeste de Greenwich. Em 17 de novembro de 1877 é lavrado o termo de inauguração do marco do Madeira, posição $10^{\circ} 21' 13,65''$ de latitude Sul e $65^{\circ} 24' 57,65''$ de longitude oeste de Greenwich. No ano de 1895 são reiniciados os trabalhos de demarcação da fronteira Brasil-Bolívia, adotando-se como correta a identificação das cabeceiras do Javari em 1877, os trabalhos prosseguem até 1897, quando a 1º de maio o Gen. Taumaturgo exonera-se da Comissão de Limites e aponta incertezas quanto a localização das cabeceiras do Javari. A 25 de abril de 1898, em nota da Comissão brasileira, o Capitão-Tenente da Armada Augusto da Cunha Gomes apresenta nova determinação das cabeceiras do Javari, como estando posicionadas a $7^{\circ} 11' 48,1''$ de latitude Sul e $73^{\circ} 47' 44,5''$ de longitude Oeste de Greenwich. As tentativas de demarcação da fronteira prosseguiram até a eclosão da questão acreana ao início deste século.

O Tratado de Petrópolis, assinado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 17 de novembro de 1903, ao pôr cabo à questão acreana estipulou:

"Art. 1°

§ 4º Da entrada Sul do Canal de Pedro Segundo ou rio Pando até a confluência do Beni e Mamoré os limites serão os mesmos determinados no artigo 2º do Tratado de 27 de março de 1867.

§ 5º Da confluência do Beni e do Mamoré descerá a fronteira pelo rio Madeira até a boca do Abunã, seu afluente da margem esquerda, e subirá pelo Abunã até a latitude 10° 20'. Daí irá pelo paralelo de 10° 20', para oeste até o rio Rapirran e subirá por ele até a sua nascente principal.

§ 6º Da nascente principal do Rapiirran, irá pelo paralelo da nascente encontrar a oeste o rio Iquiry e subirá por este até a sua origem, donde seguirá até o Igarapé Bahia pelos mais pronunciados acidentes do terreno ou por uma linha reta, como aos comis-

sários demarcadores dos dois países parecer mais conveniente..."

O Tratado de Petrópolis mantém a identificação da foz dos rios Beni e Mamoré na formação do rio Madeira, como um ponto notável dos limites entre o Brasil e a Bolívia.

Em 1907 é constituída a comissão demarcadora, que aos poucos estabelece os marcos de fronteira, no ano de 1913, são fixados os marcos da confluência dos rios Abuná e Madeira e os marcos dos rios Beni e Mamoré, materializando o início do curso do Madeira. Na 7ª Conferência da Comissão Mista, a 27 de dezembro de 1913, foram reconhecidos os marcos fixados, como materialização da fronteira.

A Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, da Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores, facilitou o acesso às descrições dos marcos e participou dos trabalhos e localização e identificação dos mesmos no terreno. No ano de 1986 foram ocupados os pilares da cabeceira do rio Javari e foz dos rios Beni e Mamoré, tendo sido, através de processos geodésicos apoiados em rastreamento de satélites artificiais, determinadas as coordenadas no Sistema Geodésico Brasileiro.

Geodésica da fronteira:
 – Cabeceiras do Rio Javari
 Latitude Sul 07° 07'
 01,140" Longitude Oeste de Greenwich 73° 4T
 40,781" – Foz dos Rios Beni e Mamoré
 Latitude Sul 10° 22' 56,812" Longitude
 Oeste de Greenwich 65° 22' 58,324"
 O azimute da geodésica (SOME) 110°
 38' 13.304", no sentido Foz Beni-Mamoré para a
 cabeceira do Javari, garante a recuperação da
 linha fixada no artigo 1º do Decreto nº 9.831, 23-
 10-1912, como limite dos Estados do Amazonas
 e do Acre – Anexo I

4.2 – Divisa Acre – Amazonas

A recuperação dos marcos internacionais, com a correspondente identificação em fotografias aéreas e determinação de coordenadas no Sistema Geodésico Brasileiro, permitiu estabelecer o traçado da linha geodésica Beni-Javari, confirmando-se que as cidades de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Feijó encontram-se ao norte da Geodésica, desta forma e na estrita interpretação dos diplomas legais, localizados em território amazonense. (Anexo I).

Dante deste fato, buscou-se junto aos representantes dos Estados do Amazonas e do Acre, a indicação de locais para implantação de marcos, que fossem entendidos como possíveis materializações das divisas entre os Estados. Esses pontos foram objetos de observações que conduziram à determinação de suas coordenadas geodésicos, levando as denominações Cruzeiro do Sul (91.004), Feijó (91.005), Sena Madureira (91.007), Caquetá (91.008) e BR-317 (91.006). (Anexo II).

Cabe destacar que o marco Feijó (91.005) foi localizado na foz do Rio Jurupari no rio Elvira, cerca de 45km ao norte da cidade de Feijó, em território amazonense. No desdobrar dos trabalhos, os representantes do Estado do Amazonas contestaram os marcos Cruzeiro do Sul (91.004)

e Feijó (91.005), por adentrarem excessivamente em território amazonense. Propuseram como pontos de limites Remanso e Estirão do Eliezer, tendo ficado ajustado em atas que os representantes dos Estados do Acre e do Amazonas posteriormente se manifestariam quanto a um posicionamento consensual dos marcos definitivos, o que ocorreu até o presente.

Os procedimentos adotados objetivaram a substituição da linha Geodésica Beni Javari por uma poligonal cujos vértices seriam os pontos acima anunciamados, balizadas pelos marcos internacionais na cabeceira do Javari e margem direita (lado brasileiro) do ponto frontal de confluência dos rios Bani e Mamoré.

As coordenadas para os marcos implantados:

– Cruzeiro do Sul (91.004)
Latitude Sul .07° 33'05,914"
Longitude Oeste de Greenwich 72° 35'
" (não aceito pelo Estado do Amazonas –
91.005).
Latitude Sul .07° 50' 41, 220"
Longitude Oeste de Greenwich 70 °3' 16,
ão aceito pelo Estado do Amazonas)
– Sena Madureira (91.007)
Latitude Sul .09° 02' 56,659"
Longitude Oeste de Greenwich 68° 38'
" (aceito pelos Estados do Acre/Amazonas)
– Caquetá (91.008)
Latitude Sul .09° 33' 37,918"
Longitude Oeste de Greenwich 67° 30'
". (aceito pelos Estados do
amazonas)
– BR-317 (91.006)
Latitude Sul .09° 35' 31,226"
Longitude Oeste de Greenwich 67° 19'
" (aceito pelos Estados Acre/Amazonas)
No atual momento, os representantes
Estados do Acre e do Amazonas não
aram quanto aos pontos que poderiam vir a
divisa entre os Estados, nas vizinhanças
dades de Cruzeiro do Sul e Feijó

4.3 – Divisas Amazonas – Rondônia

A divisa legal entre os Estados do Amazonas e de Rondônia, na área em estudo, encontra-se definida, pela linha de cumeada do divisor de águas das sub-bacias dos rios Ituxi e Abunã, até o ponto de interseção do divisor com a linha geodésica Beni-Javari.

Os trabalhos de campo e gabinete exploram os cursos dos rios Ituxi e Abunã, buscando os cursos d'água existentes na área aqueles que levam estas denominações, de forma a propiciar a representação cartográfica conveniente de trabalhos geodésicos e restituição fotogramétrica. No Anexo III, a linha foi lançada a partir da determinação sucessiva dos pontos mais altos, em instrumental fotogramétrico. Destaca-se que esta linha não se encontra materializada no terreno por marcos. A cobertura vegetal e a topografia plana da área assinalam as dificuldades dessa materialização, embora nos trechos vizinhos ao traçado da BR-364 se tenha lançado marcos identificadores da cumeada com a rodovia.

No conjunto de folhas na escala de 150.000 a linha foi lançada e permite a identificação dos territórios amazonense e rondoniense.

Cabe apontar a existência de um Posto Fiscal do Estado de Rondônia, que foi objeto de determinação de coordenadas, comprovando-se que o mesmo encontra-se localizado em território amazônico.

zonense. As observações efetuadas conduziram à definição da posição do marco geodésico no Posto Fiscal de Rondônia (91.002):

- Latitude Sul .09° 46' 12,057"
- Longitude Oeste de Greenwich 66° 48' 06,950"

Este trecho da divisão não apresenta pendências por parte dos Estados envolvidos.

4.4 – Divisas Acres - Rondônia

Como pode ser depreendido da citação dos diplomas legais vigentes, a divisa entre os Estados do Acre e de Rondônia é definida Pelo trecho da linha Geodésica Beni-Javari, entre a interseção com o curso do rio Abunã, limite internacional Brasil-Bolívia, e o cruzamento do divisor das sub-bacias dos rios Ituxi e Abunã com a citada geodésica – Anexo III.

Os pontos extremos do segmento de geodésica são abstratos, sem representação no terreno, cabendo a determinação de suas coordenadas por cálculo Geodésico ou fotogramétrico. Nesse sentido foram estabelecidos marcos que permitiram o cálculo de coordenadas dos pontos extremos, representados cartograficamente no ANEXO III

O Estado de Rondônia reconhece este trecho da Geodésica como sendo o limite em questão. O representante do Estado do Acre não considera tal limite, reivindicando como território acreano a extensão de terras que vai até a foz do Abunã no Madeira, subindo por este até a boca do igarapé, no divisor de águas das sub-bacias do Ituxi-Abunã, limite legal entre os Estados de Rondônia e do Amazonas. Tal pretensão pode ser melhor visualizada no Anexo IV, cópia do cartograma encaminhado pelo representante ao IBGE elaborado pela empresa Minerva Engenharia Ltda.

Como ainda pode ser visualizada no cartograma citado, a pretensão do Estado do Acre engloba também terras do Estado do Amazonas, ao fixar a Geodésica entre os pontos Caquetá e divisor de águas dos rios Ituxi e Abunã.

Analizada a ocupação da área pretendida pelo Estado do Acre, observou-se que a mesma ocorre mais intensivamente ao longo da BR-364, onde, a cerca de uma década, teve início o processo mais acentuado de migrações. O governo do Estado do Acre instalou um posto fiscal nas proximidades do povoado Vila Estrema, objeto de determinações de coordenadas, além de outras instalações de infra-estrutura urbana. As coordenadas obtidas dão o posicionamento do Posto Fiscal em território rondoniense (Vila Estrema – 91.001):

- Latitude Sul .09° 46' 16,639"
- Longitude Oeste de Greenwich 66° 21' 35,420"

No Anexo m pode melhor ser visualizada a ocupação da área demandada.

5. Aspecto Gerais da Ocupação Humana no Trecho Fiscal de Rondônia –Foz do Abunã.

A análise geográfica que se quer completa, não descuida, em uma avaliação do processo de ocupação espacial, de levar em conta os diversos níveis ou escalas que informa o que ocorreu em determinada área que se estuda. Em suma, por mais singular que possa parecer o padrão de ocupação de determinado segmento do espaço, existem determinantes que se situam por vezes bem distantes da área de estudo, e que se materializam em escala maiores (ou menores, cartograficamente falando) que aquela de estudo.

Neste sentido é que se dá a ocupação que ora ocorre ao longo do trecho Porto Velho-Rio Branco, da rodovia BR-364, faz parte do processo já decenal, da ocupação do Estado de Rondônia por contingentes de migrantes externos à região notadamente do Sul do País, e que deram origem aos núcleos urbanos às margens da referida rodovia no seu trecho já asfaltado (Cuiabá Porto Velho): Vilhena, Presidente Médici, Cerejeiras, Cacoal, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Jarú, toantes, para ficarmos nos principais. Quer parecer, por documentos recentes e informações junto a órgãos públicos, que, tanto migrantes já estabelecidos há alguns anos nessa área, como aqueles que para lá se deslocaram mais recentemente tem, por motivos diversos, se direcionado para outras áreas fora do Estado, destacadamente: a de Humaitá no Sul do Amazonas e da porção Sul do Acre, que inclui a BR-364 no seu trecho Porto Velho-Rio Branco e vizinhanças das cidades de Sena Madureira e Plácido de Castro, além da reserva garimpeira do Alto Rio Madeira, entre Guarujá Mirim e Porto Velho. Da mesma forma, é marcante a ocupação desta área pela penetração da fronteira agrícola por projetos agropecuário motivados tanto por capitalistas e grupos de Rio Branco e Porto Velho, como do Centro-Sul do País. Tal ocupação é bem visível ao longo de toda a BR-364, no trecho estudado.

Neste segundo segmento de expansão da frente, que é o que nos interessa essencialmente, acresce o fato da perspectiva de asfaltamento da rodovia, o que faz aumentar a expectativa e a tendência de ocupação de terras, com o objetivo de formar fazendas para exploração imediata ou "reservas de valor". E assim que se percebe extensas áreas desmatadas e cercadas com pouca ou nenhuma atividade agrícola ou pastoril. Concorrendo para caracterizar a ocupação produtiva e improdutiva, *latu sensu*, o processo de povoamento desta área-eixo, sobre o qual se situa nosso interesse.

5.1 – Região imediata de Vila Estrema: aspectos do povoamento recente

A região onde se localiza o povoado Vila Estrema, situa-se, na atual divisão administrativa da Federação, no Estado de Rondônia: trata-se de uma projeção, em forma de cunha, daquela unidade da federação no sentido dos paralelos.

Anexo III. Foge aos propósitos deste documento a descrição histórica da ocupação desta área. Cumpre, no entanto, observar que a mesma, há bem poucos anos, encontra-se ainda entregue à atividade extrativa da héve em antigos seringais da bacia do Madeira e seus principais tributários brasileiros e bolivianos: o Abunã, o Beni, Madre de Deus e Ituxi, entre outros.

Tal atividade vem decaendo já há alguns anos, fruto de problemas estruturais, dentre os quais se alinhama o declínio do preço da borracha e o abandono de seringais em favor da cidade.

Tal situação veio a se combinar com o avanço da frente que delineamos no item anterior, dando a tônica da ocupação da área em tela que passamos a tratar.

As terras sobre as quais se assenta hoje Vila Estrema bolivianas antes do Tratado de Petrópolis, se constituem em antigos seringais, ao longo do Abunã, que corta toda a área. "Não havia começado ainda o século XX e já os bolivianos que partiam da cidade de Riberalta, no rio Madre".

de Deus, em 1898, invadiram as suas nascentes e exploravam, segundo Octávio Reis, vários seringais neste rio, sendo aparte amazonense explorada pela firma comercial Bercado e Balivan" (citado por Antonio Leite de Oliveira – à deriva da Geodésica Cunha Gomes – Alto Moreira – 15 de setembro de 1987).

No entanto, a ocupação intensiva desta área é algo muito recente, cabe dizer, de dois anos para cá. O depoimento de uma das moradoras antigas de Vila Extrema é elucidativo. Chegada a esta localidade em 1979, com o objetivo de se estabelecer como comerciante para atender aos colonos que começavam a chegar, encontrou a estrada mal conservada, e a presença apenas do posto fiscal do Acre e algumas casas. Mesmo depoimentos mais recentes dão conta de um aumento considerável nos últimos dois anos.

Segundo o informante mais antigo que se pode contratar na área, chegado em 1975, foi pelos idos de 1978 que se deu a intensificação do processo migratório com a entrada do "pessoal do sul pela BR da Balsa (no rio Madeira) até Rio Branco", montando serrarias ou ocupando terras de seringueiros que as vendiam por qualquer valor. Dessa leva muitos retrocederam devido ao surto de malária ocorrido na primeira mudança de estação. Daquela época, estima o informante, só restaram, além dele, três famílias.

A reativação da migração, ainda segundo o mesmo informante, ocorreu no final do ano de 1981 e 1982; com a conclusão do asfaltamento da BR-364 no trecho Cuiabá Porto Velho. A notícia de que esse asfaltamento seguiria até a capital acreana, aliado à presença do "Projeto de Assentamento do Alto Madeira", do Incra sediado em Abunã, só fez aumentar o fluxo migratório.

No ápice deste processo, a estimativa era da chegada de 5 a 6 mudanças diárias em Vila Extrema Hoje, este número é estimado em 1 mudança diária.

Como resultado de tudo isso, temos a morfologia de ocupação da área. Estima-se que existam de 5 a 6 famílias dentro dos "ramais" é quanto à área urbana, a Sacam informa ter borriado, em abril deste ano, 937 residências.

Os colonos praticam, geralmente, além de culturas de subsistências, uma agricultura onde predominam o café e o cacau. O primeiro é comercializado localmente e em Rio Branco, de acordo com as condições da estrada, estimando-se em 100 a 120 mil pés de café produtivos. O extrativismo de borracha é pouco praticado, pois não faz parte da tradição do migrante que para ai se dirige.

Na estrutura fundiária, predominam os lotes de aproximadamente 100 ha, módulos do Incra, embora já se perceba o processo de concentração de terras. Colonos que, por um motivo ou outro se vêem sem perspectiva, vendem sua terra a terceiros e há informações de um proprietário já possuindo extensões razoáveis de terra. Percebe-se, também, a entrada de grandes projetos agropecuários e madeireiros, a exemplo da Agropecuária Rio Novo, de propriedade do Banco Real S/A, situada entre Vila Extrema e Nova Califórnia, com aproximadamente 40.000 ha.

A situação jurídica das terras não fica bem definida. Segundo informações obtidas inicialmente junto ao morador antigo já referido, o Incra não

estaria fornecendo nenhuma espécie de documento de posse, em função do litígio entre Rondônia e Acre. No entanto, segundo outro informante, o que existe é uma questão judicial entre a família Moura Reis, proprietária do antigo Seringal Califórnia, cujos herdeiros perderam para o Incra em primeira instância e recorrem agora em segunda instância. Isso impedia a Incra de regularizar a questão fundiária.

Na parte urbana, Vila Extrema, propriamente dita, é um aglomerado que se estende à esquerda da BR-364 no sentido Porto Velho-Rio Branco. O sítio urbano desenvolve-se ao redor de um igarapé e a parte mais antiga fica às margens da rodovia. Ali, encontram-se alguns bares, a agência bancária do Banacre e outros serviços.

Perpendicularmente à rodovia, temos a principal rua de comércio da localidade: armarinhos, farmácias e outros que se estendem até a parte sobre o igarapé, onde começa a ocupação mais recente do povoado. Por fim, já limitando com a floresta, temos a área em ocupação, podendo-se observar o trabalho de derrubada da mata e capina do terreno.

O núcleo não obedece a nenhum plano de ordenamento, nem se materializa segundo os padrões clássicos de urbanização, pois se trata de um núcleo em área pioneira. Os serviços urbanos são incompletos, apesar da presença de infraestrutura básica, provida pelo Governo do Acre: energia elétrica, algum saneamento e, mais recentemente, um posto telefônico da Teleacre.

Apesar disso, quer parecer que Vila Extrema cumpre os seus objetivos: abrigar, ainda que precariamente, aqueles que aguardam a ocasião de conseguir alguma "data" para cultivo e as famílias dos que lá se encontram, além de fornecer bens e serviços, poucos mais que elementares, a essa gente. É surpreendente encontrarmos embriões de associativismos: associações de moradores, de comerciantes – existentes ou em vias de formação.

Foram investigados os fluxos de compra de mercadorias de diferentes casas comerciais, procurando saber dos proprietários em que locais adquiriram mercadorias, se em Rio Branco, Porto Velho ou em outras praças.

No caso de aviamentos e tecidos, os comerciantes entrevistados declararam adquirir suas mercadorias no Rio de Janeiro e São Paulo, pessoalmente ou através de representantes. Já os farmacêuticos são abastecidos a partir de Porto Velho, onde os grandes laboratórios do Sul do País mantêm distribuidores. Em se tratando de bebidas, a compra é feita em Rio Branco, pelo custo mais baixo em função da maior proximidade.

No entanto, é no aspecto fiscal que Rio Branco se impõe, a quase totalidade dos comerciantes tem aí seu registro e recolhem impostos para o Governo do Acre.

A seguir, apresenta-se uma amostra de "histórias de vida" levantadas na área. Na busca da representatividade, entrevistaram-se pessoas morando em pontos diferentes e, tanto quanto seja possível, numa área nova, chegadas em épocas diferentes.

Cumpre ressaltar que a grande maioria das pessoas chegou na área há não mais que dois anos, e os "antigos" chegaram há pouco mais de uma década.

5.11 – Os "antigos"

a) Comerciante, dona de hotel e restaurante, natural de Rio Branco (AC), sem declaração de idade, veio para Estrema por volta de 1980 no intuito de ajudar o pai, que tinha negócios na área. Como não havia, na época, venda de gêneros básicos, alugou um avião e trouxe arroz, feijão, açúcar, café, e outros gêneros. Atualmente é proprietária da principal churrascaria e hotel à beira da BR-364. Pretende continuar na área, na esperança do asfaltamento da estrada.

b) Agricultor e madeireiro, natural do Paraná, chegou à Estrema em 1975. Comprou o direito de uma posse e começou a plantar, mas tinha dificuldade de comercialização. Auferiu renda com uma serraria que trouxe do Paraná, aproveitando o "verão" e as melhores condições da estrada para a venda da madeira em Rio Branco. Foi um dos poucos que não retomou quando os índices de malária aumentaram ao final da década de 1970. É hoje, uma pessoa com boa situação, possuindo um sobrado à beira da Rodovia BR-364.

5.12 – Os novos

a) Pedreiro e construtor, natural de Brejo Santo (CE – 1948), chegou em 1986. Sua última procedência foi Rolim de Moura (RO) onde era metalúrgico. Foi para a área com o objetivo de adquirir terras e hoje possui uma "data" de 15x30m. Pretende conseguir um lote de terra, dentro da mata. Não cogita de mudança, já que tem uma pequena firma construtora, registrada em Rio Branco.

b) Comerciante, natural de Paranaíba (PR – 1952). Era agricultor em Paranaíba e migrou para Mato Grosso e Rondônia, sempre em busca de terras maiores e melhores. Chegou a Estrema em 1986, procedente de Rolim de Moura (RO), porque "estavam dando terra" (sic).

c) Biscateiro, natural de Governador Valadares (MG – 1948). Sua última procedência foi Cacoal (RO) e chegou em 1986, pois soube que havia disponibilidade de terra."

d) Farmacêutico; natural de Ivaiporã (PR – 1963), sempre trabalhou neste ramo em Ji-Paraná (RO), sua última procedência. Não veio em busca de terras, mas sim, com o propósito de abrir uma farmácia, pois soube do grande fluxo migratório para a área. Pretende se fixar, a menos que a questão do litígio não seja resolvida em prazo hábil.

e) Comerciante, natural de Currais Novos (RN – 1925), é o único dos entrevistados que, desde a década de 1950, exerce atividades no Acre. Antigo "soldado da Borracha" e depois seringalista, estabeleceu-se em Estrema com um bazar. Vende a prazo e mascateia no garimpo.

f) Autônoma, natural de Mantena (MG – 1948). Sua última procedência foi Colorado d'Oeste, chegando em Estrema em 1986. Pretende dedicar-se à lavoura, pois comprou, juntamente com o marido, um lote perto do núcleo urbano, mas como não há comunicação, ocuparam outro lote na vila. Começou a produzir tijolos para construir sua casa e hoje administra, com a ajuda de quatro filhos, uma olaria doméstica.

As entrevistas mostram, de imediato, a diversidade profissional dos que se encaminham para Estrema e corroboram, ainda a idéia de que a preponderância é de pessoas que já estavam em Rondônia.

Entendemos, contudo, que, independentemente da resolução do litígio, é preciso atentar para o fato de se repetir, nesse trecho da BR, o que aconteceu no trecho Porto Velho-Cuiabá: o surgimento de "cidades de posseiros," numa situação onde "cidade e campo se confundem." A origem das cidades, mesmo as que se formam hoje é sempre a invasão de terras, devolutas ou com tributação antiga, visando à produção agrícola (Becker, Bertha K "Homem e Natureza na Amazônia" – Tübinger Geog. Studien – p. 247).

6. Considerações finais

Cumpre destacar que das atividades desenvolvidas pelo IBGE perdura uma pendência, relativa às divisas entre os Estados do Amazonas e do Acre, quanto ao abandono da linha geodésica Beni – Javari e adoção de uma poligonal que considere em território acreanas cidades de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Feijó. Em parte; os pontos determinados pelo IBGE e aceitos pelos representantes dos Estados, atendem à regularização dos limites constituindo exceção a falta de um entendimento quanto a passagem dos limites na vizinhança de Cruzeiro do Sul e Feijó: conforme acordado em reuniões com os representantes, o IBGE se propõe a determinar as coordenadas dos novos marcos, tão logo os governos dos Estados comuniquem a solução consensual.

Atento ao escopo do convênio firmado, esta Nota Técnica sumária os elementos essenciais à análise das demandas fronteiriças, cabendo destacar que as mesmas podem ser agrupadas segundo interesses bilaterais, caso dos Estados do Amazonas e do Acre, ou multilaterais, diante da pretensão acreana que atinge os limites fixados na legislação vigente, dos três estados envolvidos.

No estrito cumprimento dos termos conveniados, procedeu-se aos levantamentos geodésicos e mapeamentos que informam a situação explicitada em diplomas legais e a ocupação atual da área. Em caráter complementar ao previsto no convênio, procedeu-se a uma pesquisa geográfica quanto a estrutura espacial da ocupação humana. Tais pesquisas; objetivaram gerar informações complementares quanto aos movimentos sociais e econômicos, em princípio necessários à tomada de decisões por parte dos Senhores Representantes dos Estados e outras autoridades, quanto às divisas de direito ou de fato.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1987, –
Mauro Pereira de Mello, Diretor de Geociências.
O SR. ADHÉMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a questão do petróleo, que desde 1953, com a criação da Petrobrás, une os brasileiros numa ação suprapartidária de defesa do monopólio estatal, foi brilhantemente abordada pelo nosso companheiro Euzébio Rocha em recente pronunciamento à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, de tão altas tradições democráticas e nacionalistas.

Como justa homenagem à destemida luta de Euzébio Rocha em defesa dos mais caros interesses nacionais, vamos ler, para que conste dos Anais da Casa, alguns tópicos desse memorável discurso:

"Os entreguistas, numa linguagem falsamente técnica e tecnicamente falsa, tenta-

ram, sem resultado, convencer os bem-intencionados de que eram excessivos os riscos na exploração e produção de petróleo. Se os riscos fossem grandes, as empresas estrangeiras de petróleo não participariam de tal atividade, pois são empresas que visam a grandes lucros, e não querem correr grandes riscos e jamais serão sociedades benfeitoras.

No período de 1960 a 1974, a Petrobrás, com um investimento de U\$ 1,5 bilhão, obteve petróleo no valor de U\$ 12.196,1 bilhões. Os resultados comprovam, à saciedade, a nossa afirmativa. Recentemente, num campo de petróleo gigante, situado a 150 quilômetros da costa, numa lâmina d'água de 1.000 metros, em que foi preciso perfurar mais 5.000 metros de terra, o investimento exploratório foi de U\$ 250 milhões, e permitiu localizar 3,5 bilhões de barris, no valor de U\$ 70 bilhões.

Tudo isso comprova que o risco é nosso, pois se a descoberta fosse de uma empresa estrangeira de petróleo, com o pequeno investimento poderia remeter, para o exterior mais de 24 bilhões de dólares, ou seja, o total de dois anos do pagamento do juro da nossa dívida externa, pois os contratos consignam o direito de as referidas empresas estrangeiras disporem da considerável parcela de 35% do campo petrolífero, e isso sem acrescentar a prática de superfaturamento e subfaturamento por tais empresas.

A questão do petróleo não pode ser discutida ao nível geral da política do capital estrangeiro. O petróleo é uma atividade autofinanciável e geradora de grandes excedentes econômicos fundamentais aos interesses internos geradores de emprego e do bem-estar social. Remeter tais excedentes econômicos seria reduzir o nosso povo a maior miséria. Por outro lado, toda atividade petrolífera é monopolista. Assim, no Brasil ou temos o monopólio do Estado ou o monopólio das empresas estrangeiras. A Petrobrás é uma empresa estatal não estatizante, pois abriu a possibilidade de surgimento de inúmeras empresas privadas.

A verdade é que o contrato de serviço com cláusula de risco para o Brasil envolve a entrega às empresas estrangeiras de uma parte do nosso petróleo. Como já disse, 30%, 35%, 50% mais ou menos do petróleo encontrado. Representam, virtualmente, o lucro a ser anualmente exportado, influindo negativamente no nosso balanço de pagamento. O petróleo é o melhor negócio do mundo. E vamos entregar esse bom negócio às referidas empresas, depois que os investimentos permitiram chegar a autosuficiência em derivados e ao domínio da tecnologia das atividades petrolíferas?

As empresas estrangeiras passaram a controlar 86,4% da área sedimentar, concedendo-se à Petrobrás o direito de continuar a explorar apenas em regiões em que já esteja instalada, correspondendo a uma área de 13,6%. Ainda assim, a Petrobrás, de 1977 a 1986, elevou a produção nacional de petróleo de 170 mil para 700 mil barris diários, enquanto as empresas estrangeiras não con-

tribuiram com sequer uma gota para elevar a produção nacional.

A pesquisa e a lavra do petróleo, em território nacional, constituem monopólio da União. Monopólio é a exclusividade de domínio, de exploração ou utilização de determinado bem, serviço ou atividade. Contrato de serviço com cláusula de risco é teratologia jurídica. O conceito de risco desnatura o contrato de serviço. São conceitos jurídicos que se repelem. O contrato ou é de serviço ou é de risco.

A despeito disso, ofereceram às empresas privadas a possibilidade de ter acesso a bacias inteiras, inclusive propiciando-lhes toda a informação geológica necessária, sobre a área total das bacias, para que pudesse ser escolhidos os blocos que interessavam. Todas essas pesquisas foram feitas com sacrifício, e somente com recursos nacionais, e pela decisão tudo deveria ser entregue às empresas estrangeiras. Começava a transferência do comando da política petrolífera às empresas estrangeiras – um ultraje para todos nós brasileiros. Importa agora que a Constituinte repudie esses contratos, corno convém ao País."

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos encerrando mais um ano legislativo e um ano da história do nosso País. Este, entretanto, não é o final de mais um ano como os demais. Podemos dizer, com tranquilidade e segurança, que nestes dois últimos anos foram plantadas as bases para se escrever a nova história da agricultura brasileira. Caminhamos a passos largos para a auto-suficiência de recursos da agricultura do nosso País. Em dois anos, no máximo, o próprio setor irá se financiar. Se eu concluisse aqui o meu pronunciamento já poderia dar-me por satisfeito, em poder fazer um anúncio deste. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos muito mais a anunciar sobre o presente.

O presente também é rico em exemplos e dados que demonstram as importantes conquistas da agricultura brasileira. Em 1987 o governo aplicou em custeio, investimento e comercialização cerca de 458 bilhões de cruzados. No ano passado foram aplicados 186 bilhões nas três rubricas. Significativo, nobres colegas, é analisarmos os investimentos na agricultura: em 1986 eles registraram um incremento de 143% em relação aos de 1985. A importância deste fato não está nos números frios e insensíveis. Por trás deles está a capitalização do setor agrícola, através do que foi possível a recuperação e renovação de máquinas e equipamentos. Com isto, o que ocorreu foi uma modernização no campo brasileiro. Com isto se preparam também as bases para a melhoria das condições de vida do homem do campo em nosso País. Com melhores equipamentos e máquinas o rendimento é maior e a maior sujeição às variações do clima são menores. A segurança do produtor é maior e a sua tranquilidade para o trabalho também.

Foi esta capitalização de 1986 que possibilitou que a redução de 30% da demanda por créditos oficiais em razão da política de juros reais não

significasse a redução de área plantada. Por quê? Porque os produtores rurais usaram de recursos próprios. Isto mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quando poderíamos imaginar que, diante de uma dificuldade maior de nossa economia, os nossos produtores rurais iriam dispor de recursos próprios? A descapitalização do setor é um dado que historicamente pode-se registrar. Mas esta situação também foi alterada sob a Nova República.

A proposta do governo de garantir a renda do produtor manteve-se também na política de preços mínimos. Cerca de Cr\$ 110 bilhões foram gastos este ano na comercialização da safra. O Governo financiou a estocagem de mais de 28 bilhões de toneladas de grãos e adquiriu quase 12 milhões de toneladas dos produtores que encontraram dificuldades para obterem bons preços no mercado. Majoritariamente estes são o arroz, o feijão e o milho, de grande importância no mercado interno e na mesa do brasileiro. Têm peso também a soja e o algodão – destaque no nosso balanço de pagamentos pela conquista do mercado externo.

A Caderneta Verde, criada em março deste ano, já alcançou um saldo Cr\$ 115 bilhões, superando em muito as expectativas iniciais. Em janeiro próximo o BNCC, o banco das cooperativas, começa também a operar com a Caderneta Verde. Ela deverá gerar recursos para o financiamento da agricultura num prazo de dois anos no máximo. Naquele mesmo mês o governo prorrogou as dívidas dos produtores que apresentavam dificuldades em arcar com as taxas de juros reais definidas para a agricultura. Cr\$ 45 bilhões foram gastos nesta operação-salvamento.

A continuidade da política de apoio à agricultura manifesta-se na definição dos preços mínimos para a safra 1987/88, considerados por todos os setores como suficientemente remuneradores da atividade agropecuária. Temos ainda conquistas substanciais em outros campos que não só a economia. O governo Sarney deu demonstrações claras de que caminhamos para a equiparação dos direitos entre o homem do campo e o da cidade. Na previdência social esta luta pela igualdade de direitos salta aos olhos em função dos benefícios conquistados pela classe rural. Estes são apenas alguns pontos que gostaríamos de destacar entre conquistas da Nova República na área rural. Alguns dos senhores poderão considerá-las modestas e até mesmo pouco significativas. Eu ressalto que não é nada modesto e menos significativo o fato de plantarmos as bases para a reestruturação da agricultura brasileira. O que conseguimos nestes últimos anos foi propiciar as condições para uma mudança de qualidade em nossa agricultura. Nos próximos anos teremos pela frente a consolidação da auto-suficiência da agricultura brasileira, não somente em termos de recursos, o que, por si só, já seria uma grande conquista, mas também na produção, na produtividade e na melhoria das condições de vida do homem do campo e o barateamento dos produtores para os consumidores urbanos, sem prejuízo do lucro do nosso ruralista.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ANTÔNIO CÂMARA (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, a categoria dos químicos

do Serviço Público Federal necessita da concessão, pelo Presidente da República, da isonomia concedida a outras categorias funcionais, com a finalidade de eliminar as diferenças salariais dos Ministérios. Estes profissionais são responsáveis pela expedição de laudos de análises que preservam a qualidade dos produtos a serem importados ou consumidos no País. São profissionais de nível superior e, portanto, entendem que estão desenvolvendo atividades complementares e de igual valor às de outras categorias de nível superior. Assim é justo que percebam salários idênticos, para que não haja discriminação entre as categorias profissionais igualmente importantes no mesmo órgão administrativo.

O Presidente Sarney sancionou recentemente o Decreto-lei nº. 2.333, de 13-6-87, fazendo justiça aos assistentes jurídicos e procuradores autárquicos. Os profissionais de química pedem que estas mesmas vantagens sejam estendidas à sua categoria e às demais integrantes do grupo – Outras Atividades de Nível Superior – código NS-900, visando também que sejam evitadas as distorções que se fazem sentir entre ativos e aposentados, que levarão para seus proventos as gratificações em questão.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. Srs. e Constituintes encaminhamos, na data de hoje, telex ao Presidente do Banco Central, ao Presidente do Banco do Brasil, ao Sr. Ministro da Agricultura, ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio e ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café – IBC, ratificando várias solicitações já efetuadas no sentido de viabilizar soluções para a situação insustentável por que passam os produtores rurais de Altônia e outros municípios da região noroeste do Estado do Paraná atingidos por execuções judiciais.

São quase quinhentos mini e pequenos produtores rurais que vivem o desespero de protestos nos cartórios – execuções de títulos extrajudiciais no fórum local. Muitos já chegaram a total desânimo. Estão vendendo suas propriedades para fazer frente aos débitos bancários existentes, débitos estes feitos para produzir, e não para outros fins.

São imprescindíveis providências imediatas, urgentes, visando a eliminar o quadro angustiante por que passam esses brasileiros, para o que apelamos às autoridades, competentes objetivando solução imediata da situação. Anexamos, para que conste nos Anais desta Casa, cópia de ofícios que recebemos das lideranças locais, juntamente com as relações constando os nomes dos agricultores em fase de execução.

Sr. Presidente, caros companheiros, não é possível vivenciarmos ano após ano a evasão do homem do campo, do pequeno e mini-produtor. É necessário que o Governo Federal tome medidas concretas e rápidas.

OFICIOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Altônia, 17 de agosto de 1987

Ilustre Sr. Deputado Federal
Nelson Miguel Friedrich
Brasília – DF

Preocupados, e entristecidos, com a atual situação em que se encontra os cafeicultores de nosso

município, que em decorrência do total desequilíbrio da política agrícola e econômica, que favorece somente aos banqueiros, que cobram altos juros, nunca vistos no mundo, somente no Brasil, e do preço irrisório do café pago aos agricultores, preço esse que até o momento não cobre nem o custo de produção, apesar de vários movimentos, protestos realizados pela classe sem, no entanto, ser ouvida.

Clamamos a V. Ex.^a, como Deputado Federal mais votado em nosso município, que interceda mais uma vez junto às autoridades competentes (para não dizer incompetentes), pedindo:

a) preço justo para o café conforme calculo junto;

b) juros baixos conforme o prometido pelo Presidente Sarney e Banco Central, sem no entanto ser cumprido, pois alguns bancos de Altônia, sendo o mais feroz, o Banco Mercantil de São Paulo S.A, executando agricultores e cobrando juros abusivos, trazendo em breve um grande problema social para nosso município, pois fatalmente irão várias propriedades rurais para leilão e o pior, outra produção cafeeira somente daqui a dois anos se não houver geadas ou seca;

c) pedimos ainda uma moratória urgente, para os cafeicultores em dívida, e que atinja a todas as redes bancárias de nosso município, ou transformação da dívida em crédito pessoal (papagaio) para cédula agrícola, desde o inicio do empréstimo;

d) a retirada urgente do confisco sobre o café, conforme compromisso assumido em palanque, por vários políticos eleitos.

Certos de sua atenção para o assunto acima exposto, e ficando no aguardo de uma breve resposta, desde já antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente, – **Abel Gomes de Ornelas**, Presidente do Sindicato Rural de Altônia – PR; **Adelino Fredigo** – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altônia – PR; **Jonas Xavier Pinto** – Prefeito Municipal de Altônia – PR; **Braz Roberto Pedrini, José João Perini, José Luiz Dianin** – Câmara Municipal de Altônia – PR; **Rubim Martins**, Presidente da Associação Comercial de Altônia – PR.

APELO ÀS AUTORIDADES

"Ouvi o clamor do meu povo" (Êxodo

3, 7)

Reunidos em Paranavaí, nós, Bispos, Padres, Religiosos e Leigos da Província Eclesiástica de Maringá, que representamos metade do norte do Paraná, compreendendo as Dioceses de Umuarama, Campo Mourão, Paranavaí e a Arquidiocese de Maringá, ouvindo o grito do nosso povo sofrido, vimos de público manifestar nosso apoio e juntar nossa voz à dele, implorando a Deus que sensibilize nossos homens públicos, especialmente os membros da Assembléia Nacional Constituinte os Governadores de Estado, os Srs. Ministros e o Sr. Presidente da República, a fim de que sintam o drama dos nossos trabalhadores rurais e pequenos proprietários. Faz-se necessário mudar urgente e profundamente a política agrícola do Brasil.

Cada ano nossos pequenos agricultores vendem seus produtos a preços aviltados, sob a pres-

são de inadiáveis compromissos bancários que devem saldar. Logo em seguida os preços disparam beneficiando outros que não produziram.

Agora é a vez dos cafeicultores.

Enquanto os preços dos insumos agrícolas sofreram reajustes violentos, o café, que no ano passado, valia Cz\$ 50,00 por quilo, neste ano está cotado em Cz\$ 30,00 em face da corosão inflacionária, para não contabilizar prejuízo, seu valor atual deveria situar-se no patamar mínimo de Cz\$ 120,00 para o produtor.

Induzidos pelos bancos, que então cobravam juros baixos, e, confiantes no VBC (Valor Básico de Custo), que normalmente sai em outubro, a maioria dos pequenos proprietários contraiu empréstimos bancários. O VBC só foi liberado em janeiro ou fevereiro de 1987 e, ainda assim, não para todos. Os juros como armadilha cruel, subiram assustadoramente, atingindo, em alguns casos, até 990% ao ano. Agora o flagelo de uma política agrícola mal-conduzida atinge em cheio nossos pequenos cafeicultores de maneira brutal. Muitos estão com seus títulos em protesto. Suas propriedades serão levadas a leilão. Milhares de famílias perderão assim suas pequenas propriedades e serão atiradas à miséria, caso o Governo não as socorra. Pedimos urgentemente o preço justo como café, bem como o direito de moratória para os nossos pequenos agricultores.

Enquanto lutamos por uma reforma agrária justa, e o Governo, só com lentidão, faz o assentamento de algumas famílias, outras, em maior número, perdem suas propriedades em leilões bancários. Se estas famílias já estruturadas não conseguem, em regiões propícias ao seu trabalho, manter suas propriedades, que acontecerá com aquelas?

Além do drama dos pequenos proprietários, com o aumento dos pastos e latifúndios, também empreiteiros e meeiros perderão seus empregos, causando sérios problemas sociais, como o crescimento numérico dos bôias-frias e sem-terra e o agravamento da migração forçada para outras regiões. O Paraná corre o risco de esvaziar-se ainda mais, perdendo trabalhadores honestos e produtivos, transformados sem culpa em andarilhos sem esperança.

Por tudo isso, em nome de Deus, pedimos às autoridades competentes que socorram nossos irmãos e mudem, agora, o rumo de nossa política agrícola.

Paranavaí, 5 de agosto de 1987. – (Seguem-se assinaturas.)

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE
ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ
CARTÓRIO DO CÍVEL, COMÉRCIO E
ANEXOS
FONE (0446) 59-1373
SÉRGIO CARLOS FAVA
ESCRIVÃO
"CERTIDÃO"

Certífico, a pedido verbal de parte interessada, que revendo neste Cartório do Cível, Comércio e Anexos, os livros de registro de autos e processos a meu cargo, neles encontrei registrados a partir de 17 de julho do corrente ano, as Execuções propostas contra as seguintes pessoas:

João Batista Rigoto – Jumar
Aparecido Barbosa – Manoel Pereira
da Silva – Valmir Cassimiro Barbosa –
João Cassimiro Barbosa – Carlos

Baptista da Silva – João Cassimiro Barbosa – Ubirajara Andrade de Oliveira – Maria de Lourdes do Nascimento Paulin – José João do Nascimento – Maria José da Cunha Pires – Plácido Custódio da Silva – Adelito Alves Pereira – Pedro Marques de Lima – Amilton Alves Santana – Daniel José Nascimento – Osório Manoel da Silva – José João do Nascimento – Maria de Lourdes do Nascimento Paulin – Irmãos Perdomo Ltda – Anesio Perdomo – José Perdomo – Osvaldo Lourenço Secco – Nilson Perdomo – José Contato Neto – Diego Perdomo – Joaquim Nazario Pereira – Moacir Alves da Motta – Ademar Alves da Mota – Fernando Pereira dos Santos – José Araújo Paula – Manoel Miguel dos Santos – Laerte Alves de Almeida – José Carlos de França – Benedito Mariano – Raimundo Osório de Moraes – José Alexandre Pereira – José Carlos Barbosa – João Batista Rigotti – Glória Ferreira da Silva – Carlos Batista da Silva – Ubirajara Andrade de Oliveira.

O referido é verdade e dou fé.

Altônia, 31 de julho de 1987 – Sérgio Carlos Fava, Escrivão.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE
ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ
CARTÓRIO DO CÍVEL, COMÉRCIO E
ANEXOS
FONE (0446) 59.1373
SÉRGIO CARLOS FAVA
ESCRIVÃO QC
"CERTIDÃO"

Certifico, a pedido verbal de parte interessada, que revendo neste Cartório do Cível, Comércio e Anexos, os livros de registro de autos e processos a meu cargo, neles encontrei registradas as Execuções de Títulos Extrajudiciais, propostas pelas agências bancárias desta Cidade e Comarca, contra as seguintes pessoas:

Orlando Marconi – Jair Ribeiro Marconi – Domingos Mariano da Silva Filho – Devanir Menegassi – João Cassimiro Barbosa – Marivaldo Luciano de Lima – Narciso Januário de Lima – Alceu Selini – Abelino Feliz de Oliveira – Aldenor Maciel de Oliveira – Orides Felício Pavoretto – José de Souza – Carlos Baptista da Silva – Ubirajara Andrade de Oliveira – Gino Zem – João Saptori – Kaoru Nakashima – Antônio Garcia Ruiz – João Batista Rigotti – Airton Lemes – Walter Antônio Longo Rigotti – Raphael Furio Peres – Anisio Afonso Albino Martins da Silva – Airton Oliveira da Silva – Osvaldo Oliveira da Silva – Joaquim Silvério de Oliveira – Alceu de Oliveira – José Carlos Barbosa – Moacir Cassimiro Barbosa – Margarida Marques de Lima – Osmar Marques de Lima – Francisco Marques de Lima – Pedro Marques de Lima – Adão dos Santos – Ademar Alves da Mota – Aparecido Silvestre de Oliveira – Hélio Aparecido Genuini – Iolanda Lucas de Moraes – João Pedro de Moraes – Glória Ferreira da Silva – Aparecido Vitaliano Marcatto – Benicio Manoel da Silva – Antônio Romero Filho – Américo Viana de Almeida – Sebastião Camilo Flauzino Arantes – Francisco Fernandes de Oliveira – Messias Ferreira da Silva – José Tomazelli Buliani – Raul Todão – Lídio Volpe – Edson Portes da Fonseca – Palmiro Salicano – Erasmo Pinheiro de Azevedo – Maria de Lourdes do Nascimento Paulim – José João do Nascimento – Maria de Lourdes da Silva – Helio Leoni – Zeidyr Alves Siqueira – Salvador José de Azevedo – José da Mata – Bruno Felber – Rosina Bortoletto Granero – Domingos Mariano da Silva Filho – Valcir Antônio Gomes – José do Nascimento José Demite – Antônio Gomes da Fonseca – Edilson Antônio Jorge – José Vernilhe – Dirceu Miguel Jorge – Vitorio Darci Brigliadori – José Jobrair Coladine – Zaquel Cardoso dos Santos – Manoel Caetano Passos Neto – Florindo Pio-vezani – Domingos Sobreira de Oliveira – José Mário da Silva – Saviano Ferreira dos Santos – Filomenio Batista de Souza – Mário Fachinetti – Orival Fachinetti – Claudinei Thomazini – Salvador Oliva – Juvenal Correia – Antônio Gasparetti – Mariano João Ortega – Gildásio Madureira e Silva – José Clóvis Votoratto – Miguel Rezende – Antônio Romualdo Maciel – Jorge Marinho Primo – José Moreno – Geraldo Antônio de Araújo – Joaquim Nazaro Pereira – Guerino Pulga – Eugênio Petinati – Gentil Biz – Benedito Aparecido Pulga – Valdir Aparecido Jorge – Manoel Pereira da Silva – Izidro José Rodrigues – Baltazar de Oliveira – Pedro Anastácio – Genoefa Fachinette – Nelson Enumo – Sinval Rodrigues – José Borges da Silva – Raimundo Ferreira de Lima – Antônio Vicente de Pádua – Francisco Fernandes Morales – José Jacão – Adelito Alves Pereira – Domingos João Batista – Alcides José de Aguiar – Paulo Irineu Pelegrini – José Ricioli Assumpção – Celso Zanetti – Vitor José Zanetti – Alfredo Pagan – José Ribeiro Filho – João Nóbrega de Araújo – Eufrásio Barbosa da Silva – Geraldo Antônio de Araújo – Nelson Linci – José Sartori – José Juarez dos Santos – Nelson Cassimiro dos Santos – Aparecido de Amorim – Alceu Selini – Gerson Anísio Afonso – José Aparecido de Souza – Anísio Afonso – Silvio Scarpa – Valter Volpe – Antônio Herculano Ramos – Joaquim Nazaro Pereira – José Venancio da Silva – Manoel de Andrade – Francisco Gimenes Coutreiras – Antônio Gimenes Gimenes – Pedro Cireli – Alcino Onofre de Oliveira – Ivo Inácio da Silva – Terezinha Temovoi Pelegrini – José Lima – Luiz Picinin – Antônio Cripa – José Perdomo – Anézio Perdomo – Diego Perdomo – Wilson Perdomo – Osvaldo Lourenço Secco.

O Referido é verdade e dou fé.
Altônia, 17 de julho de 1987. –Sérgio Carlos Fava, Escrivão.

CUSTO DE PRODUÇÃO DE CAFÉ – SAPOA 86/87

Nome do proprietário: JOAQUIM BENEDITO DE FREITAS
Nº de covas: 3.000 – Área em café: 4,80 ha
Produção: 60 secas cêpo/mil covas ou 37,5 secas cêpo/ha

ESPECIFICAÇÃO	Nº OPERAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	(R\$)TOTAL
I. INFRA-ESTRUTURA (Casa, Tulha, Terreiro e Depósito)					22.740
II. LÂO-DE-CERA				SUB-TOTAL I	22.740
Capinas	03	h/d	90	60	5.400
Arraste	01	cova	3.000	1.50	4.500
Repasse arraste	01	h/d	20	50	3.000
Varição	01	h/d	50	140	7.000
Colheita	01	h/d	80	140	11.200
Esparragem	01	h/d	20	80	1.600
Transp. materiais e café da roça	03	salário	-	-	4.800
Secagem	03	salário	-	-	4.800
Armazenagem	01	salário	-	-	1.640
Adubação	04	h/d	12	70	840
Aplic.defensivos	04	h/d	15	100	1.600
Decote	01	h/d	2	70	140
Replantas	01	-	1.100	-	3.540
				SUB-TOTAL II	49.350
III. INSUMOS					
Calcário	01	kg	3.220	-	1.468
NPK	01	kg	1.380	-	4.140
Micronutrientes	01	l	20	-	700
Fungicidas	01	kg	30	-	1.800
Inseticidas	01	1 e kg	5 e 27	-	1.055
Muda p/replanta	01	muda	1.700	-	3.500
				SUB-TOTAL III	12.664

ESPECIFICAÇÃO	Nº OPERAÇÕES	UNIDADE	- QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	(CUSTO)
IV. DESPESAS COMPLEXAS					
Administração	01	Mês	12	-	14.544
Energia	01	Mês	12	-	1.333
Imposto Territorial	01	ano	01	-	150
Purpurado (2,5%)	-	-	-	-	3.600
Juros fixos 10% a.a. sobre recursos próprios (Caz-32.370)	-	-	-	-	1.512
Juros bancários sobre financiamento (23,20% ao mês)	-	-	-	-	35.720
			SUB-TOTAL IV	59.975	
TOTAL GERAL = (I + II + III + IV)					150.729

RESUMO

Custo de produção/hectare	31.402
Custo de produção/mil covas	50.243
Custo de produção por saca/côco, considerando mais 30% de lucro ao produtor (Estatuto da Terra).....	1.083
Custo de produção por saca beneficiada, considerando 30% de lucro ao produtor (Estatuto da Terra)...	3.265

ALTO-NÍVEL. 09-06-1987.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS - PA Pronuncia o seguinte discurso.): - Sr. Presidente, não tenho dúvida em considerar o Deputado Ulysses Guimarães como a figura mais polêmica da atualidade política brasileira.

Conheci-o no Parlamento a partir do Governo do Presidente Geisel, quando de meu primeiro mandato como representante do povo do Pará, eleito pela legenda da ex-Arena. A primeira impressão que tive foi a de que o Dr. Ulysses Guimarães era o protótipo do radical, levando em conta seu comportamento nas manifestações plenárias ou através dos órgãos de comunicação.

Certa feita, em artigo publicado no "Partido Alto", do *Correio Braziliense*, tentei emoldurar o perfil político do Presidente do PMDB. Um radical? Como seria possível – dizia eu a um discípulo que fizera o Curso de Ciência Política na diplomática Universidade do Partido Social Democrático (PSD) – emitir conceitos ásperos e veementes sobre o regime autoritário e seus integrantes? Não seria verdadeiro contraste admitir o saudoso Carlos Lacerda como moderado, enquanto o Deputado Ulysses Guimarães o oposto?

Pois bem, o tempo se encarregou de dirimir minha dúvida e também de revelar a cristalina personalidade desse paulista que nada tem de radical, mas, isto sim, a predestinação de um talento político que, no dizer de Churchill, "sabe prever o que vai acontecer amanhã, na próxima semana, no próximo mês, no próximo ano, e saber, depois, explicar por que nada do previsto aconteceu".

Não é difícil comandar um corpo de tropas sob a égide da ordem e da disciplina imposta pelos regulamentos de suas instituições. Mas é quase impossível tomar um partido político submisso às regras do estatuto partidário, principalmente quando sua constituição decorre de forças ideologicamente heterogêneas. Este é um dilema que vem desafiando a capacidade articuladora do Deputado Ulysses Guimarães na Presidência do PMDB.

O apaziguador, ensinava Churchill, "é um homem que alimenta o crocodilo na esperança de que o coma por último". Não tem sido diferente a conspiração para derrubar o Presidente do atual

maior partido do Ocidente, exatamente porque, pretende manter a hegemonia partidária, a fim de evitar desfalques que possam reduzir a capacidade de predomínio nos compromissos com o Palácio do Planalto, a estratégia posta em prática pelo Deputado Ulysses Guimarães não distingue entre o quantitativo e o qualitativo. Daí a forte razão da luta intestina que está gerando o confronto de lideranças com os chamados segmentos progressistas infiltrados nas últimas eleições, nitidamente predispostas a assumirem o comando do partido, com o que marginalizarão do processo sucessório a mais autêntica e insubstituível liderança ainda preservada em nosso país.

Fazem-se conjecturas sobre a idade do Presidente do PMDB, considerando-a acima da média exigível para um candidato ao cargo de Presidente da República, ou mesmo de Primeiro-Ministro, se for o caso. Há exagero na hermenêutica e escassez de lógica. A condição essencial para que alguém seja elevado à Suprema Magistratura de um país é ter a noção da responsabilidade, antes de tudo, e demonstrar lições de vida que cristalizem na personalidade o trinômio austeridade competência-espírito público.

É quase impossível encontrar-se esse somatório de atributos nas pessoas sem experiência do que seja administrar um país de dimensão continental, com uma população que se aproxima dos 140 milhões de habitantes.

Necessário considerar ainda que o ideário de março de 1964, em pleno fulgor do triunfo sobre um Governo desacreditado, desancou um processo de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, banindo da vida pública a quase totalidade das lideranças partidárias atuantes nos diversos setores da atividade nacional. De ordinário, não houve qualquer preocupação, nos últimos vinte anos, atribuída à necessidade dos claros serem preenchidos, fossem na área militar, civil ou mesmo eclesiástica. Neste particular, o Brasil paga o preço de não saber como decidir o curso do futuro, restando-lhe a alternativa de socorrer-se daqueles que remanesceram ao furor das punições revolucionárias, não importando as idades ou as convicções político-ideológicas, mas tão-somente que tenham confiabilidade histórica para

gerenciar os destinos da Nação nas horas de crises e de bonanças.

Dentre o raro elenco de líderes que possam ser mobilizados para o trabalho de consolidação de transição, como nome de vanguarda, sem prejuízo de outros, está o Deputado Ulysses Guimarães. Sabemos das dificuldades que arrostará, dentro do próprio PMDB, onde sua liderança sofre ostensiva contestação do grupo progressista. Nem por isto se poderá prever um acidente de percurso no itinerário da Presidência da Câmara é da Constituinte em direção ao Palácio do Planalto.

A análise que fazemos não implica que estejamos a serviço da candidatura do eminente representante do povo de São Paulo no Congresso Nacional. Tem apenas o sentido de averbar no registro da sua honrada vida pública o mérito da justiça que merece, nem sempre respeitada pelos competidores nas disputas que perseguem.

O ex-Presidente Truman expressou-se, certa vez, afirmando que "não é a História que faz o homem, mas o homem que faz a História". E tinha razão.

O passado político do Dr. Ulysses Guimarães tem raízes admiráveis que significam o estuário de uma carreira marcada de peripécias em muitas refregas eleitorais, sem jamais haver comprometido a seriedade do caráter que tem sido a grande razão de ser desse magnífico acervo de respeito e admiração acumulado ao longo das décadas.

Podemos mencionar alguns fatos que atestam e dignificam o quanto o Dr. Ulysses é desprendido de ambições na admirável trajetória da sua vida pública. Um deles, e quem saberia o maior de quantos se poderiam citar, tem seu marco no episódio da morte de Tancredo Neves, em 21 de abril de 1985.

Por força de impedimento legal, o Vice-Presidente José Sarney fora investido no cargo de Presidente da República, na condição de substituto eventual. O titular seria o Dr. Tancredo Neves, eleito e não empossado, cuja morte ensejou ao Congresso Nacional declarar a vacância do cargo.

Como é do conhecimento público, o Presidente João Figueiredo recusou transferir a faixa ao Vice-

Presidente José Sarney, por entender que o substituto legal era o Presidente da Câmara dos Deputados. A despeito, o Presidente José Sarney foi confirmado na titularidade. Sabe-se, porém, que o Deputado Ulysses Guimarães não reagiu à decisão do Congresso Nacional. Antes, pelo contrário. Graças ao espírito de humildade que o caracteriza como um homem de notável grandeza, evitou-se a eclosão de uma grave crise político-institucional e o processo de transição democrática não sofreu solução de continuidade.

Em recente audiência que mantivemos com o Presidente José Sarney no Palácio do Planalto, tivemos a oportunidade de sugerir a possibilidade de ser confiada ao Deputado Ulysses Guimarães a importante missão de interlocutor do Governo junto aos diversos segmentos políticos. Aduzimos ainda que se tratava de um político experiente, confiável e, sobretudo, de fácil acesso ao diálogo com as lideranças nas duas Casas do Congresso Nacional. Através desse trabalho, pareceria possível estabelecer um plano de apoio parlamentar ao Governo e garantir ao mesmo tempo o tranquilo itinerário da transição.

Percebi, em princípio, o manifesto interesse do Presidente da República em levar adiante a sugestão que propunha tanto assim que foi pródigo na formulação de concertos elogiosos ao Deputado Ulysses Guimarães, ao qual considerou de incontestável lealdade ao seu Governo. Creio, entretanto, que as palavras não passaram à ação, o que reputo uma lástima.

Pode parecer estranho que de um adversário político aflore o brado de justiça e reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Brasil por esse ilustre compatriício de São Paulo, cuja vida é um exemplo que todos respeitamos e admiramos. A democracia enseja tais eventos. Ainda recentemente assistimos a um dia de glória ao mérito pessoal de Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB. Ao encerrar os trabalhos legislativos desta última, no período de 1987, foi homenageado por todas as lideranças de bancadas como um mestre da pacificação política e, principalmente, fiador do sucesso alcançado até então pela Assembléia Nacional Constituinte, cuja Mesa Diretora preside.

Por tudo isto, não compreendemos o porquê das notórias restrições ao seu nome dentro do PMDB, tanto para continuar na Presidência do partido como ser o seu possível candidato à suprema Magistratura do País.

Não faz muito tempo, o Presidente Sarney explodiu seu desabafo contra a indiferença dos peemedebistas aos problemas vinculados ao Palácio do Planalto. De outro lado, manifestam-se reações ao apoio ostensivo que o partido tem dedicado ao Governo, responsabilizando o fato como causa e efeito do desgaste no implacável julgamento da opinião pública.

Esse somatório de razões e pretextos entre partes – de um lado o PMDB e de outro o Governo – não seria facilmente digerido no campo do bom senso, caso pudessem os interessados amiar o diálogo, poupando-se do sacrifício das retaliações que, aos olhos do povo, cala muito mal e cheira a falta de competência para que conduzam a bom termo o futuro do Brasil?

Do contrário, não sendo possível a convivência pelo menos de fato, entre o PMDB e o Governo,

que sacramentem o divórcio e abandonem o leito e o abrigo onde simulam o afeto de vidas comuns e não são mais que o azeite e o vinagre no mesmo frasco.

De concreto, certamente o nome do Dr. Ulysses ficaria preservado e – quem sabe? – disponível para suprir o evidente hiato aberto no processo político brasileiro, com a falta de lideranças hábeis, experientes e confiáveis, às quais se possam entregar os destinos do País.

Em momentos difíceis como estes nos socorramos da inteligência para resolvemos os magnos problemas que nos desafiam. A rigor, a escolha do futuro Presidente da República está posta sobre a mesa dos nossos debates. E importante que tenhamos isenção e visão da realidade para decidirmos.

O SR. PEDRO CANEDO (PFL – GO).
Pronuncia o seguinte discurso.: – Sras. e Srs. Constituintes, o Governo Federal continua a mover-se segundo uma ótica muito própria e de difícil entendimento pelos mortais brasileiros. Tanto isso é verdade que uma pesquisa recente, encorregada pela revista "Isto É", apresentou, como resposta à pergunta "O que aconteceu de bom em 87?", nada menos do que 32% de um sonoro Nada, representando a maioria absoluta dos entrevistados a respeito. Essa descrença confirma que o povo não entende o seu governo, enquanto esse mesmo governo acha que é o povo que não entende suas boas intenções.

Na verdade não há como entender um governo que, às vésperas de lançar mais um pacote fiscal destinado a dar mais alimento ao "Leão" na tentativa de conter o déficit público, está em dificuldades para suprimir algumas empresas desnecessárias e deficitárias e de privatizar algumas outras. Não há como entender um governo que socorre a Sharp, de amigo pessoal, em milhões de dólares, deixando de lado questões prioritárias para o bem-estar social, como se a País estivesse em tão boas condições financeiras a ponto de poder bancar tal tipo de operação.

Não há como entender um governo que amanhece e adormece na campanha para um mandato mais longo para seu presidente, como se este tema fosse mais importante que quaisquer outros em debate na Constituinte.

Não há como entender bem um governo que, com todas as forças e meios, procura postergar a realização de eleições que iriam, ao final, legitimar um novo regime.

Por essas e por outras, os resultados das eleições no Município de Vila Velha, no Espírito Santo, não constituíram uma surpresa. Surpresa seria se o PMDB tivesse vencido, depois de calotear o povo com o Plano Cruzado, depois de meter a Nação num beco sem saída em relação à dívida externa, depois de achar salários é promover retaliações políticas, depois de sonhar com obras que não pode custear, para não ir muito mais adiante.

Agora, este mesmo governo vem tentando, depois do surgimento do "Centrão", criar um impasse na Constituinte como forma de poder impor alguns de seus pontos de vista, principalmente em função da duração do mandato e do sistema de governo.

Entendo que deveremos aproveitar este recesso de Natal e de fim de ano para uma profunda

reflexão a respeito do nosso dever como Constituintes, buscando nos princípios e nos exemplos cristãos a energia e a força de que necessitamos para a realização de um bom trabalho no sentido de produzir uma Carta à altura deste momento histórico e conforme os desejos do povo brasileiro.

Para esse desiderato deveremos começar por desarmar os espíritos e lançar pensamentos que possam trazer a concórdia. Esta é a hora em que os Constituintes mais devem estar unidos em torno dos propósitos principais de dar ao Brasil uma Constituição de alto nível e contra toda e qualquer ameaça externa que possa prejudicar ou mesmo atrasar deliberadamente o esforço que vem sendo feito. Só assim poderemos colocar o Governo nos limites de suas funções e voltar os olhos para o povo, para o qual o próprio governo existe e a Constituinte trabalha.

A idéia absurda de que o povo deveria amoldar-se, na prática, ao que pretende o Governo; sugere um país às avessas, onde a moralidade seria banida, a virtude esquecida e o cidadão escravizado transformado em pária. Fomos eleitos e aqui estamos em nome do povo. Para este povo formulamos um apelo ao entendimento, ao esquecimento do preconcebido, à formação de uma grande frente para agilizar e finalizar o grandioso trabalho que nos reuniu.

Desta forma, estaremos agindo dignamente e seremos, no futuro, recompensados pela gratidão do povo. Melhor ainda: estaremos em paz com a nossa consciência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Vai-se passar ao Horário de

V – COMUNICAÇÕES DAS LIDERANÇAS

O SR. FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA). Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tivemos a satisfação de ver aprovada, na Comissão de Sistematização, uma emenda ao art. 207 que trata do monopólio da União. Uma comissão constituída de elementos da Shell, da Esso, da Atlantic e da Texaco visitou os gabinetes dos Srs. Constituintes pedindo voto contra a nossa emenda. Em primeiro lugar, essa emenda não é estatizante, ela é nacionalizadora. Propomos que a distribuição de petróleo seja feita por empresas nacionais de capital majoritário, o que abre a possibilidade de empresas, mesmo com capital estrangeiro, participarem dessa distribuição, inclusive a Esso, a Shell, a Atlantic e a Texaco. Para isso, teria sido necessário que essas empresas tivessem lido o art. 200 que trata da definição de empresa nacional, que vamos relembrar neste momento a esta Casa.

O art. 200 diz o seguinte:

"Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno."

§ 1º Será considerada empresa brasileira de capital estrangeiro a pessoa jurídica constituída, com sede e direção no País, que não preencha os requisitos deste artigo:"

Ora, Sr. Presidente, a definição de empresa nacional permite a participação de 49% de capital estrangeiro.

E mais: nós constitucionalizamos a empresa internacional, isto é, a Volkswagen, a Ford, a Fiat; a General Motors e tantas outras existentes em nosso País, que estarão com seus direitos assegurados na Constituição que estamos elaborando.

Creio que país algum do mundo, nem a Coréia, nem Formosa, nem Hong Kong, nem os países citados como modelo de participação de capital estrangeiro – porque são, na realidade, verdadeiros patamares para a localização das grandes empresas internacionais – consignaram em suas Constituições a empresa internacional como empresa nacional, como aqui se fez. Consideramos empresa brasileira mesmo aquela de capital exclusivamente estrangeiro, o que é, a nosso ver, um erro, porque a nossa empresa nacional é aquela que tem o controle decisório de capital com sede no País.

Ora, Sr. Presidente, se essas empresas internacionais – tipo Shell, Esso, Atlantic, Texaco – quisessem, poderiam simplesmente se condicionar à definição de empresa nacional, que é dado no art. 200 do Projeto de Constituição – A. Ora, os acionistas com direito a voto em uma empresa são aqueles detentores de ações ordinárias, que representam 30% do capital. Se tomarmos 20 bilhões como capital de uma empresa, apenas 6 bilhões serão de ações ordinárias. Bastaria que essas empresas transferissem, não a brasileiros, mas a pessoas físicas domiciliadas no Brasil – que poderiam ser eles mesmos – 3 bilhões e 100 milhões, e eles ficariam com 2 bilhões e 900 milhões de ações ordinárias, e mais 14 bilhões de ações ao portador e de ações preferenciais. No frigir dos ovos, ficaríamos simplesmente com 16% do lucro, porque 15% de 6 bilhões seriam 3 bilhões. Os 3 bilhões e 100 milhões são pouco mais de 15%; isto é, este lucro, representando 16% do poder decisório das ações, é que ficaria sem direito à remessa de lucros para o exterior.

Mas, Sr. Presidente, hoje no Brasil trata-se de convencer todos os brasileiros de que este não é o momento de tomarmos medida como essa que dizem estar afugentando o capital estrangeiro. Ora, se colocamos como empresa brasileira a empresa internacional na letra "b" do art. 200, e se nós, como empresa nacional, permitimos a participação de 49% do capital estrangeiro e mais as ações ao portador e preferenciais, evidentemente o País terá aberta as suas portas ao capital estrangeiro. E não seria essa emenda nacionalizadora, porque a distribuição de petróleo é um serviço público, que em nenhum país do mundo

é executado por empresas estrangeiras. Isto não ocorre nos Estados Unidos, na França e na Alemanha. Mas eles estão com a boca tão grande, com um apetite tão grande que nem os 16% eles querem que fiquem no país. A Shell, por exemplo, não é apenas distribuidora de petróleo. Ela tem uma fábrica de produção de lingote de alumínio, a Billington, a chamada Alumar, onde a Shell tem uma participação de 40% e a Alcoa americana, de 60%.

Hoje, Sr. Presidente, graças a uma portaria de um Ministro de Estado, essas empresas produtoras de lingotes de alumínio recebem energia mais barata de que qualquer empresa brasileira. Nenhuma empresa cem por cento brasileira tem energia tão barata quanto à Billington tem da Eletronorte. Basta dizer a V. Ex.^{as} que o custo do quilowatt na Eletronorte, em Tucuruí, é de trinta e um milésimo de dólares e eles pagam simplesmente vinte e um milésimos de dólares. Isto é o preço de custo, não é o acréscido do lucro, não é o acréscido do desgaste, não é o acréscido da renovação de equipamentos; é o de produção. Vinte e um milésimos de dólares correspondem a dois terços do preço de custo. Ora, neste caso a Eletronorte não está recebendo pela energia que fornece às empresas produtoras de lingotes de alumínio nem o necessário para pagar os juros dos bilhões de dólares que tomou para construir a Hidrelétrica de Tucuruí. Não estou falando isso aqui por ouvir dizer, pois temos os contratos dessas empresas com a Eletronorte. Então, são beneficiadas com energia praticamente gratuita, são beneficiadas com matéria-prima praticamente de graça e não concorrem para nenhuma industrialização. Produzem apenas lingotes de alumínio que são exportados para as empresas do grupo na Europa e lá é que se faz a industrialização. Tudo o que hoje o mundo aplica no campo do alumínio, como luminárias e uma série de coisas para a construção civil e para a indústria automobilística, tudo isso é feito lá fora. Os grandes lucros são auferidos pelas empresas da Shell na Europa, que controla 30% do mercado internacional de alumínio. A Billington, situada em São Luís do Maranhão, segundo os nossos colegas maranhenses, dá prejuízo todo o ano – isto porque eles não querem pagar nem Imposto de Renda ao Brasil. Têm energia praticamente de graça, têm a matéria-prima oferecida por preço vil e dá prejuízo – os lucros são feitos na Europa.

Defendíamos, desde 1946, o monopólio da distribuição de petróleo. Achamos que naquela época o Presidente Vargas agiu com sabedoria quando permitiu que os grupos estrangeiros permanecessem – até por segurança – no Brasil. Não é esse o caso, atualmente. Nenhum país pode enriquecer exportando capital, e o Brasil, até hoje, só tem feito exportar recursos. Os nossos saldos comerciais não dão sequer para pagar o serviço da dívida. Pois bem, Sr. Presidente, essa fatia de lucro certo é que estamos oferecendo de bandeja às empresas nacionais. Há nesta Casa quem se levante para dizer que essa emenda afugenta o capital estrangeiro. Isto é uma inverdade total, e acreditamos que os Srs. Constituintes, na época própria, decidirão votar em favor desta emenda. Não por ser eu autor da mesma. A autora é a Comissão de Sistematização, que aprovou por maioria expressiva. Não queremos ser pai de coisa alguma. Queremos apenas chamar a atenção dos

brasileiros para que defendamos o patrimônio de nossa Pátria, para que sejamos capazes de realizar um País que possa dar saúde, educação, bem-estar e lazer a todo o seu povo. Apesar de sermos a chamada oitava potência econômica do mundo, estamos no sexagésimo lugar, quando se aplicam os parâmetros da ONU, nos setores de educação, saúde, lazer e da qualidade de vida. Pois bem, Sr. Presidente, a oitava potência econômica está no sexagésimo lugar do ponto de vista social. Isto é, 51 países de produtos internos brutos menores do que o brasileiro, de industrialização muito inferior à nossa estão em condições de vida muito melhores do que a nossa Pátria. Por quê? Porque até hoje as élites brasileiras só fizeram permitir a exportação de capital. E quem exporta capital fica com salário, e salário é miséria, é fome!

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, a Presidência convoca uma sessão para o dia 4 de janeiro de 1988, às 16 horas. A Ordem do Dia será aquela de hoje isto é, a ultimação da votação da reforma regimental.

A Mesa faz aqui um apelo, através de seu Presidente, que o repetirá pessoalmente a todos os Constituintes, no sentido de enfatizar a necessidade de suas presenças, a partir do dia 4 de janeiro. É indispensável a presença de todos os Constituintes aqui a fim de que possamos cumprir com dever de dar – sem prejuízo da qualidade, mas com brevidade, se é que ainda podemos usar esta palavra – uma Constituição a este País. Para isso viemos aqui e devemos cumprir com esse dever. Mandarei um apelo, pessoalmente, a todos os Constituintes, para que a partir de segunda-feira, dia 4 de janeiro, aqui estejamos para o desenvolvimento dos nossos trabalhos da elaboração constitucional.

O SR. ÁLVARO VALLE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ÁLVARO VALLE (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, chegamos ao último dia de nossos trabalhos não com desânimo, mas asseguro-lhes que meu partido e eu chegamos a este momento dos trabalhos constituintes, da vida política nacional, com muitas preocupações.

Criou-se um fosso – e um grande fosso – entre a Nação e o Estado no Brasil. E quando esse fosso existe, quando a Nação não acredita no Estado, quando se desatualizam as instituições, inevitavelmente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inicia-se um processo que nos pode conduzir à anormalidade institucional, um golpe começa a pôr-se em marcha.

Vivemos hoje, Srs. Constituintes, num país onde há fome, onde empresários não sabem o que lhes acontecerá amanhã, onde escolas não ensinam, onde jovens não aprendem. Temos em todos os setores, por todos os lados, a crise bastante clara. Importamos menos de 5% do PIB nacional, o que quer dizer que somos uma economia fechada. Não se vão passar muitos anos, e, a continuarmos no atual processo, estaremos escrevendo com bicos-de-pena e usando tinta de pau-

brasil. A nossa geração está passando às gerações seguintes um Brasil pior.

Há dias assistia a uma palestra do Presidente do meu partido, Partido liberal, o ex-Ministro Aloísio Pimenta, quando nos trazia reflexões consequentes de uma viagem que fizera à China. Falava de como aquele país está alimentando 1 bilhão e 128 milhões de pessoas com proteínas de peixe. A nossa população é um décimo daquela, e a acreditamos tão grande! Temos a maior bacia hidrográfica do mundo, e neste País há fome. Problemas dessa natureza – pensava sobre isso enquanto ouvia Aloísio Pimenta – são os que deveriam estar preocupando as velhas lideranças políticas brasileiras. Enquanto isso, elas pensam em a que partido entregarão tal ou qual diretoria da Sudene. De repente – falava meu antecessor na tribuna sobre isso – este País chegou a ser a oitava economia do mundo, e parece que esta notícia não chegou a Brasília, pois continuam a tratar-nos como se fôssemos a quadragésima. É este o grande fosso entre a Nação e o Estado.

Procura-se ainda, neste final de ano, neste atraso dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, desenvolver e continuar uma dança política que revela velhos partidos, tão alienados da realidade brasileira! Ninguém se está preocupando neste País de que partido será tal ou qual ministro – os problemas são outros. O que pensa o povo brasileiro é como fará o trabalhador para sobreviver depois do dia 10, quando o seu salário acaba; como viverá o aposentado que recebe migalhas que não lhe permitem pagar o aluguel de sua casa; como poderá viver o estudante com mensalidades tão caras de sua escola. São estes os problemas em um país onde o desemprego aumenta a cada dia.

Em Brasília, discutem-se cargos, novas instituições partidárias. O PFL não conseguiu vingar; querem agora fazer o PFL II. Já surgem notícias de novos partidos que não se querem desenvolver e não se querem formar como se devem formar os partidos democráticos: nas portas de fábricas, nas ruas, nas universidades, no convívio com o povo. Querem formar um novo partido nos quintais do Palácio do Planalto, um partido para defender não um programa, mas um mandato. Continuam a desconhecer a realidade brasileira, e pensa-se em defender esta democracia, como se isso fosse uma democracia e como se ela fosse defensável.

Por isso, então, Sr. Presidente, as nossas preocupações. Não pelo atraso de nossos trabalhos, pois este atraso é apenas um indício de um problema muito maior. O problema não é o fato de a Assembléia Nacional Constituinte estar-se atrasando; o problema são as instituições que se estão perdendo e se estão desacreditando. O povo não acredita em seus parlamentares, não acredita em seu Governo e não acredita nos velhos partidos. E isso é grave. O Governo, que já havia perdido a credibilidade neste País, começa também a perder o respeito.

Este, Sr. Presidente, é o problema brasileiro, para o qual só poderemos encontrar solução com uma análise muito clara e séria, sobretudo, buscando-se a verdade, verdade que se encontra não em Brasília, mas neste imenso Território, porque o povo brasileiro cresceu com o Brasil, e os seus velhos dirigentes, não. O povo cresceu com o País e faz a história, ainda que não saiba que

a está fazendo. Não é o povo que tem de acompanhar a classe política; são os políticos que precisam aprender a acompanhar o povo. Só assim se poderá manter o regime democrático em nosso País. Para uma crise desta envergadura a democracia tem soluções, existe no seu receituário aquilo que podemos e devemos fazer, e a solução é esta: eleições gerais no País, para que possamos apressar o processo e para que a Nação e o Estado se reencontrem.

Esta, Sr. Presidente, é nossa proposta. E aí estão nossos votos para que, no próximo ano, as instituições políticas brasileiras se reencontrem, como se devem reencontrar em uma democracia o povo e o Estado. Por eleições diretas e gerais o mais rápido possível! (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Álvaro Valle – O Sr. Ulysses Guimarães, Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como líder da PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, ao encerrar-se o ano de 1987, dentro de uma visão talvez mais restrita e imediatista, o quadro que vemos e que nos é pintado pela realidade é o do desalento, da desesperança, da angústia e da incerteza. Todavia, dentro de uma visão histórica, acredito que possamos ter um quadro mais otimista, podemos mesmo afirmar que vivemos à véspera de um novo tempo. Esta é a lição da história das Nações, da história dos povos. São exatamente aqueles tempos mais difíceis e dramáticos que constituem o solo fértil, onde germinam os sonhos e as sementes de esperança dos povos, sonhos e esperanças que depois se transformam em realidades fortes, iluminadas por inúmeras realizações fecundas. Para transformos, porém, a realidade para o futuro, inarredavelmente teremos de viver um processo de efetiva e concreta transformação.

Ao se abrirem as portas de 1988, a realidade de nosso País, com a qual nos conjugaremos, é profundamente entristecedora: nosso povo, na sua imensa maioria, apequenado, amesquinado, padecendo as torturas, as dores da miséria; a falta indiscriminada de moradia; um povo sem saúde, faminto; a educação sendo apenas um sonho e uma promessa nas grandes cidades; o transporte, tortura diária e cotidiana; o salário aviltado, falso salário, a problemática da infância; inexistência de lazer para o povo de baixa renda; as pequenas e médias empresas desamparadas, elas, que são a grande fonte de economia nacional; a permanência do arbítrio, principalmente o arbítrio fiscal, escravizando a sociedade pelo tributo. Na base de toda essa realidade está a ordenação de nosso processo social, a estrutura própria da sociedade, eivada de privilégios. Desde o descobrimento, passando pelo Brasil-Colônia, Brasil-império, Brasil-República, essa estrutura têm sido marcada pela presença permanente do privilégio. De um lado, poucos, muito poucos, que tudo têm; de outro, a grande maioria desvalida, desamparada

despojada dos mínimos valores que transformam a vida num processo digno de existir.

Dentro desse quadro, Sr. Presidente, Sr^{as} Srs. Constituintes, vale a pena evocar um pensador francês que, num momento de extrema lucidez e sabedoria, assim se pronunciou em relação a essa problemática de privilégios: "O grande mal não é a pobreza dos necessitados, mas a indiferença dos abastados e dos fartos".

É justamente esta a idéia-chave, a idéia-tronco, que orienta a democracia cristã e anima a doutrina do Partido Democrata Cristão: a transformação social, viva, concreta real, para que a sociedade brasileira seja mais igualitária, distributiva, fraterna, a fim de que se torne verdadeira aquela assertiva de que, na medida em que o homem cresce, deve olhar a seu redor e fazer com que todos cresçam juntos.

Esta a nossa doutrina: construir uma sociedade onde os valores da justiça possam conviver com os da liberdade, cimentados e amalgamados pela argamassa perene indestrutível da solidariedade.

Concluindo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, ao largo de apresentar esses princípios, da democracia cristã, no momento em que 1987 se debruça no horizonte do novo ano, espero que os Constituintes e suas famílias bem como esta imensa e sofrida Nação, todos nós, enfim, sejamos abençoados, guiados pela misericórdia de Deus.

O SR. ROBERTO JEFFERSON: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, estamos chegando ao final deste ano e, já nesse espírito que antecede ao Natal, espírito que irradia fraternidade e amor, não poderia, antes de entrar no tema principal do meu discurso, deixar de registrar aqui um equívoco que cometi.

Durante o ano, tivemos momentos de debates acalorados, de discussões ásperas. Às vezes, sem nenhuma intenção maior de ferir alguém, acabamos proferindo frases e opiniões que arranham suscetibilidades, podendo até melindrar amigos de muitos anos, dos quais divergimos apenas em termos de posições, nunca em termos pessoais. Gostaria de deixar meu abraço e meu pedido de desculpas ao nobre Constituinte Amaury Müller por uma afirmação que fiz na semana passada, no calor dos debates, quando disse que o companheiro seria um dos líderes daquele movimento orchestrado pela CUT, CGT e CONTAG que insultou o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Realmente me equivoquei. Foi o calor do debate. Quero deixar aqui esse pedido de desculpas ao meu amigo pessoal, o nobre Constituinte Amaury Müller.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, é de causar estranheza – não estou entendendo nada nesse final de ano – a sucessão de fatos ocorridos na esquerda, principalmente no PC do B. Ontem, o Constituinte Eduardo Bonfim, do PC do B, usou o tempo de sua Liderança para fazer calorosa defesa da Igreja e da CNBB. Quer dizer,

quem defendeu a Igreja e a CNBB, ontem, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, foi o PC do B, pelo que eu entendia de posicionamento político, velhos adversários, velhos rivais, velhos inimigos, porque em todos os países da Cortina de Ferro a Igreja está de joelhos, não na posição de respeito a Deus, genefluxo, não para homenagear Jesus Cristo, mas de joelhos por não poder ficar de pé para caminhar.

Hoje, em plenário, outro Líder do PC do B, Constituinte Haroldo Lima, agride com palavras pouco amigáveis o Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbachev. Sinceramente, estou perdido. Hoje, em plenário, o Constituinte Haroldo Lima agrediu verbalmente o Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbachev, com expressões desse tipo: "desavergonhado, renegado, traidor do comunismo, servil mais rabugento da burguesia internacional, revisionista deslavado, trânsfuga, filisteu soviético, filisteu russo, traidor, covarde e pusilânime".

Estou com o discurso do Constituinte Haroldo Lima, lido no horário da Liderança do PC do B. Não sei se esse ataque frontal ao Sr. Mikhail Gorbachev, Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, tem o objetivo de ferir aquele que estabelece hoje uma nova visão do socialismo mundial, ou se há uma corrente doutrinária divergente. Só se o Líder do PC do B apostava apenas no socialismo da Albânia, que é um país pequenininho, sem nenhuma expressão no contexto mundial, atrasado, sem nenhum avanço tecnológico, atravessando uma das mais graves crises da sua história.

No momento em que Mikhail Gorbachev, um estadista que abre as portas da União Soviética para o mundo, internacionaliza a União Soviética, o PC do B do Brasil, através do seu Líder, vem a plenário, nesse linguajar dos mais agressivos e dos mais duros, para fazer crítica ao Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética.

E o ponto que S. Ex.^a destaca – vou usar seu discurso para mostrá-lo – como mais importante, quando diz que o filisteu soviético abandona o seu pensamento, traindo Marx e Stalin, é o seguinte:

"O ponto de vista da luta de classes, pedra de toque de todo o marxismo, é totalmente abandonado pelo filisteu russo."

Então, quando nós, que temos posições divergentes da extrema esquerda, estamos numa posição de reformas, de progresso, de proteção ao social – mas lembrando que o social passa pelo econômico e o econômico pela liberdade de iniciativa – temos acesso a esse discurso e entendemos a retórica que tem levado o exemplo da Assembléia Nacional Constituinte. Nós que estamos nesse processo constituinte temos visto que todo posicionamento, até ao Líder do PMDB, Senador Mário Covas, e do Líder do PT, – que aqui é sempre o Constituinte José Genoino – é balizado pelas posições do Líder do PC do B, Haroldo Lima. A última de S. Ex.^a é dizer que não assinará a Constituição, discurso repetido pelo MUP e PT, quer dizer, o reboquismo. O MUP e o PT estão a reboque do PC do B. E este partido o que diz? Diz que é traidor, filisteu, revisionista e pusilânime o Secretário-Geral do Partido Comunista da União

Soviética. Imagine, Sr. Presidente, e aquilatem bem, Srs. Constituintes, a que ponto de radicalização chegou o PC do B no seu discurso e aonde isso levou a Assembléia Nacional Constituinte! Porque é esse o espírito dominante do PC do B e que dominou a Comissão de Sistematização, aquele grande circo armado no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Vou repetir a frase do Líder do PC do B: "O ponto de vista da luta de classes, pedra de toque de todo o marxismo, é totalmente abandonado pelo filisteu russo".

Quando Gorbachev fala em paz, em desarmamento, quando diz que o mundo hoje está interdependente, S. Ex.^a vem pregar a luta de classes. Não estamos fazendo esta Assembléia Constituinte para registrarmos ou cristalizarmos posições que levem à luta de classes. Pelo contrário, nossa pregação, e principalmente do grupo que hoje conseguimos representar, galvanizando essas idéias, é de procurar uma aproximação entre o capital e o trabalho, sem aprofundar contradições, sem buscar esse discurso de conflito e de luta de classes. Para nós vale a posição conciliatória, vale a conquista sem o ódio, sem a luta de classes. É essa a posição que advogamos. E daqui nitidamente queremos colocar a fronteira, a vala que separa o nosso pensamento trabalhista do pensamento do confronto da luta de classes da esquerda radical, que tem balizado o comportamento da Assembléia Nacional Constituinte.

De posse desse documento, que acho o mais importante produzido na Assembléia Nacional Constituinte, poderemos analisar, já com toda serenidade, sem nenhum espírito armado, sem nenhuma violência e sem nenhum ódio no coração, essas posições em que nos acusam de entreguistas, de traidores do trabalhador e do Brasil. Quem nos chama assim? É a esquerda radical, a mesma que diz o pior do Líder da União Soviética, Mikhail Gorbachev, que está levando a *glasnost* e a *perestroika* não como coisa pessoal, mas como resultado de um acordo havido dentro do Partido Comunista, em assembleia realizada nos primórdios da década de 80.

Essa política de *glasnost* está no livro que estamos lendo, e a *perestroika* vem do início da década de 80, da conscientização de todo o trabalhador soviético quanto à necessidade de alargar suas fronteiras, porque seu País estava ficando atrasado nos campos da saúde, da informática, da educação, da pesquisa, e no próprio atendimento às necessidades da classe média, hoje formada pelos trabalhadores soviéticos.

Ao que assistimos aqui? A um discurso do século passado, à defesa emocional a apaixonada de Stalin, o maior assassino da História da humanidade, que matou mais de 20 milhões de soviéticos que divergiam da sua política, que perseguiu até seus companheiros de primeiro momento que divergiram dos seus atos violentos, dos assassinatos que mandava praticar, dos crimes que levou a efeito em nome do socialismo e do trabalhador.

Sr. Presidente, neste encerramento de ano nesta Assembléia Nacional Constituinte, queria convocar os companheiros Constituintes para que, vendo essa posição extremada da esquerda no Brasil, façam uma análise crítica, primeiro, das suas próprias posições e, segundo, entendam que também falamos em nome do Brasil, do trabalhador, do nosso produtor rural, do trabalhador rural, mas

sem esses adjetivos, esses preconceitos, esses ódios e essa pregação de luta de classes. Queremos que o trabalhador ascenda na escala social, que chegue às classes média e alta, mas através da sua participação democrática na formação econômica e cultural brasileira, sem ódios, sem pregações de luta de classes, sem aprofundamento de crises, de contradições, sem mostrarmos à humanidade que só se constrói o social depois de um brutal derramamento de sangue.

Era esta a nossa posição de final de ano, Sr. Presidente. E, não podendo fugir ao famoso refrão, desejo a V. Ex.^a e aos companheiros em plenário um Feliz Natal, e Boas Entradas. E que já na primeira semana de janeiro de 1988 possamos começar a votar o mérito do texto da Constituição que o Brasil anseia ver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Presidência agradece os votos de V. Ex.^a em nome da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): –

Comunico aos Srs. Congressistas que o Senhor Presidente do Senado Federal cancelou a sessão do Congresso Nacional que se realizaria hoje às 18:30 horas.

O SR. EUCLIDES SCALCO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EUCLIDES SCALCO (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Constituinte Roberto Jefferson deseja a todos nós um Natal e um Ano-Novo felizes, o que não ocorreu para os 250 funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos demitidos após uma greve de um dia.

Quero, neste momento, manifestar o repúdio do PMDB a esse ato discricionário do Ministro Antônio Carlos Magalhães, que demitiu esses servidores, deixando-os na rua da amargura, por reivindicarem aquilo a que têm direito. Foram demitidos servidores com um a dezenas anos de serviços prestados àquela empresa. Uma centena de servidores tem mais de dez anos de serviços prestados à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Peço a V. Ex.^a faça constar do meu pronunciamento a relação dos demitidos e a carta dirigida pelos servidores da EBCT a S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, José Sarney. Ao mesmo tempo faça um apelo a S. Ex.^a para que torne sem efeito essas demissões.

Também, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste último dia de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, que poderia ser melhor para todos nós Constituintes, vimos, em nome da Liderança do PMDB, trazer a nossa posição em relação aos fatos que ocorreram ontem. Leio, para melhor clareza

Durante anos buscou-se a superação do Regime de Arbitrio, que nos legou um processo ditatorial por duas décadas. E, durante esse período, o MDB e o PMDB sempre buscaram a reconstitucionalização e a recuperação da democracia, pregando a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Alguns, entre os quais me incluo,

a queriam exclusiva, pois desta forma estaria livre de todo tipo de pressões.

Não a tivemos. Estamos aqui em Congresso com poderes constituintes, e boa parte dos parlamentares está cumprindo sua missão.

A caminhada de fevereiro a esta parte foi difícil, árdua e com muitas incompreensões. Mas, apesar de tudo, temos um texto elaborado, que, dentro daquilo que poderíamos esperar, responde às aspirações da maioria da população, embora setores da Constituinte e da própria sociedade, os que sempre participaram dos privilégios do Poder, não guardam medidas para criticá-lo, como esquerdistas e socializantes.

Respeitamos as opiniões e tendências ideológicas de todos, e desta forma procedi no período em que substituí nosso Líder, Mário Covas, quando se viu afastado por motivo de doença. Entretanto não posso ouvir calado, para não ser convinte com meu silêncio, os impropérios assacados contra a CNBB, os bispos e a Dom Luciano Mendes, pelo Líder do PDS, Amaral Netto.

Um Constituinte que não tem condições psicológicas de criticar alguém, sem descer a ofensas morais, não tem condições de participar da elaboração de uma Carta Constitucional. Se a prática se tornar usual, neste País ninguém terá mais respeito e consideração com ninguém. Pois, se um Parlamentar da Assembléia Nacional Constituinte se acha no direito de chamar uma autoridade eclesiástica de canalha e vigarista, o que poderemos esperar que faça uma massa de trabalhadores, quando perceber que alguém fere seus direitos? Ou trabalhadores rurais que perdem suas terras pelos custos dos juros de seus financiamentos? O que poderão fazer trabalhadores sem terra que vêm latifúndios improdutivos grassarem, quando milhares de famílias não têm espaço para trabalhar para sua sobrevivência?

A continuar essa prática aqui na Constituinte, estaremos liberando, pelo mau exemplo, que a população brasileira faça justiça pelas próprias mãos, instalando no País a desobediência civil, que será a antese da convulsão social.

Portanto, venho aqui trazer o meu repúdio a essa agressão gratuita feita aos Srs. Bispos da Igreja Católica, que ofende a consciência dos católicos do Brasil, bem como solidarizar-me com a CNBB diante de tal agressão, que em nada auxilia o processo constituinte, nem contribui para superarmos as graves dificuldades pelas quais a Nação passa, e, mais ainda, estar neste momento ao lado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que nunca esmoreceu na luta em favor daqueles que historicamente estiveram por todos abandonados. Esta a manifestação que faço, em nome da Liderança do PMDB.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:
À Sua Excelência o
Senhor José Sarney

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Os funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, lotados no órgão de Processamento de Dados e em outros órgãos operacionais da Diretoria Regional de Brasília, dirigem-se a Vossa Excelência, informando que em 10 de dezembro de 1987, paralisaram suas atividades, visando demonstrar sua insatisfação com os atuais salá-

rios e objetivando obter da direção da Empresa, uma resposta à pauta de reivindicações apresentada em setembro.

No dia subsequente ao da paralisação, ao retornarem ao trabalho, os funcionários relacionados em anexo, foram surpreendidos com o aviso de demissão, sem quaisquer possibilidades de entendimento. Cabe ressaltar que dos 129 funcionários demitidos, 72 estão lotados no Serviço de Processamento de Dados, caracterizando uma demissão em massa e comprometendo o desempenho daquele órgão, com reflexos nos serviços essenciais da Empresa.

Considerando-se que:

– a paralisação durou apenas um dia;

– o movimento foi ordeiro e pacífico, tendo sido respeitado o direito de trabalho dos demais colegas;

– todos os funcionários são concursados;

– a dedicação dos servidores, para com a Empresa sempre foi demonstrada durante muitos anos de bons serviços prestados;

– nem todos os funcionários que participaram da paralisação foram demitidos, o que caracteriza um tratamento discriminatório, contrário ao princípio constitucional de isonomia;

– a subsistência dos demitidos e de seus familiares ficará comprometida, trazendo incertezas quanto ao futuro e profunda consternação neste Natal.

Solicitamos a intercessão de Vossa Excelência junto ao Ministério das Comunicações, no sentido de evitar que as demissões sejam efetivadas. Fazemos este apelo porque temos a certeza de que o seu Governo prima pelo social e busca agir sempre no mais alto espírito democrático.

Confiantes na magnanimidade de Vossa Excelência, não só como presidente da República, mas também como pai de família e cidadão consciente de que são parcos os meios de reivindicações à disposição dos trabalhadores, submetemos o nosso pleito à sua decisão, contando que ela nos seja favorável.

Brasília-DF, 13 de dezembro de 1987.

RELAÇÃO DO PESSOAL DEMITIDO – ECT/BRASÍLIA

Número da Ordem	Nome do Funcionário	Anos de Casa	Número de dependentes
1	Adilson Fonseca Borges	7	0
2	Alberto Paulo Abreu de Arruda	2	2
3	Aldecir Nogueira Porpino	6	4
4	Alfredo de Oliveira Guedes	9	3
5	Altemir Marcos Costa	2	2
6	André Luiz de Siqueira	??	?
7	Antenor Pereira dos Santos	??	?
8	Antonieta Alves da Silva	8	1
9	Antonio Aurélio Alves	5	0
10	Antônio Carlos Simas	7	2
11	Antônio da Silva Pereira	1	0
12	Antônio Dionísio Ferreira	??	?
13	Antônio Fernandes Ribeiro da Cruz	10	3
14	Antônio Francisco Taveira	8	0
15	Antônio Quintino Rosa	8	3
16	Antônio Sales Lisboa	9	1
17	Breno Brasil Justiniano Gonçalves	9	2
18	Bruno Franca Melo	5	0
19	Cairon Girotto Borges	5	2
20	Carlos Alberto do Nascimento	12	3
21	Carlos Alberto Ribeiro	8	3
22	Carlos Laurindo Vieira Rodrigues	1	0
23	Dacildo Rodrigues Vidal	1	2
24	Darci Pereira da Silva	8	0
25	David Paulo de Andrade	??	?
26	Delvany Pereira da Silva Gomes	9	3
27	Djalma da Silva Rocha	13	3
28	Domingos Félix da Silva	5	1
29	Donaldo de Carvalho Vieira	11	3
30	Edivaldo Rodrigues dos Santos	2	2
31	Elias Ferreira da Silva	5	2
32	Elizeu Vasconcelos da Silva	10	5
33	Eunice Soares do Nascimento	13	3
34	Evangelista Batista do Nascimento	8	2
35	Evanilda Santana Santos	5	4
36	Fábia Maria Aquino de Carvalho	2	2
37	Fábio Durval de Lacerda	2	0
38	Fernando Ferreira dos Santos	8	2
39	Francisco Abel Filho	7	2
40	Francisco Bernardo de Miranda	7	5
41	Francisco de Oliveira Matos	??	?
42	Francisco Erivam Bessa de Castro	3	1

43	Francisco Hélio Bezerra de Meneses	10	2
44	Francisco Máximo Rosa Filho	12	2
45	Francisco Rinaldo Mota	9	0
46	Francisco Roberto Juca ilegível	??	?
47	Gertro Rodrigues de Castro	??	?
48	Gilson de Assis	??	3
49	Glândio Israel Aires de Carvalho	1	0
50	Hermenegildo Alves Júnior	10	3
51	Ildevan Feirosa Calado	9	2
52	Iramar Alves da Silva	2	0
53	Ireno Mendes da Luz Júnior	2	1
54	Itamar Alves Damasceno	??	?
55	Ivaldo Gomes de Lima	??	?
56	Jeová Messias	6	2
57	Jesus Vicente Severino	12	3
58	João Alves Filho	2	3
59	João Pereira Carvalho	10	0
60	Joaquim Pereira Carvalho	6	2
61	José Carlos Correia de Souza	1	0
62	José Edimilson de Araújo Silva	1	0
63	José Gomes de Lacerda	5	0
64	José Iranto de Oliveira Costa	10	4
65	José Lourenço da Rocha	4	1
66	José Pessoa da Costa	9	5
67	José Rubens de Lima	8	3
68	José Savio Marques	3	2
69	José Wilson Caetano	11	4
70	Josias Galdino Siqueira	??	?
71	Juliana de Andrade Monteiro	2	0
72	Kuniyo Uema	6	4
73	Laura Letsch Soares	4	1
74	Lenita Amália Conforte Oliveira	10	3
75	Lucas Dias Pereira	10	4
76	Luis Antonio Gois e Silva	10	5
77	Luiz Augusto Santos Gonçalves	10	3
78	Luiz Barbosa Bezerra	4	0
79	Luiz Carlos dos Santos	12	4
80	Luiz Lopes da Silva	2	0
81	Luiz Sidnei Marques	3	2
82	Maclovia M. G. Mascarenhas Florentino	8	2
83	Magnólia Bento de Souza	8	1
84	Manoel do Socorro Pinheiro Acácio	10	2
85	Marco Antonio da Costa Dias	??	?
86	Marcos Antonio Oliveira Lopes	2	0
87	Marcos José Raposo Franca	4	0
88	Maria Auxiliadora	5	2
89	Maria Auxiliadora de Moraes	4	1
90	Maria Bernadete de Moraes Oliveira	8	3
91	Maria Gomes Rodrigues	10	2
92	Maria Helena Cardoso Dourado	??	?
93	Maria Isabel Pullen Parente Cherin	11	2
94	Maria Madalena Ribeiro dos Santos	2	2
95	Maria Neusa Monteiro	??	?
96	Maria Rita Santos e Santos	??	?
97	Marília do Carmo Conceição	11	1
98	Mary Barreira Lima	2	1
99	Massao Nagasawa	8	1
100	Mônica Regina de Oliveira Amaral	11	1
101	Mozart Damasceno Filho	10	3
102	Natalina Pereira Xavier	10	3
103	Neusa Teixeira da Silva	10	2
104	Noemí Naomi Matayoshi	5	1
105	Oldemar Joselio de Lemos Santos	9	2
106	Osmar Azevedo Costa	4	3
107	Paulo Henrique da Cruz Junior	2	0
108	Paulo Olímpio Chalega	2	1
109	Pedro Teixeira dos Santos	13	3
110	Raimundo Nonato Moura	9	3
111	Raquel Augusta da Cruz Zdybicki	10	3

112	Reinaldo Tavares de Aquino	2	3
113	Renato Fernandes Henrique	?	2
114	Rosalina do Carmo	11	2
115	Samuel Pereira de Carvalho	3	0
116	Sebastião Raimundo	??	?
117	Seny Pereira Peixoto Lima	10	2
118	Sergio Arlindo Costa	13	4
119	Tania Pereira Cavalcante	10	1
120	Tomas Cotta Orlandi	3	0
121	Ubesan Fagundes da Silva	??	?
122	Umbelina Pereira de Araujo	10	4
123	Valdivino Barboza da Silva	8	3
124	Valerio Cesar Feitosa	5	2
125	Vera Lucia Ana Vila Nova	10	2
126	Veronica Ricardo de Souza	9	1
127	Wagner Nunes dos Santos	11	2
128	Xerxes Assunção dos Santos	2	2
129	Zenaide Silva Martins Cruz	10	2
130	Jair Francisco de Paulo	—	—
131	Zildeon Pereira Damasceno	—	—
132	Francisco Lopes de Sousa Filho	—	—
133	Francisco Arnoldo C. Monteiro	—	—
134	José Maria de Sousa	10	3
135	Ricardo Gomes de Oliveira	5	—
136	João Nóbrega da Silva	—	—
137	Getro Rodrigues de Araújo	14	—
138	Iliel Calix Brumessa	5	—

**DIRETORIA REGIONAL DE
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP – ECT**

001	Aparício Guilherme	10	4
002	Alvaro Justiniano Pereira	8	2
003	Amado Luiz Borges	13	14
004	Antonio Graciano de Paiva	10	3
005	Carlos de Paula Martins	13	4
006	Edson Mariano de Castro	1	—
007	Ezequiel de Paula	1	—
008	Jair Soares da Silva	1	2
009	Luiz Aparecido da Silva	13	5
010	Manoel Aparecido da Silva	1	—
011	Valdemir Lulio de Souza	3	2
012	Paulo Cesar de Oliveira	3	1
013	José Maria de Oliveira	2	2

DIRETORIA REGIONAL DE AMAZONAS

001	Edmilson Coelho Mariel	16	2
-----	------------------------	----	---

DIRETORIA REGIONAL DO MARANHÃO

001	Ana Teresa Goulart Coelho Gomes	13	2
002	Edno Estevão Pereira Mendes	9	1
003	Edmilson de Jesus Pinheiro	9	2
004	Pedro de Oliveira Lima	9	4
005	Jorge Luis Alves da Silva	5	2
006	Ivaldo José Araújo Costa	3	3

DIRETORIA REGIONAL DA PARAÍBA – CAMPINA GRANDE

001	Sérgio Ricardo Marcelino de Oliveira	2	3
002	Reginaldo Luis dos Santos	3	2
003	Demostenes Pereira da Silva	2	—
004	Agripino Gilberto Nóbrega de Albuquerque	3	3
005	João de Deus de Oliveira	13	—
006	Antonio Balduíno	4	—
007	José Gil de Carvalho	11	4

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte:

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a, nobre Constituinte Mário Maia, um pouco de tolerância e compreensão diante da circunstância de ser esta a última sessão da Assembléia Nacional Constituinte e por haver muitos temas de fundamental importância para a vida nacional que precisam ser abordados. Como o plenário está virtualmente vazio – o que é lamentável – o tempo não conta tanto, pediria a compreensão a tolerância e a magnanimidade da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa terá tolerância, como teve para com os demais Constituintes.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Primeiramente gostaria de agradecer ao Constituinte Roberto de Jefferson as suas palavras, que revelam a grandeza do seu caráter, ao expressar publicamente as suas desculpas por um equívoco que cometeu, em análise que fez da tribuna quanto aos episódios que marcaram a vida da Assembléia Nacional Constituinte há duas semanas, durante acontecimentos protagonizados pelo plenário e pelas galerias.

Digo ao Constituinte Roberto Jefferson que divergir é próprio do homem. E para que essas divergências não cavem um profundo abismo entre as pessoas, separando-se definitivamente, devem ser conscientes e responsáveis e a sua manifestação constitui prova eloquente de que o seu gesto não correspondeu ao que sente e pensa, no âmago do seu ser. Nobre Constituinte Roberto Jefferson, o meu abraço, a minha alegria e satisfação de, a partir dessa manifestação, ter o privilégio de continuar convivendo com S. Ex.^a não obstante os nossos antagonismos e divergências.

Sr. Presidente, o ilustre Líder o PMDB, Constituinte Euclides Scalco, suscitou uma questão que reflete a preocupação de quantos estão inquietos com o que ocorre com a classe trabalhadora brasileira. Ontem, desta tribuna, em nome da liderança do PDT, eu, que repudio a intolerância e a arrogância, marcas registradas do Sr. Antônio Carlos Magalhães, tive a humildade de dar-lhe um voto de confiança, porque, para uma comissão de parlamentares de todos os partidos que o visitou ontem, S. Ex.^a acenou com a possibilidade de rever as duras e draconianas punições impostas a trabalhadores que fizeram uma greve de apenas um dia, sem paralisar as telecomunicações e os Correios e Telégrafos, em protesto contra os salários de fome que recebem e contra as condições precárias de trabalho que lhes são impostas. Com a greve tentaram sensibilizar as autoridades governamentais para o direito, que têm, a uma vida digna, decente, que não é privilégio de alguns mas um direito de todos.

Sr. Presidente, para surpresa minha, à noite, num noticiário de televisão, ouvi, o Sr. Antônio Carlos Magalhães dizer exatamente o contrário do que afirmou. Lá estava, entre outros que aqui se encontram, o Deputado Augusto Carvalho, que é testemunha de que o Sr. Antônio Carlos Magalhães acolheu com simpatia a proposta de rever

as punições e readmitir os trabalhadores demitidos. Não prometeu, isso é verdade. Mas o que S. Ex.^a disse na televisão realmente conflita com aquilo que afirmou à comissão de parlamentares. Afirmou ser muito remota a possibilidade de readmitir esses funcionários, porque havia julgado a greve injusta. Trata-se de uma ótica deformada pelo personalismo doentio e cego, que embrutece as pessoas e as torna incapazes de ver que esses funcionários, em sua maioria humildes chefes de famílias numerosas, terão um Natal e um Ano Novo extremamente dolorosos. Não terão perspectiva alguma de que o novo ano possa lhes proporcionar uma vida compatível com a dignidade da pessoa humana.

Foi exatamente imbuído desse espírito, que diz muito respeito ao santo Natal que se aproxima e deve ser uma festa capaz de unir os opositores, de transformar em transigentes aqueles que não transigem, em tolerantes aqueles que, cegos pelo ódio, não toleram, que procuramos o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do PMDB e, às vezes, Presidente da República, Deputado Ulysses Guimarães. Reiteramos a S. Ex.^a o pedido feito por esses quatrocentos ou mais trabalhadores, no sentido de que intervenha, com o peso de seu prestígio de tri ou tetra Presidente, a fim de que o Sr. Antônio Carlos Magalhães afinal reveja essas punições e proporcione o retorno ao trabalho daqueles que tanto necessitam dele.

Espero que o Dr. Ulysses Guimarães já tenha feito esse terceiro apelo ao Ministro das Comunicações. Quero aqui, em nome dos companheiros que se empenharam para ver transformados em palpítante realidade os anseios desses trabalhadores demitidos, reiterar o apelo ao Sr. Presidente José Sarney.

Tenho sido um crítico duro, contundente dos desmandos cometidos pela Nova República. Mas a hora não é de crítica, e sim de apelo. Se o Presidente José Sarney, que nomeou o Sr. Antônio Carlos Magalhães para o Ministério das Comunicações, e que é, afinal, o Chefe Supremo da Nação, tem condições, e pode, deverá determinar, em nome da justiça social, do respeito aos direitos humanos, que o Sr. Antônio Carlos Magalhães reveja, já e agora, essas punições.

Espero que este apelo seja ouvido do outro lado do Eixo Monumental, onde está confortavelmente instalado o Presidente José Sarney, que não tem problema de desemprego, que tem o pão em sua mesa e – quem sabe? – até esperança no coração. Espero que este apelo ecoe lá e, sobretudo, na consciência do Sr. José Sarney, porque, afinal de contas, não me parece justo que o Sr. Antônio Carlos Magalhães, por pura vindita, por um revanchismo inaceitável nestes tempos de democracia e liberdade, pretenda manter esta injusta e dura punição contra humildes e indefesos trabalhadores.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de lembrar aqui a indagação patética que Bertold Brecht fez em uma das suas obras fundamentais, observando o que se passava no mundo, o entrechoque de interesses, o personalismo e o egoísmo cegando a todos. Indagou ele: "que mundo é este?". Creio que até nós paramos eternos onde repousa, com a graça de Deus, Bertold Brecht deve estar exultante, pois leio nos jornais que empresas mul-

tinacionais, responsáveis, em grande parte, pela miséria do nosso povo, pela dilapidação da riqueza e do patrimônio nacional, agora se arvoram em defensores do interesse brasileiro ante as sanções econômicas que a loucura deste vaqueiro fanfarrão, Ronald Reagan, quer impor à economia brasileira, a produtos brasileiros que são exportados para os Estados Unidos. Dizem eles que empresas como a General Motors, a Volkswagen, a General Electric e a Alcoa terão seus interesses prejudicados. A retaliação econômica proposta pelo governo Reagan contra produtos brasileiros, sobretudo manufaturados, irá ferir seus interesses. A General Electric, por exemplo, admite que essas represálias econômicas poderão prejudicar a sua indústria de tubos de televisão instalada no Brasil. Na medida em que a sobrecarga tributária tornar esses produtos mais caros, eles não poderão ser exportados pelas subsidiárias daqui e não terão condições de competir, mesmo aqui, com os produtos oriundos do Japão e da Coréia do Sul.

O mesmo raciocínio é válido para as autopêças que são exportadas para montagem de automóveis nos Estados Unidos – e com isto preocupa-se a Autolatina e muito especialmente a General Motors.

E vai por aí afora, Sr. Presidente. Até mesmo a reserva de mercado, que é um patrimônio do povo brasileiro – porque foi uma árdua conquista alcançada aqui no Congresso Nacional – está sendo defendida pelas empresas multinacionais, porque, na medida em que a sobretaxa onera os seus produtos no Brasil, seus lucros diminuirão.

Que mundo é este, Sr. Presidente? De qualquer forma, nós, brasileiros, queremos agradecer a benesse do capital estrangeiro ao tentar defender nossos interesses fora das fronteiras nacionais. Gostaria de lembrar que, quando a esmola é demasiadamente generosa, o santo tem o direito de desconfiar, e nós, brasileiros, estamos realmente muito desconfiados. Quando empresas que saqueiam este País, que empobrecem o seu povo, que são responsáveis – disse e repito – pelo quadro de miséria, pelo doloroso quadro de prostituição da nossa cultura, dos nossos costumes, das nossas tradições, arvoram-se em advogadas dos nossos interesses, é preciso desconfiar. Por trás disso há muita água, muito interesse. Como o capital estrangeiro não tem entradas, a sua bandeira é o lucro, a sua religião é apenas o seu interesse, nós, brasileiros, temos o direito de desconfiar.

Sr. Presidente, para encerrar, agradecendo a V. Ex.^a a benevolência, quero, neste melancólico final de sessão legislativa – porque, afinal, não construímos sequer 1% do Projeto de Constituição que a Nação reclama e necessita – lamentando tudo quanto aconteceu, os retrocessos que ocorreram e que poderão ocorrer, as violências que serão praticadas contra as tímidas conquistas aqui alcançadas pelo trabalhador urbano e rural. Desejo a V. Ex.^a e aos demais membros da Mesa, aos companheiros de todos os partidos, um feliz Natal e um ano novo menos árido, menos difícil, venturoso, que seja capaz de levar o pão a todas as mesas e a esperança a todos os corações. Embora diverjamos, embora uns queiram dizer que o trabalhador não deve ter direitos, mas só sacrifícios, que deve continuar recebendo o sala-

rio de fome que lhe é imposto; embora alguns digam que o agricultor sem terra não tem direito a ela, porque a terra é propriedade de uns poucos; embora se diga que o povo brasileiro deve suar sangue para gerar riquezas que alimentem a ganância de alguns, continuo achando que vale a pena lutar. Há de chegar o dia em que construiremos a Nação que os brasileiros esperam de nós. Há de chegar o dia em que não estaremos divididos entre uns poucos que tudo têm e muitos que nada possuem. Há de chegar o dia em que não veremos este País dividido entre os ricos cada vez mais ricos e poderosos e milhões e milhões de pobres cada vez mais pobres e cada vez mais miseráveis. Há de chegar o dia em que todos nós, independentemente do partido a que pertençamos, da ideologia que professemos, nos convenceremos de que a riqueza de uma nação repousa na riqueza do seu povo, e que pretos; brancos, amarelos, velhos e jovens constituem apenas o plural da palavra homem, e que todo homem é válido, todo homem tem direitos, todo homem deve participar e decidir.

Que 1988 seja muito diferente de 1987. Que não haja fome, doença, miséria, analfabetismo, multidões de crianças abandonadas percorrendo as latas de lixo, agricultores sem terra. Que haja o Brasil dos brasileiros. Que 1988 proporcione também a um povo sofrido, mas voluntarioso, esperançoso ainda, o direito inalienável de escolher o Presidente da República legitimado pela vontade das urnas, e que seja um Presidente comprometido com o seu povo, com a História e com o futuro do seu País. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Presidência, em nome da Mesa, agradece a V. Ex.^a e lhe retribui os votos almejados.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI: – Sr. Presidente peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nesta última sessão da Assembléia Nacional Constituinte, o que me traz à tribuna são as notícias veiculadas pela imprensa no sentido de que, em meio a uma série de medidas a serem adotadas pelo Governo Federal, na tentativa de sanear as finanças públicas, mais precisamente o déficit público, incluiu-se a extinção do Banco de Roraima.

Ora, Sr. Presidente, decidir-se pela extinção do Banco de Roraima como medida capaz de influir na melhoria do déficit público é realmente algo que nos preocupa e nos faz pensar sobre o que estaria por trás disso.

O Banco de Roraima tem apenas trezentos e quarenta e sete funcionários, que custam àquela instituição quinze milhões e duzentos e quarenta e oito mil cruzados. Só em captação, em lucro na aplicação no *overnight* a sua arrecadação atinge sessenta milhões de cruzados. Portanto, por aí se vê que não são os gastos como funcionalismo que levariam a melhorar o quadro inflacionário do País. Ademais, Sr. Presidente, o Banco de Roraima não deve – como se noticiou na imprensa – ao Banco Central à quantia de um bilhão de cruzados. Isto realmente não é verda-

deiro. Hoje, o Banco de Roraima, de acordo com o documento que me foi encaminhado por sua diretoria, registra um déficit de apenas cento e sessenta milhões de cruzados. Considerando que a função do Banco de Roraima não é a de um banco comercial, mas a de um banco fomentador do desenvolvimento, esse déficit é plenamente explicável, uma vez que a própria União, acionista majoritária, há cinco anos não investe um centavo em capitalização. Obviamente que tendo de financiar os pequenos produtores e as microempresas, esse banco não tem o retorno, o lucro imediato dos bancos comerciais. Isso tem levado não só o Banco de Roraima, mas todos os bancos estatais a sérias dificuldades, que se agravaram profundamente com o Plano Cruzado. Esse já seria um argumento suficiente para justificar a não extinção do banco, até pela importância e pelo papel daquela instituição em assegurar e garantir o desenvolvimento daquele longínquo território do nosso País. Além disso, no momento em que o banco promove o saneamento das suas finanças, com perspectivas claras de fechar o seu balanço anual sem prejuízo, se aventa essa hipótese a o fechamento do Banco de Roraima? Aos bancos comerciais privados? Na realidade, numa região onde não existem grandes fortunas e onde a grande maioria de seu povo é constituída de funcionários humildes e de pequenos produtores, o fechamento desse banco levaria essas pessoas a buscarem as instituições bancárias privadas e, obviamente, a pagarem maiores juros.

Portanto, quero fazer um apelo para que o Sr. Presidente da República, o Sr. Ministro do Interior – a quem está vinculado administrativamente o Banco de Roraima – e o Sr. Ministro da Fazenda, reavaliem a intenção de extinção do banco. E diria mais: se porventura houvesse irregularidades que justificassem qualquer medida contra o banco, a medida correta não seria sua extinção, mas no máximo a intervenção na instituição. Estamos nesta Casa desde a Legislatura passada, e a Nação toda é testemunha das vezes em que o Governo socorreu bancos em situações dramaticamente escandalosas, mas jamais fechou qualquer deles. Temos exemplos de bancos que foram capitalizados e transformados em bancos oficiais. É o caso do Banco Meridional, no Rio Grande do Sul. O que cumpre fazer é auxiliar o Banco de Roraima, porque assim agindo o Governo estará ajudando a população que realmente precisa de recursos financeiros mais baratos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. AUGUSTO CARVALHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, com líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, participamos, juntamente com o companheiro Amaury Müller, de uma conversa com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que demonstrou sensibilidade à luta dos nossos companheiros demitidos dos Correios e Telégrafos e do sistema Telebrás. Gostaria que V. Ex.^a, pela facilidade de acesso ao Presidente Ulysses Guimarães, pudesse, se possível, hoje ou talvez amanhã, contactar S. Ex.^a para saber o resultado da conversação que ele prometeu manter com o Sr. Antônio

Carlos Magalhães a respeito do assunto. Isso é muito importante para que os nossos companheiros, que se encontram na expectativa de um Natal, talvez o mais infeliz de todos os tempos, possam ter algum alento para a solução dos seus problemas.

Ao concluir gostaria também de desejar a essa Presidência, bem como aos colegas de todos os partidos e aos funcionários que enviram todos os esforços para que pudéssemos ainda neste final dar andamento aos nossos trabalhos constitucionais – infelizmente, malgrado os esforços, entraremos para o ano de 1988 com o mesmo objetivo de dotar o País de uma Constituição, de um texto que realmente represente os anseios de uma vida mais justa, de uma vida mais digna para o povo brasileiro – gostaria de desejar a V. Ex.^a, a todos os companheiros e aos funcionários da Casa, em nome do Partido Comunista Brasileiro, os melhores votos de um feliz 1988.

Por último, queria que V. Ex.^a autorizasse o registro, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, de documento que encaminhei ao Presidente da República, José Sarney, sobre uma discriminação, fruto dos tempos da guerra fria por que passou o nosso País nos tempos da ditadura militar. Neste momento, em que toda a humanidade se rejubila diante do acordo que poderá trazer a paz ao nosso mundo sofrido, alentada por esse encontro entre os representantes da União Soviética e dos Estados Unidos, animamo-nos a solicitar ao Presidente da República que mande hastejar também a bandeira da União Soviética no monumento existente no Rio de Janeiro em memória dos mortos da Segunda Guerra Mundial. Nossa gloriosa FEB – Força Expedicionária Brasileira – lutou ao lado das nações aliadas, Estados Unidos, Inglaterra e França. As bandeiras de todas essas nações irmãs estão hasteadas, tremulando em homenagem aos mortos da Segunda Guerra Mundial. Falta apenas a bandeira desse glorioso povo, falha que estamos solicitando seja reparada por uma decisão de Governo. Solicitamos e autorização de V. Ex.^a para a transcrição nos Anais desta Casa deste documento.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – A Mesa defere o pedido de V. Ex.^a. Anotou a ponderação de V. Ex.^a e a fará chegar ao conhecimento da Presidência para as devidas providências.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Brasília, 16 de dezembro de 1987

Exm.^º Sr.

Dr. José Sarney

DD. Presidente da República

Palácio do Planalto

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Do conhecimento de todos, na forma como foi amplamente noticiado por toda a imprensa nacional e internacional, os líderes das duas maiores potências mundiais, Mikhail Gorbachev, pela União Soviética, e Ronald Reagan, pelos Estados Unidos, acabam de firmar magnífico acordo, no sentido da redução sensível do arsenal nuclear no mundo.

Para muitos daqueles que já admitiam a paz como um sonho inatingível, o acordo firmado representa mais que um renascer de esperanças,

mas a certeza mesma de que nos será dado novamente sonhar com a paz, que vislumbramos mais próxima que nunca.

A repercussão do tratado leva-nos a admitir que ainda mais longe dele, é possível perceber que vão chegando ao fim aqueles dias de maus presságios que foram os tempos da chamada "guerra fria". O clima de entendimento comprovadamente existe, entre União Soviética e Estados Unidos, decorrente de uma exigência de todos os povos do mundo, sempre e cada vez mais ansiosos por uma paz duradoura. Esse clima, repetimos, é o aval ao que afirmamos.

Nesse sentido, Senhor Presidente, gostaríamos de lembrar a V. Ex.^a que, em nossa terra, resta-nos, ainda, um mesquinho sinal desses tempos de desentendimento, de discordia.

E que, no Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, pendulam as bandeiras das forças junto as quais nossa gloriosa Força Expedicionária Brasileira lutou para liquidar com o nazi-fascismo. Mas falta uma, uma apenas, não menos gloriosa que nosso Pavilhão, não menos gloriosa que as bandeiras dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra. Falta, naquele Monumento, a bandeira da União Soviética.

Por isso, entendemos que, como efetiva compreensão para estes novos tempos de harmonia, para essa nova e muito forte perspectiva de paz mundial, poderíamos acrescentar a este gesto, um simples mas muito significativo gesto, o de mandar erguer, ao lado das bandeiras das Nações irmãs, a bandeira da nação, também irmã, da União Soviética.

Certos de estarmos contribuindo, ainda uma vez, para que seu Governo comprove, dia a dia, o compromisso histórico firmado com a democracia, a fraternidade e a paz mundial, levamos esta sugestão a V. Ex.^a, na certeza de que poderemos vê-la atendida.

Quero valer-me desta feliz oportunidade para fazer chegar a V. Ex.^a meus protestos da mais elevada estima e consideração. **Augusto Carvalho.**

O SR. ADYLSOM MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSOM MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, aproveitando este final de sessão, quero, primeiro, pedir a V. Ex.^a que receba aqui um pedido de informação que encaminho sobre assunto tratado hoje no Pequeno Expediente. O Governo está abrindo um concurso público para admissão de 450 técnicos em políticas públicas, que são cargos que não existem porque ainda não foram criados. Então, parece-me um contra-senso que o Governo abra um concurso antes de se criarem os cargos a que se destina este concurso. É um flagrante desrespeito a esta Casa, onde tramita este projeto de lei, que não foi ainda submetido à deliberação.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, embora não seja Líder nem Vice-Líder do PDS na Assembléia Nacional Constituinte, mas como o único membro do nosso partido presente, neste final de tarde, contando apenas com V. Ex.^a e o Constituinte Augusto Carvalho, quero cumprir uma praxe, porém espontânea e sincera, e cum-

primentá-los, a V. Ex.^a e ao colega que me honra com a sua audiência, Augusto Carvalho, pela passagem das festas de fim de ano. Outrossim, quero desejar a todos os Constituintes e seus familiares que, no ano de 1988, tenham aquela inspiração que não tiveram em 1987. Cito um exemplo. Assistimos, recentemente, às negociações travadas pelos dois líderes dos países mais antagônicos do mundo, os Estados Unidos e a União Soviética.

Há quarenta anos se encontram na chamada "guerra fria", na corrida armamentista. Quando vemos os líderes desses dois países sentarem em torno de uma mesa e pensarem nos interesses maiores da humanidade e chegarem a um acordo de desarmamento, de eliminação de mísseis de médio e curto alcance, não posso aceitar que, numa Assembléia Nacional Constituinte, não se chegue a um acordo em torno de problemas como relações de trabalho, reforma agrária e tantas outras teses que dependem apenas de um pouco de transigência, de grandiosidade e de brasiliidade de cada um de nós. Então, quero dizer a V. Ex.^a que acho válido o que se fez em 1987. Proporcionou-se a esta Nação talvez o maior debate a nível parlamentar que o Brasil já conheceu. Todos os segmentos da sociedade brasileira vieram aqui trazer as suas postulações e reivindicações. Creio que isso foi altamente construtivo. Agora, lamento que tenhamos chegado, depois de todo esse debate, a um final tão melancólico como esse que estamos vendo aqui: o final de uma sessão com apenas três parlamentares. Isto é o reflexo do descaso que está havendo para com os nossos trabalhos. Espero que, agora,

por ocasião do fim de ano, quando cada um vai para sua casa, encontremos um momento de reflexão e cheguemos à conclusão de que o Brasil está esperando alguma coisa de nós, que a sociedade brasileira está concentrada no trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, em torno daquela Constituição real que deve ser feita aqui, e não das fantasias que foram jogadas na campanha eleitoral. Assim, poderemos ter uma Constituição moderna, flexível, adaptável, durável e que, como tenho dito tantas vezes, seja também para nós motivo de orgulho, como o é em todos os países que têm sua Carta Magna.

Sr. Presidente, a V. Ex.^a e à sua família, aos funcionários desta Casa, que têm sido inexcedíveis no cumprimento de seus deveres, aos jornalistas, que fazem a cobertura dos trabalhos desta Casa, enfim, a todos aqueles que, de maneira direta ou indireta, dão sua contribuição aos trabalhos parlamentares, desejo que 1988 seja um ano de grandes esperanças e realizações para a Nação brasileira e para cada um, em particular, junto à sua família. (Palmas.)

O SR. VALMIR CAMPELO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VALMIR CAMPELO (PFL – DF. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nesta oportunidade, não como Vice-Líder de um partido político, mas simplesmente como Parlamentar e amigo desta Casa e de seus funcionários não posso deixar de manifestar aqui minha gratidão a todos, indistintamente, neste meu primeiro ano de mandato. Quero agradecer também à direção da Mesa

pela paciência, tolerância e sabedoria com que tem dirigido os trabalhos.

Outrossim, estivemos, ontem, no gabinete do Ministro Antônio Carlos Magalhães e pedimos, mais uma vez, a S. Ex.^a que, com espírito natalino, reveja seu posicionamento em relação aos funcionários da Telebrás e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e dê uma alegria a diversos pais de família que foram demitidos, não só em Brasília como em outros Estados. Em função disso, Sr. Presidente, pedimos ao Sr. Ministro que reveja os atos punitivos. Não se tratou propriamente de uma greve; foi apenas uma advertência contra essa penosa situação que atinge a toda a comunidade brasileira. O Ministro das Comunicações irá, sem dúvida alguma, rever o seu posicionamento.

Sr. Presidente, além disso, quero registrar os nossos agradecimentos a V. Ex.^a e pedir a Deus que nos ilumine para que possamos concluir uma Carta que corresponda às aspirações da comunidade brasileira, dignifique e valorize a pessoa humana, para que ela tenha direito, acima de tudo, à vida. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– A lista de presença registra o comparecimento de 177 Srs. Constituintes.

Adauto Pereira – PDS; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Asdrubal Bentes – PMDB; Carlos Cotta – PMDB; Costa Ferreira – PFL; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PTB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Ervin Bonkoski – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Ferando Santana – PCB; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Sales – PMDB; Humberto Souto – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Joaquim Bevilacqua – PTB; José Carlos Coutinho – PFL; José Maria Eymael – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Oswaldo Lima Filho – PMDB; Paulo Ramos – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Roberto Rollemberg – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Victor Faccioni – PDS; Virgílio Galassi – PDS.

VI – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Os Senhores Constituintes que tenham proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresenta proposição o Sr.:

ADYLSOM MOTTA: – Requerimento de informações ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República sobre abertura de concurso público para admissão de Técnicos em Políticas Públicas.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Vai-se passar à

VII – ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Não havendo número regimental para proceder-se à

votação da matéria constante da Ordem do Dia, esta fica adiada para a próxima sessão, a realizar-se no dia 4 de janeiro, como convocada pelo Presidente Ulysses Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Antes de encerrar a sessão, esta Presidência eventual quer, em nome da Mesa, agradecer aos Srs. Constituintes pelos votos aqui almejados a todos os seus companheiros e à Mesa. Quero também estender os votos de um feliz Natal e um próspero ano de 1988 a todos aqueles que contribuíram com o seu trabalho, com o seu desempenho, para o funcionamento não só da Assembléia Nacional Constituinte, mas também do Congresso Nacional, do mais humilde funcionário até os diretores mais graduados.

Portanto, a Mesa apresenta votos de um feliz Natal e um próspero 1988 a todos os brasileiros, nesta fase histórica que atravessamos.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio de Boraba – PDS; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Alceni Guerra – PFL; Almir Gabriel – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Álvaro Valle – PL; Almícar Moreira – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Chagas Neto – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cleonâncio Fonseca – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Fábio Raunheiti – PTB; Feres Nader – PDT; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Alckmin Filho – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Peres – PDS; Haroldo Sabóia – PMDB; Homero Santos – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Calmon – PMDB; João Rezé – PMDB; Jonival Lucas – PFL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Melo – PMDB; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Mauro Borges – PDC; Melo Freire – PMDB; Melo Reis – PDS; Mendes Canale – PMDB; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Ottomar Pinto – PTB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Zarzur – PMDB; Percival Muniz – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Jefferson – PTB; Ronan Tito – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Sílvio Abreu – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vingt Rosado – PMDB; Virgíldasio de Senna – PMDB; Vladimir Palmeira – PT.

DEIXAM DE COMPARÉCER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PTB; Afif Domingos – PL; Afonso Ainos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alécio Dias – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB;

Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Pacheco – PFL; Alysson Paulinelli – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio Farias – PMD; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Áureo Mello – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bocayuva Cunha – PDT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délvio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doretto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Edmê Tavares PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Erando Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Eunice Michiles – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ezídio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmino de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PL; Florestan Fernandes PT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Kuster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gastone Righi – PTB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovah Amarente – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – PMDB; Ivo Cersósmo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jayme Paliarim – PTB; Jessé Freire – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João de

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Encerro a sessão, designando para a ordinária de segunda-feira, dia 4 de janeiro de 1988, às 16:00 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

A mesma da sessão de hoje.

Encerra-se a Sessão às 18 horas e 10 minutos.

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 22, DE 1987

Dispõe sobre o processo de votação da Assembléia Nacional Constituinte pelo Sistema Eletrônico de Votação.

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, nos termos dos arts. 3º, inciso I e 69 do Regimento Interno, resolve baixar o seguinte Ato:

Art. 1º A votação nominal far-se-á pelo sistema eletrônico de votos, obedecidas as seguintes normas:

I – os nomes dos Constituintes constarão dos painéis instalados, lateralmente, no plenário, onde serão registrados, individualmente:

- a) em sinal verde, os votos favoráveis;
- b) em sinal vermelho, os votos contrários;

c) em sinal amarelo, as abstenções;

II – o Presidente somente votará em caso de empate;

III – encerrada a votação, encaminhar-se-á à mesa, a respectiva listagem que conterá os seguintes registros:

a) data e hora em que se processou a votação;

b) a matéria objeto da votação;

c) nome de quem presidiu a votação;

d) o resultado da votação;

e) os nomes dos Constituintes votantes, discriminando-se os que votaram a favor, contra e os que se abstiveram;

IV – a listagem da votação será publicada no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** no dia seguinte àquele em que se realizou a votação.

§ 1º O Presidente convidará os Constituintes a registrarem, no dispositivo próprio, os seus códigos de votação e, em seguida, aacionarem, simultaneamente, o botão preto e a chave sob a bancada, até que as luzes do posto se apaguem.

§ 2º O Presidente anunciará, logo após, o encerramento da votação e proclamará o seu resultado final.

§ 3º Proclamado o resultado final da votação, nenhum Constituinte poderá ser admitido a votar.

§ 4º Caso o voto do Constituinte não corresponda à sua vontade poderá fazer declaração de voto, sem alteração do resultado.

§ 5º Durante a votação as poltronas do plenário somente poderão ser ocupadas por Constituintes.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1987. – **Ulysses Guimarães.**

CONVÊNIO

Convênio nº /87, que entre si celebram, de um lado, a Assembléia Nacional Constituinte, e de outro lado, o Distrito Fede-

ral, visando a Cooperação na Execução do Policiamento na Assembléia, na forma abaixo.

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete (1987), no Palácio do Buriti, presentes de um lado a Assembléia Nacional Constituinte, doravante denominada **Assembléia**, neste ato representada pelo seu Presidente, Deputado Ulysses Silveira Guimarães, e do outro lado o Distrito Federal, neste ato representado por seu Governador, Doutor José Aparecido de Oliveira, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, resolvem celebrar o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Pelo presente convênio, fica estabelecida a cooperação do Distrito Federal, na execução dos serviços de policiamento na **Assembléia**.

Cláusula Segunda – Em decorrência do disposto na Cláusula Primeira, o Distrito Federal, através da Secretaria de Segurança Pública, se obriga a executar, em cooperação com a **Assembléia** e sua Coordenação de Segurança Legislativa, os seguintes serviços:

a) efetuar o policiamento nas áreas externas e adjacências da **Assembléia**;

b) proceder ao encaminhamento às autoridades competentes, de pessoas encontradas na prática de atos infringentes das normas legais em vigor;

c) cooperar, se necessário e conveniente, e a juízo da **Assembléia**, na execução do policiamento velado.

Cláusula Terceira – Para a perfeita execução das atividades deste convênio, a **Assembléia**, através da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, se obriga a fornecer ao Distrito Federal:

a) toda a legislação relativa ao policiamento da Câmara dos Deputados e da **Assembléia** Nacional Constituinte;

b) todos os recursos necessários e indispensáveis, entre os quais, instalações para acomodação, alimentação, transporte e indenização de remuneração do efetivo empregado.

Cláusula Quarta – À **Assembléia**, além das obrigações previstas na Cláusula Terceira, se obriga a indenizar o Distrito Federal de eventuais despesas decorrentes da execução deste convênio.

Cláusula Quinta – O emprego do efetivo policial destinado à execução do policiamento previsto neste convênio será feito de comum acordo entre a Secretaria de Segurança Pública e a Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados.

Cláusula Sexta – Ficam designados executores do convênio o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e o Diretor-Geral da Câmara dos Deputados.

Cláusula Sétima – Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no **Diário da Constituinte**, à expensas da **Assembléia**, e no **Diário Oficial** do Distrito Federal, à expensas do mesmo.

Cláusula Oitava – Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.

E, estando justos e de acordo, para a firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão livro próprio da 1ª Subprocuradoria da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual serão extraída 7 (sete) cópias de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

Pela **Assembléia**: **Ulysses Silveira Guimarães**

Pelo Distrito Federal: **José Aparecido de Oliveira**

Testemunhas:

The image shows two handwritten signatures. The first signature, above the second, appears to be 'José Aparecido de Oliveira' and is placed above the typed name 'José Aparecido de Oliveira'. The second signature, below it, appears to be 'Ulysses Silveira Guimarães' and is placed above the typed name 'Ulysses Silveira Guimarães'. Both signatures are written in cursive ink.

6253/6254